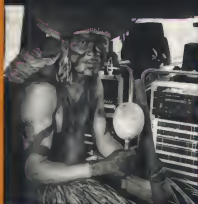
21b

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL 1996/2000

500 Porto Inseguro

O que os brasileiros pensam dos índios?

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL

Classificadas segundo situação jurídico-administrativa em 11/12/2000

situação jurídica[1]	quantidade de Terras	% do total no Brasil	extensão (ha)	% do total no Brasil
A identificar	52		189 750	
Em identificação	62		2.563 100	
Total	114	19 69	2 752 850[2]	2 66
Em identificação/Revisão	24		1 474 506	
Com restrição de uso e não-índios	8		570 970	
Total	32	5 53	2.045 476	1,97
Identificada Aprovada Funai	21	3,63	3 449.280	3,33
Delimitada	68	11,74	19 714 317	19 01
Reservada	13		71 357	
Homologada	72		17.396 620	
Registrada no CRI e SPU	259		58 250 721	
Total	344	59 41	75 717 698	73,03
Total no Brasil	579	100,00	103 679 621	100 00

[1] As terras com menos de 40 000 ha e as terras sem limite definido estão representadas com um círculo.

[2] Esta extensão corresponde às quatro Terras com portaria de interdição. As outras Terras nesta categoria não possuem perímetro definido.

Informações úteis

Extensão total do Brasil 851 196 500 ha

As Terras Indígenas ocupam 12 18% da extensão do Brasil

População indígena aproximada em Terra Indígena 300 000 (0,2% da população brasileira)

Línguas faladas, cerca de 180

estradas principais

21º

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL 500

Porto Inseguro

1996/2000

O que os brasileiros pensam dos índios?

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

O **Instituto Socioambiental (ISA)** é uma associação civil, sem fins lucrativos, fundada em 22 de abril de 1994. Incorporou o patrimônio material e imaterial de 15 anos de experiência do Programa Povos Indígenas no Brasil, do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), e o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), de Brasília.

Com sede em São Paulo (SP) e filiais em Brasília (DF) e São Gabriel da Cachoeira (AM), além de bases locais para a implantação de projetos demonstrativos, o Instituto tem como objetivo defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. O **ISA** produz estudos, pesquisas, projetos e programas que promovam a sustentabilidade socioambiental, divulgando a diversidade cultural e biológica do país.

Para saber mais sobre o **ISA** consulte **www.socioambiental.org**

São Paulo
Av. Higienópolis 901
01238-001 São Paulo SP Brasil
Telefone: 55 11 3825.5544 Fax: 55 11 3825.7861
socioamb@ax.apc.org

Brasília
SCLN 210 Bloco C sala 112
70862-530 Brasília DF Brasil
Telefone: 55 61 349.5114 Fax. 55 61 274.7608
isadf@tba.com.br

São Gabriel da Cachoeira
Rua Projetada 70 Centro Caixa Postal 21
69750-000 São Gabriel da Cachoeira AM Brasil
Telefone/ Fax: 55 92 471.1156

EZEQUIAS HERINGER (XARÁ)
(1948-1996)

BERTA RIBEIRO
(1924-1997)

BEPGOGOTI MEKRAGNOTI
(?-1996)

DARCY RIBEIRO
(1922-1997)

KRUMARE METUKTIRE
(?-1998)

VIRGÍNIA VALADÃO
(1952-1998)

CLÁUDIO VILLAS-BÔAS
(1916-1998)

ARACY LOPES DA SILVA
(1949-2000)

PREPORI KAIABI
(?-2000)

EM MEMÓRIA

"O Reencontro entre índios e brancos só se pode fazer nos termos de uma necessária aliança entre parceiros igualmente diferentes, de modo a podermos, juntos, deslocar o desequilíbrio perpétuo do mundo um pouco mais para frente, adiando assim o seu fim"

(excerto do texto de Eduardo Viveiros de Castro, na página 54)

2.1
2.2
1
3
4
7
8
5
6
14
10
9
11
13
12
15
16
17
18

Acervo
ISA

INSTITUTO
SOCIOAMBIENTAL

www.socioambiental.org

Editor responsável
Carlos Alberto (Beto) Ricardo

Coordenadora da Equipe de edição, redação a pesquisa
Fany Pantaleoni Ricardo

Edição de imagens
Beto Ricardo

Equipe da edição, redação a pesquisa
Fernando Luís B.Vianna, Juliana Portenoy (estagiária), Luís Donisete, Marco Antonio Gonçalves, Marcos Rufino, Marta Amoroso e Renato Sztutman

Preparação de originais e secretaria de produção gráfica
Vera Feitosa

Revisão
Heloisa Barros, Juliana Portenoy e Vera Feitosa

Design e produção gráfica
Roberto Strauss

Editoração eletrônica
Roberto Strauss (coordenação), Luciana Zanin e Thaís de Almeida Morão Schiavon

Mapas e análises espaciais
Laboratório de Geoprocessamento do ISA
Alicia Rolla (coordenação), Edna Amorim dos Santos e Cícero Cardoso Augusto

Documentação
Ângela Galvão (coordenação), Leila M. M. da Silva e Luiz Adriano dos Santos

Processamento de dados
Rodolfo Marincek (coordenação), Alexandre Malfatti, Ana Carina Gomes de Andrade e Rosane Sinato

Administração
Moisés Pangoni, Reinaldo Yoshikawa, Carlos Alberto de Souza, Marcelo de Souza, Cristina Khan (Brasília), Solange de Oliveira e Marcia M.Veloso

Colaboradores autorais
Os nomes dos colaboradores que escreveram artigos e notícias ou cederam fotos aparecem nos créditos dos respectivos textos e fotos

Colaboradores editoriais
Ana Valéria Araújo, Antonella Tassinari, Bruce Albert e Marina Khan

Agradecimentos
Ana Lange, Ariovaldo José dos Santos, Benigno Marques, CCPY, Denise Fajardo, Dominique Tilkin Gallois, Edson Beiriz, Eliane Pequeno, Fábio Montenegro, Funai (Imperatriz, São Luís, Belém, Altamira, Oiapoque, Marabá, Cuiabá, Itaituba, Eunápolis/BA, João Pessoa, Parintins, Manaus, Guarapuava, Porto Velho, Chapecó, Gurupi e Guajará Mirim), IDS, Jornal Diário Catarinense, Jornal Estado de Minas, Juliana Sellani, Leonardo Carneiro da Cunha, Ligia Neiva, Maria Cristina Troncarelli, Maria Eliza Leite, Maura Campanili, Michel Pellanders, Mônica Maia, Noraldino Cruvinel, Patrícia Mesquita, Renato Luiz Ferreira/Agência Estado, Ricardo Beliel, Rodrigo Mesquita, Roque Laraia, Rosa Gauditano, Secoya, Sérgio Leitão, Suzana Camargo, Sydney Possuelo, Urihi, Walter Blós e Walter Coutinho

Apoio de longo prazo para a realização do PIB 1996/2000

Apoios complementares
MEC – Ministério da Educação – SEF/DPE/ Assessoria de Educação Escolar Indígena

Apoio institucional

Cortesias de imagens (Agências)
Agência Estado
Amazônia 21
Abril Imagens

Serviços de Bureau
Paper Express

Impressão e Acabamento
Donnelley-Cochrane Gráfica
Editora do Brasil Ltda - Divisão Hamburg

Tiragem
3 000 exemplares

Papel
Miolo impresso em papel Print Max 75g/m² (Votorantim) e Pólen Bold 70 g/m² (Cia. Suzano de Papel e Celulose)
Guardas em papel Polen Rustic 180 g/m² (Cia. Suzano de Papel e Celulose)
Capa em Cartão Supremo 250 g/m² (Cia. Suzano de Papel e Celulose)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000 / [Carlos Alberto Ricardo (editor)]. -- São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

Vários colaboradores.

ISBN 85-994-09-6

1. Índios da América do Sul - Brasil 2. Povos indígenas - Brasil I. Ricardo, Carlos Alberto, 1950-

00-5385 CDD-980.41

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil: Povos indígenas 980.41
2. Povos indígenas: Brasil 980.41

APRESENTAÇÃO

Prezado leitor(a):

VOCÊ ACHA QUE ATÉ 1.500 TODO DIA ERA DIA DE ÍNDIO, MAS HOJE ELES SÓ TÊM O DIA 19 DE ABRIL? Não é bem assim! Repare! Aqui no ISA, por exemplo, como nas milhares de aldeias dos mais de 200 povos nativos diferentes que hoje vivem no país, todo dia continua sendo dia de índio. Esta publicação é um dos frutos de um olhar cotidiano, atento e dedicado, que teve início na década de 70. ***A tarefa de tecer um painel abrangente da situação atual dos povos indígenas no Brasil tem sido, de fato, um quebra-cabeça somente possível pela persistência de uma equipe de pesquisadores-editores do ISA, coordenada por Fany Ricardo, que, ao longo dos anos, manteve rotinas diárias para receber e buscar informações qualificadas, dentro de uma estratégia acumulativa que contou com uma extensa rede de colaboradores voluntários.*** **Povos Indígenas no Brasil 1996/2000** é uma obra de referência que se soma a uma série iniciada em 1980, pelo CEDI. Traz um resumo comentado das políticas indigenistos, oficiais e não-governamentais e da política propriamente indígena. Reúne informações qualificadas e abrangentes sobre a situação jurídica e de fato das terros indígenas, dos conflitos, da demografia, das línguas, da legislação e outros temas afins. Todo o material está organizada em oito capítulos temáticos e 18 capítulos regionais, com índice remissivo por povo. ***Nas 832 páginas deste volume, o leitor encontrará 81 artigos assinados, a maior parte inéditos, e 1.713 notícias extraídas e resumidas a partir de fontes diretas, de 77 fontes de imprensa e um vasto conjunto de documentos avulsos (ver relação na página 824), além de grafismos, quadros, 27 mapas e 270 fotografias.*** A propósito dos chamados ➤500 anos do Brasil◄, desta vez decidimos abrir com um capítulo especial reunindo doze narrativas indígenas sobre a origem do mundo, a chegada dos brancos e o "descobrimento", das quais emergem versões recorrentes e reveladoras. **"Os índios são anteriores aos brancos, na ordem do parentesco e na ordem do território. Os brancos não chegaram aqui, eles saíram daqui; não descobriram os índios, mas encobriram a si mesmos, até voltarem para o que pensaram ser um encontro com o desconhecido, mas que não foi senão um reencontro com o olvidado."** ***(ver adiante os textos de EVC, nas pgs. 16 e 49 a 54)***

Como diz Davi Kopenawa, yanomami, "os brancos nunca pensam nessas coisas que os xamãs conhecem, é por isso que eles não têm medo. Seu pensamento está cheio de esquecimento. Eles continuam o fixá-lo sem descanso em suas mercadorias, como se fossem suas namoradas." *(ver adiante nas pgs. 19 a 23)* ***Nos últimos cinco anos da cena indígena-indigenista brasileira aqui resumidos, merecem destaque positivo, entre outros: a continuidade do crescimento global da população indígena, o avanço significativo no reconhecimento oficial e demarcação das terras indígenas, a diferenciação e descentralização dos serviços de atendimento à saúde e educação escolar indígenas, o protagonismo crescente das organizações indígenas no chamado "mercado de projetos", o desengavetamento do Estatuto das Sociedades Indígenas, o avanço da tramitação no Senado da ratificação da Convenção 169 da OIT, a decisão histórica do TRF que obriga a União indenizar os gigantes Panará pelos danos causados após o "contato" e a positividade da visão que os brasileiros têm dos índios.*** Entre os **destaques negativos**, há pelo menos doze povos na linha vermelha da extinção demográfica e 3% da população oroweté, um povo tupi que vive na região do médio Xingu (PA), morreu em conseqüência de um surto de catapora (!) no final do ano 2000, por não dispor de cobertura vacinal prévio; cresceu a ocupação predatória do entorno do Parque Indígena do Xingu, ameaçando a sustentabilidade da terra indígena mais consagrada do país; a não-demarcação pelo governo federal da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol (RR), diante das pressões políticas locais; ao invés de discutir a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais,conservacionistas e indigenistas disputam em bravatas de salão primazias antagônicas a respeito de áreas sobrepostas, fazendo o jogo corporativista das burocracias ditas competentes; e, a ausência de uma política indigenista oficial compatível com os novos tempos pós Constituição de 1988, propiciando o sobrevido ao "abacaxi Funai", que já chegou ao 27° presidente em 33 anos. ***Enquanto o Estado não atualiza suas formas de relacionamento com os povos indígenas, superando o paradigma tutelar e passando a encarar as terras indígenas numa estratégia mais ampla de "áreas protegidas", o prêmio "vexame anunciado" do período vai para a dobradinha governo federal - PM baiana que, ao impedir com violência o acesso da Marcha Indígena ao local da festa oficial em comemoração ao chamado "descobrimento", produziu um gesto autoritário e excludente que rebatizou de Inseguro, aos olhos dos índios, o Porto onde o Brasil começou.***

Beto Ricardo, Editor. São Paulo, dezembro de 2000.

Povos Indígenas na Internet

DE ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS E DE APOIO BRASILEIRAS

• **ANAÍ – Associação Nacional de Ação Indigenista** [www.anai.org.br/]
Traz informações sobre a instituição e os povos indígenas do Nordeste.
• **Associação Xavante Warã** [www.imaginario.com.br/questoes/xavante/index.htm]
Promove a campanha movida por Xavante da aldeia Idzô'uhu contra o desmatamento do cerrado.
• **CCPY – Comissão Pró-Yanomami** [www.ccpy.org.br/]
Traz notícias sobre os Yanomami, incluindo seus próprios boletins e referências bibliográficas.
• **CEDEFES– Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva** [www.cedefes.org.br/]
Informações sobre os índios de Minas Gerais.
• **CTI – Centro de Trabalho Indigenista** [www.trabalhoindigenista.org.br/]
Informa sobre as atividades da organização junto aos Guarani, Terena, Waiãpi e povos Timbira.
• **IDETI – Instituto de Desenvolvimento das Tradições Indígenas** [www.ideti.org.br/]
Divulga os cursos e atividades culturais desta organização Xavante, destinados ao público não-indígena.
• **ISA – Instituto Socioambiental** [www.socioambiental.org/]
Divulga as ações dos diversos programas da instituição, campanhas e ações judiciais, "clipping" diário, notícias exclusivas a um extenso banco de informações atualizadas sobre povos indígenas no Brasil, incluindo verbetes por etnia.
• **Operação Amazônia Nativa** [www.opan.org.br/]
Informações institucionais sobre a organização indigenista com sede em Cuiabá (MT), fundada em 1969.
• **OPITARJ – Organização dos Povos Indígenas do Tarauacá e Jordão** [www.amazonlink.org/opitarj/port/]
Conta a história da organização, fundada em 1994, relata os seus projetos atuais e apresenta sumariamente a cultura dos Kaxinawá, Ashaninka, Katukina e Yawanawá, que vivem no estado do Acre.
• **PWA - Programa Waimiri Atroari** [www.waimiriatroari.org.br/]
Informações sobre este povo indígena e sobre as ações do PWA, apoiado pela Eletronorte.
• **Vídeo nas Aldeias** [www.videonasaldeias.org.br/]
Traz informações institucionais e o catálogo com fragmentos dos vídeos, vários de realizadores indígenas.

DA IGREJA CATÓLICA

• **Cimi – Conselho Indigenista Missionário** [www.cimi.org.br/]
Disponibiliza informes e denúncias sobre fatos envolvendo os povos indígenas de todo o país, incluindo a versão eletrônica do periódico Porantim e fornece informações sobre a instituição – que é orgão oficial da CNBB - Igreja Católica Apostólica Romana, no Brasil.
• **O Mensageiro** [www.mensageiro.freeweb.supereva.it/]
Versão eletrônica da revista O Mensageiro do regional Norte II do Cimi.

Jorge Protodi, Xavante de Pimentel Barbosa (MT), realizador do vídeo "Wapté, a Iniciação do Jovem Xavante".

DE ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS BRASILEIRAS

• **Funai – Fundação Nacional do Índio** [www.funai.gov.br/]
Apresenta a política indigenista oficial e as ações do governo no âmbito dos índios.
• **Funasa – Fundação Nacional de Saúde** [www.funasa.gov.br/]
O link "Saúde Indígena" traz informações, legislação, normas e documentos oficiais.
• **MAE - Museu de Arqueologia e Etnologia da USP** [www.mae.usp.br]
Informações sobre seu acervo de 120 mil peças, além de exposições, cursos e loja.
• **MEC - Ministério da Educação** [www.mec.gov.br/sef/indigena]
Informações sobre programas oficiais e legislação a respeito de educação indígena
• **Museu do Índio** [www.museudoindio.org.br/]
Informação sobre as atividades do Museu, suas exposições, imagens e serviços.
• **Presidência da República** [www.planalto.gov.br/secom/colecao/indio.htm]
Disponibiliza o documento Sociedades Indígenas e a Ação do Governo

O MELHOR EM VÍDEO

Índios no Brasil é uma série de dez programas de 20´cada, mostrando como vivem e o que pensam índios de nove povos contemporâneos. Realização da TV Escola, da Secretaria de Educação à Distância do Ministério da Educação, com produção da ONG **Vídeo nas Aldeias**. Acompanham a série três cadernos com textos de antropólogos em linguagem didática, publicados pela Secretaria de Ensino Fundamental do MEC, responsável pela distribuição do material.

NA AMÉRICA LATINA E NO MUNDO

• **Abya Yala Net** [www.nativeweb.org/abyayala/]
Apresenta algumas informações sobre os povos indígenas do México, América Central e América do Sul.
• **COICA – Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica** [www3.satnet.net/coica/]
Informa as ações da entidade e suas publicações.
• **Cultural Survival** [www.cs.org/]
Informa sobre as atividades e publicações em defesa de povos indígenas em todo o mundo.
• **IWGIA – International Work Group for Indigenous Affairs** [www.iwgia.org/]
Divulga informações e suas publicações na defesa dos interesses indígenas em todo o mundo.
• **Lenguas Indígenas de la Amazonia** [www.abyayala.org/Linda/index.html]
Site da Red de Lenguas Indígenas de la Amazonía.
• **Página do Melatti** [www.geocities.com.Rain Forest/Jungle/6885/index.html]
O etnólogo Júlio Cezar Melatti (UnB) disponibiliza parte de seus trabalhos e um curso sobre as áreas etnográficas da América do Sul.

LISTA DE POVOS INDÍGENAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

(Fonte: Banco de Dados do Programa Povos Indígenas no Brasil - Instituto Socioambiental, dezembro/2000)

	Nome	Outros nomes ou grafias	Família/língua	UF (Brasil) Países Limítrofes	População censo/estimativa	Ano
1.	Aikanã	Aikaná, Massaká, Tubarão	Aikanã	RO	175	1995
2.	Ajuru		Tupari	RO	38	1990
3.	Akunsu	Akunt'su	?	RO	7	1998
4.	Amanayé	Amanaié	Tupi-Guarani	PA	190	2000
5.	Amondawa		Tupi-Guarani	RO	80	2000
6.	Anambé		Tupi-Guarani	PA	132	2000
7.	Aparai	Apalai	Karib	PA	415	1998
8.	Apiaká	Apiacá	Tupi-Guarani	MT	92	1998
9.	Apinayé	Apinajé, Apioaié	Jê	TO	990	1999
10.	Apurinã		Aruák	AM	2.779	1999
11.	Arapaso	Arapaço	Tukano	AM	300	1998
12.	Arara	Ukarãgmã, Ukarammã	Karib	PA	195	1998
13.	Arara	Karo	Ramarama	RO	184	2000
14.	Arara	Shawanauá	Pano	AC	200	1999
15.	Arara do Aripuanã	Arara do Beiradão	?	MT	150	1994
16.	Araweté	Arauetė	Tupi-Guarani	PA	278	2000
17.	Arikapu	Aricapu	Jaboti	RO	2	1999
18.	Arikem	Ariquen	Arikem	RO	?	
19.	Aruá		Mondé	RO	6	1997
20.	Ashaninka*	Kampa	Aruák	AC Peru	813 55.000	1993 1999
21.	Asurini do Tocantins	Akuáwa	Tupi-Guarani	PA	338	1998
22.	Asurini do Xingu	Awaeté	Tupi-Guarani	PA	91	1999
23.	Atikum	Aticum	**	PE	2.743	1999
24.	Avá-Canoeiro		Tupi-Guarani	TO/ GO	16	2000
25.	Aweti	Aueti	Aweti	MT	106	1999
26.	Bakairi	Kurâ, Bacairi	Karib	MT	950	1999
27.	Banawa Yafi	Banawa	Arawá	AM	215	1999
28.	Baniwa*	Baniua, Baniva, Walimanai, Wakuenai	Aruák	AM Colômbia Venezuela	4.000 7.000 1.192	2000 2000 1992
29.	Bará*	Waipinômakã	Tukano	AM Colômbia	54 296	1988 1988
30.	Barasana*	Hanera	Tukano	AM Colômbia	61 939	1988 1998
31.	Baré*		Nheengatu	AM Venezuela	2.790 1.210	1998 1992
32.	Bororo	Boe	Bororo	MT	1.024	1997
33.	Cassupá		**	RO	?	
34.	Chamacoco*		Samuko	MS Paraguai	40 908	1994 1992
35.	Chiquitano*		?	MT Bolívia	? 55.000	1995
36.	Cinta Larga	Matétamãe	Mondé	MT/RO	643	1993
37.	Columbiara	Corumbiara	?	RO	?	
38.	Deni		Arawá	AM	672	2000
39.	Desana*	Desâna, Desano, Dessano, Wira, Umukomasã	Tukano	AM Colômbia	1.464 2036	1998 1988
40.	Diahui	Jahoi, Jahui, Diarroi	Tupi-Guarani	AM	17	1999
41.	Enawenê-Nawê	Salumã	Aruák	MT	320	2000
42.	Fulni-ô		Yatê	PE	2.930	1999
43.	Galibi Marworno	Galibi do Uaçá, Aruã	Karib	AP	1.764	2000

	Nome	Outros nomes ou grafias	Família/língua	UF (Brasil) Países Limítrofes	População censo/estimativa	Ano
44.	Galibi*	Galibi do Oiapoque	Karíb	AP Guiana Francesa	28 2.000	2000 1982
45.	Gavião	Digüt	Mondé	RO	436	2000
46.	Gavião	Parkatejê, Gavião do Mãe Maria	Jê	PA	338	1998
47.	Gavião	Pukobiê, Pykopjê, Gavião do MA	Jê	MA	250	1998
48.	Guajá	Awá, Avá	Tupi-Guarani	MA	280	1998
49.	Guajajara	Tenethehara	Tupi-Guarani	MA	11.450	1998
50.	Guarani*		Tupi-Guarani	MS/SP/RJ/PR/ ES/SC/RS	35.000	1998
	Kaiowá	Pãi Tavyterã	Tupi-Guarani	MS/Paraguai	Paraguai: 25.000	1995
	Ñandeva	Avakatueté, Chiripá	Tupi-Guarani	MS/SP/PR/Paraguai		
	M'bya		Tupi-Guarani	SP/RJ/ES/PR/SC/RS Argentina/Paraguai	Brasil: 3.000	2000
51.	Guató		Guató	MS	372	1999
52.	Ingarikó*	Ingaricó Akawaio, Kapon	Karíb	RR Guiana Venezuela	675 4.000 728	1997 1990
53.	Iranxe	Irantxe, Manôki	Iranxe	MT	217	2000
54.	Jaboti		Jaboti	RO	67	1990
55.	Jamamadi	Yamamadi, Djeoromitxi	Arawá	AM	320	1999
56.	Jarawara	Jarauara	Arawá	AM	197	1999
57.	Jiripancó	Jeripancó	**	AL	1500	1999
58.	Juma	Yuma	Tupi-Guarani	AM	7	2000
59.	Kaapor	Urubu-Kaapor, Ka'apor, Kaaporté	Tupi-Guarani	MA	800	1998
60.	Kadiweu	Gaduveo, Gadiuéu	Guaikuru	MS	1.592	1998
61.	Kaimbé	Gaimbé	**	BA	634	1999
62.	Kaingang	Caingangue	Jê	SP/PR/SC/RS	25.000	2000
63.	Kaixana	Caixana	**	AM	224	1997
64.	Kalapalo	Calapalo	Karíb	MT	362	1999
65.	Kamayurá	Camaiurá	Tupi-Guarani	MT	316	1999
66.	Kamba	Camba	?	MS	?	
67.	Kambeba	Cambeba, Omágua	Tupi-Guarani	AM	156	2000
68.	Kambiwá Pipipã	Cambiuá	** **	PE	1.578 ?	1999
69.	Kanamanti	Canamanti	Arawá	AM	162	1999
70.	Kanamari	Canamari	Katukina	AM	1.327	1999
71.	Kanela Apaniekra	Canela, Timbira	Jê	MA	458	2000
72.	Kanela Rankokamekra	Canela, Timbira	Jê	MA	1.387	2000
73.	Kanoe	Canoe	Kanoe	RO	84	1997
74.	Kantaruré	Cantaruré	**	BA	244	1996
75.	Kapinawá	Capinauá	**	PE	422	1999
76.	Karajá	Carajá	Karajá	MT/TO/PA	1.804	1997
77.	Karajá/Javaé		Karajá	TO	919	2000
78.	Karajá/Xambioá	Karajá do Norte	Karajá	TO	185	1997
79.	Karapanã*	Carapanã, Muteamasa, Ukopinõpõna	Tukano	AM Colômbia	38 412	1998 1988
80.	Karapotó	Carapotó	**	AL	796	1999
81.	Karipuna	Caripuna	Tupi-Guarani	RO	20	2000
82.	Karipuna do Amapá	Caripuna	Greoulo Francês	AP	1.708	2000
83.	Kariri	Cariri	**	CE	?	
84.	Kariri-Xocó	Cariri-Chocó	**	AL	1.500	1997
85.	Karitiana	Caritiana	Arikem	RO	360	2000
86.	Katuena	Catuena	Karíb	PA/AM	?	
87.	Katukina	Pedá Djapá	Katukina	AM	578	1999

	Nome	Outros nomes ou grafias	Família/língua	UF (Brasil) Países Limítrofes	População censo/estimativa	Ano
88.	Katukina		Pano	AC	318	1998
89.	Kaxarari	Caxarari	Pano	AM/RO	190	1993
90.	Kaxinawá*	Huni-Kuin, Cashinauá, Caxinauá	Pano	AC Peru	3.964 1.400	1999 2000
91.	Kaxixó		**	MG	?	
92.	Kaxuyana	Caxuiana	Karíb	PA	69	1998
93.	Kaiabi	Caiabi, Kayabi	Tupi-Guarani	MT/PA	1.000	1999
94.	Kayapó	Mebegnokre, Caiapó, Gorotire, A'ukre, Kikretun Mekragnotire, Kuben-Kran-Ken, Kokraimoro, Metuktire, Xikrin Kararaô	Jê	MT/PA	6.306	2.000
95.	Kiriri		**	BA	1.346	1999
96.	Kocama*	Cocama	Tupi-Guarani	AM Peru Colômbia	622 10.705 236	1989 1993 1988
97.	Korubo		Pano	AM	250	2000
98.	Kokuiregatejê	Timbira	Jê	MA	?	
99.	Krahô	Craô, Kraô, Timbira	Jê	TO	1.790	1999
100.	Kreje	Timbira, Krenyê	Jê	PA	?	
101.	Krenak	Borun, Crenaque	Krenak	MG	150	1997
102.	Krikati	Krinkati, Timbira	Jê	MA	620	2000
103.	Kwazá	Coaiá, Koaiá	Língua isolada	RO	25	1998
104.	Kubeo*	Cubeo, Cobewa, Kubéwa, Pamiwa	Tukano	AM Colômbia	262 4.238	1998 1988
105.	Kuikuro	Kuikuru	Karíb	MT	394	1999
106.	Kujubim	Kuyuhi	Txapakura	RO	14	1990
107.	Kulina/Madihá*	Culina, Madija, Madiha	Arawá	AC/AM Peru	2.318 300	1999 1993
108.	Kulina Pano	Culina	Pano	AM	20	1996
109.	Kuripako*	Curipaco, Curripaco, Coripaco, Wakuenai	Aruák	AM Venezuela Colômbia	1.100 2.585 6.790	2.000 1992 1988
110.	Kuruaia	Curuáia	Mundurukú	PA	?	
111.	Machineri	Manchioeri	Aruák	AC	459	1999
112.	Macurap	Makurap	Tuparí	RO	129	1990
113.	Maku* Maku Yuhupde Maku Hupdá Maku Nadeb Maku Dow Maku Cacua e Nucak	Macu,	Maku Maku Maku Maku Maku Maku	AM Colômbia	2.548 678	1998 1995
114.	Makuna*	Macuna, Yeba-masã	Tukano	AM Colômbia	42 528	1998 1988
115.	Makuxi*	Macuxi, Macushi, Pemon	Karíb	RR Guiana	16.500 7.500	2.000 1990
116.	Marubo		Pano	AM	1.043	2000
117.	Matipu		Karíb	MT	98	1999
118	Matis		Pano	AM	239	2000
119.	Matsé*	Mayoruna	Pano	AM Peru	829 1.000	2000 1988
120.	Mawayana		Karíb	PA/AM	?	
121.	Maxakali	Maxacali	Maxakali	MG	802	1997
122.	Mehinako	Meináku, Meinacu	Aruák	MT	183	1999
123.	Menky	Myky, Munku, Menki	Iranxe	MT	78	2000
124.	Miranha*	Mirãnha, Miraña	Bora	AM Colômbia	613 445	1999 1988
125.	Miriti Tapuia	Miriti-Tapuya, Buia-Tapuya	Tukano	AM	120	1998

	Nome	Outros nomes ou grafias	Família/língua	UF (Brasil) Países Limítrofes	População censo/estimativa	Ano
126.	Munduruku	Mundurucu	Munduruku	PA	7.500	1997
127.	Mura		Mura	AM	5.540	2000
128.	Nahukwá	Nafuquá	Karíb	MT	92	1999
129.	Nambikwara Nambikwara do Campo Nambikwara do Norte Nambikwara do Sul	Anunsu, Nhambiquara Halotesu, Kithaulu, Wakalitesu, Sawentesu Negarotê, Mamaindê, Latundê, Sabanê e Manduka, Tawandê Hahainteso, Alantesu, Waikiso, Alaketesu, Wasusu, Sararé	Nambikwara Nambikwara Nambikwara	MT/RO	998	1999
130.	Nukini	Nuquini	Pano	AC	425	1999
131.	Ofaié	Ofayé-Xavante	Ofaié	MS	56	1999
132.	Oro Win		Txapakura	RO	50	2000
133.	Paiaku	Jenipapo-Kanindé	**	CE	220	1999
134.	Pakaa Nova	Wari, Pacaás Novos	Txapakura	RO	2.050	1996
135.	Palikur*	Aukwayeoe, Aukuyene, Paliku'ene	Aruák	AP Guiana Francesa	918 470	2000 1980
136.	Panará	Krenhakarore, Krenakore, Krenakarore, Índios Gigantes Kreen-akarore	Jê	MT/PA	202	2000
137.	Pankararé	Paocararé	**	BA	1.027	1996
138.	Pankararu Kalankó Karuazu	Pancararu	**	PE	4.146 230 ?	1999 1999
139.	Pankaru	Pancaru	**	BA	84	1999
140.	Parakanã	Paracanã, Apiterewa	Tupi Guarani	PA	746	1999
141.	Pareci	Paresi, Haliti	Aruák	MT	1.293	1999
142.	Parintintin		Tupi-Guarani	AM	156	2000
143.	Patamona*	Kapon	Karíb	RR Guiana	50 5.500	1991 1990
144.	Pataxó		**	BA	4.151	1998
145.	Pataxó Hã-Hã-Hãe		**	BA	2.050	1998
146.	Paumari	Palmari	Arawá	AM	720	1999
147.	Paumelenho		?	RO	?	
148	Pirahã	Mura Pirahã	Mura	AM	360	2000
149.	Piratuapuia*	Piratapuya, Piratapuyo, Pira-Tapuya, Waíkana	Tukano	AM Colômbia	900 400	1998 1988
150.	Pitaguari		**	CE	871	1999
151.	Potiguara		**	PB	7.575	1999
152.	Poyanawa	Poianáua	Pano	AC	403	1999
153.	Rikbaktsa	Canoeiros, Erigpaktsa	Rikbaktsa	MT	1.025	1998
154.	Sakurabiat	Mekens, Sakirabiap, Sakirabiar	Tupari	RO	55	1999
155.	Sateré-Mawé	Sataré-Maué	Mawé	AM	7.134	2000
156.	Shanenawa	Katukina	Pano	AC	178	1998
157.	Siriano*	Siria-Masã	Tukano	AM Colômbia	? (665)	1988
158.	Suruí	Aikewara	Tupi-Guarani	PA	185	1997
159.	Suruí	Paíter	Mondé	RO	586	1992
160.	Suyá	Suiá	Jê	MT	273	1999
161.	Tapayuna	Beiço-de-Pau	Jê	MT	58	1995
162.	Tapeba		**	CE	2.491	1999
163.	Tapirapé	Tapi'irape	Tupi-Guarani	MT	438	2000
164.	Tapuia	Tapuia-Xavante, Tapuio	**	GO	235	1998
165.	Tariano*	Tariana, Taliaseri	Aruák	AM Colômbia	1.595 205	1998 1988

	Nome	Outros nomes ou grafias	Família/língua	UF (Brasil) Países Limítrofes	População censo/estimativa	Ano
166.	Taurepang*	Taulipang Pemon, Arekuna	Karíb	RR Venezuela	532 20.607	1998 1992
167.	Tembé		Tupi-Guarani	PA/MA	820	1999
168.	Tenharim		Tupi-Guarani	AM	585	2000
169.	Terena		Aruák	MS	15.795	1999
170.	Ticuna*	Tikuna, Tukuna, Magüta	Ticuna	AM Peru Colômbia	32.613 4.200 4.535	1998 1988 1988
171.	Tingui Botó		**	AL	288	1999
172.	Tiriyó* Ewarhuyana Tsikuyana Kah'yana	Trio, Tarona, Yawi, Pianokoto	Karíb Karíb Karíb Karíb	PA PA PA PA Suriname	735 376	1998 1974
173.	Torá		Txapakura	AM	51	1999
174.	Tremembé		**	CE	1.511	1999
175.	Truká		**	PE	1.333	1999
176.	Trumai		Trumai	MT	92	1999
177.	Tsohom Djapá	Tsunhum-Djapá	Katukina	AM	100	1985
178.	Tukano*	Tucano, Ye'pâ-masa, Dasea	Tukano	AM Colômbia	3.670 6.330	1998 1988
179.	Tumbalala		**	BA	?	
180.	Tupari		Tuparí	RO	204	1992
181.	Tupiniquim		**	ES	1.386	1997
182.	Turiwara		Tupi-Guarani	PA	60	1998
183.	Tuxá		**	BA/PE	1.630	1999
184.	Tuyuka*	Tuiuca, Dokapuara, Utapinõmakãphõnã	Tukano	AM Colômbia	530 570	1998 1988
185.	Txikão	Txicão, Ikpeng	Karíb	MT	281	1999
186.	Umutina	Omotina, Barbados	Bororo	MT	124	1999
187.	Uru-Eu-Wau-Wau	Urueu-Uau-Uau	Tupi-Guarani	RO	124	2000
188.	Urupain		?	RO	?	
189.	Wai Wai* Karafawyana Xereu Hixkaryana	Waiwai	Karíb Karíb Karíb Karíb Karíb	RR/AM/PA PA/AM PA/AM PA/AM Guiana	2.020 130	2000 2000
190.	Waiãpi*	Wayampi, Oyampi, Wayãpy,	Tupi-Guarani	AP Guiana Francesa	525 412	1999 1992
191.	Waimiri Atroari	Kinã	Karíb	RR/AM	798	1999
192.	Wanano*	Uanano, Wanana	Tukano	AM Colômbia	487 1.113	1998 1988
193.	Wapixana*	Uapixana, Vapidiana, Wapisiana, Wapishana	Aruák	RR Guiana	6.500 4.000	2.000 1990
194.	Warekena*	Uarequena, Werekena	Aruák	AM Venezuela	491 409	1998 1992
195.	Wassu		**	AL	1.447	1999
196.	Waurá	Uaurá, Wauja	Aruák	MT	270	1999
197.	Wayana*	Waiana, Uaiana	Karíb	PA Suriname Guiana Francesa	415 400 800	1999 1999 1999
198.	Witoto*	Uitoto, Huitoto	Witoto	AM Colômbia Peru	? 5.939 2.775	 1988 1988
199.	Xakriabá	Xacriabá	Jê	MG	5.093	1997
200.	Xavante	A'uwe, Akwe, Awen, Akwen	Jê	MT	9.602	2000
201.	Xerente	Akwe, Awen, Akwen	Jê	TO	1.814	2000
202.	Xetá		Tupi-Guarani	PR	8	1998
203.	Xipaia	Shipaya	Juruna	PA	?	

	Nome	Outros oomes ou grafias	Família/língua	UF (Brasil) Países Limítrofes	População censo/estimativa	Aoo
204	Xokó	Xocó, Chocó	**	SE	250	1987
205.	Xokleng	Shokleng	Jê	SC	757	1998
206	Xukuru	Xucuru	**	PE	6.363	1999
207.	Xukuru Kariri	Xucuru-Kariri	**	AL	1.820	1996
208.	Yanomami*	Ianomâmi, Ianoama, Yanomam	Yanomami Xirianá	RR/AM	11.700	2000
	Sanumá		Yanomami			
	Ninam		Yanomami			
				Venezuela	15.193	1992
209.	Yawalapiti	Iaualapiti	Aruák	MT	208	1999
210.	Yaminawa	Jaminawa, Iaminawa	Pano	AC	565	1999
211.	Yawanawá*	Iauanauá	Pano	AC Peru Bolívia	618 324 630	1999 1993 1993
212.	Yekuana*	Maiongong, Ye'kuana, Yekwana	Karíb	RR Venezuela	426 3.632	2000 1992
213.	Yudjá	Juruna, Yuruna	Juruna	PA/MT	201	1999
214.	Zo'é	Poturu	Tupi-Guarani	PA	152	1998
215.	Zoró	Pageyn	Mondé	MT	400	2000
216.	Zuruahã	Sorowaha, Suruwaha	Arawá	AM	143	1995

(*) Povos que estão presentes em mais de um país.

(**) Já não falam a língua original, usam o português regional.

QUANTOS SÃO?

ESTIMATIVAS - Para o ISA os 216 povos indígenas contemporâneos no Brasil somam uma população estimada em 350 mil. Como não há um censo indígena no Brasil, os cômputos globais têm sido feitos – seja pelas agências governamentais (Funai ou Funasa), pela Igreja Católica (Cimi) ou pelo ISA – com base numa colagem de informações heterogêneas, que apontam para estimativas globais que variam entre 350 e 500 mil.

VARIAÇÕES – Variam os critérios censitórios, as datas, há povos sobre os quais simplesmente não hó informações, sabe-se pouco sobre os índios que vivem nas cidodes... Até o número de etnios vorio, sejo porque, por exemplo, povos até então "isolados" entram "em contato" – o Brasil é um país em formoção - seja porque povos considerodos "extintos" reaparecem - os caminhos de volto.

CRESCIMENTO - A populoção indígena total tem crescido nos últimos 25 anos, embora povos específicos tenhom perdido populoção e olguns estejom oté omeaçados de extinção (no listagem ocimo hó 12 povos com população entre 2 e 38 indivíduos!).

MOSAICO - Dos 216 povos listados no quodro acima 40 (18.5%) têm parte da sua populoção residindo em outro(s) país(es). Mesmo quando há informoções demográficas a respeito, essas parcelas não foram consideradas nem na estimativo globol poro o Brasil, nem para a classificação que segue: 61 povos (28.2%) têm uma população de oté 200 indivíduos, 50 (23.1%) entre 201-500, 37 (17.1%) entre 501-1.000, 43 (19.9%) entre 1.001-5.000, 09 (4.1%) entre 5.001-10.000, 05 (2.3%) entre 10.001-20.000, 01 entre 20.001-30.000 e 02 com mois de 30.000.

Há pelo menos 42 evidências de "ÍNDIOS ISOLADOS", assim chamados aqueles cujo contato regular com agências indigenistas, especialmente a agência governamental, não foi estabelecido e anunciado publicamente. Exceto uma em Goiás (supostamente Avá-Canoeiro), todas as demais estão localizadas na Amazônia Legal (AC, AM, AP, MA, MT, PA, RO e RR). A FUNAI tem um Departamento de Índios Isolados que, em abril de 2000, era responsável por seis "Frentes de Proteção Etno-Ambiental": Avá-Canoeiro (GO), Rio Envira (AC), Guaporé (RO), Rio Madeirinha (RO/MT), Rio Purus (AC) e Vale do Javari (AM).

A HISTÓRIA EM OUTROS TERMOS

EDUARDO VIVEIROS DE CASTRO - Antropólogo

AS NARRATIVAS INDÍGENAS AQUI PUBLICADAS DISPENSARIAM QUALQUER APRESENTAÇÃO – QUANTO MAIS UMA ASSINADA POR UM BRANCO –, NÃO FOSSE O FATO DE QUE SEU DESTINATÁRIO SOMOS PRECISAMENTE NÓS, OS BRANCOS. É APENAS POR ISSO QUE NÃO ME PARECE IMPRÓPRIO INTRODUZI-LAS, FAZENDO VOTOS DE QUE ELAS NOS POSSAM ABRIR OS OUVIDOS, E REAVIVAR A MEMÓRIA. ESCUTEMOS POIS O QUE DIZEM OS DESANA, OS BARÉ, OS MAWÉ, TODOS ESSES QUE VIEMOS A CHAMAR, POR ESQUECIMENTO, "ÍNDIOS", COMO QUEM DIZ OS OUTROS, QUANDO FOMOS NÓS QUE NOS TORNAMOS OUTROS. OS QUE FORAM ESQUECIDOS NÃO ESQUECERAM.

O que se lerá aqui é a história destes quinhentos anos, uma história que pensamos conhecer - mas contada em outros termos. Não é, para começar, uma história (dos índios) contada pelos brancos, mas uma história (dos brancos) contada pelos índios. Uma história, ou melhor dizendo, várias. Pois estas histórias impressionam pela diversidade: diversidade das posições enunciativas, dos contextos discursivos, dos gêneros de fala, dos recursos semânticos, dos registros epistêmicos, dos processos de textualização. Fala-se aqui do passado "imemorial", mas também do ontem e do amanhã; falam vozes muito distantes, outras muito próximas; falam povos com experiência secular dos brancos, outros cujo "contato" conosco é coextensivo ao tempo de vida do narrador; contam-se o que chamaríamos 'mitos', como se contam memórias pessoais, inscrevem-se fragmentos de conversas, e depoimentos formais, e entrevistas, e conferências; diz-se o que se diz há muito, e diz-se o que nunca foi dito; conta-se muito do que contamos, mas de modo bem diferente. Conta-se, em suma; mas também explica-se, critica-se, lamenta-se, justifica-se, reivindica-se, pergunta-se. Há muito o que dizer.

Tal impressão da heterogeneidade emerge não apenas da relação entre as narrativas, mas de muitas delas em si mesmas, em particular daquelas que buscam o fio que liga o presente ou o passado recente às condições gerais de possibilidade do mundo. Os personagens "históricos" (isto é, que figuram em nossos mitos históricos) coexistem sem solução de continuidade ontológica com personagens "míticos"; temas clássicos da tradição indígena pan-americana refletem, absorvem e transformam motivos igualmente clássicos da mitologia do Velho Mundo; juízos etnográficos profundos sobre a sociedade dos brancos buscam sua justificação em amplas caracterizações antropológicas e cosmológicas. Há, dir-se-ia, de tudo. Exatamente como na história que conhecemos, aliás, cuja heterogeneidade é apenas menos sensível a nossos olhos e ouvidos, acostumados que estão às nossas próprias convenções narrativas, onde coabitam escalas temporais incomensuráveis, e aos nossos saltos "naturais" entre múltiplos registros discursivos.

Não é difícil perceber, entretanto, a presença de um grande tema que atravessa muitos dos textos a seguir. Pois a diversidade aparente reflete, ou antes, refrata uma convicção fundamental. Esta diz: os índios são anteriores aos brancos, na ordem do parentesco e na ordem do território. Os brancos não chegaram aqui, eles saíram daqui; não descobriram os índios, mas encobriram a si mesmos, até voltarem para o que pensaram ser um encontro com o desconhecido, mas que não foi senão um reencontro com o olvidado. Somos, recordam-nos os Desana, seus irmãos mais moços. Abandonamos nossos maiores no princípio dos tempos, e muito mais tarde (apenas quinhentos anos atrás), acreditamos tê-los descoberto. Os que vieram a ser chamados índios são aquele fragmento da humanidade originária que decidiu, para o melhor ou para o pior, não seguir conosco. O retorno dos brancos era esperado – estava previsto –, mas se esperava, talvez, um pouco mais deles: que se comportassem como parentes que retornam, não como algozes; que partilhassem o que haviam aprendido lá aonde foram morar, não que voltassem para tomar o pouco que aos índios coubera; que seu engenho não tivesse sido adquirido às custas da sabedoria, que sua arte não lhes houvesse embaralhado o entendimento, que sua escrita não fosse usada para calar a voz dos que ficaram.

O que dizem, então, estas narrativas, é que a relação com os brancos sempre existiu. Não houve nem há "contato" que não fosse ou seja uma atualização - por mais que desastrosa - de uma virtualidade traçada no discurso das origens. Ailton Krenak observa agudamente que "o encontro e o contato entre nossas culturas e nossos povos, ele nem começou ainda e às vezes parece que ele já terminou". Mas vale também, e pelas mesmas razões, o inverso: ele jamais começou, pois ele estava lá antes do começo. No começo foi o desencontro, e este ainda não terminou, quinhentos anos passados.

Mas quinhentos anos não é nada, conclui Ailton. É verdade. Sobretudo para quem tem boa memória, para aqueles cujo pensamento não está, como fulmina Davi Kopenawa, cheio de vertigem e de esquecimento. Possamos ao menos lembrar daqui para a frente, nós que somos verdadeiramente "muito esquecidos".

(OUTUBRO, 2000)

PALAVRAS INDÍGENAS

DOZE NARRATIVAS SOBRE A ORIGEM DO MUNDO, A CHEGADA DOS BRANCOS E OS 500 ANOS DO BRASIL

A SAGA DE DAVI KOPENAWA YANOMAMI

BRUCE ALBERT - Antropólogo, IRD/ISA

Davi Kopenawa, nascido em 1956, vive na aldeia yanomami de Watoriki, situada ao pé da serra do Demini ("serra do Vento"), no estado do Amazonas. Seu grupo de origem foi quase inteiramente aniquilado no alto rio Toototobi (perto da fronteira venezuelana) por duas epidemias sucessivas após contatos estabelecidos com o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e com a missão evangélica Novas Tribos do Brasil (MNTB) (1959-60, gripe [?]; 1967; sarampo). Criança, Davi Kopenawa perdeu, assim, a maior parte dos membros da sua família. Em seguida sofreu, e depois rejeitou, o proselitismo dos missionários da MNTB, abandonando na adolescência sua região natal para trabalhar na Fundação Nacional do Índio (Funai) como intérprete. No começo dos anos 80, fixou-se em Watoriki, ali se casando com a filha do líder da comunidade, xamã renomado que o iniciou e, tradicionalista convicto, permanece seu mentor. Davi é hoje a um só tempo chefe do posto indígena Demini e um dos mais influentes xamãs de Watoriki.

A invasão de suas terras por cerca de 30 a 40 mil garimpeiros custou a vida, entre 1987 e 1990, de mais de mil Yanomami no Brasil. Chocado com essa tragédia que reavivou nele a lembrança das que dizimaram sua família nos anos 60, Davi Kopenawa engajou-se em uma luta incansável contra a destruição de seu povo e da floresta de sua terra. Graças a sua experiência com os brancos e à firmeza intelectual que lhe confere o saber xamanístico, tornou-se rapidamente o principal porta-voz da causa yanomami, no Brasil e no mundo. Visitou, ao longo dos anos 80 e 90, vários países da Europa e os Estados Unidos. Recebeu, depois de Chico Mendes, o prêmio Global 500 do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e, recentemente, a Ordem de Rio Branco ao grau de cavaleiro.

Depoimentos recolhidos, traduzidos e editados por Bruce Albert
O segundo fragmento da narrativa de Davi Kopenawa foi publicado anteriormente em Kopenawa Yanomami, Davi "Descobrindo os Brancos", in Novaes, Adauto (org.). *A Outra Margem do Ocidente* - Minc - Funarte/Companhia Das Letras, 1999

SONHOS DAS ORIGENS

Davi Kopenawa
Aldeia Watoriki, Serra Demini (Roraima), 1998

Os espíritos *xapiripë* dançam para os xamãs desde o primeiro tempo e assim continuam até hoje. Eles parecem seres humanos mas são tão minúsculos quanto partículas de poeira cintilantes. Para poder vê-los deve-se inalar o pó da árvore *yãkõanahi* muitas e muitas vezes. Leva tanto tempo quanto para os brancos aprender o desenho de suas palavras. O pó do *yãkõanahi* é a comida dos espíritos. Quem não o «bebe» assim fica com olhos de fantasma e não vê nada.

Os *xapiripë* dançam juntos sobre grandes espelhos que descem do céu. Nunca são cinzentos como os humanos. São sempre magníficos: o corpo pintado de urucum e percorrido de desenhos pretos, suas cabeças cobertas de plumas brancas de urubu rei, suas braçadeiras de miçangas repletas de plumas de papagaios, de cujubim e de arara vermelha, a cintura envolta de rabos de tucanos.

Milhares deles chegam para dançar juntos, agitando folhas da palmeiras novas, soltando gritos de alegria e cantando sem parar. Seus caminhos parecem fios da aranhas brilhando como a luz do luar e seus ornamentos de plumas mexem lentamente ao ritmo de seus passos. Dá alegria de ver como são bonitos!

Os espíritos são tão numerosos porque eles são as imagens dos animais da floresta.

Todos na floresta têm uma imagem *utupë*: quem anda no chão, quem anda nas árvores, quem tem asas, quem mora na água. São estas imagens que os xamãs chamam e fazem dascer para virar espíritos *xapiripë*. Esta imagens são o vardadeiro centro, o verdeiro interior dos seres da floresta. As pessoas comuns não podem vê-los, só os xamãs. Mas não são imagens dos animais que conhecemos agora. São imagens dos pais destes animais, são imagens dos nossos antepassados.

No primeiro tempo, quando a floresta estava ainda jovem, nossos antepassados eram humanos com nomes de animais e acabaram virando caça. São eles que flechamos e comemos hoje. Mas suas imagens não desapareceram e são elas que agora dançam para nós como espíritos *xapiripë*. Estes antepassados são verdadeiros antigos. Viraram caça há muito tempo mas seus fantasmas parmanecem aqui. Têm nomes de animais mas são seres invisíveis que nunca morrem. A epidemia dos brancos pode tentar queimá-los e devorá-los, nunca desaparecerão. Seus espelhos brotam sempre de novo.

Os brancos desenham suas palavras porque seu pensamento é cheio de esquecimento.

Nós guardamos as palavras dos nossos antepassados dentro de nós há muito tempo e continuamos passando-as para os nossos filhos. As crianças, que não sabem nada dos espíritos, escutam os cantos do xamãs e depois querem ver os espíritos por sua vez. É assim que, apesar de muito antigas, as palavras dos *xapiripë* sempre voltam a ser novas. São elas que aumentam nossos pensamentos. São elas que nos fazem ver e conhecer as coisas de longe, as coisas dos antigos. É o nosso estudo, o que nos ensina a sonhar. Deste modo, quem não bebe o sopro dos espíritos tem o pensamento curto e enfumaçado; quem não é olhado pelos *xapiripë* não sonha, só dorme como um machado no chão.

Davi Kopenawa

Aldeia Watoriki,
Serra Demini (Roraima),
1998

DESCOBRINDO OS BRANCOS

Dos espíritos canibais

Há muito tempo, meus avós, que habitavam *Mõramabi araopi*, uma casa situada muito longa, nas nascentes do rio Toototobi, iam às vezes visitar nas terras baixas outros Yanomami estabelecidos ao longo do rio Aracá.

Foi lá que encontraram os primeiros brancos. Esses estrangeiros coletavam fibra de palmeira piaçaba ao longo do rio[1]. Durente essas visitas nossos mais valhos obtiveram seus primeiros facões. Eles me contaram isso muitas vezes quando eu era criança. Naquele tempo, eles só encontravam brancos ao viajar muito longe de sua aldeia e não iam vâ-los sam motivo, simplesmente para visitá-los. Haviam visto suas ferramentas metálicas e as cobiçavam, pois possuíam apenas pedaços de metal que Omama deixara[2]. Era duranta essas longas viagans que, de vez em quando, eles conseguiam obter um facão ou mesmo um machado. Trabelhevam então em sues plantações amprestando-os uns aos outros. Quando um tinha aberto sua plantação, passava-os a um outro e assim por diante. Eles emprestavam também esses poucas ferrementes metálicas de uma aldeia a outra.

Não era para procurar fósforos que iam ver os brancos tão longe, não: tinham seus paus de cacaueiro para fazer fogo. Evidentemente, eles achavam as panelas de alumínio muito bonitas, mas tampouco era por isso que faziam aquelas viagens: também tinham vasilhas da tarracota para cozinhar sua caça. Era raalmanta por seus facõas a saus machados qua iam visitar aqualas estrangeiros.

Mas foi bem mais tarde, quando habitávamos *Marakana*, mais para o lado da foz do rio Toototobi, qua os brancos visitaram nossa casa pela primeira vez. Na época, nossos mais velhos estavam ainda todos vivos a éramos muito numerosos, au me lambro. Eu ara um menino, mas começava a tomar consciência das coisas. Foi lá que comecei a crescer e descobri os brencos. Eu nunca os vira, não sabia nada deles. Nam masmo pansava qua alas existissam. Quando os avistai, chorai da mado. Os adultos já os haviam encontrado algumas vezes, mas eu, nunca! Pensei que aram espíritos canibais e qua iam nos devorar. Eu os achava muito feios, esbranquiçados e peludos. Eles eram tão diferentes que me aterrorizevam. Além disso, não compreendia nanhuma de suas pelavras emaranhadas. Parecia que eles tinham uma língua da fantasmas. Eram pessoas da "Comissão"[3]. Os mais velhos diziam qua alas roubavam as crianças, qua já as haviam capturado e lavado com elas quando tinham subido o rio Mapulaú, no passado[4]. Era por isso também que eu tinha muito medo: estava certo de que também iam me levar. Meus avós já haviam contado muitas vezes essa história, eu os ouvira dizer: "Sim, esses brancos são ladrões de crianças!", e tinha muito mado. Por qua eles levaram aquelas crianças? Eu ma pergunto isso ainda hoje.

Quando aqueles estrangeiros antravam em nossa habitação, minha mãe me escondia debaixo de um grande cesto de cipó, no fundo de nossa casa. Ela me dizia então: "Não tenha medo! Não diga uma palavra!", a au ficava assim, tremendo sob mau cesto, sem dizer nada. Eu me lembro, no entanto devia ser realmente muito pequeno, senão não teria cabido debaixo daquele cesto! Minha mãe me escondia pois tambám tamia qua os brancos me lavassem com alas, como tinham roubado aqualas crianças, da primaira vaz. Era também para me acalmar, pois au astava aterrorizado e só parava de chorar quando estava escondido. Todos os bens dos brancos ma assustavam também: tinha medo da seus motores, de suas lâmpadas elétricas, de seus sapatos, de saus óculos e de seus relógios. Tinha medo da fumaça da seus cigarros, do chairo de sua gasolina. Tudo me assustava, porque nunca vira nada de semelhante e ainda era pequeno! Mas, quando seus aviões nos sobrevoavam, eu não era o único a ficar assustado, os adultos tambám tinham medo; alguns chegavam mesmo

[1] Rio Aracá, qua como o rio Toototobi, é um afluanta do rio Oamini, ala próprio tributário da margam asquerda do rio Negro.

[2] Os antigos Yanomami possuíam fragmentos de facõas a de machados muito gastos, qua obtinham por um complexo circuito de trocas interétnicas, mas cuja origam atribuíam a Omama, seu harói cultural.

[3] Uma aquipa da Comissão Brasilaira Damarcadora dos Limitas (CBDL) subiu o rio Toototobi em 1958-9.

[4] Alusão a uma primaira visita da CBDL ao rio Toototobi, am 1941.

a romper em soluços, e todo mundo fugia para a mata vizinha! Nós somos habitantes da floresta, não conhecíamos os aviões e estávamos aterrorizados. Pensávamos que eram seres sobrenaturais voadores que iam cair sobre nós e queimar todos. Todos tínhamos muito medo de morrer! Eu me lembro que também tinha medo das vozes que saíam dos rádios e da explosão dos fuzis que matavam a caça. Perguntava-me o que todas aquelas coisas que pareciam sobranaturais poderiam ser! Perguntava-me também por que aquelas pessoas tinham vindo até nossa casa.

Mais tarde, realmente comacai a crascer e a pensar direito, mas continuei a me perguntar: "O que os brancos vêm fazer aqui? Por que abrem caminhos em nossa floresta?". Os mais valhos ma respondiam: "Eles vêm sem dúvida visitar nossa terra para habitar aqui conosco mais tarde!". Mas eles não compreendiam nada da língua dos brancos; foi por isso que os deixaram penetrar em suas terras dessa maneira amistosa. Se tivessem compreendido suas palavras, acho que os teriam expulsado. Aqueles brancos os enganaram com seus presentes. Deram-lhes machados, facões, facas, tecidos. Disseram-lhes, para adormecer sua desconfiança: "Nós, os brancos, nunca os deixaremos desprovidos, lhes daramos muito da nossas mercadorias e vocês se tomarão nossos amigos!". Mas, pouco depois, nossos parentes morreram quase todos em uma epidemia, depois em uma outra. Mais tarde, muitos outros Yanomami novamente morreram quando a estrada entrou na floresta[5] e bem mais ainda quando os garimpairos chegaram ali com sua malária. Mas, dessa vez, eu tinha me tomado adulto e pensava direito; sabia realmente o qua os brancos queriam ao penetrar em nossa terra.

Os brancos são engenhosos, têm muitas máquinas e mercadorias, mas não têm nenhuma sabedoria. Não pensam mais no que eram seus ancastrais quando foram criados. Nos primeiros tempos, eles eram como nós, mas esqueceram todas as suas antigas palavras. Mais tarde, atravessaram as águas e vieram em nossa diração. Depois, repetem que descobriram esta terra. Só compreendi isso quando comecei a compreender sua língua. Mas nós, os habitantes da floresta, habitamos aqui há longuíssimo tempo, desde que Omama nos criou. No começo das coisas, aqui só havia habitantes da floresta, seres humanos[6]. Os brancos clamam hoje: "Nós descobrimos a terra do Brasil!". Isso não passa de uma mentira. Ela existe desde sempre e Omama nos criou com ela. Nossos ancestrais a conheciam desde sempra. Ela não foi descoberta pelos brancos! Muitos outros povos, como os Makuxi, os Wapixana, os Waiwai, os Waimiri-Atroari, os Xavanta, os Kayapó a os Guarani ali viviam também. Mas, apesar disso, os brancos continuam a mentir para si mesmos pensando que descobriram esta terra! Como se ela estivesse vazia! Como se os seres humanos não a habitassem desde os primeiros tempos!

Os brancos foram criados em nossa florasta por Omama mas ele os expulsou porque temia sua falta de sabedoria e porque eram parigosos para nós![7] Ele lhes deu uma terra, muito longe daqui, pois queria nos proteger de suas epidemias e de suas armas. Foi por isso que os afastou. Mas esses ancastrais dos brancos falaram a saus filhos dessa floresta e suas palavras se propagaram por muito tempo. Eles se lembraram: "É verdade! Havia lá, ao longe, uma outra terra muito bela!", e voltaram para nós. Na margem desta terra do Brasil aonde eles chegaram viviam outros índios. Esses brancos eram pouco numerosos e começaram a mentir: "Nós, os brancos, somos bons e generosos! Damos presentes e alimentos! Vamos viver a seu lado nesta terra com vocês! Seremos seus amigos!". Era com assas mesmas mentiras que tentavam nos enganar dasda que também chegaram a nós. Depois dessas primeiras palavras da mentira eles foram embora e falaram entre si. Depois voltaram muito

[5] A BR-210 (Perimetral Norte), aberta em 1973-4 e abandonada em 1976, depois de cortar duzentos quilômetros a sudoste do território yanomami.

Descobrir o Descobrimento

[6] A autodesignação dos Yanomami - *yanomae thëpë* - significa antes de tudo "seres humanos" - e se aplica também aos outros índios, opondo-se aos animais, aos seres sobrenaturais e aos não-índios (*napëpë*).

[7] Os brancos foram criados por Omama a partir do sangue de um grupo de ancestrais Yanomami devorados por lontras e jacarés numa grande anchente provocada pela quebra de um resguardo menstrual.

numerosos. No começo, sem casa nesta terra, ainda mostravam amizade pelos índios. Tinham visto a beleza desta floresta e queriam se estabelecer aqui. Mas desde que se instalaram realmente, desde que construíram suas habitações e abriram suas plantações, desde que começaram a criar gado e a cavar a terra para procurar ouro, esqueceram sua amizade. Começaram a matar as gentes da floresta que viviam perto deles.

Nos primeiros tempos, os seres humanos eram muito numerosos nesta terra. É o que dizem nossos mais velhos. Não havia doenças perigosas, sarampo, gripes, malária. Estávamos sozinhos, não havia garimpeiros para queimar o ouro, fábricas para produzir ferro e gasolina, carros e aviões. A floresta e os que a habitavam não estavam o tempo todo doentes. Foi apenas quando os brancos se tomaram muito numerosos que sua fumaça-epidemia *xawara* começou a aumentar e a se propagar por toda parte. Essa coisa má se tomou muito poderosa e foi assim que as gentes da floresta começaram a morrer[8]. Quando viviam sem os brancos nossos ancestrais não tinham fábricas, caçavam e trabalhavam em suas plantações para fazer crescer seu alimento. Também não sujavam todos os rios como esses brancos que agora procuram ouro em nossas terras.

[8] A expressão *xawara wakëxi* ("epidemia-fumaça") designa aqui a um só tempo as epidemias e a poluição, às quais é atribuida a mesma origem: a fusão do ouro, dos metais e dos carburantes extraídos da terra para produzir as mercadorias dos brancos e abastecer seus veículos.

"Nós descobrimos estas terras! Possuímos os livros e, por isso, somos importantes!", dizem os brancos. Mas são apenas palavras de mentira. Eles não fizeram mais que tomar as terras das gentes da floresta para se pôr a devastá-las. Todas as terras foram criadas em uma única vez, as dos brancos e as nossas, ao mesmo tempo que o céu. Tudo isso existe desde os primeiros tempos, quando Omama nos fez existir. É por isso que não creio nessas palavras de descobrir a terra do Brasil. Ela não estava vazia! Creio que os brancos querem sempre se apoderar de nossa terra, é por isso que repetem essas palavras. São também as dos garimpeiros a propósito de nossa floresta: "Os Yanomami não habitavam aqui, eles vêm de outro lugar! Esta terra estava vazia, queremos trabalhar nela!". Mas eu, sou filho dos antigos Yanomami, habito a floresta onde viviam os meus desde que nasci e eu não digo a todos os brancos que a descobri! Ela sempre esteve ali, antes de mim. Eu não digo: "Eu descobri esta terra porque meus olhos caíram sobre ela, portanto a possuo!". Ela existe desde sempre, antes de mim. Eu não digo: "Eu descobri o céu!". Também não clamo: "Eu descobri os peixes, eu descobri a caça!". Eles sempre estiveram lá, desde os primeiros tempos. Digo simplesmente que também os como, isso é tudo.

O Povo das Mercadorias

Quando viajei para longe, vi a terra dos brancos, lá onde havia muito tempo viviam seus ancestrais. Visitei a terra que eles chamam *Eropa*. Era sua floresta, mas eles a desnudaram pouco a pouco cortando suas árvores para construir suas casas. Eles fizeram muitos filhos, não pararam de aumentar, e não havia mais floresta. Então, eles pararam de caçar, não havia mais caça também. Depois, seus filhos puseram-se a fabricar mercadorias e seu espírito começou a obscurecer-se por causa de todos esses bens sobre os quais fixaram seu pensamento. Eles construíram casas de pedra, para que não se deteriorassem. Continuaram a destruir a floresta, dizendo-se: "Nós vamos nos tornar o povo das mercadorias! Vamos fabricar muitas delas e dinheiro também! Assim, quando formos realmente muito numerosos, jamais seremos miseráveis!". Foi com esse pensamento que eles acabaram com sua floresta e sujaram seus rios. Agora, só bebem água "embrulhada", que precisam comprar. A água de verdade, a que corre nos rios, já não é boa para beber.

Nos primeiros tempos, os brancos viviam como nós na floresta e seus ancestrais eram pouco numerosos. Omama transmitiu também a eles suas palavras, mas não o escutaram. Pensaram que eram mentiras e puseram-se a procurar minerais e petróleo por toda parte, todas essas coisas perigosas que Omama quisera ocultar sob a terra e a água porque seu calor é perigoso. Mas os brancos as encontraram e pensaram fazer com elas ferramentas, máquinas, carros e aviões. Eles se tomaram eufóricos e se disseram: "Nós somos os únicos a ser tão engenhosos, só nós sabemos realmente fabricar as mercadorias e as máquinas!". Foi nesse momento que eles perderam realmente toda sabedoria. Primeiro estragaram sua própria terra antes de ir trabalhar nas dos outros para aumentar suas mercadorias sem parar. Nunca mais eles se disseram: "Se destruirmos a terra, será que seremos capazes de recriar uma outra?".

Quando conheci a terra dos brancos isso me deixou inquieto. Algumas cidades são belas, mas seu barulho não pára nunca. Eles correm por elas com carros, nas ruas e mesmo com trens debaixo da terra. Há muito barulho e gente por toda parte. O espírito se toma obscuro e emaranhado, não se pode mais pensar direito. É por isso que o pensamento dos brancos está cheio de vertigem e eles não compreendem nossas palavras. Eles não fazem mais que dizer: "Estamos muito contentes de rodar e de voar! Continuemos! Procuremos petróleo, ouro, ferro! Os Yanomami são mentirosos!". O pensamento desses brancos está obstruído, é por isso que eles maltratam a terra, desbravando-a por toda parte, e a cavam até debaixo de suas casas. Eles não pensam que ela vai acabar por desmoronar. Eles não temem cair no mundo subterrâneo. Porém, é assim. Se os "brancos-espíritos-tatus-gigantes" [mineradoras] entram por toda parte sob a terra para retirar os minérios, eles vão se perder e cair no mundo escuro e podre dos ancestrais canibais [9].

Nós, nós queremos que a floresta permaneça como é, sempre. Queremos viver nela com boa saúde e que continuem a viver nela os espíritos *xapïripë*, a caça e os peixes. Cultivamos apenas as plantas que nos alimentam, não queremos fábricas, nem buracos na terra, nem rios sujos.

Queremos que a floresta permaneça silenciosa, que o céu continue claro, que a escuridão da noite caia realmente e que se possam ver as estrelas. As terras dos brancos estão contaminadas, estão cobertas de uma fumaça-epidemia-*xawara* que se estendeu muito alto no peito do céu. Essa fumaça se dirige para nós mas ainda não chega lá, pois o espírito celeste *Hutukarari* a repele ainda sem descanso. Acima de nossa floresta o céu ainda é claro, pois não faz tanto tempo que os brancos se aproximaram de nós.
Mas bem mais tarde, quando eu estiver morto, talvez essa fumaça aumente a ponto de estender a escuridão sobre a terra e de apagar o sol. Os brancos nunca pensam nessas coisas que os xamãs conhecem, é por isso que eles não têm medo. Seu pensamento está cheio de esquecimento. Eles continuam a fixá-lo sem descanso em suas mercadorias, como se fossem suas namoradas.

[9] O universo yanomami compõe-se de quatro níveis superpostos suspensos em um "grande vazio". O mundo subterrâneo foi formado pela queda do nível terrestre na aurora dos tempos. É habitado pelos ancestrais Yanomami da primeira humanidade, que se tornaram monstros canibais (os *aõpatəripë*).

Desenho:
Davi Kopenawa

O IMPERADOR DOS SATERÉ-MAWÉ

ALBA LUCY GIRALDO FIGUEROA
Antropóloga

Relatos antigos [*sehay poot'i*] colhidos em diversas localidades da Área Indígena Andirá-Marau referem-se à apopéia de um deus mítico que os Sateré-Mawé reconhecem como seu ancestral. Numa dessas versões, o nome atribuído ao demiurgo pelos narradores é o de "Imperador". O termo Imperador foi utilizado no contexto da língua sateré-mawé, sendo *Imperador* a única palavra em português do relato original, que tanto para o narrador quanto para os demais ouvintes, todos homens adultos, era considerada uma palavra de sua própria língua. Acrescentaram que o seu nome completo era "Imperador Dom Pedro". Em outros contextos, ocorre a utilização do apelativo *morekuat*, nome genérico para "chefe", hoje reservado principalmente aos funcionários públicos.

O relato, em suas diversas versões, é fundamental para a compreensão de como se configuram diversos temas entre os Sateré-Mawé, tais como o da identidade étnica, o lugar e o papel atribuído à categoria social dos brancos (*karaiwa*) na suas representações sobre o mundo e naquelas referentes às relações de poder com as instituições do Estado brasileiro. Fundamentalmente, por outro lado, o sentimento religioso embutido no senso da territorialidade e na prática política dos Sateré-Mawé. Um ponto comum a todas as versões do relato é o consentimento explicitado pelo Imperador diante da opção da parte dos índios de ficarem nas suas terras.

Os brancos são associados a dois tipos de sapos esbranquiçados: um chamado *kaingkaing* [não identificado] e outro *manka'i* [Hyla venulosa – cunauaru]. Também são feitas outras associações: uma com o macaco *wehue*: "caiarara" [Cebus albitrons unicolor], por ser ele "todo branco e sem-vergonha". A outra é com o *tiapu* ou *tiapii* [Cacicus cela], "japiin", [pássaro da família dos Icterideos]. Neste último caso, o traço destacado é aparentemente, o hábito de habitação coletiva e numerosa, bem como a grande versatilidade canora demonstrada por esse pássaro. Alguns narradores apontam para justificar essa associação a característica multi-instrumental da música ocidental. Os brancos são, assim, representados como descendentes daqueles que seguiram o Imperador e os Sateré-Mawé como descendentes dos que ficaram.

A palavra *toran*, pronunciada com ênfase pelos narradores depois de uma pausa final, cada vez que narram um mito, demarca uma seqüência temporal durante a qual espera-se que a atitude dos presentes seja de reverente silêncio diante das *sahay poot'i*: palavras antigas, tidas pelos homens idosos como palavras de bem e de beleza.

As narrativas Sateré-Mawé foram recolhidas e editadas por Alba Lucy Giraldo Figueroa e fazem parte da sua tese de doutorado "Guerriers de l'écriture et commerçants du monde enchanté: histoire, identité e traitement du mal chez les Sateré-Mawé (Amazonie Centrale, Brésil)". A primeira narrativa foi traduzida por Sílvia de Oliveira e a terceira por Brito de Souza.

O IRMÃO DE EVA

Vidal, *rio Manjuru (AM) - 1996*

Antigamente a gente não morria, porque todos nós, índios, morávamos lá, no *nusoquen [terreiro de pedra].* Lá foi a primeira terra que nós habitamos.

Mas foi depois que existiu a morte, que a irmã dele morreu, quando ele abandonou essa casa primeira, que ele convidou o Adão. Tupana que mandou eles saírem de lá, daquela paragem. "Olha, Adão, chama teu povo para sair daí, daquela paragem". Ele falou assim: "Adão, chama teu povo para continuar, para ele ir embora, para sair daí. Vai ter muitas frutas pelas matas que vocês vão atravessar. Mas eu não quero que vocês fiquem se entretendo. Eu vou na frente".

Ele insiste: "Vocês vão ter muita fruta, mas vocês não vão se entreter. " Mas o Adão é teimoso. Quando ele chegou lá, numa fruteira, ele trepou e foi cortar o galho da fruteira. Lá, o povo dele se entreteve, quando eles seguiram, seguiram e seguiram. De noite já, eles encontraram uma sorveira. Estava cheio de fruta, ele derrubou e eles demoraram mais uma vez. Eles já estavam na viagem, mas ficavam se entretendo por aí. Encontraram também uma árvore de caramurizeiro e lá o Adão trepou de novo. E em vez deles seguirem na frente, sem se entreter, não, eles se pararam na fruta até o anoitecer. Lá eles acamparam e, quando foi de dia, seguiram. Encontraram logo uma bacabeira e apanharam muita bacaba. Aí, eles se entretiveram, fizeram um bule de vinho e o beberam todinho. Lá, eles fizeram um barraco, de novo, para dormir. Quando se lembraram que Deus lhes tinha mandado ir na frente: "Podem ir embora, que tal dia eu vou para lá". Aí nessa lembrança, ele disse: "Eu não disse para vocês irem embora? Para quando eu chegasse, vocês já estarem na beira do rio esperando? Aí, quando eu chegasse, eu ia fazer um barco, uma canoa". O velho veio por onde eles vieram. Por onde eles vieram, Deus passou também. Lá, ele encontrou de novo uma árvore derrubada. "Puxa vida, eles não me ouviram. Bem que eu falei para eles que não se entretivessem nas coisas". Ele andou um pouquinho e lá encontrou, de novo outra árvore derrubada. Lá, ele achou foi barraco. "Aqui, eles ficaram". Ele andou, andou, de novo e lá ele encontrou outra fruteira derrubada. "Puxa vida; o Adão não me ouviu que eu falei para não se entreter com o pessoal dele. Eu disse a ele que, à tarde, eu ia lá com eles. Quando chegasse lá, já ia estar pronto para ir embora". Ele os encontrou, lá onde tinham se entretido: "Puxa, Adão, você não ouviu o que eu disse para você. Eu falei para você vir embora. Então, eu já vou". E ele passou na frente e eles ficaram para trás. "Eles ficaram para trás, porque o Adão não ouviu o que eu lhes disse". Durante a sua viagem, ele falou a um passarinho *weitapin* "joga no caminho um bocado de serrado para eles não descobrirem mais por onde eu fui". De repente, o seu rasto ficou coberto e eles não souberam mais por onde segui-lo.

Quando chegou na beira do rio, ele atravessou - ele é poderoso, né? Era um rio bem grande. De repente ele transformou uma pedra numa cachoeira e eles não conseguiram mais passar. Eles chegaram até a beira, lá eles corriam de um lado para o outro e gritavam: "Ei! para onde que vocês foram!? Para onde que vocês foram!? Como que vocês atravessaram!?". E escutaram o baque; era que estavam fazendo navio para eles irem já, para irem para fora. Porque Deus fez aquele barco para eles irem embora. Mas o Adão, que não ouviu conselho, ele ficou. E ele chamou, chamou. Até que Deus respondeu: "Olha, Adão, eu já não dei conselho para ti? Para tu me seguir com teu povo, mas tu não me ouviste. Tu vais ficar". Ele chamou mais ainda, e Deus respondeu do outro lado: "Olha, Adão: Eu achei melhor que você ficasse mesmo. Porque se nós abandonarmos todos a nossa terra, não iria dar certo. Vocês tem que trabalhar. Vocês tem que voltar. Tu tens que dizer para a tua mulher, para Eva: É melhor que nós vamos embora para nossa casa. Porque ele convidou, mas nós não ouvimos o conselho, então nós temos que voltar, nós temos que trabalhar muito porque nós temos muita plantação [*sese motpop ipoityp mikoi*]". Aí, eles cuidaram de ir de novo para lá de onde eles vieram. Se eles tivessem ouvido o conselho de Deus, nós não íamos ficar como nós, no mato. Nós não íamos trabalhar na roça. Mas nós não aproveitamos nadinha.

Aqueles que foram com Deus, estão trabalhando para irem embora. Mas eles não, os que ficaram, se entretiveram na fruta. Ela se lembrou e disse: "Eu tenho um irmão que me deu machado, terçado, ferro de cova, e eu deixei; por isso nós temos que ir embora de nova [voltar]". Disse Eva, convencendo o seu marido.

O passarinho *tikwã* [*Mimus gilvus. Mimidae*] estava dizendo, cantando lá em cima do barco deles: *"tikwã, tikwã"*: "Olha, não demora: a chuva já vai arriar". Aí o Imperador, que era a secretária de Deus, o velho, disse: "Mas o que diacho esse passarinho está adivinhando!?". E se pôs a ralhar com ele, achando que estava mais do que abusado da cara. Aí, falou umas coisas para o *tikwã*. E este respondeu: "Não, esse barco de vocês está para

soir, poro vocês ir embaro". O Imperadar falau para ele nãa contar mais perta dele. Deus tirau a livra de debaixa da braça. Puxau e aí, a Imperadar olhau e disse: Estó certo, o que Deus falau estó certa. É o dia mesmo. Aí, não demorou e o chuvo orriou. Aí criou aquela gronde água, lá ande a novia estava. Choveu, choveu, chaveu, até que conseguiu sair aquele barca de lá, de cima da terra. Aí eles se emborcaram e foram embara, se escandenda da marte.

Eles faram embora se escander de muitos doenças. O vento é que transmite o doença: de muito longe vem febre, gripe, tuda quonta é doença. Eles se queriam escander de tuda isso, mas não teve jeito.

Taran

O IMPERADOR ERA ÍNDIO

Alfredo Barbosa -

Ponta Alegre, rio Andirá (AM), 1996

"A primeira pessoa que nosceu foi *tapuya*, depois foi o *karaiwa*. Por isso que os *tapuya-in* ficorom como donos do mato *na'apy kaiwat*, eles maram no própria terra mesma. Depois apareceu uma pessoa, o "Imperadar" que disse que era para eles não ficarem na mata e sim para irem para *yarupap* ["lugor onde estão/encostam as barcos"]... "Lá... não sei pora onde".

O Imperador folou: "Vamos embora para abaixo, paro fora". Lá forom eles, forom ondando, mos encontroram fruteiras e ficaram entretidos e deixorom de cominhar. O Imperadar foi na frente e chegou na barca e esperou lá muito tempo. Mos coma o povo não chegava, ele convidou a noção *waçaria* ("Sapos")[1], poro remor poro ele. No época não existia matar. E se foram para *ywysasare*[2]. O Imperadar ero índio. Ele deu o educação *we'eghap* [conhecimento, saber]. Ele disse: "Vocês oprenderão fazer muito coisa". Os que forom remondo, a noção sapa [*waça*], ficau na cidade [*tawa wato*: aldeia grande] e nós ficamos aqui na mata. Eles deram origem aas brancas cama vacês, aos japaneses, americanos, são todos *magka?i*, oquele sapinho branco. Lá ele deu inteligência para fazer avião, rádio, televisão. Ele ochou que era bam que *tapuya* ficasse cuidanda de tanta riqueza que tinha nas matos e disse que um dia ele mondava alguém trazer espingarda, machada, terçada, máquina, machada nava, pora tracar par produta. São as regatões. Ele disse que um dia ia cantribuir cam essas coisas que hoje estão nas cidades e que o regatão traz. *Marekuaria mit pa'ara kai*, isto é o que as autaridades mandam.

Taran

[1] Um dos numerosos clãs *(ywaniaria)* que constituíram o povo Sateré-Mawé.

[2] Expressão antiga, traduzida como "para fora".

ALBA L. G. FIGUEROA

URUHE'I E MARIPYAIPOK

Dona Maria Trindade Lopes
Vida Feliz, rio Andirá, (AM), 1996

Existiram dais irmãos que iam descenda quando a Imperadar a chamau para descer para fora (à jusante). Uri era o nome do mulher, mos como quondo iom descer elo cochichou [*'he?i-'he?i*] aa auvida da irmão que ela tinha esquecido uma caisa: a seu banca, foi chamada de *Urihe?i*. Uri cachichau: *Urihe?i-he?i*. O irmão dela chamava Mari, mas coma ele valtau, também a causa da apela da irmã, chamaram ele *Mari-aipok*. Mari valtau: *Mari py aipok*. [Mari pé voltou]. Uri era o nome de Eva em língua soteré. Dela surgiram tadas as Sateré.

Taran

DESENHO DE MARIA MAGALENA ALVES SATERÉ
Fonte "Sateré Mawé Wemehara Hap Ko'i", OPISM 1998

OS TUPINAMBA. ILUSTRAÇÃO DE THEODOR DE BRY
Fonte: "A Outra Margem do Ocidente". MINC FUNARTE/Cia. das Letras

OS TUPINAMBÁ E A FRANÇA EQUINOCIAL

BEATRIZ PERRONE-MOISÉS - Antropóloga, USP

Esse discurso foi registrado palo missionário Claude d'Abbeville, em sua História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão (1614; aqui transcrito da tradução brasileira por Sérgio Milliet, São Paulo: Martins Fontes, 1945, p. 115-116). Proferido diante de um grupo de franceses que, em missão diplomática, tratavam de estabelecer a aliança com os povos indígenas da região, tave um grande impacto sobre os presentes.
A resposta que lhe deu o intérprete-embaixador dos franceses, Des Vaux, eventualmente permitiu que a aliança fosse selada e que os franceses instalassem, no Maranhão, a sua França Equinocial. A colônia foi conquistada pelos portugueses dois anos mais tarde. Sob o domínio dos *peró*, os Tupi da região tiveram o mesmo destino que os de Pernambuco, tal como o descreveu Momboré-uaçu. Alguns anos maistarde, já não havia registro de nenhuma aldeia tupi livre na costa da colônia do Brasil.

"DIGO APENAS SIMPLESMENTE O QUE VI COM MEUS OLHOS"

CHEFE MOMBORÉ-UAÇU - ALDEIA DE ESSAUAP, MARANHÃO, 1612

"Vi a chegada dos *peró* [portugueses] em Pernambuco e Potiú; e começaram eles como vós, franceses, fazeis agora. De início, os *peró* não faziam senão traficar sem pretenderem fixar residência. Nessa época, dormiam livremente com as raparigas, o que nossos companheiros de Pernambuco reputavam grandemente honroso. Mais tarde, disseram que nos devíamos acostumar a eles e que precisavam construir fortalezas, para se defenderem, e edificarem cidades para morarem conosco. E assim parecia que desejavam que constituíssemos uma só nação. Depois, começaram a dizer que não podiam tomar as raparigas sem mais aquela, que Deus somente lhes permitia possuí-las por meio do casamento e que eles não podiam casar sem que elas fossem batizadas. E para isso eram necessários *paí* [padres]. Mandaram vir os *paí*, e estes ergueram cruzes e principiaram a instruir os nossos e a batizá-los. Mais tarde afirmaram que nem eles nem os *paí* podiam viver sem escravos para os servirem e por eles trabalharem. E, assim, se viram os nossos constrangidos a fornecer-lhos. Mas não satisfeitos com os escravos capturados na guerra, quiseram também os filhos dos nossos e acabaram escravizando toda a nação; e com tal tirania e crueldade a trataram, que os que ficaram livres foram, como nós, forçados a deixar a região.

Assim aconteceu com os franceses. Da primeira vez que viestes aqui, vós o fizestes somente para traficar. Como os peró, não recusáveis tomar nossas filhas e nós nos julgávamos felizes quando elas tinham filhos. Nesta época, não faláveis em aqui vos fixar. Apenas vos contentáveis com visitar-nos uma vez por ano, permanecendo entre nós somente quatro ou cinco luas. Regressáveis então a vosso país, levando os nossos gêneros para trocá-los com aquilo de que carecíamos.

Agora já nos falais de vos estabelecerdes aqui, de construirdes fortalezas para defender-vos contra os vossos inimigos. Para isso, trouxestes um Morubixaba e vários *paí*. Em verdade, estamos satisfeitos, mas os *peró* fizeram o mesmo.

Depois da chegada dos *paí*, plantastes cruzes como os *peró*. Começais agora a instruir e batizar tal qual eles fizeram; dizeis que não podeis tomar nossas filhas senão por esposas e após terem sido batizadas. O mesmo diziam os *peró*. Como estes, vós não queríeis escravos, a princípio; agora os pedis e quereis como eles no fim. Não creio, entretanto, que tenhais o mesmo fito que os *peró*; aliás, isso não me atemoriza, pois velho como estou nada mais temo. Digo apenas simplesmente o que vi com meus olhos."

DO ENCONTRO COM OS BRANCOS

BRUNA FRANCHETTO
Antropóloga e lingüista, Museu Nacional/ UFRJ

Esta narrativa (*akinhá*, na língua kuikúro, pertencente à família karib) foi contada pelo chefe Kuikuro Atahulu (hoje Kujeme), em 21 de setembro de 1982 na aldeia de Ipatse, onde vivem cerca de 350 kuikuro, na região do Alto Xingu, ao sul da Terra Indígena do Xingu, estado de Mato Grosso. Esta narrativa conta acontecimentos que se desenrolaram entre o final do século XVIII e o início deste século. Fala dos primeiros encontros com os caraíba (os brancos), dos bandeirantes (chamados de jaburús pelos antepassados kuikuro), das matanças, de chefes capturados e levados de suas aldeias, de resistência indígena, da chegada do atnógrafo Karl Von den Steinen no final do século XIX, das doenças, de invasão das terras xinguanas.

Depoimento coletado por Bruna Franchetto, publicado anteriormente em Franchetto, Bruna "A Celebração da história nos discursos cerimoniais Kuikúro (alto Xingu)", in Viveiros de Castro, E & Carneiro da Cunha, M. Amazônia Etnologia e História Indígena. NHII/USP/Fapesp, 1993

DESENHO DE SEPÉ KUIKURO
Fonte: acervo ISA

O APARECIMENTO DOS CARAÍBA

CHEFE ATAHULU (HOJE KUJAME), ALDEIA IPATSE, ALTO XINGU (MT), 1982

– Escuta! Os antepassados caraíba chegaram há muito tempo.

- Os antepassados caraíba vieram para o grande rio [Culiseu e/ou Culuene], acamparam em Tugi, construíram muitas canoas de casca de jatobá, muitas enfileiradas, para matar os nossos antepassados.

- "Vamos", disseram. Estavam em Angahuku [cabeceiras do rio Buriti] e vieram até o pessoal de Agaha [Agaha ótomo]. Era ainda noite, quase madrugada, e o pessoal de Agaha estava dançando *nduhe kuegü*. Escondidos, os soldados fecharam o pessoal dentro das casas. Golpearam os que ainda estavam quase dormindo e que tentaram fugir. Morreram. O sangue correu como fio d'água e os machados se mancharam de sangue.

- "Vamos!". Foram para aquele outro pessoal e chegaram também de madrugada. Tentaram fugir por entre as pernas dos soldados. Pegaram-nos. O sangue correu. Juntaram os mortos e perguntaram: "Onde está o chefe?". Não havia chefe entre os mortos. Os caraíba continuaram a viagem. "Vamos procurar em outra direção". Os que tinham fugido voltaram aos poucos perto da aldeia, depois que os caraíba tinham ido embora.

- "Vamos!". Os caraíba foram até o pessoal de Ugihihütü, sempre de noite. De novo tentaram fugir por entre as pernas dos soldados. Juntaram os mortos e perguntaram "Onde está o chefe? Onde está Kujaitsí?". Lá não estavam os chefes, nem Kujaitsí, nem Agahi, nem Painingkú. Os caraíba foram procurá-los, foram procurar Kujaitsí. A aldeia ficou vazia depois que os caraíba passaram matando.

- Depois foram até o pessoal de Agatahütü. Era apenas um pessoal de casa de roça, eram poucos. Eles também foram agredidos a faca. Diante dos mortos enfileirados, os caraíba perguntaram: "Onde está o chefe? Procuremos na direção de Ajikugu".

- Em Ajikugu estava Kuigalu, amarrando folhas de buriti. Um buriti caiu, depois de cortado, sobre as canoas dos antepassados caraíba. As canoas afundaram. Aquele era Kuigalu.

- Depois foram-se até o pessoal de Uahütü. Morreram e de novo diante dos mortos: "Onde está o chefe? Não está aqui entre os cadáveres".

- Foram-se até o pessoal de Uagihütü, na época em que se dançava *nduhe kuegü*. Foram até *oti* [o campo]. Havia três das nossas canoas no porto. "Serão jaburus?". "Onde?". "Devem ser jaburus que se juntaram na beira d'água. Vamos ver!". "Tem algo na cabeça dos jaburus". Era Agahi [o chefe entre eles naquela época]. "Será que são os caraíba que vêm nos matar? Vamos ver". Foram-se para a beira d'água, lá em *óti*.

- **"Sim, são caraíba, fujamos!"**, disse Agahi para sua esposa. "Escuta! Vamos fugir! Aquales são os que vêm nos matar", disse Painingkú. Fugiram com suas esposas.

- Eram Kujaitsí e Agahi, eram os chefes. De madrugada os caraíba atacaram. Alguns fugiram com rapidez, mas os que tentaram escapar mais devagar foram golpeados. Depois colocaram os mortos em fila. Eram muitos, a aldeia era grande. Procuraram entre os mortos: "Onde está o chefe?". Não havia chefes.

- Os caraíba foram-se. Atracaram no porto do pessoal de Sahutaha. Atravessaram o rio procurando Kujaitsí, o chefe. Chegaram de madrugada. Alguns fugiram de pressa, outros morreram. Diante dos mortos, os caraíba perguntaram de novo: "Onde está o chefe deles?". Não havia chefes. Tinham fugido. Continuaram procurando Kujaitsí.

- Depois foram-se os caraíba, para matar o pessoal de Kunagü. Alguns fugiram depressa; os que iam devagar foram golpeados pelo círculo das casas. Não havia chefes entre os cadáveres enfileirados. Era quase impossível para eles encontrar Kujaitsí.

-Então dirigiram-se na direção do pessoal de Ahakugu, na época da festa de *nduhe kuegü*. Não conseguiram achar o caminho. "Onde está o rio deles? Vamos por este atalho". Só havia uma passagem estreita para as canoas. Não encontraram o rio de entrada. "Onde vamos?". Foram-se para o pessoal de Isangá, para o porto dos de Isangá.

- Lá as mulheres perguntaram-se "Quem são aqueles? Vamos olhar!". "São os caraíba!" - disseram os que tinham casado na aldeia (os sobrinhos). "Itseke [espíritos]!". "Não, são caraíba, vamos fugir!". "Não, vamos olhar!". Estavam enganados. Apenas um foi ver com a sua esposa. Ihikutaha fugiu. "Mãe, vamos fugir! Os caraíba estão aqui para nos matar". Os antepassados caraíba não conseguiram matar os chefes. Dizem que estes fugiram e acabaram por amansar

os antigos caraíba. "Fujamos, mãe!". "Deixa eu ficar por aqui". "Será que os caraíba não irão te golpear?". Fugiu com a esposa. Os caraíba foram matando aqueles que tinham permanecido nas casas. Os caraíba mataram o pessoal de Isangá, enganaram-nos.

- Foram-se para Intagü. Eram estes nossos antepassados, o pessoal que morava em Angahuku. Os antigos não conheciam os caraíba. Novamente estes os golpearam, os atacaram. Morreram, enfileiraram os mortos. "Voltemos. Mais uma vez virão nos matar". Os que voltaram para olhar a aldeia, mais uma vez, iriam ser mortos.

- Kuigalu astava lá para matar o chefe dos caraíba.

- Kuigalu tinha fugido com seu sobrinho. Cavou um buraco na beira d'água para matar o chefe dos caraíba. Estes chagaram, queimando a mata. "Vamos" disse o sobrinho. "Não, espera!". Ainda noite, os soldados foram banhar-se; no meio deles estava seu chafa, carregado até a água. Enquanto estava deitado na água "Certo, tio. Mate-o!". Flecharam. Kuigalu voltou correndo para se esconder no buraco. Os companheiros carregaram o chefe até o acampamento. Ficaram esperando que Kuigalu e os seus aparecessem. Ficaram esperando que aparecessem os fugitivos. Sentiam falta de seu chefe morto por Kuigalu. Lá eles enterraram seu chefe, bem fundo, enquanto Kuigalu e o companheiro os observavam. Os camaradas atiraram a esmo. Enterraram junto as flechas dele, as facas, machado, cobertor, tesouras, tudo, e fecharam o buraco. Lá permaneceram quatro dias, esperando o vingador [Kuigalu]. "Vamos, mau tio! Vamos olhar". "Espera! Os caraíba ainda estão por aqui. Não vamos deixar que eles nos matem". Passou um dia e ficaram esperando o vingador. Aos poucos, os que tinham fugido reapareceram lá perto da aldeia. "Aqui está aquele que matou nosso chefe" disseram os antepassados caraíba. "Deixa chegar mais perto". Ficaram espiando enquanto eles vinham. Aí os mataram. Os camaradas [caraíba] foram-se depois da morte de seu chefe; voltaram para o seu lugar. "Certo, vamos! Olha! Mataram-nos quando nós quase estávamos indo embora, logo quando você estava me dizendo: vamos, meu tio". Sobre o túmulo estava uma cruz feita pelos caraíba. "Aqui estão as coisas que foram enterradas junto. Vamos cavar!". Desenterraram tudo: facas, machado, tesouras. Dapois cobriram o buraco. Ficaram com as coisas dos caraíbas. O chefe deles foi aquele que as tinha trazido e tinha sido morto. Ficaram por aqui. Disseram os antapassados caraíba: "Vamos ver aqueles que se juntaram".

- Eles vieram quando a aldeia estava vazia. Vieram para ver o criminoso, o vingador. Foram-se. Os outros fugiram no meio do caminho para outras aldeias, dizem. Esta foi a última vez. Pegaram Kujaitsí. "Não, não vamos matá-lo". Deslocaram-se de canoa. Depois pegaram Agahi. "Não, não vamos matá-lo; venha conosco!'. Assim, os convenceram a ir até onde viviam os antepassados caraíba. Depois pegaram Painigkú. Em seguida voltaram de *óti*. "Vamos!". Aqueles eram Agahi, Kujaitsí, Painingkú, Ihikutaha. Depois que tinham pego os chefes, depois de tê-los vestidos com camisas, calças e sapatos, vieram para cá, para o pessoal de Ipatse, para matar outras tribos. "Vamos matá-los?". Agahi, Painingkú e Kujaitsí estavam com eles. Atiraram um pouco, à toa. De medo os nossos fugiram, todos fugiram.

- Foram-se para o córrego das palmeiras *küá*, onde Kuigalu estava cortando uma palmeira bem alta. Quando os caraíba chegaram, Kuigalu derrubou a palmeira e golpeou as canoas dos caraíba, que afundaram, até a morada dos *itseke*. Aquele era Kuigalu; foi ele que fez aquilo para matar.

- Foram-se. Dividiram-se, os caraíba; canoas e coisas estavam no fundo do rio. Encontraram jenipapo bem preto e subiram na árvore. Muitas carabinas foram deixadas encostadas no tronco. Kuigalu disse "Vamos ver as armas deles!". Isso quando os caraíba estavam no topo da árvore de jenipapo. Logo chegou Kuigalu, nosso vingador, para pegar as carabinas. Tentou carregá-las, mas não agüantou. Pegou apenas duas. "Ele não está nos matando", disseram os caraíba antigos. Desceram da árvore de jenipapo. "Ele não está nos matando; ala astá roubando as carabinas". "É verdade". Ficaram rindo. Kuigalu já estava longe e trouxe as carabinas. Os caraíbas antigos ficaram rindo. "Deixem que as leve". E ele levou apenas duas carabinas.

- Depois eles, os caraíba, vieram. Não mataram mais. Kujaitsí não deixou que isso acontecesse mais. "Sará qua vamos matá-los?". "Não, deixem disso". "Certo!". Os antepassados caraíba prenderam apenas Kujaitsí; voltaram, mas não mataram mais nossos antigos, pararam de matar. Agora, procurando o pessoal de Kujaitsí, acabaram por prender Painigkú, mas pararam de matar. Assim, os nossos antigos ficaram muitos.

- Novamente outra vez vieram. O pessoal de Kujaitsí e de Agahi os trouxeram de volta amansados. "Aqueles não são mais nossos assassinos". "As matanças que vocês costumavam fazer não irão mais nos atingir". "Sim, vamos ver!". Kujaitsí, Painingkú, Ihikutáha, Agahi os trouxeram de volta.

- **Os caraíba vieram e deram presentes aos antigos, deram as coisas que eles tinham.** Kujaitsí, Painingkú, Agahi, Ihikutaha mandaram os caraíbas darem presentes. Mesmo assim alguns fugiram. Aqueles que ficaram na aldeia receberam presentes. O mesmo aconteceu em outras aldeias. Kujaitsí é que mandava. Voltaram de novo outra vez. Os antigos tinham bem poucas dessas coisas de caraíba. Os antigos de outras tribos é que tinham. Chegaram as facas, os machados, poucos. Era outro o instrumento usado para cortar, contam, nos tempos antigos. Contam qua para fazer roça cortavam primeiro os paus pequenos, depois derrubavam as grandes árvores com dentes de piranha vermelho. Faziam grandes queimadas em suas roças. O dia seguinte continuavam a derrubada, contam. Era assim antigamente. Apareceram as facas afiadas. Apareceram alguns machados com os quais começaram a abrir as roças. Tornaram-se donos dessas coisas. Abriam roças com facas e pás. Quem não tinha faca, quem não era dono, pedia "Quero sua faca". "Sim, pode levá-la".

- "Eu vou ficar com ela tantos dias". "Certo, pode levá-la". Assim, acabavam o trabalho das roças e depois devolviam os instrumentos. O mesmo acontecia com os que não eram donos das pás. Pediam emprestados os instrumentos para cortar, os machados. Aos poucos os caraíba chegaram, assim aos poucos as facas aumentaram, chegaram facas pequenas para todos.

- Tempo depois, quando havia muitas crianças, chegou Kálusi (Karl Von den Steinen). [Onde está a aldeia de Kálusi?]. Ele veio até Kuhikúru, isso na época em que os caraíba já eram bons. "Aqui estão os caraíba". "Não nos matem!". "Não, estou aqui para dar isso para vocês". "Certo". O chefe estava na casa. Depois levaram as coisas no meio da aldeia para a partilha. O chefe falou "Venham aqui, venham aqui!". "Vamos olhar!". Saíram das casas, os antigos. As mulheres fizeram fila. "Venham aqui, perto dos chefes!". Os chefes deram colares nas mãos das mulheres, colares brancos, miçangas 'olho de peixe'. Eram lindos. Todos os colares foram distribuídos. Depois foram distribuídas as facas para os homens, facas pequenas, machados, anzóis. Os antigos não tinham anzóis. Depois as esposas fizeram colares, um colar para este, outro para aquele. Muitos colares para as mulheres; eles não deram miçangas azuis. Depois ele ficou trocando tudo isso por colares de caramujo, numa época em que era difícil encontrá-los. **Foi Kálusi (Karl Von den Steinen) quem trouxe as miçangas muito tempo atrás, dizem as mulheres.** Foi Kálusi o primeiro de verdade. Partilharam as coisas dadas por Kálusi, as facas, as pás.

- Mas depois começaram as mortes. Chegaram as doenças/feitiços [*kugihe*]. Nós ficamos poucos. Na época em que vieram os caraíba; eles trouxeram as doenças/ feitiço, eles, os antigos, os donos de feitiço. As flechas/ feitiço voaram. Morreram muitos. Os de Kuhikugu acabaram, acredite, nos tempos das viagens dos caraíba. Contam os antigos que os colares de 'olho de peixe', os colares das mulheres, eram enterrados com os mortos.

- Kálusi foi embora. Passou um ano a o pessoal de Kuhikugu viajou até os caraíba, até a aldeia dos Bakairí (Poto). De lá, contam, trouxeram a tosse. Tinham ido buscar facas. Deram facas, tesouras, machados. Veio a tosse.

- Os caraíba dizem de nós: "Vamos pegar a terra deles! Deixamos eles sem terra! Deixemos o pessoal de Kuhikugu sem terra". Por que isso? Por que isso acontece, como eu posso constatar? Por que não nos deixam em paz por aqui? Eu sei que antigamente seus antepassados sempre nos matavam, vindo das aldeias dos caraíba, nossos antepassados estavam aqui, os caraíba nos perseguiam. Foi por isso, por outro lado, qua as crianças são poucas, agora. Antigamente, contam, os caraíba nos matavam. Fugindo deles, nossa gente mudou de aldeia várias vezes. Aqui estão, veja, os descendantes. Por que vocês pegam nossa terra? Eu sei que vocês estão sobre nossas antigas aldeias. Os caraíba dizem de nós: "De pressa, peguem as terras deles!". Eu pergunto porque vocês tomam a nossa terra, como vocês falam a nosso respeito. Escuta! Assim eram os caraíba antigamente, eu sei, os que iam matando nossos antigos. Agora nós amansamos os caraíba. Escuta! Acabou a estória. São estas as últimas palavras.

ENTRE A BÍBLIA E A ESPINGARDA: IMAGEM DESANA DO HOMEM BRANCO

DOMINIQUE BUCHILLET - Antropóloga, IRD

Os Desana, cuja autodenominação é *Imiko-masã* "Gente do Universo", são um dos 15 grupos indígenas da família lingüística Tukano oriental que moram, com outros povos das famílias lingüísticas Arawak e Maku, na região do rio Negro, noroeste amazônico. Somando aproximadamente 1.500 pessoas no Brasil, os Desana dividem-se em umas 60 comunidades e sítios espalhados nas margens do rio Tiquié e seus afluentes, como, por exemplo, os igarapés Umari, Cucura e Castanha. Há também algumas comunidades desana em afluentes do rio Papuri, como, por exemplo, nos igarapés Turi, Ingá e Urucu da margem brasileira, e do rio Uaupés, como o igarapé Japurá. Os Desana estão ligados aos outros povos da região por um estreito sistema de relações matrimoniais e/ou de trocas econômicas e cerimoniais.

Toramĩ-Kẽhíri, cujo nome português é Luiz Gomes Lana, autor desse depoimento, pertence ao clã *Kẽhíripõrã* ou "Filhos do Sonho", que mora na comunidade de São João Batista no rio Tiquié. Nascido em 1947, Luiz é o filho primogênito de Firmiano Arantes Lana e de Emília Gomes (mulher tukano), e é casado com Catarina Castro (mulher tukano) com quem tem cinco filhos. *Toramĩ-Kẽhíri* e seu pai já falecido *Umusĩ Pãrõkumu* (Firmiano Arantes Lana) são autores da coletânea de narrativas míticas "Antes o Mundo não existia. Mitologia dos antigos Desana-"*Kẽhíripõrã*" (Unirt/Foirn, 1995, 2ª edição; 1ª edição pela Livraria Cultura Editora, 1980).

Após vários anos como capitão de São João Batista, ele fundou em 1990 a Unirt – União das Nações Indígenas do Rio Tiquié, uma organização indígena filiada à Foirn – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, da qual ele foi o presidente até 1994. Os principais objetivos da organização eram a demarcação do território indígena e a revitalização da cultura da região. Em 1992, ele construiu num terreno elevado, próximo de São João, uma maloca no estilo tradicional, que deveria servir de espaço de exposição e para a formação cultural dos jovens.

De acordo com a tradição oral dos Desana, comum a outros povos Tukano orientais, os ancestrais da humanidade subiram o curso dos rios Amazonas, Negro, Uaupés e seus afluentes, partindo do Oceano Atlântico numa canoa – a "Canoa-de-Transformação". Durante a viagem, iam parando em numerosas "casas de transformação", nas quais faziam festas. A viagem sub-aquática na Canoa-de-Transformação é assimilada à humanização e maturação progressiva dos ancestrais da humanidade. Eles saíram por terra, entre as cachoeiras de Ipanoré, no médio rio Uaupés. Foi nesse lugar que a diferenciação entre brancos e índios aconteceu. O ancestral dos brancos foi então em direção ao sul, enquanto os índios subiram o curso dos rios e afluentes procurando um lugar bom para viver.

Depoimento coletado em português pela antropóloga francesa Dominique Buchillet em Brasília, em junho de 1992 e publicado em francês na revista Ethnies. Droits de l'Homme et Peuples autochtones (Paris, Survival International France) n° spécial "Chroniques d'une conquête", 1993 n° 14, pp. 16-21.

"NOSSO SABER NÃO ESTÁ NOS LIVROS!"

LUIZ GOMES LANA, RIO TIQUIÉ (AM), 1992

"Para nós, os *Emĩka-masõ* "A Gente do Universo", isto é, os Desana, a humanidade inteira, ou seja tanto os índios quanto os brancos, têm a mesma origem. Quando *Pamïrï-gasiru*, a "Canoa-de-Transformação" chegou em ***Diá-peragabe wi'í***, [Cachoeira de Ipanoré, médio rio Uaupés, região do alto rio Negro] os ancestrais da humanidade, já em forma humana, começaram a sair pelo buraco. O ancestral daqueles que iriam ser os brancos também estava nesta canoa. Ele foi o último a sair. *Yebá-gõãmi*, o nosso demiurgo, o mandou na direção do sul, dizendo que lá ele poderia fazer a guerra, ele poderia roubar e atacar as pessoas para sobreviver. Para nós, que somos os irmãos maiores dos brancos, ele deu a ordem de ficarmos calmos, vivermos unidos e de maneira pacífica. Mas para o homem branco, ele deu a ordem de ganhar a sua vida pela violência, de fazer a guerra, de matar.

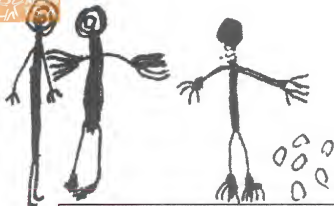
Assim, quando os primeiros brancos chegaram na região, os nossos avôs já sabiam que eles vinham para fazer a guerra, porque *Yebá-gõãmi* havia dito para o ancestral deles ganhar a sua vida pela violência. Nós, **nós** somos calmos, nós não fazemos a guerra! **Nós** vivemos de maneira pacífica. Mas o branco gosta de violência. Ele gosta de fazer a guerra, ele gosta de batalhar, ele gosta de matar, ele gosta de se apropriar das coisas dos outros pela violência. A gente sabe muito bem como ele é violento! *Yebá-gõãmi* lhe deu uma espingarda como arma. A espingarda é o poder do branco. *Yebá-gõãmi* lhe disse que ele poderia obter todo o que queria com essa espingarda.

Com o branco, saiu também da Canoa-de-Transformação o missionário. Os dois sairam juntos! É por isso que, quando os nossos avôs viram o branco chegar com a espingarda, eles já sabiam que ele estaria com o missionário. E, de fato, quando o homem branco apareceu aqui, na nossa terra [região do alto rio Negro], ele estava acompanhado do missionário. Nós já sabíamos que o missionário chegaria com o branco porque *Yebá-gõãmi* o havia dito! Para o missionário, ele deu um livro [a bíblia] para ele poder viver. Por isso, quando os nossos ancestrais viram pela primeira vez o missionário com seu livro, eles já sabiam que esse livro era o poder dele, a sua arma.

Nós sabemos muito bem que o livro [Bíblia] é a arma do missionário. O outro branco possuía como arma uma espingarda. Com essa espingarda ele pratica todo tipo de violência. A gente vê muito bem que *Yebá-gõãmi* falou a verdade! Ele tinha falado que o homem branco faria sua vida roubando, matando, fazendo a guerra... É isso que nós vemos hoje em dia. Nós vemos o branco entrar na nossa terra à procura de ouro, de cassiterita... Ele entra no nosso território com violência. Ele quer ser o proprietário de todas essas coisas!

Para nós, que somos os irmãos maiores do homem branco, *Yebá-gõãmi* deu o poder da memória, a faculdade de guardar tudo na memória, os cantos, as danças, as cerimônias, as rezas para curar as doenças... Nós guardamos tudo isso na nossa memória! Nosso saber não está nos livros! Mas ao branco, que foi o último a sair da Canoa-de-transformação, ele deu o poder da escrita. Com os livros, ele poderia obter tudo o que ele precisaria, ele havia dito. É por isso que o homem branco chegou à nossa terra com a escrita, com os livros. Assim, *Yebá-gõãmi* havia dito!

Yebá-gõãmi queria também que a humanidade fosse imortal. Ele queria que a humanidade fosse como são hoje em dia os aranhas, as cobras, as centopéias, os camarões. Estes, quando velhos, trocam de pele e voltam a ser jovens. *Yebá-gõãmi* queria também que a humanidade trocasse de pele, mas ele não conseguiu. Ele havia dado aos ancestrais da humanidade uma cuia de *ipadu* [***Erythraxylum coca var. ipadu***] para lamber. Quando eles viram aranhas, escorpiões e outros insetos venenosos na beira da cuia, os ancestrais da humanidade não tiveram coragem de se aproximar. Mas as aranhas, as centopéias, os escorpiões não hesitaram e comeram o *ipadu*. É por isso que eles trocam de pele quando velhos. É o ***ipadu*** que lhes deu o poder de trocar de pele!

Havia também uma grande bacia de água. *Yebá-gõãmi* mandou os ancestrais da humanidade tomar banho. O ancestral do branco se precipitou, e se banhou. Se os índios, seus irmãos maiores, tivessem sido os primeiros a tomar banho, a pele do seu corpo teria virado branca, como é a pele do homem branco. Mas quando os índios se decidiram a tomar banho, a bacia virou e eles somente conseguiram molhar a planta dos pés e a palma das mãos. É por isso que nós, os índios, temos a planta dos pés e a palma das mãos brancas! O branco, o nossa irmão menor, tem a pele branca porque ele foi o primeiro a tomar banho na bacia. Foi isso o que os nossos avôs contaram!"

OS BRANCOS NA PAISAGEM DA CRIAÇÃO DOS ZO'É

DOMINIQUE GALLOIS - Antropóloga, USP

Nas narrativas dos Zo'é, povo tupi do Cuminapanema, os eventos relacionados à origem envolvem sempre as diferentes categorias de humanos reconhecidas por este povo. A leste, estavam os inimigos *Tepahej*, responsabilizados pela explosão que provocou o cataclisma - um incêndio seguido do dilúvio - que destruiu a primeira humanidade. Os brancos, ou *Kirahi*, estavam presentes nesta paisagem das origens, alguns deles testemunhando o momento em que o herói Jipohan refaz os Zo'é com os restos da humanidade anterior.

Como para outros povos da tradição tupi-guarani, a criação não é concebida pelos Zo'é como um evento ipso-facto, mas como uma ocorrência entre outras, dentro do movimento cíclico que faz alterar a relação dos homens entre si. Assim, pouco importa se o herói que refez os Zo'é após o cataclisma, Jipohan, é branco ou não é. Ele era "como os brancos" e possuía bens semelhantes aos dos *kirahi* de hoje.

O diálogo, editado e traduzido livremente, foi gravado na aldeia Zawarakiaven em julho de 1992. O assunto da origem dos Zo'é surgiu quando estava conversando com Jurusi uhu e sua família, a respeito de localização de aldeias antigas e de conflitos com inimigos. As duas esposas de Jurusi uhu faziam intervenções para me fazer entender que cabia a mim, não a eles, dar notícias do herói Jipohan, cujo destino, após os feitos contados nesta narrativa, pouco preocupam os Zo'é. Afinal, quando terminou sua obra recriadora, o herói partiu rumo aos brancos e, por isso, somos nós, os *kirahi*, que devemos dar notícias dele e trazer de volta aos Zo'é todos esses bens que Jipohan já tinha lhes mostrado, quando ele faz surgir a atual humanidade.

Jurusi uhu, com cerca de 50 anos, não é chefe nem xamã, mas um "homem importante" entre os Zo'é, entre os quais a posição de "representante" de determinados grupos locais está em construção, no novo contexto de relações e convivência com agentes de assistência e visitantes da área. No decorrer das minhas estadias entre os Zo'é, Jurusi uhu estava sempre interessado em conversas e ensinamentos, convidando-me a acompanhar sua família em várias viagens pela área. Ele sempre foi um dos mais interessados em reconhecer nossas "aldeias" e é neste contexto que liderou a visita que alguns Zo'é fizeram aos Waiãpi do Amapá, em 1996.

DESENHOS ZO'É
Coleção de Dominique Gallois

JIPOHAN É GENTE COMO VOCÊ

Jurusi uhu, Pa'hi e Tatitu

Aldeia Zawarakiaven, Cuminapanema (PA), 1992

DOMINIQUE GALLOIS

Jurusi uhu - Ele fabricou os Zo'é, há muito tempo atrás. Como é que os *Kirahi* chamam Jipohan?

Dominique Gallois - Jipohan, não sei!

Jurusi uhu - Aquele que nos refez, no passado? Foi quando o dilúvio nos engoliu, quando as grandes águas chegaram e nos engoliram. Foi quando queimou tudo, quando os Zo'é queimaram. Os Zo'é haviam perecido no dilúvio, não existiam mais. Tinham acabado. Foi então que Jipohan nos refez, bem pequenos. Foi pequeninos assim que ele nos fez! Refez os que haviam sido engolidos pelo dilúvio. Ele foi nos fazendo de novo, pequeninos. Você, *Kirahi*, os de tua espécie não tinham perecido.

D. G. - Quem?

Jurusi uhu - Você! Os *Kirahi*! Era para que Jipohan pudesse refazer os Zo'é que os *Kirahi* não haviam perecido. Eles estavam sendo levado pelas águas. Para voltar, seguravam tartarugas, de noite. Os *Kirahi* andavam com as tartarugas. Seguravam nas costas de tartarugas *warara* e (assim) não desapareceram.

D. G. - Então os *Kirahi* apareceram?

Jurusi uhu - Dentro de uma cabaça, estavam flutuando numa cabaça como esta, indo embora! (...). Os *Kirahi* estavam se distanciando, flutuando numa cabaça, flutuando e se distanciando (...). Estavam ainda perto de onde Jipohan estava fazendo os Zo'á, começando a fazê-los, pequenos. Ele trabalhava e novos Zo'é apareciam. Continuava e outros apareciam. Estavam começando a aparecer. Iguais aos que haviam sido engolidos pelo dilúvio. Já havia outros no lugar deles! Refez todos, como eles eram. Ele foi montando os ossos, pegando nos ossos, os ossos do pé, como estes. Com os ossos, fez os Zo'é de novo. Fazia-nos pequenos. E fazia outro, outro, outro, foi fazendo de novo. Foi há muito tempo atrás.

D. G. - A partir dos ossos?

Jurusi uhu - Com os ossos. Ele começou a segurar um, ficava em pé! Estava quase feito, ali mesmo. Segurou para ver. Então estava pronto. Pronto! Acabou! Ficaram assim. Tinha terminado. E ficaram assim (...). Depois, o dilúvio não voltou. Começaram a aumentar. Tiveram filhos, filhos e filhos e ficaram muito numerosos. Então os Zo'é existiam. Os Zo'é tiveram filhos.
Foi Jipohan que transformou os Zo'é, Jipohan mesmo, há muito tempo. Os primeiros Zo'é. Ele nos fez! Depois os Zo'é começaram a levantar, levantar de novo e de novo, até que todos estivessem aí!

D. G. - Onde está Jipohan agora?

Jurusi uhu - Agora parece que ele virou *Kirahi*. Você não viu Jipohan?

D. G. - Não o vi.

Jurusi uhu - Não o viu mesmo?

D. G. - Mas onde foi Jipohan?

Jurusi uhu - Longe, na direção dos *Kirahi*, muito longe. É lá que está Jipohan.

D. G. - Longe, no rumo do Cuminapanema?

Jurusi uhu - Passando o outro lado do Cuminapanema. Eu não sei, não fui lá! Não sei, nunca fui de avião, por isso não vi Jipohan, não sei.

Pa'hi - Somente o finado Sihe é que sabia, eu ouvi a fala do finado Sihe, foi o finado Sihe me ensinou quando era pequena.

Jurusi uhu - Ele não disse por onde partiu Jipohan. Disse que estava longe, por ali, muito longe.

Tatitu - Mas você o viu também, Jipohan é gente como você!

Pa'hi - Jipohan é como você. Antes, Jipohan usava roupa, como a tua, igual a você.

Jurusi uhu - Era como você, ele usava essas coisas [mostra roupa, caderno, gravador]. Tinha tudo isso, igual a essas coisas. Jipohan também tinha, era como você. Ele existe mesmo. Tinha um corpo como *Kirahi*. Como você vê o corpo dos *Kirahi*. Gente! (...) Jipohan tem mesmo muita roupa. É Jipohan mesmo que fabricou roupas como estas que você usa (...). Foi longe, pela beira do Erepecuru, por ali ele talvez tenha aparecido. A moradia de Jipohan á muito longa, fica além dos *Kirahi*, é o que eu digo, pela fala do finado Sihe...

OS BARÉ DO ALTO RIO NEGRO

DOMINIQUE BUCHILLET - Antropóloga, IRD

Os Baré, um grupo indígena de origem Aruak, vivem principalmente no Brasil, nos cursos médio e superior do rio Negro, nos rios Içana e Xié (dois afluentes do alto rio Negro) e na Venezuela, na região do canal Cassiquiare. Considera-se que eles somam aproximadamente 1500 no Brasil. O nome Baré deriva de bári, "branco", um termo que servia para diferenciar os brancos dos negros. Os Baré englobariam vários grupos indígenas citados nas fontes históricas como os Mandahuaca, Manaca, Baria, Cunipusana e Pasimonara, não considerados propriamente povos diferentes, mas, segundo a literatura etnológica, "clãs exogâmicos separados de um tronco comum há aproximadamente 150-120 anos".

No momento da conquista os Baré ocupavam um território de mais de 165 mil km², incluindo o curso médio e superior do rio Negro, a região do canal Cassiquiare e o rio Mavaca. Os Baré foram um dos primeiros grupos indígenas do rio Negro afetados pelo contato. De fato, desde 1669, eles estavam reunidos com os Baniwa e os Passé na Fortaleza São José do Rio Negro (atual Manaus), forte militar que servia de base para as incursões na região do rio Negro, em busca de escravos.

Ao longo dos séculos foram, juntamente com outros grupos indígenas, reunidos em diversas fortalezas e vilas, onde eram submetidos ao trabalho servil. Sua língua vernacular foi gradativamente substituída pela língua geral e o português, assim como suas crenças, costumes e tradições foram adaptados, aos poucos, ao modelo português.
Até recentemente, eram considerados brancos pela Funai, mas atualmente estão em um processo de reivindicação de sua identidade étnica e da revitalização da cultura ancestral.

Bráz de Oliveira França é Baré. Foi presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - Foirn, entre 1990 a 1997. É o atual administrador adjunto da ADR-Funai, São Gabriel da Cachoeira.

Narrativa coletada e editada por Geraldo Andrello (Antropólogo, ISA/Unicamp).

"NÓS NÃO ÉRAMOS ÍNDIOS"

Bráz de Oliveira França, Rio Negro (AM), 1999

BETO RICARDO/ISA

Aicué curí uiocó, paraná-assú sui, peruaiana, quirimbaua piri pessuí [Vei aparecer do rio maior, o maior e mais poderoso inimigo de vocês]. Foi com essa mensagem que Ponamineri, o grande mensageiro de Tupana, tentou prevenir todos os povos que dominavam estas terras antes de 1500. Talvez os pajés e os chefes imaginassem que este poderoso inimigo fosse uma epidemia, ou a ira dos ventos, revolta das matas, ou mesmo vingança de Curupire. Mas em nenhum momento eles imaginaram que o inimigo seria o homem branco, vindo do meio do mar, conforme testemunharam os olhares Tupiniquim, Tupinambá e quem sabe outros povos nativos da costa Atlântica. Muitos anos depois, essa mesma história se repetiria nas terras dos valentes Xavante, Kaiapó, Jurune e Kayabi no Centro-Oeste, entre os Tarumã, Baré e Manao, na confluência dos rios Negro e Solimões, e entre os Tukano, Baniwa, Desana e outros no extremo norte, no alto rio Negro.

Possivelmente, esses brancos foram recebidos com grande surpresa e admiração, mostrando-se por sua vez, com cara de bons amigos, oferecendo presentes, tentendo se comunicar através de gestos e sinais. Em seguida, voltaram a seu país de origem, para comunicar ao rei a descoberta de novas terras, habitadas por indianos bugres ou indianos selvagens. Com essa notícia, o rei de Portugal deve ter, naturalmente, enviado para estas terras vários navios com milhares de pessoas, com autorização para ocupar e dominar o maior espaço possível do território então ocupado por seus verdadeiros donos, a custa de qualquer preço.

Enquanto isso, o povo jamais poderia imaginer a tamanha barbaridade que o homem branco seria capaz. Não sabiam que a partir de então estava decretado o genocídio, o etnocídio, os massacres e as opressões dirigidos àqueles que passaram a ser chamados de índios.

No rio Negro, habitado ao longo de todo o seu curso pelo povo Baré, e em seus afluentes pelos Tukano, Desana, Arapasso, Wanano, Tuyuka, Baniwa, Warekena e outros, ocorreram as mesmas violências. Povos e aldeias inteiras foram dizimados pelos invasores franceses, holendeses e portugueses. Comerciantas brancos, credenciados pelos governadores das províncias, eram portadoras de carta branca para praticarem qualquer ato criminoso contra os povos indígenas. Nem mesmo o grande cacique guerreiro "Wayury-kawa" (Ajuricaba) conseguiu livrar seu povo dos carrascos invasores, pois a luta era totalmente desigual: enquanto os índios lutavam com suas flechas e zarabatanas, os brancos disparavam poderosos canhões contra homens, mulheres e crianças que tentavam impedi-los de entrar em suas terras. Mas mesmo dominado, preso e ferido, Ajuricaba preferiu a morte, jogando-se acorrentado ao rio.

Hoje, 500 anos depois, ainda lembramos das tristes histórias contadas pelos nossos avós. Elas diziam que os primeiros comerciantes que apareceram no rio Negro traziam consigo mercadorias como fósforo, terçados, machados e tecidos, com que tentavam convencer os índios a produzir borracha, castanha, balata, piaçaba, cipó titica e outros produtos naturais. Como essas mercadorias despertavam pouco interesse entre os índios, eles passaram a usar a violência, atacando aldeias e aprisionando homens e mulheres para levá-los aos seringais, castanhais, sorvais ou piaçabais localizados nos rios Brancos, Uacará, Padauiry e Preto. Muitos nunca mais voltaram desses lugares, uns porque não resistiam aos maus tratos dos patrões, outros porque eram vítimas de doenças contagiosas, como febre amarela, gripe, varíola ou sarampo. Ainda hoje, há descendentes dos Baré, Tukano, Baniwa e Warekena que vivem nesses rios, em uma vida de escravidão. Há pessoas de mais de 60 anos que sequer conhecem o rio Negro, mas apenas a lei do patrão.

Até as primeires décadas do século XX, era "de praxe" o branco ter a seu serviço homens e mulheres indígenas, seja para simples trabalhos domésticos ou para trabalhos mais sacrificados, como servir como

BASTÃO BARÉ

remadores nas grandes canoas que saíam de Tawa (São Gabriel) até Belém do Pará, levando produto e trazendo mercadoria, numa viagem que demorava de seis e dez meses. Muitos remadoras não conseguiam retornar, mortos durente a viagem pelo patrão. Aqueles que iam para extrair borracha ou outros produtos aram obrigados a produzir uma determinada quantidade para entrega e, caso não atingissem sue cote, eram açoitados no terreiro do barracão. Os que eram obrigados a assistir esse espetáculo deviam dar risadas para não terem o mesmo destino.

Nessa mesma época, aparecerem os primeiros missionários. Eles tinhem o propósito de aldear os índios, com a intenção de livrá-los das garras dos patrões e submetê-los a crer em Deus através da evangelização católica. Essa investida, no entanto, foi pior do que quelquer sofrimento físico, pois obrigaram os índios e abandoner várias de suas práticas culturais, como as curas, as festas de Dabucury, os rituais de preparação dos jovens e suas formas de homenagear e agradecer o granda criador do universo. Tudo isso virou eto diebólico na lei dos missionários. Nos grandes prédios das missões, foram criedas escolas onde os índios eram obrigados a falar a língua portuguesa e a rezar em latim.

Nes primeires décades do século tembém se instelou ne região do baixo rio Uaupés, na Ilha de Bela Vista, a família Albuquerque. Um dasses que se fez conhecer por Manduca, não por ser bom, mas por ser perverso e bêbado, recebeu o título de Diretor de Índios pelo entigo SPI. Menduca Albuquerque fazia questão de divulgar sua fama pelos rios Uaupés, Tiquié e Papuri. Toda a população desses rios tinha que ser seu produtor de borracha e farinha. Nessa época, ele comprou um dos primeiros motores de região, com que transportava sua produção e seus homens, mas os índios tinhem que remar mesmo quando o motor estava funcionando e só podiem viejar sentados ou deitedos. Conta-se qua um dia ele viajou com seu motor até Maneus, quando alguns índios decidiram matar um de seus capangas mais perversos. Quando Manduca chegou, ao saber da notícia, mandou seus capangas prenderem todos os homens e mulheres de um determinado lugar para conversar com ele. Quando esse pessoal chegou, ele já estava em estado de embriaguês e ordenou que todos fossem amarrados ao pé de uma larenjeire onde havia um enorme formigueiro, até o dia seguinte. Ordenou então que todos embarcessem pere que ele, pessoalmente, os levasse de volta.

Nessa viagem, em meio a uma grande bebedeira de cachaça, ordenou que três de cada vez caíssem na água. Então começou a disparar com seu rifle 44 na cabeça de cada um, e assim matou todos.

Nas décadas de 50 e 60, nos rios Uaupés, Tiquié, Içana e Xié o produto industrializado chegava através dos chamados regatões (comerciantes ambulantes), que também se eproveitevem de mão-de-obra barata dos índios. Na sua mercadoria, sempre tinhe a cachaça, com e qual embriagava os homens, para abusarem sexualmente das mulheres, casadas e solteiras, como forma de pagamento das dívidas contraídes pelos peis e maridos.

Apesar de todo esse passedo de violência e massacres, podemos registrar alguma coisa como vitória: a demarcação das cinco terras indígenas no alto rio Negro, confirmendo mais uma vez a profecia do grande mensageiro de Tupana, o Purnaminari. Em uma de sues visitas a seu povo, muito irritado, disse: - *"Puxí curí peçassa amun-itá ruaxara, maramên curí pemanduari ixê, aramém curí peiassúca, peiaxiú paraná ribiiuá upê, pemucamém peruá, pericú-aram maam peiara, Tupanaumeém ua peiaram"*. [Vocês agora vão ser dominados por outras pessoas, até quando vocês se lembrarem de mim, aí então vocês irão ao rio tomar banho e chorar mostrando suas caras, para que assim eu vos reconheça e Tupana devolva aquilo que sempre foi de vocês].

Analisando essa grande profecia, vemos que o povo de Tupana não era unicamente o povo Baré. Concluímos que os povos tinham qua passer por asse longo período de sofrimento. Mas depois que se reconhecessem, começariam então a reconquistar seus direitos originários, agiriam como índios, brasilairos, amazonenses, sangabrielenses. A grande conquista do reconhecimento dos mais de 10 milhões de hectares de terras demarcadas no rio Negro resultou de uma luta que foi conseqüência desse passado. Masmo assim, se alguns dos nossos antepassados nos vissem no estado em que estamos e lhe perguntássemos por que eles há 500 anos viviam livres e tranqüilos, certamente nos responderiam: **"Nós não éramos índios!"**

Baré–mira iupirungá (Origem do povo Baré)

Kuíri açú ambêu penãram, maiê taá baré-míra iupirungá [Agora eu contar para vocês a história da origem do povo Baré], diziam os nossos historiadores do passado. E começavam a história dizendo:

Antigamente, ainda no início do mundo, antrou no rio Negro, vindo do rio maior um grande navio, cheio de gentes no seu interior e cada um com seu par. Apenas um homem viajava neste mesmo navio, pelo lado de fora pois o mesmo não foi aceito dentro por não estar acompanhado. Ao passar pela foz do rio Negro viajava tão próximo das margens do rio, que os passageiros viram que havia muitas pessoas na margem, inclusive o homem que viajava pelo lado de fora, o qual não resistindo à tentação, logo se jogou para fora e nadou para a margem do rio. Ao alcançar a beira, ele foi agarrado por um grupo de mulheres guerreiras, que tinham o costume de aceitar apenas mulheres em sau grupo. Quando tinham nacassidade de ter filhos, aprisionavam machos de outras tribos e dessa relação, se nascesse mulher elas criavam, e se fosse homem elas o matavam. Esse seria o destino do homem que nadou até o navio, para quem deram o nome de"Mira-Boia"(Gente-Cobra), se não fosse sua estrutura física ser um pouco diferente dos que elas já conheciam, por isso resolveram poupar-lhe a vida depois de terem submetido Mira-Boia a um rigoroso teste de masculinidade. As guerreiras então, prepararam uma grande festa na primeira lua cheia, grande fogueira no centro do pátio foi feita, muitas frutas e mel silvestre foram coletados. A festa com os rituais rolaram durante oito dias. No final da festa, o grupo tomou a seguinte decisão: Mira-Boia ficaria morando com um grupo com a condição de gerar um filho com cada uma delas. Teria que dormir três noites com uma mulher que estivesse na época do seu período fértil. Terminando essa missão, ele seria executado, assim como todo filho que nascesse homem.

Mira-boia então passou a conviver como grupo por um longo período, nessas condições, até que gerasse filho com a última mulher, e essa última era a "Tipa"[Rouxinol], uma jovam muito bela que estava no primeiro período de menstruação. Ela, por ser a mais nova, a mais bonita e muito querida pelo grupo, teve o privilégio de morar com Mira-Boia até que sua gestação aparacassa visualmente para o resto do grupo. Devido a isso Tipa e Mira-Boia passaram a viver uma vida a dois e quando ela percebeu que já estava gestante, descobriu também que estava perdidamente apaixonada pelo companheiro. O mesmo acontecia com Mira-Boia. Como o destino do nosso herói seria a morte, ela conseguiu convencer o seu já considerado marido para uma fuga. No primeiro período de lua nova ele e ela fugiram, aproveitando o momento em que as guerreiras saíram para caçar e coletar mel e frutas, o que serviria de consumo nos dias da festa da execução do homem que dera para o grupo muitas guerreiras de sua geração. Foram viver distante dos demais grupos. Acredita-se que esse local tenha sido nas proximidades da Mura no baixo rio Negro.

Depois de mais ou menos trinta anos, a família já estava grande, Tipa e Mira-Boia todos os dias pela tarde curtiam sua felicidade juntos com os filhos e filhas de sua geração. Com isso eles viram que podiam ser uma família muito maior. Foi então que Tupana ordenou que viesse até eles o seu Mensageiro, o qual se chamou Purnaminari para lhes dizer o seguinte:

- "Aquilo que vocês estão pensando agrada a Tupana, por isso ele me enviou, para ensinar vocês a trabalhar e com isso garantir a comida de vocês todos os dias".

Ele então passou a morar com eles por um longo período, ensinando-os a fazer canoa, ramo, roça, armadilha para pegar caça, peixe e treinar o novo grupo para guerra.

Quando o pequeno grupo já sabia de tudo que lhe foi ensinado, Purnaminari organizou uma granda festa com Dabucury, Adaby e Curiamã para preparar o povo na sua caminhada, dizendo: "Agora que vocês já sabem de tudo o qua eu lhes ensinei para viver, voltem para a terra de Tipa e tomem todas as mulheras do antigo grupo de Tipa para serem mulheres de vocês, aí então vocês serão grandes e respeitados e serão conhecidos por Bará-Mira (povo Baré)".

Purnaminari, o mensageiro de Tupana, voltou várias vezes para visitar e instruir seu povo. O grupo cresceu bastante a ponto de dominar totalmente a região do baixo e médio rio Negro. Ao chegarem na Cachoeira de Tawa (São Gabriel) permaneceram ali até que Purnaminari decidisse o novo destino do seu povo. No entanto, nessa cachoeira Kurukui e Bururi desantenderam-se e brigaram muito entre si, por isso resolveram separar-sa, ficando Kurucuí de um lado e Buburi de outro lado do rio. Essa separação acabou provocando desobediência às regras de Purnaminari, que ordenou ao povo não se misturar com outros grupos, porém Kurucui e Baburi acharam que para pode aumentar os seus grupos tinham que ter muitas mulheres. Foi quando eles guerrearam com grupos menores para tomar suas mulheres e se multiplicarem.

Assim Tipa e Mira-Boia fizeram e conseguiram serem pais de um grande povo que, até a chegada dos "brancos", habitava o rio Negro desde a foz até as cachoeiras.

UMA NARRATIVA WAPISHANA: OS BRANCOS CHEGARAM ANTIGAMENTE...

NÁDIA FARAGE - Antropóloga, Unicamp

A narrativa, que segue, pertence ao gênero que os Wapishana designam por *kotuanao dau'ao*, "aquilo que se conta sobre os antigos". De alta plasticidade temática - que recobre todos os acontecimentos humanos -, o gênero é socialmente reconhecível sob uma forte convenção de adequação, a referência exclusiva ao que é passado e morto, do ponto de vista dos atualmente existentes, *kainaonao*. O gênero *kotuanao dau'ao*, assim, repousa sobre uma sofisticada concepção de história - em que a experiência do passado se constitui em uma experiência de linguagem -, bem como a efetua, retoricamente: a narrativa cria o passado e, ao mesmo tempo, sua distância em relação à realidade dos vivos. José Antônio, o narrador, residente na aldeia wapishana Sawariwao, na Guiana, tem, hoje, cerca de oitenta anos. Sua idade avançada, aliada a um repertório considerável no gênero *kotuanao dau'ao*, faz dele um *kwed pazo*, um sábio, de onde deriva a autoridade socialmente reconhecida de sua fala.

A narrativa foi registrada na aldeia Canauanim, Roraima, em 1988, quando José Antonio visitava seus parentes. Transcrita originalmente em N. Farage, 1997, As flores da fala: práticas retóricas entre os Wapishana, tese de doutorado inédita, Programa de Pós-Graduação em Letras, FFLCH/USP. Tradução de Allen Charles, Casemiro Cadete e Nádia Farage.

UTENSÍLIOS WAPISHANA
Fonte: "Del Roraima al Orinoco", THEODOR KOCH GRUNBERG

"NÃO HAVIA BRANCOS AQUI, NEM LÁ EM GEORGETOWN"

José Antônio, Aldeia Caunavamim (RO), 1988

Os brancos[1] chegaram antigamente. Não havia brancos aqui, nem lá em Georgettown. Não. Todos iguais: Aruak, Carib, Wacawai, iguais, todos *caboco*. Eles não sabiam fazer roça, parece: nunca haviam visto machado, terçado, lima, fósforos, eles nunca haviam visto essas coisas.

Eles viviam por aí, pelo mundo, mas viviam. Eles faziam seu fogo com o que se chama *izako*, pedra vermelha, pequena. Era diferente o modo como faziam seu fogo. É, mas eles tinham fogo, eles queimavam sua roça, assim eles viviam sempre

Depois, um dia, aqueles chamados Colombos[2] - da Inglaterra, parece - eles pensaram, pensaram... Seu chefe, outro branco, disse: há terra lá. Eles pensaram, diz-se, até que arrumaram aquele barco de vento; não era movido a motor não, só vento.

Então, eles embarcaram todas as coisas: terçado, roupa, enxada, machado, fósforos, lima, de tudo eles embarcaram. É, eles foram, foram...é, para cá, pelo lado de Georgetown. Mas não havia cidade não. Eles vieram pelo mundo. Trouxeram sua gente, cinco ingleses, com eles. Procuravam a terra. Foram pelo meio do mar[3], vieram, vieram, não havia onde descansar. Só vieram, não se sabe por quantos dias, parece. Por muitos dias vieram. É longe aquela Inglaterra, sim! Então, os outros disseram para aquele Colombo: "Ora, mataremos você!". O chefe disse: "Não, mais um pouco, dêem-me três dias, se não encontrarmos terra, aí vocês me matam." Eles concordaram. Então, vieram, vieram, e viram mato. Com aquele olho que colocavam, aqueles ingleses brancos mal viam um matinho. "Você vê - eles diziam - terra lá?". "Há gente então". "Nós iremos lá longe". É, mas seu olho de tirar e pôr alcançava lá. Em três dias alcançaram a beira da mata.

Chegaram e encontraram aqueles Aruak lá, Wacawai, moradores de verdade. Então, diz-se, eles nunca haviam visto aquele barco grande. De jeito nenhum! Eles queriam flechar, quase flecharam. Mas parece que aqueles ingleses acenaram com a mão: "não nos flechem!" Eles chegaram, e então vieram para o barco. Mas diz-se que não sabiam a língua, só a sua mesmo. "Nós trazemos coisas - mostraram para eles, assim, assim - para o trabalho: terçado, tudo, machado - eles mostravam - fósforos... Olhe aqui, assim se faz fogo...". Até que se foram acostumando com o que encontraram, eles já conheciam pedra.

Eles encontraram aqueles Aruak, Carib, Wacawai; é, do nosso jeito de verdade, Wapishana, *caboco* de verdade. Não eram como os brancos, não: viviam no mato, encoivaravam, cavavam com pedra, da pedra amolada faziam como enxada. Sua casa era no mato, só folha de inajá que levantavam. Não era como nossa casa não! Eram desse jeito. Nós fomos encontrados, nós fomos encontrados. Assim nós fomos encontrados. É o fim.

[1] *paranakaru* - literalmente "os do mar", "os que vieram do mar" com que os Wapishana designam os ingleses, em contraste a *karaiwa* (brasileiros).

[2] *Columbusnao*, onde *nao* é sufixo pluralizante

[3] *Tubaru'o parana*, agua granda.

"NÃO ESQUECI QUEM EU SOU E DE ONDE EU VENHO"

Ailton Krenak nasceu no Vale do rio Doce, Minas Gerais em 1954. Os Krenak registravam uma população de cinco mil pessoas no início do século XX, número que se reduziu a 600 na década de 1920 e a 130 indivíduos em 1989.
Na época, Ailton pressagiou: "se continuar nesse passo, nós vamos entrar no ano 2000 com umas três pessoas".
Felizmente isso não aconteceu. Contando com esforços também do próprio Ailton, os Krenak fecharam o século com 150 pessoas.Com dezesseis anos Ailton migrou com seus parentes para o estado do Paraná. Alfabetizou-se aos dezoito anos, tornando-se a seguir produtor gráfico e jornalista.
Na década de 1980 passou a se dedicar exclusivamente à articulação do movimento indígena. Em 1987, no contexto das discussões da Assembléia Constituinte, Ailton Krenak foi autor de um gesto marcante, logo captado pela imprensa e que comoveu a opinião pública: pintou o rosto de preto com pasta de jenipapo enquanto discursava no plenário do Congresso Nacional, em sinal de luto pelo retrocesso na tramitação dos direitos indígenas.
Em 1988 participou da fundação da União das Nações Indígenas - UNI, fórum intertribal interessado em estabelecer uma representação do movimento indígena em nível nacional.
Juntamente com Chico Mendes, projetou-se na cena pública participando em 1989 do movimento Aliança dos Povos da Floresta, que reunia povos indígenas e seringueiros em torno da proposta de criação das reservas extrativistas, visando a proteção da floresta e da população nativa que nela vive.
Nos últimos anos, Ailton se recolheu de volta à Minas Gerais a mais parte de seu povo.
Atualmente está no Núcleo de Cultura Indígena, ONG que realiza desde 1998 o Festival de Dança e Cultura Indígena idealizado e mantido por Ailton Krenak, na Serra do Cipó, MG, evento que visa promover o intercâmbio entre as diferentes etnias indígenas e delas com os não-índios.

Publicado anteriormente em Krenak, Ailton, " O Eterno Retorno do Encontro", in: Novaes, Adauto (org.) A Outra Margem do Ocidente. Minc-Funarte/ Companhia Das Letras, 1999.

O ETERNO RETORNO DO ENCONTRO

Ailton Krenak, 1998

Esta é uma boa oportunidade para reportar algumas das narrativas antigas de muitas das nossas tradições, das diferentes tribos que vivem hoje nesta região da América que identificamos como o Brasil mas que, naturalmente, bem antes de identificarmos como essa região geográfica do Brasil, já vinha fazendo história. Os registros dessa memória, dessa história, estão tomados de falas, de narrativas em aproximadamente 500 línguas diferentes, só daqui da América do Sul. Essas narrativas são narrativas que datam dos séculos XVII, XVIII, na língua de alguns povos que nem existem mais. Desde o século XVIII, já eram escritas em alemão, inglês, a distribuídas na Europa, narrativas muito importantes falando da criação do mundo, falando dos eventos que deram origem aos sítios sagrados, onde cada um dos nossos povos antigos viveu na Antiguidade e continua vivendo ainda hoje. Fico admirado de reconhecermos que em mais de 500 línguas e durante aproximadamante 300 a 400 anos são divulgados textos, como o texto muito importante qua tam o título da XilãBalã. O XilãBalã é um texto sagrado, que tem tanta importância para os Maya quanto os textos sagrados da cultura do Ocidente, como a Bíblia ou o Alcorão. São textos qua fundam a tradição e a memória — útero da cultura que cada uma dessas antigas tradições tem do ser social, da história, do mundo, da raalidada circundante, e a minha admiração é que essas textos maravilhosos já tenham sido divulgados há tanto tempo, e mesmo assim a maioria das pessoas continue ignorando essas fontes de nossa história antiga. Como essa história do contato entre os brancos e os povos antigos daqui desta parte do planeta tem se dado? Como temos nos relacionado ao longo desses quase 500 anos? É diferente para cada uma das nossas tribos o tampo e a própria noção desse contato? Em cada uma dessas narrativas antigas já havia profacias sobre a vinda, a chegada dos brancos. Assim, algumas dessas narrativas, que datam de dois, três, quatro mil anos atrás, já falavam da vinda dessa outro nosso irmão, sempre identificando ele como alguém qua saiu do nosso convívio e nós não sabíamos mais onde estava. Ele foi para muito longe e ficou vivendo por muitas e muitas gerações longe da gente. Ele aprendeu outra tecnologia, desenvolveu outras linguagens a aprendeu a se organizar de maneira difaranta de nós.

E nas narrativas antigas ele aparecia de novo como um sujeito que estava voltando para casa, mas não se sabia mais o que ele pensava, nem o que ele estava buscando. E apesar de ele ser sempre anunciado como nosso visitante, que estaria voltando para casa, astaria vindo de novo, não sabíamos mais exatamente o que ele estava querendo. E isso ficou presanta am todas assas narrativas, sempre nos lembrando a profecia ou a ameaça da vinda dos brancos como, ao mesmo tempo, a promessa da ligar, de reencontrar esse nosso irmão antigo. Tanto nos textos mais antigos, nas narrativas que foram registradas, como na fala de hoje dos nossos parentes na aldeia, sempre quando os velhos vão falar alas comaçam as narrativas deles nos lembrando, seja na língua do meu povo, onde nós vamos chamar o branco de Kraí, ou na língua dos nossos outros parentes, como os Yanomami, que chamam os brancos de Nape. E tanto os Kraí como os Nape sempre aparecem nas nossas narrativas marcando um lugar da oposição constante no mundo inteiro, não só aqui neste lugar da América, mas no mundo inteiro, mostrando a diferença e apontando aspectos fundadores da identidade própria de cada uma das nossas tradiçães, das nossas culturas, nos mostrando a necessidade de cada um de nós reconhecer a diferança que existe, diferança original, de que cada povo, cada tradição e cada cultura é portadora, é herdeira. Só quando conseguirmos reconhacer essa diferença não como defeito, nem como oposição, mas como diferença da natureza própria de cada cultura e de cada povo, só assim podaremos avançar um pouco o nosso reconhecimento do outro e estabelecer uma convivência mais verdadaira entre nós.

Os fatos e a história recentes dos últimos 500 anos têm indicado que o tampo dassa encontro entre as nossas culturas é um tempo que acontece e se repete todo dia. Não houve um encontro entre as culturas dos povos do Ocidente e a cultura do continente americano numa data e num tampo damarcado qua pudéssamos chamar de 1500 ou de 1800. Estamos convivendo com esse contato desde sempre. Se pensarmos que há 500 anos algumas canoas

aportaram aqui na nossa praia, chegando com os primeiros viajantes, com os primeiros colonizadores, esses mesmos viajantes, eles estão chegando hoje às cabeceiras dos altos rios lá na Amazônia. De vez em quando a televisão ou o jornal mostram uma frente de expedição entrando em contato com um povo que ninguém conhece, como recentemente fizeram sobrevoando de helicóptero a aldeia dos Jamináwa, um povo que vive na cabeceira do rio Jordão, lá na fronteira com o Peru, no estado do Acre. Os Jamináwa não foram ainda abordados, continuam perambulando palas florastas do alto rio Juruá, nos lugares aonde os brancos estão chegando somente agora! Poderíamos afirmar, então, que para os Jamináwa 1500 ainda não aconteceu. Se eles conseguirem atravessar aquelas fronteiras, subirem a serra do divisor e viraram do lado de lá do Peru, o 1500 pode acontecer só lá pelo 2010. Então eu queria partilhar com vocês essa noção de que o contato entre as nossas culturas diferantes se dá todo dia. No amplo evento da história do Brasil o contato entre a cultura ocidental a as diferentes culturas das nossas tribos acontece todo ano, acontece todo dia, e am alguns casos se repete, com gente que encontrou os brancos, aqui no litoral, 200 anos atrás, foram para dentro do Brasil, se refugiaram e só encontraram os brancos de novo agora, nas décadas de 30, 40, 50 ou mesmo na década de 90. Essa grande movimentação no tempo e também na geografia de nosso território e de nosso povo expressa uma manaira própria das nossas tribos de estar aqui neste lugar.

TERRITÓRIOS TRADICIONAIS

O território tradicional do meu povo vai do litoral do Espírito Santo até entrar nas serras mineiras, entre o vale do rio Doce e o São Mateus.

Masmo que hoje só tenhamos uma reserva pequena no médio rio Doce, quando penso no território do meu povo, não penso naquela reserva de quatro mil hectares, mas num território onde a nossa história, os contos e as narrativas do meu povo vão acendendo luzes nas montanhas, nos vales, nomeando os lugares e identificando na nossa herança ancestral o fundamento da nossa tradição. Esse fundamento da tradição, assim como o tempo do contato, não é um mandamento ou uma lei que a gante segue, nos reportando ao passado, ele é vivo como é viva a cultura, ele é vivo como é dinâmica e viva qualquar sociedade humana. É isso que nos dá a possibilidade de sermos contemporâneos, uns dos outros, quando algumas das nossas famílias ainda acendem o fogo friccionando uma varinha no terreiro da casa ou dentro de casa, ou um caçador, se deslocando na floresta e fazendo o seu fogo assim - auto-sustentável.

Essa simultaneidade que temos tido a oportunidade de viver é uma riqueza muito especial a um dos maiores tesouros que temos. O professor Darcy Ribeiro costumava dizer que a maior herança que o Brasil recebeu dos índios não foi propriamente o território, mas a experiência de viver em sociedade, a nossa engenharia social. A capacidade de viver junto sem se matar, reconhecendo a territorialidade um do outro como alemento fundador também da sua identidade, da sua cultura e do seu sentido de humanidade. Esse entendimento de que somos povos que temos esse patrimônio e essa riqueza tem sido o principal motivo e a principal razão da au me dedicar cada vez mais a conhecer a minha cultura, conhecer a tradição do meu povo e reconhecer também, na diversidade das nossas culturas, o que ilumina a cada época o nosso horizonte e a nossa capacidade como sociedades humanas de ir melhorando, pois se tem uma coisa qua todo mundo quer é melhorar. Os índios, os brancos, os negros a todas as cores de gente e culturas no mundo anseiam por melhorar.

O CONTATO ANUNCIADO

Na história do povo Tikuna, que vive no rio Solimões, na fronteira com a Colômbia, temos dois irmãos gêmeos, que são os heróis fundadores dasta tradição, que estavam lá na Antiguidade, na fundação do mundo, quando ainda estavam sendo criadas as montanhas, os rios, a floresta, que nós aproveitamos até hoje... Quando esses dois irmãos da tradição do povo Tikuna, que se chamam Hi-pí - o mais velho ou o que saiu primeiro e Jo-í - seu companheiro de aventuras na criação do mundo tikuna, quando eles ainda estavam andando na terra e criando os lugares, eles iam andando juntos, a quando o Jo-í tinha uma idéia e expressava essa idéia, as coisas iam se fazendo, surgindo da sua vontade. O irmão mais velho dele vigiava, para ele não ter idéias muito perigosas, e quando percabia que ele estava tendo alguma idéia esquisita, falava com ele para não pronunciar, não contar o que estava pensando, porque ele tinha o poder de fazer acontecer as coisas que pensava e pronunciava. Então, Jo-í subiu num pé de açaí e ficou lá em cima da palmeira, bem alto, e olhou longe, quanto mais longe ele podia olhar, e o irmão dele viu qua ela ia dizer alguma coisa perigosa, então Hi-pí falou: "Olha, lá muito longe está vindo um povo, são os brancos, ales astão vindo para cá e estão vindo para acabar com a gente". O irmão dele ficou apavorado porque ele falou isso e disse: "Olha, você não podia ter falado isso, agora que você falou isso você acabou de criar os brancos, eles vão existir, pode demorar muito tempo, mas eles vão chegar aqui na nossa praia". E, depois que ele já tinha anunciado, não tinha como desfazer essa profecia. Assim as narrativas antigas, de mais de quinhentas falas ou idiomas diferentes, só aqui nessa região da Amárica do Sul, onde está o Brasil, Peru, Bolívia, Equador, Venezuela, nos lembram que os nossos antigos já sabiam desse contato anunciado.

Os Tikuna têm suas aldaias parte no Brasil e outra na vizinha Colômbia. Os Guarani partilham o território dessas fronteiras do sul entre Paraguai, Argentina, Bolívia. Em todos esses lugares, áreas de colônia espanhola, áreas de colônia portuguesa, inglesas, os nossos parantes sempre reconheceram na chegada do branco o retorno da um irmão que foi embora há muito tempo, e que indo embora se retirou

também no sentido de humanidade, que nós estávamos construindo. Ele é um sujeito que aprendeu muita coisa longe de casa, esqueceu muitas vezes de onde ele é, e tem dificuldade de saber para onde está indo.

Por isso que os nossos velhos dizem: "Você não pode se esquecer de onde você é e nem de onde você veio, porque assim você sabe quem você é e para onde você vai". Isso não é importante só para a pessoa do indivíduo, é importante para o coletivo, é importante para uma comunidade humana saber quem ela é, saber para onde ela está indo. Depois os brancos chegaram aqui em grandes quantidades, eles trouxeram também junto com eles outros povos, daí vêm os pretos, por exemplo. Os brancos vieram para cá porque queriam, os pretos eles trouxeram na marra. Talvez só agora, no século XX, é que alguns pretos tenham vindo da Américe pare cá ou da África para cá por livre e espontânea vontade. Mas foi um movimento imenso. Imagine o movimento fantástico que aconteceu nos últimos três, quatro séculos, trazendo milhares e milhares de pessoas de outras culturas para cá. Então meu povo Krenak, assim como nossos outros parentes das outras nações, nós temos recebido a cada ano esses povos que vêm para cá, vendo eles chegarem no nosso terreiro. Nós vimos chegar os pretos, os brancos, os árabes, os italianos, os japoneses. Nós vimos chegar todos esses povos e todas essas culturas. Somos testemunhas da chegada dos outros aqui, os que vêm com antigüidade, e mesmo os cientistas e os pesquisadores brancos admitem que sejam de seis mil, oito mil anos. Nós não podemos ficar olhando essa história do contato como se fosse um evento português. O encontro com as nossas cultures, ele transcende a essa cronologia do descobrimento da América, ou das circunavegações, é muito mais antigo. Reconhecer isso nos enriquece muito mais e nos dá e oportunidade de ir afinando, apurando o reconhecimento entre essas diferentes culturas e "formas de ver e estar no mundo" que deram fundação a esta nação brasileira, que não pode ser um acampamento, deve ser uma nação que reconhece a diversidade cultural, que reconhece 206 línguas que ainda são faladas aqui, além do português. Então parabéns, vocês vêm de um lugar onde tem gente falando duzentos e tantos idiomas, inclusive na língua borum, que é a fala do meu povo, é uma riqueza nós chegarmos ao final do século XX ainda podendo tocar, compartir um elemento fundador de nossa cultura e reconhecer como riqueza, como patrimônio. O encontro e o contato entre as nossas culturas e os nossos povos, ele nem começou ainde e às vezes parece que ele já terminou.

Quando e date de 1500 é vista como marco, as pessoas podem achar que deviam demarcar esse tempo e comemorar ou debaterem de uma maneira demarcada de tempo o evento de nossos encontros. Os nossos encontros, eles ocorrem todos os dias e vão continuar acontecendo, eu tenho certeza, até o terceiro milênio, e quem sabe além desse horizonte. Nós estemos tendo a oportunidade de reconhecer isso, de reconhecer que existe um roteiro de um encontro que se dá sempre, nos dá sempre a oportunidade de reconhecer o Outro, de reconhecer na diversidade e na riqueza da cultura de cada um de nossos povos o verdadeiro patrimônio que nós temos, depois vêm os outros recursos, o território, as florestas, os rios, as riquezas naturais, as nossas tecnologias e a nossa capacidade de articular desenvolvimento, respeito pela natureza e principalmente educação para a liberdade.

Hoje nós temos a vantagem de tantos estudos antropológicos sobre cada uma das nossas tribos, esquadrinhadas por centenas de antropólogos que estudam desde as cerimônias de adoção de nome até sistemas de parentesco, educação, arquitetura, conhecimento sobre botânica. Esses estudos deveriam nos ajudar a entender melhor a diversidade, conhecer um pouco mais dessa diversidade e tomar mais possível esse contato. Me parece que esse contato verdadeiro, ele exige alguma coisa além da vontade pessoal, exige mesmo um esforço da cultura, que é um esforço de ampliação e de iluminação de ambientes da nossa cultura comum que ainda ocultam a importância que o Outro tem, que ainda ocultam a importância dos antigos moradores daqui, os donos naturais deste território. A maneira que essa gente antiga viveu aqui foi deslocada no tempo e também no espaço, pare ceder lugar e essa idéie de civilização e esse idéia do Brasil como um projeto, como alguém planeja Brasília lá no Centro-Oeste, vai e faz.

Essa capacidade de projetar e de construir uma interferência na natureza, ela é uma maravilhosa novidade que o Ocidente trouxe para cá, mas ela desloca a natureza e quem vive em harmonia com a natureza para um outro lugar, que é fora do Brasil, que é na periferia do Brasil.

Uma outra margem, é uma outra margem do Ocidente mesmo, é uma outra margem onde cabe a idéie do Ocidente, cabe a idéia de progresso, cabe a idéia de desenvolvimento. A idéia mais comum que existe é que o desenvolvimento e o progresso chegaram naquelas canoas que aportaram no litoral e que aqui estava a natureza e a selva, e naturalmente os selvagens. Essa idéia continua sendo a idéie que inspira todo o relacionamento do Brasil com as sociedades tradicionais daqui, continua; então, mais do que um esforço pessoal de contato com o Outro, nós precisamos influenciar de maneira decisiva a política públice do Estado brasileiro.

Esses gestos de aproximação e de reconhecimento, eles podem se expressar também numa abertura efetiva e maior dos lugares na mídia, nas universidades, nos centros de estudo, nos investimentos e também no acesso das nossas famílias e do nosso povo àquilo que é bom e àquilo que é considerado conquista da cultura brasileira, da cultura nacional. Se continuarmos sendo vistos como os que estão para serem descobertos e virmos também as cidades e os grandes centros e as tecnologias que são desenvolvidas somente como algume coisa que nos ameaça e que nos exclui, o encontro continua sendo protelado. Tem um esforço comum que nós podemos fazer que é o de difundir mais essa

visão de qua tem importância sim a nossa história, que tem importância sim esse nosso encontro, e o que cada um desses povos traz de herança, de riqueza na sua tradição, tem importância, sim. Quase não existe literatura indígena publicada no Brasil. Até parece que a única língua no Brasil é o português e aquela escrita que existe é a escrita feita pelos brancos. É muito importante garantir o lugar da diversidade, e isso significa assegurar que mesmo uma pequena tribo ou uma pequena aldeia guarani, que está aqui, perto de vocês, no Rio de Janeiro, na serra do Mar, tenha a mesma oportunidade de ocupar esses espaços culturais, fazendo exposição da sua arte, mostrando sua criação e pensamento, mesmo que essa arte, essa criação e esse pensamento não coincidam com a sua idéia de obra de arte contemporânea, de obra de arte acabada, diante da sua visão estética, porque senão você vai achar bonito só o que você faz ou o que você enxerga. Nosso encontro - ele pode começar agora, pode começar daqui a um ano, daqui a dez anos, e ele ocorre todo o tempo. Pierre Clastres, depois de conviver um pouco com os nossos parentes Nhandevá a M'biá, concluiu que somos sociedades que naturalmente nos organizamos de uma maneira contra o Estado; não tem nenhuma ideologia nisso, somos contra naturalmente, assim como o vento vai fazendo o caminho dele, assim como a água do rio faz o seu caminho, nós naturalmente fazemos um caminho que não afirma essas instituições como fundamentais para a nossa saúde, educação e felicidade.

Desde os primeiros administradores da Colônia que chegaram aqui, a única coisa que essa poder do Estado fez foi demarcar sesmarias, entregar glebas para senhores feudais, capitães, implantar pátios e colégios como este daqui de São Paulo, fortes como aquele lá de Itanhaém. Nossa esperança é que o desenvolvimento das nossas relações ainda possa nos ajudar a ir criando formas de representação, formas de cooperação, formas de gerenciamento das relações entre nossas sociedades, onde essas instituições se tornem mais educadas, é uma questão de educação. Se o progresso não é partilhado por todo mundo, se o desenvolvimento não enriquecau a não propiciou o acesso à qualidade de vida e ao bem-estar para todo mundo, então que progresso é esse? Parece que nós tínhamos muito mais progresso e muito mais desenvolvimento quando a genta podia beber na água de todos os rios daqui, que podíamos respirar todos os ares daqui e que, como diz o Caetano, alguém que estava lá na praia podia estender a mão e pegar um caju.

Tam uma música do Caetano, tem uma poesia dele que fala disso, o nativo lavanta o braço e pega um caju. As pessoas estão preferindo em nome do progresso instalar aquelas casas com aquelas placas luminosas e distribuir Coca-Cola na praia.

À MARGEM NO ORIENTE

No norte do Japão tem uma lha que sa chama Hokaido, lá vive o povo Ainu, tem um porto nessa ilha que se chama Nibutani, é uma palavra ainda qua dá nome para essa lugar, assim como aquela montanha bonita lá em Tóquio, no Japão, o monte Fuji, também reporta a uma história muito antiga do povo Ainu, uma história muito bonita, de uma mãe que ficou sentada esperando o filho que foi para a guerra e que não ratornava, passou o inverno, passaram as estações do ano e ela ficou cantando, esperando o filho voltar e o filho demorava demais, então ela chorava de saudade do filho; as lágrimas dala foram formando aquela montanha e o lago, e toda aquela paisagem linda é dessa mãe que ficou com saudade do filho que saiu para a guerra e qua não voltou, então ficou chorando por ele. Os Ainu estão lá em Hokaido há mais ou menos uns oitocentos anos, talvez mais um pouco, porque eles foram tendo que subir lá para cima, que é o lugar mais gelado, liberando aqueles territórios cá de baixo para a formação desses povos que vieram subindo. O Japão agora no final do século XX é uma das nações mais tecnológicas, digamos assim, do mundo, mas eles não puderam negar a existência dos Ainu, eles negaram isso até agora. Na década de 70 alguns Ainu conseguiram chegar à comissão da ONU que trata desses assuntos e apresentaram uma questão para o governo do Japão: querem reconhecimento e respeito pela sua identidade e cultura. Quinhentos anos não é nada.

Os Termos da Outra História

EDUARDO VIVEIROS DE CASTRO

Para Aracy, em memória da colega querida.

Diante de textos tão distintos, a busca de recorrências deve por força deixar escapar muita coisa, e coisa importante. Não ouso, por exemplo, sequer esboçar uma discussão dos registros discursivos empregados, como o contraste, às vezes interno a uma dada narrativa, entre um modo testemunhal, onde conto e reflito sobre o que vi "com os meus olhos", como diz Momboré-uaçu, e um modo tradicional (no sentido preciso do termo), onde narro o narrado, falando "pela fala" de um outro, como diz Jurusi uhu[1]. Não tenho, também, elementos bastantes para dar realmente conta de duas outras diferenças significativas: a distinção entre as narrativas (ou momentos da mesma narrativa) que inscrevem o surgimento dos brancos na origem absoluta das coisas a aquelas que os tomam como aparecendo em um mundo já constituído; e as diferenças na estimação da diferença entre índios e brancos — diferenças que devem ser elas próprias estimadas em função das condições em que se produziram ou se consolidaram essas narrativas.

[1] Tal distinção corresponde apenas muito parcial e imperfeitamente àquela que faríamos entre narrativas 'históricas' e 'míticas'.

Quero, aqui, apenas registrar uma ressonância que percorre os textos, e que ecoa alguns motivos importantes da tradição oral indígena. Ela diz respeito à inserção do problema da origem dos brancos no complexo pan-americano analisado por Lévi-Strauss, na tetralogia *Mitológicas* e nos livros que a seguiram, notadamente o último, *História de Lince*.

O desequilíbrio originário

As *Mitológicas* começam e terminam com o mito de obtenção do fogo de cozinha, que é também um mito de origem da cultura humana. No último volume da série (*O homem nu*), Lévi-Strauss mostra como o motivo do "desaninhador de pássaros", que enquadra a origem do fogo nos mitos bororo e jê discutidos no primeiro volume (*O cru e o cozido*), é a versão semanticamente atenuada de um macro-esquema mítico de difusão continantal. Os protagonistas desse "mito único", ligados entre si por uma relação de afinidade matrimonial, são a raça humana, terrestre, e um povo caleste, os donos do fogo. Para resumir um longo raciocínio: o fogo, fundamento da cultura, é posto como correlato da aliança de casamento, fundamento da sociedade. Cozinhamos a carne que comemos assim como, e porque, não comemos de nossa própria carne.

A relação entre as narrativas sul-americanas sobre o surgimento dos brancos e o mito de origem do fogo foi inicialmente estabelecida por Roberto DaMatta, para o caso do Auké timbira[2]. Bem mais tarde, em *História de Lince*, Lévi-Strauss demonstrou que a lagenda de Auké é uma inversão sistemática de um episódio do célebre mito cosmogônico recolhido no Rio de Janeiro por André Thevet, em meados do século XVI. Os textos sateré-mawé e o diálogo zo'é aqui apresentados mostram uma filiação direta a essa 'arqui-narrativa' tupinambá, possivelmente o primeiro mito sul-americano jamais publicado (em 1575). Quinhentos anos, como disse Ailton Krenak, é mesmo muito pouco.

[2] R. DaMatta, "Mito e antimito entre os Timbira." In: Vários autores, *Mito e linguagem social (ensaios de antropologia estrutural)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970 (pp. 77-106)

É notável que a presença dos brancos tivesse sido tão cedo absorvida por um complexo mítico evidentemente anterior a 1500. Lévi-Strauss argumenta que os brancos estavam contidos virtualmente, isto é, estavam previstos, formal senão historicamente, em uma estrutura constitutiva do pensamento indígena: um operador dicotômico que faz com que toda posição de um termo seja inseparável da contraposição, tratada como pressuposição,

de um termo contrário. No mito tupinambá, a criação dos índios implica a criação dos não-índios; ou, tomando-se as coisas pela outra ponta, o fato da existência dos brancos é posto como constitutivo do fato da existência dos índios, como participando das condições de possibilidade deste último (ao definir os índios, justamente, como "índios", i.e. como não-brancos). Nesses termos, os brancos vieram ocupar apenas um degrau suplementar na cascata de dicotomias reiteradas entre as posições de 'si' e de 'outrem' que flui pelo mito desde muito antes de 1500: criadores e criaturas, humanos e não-humanos, parentes e inimigos, e assim por diante. A profecia de que fala a narrativa baré, os repetidos "nós já sabíamos" que atravessam o discurso desana, o tema, em suma, do contato anunciado que Ailton Krenak põe em evidência, sublinhando sua difusão pan-americana, são as marcas dessa necessidade retrospectiva (nos dois sentidos de "necessidade") da posição de outrem no pensamento indígena. Lévi-Strauss a resume na idéia de uma "abertura ao outro" que seria consubstancial a esse pensamento, e que se manifestou, diz ele, desde os primeiros contatos com os brancos. Infelizmente, como se sabe, a recíproca jamais veio a ser verdadeira: o outro (nós) tinha toda uma outra idéia do que devia ser o outro.

A realidade virtual dos brancos no corpus mitológico pré-colombiano não significa uma oposição meramente 'distintiva', estática e autocontida, entre índios e brancos. O princípio dicotômico do mito tupinambá é um princípio recursivo: as dualidades que ele põe em cena são vistas por Lévi-Strauss como sintomáticas de um "dualismo em desequilíbrio perpétuo" próprio das cosmologias ameríndias. Após examinar as múltiplas versões do mito tupinambá nas duas Américas — todas elas protagonizadas por pares de gêmeos dissimilares —, o antropólogo francês conclui:

"Qual é, com efeito, a inspiração profunda desses mitos? [...] Eles representam a organização progressiva do mundo e da sociedade na forma de uma série de bipartições, mas sem que entre as partes resultantes a cada etapa surja jamais uma verdadeira igualdade: de um modo ou de outro, uma delas é sempre superior à outra. Desse desequilíbrio dinâmico depende o bom funcionamento do sistema, que sem ele se veria constantemente ameaçado de cair em um estado de inércia. O que esses mitos proclamam implicitamente, é que os pólos entre os quais se ordenam os fenômenos naturais e a vida em sociedade — céu e terra, fogo e água, alto e baixo, perto e longe, índios e não-índios, concidadãos e estrangeiros etc. — jamais poderão ser gêmeos. O espírito se esforça em emparelhá-los, mas não consegue estabelecer sua paridade. Pois são tais afastamentos diferenciais em cascata, tais como concebidos pelo pensamento mítico, que põem em marcha a máquina do universo"[3].

[3] C. Lévi-Strauss, *Histoire de Lynx*. Paris: Plon, 1991 (pp. 90-91).

Ou seja, não somente a posição de um termo pressupõe a contraposição de seu contrário, como acarreta uma proliferação indefinida de oposições de extensão decrescente, internas ao termo de referência. Quanto à "superioridade" inevitável de uma das partes resultantes de qualquer bipartição, é preciso entendê-la como assimetria lógica (inerente ao funcionamento multidicotômico do mito, onde a contraposição é internalizada como pressuposição), e não como gradação ontológica (inerente à substância dos termos); como superioridade instável, dinâmica e ambígua, que não se congela em uma hierarquia finalizada. Pois não se deve esquecer que, se os brancos levaram consigo, ou adquiriram, um saber e um poder que os índios rejeitaram, é porque os brancos eram índios: foram os índios que produziram os brancos, a estes conferindo a função de representar uma virtualidade contida na essência do humano (isto é, dos índios). O Imperador era índio, como recordam os Sateré-Mawé: o superior era interior. Ou, como lembram os Kuikúro, foram os índios que amansaram os brancos. A ação, ainda quando na forma do deixar acontecer, é sempre indígena, porque a significação o é. Em outras palavras, os brancos só constituíram os índios como não-brancos porque foram, antes, constituídos como não-índios por eles. "Nós já sabíamos".

Ao encarnarem, pelo avesso, as condições que definem a condição humana — ao serem aquilo que os índios poderiam ter sido, e que, porque não o foram, tornaram-se propriamente humanos, isto é, nem espíritos, nem animais, nem brancos —, os brancos oscilam entre uma positividade e uma negatividade igualmente absolutas. Sua gigantesca superioridade cultural (técnica, ou objetiva) se dobra de uma infinita inferioridade social (ética, ou subjetiva): são

quase imortais, mas são bestiais; são engenhosos, mas estúpidos; escrevem, mas esquecem; produzem objetos maravilhosos, mas destroem o mundo e a vida... Superculturais e infra-sociais, portanto. E assim é possível passar de uma visão positiva ou mesmo irênica dos brancos, tal a exprimida nas narrativas sateré-mawé, a uma negativa e polêmica, como a manifestada nas falas de Davi Kopenawa ou de Bráz de Oliveira França. A narrativa de Luiz Gomes Lana se dispõe, quanto a isso, na zona ou momento de transição entre esses dois pólos, enquanto o discurso de Momboré-uaçu traz um rigoroso raciocínio indutivo que fundamenta a passagem 'experimental' do primeiro ao segundo. Da possibilidade mítica à realidade histórica, diriam talvez alguns, esquecendo com isso que o mito é uma versão da história, e a história uma transformação do mito.

Mas, se o problema de origem dos brancos está, por assim dizer, resolvido desde antes do começo do mundo, o problema simétrico e inverso do destino dos índios permanece-lhes, parece-me, crucialmente em aberto. **Pois o desafio ou enigma que se põe aos índios consiste em saber se é realmente possível utilizar a potência tecnológica dos brancos, isto é, seu modo de objetivação — sua cultura —, sem se deixar envenenar por sua absurda violência, sua grotesca fetichização da mercadoria, sua insuportável arrogância, isto é, por seu modo de subjetivação — sua sociedade.** Davi Kopenawa responde negativamente a essa questão: a cultura dos brancos exprime sua sociedade, e por aí não há saída. Ailton Krenak parece responder positivamente: a sociedade indígene se exprime em sua cultura, e deve haver espaço para esta. A história irá decidir; e então, o mito terá explicado.

A morte branca

O problema da origem dos brancos foi 'processado' pela máquina do mito do fogo, como observemos. Mas algumas das narrativas aqui apresentadas mostram uma dimensão específica desse processo, que não foi objeto de atenção especial nem de DaMatta, nem de Lévi-Strauss. Refiro-me à presença, nos textos desana e sateré-mawé, bem como no que se pode entrever no diálogo zo'é, do difundido mito da 'vida breve', cujo lugar dentro do complexo sobre a origem do fogo e da cultura foi demonstrado em "O cru e o cozido"[1].

[1] C. Lévi-Strauss, *Le cru et le cuit*. Paris: Plon, 1964 (troisième partie)

Os mitos que contam como os humanos perdemos nossa imortalidade originária, ou passamos a viver menos que as árvores, ou a não poder rejuvenescer como certos animais, giram em torno de um motivo central: uma 'má escolha' que fizemos, diante de uma prova proposta ou ume oportunidade oferecida por um demiurgo (ou personagem equivalente). Via de regra, essa má escolha resultou de algum erro ou descaso expresso em termos dos cinco sentidos: deixamos de ouvir, de ver, de tocar — em suma, de responder a algum estímulo; ou, alternativamente, vimos, ouvimos, falamos, provamos o que não devíamos. Os que se comportaram apropriadamente, como as árvores, ou os répteis e artrópodes que mudam periodicamente de pele e assim rejuvenescem, obtiveram uma longa vida.

A narrativa desana encadeia os temas da vida breve e da origem dos brancos. Após descrever como o branco, o último a sair da Canoa-de-Transformação, foi mandado embora pelo demiurgo, o texto passa diretamente (e, para um ouvinte que não conhece o contexto mítico mais amplo, algo misteriosamente) ao motivo da vida breve dos humanos. Os bichos venenosos conseguiram se aproximar do recipiente contendo a droga da troca de pele, a humanidade não. Nenhuma referência aos brancos, aqui; mas é tentador imaginar que, entre os bichos venenosos, talvez estivesse o branco... Pois no parágrafo seguinte este reaparece, na figura do ancestral que conseguiu se transformar em branco ao se banhar na bacia de água mágica do demiurgo. Como se sabe, em outras versões do mito (e para outros povos amazônicos), o tema da imortalidade ou da ressurreição acha-se associado a um banho em uma bacia de água mágica, que nos troca a pele. Nesta narrativa desana, o tema parece ter se cindido: a imortalidade ou rejuvenescimento perpétuo pela troca de pele se restringe aos animais, mas o meio típico de alcançá-la é deslocado para explicar a diferença — expressa em termos de uma troca de cor da pele, justamente — entre índios e brancos.

A narrativa desana transforma outros mitos tukano onde a relação entre surgimento dos brancos e origem da morte é bem mais evidente. Em uma história barasana registrada por

S. Hugh-Jones, a origem do poder dos brancos — as armas de fogo — é explicada como fruto de uma escolha fatídica. O demiurgo ofereceu aos ancestrais humanos a opção entre o arco e a espingarda: os que seriam os brancos escolheram a segunda, os que seriam (ou permaneceriam sendo) os índios, o primeiro[5]. Foi em conseqüência de tal escolha, pode-se supor, que os brancos foram enviados para longe pelo demiurgo, como conta aqui Luiz Lana. O tema da escolha das armas aparece nesta mesma forma entre os Tupinambá do Maranhão seiscentista (ele foi registrado por Abbeville junto aos Tupinambá de Momboré-uaçu), na mitologia alto-xinguana contemporânea, e em muitas outras. Quanto ao mito barasana de Hugh-Jones, ele é, na verdade, uma variante muito próxima do mito tupinambá de Thevet. Como este, ele estabelece uma conexão direta entre a origem da vida breve (dos índios) e a origem dos brancos, pois estes últimos são ditos semelhantes às aranhas, cobras e mulheres, em sua capacidade de longa vida. Ao contrário da troca de pele natural das cobras, aranhas e mulheres, os brancos trocariam uma pele cultural, as roupas; engenho técnico e imortalidade relativa, assim, se ligam[6]. Esse mesmo tema das roupas aparece no diálogo zo'é aqui publicado. Jipohan, o demiurgo capaz de ressuscitar os mortos a partir dos ossos, foi-se com os brancos, e, como estes, anda vestido e é senhor de muitas roupas.[7]

O fragmento mítico tupinambá reportado por Abbeville, e o mito barasana de Hugh-Jones, sugerem uma inversão da senioridade entre os irmãos em conseqüência da escolha das armas. (Recorde-se que o sistema patrilinear dos Tukano hierarquiza as fratrias masculinas e seus descendentes por ordem de nascimento.) Lévi-Strauss tratou os mitos da vida breve em termos de um "código dos cinco sentidos", que, como se pode constatar, está presente no mito desana. Seria possível ver no motivo da escolha das armas uma modulação deste código. Em lugar de erros relacionados à sensibilidade, teríamos aqui uma falta ligada ao bom senso, isto é, ao entendimento: um 'erro de cálculo', digamos. No mito quinhentista de Thevet, a ruptura do demiurgo (de quem os brancos seriam os "sucessores e verdadeiros descendentes", diz o frade francês) com a humanidade índia, fruto da ingratidão ou agressividade desta, pode igualmente ser tomada como um caso de 'má escolha', de ausência de discernimento por parte dos humanos (dos índios).[8]

No mito desana aqui publicado, nada é dito nesse sentido: o irmão mais moço continua sendo-o, e não se fala em escolha, mas em alocação de objetos e técnicas apropriados à 'vocação' respectiva dos brancos e dos índios, a espingarda e a bíblia versus o arco e a memória. A narrativa de Luiz Lana parece, assim, evitar ou resistir a uma conclusão que estaria presente em versões anteriores do mito, resistência que indicaria uma mudança política na estimação da diferença entre índios e brancos. Os brancos, agora, não são o que os índios poderiam ter sido, mas o que os índios não quiseram ser. Daí, penso, a cisão parcial entre os motivos da origem dos brancos e da perda da imortalidade.

O mito de origem do povo Baré contado por Bráz de Oliveira França, nesse sentido — mas aqui trata-se de pura especulação de minha parte —, poderia ser lido como uma inversão dos mitos tukano, ou pelo menos como um estado ulterior do movimento de reajuste ideológico esboçado no texto de Luiz Lana. O homem que viajava só, do lado de fora do grande navio que entrou no Rio Negro, e que se tornou o ancestral dos Baré, pareceu-me corresponder ao irmão mais moço da narrativa desana, o último a sair da Canoa-de-Transformação, e que virou o branco. Recordemos que a Canoa-de-Transformação é, na mitologia tukano, uma grande sucuri que traz em seu interior os diferentes grupos exogâmicos, e que o herói baré se chama, justamente, Cobra (uma 'cobra' aquática, que vem do rio). No caso desana, temos um irmão mais moço que é mandado embora por seus parentes masculinos, devido à sua agressividade; no caso baré temos um estrangeiro que é incorporado, ao conseguir pacificar, por sua potência sexual, um grupo de mulheres agressivas. Tudo se passa, em outras palavras, como se o ancestral dos brancos do mito desana se transformasse no ancestral dos índios no mito baré. Neste último, então, a origem dos índios se vê definitivamente desconectada da origem dos brancos (que chegam de fora, e no meio de uma história em andamento), ao passo que na narrativa de Luiz Lana elas ainda mostram uma ligação.[9]

[5] S. Hugh-Jones, "The gun and the bow: myths of white men and Indians." *L'Homme* 106-107, 1988: 138-155.

[6] Os Barasana conceituam a menstruação como uma 'troca de pele' periódica, i.e. um rejuvenescimento das mulheres. Tal rejuvenescimento, no caso masculino, só se pode fazer ritual e coletivamente, através das cerimônias do He ('Jurupari'), concebidas como uma menstruação masculina — e/ou, como indica o mito da Lana, mediante a ingestão de coca, substância indispensável em tais cerimônias. Quanto à relação entre as roupas e a longa vida, trata-se obviamente de uma equivalência simbólica, motivada pelo tema da troca de pele dos animais. De resto, a noção de uma 'imortalidade' dos brancos, no caso do mito barasana, refere-se ao fato de que os brancos são inumeráveis, reproduzindo-se incessantemente: imortais, portanto, no sentido de que é inútil matá-los; sempre chegarão outros em seu lugar. E este raciocínio nada tem de simbólico

[7] O tema da troca de pele como técnica de imortalidade é central na cosmologia de vários grupos tupi contemporâneos; entre os Araweté, por exemplo, ele está associado aos Maï (i.e. Maíra), que, após devorarem os mortos chegados no céu, refazem-nos a partir dos ossos — como Jipohan — e os mergulham em uma bacia de água mágica para revivê-los e rejuvenescê-los.

[8] A esse esquema que faz dos brancos os descendentes daqueles que não cometeram o erro cometido pelos índios, a mitologia yanomami apresenta uma alternativa interessante. Os brancos foram criados a partir do sangue de índios mortos em virtude da ruptura de um interdito sexual. Os brancos são aqui, não os que fizeram a boa escolha, mas o produto direto, os "sucessores e verdadeiros descendentes" de uma má escolha feita pelos índios. (Ver a nota 7 de B. Albert ao texto de Davi Kopenawa).

[9] Se recordarmos que Baré seria uma derivação de bári, "branco" como (cromaticamente) não-negro — não escravo? —, conforme menciona D. Buchillet, a questão se torna ainda mais complexa. Compare-se, aliás, com o mito desana, onde os índios se vêem como não-brancos nesse mesmo sentido cromático.

Uma outra manifestação do tema da má escolha, com a conseqüente perda de algo que os brancos obtiveram ou mantiveram, encontra-se nos mitos mawé aqui publicados, em que ele se associa a motivos cristãos. Os humanos que ficaram foram aqueles que deixaram de atender ao chamado do Imperador (ou de Deus), porque, na saborosa expressão de Vidal Sateré-Mawé, "se entretiveram na fruta" ao longo do caminho. Isso sugere uma apropriação do episódio bíblico da maçã (Adão e Eva estão entre os protagonistas da narrativa), mas evoca também um tema famoso da mitologia nativa, o 'chamado da madeira podre' a que os humanos responderam em lugar dos chamados da pedra e da madeira dura, perdendo assim a oportunidade de viver tanto quanto estas últimas[10]. No caso das narrativas sateré-mawé, note-se, os que se foram com o Imperador conseguiram "se esconder da morte", e viraram os brancos; os que, ao contrário e literalmente, perderam o barco, estes ficaram na floresta e estão doravante sujeitos ao que não há jeito de evitar.[11]

Em suma: os brancos têm a mesma origem que a morte. De um lado, esta equação deriva de uma 'dedução transcendental' que visa uma condição humana universal — assim, se os humanos em geral morrem, é preciso que haja um tipo de humano em particular que não morra, ou que haja um não-humano que viva mais que os humanos. De outro lado, porém, exprime uma dedução empírica, que os índios viveram, ou melhor (ou pior), morreram na própria carne. Os brancos conseguiram se esconder da morte, pois foram eles que a revelaram aos índios, isto é, que a causaram. As doenças que os dizimam vêm de longe, diz a narrativa dos Mawé: vêm do mesmo lugar para onde foram os brancos. A história kuikuro é ainda mais direta: ainda após amansados, mesmo depois de convencidos a deixar de matar os índios, os caraíba continuaram trazendo a morte, na forma da doença e do feitiço. Quando não matam com as próprias mãos, fazem-no por procuração, através dos objetos — por coincidência, cortantes — que os significam: "Deram facas, tesouras, machados. Veio a tosse." Davi Kopenawa descreve minuciosamente o mesmo encadeamento sinistro: a cultura dos brancos é mortífera. Ninguém melhor que nós, portanto, para ilustrar a morte como condição.

[10] Ver o mito apinayé (M9) analisado em *O cru e o cozido*.

[11] Os temas indígena e bíblico do dilúvio se acham aqui fundidos. É interessante reparar também nos animais a que os brancos são associados pelos Mawé, segundo Alba Figueroa. Dos dois sapos 'esbranquiçados', um, pelo menos, é venenoso (o cunauaru), produzindo uma secreção branca que destrói a epiderme ao toque. O macaco cairara, como dizem os índios, é "branco e sem-vergonha"; e o japim é gregário e barulhento — Ihering observou também que este pássaro tem um cheiro muito desagradável. Venenosos (um veneno que 'troca a pele'), lascivos e barulhentos-fedorentos, os brancos não são assim tão inambiguamente positivos.

Os sobrinhos de Eva

Retornemos ao duplo fundamento da condição humana tematizado pelos mitos de origem: o fogo e a aliança matrimonial, isto é, a cultura e a sociedade. Os mitos de origem da vida breve explicitam o terceiro fundamento, este natural: a condição mortal da espécie humana.

A esse triplo título, os brancos vêm desenhar os limites do humano, por excesso ou por carência. No que concerne ao 'fogo', isto é, à tecnologia da objetividade, somos superculturais. No que concerne à mortalidade natural da espécie, somos sobrenaturalmente 'imortais' (inumeráveis e indestrutíveis). Mas no que concerne à vida de relação, às formas socialmente instituídas da subjetividade, somos indiscutivelmente sub-humanos. É sobre este último limite que quero dizer algo, à guisa de conclusão.

Se a aliança matrimonial é posta, na mitologia ameríndia, como fundamento da sociedade, onde estão os brancos, a esse respeito? **O que várias das narrativas acima publicadas sugerem, é que somos aqueles seres que não sabem o que é uma relação social humana: somos os maus aliados por excelência. Gente que não troca gente em casamento, mas que mata, rouba e escraviza gente.**

No mito desana, o ancestral do branco é um irmão mais moço, não um aliado por casamento. Mas um irmão que, ao retornar, comporta-se como um estrangeiro e um inimigo, vindo para roubar e matar. Entre as 'coisas' que os brancos roubaram, como recordam Davi Kopenawa e Momboré-uaçu, estavam as crianças: em lugar, portanto, de virem se aliar aos índios, os brancos arrancam-lhes o fruto de suas alianças. O chefe tupinambá do Maranhão revela os caminhos da traição: os índios se estimaram honrados quando os brancos passaram a coabitar com suas mulheres, pensando que estes desejavam se tornar seus cunhados e formar com eles uma só nação; mas eis que os brancos logo perverteram a aliança em sujeição, escravizando aqueles que lhes haviam dado esposas. E se, na fase inicial do 'contato' descrita por Momboré-uaçu, a aliança serve de pretexto e antecedente para a

servidão, a narrativa de Bráz de Oliveira França mostra a culminação do processo, quando é a servidão que passa a servir de antecedente para uma repugnante anti-aliança, com os patrões do Rio Negro tomando à força as mulheres índias em 'pagamento' das 'dívidas' contraídas por seus pais e maridos.[12]

Nos textos sateré-mawé e wapishana, encontra-se uma visão mais idealizada dessa relação de troca entre índios e brancos. No caso dos textos mawé, em particular, estabelece-se uma divisão do trabalho vista como relativamente 'natural' — ou pelo menos deseja-se que, fundado como está no discurso das origens, tal sistema de troca possa vir a ser eqüitativo na realidade. Note-se que os mitos mawé reduzem as relações com os brancos a uma troca econômica de produtos, não a uma troca matrimonial de pessoas; mas registre-se, quanto a isso, o subtexto presente na identificação dos brancos ao macaco cairara, tido por 'sem-vergonha', isto é, licencioso e sexualmente voraz.

Mas é também nas narrativas mawé que se pode divisar a sugestão mais interessante: a de que os brancos estavam, sim, destinados a ser os aliados dos índios. Eva tinha um irmão; Adão tinha um cunhado, portanto. O texto de Vidal Sateré-Mawé não deixe muito claro como 'funciona' essa tríade originária. As primeiras linhas da narrativa falam na morte de uma "irmã dele", mas não está óbvio quem é "ele"; a impressão que tive é que se trata de Tupana, ou Deus. Não há elementos aqui para dizer que esta irmã era Eva. Mais adiante, Adão e Eva são descritos como os ancestrais dos que ficaram, não tendo seguido com Deus e com os brancos. Em seguida, o motivo da permanência dos índios na floresta, junto à morte e às doenças, é explicado pelos ouvidos moucos que Adão faz ao convite de Deus; mas mais adiante, é Eva quem, atendendo a um chamedo de seu irmão, convence Adão a voltar no caminho e ficar. Por outro lado, esse irmão é quem lhe teria dado machados, terçados, enfim, objetos dos brancos (ou de Tupana), o que poderia sugerir que o irmão de Eva é que foi embora, ficando Adão e sua mulher na floresta. Os textos são muito ambíguos. Seria Tupana o irmão de Eva? Seriam os brancos os cunhados de Adão — os brancos que a velha mitologia tupi-guarani tem por descendentes do demiurgo? Ou seriam os índios os filhos desse irmão de Eva, visto que foi ele quem a chamou de volta para a floresta?[13]

Seja como fôr, Eva tinha um irmão. O que é conforme à visão indígena dos fundamentos da vida social: por trás de todo casal, há o irmão da mulher, o homem que cedeu sua irmã ao outro homem. O 'átomo de parentesco', para recordarmos a noção famosa de Lévi-Strauss, é constituído por uma criança, seu pai, sua mãe, e seu tio materno.

Os textos mawé sugerem, então (ou pelo menos eu gostaria que estivessem sugerindo...), que os brancos e os índios não seriam simples e igualmente os descendentes de Adão e Eva. Não seríamos, portanto, 'todos irmãos' — fórmula que jemeis impediu que alguns desses 'irmãos' espoliassem, escravizassem e assassinassem outros irmãos. Não seríamos todos 'filhos de Adão', pois — alguns seríamos, talvez, filhos do irmão de Eva, descendentes colaterais desta, não de Adão. Quem são os sobrinhos de Eva, os brancos ou os índios, eis aí uma questão que o mito não permite resolver. Mas isso não muda a moral da história: somos primos cruzados, isto é, cunhados potenciais. Não somos naturalmente idênticos como o são irmãos; seremos sempre diferentes, pois é essa diferença que nos torna socialmente necessários uns aos outros, e igualmente necessários uns aos outros.
O reencontro entre índios e brancos só se pode fazer nos termos de uma necessária aliança entre parceiros igualmente diferentes, de modo a podermos, juntos, deslocar o desequilíbrio perpétuo do mundo um pouco mais para a frente, adiando assim o seu fim. *(outubro, 2000)*

[12] E nesse sentido, o mito de Mira-Boia e as amazonas contado por Bráz de Oliveira França pode ser lido como invertendo a figura do patrão.

[13] Na pequena narrativa "Uruhe'i e Mari pyaipok", figuram apenas Eva (Uruhe'i) e seu irmão Mari-pyaipok, nome que provavelmente se liga ao Maira da mitologia tupi. Ambos os irmãos ficam, ou voltam do caminho, e os Sateré-Mawé são ditos descendentes de Eva; Adão não entra em cena. Outras versões do mito de Uruhe'i e Mari-pyaipok fazem destes personagens dois irmãos homens, com Mari como o que foi embora e Uruhe'i como o que ficou. (Essas variantes, registradas por Nunes Pereira e outros, são referidas nos trabalhos de Alba Figueroa.) Não é impossível que as versões mais antigas do mito fossem protagonizadas por um par de irmãos homens, e talvez gêmeos, como na mitologia tupinambá, que parece ter fortemente influenciado a cultura mawé. A feminização de um dos irmãos se deveria, nesse caso, a uma interferência do casal bíblico, ou a uma fusão com mitos de proveniência não-tupi. Mas ela pode estar exprimindo o fundo mitológico propriamente mawé, povo que fala uma língua do tronco tupi mas não da família tupi-guarani.

BRASIL 500

X

21 6
5

SOS BRASIL 500 ANOS

Editorial do ISA publicado em Parabólicas nº 57, março, 2000

O Instituto Socioambiental resolveu não comemorar os 500 anos de Brasil.
Não foi uma decisão difícil. A maior parte de nós tem andado em lugares e com gentes neste país, para as quais o sentido de pertinência e a auto-estima não se expressam ao compasso do relógio dos poderosos, instalados nas praças das principais cidades.
Sentimo-nos remando contra o fluxo, ao lado de índios e outras populações tradicionais e daqueles cidadãos inconformados com a degradação socioambiental dos locais que desfrutamos na infância e das cidades onde, cada vez mais, vivemos. "Anos redondos", porém, engendram comemorações imperativas. Não há como ficar totalmente indiferente.
Mirando a paisagem nacional, constatamos que o governo federal, após longa hesitação, acabou jogando poucas fichas num programa cultural que se resume à troca de gentilezas com Portugal, uma exposição de arte, cujo acabamento está sendo de última hora e com recursos privados de origem obscura, e um evento simbólico em Coroa Vermelha (BA).
Vista do bastidor, a cena oficial central do 22 de abril no sul da Bahia será um resumo da ópera do Brasil que não deu e não dará certo. No local onde os portugueses desembarcaram e rezaram a primeira missa em 1500 está sendo erigido um parque temático, que terá piso de pedra portuguesa, cruz de aço inox e um Pataxopping movido a índios favelados, cujas casas estão sendo substituídas por cubículos de alvenaria, obra sob suspeita de superfaturamento por empreiteira favorecida por políticos. Vexame à vista, anunciado pelo ISA há dois anos em sua publicação mensal Parabólicas (nº 45 de novembro/98).
Bem perto dali, o fragmento remanescente de paisagem natural de mata atlântica conhecido como Monte Pascoal, transformado em parque de papel, está sendo consumido por outros Pataxó que não têm alternativa para sobreviver, enquanto Ibama e Funai não se entendem.
A outra face desta mesma moeda será uma marcha indígena que desembocará em Coroa Vermelha, incentivada pela Igreja Católica, cuja autoridade suprema acaba de pedir perdão - a Deus, é claro - pelos erros históricos cometidos contra os povos nativos do mundo.
Será que a América católica sempre precisará de ridículos tiranos?
Fora do centro, milhares de iniciativas promissoras ocorrem, se valendo do ambiente comemorativo, muitas delas envolvendo parcerias, inclusive entre poder público e sociedade.
Tais iniciativas incluem desde seminários e pacotes multimídias sobre música popular ou sobre a temática indígena, até shows ao ar livre dos monstros sagrados da MPB, patrocinados por uma rede de supermercados. Coisas para ver, (re) pensar e desfrutar, seja numa aldeia remota da Amazônia ou num parque de cidade.
Como escreveu um dos fundadores do ISA, "devastamos mais da metade de nosso país pensando que era preciso deixar a natureza para entrar na história: mas eis que esta última, com sua costumeira predileção pela ironia, exige-nos agora como passaporte justamente a natureza".Será que a diversidade socioambiental do Brasil, cantada em prosa e verso, resistirá às sucessivas reciclagens do nosso modelito predatório de desenvolvimento e ao ambientalismo privatista de sucursal que se instalou no país a partir da Rio 92?
A longo prazo não nos restará, em meio ao caos, alternativa entre a mesmice dos shoppings e o confinamento dos parques temáticos?

O que os Brasileiros Pensam dos Índios?

Instituto Socioambiental

PESQUISA NACIONAL DE OPINIÃO ISA/IBOPE, REALIZADA DE 24 A 28 DE FEVEREIRO DE 2000, REVELA QUE A MAIORIA DOS BRASILEIROS RECONHECE OS DIREITOS DOS ÍNDIOS E APÓIA AS DEMARCAÇÕES DE SUAS TERRAS

A IMAGEM DOS ÍNDIOS

O Ibope realizou uma pesquisa de opinião pública de âmbito nacional, encomendada pelo ISA, sobre o que os brasileiros pensam dos índios. É a primeira pesquisa de opinião sobre o assunto realizada em todo Brasil. Dois mil homens e mulheres foram ouvidos pelo Ibope entre 24 e 28 de fevereiro, expressando as opiniões dos brasileiros sobre os índios às vésperas das comemorações dos 500 anos do "Descobrimento do Brasil".

Embora a grande maioria dos brasileiros viva em cidades ou regiões distantes das terras indígenas, 78% dos entrevistados revelaram ter interesse no futuro dos índios (gráfico 02). A pesquisa revela que os brasileiros têm uma imagem positiva dos índios, sendo que 88% concordam que os índios conservam a natureza e vivem em harmonia com ela (gráfico 01), 81% acham que eles não são preguiçosos e apenas encaram o trabalho de forma diferente da nossa (gráfico 07), 89% afirmam que eles não são ignorantes e apenas possuem uma cultura diferente da nossa (gráfico 18), e também 89% consideram que eles só são violentos com aqueles que invadem as suas terras (gráfico 14).

O PAPEL DO GOVERNO

Dentre os entrevistados, 82% acham que o governo federal deveria atuar para evitar a extinção dos povos indígenas e para promover a sua defesa (gráfico 17). 75% acham que os índios precisam ser protegidos e ensinados e 93% afirmaram que eles devem receber uma educação que respeite os seus valores (gráfico 13).

Perguntados sobre quais seriam os três maiores problemas dos índios, 57% indicaram a invasão das suas terras, 41% apontaram o desrespeito à sua cultura e 28% indicaram as doenças transmitidas pelo contato com os brancos (gráfico 09). Assim, os maiores problemas indicados são decorrentes da relação com os não índios. 92% dos entrevistados consideram que os índios devem continuar vivendo como tais (gráfico 04) e que, para isso, o governo deveria priorizar a implantação de programas de saúde e de educação adequados (48%), realizar a demarcação das suas terras (37%) e estimular a produção de bens voltados para o mercado (31%) (gráfico 19).

AS TERRAS INDÍGENAS

A demarcação das terras indígenas também recebeu expressivo apoio dos brasileiros. Informados de que os índios representam apenas 0,2% da população brasileira e têm direitos de posse permanente e de usufruto exclusivo sobre 11% do território nacional, apenas 22% dos entrevistados consideram que é muita terra para pouco índio, enquanto outros 68% entendem que a extensão das terras indígenas é adequada ou insuficiente (gráfico 11).

Mesmo nas regiões norte e centro oeste, onde se situam 99% da extensão total das terras indígenas, 59% dos entrevistados consideram-na adequada ou insuficiente, enquanto 34% acham que é muita terra.

Perguntados especificamente sobre o caso dos índios que falam português e se vestem como nós, 70% dos brasileiros consideram que os seus direitos territoriais devem ser mantidos, contra 24% que acham que deveriam perdê-los (gráfico 20).

O DIREITO À DIFERENÇA

O reconhecimento do direito dos índios a serem diferentes de nós é um consenso nacional: 92% da população acham que eles devem ter o direito de continuar vivendo de acordo com os seus

costumes (gráfico 04), opinião confirmada pelos 91% que consideram que eles devem ter espaço para viver conforme a sua cultura (gráfico 12). 67% discordam que os índios devessem ser preparados para abandonar a selva e viver como nós (gráfico 16). Estes índices são ainda maiores entre os entrevistados que têm instrução de nível superior.

O FUTURO

A pesquisa também detectou uma mudança significativa na opinião dos brasileiros quanto ao futuro dos índios. Em vista da tragédia histórica representada pelos 500 anos de colonização, com que muitos povos indígenas foram extintos e a sua população total reduzida de alguns milhões para os atuais 300 mil, havia, até há alguns anos atrás, uma forte impressão, mesmo entre aqueles que os defendiam, de que os índios acabariam sendo extintos no futuro. No entanto, a maior parte dos entrevistados (45%) expressou otimismo quanto ao futuro dos índios, tanto com relação a continuarem vivendo nas suas terras quanto à preservação da sua cultura. Outros 26% expressaram otimismo apenas em relação à preservação das terras ou à cultura, enquanto 21% manifestaram pessimismo em relação à preservação de ambas (gráfico 10).

A PESQUISA

A amostragem do Ibope considerou as diferenças de sexo, de grau de instrução, de renda familiar, de idade, de região de origem, de porte e de tipo dos municípios de residência, para compor o universo dos dois mil entrevistados. As entrevistas foram realizadas com eleitores de mais de 16 anos.

GRÁFICO 01:
Os índios conservam a natureza e vivem em harmonia com ela?

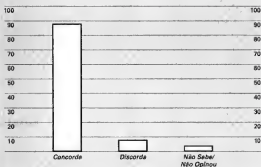



GRÁFICO 02:
Qual o seu grau de interesse pelo futuro dos índios brasileiros?

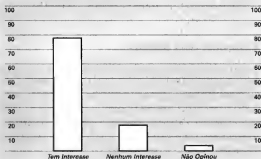



GRÁFICO 03:
Você acha que a educação dada aos índios deve respeitar seus valores e sua cultura?

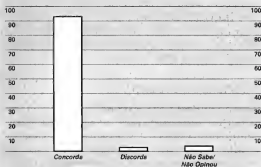



GRÁFICO 04:
Os índios devem ter o direito de continuar vivendo na selva de acordo com os seus costumes?

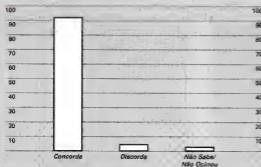



GRÁFICO 07:
Os índios não são preguiçosos, apenas encaram o trabalho de forma diferente de nós?

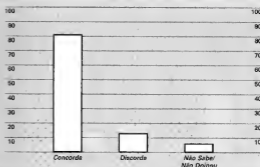



GRÁFICO 05:
Os índios são violentos e perigosos?

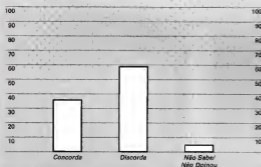



GRÁFICO 08:
Na sua opinião qual é o principal problema que afeta os índios brasileiros atualmente?

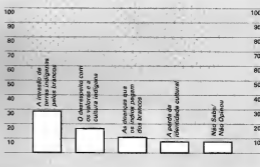



GRÁFICO 06:
Os índios devem ser educados de acordo com a nossa cultura?

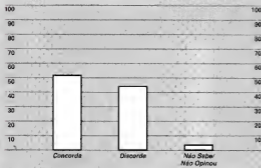



GRÁFICO 09:
Na sua opinião quais são os 3 principais problemas que afetam os índios brasileiros atualmente?

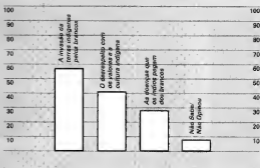



GRÁFICO 10:
Qual destas frases melhor expressa a sua opinião sobre o futuro dos índios brasileiros?

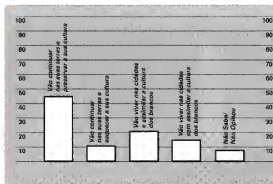



GRÁFICO 13:
A educação dada aos índios deve respeitar os seus valores e a sua cultura?

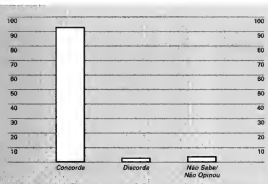



GRÁFICO 11:
Qual dessas frases melhor expressa a sua opinião sobre a quantidade de terras que os índios possuem para viver?

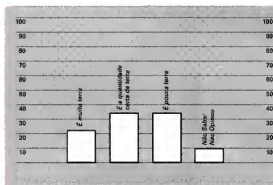



GRÁFICO 14:
Os índios são violentos apenas com os que invadem as suas terras?

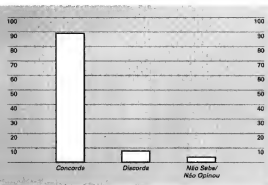



GRÁFICO 12:
Deve haver espaço para que os índios possam viver de acordo com a sua cultura?

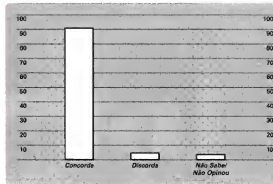



GRÁFICO 15:
Os índios são bons mas aprendem muitas coisas ruins com os brancos?

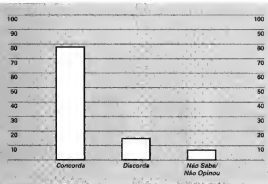
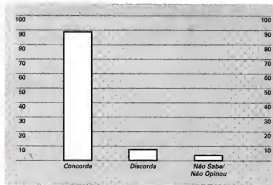



GRÁFICO 16:
Os índios devem ser preparados para abandonar a selva e viver como nós?

GRÁFICO 17:
O governo deveria deixar que os índios sejam extintos?

GRÁFICO 18:
Os índios não são ignorantes, apenas possuem uma cultura diferente da nossa?

GRÁFICO 19:
Quais dessa medidas devem ser adotadas para que os índios brasileiros continuem a viver como índios?

GRÁFICO 20:
Qual dessas frases expressa sua opinião sobre os índios que falam português e se vestem como nós?

REPERCUSSÃO NA MÍDIA

A pesquisa ISA/Ibope ganhou expressivo espaço na mídia, surpreendendo a opinião pública com a postura favorável dos brasileiros com relação aos povos indígenas. Publicada no site do ISA, a pesquisa foi intensamente consultada por usuários. Seguem algumas das manchetes de artigos veiculados pelos principais meios de comunicação durante o mês de abril de 2000:

NO PAPEL DE MOCINHO. Brasileiros acham que os índios são bons e protegem a natureza. As coisas ruins aprenderam dos brancos. (Veja, 12/04/00)

A CULPA É NOSSA. Pesquisa nacional mostra que os brasileiros têm imagem extremamente positiva do povo indígena. 78% acham que o índio é bom por natureza e aprende a fazer maldade com o homem branco. Os índios que se mudam para cidades como Brasília abandonam sua cultura e acabam nas ruas, pedindo esmola. (Correio Braziliense, 10/04/00)

O BOM SELVAGEM. Pesquisa revela que brasileiros consideram os índios bons por natureza e por preservarem o meio ambiente. Entrevistados dizem que os índios devem ter direito à terra. (Correio Braziliense, 10/04/00)

PESQUISA MOSTRA O QUE O BRANCO ACHA DO ÍNDIO. Levantamento revela que brasileiros se preocupam com o futuro das nações indígenas e acreditam que sua cultura deva ser preservada. (Jornal da Tarde 10/04/00)

BOAS-VINDAS AOS ÍNDIOS. (Artigo de Marina Silva, Correio Braziliense, 13/04/00)

Índios

No papel de mocinho

Brasileiros acham que os índios são bons e protegem a natureza. As coisas ruins aprenderam dos brancos

Alexandre Mansur

O bom selvagem

A opinião dos brasileiros não poderia ser mais favorável à população indígena. Acompanhe os principais resultados de uma pesquisa inédita feita pelo Ibope

Os índios, que representam **0,2%** *da população, são donos de 11% do território nacional. Essa quantidade de terra é:*

sem opinião 10% · a conta certa 34% · insuficiente · excessiva 22%

Quantos concordam com as seguintes afirmações a respeito dos índios.

São bons por natureza, mas aprendem coisas ruins com os brancos	*Não são preguiçosos. Apenas encaram o trabalho de forma diferente da nossa*	*Conservam a natureza e vivem em harmonia com ela*	*São violentos apenas com os que invadem suas terras*	*Devem ter o direito de continuar vivendo na selva, seguindo seus costumes*
78%	81%	88%	89%	92%

Revista Veja, 12/04/00.

MARCHA INDÍGENA

Chico Caruso, Veja, 03/05/00, pág. 43

ÍNDIOS PROTESTAM CONTRA FESTA DO DESCOBRIMENTO

O Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (Capoib) enviou ao Papa João Paulo II carta de protesto contra o que chama de "festa triunfalista" programada pelo Governo brasileiro para celebrar os 500 anos do Descobrimento. Os índios querem que o evento sirva para mostrar a real situação enfrentada por eles, vítimas da colonização. Segundo Maurício Guarani, membro do Conselho, os índios não têm por que comemorar. Desde o ano passado, 42 líderes indígenas foram assassinados no Brasil. *(O Globo, 23/10/98)*

PROTESTO NO LUGAR DE FESTA

Não é nada festiva a agenda que índios de várias partes do país estão organizando como alternativa à comemoração oficial pelos 500 anos de descobrimento do Brasil. Com o lema 500 anos, nada a comemorar, planejam aproveitar o mesmo dia e local da grande festa que será o ponto alto das atividades oficiais, com inauguração do Memorial do Descobrimento, para promover a Conferência Indígena, um amplo seminário sobre os problemas e desafios desses povos. Em 22 de abril de 2000, no sul da Bahia, haverá manifestação para agradar do mais fiel assessor da Presidência ao mais combativo militante da causa indígena.

Por serem os donos da terra onde ficará o Memorial do Descobrimento, os índios Pataxó estão no centro das atenções dos preparativos oficiais. São os únicos que têm conversado pessoalmente com os representantes do governo e tentam obter a promessa de construção – além do museu e das ocas, onde poderão expor seus artesanatos e montar espetáculos e produções culturais – de uma escola, um posto de saúde e uma farmácia de remédios naturais. *(JB, 21/03/99)*

ÍNDIOS LANÇAM CARTA PARA REPUDIAR O "DESCOBRIMENTO"

Seis nações indígenas do Mato Grosso do Sul assinaram a "Carta de Repúdio aos 500 Anos do Descobrimento". O documento deve ser enviado ao Congresso Nacional e ao presidente Fernando Henrique Cardoso. A carta pretende mostrar, segundo Wilson Mota, chefe do núcleo da Funai de Dourados (MS), que o Brasil não foi descoberto pelos portugueses. "Não existiu descobrimento. Como alguém pode ter descoberto um território onde viviam 5 milhões de pessoas?", pergunta Mota.

A carta foi assinada na aldeia Panambizinho, na região de Dourados (MS), no encerramento do Conselho Intertribal, no começo da semana passada. A importância deste evento é comparada pelos índios a uma ocorrida em 1860 quando eles se encontraram para discutir a participação na Guerra do Paraguai – na qual o Brasil foi o principal país que combateu o país vizinho. As lideranças presentes também assinam hoje o Tratado de Cooperação Mútua, uma espécie de estatuto que definirá normas para que as tribos reivindiquem demarcações de terras junto ao Governo federal. *(A Crítica, 10/10/99)*

REPRESSÃO ANUNCIADA

Diante da organização dos movimentos sociais na Bahia e das retomadas de terra pelos Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe no extremo sul do estado, o senador Antonio Carlos Magalhães afirmou: "Quem vier fazer manifestação contrária quando o Brasil comemora 500 anos, evidentemente não é brasileiro e não sendo brasileiro não pode ser tratado como tal". Antes disso, em janeiro, o coronel Cristóvão, chefe da Casa Militar do governo da Bahia já havia afirmado que a Polícia Militar estava instruída pelo governador César Borges "para não admitir nenhuma forma de protesto durante as comemorações dos 500 anos do Brasil, no dia 22 de abril". *(ISA a partir de O Diário de Porto Seguro, 26/01/00)*

ÍNDIOS PASSAM POR SANTARÉM NA MARCHA EM DIREÇÃO À BAHIA

No próximo dia 9 de abril, estará passando por Santarém, rumo à Coroa Vermelha, na Bahia, a "Marcha Indígena 2000", que sairá de diversas regiões do País. A caravana da região Norte, composta de 523 pessoas, sairá de Manaus, passará por Parintins, Santarém, Belém, Imperatriz, Palmas com chegada em Salvador programada para o dia 16 de abril. Antônio Anaya, do Cimi esteve em Santarém no começo de janeiro, onde fez contatos com as entidades populares e com a Igreja Católica, para acertar os detalhes da passagem da marcha pela cidade. *(O Liberal, 22/03/00)*

JUSTIÇA VAI GARANTIR PRESENÇA DE ÍNDIOS EM FESTEJOS

A Procuradoria Geral da República no Acre entra hoje na Justiça Federal com um pedido de salvo-conduto para garantir a entrada de índios de todo o País na cidade de Porto Seguro (BA) no dia 22 de abril, na festa dos 500 anos do Descobrimento. O procurador Marcus

Vinicius Aguiar acatou denúncia apresentada por caciques de 17 tribos do Acre e região sul do Amazonas. Segundo eles, a Polícia Militar baiana estaria sendo orientada a montar uma barreira na entrada da cidade a pretexto de evitar "protestos" nos festejos do Descobrimento. Os caciques apresentaram recortes de jornais de Porto Seguro em que um oficial da PM confirma que o policiamento será aumentado na cidade. "Estou pedindo habeas-corpus preventivo para que seja garantido aos índios o direito de ir e vir", disse o procurador. "E para resguardar também o direito da manifestação pacífica do pensamento". Para Aguiar, a medida da PM "traz implícita uma conotação racista". *(OESP, 30/03/00)*

PROCURADOR PEDE SEGURANÇA PARA VIAGEM DOS ÍNDIOS

O procurador do Ministério Público Federal no Amazonas Ageu Florêncio pediu ontem à 6ª Câmara de Coordenação, em Brasília, que acione todos os órgãos federais e estaduais para que haja segurança nos deslocamentos das lideranças indígenas que vão participar do manifesto contrário aos festejos dos 500 anos do Descobrimento em Porto Seguro, na Bahia. A decisão de Florêncio foi tomada após receber o documento Manifesto Manaus: 500 Anos de Resistência Indígena Negra e Popular, de sete lideranças ticuna do Amazonas, na sede da Procuradoria da República regional. Os Ticuna criticam a comemoração oficial dizendo que "é uma festa para elites colonialistas responsáveis pelo genocídio e massacre dos índios, negros e pobres", e pediram garantias para que não sejam barrados nas divisas interestaduais. Segundo Ageu Florêncio, o documento será encaminhado à Funai, Polícia Federal e Ibama. *(OESP, 04/04/00)*

ÍNDIOS DO AM E DE RR INICIAM MARCHA

Protestos e manifestações culturais em Manaus, que reuniram cerca de 400 índios de diversas etnias, marcaram ontem o início da Marcha Indígena para tribos do Amazonas e de Roraima. A marcha será formada por caravanas de todas as regiões do país. O objetivo do movimento, segundo a sua direção, é mostrar que o "Brasil que os índios querem é outros 500" (alusão aos 500 anos do Descobrimento). Durante os trajetos, serão promovidas atividades e protestos em torno da questão indígena – preservação da identidade étnica e cultura, denúncia de massacres e reivindicações de demarcação de terras, entre outros. *(FSP, 05/04/00)*

MARCHA INÉDITA CONTESTA A FESTA OFICIAL

Os índios brasileiros decidiram ficar de fora dos festejos oficiais dos 500 anos. O governo promove uma festa de Estado, com a presença de autoridades estrangeiras, e os índios lamentam o que chamam de "invasão européia". Num movimento tido como inédito no país, por sua abrangência e poder de mobilização, desde o dia 4 foi iniciada a "Marcha Indígena 2000". O movimento quer reunir no dia 22, numa grande conferência, em Porto Seguro, mais de 2.000 índios representando cerca de 200 etnias identificadas no país.

"Brasil: Outros 500", como foi denominado o movimento, vai chamar a atenção da sociedade para a causa indígena e contestar a versão oficial do Descobrimento.

A programação dos índios é ampla e abrange também outras minorias sociais, como negros e sem-terra. Com a marcha, iniciada na Amazônia (onde vivem 51% dos indígenas do país), eles pretendem chamar a atenção das diversas localidades por onde passarão dizendo que "os índios continuam sendo explorados e excluídos".

As propostas da marcha e da conferência são elogiada por Marés, um advogado que ocupa há cinco meses a presidência da Funai. "Pela primeira vez há uma mobilização nacional dos povos indígenas. As poucas tentativas anteriores foram frustradas. Além disso, os índios estão certos ao dizer que não têm o que comemorar, de reclamar mais políticas públicas", afirmou.

Os governos federal e da Bahia estão se preparando para impedir que a marcha e a conferência indígena se transformem num ato contra o presidente Fernando Henrique Cardoso e sua política social e econômica. Na última quinta, foi decidido que a segurança dos eventos, especialmente durante o período em que FHC estiver presente, ficará a cargo do Ministério da Defesa. As Forças Armadas ocuparão os sítios e praias históricos de Porto Seguro, e os manifestantes terão de enfrentar fuzis e possivelmente tanques nas ruas se partirem para um confronto.

O primeiro sinal de que haverá dificuldades nesse setor foi dado semana passada, quando cerca de 200 PMs cercaram e destruíram, durante a noite, o monumento que os índios pretendiam construir na praia Coroa Vermelha – onde foi realizada a primeira missa – denunciando o que classificam de "genocídio da raça". A ordem foi de Borges (governador da Bahia). *(FSP, 09/04/00)*

LIDERANÇAS CONVIDAM FHC...

O líder indígena Carajá Pataxó, 38, pretende entregar hoje ao presidente Fernando Henrique Cardoso documento pedindo sua presença na inauguração de monumento em homenagem aos 500 anos do Brasil, em Santa Cruz Cabrália (BA). Anteontem, o ministro Alberto Cardoso (Segurança Institucional) informou que FHC não iria à solenidade. O governo alegou dificuldades para fazer a segurança do presidente no local. Assinado por 36 Pataxó, o documento afirma que os índios aceitam a presença de policiais civis e militares na reserva "para a manutenção da ordem pública e segurança das autoridades" convidadas para a festa. No texto, os índios dizem também que as autoridades presentes à cerimônia não serão alvo de protestos ou qualquer tipo de constrangimento. *(FSP, 13/04/00)*

... MAS ELE TEME POR SUA SEGURANÇA

O presidente da Funai, Carlos Marés, disse ontem que os índios pataxó estão sendo "constrangidos" pela Polícia Militar da Bahia e pela Comissão dos 500 Anos, presidida pelo Ministério do Esporte e Turismo, Rafael Greca. Um monumento de protesto contra as festividades dos 500 anos que estava sendo feito pelos Pataxó em Porto Seguro foi destruído pela PM. Hoje, às 16h, o presidente Fernando Henrique Cardoso recebe uma comissão de 12 lideranças indígenas, durante protesto de 1.300 índios, em Brasília. Ele ameaça não ir às comemorações em Porto Seguro por causa dos conflitos.

Diante das ameaças do presidente FHC de não participar da festa dos 500 anos do Descobrimento, em Porto Seguro (BA), por causa da falta de segurança em função dos protestos dos índios previstos durante as comemorações, os governos federal e estadual iniciaram uma operação para tentar acalmar a comunidade indígena. Foi oferecido todo o apoio logístico para os índios realizarem a conferência dos povos e organizações indígenas em Coroa Vermelha. Além de alugar a casa de show Cabralão, onde seriam realizados os debates, o governo federal forneceria colchões, alimentação e infraestrutura para o evento. As lideranças pataxó de Porto Seguro aceitaram a proposta e convidaram FHC a participar da festa. Na semana passada, 200 policiais militares ocuparam Coroa Vermelha e destruíram um monumento de protesto, que os Pataxó estavam construindo, perto do local da primeira missa do Brasil, onde se concentrarão as festividades em Porto Seguro. *(JT, 13/04/00)*

MARÉS CULPA GRECA POR CRISE

O presidente da Funai, Carlos Frederico Marés, acusou ontem a comissão que organiza a festa dos 500 anos, coordenada pelo ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, de desrespeitar a Constituição e criar um clima de terrorismo contra os índios no Sul da Bahia, com o uso de forças policiais, intimidações e violências. A PM baiana invadiu a reserva pataxó, na semana passada, e destruiu a base de um monumento que estava sendo erguido pelos índios. As críticas de Marés, que está demissionário, iniciaram mais uma crise no Governo, trazendo embaraços para o novo ministro da Justiça, José Gregori, antes mesmo da sua posse. Segundo Marés, a comissão dos festejos tem cometido arbitrariedades contra os índios. Ele lembrou que o artigo 231 da Constituição proíbe qualquer violação da reserva indígena. Ele disse que até a construção de uma cruz metálica de 16 metros, pelos organizadores dos festejos, no local da primeira missa, sem autorização da Funai, é ilegal. Marés condenou particularmente a destruição do monumento à resistência que os índios tentam erguer no local. Ele disse que, para os índios, o descobrimento do Brasil trouxe sofrimento e significou até agora 500 anos de agressões e de resistência. *(O Globo, 13/04/00)*

ÍNDIOS DE TODO O PAÍS RUMAM PARA PORTO SEGURO

Representantes de tribos de todo o País estão se dirigindo para Porto Seguro (BA) onde participam, de 16 a 22 de abril, da Semana dos Povos Indígenas 2000. Muitas caravanas passam antes por Brasília, onde está marcada para hoje a primeira manifestação de protesto contra as comemorações oficiais dos 500 anos de Descobrimento. Ontem, uma caravana formada por 80 índios de 14 etnias de Mato Grosso partiu de Cuiabá com destino a Brasília. De Campo Grande, outra caravana de 90 índios, representando seis nações indígenas de MS, seguiu para Salvador. *(OESP, 13/04/00)*

ÍNDIO APONTA FLECHA PARA ACM DURANTE MANIFESTAÇÃO

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), teve ontem uma flecha apontada para seu rosto por um índio que participava da marcha contra as comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil. O índio Henrique Iabaday conseguiu furar a segurança e, empunhando uma flecha a poucos centímetros de ACM, exigiu dele a imediata aprovação do Estatuto das Sociedades Indígenas, que tramita há nove anos no Congresso. Antes de chegar ao Congresso, cerca de 500 integrantes da marcha já haviam atirado flechas no relógio da Rede Globo comemorativo aos 500 anos do Brasil. *(FSP, 14/04/00)*

TRIBOS DE PE VÃO PEDIR DEMARCAÇÃO

As manifestações de protesto contra as festividades para os 500 anos não se resumem a Brasília. Os índios de Pernambuco, com apoio de várias entidades, fazem manifestação hoje. Eles vão exigir a demarcação, a homologação de terras e o pagamento de indenizações a posseiros, por parte do governo federal, para a liberação de áreas indígenas. O protesto, marcado para esta tarde, no Bairro do Recife Antigo, faz parte das manifestações programadas para os 500 anos do Descobrimento. *(OESP, 14/04/00)*

Ique/JB, 16/04/00, pag. 8.

DOCUMENTO FINAL DA CONFERÊNCIA DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO BRASIL

Chegamos na aldeia Pataxó de Coroa Vermelha, município de Santa Cruz Cabrália, Bahia, no dia 17 de abril. Cumprimos o compromisso de refazer os caminhos da grande invasão sobre nossos territórios, que perdura já 500 anos.

Somos mais de 3.000 representantes, de 140 povos indígenas de todo o país. Percorremos terras e caminhos dos rios, das montanhas, dos vales e planícies antes habitados por nossos antepassados. Olhamos com emoção as regiões onde os povos indígenas dominavam e construíam o futuro, ao longo de 40 mil anos. Olhamos com emoção as regiões onde os povos indígenas tombaram defendendo a terra cortada por bandeirantes, por aventureiros, por garimpeiros e, mais tarde, por estradas, por fazendas, por empresários com sede de terra, de lucro e de poder.

Refizemos este caminho de luta e de dor, para retomar a história em nossas próprias mãos e apontar, novamente, um futuro digno para todos os povos indígenas.

Aqui, nesta Conferência, analisamos a sociedade brasileira nestes 500 anos de história de sua construção sobre os nossos territórios. Confirmamos, mais do que nunca, que esta sociedade, fundada na invasão e no extermínio dos povos que aqui viviam, foi construída na escravidão e na exploração dos negros e dos setores populares. É uma história infame, é uma história indigna.

Dignidade tiveram, sempre, os perseguidos e os explorados, ao longo destes cinco séculos. Revoltas, insurreições, movimentos políticos e sociais marcaram também nossa história, estabelecendo uma linha contínua de resistência.

Por isso, voltamos a recuperar essa marca do passado para projetá-la em direção ao futuro, nos unindo aos movimentos negro e popular e construindo uma aliança maior: a Resistência Indígena, Negra e Popular.

Nossas principais exigências e propostas:

São as seguintes as principais exigências e propostas dos povos indígenas para o Estado brasileiro, destacadas por esta Conferência:

1. cumprimento dos direitos dos povos indígenas garantidos na Constituição Federal: até o final do ano 2000 exigimos a demarcação e regularização de todas as terras indígenas; revogação do Decreto 1.775/96; garantia e proteção das terras indígenas; devolução dos territórios reivindicados pelos diversos povos indígenas do Brasil inteiro; ampliação dos limites das áreas insuficientes para a vida e o crescimento das famílias indígenas; desintrusão (retirada dos invasores) de todas as terras demarcadas, indenização e recuperação das áreas e dos rios degradados, como por exemplo o Rio São Francisco; reconhecimento dos povos ressurgidos e seus territórios; proteção contra a invasão dos territórios dos povos isolados; desconstituição dos municípios instalados ilegalmente em área indígena; respeito ao direito de usufruto exclusivo dos recursos naturais contidos nas áreas indígenas, com atenção especial à biopirataria; paralisação da construção de hidrelétricas, hidrovias, ferrovias, rodovias, gasodutos em andamento e indenização pelos danos causados pelos projetos já realizados; apoio a auto-sustentação, com recursos financeiros destinados a projetos agrícolas, entre outros, para as comunidades indígenas.

2. a imediata aprovação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT);

3. aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas que tramita no Congresso Nacional conforme aprovado pelos povos e organizações indígenas (PL 2.057/91);

4. o fim de todas as formas de discriminação, expulsão, massacres, ameaças às lideranças, violências e impunidade. Apuração imediata de todos os crimes cometidos contra os povos indígenas nos últimos 20 anos e punição dos responsáveis. Exigimos o respeito às nossas culturas, tradições, línguas, religiões dos diferentes povos indígenas do Brasil;

5. a punição dos responsáveis pela esterilização criminosa das mulheres indígenas a critério da comunidade;

6. que a verdadeira história deste país seja reconhecida e ensinada nas escolas, levando em conta os milhares de anos de existência das populações indígenas nesta terra;

7. reestruturação do órgão indigenista, seu fortalecimento e sua vinculação à Presidência da República, através de uma Secretaria de Assuntos Indígenas, consultando-se as organizações de base quanto a escolha dos secretários;

8. que o presidente da Funai seja eleito pelos povos indígenas com indicação das diferentes regiões do Brasil;

9. a educação tem que estar a serviço das lutas indígenas e do fortalecimento das nossas culturas;

10. que seja garantido o acesso dos estudantes indígenas nas universidades federais sem o vestibular;

11. reforma, ampliação e construção das escolas indígenas e oferta de ensino em todos os níveis, garantido-se o magistério indígena e educação de segundo grau profissionalizante;

12. fiscalização da aplicação das verbas destinadas às escolas indígenas, criando um Conselho Indígena;

13. a educação escolar indígena e o atendimento à saúde deve ser de responsabilidade federal. Rejeitamos as tentativas de estadualização e municipalização;

14. a Lei Arouca, que institui um subsistema de atenção à saúde dos povos indígena, seja aplicada;

15. fortalecer e ampliar a participação ativa das comunidades e lideranças nas instâncias decisórias das políticas públicas para os povos indígenas, em especial, que os Distritos Sanitários Especiais Indígenas tenham autonomia nas deliberações;

16. o atendimento de saúde deve considerar e respeitar a cultura do povo. A medicina tradicional deve ser valorizada e fortalecida;

17. formação específica e de qualidade para professores, agentes de saúde e demais profissionais indígenas que atuam junto às comunidades;

18. que seja elaborada uma política específica para cada grande região do país, com a participação ampla dos povos indígenas e de todos os segmentos da sociedade, a partir dos conhecimentos e projetos de vida existentes;

19. fortalecer o impedimento da entrada (e retirada) das polícias Militar e Civil de dentro das áreas indígenas sem autorização das lideranças;

20. exigimos a extinção dos processos judiciais contrários a demarcação das terras tradicionais ocupadas pelos povos indígenas.

Nós, povos indígenas do Brasil, percorremos já um longo caminho de reconstrução dos nossos territórios e das nossas comunidades. Com essa história firmemente agarrada por nossas mãos coletivas, temos a certeza de que rompemos com o triste passado e nos lançamos com confiança em direção ao futuro.

*Apesar do peso da velha história, inscrita nas classes dominantes deste país, na sua cultura, nas suas práticas políticas e econômicas e nas suas instituições de Estado, já lançamos o nosso grito de guerra e fundamos o início de uma nova história, a grande história dos **"Outros 500"**.*

A nossa luta indígena é uma homenagem aos inúmeros heróis que tombaram guerreando ao longo de cinco séculos. A nossa luta é para nossos filhos e netos, povos livres numa terra livre.

Coroa Vermelha, Bahia, 21 de abril de 2000.

CARTA DE MONTE PASCOAL

Na véspera do Dia do Índio e a quatro dias das comemorações dos 500 anos do Descobrimento, índios de todo o país exigiram ontem, na Carta do Monte Pascoal, que o Governo federal demarque e regularize os territórios indígenas até o fim do ano. E pediram o fim do genocídio de seus povos. Estes são os dois principais pontos do documento escrito no Monte Pascoal, onde durante dois dias reuniram-se índios de 180 etnias, em encontro preparatório da Conferência dos Povos Indígenas do Brasil, que começou ontem.
Na carta, os índios voltam a denunciar a destruição do monumento erguido em Coroa Vermelha e repudiam o massacre de Eldorado do Carajás. *(O Globo, 19/04/00)*

J. R. RIPPER - ABR/00

Delegação do Rio Negro.

J. R. RIPPER - ABR/00

À caminho de Porto Seguro.

"FUI PISOTEADO PELO BATALHÃO"

Gildo Terena teve sua imagem conhecida, através dos meios comunicação, por ter caminhado, de joelhos e com os braços abertos, em direção à tropa de choque da PM baiana que atacou manifestantes indígenas no dia 22 de abril de 2000, em Santa Cruz de Cabrália.

"Doeu em mim, eu vi mulher chorando sem saber de nada. Doeu em mim, ver crianças olhando com desespero, eu sabia que eu era um ser humano, mas não um animal para ser tratado com bombas, com os cavalos. Eu olhei para mim, eu coloquei primeiramente a Deus no meu caminho que me protegesse de todo o mal que ia acontecer comigo, eu abri as minhas mãos, pedi a orientação do Pai, que Ele pudesse me proteger. Aí com humilhação de todos os povos em mim, me pus, me humilhei dizendo: parem com isso! Não sabemos o que estão fazendo, nós não sabemos o que está acontecendo com nós, nós estamos apenas protestando com faixas, com cartazes, com camisas dos outros 500 anos que queríamos. Doeu em mim, ajoelhei ali implorando Paz, implorando paz, só que ninguém me ouviu porque eu sou um, sou um ser humano não governante.

Eu coloquei de joelhos, andei mais de cinco metros de joelhos, pedi para que eles parassem. Eu fui andando, andando de joelhos, eu cheguei na frente deles, eles diziam o soldado, que estava só cumprindo a missão deles. Aí quando eu levantei, vi um daqueles colocando mais um, mais uma bomba, para jogar pro lado do meu povo, eu abri os meus braços, que eles eram pra jogar em mim e não neles e nisso eu fui empurrado pela bomba e eu caí no chão sem defesa nenhuma, sem agressão nenhuma, eu tentei levantar e fui pisoteado pelo batalhão. Senti como se fosse animal depois. Eu chorei, eu não agüentei ver em mim que um índio pisado, pisado no começo de uma nova era dos 500 anos. Eu chorei, chorei me perguntando, o que eles estavam fazendo. É doído, é doído em mim. É doído ver meu povo triste de longe, de todo o Brasil, foi para protestar com paz. Chegando lá com violência, foram embora, não de cabeça baixa, mas esperando os outros 500 que não possam ser assim."

(Excerto do depoimento de Gildo Jorge Roberto Terena, pronunciado no ato público de solidariedade e acolhida da delegação da Marcha Indígena 2000, na cidade de Rondonópolis no dia 24 de abril de 2000, na Praça dos Carreiros, às 17 horas).

J. R. RIPPER · ABR/00

Gildo Jorge Terena, ao chão, durante o avanço da PM.

DIA 22 É MARCADO POR REPRESSÃO E VIOLÊNCIA

Um conflito envolvendo cerca de mil manifestantes do movimento negro, estudantes da Organização Brasil Outros 500, punks e MST e 200 policiais militares resultou em 141 prisões e vários feridos na manhã de ontem. O conflito ocorreu em Santa Cruz Cabrália, quando os manifestantes tentavam chegar ao local da Conferência dos Povos Indígenas para engrossar a marcha dos índios a Porto Seguro.

Os policiais usaram bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha para dispersar a multidão. Um grupo foi perseguido e cercado na Praça de Cabrália e ficou a manhã toda retido num círculo feito por policiais, debaixo de chuva. Durante o conflito, no início da manhã, o índio Pataxó Crispim, foi ferido com uma pedrada.

Helicópteros do Exército sobrevoavam a praça. Levavam atiradores apontando metralhadoras para os manifestantes presos. Um grupo de parlamentares, entre os quais o deputado federal José Dirceu (PT-SP) e a senadora Marina Silva (PT-AC), tentava, com procuradores da República, um acordo para liberar os presos. As autoridades policiais só admitiam libertá-los se as manifestações se restringissem à área da Conferência dos Povos Indígenas.

Índios – A marcha indígena à qual os manifestantes se uniriam também foi barrada pela PM na saída de Cabrália. Os policiais usaram a cavalaria e atiraram bombas de gás lacrimogêneo, ferindo uma índia. Cerca de 3 mil manifestantes seguiram a marcha. Aos índios, juntaram-se os integrantes dos movimentos. Os índios estavam pintados e portavam bordunas, arcos e flechas, mas não reagiram às bombas da polícia.

O cacique Naílton Pataxó, indignado, disse que os índios queriam fazer uma manifestação pacífica em Porto Seguro, mas foram agredidos, a mando do presidente Fernando Henrique Cardoso e do governador César Borges (PFL).

Turistas que estavam em Cabrália ficaram revoltados. "Isso é ditadura", disse o paulista Fernando Cerqueira. "Esses índios são pacíficos, não iriam agredir o presidente."

Líderes sindicais e parlamentares de esquerda passaram a tarde tentando reagrupar os manifestantes que se dispersaram com o ataque da PM e libertar os presos no primeiro confronto. Três procuradores do MPF deram apoio. Somente às 14h45, com a chegada do juiz Airto Pinheiro, da comarca local, a situação se normalizou.

O clima ficou tenso principalmente por causa da intransigência do coronel Muller, que comandava a tropa de mais de mil homens em Cabrália. *(OESP, 23/04/00)*

FOLHA DE S.PAULO

São Paulo, domingo, 23 de abril de 2000

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ALAMEDA BARÃO DE LIMEIRA, 425

Conflito marca festa dos 500 anos

★ *Ação usa bombas de gás contra pedras e flechas; não houve mortes* ★ *Policiais prendem 141 pessoas por 'alteração da ordem pública'* ★ *Cerco impede a entrada até de moradores em Porto Seguro (BA)*

Policial grita com índio em ação que interrompeu a marcha de protesto em Coroa Vermelha (BA), no evento dos 500 anos; 141 pessoas foram presas.

Em discurso, FHC pede tolerância

O GLOBO

Batalha na festa dos 500

Sete índios ficam feridos e 140 manifestantes são presos em choques com PMs na Bahia

PROCURADORES ANUNCIAM INQUÉRITO

O MPF anunciou oficialmente ontem que determinará a abertura de inquéritos para apurar os fatos ocorridos em Santa Cruz Cabrália e apurar as responsabilidades. De acordo com nota divulgada por procuradores da República na Bahia, as cenas de violência que eles presenciaram "podem constituir atos de improbidade administrativa e configurar a prática de vários crimes, a exemplo de abuso da autoridade, periclitação da vida e da saúde, lesões corporais e cárcere privado". A nota é assinada por três procuradores, que acompanharam a manifestação ao lado dos índios. Eles observam no texto que os policiais militares que participavam das operações haviam retirado do peito a sua identificação, possivelmente para garantir sua impunidade.

Os procuradores Márcio Torres, Robério dos Anjos Filho e Paulo Fontes estão em Porto Seguro desde o dia 12. Ligados ao trabalho de defesa judicial dos índios, eles vieram para cá porque temiam a ocorrência de conflitos. Em dez dias, tentaram de várias maneiras intermediar negociações entre as autoridades e as lideranças indígenas, para garantir a realização da manifestação. Ontem, a sensação de frustração entre eles era visível. "O que ocorreu ali pode ser visto como ameaça à democracia", desabafou Torres.

Na nota, eles também afirmam que não aceitam a justificativa de que a violência teria sido cometida para garantir a segurança da comitiva presidencial. "Tal propósito não tem o condão de afastar o respeito à legalidade e aos direitos fundamentais dos cidadãos, listados no artigo 5º da Constituição da República", assinala o texto. *(OESP, 24/04/00)*

CARTA-DENÚNCIA AO MPF

As bombas que a PM atirou sobre os índios em Coroa Vermelha, na manhã de anteontem, deixaram seqüelas. Em vez de entregar um documento contendo as conclusões da Conferência ao presidente Fernando Henrique Cardoso, como pretendiam, os índios vão enviar uma carta-denúncia ao Ministério Público Federal. O presidente da Funai, Carlos Marés, que estava com os índios e foi atingido por um dos petardos, pediu demissão. E o Cimi, instituição ligada à CNBB, se pronuncia sobre o episódio oficialmente hoje. Satisfeitos com os resultados da Conferência Indígena, a maior e mais abrangente de todos os tempos, mas tristes e revoltados com os episódios do último Sábado, os índios partiram ontem para todos os pontos do país fazendo protestos. Os índios Kayapó, por exemplo, rasgaram, ainda no asfalto, logo depois do episódio, as roupas que vestiam. *(A Tarde, 24/04/00)*

BALANÇO DE PORTO SEGURO

UM VEXAME INACREDITÁVEL

"Foi como se alguém convidado para uma festa de casamento cuspisse no chão da sala." Este infeliz comentário do ministro da Cultura e, por incrível que pareça, sociólogo, Francisco Weffort, resume a postura do governo diante da repressão promovida pela polícia baiana aos manifestantes – índios, negros, estudantes e MST – que tentaram protestar contra a festa que comemorou os 500 anos. Mas o ministro esqueceu de um detalhe: nenhum daqueles que sentiram na pele as bordunas da PM foi convidado para o rega-bofe oficial. As imagens de índios apanhando correram mundo, transformando o que poderia ter sido uma festa popular num fiasco com poucos precedentes.

RESUMO Da Bahia para o mundo: Quem é mesmo o selvagem?

A truculência começou no início de abril, quando a polícia destruiu, na calada da noite, um monumento-resistência dos índios pataxós, ainda inacabado, em Porto Seguro. No dia 22, o protesto pacífico de índios desarmados foi sufocado pela tropa de choque. Bombas de gás lacrimogêneo e granadas de efeito moral encerraram com violência o que era para ser apenas uma passeata. Perguntado sobre o porquê da repressão, FHC foi FHC: "Não fui eu que mandei." Enquanto a pancadaria não tinha critérios – 141 pessoas foram presas –, ele plantava uma muda de pau-brasil com o presidente de Portugal, Jorge Sampaio, rodeado por 200 ilustres homens brancos de terno. Para que as autoridades não fossem incomodadas pelo alarido dos excluídos, mais de 6 mil policiais foram acionados. Até a liberdade de ir e vir dos turistas foi violada: as estradas que dão acesso a Porto Seguro foram fechadas e ninguém entrava ou saía sem dar explicações ou ter um crachá.

Não foi só na hora de fazer a segurança que o governo meteu os pés pelas mãos. Boa parte do dinheiro gasto foi desperdiçado. A réplica da nau capitânia de Cabral custou R$ 3,8 milhões e não saiu do lugar. A tentativa de ir de Salvador a Porto Seguro falhou por problemas no mastro e nos motores e a nau só deverá cumprir a rota em junho. O vexame foi motivo de piadas de brasileiro. Há cinco séculos, os portugueses da Escola de Sagres já cruzavam o mundo.

Apesar da violência, da total desorganização e de uma falta de sensibilidade histórica e social, a ira do Palácio do Planalto acabou caindo sobre a cabeça de um defensor do lado mais fraco. O presidente da Funai, Carlos Frederico Marés, que esteve o tempo todo com os índios e quase foi atingido por uma granada, pediu demissão e foi chamado de desleal pelo porta-voz da Presidência. O ex-presidente de Portugal Mário Soares deu uma aula de política aos nossos sociólogos: "Manifestações são normais em regimes democráticos." Mais uma lição do colonizador. A senadora Marina Silva (PT-AC) endossou: "Isso prova que a democracia só chegou na casa-grande. Na senzala ainda é ditadura."

Ines Garçoni

FIASCO VIA SATÉLITE

The Observer
Indians lead protests as Brazil parties

Süddeutsche Zeitung
Jubiläum ohne Jubel

CORRIERE DELLA SERA
La Chiesa chiama gli indios

The Boston Globe
Police under fire after Brazil celebrations

The Washington Post
Brazilians Shrug Off Discovery Festivities
Price Tag, Actions By Police Decried

Le Monde
Le Brésil fête ses 500 ans sous haute surveillance
Les paysans sans terre et les...

EL PAIS

Libération
Le Brésil célèbre ses 500 ans en réprimant les Indiens

ÍNDIOS ENTREGAM CARTA A FHC

O presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu ontem uma carta com críticas de índios xavante e mehinaku. A carta foi entregue a FHC logo após os índios, oriundos de duas aldeias de Mato Grosso, terem dançado para o presidente brasileiro e para o de Portugal, Jorge Sampaio, na abertura da Mostra do Redescobrimento, megaexposição de arte que se realiza em comemoração dos 500 anos do Brasil.

A carta, que foi entregue ao presidente com uma fita de vídeo, um livro e um CD, é basicamente um arrazoado sobre a situação das populações indígenas do país e contém a afirmação segundo a qual os índios "não estão comemorando nada". "Esta não é a nossa comemoração", diz o texto, assinado pelos índios Suptó, xavante, e Ciucartec, mehinaku, e distribuído pela ONG Instituto de Desenvolvimento das Tradições Indígenas.

Em tom cordial, no entanto firme, a carta ressalta que os índios compareceram à cerimônia "sem rancor e sem raiva", mas alerta que os territórios demarcados para os indígenas "continuam sendo ameaçados pelos projetos de desenvolvimento que não levam em consideração nosso pensamento e nossa vida".

A carta afirma também que "o povo brasileiro não conhece o povo indígena. Vocês não sabem quem somos e nunca entraram em nossas casas com respeito para compartilhar nossa sabedoria e amizade". Termina afirmando que os índios estavam ali para realizar "um ritual de passagem para transformar este lugar num país onde nosso povo possa viver".

O presidente não leu a carta, entregue primeiramente ao presidente da associação provedora da mostra, Edemar Cid Ferreira. FHC nem viu direito os demais objetos entregues, passando-os à sua assessoria. FHC, que não estava acompanhado de sua mulher, Ruth, teve que esperar por dez minutos por Sampaio, que estava atrasado.

Eles então assistiram à apresentação dos 46 índios, que durou cerca de cinco minutos, e subiram ao segundo andar do prédio, para ver o original da carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, noticiando o Descobrimento do Brasil. A visita à carta também durou pouco, cinco minutos. *(FSP, 24/04/00)*

POLÊMICA

AS MUITAS FACES DE UMA GUERRA
CIMI INTERPRETA COMEMORAÇÕES DOS 500 ANOS E CRITICA MOVIMENTO INDÍGENA

Em maio de 2000, o assessor político do Cimi, Paulo Maldos, divulgou um documento que testemunhava e analisava os fatos que se deram em Porto Seguro e em Santa Cruz de Cabrália, Bahia, por ocasião da Marcha Indígena, da Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil e das comemorações oficiais dos 500 anos da chegada dos portugueses a essas terras. A seguir, publicamos as conclusões desse documento, em que o Cimi firma sua posição a respeito do papel do governo e dos caminhos do movimento indígena no Brasil.

Durante dois longos anos os povos e organizações indígenas, o Cimi, entidades do movimento negro e do movimento popular buscaram organizar eventos em abril de 2000, na região de Porto Seguro, onde teve início a formação da sociedade e do Estado brasileiro.

Tudo terminaria em um grande ato público coletivo das entidades negras, populares e do movimento indígena – o que seria um profundo exercício da democracia, apropriada pelos setores populares.

Mas o governo Fernando Henrique Cardoso não entendeu assim. Desde a destruição, em 4 de abril de 2000, do monumento indígena em Coroa Vermelha, para o governo federal, tudo se transformou em uma ameaça à ordem estabelecida. O general Alberto Cardoso comandou a estratégia militar, o sr. Marcelo Cordeiro foi destacado para cooptar os índios e separá-los dos demais movimentos sociais.

A partir da entrada em campo destes dois emissários do poder central, o movimento indígena, o Cimi, o movimento negro e os movimentos populares, incluindo o MST, passaram a se confrontar com o "núcleo duro" do governo federal, com seus estrategistas militares e dos órgãos de inteligência.

Estes, ao que tudo indica, trabalharam com três cenários possíveis.

Cenário 1: *o presidente Fernando Henrique Cardoso cumpre toda a agenda do dia 22 de abril, divulgada em âmbito nacional e internacional pelo Itamaraty. Vai a Coroa Vermelha, inaugura as obras, recebe os tripulantes da Nau Capitânea etc. Para tanto, era necessário a destruição da Conferência Indígena, a expulsão do Cimi do local, o controle militar sobre os demais movimentos sociais e uma articulação forte e bem sucedida com lideranças indígenas que fossem "orgânicas" e que conquistassem um controle férreo sobre o conjunto dos povos e organizações indígenas presentes na Conferência. Até o último momento o governo federal tentou construir este cenário.*

Cenário 2: *o presidente Fernando Henrique Cardoso, reconhecendo que a situação em Coroa Vermelha era de tensão social, restringe as suas atividades no dia 22 de abril a Porto Seguro, observando de longe, da Cidade Alta, a chegada da Nau Capitânea e demais embarcações, inaugurando obras, plantando pau-brasil etc. Seria estabelecido um "cordão sanitário" militar em volta da cidade de Porto Seguro, de forma a que nenhum protesto popular fosse ouvido e de nenhuma maneira visto.*

Cenário 3: *o presidente Fernando Henrique Cardoso, reconhecendo o estado de convulsão social na cidade de Porto Seguro, devido a presença de mais de 100 mil militantes populares e indígenas, suspende as atividades programadas para a cidade no dia 22 de abril e dedica todo o seu dia a atividades reprogramadas para Brasília. Este cenário era o pesadelo que atormentava o "núcleo duro" do governo federal.*

Alguns índios da Amazônia e o cacique de Coroa Vermelha aceitaram fazer o jogo do governo, de olho nos benefícios que conseguiriam de imediato e no futuro. Fizeram de tudo para construir o "objeto do desejo" do governo federal, o Cenário 1. Tentaram destruir a Conferência Indígena. Ameaçaram os participantes, ameaçaram o Cimi como entidade de apoio. Trouxeram a Funai, a Polícia Militar, a Prefeitura de Santa Cruz Cabrália para dentro da Conferência Indígena. Trouxeram uma jornalista de Brasília para fazer o trabalho de confundir os jornalistas e atacar o Cimi.

A ordem federal era atacar a Conferência e esse grupo fez o que pôde, inclusive com o apoio de uma milícia indígena, um novo apêndice da Polícia Militar baiana. Por fim, vieram milhares de policiais militares para terminar o trabalho sujo de evitar as manifestações indígenas, negras e populares.

A brutalidade foi tanta durante a Conferência Indígena, como no dia 22 de abril, que resultou no oposto do que desejava o grupo palaciano e seu esquema indígena: as lideranças que se retiraram da Conferência ficaram isoladas, suas próprias bases não as acompanharam. Foram desmoralizadas.

O terror implantado e espalhado durante todo o dia 22, pelo general Cardoso e pela Polícia Militar da Bahia, detonou, na mídia nacional e internacional, as comemorações oficiais dos 500 anos do descobrimento do Brasil. No final do dia, um Fernando Henrique Cardoso mais autista, irresponsável e isolado do que nunca, voava para São Paulo, seguramente longe da democracia. Um pequeno grupo de lideranças indígenas voltava desmoralizado para seus estados.

O "núcleo duro" do governo federal, o presidente Fernando Henrique Cardoso, o general Alberto Cardoso, o sr. Marcelo Cordeiro, todos haviam sido derrotados e chegaram a preparar a mídia para a eventualidade do Cenário 3, seu grande pesadelo. Porém, às custas de uma brutal repressão e do fiel apoio de suas lideranças indígenas e da sua milícia indígena, mantiveram o Cenário 2.

O "esquema indígena" do Gal. Alberto Cardoso não funcionou a contento. As lideranças que aliciou não eram "orgânicas" aos povos indígenas, ao movimento indígena. O Estado de Sítio que implantou no dia 22 de abril, na região de Porto Seguro, só desgastou o governo federal e mostrou, para todo o mundo, que o modelo político e econômico atual não comporta a participação dos setores populares e do movimento indígena organizado.

O máximo que conseguiu foi criar uma "cabeça de ponte" no movimento indígena, a partir da Amazônia, para construir novas investidas contra os povos indígenas no Brasil. Da mesma forma que, de resto, tenta fazer em outros movimentos sociais: dividir, conquistar aliados "confiáveis" para o governo federal e caracterizar os movimentos autênticos, incluindo o MST, como "radicais" e "inimigos do diálogo e da democracia". Para sustentar um modelo político e econômico baseado na violenta exclusão social, o único caminho é conquistar aliados fiéis entre os próprios excluídos.

Milhares de lideranças indígenas voltaram para as suas aldeias, tristes porém dignas. Também voltaram, cansados e dignos, os milhares de militantes do movimento negro e dos movimentos populares. Todos eles haviam cumprido com sua tarefa, haviam realizado seus objetivos maiores. Haviam feito um grande congraçamento na luta coletiva, na prática. Haviam desmascarado a farsa de um Estado e de um governo controlados por oligarquias, por políticos e por militares fascistas. Índios, militantes negros e militantes populares voltaram para casa plenos de razão e de futuro. Embora de forma difícil e conflitiva, todos haviam dado um passo decisivo em direção ao seu objetivo maior: a construção dos outros 500 anos na sociedade brasileira. (Paulo Maldos, maio/00)

TRÉPLICA

Em 18/06/00, a diretoria do Cimi respondeu às acusações lançadas pelo documento assinado pelas organizações indígenas (ver abaixo) em um texto veiculado pela internet intitulado "As novas faces de uma guerra".
Segundo este texto, o ataque contra o Cimi fazia parte de uma estratégia governamental que visava afastar a responsabilidade pela repressão violenta praticada contra os índios no 22 de abril.
Para se defender, o Cimi lançou argumentos como o de está ao lado dos povos indígenas em suas exigências pelo esforço real da Igreja Católica para o resgate das dívidas para com eles. Negou o seu papel de manipulação dos índios e o recurso a um discurso salvacionista, lembrando a aprovação de um grande número de índios, reunidos na Conferência Indígena, do movimento "Brasil: 500 anos de resistência indígena, negra e popular".
O texto conclui que as organizações indígenas, ao assinar o documento ao lado, assumiram um posicionamento político e ideológico alinhado ao Estado e ao governo brasileiro atual, instaurando com este uma relação de estreita colaboração.

AS FACES ESCURAS DO INDIGENISMO MISSIONÁRIO COM AS MODERNAS FORMAS DE DOMINAÇÃO COLONIAL

Documento assinado pelas organizações indígenas responde criticamente ao texto divulgado pelo Cimi.

A passagem das festividades que deveriam marcar os 500 anos de invasão colonial, não deixou de representar uma expectativa no sentido de que poderia ser a oportunidade tanto para as autoridades governamentais, quanto para a Igreja, de assumirem suas responsabilidades perante o processo de dizimação e extermínio dos povos indígenas que ocorreu desde os primórdios da colonização até os dias atuais. Esse momento poderia ter sido aproveitado para o diálogo e apoio concreto junto aos povos indígenas na consolidação de seus direitos.

Porém, assim como no processo de colonização do país tanto o Estado como a Igreja mantiveram seus verdadeiros objetivos de controlar, dominar e detonar os povos indígenas.

De um lado o Estado preparou seus festejo indiferente ao destino dos povos indígenas, e os recebeu a "balas e bombas" em Coroa Vermelha, naquele 22 de Abril, que simbolizou claramente o tratamento dado aos índios nesses 500 anos.

De outro lado, a Igreja naquele momento representada pelo Cimi apresentava-se como "aliada" dos povos indígenas esboçando gestos de pedidos de perdão por tantos crimes cometidos em nome de Deus. Porém na prática tentava manipular os índios para se respaldar na condição de protetora e salvadora dos índios de modo a garantir sua sobrevivência político-financeira.

Os fatos: *O Conselho Indigenista Missionário – Cimi, em um documento oficial intitulado "As muitas faces de uma Guerra", de autoria do Sr. Paulo Maldos, assessor da entidade, divulgou em nível nacional e internacional uma versão dos acontecimentos ligados aos 500 anos com muitas distorções e inverdades.*

Entre outras acusações, o Cimi acusa lideranças indígenas sem apresentar nomes e provas de terem sido cooptadas pelo governo para esvaziarem as manifestações indígenas em Coroa Vermelha. Ocorre que tais acusações visavam somente queimar lideranças indígenas e descredibilizar as organizações indígenas que se posicionaram contra as manobras do Cimi naquela Conferência.

O desencadeamento dos problemas ocorridos durante a Conferência Indígena, muito distante do que foi colocado pelo Cimi, se deve a uma série de fatores históricos que devem ser postos hoje, para compreender melhor o movimento indígena, a sua pluralidade e sua vontade política de contribuir para o efetivo respeito dos direitos de todos os povos indígenas localizados no território nacional.

A Conferência Indígena foi idealizada na ocasião da VI Assembléia Geral da Coiab, em maio de 1998, numa perspectiva de apresentar a visão histórica de todo o processo de invasão e nossas perspectivas futuras a partir desse momento. O projeto da marcha indígena surgiu no Fórum de Debate do Amazonas, do qual a Coiab e o Cimi Norte I tomam parte diretamente.

Desde o início dos preparativos, as organizações indígenas não queriam apenas manifestar-se contra as comemorações, mas também queriam aproveitar o momento histórico para alavancar conquistas políticas em relação aos direitos indígenas. Parece ainda não ter sido compreendido pelo Cimi a estratégia dos povos da Amazônia, que há muito tempo ultrapassou os frágeis limites da denuncia ou da contestação, prática habitual do Cimi que optou historicamente por uma bandeira de luta que não incorpora a participação, a mudança através da própria vivência, ou pelo menos não a deseja para os povos indígenas.

Os problemas ocorridos em Brasília e no decorrer da Conferência se deram a partir do momento que as organizações da Amazônia deram-se conta da postura do Cimi em querer manter o controle de todo o processo das manifestações indígenas quanto a sua orientação política.

Se foram as lideranças das organizações indígenas da Amazônia que reagiram mais do que outras, isso se deve essencialmente a possibilidade tida de acumular maior experiência neste processo organizativo, procurando definir por conta própria o caminho da autonomia e das formas de luta que melhor correspondem a atual realidade dos povos indígenas.

Queríamos uma plena participação, uma articulação indígena nacional sem interferência; queríamos selar um pacto entre os povos indígenas do Brasil e reforçar o processo organizativo através do Capoib justamente para aumentar a nossa força política até então diluída perante o Estado. Queríamos aprofundar a reflexão em torno do Estatuto das Sociedades Indígenas, em tramitação no Congresso Nacional, conforme pauta original da Conferencia, na perspectiva de aproveitar esta oportunidade única de estarmos juntos, milhares de indígena, e podermos consolidar a nossa posição perante o Governo. Não era possível configurar estes eventos apenas através de um significado contestatório, era preciso incluir uma dimensão proposital, demonstrando ao mundo tanto os nossos problemas quanto as perspectivas que se desenhavam para os nossos povos.

O processo organizativo dos povos indígenas: *A organização dos povos indígenas voltada para a participação na política brasileira iniciou-se de modo mais contundente na Amazônia, onde as pressões e os conflitos em torno das riquezas naturais e da luta pela demarcação dos territórios indígenas representavam desafios decisivos, com apoio inicial da Igreja.*

Este foi inclusive um dos eixos prioritários traçados na ocasião da I Assembléia nacional do Cimi em 1975, promovendo a: "Autodeterminação, ajudando os povos indígenas a serem autores e destinatários de seus projetos e de sua própria historia".

Esta concepção carrega em si o entendimento preconizado na Declaração de Barbados (1970) de que: "ou a libertação dos índios é feita por eles mesmos, ou não é libertação", ressaltando a importância do protagonismo dos povos indígenas em suas lutas e processo organizativos e de articulação.

As assembléias indígenas passaram a exercer, como foi observado na própria avaliação dos 25 anos do Cimi, uma importante função na tomada de consciência dos direitos e da afirmação étnico/cultural das centenas de povos indígenas, possibilitando através desses mecanismos a construção de suas estratégias e formas de lutas, entre as quais a constituição de organizações indígenas locais e regionais, culminando em 1989 com a estruturação de uma instância de articulação para os povos indígenas da Amazônia, através da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – Coiab.

O movimento indígena foi conquistado novos espaços, assumindo a interlocução tanto com os segmentos governamentais quanto populares em nível nacional ou internacional. O debate indígena foi levada dentro dos gabinetes para discutir questões de terra, saúde, educação, meio ambiente, alternativas econômicas, etc.

Atuou-se para que a participação indígena deixasse de ser apenas decorativa para que possamos assumir as nossas responsabilidades. Articulações, convênios foram firmados na perspectiva de promover melhoria de vida para as populações indígenas de todo país. Mais recentemente, vári-

as organizações passaram a manter Convênio com a Fundação Nacional de Saúde na perspectiva de modificar o triste quadro de saúde dos povos indígenas, cansado de analisar os relatórios anuais do Cimi a respeito das "violências contra os povos indígenas" procuramos mudar o curso da história e dos acontecimentos na vida quotidiana das aldeias. Por assinarmos os convênios com a Fundação Nacional de Saúde fomos duramente criticados pelo Cimi que não concorda que as organizações indígenas atuem na prestação de serviços de saúde, alegando que esta é uma política de terceirização..

A crise de identidade do Cimi: *Com a dinâmica desse processo organizativo, o papel de articulador do Cimi passou progressivamente a ser assumido pelos povos indígenas, que foram definindo novas formas de lutas e de fortalecimento das nossas organizações.*

Pouco a pouco o Cimi viu definhar o seu papel até então protagonista na defesa dos direitos indígenas, sem ter traçado claramente estratégias que permitissem definir uma nova relação com o movimento indígena, agarrando-se desesperadamente a uma prática que, infelizmente, nesta atual conjuntura, não está tão distante da tutela do Estado através da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, tão severamente criticada pelo Cimi.

O embate estava criado, favorecendo as divergências políticas que opuseram o Cimi e o movimento indígena, em função dessa tendência incorrigível em querer ver a organização dos povos indígenas a sua "imagem e semelhança", mesmo sendo necessário para tal denegrir lideranças indígenas que, por ironia do destino, destacaram-se justamente através da ação missionária, ou agir de modo tal a promover divisões entre os povos indígenas.

O Cimi continua insistindo em querer ser porta-voz dos povos indígenas e definir o destino dos índios. Isso é inadmissível. Cada indígena pertencendo a alguma organização ou não, é quem tem legitimidade para falar por si ou pelo seu povo.

A construção de um futuro viável para os nossos povos: *Apesar dos problemas sofridos ao longo dos 500 anos, nos mobilizamos na conquista de nossos direitos. Estamos convictos das necessidades de unir as forças de nossos povos, nossos líderes, nossas mulheres e crianças para construirmos juntos um espaço para garantir na prática o reconhecimento de nossos direitos como povos diferenciados.*

Seguiremos lutando pela melhoria da qualidade de vida das nossas comunidades de modo a obter melhores serviços na área da saúde, educação, a demarcação de nossas terras, a defesa do meio ambiente, o desenvolvimento auto-sustentável, a proteção de nossos culturas, bem como a reestruturação do órgão indigenista oficial e nossa participação em todas as instâncias que tratem de assuntos de nossos interesses. (Brasília-DF, 17/05/00)

José Severino da Silva, Capoib (Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil)
Euclides Pereira, Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira)
Jerônimo Macuxi, CIR (Conselho Indígena de Roraima)
Aldenicio Susana Basto, Foccit (Federação das Organizações Caciques e Comunidades Indígenas da Tribo Tikuna)
Nino Fernandes, CGTT (Conselho Geral da Tribo Tikuna)
Obadias B. Garcia, CGTSM (Conselho Geral da Tribo Sateré Mawé)
Almir Surui, Cunpir (Coordenação das Nações e Povos Indígenas de Rondônia)
Pedro Garcia Tariano, Foirn (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro)
José Ubiratam Sompré, Coiat (Coordenação das Organizações Indígenas do Araguaia e Tocantins)
Antônio Ricardo Domingos da Costa, APOINME (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo)
Celia Sampaio Kaingáug, Apisc (Associação dos Professores Indígenas do Estado de Santa Catarina)
Andila Inácio Kaingáng, APBKG (Associação dos Professores Bilíngue Kaingáng e Guarani do Rio Grande do Sul)
Coaraci Gabriel – Galibi Marworno, Apio (Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque)
Orides Kaingáng, CICSC (Conselho Indígena de Caciques do Estado de Santa Catarina)
Escrawen Sompré – Xerente, CIX (Conselho Indígena Xerente)
Genilda Kaingáng, Conami (Conselho Nacional das Mulheres Indígenas)
Megaron Tchukaramãe , Conpib (Conselho Nacional dos Povos Indígenas do Brasil)
Azelene Kaingáng, Assif (Associação Nacional dos Servidores Índios da FUNAI)
Clovis Marubo, Civaja (Conselho Indígena Vale do Javari)
Andre da Cruz Cambeba, UNI-Tefé (União das Nações Indígenas de Tefé)
Francisco Avelino, UNI-Acre (União das Nações Indígenas do Acre)
Agnelo Temrité Wadzatsé, Aspa (Associação Pariwawi A'uwe)
Gilberto Pereira dos Santos, CIM (Conselho Indígena Mura)
Firmino Alfredo da Silva, Apir (Associação dos Povos Indígenas de Roraima)
Agenor Palmari, Opimp (Organizaçao dos Povos Indígenas do Médio Purus)

As Artes Indígenas na Mostra do Redescobrimento

Luís Donisete Benzi Grupioni

Curador-associado do
Módulo Artes Indígenas

EXPOSIÇÃO, QUE INCLUIA PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTES DOS POVOS INDÍGENAS, FOI UM SUCESSO DE PÚBLICO

De 23 de abril a 7 de setembro de 2000 esteve aberta ao público a *Mostra do Redescobrimento Brasil +500*, que ocupou os três principais edifícios do Parque do Ibirapuera, em São Paulo. Promovida pela Associação Brasil 500 Anos Artes Visuais, a Mostra constituiu-se num amplo painel sobre as artes no Brasil, da pré-história aos dias de hoje. Dividida em 13 módulos, apresentando cerca de 15 mil obras, foi visitada por mais de 1.800.000 pessoas.

O Pavilhão Lucas Nogueira Garcez, onde até há pouco tempo funcionava o Museu da Aeronáutica e o Museu do Folclore, foi reformado para abrigar os módulos Arqueologia e Artes Indígenas da Mostra do Redescobrimento. Figurando entre os preferidos do grande público, o módulo de Artes Indígenas apresentou cerca de 500 objetos indígenas provenientes de museus europeus e brasileiros e de colecionadores particulares. Da Europa vieram peças dos museus de Portugal (Museu Antropológico da Universidade de Coimbra e Academia das Ciências de Lisboa), Bélgica (Musées Royaux d'Art et d'Histoire), Itália (Museo Nazionale Preistorico Etnografico "Luigi Pigorini"), Alemanha (Museum für Völkerkunde-Berlim e Staatliches Museum für Vólkerkunde - Dresden e München), Áustria (Museum für Völkerkunde - Wien) e Dinamarca (Nationalmuseet). Do Brasil, foram apresentados objetos do Museu Nacional/UFRJ, Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq, Museu do Índio/Funai e Museu de Arqueologia e Etnologia/USP.

PROPOSTA CONCEITUAL

Com curadoria de Lúcia Hussak van Velthem (Museu Paraense Emílio Goeldi) e José Antonio Fernandes Dias Braga (Universidade de Lisboa), o módulo Artes Indígenas procurou inovar a forma de apresentação dos artefatos indígenas. Recusando os modelos

DENISE ANDRADE

consagrados de exposições etnográficas, onde os objetos são apresentados por etnias ou reunidos por critérios morfológico-funcionais, o projeto conceitual da mostra centrou a organização dos objetos segundo as atividades e os efeitos que estes produzem. Esta opção permitiu reunir objetos de diferentes etnias, datas, formatos e funções em blocos, nos quais a mostra foi dividida.

Dois enfoques principais marcaram a organização da exposição. O primeiro deles visava problematizar a apresentação de objetos indígenas como objetos artísticos. Partia-se da indagação de como tratar objetos indígenas como obras de arte, uma vez que na sua origem eles não foram feitos, nem pensados enquanto tal. Se no mundo ocidental, a arte é uma esfera distinta da vida, nas sociedades indígenas tal automatização não existe. Objetos de uso cotidiano e ritual se equivalem e se distanciam pelos múltiplos significados que carregam para aqueles que os produzem e os possuem. O segundo enfoque procurou cercar os objetos pelos efeitos que eles produzem, com quatro eixos estruturantes: construir a vida cotidiana, fabricar a imagem de si, combater os inimigos e criar realidades paralelas. Foram apresentados artefatos utilizados no preparo e no consumo de alimentos, na ornamentação e na identificação das pessoas, na guerra e nos rituais. Um último bloco, denominado "devorar a cultura dos brancos" cumpriu a função de mostrar a apropriação de técnicas e motivos ocidentais nas produções indígenas contemporâneas, sejam elas obras voltadas para o mercado de arte, sejam vídeos dirigidos por videomakers indígenas.

OBRAS

Nenhuma exposição havia apresentado tão vasto panorama das produções artísticas indígenas, quer enfoquemos o módulo Artes Indígenas pela quantidade e origem das peças, quer pela abrangência das etnias representadas e pela temporalidade das obras expostas. Mais de cem povos, extintos e atuais, estiveram representados na exposição. De artefatos coletados no século XVII a artefatos produzidos especificamente para serem exibidos na mostra, este módulo apresentou objetos coletados por viajantes e etnólogos que marcaram o conhecimento antropológico dos índios no Brasil. Ali foram expostas obras coletadas por Natterer (1817), Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792), Casper (1848), Guido Boggiani (1901), Frei Gil de Vilanova (1902), Theodor Koch-Grunberg (1905), Comissão Rondon (1923), Manoel Cruz (1939), Lévi-Strauss (1939), Curt Nimuendajú (1941), Charles Wagley (1941), Harald Schultz (1950), Darcy Ribeiro (1950), Expedito Arnaud (1964), Eduardo Galvão (1966), Protásio Frikel (1966), Thomas Gregor (1974), William Crocker (1975), Berta Ribeiro (1978), entre vários outros.

A mostra Artes Indígenas reuniu pela primeira vez, num mesmo ambiente de exposição, objetos de diferentes museus que nunca haviam sido exibidos juntos. Teve o mérito de trazer de volta para o Brasil objetos que desde que foram coletados e depositados em museus europeus nunca haviam retornado para o país. Este foi o caso do mantelete emplumado Tupinambá, coletado provavelmente na primeira metade do século XVII, que foi levado para a Holanda por Maurício de Nassau, em 1664, e depois oferecido ao Rei da Dinamarca, sendo integrado ao Gabinete Real de Curiosidades até entrar para a coleção do Nationalmuseet.

PARTICIPAÇÃO INDÍGENA

Composta majoritariamente por artefatos guardados em museus brasileiros e estrangeiros, o módulo Artes Indígenas não esteve restrito a este universo. Objetos contemporâneos foram adquiridos exclusivamente para serem exibidos ali, de modo a atestar a vitalidade e a contemporaneidade das produções artísticas indígenas. Alguns artefatos indígenas foram expostos enquanto instalações artísticas, procurando explorar novas linguagens e significados. Este foi o caso da confecção de uma armadilha de pesca baniwa, de um cesto funerário e roda de buriti bororo e da sepultura xinguana, montados no espaço da exposição por representantes desses povos.

O interesse e a projeção alcançados pelas artes indígenas na mídia e junto ao grande público foi um fato surpreendente. No imbróglio que marcou as comemorações oficiais dos 500 anos do Brasil, esta exposição foi uma honrosa exceção. *(maio, 2000)*

DEMOGRAFIA E LÍNGUAS

Trumai
APURINÃ
KARIB
Kadiwéu
TIRIYÓ
Tikuna
KAINGANG
Macuxi
KARO
Tupi-guarani

Censos Demográficos e "os Índios": Dificuldades para Reconhecer e Contar

Marta Azevedo | Antropóloga/ISA

PROBLEMAS E PERSPECTIVAS PARA O APRIMORAMENTO DAS FONTES DE DADOS DEMOGRÁFICOS PARA AS POPULAÇÕES INDÍGENAS

Estudar as sociedades indígenas do ponto de vista demográfico envolve dificuldades de duas origens distintas: de um lado a falta de dados confiáveis, na maioria dos casos se consegue uma cifra de população total por uma determinada área geográfica, sem caracterização por sexo, idade, número de mortes por idade e número de filhos nascidos vivos por idade da mãe, para citar as principais variáveis demográficas. Por outro lado a metodologia da análise demográfica disponível é adequada para populações de grande porte, o que não é o caso da maior parte dos povos indígenas residentes no Brasil de hoje. A questão gerada pelo segundo caso pode ser contornada com um acúmulo de dados históricos ou com processos de correção e adequação estatística que ainda não foram muito testados ou usados para o caso brasileiro.

A inexistência de fontes de dados confiáveis para as populações indígenas não é um problema isolado do Brasil. Na publicação "Estudios Sociodemograficos de Pueblos Indígenas"(1) conclusões do seminário realizado no Chile em 1993, algumas constatações foram feitas, comparando-se estudos sobre as populações autóctones de diferentes países latino-americanos: existe pouca ou nenhuma possibilidade de comparação entre os diferentes censos demográficos nacionais, devido à disparidade de critérios de definição da categoria "índio". Apesar disso, alguns avanços metodológicos nos censos específicos indígenas, como é o caso do censo da Colômbia de 1993, e algumas análises que usam como referência os censos demográficos e outros tipos de registros, como cálculos de fecundidade baseados no método do filho tido no ano anterior ao censo, são instrumentos úteis para gerar informações específicas sobre populações indígenas assim como nos induzem a realizar futuras investigações.

Os métodos antropológicos, ou o uso combinado de diferentes métodos, permitem analisar com profundidade as condições de vida dos grupos indígenas nos contextos em que vivem, suas relações com a população do entorno, explicando assim alguns comportamentos demográficos específicos.

As estimativas sobre os contingentes populacionais dos povos que habitavam a região que agora denominamos Brasil variam mais de acordo com os interesses políticos de seus autores do que com relação à metodologia adotada. Como diz o historiador John Monteiro (2) "...qualquer estimativa da população global de 1.500 terá de levar em conta fatores históricos, tais como efeitos diferenciados das doenças sobre povos distintos e os movimentos espaciais de grupos indígenas em decorrência do contato, entre outros." Alguns autores estimam a população indígena no século XVI entre 2 e 4 milhões de pessoas, pertencentes a mais de 1.000 povos diferentes; Darcy Ribeiro (3) afirma que desapareceram mais de 80 povos indígenas somente na primeira metade do século XX, sendo que a população total teria diminuído, de acordo com esse autor, de 1.000.000 para 200.000 pessoas. O extermínio de muitos povos indígenas no Brasil por conflitos armados, as epidemias, a desorganização social e cultural são processos de depopulação que não podem ser tratados sem uma análise das características internas e da história de cada uma dessas sociedades. Estudos sobre os diferentes impactos que uma mesma epidemia teve sobre diferentes povos ainda estão por surgir; as relações entre esses povos e diferentes agências indigenistas ou frentes de colonização e seus impactos na dinâmica demográfica de suas populações também não foram ainda estudadas.

A partir de análises demográficas e antropológicas de populações autóctones de diferentes regiões colonizadas pelos europeus sabe-se que após um longo período de perdas populacionais causadas por guerras, epidemias e pelos processos de escravização, os povos indígenas iniciam um processo de recuperação demográfica, muitas vezes consciente. Alguns estudos exemplares demonstram

essa tendência de recuperação e, portanto, crescimento acelerado dessas populações, quando se tem acesso a fontes de dados com séries históricas.

A POPULAÇÃO INDÍGENA CRESCE EM RITMO MAIS ACELERADO

Em estimativas feitas por diversos estudiosos, antropólogos, demógrafos ou profissionais de saúde, se constata que a maioria dos povos indígenas tem crescido, em média, 3,5% ao ano, muito mais do que a média de 1,6% estimada para o período de 1996 a 2000 para a população brasileira em geral. Estudos sobre a transição demográfica de diferentes povos do mundo inteiro dão conta de que depois da queda da mortalidade, acentuadamente da mortalidade infantil, devida à transição epidemiológica que ocorre com a vacinação dessas populações e com o atendimento mais eficaz e moderno à sua saúde, existe um incremento populacional durante um certo período, que varia de acordo com componentes estruturais de cada sociedade. Muitos autores apontam as variações no ritmo e perfis da transição demográfica de cada sociedade como produtos de seus sistemas econômicos, e alguns estudos já foram realizados apontando componentes das estruturas sociais, incluindo modelos de casamento e composição familiar, como determinantes dessa dinâmica. Após esse período de incremento populacional começa a queda dos níveis de fecundidade, ou seja a diminuição do número médio de filhos por mulher. Os estudiosos desse tema apontam sem dúvida a urbanização e mudança de status feminino nas sociedades, como variáveis importantes para essa queda. O perfil demográfico de países europeus hoje em dia demonstram que com a diminuição da mortalidade e queda da fecundidade passa a existir uma diminuição acentuada no ritmo de crescimento, até o que se tem chamado de suicídio demográfico, quando os níveis de fecundidade de algumas populações ficam abaixo do nível da reposição.

A questão que se coloca hoje em dia para os estudos demográficos de populações indígenas no Brasil é se esses povos estão em fase de crescimento acelerado devido à queda da mortalidade provocada pela melhoria ao atendimento da saúde, mas ainda com a fecundidade estando em níveis muito superiores aos da população não indígena, ou se esse crescimento é produto realmente de uma recuperação demográfica consciente, ou seja, que as sociedades têm a percepção de que perderam população em um período de sua história recente e estão agora tentanto recuperar essa população.

OS ÍNDIOS E OS CENSOS OFICIAIS

As características demográficas das populações indígenas brasileiras nunca foram alvo de interesse específico dos censos demográficos (não comentarei aqui as PNADs – pesquisas nacionais por amostra de domicílios, também feitas pelo IBGE - , que não pesquisaram os povos indígenas, talvez porque esses não fossem considerados como mão de obra possível, ou relevantes economicamene para o país). Embora não tenham sido pesquisados enquanto etnias diferenciadas (existem hoje cerca de 200 povos falando línguas diferentes, no Brasil), o quesito *"cor da pele"* delimita de maneira precária a existência de índios. O censo de 1991 foi o primeiro a colocar a variável *indígena* como item específico no questionário da amostra relativo ao quesito *"cor"*. É, portanto, nesse quesito que os índios vão estar enquanto população diferenciada; em outros países, como os EUA, é o quesito "race" que pesquisa essas populações (no questionário do censo de 1990 estão classificados os povos autóctones em 3 grupos: índios americanos - escreve-se por extenso o grupo a que pertence; eskimos; aleutas; sendo que a definição é feita pelo recenseado e não pelo recenseador). Desde os primeiros censos, onde os índios eram contados como pardos, havia sempre a ressalva (que se manteve no censo de 91) de que só seriam recenseados *os índios que habitam postos da FUNAI ou missões religiosas*, sendo que os *"aborígenes que vivem em tribos arredias ao contato"* não foram nunca recenseadas. Esse tipo de classificação de indianidade, que toma como critério o tempo de contato com a sociedade não índia, não existe mais nem em outros países, nem no Brasil (desde a Constituição de 1988). Pela última constituição todos os povos indígenas brasileiros são cidadãos, e portanto recenseáveis. No México se pesquisa esses povos autóctones nos censos através do quesito língua falada (não estrangeira), prevalecendo assim um critério linguístico e não racial e nem de cor da pele.

Apesar disso é possível pesquisar as populações indígenas nos censos e comparar esses dados com os de registros vitais, coletados a partir das certidões de nascimentos e óbitos, obrigatórias em todo o país. Tomando-se o município como unidade territorial para essa pesquisa pode-se inferir alguns tipos de contagens e características. É possível cruzar as informações do quesito cor, com religião, língua (censo 1940), residentes e natos no município. Além disso tem-se a informação de domicílios rústicos (entre os quais estariam os indígenas). Por exemplo, no censo de 1940, para o município de São Gabriel da Cachoeira/ AM (que não sofreu divisões desde essa época):

População total	Brancos	Pretos	Amarelos	Pardos
13.182	1.011	68	8	12.043

Com o objetivo de conhecer melhor as características sócio-demográficas dos imigrantes (alemães, italianos e japoneses) que aqui chegavam, o censo de 1940 pesquisou também a informação sobre línguas faladas da população. Os resultados desse censo permitem verificar a incidência de línguas nativas faladas por uma população bastante significativa principalmente nos estados do norte, apesar de não terem sido recenseados os índios sem contato ou com pouco contato com as frentes de colonização. Porém, análises desse censo sobre esse fato não foram até o momento desenvolvidas pois o interesse eram as outras línguas "estrangeiras" faladas e não as línguas nativas. A partir desse censo pode-se cruzar a informação *cor da pele – parda* - com o quesito *língua falada*, tendo-se distinguido a **língua guarani** e **outras línguas indígenas** para pessoas de 5 anos e +. Obteve-se para o Brasil

todo uma população de 46.208 pessoas que falavam guarani ou outra língua aborígene; não existem dados por município; no estado do Amazonas a população é de 10.381 homens e 9.182 mulheres (de 5 anos e +). É possível a partir disso fazer inferências, comparando-se com outros levantamentos específicos do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) e posteriormente FUNAI. Em 1960 e 80 o censo levanta apenas o quesito cor, sendo que os índios foram incluídos em pardos; em 1970 o quesito *cor da pele* não constou da pesquisa.

Várias questões decorrem das definições dos conceitos usados nos questionários dos censos e da sua metodologia de coleta de dados. Muitos trabalhos já comentaram e analisaram a escolha política dos censos brasileiros de identificar as ditas "minorias étnicas" a partir do quesito cor da pele, e não escolher por exemplo línguas faladas (como é o caso do censo mexicano), ou identificação étnica por povo (como é o caso de censos como o americano e o canadense), ou mesmo realizar censos especiais para essas populações ao mesmo tempo que o censo demográfico nacional vai a campo (como é o caso de países como a Colômbia, Venezuela e Paraguai). A variável *'pardo'*, no quesito *'cor da pele'*, é residual, isso quer dizer que todos os caboclos no norte, os mulatos, mestiços em geral são classificados como pardos, sem possibilidades de desagregação para análises mais detalhadas. A introdução da variável *'indígena'*, no censo de 1991, no referido quesito também pode ser discutida na medida em que não é cor da pele, assim como pardo, mas uma categoria genérica, instituída pela colonização portuguesa para identificar todos os povos nativos que aqui habitavam.

Os resultados obtidos para a população indígena contabilizados por esse censo de 991 precisam ser analisados levando-se em conta a metodologia da coleta de dados. O quesito cor da pele encontra-se no questionário da amostra; os censos brasileiros possuem dois tipos de questionário: um mais geral onde são pesquisadas características gerais da população, como idade e sexo, e incide sobre o universo populacional, outro onde são pesquisadas variáveis mais específicas como número de filhos, tamanho e tipo de famílias, níveis de educação, níveis de renda, tipos de profissão etc., que permitem análises sobre as características sócio-demográficas da população. O cálculo da amostra é feito de maneira estatística com base nas características e nas projeções da população obtidas por pesquisas anteriores do IBGE. A amostra do censo brasileiro é considerada bastante representativa do universo populacional. O problema para a população indígena é que além de não se possuir pesquisas anteriores sobre seu tamanho e características essa população é fragmentada em pequenas (com relação ao resto da população) unidades, o que dificulta a sua expansão e generalização dos resultados, tendo-se como base áreas geográficas pequenas.

Para obtermos os dados sobre cada etnia a partir dessa variável seria preciso um trabalho meticuloso de desagregar os dados da amostra por município e depois por setor censitário, e verificar para cada TI (consideradas setores censitários especiais) qual a população e suas características, o que reduziria o grau de precisão dos resultados devido ao tamanho pequeno da maior parte desses povos. Foram calculados os resultados para todas as unidades da federação, não só aqueles onde estão localizadas TIs, para analisar os dados por levando-se em conta aqueles índios que se encontram em áreas urbanas. A qualidade das informações obtidas é bastante boa, se levarmos em conta a metodologia adotada. A população indígena total contabilizada foi de 306.245, algo próximo dos totais veiculados pelas outras fontes indigenistas para essa mesma data. Na tabela abaixo estão os resultados da população indígena dos estados da Amazônia legal, por fonte, incluindo os resultados do IBGE, dados veiculados pela FUNAI, setor de saúde, em 1996, e dados veiculados pelo ISA em sua publicação "Povos Indígenas no Brasil – 1991/1995". Pode-se observar, porém, que alguns resultados por estado estão aquém daqueles obtidos pelas outras fontes, por exemplo Roraima, Acre, Mato Grosso, Rondônia e Amapá. Já para outros estados o oposto ocorreu: a população indígena contada pelo censo foi bastante superior àquela veiculada pelas outras fontes, como por exemplo São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Nesses últimos a população é grande nas áreas urbanas, portanto a categoria indígena deve ser entendida e analisada de maneira diferente: são pessoas que se auto-identificaram enquanto indígenas, que estão dispersas pelos grandes centros urbanos. Para analisarmos tal fenômeno de (res)surgimento de índios urbanos (ou descendentes de índios) seria preciso uma pesquisa qualitativa detalhada, qual a motivação que levou essa população a se identificar como índio, que tipo de característica foi tomada em conta na hora dessa identificação e assim por diante.

TABELA COMPARATIVA DE LEVANTAMENTOS DA POPULAÇÃO INDÍGENA DAS UFS DA AMAZÔNIA LEGAL

UF	ISA	FUNAI	IBGE
Mato Grosso	18.450	21.172	16.548
Rondônia	4.012	6.923	4.135
Acre	9.107	9.489	4.748
Amazonas	57.901	65.433	67.882
Roraima	32.771	31.265	23.422
Pará	10.563	18.381	16.134
Amapá	3.859	4.723	3.244
Maranhão	12.859	13.768	15.671
Tocantins	4.482	4.417	5 049
Total	**154.004**	**175.571**	**156.833**

A partir desses resultados preliminares o que se espera agora é que tanto antropólogos quanto demógrafos comecem a se interessar por realizar análises demográfico-antropológicas dessas populações. Muitos cálculos podem ser feitos com os dados do censo, apesar de todas as limitações apontadas, e, considerando-se que o próximo censo 2000 continuará a contar essa população, é

imperativo que se realize um debate sobre as diferentes fontes de dados e suas qualidades e potencialidades para análises.

FONTES ALTERNATIVAS DE DADOS

Outras fontes de dados sobre a população indígena são geradas por instituições como a Fundação Nacional de Saúde e Instituto Socioambiental, cada uma delas com uma metodologia e objetivos diferentes. O ISA tem efetuado um acompanhamento preciso do processo de identificação e demarcação das terras indígenas, para tal trabalho é necessário fazer estimativas do contigente populacional dos povos que habitam essas terras. Essas estimativas são feitas apenas com o objetivo de informar o processo de demarcação e acompanhar a evolução da população total de cada TI ou de cada etnia. Para isso é necessário usar diferentes fontes de dados, uma vez que a instituição não tem como objetivo fazer recenseamentos ou análises demográficas, o que se torna "um verdadeiro quebra-cabeça", como diz Beto Ricardo (4).

A Fundação Nacional de Saúde, atual Funasa, a partir de 1991, vem procurando efetuar coletas de dados populacionais com enfoque para os epidemiológicos, para a melhoria da oferta dos serviços de saúde. A partir desse ano, com a estruturação dos Distritos Sanitários Especiais de Saúde Indígena, espera-se que essa atividade de coleta e registros de dados epidemiológicos melhore consideravelmente para o Brasil como um todo.

A Lei 6001 de 1973, Estatuto do Índio, em seu capítulo III, artigo 12, postula que os registros vitais, ou seja de nascimentos e óbitos e casamentos civis de índios 'não integrados' serão efetuados pelo órgão de assistência ao índio, ou seja pela FUNAI. Portanto essa seria uma fonte de dados valiosa para se conhecer os dados das populações indígenas, mas na maior parte dos casos, os postos indígenas não estão equipados com a infra-estrutura necessária para essa atividade, ficando assim bastante comprometido o uso dessa fonte de dados. Apesar disso a FUNAI através de seu setor de acompanhamento à demarcação de terras e também através do setor de assistência à saúde, tem efetuado levantamentos populacionais bastante abrangentes, embora sem muitas variáveis para se poder analisar os diferentes componentes demográficos.

A igreja católica, desde a fundação do Conselho Indigenista Missionário em 1973, vem também efetuando levantamentos populacionais dos povos indígenas onde possui bases missionárias e atividades indigenistas. O Cimi alertou para o aumento do contingente populacional dessas populações já no início da década de 1980, tendo feito um levantamento bastante amplo em diferentes regiões do Brasil, apesar de não possuir rendimento para análises demográficas, já que não são pesquisadas as variáveis como idade, sexo, nascimentos e mortes em um mesmo período de tempo para diferentes povos.

QUESTÕES POLÍTICAS E ANTROPOLÓGICAS: DESAFIOS PARA O FUTURO

Com relação aos censos oficiais do IBGE, poderíamos recomendar que se melhorasse a metodologia de coleta de dados fazendo um treinamento específico para aqueles recenseadores que fossem trabalhar nas TIs, consideradas setores censitários especiais e ainda que se fizesse um questionário especial para as populações indígenas, com a colaboração de profissionais especializados, que possa ser aplicado junto com o censo, para que pudéssemos realmente começar a ter dados comparáveis e ao mesmo tempo específicos para as políticas públicas direcionadas aos povos indígenas. Será imperativo também repensar o critério operativo de identificar os povos indígenas, não como variável do quesito cor da pele, mas como totalidades sociais distintas, a exemplo do que vem ocorrendo com os censos norte-americanos ou canadenses.

Para outras instituições, como Funasa, que geram informações populacionais sobre esses povos passíveis de análises sobre sua dinâmica demográfica, recomendaríamos repensar o critério geográfico, incluindo a base geográfica das TIs, municípios, e áreas urbanas, devido à cada vez maior presença de índios nas cidades e considerando que já se sabe que os índios ocupam bairros específicos delimitados, o que gera uma rede que opera e facilita esse movimento migratório e relações sociais com suas comunidades de origem.

Recomenda-se, finalmente, a realização de censos indígenas, integrando ou complementando os censos globais, elaborados com ampla participação das comunidades indígenas em todas as suas fases (desde a elaboração do instrumento de coleta de dados) em convênios com organismos que a elas prestam assistência técnica ou econômica. ***(dezembro, 2000)***

NOTAS

(1) Publicação realizada com o apoio das instituições: Celade, CIDOB, FNUAP, ICI, 1993.

(2) Jonh Monteiro: "A Dança dos Números" in Tempo e Presença, ano 16, n. 273, 1994.

(3) Darcy Ribeiro: "Culturas e Línguas Indígenas do Brasil", 1957, in Educação e Ciências Sociais

(4) Beto Ricardo: "A sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil" in Povos Indígenas no Brasil – 1991/1995.

(5) Eduardo Viveiros de Castro: "Araweté – o povo do Ipixuna" – Cedi, 1992

(6) Marta Azevedo, Márcia Pivatto e Isabella Carneiro: "Análise demográfica de duas populações indígenas no Brasil" – X Encontro de Estudos Populacionais, 1996.

ENQUANTO AS INSTITUIÇÕES OFICIAIS NÃO GERAM DADOS

Estudos de caso realizado por antropólogos registram os eventos vitais de uma determinada população durante um período grande de tempo, o que permite algumas análises sobre sua dinâmica populacional. Esse é o caso, por exemplo, do trabalho elaborado sobre os Araweté, de Eduardo Viveiros de Castro. Na publicação de seu livro (5) consta um apêndice com os dados populacionais registrados por indigenistas ou outros desde o tempo do contato com esses índios em 1976. O registros permitem verificar um aumento populacional devido à diminuição da mortalidade, notadamente a infantil, e a um ligeiro aumento da natalidade, que ainda teria que ser melhor demonstrada pela continuação da análise. O que chama atenção é a último quadro, onde o autor tabula os dados dos óbitos pré contato a partir das categorias nativas de causa mortis: doenças; inimigos (desagregado por cada povo com quem os Araweté mantinham guerras), onde estão a maior proporção de mortos e/ou pessoas raptadas ou desaparecidas; espíritos e acidentes. Essa 'demografia êmica' permitiria aos índios gerenciar algumas políticas próprias incorporando técnicas demográficas ocidentais.

Em um estudo sobre a dinâmica demográfica de dois povos indígenas – Waiãpi e Enawenê-nawê – procurei demonstrar como se poderia conhecer os diferentes perfis e dinâmicas dessas populações autóctones se tivéssemos, como é o caso dessas duas sociedades, séries históricas de dados sobre nascimentos, mortes, casamentos e migração. Esse estudo foi publicado como poster para X Encontro de Estudos Populacionais da Abep (6), em 1996, e teve como base os dados coletados para população Waiãpi pela Dra. Dominique Gallois e Flora Dias Cabalzar; e para a população Enawenê-Nawê os dados coletados pela equipe da Opan que então trabalhava com esses povos.

Esses povos tiveram contato relativamente recente com a sociedade envolvente, por volta da década de 70, e ambos contam com assistência médica desde os anos 80. A série de dados dos eventos vitais permite levantar algumas hipóteses sobre o futuro dessas populações no que tange ao seu crescimento populacional.

Quanto à evolução da população total as tabelas 1 e 2 e gráficos 1 e 2 mostram que ambas as populações demonstram um crescimento a partir de 1985, o que se confirma pela evolução do número de nascimentos, possivelmente não só causado pelo aumento do número absoluto, mas também devido à diminuição da mortalidade infantil, proporcionado pelos programas de vacinação com que ambos 1os povos contam.

Com relação à parturição o número médio de filhos por mulher é 4, considerando o total da população nos diferentes anos, observado pela média e mediana em ambos os casos.

A parturição tem início na faixa etária de 10 a 14, sendo que a maior proporção de nascimentos ocorre na faixa etária dos 15 aos 19, para ambas as populações. Entre os Waiãpi, se confirma a idade mais jovem ao ter filhos, a proporção de mulheres com 10 a 14 anos tendo filhos é um pouco maior do que entre os Enawenê-Nawê; Com relação ao intervalo intergenésico, a média e mediana para ambas as populações fica em 3 anos.

Na concepção waiãpi sua população deve crescer ainda mais para ocuparem toda a extensão de seu território, eles dizem que como antes morreram muitos waiãpi agora devem novamente serem muitos. Para os Enawenê-Nawê, parece ser que também têm consciência de seu crescimento populacional, dizem que as mulheres devem ter muitos filhos (10, como número ideal). Para ambos os povos o fato de terem sofridos graves perdas populacionais anteriores ao contato parece estimular o desejo de crescimento, de formas diferentes.

Esse exemplo de estudo demográfico preliminar procura mostrar, no âmbito deste artigo, os possíveis rendimentos para estudos acadêmicos antropológicos e demográficos, além de outros estudos importantes como análises sobre a interface da dinâmica populacional e a exploração de recursos naturais, bem como para o planejamento de políticas públicas voltadas para essas populações.

TABELA 1 e 2: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL

Enawenê

Ano	Masc.	Fem.	Total
1985	75	82	157
1987	88	89	177
1989	94	97	191
1991	108	107	215
1993	114	124	238
1995	128	130	258

Waiãpi

Ano	Masc.	Fem.	Total
1985	159	149	308
1987	175	168	343
1989	190	184	374
1991	206	200	406
1993	228	216	444
1995	239	222	461

GRÁFICO 1 E 2: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

Enawenê

Waiãpi

O que se Sabe Sobre as Línguas Indígenas no Brasil

Bruna Franchetto

Lingüista e Antropóloga,
Museu Nacional/ UFRJ – CNPq

DEPOIS DE 500 ANOS, 85% DAS LÍNGUAS INDÍGENAS FORAM EXTINTAS. E DAS 180 EXISTENTES HOJE, A MÉDIA DE FALANTES POR LÍNGUA É MENOS DE 200 PESSOAS

Números e porcentagens podem falar de modo mais contundente mesmo quando se fala em línguas indígenas no Brasil, um País, ainda, multilíngüe.

No contexto sulamericano, o Brasil é o País com a maior densidade lingüística, ou seja diversidade genética, e também uma das mais baixas concentrações de população por língua. São cerca de 180 línguas, das quais a grande maioria se concentra na região amazônica, para uma população hoje estimada em 350 mil pessoas, 215 etnias. Essas línguas se distribuem em 41 famílias, dois troncos, uma dezena de línguas isoladas, conforme Aryon Rodrigues[3]. O número de falantes vai de um máximo de 20 mil/ dez mil (Guarani, Tikuna, Terena, Macuxi, Kaingang) aos dedos de uma mão, quando não resta um único e último falante; mas a média é de menos de 200 falantes por língua. O número total de línguas deverá se alterar com a aumento de descrições de novas línguas ou de línguas ainda parcialmente documentadas.

Nos anos 80, pesquisadores do Museu Goeldi encontraram os dois últimos falantes de Puruborá e redescobriram o Kujubim; em 1987, o Zo'e ingressoú na família tupi-guarani; em 1995, foi identificado um grupo arredio como sendo falante do até então desconhecido Canoê. Pierre e Françoise Grenand listam 52 grupos amazônicos ainda sem contato e cujas línguas podem revelar novos agrupamentos genéticos ou novos acréscimos a famílias ou troncos já estabelecidos [4]. As classificações lingüísticas sofrem constantes modificações na medida em que cresce o número de descrições, de reexames de descrições ou de dados já disponíveis, do trabalho de comparação, o que permite rever hipóteses sobre a pré-história e a história indígenas. Números e classificações poderão ainda sofrer modificações na medida em que se esclareçam diferenças entre dialetos e línguas, tarefa nada simples, dadas as dificuldades de estabelecer fronteiras claras; nesse campo, entram em jogo, além de nossa ignorância propriamente lingüística, fatores ideológicos e políticos, internos e externos aos povos indígenas.

Michael Krauss lançou uma alerta para o mundo quando afirmou, com base em rigoroso levantamento, que, no século que está iniciando, três mil das seis mil línguas existentes no mundo desapare-

O pesquisador Willem Adelaar apresentou, em 1991, o seguinte quadro para a América do Sul [1]:

País	Nº de línguas nativas	Nº de falantes
Argentina	14-23	169.432 a 190.732
Bolivia	35	2.786.512 a 4.848.607
Brasil	170-180	155.000 a 270.000
Chile	6	220.053 a 420.055
Colômbia	60 a 78	194.589 a 235.960
Equador	12-23	642.109 a 2.275.552
Guiana Francesa	6	1.650 a 2.600
Guiana	10	17.000 a 27.840
Paraguai	14-19	33.170 a 49.796
Peru	50 a 84	4.724.307 a 4.831.220
Suriname	5	4.600 – 4.950
Venezuela	38	52.050 a 145.230

Colette Grinevald calcula o número total de línguas na América do Sul em mais de 400, maior do que todo o resto das Américas, com uma surprendente variedade genética e número de línguas isoladas, embora não tão alto como em outras regiões do mundo, como por exemplo, as 760 línguas de Papua Nova Guiné ou as 850 atualmente em pleno uso na Índia. A variedade genética sulamericana (118 famílias), contudo, é comparável somente à da Nova Guiné [2].

cerão e 2.400 estarão perto da extinção [5]. Apenas 600, ou seja, 10%, se encontram seguras, a salvo; no próximo século, diz Ken Hale, a categoria "língua" incluirá, somente, aquelas faladas por, no mínimo, cem mil pessoas [6]. Isso significa que 90% das línguas do planeta está em perigo; pelo menos 20% - ou talvez 50% - das línguas já estão agonizando. Uma língua agonizante ou "em perigo" é, tipicamente, uma língua local, minoritária, e em situação de ruptura geracional, onde se os pais ainda falam com seus próprios pais suas línguas maternas, já não o fazem mais com seus próprios filhos, que abandonam definitivamente o uso da língua nativa, destinada à morte dentro de um século, a menos que algo aconteça para a sua revitalização. Entre os fatores principais dessa condenação à morte está a pressão das línguas nacio5

nais, dominantes, em situações de pressão socioeconômica, de assimilação, através de meios e canais quais a escolarização, a mídia (rádio, televisão etc.), a sedimentação de atitudes valorativas positivas para a língua do colonizador e negativas para a língua dos colonizados. Krauss calcula que 27% das línguas sulamericanas não são mais aprendidas pelas crianças.

NO BRASIL

No que diz respeito às línguas indígenas no Brasil, Aryon Rodrigues, em trabalho já citado, estima que, às vésperas da conquista, eram faladas 1.273 línguas; em 500 anos, uma perda de cerca de 85%. É só contemplar o mapa etno-histórico no qual Curt Nimuendajú, nos anos 40, procurou oferecer um panorama do povoamento do Brasil indígena utilizando somente as fontes documentais históricas disponíveis produzidas pelos colonizadores: um território coberto em toda sua extensão por faixas e pontos coloridos para dar conta dos troncos, famílias, agrupamentos lingüísticos, línguas isoladas, falados por inúmeros povos; vazios brancos indicam áreas, sobretudo ao longo dos baixos cursos dos rios principais, despovoadas já nos primeiros tempos da colonização [7].

Luciana Storto relata a grave e significativa situação do Estado de Rondônia: 65% das línguas estão seriamente em perigo pelo fato de não estarem sendo mais usadas pelas crianças e por ter um pequeno número de falantes; 52% não estão sendo faladas pelas crianças; 35% são momentaneamente seguras [8]. Muitos lingüistas dedicados ao estudo dessas línguas são testemunhas de processos de perda, menos ou mais gritantes. No Alto Xingu, por exemplo, um sistema intertribal onde são faladas línguas geneticamente distintas, há línguas ainda plenamente vivas e íntegras e línguas na beira da extinção. Há apenas 50 falantes de Trumai (língua isolada) e o Yawalapiti (aruak) sobrevive em menos de uma dezena de falantes numa aldeia multilíngüe onde dominam o Kuikuro (karib) e o Kamayurá (tupi-guarani) [9]. As outras línguas alto-xinguanas, ainda saudáveis, dão, contudo, sinais preocupantes: a escola é considerada o tempo/espaço onde tem que se aprender a língua do branco; os jovens, fascinados com tudo o que provém do mundo das cidades, procuram falar cada vez mais o português e ao mesmo tempo se afastam das tradições orais. É como se a avalanche e a sede de novos conhecimentos aniquilassem tudo aquilo que se torna associado aos velhos, à vida aldeã.

É a grande diversidade que torna a perda irreversível. Para os lingüistas, essa perda significa não conseguir reconstruir a pré-história lingüística e determinar a natureza, o leque e os limites das possibilidades lingüísticas humanas, tanto em termos de estrutura como em termos de comportamento comunicativo ou de expressão e criatividade poética. Mais graves e mais complexas são as conseqüências da perda lingüística para as populações indígenas, minoritárias e sitiadas. Se é complexa a relação entre identidade lingüística e identidade étnica, cultural e política - não sendo elas redutíveis uma à outra, como mostram os povos indígenas do Nordeste –, não há dúvida quanto às consequências da agonia e desaparecimento de uma língua com relação à perda da saúde intelectual do seu povo, das tradições orais, de formas artísticas (poética, cantos, oratória), de conhecimentos, de perspectivas ontológicas e cosmológicas. Certamente, diversidade lingüística e diversidade cultural podem ser equacionadas e, nesse sentido, a perda lingüística é uma catástrofe local e para toda a humanidade.

O que sabemos e como chegamos a saber dessas línguas?

OS PRIMEIROS DADOS

O século XVI viu a Europa se expandir para além de suas fronteiras. As conquistas fizeram os sábios europeus, encabeçados por muitos missionários e alguns viajantes, mergulharem na diversidade. Ampliaram-se os horizontes lingüísticos, começaram a se acumular conhecimentos registrados em listas de palavras, esboços gramaticais, escritas de falas e discursos. Nos novos mundos, se iniciavam investigações que alimentavam teorias e tipologias, inspiradas ora nos esquemas evolucionistas que vigoraram até o final do século XIX, ora no universalismo dos gramáticos filósofos racionalistas que floresceram sobretudo no século XVII.

Enquanto os espanhóis registravam quase que obsessivamente as línguas encontradas nos territórios que iam conquistando em trajetórias de penetração do litoral para o interior, os portugueses se concentraram nas línguas da costa, onde dominava o tupi-guarani. Os documentos dos primeiros três séculos da colonização do Brasil que a nós chegaram, são gramáticas e catecismos de três línguas indígenas que desapareceram, com seus falantes, no mesmo período: Tupinambá, Kariri e Manau. O Tupi Antigo disfarçava-se nas Línguas Gerais – Paulista e Amazônica –, das quais se conservou uma considerável memória escrita e, também, missionária.

As gramáticas jesuíticas tupi até hoje são objeto de admiração e repulsa. De um lado, admira-se clareza e detalhamento das observações que nos permitem apreciar ainda os sistemas e processos fonológicos e morfossintáticos do tupinambá e do tupi antigo. Do outro lado, e ao mesmo tempo, critica-se a roupagem expositiva que traduz e classifica os fatos registrados através das categorias da tradição gramatical greco-latina. A língua indígena, de qualquer maneira, era consumida e transfigurada, enfim, conquistada, pelo empreendimento missionário, na escrita, nos catecismos, nos autos e peças teatrais pedagógicas, onde o combate cristão bilíngüe (tupi/português) entre o bem e o mal deveria engajar índios e

brancos, pecadores das aldeias e das vilas, na luta contra o demônio do paganismo e na elevação para o reino divino pregado pelos conquistadores. Mais tarde, o romantismo tupi na construção da nacionalidade brasileira apresentaria a face profana dessa tradição missionária, erguendo-se com seus lirismos sobre morte, massacre, sacrifício de povos inteiros. E é uma língua tupi transfigurada (e desfigurada) pela literatura que foi traduzindo para o imaginário nacional brasileiro um índio genérico que continua povoando o senso comum, a história escolar, filmes e novelas.

As descobertas nos novos mundos pavimentaram o caminho da lingüística que se apresentaria como ciência na segunda metade do século XIX, comparando e classificando as línguas conhecidas das terras conhecidas, reconstruindo suas histórias. O território brasileiro começou a se povoar, aos poucos, por dezenas de povos e línguas nos mapas desenhados pelas frentes de colonização penetrando o interior. Ao missionário sucedia, ou melhor, se acrescentava, o estudioso viajante, que acompanhava, direta ou indiretamente, as novas expedições de conquista: Koch-Grümberg, Steinen, Capistrano de Abreu, Nimuendajú, para mencionar os mais importantes. As observações gramaticais, mais ou menos sistemáticas, eram acompanhadas ou ilustradas por coletâneas de textos, transcrições alfabéticas de peças das tradições orais de diversos povos indígenas. Começava a se constituir um *corpus*, na sua maioria composto de narrativas, que seriam transfiguradas, novamente, para alimentar um folclore nacional com suas personagens emblemáticas, como Macunaíma, o herói *trickster* dos povos karib do norte amazônico.

EVANGELIZAÇÃO E PESQUISA

O zelo evangelizador tem sido, de qualquer maneira, a base do interesse lingüístico missionário; continua sendo ainda hoje, para o trabalho lingüístico de muitas missões de fé, encabeçadas pela norte-americana Summer Institute of Linguistics, hoje Sociedade Internacional de Lingüística (SIL). Essas missões e seus lingüistas, portadores de um trágico binômio "aniquilar culturas, salvar línguas", após demorado trabalho de estudo, esvaziam palavras e enunciados de línguas indígenas para torná-los recipientes de outros conteúdos, bíblias e evangelhos, novas semânticas para povos subjugados e passivizados sob o rolo compressor da conversão civilizatória. O SIL, dublê de missão militantemente evangelizadora e instituição de pesquisa, foi personagem importante na implementação da pesquisa em lingüística "indígena" no Brasil entre o final dos anos 50 e o dos anos 70, bem como teve, até não muito tempo atrás, primazia na cena da lingüística internacional (tendo recursos próprios para publicar e publicando em inglês). A lingüística laica, não obstante, foi se desvencilhando, mesmo que penosamente, do marco missionário, procurando documentar o que resta dessa diversidade, desdobrando-se entre o desenvolvimento de seus modelos descritivos e explicativos e a aplicação de seus saberes em prol de projetos políticos que possibilitem a sobrevida digna das línguas indígenas diante do fascínio e poder da língua dos brancos na mídia, nos papéis, nas máquinas, nas escolas.

Levantamento feito por Storto e Moore em 1991 mostrava que de 80 a cem línguas tinham recebido algum tipo de descrição; quase metade estava sem nenhuma documentação. Os autores consideravam que 10% das línguas contavam com uma descrição gramatical satisfatória. Havia somente 12 doutores no Brasil dedicando-se ao estudo dessas línguas, somente oito universidades com a presença das línguas indígenas em programas de pós-graduação. O SIL trabalhava com 40 línguas, não tendo contribuído à formação de nenhum pesquisador brasileiro. Cinquente e nove estavam sendo investigadas por lingüistas não-missionários; entre 1985[10] e 1991, um aumento de 36%; entre 1987 e 1991, o Programa de Pesquisas Científica das Línguas Indígenas Brasileiras (PPCLIB) do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) deu apoio a bolsas, pesquisas de campo e cursos intensivos.

Os resultados de levantamento por mim realizado em 1995 mostravam a existência de cerca de 120 pesquisadores (80% ativos; uma dezena de pesquisadores missionários com vínculos acadêmicos em instituições brasileiras). Observava-se o aumento da participação de graduandos e pós-graduandos; as atividade do SIL pareciam estacionárias. O número de pesquisadores estrangeiros representava cerca de 10% desse total: norte-americanos, franceses, holandeses, alemães, sem contar os ligados às missões evangélicas, onde os norte-americanos são a maioria. Entre 1991 e 1995, houve aparentemente um aumento de cerca de 40% em termos do número de línguas estudadas.

Naquele momento, eu observava que, para as cerca de 180 línguas, poderia se falar que pouco mais de 30 delas têm uma documentação ou descrição satisfatória (algo como uma gramática de referência com textos e, possivelmente, um léxico), 114 tendo algum tipo de descrição sobre aspectos da fonologia e/ou da sintaxe, o restante continuando no limbo do desconhecido. Nesse cálculo, aproximado e provisório, incluía os frutos visíveis, ou seja, em poder de instituições brasileiras ou publicados, da atuação do SIL. Nesse sentido, uma classificação tripartida em línguas sem nenhuma documentação, com pouca (ou alguma documentação), bem documentadas, é obviamente simplificadora. Nos levantamentos da produção de conhecimentos na área da chamada "lingüística indígena", geralmente não está em jogo a qualidade, nem absoluta nem relativa, dos trabalhos ou das análises, mas a sua mera existência. A qualidade da documentação ou da descrição lingüística é questão que só recentemente começou a ser discutida com seriedade, inclusive graças ao acúmulo de novos conhecimentos e novos dados, a uma maior atenção às teorias que estão na base de modelos descritivos, ao aumento de pesquisadores envolvidos, a uma maior circulação e divulgação das pesquisas e ao desenvolvimento de metodologias e técnologias para o armazenamento e processamento de dados.

A "LINGÜÍSTICA INDÍGENA" NOS ANOS 90

Depois da hegemonia do estruturalismo distribucionalista norte-americano importado pelo SIL, nos anos 90 assistimos, então, decididamente, a um desenvolvimento gradual e progressivo da área,

com uma interessante diversificação de linhas teóricas; convivem (e competem) diferentes paradigmas, num saudável pluralismo científico; amadurece a discussão entre pesquisa descritiva e pesquisa teórica, cujo objetivo é a de inserir os dados de línguas indígenas nos debates e embates da teoria lingüística atual. Foi retomada a investigação histórica e comparativa. Assim, por exemplo, espera-se resultados importantes do projeto "Tupi Comparativo" em andamento no Museu Goeldi, da documentação do Zo'e e do Araweté e dos encontros de lingüistas especialistas em línguas tupi-guarani, das pesquisas sobre línguas da família pano no Setor de Lingüística do Museu Nacional/UFRJ, da documentação do Yawalapiti e do Enawenê-Nawê para a família aruak, em andamento também no Museu Nacional, dos estudos das línguas karib meridionais (Universidade de Campinas – Unicamp - e Museu Nacional) e do nordeste amazônico (Museu Goeldi). Vislumbra-se um bom diálogo entre etnologia, arqueologia e lingüística. Fortalecem-se centros de pesquisa tradicionais e outros despontam, experiências se firmam ou fracassam.

Segundo o relatório mais recente disponível[11], em 1998 sobe para cerca de 80 o número de línguas objeto de algum tipo de estudo por parte de não-missionários. Percebe-se leve declínio das atividades do SIL (30 línguas em estudo e oito projetos considerados concluídos). Interessante observar o aumento do número de línguas já investigadas por missionários e retomadas por lingüistas brasileiros. Graças ao levantamento feito por Lucy Seki de dissertações, teses, publicações e inéditos, podemos avaliar, pelo menos quantitativamente, o incremento da produção por parte de pesquisadores brasileiros. Uma série de extensas e cuidadosas gramáticas de referência está chegando ao público, como as gramáticas Kamayurá[12] e ainda Tiriyó, Trumai, Karo, Apurinã, Tikuna, Kadiweu, Karitiana, entre outras.

O quadro institucional, infelizmente, melhorou pouco. Ainda segundo Seki, no final dos anos 90, dos 66 programas de pós-graduação em Letras e Lingüística, apenas 12 desenvolvem pesquisas sobre línguas indígenas. Não obstante, aumentou, sem dúvida, a presença de trabalhos sobre línguas indígenas em eventos científicos nacionais e, nos internacionais, já faz algum tempo que os missionários/lingüistas do SIL não dominam mais a cena. Inaugura-se ou cresce a participação de brasileiros nos universos eletrônicos especializados, como listas de discussões, algumas das quais criadas no últimos anos, como a *Ling-amerindia*, iniciativa de pesquisadores da Unicamp. A isso acrescentamos que, pela primeira vez, informações ricas e razoavelmente fidedignas aparecem em *sites* oficiais e não-oficiais e em veículos governamentais e de divulgação científica.

Em suma, muito está sendo feito no Brasil fora da redoma missionária, se pensarmos na penúria de uns 20 anos atrás. Há, ainda, muito mais a ser feito. Há um excedente de trabalhos descritivos parciais e escassez de gramáticas de referência. Nos domínios dos gêneros de discurso, da arte verbal, da coleta de tradições orais, da elaboração de dicionários, as lacunas são imensas, como nos estudos sociolingüísticos, estes últimos indispensáveis quando se trata de entender as muitas e complexas situações de bilingüismo, multilingüismo e perda lingüística.

EDUCAÇÃO ESCOLAR E PRESERVAÇÃO DE LÍNGUAS INDÍGENAS

No campo das línguas indígenas, o lingüista é uma figura de identidade dupla: é pesquisador e assessor de programas educacionais, fonólogo e fazedor-de-escritas-de-línguas-de-tradição-oral, professor e redator de material didático em língua indígena. Recebe demandas de organizações não-governamentais, do Estado e dos índios. O envolvimento em projetos de educação (escolar) não significa apenas um exercício de aplicação de conhecimentos científicos, mas deve, hoje, se basear numa capacidade de revisão crítica do modelo dominante da chamada "educação bilíngüe", ainda, em muitos casos, atrelado, apesar de suas diversas versões, a uma matriz missionária ideologicamente civilizadora e integracionista (de novo, o legado do SIL, que monopolizou, até uns 20 anos atrás, a chamada educação bilíngüe também no Brasil).

Por outro lado, já há grupos indígenas que percebem "o perigo" que suas línguas correm e, por conseqüência, estão interessados em sua revitalização; em situações desse tipo, são os índios que procuram interagir com lingüistas que possam dedicar-se à documentação de sua língua. Diante de uma tarefa desse tipo – documentar uma língua num projeto conjunto com os índios e propor um trabalho de preservação ou salvamento –, faltam-nos intrumentos conceituais e estratégicos. Como diz Grinevald, em trabalho aqui citado, este lingüista de campo é como uma orquestra de um homem só: deve dominar todos os campos da lingüística descritiva, conhecer as principais teorias que podem guiar suas interpretações e explicações, saber o bastante de uma específica lingüística aplicada para se enveredar em projetos de alfabetização ou de revitalização lingüística sem cair na armadilha de achar que os problemas se resolvem na escola, conseguir fazer pesquisa sobre a língua *com* os índios, ser sensível e esperto, saber que fazer lingüística numa aldeia não é um passeio de algumas semanas.

Os índios certamente agradeceriam todos os esforços e inciativas que facilitassem o aparecimento desse novo pesquisador; a lingüística "indígena" deixaria para trás, definitivamente, amadorismo e subalternidade; a sociedade em geral aprenderia mais sobre um assunto que diz respeito diretamente à salvaguarda de uma riqueza que está em seu seio e que, ou desconhece, ou sepulta, no senso comum dos estereótipos. (*outubro, 2000*)

NOTAS

(1) Fonte: Adelaar, Willem - "The endangered problem: South America", em *Endangered Languages* (editado por Robert Robons e Eugene Uhlenbeck, New York: St. Marin 's Press, 1991). Os dados de Adelaar também podem ser conferidos em *As línguas amazônicas hoje* (organizado por Francisco Queixalós e Odile Renault-Lescure, São Paulo: IRD/ ISA/ MPEG, 2000).

(2) Grinevald, Colette – "Language endangerment in South America: a programmatic approach", no volume *Endangered Languages - Language loss and community response* (editado por Lenore A. Grenoble e J. Whaley Lindsay, Cambridge: Cambridge University Press, 1998).

(3) Rodrigues, Aryon D. - "Línguas Indígenas – 500 anos de descobertas e perdas", em *Ciência Hoje*, 16 (95), 1993.

(4) Grenand, Pierre e Grenand, Françoise - "Amérique Equatoriale: Grande Amazonie", em *Situation des populations indigènes des forêts denses et humides* (editado por Serge Bahuchet, Luxemburg: Office des publications officielles des communautés européennes, 1993).

(5) Krauss, Michael - "The world 's languages in crisis", em *Language*, 68, 1992.

(6) Hale, Ken - "On endangered languages and the importance of linguistic diversity", no volume *Endangered Languages - Language loss and community response* (editado por Lenore A. Grenoble e J. Whaley Lindsay, Cambridge. Cambridge University Press, 1998).

(7) *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju* (Rio de Janeiro: IBGE, 1981).

(8) Storto, Luciana - "A Report on language endangerment in Brazil", em *Papers on Language Endangerment and the Maintenance of Linguistic Diveristy* (editado por Jonathan D. Bobaljik, Rob Pensalfini e Luciana Storto, The MIT Working Papers in Linguistics, Vol. 28, 1996).

(9) Franchetto, Bruna – "Línguas e História no Alto Xingu", em *Os povos do Alto Xingu - História e Cultura* (organizado por Bruna Franchetto e Michael Heckenberger, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, *no prelo*).

(10) Rodrigues, Aryon D. - *Línguas Brasileiras*, São Paulo: Edições Loyola, 1986.

(11) Seki, Lucy - *A Lingüística Indígena no Brasil*, dissertação de mestrado, 1999.

(12) Seki, Lucy - *Gramática Kamayurá*, Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

LEGISLAÇÃO

ORLANDO BRITO

Panará

CÓDIGO PENAL INCLUI CIDADANIA

O anteprojeto do novo Código Penal traz várias inovações na definição de crimes contra a humanidade, a cidadania e minorias étnicas, religiosas e sociais. O anteprojeto foi elaborado por uma Comissão de Juristas criada pelo Ministério da Justiça para rever o atual Código Penal (que é de 1940) e apresentar uma nova proposta utilizando-se dos esboços já feitos por comissões anteriores. Publicado no Diário Oficial da União no dia 25 de março, o anteprojeto estará recebendo críticas e sugestões de quaisquer interessados até o dia 31 de agosto.

O Código Penal em vigor caracteriza-se por definir essencialmente crimes contra o patrimônio (furto, roubo etc.) e crimes contra pessoas, sejam eles contra a vida, a honra ou a liberdade individual. Pouca atenção é dada aos crimes praticados contra bens ambientais e sociais, de natureza coletiva e sem repercussões patrimoniais ou econômicas diretas. Tal omissão foi parcialmente suprida com a recente edição da Lei de Crimes Ambientais. Embora de forma ainda incipiente, o anteprojeto cria novos delitos, que não constam do Código em vigor, buscando criminalizar condutas lesivas a direitos sociais.

OS "NOVOS CRIMES" DO ANTEPROJETO

***Crimes contra comunidades indígenas** – São criados os crimes de:*

- *invasão de terras indígenas: sujeito à pena de reclusão de dois a cinco anos e multa;*
- *realização de pesquisa ou lavra mineral em terras indígenas sem autorização legal: sujeito à pena de reclusão de dois a cinco anos;*
- *exploração ilegal de recursos naturais de terras indígenas, ou indução dos índios a explorá-los: sujeito à reclusão de dois a cinco anos e multa.*

***Crimes contra a cidadania** – São criados os crimes de:*

- *atentado a direito de manifestação (impedir manifestação pacífica de partidos ou grupos políticos, étnicos, raciais, culturais ou religiosos): sujeito a pena de reclusão de um a quatro anos;*
- *violação discriminatória de direito ou garantia fundamental (impedir, por qualquer forma de discriminação ou preconceito, o livre exercício de direito assegurado pela Constituição): sujeito a pena de reclusão de um a quatro anos.*
- *associação discriminatória (organizar associação a fim de pregar discriminação ou preconceito) sujeito a pena de reclusão de um a quatro anos;*
- *fabricação, comercialização de símbolos, emblemas, distintivos ou propaganda destinada à propagação de doutrina racista ou atentatória à liberdade: sujeito a pena de reclusão de um a quatro anos.*

***Crimes contra a humanidade** – Além do crime de genocídio, já previsto em lei específica, são definidos os crimes de:*

- *tortura (torturar alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental): sujeito à pena de reclusão de quatro a oito anos;*
- *condescendência com a tortura e sonegação de informação (deixar o carcereiro de comunicar ao juiz a transferência de pessoa presa para outro estabelecimento ou para outro local): sujeito a detenção de seis meses a dois anos.* (Juliana Santilli, jul/98)

CÓDIGO CIVIL - ÍNDIOS DEIXAM DE SER INCAPAZES

Os índios deixam de ser legalmente incapazes, segundo o projeto de lei que institui o novo Código Civil, em tramitação no Congresso. O novo Código Civil já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, tendo voltado à Câmara para apreciação das emendas aprovadas no Senado. Espera-se a sua aprovação no início de 2001. O Código Civil em vigor, aprovado em 1916, considera os índios "relativamente incapazes", equiparando-os aos maiores de 16 anos e menores de 21 anos e aos pródigos (indivíduos que dilapidam o seu patrimônio, e podem ser interditados pela família). A relativa incapacidade civil dos índios torna os seus atos anuláveis, quando praticados sem a assistência do órgão tutelar e sem que os índios revelem consciência dos atos praticados. O novo Código Civil acaba com a relativa incapacidade civil indígena, e estatui que a matéria será regulada por legislação especial, o que é um avanço conceitual. O projeto de lei que estabelece o Estatuto das Sociedades Indígenas, também em tramitação no Congresso, estabelece a capacidade civil plena dos índios. (Juliana Santilli, nov/00)

Será que Índio Pode...?

Entrevista realizada por
Thais Chueiri e Lilia Toledo Diniz

Estudantes de Direito, estagiárias no ISA

CARLOS MARÉS, JURISTA, EX-PRESIDENTE DA FUNAI, RESPONDE A 12 PERGUNTAS FORMULADAS POR ESTUDANTES DE DIREITO

Pergunta - Índio pode fazer carteira de identidade? E se puder, há algum tipo de identificação étnica?

Carlos Marés - Sim, índio pode e deve fazer carteira de identidade, que é um registro geral dos cidadãos brasileiros. Portanto, todos têm direito à carteira de identidade. Isso é um direito, não uma obrigação. A carteira de identidade normal, que se tira na polícia, chama-se identificação civil e é feita justamente para se provar a sua identidade nos lugares em que se vai, e apresentar para as autoridades brasileiras.

A lei brasileira não permite, não admite a identificação étnica. A carteira de identidade apresenta o nome, a filiação, a data e o local de nascimento, mas não tem nenhuma informação a respeito de identidade étnica, cor de pele ou opção sexual. Por outro lado, o índio tem direito também a um registro na comunidade onde nasceu. Esse registro é uma identificação étnica, sem dúvida.

Índio pode votar? Pode ser candidato?

CM - Não há nenhuma restrição ao voto, de nenhum cidadão brasileiro. Todos os cidadãos brasileiros têm direito a votar. Não há essa restrição em hipótese alguma. Agora, para votar, ele tem que estar inscrito no registro eleitoral, que é o cartório eleitoral. O voto no Brasil é obrigatório, portanto ele, como cidadão brasileiro, é obrigado a votar se for maior de idade e alfabetizado em língua portuguesa. Porém, eu entendo que se ele vive na aldeia, segundo seus usos e tradições e o povo, coletivamente, decide não votar, esta decisão prevalece sobre a obrigatoriedade da lei brasileira, porque os povos indígenas têm o direito constitucional de viver segundo seus usos, tradições e costumes.

O índio pode ser candidato, pois é um cidadão com todos os direitos. Para ser candidato, entretanto, há algumas restrições, como o conhecimento da língua, para alguns cargos. Se ele cumprir esses requisitos, poderá ser candidato.

Juridicamente, o que tem mais importância no Brasil: o Código Civil ou o Estatuto do Índio?

CM - As duas leis estão dentro da mesma hierarquia, portanto uma não manda na outra. Mas o Estatuto do Índio tem duas situações que o coloca acima do Código Civil. Primeiro, é mais novo, e a lei nova é que contraria a lei velha, a revoga. E segundo, é uma lei especial e pela regra geral das leis, as leis especiais têm prevalência sobre as leis gerais, e o Código Civil é uma lei geral. Isto quer dizer que os dispositivos do Estatuto que contrariarem o Código Civil ou qualquer lei anterior ou geral, a eles prevalecem.

O índio pode sofrer sanções mesmo sem ter consciência de sua causa?

CM - Não, o Direito pressupõe que todas as pessoas devam saber a razão porque estão sofrendo a sanção. Portanto, toda sanção tem que ser fruto de um processo legal em que se esclareça o porquê de estar havendo a sanção e a razão do ato praticado. Ele tem direito de defesa sempre.

Índio pode prestar concurso para algum cargo público?

CM – Pode, para todos os cargos públicos que ele esteja habilitado a fazer. Por exemplo, é claro que ele não pode ser juiz se não for bacharel em Direito. Cada concurso público tem suas exigências, como algum curso, determinado tipo de formação ou determinada escolaridade que devem ser observadas. Se ele preencher esses requisitos, tem liberdade e direito total de participar.

É possível que determinada língua indígena, quando falada pela maioria da população de certo município, se torne oficial?

CM - É uma pergunta meio complicada, em princípio não. A língua oficial brasileira é o português, no entanto é admitido no caso do indígenas o uso da língua materna para todos os fins, inclusive no processo judicial. Porém, ela não pode se tornar oficial de um município. Não há línguas oficiais de um município. A língua oficial é a Portuguesa e vale para o Brasil todo, sendo admitidas as línguas indígenas em conjunto com ela.

Pode o índio vender os produtos de sua terra com o intuito de lucro?

CM - Todos os bens da comunidade pertencem à comunidade como um todo, portanto, pertencem ao povo, são bens coletivos. Os índios podem vender esses bens, negociar esses bens, dispor desses bens? Podem até determinado limite. Eles podem dispor dos frutos, mas não da terra, evidentemente. Podem dispor dos frutos da terra. Mas se a pergunta é direcionada ao indivíduo, ou seja, o indivíduo índio pode vender o produto ou fruto da terra em benefício próprio? Não. A outra questão que nos leva essa pergunta é a do lucro propriamente dito. O lucro tem um conceito técnico-econômico que é resultado do produto do investimento financeiro para se obter determinada vantagem. Ou seja, no comércio, você compra para vender, ou na indústria e na agricultura você produz para vender com o preço maior do que o investimento. Então, se você pensar simplesmente em lucro, se você disser que o índio pode, individualmente, comprar um bem e vender esse bem mais caro, a resposta é sim. Não há nenhuma restrição, desde que a origem daquele dinheiro seja dele. Ele pode ter dinheiro pessoal, pode ter bens individuais e com estes bens ele tem total liberdade no atual sistema. Mas não pode fazer isso com os bens da comunidade.

Os índios têm direito a um sistema de crédito, mesmo estando em terras públicas?

CM- O sistema de créditos depende da política para a qual é aberto. O Estado brasileiro pode abrir linhas de créditos oficiais para os povos indígenas independente de eles estarem em terras públicas ou não. O problema não é a natureza da terra, mas as exigências do banco. Um banco pode abrir uma linha de crédito para determinadas atividades em que se incluam alguns grupos indígenas, não há restrições legais para fazer isso. Agora, o banco privado vai fazer se puder ter vantagens, lucro. Então é muito difícil o índio estabelecer alguma relação com o banco privado porque ele teria que reter um lucro, que dificilmente vai ter. Já com bancos públicos e com dinheiro público, é claro que sim, depende apenas de vontade política.

Os índios devem pagar impostos quando vendem os produtos de suas terras?

CM - Esse é um problema delicado. Há impostos federais, estaduais e municipais, cada um deles será competente para cobrar e isentar o Governo federal, estadual ou municipal. Em geral, não há isenção para produtos destinados ao mercado consumidor. E se não há isenção, eles estariam obrigados a pagar. É claro que é possível haver um acordo com o Governo federal, estadual ou municipal para que não haja esse pagamento, isso se chama renúncia fiscal e há limites para fazê-la. Mas aí é um problema de políticas públicas novamente. Claro que os impostos só incidem em produtos que serão vendidos fora do mundo indígena, para o mercado consumidor externo. Internamente, na área indígena e nas relações entre povos indígenas, não há incidência de imposto.

Como o Estado pode julgar o grau de civilização de um índio para decidir se este é relativamente incapaz ou não? Quais os critérios utilizados?

CM - O Estado propriamente não tem capacidade de decisão, a respeito disso, como órgão público. O único que poderia decidir sobre isso seria o juiz. Os critérios utilizados são os critérios de prova, portanto muito subjetivos e que estão ligados à perícia, especialmente a antropológica; entretanto, o que tem que ser levado em conta, é que o juiz, quando faz uma perícia antropológica, só faz se o caso tiver magnitude suficiente para tal. Ou seja, a decisão de um ato praticado com violação ou não da tutela indígena, só vai ser levado em juízo se tiver causado dano a algum patrimônio individual ou coletivo.

É lícito que uma comunidade negue a existência do Estado como uma estrutura superior de poder?

CM - Este não é um problema de licitude, mas de legitimidade. Lícito é tudo o que a lei permite ou não proíbe, então se pode dizer que essa negação não seja lícita do ponto de vista da lei brasileira. Mas é legítima do ponto de vista de reivindicação de um povo. Então aí temos que separar o que é lícito para a legislação brasileira e o que é legítimo como direito de povo. Então é legítimo a partir do ponto de vista do direito de um povo, mas não é lícito a partir do ponto de vista do direito brasileiro.

Como encarar o direito autoral coletivo na nossa legislação?

CM - A nossa legislação autoral não trata de direito autoral coletivo, ela se limita aos direitos autorais individuais. Entretanto, tem que haver um casamento entre os direitos estabelecidos na Constituição e a legislação infraconstitucional. Ainda não há legislação garantindo os direitos autorais coletivos. Mas é possível garanti-los de outra forma, mesmo que não tenha lei, através de atos, como exemplo de reconhecimento pelos órgãos públicos, de que aquele bem, aquela obra, é um produto coletivo. O Museu do Índio, o Museu de Arte Nacional, a Biblioteca Nacional e o Instituto de Patrimônio Histórico podem fazer isso. *(outubro, 2000)*

Estatuto da Alforria

Márcio Santilli

Coordenador do Programa
Brasil Socioambiental do ISA

SOB FORTES PRESSÕES, O CONGRESSO NACIONAL RETOMA A DISCUSSÃO SOBRE O ESTATUTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS

Você aceita a idéia de que as leis brasileiras tratem os índios como se fossem crianças, loucos ou incapazes? Ou que o Estado os substitua no exercício pleno de direitos civis? Pois assim tem sido, ao longo de quase todo este século que está prestes a terminar.

O Código Civil brasileiro foi promulgado em 1916. Na lógica de reconhecer os direitos individuais, estabeleceu que "todo homem é capaz de direitos e obrigações na ordem civil". Mas criou exceções para esta regra: os menores de 16 anos, os loucos de todo gênero e os surdos-mudos que não puderem exprimir a sua vontade, são considerados incapazes; os menores entre 16 a 21 anos, os pródigos e os "silvícolas" (sic), são tratados como "relativamente incapazes".

A partir deste pressuposto, de que os índios não são plenamente capazes de exercer os seus direitos civis, a lei determinou que eles seriam tutelados. Diferentemente dos loucos, das crianças e dos pródigos, para os quais a Justiça nomeia, quando é o caso, uma pessoa como tutor, para os índios ela estabeleceu a tutela da União, a ser exercida por um órgão indigenista – atualmente, a Funai – até que eles estejam "integrados à comunhão nacional", ou à sociedade brasileira. Ou seja: enquanto forem índios – e algum dia deverão deixar de sê-lo – um órgão de Estado exercerá por eles os seus direitos civis.

Ao longo do tempo, a tutela foi exercida mais em favor do tutor que do tutelado. Só na primeira metade deste século, 83 etnias foram extintas. Estradas, hidrelétricas e empreendimentos econômicos de vários tipos foram implantados com impactos devastadores sobre as terras indígenas. Povos foram contatados de forma desastrosa, provocando a disseminação de epidemias mortais ou a sua transferência forçada para terras distantes.

Eventualmente, indigenistas sérios lançaram mão da tutela para exercer algum tipo de proteção aos índios. Assim foi na criação do Parque Indígena do Xingu, no início dos anos 60. Em 1973, ainda sob a égide destes conceitos, foi promulgada a Lei 6001, também conhecida como "Estatuto do Índio", e que continua até hoje em vigor.

A NOVA CONSTITUIÇÃO

Em 1988 veio a nova Constituição brasileira, e um dos seu principais avanços é o capítulo que consagrou os direitos indígenas. Rompendo uma tradição secular, ela reconheceu aos índios direitos permanentes. Eles já não teriam que ser incorporados à comunhão nacional, ou serem forçados a assimilar a nossa cultura. Suas organizações sociais, línguas, tradições e os seus direitos originários às terras que ocupam, passaram a ser permanentemente reconhecidos.

A Constituição estabelece que a União deve proteger esses direitos, mas não fala em tutela, em órgão indigenista ou em incapacidade dos índios. Ao contrário, no seu Artigo 232, ela diz que "os índios, suas comunidades e organizações, são partes legítimas para ingressar em juízo, em defesa dos seus direitos e interesses". Significa que os índios podem, inclusive, entrar em juízo contra o próprio Estado, o seu suposto tutor.

Desde a promulgação da Constituição surgiram propostas em tramitação no Congresso para rever a legislação ordinária relativa aos direitos dos índios. A partir de 1991, projetos de lei foram apresentados pelo Executivo e por deputados para regulamentar dispositivos constitucionais e para adequar a velha legislação aos termos da nova Carta. Em 1994, uma proposta de Estatuto das Sociedades Indígenas foi aprovada por uma comissão especial da Câmara dos Deputados.

OBSTRUÇÃO

No entanto, antes mesmo que esta proposta fosse encaminhada ao Senado Federal, a liderança do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) articulou um pedido de recurso para que o projeto de lei fosse apreciado pelo plenário da Câmara. Um novo governo – FHC – havia sido eleito e, alegou-se, necessitava de tempo para formar um juízo a respeito. Porém, em vez de juízo, seguiu-se uma

obstrução de seis anos, sem que o projeto avançasse na sua tramitação.

Inúmeras vezes organizações indígenas e de apoio dirigiram-se aos deputados e ao próprio governo, solicitando o fim da obstrução. Em abril do ano passado, o projeto de lei chegou a ser incluído na pauta de votação. Porém, mais uma vez, o governo pediu tempo para apresentar as suas sugestões. Somente agora, às vésperas do aniversário dos 500 anos de colonização, o governo concluiu negociações internas e apresentou uma proposta alternativa àquela anteriormente aprovada pela comissão especial, uma semana após a passagem por Brasília das delegações indígenas que participaram da marcha de protesto ocorrida em Porto Seguro. O ex-presidente da Funai, Carlos Marés, entregou-a aos índios no sul da Bahia.

O CONTEÚDO

Há importantes pontos comuns entre as duas propostas. Ambas propõem a revogação do dispositivo do Código Civil que estabelece a tutela, substituindo-o por outros instrumentos de proteção dos direitos coletivos dos índios. Regulamentam, com pequenas diferenças, a exploração dos recursos naturais existentes nas terras indígenas. Abordam novos temas, como o dos direitos de propriedade intelectual, a proteção ao meio ambiente e o acesso aos recursos genéticos, não tratados pelo Estatuto atual.

Porém, a proposta do governo, intitulada "Estatuto dos Índios e das Comunidades Indígenas", não considera um terceiro nível de conceito (além do de índios e comunidades), o das suas "sociedades" ou "povos", que designe o do conjunto das comunidades herdeiras de um mesmo processo histórico, que falam a mesma língua e compartilham a mesma formação cultural. Assim, ela não estabelece devidamente a titularidade dos direitos culturais, atribuindo-os às "comunidades" indígenas quando, na verdade, eles não pertencem genericamente a toda e qualquer comunidade, mas somente àquelas que pertencem à mesma sociedade ou povo.

Em relação aos temas da educação e da saúde, a proposta do governo é mais sucinta, pois se limita a remetê-los a outras leis já existentes, promulgadas posteriormente à formulação da proposta do Congresso. Por outro lado, é bastante mais extensiva quanto ao aproveitamento de recursos hídricos e potenciais energéticos, ou quanto à regulamentação do exercício do poder de polícia pelo órgão indigenista federal, estabelecendo multas e outras punições aplicáveis aos invasores das terras indígenas, estendendo ao órgão o poder de aplicar a nova lei que pune os crimes ambientais.

DEBATES E CONFLITOS

Grupos indígenas têm assumido posições diferentes em relação ao novo Estatuto. Os mais organizados têm apoiado a renovação da lei e a conseqüente substituição da tutela, procurando formular e apresentar ao Congresso sugestões que possam aperfeiçoar os projetos de lei. Outros grupos mais vinculados e dependentes da Funai têm se manifestado contra a substituição do velho Estatuto, entendendo que a superação do instituto da tutela implicará no fim do próprio órgão indigenista.

Em recente debate havido na Câmara dos Deputados, um grupo Kayapó, manipulado por funcionários atrasados da Funai, chegou a atacar fisicamente um representante das organizações indígenas, que defendia o fim da tutela e um tratamento mais digno (que o de incapazes) aos índios. Diante de conflitos como este, os deputados relutam em colocar o Estatuto na pauta de votações.

O relator, deputado Luciano Pizzatto, vem realizando reuniões de consulta aos índios em várias regiões do País, procurando esclarecer o significado das propostas e recolher sugestões que as melhorem. Ele deverá formular, nas próximas semanas, um parecer sobre a proposta do governo. A este parecer serão apresentadas emendas e, então, ele será levado à votação no plenário da Câmara.

PERSPECTIVA DE APROVAÇÃO

Após a sua aprovação, a proposta seguirá para a apreciação do Senado. É difícil prever quanto tempo ainda será necessário para a promulgação de uma nova lei, mas se espera que ela possa ocorrer até o final deste ano ou, no máximo, até o início do ano que vem. Até lá, os debates serão intensos.

A promulgação do novo Estatuto será fundamental para se superar a pesada herança da tutela e da substituição dos índios enquanto sujeitos diretos dos seus próprios direitos. Será uma carta de alforria concedida pelo Estado aos povos indígenas, para que eles possam construir, com um mínimo de autonomia, os seus próprios projetos de futuro.

Antes tarde do que nunca. No limiar do novo milênio, o Brasil precisa livrar-se do ranço colonial da tutela e da dominação. O Estatuto das Sociedades Indígenas permitirá que as novas gerações respirem outros ares e vislumbrem outros horizontes. Os outros 500. *(Publicado na revista Ciência Hoje nº 163, ago/00)*

Biodiversidade e Conhecimentos Tradicionais: Formas Jurídicas de Proteção

Juliana Santilli

Promotora de Justiça (DF) e membro do Conselho Diretor do ISA

O papel das comunidades indígenas e de outras comunidades tradicionais na conservação da biodiversidade tem sido reconhecido em vários acordos internacionais, entre os quais a Convenção da Diversidade Biológica e a Agenda 21. Enfatiza-se a necessidade de criação de um regime legal *sui generis* de proteção às inovações e práticas tradicionais relevantes à conservação da biodiversidade, que proíba e puna a sua apropriação indevida. Entre os casos mais conhecidos de violação aos seus direitos culturais, estão o patenteamento do "ayahuasca", já impugnado pela organização indígena Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de las Organizaciones de la Cuenca Amazónica (Coica) perante a agência de patentes dos Estados Unidos, e o patenteamento da "quinua", planta de alto valor nutritivo usada por comunidades tradicionais dos países andinos.

No Brasil, enquanto a sociedade civil e o Congresso discutem propostas legislativas, o governo edita Medida Provisória (MP) que viola frontalmente os direitos indígenas e de comunidades tradicionais, abrindo as suas terras para a biopirataria e para a expropriação de seus conhecimentos tradicionais, produzidos ao longo de gerações .

A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.052/2000

A discussão acerca da criação de mecanismos legais de proteção aos conhecimentos indígenas e tradicionais associados à biodiversidade, bem como de controle e compensação às comunidades detentoras de tais conhecimentos, torna-se particularmente relevante em função da MP nº 2.052, de 30 de junho de 2000, editada pelo Governo, e das propostas legislativas em tramitação no Congresso Nacional.

A MP foi editada às pressas pelo governo para "legitimar" o acordo firmado entre a organização social Bioamazônia e a multinacional Novartis Pharma, em 29 de maio de 2000, que prevê o envio de dez mil bactérias e fungos da Amazônia ao referido laboratório suíço. Diante da repercussão negativa do acordo, o governo decidiu editar uma MP que regulasse, ainda que casuisticamente, o acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.

A Medida Provisória contém uma série de inconstitucionalidades, violando direitos assegurados às comunidades indígenas e tradicionais em vários dispositivos. Comentaremos alguns aspectos mais graves.

O casuísmo motivador de sua edição está expresso no Art. 10, que dispõe: "À pessoa de boa fé que, até 30 de junho de 2000, utilizava ou explorava economicamente qualquer conhecimento tradicional no País, será assegurado o direito de continuar a utilização ou exploração, sem ônus, na forma e nas condições anteriores". Ou seja, com o objetivo de "legitimar" o acordo da Bioamazônia com a Novartis (assinado cerca de um mês antes da edição da MP), o governo não só legalizou toda e qualquer biopirataria e espoliação de conhecimentos tradicionais praticados no País até o dia 30 de junho de 2000, como também assegurou aos biopiratas o direito de continuar a piratear nossos recursos genéticos e nossos conhecimentos.

Dispõe o Art. 14 da MP que, em casos de relevante interesse público, "assim caracterizado pela autoridade competente", o ingresso em terra indígena, área pública ou privada, para acesso a recursos genéticos, dispensará prévia anuência das comunidades indígenas e locais e de proprietários. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), com a assessoria dos advogados do Instituto Socioambiental, propôs ação direta de inconstitucionalidade contra a referida MP, perante o Supremo Tribunal Federal.

Vê-se que o citado Artigo 14, ao permitir o acesso aos recursos genéticos situados em terras indígenas sem a prévia anuência das respectivas comunidades, afronta os direitos de posse permanente e usufruto exclusivo assegurados aos índios pela Constituição.

A CONVENÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA

O Artigo 8(j) da Convenção da Diversidade Biológica obriga os países signatários a "respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais relevantes à conservação e utilização sustentável da diversidade biológica", bem como "encorajar a repartição justa e equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas". O reconhecimento da necessidade de proteção da sociodiversidade, intrinsecamente associada à biodiversidade, está consagrado também na legislação interna brasileira. A necessidade de criação de um regime legal *sui generis* de proteção aos direitos intelectuais coletivos tem sido destacada em vários fóruns internacionais de discussão.

Dois dos maiores especialistas mundiais, Vandana Shiva (da ONG Research Foundation for Science, Technology and Natural Resource Policy, de Nova Délhi, Índia) e Gurdial Singh Nijar (da rede de ONGs Third World Network, sediada em Penang, na Malásia) chamam atenção para os preconceitos existentes na própria definição do conhecimento, em que se considera o conhecimento ocidental como "científico" e as tradições não-ocidentais como "não científicas", afirmando que os sistemas tradicionais de conhecimento têm as suas próprias fundações científicas e epistemológicas, que os diferem dos sistemas de conhecimento ocidental, reducionistas e cartesianos. Por tal razão, Shiva e Nijar alertam para a urgente necessidade de criação de sistemas legais de proteção a conhecimentos tradicionais que considerem as suas especificidades culturais.

No Brasil, tramitam atualmente no Congresso Nacional três projetos legislativos acerca da matéria, além da MP editada pelo Executivo: 1) uma proposta de emenda constitucional encaminhada pelo Executivo ao Congresso, que pretende incluir os recursos genéticos entre os bens da União; 2) projeto de lei apresentado pela senadora Marina Silva (PT-AC), já aprovado pelo Senado Federal na forma de Substitutivo apresentado pelo relator deste na Comissão de Assuntos Sociais, senador Osmar Dias (PSDB-PR) e 3) projeto de lei apresentado pelo deputado Jacques Wagner (PT-BA), ainda na Câmara dos Deputados. A Câmara dos Deputados instalou uma Comissão Especial para apreciar os projetos.

Lembremos ainda que o Estatuto das Sociedades Indígenas, também em tramitação no Congresso Nacional, dispõe que: "O acesso e a utilização, por terceiros, de recursos biogenéticos existentes nas terras indígenas, respeitará o direito de usufruto exclusivo das comunidades indígenas e dependerá de prévia autorização das mesmas, bem como de prévia comunicação ao órgão indigenista federal". Vejamos o que dispõem tais projetos legislativos.

Emenda constitucional

A emenda constitucional encaminhada pelo governo pretende incluir os recursos genéticos entre os bens da União, tornando pública a sua propriedade, independentemente do titular do direito de propriedade sobre o solo e sobre os recursos naturais que os contêm. Estabelece, portanto, para os recursos genéticos, regime jurídico análogo ao dos recursos minerais, que também constituem propriedade distinta da do solo e pertencem à União.

Já destacamos as conseqüências negativas de tal regime jurídico para as comunidades tradicionais e indígenas, em especial. Com efeito, as comunidades indígenas são usufrutuárias exclusivas dos recursos naturais existentes em suas terras tradicionais – estando ou não associados a conhecimentos tradicionais - nos termos do Art. 231, §3°, da Constituição.

Se não for respeitado o direito de usufruto exclusivo das comunidades indígenas sobre os recursos genéticos de suas terras, independentemente da titularidade do direito de propriedade sobre os mesmos, sofrerão os índios mais uma restrição no exercício de seus direitos territoriais e culturais, tão fundamentais à sua própria sobrevivência como povos diferenciados.

Entendemos que os recursos genéticos – da mesma forma como os bens ambientais em geral – independente de pertencerem ao domínio privado ou público (conforme a dominialidade sobre os recursos naturais que os contêm), devem ter o seu acesso e utilização limitados e condicionados por regras de interesse público. Isto não significa, entretanto, que devam integrar o patrimônio público. São bens de interesse público, independentemente de serem de propriedade pública ou particular.

Neste particular, parece bastante oportuna a observação de Vandana Shiva, segundo a qual a soberania assegurada aos países signatários da Convenção de Diversidade Biológica (CDB) sobre os recursos genéticos existentes em seus territórios não deve ser entendida como soberania estatal, e sim como soberania popular, ou seja, soberania a ser exercida pela sociedade civil daquele país. A proposta de emenda constitucional apresentada pelo governo parece incidir exatamente neste equívoco: confunde o direito de soberania sobre nossos recursos genéticos com dominialidade pública ou estatal. Proteção estatal não significa propriedade pública, necessariamente.

Projeto da senadora Marina Silva

O Projeto de Lei n° 306/95, de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC), dispõe sobre o acesso a recursos genéticos e seus produtos derivados. Já foi aprovado pelo Senado (na forma do Substitutivo do Relator, senador Osmar Dias) e encontra-se na Câmara dos Deputados.

O projeto estabelece as condições para autorização de acesso a recursos genéticos nacionais, a serem concedidas pelo Executivo, e determina a criação de uma Comissão de Recursos Genéticos, composta por representantes do governo, da comunidade científica, de comunidades locais e indígenas, de organizações não-governamentais e empresas privadas, com a função de referendar as decisões do Executivo relativas à política nacional de recursos genéticos. Segundo o projeto, o acesso depende de contrato entre autoridade competente designada pelo Executivo e a pessoa interessada, e estabelece as partes e as condições para a assinatura do contrato.

O projeto dedica um capítulo (Arts. 44, 45 e 46 e seus diversos parágrafos) à "Proteção do Conhecimento Tradicional Associado a Recursos Genéticos", no qual estabelece que o "Poder Público reconhece e protege os direitos das comunidades locais e populações indígenas de se beneficiarem coletivamente por seus conhecimentos tradicionais e a serem compensadas pela conservação dos recursos genéticos, mediante remunerações monetárias, bens, serviços, direitos de propriedade intelectual ou outros mecanismos". Determina a criação de um cadastro nacional onde serão depositados registros de conhecimentos associados a recursos genéticos pelas comunidades locais e indígenas, e estabelece que as comunidades locais e indígenas detêm os direitos exclusivos sobre seus conhecimentos tradicionais, somente elas podendo cedê-los, por meio de contratos.

Dispõe ainda que a proposta de contrato de acesso a recursos genéticos (quando situados em terras indígenas) "somente será aceita se for precedida do consentimento prévio fundamentado da comunidade local ou população indígena, obtido segundo as normas claras e precisas que serão definidas para esse procedimento pela autoridade competente" (Arts. 44 e 45).

De acordo com o Art.46 do projeto, "fica assegurado às comunidades locais e populações indígenas o direito aos benefícios advindos do acesso a recursos genéticos realizado nas áreas que detêm, definido na forma de contrato conexo previsto nesta lei e após consentimento prévio fundamentado". De acordo com o parágrafo único deste artigo, "as comunidades locais e populações indígenas poderão solicitar à autoridade competente que não permita o acesso a recursos genéticos nas áreas que detêm, quando julgarem que estas atividades ameaçam a integridade de seu patrimônio natural ou cultural". Basicamente, são estas as normas do projeto.

Projeto do deputado Jacques Wagner

O projeto de lei apresentado pelo deputado Jacques Wagner (PT-BA) contém poucas diferenças – positivas - em relação ao Substitutivo já aprovado no Senado, como as alterações nas definições de comunidades e sociedades indígenas, de forma a adotar as mesmas definições constante do projeto de lei que institui o Estatuto das Sociedades Indígenas.

Também merece ser elogiado o acréscimo de parágrafo único ao Art. 46 do Substitutivo aprovado no Senado, com a seguinte redação: "As comunidades locais e populações indígenas poderão negar o acesso a recursos genéticos existentes nas áreas por eles ocupadas, ou o acesso a conhecimentos tradicionais a eles associados, quando entenderem que estas atividades ameaçam a integridade de seu patrimônio natural ou cultural". A redação do Substitutivo previa apenas a possibilidade de as comunidades "solicitarem" às autoridades competentes que não permitam o acesso a recursos genéticos situados em suas terras tradicionais.

REGIME *SUI GENERIS* DE PROTEÇÃO A DIREITOS INTELECTUAIS COLETIVOS

Embora os projetos de lei citados acima contenham alguns dispositivos visando reconhecer e proteger os direitos de comunidades tradicionais associados à biodiversidade, o que nos parece bastante positivo, tais iniciativas são ainda tímidas e pouco precisas na regulamentação de mecanismos de compensação para as comunidades tradicionais.

Um regime legal *sui generis* de proteção a direitos intelectuais coletivos de comunidades tradicionais deve partir das seguintes premissas:

1)Previsão expressa de que são nulas de pleno direito, e não produzem efeitos jurídicos, as patentes ou quaisquer outros direitos de propriedade intelectual (marcas comerciais, etc.) concedidos sobre processos ou produtos direta ou indiretamente resultantes da utilização de conhecimentos de comunidades indígenas ou tradicionais, como forma de impedir o monopólio exclusivo sobre os mesmos;

2)Previsão da inversão do ônus da prova em favor das comunidades tradicionais, em ações judiciais visando anular patentes concedidas sobre processos ou produtos resultantes de seus conhecimentos, de forma que competiria à pessoa ou empresa demandada provar o contrário;

3)A expressa previsão da não-patenteabilidade dos conhecimentos tradicionais permitiria o livre intercâmbio de informações entre as várias comunidades, essencial à própria geração dos mesmos;

4)Obrigatoriedade legal do consentimento prévio das comunidades tradicionais para o acesso a quaisquer recursos genéticos situados em suas terras, com expresso poder de negar, bem como para a utilização ou divulgação de seus conhecimentos tradicionais para quaisquer finalidades, e, em caso de finalidades comerciais, previsão de formas de participação nos lucros gerados por processos ou produtos resultantes dos mesmos, através de contratos assinados diretamente com as comunidades indígenas, que poderão contar com a assessoria (facultativa) do órgão indigenista, de organizações não-governamentais e do Ministério Público Federal, devendo ser proibida a concessão de direitos exclusivos para determinada pessoa ou empresa;

5)Criação de um sistema nacional de registro de conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, como forma de garantia de direitos relativos aos mesmos. Tal registro deverá ser gratuito, facultativo e meramente declaratório, não se constituindo condição para o exercício de quaisquer direitos, mas apenas um meio de prova;

6)Tal sistema nacional de registro deve ter a sua administração supervisionada por um conselho com representação paritária de órgãos governamentais, não-governamentais e associações indígenas representativas, bem como um quadro de consultores *ad hoc* que possam emitir pareceres técnicos, quando for necessário. *(abril, 2000)*.

PROPOSTAS DE OUTROS PAÍSES

Outros países têm aprovado legislação interna regulando a conservação da biodiversidade e a distribuição justa e eqüitativa dos benefícios derivados da utilização sustentável de seus recursos. Vejamos algumas iniciativas visando proteger conhecimentos, práticas e inovações de comunidades tradicionais relevantes para a conservação da biodiversidade, em consonância com o Artigo 8(j) da Convenção da Diversidade Biológica:

País	Iniciativas Legislativas
Costa Rica	Em 1998, a Costa Rica aprovou a sua "Lei da Biodiversidade", com um capítulo dedicado à "proteção dos direitos de propriedade intelectual e industrial". Estabelece um sistema híbrido de proteção, mesclando os tradicionais direitos de propriedade intelectual (patentes, etc.) com um sistema sui generis de proteção, prevendo o registro de "direitos intelectuais comunitários sui-generis".
Pacto Andino	O Regime Comum Andino de Acesso (ou Comunidade Andina) - aos Recursos Genéticos foi adotado acordo comercial regional pela Decisão 391 de 1996, que deixou entre a Colômbia, Equador, a sua regulamentação a cargo de cada Venezuela, Peru e Bolívia. país. Distingue o recurso genético do componente intangível (conhecimentos associados) e estabelece que o contrato de acesso, quando tenha como objeto componentes intangíveis, conterá um Anexo, no qual se preveja a repartição justa e eqüitativa dos benefícios provenientes de seu uso.
Bolívia	A Decisão Andina 391 foi regulamentada pelo Decreto 24.676/97. Em relação aos conhecimentos tradicionais, estabelece a realização de Contratos Anexos, subscritos pelos provedores do componente intangível e o solicitante do acesso.
Equador	Em 1996, aprovou uma mini lei, que declara: "O Estado equatoriano é o titular dos direitos de propriedade sobre as espécies que integram a biodiversidade, bens nacionais e de uso público. Sua exploração comercial se sujeitará à regulamentação especial que determinará o presidente da República, garantindo os direitos ancestrais das comunidades indígenas sobre os conhecimentos e os componentes intangíveis da biodiversidade e dos recursos genéticos e o controle sobre eles". Foi criado um Grupo de Trabalho sobre Biodiversidade.
Peru	O governo criou um grupo formado por representantes indígenas, de ONGs e funcionários de Ministérios e do órgão de patentes (Indecopi) para formular um projeto de lei regulando o acesso a recursos genéticos. Saliente-se que a sua legislação de propriedade industrial é uma das poucas a obrigar o Estado a criar uma regulamentação especial para o registro de conhecimentos de comunidades indígenas e rurais.
Colômbia	O Grupo Ad hoc de Biodiversidade elaborou, em 95, um projeto de lei sobre a conservação e utilização da diversidade biológica, com vários dispositivos acerca do conhecimento tradicional. Esta proposta estabelece dois regimes diferentes para a tramitação das solicitações de acesso aos recursos genéticos, conforme haja ou não conhecimentos associados.
Filipinas	A Ordem Executiva Presidencial nº 247/95 estabelece normas para a realização da bioprospecção. Em 1997, foi editada a Lei de Proteção aos Direitos dos Povos Indígenas. Ambas leis estabelecem que o acesso ao conhecimento indígena só serão permitidos dentro das terras ancestrais indígenas com o livre, prévio e informado consentimento das comunidades. A referida lei protege os direitos de comunidades indígenas aos seus "domínios ancestrais", integridade cultural, autogoverno (inclusive ao seu próprio sistema judicial), posse coletiva das terras e preservação dos sistemas indígenas de conhecimento.
Tailândia	Embora o país não tenha ratificado a Convenção da Diversidade Biológica, o Ministério da Saúde propôs normas permitindo o registro da medicina tradicional tailandesa. Caso seja aprovada a proposta, os curadores tradicionais podem registrar suas práticas medicinais para assegurar mecanismos de compensação pela sua utilização comercial. Os EUA protestaram contra a proposta.
Índia	Encontra-se em tramitação um projeto de lei regulando o acesso a recursos genéticos e a distribuição eqüitativa dos benefícios derivados. As comunidades locais poderão intercambiar livremente os componentes intangíveis dos recursos biológicos. Em 1995, foi estabelecido o Registro da Biodiversidade dos Povos. A Índia tem se destacado na defesa dos direitos de agricultores perante a comunidade internacional.
Malásia	A proposta de lei ("Community Intellectual Rights Act") elaborada pela rede de ONGs Third World Network, prevê que: 1) as comunidades locais e indígenas são os guardiões (custodians) de suas inovações; 2) devem ser proibidos quaisquer direitos de monopólio exclusivo sobre tais inovações, e quaisquer transações que violem tal proibição são nulas e não produzem efeitos jurídicos e 3) o livre intercâmbio e transmissão de conhecimentos entre comunidades indígenas.

Direito Autoral e Direito de Imagem: Novos Desafios para os Índios

Ana Valéria Araújo

Coordenadora do Programa
Direito Socioambiental do ISA

O INCREMENTO DO USO DA IMAGEM E DOS BENS CULTURAIS INDÍGENAS TRAZ PARA ÍNDIOS E SUAS ORGANIZAÇÕES UMA NOVA ORDEM DE POTENCIAIS CONFLITOS E DEMANDAS POR SOLUÇÕES

O direito de imagem e o direito autoral são questões bastante distintas e devem ser analisadas separadamente, embora muitas vezes, na prática, surjam juntas e aparentem tratar de uma coisa só. Em primeiro lugar, o direito de imagem é um direito afeto às pessoas e é tratado no plano do direito constitucional. Enquanto isso, o direito autoral é um ramo do direito civil e protege os direitos das pessoas, enquanto autoras de obras intelectuais, sobre essas obras.

É certo que a Constituição Federal oferece as bases gerais para todos esses direitos. Em seu Artigo 5º, que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, a Constituição garante a todas as pessoas a inviolabilidade de sua imagem e do direito a indenização por danos decorrentes de sua violação. Daí que não se pode usar a imagem de quem quer que seja, tampouco dos índios, por quaisquer meios ou para qualquer fim, sem a sua devida autorização e respectiva compensação. A imagem dos índios, de suas comunidades e povos constitui patrimônio indígena a ser protegido e respeitado por todos.

Quanto aos direitos autorais dos índios, o Artigo 231 da Constituição de 88 reconhece a organização social, costumes, línguas, crenças, tradições indígenas e o caráter coletivo das mesmas, oferecendo garantia específica a todos os seus bens – aqui incluídos os bens culturais. Além disso, a Constituição reconhece expressamente a existência de manifestações culturais indígenas, que constituem o seu patrimônio cultural, objeto de ampla proteção na seção dedicada aos bens culturais e à cultura, em que se cria para o Estado brasileiro a obrigação de protegê-las.

Além da Constituição, as leis federais e estaduais de proteção aos bens culturais em geral podem também ser aplicadas em casos concretos referentes ao patrimônio cultural indígena. Diga-se ainda que o Estatuto do Índio, Lei 6.001/73, reporta-se aos temas, assegurando genericamente o respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e criminalizando algumas ações que violem a sua imagem, ou de seus membros, e expressões de sua cultura.

Independentemente disso, a verdade é que, apesar da legislação, a imagem dos índios e os bens que constituem a expressão de suas culturas (cantos, desenhos, pinturas, mitos, etc.) não raro têm sido utilizados de maneira indevida, sem que lhes seja facultado o acesso a instrumentos eficazes de proteção dos seus direitos. O assédio e as investidas quanto ao uso da imagem e dos bens culturais indígenas crescem em quantidade e complexidade, estabelecendo para os índios e suas organizações uma nova ordem de potenciais conflitos e demandas por soluções.

O DIREITO AUTORAL BRASILEIRO

Esse direito regula a proteção às obras intelectuais, assim entendidas todas as criações do espírito, expressas por qualquer meio, de forma tangível ou intangível. Em outras palavras, trata-se dos textos literários, artísticos ou científicos, das músicas, fotografias, desenhos, pinturas, gravuras, esculturas e tantas outras coisas, listadas no Artigo 7º da Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que regulamenta o assunto. O direito autoral está eminentemente centrado na idéia da produção individual. Toda a proteção oferecida parte da idéia de que há um autor, pessoa física (apenas em casos excepcionalíssimos, pessoa jurídica), responsável direto e exclusivo pela criação de uma dada obra artística, científica ou literária, a quem a lei confere direitos morais e patrimoniais sobre aquela obra. Admite-se, obviamente, a co-autoria e a existência de obras coletivas, mas essas nada mais são do que o somatório de criações individuais que passam a integrar uma obra autônoma.

Esse modo de proteção, entretanto, não incorpora as especificidades da produção cultural indígena, que, em sua grande parte, decorre de uma atuação coletiva e indivisa. Tomemos como

exemplo a arte corporal dos índios Xikrin: a antropóloga Isabelle Giannini esclarece que "a pintura xikrin, que tem como base o próprio corpo humano, possui uma função social e mágico-religiosa, sendo a maneira correta de um indivíduo se apresentar tanto no cotidiano como em épocas de rituais e resguardos. A pintura é uma tradição gráfica altamente padronizada e que reflete a marca de uma identidade étnica inconfundível. Ela tem padrões e motivos bem definidos, culturamente reconhecidos por todos os membros da Comunidade, e é entendido como um sistema de comunicação. Os padrões rígidos, cuja origem, para esta comunidade, remonta ao tempo mítico, foram, são e serão transmitidos de geração a geração de forma coletiva, pois é um recurso constante para a reafirmação de uma idéia e de um ideal. Para a Comunidade Xikrin, a pintura corporal é um atributo da própria natureza humana. Meio de comunicação, classificação e de representações gráficas extremamente elaborado e muito valorizado pelos índios."

O grafismo xikrin, como tantas outras formas de expressão das culturas indígenas, tem autoria coletiva, que assim há de ser reconhecida. Não se trata de um somatório de autorias individuais, nem de co-autoria, mas de uma atividade que possui características de um sistema de comunicação visual o qual confere a essa arte funções específicas na vida dessa sociedade. Desse modo, a proteção autoral deve também se fazer coletivamente – o direito é concernente a todo o povo e a cada índio em particular como integrante desse povo. É um direito que não se reparte e existe em razão do fato de que o indivíduo pertence àquele povo.

AUTORIA COLETIVA

Entretanto, ao buscar proteger as obras de autoria coletiva, os índios encontram dificuldades para adequar os mecanismos estabelecidos pela legislação aos seus padrões próprios e específicos. Faculta-se, por exemplo, ao autor da obra intelectual, registrá-la, conforme a sua natureza, na Biblioteca Nacional, na Escola Nacional de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Instituto Nacional do Cinema e no Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. O registro não é obviamente condicionante da proteção legal, mas assegura o direito. Só que as tentativas até agora feitas no sentido de registrar as obras indígenas junto a algumas dessas instituições, esbarraram na questão da autoria coletiva, demonstrando que o sistema não está habilitado a reconhecer e proteger padrões distintos dos seus.

A fim de solucionar esses problemas e garantir a proteção efetiva aos bens culturais indígenas, o então presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Carlos Frederico Marés, criou o registro do patrimônio cultural indígena, a cargo do Museu do Índio. O novo mecanismo deverá facilitar o cadastro dos bens culturais integrantes do patrimônio indígena, na medida em que povos indígenas, suas comunidades, organizações e os próprios índios, em

DECRETO PROTEGE PATRIMÔNIO IMATERIAL

No dia 7 de agosto de 2000, o presidente da República Fernando Henrique Cardoso assinou o Decreto nº 3.551, publicado no Diário Oficial de 7 de setembro de 2000 (DOU, Seção1, pág. 2, nº151), instituindo o registro de bens culturais de natureza imaterial. Esse registro deve ser feito no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

O decreto estabelece o critério de relevância para o registro dos bens culturais imateriais (Art. 1º, § 2º do Decreto), ficando a decisão sobre a conveniência do registro a cargo das autoridades competentes, no caso, o presidente do Iphan e o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Esse decreto determina que, para efeito de registro, os bens culturais imateriais serão inscritos em quatro livros (Art. 1º, §1º, incisos I, II, III e IV), classificados da seguinte forma: o livro dos saberes (conhecimentos e modo de fazer enraizados no cotidiano das comunidades); das celebrações culturais (rituais e festas da vida social); formas de expressão (manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas) e dos lugares (espaços onde se reproduzem e se concentram práticas culturais coletivas).

Segundo o decreto, a requisição do registro, ou cadastro, somente pode ser feita pelo ministro de Estado da Cultura; instituições vinculadas ao Ministério da Cultura; Secretarias da Cultura, Município e do Distrito Federal e as sociedades ou associações civis (Art. 2º do Decreto). Deste modo, criou-se uma limitação, pois não fica permitido aos detentores do bem cultural, como por exemplo as comunidades indígenas e quilombolas, fazerem a requisição.

No Brasil, já existia legislação de proteção ao patrimônio cultural material (protegido através do tombamento), mas faltava a proteção do patrimônio imaterial. Nesse contexto, criou-se um grupo de trabalho que tinha por objetivo discutir, no âmbito do Ministério da Cultura, a proteção ao patrimônio cultural imaterial. Entre os participantes do grupo, estavam presentes o ex-ministro da Educação, Eduardo Portela, e o jurista Joaquim Falcão, da Fundação Roberto Marinho.

O decreto é um passo importante na proteção do patrimônio cultural nacional, na medida em que vem atender a necessidade da sociedade brasileira de proteger seus bens culturais. Porém, é limitante a partir do momento em que estabelece que o bem deve ser de cunho relevante para ser registrado, algo que pode minimizar a possibilidade de registro desse patrimônio.

Com relação aos índios, visando dar maior autonomia para a proteção de seus bens e garantir a independência em relação aos diversos interesses que os contrapõem, o então presidente da Funai, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, assinou a Portaria nº 693/00 regulamentando o registro do patrimônio cultural indígena. Esta portaria permite à própria comunidade indígena requerer o registro de seus bens, sem a necessidade de haver aprovação pelo critério da relevância. A portaria determina, ainda, expressamente, que o cadastro não é condição necessária para atestar a titularidade do bem cultural indígena. Essa portaria foi ligeiramente alterada pelo atual presidente da Funai, Glenio da Costa Alvarez, ao estabelecer que a forma de registro do bem cultural imaterial indígena é o cadastramento. (Lilia Toledo Diniz, estagiária do Programa de Direito Socioambiental/ISA - ago/00)

se tratando de produção individual, além de outros interessados, poderão solicitar a sua instauração. Independentemente de registro, porém, os direitos autorais dos índios têm se resolvido caso a caso, em acordos privados nos quais é reconhecida a autoria coletiva das obras e são estabelecidas obrigações pelo uso dos direitos de autor. O direito de imagem dos índios também tem sido objeto de contratos que lhes garantam proteção e justa compensação.

A premissa é de que está assegurado aos povos e comunidades indígenas, e ao índio como indivíduo, em caráter permanente, o direito exclusivo de usarem, fruírem e disporem de suas obras e criações de espírito, ainda que transmitidas pela tradição oral, independentemente de sua origem temporal. Assim sendo, a utilização de quaisquer obras e criações por terceiros, tendo ou não fins lucrativos, deve ser precedida de expressa autorização do povo ou comunidade indígena em questão. Em outras palavras, é necessário obter permissão, por escrito, dos autores, para utilizar o material, o que se materializa num contrato pelo qual o interessado se compromete a pagar ou oferecer outra forma de contrapartida pactuada com os índios.

Pode ocorrer que a autoria da obra seja tida como individual. Neste caso, é possível obter do próprio artista a autorização para o uso. Em se tratando de autoria coletiva, o correto será obter uma autorização do representante da comunidade, segundo seus usos, costumes e tradições. Há, porém, casos de definição mais complexa, em que a autoria de uma obra seria partilhada por mais de uma comunidade indígena. É o caso, por exemplo, de alguns mitos, danças e rituais. Em qualquer hipótese, todavia, a autorização obtida deve ser a mais específica possível, definindo-se detalhes sobre o uso do objeto contratado para um fim determinado.

Quanto ao pagamento ou outra forma de compensação, há que ser pactuado com os próprios índios e fixado no instrumento de autorização. Não há percentual ou parâmetro estabelecido na legislação. Em se tratando, por exemplo, da cessão de direitos autorais sobre desenhos ou ilustrações a serem inseridas numa publicação, pode se estabelecer um valor fixo, uma percentagem da venda da publicação, ou, ainda, ambos. O ideal é que esse valor seja, no mínimo, compatível com a praxe do mercado para os não-índios, considerando-se o valor cultural agregado característico da situação em questão. Nos casos de utilização de obras e criações indígenas sem finalidade lucrativa, este fato deverá ser levado em consideração.

Finalmente, os contratos de cessão de direito autoral deverão conter salvaguardas que garantam crédito de autoria coletiva e proibição de reprodução total ou parcial da obra indígena, sem expressa autorização da comunidade autora. Nos casos de cessão de uso do direito de imagem, é importante também garantir que a utilização da imagem não se dará de forma ilimitada, tão pouco de maneira ofensiva aos usos, costumes e tradições daquela comunidade e dos povos indígenas em geral.

Os direitos autorais e o direito de imagem dos povos indígenas no Brasil ainda não encontram claro amparo nas leis. Em que pese este fato, os índios têm buscado soluções criativas para assegurar os seus direitos. É de se esperar que o direito brasileiro venha a incorporar essas iniciativas. *(outubro, 2000)*

PORTARIA Nº 693, FUNAI/PRES, 19/07/2000

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 564, de 08 de junho de 1992, e com fundamento nos artigos 215, §1º e 231 da Constituição Federal,

RESOLVE:
Art. 1º. Fica criado o Cadastro do Patrimônio Cultural Indígena.
Art. 2º. Caberá ao Museu do Índio proceder ao cadastro do patrimônio cultural indígena em livro próprio.
Parágrafo Único – O cadastro não é condição necessária para atestar a existência e titularidade do bem cultural.
Art. 3º. Poderão solicitar a instauração do procedimento de cadastro:
I. as sociedade indígenas e suas comunidades;
II. as organizações indígenas;
III. as organizações da sociedade civil;
IV. as instituições científicas;
V. O Ministério Público Federal;
VI. A Fundação Nacional do Índio;
VII. o índio, no caso de produção individual.
Parágrafo Único – Em qualquer hipótese, fica ressalvado o direito da sociedade indígena interessada obstar o cadastro de um bem integrante do seu patrimônio cultural.
Art. 4º. A solicitação de cadastro deverá ser dirigida ao Chefe do Museu do Índio, acompanhada da descrição do bem e de todas as demais informações pertinentes.
Art. 5º. O cadastro deverá ser efetuado no prazo máximo de noventa dias, de maneira gratuita, devendo o Museu do Índio fornecer ao interessado certidão que ateste a condição do bem cadastrado.
Art. 6º. A Fundação Nacional do Índio deverá dar ampla divulgação aos bens culturais cadastrados, especialmente junto às sociedades indígenas.
Parágrafo Único – O Museu do Índio organizará banco de dados contendo todas as informações sobre os bens cadastrados.
Art. 7º. Fica instituída, para funcionamento no âmbito do Museu do Índio, a Comissão Deliberativa, que deverá dirimir as dúvidas ou conflitos decorrentes do cadastro efetuado.
Parágrafo Único – A Comissão Deliberativa será composta pelos seguintes membros:
I. um representante da Associação Brasileira de Antropologia;
II. um representante de organização indígena de base nacional ou regional;
III. o Chefe do Museu do Índio regulamentará o funcionamento da Comissão Deliberativa em regimento interno.
Art. 8º. Revogar a Portaria nº 216/PRES, de 05.04.2000.
Art. 9º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Assina: Glenio da Costa Alvarez, presidente.

O Direito de Usufruto e os Projetos Econômicos Indígenas

Juliana Santilli

Promotora de Justiça (DF) e
membro do Conselho Diretor do ISA

O DIREITO DE USUFRUTO EXCLUSIVO DOS ÍNDIOS SOBRE AS RIQUEZAS NATURAIS DE SUAS TERRAS DEVE SER ENTENDIDO COMO UM BENEFÍCIO AOS ÍNDIOS, UMA PROTEÇÃO ESPECIAL, E NÃO COMO UMA RESTRIÇÃO ÀS SUAS ATIVIDADES PRODUTIVAS

A Constituição Federal assegura aos índios os direitos de posse permanente sobre suas terras tradicionais e de usufruto exclusivo sobre os recursos naturais nelas existentes, incluídas as riquezas do solo, dos rios e dos lagos. As únicas exceções ao direito de usufruto indígena estão previstas na própria Constituição: aproveitamento de recursos hídricos e mineração por terceiros, desde que ouvidas as comunidades indígenas e assegurada a participação nos resultados da lavra (Art. 231, §3º)

O direito de usufruto exclusivo se destina a assegurar aos índios meios para a sua subsistência, para que possam se reproduzir, física e culturalmente, e não tolher as suas iniciativas e projetos de auto-sustentação econômica.

O conceito jurídico de usufruto exclusivo é fundamental à compreensão da legislação que regula a exploração dos recursos naturais das terras indígenas. Segundo o Código Civil, Art. 713, o usufruto é o "direito real de fruir as utilidades e frutos de uma coisa", e o usufruto estende-se aos acessórios da coisa e seus acrescidos (Art. 716). De acordo com o Art.718 do Código Civil, "o usufrutuário tem direito à posse, uso, administração e percepção dos frutos".

O Estatuto do Índio em vigor (Lei 6.001/73) estabelece a seguinte definição do usufruto indígena:

"Art. 24 – O usufruto assegurado aos índios ou silvícolas compreende o direito à posse, uso e percepção das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes nas terras ocupadas, bem assim ao produto da exploração econômica de tais riquezas e utilidades.

§1º - Incluem-se no usufruto, que se estende aos acessórios e seus acrescidos, o uso dos mananciais e das águas dos trechos das vias fluviais compreendidos nas terras ocupadas.

§2º - É garantido ao índio o exclusivo exercício da caça e pesca nas áreas por ele ocupadas, devendo ser executadas por forma suasória as medidas de polícia que em relação a ele eventualmente tiverem de ser aplicadas."

O direito de usufruto exclusivo, assegurado constitucionalmente aos índios, implica que estes podem tirar dos recursos naturais de suas terras todos os frutos, utilidades e rendimentos possíveis, desde que não lhe alterem a substância ou comprometam a sua sustentabilidade ambiental.

Os índios não podem alienar a terceiros o seu direito de usufruto. Isto não significa, entretanto, que estejam obrigados a gozar direta e imediatamente de seus bens, ou que não possam fazer parcerias ou ser assessorados por terceiros em projetos que visem a exploração de seus recursos naturais. O entendimento contrário transformaria o "usufruto exclusivo" indígena em um verdadeiro "presente de grego" às comunidades indígenas, que estariam impedidas de desenvolver os seus próprios projetos econômicos, conforme salienta Roberto Santos, em artigo sobre a "Parceria Pecuária em Terras Indígenas".

As comunidades indígenas não podem, definitivamente, se envolver em projetos que impliquem a perda da posse de suas terras, ou que comprometam a sustentabilidade de seus recursos, pois estes devem ser preservados para as próximas gerações, por se tratar de direitos coletivos.

A terra indígena, enquanto base do *habitat* de um povo, e a sustentabilidade das riquezas naturais que delas são extraídas, asseguram a reprodução física e cultural das comunidades indígenas. E foi justamente por reconhecer a dependência das comunidades indígenas de seu *habitat* natural, que a Constituição impôs ao Poder Público a obrigação de defender e preservar não só as terras habitadas pelos índios, como também as utilizadas para suas

atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (Art. 231, *caput*).

O direito de usufruto exclusivo indígena não pode impedir os índios de desenvolver suas próprias atividades produtivas, ainda que com finalidades comerciais. Fundamental é a preservação dos recursos ambientais existentes nas terras indígenas, de forma a assegurar a sobrevivência das próximas gerações, bem como a manutenção da posse e do controle das comunidades indígenas sobre as atividades e projetos desenvolvidos em suas terras, posto que estes devem promover a sua auto-sustentação econômica e ambiental e não a sua dependência em relação a terceiros. Saliente-se que, em qualquer hipótese, o próprio Estatuto do Índio, em seu Art. 8°, parágrafo único, estabelece a nulidade dos atos negociais praticados entre índios e terceiros que lhe sejam prejudiciais, ou cujos efeitos nocivos sejam desconhecidos pelos índios, devido às suas diferenças culturais.

Conforme já dito acima, a Constituição veda a transferência da posse da terra indígena a terceiros e o Art. 24, também já transcrito acima, deve ser entendido em sintonia com o Art.18 do Estatuto:

"Art. 18 – As terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas.

§1° - Nessas áreas, é vedada a qualquer pessoa estranha aos grupos tribais ou comunidades indígenas a prática da caça, pesca ou coleta de frutos, assim como de atividade agropecuária ou extrativa."

Dentro do conceito de usufruto exclusivo, entretanto, há que se fazer distinções entre o uso de recursos naturais para o atendimento de necessidades internas de uma comunidade indígena, segundo seus usos, costumes e tradições, e a produção de excedentes para comercialização, ainda que vise a sua própria subsistência. Sobre esta distinção, leciona Carlos Frederico Marés de Souza Filho (em seu livro "O Renascer dos Povos para o Direito") que:

"O usufruto de suas terras (indígenas), segundo seus usos, costumes e tradições, implica a possibilidade de, sem restrições, utilizar os bens e recursos da área. Portanto, os indígenas podem fazer roça, aldeia, extrair lenha e alimentos para o uso da comunidade, sem qualquer restrição, porque restrições impostas administrativamente ou por lei, implicariam inconstitucionalidade.

Por outro lado, as populações indígenas produzem excedentes que comercializam para a aquisição de bens e serviços de que não dispõem internamente. A extração destes excedentes deve ser orientada segundo os padrões legais de proteção ambiental nacional, levando-se em conta as normas gerais aplicáveis. Assim, a caça somente está permitida para seu consumo interno, se pretenderem vender carne de caça, devem ter criadeiros inscritos e autorizados; somente podem vender madeira ou minerais extraídos conforme as normas específicas para tal fim, mas podem fazer roças e aldeias mesmo nas áreas consideradas de preservação permanente".

Em outras palavras: as atividades tradicionais das comunidades indígenas, voltadas para a sua subsistência ou consumo interno, não estão sujeitas a qualquer restrição ou condicionadas por qualquer autorização do Poder Público. Já as atividades de exploração comercial de recursos naturais dependem do cumprimento das exigências e normas legais específicas, inclusive das normas ambientais aplicáveis.

DEFINIÇÕES

O direito de usufruto exclusivo deve ser entendido como um benefício concedido aos índios, para que possam desenvolver suas atividades produtivas utilizando-se de suas riquezas naturais e não como um empecilho legal ao desenvolvimento de projetos que promovam a sua auto-sustentação econômica e ambiental. As atividades econômicas voltadas para a comercialização, que venham a ser desenvolvidas pelas comunidades indígenas, dependem, entretanto, do cumprimento das exigências e normas legais específicas, sobretudo das leis ambientais.

O usufruto exclusivo dos índios sobre os recursos naturais de suas terras não impede que os índios realizem parcerias ou sejam assessorados por terceiros na elaboração e desenvolvimento de projetos econômicos em suas terras, desde que não transfiram a posse das mesmas e nem alienem definitivamente o uso ou fruição de suas riquezas naturais.

Garimpagem pelos próprios índios

A garimpagem pelos próprios índios é expressamente permitida pelo Estatuto do Índio:

"Art. 44 - As riquezas do solo, nas áreas indígenas, somente pelos silvícolas podem ser exploradas, cabendo-lhes com exclusividade o exercício da garimpagem, faiscação e cata das referidas áreas".

A Constituição Federal promulgada em 1988 manteve o usufruto exclusivo das comunidades indígenas sobre os recursos do solo, conforme já explicitado. Portanto, o Art. 44 do Estatuto do Índio foi por ela recepcionado e mantido. É evidente a distinção entre o tratamento constitucional conferido à mineração e ao garimpo. A Constituição trata as duas atividades de forma diferenciada, referindo-se às mesmas em dispositivos diferentes. A mineração é regulada pelo Art. 231, §3°, da Constituição, ao passo que o dispositivo que se refere ao garimpo é o §7°, que exclui a possibilidade de garimpagem por terceiros em terras indígenas. Portanto, as normas constitucionais que estabelecem condições específicas para a mineração em terras indígenas - necessidade de autorização do Congresso Nacional, consulta às comunidades afetadas e sua participação nos resultados da lavra - obviamente não se aplicam à garimpagem pelos índios.

O Estatuto das Sociedades Indígenas, em tramitação no congresso Nacional, mantém a mesma orientação, estabelecendo que: *"Art. 14 - Integram o patrimônio indígena: II - o usufruto exclusivo de todas as riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos existentes nas terras indígenas, incluídos os acessórios e os acrescidos e o exercício de caça, pesca, coleta, garimpagem, faiscação e cata."*

A Lei 7.805/89, ao regulamentar o regime de permissão de lavra garimpeira, dispõe expressamente, em seu Art. 23, que: *"A permissão de lavra garimpeira de que trata esta lei: a) não se aplica a terras indígenas."*

Portanto, não se aplicando às terras indígenas as regras gerais que disciplinam a permissão de lavra garimpeira, normas específicas regulamentando as condições para o exercício de atividades garimpeiras pelos próprios índios devem ser editadas pelo Poder Público. Por outro lado, os índios não podem ser impedidos de exercer um direito (ao usufruto exclusivo de seus recursos naturais e à própria garimpagem, faiscação e cata, atividades permitidas pela Constituição e pelo atual Estatuto do Índio) devido à ausência de regulamentação legal. As leis em vigor que regulamentam as atividades minerárias simplesmente não dispõem sobre o procedimento e as exigências que as comunidades indígenas devem cumprir para requerer autorização do Poder Público para garimpar em suas terras.

Até que exista uma regulamentação legal específica para a garimpagem em terras indígenas, pelos próprios índios, os projetos experimentais de garimpo em terras indígenas devem ser objeto de autorizações *ad hoc*, concedidas pelo DNPM, caso a caso, que deverá ouvir o órgão ambiental, nos termos da legislação pertinente, e que poderá consultar o órgão indigenista sobre os possíveis impactos do projeto de garimpagem sobre a comunidade indígena.

Garimpagem por terceiros

A Constituição Federal e a legislação ordinária são absolutamente claras em relação à proibição da garimpagem por terceiros dentro de terras indígenas. Nenhuma das disposições constitucionais que procuraram legitimar o garimpo organizado se aplicam às terras indígenas, por expressa ressalva constitucional.

As terras indígenas foram expressamente excepcionadas e excluídas da incidência das normas constitucionais que procuraram legitimar as atividades das cooperativas de garimpeiros. O Art. 231, §7º, da Constituição, estatui que: "Não se aplica às terras indígenas o disposto no Art. 174, §3º e §4º".

A Constituição estabeleceu uma clara distinção no tratamento jurídico dado à mineração e ao garimpo em terras indígenas. Se, por um lado, a mineração por terceiros está sujeita a condições específicas, por outro lado, o garimpo em terra indígena por terceiros é absolutamente proibido.

Da exploração florestal madeireira

Conforme já salientado anteriormente, a Constituição Federal, em seu Art. 231, §3º, assegura aos índios a posse permanente de suas terras e o "usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes". Portanto, a utilização das riquezas do solo de suas terras tradicionais é expressamente permitida aos índios, e, de acordo com o Código Civil, Art. 43, I, são bens imóveis: "o solo com a sua superfície, os seus acessórios e adjacências naturais, compreendendo as árvores e frutos pendentes". Não resta dúvida, portanto, que os recursos florestais existentes nas terras indígenas estão entre as riquezas naturais que são objeto do usufruto exclusivo assegurado constitucionalmente aos índios.

Assim, os índios podem usar livremente os recursos florestais de suas terras em atividades tradicionais, voltadas para a subsistência ou consumo interno, podendo cortar árvores para construir casas, fazer utensílios domésticos, móveis, instrumentos de trabalho, cercas, canoas e barcos, e usar seus recursos florestais para quaisquer outros fins que visem possibilitar a sobrevivência física e cultural da comunidade indígena. No desenvolvimento de suas atividades tradicionais, as comunidades indígenas não estão sujeitas a quaisquer limitações legais, pois a Constituição Federal lhes assegura o reconhecimento de sua "organização social, costumes, línguas, crenças e tradições" e direitos "originários" sobre as terras que tradicionalmente ocupam (Art. 231, *caput*). Portanto, não incidem sobre as atividades tradicionais desenvolvidas pelas comunidades indígenas as limitações gerais estabelecidas pelo Código Florestal. Assim, podem plantar, fazer roças e aldeias mesmo nas áreas de preservação permanente estabelecidas pelo Código Florestal.

Diversas são, entretanto, as condições jurídicas para a exploração de recursos florestais de terras indígenas visando a sua comercialização. Tais atividades madeireiras comerciais devem se submeter à legislação ambiental aplicável. Assim, estarão sujeitas a todas as restrições impostas pelo Código Florestal, pela Lei 7.754/89, pela legislação que regula a exploração de recursos florestais sob a forma de manejo florestal sustentável e proíbe o corte e a comercialização de determinadas espécies.

Salienta-se, finalmente, que a exploração florestal realizada por terceiros em áreas indígenas viola flagrantemente o direito de usufruto exclusivo assegurado constitucionalmente às comunidades indígenas. Tal conduta ilegal é passível de ser responsabilizada tanto no plano administrativo (através de multas, apreensões e outras sanções administrativas impostas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama), quanto no plano cível (pagamento de indenizações às comunidades indígenas) e no plano criminal. *(abril, 2000)*

ESTATUTO

TRAMITAÇÃO DO ESTATUTO DO ÍNDIO SERÁ RETOMADA

Os líderes partidários da Câmara dos Deputados decidiram adiar para o dia 18 de abril a votação do recurso que impede a continuidade da tramitação do Projeto de Lei do Estatuto das Sociedades Indígenas. Trata-se de um substitutivo, assinado pelo deputado Luciano Pizzatto (PFL-PR), que jaz na mesa da Câmara desde 1994. O adiamento foi proposto pela liderança do PT na Câmara dos Deputados, deputado Aloizio Mercadante (PT-SP), e contou com o apoio dos cerca de 400 índios que compunham a Marcha Indígena 2000, presentes ontem ao auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados.

A decisão havia sido tomada anteontem face à confirmação, pelo líder do governo na Câmara, deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), de que a Casa Civil da Presidência da República estaria prestes a fechar uma outra proposta e enviá-la à casa. Pelo menos desde o segundo semestre do ano passado o Executivo federal tenta produzir um texto para ser lançado na Câmara na conjuntura dos 500 anos, mas até ontem nada havia sido formalmente apresentado. Entretanto, na audiência que lideranças indígenas tiveram no Palácio do Planalto ao final do dia, o presidente Fernando Henrique afirmou que a proposta do governo lhes seria apresentada hoje. Na semana passada, um acordo de lideranças havia decidido que a votação do recurso que paralisou a continuidade da tramitação do substitutivo do deputado Pizzatto ocorreria ontem, dia 14 de abril. Paralelamente, seria apresentado um requerimento de urgência para a tramitação do texto obstruído. Os parlamentares, então, teriam cinco sessões para votar o novo texto, se houvesse apresentação de emendas. No entanto, havia temores de que o tempo para analisar a proposta do governo fosse insuficiente. Diante desta circunstância e face à confirmação da liderança do governo de que o texto seria apresentado em breve, líderes partidários, incluindo o do PT, solicitaram o adiamento da votação do recurso e a suspensão da apresentação do requerimento de urgência. *(ISA, 14/04/00)*

GOVERNO ELABORA PROPOSTA PARA O ESTATUTO

Proposta, que se intitula "Estatuto do Índio e das Comunidades Indígenas", foi entregue pelo presidente da Funai hoje aos índios reunidos em Monte Pascoal.

Após seis anos de paralisia na tramitação do projeto de lei que institui o Estatuto das Sociedades Indígenas, em substituição à Lei nº 6001/73, o Estatuto do Índio, o governo federal finalizou discussões internas e apresentou a sua proposta alternativa ao projeto de lei formulado por uma comissão especial da Câmara dos Deputados a partir de um substitutivo do seu relator, deputado Luciano Pizzatto (PFL-PR).

A proposta do governo, intitulada "Estatuto do Índio e das Comunidades Indígenas", foi apresentada hoje pelo presidente da Funai, Carlos Marés, às lideranças indígenas que participam da marcha de protesto contra as comemorações dos 500 anos de colonização do Brasil e se encontram reunidas nas proximidades do Monte Pascoal e do litoral sul da Bahia.

O texto do governo, com 130 artigos, adota basicamente a mesma estrutura de títulos e capítulos e o mesmo espectro temático do projeto que tramita na Câmara, mas apresenta modificações importantes quanto ao seu conteúdo e tratamento conceitual. O texto não contempla o conceito de sociedade (ou povo) indígena, que, no projeto da Câmara, dá sentido e unidade às comunidades indígenas que integram uma mesma organização social e compartilham língua, costumes e tradições comuns.

Os capítulos referentes à assistência à saúde e à educação foram bastante reduzidos em relação ao projeto da Câmara, em vista da existência de outras disposições legais promulgadas mais recentemente, como as constantes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e de outra lei específica sobre saúde indígena, também conhecida como Lei Arouca, aprovada no ano passado pelo congresso.

Os capítulos relativos aos direitos culturais indígenas também foram reduzidos a um único, "patrimônio cultural", que preserva, no entanto, princípios básicos de proteção a estes direitos, incluídos os conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos existentes nos seus territórios. Neste ponto específico, a proposta assegura o direito de usufruto exclusivo dos índios, desconsiderado em projeto de lei relativo ao acesso a recursos genéticos anteriormente encaminhado pelo governo ao congresso Nacional.

Da mesma forma, o capítulo relativo às normas penais é mais restrito que o constante do projeto da Câmara, não acolhendo novas tipificações de crimes contra os direitos indígenas e reduzindo penas, de modo a adequá-las aos parâmetros do Código Penal. Ficam mantidos os critérios culturais na atribuição de penas e de atenuantes no caso dos crimes praticados por índios.

Aproveitamento econômico - Por outro lado, além de manter os capítulos referentes à exploração de recursos minerais e florestais em terras indígenas, a proposta do governo acrescenta um capítulo dispondo sobre o aproveitamento de recursos hídricos e potenciais energéticos, que detalha disposições específicas a respeito, enquanto o projeto da Câmara se limitava a aplicar à questão, no que couber, o disposto em relação à exploração de recursos minerais.

Quanto à regulamentação da pesquisa e lavra mineral, a proposta do governo fortalece a via da licitação, garantindo aos portadores de requerimentos de pesquisa mineral protocolados no Departamento Nacional de Pesquisa Mineral antes de outubro de 88 apenas a vantagem para fim de desempate no processo de licitação, enquanto o projeto da Câmara lhes atribuía direito de prioridade, liberando-os da licitação.

A proposta do governo desenvolve de forma mais extensa a questão do exercício do poder de polícia pelo órgão indigenista federal na proteção do patrimônio indígena, estabelecendo multas e outras sanções cuja especificação em lei vem sendo exigida por decisões dos tribunais superiores, tomando como parâmetro disposições constantes da Lei de Crimes Ambientais, também promulgada recentemente. Porém, garante a atribuição das comunidades indígenas em autorizar o ingresso de terceiros em suas terras, hoje em mãos da Funai, que passa a ser apenas comunicada.

No que se refere às terras indígenas, a proposta incorpora os prazos de audiência a terceiros nos processos administrativos de demarcação constantes do Decreto nº 1775, que instituiu o chamado contraditório. Porém, preserva os dispositivos do projeto da Câmara que especificam as condições para a participação dos índios na identificação e demarcação das suas terras.

Assim como o projeto da Câmara, a proposta do governo revoga o instituto da tutela da União sobre os índios, de que trata o Código Civil e a Lei nº 6.001/73 em vigor, estabelecendo outros instrumentos de proteção especial aos direitos indígenas. No entanto, mantém atribuições de caráter tutelar ao órgão indigenista especificamente em relação à proteção aos índios isolados e às suas terras, situação não regulada pelo projeto da Câmara.

Os acréscimos e reduções propostos pelo governo em relação ao que consta do projeto da Câmara, no geral, acabam por conferir uma maior ênfase nas questões econômicas, patrimoniais e negociais. Ficam ampliadas as condições de interveniência do órgão indigenista federal e reduzidas as atribuições extrajudiciais do Ministério Público Federal em relação aos direitos indígenas.

A proposta do governo reafirma o caráter permanente dos direitos indígenas inscritos na

Constituição de 1988 e, assim, os regulamenta e os consolida. Porém, não tem a grandeza de reconhecer a unidade das organizações sociais indígenas, atribuindo às comunidades indígenas a titularidade de direitos culturais que, na verdade, são comuns a todas as comunidades que integram uma mesma sociedade ou povo indígena. *(ISA, 17/04/00)*

CIMI CRITICA MUDANÇAS NO ESTATUTO DO ÍNDIO

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) não apoia o substitutivo do governo federal ao Estatuto das Sociedades Indígenas cujo relator é o deputado Luciano Pizzatto. O novo projeto dá abertura para o garimpo de mineradoras em áreas indígenas e mantém as terras sob impasse do governo. "Nesse novo substitutivo há vários aspectos que trazem novidades contrárias à Constituição Federal e aos direitos humanos internacionais, que já estão consolidados. Agora eles querem aprovar um projeto a toque de caixa, sem discussão", disse Jorge Vieira, assessor de comunicação do Cimi.

As mudanças da proposta proibirão o garimpo das terras indígenas por garimpeiros de outras origens, mas liberam as mineradoras, através do contrato com a comunidade e posterior aprovação do Senado, a desenvolver o garimpo nas reservas. Segundo Vieira, a liberação para o garimpo vai prejudicar o meio ambiente.

Quanto à posse de terras indígenas, o substitutivo mantém com a União, alegando que dessa forma os índios ficarão impossibilitados de vender as propriedades.

O representante do Cimi garante que a justificativa não procede porque a Constituição já proíbe o repasse das terras a terceiros. "O que o governo federal quer é diminuir o patrimônio indígena de acordo com seus interesses políticos e financeiros", enfatizou. *(Gazeta de Alagoas, 30/04/00)*

ÍNDIOS FAZEM PRESSÃO PARA MUDAR ESTATUTO

Os chefes indígenas não aceitarão que um aculturado deixe de ser considerado inimputável, como prevê o Estatuto do Índio em debate na Câmara.

Pintados para guerra, com cocares, arcos, flechas e bordunas, os índios interromperam várias vezes a sessão em que foi ouvido o relator do projeto, deputado Luciano Pizzato. Caciques pediram aos deputados que derrubem o item que trata da tutela, dizendo que temem pelo futuro de sua cultura.

Eles pediram mudanças na questão do uso de terras indígenas na mineração. O texto proposto pelo governo prevê que os índios garimpem livremente, mas exige que a mineração em escala industrial, em terra indígena, seja feita com autorização do Congresso e a aceitação das comunidades indígenas.

"Setenta mil índios freqüentam escolas e disputam o mercado de trabalho. Por que eles devem ser inimputáveis se, por exemplo, derem um golpe num banco?", reagiu o deputado Antônio Feijão, defensor do projeto. *(O Globo, 04/05/00)*

PRIMEIRAS REUNIÕES PARA DISCUTIR NOVO ESTATUTO

Luciano Pizzatto, relator do substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.057/91, inicia amanhã maratona para debater com as comunidades indígenas texto apresentado pelo governo no último mês de abril

A Funai, organizações indígenas e a assessoria do deputado Luciano Pizzatto, autor do substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.057/91, que atualiza o Estatuto do Índio, definiram as primeiras reuniões que o deputado manterá com representantes dos povos e organizações indígenas do País para discutir o conteúdo de uma "proposta alternativa", preparada pelo Executivo Federal.

Amanhã, dia 8 de junho, o deputado estará com representantes indígenas do Fórum Regional dos Direitos Indígenas do Centro-Oeste, que começa hoje em Campo Grande (MT). Na próxima semana, o debate ocorrerá na reunião do Conselho Deliberativo da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), com representantes indígenas da região Norte do País. A reunião com o deputado está marcada para o dia 15.

A assessoria do deputado Luciano Pizzatto informou que nos próximos dias dois outros encontros com representantes dos povos indígenas devem ser fechados. O primeiro com os Kayapó, que deverá ocorrer no município de Redenção (PA), e o segundo com representantes Xavante, possivelmente nn município de Barra do Garças (MT). As duas reuniões devem ser agendadas para o mês de junho.

A discussão pública sobre o conteúdo da proposta preparada pelo Executivo federal foi reivindicada por diferentes grupos e organizações indígenas, bem como por organizações de apoio. Embora não tenha sido formalmente apresentada ao Legislativo, o texto – apresentado como uma proposta alternativa ao substitutivo do deputado, cuja tramitação está há seis anos obstruída por iniciativa do próprio governo - foi distribuído aos índios e às organizações de apoio na semana das comemorações oficiais dos 500 anos. A proposta gerou polêmica, ensejando manifestações de caravanas indígenas no Congresso Nacional. Por conta disso, o deputado Luciano Pizzatto resolveu discutir o texto com os interessados. *(ISA, 07/06/00)*

LEI INCLUI ÍNDIOS EM COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

A instituição de uma Política Nacional de Recursos Hídricos e a criação de um Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, pela primeira vez na história no país, é o objetivo da Lei 9.433/97. Entre os órgãos integrantes do referido Sistema, estão os Comitês de Bacias Hidrográficas, responsáveis pela aprovação do Plano de Recursos Hídricos da bacia, pela definição dos mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e pela solução, em primeira instância, dos conflitos relacionados aos recursos hídricos. Pela nova lei, os Comitês de Bacias Hidrográficas cujos territórios abranjam terras indígenas devem incluir não só representantes da Funai, como também das comunidades indígenas ali residentes ou com interesses na bacia. Devem estar representadas também as organizações civis de recursos hídricos com atuação na bacia hidrográfica. Mais um avanço legislativo: pela primeira vez, uma lei nacional inclui expressamente representantes de comunidades tradicionais em órgãos gestores de recursos naturais, e não apenas representantes de órgãos públicos. (Juliana Santilli, nov/00)

POLÍTICA INDIGENISTA

DIDA SAMPAIO/AE

Descascando o "Abacaxi" da República nos "500 Anos" do Brasil

Entrevista à Equipe de Edição

O JURISTA CARLOS FREDERICO MARÉS DE SOUZA FILHO, 25° PRESIDENTE DA FUNAI, RELATA AS VICISSITUDES E LIÇÕES APÓS CINCO MESES DE GESTÃO À FRENTE DO ÓRGÃO PÚBLICO FEDERAL MAIS DESPRESTIGIADO DO PAÍS

Você chegou a imaginar que algum dia seria presidente da Funai?

Quando Sarney assumiu o governo, eu era secretário de cultura de Curitiba, houve uma negociação de um grupo de pessoas para que eu fosse nomeado presidente da Funai... Mas não era exatamente o momento. Não que isso estivesse absolutamente fora... mas também não era previsível... e muito menos no segundo governo FHC. Ainda tenho critérios muito diferentes do FHC.

Então, o que te levou a aceitar o convite?

O convite partiu do ministro da Justiça José Carlos Dias, uma pessoa com a qual eu já tinha relação anterior, desde a época da ditadura e mantenho um profundo respeito pela sua dignidade política. Inclusive, ele foi advogado de presos políticos. Foi ele que advogou em meu favor, para a minha volta ao Brasil. Ele que me recebeu em São Paulo. Então, qualquer convite que viesse do José Carlos, eu analisaria... A abertura que o José Carlos deu foi total. Ele queria que a Funai funcionasse. Havia uma história que a Funai estava muito mal, que estava prevista até a sua possível extinção... Então, o convite tinha esse caráter, fazer uma política indigenista pública séria no Brasil. As pessoas do ISA me ajudaram a elaborar alguns pontos que teriam de ser aceitos pelo presidente da República para eu assumir a Funai. Alguns pontos de caráter eminentemente político, outros de caráter econômico e outros de caráter indigenista propriamente dito *(ver box Balanço dos 13 pontos)*.

DIDA SAMPAIO/AE

BALANÇO DOS 13 PONTOS

Da "agenda positiva" previamente negociada com o governo, o que foi possível fazer em 5 meses, segundo Marés

O que foi proposto	O que foi realizado
1. Promulgar, até abril de 2000, uma nova lei reguladora das relações dos povos indígenas com o estado-sociedade brasileira, substituindo o atual Estatuto do Índio (lei 6001/73) e superando o parâmetro tutelar em que até o momento se assentam essas relações. Há um projeto de lei (2057/91) em tramitação na Câmara dos Deputados, visando instituir o Estatuto das Sociedades Indígenas, já aprovado em Comissão Especial e pronto para ser votado em plenário. Foi colocado em pauta em abril deste ano e pouco depois retirado a pedido da Casa Civil, que se propôs a apresentar uma proposta de governo a curto prazo.	1. "O Estatuto do Índio estava encalhado na Casa Civil. Puxamos a discussão para o Ministério da Justiça. Foi uma discussão extremamente dura, porque a Casa Civil queria baixar o Estatuto do Índio para uma qualidade anterior ao estatuto atual, até que, numa conversa com o próprio FHC, ele perguntou para o Pedro Parente, na minha frente, como estava indo o estatuto e ele respondeu que estava indo muito bem... Eu cortei a conversa dizendo que estava muito atrasado e que esse compromisso não se cumpriria. Ele me perguntou o por quê e eu disse que o homem que faz as leis na Casa Civil, chamado José Bonifácio Andrada, impedia. Então ele disse que ia trocar e de fato colocou um outro interlocutor, Eduardo Graeff. A discussão melhorou, mas continuou muito dura e, na verdade, ela só saiu do papel, porque o presidente se comprometeu com os índios no dia 13 de abril, no encontro com as lideranças, que entregaria uma proposta de estatuto na conferência de Porto Seguro. Usando esse argumento, eu pressionei a Casa Civil e entreguei o Estatuto aos índios."
2. Concluir o processo de ratificação legislativa da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho relativa aos Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes, já efetivado no âmbito da Câmara e das comissões do Senado, pendente de votação final em plenário.	2. "A ratificação da Convenção 169 andou ainda menos que o Estatuto, pois dependia do Congresso e o governo não mexeu uma palha, aliás fez quest" de não mexer e sempre colocava como uma discussão para depois do Estatuto."
3. Constituir, no âmbito do Ministério da Justiça, um Conselho de Defesa dos Direitos Indígenas, presidido pelo ministro de Estado e secretariado pelo presidente da Funai, composto por representantes de órgãos governamentais tais como os Ministérios da Saúde, Educação, Meio Ambiente, Defesa, Orçamento, Política Fundiária e Agricultura, e por representantes de organizações indígenas e de apoio aos índios, com competência para definir e acompanhar os rumos da política indigenista no Brasil.	3. "A discussão de um Conselho de Defesa dos Direitos Indígenas foi em torno da forma de composição. A primeira idéia era de personalidades, que representassem a visualização internacional da política indigenista, o que era muito ruim. Total ausência de índios. Além do mais era preciso ter algumas pessoas ligadas à causa indígena e não só vaca sagrada... Muito cedo me dei conta que esse Conselho que imaginávamos dar respaldo ao presidente da Funai era uma coisa inviável. Faltou vontade política de cima."
4. Formular e implantar, gradativamente, a partir da estrutura da Funai, um sistema de programas integrados de ação governamental por regiões - "Programas Regionais" – visando desenvolver novos modelos de política indigenista a nível local-regional, iniciando pelas regiões em que haja maior organização do movimento indígena, promovendo instâncias de representação junto ao Estado brasileiro, com os primeiros programas formulados até abril de 2000.	4. "Os chamados programas regionais eram o centro de uma proposta para uma nova política pública indigenista. Na verdade, mostrou-se que a proposta é possível e positiva. O que aconteceu, porém, é que os programas regionais precisam de tempo de implementação. Imaginávamos que rapidamente seria possível estabelecer alguns programas regionais, que já estavam maduros, como no alto Rio Negro, no Amapá, em Roraima e no Acre. Mas eu tinha de resolver problemas mais imediatos, como o problema xavante, o programa que mais avançou. Não conseguiu fazer um programa regional no MS. O programa regional não serve apenas para resolver problemas nas regiões mais maduras, mas também naquelas que têm velhas políticas deformadas."
5. Articulação dos Programas Regionais com os Distritos Sanitários Especiais Indígenas e com a política de atenção à saúde indígena recém reformulada pelo governo federal	5. "O grande problema na transferência da assistência da saúde indígena da Funai para a Funasa foi a transição. Escolheram a pior transição possível. Foi desastrosa, possibilitou uma onda de críticas no sentido de que isso ia acabar com a Funai. Porque realmente, a proposta foi mais ou menos essa. Entregaram todos os carros, todos os aviões... A saúde nem precisava. A transição foi mal feita e equivocada."
6. Intensificar o processo de demarcação das terras indígenas, que já se encontra em fase adiantada mas momentaneamente em ritmo lento, e promover a homologação da TI Raposa/Serra do Sol – principal demarcação pendente de conclusão – através de decreto presidencial (processo de homologação encaminhado pela Funai se encontra no Ministério da Justiça).	6. A Raposa/Serra do Sol foi a grande sacanagem do governo FHC. Durante todo o tempo em que estive na Funai fui enganado a respeito. Pequenos logros. Na verdade, o FHC não quer enfrentar os políticos de Roraima, não quer perder os votos. Esse é o problema. Mas também não queria perder a oportunidade de fazer uma boa política indígena. Falei três vezes pessoalmente com o FHC sobre essa terra e as três vezes eu fui ludibriado. Na quarta vez, numa conversa com os índios, ele respondeu que havia sido feita uma comissão para discutir. E a comissão era o Gal. Cardoso. Na verdade, ele não quer. E eu tinha claro que, mesmo sobrevivendo ao 22 de abril, eu teria na semana seguinte uma briga nacional a respeito de Raposa/Serra do Sol."

O que foi proposto	*O que foi realizado*
7. Definir e implementar a nível nacional e internacional uma política de apoio às garantias dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas frente à ameaça de patenteamento e para a proteção dos direitos coletivos de autor e de propriedade intelectual.	*7. "Uma parte da discussão sobre direitos coletivos de propriedade intelectual está na proposta do Estatuto das Sociedades Indígenas e outra, minha, é a de habilitar o Museu do Índio para ser o depositário da cultura imaterial individual e coletiva das sociedades indígenas. Isso foi feito. Isso dependeu menos do governo, foi o que a gente queria fazer e fez."*
8. Propor ao MPF que assuma integralmente a defesa judicial dos interesses indígenas, instado diretamente pelos povos indígenas ou pela Funai.	*8. "O fato de o MPF assumir a defesa desses direitos coletivos dos índios era uma questão de ampliação da sua ação. Isso avançou bastante, mais em função do meu relacionamento direto do que institucionalmente. A proposição do governo é tratar as questões administrativas da Funai como questões públicas e federais e, portanto, defendidas pela Advocacia Geral da União."*
9. Definir uma política nacional de apoio às iniciativas indígenas e pró-indígenas junto à OEA, ONU, OIT e outros organismos e foros internacionais, em especial à declaração dos direitos indígenas da OEA e do Fundo Indígena, com aceitação de representação oficial dos índios brasileiros nas instâncias pertinentes.	*9. "A única coisa que avançou explicitamente foi sempre nomear índios para os encontros internacionais, como na reunião que tratou da Convenção da Biodiversidade em Sevilha. Fiz contato com todos os organismos internacionais. Mas isso precisava de mais tempo. Já tinha dado passos, tanto nos organismos internacionais quanto internamente, no Itamaraty. Eu cheguei à conclusão que o Itamaraty é um órgão muito complicado de conversar, tem uma hierarquia muito fechada. Tem que conseguir muito apoio para mudar qualquer política internacional."*
10. Constituir grupos de trabalho em conjunto com os países vizinhos para estudar soluções para as questões de nacionalidade, de direitos e interesses dos povos que vivem nas regiões de fronteira.	*10. "A única coisa que eu consegui fazer foi visitar praticamente todos os comandantes militares de fronteira e abrir a discussão sobre os povos que vivem nessas regiões. O que me surpreendeu foi a receptividade entre os comandantes militares, que se dão conta que é preciso ter uma política indigenista correta e positiva na fronteira. Principalmente para que as populações indígenas vejam o Brasil com simpatia."*
11. Incluir as demandas indígenas nos fundos e programas governamentais de fomento, como o Pronaf (Ministério da Política Fundiária), e ampliar a interface indígena com o PPG7, Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (Ministério do Meio Ambiente), ampliando-a para além da Amazônia Legal e atribuindo maior ênfase às questões relativas à gestão territorial.	*11. "A única coisa que avançou foi no Ministério da Saúde, além da inclusão do Pronaf indígena e alguns fomentos estaduais. Por exemplo, a perspectiva de um programa regional guarani no Mato Grosso do Sul."*
12. Manter a Funai livre de ingerências político-partidárias quanto a nomeações para funções de confiança, assegurando ao seu presidente ampla liberdade para a composição da sua equipe, inclusive diretores e outras funções de nível superior cujas nomeações são de competência do presidente da República e do ministro da Justiça.	*12. "Essa foi total, pois era uma condição da administração."*
13. Assegurar cobertura financeira com periodicidade definida pelo Tesouro Nacional, através do Ministério da Justiça, aos empenhos orçamentários realizados pela Funai, garantindo-lhe o máximo de autonomia possível e isentando o seu orçamento de eventuais contingenciamentos.	*13. "A cobertura financeira foi conseguida através de uma conversa pessoal com o FHC, que se comprometeu no ano 2000 a liberar tudo o que pudéssemos gastar. Ele dizia que a Funai era um poço sem fundo. A primeira proposta que fizemos foi de dinheiro para a indenização das ocupações, das benfeitorias de boa-fé, principalmente das áreas do Nordeste e do MS. Isso somava algo em torno de R$ 150 milhões, prometidos para o ano 2000. O problema real que aconteceu nos três primeiros meses é que não tinha orçamento, não tinha como viabilizar esse dinheiro. O orçamento só começou a funcionar em maio. Infelizmente, não pude cobrar essa dívida. Mas estava acreditando que a promessa ia ser cumprida. Não foi."*

Marês e cacique Celestino: estratégia para solucionar impasse crônico com os Xavante

ED FERREIRA/AE - ABR/00

Você foi o primeiro presidente da Funai depois do Dinarte que não sofreu uma "xavantada". O que você fez mais concretamente em relação aos Xavante?

O problema xavante é o extraordinário equívoco das políticas adotadas no passado, paternalismo, entrega de postos... Cada bordunada era respondida com presentes, o que aprofundava disputas internas, divisões... A proposta que fiz para os Xavante e que eles entenderam era fazer programas de desenvolvimento local em cada aldeia, em cada terra separadamente e fazer projetos que englobassem as necessidades deles. Como resultado de uma discussão que eles mesmos fizessem, que as decisões e os pedidos fossem aprovados em conselhos xavante nas aldeias. Isso começou a ser aceito. Inicialmente, era muito complicado. Os Xavante tinham seis administrações regionais. A idéia era reduzir tudo isso a uma administração regional e toda a aprovação de projetos deveria ser em conselho, com listagem pública do que tinha sido dado para cada um. E isso começou a ser aceito por todas as lideranças... Começaram a achar que isso era uma solução. Gastei boa parte de meu tempo em Brasília em discussão com os Xavante. A solução estava próxima. Sabia que eu encontraria um grande problema na frente, que seriam as dívidas das administrações xavante. Mas isso eu ainda não tinha equacionado como resolver.

Mas você distribuiu DASs (cargos de confiança) aos Xavante?

Não, exatamente para não distribuir nem DASs, nem carros ou outros bens, a proposta tinha de ser alternativa. Isso é a qualidade da coisa. Eu não negociei nenhum cargo e nenhum carro, nenhum bem...

Qual a proporção de índios que trabalham na Funai e como você vê esse aspecto?

Não vejo muita diferença entre um trabalhador índio e um não-índio dentro da Funai. Convivi com alguns índios dentro da Funai que são muito mais qualificados que os não-índios. Por exemplo, o Vilmar Guarani como advogado sabe mais, está mais preocupado com o direito indígena, que boa parte dos advogados da Funai. Ele tem uma relação com a questão indígena muito profunda e isso o qualifica muito mais. Essa é uma profissão técnica que eu conheço e posso avaliar. Em outras profissões deve ocorrer o mesmo. Além de formação técnica, os funcionários da Funai devem ter uma ligação emocional com o tema e isso os índios têm de sobra. O fato de ter uma grande quantidade de índios trabalhando na Funai, portanto, é positivo. O mal é a forma pela qual os índios são muitas vezes cooptados para trabalhar. Na verdade, alguns destes cargos foram dados por cooptação política e toda cooptação é ruim. Tanto faz o sujeito estar ligado a um político qualquer, ou a um cacique, por um favor. Esse é o problema.

É cabível um indígena presidente da Funai?

Claro! A dificuldade que ele teria seria uma disputa étnica. Algumas etnias não aceitam outras. Ao contrário disso ser um problema, isso seria uma solução. Inclusive a existência de um conselho de indígenas, um grande congresso nacional indígena com representantes de todos os povos, o que é meio difícil de conceber... mas uma coisa desse tipo é o caminho...

Como você viu a colaboração indigenista de determinados governos estaduais?

O grande problema é que se depende dos governos estaduais que tenham uma sensibilidade com as questões indígenas. Naqueles que tinham essa sensibilidade, os projetos andavam e avançavam.

Ao contrário do que eu imaginava, as reivindicações dos governos estaduais para a Funai foram positivas aos índios. Não estou falando das reivindicações de políticos, de deputados, etc. Os relacionamentos com os governos do RS, do MS, resultaram muito positivos, já com o AP, que eu tinha grandes expectativas, não tive tempo de aprofundar. E isso se explica pelo fato de MS e RS terem problemas gravíssimos e urgentes.

E o papel das ONGs na política indigenista?

Uma política pública indigenista, assim como ambientalista, se ela não conta com um diálogo com as ONGs – eu não diria parceria, porque a ONG deve ter uma visão crítica e o parceiro não é o crítico –, a política pública não vai conseguir emplacar. Por uma razão bastante simples, porque toda visão que um administrador público tem, especialmente federal, é deformada. O espelho que corrige a deformação tem de ser a sociedade civil organizada. Não é o consultor, não é o conselheiro, os assessores, quem vão corrigir essa deformação. É a sociedade organizada que tem uma posição crítica. Acho que esse diálogo é absolutamente fundamental. Fiz questão de, em cada lugar que eu ia, encontrar com as ONGs. Eu senti que muitas vezes as ONGs vinham meio assustadas. Esse diálogo não é de costume... ONG tem de cumprir um papel crítico, não precisa ser meiga...

Sem diálogo com as ONGs as políticas públicas não emplacam!

Você foi identificado com o ISA?

No começo, esse peso era grande. As pessoas me viam como um agente do ISA para destruir a Funai internamente. Mas isso foi rebatido muito rapidamente por algumas pessoas de muito peso dentro da Funai e que não têm essa vinculação. Em Roraima, eu era visto como o demônio do ISA que estava lá para destruir o governo. Nunca me trataram como governo, mas como ISA. Agora, dentro do governo federal, isso não tinha peso algum, era só discurso de alguns setores de roraimenses. A oposição que eu tinha era estritamente política, era a direita do governo que queria me ver queimado.

Você teve apoio do ISA ?

Minha relação com o ISA-Brasília, especialmente com o Márcio Santilli, não poderia ter sido melhor. Foi uma relação de apoio franco. O ISA-São Paulo tinha algumas discussões totalmente fora do eixo que eu imaginava como, por exemplo, no episódio Villas-Bôas.

Mas, qual o contexto em que você assinou o polêmico fax demitindo Orlando Villas-Bôas?

Eu comecei fazendo uma limpa nos cargos comissionados. Alguns não apareciam e outros estavam totalmente deslocados. Demiti um coronel da polícia militar e uma parente próxima de um alto escalão. Tinha gente pressionando diretamente o ministro. O Orlando tinha recebido uma pensão vitalícia por lei e essa lei o proibia de manter qualquer cargo público. Além de comparecer, ainda estava proibido de receber pelo tal cargo. Eu não tinha alternativa, tinha que demiti-lo. Então, em deferência, mandei uma mensagem para ele dizendo que teria que demiti-lo. Era uma questão meramente administrativa interna e dentro do meu conceito de administração pública. Acho que não existe dentro da administração pública ninguém intocável. E se alguém for intocável, saio eu. A polêmica toda foi criada por interesse político subalterno. Quando mandei o fax não o demitia, mas avisava que ele estava numa situação complicada e que seria demitido. A demissão saiu no Diário Oficial da União dias depois. A direita interceptou essa informação internamente na Funai e jogou na imprensa. Esse é um típico fato criado para tentar a minha desmoralização. O Villas-Bôas me ligou numa sexta-feira, dia que recebeu o tal fax, eu estava no alto Solimões e ele reclamou para o chefe de gabinete, que propôs que me procurasse na segunda-feira seguinte e ele aceitou. Na sexta ou no sábado a imprensa o procurou. Ele não esperou mais para falar comigo e botou a boca no trombone. Foi uma clara armação da direita do governo contra mim.

Quem fez a armação contra você?

Tem nome e sobrenome. Chama-se Andréa Matarazzo [secretário de comunicação da Presidência da República]. Ele que incentivou a imprensa a fazer isso. Eu pedi para o José Carlos Dias ligar para o Andréa Matarazzo e avisá-lo que se continuasse eu diria publicamente o que ele estava fazendo. E aí, morreu um pouco o assunto. Se o presidente da República estava tão interessado em manter o Villas-Bôas, poderia me dar uma ordem expressa para não demiti-lo ou simplesmente me demitir, o que seria a mesma coisa. Eu ia partir para o ataque naquele momento. E aí parou. Se eu estava errado, porque não me demitiram? Até então o Villas-Bôas não estava demitido. Era o momento. O que aconteceu foi uma mistura de interesses, eu já tinha demitido muita gente e desagradado uns quantos políticos, especialmente do PFL. Inclusive do Paraná, que estavam fazendo força para me derrubar. Ninguém tinha coragem de sair em público e defender um coronel ou um fantasma desconhecido, então pegaram o mote do Villas-Bôas. Acho que houve uma ordem do presidente mandando parar com a história, porque se continuasse acabaria sobrando para ele, ou me demitiria ou ficava mal. Nada mais aconteceu.

Mas a mídia enfatizou que demitir Orlando Villas-Bôas por fax era demais...

Isso não era bem verdade. É uma barbaridade. Se é um fax ou um telefonema não faz nenhuma diferença. Quando ele saiu na imprensa dizendo que foi demitido por fax, eu não tinha mais o que

conversar com ele. A demissão sai sempre no Diário Oficial da União, enquanto não sair é apenas aviso do que vai acontecer. Mandei o fax avisando que ia demitir, como ele estava irregular, o fax tinha o sentido de dar a possibilidade dele se demitir, é o que faria qualquer pessoa. Eu recebi centenas de mensagens de apoio e pouquíssimas críticas, algumas nem enviadas a mim. Praticamente todas as críticas, fora as da imprensa, foram de gente ligada ao ISA. Pessoas que não vinham enfrentar a discussão comigo, só alimentavam a coisa de jornal. O resto das pessoas me mostrou apoio. Recebi apoio de muitos índios.

Para a opinião pública brasileira, fora do mundo restrito do indigenismo, Orlando Villas-Bôas é identificado com os direitos dos índios... Além disso, às vésperas da sua posse, você aceitou um almoço amigável com ele, por iniciativa do ISA, e convidou-o para acompanhá-lo ao Xingu. Você não acha que deveria ter ponderado isso na maneira de fazer a coisa?

A maneira foi mandar uma carta para começar uma negociação. A maneira grosseira foi dele que chamou a imprensa e botou no foco que eu era louco. A demissão dele, que ocorreu uma semana depois do fax, era necessária, a única alternativa era ele ter pedido demissão. Quando almocei com ele, não sabia que era funcionário comissionado irregular do órgão do qual estava assumindo a direção, se soubesse não teria ido.

Um dos ex-presidentes da Funai, Márcio Lacerda, disse que a Funai gasta 99% do seu orçamento em atividades meio. Você concorda?

Essa é uma afirmação típica de administrador público que diz que faz política de qualidade, que sabe fazer avaliação etc. Isso é uma bobagem sem tamanho. O orçamento da Funai é muito ruim, muito mal organizado, porque o orçamento da União é muito mal organizado. A União criou um plano estratégico, uma nova metodologia, influência da reengenharia, qualidade total que acaba piorando profundamente o orçamento público. O orçamento da Funai é um orçamento ruim porque é pequeno, mal direcionado, mas muito fácil de arrumar. É questão de vontade política, se o presidente da República quiser, ele arruma. Temos de nos dar conta é que o orçamento da Funai, fora o pessoal, esse ano de 2000 era na ordem de R$ 40 milhões. Eu pedi para o FHC botar mais R$ 150 milhões, tenho consciência que esse valor era loucura, porque não tinha capacidade de gasto. Acho que se a Funai gastasse metade já estava bom. O problema é saber que política vai ser aplicada ao orçamento e que transparência vai ter o orçamento.

Quais as observações sobre a cena indígena que você fez nas suas viagens pelo Brasil?

A primeira observação que pude fazer é a mais óbvia: os problemas indígenas estão fora da Amazônia. Acho que a Constituição de 1988, quando definiu os direitos indígenas, avançou muito para evitar o que foi feito com os índios fora da Amazônia... Antes de 88, a demarcação das terras indígenas era uma benesse do Estado. Depois de 88, as áreas são demarcadas por direito indígena. Antes não havia direito. Isso ocasionou todas as demarcações das áreas fora da Amazônia. Não foram direitos, foram concessões de terras aos índios. Isso gerou a grande dificuldade dos índios fora da Amazônia. Na Amazônia, se discute se o índio tem ou não direito à terra. Muda o enfoque da discussão.

Efetivamente, as demarcações estão sendo feitas antes da fronteira agrícola chegar, isso também determina a possibilidade de garantir esses direitos. É isso que deve ser feito... A política do não-direito é a política da concessão, no chegar da fronteira agrícola. Dentro da Amazônia, podem vir a acontecer grandes problemas. Mas está na hora de resolver os de fora. O que me impressionou profundamente foram as concentrações urbanas indígenas dentro da Amazônia. Embora tenham territórios relativamente bons, muitos índios se concentram em determinados locais, evidentemente por uma política estatal profundamente equivocada que tem de ser revista e não sei se tem retorno. Refiro-me especialmente ao Solimões. É chocante o que acontece lá. Uma aldeia de quatro mil habitantes. Esse processo de urbanização me assustou. É a coisa mais chocante que eu vi.

O que me impressionou foram as concentrações urbanas indígenas na Amazônia

Como você avalia a tua demissão?

A sensação toda que eu tive foi de traição, de covardia tão grande que eu não consigo entender. Está muito acima de minha compreensão. E a coisa não aconteceu no dia 22 de abril. Isso que é mais interessante: ela começou a acontecer no dia 13 de abril [de 2000], na reunião dos índios com o Fernando Henrique, no Planalto. Na véspera, José Carlos Dias tinha saído do Ministério. Mas já estava marcada uma reunião em que eu e o ministro iríamos ao Congresso, acompanhar os índios e depois haveria uma reunião com o FHC, que receberia 12 líderes indígenas enquanto os demais ficariam ali na praça da Esplanada, esperando a aparição do presidente na sacada. Isso era o combinado. Ele viria na sacada, com as lideranças, dava um alô, e se recolhia. Seria uma cena para a imprensa internacional. E além disso, ia receber os índios lá em Porto Seguro, no dia 22. Iam entregar um documento para ele.

Mas a combinação estava aceita pelos índios?

Havia muita divergência interna entre os índios, evidentemente. Havia toda uma discussão. No dia 13 pela manhã houve a cena no Congresso. O senador Eduardo Suplicy conseguiu trazer o presi-

dente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, que então levou aquela flechada no nariz. O José Gregori, ministro da Justiça já nomeado em substituição ao José Carlos Dias, demonstrou um medo desesperador dos índios. Ele tinha medo, e não queria mais que houvesse a reunião dos índios com o presidente. Mas como a reunião já estava marcada, ele queria, de algum jeito, eliminar ou simplificar. E a reunião foi totalmente transformada. Primeiro porque não quiseram que eu fosse. Ele pediu para eu não ir. Daí eu disse assim: se eu não for você está me demitindo. Então ele quis que eu fosse. Daí eu fui. A reunião foi de uma tensão...! A sensação que eu tinha é que nós iríamos ser todos presos. A impressão que eu tinha era a de ter entrado no quartel do inimigo. Era uma coisa *clean*, não tinha um quadro na parede. Não tinha nada, tudo *clean*.

Onde foi essa reunião?

No Palácio do Governo, no Planalto. Com seguranças, uma sala grande, não tinha cadeiras, nada. Os índios paradinhos no meio, os guardinhas nos cantos. Todos com uma cara de que estavam prontos para sacar metralhadores e passar fogo. Um clima indescritivelmente tenso. Entra o Fernando Henrique com três ou quatro ministros. Estavam o Pedro Parente [chefe da Casa Civil], o Gregori (ministro da Justiça nomeado) e o Aluísio Nunes Ferreira [secretário geral da Presidência]. Entram tensos, param no meio e todo mundo de pé. Um cara, então, deu um passinho para frente e disse assim: "Quem é o representante dos índios?". E era o Baré, o Orlando Baré. O Orlando tinha sido escolhido ali. Aí o cara do governo disse: "Então, o senhor tem dez minutos para falar"! Não tinha imprensa, nenhum fotógrafo, nada! Daí o Orlando olhou para o presidente e começou a falar: "Olha, nós estamos aqui"... E soltou o verbo indígena. Conversa vai, conversa vem. "Eu estou aqui com os meus parentes, estou representando, não sei o que"... Passaram-se dez minutos. "Está aqui na minha frente o Nailton Pataxó, a grande liderança pataxó que vai falar". E o Orlando passou a palavra para o Nailton, que começou a falar. E o Nailton é muito divertido, muito rápido. E a coisa foi se distendendo. A conversa foi ficando boa. E a gente começou a sentir que o Fernando Henrique se soltou, começou a falar, se metia no meio, dava palpites. E aí todos falaram. Foi uma conversa ótima, distendida, alegre, com um toque, aliás, dois toques de vilania. O primeiro foi depois da fala do Davi Yanomami... Ele disse: "Presidente, quero dizer que nós estamos sofrendo... queremos que o senhor resolva o problema dos Yanomami... mas para resolver o problema dos Yanomami nós queremos que o senhor mantenha o Marés na presidência da Funai, porque esse é o presidente amigo dos índios". E o Fernando Henrique vira para ele, com grosseria, e diz: "Você gostaria que eu indicasse o cacique da sua tribo?". Ele falou isso para o pobre do Davi, e este não entendeu. O Davi olhou para ele, e disse algo como, eu só estou dizendo que nós queremos o Marés como presidente da Funai. Então ficou uma coisa esquisita. O Nailton Pataxó, que não é trouxa, viu a situação, deixou passar a vez dos dois e voltou a falar, "Presidente, eu só quero dizer o seguinte: os pataxó têm sofrido muito... e o único presidente da Funai que tem tido um comportamento ao lado dos índios, que a comunidade gosta, que o meu povo quer é o Marés, então a gente quer que ele seja mantido como presidente". Daí o Fernando Henrique disse para o Nailton: "O problema de escolha do presidente da Funai é meu!". Então o Nailton Pataxó vira para ele e diz: "O problema é seu, mas o sofrimento é nosso". E eu ali, eu estava sem graça. Parecia que eu tinha mandado os índios falarem.

(de FHC para Davi Yanomami) Você gostaria que eu indicasse o cacique da sua tribo?

E a segunda vilania?

A segunda vilania aconteceu quando falou uma liderança macuxi que estava lá e pediu a demarcação da Raposa/Serra do Sol (RR). Aí o Fernando Henrique fala que quanto à "Raposa" as coisas não são simples assim, e que ele teria que montar uma comissão para tentar resolver: "O que a comissão decidir, eu resolvo". A comissão, na verdade, era o general Alberto Cardoso [chefe da Casa Militar]. Eu não gostei da resposta do presidente. Já na resposta que ele deu a respeito do Estatuto do Índio ele foi extremamente positivo, porque perguntaram e ele disse: "O Estatuto do Índio está pronto". Ele olhou para mim, como que perguntando. Aí eu disse assim: olha está praticamente pronto, está em condições... E não estava assim pronto. Havia três pontos de divergência. Claro que eu não disse isso, mas pensei cá comigo, se eles concordarem com estes três pontos então está pronto. Pode sair amanhã ou depois. O presidente disse, então, que quando os índios estivessem lá em Porto Seguro, o presidente da Funai levaria o Estatuto para eles verem.

Essa reunião foi alguns dias antes dos eventos de Porto Seguro, não foi?

Sim! A imprensa não participou, não tinha um fotógrafo. Havia medo! Mas a conversa foi boa, falou todo mundo, o presidente falou, deu risada... E depois a gente soube pelo pessoal do Palácio que FHC ficou feliz com a reunião. Tão feliz que achou que não iria haver problemas em Porto Seguro. Isso gerou uma nefasta declaração do José Gregori para a imprensa, no dia seguinte, quando ele disse: "Eu acho que é preferível a gente falar com os índios do que com os amigos dos índios". Alguns dias antes dessa reunião, a Polícia Militar da Bahia tinha derrubado o monumento que os índios estavam erguendo na área indígena, então a tensão estava toda à flor da pele e ainda por cima o Henrique Suruí meteu a flecha no nariz do senador ACM.

Se essa reunião começou mal, mas resultou num clima favorável, então você foi a Porto Seguro com uma agenda positiva?

Na verdade, a partir do dia 13 de abril, o ministro da Justiça me isolou totalmente! Eu não falava nem com o porteiro do Ministério do Turismo, que a essa altura coordenava o programa da comemoração oficial dos 500 anos do Brasil em Porto Seguro, na Bahia. Até esse dia, a Funai tinha o papel de principal interlocutor entre com o Ministério do Turismo e a área de segurança, para resolver o problema de Porto Seguro. Especialmente com a área de segurança, porque o ministro do Turismo, Rafael Grecca, só falava comigo no Ministério da Justiça, com o testemunho do ministro José Carlos Dias. A partir desse dia 13, fim de papo!

Quem te isolou então foi o novo ministro da Justiça?

Sem dúvida nenhuma. O ministro da Justiça me pôs para fora. E não falou comigo! Ele não falou comigo a partir dessa reunião do dia 13. Nessa reunião ele não havia tomado posse ainda. Ele era ministro mas não tinha tomado posse oficialmente. No dia seguinte ele tomou posse, e evidentemente eu fui até lá. Quando eu fui cumprimentá-lo foi algo, assim, grotesco. Estávamos no mesmo barco, queria dar os meus parabéns e desejar felicidades. Quando eu estiquei a mão, ele disse: "Eu não posso falar com você agora, mas eu te chamo". Mas é claro que ele não poderia falar comigo naquele momento, nem eu queria falar com ele. Ele estava em uma fila de cumprimentos. Eu até achei graça da situação. Mas na verdade, já indicava uma posição de que ele não queria falar comigo. Durante todo o período eu não consegui falar com ele.

Não fui com uma agenda positiva a Porto Seguro. A minha vontade era pedir demissão

Então você foi a Porto Seguro sem retomar o contato com o ministro?

Eu falei com ele no dia 19 de abril, Dia do Índio, num evento que houve na sede da Funai em Brasília. E ele foi até lá fazer um discurso. E foi o discurso mais sensacional que se pode imaginar. Ele elogiava a política indigenista do governo. Disse que era a primeira vez que os índios estavam a favor do governo. E não se referia a mim. Dava a entender que eu não tinha nada a ver com aquilo, que eu era contra aquela política! Naquele dia ele fez o discurso e foi embora correndo e me disse, de novo, que não poderia falar comigo e que me chamava depois. Eu disse que o dia 22 estava aí. Depois de um "pois é", ele foi embora. Então não falei com mais ninguém. Portanto, não fui com uma agenda positiva a Porto Seguro. A minha vontade naquele momento era pedir demissão. Eu estava vendo que eu estava afastado. Aí eu ponderei com algumas pessoas e a posição que eu entendi como a mais correta, naquele momento, seria não pedir demissão porque eu iria deixar os índios na rua da amargura. Só porque mudou o ministro e eu estava numa conjuntura difícil? Não fazia sentido. Eu tinha que acompanhar aquele momento e ver o que aconteceria para frente. Ver se eu conseguiria dar a volta por cima. Eu imaginava que ele ia me demitir e escolher alguém de sua confiança, mas não, eu pedi demissão depois da agressão de Porto Seguro e ele não tinha ninguém para por no lugar, levou 20 dias para conseguir alguém, andou convidando alguns amigos meus que não aceitaram.

Mas você tentou pedir demissão?

Tentei, não é que tentei, pensei em pedir demissão por incompatibilidade com o ministro. Mas não o fiz exatamente porque achei que o meu papel ainda podia ser de conciliação naquele momento, porque eu estava vendo que, como eu não era o intermediário, as coisas estavam nas mãos do general Cardoso. Ele queria botar é polícia mesmo. Mas eu não imaginava que fosse botar polícia naquela circunstância. Eu ainda pensava que a gente poderia reeditar o cenário proposto no começo, que era aquela história toda e, depois, um grande *happy end* com o Fernando Henrique recebendo os índios. Então eu fui para Porto Seguro nessa expectativa. Eu não fui propriamente com uma agenda positiva, mas tentando enfiar goela abaixo do governo uma agenda positiva.

Mas você não foi lá para ver o circo pegar fogo?

Eu nem imaginava que iria pegar fogo! Ao contrário, eu imaginava que iria ser uma coisa muito tranqüila, que ia ser uma coisa boa, apesar da situação extremamente tensa que havia com os outros movimentos sociais presentes. Porque a repressão em cima do MST (Movimento Sem Terra) e do movimento negro era total. Na véspera eu vi que o caldo podia entornar. Mas a minha agenda era de impor uma agenda positiva.

Estando em Porto Seguro, houve um momento em que você chegou a fechar uma negociação que viabilizaria o encontro dos índios com o presidente?

Sim, eu conversei com os assessores do FHC e do gal. Cardoso. Conversei com eles, eles me deram todos os telefones... caso acontecesse alguma coisa. Eu fui negociar esse encontro com os índios. Fui conversar com os índios que, entretanto, tiraram em assembléia que não queriam fazer esse encontro com o Fernando Henrique. Tudo isso lá na Bahia. Fui na Conferência Indígena e falei no encerramento.

Essa decisão de não falar com o FHC parece que provocou um racha entre os índios...

Eu não me posicionei. Disse que se quisessem falar eu os botava na frente do FHC... Sobre esse episódio, há coisas interessantes que eu gostaria de relatar mais detalhadamente. Quando cheguei, na manhã seguinte, já tinham prendido um monte de gente, já tinha gente ferida... uma confusão!

Eu, o [deputado federal] José Dirceu e a [senadora] Marina Silva conversamos com o comandante da Polícia Militar que estava lá... Os índios tinham decidido que iriam marchar até Porto Seguro, independente do encontro com FHC. O policial disse que a ordem era não deixar entrar em Porto Seguro. Eu lhe perguntei: "Quem deu ordem? Autoridades superiores, o presidente da República?" Porque se fosse o presidente eu pedia para ele liberar. Não tinha nenhum risco marchar até Porto Seguro. Era uma loucura da segurança, uma marcha de cinco horas! Então, eu fiz o seguinte trato com o comandante. Eu iria buscar a autorização para eles entrarem em Porto Seguro. Mas eu não conseguia falar no telefone. Como eu tinha crachá para entrar no lugar das autoridades, eu ia para lá para conseguir a autorização, enquanto os índios estavam na marcha. Foi esse o acordo feito. Estava fácil. Mas os índios andaram duzentos metros e veio a bateria pesada da polícia atirando bombas. Eu não tive tempo nem de sair de Coroa Vermelha. Então foi uma traição da Polícia Militar ali, mas não foi só da PM, foi também do governo. Eu saí marchando com os índios. Os Xavante estavam muito animados. A idéia era chegar lá e fazer uma festa. Eles queriam fazer uma festa para o FHC, eles queriam fazer uma festa para eles. Os índios se sentiram naquele momento traídos mesmo!

A polícia abriu inquérito tentando responsabilizar você pelo que aconteceu...

Recebi a notícia, por um jornal, de que eu não tinha tomado as atitudes de pacificação necessária. Arquivaram rapidamente, não prosseguiram com a acusação. Esse foi um inquérito da PM baiana feito apenas para não punir o Comandante, não fui chamado nem para testemunhar, quanto mais para me defender.

E o chamado "movimento indígena"?

A sensação que eu tinha antes do dia 22 de abril era que estava havendo um crescimento do movimento indígena como nunca havia ocorrido no Brasil, no sentido lato, de que as organizações estavam se fortalecendo. E havia um reposicionamento de todo o movimento indígena, que estava começando ganhar uma outra perspectiva. Uma coisa sintomática dessa nova perspectiva era que essa marcha, típica de liderança, recebeu adesões inesperadas, como a dos Xavante. Outra perspectiva foi dada pelos índios do Nordeste, que estão cada vez mais se articulando, e se articulando de uma forma diferente. A repressão em Porto Seguro foi nesse sentido devastadora para o movimento indígena. Vai ser difícil o movimento indígena se recuperar, sobretudo recuperar a sua espontaneidade.

Depois dessa experiência na Funai, como ficaram as tuas convicções sobre o assunto?

Eu acho que todas as idéias que eu tinha a respeito da questão indígena, do ponto de vista dos direitos coletivos e da minha perspectiva teórica, foram confirmadas integralmente. Claro que eu tenho uma reflexão muito mais profunda hoje. Algo que deve ser mais refletido é o problema da territorialidade. Sempre para mim, a questão indígena foi ligada à territorialidade. Sempre que se falava de índio, localizava-se o território. Talvez fosse um equívoco meu, talvez para os antropólogos isso fosse uma coisa muito fácil... Isso foi para mim uma novidade grande para a reflexão. Ver que é possível existir um povo que não está diretamente referenciado a um território, ou que o território pudesse ser apenas uma questão ou nenhuma questão. Quando saí da Funai, com essa coisa toda na cabeça, a primeira coisa que fiz foi ler sobre a questão cigana para ver exatamente como se desloca do conceito de territorialidade. Talvez essa seja uma questão puramente teórica, sem muito valor político. Mas, enfim, do ponto de vista teórico, a reflexão que eu fiquei devendo foi essa. *(outubro, 2000)*

Propostas para uma Nova Política Indigenista

Márcio Santilli | coordenador do Programa Brasil Socioambiental/ISA

CONTRIBUIÇÕES DO ISA PARA A REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS FEDERAIS RELATIVOS À ATENÇÃO AOS ÍNDIOS

Este texto resume idéias gerais para uma reestruturação dos serviços públicos federais relativos à atenção aos povos indígenas. É um instrumento de discussão, com vistas a constituir propostas de intervenção da sociedade civil e do movimento indígena num contexto de anunciada reforma do Estado. Parte do pressuposto de que nenhum processo ou modelo de reforma pode atingir seus legítimos objetivos finalísticos se não for capaz de articular-se aos projetos de futuro próprios dos povos indígenas. Por outro lado, a possibilidade de intervenção destes povos – e das suas organizações - neste processo, depende da sua capacidade de propor rumos e alternativas em tempo político real, no momento em que as decisões de governo são tomadas. Pretendemos, com este texto, oferecer a contribuição do ISA a esta discussão.

ESGOTAMENTO DA TUTELA

Em 1998 a Funai completou 30 anos, o Estatuto do Índio completou 25 e a Constituição 10 anos de vida. Temos uma legislação infraconstitucional que precede em 15 a constitucional vigente, e um órgão de estado que precede a ambos e que se define como de caráter tutelar.

Os últimos 30 anos trouxeram modificações profundas na organização social e política de todos os povos. Houve extraordinário avanço nas comunicações, na informática, na biotecnologia e na própria consciência dos povos em relação ao meio ambiente e aos direitos coletivos e difusos. O Brasil de trinta anos atrás era ainda um país de forte predomínio cultural e econômico de base rural, submetido a governos militares de caráter autoritário, com inúmeros bolsões de isolamento habitados por populações distantes dos centros de informação e dos meios de comunicação. A televisão apenas começava a chegar ao interior do país. Várias regiões não eram ainda acessíveis por estradas. A maioria da população rural era analfabeta e destituída de direitos efetivos. Grandes projetos econômicos e de infra-estrutura apenas começavam a se implantar na Amazônia, sob o signo da "integração nacional".

O instituto da tutela é aplicado aos índios (ou "silvícolas", como prefere o Código Civil) desde o início do século e está cristalizado no Estatuto do Índio (Lei 6001/73) como na lei de criação da Funai. Há 30 anos, embora boa parte dos povos indígenas já mantivesse contatos regulares com a sociedade/estado nacional, eram relações comparativamente tênues, apesar das pressões históricas de colonização e de aculturação. A grande maioria da população indígena não falava português, o grau de isolamento geográfico era infinitamente maior, não havia televisão nas aldeias, o poder público estava distante (apesar de a Funai dispor de melhor estrutura e recursos) e as frentes de expansão econômica, se já assolavam terras indígenas, o faziam com intensidade bem menor.

Atualmente, se por um lado ainda há algumas dezenas de grupos indígenas isolados, por outro lado as comunidades e as suas lideranças encontram-se em contato freqüente e regular com inúmeras agências de estado, federais, estaduais e municipais, com confrontantes, exploradores, pesquisadores, missionários, jornalistas, membros de organizações de apoio e representantes de organismos internacionais. A maioria das aldeias dispõe de equipamentos de comunicação e transporte (embora em condições geralmente precárias), ouve rádio ou televisão, recebe visitas freqüentes de terceiros ou convites para se fazer representar em reuniões ou eventos.

O assédio de interesses econômicos sobre as terras indígenas se generalizou. A própria Funai estima que 85% das terras indígenas sofre algum tipo de intrusão de terceiros, de forma permanente ou intermitente, com maior ou menor grau de consentimento por parte das lideranças locais, sendo os intrusos, geralmente, garimpeiros, madeireiros, posseiros, fazendeiros ou pescadores. Paralelamen-

te, nos últimos 8 anos avançou o processo de demarcação administrativa das terras indígenas, sendo que dois terços das mesmas encontram-se homologadas. O reconhecimento oficial das terras está fazendo emergir as questões relacionadas à gestão territorial como prioritárias na agenda da política indigenista.

Surgiram e se desenvolveram centenas de organizações indígenas que se propõem a representar diretamente interesses específicos ou gerais, e que em alguns casos mantêm vínculos com organizações indígenas internacionais, como a Coica, por exemplo. Houve enorme ascensão da temática indígena nos fóruns institucionais nacionais e internacionais. Apesar da influência das organizações de apoio, funcionários públicos e de terceiros em geral, o protagonismo político das lideranças indígenas alcançou patamar inédito e irreversível no contexto globalizante deste final de século. Sob certos aspectos, talvez possamos afirmar que as mudanças nas relações de contato havidas nestes últimos 30 anos foram mais profundas que as dos 470 anos anteriores.

Às vésperas do terceiro milênio, soa ridículo que índios sejam considerados "relativamente capazes" e, sobretudo, que um órgão de Estado seja tutor das 215 etnias que habitam o território brasileiro, intermediando (autorizando e desautorizando) as inúmeras relações de contato em que se encontram envolvidas. Por outro lado, a condição de tutelados cerceia a sua livre expressão política, a administração direta dos seus territórios, o seu acesso aos serviços públicos, ao mercado de trabalho, às linhas oficiais de crédito, etc. Além de reduzir a capacidade civil dos índios, a tutela é um obstáculo à autogestão das terras e dos projetos de futuro dos povos indígenas.

A "proteção" da tutela deve ser substituída por outros instrumentos de apoio do poder público aos povos indígenas. O Estado não deve pretender substituí-los como sujeitos políticos no exercício direto dos seus direitos e das suas relações. Um novo estatuto deve regular estas relações e ao Estado deve caber o papel de viabilizar serviços básicos (educação, saúde) e fomentar os projetos culturais, econômicos, ambientais indígenas. O conceito de fomento é muito mais apropriado que o de tutela para definir o papel atual e futuro que os povos indígenas devem reivindicar do Estado.

PROGRAMAS REGIONAIS

Um órgão de Estado para assuntos indígenas, fundado no conceito de fomento, poderia ser estruturado a partir de programas estratégicos e programas regionais. Os programas estratégicos tratariam de questões gerais, como demarcação das terras, exercício do poder de polícia em defesa dos direitos indígenas, sistema de comunicações, intercâmbio cultural, legislação, etc. Seriam estruturados a partir da demanda em escala nacional colocada por estas questões gerais. Teriam coordenações baseadas na sede central do órgão e articulariam estas demandas nas várias regiões e quanto às suas interfaces com outros órgãos e políticas setoriais.

Mas o conceito mais fundamental é o de programas regionais. Estes programas poderiam ser construídos tomando por base regiões relevantes do ponto de vista da localização das terras indígenas, agrupando etnias vizinhas e que mantém relações entre si e convivem em contextos comuns. Não devem ser confundidos com a estrutura atual das administrações regionais da Funai ou com a divisão política do país em estados e municípios. Seriam unidades administrativas com alto grau de autonomia, com metas e agendas específicas de trabalho, com orçamento próprio e poder de contratar e demitir funcionários, que poderiam dispor de unidades operacionais ou projetos de área em quantidade e localização apropriadas a cada região.

Os programas regionais deveriam ser formulados, implantados e administrados por um conselho regional, com poderes para decidir sobre as programações anuais, propor os orçamentos anuais, avaliar o desempenho do programa e dos seus funcionários e indicar nomes para a sua coordenação executiva. Não deveria haver um único modelo de gestão administrativa para todos os programas regionais, podendo haver modelos alternativos, mais viáveis ou adequados às diferentes realidades regionais, especialmente quanto ao nível de organização dos povos da região e a sua capacidade de assumir o gerenciamento do seu programa em maior ou menor grau. Nos casos das regiões em que o nível de organização dos índios é incipiente, é maior o seu grau de dependência em relação à Funai, não há organizações de apoio em condições de apoiá-los e são mais precárias as condições de logística, o Estado deverá geri-los por administração direta.

Os programas regionais devem ter por objeto um espaço territorial expressivo e não devem pulverizar-se em grande quantidade, evitando assim a burocratização ou a perda de referência estratégica do órgão. Organizar as atividades de fomento em cerca de 30 programas regionais seria o ideal em termos administrativos, permitindo a articulação direta com a direção nacional, sem instâncias administrativas regionais, estaduais ou intermediárias. Estas mediações burocráticas acabam isolando os programas, abrindo espaços para a interferência política e dificultando o diálogo cotidiano entre eles e a sede, o que prejudica as iniciativas de articulação inter-institucional, as negociações de recursos e a cooperação entre os programas. No entanto, se o número de programas se pulverizar, como hoje ocorre com as administrações regionais da Funai, fica inviável uma relação ágil e cooperativa com a direção central, o que exigiria instâncias intermediárias para organizar esta relação.

Assim, como são 215 as etnias e 560 as terras indígenas, não seria possível organizar programas regionais por etnias (salvo em situações excepcionais), devendo eles terem o caráter de programas pluriétnicos, sem prejuízo de se organizarem sub-programas, ou projetos étnicos, ou de áreas indígenas específicas dentro da jurisdição de um programa regional. A forma de organizar um programa regional, de subdividi-lo ou não, de buscar contemplar as especificidades daquela área, de optar por mecanismos de decisão e de gerenciamento que mais lhes convém, deveria ser decidida (e revista ao longo do tempo) por cada conselho regional. Devem ser estimuladas as diferenças entre os programas regionais,

pois a diversidade é própria das sociedades indígenas, inclusive no que se refere à própria composição dos conselhos regionais.

A proposta dos programas regionais não é uma solução mágica para os problemas que afetam os povos indígenas e que marcam as suas relações com o Estado. A vantagem deste modelo é de indicar objetivos claros à ação do Estado em cada região e possibilitar o desenvolvimento de dinâmicas políticas regionais em busca de soluções. É de se supor que onde o movimento indígena está mais organizado, imprimirá uma dinâmica diferenciada ao programa da sua região. O objetivo seria superar o modelo atual de órgão centralizado, em que um dirigente elege isoladamente as prioridades e distribui o orçamento como deseja, permitindo que alguns grupos indígenas que têm acesso mais fácil à sede, se articulem a interesses corporativos para fazerem valer as suas demandas em detrimento das dos demais povos e da própria qualidade da política do Estado para a questão indígena.

No modelo dos programas regionais, cada região teria o seu próprio orçamento, não podendo comprometer os demais. Certamente haveria programas regionais melhores que outros, mais avançados, mais democráticos, com maior capacidade de articular apoios e iniciativas. Sem prejuízo do intercâmbio de experiências e de boas soluções, é desejável que os programas sejam, mesmo, diferentes e possam expressar diferentes graus de organização indígena, desde que os que desejem e reunam as condições para avançar nas soluções não sejam impedidos ou desestimulados pela centralização, pelo burocratismo, ou por interesses espúrios. O avanço de cada programa regional seria determinado pela capacidade da coalizão de forças locais, que se articularam em torno dele, de construir as soluções no decorrer do tempo, de utilizar da melhor forma os recursos disponíveis.

SAÚDE E EDUCAÇÃO

Os programas regionais (assim como os estratégicos) devem ter por objeto apoiar e fomentar as formas de vida de cada povo, pensá-las – portanto – no seu todo, mas o órgão ou agência de Estado por eles responsável não deve pretender o monopólio das relações com os povos indígenas. Seria um braço do Estado que apóia a sua organização para se relacionar com o conjunto. Da mesma forma, o fato dele existir não reduz as responsabilidades de outros órgãos públicos em relação às demandas indígenas. Se compete ao Ibama proteger as florestas e fomentar o desenvolvimento sustentável, também tem ele responsabilidades em relação às florestas situadas em terras indígenas e às demandas de manejo de recursos naturais por seus habitantes.

Isto é particularmente importante e urgente no que diz respeito à política para saúde indígena. Disputas corporativas entre a Funai e a FNS, nos últimos anos, inviabilizaram a organização de um serviço de saúde razoável para os povos indígenas. Se o que se espera é uma ação integrada por parte do Estado, diferentes agências têm que se articular para atender o conjunto das demandas indígenas. Nenhum órgão indigenista – ou de fomento – pode abarcar adequadamente este conjunto crescente de demandas, reunindo no seu próprio quadro profissionais das várias áreas de formação. Por outro lado, supondo-se que o Ministério da Saúde dispõe de competência técnica específica neste campo, deve responder às demandas de saúde indígena e contar com o apoio das instituições públicas (inclusive das privadas) para desenvolver ações específicas e articular suas demandas no âmbito do SUS.

O Ministério da Saúde deveria implementar os distritos sanitários indígenas na sua estrutura, através de uma agência específica que melhor possa atender esta demanda frente a outras que hoje se encontram no âmbito da FNS. Os dirigentes destes distritos deveriam integrar a coordenação dos programas regionais. Será importante para os índios que as discussões sobre a implantação dos distritos sanitários ocorra de forma articulada com a de programas regionais, inclusive no que se refere às áreas de jurisdição, que deveriam ser coincidentes.

Da mesma forma, não deve ser ignorada ou prejudicada a atenção direta do Ministério da Educação em relação aos povos indígenas. Como se sabe, há um sistema nacional de ensino, descentralizado (federalizado), e uma rede de escolas indígenas, especializada. O Comitê de Educação Escolar Indígena do MEC deveria ser reforçado com recursos humanos e financeiros para ampliar a escala dos projetos que atualmente apóia e para poder trabalhar mais sistematicamente na articulação das demandas indígenas com o sistema, na regularização das escolas indígenas e no estímulo a projetos de capacitação e profissionalização. As instituições prestadoras de serviços de educação indígena, sejam prefeituras, Estados, igrejas ou ONGs, assim como as organizações de professores indígenas, deveriam se fazer representar nos conselhos regionais.

Assim, os programas regionais, embora constituindo uma agência de fomento para demandas indígenas, deveriam articular na sua estratégia de ação as ações específicas a serem desenvolvidas no âmbito de outras instituições públicas. Os conselhos regionais, dispondo de representação expressiva das organizações e lideranças indígenas locais, deveriam exercer o seu papel de planejamento e de controle social do conjunto destas atividades do Estado, sem prejuízo da constituição de conselhos ou outras instâncias específicas para as políticas de saúde ou de educação.

TRANSIÇÃO

A constituição de um órgão público de fomento não pode ser feita do dia para a noite. Seria inútil formular uma boa proposta alternativa à Funai e querer implantá-la através de um decreto ou medida provisória. Embora a necessidade de um órgão mais apropriado que a Funai já seja antiga, não basta mudar o nome, a roupa e o endereço de uma instituição pública para se poder mudar a política indigenista. A própria Funai dispunha de um modelo institucional mais moderno e interessante que o antigo SPI mas, como foi constituída sob uma forte crise que assolou o SPI, sem um projeto claro alternativo, assumiu todos os seus vícios, sem construir antes um paradigma diferente de política indigenista.

Portanto, tão importante quanto uma proposta alternativa, seria dispor das condições para construí-la sem a pressão emergencialista e fisiológica que hoje atropela o dia a dia da Funai.

Não há recursos humanos e financeiros para se estruturar - ao mesmo tempo - programas regionais para todo o território nacional. Como já se viu, não se trata de uma fórmula acabada a ser implantada nas várias regiões, mas de programas apropriados a cada contexto e às condições concretas do movimento indígena local. Seria necessário estabelecer uma agenda (de três a quatro anos de trabalho) para a formulação (planejamento) e a implantação dos programas regionais. Alguns programas seriam formulados num primeiro ano, para começarem a ser implantados num segundo ano, quando outros seriam formulados para posterior implementação. Assim, áreas prioritárias para a implantação de programas regionais deveriam ser definidas, considerando, num primeiro momento, as regiões em que o movimento indígena se encontra melhor estruturado.

Quando se iniciasse a formulação de um programa em determinada região, compondo-se os atores locais numa coordenação provisória, seria importante contar com a colaboração das unidades locais da Funai. Neste sentido, os administradores regionais deveriam estar informados do processo, provendo as informações e apoio logístico necessários para a formulação do programa. Quando o programa formulado começasse a ser implementado, a estrutura local da Funai passaria a integrar a estrutura do programa.

Para coordenar o processo de formulação dos programas regionais, a Funai deveria constituir uma equipe técnica, constituída a partir de núcleos técnicos hoje dispersos na estrutura do órgão, apoiada por quadros das organizações indígenas e de apoio, que desenvolveria uma metodologia para a composição das coordenações provisórias e uma agenda de oficinas de trabalho nas regiões priorizadas. Se se começasse pela Amazônia, por exemplo, a maior parte desta equipe poderia estar baseada - no primeiro ano - em Manaus, até que os programas no norte estivessem formulados e em condições de serem implementados, deslocando-se no ano seguinte para outra região, e assim sucessivamente. Na medida em que os primeiros programas começassem a ser implementados, serviriam de referência (consideradas as especificidades locais) para as regiões onde ainda não estivessem formulados.

Quando a maior parte das regiões já tivesse programas constituídos, seria possível se dimensionar com exatidão qual é a estrutura necessária para uma sede central do órgão de fomento. Da mesma forma, deveriam ir sendo definidas as regras para a relação entre os programas regionais e a direção central do órgão. Uma nova lei deverá definir estas regras, de preferência a partir da prévia definição do novo estatuto, com o reconhecimento da plena capacidade civil dos índios, das obrigações do Estado, das condições e limitações para o exercício do usufruto exclusivo dos recursos naturais existentes nas terras indígenas. *(Publicado originalmente em Últimas Notícias/ISA, 07/04/99)*

GALERIA DA CRISE PERMANENTE

FUNAI: 27 PRESIDENTES EM 33 ANOS

1- José de Queiróz Campos – jornalista – dez. 67 a jun. 70
2- Oscar Jeronymo Bandeira de Mello – militar – jun. 70 a mar. 74
3- Ismarth Araújo de Oliveira – militar – mar. 74 a mar. 79
4- Ademar Ribeiro da Silva – engenheiro – mar. 79 a nov. 79
5- João Carlos da Veiga – militar – nov. 79 a out. 81
6- Paulo Moreira Leal – militar – out. 81 a jul. 83
7- Otávio Ferreira Lima - economista – jul. 83 a abr. 84
8- Jurandy Marcos da Fonseca – advogado – maio de 84 a set. 84
9- Nelson Marabuto – policial – set. 84 a abr. 85
10- Ayrton Carneiro de Almeida (Indicado pelo ministro Costa Couto, foi impedido, por um conjunto de índios, de assumir o cargo no dia 18 de abril. Sua nomeação ficou no papel).
11- Gérson da Silva Alves – militar – abr. 85 a set. 85
12- Álvaro Villas-Bôas – indigenista – set. 85 a nov. 85
13- Apoena Meirelles – sertanista – nov. 85 a maio 86
14- Romero Jucá Filho – economista – maio 86 a set. 88
15- Íris Pedro de Oliveira – advogado – set. 88 a mar. 90
16- Airton Alcântara – militar – mar. 90 a ago. 90
17- Cantídio Guerreiro Guimarães – militar – ago. 90 a jul. 91
18- Sidney Possuelo – sertanista – jun. 91 a maio 93
19- Cláudio dos Santos Romero – maio a set. de 93
20- Dinarte Nobre de Madeiro – set. 93 a set. 95
21- Márcio José Brando Santilli – filósofo – set. 95 a mar. 96
22- Júlio Marcos Germany Gaiger – advogado – mar. 96 a jul.97
23- Sulivan Silvestre – advogado – ago.97 a fev.99
24- Márcio Lacerda – político – fev.99 a nov.99
25- Carlos Frederico Marés – advogado – nov.99 a abril 00
26- Roque Barros Laraia – antropólogo – abril 00 a maio 00
27- Glênio Alvarez – geólogo - maio 00

22º JÚLIO GAIGER – MARÇO/96 A JULHO/97

ITAMAR MIRANDA/AE - 1996

O advogado gaúcho Júlio Gaiger foi nomeado presidente da Funai em 12 de março de 1996, ocupando o lugar de Márcio Santilli. Ligado à questão indígena desde 1977, quando dirigiu a Associação Nacional de Apoio ao Índio em Porto Alegre, Gaiger foi assessor jurídico do Cimi até 1991 e trabalhou como assessor na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara.

Foi indicado pelo ministro Nelson Jobim, com quem trabalhava desde meados de 1995 na formulação do polêmico Decreto 1775, que prevê a revisão de áreas indígenas ainda não registradas. Essa indicação causou imediatos protestos de organizações indígenas e de apoio. Em junho de 1997, apesar dos apelos dos Xavante pela saída imediata de Gaiger, o novo ministro da Justiça, Íris Rezende, bancou a sua permanência. Mas, em 17 de julho, Gaiger entregou o cargo, alegando que o governo não teria se empenhado na implementação da política indigenista e que lhe teria faltado apoio político para levar adiante a reformulação administrativa do órgão.

"Ressinto-me, na Funai, da ausência de decisões estratégicas que escapam do nosso alcance", escreveu em sua carta de demissão. Em entrevista, disse que vinha sofrendo pressões dos Xavante, de funcionários da Funai e de grupos políticos vinculados aos índios e aos servidores que, na sua opinião, tencionavam desestabilizá-lo para que não reformulasse o órgão. *(ISA)*

23º SULIVAN SILVESTRE – AGOSTO/97 A FEVEREIRO/99

ROBERTO CASTRO/AE - AGO/97

Sulivan Silvestre, paranaense, funcionário do Ministério Público de Goiás, tomou posse em 22 de agosto de 1997. Formado em Direito pela PUC de Goiás, Silvestre era especialista em meio ambiente. Desconhecido entre índios e indigenistas, seu nome surpreendeu, já que estavam cotados para ocupar o cargo antropólogos e funcionários da Funai conhecidos pela comunidade.

Sua nomeação comprovou o poder de fogo do ministro Íris Rezende, que conseguiu colocar no comando um apadrinhado político sem nenhuma experiência com a política indigenista. A indicação política desagradou o funcionalismo da Funai, que torcia pela nomeação de um técnico dos quadros da Fundação e algumas organizações não-governamentais.

Em seu discurso de posse, Silvestre afirmou ser a demarcação de terras a prioridade de sua gestão. Além disso, enfatizou a necessidade de uma aproximação entre a Funai, os índios e as demais entidades de apoio.

Procurou estruturar o Conselho Deliberativo e Participativo das Lideranças Indígenas, promovendo o diálogo entre a Funai, os representantes indígenas, as ONGs, o Cimi e o Capoib, sempre em defesa da descentralização do órgão indigenista.

Em 1 de fevereiro de 1999, Silvestre morreu em um acidente de avião. O bimotor Sêneca, que o levaria de Brasília até uma reunião com os índios Fulni-ô e Pankararu, caiu a poucos minutos da pista do aeroporto de Goiânia. O acidente ocorreu por volta das 21h30. Pouco depois da queda, o aparelho foi consumido pelo fogo. Renan Calheiros, ministro da Justiça na época, afirmou que iria acompanhar as investigações sobre o acidente. *(ISA)*

24º MÁRCIO LACERDA – FEVEREIRO/99 A NOVEMBRO/99

DIDA SAMPAIO/AE JUL/99

José Márcio Panoff de Lacerda tomou posse na Presidência da Funai em 22 de fevereiro de 1999. Foi deputado, senador e vice-governador do Mato Grosso. Em seu discurso de posse, prometeu investir na aprovação de um novo Estatuto do Índio, "que reflita uma política realista, voltada para proporcionar às sociedades indígenas o legítimo direito de explorar em bases racionais os recursos naturais existentes em suas terras". Sua atuação foi marcada pela defesa de parcerias entre o estado e os municípios para melhorar os atendimentos às sociedades indígenas.

Em 31 de maio, Lacerda foi retirado à força do prédio da Funai por 51 guerreiros xavante, que se revoltaram devido ao afastamento do diretor da AER de Nova Xavantina.

A gestão de Lacerda teve de enfrentar, a partir de maio de 1999, os inquéritos por ocasião da CPI da Funai, promovida por parlamentares que visavam investigar o relacionamento do órgão federal com ONGs, admissão de antropólogos e aplicação de recursos. Nesse período, tornou-se cada vez mais público o caos orçamentário da Funai.

Em novembro, por pressões dos índios, de várias instituições e de ONGs, colocou o cargo à disposição. Na ocasião, ele admitiu que enfrentou conflitos internos, principalmente com o médico Oswaldo Cid Nunes da Cunha, exonerado da chefia do Departamento de Saúde na Funai em Brasília, que classificou Lacerda de "incompetente".

Lacerda acusou o médico de deslealdade ao condenar publicamente a decisão do governo de transferir a área de saúde indígena para a Fundação Nacional de Saúde. *(ISA)*

25º CARLOS FREDERICO MARÉS – NOVEMBRO/99 A ABRIL/00

DIDA SAMPAIO/AE ABR/00

Nascido em União da Vitória (PR), Carlos Frederico Marés de Souza Filho é professor de Direito Agrário e Ambiental da PUC-PR. Foi procurador do estado do Paraná entre 1991 e 1994, e secretário da Cultura do município de Curitiba, entre 1983 e 1988.

Colaborou, na Assembléia Nacional Constituinte (1987-88), na formulação do Capítulo VIII, "Dos Índios", e foi um dos coordenadores da campanha "Povos Indígenas na Constituinte". Em 1989, fundou o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), e, em 1994, o Instituto Socioambiental (ISA), do qual foi presidente e conselheiro.

Marés é também autor de seis livros, o último deles – "O renascer dos povos indígenas para o Direito" – é resultado de sua dissertação de doutoramento apresentada, em 1988, à UFPR.

Marés foi indicado para a presidência da Funai pelo ministro da Justiça, José Carlos Dias, que advogou em seu favor, providenciando a regularização de sua situação no Brasil, quando de seu retorno depois de nove anos de exílio.

Antes de assumir o cargo, Marés apresentou 13 propostas para o ministro como condição para poder assumir a presidência da Funai (ver artigo Descascando o "abacaxi", nos "500 anos" do Brasil). Entre elas, estava a homologação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol.

O curto período em que Marés esteve na Funai foi marcado por atos polêmicos. Logo no início de 2000, declarou publicamente que não haveria o que comemorar no dia 22 de abril, aniversário de 500 anos do "descobrimento" do Brasil. "É uma festa da chegada das caravelas, festa dos brancos. A maior parte dos índios brasileiros tem contato com a civilização branca há bem menos de 500 anos", disse ele.

A gestão de Marés foi marcada pela negociação em torno da apresentação da nova proposta para o "Estatuto do Índio". Em 17 de abril de 2000, Marés apresentou a proposta do governo "Estatuto do índio e das comunidades indígenas" às lideranças indígenas que se reuniam em Monte Pascoal, em ocasião da marcha de protesto contra as comemorações dos 500 anos. Isso se deu antes mesmo da proposta ser submetida ao Legislativo.

Em 22 de abril, após presenciar uma ação da polícia contra a marcha dos índios que iam de Coroa Vermelha a Porto Seguro para protestar contra as comemorações dos 500 anos, Marés anunciou que pediria demissão. "Não posso permanecer num governo que faz agressão física ao movimento indígena organizado", afirmou após ter decidido, em caráter irrevogável, apresentar sua demissão ao ministro da Justiça José Gregori. *(ISA)*

26º ROQUE DE BARROS LARAIA – ABRIL/00 A MAIO/00

JOEDSON ALVES/AE MAI/00

Com a demissão de Marés, o então presidente substituto, o antropólogo Roque de Barros Laraia, assumiu a presidência da Funai em regime interino. Foram 29 dias até que Glênio Alvarez fosse nomeado presidente pelo ministro José Gregori.

Laraia é formado em história, mas optou pela antropologia. Foi parte do corpo docente do Museu Nacional (UFRJ) e, a partir de 1968, da UnB. É integrante do Conselho Indigenista desde que foi criado, em 1967. À época, esse conselho representava o poder máximo no órgão. O antropólogo tem experiência de pesquisa com os Terena e os Suruí do Pará.

Durante a gestão de Marés, Roque Laraia foi o responsável pela Diretoria de Assuntos Fundiários. Em entrevista exclusiva ao Isa, confessou que os maiores problemas por ele enfrentados em sua curta gestão na presidência, foram o esvaziamento dos quadros profissionais, a escassez de recursos e a pressão constante de grupos indígenas, como os Xavante e os Fulniô. Segundo ele, "não é possível administrar a Funai com os Xavante do jeito que estão". Para ele, a maioria dos índios continua desassistida, ao passo que uma etnia acaba consumindo o tempo da administração e tomando a maioria dos recursos parcamente disponíveis. *(ISA)*

27º GLÊNIO ALVAREZ – MAIO/00

PAULO LACERDA/AE JUN/00

O geólogo Glênio Alvarez, funcionário da Funai há 14 anos, é o 26º presidente do orgão indigenista oficial desde sua fundação, em 1967. Foi administrador regional do órgão em Boa Vista (RR), em 1994, período de demarcação da TI Yanomami.

A escolha de Alvarez, gaúcho de Santa Maria, encerrou a interinidade do antropólogo Roque de Barros Laraia, que ocupou o cargo desde a saída de Carlos Frederico Marés. Alvarez disse que pretende implantar programas conjuntos com governos estaduais. Seu principal desafio é contornar a falta de verbas para desenvolver os programas previstos para 2000. *(ISA)*

MINISTROS DA JUSTIÇA

NELSON JOBIM – JANEIRO/95 A MAIO/97

O advogado gaúcho Nelson Jobim foi deputado federal pelo PMDB de 1987 a 1991. Participou com um dos quatro relatores adjuntos da Comissão de Sistematização da Constituição aprovada em 1988 e foi relator da fracassada revisão constitucional em 1993 e 1994.
Quando nomeado ministro da Justiça por Fernando Henrique Cardoso, Jobim travou a aprovação do novo Estatuto das Sociedades Indígenas no Congresso e paralisou as demarcações de terra, fazendo o presidente assinar um novo decreto sobre procedimentos administrativos de demarcação de terras indígenas. Na época, Jobim alegava a falta de objetividade nos procedimentos administrativos de identificação dessas terras. Redigiu e, finalmente, em janeiro de 1996, o governo acabou aprovando o Decreto 1775, que abriu a possibilidade de contestação de todas as terras indígenas, mesmo as já demarcadas.
Em fevereiro de 1997, Jobim deixou o cargo no Ministério para assumir como ministro do Supremo Tribunal Federal. Durante sua gestão, 30 TIs foram declaradas, dentre elas, as cinco do Rio Negro, que somam 10.610.538 ha. *(ISA)*

ÍRIS REZENDE – MAIO/97 A ABRIL/98

Duas vezes governador do estado de Goiás, ex-ministro da Agricultura do governo Sarney e senador eleito pelo PMDB do mesmo estado, Íris Rezende Machado foi escolhido por Fernando Henrique Cardoso como parte de uma manobra para pacificar rebeliões protagonizadas por parlamentares do PMDB.
Oriundo do MDB, tendo sido cassado pelos militares em 69, Rezende é agropecuarista e advogado. Assumiu o Ministério depois de presidir a Comissão de Constituição e Justiça do Senado.
Em abril de 1998, deixou o posto no Ministério para concorrer ao governo de Goiás. Declarou dez TIs, dentre elas, a TI Kampa e isolados do Rio Envira (AC) com 245,8 mil ha. *(ISA)*

RENAN CALHEIROS – ABRIL/98 A JULHO/99

A nomeação do alagoano Renan Calheiros, que foi líder da Câmara no governo Collor (a quem apoiou na campanha de 1989), permitiu a Fernando Henrique Cardoso encerrar a complicada negociação com o PMDB na reforma ministerial. A escolha abriu caminho para a candidatura do presidente do PSDB, o senador Teotônio Vilela Filho, ao governo de Alagoas.
Em julho de 1999, Calheiros deixou o governo. Sua queda vinha sendo esperada desde o início da disputa em torno da nomeação do diretor geral da Polícia Federal. Disposto a efetivar no cargo o delegado Wantuir Jacine, então diretor interino da corporação, Calheiros entrou em confronto direto com o chefe da Casa Militar, general Cardoso, e teve atritos com o presidente.
Durante sua gestão, declarou 19 TIs, dentre elas, a TI Raposa/Serra do Sol (AM), com 1.687.800 há e a TI Munduruku (PA), com 2.340.360 ha. *(ISA)*

JOSÉ CARLOS DIAS – JULHO/99 A ABRIL/00

O criminalista paulista José Carlos Dias, que tem afinidade política com o PSDB, assumiu em julho de 1999 o Ministério da Justiça depois de treze anos sem exercer um cargo público. O advogado se destacou na defesa de presos políticos durante a ditadura militar (1964-1979), presidiu a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo (1979-1981), zelando pelos direitos humanos.
Durante sua gestão, tiveram lugar as negociações em torno da proposta do novo Estatuto das Sociedades Indígenas e foram declaradas 18 TIs.
Em 11 de abril de 2000, foi demitido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, depois de uma discussão sobre uma nota divulgada, na qual criticava o secretário Nacional Antidrogas, Walter Maierovitch, protegido do general Cardoso. *(ISA)*

JOSÉ GREGORI – ABRIL/00

A nomeação de José Gregori, advogado e amigo do presidente Fernando Henrique Cardoso, para o Ministério da Justiça teve como objetivo por um fim na alta rotatividade de titulares na pasta e, possivelmente, eliminar uma fonte de problemas na Esplanada dos Ministérios. Gregori, até então secretário Nacional de Direitos Humanos, conta com a mais absoluta confiança do presidente, integra seu círculo mais próximo e mantém um bom relacionamento com o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso. Em todas as trocas, Gregori sempre teve seu nome cogitado. Mas, por diversos motivos, inclusive o de o Ministério ter servido como moeda de troca política entre o Palácio e os partidos da base, o presidente nunca conseguiu empossá-lo.
Em maio de 2000, o Estatuto do Índio e das Comunidades Indígenas foi enfim encaminhado ao Congresso Nacional. Até outubro do mesmo ano, Gregori declarou oito TIs. *(ISA)*

REESTRUTURAÇÃO DA FUNAI

FUNAI APARECE EM LISTA DE ÓRGÃOS ELIMINÁVEIS

O governo federal poderá fechar, fundir ou transformar em empresa pública 22 órgãos e estatais a partir de janeiro próximo, segundo estudo aprovado pelo presidente FHC. O objetivo da medida é reduzir as despesas do governo federal e o número de empresas estatais. Entre as empresas listadas estão a Funai e o Dnocs, entre outras. A lista não é definitiva e depende da negociação com os ministérios. A Funai poderia ser transformada numa entidade pública ou fundida com algum outro órgão do Ministério da Justiça. No entanto, o ministro da Justiça, Nelson Jobim, negou ontem que o govern o tenha intenção de extinguir a Funai. *(FSP, 19/09/96)*

FUNAI PEDE APOIO ÀS LIDERANÇAS INDÍGENAS

A Funai empossou terça-feira os novos membros do Conselho Indigenista, um marco considerado histórico na Fundação. Dos 14 membros, nomeados para um mandato de dois anos, 50% são de líderes indígenas, fato inédito na Funai. *(Jornal de Brasília, 05/03/98)*

EM BUSCA DE UM NOVO MODELO

A Funai está analisando a transformação das administrações regionais do órgão em superintendências ou coordenadorias para dar autonomia aos administradores e facilitar a obtenção de recursos fora dos cofres públicos para desenvolver atividades da fundação.
"Temos que reconhecer que não há mais recursos. O caixa é pequeno e a tendência é ficar cada vez menor. Por isso temos que buscar alternativas que permitam o desenvolvimento dos nossos projetos", explicou Sulivan Silvestre, que participou de um encontro de 49 administradores de todo o País, no município de Manacapuru (a 55 quilômetros de Manaus).
Essa descentralização, segundo o presidente, viabilizaria uma estrutura melhor às atuais administrações e a Funai estaria "saindo" de Brasília e chegando até os índios. *(A Crítica, 13/09/98)*

MUSEU NACIONAL DISCUTE FUTURO DA POLÍTICA INDIGENISTA

O Museu Nacional (UFRJ) sediou entre 28 e 30 de junho de 1999 o seminário "Bases para uma nova política indigenista". Coordenado e organizado pelos professores João Pacheco de Oliveira e Antônio Carlos de Souza Lima, o evento pretendeu promover um debate sobre a elaboração de uma nova política indigenista na virada do milênio, envolvendo setores da agência indígena, instâncias da administração federal e governos estaduais.

O seminário contou com exposições de quatro antropólogos e um jurista. João Pacheco de Oliveira falou sobre movimentos indígenas, ONGs e a cooperação internacional. Gilberto Azanha, sobre etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento. Antônio Carlos de Souza Lima, sobre a formação de quadros profissionais para novas formas de ação indigenista. Márcio Santilli, sobre o novo lugar do Estado diante das sociedades indígenas. Por fim, o jurista Carlos Frederico Marés dissertou sobre a regulação jurídica das relações entre sociedades indígenas, Estado e a sociedade nacional.

Participaram também das discussões representantes do Ministério do Meio Ambiente, da Funai, da Funasa, além de lideranças indígenas de todo o país. Integraram mesas redondas a senadora Marina Silva e o coordenador do Comitê Intertribal Marcos Terena. Todos contribuíram na elaboração de relatórios, encaminhados para órgãos de cooperação internacional a fim de orientar os investimentos em projetos voltados para os índios.

O evento foi definido pelos organizadores como um "diálogo aberto e respeitoso para com as diferenças". Para eles, é importante, antes de tudo, apontar o precioso elenco de experiências inovadoras realizadas em diversos pontos do Brasil indígena que objetivam a gestão direta de recursos por organizações constituídas pelos próprios índios. Essas organizações são frutos sobretudo de parcerias com ONGs e organismos governamentais de diversos escalões e especialidades, apoiadas financeiramente por mecanismos de cooperação internacional e multilateral.

Desse modo, o intento do seminário foi deslocar a discussão do eixo da agência indigenista oficial e da relação tutelar para dar foco as iniciativas e organizações indígenas. Em vez de tomar a questão da tutela como pressuposto básico, o debate gravitou em torno do efetivo aproveitamento da rica e diversificada experiência sócio-cultural das sociedades indígenas, que inclui iniciativas próprias de autogestão, soluções políticas dinâmicas e um processo ativo de transformação cultural e organizacional.

A constatação unânime do seminário consiste na idéia de que as organizações indígenas e as autoridades nativas trazem um elemento novo para a elaboração de políticas diferenciadas e se mostram como parceiros privilegiados e potenciais executores dessa nova política indigenista. O seminário resultou em um documento síntese, encaminhado à presidente do Conselho da Comunidade Solidária, a primeira-dama Ruth Cardoso, que participou da cerimônia de encerramento do encontro. *(ISA, a partir do relatório "Bases para uma nova política indigenista", organizado por João Pacheco de Oliveira e Antônio Carlos de Souza Lima e de O Globo, 01/07/99)*

GOVERNO QUER TRANSFORMAR FUNAI

A Funai deverá ser transformada em agência executiva, nos próximos dois anos, para ser mais eficaz no comando da política indigenista. A exemplo das recentes mudanças do Ibama, a Funai terá mais autonomia e flexibilidade no orçamento, por meio de contratos de gestão com o governo federal. A mudança faz parte do novo modelo de administração pública, mas deve ser primeiro aprovada pelas lideranças indígenas e pelo Congresso. O projeto está sendo elaborado pela Finatec, da UnB.

Chamado de programa de desenvolvimento da Funai, o projeto será discutido pelas lideranças indígenas nos próximos 15 dias, como afirmou o presidente do órgão, Sulivan Silvestre de Oliveira. Ele disse ter tomado consciência das críticas de várias organizações indígenas da Amazônia que não foram convidadas para a reunião, que ocorreu em Manaus, com os administradores regionais.

Para o desenvolvimento do Projeto, a Funai já assinou convênio de R$ 90 mil com a Finatec. Com 30 anos de fundação, quadro de 3.350 funcionários, 50 administrações regionais e atendimento para 215 povos indígenas (são 330 mil índios), é a primeira vez que a Funai promove sua própria reestruturação.

No Programa de Desenvolvimento da Nova Funai está inserido o Projeto Pró-Índio, que terá o objetivo de tornar as terras indígenas auto sustentáveis, com investimentos externos.

Também elaborado pela Finatec, o projeto terá convênio com o Sivam para garantir a integridade das comunidades. Segundo o chefe do Departamento de Planejamento da Funai, Saint Clair Pitangui Verciani, o Pró-Índio consiste em elaborar projetos de biotecnologia, manejo sustentável, ecoturismo, agricultura, entre outros, para as comunidades desenvolverem. *(OESP, 15/09/99)*

LACERDA DEFENDE REFORMULAÇÃO

O presidente da Funai, Márcio Lacerda, admitiu ontem que narcotraficantes estão usando os índios de áreas da Amazônia no tráfico de drogas. Essa prática, segundo Lacerda, vem ocorrendo na região de Tabatinga (AM), na fronteira do Brasil com a Colômbia, principalmente em áreas do rio Javari. Nessa região, diversos índios estariam sendo aliciados por traficantes colombianos.

A revelação de Lacerda foi feita em depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara que apura irregularidades na política indígena. Ele disse que a situação é do conhecimento da Polícia Federal e do Exército. "A Funai já fez a sua parte informando a situação aos órgãos de segurança".

Lacerda admitiu ainda ser comum nas áreas indígenas da Amazônia a prática da biopirataria, roubo de madeira e a garimpagem ilegal. "Com a atual estrutura da Funai é impossível coibir esse tipo de coisa", reconheceu Lacerda, ao defender na CPI da Funai uma ampla reestruturação do órgão. Ele admitiu também que a Funai vive hoje um dos períodos mais críticos de sua história. "A falta de recursos é o pior problema", disse Lacerda, ao explicar que o órgão tem um orçamento de R$ 77 milhões para este ano, mas 50% desse valor está contingenciado.

Outra proposta de Lacerda para revitalizar a política indígena prevê a destinação de um percentual do Fundo de Participação dos Municípios (PFM) para os municípios que investirem nas áreas indígenas sob seu domínio. Segundo Lacerda, essa bonificação seria decisiva para ampliar o atendimento aos índios.

A sugestão do presidente da Funai para bonificar os municípios já vem sendo discutida no Congresso. Um projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) prevê aumento nas cotas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para Estados e municípios que investirem em programas ambientais. *(DCI, 19/08/99)*

XAVANTADAS

GAIGER SE INDISPÕE COM OS XAVANTE

O presidente da Funai, Júlio Gaiger foi agarrado ontem por um grupo de índios Xavante durante uma reunião de trabalho no auditório do órgão. Levado escada abaixo pelos índios, Gaiger foi resgatado na frente do prédio por um funcionário que o colocou dentro de um carro particular que passava pelo local. Gaiger pediu

para ser levado ao Ministério da Justiça, onde foi protegido por seguranças. Os índios permaneceram na frente do prédio da Funai à espera de Gaiger, mas se dispersaram no final da tarde. Assessores da Funai afirmam que os Xavante teriam sido induzidos por funcionários da própria Funai a organizar o protesto. Tudo começou quando Gaiger discutia, na reunião, a questão da reestruturação do órgão e foi interrompido por um membro do Sindicato dos Servidores Públicos, que afirmou considerar um absurdo suas propostas. Nesse momento, entrou um grupo formado por 20 índios que ocupou as laterais do auditório. Ajudado por um intérprete, o líder Xavante Lauro começou a protestar contra a reestruturação do órgão. Não satisfeito, o líder aproximou-se da mesa onde estava Gaiger e começou a bater com sua borduna protestando em língua Xavante. Outros índios se aproximaram e prenderam o presidente da Funai. Até o final da tarde, depois de ter passado pelo Ministério da Justiça, pelo Congresso e pelo STF, Júlio Gaiger ainda estava com o terno manchado do jenipapo e urucum usados pelos índios. *(OESP, 23/10/96)*

OPERAÇÃO ARMADA TIRA ÍNDIOS DO GABINETE

A PF desencadeou um operação armada para desalojar os índios Xavante que ocupavam o gabinete do presidente da Funai, Júlio Gaiger. Armados com metralhadoras e fuzis e com o aval de Gaiger e do ministro interino da Justiça, 20 soldados do Comando de Operações Táticas da PF entraram no gabinete às 4h30 da madrugada de sexta-feira, dia 11/04, renderam os índios e os conduziram à Superintendência da PF. Na superintendência, houve empurra-empurra ontem pela manhã, quando outros índios foram ao local tentar libertar os presos. Ao meio dia todos foram soltos. Foram feitos exames de corpo de delito no Instituto Médico Legal, já que dois dos índios retirados do gabinete de Gaiger sofreram agressão. Em nota oficial, a Funai desmente que tenha havido problemas na operação. De acordo com a assessoria da Funai, os índios deixaram o local sujo e depredaram quadros que estavam na parede do gabinete. Um dos Xavante preso de madrugada afirma que os policiais comprimiram o cano de uma metralhadora contra seu peito. Disse ainda que o presidente da Funai estava acompanhando a operação. A Funai negou. *(OESP, 12/04/97)*

SULIVAN É ACUSADO DE ARMAR MANIFESTAÇÕES

Há oito meses no posto de presidente da Funai, Sulivan Silvestre de Oliveira fez uma aliança com

As "xevantadas" na Funai:

(1) berreira na porta de Presidência, em maio de 2000;

(2) ocupação da sala do presidente; atrás do retrato do Rondon, o cacique Aniceto, em abril de 1997;

(3) o cacique Celestino com o ministro da Justiça Milton Seligman e Júlio Gaiger, em maio de 1997;

(4) em maio de 1999, discutem com o então presidente Márcio Lacerda.

JOEDISON ALVES/AE

ED FERREIRA/AE

RONALDO DE OLIVEIRA/CB

DIDA SAMPAIO/AE

os índios xavante, etnia que possui 8.000 membros e ficou famosa pela mania de produzir invasões e ameaçar funcionários da entidade. Dados a atos espetaculares, os Xavante são uma espécie de PFL indígena – falam alto com o governo, estão sempre no poder e são acusados por outras tribos de favorecimento na distribuição de recursos. O acordo, do qual os índios de outras etnias desconfiavam há tempo, veio à tona semana passada por causa de denúncias dos funcionários da Funai. Eles apontam como indício da parceria uma manifestação organizada em março, quando os Xavante invadiram a sede da entidade, constrangeram e agrediram dois funcionários. O chefe Arnaldo Xavante, um dos líderes do protesto, admitiu que tudo foi negociado diretamente com Oliveira. "A única coisa que o presidente pediu foi que não houvesse violência", explica.

Os índios decidiram a invasão de março por iniciativa própria, mas, antes de ir às vias de fato, negociaram o apoio do presidente da Funai. Eles tinham dois alvos, ambos adversários de Oliveira: um era o economista Otacílio Reis, diretor de assistência; outro, a antropóloga Ana Costa, diretora de saúde. Os dois foram arrastados pelos corredores, expulsos do prédio e xingados de "traidores" por defender o uso de critérios técnicos na aplicação das verbas da entidade. Os Xavante, que reivindicavam a compra de 100 automóveis para suas reservas estavam enfurecidos com Reis que havia vetado o seu pedido. Depois do protesto, ele cedeu, liberando a compra de vinte carros para a tribo. Ana Costa, que era contra a doação de objetos e dinheiro aos índios, foi demitida. Quem se deu bem foi o índio Arnaldo Xavante. Ele ganhou um cargo de assessor da Presidência e dá expediente em Nova Xavantina, no interior de Mato Grosso.

"Não tenho dúvida de que a administração articulou a invasão", acusa Reis. "Os ônibus que transportaram os índios foram pagos pela Funai, e havia até marmita pronta para eles", diz a ex-diretora de saúde, Ana Costa. Oliveira nega as acusações, mas admite que conversou com Arnaldo Xavante por telefone antes da agressão aos diretores. Segundo ele, a questão é política. "Eu encontrei o órgão assim e estou tentando acabar com essas distorções. Sou contra o assistencialismo", garante. Mas a tribo dos Xavante, que adora o assistencialismo, está até organizando uma manifestação em Brasília para pedir ao novo ministro da Justiça, Renan Calheiros, que deixe Oliveira no cargo. *(Veja, 13/05/98)*

XAVANTE PEDEM DEMISSÃO DE LACERDA

Uma pressão política distorcida. Assim o presidente da Funai, Márcio Lacerda, definiu a invasão da sede do órgão, ontem, por 51 guerreiros xavante – que o retiraram à força do prédio e ainda ocuparam a entrada do Ministério da Justiça. Os índios (um dos vários grupos xavante da Reserva Parabubure, em Mato Grosso) ocuparam a Funai em represália ao afastamento do diretor da AER Nova Xavantina – à qual a reserva é circunscrita –, ocorrido depois que foram apurados gastos excessivos da AER em 98.

De acordo com o presidente da Funai, o administrador Raimundo Lustosa foi afastado semana passada do cargo pelos gastos aparentemente irregulares da AER Nova Xavantina. Márcio Lacerda explicou que o grupo xavante responsável pelo incidente de ontem quer Lustosa de volta à administração para manter o que chamou de status quo. *(Jornal de Brasília, 01/06/99)*

CPI DA FUNAI

CPI DA CHANTAGEM

Parlamentares conservadores da bancada amazônica, liderados pelos deputados Elton Ronhelt (PFL-RR) e Antônio Feijão (ex-PFL, hoje PSDB-AP), propuseram ao presidente da Funai, Márcio Lacerda, e ao Ministro da Justiça, Renan Calheiros, a redução da área da TI Raposa-Serra do Sol, a ser demarcada pelo governo federal, em troca do arquivamento da CPI da Funai, recentemente instalada na Câmara dos Deputados a pretexto de investigar irregularidades no órgão.

A TI Raposa-Serra do Sol, com extensão de 1,6 milhão ha, está situada no NE de RR e é ocupada desde tempos imemoriais pelos Macuxi, Taurepang, Ingarikó, Wapixana e Patamona, sendo sua população atual estimada em 12 mil índios. Cerca de 800 garimpeiros e fazendeiros, número que já foi bem maior, vivem na área ilegalmente, estimulados por políticas coloniais desenvolvidas nos últimos anos pelo governo estadual, em cumplicidade com órgãos federais.

Essas políticas coloniais incluem a criação de municípios dentro das terras indígenas, como os de Uiramutã e Pacaraima, transferindo-se títulos de eleitores que vivem em outras cidades para se forjarem plebiscitos. Posteriormente esta "população" desaparece, como confirmam os dados censitários do IBGE, e políticos que vivem em Boa Vista ocupam os cargos municipais beneficiando-se do Fundo de Participação dos Municípios. A criação de municípios é, então, alegada como impedimento à demarcação da extensão integral das terras indígenas, como ocorre em relação à TI Raposa-Serra do Sol. Os políticos locais também praticam a cooptação de índios que, embora minoritários, aceitam se posicionar contra a demarcação em troca de benesses governamentais.

Em dezembro de 96, houve uma tentativa de redução da área através de um despacho do então ministro da Justiça, Nelson Jobim. À época, o jornal O Globo publicou declaração do deputado Francisco Rodrigues (PPB-RR) atribuindo a redução proposta a um acordo que resultou no apoio maciço da bancada de Roraima à emenda da reeleição. Em dezembro de 98, foi anunciada a assinatura de uma portaria do atual ministro Renan Calheiros determinando à Funai a demarcação da área na sua extensão integral. O anúncio foi feito em cerimônia no Palácio do Planalto e a portaria foi entregue pelo Ministro da Justiça, em mãos, ao coordenador do CIR.

A CPI da Funai teve sua instalação proposta por requerimento de deputados amazônicos em maio de 95. Propunha-se a investigar demarcações de terras indígenas, antropólogos, ONGs e "irregularidades" no órgão. No entanto, o requerimento permaneceu engavetado durante quatro anos e agora, em março de 99, foi ressuscitado (entre outros) pela própria liderança do governo no Congresso como forma de impedir a instalação de outra CPI, a do sistema financeiro, que constrangeria o governo ao investigar ganhos absurdos dos bancos às vésperas da desvalorização do real. O deputado Elton é o primeiro vice-líder do governo na Câmara e o primeiro subscritor do requerimento da CPI da Funai.

Várias denúncias de irregularidades na administração da Funai têm sido divulgadas pela imprensa e investigadas pelo MPF nos últimos dois anos, referentes à gestão do seu ex-presidente Sulivan Silvestre.

Na semana passada, o atual presidente da Funai, Márcio Lacerda, afirmou na Comissão de Meio Ambiente e Minorias da Câmara que 99% do orçamento total (incluída a folha de pagamentos) da Funai, em 98, foram consumidos em atividades-meio do órgão, e que cerca de 25% do orçamento de custeio (excluída a folha de pagamentos) foram gastos com passagens, diárias e despesas de pensão dos índios que freqüentam Brasília.

O caos orçamentário e administrativo do órgão é de conhecimento público, nada tem a ver com a identificação dos limites das terras indígenas, e está diretamente ligado ao fisiologismo político nas nomeações para os cargos de confiança existentes na sua estrutura. No entanto, a pro-

posta de CPI antecede este fluxo recente de irregularidades e serve, agora, ao objetivo da chantagem política sobre o governo por parte da sua própria base parlamentar. *(Últimas Notícias/ISA, 29/03/99)*

CÂMARA INSTALA CPI

Hoje será instalada a CPI da Funai, com o objetivo de apurar também o relacionamento do órgão federal com ONGs internacionais, os requisitos para a admissão de antropólogos e a aplicação de recursos pela fundação.

"As áreas demarcadas são ricas em minérios como urânio, ouro e cobre", diz o autor do requerimento para a criação do CPI, deputado Elton Rohnelt (PFL-RR), que apresentou o pedido em 1995. Segundo ele, a demora na instalação da comissão foi motivada pela existência de outras comissões de inquérito no período. Como o regimento interno da Câmara permite o funcionamento simultâneo de apenas cinco CPIs, a da Funai teve de esperar.

"A Funai é alvo de muitas pressões externas, em especial de ONGs internacionais", afirma Rohnelt, que se diz favorável às demarcações, mas não da forma atual. Cinicamente, o provável relator da CPI, Antônio Feijão (PSDB-AP), ex-presidente de uma entidade de garimpeiros com base na Amazônia, a Usagal, reclama da atuação descontrolada de garimpeiros e pesquisadores estrangeiros nas reservas. "Não se tem controle sobre as pessoas e instituições internacionais que estão garimpando e fazendo pesquisa tecnológica na Amazônia", garante. *(ISA, a partir de Correio Braziliense, 25/05/99)*

LÍDERES NEGAM BARGANHA

Os deputados federais Elton Rohnelt (PFL-RR) e Antônio Feijão (PSDB-AP), integrantes e líderes da CPI da Funai, negaram que tenham proposto ao governo retirar a CPI em troca da revisão da demarcação Raposa-Serra do Sol, conforme acusação feita pelo coordenador do ISA, Márcio Santilli. Feijão disse que não quer polemizar com Santilli, que o acusa de ter chantageado o governo. "Ele vai poder se explicar na CPI", afirmou o deputado.

A reportagem apurou que Feijão esteve várias vezes com o presidente da Funai, Márcio Lacerda, acompanhado de lideranças indígenas. O deputado afirma ter em mãos documento de índios pedindo que a área Raposa-Serra do Sol não seja demarcada. *(Hoje em Dia, Belo Horizonte, 11/06/99)*

CPI DEFINE ROTEIRO DE INVESTIGAÇÕES

A CPI da Funai aprovou, no último dia 8, o roteiro de seus trabalhos. O roteiro, proposto pelo deputado federal Antônio Feijão, prevê duas fases. Na primeira, os membros da Comissão – presidida pelo deputado federal Alceste Almeida (PMDB-RR) – colherão depoimentos de pessoas previamente escolhidas, entre funcionários públicos, representantes de ONGs, de entidades de classe (especialmente de garimpeiros e empresas de mineração) e do Ministério Público. Na segunda, os componentes da CPI visitarão as áreas indígenas Yanomami e Raposa-Serra do Sol (Roraima), Waiãpi (Amapá), Pataxó (Bahia) e Waimiri-Atroari (Amazonas). O roteiro aprovado prevê que a CPI investigará os critérios para demarcação de terras indígenas, o relacionamento da Funai com outros órgãos públicos e com ONGs, a aplicação das verbas orçamentárias do órgão indigenista oficial e os requisitos para a admissão de antropólogos. O roteiro não especifica se esta admissão se refere aos quadros da Funai ou às terras indígenas.

Além da Funai, a Comissão selecionou um conjunto de instituições, entre governamentais federais e estaduais, não-governamentais, entidades de classe e o MPF, que serão chamadas a depor. Entre as não-governamentais estão três ONGs (CTI, ISA e CPPY), uma organização indígena (a Apina, dos índios Waiãpi, do Amapá), as missionárias MNTB e Cimi, duas entidades formadas por garimpeiros com atuação na Amazônia e a Agência de Cooperação Técnica da Alemanha (GTZ), órgão do governo alemão que faz o acompanhamento técnico da aplicação dos recursos financiados através do PP-G7 para a demarcação de terras indígenas na Amazônia.

Além dos critérios para a demarcação de terras indígenas, a lista de questões a serem abordadas pela Comissão é extremamente abrangente. Inclui investigar as fontes e formas de financiamento das ONGs brasileiras bem como sua atuação dentro de terras indígenas; institutos de pesquisa e missões com projetos em áreas indígenas também serão investigados. A incidência de interesses de mineradoras em terras indígenas, os convênios celebrados pela Funai com terceiros para o desenvolvimento de atividades em áreas indígenas, obras públicas ou privadas cuja continuidade esteja paralisada por ser escopo de conflitos fundiários ou por afetar terras indígenas, a gestão do orçamento da Funai são outros tópicos listados pelos deputados da CPI. *(Marco A. Gonçalves /ISA, 10/06/99)*

INQUÉRITOS COMEÇAM COM COMANDANTE DA AMAZÔNIA...

O comandante militar da Amazônia, Luiz Gonzaga Lessa, disse que a defesa da Amazônia pode ser utilizada como pretexto para a intervenção armada no Brasil por parte de países desenvolvidos. Segundo ele, a intervenção militar motivada pela proteção ao meio ambiente é "tendência da próxima década".

Lessa foi o primeiro inquirido pela CPI da Funai e usou a maior parte do tempo destinado à sua exposição para expor as "ameaças" à Amazônia. Disse considerar preocupante a ausência do Estado em longas faixas de fronteira e que o interesse pela Amazônia se justifica pelo fato de a região ter um quinto da disponibilidade de água doce do planeta, um terço das florestas tropicais e riquezas do subsolo. Depois de afirmar que a Amazônia é inegociável, afirmou: "Queira Deus que no futuro não tenhamos de lutar para reincorporar a Amazônia ao território brasileiro". *(FSP, 17/06/99)*

... E PRESIDENTE DA FUNAI

Márcio Lacerda compareceu ontem, dia 18/08, à CPI da Funai, reabrindo a fase de inquirição após o fim do recesso parlamentar. Falou por 40 minutos para uma platéia composta por lideranças indígenas, deputados federais que compõem a CPI, representantes de ONGs e servidores da Funai. Lacerda historiou genericamente as condições do contato entre índios e a sociedade envolvente até a instauração da Constituição de 88. Em seguida, justificou as demarcações de terras indígenas como recurso para defender as comunidades das frentes de desenvolvimento que avançam para a Amazônia. *(Marco A. Gonçalves/ ISA, 19/08/99)*

DEPUTADOS EMBARCAM PARA RORAIMA...

Uma comitiva de sete deputados que compõe a CPI da Funai embarca hoje para Boa Vista (RR). Será é a primeira de uma série de visitas que CPI programou para as próximas semanas. Estão confirmadas as idas dos deputados Alceste Almeida (PMDB), presidente da CPI; Elton Rohnelt (PFL), Almir Sá (PPB) e Airton Cascavel (PPB), todos eleitos por Roraima; do deputado Antônio Feijão (PSDB-AP), relator da CPI; da deputada Vanessa Grazziotin (PC do B-AM) e do deputado João Grandão (PT-MS).

O roteiro aprovado pela CPI informa que amanhã, dia 10, a comitiva parlamentar se deslocará pela manhã para a TI Raposa-Serra do Sol, cuja demarcação está obstruída por força das pressões que o governo e a bancada roraimense exercem sobre o Executivo federal. Em Rapo-

sa-Serra do Sol, o roteiro informa que os deputados deverão visitar a aldeia Maturuca e, em seguida, sobrevoar as plantações de arroz de não-índios instaladas na região do rio Surumu, dentro de terras indígenas. Daí, a comitiva seguirá para as aldeias Cantão e Malacacheta. Para o dia 11, está agendada audiência pública na Assembléia Legislativa de Boa Vista, e no último dia, uma visita à TI Yanomami – mais especificamente, à base militar de Surucucus - e, em seguida à aldeia Demini. *(Marco A. Gonçalves/ ISA, 09/09/99)*

... E RELATOR MANIPULA PROGRAMAÇÃO

A recém-encerrada visita da CPI da Funai à Roraima foi pródiga em cenas de manipulação e ameaças aos processos de demarcação de terras indígenas, mesmo aos já consolidados. O relator e o presidente da CPI procuraram produzir evidências que corroborem a tese de que a demarcação da TI Raposa-Serra do Sol em uma área única inviabiliza projetos econômicos de interesse da elite estadual. Assim, o roteiro da visita à Raposa-Serra do Sol foi alterado de modo que apenas os opositores da demarcação fossem ouvidos

A visita à aldeia Maturuca, onde cerca de mil índios esperavam a chegada dos deputados, foi transferida da manhã para o fim da tarde, gerando protestos dos tuxauas (líderes indígenas) que pretendiam "desmascarar" as reais intenções da CPI. A comitiva que se dirigiu à TI esteve nas fazendas de arroz irrigados implantadas pelo governo estadual dentro da terra indígena, em algumas aldeias controladas por grupos aliados do governador Neudo Campos (PPB), em vilas de garimpeiros e na sede do município de Uiramutã, também criado dentro dos limites identificados pela Funai como terra tradicional indígena.

Os parlamentares ouviram as queixas dos fazendeiros e a manifestação de membros da organização indígena Sodiur - que representa uma minoria absoluta das aldeias de Raposa e que, curiosamente, defende menos terras para os índios e mais para os arrozeiros.

No dia seguinte à visita à Raposa-Serra do Sol, os deputados da CPI estiveram na audiência pública realizada na Assembléia Legislativa, em Boa Vista, capital do estado, encerrada apenas às 2 horas da manhã de domingo. O ISA apurou que os parlamentares roraimenses e seus aliados acusaram o ex-administrador regional da Funai em Roraima, Walter Blós - destituído recentemente do cargo por pressões da bancada federal de Roraima e do governador Campos - , o CIR e a Diocese de Roraima de semear a discórdia entre os índios em Raposa-Serra do Sol.

Presente à audiência, o governador Neudo Campos disse que ONGs que mantêm relações com organismos internacionais controlam setores importantes do Estado. Instado pelos deputados de oposição a apresentar provas das acusações, o governador disse que não as tinha. O relator Antônio Feijão declarou ao jornal Folha de Boa Vista que a CPI vai encaminhar um ofício ao MPF pedindo instauração de inquérito para apurar a atuação de estrangeiros em terras indígenas. *(Marco A. Gonçalves/ ISA, 14/09/99)*

RELATOR QUER "ZERAR" DEMARCAÇÕES

O jornal Folha de Boa Vista informa que foram ouvidas 19 pessoas nos três dias de visita da CPI à Roraima e registradas cerca de 30 horas de depoimentos em fita cassete. O deputado Antônio Feijão declarou que a demarcação da TI Raposa-Serra do Sol não se baseou em critérios antropológicos e que no texto final da CPI recomendará a revisão de seu processo demarcatório.

Na audiência realizada na Assembléia Legislativa de Boa Vista, Feijão disse que quer zerar todos os procedimentos relativos à demarcação de terras indígenas. À imprensa local, afirmou ainda que seu relatório vai propor a reestruturação da Funai, uma política de integração entre índios e não-índios e rígidos critérios para a admissão de entidades que queiram trabalhar em terras indígenas.

A deputada Vanessa Grazziotin (PC do B-AM) e o deputado João Grandão (PT-MS) afirmaram que a visita à Roraima deixou claro que o objetivo da CPI não é investigar denúncias de corrupção na Funai, mas impedir a continuidade das demarcações de terras indígenas e forçar a revisão de outras demarcações já homologadas pelo governo federal. *(ISA, a partir de Folha de Boa Vista, 10 e 14/09/99)*

CPI É PRORROGADA E ADIA VIAGEM AO AMAPÁ

Um acordo de lideranças viabilizou a entrada do pedido de prorrogação da CPI da Funai na pauta de votação da Câmara dos Deputados ontem, dia 26. O pedido de prorrogação acabou sendo aprovado no final do dia, concedendo mais 60 dias para que a Comissão realize seus trabalhos. A contagem desse período passa a ser feita a partir do dia 18 de outubro, um dia após o fim do período regular de 120 dias. Em sessão ordinária realizada hoje (27/10), os parlamentares da Comissão acataram solicitação, feita pelos parlamentares de oposição, para que a viagem ao Amapá fosse adiada. A viagem interessa particularmente ao relator da CPI, Antônio Feijão, que luta para impedir que o CTI continue desenvolvendo projetos junto aos índios Waiãpi. A visita ao Estado, que prevê uma visita à aldeia Aramirã, na TI Waiãpi, foi transferida para entre 22 e 24 de novembro. *(Marco A. Gonçalves/ ISA, 27/10/99)*

ANTROPÓLOGA É INQUIRIDA

Os deputados da CPI da Funai inquiriram no dia 1° de dezembro a antropóloga Dominique Gallois, doutora e professora do Departamento de Antropologia da USP. Dominique é também coordenadora de vários projetos que o CTI desenvolve junto aos índios Waiãpi, povo que habita as florestas do oeste do Amapá (ver capítulo Amapá/Norte do Pará).

Na diligência da CPI no Estado, ocorrida entre os dias 22 e 24 de novembro, Dominique Gallois havia sido acusada por deputados locais, entre os quais o relator da CPI, Antônio Feijão, de promover divisão entre os Waiãpi, aumentar a área indígena no momento de sua demarcação e de ter elaborado um projeto de "garimpagem" dentro da terra indígena.

Por conta das divergências entre Antônio Feijão e Dominique Gallois, os deputados Dr. Rosinha (PT-PR) e Vanessa Grazziotin (PC do B-AM) reclamaram da impropriedade de o relator inquirir uma pessoa contra a qual tomou várias iniciativas na Justiça. Mesmo diante da insistência dos dois deputados, a ponderação não foi aceita pelo presidente da Comissão, deputado Alceste Almeida.

Ao longo de 40 minutos, Dominique Gallois explicou detalhadamente seu trabalho junto aos Waiãpi, desde seu primeiro contato com o grupo, no início dos anos 70. Relatou as conseqüências do contato promovido pela Funai, na época da abertura da Perimetral Norte, as sucessivas invasões de garimpeiros e o risco de extinção a que os Waiãpi estiveram expostos. Historiou os 18 anos de luta dos índios para obter a demarcação de suas terras, realizada mediante convênio entre a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ) e a Funai entre 1994 e 1996.

A antropóloga informou ainda que, ao contrário do que vinham dizendo opositores do trabalho do CTI no Amapá, os Waiãpi perderam grande parte de seu território ao longo do processo de reconhecimento oficial. Em seguida, o relator Antônio Feijão encaminhou duas baterias de perguntas sobre os procedimentos adotados na auto-demarcação da área e sobre um projeto de recuperação de áreas degradadas pelo garimpo dentro da área Waiãpi, aprovado como projeto demonstrativo (PDA) no âmbito do PPG7. Todas as questões foram res-

pondidas, sem provocar qualquer contestação por parte dos inquiridores.
Um novo requerimento, solicitando mais 60 dias de prorrogação para CPI da Funai foi enviado esta semana para a Câmara dos Deputados. *(Marco A. Gonçalves/ ISA, 02/12/99)*

CPI APROVA RELATÓRIO

A intenção de se valer da CPI para reivindicar a diminuição da TI Raposa-Serra do Sol e criminalizar os trabalhos do CTI entre os Waiãpi foi evidenciada pela apresentação do relatório do deputado Antônio Feijão, aprovado em sessão realizada hoje, 14/12.
Das 14 sugestões a serem encaminhadas para providências do Ministério da Justiça, quatro solicitam a instauração de inquéritos contra o CTI. Há também três sugestões que se referem à TI Raposa-Serra do Sol: um pedido para revisar seus limites, "em respeito aos ocupantes de boa-fé e aos proprietários" que terão que deixar a área; que sejam excluídas do polígono a ser homologada pela Funai as áreas utilizadas para rizicultura, ignorando que estes produtores foram enfiados dentro da TIpelo governo do Estado exatamente para viabilizar reduções quando de sua demarcação; e a abertura de inquérito para investigar as parcerias dos índios de Raposa-Serra do Sol com ONGs.
O relatório propõe ainda que os procedimentos administrativos adotados pelo governo federal no âmbito do reconhecimento oficial das terras indígenas seja modificado, e que seja constituído um "colégio revisor", no qual teriam assento órgãos da administração pública, exceto a Funai. Sugere também que a homologação das demarcações passem pelo crivo do Congresso Nacional. Apesar das manifestações contra seu conteúdo, enviadas por ONGs e organizações indígenas, este relatório foi votado e aprovado por sete deputados, todos da bancada amazônica, no último dia 14 de dezembro. Os quatro deputados da oposição apresentaram seu voto em separado, no qual condenaram a parcialidade e os procedimentos viciados da CPI, apresentando, no final do voto, propostas para uma agenda positiva relativa à questão indígena no país. *(Marco A. Gonçalves, 14/12/00)*

SESSÃO INCONCLUSA

A conclusão formal dos trabalhos da CPI da Funai depende de que o requerimento que solicita uma segunda prorrogação de 60 dias seja aprovado pela Câmara dos Deputados. Isso porque, depois de aprovar o relatório apresentado pelo deputado Antônio Feijão, os deputados que integram a CPI deixaram o plenário antes de a ata da sessão ter sido votada.
Ao perceber o esvaziamento do plenário, o deputado Doutor Rosinha (PT-PR) pediu verificação de quórum ao presidente da Comissão, deputado Alceste Almeida (PMDB-RR), que constatou número insuficiente de parlamentares para aprovar a ata da sessão. Diante desta situação, o relator da CPI saiu correndo atrás de deputados para que a sessão pudesse ser concluída. Não adiantou: foi encerrada sem ata.
Desde fevereiro, o requerimento que prorroga os trabalhos da CPI da Funai tem sido colocado na pauta de votações da Câmara dos Deputados. Até o final do primeiro semestre, no entanto, não havia sido votado. *(Marco A. Gonçalves, jul/00)*

DEMISSÃO DE ORLANDO VILLAS-BÔAS

LEI CONCEDE PENSÃO ESPECIAL AOS VILLAS-BÔAS

O vice-presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República faz saber que o Congresso Nacional decreta e sanciona a seguinte Lei:
Artigo 1° – É concedida a Cláudio Villas-Bôas e Orlando Villas-Bôas, sertanistas, por seus relevantes serviços prestados à causa indígena brasileira, pensão especial vitalícia e equivalente à remuneração prevista para o NS-A-III, inerente às categorias funcionais de Nível Superior da tabela de vencimento do funcionalismo público federal.
Parágrafo único – Por morte de Orlando Villas-Bôas, a pensão de que trata esse artigo reverterá a sua esposa, Sra. Marina Lopes de Lima Villas-Bôas.
Artigo 2° – É vedada a acumulação desse benefício com quaisquer outros recebidos dos cofres públicos, resguardado o direito de opção.
Artigo 3°. – Os reajustes destas pensões serão concedidos de acordo com os reajustes dos servidores públicos federais.
Artigo 4° – A despesa decorrente dessa Lei correrá à conta do Orçamento de Seguridade Social da União, a cargo do Instituto Nacional do Seguro Social.
Artigo 5° – Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.
(Marco Antonio de Oliveira Maciel/Waldeck Ornélas, DOU, 19/04/99)

ÍNTEGRA DA CARTA DE MARÉS A ORLANDO VILLAS-BÔAS, VIA FAX

"Brasília, 25 de janeiro de 2000.
Caro sertanista,
Ao parabenizá-lo pela justa e merecida pensão especial vitalícia que lhe foi concedida pelo Governo Brasileiro, inclusive ao saudoso Cláudio Villas-Bôas, por seus relevantes serviços prestados à nobre causa indígena brasileira, consoante à lei n° 9.793/99, lamento muitíssimo comunicar-lhe da real necessidade de ter de dispor do cargo da comissão, que ora ocupa, de Assessor desta Presidência, código DAS 102.2, em razão do cumprimento do Decreto n° 3134/99, que dispõe sobre as adequações/ reduções em 10% dos gastos com a remuneração dos cargos em comissão e funções de confiança no âmbito das Fundações, além do já significativo corte sofrido na estrutura básica da Funai, motivada pela recente passagem da Saúde Indígena para a Funasa, de acordo com o estabelecido no Decreto n° 3413/99.
Na oportunidade, colocando-me à inteira disposição do ilustre Sertanista/Indigenista, reitero os votos de estima e elevado apreço.
Atenciosamente,
Carlos Frederico Marés de Souza Filho
Presidente da Funai"

O SERTANISTA RESPONDE

"À assessoria da Funai,
Solicito a fineza de confirmar o FAX ora recebido em desligamento da Assessoria e do quadro da Fundação Nacional do Índio. Devo lembrar que por ocasião de nossa aposentadoria houve uma recomendação constante em processo ao senhor Ministro do Interior que, em face da nossa baixa aposentadoria, algo fosse feito na base do benefício estipulado (mais ou menos 1.000 cruzeiros, na época). Agradeceria a essa Assessoria uma confirmação breve desta solicitação.
Atenciosamente,
Orlando Villas-Bôas, 26/01/2000"

DEMISSÃO NO DOU

O presidente da Funai, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto n° 564, de 08 de junho de 1992, resolve:
Artigo n° 1 – Exonerar o servidor Orlando Villas-Bôas, matrícula n° 0445982 do cargo em comissão de Assessor, código DAS 102.2, da Presidência, para qual fora nomeado através da Portaria n° 011/92 de 20/01/92.
Artigo n° 2 – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. *(Carlos Frederico Marés, DOU, 02/02/00)*

POLÊMICA

Orlando Villas-Bôas disse à imprensa que não se preocupava com o dinheiro, mas que se sentiu humilhado pela forma como foi tratado pelo presidente da Funai.
A imprensa nacional reagiu com inúmeros artigos e editoriais criticando a demissão de Villas Boas e a postura de Marés.
No primeiro dia de fevereiro, o presidente Fernando Henrique Cardoso telefonou para casa de Villas-Bôas em São Paulo pedindo-lhe desculpas e convidando-o para integrar um conselho indigenista, que deveria ser criado pelo Ministério da Justiça.
Rebatendo as críticas sobre a demissão de Orlando, Marés reagiu explicando que estava reorganizando o órgão. "O caso está totalmente encerrado. Seria redundante e antiético mantê-lo aqui na Funai. Gostaria que ele tivesse compreendido isso", afirmou para o Jornal do Brasil em 3 de fevereiro.
Apesar dos rumores da queda de Marés por ocasião desse ato, o ministro da Justiça, José Carlos Dias, negou a possibilidade de demiti-lo. Tentando contornar a situação, reiterou a proposta de FHC para Villas-Bôas participar do conselho indigenista. Mas Villas-Bôas l não aceitou. *(ISA, fev/00)*

"MARÉS FEZ O QUE A LEI MANDA"

Tremenda demagogia a que se fez em torno da demissão do sertanista Orlando Villas-Bôas da Fundação Nacional do Índio. Ao demiti-lo do cargo de DAS-2 (R$ 1.136,90 mensais), o presidente da Funai, Carlos Frederico Marés, fez o que a lei manda, a norma administrativa exige e a moralidade recomenda. Se um homem como Orlando Villas-Bôas caiu numa situação dessas, a culpa pode até não ser dele, mas fingir que a Funai fez algo de errado é iludir a boa fé do público.
Villas-Bôas aposentou-se com proventos de índio na década de 70. Se tivesse passado mais tempo nos corredores de Brasília em vez de ter trabalhado no mato, teria saído com dinheiro de cacique. Para remediar esse absurdo (que não envolve apenas o sertanista, mas todos os índios da vida nacional) o governo da época praticou outro. Resolveu-se dar um DAS ao sertanista. Nas suas palavras, "houve uma recomendaçãn em função de nossa baixa aposentadoria". A homenagem valeu-lhe, em dinheiro de hoje, pouco mais de R$ 1.000 mensais. Durante 20 anos o sertanista acumulou a aposentadoria com o DAS. Em abril do ano passado, o Congresso Nacional aprovou e o governo concedeu-lhe uma pensão vitalícia de R$ 1.315. Esse foi o valor que a turma do andar de cima estipulou para remunerar extraordinariamente os serviços de um homem que passou a vida trabalhando pelos índios.
Tendo ganho a pensão, Villas-Bôas perdeu o direito de receber qualquer dinheiro público (além da aposentadoria que já tinha). Pagar-lhe o DAS seria um ato de prevaricação. Era a lei que determinava a sua demissão. Ademais, DAS não é honraria, é função. Orlando Villas-Bôas não prestava serviços regulares à Funai. Se há gente ganhando DAS sem trabalhar, ou dando consultorias mandrakes, isso faz parte do capítulo do assalto à bolsa da Viúva.
Feita a confusão, o governo reagiu com uma mistura de boa educação e mandrakaria. Na boa educação, FFHH telefonou ao sertanista pedindo-lhe desculpas. Maravilha. É um prazer viver num país onde o presidente pede desculpas a um servidor humilhado. Na mandrakaria, ofereceram-lhe novas formas de rendimentos. Era maracutaia. O governn só pnde oferecer empregos dentro das leis que regem o funcionalismo público e, por conta disso, não há como empregar Orlando Villas-Bôas. *(trecho do artigo de Elio Gaspari, FSP, 06/02/00)*

CARGO NA UNIFESP

O sertanista aceitou o cargo de assessor da reitoria da Universidade Federal de São Paulo, antiga Escola Paulista de Medicina, que cumpre, há 34 anos, um convênio para fornecer remédios e médicos ao Parque Nacional do Xingu. *(FSP, 07/03/00)*

MILTON MICHIDA/AE - JUN/00

Orlando Villas-Bôas em sua residência, em São Paulo.

E ONDE FICA O ÍNDIO?

"Acalmadas um pouco as águas que tanto se agitaram na polêmica em torno de Orlando Villas-Bôas, talvez o episódio mereça alguma reflexão. Não há a menor dúvida de que Orlando Villas-Bôas mereça todo o respeito e consideração pelos 40 e tantos anos de trabalho na área indígena, pelos sacrifícios que fez, pelos exemplos de dedicação, coragem e desapego, pela obra que realizou – da qual o Parque do Xingu é o maior testemunho concreto e a gratidão dos grupos ali concentrados, a prova indiscutível do reconhecimento da parte dos maiores interessados.

Também se poderia desejar que sua saída de um cargo de confiança se processasse de outra forma, sem traumas, depois de identificado e consolidado outro caminho que lhe permitisse viver tranqüilo. Mais ainda, com todas as homenagens que merece: mesmo que se pense hoje diferentemente quanto aos caminhos a seguir nas relações com os povos indígenas, isso não obscurece os méritos de Orlando e seus irmãos; ninguém fez melhor que eles na época.

Isso dito, entretanto, pode-se ver com clareza, num caso concreto, que o País é mesmo subdesenvolvido, não apenas injusto. Se, depois de trabalhar durante décadas expondo a vida, em condições dificílimas, numa posição de comando e responsabilidade, uma pessoa ainda tem tantas dificuldades para sobreviver com dignidade, recebendo os proventos de uma aposentadoria, pode-se concluir que nossa situação previdenciária é mesmo de extrema precariedade. A imensa maioria das pessoas recebe da Previdência Social muito menos – até mesmo as que passam a vida contribuindo pelo máximo.

Depois, é lamentável que se decida criar um Conselho Indigenista só quando surge uma situação dificílima de manobrar na comunicação, e não por uma preocupação real do governo federal com a questão indígena – que é grave e urgente: neste momento mesmo, há situações extremamente delicadas envolvendo povos indígenas em Mato Grosso do Sul e Pernambuco, Bahia e Rondônia, para citar apenas uns poucos casos. Nesta última, é parte da própria bancada federal no Estado que pressiona por vários caminhos para reverter a demarcação da área Raposa-Serra do Sol, que pertence legitimamente aos grupos ali instalados há séculos. É o mesmo perigo que ainda ronda dezenas de grupos que não tiveram suas terras demarcadas definitivamente.

Também neste exato momento continua em ritmo de tartaruga no Congresso a discussão – que já vem de anos – do novo Estatuto do Índio, que terá de definir questões delicadíssimas, principalmente a permissão para atividades econômicas em áreas indígenas. E em especial a permissão para atividades mineradoras.

Mas nada disso mereceu a menor atenção no episódio, transformado apenas numa questão entre Villas-Bôas e o presidente da Funai, Carlos Frederico Marés. E em mera divergência - ou descortesia – a respeito de um cargo de confiança. Não faltou até quem propusesse o desrespeito à lei, para a permanência de Orlando no cargo, sob o argumento de que o desrespeito seria irrelevante no caso.

De cambulhada, tratou-se o presidente da Funai como alguém destituído de qualquer mérito, apesar de uma carreira pública marcada por atuações lúcidas e desassombradas. Esqueceu-se principalmente – já que se tratava de tema relacionado com a questão indígena – seu último livro, "O Renascer dos Povos Indígenas para o Direito", no qual mostra com clareza a dificuldade do nosso sistema legal para lidar com culturas diferenciadas e baseadas, por exemplo, na propriedade coletiva. Mostra como o direito desses povos foi substituído progressivamente pelos "direitos" dos colonizadores – resultando no massacre que os transformou em minoria (pouco mais de 300 mil pessoas, somados todos os grupos), quando eram milhões na época da chegada dos portugueses, contra umas poucas dezenas de adventícios –, que poderiam ter exterminado, se houvessem desejado. Exatamente por se tratar de muitas culturas diferenciadas, o presidente da Funai está propondo desde sua posse uma nova política, também diferenciada por grupos. Não se pode olhar com os mesmos parâmetros culturas absolutamente diferentes entre si e em níveis diversos de aculturação. Uma postura nova, muito salutar – mas que, em meio à polêmica, foi jogada fora com a água da bacia.

Mais uma vez, o índio sai perdendo. Não por culpa dos envolvidos diretamente no episódio, Orlando e Marés – mas pela visão que se tem consolidado dos fatos. Quando, na verdade, se teria podido, a partir da impossibilidade de acumulação de proventos, resolver não apenas a questão de Orlando Villas-Bôas, mas abrir, no governo e na comunicação, um novo tempo e um novo espaço para a questão indígena. De forma que os povos indígenas passassem a ser vistos como possuidores de uma organização social e política que tem aspectos admiráveis. Como povos com os quais poderíamos aprender muitas coisas – a começar pela não-formação de aglomerações humanas inadministráveis, devastadoras para o meio ambiente. Como pessoas que merecem todo o respeito em sua diversidade cultural e pelo papel que desempenham de guardiães maiores do que nos resta de diversidade biológica.

Talvez seja ainda tempo para aprender com o episódio. E para mudar nossa atitude nessa questão". (Washington Novaes, OESP, 11/02/00)

SAÚDE

FHC UNIFICA POLÍTICA DE SAÚDE INDÍGENA

O presidente Fernando Henrique Cardoso assina, nos próximos dias, decreto transferindo para o Ministério da Saúde todas as atividades de prevenção e assistência médica ao índio. Desde a constituição de 1988, a função era dividida entre o ministério e a Funai, ligada ao Ministério da Justiça.

A situação gerava atritos de competência e responsabilidade. "Havia uma zona cinzenta. Quando as coisas não andavam bem, um setor responsabilizava o outro, mas quem perdia eram os próprios índios", admite Januário Montone, presidente da FNS, do Ministério da Saúde.

Há 11 anos, os estimados 325 mil indígenas vivem em situação que só gerou insegurança e confusão. Se é para prevenir o índio de doença, a competência é da FNS. Mas a assistência ao indígena doente é de responsabilidade da Funai.

"O limite entre uma competência e outra não é bem definida, por isso é bom unificar", afirmou o secretário executivo do Cimi, Saulo Feitosa. Ele, porém, está preocupado que essa transformação possa levar a uma gradativa transferência de responsabilidades do governo federal para o Estados e municípios.

"Estão previstos projetos com os Estados e municípios, e há muitos casos em que os próprios municípios são réus em ações de disputa pela posse da terra", disse Feitosa. Com a unificação, a FNS vai assumir a coordenação de cerca de 700 servidores da Funai, a maioria enfermeiros e médicos. *(Diário do Grande ABC, 22/04/99)*

CIMI É CONTRA DSEIS COM FUNASA

O Cimi se manifestou contrário à proposta de que a Funasa seja órgão gestor da política de atendimento à saúde dos povos indígenas, estabelecida no documento "Distritos Sanitários Especiais Indígenas – Propostas de Operacionalização". Alegou dois motivos fundamentais: que é uma ação inconstitucional por ferir o artigo 198 da Constituição Federal e a Lei nº 8.080/90, artigo 9º, e que desrespeita as resoluções da II Conferência Nacional de Saúde Indígena.

"Ao Ministério da Saúde cabe a função constitucional de ser o gestor da saúde e de designar, através da portaria, o executor das ações. Da forma como está proposto a Funasa terá a função gestora e a execução será estabelecida através de convênios com terceiros, podendo ser ONGs, organizações indígenas, estados e muni-

cípios". Assim coloca o parecer do Cimi sobre a política da Funasa, criticando a desvinculação da União de sua responsabilidade constitucional e a falta de participação das comunidades indígenas conforme esse modelo.
O Cimi declarou que não vai estabelecer qualquer espécie de convênio com o governo que vise ao gerenciamento dos DSEIs, mas que continuará desenvolvendo seu trabalho e participando dos fóruns de discussão.
Defendeu que a política de atenção à saúde deva se dar em conformidade com o processo de consolidação do Sistema Único de Saúde, deliberando que a atenção à saúde aos índios deva viabilizar o enfoque diferenciado.
O Cimi, por fim, solicitou que o Ministério da Saúde atendesse às reivindicações dos povos indígenas e as resoluções da X Conferência Nacional de Saúde, promovendo a realização de Conferências Estaduais de Saúde Indígena.
(ISA, a partir do "Parecer do Cimi sobre a política da Funasa para a saúde dos povos indígenas", 16/06/99)

ÍNDIOS PROTESTAM CONTRA FNS

Cerca de 70 índios kayapó fizeram uma manifestação em Brasília em frente do Palácio do Planalto, onde tentaram uma audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso. Os índios ameaçaram subir a rampa e paralisar o trânsito naquelas proximidades. A guarda presidencial chamou o reforço da Polícia Militar. Liderados pelo cacique Raoni, eles produziram uma "Carta das Lideranças Indígenas", criticando a decisão do governo em transferir da Funai para a FNS a responsabilidade pela assistência médica aos indígenas.
Os índios expuseram faixas com críticas à política indigenista da Funai mostraram temor com a proposta de alguns setores do Governo que desejam extinguir o órgão e transformá-lo numa secretaria ligada à presidência da República.
(Hoje em Dia, 19/06/99)

"BRASÍLIA, 22 DE JULHO DE 1999

Exmo. Senhor
Presidente da República
Dr. Fernando Henrique Cardoso
Exmo. Senhor,
Nós, lideranças indígenas, representantes das organizações indígenas, abaixo firmadas, legítimos conhecedores das dificuldades enfrentadas por nossas comunidades, estivemos em Brasília nos dias 21 e 22 de julho de 1999 analisando a situação de desespero em que se encontram os indígenas brasileiros no que se refere à questão do atendimento à saúde.
Neste momento, cerca de 99% da população indígena está totalmente abandonada pelo poder público responsável, verificando-se, entre outros problemas, a falta de medicamentos, viaturas para transportes de doentes e total descrédito para compra de medicamentos.
Indignados com tal descaso da Funai frente à questão da saúde nas áreas indígenas, tem se verificado revoltas e movimentos locais das comunidades indígenas, reivindicando uma maior responsabilidade do órgão indigenista.
Como forma de resolver estas reivindicações, a Funai vem exercendo atos de repressão contra as lideranças indígenas utilizando seu poder de polícia para abertura de inquéritos policiais com a conivência do Ministério Público Federal, como está acontecendo no Rio Grande do Sul e em outras regiões. Esta prática tem legitimado de forma injusta a irresponsabilidade e a inoperância deste órgão indigenista no que diz respeito ao cumprimento de suas obrigações legais junto às comunidades indígenas.
Por outro lado, constatamos também que a falta de definição de uma política de saúde indígena tem causado enormes transtornos quando os indígenas buscam apoio à saúde nas áreas, ocorrendo muitas vezes um jogo de empurra-empurra entre a Funai e a Fundação Nacional de Saúde, aumentando ainda mais o sofrimento das comunidades indígenas com óbitos que poderiam ser evitados e causando, inclusive conflitos e divisão nas comunidades indígenas, muitas vezes estimulados por funcionários dos dois órgãos.
Com a finalidade de suprir as demandas verificadas e a minimização da situação ora colocada, solicitamos que sejam imediatamente implantados os Distritos Sanitários Especiais Indígenas com a assinatura do Decreto, passando a responsabilidade sobre a saúde indígena para o Ministério da Saúde. Consideramos este sistema de maior importância para a população indígena uma vez que são propostas firmadas pelas lideranças indígenas durante a realização das Conferências de Saúde Indígena nos estados e regiões e com aval na Conferência Nacional realizada em Brasília em 1993. A proposta abre a possibilidade da definição de um gestor único na questão da saúde indígena contemplada com competência técnica e administrativa própria.
Não pretendemos com a criação dos Distritos Sanitários retirar a responsabilidade da Funai, mas valorizar seu papel frente a outras atribuições que possui com relação à defesa dos direitos indígenas relativos à questão de terras, fiscalização, manejo sustentável, alternativas econômicas e outras questões relevantes que dizem respeito à melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas.
José Severino da Silva - Capoib
Benjamin Castro - Coiab
Waldemir Parintintim - Cunpir
José Souza da Silva - UNI-AC
Genival de Oliveira dos Santos UNI-Tefé
Clóvis Ambrósio - CIR
Osvaldo Honorato Mendes - OSPTAS
João Almeida Vasques - OASPT
Antônio Ricardo Domingos da Costa - APOINME-CE
Gerson Pataxó – APOINME-BA
Juvino Sales – Apois
Aurélio Tenbarin
Daniel Pereira Lescano
Antônio Sarmento dos Santos – ANTAPAMA
Evair Borges Pereira – Terena
Ambrósio Viana – Foirn e AAISARN
Vitorino Soares Guajajara –
Manoel Eufrásio Rodrigues – APOINME/PB
Clóvis Rufino Reis – Civaja"

SAÚDE INDÍGENA É TRANSFERIDA PARA FNS

O DOU publicou a Medida Provisória nº 1.911-8, alterando a Lei 9.649, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. A novidade desta oitava reedição da MP é a introdução de modificações que implicam na transferência da competência legal do patrimônio, funcionários e funções de confiança da Funai para a FNS, no que se refere à atenção à saúde indígena.
As mudanças trazidas pela reedição da MP deverão ser complementadas na próxima segunda-feira por um decreto presidencial, a ser publicado também no Diário Oficial. Este decreto precisará a competência da FNS, preverá a implantação do sistema de DSEI's, e transferirá as rubricas orçamentárias da Funai relativas à saúde para a FNS, alterando alguns aspectos do Decreto nº 1.141/94.
A nova MP altera o artigo 14 da Lei nº 9.649, que define as competências dos ministérios, introduzindo os índios entre o público-alvo a ser beneficiado pelas ações do Ministério da Saúde. Incluiu, ainda, na referida lei um novo artigo (28-B), transferindo da Funai (Ministério da Justiça) para a FNS (Ministério da Saúde): 1) os Postos de Saúde e Casas do Índio mantidas pela Funai para assistência à saúde das comunidades indígenas; 2) os bens móveis, imóveis, acervo documental e equipamentos, inclusive veículos, embarcações e aeronaves, que se destinem ao exercício das atividades de assistência à saúde do índio. Esta transferência patrimonial deverá, segundo o texto da MP, ser efetivada até 28 de setembro de 1999, "ficando, desde já, referidos bens à disposição da FNS, sem prejuízo das atividades operacionais a eles pertinentes."
Quanto à distribuição dos servidores, o artigo 28-B dispõe que: 1) " Ficam redistribuídos da Funai do Ministério da Justiça para a FNS do Ministério da Saúde, os cargos de provimento

efetivo, ocupados ou vagos em 31 de dezembro de 1998, que se destinem ao exercício das atividades de assistência à saúde do índio; 2) Os servidores ocupantes dos cargos redistribuídos na forma do parágrafo anterior, sem prejuízo dos seus direitos e vantagens, serão lotados na área específica de saúde do índio da FNS". *(Últimas Notícias/ISA, 30/07/99)*

MUDA A POLÍTICA DE SAÚDE INDÍGENA

Desde 91, na gestão Collor, o governo federal tenta fazer com que o Ministério da Saúde assuma a responsabilidade pela atenção à saúde indígena. Na ocasião, um conjunto de decretos distribuiu competências da Funai entre o Ministério da Saúde, da Educação, do Meio Ambiente e da Agricultura. Em 94 foram substituídos (exceto o que trata de educação escolar indígena) pelo Decreto nº 1.141, que estabelece parâmetros de atuação conjunta entre a Funai e os citados ministérios, sob a suposta coordenação da primeira.

Desta vez, a mudança vem com força de lei – medida provisória, até que o Congresso a aprove. Transfere da Funai e unifica na FNS a estrutura pública federal pertinente, seus recursos humanos, equipamentos e orçamento específicos. Propõe-se um sistema de DSEIs, com orçamentos próprios pré-indicados e boa parte das atribuições e qualidades a eles atribuídos pelas últimas conferências nacionais de saúde indígena.

O Departamento de Operações (Deope), da FNS, ao qual está subordinado a Coordenadoria de Saúde Indígena (Cosai), anunciou que dispõe de R$ 55 milhões no orçamento de 99 para implementar a nova política e os 33 DSEIs previstos para todo o Brasil. Está pleiteando no orçamento plurianual outros R$ 100 milhões/ano para os próximos três anos. Os DSEIs terão limitações quanto à sua autonomia administrativa, não constituindo unidade orçamentária. Terão seu "gestor" nomeado diretamente por Brasília, mas dispondo de um orçamento próprio indicativo, resultante da divisão destes valores pelos vários DSEIs, através de um critério ponderado que considera estimativas de população e condições de logística de cada área proposta para a sua criação.

Os esforços do Deope/FNS para iniciar a implementação de alguns distritos estão integralmente orientados para um modelo de terceirização da execução dos serviços de saúde, através de uma política de convênios com organizações indígenas, ONGs, universidades e igrejas que já estejam envolvidas na prestação destes serviços. A FNS nomeia um "gestor", disponibiliza recursos e, supostamente, acompanha e se responsabiliza pela qualidade da execução. Assim, em algumas regiões em que o movimento indígena está mais organizado ou em que há instituições sérias envolvidas com ações de saúde, há articulações não-governamentais em curso para assumir a organização dos distritos e, portanto, alguma viabilidade para o modelo de terceirização pretendido.

No entanto, o Brasil é grande e os índios são sujeitos sociais de ponta, dispersos pelas fronteiras, tendencialmente mais presentes exatamente onde o Estado e a sociedade nacionais estão menos presentes. No Vale do Javari (AM), no Parque do Tumucumaque (norte do Pará), assim como em outras fronteiras internas, não há instituições privadas qualificadas em condições de implementar serviços de saúde. Assim, não haverá como enfrentar consistentemente as demandas de saúde indígena numa via de mão única rumo à terceirização. O poder público deveria tentar estruturar ações diretas nestas regiões e, portanto, também criar um modelo de distrito que não seja terceirizado.

Além disso, a FNS parece estar ainda longe de definir ou adotar parâmetros jurídicos adequados para uma política consistente de terceirização. A modalidade de convênio que vem sendo adotada nas negociações que estão mais avançadas acaba por transferir para a instituição conveniada a barafunda burocrática e formal que impede as instituições públicas de funcionar. Há restrições quanto ao tempo de duração dos convênios, para o pagamento de encargos trabalhistas aos profissionais a serem contratados, ou para a abertura de licitações que envolvam valores maiores. São anteriores às leis que criaram as figuras das Organizações Sociais e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, justamente para remover obstáculos para as parcerias entre a sociedade civil e o Estado.

***Expectativas** - Ao mesmo tempo em que tais mudanças abrem a possibilidade de ampliar os recursos disponíveis, criar mecanismos de controle social mais efetivos, melhorar a qualidade dos serviços prestados e das relações interinstitucionais envolvidas, geram, também, preocupações quanto à unilateralidade da estratégia de terceirização e ao baixo nível de institucionalidade com que ela se desenvolve. Há até quem atribua as limitações na política de convênios a um boicote velado da burocracia da FNS à implantação de um modelo de assistência terceirizado.*

Seja como for, o sentimento que paira entre os interessados é de muito ânimo quanto à perspectiva de melhora na situação em que se encontra hoje a saúde indígena, mas de sofrimento diante dos limitados instrumentos da nova política. Para as organizações civis, assumir maior responsabilidade em relação aos serviços já constitui desafio suficiente, que não deveria ser agravado por dificuldades adicionais de gestão. Tudo indica que as limitações do momento têm mais a ver com as agruras da transição. Mas pode também significar que este processo exigirá no futuro do Ministério da Saúde uma solução institucional mais consistente, como a criação de uma agência especializada em saúde indígena, independente da pesada e ineficaz estrutura atual da FNS. (Márcio Santilli, Parabólicas/ISA, ago/99)

APROVADO PROJETO DE LEI

O Senado Federal aprovou, sem emendas, o projeto de lei originário da Câmara dos Deputados, de autoria do ex-deputado federal Sérgio Arouca (PPS-RJ), que dispõe sobre as condições e o funcionamento dos serviços de saúde para as populações indígenas. A lei deverá ser promulgada pelo presidente da República nos próximos dias.

A aprovação deste projeto ocorre em um momento de definições importantes no que se refere à instituição de uma política para a saúde indígena. A "Lei Arouca", como deverá ficar conhecida, estabelece a competência da União, através do Ministério da Saúde, para estruturar e pôr em funcionamento um "subsistema de atenção à saúde indígena", vinculado ao SUS que terá como base os DSEIs, unidade administrativa que proverá serviços de saúde junto às aldeias indígenas e será responsável pela articulação das demandas respectivas junto ao SUS. Estabelece, ainda, que a União deverá financiar este subsistema, podendo outras instituições públicas ou privadas, complementarmente, aportar recursos ou executar serviços de assistência à saúde dos índios. *(Últimas Notícias/ISA, 01/09/99)*

FUNASA ABRE SERVIÇO

A Funasa inaugurou ontem o Serviço de Apoio ao Índio (SAI), centro de referência para índios que vêm de todo o Brasil, principalmente da região Centro-Oeste, buscar tratamento de saúde especializado em Brasília.

O SAI vai fazer a triagem e o encaminhamento do paciente indígena aos hospitais da rede pública do Distrito Federal, além de acompanhar todo o tratamento, até que ele esteja em plenas condições de voltar para a sua aldeia. O maior objetivo do SAI é reduzir o tempo de permanência do índio fora de sua aldeia e garantir agilidade no diagnóstico e no tratamento médico. O serviço contará com um médico, uma enfermeira, sete auxiliares de enfermagem e pessoal de apoio para garantir ao índio o melhor acompanhamento, desde sua chegada a Brasília até sua volta ao estatuto de origem. *(Jornal de Brasília, 23/02/00)*

GOVERNO DESTINA NOVOS RECURSOS

A Funasa vai investir 65,72% a mais de recursos este ano em programas de saúde indígena no País. O anúncio de mais investimentos será feito hoje pelo presidente do órgão, Mauro Ricardo Costa, quando definirá a aplicação de R$ 106 milhões para o atendimento de 210

DEMONSTRATIVO DE CONVÊNIOS DA ÁREA DE SAÚDE INDÍGENA - EXERCÍCIO DE 1999

Ministério da Saúde / Fundação Nacional da Saúde
Departamento de Operações - Coordenação de Saúde do Índio

	DSEI/Sede	Instituição Conveniada	Objeto	Valor do Convênio	Vigência
AC	Alto Juruá/ Cruzeiro do Sul Alto Purus/	União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas – UNI	Estruturar ações de atenção básica de saúde nas áreas de abrangência dos DSEI's (pop. 13 mil índios, 125 comunidades, 162 profissionais de saúde)	5.721.028,08	11/99 a 01/01
		Subtotal		**5.721.028,08**	
AP	Amapá/Norte do Pará/ Macapá	Secretaria do Estado da Saúde do Amapá	Promover melhoria na condição de saúde das populações indígenas do Amapá e norte do Pará (87 profissionais de saúde e 26 pessoas de apolo)	2.482.678,00	08/99 a 10/00
		Subtotal		**2.482.678,00**	
AM	Manaus/Manaus	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – Coiab	Implantar e desenvolver do DSEI de Manaus compreendendo as populações indígenas distribuídas nos municípios de Manaus, Manacapuru, Buriri, Anamã, Nova Olinda, Borba, Novo Ayrão, Manicoré, Autazes, Itacoatiara, Posto do Município de Humaitá (pop. 10.802 índios, 91 aldeias, 121 profissionais de saúde e 12 administrativos)	4.333.250,01	11/99 a 03/01
AM	Parintins/Manaus	Associação Ameríndia – Cooperação Solidária com os Povos Indígenas da América	Desenvolver, implantar e executar ações de saúde a população indígena do DSEI de Parantis (pop. 9.100, aldeias 80, profissionais de saúde 111 e 4 equipes)	2.554.214,00	12/99 a 01/01
AM	Rio Negro/ São Gabriel da Cachoeira	Associação Saúde sem Limites (SSL)	Implantar o DSEI do Rio Negro com o objetivo de prestar atenção integral a saúde da população indígena dos rios Tiquié e Vaupés (pop. 6 mil, profissionais de saúde 36)	2.052.182,00	11/99 a 1/01
AM	Alto Rio Negro/ São Gabriel da Cachoeira	Diocese de São Gabriel da Cachoeira	Implantar a atenção primária à saúde e formação de recursos humanos no DSEI para as etnias Baré, Tukano e Baniva (pop 4 mil e 65 comunidades – atender a população urbana dos bairros da praia de Boa Esperança com pop. 1.800, contratação de 34 profissionais de saúde)	2.023.267,87	
AM	Rio Negro/ São Gabriel da Cachoeira	Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira	Desenvolver ações de saúde em território Yanomami na região do Alto Rio Negro (pop. 6 mil, 90 comunidades indígenas)	1.356.193,00	11/99 a 05/02
AM	Alto Solimões/Tabatinga	Diocese do Alto Solimões	Implantar e desenvolver do Sistema de Saúde e abrangência do DSEI (pop. 32.500 índios, 116 aldeias, 235 profissionais de saúde)	7.777.080,10	10/99 a 05/01
AM	Médio Purus/Lábrea	Organização dos povos indígenas do Médio Purus – OPIMP	Atenção básica de saúde à população do DSEI (pop. 3.423, 50 comunidades, formação de 47 AIS, 9 microscopistas e estruturação do controle social e da organização da rede de serviços)	2.672.719,74	11/99 a 04/01
AM	Javari/Atalaia do Norte	Conselho Indígena do Vale do Javari (Civaja)	Implantar e desenvolver das ações de saúde do DSEI do Vale do Javari (pop. 2.681,22 aldeias e 64 profissionais de saúde)	2.666.656,00	10/99 a 06/01
AM	Tefé/Tefé	União das Nações de Tefe/ Tefé	Prestar assistência a saúde a partir de programas de vigilância epidemiológica e sanitária, de antropologia da saúde fortalecimento da medicina tradicional indígena e sua integração ao SUS (pop. 6.645 índios, 74 aldeias, 140 profissionais de saúde e 34 pessoas de apoio)	4.988.152,00	

	DSEI/Sede	Instituição Conveniada	Objeto	Valor do Convênio	Vigência
AM	Alto Rio Negro/ São Gabriel da Cachoeira	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro	Formar, capacitar e treinar em serviço RH para o DSEI e organização do serviço de saúde na região da calha do Rio Negro e estrada		
AM	Yanomami/Boa Vista	Instituto de Desenvolvimento Sanitário em Meio Tropical – IDS	Implantar um sistema de saúde adaptado às peculiaridades locais no território Yanomami, região dos rios Canaburis, Marauia e Padauari (pop. 9.269, aldeias 230, profissionais de saúde 110)	1.691.698,00	11/99 a 11/00
AM	Yanomami	Secoya – Serviço de Coperação com o Povo Yanomami	Garantir assistência básica de saúde a população Yanomami (pop. 1.535) das regiões do Rio Marauiá. Demini e Padauari – Região do Médio Rio Negro – AM (profissionais de saúde 19)	1.577.083,00	11/99 a 01/01
AM	Yanomami	Inspetoria Salesiana Missionária da Amazônia – Isma	Prestar assistência básica de saúde a população Yanomami dos xaponos Pahoroa e Xamatá no Rio Marauiá (pop.531 índios, 2 comunidades)	101.220,00	
		Subtotal		**37.425.913,11**	
PA	Kaiapó/Redenção	Prefeitura Municipal de Redenção	Garantir atenção a saúde da população indígena do DSEI (pop. 3.318, aldeias 29 e 56 profissionais de saúde)	2.923.353,00	10/99 a
PA	Tapajós/Itaituba	Prefeitura Municipal de Jacareacanga	Assistência a saúde da população indígena Munduruсu e Kayabi (pop. 8.121 índios, distribuídos em 87 aldeias, profissionais de saúde 72)	2.072.571,00	12/99 a 01/01
PA	Altamira/Altmira	Prefeitura Municipal de Altamira	Estruturar e implantar as ações de saúde à população indígena da região dos rios Médio Xingu, Iriri e Curuá (pop. 2 mil, 1.423 aldeados e profissionais de saúde 52)	1.934 671,00	12/99 a 01/01
PA	Guamá/Tocantins	Prefeitura Minicipal de Paragominas	Implantar a casa do índio na sede do município e prestar atenção integral a saúde e indígenas das aldeias das etnias Tembé, Timbira, Kaapor-Tembé e Amanayé (pop. 1.016 índios, 13 aldeia, 24 profissionais de saúde)	713.817,00	12/99 a 01/01
PA	Guamá/Tocantins	Prefeitura Municipal de Ourém	Organizar pólo-base de Ourém para prestar assistência à saúde da população indígena do Alto rio Guamá (pop. 508 índios, 11 aldeia e 7 profissionais de saúde)	641 953,00	12/99 a 01/01
		Subtotal		**8.286.365,00**	
RO	Porto Velho/Porto Velho	Cunpir – Coordenação da União das Nações e povos indígenas de Rondônia	Promover a saúde, assistência médica, desenvolvimento do controle social, capacitação de recursos humanos e infra estrutura do DSEI de Porto Velho (pop. 6.028 – 20 etnias)	3.331 935,59	11/99 a 01/01
RO	Vilhena/Vilhena	Proteção Ambiental Cacoalende – Paca	Prestar assistência a saúde à população indígena do DSEI (pop. 5.067, aldeias 65 e 88 profissionais de saúde)	4.123.887,00	10/99 a 01/01
		Subtotal		**7.455.812,59**	
RR	Leste de Roraima Boa Vista	Conselho Indígena de Roraima – CIR	Implantar assistência a saúde a população indígena do DSEI. (pop. 27 mil, aldeias 185 e 270 profissionais de saúde – 250 AIS)	6.945.041,00	11/99 a 03/01
RR	Yanomami Boa Vista	Saúde Yanomami Boa Vista – Urihi	Prestar assistência a saúde de forma permanente e integral as populações Yanomami residentes nas regiões Ajarani, Auaris, Balawaú, Demini, Homoxi, Missão Catrimani, Parafuri, Surucucu, Toototobi, Tukuxim, Xiriana e Xitei (pop. 6 159 – 12 sub-regiões)	7.208.870,00	10/99 a 02/01
RR	Leste de Roraima Boa Vista	Conselho Indígena de Roraima	Contribuir para melhoria da situação de saúde da qualidade de vida nas comunidades indígenas do Leste de Roraima	442.915,85	
RR	Boa Vista	Diocese de Roraima (Casa de Cura)	Manutenção da Casa de Cura de Roraima	318.605,36	
		Subtotal		**3.098.809,00**	

	DSEI/Sede	Instituição Conveniada	Objeto	Valor do Convênio	Vigência
TO	Tocantins/Palma	Fundação de Assistência ao Sudeste Amazônico – Fasam	Implantar e organizar serviços de saúde para os povos indígenas Xerente, Krahô, Apinajé, Karajá e Javaé (pop. 6.139, 66 aldeias, 80 profissionais de saúde, 24 pessoas de apoio)	3.116.939,20	
		Subtotal		**3.116.939,20**	
		TOTAL REGIÃO NORTE		**79.447.168,19**	
MT	Xingu/Canarana MT	Universidade Federal do Estado de São Paulo	Desenvolver, implantar e executar ações do sistema à saúde da população indígena em toda jurisdição do DSEI do Xingu (pop. 3.600, aldeias 47, profissionais de saúde 64)	2.887.049,64	08/99 a 10/00
MT	Kaiapó/Colider	Prefeitura Municipal de Colider	Implantar o DSEI para atender 2.018 índios em 12 aldeia das etnias Kayapó, Panara, Apiaka, Munduruco, Kaiabi (47 profissionais de saúde)	2.287.345,00 01/01	12/99 a
MT	Xavante/Barra da Garça	Sociedade na Defesa da Cidadania – SDC	Implantar a atenção de saúde à população indígena Xavante (pop. 10.136, 110 aldeias e 156 profissionais de saúde)	5.434.589,24	11/99 a 03/01
MT	Tangará da Serra/Cuiabá	Trópicos – Instituto de apoio ao desenv. e meio ambiente	Prestar assistência a saúde da população ao DSEI 2.695.235,99 (pop. 4.218, aldeias 56 e 80 profissionais de saúde)	11/99 a	03/01
MT	Cuiabá	Operação Amazônia Nativa – Opan	Atenção básica de saúde aos povos indígenas Enawene Nawe, Myky e Irantxe na região noroeste do Estado do Mato Grosso	511.745	
		Subtotal		**1381596487**	
GO	Araguaia/ São Félix do Araguaia	Instituição Adventista Central Brasileira de Educação e Assist. Social	Implantar um sistema de atendimento a saúde a população Karajá. Que habita às margens do rio Araguaia (pop. 1.430 índios, 7 aldeias e 19 profissionais de saúde)	1.439.678,22	
GO	Araguaia	Associaç. Educação e Assistência Social N. Senhora da Assunção – Ansa – MT	Organizar o sistema de atenção básica de saúde aos povos Carajá e Tapirapé (pop. 700 índios, 5 aldeias e 13 profissionais de saúde)	733.452,95	
		Subtotal		**2.173.131,17**	
MS	Mato Grosso do Sul/ Campo Grande	Missão Evangélica Caiuá	Promover a saúde, prestar assitência e controlar os 3.098.809,00 agravos das populações indígenas do DSEI (pop. 33.223, aldeias 48 e 101 profissionais de saúde)	11/99 a	04/04
		Subtotal		**3.098.809,00**	
		TOTAL REGIÃO CENTRO-OESTE		**19.087.905,04**	
MA	Maranhão/São Luiz	Prefeitura Municipal de Amarante	Prestar assistência integral a saúde aos povos indígenas Guajajara, Krikati e Gavião (pop. 3.485, profissionais de saúde 52)	550.107,00	12/11 a 01/01
MA	Maranhão/São Luiz	Prefeitura Municipal de Maranhãozinho	Prestar assistência integral a asaúde do povo Urubu-Kaapor nas terras indígenas do Alto Turiaçu (pop 250, índios, profissionais de saúde 4)	59.430,00 01/01	12/11 a
MA	Maranhão/São Luiz	Prefeitura Municipal de Zé Doca	Promover atenção integral a saúde dos povos indígenas das etnias Guajajara, Urubu-Kaapor, Awá-Guajá (pop. 1.450, profissionais de saúde 41)	853.529,00	12/11 a 01/01
MA	Maranhão/São Luiz	Prefeitura Municipal de Barra do Corda	Prestar assistência integral a saúde às etnias Guajajara, Ramkokame-krá-Canela, Apanyekrá-Canela e Krápum-kateyê que habita as terras indígenas de Cana Brava-Guajajara, Rodeador e Lagoa Comprida (pop. 6.660 e profissionais de saúde 87)	1.009.915,00	12/11 a 01/01

	DSEI/Sede	Instituição Conveniada	Objeto	Valor do Convênio	Vigência
MA	Maranhão/São Luiz	Prefeitura Municipal de Arame	Prestar assistência integral a saúde em áreas indígenas nos territórios de Bacurizinho, Morro Branco, Urucu-Juruá e 32 aldeias próximas ao município de Arame (pop. 5036 índios, 61 profissionais de saúde)	910.630,00	
		Subtotal do Maranhão		**3.373.611,00**	
CE	Ceará	Missão Tremembé	Assegurar o acesso de pacientes indígenas aos Serv. 78.400,00 De Referência e garantir a participação das lideranças indígenas nas reuniões do Conselho Distrital de Saúde Indígena		
		Subtotal do Ceará		**78.400,00**	
		SUBTOTAL DO NORDESTE		**3.452.011,00**	
SC	Interior Sul/ Chapecó	Prefeitura Municipal de Entre Rios	Implantar o programa de promoção e integral de saúde na reserva indígena PI Chapecó (pop. 1.050 índios, 6 profissionais de saúde)	78.000,00	12/99 a 11/00
SC	Interioro Sul/Chapecó	Prefeitura Municipal de Ipuaçu	Promover a melhoria das condições de vida a saúde indígena Kaingang através do desenvolvimento de ações de promoção prevenção e assistência de saúde	259.000,00	12/99 a 11/00
SC	Interior Sul	Prefeitura Municipal José Boiteux	Implantar o programa de promoção da assistência integral a saúde nas comunidades indígenas de José Boiteux (9 profissionais de saúde)	277.308,00	12/99 a 11/00
SC	Interior Sul	Associação Estadual dos Rondonistas	O programa de promoção, prevenção e assistência primária em toda jurisdição dos DSEIs de São Paulo, Paraná e Santa Catarina	4.406.577,44 11/00	12/99 a
		SUBTOTAL DA REGIÃO SUL		**5.020.885,44**	
		TOTAL GERAL		**107.007.969,67**	

etnias diferentes.O montante de recursos vai beneficiar uma população de cerca de 350 mil índios. Os programas serão executados com a participação de 23 organizações não-governamentais.
Além de anunciar o aumento de recursos, a Funasa também divulgará o Informe de Saúde Indígena, um relatório que trata da reestruturação e dos investimentos feitos nos 34 DSEI's espalhados pelo País. *(OESP, 23/03/00)*

FUNASA INCENTIVA HOSPITAIS

A Funasa anunciou ontem que vai pagar até 30% a mais que a tabela normal do SUS para os hospitais que se dispuseram a atender índios. Com esse incentivo, a fundação espera conseguir vencer a resistência de muitos hospitais.
Como os indígenas têm o hábito de acompanhar seus doentes durante as internações, os médicos evitam receber índios em hospitais por não contarem com infra-estrutura adequada. *(O Globo, 24/03/00)*

LEVANTAMENTO APONTA PROLIFERAÇÃO DA AIDS

A Aids está avançando nas comunidades indígenas da fronteira amazônica e, se não forem implementadas medidas preventivas, a doença pode em poucos anos virar uma epidemia.
Essas são algumas das conclusões da pesquisa Fronteiras Amazônicas do Brasil, coordenada pelo professor da Universidade de Brasília Victor Leonardi. Encomendado pelo Ministério da Saúde e financiado pela ONU, o levantamento está sendo finalizado e será lançado como livro em outubro. Foram feitos, nos últimos três anos, estudos sobre moradores, especialmente os índios, que vivem entre Oiapoque, no Amapá, ao Alto Guaporé, no Mato Grosso.
Segundo Leonardi, embora ainda não se configure um quadro de epidemia, é alto o risco de disseminação da Aids entre as populações indígenas dessa área, que têm 11 mil quilômetros de extensão. *(O Globo, 23/07/00)*

ENCONTRO ANTECIPA PAUTA DA III CONFERÊNCIA

A cidade de Manaus (AM) sediou, dias 11 e 12 de outubro, um encontro nacional entre organizações indígenas e ONGs conveniadas com a Funasa para uma avaliação dos trabalhos realizados no último ano e para definir as novas bases dos convênios em 2001. Os presentes reconheceram o aumento nos índices de prevenção, imunização e de controle das doenças, resultado da maior participação dos profissionais de saúde nas comunidades indígenas. Não obstante, advertiu-se que ainda há muito que avançar no funcionamento dos DSEIs, por exemplo, no que se refere ao conhecimento e respeito dos profissionais em relação aos conceitos de saúde e doença próprios da configuração cultural de cada povo, abordagem que está no cerne da proposta dos DSEI. Dessa maneira, temas debatidos nesse encontro anteciparam pautas que estarão na III Conferência Nacional de Saúde Indígena, a se realizar dos dias 14 a 18 de maio de 2001. *(Últimas Notícias/ISA, 24/10/00)*

Povos Indígenas e a Conquista da Cidadania no Campo da Saúde

Marcos Pellegrini

Médico da Funasa,
trabalha há 15 anos com a saúde indígena

A INTENÇÃO DESTE ARTIGO É REFLETIR SOBRE A POSSIBILIDADE E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE ATENÇÃO À SAÚDE INDÍGENA QUE ATENDA CADA SITUAÇÃO

Numa reunião do Fórum Permanente Mbya-Guarani, em dezembro de 1998 na cidade de Porto Alegre, uma autoridade municipal questionou os representantes indígenas sobre a sua excessiva mobilidade. Após uma discussão sobre a situação de saúde e as dificuldades relativas ao acesso aos serviços públicos, o secretário perguntava por que as famílias guaranis não se fixavam onde as terras estavam sendo demarcadas, pois poderiam ser cadastradas numa determinada unidade de saúde o que permitiria um atendimento adequado aos casos de doença.

Felipe Brizuela, liderança que tem se destacado nas relações com os não índios nos últimos anos, responde que o caminho de uma pessoa nem a própria pessoa decide: é Ñanderu quem o faz, não é possível que onde uma pessoa deva ir seja determinado por outra pessoa e muito menos pelos juruá (não índios). E continua:

"Vocês falam das doenças que seus olhos vêem, falam dos catarros, dos tumores, das feridas, dos atropelamentos... Vocês contam os mortos em números como se eles não existissem mais, vocês não vêem a tristeza como nossa doença, vocês não sabem da nossa alegria de ver um pedaço do mato com água limpa, os animais comendo, uma árvore florescer..."

Mesmo que os brasileiros não fôssemos assim tão diferentes (a ponto de pensarmos alguns que ter saúde é, dentre outras coisas, ver uma árvore florir, e outros que é transformar a mesma árvore em madeira), é sempre enorme o abismo entre quem adoece e o profissional de saúde: para o primeiro a doença é um acontecimento na vida que pode ter as mais diversas conseqüências, para o segundo é só mais um caso de doença. Afinal, o que seria uma atenção diferenciada à saúde conforme a demanda organizada pelo movimento indígena? Remédios diferentes? Vacinas diferentes? A questão, normalmente colocada com certa ironia, é pacieotemente respondida pelos índios que diferente é o modo de acesso e o uso que eles fazem desses produtos, hoje indispeosáveis à sua sobrevivência física. Esta diferença no acesso, interpretação e usos dos serviços de saúde passa por questões lingüísticas, culturais, políticas e geográficas, entre outras, e é mais evidente nas regiões onde ocorrem conflitos com a população não indígena, quando a aplicação de vacinas, por exemplo, passa a ser tida pelos índios como uma exposição a venenos de efeitos imediatos ou tardios. É o caso da população das serras do nordeste de Roraima, que fogem das vacinas oferecidas pelo recém criado município de Uiramutã, sediado num aglomerado que se formou em torno de uma corrutela do garimpo dentro da terra indígena. A população não consegue acreditar que pessoas que convivem com (ou trabalham para) as mesmas que disparam armas de fogo contra seus líderes e aliados, seqüestram as irmãs da Consolata e atiram seu caminhonete da ponte sobre as pedras do rio tenham algum interesse em contribuir com a melhoria de seu estado de saúde.

BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA DE SAÚDE INDÍGENA

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 196, definiu a saúde como "direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" e estipulou os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) baseados também na descentralização, integralidade das ações, participação e controle social.

Esta conquista do povo brasileiro foi resultado da mobilização de setores populares, profissionais de saúde e políticos no movimento pela reforma sanitária que começou a se formar na década de 70 e que teve sua proposta final sistematizada em 1986 na VIII

Conferência Nacional de Saúde, que recomendou uma conferência específica para discussão da saúde indígena. A I Conferência Nacional de Proteção à Saúde Indígena, realizada neste mesmo ano, apontou para a criação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas como forma de estender os direitos constitucionais relativos à saúde aos povos indígenas.

A primeira iniciativa de implantação desta proposta se deu por meio de um decreto presidencial, de fevereiro de 1991, que atribuía a responsabilidade pela assistência à saúde indígena ao Ministério da Saúde e criava o Distrito Sanitário Yanomami. Na verdade esta regulamentação governamental não foi implementada em outras áreas indígenas além desta, sendo revogada em 1994 pelo Decreto 1.141. Este decreto dividia as ações de atenção à saúde indígena entre a Funai e a Fundação Nacional de Saúde, contrariando preceitos constitucionais e a Lei Orgânica da Saúde[1], e servia principalmente a interesses corporativos das instituições. Mais grave ainda é que o decreto de 1994 contrariava totalmente os princípios e diretrizes da II Conferência Nacional de Saúde para os Povos Indígenas realizada em 1993 que apontavam para a criação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas como um subsistema de saúde complementar ao SUS.

A indefinição de uma política de saúde, formulada com base na multiplicidade de fatores envolvidos no processo de adoecer e buscar tratamento das pessoas indígenas, comprometia o acesso desta população aos serviços de saúde e impedia a implantação de ações de saúde com resultados efetivos. Além de ignorar as diferentes inserções históricas e geográficas na sociedade nacional, línguas e modos próprios de perceber e agir no mundo, a pouca cobertura dos serviços de saúde disponíveis era agravada pela insuficiência de recursos para execução das ações, especialmente na Funai, órgão do Ministério da Justiça que não dispunha de recursos para assistência à saúde.

Enquanto isso a população era acometida por infecções respiratórias e intestinais, malária, tuberculose, doenças sexualmente transmissíveis, desnutrição e doenças preveníveis pela vacinação, evidenciando um quadro sanitário caracterizado pela alta ocorrência de agravos que poderiam ser significativamente reduzidos com o estabelecimento de ações sistemáticas e continuadas de atenção básica à saúde nas comunidades.

Embora não cubram a totalidade da população indígena no Brasil, os dados disponíveis indicavam, em diversas situações, taxas de morbidade e mortalidade três a quatro vezes maiores que as registradas para a população brasileira em geral.

TAXAS DE MORBIDADE E MORTALIDADE

Ainda que tratando de dados parciais, um consolidado dos relatórios de 22 das 47 administrações regionais da Funai, cobrindo uma população de cerca de sessenta mil indivíduos, demonstrou o registro de 466 óbitos em 1998, quase 50% deles entre menores de cinco anos de idade, tendo como causas mais freqüentes as doenças transmissíveis, especialmente as infecções respiratórias e intestinais, a malária e a desnutrição. As causas externas, especialmente a violência e o suicídio, são importantes causas de mortalidade em algumas regiões (Mato Grosso do Sul e Roraima, por exemplo), sendo a terceira causa de mortalidade conhecida entre a população indígena do Brasil. Os dados consolidados no Relatório de Atividades de 1998 da Coordenação de Saúde do Índio/Funasa, baseando-se no material enviado pelas equipes de saúde indígenas de 24 unidades da federação onde verifica-se a presença indígena, mostram um número de 841 óbitos cuja indicação de causas é proporcionalmente semelhante aos dados analisados pela Funai.

No caso dos Yanomami de Roraima, por exemplo, o coeficiente de mortalidade infantil em 1998, segundo dados da Fundação Nacional de Saúde, foi de 141 por mil nascidos vivos, sendo o de mortalidade geral de 20,4 por mil habitantes. Tais indicadores, se analisados em nível das pequenas comunidades, mostram que mais da metade da população de algumas delas morreu no período de um ano, como foi observado ao norte da Serra Parima, na região do Tucuxim. A análise específica da incidência de malária mostra um incremento, em 1998, de 58% do índice parasitário anual em relação ao ano anterior, superando mil casos por mil habitantes.

A tuberculose, por sua manifestação clínica tardia e insidiosa e necessidade de tratamento prolongado, tem conseqüências sociais e econômicas severas entre os povos indígenas. Para muitos deles o tratamento só tem sido possível mediante internação em unidades hospitalares, o que os afasta de seus familiares e de suas atividades nas comunidades por um extenso período de tempo. Mais uma vez o caso dos Yanomami merece ser lembrado, 17 das 36 pessoas remanescentes dos Sikaimatheribë foram internadas na Casa de Cura em Boa Vista desestabilizando sua organização familiar e econômica.

Em algumas regiões, onde as comunidades indígenas têm um relacionamento mais continuado com a população regional, nota-se o aparecimento de novos problemas de saúde relacionados às mudanças introduzidas no seu modo de vida, tais como a hipertensão arterial, o diabetes, o alcoolismo, a depressão, os atropelamentos e o suicídio, problemas cada vez mais freqüentes em diversas comunidades.

A infecção pelo vírus da imudeficiência humana (HIV) também é um agravo que têm ameaçado um grande número de comunidades. Desde 1988, começaram a ser registrados os primeiros casos de aids entre índios, número que vem aumentando com o passar dos anos, sendo que, dos 36 casos conhecidos até o momento, 8 foram notificados no ano de 1998, distribuídos em todas as regiões do Brasil. O curto período de tempo transcorrido entre o diagnóstico e o óbito dos pacientes e a falta de informações sobre os modos de transmissão do vírus e prevenção da doença, demostram a vulnerabilidade desta população diante das tendências da epidemia no Brasil, com número cada vez maior de casos nas regiões interioranas acometendo cada vez mais as pessoas com menor poder aquisitivo e acesso à informação e preservativo, mulheres e jovens.

OS DISTRITOS SANITÁRIOS ESPECIAIS INDÍGENAS

O processo de formulação de uma política nacional de saúde para os povos indígenas que revertesse o quadro de desassistência exposto anteriormente foi retomado no âmbito do Ministério da Saúde no segundo semestre de 1998 e intensificado em 1999. Esse processo contou com diversas discussões regionais e nacionais e resultou em um plano de organização de 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas para atendimento de toda a população indígena brasileira. Atendendo a maioria das recomendações das conferências de saúde indígena, o modelo não contempla, entretanto, a autonomia administrativa dos distritos e a indicação dos seus chefes pelo Conselho Distrital.

O Distrito Sanitário Especial Indígena ficou caracterizado como uma unidade organizacional de responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde, estabelecida a partir de uma população e território definidos por critérios socioculturais, geográficos, epidemiológicos e de acesso aos serviços; contando com uma rede de serviços própria nas terras indígenas, capacitada para as ações de atenção básica à saúde, e articulada com a rede regional para procedimentos de média e alta complexidade. A participação indígena é garantida nos Conselhos Distritais de Saúde de composição paritária entre usuários indígenas (50%), prestadores de serviços e profissionais de saúde que delibera sobre a elaboração do plano de saúde do distrito, avaliação das ações e apreciação de contas dos prestadores de serviços.

Esta proposta foi regulamentada pelo Decreto n.º 3.156 de 27 de agosto de 1999 que dispõe sobre as condições de assistência à saúde dos povos indígenas e pela Medida Provisória n.º 1.911-8, que trata da organização da Presidência da República e dos Ministérios, onde está incluída a transferência de recursos humanos e outros bens destinados às atividades de assistência à saúde da Funai para a Funasa. Finalmente, em 31 de agosto de 1999, o Senado Federal aprovou a Lei no. 9.836/99, do projeto apresentado pelo Deputado Sérgio Arouca em 1994 baseado nos princípios gerais do relatório final da II Conferência Nacional de Saúde para os Povos Indígenas, que complementa a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8080/90 e 8142/90).

A lei do Deputado Arouca determina que o modelo adotado para a atenção à saúde indígena "deve se pautar por uma abordagem diferenciada e global, contemplando aspectos da assistência à saúde, saneamento básico, nutrição, habitação, meio ambiente, demarcação de terras, educação sanitária e integração institucional", colocando ao Estado a necessidade de superar a mera responsabilidade de disponibilizar serviços médicos, mas também proporcionar os meios necessários às comunidades indígenas para melhorar e exercer o controle sobre sua saúde. Deste ponto de vista, assegurar a eqüidade sanitária implica em reduzir as diferenças entre o estado de saúde dos povos indígenas entre si e os demais seguimentos do povo brasileiro, assegurando a igualdade de oportunidades, e traz questões que dizem respeito à paz, regularização da situação fundiária, ecossistema estável, educação, renda e justiça social; aspectos fundamentais e abrangentes quando pensamos em promoção à saúde.

Apesar de importantes empreendimentos no que diz respeito à organização de serviços, o desafio de contemplar as especificidades de cada contexto na implantação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas ainda está longe de ser superado. A Fundação Nacional de Saúde firmou convênios com organizações indígenas, indigenistas, universidades e municípios procurando suprir as necessidades das mais diversas naturezas e em cada situação tem se deparado com diferentes potencialidades e entraves para efetivo funcionamento do modelo. Ainda que seja observado um aumento significativo na oferta de serviços, há que se considerar que as necessidades de saúde transcendem os limites do setor saúde e trazem demandas que não podem ser atendidas isoladamente pelas organizações que assinaram convênios com a Fundação Nacional de Saúde para execução das ações. Além das dificuldades para recrutamento de pessoal com perfil adequado para atuação num contexto intercultural e pouca capacidade administrativa por parte de algumas organizações, especialmente as indígenas que foram constituídas visando a representação política dos interesses das comunidades e não a execução de grandes projetos, deparam-se com difícil tarefa de executar as ações propostas e ao mesmo tempo exercer um papel crítico em relação à formulação e implementação de políticas públicas que tratam de sua situação.

Mesmo com essas dificuldades, o processo de organização dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas traz oportunidades de participação e protagonismo indígena inéditas na história do Brasil com a criação de conselhos locais e distritais de saúde. Estes são as instâncias que permitirão a adequação dos serviços às diferentes realidades desde que se constituam em espaços de diálogo que valorizem a palavra dos representantes indígenas onde sejam discutidos as reais necessidades e problemas de saúde da população. Para tanto há que se ter clareza sobre o papel dos Conselhos Distritais e do perfil dos conselheiros para representar questões de interesse de toda a população de sua região distrital. Há sempre o risco de uma ação restrita por pactos, lealdades ou interesses corporativos e não por um objetivo comum.

Buscar os meios para efetiva participação da sociedade no aprofundamento da reflexão e tomada de decisão nas questões relativas ao seu bem estar é o passo decisivo em direção a um processo de saúde para todos os cidadãos.

(E o que é que isso tem a ver com água limpa, árvores florindo, comida boa e farta, animais brincando?...) *(abril, 2000)*

IMPLANTAÇÃO DOS DSEIS

Em 1999 foram disponibilizados 68 milhões de reais para contratação de pessoal, ampliação e melhoria de infra-estrutura para atendimento melhoria da rede de transporte e comunicação e aquisição de insumos básicos que estão sendo aplicados conforme quadro abaixo.

RECURSOS HUMANOS

Profissionais	Meta 2002	2000	Con-tra-tado	%	Em Treina-mento	%	Trei-nado	%
Médicos	232	182	138	75	22	12	84	46
Enfermeiros	317	252	223	88	46	18	139	55
Dentistas	162	120	104	86	19	15	56	46
Aux. Enfermagem	889	732	708	96	114	15	436	59
Ag. Indig.de Saúde	2644	2311	1545	66	164	7	439	18
Ag. Ind. de Saneamento	320	161	16	9	16	9	00	-
Outros	897	825	719	87	71	8	185	22
Total	**5471**	**4583**	**3437**	**74**	**436**	**9**	**1339**	**29**

EQUIPAMENTOS

Especificação	Meta 2002	2000	Adquirido	%
Veículos	309	236	191	80
Barcos	429	327	138	42
Rádios	1376	796	269	33
Pólo – ase	235	172	41	23
Posto de Saúde	1495	1015	190	18
Casa de Saúde do Índio	45	43	19	44
Computador	338	174	61	35

OBRAS (REFORMAS E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE)

Especificação	Meta 2002	2000	Em exe-cução	%	Con-cluí-do	%
Const. Posto de Saúde	912	297	2	0,6	-	-
Reforma Posto de Saúde	454	255	2	0,8	01	0,4
Const. Pólo-Base	101	58	12	20	01	1
Reforma Pólo-Base	111	65	17	26	01	1
Const. Casa Saúde do Índio	13	02	-	-	-	-
Ref. Casa de Saúde do Índio	34	30	12	40	01	3

Obs: Os percentuais são sobre a Meta 2000.
Fonte: Funasa (atualizado em fev/00)

Notas e Referências

Em novembro de 1997, a partir de uma demanda da Comissão Intersetorial de Saúde Indígena do Conselho Nacional de Saúde (CISI/CNS), a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal convocou uma audiência para tratar da assistência à saúde indígena, cujo relatório aponta para a ilegalidade do Decreto 1.141/94, considerando ser competência do Ministério da Saúde a gestão do sistema único de saúde.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Ata da 83ª Reunião: 117-118

BRASIL. Decreto n.º 1.141 de 19 de maio de 1994. DOU, 20/05/94.

BRASIL. Decreto n.º 23 de 04 fevereiro de 1991. DOU, 05/02/91.

BRASIL. Decreto n.º 3.156 de 27 de agosto de 1999. DOU 165-A, 28/08/99. pp. 37-38.

BRASIL. Lei 8080 de 19 de setembro de 1990.

BRASIL. Lei 8142 de 28 de dezembro de 1990.

BRASIL. Lei 9836/99. DOU, 24/09/1999. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Medida Provisória n.º 1.911-8, de 29 de julho de 1999. DOU, 30/07/99. p. 14.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE PROTEÇÃO À SAÚDE DO ÍNDIO, 1ª. Relatório Final. Brasília, 1986.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE PARA OS POVOS INDÍGENAS, 2ª Relatório Final. Luziânia (GO), 1993.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Consolidado dos relatórios bimestrais - DES/DAS - Ano 1998 - Brasília, FUNAI, 1999 (xerox).

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. Relatório anual de saúde indígena. Boa Vista, Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde, 1998.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. Relatório de atividades 1998 - Coordenação de Saúde do Índio. Brasília, Fundação Nacional de Saúde, 1999 (xerox).

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. Distritos Sanitários Especiais indígenas – Proposta de Operacionalização. 1999

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. Formação de Agentes Indígenas de Saúde - 1999

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. Informe de Saúde Indígena. Brasília, Edição Brasil, 2000.

A Educação Escolar Indígena no Brasil: A Passos Lentos

Luís Donisete Benzi Grupioni

Doutorando em Antropologia Social na USP

NOS ÚLTIMOS ANOS, PODE-SE CONTABILIZAR UMA SÉRIE DE AVANÇOS E CONSENSOS NA ESTRUTURAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA, DE ÂMBITO NACIONAL, DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Tais avanços se deram tanto no plano legal quanto no plano administrativo. Todavia, ainda não se estruturou um sistema que atenda às necessidades educacionais dos povos indígenas de acordo com seus interesses, respeitando seus modos e ritmos de vida, resguardando o papel da comunidade indígena na definição e no funcionamento do tipo de escola que desejam. A impressão que se tem é que a educação escolar indígena caminha a passos lentos: avança-se em direção a algumas conquistas, mas inúmeros obstáculos se apresentam a cada momento.

Nesse contexto, um registro deve ser feito: a educação escolar indígena virou uma pauta política relevante dos índios, do movimento indígena e de apoio aos índios. Deixou de ser uma temática secundária, ganhou importância à medida em que mobiliza diferentes atores, instituições e recursos. Encontros, reuniões e seminários têm se tornado recorrentes para a discussão da legislação educacional, de propostas curriculares para a escola indígena, de formação de professores índios, do direito de terem uma educação que atenda a suas necessidades e seus projetos de futuro. Hoje não mais se discute se os índios têm ou não que ter escola, mas sim que tipo de escola.

Se nos atermos à legislação, verificaremos um processo lento, mas que segue de forma gradativa e cumulativa, onde o direito à uma educação diferenciada, garantido na Constituição de 1988, vem sendo regulamentado por meio da legislação subseqüente. Além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e da Resolução 3/99 do Conselho Nacional de Educação, a educação indígena está contemplada no Plano Nacional de Educação e no projeto de lei de revisão do Estatuto do Índio, ambos em tramitação no Congresso Nacional.

A legislação que trata da educação escolar indígena tem apresentado formulações que dão abertura para a construção de uma escola indígena que, inserida no sistema educacional nacional, mantenha atributos particulares como o uso da língua indígena, a sistematização de conhecimentos e saberes tradicionais, o uso de materiais adequados preparados pelos próprios professores índios, um calendário que se adapte ao ritmo de vida e das atividades cotidianas e rituais, a elaboração de currículos diferenciados, a participação efetiva da comunidade na definição dos objetivos e rumos da escola. A legislação também tem colocado os índios e suas comunidades como os principais protagonistas da escola indígena, resguardando a elas o direito de terem seus próprios membros indicados para a função de se tornarem professores a partir de programas específicos de formação e titulação.

Todavia, essas definições no plano jurídico ainda encontram-se mais como princípios do que como práticas que norteiam os processos de efetivação da escola no meio indígena. Várias são as amarras administrativas que retardam o processo, embora aqui se possa já vislumbrar um cenário diferente de alguns anos atrás.

DA FUNAI PARA O MEC

A transferência de responsabilidade e de coordenação das iniciativas educacionais em terras indígenas do órgão indigenista (Funai) para o Ministério da Educação, em articulação com as secretarias estaduais de educação, através de decreto da presidência da República (n.26/91), responde em muito pelas alterações ocorridas neste setor. Essa transferência abriu a possibilidade, ainda não efetivada, de que as escolas indígenas fossem incorporadas aos sistemas de ensino do país, de que os então "monitores bilingües" fossem formados e respeitados como profissionais da educação e de que o atendimento das necessidades educacionais indígenas fossem tratadas enquanto política pública, responsabilidade do Estado. Encerrava-se, assim, um ciclo, marcado pela transferência de responsabilidades do órgão indigenista para missões religiosas no atendimento das necessidades educacionais indígenas.

Esse ainda é um processo em curso. É possível elencar vários aspectos positivos dessa transferência de responsabilidades que ensejou o envolvimento de outras esferas do poder público, abrindo novos canais de interlocução para os índios. E é possível, também, demonstrar as inúmeras resistências dessas mesmas esferas de poder em absorver as escolas indígenas, respeitando o direito dos índios à uma educação diferenciada, tarefa que requer novos aportes teóricos, metodológicos e administrativos.

PARÂMETROS DE UMA POLÍTICA NACIONAL

Ao assumir a responsabilidade de coordenar as ações educacionais em terras indígenas, o MEC tomou como primeira tarefa a construção de um documento que tivesse a função de definir os parâmetros de uma política nacional para essa modalidade de educação, de modo a orientar a atuação das diversas agências. Assim, em 1993, foi lançado o documento "Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena" que estabelece como princípios organizadores da prática pedagógica, em contexto de diversidade cultural, a especificidade, a diferença, a intercul-turalidade, o uso das línguas maternas e a globalidade do processo de aprendizagem. Esse documento, elaborado pelo Comitê Nacional de Educação Escolar Indígena, composto por representantes de órgãos governamentais e não governamentais que atuam na educação indígena, além de representantes de professores indígenas, foi pautado em experiências inovadoras levadas a cabo por organizações não-governamentais que atuam junto a diferentes povos indígenas. Foram essas experiências, que nasceram num contexto de se construir alternativas de autonomia para os povos indígenas frente à política integracionista do Estado, que geraram um modelo de formação próprio para os professores indígenas, de modo a habilitá-los para assumirem a docência e a gestão de suas escolas, que, por sua vez, foi encampado pelo MEC como proposta a ser disseminada em todo o país.

COORDENAÇÃO GERAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Outras iniciativas importantes vieram somar-se a este novo contexto. Consolidou-se uma coordenação geral de educação escolar indígena no âmbito do Ministério da Educação, ao mesmo tempo em que se incentivou a criação de instâncias gestoras nas secretarias de educação estaduais para cuidar das escolas e da formação dos professores indígenas. Formulou-se no MEC um programa de financiamento de projetos na área da educação indígena para apoiar ações desenvolvidas por organizações de apoio aos índios e universidades, além de direcionar recursos orçamentários do FNDE para que as secretarias de estado da educação pudessem também desenvolver ações específicas nessa área. Com isto, reconheceu-se a importância das experiências não-governamentais de formação de professores indígenas e, paralelamente, abriu-se caminho para o surgimento de novos cursos de formação, por iniciativas governamentais. Outra ação significativa deu-se com o apoio à publicação de materiais didático-pedagógicos elaborados pelos próprios professores índios enquanto momento importante do processo de sua formação, permitindo a ampliação de uma literatura de autoria dos próprios professores indígenas.

Participantes de Encontro, promovido pelo MEC, para traçar princípios sobre a formação de professores indígenas.

JULIO CÉSAR PAES/MEC - 2000

REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA ESCOLAS INDÍGENAS

Consolidando este quadro, um novo documento começou a chegar nas escolas indígenas de todo o país: o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), documento indutor e orientador de novas práticas, que contou com a participação de especialistas, técnicos e professores índios em sua formulação. Trata-se de um longo e detalhado documento em que se apresentam considerações gerais sobre a educação escolar indígena, quer através da fundamentação histórica, jurídica, antropológica e pedagógica que sustenta a proposta de uma escola indígena que seja intercultural, bilíngüe e diferenciada, quer através de sugestões de trabalho, por áreas do conhecimento, que permitam a construção de um currículo específico e próximo da realidade vivida por cada comunidade indígena, na perspectiva da integração de seus etnoconhecimentos com conhecimentos universais selecionados. Num campo que se caracteriza por uma plêiade de concepções e práticas diferentes, o documento conhecido pela sigla RCNEI conseguiu reunir e sistematizar um mínimo de consenso, capaz de subsidiar diversas interpretações e propostas de construções pedagógicas e curriculares autônomas. Para que isto de fato ocorra será preciso qualificação profissional dos agentes educacionais e abertura nos rígidos esquemas administrativos das secretarias de educação, de modo que se possa construir novos canais de interlocução em que as comunidades indígenas tenham papel ativo na definição do projeto político pedagógico de suas escolas.

CENSO ESCOLAR INDÍGENA

No plano administrativo está em curso a realização de um censo escolar indígena, quantitativo e qualitativo, com três produtos, necessários e há muito esperados: a inclusão das escolas indígenas no sistema educacional, a criação de um cadastro de escolas e de um cadastro de professores índios, que permitirá avaliar impasses, dificuldades e avanços nas ações governamentais de melhoria da qualidade do ensino e dos profissionais da educação. Ainda não estão disponíveis os dados desse censo, mas alguns números fornecidos pelo MEC a partir de informações das próprias secretarias estaduais de educação, permitem verificar que muito precisa ser feito para a institucionalização da educação indígena no sistema nacional de educação.

Existem, segundo esses dados, 1.666 escolas em áreas indígenas, das quais 631 são estaduais e 1.035 municipais, com diferentes situações de reconhecimento legal. Pouquíssimas são reconhecidas como escolas indígenas, apesar da criação dessa categoria pela Resolução 3/99 do CNE. Em sua grande maioria são consideradas como escolas rurais ou salas de extensão de escolas urbanas, seguindo calendários e currículos próprios desses estabelecimentos. De acordo com o levantamento do MEC são 4.000 professores lecionando nessas escolas, sendo 959 professores não-índios, e 3.041 professores índios. Pouco se sabe sobre o perfil destes professores e sobre sua formação. Das 24 secretarias de estado da

ESCOLAS INDÍGENAS E SEUS DOCENTES EM 2000

Estado	*Escolas Municipais*	*Escolas Estaduais*	*Professor não-índio*	*Professor Indígena*
Acre	*21*	*64*	*20*	*64*
Alagoas	*11*		*15*	*45*
Amapá	*01*	*39*	*77*	*107*
Amazonas	*537*	*	*110*	*761*
Bahia	*32*	*01*	*20*	*68*
Ceará	*02*	*23*	*03*	*64*
Espírito Santo	*6*		*05*	*18*
Goiás	*01*			*03*
Maranhão		*142*	*59*	*156*
Mato Grosso	*133*	*07*	*45*	*271*
Mato Grosso do Sul	*37*		*116*	*138*
Minas Gerais		*07***	*01*	*69*
Pará	*68*	*9*	*77*	*100*
Paraíba	*29*		*37*	*88*
Paraná	*26*		*37*	*63*
Pernambuco	*81*		*30*	*166*
Rio de Janeiro	*03****			*10*
Rio Grande do Sul	*08*	*44*	*141*	*162*
Rondônia	*29*	*31*	*43*	*90*
Roraima	*10*	*173*	*47*	*423*
Santa Catarina		*26*	*39*	*45*
São Paulo		*****	*15*	*08*
Sergipe		*01*	*02*	*04*
Tocantins		*64*	*20*	*118*
Total	***1035***	***631***	***959***	***3041***

Notas:

**Amazonas indicou apenas o total de escolas. Como a maioria das escolas são municipais, apesar de haver escolas estaduais, agregamos esse total como municipal.*

*** As escolas estão nucleadas totalizando 28 endereços distintos.*

**** As escolas do RJ são escolas indígenas comunitárias, uma localizada em Angra dos Reis e duas em Parati.*

***** São Paulo não possui escolas indígenas autônomas. Existem salas de aulas em aldeias, vinculadas a escolas estaduais e municipais. Não foi indicado o número de salas de aula.*

Fonte: Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas do MEC, a partir de dados fornecidos pelos setores responsáveis pela educação indígena nas secretarias estaduais de educação (Out/00).

educação que possuem escolas indígenas, sejam elas municipais ou estaduais, menos de 10 elaboraram programas de formação de professores indígenas com vistas a titulação dos mesmos. A maioria realiza ações de capacitação, com metodologias, temáticas e tempos variados. Isso tem reflexo direto no modo de funcionamento da escola: com exceção de um único estado, em que todas as escolas indígenas possuem uma proposta curricular própria, a maioria das escolas indígenas do país não conta com proposta curricular específica, seguindo as das demais escolas regulares do Estado. Na verdade, a maioria das escolas em terras indígenas não são nem reconhecidas como escolas indígenas.

A LEGISLAÇÃO E A REALIDADE

Constata-se, assim, um hiato entre a legislação e a realidade, entre o discurso e a prática. Se há avanços na formulação nacional da política de educação indígena, há ainda inúmeras dificuldades para sua implementação no âmbito estadual, esfera responsável pela efetivação da escola indígena. Fundamentalmente esbarramos em falta de vontade política e administrativa dos governos estaduais em encamparem a educação indígena como uma prioridade e, com isto, ainda está distante a consolidação de um cenário, onde a escola esteja à serviço dos interesses e dos projetos de futuro dos povos indígenas, permitindo que estes tenham acesso a informações essenciais para um convívio mais harmônico e menos destrutivo com os demais segmentos da sociedade brasileira.

De modo geral, percebe-se o pouco envolvimento de várias secretarias estaduais de educação que ainda não absorveram a temática da educação indígena como uma de suas linhas de trabalho. E este é um dos principais pontos a ser enfrentado, uma vez que a execução da política de educação indígena ficou sob a responsabilidade dessas secretarias. Poucas são as que estruturaram um corpo técnico administrativo para formular e implementar uma política estadual de educação indígena e que mantêm cursos regulares de formação e titulação de professores indígenas. Em sua maioria, as secretarias estaduais não contam com orçamento próprio para ações nessa área, limitando-se a realizar pequenos cursos, encontros e oficinas com os parcos recursos obtidos junto ao FNDE. Em vários estados, o trabalho acumulado de organizações de apoio aos índios não é reconhecido, e parcerias desejáveis não são efetivadas. Boa parte das escolas indígenas ainda não sentiram os novos ares de mudança ensejados pela legislação.

Vencer obstáculos e resistências para que as escolas indígenas sejam um instrumento de autonomia, política e cultural, e não mais um instrumento de submissão histórica, é o grande desafio do momento. Um desafio para os próprios índios em descobrir e construir um sentido para a escola, um desafio para os pesquisadores, indigenistas e aliados do movimento indígena, e um desafio para os legisladores e para os agentes governamentais.

Nesse cenário, a falta de vontade política é o que mais fica evidente. Onde ela existe, passos certeiros ou não estão sendo dados. Onde ela não existe, é preciso criar condições para que as coisas aconteçam. Os índios estão tendo papel importante nesse processo, qualificando suas reivindicações, exigindo o cumprimento da legislação. O Ministério Público tem aqui um vasto campo de atuação, em defesa dos interesses indígenas, diante da apatia de muitos governos estaduais. Se não se vislumbra uma nova mudança no gerenciamento da educação indígena, então é preciso criar os mecanismos necessários para que o atual funcione. No ritmo atual, muitos anos ainda serão necessários para que os índios possam efetivamente assumir os destinos de suas escolas. *(outubro, 2000)*

AVANÇOS NA LEGISLAÇÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

A promulgação da Constituição de 1988 ensejou um processo de normatização do direito dos índios a uma educação diferenciada. Os dispositivos legais, já em vigor ou em discussão no parlamento, apontam para uma verdadeira revolução no reconhecimento do direito dos índios à uma educação específica voltada à valorização do conhecimento indígena e preocupada em garantir meios e instrumentos para um convívio mais equilibrado com a sociedade brasileira.

Leis em vigor *- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, trata, pela primeira vez, desse direito. Em dois artigos, preconiza como dever do Estado o oferecimento de uma educação escolar bilíngüe e intercultural, que fortaleça as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena, e proporcione a oportunidade de recuperar suas memórias históricas e reafirmar suas identidades, dando-lhes, também, acesso aos conhecimentos técnico-científicos da sociedade nacional. Para que isto possa ocorrer, a LDBEN determina a articulação dos sistemas de ensino para a elaboração de programas integrados de ensino e pesquisa, que contem com a participação das comunidades indígenas em sua formulação e que tenham como objetivo desenvolver currículos específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades. A LDBEN ainda prevê a formação de pessoal especializado para atuar nessa área e a elaboração e publicação de materiais didáticos específicos e diferenciados.*

Instado a interpretar a LDBEN, o Conselho Nacional de Educação lançou uma resolução (n. 3/99) que fixa diretrizes para o funcionamento das escolas indígenas. Importantes definições foram aí inscritas e regulamentadas, das quais três merecem ser destacadas: (a) a criação da categoria escola indígena, reconhecendo-lhe "a condição de escolas com normas e ordenamento jurídico próprios"; (b) garantia de uma formação específica para os professores indígenas, podendo esta ocorrer em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização; e (c) definição precisa das esferas de competência, em regime de colaboração, entre União, Estados e Municípios. À primeira cabe legislar, definir diretrizes e políticas nacionais, apoiar técnica e financeiramente os sistemas

de ensino para o provimento de programas de educação intercultural e de formação de professores indígenas, além de criar programas específicos de auxílio ao desenvolvimento da educação. Aos Estados caberá a responsabilidade "pela oferta e execução da educação escolar indígena, diretamente ou por regime de colaboração com seus municípios", integrando as escolas indígenas como "unidades próprias, autônomas e específicas no sistema estadual" e provendo-as com recursos humanos, materiais e financeiros, além de instituir e regulamentar o magistério indígena.

Leis em discussão no Congresso *- Outras duas leis estão em discussão no parlamento e também tratam do direito dos índios à uma educação diferenciada: o Plano Nacional de Educação e a revisão do Estatuto do Índio.*

No Plano Nacional de Educação há todo um capítulo sobre a educação escolar indígena, com metas a curto e longo prazo, onde se estabelece a universalização da oferta de programas educacionais aos povos indígenas para todas as séries do ensino fundamental, assegurando autonomia para essas escolas, tanto no que se refere ao projeto pedagógico quanto ao uso dos recursos financeiros, e garantindo a participação das comunidades indígenas nas decisões relativas ao funcionamento dessas escolas. O PNE prevê, ainda, a criação de programas específicos para atender às escolas indígenas, bem como a criação de linhas de financiamento para a implementação dos programas de educação em áreas indígenas. Atribuindo aos sistemas estaduais de ensino a responsabilidade legal pela educação indígena, o PNE assume como uma das metas a ser atingida nessa esfera de atuação a profissionalização e o reconhecimento público do magistério indígena, com a criação da categoria de professores indígenas como carreira específica do magistério e com a implementação de programas contínuos de formação sistemática do professorado indígena.

Também em tramitação no Congresso Nacional está uma proposta de lei de revisão do Estatuto do Índio (lei 6.001 de 1973) que se tornou defasado frente às inovações do texto constitucional atualmente em vigor. No último substitutivo do projeto, de autoria do dep. Luciano Pizzatto, o capítulo da educação indígena virou uma colcha de retalhos, congregando propostas díspares e antagônicas. O Governo Federal apresentou um novo texto que acredita-se que seja incorporado pelo relator. Nele prevê-se que os "índios tenham acesso aos conhecimentos valorizados e socializados no contexto nacional, de modo a assegurar-lhes a defesa de seus interesses e a participação na vida nacional em igualdade de condições, enquanto grupos etnicamente diferenciados" e garantindo "respeito aos processos educativos e de transmissão de conhecimento das comunidades indígenas". O processo de implantação de escolas deverá, pela proposta do Executivo, garantir autonomia tanto para o projeto pedagógico quanto à gestão administrativa, num contexto plural de idéias e concepções pedagógicas. Ficam assegurados "currículos, programas e processo de avaliação de aprendizagem e materiais pedagógicos e calendários escolares diferenciados e adequados às diversas comunidades indígenas", bem como o direito destas de participar dos processos de recrutamento e seleção de seus professores, dando prioridade aos próprios índios. Para tanto, a proposta de reformulação do Estatuto do Índio também prevê "programas de formação de recursos humanos especializados, possibilitando a condução pedagógica da educação escolar pelas próprias comunidades indígenas".

Mesmo sendo positivas as alterações e novas formulações da legislação, devemos reconhecer a morosidade com que tais conquistas se efetivaram. Já se vão quase 20 anos desde a promulgação da Constituição para que um princípio ali inscrito, fosse detalhado e regulamentado pela legislação subseqüente. Quantos anos mais serão necessários para tais avanços produzam efeitos práticos? O desafio parece ser o de como tornar realidade os avanços inscritos no plano jurídico, de modo a que a escola em áreas indígenas, historicamente utilizada como meio de dominação, seja um instrumento de autodeterminação, que respeite as tradições e modos de ser indígenas e esteja a serviço dos diferentes projetos de futuro desses povos. Em suma, que lhes abra novas perspectivas, a seu favor e não contra!

EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO INDÍGENA NA NOVA LDBEN

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conhecida como Lei Darcy Ribeiro, apresenta três artigos que regulamentam a oferta de educação escolar em comunidades indígenas. O artigo 32, repetindo o artigo 210 da Constituição Federal, assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem no ensino fundamental.
Nos artigos 78 e 79 preconiza-se como dever do Estado o oferecimento de uma educação escolar bilíngüe e intercultural, que fortaleça as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena e proporcione a oportunidade de recuperar suas memórias históricas e reafirmar suas identidades, dando-lhes, também, acesso aos conhecimentos técnico-científicos da sociedade nacional. Prevê-se, ainda, a articulação dos sistemas de ensino para a elaboração de programas integrados de ensino e pesquisa, que contem com a participação das comunidades indígenas em sua formulação e que tenham como objetivo desenvolver currículos específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades. Para tanto, a lei prevê a formação de pessoal especializado para atuar nessa área e a elaboração e publicação de materiais didáticos específicos e diferenciados.
A antiga LDB não fazia nenhuma referência à educação escolar em comunidades indígenas. *(ISA, dez/96)*

MEC REALIZA ENCONTRO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

Entre os dias 30 de setembro e 03 de outubro, o MEC promoveu, em Brasília, o I Encontro Nacional de Coordenadores de Projetos na Área de Educação Indígena. Participaram cerca de 80 pessoas representando secretariais estaduais de educação, demecs, Funai, ONGs e universidades.
A questão da LDB e a regularização dos currículos e cursos de formação de professores indígenas foi abordada em palestra proferida pelo Prof. Júlio Winggers (SC). A inclusão da educação escolar indígena no Plano Nacional de Educação foi apresentada por Luís Donisete Grupioni (Mari/USP). A construção de referenciais pedagógicos curriculares indígenas foi o tema da palestra de Nietta Monte (CPI-AC). E a discussão sobre a municipalização ou estadualização foi conduzida pelo Prof. Gersen Baniwa, secretário municipal de São Gabriel da Cachoeira (AM).
As experiências de formação de professores indígenas desenvolvidas por organizações não-governamentais de apoio aos índios foi tema de uma sessão do encontro. Foram apresentadas as experiências da OGPTB entre os Ticuna, do ISA no Xingu, da CPI-AC no Acre e do CTI entre os Waiãpi. No painel sobre as experiências de secretarias estaduais de educação foram apresentadas as iniciativas de MG, MT, RS, TO e MA. Ao término do encontro, os participantes aprovaram sugestões para o Plano Nacional de Educação. *(ISA, out/97)*

PLANO NACIONAL INCLUI OS ÍNDIOS

O governo federal deverá apresentar ao Congresso Nacional, no final deste ano, o Plano Nacional de Educação (PNE), fixando metas da educação nacional, do ensino fundamental ao ensino superior, para os próximos 10 anos. O plano, previsto pela Constituição de 1988 e pela LDBEN de 1996, está sendo elaborado pelo INEP/MEC, com a colaboração dos estados e municípios. A educação indígena consta como uma das modalidades de ensino do plano. Uma primeira versão do deste capítulo, elaborada pelo MARI/USP, a pedido do NUPES/USP, que está coordenando a redação do Plano, foi discutida pelo Comitê de Educação Escolar Indígena/MEC, em setembro, e por coordenadores de projetos na área de educação escolar indígena, reunidos em Brasília em outubro. Ele deverá ser objeto, ainda, de uma audiência pública em novembro.
Entre as principais metas incluídas no capítulo sobre educação indígena, destaca-se: 1. Definição dos sistemas de ensino estaduais como a esfera responsável pela oferta da educação escolar indígena; 2. Criação da categoria oficial de escola indígena para garantir que a especificidade da educação intercultural e bilíngüe seja assegurada; 3. Universalização da adoção das diretrizes para a política nacional de educação escolar indígena e implementação dos referenciais curriculares indígenas em todo o país; 4. Garantia de inclusão das escolas indígenas nos programas de auxílio ao desenvolvimento da educação já existentes e criação de outros programas específicos que contemplem as necessidades destas escolas; 5. Garantia de programas de formação em serviço aos docentes indígenas, procurando a qualidade e a continuidade sistemática desta formação, e sua regulamentação e reconhecimento público como carreira do magistério. *(ISA, nov/97)*

APROVADO O NOVO REFERENCIAL CURRICULAR

Foi entregue, em novembro de 1998, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI). O RCNEI visa reorientar as fragmentadas e às vezes díspares ações públicas e privadas de educação escolar indígena.
O mérito dessa iniciativa e de seu produto, apresentado pelo ministro Paulo Renato, foi fruto de uma salada intercultural e multilíngue, trabalho de uma interminável equipe, que lista mais de 300 nomes. Foi produzido durante um ano e meio e coordenado por Nietta Lindenberg Monte, a convite da Coordenadoria Geral de Apoio às Escolas Indígenas da Secretaria de Ensino Fundamental do MEC.
O Referencial Curricular é um guia de orientação, um texto de subsídio, formativo e informativo, para que estados e municípios possam inteirar-se, respeitar e incentivar a nova política pública atualmente em vigor para as escolas indígenas, a partir de um novo marco jurídico expresso na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases de 1996. Reúne os princípios contemporâneos que garantem a educação específica e diferenciada, bilíngüe e intercultural a que tem direito as diversas sociedades indígenas do país. Como um referencial para a construção curricular, oferece subsídios aos professores das escolas indígenas e aos técnicos dos sistemas de ensino sobre aspectos variados dos processos de ensino-aprendizagem, desejáveis nas áreas de conhecimento próprias às escolas indígenas brasileiras. Dá sugestões de trabalho a serem discutidas e criticamente apropriadas para o ensino de línguas (portuguesa e indígena), matemática, geografia, história, ciência, arte e educação física, ao longo do ensino fun-

damental. Tirou da clandestinidade e tornou "oficiais" algumas das mais significativas experiências atuais em educação escolar indígena. *(Nietta Lindenberg Monte in Página 20, Rio Branco, 13/12/98)*

MEC INICIA DISTRIBUIÇÃO DOS REFERENCIAIS

A Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas do MEC iniciou a distribuição do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas em todo o país. Foram editados 12.000 exemplares do Referencial que serão distribuídos para todos os professores indígenas, técnicos governamentais, ONGs, universidades e imprensa. Destes, 2.500 serão enviados para as escolas indígenas acompanhado de um kit com publicações, embaladas numa caixa. Fazem parte destas publicações: Cadastro Nacional de Consultores da Educação Escolar Indígena, O Governo Brasileiro e a Educação Escolar Indígena 1995-1998, e um guia com informações sobre os 10 livros didáticos que acompanham o referencial, produzidos por professores indígenas e assessores de diferentes projetos de formação governamentais e não-governamentais.
Segundo a Secretaria de Ensino Fundamental do MEC, Iara Prado, a idéia de re-edição destes livros didáticos e sua distribuição para todas as escolas indígenas do país, é "oferecer referências, exemplificando como é possível a construção de material didático de qualidade adequado a cada comunidade indígena, e ao mesmo tempo, iniciar um intercâmbio entre os diferentes povos e escolas indígenas do país".
O MEC enviará os Kits e os Referenciais para as Secretarias Estaduais de Educação e para as ONGs que desenvolvem projetos em áreas indígenas, para que elas façam a distribuição junto às escolas e professores indígenas. *(ISA, dez/98)*

CONSELHO NACIONAL REALIZA AUDIÊNCIA PÚBLICA

No auditório do edifício sede do Conselho Nacional de Educação realizou-se a audiência pública para discussão da resolução que "fixa as diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências". Na audiência, o relator da matéria, Pe. Kuno Rhoden apresentou o estudo realizado pela Câmara Básica do CNE e a proposta da resolução, abrindo aos participantes a possibilidade de apresentarem sugestões e comentários.
O capítulo da resolução que define como competência dos Estados a responsabilidade pelas escolas indígenas e pela formação dos professores índios gerou polêmica. O secretário municipal de São Gabriel da Cachoeira, Gersen Baniwa, defendeu que os municípios também deveriam ter essa responsabilidade. Ele afirmou que se fossem estadualizadas as escolas indígenas, seu município ficaria com apenas 5% das escolas, uma vez que as outras 95% são indígenas. A secretaria estadual do Mato Grosso do Sul também se posicionou contrária a estadualização. Outras instituições e representantes de secretarias manifestaram seu apoio a estadualização. O argumento principal é que os municípios não tem capacidade técnica para oferecer uma educação de qualidade aos povos indígenas e de que são muito expressivos os interesses anti-indígenas nos municípios, o que poderia fazer com as escolas indígenas não tivessem qualquer apoio do poder municipal.
A questão da estadualização, bem como outras ponderações apresentadas na audiência pública serão discutidas nas próximas reuniões do CNE, quando se votará a resolução, garantiu o presidente da Câmara Básica, Ulisses de Oliveira Panisset. *(ISA, out/99)*

MINISTRO HOMOLOGA RESOLUÇÃO

O Ministro da Educação Paulo Renato Souza homologou no dia 18 de outubro o parecer de nº 14/99 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, favorável à aprovação do projeto de Resolução que fixa diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências.
A resolução, que recebeu o nº 3/99, cria a categoria escola indígena, reconhecendo-lhe "a condição de escolas com normas e ordenamento jurídico próprios". Constituirão elementos básicos para a definição dessa categoria sua localização em terras habitadas por comunidades indígenas, atendimento exclusivo a comunidades indígenas, ensino ministrado nas línguas maternas e organização escolar própria.
As escolas indígenas terão a prerrogativa de organizar as atividades escolares, independentemente do ano civil, de modo a respeitar o fluxo das atividades econômicas, sociais, culturais e religiosas. Elas serão criadas em atendimento à reivindicação ou por iniciativa da comunidade de interessada. A resolução estabelece que as escolas indígenas deverão ser vinculadas aos sistemas estaduais de ensino e que somente municípios que possuam sistemas próprios de educação, disponham de condições técnicas e financeiras adequadas e, ainda, contem com a anuência das comunidades indígenas interessadas, poderão manter escolas indígenas. Estabeleceu-se um prazo de três anos para a transferências das escolas municipais para os sistemas estaduais de educação.
Estadualização - Normatizando a LDBEN, a resolução define claramente as esferas de competência, em regime de colaboração, entre União, Estados e Municípios. À primeira cabe legislar, definir diretrizes e políticas nacionais, apoiar técnica e financeiramente os sistemas de ensino para o provimento de programas de educação intercultural e de formação de professores indígenas, além de criar programas específicos de auxílio ao desenvolvimento da educação. Aos Estados caberá a responsabilidade "pela oferta e execução da educação escolar indígena, diretamente ou por regime de colaboração com seus municípios", integrando as escolas indígenas como "unidades próprias, autônomas e específicas no sistema estadual" e provendo-as com recursos humanos, materiais e financeiros, além de instituir e regulamentar o magistério indígena.
Formação - A resolução garante uma formação específica para os professores indígenas e que esta poderá ocorrer em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização. Esta formação deverá dar ênfase à constituição de competências que possibilitem aos professores indígenas a elaboração de currículos e programas próprios, produção de material didático e utilização de metodologias de ensino e pesquisa.
O MEC deverá iniciar, ainda este ano, um programa de divulgação e discussão da resolução em todo o país, de modo a informar o conteúdo da resolução aos professores indígenas e a incentivar os setores responsáveis pela educação indígena nas secretarias a implementá-la. *(Luís Donisete Grupioni, nov/99)*

COMITÊ TEM NOVA COMPOSIÇÃO

O Comitê de Educação Escolar Indígena, instância assessora e consultiva do MEC, tem nova composição. Fazem parte do Comitê os seguintes representantes: do MEC (Iara Prado), da Undime (Renner Gouçalvez Dutra), do Consed (Raquel Teixeira e Zélia Resende), da Funai (Susana Grillo Guimarães e Meiriel Souza), da ABA (Luís Donisete Grupioni e Silvio Coelho dos Santos), da Abralin (Gilvan Muller e Angel Cobrera Mori), das ONGs (Nietta Monte e Eunice Dias de Paula), das universidades (Bruna Franchetto e Marta Azevedo), do Fórum dos conselhos Estaduais de Educação (Júlio Wiggers) e dos professores indígenas da região Norte (Boa Ventura Belizário, Jadir Neves da Silva e João Bosco Marinho), da região Centro-Oeste (Filadélfio de Oliveira Neto e Maria de Lourdes Kaiwá), da região Nordeste (José Agnaldo Gomes de Souza e Sandro Cruz dos Santos) e da região Sudeste (Algemiro da Silva).

De acordo com a portaria de nomeação dos novos membros, o Comitê reunir-se-á ordinariamente duas vezes por ano e o MEC levará em consideração suas recomendações como subsídios às ações a serem implementadas na área da educação escolar indígena no país. *(ISA a partir do DOU, 29/03/00)*

INEP/MEC REALIZA CENSO

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais (INEP/MEC) em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação está realizando o primeiro censo escolar indígena no país. Através do censo será possível conhecer o modelo pedagógico adotado em cada comunidade indígena, o currículo e o calendário escolar, o número de alunos indígenas matriculados em cada série, o vínculo administrativo e a infra-estrutura das escolas, o tipo de material didático e equipamentos existentes nas escolas indígenas e o grau de formação dos professores indígenas.

"Esse levantamento levará o Brasil a conhecer a realidade educacional nas comunidades indígenas, identificar o perfil do aluno, do professor e da escola, e as peculiaridades existentes, além da relação que cada um desses povos mantém com a nossa sociedade", explica Maria Helena Guimarães de Castro, presidente do INEP, que realiza o levantamento em conjunto com a Secretaria de Ensino Fundamental. *(Jornal do MEC, abr/00)*

TELECONFERÊNCIA SOBRE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

"Educação Indígena: formação do professor" foi o tema da primeira teleconferência que inaugurou a série "Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Fundamental", realizada no dia 14 de abril, pelo MEC, no auditório da Embratel em Brasília. A teleconferência foi transmitida ao vivo para os 57 auditórios da Embratel, onde se reuniram professores, consultores e especialistas em Educação de todo o país, telepostos também da Embratel e rede da TV Escola.

No início foram exibidos três filmes: o primeiro, explicativo sobre a história dos índios no Brasil e as ações do MEC dirigidas a eles; o segundo, mostrando a experiência da escola indígena nas aldeias Maxacali e Pataxó, em Minas Gerais; e o último, apresentando o projeto desenvolvido pela Comissão Pró-Índio do Acre na formação de professores indígenas.

A mesa-redonda contou com a participação da coordenadora-geral de apoio às escolas indígenas do MEC, Ivete Campos; do consultor do MEC para educação indígena, Luís Donisete Grupioni; da assessora de programas de formação de professores indígenas, Teresa Maher, e do coordenador da COIAB, Euclides Macuxi. *(Jornal do MEC, abr/00)*

PROFESSORES INDÍGENAS DISCUTEM FORMAÇÃO

Quinze professores indígenas, de treze etnias, representando as diferentes regiões do país estiveram reunidos em Brasília, em encontro promovido pelo MEC, para traçar princípios sobre a formação de professores indígenas. O encontro, que contou com a assessoria da educadora Nietta Monte e do antropólogo Luís Donisete Grupioni, foi centrado na discussão de quatro temas: o perfil do professor indígena, currículo da escola indígena, currículo dos cursos de formação dos professores indígenas, e material didático e a pesquisa. Durante o encontro, os professores indígenas analisaram e apresentaram sugestões para o documento "Diretrizes para a implementação de programas de formação de professores indígenas nos sistemas estaduais de ensino", em fase de elaboração pelo MEC. *(ISA, ago/00)*

TV ESCOLA LANÇA SÉRIE DE VÍDEOS SOBRE ÍNDIOS

O canal da TV Escola começa a exibir a série "Índios no Brasil", composta por 10 programas de aproximadamente 20 minutos cada. Sob a direção do documentarista Vincent Carelli, da ONG Vídeo nas Aldeias (SP), a série é uma iniciativa da TV Escola, da Secretaria de Ensino a Distância, em parceria com a Secretaria de Ensino Fundamental do MEC. Alunos, professores e diretores poderão ampliar os seus conhecimentos e desmistificar os preconceitos a respeito da questão indígena no Brasil. Primeiramente os vídeos serão exibidos pelo canal da TV Escola. No próximo ano, a SEF estará realizando 15.000 cópias dos programas que serão enviados para as escolas do país, acompanhados de três livros, com textos que deram origem aos roteiros dos vídeos, escritos por antropólogos e consultores da SEF (Bruna Franchetto, Carlos Fausto, Dominique Gallois, Luís Donisete Grupioni, Virgínia Valladão e Vincent Carelli).

Os programas - Apresentada pelo líder Ailton Krenak, "Índios no Brasil" mostra, sem intermediários, como vivem e o que pensam os índios de nove povos dispersos no território nacional, escolhidos entre mais de duzentas etnias: Ashaninka e kaxinawá (AC), Baniwa do Rio Negro (AM), Krahô (TO), Maxacali (MG), Pankararu (PE), Yanomami (RR), Kaiowá (MS) e Kaingang do sul do país. São dez os títulos dos programas: Quem são eles?, Nossas Línguas, Boa Viagem Ibantu, Quando Deus Visita a Aldeia, Uma Outra História, Primeiros Contatos, Nossas Terras, Filhos da Terra, Do Outro Lado do Céu e Nossos Direitos.

"É a primeira vez que a questão indígena é abordada numa série para televisão, dando a palavra aos índios, visando enriquecer o currículo escolar e combater idéias preconceituosas a respeito desses povos. A série "Índios no Brasil" traz depoimentos de personagens, residentes em diferentes partes do país, que expressam com extrema fidelidade a relação nem sempre amistosa, entre o índio e o branco, desde a época do descobrimento até os dias atuais", explica Vincent Carelli, diretor da série. *(ISA, ago/00)*

PROJETOS ECONÔMICOS EM TERRAS INDÍGENAS

CARTILHA INCENTIVA TURISMO

O governo lançou ontem no Rio uma cartilha que ensina os índios a explorar a indústria do turismo. O texto dá dicas de como os moradores nas reservas devem receber os visitantes e os orienta a resolver problemas relacionados com a nova atividade, como tratamento do lixo produzido pelos turistas e eventuais doenças transmitidas pelos brancos no contato.

A iniciativa do governo provocou a imediata reação de estudiosos da cultura indígena. Um dos principais indigenistas do país, Sidney Possuelo, funcionário da Funai, criticou a medida. Encarregado de frentes de contato com índios arredios, como os Korubo, no vale do Javari, fronteira do Brasil com o Peru, Possuelo é contra a abertura das áreas para o turismo. Ele argumenta que o incentivo ao turismo entre os índios é precipitado. Para Possuelo, a exploração do turismo nas aldeias como fonte de renda para as comunidades segue a tendência do governo de "terceirizar tudo". *(A Crítica, 16/12/97)*

TURISMO EM RESERVAS

O presidente da Funai, Sulivan Silvestre, informou que na próxima semana deve ser criado um grupo de trabalho para avaliar o lançamento do Manual Indígena de Ecoturismo, ocorrido no último dia 15, em Brasília. O documento foi apresentado no World Ecotur' 97, encontro que discute o turismo ecológico como fonte de renda.

O objetivo da discussão é analisar os aspectos antropológicos e etnológicos e tornar o assunto mais comum aos funcionários da instituição.

A elaboração do manual foi coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente, tendo a participação de alguns técnicos da Funai.
"Sou a favor da auto-sustentação das comunidades indígenas, de que elas se mantenham por capacidade própria, mas temo que a atividade turística possa prejudicá-las, trazendo doenças, forçando o contato com a civilização e descaracterizando a cultura indígena", ponderou Silvestre.
Segundo a cartilha, os índios teriam que construir hotéis rústicos para hospedar os visitantes fora das aldeias; vender pacotes para agências; treinar guias; exigir que os turistas estejam vacinados, entre outros pontos.
"Como se pode exigir que essas ações sejam cumpridas por etnias que ainda não admitem o contato com os brancos?, indaga o presidente da Funai, demonstrando que a oficialização do turismo nas reservas é algo delicado e que precisa de tempo para discussão. *(Diário de Cuiabá, 04/01/98)*

FUNAI APÓIA EXPLORAÇÃO SUSTENTÁVEL DE RESERVAS

O novo presidente da Funai, o ex-senador José Márcio Panoff Lacerda (PMDB-MT), defendeu ontem, ao tomar posse, a exploração econômica de áreas indígenas. Lacerda disse que a exploração legal de madeira e garimpo em áreas indígenas pode ser uma fonte de recursos para as comunidades. Ele lembrou que há vários projetos nesse sentido em tramitação no Congresso que podem ser aproveitados, mas ressaltou que qualquer tipo de utilização econômica nas reservas deve ser feita de forma assistida e orientada.
"A proibição resultou em danos mais graves do que aqueles que se pretendeu prevenir: o garimpo clandestino, a exploração predatória da madeira de lei, a biopirataria", afirmou.
(...) Lacerda considera indispensável a criação de mecanismos legais que garantam a preservação do ambiente e a destinação de parte do dinheiro obtido com as atividades econômicas aos índios. Para o novo presidente da Funai, a tentativa de preservação absoluta das reservas indígenas impediu o aproveitamento econômico dessas áreas sob o amparo da lei, contribuindo para que o acesso dos índios à sociedade não-índia ocorra pela porta da ilegalidade.
(...)Crítico das práticas assistencialistas que historicamente dominaram a relação da Funai com os índios, Lacerda defendeu o desenvolvimento sustentável dos grupos. Ele sugeriu ainda a concessão de benefícios, como mais recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), por exemplo, às prefeituras de cidades vizinhas às reservas. Isso, segundo o novo presidente, estabeleceria uma maior integração entre os índios e a população não-índia. *(O Liberal, 23/02/99)*

SOLUÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

O novo presidente da Funai, Carlos Marés, em visita oficial ao Amazonas veio buscar nas experiências dos índios da região, em especial dos uaimiri-atroaris, soluções de desenvolvimento auto-sustentado, uma das principais metas de sua administração.
Marés visitou os Waimiri ontem e também irá a São Gabriel da Cachoeira reunir-se com os representantes da Coiab. Em entrevista coletiva, concedida ontem em Manaus, Marés falou sobre projetos da Funai e a situação do órgão no que diz respeito à saúde, proteção e demarcação de terras indígenas.
Para o novo presidente, uma das principais preocupações da fundação será justamente com uma área que passou a ser gerenciada pela Funasa: a saúde dos povos indígenas. Marés diz que a Funasa tem competência técnica para assumir a saúde dos índios, mas critica a maneira como se deu a passagem de um órgão para outro.
Segundo Marés, não houve um processo de transição. A mudança ocorreu sem nenhum preparo, o que tem gerado impasses em várias regiões. "A Funasa é um órgão técnico de alta competência, mas não tinha nenhuma tradição para lidar com a realidade indígena", diz. Para resolver a questão, ele propõe por enquanto, o diálogo e o trabalho conjunto entre Funai e Funasa.
As ações e metas da Funai, para seu novo presidente, serão localizadas. Ele não defende uma política nacional para os indígenas, mas políticas diferenciadas, propondo ainda uma revisão do órgão.
Os projetos produtivos em área indígena são vistos com bons olhos pelo novo presidente. Ele não vê polêmica no índio se estruturar economicamente. "Só é preciso ter cuidado para não alterar as crenças e a cultura dos povos", ressalta. Até mesmo a exploração de madeira em terras indígenas não teria problema desde que houvesse um plano de manejo. Os projetos econômicos dependeriam da necessidade de cada povo. *(A Crítica, 09/12/99)*

FUNAI CRIARÁ COMISSÃO PARA ECOTURISMO

A recém-empossada diretora de educação, Susana Grillo Guimarães, reconhece a necessidade da Funai assessorar os projetos que surgem em vários estados. Antes de deixar a diretoria de Assistência do órgão, ela demonstrou a preocupação com a exploração do turismo sem estudos e anunciou a criação de uma comissão para analisar o assunto. "Os Guató, os Bororo, Paresi, Pataxó e Kaingang também querem o turismo. Não podemos virar as costas para isso". Susana reconheceu a pouca participação da Funai na resolução de problemas nas aldeias, por falta de recursos, e que o turismo étnico pode ser a solução para muitos deles. "O problema é que, senão ordenadas, as visitas podem gerar impactos negativos. A produção de alimentos nas aldeias pode ser afetada pela excessiva produção de artesanato".
Os grupos de estudo acontecerão em parceria com o MMA. Mas a mudança constante de cargos na Funai faz mais estragos do que se imagina. O vai-e-vem de diretores poderá atrasar a criação definitiva da comissão. Hoje, a diretoria de Assistência é acumulada pelo vice-presidente do órgão, Dinarte Nobre de Madeira. Enquanto isso, o turismo nas aldeias do Xingu está proibida.
Indiferentes a Brasília, os Kamayurá não vêem a hora de concretizar o projeto. Ergueram uma oca extra para receber os turistas, com banheiro e cozinha. Para quem reclama da falta de recursos, levantar a estrutura tão cedo, sem garantias de aprovação do projeto, foi pouco prudente.
Confiantes, eles esperam não ter mais problemas para fazer a manutenção de veículos e motores de barcos. O pajé da tribo, Takumã, lembra que a abertura de estradas aumentou o intercâmbio entre as comunidades da região, inclusive durante cerimônias como o kwarup, o que também exige gastos.
Tradição à parte, um breve passeio mostra que os índios terão muito o que fazer para atrair os turistas. Apesar da disposição de preservar a cultura, latas e plásticos são facilmente vistos no caminho que leva à lagoa Ipavu, perto da aldeia.
Em uma das ocas, crianças jogam cartas, brincam com bonecos dos teletubies, ouvem a banda norte-americana For Non Blondes e exibem um cartaz dos australianos Hanson. O que pode ser um tremendo banho de água fria no turista acontece exatamente na oca de Kotok e Takumã – os líderes da aldeia. *(Correio Braziliense, 10/08/00)*

Surto Corporativista Assola a Funai

Márcio Santilli | Coordenador do Programa Brasil Socioambiental do ISA

ÓRGÃO QUER BAIXAR PORTARIA OBRIGANDO ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS, ONGS E MISSÕES RELIGIOSAS A REALIZAR CONVÊNIOS COM A FUNAI PARA INGRESSAR OU REALIZAR QUAISQUER ATIVIDADES DE APOIO AOS ÍNDIOS

Em reunião do Conselho Indigenista da Funai, realizada em 3 de março, a presidência do órgão apresentou uma minuta de portaria que pretende condicionar o ingresso e a permanência de prepostos de entidades civis e religiosas em terras indígenas à prévia celebração de convênios com a Funai.

Essa minuta circulou de mão em mão entre os índios funcionários, que trabalham na sede do órgão. O texto da minuta atinge, inclusive, as organizações indígenas que, juridicamente, são organizações civis como outra ONG qualquer. A Funai, na atual gestão, tem questionado a legitimidade das organizações indígenas, alegando que apenas ela, enquanto órgão tutor, além da comunidade indígena em si, através de suas lideranças tradicionais, pode legalmente representar direitos e interesses indígenas.

Esse entendimento viola frontalmente o disposto no artigo 232 da Constituição brasileira: "Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa dos seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo".

A Constituição legitima expressamente as organizações indígenas e não faz referência, sequer, à existência da Funai. Se as organizações indígenas podem ingressar em juízo, muito mais ainda podem desenvolver os seus projetos livres de qualquer cerceamento por parte da Funai, desde que o façam de acordo com a lei.

A minuta é essencialmente ilegal, pois pretende obrigar instituições privadas que atuam legalmente a realizar convênios com a Funai, sendo que a própria figura do convênio pressupõe a livre expressão de vontade das partes. É, também, inerente à figura do convênio a definição de obrigações para ambas as partes, sendo que a minuta só estabelece obrigações às entidades.

A Funai abusa do seu poder legal quando pretende aprovar ou vetar projetos ou atividades de interesse das comunidades, mesmo quando a natureza dessas atividades independe de autorizações formais dos poderes públicos. Na minuta, os projetos que serão objeto de convênios dependem da anuência (sic) da comunidade indígena, mas mesmo projetos das comunidades indígenas ficam subordinados à aprovação da Funai. É um abuso do instituto da tutela, que relega as comunidades indígenas à incapacidade civil, cerceia o seu direito de organização, de conduzir os seus próprios destinos e de construir as relações de parceria que desejam. Na minuta, a Funai sequer se obriga a cumprir prazos na análise dos convênios e projetos.

Exige das entidades informações sobre suas fontes de financiamento e contratos com terceiras partes, mesmo nos casos em que ela sequer participa financeiramente dos projetos. Decidirá segundo seus próprios critérios jurídicos e técnicos, que não são explicitados, dando margem a ampla subjetividade. Atribui-se o direito de determinar a realização de auditorias a qualquer tempo, obrigando as entidades a custeá-las.

O CONVÊNIO QUE SE PROPÕE NÃO É CONVÊNIO, É UM EMARANHADO DE OBSTÁCULOS

burocráticos capaz de inviabilizar a execução de projetos das próprias comunidades indígenas. A minuta estabelece que apenas entidades civis registradas no Brasil podem realizar os convênios obrigatórios com a Funai. Ou seja, outras entidades não teriam possibilidade de atuar em terras indígenas, mesmo que disponham de convênios com organizações indígenas ou instituições públicas ou privadas brasileiras. Ou seja, empresas estrangeiras de mineração poderiam atuar legalmente em terras indígenas, mas organizações civis de apoio, não.

Em lugar de incentivar a cooperação internacional com os povos indígenas, a Funai prefere cerceá-la.

A intenção arbitrária da parte da Funai, nesse nível, não tem precedente nos anos 90, e lembra os piores momentos da ditadura militar. No entanto, não constitui um caso isolado.

A intenção de se afirmar corporativamente através do cerceamento às atividades de organizações civis tem se manifestado em outras oportunidades recentes, inclusive no que se refere ao PP-G7, Plano Piloto de Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras, financiado pela cooperação internacional, especialmente pelo governo alemão, e que mantém um componente indígena denominado PPTAL, Plano de Proteção das Terras Indígenas da Amazônia Legal Brasileira.

Os contratos internacionais relativos ao PP-G7 prevêem que demarcações de terras indígenas poderão ser realizadas, entre outras modalidades, através de convênios com organizações indígenas e de apoio que atuam nas terras objeto de demarcação, casos em que deveria haver dispensa de licitação para a contratação, em vista da sua óbvia especialização.

No entanto, a Diretoria de Assuntos Fundiários da Funai suscitou formalmente suposta contradição entre dispositivos contratuais para alegar exigência de licitação, o que subordinaria a escolha exclusivamente ao critério do menor custo e poderia, facilmente, preterir uma organização indígena local ou uma ONG com atuação específica na área, prejudicando a própria qualidade do trabalho. Nesse caso, felizmente, a oposição das organizações indígenas e dos próprios doadores prevaleceu e o dispositivo alegadamente contraditório será substituído, de modo a reafirmar essa alternativa ao processo usual de demarcação e a necessidade de mecanismos que fortaleçam a participação dos índios na demarcação das suas terras.

Ainda no âmbito do PP-G7, embora em um outro seu componente, o PDA, que apoia projetos demonstrativos de associações civis, está prevista a criação de uma linha de financiamento específica para projetos comunitários indígenas. A iniciativa conta com o apoio da coordenação do PPTAL, mas sofre oposição da Coordenação de Patrimônio Indígena da Funai.

Esse segmento pretende gerir diretamente quaisquer recursos que se destinem a projetos indígenas, dispondo do poder de veto a projetos que considere, a seu próprio juízo, como lesivos aos índios, ainda que contem com o apoio dos índios e estejam adequados às leis vigentes. Incomoda ao setor, que projetos sejam aprovados no âmbito de uma comissão executiva em que as ONGs têm participação paritária e em que a Funai terá apenas representação. Dentro da própria Funai se engendram grupos de interesse capazes de inviabilizar o sucesso dessa iniciativa, em prejuízo dos índios e da sua própria finalidade institucional.

PROJETOS INDÍGENAS

Essa mesma instância da Funai vem tentando sistematicamente boicotar projetos de caráter econômico que visem um maior grau de autonomia para determinados povos indígenas, especialmente quando esses projetos contam com apoio de ONGs e dispõem de assessorias e recursos próprios para se viabilizar.

O caso mais conhecido é o do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas por Garimpos da Terra Indígena Waiãpi, no estado do Amapá, uma parceria entre a organização indígena local e o CTI,

OS PROGRAMAS DEMONSTRATIVOS DO PPG-7

O subprograma Projetos Demonstrativos (PDA), fomentado pelo Ministério do Meio Ambiente, é uma das linhas de ação do Programa Piloto para Proteção de Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), dos sete países mais ricos do globo, que financia projetos de caráter demonstrativo que viabilizem o envolvimento de comunidades tradicionais e organizações não-governamentais. O PPG-7 assume como objetivo contribuir para a preservação da Amazônia, da Mata Atlântica e de ecossistemas associados, apoiando o desenvolvimento sustentável pela participação e pela integração das contribuições locais.

Em abril de 2000, o PDA completou cinco anos, fechando o primeiro ciclo de um programa que nasceu com o desafio de contribuir para a preservação ambiental e testar experiências de desenvolvimento sustentável. Ao final desse ciclo, o número de subprojetos aprovados na Amazônia e na Mata Atlântica, muitos já concluídos, chega a 156. Dentre esses projetos, 18 são destinados a povos indígenas. Até outubro de 1999, o programa contava com um montante de recursos equivalente a U$ 13.481.134,30 para a Amazônia e U$ 4.819.293,79 para a Mata Atlântica.

A triagem dos projetos é realizada por uma Secretaria Técnica, que encomenda pareceres ao Grupo de Análise de Projetos (GAP). Caso seja recomendado, o projeto é enviado para a entidade proponente que, por sua vez, pode solicitar a participação do Grupo de Apoio a Elaboração de Projetos (Gapep).

Entre os subprogramas já aprovados, estão o Projeto Reservas Indígenas, cuja instituição responsável é a Funai, que visa contribuir para a proteção e conservação das áreas da Amazônia Legal por meio da melhoria, conservação e manejo sustentável dos recursos naturais, e o Projeto Parques e Reservas, que tem como instituição responsável o Ibama, que procura contribuir para a preservação da biodiversidade dos ecossistemas da Amazônia Legal e Mata Atlântica.

Entre os projetos aprovados recentemente pela Comissão Executiva do PDA estão o da Associação das Comunidades Indígenas Timbira do Maranhão – "Vity Cati: consolidação das práticas agroextrativistas e de beneficiamento de frutas nas aldeias associadas", o da Comissão Pró-Índio do Acre (CPI) – "Manejo dos Recursos Agroflorestais nas Terras Indígenas do Estado do Acre" – e o do Conselho Geral da Tribo Ticuna – "Etnodesenvolvimento e Formação de Gestores Ticuna". (ISA, out/00)

AUMENTO DO INDIGENISMO ALTERNATIVO

Durante a década de 90, aumentou significativamente a participação de organizações não-governamentais (ONGs) em projetos com comunidades indígenas nas áreas de saúde, educação escolar, demarcação e vigilância de terras e alternativas econômicas sustentáveis. Buscando a sustentabilidade das terras indígenas e suas comunidades, projetos nessas áreas envolvem, hoje, tanto as entidades da sociedade civil constituídas, majoritariamente, por não-índios e costumeiramente denominadas "ONGs" como as chamadas "organizações indígenas". Nos domínios específicos da saúde e educação escolar, verifica-se, ainda, o crescimento da atuação de instituições como Universidades e Fundações.

Demarções de TIs *- Entre 1991 e 1994, demarcações físicas de diversas terras indígenas foram efetivadas através de convênios entre o órgão indigenista governamental, Fundação Nacional do Índio (Funai), e ONGs.*

Por meio de um desses acordos, assinado em setembro de 1991, a Fundação Mata Virgem (FMV) assumiu a coordenação da demarcação da TI Mekragnoti (sudeste do Pará), com recursos da Rainforest Foundation International (RFI). Em abril de 1992, foi a vez de o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) comprometer-se com a obtenção dos recursos necessários à demarcação da TI Kampa do Rio Amônea (Acre), executada pela Funai. No caso de 6 terras indígenas tikuna, quem se responsabilizou, também em 92, pela obtenção dos recursos foi o Centro Magüta. O governo austríaco, através da organização VIDC (Vienna Institute for Development and Cooperation), financiou a demarcação, e os trabalhos foram realizados por uma empresa privada contratada pelo Magüta.

Em 1994, o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) firmou convênio com a Funai e realizou a demarcação física da TI Araweté do Igarapé Ipixuna (sudeste do Pará), custeada pelo governo austríaco. No mesmo ano, a Funai e o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) oficializaram acerto para que a demarcação da TI Waiãpi (Amapá) fosse realizada por esta ONG, em parceria com os índios e com recursos do PPTAL (Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal). Em 1996, o Instituto Socioambiental (ISA), a organização indígena Foirn (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro) e a Funai assinaram contrato relativo à condução da demarcação de cinco TIs na região conhecida como "Cabeça do Cachorro" (Alto Rio Negro, Médio Rio Negro I e II, Rio Téa e Rio Apapóris), com recursos do PPTAL (ver capítulo Noroeste Amazônico).

Fiscalização e Vigilância *- Quatro ONGs participam do Componente Dois do PPTAL, que são os projetos de fiscalização e vigilância das terras indígenas demarcadas com recursos desse projeto: o CTI, em parceria com a Apina (Conselho de Aldeias Waiãpi), trabalha na Implementação do Plano de Vigilância da TI Waiãpi; o ISA, em parceria com a Foirn, é responsável pela implementação do Projeto de Consolidação da Demarcação Física das cinco TIs do Rio Negro e também desenvolve projeto de fiscalização e vigilância no Parque Indígena do Xingu, em parceria com a organização indígena Atix (Associação Terra Indígena Xingu); os Amigos da Terra, em parcerias com diversas organizações indígenas, instala redes de radiofonia e treina os usuários em diferentes terras indígenas; a Operação Amazônia Nativa (Opan) desenvolve ações de vigilância e, em parceria com os Amigos da Terra, de instalação de radiofonia em seis TIs no estado do Amazonas (Katukina do Rio Biá, Kanamari do Rio Juruá, Kanamari do Matrinchã, Vale do Javari, Kulina do Médio Juruá e Kulina do Cacau de Tarauacá). A Opan mantém, ainda, um projeto de apoio à preparação do acompanhamento indígena e da consolidação da demarcação física da TI Vale do Javari, em seu limite sul.*

Saúde *- Com a transferência da responsabilidade pela saúde indígena no Brasil – da Funai para a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) -, assiste-se, hoje, à montagem dos chamados Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), em número de 34 em todo o país. Na administração desses distritos, a Funasa tem adotado a prática de assinar convênios com diferentes instituições, que assumem compromissos, em cada caso específico, relacionados ao atendimento à saúde de populações indígenas.*

Segundo dados da Funasa, o universo de instituições a ela conveniadas inclui prefeituras, uma única Universidade, a Unifesp (ex-Escola Paulista de Medicina), no caso específico do distrito do Xingu, a Secretaria de Estado de Saúde do Amapá, no DSEI Amapá/ Norte do Pará, mas também ONGs e organizações indígenas. São 11 ONGs e oito organizações indígenas: (ver tabela no ítem Saúde neste capítulo)

Educação *- Projetos na área da educação escolar, como formação de professores indígenas e elaboração de material didático, também são um campo de atuação de ONGs. O CTI, junto aos Waiãpi, a CPI Acre junto aos índios daquele estado, a CCPY, com os Yanomami, o ISA, no Parque Indígena do Xingu e na região do Rio Negro são alguns exemplos (ver capítulos regionais).*

Projetos Econômicos *- Atualmente, há dezenas de projetos econômicos entre povos indígenas no Brasil. Quase sempre, a preocupação manifesta pelas entidades proponentes (ONGs e organizações indígenas) é combinar geração de renda econômica e preservação ambiental. Alguns desses projetos são custeados diretamente por agências da chamada cooperação internacional através de agências, privadas ou governamentais, e de bancos e instituições intergovernamentais. Crescem nos últimos anos, entretanto, possibilidades de crédito através de linhas de financiamento ligadas a órgãos governamentais brasileiros, como o PDA (ver box em seguida), o PDPI (ver capítulo Organizações Indígenas), o Padic (MT) e o PAIC (RO).* (ISA, out/00)

Centro de Trabalho Indigenista. Embora aprovado pelo PDA e apoiado pelo governo estadual, o projeto teve sua execução sustada por decisão judicial motivada por uma coalisão de interesses locais estimulada pela Funai.

Em vez de viabilizar procedimentos administrativos que permitam aos índios exercer direitos reconhecidos em lei, como o de exclusividade na cata, faiscação e garimpagem em suas terras, expresso no Estatuto do Índio e no Código de Mineração, a Funai bombardeia os procedimentos adotados pelos índios com o expresso objetivo de impedi-los de exercer esse seu direito. O mesmo espírito corporativo vem rondando outros projetos.

O Plano de Manejo Florestal da Terra Indígena Xikrin do Cateté, parceria entre a Associação Bép-Nói e o ISA, aprovado por portaria conjunta da Funai e do Ibama há quase dois anos, está sofrendo oposição do mesmo grupo. O projeto dispõe do apoio da CVRD (Companhia Vale do Rio Doce), do Banco Mundial, do Ibama, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Justiça, da Embrapa e de um grande número de instituições públicas e privadas.

No início de fevereiro, foi assinado um contrato entre a CVRD e o ISA para viabilizar pré-investimentos necessários à boa execução do manejo florestal. Na oportunidade, a Funai, convidada, solicitou a inclusão de uma cláusula contratual subordinando a efetividade do contrato à prévia análise da Funai e do Ibama, de modo a melhor caracterizar a participação dos órgãos no projeto.

A solicitação foi acolhida pelo ISA e pela CVRD, o contrato foi enviado para a Funai que, quarenta dias já transcorridos, estando informada da urgência da sua manifestação frente ao apertado cronograma de execução do manejo, ainda não se manifestou. Em suma, a Funai, que tem a obrigação legal de prover aos índios os meios necessários à sua digna sobrevivência, não o faz e, ainda por cima, sente-se no direito de impedir que instituições civis os apoiem para que eles mesmos o façam.

Afirma-se numa tutela cartorial e no corporativismo mais estreito, ainda que os índios, seus supostos tutelados, sejam brutalmente prejudicados. E tudo ocorre em um governo que se esmera em afirmar, como prioridade sua, a realização de parcerias com a sociedade civil. *(Publicado em Últimas Notícias/ISA, 13/03/97)*

ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

NOVO CONSELHO INDIGENISTA ACEITA "PAUTA SURPRESA"

A Funai reuniu em Brasília, nos dias 4 e 5 de março, os novos membros do Conselho Indigenista. Na reunião, para a qual não houve pauta estabelecida previamente, a Funai colocou sobre a mesa uma minuta de Portaria para regulamentar a entrada e a ação de organizações civis e missões religiosas em terras indígenas. Fazem parte do Conselho: Titulares - Antônio Carlos Silveira (Fundação Nacional de Saúde); Rafael José de Menezes Bastos (Associação Brasileira de Antropologia); João Baptista Borges Pereira (Universidade de São Paulo); Megaron Txucarramãe, Pedro Cornélio Seg Seg Kaingang, Francisca Nevantino Ângelo (representantes Indígenas) e Benedito Ferreira Marques. Suplentes – Flávio Pereira Nunes (Fundação Nacional de Saúde); Carlos Fausto (Associação Brasileira de Antropologia); Lux Boelitz Vidal (Universidade de São Paulo); Marcos Terena , Tsuptó Xavante e Estela Maria dos Santos de Oliveira (representantes Indígenas) e Marcos Antônio dos Santos.

Os membros do Conselho presentes à reunião assumiram o compromisso de enviar sugestões para aprimorar a minuta de portaria até o dia 13/03. Uma nova reunião do Conselho está marcada para o dia 23/03.

Em plena pré-temporada de invasão ilegal de madeireiras, que acontece todo ano no final da estação chuvosa na Amazônia, a pauta colocada pela Funai diante do ilustre Conselho é, no mínimo, uma prioridade questionável. *(Últimas Notícias/ISA, 05/03/98)*

FUNAI ELABORA NORMAS PARA ONGS

A Funai pode baixar hoje uma instrução normativa para disciplinar o ingresso e permanência de entidades civis e religiosas em terras indígenas em todo o país. A proposta, divulgada no começo do mês, condiciona a entrada e implantação de projetos nestas áreas à assinatura de convênios com a Funai. Logo após ser divulgada – em minuta, dia 3 passado, durante a reunião do Conselho Indigenista em Brasília – a medida começou a ser criticada por organizações não-governamentais que trabalham com os índios.

As entidades acusam Sulivan Silvestre de violar a Constituição Federal e estar tomando uma decisão política. Em resposta, Silvestre diz que as entidades querem substituir a Funai. "Desde 1973 já está definido que o ingresso nas áreas indígenas deve ter autorização da Funai. Tivemos quatro portarias, que não funcionaram porque não havia vontade política", diz. "Não vedamos nenhuma portaria; as organizações são bem vindas, mas precisamos saber de seus propósitos para evitar interferências nas culturas dos povos".

Para o ISA, a proposta é ilegal, porque atinge até as organizações indígenas que, juridicamente, são organizações civis como outras quaisquer. "A minuta é essencialmente ilegal, pois pretende obrigar instituições privadas que atuam ilegalmente a fazer convênios com a Funai. Além disso, só estabelece obrigações para as entidades", afirma Santilli.

Silvestre garante que a entrada em vigor da portaria não significa que a Funai passará a adotar uma atitude policialesca. *(Correio Braziliense, 27/03/98)*

FUNAI BLOQUEIA ACESSO ÀS ALDEIAS...

Pesquisadores, missões religiosas, organizações não-governamentais enfrentarão maiores restrições para entrar em aldeias indígenas. A Funai vai divulgar amanhã portaria com novas exigências para o acesso de estranhos às aldeias, como forma de conter a máfia da biopirataria que atua em áreas indígenas. Arquivos da Funai – divulgados no domingo – mostram que grande número de instituições atuam à revelia do governo e muitas vezes põem os próprios índios contra a Funai, além de promoverem um leilão da floresta.

Para se ter acesso a terras indígenas, normalmente exige-se a comprovação do que vai ser feito, cópias de documentos, atestados de vacinação e a autorização só é dada depois que os antropólogos consultam os índios sobre o pedido.

"Hoje a Funai não tem muitos meios para controlar e fazer uma fiscalização de forma eficaz", afirma o ex-presidente da fundação, Márcio Santilli. A prova disso, segundo ele, são as constantes invasões que ocorrem em centenas de terras indígenas. *(Correio Braziliense, 12/08/98)*

... MAS PORTARIA É REJEITADA POR CALHEIROS

Renan Calheiros rejeitou ontem o texto da portaria elaborada por técnicos da Funai com objetivo de regulamentar o acesso de pesquisadores, missionários e membros das organizações não-governamentais às áreas indígenas.

Calheiros teria dito, após reunião com o presidente da Funai, no fim da tarde, que não haveria mais "portarla nenhuma". Segundo ele, o texto "precisa ser elaborado com calma" e, talvez, seja objeto de projeto de lei. Assessores do ministro disseram que ele foi "fortemente" pressionado pela bancada evangélica, que estava insatisfeita com as restrições de acesso que voltaram a ser impostas às missões.

A existência de biopirataria em terra indígena remete a dois problemas diferentes: o acesso às áreas e à regulamentação da aquisição de conhecimentos indígenas. "Portarias concedem à Funai poder cartorial; mas o necessário é que o órgão tenha poder de polícia", diz o antropólogo Carlos Alberto Ricardo, do Instituto Socioambiental (ISA), ao referir-se à impotência da Funai diante de madeireiros e garimpeiros, que estão presentes na maioria das terras indígenas demarcadas.

Para a coordenadora do Núcleo de História Indígena da Universidade de São Paulo, Dominique Gallois, normas diferentes devem regulamentar o acesso de pesquisadores, missionários e membros de ONGs. Para ela, que trabalha há 20 anos em area indígena, hoje "não há controle nenhum".

Convênio firmado em 1996 entre a Funai e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária concede à Embrapa o direito de coletar e conservar recursos genéticos da fauna e da flora indígena mediante autorização da Funai, que deverá necessariamente ouvir a comunidade. Apesar disso, nenhum dos mais de 200 presidentes das associações indígenas (registradas na Receita Federal) assinou o convênio. A coleta feita em terra indígena passa a fazer parte do Sistema Brasileiro de Recursos Genéticos ficando à disposição de qualquer pesquisador do planeta.

Desde 1995, tramita no Senado um projeto de lei, apresentado pela senadora Marina Silva (PT-AC), elaborado com base na convenção sobre diversidade biológica, aprovada na Eco 92. O projeto regulamenta inclusive a apropriação dos recursos em terra indígena, mas esbarra no lobby dos setores interessados em permanecer nas terras indígenas de forma ilegal. *(OESP, 13/08/98)*

AUSÊNCIA DO ESTADO PREOCUPA MILITARES E PARLAMENTARES

A criação de novos territórios na região amazônica está sendo considerada uma solução para vários problemas na área, como a ausência do Estado e a ocupação desse espaço pelas ONGs. Durante visita à Amazônia, o ministro da Defesa, Geraldo Quintão, disse que a solução para problemas como invasão de fronteira, a entrada de drogas no País, integração da região, além da efetiva atuação de todos os ministérios e órgãos dos governos federal e estadual seja a cri-

ação de territórios. "Talvez se criarmos dois ou três Territórios, como o Alto Solimões e o Alto Rio Negro, por exemplo, trazendo com eles a força dos poderes constituídos, consigamos solucionar muitos dos problemas da Amazônia", declarou o ministro.

O discurso de Geraldo Quintão encontrou eco entre todos os parlamentares, até mesmo os da oposição, que participavam da viagem ao projeto Calha Norte. "É uma forma de ter um planejamento estratégico para a região, colocando-a a salvo de uma utilização mais imediatista", afirmou o deputado Eduardo Jorge (PT-SP). O deputado Júlio Delgado (PMDB-MG) lembrou que, dessa forma, os órgãos federais estarão mais perto dos problemas e facilitando a integração com o governo estadual local, que não se sente motivado para executar seus programas em áreas como a ianomâmi que, por ser uma reserva indígena, está sob a responsabilidade do governo federal. O deputado Antônio Feijão (PSDB-AP) disse que essa solução mostraria ao mundo que o Brasil está preocupado com a região e trabalhando para preservar sua integridade.

A ausência dos diferentes órgãos federais na região leva o Exército a fazer, por exemplo, o trabalho de integrar o índio à comunidade, que deveria ser executado pela Funai. Os militares querem essa proximidade com os índios porque consideram uma ameaça a possibilidade de formação de uma nação ianomâmi. Para eles, esse é um ingrediente para a separação da região. Por isso, os militares também aprovam a criação de territórios na área, já que aumentará a presença do Estado na região, facilitando a preservação das fronteiras.

Um exemplo de ausência do Estado, que diminuirá com a criação de territórios, foi vivenciado pelo ministro Quintão. Ao desembarcar em Maturacá, no noroeste do Amazonas, o ministro recebeu do cacique Joaquim, chefe indígena da área, uma carta redigida em três vias de folha de computador pedindo a construção de uma caixa de água, telefone para a tribo se comunicar com o batalhão do Exército e energia. *(OESP, 16/05/00)*

MINISTRO DA DEFESA CRITICA ATUAÇÃO DE ONGS

Quintão criticou a atuação das ONGs no País, particularmente na Amazônia, e defendeu um maior controle por parte do governo sobre essas instituições. "O que fazem essas ONGs que estão aí cheias de dinheiro, que propagam ao mundo que defendem os índios?", questionou o ministro, durante palestra no encerramento da visita que fez a diversas unidades de fronteira. "São ONGs que se banqueteiam de recursos internacionais e que dão umas migalhas para os índios que moram no norte do Brasil", declarou o ministro, que defende uma maior participação de todos os órgãos federais, principalmente Fundação Nacional do Índio (Funai) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), além do Ministério da Saúde. Na visita, o ministro Quintão constatou que a ausência desses órgãos na região faz com que todo o trabalho de assistência às populações, inclusive aos índios, seja executado pelo Exército.

"Não se pode negar que o trabalho das ONGs preenche uma lacuna", reconheceu o comandante da Amazônia, general Alcedir Pereira Lopes, anfitrião da visita, que acredita, no entanto, que algumas dessas instituições "insuflem" os índios da região. De acordo com levantamento dos militares, hoje existem mais de 800 ONGs. *(OESP,16/05/00)*

CPI DAS ONGS

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) disse que apóia a instalação da CPI proposta pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM) para investigar a atuação das ONGs no Brasil, principalmente na Amazônia. Mozarildo informou que o requerimento já foi entregue à Mesa do Senado com 37 assinaturas, e o próximo passo será a indicação dos membros por parte dos líderes dos partidos.

"As ONGs começaram a atuar no Brasil com um trabalho de propaganda, de convencimento da necessidade de sua atuação em defesa do meio ambiente, dos índios e de outras causas que concordamos que devem ser abraçadas e defendidas. Mas, aos poucos, foram ocupando o lugar do Estado em algumas atividades, financiadas até com dinheiro público", denunciou o senador.

Para Mozarildo, "a CPI será a oportunidade para que o país volte os olhos para o interior da Amazônia". Ele disse que o Brasil não pode ir a reboque do que pensam os países europeus e os Estados Unidos sobre a Amazônia. "Nós é que temos que dizer a eles como queremos a nossa Amazônia e de qual forma a região deve beneficiar a nós, brasileiros", acrescentou o parlamentar.

Mesmo ressaltando que nem todas as ONGs atuam de maneira prejudicial ao país, Mozarildo Cavalcanti citou o exemplo de uma ONG que adquiriu 170 mil ha de terra em RR como exemplo dos desvios que ocorrem na atuação dessas instituições. A gleba foi adquirida, segundo o senador, de posseiros ribeirinhos.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral destacou que a CPI irá esclarecer quais as ONGs atuam seriamente no país, quais estão atuando na clandestinidade e de onde vem o dinheiro para elas. Já o senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que é contra as ONGs que "vêm tumultuar a vida nacional" e favorável às que procuram ajudar o Brasil. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) garantiu o apoio da oposição à CPI e pediu o mesmo tratamento dos governistas às propostas de CPI lançadas pela oposição. *(Jornal do Senado, 07/08/00)*

Nem só de Pregação Vive a Missão

Marcos Pereira Rufino | Antropólogo/ISA

PARA ALÉM DO PROSELITISMO RELIGIOSO, MISSIONÁRIOS CRISTÃOS ESTÃO ENVOLVIDOS EM PROJETOS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E AUTO-SUSTENTAÇÃO

A presença de missões religiosas cristãs entre os povos indígenas do país é, sabemos, uma realidade antiga, que se iniciou no momento mesmo da colonização do Brasil pelos portugueses. O quadro atual em que ocorre esta presença é complexo e envolve um conjunto muito heterogêneo de missionários. A evangelização dos povos indígenas não é uma preocupação exclusiva da Igreja Católica, mas também de uma miríade de agências religiosas protestantes. Estas, por sua vez, reproduzem no contexto da missão entre os índios as suas características de agentes religiosos relativamente independentes, multiplicando-se em diversas igrejas e denominações, com as respectivas diferenças em sua teologia, modo de atuar, converter.

A atuação da missão católica também não esconde a sua diversidade. Além do trabalho realizado pelas diversas ordens e congregações, cada qual com o seu carisma e projeto missionário próprio, há hoje a forte presença de missionários seculares, comprometidos diretamente com o plano pastoral da hierarquia eclesiástica do país. Estes últimos estão, em sua grande maioria, ligados ao Cimi – Conselho Indigenista Missionário, órgão anexo à CNBB, criado por ela com a finalidade de coordenar a ação missionária nacionalmente e sintonizá-la com as preocupações contemporâneas da Igreja Católica. Contrariamente aos missionários católicos das ordens e congregações, os cerca de 400 missionários do Cimi, distribuídos em 112 equipes, estão cada vez mais distantes do proselitismo religioso e concentram a sua atuação na política indigenista, desenvolvendo algum trabalho na área da saúde, educação, movimento indígena, assessoria jurídica etc.

Nos últimos anos vêm sendo desenvolvidos também alguns projetos de geração de alternativas econômicas, como por exemplo, o projeto de sustentatibilidade e ocupação territorial entre os Mura, cuja meta é a produção, beneficiamento e comercialização de frutas regionais, ou o projeto de desenvolvimento e disseminação entre comunidades indígenas e não-indígenas de técnicas apícolas e de industrialização de frutas regionais desenvolvido também no Amazonas. Ambos os projetos são apoiados pelo PDA, que são subprogramas do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). A importância dessa temática levou o órgão a constituir, na década de 90, a Articulação Nacional de Auto-Sustentação (Anas), que reúne missionários e assessores em um fórum comum para o aprofundamento do tema e o suporte às equipes missionárias e organizações indígenas no desenvolvimento destas atividades. A inserção do Cimi no campo de ações visando a auto-sustentação de grupos indígenas se dá de modo peculiar: a elaboração de seus projetos é orientada por um nítido espírito anticapitalista e antiliberal, de maneira que se evita formular propostas que carreguem vestígios de empreendimento empresarial, obtenção de lucro ou acúmulo de riquezas. Grosso modo, o perfil das propostas de auto-sustentação elaboradas pelo Cimi procura situá-las como atividades de baixo impacto sobre as condições sociais e econômicas internas aos grupos indígenas que são beneficiados por elas. Estas propostas salientam também o sentido comunitário que estas atividades podem desempenhar no interior destas realidades.

Ainda no campo católico, não podemos ignorar que em algumas regiões o Cimi participa diretamente, através da pastoral indigenista diocesana local, da gestão dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, junto com as organizações indígenas e ONGs parceiras. É o caso da diocese de Boa Vista, em Roraima, cujos missionários atuam em parceria com o CIR, e da diocese de São Gabriel da Cachoeira, no noroeste amazônico, em que estes atuam conjuntamente com a Foirn e o município.

A ação de missionários protestantes é ainda mais complexa. Além das centenas de grupos que freqüentemente são denunciados por

suas práticas de claro desrespeito à diversidade cultural, com a imposição de valores, cultos e cosmologias estranhos aos índios, há também um conjunto de agentes missionários protestantes diretamente envolvidos na política indigenista. A maior parte das atividades desenvolvidas por estas denominações evangélicas, e que não são propriamente religiosas, estão na área da educação e da saúde. Nos é bastante conhecido o trabalho de sistematização lingüística e gramatical realizado em diversos povos, cujos resultados são aproveitados não apenas para a tradução da Bíblia no idioma nativo mas também para a estruturação de escolas indígenas e grupos de alfabetização. O desenvolvimento de ações dirigidas à saúde é freqüente em muitas missões protestantes, ocupando, muitas vezes, o espaço deixado pelo Estado. Em alguns contextos, a atuação destas missões em programas de saúde é a principal forma que elas tem de legitimar a sua presença entre os índios e, às vezes, de justificar a sua entrada em áreas de índios isolados.

Os grupos protestantes de maior destaque no cenário da política indigenista são o GTME (Grupo de Trabalho Missionário Evangélico) e o Comin (Conselho de Missão entre os Índios). Estas duas agências missionárias são muito próximas uma da outra. Apesar de estarem explicitamente comprometidas com a evangelização dos povos com quem atuam, ambas enfatizam o envolvimento missionário na educação, saúde e movimento indígena, atuando conjuntamente na realização de diversas atividades neste âmbito. Algumas vezes, elas agem em parceria com os missionários católicos do Cimi e ONGs na condução de atividades comuns. Podemos citar a sua participação conjunta no Comitê de Resistência Indígena, Negra e Popular, e na marcha indígena dos 500 anos, evento que propunha fazer uma contracelebração dos festejos oficiais realizados pelo governo e Igreja Católica. *(outubro, 2000)*

USP PROMOVE REUNIÃO SOBRE MISSÕES EM TIS

Antropólogos, lingüistas e historiadores, preocupados com a falta de assistência da Funai em relação às populações indígenas no Brasil, se reuniram em São Paulo, a convite do Mari – Grupo de Educação Indígena da USP, em 19/10, para discutir e avaliar a intenção da Funai em assinar novos convênios com organizações missionárias, repassando para estas agências tarefas de assistência que, pela Constituição, cabem ao governo federal. Estiveram presentes à reunião pesquisadores da USP, Unicamp, Museu Nacional, Museu Goeldi, PUC-SP, CTI e CNRS.

Há pouco, o presidente da Funai, Julio Gaiger, mostrou-se disposto a revogar a atual instrução normativa que regula a presença missionária em áreas indígenas, assim como firmar convênios com estas agências. Para tanto, solicitou que as missões apresentassem um grande plano de trabalho, indicando áreas de atuação e grupos indígenas.

Recusando a delegação indiscriminada de responsabilidades a estas missões e entendendo que a oferta da assistência não deve estar condicionada à aceitação de novas práticas religiosas nem ao proselitismo religioso, os pesquisadores reunidos firmaram um documento propondo ao governo federal que crie instâncias de avaliação da presença missionária em áreas indígenas, promova amplo debate junto às comunidades indígenas e leve em consideração o conhecimento acumulado sobre estas sociedades na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para estes povos.

***As propostas** - Diz o documento:*

1) Nos contextos específicos, onde se delega às organizações religiosas a prestação de serviços assistenciais de responsabilidade do Estado (especialmente nas áreas de Saúde e Educação), devem-se criar instâncias de controle e avaliação efetivas e permanentes, capazes de monitorar a qualidade dos serviços realizados por aquelas agências;

2) Essas instâncias devem contemplar a participação indígena, assim como de profissionais (antropólogos, lingüistas, educadores, médicos, enfermeiros, agentes de saúde, advogados, indigenistas entre outros), sem vínculos com as instituições avaliadas;

3) O poder público deve assumir as mudanças qualitativas das demandas indígenas, que focalizam não apenas a prestação de serviços, mas também sua continuidade e sua eficiência enquanto instrumentos para a autodeterminação; e

4) As políticas públicas devem ser sensíveis ao acúmulo de conhecimentos gerados por diferentes agentes da sociedade civil, tanto na formulação do desenho global dessas políticas, quanto em nível local. Tendo em vista as especificidades e a complexidade de cada caso, tais conhecimentos contribuem efetivamente para uma melhor adequação dos serviços prestados às demandas das diferentes comunidades indígenas.

O documento final da reunião foi encaminhado às autoridades competentes e será apresentado ao Conselho Científico da ABA e à Anpocs, que realiza encontro em Caxambu (MG) na próxima semana. (Luís Donisete Benzi Grupioni, Jornal da Ciência Hoje/SBPC, 15/11/96)

MISSÕES RELIGIOSAS

NOVOS CRITÉRIOS PARA MISSIONÁRIOS EM TI

O presidente da Funai, Sulivan Silvestre, anunciou ontem, em Campo Grande (MS), que vai baixar portaria na próxima semana estabelecendo critérios para o funcionamento de seitas religiosas e entidades civis em terras indígenas. Silvestre disse que as seitas que estiverem "interferindo e prejudicando a cultura indígena poderão ser expulsas das aldeias". A Funai vai recorrer a estudos antropológicos para saber o grau de intervenção das entidades religiosas.
O presidente da Funai está visitando aldeias indígenas em MS para, segundo ele, "conhecer a realidade". São nestas áreas que vem sendo registrados surtos intermináveis de suicídios entre os índios, particularmente entre os Guarani (ver capítulo Mato Grosso do Sul). Alguns estudos apontam a presença de igrejas evangélicas como causa dos suicídios. "Não pode haver qualquer catequização ou evangelização, porque isso poderia ofender a cultura das comunidades indígenas", disse Silvestre.
As seitas e entidades civis já instaladas em terras indígenas deverão apresentar à Funai um projeto de atuação. As que não se adequarem às exigências do órgão deverão ser expulsas das aldeias, segundo Silvestre. *(ISA, a partir de Diário de Pernambuco, 17/10/97)*

MEC NÃO DÁ APOIO AO SIL

A chefe da Assessoria Internacional do gabinete do ministro da Educação, embaixadora Vitória Alice Cleaver, enviou ofício para a Sociedade Internacional de Lingüística informando que o MEC não dará apoio ao ensino missionário em áreas indígenas. A correspondência é a resposta do MEC à visita de Isabel Murphy e Steven N. Sheldon, representantes da Sociedade Internacional de Lingüística ao Ministério, realizada no primeiro semestre, quando solicitaram apoio ao trabalho de ensino missionário entre os índios.
Diz a correspondência que "É de conhecimento deste Ministério que o SIL iniciou sua atuação no Brasil em uma época em que a lingüística ainda não se institucionalizara em nosso País e a educação indígena seguia o modelo tradicional, feita em português, em escolas do Serviço de Proteção aos Índios ou, ainda, por missões religiosas, por meio da transferência de responsabilidades originariamente de competência do órgão indigenista brasileiro".
Educação laica - Na correspondência, o MEC reafirma o caráter laico da educação e a intenção de respeitar as práticas culturais dos povos indígenas: "o Ministério da Educação assumiu o seu papel no processo de garantir a integridade cultural dessas populações, como órgão responsável pela condução da política educacional a ser oferecida aos índios do país. Hoje tem-se uma política definida, um setor competente e conselho representativo para identificar problemas, propor soluções e orientar uma política educacional para os povos indígenas que siga determinação legal da Constituição Federal de 1988 - a estrita separação entre Igreja e Estado -, sem deixar qualquer dúvida quanto à natureza laica da educação no Brasil e quanto ao dever do Estado em oferecer o ensino fundamental a todos os seus cidadãos. Por outro lado, o próprio Estatuto do Índio (Lei 6.001, de 19.12.73) no seu Capítulo 11, artigo 58, considera 'crime contra índios e a cultura indígena escarnecer de cerimônia, rito, uso, costume ou tradição cultural indígenas, vilipendiá-los ou perturbar, de qualquer modo, a sua prática', prevendo detenção de um a três meses de prisão para o infrator. Os índios, como cidadãos, têm direito a receber uma educação de qualidade ofertada pelo poder público: eles não devem ser forçados ou seduzidos a aderirem a uma nova religião e a abandonarem práticas tradicionais e seculares para terem acesso a programas de alfabetização e letramento. Protege-se, nesse sentido, as manifestações culturais das sociedades indígenas, reconhecendo aos índios o direito de permanecerem índios, e rompendo com uma longa tradição jurídica que sempre procurou assimilar os índios, fazendo com que abandonassem suas línguas e práticas culturais". *(ISA a partir do Ofício 443/99 do MEC, 09/11/99)*

ESTADO PERDE AUTORIDADE MORAL

A Procuradoria Regional da República no Mato Grosso solicitou à Funai, em setembro deste ano, a formação de um grupo técnico para o acompanhamento da atuação da Igreja Universal do Reino de Deus na aldeia Campinas.
Responsável pelo parecer enviado sobre o assunto ao Ministério Público, Jorge Luiz de Paula, antropólogo da administração da Funai em Nova Xavantina (área que engloba a aldeia Campinas), afirma que falta ao Estado "autoridade moral" para impedir a ação dos evangélicos na região.
"As igrejas agem na brecha da falta de assistência do governo. E, como ninguém faz nada de graça, os índios acabam tendo de assistir aos cultos. Mas, para tirar as missões de lá, o que vamos pôr no lugar? Não temos recursos. Falta autoridade moral para isso", diz.
Segundo ele, as instituições religiosas dispõem de uma estrutura que permite a ação direta dos missionários nas aldeias, o que facilita a identificação dos problemas específicos de cada comunidade e melhora o atendimento fornecido pelos religiosos.
"Não podemos fazer a mesma coisa em 60 aldeias com 60 funcionários, sendo que a maior parte trabalha na área administrativa", diz. Ele espera resposta da direção da Funai para a constituição do grupo técnico. "Precisamos de um estudo sério sobre o caso". *(FSP, 28/12/99)*

UNIVERSAL REPRODUZ EM ALDEIA SUAS REUNIÕES NA CIDADE

O lema da Igreja Universal do Reino de Deus, "Jesus é o Senhor", escrita em xavante na parede do templo da aldeia Campinas (MT) – "Jesusi wanhi apito" (pronuncia-se Jezusi uani apitó) –, é um elemento significativo do tipo de penetração que os seguidores de Edir Macedo vêm promovendo entre os indígenas.
Estimulando a pregação religiosa na língua nativa da comunidade e formando pastores índios, a Universal conseguiu reproduzir na reserva cópias fiéis de suas reuniões nas maiores capitais do país.
Todas as noites, por volta das 18h30, o pastor índio Benjamin Sereza, 43, e suas duas obreiras se banham no córrego próximo à aldeia Campinas, vestem uniformes da Universal e se dirigem ao templo para a realização do culto.
De cabelos penteados, eles esperam a chegada dos índios para o início da pregação. Sereza veste camisa social gravata. Elas, saias azul-marinho e blusas listradas.
(...) Como todos os fiéis da Universal, os índios são estimulados a fazer ofertas em dinheiro à igreja. O pastor diz arrecadar em média R$ 40,00 por mês.
A principal fonte de renda da Universal na aldeia são os aposentados, que, como trabalhadores rurais, recebem mensalmente do INSS um salário mínimo.
Segundo o professor Paraúdza, na falta de dinheiro, os pastores também recolhem e vendem peças de artesanato feitas pelos índios. Os recursos são enviados aos líderes da igreja em Cuiabá (MT). *(FSP, 28/12/99)*

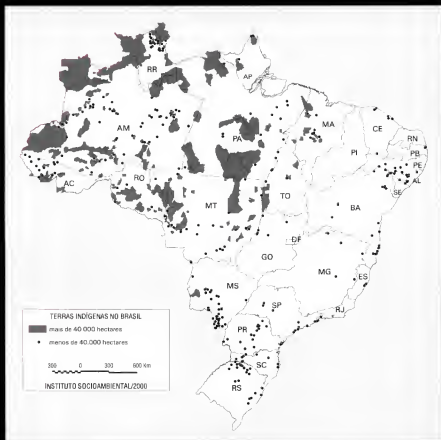
TERRAS INDÍGENAS: DEMARCAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL

mais de 40 000 hectares

menos de 40.000 hectares

300 0 300 600 Km

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/2000

TERRAS INDÍGENAS: DEMARCAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Demarcação das Terras Indígenas: Uma Luz no Fim do Túnel?

Márcio Santilli

Coordenador do Programa Brasil Socioambiental/ISA

NOS ÚLTIMOS ANOS, HOUVE UM SIGNIFICATIVO AVANÇO NO PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL, MAS AINDA PERSISTEM DIFICULDADES POLÍTICAS E ADMINISTRATIVAS PARA A SUA CONCLUSÃO

No período de 1996 a 1999, o processo de demarcação administrativa das terras indígenas viveu fluxos e refluxos importantes. No decorrer de 95, o primeiro ano do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a maior parte dos processos pendentes de decisão política desde o governo anterior foi objeto de atos administrativos, como portarias de delimitação e decretos de homologação. No entanto, o curso dos demais processos esteve paralisado, à espera da decisão de governo sobre a anunciada revisão do Decreto 22/91 que, até então, estabelecia o procedimento administrativo para a demarcação das terras indígenas.

Em janeiro de 1996, foi expedido o Decreto 1775, assinado pelo presidente da República a pedido do ministro da Justiça, Nelson Jobim. O governo alegou que a sua edição seria inevitável para sanear juridicamente os processos de demarcação, mas os índios, as organizações de apoio e a própria Fundação Nacional do Índio (Funai) temiam que ele viesse a promover a redução das terras indígenas.

O novo decreto introduziu o chamado princípio do contraditório nos processos de demarcação. Entre a conclusão dos trabalhos de identificação de terra indígena, através de portaria do presidente da Funai, e a expedição da portaria declaratória dos limites oficiais da mesma, da lavra do ministro da Justiça, abriram-se prazos para a manifestação de terceiros interessados: de 90 dias, para que proprietários ou órgãos públicos apresentassem as suas contestações aos limites propostos; de 60 dias, para que a Funai desse parecer às contestações apresentadas; e de 30 dias, para que o ministro da Justiça decidisse a respeito.

Num primeiro momento, todos os processos demarcatórios em curso envolvendo terras indígenas que ainda não haviam sido registradas em cartório foram submetidos ao contraditório administrativo, incluídas algumas das terras já demarcadas mas ainda não registradas, que puderam ser contestadas retroativamente. Cerca de 150 demarcações foram simultaneamente submetidas às contestações de terceiros, num período marcado por fortes tensões, críticas à mudança na sistemática de demarcação e de ameaças de invasões às terras indígenas. Assim, durante os 180 dias que se seguiram à publicação do Decreto 1775, houve forte apreensão por parte dos índios, da Funai e de organizações de apoio quanto às suas conseqüências.

Ao término destes prazos, a quase totalidade das contestações havidas foram rejeitadas e houve a expedição de um significativo número de portarias declaratórias e de decretos de homologação. A grande maioria dos processos em curso teve prosseguimento, o que possibilitou a conclusão de vários deles e um avanço significativo no cômputo oficial das demarcações de terras indígenas. Ao término do seu primeiro mandato, FHC tornou-se o campeão das demarcações, com o maior número de decretos homologatórios e a maior extensão já demarcada por um presidente na história do Brasil.

Porém, oito processos foram obstados pelo ministro da Justiça, que solicitou à Funai novas diligências. Foram eles: Sete Cerros (MS), Xucuru (AL), Seruini-Marienê (AM), Évare I (AM), Baú (PA), Apiterewa (PA), Kampa do Rio Envira (AC), Krikati (MA) e Raposa-Serra do Sol (RR). O recurso às novas diligências foi a forma encontrada pelo ministro da Justiça para satisfazer pressões políticas contrárias às demarcações ou para contornar problemas específicos.

A Terra Indígena (TI) de Sete Cerros, com sua demarcação já homologada, havia sido objeto de um mandado de segurança impetrado pela Agropecuária Sattin Ltda. junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) que deu origem ao questionamento que motivou o ex-ministro da Justiça, Nelson Jobim, a propor a revisão do Decreto 22/91 e a edição do Decreto 1775/96. Ao final do prazo para as novas diligências, nenhuma providência administrativa foi recomendada ou adotada. A permanência dos índios Kaiowá na área está garantida por uma liminar do ministro do STF,

Néry da Silveira, e até hoje não ocorreu o julgamento de mérito do mandado de segurança.

A TI Xucuru foi a que sofreu o maior número de contestações. Apesar da pressão intensa dos regionais e do clima de violência existente contra os índios, também não houve nenhuma decisão administrativa a seu respeito.

A TI Seruini-Marienê foi contestada por uma agropecuária que apresentou um título dominial incidente na área. O ex-ministro Jobim proferiu um despacho ao final do prazo das diligências determinando que os proprietários fossem indenizados pela área incidente, mantendo a extensão integral da TI.

A TI Évare I, dos índios Ticuna, foi contestada por índios Kokama que vivem em parte dela. Os Kokama, à época da demarcação, não assumiam a sua identidade indígena. Porém, passaram a assumila depois e alegaram direitos sobre a parte que ocupam. Despacho do ex-ministro determinou que os seus limites fossem revistos, de forma a se demarcar uma parte da área em favor dos Kokama, sem que houvesse aumento da extensão total.

A TI Baú, dos índios Kaiapó, foi objeto de despacho ministerial determinando a sua redução. Porém, ela não chegou a ser reduzida e os seus limites anteriores chegaram a ser posteriormente confirmados.

A TI Apyterewa foi contestada, entre outros, pela madeireira Peracchi, que afirmou dispor de títulos de domínio incidentes. Despacho do ex-ministro determinou que a Funai procedesse à redução de cerca de 60 mil ha da TI em favor da madeireira.

A TI Kampa do Rio Envira apresentava uma pequena sobreposição com a TI Kulina do Rio Envira que é contígua à área Kampa. Um despacho ministerial determinou que a sobreposição fosse excluída da TI Kulina, que teve sua extensão homologada em 1991.

A TI Krikati também sofreu várias contestações de ocupantes não-índios e de prefeituras municipais. Houve negociações entre a Funai e o governo do Maranhão com vistas à sua redução, mas esta não chegou a ocorrer. Os índios chegaram a derrubar uma torre da linha de transmissão de energia que atravessa a sua área. Técnicos contratados pela Eletronorte chegaram promover a sua demarcação física em extensão integral, mas ainda não ocorreu a sua homologação.

A TI Raposa-Serra do Sol também foi contestada pelo governo de Roraima e por ocupantes não-índios. Despacho ministerial determinou à Funai a sua redução, mas posteriormente os seus limites originais foram confirmados por portaria do ministro da Justiça Renan Calheiros. Até hoje, a sua demarcação não foi homologada e há forte pressão política do governo local e das bancadas parlamentares do estado contra esta homologação.

A edição do Decreto 1775 não chegou a promover reduções de terras indígenas em escala significativa, como se temia quando da sua edição. Tampouco promoveu o alegado saneamento jurídico do processo demarcatório. As demarcações, em geral, continuaram avançando e o número de ações judiciais propostas contra elas também continuou crescendo.

PPTAL

Os principais avanços ocorridos no processo de demarcação das terras indígenas deram-se no contexto da execução do Plano de Proteção das Terras Indígenas na Amazônia Legal (PPTAL), um dos componentes do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PP-G7), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e financiado pelos países do Grupo 7 especialmente pela Alemanha. O contrato para o financiamento do PPTAL foi concretizado em meados de 1996.

Através do PPTAL foram realizadas 31 identificações e 38 demarcações de terras indígenas, todas situadas na Amazônia Legal Brasileira. Outras 62 identificações e 93 demarcações estão em curso ou previstas para os próximos anos. Esse projeto constituiu a maior contribuição para o avanço das demarcações nos últimos quatro anos. Os recursos aportados pela cooperação alemã possibilitaram o reconhecimento oficial de mais de 20 milhões de ha de terras indígenas.

Entre estas, destacam-se em importância as demarcações de cinco terras contíguas situadas na região do Rio Negro, com 10,6 milhões de ha e mais de 30 mil índios de 23 etnias. Destacam-se, também, as demarcações das TIs do Vale do Javari, com 8,5 milhões de ha e cerca de quatro mil ocupantes, e Munduruku, com 2,3 milhões de ha e pouco mais de cinco mil ocupantes.

A inclusão no PP-G7 de um componente voltado para a demarcação das terras indígenas se justifica pela importância conferida ao reconhecimento oficial destas terras para o seu objetivo de proteção à floresta amazônica. O PPTAL tem um caráter estruturante em termos de políticas públicas, diferentemente da maior parte dos demais componentes do PP-G7, que têm caráter demostrativo. Nas suas próximas etapas, ele poderá abranger a totalidade das terras indígenas ainda não demarcadas situadas na Amazônia Legal.

Porém, a demarcação das terras é condição necessária mas não suficiente para a proteção da floresta, que supõe outras iniciativas voltadas para a gestão pelos índios dos territórios demarcados. Neste sentido, o PPTAL pouco avançou até o momento. Apenas 16 dentre as terras já demarcadas dispõem de planos de proteção e vigilância, com maior ou menor abrangência, em formulação ou execução no âmbito do projeto. Em alguns casos, o PPTAL proveu apoio institucional a organizações indígenas para treinamento e capacitação.

Um novo componente indígena do PP-G7, Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), que é voltado para o apoio a projetos comunitários, começará a ser executado no próximo ano. Outro dentre os seus projetos, o Corredores Ecológicos, deverá dispor de um componente indígena para intervenções de caráter regional pelos povos que vivem nas áreas priorizadas para a sua implantação. Mesmo assim, ainda se estará longe de atender as demandas econômicas e de manejo de recursos naturais dos povos indígenas da região.

DEMARCAÇÕES PARTICIPATIVAS

Outro aspecto importante das demarcações promovidas pelo PPTAL tem sido o apoio à participação ou fiscalização dos índios e de organizações parceiras nos trabalhos demarcatórios. No caso das terras indígenas do Rio Negro, o Instituto Socioambiental (ISA) e a Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (Foirn) protagonizaram as demarcações, atribuindo-lhes ênfase no processo de participação e de conscientização dos índios, e não exclusivamente nas técnicas de engenharia envolvidas nos trabalhos de demarcação física.

A maior parte das cerca de 600 comunidades residentes foi visitada, participou da discussão sobre as demarcações e os direitos delas decorrentes, tomou conhecimento sobre os novos limites das terras indígenas e recebeu mapas e outros materiais informativos e promocionais. Centenas de questionários foram aplicados entre as comunidades indígenas, recolhendo muitas informações sobre os usos e expectativas com relação às terras demarcadas.

Outra experiência importante de participação indígena se deu na demarcação da TI Kulina do Médio Juruá, situada no sul do Amazonas, realizada através de convênio com a União das Nações Indígenas do Acre (UNI-AC) e com o apoio do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Constituiu-se em um caso denominado de "autodemarcação", também com um grande grau de protagonismo indígena no seu processo.

A participação indígena nos trabalhos de demarcação tem importância fundamental para assegurar não apenas a correção de eventuais problemas que freqüentemente ocorrem quando da definição dos limites das terras, mas para a consciência dos ocupantes sobre estes limites, sua posterior fiscalização e a própria gestão do território. No passado, as demarcações sempre se reduziram à dimensão técnica e comumente geraram questionamentos ou alienação dos índios depois.

No âmbito do PPTAL, 13 demarcações contaram com componentes que viabilizaram a participação dos índios. Porém, nem sempre é possível assegurar a efetiva participação indígena nos processos demarcatórios, especialmente quando o grupo ocupante é exíguo em termos de população ou tem contato recente com a sociedade nacional. Sobretudo, porque a cultura tutelar da Funai privilegia o caráter das demarcações como obras de engenharia e despreza a importância desta participação.

DEMARCAÇÕES FORA DA AMAZÔNIA

O PPTAL tem provido recursos da cooperação alemã para a demarcação das terras indígenas na Amazônia Legal. Porém, este apoio não se estende às demais regiões do País, nem mesmo para a área de domínio da Mata Atlântica, que recebe algum apoio em outros componentes do PP-G7. Assim, as demarcações no Nordeste, Sudeste, Sul e Mato Grosso do Sul continuam dependendo exclusivamente do aporte de recursos do orçamento da União. Enquanto a Funai sequer consegue gastar todos os recursos disponíveis para a Amazônia, as demarcações nas demais regiões não dispõem de recursos suficientes.

Embora, comparativamente, os custos das demarcações fora da Amazônia sejam menores, seja pela menor extensão das áreas, seja pela logística geralmente mais fácil, os avanços mais significativos têm ocorrido na Amazônia. Ainda assim, nos últimos quatro anos, dezenas de terras indígenas tiveram as suas demarcações concluídas nas demais regiões do País. Porém, nestas regiões, a demanda de pagamento de indenizações por benfeitorias de ocupantes não-índios é muito maior, até por conta da ocupação colonial muito mais intensa que se estabeleceu historicamente nestas regiões. A Funai estima em cerca de 200 milhões de reais a demanda de recursos para a regularização fundiária das terras indígenas já demarcadas em todo o País.

CÔMPUTO DA SITUAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA DAS TERRAS INDÍGENAS

A partir das identificações e demarcações realizadas nos últimos anos, a situação jurídico-administrativa das terras indígenas no Brasil, em agosto de 2000, ficou sodo a seguinte:

Situação Jurídica	Nº	% do nº de Terras	Extensão Ha	% da extensão das Terras
A identificar (duas interditadas)	59		2.697.000	
Em identificação (duas interditadas)	56		41.100	
Em identificação/ Revisão	25		1.474.553	
Com restrição de uso a não-índios	8		570.970	
Total	**148**	**25,74**	**4.783.578***	**4,62***
Identificada/ Aprovada/Funai.	17		3.303.312	
Delimitada (24 em demarcação)	72		19.911.235	
Total	**89**	**15,48**	**23.214.547**	**22,40**
Reservadas	14		73.222	
Homologadas	64		17.190.234	
Registradas no CRI e ou SP	260		58.369.952	
Total	**338**	**58,78**	**75.633.408**	**72,98**
Total no Brasil	**575**	**100,00**	**103.631.578**	**100,00**

A extensão total das terras indígenas corresponde a 12,3% da extensão do território nacional. Os números correspondentes à extensão das terras "a identificar" ou "em identificação" apresenta uma distorção, pois apenas parte delas dispõe de referências quanto à área. As terras "em revisão" ou sujeitas a "restrições de uso"

poderão ser alteradas quando estiverem definitivamente identificadas. As terras "identificadas" e "delimitadas" poderão apresentar pequenas alterações quanto às suas extensões pois a definição dos seus números exatos depende dos trabalhos topográficos executados no processo de demarcação física.

O número de terras indígenas também sofre alterações em função dos processos de demarcação que, eventualmente, podem aglutinar ou desmembrar algumas das terras. Também ocorrem casos, como entre os Mbiá no Sul do País, em que grupos indígenas que se encontram acampados em beira de estradas acabam obtendo uma terra que até então não constava de listagens oficiais. Há, ainda, grupos de índios antes isolados, que passam a estabelecer contato e passam a ter as suas terras nelas incluídas.

Essas alterações tornam complexa a tarefa de comparar o cômputo atual com outros cômputos anteriores. O publicado na última edição de "Povos Indígenas no Brasil, 1991-95", por exemplo, mencionava um número total de terras que incluía as 14 áreas que, posteriormente, foram oficialmente reconhecidas de forma contínua integrando a TI Alto Rio Negro. Assim, a melhor forma de avaliar o desempenho do processo demarcatório nos últimos anos é através da comparação das providências adotadas em cada governo, como se segue:

Presidente	Período/ ano	Qtdes. declaradas	Extensão (ha)	Homologada nº	Extensão (ha)
Fernando Collor	Jan.90/set.92	58	25.794.263	112	26.405.219
Itamar Franco	Out.92/dez.94	39	7.241.711	16	5.432.437
Fernando H. Cardoso	Jan.95/ag/00	82	28.043.812	115	31.344.576
Total				**243**	**63.182.232**

Como se vê, é expressivo o avanço havido no processo demarcatório no decorrer dos últimos dez anos. Mais de dois terços do total das terras com demarcações concluídas foram neste período, embora caiba ressaltar que várias delas foram submetidas aos procedimentos atualmente previstos pelas normas administrativas atualmente vigentes, apesar de já terem sido anteriormente reconhecidas segundo os procedimentos vigentes à época. É o caso do Parque Nacional do Xingu, criado em 1961 por decreto presidencial com base na legislação ambiental então vigente, portanto, através de ato de igual hierarquia legal que o decreto homologatório de terra indígena e que foi redemarcado posteriormente.

As 14 terras "reservadas" a que se refere o cômputo acima são consideradas como estando com os seus procedimentos demarcatórios concluídos com base nas normas então vigentes, embora não se descarte a possibilidade de que também venham a ser submetidas um dia aos procedimentos atuais. Juridicamente, não há necessidade de redemarcar estas terras, mas muitas outras que se encontravam em condições similares o foram por decisão da Funai.

Os avanços ocorridos nos anos 90 não se deram de forma linear. Houveram fluxos e refluxos e, à exceção de alguns momentos específicos em que as demarcações se intensificaram, pode-se dizer que o ritmo delas é geralmente lento, mesmo havendo disponibilidade de recursos no contexto do PPTAL. De todo modo, diferentemente do período dos governos militares e do governo Sarney, em que havia paralisia no processo por deliberada falta de decisões políticas, e ressalvado o caso de alguns processos que continuam pendentes ainda hoje pela mesma razão, os principais obstáculos para que haja um fluxo mais ágil nas demarcações estão situados no âmbito da própria Funai. Há morosidade na formação dos grupos de trabalho para identificação de terras indígenas, atrasos na entrega dos laudos antropológicos, na tomada das providências relativas às licitações para as demarcações físicas e na fiscalização dos trabalhos demarcatórios, que freqüentemente apresentam erros técnicos e exigem o retorno das empresas contratadas para que sejam refeitos. Estes fatores deverão impedir que o processo de demarcação das terras indígenas seja concluído ainda no atual mandato presidencial.

Portanto, estes avanços ainda estão muito aquém do desejável e do possível, sendo que a Constituição previa a conclusão de todas as demarcações até o ano de 93, prazo este já descumprido há vários anos. Pelo menos 150 terras indígenas continuam sem limites definitivamente estabelecidos, além de outras providências faltantes indicadas pelo cômputo acima.

RAPOSA-SERRA DO SOL

A principal pendência relativa às demarcações refere-se ao caso da TI Raposa-Serra do Sol, situada no nordeste do Estado de Roraima. Ocupada desde tempos imemoriais por índios de cinco etnias – Macuxi, Wapixana, Ingarikó, Taurepang e Patamona – e identificada pela Funai em 1993 com uma extensão aproximada de 1,8 milhões de ha. É a mais populosa entre as terras indígenas que ainda não tiveram a sua demarcação concluída.

Em dezembro de 1996, um despacho do ex-ministro Nelson Jobim recusou as contestações havidas durante o processo do contraditório e reconheceu a constitucionalidade do laudo antropológico que fundamentou a sua identificação. Mas determinou à Funai que procedesse à revisão dos seus limites, de modo a excluir áreas situadas ao sul da terra indígena, além de outras "ilhas" no entorno de cinco "vilas" de garimpeiros invasores. No entanto, este despacho não apresentou um memorial descritivo para o novo perímetro proposto, que definisse com clareza os cortes que deveriam ser feitos, estimados em cerca de 300 mil ha. Os limites não foram revistos pela Funai e, em dezembro de 1998, a portaria ministerial de reconhecimento da sua extensão integral foi assinada pelo ex-ministro Renan Calheiros, determinando a sua demarcação física.

Como os limites reconhecidos pela portaria ministerial correspondem, na sua quase totalidade, à linha de fronteira internacional e ao curso dos principais rios da região, as providências relativas à sua demarcação física necessárias à homologação da

área foram rapidamente tomadas pela Funai. No entanto, iniciou-se um processo de fortes pressões políticas movido pelo governo e pelas bancadas parlamentares estaduais, que incluíram a ameaça de promoverem um "banho de sangue", proferida até mesmo em cadeia de televisão, caso a terra indígena venha a ser homologada pelo presidente da República.

Apesar da área já estar administrativamente demarcada, ainda ocorrem pressões no âmbito do Poder Executivo e há pendências no Poder Judiciário. Em reunião sobre o assunto havida na Presidência da República, a Advocacia Geral da União e o Ministério da Defesa expressaram ao presidente sua preferência pela redução da área, nos termos do despacho Jobim. O Ministério da Justiça, a Casa Civil e a Funai expressaram o seu apoio à portaria ministerial. O presidente ainda não tomou uma decisão a respeito.

Por outro lado, o Estado de Roraima propôs um mandado de segurança junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), defendendo uma demarcação em "ilhas", ainda mais restritiva que a própria proposta do despacho Jobim. O STJ analisa o mandado de segurança e concedeu uma liminar determinando a permanência dos ocupantes não-índios na área até o julgamento final do mandado. No entanto, a liminar concedida não impede a continuidade do processo demarcatório e a homologação da área na sua extensão integral.

Pela importância específica do caso, a pendência quanto à homologação de Raposa-Serra do Sol coloca dúvidas quanto à credibilidade da posição do governo em relação à demarcação das terras indígenas. Por tratar-se de uma pendência de caráter político, deixa a dúvida quanto à primazia dos critérios técnicos antropológicos na definição dos limites das terras indígenas. A ameaça do governo estadual de promover o tal banho de sangue é vista pelos índios como uma tentativa de chantagem contra o governo federal. Na verdade, já houve vários casos de conflitos com mortos e feridos na região, e a prolongada indefinição quanto aos seus limites definitivos é que mantém a situação de tensão e o risco de novas violências contra os índios. A homologação desta área com a sua extensão integral, além de solucionar o caso em si, sinalizaria a disposição do governo em dar curso normal aos processos demarcatórios, sem concessões indevidas aos interesses políticos e econômicos eventualmente contrariados.

OUTROS IMPASSES

Além do caso Raposa-Serra do Sol e de alguns outros casos pendentes de decisão política, há outros impasses relativos à demarcação das terras indígenas. Alguns de caráter administrativo, como os já apontados em relação às dificuldades da Funai para acelerar o processo demarcatório. Outros relativos ao acúmulo de obstáculos surgidos em função de decisões judiciais que anulam ou atrasam outras demarcações. Mas há outros ainda mais complexos, que se referem a novas demandas indígenas por revisões de áreas já demarcadas ou identificadas, e as relativas às chamadas etnias emergentes.

Há pelo menos dois tipos de demandas quanto a revisões de limites de terras indígenas. Algumas são absolutamente legítimas, pois se referem a casos de terras demarcadas em tempos passados com exígua extensão, insuficientes para a sobrevivência dos índios. Predominam casos deste tipo nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul do País, nas quais se incluem o Mato Grosso do Sul, onde os índios Terena e Kaiowá vivem confinados em áreas com menos de um hectare por habitante, sendo forçados a trabalhar em fazendas fora dos seus limites e sofrendo várias conseqüências nefastas. A exiguidade das terras é um dos fatores apontados como causa do elevado índice de suicídios entre os Kaiowá.

Porém, também há casos em que demandas indígenas por ampliação de área estão relacionadas a reservas de recursos naturais exauridos nos territórios tradicionais em decorrência da exploração predatória, normalmente realizada com algum grau de consentimento dos grupos indígenas ocupantes. É o caso da TI Badjônkôre, reivindicada pelos índios Kaiapó, que já dispõem de mais de dez milhões de ha reconhecidos, para uma população que não ultrapassa seis mil pessoas. Eles alegam que esta nova área se inclui no território por eles tradicionalmente ocupado no passado. Atualmente, há apenas ocupações indígenas recentes em sedes de fazendas situadas na região. Ao longo dos últimos 20 anos, a exploração predatória de mogno exauriu as reservas anteriormente existentes na TI Kaiapó e há indícios de que, mais do que a terra, os Kaiapó visam com esta reivindicação o acesso a outras áreas onde ainda possa haver mogno passível de exploração.

Há casos em que ambos os fatores estão presentes em reivindicações indígenas. É o caso da ampliação proposta pelos índios Xokleng. Seu território atual já demarcado, situado no Estado de Santa Catarina, foi objeto de redução no passado, além de outros impactos sofridos pela construção de barragens para contenção de enchentes em cidades da região. Porém, a ampliação proposta não se limita à recuperação de áreas subtraídas, mas inclui novas áreas e um novo perímetro formado por linhas secas, que certamente não correspondem à ocupação tradicional e que visam incorporar áreas pertencentes a unidades de conservação ambiental. Os Xokleng também se associaram à exploração madeireira no passado, ao ponto de se exaurirem as áreas de floresta no interior da terra demarcada, e há indícios de que o perímetro proposto para a sua ampliação traga implícita a intenção de retomar contratos ilegais com madeireiros da região, visando a devastação das florestas existentes nestas unidades de conservação.

Assim, algumas das demandas de revisão de áreas estão relacionadas mais a recursos naturais exauridos do que à necessidade de terra propriamente dita. Portanto, têm a ver com a incapacidade da Funai e das próprias comunidades em implementarem projetos econômicos que viabilizem a auto sustentação dos índios. Se não chegam a ser ilegítimas, estas reivindicação colocam, pelo menos, muitas dúvidas quanto à conclusão do processo demarcatório, projetando para o infinito reivindicações que vêm encontrando resistências políticas cada vez mais fortes.

Da mesma forma, há diversas situações envolvendo reivindicações territoriais por parte das chamadas etnias emergentes, grupos indígenas que chegaram a ser oficialmente considerados como extintos ou que deliberadamente procuraram não se identificar como indígenas no passado, em função do preconceito até então existentes. Alguns grupos efetivamente descendentes de povos indígenas hoje reassumem a sua identidade tradicional por entenderem que os avanços mais recentes no reconhecimento de terras e de direitos aos índios passaram a ser mais interessantes que a negação da própria identidade praticada no passado. É, claramente, a situação relativa aos índios Kokama, do alto Solimões, aqui já referida.

Mas também há casos polêmicos, envolvendo grupos bastante miscigenados, especialmente na região Nordeste, que reivindicam identidades tradicionais que, na verdade, nunca corresponderam a povos específicos, mas a designações genéricas atribuídas pelos colonizadores a conjuntos de etnias que não eram capazes de distinguir. É o caso de um grupo que agora se apresenta como descendente dos Tupinambá que, na verdade, eram constituídos de povos diversos, os primeiros a estabelecer contato com os portugueses na costa brasileira durante o século XVI.

Estas situações também tendem a produzir resistências políticas, dúvidas antropológicas e pendências judiciais. Colocam, ainda, o Estado brasileiro diante da perspectiva de infinitude do processo demarcatório.

PROVIDÊNCIAS E RISCOS PARA O FUTURO

Em vista das pendências ainda existentes no processo de demarcação das terras indígenas, algumas providências poderiam ser adotas no sentido de agilizar a sua conclusão. A principal delas seria a articulação de uma campanha nacional pró identificação de terras indígenas, que pudesse mobilizar antropólogos e técnicos de vários órgãos e instituições, priorizando as terras que ainda não foram objeto de qualquer providência administrativa em relação a outras demandas de revisão e de ampliação de terras já identificadas ou demarcadas.

Também seria importante que a Funai exercesse uma atuação mais pró ativa na orientação dos antropólogos convocados para coordenar os grupos de trabalho de identificação de terras indígenas. Via de regra, estes antropólogos, alguns recém formados, inclusive, são enviados a campo sem que disponham de informações e de orientações básicas para a realização dos seus trabalhos. A conseqüência tem sido o atraso na entrega dos laudos antropológicos ou a necessidade de revisá-los posteriormente.

As demandas de revisão de terras já demarcadas requerem o estabelecimento de critérios que possam distinguir entre os vários tipos de reivindicação. Nos casos das terras em que há evidente superpopulação indígena, a Funai não deveria continuar esperando pela eclosão de conflitos e poderia antecipar-se, formulando programas que ordenem estas demandas. Já nos casos em que a questão não é a exiguidade de terras, mas a exaustão de recursos, é imperativo que o governo estruture programas de fomento, de manejo sustentável e de recuperação de áreas degradadas.

Certas situações, como a dos índios M'biá que, em muitos casos, estão vivendo à beira de estradas, especialmente na região Sul, também seria necessária a formulação de programas específicos para definir as suas perspectivas, de permanência ou não nas áreas em que se encontram, bem como a sua origem, se vêm de outras terras já reconhecidas ou de outros países, devendo considerar-se, sobretudo nestes últimos casos, a possibilidade de se lançar mão de instrumentos de desapropriação para assentá-los.

A questão das etnias emergentes também requer providências específicas, seja através do provimento de laudos antropológicos consistentes que atestem a condição indígena destes grupos, seja através do encaminhamento de eventuais demandas distorcidas por terras ou direitos aos órgãos públicos competentes.

A atual falta de planejamento e de critérios para estas situações coloca o órgão indigenista ao sabor de pressões, nem sempre qualificadas, mas que por vezes acabam se sobrepondo à situação mais fundamental de providenciar a identificação e a demarcação de terras indígenas que ainda não foram objeto de qualquer providência administrativa.

Esta situação casuística poderá ampliar o número de processos demarcatórios *sub júdice* ou sujeitos a derrotas judiciais. Poderá, também, suscitar reações ainda maiores por parte de regionais ou de forças políticas contrariadas, com conseqüências nefastas até mesmo para os casos absolutamente legítimos de demarcação de terras para os povos que até hoje não viram as suas demandas atendidas.

O governo federal deveria equacionar a questão da disponibilização de recursos orçamentários para as demarcações e regularizações da situação fundiária das terras já demarcadas. Por maiores que sejam as necessidades de recursos, elas constituem uma pequena fração frente aos compromissos orçamentários da União, mesmo os correspondentes à política de reforma agrária. Diante do volume de dinheiro público que hoje se destina ao pagamento de juros, ou que se desvia para a corrupção e para a ineficiência administrativa, as demandas indígenas significam muito pouco.

O atual governo deveria repor a perspectiva de concluir o processo demarcatório no horizonte do seu mandato. Resolver com brevidade os casos pendentes de decisão política, como o de Raposa-Serra do Sol, programar a disponibilização dos recursos necessários e pressionar a Funai para que resolva as deficiências que têm retardado as providências que estão aos seus cuidados.

É bem verdade que situações como a dos índios que ainda não mantém contato com a sociedade nacional, não são passíveis de programações com cronogramas rígidos. Mas mesmo nestes casos, as providências possíveis deveriam ser urgentizadas, pois com o passar do tempo e com o avanço do processo de ocupação até mesmo nas regiões mais remotas do país, as soluções ficarão cada vez mais difíceis e onerosas. *(julho, 2000)*

Regularização das Superposições entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação

Rachel Biderman Furriela e
Raul Silva Telles do Valle

Advogados do ISA

A CRIAÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHO PARA RESOLVER A QUESTÃO DAS SUPERPOSIÇÕES SERÁ UM EXERCÍCIO PARA A INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS INDIGENISTA E AMBIENTAL

A defesa dos direitos indígenas e ambientais historicamente andaram juntas. É impossível garantir o direito que as comunidades indígenas têm sobre as terras por elas tradicionalmente ocupadas (art. 231 da Constituição Federal) sem considerar a importância da conservação ambiental dessas áreas e sua aptidão para oferecer os recursos necessários à sobrevivência física e cultural das comunidades que nela habitam. Porém, nem sempre a convivência entre a política indigenista e a política ambiental tem sido harmoniosa e complementar.

POLÍTICAS DIVERSAS

Ao longo dos tempos, inversamente ao que se poderia esperar, os órgãos competentes para tratar da questão indígena (Funai e seus antecessores) sempre viram a questão ambiental como secundária no processo de demarcação de terras, assim como os órgãos ambientais nunca entenderam a demarcação de terras indígenas como uma possibilidade efetiva de conservação dos recursos naturais. Dessa forma, embora seja notório que as comunidades indígenas necessitem de áreas ecologicamente sadias para poder sobreviver, e que em decorrência disso costumam utilizar seus recursos de maneira a conservá-los para as atuais e próximas gerações, não se logrou ainda implementar uma política integrada para essas questões.

Uma grave decorrência dessa falta de planejamento conjunto é a criação de Unidades de Conservação (UCs) sobrepostas a áreas tradicionalmente utilizadas por povos indígenas, o que gera, em muitos casos, uma série de atritos entre as comunidades, a Funai e o órgão ambiental. O principal problema decorrente da sobreposição entre terras indígenas e UCs é que muitas vezes as comunidades são alijadas dos processos de tomada de decisão sobre a utilização das áreas necessárias à sua sobrevivência, o que implica, em alguns casos, na restrição de uso da área pelos índios, e em outros, na autorização de uso por terceiros, em flagrante desrespeito aos direitos originários das comunidades sobre seus recursos. Dessa forma, devido à falta de permeabilidade do órgão ambiental às demandas da comunidade indígena, em muitos casos esta se torna uma "intrusa" em sua própria terra, perdendo a autonomia sobre o manejo dos seus recursos e sobre a fiscalização do território. Um exemplo clássico de conflito desse tipo é o da Ilha do Bananal, onde convivem um Parque Nacional do Araguaia e uma Terra Indígena (antiga TI Boto Velho), e onde os conflitos fundiários são agudizados pela falta de gestão administrativa conjunta e pela desídia do órgão ambiental na fiscalização e combate às invasões de fazendeiros e madeireiros. Situação parecida ocorre no Parque Nacional Pico da Neblina, no Amazonas, onde as comunidades indígenas temem a pressão de uma eventual expansão do ecoturismo em suas terras, promovida pela política oficial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

OS GRUPOS DE TRABALHO: POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA O CONFLITO

Entretanto, esses conflitos advindos da superposição entre áreas indígenas e UCs podem estar com seus dias contados. A resolução dessas pendências tornou-se obrigação legal. O cumprimento dessa exigência prevista em lei dependerá, no entanto, de vontade política e articulação dos agentes de governo para a implementação da Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc) e estabelece os critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

A lei do Snuc, como ficou conhecida, estabeleceu, em seu artigo 57, a obrigação para os órgãos federais responsáveis pela execu-

ção das políticas ambiental e indigenista de instituir grupos de trabalho para, no prazo de 180 dias a partir da vigência da Lei, propor as diretrizes a serem adotadas com vistas à regularização das eventuais superposições entre áreas indígenas e unidades de conservação. Além dessa obrigação, a lei exigiu que no ato de criação dos grupos de trabalho deverão constar seus participantes, bem como a estratégia de ação e a abrangência dos trabalhos, garantindo-se a participação das comunidades envolvidas.

O objetivo específico desses grupos de trabalho criados pela lei do Snuc é possibilitar a resolução de conflitos envolvendo terras indígenas e UCs de forma consensual, criando foros de discussão onde as partes interessadas serão obrigadas a negociar uma saída que contemple os interesses em questão, que não são irreconciliáveis, uma vez que é de interesse, tanto do órgão ambiental quanto das comunidades indígenas, a conservação ambiental nessas áreas. No dia 08 de novembro os Ministros da Justiça (José Gregori) e do Meio Ambiente (José Sarney Filho) editaram a Portaria Interministerial No. 261, instituindo um grupo de trabalho com o objetivo de implementar a determinação contida no artigo 57 da Lei do SNUC. Esse grupo de trabalho interministerial conta com representantes dos ministérios do Meio Ambiente e da Justiça, do Ibama, da Funai e da 4ª e 6ª Câmaras do Ministério Público Federal. Essa portaria deixou de contemplar exigência da lei que determina que deve ser garantida a participação das comunidades envolvidas nesse processo. O prazo de trabalho estipulado para conclusão dos trabalhos do grupo interministerial é de 60 dias, prorrogáveis por outros 60, para propor "diretrizes a serem adotadas com vistas à regularização das eventuais superposições entre áreas indígenas e unidades de conservação". No dia 14 de novembro, alguns dias depois da edição de portaria, o Ministro do Meio Ambiente convocou reunião extraordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente para discutir e buscar soluções para os problemas relacionados às superposições. Como resultado da reunião do Conama foi criado um grupo de trabalho que deverá gerar subsídios ao grupo interministerial.

A própria lei determina que as comunidades indígenas devem ter voz ativa nesse processo, o que pressupõe a participação de representantes de cada comunidade em que exista situação de superposição territorial de terras indígenas e UCs em eventuais grupos específicos para regularizar cada área de conflito. O grupo inicial que definirá as diretrizes gerais deveria contar com representações significativas de lideranças indígenas das principais áreas onde existem superposições. Outros atores com reconhecida atuação nas áreas sob análise também deveriam ser consultados e convidados a participar nesse processo, como instituições públicas e privadas, com experiência comprovada nesses temas socioambientais. Espera-se que essa falha venha a ser contornada no decorrer desse processo de discussão.

A PROPOSTA DA RESERVA INDÍGENA DE RECURSOS NATURAIS

O Instituto Socioambiental propôs uma solução para a questão da superposição no processo de discussão legislativa da lei do Snuc. À época, foi apresentada proposta ao deputado Fernando Gabeira, relator do Projeto de Lei em tramitação na Câmara dos deputados, de criação de uma nova figura intitulada "Reserva Indígena de Recursos Naturais (RIRN)". Essa unidade de conservação integraria o Snuc e se destinaria à proteção dos recursos ambientais existentes em terras indígenas. Deveria ser criada por decreto presidencial, por solicitação da(s) comunidade(s) indígena(s), desde que aprovada pelo órgão ambiental federal, se comprovada sua relevância ambiental. Segundo a proposta, a RIRN deveria ser gerida pela comunidade indígena ocupante, que poderia requisitar o apoio dos órgãos indigenista e ambiental para a realização dos atos de proteção e fiscalização da unidade. Essa proposta , no entanto, não chegou sequer a constar do relatório final apresentado pelo deputado Fernando Gabeira à Comissão de Meio Ambiente e Minorias da Câmara, razão pela qual não consta da Lei do Snuc. Com a retirada da figura da RIRN durante a tramitação do projeto, permaneceu, infelizmente, uma grande lacuna em nosso ordenamento no que tange à questão de preservação ambiental em terras indígenas. A eventual retomada dessa proposta permitiria solução mais apropriada à resolução da questão da superposição.

UMA PROPOSTA DE SOLUÇÃO PARA AS SOBREPOSIÇÕES

O processo de regularização das superposições entre terras indígenas e UCs deverá ser orientado pelo princípio contido no artigo 231 da Constituição Federal que estabelece que "são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para as suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições". De acordo com esse princípio constitucional, não é possível validar unidades de conservação em terras tradicionalmente ocupadas por comunidades indígenas, pois estas têm direito originário sobre suas terras, ou seja, anterior à criação de qualquer unidades de conservação. Em outras palavras, a regra que deverá nortear as tarefas dos grupos de trabalho a serem instituídos segundo determina o artigo 57 da Lei do Snuc, é a de qualquer unidade de conservação cujos limites se sobreponham, total ou parcialmente, ao perímetro de terras indígenas, deixarão de existir, onde houver superposição.

A superposição parcial entre os perímetros de UCs e terras indígenas deverá ensejar a alteração do ato normativo criador da unidade de conservação. Uma alternativa em situação de conflito seria o estabelecimento de um novo perímetro para a unidade de conservação se houver possibilidade de expansão desta em área contígua, porém não coincidente com a terra indígena. Em não sendo possível, poder-se-ia cogitar da hipótese de criação de uma nova

SOBREPOSIÇÃO ENTRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TERRAS INDÍGENAS

São 46 as sobreposições entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação Federais e Estaduais na Amazônia Legal – envolvendo 41 áreas de conservação e 32 TIs reconhecidas oficialmente. A extensão da área sobreposta é de 13.521.729 hectares. Este é o resultado do monitoramento dessas terras, elaborado através do Sistema de Informação Geográfica do Instituto Socioambiental - SIG/ISA, em setembro de 2000.

Além dessas sobreposições, listamos alguns casos sobre os quais há registro de ocupação indígena em áreas de conservação federais e estaduais da Mata Atlântica. (Fany Ricardo/ISA)

UF	UC Federal	Terra Indígena	Área sobreposta		
			Há	% (1)	% (2)
PA	Parque da Amazônia	Andirá-Marau	90.367	9,91	11,40
TO	Parna do Araguaia	Inãwébohona	376.545*	66,96	100,00
AP	Parna Cabo Orange	Uaçá I e II	53.323	11,51	11,36
RR	Parna Monte Roraima	Raposa/Serra do Sol	106.169	100,00	6,06
RO	Parna Pacaas Novos	Uru-Eu-Wau-Wau	704.356	100,00	37,42
AM	Parna do Pico da Neblina	Balaio	52.726**	2,34	100,00
AM	Idem	Médio Rio Negro II	43.443	1,93	13,58
AM	Idem	Yanomami	1.140.370	50,64	11,89
MT	Estação Ecológica do Iquê	Enawenê-Nawê	222.514	99,57	29,32
RO	Reserva Biológica do Jaru	Igarapé Lourdes	7.789	2,74	4,00
RO	Rebio do Guaporé	Massaco	410.624	68,81	95,65
AM	Reserva Ecológica Jutaí Solimões	Betânia	3.999	1,37	3,29
AM	Flona de Altamira	Baú	1.061	0,15	0,06
AM	Flona do Amazonas	Yanomami	1.411.568	95,10	14,72
RR	Flona de Roraima	Yanomami	2.798.547	95,62	29,19
RO	Flona Bom Futuro	Karitiana	35.388	12,53	38,18
RO	Flona do Purus	Inauini-Teuini	67.887	14,20	26,66
AM	Flona Mapiá-Inauini	Inauini-Teuini	5.027	1,05	1,34
	Idem	Camicuã	1.050	0,28	1,79
AM	Flona de Humaitá	Diahui	29.299	6%	61%
AM	Flonal Cubate	Alto Rio Negro	432.645	100,00	5,37
AM	Flona Cuiari	Alto Rio Negro	109.268	100,00	1,36
AM	Flona Içana	Alto Rio Negro	198.582	100,00	2,46
AM	Flona Içana Aiari	Alto Rio Negro	486.657	100,00	6,04
AM	Flona Pari Cachoeira I	Alto Rio Negro	17.626	100,00	0,22
AM	Flona Pari Cachoeira II	Alto Rio Negro	636.012	99,96	7,89
AM	Floresta Nacional Pirauiara	Alto Rio Negro	636.940	100,00	7,90
AM	Flonal Taracuá I	Alto Rio Negro	655.385	100,00	8,43
AM	Flona Taracuá II	Alto Rio Negro	562.582	100,00	6,98
AM	Floresta Nacional Uruçu	Alto Rio Negro	72.492	100,00	0,90
AM	Flona Xié	Alto Rio Negro	402.123	99,15	4,99
	Total de Ucs 28	**Total de TIs 18**	**11.772.364**		

(1) em relação à UC Federal

(2) em relação à Terra Indígena

* A TI Boto Velho foi reidentificada com o nome de Inãwébohona e ampliada para 376.545 ha

** A TI Balaio está sendo reidentificada, mudará o nome e a extensão

SOBREPOSIÇÕES ENTRE UCS ESTADUAIS E TIS NA AMAZÔNIA LEGAL

UF	UC Estadual	Terra Indígena	Área sobreposta		
			Há	% (1)	% (2)
AM	Parque Estadual Serra do Araçá	Yanomami	1.522.002	81,80	15,90
AM	Parque Est. Rio Negro Setor Norte	Waimiri-Atroari	5.715	3,56	0,22
AM	REBIO dos Seis Lagos	Balaio	11.187	29,80	21,20
AM	Reserva Desenvolv.Sustentado Amanã	Cutú-Cuiú	36.805	1,64	100,00
AM	Res.Desenvolv. Sustentado Mamirauá	Jaquiri	1.666	0,13	99,50
AM	Idem	Acapuri de Cima	19.467	1,50	100,00
AP	Res.Desenv. Sustentado Rio Iratapuru	Waiãpi	2.656	0,30	0,44
RO	Floresta Estadual de Rend. Sust. Do Rio Vermelho (D)	Kaxarari	2.713	1,87	2,45
RO	Florest.Est.Rend.Sust.do Rio Roosevelt	Roosevelt	3.552	12,00	1,49
RO	Florest.Est.Rend.Sust.do Rio Mequens	Rio Mequens	1.402	0,32	1,30
RO	Idem	Igarapé Omerê	16.477	3,80	32,00
MA	APA Baixada maranhense	Rio Pindaré	5.602	0,33	35,50
AM	APA Marquem Esquerda do Rio Negro	Waimiri-Atroari	112.023	15,10	4,29
AM	APA Margem Direita do Rio Negro	Jatuarana	4.455	0,69	81,80
AM	APA Medio Purus Lago Ayapua	Lago Ayapuá	3.643	18,50	15,00
	Total de UCs 13	**Total de TIs 14**	**1.749.365**		

(1) em relação à UC Estadual

(2) em relação à Terra Indígena

OCUPAÇÕES INDÍGENAS EM UCS DA MATA ATLÂNTICA

UCs	Povo/TI
Parque Nacional Monte Pascoal	Pataxó
Parque Nacional Ilha do Superagui (SP/PR)	Guarani M'bya
Parque Estadual Ilha do Cardoso (SP)	Guarani M'bya
Parque Estadual Intervales (SP)	Guarani M'bya
Estação Ecológica de Juréia-Itatins (SP)	Guarani M'bya
Área de Relevante Interesse Ecológico da Serra das Abelhas Reserva Biológica Estadual do Sassafrás (SC)	Xokleng (TI Ibirama La Klãnô *

* A Funai aprovou os reestudos da TI Ibirama, em 11/11/99, cuja superfície de 14.084 ha, passou para 37.108 ha, configurando sobreposição com as duas UCs.

unidade conservação em área próxima com características ambientais e natureza similar à que deixar de existir. Em outras palavras, onde existir unidade de conservação totalmente inserida em terra indígena, ela deverá deixar de existir. Onde a superposição for parcial, seu perímetro deverá ser alterado, limitando-se ao perímetro não superposto, ou ampliado a área contígua.

DESAFIOS

É importante que os grupos constituídos pelos ministérios avaliem caso a caso para permitir a adequação dos objetivos de conservação ambiental e de proteção dos direitos territoriais das comunidades indígenas. É preciso que as áreas de governo envolvidas com esses conflitos dêem prioridade para o trato da matéria, abandonando eventuais comportamentos corporativistas e antagonismos históricos. É imprescindível que as autoridades competentes tenham vontade política para resolver essas pendências e estabeleçam políticas de conservação ambiental compatíveis com a proteção e defesa dos direitos das comunidades indígenas e do desenvolvimento sustentável. Não será simples a solução dos casos de superposição de terras indígenas e unidades de conservação, pois mesmo com a criação dos grupos de trabalho e a definição de diretrizes justas e plausíveis, ainda assim será necessário um árduo trabalho junto ao poder legislativo para que sejam editadas as leis necessárias à desafetação das Unidades de Conservação, como determina o texto constitucional (art. 225, § 1º, III). De qualquer forma, esse será um importante exercício para a definição de políticas para o uso sustentável dessas terras de enorme importância socioambiental. *(novembro, 2000)*

As Terras Indígenas e as Unidades de Conservação: A proposta de "RIRN" é direito e vantagem para os índios

Márcio Santilli

Coordenador do Programa Brasil Socioambiental/ISA

PODEM OS ÍNDIOS ASSOCIAR-SE AO ESTADO BRASILEIRO PARA PROMOVER A CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS EXISTENTES EM SUAS TERRAS? PODEM OS ÍNDIOS ASSOCIAR-SE A TERCEIROS PARA PROMOVER A EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS EXISTENTES EM SUAS TERRAS?

Estas questões têm gerado polêmica nas discussões que objetivam a formulação de legislação para a defesa dos direitos indígenas e do meio ambiente, e também em relação às estratégias de trabalho das organizações de apoio junto às comunidades indígenas. As dificuldades decorrentes da multiplicação das relações de contato entre os povos indígenas e a sociedade brasileira (e internacional), associadas à ambigüidade de conceitos consagrados na tradição constitucional brasileira relativa aos direitos indígenas, causam enorme confusão entre indigenistas e ambientalistas que atuam no âmbito do governo e das organizações não governamentais.

As relações de contato, uma vez estabelecidas, introduzem nas sociedades indígenas necessidades e expectativas que não podem ser solucionadas pelas práticas econômicas e culturais pré-contato. Geralmente, antes mesmo de verem o primeiro homem branco, as comunidades indígenas começam a ser afetadas por doenças de branco que suas medicinas tradicionais e seus sistemas imunológicos desconhecem. Os primeiros contatos se dão com aventureiros, em contextos conflitivos, em relações desiguais. São interlocutores que visam a exploração de eventuais riquezas dos índios e de suas terras. Mesmo o contato oficial se estabelece através da geração de relações de dependência, da oferta de facões, panelas e outros bens de consumo utilitário que produzem novas necessidades e expectativas.

A relação pré-contato entre os índios e a natureza tem alto grau de sustentabilidade. Ocupam determinada área e nela praticam a caça, a pesca, a coleta e a agricultura até que os recursos comecem a se exaurir. Mudam a localização das aldeias em busca de novas reservas de recursos naturais, enquanto a área anteriormente ocupada se recompõe. Um dia poderão voltar a viver onde se localizava sua antiga aldeia. Nem sempre se trata de um processo pacífico, linear, pois a guerra é um recurso freqüente, de modo que um local anteriormente ocupado por determinado grupo passa a pertencer a outros. Certamente há casos de povos pré-colombianos que pressionaram excessivamente os recursos dos seus territórios, mas também há casos em que o manejo tradicional destes recursos implicou em aumento da biodiversidade, no desenvolvimento por processos culturais de variedades genéticas de grande importância alimentar. Grosso modo, os povos que viviam nas florestas tropicais da América dispunham de fartura de recursos.

Atualmente, o que também vale para o futuro, os povos indígenas vivem em circunstância radicalmente diferente. Mesmo supondo-se a melhor das hipóteses, que tenham suas terras demarcadas em grande extensão, desintrusadas de invasores, estarão confinados nelas. Terão que produzir sua subsistência e os excedentes indispensáveis para a aquisição de bens de consumo que desejem ou necessitem a partir dos recursos ali existentes. Se a população crescer, o que é desejável, sobretudo nos casos dos povos que estão em processo de recomposição demográfica decorrentes de contatos genocidas, tanto maior será a pressão que terão que exercer sobre estes recursos finitos. Para recomporem relações sustentáveis, necessitarão de apoio, de parcerias, de aportes técnicos, de conhecimentos científicos que lhes permitam algum grau de autonomia e de resistência ao esbulho total. Outra hipótese de sobrevivência é a caridade missionária ou oficial, alguém que lhes doe o que necessitam, e seja capaz de seguir doando de forma crescente e permanente. Dependência, em lugar da autonomia.

Não fazem sentido, a não ser aos que se arvoram em tutores dos índios, as interpretações restritivas aos direitos constitucionais dos índios. • **A Constituição fala do direito de usufruto exclusivo que os índios detêm sobre as riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes em suas terras. É um direito, não é**

um impedimento. Se para exercê-lo de forma efetiva os índios se associam, se esta associação não lhes é lesiva, não há violação do usufruto exclusivo. Usufruto exclusivo não significa que os índios só podem explorar seus recursos com suas próprias mãos, com suas próprias técnicas, com seu próprio conhecimento, com seu próprio equipamento. Ou então só poderão explorá-los aquém de suas possibilidades e necessidades e, mesmo assim, sem garantia de sustentabilidade. Se o usufruto indígena estiver sujeito a tal limitação, não será usufruto, será só limitação.

Há muitos casos em que associações lesivas entre índios e terceiros resultam na detonação ambiental dos seus territórios. Não se inscrevem no usufruto legalmente previsto. Os terceiros, nestes casos, não poderiam devastar e nem se apropriar como fazem dos resultados econômicos da sociedade. Mas tampouco se pode debitar aos índios a responsabilidade unilateral pela conservação ambiental. Eles podem fazer o que os outros também podem. Deveriam fazer melhor, pois o direito aos recursos também pertence às suas futuras gerações. O mesmo deveria valer para os demais. Os índios não são ecologistas atávicos, mas podem, mais facilmente que qualquer pecuarista, estar interessados ou ser convencidos a preservar os recursos naturais das suas terras, até porque têm clareza da essencialidade destes recursos para suas vidas.

• **Se os índios podem explorar os seus recursos até de forma insustentável, pois a eles pertencem os recursos e a decisão de explorá-los, não podem também conservar estes recursos? Não podem obter apoio oficial para isso?** Não podem zonear o seu território para definir onde vão explorar e onde vão conservar? Não podem obter reconhecimento formal do estado para o zoneamento do seu território? Não podem construir alianças políticas com os setores da sociedade envolvente que desejam a preservação ambiental? Autonomia ou limitação?

Há demandas indígenas concretas neste sentido. Os Kaiapó da aldeia Aukre, do sul do Pará, conhecidos vendedores de mogno, decidiram destacar parte do seu território de ocupação na forma de uma espécie de estação ecológica, onde eximem-se de qualquer atividade predatória ou de subsistência, e desenvolvem projetos de pesquisas sobre os recursos naturais ali existentes, da flora e da fauna, em parceria com uma organização ambientalista canadense. Há respeito absoluto pelos limites desta área. Pode haver reconhecimento oficial a este respeito?

Os Xikrin do Cateté, também do sul do Pará, zonearam o seu território em parceria com o ISA, visando o manejo de madeira, mas também visando a conservação permanente dos seus castanhais. Praticaram algum ato inconstitucional? Podem obter reconhecimento oficial ao zoneamento do seu território? Converteram-se ao neoliberalismo?

Os Yanomami sequer perambulam pelas inúmeras montanhas existentes em seu território. São as moradas dos espíritos dos seus ancestrais. A conservação absoluta (inviolabilidade) dessas montanhas é um valor da sua cultura ancestral e futura. Não haveria porque protegê-las dos próprios Yanomami, mas sim das empresas de mineração que cobiçam as riquezas das suas terras. Deve o Estado brasileiro promover esta proteção? Investir concretamente nela? Recompensar os Yanomami pelo respeito às montanhas que, aliás, estão entre as mais altas e belas do Brasil?

Quantos não serão os povos indígenas interessados na proteção a longo prazo dos recursos naturais e dos valores culturais que atribuem a partes dos seus territórios? Que apoios poderiam obter ao associarem à proteção destes recursos a proteção dos seus direitos? O que teriam a perder?

Por outro lado, uma política de conservação de recursos ou de biodiversidade não deveria ignorar a importância que os territórios indígenas têm no contexto nacional (11% do território nacional) e, principalmente no contexto amazônico (19% da Amazônia Legal). Não deveria menosprezar as possibilidades concretas de compatibilizar a conservação de recursos com os projetos de futuro de vários povos indígenas. Em muitas situações, em que as terras indígenas são diminutas e superpopuladas, as dificuldades seriam grandes e as possibilidades de conservação seriam pequenas. Mas nos casos em que povos indígenas lograram conquistar o reconhecimento de territórios extensos, a compatibilidade é virtual, mas evidente. Imaginar um sistema nacional de unidades de conservação ambiental sem comunicação sistêmica com territórios indígenas, é pensar pequeno e conservar pouco.

• **A diferença fundamental entre reservas de recursos naturais situadas em terras indígenas e as situadas fora delas, está no fato de que as primeiras pressupõem necessariamente a iniciativa ou, no mínimo, o apoio dos próprios índios na sua criação,** a sua protagônica participação na sua gestão, a efetiva compatibilidade entre uma política de conservação e seus projetos de futuro. Não se pode instituir unilateralmente uma reserva de recursos naturais em terras indígenas, como faz o poder público no caso de outras unidades de conservação ambiental pois, aí sim, estariam sendo violados os direitos e a vontade do povo ocupante, e estaria comprometida a eficácia da conservação.

A plenitude do direito de usufruto pressupõe a possibilidade de associação para a exploração e para a conservação de recursos naturais. A lei deve abrir alternativas para os índios, e não limitá-las. A diversidade dos projetos de futuro destes povos não pode ser contemplada na perspectiva tutelar do julgamento pseudo ideológico, ainda que bem intencionado, sobre se podem ou não podem explorar ou conservar aquilo que lhes pertence de direito, em parceria ou não com aliados que possam apoiá-los ou com instituições públicas que devam apoiá-los.

Para quem alega que a criação de reservas de recursos naturais em terras indígenas é inconstitucional, segue-se a reprodução do conceito de terras indígenas constante do parágrafo primeiro do artigo 231 da Constituição do Brasil: "São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para as suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao

seu bem estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições». Se a Constituição fosse burra ou perversa, e impedisse "a preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem estar", seria o caso de alterá-la. Felizmente, a Constituição é generosa para com os índios e só precisa ser compreendida e respeitada.

Segue-se a proposta formulada pelo ISA como sugestão para inclusão no projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados, que visa instituir o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, relatado pelo Deputado Fernando Gabeira. Que os leitores façam a sua própria avaliação. É o texto:

Art. 14 (incluir inciso)

VIII - **Reserva indígena de Recursos Naturais**

Art. 22 (incluir, renumerando os demais)

A Reserva Indígena de Recursos Naturais é uma unidade de conservação federal que se destina à proteção dos recursos ambientais existentes em terras indígenas.

§ 1º- A RIRN será criada por decreto presidencial, por solicitação da(s) comunidade(s) indígena(s) que detém direitos de ocupação sobre a área específica a ser protegida, situada em determinada terra indígena, desde que aprovada pelo órgão ambiental federal com fundamentação da sua relevância ambiental.

§ 2º- A criação da RIRN não prejudicará o exercício das competências legais do órgão indigenista federal sobre a sua área de abrangência.

§ 3º- O plano de manejo da RIRN será formulado e executado em conjunto pela comunidade indígena e pelos órgãos indigenista e ambiental, que poderão, quando for o caso, convocar outras instituições públicas ou privadas com reconhecida atuação na área.

§ 4º - O plano de manejo deverá especificar:

a) as atividades de fiscalização, de manejo de recursos naturais, de pesquisa ou de visitação que poderão ou deverão nela realizar-se.

b) as eventuais restrições de uso a que a(s) comunidade(s) indígena(s) ocupante(s) se disporá.

c) as competências do órgão ambiental federal em relação à sua área de abrangência.

§ 5º- A RIRN será gerida pela comunidade indígena ocupante, que poderá requisitar o apoio do órgão indigenista e do órgão ambiental para a realização dos atos de proteção e fiscalização da unidade.

§ 6º- Na RIRN não serão realizadas obras não previstas no seu plano de manejo, bem como atividades que impliquem em desmatamento, exploração de madeira e de minérios.

§ 7º- As comunidades indígenas que ocupem terras nas quais foram criadas RIRN terão acesso, em caráter preferencial, à linhas de crédito e outros incentivos para o desenvolvimento de atividades de auto-sustentação econômica e defesa do patrimônio ambiental.

Art. 60 (incluir renumerando os demais)

Nos casos em que unidades de conservação já criadas incidam total ou parcialmente sobre terras indígenas, o poder público federal deverá, no prazo de dois anos da promulgação desta lei sob pena da nulidade dos atos que as criaram, instituir grupos de trabalho específicos composto por representantes da comunidade indígena ocupante, do órgão indigenista e ambiental e, quando for o caso, de outras instituições públicas ou privadas com reconhecida atuação na área, para analisar caso a caso as sobreposições e propor medidas que compatibilizem a coexistência da unidade de conservação com a terra indígena sobre a qual incide.

§ 1º- Nos casos em que os grupos de trabalho concluírem pela incompatibilidade da coexistência da unidade de conservação com a terra indígena sobre qual incide, o poder público federal deverá, no prazo de um ano:

I. reclassificar a área incidente como Reserva Indígena de Recursos Naturais, nos termos do artigo 22.

II. retificar os limites da unidade de conservação de modo a subtrair a área incidente sobre terra indígena, observando-se, sempre que possível, o disposto no § 6º do artigo 59.

III. revogar o ato de criação da unidade de conservação, quando sua área original for totalmente incidente sobre terra indígena e se comprovar a impossibilidade de compatibilização ou a reclassificação, nos termos do previsto neste artigo.

§ 2º- Não se aplicam aos casos mencionados no parágrafo anterior o disposto nos parágrafos 3º, 4º, 7º e 8º do artigo 59.

Art. 61 (incluir, renumerando os demais)

Nos casos de reclassificação ou compatibilização da coexistência de unidades de conservação com terras indígenas, deverão ser previstas formas de compensação às comunidades indígenas pelas restrições decorrentes do estabelecimento destas medidas.

§ 1º - A compensação se fará preferencialmente através da viabilização de programas visando a auto-sustentação econômica das comunidades indígenas.

§ 2º - O estabelecimento das medidas indicadas no caput não prejudicará em nenhuma hipótese o livre trânsito dos índios em suas terras. *(Texto amplamente divulgado pelo ISA no dia 05/09/96)*

TERRAS INDÍGENAS

FUNAI DESVIA RECURSOS DO PPTAL

O diário paulista Folha de S. Paulo noticiou, no dia 28 de setembro, que a Funai está usando recursos do Programa Integrado de Proteção às Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), doados pela Alemanha para a demarcação de terras indígenas, para cobrir suas despesas. O programa é um dos componentes do Programa Piloto para a Proteção das Florestal Tropicais do Brasil do G7, o grupo dos sete países mais ricos do mundo. De acordo com o jornal, dos R$ 804 mil desviados da conta do PPTAL, apenas metade foi devolvida.

Os financiadores já tomaram ciência do fato e, de acordo com a reportagem, "os coordenadores alemães do projeto pediram, por telefone, que a Funai explique em carta o que ocorreu". O Ministério da Justiça, ao qual a Funai está subordinado e a direção do programa pressionam o órgão indigenista oficial para que "devolva o restante dos recursos antes que o caso tome proporções maiores", escreveu o repórter Lucas Figueiredo, da Sucursal de Brasília da *Folha*.

De acordo com a reportagem, a falta dos R$ 804 mil na conta bancária do PPTAL foi notada quando uma fatura de R$ 250 mil, que deveria ter sido quitada pelo programa, foi devolvida por falta de pagamento. A *Folha de S. Paulo* informa que "o dinheiro do PPTAL havia sido sacado pela Funai e usado para pagar contas do órgão, que amarga uma de suas piores fases de falta de recursos. "Pelas normas do PPG7, a Funai só tinha autorização para usar a verba com proteção às terras indígenas", escreveu o repórter.

A devolução dos recursos, segundo informa o jornal, foi exigida expressamente pelo ministro da Justiça, Renan Calheiros, ao presidente da Funai. A Funai repôs R$ 400 mil em duas parcelas – uma de R$ 250 mil e outra de R$ 150 mil. A Funai prometeu devolver o restante "à medida em que o PPTAL precisasse do dinheiro". *(Últimas Notícias/ISA, 29/09/98)*

FUNDO PARA ÁREAS DE PRESERVAÇÃO DE TIS É REJEITADO

O Senado rejeitou ontem o projeto de lei que destina recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) às áreas de preservação e terras indígenas demarcadas. A proposta, apresentada pela senadora Marina Silva (PT – AC), cria um mecanismo inovador para a distribuição de uma parcela maior de recursos e Estados que abrigam reservas ambientais e indígenas e foi derrotada pelos senadores nordestinos que perdem 0,8% do FPE, conforme cálculos com base na arrecadação de 1998.

"Vou ter dificuldades em ouvir senadores do Nordeste defendendo a preservação da Amazônia", desabafou Marina, ao final da votação. O projeto ganhou apoio de 40 senadores, mas para ser aprovado precisava de 41 votos. Quatro parlamentares se abstiveram e 19 votaram contra.

"Com essa rejeição estamos deixando de dar uma contribuição do ponto de vista prático, relevante e estratégico para o País", alertou Marina. Ela acrescentou que 538 mil km² da Amazônia foram devastados nos últimos 30 anos. "Todo mundo cobra essa preservação, que fica na conta unicamente dos 20 milhões de habitantes da região", reclamou.

Para criar o fundo de reserva, a senadora propôs redução de 1% dos 85% do FPE destinados aos Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e mais 1% foi retirado dos 15% distribuídos entre Sul e Sudeste. *(A Crítica, 18/11/99)*

SOBREPOSIÇÃO DE UCs E TIs

CRONOLOGIA DAS DISCUSSÕES

Destaque de alguns fatos que colocaram na pauta da mídia e dos movimentos indigenista e ambientalista a questão da presença indígena em Unidades de Conservação oficialmente reconhecidas

5 a 9/11/00 – Realização do II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Esse congresso promovido pela Rede Pró-Unidades de Conservação, em Campo Grande, divulgou um abaixo assinado manifestando "profunda preocupação com as invasões de unidades de conservação por grupos indígenas, cada vez mais freqüentes e graves" e solicitando "medidas urgentes no sentido de garantir total respeito aos limites e finalidades dos Parques Nacionais de Monte Pascoal, Araguaia, Superagui e demais unidades de conservação de proteção integral, determinando, ademais, a imediata retirada dos invasores e a restauração da ordem jurídica democrática. E por fim, o abaixo assinado diz reafirmar a "posição contrária a qualquer alteração da destinação ou categoria das unidades de conservação nacionais, que vise acomodar reivindicações territoriais de qualquer tipo".

14/11/00 – Realização da reunião extraordinária do Conama sobre sobreposição entre terras indígenas e unidades de conservação. Essa reunião, convocada pelo ministro do Meio Ambiente e presidente do Conama, José Sarney Filho, ocorreu num contexto em que entidades preservacionistas radicalizam o discurso contra a presença de índios e outras populações humanas em unidades de conservação. Ocorreu, também, uma semana após o governo federal instituir um grupo de trabalho interministerial para tratar do assunto, conforme determinado pelo artigo 57 da Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Embora muitos dos presentes tenham preferido entender a questão como "um falso dilema", os discursos enfatizaram uma suposta incompatibilidade entre a presença indígena e a preservação de unidades de conservação, particularmente as definidas pelo SNUC como "de proteção integral". O ISA defendeu que a questão deve ser tratada de forma mais ampla e teve oportunidade de apresentar suas propostas.

Diante da dificuldade para conciliar as posições, o plenário do Conama decidiu criar uma comissão para acompanhar os trabalhos do GT interministerial composto por representantes de entidades indígenas, indigenistas, ambientalistas e de um representante da Associação Brasileira de Estados e Meio Ambiente (Abema), com ou sem assento no Conama. A apreciação das propostas encaminhadas pelo ISA - que foi escolhida para compor a comissão - deverá ocorrer no âmbito dos dois grupos de trabalho.

23/11/00 – Realização da primeira reunião da comissão do Conama. O grupo, nessa ocasião, decidiu discutir preliminarmente as sobreposições de unidades de conservação de uso sustentável (uso direto) com terras indígenas e a primeira categoria escolhida para os trabalhos foi Florestas Nacionais (Flonas). Decidiu-se por uma proposta que compatibilize Flonas e terras indígenas, de modo a não ser necessário propor alterações na legislação vigente. A proposta para compatibilizar Flonas e terras indígenas teria as seguintes características: a) a adoção de um regime de gestão compartilhada, no qual a concessão para a exploração da Flona seria do Ibama, mas dependente de anuência prévia do(s) povo(s) indígena(s) que habitam a área sobreposta; b) os custos da elaboração do projeto seriam ressarcidos pela renda gerada pela comercialização da produção; e c) a proposta seria apresentada via Resolução do Conama.

05/12/00 – Realização da segunda reunião da comissão do Conama. O grupo avaliou a proposta, apresentada pelo presidente da entidade Direito por Planeta Verde, Herman Benjamim, de redação para uma resolução que trata da compatibilização da sobreposição entre Flores-

tas Nacionais e Terras Indígenas. Sucintamente, a proposta de resolução, a ser submetida ao plenário do Conama, dispõe que, ressalvadas os usos, costumes e tradições das comunidades indígenas habitantes da área em que ocorre a sobreposição, e desde que tais comunidades manifestem interesse, poderá haver exploração sustentável dos recursos florestais em sua totalidade, com a aprovação de um plano de manejo. Do GT Interministerial esteve presente apenas o presidente da Funai, Glênio Alvarez. *(dezembro/2000)*

ALGUMAS MANCHETES DO DESENTENDIMENTO

Índios Pataxós reclamam posse do Monte Pascoal – Já governo federal quer a saída dos indígenas do território do parque. *(Gazeta do Povo, 20/10/00)*

Pataxós negam saída do Monte Pascoal *(A Tarde-Salvador, 26/10/00)*

Índios ocupam sede do Ibama em TO - Javaés contaram com a ajuda dos Karajás para expulsar funcionários do Instituto do Parque Nacional do Araguaia *(Gazeta Mercantil, 07/11/00)*

Documento pede índio longe de Superagui *(O Estado do Paraná, 09/11/00)*

Ambientalistas pedem retirada de índios de reservas naturais *(A Tribuna da Imprensa-RJ, 10/11/00)*

Conama decide quem fica com as áreas de conservação *(O Liberal-Belem, 14/11/00)*

Conama discute superposição de áreas *(Diário do Comércio-SP, 15/11/00)*

Tribo Nauas reclama posse de terras - Considerados extintos os Nauas querem reserva de 40 mil ha do Parque da Serra do Divisor *(A Crítica, 16/11/00)*

Índios podem ser retirados de Superagui. Pesquisadores querem a desocupação imediata das áreas de proteção ambiental *(Gazeta do Povo-Curitiba, 19/11/00)*

Os índios e os Parques Nacionais *(A Gazeta do Povo, 21/11/00)*

SOBREPOSIÇÃO ENTRE TERRAS INDÍGENAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

As duas propostas do ISA

As terras indígenas, seja por sua dimensão – 12% da extensão total do território nacional e 21% da extensão da Amazônia Legal brasileira –, pela variedade ou singularidade dos ecossistemas que abrigam, ou pela situação de relativa preservação dos seus recursos naturais devem ser consideradas como componente fundamental para uma estratégia nacional de conservação e uso sustentável da biodiversidade. Tais recursos e sua proteção são, além disso, fundamentais para os projetos de futuro dos povos indígenas no Brasil.

O que se pode observar, portanto, é uma sobreposição de interesses, ou seja, tantos os povos indígenas como aqueles preocupados com a proteção da biodiversidade, possuem os mesmos interesses: garantir a manutenção e a sustentabilidade de nossa diversidade biológica.

Por outro lado, tanto os esforços de proteção da biodiversidade em UCs como as políticas de sustentabilidade cultural e econômica para os povos indígenas do Brasil têm sido deficientes. As áreas protegidas do país sofrem os mais diversos problemas, desde unidades de conservação que só existem formalmente até áreas onde as atividades degradadoras são uma constante, comprometendo de forma grave a biodiversidade que se queria conservar. As políticas referentes aos povos indígenas, por sua vez, não têm logrado garantir que as comunidades indígenas consigam se manter, levando algumas delas à beira da indigência total. Vários fatores estão por trás desse cenário, desde a falta de uma política consistente e integrada de conservação de biodiversidade no país, passando pela ausência de recursos materiais e humanos, até o desinteresse do governo e da própria sociedade por tais questões.

No caso da sobreposição entre TIs e UCs, apesar da evidente convergência de interesses – ou uma verdadeira sobreposição de interesses – acontece também um somatório dos problemas encontrados independentemente na conservação de biodiversidade em áreas protegidas e na sustentabilidade econômica dos povos indígenas, ou seja uma sobreposição de problemas.

É mister perceber que o foco dessa questão não é a sobreposição de terras indígenas e unidades de conservação e sim o estabelecimento de uma política de proteção e uso sustentável de nossa biodiversidade que considere todo o nosso território de forma integrada, ou seja não apenas unidades de conservação.

Assim, o tema deve ser tratado de forma mais ampla ao invés da tentativa de solucionar os episódios conflituosos que surgem, cada vez com mais freqüência, e que não são nada mais do que indicadores da dimensão do problema a ser tratado.

Para lidar com a questão dessa forma, criando uma interface ampla entre a conservação de biodiversidade e a integridade das terras indígenas, o Instituto Socioambiental possui duas propostas não excludentes que, cabe ressaltar, transcendem o problema da sobreposição entre unidades de conservação e terras indígenas, sem deixar, entretanto, de resolver tais conflitos.

A primeira proposta é o estabelecimento de uma nova modalidade de espaço protegido: a Reserva Indígena dos Recursos Naturais – RIRN, já tratada nos artigos acima.

A segunda proposta do ISA é o desenvolvimento, por parte do governo, de um Programa de proteção à biodiversidade e de apoio ao uso sustentável de recursos naturais em terras indígenas. Essa proposta foi apresentada à Secretaria de Biodiversidade do Ministério de Meio Ambiente - MMA. Esse programa atuaria dando apoio a projetos de pesquisa científica com parcerias indígenas; realizando etno-zoneamentos em terras indígenas; criando RIRNs; promovendo o uso econômico sustentável de recursos naturais; recuperando áreas degradadas e recursos naturais em exaustão; e implementando soluções negociadas para os casos de sobreposição entre terras indígenas e unidades de conservação.

Na proposta apresentada, sugere-se uma primeira etapa a ser desenvolvida na Amazônia e na Mata Atlântica. Essa etapa abarca três fases. A primeira é a formulação de uma proposta preliminar de programa, com estratégias diferentes para os dois biomas, priorizando na Amazônia a identificação de áreas prioritárias para a conservação de biodiversidade nas terras indígenas e na Mata Atlântica, que apresenta uma realidade bem distinta, adotando-se a estratégia de analisar casos que podem ser considerados paradigmáticos. A segunda fase da proposta apresentada ao MMA pode ser descrita como um amplo processo de consulta às organizações e comunidades indígenas, às instituições de pesquisa e aos atores governamentais envolvidos. A terceira e última fase da proposta prevê a formulação final do programa e sua discussão com os interessados.

O grande diferencial dessa proposta de programa é o fato de não focalizar o conflito da sobreposição e sim criar uma abordagem mais ampla da questão de conservação da biodiversidade e seu uso sustentável nas terras indígenas. Vale ressaltar que muitas vezes o problema da sobreposição entre terras indígenas e unidades de conservação pode ser percebido como um falso conflito, pois há, na maioria das vezes, ao lado de uma clara convergência dos interesses dos povos indígenas e daqueles preocupados com a proteção da biodiversidade brasileira, divergências continuadas entre os órgãos governamentais responsáveis por tais questões, criando um clima de confrontação que poderia ser evitado.

Por outro lado, não é possível aceitar que os povos indígenas sejam tratados como agentes responsáveis pela degradação da diversidade biológica nas unidades de conservação, quando se sabe que há inúmeras áreas protegidas no país onde não há nenhuma sobreposição com terras indígenas em estado avançado de degradação ambiental, sem que os responsáveis – madeireiros, caçadores, garimpeiros e fazendeiros – sejam punidos. (Nurit Bensusan/ISA, dez/00)

O Subsolo das Terras Indígenas na Amazônia

Fany Ricardo | Antropóloga do ISA

EM 11 ANOS, O CRESCIMENTO DOS INTERESSES MINERÁRIOS NAS TERRAS INDÍGENAS TRIPLICOU

O montante de alvarás e requerimentos de pesquisa e lavra mineral incidentes em terras indígenas na chamada Amazônia Legal chegou, em abril de 1998, a 7.203, atingindo 126 terras indígenas (TIs). O número é resultado de análise realizada pela equipe do ISA, a partir do cruzamento das informações adquiridas no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), com o banco de dados de terras indígenas, que o ISA atualiza diariamente. Essa pesquisa dá continuidade ao levantamento pioneiro de um grupo de antropólogos do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi) e geólogos da Coordenação Nacional dos Geólogos (Conage), iniciado em 1986.

Naquela oportunidade, a pesquisa foi motivada pelas discussões sobre o assunto no processo de elaboração do novo texto constitucional brasileiro. Os dados do período 1986-87, publicados em 1988 (*Empresas de Mineração e Terras Indígenas na Amazônia*, São Paulo: Cedi/Conage, 1988, 82pp), chegaram a ser discutidos em sessão especial da Assembléia Nacional Constituinte.

Os números daquela pesquisa indicavam a existência de 2.245 processos incidentes em 77 terras indígenas na Amazônia Legal, sob controle de 69 empresas ou grupos econômicos, sendo 560 alvarás de autorização de pesquisa, entre as quais, sete concessões de lavra e 1.685 requerimentos de pesquisa.

Desde então, o Cedi, sucedido pelo ISA a partir de 1994, tem mantido uma rotina diária de monitoramento dos interesses minerários incidentes em TIs na Amazônia Legal. O método consiste em cruzar informações cartográficas obtidas junto a órgãos oficiais - as que constam dos alvarás de pesquisa e lavra oficialmente concedidos pelo DNPM e as que estão nos documentos de reconhecimento de TIs pelo governo federal (portarias ministeriais e decretos presidenciais), de modo a produzir dados georreferenciados.

A relevância de publicar resultados mais atualizados sobre o tema é a retomada das discussões sobre ele no Congresso Nacional, onde tramitam o Projeto de Lei nº 1.610-A/96, que regulamenta as atividades minerárias em terras indígenas, de autoria do senador Romero Jucá, já aprovado pelo Senado Federal e sob apreciação na Câmara dos Deputados, e o Projeto de Lei 2.057/91, que institui o Estatuto das Sociedades Indígenas, do qual consta um capítulo sobre mineração em TIs.

AUMENTO PROGRESSIVO

Os dados computados entre 1987 e 1998 indicam um aumento significativo dos processos, isto é, dos títulos e requerimentos minerários incidentes total ou parcialmente em terras indígenas na região amazônica, mesmo considerando que, neste período, também cresceu a extensão do reconhecimento oficial de terras indígenas, conforme se pode ver na tabela.

	Final de 1987(*)	Dez/93(**)	Jun/95(***)	Abr/98(***)
Total de processos	2.245	4.453	4.845	7.203
TIs atingidas	77	117	121	126

(*) Fonte: *Empresas de Mineração e Terras Indígenas na Amazônia*, Cedi/Conage, 1988, 82pp.

(**) Fonte: Levantamento Cedi.

(***) Fonte: Monitoramento ISA.

Ressalta-se que os números de 1998 não incluem os dados referentes a quatro TIs situadas no sul de Rondônia, em decorrência de problemas técnicos nos disquetes obtidos pelo ISA junto ao DNPM. No entanto, é provável a existência de processos referentes a essas terras, pois, já em 1995, a situação era a seguinte: TI Massaco com dois títulos (2% de seu subsolo); TI Rio Omerê com 22 títulos (100% do subsolo); TI Rio Mequens com dez títulos (55,06%) e TI Tubarão-Latundê com 17 títulos (56,03%).

REQUERIMENTOS E TÍTULOS MINERÁRIOS NA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA

Terras Indígenas

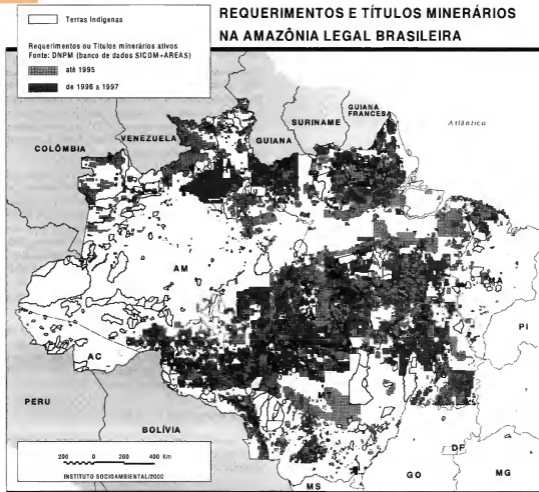
Requerimentos ou Títulos minerários ativos
Fonte: DNPM (banco de dados SICOM+AREAS)

até 1995

de 1996 a 1997

GUIANA FRANCESA
SURINAME
Atlântico
VENEZUELA
GUIANA
COLÔMBIA
AM
MA
PI
AC
PERU
MT
BOLÍVIA
DF
GO
MG
MS

200 0 200 400 Km

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/2000

Especificamente entre 1993 e 98, merece destaque o significativo crescimento do número de requerimentos e títulos minerários nas Terras Indígenas a seguir:

	Processos em dez/93	Processos em abri/98	% do subsolo
TI Baú (PA)	132	519	89,48
TI Kayapó (PA)	117	319	48,89
TI Mekragnoti (PA)	85	214	75,97
TI Panará (PA/ MT)	01	177	92,81
TI Sai Cinza (PA)	37	112	89,07
TI Vale do Guaporé (RO)	02	60	92,39

Os subsolos dessas TIs apresentam, como se acaba de ver na tabela, altas taxas de superposição com áreas requeridas. No caso das TIs Curuá, Parakanã, Roosevelt, Serra Morena, Tapirapé/Karajá, Trocará, Xambioá e Xikrin do Cateté, essa taxa chega a mais de 99%. TIs que, como a Mekragnoti, têm mais de 90% do seu subsolo "bloqueado" são 22. E 44, pelo menos, têm mais de 50% de seu subsolo pretendido.

Os dados apresentados a seguir, juntamente com o mapa, compõem um panorama global dos resultados de que dispomos.

ANTES E DEPOIS DA CONSTITUIÇÃO

Títulos minerários emitidos antes e depois da promulgação da Constituição de 88 são objeto de tratamentos diferenciados nos dois projetos de lei que visam a regulamentação de mineração em TIs

	Títulos antes de 05/10/88	Títulos depois de 05/10/88
TI Yanomami	554	158
TI Alto Rio Negro	320	72
TI Waimiri-Atroari	140	56
TI Raposa/ Serra do Sol	70	41
TI Nhamundá-Mapuera	54	40

(ver *artigo de Sérgio Leitão, a seguir*). A data de referência é 5 de outubro de 1988, daí a importância de tomá-la como marco de análise.

Títulos anteriores a essa data somam 1.941, enquanto os posteriores (até abril de 1998) totalizam 4.951.

Existem algumas terras indígenas, entretanto, onde a incidência de títulos era maior antes do que depois da data de referência. Casos marcantes são:

TÍTULOS MINERÁRIOS EM SITUAÇÃO IRREGULAR

Foram assim considerados todos os processos que não são requerimento para pesquisa, que é a fase inicial do processo no DNPM para obtenção de autorização de pesquisa.

Tais títulos somam 311, representando: 14 concessões de lavra, 163 autorizações de pesquisa, 25 em disponibilidade, 92 requerimentos de lavra e 17 licenciamentos

A maior parte desses títulos foi concedida após ou durante o reconhecimento oficial das TIs em que incidem. Destacamos dois casos: o das 6 concessões de lavra concedidas, em 1993, à Cooperativa dos Produtores de Ouro de Pontes de Lacerda (MT), que recaem sobre a TI Sararé, dos Nambikwara, homologada em 1991, e o de uma outra, à Sheila Adriana Pompemayer, incidente no Parque Indígena de Aripuanã, TI homologada em 1991.

EMPRESAS E INTERESSES

A pesquisa revelou que 388 empresas e duas dezenas de pessoas físicas estão envolvidas nesses processos incidentes em TIs.

Pode-se verificar uma grande concentração de títulos concedidos às mesmas empresas. As dez maiores mineradoras, com suas subsidiárias, detêm 3.313 (46%) dos títulos existentes. As três empresas que têm mais títulos e requerimentos em TIs são a Mineração Silvana Indústria e Comércio Ltda. (com 961 títulos), a Cia. Vale do Rio Doce e suas subsidiárias (com 590) e a Mineração Itamaracá (que, com a Itajobi, chega a 452).

A tarefa de mensurar a multiplicidade de interesses numa mesma TI foi dificultada pelas lacunas existentes no Banco de Dados de Empresas Mineradoras do DNPM. Somente como exemplo: no caso da TI Xikrin do Cateté, há 27 empresas e pessoas físicas interessadas em seu subsolo. Dessas empresas, 17 são da Vale do Rio Doce, não foi possível saber se as outras dez estão ligadas à ex-estatal, pelas dificuldades citadas acima.

Podendo haver muitos interesses numa mesma TI, o inverso - um mesmo ator interessado em várias TIs - também é verdadeiro. Aqui, o caso da Mineração Silvana Indústria e Comércio Ltda. merece destaque. Essa empresa começou a requerer intensamente alvarás de pesquisas em TIs a partir de 1994. Seus 961 processos minerários incidem em 27 TIs, nos estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso e Rondônia. Somente na TI Menkragnoti, dos índios Kayapó, no Pará, dispõe de 284 requerimentos de pesquisa mineral e na terra dos Uru Eu Wau Wau, em Rondônia, 144. Segundo o banco de dados do DNPM, a Mineração Silvana tem como sócias a Mineração Santa Elina e Santa Elina Gold Corporation.

Quanto aos minérios mais requeridos, o interesse pelo ouro é, de longe, o principal. Há 4.468 processos em que o objetivo é a procura desse minério, representando 62% do total dos interesses das mineradoras. Em segundo lugar, aparece o cobre, com 425 títulos e requerimentos, o que representa 5,9% do total dos processos.

QUEM BLOQUEIA O QUÊ?

Como conclusão, podemos lançar duas indagações. A primeira delas segue a hipótese do bloqueio cartorial do subsolo das terras indígenas na Amazônia Legal. Caso contrário, como explicar a requisição, por parte de uma mesma empresa, ademais sem experiência na área de prospecção mineral, de várias áreas contínuas, que se sobrepõem e ultrapassam as terras indígenas, abrangendo vastas áreas em diversas áreas amazônicas?

Outra questão, que surge claramente mesmo numa rápida olhada no mapa, é que os interesses minerários cobrem extensas regiões da Amazônia, que vão muito além dos limites das TIs. Esse fato parece desqualificar o argumento, muitas vezes apresentado, de que as demarcações de TIs na Amazônia visam dificultar ou mesmo obstruir a exploração mineral. *(julho, 1999)*

COIAB É CONTRÁRIA A PROJETO DE LEI QUE REGULAMENTA MINERAÇÃO EM TERRA INDÍGENA

"Excelentíssimo Senhor presidente.

Através desta apresentamos a análise da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) sobre o projeto de lei nº 1610-A de 1996, de autoria do senador Romero Jucá. Para tanto destacamos alguns pontos negativos aos interesses dos povos indígenas contidos no projeto de lei do senador Romero Jucá. Inicialmente o projeto prevê prioridade aos cerca de três mil requerimentos de autorização de pesquisa e de registro de licença para exploração mineral dentro de terras indígenas anteriores à Constituição de 1988. Tal previsão representa uma grande ameaça à vida das comunidades, uma vez que esses pedidos não vão precisar de editais e nossas organizações e comunidades não dispõem de recursos financeiros e humanos para promover laudos antropológicos e submeter todos esses pedidos às regras de relatório de impacto ambiental específico, em audiências públicas.

Outra grande preocupação advém do fato de que os principais articuladores pela aprovação do projeto de lei de autoria do senador Romero Jucá, na Câmara, são proprietários ou ligados a empresas mineradoras, o que evidencia interesses particulares em detrimento do interesse público.

O pedido de urgência urgentíssima articulado pela "bancada da mineração" e a posição do deputado Antônio Feijó (PSDB-AP) demonstram que o Congresso Nacional corre o risco de aprovar o que parece ser uma estratégia montada por empresas mineradoras que resultará em prejuízo aos direitos indígenas e num paradoxo entre o que o Brasil se comprometeu em fazer na Agenda 21, em matéria de desenvolvimento auto-sustentável, e o permissível pelo legislador brasileiro, haja vista que na prática poderão resultar em invasões "legalizadas" de terras indígenas e em danos irreparáveis ao meio ambiente.

Senhor presidente se é verdade que os deputados estão interessados em viabilizar a exploração mineral em terras indígenas e outros problemas ligados aos nossos interesses, então nesse caso, por que não é agilizada a tramitação do projeto de lei nº 2.057/91, que institui o Estatuto das Sociedades Indígenas, que há mais de seis anos tramita no Congresso Nacional e no qual existe um capítulo que trata da mineração em terras indígenas? Nesse sentido reiteramos a nossa solicitação para que os deputados agilizem a tramitação do projeto nº 2.057/91, cujo o relator é o deputado Luciano Pizzato.

A alegação dos defensores do projeto do senador Romero Jucá de que o mesmo visa combater a garimpagem clandestina e racionalizar a exploração mineral não apaga da nossa memória o fato de que, infelizmente, muita das vezes as leis são usadas para mascarar atividades ilícitas. Basta citar o fato de que dados do próprio governo federal, ou seja, a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), informam que 80% da madeira que sai da Amazônia é ilegal, apesar de que por lei a exploração de madeira deve ser controlada pela autoridade competente através de plano de manejo.

Outro aspecto preocupante é o fato de que muitas comunidades indígenas não estão preparadas para negociações com empresas mineradoras, entre outros motivos, porque possuem pouco tempo de contato com a sociedade envolvente e não têm experiência sobre procedimentos de contratos e desconhecem os valores dos diversos minerais no mercado nacional e internacional.

Vale dizer que as comunidades indígenas não possuem equipamentos adequados à exploração racional de minerais e tão pouco sabem manusear máquinas utilizadas na garimpagem. Neste sentido, a transformação do referido projeto em lei será um estímulo às invasões legalizadas, tendo como conseqüência a exploração de minerais através da manipulação e enganação dos índios pelos mineradores profissionais.

Um exemplo lamentável de que a exploração mineral, mesmo com a autorização dos próprios índios, resulta em jogo de intrigas e enganação dos índios vem ocorrendo na Terra Indígena Waiãpi, onde um projeto de mineração implementado pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI) já causou sérios problemas de divisão social e os parentes Waiãpi não têm controle sobre a quantidade de ouro explorado e não se dão conta dos prejuízos causados à organização social das comunidades. A Coiab não é contra a garimpagem em terras indígenas, realizada ou autorizada pelos índios, mas esperamos que isso ocorra quando os índios envolvidos estejam conscientes das implicações sociais e ambientais da garimpagem, tenham compreensão da comunidade.

Vale dizer que a mineração em terras indígenas por não-índios, não resulta somente na invasão física das terras indígenas, mas também na invasão ideológica que provoca desagregação social. Infelizmente, a ideologização em nossas comunidades multiplica-se a cada dia, ora por iniciativa de igrejas de toda ordem, ora por iniciativa de pessoas que se autodenominam "aliados" aos índios, mas que na prática atuam em causa própria e promovem a desunião dos parentes, enquanto paulatinamente, as bases da identidade histórica e cultural e a organização social de nossas comunidades são minadas por valores impostos como "verdadeiros" ou "melhores".

É nessa conjuntura que os parentes com poucos anos de contato não estão preparados para gerir de imediato projetos de mineração, haja visto que nesse contexto, revelam-se complexos para os índios.

Assim sendo, queremos que os nossos direitos garantidos pela Constituição sejam respeitados. Para tanto, ratificamos a nossa posição contrária ao projeto de lei de autoria do senador Romero Jucá, que trata da exploração mineral em terras indígenas e esperamos contar com o apoio de Vossa Excelência, no sentido de promover o debate e a agilização do projeto de lei do Estatuto das Sociedades Indígenas. Certos da atenção e da sua seriedade como legislador e jurista, antecipamos os nossos agradecimentos.

Coordenação Executiva da Coiab, 2 de março de 1998"

Mineração em Terras Indígenas: O *Imbróglio* da Regulamentação

Sérgio Leitão | Coordenador do Programa Direito Socioambiental/ISA

REGULAMENTAÇÃO DA MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS ESBARRA EM PONTOS POLÊMICOS

As discussões sobre a regulamentação da exploração mineral em terras indígenas vêm sendo travadas há cerca de dez anos no Congresso Nacional. O primeiro projeto de lei sobre o tema resultou da iniciativa do saudoso senador Severo Gomes ainda em 1989, tendo sido aprovado pelo Senado em 1990 e depois remetido à Câmara do deputados, onde, entretanto, foi arquivado por força de dispositivo regimental, em razão da sua não apreciação em caráter definitivo passadas duas legislaturas.

Em 1991, foi apresentado, pelos deputados Aloízio Mercadante, Fábio Feldmann e outros, o Projeto de Lei nº 2.057/91, elaborado pelo Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), que propunha a criação do Estatuto das Sociedades Indígenas e a revisão da legislação infraconstitucional acerca dos direitos dos índios, contendo capítulo específico sobre a mineração em terras indígenas. Depois disso, outros dois projetos no mesmo sentido foram apresentados, o primeiro, de iniciativa do Poder Executivo e o segundo, resultado da articulação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) com alguns parlamentares. Os três projetos acabaram por ser reunidos em um substitutivo (Projeto nº 2.057/91 - substitutivo do relator) de autoria do deputado Luciano Pizzatto, tendo sido este aprovado pela Comissão Especial da Câmara que analisou os projetos em 29 de junho de 1994. O Projeto encontra-se parado desde então em razão da obstrução que o Poder Executivo faz à sua tramitação.

Em 1995, o senador Romero Jucá apresentou ao Senado o Projeto de Lei nº 121/95, versando especificamente sobre a regulamentação da exploração e aproveitamento dos recursos minerais em terras indígenas. O Projeto foi aprovado pelo Senado em fevereiro de 1996 e remetido à Câmara em março do mesmo ano, onde tramita sob o nº 1.610/96.

Apesar dos longos anos de tramitação, nem o Substitutivo do deputado Pizzatto, nem o Projeto do senador Jucá, conseguiram ainda propor soluções satisfatórias para alguns pontos considerados cruciais no tratamento da questão da mineração em terras indígenas, tendo deixado de lado muitas das sugestões já oferecidas pelos índios e organizações da sociedade civil de apoio aos direitos indígenas. Há também nos dois projetos dispositivos antagônicos que precisam ser harmonizados. O objetivo deste artigo é apresentar esses pontos de forma rápida e direta, inventariando os impasses existentes.

LIMITAÇÃO AO NÚMERO DE MINERADORAS EM UMA MESMA TERRA INDÍGENA

Como demonstram os dados levantados pelo Instituto Socioambiental (ISA), existem diversas terras indígenas com mais da metade de seu subsolo já objeto de requerimento de exploração mineral. Em alguns casos, tais requerimentos chegam a totalizar mais de 90% do subsolo da terra indígena.

Essa situação indica a necessidade do estabelecimento de limites para a autorização de pesquisa e concessão de lavra dentro das terras indígenas, evitando-se assim que uma dada Comunidade Indígena tenha o seu território inteiramente tomado por empresas mineradoras, em detrimento dos fins eligidos pela Constituição Federal quando concebeu o próprio conceito de terras indígenas – espaço para habitação, espaço para desenvolvimento de atividades produtivas, espaço para a reprodução física e cultural e espaço para a preservação ambiental.

Até o momento, nenhum dos projetos de lei que tramita no Congresso Nacional propondo a regulamentação da matéria, apresenta qualquer proposta no sentido de limitar a área de abrangência da atuação das empresas mineradoras dentro de uma terra indígena, dando margem a situações absurdas como as já verificadas pelo ISA. Resta saber se a solução virá expressa no texto legal, ou se este remeterá ao Congresso Nacional a obrigação de estabelecer tais limites caso a caso, quando do exercício da função que lhe atribuiu a Constituição de autorizar a pesquisa e a lavra das riquezas minerais nas terras indígenas.

Obviamente, o ideal é que a própria lei fixe o percentual máximo do subsolo a ser explorado, ou que, pelo menos, estabeleça parâmetros para tal limitação, os quais deverão nortear a atividade autorizadora do Congresso Nacional, evitando, quando da análise dos casos concretos, um desequilíbrio entre a garantia dos direitos constitucionais indígenas e a possibilidade de exploração dos recursos minerais existentes no subsolo de suas terras.

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE INDÍGENA NOS RESULTADOS ECONÔMICOS DECORRENTES DA EXPLORAÇÃO MINERAL

A Constituição estabelece que as Comunidades Indígenas deverão participar dos benefícios resultantes da exploração mineral do subsolo de suas terras. Essa participação é entendida em termos econômicos. Porém, restam dúvidas quanto ao melhor modo de fixar o coeficiente dessa participação, assim como as bases sobre as quais deve ele incidir.

O Projeto de Lei do senador Romero Jucá e o Substitutivo do deputado Luciano Pizzatto fixam um percentual mínimo de 2%, fazendo-o incidir sobre o "faturamento bruto resultante da comercialização do produto mineral, obtido após a última etapa do processo de beneficiamento adotado e antes de sua transformação industrial" (Art. 84 do Substitutivo e Art. 6º do Projeto Jucá). Ambos os projetos admitem também a variação deste percentual, para mais ou para menos, em até 25%, quando da fase da concessão de lavra.

A primeira pergunta que se faz é quanto às condições de que deverá dispor uma Comunidade Indígena para saber se o percentual que lhe está sendo pago corresponde exatamente ao faturamento bruto mencionado. Ela terá acesso aos livros contábeis da mineradora? A Comunidade receberá informações do Fisco quanto aos impostos recolhidos pela mineradora para poder, a partir delas, monitorar os seus ganhos e controlar a correta remuneração de sua participação?

O fato é que nenhum dos dois projetos enfrenta a questão. Portanto, cabe indagar se não seria o caso de fazê-lo de imediato, recorrendo à assessoria de especialistas na área de tributação e mineração, ou se deve a matéria ser deixada para discussão quando da regulamentação da lei.

Outra pergunta recai sobre o próprio montante do percentual mínimo estabelecido, havendo críticas quanto ao coeficiente de 2%, considerado insuficiente por alguns. Seria então o caso de deixar que a Comunidade Indígena negociasse o percentual com a mineradora interessada, ao invés de fixá-lo em graus mínimo e máximo?

LIVRE UTILIZAÇÃO POR PARTE DAS COMUNIDADES INDÍGENAS DOS RECURSOS PROVENIENTES DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DA LAVRA

O Substitutivo do deputado Pizzatto estabelece que caberá à Comunidade Indígena administrar os recursos que receba a título de participação nos resultados da atividade minerária realizada em suas terras. Enquanto isso, o Projeto do senador Jucá determina que tais recursos sejam depositados em caderneta de poupança em nome da Comunidade, que só poderá utilizar de forma livre os rendimentos auferidos, ficando o uso do valor principal condicionado à autorização da Funai e do Ministério Público Federal.

Pois bem, a participação nos resultados da lavra é garantida às Comunidades Indígenas a título compensatório pela exploração de suas terras e pelos impactos socioambientais inevitáveis, decorrentes das atividades minerárias. Não seria justo, pois, condicionar o uso de recursos que visam minimizar as conseqüências de uma atividade que se faz em razão do interesse nacional - já que o subsolo é bem da União - à manifestação de vontade do próprio Estado, seja qual for a justificativa usada para tanto.

Nem mesmo o argumento da tutela se aplica, porque a tutela serviria, quando muito, para auxiliar os índios na sua manifestação de vontade, não podendo servir de fundamento para um instrumento que aniquile essa vontade por antecipação. Isto sem levar em conta que o instituto da tutela está totalmente superado e de que, nos dias de hoje, não há qualquer indício de que o Estado teria maior discernimento quanto ao uso e gestão desses recursos do que a própria Comunidade Indígena.

Não bastasse, o Projeto do senador Jucá cria a obrigatoriedade de destinação de 2,5% dos recursos devidos a cada Comunidade para um Fundo Especial de atendimento a Comunidades Indígenas carentes. Embora, a olhos menos atentos, possa parecer louvável este propósito, na verdade, o dispositivo acaba por atribuir à Comunidade Indígena, que já suporta o ônus da mineração em seu território, a obrigação de financiar o bem-estar das demais Comunidades, o que, no entanto, é dever do Estado.

OBRIGATORIEDADE DE REALIZAÇÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

Uma das exigências presentes no Substitutivo da Comissão Especial é que a realização de atividades minerárias em terras indígenas só ocorra após a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima). O Projeto Jucá não estabelece esta exigência. Embora conste do texto constitucional a obrigatoriedade do EIA-Rima para o licenciamento de toda e qualquer atividade potencialmente causadora de danos ao meio ambiente, o que, em tese, permite estender a aplicação desse requisito às atividades minerárias em terras indígenas, a previsão expressa de sua necessidade no texto da lei afastaria qualquer margem de discricionariedade da administração nessas hipóteses.

Como é amplamente sabido, a atividade de exploração mineral é causadora de significativos impactos socioambientais. Por isso, a previsão expressa da lei é cautela indispensável para, antes de tudo, fornecer ao Congresso Nacional, ao Poder Executivo, à Comunidade Indígena interessada e à sociedade como um todo, um diagnóstico dos riscos potenciais e a definição antecipada da relação custo/benefício do empreendimento. Ou seja, é preciso ficar claro que a atividade minerária irá causar impactos passíveis de serem minimizados pela adoção das medidas mitigatórias previstas na legislação ambiental, sob pena de não ser a mesma autorizada. E, no caso de ser possível a autorização da atividade, o EIA-Rima há de elencar desde logo o rol das medidas mitigatórias no caso específico, além das providências quanto à recuperação dos danos ambientes dela resultantes, conforme expressa exigência da própria Constituição Federal (Art. 225, §2º).

AUDIÊNCIA DAS COMUNIDADES INDÍGENAS AFETADAS

A Constituição determina que o Congresso Nacional só poderá autorizar a mineração em terras indígenas após ouvir as Comunidades Indígenas afetadas. Tanto o Substitutivo do deputado Pizzatto quanto o Projeto Jucá fazem menção à determinação constitucional sem, no entanto, especificar como ela deverá ocorrer. Não está previsto, por exemplo, que a audiência às Comunidades Indígenas deverá ocorrer dentro de suas próprias terras, tampouco está definida a forma em que se dará a oitiva, não estando claro sobretudo o procedimento que levará ao conhecimento da Comunidade Indígena a questão sobre a qual ela deverá se manifestar.

A lei há de ser expressa neste sentido, frisando que a consulta às Comunidades deverá ser *in loco* e assegurando-lhes o recebimento de prévias informações sobre o conteúdo do projeto sobre o qual deverá se manifestar, estabelecendo inclusive, se necessário, obrigação para a empresa mineradora interessada de arcar com o pagamento de consultores independentes, os quais possam oferecer à Comunidade Indígena informações técnicas a respeito do empreendimento.

DIREITO DE PRIORIDADE

O Projeto de Lei do senador Jucá assim como o Substitutivo do deputado Pizzatto, asseguram o direito de prioridade aos requerimentos de autorização de pesquisa e de lavra incidentes sobre terras indígenas, que tenham sido protocolizados junto ao DNPM antes de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.

Além de despejar, de imediato, sobre as terras indígenas uma enxurrada de pedidos de pesquisa e lavra que terão de ser analisados de um momento para o outro, sem dar tempo hábil às Comunidades Indígenas para que possam avaliar as conseqüências das atividades propostas sobre os seus territórios, em assim fazendo, ambos os projetos acabam por dispensar os titulares desses requerimentos de se submeterem ao juízo prévio de verificação das condições para minerar em terras indígenas, exigido de todos os demais interessados.

Em outras palavras, os projetos prevêem que o DNPM, em conjunto com a Funai, deve declarar em cada caso as condições para que uma mineradora possa se habilitar a explorar uma dada terra indígena. Porém, ao assegurarem o direito de prioridade a titulares de antigos requerimentos, os projetos afastam a obrigatoriedade do juízo prévio nestes casos, inviabilizando-o na prática. Como é sabido, há um número excessivo de requerimentos nesta condição, o que tenderá a fazer da exceção a regra.

Vale ressaltar que a justificativa usada pelas mineradoras visando a manutenção desses dispositivos em ambos os projetos é pífia: por serem tais requerimentos anteriores à Constituição de 88, quando não existiriam regras especiais para a mineração em terras indígenas, os mesmos seriam válidos inclusive para os fins do direito de prioridade de que fala o Código de Mineração. Ocorre que não existe direito adquirido contra a Constituição e tendo ela instituído um novo procedimento, devem todos os interessados a ele serem submetidos na sua integralidade.

FINALMENTE

Como se vê, há ainda muitas questões a serem sanadas para a regulamentação da exploração mineral em terras indígenas. A verdade é, porém, que tanto os índios como as organizações de apoio têm debatido o tema, procurando oferecer soluções aos problemas existentes, sendo certo que os projetos de lei até hoje apresentados resultaram, em sua maior parte, de iniciativas e propostas dos próprios índios e da sociedade civil organizada.

Não obstante, tanto o Projeto Jucá quanto o Substitutivo do deputado Pizzatto deixaram de incorporar muitas dessas sugestões, o que aliás responde pelas lacunas e controvérsias apontadas acima. Resta então perguntar a quem interessaria a não-regulamentação da matéria, já que os índios e as organizações de apoio não têm medido esforços para que o tema seja regulamentado em lei. *(julho, 1999)*

Nota da equipe de edição

Em abril de 2000, o Poder Executivo apresentou ao Congresso Nacional uma proposta alternativa ao Substitutivo do deputado Luciano Pizzatto ao Projeto de Lei do Estatuto das Sociedades Indígenas. Na parte relativa à mineração, essa proposta traz algumas modificações.

Por exemplo, no tocante aos requerimentos de pesquisa e lavra apresentados ao DNPM antes de 5 de outubro de 88, a proposta alternativa do Executivo não mais assegura o direito de prioridade aos titulares desses requerimentos, que só passarão a contar, na hipótese de aprovação do texto do governo, com a preferência em caso de empate ao final do processo de escolha do responsável pela realização da exploração mineral em terra indígena. Ou seja, se dois interessados concorrerem para explorar minérios e apresentarem propostas iguais, aquele que for titular de um requerimento anterior a 88 será declarado vencedor. *(outubro,2000)*

Patrimônio Genético: De quem? Para quem?

André Lima | Advogado do ISA

O GOVERNO FEDERAL ELABOROU UMA EMENDA CONSTITUCIONAL PARA QUE O PATRIMÔNIO GENÉTICO SEJA BEM DA UNIÃO

A quem pertence o patrimônio genético do País? Quem são, se é que há, os detentores ou proprietários das informações existentes na estrutura genética dos recursos biológicos (flora, fauna, microorganismos) espalhados por todo território brasileiro, seja em propriedade privada, em terras indígenas, em posses de populações tradicionais ou ainda em terras públicas? E mais: qual a conseqüência para os sujeitos acima apontados caso a resposta seja "a", "b " ou "c" ? O governo federal anunciou que pretende responder a essas questões rapidamente, sem um debate mais amplo com a sociedade, por meio de uma emenda constitucional, qualificando o patrimônio genético como bem da União.

Com efeito, para buscarmos respostas mais consistentes para essas indagações faz-se necessário, *a priori*, entendermos o alcance e o conteúdo da palavra "patrimônio", no contexto da expressão "Patrimônio Genético", contornos estes indicados pela própria Constituição Federal. Além da Constituição Federal, é necessário também destacarmos, ainda que brevemente, os princípios que norteiam a Convenção de Diversidade Biológica (CDB) e que apontam para o conteúdo mesmo dos interesses e direitos que recaem sobre os recursos genéticos.

A CDB, documento assinado pelo governo brasileiro durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - a ECO 92, no Rio de Janeiro, e ratificado em 1994, através do Decreto Legislativo nº 02, estabelece normas e princípios que devem reger o uso e a proteção da diversidade biológica em cada país signatário. Em linhas gerais, a Convenção propõe regras para assegurar a conservação da biodiversidade, o seu uso sustentável e a justa repartição dos benefícios provenientes do uso econômico dos recursos genéticos, respeitada a soberania de cada nação sobre o patrimônio existente em seu território. Além disso, é importante frisarmos que a CDB garante direitos especiais aos povos indígenas e às populações tradicionais sobre os recursos genéticos, na medida em que reconhece a estreita relação entre a conservação deste recurso e os conhecimentos, o modo de vida, os costumes e as tradições de tais populações, que há séculos, ou milênios, interagem com o ambiente natural conhecendo-o profundamente e conservando-o, já que desenvolvem atividades de pouco ou quase nenhum impacto.

Assim, a CDB indica que, além dos interesses econômicos, recaem sobre a diversidade biológica e, portanto, sobre os recursos genéticos que a integram, interesses outros de ordem coletiva e difusa.

A legislação brasileira já apontava neste sentido desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o que se consolidou com a entrada em vigor do Código de Defesa do Consumidor (CDC), Lei nº 8.078/90.

O artigo 225 da Constituição Federal brasileira afirma que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado constitui um "bem de uso comum do povo", essencial à sadia qualidade de vida incumbindo a toda coletividade o dever de protegê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. O CDC, por sua vez, define os conceitos sobre direitos e interesses difusos e coletivos, que merecem destaque.

Partindo do pressuposto básico de que sobre um bem jurídico - seja ele público ou privado - recaem vários tipos de interesses de naturezas distintas, podemos afirmar, com base no que prevê a Lei nº 8.078/90, em relação aos recursos genéticos, que:

Do ponto de vista do interesse eminentemente difuso - Interesses afetos a uma coletividade indeterminada de pessoas, sobre os recursos genéticos destacam-se e são determinantes os interesses de natureza socioambiental, que apontam para a necessidade de sua conservação em face da relevância para a manutenção da qualidade de vida humana e demais formas de vida. Vale aqui lembrar o amplo conceito legal de meio ambiente trazido pelo artigo 3º, da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, Lei 6.938/81: *"conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas"*, bem como o artigo 225 da

Constituição Federal que estabelece o direito de "todos" ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida.s

Do ponto de vista dos interesses coletivos - Ligados a uma coletividade determinável, pode-se dizer que além dos interesses de natureza ambiental e social, acima tratados, surgem também interesses outros de natureza econômica mas também de conteúdo cultural. Ou seja, em se podendo identificar (qualificar e quantificar) os interessados, já podemos falar em apropriação de um bem por uma dada coletividade, como por exemplo uma comunidade local ou indígena que detém a posse ou propriedade coletiva de um território e portanto dos recursos naturais que o integram e compõem. Registre-se aqui, que no caso dos povos indígenas, a posse permanente de um território lhes assegura o direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais nele existentes, inclusive os recursos genéticos (art. 231 CF/88). Ou mesmo a identificação de um dado povo ou grupo social ao uso de uma espécie da flora nativa (plantas medicinais) como forma de exteriorização e reprodução intrínsecas de sua cultura. O artigo 216 da Constituição também prevê a proteção jurídica dos bens materiais e imateriais portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (indígenas, quilombolas, caiçaras, caboclos, caipiras), suas formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver e as criações científicas, artísticas e tecnológicas, qualificando tais bens como patrimônio cultural brasileiro.

Do ponto de vista do interesse exclusivamente individual - O conceito de patrimônio, no caso dos recursos genéticos, se reveste tão somente de conteúdo econômico, ou seja, da apropriação mesma do recurso, no sentido de usar, gozar, fruir e dele dispor, excluindo todos os demais, evidentemente que dentro dos limites ao uso da propriedade estabelecidos pela legislação.

Vale dizer, entretanto, que os "interesses" difusos, coletivos ou individuais podem convergir ou conviver simultaneamente sobre uma mesma "coisa", como no caso sobre os recursos genéticos, independentemente de sua titularidade ou mesmo posse.

O recurso genético é elemento constitutivo da própria essência ou da estrutura mesma dos recursos naturais (água, ar, solo, fauna e flora), que por sua vez compõem o meio ambiente ecologicamente equilibrado. A conservação e o uso dos recursos genéticos, que integram os recursos naturais, interferem potencialmente (positiva ou negativamente) no equilíbrio ecológico - protegido constitucionalmente -, que se almeja para a manutenção da qualidade de vida das presentes e futuras gerações. Assim sendo, podemos dizer que a expressão "patrimônio genético", na hipótese, revela interesses e direitos que transcendem ao direito individual-privado, ou mesmo ao direito público, despontando para um novo direito a que chamamos de intergeracional e portanto difuso, em função da inequívoca indeterminabilidade de seus titulares ou sujeitos, que são inclusive as gerações futuras.

Desta forma, a palavra "patrimônio", no presente caso, expressa um conjunto de obrigações das presentes gerações que correspondem a direitos fundamentais relacionados ao ambiente sadio e à qualidade de vida, cujos titulares são, além das presentes, as gerações futuras. A expressão "patrimônio genético" impõe algo mais do que o direito de usar, fruir, gozar e dispor dos recursos genéticos, revelando principalmente o dever de todos aqueles que integram as presentes gerações (poder público e coletividade) de usar sustentavelmente e conservar este "recurso" que a natureza lhes oferece, independentemente de sua titularidade ou propriedade, sem privar as próximas gerações das condições de usar, fruir e gozar desse mesmo recurso.

Mais do que isso. A palavra "patrimônio" utilizada pelo legislador constituinte, tanto para os recursos genéticos, como para os ecossistemas de relevante interesse para o País (Mata Atlântica, Floresta Amazônica, Pantanal Mato-grossense, Serra do Mar e zona Costeira, §4º, art.225), ou ainda o patrimônio cultural (artigo 216 CF/88) se cotejados com a expressão bem de uso comum do povo que, no art. 225 qualifica o meio ambiente ecologicamente equilibrado, pode nos conduzir a uma reflexão mais ampla e audaciosa. Não se trata mais de expressar uma categoria jurídica definidora de propriedade estatal ou privada de um recurso material, mas sim de bens materiais e imateriais cujo valor reside fundamentalmente na possibilidade e necessidade de seu uso coletivo, cujo acesso pela população deve ser o mais amplo possível posto que se tratam de recursos essenciais para a garantia de vida digna da população humana, inclusive as futuras gerações. Neste sentido é que o patrimônio genético se enquadraria na categoria de bens de interesse difuso ou público, categorias jurídicas ainda em construção tanto pela doutrina como pela própria legislação, mas que persistentemente o governo federal insiste em desconsiderar.

Reconhece-se que há necessidade cada vez mais emergente de buscarmos solução político-jurídica responsável que assegure, a todos os titulares dos interesses acima referidos e não apenas à União, o respeito aos seus direitos. Entretanto, considerando-se a complexidade da matéria e os distintos e legítimos interesses e direitos envolvidos - públicos e privados, coletivos e difusos -, é forçoso concluir que devemos aprofundar o debate com a sociedade interessada (comunidade científica, setor privado, populações indígenas, comunidades locais, proprietários rurais, pequenos produtores) buscando principalmente, ao sugerirmos soluções, ainda que por meio de ficções jurídicas inovadoras, refletir sobre os impactos que a inclusão precipitada do patrimônio genético como bem da União, ou em qualquer outra categoria existente ou por ser criada, poderá causar a todos esses interesses.

Não podemos aceitar que administradores provisórios do Estado, a pretexto de exercer a legítima soberania sobre a diversidade biológica do País, reproduzam dissimuladamente a prática tirânica e autoritária de outrora, que desconhecia deliberadamente a importância dos povos indígenas e das populações locais como sujeitos no processo de promoção do desenvolvimento sustentável da nação. A CDB, ainda que timidamente, reconhece esse papel, cabendo ao governo demonstrar se realmente pretende realmente aplicá-la em nosso País. *(outubro, 2000)*

RECURSOS GENÉTICOS

"LEI DAS PATENTES É CONVITE AO ROUBO"

A cientista indiana Vandana Shiva, diretora da Fundação para a Pesquisa em Ciência Tecnologia e Recursos Naturais de Nova Delhi, tem denunciado a armadilha geopolítica que está sendo armada por alguns países que lideram a corrida à apropriação dos recursos genéticos existentes no planeta. Autora de vários livros – entre eles *Monoclutures os the Minds: Biodiversity, Biotechnology and Agriculture e Staying Alive: Women, Ecology and Survival in India* -, ela foi agraciada em 1993 com o Prêmio Nobel da Paz Alternativo, alimenta um sóbrio *cult* pelo movimento feminista e uma militância em defesa da natureza. Para Vandana, é na região amazônica e andina que se localizam os maiores reservatórios do patrimônio genético da humanidade. E é para onde as sociedades desenvolvidas têm olhado com cobiça, neste início da era da Revolução Biotecnológica. Leia a seguir trechos da entrevista concedida por Vandana Shiva, em sua visita ao ISA em abril de 96.

ISA– A sra. acha que os recursos naturais de países como o Brasil e a Índia podem ser uma moeda de barganha diante da globalização?

Eu acho que alguns recursos naturais são muito importantes. Nós precisamos estar cientes desse riqueza para colocá-la na mesa no momento em que as negociações mundiais quiserem fazer parecer que nós nada temos e que aqueles que detêm o capital têm tudo. Mas, além disso, eu acho que temos mais do que a natureza. Temos também uma diversidade cultural formidável e já é tempo de começarmos a negociá-la de maneira otimista. Esta revolução ainda está por acontecer.

ISA – Brasil e Índia poderiam cria uma Opep biológica para melhorar seus recursos naturais numa economia globalizada?

Acho que sim. E nós teríamos alguns líderes com vontade de ferro. Uma Opep da biodiversidade poderia não só resgatar os recursos do Terceiro mundo, como também salvar o planeta. Os modelos econômicos provenientes do mundo industrializado, cultural e ecologicamente muito pobre, em termos de biodiversidade, se sobrepõe a outros tipos de modelos, destruindo-os e encobrindo-os. Assim, implanta-se a monocultura do McDonald's e da Coca-Cola por toda a parte. Esse tipo de globalização, baseado somente no poder do capital, nivela por baixo a humanidade. Não produz um engajamento intelectual, cultural e filosófico efetivo. Com a criação de uma Opep da biodiversidede, podemos livrar o mundo da estreiteza do Ocidente todo-poderoso e nos unir em torno dos 99% da biodiversidade mundial que nos pertence. Somente assim, teremos uma moeda de barganha forte. Todos os recursos financeiros existentes não podem suprir a falta de biodiversidade. *(Parabólicas, nº 17, abril de 1996)*

CONVÊNIO FUNAI E EMBRAPA

A Embrapa e a Funai assinaram, em maio último, "convênio de cooperação" que permite a prospecção botânica e a coleta de recursos genéticos em áreas indígenas. O convênio prevê a necessidade de autorização prévia das comunidades indígenas para a coleta, mas não estabelece mecanismos de controle sobre o destino e a utilização do material genético depois de coletado. Ele se antecipa às normas legais de controle sobre o acesso aos recursos genéticos brasileiros, estabelecidas em projeto de lei de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC), que tramita no Senado.

O convênio ainda não foi executado e dependerá da assinatura de convênios específicos para cada caso. Ele permite que a Embrapa disponibilize os recursos genéticos de áreas indígenas a instituições de pesquisa, públicas ou privadas, "desde que estes se destinem à alimentação e agricultura", e que "pertençam a gêneros de espécies e variedades conhecidas". Em troca, a Embrapa forneceria seus recursos genéticos e técnicos para projetos agropecuários em áreas indígenas. Os recursos genéticos (de espécies da fauna e da flora) das áreas indígenas serão mantidos nos bancos de germoplasma da Embrapa. Em seus registros, deverão constar as áreas indígenas de onde foram coletados e os povos indígenas que nelas vivem. Entretanto, não há previsão de autorização dos índios para sua cessão a terceiros. O convênio cria uma comissão paritária da Embrapa e da Funai para acompanhar as atividades.

Os recursos genéticos das áreas indígenas estarão disponíveis para instituições de pesquisa de outros países, pois a Embrapa mantém uma política de intercâmbio internacional, devido à grande dependência brasileira de recursos genéticos estrangeiros. Os índios, entretanto, não terão controle ou qualquer compensação econômica pela autorização de acesso: este é o ponto que suscita dúvidas sobre o convênio entre organizações de defesa aos índios e outros setores da sociedade civil que vêm acompanhando a regulamentação legal do acesso a recursos genéticos no país.

Márcio Miranda, chefe de pesquisa da Embrapa, pondera que o convênio só abrangerá recursos genéticos destinados à alimentação e agricultura, de espécies conhecidas (como a mandioca, milho, arroz etc.) e que as pesquisas e intercâmbios promovidos pela empresa visam atender às necessidades básicas de populações de baixa renda, tendo uma finalidade essencialmente social e não lucrativa. Ele argumenta também que os índios, quando entenderem que o convênio não lhes beneficia, poderão negar a autorização para a coleta.

Miranda acredita também que a preocupação com a necessidade de assegurar compensação às comunidades indígenas pela utilização de seus conhecimentos tradicionais deve estar mais voltada para as pesquisas científicas com plantas medicinais. O pesquisador reconhece, entretanto, que, uma vez cedidos os recursos genéticos para outras instituições, pouco controle se terá sobre a sua utilização futura e sobre os produtos e processos que venham a ser desenvolvidos com base neles, que poderão vir até a ser objeto de patenteamento por terceiros. Não há nada no convênio impedindo que isso aconteça. *(Juliana Santilli, Parabólicas, jul-ago/97)*

COMISSÃO DA CÂMARA PEDE INVESTIGAÇÃO SOBRE BIOPIRATARIA

A comissão da Câmara dos Deputados que apura a biopirataria no Brasil pediu ao Ministério Público que investigue esse tipo de prática dentro de instituições de pesquisa do próprio governo. Segundo o relatório da comissão, divulgado ontem, os acordos científicos internacionais acobertam coletas ilegais de espécies vegetais e animais na Amazônia. Essas espécies seriam usadas para a produção de novos medicamentos - é a esse tipo de prática que os cientistas chamam de biopirataria. *(FSP, 19/11/97)*

PROGRAMA TENTA COMBATER BIOPIRATARIA

O governo vai estimular a formação de um consórcio de empresas e instituições de pesquisa para o desenvolvimento de produtos farmacêuticos derivados de plantas, animais e microorganismos oriundos da floresta amazônica. A propriedade da tecnologia, patenteável ou não, será dividida entre as entidades que trabalharem no desenvolvimento do produto.

O programa tem o objetivo de combater a biopirataria na Amazônia. O projeto foi batizado de Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Bio-diversidade da Amazônia (Probem) e vai consumir R$ 54,9 milhões.

O governo brasileiro estima que 25% de todas as drogas prescritas nos EUA contenham substâncias ativas derivadas de plantas desenvolvi-

das em florestas tropicais. As populações indígenas dominam o conhecimento sobre aproximadamente 1.300 plantas que contêm princípios ativos com características de antibióticos, narcóticos, abortivos, anticoncepcionais, antidiarréicos, anticoagulantes, fungicidas, anestésicos, antiviróticos e relaxantes musculares.

Três laboratórios de referência serão criados em São Paulo e Amazonas para auxiliar na coleta de amostras, preparação de extratos e determinação da propriedade. A previsão é que os laboratórios do consórcio resultem na criação do Pólo Tecnológico de Bioindústria da Amazônia, destinado a ampliar a base brasileira de produção de insumos farmacêuticos de origem biológica. A implantação do pólo poderá ter incentivos fiscais. A utilização da biodiversidade inclui a domesticação de espécies que possam gerar produtos comestíveis e produção de biomassa. A coleta será feita por grupos ligados às universidades e instituições de pesquisa da região. Os extratos serão preservados, codificados e parte enviada para um laboratório de referência a ser construído em Manaus (AM).

"Não temos dúvidas de que conseguiremos combater a biopirataria", disse o ministro Gustavo Krause (Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal). Outro laboratório de referência para ensaios biológicos será sediado no Instituto Butantan. O Laboratório de Estruturas Moleculares do Instituto de Biociências da Unesp (Universidade Estadual de São Paulo) também vai colaborar. *(FSP, 19/11/97)*

EQUILÍBRIO É CHAVE PARA LEI ANTIBIOPIRATARIA

O projeto de lei sobre acesso a recursos genéticos, que pretende evitar a biopirataria na Amazônia, corre o risco de prejudicar a ciência brasileira, se for muito rigoroso e afugentar a cooperação internacional. "O ponto mais importante é negociar bem as parcerias", disse Marcio de Miranda Santos, chefe do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e ex-diretor do Centro Nacional de Recursos Genéticos (Cenargem).

"Não adiantaria nada ter uma excelente lei, mas péssimos cientistas", disse Miranda. Isto é, não adianta fechar as portas do resto do mundo - leia-se principalmente os EUA, detentor da mais poderosa engenharia genética e biotecnologia - para a biodiversidade brasileira, se não houver recursos humanos no País capazes de pesquisá-la em parceria. "Nessa área, cooperação internacional é necessária. Não é suficiente a capacitação que existe no Brasil", afirmou. Ele também teme a criação de um aparato burocrático federal e que o excesso de controle gere descontrole no final.

"Tem lei que pega e lei que não pega", disse o advogado Paulo de Tarso Siqueira Abrão, membro da comissão de meio ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de São Paulo. "O fundamental é que as negociações gerem frutos", disse. "É preciso garantir a soberania dos estados nacionais sem ser xenófobo", concluiu Abrão.

O projeto de lei de acesso a esses recursos foi proposto no Congresso pela senadora Marina Silva (PT-AC). Ela deverá vir à SBPC discutir o projeto. Ontem, ela foi representada por um consultor, David Hathaway, da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. Hathaway lembrou que há séculos existe um "colonialismo genético", para o qual países criavam jardins botânicos para se apropriar, por exemplo, de plantas de outras regiões. "Com a engenharia genética há mais centralização de capital, de poder. As grandes empresas querem se apropriar dos recursos genéticos globais."

Ele diz que, quando um país importa alumínio do Brasil, paga pela mercadoria e pode revender um avião. Já quando uma grande empresa se apropria de um recurso genético, nada paga, e o país importa depois o remédio pronto. Para Hathaway, trata-se também de justiça social. Por exemplo, quem possui o conhecimento sobre um recurso genético muitas vezes é uma comunidade indígena, que merece usufruir dos resultados. Para ele, trata-se ainda de incentivo à conservação. *(FSP, 16/07/97)*

BIOINCOMPETÊNCIA

A recente aprovação de lei para o controle da biodiversidade no estado do Acre enseja grandes dúvidas quanto à eficácia de combater, apenas com legislação, a biopirataria - prática de criar patentes para remédios fabricados no exterior com plantas coletadas na Amazônia, sem o pagamento de royalties ao Brasil.

Para que possam trabalhar no Acre, pesquisadores estrangeiros deverão estar acompanhados por brasileiros e parte do material coletado ficará sob controle do Estado. Para o âmbito federal, tramita no Congresso, desde 95, projeto da senadora Marina Silva (PT-AC), com teor similar.

Não se pode ignorar a importância do mercado de remédios derivados de plantas, que, segundo a ONU, movimenta cerca de US$ 32 bilhões em todo o mundo. Mas, mesmo reconhecendo que as práticas desse setor devam estar sujeitas a alguma forma de regulamentação em território nacional, é bastante improvável que, dadas as dimensões do Brasil, seja factível fiscalizar com rigor os ilícitos contra o patrimônio biológico.

Os próprios pesquisadores e o Inpa reconhecem suas grandes dificuldades para exercer uma atividade de vigilância e acompanhamento. Ademais, boa parte das verbas que subsidiam as pesquisas do Inpa provêm justamente de convênios internacionais.

Numa visão estratégica para o futuro da biodiversidade nacional, o melhor (e talvez único) antídoto contra a chamada biopirataria está no aprofundamento das pesquisas farmacológicas e no desenvolvimento de novas técnicas de fabricação dos remédios, dentro do próprio Brasil.

Limitar-se a legislar contra a presença estrangeira no setor talvez seja, além de um simples paliativo, uma forma, nada sutil, de admitir a incompetência da pesquisa nacional para participar competitivamente desse importante mercado. *(FSP, 14/07/97)*

GOVERNO TEME ISOLAMENTO E PERDA DE "DINHEIRO VERDE"

A equipe do governo federal que estuda a legislação sobre biodiversidade teme que o País possa criar uma espécie de "Lei da Informática 2", norma que criou uma reserva de mercado radical para produtos brasileiros em 1984.

O temor foi ampliado depois que a Assembléia Legislativa do Acre aprovou, no início deste mês, a primeira Lei da Biodiversidade do País. O texto proíbe a entrada de estrangeiros na floresta amazônica daquele Estado. Para ter acesso aos recursos naturais do Acre, uma das áreas mais ricas do País, os estrangeiros precisarão se associar a uma empresa ou entidade de pesquisa doBrasil.

Uma lei semelhante, que serviu de base para a redação do texto aprovado no Acre, está em fase de tramitação no Congresso. É de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC) e trata da proteção e cobrança de royalties pelo uso das riquezas genéticas e vegetais. O projeto, que pode ser alterado por sugestões (emendas) de outros parlamentares, tenta regulamentar determinações ainda da Convenção da Biodiversidade, acordo feito por 144 países durante a Eco-92, realizada no Rio.

O temor da equipe do governo é que, a pretexto de defender o País da biopirataria, o Congresso chegue a um texto ultranacionalista e com uma posição de isolamento.

Biopirataria é a forma como ficou conhecida a saída ilegal, sem o pagamento de royalties, de material genético (plantas, microorganismos, etc.) para criar patentes de produtos no exterior. No momento, a Funai tenta cobrar de pesquisadores ingleses, como revelou a *Folha*, pagamento por remédios patenteados a partir de conhe-

cimentos dos índios Kaxinawa, da região amazônica. O Ministério Público do Acre vai entregar à Justiça, depois de amanhã, denúncia sobre diversos casos de biopirataria. Para Fernando Dal'Ava, da equipe do governo, o País não deve seguir uma linha fechada e inacessível, o que iria contrariar até mesmo determinações da Agenda 21, documento da Eco-92 que trata da biodiversidade, desenvolvimento sustentável e colaboração entre países. "Existem estrangeiros bons e maus. Não há sentido fechar as portas para todos", disse Dal'Ava, que é chefe do Departamento de Vida Silvestre do Ibama. "Poderíamos incorrer no mesmo erro da Lei da Informática".

O governo federal, segundo apurou a *Folha*, teme também que uma lei como a aprovada no Acre crie obstáculos para que o país realize acordos de cooperação com bancos e entidades estrangeiras. Atualmente, países do G-7, clube dos mais ricos do mundo, investem em pesquisas e infra-estrutura de órgãos brasileiros como o Inpa de Manaus.

Para o autor da lei aprovada no Acre, deputado estadual Edvaldo Magalhães (PC do B), o controle aos estrangeiros era mais do que necessário. "Pode parecer um exagero, mas vivemos uma espécie de novo colonialismo", disse.

A Assembléia do Amazonas também tem um projeto de Lei da Biodiversidade, ainda a ser votado. *(FSP, 13/07/97)*

É FÁCIL ENTRAR E SAIR DA FLORESTA

Por R$ 400,00 por dia, um norte-americano contratou um guia caboclo, alugou uma voadeira (barco de alta velocidade) e se enfiou numa mata cem km acima de Manaus no começo de março. Acompanhado por uma brasileira, ele carregava três caixas prateadas. Depois de três dias de pesquisas, trouxe em uma das caixas duas plantas enormes.

"Ele disse que era para sua coleção particular", resume o guia Marcos Garantido. O sobrenome, apesar de ele dizer que é verdadeiro, deve ser falso - é o "sobrenome" do boi que ganhou o Festival Folclórico de Parintins oeste ano. A "viagem", como classificou o guia de 33 anos, rendeu R$ 500,00. O resto ficou com a agência que o contratou no centro de Manaus.

O Ibama, órgão que deveria coibir a aquisição de espécimes na Amazônia, não tem mais de dez fiscais em Manaus diariamente. A Polícia Florestal do Amazonas tem efetivo maior, na casa da centena, mas não dá conta dos 1,5 milhão de km² do Estado.

No centro de Manaus, é possível contratar guias a partir de R$ 300,00 por dia. Com monomotores, o preço sobe até R$ 600,00. Segundo a PF, há cerca de cem pistas clandestinas no Amazonas. Fora os rios. "Um hidroavião pode voar de países vizinhos, pousar em um afluente, fazer o serviço e voltar", afirma o diretor do Inpa, Ozório Fonseca.

Para ele, o problema também reside no fato de que hoje a biopirataria pode ser feita com canetas. Explica-se. O pirata está interessado em elementos encontrados na casca de uma árvore. Ele a dissolve e preenche a carga de uma caneta esferográfica. Chegando em seu laboratório, liofiliza (seca) a solução e recolhe os resíduos sólidos. Que, devidamente estudados, são sintetizados.

Segundo o diretor do Inpa, nada impede que hotéis de selva montem laboratórios para atender seus clientes cientistas. Ele conta um caso mais radical, ocorrido recentemente no Peru, onde a Polícia Nacional encontrou um barco-laboratório que singrava rios oferecendo suas instalações a cientistas dos EUA.

A Empresa de Turismo do Amazonas informa que controla o chamado turismo receptivo, aquele que leva turistas para o mato. Três das maiores agências de Manaus foram consultadas pela *Folha* sobre a possibilidade de contratar um "mateiro". Nenhuma aceitou o serviço, mas indicou endereço de agências "menores", sem registro oficial, que tinham até tabela de preços. *(FSP, 13/07/97)*

SEMINÁRIO ORGANIZADO PELOS ÍNDIOS DISCUTE BIODIVERSIDADE

A biodiversidade é um tema que vem ganhando espaço nas discussões internacionais. Foi o que revelou ontem o ex-coordenador da Coiab, Sebastião Manchinery. Ele participou ontem do seminário "Biodiversidade e Direitos Indígenas: bioprospecção e conhecimentos tradicionais", organizado pela Coiab. Sebastião ressaltou que os povos indígenas ainda não têm consciência sobre a importância da preservação dos conhecimentos tradicionais.

Para o pesquisador da Universidade do Amazonas e do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biotecnologia da Amazônia (Probem), Spartaco Astolfi Filho, a construção do centro de biotecnologia no Amazonas será uma das formas de manutenção dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas. Spartacco disse que falta ao Brasil uma legislação mais rigorosa na preservação das riquezas biológicas e do conhecimento tradicional. Segundo ele, o centro de biotecnologia é um projeto capaz de gerar renda para todos os participantes por meio dos produtos comerciáveis. Ele disse que o centro deve ter uma rede de análise de biodiversidade, formado por pessoas detentoras do conhecimento tradicional. *(A Crítica, 13/11/98)*

BIOPIRATARIA É PRATICADA POR "TURISTAS"

O ex-coordenador da Coiab, Sebastião Machinery, 28, disse que apesar da disseminação maior de informações sobre a existência de biopirataria nas áreas indígenas, nas regiões dos rios Javari e Negro, ainda há muita facilidade para a entrada de cientistas identificados como turistas, missionários e pesquisadores que podem roubar conhecimentos do uso de plantas e animais como medicamentos. *(A Crítica, 17/11/1998)*

ÍNDIOS DENUNCIAM A BIOPIRATARIA

Um documento paralelo à Carta da Terra elaborado pelo Comitê Internacional Intertribal, que envolve índios do Brasil, Ásia, África, Austrália e Europa, foi entregue ao coordenador internacional da Carta da Terra, o norte-americano Steven Rockefeller. Desta vez, os silvícolas propõem não só sugestões e projetos a serem executados, mas graves denúncias de biopirataria, roubo de madeira, extinção de etnias e doenças transmitidas pelo homem branco. Mais: cobram atitudes urgentes da ONU para que os indígenas recebam tratamento não só como minorias. Querem a definição de políticas claras governamentais que saíram da teoria e sejam colocadas em prática. *(A Gazeta, Cuiabá, 04/12/1998)*

Do Manejo Florestal em Terras Indígenas

Paulo Pankararu | Advogado do ISA

COMO OS ÍNDIOS PODEM, LEGALMENTE, EXPLORAR COMERCIALMENTE A MADEIRA DE SUAS ÁREAS

A exploração de madeira em terras indígenas é um assunto polêmico que vem recebendo os mais diverso enfoques, seja na concepção dos próprios índios, ou de antropólogos, ambientalistas, juristas instituições públicas e organizações não-governamentais. O ponto central da controvérsia é se os índios podem ou não explorar madeira em suas terras para fins comerciais. Todavia, tal polêmica tem sido decorrente da falta de interpretação clara da legislação pertinente e de políticas públicas consistentes para apoiar o desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas.

Diversos setores se posicionam terminantemente contrários à exploração de madeira em terra indígena, alegando em síntese que isso gera a sua conseqüente invasão por estranhos, a degradação do meio ambiente e impacto cultural. Por um longo período esse argumento foi fortalecido pelo entendimento de que as florestas situadas em terras indígenas estavam sujeitas ao regime de preservação permanente e, também, pela inalienabilidade da madeira em questão, que pertenceria ao domínio da União Federal, seguindo o princípio civilista de que o bem acessório acompanha o principal, ou seja, como as terras indígenas pertencem ao domínio da União e são inalienáveis, os recursos florestais pertenceriam a ela e também não poderiam ser objetos de comercialização.

Porém, apesar de toda veemência dos setores que defendiam a proibição da exploração de madeira em terras indígenas, milhões de metros cúbicos de madeira foram extraídos ilegalmente destas terras enriquecendo apena os proprietários de empresas madeireiras.

Isso demonstra que não basta simplesmente estabelecer regras proibitivas quanto ao uso dos recursos das terras indígenas para proteger os interesses e o patrimônio das comunidades indígenas. O debate deve se pautar pela situação vivida de fato pelas comunidades indígenas e seus anseios quanto ao uso de seus recursos.

É necessário a formulação e execução de políticas públicas que permitam às comunidades realizarem a gestão de seus recursos de modo que possam manter a integridade de seu patrimônio e possam desenvolver suas atividades produtivas com êxito considerando suas peculiaridades econômicas, sociais, culturais e a preservação de seus recursos ambientais.

DA LEGISLAÇÃO

A Lei n° 4.771/65 (Código Florestal) em seu Art. 3°, letra "G" e §2°, submeteu ao regime de preservação permanente "as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas a manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas". Embora o objetivo fosse de proteger as comunidades indígenas, essa norma nasceu sem possibilidade de eficácia plena por considerar como sendo de preservação permanente todos os recursos florestais existentes nas terras indígenas. Sua aplicação implicaria na restrição total ao uso de tais recursos pelas comunidades indígenas, que nem mesmo poderiam efetuar o aproveitamento de qualquer espécie para a construção de uma casa ou confecção de um arco.

O Art. 46 da Lei n° 6001/73 (Estatuto do Índio) modificou o Código Florestal preconizando que "o corte de madeira nas florestas indígenas consideradas em regime de preservação permanente, de acordo com a letra "G" e §2° do Código Florestal, está condicionado à existência de programas ou projetos para o aproveitamento das terras respectivas na exploração agropecuária, na indústria ou no reflorestamento."

A letra "G" e o §2° do Art. 3° do Código Florestal foram modificados em função de sua incompatibilidade com o Art. 46 do Estatuto do Índio. O caráter proibitivo da exploração de madeira presente naquele Código, revestiu-se de natureza permissiva no texto desse último.

Com efeito, a Medida Provisória n° 1.956-55, de 19 de outubro de 2000, que "Altera os arts. 1º, 4º, 14º, 16º e 44º, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393, de 19

de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto Territorial Rural - ITR, e dá outras providências" determina que:

"Art. 2º Ficam acrescidos os seguintes dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965:

'Art. 3º-A. A exploração dos recursos florestais em terras indígenas somente poderá ser realizada pelas comunidades indígenas em regime de manejo florestal sustentável, para atender a sua subsistência, respeitados os arts. 2º e 3º deste Código." (NR)

Portanto, a Medida Provisória acima mencionada reafirmou a possibilidade de exploração de madeira em terras indígenas já prevista pelo Estatuto do Índio e pôs fim a qualquer dúvida nesse sentido.

O regime de manejo florestal sustentável a que se refere o Art. 2º da Medida Provisória trata dos resultados econômicos e sociais que a atividade deve alcançar bem como o equilíbrio ecológico da área objeto do manejo. Esse regime foi conceituado pelo Decreto nº 2.788, de 19 de outubro de 1998, que regulamenta o art. 15 do Código Florestal no que se refere a exploração das florestas primitivas da bacia Amazônica, que adotou o conceito de manejo florestal sustentado de uso múltiplo, o qual se aplica ao manejo florestal em terras indígenas situadas na Amazônia por serem de formação primitiva.

Art. 1º do Decreto; "A exploração das florestas primitivas da bacia amazônica de que trata o art. 15 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), e das demais formas de vegetação arbórea natural, somente será permitida sob a forma de manejo florestal sustentável de uso múltiplo, que deverá obedecer aos princípios de conservação dos recursos naturais, de preservação da estrutura da floresta e de suas funções, de manutenção da diversidade biológica, de desenvolvimento sócio-econômico da região e aos demais fundamentos técnicos estabelecidos neste Decreto."

§ 2º do Art. 1º do Decreto: "Entende-se por manejo florestal sustentável de uso múltiplo a administração da floresta para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo, e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras, de múltiplos produtos e subprodutos não madeireiros, bem como a utilização de outros bens e serviços de natureza florestal."

O Art. 2º do Decreto estabelece os princípios gerais e fundamentos técnicos do manejo florestal sustentável de uso múltiplo. Vejamos:

I - princípios gerais:

a) conservação dos recursos naturais;
b) preservação da estrutura da floresta e de suas funções;
c) manutenção da diversidade biológica;
d) desenvolvimento sócio-econômico da região;

II - fundamentos técnicos:

a) caracterização do meio físico e biológico;
b) determinação do estoque existente;
c) intensidade de exploração compatível com a capacidade do sítio;
d) promoção da regeneração natural da floresta;
e) adoção de sistema silvicultural adequado;
f) adoção de sistema de exploração adequado;
g) monitoramento do desenvolvimento da floresta remanescente;
h) garantia da viabilidade técnico-econômica e dos benefícios sociais;
i) garantia das medidas mitigadoras dos impactos ambientais.

A aprovação do corte de madeira em terra indígena se fará mediante a apresentação do plano de manejo florestal que será apreciado pelo Ibama e a Funai. É dispensado a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e do Relatório de Impacto Ambiental – Rima.

Ressaltamos que o plano de manejo florestal apresentado por comunidades indígenas deverá respeitar as áreas de preservação permanente, às quais não é permitida a supressão, como exemplo, as florestas situadas ao longo dos rios, nas nascentes, nas encostas e no topo dos morros, de acordo com a descrição do Art. 2º do Código florestal.

Feitas estas considerações, deve-se esclarecer que não é valido o argumento de que os recursos florestais existentes em terras indígenas seriam inalienáveis como são as terras indígenas, em decorrência do principio civilista que determina que o bem acessório siga o principal. Essa é uma questão já superada, uma vez que os direitos indígenas não podem ser interpretado tão somente à luz do direito comum. Os institutos jurídicos de proteção dos direitos dos índios são norteados pela natureza diferenciada dos povos indígenas. Por isso, aplica-se interpretação distinta para atingir a vontade do legislador indigenista, razão pela qual não se deve levar em conta apenas o Código Civil no caso de exploração de madeira em terra indígena.

O § 2º do Art. 231 da Constituição Federal preconiza que cabe às comunidades indígenas o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios, e dos lagos existentes em suas terras. O usufruto dos indígenas sobre suas terras é um usufruto diferente daquele disciplinado pelo Código Civil. É um usufruto que se compatibiliza com o princípio constitucional de promoção dos meios necessários à continuidade étnica do povo indígena. Nesse sentido é fundamental garantir aos povos indígenas os meios necessários para o desenvolvimento de suas atividades produtivas principalmente para continuarem sobrevivendo em suas terras e praticando suas culturas.

Ademais, parece fugir à lógica jurídica, que o Estado tenha reconhecido aos índios direitos originários sobre suas terras e, ao mesmo tempo, pretenda retirar deles o direito de decidir como viver sobre elas.

Roberto A. O. Santos, em parecer sobre "A Parceria Pecuária em Terras Indígenas", observa:

"deve-se notar, porém, que não se pode interpretar a Constituição como se ela tratasse seus destinatários de modo irônico ou desleal, dando, por exemplo, às populações indígenas um presente grego: outorgar-lhes o usufruto, por um lado e por outro, interditar-lhes o gozo das riquezas das terras." (in: Os Direitos Indígenas e a Constituição, NDI/Sérgio Fabris, 1993).

Para a exploração de madeira, impõe-se também observar o conceito de terra indígena contido no § 1º do Art. 231 da Constituição Federal:

"são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições."

Do exame desse conceito, se verifica que quatro elementos devem coexistir para que terra possa ser caracterizada como indígena:

- habitação em caráter permanente;
- utilização para atividades produtivas;
- imprescindibilidade da terra à preservação dos recursos ambientais necessários ao bem-estar; e
- as necessárias para a reprodução física e cultural.

Todos esses quatro elementos serão referenciados à luz dos usos, costumes e tradições dos índios ocupantes de uma dada terra.

Assim, para que uma atividade econômica se realize no interior de uma terra indígena, é preciso que se verifique, por exemplo, qual a parte dessa terra que se destina à atividade produtiva, e qual a parte que será resguardada para a proteção ambiental.

Isso, para que se atenda ao disposto no § 1º do art. 231 da Constituição Federal. Para tanto, no caso da exploração florestal em terras indígenas, impõem-se a feitura de zoneamento para definição da área a ser explorada, acompanhado ainda do respectivo inventário florestal, que identificará e classificará as espécies existentes.

Desse modo, a exploração florestal em terra indígena pressupõe a realização prévia de zoneamento e inventário, devendo dar-se por via de manejo, em regime de rendimento sustentado, para que seja assegurado o uso da floresta pelas gerações futuras, bem como a participação de toda comunidade indígena nos seus resultados econômicos.

Aliás, esses mecanismos já foram incorporados à seção dedicada à exploração florestal em terras indígenas, do Projeto de Lei que institui o Estatuto das Sociedades Indígenas, que tramita, no momento, no Congresso Nacional.

CONCLUSÃO

O Estatuto do Índio alterou os dispositivos do Código Florestal, que submetiam as florestas localizadas em terra indígenas ao regime de preservação permanente, permitindo o corte de madeira ali existente. A Medida Provisória nº 1.956-55 consolidou a possibilidade de realizar o corte de madeira em terras indígenas determinando que sejam obedecidos os princípios do manejo florestal sustentável e o respeito as áreas de preservação permanente conforme descreve o Código Florestal.

Aplicam-se também às atividades em terras indígenas as normas de Decreto nº 2.788/98, que traz a regra geral sobre o tratamento a ser dado à exploração de florestas primitivas da Região Amazônica, já que a vegetação em terras indígenas naquela região é predominantemente de formação primitiva.

Quanto à extração de madeira, vimos que é possível e que se compatibiliza plenamente com o usufruto dos índios sobre as riquezas existentes em sua terras, na forma prevista na Constituição de 1988. Para tanto, há que se realizar o zoneamento e inventário da terra a ser explorada, requisitos indispensáveis de acordo com o § 1º do Art. 231 da Constituição Federal.

Por fim, é imprescindível, ainda, que os benefícios provenientes da exploração de madeira em terras indígenas alcancem a todos os índios da comunidade envolvida. E que também sejam observadas todas as técnicas de manejo florestal sustentável para a manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Merece ressaltar que encontra-se em andamento o Plano de Manejo Florestal da Comunidade Xikrin do Estado do Pará, com aprovação do Ibama e da Funai. A experiência dos Xikrin poderá servir de inspiração para que outros povos indígenas possam desenvolver seus projetos.

A pretensão de que o Estado, apenas no exercício de seu poder de polícia atuando de modo a proibir e reprimir o corte de madeira em terras indígenas, protegeria os recursos florestais das comunidades indígenas está bastante afastada da realidade. A proteção dos recursos florestais existentes em terras indígenas deve ser resolvida com a elaboração e execução de políticas públicas e programas que ofereçam recursos técnicos e financeiros para as comunidades realizarem a gestão de seus recursos e decidirem o modo como pretendem utiliza-los. Isso não elimina a obrigação do poder público em fiscalizar e reprimir a extração de madeira quando realizada de forma ilegal, ao revés, indica claramente qual deve ser o papel do Estado e permite que as comunidades indígenas possam de fato usufruir de suas riquezas que lhes são asseguras pela Constituição Federal. *(outubro, 2000)*

MADEIRA

LADRÕES DE MOGNO INVADEM ÁREAS MILITARES E INDÍGENAS

Esgotadas as reservas de mogno nas terras particulares, os contrabandistas da madeira mais valorizada no Brasil estão agindo, agora, dentro das áreas militares e reservas indígenas da Floresta Amazônica, principalmente no sul do Pará e norte do Mato Grosso. A ação dos predadores do mogno não tem limites. Dados fornecidos pela Funai à Comissão Externa da Câmara que investigou as madeireiras revelam que pelo menos 60 áreas indígenas do País, a maioria delas na Amazônia, vêm sofrendo o assédio persistente dos madeireiros.

Erguida com requinte técnico, a ponte usada para drenar madeira roubada do Campo de Provas Brigadeiro Velloso, na Serra do Cachimbo, tinha 70 metros de comprimento e capacidade para veículos de até 50 toneladas. Ao descobrir o acesso clandestino durante um vôo de patrulhamento, em 96, a Aeronáutica decidiu inutilizá-la imediatamente. Transformou-a em alvo para os caças que fazem treinamento de ataque e defesa.

Investigações realizadas pelo comando da Base demonstram que já havia um esquema de "venda" de lotes de terra dentro da área militar para pessoas interessadas na retirada de madeira. Numa casa construída pelos invasores dentro do campo de provas oficiais encontraram um mapa da área dividida em lotes. Estradas clandestinas garantiriam o acesso à BR-163 (Cuiabá-Santarém).

Quando o esquema foi descoberto, os invasores procuraram mobilizar políticos locais, a quem ofereceram lotes da área para consolidar a ocupação. A Força Aérea Brasileira (FAB), contudo, agiu mais rapidamente. Com as coordenadas fornecidas pela tripulação de helicóptero-patrulha, dois caças (F-5 e AMX) decolaram para o local com a missão de destruir a ponte. Disparada pelo caça F-5, a primeira bomba errou o alvo. Explodiu a 50 metros de distância, abrindo um pequeno buraco na mata. Mas a segunda foi certeira. Arrancou o piso da ponte, sem derrubá-la. Mesmo ainda de pé, a construção ficou inutilizada.

A Aeronáutica contabiliza 600 m³ de mogno apreendidos na área, além de 600 toras de outras espécies de árvores de valor comercial, apreendidas há dois anos. Essa madeira, até hoje, encontra-se sob a guarda da FAB, mas os madeireiros estão tentando liberá-la na Justiça, alegando que cortaram a madeira fora e a levaram para o campo. *(O Globo, 12/03/98)*

"ESQUENTANDO" MADEIRA

A Operação Mogno desencadeada no ano passado pelo Ibama, em conjunto com a Funai e a Polícia Federal, produziu um relatório que mostra o esquema montado para "esquentar" mogno retirado ilegalmente de terras indígenas no Pará e uma relação de madeireiras envolvidas. Entre as madeireiras autuadas estão pelo menos duas (Exportadora Peracchi Ltda. e Indústria Paraense de Madeiras – Ipama) que, em dezembro de 1992, assinaram declaração da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará (Aimex) garantindo aos compradores internacionais que não comer-cializariam madeira de terras indígenas. No documento, averbado em cartório por cada um dos 20 signatários, a Aimex e comprometia a realizar a auto fiscalização e excluir da entidade as empresas que exercessem essa atividade ilegal. A Operação Mogno, durante ação realizada na Terra Indígena Mekranotire, em agosto de 1998, apreendeu a farta documentação utilizada para "esquentar" a madeira. Foram 21 Autorizações de Transporte de Produtos Florestais (ATPF), preenchidas como se o mogno fosse originário do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) 3138/94 da Madeireira Universal, cujo projeto localiza-se ao lado da área Mekranotire e, como destinatário, a Madeireira Marcon Ltda., localizada na cidade de Castelo dos Sonhos (PA).

As toras de mogno apreendidas no interior da Reserva ostentavam numeração seqüencial e a marca "L", que identificava o seu extrator. Toras com essa marcação e seqüência numérica foram localizadas no pátio da Madeireira Marcon e foram também apreendidas.

Com essas informações, o Ibama passou a fiscalizar as madeireiras de São Félix do Xingu, Tucumã e Redenção (no Pará), identificadas como as principais receptoras da madeira. Foi confirmado que os projetos forma superdimensionados, ou seja, não existe volume de mogno na quantia alegada. A diferença é enxertada com a madeira das reservas indígenas, legalizadas através dos documentos e créditos florestais concedidos pelo Ibama. A Instrução Normativa, de 27 de outubro de 1998, que paralisa a exploração do mogno nessa região, continua em vigor.

MADEIREIRAS INSPECIONADAS PELA OPERAÇÃO MOGNO

Empresa	Município	Volume Estocado (m³)	Volume Irregular (m³)
Madeireira Comasu Ltda.	Redenção	2.612,246	1.305,043
Redenção Mad. Ind. Com. Ltda.	Redenção	874.415	348,135
Madeireira Carajás Ltda.	Redenção	260,040 84,343	202,444 84,343
Laminados Suprema	Redenção	32,294	32,294
Lumil Ind. de Madeiras Ltda.	Redenção	185,579	185,579
Lumil Ind. de Madeiras Ltda.	Redenção	145,825	145,825
Agro Industrial S. Sebastião Ltda.	Redenção	527,358 8,869	527,358 8,869
M.M. Amorim	Redenção	854,661	854,661
Madeireira Léo Ltda	Redenção	824,656	(-)825,656
Exportadora Peracchi Ltda	Tucumã	7.921,457 7.449,797	860,568 (*)7.449,797
Ind. Madeireira Palmitos Ltda.	Tucumã	1.056,161	846,111
Itaibi Madeireira Ltda.	Tucumã	896,885	743,812
E.C.G. Soares	Tucumã	688,383	575,742
D.R Leite Madeiras	Tucumã	422,836	1.731,404
Madeireira Serra Dourada Ltda.	S.F. do Xingu	749,266	(-)(*)5.842,130
L.C.C. de Oliveira	S.F. do Xingu	2.732,978	754,963
Ind. Paraense de Madeiras	Água Azul	1.993,775 46,329	(-)1.758,715 (-)537,319

(-) Saldo negativo indica que a madeira foi comercializada sem autorização do Ibama e documento fiscal hábil. A madeira inexiste no pátio.
(*) Todo estoque encontrado será apreendido, considerando relatório de vistoria dos PMFS, que detectou ausência dos volumes nos Projetos para os saldos alegados.
Fonte: Ibama. *(Parabólicas/ISA, nº 4, jan-fev/99)*

TERRAS INDÍGENAS PROTEGEM FLORESTA AMAZÔNICA

As terras indígenas na Amazônia têm se mostrado fundamentais para a conservação da cobertura florestal. Esse fato é visível nas regiões onde o desmatamento tem avançado com maior rapidez, como nos estados do Mato Grosso, Rondônia e sul do Pará. Tanto no levantamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), como no realizado pelos próprios estados, as terras indígenas aparecem como verdadeiros oásis de florestas, cercados de destruição.

Mesmo em áreas onde existem alianças com empresas madeireiras - como por exemplo, os casos dos índios suruí, cinta larga e kayapó -, a exploração dos recursos madeireiros é seletiva, o que garante a conservação da cobertura florestal. No entorno dessas terras, entretanto, prevalece o corte raso.

No entanto, ainda é tímido o reconhecimento da importância dessas áreas por parte dos órgãos ambientais estaduais e federais. Não há políticas públicas que agreguem o componente ambiental das terras indígenas e que invistam na sustentabilidade socioambiental atual e futura dessas terras e das populações que nelas residem.

Atualmente, o Banco Mundial passa por um processo de avaliação e revisão de sua política florestal e garante estar considerando as terras indígenas como uma das principais áreas do ponto de vista geográfico para sua política "voltada para estimular a conservação e o reflorestamento e evitar o desmata-mento", segundo Virgílio Maurício Viana, professor da Esalq/USP e consultor do Bird.

Essa filosofia inspirou um projeto para demarcação de terras indígenas e a discussão de outro destinado a alternativas econômicas para essas áreas, ambos no âmbito do PP-G7.

Historicamente, porém, os investimentos do Banco Mundial nas áreas ambiental e indígena estiveram voltados para políticas compensatórias aos programas de desenvolvimento regional. As ações que direta ou indiretamente fomentaram desenvolvimento e ocupação de novas áreas na Amazônia foram as maiores beneficiadas com os financiamentos do Banco. Esse passado desfavorável justificaria um investimento mais substancial por parte do Banco em relação aos índios e ao meio ambiente.

Se a luta pelo reconhecimento e demarcação foi a questão central da segunda metade do século 20, a gestão territorial das terras indígenas é o grande desafio do próximo século. Cerca de 90% delas sofrem algum tipo de invasão ou pressões para exploração não sustentável dos seus recursos naturais. Paralelamente, as populações indígenas buscam formas viáveis de participar da economia de mercado, o que em inúmeras situações causam disputas internas, conflitos externos, aliciamento, dilapidação dos recursos, colocando em risco a sustentabilidade econômica e ecológica das terras.

A ausência de uma política de gestão dos recursos naturais e principalmente em relação ao desenvolvimento de alternativas sustentáveis que possibilitem viabilizar novos parâmetros econômicos, condizentes com as necessidades atuais dos povos indígenas, deixa-os vulneráveis às pressões de madeireiros, garimpeiros e todo tipo de exploradores.

Em termos concretos, há pouquíssimas iniciativas hoje na Amazônia voltadas a desenvolver projetos de gestão territorial e de alternativas econômicas, enquanto é crescente o assédio de interesses econômicos sobre os recursos naturais das terras indígenas.

MAIOR ACERVO FLORESTAL PROTEGIDO

As terras indígenas da Amazônia brasileira são o maior acervo de floresta tropical no mundo sob alguma forma de proteção formal, totalizando mais de 1 milhão de Km² ou 100.883.079 ha, o que representa 20% do total da Amazônia no país. Desse total, 80,9% estão efetivamente reconhecidas e outros 12,9% estão em processo final de reconhecimento. Essas terras somam uma área cinco vezes maior do que a superfície de todas as Unidades de Conservação federais e estaduais de uso indireto (que não permite presença humana) existentes na Amazônia brasileira. Nesse contexto, o avanço no processo demarcatório das terras indígenas no Brasil representa não só uma grande conquista para os direitos das sociedades, mas também um enorme ganho para o meio ambiente do hemisfério. (André Villas Boas e Maura Campanili, Parabólicas/ISA, nº 49, abr/99)

MADEIREIROS PLANEJAM SAQUE À TI TRINCHEIRA BACAJÁ

Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, Polícia Federal do Pará descobriu que invasores planejavam extrair 100 mil m³ de madeiras nobres, em especial mogno, da Terra Indígena Trincheira Bacajá, região de Altamira (PA), onde vivem comunidades Kaiapó Xikrin do Bacajá e Kaiapó Kararaô.

Ainda segundo a reportagem, a PF descobriu que os madeireiros chegaram a rastrear a área através de levantamento fotográfico aéreo para identificar as zonas a serem exploradas. Teriam, também, contratado mateiros para identificar as melhores árvores a serem abatidas. Para escapar da fiscalização do Ibama e da polícia, os madeireiros camuflam as toras retiradas como se fossem pontes sobre rios da região, para retirá-las tempos depois.

"Eles colocam cipós e galhos de árvores sob o rio, cobrindo depois com cascalho, permitindo o trânsito de caminhões", disse ao jornal o delegado da PF Adolfo Raquel Machado. O delegado declarou ao repórter Edson Luiz que não tem certeza de que haja participação de índios na exploração de madeiras nobres dentro da terra indígena. *(ISA, 04/05/99)*

ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS

Sede da Oibi (Organização Indígena da Bacia do Içana), na comunidade Tucumã-Rupitã (AM)

Associações Indígenas e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira

Bruce Albert | Pesquisador do Convênio ISA-CNPq-IRD

AS ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS DOS ANOS 1990: ENTRE A NOVA CONSTITUIÇÃO E O "MERCADO DE PROJETOS"

Constata-se na Amazônia, a partir do fim dos anos 1980, um processo extremamente dinâmico de criação e de registro de associações indígenas na forma de "organizações da sociedade civil" (OSC). Para se ter uma idéia da escala do fenômeno basta dizer que existiam apenas dez destas associações antes de 1988 (Alto e Médio Solimões, Manaus, Alto Rio Negro, Roraima) e que são hoje mais de 180 nos seis estados da Amazônia Brasileira: AM, RO, RR, AC, PA, AP (provavelmente mais de 250 na Amazônia Legal). Ou seja, foram quase multiplicadas por 20 em pouco mais de uma década (ver lista em anexo e tabela 1).[1]

Estas associações têm características diversas. A maioria é local (grupo de comunidades, bacia de um rio), representante de um povo ou regional. Várias são constituídas com referência a atividades profissionais ou econômicas (professores, agentes de saúde, produtores, cooperativas). Existe também uma importante rede de associações de mulheres, bem como diversas associações de estudantes indígenas. Embora ainda poucas tenham infraestrutura própria, a grande maioria destas está registrada em cartório ou em processo de legalização, desempenhando regularmente funções políticas de articulação interna e de representação interétnica.

Uma parte considerável e crescente dessas organizações indígenas tem hoje acesso a fontes de recursos externos sob a forma de "projetos" destinados a diversos fins: gestão territorial, manutenção institucional, organização de assembléias e encontros, programas de saúde e de educação, iniciativas relativas à auto-sustentação e comercialização, divulgação e reafirmação cultural etc. Neste contexto, hoje é cada vez mais difícil distinguir entre associações "com" ou "sem projetos"; a diferença passa a ser entre associações que têm acesso a fontes de financiamento diversificadas, amplas e regulares (associações regionais, geralmente urbanas) e associações que contam apenas com alguns financiamentos reduzidos e pontuais (associações locais, rurais).

O processo de multiplicação dessas associações tem sua origem na encruzilhada de vários processos sócio-políticos gerais, interagindo em nível nacional e internacional. No plano interno, deve-se salientar, primeiro, a promulgação da Constituição de 1988 cujo artigo 232 abriu a possibilidade destas associações se constituírem como pessoas jurídicas. O segundo fator importante, a nível nacional, foi o processo de retração do Estado da gestão direta da "questão indígena" (restringindo-se, basicamente, a suas responsabilidades em matéria territorial)[2] e o esvaziamento político-orçamentário da Funai, criada há três décadas pelo regime militar no quadro de suas políticas de desenvolvimento da Amazônia.

No plano externo, o primeiro fator foi certamente a globalização das questões relativas ao meio ambiente e aos direitos das minorias ao longo dos anos 70 e 80, bem como a crescente colaboração entre ONGs ambientais e sociais em projetos que integrassem objetivos de conservação e preocupação pelo desenvolvimento comunitário – fenômenos que tiveram seu ritual de consagração na ECO 92 no Rio de Janeiro. O segundo, foi a decisiva descentralização da cooperação international, hoje igualmente reorientada para interlocutores da sociedade civil organizada, para o desenvolvimento sustentável e o incentivo à implementação de microprojetos locais.

O recente *boom* das associações indígenas tem, portanto, como condições fundamentais de possibilidade, por um lado, o quadro jurídico progressista da nova Constituição e, do outro, o "mercado de projetos" aberto pela cooperação bi e multilateral e pelas ONGs internacionais, seguidas pelos crescentes investimentos públicos nacionais no setor das OSC (Ministérios do Meio Ambiente, da Saúde e da Educação).

UMA MUTAÇÃO DO "MOVIMENTO INDÍGENA": DA ETNICIDADE POLÍTICA À ETNICIDADE DE RESULTADOS?

Esta combinação de tendências e dinâmicas produziu não somente um crescimento acelerado do número de associações indígenas

na Amazônia, mas também uma considerável mutação qualitativa do papel do "movimento indígena" no debate/embate político a propósito do modelo de desenvolvimento da região.

De fato, as primeiras e poucas organizações indígenas criadas nos anos 1980 eram associações informais, politicamente ativas, porém pouco institucionalizadas e voltadas, essencialmente, para reivindicações territoriais e assistenciais dirigidas a um Estado tutor, considerado falho nas suas responsabilidades legais e sociais.

A partir dos anos 1990, temos na Amazônia associações legalizadas, com estatuto, CGC e conta bancária, assumindo cada vez mais funções que o Estado deixou de desempenhar diretamente, remetendo em grande parte sua execução ou seu financiamento, por um lado, à esfera local (municípios, estados) - em matéria de educação ou de saúde[3] - e, por outro, à rede das agências de cooperação bi e multilateral e das ONGs internacionais (no domínio dos projetos de auto-sustentação econômica)[4].

Passamos, assim, de um movimento conflitivo de organizações e mobilizações etnopolíticas informais (anos 1970 e 1980), que tinha por interlocutor o Estado, para a institucionalização de uma constelação de organizações onde as funções de serviço, econômico e social, são cada vez mais importantes e cujos interlocutores pertencem à rede das agências financiadoras nacionais e internacionais, quer sejam governamentais ou não-governamentais (anos 1990-2000).

Paralelamente, mudamos de uma dinâmica de construção identitária sustentada por um conjunto de lideranças indígenas carismáticas (com discursos político-simbólicos neo-tradicionais de muito impacto na mídia), para uma fase de certa rotinização do discurso étnico (nos moldes da retórica internacional do desenvolvimento "etno-sustentável" herdada das agências financiadoras), apoiada em um novo conjunto de jovens quadros de organizações indígenas formados cada vez mais em administração de associações e gestão de projetos.

Passamos progressivamente, portanto, na virada dos anos 1980/90, de uma forma de etnicidade estritamente política, embasada em reivindicações territoriais e legalistas (aplicação do Estatuto do Índio), para o que se poderia chamar uma *etnicidade de resultados*, na qual a afirmação identitária se tornou pano de fundo para a busca de acesso ao mercado e, sobretudo, ao "mercado dos projetos" internacional e nacional aberto pelas novas políticas descentralizadas de desenvolvimento (local/sustentável).

Assim, neste contexto de retração progressiva do Estado da cena indigenista, além de suas funções tradicionais de articulação e representação política (cuja intensidade tende a diminuir com a resolução das pendências territoriais), estas organizações desempenham hoje, e cada vez mais, funções assistenciais, gerenciando projetos de demarcação e vigilância territorial, projetos sanitários, educativos, culturais e sociais (como a gestão de aposentados indígenas da APITU no Amapá), bem como diversos tipos de projetos econômicos e comerciais (projetos agro-florestais e agropecuários; projetos de piscicultura, artesanato, produtos florestais, etc.).

Praticando uma sutil dialética entre ação de protesto (na defesa genérica ou específica dos direitos indígenas) e a busca de participação, estas associações são hoje cada vez mais reconhecidas como atores do desenvolvimento socioambiental regional nos fóruns oficiais onde negociam diretamente e em função de suas próprias estratégias, tanto com administrações públicas, quanto com agências de cooperação, ONGs ou empresas (negociadoras de produtos "verdes" ou provedoras de indenizações).

Em função dessa legitimação crescente, as associações indígenas desenvolvem seus projetos a partir de um conjunto bastante diversificado de financiamentos nacionais e internacionais. Do lado dos financiamentos internacionais, há os fundos de cooperação multilateral (Banco Mundial, Comunidade Européia)[5] e de cooperação bilateral (em que predominam os países norte-europeus), os fundos de várias ONGs leigas ou ligadas a redes de financiadoras religiosas (ONGs que frequentemente também intermediam financiamentos de cooperação). Em certos casos, os financiamentos também podem vir através de projetos apoiados por empresas "tradicionais" interessadas em produtos com alto valor etno-ecológico agregado, como a *BodyShop* (Inglaterra), a *Aveda* (Estados Unidos) ou a *Hermès* (França), ou mesmo ser substituídos por parcerias comerciais privilegiadas com empresas "militantes" do circuito do "comércio equitável" (como as empresas importadoras do Guaraná Satéré-Mawé na Europa: *Guayapi Tropical* na França, *Cooperativa Terzo Mondo* na Itália).

Do lado nacional, há fundos oriundos de convênios firmados com diversas administrações municipais, estaduais ou federais no campo de educação, saúde e meio ambiente ou, algumas vezes, de indenizações de grandes empresas estatais ou ex-estatais, como a Vale do Rio Doce ou a Eletronorte. Existem, por fim, alguns financiamentos disponibilizados por ONGs nacionais, ainda que muitas vezes também oriundos de ONGs ou agências de cooperação internacionais e apenas repassados para organizações indígenas.

DA DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS À GESTÃO DOS SEUS RECURSOS NATURAIS

A evolução do processo de territorialização dos grupos indígenas iniciado no contexto dos grandes projetos públicos de desenvolvimento da Amazônia dos governos militares (a partir do quadro jurídico-administrativo do Estatuto do Índio de 1973) pode ser igualmente considerada um fator determinante na mutação recente dos parâmetros da questão indígena na região.

A fase mais intensa de reafirmação identitária e de mobilização etnopolítica do movimento indígena - a sua fase de "movimento social" propriamente dito - deu-se durante o intenso e sofrido processo de "diálogo conflitivo" com o Estado para a demarcação das terras indígenas ao longo das décadas de 1970 e 1980.

Depois de quase três decênios, esta dinâmica, se não concluída, tem ao menos e pela primeira vez, um horizonte de conclusão. Os 160 povos indígenas da Amazônia dispõem hoje de um conjunto

de 373 terras reservadas, sendo que 71,6% destas áreas gozam de reconhecimento legal em diversos graus (terras delimitadas, homologadas ou registradas). A regularização das últimas terras indígenas da região avança a passos rápidos, ainda que falte resolver vários casos importantes (como o da Terra Raposa Serra do Sol em Roraima) e que a maioria das terras indígenas ainda sofram alguma forma de invasão. Entretanto, para ter uma idéia do ritmo desta territorialização indígena, é preciso lembrar que, desde janeiro de 1995, foram homologadas no país 115 terras indígenas, cobrindo uma área de 313.445,7 km².[6]

Nessa última fase do processo de territorialização começado na década de 1970, o movimento indígena situa-se num horizonte de atuação onde o principal referencial de reivindicação que o opunha ao Estado e a partir do qual ele se construía politicamente, está se esvaziando. Mas, se este confronto fundador com o Estado sobre a questão da terra tende a se dissolver com a diminuição das áreas em litígio, ele também se reduz em importância em função do próprio desengajamento do Estado com relação à questão indígena, na qual parece limitar-se hoje a um papel de arbitragem indeciso ou oportunista entre mobilizações não-governamentais e interesses político-econômicos locais.

De fato, tanto por desinteresse político (prioridades macro-econômicas) quanto por vácuo conceitual (ausência de reforma de uma administração indigenista obsoleta)[7], o Estado parece ter desistido do planejamento de uma política indigenista de intervenção direta. Limita em grande parte sua intervenção ao prosseguimento da legalização e desintrusão das terras da União consideradas de uso exclusivo das populações indígenas[8]. Por outro lado, ele transfere o essencial da responsabilidade dos serviços públicos direcionados às populações indígenas, seja para a esfera local por via de descentralização (educação e saúde indígena estadualizadas e municipalizadas), seja para a esfera global por via de terceirização (responsabilidade do apoio econômico às comunidades indígenas em grande parte transferido para a cooperação internacional).

Neste contexto de "pós-territorialidade" e de retração do Estado, as sociedades indígenas estão hoje expostas, além da problemática tradicional da proteção territorial e da conquista da cidadania, a novos desafios que consistem na manutenção de complexas redes sócio-políticas externas a fim de garantir acesso a fontes de financiamentos de programas sociais, sanitários e educativos adaptados à sua realidade cultural e, sobretudo, na viabilização, com o apoio dos mesmos canais, de um modelo de gestão econômico-ambiental dos recursos naturais de suas terras.

Para enfrentar estes novos desafios, elas têm hoje como principais interlocutores, não mais um Estado tutelar e clientelista onipotente, mas uma rede diversificada de administrações públicas e agências financiadoras com as quais devem negociar um leque de multiparcerias a fim de garantir a continuidade de sua reprodução social e cultural em um novo contexto de interligação permanente entre os níveis regional, nacional e internacional.

TERRAS INDÍGENAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O contingente demográfico dos povos indígenas da Amazônia legal representa 231.610 pessoas, ou seja, 1,2% da população total da região[9]. À primeira vista, esta baixa proporção pode levar a questionar o interesse em se preocupar com a incidência deste segmento social na problemática de um desenvolvimento regional sustentável. Entretanto, abordar a dimensão ambiental da questão indígena nesses termos seria absolutamente superficial e equivocado.

Em virtude dos direitos históricos de uso exclusivo das terras que ocupam tradicionalmente (artigo 231 da Constituição Federal), os índios da Amazônia dispõem hoje de um notável domínio de terras reservadas, constituído ao longo de quase trinta anos de reivindicações jurídico-administrativas perante o Estado e de confrontos agudos com diversos interesses regionais. Estas terras formam um arquipélago de 373 territórios cobrindo uma superfície de 1.023.499 km², ou seja, 20,4 % da Amazônia legal (27,8% para as 215 terras indígenas dos seis estados da Amazônia Brasileira). Em termos ambientais, estes números significam que 50,8% da superfície da floresta ombrófila densa (421.507,68 km²) e aberta (258.652,16 km²) da Amazônia legal estão inseridos em terras indígenas. [10]

Estes números devem ser comparados com a superfície das unidades de conservação (federais e estaduais) na Amazônia. Existem na região 66 unidades de conservação de *uso indireto* (Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Estações e Reservas Ecológicas, áreas de relevante interesse ecológico). Estas unidades cobrem 192.285,5 km², ou seja, somente 3,8% da superfície da Amazônia legal.[11] Se se acrescenta a elas as unidades de *uso direto* (Florestas Nacionais, Reservas extrativistas e Áreas de proteção ambiental) – 87 unidades cobrindo 360.274,7 km² – chega-se a um total de 153 unidades de conservação cobrindo de 552.560,2 km², ou seja, 11% da Amazônia legal. Entretanto, em muitos casos, estas unidades de conservação se sobrepõem parcialmente umas às outras ou com terras indígenas e até com áreas reservadas para usos incompatíveis (tais como Terras militares ou Reservas garimpeiras). A superfície total destas superposições chega, assim, a 168.010,7 km²,[12] reduzindo a superfície efetiva das unidades de conservação em 7,7% da região. Isto significa que, na Amazônia legal, a superfície das terras indígenas é praticamente três vezes maior que o total das unidades de conservação. Além disso, somente 23,4% da floresta ombrófila densa (291.638,9 km²) e aberta (78.066,9 km²) da região estão inseridos nestas unidades[13], menos da metade da superfície inserida em terras indígenas.

Esta importância geográfica da terras indígenas deveria por si só torná-las objeto de uma atenção privilegiada nas políticas públicas de preservação ecológica e de desenvolvimento sustentável na Amazônia. Mas há outros fatores que reforçam ainda esta relevância ambiental. As terras indígenas são áreas reservadas de domínio da União e o Código Florestal (Lei 4771 de 15/9/65, Art.3, §3) considera-as como áreas de preservação permanente. São regiões de alta relevância para estudo e conservação da biodiversidade: uma

pesquisa recente comprovou que 76% das áreas de extrema e alta importância biológica na Amazônia estão inseridas em terras indígenas.[14] Elas são habitadas por povos cujo modo de exploração dos recursos é na grande maioria tradicional ou neo-tradicional e cujos conhecimentos e técnicas acumuladas em milhares de anos de experimentos agronômicos e biotecnológicos constituem um considerável patrimônio de conhecimentos práticos e de variedades vegetais. Por último, a densidade de ocupação humana destas áreas é geralmente muito baixa: 0,19 hab/km² em média para as terras indígenas dos seis estados da Amazônia Brasileira – ver tabela 1 (a média para a população total da Amazônia legal é de 3,6 hab/km²)[15]. Existem, obviamente, exceções a este nível de baixa densidade demográfica: as terras Tikuna do Alto Solimões situam-se, por exemplo, numa média de 15 hab/km² (5 hab/km² para os índios do médio Solimões), incluindo casos incomuns como a T.I. Umariaçu com 88,6 hab/km², ou a T.I. de Santo Antônio com 102,82 hab/km².[16] Entretanto, temos na Amazônia vastas terras indígenas, como o Aripuanã com 0,02 hab/km², o Parque do Tumucumaque com 0,03 hab./km², o Vale do Javari com 0,04 hab./km², o Médio Rio Negro II com 0,08 hab/km², a terra Kayapó com 0,09 hab/km², a terra Yanomami com 0,12 hab/km², o Parque do Xingu com 0,14 hab/km², a terra Nhamundá-Mapuera com 0,15 hab/km² ou o Alto Rio Negro com 0,18 hab/km².[17]

TERRAS INDÍGENAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ARGUMENTOS E CONTRA-ARGUMENTOS

Estudos concretos já demostraram a importância das áreas indígenas para a preservação da cobertura florestal amazônica. Fotos de satélites do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) revelam, assim, o Parque do Xingu (MT) como um bloco de floresta ilhado pelo desmatamento intensivo.[18] Entretanto, permanece uma certa reticência, entre ambientalistas adeptos da preservação integral (oficiais ou não governamentais), contra a visão das terras indígenas da Amazônia enquanto possíveis áreas de preservação ambiental e de uso sustentável da floresta. Três contra-argumentos são geralmente opostos a esta idéia; contra-argumentos, provavelmente, baseados num certo desconhecimento da realidade social e ambiental das terras indígenas.

O primeiro contra-argumento observa que a maioria das terras indígenas já sofrem de várias formas de invasão – por garimpeiros, madeireiros, fazendeiros, colonos etc. – e que estas invasões, certamente, vão se intensificar em função do desenvolvimento das atividades econômicas e dos fluxos migratórios nas regiões onde se encontram as maiores áreas florestais ainda pouco afetadas. Esta pressão sobre as terras indígenas e sua previsível acentuação desqualificariam, assim, o aspecto da sua dimensão de preservação ambiental.

Entretanto, esta situação de ameaça ecológica não é em nada específica às terras indígenas. Poucas unidades de conservação na Amazônia são efetivamente implantadas e fiscalizadas (há apenas um funcionário do Ibama para cada 2 mil km² em áreas protegidas da região).[19] Muitas são invadidas e têm seus recursos naturais explorados de maneira indiscriminada. Além disso, estima-se que aproximadamente 50% das unidades de uso indireto têm populações residentes (como no caso do Parque do Pico da Neblina, terra dos índios Yanomami, o Parque do Jaú com ribeirinhos e o Parque da Serra do Divisor com seringueiros).

Entretanto, a nova lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei n° 2.892-Art.42) só admite como solução para a presença de "populações tradicionais" nestas "Unidade de Proteção Integral" a sua remoção e reassentamento (a não ser em caso de superposição com áreas indígenas – Art. 57). Esta "solução" um tanto rígida do esvaziamento das unidades de uso indireto de suas populações tradicionais, em detrimento de soluções mais pragmáticas (contratos de uso, reclassificação), parece, ao contrário de seus objetivos, enfraquecer as possibilidades reais de preservar as áreas em apreço, enquanto as experiências da última década na Amazônia tendem a demostrar que não se tem política de conservação realista sem envolvimento sócio-político e econômico das populações locais organizadas.[20]

Deste modo, pode-se considerar que as unidades de conservação de uso indireto da Amazônia não somente sofrem as mesmas ameaças que as terras indígenas, mas têm ainda o agravante de não admitirem a presença de populações cuja sobrevivência depende da sustentabilidade de seu uso e que sejam, assim, capazes de mobilização social para defender seus limites e sua integridade ambiental. A ideologia intransigente da preservação integral parece aqui reforçar a vulnerabilidade destas áreas em nome do horizonte duplamente utópico da manutenção de ilhas de "vazio humano" na Amazônia; útopica em função tanto das realidades geográfico-sociais da região quanto da falta de recursos do órgão responsável pelas áreas protegidas).

O segundo contra-argumento – o mais freqüente – é que os índios, em função de suas novas aspirações sociais e econômicas numa situação de contato crescente, podem desenvolver - e em certos casos já estariam desenvolvendo - atividades econômicas destrutivas para o meio ambiente. A isso pode-se opor uma série de objeções.

A primeira é que, se todos os povos indígenas mantêm algum tipo de relação econômica com o mercado, na imensa maioria dos casos, estas relações permanecem num espectro de baixo impacto ambiental, na forma de trocas/trabalhos esporádicos, de sistema tradicional de aviamento, ou de projetos comunitários mediados por instituições assistenciais (Funai, missões, ONGs).[21] São bastante raras na Amazônia as situações em que as comunidades indígenas dependem essencialmente do mercado para seu consumo e sobrevivência básicos, como é o caso de certas aldeias tikuna, confinadas em áreas indígenas reduzidas e densamente povoadas, com escassos recursos naturais (ainda submetidos à predação de invasores), e localizadas na periferia de centros urbanos do alto Solimões (caso também dos Munduruku das áreas Praia do Mangue e Praia do Índio, na periferia de Itaituba no Pará).

São igualmente minoritários entre os 160 povos indígenas da Amazônia – apesar de serem regularmente destacados pela mídia - os casos de grupos associados a atividades predatórias desenvolvidas em suas terras por agentes econômicos das fronteiras regionais, como garimpeiros e madeireiros.[22] Além disso, estas situações, longe de configurar sistemas econômicos coletivos, envolvem em geral apenas alguns indivíduos (lideranças e suas famílias), como é o caso da venda de madeira entre os Cinta Larga (Rondônia e Mato Grosso) ou os Kayapó (Pará); venda de madeira, aliás, seletiva e que não envolve exploração em grande escala ou, ainda menos, um desmatamento sistemático.

Assim, a escala local destas atividades é totalmente incomparável com a magnitude dos empreendimentos econômicos "brancos" na Amazônia, e seu impacto ambiental permanece relativamente marginal em função da densidade populacional das terras indígenas em apreço, geralmente, extremamente baixa (0,02 hab/km^2 para os Cinta Larga do Aripuanã, 0,09 hab/km2 para os a Terra Indígena Kayapó). Além do mais, estas atividades predadoras de segmentos de algumas sociedades indígenas podem ser geralmente revertidas quando são oferecidas e apoiadas alternativas aos modelos econômicos herdados da fronteira regional. Pode-se dar aqui alguns exemplos, como o projeto de manejo sustentável de madeira elaborado pelo ISA com os Kayapó-Xikrin (Pará) ou do projeto de garimpo de baixo impacto ambiental do CTI com os Waiãpi (Amapá) ou, ainda, os projetos de criação de gado leiteiro desenvolvidos pela ONG italiana Manitese com os Tembé e Assurini (PA).

O terceiro contra-argumento oposto a uma visão das terras indígenas da Amazônia enquanto áreas de preservação ambiental apresenta-se, enfim, sob a forma de uma posição segundo a qual o processo de intensificação do contato sustentaria, a longo prazo, uma migração dos povos indígenas (ou de parte substancial deles) para as cidades regionais ou capitais da Amazônia, acarretando o abandono progressivo das áreas indígenas para formas de exploração não indígenas. Nesse aspecto, os índios seguiriam uma tendência geral na região amazônica onde o grau de urbanização era em 1996 de 61%, contra 45% em 1980.[23]

A presença indígena nas cidades da Amazônia é relativamente importante e inegável. Apesar do fato de que sua flutuação torna qualquer recenseamento bastante precário, esta presença foi estimada em 20.075 pessoas no seis estados da Amazônia Brasileira[24] no censo do IBGE de 1991, ou seja, 10,8% da população indígena total da região. Este fenômeno de deslocamento para os centros urbanos tem por origem vários fatores, incluindo conflitos e padrões de mobilidade tradicionais, e não somente a busca espontânea de mobilidade social (emprego, educação) e/ou a indução por agentes de contato (missionários, indigenistas, atores econômicos regionais).[25]

Entretanto, o argumento de um futuro esvaziamento das terras indígenas por emigração remete a um modelo sociológico tão inadequado quanto obsoleto. Baseado numa oposição caricata entre índios "aldeados" e "desaldeados" e na idéia redutora da passagem de mão única de um estado social (rural/tradicional) a outro (citadino/deculturado), este modelo só inverte, de fato, a visão colonial-evolucionista tradicional segundo a qual ir da floresta à cidade era percorrer o caminho do primitivo ao civilizado.

A atual realidade sociológica e cultural dos povos indígenas tem, obviamente, pouco a ver com esta ideologia "retro-evolucionista" e seu dualismo campo/cidade. De fato, longe disso, assistimos hoje, em várias regiões, a um certo remanejamento dos coletivos indígenas na forma de espaços sociais transversais - verdadeiras "comunidades multilocais"[26] em escala regional - que articulam redes de parentesco e fluxos de bens e pessoas entre vários pólos situados na floresta e na(s) cidade(s). Assim, esta expansão translocal dos campos sociais indígenas e suas dinâmicas de *mobilidade* interna entre aldeias e cidades não pode ser confundida, sob pena de se incorrer em cegueira conceitual, com um processo de *migração* das aldeias para as cidades.

ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: POTENCIALIDADES E INTERROGAÇÕES

No debate sobre as potencialidades das terras indígenas enquanto áreas de preservação ambiental e de desenvolvimento sustentável, deve-se, portanto, evitar tanto o estereótipo dos índios ecologistas ("autênticos"), quanto a caricatura inversa dos índios predadores ("aculturados"), baseada na idéia redutora de que o simples acesso das sociedades indígenas ao mercado fatalmente transforma seus membros em agentes de destruição do meio natural.

As formas de mudança no uso dos recursos naturais pelas sociedades indígenas depende, na realidade, do leque de opções sócio-econômicas e políticas oferecidas para sua articulação com a chamada "sociedade envolvente" (nas suas vertentes regionais, nacionais e internacionais). Assim, a "sociedade envolvente" já não se limita mais, para os índios, à dimensão local de interação com os protagonistas tradicionais da frente de expansão regional (garimpeiros, colonos, madeireiros, fazendeiros etc.). O universo de articulação das sociedades indígenas com o "mundo dos brancos" tem se complexificado consideravelmente ao longo das três últimas décadas.

Nas décadas de 1970 e 1980, as sociedades indígenas começaram a conquistar um espaço no cenário político nacional contemporâneo. Nos anos 1990, elas viram este espaço se expandir em escala mundial e se desdobrar em um leque de novas potencialidades sócio-econômicas. Os índios da Amazônia não têm mais como único referencial econômico pós-contato o modelo predatório da fronteira local ou o modelo agrícola neo-colonial do indigenismo tutelar (os "Projetos de Desenvolvimento Comunitário" da Funai).[27] O processo de descentralização e a interligação crescente do local ao global, fora da mediação do Estado, põem hoje ao seu alcance um universo complexo de fontes de financiamento, recursos técnicos e canais de decisão desde o município até o Banco Mundial.

Este conjunto potencial de parcerias constitui o quadro sócio-político no qual se desenvolveram e no qual operam as mais de 250

TABELA 1: ASSOCIAÇÕES, POVOS E TERRAS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

	Amazonas	Rondônia	Acre	Roraima	Para	Amapa	Totais
N° Organizações indígenas	90	31	22	18	16	6	183
N° de etnias	74	30	11	13	36	9	146 (*)
População indígena	99.604	10.826	9.655	31.322	28.445	5.634	185.486
% população indígena país	33,20%	3,61%	3,22%	10,44%	9,48%	1,88%	61,83%
N° de terras indígenas	107	18	24	26	35	5	215
Superfície / Km²	441.523,33	60.783,54	19.407,59	154.543,42	280.249,66	41.965,21	998.472,75
% superfície Norte	12,29%	1,69%	0,54%	4,30%	7,80%	1,17%	27,80%
N° de Un. de Conservação (**)	29	6	6	7	15	6	69
Superfície / km²	158.016,74	21.838,01	23.343,07	38.271,28	49.596,20	22.067,76	313.133,06
% superfície Norte	4,40%	0,61%	0,65%	1,07%	1,38%	0,61%	8,72%

(*): a presença dos mesmos povos em varios estados faz que o total de povos é inferior a soma dos povos em cada estado.
(**): unidades de conservação federais e estaduais de uso indireto.

Fontes - Terras indígenas: banco de dados ISA 05/2000 (pesquisa F. Ricardo); Unidades de conservação: Mapa Amazônia 2000 ISA 12/1999 (pesquisa F. Ricardo) - população indígena : FUNASA - fevereiro 2000 – dados geográficos : website IBGE.

Nota: As associações indígenas dos seis estados da Amazônia Brasileira são atualmente objeto de pesquisa realizada pelo autor no contexto de um projeto de cooperação ISA-CNPq-IRD. Para se chegar a um número aproximado de organizações indígenas na Amazônia legal pode-se acrescentar aos números apresentados na Tabela 1 dados oriundos de levantamentos indiretos como :
- *L. Donisete Benzi Grupioni, 1999: "Diretório de associações e organizações indígenas no Brasil". São Paulo: Inep/MEC, Mari/USP : Mato Grosso = 48, Tocantins = 9, Maranhão = 12, ou seja 69 associações ;*
- *MMA, 2000: "PDPI-Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas. Documento do Projeto Anexo VII". Brasília: MMA-Secretaria de Coordenação da Amazônia : Mato Grosso = 38, Tocantins = 10, Maranhão = 5 , ou seja 53 associações.*

associações indígenas da Amazônia legal para articular seus projetos de desenvolvimento social e econômico. É, portanto, a partir da inter-mediação que estas associações garantem entre suas populações de referência e o universo das parcerias disponíveis que serão definidas as condições sociais e políticas de possibilidade para a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável das terras indígenas da Amazônia. Quatro parâmetros políticos e sociais fundamentais, externos e internos, muito provavelmente, condi-cionarão o sucesso desta dinâmica.

O primeiro desses parâmetros será a possível capacidade destas organizações de continuar a mobilizar as redes de apoio e a mídia nacional e, sobretudo, internacional, ao redor de temáticas etno-ambientais que permitem manter um nível suficiente de pressão sobre o Governo federal para induzi-lo a manter as conquistas territoriais do movimento indígena destes últimos 25 anos contra interesses econômicos locais e fluxos migratórios regionais crescentes.

O segundo parâmetro, associado ao anterior, residirá na eficiência política das associações para incentivar a elaboração de políticas públicas e não governamentais de escala apropriada, destinadas a investir no conhecimento da biodiversidade e na gestão econômica sustentável das suas terras, envolvendo estreitamente seus habitantes e tomando em conta seus projetos sociais específicos.

O terceiro parâmetro, desta vez interno, remete à possibilidade das associações indígenas traduzirem esta expressividade político-institucional em autonomia econômica para as populações que se encarregam de representar. O desafio está em satisfazer as novas expectativas materiais e sociais das suas comunidades de referência, envolvendo seus membros em projetos locais de exploração dos recursos naturais que sejam, ao mesmo tempo, não predatórios e capazes de promover uma certa auto-sustentação econômica das áreas indígenas. Nesse contexto, não deverá se negligenciar o lugar da diversificação complementar das atividades e recursos econômicos extra-locais (ver acima nossa observação sobre o novo espaço translocal das comunidades indígenas), também suscetível de aliviar o peso dos recursos naturais da floresta na formação da renda das comunidades e, portanto, de contribuir para a preservação ambiental de suas áreas.[28]

O último, porém não menos importante desses fatores, diz respeito à determinação e à lucidez política que serão necessárias às diretorias das associações indígenas para contornar as novas formas de subordinação e de clientelização no gerenciamento dos novos projetos socioambientais, não somente no contexto das relações que lhes são impostas pelas agências de financiamento (ou de comercialização), mas, igualmente, no contexto das relações que elas mesmas constróem com os demais membros das suas sociedades. A esse desafio acrescenta-se a complexa tarefa de administrar as formas de diferenciação social e cultural surgidas no processo de transformação sócio-econômica induzido por estes novos projetos de etnodesenvolvimento. *(outubro, 2000)*

Agradecimentos: Agradeço a M. Carneiro da Cunha, M. Fraboni, W. Milliken, F. Pinton, A.R. Ramos, C.A. Ricardo, F. Ricardo e a equipe editorial do ISA por seus comentários e/ou revisão final do texto.

[1]. Sobre a trajetória deste movimento desde o fim dos anos oitenta ver C.A. Ricardo, 1991: "Quem fala em nome dos Índios?", in: *Povos Indígenas no Brasil 1987/90*. São Paulo: ISA. pp. 69-72 e 1996: "Quem fala em nome dos Índios (II)?", in: *Povos Indígenas no Brasil 1991/1995*. São Paulo : ISA. pp. 90-94.

[2]. Mesmo assim, em 2000, só 2% do orçamento federal para ações indigenistas foram alocados a fiscalização das terras indígenas (Funai) e menos de 1% a iniciativas de gerenciamento e recuperação ambiental (via MMA e Funai). Ver Hélcio Marcelo de Souza, 2000: "Políticas Públicas para povos indígenas: uma análise a partir do orçamento", Nota Técnica Inesc nº 38 (9/10/2000).

[3]. Cerca de 32 % do orçamento indigenista federal (via Funasa-MS) foram alocados em 2000 a 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) articulados ao Sistema Único de Saúde e gerenciados em parceria com organizações indígenas, organizações não-governamentais e, sobretudo, prefeituras municipais. Só 1,4% foram especificamente destinados a educação indígena via Funai e MEC (em parceria com ONGs e Secretarias de Educação). (Fonte: Nota Técnica Inesc nº 38 de 9/10/2000).

[4]. As ações públicas em apoio a alternativas econômicas indígenas (via Funai) representam apenas 3,7% do orçamento indigenista federal. (Fonte: *idem*).

[5]. Programas de apoio a iniciativas comunitárias de desenvolvimento local/susteotável com acesso aberto a organizações indígenas como o Paic (Rondônia) e Padic (Mato Grosso) do Banco Mundial, e os *Projetos Demonstrativos/Tipo A* (PD/A), componentes do PPG7 (*Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil*) financiado principalmente por países da União Européia. No âmbito dos PD/A está atualmente em gestação um programa especializado para comunidades e associações indígenas, o PDPI, *Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas*.

[6]. Fonte: Banco de Dados ISA, maio de 2000 (pesquisa F. Ricardo).

[7]. 43% do orçamento federal para ações públicas com povos indígenas foi alocado em 2000 só para gastos com pessoal e manutenção da Funai. (Fonte: Inesc Nota Técnica nº 38, 9/10/2000).

[8]. A continuidade da demarcação das terras indígenas sendo financiada com expressivo apoio da cooperação internacional através do *Projeto de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal*-PPTAL (aproximadamente R$ 11 milhões previstos em 2001; fonte: *idem*).

[9]. Fontes: Funasa, fevereiro de 2000 e IBGE censo de 1996.

[10]. Fonte: *Mapa Amazônia Brasileira 2000, ISA* (Tabela 5).

[11]. Fonte: Banco de Dados ISA, maio de 2000 (pesquisa F. Ricardo).

[12]. Fonte: *Mapa Amazônia Brasileira 2000, ISA* (Tabela 2). Ver também: F. Ricardo: *Sobreposições entre unidades de conservação federais, estaduais, terras indígenas, terras militares e reservas garimpeiras*, comunicação ao Seminário "Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade da Amazônia brasileira", Macapá 21-25 de setembro de 1999.

[13]. Fonte: *Mapa Amazônia Brasileira 2000, ISA* (Tabela 3).

[14]. Seminário "Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade da Amazônia brasileira", Macapá 21-25 de setembro de 1999. Ver *Parabólicas* 54, set.-out. 1999 (ISA).

[15]. Ver o documento "Diagnóstico demográfico, sócio-econômico e de pressão antrópica na região da Amazônia legal - Versão 1.0" do ISPN, julho de 1999.

[16]. Ver, sobre a preocupante situação ambiental Tikuna: D. Lima, 1999: "Povos indígenas e ambientalismo - As demandas ecológicas de índios do Rio Solimões", MS.

[17]. Cálculos a partir da Tabela *Terras Indígenas na Amazônia Legal* do *Mapa Amazônia Brasileira 2000*, ISA.

[18]. Ver o artigo de A. Villas-Bôas e M. Campanili, 1999: "Terras indígenas protegem floresta Amazônica", *Parabólicas* 49.

[19]. Ver G. Sales, 1996: "O sistema nacional de unidades de conservação: o estado atual" no documento "Presença humana em unidades de conservação". Brasília: Ipam-ISA-PPG7-WWF-CDCMAM/CD.

[20]. Ver o exemplo da Reserva de desenvolvimento sustentável de Mamirauá (D. Lima 1997: "Equidade, desenvolvimento sustentável, e preservação da biodiversidade: algumas questões sobre a parceria ecológica na Amazônia". In: *Faces do Trópico Úmido - Conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. E. Castro e F. Pinton (orgs.). Belém: CEJUP) ou da Reserva Extractivista do Juruá (M. Almeida, 1996: "The management of conservation areas by traditional populations: the case of the upper Juruá extractive reserve". In: K.H. Redford et al. (orgs), *Traditional peoples and biodiversity conservation in large tropical landscapes*. América Verde - The Nature Conservacy).

[21]. Retomamos aqui a classificação e a discussão de D. Lima e J. Pozzobon, 1999: "Amazônia socioambiental (sustentabilidade ecológica e diversidade social)", MS.

[22]. Estes casos se desenvolveram geralmente a partir de situações de invasão maciça de terras indígenas produzidas por falhas ou cumplicidade do órgão indigenista oficial as quais lideranças indígenas, por falta de alternativa, se adaptaram com uma certa *realpolitik* econômica.

[23]. Dados IBGE.

[24]. Dado calculado a partir do trabalho de M. Azevedo, 1997: "Fontes de dados sobre as populações indígenas brasileiras da Amazônia", Cadernos de Estudos Sociais 13(1):163-178. Recife: Fundação Joaquim Nabuco.

[25]. Ver, por exemplo, a pesquisa de G. Brandhuber, 1999: "Why Tukanoans migrates? Some remarks on conflict on the Upper Rio Negro (Brazil)", *Journal de la Société des Américanistes* 85:261-280, ou de P. Ferri, 1990: *Achados ou perdidos? A imigração indígena em Boa Vista*. Goiânia: MLAL.

[26]. Sobre este conceito ver M. Godelier, 1996: "Anthropologie sociale et histoire locale", *Gradhiva* 20:83-94 e, sobretudo, M. Sahlins, 1997: "O 'pessimismo sentimental' e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um 'objeto' em via de extinção (parte II)", *Mana* 3(2):103-150.

[27]. Ver, por exemplo, C. Junqueira, 1984: "Sociedade e cultura", *Ciência e Cultura* 36 (8) sobre um projeto proposto pela Funai aos Cinta Larga do Posto Serra Morena no início dos anos 1980.

[28]. Nesse aspecto, não se tem, necessariamente, uma relação linear entre contato e degradação ambiental nas áreas indígenas (Ver R.Godoy, D. Wilkie e J. Franks, 1997: "The effect of markets on neotropical deforestation: a comparative study of four Amerindian societies", *Current Anthropology* 38(5): 875-878). Na sua redução da problemática da sustentabilidade ecológica à fixação local das populações indígenas, os projetos de desenvolvimento etno-ambientais tendem, geralmente, a ocultar a contribuição dos fenômenos de mobilidade sócio-espacial e de acesso a recursos monetários de origem extra-locais na renda indígena (aposentadorias rurais, salários retribuindo atividades locais ou não, bem como empreendimentos econômicos urbanos ou de intermediação entre aldeias e cidades). Ver sobre esta questão a contribuição de P. Léna (IRD) ao texto do projeto de pesquisa CNPq-IRD-UFRJ (LAGET): "Globalização, movimento associativo e desenvolvimento local sustentável na Amazônia", Rio de Janeiro: maio de 2000.

183 ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA (AM, RO, RR, PA, AC, AP)

Pesquisa e compilação B. Albert (Novembro de 2000), com exceção das organizações da região do Rio Negro, pesquisadas por Beto Ricardo. Este levantamento também contou com a colaboração em pesquisas de campo de José Pimenta (UnB-AC), Rosângela Reis (UNIR-RO) e Maxim Repetto (UnB-RR)

Nota: As organizações e associações das demais regiões do país se encontram no final do volume, no Diretório Nacional.

AMAZONAS (90)

MANAUS (6)

AMARN	Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro	1984
MEIAM	Associação dos Estudantes Indígenas do Amazonas	1984
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira	1989
COPIAM	Conselho de Professores Indígenas da Amazônia (ex-COPIAR 1990)	2000
AMISM	Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé	1995
ACWA	Associação Comunidade Waimiri-Atroari	1997

ALTO RIO NEGRO (42)

São Gabriel da Cachoeira (6)

FOIRN	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro	1987
AAISARN	Associação dos Agentes Indígenas de Saúde do Alto Rio Negro	1995
FDDI/SGC	Fórum de Debate de Direitos Indígenas / São Gabriel da Cachoeira	1997
ASSAI/SGC	Associação dos Artesões Iodígenas / São Gabriel da Cachoeira	1999
APIARN	Associação dos Professores Indígenas do Alto Rio Negro	1999
GETEC	Grupo de Estudo e Trabalho em Ecoturismo	1999

Cauaboris (1)

AYRCA	Associação Yanomami do Rio Cauaboris e Afluentes	1999

Alto Rio Negro e Xié (5)

ACIRNE	Associação das Comunidades Indígenas do Rio Negro	1988
ACIRX	Associação das Comunidades Indígenas do Rio Xié	1989
AINBAL	Associação Indígena de Balaio	1991
ACIPK	Associação das Comunidades Indígenas de Potira Kapuamo	1992
OCIARN	Organização das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro	1998

Rio Içana e Ayari (8)

OCIDAI	Organização das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro (ex- ACIRI – 1989)	1999
AMAI	Associação das Mulheres de Assunção do Içana	1992
OIBI	Organização Indígena da Bacia do Içana	1992
ACIRA	Associação das Comunidades Indígenas do Rio Ayari	1995
UNIB	União das Nações Indígenas Baniwa	1997
UMIRA	União das Mulheres Indígenas do Rio Ayari	1999
AIBRI	Associação Indígena do Baixo Rio Içana	1999
OICAI	Organização Indígena Curipaco do Alto Içana	1999

Baixo Rio Vaupés e Tiquié (8)

ACITRUT	Associação das Comunidades Indígenas de Taracuá, Rios Uaupés e Tiquié	1986
AMITRUT	Associação das Mulheres Indígenas de Taracuá, Rios Uaupés e Tiquié	1989
UNIRT	União das Nações Indígenas do Rio Tiquié	1990
ACIRU	Associação das Comunidades Indígenas do Rio Umari	1991
ATRIART	Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié (ex-CRETIART – 1994)	2000
CIPAC	Comunidades Indígenas de Pari Cachoeira	1995
OIBV	Organização Indígena de Bela Vista	1997
ACIRC	Associação das Comunidades Indígenas do Rio Castanho	1998

Alto Rio Vaupés e Papuri (14)

UNIDI	União das Nações Indígenas do Distrito de Iauaretê	1989
AMIDI	Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Iauaretê	1995
ONIARP	Organização das Nações Indígenas do Alto Papuri	1994
UNIMRP	União das Nações Indígenas do Médio Papuri	1994
UNIRVA	União das Nações Indígenas do Rio Uaupés Acima	1996
OICI	Organização Indígena do Centro Iauarêtê	1997
COIDI	Coordenação das Organizações Indígenas do Distrito de Iauarêtê	1997
AEIDI	Associação dos Educadores Indígenas do Distrito de Iauaretê	1997
ATIDI	Associação dos Trabalhadores Indígenas do Distrito de Iauaretê	1998
APMCIESM	Associação de Pais e Mestres das Comunidades Indígenas da Escola São Miguel	1998
FDDI/Iauareté	Forum de Debate de Direitos Indígenas / Iauareté	1999
CERCII	Ceotro de Estudos e Revitalização da Cultura Indígeoa de Iauareté	2000
AISPI	Associação Indígena de Saúde Pública de Iauareté	2000
AILCTDI	Associação Indígena da Língua e Cultura Indígena dos Tariano do Distrito de Iauareté	2000

MÉDIO RIO NEGRO (2)

CACIR	Comissão de Articulação das Comunidades Indígenas Ribeirinhas	1993
ACIMRN	Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro	1994

BAIXO RIO NEGRO (2)

ACIBRN	Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro	1988
ASIBA	Associação Indígena de Barcelos	1999

ALTO SOLIMÕES (12)

Tabatinga (1)

OSPTAS	Organização de Saúde do Povo Ticuna do Alto Solimões	1995

Benjamin Constant (10)

CGTT	Conselho Geral da Tribo Ticuna (Fundado em 1982)	1996
OGPTB	Organização Geral dos Professores Ticuna Bilingües (Fundada em 1986)	1993
OMITTAS	Organização da Missão Indígena da Tribo Ticuna do Alto Solimões	1990
FOCCITT	Federação das Organizações e dos Caciques e Comunidades Indígenas da Tribo Ticuna	1997
OIATTUR	Organização dos Agentes Ticuna de Turismo	1998
OGEITTAM	Organização Geral dos Estudantes Indígenas da Tribo Ticuna da Amazônia	1999
OGMICTTAM	Organização Geral das Mulheres Indígenas Cristãs da Tribo Ticuna da Amazônia	1999
AMIT	Associação das Mulheres Ticuna	1999
OASPT	Organização dos Agente de Saúde do Povo Ticuna	1999
AEPTAS	Associação dos Estudantes do Povo Ticuna do Alto Solimões	1999

Atalaia do Norte (1)

CIVAJA	Conselho Indígena do Vale do Javari	1992

MÉDIO SOLIMÕES (3)

Tefé (1)

UNI-TEFÉ	União das Nações Indígenas do Médio Solimões (separada da UNI-Norte em 1986)	1993

Região de Tefé (2)

AMIMS	Associação das Mulheres Indígenas do Médio Solimões	1992
CIJA	Comissão Indígena do Japurá	1993

SOLIMÕES (17)

Presidente Figueiredo (1)

? ACIMURU – Associação das Comunidades Indígenas do Rio Urubu – ?

Autazes (5)

CIM	Conselho Indígena Mura	1990
UMIM	União das Mulheres Indígenas Mura	1993
OASIM	Organização dos Agentes de Saúde Indígena Mura	1997
OPIM	Organização dos Professores Indígenas Mura	1994
OEIM	Organização dos Estudantes Indígenas Mura	1998

Nova Olinda do Norte (4)

UPIMS	União dos Povos Indígenas Munduruku e Sateré-Maué	1991
CPIMS	Coordenação dos Professores Indígenas Munduruku e Sateré-Maué	1993
CSIMS	Conselho de Saúde Indígena Munduruku e Sateré-Maué	1994
MMIMS	Movimento das Mulheres Indígenas Munduruku e Sateré-Maué	1996

Barreirinha (4)

CGTSM	Conselho Geral da Tribo Sateré-Maué	1987
OPISM	Organização dos Professores Indígenas Sateré-Mawé	?
OASISM	Organização dos Agentes de Saúde Iodígena Sateré-Mawé	1997
AISMA	Associação Indígena Sateré-Mawé do rio Andirá	2000

Maués (3)

WOMÚPE	Organização dos Professores Indígenas Sateré-Mawé dos rio Marau e Urupadi	1998
TOMÚPE	Organização dos Tuxáuas Sateré-Mawé do rio Marau	2000
MOMÚPE	Organização dos Agentes Indígenas de Saúde Sateré-Mawé do rio Marau	2000

SUL DO AMAZONAS (6)

Humaitá (5)

OPIPAM	Organização do Povo Indígena Parintintin do Amazonas	1995
APITEM	Associação do Povo Iodígena Tenharim Morõgwitá	1996
APITIPRE	Associação do Povo Iodígena Tenharim do Igarapé Preto	1997
APP MAFUIR	Associação de Pais e Professores do MAFUIR	1997
OPIT	Organização do Povo Indígena Torá	1998

Lábrea (1)

OPIMP	Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus	1995

RONDÔNIA (31)

VILA EXTREMA (1)

ACIK	Associação das Comunidades Indígenas Kaxarari	1997 ?

PORTO VELHO (5)

CUNPIR	Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Norte do Mato Grosso e Sul do Amazonas (ex-APIRNG 1991)	1996
AKOT	Associação do Povo Karitiana	1996
OPICS	Organização do Povo Indígena Cassupá e Salamãi	1997
APP	Associação de Pais e Professores dos Povos	1997
AMONDAWA	Indígenas Amondawa	
OPIRON	Organização dos Professores Indígenas de Rondônia	2000

ARIQUEMES (1)

JUPAÚ	Associação do Povo Indígena Uru-Eu-Wau-Wau	1997

GUAJARA MIRIM (9)

JIMATO	Associação Indígena	1996
RIO GUAPORÉ	Associação Indígena	1996
AWO XO HWARA	Associação	1997
RIO NEGRO/ OCAIA	Associação	1997
TANAJURA	Associação Indígena	1997
SANTO ANDRÉ	Associação Indígena	1997
SAGARANA	Associação Indígena	1997

DUWI	Associação Indígena	1997
POROROKA	Associação do Povo Indígena Kanoé	1997

JI-PARANÁ (6)

AAPIRB	Associação Agrária do Povo Indígena do Rio Branco	1991
AAPIIL	Associação Agrária do Povo Indígena Igarapé Lourdes	1992
APIA	Associação do Povo Indígena Arara	1995
APIZ	Pangyjej – Associação Indígena do Povo Zoró	1995
DOATXATÔ	Associação do Povo Indígena Aruá e Makurap	1997
PANDEREJ	Organização das Associações Indígenas de Ji-Paraná	1998

CACOAL-RIOZINHO (5)

METAREILÁ	Organização Metareilá do Povo Indígena Suruí	1988
PAMARÉ	Organização Pamaré do Povo Cinta – Larga	1989
COOP'ART	Cooperativa de Artesãos Indígenas de Rondônia	1997
NUNERIMANÊ	Associação do Povo Indígena Apurinã	1997
PAERENÃ	Associação do Povo Indígena Cinta Larga (Tenente Marques)	1997

PIMENTA BUENO (2)

KEONPURA	Associação Indígena	1989
APIK	Associaição do Povo Kwasar	1997

VILHENA (2)

MASSAKÁ	Associação dos Povos Indígenas Aikanã, Latundê e Kuazá	1996
SAWENTE-NUKATISU	Associação Indígena Nambikwara	1993

ACRE (22)

RIO BRANCO (2)

UNI/AC	União das Nações Indígenas do Acre (ex-NCI 1988)	1991
MEIACSAM	Movimento dos Estudantes Indígenas do Acre e do Sul do Amazonas	1996

TARAUACÁ (12)

ASKARJ	Associação dos Seringueiros Kashinawa do Rio Jordão	1988
AKARIB	Associação dos Kaxinawá do Rio Breu	1993
OAEYRG	Organização de Agricultores e Extractivistas Yawanawa do Rio Gregório	1993
OPITARJ	Organização dos Povos Indígenas do Rio Tarauacá e Rio Jordão	1996
APAIH	Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá	1998
APAMINKTAJ	Associação das Produtoras de Artesanatos das Mulheres Indígenas Kaxinawá de Tarauacá e Jordão	1999
APROKAP	Associação dos Produtores Kaxinawá da Aldeia Paroá	1999
OPITAR	Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá	1999
ASPCKPC	Associação dos Produtores e Criadores Kaxinawá da Praia do Carapanã	2000
ASPIRH	Associação do Povo Indígena do Humaitá	2000
–	Associação José Francisco (Kaxinawá do Caucho)	2000
ASKERG	Associação Katukina do Sete Estrelas	2000

FEIJÓ (2)

OPIRE	Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira	1988
ACOSMO	Associação Comunitária Shanenawá de Morada Nova	1998

CRUZEIRO DO SUL (6)

AAPBI	Associação Agro-Extrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga	1988
APIWTXA	Associação Ashaninka do Rio Amônea	1993
OPIRJ	Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá	1995
ASIATA	Associação dos Seringueiros e Agricultores da Terra Iodígeoa Arara	1998
AKAC	Associação Katukina do Campinas	1999
AIN	Associação do Povo Indígena Nukini da República	1999

RORAIMA (18)

BOA VISTA (10)

CIR	Conselho Indígena de Roraima (ex-CINTER 1987)	1990
APIR	Associação dos Povos Indígenas de Roraima	1987
OPIR	Organização dos Professores Indígenas de Roraima	1990
ARIKOM	Associação Regional Indígena do Rio Kinô, Cotingo e Monte Roraima	1991
SODIURR	Associação dos Índios Unidos do Norte de Roraima	1993
TWM	Sociedade para o Desenvolvimento Comunitário e Qualidade Ambiental	1996
ADMIR	Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Indígenas de Roraima	1997
ARIBAS	Associação Regional Indígenas do baixo São Marcos	1997?
OMIR	Organização das Mulheres Indígenas de Roraima	1999
COOPAIR	Cooperativa dos Agricultores Indígenas de Roraima	2000

ALTO ALEGRE (3)

ACB	Associação Comunitária do Boqueirão	1997?
MCBA	Mutirão Comunitário de Barata e Adjacências	?
APROMA	Associação dos Produtores Rurais da Maloca da Anta	1999?

AMAJARI (2)

ARIA	Associação Regional Indígena do Amajari	1996?
–	Círculo de Pais e Mestres Escola Estadual Apolinário Gimenes (Yekuana)	1999

PACARAIMA (2)

ALID/CIRR	Aliança para a Integração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas	1999
–	Associação Programa São Marcos	2000

NORMANDIA (1)

ARTID	Associação Regional dos Trabalhadores Indígenas para o Desenvolvimento	1996?

PARÁ (16)

BELÉM (5)

AITTA	Associação Indígena dos Tembé de Tomé Açu	1991
AMTAPAMA	Associação dos Povos Tupi do Mato Grosso, Pará, Amapá e Maranhão	1994
AGITARGMA	Associação do Grupo Indígena Tembé do Alto rio Guamá	1996
ZYK – ZANEYWYKAA'A	Associação dos Povos Indígenas do Gurupi	1999 ?
AIPAT	Associação Indígena do Povo Assurini do Trocará	1998

MARABÁ (5)

AIPATAK	Associação Indígena Parakatejê Amjip Tàr Kaxuwa	1995
APITO	Associação dos Povos Indígenas do Tocantins	1997
AIPAS	Associação Indígena do Povo Aikewar do Sororó	1999
–	Associação do Povo Indígena Guarani do Jacundá	1999
AIPAC	Associação do Povo Anambé do Cairari	1999

OURILÂNDIA DO NORTE (1)

AKA	Associaçãn da Comunidade Kayapó – A'Ukre	2000

REDENÇÃO (1)

PYKATOTI	Pykatoti Associação Kamôkô-re (Kayapó)	1995

PARAUPEBAS (1)

ABP	Associação Indígena Bep-Nói de Defesa do Povo Xikrin do Cateté	1995

JACAREACANGA (2)

CIMAT	Conselho Indígena Munduruku do Alto Tapajós	1992
PUSURU	Associação Indígena Pusuru	1992

ITAITUBA (1)

PAHYHY'P	Associação Indígena Pahyhy'p (Munduruku)	1998

AMAPÁ (6)

MACAPÁ (4)

APINA	Conselho das Aldeias Waiãpi	1994
APITU	Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque	1995
CCPIAW	Centro de Cultura dos Povos Indígenas Aparaí e Wayana	1997
APIWA-TA	Associação dos Povos Waiãpi do Triangulo do Amapari	1999

OIAPOQUE (2)

APIO	Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque	1992
AGM	Associação Galiby Marworno	1999

GERAL

CONSELHO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS É CRIADO

Líderes indígenas de 108 etnias criaram em Brasília um novo órgão para defender seus direitos, o Conselho Nacional dos Povos Indígenas, apesar de existir estrutura semelhante na Funai. A aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas, a reestruturação da Funai e o combate às brigas internas são as metas prioritárias dos dirigentes do conselho empossado ontem. O Estatuto do Índio, que tramita há cinco anos no Congresso, prevê a demarcação das áreas indígenas de todo o País e estabelece novas políticas de educação, saúde e proteção aos índios brasileiros.

O cacique Megaron Metuktire, da etnia caiapó, de Mato Grosso, foi eleito presidente do conselho. "Nossa principal luta é sensibilizar as autoridades para a gravidade da questão indígena. Queremos ajudar a Funai", afirmou. A ameaça de extinção da Funai e a transferência do atendimento à saúde indígena para o Ministério da Saúde são as duas primeiras e principais preocupações do novo Conselho. Para Megaron, o fato da FNS dispor de R$ 56 milhões para a saúde indígena, não resolve o problema. Segundo Álvaro Tucano, o conselho buscará parcerias com os estados, municípios, empresas privadas e entidades humanitárias nacionais e internacionais para criar meios de atendimento dos índios, principalmente na Amazônia. O conselho também pretende contribuir com o governo federal na formulação de uma nova política indigenista. Para isso, a entidade promoverá encontros com sertanistas, indigenistas, antropólogos e militantes do indigenismo para coletar informações destinadas a mudar a realidade indígena. *(OESP, 22/10/99 e Jornal de Brasília, 22/07/99)*

ÍNDIOS APELAM À ONU CONTRA JUSTIÇA

Um manifesto contra o descaso da Justiça brasileira para com os povos da floresta, índios, seringueiros e o meio ambiente está sendo discutido e deverá ser encaminhado, na próxima semana, ao Tribunal Internacional da ONU pelas lideranças dos 45 povos indígenas de Rondônia, Mato Grosso, Amazonas, Roraima e até dos Pataxó da Bahia. Segundo avaliação do líder do povo Macuxi de Roraima, José Adalberto Silva, até agora houve o descumprimento das demarcações das terras indígenas; ainda há falta de vigilância permanente das áreas para evitar invasões; ineficiência do aparato judicial para fazer cumprir a lei e lentidão da justiça. "Já se fizeram duas Constituições para determinar a demarcação das terras indígenas e o prazo para conclusão terminou em outubro de 1993 e a nossa Constituição não é cumprida. Entendemos que só um Tribunal Internacional tem condições de pressionar a Presidência da República e a Justiça brasileira para fazer valer nossos direitos", justifica Adalberto Silva. De acordo com os índios, todos os órgãos do Governo têm mostrado descaso e favorecido a invasão das terras indígenas; a poluição dos rios da Amazônia -- que detém o maior volume de água doce do mundo em disponibilidade de uso; favorecido a bio-pirataria e a apropriação indevida do conhecimento da medicina tradicional. *(A Crítica, 26/07/00)*

PROJETOS DEMONSTRATIVOS DOS POVOS INDÍGENAS - PDPI

COIAB APRESENTA SUA PROPOSTA PARA OS PDPIs

Reunidos em Manaus (AM) entre 19 e 21 de setembro, representantes da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) redigiram uma proposta, entregue à secretária de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, Mary Allegretti, para a implementação dos Projetos Demonstrativos Indígenas, os chamados PDIs, novo componente do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PP-G7). Nas palavras dos índios, a proposta visa "adequar este programa à realidade indígena, garantir maior participação indígena e simplificar o seu processo administrativo".

Inspirados na experiência dos Projetos Demonstrativos do Tipo "A" (os PD/As), os PDIs pretendem viabilizar a execução de projetos que promovam a sustentabilidade das terras indígenas, através do monitoramento de suas fronteiras e do uso econômico de seus recursos naturais em bases sustentáveis, incluindo sua proteção. A Coiab - que congrega 64 entidades indígenas da Amazônia brasileira - propôs ao governo que as organizações indígenas assumam a condução do programa, que teria duração de cinco anos e estaria sediado em Manaus. Por ser parte do PP-G7, o PDI contemplará também projetos oriundos de comunidades indígenas que habitem áreas localizadas no domínio da Mata Atlântica. Segundo o documento preparado pela Coiab, estas comunidades teriam à sua disposição 20% dos recursos disponibilizados, enquanto os outros 80% dos recursos atenderiam projetos de comunidades indígenas da Amazônia Legal.

Estrutura - A Coiab propôs que sejam contratados quatro indígenas e um técnico não-indígena, a ser escolhido pelos índios, para serem integrados à equipe de consultores que trabalha na preparação do PDI. Estes cinco membros comporiam a secretaria técnica do programa junto com um secretário, que seria escolhido pelas organizações indígenas. Quatro grupos de trabalho regionais seriam constituídos, como sedes em Manaus (GT Amazonas e Roraima), Porto Velho (GT Acre, Rondônia e Mato Grosso), Belém (GT Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins) e, possivelmente, Salvador (BA), para o GT que trabalharia com as comunidades da Mata Atlântica, que poderão ter uma secretaria técnica específica.

A estrutura funcional do programa teria ainda uma comissão executiva - composta pelo secretário técnico, mais um representante indígena de cada um dos quatro grupos regionais, que se reuniria quatro vezes por ano para analisar e aprovar (ou não) os projetos propostos pelas comunidades e avaliar as ações da secretaria técnica. Toda as demandas relacionadas à elaboração, encaminhamento e monitoramento dos projetos seriam atendidas pelos grupos de trabalho regionais. Assim, as organizações indígenas funcionariam como proponentes e, junto com as associações e comunidades indígenas, teriam responsabilidades na execução dos projetos.

Critérios excluem uso de práticas degradadoras - Projetos voltados para o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis, para o monitoramento de terras indígenas e para o resgate e a valorização cultural compõem o escopo do PDI. Entretanto, a proposta da Coiab exclui claramente projetos que apresentem características degradadoras, como cultivos que demandem o uso de agrotóxicos ou fertillizantes solúveis, ou o desmatamento de florestas primárias sem um plano de manejo adequado. Projetos orientados para o extrativismo vegetal também devem apresentar plano de manejo. E construções de "cunho religioso não tradicionais" estão fora do programa.

A Coiab propôs que os projetos se enquadrem em três níveis de financiamento: até R$ 20 mil, com contrapartida de 10% para o proponente; entre R$ 21 mil e R$ 100 mil, com contrapartida de 20%, e entre R$ 101 mil e R$ 300 mil, com contrapartida de 30%. As agências financeiras seriam o Banco do Brasil e outras com presença bem disseminada nas áreas de abrangência do programa, como o Banco da Amazônia (Basa). A entidade reivindica que sua proposta seja entregue até 4 de novembro à coordena-

ção geral do PP-G7 para ser apreciada no dia 10 do mesmo mês, durante a reunião da Comissão Geral da Coordenação do Programa Piloto. *(Marco Gonçalves/ISA, 01/09/99)*

LÍDERES DIZEM QUE VÃO ADMINISTRAR O PROJETO

As lideranças indígenas da região amazônica não aceitam receitas prontas de propostas para definir o Projeto Demonstrativo Indígena (PDI), um dos que vão receber parte dos recursos de 20 milhões de marcos alemães, equivalentes a US$ 15 milhões, do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7). O recado foi dado ontem à secretária da Amazônia Legal do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Mary Allegretti, em documento aprovado por representantes indígenas de nove estados amazônicos, em reunião realizada na sede do órgão em Manaus. Os índios questionam, por exemplo, a orientação do Governo alemão de excluir do financiamento projetos ligados ao extrativismo mineral e de madeira e querem deixar as Organizações Não-Governamentais (ONGs) fora do PDI.

A atitude dos índios com relação ao PDI não surpreendeu a secretária da Amazônia Legal do MMA, Mary Allegretti, 51. Ela disse que a decisão de querer estar à frente dos projetos de interesses deles demonstra o nível de conscientização dos indígenas. "Vou levar e defender as propostas deles para o ministério", afirmou. Mary disse ter escutado as discussões e propostas de todos os representantes com o objetivo de adequar o programa à realidade indígena. *(A Crítica, 22/09/99)*

EM BUSCA DA AUTO-SUFICIÊNCIA

A Coiab inicia a primeira das 12 oficinas que visam apresentar, informar e orientar as organizações e associações indígenas sobre o Projeto Demonstrativo das Populações Indígenas (PDPI). Cada organização ou associação indígena, das 210 que a Coiab tem conhecimento que existem na Amazônia, vai poder pleitear no máximo R$ 250 mil. Como tem um caráter de valorização da cultura, não serão aceitos projetos que propõem a implementação de atividades voltadas para a mineração, criação de gado, exploração de madeira e cultivo de frutas ou hortaliças que envolvam o uso de agrotóxico. Na avaliação do assessor de comunicação da Coiab, Manoel Lima, a instituição do PDPI representa um avanço na relação dos agentes financiadores do Programa de Proteção das Florestas Tropicais (PP-G7) com os índios. Sem contar que no plano institucional representa uma inovação. Mas é no plano político que o programa poderá, segundo Lima, vir a mudar, se der certo, uma perspectiva ruim que se fundamenta numa suposta incapacidade dos índios em gerir os seus próprios destinos. *(A Crítica, 23/07/00)*

COIAB

ÍNDIOS ESCOLHEM NOVO COORDENADOR

O índio Gersen Baniwa foi eleito para dirigir a coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) no triênio de 1996 a 1999. A escolha de Gersen ocorreu durante o encerramento da V Assembléia Geral da Coiab. Gersen é formado em filosofia pela Universidade do Amazonas e por dez anos coordenou a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn). A comunidade Baniwa vive na área do município de São Gabriel da Cachoeira. A assembléia que reuniu 31 organizações indígenas aprovou a Declaração dos Povos e Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. O documento pede a revogação do Decreto 1.775 e imediata demarcação das terras indígenas. Também manifesta solidariedade às entidades que defendem a causa indígena como o

O QUE É O PDPI

O PDPI (Programa Demonstrativo dos Povos Indígenas) é uma ação complementar ao Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal, o PPTAL. O PPTAL, que por sua vez, é um projeto que faz parte do esforço maior do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, o PPG7, financiado pelos sete países mais ricos do mundo, o G7. O objetivo do PDPI, segundo descrição do próprio documento do projeto, é o de contribuir para a sustentabilidade econômica, social e cultural dos povos indígenas em suas terras e para a conservação dos recursos naturais nelas existentes. Este programa pretende atingir suas metas por meio do financiamento de subprojetos ao nível local que sejam planejados e executados de forma participativa e que forneçam modelos para que outras experiências similares possam ser implementadas na região amazônica.

Tanto o PPTAL quanto o PDPI são resultados de uma constatação importante para a proteção das Florestas Tropicais em território brasileiro: as terras indígenas, por meio das populações que as ocupam, desempenham um papel de grande destaque para o desenvolvimento ecológico e economicamente sustentável na Amazônia. O estudo atento de imagens de satélite revelaram que, em diversas regiões da Amazônia, as maiores áreas florestais conservadas coincidem com o perímetro das terras indígenas. Estas áreas conservadas estão, muitas vezes, cercadas por territórios completamente devastados pela ação colonizadora. Assim, nenhuma ação no sentido de proteger a floresta tropical poderia ignorar o papel estratégico que as Terras Indígenas ocupam neste contexto.

A iniciativa de criar o PDPI partiu do entendimento que as ações do PPTAL em viabilizar a demarcação das terras indígenas, apesar do passo fundamental que propiciam, não esgotam o conjunto de problemas que enfrentam os povos indígenas, mesmo na questão específica do território. A demarcação das terras indígenas resolve a situação jurídico-legal dos territórios tradicionalmente ocupados pelos índios, mas isso, por si só, não garante que estas terras terão uma sustentabilidade econômica, política ou ambiental.

O PDPI, portanto, inaugura uma nova fase do PPG7. Com o grande avanço obtido na demarcação das terras indígenas torna-se imprescindível, agora, que se garanta a segurança e proteção destes territórios. A integridade das terras demarcadas depende também da capacidade das comunidades indígenas em gerir os seus recursos naturais de maneira auto-sustentável, através de atividades econômicas que não agridam o seu patrimônio ambiental e nem tampouco suas peculiaridades sócio-culturais. Para alcançar esse objetivo, o PDPI propõe apoiar iniciativas locais que visem à sustentabilidade pós-demarcatória das terras indígenas. A seleção das propostas locais exige que os sub-projetos contribuam com os objetivos gerais do Programa Piloto e que possuam caráter demonstrativo para auxiliar outras situações similares.

As comunidades indígenas são atores privilegiados na concretização do PDPI. Seja como proponentes ou como executores de subprojetos, as comunidades devem estar completamente inseridas na condução das tarefas cotidianas do programa. Esta participação, em vista disto, é uma condição imprescindível para a aprovação de qualquer proposta que, para participar do processo de seleção, deve explicitar os mecanismos que irão garantir a efetiva participação das comunidades no projeto. Esta exigência faz com que o PDPI rompa com a prática assisten-cialista junto aos povos indígenas, promovendo a demonstração de evidências de que os grupos indígenas possuem capacidade de gestão sobre empreendimentos e ações que atendam as suas necessidades. (Equipe de redação do ISA, a partir de Schröder, Peter et alii. PDPI – Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas. Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Coordenação da Amazônia, abril/00.)

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, vítimas de massacres em Corumbiara (RO) e Eldorado de Carajás (PA). *(A Crítica, 12/05/96)*

UM ÍNDIO DIRIGINDO A FUNAI?

A Coiab indicou ontem, em documento enviado à Funai, o nome de Jorge Terena como sucessor do ex-presidente da Fundação. Segundo Maria do Carmo Trindade Serra, da etnia wanana, o movimento indígena vem acompanhando o trabalho de Terena e acredita que este é o momento de o índio assumir a Funai. A coordenadora da Coiab não quis comentar uma possível indicação do sertanista Sidney Possuelo, que presidiu a fundação no governo Fernando Collor e se destacou internacionalmente após o trabalho de demarcação das terras dos Yanomami e do contato com os índios isolados Korubo. *(O Liberal, 19/07/97)*

ÍNDIOS DESCARTAM INTERFERÊNCIA EXTERNA

Os índios querem autonomia para discutir e decidir seu destino sem a interferência das igrejas, entidades e políticos que durante 500 anos impediram o acesso dos povos indígenas à tecnologia. A informação foi dada pelo índio Darcy Marubo, da Coiab, durante o Encontro de Lideranças Indígenas Brasileiras, iniciado ontem na sede da entidade.

Ao fazer uma retrospectiva histórica das lutas do movimento indígena no País, o líder Ailton Krenak, 44, de Belo Horizonte, admitiu a necessidade das lideranças voltarem a trabalhar para dentro das aldeias. "O movimento indígena não pode mais ter só atuação política para fora. Precisa encontrar alternativas de sobrevivência dentro das aldeias", assegurou. *(A Crítica, 26/11/97)*

POVO INDÍGENA EXPÕE DESEJO DE AUTONOMIA

O fortalecimento das organizações indígenas, o reconhecimento de que a sociedade indígena é soberana nas suas decisões, a criação de um fundo de desenvolvimento auto-sustentável para os povos indígenas e a valorização do sistema tradicional da medicina indígena. Estas foram algumas das decisões tomadas pelas lideranças indígenas que participaram, em Manaus, do encontro "Retrospectiva, Realidade e Futuro do Movimento Indígena do Brasil", que se encerrou ontem em Manaus. *(A Crítica, 28/11/97)*

COIAB PEDE DEVOLUÇÃO DE RELÍQUIAS INDÍGENAS AO PRESIDENTE PORTUGUÊS

"Senhor Presidente, ainda na oportunidade de saudar Vossa Excelência com votos de saúde e alegria vimos, através desta, solicitar a devolução dos objetos indígenas que compõem a exposição "'Memórias da Amazônia – Expressões de Identidade e Afirmação Étnica". Estamos conscientes do cuidado especial que a Academia de Ciências de Lisboa e a Universidade de Coimbra têm dedicado para preservar o acervo coletado, há mais de dois séculos, pelo cientista Alexandre Ferreira. Porém, também estamos conscientes do valor histórico e cultural que as peças representam para nós no contexto da nossa luta em favor da existência digna dos povos indígenas.

Consideramos a exposição "Memórias da Amazônia" como um marco histórico para a relação entre povos europeus e povos indígenas, haja vista, que é a primeira vez que uma coleção retirada de nossos ancestrais volta à região de origem para ser vista pelos índios e não índios. Não temos dúvidas de que é uma ocasião rara para a reflexão sobre o nosso passado, a nossa situação atual e sobretudo as nossas expectativas para o futuro de nossos descendentes.

Lamentamos que ao longo dos anos em nosso país os governos não tenham tido preocupação em preservar a nossa história. Assim sendo, agradecemos os esforços implementados em Portugal que tornam possível a preservação durante dois séculos de cultura material indígena.

Senhor Presidente o nosso pleito não é movido pelo rancor, mas pela certeza de que a chave para garantir o reconhecimento dos nossos direitos e dos nossos valores culturais é termos perto de nós as relíquias que são parte significativa de nossa memória histórica. As peças são um elo de ligação no tempo, entre a cultura material e a alma de nossos povos.

Passaram mais de dois séculos que centenas de objetos indígenas foram retirados de nossas aldeias. Numa época em que o índio ainda era descrito pelo homem branco como exótico e como um ser inferior. Vale ressaltar que, infelizmente, o preconceito contra os povos indígenas era institucionalizado pelo poder de Estado dos países que colonizaram nossa gente e nossas terras. O que nos leva a crer que nem todas as peças foram coletadas de forma pacífica. Na própria exposição não existem documentos descrevendo de que forma os objetos foram obtidos. Alguns ornamentos contidos na coleção são de uso exclusivo de guerreiros.

Senhor Presidente, com a devolução dos objetos indígenas coletados por Alexandre Ferreira, Portugal estará fazendo um gesto internacional que vai contribuir para que as organizações indígenas, representadas pela Coiab, implementem a recuperação de objetos indígenas guardados em instituições de diversos países europeus. É bem verdade que as condições técnicas em Manaus ainda não são as mais adequadas para a preservação dos referidos objetos. Entretanto, com a colaboração das universidade do Porto, Coimbra e Universidade Federal do Amazonas, e acima de tudo com o apoio dado pelos governos do Brasil e de Portugal. Estamos convictos que as referidas instituições contribuirão com uma proposta que visa ampliar os mecanismos de reafirmação e enaltecimento da diversidade cultural dos povos indígenas. Nesse sentido acreditamos que em breve teremos um local adequado para guardar as peças de "Memórias da Amazônia" e de outros acervos indígenas.

Conforme as correspondências, em anexo, enviadas pelas organizações indígenas que formam a base política da Coiab, é grande a nossa expectativa para que a devolução das peças deixe de ser um desejo exclusivamente nosso e torne-se também uma expressão da vontade do Go-vernn de Portugal de colaborar para que possamos ter, em solo amazônico, uma herança dos nossos ancestrais, refletindo a força viva da multiplicidade étnica e cultural dos povos indígenas.

Certos da atenção que Vossa Excelência dará a nossa solicitação reiteramos os nossos votos de apreço e antecipamos os nossos sinceros agradecimentos.

Atenciosamente, Darci Duarte Comapa Marubo, Coordenador Geral/Coiab" *(abr/1998)*

COIAB ELEGE COORDENADOR GERAL

O índio Euclides Macuxi foi eleito o novo coordenador geral da Coiab. A eleição de Euclides foi durante a Sexta Assembléia Geral da Coiab, que termina hoje e está acontecendo desde segunda-feira, na Maromba. Na avaliação do novo coordenador geral da Coiab, durante os oito anos de existência, a entidade tem tido conquistas importantes no que diz respeito às questões políticas.

Para o ex-coordenador geral da instituição, Darci Marubo, a Coiab passa atualmente por um dos momentos mais importantes desde a sua criação devido os índios estarem mais conscientes dos seus direitos e os brancos mais dispostos a cumpri-los. *(A Crítica, 22/05/98)*

COIAB E FUNASA REALIZAM ENCONTRO

Os limites de atribuições dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEIs, procedimentos

administrativos e jurídicos, além de dúvidas sobre a relação com governos municipais e estaduais foram debatidas no encontro promovido em Manaus pela COIAB e a Funasa. O encontro foi solicitado pela Coiab, em virtude de que entre dirigentes de organizações indígenas e representantes de ONGs, até então, persistia a compreensão de que os convênios eram inalteráveis. Outra preocupação vista entre lideranças e ONGs refere-se ao processo de compras de equipamentos e medicamentos e contratação de serviços de terceiros. Diante das dúvidas, a maioria manifesta por representantes de ONGs, o chefe de operações da Funasa, Dr. Ubiratan Pedrosa, explicou os DSEIs é um sistema novo de saúde preventiva, integrado ao sistema único de saúde e que "a responsabilidade pela política de saúde é da Funasa", acrescentando que "pelo convênio que nós assinamos, ele (convênio) pode e deve ser alterado". Em relação ao controle social, através dos conselhos distritais, Ubiratan Pedrosa disse que a Funasa não intervém nas decisões mas que tem dado apoio às reuniões. "O importante é que os conselhos sejam formados com consistência". Diversos dos participantes ressaltaram que a relação entre profissionais de saúde e comunidades indígenas, nem sempre tem sido satisfatória porque muitos profissionais estão somente interessados em ganhar salários e não querem respeitar o modo de vida tradicional das comunidades. O chefe de operações da Funasa concordou com as dificuldades, mas lembrou que é um processo novo e que muitos profissionais de saúde não possuem conhecimentos sobre questões indígenas. *(Jornal da Coiab, dez/99)*

CURSO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS MOBILIZA COMUNIDADES

A série de cursos de formação sobre políticas públicas que a Coiab vem realizando em parcerias com organizações locais vem mobilizando comunidades, revelando expectativas e a determinação dos povos que habitam recônditos amazônicos. São centenas de pessoas, entre homens, mulheres, idosos e crianças, que lutam para superar a dura realidade da ausência do poder público, que impede o acesso aos serviços básicos de saúde, educação e de proteção ao meio ambiente. De junho a dezembro a Coiab realizou, em parceria com organizações locais, quatro cursos de formação de lideranças sobre políticas públicas. O primeiro foi realizado na Missão Surumu, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em seguida foram realizados cursos na aldeia São José, do Povo Krikati, município de Montes Altos, no Maranhão; na Aldeia Nova Esperança, que reuniu povos Palmari, Apurinã, Jarauara e Jamandi; o mais recente foi realizado na cidade de São Gabriel da Cachoeira, do qual participaram Tukano, Baniwa, Dessano, Tariano, entre outros.
Os cursos fazem parte da meta da Coiab de investir na formação de lideranças das comunidades e dirigentes das organizações locais. Os cursos estão sendo ministrados pelo assessor técnico da Coiab, Silvio Cavuscens, com apoio de dirigentes mais experientes do Movimento Indígenas. "Os cursos são adaptados às necessidades e à realidade imediata de cada povo", explica Silvio, destacando que em muitos aspectos as comunidades de diferentes povos convivem com os mesmos tipos de problemas. Silvio, porém, ressalta que nas regiões onde é recente o início do processo de organização política, existe mais carência de informação sobre o funcionamento e a relação do poder público com povos indígenas. Ele cita como exemplo a região do Médio Purus. "Os índios do Médio Purus ainda têm pouco apoio, pouca assistência e a OPIMP (Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus) está agora começando". Na prática os cursos estão sendo muito bem recebidos pelas comunidades que participam na definição dos temas. Entre os assuntos escolhidos destacam-se: a organização da sociedade envolvente, alianças e parcerias possíveis de serem estabelecidas entre povos indígenas e outros segmentos sociais. *(Jornal da Coiab, dez/99)*

IGREJA PERDE INFLUÊNCIA ENTRE ÍNDIOS BRASILEIROS

A influência da Igreja Católica entre os índios do Brasil está diminuindo. A linha de ação do Cimi tem sido contestada por um número crescente de comunidades especialmente as da região amazônica, onde vive cerca de 60% da população indígena do País. Embora a discussão pareça burocrática, envolvendo o controle das entidades de representação indígena, o verdadeiro pano de fundo é ideológico. Para muitos índios, o visceral antineoliberalismo do Cimi não os favorece. Pelo contrário, estaria prejudicando suas comunidades. "O Cimi quer que os índios se organizem de forma comunitária, longe de qualquer coisa que lembre o capitalismo e de acordo com sua visão ideológica, que fica entre o socialismo e o cristianismo primitivo", diz o Macuxi Euclides Pereira, diretor da Coiab. "Acontece, porém, que muitos índios querem ter acesso a novas tecnologias, querem ser capitalistas, sem ter de passar a vida inteira usando tanga e cocar, para corresponder à visão exótica que os outros têm de nós, e sem ter de morar em barracões pobres e desconfortáveis".
Na prática, o Macuxi é favorável a acordos com empresas para a exploração das riquezas naturais contidas nas reservas indígenas, tais como madeira e minérios, desde que isso beneficie as tribos e preserve o ambiente. Para o Cimi, tais acordos são condenáveis. Segundo seus representantes, não existem mecanismos legais que garantam o controle dessas riquezas pelos índios, o que torna os negócios arriscados. Além disso, a associação com empresas para a realização de projetos econômicos é vista como um passo para a destruição da cultura dos primeiros habitantes do Brasil. *(OESP, 06/08/00)*

RECURSOS GENÉTICOS E BIOPIRATARIA

GOVERNO TEME ISOLAMENTO E PERDA DE "DINHEIRO VERDE"

A equipe do governo federal que estuda a legislação sobre biodiversidade teme que o país possa criar uma espécie de "Lei da Informática 2", norma que criou uma reserva de mercado radical para produtos brasileiros em 1984.
O temor foi ampliado depois que a Assembléia Legislativa do Acre aprovou, no início deste mês, a primeira Lei da Biodiversidade do país. O texto proíbe a entrada de estrangeiros na floresta amazônica daquele Estado. Para ter acesso aos recursos naturais do Acre, uma das áreas mais ricas do país, os estrangeiros precisarão se associar a uma empresa ou entidade de pesquisa do Brasil.
Uma lei semelhante, que serviu de base para a redação do texto aprovado no Acre, está em fase de tramitação no Congresso. É de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC) e trata da proteção e cobrança de royalties pelo uso das riquezas genéticas e vegetais. O projeto, que pode ser alterado por sugestões (emendas) de outros parlamentares, tenta regulamentar determinações ainda da Convenção da Biodiversidade, acordo feito por 144 países durante a Eco-92, realizada no Rio.
O temor da equipe do governo é que, a pretexto de defender o país da biopirataria, o Congresso chegue a um texto ultranacionalista e com uma posição de isolamento. Biopirataria é a forma como ficou conhecida a saída ilegal, sem o pagamento de royalties, de material genético (plantas, microorganismos etc.) para criar patentes de produtos no exterior. No momento, a Funai tenta cobrar de pesquisadores ingleses, como revelou a Folha, pagamento por remédios patenteados a partir de conhecimentos dos índios kaxinawa, da região amazônica.
O Ministério Público do Acre vai entregar à Justiça, depois de amanhã, denúncia sobre diver-

sos casos de biopirataria. Para Fernando Dal'Ava, componente da equipe do governo, o país não deve seguir uma linha fechada e inacessível, o que iria contrariar até mesmo determinações da Agenda 21, documento da Eco-92 que trata da biodiversidade, desenvolvimento sustentável e colaboração entre países. "Existem estrangeiros bons e maus. Não há sentido fechar as portas para todos", disse Dal'Ava, que é chefe do Departamento de Vida Silvestre do Ibama. "Poderíamos incorrer no mesmo erro da Lei da Informática".
Acre crie obstáculos para que o país realize acordos de cooperação com bancos e entidades estrangeiras. Atualmente, países do G-7, clube dos mais ricos do mundo, investem em pesquisas e infra-estrutura de órgãos brasileiros como o Inpa, de Manaus.
Para o autor da lei aprovada no Acre, deputado estadual Edvaldo Magalhães (PC do B), o controle aos estrangeiros era mais do que necessário. "Pode parecer um exagero, mas vivemos uma espécie de novo colonialismo", disse.
A Assembléia do Amazonas também tem um projeto de Lei da Biodiversidade, ainda a ser votado. *(FSP, 13/07/97)*

PAJÉS SE UNEM CONTRA BIOPIRATARIA

Nas páginas da Internet, a empresa americana Coriell Cell Repositories vende a decodificação do DNA e amostras de sangue dos Karitiana. A identidade genética dessa etnia da Amazônia virou mercadoria de alto valor comercial numa operação clandestina. Pesquisadores americanos e um médico brasileiro estiveram na aldeia com autorização da Funai a pretexto de investigar o Mapinguari, ser mitológico da Região Amazônica que se assemelha a um bicho-preguiça gigante, e colheram as amostras de sangue, à custa da ingenuidade dos índios. A história aconteceu há dois anos foi denunciada por uma comissão especial da Câmara dos Deputados, mas até hoje não se tomou nenhuma providência. O primeiro passo será dado esta semana, quando a Coordenação Geral de Defesa dos Direitos dos Índios da Funai começa a divulgar no mundo todo uma Carta de Princípios da Sabedoria Indígena, exigindo o fim da biopirataria – a apropriação ou roubo de conhecimentos tradicionais e das características genéticas dos índios. Assinado por Terena, Javaé, Xerente, Pataxó, Xavante e os Karitiana, entre outros pajés, o documento é o resultado palpável de quatro dias de discussões durante o I Encontro de Pajés, encerrado no último final de semana em Brasília. Nele, os índios cobram do governo brasileiro que exija a devolução do material genético – sangue, pele, cabelo, unha – dos Karitiana e dos Suruí, de Rondônia, também roubados em condições semelhantes. *(CB, 21/04/98)*

INDÍGENAS ESPERAM QUE BIODIVERSIDADE GARANTA LIBERDADE

A biodiversidade é um tema que vem ganhando espaço nas discussões internacionais. Foi o que revelou ontem o ex-coordenador das Coiab, Sebastião Manchinery. Ele participou ontem do seminário "Biodiversidade e Direitos Indígenas: bioprospecção e conhecimentos tradicionais", orgnizado pela Coiab. Sebastião ressaltou que os povos indígenas ainda não têm consciência sobre a importância da preservação dos conhecimentos tradicionais.
Para o pesquisador da Universidade do Amazonas e do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biotecnologia da Amazônia (Probem), Spartaco Astolfi Filho, a construção do centro de biotecnologia no Amazonas será uma das formas de manutenção dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas. Spartacco disse que falta ao Brasil uma legislação mais rigorosa na preservação das riquezas biológicas e do conhecimeno tradicional. Segundo ele, o centro de biotecnologia é um projeto capaz de gerar renda para todos os participantes por meio dos produtos comerciáveis. Ele disse que o centro deve ter uma rede de análise de biodiver-sidade, formado por pessoas detentoras do conhecimento tradicional. *(A Crítica, 13/11/98)*

ÍNDIOS DENUNCIAM A BIOPIRATARIA

Um documento paralelo à Carta da Terra elaborado pelo Comitê Internacional Intertribal, que envolve índios do Brasil, Ásia, África, Austrália e Europa, foi entregue ao coordenador-internacional da Carta da Terra, o norte-americano Steven Rockefeller. Desta vez, os silvícolas propõem não só sugestões e projetos a serem executados, mas graves denuncias de biopirataria, roubo de madeira, extinção de etnias e doenças transmitidas pelo homem branco. Mais: cobram atitudes urgentes da ONU para que os indígenas recebam tratamento não só como minorias. Querem a definição de políticas claras governamentais que sairam da teoria e sejam colocadas em prática. *(A Gazeta, 04/12/98)*

INDÍGENAS DEFENDEM PLANTA NOS EUA

Vários representantes das tribos da Amazônia chegaram esta semana a Washington para lutar pela posse de sua planta sagrada, a ayahuasca, uma vez que um cidadão norte-americano obteve patente de utilização exclusiva da mesma. Vários índios, procedentes da selva amazônica, alegam utilizar a Ayahuasca (Banisteriopsis Caapiun, um potente alucinógeno que não pode ser importado em estado natural para os Estados Unidos) há muitas gerações, em cerimônias de cura do corpo e da alma de seus povos. "Patentear esta planta equivale a patentear a cruz dos cristãos", afirmou Antonio Jacanamijov Rosero, responsável pela Organização de Indígenas da Bacia do Amazonas (Coica), que representa mais de 400 tribos de nove países da região. *(A Crítica, 03/04/99)*

A REVOLTA DOS PAJÉS

A guerra contra a aprovação no Congresso Nacional do projeto permitindo a ampliação do desmatamento da Amazônia ganhou o reforço de um grupo que lida com poderes sobrenaturais: mais de 30 pajés de 17 nações indígenas de todo o país. "Como pode o eleitor do Paraná eleger um deputado que quer destruir a floresta amazônica?" indagou Marcos Terena. E completou: "Vocês não vão fazer nada? Nós vamos reagir!". Os pajés estão em Brasília para discutir o uso dos recursos naturais pelo homem branco e, em especial, o que consideram "pirataria" dos conhecimento indígena sobre os princípios ativos de plantas medicinais. A Funai recebe dezenas de denúncias contra laboratórios farmacêuticos de todo o mundo que estariam patenteando fórmulas usadas há séculos pelos índios. Depois de patentear, esses laboratórios industrializam os produtos sem pagar nada aos detentores do conhecimento. Agora os índios querem que o governo brasileiro adote medidas específicas para protegê-los contra a exploração e a pirataria industrial. *(JB, 16/01/00)*

POVOS INDÍGENAS REALIZAM SEMINÁRIO SOBRE BIODIVERSIDADE

Durante o seminário "Biodiversidade e o conhecimento tradicionais: aspectos jurídicos e econômicos", realizado em Rio Branco - AC, lideranças indígenas discutiram de que maneira é possível proteger, legalmente, os conhecimentos indígenas sobre biodiversidade e assegurar que as comunidades sejam beneficiadas pelo repasse de conhecimento às indústrias farmacêuticas e pesquisadores. O seminário abordou também o problema da "biopiratarla", caracterizada pela apropriação ilegal de biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais patrocinada por pesquisadores que atuam, muitas das vezes, a serviço de empresas inte-

ressadas em desenvolver produtos farmacêuticos a partir dos conhecimentos tradicionais sobre o uso de plantas, insetos, óleos vegetais, cascas de árvores e outras formas de tratamento de doenças utilizadas pelas comunidades indígenas. *(Jornal da Coiab, abril/maio/junho, 2000)*

ARGUMENTO NA PONTA DA LANÇA

Um grupo de 21 pajés, incluindo oito mulheres, de 15 tribos indígenas, protocolou ontem, no Palácio do Planalto, uma carta ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Nela, os índios manifestam sua preocupação e exigem uma legislação que proteja a medicina natural, preservando os conhecimentos deles nesse setor contra estrangeiros que chegam ao país, levam as informações e registram como propriedade intelectual. Também manifestam sua preocupação com o projeto de conversão do deputado Moacir Micheletto à medida provisória que altera o texto do Código Florestal, e propõe a redução da área de proteção nas áreas de floresta amazônica e de cerrado. Os índios nem tentaram uma audiência com o presidente. Antes de entregarem o documento fizeram um ritual simbolizando o início das negociações com o governo. Tudo ocorreu do lado de fora do Planalto porque a segurança impediu que os pajés entrassem no palácio. *(JB e Extra, 18/05/00)*

OS ÍNDIOS NA POLÍTICA PARTIDÁRIA

ÍNDIOS CONQUISTAM ESPAÇO POLÍTICO

As eleições municipais de 3 de outubro deste ano registraram a participação de mais de 80 indígenas. Até onde apurou o Cimi, foram cinco candidatos a prefeito, quatro a vice e 73 concorreram ao cargo de vereadores em todo o país. Embora não se tenha dados precisos esta foi, proporcionalmente, a maior participação em eleições, de todos os tempos. É uma constatação da necessidade que têm os povos indígenas, em cada vez mais, ocupar os espaços políticos institucionais para fazer frente à discriminação imposta pela sociedade dos brancos. É um sinal claro de que os povos e comunidades indígenas desejam assumir as próprias representações em todas as instâncias possíveis defendendo eles próprios os projetos políticos pessoais ou comunitários.
Neste ano, o estado com maior participação de indígenas nas eleições foi o Mato Grosso do Sul, em sete municípios, com 20 candidatos a vereador das etnias Guarani-Kaiowá, Ñandeva e Terena. Em Minas Gerais, houve a maior concorrência ao Executivo, três candidaturas a prefeito e três a vice-prefeito. Manoel Gomes de Oliveira elegeu-se ao cargo de vice-prefeito de São João das Missões. No Amapá, o índio Galibi Marworno, João Neves dos Santos, conseguiu eleger-se a prefeito pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) no município do Oiapoque. João Neves teve o apoio do governador do Amapá, João Capiberibe (PSB). Dos 2.868 votos, Neves conquistou 1.713, 80% de índios e 20% de brancos, deixando em segundo lugar o candidato da situação Sérgio Gomes (PSDB). *(Porantim, set/96)*

ELEITOS DOIS PREFEITOS INDÍGENAS

As eleições municipais de 1996 apresentaram boas surpresas. Pela primeira vez na história política do país foram eleitos de uma só vez dois prefeitos indígenas. No Oiapoque (PA), a vitória já esperada do Galibi Marworno, João Neves (PSB), com 1.713 dos 2.868 votos do município. Em Baía da Traição (PB), o índio Marcos Potiguara (PMDB) assume o lugar de Nancy Potiguara, a primeira indígena a vencer eleições para o executivo municipal. No Amapá, Neves prepara uma grande festa, na posse em 1° de janeiro, com direito a reunir representantes de partidos de oposição, como o PT e o presidente Fernando Henrique Cardoso, que ainda não respondeu ao convite. Na Paraíba, os Potiguara confirmaram a força que já fez dois prefeitos consecutivos na cidade litorânea. Na eleição de Marcos Potiguara, os índios reforçam a determinação de que o prefeito esteja sintonizado com as lutas do povo. *(Cimi, 10/10/96)*

ÍNDIOS ELEGEM 17 VEREADORES NO ESTADO

O Amazonas terá, a partir de 1° de janeiro, 17 vereadores e um vice-prefeito índios, segundo levantamento das organizações indígenas do Alto Solimões e Alto Rio Negro e Cimi. Quatorze dos eleitos se concentram nos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá e Santo Antônio do Içá. Nesses municípios – mais Barcelos e Santa Izabel do Rio Negro – estão pela estimativa da Funai, 50 mil dos cerca de 89.500 índios que habitam o território amazonense.
Barcelos, São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel, no Alto Rio Negro, têm 92% de população indígena. O Cimi estima que 25 mil índios votaram em 3 de outubro. Em São Gabriel da Cachoeira, Thiago Montalvo Cardoso (PSDB), de etnia pira-tapuia, foi eleito vice-prefeito. O município terá mais dois vereadores índios: Flávio Carvalho (PT), de etnia dessana; e Alberto Barbosa (PFL), tariano. *(A Crítica, 20/10/96)*

ÍNDIOS TENTAM VOLTAR À CENA POLÍTICA

Fora do Congresso desde 1987, quando o cacique Mário Juruna concluiu um mandato de deputado federal, a comunidade indígena tenta, este ano, retornar à cena política. Até agora são 11 candidatos disputando vagas nas Assembléias Legislativas, na Câmara dos Deputados e até no Executivo, numa campanha que se trava quase integralmente dentro da floresta, já que a maioria é da Amazônia. Cinco deles preferiram partidos de esquerda – PT e PC do B – e os demais estão no PPB, PDT, PSDC e PTB.
O único candidato a governador é David Oliveira, que disputa a eleição no Distrito Federal pelo PSDC. *(OESP, 05/08/98)*

VOTO ELETRÔNICO CHEGA AOS ÍNDIOS DO NORTE

Para chegar a Sucuriju, uma das localidades de mais difícil acesso no Amapá, o viajante tem de enfrentar 12 horas de barco pelo rio Amapá Grande e pelo Oceano Atlântico, a partir da capital, Macapá. Cerca de oito horas são necessárias para levar os disquetes das urnas eletrônicas instaladas em outras sete localidades até o município de Mazagão, uma das centrais de totalização dos votos no estado, que este ano terá eleições 100% informatizadas.
Para que não haja imprevistos, o presidente do TRE, desembargador Douglas Evangelista Ramos, equipou dois barcos com aparelhos de última geração, que garantirão o envio imediato dos dados até a central.
Levar a tecnologia do voto informatizado a locais de mais difícil acesso também desafia a criatividade do TRE de Roraima. Num estado onde a falta de energia elétrica é parte da rotina, o tribunal alugou 464 baterias de carro, um para cada urna eletrônica. Embora as máquinas de votar tenham autonomia para funcionar seis horas sem energia, o TRE quer evitar surpresas.
Com 170 mil eleitores, Roraima realizou eleições simuladas até o último domingo. O resultado, segundo o diretor geral do TRE, foi surpreendente, sobretudo nas aldeias indígenas. Enquanto em cidades grandes há eleitores que levam mais de um minuto para votar, os 6.300 índios cadastrados alcançaram a média de 22 segundos. *(GM, 25/09/98)*

NOS 500 ANOS DO BRASIL, 350 ÍNDIOS CANDIDATOS

Tudo começou na década de 80 com Juruna, que conquistou o eleitorado do Rio e tornou-se o primeiro índio a ocupar uma cadeira na Câmara. Agora, no ano em que o Brasil completa 500 anos de Descobrimento, a eleição de 2000 bate recordes: cerca de 350 índios se lançaram candidatos em todo o país. E o leque partidário dos índios em todo o país também é o mais variado: eles estão filiados a 15 partidos, que vão do PC do B ao PPB. É o que mostra um levantamento do Cimi.
Segundo a entidade, só em Roraima, somam 200 índios candidatos. O segundo estado com o maior número de candidaturas indígenas é o Rio Grande do Sul. São 30 postulantes a vereador, dos quais 29 do povo caingang e um da tribo guarani xiribá. Para os índios, entrar em uma eleição é mais uma tentativa de dar voz aos seus povos. *(O Globo, 19/09/00)*

MS BATE RECORDE DE ÍNDIOS CANDIDATOS

A comemoração dos 500 anos do Brasil motivou um "boom" de candidaturas de índios no Mato Grosso do Sul. São pelo menos 50 concorrentes, recorde na história do Estado. Na disputa municipal de 1996, eram 30 os postulantes sul-matogrossenses, num universo de 80 candidatos pelo Brasil. Só na região de Aquidauana e Miranda (que ficam no Pantanal), 13 índios disputam as eleições. São 5 mil os eleitores indígenas. Estima-se que, para vencer por um partido grande, cada índio precisa de pelo menos 500 votos.
"Enepo yakahá'a kevánei'i vótuna îti, yakávanea, itea akó keváne tumune xi'ixa". A frase, em idioma terena, foi dita no comício na aldeia Limão Verde, em Aquidauana (MS), pelo índios terena Wanderlei de Souza, 24, que disputa ao cargo de vereador pelo PT. Significa. "Se quiser vender seu voto, venda. Mas não venda o futuro de seu filho". Foi a mais aplaudida. *(FSP, 26/09/00)*

ÍNDIA DO PT DISPUTA UMA VICE-PREFEITURA

A índia Kaingang, Ana Vendramini, está surpreendendo na disputa eleitoral deste ano em José Boiteaux, município do Oeste Catarinense com 3.181 eleitores. Candidata a vice-prefeitura pelo PT, Ana tem chance de se eleger e será, na história política de Santa Catarina, a primeira índia a ocupar o cargo. Outros cinco Kaingang participam da eleição de José Boiteaux, concorrendo à Câmara Municipal. O ex-cacique Elpídio Priprá se elegeu por dois mandatos consecutivos pelo PFL e tenta a vaga de novo pelo PMDB. *(JB, 26/09/00)*

ÍNDIOS CANDIDATOS LUTAM POR DIREITOS

Cerca de 20 mil índios vão às urnas nas eleições em Mato-Grosso do Sul, segundo estima o Cimi. O eleitorado indígena vive em 22 dos 77 municípios do estado, morando em cidades e reservas. O Tribuna Regional Eleitoral vai instalar urnas eletrônicas também em seções que funcionam nas aldeias. Pelo menos 59 candidatos indígenas a vereador disputam os votos distribuídos nas seis etnias sul-mato-grossenses: guarani, caiuá, terena, ofaié xavante, guató e kadiwéu. As seções exclusivas se concentram em municípios como Dourados, Miranda e Sidrolândia.
Em Miranda serão dez lugares de votação localizados nas reservas La Lima, Cachoeirinha e Pillad Rebuá. São aproximadamente três mil eleitores terena, para 15 concorrentes da etnia que disputarão vagas na Câmara Municipal. Em Dourados, segundo dados da Funai, os eleitores guarani, caiuá e terena vão escolher seus candidatos em nove seções instaladas nas aldeias Jaguapiru e Bororó. Seis candidatos serão submetidos à avaliação de seu eleitorado étnico e de outras pessoas simpatizantes da causa. *(JB, 30/09/00)*

PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE ELEITO VEREADOR

Entre os 11 vereadores que tomarão posse, dia 1º de janeiro, na Câmara Municipal de Pau Brasil, no sul da Bahia, estará o pataxó hã-hã-hãe Agnaldo Francisco dos Santos, de 33 anos. Eleito pelo Partido dos Trabalhadores, numa coligação com o PSDB e PDT, ele é o primeiro índio que conseguiu essa façanha na região e num município hostil à causa indígena, sendo o sexto colocado, com 197 votos. Articulado e de discurso afiado, o pataxó disse que um de seus principais compromissos é com a organização e mobilização da população de Pau Brasil para criar um mecanismo de fiscalização das ações do Executivo. Antes mesmo de iniciar o mandato, Agnaldo Santos está se mobilizando para impedir que o prefeito eleito, José Augusto Santos Filho, o Zé de Dezinho (PTB), nomeie delegado do município Marcos Vinícius Gaspar, o "Marcão", um dos fazendeiros que tiveram as terras retomadas pelos índios e acusado por ele de ser responsável pelos maiores atos de violência contra os Pataxó.
Segundo o novo vereador, a comunidade pataxó sempre achou que não deveria se envolver com política, mas diante dos preconceitos da população da cidade e da violência dos fazendeiros, reconheceu que tendo um representante eleito as reivindicações do povo indígena teriam uma maior repercussão, tanto no Estado como em Brasília. Agnaldo Santos foi lançado na política pelo falecido cacique João Cravina, um dos maiores líderes pataxós e fundador do PT em Pau Brasil, em 89. *(A Tarde, 04/10/00)*

INDÍGENAS ELEGEM 66 REPRESENTANTES

Pelo menos 66 candidatos representando povos indígenas conseguiram se eleger nas eleições municipais. Segundo levantamento parcial feito pelo Cimi, 313 candidatos com origem indígena concorreram na última votação. Até agora, já foram registradas a eleição de um prefeito, seis vice-prefeitos e 59 vereadores. Todos esses candidatos conseguiram sua eleição em municípios de pequeno porte. O levantamento feito pelo Cimi ainda não foi concluído, mas apontava a eleição de 62 candidatos. Ainda não estavam computados, por exemplo, os dados referentes aos estados de Alagoas, onde um vereador foi eleito em Porto Real do Colégio, e do Pará, onde três vereadores garantira mandato em Jacareacanga.
O PT foi o partido que mais elegeu candidatos indígenas, com 11 vereadores no total. A legenda já tinha sido a que apresentara o maior número de candidaturas, com 51 no total. PTB e PMDB elegeram seis vereadores cada, aparecendo em segundo lugar. O PMDB, entretanto, foi o partido que conseguiu eleger o único prefeito ligado diretamente a povos indígenas. Marcos Antônio dos Santos, do povo Potiguara, repetiu seu desempenho de 1996 e foi reeleito prefeito no município de Baía da Traição, na Paraíba. *(Valor Econômico, 13/10/00)*

JURUNA, O PRECURSOR, ESTÁ FORA DA VIDA PÚBLICA

O cacique xavante Mário Juruna foi o primeiro representante de um povo indígena eleito para um mandato parlamentar no Congresso. Impulsionado pela vitória de Leonel Brizola para o governo do Rio de Janeiro no final de 1982, Juruna elegeu-se deputado federal pelo PDT, com 31.904 votos, cumprindo mandato de 1983 a 1986. Treze anos depois de sua passagem pela política, Juruna ainda mora em Brasília e é assessor para assuntos indígenas da liderança do PDT na Câmara. Com a saúde bastante debilitada, Juruna esteve muito doente em 1998 e 1999, com pancreatite, pneumonia e problemas cardíacos. Juruna foi cacique da aldeia xavante de Namunjurá, na reserva indígena de São Marcos, na cidade de Barra do Garça (MT). Chamou a

Mário Juruna durante ocupação, pelos Xavante, da sala da presidência da Funai em 1997.

atenção quando passou a denunciar, no início da década de 70, o assassinato de indígenas por fazendeiros. Mas, tornou-se famoso quando começou a circular por Brasília com um gravador para registrar as promessas feitas pelas autoridades do governo. *(Valor Econômico, 13/10/00)*

OS ÍNDIOS ELEITOS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2000

Candidato Eleito	Povo	Município	Votos	Partido	Estado	Cargo
Virgulino Rodrigues Sales	Kaxinawá	Jordão	106	PT	AC	Vereador
João Sales da Rosa	Kaxinawá	Jordão	65	PT	AC	Vereador
Sivaldo Barbosa Sereno	Kaxinawá	Jordão	127	PT	AC	Vereador
Gérson Barbosa da Silva	Kaxinawá	Feijó	380	PT	AC	Vereador
Antonio Gilberto	Kaxinawá	Santa Rosa	44	PC do B	AC	Vereador
Manoel Sampaio Silva	Kaxinawá	Santa Rosa	32	PT do B	AC	Vereador
Roberto Feitosa do Nascimento	Kaxinawá	Santa Rosa	32	PT do B	AC	Vereador
Francisco Lopes	Kaxinawá	Santa Rosa	?	PC do B	AC	Vice-prefeito
Protásio	Tukano	São Gabriel da Cachoeira	206	PSL	AM	Vereador
Domingos S. Camico	Baniwa	São Gabriel da Cachoeira	242	PTB	AM	Vereador
Alva Rosa	Tukano	São Gabriel da Cachoeira	297	PTB	AM	Vereador
Ailton Galvão	Baré	São Gabriel da Cachoeira	304	PMDB	AM	Vereador
Robenilson Otero	Baré	São Gabriel da Cachoeira	308	PSL	AM	Vereador
Cecílio Correia	Mura	Autazes	215	PSDB	AM	Vereador Reeleito
Adir Suzano Bastos	Tikuna	Benjamim Constant	248	PSDB	AM	Vereador
Ofir Manoelino Aiambo	Tikuna	Benjamim Constant	190	PFL	AM	Vereador
Davi Félix	Tikuna	Benjamim Constant	356	PTB	AM	Vereador
Darcy Duarth Comapa	Marubo	Atalaia do Norte	68	PC do B	AM	Vereador
Maria Raimunda da Cruz	Kambeba	Alvarães	91	PTB	AM	Vereador
Miguel Arcanjo Barbosa de Araújo	Tikuna	Santo Antonio do Içá	274	PSDC	AM	Vereador
João Lourenzo Cruz	Tikuna	Tabatinga	323	PMDB	AM	Vereador
Darcy Bibiano Muratu	Tikuna	Tabatinga	323	PMDB	AM	Vereador
Manoel Nery	Tikuna	Tabatinga	173	PL	AM	Vereador
Iranildo Nóbrega de Melo Azedo	Sateré Mawé	Parintins	956	PFL	AM	Vereador
Zildo Palikur	Palikur	Oiapoque	183	PSB	AP	Vereador
Carlos Alberto Malaquias	Galibi Marworno	Oiapoque	140	PSB	AP	Vereador

Candidato Eleito	Povo	Município	Votos	Partido	Estado	Cargo
Ramos dos Santos	Karipuna	Oiapoque	143	PSB	AP	Vereador Reeleito
Estácio dos Santos	Karipuna	Oiapoque	202	PSB	AP	Vereador
Agnaldo Franciseo dos Santos	Pataxó Hã-Hã-Hãe	Pau Brasil	197	PT	BA	Vereador
Áurea Christiany Neri Pergentino	Tuxá	Rodelas	234	PTB	BA	Vereador
Josefa Pereira da Silva Xavier	Pankararé	Glória	556	PFL	BA	Vereador
Francisco Alves da Silva	Pataxó	Santa Cruz Cabrália	174	PMDB	BA	Vereador
Luzia Silva Matos	Pataxó	Santa Cruz Cabrália	178	PMDB	BA	Vereador
Raimundo Nonato Kanela	Kanela	Fernando Falcão	154	PSC	MA	Vereador
Maria Diva	Maxakali	Santa Helena de Minas	106	PSD	MG	Vereador
Manoel Gomes de Oliveira	Xakriabá	São João das Missões	187	PDT	MG	Vice-prefeito Reeleito
Livino Gomes de Oliveira	Xakriabá	São João das Missões	259	PDT	MG	Vereador
José Gomes de Oliveira	Xakriabá	São João das Missões	161	PDT	MG	Vereador
Manoel Ferreira da Silva	Pataxó	Carmésia	57	PL	MG	Vereador
Euzébio Batista da Cruz	Kadiwéu	Porto Murtinho	167	PT	MS	Vereador
Percedino Rodrigues	Terena	Dois Irmãos do Buriti	216	PT	MS	Vereador
Valdomiro Vargas	Terena	Aquidauana	321	PV	MS	Vereador
Bartolomeu Patira Pronhope	Xavante	Geraldo Carneiro	186	PPS	MT	Vereador
Jeremias Xavante	Xavante	Campinápolis	289	PFL	MT	Vereador
Roberto Crixi	Munduruku	Jacareanga	316	PSC	PA	Vereador
Aurélio Crixi	Munduruku	Jacareanga	256	PSC	PA	Vereador
Hans Amâncio Caetano Kabá	Munduruku	Jacareanga	174	PSC	PA	Vereador
Marcos Antonio dos Santos	Potiguara	Baía da Traição	2043	PMDB	PB	Prefeito Reeleito
José Ciríaco	Potiguara	Baia da Traição	152	PT	PB	Vereador
Genival da Silva dos Santos	Potiguara	Baia da Traição	106	PPB	PB	Vereador
Roberto Carlos Batista	Potiguara	Baia da Traição	153	PL	PB	Vereador
Manoel Messias Rodrigues	Potiguara	Baia da Traição	233	PMDB	PB	Vereador
Idácio Gomes da Silva	Potiguara	Baia da Traição	252	PMDB	PB	Vereador
José da Silva Bernardes	Potiguara	Marcação	79	PMDB	PB	Vereador
Raimunda Cândido da Silva	Potiguara	Marcação	128	PPB	PB	Vereador
Paulo Sérgio da Silva Araújo	Potiguara	Marcação	127	PSB	PB	Vereador
Helena Maria da Conceição	Potiguara	Marcação	128	PPB	PB	Vereador
Maria Luciene	Kambiwá	Ibimirim	389	PL	PE	Vereador Reeleita
Pedro Chico	Atikum	Carnaubeira da Panha	209	PMDB	PE	Vereador
Edson Gabriel da Silva	Atikum	Carnaubeira da Panha	280	PDT	PE	Vereador
José Vital	Pankararu	Jatobá	204	PSDB	PE	Vereador
José Kagmu Olíbio	Kaingang	Nova Laranjeiras	324	PT	PR	Vereador
Desmano Raposo Viriato	Macuxi	Normandia	90	PTB	RR	Vereador
Moisés Ramos da Silva	Wapixana	Normandia	126	PDT	RR	Vereador Reeleito
José Novais	Macuxi	Uiramutã	889	PPB	RR	Vice-prefeito
Anisio Pedrosa	Macuxi	Pacaraima		?	RR	Vice-prefeito
Rodrigues Pinto	Macuxi	Normandia	1493	?	RR	Vice-prefeito
Nevis K. Farias	Kaingang	Benjamin Constant do Sul	108	PT	RS	Vereador
Belo Farias	Kaingang	Benjamin Constant do Sul	97	PT	RS	Vereador
Batista de Oliveira	Kaingang	Benjamin Constant do Sul	139	PMDB	RS	Vereador Reeleito
Erpone Lopes	Kaingang	Gramado dos Loureiros	143	PPB	RS	Vereador Reeleito
Ireni Franco	Kaingang	Charrua	100	PMDB	RS	Vereador
Moacir Venhkag Ferreira Doble	Kaingang	Cacique Doble	214	PFL	RS	Vereador
João Fortes	Kaingang	Entre Rios	?	?	SC	Vereador

Candidato Eleito	Povo	Município	Votos	Partido	Estado	Cargo
Elpidio Pripra	Xokleng	José Boiteux	131	PMDB	SC	Vereador
Valdo Correia da Silva	Kaingang	Ipuaçu	101	PPS	SC	Vereador
Nilson Belino	Kaingang	Ipuaçu	233	PPS	SC	Vereador
Orides Belino	Kaingang	Ipuaçu	1227	PPS	SC	Vice-prefeito
José Carlos Gabriel	Guarani	Ipuaçu	115	PPS	SC	Vereador
Antonio Oliveira	Kaingang	Entre Rios	?	PPB	SC	Vereador

Fonte: Secretariado Nacional do Cimi a partir de seus regionais, lideranças indígenas e TREs, em 22/10/00

AS CANDIDATURAS INDÍGENAS

As eleições no Brasil – como todo evento multifacetado, misto de festa, acordo, combate e ritual – mobiliza os veículos de informação também pelo anedotário que produz. Curiosamente, a presença crescente dos índios no processo eleitoral nos é transmitida exatamente neste registro. De certo modo, a participação dos índios na disputa por vagas no poder legislativo e executivo é apresentada no mesmo tom de estranheza com que o jornalismo brasileiro descreve índios xinguanos paramentados com sandálias Havaianas e calções Adidas. É como se a candidatura indígena selasse, solenemente, a inexorável aculturação. Para além deste anedotário há, de fato, muito o que refletirmos. Afinal, índios dos mais diversos povos estão lidando com as grandes instituições da sociedade branca e com processos políticos pertencentes a uma gramática social e simbólica que lhes é absolutamente estranha, ao menos na maneira como estamos acostumados a pensar.

A começar pela representação política, essa tão louvada instituição do Ocidente, originada entre os atenienses da Grécia antiga e, em sua forma mais contemporânea, na Revolução Francesa. A representação envolve, no mínimo, premissas e categorias mentais muito distintas aos modos nativos de fazer política. A idéia de delegar a um indivíduo o poder de atuar em nome do grupo em questões que lhe são vitais implica em muitas coisas, como, por exemplo, na criação de um mediador que se interpõe entre os índios e a tomada de decisões. A política, que em muitas formulações nativas atravessa a vida social de maneira ampla articulando-se simultaneamente às regras do parentesco, ao complexo ritual e religioso, ao discurso cosmológico, passa então a circular em uma ordem específica, a ordem polítca, regida por uma racionalidade burocrática e fundamentada em valores que se pretendem universalmente válidos. Formas tradicionais de liderança política – como, por exemplo, aquela assumida pelo sábio ancião, com sua oratória sensível, seu zelo pela reatualização permanente do legado mitológico e da tradição, seu prestígio guerreiro, – cede lugar para uma nova forma de liderança, desta vez protagonizada por jovens talentosos, escolarizados, falantes do português, minimamente conhecedores dos códigos e peculiaridades do mundo dos brancos.

Se não bastasse tudo isso, a candidatura indígena deve lidar obrigatoriamente com a mecânica de funcionamento partidário. Como sabemos, o partido político é em si mesmo o resultado de compromissos, interesses e arranjos complexos. Com alguma freqüência a candidatura não pode se eximir de promover um projeto político que lhe ultrapassa em extensão, fazendo referência não apenas aos interesses da sociedade local envolvente como também às grandes questões nacionais. Por força de tais injunções o índio ganha ainda outras identidades: torna-se liberal ou socialista; e até mesmo outros lugares onde ficar: está na esquerda, na direita ou no centro.

Para alguns observadores, as diversas candidaturas indígenas reproduzem alguns arranjos que nos são conhecidos. Uns seriam representantes "legítimos" de seu povo, indicados ao pleito eleitoral diretamente pela decisão de suas comunidades ou de suas respectivas organizações indígenas. Outros seriam candidatos isolados, envolvidos em um projeto político próprio, determinados a atuar na vida pública. Os primeiros estariam ligados aos partidos que tradicionalmente situamos na esquerda política, os segundos estariam filiados aos partidos de perfil clientelista.

As relações de gênero também repercutem essas transformações. Se no âmbito do movimento indígena é cada vez mais freqüente a participação feminina e mesmo o surgimento de organizações indígenas de mulheres, a política local de alguns municípios começa a presenciar esse novo ator social. Nas eleições municipais do ano 2000 tivemos até uma candidata caingangue à vice-prefeitura em um município do oeste catarinense.

Estas e muitas outras questões certamente não deixam os índios estáticos em contemplação, ou em elucubrações filosóficas sobre sua nova condição de sujeitos da "alta" política dos brancos. Ao que tudo indica muitos tem pressa. As eleições de 1996 contaram com pouco mais de 80 candidatos indígenas, entre vereadores e prefeitos. Em 1998, além do crescimento no número de candidatos o país assistiu à tentativa de David Terena de chegar ao governo do Distrito Federal. Nas eleições de 2000, foram mais de 350 índios pleiteando vagas nas eleições municipais – sendo 13 deles para prefeito – e 75 se elegeram. Na condição de eleitores os índios também não ficam atrás. Em simulações de votação realizados em Roraima, o presidente do TRE espantava-se com a velocidade do voto indígena na urna eletrônica: 22 segundos contra mais de um minuto de muito eleitor branco. (Marcos Pereira Rufino/ISA, set/00)

Olimpíadas Indígenas Exercitam o Diálogo Intercultural

Fernando Fedola de L. B. Vianna

Antropólogo/ISA

EVENTOS REUNINDO ATIVIDADES FÍSICAS TRADICIONAIS DOS ÍNDIOS E MODALIDADES OLÍMPICAS CONVENCIONAIS COMO O FUTEBOL CONSOLIDAM O ESPORTE COMO UMA DAS MANEIRAS DE OS POVOS INDÍGENAS SE COMUNICAREM ENTRE SI E COM OS "BRANCOS"

Entre os dias 15 e 21 de outubro de 2000, a cidade de Marabá, no Pará, transformou-se no palco de um tipo de evento cada vez mais freqüente no Brasil contemporâneo. Às margens do rio Tocantins, na praia do Tucunaré, uma arena com capacidade para 2.500 espectadores, construída especialmente para a ocasião, abrigou mais de 600 atletas indígenas, representantes de cerca de 30 etnias de diferentes regiões do país, em competições e demonstrações de práticas como corrida de tora (característica dos povos de língua jê do Brasil Central), arco-e-flecha, lutas corporais (como a *huka-huka*, dos alto-xinguanos), arremesso de lança e zarabatana. O público compareceu em massa. Provas de canoagem e natação, no próprio rio Tocantins, torneios de futebol masculino e feminino, no estádio e outros campos da cidade, e exibições de danças, numa praça próxima ao estádio, completaram a cena: foi a terceira edição dos chamados *Jogos dos Povos Indígenas.*[1]

Trocas culturais entre índios e "brancos", como se sabe, não são nenhuma novidade. E o mesmo continua valendo quando olha-

JOSÉ PAULO LACERDA/AE - 1996

mos, especificamente, para o domínio da linguagem esportiva no Brasil. Num extremo, atividades físicas dos índios foram aprendidas e "esportificadas" pelos "brancos" - é o caso do jogo de peteca, particularmente popularizado e institucionalizado no estado de Minas Gerais. Noutra ponta, jogos e esportes inicialmente praticados pelos habitantes das grandes cidades foram chegando aos índios ao longo do século XX, em processos históricos que ainda não foram objeto de descrições mais cuidadosas, mas que se pode imaginar diferentes conforme a região do país, o povo indígena envolvido e os agentes do contato. Do que se sabe sobre o assunto, pode-se dizer que o futebol é a recorrência mais notável.

Entre esses dois extremos, há todo um espaço onde jogos, esportes, atividades físicas de caráter lúdico, cerimonial e/ou competitivo, seja lá qual for sua origem, aparecem como formas de comunicação entre diferentes povos indígenas e entre índios e não-índios. Os *Jogos* de Marabá são apenas um dentre muitos acontecimentos que figuram nesse amplo espaço comunicativo.

OS "JOGOS INDÍGENAS"

Nos últimos anos, essa espécie de Olimpíadas Indígenas vem se repetindo em diversos lugares do país e motivando dezenas de reportagens nas imprensas nacional e regionais. Apoiando-se nessas notícias, haveríamos de situar o marco inicial desse processo por volta do ano de 1994, quando, aparentemente, se realizou a primeira iniciativa com essas características no Brasil: os Jogos da Cultura Indígena, no Mato Grosso[2]. Melhor divulgados pela imprensa nacional seriam, na seqüência, duas edições dos chamados Jogos Abertos Indígenas do Mato Grosso do Sul, em 1995 e 96, ambas na cidade de Campo Grande[3]. Foram eles que abriram espaço para eventos semelhantes, mas, agora, com participantes oriundos não apenas de um estado da federação brasileira, mas de diferentes regiões do país.

Marabá/2000, conforme já dito, foi a terceira edição de Jogos Indígenas com esse caráter supra-estadual. A primeira ocorreu em Goiânia (GO), em outubro de 1996[4]. A repetição dos Jogos Indígenas começou a ser programada em 97. Naquela oportunidade, políticos amazonenses esforçaram-se para que Manaus fosse a sede escolhida. No entanto, desentendimentos entre o governo do Amazonas e representantes do poder federal quanto ao montante de recursos financeiros que o primeiro deveria destinar para a realização do evento acabaram por inviabilizá-lo[5]. De acordo com o ponto-de-vista de um dos organizadores dos Jogos (Marcos Terena, de quem tratarei abaixo, comunicação pessoal), o ano de 98 não foi propício para uma nova tentativa porque todas as atenções estavam voltadas para a Copa do Mundo de futebol na França. Assim, os Jogos dos Povos Indígenas só voltariam a se tornar realidade em 99, novamente no mês de outubro. Dessa feita, a cidade escolhida foi Guaíra, no Paraná[6].

EXPERIÊNCIAS REGIONAIS E OUTROS EVENTOS

Voltando a observar o plano regional, despontam outras experiências, como os Jogos dos Povos indígenas do Amapá (realização anual, desde 95)[7], a Olimpíada Indígena do Amazonas, no município de Maués (maio de 98)[8], e os Jogos Indígenas Pataxó de Coroa Vermelha (setembro de 2000, em Santa Cruz Cabrália/ BA)[9]. Igualmente regionalizados são os casos envolvendo apenas uma das modalidades presentes em todos esses Jogos: o futebol, responsável por um campeonato entre times de índios em Tocantins, em 1994[10], pelo Intertribol – Campeonato Estadual Indígena de Futebol de São Paulo (estádio do Ibirapuera, fevereiro de 97)[11] e por um exemplo similar em Roraima, que vem ocorrendo, anualmente, desde 97[12].

Atividades físicas, jogos e competições indígenas realizam-se nas cidades também como parte de outros eventos. Foi o que aconteceu em outubro de 1996, momento em que a cidade do Rio de Janeiro tentava se firmar como candidata a sede dos Jogos Olímpicos de 2004 e, para tal, organizou uma recepção a membros do Comitê Olímpico Internacional (COI). Com o aparente propósito de mostrar à delegação do COI "o que é o Brasil", os organizadores da campanha incluíram na cerimônia uma realização de corridas de tora, por parte de cerca de oitenta índios, no bairro carioca de Copacabana[13]. No ano seguinte, o "Dia do Índio" propiciou a preparação de uma apresentação de ***huka-huka*** no Museu do Índio, também no Rio[14].

Já em abril de 1999, ao assumir a responsabilidade pela organização dos festejos oficiais dos "500 anos", o então ministro do Esporte e Turismo, Rafael Grecca, foi logo anunciando Jogos Indígenas como um dos primeiros eventos a serem realizados. O lançamento das comemorações ocorreu em 25/04/99, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília (DF). E, de fato, contou com demonstrações de práticas como arco-e-flecha, corrida de toras, ***huka-huka*** e o jogo de cabeçadas em bola de borracha (de grupos do oeste mato-grossense e Rondônia), realizadas por cerca de 200 índios dos povos Kanela, Karajá, Parecí, Pankararu, Terena, Xavante, entre outros[15].

Cada um dos eventos acima mencionados certamente guarda suas especificidades. Deixando-as de lado, é possível notar alguns traços comuns, definidores do modelo dos Jogos Indígenas tal como vem sendo desenvolvido e praticado no Brasil contemporâneo.

INTEGRAÇÃO ENTRE OS POVOS INDÍGENAS

Primeiramente, é de se frisar que a promoção desses eventos depende diretamente da articulação entre órgãos do poder público das esferas federal – a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Indesp), ligado ao Ministério da área de Esporte -, estadual (Secretarias) e, às vezes, também prefeituras municipais, como ocorreu em Marabá. Entretanto, ela conta com um elemento adicional, menos visível mas extremamente importante: a atuação de determinadas perso-

nalidades indígenas e formas de os índios se organizarem, responsáveis pela intermediação entre as comunidades e o Estado.

Aqui, merece destaque o papel dos irmãos Carlos e Marcos Terena, ligados a uma entidade chamada Comitê Intertribal (ITC), que também aparece como uma das organizadoras dos Jogos Indígenas supra-estaduais. Esses Jogos foram desengatilhados, como já mencionado, por experiências anteriores no estado do Mato Grosso do Sul, onde vivem os Terena. A idéia dos Jogos de Goiânia surgiu após um contato entre o ITC e o Indesp[16] e, na cobertura da mídia sobre os eventos que estamos aqui observando, Marcos é presença recorrente, freqüentemente caracterizado como um de seus idealizadores.

É sabido que Marcos Terena é um dos integrantes de primeira hora do movimento indígena-indigenista no Brasil, tendo feito parte do grupo de índios que, no final da década de 70, início da de 80, se empenhou na formação da União das Nações Indígenas (UNI), iniciativa pioneira de reunir diferentes povos indígenas numa mesma organização. Funcionário, já há algum tempo, da Funai de Brasília, onde desempenha o cargo de coordenador da área de direitos indígenas, ele parece acreditar que pode continuar a promover o trabalho de articulação de diversos povos indígenas, não importando que ocupe, agora, um lugar sociológico que, situado no interior do aparelho estatal, poucos se atreveriam a descrever como tendo a ver com *movimentos sociais*. E uma das maneiras de fazer isso seria através da linguagem do esporte.

É o que sugerem tanto o investimento que tem dedicado aos Jogos Indígenas como suas mais recentes aparições em encontros de discussão de política indigenista, nos quais tem insistido na união dos índios de variados grupos e lembrado que a idéia da UNI começou quando ele e outros indivíduos indígenas, estando em Brasília por razões diversas, passaram a se encontrar para jogar futebol[17].

No modelo Jogos Indígenas, há, portanto, o objetivo de integrar os vários povos indígenas entre si. Objetivo que, aliás, não está, apenas, conforme o que estou sugerindo, na "cabeça" de Marcos Terena. Diz o índio Karipuna Mário dos Santos, administrador da Funai de Oiapoque, no Amapá: "Os jogos contribuem para fortalecer a unidade entre as tribos. Os povos daqui mantêm mais semelhanças do que diferenças entre si. Com isso, conseguimos a cooperação de todos em torno de projetos que interessem à comunidade"[18]. Outro exemplo vem do campeonato de futebol dos índios em São Paulo, o Intertribol, durante o qual lideranças dos Guarani Mbya, Guarani Nhandeva, Terena, Kaingang, Krenak e Pankararu reuniram-se para analisar os problemas comuns às cinco etnias, definir prioridades e divulgar um documento intitulado Programa Intertribos, em que manifestavam os objetivos de "integrar as ações" entre estes povos e de "desenvolver trabalhos em parcerias com os órgãos federais, estaduais, municipais, organizações não governamentais, universidades e instituições interessadas e comprometidas com a causa indígena".

NEGOCIAÇÕES POLÍTICAS E TROCAS CULTURAIS

Podemos, assim, conceber que a integração promovida pelo esporte sirva a propósitos políticos, de "organização indígena". Todavia, a política está presente nesses Jogos Indígenas não apenas como meta. Na definição de quais povos e, mais do que isto, de qual grupo de pessoas de cada povo – que, como sabemos, não são homogêneos nem isentos de conflitos internos - irão representar, nesses festivais esportivos, a enorme sócio-diversidade nativa no Brasil contemporâneo, verificam-se múltiplos e diversificados processos de negociação.

Conforme relato pessoal de um funcionário do Indesp envolvido na organização dos Jogos de Goiânia, Guaíra e Marabá, é a Funai que faz contato e seleciona os grupos que irão participar de cada edição desses acontecimentos. Sabemos, no entanto, que há índios no interior dos quadros da Funai e que este é um capítulo do assunto "organização indígena" que não deve ser menosprezado. Os Xavante com os quais tenho contato direto, de uma aldeia específica, no interior de uma das seis terras indígenas onde hoje se dispersa este povo, contam, por exemplo, que nunca foram convidados nem consultados para participar dos Jogos Indígenas. O grupo que costuma representar esse povo nos Jogos supra-estaduais é da aldeia de onde saiu um dos Xavante que detêm cargos e/ou relações na Funai de Brasília e que, por coincidência ou não, é casado com a irmã de Marcos Terena.

O mesmo funcionário do Indesp revela dois outros fatos que indicam por onde podem passar os processos políticos envolvidos nos Jogos Indígenas. Informados de que os Kaingang do Paraná estavam planejando a realização de protestos durante o festival de Guaíra, seus organizadores sentiram obrigados a cancelar sua participação: "não temos nada a ver com política mas somos governo federal", acrescenta o funcionário. Para Marabá/2000, a organização ofereceu aos Fulni-ô, de Pernambuco, 18 vagas, mas eles queriam levar uma delegação com 30 pessoas. A negociação redundou em que os Fulni-ô acabaram por não ir a Marabá.

Saibamos reconhecer, contudo, que nem todos os processos visíveis no modelo de evento de que tratamos aqui merecem ser reduzidos à dimensão política. Os Jogos podem implicar, também, trocas culturais entre diferentes povos, como ilustra o caso da inclusão da corrida de tora nos Jogos do Amapá. Os povos de lá não são adeptos históricos ou "tradicionais" dessa prática. Conheceram-na assistindo uma demonstração realizada pelos Krahó (Tocantins), precisamente num desses Jogos que reúnem povos indígenas de várias regiões do país. Gostaram da novidade e resolveram levá-la "para casa".

NAS CIDADES

Outro aspecto marcante dos Jogos Indígenas advém do fato de, em quase todos os casos, serem realizados nas cidades. Podem, por isso, ser considerados um caso particular de um fenômeno mais

amplo, cuja ocorrência no interior do universo de ações indígenas e indigenistas no Brasil vem aumentando, em freqüência e visibilidade social, nos anos mais recentes.

Tradicionalmente, associamos o contato entre índios e não-índios com imagens de entradas, bandeiras, expedições, frentes pioneiras, frentes de atração, missões religiosas e outros grupos e indivíduos não-indígenas que, saindo de seus núcleos de assentamento e moradia, embrenham-se pelos sertões e matas do país. Nos últimos anos, entretanto, o esporte, com as experiências dos Jogos Indígenas, vem somar-se a um vasto conjunto de linguagens e novas tecnologias - como a música, a dança, a fotografia, os grafismos, a cultura material, o cinema/ vídeo, o CD, o CD-ROM, a *internet* - , por meio das quais são os índios que vêm até nós, habitantes dos centros urbanos[19]. Inverte-se, assim, o sentido espacial, geográfico, costumeiramente ligado à expressão *contato interétnico*: de um contato que se concretiza na forma "brancos vão da cidade para a 'selva' e encontram índios", passa-se a um outro, em que temos índios indo "da 'selva' para a cidade" e encontrando "brancos".

Discriminar se os índios são ou não os principais *sujeitos* dessas formas contemporâneas e às avessas de "expedições de contato" nem sempre é tarefa simples. Nas demonstrações de dança, *shows* musicais, exibições fotográficas, realizações de jogos etc. que trazem os índios (em "carne e osso" ou sua imagem) às cidades combinam-se, na realidade, disposições e interesses de atores tanto indígenas – dentre as quais seria preciso considerar, em separado, as das chamadas lideranças – como não-indígenas, sejam estes últimos membros de agências governamentais ou não-governamentais. De todo modo, o que importa registrar é que, ao serem levados às cidades nesse tipo de acontecimento, os índios envolvem-se em iniciativas nas quais está em cena o *mostrar a cultura indígena* para os "brancos" verem (e a mídia divulgar).

"PARA BRANCO VER"

No "para branco ver" dos Jogos Indígenas, é possível discernir alguns elementos importantes. Em primeiro lugar, pelo público que costumam atrair e pelo espaço que alcançam na mídia, eles são oportunidades valiosas de reforço de uma mensagem em que o movimento indígena-indigenista no Brasil tanto tem insistido: que a noção genérica de indianidade deve vir combinada com a explicitação da diversidade étnica que povoa este universo. Assim, os Jogos permitem à opinião pública deparar-se com grupos de pessoas que, certamente, são índios, mas que, antes disto, são Bororo, Wai-Wai, Parakanã, Suruí, Munduruku, Kuikuro etc.

Em segundo lugar, indo ao encontro daquele caráter político já referido, os Jogos abrem espaço para que a "questão indígena" seja exposta, discutida e tematizada de múltiplos pontos-de-vista. Isso pode acontecer na forma de um debate organizado em paralelo à realização dos jogos e competições propriamente ditos, como ocorreu em Goiânia/96, com o fórum "Esporte e Identidade Cultural Indígena", no qual autoridades, lideranças indígenas, esportistas não-índios "de ponta" e personalidades como o jornalista Washington Novaes discutiram desde a utilização do corpo no cotidiano até a suposta possibilidade de extinção da Funai, passando pela demarcação de terras indígenas. Ou, então, nas declarações de lideranças indígenas e autoridades durante os eventos, cada qual destacando um ponto diferente: a capacidade do esporte em

JOSÉ PAULO LACERDA/AE - 1996

realizar o "sonho de unir povos historicamente inimigos" (iatista Lars Grael, falando como diretor do Indesp[20]); a participação dos índios "na construção do Brasil" (Marcos Terena)[21]; o pedido ao ministro do Esporte e Turismo, por parte de uma líder dos Pankararu de Pernambuco, para que ajude quem sofre com a seca no Nordeste do país[22], entre outros.

Cerimônias de abertura de Olimpíadas e Copas do Mundo de futebol evocam um terceiro ponto. Elas mostram que o esporte, como linguagem do *sensível*, eminentemente visual, casa-se perfeitamente bem, quando transformado em espetáculo, com outras formas de linguagem. E os Jogos Indígenas não ficam atrás, reservando lugar para demonstrações de outros aspectos das "culturas indígenas": música, dança, adornos e pinturas corporais ajudam a compor o quadro sensorial em que têm vez os jogos e competições.

Por fim, focando nosso olhar sobre as atividades que constituem a razão de ser desses eventos, deparamo-nos com um conjunto de práticas, à primeira vista, heterogêneo. Nos contornos básicos de algumas delas, como a corrida de tora ou a luta ***buka-buka***, não temos dificuldade em reconhecer o peso da "tradição indígena". Diante de outras, apesar de parecer intervir um certo esforço circunstancial de encaixar o que é pouco formalizado no molde enrijecedor do esporte – este é o caso da natação, da pescaria, do uso da canoa, do arco-e-flecha, da zarabatana, do arremesso de lança etc. -, acabamos aceitando o rótulo de *jogos indígenas* sem maiores problemas. Restam, porém, uns resíduos perturbadores: coisas como o futebol, o voleibol ou corridas de 100 e 200 metros rasos.

De fato, quando olhamos para os índios, é difícil romper com uma maneira de enxergar que divide tudo entre o que é e o que não é "tradicional", "autêntico", "original". E a negação dessa dicotomia parece ser, afinal, a principal mensagem direcionada aos "brancos" dos Jogos Indígenas: que os índios querem continuar a ser aceitos como tais sem prejuízo de poderem gostar e fazer algumas das coisas de que os "brancos" também gostam e fazem. ***(novembro, 2000)***

PEDRO MARTINELLI - 2000

A jogadora kayapó se prepara para a competição.

[1] Notícias sobre os *III Jogos dos Povos Indígenas* encontram-se, por exemplo, em *O Liberal* dos dias 13, 17, 18, 19, 20 e 22/10/2000.

[2] *Folha de S. Paulo*, 01/01/1995; *O Popular*, 07/10/1996.

[3] *Folha de S. Paulo*, 18/02, 25/03, 25 e 28/04/95; *O Globo*, 20, 28 e 29/04/95; *A Gazeta Esportiva*, 28/04/95; *IstoÉ*, 03/05/95; *Diário Popular*, 27/09/1996.

[4] *O Popular*, 07 e 13/10; *Jornal da Tarde*, 16/10; *Folha de S. Paulo*, 17/10; *A Crítica*, 18/10; *O Estado de S. Paulo*, 21/10; *O Dia*, 21/10 e *Veja*, 23/10/1996.

[5] *O Globo*, 14/08, *A Crítica*, 22/08, 11, 17, 25, 26 e 27/09/1997.

[6] *O Estado do Paraná*, 15, 17, 19, 21 e 24/10/1999.

[7] *IstoÉ*, 08/11/2000.

[8] *A Crítica*, 14/10/1997.

[9] *A Tarde*, 23/09/2000.

[10] *Folha de S. Paulo*, 20/10/1996.

[11] *A Gazeta Esportiva*, 22/02/1997; *Folha de S. Paulo* e *Folha da Tarde*, 23/02/1997; *O Estado de S. Paulo*, 24/02/1997; *O Dia*, 26/02/1997.

[12] *Folha de S. Paulo*, 29/04/1997 e revista *Amazônia 21*, Manaus, ano 2, nº 4, janeiro/ 2000.

[13] Ver *O Globo*, 09/11/96, p. 21.

[14] Ver *Jornal do Brasil*, 13/04/97, p. 06.

[15] *O Globo*, 20/04/1999; *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, 21/04/1999; *Correio Braziliense*, 26/04/1999.

[16] Ver *Relatório Final dos Jogos dos Povos Indígenas* (Goiânia – 16 a 20/10/1996, disponível na sede do Indesp, em Brasília.

[17] Comunicações de Marcos Terena em dois seminários sobre política indigenista: Universidade de Brasília (maio/ 98) e Museu Nacional, Rio de Janeiro (junho/ 99).

[18] *IstoÉ*, 08/11/2000, p. 66.

[19] O caso xavante, em específico, de utilização dessas novas linguagens e tecnologias pode ser acompanhado em artigo de Laura Graham, neste volume.

[20] Encarte sobre os Jogos de Marabá em *Porã'duba* (Jornal da Funai - Brasília), ano I, nº 1, outubro/ 2000.

[21] *Correio Braziliense*, 26/04/1999.

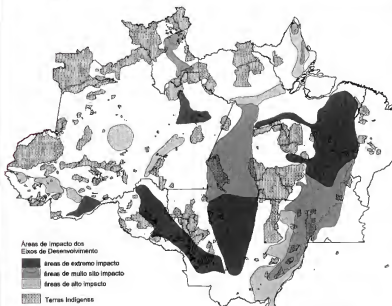
[22] *Correio Braziliense*, 26/04/1999.

PROJETOS GOVERNAMENTAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ÁREAS DE IMPACTO DOS EIXOS DE DESENVOLVIMENTO E TERRAS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA LEGAL

Áreas de Impacto dos
Eixos de Desenvolvimento

- áreas de extremo impacto
- áreas de muito alto impacto
- áreas de alto impacto

- Terras Indígenas

Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade da Amazônia Brasileira
Seminário Consulta de Macapá, 1999

PROJETOS GOVERNAMENTAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Estradas e Desmatamento

Marcelo Leite

Jornalista, editor de Ciência da FSP.
Artigo publicado na FSP em 19/03/00

AS RODOVIAS PREVISTAS NA AMAZÔNIA PODEM REEDITAR PADRÃO DE DESMATAMENTO NOS PRÓXIMOS 30 ANOS, AMEAÇANDO 180 MIL KM² DE FLORESTAS

Imagine uma área de floresta do tamanho de dois países como Portugal. É o que a ex-colônia Brasil pode estar condenando à destruição, nos próximos 20/30 anos, se levar a cabo a recuperação e a pavimentação de apenas quatro estradas do programa Avança Brasil, do governo Fernando Henrique Cardoso.

A previsão foi feita por três organizações não-governamentais, como seria de prever. Três ONGs de renome científico. Duas são brasileiras: o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), com sede em Belém do Pará e o Instituto Socioambiental (ISA, de São Paulo). A terceira é o Centro de Pesquisa Woods Hole (WHRC), de Massachusetts (EUA).

As quatro estradas são a Cuiabá-Santarém (BR-163), Humaitá-Manaus (BR-319), Transamazônica (BR-230, trecho Marabá-Rurópolis) e Manaus-Boa Vista (BR-174). Um total de 3.500 km de rodovias, que dariam acesso a centenas de milhares de km² de floresta, boa parte dela intocada, ou quase.

Pior: algumas dessas florestas são sujeitas a incêndios, como nos anos de seca provocada pelo fenômeno El Niño. O efeito do último, de 1997/98, não pôde ainda ser avaliado em detalhes porque o governo não divulgou os dados oficiais de desmatamento de 1999, normalmente fechados no começo do ano pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

NO BANCO MUNDIAL

O estudo das ONGs, obtido com exclusividade pela *Folha*, foi apresentado no Banco Mundial (Bird), em Washington, por Daniel Nepstad, ecólogo do WHRC, em reunião que contou com a presença de um representante da área de ambiente da Embaixada do Brasil nos EUA.

"Esse trabalho apresenta uma nova visão abrangente das ameaças ao desenvolvimento sustentável da Amazônia", diz Thomas Lovejoy, consultor-chefe de biodiversidade do Banco Mundial, que convidou Nepstad a fazer a apresentação. "Ao reunir vários elementos, fica claro que os projetos do Avança Brasil, não modificados, serão como acender um fósforo sobre a Amazônia."

"Prevejo que partes do trabalho serão questionadas. Isso é normal, mas será aceito no final", afirma Lovejoy. "Acredito que há toda razão para esperar que o desmatamento suceda a pavimentação das estradas: essa é a história na Amazônia e outros lugares e só um esforço maciço poderia prevenir isso - o que é improvável, por causa dos fundos limitados."

OUTRO LADO - MINISTÉRIO AFIRMA QUE ESTÁ ATENTO

A Secretaria de Coordenação de Amazônia do Ministério do Meio Ambiente (MMA) não comentou diretamente as previsões do estudo, mas disse que o governo dedica atenção ao problema. Segundo Mary Allegretti, titular da secretaria, "o Ministério do Meio Ambiente está atento à questão dos possíveis impactos ambientais decorrentes da implementação dos eixos nacionais de integração e de desenvolvimento".

Allegretti nega que haja descoordenação entre as áreas de planejamento e de ambiente do governo federal. O MMA, diz, "está em articulação com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e com o BNDES para a elaboração de um estudo agregado desses possíveis impactos com vistas ao aperfeiçoamento do Avança Brasil na Amazônia".

O Inpe informa que recebeu com atraso de três meses o repasse de verba para o ano passado. Com isso, os dados serão divulgados este ano apenas no mês de abril. Em anos anteriores, isso aconteceria normalmente em janeiro.

ESTUDO TAMBÉM APONTA RISCO DE FOGO

O estudo das ONGs Ipam, ISA e WHRC não se limita à previsão de desmatamento entre 80 mil e 180 mil km², cálculo baseado no padrão histórico de outras rodovias amazônicas (33% a 55% de perda na faixa de 50 km de cada lado da rodovia asfaltada). Inclui ainda a estimativa de que outros 187 mil km² se tornarão suscetíveis ao fogo, com o adensamento da presença humana.

Isso ocorre numa espécie de círculo vicioso. A estrada atrai madeireiros, que fazem um corte seletivo de árvores de valor comercial e abrem clareiras na floresta. Com mais luz, resseca-se a camada de folhas acumulada no chão, que em condições normais permanece muito úmida para pegar fogo. Não é nada fácil iniciar queimadas na Amazônia.

A rodovia também facilita a colonização da área por pequenos agricultores. Descapitalizados, empregam o fogo para limpar e fertilizar o solo com cinzas. O fogo escapa para a floresta ressequida, queimando o sub-bosque e abrindo caminho para mais radiação solar, o que a resseca ainda mais. E assim por diante.

ALGUMA COISA ESTÁ FORA DA ORDEM

O ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, responde sobre estradas e desmatamento na Amazônia

Nenhuma obra federal no setor de transportes está ameaçando florestas ou rios. Terminei de ler duas reportagens da Folha nos dias 19 e 20, com a terrível sensação de que ainda vivemos, a nove meses do século 21, num velho mundo dividido entre mocinhos e bandidos.

Nesse mundo, descrito por dez organizações não-governamentais que fizeram estudos "independentes" sobre quatro rodovias do corredor Fronteira Norte e sobre a hidrovia Tocantins-Araguaia, coube aos governos federal, estaduais e municipais, eleitos democraticamente, o papel dos bandidos. No ataque estão eles, os "mocinhos" das ONGs ambientais.

Vejamos duas manchetes da Folha*: a de domingo, "Obras federais ameaçam florestas", na capa, e "Plano ameaça 180 km² de florestas", na pág. 1-17 (Brasil); e a de segunda-feira, "Hidrovia do governo ameaça matar rios", na pág. 1-8 (Brasil). As fontes da reportagem de domingo são o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, o Instituto Socioambiental e o Centro de Pesquisa Woods Hole; as da de segunda são Cebrac, Instituto Socioambiental, WWF, Rede Cerrado, Simpósio Ambientalista do Cerrado, Rede Internacional de Rios e Coalizão Rios Vivos.*

Pois a fonte agora sou eu, Eliseu Padilha, ministro dos Transportes, e afirmo: nenhuma obra federal no setor transportes está ameaçando florestas ou rios. Estão comigo os governadores e prefeitos dos Estados e municípios na área de influência dessas obras.

Representamos a vontade do nosso povo. E recusamos tanto o papel de bandidos como o de mocinhos. Não existem dois lados, mas apenas o debate sobre o que é melhor para o País. A premissa básica é a clareza de intenções, obscurecida nesse mundo de "mocinhos e bandidos". Temos a mais firme vontade de desenvolver o País sem colocar em risco o meio ambiente.

Vivemos num mundo globalizado. "Mocinhos e bandidos" nos levam ao passado, a um mundo distante do atual, onde a sobrevivência é assegurada apenas aos países que tiverem uma matriz transporte competitiva, capaz de colocar produtos em condições favoráveis em qualquer mercado.

Os governantes têm a responsabilidade de levar o País ao século XXI em condições de competir no mundo moderno, aliando desenvolvimento aos cuidados para evitar a degradação ambiental. O que não obedecer a isso estará fora da ordem mundial. Um país devastado, que mantém rios e florestas sob ameaça, está condenado à periferia na rota de investimentos.

Farei uma ampla reunião entre todos os interessados no tema transportes e meio ambiente. Convidarei ministros, governadores, prefeitos, técnicos, empresários e ONGs, para sairmos da reunião direto para um mundo onde já não existam "mocinhos e bandidos" nem idéias ocultas travestidas em boas intenções. As premissas a nos conduzir terão que ser claras como as nossas: queremos desenvolvimento sem degradação ambiental.

Só não colocaremos a soja brasileira no porto de Roterdã (Holanda) a preço competitivo, pela hidrovia Araguaia-Tocantins, se isso custar a degradação dos rios. Só não escoaremos a produção pelas BRs 163 (Cuiabá-Santarém), 319 (Humaitá-Manaus), 230 (Transamazônica) e 174 (Manaus-Boa Vista) se custar a devastação das florestas.

Temos técnicos tomando conta de cada projeto, gente preparada que nos aponta, com antecedência, qualquer impacto ou dano que a obra pode causar. Produtos competitivos precisam de rodovias, hidrovias, ferrovias e portos para ganhar o mundo. Para construí-los, pode haver algum tipo de dano ao meio ambiente. Para isso temos medidas compensatórias - aplicadas quando o impacto acontece, mas pode ser compensado por outra ação - e mitigadoras, aplicadas para amenizar o impacto e ajudar a população local a conviver com a nova realidade.

Para cada obra há uma medida. Para rasgarmos os 970 km da BR-174, que liga o Brasil aos mercados do Caribe, tivemos que cortar 120 km da reserva dos Waimiri-Atroari. O traçado era mais adequado. Aplicamos então uma medida compensatória com a criação do Programa de Proteção para a Área Indígena. Em 1987, havia 374 índios, o que restara de uma nação de cinco mil, abalada por constantes surtos de malária e outras doenças tropicais. Foi um trabalho duro. Em 1997 ainda registramos 117 casos de malária, mas, em 1998, quando as obras foram intensificadas, registramos sete casos, e a população crescera para 773 índios.

Hoje eles aprendem a escrever em seu próprio idioma. Até lançaram o jornal "Kwa Iapremy" palavras que andam, *em português. Nós temos esse dever, de fazer com que as nossas palavras andem e ajudem a criar a consciência de um mundo novo onde já não existam "mocinhos" e "bandidos".* (Eliseu Padilha, FSP,26/03/00)

A RODOVIA, OS ÍNDIOS E O MINISTRO DOS TRANSPORTES

Testemunha ocular da história, indigenista Porfírio Carvalho discorda do ministro

Acabo de ler um artigo assinado pelo Sr. ministro dos Transportes Eliseu Padilha, publicado por esse jornal na seção Tendências/Debates em 26 de março de 2000. O artigo me causou extrema indignação, ao se referir aos resultados de ações patrocinadas pelo Ministério dos Transportes como medidas compensatórias por "cortar 120 km da reserva dos Waimiri-Atroari" para abertura da BR-174. O ministro se apropriou de ações e resultados patrocinados por terceiros para propagar a preocupação do Ministério dos Transportes no trato das questões ambientais de seus empreendimentos.

Parodiando o ministro, a fonte agora sou eu!

Trabalho junto aos Waimiri-Atroari desde o início da década de 70 e assisti, protestando, o avanço das frentes pioneiras rumo a seu território. Assisti, e repito, protestando, enquanto funcionário da Funai, a abertura da BR-174, que seccionou o território tradicional dos Waimiri-Atroari.

Portanto, posso afirmar que em 1974, antes da abertura da referida rodovia, a população dos Waimiri-Atroari era de 1.500 índios. Em 1987, eles estavam reduzidos a 374 indivíduos. Como testemunha ocular e participante da história, posso afirmar que esta brutal redução (cerca de 75%) na população dos Waimiri-Atroari ocorreu durante a construção da BR-174, realizada pelo Exército, com forte resistência do povo Waimiri-Atroari. Soma-se ao confronto a introdução e proliferação de doenças estranhas aos índios pelos construtores e pelos usuários da rodovia. Como exemplo da situação dramática vivida pelos Waimiri-Atroari, em setembro de 1981, apenas na aldeia Yawara, situada na margem da BR-174, morreram 21 índios de sarampo.

Os dados citados pelo ministro Eliseu Padilha nada têm a ver com as medidas compensatórias que ele afirma ter aplicado pela passagem da BR-174 na Terra Indígena Waimiri-Atroari. Desde 1987, a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte), vem financiando o Programa Waimiri-Atroari, programa de ações indigenistas que visa compensar, se é que se pode compensar, os impactos e prejuízos causados pelo reservatório da usina hidrelétrica Balbina no território Waimiri-Atroari. As ações que constituem o Programa Waimiri-Atroari é que vem conseguindo melhorar o nível de vida da comunidade indígena. Esta melhoria deu condições inclusive para que, posteriormente, o povo Waimiri-Atroari exigisse dos empreendedores do asfaltamento da BR-174 o financiamento e implantação de um Plano de Proteção Ambiental, com prazo de dez anos de duração. Convém salientar que este Plano de Proteção Ambiental foi negociado inicialmente com os governos dos Estados do Amazonas e de Roraima, então responsáveis pelo asfaltamento da BR-174. Esta negociação sempre foi alvo de restrições do Ministério dos Transportes, que achava um absurdo as exigências dos índios. Atualmente, a implementação das ações do plano vem sendo dificultada pelo DNER. Portanto ...

A preocupação do Ministério dos Transportes nas questões ambientais, e particularmente nas relacionadas às terras e comunidades indígenas, apregoada pelo ministro, pode ser avaliada em outros casos. A própria BR-174, já no Estado de Roraima, atravessa a Terra Indígena São Marcos. No entanto, o Ministério não implantou nenhuma medida para compensar os violentos impactos causados na comunidade indígena pela abertura e posterior asfaltamento da rodovia. No Estado do Maranhão, o mesmo aconteceu em relação aos impactos causados pela BR-226 na Terra Indígena Guajajara. Além das mortes de índios Guajajara por atropelamento, a abertura e o asfaltamento da rodovia são uma das principais causas do desajustamento social e cultural do povo Guajajara.

Sem dúvida nenhuma essas rodovias foram e serão impactos violentos sobre as terras e comunidades indígenas.

Eu sou testemunha disto. (José Porfírio Fontenele de Carvalho, carta enviada ao Painel do Leitor - FSP, 31/03/00)

Hidrovia Araguaia-Tocantins: Crônica de uma Fraude Anunciada

Fernando Mathias Baptista | Advogado do ISA

A hidrovia Araguaia-Tocantins-Rio das Mortes, incluída na lista de prioridades de projetos de infra-estrutura do plano "Brasil em Ação", atual "Avança Brasil", tem despertado acalorados debates e discussões envolvendo a clássica dicotomia "desenvolvimento *versus* meio ambiente", traduzida na necessidade, por um lado, de desenvolvimento e integração das regiões Centro-Oeste e Norte, e por outro na necessidade de preservação dos ecossistemas regionais e dos povos indígenas e comunidades tradicionais e ribeirinhas que vivem às margens desses rios.

Sem adentrar no mérito propriamente político do empreendimento e limitando-se a uma análise objetiva do projeto frente à Constituição Federal e às leis que regem a conduta do Estado enquanto empreendedor, não é difícil perceber que o desenrolar dessa história não vem – como se desejaria – compassado com as normas constitucionais e legais de proteção ao meio ambiente e aos direitos dos povos indígenas.

Antes mesmo de apresentar o Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) do projeto, a Administração da Hidrovia Tocantins Araguaia (Ahitar) - vinculada à Companhia Docas do Pará, do Ministério dos Transportes -, chegou a implementar obras de plaqueamento e sinalização no Rio das Mortes e Araguaia dentro dos limites de terras indígenas, o que gerou uma forte reação principalmente por parte das comunidades xavante de Areões e Pimentel Barbosa, que, assessoradas pelo Instituto Socioambiental (ISA), moveram uma ação judicial contra a empresa em 1997. A iniciativa gerou uma medida liminar, confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região e até hoje vigente, impedindo toda e qualquer obra visando a implementação da hidrovia e permitindo apenas a navegação tradicional de baixo calado.

O processo de licenciamento ambiental da hidrovia vem sendo conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama) no mínimo de forma displicente, quase submissa. Fazendo uma breve retrospectiva dos capítulos dessa novela encenada pelo Ibama e pela Companhia Docas do Pará, tropeçamos em algumas cenas que lembram outras novelas de empreendimentos públicos levados a cabo com total atropelamento e desrespeito às normas ambientais do País; tudo em nome da necessidade de "progresso" e "desenvolvimento".

Em dezembro de 1995, a Fundação de Auxílio para o Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp) do Estado do Pará foi contratada pela Ahitar para elaborar um pré-estudo de impacto ambiental sobre um pequeno trecho do rio Araguaia entre Barra do Garças e Xambioá. Vale lembrar que o projeto da hidrovia estende-se por aproximadamente 2.200 km entre os rios das Mortes, Araguaia e Tocantins. Inobstante esse detalhe, a Ahitar apresentou esse estudo setorial preliminar ao Ibama como sendo o próprio EIA do empreendimento, perfeito e acabado. Como a superficialidade do estudo era gritante e os profissionais envolvidos na elaboração do mesmo denunciaram o fato, numa audiência pública realizada no Congresso Nacional, o Ibama viu-se na necessidade de rejeitá-lo como insuficiente, exigindo a elaboração de outro EIA.

Desse primeiro episódio já se vislumbra que a pressa e a pressão da Companhia Docas do Pará vinha comprometendo a qualidade dos estudos ambientais sobre o projeto. Isso sem comentar a atitude no mínimo desleal do empreendedor para com o órgão ambiental e a sociedade civil de, ciente da pouca abrangência e fôlego do estudo preliminar, entregá-lo como definitivo, certo de que o mesmo seria aprovado.

Assim incumbida de realizar novo EIA/Rima sobre o projeto, a Ahitar, através da Fadesp, elaborou os estudos necessários, entregando o novo EIA ao Ibama oficialmente em 19 de maio de 1999. Desta vez, trata-se de um calhamaço de sete volumes, que teoricamente pretende avaliar os impactos ambientais e sociais do empreendimento e propor soluções e medidas para minimizá-los.

No entanto, novamente a suspeita de fraude se levantou e nova investida dos Xavante se anunciou, abrindo um novo capítulo na historieta da hidrovia.

ANTROPÓLOGOS DENUNCIAM FRAUDE

Quatro dos sete antropólogos responsáveis pelo estudo sobre o meio antrópico e comunidades indígenas – Paulo Serpa, Eduardo Carrara, André Toral e Luís Roberto de Paula - publicaram carta à opinião pública denunciando fraude intelectual no EIA em relação a este capítulo. Gilberto Azanha, Maria Elisa Ladeira e Antônio Carlos Magalhães não acompanharam a denúncia feita pelo grupo, gerando uma dissidência dentro da própria equipe técnica que elaborou o EIA/Rima.

De acordo com a carta dos quatro antropólogos, trechos substanciais do estudo antropológico relativos à análise de impactos e proposição de medidas mitigadoras foram sumariamente cortados da versão final do EIA/Rima entregue ao Ibama. Coincidentemente ou não, os maiores impactos do empreendimento recaem justamente sobre os povos indígenas que habitam a região, na medida em que estes sobrevivem dos recursos naturais e da água dos rios que atravessam a região. E grande parte destes impactos não são mitigáveis, como a perda da qualidade da água que os índios bebem, ou a diminuição do estoque de peixes dos rios, que os índios comem.

Apesar da reação desses antropólogos ter alcançado notável repercussão na mídia, essa fraude ainda continua velada aos olhos do órgão ambiental, que afirma não ter "conhecimento formal" do ocorrido, muito embora esse ocorrido já tenha tomado proporções de fato notório.

O Ibama simplesmente seguia "negociando" (termo usado pelos próprios funcionários do órgão) com a Companhia Docas do Pará - como se negociar o meio ambiente fosse possível - o andamento do processo de licenciamento. Assim, muito embora o Ibama já tivesse recebido denúncias formais da fraude ao estudo antropológico, vinha dando andamento – a toque de caixa – ao processo de licenciamento, com o acompanhamento (ou seria supervisão?) da Companhia Docas do Pará.

Vista grossa a parte, o Ibama seguiu então agendando audiências públicas para discutir o EIA/Rima junto aos interessados. Pergunta-se: como discutir um estudo que não contém a análise dos impactos ambientais e sociais nem medidas mitigadoras propostas e encontra-se sob suspeita de fraude?

E as audiências públicas? Foram todas negociadas a portas fechadas entre o Ibama e a Companhia Docas do Pará, inobstante as dezenas de pedidos de audiências públicas formulados por organizações indígenas e da sociedade civil, solenemente ignorados. Todas as audiências foram estrategicamente marcadas em locais onde a população claramente não tem condições de avaliar criticamente o EIA/Rima e onde a opinião local já se posicionara francamente a favor da obra.

XAVANTE CONTRA HIDROVIA

Os Xavante conseguiram a muito custo arrancar o compromisso do Ibama de realizar uma audiência pública em suas terras. Não foi fácil: depois de três pedidos de audiência ignorados, foram pessoalmente em uma comitiva de sete índios cobrar da diretora de licenciamento ambiental Gisela Damm Forattini, que afinal cedeu e se comprometeu a incluir em sua agenda "negociada" com a Ahitar uma reunião na aldeia Xavante. Mais um episódio vencido a unha.

Os Xavante, em sua obstinada guerra contra o empreendimento, foram além e, mais uma vez assessorados pelo ISA, moveram outra ação judicial contra a Companhia Docas do Pará, desta vez para impedir que o EIA/Rima fraudado fosse levado às audiências públicas e dessa forma induzisse a sociedade em erro, uma vez que o trabalho oficial não reflete as conclusões da equipe técnica que o elaborou originalmente.

O *imbróglio* chegou também ao conhecimento do Ministério Público Federal, que vem atuando de forma incisiva na questão: move hoje três ações civis públicas contra a Companhia Docas do Pará, justamente por conta da denúncia feita pelos quatro intrépidos antropólogos e a exemplo dos Xavante tampouco pretende deixar que a situação passe despercebida.

Quatro medidas liminares foram conseguidas pelos Xavante e pelo Ministério Público Federal, sustando por duas vezes a realização das audiências públicas e o processo de licenciamento ambiental até que se sane a fraude perpetrada, o que vem gerando uma verdadeira guerra judicial nos tribunais, cujas batalhas vêm sendo até agora vencidas pelos Xavante e pelo Ministério Público, que atuam coordenadamente. Se tantas decisões judiciais vêm reconhecendo a fraude e suspendendo o licenciamento, é porque algo está de fato errado. Certo? Não necessariamente.

O Ibama continua sistematicamente se omitindo frente a pedidos de explicações, tergiversando e arranjando desculpas para explicar o inexplicável.

A Companhia Docas do Pará, por sua vez, ao invés de se empenhar em buscar soluções efetivas para os problemas contidos no estudo, encomenda – com recursos públicos - uma análise do EIA/Rima a um grupo de consultores ligados à Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), com o objetivo de corroborar frente à opinião pública a legitimidade do EIA/Rima fraudado. Clara situação de improbidade administrativa configurada pelo dispêndio de verbas públicas para tentar legitimar uma ilegalidade.

Mais um capítulo aberto na novela: muito embora membros dessa equipe de consultores tenham confirmado a fraude levantada pelos antropólogos, a Companhia Docas do Pará – insatisfeita com o produto final entregue pelo grupo - vem divulgando um relatório técnico que – de novo – não reflete as opiniões dos consultores individualmente, concluindo que o EIA/Rima é um documento "hábil" a subsidiar as discussões em torno do empreendimento nas audiências públicas. Pior, usa do renome da USP para dar peso a um trabalho encomendado a um grupo de consultores individuais.

Trata-se de uma tentativa desesperada de buscar armas – com recursos públicos, repita-se - para continuar na guerra judicial, tanto que o tal relatório vem sendo juntado em todas as ações e recursos como argumento de defesa.

Como o relatório vem sendo apresentado em nome da USP e como a Faculdade de Saúde Pública não é necessariamente o órgão mais indicado para analisar um estudo ambiental de uma obra dessa natureza, os Xavante buscaram explicações junto ao Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental (Procam) da USP, que de fato consolidou as suspeitas: o trabalho feito pelos consultores foi encomendado e não tem qualquer valor científico; ao contrário, atesta que a comunidade científica, representada por suas instituições Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), etc. considera antiético que um trabalho de consultoria realizado nestes moldes seja utilizado como "parecer" num contexto de litígio judicial. Incansáveis, os índios buscam agora explicações junto à Reitoria da USP.

Todos os capítulos dessa tragicomédia vêm acenando para um final incerto: se por um lado as ilegalidades e abusos são patentes a ponto de gerarem tantos episódios como os narrados acima, não se deve subestimar o poder de ingerência política do governo na esfera judicial, o que até agora não vem prevalecendo, felizmente.

A preocupação que paira é a de que a hidrovia Araguaia-Tocantins-Rio das Mortes seja licenciada e implementada de forma atropelada, sem qualquer controle social ou transparência administrativa por parte do governo federal e do órgão ambiental, o que resultará em inúmeros impactos de grave monta que recairão sobre os povos indígenas e as populações locais, enquanto os benefícios econômicos advindos da suposta redução do custo do frete de transporte vão parar nas mãos de empresas privadas exportadoras de soja.

Se depender dos Xavante de Pimentel Barbosa e Areões, isso certamente não ocorrerá e a vida que corre na veia de seus rios se perpetuará, mesmo que para tanto seja necessário sacrificar suas próprias. *(setembro, 2000)*

A Amazônia e a Informação

Washington Novaes

Jornalista. Artigo publicado no OESP em 12/06/98

SIVAM NÃO PODE SER MAIS UMA "CAIXA PRETA", FORA DO CONTROLE DA SOCIEDADE

Está aí de novo a Amazônia no olho do furacão. Por muitos motivos. Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria sobre as preocupações ambientais da população brasileira mostrou que, para quase 50% dos habitantes da Amazônia e do Centro-Oeste, o principal problema está na devastação das florestas.

É uma preocupação que tem razões sólidas. Ainda há poucas semanas, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) reafirmou a possibilidade de uma "superqueimada" este ano, num arco de florestas com mais de 200 mil km² - do Pará a Rondônia, incluindo partes do Tocantins e de Mato Grosso. Neste período do ano, com a seca agravada pelo El Niño, essa vasta extensão já estaria extremamente vulnerável por causa da extração seletiva de madeiras nobres, que abre clareiras e picadas na floresta, prejudica parte da vegetação baixa (que seca), facilita maior penetração de luz e calor e reduz a umidade. Criam-se condições para que qualquer queimada em propriedades próximas se alastre em alta velocidade pela floresta.

No ano passado, foram detectadas pelo menos 1.440 grandes queimadas florestais na Amazônia. Este ano, poderia ser muito pior. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Minerais (Ibama) anunciou haver iniciado em maio a Operação Macauã, para fiscalizar e impedir, com 136 fiscais, seis barcos e dois helicópteros, os desmatamentos ilegais e queimadas nos 3,7 milhões de km² de florestas, inclusive no arco mencionado. Conseguirá? Parece muito difícil. No ano passado, as operações desse tipo conseguiram autuar por desmatamentos e queimadas irregulares em pouco mais de 40 mil ha, ou 420 km² - quando o desmatamento, segundo estimativa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, atingiu mais de 13 mil km². Ou seja, a ação nesse campo chegou a pouco mais de 3% da área atingida.

DESMATAMENTO

Não bastasse esse nível de problema, também não se consegue avançar na discussão de outro grave ângulo, levantado no recente relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, que apontou o processo de reforma agrária na Amazônia como um dos principais vetores de desmatamento - mais de 250 mil km² -, já que quase 90% das terras destinadas nos últimos 30 anos a esse fim estão na Amazônia. Os órgãos envolvidos no processo, pelo lado dos que reivindicam terras, têm-se recusado a discutir o assunto e exigem a retirada dessas conclusões do relatório. Do lado governamental também prevalece o silêncio. A discussão sobre o programa de exploração de florestas nacionais - quaisquer sejam seus méritos ou deméritos; a controvérsia é forte - parece empacada, depois de enfrentar obstáculos na Justiça. Com todas essas questões sobre a mesa, continua-se a anunciar a abertura de novos "eixos de desenvolvimento" na região, paralelos aos "corredores ecológicos" planejados. Mesmo conhecendo o resultado devastador de iniciativas dessa natureza, como se tem visto no Centro-Oeste e na própria Amazônia.

Coincidência ou não, neste mesmo momento se observa uma ofensiva de relações públicas a respeito do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). Reportagens em revistas e jornais, home pages, vídeos institucionais, histórias em quadrinhos, aproximações com organizações não-governamentais e outras iniciativas, tentam lançar uma luz favorável sobre o sistema, que tanta controvérsia causou quando das denúncias de irregularidades em sua licitação.

A estratégia de relações públicas põe em destaque as possibilidades de um sistema que contará com 87 estações meteorológicas, 19 radares fixos e seis móveis, 32 unidades de vigilância e telecomunicações, três esquadrões de aviões Tucano, mais oito aparelhos de sensoreamento, sensores térmicos, etc. E tudo isso ligado a satélites e outras tecnologias de ponta, capazes de permitir o controle seguro do tráfego aéreo, o conhecimento do subsolo, o monitoramento do clima e dos recursos hídricos, a proteção da biodiversidade e a fiscalização de queimadas e des-

desmatamentos, entre outras possibilidades. É muita coisa. Mas abre interrogações.

A primeira é de natureza operacional. De posse de todas essas informações, que poderão fazer os órgãos governamentais para impedir, por exemplo, as queimadas e o desmatamento ilegais? Em que estrutura de repressão se pensa? Ou, como já perguntou alguém, ficaremos limitados a assistir a desmatamentos e queimadas via satélite, já que o Brasil não dispõe de um só avião para combater incêndios e o número de fiscais em terra é quase insignificante?

CONTROLE DE ACESSOS

A segunda interrogação é de natureza mais política. Num sistema capaz de disponibilizar tantas informações estratégicas e comerciais, quem terá o controle dos acessos? Quem terá poder de dizer que informações entram no sistema e quem pode ter acesso ao que entrar em seu banco de dados? Exemplos esquemáticos podem ajudar a entender. Obviamente, o conhecimento do subsolo abrirá possibilidades extraordinárias no campo da mineração. O que será feito dessas informações? Quem terá acesso a elas? Como? A pergunta vale para o campo da biodiversidade, da informação meteorológica e climática, militar e todas as áreas.

O controle da "saída" de informações desperta outra interrogação. Digamos, num exemplo hipotético, que o sistema de vigilância detecte a invasão de uma área indígena por uma madeireira. Informações complementares, das unidades terrestres, acrescentam que se trata da madeireira tal, de propriedade de uma pessoa da família de um parlamentar que ocupe importante posição no Congresso, na hora de votar projeto decisivo. Quem terá o poder de liberar (e para quem) ou reter essa informação?

São questões políticas e econômicas complexas. E preocupantes, diante da informação dos implantadores do Sivam de que ainda não foi definida a política de disponibilização de informações - os critérios serão fixados pela CCSivam, isto é, pela comissão coordenadora da implantação. Quem integra a comissão? Representando o quê? Escolhido por quem? Convém lembrar que a primeira fase de operação já está prevista para o ano 2000.

Se ainda não foram definidos os critérios, parece ser um bom momento para abrir uma discussão com a sociedade e seus vários segmentos - econômico, político, ONGs, instituições que a representam (advogados, engenheiros, cientistas, etc.). Não será fácil definir esses critérios, tantas as complexidades e os interesses em jogo. Mas o Sivam não pode ser mais uma "caixa-preta", fora do controle social. O atual esforço de "venda" do Sivam à sociedade poderia ser ampliado, para abrir uma discussão em torno desses pontos. *(OESP, 12/06/98)*

GOVERNO AFIRMA QUE PROJETO ATENDERÁ A POPULAÇÃO

O governo nega que a instalação do Sivam tenha sido apressada em razão das denúncias de invasão do território brasileiro por grupos terroristas. Segundo a Polícia Federal, membros do grupo maoísta Sendero Luminoso, do Peru, estariam infiltrando-se entre sem-terras ligados à Liga Operária Camponesa (LOC), em Machadinho D'Oeste (RO).

Segundo o ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, o governo já havia decidido investir na Amazônia há pelo menos dez anos, por meio de um programa de atendimento à população da fronteira. Com o Sivam, os recursos para essa área foram reajustados e são utilizados principalmente em pequenas obras de infra-estrutura nas cidades fronteiriças.

"Esse é um programa que vem sendo desenvolvido para ajudar a população e não por causa da ação de guerrilheiros", diz o ministro. "Não temos confirmação de que realmente os grupos estão no Brasil."

Hoje, uma das principais preocupações do governo, além das fronteiras, é com a biopirataria. Segundo estimativas de biólogos, existem entre cinco milhões e 30 milhões de espécies na Amazônia – e só 1,4 milhões delas estão descritas. São cerca de 750 mil insetos, 40 mil vertebrados, 250 mil plantas e 360 mil espécies diversas.

No Brasil, há 2,8 mil espécies de madeiras, distribuídas em 870 gêneros e 129 diferentes famílias botânicas. Cerca de 260 desses tipos têm algum valor econômico e 50 são comercializados em volumes significantes. (OESP, 20/07/99)

SIVAM DEVE INICIAR OPERAÇÃO EM 2001

A localização de queimadas, a identificação de garimpos ilegais e atividades de tráfico de drogaS na Amazônia será feita com eficiência a partir do segundo semestre de 2001, quando o Sivam começar a operar. O gerente do setor de vigilâncias de grandes áreas da Fundação Aplicações de Tecnologias Críticas (Atech), Valter Rodrigues, disse que, graças aos equipamentos de rastreamento de última geração, será possível diferenciar as atividades legais das ilegais nos nove Estados sob acompanhamento do Sivam.

Uma das empresas que participam da instalação do Sivam, a Atech desenvolveu nos Estado Unidos programa que analisa imagens de satélites, fotos aéreas e transmissões de rádio, "suspeitando" das atividades consideradas ilegais. "Baseado em inteligência artificial, a partir das imagens, poderemos descobrir uma plantação de maconha ou uma pista de pouso clandestina e identificar os códigos usados nas transmissões de rádio dos traficantes", afirmou Rodrigues. (OESP, 08/08/00)

CALHA NORTE

NA DÉCADA DE 80, GOVERNO FEDERAL LANÇOU PROJETO

Uma região fustigada pelo narcotráfico, garimpo ilegal e exploração predatória da natureza, mas ainda muito isolada do resto do País. Por isso, para o Governo brasileiro, monitorar a Amazônia com satélites e radares significa protegê-la. A história da ocupação da região se confunde com a de preocupação em torno de sua proteção.
A resistência a qualquer tipo de intervenção estrangeira na Amazônia nasceu de uma preocupação militar. Mais especificamente na Escola Superior de Guerra (ESG), que, nos anos 60, começou a montar a chamada Doutrina da Segurança Nacional.
Nos anos 70, no auge do regime militar, iniciou-se um processo de colonização através do projetos de assentamento. Foi na época da abertura da Transamazônica. Nessa década, o Exército começou também a construir os Pelotões Especiais de Fronteira, cujos quartéis se transformaram na única e eficiente presença do Estado por anos.
Em 1985, o então presidente do Conselho de Segurança Nacional, general Bayma Denys, idealizou e pôs em prática o Projeto Calha Norte, um programa que deveria envolver todos os setores do Governo, mas que, passados 12 anos, ainda não conseguiu ultrapassar os quartéis.
A idéia de que os países ricos pretendiam criar uma zona de exclusão na Amazônia se intensificou nos anos 80, quando a região entrou na pauta das prioridades dos ecologistas internacionais, por causa da questão indígena (demarcação das terras) c da preservação da floresta tropical – vítima da ação de madeireiras e das queimadas. *(O Globo, 10/08/97)*

MINISTRO DEFENDE PROJETO

O ministro das Relações Exteriores, Luiz Carlos Lampreia, defendeu a ocupação da fronteira com a Colômbia e a retomada do projeto Calha Norte. Lampreia disse que a crise colombiana não ameaça a soberania brasileira na Amazônia, mas observou que uma presença mais forte do Estado respaldaria a ação diplomática.
"Nossa ação diplomática não será suficiente se o Estado não tiver na região uma presença rigorosa", afirmou. Ele lembrou que há dois anos um avião militar colombiano pousou do lado brasileiro em uma operação de guerra contra a guerrilha.
O Projeto Calha Norte foi criado no governo Sarney com o objetivo de integrar ao restante do País a área localizada entre a fronteira Norte-Nordeste e a calha do rio Amazonas/Solimões – território de 1,2 milhão de km² abrangendo 70 municípios, com baixíssima densidade demográfica, povoado por várias tribos e infestada de narcotraficantes, contrabandistas e garimpos ilegais. *(Gazeta Mercantil, 26/08/99)*

OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA É A META

Garantir a soberania nacional, manter a ocupação e aumentar a densidade demográfica de cerca de 1,2 milhão de km² na Amazônia são as principais metas do programa Calha Norte para o próximo ano. Em Manaus, 16 prefeitos do interior do Amazonas reuniram-se com o assessor da gerência do programa, coronel Luiz Alberto Martins Bringel, ontem, na sede da Associação Amazonense de Municípios (AAM), onde foi apresentado o cronograma de atividades do projeto para os próximos quatro anos. *(A Crítica, 16/12/99)*

BRASIL OCUPA ESPAÇO NA AMAZÔNIA

O governo brasileiro decidiu incrementar o Programa Calha Norte, para garantir maior presença do Estado na Amazônia. Um dos motivos que levaram a essa decisão foi a gradual deterioração da situação política da Colômbia, com possíveis reflexos ao longo de 1.600 km de fronteira comum. Além disso, a presença de um sem número de entidades internacionais numa região rica em minérios e biodiversidade também motivou as autoridades brasileiras, especialmente do setor militar, a reinvestir no programa, criado em 1985 e praticamente estagnado a partir do início da década de 90.
É nesse cenário que o Ministério da Defesa está implementando o Programa Calha Norte (PCN), um misto de promoção do desenvolvimento regional e manutenção da soberania nacional na região. O PCN vai beneficiar os estados do Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, num total de 70 municípios, e abrange quase seis mil km de fronteira com Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. No ano passado, o programa contou com apenas US$ 676 mil. Neste ano, tem previstos no Orçamento quase US$ 14 milhões.
Os recursos destinam-se à construção de novos quartéis para pelotões de fronteira e a convênios que beneficiarão municípios mais carentes da região com obras como postos de saúde, escolas, projetos de eletrificação rural, etc. Comunidades indígenas também serão beneficiadas com pequenas estações de tratamento de água.
Afora a situação colombiana, muita gente, no governo, atribui a retomada do Calha Norte à presença cada vez maior de ONGs internacionais na região. Essa preocupação encontra eco no Congresso Nacional e no próprio setor militar. Mas fontes militares asseguram que a crise na Colômbia e a atuação cada vez maior de guerrilheiros e narcotraficantes na região são o principal fator. O programa pretende promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado da Amazônia Setentrional e é dirigido especialmente à faixa de fronteira, com enormes vazios demográficos e a cada dia com mais ilícitos transfronteiriços.
As principais vertentes são o desenvolvimento regional e a manutenção da soberania nacional e da integridade territorial. As fronteiras estão delimitadas, mas, muitas vezes, não demarcadas. Embora a cargo do Ministério da Defesa, o programa é multissetorial. A maior presença militar tem uma explicação, segundo oficiais brasileiros: o fato é que em muitas localidades a única presença do Estado brasileiro é das Forças Armadas, com pelotões, em torno dos quais agrupam-se comunidades. *(trechos de art. de Paulo Paiva, GM, 28/08 a 03/09/00)*

NOVA CHANCE

A possibilidade do Plano Colômbia – a ação de combate ao tráfico de drogas patrocinada pelos Estados Unidos – ter conseqüências no Brasil trouxe à tona um dos mais ambiciosos programas de ocupação, defesa e desenvolvimento da Amazônia: o Calha Norte. Criado em 1985, durante a gestão do presidente José Sarney, o projeto viu seus recursos minguarem a cada governo, chegando a míseros R$ 1,2 milhão em 1999. Em 1989, a verba equivalia a R$ 47 milhões. Por causa da crise no país vizinho, militares já sonham com uma dotação de R$ 70 milhões para 2001. No orçamento da União, R$ 5,7 milhões estão destinados para o Calha Norte e o resto virá, acreditam os oficiais, por emendas de parlamentares. *(JB, 17/09/00)*

MAIS VERBAS

O ministro da Defesa, Geraldo Quintão, anunciou ontem que pediu aumento da dotação do projeto Calha Norte para R$ 36 milhões. O Orçamento deste ano destinou R$ 5 milhões ao Calha Norte, que se destina à proteção da fronteira amazônica. Quintão disse também que os militares poderão ter aumento de até 30% a partir de novembro, de acordo com o texto da lei que vai reformular a estrutura salarial das Forças Armadas. Quintão defendeu que os Estados Unidos e outros países produtores de insumos usados na produção de cocaína, como éter e acetona, passem a exercer melhor controle sobre esses produtos e sobre o consumo de entorpecentes em seus territórios.

A revitalização do projeto Calha Norte, criado em 1986, é uma preocupação das Forças Armadas por causa dos efeitos do Plano Colômbia, que será iniciado no próximo ano para reprimir o narcotráfico e grupos guerrilheiros colombianos acusados de ligações com os traficantes. *(JB, 17/10/00)*

ÍNDIOS SE OPÕEM À CONSTRUÇÃO DE QUARTÉIS NA AMAZÔNIA

A construção de quartéis para dois novos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) do Exército brasileiro em terras indígenas está sendo contestada pelos índios Macuxi, de Roraima, e Baniwa, do Amazonas. Os PEFs serão construídos nos limites da reserva Raposa-Serra do Sol, em Uiramutã (RR) e na localidade de Tunuí, em São Gabriel da Cachoeira (AM).

Os índios argumentam em cartas enviadas ao Ministério da Justiça e à Funai que a instalação dos pelotões traria às comunidades conflitos sociais com os próprios soldados, como aumento da prostituição de índias e alcoolismo nas aldeias. Casos envolvendo índias Yanomami e soldados já foram relatados ao Ministério Público Federal pela Funai, a partir de depoimentos do índio Davi Kopenawa Yanomami, de Roraima.

Hoje, o índio macuxi Desmano Afonso de Souza, vice coordenador do Conselho Indígena de Roraima, disse que a presença de militares traz "perigo" à reserva Raposa-Serra do Sol. "O grave perigo que o povo Yanomami enfrenta deve servir de exemplo para as autoridades competentes com relação à construção do pelotão na reserva. Atentamos ao perigo da presença de militares e outros no meio das comunidades indígenas", afirmou.

Em entrevista à Agência Folha, o índio Pedro Garcia, presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), afirmou que as 17 famílias de índios Baniwa são contrárias também à presença de soldados nas comunidades. "Sempre acontece um relacionamento entre índias e soldados. Depois, elas ficam mães solteiras, como aconteceu em Iauaretê, onde tem crianças de 12 e 14 anos, filhos de soldados que não tiveram a responsabilidade", afirmou.

Lideranças yanomami das comunidades de Maturacá, Nazaré, Inambu e Maia também rejeitam a construção de uma estrada de 115 km ligando São Gabriel da Cachoeira à aldeia Maturacá (AM), onde está instalado um pelotão de fronteira do Exército. Segundo o chefe do Estado Maior do Comando Militar da Amazônia, general Clóvis Purper Bandeira, os Pelotões Especiais de Fronteira e a estrada fazem parte da estratégia de revitalização do Projeto Calha Norte (defesa da soberania nacional na região amazônica).

O objetivo do pelotão de Tunuí, na fronteira entre Brasil e Colômbia, é aumentar a segurança contra investidas de guerrilheiros e narcotraficantes na Amazônia brasileira. "O de Uiramutã, que ficará dentro da reserva Raposa-Serra do Sol, é o de aumentar a vigilância na fronteira com a Venezuela", disse o general. Ele disse que a estrada foi projetada para facilitar o acesso ao pelotão de Maturacá, principalmente na época da seca, quando o tráfego das embarcações pelo rio é quase impossível.

Em relação às denúncias de envolvimento de soldados com índias, o general Bandeira disse que o Comando Militar da Amazônia registrou apenas um caso, em 1994. "O soldado foi punido com a demissão. Em todos esses pelotões, serão destacados militares casados, com família", afirmou.

Para o general, as lideranças indígenas têm outros interesses com as denúncias. "Essas lideranças são manobradas por organizações governamentais e não-governamentais com interesses e ideais diferentes ou gente que quer conservar os índios na idade da pedra". *(FSP, 26/10/00)*

No Xingu, a Energia do Subdesenvolvimento

Lúcio Flávio Pinto

Jornalista. Artigo publicado no "Jornal Pessoal", Belém (PA), set/00

Se tudo transcorrer conforme seus planos, a Eletronorte espera concluir o projeto da hidrelétrica de Belo Monte, no Xingu, no final de junho próximo. Será a maior usina brasileira (e uma das maiores do mundo), com capacidade de geração três vezes superior à atual de Tucuruí (e 50% maior se considerada a duplicação da hidrelétrica do rio Tocantins, apenas iniciada) e quase do tamanho da Itaipu, que o Brasil divide em partes iguais com o Paraguai.

Quando entregar à Aneel (a agência oficial reguladora do setor elétrico) os estudos definitivos de Belo Monte, a Eletronorte espera ter formado um ambiente favorável à execução da obra. Seu orçamento foi reduzido do estratosférico valor inicial, de 11 bilhões de dólares, para fascinantes US$3 bilhões, sem que a capacidade de geração – 11 mil megawatts, ou 11 milhões de quilowatts - tenha sofrido qualquer diminuição. É o menor custo de kw instalado de hidroeletricidade que se pode alcançar num empreendimento de grande porte. Algo que só tem semelhança com a usina do Xingó, no Nordeste.

Para aumentar o *glamour*, o lago artificial que se transformará com o represamento das águas do Xingu terá metade do tamanho inicialmente previsto. Além do mais, os 600 km² do reservatório corresponderão às cheias normais do rio. É uma área quase que cinco vezes menor do que a do lago da hidrelétrica de Tucuruí. Nenhuma das aldeia próximas será atingida e a mata afetada já sofre semestralmente a ação das águas nos períodos de enchente.

O único remanejamento significativo atingirá um bairro de Altamira, mas esse deslocamento já estava previsto porque o local é periodicamente inundado. Como Altamira está bem próxima, não será necessário construir uma nova cidade ao lado do canteiro de obras: quem trabalhar na usina irá morar na sede do município, reduzindo a necessidade de investimentos na infra-estrutura e favorecendo Altamira, se medidas preparatórias forem adotadas a tempo e na escala necessária.

Maravilha da engenharia? Talvez. A inovação introduzida na Amazônia pelo projeto Belo Monte está na distância de 50 km, entre a barragem e a casa de máquinas. Em Tucuruí, as máquinas foram instaladas na estrutura da própria barragem. No caso do Xingu, dois rios serão usados para o local do represamento ao de geração. Mas, para desempenhar essa função, terão de ser alargados e receber concreto numa extensão de 13 km. Nada absolutamente inédito em matéria de engenharia, mas trabalho complicado, ainda mais na Amazônia, em função da enorme movimentação de terra que acarretará.

Esse é um ponto a se considerar. Há outros, que já constituem acervo histórico depois de Tucuruí, Samuel, Balbina, Coaracy Nunes e Curuá-Una, mas que exigem abordagens novas, distintas de várias das soluções adotadas. Os rios da Amazônia são volumosos, mas têm uma declividade pouco acentuada, de problemática vazão diante do seu porte. A partir de suas margens costuma desenvolver-se uma densa e rica cobertura vegetal. A formação do solo e do subsolo de suas áreas é complexa, escondendo mistérios e oferecendo surpresas. O equilíbrio é dinâmico, mas delicado. Os desdobramentos de qualquer alteração podem desafiar a imaginação.

No caso de Belo Monte, os engenheiros descobriram que a sinuosa curva do Xingu à altura de Altamira cria um desnível de 90 metros entre o ponto de barramento do rio e o lugar ideal para a construção da casa de máquinas, desnível quase 20 metros superior ao de Tucuruí, dispensando a elevação da barragem a um nível tal que levaria a uma inundação em grande escala (como a prevista no primeiro projeto para a área, que concluía a desastrosa barragem de Babaquara). É um passo adiante na cultura dos barrageiros. Sua incorporação à cultura geral da região do País, entretanto, requer um competente questionamento do projeto. Ela precisa resistir a testes de consciência.

Esse é o aspecto fundamental das lições que a história da hidreletricidade na Amazônia nos oferece: é preciso acompanhar *pari passu* os idealizadores e executores da obra para evitar que, ao ser apresentado o projeto básico, como a Eletronorte pretende fazer dentro de menos de um ano, ele seja uma autêntica caixa preta para a sociedade – e, por outro lado uma arma, para os que dominam os códigos de decifração.

A mais autoritária das empresas federias da região (na qual, aliás, resiste em instalar sua sede, passados 27 anos da sua criação), a Eletronorte se recusa a antecipar, ampliar ou sequer instalar debates a respeito. Prefere só anunciar a obra quando seu desenho estiver concluído, como sempre tem feito. Mas a sociedade amazônica, que tem sido tão prejudicada quanto beneficiada pela ação da empresa, numa escala incompatível com o grau de democratização e inserção regional de outras empresas (inclusive as corporações privadas), não pode mais tolerar a arrogância e a autosuficiência da Eletronorte. É preciso forçá-la a baixar entre os jurisdicionados que a empresa talvez prefira tratar como súditos.

Uma relação mais amadurecida e civilizada mostraria que essa é até mesmo a maneira de evitar mal-entendidos, partidarismos e radicalismos decorrentes, na maioria das vezes, pura e simplesmente da desinformação – ou, quando não, da má informação. Se à primeira vista parece que a Belo Monte será uma obra bem menos agressiva à população e ao meio ambiente do que Tucuruí ou qualquer outra usina similar, não se deve deixar de considerar a possibilidade de que, do ponto de vista econômico, ela represente uma sangria muito maior para o Pará. Com linhas de transmissão na maior tensão existente no País, enormes blocos de energia bruta serão transportados por mais de dois mil km para o grande centro consumidor brasileiro, deixando como saldo um Pará definitivamente "vocacionado"- e, por isso, espoliado – como província energética nacional. Energia não para desenvolver, mas para subdesenvolver, de vez.

ELETROBRÁS RETOMA PLANOS DA USINA DE BELO MONTE

O governo reassumiu a vontade política de transformar em realidade o projeto da usina de Belo Monte, uma mega-hidrelétrica com capacidade de geração de 11 mil megawatts (MW), programada para o rio Xingu, 300 km a oeste da usina de Tucuruí. Itaipu produz 12,6 mil MW.

Durante dez anos, o projeto ficou engavetado, devido à pressão de grupos ambientalistas e de defesa das tribos indígenas, mas com uma nova roupagem e uma forte autocrítica em relação a Tucuruí, a proposta de construir Belo Monte está renascendo, com a perspectiva de que a sua primeira turbina esteja em operação a partir de 2009.

O presidente da Eletrobrás, Firmino Sampaio, adiantou as principais conclusões do projeto preliminar. Ele disse que a usina será construída pela livre iniciativa, sob o regime de concessão da Agência Nacional de Energia Elétrica. Nas contas da Eletrobrás, a usina deverá custar cerca de R$ 6 bilhões e, se o governo considerar estratégico, a estatal poderá participar como sócia minoritária do projeto, com no máximo um terço do capital.

Com seus 11 mil MW, Belo Monte será a maior usina da Eletronorte (subsidiária da Eletrobrás) na bacia do rio Xingu. As outras hidrelétricas previstas no mesmo rio são as de Altamira (6,6 mil MW), Ipixuna (1,9 mil MW), Kokraimoro (1,5 mil MW) e Jarina (620 MW).

"A equipe técnica da Eletronorte teve o grande mérito de descobrir o potencial hidrelétrico da região", disse Sampaio, salientando que, nos últimos dez anos, embora o projeto tenha ficado em segundo plano, não chegou a ser desativado, pois foram efetuadas diversas correções na proposta preliminar para diminuir a resistência dos grupos ambientalistas e indigenistas.

Sampaio admite que a Eletrobrás e a Eletronorte tiraram muitas lições do projeto de Tucuruí. Afinal, com seu enorme lago de 2,8 mil km², para uma potência instalada de 8,3 mil MW (quando terminar o seu processo de duplicação), Tucuruí obrigou o remanejamento de aproximadamente 20 mil pessoas, inundando inclusive a reserva indígena Parakanã.

Há uma década Belo Monte estava incluído na relação dos projetos "malditos", pois na proposta original o lago deveria ter 1,2 mil km², o que resultaria no remanejamento de uma população estimada em 8,4 mil pessoas, inclusive da aldeia de Paquiçamba.

Escaldado com os problemas ambientais provocados por Tucuruí, Sampaio reconheceu que foram feitas diversas correções no projeto preliminar, aproveitando melhor a topografia da região e, nessa nova configuração, o reservatório de Belo Monte terá apenas 400 km² e provocará o remanejamento de seis mil pessoas. Além disso, não inundará mais nenhuma reserva indígena.

"São avanços espetaculares no projeto", diz o presidente da Eletrobrás, que no entanto fez uma crítica relevante em relação ao projeto de Tucuruí. Ele reconhece que a usina, apesar dos seus aspectos positivos, constituiu-se numa espécie de enclave, pois basicamente gerou eletricidade destinada ao abastecimento das indústrias da região (um pólo produtor de alumínio) ou então para exportação para fora da Amazônia.

Com Belo Monte, a Eletrobrás quer fazer o contrário de tudo o que considerou equivocado em relação a Tucuruí. "É importante fazer uma autocrítica e aprender com o que aconteceu no passado. Com Belo Monte, agora temos uma excelente oportunidade de reconhecer e valorizar as peculiaridades da sociedade e da cultura amazônica e interiorizar o desenvolvimento como meio de reduzir os desequilíbrios setoriais e regionais".

O projeto preliminar de Belo Monte prevê a instalação de 20 turbinas, com capacidade de geração de 550 MW cada. Na primeira versão do projeto, se o lago ficasse com 1,2 mil km², isso praticamente significaria a morte do rio Bacajá, um afluente do Xingu. Com a definição do projeto, a Eletronorte garante que o Bacajá, para alívio dos ambientalistas, não será comprometido.

Os estudos de viabilidade econômica ficarão concluídos em dois anos, enquanto a Eletrobrás espera resolver as questões ambientais e licitar a concessão até o final de 2003. O projeto básico ficará concluído no ano seguinte. Sampaio afirmou que os estudos preliminares indicam que, sob todas as condições hidrológicas, é possível transferir a energia para o sistema interligado, beneficiando o Sul-Sudeste. (Gazeta Mercantil, 15/02/00)

HIDROVIA ARAGUAIA-TOCANTINS

ANATOMIA DE UMA INUTILIDADE

Confirma-se o previsível: o estudo de impacto ambiental da Hidrovia Araguaia-Tocantins, bem como o respectivo relatório, são inconsistentes e não justificam a implantação desse projeto. A análise independente desses documentos - feita por uma coligação de instituições e que será divulgada nos próximos dias - comprova que o empreendimento seria desastroso do ponto de vista ambiental, antieconômico, desnecessário, prejudicial à sociedade, devastador para os grupos indígenas que vivem no trajeto e desperdiçador de recursos públicos, entre muitas outras coisas. Se os recursos previstos para sua implantação - subestimados, porque não incluem portos nem rodovias alimentadoras - fossem dirigidos para ecoturismo, por exemplo, gerariam muito mais empregos que os resultantes da expansão da fronteira agrícola - desnecessária. Pior que tudo, as obras previstas nem sequer seriam capazes de consolidar um canal de navegação permanente, que seria o seu suposto objetivo.

Muitos lances dessa história já foram comentados neste espaço. O primeiro estudo de impacto da hidrovia, encomendado pela Administração da Hidrovia Tocantins Araguaia - Ahitar (subordinada ao Ministério dos Transportes) à Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa da Universidade Federal do Pará (UFPA), era tão inconsistente que foi recusado liminarmente pelo Ibama e por órgãos licenciadores dos Estados, depois de ser demolido numa audiência pública na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, em 1996.

Encomendado novo estudo e entregue ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama) no ano passado, ele sofreu várias contestações: de vários dos antropólogos que dele participaram e denunciaram ao Ministério Público que o Estudo de Impacto ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima) suprimira partes decisivas de seu trabalho; de biólogos também insatisfeitos; e do Ministério Público, inconformado com o fato de as audiências públicas para discussão desse EIA-Rima haverem sido marcadas apenas para pequenas localidades ao longo do trajeto da hidrovia, exatamente as mais favoráveis ao projeto.

Agora, o EIA-Rima, disponibilizado pelo Ibama em setembro do ano passado, tem sua dissecção pública promovida pela coligação que reúne a Fundação Cebrac, o Instituto Socioambiental, a Rede Cerrado, o Simpósio Ambientalista Brasileiro no Cerrado, o WWF, a Rede Internacional de Rios e a Coalizão Rios Vivos. E a análise independente do painel de especialistas é um massacre.

Cotejados com os custos de transporte em outros empreendimentos, como a Ferronorte e a Ferrovia Norte-Sul (que está sendo retomada), os custos da hidrovia são claramente antieconômicos. Tanto na direção sul, via Ferronorte (incluídos os custos no Porto de Santos), como rumo norte, mais altos que os da Norte-Sul. Isso apesar de os custos da hidrovia haverem sido claramente subestimados, já que não incluem custos de operação (portos, rodovias) nem custo das medidas mitigatórias dos impactos ambientais e sociais do empreendimento. Nesse caso, como calcular o custo/benefício verdadeiro?

Os impactos ambientais apontados pelos especialistas independentes são devastadores, desastrosos mesmo. A explosão de rochas e a movimentação de sedimentos pela dragagem nos Rios das Mortes e Araguaia (com o propósito de abrir um canal permanente de navegação na estiagem) inundariam áreas secas, vitais para o ecossistema, e secariam áreas de inundação, fundamentais para os processos de reprodução da vida. A transformação da paisagem seria radical, até mesmo com o desaparecimento de parte das praias que já recebem centenas de milhares de visitantes por ano - o que levaria a graves perturbações sociais. Mas, ao final, essas obras estariam muito longe de atingir o objetivo de engenharia proposto. E, mesmo que abrissem o canal de navegação para garantir a navegação na estiagem, não há cargas nessa época do ano.

Não é só. As populações de peixes (vitais para o ecoturismo e para as populações ribeirinhas) perderiam seus berçários nas lagoas de inundação. Toda a flora seria alterada, assim como as planícies de inundação. Ao norte, o processo de movimentação de sedimentos levaria ao assoreamento e à possibilidade de inundações ribeirinhas e perdas de lavouras. Até a Hidrelétrica de Tucuruí seria afetada pela deposição de sedimentos.

A expansão da fronteira agrícola, principalmente da monocultura da soja, significaria uma perda irreparável da rica biodiversidade restante nos Cerrados, sem benefícios visíveis, já que estudos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz mostram a possibilidade até de quadruplicar a produção de grãos nos Cerrados sem desmatar um só hectare (com técnicas melhores). Mas essa multiplicação não teria mercado - o mundo já produz mais calorias do que consome; o problema é de renda e distribuição -, muito menos quando as commodities têm seu mais baixo preço em 150 anos (Pnud, 1998).

O avanço da fronteira agrícola implicaria ainda estímulo ao êxodo rural e ao inchaço das periferias urbanas, agravamento dos conflitos por terras indígenas, aumento da erosão (de quatro a dez quilos de solo erodidos por quilo de grão produzido) e uso ainda mais intensivo de agroquímicos: seriam mais 3,6 milhões de litros por ano, a cada milhão de hectares incorporados ao processo de produção.

Todo esse estrago geraria apenas um posto de trabalho para cada 94 ha cultivados, num total de quatro mil permanentes (60% dos postos seriam temporários), com remuneração média de pouco mais de R$ 150 mensais (a utilização de agroquímicos exigiria 16 vezes mais que a remuneração da mão-de-obra). Os mesmos investimentos previstos para a implantação da hidrovia, R$ 220 milhões, se aplicados em infra-estruturas de turismo, gerariam cinco mil empregos diretos e 15 mil indiretos.

Seria possível ir muito além com a enumeração de outros prejuízos inadmissíveis. Mas não é preciso, diante da grande pergunta para que implantar um empreendimento antieconômico, anti-social, antiambiental, ineficaz e desperdiçador de recursos?

A palavra agora está com o Ibama, a quem cabe licenciar - ou não - a hidrovia. *(Washington Novaes, OESP em 17/03/00)*

GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL

GASODUTO COMEÇA A OPERAR EM 98

Depois de décadas de negociação, Brasil e Bolívia assinaram, em julho último, o termo para a construção do maior gasoduto da América Latina, com 3.150 km. O gás natural da Bolívia atravessará seis Estados e 120 municípios brasileiros. Com um custo de 1,8 bilhões de dólares, a tubulação nasce em Santa Cruz, na Bolívia, e aflora em São Paulo, na primeira fase de implantação. Em seguida será orientada até Porto Alegre, passando por Curitiba, Joinville e Criciúma. Começará a operar até o final de 1998 e deve ser utilizado basicamente na produção industrial e para substituir as termoelétricas. Deseja-se que sirva para abastecer frotas de transporte coletivo, o que faz com que grandes cidades, como São Paulo, sejam tremendamente aliviadas da poluição do ar.

Estas informações gerais foram apresentadas num seminário de consulta promovido em Cam-

po Grande, pela Petrobrás, responsável pelo empreendimento do lado brasileiro, e com apoio do Banco Mundial, que financia a obra junto com o BID. Mais do que promover a consulta à sociedade civil, como indicado no convite, índios Terena e representantes de ONGs foram instados a ouvir o que a Petrobrás tinha a dizer. A mensagem era simples: a obra não é um bicho de sete cabeças mas apenas uma imensa cobra grande, fabricada e controlada pela tecnologia de ponta que a empresa domina e adota. A platéia foi dominada por uma apresentação de números, tabelas, cifras e organogramas que provavam que, do ponto de vista de impacto ambiental, nenhum efeito nefasto viria a ser enfrentado. O aspecto social da obra virá por planos de mitigação formulados a contemplar as prefeituras dos municípios afetados, a partir de planos de indenização e de "compensação ecológica e desenvolvimento ambiental". O que se esperava ouvir era como havia sido formulado o conteúdo disto tudo. Mas, para a Petrobrás, não parecia ser este o problema mais sério, já que tudo havia sido pragmaticamente planejado.

Nesse processo, fomos convencidos que só a construção do gasoduto é que pode causar mais transtornos: caos dos canteiros de obra, desmatamento inevitável mas rapidamente recuperável e constante interlocução com as comunidades afetadas diretamente (as populações residentes na "faixa de risco") e as afetadas indiretamente (populações indígenas Terena de Pilade Rebuá e Aldeinha, em MS e Guarani Mbyá, SC, que ficam distantes em mais de cinco km da tubulação). Risco de explosão? Não. Risco de emissão de gás? Pouquíssimo provável. Poluição? Jamais, pois queima de gás natural não gera resíduos...

Basta saber como será, então, a tal da interlocução da Comunicação Social da Petrobrás, responsável pelo diálogo permanente entre o empreendedor e a sociedade, e como será o caráter compensatório das medidas mitigadoras. Os índios, por exemplo, só foram saber da existência do gasoduto depois que receberam o convite para viajar a Campo Grande, para esse seminário. Eles manifestaram preocupação pelo envolvimento das prefeituras, e não da Funai, no processo de captação dos recursos para eles destinados.

Problemas técnicos já existiram e foram apontados por ONGs ambientalistas do Rio Grande do Sul. Foram incorporados como falhas inerentes a um projeto de tal porte, mas facilmente contornáveis. Se outros existem, precisar-se-ia continuar agindo com a impertinência que caracteriza as ONGs. *(Marina Kahn, Parabólicas/ISA nº 32, set/97)*

PETROBRÁS DIZ QUE OBRAS BENEFICIAM ALDEIAS INDÍGENAS

Afirmando que as obras do Gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol) não vão interferir diretamente no habitat dos índios, a Petrobrás anuncia que vai beneficiar 22 aldeias indígenas nos estados de Mato Grosso do Sul (MT), Santa Catarina (SC) e São Paulo (SP). Até o final do ano, a Companhia diz que vai investir US$ 1,1 milhão em benfeitorias para essas aldeias, seguindo a filosofia de promover o desenvolvimento em sintonia com as comunidades. Um comitê de gestão acompanhará e fiscalizará todas as ações envolvendo a aplicação dos recursos, com a participação de representantes da Funai, das aldeias e da Petrobrás.

Os benefícios variam de acordo com as necessidades de cada aldeia. Algumas priorizam a posse da terra; outras preferem a construção de casas de alvenaria, a reforma de escolas e de postos de saúde, por exemplo. Os índios também terão o apoio no desenvolvimento econômico - a sustentabilidade do Plano de Desenvolvimento dos Povos Indígenas - participando de cursos técnicos. Outras solicitações aceitas pela Petrobrás foram o fornecimento de sementes variadas, a construção de sanitários e a aquisição de vacas leiteiras e de um reprodutor.

A identificação dessas comunidades ao longo do traçado do gasoduto marcou o início de uma série de entendimentos. A partir de pesquisas realizadas pela Petrobrás, constatou-se a presença de três aldeias da etnia Terena em Mato Grosso do Sul, a cinco km das obras. Na cidade de Anastácio, foi localizada uma aldeia conhecida como Aldeinha. E, na cidade de Miranda, outras duas: Moreira e Passarinho. Com a continuidade dos trabalhos houve a aproximação com a aldeia Biguaçu, formada por Guarani, no litoral de Santa Catarina, na cidade de mesmo nome, a oito km das obras do Gasbol.

As três aldeias Terena de Mato Grosso do Sul abriram mão dos frutos que poderiam colher isoladamente e anunciaram a disposição de dividir com outras 15 aldeias - localizadas a 30 km das obras do Gasbol - as benfeitorias concedidas pela Companhia. Segundo os técnicos da Petrobrás, a harmonia entre os índios foi um fator importante, pois contribuiu para agilizar o programa voltado para as comunidades que a Companhia desenvolve ao longo do gasoduto.

Uma outra aldeia, a de Icatu, também foi localizada no município de Brauna, oeste do estado de São Paulo, próximo a Mato Grosso do Sul, a 15 km do Gasbol. Ao visitar a aldeia, especialistas em etnia verificaram que Icatu é uma aldeia composta por Terena e a etnia Kaingang. Já no litoral de Santa Catarina, além da aldeia Biguaçu, foram descobertas as aldeias Morro dos Cavalos e Massiambu, ambas Guarani, no município de Palhoça, a 25 km do Gasbol.

As 22 aldeias representam uma população total de 18.500 habitantes e a demanda por uma ajuda da Petrobrás difere, de acordo com a região. As 18 aldeias de Mato Grosso do Sul, por exemplo, serão contempladas com benefícios da ordem de R$ 900 mil; a de Icatu, com R$ 80 mil; e as de Santa Catarina, com R$ 120 mil. Os índios de Santa Catarina terão, provavelmente, as primeiras terras guarani a serem regularizadas pela Funai, com apoio do Gasbol, no litoral daquele estado.

Com moradias precárias de madeira, os índios da aldeia Icatu, em São Paulo, optaram pela construção de dez casas de alvenaria, uma forma de amenizar outro problema: a proliferação de agentes transmissores de enfermidades, como a "doença de Chagas". Em Mato Grosso do Sul, as lideranças de 18 aldeias preferiram a construção, ampliação e reforma de escolas e de postos de saúde, construção de sistemas de abastecimento de água - envolvendo poços artesianos, bombas e caixas d'água e distribuição -, entre outras coisas. Na lista de solicitações, consta ainda o apoio no desenvolvimento econômico, com a realização de cursos técnicos, o fornecimento de sementes, a aquisição de ônibus escolar e a implementação de diversos sanitários.

Também em Mato Grosso do Sul, as lideranças indígenas concluíram que as três aldeias mais próximas às obras do Gasbol são as mais necessitadas, pois sofreram forte influência da urbanização das cidades vizinhas. Para cada uma delas, portanto, serão destinados R$ 100 mil. As outras 15 contarão com recursos de R$ 40 mil cada uma. Na mesma região, nas proximidades das margens do Rio Miranda, a aldeia Lalima será contemplada com a aquisição de uma câmara frigorífica com capacidade para armazenar 20 toneladas de pescado. A câmara funcionará como fonte de renda e está incluída no Plano de Desenvolvimento dos Povos Indígenas. *(Serviço de Comunicação Institucio-nal/ Assessoria de Imprensa Petrobrás, 05/03/98)*

COMPENSAÇÃO DOS ATINGIDOS PELA OBRA ESTÁ ATRASADA

O plano de compensação às comunidades indígenas que serão afetadas pelas obras do gasoduto está seriamente atrasado na Bolívia. A avaliação é do auditor ambiental Raúl López, responsável por enviar relatórios aos bancos estrangeiros financiadores da obra orçada em R$2 bilhões. O atraso é conseqüência de um

impasse entre a Petrobrás e o GTB, consórcio de empresas executoras da obra na Bolívia, que têm propostas diferentes para compensar os índios. López recomenda um árbitro para mediar a questão. A primeira etapa do gasoduto, no trecho entre Mato Grosso do Sul e São Paulo, termina em dezembro desse ano. A obra toda inclui 3.150 km de dutos entre Santa Cruz na Bolívia e Rio Grande do Sul que vão transportar o gás boliviano. O Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Corporação Andina de Fomento são financiadores da obra que receberam o relatório de López, referente às observações feitas em todo o trecho do gasoduto entre 1º de março e 31 de maio. Através das informações enviadas por López, os bancos acompanham se a Petrobrás está executando planos de compensação ao meio ambiente e às comunidades afetadas pelo projeto. *(Tribuna da Imprensa - RJ, 13/07/98)*

TERRITÓRIOS FEDERAIS

SENADO APROVA PLEBISCITO SOBRE AMAZÔNIA

O Senado aprovou hoje, em votação simbólica, substitutivo do senador Jefferson Péres (PDT-AM) ao projeto de decreto legislativo que autoriza a realização de um plebiscito no Amazonas para que a população decida sobre a criação de três territórios federais no estado. A proposta ainda terá de ser votada na Câmara. Os territórios serão formados pelo desmembramento dos seguintes municípios: São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos; Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Tonantins, Amaturá, Fonte Boa, Jutaí, Alvarães, Uarini, Maraà, Japurá e Santo Antonio do Içá; Carauari, Itamarati, Eirunepé, Envira, Ipixuna e Guajará. Cerca de cem mil pessoas vivem nesses municípios, de acordo com o senador.

O plebiscito ocorrerá até seis meses após a promulgação da matéria. Jefferson Péres previu que isso deverá ocorrer no segundo semestre de 2001, caso os deputados votem o projeto, sem alterá-lo, até junho. Os termos do substitutivo alteram o projeto inicial apresentado pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL). O senador por Roraima queria desmembrar 26 municípios para criar o estado de Solimões. Péres alegou que não faria sentido criar um estado que, dificilmente, teria autonomia financeira, embora tivesse de custear, entre outros gastos, uma Assembléia Legislativa. Outra mudança, de acordo com o senador, é que um estado implicaria numa nova representação no Congresso, com três senadores e pelo menos oito deputados. "Um território elege apenas quatro deputados federais", informou.

Para ele, a vantagem de criar territórios federais nas regiões mais afastadas da capital do Amazonas está em aproximar o poder público dos habitantes. Citou como exemplo a dificuldades de acesso a serviços essenciais de saúde, educação e do Judiciário existentes nos municípios de Juruá e Alto Solimões, "distantes duas horas de vôo de Manaus e vários dias de barco". Outro ponto é o de proteger as áreas de fronteiras que passariam a constar dos territórios em sua maior parte.

O senador previu que essa "situação de abandono" deve estimular boa parte da população do estado a se manifestar favoravelmente à criação dos territórios. Se isso ocorrer, os governadores nomeados pelo presidente da República teriam os nomes submetidos ao Senado. *(OESP, 31/10/00)*

IDÉIA DE DESMEMBRAR AMAZONAS TEM APOIO DE PARLAMENTARES

A idéia de desmembrar o estado do Amazonas para a formação de três novos territórios federais - Alto Solimões, Alto Rio Negro e Juruá - é bem recebida pelos políticos locais. Nenhum parlamentar até agora defendeu a manutenção da atual divisão geográfica e alguns ainda se manifestaram favoráveis à divisão.

A única preocupação é com relação à viabilidade econômica dos territórios, cuja criação depende da aprovação de projeto no Congresso e da realização de um plebiscito. Caso seja confirmada a divisão, as áreas abrangidas reunirão cerca de 360 mil habitantes. No Alto Solimões, vivem cerca de 200 mil pessoas. No Alto Rio Negro, 60 mil. E no Juruá, aproximadamente cem mil.

O deputado Artur Virgílio (PSDB), líder do governo no Congresso, é um dos mais entusiasmados defensores do desmembramento. Segundo ele, o estado do Amazonas é grande demais, o que o torna ingovernável. "Há quanto tempo o governador não vai a determinadas cidades do interior, como Juruá, Pauní ou Amaturá?", pergunta. "A criação dos territórios vai descentralizar a administração dessas regiões."

Para Virgílio, as preocupações econômicas são infundadas. Ele cita o caso de Goiás, que prosperou depois do desmembramento que criou o Tocantins, garante n parlamentar. "E Tocantins tem uma perspectiva econômica das mais viáveis", diz ele.

Quem assumisse a administração dos novos territórios teria de enfrentar problemas distintos. No Alto Rio Negro, por exemplo, a distância, o difícil acesso e n tamanho dos municípios seriam as principais dificuldades a serem superadas. A região, porém, é uma das mais belas do estado, aos pés do Pico da Neblina, na divisa com a Venezuela.

Tráfico - O futuro governador do Alto Solimões teria de se armar de coragem e disposição para enfrentar o tráfico de drogas. As cidades de Tabatinga, Benjamin Constante e Atalaia do Norte, muito próximas à fronteira com a Colômbia, formam o trajeto preferido pelos narcotrafi-cantes. Em Tabatinga, por exemplo, o nível de vida exibido pela população não condiz com a realidade de um município pesqueiro e de modesta atividade econômica. Sinal de que os cartéis da cocaína atuam de forma intensa na área.

O território do Juruá seria o menos problemático dos três. Fazendo divisa com o Acre, não teria conflitos de fronteira e, quem assumisse seu governo, poderia se transformar em herói se conseguisse apoio do governo federal para concluir a BR-319, antiga reclamação dos amazonenses. Com essa estrada, o estado passaria a ter uma ligação direta, pelo sul, com Mato Grosso.

A criação dos territórios não enfrentaria problemas legais. O senador Mozarildo Cavalcante (PFL-RR) é o autor do projeto inicial de separar 26 municípios e criar o Estado de Solimões. O senador Jefferson Péres (PDT-AM) apresentou um substitutivo propondo a criação dos três territórios. A divisão não contraria a Constituição.

Sem "peso" para a União, diz relator - Em Brasília, o relator do projeto que prevê a realização de um plebiscito sobre a divisão do Amazonas, Jefferson Péres (PDT-AM), avalia que, se ocorresse de imediato, a criação de três territórios federais no lugar do atual estado criaria um gasto "insuportável" nas finanças da União. Péres argumenta, no entanto, que se a proposta for aprovada pelos amazonenses, os territórios só passarão a existir em 2003. Segundo ele, até lá o governo federal terá as contas equilibradas e a divisão nãn representará um "peso" para a União.

De acordo com Péres, numa previsão otimista, o projeto será aprovado em 2001 e o plebiscito realizado no segundo semestre. O senador lembra ainda que, posteriormente, o Senado e a Câmara teriam de aprovar um projeto de lei complementar para a instituição dos novos territórios, o que na certa não ocorreria antes do fim de 2002.

O senador não fez uma estimativa de quanto seria o gasto para a constituição dos territórios. Mas avalia que haverá um "ônus" para a União, porque cada território é administrado por um governador, secretários e há a necessi-

AS EXIGÊNCIAS LEGAIS PARA A CRIAÇÃO DE TERRITÓRIOS FEDERAIS

Tendo em vista as notícias sobre discussões no Congresso Nacional acerca de Projeto de Leis que propõem a criação do Território Federal do Rio Negro, bem como as dúvidas sobre o tema surgidas entre as organizações indígenas que integram a Foirn, o Instituto Socioambiental elaborou esta Informação Técnica, relacionando as exigências feitas pela Constituição de 1988 quanto à criação de territórios.

1 - Os Territórios Federais integram a União e devem ser criados por lei complementar (artigo 18, parágrafos 2° e 3°, da Constituição Federal). São unidades federativas, como os Estados e o Distrito Federal, mas não têm autonomia política.

Isto quer dizer que: só se cria um Território Federal após a aprovação da Lei Complementar específica pelo Congresso Nacional, isto é, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

O poder de legislar do Congresso Nacional compreende a possibilidade de elaboração de diferentes tipos de leis. Existem Emendas à Constituição, as Leis Complementares, as Leis Ordinárias etc. Cada tipo de lei serve a uma situação determinada e definida antecipadamente pela Constituição. Essas leis também se diferenciam pelo número de votos de Deputados e Senadores necessários para a sua aprovação. Ou seja, quanto mais complicado for o assunto a ser tratado pela lei, maior será o número de votos necessários.

No caso dos Territórios Federais, em face da sua importância e das implicações políticas, econômicas e sociais envolvidas, a Constituição exige que a sua criação se faça mediante a votação de uma Lei Complementar, que, por sua vez, pressupõe a aprovação pela metade mais um do número total dos Deputados e Senadores que compõem o Congresso Nacional (Artigo 69 da Constituição Federal).

2 - Para que se crie o Território Federal é preciso que, além da votação da Lei Complementar, todos os moradores da região que se pretende transformar em Território aprovem a sua criação. É o que a Constituição, em seu Artigo 18, parágrafo 3 °, chama de "aprovação da população diretamente interessada".

Para saber se a população moradora da região aprova ou não a criação do Território Federal, o governo realiza um plebiscito, que nada mais é do que uma consulta ao povo sobre um determinado assunto. Tal consulta é feita mais ou menos nos mesmos moldes de uma eleição, sendo que a população vai às urnas para dizer se concorda ou não com a criação do Território Federal.

Note-se que quando a Constituição estabelece que a "população diretamente interessada" participará do plebiscito, refere-se às pessoas moradoras da região que estejam registradas na Justiça Eleitoral como eleitores. Assim, por exemplo, os menores de dezesseis anos não podem participar do plebiscito, porque não podem ainda votar.

3 - Os Territórios Federais poderão ser divididos em municípios (artigo 33, parágrafo 1° da CF), cujos prefeitos serão eleitos como nos demais municípios. É a Lei Complementar quem dirá sobre a criação de novos ou manutenção dos antigos municípios. Assim, dependerá do que estiver estabelecido na Lei Complementar específica para a possível criação do Território Federal do Rio Negro, saber se ficarão mantidos os municípios atualmente existentes ou se serão criados outros, transformando, por exemplo, um distrito de Santa Izabel do Rio Negro (se existe) em um novo município.

4 - Se o Território Federal tiver mais de 100 mil habitantes, ele disporá de órgãos judiciários de 1ª e 2ª instâncias, membros do Ministério Público Federal e defensores públicos federais, e a lei disporá sobre as eleições para a Câmara Territorial (que corresponde à Assembléia Legislativa dos Estados e à Câmara Legislativa do Distrito Federal) e sua competência deliberativa (artigo 33, parágrafo 3°, da CF).

5 - O governo do Território Federal é nomeado pelo Presidente da República (artigo 84, inciso XIV, da CF) e aprovado previamente, por voto secreto, após argüição pública, pelo Senado Federal (artigo 52, inciso III, item c, da CF).

6 - Cada Território Federal disporá de 4 cadeiras na Câmara dos Deputados (artigo 45, parágrafo 2 °, da CF) e não disporá de representação no Senado.

7 - Atualmente não há nenhum Território Federal criado. A Constituição de 1988 emancipou os antigos Territórios Federais de Roraima e do Amapá, transformando-os em Estados. O Território Federal de Fernando de Noronha foi anexado ao Estado de Pernambuco.

8 - Existem no Congresso Nacional, tramitando na Câmara dos Deputados, diversos projetos de lei propondo a criação do Território Federal do Rio Negro: Projeto de Lei do Deputado Federal Euler Ribeiro, do Deputado João Hermann Neto, Deputado Eduardo Jorge e do Deputado Aírton Cascavel. Em tramitação no Senado, por sua vez, encontra-se o projeto de lei do Senador Mozarildo Cavalcanti, que propõe a criação do estado do Solimões, estado este que abrangeria os municípios do Rio Negro. Este projeto já foi aprovado no âmbito de uma das comissões do Senado na forma do substitutivo do Senador Jeferson Peres, do Amazonas, devendo agora ir a plenário.

Não se pode precisar quanto tempo projetos como esses levam para ser aprovados. Em geral, demoram bastante só para ser votados. É certo, porém, que se houver vontade do governo federal em apoiar a criação do Território Federal do Rio Negro, e se não houver maiores oposições, este tempo de votação e aprovação poderá ser bem menor. (Ana Valéria Araújo, nov/00)

dade de funcionários para sustentar a máquina. Cada território deverá ser representado por quatro parlamentares e as novas regiões terão uma segunda instância judicial, se a população ultrapassar os cem mil habitantes.

Péres modificou o projeto de decreto legislativo original, que previa a criação de um novo Estado, abrangendo 22 cidades do Amazonas. Segundo ele, um novo estado geraria um custo ainda maior para a União. "A criação de um estado implica na criação obrigatória de um Tribunal de Justiça, de uma Assembléia Legislativa e de um Tribunal de Contas, impondo pesado ônus ao novo ente federativo", diz o texto da proposta.

Segundo ele, um bom argumento para a criação dos territórios em regiões afastadas da capital do Amazonas é a possibilidade de haver a aproximação do poder público com os moradores daquelas 22 cidades. *(OESP, 02/11/00)*

1. NOROESTE AMAZÔNICO

PEDRO MARTINELLI 1997

Baniwa

NOROESTE AMAZÔNICO
Terras Indígenas
Instituto Socioambiental - Dezembro de 2000

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
766	Alto Rio Negro	Arapaso Baniwa Bará Tukano Baré Desano Karapanã Kubeo Kuripako Maku Hupda Maku Nadeb Maku Yuhupde Makuna Miriti Tapuia Piratapuia Siriano Tariano Tukano Tuyuka Wanano Warekena	14.599* ISA. 96	Homologada. Decreto s/n de 14/04/98 homologa a demarcação. Fazem parte da TI todas as ilhas localizadas no rio Negro entre a foz do rio Uaupés e a foz do rio Xié. Revoga os decretos 99.094 a 99.104 de 9/3/90 que homologavam as demarcações das AIs Maku, Yauareté I, Yauareté II, Xié, Içana-Aiari, Cuiari, Médio Içana, Içana Rio Negro, Cubate, Taracuá e Kuripaco, e os decretos 98.437 a 98.439 de 23/11/89 que homologaram as AIs Pari-Cachoeira I, Pari-Cachoeira II e Pari-Cachoeira III. (DOU, 15/04/98)	7.999.381	São Gabriel da Cachoeira Japurá	AM AM	Calha Norte. Faixa de fronteira. Requerimento e alvará de pesquisa mineral. UHE planejada no rio Papuri, na cachoeira de Aracapa a 10 km em linha reta de Yauareté. Onze Flonas incidem totalmente na TI. Flona Cubate, Cuiari, Içana, Içana Aiari, Pari Cachoeira I e Pari Cachoeira II, Pirauara, Tarauacá I e Tarauacá II, Uruçu e Xié
369	Balaio	Tukano Desano	220 Sampaio: 91	Em Identificação/Revisão. Port.Funai/PP/468 de 25/04/86 p/ identificação da área. Não apreciada pelo GTI em reunião de 14/02/89 por não ter sido considerada terra tradicional.	54.840	São Gabriel da Cachoeira	AM	Calha Norte. Faixa de fronteira. Requerimento e alvará de pesquisa mineral. Rodovia BR-307 corta a área. Perimetral Norte no limite.
	Marabitanas/Cue-Cue	Tariano Warekena Baniwa Arapaço Tukano Kuripako Baré Desano	1.645 ISA: 96	A Identificar. Documento da Acirne - Assoc das Comun. Ind. do R. Negro e da Assoc. Ind. Potyra Kapoano, com apoio da Foirn, solicita o apoio da Funai para o Estudo Antropológico de Identificação das terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades (carta de 30/07/96)	0	São Gabriel da Cachoeira	AM	A Associação das Com. Ind. do R. Negro, a Associação Indígena Potyra Kapoano com apoio da Foirn, solicitam à Funai, através de documento de 30/07/96, a realização de Estudos Antropológicos de Identificação das terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades
401	Médio Rio Negro I	Tukano Baré Kuripako Maku Dow Arapaço Tariano Desano Piratapuia Maku Yuhupde Baniwa Miriti Tapuia	1.401* ISA: 96	Homologada. Decreto s/n.de 14/04/98 homologa a demarcação. Fazem parte da TI todas as ilhas localizadas no rio Negro entre a foz do rio Uaupés e a foz do igarapé Urinumala. (DOU, 15/04/98)	1.776.138	São Gabriel da Cachoeira Sta. Isabel do Rio Negro Japurá	AM AM AM	Calha Norte. Requerimento e alvará de pesquisa mineral.
1065	Médio Rio Negro II	Arapaso Tukano Baré Desano Kuripako Piratapuia Tariano Miriti Tapuia Baniwa	979* ISA: 96	Homologada. Decreto s/n de 14/04/98 homologa a demarcação (DOU, 15/04/98)	316.194	São Gabriel da Cachoeira Sta. Isabel do Rio Negro	AM AM	Calha Norte. Faixa de fronteira/ Requerimento e alvará de pesquisa mineral. Influência de UHE São Gabriel da Cachoeira. Incide parcialmente no PN Pico da Neblina.
468	Paraná Boa-Boa (Lago Jutaí)	Maku Nadeb	107 Pozzobon: 98	Homologada. Decreto s/n de 03/11/97 homologa a demarcação (DOU, 04/11/97)	240.545	Japurá Sta. Isabel do Rio Negro	AM AM	Calha Norte. Requerimento e alvará de pesquisa mineral
483	Rio Apaporis	Tukano Maku Yuhupde Tuyuka Desano	124 ISA: 96	Homologada. Decreto s/n de 14/04/98 homologa a demarcação (DOU, 15/04/98)	106.960	Japurá	AM	Calha Norte. Faixa de fronteira. Requerimento de pesquisa mineral.
488	Rio Téa	Desano Tukano Baré Maku Nadeb Piratapuia	356 ISA. 96	Homologada. Decreto s/n de 14/04/98 homologa a demarcação. Fazem parte da TI as ilhas do rio Negro situadas entre a foz do igarapé Uainum até a foz do rio Tea. (DOU, 15/04/98)	411.865	Sta. Isabel do Rio Negro São Gabriel da Cachoeira	AM AM	Calha Norte. Requerimento e alvará de pesquisa mineral. Isolados.
328	Uneiuxi	Tukano Maku Nadeb	180 ISA: 96	Homologada. Decreto s/n de 11/12/98 homologa a demarcação (DOU, 14/12/98)	403.182	Sta. Isabel do Rio Negro	AM	Calha Norte. Requerimento de pesquisa mineral/Garimpo não-indígena

* O censo da população indígena da região é cerca de 30.000 índios.
Este número computa os índios que vivem na cidade de S.G.C. com vínculos permanente com as TIs do Alto e Médio Rio Negro.

Dos Petroglifos aos Marcos de Bronze

Beto Ricardo | Antropólogo, coordenador do Programa Rio Negro/ISA

DEMARCAÇÃO DE CINCO TERRAS COMO ÁREA ÚNICA RECONHECE DIREITOS COLETIVOS DE 22 POVOS NUMA REGIÃO DE FRONTEIRA GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

No dia 15 de abril de 1998, quando o presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) ergueu os braços diante da Assembléia lotada, na maloca da sede da organização em São Gabriel da Cachoeira (AM), e exibiu os decretos de homologação que acabara de receber solenemente das mãos do ministro da Justiça, houve uma grande comemoração. Esses papéis se transformaram num troféu para os índios do Rio Negro e suas organizações, depois de 30 anos de luta pela demarcação (ver *Cronologia*, na seqüência).

Entre dezembro de 1995 e maio de 1996, o então ministro de Estado da Justiça, Nelson Jobim, declarou de posse permanente dos índios e determinou à Funai a demarcação administrativa de cinco Terras Indígenas (TIs) contíguas na região do alto e médio rio Negro, situadas nos municípios amazonenses de São Gabriel da Cachoeira, Japurá e Santa Isabel:
TI Médio Rio Negro I (Portaria nº 1.558, de 13/12/95);
TI Médio Rio Negro II (Portaria nº 1.559, de 13/12/95);
TI Rio Téa (Portaria nº 106, de 13/02/96);
TI Rio Apapóris (Portaria nº 313, de 17/05/96); e
TI Alto Rio Negro (Portaria nº 301, de 17/05/96).

PEDRO MARTINELLI - ABR/97

CRONOLOGIA DA LUTA PELA DEMARCAÇÃO NO RIO NEGRO

1971

• ***Início das reivindicações** indígenas pela demarcação do Alto Rio Negro.*

1975

• *Funai propõe criação de **Território Federal Indígena** do Alto Rio Negro.*

1979

• ***Funai declara** de "ocupação indígena" três áreas contíguas: Pari-Cachoeira (1.020.000 ha), Iauareté (990.000 ha) e Içana-Aiari (896.000 ha).*

• *Lideranças do Tiquié propõem à Funai delimitação do Alto Rio Negro como **área única**.*

1981

• *Proposta de **área única** é reenviada à Funai.*

1982

• ***Exército** declara-se **contrário** à demarcação de terras indígenas na faixa de fronteira internacional.*

1983 a 1985

• *Descoberta de **ouro** inicia uma "febre" na **Serra do Traíra**, com graves conflitos entre índios e garimpeiros e a chegada de grandes mineradoras (Paranapanema e GoldAmazon).*

• ***Funai identifica e delimita** Taracuá (1.616.000 ha), Cubate (1.023.000 ha) e Içana-Xié (480.000 ha).*

• *A região da **Serra do Traíra** é reconhecida "de **posse permanente" dos Maku** e incluída na Área Indígena Pari-Cachoeira, que passa a ter 2.069.000 ha.*

• *Índios de várias etnias encaminham **nova proposta de delimitação do Alto Rio Negro (8.150.000 ha contínuos)**, reiterada por Grupo de Trabalho (GT) da Funai.*

1986

• *Novo GT da Funai ratifica proposta de **área contínua**.*

• *Conselho de Segurança Nacional (CSN) propõe criação de **"Colônias Agrícolas Indígenas"** (um lote titulado para cada família indígena), recusadas pela União das Comunidades Indígenas do Rio Tiquié (Ucirt).*

1987

• *Interesses do **Projeto Calha Norte (PCN)** entram em cena.*

• ***II Assembléia dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro** recusa Colônias Agrícolas Indígenas e resulta na*

• ***Fundação da Foirn**, com a missão de lutar pela demarcação da área única.*

• *CSN convence líderes da Ucirt e de outras regiões a aceitar nova fórmula de demarcação: mosaico de **áreas indígenas intercaladas por Florestas Nacionais (Flonas)**.*

1988 a 1990

• *Portarias interministeriais e decretos presidenciais resultam na **homologação de 14 Áreas Indígenas descontínuas**, totalizando 2.600.000 ha de superfície, 32% das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios do **Alto Rio Negro**.*

• *Reivindicações da Foirn e laudo antropológico levam o **Ministério Público Federal (MPF)** a propor **Ação Declaratória** contra a União Federal, Funai e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), **pelo reconhecimento da área contínua (8.150.000 ha)** no **Alto Rio Negro**.*

• ***Médio Rio Negro**: movimento indígena começa a despontar. II Assembléia da Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro (ACIBRN) (1990) discute reconhecimento dos **direitos territoriais e invasões garimpeiras**.*

• ***Recomendada demarcação** da TI Médio Rio Negro com 2.142.000 ha (levantamento antropológico encomendado pela Procuradoria Geral da República). **MPF** propõe **Ação Declaratória pelo reconhecimento dos direitos territoriais dos índios da região**.*

1992

• ***Laudo antropológico** é acrescentado ao julgamento da Ação Declaratória referente ao **Alto Rio Negro**.*

• *Despacho de Sidney Possuelo, então **presidente da Funai**, publicado no Diário Oficial da União no mês de maio, **aprova a área contínua (8.150.000 ha) do Alto Rio Negro**.*

• ***Foirn** encaminha carta ao presidente da República solicitando **demarcação imediata do Alto Rio Negro**.*

• *Polícia Federal (PF) retira 2500 **garimpeiros do rio Cauaburi**, que acabam se instalando no **Médio Rio Negro**.*

1993

• *Ministro da Justiça, Maurício Correa, recomenda à Presidência da República **revisão administrativa** do processo de **demarcação** que levou ao **mosaico** de terras indígenas e Flonas no **Alto Rio Negro**.*

• ***Advocacia Geral da União** é chamada pelo Ministério da Justiça a dar **parecer** sobre a possibilidade de **demarcação** de Áreas Indígenas contínuas na **faixa de fronteira**.*

• ***Garimpeiros** ocupam Vila Nova e Bacabal, comunidades de içaneiros evangélicos no **Médio Rio Negro**. PF retira garimpeiros mas passa a haver novas e **crônicas invasões**, de menor escala.*

1994

• ***Identificação pela Funai das TI Médio Rio Negro I e II, Rio Téa e Rio Apapóris, contíguas***

1995/96

• ***Foirn** faz **acordo** com **Ministério da Aeronáutica/Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e Funai**, cedendo parcela a noroeste da TI Médio Rio Negro II para construção de uma mini-hidrelétrica, em troca de **apoio para a demarcação das terras**.*

• *Ministro da Justiça **Nelson Jobim visita a Foirn** em São Gabriel da Cachoeira e **assegura não haver impedimento jurídico à demarcação em zonas de fronteira**, esclarecendo que essas terras estariam **sujeitas a limitações relativas à defesa do território nacional**.*

• ***Portarias ministeriais declaram cinco terras indígenas contíguas como de posse permanente dos índios do Alto e Médio Rio Negro.***

Esta decisão veio a atender boa parte das reivindicações históricas dos 22 povos indígenas que tradicionalmente habitam a porção brasileira da região dos formadores do Rio Negro embora tenham restado pendências (ver abaixo). As terras reconhecidas oficialmente foram demarcadas fisicamente entre 1997 e 1998 e homologadas pelo presidente da República em abril de 1998. Formam uma área única com extensão de 10,6 milhões de ha, na faixa de fronteira internacional com a Colômbia e Venezuela, crescentemente militarizada, parte de um complexo cultural e ecológico mais amplo (*ver box*).

CONTESTAÇÕES

O governo do Estado do Amazonas contestou judicialmente quatro das cinco TIs reconhecidas oficialmente pelo governo federal, através de mandado de segurança impetrado junto ao STJ, em 30 de novembro de 1994, antes mesmo da edição das portarias declaratórias. O STJ concedeu liminar paralisando o processo, mas depois julgou contra o pedido do Estado do Amazonas, liberando a demarcação. O Estado do Amazonas recorreu da decisão ao STF e obteve outra liminar. A **Comunidade Indígena Curicuriari** habilitou-se nos autos, através dos advogados do ISA, solicitou e obteve uma decisão judicial liberando a demarcação.

Com base no polêmico Decreto 1.775 , apenas a Terra Médio Rio Negro I sofreu contestação da parte da prefeitura de São Gabriel da Cachoeira, em 1996, considerada sem fundamento pelo Ministério da Justiça.

"PROJETO DE CONSOLIDAÇÃO"

Superadas todas as dificuldades políticas e os percalços administrativos, em junho de 1996 a Funai convocou uma reunião, realizada na sede da Foirn, em São Gabriel, para tratar de questões preliminares e do modelo de demarcação física das cinco TIs reconhecidas oficialmente.

Nessa ocasião, algumas recomendações da Foirn e do Instituto Socioambiental (ISA) foram aceitas pela Funai: (1) como se trata de uma "área única" formada por terras contíguas, a demarcação física deveria ser feita considerando os limites externos do polígono formado pelas cinco terras, limites esses cuja maior parte coincide com a linha de fronteira internacional Brasil/Colômbia, já demarcada; (2) não havia necessidade de se abrir picadas nos cerca de 238 km de linhas secas existentes nos limites internos entre as terras indígenas, como também na área de superposição e nas linhas limítrofes comuns, entre a Terra Indígena Médio Rio Negro II e o Parque Nacional do Pico da Neblina; (3) o processo de demarcação deveria ser mobilizador e participativo em todos os níveis, incluindo reuniões nas comunidades, produção de material informativo e o aproveitamento de mão-de-obra indígena.

A Funai de Brasília abriu mão da administração direta da demarcação e, diante desta situação, a Foirn se manifestou oficialmente, em agosto de 1996, indicando o ISA para assumir a tarefa. No

COMPLEXO CULTURAL E ECOLÓGICO TRINACIONAL

Com a demarcação das cinco terras indígenas do alto e médio Rio Negro do lado brasileiro, a maior parte da diversidade socioambiental nativa do complexo cultural e ecológico que se estende pela bacia do Rio Negro e seus formadores - cujas cabeceiras e altos cursos estão situados na Colômbia e Venezuela -, está reconhecida oficialmente como "áreas protegidas" (indígenas e ambientais, nos três países).

Os contornos desse "complexo" são os seguintes: ao norte, limita-se pelo rio Guaviare; a leste pelos rio Negro e Guainia; ao sul, pelo rio Caquetá-Japura e a oeste pelos Andes.

Os povos indígenas aí residentes há séculos compartilham características sócio-culturais: ênfase no cultivo da mandioca amarga e na pesca, aldeias compostas por uma única casa coletiva ocupada por um grupo local de parentes, rituais complexos de iniciação masculina associados a um culto de ancestrais, organização social baseada em sibs patrilineares exogâmicos, entre outros. No lado brasileiro há representantes das famílias linguísticas Tukano Oriental (Kubeo, Desana, Tukano, Miriti-Tapuya, Arapaso, Tuyuka, Makuna, Bará, Siriano, Karapanã, Wanano, Yuruti e Pira-tapuya), Arawak (Tariano; Baniwa, Kuripako, Warekena e Baré) e Maku (Hupda, Yuhup, Nadeb e Dow). Esses grupos ocupam cerca de 700 povoados estabelecidos ao longo dos rios Negro, Uaupés, Tiquié, Papuri, Içana, Aiari e Xié, perfazendo uma população total de cerca de 30 mil indivíduos. Os grupos Tukano e Arawak, sedentários e agricultores, possuem suas comunidades estabelecidas nas margens desses rios, ao passo que os grupos Maku, caçadores/coletores semi-nômades, ocupam as áreas interfluviais da bacia do rio Uaupés.

Atualmente, observa-se grande variação entre os inúmeros povoados da área: mais de 50% desses povoados são sítios familiares, estabelecidos principalmente ao longo do rio Negro; mais de 200 desses povoados constituem comunidades compostas por uma média de dez a 15 famílias e há, também, cinco centros distritais com uma população maior, resultado principalmente da implantação de missões religiosas pela região.

A região do alto e médio rio Negro caracteriza-se por uma enorme variedade de microecossistemas bem como por uma pobreza generalizada de nutrientes (oligotrofia), característica de bacias de rios de águas pretas. Possui formações florestais de terra firme, igapós (florestas inundadas) e campinarana, esta última também conhecida como catinga do rio Negro, um tipo de vegetação peculiar à região. A catinga do rio Negro cobre a maior parte das TIs demarcadas na região e seus solos são extremamente ácidos, arenosos e lixiviados (spodosolos). Apesar de uma diversidade de espécies relativamente baixa, a catinga do rio Negro apresenta, no entanto, altíssimo grau de endemismo. Suas espécies são consideradas um recurso genético de alto valor por constituírem exemplos de adaptação biológica em condições extremas. Os índios do alto rio Negro utilizam várias espécies da catinga, mas em geral suas comunidades estão localizadas nas regiões de ocorrências de matas de terra firme, cujos solos permitem o aproveitamento agrícola. Por este motivo, há grandes extensões de terras no interior das áreas indígenas que não são habitadas, constituindo reservas de recursos vegetais e aquáticos. Por outro lado, a tendência à concentração da população e áreas de terra firme vem sendo reforçadas há décadas pela intervenção de missionários e comerciantes, criando situações críticas do ponto de vista das sustentabilidade socioambiental. Há forte demanda nas comunidades por serviços básicos e apropriados de atendimento à saúde, educação, segurança alimentar e geração de renda.

LULA MARQUES/FOLHA IMAGEM

O presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em visita a São Gabriel da Cachoeira, em agosto de 96, recebeu da diretoria da Foirn o pedido para que o governo federal agilizasse a demarcação (1), cujo processo teve início com uma apresentação pública, durante a Semana do Índio, em abril de 97 (2). Durante todo o ano, através de 21 frentes de trabalho, equipes Foirn/ISA visitaram todas as comunidades das terras em demarcação (3, 4 e 5).

J. P. CAPOBIANCO/ISA ABR/97

PEDRO MARTINELLI - OUT/97

PEDRO MARTINELLI - ABR/97

PAULO SANTOS/INTERFOTO - JUL/97

mesmo período, em visita às instalações militares em São Gabriel da Cachoeira, o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, recebeu das mãos do então presidente da Foirn, Braz França Baré, no dia 23 de agosto, uma carta solicitando que o governo federal agilizasse os trâmites para a demarcação física e homologação das cinco terras indígenas da região.

Atendendo solicitação da Funai, o ISA e a Foirn formularam um projeto denominado *Consolidação da Demarcação Física e Formulação de um Plano de Proteção e Fiscalização*, o qual foi apresentado e negociado diretamente com a sede do órgão em Brasília, durante o segundo semestre de 1996, no quadro do *Projeto Integrado de Proteção das Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal* (PPTAL) do *Programa Piloto para as Florestas Tropicais do Brasil* (PP-G7).

O instrumento para viabilizar a realização desse projeto foi um contrato de serviço entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (ref. 187/97) e o ISA, por notória especialização. Recursos financeiros da cooperação alemã já contratados com o governo federal brasileiro, no âmbito do PPTAL/PP-G7, sob controle financeiro de uma representação do KfW (banco es-

6

BETO RICARDO/ISA

A participação indígena no processo de demarcação se deu em todos os níveis: na Coordanação Geral, na Coordenação Operacional e nas atividades de campo, com a aberture da picadas e plequeamento (6 e 7). Uma amprasa contratada pala Funai fez o rastreamento dos pontos geodésicos (8). Todas as comunidades racabaram cópia e puderam conferir o mapa das terras em demarceção (9), cujos decratos da homologação foram antragues pelo ministro da Justiça, Renan Calheiros, em abril de 98 (10).

7

PAULO SANTOS/INTERFOTO · JUL/97

9

BETO RICARDO/ISA

8

LUÍS ANTÔNIO DOS SANTOS

10

BETO RICARDO/ISA

tatal alemão) em Brasília e fiscalização técnica de funcionários da Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ) na Funai, tiveram que ser canalizados através do PNUD para contratar uma organização não-governamental (ONG) brasileira que, em parceria com uma organização indígena se dispôs a executar parte da demarcação, diante da recusa da Funai em fazê-lo pela via da administração direta.

Vale lembrar que, antes de se considerar essa via, constava das planilhas orçamentárias da Funai uma previsão de 1.5 milhão de dólares para custear os gastos com a demarcação das terras indígenas no Rio Negro. Previa-se então a contratação de uma empresa privada, através de licitação. Uma vez que se ingressou na negociação com a Foirn e o ISA, subitamente os valores previstos baixaram para algo em torno de 700 mil, dos quais uma parte foi destinada pela Funai para contratar uma empresa de topografia. Ao final, depois de muitos percalços e dois termos aditivos, o ISA ainda arcou com um prejuízo de cerca de 150 mil dólares - disponibilizando técnicos, infraestrutura e equipamento - para poder cumprir as exigências do contrato, que previa, além de relatórios narrativos e financeiros, relatórios técnicos de topografia, um vídeo-documentário e uma exposição fotográfica.

UMA DEMARCAÇÃO PARTICIPATIVA, SEM PRECEDENTES

A formulação e negociação do projeto ISA/Foirn, chamado de "consolidação da demarcação", teve que enfrentar uma situação sem precedentes, seja pela extensão, pela localização, pela pluralidade étnica, pelo número e distribuição das comunidades e pelas distâncias e dificuldades de acesso.

Dificuldades adicionais impostas pela direção da Funai, sob a alegação de falta de competência técnica do ISA para os trabalhos de geodésica, resultou num modelo de demarcação física dividido em duas partes. Coube à Pórtico Engenharia Ltda., de Manaus), contratada pela Funai, o rastreamento e materialização de 38 pontos geodésicos, com a abertura de clareiras e colocação de marcos e placas e coube ao ISA/Foirn e associações filiadas a execução de um conjunto de atividades de consolidação, incluindo o plaqueamento dos pontos de acesso, a abertura de picadas e colocação de marcos nas linhas secas e a mobilização e informação das comunidades indígenas e da sociedade envolvente. Além do mais, a aquisição dos equipamentos previstos no projeto Foirn/ISA - como botes, motores, rádios, veículo e outros - ficaram sob responsabilidade da Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores, sob orientação da Funai, o que, como se verá adiante, também adicionaram dificuldades ao planejamento e execução das atividades previstas.

Este modelo fracionado foi, no mínimo, ineficaz. A empresa contratada burlou vários procedimentos técnicos e fez erros crassos. Driblou os fiscais da Funai/PPTAL, utilizou marcos de bronze fora da especificação e, o mais grave de todos, implantou o marco do Ponto Geodésico-1, da TI Alto Rio Negro, acima da cabeceira do Xié- Mirim, em território colombiano! Foi preciso que os técnicos topográficos contratados pelo ISA, com ajuda de pessoas das comunidades próximas, localizassem o marco MF-1935-10, implantado pela Comissão de Limites, junto ao qual, finalmente, o PG-1 foi corretamente fixado. Some-se a isso o fato de que alguns custos de mobilização foram duplicados, visto que as equipes ISA/Foirn encarregadas de abrir as linhas secas tiveram que acessar os pontos geodésicos separadamente, duplicando elevados gastos com o aluguel de helicóptero transladado de Manaus, a 850 km de distância de São Gabriel!

As atividades do projeto de consolidação ISA/Foirn tiveram início, em abril de 1997, com um ato público no ginásio escolar da cidade de São Gabriel da Cachoeira, com a presença de autoridades religiosas, civis e militares e grande público. Na ocasião, membros da Foirn e do ISA informaram sobre os procedimentos da demarcação, tendo ao fundo um mapa das terras indígenas reconhecidas oficialmente impresso sobre lona plástica, nas dimensões de um outdoor. Na ocasião foram lançados também, como parte da campanha da demarcação, uma camiseta, um boné e um mapa em lona plástica com suporte para parede. Nesses materiais, como no número especial do *Wayuri*, informativo da Foirn, sempre aparecia impressa uma seleção de desenhos que existem esculpidos em baixo relevo, na forma de petróglifos, em muitas pedras na beira dos rios, atestando, como se disse, que essas terras já estão (de) marcadas há tempo.

As atividades propriamente de campo do projeto ISA/Foirn foram organizadas em 21 frentes de trabalho e realizadas entre abril de 1997 e abril de 1998. Só puderam ser iniciadas na data prevista porque a Foirn e o ISA colocaram à disposição suas infraestruturas, seus equipamentos de transporte e comunicação e mobilizaram as associações filiadas à Foirn e os pesquisadores associados ao ISA, como voluntários, além de contar com um banco de dados georreferenciado acumulado entre 1994/96 e uma retaguarda de apoio (administrativo, jurídico, técnico e político) nas cidades onde o ISA também tem escritórios, São Paulo e, sobretudo, Brasília.

Os equipamentos previstos no projeto foram chegando aos poucos, sempre atrasados. O caso mais grave foi o do veículo utilitário, que chegou a São Gabriel exatos 12 meses depois, quando já estava reunida a Assembléia da Foirn para comemorar a homologação da demarcação, em abril de 1998 (ver abaixo). Seus espelhos laterais tiveram serventia imediata apenas para que algumas lideranças se pintassem antes da cerimônia. Ao final do processo, ainda que atrasados, esses equipamentos resultaram num saldo positivo, porque permaneceram sob controle direto da Foirn e associações filiadas.

Sob uma coordenação geral formada pela diretoria da Foirn e equipe do Programa Rio Negro do ISA, funcionou uma Coordenação Operacional composta por cinco pessoas indígenas, selecionadas e indicadas pela Foirn e contratadas pelo ISA, sob comando de Braz França (Baré) – ex-presidente da Foirn entre 1991 e 1996. Foram organizados três tipos de frentes de trabalho (a) de "fiscalização e plaqueamento", que percorreu a maior parte das comunidades e sítios, localizados nos rios "internos" ou próximos da linha de fronteira internacional, ou seja, distantes da "materialização" das linhas secas; (b) de "picada seca" nos locais onde foi necessário abrir picadas e colocar marcos de concreto, isto é, em três trechos descontínuos, em locais remotos, somando cerca de 56 km; e (c) de "fiscalização" para rios limites nos quais não há comunidades residentes.

Durante as viagens das frentes de fiscalização e plaqueamento, equipes Foirn/ISA – com o apoio de pesquisadores associados de várias instituições – visitaram cerca de 300 comunidades e sítios, distribuindo informações, materiais de campanha e fazendo reuniões para dar explicações e aplicar um extenso questionário especialmente elaborado para traçar um perfil socioeconômico da região. Foram realizadas 238 entrevistas coletivas, a partir das quais se gerou um banco de dados georreferenciado, utilizado na formulação posterior de uma proposta de plano de proteção e fiscalização e outros projetos de interesse da Foirn e associações afiliadas.

PENDÊNCIAS DE TERRA

Há pendências de reconhecimento oficial e demarcação de terras ocupadas tradicionalmente por comunidades indígenas na região do Rio Negro. No levantamento concluído pelo ISA em 98 e publicado no mapa-livro "Povos Indígenas do alto e médio Rio Negro" (Foirn/ISA, 1998), constavam 66 comunidades fora das terras indígenas já demarcadas, além do fato de que a quase totalidade da população urbana de Santa Isabel (cerca de três mil habitantes) e São Gabriel (cerca de oito mil) é indígena.

As duas pendências de terra mais evidentes são: (1) a porção localizada na margem esquerda do rio Negro, delimitada pelas cabeceiras dos seus tributários entre a foz do rio Xié e a do rio Uaupés, denominada Marabitanas/Cué-Cué, área de ocupação tradicional de várias comunidades indígenas ali localizadas e de outras que, embora estejam na margem direita, dentro dos limites da TI Alto Rio Negro, demarcada, a utilizam para os seus roçados e outras atividades de subsistência. Em 1996, a Foirn encaminhou solicitação por escrito à Funai em Brasília, reivindicando a sua identificação oficial, reiterada muitas vezes; e (2) a Terra Indígena Balaio, a meio caminho entre São Gabriel e Cucuí, delimitada provisoriamente pela Funai em 1988.

Estas duas terras finalmente serão objeto de estudo por um GT de identificação criado pela Funai através da Portaria 993, de 21 de setembro de 2000.

Há outras terras ocupadas por comunidades indígenas nas proximidades das cidades de São Gabriel e Santa Isabel, como abaixo, na direção de Barcelos, não reconhecidas oficialmente.

SOBREPOSIÇÕES COM UCS E HIATO

Há duas unidades de conservação (UCs) ambiental sobrepostas com terras indígenas: (1) o Parque Nacional do Pico da Neblina (criado pelo Decreto nº 83.550, de 5 de junho de 1979, com extensão de 22.000 km²) tem parte significativa da sua extensão incidente nas Terras Indígenas Yanomami, Balaio e Médio Rio Negro II; (2) A Reserva Biológica Estadual Seis Lagos, criada pelo Decreto nº 12.836, de 9 de setembro de 1990, com extensão de 369 km², está totalmente incidente no Parque Nacional e parcialmente sobreposta à delimitação provisória da Terra Indígena Balaio. As 11 Flonas, criadas pelo governo federal no final da década de 80, não foram anuladas com a recente demarcação e estão superpostas à TI Alto Rio Negro.

Além do mais, há um hiato não protegido, de 24 mil ha, entre o limite sul do Parque Nacional do Pico da Neblina e o limite norte da TI Médio Rio Negro II.

PRESENÇA MILITAR CRESCENTE

A crescente presença das Forças Armadas brasileiras (Exército e Aeronáutica) na região do Rio Negro inclui a incorporação progressiva de recrutas indígenas, os quais já constituem a maioria da tropa (ver no bloco de notícias, abaixo).

Há demandas por parte das comunidades indígenas, canalizadas pelas associações e pela Foirn, reivindicando ao governo federal a regulamentação das relações com os militares (ver no bloco de notícias, por exemplo, o Ofício da Foirn entregue ao Presidente da República em 23 de agosto de 1996).

Exceto o pelotão de fronteira localizado em Cucuí, todos os demais estão dentro de terras indígenas demarcadas: Maturacá (na TI Yanomami), São Joaquim, Querari, Iauareté, e Pari-Cachoeira (na TI Alto Rio Negro). Ainda está prevista a instalação de um pelotão defronte a comunidade baniwa de Tunuí Cachoeira, no alto Içana. Estes pelotões foram construídos pela 1ª Cia. do 1º Batalhão de Engenharia e Construção (BEC) e estão sob comando do 5º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS), cujos quartéis estão localizados na cidade de São Gabriel da Cachoeira, onde também estão as bases da Aeronáutica, incluindo o radar do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivan) e o aeroporto, cuja área de domínio se sobrepõe a áreas ocupadas por comunidades indígenas.

Existe ainda uma área destinada pela União ao uso especial das Forças Armadas (Decreto 95.859, de 22 de março de 1988, com extensão de 10.163 km²), totalmente sobreposta à Terra Indígena Médio Rio Negro I.

Na altura do km 112 da BR-307, que liga São Gabriel da Cachoeira a Cucuí, construída pelo Exército na década de 70 e que corta a TI Balaio, está planejada a conclusão de um ramal de 68 km até a aldeia yanomami de Maturacá, onde está situado um pelotão do Exército.

PEDRO MARTINELLI - 1998

Indígenas soldados no 5º Bis, em S. Gabriel de Cachoeira.

O QUE É DEMARCAÇÃO, AFINAL?

De maneira pouco usual, a recente demarcação das terras indígenas da região foi "antecipada" pelo Estado, em relação à fronteira econômica, cuja expectativa de dinamização no Alto Rio Negro está depositada na futura exploração de recursos minerais por parte de interesses privados e, possivelmente, no acesso e exploração de recursos genéticos.

O entendimento da recente demarcação das terras indígenas por parte das comunidades – com diferenças sub-regionais e étnicas - é bastante desigual, como se pode supor numa área tão extensa e diversa. Para muitas comunidades, "demarcação" está associada a imposição de restrições (através do fracionamento) por parte do Estado, sobretudo pela memória do processo recente de reconhecimento parcial dos direitos territoriais, com a demarcação de "ilhas" na década de 80. Há dúvidas, entre as comunidades, sobre o significado dos limites entre as diferentes terras demarcadas, ainda que contíguas, na suposição de que representariam novas formas de restrição de passagem e uso. Assim como há dúvidas sobre os direitos de ocupação tradicional e usufruto dos recursos naturais de áreas não demarcadas, por parte das comunidades que estão localizadas em terras demarcadas como é o caso, por exemplo, daquelas situadas na margem direita do rio Negro, na TI Alto Rio Negro, e que têm suas roças na margem esquerda, não demarcada.

A visão das comunidades e lideranças das organizações indígenas sobre o que venham a ser "invasores" de suas terras é também bastante variável. Comerciantes indígenas da TI Alto Rio Negro, logo após a demarcação, passaram a reivindicar a retirada dos comerciantes não-indígenas estabelecidos ou operando em Iauaretê (ver ofício da Foirn à Funai em 17 de março de 1998, adiante, nas notícias); assim como a direção da Foirn quer a retirada de alguns poucos ocupantes não-indígenas remanescentes da mesma TI Alto Rio Negro, cujas benfeitorias foram avaliadas pela Funai há anos (ver ofício da Foirn à Funai de 17 de março de 1998). Porém, há certa tolerância seletiva com referência tanto a determinados patrões de barcos piabeiros que exploram pontos do Médio Rio Negro (ver nas notícias, adiante), remunerando determinadas comunidades, como a pequenos focos garimpeiros. Em outros trechos de rio, as comunidades residentes consideram invasores os membros de comunidades indígenas acima ou abaixo que, por exemplo, utilizam indevidamente determinadas áreas de pesca.

COMEMORAÇÃO

Finalmente, no dia 15 de abril de 1998, durante a VI Assembléia Geral da Foirn, em São Gabriel da Cachoeira, o recém-empossado ministro da Justiça, Renan Calheiros, entregou aos dirigentes indígenas os decretos de homologação das cinco terras indígenas demarcadas, o que foi comemorado pelas lideranças como uma vitória histórica.

Às vésperas do evento, a diretoria da Foirn foi sondada pela Funai sobre a possibilidade de enviar uma delegação ao Palácio do Planalto, em Brasília, para participar de uma cerimônia de homologação de terras indígenas, as do Rio Negro incluídas, no contexto da Semana do Índio. Antes mesmo de que tal possibilidade fosse confirmada, chegou a informação de que o ministro da Justiça viria a São Gabriel, e assim aconteceu. Acompanhado do presidente e do diretor de Assuntos Fundiários da Funai, ele permaneceu apenas algumas horas na cidade, indo direto do aeroporto para a maloca da Foirn, onde foi recepcionado pelos membros da Assembléia e por um grupo de canto e dança.

Durante a cerimônia improvisada, discursaram autoridades do governo federal e lideranças da Foirn. Braz França, ex-presidente da Foirn e Coordenador Operacional da demarcação, destacou em seu discurso que a conquista da demarcação teve a colaboração também do governo e das ONGs e acrescentou: "Queremos que essa terra seja realmente o berço de sustentação econômica, política e administrativa dos povos indígenas. Queremos que essa terra, essa população seja sujeito de um progresso que sejam também participantes efetivos do desenvolvimento da nossa própria sociedade, daquilo que tanto ansiamos para nosso futuro, para garantia do nosso futuro. Para tanto, então, não se encerra aqui a luta dos povos indígenas. A luta dos povos indígenas começou, chegou a seu ponto e tem ainda sua longa caminhada para uma verdadeira conquista na área social, na área de segurança realmente dos povos indígenas e da população que dela participa". Para que isso seja possível, disse Braz, é preciso haver "uma visão conjunta tanto a nível de governo, como a nível de população e outros setores que sempre vêm apoiando e assessorando o movimento indígena".

Pedro Garcia, presidente da Foirn, ressaltou que a Federação está discutindo um plano da proteção e fiscalização para as terras demarcadas e que a homologação é uma garantia importante, mas não resolve todos os problemas, para os quais as autoridades de Brasília devem consultar as comunidades. E acrescentou: "uma coisa que nos preocupa bastante é essa lei de mineração que se tramita no Congresso Nacional, onde as comunidades não são consultadas e a gente gostaria de participar, de discutir essa lei. Não gostaríamos que essa lei fosse aprovada sem a consulta prévia das comunidades indígenas e no momento era o que tinha para dizer".

Na seqüência, o presidente da Funai, Sulivan Silvestre, destacou a contribuição da parceria ISA/Foirn para que a demarcação fosse efetivada e destacou "a necessidade de um trabalho muito grande de mobilização da sociedade civil brasileira para que nós possamos combater, ainda tristemente existente, um forte sentimento de discriminação e preconceito contra os índios no Brasil".

O ministro da Justiça, Renan Calheiros, fez uso da palavra para destacar que foi incumbido diretamente pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso e por sua esposa, dra. Ruth Cardoso, para vir pessoalmente entregar à Foirn os decretos de homologação das demarcações das terras indígenas do Rio Negro e afirmou a necessidade de haver "políticas e ações para garantirmos a defesa da terra demarcada, a preservação da terra demarcada e principalmente buscar com as populações originárias, caminhos para o etnodesenvolvimento".

PROGRAMA REGIONAL

Concluída a etapa da demarcação e homologação, a Foirn e associações filiadas, com apoio de várias parcerias, passaram a se dedicar ao grande desafio de construir um Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável (ver Bloco de Notícias neste capítulo) de longo prazo para a região do Alto e Médio Rio Negro, com atividades de proteção, fiscalização, capacitação técnica, expressão cultural e sustentabilidade e bem estar das comunidades indígenas.

Há uma forte demanda da parte das comunidades indígenas das terras demarcadas por serviços básicos a apropriados de atendimento de saúde, educação escolar, segurança alimentar e geração de renda, com baixíssima resposta por parte dos órgãos do Governo Federal, o que coloca as comunidades à mercê de políticos locais e regionais, que distribuem bens em época de campanha política e associam a possibilidade de vantagens mais duradouras à implantação de novas unidades administrativas na região, seja através da criação de municípios ou mesmo de um Território Federal.

A Foirn entendeu que um "plano de proteção e fiscalização" (ver Box) das terras demarcadas seria apenas um componente desse "programa regional". *(setembro, 2000)*

BETO RICARDO/ISA

Pedro Garcia apresenta os decretos de homologação à Assembléia da Foirn, abril de 1998.

PLANO DE PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO

O Plano de Proteção e Fiscalização das TIs do Alto e Médio Rio Negro aprovado na Assembléia Geral da Foirn de abril de 98 tinha as seguintes linhas de ação:

1. Informação, comunicação e sinalização:

• Ampliação da rede de radiofonia da Foirn, segundo prioridades apontadas pelas comunidades e associações;

• Produção e distribuição regular de informações através do boletim da Foirn (Wayuri) e de programas de rádio e vídeo;

• Reforço do plaqueamento de sinalização em locais indicados pelas comunidades;

• Criação, por parte das comunidades/associações/Foirn, de um sistema de registro de invasões externas e rotinas formais de encaminhamento de demandas junto às autoridades federais

• Reuniões periódicas Foirn/Associações/Governo federal para avaliação da situação geral das invasões das terras e das ações governamentais relativas;

• Criação pela Foirn de um sistema de registro de pessoas interessadas em entrar nas terras indígenas, para permitir uma avaliação prévia pelas comunidades/associações;

• Monitoramento dos interesses minerários incidentes nas Terras Indígenas da região e acompanhamento do projeto-de-lei de regulamentação da mineração em terras indígenas, em tramitação no Congresso Nacional;

• Campanhas temáticas anuais para a disseminação de conceitos e resultados de ações e projetos que garantam a proteção das terras, dos recursos naturais e contribuam para a sustentabilidade e o bem estar das comunidades;

2. Fiscalização ostensiva

• Rotinas de fiscalização de limites críticos (calha do Rio Negro, Boca do Cauaboris, rios Téa e Marié) através de equipes móveis Foirn/ Associações/Comunidades-Governo Federal.

3. Zoneamento socioambiental participativo

• Zoneamento socioambiental participativo como suporte permanente para o planejamento de ações integradas de etnodesenvolvimento regional nas áreas de cultura, saúde, educação e atividades produtivas (equipes Foirn/associações/parcerias por rio);

4. Projetos demonstrativos

• Implantação de cerca de dez projetos demonstrativos participativos (prioridades definidas pelas associações/Foirn, gestão direta, pesquisa e assessoria técnica especializada e capacitação), nas diferentes subbacias das terras indígenas demarcadas, integrando ações de saneamento básico, energia alternativa, segurança alimentar, geração de renda, saúde, educação escolar, comunicação e transporte.

5. Pequenos projetos comunitários

• Constituição de um fundo de pequenos projetos comunitários (saúde, educação, cultura, segurança alimentar, transporte e comunicação), subordinado a um conjunto de regras de acesso amigável às comunidades e de decisão, manejadas por um comitê que tenha a participação direta da Foirn e associações filiadas e parcerias não-governamentais.

6. Projetos especiais em áreas críticas

• Ações especiais de apoio à sustentabilidade de comunidades situadas em áreas críticas como, por exemplo: (a) a comunidade Maku do Apapóris, totalmente isolada, no extremo sudoeste da TI Alto Rio Negro e sem assistência básica; (b) o garimpo indígena do Traíra, no qual se fixou uma comunidade permanente; (c) o garimpo do Peuá, onde persiste uma invasão crônica; e outras.

7. Capacitação

• Oficinas de capacitação de técnicos indígenas das comunidades, associações e da Foirn para a execução de atividades do plano (operação de radiofonia e motores de popa, registro de invasões, documentação em vídeo, atividades de zoneamento, formulação, apresentação e gestão de projetos, etc.).

8. Interface no PPTAL/PP G7

• Procedimentos administrativos para a identificação, delimitação, demarcação e homologação das terras ocupadas tradicionalmente por cerca de 66 comunidades indígenas na região do alto e médio Rio Negro, com prioridade para a TI Marabitanas/Cué-Cué;

• Interface com o Projeto Corredores Ecológicos (PCE), componente do PP-G7, através da implantação do Corredor Norte da Amazônia, proposto no âmbito do PCE ;

• Interface com o PDI/PPTAL (via oficinas de capacitação).

9. Interfaces com outros órgãos, programas e projetos do Governo Federal

• Ibama/MMA-Funai/MJ: implantação do Parque Nacional do Pico da Neblina (PNPN) e solução administrativa para a proteção do biato atualmente existente entre o limite norte da TI Médio Rio Negro II e o limite sul do PNPN;

• Ministério da Defesa: elaboração e implantação de um pacto de procedimentos para as atividades militares nas terras indígenas do alto e médio Rio Negro, com a participação de representantes da Foirn;

• Ministério das Relações Exteriores/Tratado de Cooperação Amazônica (TCA): programa socioambiental pró-ativo de cooperação trinacional Brasil/Colômbia/Venezuela para a bacia do Rio Negro, no âmbito do TCA, com a participação de representantes da Foirn;

•Secretaria de Assuntos Estratégicos/Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (CCSIVAM): mecanismos de cooperação e intercâmbio de informações com a Foirn, associações filiadas e suas parcerias não-governamentais. (abr/98)

Desafios para a Implantação do DSEI-RN

Dominique Buchillet | Antropóloga, IRD (ex-ORSTOM)/ISA

INVESTIGAÇÕES EPIDEMIOLÓGICAS E INDICADORES QUE INCORPOREM A VISÃO INDÍGENA SÃO ALGUNS DOS REQUISITOS IMPORTANTES PARA ENFRENTAR DE MANEIRA APROPRIADA A SITUAÇÃO DE SAÚDE INDÍGENA NA REGIÃO DO RIO NEGRO

No contexto da implementação de Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) (1999/2000) não é demais rever os dados epidemiológicos disponíveis bem como propor sugestões para implementação do DSEI no Rio Negro (DSEI-RN), levando em conta a variabilidade dos povos dessa região e a do ambiente em que vivem.

A região é o habitat de 22 etnias (cerca de 30 mil pessoas), cujas línguas pertencem a três famílias lingüísticas (Tukano oriental, Arawak e Maku), com características socioculturais, padrão de assentamento, densidade populacional, grau de mobilidade espacial, modo de uso e adaptação ao meio ambiente e grau de contato com a sociedade nacional variados. O ambiente em que vivem é também bastante diversificado, resultando numa heterogeneidade em termos de recursos genéticos e microorganismos.

A SITUAÇÃO DE SAÚDE É GRAVE

A avaliação do estado sanitário das populações do rio Negro é dificultada pela ausência de padronização dos dados de morbi-mortalidade existentes e sua dispersão nas diferentes instituições que até então atuavam na área da saúde indígena na região, pela sua imprecisão, não havendo sempre informações desagregadas por sexo, idade, etnia, procedência do paciente ou condição real de alta, e pela sua limitação, porque são principalmente coletados na rotina dos serviços de assistência.

Os dados disponíveis revelam, no entanto, a situação de saúde calamitosa dos povos do rio Negro, na qual predominam as doenças infecto-parasitárias, com destaque para as afecções respiratórias (entre as quais a tuberculose), a malária, as diarréias e parasitoses intestinais. Casos de anemia e de desnutrição foram reportados, bem como uma incidência alta de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e de tracoma, entre outros agravos.

TUBERCULOSE

A presença da tuberculose é atestada no Rio Negro desde o início do século XX (MacGovern 1928). Um inquérito retrospectivo desde 1977 e 1990 dos registros dos casos de tuberculose de dois hospitais da região indica uma taxa de incidência anual superior a três casos por mil habitantes, uma predominância de formas pulmonares, uma parte importante de formas extrapulmonares (um terço dos casos registrados), sobretudo ganglionares, bem como uma distribuição da doença em todas as faixas etárias e sem diferenças substanciais em relação ao sexo (Buchillet & Gazin 1998). Dados para o ano 1999 confirmam a importância da endemia tuberculosa, assim como os achados clínicos e epidemiológicos (Semsa 1999), condizentes com o longo tempo de contato dos índios com essa doença.

MALÁRIA

Dados históricos comprovam a importância epidemiológica e sanitária da malária no Rio Negro há dois séculos (Buchillet 1995). Dados recentes da Funasa confirmam a importância da endemia malárica na região (reportou-se em 1998 uma incidência anual de 103/1.000 habitantes) e a co-existência das formas de malária *vivax* e *falciparum*, sendo a segunda importada e manifestando-se através de surtos esporádicos.

DIARRÉIAS E PARASITOSES INTESTINAIS

Inquéritos coproparasitológicos conduzidos em 1997 entre 338 índios tukano orientais e maku da região do rio Tiquié mostram 92,30% de positividade para helmíntos e/ou protozoários, sendo que 69,2% deles apresentavam taxas altíssimas de multiparasitismo intestinal (Felipe & Nigro 1997). Dados da ONG Saúde Sem Limi-

tes (SSL) (1997) comprovam a alta prevalência de diarréias e parasitoses digestivas na região como um todo.

ANEMIA E DESNUTRIÇÃO

Casos de anemia e carências nutricionais severas foram reportados, particularmente em grupos locais maku, embora ignora-se se estão ligados ao índice de infestação parasitária ou à situação de escassez alimentar verificada em certas épocas e/ou sub-regiões do Rio Negro.

OUTROS AGRAVOS

Registram-se índices elevados de DSTs (Semsa 1999), um fato preocupante considerando que elas são a porta de entrada principal da infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV). Alguns casos de HIV/Aids foram reportados entre os militares da região (*ibid*). O que também não deixa de ser alarmante, levando em conta os freqüentes intercâmbios sexuais entre o pessoal militar e as adolescentes da região. Outras doenças para as quais há registros incluem o tracoma, hiperendêmico entre certos sub-grupos maku, podendo resultar em cegueira (SSL 1997). Há igualmente casos de hanseníase e de leishmaniose tegumentar (Ir. A. Sienckiewicz, comunicação pessoal). Entre as afecções dermatológicas, predominam as escabioses e piodermites. Observa-se também surtos freqüentes de gripe, varicela e coqueluche, sendo os últimos refletindo a fraca cobertura vacinal da região (Semsa 1999). Segundo os dados disponíveis, as doenças crônico-degenerativas, como diabetes, hipertensão arterial ou cardiopatias não parecem contribuir de maneira substancial ao quadro nosológico da região. O alcoolismo é um problema importante, embora sua incidência e significado sejam ignorados. Há, por fim, um número elevado de "afecções mal definidas" (Amarante 2000).

CAUSAS DE ÓBITO

Os dados de mortalidade são condizentes com os de morbidade, sendo as doenças diarréicas e respiratórias as principais causas de morte. Verifica-se igualmente um número importante de óbitos por causas "indeterminadas" (20,7% das causas de mortes em 1998), o que reflete o nível de desassistência médica da região (Amarante 2000).

TRANSIÇÃO EPIDEMIOLÓGICA

Os dados analisados sugerem que a população da região encontra-se ainda na fase inicial da chamada transição epidemiológica caracterizada pelo predomínio de doenças infecciosas como fatores de morbi-mortalidade. Esses dados precisariam, no entanto, ser afinados de acordo com os vários grupos e sub-grupos do rio Negro, suas características socioculturais e seu grau de contato com a sociedade nacional. Os requisitos necessários para a ocorrência, manutenção e impacto sobre as populações das principais endemias da região (malária, tuberculose e parasitoses digestivas, entre outras) permitem também postular que elas não acometem de maneira igual os vários povos.

No caso da malária, por exemplo, podemos citar a exposição diferenciada a fatores importantes na transmissão dessa doença, como a presença de represas de água ou lugares de águas paradas, a

PEDRO MARTINELLI OUT/97

Agenta Indígena da Saúde da comunidade de Jerusalém no Alto Içana, buscando remédios com um "promotor de salud" da comunidade de Camanaus, na fronteira com a Colômbia.

existência de áreas desmatadas, a introdução de hematozoários por indivíduos oriundos de regiões de endemia palustre (garimpeiros, por exemplo), entre outros. O mesmo pode ser dito com relação às parasitoses intestinais, cuja prevalência pode ser relacionada tão à diversidade e complexidade do meio ambiente, à concentração demográfica e ao grau de mobilidade espacial, quanto às condições do habitat e das fontes hídricas, à criação de animais, ao destino inadequado dos dejetos e aos hábitos dietéticos, entre outros, sendo, portanto, necessária a realização de estudos a nível micro para determinar a influência dos fatores físicos, ambientais e socioculturais no nível de infestação parasitária. Fica também evidente que a tuberculose, doença ligada de maneira íntima às condições socioeconômicas de vida e ao estado imunitário da pessoa, não acomete os povos indígenas de maneira igual. Considerando as características clínicas e epidemiológicas dessa doença (incubação silenciosa, caráter crônico, capacidade de reativação endógena, distinção infecção/ doença etc.) e os requisitos para seu tratamento (quimioterapia anti-tuberculose de seis meses no mínimo, necessidade da adesão ao tratamento), fica claro que a conduta profilática e terapêutica a adotar deve ser fundamentada no contexto sociocultural local.

Por fim, levando em conta as relações sinérgicas entre certas doenças infecciosas (tuberculose, por exemplo) e as carências nutricionais, sendo que a desnutrição favorece a infecção, e esta, por sua vez, agrava o estado de desnutrição, é fundamental a realização de inquéritos de avaliação da situação nutricional dos índios desta região, incluindo também estudos qualitativos sobre a concepção local da alimentação e dos modos de preparação culinária, bem como sobre a lógica cultural das restrições, prescrições e proibições alimentares.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO E VISÃO AUTÓCTONE

Os dados apontam, portanto, para a urgência de investigações epidemiológicas específicas. A importância de um perfil epidemiológico acurado é crucial numa região que constitui o habitat de várias etnias, com modos de uso e adaptação ao meio ambiente, grau de mobilidade espacial, tempo e formas de contato com a sociedade nacional diferenciados, como é o caso do Rio Negro. A multiplicidade das variáveis que interferem no estado de saúde das populações também impossibilita toda tentativa de generalização. As diferenças no perfil epidemiológico devem ser levadas em conta para adequar as ações às necessidades e demandas em matéria de saúde das diversas etnias, ou mesmo dentro de uma etnia, delinear estratégias de controle de certas doenças (malária, tuberculose, parasitoses digestivas, entre outras) adaptadas às características socioculturais locais e ao ambiente em que vivem os vários grupos e sub-grupos, e direcionar a formação dos Agentes Indígenas de Saúde em função dos problemas de saúde encontrados nas áreas de sua atuação. A própria concepção do DSEI prevê inclusive o fomento a pesquisas e/ou levantamentos visando aprofundar o conhecimento da clientela indígena (inquéritos populacionais, nutricionais, socioantropológicos, de procura dos serviços de saúde, entre outros) desde que os resultados dos mesmos tenham aplicação nas diretrizes, programas e rotinas de serviço do DSEI.

Cabe ressaltar, no entanto, que as estratégias para o delineamento e planejamento de ações e intervenções em saúde destinadas à populações etno-culturais específicas não podem se restringir aos indicadores sociais e de saúde comumente utilizados (natalidade geral e infantil, número de nativivos/ natimortos, morbidade, mortalidade, expectativa de vida, estatísticas relativas ao uso dos serviços de saúde, entre outros). Devem levar em conta a visão autóctone, tanto na definição quanto na verificação dos problemas de saúde. A consideração do auto-diagnóstico indígena, isto é, das percepções e interpretações do seu estado de saúde pelos próprios índios, seria o primeiro passo para que o DSEI-RN não ficasse uma apelação vazia, para inglês ver. *(março, 2000)*

"Piabeiros" Impulsionam Sistema de Aviamento no Rio Negro

Gregory Prang e Paulo Petry

Antropólogo e Ictiólogo/
Bio-Amazonia Conservation Int./Projeto Piaba

EXPLORAÇÃO DE PEIXES ORNAMENTAIS CENTRALIZADA EM BARCELOS E MANAUS ESTÁ SUBINDO O RIO NEGRO E ENVOLVENDO CADA VEZ MAIS COMUNIDADES INDÍGENAS

Mais de 20 milhões de peixes vivos são exportados anualmente do estado do Amazonas, gerando cerca de três milhões de dólares para a economia do estado. No mercado mundial esse produto movimenta cem milhões de dólares no varejo, incluindo também espécies de outros países da América Latina, África e Ásia. Os municípios de Barcelos e Santa Isabel constituem a maior área de pesca de peixe ornamental na bacia do Rio Negro, sendo Barcelos o principal posto de comércio. A pesca é artesanal com mais de mil pessoas diretamente envolvidas no ramo, mais ou menos 150 só em Santa Isabel. Uma só espécie, o cardinal (*Paracheirodon axelrodi*), constitui mais de 80% do volume de peixes ornamentais comercializados na bacia do Rio Negro. A alta taxa de mortalidade durante a captura e transporte na estação de seca, e a demanda do mercado são alguns dos problemas associados a sobrevida dessa atividade. Os Estados Unidos (EUA), Europa e Japão são os mercados principais para os peixes ornamentais, sendo mais procurados os peixes raros e difíceis de criar em cativeiro.

Desde 1989, professores, pesquisadores e estudantes da Universidade do Amazonas (UA) e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) têm implementado o "Projeto Piaba" no município de Barcelos para estudar a biologia e ecologia dos peixes or-

Piabeiros em ação na região do médio Rio Negro.

PAULO SANTOS/INTERFOTO - JUL/97

namentais e a socioeconomia da pesca da bacia do rio Negro. O projeto já coletou muitos dados sobre esta atividade, desde o produtor até o consumidor, parte dos quais estão aqui resumidos.

A bacia do Rio Negro oferece um grande número de espécies para o comércio de peixe ornamental. São encontrados no baixo Rio Negro, Novo Airão e Moura, várias espécies de acará, acará disco e alguns bodós. No médio Rio Negro, Barcelos, o cardinal, variedades (piabas que não são cardinais), acará discos e bodós são os mais coletados. Em Santa Isabel o cardinal é coletado principalmente nos rios Jurubaxi, Aiuanã e Téa, afluentes da margem direita e no Paraná Atauí, na margem esquerda (há cardinal em todo lugar na bacia do Rio Negro acima do Rio Branco, mas não vale a pena um esforço grande em muitos locais); e algumas espécies de corredora são coletados nos tributários da margem esquerda, principalmente no Inambú e Cauaborís. No Alto Rio Negro, São Gabriel, a corredora é procurada nos rios Tiquié e Içana.

EXPORTADORES

O comércio de peixe ornamental funciona como as demais atividades extrativistas na Amazônia. Os atores principais são o exportador, o patrão (intermediário) e o freguês. Atualmente, dos mais de 25 exportadores com permissão do Ibama para exportar peixe ornamental, somente sete estão operando. Os quatro maiores exportadores controlam pouco mais que 70% das exportações que saem de Manaus. Os exportadores que atualmente estão ativos em Manaus são:

- Aquamazon Imp. e Exp.;
- Aquarium Corydoras Tetra;
- Prestige Aquarium;
- Tabatinga Aquarium;
- Allanadcck Rodrigues de Melo;
- Turkys Aquarium;
- Amazonas Selvagem.

Cada exportador tem seu próprio sistema para obter estoques de peixe. Dois dos exportadores têm representantes que residem na cidade de Barcelos e recebem peixes de intermediários e os enviam até Manaus. Estes representantes, por sua vez, têm aproximadamente 20 intermediários e/ou pescadores independentes trabalhando para eles. Um destes exportadores também tem um representante no município de Santa Isabel. O raciocínio é que o exportador pode controlar melhor o desembarque de peixes em Manaus. Além dos representantes, estes exportadores empregam intermediários independentes espalhados pela bacia. Os demais exportadores têm vários intermediários; este número flutua de ano a ano, mas muitos permanecem leais. Os intermediários que entregam peixes aos representantes recebem menos que os que entregam diretamente ao exportador, mas são pagos na hora e não assumem o risco de mortalidade no transporte até Manaus. Os demais são pagos entre uma e duas semanas e têm que arcar com os custos da passagem até Manaus, assumindo o risco de peixes desperdiçados no processo de transporte.

PATRÕES

Os patrões na exploração de peixe ornamental são conhecidos como piabeiros (os pescadores de piaba), atravessadores e compradores. Há 60 deles aproximadamente, dos quais entre 13 e 15 operando acima de Barcelos. Para ser um patrão é necessário ser dono de um barco; quanto maior o barco, mais peixe pode ser transportado. O termo piabeiro é um pouco ambíguo: é usado para descrever o patrão e o cliente envolvidos na atividade. Não acontece como no comércio de borracha, no qual a terminologia distingue claramente o seringalista (o patrão) do seringueiro (o cliente). No caso da exploração de peixes ornamentais na bacia do Rio Negro, a não distinção terminológica pode refletir a realidade socioeconômica da pescaria. Há piabeiros que só compram peixe de coletores/clientes, outros que compram peixe e pescam também; e outros que só pescam.

FREGUESES

Os fregueses/coletores podem ser classificados de muitas formas: por tipo de peixe coletado e/ou os métodos pesqueiros que empregam, se pescam em rios ou igarapés. Seria mais apropriado classificá-los segundo os locais em que são recrutados, em razão das grandes distâncias percorridas para se obter peixes para exportação. Com este critério, há duas categorias de coletores. Aqueles que moram numa das comunidades, tanto indígena quanto ribeirinha, perto de uma área pesqueira produtiva. Este tipo de coletor também é agricultor, pescador e caçador, coleta peixe ornamental na estação seca, e coleta outros produtos extrativistas, como piaçava, durante a cheia. Porém, durante a estação pesqueira, muitos só pescam quando estão pressionados pela situação econômica.

A segunda categoria de coletor/freguês mora na cidade de Barcelos ou Santa Isabel e acompanha o patrão para a área pesqueira regularmente, ou pode ficar no acampamento para pescar durante algum período, geralmente um a dois meses. Estes coletores estão mais interessados em ganhar dinheiro vivo que os do interior, mais interessados nas mercadorias. Eles são geralmente solteiros e freqüentemente, relacionados ao patrão através de amigos ou parentes.

PREÇO

Os preços pagos pelos peixes variam em função da espécie, tamanho e estação do ano. Uma das espécies mais procuradas no rio Negro é o cardinal tetra, um peixe com baixo valor no mercado. O freguês recebe entre R$ 5,00 e R$10,00 por milheiro, conforme o tamanho dos estoques encontrados nas instalações dos exportadores em Manaus. O preço pago ao patrão também varia, mas o

costume é pagar o dobro do que ele pagou ao seu freguês. Nos últimos três anos, o exportador tem vendido cada cardinal por um preço que varia entre R$ 0,04 e R$0,13, conforme a demanda internacional, a época do ano e o tamanho do peixe. Nos EUA os preços médios para o atacadista, lojista e consumidor são US$ 0,26, US$ 0,65 e US$ 2,00, respectivamente. A grande diferença entre o preço pago ao coletor e o preço pago pelo consumidor deve-se aos custos associados com o transporte, condicionamento e alta taxa de perda dos peixes, além do fato que os lojistas compram em quantidades pequenas. As corredoras que são encontradas no alto rio Negro alcançam entre R$ 0,10 e R$2,50/unidade, conforme a espécie. Esses peixes custam entre US$ 4,00 e US$12,00 nos EUA.

A estagnação do preço pago ao coletor no Rio Negro se deve também a concorrência com os exportadores colombianos, os quais levam grande vantagem no preço do frete pago pelos compradores. No trecho Bogotá-Miami, um kg custa US$ 0,70, enquanto no trecho Manaus-Miami, custa US$ 1,50.

Uma via para melhorar a remuneração aos coletores seria investir na abertura de mercado para espécies consideradas "nobres", com alto valor individual, como os acarás e acaris. Várias espécies de Apistogramma, por exemplo, também poderiam ser criadas em cativeiro, combinadas com a piscicultura de espécies comestíveis, e encontrar bons preços no mercado.

IMPACTO AMBIENTAL

A pesca ornamental é muito distinta da pesca comercial porque é extremamente seletiva e requer que o produto se mantenha vivo. Essa pesca, especialmente do cardinal, usa uma metodologia de esforço que produz efeitos ambientais pouco expressivos do ponto de vista estético. Não há remoção de vegetação ou outra perturbação em larga escala. É uma pesca eminentemente concentrada no igapó. Na verdade, a manutenção da produtividade depende da integridade ambiental dos pesqueiros, e os piabeiros em geral têm consciência disto. Os acidentes com as queimadas do igapó em vários tributários do Rio Negro servem de evidência empírica.

Do ponto de vista do sistema biológico e ecológico como um todo, é difícil atribuir impacto, visto que o cardinal tem um ciclo de vida curto (um a um ano e meio) e provavelmente sofre taxas de mortalidade natural que superam 95%, em condições naturais. Em função disso é normal se observar flutuações inter-anuais de produtividade localizada, porque o sistema é limitado pela eficiência reprodutiva ano a ano e não possui um tampão populacional que inclua várias faixas etárias, o que é observado com espécies de ciclo de vida longo. Assim sendo, variações de abundância de curto prazo não são indicadores robustos do impacto da pesca. O impacto da remoção do cardinal do sistema poderia ser medido em teoria usando indicadores de produtividade de espécies predadoras (taxas de crescimento por exemplo), mas seria quase impossível estabelecer uma relação de causa e efeito porque o sistema é muito complexo e há muitas outras variáveis as quais poderiam influenciar o efeito.

Em anos de baixa produtividade os pescadores procuram áreas de maior retorno, aliviando a pressão de pesca e possibilitando a recomposição dos estoques em um curto período de tempo. Também, o percentual da área de atuação da pesca é relativamente pequeno quando comparado com a área total de ocorrência dos peixes, já que a pesca é limitada pelo número de pescadores e condições de pesca. O tempo médio de pesca efetivo por dia não ultrapassa quatro horas. O restante do tempo é usado para obtenção de alimento, isca e prospecção para o próximo dia.

É importante notar que nas áreas mais produtivas, Téa, Urubaxi, Aiuanã e Ataui, a maior parte da pesca é feita com cacuri, uma armadilha "passiva", de eficiência limitada. Essa é, talvez, uma das características da pescaria que propicia a manutenção dos estoques em níveis que permitem sua recuperação em curto prazo. Observando os pescadores, é evidente que os mesmos somente pescam em áreas que dão um mínimo de retorno. Uma vez que o retorno não é alcançado, eles procuram outras áreas. Essa estratégia de pesca tem o efeito de não depauperar completamente estoques localizados. Os pescadores usam o termo "deixar para semente para o próximo ano", o que, de fato, aparentemente funciona bem. Como há uma divisão territorial da pesca, e os mesmos pescadores voltam ano após ano para os mesmos pesqueiros, há um senso de manutenção dos ambientes de pesca. Quando alguma disputa acontece e esta não é resolvida a contento, incêndios misteriosos podem ocorrer. *(setembro, 2000)*

Roças Indígenas no Rio Negro são Foco de Alta Agrobiodiversidade

Laure Emperaire | Etnobotânica, IRD/ISA

PESQUISA COMPARATIVA IDENTIFICA COMO AGRICULTORES INDÍGENAS CONSERVAM E CRIAM VARIEDADES DA MANDIOCA

Os resultados de uma pesquisa recente (IRD/ISA-CNPq: "Manejo dos Recursos Biológicos na Amazônia: a Diversidade Varietal da Mandioca e sua Integração nos Sistemas de Produção", 1998/2000), apontam a região do Alto Rio Negro como um pólo de alta agrobiodiversidade. Foram registradas 89, 74 e 60 variedades, respectivamente, junto a 12 agricultores indígenas Tukano ou Desana, seis Baniwa e nove Baré. Em cada uma das roças, o número de variedades de mandioca levantadas foi de 15 a mais de 25. Nas outras regiões pesquisadas na Amazônia brasileira, embora a diversidade se mantenha alta como um todo (com 41 variedades na região de Altamira ou 16 no Alto Juruá), se reduz singularmente a nível individual, com menos de quatro variedades cultivadas por agricultor. As explicações para esses contrastes só podem ser encontradas com uma análise global dos sistemas que produzem ou utilizam esses recursos fito-genéticos.

A agrobiodiversidade ficou em parte esquecida nos inventários da biodiversidade da região amazônica. Mas o "rolo compressor da civilização", os paradigmas de uma agricultura "moderna" e as pressões do mercado, ameaçam a diversidade de plantas tradicionalmente cultivadas e os sistemas agrícolas que lhes deram origem, como o fogo e a floresta.

Os pesquisadores do projeto IRD/ISA compararam a diversidade das variedades de mandioca, principal cultivo e base da alimentação na Amazônia, entre populações indígenas, caboclas, de colonos e de seringueiros - no Rio Negro, no Médio Amazonas, na Amazônia oriental e no Acre - com a finalidade de caracterizá-la, de entender suas funções, as práticas agrícolas e representações a ela associada e os processos evolutivos em curso.

FUNDAMENTOS DA DIVERSIDADE

Nas roças indígenas do Alto Rio Negro, a quase totalidade da superfície é ocupada por mandioca brava. Tons de folhagem e diferentes estágios de crescimento dos pés revelam um sistema complexo. A mulher indígena é a mestre de obra dessa construção. Uma vez desmatada e queimada a área de floresta ou de capoeiras velhas pelos homens, o trabalho da roça torna-se feminino, desde a escolha das variedades de mandioca ou das outras espécies cultivadas até o preparo dos alimentos. As mulheres indígenas são as principais detentoras do saber ligado aos diferentes cultígenos.

Mas quais são os fundamentos de uma tal diversidade? Primeiro, há que se considerar os processos de seleção e experimentação de variedades, realizados durante inúmeras gerações, maximizando a *diversificação das características* - agronômicas, utilitárias, ou morfológicas - das variedades. É o fundamento do processo local de seleção. Essa diversificação, que talvez encontre sua expressão máxima na região do Alto Rio Negro, dá origem a um amplo leque de variedades que confere aos sistemas agrícolas uma certa estabilidade em termos de adaptações às condições ecológicas locais, de calendário de colheita (pelas diferenças de tempo de maturação e de conservação na terra) e de resistência às pragas. É, portanto, um importante fator de segurança alimentar.

As variedades diferem também pelos seus teores em amido, água, fibras, etc. A combinação dessas características permite preparar vários alimentos (farinhas, beijús, mingaus, caxiris, condimentos, etc.) de uso quotidiano ou festivo. Porém, não existe uma relação direta entre o uso de uma certa variedade e um produto: é um conjunto de variedades de caracteres semelhantes ou complementares, que permite elaborar um certo produto.

Percebe-se, então, que o elemento central de manejo não é apenas a variedade, mas a diversidade em si, enquadrando-se assim numa lógica oposta à agricultura moderna que privilegia a homogeneidade e a produtividade do cultivo.

PEDRO MARTINELLI - JAN/00

Roça de mandioca no alto Içana

Mas a conservação de uma tal diversidade não responde apenas a fatores utilitários. É um bem coletivo inserido num referencial cultural comum que se expressa, por exemplo, através dos mitos de origem da agricultura ou das plantas cultivadas. Tem um valor patrimonial e sua circulação responde a regras coletivas. Sistemas de trocas entre as 22 etnias indígenas da região do Alto Rio Negro e formadores ocorrem num raio de centenas de quilômetros incluindo comunidades na Colômbia e na Venezuela.

Apesar de ser menos visível, há outro elemento que enriquece constantemente a diversidade de mandiocas: a fonte de diversidade encontra-se na multiplicação sexuada das mandiocas. Esse cultivo é principalmente reproduzido por estacas. Assim, o patrimônio genético de uma variedade será transmitido identicamente às gerações de plantas seguintes. Ora, como qualquer outro vegetal, a mandioca produz também sementes que, pela recombinação genética que ela implica, darão origem a novas variedades. Esse fenômeno, embora não controlado, é perfeitamente conhecido por agricultores indígenas e caboclos da Amazônia e aproveitado como fonte de diversidade. Os novos pés nascidos de sementes serão testados, rejeitados ou multiplicados, dessa vez por estacas. Serão incorporados ao estoque de variedades dos agricultores e entrarão em circulação nas mencionadas redes de intercâmbio.

Esta relação entre diversidade e inovação – note-se que os fundamentos dos processos de seleção de novas variedades assemelham-se aos processos dos melhoradores modernos -, não é compartilhada por todos os agricultores da Amazônia. Por exemplo, nas regiões de colonização, os "indivíduos" provenientes de sementes são arrancados ou ignorados, por interferirem com uma diversidade varietal definida de forma mais rígida.

FRAGILIDADE E RECONHECIMENTO

Atualmente, a elevada diversidade repousa em dinâmicas internas, independentes das intervenções exteriores. Não obstante, as modificações geradas por uma pressão cada vez maior para a comercialização dos derivados de mandioca, uma crescente migração da população rural para os pólos urbanos e a perda dos saberes associados tornam mais frágeis essas formas de manejo.

A alta agrobiodiversidade identificada nas populações tradicionais, como entre os povos indígenas do Alto Rio Negro, não caracteriza um estado de referência absoluto. Reflete uma história, pré e pós-colonial, constituída de migrações, de contatos interétnicos e de pressões econômicas. Porém, o elemento que foi conservado, e cuja conservação deve ser incentivada, é a capacidade de adaptação, através de práticas agrícolas e das representações associadas à diversidade, a novos contextos. Manter uma alta diversidade não significa ficar marginalizado em relação às exigências do mercado. As duas dimensões são compatíveis, principalmente se o papel dessas populações, de conservar e criar novas variedades, for reconhecido e integrado nas políticas de conservação de recursos genéticos, em condições jurídicas que assegurem seus direitos sobre o material biológico. *(setembro, 2000)*

ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS

MULHER INDÍGENA PROTESTA CONTRA DISCRIMINAÇÃO

Não há diferença no tratamento dado à mulher pelo homem branco e pelos das tribos indígenas do Alto Rio Negro. "Sofremos violência como espancamentos, agressões e lá não temos a quem reclamar", afirma a presidente da Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (Amarn), Maria do Carmo Trindade Serra, 32 anos, casada, três filhos, há 12 anos em Manaus. Para ela, ser mulher é difícil em todos os lugares porque esta não é ouvida. A associação foi criada em 1984 para organizar as mulheres indígenas que migraram do Alto Rio Negro a Manaus, recebendo a doação de uma casa pela antropóloga do Inpa, Janete Chernela. *(A Crítica, 10/03/96)*

FOIRN ELEGE DIRETORIA

A Assembléia Geral da Foirn, realizada de 11 a 14 de dezembro de 1996, elegeu a nova diretoria para o período de 1997 a 2000. A nova diretoria é constituída pelos seguintes membros: presidente – Pedro Garcia, da etnia Tariano; vice-presidente – Maximiliano Menezes, da etnia Tukano; Secretário – Bonifácio José, da etnia Baniwa; Tesoureiro – Miguel Maia, da etnia Tukano. Na assembléia também realizou-se a escolha dos novos integrantes do Conselho Administrativo da Foirn, indicados pelas Associações que compõem a sua base territorial. *(Comunicado da Foirn, 15/12/96)*

REUNIÃO DO CONSELHO

Vinte etnias já confirmaram participação na décima Reunião Ordinária dos Conselho Administrativo da Foirn entre 10 a 13 deste mês em S. Gabriel da Cachoeira. Entre os assuntos a serem debatidos estão a demarcação de terras e a falta de políticas para o desenvolvimento auto-sustentável das comunidades indígenas. *(A Crítica, 06/12/97)*

MULHERES DISCUTEM MIGRAÇÃO

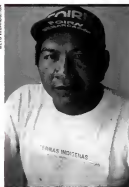
Mulheres indígenas da região do Alto Rio Negro querem criar alternativas econômicas nas aldeias para evitar a migração para Manaus. Elas estão reunidas desde ontem, na sede da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), e até amanhã pretendem discutir propostas para um plano de trabalho na região, que valorize a cultura, o artesanato, o trabalho feminino e fortaleça politicamente a organização indígena de mulheres.
Da assembléia das mulheres indígenas do Alto Rio Negro se pretende retirar propostas de intercâmbio entre as mulheres que migraram para a cidade e as que estão no interior. *(A Crítica, 06/09/97)*

ORGANIZAÇÕES DE IAUARETÉ BUSCAM AÇÃO COORDENADA

Pela primeira vez, um grupo de oito organizações indígenas da região de Iauareté, na Terra Indígena Alto Rio Negro (AM), noroeste da Amazônia brasileira, se reuniu para discutir problemas comuns, associados a questões como escolaridade indígena, fiscalização das terras indígenas recentemente demarcadas, relacionamento com as Forças Armadas instaladas na região e alternativas econômicas para as aldeias. O encontro ocorreu entre os dias 28 de julho e 1º de agosto, em Iauareté, município de S. Gabriel da Cachoeira.
Parte considerável das terras indígenas do Rio Negro estão superpostas à faixa de fronteira internacional com a Colômbia, onde o Exército brasileiro mantém vários pelotões. Nesse sentido, a assembléia reiterou a necessidade de se estabelecer um diálogo com o governo federal sobre sua política nacional de defesa para a região, a fim de criar uma convivência harmoniosa entre os índios e os pelotões de fronteira. *(ISA, 08/11/98)*

ASSEMBLÉIA CRIA ORGANIZAÇÃO NO BAIXO IÇANA

Reunidos na comunidade Boa Vista, na Foz do Içana, entre 19 e 20 de março, 93 participantes – incluindo os capitães de nove comunidades do baixo Içana – fundaram a Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Içana (Aibri). A reunião foi presidida por Valdomiro Firmino e foi aberta com uma oração proferida pelo irmão envangelista Felipe Aleixo. Da nova associação fazem parte as seguintes comunidades: Piraiauara, Cabeçudo, Camarão, Jauacanã, Auxiliadora, Irari-Ponta, Nazaré do Cubate, Buia Igarapé e Boa Vista da Foz do Içana. Com a nova organização, estas comunidades se desligaram da Associação das Comunidades Indígenas do Rio Içana (Aciri), que tem sede em Assunção. Os Estatutos foram aprovados, após leitura e explicações de Bonifácio José, diretor da Foirn presente ao evento. A nova associação pretende lutar pelos direitos indígenas, fiscalizar e proteger as terras demarcadas, valorizar a tradição, buscar alternativas econômicas, buscar

BETO RICARDO/ISA

Pedro Garcia Tariano.

Maximiliano C. Menezes Tukano.

Bonifácio José Baniwa.

Miguel B. Maia Tukano.

apoio para os agentes de saúde e professores locais, incentivar os esportes e obter meios de transporte e comunicação de interesse coletivo. Foram eleitos para dirigir a associação Eldo Américo Cordeiro (presidente), Valdomiro Firmino (vice), José Maria Sampaio (secretário) e Cosme Afonso Bittencourt (tesoureiro). Para conselheiros foram escolhidos Marcílio Didório e Domingos Plácido. *(ISA, a partir da Ata da I Assembléia da Aibri, 19 e 20/03/99)*

AUTO-SUSTENTABILIDADE É TEMA DE ENCONTRO

Auto-sustentabilidade como fonte de alternativas econômicas para o próximo milênio aos índios e ribeirinhos do Alto Rio Negro e da Amazônia Brasileira é o tema do 1° Encontro dos Povos Indígenas e Ribeirinhos da Região, que começou anteontem e vai até hoje no Município de S. Gabriel da Cachoeira. Cerca de 300 líderes indígenas estarão reunidos na cidade, discutindo a maneira de implementar economias alternativas auto-sustentáveis nas comunidades para evitar as dependências econômicas e especuladores da região e a busca de alianças com instituições governamentais e não-governamentais para facilitar as elaborações de projetos, segundo a realidade local. *(A Crítica, 18/06/99)*

FOIRN SOLICITA PRESSA NA TRAMITAÇÃO DO ESTATUTO

Lideranças indígenas reunidas para a XIII Reunião do Conselho Administrativo da Foirn decidiram solicitar do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, que aprove o Projeto de Lei 2057/91, que visa instituir o Estatuto das Sociedades Indígenas, que está com a sua tramitação paralisada há vários anos na Câmara. As lideranças solicitam também que seja discutido também o Projeto de Lei 1610-A/96, que pretende regulamentar as atividades de pesquisa e lavra de minérios em terras indígenas. *(Solicitação da Foirn à Câmara dos Deputados, 07/08/99)*

CORIPACO DO ALTO IÇANA ELEGEM CHEFE DE PI

Aproveitando a oportunidade de uma Conferência Bíblica na comunidade de Jerusalém, na qual estavam reunidas cerca de 450 pessoas, os Coripaco do Alto Içana, com apoio da Organização Indígena da bacia do Içana (Oibi), avaliaram a situação da Funai na região e decidiram eleger um novo chefe de posto para a comunidade de S. Joaquim, onde existe também um pelotão do Exército. A sessão foi dirigida pelo capitão da Comunidade, sr. Alexandre Luiz Quintino. Apresentaram-se quatro candidatos e o mais votado foi Rogério Luiz Quintino, cujo curriculum inclui a formação escolar até a quarta série do primeiro grau, seis anos como "professor rural" e quatro anos como representante da Prefeitura na região. *(ISA, com base na Ata da Reunião de 23/08/99)*

I ENCONTRO INDÍGENA DE BARCELOS FUNDA "ASIBA"

Um grupo de indígenas do município de Barcelos, no Baixo Rio Negro, preocupado principalmente com a questão "da sobrevivência das famílias e a desvalorização da sua cultura moral e material", reuniu-se e decidiu preparar uma reunião maior, a qual ocorreu no dia 5 de novembro de 1999, no Salão Paroquial de Nossa Senhora da Conceição, com a presença de 80 pessoas de várias "tribos". O principal tema

VI ASSEMBLÉIA GERAL DA OIBI E PRIMEIRA REUNIÃO CORIPACO

Representantes das comunidades Baniwa de um trecho do alto Içana, organizadas na Oibi, reuniram-se em 10 de outubro de 1999 na VI Assembléia Geral da associação, numa comunidade Coripaco. A assembléia geral da Oibi acontece anualmente para prestar contas e relatar as atividades desenvolvidas pela diretoria da associação. Em 1998 a Oibi decidiu fazer a assembléia seguinte na comunidade de Coraci, com objetivo de reunir representantes Coripaco, que habitam o segmento mais alto do Içana. Ao todo estavam presentes cerca de cem pessoas, contando com lideranças de dez comunidades Coripaco, capitães, professores, agentes de saúde, além de representantes da Foirn e do ISA.

A diretoria da Oibi tratou do descobrimento, colonização e história mais recente do Brasil, explicando como funciona e comparando as instituições governamentais, civis e dos índios, asseguradas pela lei federal. Esta introdução foi feita para justificar o porque das organizações indígenas no Brasil, na Amazônia, no Amazonas, em São Gabriel e no rio Içana. Seguiram-se relatos sobre as atividades realizadas nas áreas educação (formação de professores, escola indígena Baniwa e Coripaco e trabalho para elaboração de uma gramática Baniwa e dicionário), saúde (participação na política de saúde em São Gabriel, projeto de plantas medicinais com agentes de saúde e Distrito Sanitário Especial Indígena do rio Negro), alternativas econômicas (experiência: artesanato, farinha, tantalita, avicultura e atualmente Projeto Arte Fibra de Arumã Indígena Baniwa), demarcação (importância e por isso deve haver proteção e fiscalização, e a bebida alcoólica é totalmente proibida na área indígena e que isto é lei), comunicação (seis rádios em operação e o projeto futuro para a região) e transporte (motores de popa da associação, bote, bongos e barco-motor).

***Fundação da Oicai** - No dia 11 seguiu-se uma reunião com os capitães, lideranças, professores e agentes de saúde Coripaco, das comunidades Matapi Cachoeira, Coraci, Roraima, Barcelo, São Joaquim, Warirambá, Boa Vista, Campo Alto, Matraca, Jerusalém e Wainambi. Estava presente um representante da comunidade Coripaco Ponta Tigre. Mais uma vez falou-se das diferenças entre as instituições e que "organização é conforme interesse de cada um, por exemplo: religioso, civil, indígena, ONGs e dos governos". Dito isto, a Assembléia se dividiu em grupos e depois organizou uma lista de reivindicações:*

- Falta de transporte para comunidades, AIS e professores;
- Melhorar formação de AIS;
- Falta de apoio político;
- Precisa de associação própria;
- Falta de material agrícola;
- Transporte aéreo deve melhorar;
- Falta pesquisar minério;
- Precisa de escola de 5ª a 8ª série em São Joaquim;
- Precisa de mais radiofonia;
- Precisa de mais AIS em Campo Alto e Matraca;
- Precisa de reformas das escolas de 1ª a 4ª série;
- Falta melhorar comunicação com representante da Prefeitura;
- Em Campo Alto fazer um barracão para passageiros.

Essas reivindicações devem ser levadas às autoridades pela Oibi.

A assembléia aprovou a criação de uma associação Coripaco com objetivo de procurar resolver problemas levantados. Na seqüência foram propostos quatro nomes para associação, sendo vencedor Organização Indígena das Comunidades Coripaco do Alto Içana (Oicai). Depois veio indicação dos candidatos para compor a diretoria da Oicai, que foram: Paulo Lorenço, Tuli Melício, Paulo Graciliano e Laureano Lourenço. Na eleição ganhou para presidente o Laureano Lourenço, com 47 votos; Tuli Melício, vice presidente, com 26 votos; Laureano Lourenço, para secretário, com 15 votos; Paulo Graciliano para tesoureiro com 4 votos, no total de 92 votantes. Para o Conselho Fiscal foram indicados Graciliano e Samuel. A posse teve a palavra de dois capitães e oração final. A sede da associação será em Coraci. O mandato da diretoria será de 4 anos. A próxima assembléia que será na comunidade de Panapanã, nos dias 10 e 11 de outubro de 2000. "Após manifestação de satisfação dos presentes na avaliação, a noite fez-se o encerramento do evento deste povo, bastante importante e histórico, com culto e manifestação de cultura e apresentações das escolas e agradecimentos". (ISA, com base no Relatório da Oibi referente à VI Assembléia Geral da Associação e à primeira reunião das comunidades Coripaco do Alto Içana, 24/10/99)

abordado foi "a necessidade de que os grupos se organizem para que sejam valorizadas as suas culturas artísticas e materiais: e ... preservados os seus costumes e suas identidades".
Após várias discussões, foi criada a Associação Indígena de Barcelos (Asiba) e escolhida uma Comissão Provisória para coordenar os trabalhos, composta por: Cecília Ticana, Virgília Baré, Benjamin Baniwa, Clarindo Tariana, Romilda Baniwa, Edgard Baré, Américo Tucano, Dilsa Baré e Maria Miguel Baré.
O relatório sobre a reunião destaca que, em 1999, apareceram na região vários pesquisadores, historiadores e lingüístas, que nunca fizeram algo que favorecesse a população indígena. No mês de maio, apareceu Ismail Tariano, para pesquisar a história de Barcelos e propôs aos líderes indígenas que fosse feito "um grande encontro com todos os irmãos".
Diante da necessidade de apoio jurídico, político e financeiro, ficou acertada uma próxima reunião nos dias 10, 11 e 12 de dezembro próximo, com a presença de pessoas de várias organizações. Também decidiu-se enviar uma carta-circular para várias instituições governamentais e não-governamentais e que haverá articulação nas 44 comunidades rurais, para cadastramento dos indígenas residentes no interior. *(ISA, Relatório do I Encontro Indígena de Barcelos. 06/11/99)*

CRIADA ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS INDÍGENAS URBANOS

Como resultado da "Oficina de Comercialização de Artesanatos", realizada em São Gabriel da Cachoeira, entre 17 de novembro e 2 de dezembro de 1999, com o apoio da Foirn, Planfor, UA, FAT e ADCAM, foi criada a Associação dos Artesãos Indígenas de São Gabriel da Cachoeira (Assaí). *(Wayuri, nº 35, 08/00)*

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INDÍGENA SUSTENTÁVEL

A Foirn entregou ao presidente da Funai, Carlos Frederico Marés, no último dia 10 de dezembro, solicitação de apoio político e financeiro para implementar um programa regional de desenvolvimento indígena sustentável para o Alto e Médio Rio Negro. A proposta tem a finalidade de consolidar a demarcação das cinco terras indígenas da região chamada "Cabeça do Cachorro" (noroeste da Amazônia brasileira), homologadas em abril de 1998, por meio da implementação de um conjunto de projetos. As cinco terras indígenas demarcadas perfazem um total de 10,6 milhões de ha. Na região vivem cerca de 30 mil índios de 22 etnias diferentes. A Foirn articula 34 organizações afiliadas.
O documento entregue ao presidente da Funai descreve dez linhas de ação, que passam pelo aprimoramento da comunicação entre as associações e entidades que atuam na região, pelo aperfeiçoamento da fiscalização sobre os limites das terras indígenas, pela implementação de projetos demonstrativos geridos pelos índios que possibilitem promover solução para problemas relacionados à falta de infra-estrutura e de serviços e a atender demandas básicas das comunidades (segurança alimentar, saúde, educação, saneamento, transporte), pelo fomento à capacidade técnica e a geração de renda e pela articulação com órgãos públicos cujas ações incidem nas áreas.
A proposta em questão sugere também atenção à articulação com os programas do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, o PP-G7 incidentes sobre a região. Além da identificação, demarcação e homologação das Terras Indígenas Marabitanas-Cué Cué e Balaio (via PPTAL), faz referência à implantação do Corredor Norte da Amazônia, do Projeto Corredores Ecológicos e aos Projetos Demonstrativos Indígenas (PDIs), ainda em discussão no âmbito do PP-G7.
De posse da solicitação da Foirn, o presidente da Funai Carlos Marés sugeriu que o prazo para a formulação de um orçamento para o Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Alto e Médio Rio Negro seja reduzido, dos 45 dias propostos, para uma semana. *(ISA, 15/12/99)*

XIV REUNIÃO DE CONSELHO ADMINISTRATIVO

A XIV Reunião do Conselho Administrativo da Foirn, reunido em 22 de janeiro de 2000, discutiu diversas questões de interesse para o movimento indígena da região, como a alteração do estatuto da entidade, o plano de proteção e fiscalização pela parceria ISA/ Foirn, a Marcha dos 500 Anos, e a implantação do Distrito Sanitário Especial Indígena. Além destas questões, discutiu-se também os critérios necessários que devam ter os candidatos que disputarão vaga na diretoria da entidade e formou-se grupos para avaliar os relatórios de atividades das entidades de base filiadas à Foirn. *(ISA, a partir da Ata da XIV Reunião do Conselho Administrativo da Foirn, jan/00)*

SOLUÇÕES PARA BEBIDAS ALCOÓLICAS

Representantes de diversas organizações afiliadas a Foirn demonstraram preocupação com a livre circulação de bebidas alcoólicas em suas áreas. Apesar de proibida por lei, é notória a presença do álcool nas diversas áreas. Muitos mostraram-se preocupados com o fluxo de transporte a partir da Colômbia, que encontra condições de navegação favoráveis próximo as áreas indígenas. Outros observaram o problema representado pelo alcoolismo junto a militares e algumas lideranças indígenas, que facilitam e até viabilizam o transporte de bebida para dentro de suas reservas. Entre as propostas de combater o problema está a de redistribuir os postos de fiscalização, coordenando-os para uma ação mais eficaz. *(ISA, a partir da Ata da XIV Reunião do Conselho Administrativo da Foirn, jan/00)*

FOIRN AMPLIA DIRETORIA E DISCUTE PARTICIPAÇÃO FEMININA

Os representantes reunidos na reunião do Conselho Administrativo da Foirn concluíram pela necessidade de ampliação da diretoria da entidade. Todos concordaram que é preciso que a entidade conte com alguém permanentemente instalado em São Gabriel da Cachoeira, devido ao aumento de demanda por um diretor que estabeleça contatos, acompanhe o calendário de prestação de contas e elaboração de relatórios e auxilie a comunicação com os parceiros da entidade. Todos concordaram também com a importância que a diretoria conte com a presença de mulheres, que fomentem a participação feminina nas atividades da organização e traga problemas específicos que digam respeito a mulher indígena. *(ISA, a partir da Ata da XIV Reunião do Conselho Administrativo da Foirn, jan/00)*

NOVOS CRITÉRIOS PARA ELEIÇÃO DE DIRETORIA

A Foirn, em reunião de seu Conselho Administrativo, discutiu os atuais critérios para a eleição de membros de sua diretoria. Ficou decidido que o número de delegados a participar da Assembléia da entidade a eleger a nova diretoria será determinado por calha de rio e não por associação. A calha do Rio Negro, Uaupés e Tiquié, Içana e Xié terão cada uma o direito a 20 delegados, e a calha do Uaupés e Papuri, 40. *(ISA, a partir da Ata da XIV Reunião do Conselho Administrativo da Foirn, jan/00)*

II ASSEMBLÉIA FORMALIZA ASIBA

Mais de 300 pessoas das etnias Baré, Desana, Piratapuia, Tariana, Canamari e Yanomami se

reuniram entre os dias 9 e 11 de junho, na II Assembléia da Associação Indígena de Barcelos (Asiba). Os participantes residem na própria cidade de Barcelos e em comunidades e sítios situados às margens do baixo rio Negro e afluentes. Três pajés incensaram o local da assembléia, antes do início dos trabalhos sob a coordenação de Clarindo Tariana, e presidente da diretoria provisória eleita em novembro de 99 (ver acima). O encontro, que contou com a presença de Miguel Maia, membro da diretoria da Foirn, discutiu a implantação do Distrito Especial Sanitário Indígena do Rio Negro. O antropólogo Sidnei Peres apresentou os resultados do recente levantamento feito em conjunto com a antropóloga Ana Gita de Oliveira (ISA/ Foirn) no baixo Rio Negro, para identificar a população indígena da região. No último dia foram aprovados os Estatutos e eleita a primeira diretoria permanente da Asiba, com Clarindo Tariana na presidência, Marinete (secretária), Peres (tesoureiro). O conselho fiscal foi composto por seis pessoas, entre as quais Milton da Assembléia de Deus, também indicado como conselheiro da Asiba junto à Foirn. *(ISA, com base no "Relatório sobre a II Assembléia Geral da Asiba", 09 a 11/06/00).*

ACIBRN ELEGE NOVA DIRETORIA E LANÇA INFORMATIVO

Em assembléia realizada entre 11 e 13 de julho, na comunidade de Itapereira, foi eleita a nova diretoria da Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro (ACIBRN), assim composta: Jovelino Horácio (presidente), Miguel Maia (vice), Clóvis Batista (1º secretário), Gerson Fonseca (2º secretário), Josias Bruno e Luis Pena (tesoureiros). A nova diretoria da ACIBRN tem um programa de transporte e comunicação, além do fortalecimento do polo base do Distrito Sanitário Especial Indígena do Rio Negro, sediado em Tapereira; e lançou um informativo. *(Pucicab, nº 1, ago/00)*

COORDENAÇÃO GERAL DE ORGANIZAÇÕES EM IAUARETÉ

Criada no final de 1997, a Coordenação das Organizações Indígenas do Distrito de Iauareté (Coidi) representa uma integração de esforços das cinco principais organizações indígenas existentes nesta região (Unidi, Oici, Onimrp, Oniarp e Unirva – ver abaixo). No contexto da institucionalização do movimento indígena do alto rio Negro, a Coidi tem sido estimulada e apoiada decisivamente pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), e é uma experiência sem precedentes.

Antes da criação da Coidi, as atividades e projetos desenvolvidos pelas organizações indígenas da região do alto rio Negro baseavam-se nas relações diretas mantidas pela Foirn e suas organizações de base, que atualmente já ultrapassaram a casa das 40. A Coidi propõe-se ocupar um espaço intermediário, buscando articular as ações de um conjunto de organizações vizinhas e que enfrentam problemas similares. Seu epicentro de atuação é a sede do Distrito de Iauareté, localizado no médio rio Uaupés, defronte à boca do rio Papuri, no ponto onde este rio passa a delimitar a fronteira Brasil/ Colômbia.

A população indígena de Iauareté é de cerca de 2.300 indivíduos e a do distrito como um todo ultrapassa os seis mil. Desse modo, a Coidi representa hoje todas as comunidades situadas no Uaupés entre as comunidades de Urubuquara e Querari, bem como aquelas situadas no rio Papuri, desde sua foz até a de Melo Franco. A população residente nessas comunidades pertence às etnias Tukano, Tariana, Desana, Pira-Tapuia, Arapasso, Wanano, Tuyuka e Maku-Hupda.

Fazem parte da Coidi tanto organizações de representação política, no sentido restrito do termo, como associações de segmentos específicos, que se ocupam de questões setoriais. São elas:

Unidi – União das Nações Indígenas do distrito de Iauareté;

Oici – Organização Indígena do Centro Iauareté (ex UIDI, ex UCIDI);

ONIMRP – Organização das Nações Indígenas do Médio Rio Papuri;

ONIARP – Organização das Nações Indígenas do Alto Rio Papuri;

Unirva – União das Nações Indígenas do Rio Vaupés Acima;

Atidi – Associação dos Trabalhadores Indígenas do Distrito de Iauareté (dos comerciantes indígenas);

Aedi – Associação dos Educadores Indígenas do Distrito de Iauareté;

Aispi – Associação Indígena de Saúde Pública de Iauareté;

Amidi – Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Iauareté;

APMCIESM – Associação de Pais e Mestres das Comunidades Indígenas da Escola São Miguel ;

Cercii – Centro de Estudos e Revitalização da Cultura Indígena de Iauareté;

AILCTDI – Associação Indígena da Língua e Cultura Indígena dos Tariano do Distrito de Iauareté;

FDDI/Iauareté – Fórum de Debates de Direitos Indígenas (representação no Distrito de Iauareté).

Assembléias - Em 1998, as principais organizações do Distrito de Iauareté tomaram a decisão de realizar suas assembléias conjuntamente, o que levou à realização da primeira assembléia geral da Coidi, ocorrida no mês de julho. Nos anos seguintes, 1999 e 2000, a estratégia se repetiu, e a assembléia geral do Distrito de Iauareté tornou-se talvez o mais importante evento realizado anualmente na região.

Já na primeira assembléia, as organizações presentes tomaram a importante decisão de exigir a retirada dos seis comerciantes brancos que atuavam permanentemente em Iauareté. Esta decisão, impulsionada pela demarcação da TI Alto Rio Negro e pela criação de uma associação de comerciantes indígenas (Atidi), levou a uma série de gestões e à elaboração de documentos dirigidos à Funai, Foirn, Poder Judiciário e Polícia Federal. A saída dos comerciantes brancos aconteceu entre abril e maio de 1999, de modo que, na Segunda Assembléia, este fato já era contabilizado como uma conquista da Coidi.

Nesta Segunda Assembléia, também foram indicados os nomes do Distrito que deveriam concorrer às eleições para a Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira nas eleições de 2000 e discutidas questões como transporte fluvial, abastecimento de energia e obras públicas em Iauareté, entre outras.

Na Terceira Assembléia, ocorrida em julho de 2000, foi finalmente votado o estatuto da Coidi e eleita sua segunda diretoria. Neste ano eleitoral, todos os candidatos à Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira estiveram visitando Iauareté durante os dias em que foi realizado o encontro, apresentando-se formalmente à plenária e fazendo comícios em diversos bairros à noite. Havia mais de 200 pessoas participando das discussões. Todas as iniciativas e projetos das organizações e associações foram apresentados durante os quatro dias de reunião. Diversos ofícios cobrando ações, fazendo sugestões ou solicitando explicações foram elaborados e dirigidos à Prefeitura de São Gabriel, à Funai, à Centrais Elétricas do Amazonas e ao Comando Militar da Amazônia. Além dos políticos, participaram instituições como Foirn, FDDI/São Gabriel, ISA, Funai, Saúde Sem Limites, Prefeitura de São Gabriel e Missão Salesiana. *(ISA, out/00)*

ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO

Até 1995, existiam 23 organizações indígenas na região do Rio Negro. Entre 1996 e 2000, esse número dobrou. Somam, agora, 46, das quais 42 são filiadas à Foirn.

Sigla	Ano de fundação	Sede	Rio	Associados	Abrangência
1. AMARN	1984	Manaus	Negro – Baixo	41 mulheres	Cidade de Manaus
2. ASIBA	1999	Barcelos	Negro – Baixo	60 comunidades	Município de Barcelos
3. ACIMRN	1994	S. Isabel	Negro – Médio	34 comunidades	Da Ilha do Chile para baixo, incluindo Padauiri e Preto
4. CACIR	1993	Uábada	Negro – Médio	12 comunidades	De Piano até a Ilha do Chile
5. ACIBRN	1988	Tapereira	Negro – Médio	19 comunidades	De Tapajós até Aruti
6. AAISARN	1995	São Gabriel da Cachoeira (SGC)	Vários	10 agentes indígenas de saúde	Rio Negro
7. APIARN	1999	SGC	Vários	220 professores	Rio Negro
8. ASSAI-SGC	1999	SGC	Negro	27 pessoas	Município de SGC
9. FDDI-SGC*	1997	SGC	Negro	28 pessoas	Município de SGC
10. GETEC	1999	SGC	Negro	26 pessoas	Cidade de SGC
11. AINBAL	1991	Balaio	Miuá/Ia Mirim/ Balaio e Demiti	07 comunidades	Comunidades ao longo da BR 307
12. AYRCA	1999	Maturacá Maturacá/Ariabú	Cauaburis	05 comunidades	Maturacá, Inambu, Ariabú, Maiá e Nazaré
13. ACIRNE	1988	Cué-Cué	Negro	13 comunidades	De Auxiliadora até S. Francisco
14. ACIPK (= AIP)	1992	Ilha das Flores	Negro – Alto	12 comunidades	De S. Sebastião até S. Felipe
15. OCIARN	1998	Marabitanas	Negro – Alto	12 comunidades	De Nova Jerusalém até Cucuí
16. ACIRX	1989	Vila Nova	Xié	09 comunidades	Rio Xié
17. ACITRUT	1986	Taracuá	Uaupés/Tiquié	28 comunidades	De Monte Cristo até Ipanoré (no Uaupés) e Colina (no Tiquié)
18. AMITRUT	1989	Taracuá	Uaupés/Tiquié	28 comunidades	De Monte Cristo até Ipanoré (no Uaupés) e Colina (no Tiquié)
19. ACIRC	1998	Dhutura	Igarapé Castanha	08 comunidades	De Fátima até Buraco de Cobra
20. UNIRT	1990	S. José 2	Tiquié	16 comunidades	De Pirarara-poço até S. João Batista
21. CIPAC	1989	Pari-Cachoeira	Tiquié – Alto	4 bairros	Pari-Cachoeira – sede
22. ATRIART (ex-CRETIART)	(1994) 2000	Caruru	Tiquié – Alto	13 comunidades	De S. Domingos até Fronteira Igarapé
23. ACIRU	1991	S. Sebastião	Umari/Tiquié	04 comunidades	Umari (de S. Sebastião até Piracema)
24. OIBV	1997	Bela Vista	Tiquié	01 comunidade	Bela Vista
25. UNIDI	1989	Loiro	Uaupés	18 comunidades	De Urubuquara até a Ilha S. João
26. OICI	1997	Iauareté	Uaupés	10 comunidades	Distrito Iauareté
27. AMIDI	1995	Iauareté	Uaupés	70 comunidades	Distrito Iauareté
28. AEIDI	1997	Iauareté	Uaupés	70 comunidades	Distrito Iauareté
29. COIDI	1997	Iauareté	Uaupés	70 comunidades	Distrito Iauareté
30. ATIDI	1998	Iauareté	Uaupés	40 pessoas	Distrito Iauareté
31. APMCIESM*	1998	Iauareté - sede	Uaupés	sem informação	Distrito Iauareté
32. AISPI	2000	Iauareté	Uaupés	28 pessoas	Distrito Iauareté
33. AILCTDI	2000	Iauareté	Uaupés	150 Tariano de 10 comunidades	Distrito Iauareté
34. CERCII*	2000	Iauareté	Uaupés	40 pessoas	Iauareté – sede
35. FDDI- Iauareté*	1999	Iauareté	Uaupés	30 pessoas	Iauareté – sede

Sigla	Ano de fundação	Sede	Rio	Associados	Abrangência
36. UNIRVA	1996	Arara Cachoeira	Uaupés – Alto	26 comunidades	De Taiaçu até Foz do Querari (nUaupés) e Sta. Terezinha (no Iauiari)
37. UNIMRP	1994	Pato	Papuri – Médio	17 comunidades	Itapinima a Uandé
38. ONIARP	1994	Uirapixuna	Papuri – Alto	08 comunidades	De Uirapixuna até Melo Franco
39. AIBRI	1999	Boa Vista	Içana – Baixo	10 comunidades	De Boa Vista até Buia (no Içana) e Nazaré do Cubate
40. AMAI	1992	Assunção	Içana – Médio	03 comunidades	Assunção
41. OCIDAI (ex-ACIRI)	(1989) 1999	Assunção	Içana – Médio	03 comunidades	Assunção
42. OIBI	1992	Tucumã	Içana – Alto	16 comunidades	De S. José até Tamanduá
43. UNIB	1997	Castelo	Içana – Alto	8 comunidades	De Nazaré do Içana até Tunui e Vista Alegre (no Cuiari)
44. OICAI	1999	Coraci	Içana-Alto	16 comunidades	De Matapi até Camanaus
45. UMIRA	1999	Canadá	Aiari	22 comunidades	Aiari
46. ACIRA	1995	Canadá	Aiari	22 comunidadses	Aiari

(*) Não filiadas à Foirn.
Informações atualizadas por Beto Ricardo/ISA até outubro/2000.

1) AMARN: Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro;
2) ASIBA: Associação Indígena de Barcelos;
3) ACIMRN: Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro;
4) CACIR: Conselho de Articulação das Comunidades Indígenas Ribeirinhas;
5) ACIBRN: Associação das Comunidades do Baixo Rio Negro;
6) AAISARN: Associação dos Agentes Indígenas de Saúde do Alto Rio Negro;
7) APIARN: Associação dos Professores Indígenas do Alto Rio Negro;
8) ASSAI/ SGC: Associações dos Artesões Indígenas – São Gabriel da Cachoeira;
9) FDDI-SGC: Fórum de Debate de Direitos Indígenas – São Gabriel da Cachoeira;
10) GETEC: Grupo de Estudo e Trabalho em Ecoturismo;
11) AINBAL: Associação Indígena de Balaio;
12) AYRCA: Associação dos Yanomami do Rio Cauboris;
13) ACIRNE: Associação das Comunidades Indígenas do Rio Negro;
14) ACIPK: Associação das comunidades Indígena de Potira Kapuamo;
15) OCIARN: Organização das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro;
16) ACIRX: Associação das Comnnidades Indígenas do Rio Xié;
17) ACITRUT: Associação das Comunidades Indígenas de Taracuá do Rio Uaupés e Tiquié;
18) AMITRUT: Associação das Mulheres Indígenas de Taracuá do Uaupés e Tiquié;
19) ACIRC: Associação das Comunidades Indígenas do Rio Negro;
20) UNIRT: União das Nações Indígenas do Rio Tiquié;
21) CIPAC: Comunidades Indígenas de Pari - Cachoeira;
22) ATRIART: Associações das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié;
23) ACIRU: Associação das Comunidades Indígenas do Rio Umari;
24) OIBV: Organização Indígena de Bela Vista ;
25) UNIDI: União das Nações Indígenas do Distrito de Iauareté;
26) OICI: Organizações Indígenas no Centro de Iauareté;
27) AMIDI: Associação das Mulheres do Distrito de Iauareté;
28) AEIDI: Associação dos Educadores Indígenas do Distrito de Iauareté;
29) COIDI: Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iaureté;
30) ATIDI: Associação dos Trabalhadores Indígenas do Distrito de Iauretê;
31) APMCIESM: Associação de Pais e Mestres das Comunidades Indígenas da Escola São Miguel;
32) AISPI: Associação Indígena de Saúde Pública de Iauareté;
33) AILCTDI: Associação Indígena da Língua e Cultura Indígena dos Tariano do Distrito de Iauareté;
34) CERCII: Centro de Estudos e Revitalização da Cultura Indígena dos Tariano do Distrito de Iauareté;
35) FDDI-Iauareté: Fórum de Debate de Direitos Indígenas de Iauareté;
36) UNIRVA: União das Nações Indígenas do Rio Uaupés Acima;
37) UNIMRP: União das Indígenas do Médio Papuri;
38) ONIARP: Organizações das Nações Indígenas do Alto Rio Papuri;
39) AIBRI: Associação Indígena do Baixo Rio Içana;
40) AMAI: Associação das Mulheres do Assunção do Içana;
41) OCIDAI: Organização das Comunidades Indígenas do Distrito de Assunção do Içana;
42) OIBI: Organização Indígena da Bacia do Içana;
43) UNIB: União das Nações Indígeua Baniwa;
44) OICAI: Organização Indígena Curipaco do Alto Içana;
45) UMIRA: União das Mulheres Indígenas do Rio Ayarí;
46) ACIRA: Associação das Comunidades Indígena do Rio Ayarí.

ASSEMBLÉIA DA FOIRN ELEGE DIRETORIA PARA 2001-2004

Reunidos na V Assembléia Geral eletiva da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), encerrada em 25/10/00, em S. Gabriel da Cachoeira, 240 delegados de 42 associações indígenas filiadas elegeram a nova diretoria da entidade para os próximos 4 anos. O novo presidente é Orlando Oliveira, um Baré, professor em S. Isabel. O vice é Domingos Barreto, Tukano do alto Tiquié, presidente da Atriart. O secretário será Edilson Melgueiro, Baniwa de Assunção do Içana, atual presidente da associação do maior bairro indígena da cidade de S. Gabriel, onde ele reside. O tesoureiro eleito foi José Maria de Lima, Piratapuia de Iauareté.

A novidade foi a eleição de um quinto membro para compor a diretoria da Foirn na função de secretário executivo, cargo criado durante a Assembléia. Apesar dos participantes terem rejeitado a tese da representação obrigatória das mulheres na diretoria, as associações das quatro macro-regiões da entidade indicaram apenas mulheres para concorrer ao cargo, e Rosilene Fonseca, professora de S. Isabel, foi eleita.

Dessa forma, houve renovação total da composição da diretoria. Todos os membros da diretoria que encerra seu mandato em dezembro de 2000 concorreram à reeleição e tiveram votações expressivas. As eleições da Foirn têm regras complexas e exigem dois turnos de votação. Na primeira rodada, os delegados da Assembléia votam em um dos candidatos indicados por cada pré-assembléia regional (Içana-Xié, Alto Uaupés-Papuri, Tiquié-Baixo Uaupés e Rio Negro). Somente na segunda votação é que as posições dos quatro mais votados, um de cada região, são definidas.

A assembléia foi realizada no ginásio do Colégio S. Gabriel, onde a Foirn foi fundada em 1987. Os trabalhos foram coordenados por Álvaro Sampaio (Tukano) e Orlando Baré, com a assessoria do advogado Paulo Pankararu (ISA). Num clima de tranqüilidade, a reunião durou três dias e foi marcada mais por avaliações do que por decisões, além da eleição da nova diretoria.

No primeiro dia da V Assembléia, estiveram presentes o presidente da Funai, Glenio Álvares, e os comandantes militares da região, Ten. Cel. Madeira (V BIS) e Mj. Ebling (BEC). Com eles, os delegados indígenas discutiram questões relativas ao plano de proteção e fiscalização das terras demarcadas e outras questões polêmicas. O presidente da Funai disse que não tem recursos esse ano para fazer sair do papel os 11 postos de fiscalização cujas portarias ele mesmo assinou em agosto passado. Os comandantes militares informaram que o ramal rodoviário planejado para ligar o km 115 da BR 307 (S. Gabriel-Cucuí) à aldeia Yanomami de Maturacá está em estudo, mas que nada será feito sem o consentimento da comunidade indígena local. Os 25 Yanomami presentes à Assembléia reagiram imediatamente e entregaram carta aberta na qual se posicionam contra a construção da estrada (ver notícia no capítulo Roraima Mata).

Em relação ao pelotão de fronteira planejado para ser instalado em Tunuí Cachoeira, Alto Rio Içana, os militares repetiram que se trata de um local estratégico e que a comunidade será beneficiada com obras, equipamentos e acesso a serviços. Bonifácio José, Baniwa do Içana e diretor da Foirn, reafirmou que a comunidade não quer o pelotão por perto, embora nada tenha contra sua instalação dentro da TI Alto Rio Negro.

No segundo dia, foram relatados e avaliados o Distrito Sanitário Especial Indígena do Rio Negro e os projetos-piloto que a Foirn desenvolve em parceria com o ISA e algumas associações locais, nas áreas de piscicultura e manejo agroflorestal, comercialização de artesanato e educação escolar.

No discurso de encerramento, os atuais diretores ressaltaram que vão garantir o cumprimento da agenda de atividades previstas até o final do ano e uma transição tranqüila até que a nova diretoria tome posse no dia 02 de janeiro de 2001. (ISA, 26/10/00)

Orlando Oliveira.

Domingos Barreto.

Edilson Melgueiro.

José Maria de Lima.

Rosilene Fonseca.

BETO RICARDO/ISA

DEMARCAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

MJ ABRE PROCESSO DEMARCATÓRIO NO ALTO RIO NEGRO

Os índios vão dominar a faixa de fronteira do Brasil com Venezuela e Colômbia com a decisão do Ministério da Justiça, através da Funai, de abrir o processo demarcatório da reserva indígena Alto Rio Negro (AM), uma área duas vezes maior do que a Suíça. A demarcação de áreas indígenas na faixa de fronteira não trará qualquer problema para o Calha Norte, afirma o tenente-coronel Pedro Amaral, da SAE, lembrando que um dos objetivos do Calha Norte é justamente promover a assistência às comunidades indígenas da região. *(Correio Braziliense, 22/05/96)*

FOIRN PEDE DEMARCAÇÃO A FHC

O caráter militar da viagem do presidente Fernando Henrique Cardoso à Amazônia foi quebrado por um pedido de demarcação de terras feito pelos índios da região do Alto Rio Negro (ver íntegra da carta da Foirn a FHC no box). no Estado do Amazonas, próximo à fronteira com a Colômbia e a Venezuela. Em São Gabriel da Cachoeira, a 860 km de Manaus, representantes da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) pediram ao presidente a agilização na demarcação e homologação de cinco áreas indígenas da região. As áreas já foram criadas oficialmente, mas falta a realização do trabalho de campo para delimitar o espaço das reservas, que são contínuas e somam 10,8 milhões de ha. Os antropólogos Beto e Fany Ricardo, representantes do ISA, organização não governamental que desenvolve vários projetos em parceria com a Foirn na região, também estiveram no encontro com FHC, na sala do Comando do Iº BEC, ocasião na qual entregaram ao presidente um exemplar da publicação "Povos Indígenas no Brasil 1991/95". *(ISA e FSP, 24/08/96)*

FOIRN QUER DEMARCAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DAS RELAÇÕES COM MILITARES

"Exmo. Sr. presidente da República
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
em mãos

Primeiramente, gostaríamos de cumprimentá-lo, em nome dos 19 povos indígenas da região do Rio Negro e agradecer o fato do senhor ter aceito o nosso convite e a oportunidade de nos receber.
Expressamos a nossa satisfação pelo reconhecimento das terras indígenas na região e solicitamos que seja agilizada a demarcação física e posterior homologação dessas terras, bem como sejam tornados sem efeito os decretos anteriores que criaram as "ilhas", hoje incorporadas à Terra Indígena Alto Rio Negro.
Solicitamos ainda, um esforço coordenado dos órgãos governamentais responsáveis, para encontrar uma solução adequada aos casos de superposição de terras indígenas e unidades de conservação ambiental da região, que não se restrinja os direitos indígenas inscritos na Constituição Federal e garanta a proteção ambiental.
Seria para nós também muito importante que fossem regulamentadas as relações entre o Exército e as comunidades indígenas da região, seja na área destinada ao uso especial militar e superposta à Terra Indígena Médio Rio Negro I, seja nos pelotões de fronteira.
Pedimos ainda atenção do governo federal à proposta de Plano de Proteção e Fiscalização das Terras Indígenas e Unidades de Conservação Ambiental da Região, que será elaborada nos próximos meses, pelo GT formado pelo Ibama/Funai/Exército/Foirn e Isa.
Da mesma forma, para liberação de recursos do Convênio que a Foirn está negociando neste momento com a Fundação Nacional de Saúde (cujos detalhes vão em anexo, em carta assinada pelos agentes indígenas de saúde).
Finalmente, gostaríamos de convidá-lo , desde já , a voltar a São Gabriel, no dia 19 de abril de 1997, Dia do Índio, para, assim o desejamos, assinar a homologação das demarcações e o referido Plano de Proteção e Fiscalização.
Sem mais pelo momento,
Atenciosamente,
Assina: Braz de Oliveira França Baré, presidente da Foirn, SGC, 23/08/96."

PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE TERRAS FEDERAIS

Duas reuniões foram realizadas em S. Gabriel da Cachoeira pelo grupo de trabalho composto por órgãos federais e entidades ligadas à causa indígena. Enquanto prossegue a operação denominada Siapa, para retirada dos garimpeiros na área de fronteira entre o Brasil, Venezuela e Colômbia, representantes da Funai, Ibama, ISA, Exército e Foirn, avançam na elaboração de um projeto mais amplo de proteção e fiscalização das terras federais, envolvendo áreas indígenas do médio Rio Negro I e II, Parque Nacional do Pico da Neblina e a parte amazonense da terra indígena Yanomâmi. *(A Crítica, 05/09/96)*

FOIRN SOLICITA FISCALIZAÇÃO DE COMERCIANTES

A Foirn solicitou às autoridades competentes, como Exército, PF, e Ibama, o controle da circulação dos comerciantes ambulantes brasileiros e colombianos entre os trechos de São Gabriel da Cachoeira e Mitú (Colômbia), pois temem serem envolvidos no tráfico de drogas que pode estar sendo realizado por estes comerciantes. *(Ofício nº 033/97 da Foirn, 10/05/97)*

JUSTIÇA GARANTE DEMARCAÇÕES NO MÉDIO RIO NEGRO

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com sede em Brasília, reconheceu que a demarcação administrativa das Terras Indígenas do Médio Rio Negro I e II, feita por meio das Portarias nº 1.558 e nº 1.559, do ministro da Justiça, implica na aceitação da procedência da Ação Declaratória movida pelo Ministério Público Federal contra a União e a Funai junto à Justiça Federal em Brasília, com o objetivo de obter a declaração judicial da ocupação indígena sobre aquelas terras. A decisão foi publicada no Diário Oficial da Justiça, Seção II, página 219, em 6 de fevereiro último. *(ISA, 13/02/98)*

FHC HOMOLOGA TERRAS INDÍGENAS DO RIO NEGRO...

O presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, assinou dia 14 de abril os decretos de homologação de 13 terras indígenas, numa extensão total de 12.691.163 ha, entre elas as terras Alto Rio Negro, Médio Rio Negro I e II, Rio Téa, Rio Apaporis, na região do Rio Negro, que constituem um polígono contíguo com 10.610.538 ha, também conhecida como Cabeça de Cachorro, no noroeste do estado do Amazonas, na fronteira entre o Brasil e a Colômbia. Vivem na região 30 mil índios de 23 etnias diferentes, o que corresponde a cerca de 10% da população indígena atual no Brasil. A demarcação das terras indígenas do Rio Negro, agora concluída com os decretos de homologação, representa uma conquista histórica para os índios da região, organizados através da Foirn, Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, uma das mais importantes organizações indígenas brasileiras, constituída por 25 associações de base. *(ISA, 14/05/98)*

... E POVOS COMEMORAM HOMOLOGAÇÃO

Com a presença do ministro da Justiça, Renan Calheiros, as 23 etnias habitantes do noroeste da Amazônia brasileira comemoraram, em São Gabriel da Cachoeira (AM), a homologação pelo governo federal de cinco terras contíguas, que somam 10,6 milhões de ha. Houve comemorações também em São Paulo, no último dia 15 de abril, em encontro do programa Comunidade Solidária, com apresentação de danças e cantos dos índios Tuyuka e agradecimentos à primeira dama Ruth Cardoso. Em S. Gabriel da Cachoeira, o ministro da Justiça – acompanhado do presidente da Funai, Sulivan Silvestre, e do diretor do Departamento de Assuntos Fundiários do órgão, Áureo Faleiros – entregou simbolicamente os mapas definitivos das terras indígenas Alto Rio Negro, Médio Rio Negro I e II, Rio Téa e Rio Apapóris ao presidente da Foirn, Pedro Garcia Tariano, diante de uma assembléia de lideranças da região. *(ISA, 16/04/98)*

COMUNIDADES EXIGEM SAÍDA DE COMERCIANTES NÃO-INDÍGENAS

As comunidades indígenas do distrito de Iauareté, localizada no extremo oeste Terra Indígena Alto Rio Negro (noroeste da Amazônia Brasileira, estado do Amazonas), querem que a Funai retire imediatamente os comerciantes não-indígenas da região. A terra indígena, homologada em abril deste ano pelo presidente Fernando Henrique, é constitucionalmente de usufruto exclusivo dos índios. Além de serem em número reduzido, os comerciantes não-indígenas controlam importantes conexões entre a sede do município de São Gabriel da Cachoeira e Iauareté. Desde a realização da demarcação física da área indígena, lideranças de Iauareté – entre as quais alguns comerciantes indígenas - vêm advertindo os comerciantes não indígenas sobre a necessidade de abandonar os limites das terras declaradas indígenas. Há exatamente um ano, os índios solicitaram ao posto da Funai instalado no distrito que repassasse à administração regional sediada em São Gabriel, a exigência da retirada dos intrusos, mas nada foi feito. Os insistentes pedidos dos índios resultaram num comunicado, preparado pela Diretoria de Assuntos Fundiários (Brasília) e en-

viado ao escritório da Funai em S. Gabriel da Cachoeira, determinando a desintrusão de Iauareté. *(ISA, 28/10/98)*

FUNAI E PF DÃO ULTIMATO A COMERCIANTES

Uma equipe da Funai e da PF se deslocou de S. Gabriel para Iauareté com a missão de retirar os comerciantes não-indígenas do local. Depois de se reunir com lideranças das comunidades, a equipe intimou os comerciantes Pascoal Gonçalves (representante de Germano Henrique), José Maria da Silva, Edmar da Silva (casado com indígena), Josenaldo Rodrigues Menezes (representante do sr. Valdérico), José Antonio Ladino (colombiano, casado com indígena) e João Santos de Albuquerque (missionário da Assembléia de Deus) a se retirarem imediatamente. A equipe visitou também os comerciantes indígenas e fez apreensão de bebidas alcoólicas e outras, parte delas contrabandeada. *(ISA, com base no Relatório Funai/PF de 02/02/99)*

ORGANIZAÇÕES QUEREM GARANTIR DEMARCAÇÃO

As 30 organizações indígenas que vivem no Alto Rio Negro querem criar um sistema de proteção e garantir a demarcação das terras nessa região, tendo o Exército no combate aos garimpeiros e narcotraficantes que atuam naquela área. Esse assunto vai ser um dos itens da pauta da 13ª Reunião do Conselho Administrativo das Organizaçãn Indígenas do Alto Rio Negro, que será realizada no município de São Gabriel da Cachoeira. Na pauta também está prevista a discussão de propostas de novas ações de atividades produtivas para as comunidades indígenas. *(A Crítica, 05/08/99)*

VEREADORES COMENTAM DEMARCAÇÃO

O vereador Erivelto Coimbra foi à tribuna da Câmara Municipal de S. Gabriel da Cachoeira para comentar que, na demarcação das terras indígenas da região, não foi respeitado o raio de 40 km de zona urbana e que na época não houve qualquer interesse das autoridades locais em contestar o caso. O vereador disse que mesmo sem apoio mandou um ofício ao chefe da Funai contestando e que, de uma maneira irresponsável, o mesmo encaminhou para a Foirn, com objetivo de fazer média política. O vereador informou ainda que enviou recentemente documento neste sentido para a CPI da Funai, na Câmara Federal em Brasília, mas obteve a confirmação que a demarcação das terras indígenas foi feita de acordo com a lei.

O vereador José Ferreira dos Santos se congratulou com o posicionamento dos colegas Erivelto, Altair e Marilene pela preocupação dos mesmos quanto a questão das áreas indígenas. O vereador disse discordar do radicalismo da Foirn contra o homem branco. No seu entendimento a Foirn é dirigida por brancos estrangeiros e somente os brasileiros são discriminados. O vereador Edilson aparteou para concordar com a posição do colega Ferreira em relação a Foirn e disse que o povo de Iauareté, hoje já quer o retorno do comerciante branco. O vereador Altair também pediu um aparte e indagou o vereador Flávio sobre o que a Foirn e o ISA têm feito, e qual o programa social em favor dos indígenas que vem das áreas demarcadas para a sede do município. O vereador Flávio sugeriu convocar a Foirn e ISA para dar explicações. *(Ata nº 102, da Sessão Ordinária, 05/11/99)*

PF NOTIFICA INVASORES COLOMBIANOS NO XIÉ

Atendendo solicitação do presidente da ACIRX a Funai de S. Gabriel, agentes da PF notificaram um grupo de colombianos que estavam negociando farinha e cipó nas comunidades do rio Xié, para que não retornem mais à região. São eles: Querubin Hernandes Lozano, seu irmão Henri Giovani Lozano e Pedro Julio Infante Cabarte. *(ISA, com base no Ofício 078/99-NSGC-SR/DPF/AM)*

PROPOSTA DE MUDANÇA DE POSTOS...

Os postos da Funai devem ter sua missão e localização redefinidas na região do alto Rio Negro. Essa é a síntese da proposta que a ADR de S. Gabriel da Cachoeira encaminhou à Funai de Brasília, depois de chegar a um acordo com a Foirn e de contar com apoio técnico do ISA. A reorganização dos postos que constam na estrutura oficial da Funai na região foi determinada pelo presidente da do órgão, diante da nova situação gerada com a demarcação das cinco terras indígenas, homologadas em 1998. Segundo a proposta, dos onze PINs, sete deverão ser deslocados dos cursos altos e médios dos rios localizados na TI Alto Rio Negro, para as bocas dos principais rios de acesso às cinco terras demarcadas: Cauaburis, Iá Mirim, Içana, Uaupés, Xié, Marié e Téa. Melo Franco, onde já houve posto do SPI, e Vila Mormes, garimpo indígena na Serra do Traíra, ambas localidades na fronteira com a Colômbia, também deverão receber postos. Apenas Maturacá (Yanomami) e Tunuí (Içana), permaneceriam onde estão. *(ISA, com base na proposta enviada pela AER/SGC/AM em 10/03/00)*

... É APROVADA PELA FUNAI

O presidente da Funai, Glênio Alvarez, assinou no dia 14/08/00 onze portarias (de nºs 822 a 832) redefinindo a missão dos postos indígenas sob a jurisdição da Administração Regional de S. Gabriel da Cachoeira (AM), a maior parte dos quais tiveram, inclusive, sua localização alterada. Todos os postos indígenas passaram a ser denominados postos de vigilância e fiscalização, e a maior parte deles foi deslocada para a boca dos principais rios que dão acesso às terras demarcadas em 1998. Neste sentido a decisão vem atender a uma estratégia maior de proteção e fiscalização definida pela Foirn e associações filiadas. A decisão foi comunicada pelo administrador regional da Funai, Henrique Vaz aos participantes da XV reunião do Conselho de Administração da Foirn, na maloca da organização, em S. Gabriel. A medida vem confirmar uma proposta elaborada por Braz França, ex-presidente da Foirn (1991/96) administrador-adjunto da Funai desde dezembro de 99, de comum acordo com a Foirn e com apoio técnico do ISA. Antes de ser enviada à Funai em Brasília, a proposta foi submetida e aprovada pelo mesmo Conselho da Foirn, na sua XIV reunião, no final de 99. Com exceção dos postos de Tunuí-Cachoeira (Alto Içana) e Maturacá (TI Yanomami) – que permaneceram nos mesmos locais – e de Melo Franco (no Papuri) e Vila José Mormes (garimpo do Traíra), todos os demais foram deslocados em direção à boca dos rios: Téa, Cauaburis, Uaupés, Içana, Iá Mirim, Marié e Xié. A dúvida que ficou entre os conselheiros e diretores da Foirn é se os postos vão sair do papel. *(ISA, com base nas portarias e na Ata da XV reunião do CAF/Foirn, ago/00)*

FOIRN INDICA CONDIÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DOS POSTOS

Em carta da Foirn dirigida ao presidente da Funai, datada de 18 de agosto de 2000 e com 53 assinaturas, entre diretores e conselheiros presentes na XVª Reunião do Conselho Administrativo da organização, foram feitas recomendações para que os postos de vigilância e fiscalização recém criados sejam implantados de acordo com uma estratégia mais ampla de proteção e fiscalização das terras indígenas.

A Foirn reconheceu que o remanejamento e redefinição da missão dos postos foi "um pequeno passo acertado na direção de um Plano de Proteção e Fiscalização das terras indígenas da região". Para que a decisão saia do papel, a Foirn aprovou as seguintes recomendações:

- que a indicação das equipes de funcionários dos postos seja feita pelas associações indíge-

nas de cada sub-região, através da Foirn, que repassará para a AER de SGC;
- em cada posto devem ser contratadas no mínimo quatro pessoas: um chefe, um operador de rádio, um motorista e um auxiliar de fiscalização; em alguns casos, diante da necessidade de maior de rotinas de fiscalização, serão necessárias pelo menos mais 2 auxiliares de fiscalização;
- a implantação destes postos deve ser precedida também da construção de locais apropriados, da aquisição de alguns equipamentos básicos (radiofonia, bote com motor de popa, kit de energia fotovoltáica, etc.) e material de consumo, especialmente combustível.

Os Conselheiros da Foirn recomendaram ainda o seguinte:
- que a Funai se comunicasse com a CCSIVAM para indicar que os kits de equipamentos de vigilância e comunicação, previstos para as terras indígenas na Cabeça do Cachorro, sejam direcionados para os novos locais dos postos de proteção e fiscalização da Funai;
- que a Funai definisse um manual de fiscalização e um programa de treinamento para os funcionários e de divulgação paras as comunidades; e
- que a Funai, juntamente com a Foirn, organize uma rede de proteção e fiscalização envolvendo a cooperação entre comunidades, associações, missões, organizações não-governamentais e instituições públicas presentes na região, especialmente o Exército, Aeronáutica e o Ibama, com reuniões periódicas de monitoramento. *(ISA, com base na carta da Foirn em 18/08/00)*

PISCICULTURA

OFICINA NA ESTAÇÃO CARURU

O Projeto de Piscicultura do Alto Tiquié, em implantação na área das comunidades filiadas à Cretiart, está passando por seu período de trabalhos mais intensos e decisivos. A partir de agosto deste ano até abril de 2000, várias atividades envolvendo assessores técnicos do ISA e técnicos indígenas da região estão sendo desenvolvidas, relativas à reprodução de espécies de aracu e outros peixes regionais, bem como experiências de adubação da água para a fase de larvicultura e alevinagem.

Não existe um modelo de piscicultura que possa ser aplicado diretamente neste caso. Condições ecológicas regionais muito específicas, limitações logísticas, e a decisão de não criar a dependência de insumos não disponíveis no local (além dos equipamentos permanentes) são fatores que levam ao desenvolvimento de um modelo pioneiro. Por este motivo, as comunidades, a Cretiart e a assessoria técnica e antropológica estão trabalhando para desenvolver um modelo que possa ser parâmetro para projetos de piscicultura no Alto Rio Negro, apropriado técnica, ecológica, social e culturalmente. Não apenas um modelo adaptado de piscicultura está sendo construído, mas também uma forma de gestão eficiente, local e indígena, do projeto. Neste sentido, na Oficina ocorrida entre os dias 11 e 13 de outubro, foi possível se chegar a alguns entendimentos sobre a organização do trabalho e as atribuições e responsabilidades de cada parte. *(Informativo "Projeto de Piscicultura Alto Tiquié", Cretiart/Foirn/ISA, nº 1, dez/99)*

CRETIART DELIBERA SOBRE GESTÃO

Na IV Assembléia Geral da Cretiart, o Projeto de Piscicultura voltou a ser um dos assuntos principais. Além do relato feito pelos assessores técnicos e a equipe indígena sobre as atividades atuais do projeto, centradas na reprodução do aracu, foram tomadas decisões sobre a administração e gestão dos recursos do Projeto. A assembléia decidiu que a associação deveria assumir parte da gestão dos recursos financeiros a serem aplicados no Projeto no decorrer do ano 2000 e as responsabilidades correspondentes. Esta proposta foi feita pelo ISA, através do assessor do Programa Rio Negro, para apreciação da Assembléia. Tendo deliberado a este respeito, foi indicada uma pessoa para desempenhar a nova função, que ficou sendo designada por Logista. *(Informativo "Projeto de Piscicultura Alto Tiquié", Cretiart/ Foirn/ ISA, nº 1, dez/99)*

INAUGURADA "ESTAÇÃO CARURU"

Foi inaugurada, dia 14 de outubro, como parte do Projeto de Piscicultura do Alto Tiquié, a Estação Caruru Cachoeira, no povoado de mesmo nome, situado no alto rio Tiquié, no município de São Gabriel da Cachoeira (AM). Comemorou-se neste dia a conclusão de uma das fases do Projeto de Piscicultura desenvolvido em conjunto pelas quinze comunidades situadas entre São Domingos e a fronteira Brasil-Colômbia, o Conselho Regional das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié (Cretiart), o Instituto Socioambiental (ISA) e a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn). A piscicultura no Alto Tiquié está sendo desenvolvida como projeto demonstrativo e pretende-se que este modelo, quando concluído, seja replicado em Iauareté e no rio Içana.

As instalações da Estação, composta pelo Laboratório de Reprodução, um depósito, uma casa de hóspedes, um viveiro de reprodutores, quatro viveiros berçários e um açude, formam a infra-estrutura necessária para desenvolver tecnologias de reprodução em cativeiro de espécies de peixe da região, de acordo com as condições locais, e a futura produção continuada de alevinos para povoamento das barragens comunitárias.

Quando estiver produzindo e distribuindo alevinos de aracu, o que se espera para os primeiros meses de 2000, este projeto beneficiará as comunidades filiadas à Cretiart (15), que somam uma população de cerca de 550 pessoas. É possível que, depois de consolidada a atividade de produção de alevinos, a Estação venha a obter excedentes, além da demanda das comunidades associadas, que poderão ser utilizados no repovoamento do rio e na geração de alguma receita, necessária para a autonomia financeira desta atividade a médio prazo. *(ISA, 04/11/99)*

ESTAÇÃO CONSEGUE REPRODUÇÃO DO ARACU

Os técnicos do ISA e da Cretiart conseguiram a reprodução induzida de uma espécie de aracu na Estação Caruru Cachoeira, Alto Rio Tiquié. A experiência faz parte de um projeto mais amplo de manejo sustentável de recursos pesqueiros e agroflorestais, que está sendo implantado pelo ISA em parceria com a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), nas terras indígenas do alto Rio Negro. Depois de várias tentativas fracassadas, a a reprodução induzida que obteve bons resultados foi feita com base no método asiático, raramente utilizado no Brasil, que consiste em injetar hormônio nos peixes e soltar machos e fêmeas no mesmo tanque, liberando fluidos no local sem outras intervenções.

Com o objetivo de garantir a segurança alimentar dos índios da região, o desafio é desenvolver um modelo pioneiro de piscicultura familiar com espécies nativas. O aracu foi eleito o peixe preferido pelas comunidades, na fase de formulação do projeto.

O projeto prevê a multiplicação dos resultados com apoio de mais duas estações experimentais, a serem instaladas nos próximos anos em Iauareté (rio Uaupés) e Tunuí Cachoeira (rio Içana). As atividades da Estação Caruru recebem apoio técnico do Cepta/Ibama e financiamento da Embaixada da Holanda, ICCO e Instituto de Cooperação Internacional da Áustria. *(ISA, 08/02/00)*

PLANTAS PARA ALIMENTAR OS PEIXES

Grande parte do trabalho dos últimos meses do projeto Piscicultura foi relacionada à produção de alevinos. Mas produzir somente alevinos não é suficiente, alevinos e peixes também precisam ser alimentados. Na piscicultura em outras partes do Brasil rações especiais para peixe são usadas, mas em nosso caso isto não e economicamente possível. Precisamos produzir nossa próprio alimentação para os peixes. Durante o segundo dia de oficina foi discutido o assunto "Plantas com potencial para a piscicultura" (também chamadas plantas ictioforrageiras).

No seu ambiente natural, a maioria dos peixes do rio Negro se alimenta com frutas de igapó. Por essa razão, estamos interessados em plantar algumas destas árvores frutíferas em volta dos açudes das comunidades. A pesquisa dos últimos meses no alto Tiquié resultou em uma lista de 40 plantas frutíferas da região que pode ser interessante para o projeto. Destas, precisamos selecionar as melhores plantas. Aquelas selecionadas serão plantadas em um conjunto sistema agroflorestal (SAF) para fornecer uma parte do alimento dos peixes. Os critérios para selecionar as plantas são uma produção estável e regular, com frutas de alto valor nutritivo (para saber o valor nutritivo precisamos analisar as frutas em laboratórios especializados). Não serão selecionadas as árvores que demoram muitos anos para frutificar. Também, para criar um SAF que ofereça frutas ao longo de todo (ou quase todo) o ano, precisamos escolher plantas que produzam frutas maduras em diferentes estações e meses. Um SAF que só produz frutas durante um período curto do ano não alcança seus objetivos. Por isso, é preciso saber quando as frutas de cada planta estão maduras. É importante ainda saber qual parte da fruta é comestível pelos peixes, sobretudo por aracus e pacus (os peixes que serão criados inicialmente), além de conhecer o ambiente natural (habitat) das plantas

O segundo dia de Oficina resultou em uma seleção de 14 plantas (embora o tempo tenha sido curto demais para um trabalho mais aprofundado). Os resultados desta pesquisa são mencionados na tabela abaixo.

BETO RICARDO/ISA

Defumação ritual do viveiro de mudas da Estação Caruru.

Nome planta Tukano	*Nome planta Tuyuka*	*Habitat*	*Florescimento*	*Amadurecimento*	*Parte que o peixe come*
Kome yapuri duka	*Turikag¨-d¨ka*	*2,3,6*	*Outubro*	*Fevereiro - Março*	*Caroço*
Dasukiri	*Yõsõwidika*	*2*	*Setembro*	*Janeiro - Julho*	*Fruta*
Diawe	*Diawe*	*2*	*Outubro*	*Abril/Maio - Julho*	*Fruta*
ni,tiã Dikaperi	*Waiwasõ*	*2*	*Abril – Maio*	*Janeiro – fevereiro*	*Caroço*
Wasó	*Waso*	*2,3,4,6*	*Junho – Agosto*	*Outubro*	*Caroço*
Waikara	*Diatõgʉ*	*2*	*Janeiro*	*Abril - Maio*	*Caroço*
Pati dika	*pati dika*	*1,2*	*Outubro*	*Dezembro – Abril*	*Flores – sementes*
Wamʉ	*Wamʉ*	*4,5,6,7*	*Outubro*	*Fevereiro – Abril*	*Caroço – polpa*
Ne	*Ne*	*2,8*	*Outubro (duas vezes/ano)*	*Junho*	*Polpa*
Diakapogʉ	*Kapoagʉdika*	*1,2*	*Outubro*	*Março – abril*	*Flores*
Diatoa	*Diatoa*	*2*	*Julho*	*Julho*	*Caroço*
Dikateda	*Dikada*	*3,4,6*	*Outubro*	*Junho/Julho*	*Semente*
Bʉporigʉ-dika	*Kuwe,ko*	*2*	*Outubro*	*Dezembro – Fevereiro*	*Flores, sementes*
Apoãgʉ	*Kagʉdika*	*2,4,6*	*Outubro*	*Janeiro*	*Caroço*

Habitat : 1. Igapó 2. Margem do rio 3. Caatinga 4. Terra firme 5. Mata virgem 6. Capoeira 7. Roça 8. Chavascal

MILHO HOKA (TK) HORIKA (TY)

Uma outra planta que pode ser muito importante para o Projeto de Piscicultura é o milho. A desvantagem das plantas mencionadas acima é que demoram alguns anos até produzir as primeiras frutas, mesmo aquelas com crescimento mais rápido. O cultivo de milho, ao contrário, dura só alguns meses. O milho já foi mais plantado no alto Tiquié. Na Oficina, foi feita uma conversa sobre os motivos da redução de seu plantio na região, sobre as regras de plantio e sobre a possibilidade e dificuldades de sua reintrodução do cultivo. O milho fortalecerá o Projeto, por que pode ser um importante item na alimentação dos peixes, além de seu emprego na alimentação da população local e de outra criações. Segue um resumo do que foi dito na Oficina.

Há algum tempo atrás havia comprador para o milho, principalmente a União Familiar Cristã (Ufac) de Pari-Cachoeira, que revendia em São Gabriel da Cachoeira. Naquele tempo, São Gabriel não era como hoje, os comerciantes compravam para suas próprias criações. Hoje em dia, com o crescimento e modernização do comércio, começaram a trazer dos centros maiores.

Antigamente, cada família tinha sua roça para consumo próprio, mas também vendia para o internato de Pari-Cachoeira, as missões também tinham suas criações. Com o desenvolvimento do transporte e do comércio e o fim dos internatos, cessou a demanda por produtos daqui.

Quando havia as malocas grandes, os tuxauas controlavam o plantio. Este era socado e assado dentro de folhas do próprio sabugo e também usava-se para fazer caxiri, que fica mais suave e saudável. Com o comércio, a produção passa a ter outra finalidade. Quando este acabou, a atividade decaiu.

Antigamente, quando se plantava milho, para conseguir uma boa produção, devia-se fazer abstinência de algumas comidas e de sexo, até ele crescer um pouco, cerca de dois meses, evitando pragas e doenças nas plantas. Vários alimentos não devem ser consumidos, como galinha, inambu, tapurus, peixe salgado, dentre outros.

A melhor época para o plantio é depois do aru, a friagem que ocorre depois das grandes enchentes e antes dos os primeiros verões do meio do ano. Já o avô de Avelino se orientava pela chuva, plantando no final do verão, quando começava a chuva ele plantava (mais ou menos em março).

Antigamente, quando se debulhava, deixava-se uma parte na água, para brotar, depois se levava para plantar na roça. Hoje em dia, dizem que pode-se plantar, com bons resultados, logo depois que é debulhado.

Produz melhor nas capoeiras em que tem mais esterco de minhoca. Também da na terra preta (ditá nitsé, em tukano) e, especialmente, na "terra de pólvora" (õma diyeri ditá, em tukano). (Informativo "Projeto de Piscicultura Alto Tiquié", Cretiart/ Foirn/ ISA, nº 1, dez/99)

OFICINA DE CARURU DEFINE DIRETRIZES DA PISCICULTURA

Nosso objetivo é introduzir a piscicultura familiar na região.
Para dar certo e continuar sempre, a piscicultura deve respeitar nosso modo de vida:
nossa economia, tecnologias, condições locais de infra-estrutura, relevo, cultura, costumes.
Por isso deve seguir as seguintes diretrizes ou orientações:

1. Modelo econômico
O sistema de criação de peixes deve funcionar com as mesmas regras das atividades de subsistência: trabalha-se produzindo para alimentação e para viver, o excedente podendo ser vendido.

2. Criar peixes usando tecnologias apropriadas
Tecnologia apropriada de criação é aquela que funciona de maneira duradoura.
Para isso, deve respeitar as condições locais:
- adotar o conhecimento local e as matérias primas existentes na região;
ser entendida pela população local, as pessoas sendo capazes de repassar o conhecimento adquirido adiante;
ser acessível e manejável por todos.

3. Espécies nativas
É importante adotar para criação espécies nativas, pois:
cada cultura já mantém uma relação particular com estas espécies nativas (conhecimentos, técnicas, usos);
evita mudar a dieta tradicional
evita mudar a composição de tipos de peixes do rio
evita introdução de doenças da água
evita o risco de procriação entre as espécies nativas e espécies introduzidas (contaminação genética das populações locais)

4. Criação em pequena escala
O ideal é que cada família venha a ter seu próprio viveiro e tenha condições e conhecimentos para manejá-lo.

***5. Produção semi-intensiva** (sistema de criação)*
A produção (quantidade e tamanho que os peixes atingem no viveiro) depende do jeito de cuidar dos peixes. Fazendo pouco esforço (pois deixa o peixe no viveiro sem receber cuidados, sem ser alimentado), chama-se "sistema extensivo". A produção é baixa.
Quando o criador se esforça oferecendo alimentos e outros cuidados aos peixes, chama-se "sistema semi-intensivo" de criação. A produção aumenta, e pode atender as necessidades de subsistência, por isso o adotaremos.

6. Dedicação ao trabalho
Para não atrapalhar outros trabalhos das famílias, como a pesca, a caça, coletas, a abertura de roças, o plantio, etc., não podemos adotar um tipo de criação que requeira dedicação muito grande do criador, chamado "sistema intensivo".

7. Fontes de proteínas
A produção da piscicultura deverá complementar a pesca e a caça na alimentação das pessoas. A pesca continuará sendo a maior fonte de proteínas para a população local.

Seleção de matrizes e reprodutores de aracu...

ALOÍSIO CABALZAR/ISA

... para indução hormonal no laboratório...

e a contagem dos ovos de aracu após a reprodução.

8. Fonte de alimento segura
Tornando-se parte importante da alimentação, essa produção da piscicultura não deverá falhar nem ser interrompida. Por isso ela não deve depender de insumos de fora porque, se eles faltarem, interrompe-se uma etapa e com ela toda a cadeia de produção.

9. Sustentabilidade ecológica
Recursos naturais renováveis são aqueles elementos da natureza que, se utilizados com cuidado, são repostos após um certo tempo.
- O sistema de criação de peixes não deve esgotar os recursos naturais de que depende. O que for usado deve ser replantado para dar conta de futuras necessidades.
Usando recursos naturais renováveis, fica mais garantida produção constante (que não se interrompa) e permanente (que dure muito tempo).

10. Replicabilidade
Deve-se poder aplicar os resultados desta experiência em outras partes da bacia Amazônica.
(Informativo "Projeto de Piscicultura Alto Tiquié", Cretiart/ Foirn/ ISA, nº 1, dez/99)

EDUCAÇÃO

IX ENCONTRO DE PROFESSORES EM S. GABRIEL

O movimento dos Professores Indígenas do Amazonas, Roraima e Acre (Copiar) realizou seu IX encontro em São Gabriel da Cachoeira, durante os dias de 09 a 15 de julho. Os professores de outros locais dos estados do Amazonas, Roraima e Acre chegaram a São Gabriel de barco: a reunião teve início já no barco "Katatal" fretado só para esse fim. Estiveram presentes cerca de 90 professores indígenas de diferentes etnias vindos de fora e 200 professores indígenas do município de SGC. A reunião se realizou no ginásio coberto do Colégio São Gabriel, contando com o apoio da Foirn para a hospedagem e alimentação de todos os participantes. Esse movimento se articula através de uma comissão, a Copiar, que coordena a realização de seus encontros anuais, elabora os projetos e presta contas de aplicação do dinheiro. Esses encontros têm produzido discussões e documentos que têm sido paradigmáticos de normas e leis que o governo incorpora, como por exemplo a Declaração de Princípios, produzida em 91 e reafirmada em 94. O tema desse IX Encontro foi "Escolas Indígenas e Projetos de Futuro", foram discutidas questões relacionadas aos objetivos da escola indígena: para que servem as escolas e suas continuidades fora da aldeia, a quais projetos de futuro dos povos indígenas essas escolas estão a serviço. Foi discutida ainda a situação específica da região do alto rio Negro, onde historicamente as escolas têm servido como portas de saída das comunidades para os centros urbanos, sendo que o objetivo de um trabalho educacional com base nas culturas e línguas locais deve criar oportunidades e condições para que os projetos de futuro dessas populações se realizem nas próprias comunidades. Foi discutida a questão da migração para Manaus e Boa Vista, e a qualidade de vida que as pessoas têm nessas cidades. *(ISA, jun/96)*

ACESSO DIFERENCIADO À UNIVERSIDADE DO AMAZONAS...

A partir do próximo ano os indígenas poderão ingressar na Universidade do Amazonas (UA), num sistema diferenciado de vestibular. Atendendo a pedido da Foirn, da Coiab e Conselho Geral da Tribo Ticuna e Organização Geral dos Professores Tikuna Bilíngües (CGTT/OGPTB), o Conselho Universitário da Universidade do Amazonas (Consu) aprovou, por unanimidade, o acesso diferenciado de estudantes indígenas à universidade. Uma comissão, formada por representantes da universidade e das organizações indígenas, vai estudar o projeto e definir com base legal, inclusive a modificação do Estatuto e Regimento da Universidade, a forma de seleção e o número de vagas. Mas já se sabe que no próximo ano, os índios amazonenses participam do vestibular com características próprias e sistema diferenciado.

A Foirn, a primeira a solicitar o acesso diferenciado dos índios à Universidade do Amazonas, em dezembro de 1995, foi criada em 1987 para lutar pela demarcação das terras indígenas na região do Rio Negro. Com sede em São Gabriel da Cachoeira (a 800 quilômetros de Manaus), a Foirn é composta por 23 organizações de base distribuídas ao longo dos rios da bacia do Rio Negro. *(ISA e A Crítica, 27/03/97)*

... SERÁ APENAS AOS CURSOS SEQÜENCIAIS

O Conselho Universitário da UA não aprovou o acesso diferenciado dos índios nos cursos de graduação regulares. Em troca, viabilizou a entrada de estudantes indígenas sem seleção aos chamados cursos seqüenciais, aprovados pela nova Legião Brasileira de Assistência (LDB), Lei Darcy Ribeiro e 2000 foi o primeiro ano de experiência. Esses cursos seqüenciais dão somente título referente ao número de créditos que cada estudante faz durante o período letivo. Não são cursos superiores, mas podem se transformar em, se o aluno tiver condições de se manter, persistir e cumprir sequencialmente todos os créditos. Os alunos que haviam sido indicados pela Coiab e Meiam, junto com as organizações locais – como a Foirn – entraram nesses cursos tendo a promessa de bolsas de estudo da Funai, o que não acunteceu até meados de 2000. Esses estudantes vindos do rio Negro estavam morando em casas de parentes ou na casa do Meiam. *(ISA, ago/00)*

I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DELIBERA SOBRE EDUCAÇÃO INDÍGENA

Realizou-se em São Gabriel a I Conferência de Educação, com participação de cerca de 300 professores indígenas em exercício do município. Nessa ocasião o Professor Gersen dos Santos Luciano – Baniwa – que assumiu a secretaria municipal de educação, entregou o seu programa "Construindo uma Educação Escolar Indígena" para discussão. No programa constam ações de formação dos professores indígenas com vistas à sua titulação para o magistério, programas educativos de rádio, construção de um barco-escola e estruturação de uma minigráfica para produção/edição de materiais didáticos nas línguas indígenas. A Conferência contou com a participação de uma equipe do Ministério da Educação, da Secretaria Estadual de Educação, para que se façam parcerias para as ações que constam do programa. Nessa ocasião se discutiu a formação do Conselho Municipal de Educação, com ênfase na educação indígena, por serem os índios a maioria absoluta dos habitantes desse município. Falou-se ainda da necessidade da regulamentação das escolas municipais e da reelaboração dos seus currículos e regimentos.

No programa "Construindo uma Educação Escolar Indígena" consta um dado importante para o município, no diagnóstico da educação escolar indígena que foi elaborado: o município é o segundo do Brasil com o menor índice de analfabetismo, devido à grande escolarização produzida pelas missões salesianas desde o início do século. Em muitas comunidades esse índice é igual a zero entre a população jovem de 7 até 35 anos. *(ISA, jul/97)*

A "FALA TUKANO"

O Centro "Iauaretê" de Documentação Etnográfica e Missionária (Cedem), vinculado à Inspetoria Salesiana Missionária da Amazônia, de Manaus, lançou a série denominada "A Fala Tukano dos Ye'pâ-masa" de autoria do lingüista Henri Ramirez, depois de dois anos de pesquisa (1994-96), com apoio dos salesianos e do bispo da Diocese de S. Gabriel da Cachoeira, D. Walter Ivan Azevedo. A obra em 3 volumes (Gramática, Dicionário e Método de Aprendizagem) é destinada aos interessados em aprender esse dialeto da sub-família tukano oriental, especialmente aos professores e estudantes indígenas, "na sua tentativa de escrever uma língua de grafia complexa". Os informantes que trabalharam com Ramirez foram Alfredo Fontes, Arlindo Maia e Valério Lopes. O dicionário traz mais de três mil palavras e dez mil idiomatismos e expressões. O volume com o "método" é acompanhado de duas fitas com diálogos e guia de pronúncia. *(ISA e A Crítica, 30/08/97)*

MULHERES DISCUTEM MIGRAÇÃO

Mulheres indígenas da região do Alto Rio Negro querem criar alternativas econômicas nas aldeias para evitar a migração para Manaus. Elas estão reunidas desde ontem, na sede da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), e até amanhã pretendem discutir propostas para um plano de trabalho na região, que valorize a cultura, o artesanato, o trabalho feminino e fortaleça politi-

camente a organização indígena de mulheres. Da assembléia das mulheres indígenas do Alto Rio Negro se pretende retirar propostas de intercâmbio entre as mulheres que migraram para a cidade e as que estão no interior, "na base", como elas chamam. *(A Crítica, 06/09/97)*

NORUEGUESES ARRECADAM DINHEIRO PARA EDUCAÇÃO

Todas as escolas de segundo grau da Noruega interromperam suas aulas e 200 mil alunos foram às ruas fazer o "dever de casa" que eles mesmo escolheram: trabalhar para os índios do Brasil. Ou melhor, arrecadar dinheiro para financiar projetos de educação com índios da Amazônia brasileira. Os estudantes noruegueses param uma vez ao ano, durante um dia letivo, para desempenhar tarefas que sejam rentáveis, e o dinheiro resultante desses trabalhos eles repassam para sua organização Operação Um Dia de Trabalho (OD) para que essa organização possa apoiar projetos educacionais para populações do terceiro mundo. Neste ano de 1997 a campanha da OD foi direcionada para os povos indígenas no Brasil: alguns programas de educação foram previamente escolhidos em uma visita feita pelos líderes dos estudantes da campanha desse ano a algumas áreas indígenas. Esses estudantes estiveram nas áreas (incluindo São Gabriel) conversando e conhecendo as organizações indígenas, seus parceiros para escolher os locais onde iriam ser desenvolvidos os projetos educacionais. Foram escolhidos os seguintes projetos de educação: Waiãpi do Amapá, em parceria com o CTI; Yanomami de Roraima , em parceria com a Comissão Pró Yanomami e Povos Indígenas do Alto Rio Negro, a ser desenvolvido pela Foirn em parceria com o Instituto Socioambiental. Durante a campanha dos estudantes, algumas lideranças indígenas e profissionais das organizações não governamentais suas parceiras, viajaram para a Noruega a fim de divulgar e informar sobre a situação em suas áreas, especificamente no que tange à educação. Miguel Maia e Rosilene Fonseca, da Foirn, estiveram presentes durante essa campanha, juntamente com Marina Kahn e Luís D. B. Grupioni do ISA. Nessa ocasião, visitaram a organização Rainforest, que já é parceira do ISA para o Programa Xingu. *(ISA e O Liberal, 28/10/97)*

Estudantes secundaristas noruegueses e representante da Rainforest Noruega se reúnem com Foirn, ISA a Semec em S. Gabriel.

CONVÊNIO VIABILIZARÁ CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS

Um convênio da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), através do Sivam, com a Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira, no valor de R$ 288 mil, vai permitir a construção de dez escolas de madeira em comunidades indígenas do município. Os recursos já foram liberados e as obras licitadas, com início previsto para a próxima semana. Os próprios índios, serão a mão-de-obra para construção dessas escolas. *(A Crítica, 07/11/97)*

SEMEC INICIA PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A Secretaria Municipal de Educação (Semec) de S. Gabriel da Cachoeira deu início a um programa de formação dos professores indígenas, com titulação no nível de magistério. Essa formação vai se realizar em etapas, durante o período das férias escolares, para que os professores que estão em sala de aula possam participar integralmente. Os professores foram divididos em dois polos: o grupo de professores indígenas baniwa do rio Içana, que possuem menor escolaridade, ficou sendo o Polo 1; e o grupo de professores falantes de línguas da família Tukano Oriental, que possuem maior escolaridade ficou sendo o Polo 2. O curso começou em Juivitera, comunidade do alto rio Içana, onde foi dada a primeira etapa, com duração de 1 mês e meio. A segunda etapa foi ministrada em Tunuí Cachoeira, em julho de 1998, para o Polo 1 e em São Gabriel para o Polo 2 na mesma época. A previsão é que os professores indígenas em serviço se formem em dezembro de 2000. *(ISA, fev/98)*

COOPERAÇÃO ENTRE UA E DIOCESE PARA AÇÃO EDUCATIVA

Um convênio firmado entre a UA e a Diocese de S. Gabriel da Cachoeira vai possibilitar o desenvolvimento de programas e ações educativas, pelo Centro Saúde Escola, organização da diocese, voltadas para a população do alto rio Negro, com ênfase nos grupos indígenas. O acordo, com vigência de dois anos, prevê a realização de cursos, seminários, assessoria técnica e capacitação de recursos humanos nas áreas de saúde e de antropologia médica. *(A Crítica, 08/03/98)*

CRIADO CONSELHO

Foi criado em Manaus, com o apoio dos professores indígenas, o Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena (Copiar). Este tem como objetivos implementar a política nacional de educação indígena no estado do Amazonas, e discutir, analisar e apoiar as diferentes experiências educacionais indígenas levadas a efeito nessa região. Esse Conselho tem ampla representação dos professores indígenas – maioria – sendo eleito presidente Ademir Ramos e vice-presidente Jadir Neves, Makuxi de Roraima, que também trabalha na Coiab. A calha do Rio Negro tem três representantes com seus suplentes, que ficaram responsáveis por articular e fazer discutir as questões pertinentes a essa região. *(ISA, jul/98)*

PROFESSORES INDÍGENAS FUNDAM APIARN

Professores indígenas reunidos no final da III e IV etapas do Magistério Indígena, em São Gabriel da Cachoeira, em julho de 1999, fundaram a Associação dos Professores Indígenas do Alto Rio Negro (Apiarn). O objetivo dessa nova associação é valorizar as escolas nas comunidades, reestruturá-las de maneira a valorizar as culturas e línguas da região. A Apiarn tem também como objetivo valorizar o trabalho do professor indígena das comunidades, antigamente chamado de professor rural. *(ISA e A Crítica, 17/08/99)*

FOIRN/ISA ASSINAM CONTRATO

O contrato do Projeto de Educação Indígena no Alto Rio Negro, uma parceria entre Foirn e ISA, foi assinado, no início de agosto, com a Rainforest da Noruega. O financiamento foi aprovado pela OD, organização dos estudantes secundaristas noruegueses que apóia três projetos de educação indígena na Amazônia brasileira. O principal objetivo do projeto, que de-

verá ter duração de três ou quatro anos, é buscar a renovação e reestruturação das escolas indígenas dessa região. Inicialmente, vai investir na implementação de três frentes de ação: Escola Indígena Baniwa Coripaco Páanhali, uma iniciativa de lideranças da Oibi; Escola e Educação Tuyuka e Educação e Valorização da Língua e Cultura Tariana. O projeto desenvolve também oficinas de capacitação técnica, que visam a formação das lideranças em diferentes campos do conhecimento, como manutenção e conserto de motores de popa ou comunicação e multimeios, para produzir programas de rádio e informativos/ jornais locais. *(ISA, ago/99)*

FLORA CABALZAR

Participação dos Tuyuka em Oficina para produção de material didático na língua.

BARCO ESCOLA VAI ATÉ PROFESSORES

O barco escola do Unicef que vai atuar como instrumento pedagógico em São Gabriel da Cachoeira, a 858 km de Manaus, partiu ontem, às 19h30, do porto de São Raimundo. O barco faz parte do projeto "Promovendo educação nas escolas indígenas", um investimento por parte do Unicef de R$ 88.644 com uma contrapartida da Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira no valor de R$ 74.239. O oficial de educação para a Amazônia brasileira do Unicef, Marcelo Mazzoli disse que o barco vai beneficiar diretamente 508 professores, dos quais 389 são indígenas, e indiretamente 11 mil crianças, das quais nove mil são índios. *(A Crítica, 22/09/99)*

APROVADA LEI DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO EM SGC

A Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira aprovou em novembro a Lei do Sistema Municipal de Ensino, regulamentando todo o ensino fundamental que está sob gestão municipal, conforme a Constituição Federal. Essa lei reconhece e regulamenta os sub-sistemas de ensino indígenas, que são os sistemas de ensino em estruturação nas diferentes comunidades indígenas do município. Nessa regulamentação se reconhece que os sub-sistemas de ensino indígenas são diferentes porque devem se estruturar tendo como base o respeito às organizações sociais, políticas e culturais dos povos indígenas. Esses sub-sistemas devem ser autônomos para construírem seus projetos político-pedagógicos, levando em conta os projetos societários de cada povo indígena. Outra lei aprovada foi a que dispõe sobre o quadro especial da Secretaria Municipal de Educação e institui o Plano de Cargos e Carreira do Magistério Público do município de São Gabriel, essa lei assegura tratamento específico e diferenciado ao servidor de carreira do Magistério Indígena. Além disso, em seus princípios gerais, essa lei assegura o respeito aos princípios da interculturalidade, bilingüismo, reconhecendo e valorizando as pedagogias e valores tradicionais dos povos indígenas. Fica assegurado ainda o ingresso na carreira de magistério indígena através de concurso específico, que leve em conta os conhecimentos lingüísticos e culturais tradicionais. *(ISA, nov/99)*

PROFESSORES FAZEM ENCONTRO EM S. ISABEL

Começou ontem o encontro de 250 professores indígenas da calha do rio Negro, em Santa Isabel. Eles discutem propostas político pedagógicas para a educação indígena na região, e formulam a proposta do estatuto da Conselho de Professores Indígenas da Amazônia. A discussão sobre o estatuto da Copiam ficou combinada no último encontro de professores indígenas, em setembro. A Seduc está coordenando a realização do evento, com o apoio das prefeituras de Barcelos, São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro. *(ISA e A Crítica, 02/12/99)*

FUNAI ESTUDA CONVÊNIO COM UNIVERSIDADES

A Funai está em negociando com a Unicamp, UnB, e UFPE a formação de índios em nível superior. O interesse do órgão, conforme apresentado em reunião do Conselho Administrativo da Foirn, é formar profissionais, principalmente advogados, plenamente identificados com a causa indígena. Atualmente, a Funai está preparando projeto para viabilização da proposta, a pedido da Unicamp. *(ISA, a partir da Ata da XIV Reunião do Conselho Administrativo da Foirn, jan/00)*

ESCOLA TUYUKA CRIA MATERIAL DIDÁTICO NA LÍNGUA

Os Tuyuka estão realizando encontros e oficinas para produção de materiais de leitura e estudos em sua língua. As oficinas contam com apoio dos antropólogos Aloísio e Flora Cabalzar, do ISA. Foram escolhidos alguns temas, como a situação atual da sociedade e seu meio; atividades humanas e seus resultados, e realizado um diagnóstico socioambiental. Esse trabalho resultou numa pesquisa sobre os etno-

RICARDO PEREIRA/ISA - 2000

Escola Indígena Baniwa Coripaco Páanhali, no Alto Içana.

conhecimentos que levou à elaboração do primeiro livro de autoria coletiva dos Tuyuka: "Mariya dita maiàda hira" o que numa tradução livre é: "Nossa Terra: conhecimentos para o manejo". Essas atividades estão sendo levadas a efeito no âmbito do Projeto de Educação Indígena no Alto Rio Negro, realizado em parceira pela Foirn e ISA. *(ISA, jun/00)*

"TERRA DAS LÍNGUAS"

Foi elaborado, durante o curso de magistério para os prnfessores indígenas do Alto Rio Negro, um livro que se intitula Terra das Línguas, contendo textos de autoria dos professores em suas respectivas línguas nativas. O livro tem como objetivo incentivar a escrita nas línguas nativas da região, que são inúmeras (cerca de 22 etnias vivem nessa região) e incluir nos currículos escolares temas relativos aos conhecimentos tradicionais dos povos dessa região. Os textos foram produzidos em três diferentes etapas do curso de magistério, fazendo parte das atividades das disciplinas lingüística e línguas indígenas, ministradas pelo prnf. Gilvan M. de Oliveira, da UFSC. *(ISA, jul/00)*

ESCOLA CORIPACO PÁANHALI

A Escola Indígena Baniwa Coripaco Páanhali inicinu o primeiro períndo letivn de suas atividades nn dia 29 de agosto. Já estão prontas as 12 casas que compõem a comunidade/escola Páanhali, que servirão como salas de aula e também como moradias para os professores. Essa escola está sendo criada a partir de uma idéia que há pelo menos três anos a Oibi vem discutindo: fazer nma escola de 5ª à 8ª série do ensino fundamental, que seja profissionalizante, voltada para as necessidades ambientais e econômicas das comunidades Baniwa e Coripaco da região do Médio e Alto Içana. A Oibi realizou três encontros de educação Baniwa para discutir a idéia dessa nova escola, chegando, inclusive, a detalhar os conteúdos da parte diversificada do currículo. O calendário escolar está sendo organizado em períodos intensivos letivos, de mais ou menos dois meses cada, de acordo com as atividades tradicionais das comunidades da região. No período em que não há atividade na escola, os estudantes e professores voltarão para suas casas. *(ISA, ago/00)*

CULTURA

AUTORES DESANA LANÇAM LIVRO

O processo de colonização e a herança cultural dos índios foram questões debatidas ontem no I Simpósio dos Povos Indígenas do Rio Negro, que se encerra hoje no Parque do Mindu, com o lançamento da segunda edição do livro "Antes o Mundo Não Existia – Mitologia dos Antigos Desana-Khíripõra". O livro foi escrito e ilustrado pelos índios Desana Luiz Gomes Lana e por seu pai Firmino Arantes Lana (falecido em 1989). Na ocasião, o Instituto Socioambiental (ISA) estará lançando "Povos Indígenas no Brasil 1991-1995", uma coletânea de 888 páginas sobre o dia-a-dia das comunidades indígenas e os movimentos indigenistas no século 20. *(A Crítica, 30/08/96)*

SÃO GABRIEL FAZ FESTIVAL

A cidade de São Gabriel da Cachoeira escolheu ontem a estudante Alvimara Lemos da Silva como a rainha do 1º Festival Cultural das Tribos do Alto Rio Negro. Nem mesmo a chuva que caiu durante a noite impediu a realização do espetáculo que tem raízes ligadas à vida dos 18 povos indígenas da região. O festival, realizado no Centro Folclórico, Artístico e Desportivo do município, encerrou ontem com a apresentação das tribos Tukano e Waupés, que levantou o ânimo das torcidas. Os índios Yanomami encenaram o ritual Kariamã, em que os adolescentes – cunhantãs e curumins – são iniciados à vida adulta. *(A Crítica, 31/08/96)*

MALOCAS PARA EXPOSIÇÃO "MEMÓRIAS DA AMAZÔNIA"

O índio tukano José Maria Lima Barreto dá orientações na língua tukano para os construtores de uma maloca tuyuka que está sendo erguida na área externa do Centro Cultural Palácio Rio Negro por índios de várias tribos do Alto Rio Negro. Uma maloca waimiri-atroari já está concluída. Essas peças fazem parte da preparação do local para receber, no período de 3 de abril a 3 de junho, a exposição "Memórias da Amazônia: expressões de identidade e afirmação étnica", com 250 peças indígenas recolhidas há 200 anos pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira em viagens pelo Alto Rio Negro. *(A Crítica, 06/03/97)*

HISTÓRIAS REVELAM O MUNDO DOS DESANA

O indiozinho Kamaueñe, numa de suas noites de caçada, atinge dois pássaros, ferindo suas asas. Os pássaros transformam-se em dois homens e se vingam carregando o menino rumo à Lua, onde ele passa a morar numa pequena aldeia, junto com todos os que agridem e matam os bichos e a selva. Essa é uma das histórias que o índio desana Feliciano Lana vem contando na oficina de pinturas, desenhos e histórias que realiza até hoje, dentro da programação da exposição "Memórias da Amazônia", em cartaz no Centro Cultural Palácio Rio Negro. *(A Crítica, 18/04/97)*

PINTURAS DESANA

Índio da tribo Desana, Feliciano Lana possui uma infinidade de estampas – como ele chama as pinturas que revelam toda uma cultura rica de mitns –, espalhados pelo Brasil e outros países. Seu outro nome é Subé, filho dn Sol. Alfabetizado a partir de 1946 pelos padres salesianos de Pari - Cachoeira, no rio Tiquié, no Amazonas, aprendeu a ler, escrever e contar número, o que n ajudou na preservação de toda a cultura de seu povn. *(O Liberal, 23/04/98)*

LANÇADO TERCEIRO VOLUME DA COLEÇÃO "NARRADORES"

A Associação das Comunidades Indígenas do Rio Aiari (Acira), a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e o ISA estarão lançando o livro "Waferinaipe Ianheike: a sabedoria dos nosso antepassados", no próximo dia 19 de abril, Dia do Índio, na sede da Foirn, em São Gabriel da Cachoeira, região do alto rio Negro (AM). Trata-se do terceiro volume da Coleção Narradores Indígenas do Rio Negro, editada pela Foirn com a colaboração técnica do ISA, que se destina prioritariamente ao público de leitores indígenas da região.

"Waferinaipe Ianheike" é uma coletânea de narrativas míticas dos Hohodene e dos Walipere dakenai, dois grupos Baniwa que habitam as margens do rio Aiari, afluente do rio Içana, no Brasil. Resulta do trabalho do antropólogo Robin Wright entre estas comunidades entre 1977 e 76, que registrou uma grande quantidade de narrativas de diversos gêneros - orações, canções, histórias e cantos xamânicos. Dos sete narradores Baniwa, apenas dois ainda estão vivos.

Um destes, Manuel da Silva, de Uapui Cachoeira, realizou o trabalho de revisão da primeira versão da publicação. Sua segunda versão foi cuidadosamente revisada por Paulo Fontes Rodrigues, secretário da Acira; Dominique Buchillet, antropóloga e colaborada do ISA; Geraldo Andrello, antropólogo do ISA, e Bonifácio José, representante Baniwa na diretoria da Foirn. *(ISA, 06/04/99)*

OFICINA PROMOVE INTERCÂMBIO CULTURAL E GERA ESPETÁCULO

Entre os dias 25 de janeiro e 3 de fevereiro de 1998, reuniram-se na maloca da Foirn, em São Gabriel da Cachoeira, no noroeste do estado do Amazonas, os Tuyuka de Santa Cruz do Inambu, Alto Rio Papuri e os Wanano de Arara e Caruru Cachoeira, Alto Rio Uaupés, com a pesquisadora e intérprete da música indígena no Brasil Marlui Miranda e o músico e produtor cultural Rodolfo Stroeter.

Os 24 pares de dançarinos-músicos-cantores, 12 de cada etnia, acompanhados de crianças, fizeram uma viagem custosa e espetacalmente demorada, em virtude da distância e da estação seca prolongada que baixou muito o nível das águas, dificultando a navegação. De São Paulo vieram os músicos, os equipamentos e os técnicos de som, além de uma equipe da TV Cultura. Foram quase duas semanas de convivência e de intercâmbio cultural que geraram vários resultados.

A idéia da oficina nasceu em 1997 entre a diretoria da Foirn e a equipe do Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental (ISA), coordenada pelo antropólogo Beto Ricardo, como resposta às demandas de várias comunidades interessadas em registrar, com qualidade audiovisual, suas formas atuais de expressão cultural e de transformar em espetáculo "para fora" parte de suas tradições vivas. A proposta foi acolhida por Marlui Miranda e Rodolfo Stroeter/Pau - Brasil Som e Imagem e apoiada pela Comunidade Solidária, no âmbito do Projeto Universidade Solidária.

TRÊS MOVIMENTOS

No dia seguinte à chegada a S. Gabriel, os Tuyuka e os Wanano abriram suas caixas de adornos, se paramentaram, se pintaram e começaram a demonstrar partes de rituais tradicionais que praticam, apesar dos 300 anos de contato nada amistosos com os colonizadores e da implacável perseguição cultural movida pelos missionários salesianos neste século.

Na seqüência, Marlui Miranda, acompanhada pelo baixo acústico de Rodolfo Stroeter, apresentou músicas e instrumentos indígenas de diversas etnias espalhadas pelo Brasil, resultado de suas andanças e pesquisas nos últimos dez anos.

Concluída essa etapa de apresentação mútua, os participantes da oficina começaram a construir uma agenda de trabalho que combinou três movimentos: (1) apresentar peças inteiras para poder registrar o áudio; (2) experimentar novos instrumentos e recursos audiovisuais; e (3) construir uma apresentação final para o público.

Essa agenda era detalhada e avaliada a cada dia, em reuniões matinais mediadas por Maximiliano Meneses Tukano, vice-presidente da Foirn, que funcionou como tradutor entre o português e a língua tukano.

O registro em áudio foi feito utilizando-se um conjunto de gravadores profissionais, comandados por uma mesa digital de 24 canais, operada por um engenheiro de som. Além de microfones estéreo fixados no teto da maloca, foram utilizados microfones de cabeça, sem fio. Paralelamente, a equipe da TV Cultura foi colhendo imagens e depoimentos do dia-a-dia da oficina.

Foram várias sessões livres para demonstrar os sons de diferentes tipos de flauta; os violões trazidos por Marlui circularam em várias mãos. Diálogos musicais inusitados se estabeleceram. Como para os Tuyuka e os Wanano dançar-cantar-tocar são gestos quase sempre associados, Rodolfo Stroeter, por exemplo, teve que abandonar seu contrabaixo algumas vezes para entrar na roda empunhando uma flauta de pã. Marlui dançou-tocou-cantou somente com as mulheres.

APRESENTAÇÃO FINAL

A partir do quinto dia de trabalho o grupo da oficina começou a construir a apresentação final, passo a passo: ensaio, roteiro, marcação de luz, cenário e formas de acesso do público foram algumas das dimensões trabalhadas. Assim como seus desdobramentos futuros, combinando regras de uso do material gravado e a questão dos direitos autorais.

A apresentação, realizada na noite de 3 de fevereiro, com a presença da primeira dama e antropóloga Ruth Cardoso e comitiva, reproduziu o movimento da oficina: peças da tradição de cada uma das aldeias, números do repertório recolhido por Marlui Miranda em pesquisas anteriores e números especiais, criados coletivamente, contando inclusive com a participação de estudantes da Unicamp que participavam do Programa Universidade Solidária.

No final, em cena aberta, houve uma troca de presentes entre os participantes da oficina. Marlui, Rodolfo e os estudantes receberam alguns instrumentos musicais indígenas, como flautas de pã e flautas japurutu e retribuíram com violões, microfones sem fio e jogos de camisa de futebol. A Comunidade Solidária, atendendo à uma solicitação da Foirn, destinou dez mil reais para cobrir as despesas de deslocamento, hospedagem, alimentação e remuneração das Comunidades que participaram da oficina.

EM SÃO PAULO

O sucesso da apresentação final levou o grupo Tuyuka a São Paulo. A convite da Comunidade Solidária, os Tuyuka do alto Papuri chegaram à capital paulista no dia 9 de abril para ensaios e duas apresentações conjuntas com Marlui Miranda, Rodolfo Stroeter e o grupo de "cidadãos dançantes" dirigidos pelo coreógrafo Ivaldo Bertazzo, dentro de uma programação da Comunidade Solidária, no recém-inaugurado teatro do SESC Vila Mariana.

Os Tuyuka saíram de sua comunidade no dia 06 até Iauaretê, na fronteira do Brasil com a Colômbia, de onde seguiram de avião a Manaus e São Paulo, com apoio da FAB. Ao chegar a São Paulo, os Tuyuka foram recebidos por uma equipe do ISA, que os acompanhou nos dez dias que permaneceram na capital paulista. Com casa lotada e a presença da primeira-dama Ruth Cardoso, os Tuyuka se apresentaram no SESC Vila Mariana nos dias 15 e 19. No dia 17, fizeram uma apresentação extra na Unicamp, em Campinas. (ISA, abr/00)

MIGUEL CHAVES

INICIADA CONSTRUÇÃO DE CENTRO CULTURAL TARIANO

Os Tariano de Iauareté deram início à construção de um Centro Cultural, com apoio do projeto de Educação Indígena no Alto Rio Negro, que tem como objetivo a valorização e revitalização das línguas e da cultura Tariana. Os Tariano são habitantes tradicionais da região de Iauareté, sendo que as outras etnias que falam línguas da família tukano oriental chegaram depois e ocuparam também essa área. Os Tariano são, portanto, a etnia majoritária em Iauareté e os professores e lideranças estão se mobilizando para recuperar e revitalizar as diferentes línguas tariana bem como suas danças e cantos tradicionais. Foi realizado um primeiro curso de língua tariana e uma oficina pedagógica, para elaboração de materiais didáticos que possam cumprir essa função. O Centro Cultural está sendo construído em Iauareté e deverá abrigar atividades de valorização da língua e cultura, bem como uma biblioteca e um acervo de artes tradicionais desse povo. *(ISA, ago/00)*

ARTESANATO

CESTARIA BANIWA COMO EMBALAGEM

A combinação de essências naturais, artesanato e expressões indígenas forma um novo filão da indústria de perfumaria no Estado do Amazonas. A empresa Essencial Arte em Perfumaria, da empresária amazonense Graça Serâfico, vem investindo nesse segmento e, após dez anos de pesquisa, lançou, na última semana, a linha de perfumes Mistérs d'Amazonie, que traz elementos culturais e naturais da região amazônica, incluindo cestaria baniwa como parte da embalagem dos produtos. A produção da empresa já atende aos mercados do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. *(ISA e A Crítica, 31/08/97)*

OIBI REÚNE MESTRES DA CESTARIA DE ARUMÃ

Em abril de 1999, após quatro meses de preparação, a Oibi, com apoio da Foirn e do ISA, organizou uma oficina de mestres da arte de arumã, identificados numa assembléia da associação no ano anterior e convidados para o evento. Durante uma semana, estiveram reunidos na casa comunitária de Tucumã-Rupitã 20 artesãos de dez comunidades do alto Içana. Cada qual trouxe um conjunto de peças prontas para mostrar e matérias-primas para preparar e trançar até o acabamento.
Essa situação de trabalho e convivência permitiu uma interação inédita entre os artesãos, os dirigentes da Oibi e a equipe do ISA, que contou com Beto Ricardo (antropólogo, coordenador do Programa Rio Negro) e Fábio Montenegro (encarregado da elaboração de um plano de comercialização), e com a participação especial do fotógrafo Pedro Martinelli. A pedido da artista gráfica Sylvia Monteiro, que voluntariamente se encarregou do desenho e editoração da publicação que deverá acompanhar a comercialização da cestaria (ver abaixo), foi montado um estúdio na aldeia, para fotografar as peças com fundo infinito e luz natural.
Contando com o apoio dos moradores da comunidade hospedeira, que garantiram um bom astral e comida farta, criou-se um ambiente que permitiu documentar detalhadamente não só todos os passos da produção da cestaria pelos homens e de uso pelas mulheres no processamento da mandioca, como passar a limpo os vários aspectos relacionados ao mercado (como controle de qualidade, embalagem, custos e preços). *(ISA, abr/99)*

"ARTE BANIWA" LANÇADA EM SÃO PAULO...

Aconteceu no dia 17 de abril de 2000 a abertura do evento de lançamento da marca Arte Baniwa em São Paulo. A marca registra a autoria do trabalho dos índios Baniwa, habitantes do Rio Negro, que há mais de 2000 anos trançam com fibra de arumã uma sofisticada cestaria, famosa por seus grafismos peculiares. Arte Baniwa é resultado de uma parceria da Oibi, Foirn e do ISA. O evento também contou com o apoio do IIZ, da rede de lojas Tok&Stok e do restaurante Capim Santo. No dia anterior, o artesanato Baniwa foi objeto de matéria de capa da *Revista da Folha* (tiragem de 400 mil exemplares), com oito páginas e ilustrada com fotos de Pedro Martinelli.
Livro de bolso – Além da cestaria, houve o lançamento de um livro de bolso (com textos de Beto Ricardo e imagens de Pedro Martinelli), um vídeo e um ensaio fotográfico de Martinelli. Toda a renda obtida com o comércio dos produtos foi revertida para a Oibi e será aplicada na construção de um entreposto comercial da cooperativa dos artesãos Baniwa em S. Gabriel da Cachoeira. *(ISA, mai/00)*

... TERÁ REVISÃO DO PLANO DE NEGÓCIO

O projeto piloto "Arte Baniwa" – que envolve a produção e comercialização de cestaria de

PEDRO MARTINELLI - JAN/00

Artesãos baniwa da comunidade Santa Rosa aguardam chegada do bongo da Oibi...

... que transporta a cestaria de arumã até a cidade de SGC.

arumã – será avaliado após um ano de operação comercial. Em agosto de 2000, o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA - vinculado ao MMA) aprovou financiamento para um projeto que prevê estudos de mercado e sobre os impactos ambientais decorrentes da extração de arumã. O projeto será realizado pelo ISA e terá como parceiros a Oibi, a Foirn e a Fundação Vitória Amazônica (FVA).

Como o plano de negócios tem um prazo de quatro meses para ser realizado, a meta é começar em outubro e terminar em janeiro de 2001, com a realização de uma oficina com os artesãos em Tucumã, sede da Oibi. Esta oficina, além de capacitar os artesãos, terá uma interface com a escola Baniwa-Coripaco, na tentativa de incorporar o artesanato no aprendizado da escola.

Desafios - Enquanto o plano de negócios não fica pronto, o desafio é continuar vendendo e superar as dificuldades mercadológicas existentes. O principal problema encontrado hoje pela Oibi é o alto custo do transporte. A redução desses encargos viabilizará a construção de um armazém em São Gabriel da Cachoeira para servir de entreposto entre os produtores e os compradores, o que ajudará na resolução de um outro problema: o tempo de entrega, que hoje é de três meses desde o pedido.

Vendas - O número de pessoas interessadas no projeto está aumentando e, como resultado, a produção deu um salto de cem dúzias de cestos por trimestre para a mesma quantidade a cada mês. Outro bom indicador é a demanda por este tipo de produto. Hoje, só a rede de lojas TOK & STOK dá conta de quase toda produção, o que leva a crer que ela pode continuar aumentando.

O livro de bolso "Arte Baniwa" também vem sendo um sucesso de vendagem e já está em sua segunda edição, revisada e acompanhada de créditos sobre direitos coletivos dos Baniwa. *(ISA, out/00)*

Participantes da Oficina de Mestres em Tucumã Rupitá, Alto Içana, abr 99.

PEDRO MARTINELLI

Diretoria da OIBI na sede da associação em Tucumã Rupitá, Alto Içana.

SAÚDE

EPIDEMIA DE TUBERCULOSE

O município de S. Gabriel da Cachoeira vive uma epidemia de tuberculose. Em oito meses – de janeiro a agosto deste ano – os casos registrados representam 88,75% (80) de todo o ano de 1996 (89). Os números foram fornecidos, por telefone, pelo secretário municipal de Saúde, o odontólogo José Haroldo Xavier Bentinho, que tem como fonte o hospital de Guarnição (como é conhecido o hospital do Exército).

Situação crítica. Esta é a expressão mais repetida pelas autoridades em saúde para designar o quadro da tuberculose em São Gabriel da Cachoeira. O superintendente de Saúde do Ama-

Capa do livro de bolso Foirn/ISA/Oibi.

Capa Revista Folha de 16/04/2000

zonas, Tancredo Castro Soares, disse que há três anos a Susam não desenvolvia nenhuma atividade no município. Essa ausência ajudou a agravar o quadro. No período de 92/96, a incidência de tuberculose cresceu muito, está bem acima dos índices asiáticos e africanos – tidos como os mais altos – observou Soares. *(A Crítica, 02/09/97)*

INDICADORES APONTAM S. GABRIEL COMO ÁREA CRÍTICA

A falta de políticas sanitárias preventivas e de estrutura de saneamento adequadas, a dificuldade de transporte e o sedentarismo adotado pelo índio por influência do homem branco fizeram de São Gabriel da Cachoeira, município do Alto Rio Negro, uma das áreas com os piores indicadores de tuberculose e malária do país. Também ocorrem com grande freqüência diarréias, verminoses, infecções pulmonares e tracoma (espécie de conjuntivite que causa a cegueira), males de controle estatístico menos rigoroso. As maiores vítimas são os índios, que representam 90% da população local, de 30 mil habitantes.
As ações de saúde na Região do Alto Rio Negro dependem, em grande parte, do trabalho quase anônimo dos médicos das organizações não-governamentais, que ocupam o espaço deixado pela omissão do poder público. O clínico Norimar de Oliveira é um exemplo. Formado pela Escola Paulista de Medicina, ele desistiu da vida na cidade grande – e de um salário mais gordo – para praticar aquilo que chama de "uma medicina mais necessária", na ONG Saúde Sem Limites, financiada pelo governo britânico e pela Comunidade Européia. *(JB, 22/02/98)*

EPIDEMIA DE TRACOMA ATINGE OS MAKU

Um programa de cooperação entre a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (SP) e a Associação Saúde Sem Limites constatou a prevalência de um surto de tracoma entre os Maku Hupdë que habitam comunidades situadas no rio Tiquié, no alto Rio Negro, noroeste do Estado do Amazonas. Segundo informações passadas ao ISA pelo antropólogo Renato Athias, coordenador do escritório regional da Saúde Sem Limites em São Gabriel da Cachoeira – cidade que é uma espécie de capital da região – o surto foi constatado por exame oftalmológico realizado em julho em 198 indivíduos Hupdë, correspondente à 12,4% da população de duas grandes comunidades. O tracoma causa deformidades nas pálpebras e déficits visuais agudos. *(ISA, 08/12/98)*

DOENÇA AMEAÇA DEIXAR ÍNDIOS CEGOS

Os índios do Alto Rio Negro estão ameaçados de ficar cegos. Uma pesquisa do Instituto de Oftalmologia de Manaus, realizada na região de S. Gabriel da Cachoeira detectou que de 298 índios de diversas etnias examinados, mais de 50% estão com tracoma, uma doença causada por uma bactéria que pode levar à cegueira. Segundo a pesquisa do Instituto, alguns índios Maku já estão cegos. *(A Crítica, 03/03/99)*

MINISTÉRIO LIBERA VERBA

Precisou de uma matéria na Rede Globo sobre o abandono do hospital construído pelo projeto Calha Norte em Iauaretê (AM), no Alto Rio Negro, para o Ministério da Saúde decidir liberar uma verba de R$ 1 milhão. Os recursos são suficientes para a reforma do imóvel e a compra dos equipamentos médico. Dez anos depois, enfim, o hospital será inaugurado. *(A Crítica, 04/04/99)*

ALCOOLISMO PROVOCA VIOLÊNCIA ENTRE ÍNDIOS

Diariamente, o xadrez da delegacia de São Gabriel da Cachoeira abriga pelo menos seis pessoas que perderam as estribeiras por causa do álcool. De uma hora para outra começam a distribuir socos, pontapés e até facadas em mulheres, filhos, amigos. Um ou outro caso de estupro é registrado esporadicamente. Com uma peculiaridade: ou as vítimas ou os agressores são indígenas e estão alcoolizados.
O coordenador da equipe do Programa Rio Negro da organização não-governamental Instituto Socioambiental, o antropólogo Carlos Alberto Ricardo, diz que a história da interação entre brancos e índios explica, em parte, porque a cachaça se proliferou tanto no Alto Rio Negro. Ele diz que, de fato, a tradição de consumir o *caxiri* é milenar, mas que a bebida somente era ingerida em um contexto específico e dentro de certos limites sociais. *(CB, 04/04/99)*

TUBERCULOSE ATINGE 20% DA POPULAÇÃO DO ALTO RIO NEGRO

Dados da Funai e da Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira atestam que a tuberculose atinge 20% do total da população do Alto Rio Negro. Naquela região existem quatro postos de saúde para tratamento ambulatorial. Os casos mais graves são levados para o único hospital, o de São Gabriel da Cachoeira. *(A Crítica, 21/09/99)*

NOVA ONG PROCURA PROMOVER TRABALHO CONJUNTO

Nos últimos anos, as instituições que trabalham mais diretamente a saúde da população que vive no interior de S. Gabriel da Cachoeira, estão procurando fazer suas atividades de forma conjunta. Esse esforço possibilita que cada instituição saiba o que a outra está planejando e fazendo. Assim é possível trabalhar de forma organizada, visando a melhoria no atendimento à saúde e na formação dos agentes de saúde. No sentido de oficializar esse modo de trabalhar foi criada, em 28 de agosto de 1999, a Sociedade para o Desenvolvimento da Saúde Indígena do Rio Negro (SDS). A SDS é formada pelas seguintes instituições: Foirn, AAISARN, Centro de Saúde Escola Dom Walter Ivan, Saúde Sem Limites e pela Associação dos Trabalhadores de Enfermagem de São Gabriel da Cachoeira (ATESG). A Secretaria Municipal de Saúde não faz parte da SDS mas, estará trabalhando em parceria com a SDS. O objetivo principal da SDS é garantir que os serviços de saúde para a população do interior de S. Gabriel da Cachoeira sejam desenvolvidos com boas condições de gerência e de qualidade técnica visando a melhoria das condições de saúde e de vida nas comunidades. A SDS também tem como princípio que estas atividades sejam feitas respeitando-se as culturas indígenas e as normas do Sistema Único de Saúde. *(Wayuri, out/99)*

EXPOSIÇÃO SOBRE SAÚDE REPRODUTIVA

Foi inaugurada a exposição sobre a saúde reprodutiva das mulheres indígenas do Alto Rio Negro, no Memorial da América Latina. Essa exposição é fruto do trabalho desenvolvido pelas organizações indígenas Amidi e Foirn com assessoria da antropóloga Marta Azevedo, apoiada pela Fundação MacArthur. A exposição mostra desenhos e textos produzidos pelas mulheres indígenas de diferentes etnias de Iauaretê, durante os encontros sobre saúde da mulher promovidos nos anos de 1998 e 1999. A exposição deve ficar até meados de dezembro no Memorial, devendo circular para outros centros urbanos, retornando para São Gabriel e Iauaretê no final do ano 2000. *(ISA, nov/99)*

I SEMINÁRIO INDÍGENA DE SAÚDE DO RIO NEGRO

Foi realizado de 15 de outubro a 17 de outubro de 1999 o 1º Seminário Indígena de Saúde do Rio Negro. O seminário contou com a presença de representantes de várias organizações e en-

tidades, além do Ministério da Saúde, Coiab, Rede Autônoma de Saúde Indígena (Rasi), Foirn, Funasa, Diocese de São Gabriel, SSL, Instituto de Desenvolvimento Sanitário (IDS). Entre as principais questões debatidas nas mesas estavam os problemas de saúde na região, a implantação do Distrito Sanitário Especial Indígena, cura tradicional indígena e a ação política do movimento indígena frente ao governo. *(ISA, out/99)*

PROJETO DE SAÚDE REPRODUTIVA GERA EXPOSIÇÃO

Segue até 12 de dezembro a exposição Saúde Reprodutiva – As concepções das mulheres indígenas de Iauareté, Terra Indígena no Alto Rio Negro. A mostra reúne uma seleção de desenhos produzidos por mulheres que participaram do projeto Saúde Reprodutiva, desenvolvido pela antropóloga Marta Azevedo, do Núcleo de Estudos da População (Nepo), da Unicamp. A exposição acontece no Pavilhão da Criatividade do Memorial da América Latina. *(O Dia, 07/12/99)*

LEVANTAMENTO SANITÁRIO EM S. ISABEL

Uma equipe de profissionais de saúde coordenada pela Foirn, visitou as comunidades indígenas do município de S. Isabel, no médio Rio Negro, no mês de junho de 2000.

O trabalho consistiu na aplicação de dois questionários, um com os Agentes Indígenas de Saúde e outro com a população das comunidades, com o objetivo de apurar dados para o planejamento e execução das ações de prevenção, controle e tratamento de doenças, no âmbito do DSEI-RN.

Dos 34 agentes entrevistados, 82,4% é do sexo masculino, com idades variando entre 23 a 67 anos. Todos falam português, além da língua de origem, e sabem ler e escrever, sendo que dois cursaram o segundo grau, 28 o primeiro grau completo e quatro o primeiro grau incompleto. Todos atendem em uma única comunidade, na qual residem. Dentre eles, apenas dois sabem benzer.

Quanto ao motivo que os levaram a ser agentes de saúde, os mais citados foram os fatos de poderem ajudar a comunidade e de terem sido indicados pela mesma.

Mais da metade dos AIS não utilizam remédio do mato. A Dipirona é o medicamento que os índios mais sabem usar e a Iliocina é que eles mais sentem falta. Dos AIS entrevistados, 32 sabem medir temperatura, 27 sabem medir pressão e 18 sabem auscultar pulmão. Referente aos assuntos que eles gostariam de aprender ou rever, o mais citado foi a sutura e em seguida a administração de medicamentos.

As entrevistas realizadas nas comunidades abordaram os aspectos de saneamento, abastecimento de água, destino dos dejetos de lixo, postos de saúde, imuno-prevenção, saúde materno infantil e o atendimento de enfermagem.

Assim, a grande maioria das comunidades (71%) possui solo do tipo argiloso e topografia acidentada (38%).

A principal fonte de água de 43 comunidades visitadas é o rio e o igarapé. Nas comunidades não há rede de abastecimento nem tratamento de água. O lixo também não é tratado convenientemente, já que 15 colocam a céu aberto, 9 enterram, 23 queimam e 9 jogam o lixo no rio. Das 42 comunidades visitadas, apenas metade possui posto de saúde e estes encontram-se em mal estado de conservação. A assistência à saúde tem sido realizada pelos AIS e outros profissionais de saúde, como os do exército que realizam visitas esporadicamente. *(ISA, com base no "Relatório de atividades. Levantamento de Saúde no Município de Santa Isabel do Rio Negro". São Gabriel da Cachoeira, jun/00)*

IDENTIFICAÇÃO DE COMUNIDADES INDÍGENAS PARA O DSEI-RN

Com o objetivo de subsidiar ações futuras do Distrito Sanitário Especial Indígena do Rio Negro (DSEI-RN), a Foirn e o ISA organizaram, entre abril e maio de 2000, um levantamento das comunidades indígenas existentes em toda a área do município de Barcelos. O trabalho foi realizado por uma equipe composta por dois antropólogos indicados pelo ISA, Ana Gita de Oliveira e Sidnei Peres, pelo representante da Foirn Miguel Maia, e por pessoal de apoio indicado pelas organizações indígenas ACIMRN e Cacir. O relatório final, entregue à Funasa em junho, identifica 53 comunidades, compostas, na maioria dos casos, por mais de uma das seguintes etnias: Baré, Baniwa, Dessana, Piratapuia, Tariana, Tukano, Uarequena, além daqueles que se auto-identificam como "Branco" ou "Caboclo". No centro e nos bairros da cidade de Barcelos, dados ainda não conclusivos apontam a presença de habitantes dessas mesmas etnias (menos Uarequena) e outras: Arapaço, Cabari, Yanomami, Canamaris e Miriti Tapuia. *(ISA, out/00)*

PEIXE ORNAMENTAL

FOIRN E ACMIRN TENTAM DISCIPLINAR EXPLORAÇÃO

A situação do sistema de pesca comercial de peixes ornamentais foi o motivo da reunião organizada pela Foirn e pela ACIMRN, na Comunidade de Tabocal, Rio Téa, no dia 15 de agosto de 1998. Participaram 75 pessoas, na sua maioria índios que trabalham na captura de peixes ornamentais que são vendidos a comerciantes. A reclamação unânime dos participantes foi com respeito ao baixo preço pago pelos "patrões" pelo milheiro do peixe cardinal. Diante das reclamações, o representante dos compradores concordou em pagar imediatamente dez reais e, quatro meses mais tarde, subir para 12 reais. Os participantes da reunião disseram que "... antes (anos atrás), havia um período em que era proibido pescar cardinal e que agora esse período não é mais respeitado, causando vários transtornos para os pescadores que perdem seus materiais e para o meio ambiente", com a diminuição dos estoques naturais. Além do mais, o "manifesto" de embarque é feito em Barcelos – provocando evasão de divisas no município de origem, que é S. Isabel – e os patrões pagam os pescadores com mercadorias superfaturadas como, por exemplo, um motor rabeta 5.5 HP por 200 milheiros de cardinal. Diante do exposto a conclusão dos participantes foi: (1) definir o preço mínimo pelo milheiro em dez reais; (2) proibir a pesca entre 30 de abril e 30 de junho em toda a região; (3) solicitar ao Ibama a instalação de um posto de fiscalização na área; (4) solicitar da prefeitura a instalação pela prefeitura de um posto de recolhimento de impostos e de um posto municipal de fiscalização dos preços das mercadorias; (5) buscar novos mercados para os peixes ornamentais, a preços mais justos, com apoio de órgãos governamentais e não-governamentais. *(ISA, com base no Relatório da Reunião, 15/08/98)*

COMUNIDADES QUEREM TERMO DE COMPROMISSO E FISCALIZAÇÃO

Reunidos na comunidade de S. João, situada no médio Rio Negro, 52 representantes das comunidades indígenas de S. João, Monte Alegre, S. Francisco, Foirn e ACIMRN e também "piabeiros antigos" do município de S. Isabel avaliaram as "invasões e atividades predatórias de piabeiros provenientes do município de Barcelos". O Ibama foi convidado, mas não compareceu. O sr. Guilherme Gomes disse que o Rio Aiuanã "sempre foi mercado das comuni-

dades e sempre houve respeito com os locais de pesca; com a chegada de piabeiros há mais ou menos 12 anos, pouca coisa tem mudado e sempre houve diálogo com as comunidades.." Porém, relatou, há oito meses chegaram o sr. Raimundo e Eldo dos Santos e Demétrio e seus pescadores, denominados "novos piabeiros", todos vindos de Barcelos, causando transtornos ao sistema existente porque não respeitam o "período de pesca" nem o meio ambiente. Segundo o sr. Gomes, eles queimaram, em grande escala, as samambaias da margem do rio, onde os peixes se reproduzem na época da cheia. O sr. João Batista Lopes, administrador da comunidade de S. João, acrescentou que estes piabeiros também capturam "bichos de casco e pescados, atividades proibidas e respeitadas pelos antigos piabeiros. O sr. Luis Carlos "Bazar", piabeiro que há sete anos trabalha na região, afirmou que os novos piabeiros "tinham sua área de pesca em Barcelos, acabaram com tudo lá, agora eles vem acabar com tudo aqui". O sr. Manoel Batista, professor da comunidade S. João, acrescentou que o modo de pescar dos novos piabeiros é predatório, porque desperdiçam muitos peixes ornamentais e usam arrastões e malhadeiras. Tais procedimentos também estão ocorrendo no rio Jurubaxi, conforme relataram os senhores Alonso Coelho e Martinho Cunha. Segundo eles, várias pessoas de S. Isabel (Bruno, Antonio Ferreira e o vereador conhecido por "Catuaba") capturam peixes e bichos de casco com grandes malhadeiras e arrastões. Denúncias foram feitas ao Ibama, sem retorno.
Diante do exposto, os participantes da reunião resolveram formalizar suas denúncias e divulgá-las para o Ibama, Funai e PF, na espera de providências. Decidiram também que as comunidades somente vão permitir a entrada de piabeiros com mais de cinco anos de atividade na região, desde que assinem um termo de compromisso, com cinco cláusulas: respeitar o período de desova dos peixes ornamentais (entre 30 de abril e 30 de junho), respeitar o habitat dos peixes e os locais de pescas de outros, contratar exclusivamente pessoas das comunidades e pagar pelo menos dez reais o milheiro, não mariscar outros peixes nem bichos de casco para vender. *(ISA, com base no Relatório da Reunião da Comunidade de S. João, município de S. Isabel do Rio Negro, assinado pela ACIMRN e Foirn, em 04/12/98)*

FOIRN E ACIMRN DISCUTEM AÇÃO DE PIABEIROS

No dia 4 de dezembro de 1998, a convite das comunidades de São João, Moote Alegre, São Francisco e Piabeiros antigos do município, a Foirn e a ACIMRN realizaram uma reunião, no qual o assunto foi as invasões e atividades predatórias de piabeiros provenientes do município de Barcelos no Rio Aiuanã. A reunião decidiu denunciar ao Ibama as atividades invasoras e exigir um termo de compromisso dos piabeiros da comunidade estipulando os períodos e espécies permitidos para a atividade. Uma reunião similar foi realizada também na comunidade de Tabocal - Rio Téa, para a discussão dos mesmos problemas. *(Relatório da reunião na comunidade de Tabocal – 15 de agosto de 1998 e reunião na comunidade de São João, município de Santa Isabel do Rio Negro - AM, 29/01/99)*

IBAMA DE SGC RESPONDE

Em ofício assinado pelo sr. Ézio Borba, engenheiro agrônomo de S. Gabriel, o Ibama responde às demandas das comunidades indígenas de S. Isabel, encaminhadas pela ACIMRN e Foirn em janeiro de 99, informando que, apesar dos piabeiros serem obrigados a portar licença do Ibama, não é competência do órgão ambiental autorizar a entrada nas áreas de domínio das comunidades, o que deve ser decidido pelas suas lideranças, assim como não lhe cabe fiscalizar as invasões de piabeiros, o que competiria às próprias organizações indígenas. *(ISA, com base no ofício do Ibama/SGC de 03/02/99)*

FOIRN PEDE RETIRADA DE INVASORES DO "CASTANHEIRO"

Dezoito homens liderados pelos patrões de piaba Laércio Ribeiro e Baiano invadiram, sob ameaça a mão armada, a Terra Indígena Médio Rio Negro II, através da comunidade Castanheiro, localizada na margem esquerda, acima de S. Isabel.
Segundo denúncia que lideranças da comunidade enviaram à Foirn em S. Gabriel, no dia 30 de outubro de 1999 os piabeiros chegaram em Castanheiro e pediram permissão ao capitão Raul Ferreira da Silva para entrar. O capitão disse que não aceitava e propôs: "nós mesmo faz a pesca e o senhor compra", o que não foi aceito pelos piabeiros. Armado com revolver, o tal Baiano – que é casado com uma índia da comunidade Bacabau, logo abaixo – vociferou que já havia matado esposa e filho na sua terra natal e que poderia fazer o mesmo com os índios. O capitão Raul insistiu que a terra indígena estava reconhecida por lei, mas Láercio respondeu que "lei não manda" e que se "os índios querem ir atrás de seus direitos, nunca iriam achar, nem no inferno". Diante do fato consumado, as lideranças de Castanheiro pediram à Foirn interceder junto às "autoridades competentes" para providenciar a retirada dos invasores, incluindo a balsa de um tal sr. Joel, com dois mergulhadores. *(ISA, com base na denúncia enviada pelas lideranças de Castanheiro à Foirn e repassada à AER/ Funai/ SGC em 03/11/99)*

MINERAÇÃO

"SEIS LAGOS" TEM 78% DO NIÓBIO MUNDIAL

Guardada pelo Morro dos Seis Lagos, entre a cidade de S. Gabriel da Cachoeira e o Pico da Neblina, na região do alto Rio Negro, no Amazonas, está a maior reserva mineral de nióbio do planeta. Metal de alto valor industrial e matéria-prima básica na produção de chips para supercondutores e aços especiais, o nióbio brasileiro representa 78% das reservas mundiais. Segundo o *Jornal do Norte*, de Manaus, que circula hoje, a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) já mensurou a riqueza: a reserva conhecida contém 2,9 milhões de toneladas e está avaliada em US$ 26 bilhões. Os dados fazem parte de um relatório reservado da SAE a que o novo jornal amazonense teve acesso. *(JB, 21/01/96)*

EXPLORAÇÃO PODE SUBSTITUIR ZONA FRANCA

A exploração mineral é a única maneira concreta conhecida para o desenvolvimento da região do Alto Rio Negro e, com um pouco mais de investimento, provavelmente a saída econômica mais viável para o Amazonas. É o que defende o gerente da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), João Orestes Santos, ao comentar sobre as reservas minerais do Estado. Para Santos, a exploração das reservas de nióbio, manganês, zinco e ferro no morro de Seis Lagos, no município de S. Gabriel da Cachoeira, de ouro, no Vale do rio Tapajós, no Sudoeste do Pará e Sudeste do Amazonas, e a jazida de potássio, em Nova Olinda do Norte, são algumas das áreas já conhecidas, que se exploradas renderiam recursos suficientes para início de um projeto de substituição da Zona Franca de Manaus, como pólo de Desenvolvimento. *(A Crítica, 15/09/96)*

GRANITO PODE SE TORNAR ALTERNATIVA ECONÔMICA

A exploração do granito, abundante no município de S. Gabriel da Cachoeira e explorado de forma artesanal, pode se tornar uma atividade geradora de emprego. Com finalidade de verifi-

car a viabilidade da exploração desse mineral, o prefeito Amilton Gadelha viajará ao Estado do Espírito Santo, um dos principais produtores desse material. *(Folha de São Gabriel da Cachoeira, mar/97)*

EXPLORAÇÃO DE GRANITO TEM PARECER CONTRÁRIO DO DNPM

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão do Ministério das Minas e Energia, emitiu parecer contrário a um projeto de exploração de granito em áreas indígenas no município de S. Gabriel da Cachoeira. A implantação do projeto envolve recursos de R$ 6,5 milhões. Do montante previsto para o projeto, cerca de 190 mil chegaram a ser aplicados na perfuração de 16 áreas – serviço este contratado à empresa Paulo Orcioli e Sociedade Ltda. – e na criação da Indústria de Granito do Rio Negro S.A., cujo contrato foi arquivado no dia quatro do mês passado no DNPM. *(A Crítica, 06/04/97)*

PREFEITURA ESTUDA A EXPLORAÇÃO DO GRANITO

A Prefeitura Municipal de S. Gabriel da Cachoeira está dando os primeiros passos para concretizar um dos seus principais projetos visando a viabilidade econômica para o município: a exploração do granito. Com esta finalidade, o prefeito Amilton Gadelha e o secretário de Obras, Carlinhos de Souza Dias, viajaram no final de maio ao município de Mucajá (RR), para conhecer "*in loco*" a fabricação de paralelepípedos e contratar dois profissionais. A tarefa desses profissionais será ensinar a técnica às pessoas de S. Gabriel que já trabalham com o granito, porém de forma muito rudimentar. Naquele município, atualmente, cerca de 20 pessoas queimam o granito, provocando grande desperdício. *(A Crítica, 04/07/97)*

CPRM PRIVATIZARÁ EXPLORAÇÃO MINERAL

A CPRM, empresa pública responsável por levantamentos geológicos, está transferindo ao setor privado todo seu acervo de áreas para exploração mineral. O processo será iniciado pela licitação pública para a venda da maior jazida de minério de nióbio do País, com reserva estimada de 2,9 bilhões de toneladas, localizada no alto do rio Negro, no Amazonas. O edital de venda já está disponível às empresas ou consórcios de empresas interessados. As propostas deverão ser apresentadas até 16 de outubro, data marcada para a abertura dos envelopes, informa o diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento da CPRM, Gil Azevedo. *(Gazeta Mercantil, 08/07/97)*

CINCO GRUPOS DISPUTAM MINA DE NIÓBIO

Cinco grandes grupos ligados a companhias minerais do Sul do País estão disputando a compra da mina de nióbio localizada em São Gabriel da Cachoeira (a 858 km de Manaus), a maior do mundo com capacidade de reserva em torno de 82 milhões de toneladas de óxido de nióbio. Quatro delas já visitaram a mina. As propostas vão ser abertas no dia 16 de outubro, na sede da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), no Rio de Janeiro. As empresas interessadas na compra da reserva têm até 24 horas antes desse prazo para remeter suas propostas à companhia. *(A Crítica, 24/08/97)*

PREFEITURA QUESTIONA VENDA DE RESERVA

A partir da segunda quinzena deste mês, a Prefeitura, organizações não-governamentais e representantes da comunidade de S. Gabriel da Cachoeira iniciam uma ampla discussão sobre a reserva de nióbio, na Região dos Seis Lagos, naquele município. O prefeito de São Gabriel, Amilton Gadelha, 38, disse que a comunidade esta "perplexa" com a atitude do Governo Federal que anunciou a venda da reserva sem fazer qualquer consulta aos que ali vivem. *(A Crítica, 03/09/97)*

JAZIDA DE NIÓBIO SERÁ VENDIDA POR R$ 600 MIL

O direito de pesquisa e lavra sobre a maior reserva de nióbio do mundo, localizada em S. Gabriel da Cachoeira, está à venda por R$ 600 mil. O baixo preço deve-se a dois fatores: o mercado mundial está super abastecido do produto e a área onde fica a reserva – no morro dos Seis Lagos, próximo ao Pico da Neblina – é de difícil acesso. Desde que foi descoberta, no fim da década de 70, a reserva foi usada pelos militares como argumento para a necessidade de proteção da Amazônia. Na época, os militares acreditavam que a reserva valia centenas de milhões de dólares. Os vencedores da licitação, cujo resultado sairá ainda neste mês, poderão explorar não só o nióbio, mas qualquer produto mineral presente no subsolo. O documento da CPRM cita uma questão que pode causar protestos dos ambientalistas: "É importante informar que a área do projeto está inserida nas seguintes unidades de conservação: Parque Nacional do Pico da Neblina e a Reserva Biológica estadual do Morro dos Seis Lagos". Para a CPRM, possíveis contestações à produção mineral nessa área serão um problema de quem vencer a concorrência. *(FSP, 30/09/97)*

CONCORRÊNCIA ADIADA

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) adia por 120 dias o recebimento dos envelopes de propostas e documentação, para esclarecer questões suscitadas pelo Ibama, Procuradoria Geral da República (2ª região) e pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam). *(DOU, 13/10/97)*

CPRM PODE SER PROIBIDA DE EXPLORAR

A Promotoria do Meio Ambiente ingressou ontem, no Tribunal de Justiça do Estado, com Ação Civil Pública para anular o ato que concedeu direito de exploração da jazida de nióbio de S. Gabriel da Cachoeira, à Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CRPM). Se acatada, também anulará, por conseqüência, o processo licitatório para exploração da reserva. O promotor do Meio Ambiente, José Nunes Roque, autor da ação, disse que o juiz concedeu prazo de 72 horas para o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e a CPRM se manifestarem sobre a ação, após o que deverá conceder liminar suspendendo, por prazo indeterminado, o processo licitatório que entregaria à iniciativa privada a exploração da jazida, até que a ação tenha a sentença definitiva. José Nunes explica que o direito de exploração da reserva, que foi baseado em relatório de pesquisa feita pela CPRM em 1986, na verdade não existe, porque a legislação brasileira à época já proibia a exploração do solo em área de Parque Nacional. Foi uma concessão ilegal, afirma, não se concede um direito onde existe uma proibição expressa na legislação. Aliás, diz, a própria pesquisa foi ilegal, porque foi feita sem autorização do órgão competente, conforme estabelecem o Código Florestal e o Regulamento do Parque Nacional. A jazida de S. Gabriel da Cachoeira fica no Parque Nacional do Pico da Neblina. A área do Parque é uma reserva de conservação de uso indireto, o que quer dizer que até mesmo a entrada de pessoas na região só é permitida com autorização do órgão fiscalizador, neste caso, o Ibama, informa. *(A Crítica, 14/10/97)*

DESCOBERTA ARQUEOLÓGICA SUGERE EXTRAÇÃO MILENAR

O garimpeiro mais antigo sonha ainda em "bamburrar". Os índios já mineram há milêni-

os no Rio Negro. Descobertas arqueológicas em serras do Parque Nacional do Pico da Neblina, naquela região, sugerem que o ouro já era extraído do lugar em passado remoto. Lugar de maior concentração indígena do País (tem 23 etnias e cerca de 30 mil índios – 10% da população indígena nacional), S. Gabriel da Cachoeira nunca abandonou a chamada "febre do ouro". *(A Crítica, 29/09/98)*

MILITARES

FHC VISITARÁ INSTALAÇÕES

O presidente Fernando Henrique Cardoso visitará instalações militares na Amazônia, a convite do Exército e terá um encontro com os índios Tukano que integram, como soldados, o Pelotão de Fronteira de Iauareté. *(O Globo, 18/08/96)*

PCH DE S. GABRIEL VAI CUSTAR R$ 24 MILHÕES

As propostas das empresas que disputam a construção da Pequena Central Hidrelétrica (PCH), no município de S. Gabriel da Cachoeira serão abertas no dia 22, no Rio, na sede da Comissão para Coordenação do Projeto Sistema de Vigilância da Amazônia (CCSivam). A obra tem valor estimado em R$ 24 milhões. A hidrelétrica de São Gabriel vai alimentar um dos 25 radares do Sivam. Os radares serão distribuídos por toda a Amazônia Legal e um deles já está instalado em São Gabriel desde 94. De acordo com a coordenação do Sivam, a carga extra de consumo de energia dificilmente poderia ser suportada pelos antigos geradores termo elétrico existentes no município. *(A Crítica, 06/07/97)*

ÍNDIOS COMPÕEM 85% DOS SOLDADOS NO ALTO RIO NEGRO

A luta pelo território é constante na vida dos índios da Amazônia. Além dos obstáculos à demarcação de suas terras, eles passaram a ser uma peça importante para as Forças Armadas na defesa das fronteiras da região Norte, justamente as que o Exército considera "mais ameaçadas pela cobiça estrangeira". Em S. Gabriel da Cachoeira, os índios já representam 85% dos soldados incorporados este ano pelo 5° Batalhão de Infantaria de Selva. Além de recorrer ao vasto conhecimento desses recrutas sobre a vida na floresta, o Exército aproveita o convívio para incutir na cabeça dos que trocaram o arco e flecha pelo fuzil o sentimento de nacionalidade. *(O Globo, 20/09/97)*

SIVAM PROMETE LUZ ELÉTRICA E POSTOS DE SAÚDE

Fornecimento contínuo de energia elétrica em cidade onde há racionamento, postos de saúde em comunidades carentes e material didático para distribuição em mais de 200 escolas são alguns dos benefícios indiretos prometidos pelo Sivam. Em S. Gabriel da Cachoeira, município que vive às voltas com o racionamento de energia, a construção, a partir de 98, de uma pequena central hidrelétrica deve garantir, já no ano 2000, o fornecimento contínuo de energia elétrica para 20 mil pessoas. *(JB, 01/03/98)*

ÍNDIOS QUEREM SE ENGAJAR NO EXÉRCITO

Em vez de trazer de outras regiões o efetivo necessário para a vigilância da fronteira, o Exército prefere dar instrução militar aos moradores da região. No 5° BIS, 85,3% dos soldados incorporados em 97 são índios – 150 das tribos tukano, macu, dessano, cubeo, baré, piratapuia e baniva. Dos 280 índios incorporados em 1995, mais de 200 se tornaram profissionais depois de um ano como recrutas. Em 96, foram incorporados 140 índios das aldeias da Cabeça do Cachorro e a maioria também já avisou que quer se engajar. Praticamente todos os pelotões do Exército na fronteira amazônica foram instalados próximo de aldeias indígenas. Nos poucos casos em que isso não ocorreu, foram os índios que se aproximaram dos quartéis. Eles põem seus filhos para estudar nas mesmas escolas dos filhos dos soldados e costumam trocar alimentos e outros produtos com os militares. *(O Globo, 06/12/98)*

MINISTÉRIO QUER MAIS PELOTÕES

O governo vai aumentar a presença militar na Amazônia, a partir do próximo ano. O Ministério do Exército já tem planejado a criação de pelo menos mais cinco pelotões na fronteira entre o Brasil, Colômbia, Venezuela, Suriname e Guiana Francesa, reforçando seu esquema de segurança, hoje composto de 80 unidades. Para evitar gastos, os novos batalhões serão compostos por militares de Roraima, Amapá e Amazonas. *(A Crítica, 06/12/98)*

COLOMBIANOS SE REFUGIAM EM S. GABRIEL

Cerca de 500 colombianos estão abrigados nos distritos de Iauareté e Querari, município de São Gabriel da Cachoeira, desde que ocorreu o ataque militar das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), há três semanas, à cidade de Mitu. A maioria dos refugiados são índios que procuraram seus parentes no Brasil com medo da guerrilha. *(A Crítica, 14/11/98)*

FOIRN PEDE INFORMAÇÕES SOBRE PCH DE ARACAPÁ

A Foirn solicita da Funai maiores esclarecimentos sobre aspectos do projeto de construção da PCH de Aracapá, no rio Papuri, fronteira com a Colômbia, como os impactos sociais e ambientais, custos, potências versus demanda, sistema de distribuição e gerenciamento da energia. A entidade afirma que o esclarecimento destas questões é fundamental para que ela se pronuncie conclusivamente sobre o assunto. *(Solicitação da Foirn, 02/02/99)*

FAB EVITA TRANSPORTAR ÍNDIOS

Depois que a Polícia Federal encontrou cocaína em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB), as caronas nas aeronaves foram proibidas. Uma vez por mês, os índios do Alto Rio Negro aproveitavam os vôos da FAB para ir a Manaus buscar o auxílio que recebem do INSS. Com o flagrante da PF, os pilotos passaram a evitá-los, temendo que, sem saber, os índios fossem usados pelos traficantes para levar drogas à capital. Sem a carona, os aposentados têm que gastar quase R$ 60 em transporte. *(O Dia, 07/10/99)*

NOVA EMPRESA VAI CONSTRUIR A HIDRELÉTRICA

A Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (CCSivam) afirmou ontem que outra empresa vai substituir a HMG Engenharia Ltda na construção da hidrelétrica de S. Gabriel e que são improcedentes as denúncias de que a empresa já estava em processo de falência antes de ser contratada pelo Ministério da Aeronáutica. Encarregada da construção da pequena central hidrelétrica no igarapé Miuá, um afluente da margem esquerda do rio negro, logo abaixo da cidade de S. Gabriel, a empresa teve problemas financeiros e abalou o comércio do município, ao deixar de pagar dívidas. A situação no município veio à tona com a denúncia feita pelo deputado Vicente Lopes (PMDB), em sessão plenária na Assembléia Legislativa do Estado (ALE). Ele acusou a Aeronáutica de contratar uma empresa "qualquer", que já estava em processo de falência antes de construir seu canteiro de obras. Segundo o parlamentar, a empresa deve R$ 262 mil a comerciantes do município, sem contar os débitos com os funcionários, que também não foram quitados. *(A Crítica, 30/10/99)*

TUKANO DENUNCIA VIOLÊNCIA DE SOLDADOS EM PARI-CACHOEIRA

Eis a íntegra da carta de Álvaro Fernandes Sampaio, liderança indígena da comunidade Balaio, para Sulivan Silvestre, presidente da Funai:

"Brasília, 30 de outubro de 1998

Exmo Sr.
Dr. Sulivan Silvestre
MD presidente da Funai

Senhor presidente.

No dia 10 do corrente mês, em São Gabriel da Cachoeira, AM, fui procurado por Sr. Benedito Fernandes Machado, líder indígena de Pari Cachoeira que desabafou com toda razão a respeito da violência cometida pelos soldados contra os índios daquele local.
Tal fato não era novidade para nós que somos as lideranças mais antigas. No tempo do Calha Norte, a União das Comunidades do Rio Tiquié (UCIRT), e tendo como presidente o Sr. Benedito Fernandes Machado, índio Tukano, não foi permitido a instalação de Quartel em Pari Cachoeira, enquanto a Calha Norte não implementasse os projetos de criação de peixe, pecuária, atividades agrícolas, saneamento básico, educação, energia e melhoria de transparte. Vendo a nossa reação negativa e por que não acreditávamos na palavra do governo o General Rubens Bayma Dennys, ministro da Casa Civil e Chefe do Gabinete Militar do presidente do José Sarney nos garantiu que Pari Cachoeira seria a "menina de olhos do Brasil". Enfim, nós temos toda razão para não acreditar no governo, porque até hoje nenhum projeto de desenvolvimento foi instalado em Pari Cachoeira.
Passado tempo houve a invasão do Comando Militar da Amazônia (CMA) na AII de Pari Cachoeira III que expulsou todos os índios que trabalhavam naquele garimpo e queimou os barracões, os instrumentos de trabalho, a cantina que abastecia os trabalhadores. Na época esse prejuízo foi equivalente a 45 quilos de ouro. A UCIRT esteve em Brasília e falou com ministro da Justiça Bernardo Cabral, presidente da Funai e Ongs indigenistas. Enfim, a diplomacia não deu em nada. A UCIRT pediu a indenização do CMA através de advogados particulares uma vez que nenhum advogado da Funai queria defender os interesses de nossos povos. Pari Cachoeira sofreu o boicote por parte da Funai e mesmo do Projeto Calha Norte só porque não acreditamos na conversa do governo.
Passado o tempo, os novos líderes de Pari Cachoeira deixaram instalar o Quartel naquele local. Começou a confusão, as índias foram estupradas e ninguém tomou providência, porque a maioria dos líderes não conhecem as leis que os ampara. Houve as discussões enter civis e militares por causa das moças, principalmente por parte dos pais que não estavam acostumados com tantos costumes estranhos, bebedeiras e abuso de poder por parte dos militares. Essa mesma confusão aconteceu em Iauaretê e em outros lugares da calha do Rio Uaupés.
Em Pari Cachoeira, antes das eleições os soldados do Quinto BIS e do Primeiro BEC beberam a cachaça, discutiram e brigaram. Foram presos no Quartel de Pari Cachoeira. E quando foi no dia 4 de outubro, dia da eleição, os soldados invadiram a casa do professor Brasilino Borges Barreto por causa da filha dele. Agrediram os índios com pedaços de paus e a briga ficou feia em todos os níveis. Em seguida, os soldados brigaram, embriagados invadiram uma seção eleitoral. Aí os índios tiveram que revidar a briga e os soldados apanharam.
Vendo o medo de nossos parentes para dar queixa aos setores competentes, eu, Benedito Fernandes Machado resolvemos procurar Vossa Senhoria para resolver essa questão junto ao Ministério do Exército, porque estamos confusos e não vamos admitir em hipótese nenhuma que essa violência perdure em nosso meio.
Ciente de que seremos atendidos, antecipo os meus sinceros agradecimentos.
Atenciosamente, assina: Álvaro Fernandes Sampaio"

FOIRN QUER DEFINIÇÃO DE PROCEDIMENTOS

Em documento entregue ao presidente da Funai, Dr. Carlos Marés, indicando dez linhas básicas que deveriam compor um Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Alto e Médio Rio Negro, a Foirn incluiu uma recomendação ao Ministério da Defesa: definir e difundir um conjunto de procedimentos de convivência entre militares e indígenas a serem adotados nas terras indígenas da região. Recomendações no mesmo sentido têm sido reiteradas pela Foirn, através de documentos dirigidos a autoridades do governo federal, desde a visita do presidente Fernando Henrique Cardoso a São Gabriel em agosto de 96. *(ISA, a partir de documento da Foirn à Funai em 10/12/99)*

RICARDO STUCKER/ABRIL IMAGENS

A maioria da tropa é indígena.

MINISTRO DA DEFESA QUER TERRITÓRIO FEDERAL

O Ministério da Defesa quer redesenhar o mapa do país, para converter o Brasil numa República Federativa formada por 26 Estados, pelo Distrito Federal e por dois territórios federais — Alto Rio Negro e Alto Solimões. A nova divisão da territorial da Região Norte, antiga aspiração dos militares, foi agora publicamente encampada por um civil: o ministro da Defesa, Geraldo Quintão. Em meio à visita de três dias ao Projeto Calha Norte, encerrada no domingo (14/05/00), Quintão lançou a idéia do parto dos dois territórios no extremo oeste da Amazônia. O Território do Alto Rio Negro nasceria da junção de pedaços dos Estados do Amazonas e de Roraima. Teria como capital a cidade de São Gabriel da Cachoeira, município amazonense. A proposta de Quintão ganhou a imediata simpatia dos governadores da região, entre os quais

o mais entusiasmado é Amazonino Mendes (PFL), do Amazonas. Como Quintão, Amazonino defende a formação apenas de territórios, não de Estados. Políticos e militares vislumbram na criação dos territórios a possibilidade de facilitar a administração das áreas às voltas com problemas crônicos decorrentes da infra-estrutura indigente. Tanto São Gabriel da Cachoeira como Tabatinga (que seria a capital do Território do Alto Solimões) padecem do mesmo mal: a falta de energia elétrica.

Narcotráfico e guerrilha - Os militares enxergam outros méritos no fatiamento territorial, além de instrumento destinado a integrar populações condenadas ao isolamento. A vigilância das fronteiras seria reforçada – hoje, a região é vulnerável ao narcotráfico e à guerrilha com bases plantadas em países vizinhos. A Floresta Amazônica é rota do tráfico de cocaína e abriga laboratórios de refino da droga. Os guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) estão espalhados por mais de 1.000 quilômetros ao longo da fronteira entre São Joaquim, no extremo oeste da região conhecida como Cabeça-do-Cachorro, e Tabatinga. Normalmente, acampam a apenas 50 quilômetros do limite com o Brasil. A inquietação despertada pelas Farc levou o Exército a implantar quatro centros de treinamento de recrutas em táticas antiguerrilha. "Vamos infernizar os guerrilheiros se entrarem em nossas fronteiras", diz o general Alcedir Lopes", comandante militar da Amazônia.

ONGs e internacionalização – Na ótica dos militares, a criação dos territórios ajudaria também a afastar outra assombração recorrente – o risco de internacionalização da Amazônia. Eles desconfiam das intenções das organizações não-governamentais estabelecidas na região. "Nesse momento, o navio *Amazon Guardian*, do Greenpeace, está no Rio Juruá insuflando os índios. Isso é interferência em nossa soberania", protesta o general Lopes.

Presença militar crescente - Na esteira dessa preocupação, os militares vêm empreendendo uma marcha silenciosa em direção à Amazônia. O contingente do Exército na região – 22 mil homens – já é o segundo maior no país. Só perde para a guarnição no Sul. Nos próximos 18 meses, o Exército removerá para as florestas do Norte outros 2 mil soldados em serviço no Ceará, no Rio de Janeiro e no rio Grande do Sul . A intensificação da presença militar na Amazônia só não é maior em conseqüência de restrições orçamentárias. Nos últimos dois meses, economistas do governo vetaram a concessão da verba de US$ 120 milhões para a implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) e de outra de US$ 30 milhões parta a construção de lanchas de patrulha fluvial. Na

viagem ao Amazonas, Quintão não prometeu recursos. Mas anunciou a decisão, chancelada pelo governo federal, de buscar a aproximação com países como Venezuela, Colômbia e Guiana. O ressurgimento da idéia de criação dos territórios sugere que essa opção ganhou força. *(Época, 22/05/00)*

BANIWA NÃO QUER PELOTÃO EM TUNUÍ

Em carta dirigida ao Comandante do Exército, ao ministro da Justiça, ao presidente da Funai e do Ibama, ao CMA de Manaus e ao comandante do V° BIS em S. Gabriel, lideranças Baniwa solicitam que o pelotão previsto para ser construído defronte a comunidade de Tunuí Cachoeira, localizada no alto Içana, seja transferido para outro local. Os Baniwa prevêem impactos culturais e ambientais indesejáveis e sugerem que o novo pelotão seja instalado mais acima, na foz do Cuiari, um afluente da margem esquerda do Içana, que nasce na Colômbia. *(ISA, com base na carta enviada pela Foirn/Oibi/Acira/Unibi, de S. Gabriel da Cachoeira, em 25/07/00)*

LIDERANÇAS DE IAUARETÉ AVALIAM RELACIONAMENTO

Em carta dirigida ao CMA de Manaus, lideranças indígenas de Iauareté, reunidas em Assembléia Geral realizada entre 31 de julho e 4 de agosto de 2000, fizeram uma revisão de pontos críticos no relacionamento com os militares do pelotão de fronteira ali instalado. Relembram que o casco de um barco de 12 m – emprestado pelo pelotão à comunidade de S. Pedro em 97 e devolvido reformado após oito meses – está submerso no porto do pelotão. O líder da comunidade solicitou ao 5° BIS ressarcimento pelas despesas com a reforma do barco, mas não teve resposta. Expressam também seu descontentamento pelo fato de um militar do pelotão ter introduzido entre os jovens a prática da capoeira o que, acrescido ao hábito de consumir bebidas alcoólicas em festas, tem estimulado a violência. *(ISA, com base na carta ao CMA, assinada por representantes de 16 associações indígenas locais, em 04/08/00)*

ADR QUER APOIO DO COMANDO PARA CONTROLAR BEBIDAS

Ofício dirigido pelo administrador regional da Funai de S. Gabriel da Cachoeira (AM) ao comandante do 5° BIS, registra que tem recebido informações verbais de indígenas e profissionais de saúde de que militares dos pelotões de fronteira - especialmente em Pari-Cachoeira, Iauareté e Maturacá - estão levando bebidas alcoólicas, promovendo festas e estimulando jovens a consumi-las. Pede que tais práticas sejam coibidas e encaminha em anexo carta do "líder geral" de Iauareté, datada de 20 de julho, relatando ao mesmo comandante distúrbios provocados por soldados e solicitando a transferência dos mesmos. *(ISA, com base no Ofício n° 121/ERA/SGC/AM, de 07/08/00)*

AERONÁUTICA QUER DESPEJO

O chefe do Estado Maior do VII Comando Aéreo Regional, de Manaus, cel. av. Fernando Tacca de Andrade, notificou moradores e proprietários rurais das imediações do aeroporto da cidade de S. Gabriel da Cachoeira, incluindo 24 sítios e três comunidades indígenas situadas nas margens da estrada que liga o aeroporto/porto de Camanaus à cidade. Segundo o VII Comar essas pessoas estão situadas na gleba Tombo AM 015-000, de uso exclusivo da Aeronáutica, e deveriam desocupá-la em 15 dias. A Foirn enviou ofício ao diretor de Assuntos Fundiários da Funai em Brasília alertando sobre o fato e pedindo esclarecimentos. *(ISA, 28/08/00)*

GERAL

MISSÃO NOVAS TRIBOS ENTRE OS DÂW

A missão religiosa Novas Tribos do Brasil está conseguindo reverter a tendência de extinção dos índios Daw (Camãs) em São Gabriel da Cachoeira. Os missionários dizem que a elevação da mortalidade infantil na tribo foi detida e ela voltou a apresentar taxas vegetativas razoáveis. Os índios, porém, não conseguem se libertar do alcoolismo. *(A Crítica, 14/02/96)*

SIMPÓSIO REÚNE POVOS DO ALTO RIO NEGRO

Educação indígena, a questão da terra, cultura e a história indígena do Alto Rio Negro, estarão em discussão no primeiro simpósio dos povos da região. O evento acontece de 27 a 30 de agosto no Parque do Mindu, uma realização conjunta da Universidade do Amazonas e a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro. Nos quatro dias do evento, 250 lideranças indígenas e representantes de órgãos governamentais e de organizações não-governamentais debaterão e apontarão os rumos para os povos que vivem na região, onde em determinadas áreas, as formas naturais de sobrevivência estão se esgotando. *(A Crítica, 25/08/96)*

PREFEITURA ENTREGA MONUMENTO NO I FESTRIBAL

O prefeito de S. Gabriel da Cachoeira, Juscelino Otero, fez, como parte do I Festribal, o tombamento da área onde fica localizado o Centro Cultural, Folclórico, Artístico e Desportivo do Alto Rio Negro, na principal avenida da cidade, ao entregar para comunidade um monumento em pedra, tendo ao centro e no alto a cabeça de um índio. No final do mandato, Juscelino Otero garante ser a área uma expressão da força cultural que tem os povos indígenas na região de São Gabriel da Cachoeira. *(A Crítica, 02/09/96)*

VEREADORES INDÍGENAS NO AM

Flávio Carvalho (PT), 36 anos, foi eleito em quinto lugar, vereador de S. Gabriel da Cachoeira, com 326 votos. Militante do PT desde 1988, está é sua primeira canditadura. Ele é da comunidade de Iauareté e foi eleito com a maioria dos votos dessa comunidade. Formado em Filosofia pela Universidade do Amazonas, Carvalho é da etnia Desana e um dos diretores da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn). O Amazonas terá, a partir de 1º de janeiro, 17 vereadores e um vice-prefeito índios, segundo levantamento das organizações indígenas do Alto Solimões e Alto Rio Negro e do Cimi. Quatorze dos eleitos se concentram nos municípios de S. Gabriel da Cachoeira, Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá e Santo Antônio de Içá. *(A Crítica, 20/10/96)*

PREFEITURA VAI DOAR LOTES EM SÃO GABRIEL

O prefeito de São Gabriel da Cachoeira, Amilton Gadelha, anunciou a distribuição de 500 lotes de terras à famílias carentes até o final deste ano. Os terrenos serão distribuídos de acordo com um cadastramento, que começará a ser feito a partir da primeira quinzena de maio, pela Secretaria de Ação Social e Comunitária. *(A Crítica, 27/02/97)*

FRANCÊS PROCURADO POR BIOPIRATARIA

A PF no Amazonas reforçou a vigilância na fronteira do Brasil com Peru e Colômbia, para tentar prender o francês Marc Soula. Como o companheiro Joseph Merghel, ele tem em seu poder um carregamento de besouros e borboletas recolhidos da floresta: Merghel, belga estudioso de insetos, foi preso quinta-feira em flagrante no Aeroporto de Tabatinga. Ele tentava embarcar num vôo para Manaus e depois para Bruxelas, com 78 besouros e 135 borboletas. *(A Crítica, 02/09/97)*

IBAMA INVESTIGA TRÁFICO DE INSETOS

O posto do Ibama no Parque Nacional do Pico da Neblina (AM), investiga a existência de uma rede internacional de tráfico de animais silvestres, envolvendo besouros e borboletas nativos de florestas brasileiras. O preço oferecido por um espécime varia de alguns centavos de dólar a US$ mil, segundo as informações recebidas pelo Ibama e pelo antropólogo Carlos Alberto Ricardo, coordenador de projetos pelo Instituto Socioambiental em São Gabriel da Cachoeira, cidade onde fica parte do parque. Os insetos, diz Ricardo, estariam sendo comprados desde maio, em remessas mensais, por um escritório francês. A lista foi entregue ao Ibama por um morador que queria saber se poderia coletar aqueles animais para vender. *(FSP, 04/09/97)*

COMUNIDADES DO ALTO TIQUIÉ LANÇAM PACOTE TURÍSTICO

A bibliotecária suíça, Regula Feitknecht, 35 e seu marido, o italiano Massimo Pira, 36, escolheram a selva amazônica para acrescentar mais um roteiro emocionante ao currículo. Entre os dias 30 de setembro e 6 de outubro, na companhia de três índios e um intérprete, o casal percorreu de barco cerca de 1.200 km pelos rios Negros, Uaupés, Tiquié, indo de São Gabriel da Cachoeira até o povoado de Santa Rosa e voltando ao ponto de partida. O grupo visitou aldeias e conviveu com índios de várias comunidades, como takanos e tuyucas, participou de uma festa. A viagem marcou a estréia de um pacote turístico, lançado pelo Conselho Regional das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié (Cretiart), com apoio da prefeitura da cidade de São Gabriel da Cachoeira. Os índios mostram aos visitantes sua cultura, flora e fauna ao custo de R$ 1.500 para estrangeiros e R$ 1.200 para brasileiros. A receita vai viabilizar projetos de opções econômicas para a sobrevivência de 16 comunidades indígenas inseridas no programa. *(Isto É, 29/10 e A Crítica, 16/11/97)*

ECOTURISMO EM TERRAS INDÍGENAS

Uma iniciativa dos índios Tukano de Pari Cachoeira, no alto rio Tiquié, na fronteira do Brasil com a Colômbia, foi escolhida como projeto piloto do programa de ecoturismo em áreas indígenas que órgãos do governo vão começar a colocar em prática a partir do próximo ano. O responsável por esse autêntico programa de índio é Estevão Lemos Barreto, um tukano que cansou de ver os guias turísticos de Manaus falarem de coisas que pouco tinha a ver com os costumes indígenas. O objetivo do projeto, segundo Barreto, é criar uma alternativa econômica, "dando início ao desenvolvimento sustentável dos povos indígenas dessa região".

O lançamento da política de ecoturismo para a Amazônia e a criação oficial do Corredor Ecotu-

MISSÃO REVERTE SITUAÇÃO DA COMUNIDADE DÂW

Os indígenas da etnia Dâw, falantes de uma língua da família Maku, moram no Sítio Waruá, localizado na margem direita do Rio Negro, em frente à cidade de São Gabriel da Cachoeira. Somam no momento(agosto de 2000) 90 pessoas, distribuídas em dez clãs. Segundo informações obtidas com os missionários da Associação Linguística Evangélica Missionária (Alem), que desde 1984 realizam um trabalho de evangelização, assistência social e pesquisa lingüística junto a esse grupo, eles contavam nessa época 63 indivíduos.
Os Dâw, que assim como os outros grupos Maku são conhecidos por seu alto grau de mobilidade espacial, utilizam tradicionalmente uma rede de varadouros na margem direita do Rio Negro, com extensas ligações com o Rio Curicuriari e seus afluentes. Em meados da década de 80, trabalhavam para os patrões na extração da piaçaba e cipó, principalmente nos rios Curicuriari e Marie, em um regime de semi-escravidão (sistema de aviamento). Isso provocou uma desagregação social e a dispersão das famílias, que ocasionalmente também trabalhavam em roças de indígenas de outras etnias. O consumo de álcool era freqüente e estimulado pelos patrões e por alguns moradores de São Gabriel. Quando encontravam-se na cidade, famílias inteiras podiam ser vistas dormindo nas ruas, pais e filhos embriagados, vítimas constantes de escárnio e hostilidade por parte da população. Os índices de mortalidade infantil eram bastante elevados, e os missionários temiam que o grupo pudesse extinguir-se. A influência destes últimos conseguiu amenizar o problema do alcoolismo.
Uma doação intermediada pela Alem possibilitou a compra de terreno escolhido pela comunidade e que hoje integra a Terra Indígena Médio Rio Negro I. O grupo organizou expedições de caça e extração de piaçaba e, com a venda direta dos produtos, as famílias adquiriram ferramentas, redes, panelas, fornos, ralos, além de mudas de mandioca para o plantio de suas próprias roças. As primeiras roças foram abertas através de ajuris (trabalho comunitário), com a participação de todos. Desde então, os Dâw passaram a morar permanentemente no sítio, levando uma vida sedentária.
Hoje em dia, vendem na cidade frutas cultivadas e produtos coletados como tucumã, ucuqui, bacaba, pupunha e caranguejo. Todos os idosos e deficientes físicos recebem aposentadoria rural. Com os recursos que dispõem, compram peixe, frango, sal, açúcar, café e outros itens como lanternas, pilhas, munição, roupas. Em 1998, o grupo organizou-se para escolher um capitão e um animador de esportes, o que sinaliza o início do processo de resgate do senso de comunidade e da autonomia perdidos durante o tempo em que viveram sob a dominação dos patrões.
Desde 1994, eles contam com uma escola de primeira à quarta série, vinculada à Secretaria Municipal de Educação. O trabalho de educação escolar tem sido realizado pelos missionários e atualmente conta também com uma professora da etnia Baré. Entre crianças e adultos, hoje são 21 alunos alfabetizados em dâw e português. Um convênio foi firmado em 1999 com a Secretaria Municipal de Saúde e com o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Pacs) e a comunidade escolheu seu agente de saúde, que no momento está em treinamento.
A estruturação da vida em comunidade, aliada à melhoria da qualidade de vida e aos programas de vacinação, prevenção e acompanhamento médico têm gerado condições sanitárias favoráveis para o crescimento demográfico dos Dâw. No entanto, mesmo que sensivelmente minorado, o alcoolismo ainda é preocupante, principalmente no que diz respeito à população adulta masculina. Nos últimos 15 anos, foram registrados dez óbitos de indivíduos adultos; destes, seis tiveram relação direta com e estado de embriagues (três por afogamento, dois por insolação e um por atropelamento). Um dos principais problemas a afetar a comunidade é a alta incidência de tracoma, relatada por pesquisadores do Curso de Oftalmologia da Universidade de Ribeirão Preto. A população atingida está sendo tratada pelos profissionais do Centro de Saúde Escola, instituição responsável pela saúde da comunidade no contexto do Distrito Sanitário Especial Indígena. (Cristiane Lasmar, 23/08/00)

rístico Amazônia-Pantanal-Foz do Iguaçu marcaram, de 10 a 14 de novembro em Santarém, no Pará, o I Seminário Internacional de Ecoturismo da Amazônia. *(Gazeta Mercantil, 21/11/97)*

PREFEITURA NEGA QUE ESTEJA PRETERINDO OS ÍNDIOS

Esquenta o debate em torno do "modo" petista de governar S. Gabriel da Cachoeira. Ontem foi a vez do assessor Elias Brasilino contestar o índio Álvaro Sampaio, tachando-o de falso líder e de teleguiado do ex-prefeito Juscelino Gonçalves. Brasilino nega que o vice-prefeito Tiago Motalvo esteja sendo preterido e que haja algum tipo de perseguição aos índios na área.
O prefeito de São Gabriel, Amílton Gadelha, por sua vez, diz que Álvaro Sampaio equivocou-se ao dizer que os índios não participam de sua gestão. São 13 os índios que integram o primeiro e segundo escalões de sua administração, incluindo Orlando Melgueiro como secretário de Turismo, Gersen Luciano, como secretário de Educação e Camico Agudelos como secretário de Questões Indígenas. *(A Crítica, 04/12/97)*

UNIVERSIDADE SOLIDÁRIA TRAZ PRIMEIRA DAMA A S. GABRIEL

A primeira dama Ruth Cardoso, presidente do Conselho da Comunidade Solidária, visitará o município de São Gabriel da Cachoeira, para acompanhar o trabalho dos estudantes das universidades de Campinas (SP) e do Amazonas na região. No programa, também está incluída visita aos Yanomami de Maturacá. A primeira-dama, que é antropóloga, também vai assistir a uma apresentação da compositora e cantora Marlui Miranda em conjunto com os Tuyuca e Uanano, como parte do programa Universidade Solidária. *(A Crítica, 31/01 e Diário do Grande ABC, 03/02/98 – Ver mais detalhes na retranca "Cultura", neste capítulo)*

IBAMA AUTORIZA ENTRADA DE TV JAPONESA NO BALAIO

A área indígena do Balaio, superposta ao Parque Nacional do Pico da Neblina, foi visitada pela equipe de televisão Japonesa, Nagasaki, com autorização e apoio do sr. Ribamar Caldas da Funai e Ézio Borba do Ibama.
Mas, segundo a liderança do Balaio, Álvaro Fernandes Sampaio, além de registrar a pescaria, o preparo da alimentação, o ensino bilíngüe e a dança tradicional do povo Tukano, os japoneses queriam também levar amostras de plantas medicinais em troca de presentes. Inconformado ao ver que os índios explicariam os segredos das plantas e seus remédios de graça, fez uma interferência rígida que acabou não agradando os organizadores. No entanto, a filmagem aconteceu em troca de duas motoserras, cujo uso foi logo autorizado pelo Ibama. *(Carta de Álvaro Sampaio para o presidente da Funai em 30/10/98)*

FUNAI E PF VISTORIAM COMERCIANTES INDÍGENAS

Uma operação conjunta Funai/PF foi a Iauareté para retirar comerciantes não indígenas, mas acabou fazendo uma vistoria nos 26 estabelecimentos comerciais indígenas da localidade, em uma grande apreensão de bebidas alcoólicas (cachaça, vinho, vodka e cerveja) e refrigerantes, parte delas contrabandeada, entregues ao comandante do pelotão de fronteira ali instalado. Na baixada a equipe fez outras apreensões do mesmo tipo em Urubuquara e Taracuá. *(ISA, com base no relatório Funai/PF de 02/02/99)*

CATADORES DE LIXO RECICLÁVEL

Localizada à margem da estrada que liga a cidade de S. Gabriel ao porto de Camanaus, a lixeira municipal a céu aberto é frequentada diariamente por índios catadores de latas de alumínio. O quilo do produto é vendido a R$ 0,50 a um atravessador conhecido pelo apelido de Azul, que revende para uma fábrica de reciclagem localizada em Manaus. *(A Crítica, 17/08/99)*

PARI-CACHOEIRA PEDE BARCO AO GOVERNADOR

O líder do PMDB na Assembléia Legislativa do Estado, deputado Vicente Lopes, está sendo o elemento de ligação entre a comunidade indígena de Pari - Cachoeira, Município de São Gabriel da Cachoeira, no Alto rio Negro, e o governador Amazonino Mendes para a doação de um barco para transportar carga e passageiros. A comunidade vem enfrentando problemas desde que o único barco disponível para a locomoção entre a população de Pari - Cachoeira e a sede do Município, não funciona mais. *(A Crítica, 15/12/99)*

"ECOTURISMO" PREJUDICA COMUNIDADES INDÍGENAS E RIBEIRINHAS EM BARCELOS

A Associação Indígena de Barcelos (Asiba), formada por 53 comunidades, enviou um abaixo-assinado com 197 assinaturas à Procuradoria da República do Amazonas denunciando os prejuízos às comunidades que vêm sendo gerados pelos empreendimentos turísticos criados naquele Município (a 356 quilômetros de Manaus).

Atividades ligadas ao *Rio Negro Lodge*, hotel de selva localizado na margem direita do rio Negro, entre as comunidades Baturité e Camaru, no município de Barcelos, estão prejudicando os 89 assentamentos (comunidades e sítios) da região, onde vivem ribeirinhos e índios Tukano, Baniwa, Baré, Piratapuia, Arapaço, entre outros. O hotel é do norte-americano Phillipe Marsteller, representante da *Amazon Tours* no Brasil e também dono do barco *Amazon Queen* e de uma frota de 30 lanchas. As embarcações conduzem turistas estrangeiros à região para a prática de pesca esportiva. Indígenas e ribeirinhos reclamam que as lanchas afugentam os peixes, prejudicando a pesca artesanal e de subsistência. Os turistas não respeitam os comunitários e sitiantes, fotografando-os e filmando-os sem autorização dos mesmos.

Phillipe Marsteller, conhecido como "Felipe", também proíbe os moradores dos sítios vizinhos de caçar, ameaçando-os de chamar a polícia e tomar as suas espingardas. Ele vem pressionando alguns indígenas a abandonar os seus sítios, alegando ter comprado uma extensa faixa de terras, na qual estariam abrangidos os sítios circundantes. Na verdade, "Felipe" conta apenas com uma concessão de terras aprovada pela Câmara Municipal de Barcelos (Lei n. 359 de 02/12/1997). Dela consta uma cláusula que o obriga a apresentar, no prazo de 180 dias da promulgação da referida lei, um Projeto Ambiental, exigência nunca cumprida, segundo dois vereadores. Isso toma automaticamente sem efeito a concessão, retornando as terras ao Patrimônio Municipal. Outra irregularidade é que as terras "concedidas" estão dentro dos limites de uma área de proteção ambiental municipal (APA Mariuá), informação ausente da lei de 1997.

É preocupante o modo como o "ecoturismo" e a pesca esportiva vêm sendo implantados no município de Barcelos. Existem, hoje, dois projetos desse tipo - o Poloecotur, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, e um convênio de cooperação técnica entre a Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Prefeitura Municipal - para a organização da pesca esportiva, para a realização dos quais as comunidades indígenas e ribeirinhas não foram consultadas de modo adequado. Durante a eleição de 2000, o prefeito José Ribamar Fontes Beleza, reeleito, visitou essas comunidades utilizando o avião e as lanchas do hotel Rio Negro Lodge. Já estão sendo construídos mais dois hotéis de selva no município: um no rio Araçá e outro no rio Unini. No rio Araçá, já começou a construção do hotel, apesar do pedido de concessão de terras ainda estar em tramitação na Câmara de Vereadores. *(ISA, a partir de informações do antropólogo Sidnei Peres e de A Crítica, 28/10/00)*

SEMINÁRIO REÚNE ÍNDIOS E PESQUISADORES EM SÃO GABRIEL

Estabelecer um Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável foi o principal intuito do ISA e da Foirn ao realizarem o 1° Seminário de Pesquisa na região, ocorrido dos dias 15 a 18 de novembro de 2000, em São Gabriel da Cachoeira (AM), na sede da Federação. O encontro esperou aumentar os subsídios para a disseminação de modelos de desenvolvimento sustentável concatenados com as especificidades da região da bacia do Rio Negro, habitada por cerca de 35 mil pessoas, cuja grande maioria é composta por índios de 23 etnias.

Por fazer convergir para um mesmo espaço cerca de 40 pesquisadores de diferentes proveniências e disciplinas (antropologia, biologia, ecologia, medicina, arqueologia, pedagogia, nutrição etc.), assim como cerca de 40 índios de várias comunidades da região, o Seminário deu oportunidade para uma intensa troca de idéias, experiências, projetos, competências e formas de conhecimento. Assim, pôde-se divulgar e debater as pesquisas concluídas, em curso ou planejadas, fazendo um balanço da produção e traçando diretrizes para projetos futuros, de modo a atender aos interesses não apenas dos pesquisadores e instituições, mas sobretudo das comunidades estudadas.

GTs, Palestras, Plenárias - Os participantes distribuíram-se em três Grupos de Trabalho – Saúde e Nutrição; Culturas, Línguas e Educação; Ecologia e Recursos Biológicos –, nos quais as pesquisas foram apresentadas e submetidas aos comentários dos outros pesquisadores e índios. A partir do conjunto de trabalhos, cada GT elaborou uma série de recomendações tendo em vista ações e pesquisas futuras.

Além dos GTs, o Seminário contou com palestras e sessões plenárias noturnas. Uma das palestras foi proferida por Martín von Hildebrand, presidente do consórcio de ONGs que atua na Amazônia colombiana COAMA *(Consolidación Amazonica)*, e Francisco Ortiz, presidente da Etnollano, ONG filiada a essa instituição. Os palestrantes traçaram um panorama da situação indígena na Colômbia.

A outra palestra, proferida pela coordenadora do Programa Direito Socioambiental do ISA, Ana Valéria Araújo, abordou a questão do acesso aos recursos genéticos e a proteção de conhecimentos indígenas associados. As recomendações da advogada lançaram as bases para o estabelecimento de uma nova relação entre pesquisadores e grupos indígenas pesquisados na Amazônia, em que os primeiros devem comprometer-se a repartir os benefícios (intelectuais, financeiros e outros) suscitados pela pesquisa *(ver Box)*.

Nas sessões noturnas abertas ao público, os Grupos apresentaram os resultados das reuniões internas e suas respectivas recomendações, que foram então debatidas e aprimoradas. Nessa ocasião, algumas pesquisas também foram expostas e, em seguida, passaram pelo crivo de comentadores indígenas.

Horizontes e banhos de rio - Ao final do Seminário, pôde-se fazer um levantamento das cerca de 70 pesquisas desenvolvidas na região. O próximo passo será a codificação do material e a divulgação dos resultados entre todos os pesquisadores e comunidades locais. Desse

modo, será possível fazer um acompanhamento da produção de conhecimento em curso, bem como reconhecer as lacunas existentes e as áreas mais promissoras ou carentes de pesquisa.

O próximo seminário acontecerá em 2002 e terá seu objetivo ampliado, uma vez que não apenas apresentará um panorama das pesquisas realizadas, como deverá incitar a realização de novos projetos.

Assim, o saldo desse primeiro Encontro foi bastante positivo e, como alegou Beto Ricardo, coordenador do Programa Rio Negro/ISA, teve a vantagem de transcorrer "sem Método Zoop e com muitos banhos de rio", o que estimulou ainda mais as intervenções indígenas e a troca de experiências fora das sessões. *(Valéria Macedo, Notícias Socioambientais/ISA, 27/11/00)*

CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA REGULAMENTAR AS RELAÇÕES ENTRE PESQUISADORES E ÍNDIOS NO RIO NEGRO (AM)

O pesquisador, grupo de pesquisadores envolvidos em um único projeto ou instituição/pessoa jurídica pública ou privada deverá procurar esclarecer a comunidade/povo/associação sobre o trabalho que pretende desenvolver, obtendo previamente o seu "consentimento livre e informado" em documento a ser assinado pelo representante da comunidade/povo/associação, pelo(s) pesquisador(s) e/ou instituição/pessoa jurídica pública ou privada, do qual deverá também constar o seguinte:

1. identificação do(s) pesquisador(s) e indicação da instituição(s) responsável pela pesquisa;

2. breve descrição do objetivo e razão da pesquisa, bem como dos procedimentos que serão utilizados;

3. indicação do(s) local(s) em que serão realizadas as atividades e do tempo previsto para o término dos trabalhos;

4. informação sobre o uso e destinação do material e produtos derivados, dados e/ou conhecimentos coletados;

5. identificação das formas de contrapartida para a comunidade/povo, que assegure aos seus integrantes o retorno social dos trabalhos realizados, garantindo a repartição de benefícios decorrentes da pesquisa nos termos da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e demais leis que regulamentam o assunto, seja por meio do pagamento de valor definido em comum acordo com a comunidade/povo/associação, participação nos resultados financeiros decorrentes da exploração econômica de eventuais produtos ou qualquer outra forma de contrapartida;

O pesquisador, individualmente, e a instituição/pessoa jurídica pública ou privada deverão ainda:

1. comprometer-se a utilizar o material e produtos derivados, dados e/ou conhecimentos coletados exclusivamente para os fins autorizados pela comunidade/povo/associação;

2. garantir o sigilo quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa;

3. comprometer-se a indicar a comunidade/povo indígena em cujas terras a pesquisa foi realizada em todas as publicações ou quaisquer outros meios de divulgação, bem como produtos resultantes da pesquisa, identificando ainda o material all coletado assim como o conhecimento tradicional a que teve acesso, observada a cláusula de sigilo, de modo a garantir o registro da origem do material e da informação;

4. comprometer-se a fornecer à comunidade informe resumido sobre os resultados da pesquisa (tese etc.), bem como cópia integral, em português, para o acervo da FOIRN.

A comunidade/povo/associação deverá ser informada sobre o orçamento da pesquisa e suas fontes de financiamento.

Para a execução do projeto, o pesquisador deverá apresentar à comunidade a documentação informando que o seu projeto de pesquisa foi aprovado pelos órgãos competentes e que foi submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa responsável, quando for o caso.

2.1. RORAIMA LAVRADO

Makuxi

2.1 RORAIMA LAVRADO

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
12	Ananás	Makuxi	38 Funasa: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 86.920 de 16/02/82 homologa a demarcaçao (DOU, 27/02/82). Reg. CRI Matr 9340 Liv 2-RG fl. 01 em 22.11.88. Reg. SPU Cert. 021 em 12/12/95	1.769	Boa Vista	RR	Calha Norte. Faixa de fronteira. Garimpo Indígena + não-Indígena com índios
	Anaro	Wapixana	50 Funasa: 99	Em Identificação. Port. 54 de 04/02/2000 cria GT p/ estudos e identificação da TI (DOU, 08/02/00).	0	Boa Vista	RR	Calha Norte. Faixa de Fronteira
14	Aningal	Makuxi	138 Funasa 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 86.933 de17/02/82 homologa a demarcação (DOU, 18/02/82) Reg. CRI de Boa Vista Matr 9343 Liv. 2RG fl. 01 em 22.11.88. Reg. SPU Cert. 018 em 01/12/95	7.627	Amajari	RR	Calha Norte. Faixa de fronteira. Faz limite com a Estação Ecológica de Maracá.
15	Anta	Makuxi Wapixana	90 Funasa 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec.n.376 24/12/91 homologa demarcação (DOU, 26/12/91). Reg CRI Mat. 12 483 Liv. 2 RG fl. 01 em 24/03/92. Reg SPU Cert. 003 de 20/11/95	3.173	Alto Alegre	RR	Calha Norte. Faixa de fronteira.
24	Araçá	Makuxi Wapixana	281 Funasa: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 86934 de 17.02.82 homologa a demarcação (DOU, 18/02/82). Reg. CRI Matr 9341 Liv 2-RG fl. 01 em 22.11.88. Cert 013 em 28/11/95.	50.018	Boa Vista	RR	Calha Norte. Faixa de fronteira. Requerimento de pesquisa mineral Rodovias BR-174 e RR-203 cortam a área.
48	Barata/Livramento	Wapixana Makuxi	536 Funasa 99	Delimitada. Em Demarcação. Port. Funai 1 222 de 19/05/82, declara de posse permanente. (DOU, 25/5/82) Port. 35 de 16/01/98 cria GT p/ revisão de levantamento sócio econômico e fundiário de TI. (DOU, 20/01/98) Contrato Funai e Reta Topografia e Construções Ltda. p/ demarcação topografica no bloco IV, constituido pela TI (DOU, 19/05/00)	18 830	Alto Alegre	RR	Calha Norte. Faixa de fronteira. Requerimento da pesquisa mineral. Rodovia RR-022 corta a área.
57	Bom Jesus	Makuxi Wapixana	71 Funasa 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec.257 de 29/10/91 homologa demarcação (DOU, 30/10/91) Reg. CRI Matr. 9 176, Liv. 2RG, fl. 01V em 23/8/88. Reg. SPU n. 011 em 02/12/96.	859	Bonfim	RR	Calha Norte. Faixa de fronteira. Rodovia RR-401 no limite.
58	Boqueirão	Makuxi Wapixana	312 Funasa: 99	Identificada/Aprovada/Funai. Sujeita a Contestação. Port. 257 de 13/03/97 cria GT p/ reidentificar a TI. (DOU, 14/03/97). Despacho do presidente da Funai n. 71 de 09/11/98 aprova os estudos de identificação da TI e determina a publicação no DOE da RR e determina a fixação na sede da prefeitura (DOU, 20/11/98).	15.850	Alto Alegre	RR	Calha Norte. Faixa de fronteira.
68	Cajueiro	Makuxi	90 Funai 94	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 86.932 de 17/02/82 homologa a demarcação (DOU, 18/02/82). Reg. CRI Matr 9345 Liv 2-RG fl. 01 em 22.11.88. Reg. SPU Cert. 020 em 04/12/95.	4.304	Boa Vista	RR	Calha Norte. Faixa de fronteira. Garimpo indígena + não-indígena com índios.
72	Canauanim	Makuxi Wapixana	530 Funasa: 99	Homologada. Dec. s/n. de Fernando H. Cardoso, de 15/02/96 homologa a demarcação.(DOU, 16/02/98)	11.182	Bonfim	RR	Calha Norte. Faixa de fronteira. Estrada estadual corta a area.
139	Jaboti	Makuxi Wapixana	187 Funasa: 99	Homologada. Dec. s/n. de 15/02/96 homologa a demarcação. (DOU, 16/02/96)	14 210	Bonfim	RR	Calha Norte. Faixa de fronteira. Requerimento de pesquisa mineral. Rodovia BR-401 no limite
140	Jacamim	Wapixana	794 Funasa: 99	Delimitada. Port. do ministro da Justiça n. 297 de 13/04/00 declara de posse permanente indígena (DOU, 17/4/00).	189 500	Bonfim Caracaraí	RR RR	Calha Norte. Faixa de fronteira. Requerimento de pesquisa mineral/Garimpo indígena + não-indígena com índios.
194	Malacacheta	Wapixana	485 Funasa: 99	Homologada. Reg. CRI. Dec. da F. H. Cardoso, de 05/01/96, homologa a demarcação administrativa (DOU, 08/01/96). Reg. CRI em Bonfim Mat. 17 305 Liv 2/RG, fl. 01/02 em 19/01/98.	28 631	Bonfim	RR	Calha Norte. Faixa de fronteira. Requerimento de pesquisa mineral
196	Mangueira	Wapixana Makuxi	71 Funasa: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 86 923 de 16/02/87 homologa a demarcação (DOU, 17/02/82). Reg. CRI Boa Vista Matr 9339 Liv. 2-RG fl. 01 em 22 11 88. Reg. SPU Cert. 019 em 01/12/95	4.063	Alto Alegre	RR	Calha Norte. Faixa de fronteira. Garimpo indígena + não-indígena com índios.
198	Manoá/Pium	Wapixana Makuxi	765 Funasa 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 86924 de 16/02/82 homologa a demarcação (DOU, 17/02/86). Reg. CRI Matr 9336 Liv. 2RG fl. 1/2 em 22 11 88. Reg. SPU Cert. 014 em 29/11/95.	43 337	Bonfim	RR	Calha Norte. Faixa de fronteira
259	Moskow	Wapixana Makuxi	310 Funasa: 99	Identificada/Aprovada/Funai. Sujeita a Contestações. Port. Funai 1253 de 24/11/97 cria GT p/estudos e identificação da TI. Despacho do pres. da Funai n. 1 de 06/01/2000 aprova o relatório de estudos e identific. e determina que seja publicado no DOE de RR e seja fixado na sede da prefeitura. (DOU, 10/01/00).	14 200	Bonfim	RR	Calha Norte. Faixa de fronteira. Rodovia planejada RR-206

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
1161	Muriru	Wapixana	0	Identificada/Aprovada/Funai. Sujeita a Contestações Despacho do pres. Funai n. 10 de 09/04/99 aprova o Rel. de Identif. e Delim. da TI e determina a publicação no DOE de RR, e afixação na sede da prefeitura. (DOU, 14/04/99)	5 520	Bonfim Canta	RR RR	Calha Norte, Faixa de Fronteira
225	Ouro	Makuxi	105 Funai: 94	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 86.931 de 17/02/82 homologa a demarcação administrativa (DOU, 18/02/82). Reg. CRI Matr. 9338 Liv. 2-RG fl. 01 em 22.11.88. Reg. SPU RR-43 Liv.382 em 29/07/88.	13.573	Boa Vista	RR	Calha Norte. Faixa de fronteira. Garimpo indígena + não-indígena com índios.
249	Pium	Wapixana Makuxi	190 Funasa: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 271 de 29/10/91 homologa demarcação (DOU, 30/10/91). Reg. CRI Matr. 12.335 Liv. 2RG fl. 01 em 02/01/92. Reg. SPU Cert. 009 em 24/11/95.	4.607	Boa Vista	RR	Calha Norte. Faixa de fronteira
250	Ponta da Serra	Wapixana Makuxi	312 Funai: 95	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 86935 de 17/12/82 homologa a demarcação (DOU ,18/02/82). Reg. CRI Matr. 9337 Liv. 2-RG fl. 01 em 22.11.88. Reg. SPU Cert. 017 em 30/11/95.	15.597	Amajari	RR	Calha Norte. Faixa de fronteira. Garimpo indígena + não-indígena com índios. Rodovia BR 174 no limite.
256	Raimundão	Makuxi Wapixana	97 Funasa: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n. de 03/11/97 homologa a demarcação. (DOU, 04/11/97). Port. Funai n. 454 de 19/05/98 constitui Com. Técnica p/ efetuar pagto de indenização por benfeitorias consideradas de boa fé (DOU, 20/05/98) Reg. CRI em Alto Alegre Matr. 17.301 Liv. 2-RG fl. 01 em 19/01/98	4.276	Alto Alegre	RR	Calha Norte. Faixa de fronteira.
258	Raposa/Serra do Sol	Patamona Ingarikó Wapixana Makuxi Taurepang	12 242 Funasa: 99	Delimitada. Port. do ministro da Justiça n. 820 de 11/12/98 declara de posse permanente dos índios (DOU, 14/12/98)	1.678.800	Pacaraima	RR	Calha Norte. Faixa de fronteira Requerimento e alvará de pesquisa mineral/Garimpo indígena + não-indígena com índios. Hidrelétrica planejada. Várias rodovias estaduais cortam a área. O Parque Nacional Monte Roraima incide totalmente na TI.
262	Santa Inês	Makuxi	239 Funasa: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 86922 de 16.02.82 homologa a demarcação (DOU, 17/02/82). Reg. CRI Matr. 9345 Liv. 2-RG fl. 01/02 em 22.11.88. Reg. SPU Cert. 016 em 30/11/95.	29.698	Boa Vista	RR	Calha Norte. Faixa de fronteira Requerimento de pesquisa mineral/ Garimpo indígena + não-indígena com índios. Rodovia planejada BR-202
287	São Marcos	Wapixana Makuxi Taurepang	2.703 G Andrello: 98	Homologada. Dec. 312 de 29/10/91 homologa demarcação administrativa (DOU, 30/10/91). Port. Funai n. 781 de 27/08/93 constitui equipe técnica de trabalho Funai/Incra-RR e Gov. de RR, para levantamento fundiário e avaliação de benfeitorias de ocupantes não-índios e levantamento cartorial (DOU, 1/9/93) Port. Funai n. 658 de 25/06/98 cria Com. Técnica p/ pagto de indenização de benfeitorias de boa fé. (DOU, 26/06/98) Port.Funai n. 918 cria CT p/ complementar levantamento fundiário (DOU, 11/09/98)	654.110	Boa Vista	RR	Calha Norte. Faixa de fronteira. Requerimento de pesquisa mineral/ Garimpo indígena + não-indígena com índios. BR 174 e Rodovia estadual corta a área e Linhão da transmissão da Eletronorte.
292	Serra da Moça	Wapixana	335 Funasa: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 258 de 29/10/91 homologa demarcação (DOU, 30/10/91). Reg. CRI Matr. 6.691, Liv. 2-ZRG, fl..192 em 10/1/86. Reg. SPU Cert. 012 em 06/12/96.	11.828	Boa Vista	RR	Calha Norte. Faixa de fronteira. Rodovia RR-348 corta a área
296	Sucuba	Wapixana Makuxi	167 Funasa: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 86921 de 16.02.82 homologa a demarcação (DOU, 17/02/82). Reg. CRI Matr. 9444 Liv. 2-RG fl. 01 em 22/11/88. Reg. SPU Cert. RR-381 em 19/10/87.	5.983	Alto Alegre	RR	Calha Norte. Faixa de fronteira. Garimpo indígena + não-indígena com índios. Rodovia RR-205 corta a área
297	Tabalascada	Wapixana	343 Funasa: 99	Em Identificação/Revisão. Port. I 223/E de 21/04/82 declara de posse permanente indígena (DOU, 11/05/82). Port. Funai n. 257 de 13/03/97 cria GT p/realizar estudos e levantamentos objetivando a revisão de limites da TI. (DOU, 14/03/97). Tem ocupante não índio impedindo o levantamento,	8.250	Bonfim	RR	Calha Norte. Faixa de fronteira. Rodovia RR-170 corta a área
321	Truaru	Wapixana	315 Funasa: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 387 de 24/12/91 homologa demarcação (DOU, 26/12/91). Reg. CRI Matr. 12.482 Liv. 2 RG fl. 01 em 24/03/92. Reg. SPU Cert. 009 em 30/05/97	5.653	Boa Vista	RR	Calha Norte. Faixa de fronteira. Rodovia RR 050 no limite.
338	Wai Wai	Wai Wai	112 Funasa: 98	Identificada/Aprovada/Funai. Sujeita a Contestações. Despacho do pres.da Funai n 16 de23/04/99 aprova os estudos de Identificação da TI (DOU 27/04/99)	405.000	Caracaraí S João da Baliza São Luiz do Anauá	RR RR RR	Calha Norte, na fronteira. Requerimento de pesquisa mineral

Facada na Raposa

Márcio Santilli

Coordenador do Programa
Brasil Socioambiental/ISA

DESPACHO DO MINISTRO DA JUSTIÇA REDUZ A TI RAPOSA/SERRA DO SOL EM APROXIMADAMENTE 300 MIL HA, LEGALIZANDO ENCLAVES DE GARIMPEIROS E FAZENDEIROS E SUAS VIAS DE ACESSO, ESQUARTEJANDO A ÁREA ÚNICA CONTÍNUA E AMEAÇANDO EXCLUIR MAIS DE 20 ALDEIAS E OUTROS SÍTIOS INDÍGENAS DO PERÍMETRO A SER DEMARCADO

A Terra Indígena (TI) Raposa/Serra do Sol situa-se no nordeste do Estado de Roraima, no interflúvio formado pelos rios Surumú, Maú e Tacutú, alcançando ao norte as fronteiras do Brasil com a Venezuela e a Guiana (leste). A oeste, do outro lado do rio Surumú, situa-se a TI São Marcos, já demarcada e homologada. Raposa/Serra do Sol é habitada desde tempos imemoriais pelos povos Makuxi, Ingarikó, Wapixana, Taurepang e Patamona. Há registros de outros grupos étnicos que chegaram a habitá-la no passado, mas que migraram para o norte ou foram absorvidos pelos Makuxi. A população atual da Terra Indígena é estimada em 12 mil índios, organizados em cerca de cem aldeias. Há colonos e garimpeiros não-índios vivendo ilegalmente no seu interior, cuja população flutua, mas deve estar atualmente em torno de 2 mil pessoas.

Estratégias de colonização e de ocupação desta região foram implementadas em diferentes períodos históricos por iniciativa da Coroa Portuguesa, dos governos centrais do Brasil pós-independência, dos governos do Estado do Amazonas enquanto a ele esteve incorporado o território do atual Estado de Roraima e dos governos do Território Federal de Roraima até a sua emancipação, em 1988. No entanto, o maior fluxo de invasores não-índios ocorreu após a primeira grande retirada de garimpeiros do interior do Território Yanomami, em 1990. Os garimpeiros se transferiram para Raposa/Serra do Sol, onde organizaram núcleos habitacionais e prostíbulos, respaldados pelas lideranças políticas do emergente estado de Roraima.

Porém, as estratégias coloniais sempre tiveram eficácia limitada, dadas as condições precárias das terras da região para a prática agrícola. Parte do território indígena se estende pelo chamado lavrado, planície inundável constituída de gramíneas que se prestam a pastagens naturais, onde se instalaram "fazendas" que, em geral, são sítios precários, com habitações de madeira, a partir dos quais se pratica a criação extensiva de gado bovino. Outra parte é formada pelas serras, que integram o Maciço das Guianas, onde a ocupação colonial é recente e baseada na atividade de garimpo. Embora toda a área tenha sido permanentemente ocupada pelos índios, enclaves coloniais acabaram se estabelecendo no seu interior, imbricados entre as aldeias e demais sítios de ocupação indígena.

ATIVIDADES ECONÔMICAS TRADICIONAIS

Os índios de Raposa/Serra do Sol praticam ainda suas atividades econômicas tradicionais, a caça, a pesca, a coleta de frutos e de outros produtos necessários à construção das suas casas e à sua sobrevivência em geral. Mas também incorporaram algumas atividades econômicas típicas da região, como a criação de gado, mantendo rebanhos significativos, atualmente maiores que os mantidos por ocupantes não-índios. Há, também, grupos de índios que hoje praticam o garimpo manual de ouro e de diamantes.

O processo de reconhecimento oficial da área como território indígena remonta ao início do século, desde que se estabeleceram as práticas governamentais de demarcação. Já em 1917, o Governo do Amazonas editava a Lei Estadual nº 941, destinando as terras compreendidas entre os rios Surumu e Cotingo aos índios Makuxi e Jaricuna. Porém, sua demarcação efetiva nunca se deu, e sempre sofreu forte pressão contrária por parte dos interesses econômicos e políticos regionais.

Apesar de estarem os índios da região contatados desde o início da ocupação do vale do rio Branco, só a partir de 1977 a Funai tomou providências com relação ao reconhecimento do seu território. Em 1977, foi instituído um Grupo de Trabalho (GT) Intermini-

sterial para identificar a área, que, entretanto, não apresentou relatório conclusivo de seus trabalhos. Em 1979, novo GT procedeu a uma identificação apenas parcial da área. Em 1984, outro GT deixou de realizar trabalhos conclusivos. Em 1988, no bojo do Projcto Calha Norte, mais um GT Interministerial procederia ao levantamento fundiário e cartorial da área sem chegar a qualquer conclusão sobre o conjunto da área Na verdade, o conhecimento oficial sobre a área acumulou-se progressivamente, resultando numa proposta de delimitação que veio a ser aprovada pela Funai e encaminhada para a competente decisão do ministro da Justiça no ano de 1993. Desde então, aguarda a sua aprovação, através de portaria de delimitação, que deve determinar a sua demarcação física pela Funai. A extensão da área identificada é de aproximadamente 1.678.800 ha.

O processo de demarcação da TI Raposa/Serra do Sol permaneceu paralisado desde o início do atual governo e foi submetido, durante o ano passado, ao processo de contraditório instituído pelo Decreto 1775/96. Contestações aos limites identificados foram apresentadas por ocupantes não-índios e pelo governo de Roraima. Ao final dos prazos para análise das contestações apresentadas, o ministro da Justiça solicitou novas diligências à Funai acerca deste e de outros sete processos demarcatórios, quc deveriam ocorrer nos 90 dias seguintes. Ao término deste novo prazo, o ministro da Justiça visitou a área, reuniu-se com os índios e deixou-lhes a impressão de que emitiria uma decisão favorável ao seu pleito. Porém, dois meses depois, publicou o seu Despacho nº 80 que, mesmo rejeitando todas as contestações havidas, acaba propondo significativa redução da extensão identificada pela Funai. Foi a primeira vez, nos anos 90, que o governo federal formulou uma proposta de redução de terra indígena.

O DESPACHO Nº 80

O Despacho do ministro da Justiça sobre a demarcação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, assinado em 20 de dezembro de 1996 e publicado à véspera do Natal, contém uma sucessão de erros e de distorções que implicam em violações dos direitos territoriais indígenas inscritos na Constituição do Brasil, a seguir comentados.

Quanto ao processo de identificação da área indígena: o Despacho nº 80 começa por historiar o processo de identificação desta área, cometendo, nesta parte, três graves erros de informação:

(a) Ao remeter-se à análise dos primeiros atos do Poder Público em reconhecimento ao caráter indígena desta área, praticados pelo Estado do Amazonas a partir de 1917, o ministro da Justiça relata a ocorrência de um primeiro ato demarcatório, através da Lei nº 941, que teria sido anulada e posteriormente revalidada através da expedição de um título de concessão. Esse primeiro ato demarcatório foi implicitamente desconsiderado já que o ministro concluiu que "não obstante esta última informação (a revalidação da Lei nº 941), não foi encontrado e nem se tem notícia da expedição do mencionado título de concessão". Segue-se, então, a transcrição na íntegra do título que o ministro não encontrou:

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Secção nº 252

O Interventor Federal no Estado do Amazonas usando das attribuições legaes que lhe são conferidas e tendo em vista o artigo 1º da lei nº 941, de 16 de outubro de 1917, e para inteira execução do acto de 11 de fevereiro do corrente anno, que considerou valido o processo de medição e demarcação do lote de terras comprehendido entre os rios Surumú e Cotingo e as serras de Imairary-ipim e Conopiá-ipim, no município de Bôa Vista do Rio Branco, para localização, domicilio e aproveitamento dos índios Macuchys e Jaricunas, na forma dos artigos 1º e 5º da lei 941, de 16 de outubro de 1917, resolve declarar que fica reservado para localização, domicilio e aproveitamento dos índios Macuchys e Jaricunas o alludido lote de terras, comprehendido entre os rios Surumú e Cotingo e as serras de Imairary-ipim e Conopiá-ipim, no município de Bôa Vista do Rio Branco, deste Estado.

Cumpra-se.

Palácio do Governo, em Manáos, 17 de março de 1925.

Alfredo Sá

Como se vê, a lei demarcatória de 1917 foi revalidada em 1925, não podendo ser desconsiderada pelo ministro da Justiça, e não dando margem à validação de qualquer ato de titulação ou ocupação da referida área.

(b) Mais adiante, já reportando-se ao processo recente de identificação da área indígena pela Funai, o ministro da Justiça faz menção a "trabalhos de 1981 que concluíram pela área de 1.347.810 ha.", pretendendo ao final do seu despacho, que os limites definitivos a serem demarcados observem, "em princípio, a linha divisória explicitada no laudo de 1981". Ocorre que os referidos trabalhos consistiram em estudos inconclusivos, que não caracterizam um "laudo", até porque não há nenhum antropólogo que os subscrevem, e jamais foram aprovados pela Funai ou encaminhados para a competente decisão política delimitatória. Sendo assim, o ministro não poderia tomá-los como referência em substituição à proposta encaminhada pela Funai em 1993, subvertendo a expressa competência do antropólogo no processo de identificação.

Cabe, ainda, ressaltar que, a proposta de limites constante do despacho ministerial suprime da área a ser definitivamente demarcada outras partes, referentes a vilas e estradas, que constituem a terra indígena em todos os limites já estudados, inclusive o de 1981. Ao tomar como referência ou como parte da decisão sobre os limites definitivos antigas propostas, formuladas em distintos contextos políticos, o ministro joga umas contra as outras, atribuindo-lhes o mesmo grau de importância para, ao final, formular uma proposta própria, em que a terra indígena se reduz em maior extensão do que nas dcmais. Aparentando intermcdiar os estudos de limites existentes, na verdade, o ministro busca uma suposta solução intermediária entre a identificação de 1993 e a proposta do governo de

Makuxi, aldeia Maturuca.

ITAMAR MIRANDA/AE - 1996

Roraima, de demarcar apenas pequenos sítios (ou ilhas) ao redor das habitações indígenas para liberar o restante para os colonos e garimpeiros regionais, proposta esta que foi expressamente rejeitada, por ser inconstitucional, pelo próprio despacho ministerial.

(c) Em outro momento do seu despacho, o ministro afirma que o laudo antropológico que fundamenta a proposta da Funai de 1993 é "absolutamente silente" e "não contém fundamento específico algum que demonstre" a ocupação indígena da parte da área que havia sido excluída nos estudos de 1981. No entanto, esta parte da área situada na planície ao sul da área identificada em 1993, onde, além de se localizarem várias aldeias, se concentram os rios e lagos perenes, é fartamente referida no laudo antropológico, como também nas informações adicionais elaboradas pela diretora de Assuntos Fundiários da Funai a pedido do próprio ministério da Justiça. A título de exemplo, extraímos do laudo antropológico as seguintes citações:

"A área do interflúvio Surumú-Maú (Ireng), os principais afluentes do rio Tacutú, um dos formadores do rio Branco, compreende, ao sul, extensas planícies, conhecidas na literatura como campos naturais, recobertas por gramíneas ralas e pequenos arbustos esparsos, e ao norte..."

"Durante um breve período de transição entre as estações, a vegetação dos campos, até então submersa, viceja, e os animais deixam os refúgios nos tesos das planícies e isolados nas serras para percorrer o seu habitat mais extenso; os índios que se mantinham dispersos em pequenos grupos domésticos, voltam a se reunir aglutinando as parentelas extensas nas aldeias, compondo expedições de caça, e para as demais atividades de exploração econômica."

"Nos meses de estiagem, a vegetação dos campos torna-se seca, a folhagem verde vai se restringindo às baixadas próximas às margens dos rios e igarapés, que em sua maior parte são intermitentes, e param de verter água, secando. Os índios voltam-se para os poços nos leitos secos e para os lagos que conservam água, procurando surpreender os animais que buscam o bebedouro nos mesmos locais, e dedicando-se a sua atividade principal, a pesca."

"Tais atividades devem ser entendidas como parte integrante do conjunto de procedimentos de exploração e produção, empreendidos pela totalidade dos grupos locais em toda a área em questão, formando um sistema de circulação e distribuição de recursos de larga abrangência e imprescindível à sobrevivência física e cultural dos povos indígenas."

Com efeito, os limites referidos nesses estudos, adotados indevidamente pelo ministro como parâmetro para a delimitação definitiva, deixam de fora, além de algumas aldeias, a maior parte dos buritizais, sítios de pastagem e lagos perenes utilizados pelos índios para a pesca, comprometendo as suas atividades de subsistência.

QUANTO AO CARÁTER CONTÍNUO DA TERRA INDÍGENA

O despacho ministerial contém várias referências sobre a validade do laudo que embasa a identificação de 1993. Segue-se a transcrição de algumas delas:

"No mérito, o levantamento antropológico, conclusivo quanto à ocupação tradicional indígena da área em questão, goza de presunção juris tantum de veracidade,..."

"A proposta demarcatória da área sob análise, de forma contínua, para preservar a unidade cultural dos grupos indígenas que a habitam, corresponde, assim, aos postulados constitucionais, insculpidos no art. 231, 1°, da Carta Republicana."

No entanto, o despacho afirma adiante que, "a conformidade da proposta demarcatória da Funai, em suas linhas gerais, com o paradigma constitucional, não está a impedir, entretanto, alguns pequenos ajustes, ditados pelo interesse público em preservar núcleos populacionais não-indígenas, já consolidados, ou em resguardar situações jurídicas estabelecidas pelo próprio Poder Público Federal". E passa a determinar que a Funai subtraia partes da área identificada que implicam na redução e segmentação da área contínua. Vale analisar cada um dos "pequenos ajustes" pretendidos pelo ministro da Justiça.

QUANTO À EXCLUSÃO DAS "VILAS"

O ministro considera como "centros populacionais consolidados" as chamadas valas de Uiramutã, Surumu, Mutum, Socó e Água Fria. E atribui ao "interesse público" a desafetação das áreas em que elas se situam, excluindo-as do perímetro a ser demarcado. Porém, em nenhum momento o texto ministerial informa tratarem-se as referidas vilas de núcleos habitacionais de garimpeiros e prostíbulos.

Efetivamente, o governo do estado de Roraima, que historicamente se opõe à demarcação de áreas indígenas, estimula a invasão desta e de outras áreas e realiza investimentos em infra-estrutura de apoio aos núcleos de garimpo, incluída a abertura de estradas, sem que se possa, no entanto, considerá-las como "centros populacionais consolidados". Praticam-se ali, várias atividades ilegais, como extração predatória de minérios, roubo de gado, contrabando e prostituição. Nos últimos anos, no entanto, observou-se significativo processo de depopulação nestes núcleos, em virtude da redução das jazidas garimpáveis, o que ensejou, inclusive, a iniciativa do governo local de promover o assalariamento de parte desta população para que lá permanecesse, forjando uma hipótese de crise social, com o objetivo de impedir a demarcação da área.

Inscreve-se, também, nesta estratégia colonial do governo de Roraima, a criação de municípios com sede no interior de terras indígenas, sendo o caso do município de Uiramutã, recém instalado dentro da TI Raposa/Serra do Sol. Trata-se de um exemplo caricatural do absurdo fenômeno de proliferação de municípios que não têm qualquer condição de sustentabilidade orçamentária, que o País gostaria de ver corrigido na oportunidade das anunciadas reformas políticas.

INTERESSE PÚBLICO

Há pelo menos cinco bons motivos para que não se possa argüir o "interesse público" para excluir as referidas áreas do perímetro a ser demarcado: (a) a violação sistemática da lei e dos costumes nos núcleos invasores; (b) a apropriação indevida dos recursos naturais; (c) a sonegação deliberada e generalizada de impostos devidos aos Poderes Públicos em decorrência da extração de minérios; (d) o desmatamento, o desbarrancamento e a poluição por mercúrio dos rios e igarapés da terra indígena; e (e) a sucessão de conflitos entre índios e não índios, que resultaram em pelo menos 11 índios mortos nos últimos oito anos.

O ministro da Justiça alega no seu despacho que a decisão de excluir as áreas invadidas estaria fundada na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que recusou conhecer recurso judicial apresentado pelo governo federal, via Ministério Público Federal, contra a realização das eleições para a instalação do município de Uiramutã. Porém, a decisão do STF limitou-se a considerar inadequada a via processual adotada no caso, não implicando em desconsiderar as áreas das vilas como parte integrante da Terra Indígena. Em que pesem as considerações de mérito constantes do voto do relator, muito questionáveis, a decisão do STF significou que a prova de que se tratasse de terra indígena só poderia ser produzida em procedimento judicial ordinário, através de perícia técnica antropológica, impossível no contexto da ação proposta. Portanto, o argumento judicial de que o ministro se apropriou consiste num sofisma e resulta de uma distorção, aparentemente deliberada, do significado da decisão do STF.

Evidentemente, diante da decisão do STF, não poderia o ato demarcatório desconstituir, por si próprio, o município criado e haveria que conviver nesta situação esdrúxula de um município com sede em terra indígena, até que as instâncias competentes do Judiciário pudessem decidir sobre a ação ordinária em trâmite, que discute a questão. Ou até que o bom senso das elites políticas venha a tomar providência em relação à proliferação da criação, por força dos interesses político-eleitorais de lideranças regionais, de municípios reconhecidamente inviáveis.

Argumenta, ainda, o ministro da Justiça, que nas áreas em que se situam as vilas não se observam nenhum dos quatro componentes da definição constitucional de terras indígenas. Mas o despacho omite a informação fundamental de que existem aldeias indígenas (Uiramutã, Socó, Surumu, Água Fria) incrustadas em quatro das cinco vilas mencionadas, além de várias outras que se situam nos seus entornos. Ora, se até o componente da habitação indígena permanente nelas se verifica, como se pode alegar a inaplicabilidade da definição constitucional? Na verdade, a eventual exclusão destas áreas é que implicaria em flagrante violação constitucional.

Acrescente-se, ainda, que as atividades ilegalmente desenvolvidas pelos garimpeiros não se limitam ao entorno das vilas onde se situam suas casas, estendendo-se pelos rios e igarapés que atravessam o território indígena, poluindo as suas águas. A ocupação garimpeira provoca, ainda, outros danos, escasseando os recursos da flora e da fauna, além de provocar freqüentes conflitos diretos com os índios.

TERRA INDÍGENA RAPOSA-SERRA DO SOL

TERRA INOÍGENA
RAPOSA SERRA DO SOL

identificação de 1981
com 1.347.810 ha

identificação de 1984
com 1.577.850 ha

identificação de 1992
com 1.678.800 ha

aldeia indígana

estradaa

entorno das viles de garimpo a da
sede da Fazenda Guenebara,
cf. despacho ministerial n 80

VENEZUELA

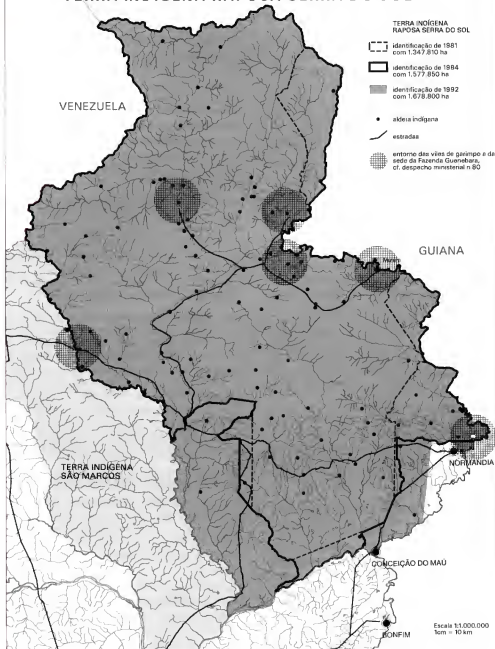
GUIANA

TERRA INDÍGENA
SÃO MARCOS

NORMANDIA

CONCEIÇÃO DO MAÚ

BONFIM

Escala 1:1.000.000
1cm = 10 km

QUANTO AOS TÍTULOS INCIDENTES E À FAZENDA GUANABARA

Os equívocos ministeriais anteriormente indicados, de desconsiderar a lei demarcatória de 1917 e os atributos de ocupação indígena da parte sul da área identificada em 1993 e também de considerar o "laudo de 1981" como referência para a definição de limites, ensejaram a conclusão absurda de validar títulos expedidos ilegalmente pelo Incra a partir de 1981. No entanto, o parágrafo 6º do artigo 231 da Constituição é claríssimo ao considerar "nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo...". Ora, se o Poder Público Federal praticou atos inconstitucionais, não poderia o ministro pretender corrigir os seus efeitos à custa de parte do território indígena. Se o ministro considera que particulares merecem reparos em conseqüência destes atos, deveria cuidar de indenizá-los e de reassentá-los.

Porém, ao pretender adotar os limites descritos em 1981, como forma de legitimar as titulações posteriores, o ministro ameaça excluir da demarcação as áreas em que se situam outras oito aldeias indígenas (Urubu, Preguicinha, Vista Alegre, Patativa, Jauari, Laje, Nativi e Matiri), além de outros sítios, retiros de criação de gado, buritizais e lagos, utilizados para a pesca e a coleta por dezenas de comunidades indígenas. Caso a referência de limites de 1981 fosse também adotada para o nordeste da área, que não está mencionado no despacho ministerial, outras duas aldeias, Canauapai e Canã, também ficariam excluídas da demarcação. Se até aldeias que, enquanto habitação permanente, definem o primeiro dos critérios da definição constitucional de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, situam-se em áreas que o despacho pretende excluir dos limites a serem demarcados, então se verificam também os demais critérios que, no caso, são inclusivos.

Ainda que, por absurdo, se pretendesse excluir as áreas tituladas dos limites a serem demarcados, não se poderia adotar a linha divisória dos estudos de 1981. Primeiro, porque algumas destas titulações incidem até mesmo dentro destes limites. Mas, principalmente, porque a extensão da área a ser eventualmente excluída seria muito superior à extensão da área titulada, incluindo as aldeias e demais sítios mencionados.

Mais absurda ainda é a intenção do despacho ministerial de excluir a área denominada fazenda Guanabara, supostamente pertencente ao sr. Newton Tavares, que foi alvo de investigação pelo Conselho de Defesa da Pessoa Humana, do próprio Ministério da Justiça, por violências que praticou contra comunidades indígenas que habitam a área por ele reivindicada. O ministro argüi, em favor da exclusão, a existência de sentença proferida contra o Incra em ação discriminatória que teve por objeto esta gleba. No entanto, o Incra perdeu a referida ação por não ter se pronunciado dentro dos prazos processuais. E, ademais, a via processual da ação discriminatória não se presta a discutir a posse indígena sobre a terra. Mais grave ainda, o ministro omitiu outra sentença judicial, proferida pela Justiça Federal em ação movida pelo Ministério Público Federal, tendo especificamente a referida gleba como objeto, e que concluiu pelo reconhecimento do seu caráter de ocupação indígena. Segue-se a transcrição da conclusão constante da referida sentença:

"Os autos demonstram, e o laudo pericial comprova, que a área é tradicionalmente ocupada por Indígenas.

Pouco importa que o oposto tenha exercido posse mansa e pacífica sobre o imóvel, por anos a fio.

... Pouco importa que o oposto, Newton Tavares, ocupe a área há décadas. Tal argumento não justifica sua permanência em terras de domínio da União, destinadas ao usufruto permanente da comunidade indígena que ali está.

... Isto posto, julgo procedente a oposição e reitegro a União na posse do imóvel objeto desta ação, devendo a Funai tomar as providências cabíveis à posse e usufruto permanente das terras, pelos silvícolas que a habitam."

Acrescente-se que na área reivindicada pelo sr. Newton Tavares, situam-se quatro aldeias indígenas: Jibóia, Santa Cruz, Macaco e Amália. Reconhecer direitos a este ocupante ilegítimo representaria remover estas aldeias, violando-se o disposto no parágrafo 5º do artigo 231, que veda a remoção de grupos indígenas de suas terras, ressalvadas algumas situações limite. O mesmo dispositivo constitucional foi mencionado no despacho para rejeitar a contestação do governo de Roraima à identificação da área.

Como se vê, a pretexto de legitimar atos do Poder Público Federal que atribuiu suposto direito de propriedade a particulares ocupantes da terra indígena, o ministro substituiu o papel do antropólogo ao optar por uma referência de limite sem respaldo científico, adotado sem o devido conhecimento sobre o que há de ocupação indígena em áreas dele excluídas, além de omitir e distorcer, mais uma vez, o sentido de decisões judiciais tomadas em relação à área. Sequer a antigüidade da ocupação e da titulação destas partes da área poderia ser argüida, pois sobre a parte da área já reconhecida pelo próprio despacho como sendo indígena incidem ocupações e titulações mais antigas, embora igualmente ilegais.

QUANTO ÀS ESTRADAS ESTADUAIS

O despacho ministerial pretende, ainda, subtrair da área identificada as estradas que a recortam, com suas respectivas faixas de domínio. Não contém, no entanto, a indicação clara de quais estradas deveriam ser incluídas neste intento, nem a extensão a ser excluída dos limites da terra indígena sob o pretexto de faixas de domínio.

Vale lembrar que os precedentes existentes quanto à desafetação de vias de transportes que atravessam terras indígenas referem-se exclusivamente a rios e estradas que ligam o Brasil a países vizinhos, como é o caso dos rios Negro e Solimões e da BR-174 (rodovia Manaus-Caracas). No caso, as estradas existentes são estaduais e municipais, não havendo nenhuma de âmbito federal (exceto o acesso à cidade de Normandia), e servem à interligação

das vilas de garimpo e das aldeias indígenas com a cidade de Normandia e o resto do estado. Confunde-se a garantia do direito de ir e vir com o suposto direito de invadir.

No caso da BR-174, a faixa de domínio corresponde a 50 metros de cada lado do leito carroçável. Se aplicado este parâmetro (e ainda que se decidisse por uma faixa de menor extensão), três conseqüências nefastas afetariam a integridade do território indígena: (a) a segmentação da área única e contínua em pelo menos cinco áreas separadas por faixas de domínio; (b) a ameaça de que várias aldeias situadas à beira das estradas fiquem parcial ou totalmente fora da área a ser demarcada como indígena; e (c) a possibilidade de instalação de novos focos de ocupação não indígena ao longo das estradas.

A Aldeia Preguicinha, por exemplo, situa-se numa curva da RR-319 e ficaria integralmente fora da área a ser demarcada. O mesmo ocorreria em relação a várias casas da Aldeia Raposa I, uma das mais populosas. Ou, ainda, há casos como o da Aldeia Xuminá, situada há mais de 50 metros da RR-202, mas cujas roças estão localizadas à margem da estrada. Pelo menos 11 aldeias poderiam ser afetadas ou até ameaçadas de exclusão em decorrência da desafetação de estradas já existentes: além das três já mencionadas, Morro, Lilás, Tucumã, Guariba, Olho D'Água, Cantagalo, Maracanã e Santo Antônio. Acrescente-se que o projeto colonial do governo local segue sendo executado e novas estradas estão planejadas, ou em construção, ampliando as implicações negativas desta decisão.

CONCLUSÃO

Em vista dos argumentos e informações expostos, o Despacho nº 80 do ministro da Justiça, se executado, implicaria em uma redução que pode ultrapassar a cifra de 300 mil ha. da extensão identificada da TI Raposa/Serra do Sol, segmentando-a em cerca de cinco partes, perenizando os enclaves garimpeiros existentes no seu interior, viabilizando formalmente o acesso de novos contingentes populacionais não indígenas e excluindo mais de 20 aldeias do(s) perímetro(s) a ser demarcado, além de dezenas de outros sítios, retiros e reservas de recursos naturais indispensáveis à sobrevivência dos índios. Sendo assim, é evidente o caráter lesivo e inconstitucional do despacho ministerial.

A pretendida consolidação da redução e do esquartejamento territorial propostos, na forma de uma portaria delimitatória, legitimaria as invasões existentes e possibilitaria outras mais, ampliando as situações de conflito que já se sucedem, há muitos anos, nesta região. Constituiria, ainda, um precedente reducionista que poderia ensejar outras futuras reduções nas terras indígenas que estão sendo ou ainda serão identificadas pela Funai.

Com o objetivo de reparar os erros aqui enunciados, o Instituto Socioambiental, em consonância com os direitos e expectativas dos povos indígenas que ocupam tradicionalmente a área em questão, propõe: (a) que seja tornado sem efeito o despacho ministerial nº 80; (b) que seja expedida portaria declaratória pelo ministro da Justiça, reconhecendo a ocupação indígena na integral extensão da área identificada pela Funai desde 1993, determinando sua demarcação física; e (c) que seja efetivada a desintrusão da área indígena, levando-se em consideração, quando for o caso, os direitos à indenização e ao reassentamento dos ocupantes não-índios que nela se encontram. *(março, 1997)*

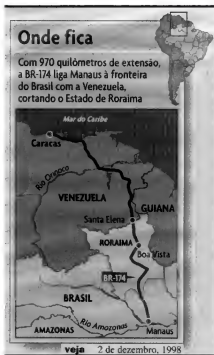
Caminhos e Descaminhos da BR-174

Marco Antonio Gonçalves

Jornalista, assessor do
Programa Brasil Socioambiental/ISA

PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA QUE LIGA MANAUS A BOA VISTA E VENEZUELA VIRA SÍMBOLO DA COALIZÃO DE INTERESSES QUE MOVE O MAIS NOVO "EL DORADO" DA AMAZÔNIA BRASILEIRA, GERANDO CONFLITOS COM OS ÍNDIOS E REEDITANDO O MODELO EXCLUDENTE E PREDATÓRIO DE OUTRAS REGIÕES

Ao eleger a rodovia BR-174 um dos eixos de desenvolvimento de seu primeiro mandato, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) deflagrou um processo de produção de estudos e zoneamentos destinados a orientar o uso econômico e atrair empreendimentos para o lavrado roraimense - uma vasta região de savanas localizada entre o território brasileiro e o sul da Venezuela, de topografia predominantemente plana, onde habitam cerca de 23.500 índios de seis etnias. Invariavelmente, tais propostas têm defendido a adoção de políticas de incentivo a uma agricultura de caráter extensivo para a região ao mesmo tempo em que ignoram a existência do movimento indígena local como interlocutor a ser ouvido em sua formulação. Em alguns casos, os estudos chegam mesmo a desprezar a condição indígena de certos espaços, propondo atividades econômicas pouco ou nada compatíveis com as expectativas manifestadas pela maioria dos índios que habitam o lavrado.

Uma das obras concebidas pelos militares como parte do Plano de Integração Nacional (PIN), anunciado em 1970, a BR-174, com FHC, tornou-se um dos eixos orientadores do Brasil em Ação - o programa de mobilização de investimentos para obras de infra-estrutura e desenvolvimento regional de seu primeiro mandato, inspirado em uma política de aproximação de mercados e de integração nacional e continental. Ao ganhar status de eixo de desenvolvimento, a rodovia que liga Manaus à Pacaraima (RR) passou a servir de referência não só para estudos (mais) econômicos (que) ecológicos como também para outros projetos de infra-estrutura, como a construção de uma linha de transmissão proveniente da Venezuela, o chamado Linhão de Guri, "puxada" para solucionar o déficit de energia elétrica de parte da calha norte do rio Amazonas.

"SAÍDA PARA O CARIBE", PARA QUEM?

As primeiras informações públicas sobre uma parceria econômica com a Venezuela envolvendo o traçado da BR-174 surgiram em 1995, quando foi anunciado que o governo brasileiro, através da Eletrobrás, trocava informações com o governo venezuelano, através da estatal Eletrificación del Caroni (Edelca), sobre uma possível importação de energia elétrica. Conforme divulgado na época, as negociações envolviam interesses que se espraiavam por outros setores: mineração e siderurgia, telecomunicações, transporte, petróleo e agricultura. Resultaram em um conjunto de 11 acordos bilaterais, reunidos sob a Declaração de Caracas, assinados por FHC e pelo então presidente venezuelano Rafael Caldera em julho de 95. O acordo visava a integração da fronteira entre os dois países, prevendo, inclusive, a criação de uma zona de livre comércio em no máximo dez anos.

No âmbito do acordo energético, as conversações geraram a proposta de construção de uma nova usina hidrelétrica no rio Caroni - no sudeste da Venezuela, onde está instalada a usina de Guri - e na interconexão elétrica entre Guri, Boa Vista e Manaus por meio de um linhão com cerca de 211 km de extensão, que percorreria o traçado das rodovias que unem os dois países. Em abril de 97, FHC e Caldera assinaram uma dezena de outros documentos, entre eles, o contrato de importação de energia elétrica, pelo qual o Brasil deveria pagar US$ 9 milhões (cifra da época) por ano aos venezuelanos ao longo de uma década.

Entre as assinaturas da Declaração de Caracas e do contrato de importação de energia, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) contratou o Consórcio Brasiliana - composto pelas empresas de consultoria Booz Allen & Hamilton e Bechtel International, além do Banco ABN Amro - para decifrar os contextos dos 12 eixos da segunda fase do Brasil em Ação, identificando "oportunidades de investimentos". Nesse documento, a BR-174 aparece como "a saída norte para o Caribe". Paralelamente, a sinergia entre os interesses do governo federal e dos estados do Amazonas e de Roraima propiciaram a conclusão da pavimentação da BR-174, reinaugurada em maio de 1998 em uma cerimônia realizada sobre o rio Alalaú, na TI Waimiri-Atroari. Esticada até a fronteira, a estrada atualmente parte da capital do Amazonas em direção ao norte, cortando a densa floresta amazônica, incluindo a área dos Waimiri-Atroari (veja *capítulo Roraima-Mata*). Em seguida, penetra o lavrado de Roraima, ladeia várias unidades de conservação e duas outras terras indígenas (TIs) (Araçá e Ponta da Serra) antes de atingir a TI São Marcos, dentro da qual se estende por 65 km até o município de Pacaraima, já no limite com a Venezuela.

PELA "PORTA DE ENTRADA DO PROGRESSO"

Elevada à condição de município em 1995, mesmo estando integralmente situado dentro da TI São Marcos, a ex-Vila Pacaraima se converteu no centro geográfico de intervenções promovidas nos últimos anos pela elite política de Roraima, como a criação de uma área de livre comércio. Sua localização e progressiva urbanização tornaram o local a principal área de conflito entre índios e não-índios da área São Marcos. Em 1998, durante sua campanha à reeleição, o atual governador do estado Neudo Campos (PPB) declarou, provocativamente, ser o município "a porta de entrada do progresso em Roraima". Pacaraima é o local onde o sistema de transmissão vindo da Venezuela se conectará ao linhão erguido pela Eletronorte entre 1998 e 99, cujo traçado coincide com o desenho da BR-174. Ao contrário do que ocorreu na Venezuela, no Brasil a execução das obras foi precedida por um ano de negociações entre representantes das comunidades indígenas da TI São Marcos e a estatal, que resultaram num termo de compromisso assinado entre a Apir e a Eletronorte em abril de 1998.

No lado venezuelano, o levantamento das torres têm esbarrado em dificuldades técnicas, orçamentárias e políticas, incluindo mobilizações de povos indígenas que habitam áreas a serem cortadas pelo linhão, na Serra de Imataca e na Gran Sabana. Em julho de 1998, técnicos governamentais dos dois países estiveram reunidos na cidade de Puerto Ordaz para discutir a revisão do cronograma das obras. Na ocasião, o governo da Venezuela admitiu que não cumpriria o cronograma anteriormente acertado, que previa o início do fornecimento para dezembro do mesmo ano. Dois meses depois, o atual presidente venezuelano Hugo Chávez Frías garantiu ao governador Neudo Campos que o linhão estaria concluído em abril de 2000.

Em outubro, Chávez Frías enfrentava um novo levante indígena dentro do Parque Nacional da Gran Sabana, sendo obrigado a anunciar novo adiamento, desta vez, para meados de 2000. Ao longo do período, a mobilização indígena evolui para uma coalizão nacional, composta não só por organizações indígenas, mas também de defesa dos direitos humanos e ecologistas. Em abril de 2000, o movimento distribui um manifesto via internet contra o linhão e os projetos econômicos previstos para a Gran Sabana. "Não podemos deixar de nos opor à insistência de destruir este maravilhoso patrimônio ecológico e cultural apenas para satisfazer as ânsias de um desenvolvimento suicida de Brasil e Venezuela", argumenta o libelo, considerando o projeto binacional "um erro histórico". Em agosto, as torres e linhas de transmissão vindas de Guri permaneciam muito longe da fronteira entre os dois países.

"NOVA FRONTEIRA AGRÍCOLA" PARA OS GRÃOS

Estimulado por políticas públicas federais e estaduais, o cultivo de grãos (especialmente soja) expandiu-se de maneira acelerada nos últimos dez anos, avançando em todas as direções dos cerrados do Planalto Central e sobre a borda oriental da Amazônia. Quatro dos sete projetos de investimentos em infra-estrutura para a Amazônia que integraram a primeira versão do programa Brasil em Ação eram explicitamente orientados para favorecer a produção de soja no Centro-Oeste. E, embora o objetivo descrito nos documentos do programa fosse viabilizar uma saída para o Caribe, todos os estudos e zoneamentos produzidos sobre o eixo da BR-

ANTONIO MILENA

Boa Vista: Roraima recebe dezesseis novos moradores a cada 24 horas

Vida brasileira

O novo Eldorado

Roraima é o Estado que mais recebe migrantes. E Rondônia, o que mais exporta gente

Klester Cavalcanti, *de Rorainópolis*

O mapa das migrações no Brasil acaba de sofrer uma reviravolta. A mais recente pesquisa sobre o assunto feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, coloca Roraima como o Estado que mais atrai população e Rondônia como o que mais exporta gente *(veja quadro)*. O movimento dos caminhões de mudança entre os dois Estados não pára. Entre 1991 e 1996, Rondônia perdeu, em média, 37 pessoas por dia. Roraima recebeu 16 novos moradores a cada 24 horas. Esses números representam uma mudança e tanto no perfil migratório da região amazônica. Nos anos 70, Rondônia era o Eldorado da nova fronteira nacional, o destino de milhares de brasileiros que iam para lá seduzidos pela política de distribuição de terras na Amazônia, promovida pelo governo militar sob o lema de "Integrar para não entregar". A população rondonense, que era de 100 000 habitantes em 1970, cresceu nove vezes em apenas duas décadas. Enquanto isso, em Roraima, no extremo norte do país, o aumento populacional não chegava à metade disso. Pouca gente queria ir morar lá, na longínqua fronteira do Brasil com Venezuela e Guiana.

Um dos motivos da atual fuga de moradores de Rondônia é a perda de qualidade da terra. Como todos os anos os agricultores queimam a roça para renovar o plantio, o solo fica cada vez mais pobre em nutrientes. "Em cerca de cinco anos a produtividade cai", explica o engenheiro agrônomo Gerino Alves Filho, coordenador de pesquisas do IBGE em Rondônia. Por essa razão, a imensa maioria dos migrantes que hoje estão indo para Roraima é formada por lavradores que já moraram em outras regiões da Amazônia. "Eles partem em busca de terras novas e férteis", diz Gerino Filho. Em geral, vão para onde lhes oferecem algum atrativo — ainda que ilusório. Como o governo federal desistiu da trágica política de ocupação da Amazônia a qualquer custo, hoje quem distribui ou facilita a compra de terras são as prefeituras, especialmente as de municípios recém-criados. Os prefeitos querem inchar a população de suas cidades para aumentar a fatia a que têm direito no Fundo de Participação dos Municípios, FPM, e outras verbas distribuídas pelos governos federal e estadual.

Confira os cinco Estados que mais atraem moradores e os cinco que mais exportam (em número de migrantes por 1 000 habitantes)

TAXA DE SAÍDA	
RONDÔNIA	55
TOCANTINS	53
MATO GROSSO	50
PIAUÍ	48
MARANHÃO	43
TAXA DE ENTRADA	
RORAIMA	120
AMAPÁ	112
TOCANTINS	81
MATO GROSSO	67
GOIÁS	64

Fonte: IBGE

Verbas e problemas — Rorainópolis, a 300 quilômetros da capital de Roraima, Boa Vista, é um exemplo dessa distorção. Emancipada em 1997, a cidade quadruplicou sua população desde então. Tinha 7 000 habitantes há três anos. Hoje tem 28 000. Se o Brasil tivesse crescido nesse mesmo ritmo, abrigaria hoje 640 milhões de habitantes. Foi a própria prefeitura de Rorainópolis que incentivou a explosão populacional. "Atualmente, nosso orçamento mensal é de 70 000 reais, mas é preciso três vezes mais", afirma o prefeito Geraldo da Costa. A nova população, a ser contabilizada oficialmente no próximo censo do IBGE, deve dobrar a cota de Rorainópolis no FPM.

ROBERTO LINSKER - 1997

Aldeia Manalai ao norte da Raposa/Serra do Sol.

ITAMAR MIRANDA/AE - 1996

Dança da Aleluia, aldeia Maturuca.

174, desde que os acordos entre Brasil e Venezuela foram assinados, recomendam a monocultura de grãos como atividade econômica prioritária para o lavrado.

A primeira evidência da opção pelos grãos em Roraima ocorreu em julho de 1997, quando Fernando Henrique anunciou planos de liberar 6 milhões de hectares para a agricultura após a conclusão do asfaltamento da BR-174 – um número aparentemente exagerado, a menos que pretendesse converter índios em plantadores de soja e florestas em áreas de monocultura. Na ocasião, FHC chamou o eixo de "nova fronteira agrícola". Dez meses depois, o ISA revelou que a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM) estava finalizando um zoneamento econômico-ecológico sobre uma área de 20 mil km² na fronteira, incluindo grandes parcelas das TIs Raposa/Serra do Sol e São Marcos, para a implantação de um programa de desenvolvimento integrado. De acordo com o coordenador do estudo, Valter José Marques, o trabalho fora encomendado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) no âmbito da Comissão Binacional de Alto Nível Brasil-Venezuela. Iniciado em outubro de 1996, o zoneamento identificou áreas a serem aproveitadas por atividades agrícolas - especialmente grãos - e pecuária.

Em fins de 1998, a Suframa e a FGV divulgaram os resultados do Projeto Potencialidades do Estado de Roraima, cuja finalidade seria orientar "medidas incentivadoras da Suframa" para facilitar a vida "dos investidores sobre a aplicação de recursos" no estado. Apesar de recomendar o ecoturismo, a fruticultura, a piscicultura e produção de dendê, o estudo destaca a soja como atividade com grande potencial, por conta da existência de "1,2 milhão de ha propícios para o plantio" no estado. Quanto às terras indígenas, são caracterizadas neste estudo como "restrições à utilização de fatores potenciais existentes".

FUTURO DEVASTADOR

Embora proporcione uma frente de integração continental e rompa o isolamento da calha norte do Amazonas, o eixo constituído pela BR-174 - e seu provável adensamento econômico - deve favorecer o histórico propósito da elite roraimense de intrusar (para subtrair parcelas de) terras indígenas e isolar o movimento indígena do lavrado, que têm no CIR e na Apir as organizações mais atuantes. Ao mesmo tempo em que promove a mais renitente cruzada contra o reconhecimento oficial de terras indígenas já vista no estado, o governo do conservador Neudo Campos busca atrair produtores de grãos do Centro-Oeste e Sul do país. Visitas de sojicultores, inclusive do barão da soja Blairo Maggi, e plantios experimentais vêm se multiplicando no lavrado roraimense - há, inclusive, cultivos experimentais de variedades transgênicas, sob responsabilidade da Embrapa. A decadência do garimpo e as restrições para a implementação de projetos de mineração industrial deslocaram os esforços da elite política do estado - tradicionalmente ligada aos interesses minerários - para a soja, ao menos momentaneamente.

Cadernos de *agribusiness* de diários nacionais têm anunciado o lavrado roraimense como um novo El Dorado para a implacável expansão da soja. Terra barata, incentivos fiscais, clima definido, insolação generosa, proximidade com o Caribe e colheita na entressafra são apresentados como atributos que justificariam tal expansão. No início de 2000, Neudo Campos criou o projeto Grãonorte, por meio do qual pretende incentivar plantios mecanizados sobre o lavrado, apoiados em estudos da Embrapa que estimam haver 1,5 milhão de ha apropriados para a cultura de grãos em Roraima. No início de agosto, o senador Mozarildo Cavalcanti fez discurso incensando o projeto e sua meta de aumentar a área plantada de 1 mil para 5.850 ha.

Pesquisadores de instituições respeitáveis, como a Embrapa e o Inpa, advertem que os planos de adensar a ocupação agrícola do lavrado e de transformá-lo em um novo mar de soja - através de métodos convencionais, desenvolvidos em condições ecológicas diferentes, como é o caso dos cerrados do Planalto Central - só agravarão os problemas de lixiviação e assoreamento já observáveis na zona rural de Boa Vista, especialmente nas áreas de cultivo mecanizado de arroz. Ademais, sua baixa rentabilidade por hectare demandará cultivos extensos, criando a perspectiva de um avanço sobre as áreas florestadas, cuja inflamabilidade (associada ao evento periódico do El Niño) favorece a ocorrência de incêndios devastadores, como os verificados entre o final de 1997 e início de 1998.

Na verdade, o futuro dos ecossistemas e das terras indígenas situadas na área de influência da BR-174 dependerá do caráter mais ou menos predatório dos agentes exploradores e da capacidade dessas áreas serem defendidas das pressões externas. "Saída para o Caribe", "porta de entrada do progresso" ou "nova fronteira agrícola", é aqui, onde os planos de desenvolvimento estadual e federal para a região se comungam, que emerge a questão crucial: qual o papel reservado para a significativa população indígena do estado em relação às transformações econômicas projetadas para o próximo século pela integração entre Brasil e Venezuela? *(agosto, 2000)*

RAPOSA/SERRA DO SOL

DECRETO 1.775 CAUSA EUFORIA EM RORAIMA

A imprensa de Roraima recebeu como uma bênção política o Decreto 1.775, assinado pelo ministro Nelson Jobim, que permite a contestação dos processos de demarcação das áreas indígenas no País. Um articulista da *Folha de Boa Vista* informa que o presidente da Assembléia Legislativa, Almir Sá, convocou ontem uma coletiva para anunciar que já mobilizou o corpo de técnicos e advogados da Assembléia para, em 45 dias, concluir os estudos necessários ao contraditório, o que ele chamou de "vícios no processo demarcatório" das Áreas Raposa/Serra do Sol e São Marcos.

"Almir Sá sugeriu ao governador que determine a feitura de um (novo) laudo antropológico da Raposa/Serra do Sol", informa o articulista. O jornal informa que "o deputado Almir Sá vai contratar também um advogado de renome para elaborar o final da parte jurídica do estudo de contestação aos realizados pela Funai".

O jornal *O Diário*, também de Boa Vista, informa que governador Neudo Campos já assinou decreto criando a Comissão Técnica Especial que vai trabalhar na elaboração do contraditório às demarcações de terras indígenas em Roraima. De acordo com a reportagem, "a comissão é do mais alto nível e deve apresentar o relatório dentro dos próximos 35 dias". *(ISA, a partir de Folha de Boa Vista, 02/02 e O Diário, 08/02/96)*

CD CONTRA DEMARCAÇÃO É APREENDIDO

O novo CD da Banda Pipoca, chamado "Macuxi Esperto", cujo lançamento seria ontem à noite num show, foi proibido de ser tocado em Roraima por determinação do juiz federal Vallisney de Souza Oliveira ao acatar uma decisão do MPF. O procurador Osório Barbosa entendeu que a música "Área contínua, não", carro-chefe do CD da banda, comete crime de discriminação por seu autor, o letrista Zerbini Araújo, ao ironizar o processo de demarcação da TI Raposa/Serra do Sol. *(O Diário, 09/02/96)*

RELAÇÕES NA RAPOSA SE DETERIORAM

O CIR enviou ao presidente da Funai, Márcio Santilli, informe sobre conflitos que vêm ocorrendo dentro da TI Raposa/Serra do Sol, envolvendo índios e funcionários das fazendas instaladas na região. Segundo o informe, os conflitos se devem ao roubo do gado dos índios, doados pela Diocese de Roraima. O CIR relata que a cobiça das reses indígenas provocou troca de tiros entre um vaqueiro e índios Makuxi. O vaqueiro foi morto e dois índios saíram feridos do episódio. No dia 2 de fevereiro, o tuxaua da aldeia Flexalzinho, Darciano de Souza, foi baleado e esfaqueado, estando hospitalizado. *(ISA, a partir de Carta do CIR de 09/02/96)*

DEPUTADO PROPÕE DIVISÃO DA ÁREA...

O deputado federal Salomão Cruz (PSDB) encaminhou, esta semana, uma proposta para solucionar o impasse da demarcação da TI Raposa/Serra do Sol ao presidente da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, Sarney Filho. A comissão acompanha os procedimentos relativos à demarcação de terras indígenas no Brasil. Pela proposta do deputado, duas reservas independentes seriam demarcadas, uma para os Ingarikó e outra para os índios Makuxi, Wapixana e Taurepang. A proposta difere daquela preparada pela Funai em 1993 e que aguarda parecer do ministro a Justiça, Nelson Jobim. *(Folha de Boa Vista, 30/03 a 01/04/96)*

... ENQUANTO CONFLITOS SE INTENSIFICAM

A violência envolvendo indígenas de Roraima ainda não tem um fim anunciado. Novas mortes poderão ocorrer em breve se não forem tomadas providências urgentes. Enquanto a reportagem de *O Diário* entrevistava o coordenador substituto da Funai, Manoel Tavares, mais uma denúncia chegava a suas mãos. Desta vez, os indígenas anunciaram um iminente conflito na Maloca do Morro, localizada na região do Maú, entre o posseiro José Soares Cruz, conhecido como Zezão, e os índios. *(O Diário, 21/05/96)*

CONTESTAÇÃO À DEMARCAÇÃO É PÉROLA DO ABSURDO

Entre os muitos absurdos encaminhados à Funai por conta do Decreto 1.775, o de Roraima merece um lugar de destaque pelo seu surrealismo. No laudo do "antropólogo" venezuelano Daniel de Barandiarán, ele sugere que o Brasil não deve demarcar a TI Raposa/Serra do Sol para não pôr em risco "uma eventual ampliação territorial futura (!)". Mais que isso, Barandiarán convida o governo brasileiro a juntar-se à Venezuela para obter a conquista da porção ocidental da Guiana, equivalente a dois terços de seu território. Assim, o governo de Roraima corrobora oficialmente uma proposta de invasão de um país vizinho. O tal Daniel Barandiarán, no entanto, não é antropólogo e provavelmente tampouco venezuelano. Trata-se de um ex-missionário da congregação belga "Hermanitos del Evangelio", que atuou entre os índios Yekuana e Sanuma. Em 1969, abandonou sua carreira missionário para se tornar um "expert" em assuntos de geopolítica e indigenismo, trabalhando como consultor do Ministério das Relações Exteriores do governo venezuelano, o que ajuda a entender a proposta indecorosa feita no laudo. As posições antiindígenas de Barandiarán na Venezuela também são notórias. *(ISA, a partir de Parabólicas, mai/96, e de informe de Nelly Arvelo Jimenez, de jun/96)*

DEU RAPOSA NO NEW YORK TIMES

O conflito acerca da demarcação da TI Raposa/Serra do Sol foi parar na capa do New York Times de 21 de junho de 1996. Como era de se esperar, o tema da reportagem é a demora do ministro Nelson Jobim em promover a demarcação de uma área com grande visibilidade pública, por abrigar dez mil índios expostos a todo tipo de conflitos de terras, reforçando, assim, as críticas e temores gerados pelo Decreto 1.775. Mas Raposa/Serra do Sol é apenas uma dentre as oito terras que continuam sob análise da Funai, após a conclusão dos pareceres sobre as contestações apresentadas no âmbito do decreto do ministro Jobim. *(Extraído de Parabólicas, ISA, ago/96)*

CIR ORGANIZA PROTESTO EM BOA VISTA

Mais de 800 índios vindos de diversas regiões participaram ontem de um protesto, na frente da Assembléia Legislativa de Boa Vista, contra a demora na demarcação da TI Raposa/Serra do Sol e contra a instalação do município de Uiramutã dentro da área indígena. Representantes de entidades de apoio acompanharam os índios na manifestação, que parou o trânsito no Centro Cívico. Os índios saíram em passeata da sede do CIR numa caminhada de mais de dois km. Durante o percurso, entoaram cantos Makuxi. *(Folha de Boa Vista, 17/09/96)*

EM NY, TUXAUA ANUNCIA AUTODEMARCAÇÃO

O vice coordenador do CIR, José Adalberto da Silva, disse na VII Semana da Amazônia, que o governo de Roraima investe contra os direitos dos índios. Criticando o governo brasileiro por gastar milhares de dólares em um evento sobre a Amazônia em Nova York (EUA), enquanto não atende as reivindicações das populações indígenas da região, o vice coordenador do CIR afir-

mou que os próprios índios irão demarcar a reserva Raposa/Serra do Sol. "Nós vamos demarcar a Raposa/Serra do Sol, conforme a Funai a identificou em 1993", disse o tuxaua. José Adalberto disse ter participado do evento para contestar o governo brasileiro. "Eu, índio Makuxi, quero falar aqui do que o governo brasileiro não está fazendo para proteger os direitos dos índios que vivem na Raposa/Serra do Sol. *(Folha de Boa Vista, 24/09/96)*

ÍNDIOS INICIAM DEMARCAÇÃO EM UIRAMUTÃ...

Os índios Makuxi e Wapixana estão cumprindo a promessa que fizeram de realizar a autodemarcação da TI Raposa/Serra do Sol. Em represália à criação de municípios em áreas consideradas indígenas, mais precisamente Uiramutã, os índios iniciaram a autodemarcação pelas fazendas Novo Destino, de propriedade do fazendeiro Valdir Leite, e Central, de Plínio Neves. A Funai classificou a atitude dos índios como pacífica e simbólica. O ato, segundo a Funai, não tem valor legal. *(O Diário, 02/10 e Folha de Boa Vista, 03/10/96)*

... QUE É INTERROMPIDA PARA ESPERAR MINISTRO

Há quatro dias estão parados os trabalhos de autodemarcação que os índios estavam desenvolvendo, por conta própria, na área Raposa/Serra do Sol. Coordenados pelo CIR, os tuxauas resolveram suspender os trabalhos até a chegada do ministro da Justiça, Nelson Jobim, programada para amanhã. A autodemarcação foi iniciada na semana passada, depois de ser anunciada pelo tuxaua José Adalberto Silva, do CIR, na abertura da Semana da Amazônia, em Nova York, no final do mês passado. *(Folha de Boa Vista, 09/10/96)*

DEPUTADOS AMERICANOS PEDEM MANUTENÇÃO DA ÁREA

Dezessete deputados dos dois maiores partidos norte-americanos enviaram ontem carta ao presidente FHC pedindo que não permita a redução da TI Raposa/Serra do Sol. "Preocupa-nos que a redução dessa área crie um precedente para a possível redução de 177 outras áreas indígenas no Brasil", escreveram os congressistas. A carta ao presidente brasileiro, datada de 1 de outubro, foi divulgada pela Coalizão pelos Povos e o Meio Ambiente da Amazônia, sediada em Washington. Os deputados temem que o governo dê a terra indígena para mineradores e fazendeiros. *(Diário Catarinense, 10/10/96)*

CIR LANÇA CAMPANHA INTERNACIONAL PELA DEMARCAÇÃO

Os índios ligados ao CIR estão encaminhando carta circular para cerca de 40 ONGs espalhadas por países como Itália, Alemanha, EUA, Canadá, Suiça e também no Brasil, pedindo apoio para pressionar o governo brasileiro a demarcar a TI Raposa/Serra do Sol. A informação foi prestada pelo vice coordenador do CIR, José Adalberto. Adalberto disse que o CIR pretende "montar novas estratégias" de pressão caso o ministro Nelson Jobim não demarque a área até o mês de dezembro. *(Folha de Boa Vista, 17/10/96)*

MINISTRO VISITA ÁREA, FAZ PROMESSAS...

O CIR considerou a visita do ministro da Justiça, Nelson Jobim, "bastante proveitosa", segundo informe divulgado pela entidade no dia 15 de outubro. No entanto, para a entidade "é incompreensível o adiamento da decisão até o final do ano", referindo-se ao anúncio do ministro de que a assinatura da portaria demarcatória sairia até o Natal, sem precisar uma data. No entendimento do CIR, "o tempo dado até o final do ano pode significar a necessidade da Funai refazer a proposta (de limites) inicial, o que implicaria em redução da área (Raposa/Serra do Sol), o que seria inaceitável", afirma o comunicado, assinado pelo vice coordenador José Adalberto Silva. *(ISA, a partir do Informe do CIR de 15/10/96)*

... E REDUZ LIMITES DA RAPOSA

O ministro da Justiça , Nelson Jobim, contrariando as expectativas criadas junto aos índios durante sua visita à TI Raposa/Serra do Sol, assinou o despacho nº 80, no dia 20 de dezembro de 1996, propondo significativa redução dos limites da área identificada pela Funai. O despacho foi publicado no dia 24 de dezembro e, mesmo rejeitando as contestações apresentadas durante o processo de contraditório, determina "pequenos ajustes, ditados pelo interesse público em preservar núcleos populacionais não indígenas já consolidados, ou em resguardar situações jurídicas estabelecidas pelo próprio Poder Público Federal". Com base nesse argumento, Jobim determina, por sua própria iniciativa, que a Funai reformule e reapresente a proposta de delimitação da áreas com várias reduções em relação aos limites anteriormente identificados. *(ISA, dez/96)*

CIR PROTESTA CONTRA DECISÃO

"Essa medida é eminentemente política", queixou-se Nelino Galé, coordenador do CIR. "Para aprovar a reeleição, FHC, que certamente participou da tomada da decisão, precisa dos votos da bancada federal do estado de Roraima, contrária à demarcação integral da terra indígena", disse. "Desde já, o CIR está lançando apelos a todas as entidades de defesa dos direitos indígenas para que manifestem seu desagrado diante dessa inaceitável medida", avisou o coordenador do Conselho. Nelino Galé advertiu que a decisão do governo vai perpetuar os confrontos já existentes na Raposa/Serra do Sol. "É extremamente preocupante que o ministro da Justiça faça letra morta da Constituição brasileira, que decreta nulos e extintos qualquer ato de domínio ou posse de terra indígena para fins meramente políticos", concluiu Galé. *(JB, 28/12/96)*

GOVERNO E FAZENDEIROS QUEREM MAIS

Depois de quase duas horas de discussão entre fazendeiros e os dois advogados contratados pelo governo do estado para estudar a possibilidade de contestar judicialmente a nova delimitação da TI Raposa/Serra do Sol, ficou decidida a formação de um GT para reunir documentos que subsidiarão uma ação administrativa e outra judicial contra o despacho do ministro Nelson Jobim – que reduziu os limites da área. Os fazendeiros foram aconselhados a continuarem a trabalhar com seus advogados particulares, paralelamente.

A ação administrativa vai se basear no argumento de que Jobim não estabeleceu perímetros urbanos, nem coordenadas geográficas, para que a Funai realize a nova delimitação, como manda o despacho. O deputado Salomão Cruz disse que a tentativa de provar a posse ou a propriedade das fazendas que ficaram dentro do limite da área única é um caso complicado. Segundo ele, quem não conseguir provar que é proprietário antes de 1934 pode se considerar como um caso perdido. "Para este, o jeito é entrar com pedido de indenização", frisou. O deputado recomendou também que os fazendeiros que têm documentos provando a posse devem defender suas propriedades "usando até a força, se necessário". *(Folha de Boa Vista, 25 a 27/01/97)*

INFORME DO ISA REPERCUTE EM RORAIMA

O ISA denunciou ontem que o despacho do ministro da Justiça, Nelson Jobim, poderá significar uma redução de mais de 300 mil ha nos limites da TI Raposa/Serra do Sol. O despacho, segundo o ISA, poderá ainda, legalizar enclaves de garimpeiros e fazendeiros, esquartejar a única área contínua e excluir mais de 20 aldeias e outro sítios indígenas do perímetro a ser demarcado. "O ministro planeja uma facada na Raposa", afirmou em tom irônico o ex-presidente da Funai, Márcio Santilli, um dos dirigentes do ISA. "A Funai não se manifestará sobre essa questão por enquanto, pois a mesma está pendente no Ministério da Justiça", disse o assessor de imprensa Antônio Carlos Lago.
O despacho do ministro é apontado como uma sucessão de erros e distorções que implicam em violações dos direitos indígenas inscritos na Constituição. Márcio Santilli disse que o ministro busca uma suposta solução intermediária entre a identificação de 93 e a proposta do governo de Roraima, de demarcar apenas pequenos sítios ao redor das habitações para liberar o restante para os colonos e garimpeiros. "O parâmetro para a delimitação definitiva deixa de fora, além de algumas aldeias, a maior parte dos buritizais, sítios de pastagem e lagos perenes utilizados pelos índios para pesca, comprometendo as suas atividades de subsistência", disse Santilli.
O ISA enviou cópias de sua posição ao ministro Nelson Jobim e ao presidente da Funai, Júlio Gaiger, apelando para que seja tornado sem efeito o despacho ministerial, reconhecida a ocupação indígena integral na extensão da área, a demarcação e a desintrusão da área. O ISA adverte que, se for consolidada por portaria, isso legitimaria as invasões existentes e possibilitaria outras mais, ampliando as situações de conflito - além de se constituir num precedente reducionista, que poderia ensejar futuras reduções nas terras indígenas que estão sendo ou que ainda serão identificadas pela Funai. *(Folha de Boa Vista, 08 a 10/03/97)*

FHC É RECEBIDO COM PROTESTOS EM BOA VISTA

A chegada do presidente FHC ontem a Boa Vista foi marcada por protestos de sindicatos, índios e estudantes roraimenses. Cerca de 500 manifestantes não deram trégua ao presidente, desde a Base Aérea até o Palácio da Cultura. O CIR e lideranças indígenas estiveram entre a multidão, reivindicando a demarcação da TI Raposa/Serra do Sol. *(O Diário, 12/04/97)*.

PREFEITO CHAMA O EXÉRCITO

O prefeito de Uiramutã, Venceslau Braz (PTB), decidiu ontem que vai pedir intervenção de tropas do Exército para prestar segurança à área do município. Encravado na TI Raposa/Serra do Sol, Uiramutã vive em constantes conflitos envolvendo índios e fazendeiros e, agora, índios e índios. Braz teme que incidentes de maior gravidade possam ocorrer nos próximos dias. O prefeito explicou que Uiramutã fica a uma hora de vôo da capital e que qualquer incidente de maior proporção pode se transformar em prejuízo para o município. O prefeito disse que a presença da PM não ajuda muito quando há índios envolvidos, uma vez que os policiais só podem agir se forem solicitados pela Funai ou pela PF. *(O Diário, 17/04/97)*

CIR FAZ NOVAS DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIA

O CIR informou que, no último final de semana, o tuxaua de uma das comunidades que iniciaram a construção de um retiro para o gado foi ameaçado de morte pelo vaqueiro conhecido por "Goiano". Em seguida, com o apoio do prefeito e de vereadores de Uiramutã, índios ligados ao governo destruíram três casas das comunidades Tabatinga, Camararém e Lilás. O prefeito Venceslau Braz destacou policiais civis para a fazenda Bom Jardim. Representantes das comunidades indígenas, temendo que outras casas venham a ser derrubadas pelos policiais, foram até Boa Vista pedir ajuda à Funai. *(Informe do CIR, 17/04/97)*

FAZENDEIROS NÃO DESISTEM

Termina hoje o prazo de 120 dias dado pelo ministro da Justiça para que os interessados se habilitem a eventuais indenizações por benfeitorias de boa-fé levantadas dentro da TI Raposa/Serra do Sol. Mas os fazendeiros contrariados com a decisão ministerial não desistem e estão apresentando novos argumentos para tentar manter suas posses dentro da área. Dos 292 proprietários de terras da TI Raposa/Serra do Sol, 21 recorreram aos advogados oferecidos pelo governo estadual para auxiliá-los na elaboração de recursos contra a decisão do ministro da Justiça Nelson Jobim, presente no despacho assinado em 24 de dezembro de 1996. Apesar de ter excluído parcela significativa da área da fruição exclusiva indígena, a decisão ministerial considerou improcedente as contestações apresentados pelos fazendeiros que alegam ter propriedades instaladas dentro da terra indígena. *(ISA, a partir de Folha de Boa Vista, 24/04/97)*

REDUÇÃO FOI NEGOCIADA, DIZ DEPUTADO

Em meio às denúncia de comercialização de votos na Câmara dos Deputados para a aprovação da emenda da reeleição, o jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, publicou declaração do deputado federal Francisco Rodrigues (PFL-RR), segundo a qual, o dilaceramento da TI Raposa/Serra do Sol foi uma das conseqüências das negociações políticas feitas entre o governo federal e os deputados insubordinados, entre eles, os de Roraima, para a aprovação da emenda da reeleição para cargos do Executivo. Em síntese, chantageado pelos deputados roraimenses, o governo concedeu favores ao estado de Roraima, entre os quais, a redução da TI Raposa/Serra do Sol. *(ISA, a partir de O Globo, 16/05/97)*

PROTESTO NA PASSAGEM DE FHC PELA ITÁLIA

Aproveitando a passagem do presidente FHC pela Itália, a seção italiana da Survival International enviou mensagens ao presidente italiano, Oscar Luigi Scalfaro, e ao papa João Paulo II advertindo para a decisão do ministro Nelson Jobim de reduzir os limites da TI Raposa/Serra do Sol. Ao presidente FHC, foi entregue um abaixo-assinado com 3,2 mil assinaturas pedindo respeito aos direitos humanos e territoriais dos povos indígenas brasileiros, em particular, dos Guarani Kaiowá, Yanomami e Makuxi. *(ISA, a partir de Cartas da Survival International, mai/97)*

ÍNDIOS PARALISAM OBRAS DENTRO DA TI

Um informe divulgado pelo CIR em 26 de setembro afirma que uma construtora iniciou obras de construção da prefeitura e de uma Câmara de Vereadores no recém-criado município de Uiramutã, dentro da TI Raposa/Serra do Sol. Segundo o informe, as obras começaram no centro da aldeia Uiramutã, num campo de futebol utilizado pelos índios. No último dia 19, diz o documento, as obras foram paralisadas por moradores de várias aldeias e há no local uma mobilização de 500 índios, que tende a aumentar de número, dada a aproximação das eleições de 3 de outubro, por eles repudiadas. O CIR lembra ainda que, no ano passado, o governo de RR tentou iniciar ilegalmente as obras de construção de uma hidrelétrica no rio Cotingo, que nasce e morre dentro da terra indígena. "Depois de muitos conflito, as obras foram paralisadas. O objetivo do início das obras da hidrelétrica era o mesmo da implan-

tação do município, com sede e tudo, dentro da terra indígena: impedir o uso da terra pelos índios". Ainda segundo o CIR, o atraso na demarcação das terras beneficia fazendeiros, garimpeiros e, agora, o governo do estado, que tenta usurpar para si terras indígenas, que pertencem à União. *(ISA, a partir de informe de Ana Paula Souto Maior de 18/06/97)*

CONSTRANGIMENTO NA INGLATERRA

Na passagem de FHC pela Inglaterra, a Survival International revelou que representantes de várias tribos brasileiras enviaram carta à rainha Elizabeth II pedindo que ela intercedesse em favor dos povos indígenas da TI Raposa/Serra do Sol. A entidade diz que a política indigenista de FHC "é uma fraude". *(JB, 02/12/97)*

PELOTÃO DE FRONTEIRA EM UIRAMUTÃ

O Exército, através da 1ª Brigada de Infantaria da Selva, escolheu o município de Uiramutã para instalar um novo destacamento de fronteira. A escolha, que incide sobre os limites identificados da TI Raposa/Serra do Sol, preocupa tanto a Funai como o CIR. Este encaminhou carta à Presidência da República, propondo uma discussão aberta sobre a questão. *(Informe da Funai/CIR, 11/11/97)*

NOVO PRESIDENTE DA FUNAI DEFENDE ÁREA CONTÍNUA

O CIR ganhou um importante aliado na luta pela a demarcação contínua da área Raposa/Serra do Sol: o próprio presidente da Funai, Sullivan Silvestre. Isso significa que, tecnicamente, o CIR está amparado, mas a questão passa a ser política, como foi a decisão do ministro Jobim, que atendeu a requerimentos de políticos do Norte para rever o parecer anterior da Funai, que orientava pela demarcação em área contínua.
Na reunião com o CIR, Sullivan Silvestre questionou o parecer de Jobim, alegando inconstitucionalidade. Sullivan prometeu que até abril a questão da demarcação estará encerrada. José Adalberto, do CIR, disse que a expectativa da entidade é viabilizar algumas medidas, que envolvem a ida de uma comissão de índios à Brasília. Quer também a retirada de garimpeiros que trabalham há anos na área e uma campanha de combate à venda indiscriminada de bebida alcoólica, que tem provocado a morte de vários índios. *(Brasil Norte, 16/01/98)*

ÍNDIOS "COMPRAM" DESINTRUSÃO DA ÁREA

As lideranças das regiões do Amajari, Taiano, Serra da Lua, Raposa, Baixo Cotingo, Surumu e Serras e os coordenadores do CIR reuniram-se para buscar fórmulas de aplicação dos recursos e aquisição de animais das fazendas localizadas nas áreas pretendidas pela Funai. Um dos principais destaques da reunião foi o tema da demarcação e a avaliação da criação do fundo financeiro que os índios estão formando para comprar animais e indenizar benfeitorias e fazendeiros dispostos a sair de Raposa/Serra do Sol.
Segundo o levantamento, os índios já compraram 900 cabeças de gado, 133 cavalos e 150 caprinos e ovinos dos quatro maiores proprietários não-índios. As compras foram feitas na região das Serras, considerada o coração da área indígena. O coordenador das Serras explicou que a compra está sendo feita de acordo com a procura dos próprios fazendeiros interessados em negociar a venda de animais e indenizações de benfeitorias. "Até agora compramos só animais", explica. Além da cota feita por índios funcionários públicos, a Funai também contribuiu com R$ 100 mil para comprar 500 cabeças de gado, segundo o coordenador regional. O próximo passo é fortalecer o fundo financeiro para indenizar benfeitorias e discutir a melhor forma de distribuir os animais comprados pela comunidade. *(Folha de Boa Vista, 28/08/98)*

RAPOSA VOLTA À MESA DO MINISTRO

O consultor jurídico do Ministério da Justiça, Byron Prestes Costa, esteve no dia 20 de agosto último na sede do CIR para discutir a demarcação da TI Raposa/Serra do Sol. Além de conversar com as lideranças indígenas e com o governador Neudo Campos, o consultor sobrevoou a área indígena acompanhado do coordenador do CIR, Jerônimo Pereira da Silva, e do administrador da Funai em Boa Vista para verificar a situação das cinco vilas e das fazendas que ficaram fora da área, de acordo com o Despacho nº 80, de dezembro de 96, do ex-ministro da Justiça Nelson Jobim.
Nas conversas com os índios, o consultor jurídico explicou que as áreas consideradas como terras indígenas pelo Despacho nº 80 não sofrerão alterações e que o atual ministro Renan Calheiros apenas revisará as áreas excluídas por Nelson Jobim. Basicamente, ele vai analisar a situação atual das vilas e fazendas para fazer a revisão. *(ISA, 01/09/98)*

"DEMARCAÇÃO INVIABILIZA RIZICULTURA"

A única cultura de sucesso no estado está ameaçada pela demarcação em área contínua da reserva indígena Raposa/Serra do Sol. A denúncia foi feita pelos segmentos agroindustriais do arroz irrigado roraimense, considerado o único exemplo de agricultura de sucesso e auto sustentável na Amazônia, que corre o risco de falir se a área da Raposa/Serra do Sol for demarcada de forma contínua, como pretende a Funai. Os empresários do setor alegam que não têm apoio político para contestar a demarcação, apesar de terem encaminhado ao ministro da Justiça Nelson Jobim, através de advogados particulares, solicitação de exclusão de suas terras da área a ser demarcada. *(Folha de Boa Vista, 30/10, e Brasil Norte, 31/10/98)*

ÍNDIOS QUEREM ADVOGADO FORA DA FUNAI

Um grupo de 35 lideranças indígenas ligadas ao CIR e à Apir, decidiu ocupar a sala da assessoria jurídica da Funai em Roraima, exigindo a imediata retirada do procurador da entidade, Wilson Précoma. A ação foi comunicada por fax ao presidente da Funai, Sulivan Silvestre, pedindo a exoneração de Précoma.
O advogado vem fazendo acusações contra a Administração Regional da Funai, acusada pelo procurador de favorecer uma candidatura ao governo do estado. Outra denúncia é a do descaso da Funasa, que seria culpada pela morte de 43 índios Yanomami no pólo-base de Uaris neste ano. As entidades indígenas querem a apuração das denúncias, e acreditam que o procurador jurídico se aproveitou do momento eleitoral para desmoralizar a Funai e a Funasa. Précoma tem se posicionado contra a retirada dos garimpeiros da área São Marcos. *(Anna Yekaré Nossa Notícia/CIR, nov/98)*

MINISTRO DETERMINA DEMARCAÇÃO DE ÁREA INTEGRAL

Em solenidade ocorrida no Palácio do Planalto, dia 11 de dezembro, o ministro da Justiça, Renan Calheiros, assinou portaria reconhecendo como de posse permanente dos índios Makuxi e Wapixana a área Raposa/Serra do Sol, com cerca de 1.678.800 milhão de ha, localizada entre os municípios de Normandia e Uiramutã. O reconhecimento da posse deflagra o processo de demarcação da terra indígena, que deverá ser homologada em 1999. A portaria, de nº 820, publicada no DOU de 11 de dezembro de 1998, declara que a área deverá ser

demarcada de forma contínua "com ressalvas". Uma faixa de 400 ha, próxima a Uiramutã, foi excluída pelo ministro para o Exército brasileiro.

O anúncio da assinatura da portaria gerou reação imediata do governador Neudo Campos, que declarou "ser um absurdo e uma falta de respeito ao povo de Roraima e à maioria das lideranças indígenas, contrárias à demarcação proposta". O governador declarou também que vai entrar com ação na Justiça, solicitando a anulação da portaria. Segundo ele, a maioria dos líderes de malocas existentes na área pretendida é contra a demarcação contínua. "Nós temos uma proposta conciliatória. Cria nove ilhas numa área de aproximadamente 700 mil ha, que atende perfeitamente as necessidades de toda população indígena Makuxi e Wapixana", salientou o governador.

Rizicultores e pecuaristas anunciaram que pretendem distribuir três toneladas de arroz e cinco toneladas de carne para a população em uma manifestação contra a decisão ministerial, programada para a Praça do Centro Cívico, em Boa Vista. "Não há como fazer o estado crescer se não houver espaço para o desenvolvimento agrícola", analisou um dos empresários. *(Brasil Norte, 12/12; Folha de Boa Vista, 12, 13 e 30/12, e DOU, 14/12/98)*

DEPUTADOS E RURALISTAS CONTRA DEMARCAÇÃO

Depois de tentar convulsionar o abastecimento de arroz e carne, com a distribuição gratuita de sua produção em Boa Vista, os produtores de arroz e os pecuaristas instalados dentro da TI Raposa/Serra do Sol decidiram intensificar a pressão sobre o Executivo (Funai e Ministério da Justiça) e o Legislativo Federal. O CIR informou que, na última semana, parlamentares de Roraima estiveram reunidos com deputados e o ministro da Justiça, Renan Calheiros, solicitando a paralisação do processo de reconhecimento oficial da área. Querem que, no mínimo, os trabalhos de campo da demarcação não sejam iniciados.

Dias antes (8 de janeiro), advogados da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RR) protocolaram uma ação popular, com pedido de liminar, na Justiça Federal, visando barrar o início dos trabalhos demarcatórios. A ação foi solicitada pelos ruralistas e por políticos estaduais ao presidente da OAB-RR, Ednaldo Nascimento.

Segundo informações de Renato Lang, ex-membro da CPT no estado e profundo conhecedor de seu histórico de ocupação desde o período militar, as queixas e alegações dos rizicultores são inconsistentes. Segundo ele, todos os cerca de 15 produtores instalados na parte sul e sudoeste da Raposa, próximo ao rio Surumu, foram para lá levados por políticas governamentais estaduais de pouco mais de uma década, com o deliberado intuito de intrusar os domínios indígenas e, assim, viabilizar reduções nas terras tradicionalmente ocupadas pelas etnias da região.

Dois dos produtores de arroz - Paulo César Quartiero e Luiz Afonso Faccio, líderes do movimento dos rizicultores contra a demarcação - estão na região há cerca de 15 anos; os outros chegaram no primeiro mandato do atual governador reeleito, Neudo Campos. Foram assentados na região com o apoio de subsídios governamentais para programas de cultivos irrigados - considerados insustentáveis por conta de sua itinerância face à degradação que acarretam nos solos. Hoje, cultivam 8 mil ha dentro da TI.

Do ponto de vista jurídico, os ruralistas que reivindicam parcelas da terra indígenas acumulam perdas. Além de as contestações apresentadas em 96 ao Ministério da Justiça, por conta do chamado "princípio do contraditório", terem sido consideradas improcedentes pelo ministro Nelson Jobim, Faccio já teve duas iniciativas para permanecer na área frustradas pela Justiça.

De acordo com Lang, na primeira delas, o ex-deputado estadual entrou com uma ação na Justiça Federal, em 97, solicitando sua permanência dentro da área até que pudesse amortizar os investimentos que havia feito na área. Dias antes da assinatura da recém-assinada Portaria nº 820, o STJ julgou a ação considerando improcedente seu pleito. Em seguida, Faccio tentou ainda obter, através de uma mandato de segurança, uma liminar para permanecer na terra indígena. Perdeu, de novo. *(Marco Antonio Gonçalves/Últimas Notícias, ISA, 14/01/99)*

MAKUXI BALEADO POR FAZENDEIRO

O índio Makuxi Paulo José de Souza, habitante da TI Raposa/Serra do Sol, foi baleado por um fazendeiro na maloca Willimon, situada próximo a Uiramutã. Segundo o CIR, ele não corre risco de vida. Os disparos foram dados pelo fazendeiro Roberto Rodrigues, que sacou sua arma após uma discussão com Paulo José sobre a demarcação da terra indígena, segundo nota do Cimi. Cerca de 300 índios que participavam de uma assembléia de tuxauas (líderes indígenas) se dirigiram até a fazenda de Rodrigues para exigir sua saída da área.

A escalada de violência em Roraima inclui ainda um atentado contra um dos membros históricos do Cimi, Egon Heck. Ele levou uma facada de um vaqueiro quando acompanhava um grupo de índios que participava da assembléia geral do CIR, mas não corre risco de vida. Segundo informou o Cimi, o CIR decidiu fazer uma assembléia para deliberar sobre a retirada imediata de todos os invasores da área. *(Últimas Notícias/ISA, 17/02/99)*

ADMINISTRADOR PEDE DEMARCAÇÃO URGENTE

O administrador regional da Funai em Boa Vista, Walter Blos, enviou no último dia 29 de março memorando ao presidente do órgão em Brasília, Márcio Lacerda, informando sobre os riscos que os índios e os servidores da Funai correm por conta da indefinição acerca do início da demarcação física da TI Raposa/Serra do Sol. No documento, Walter Blos exorta o presidente da Funai, o ministro da Justiça (Renan Calheiros) e a Presidência da República a providenciar o início dos trabalhos demarcatórios e a posterior homologação de Raposa/Serra do Sol como medida de proteção aos índios. *(ISA, 01/04/99)*

MPF INVESTIGA CONTAMINAÇÃO NA TI

A Procuradoria da República do Estado de Roraima, através da Portaria nº 19, publicada no Diário da Justiça de 20 de abril de 1999, determinou a instauração de procedimento administrativo para verificar a prática de atividades danosas ao meio ambiente e às comunidades indígenas que habitam a TI Raposa/Serra do Sol por parte de fazendeiros instalados nas proximidades do município de Normandia. A iniciativa decorre de denúncia encaminhada pelo CIR.

De acordo com o processo criminal em curso na 2ª Vara Federal de Roraima, a aplicação indiscriminada de agrotóxicos na Fazenda Casa Branca, localizada no interior da TI, em dezembro de 1995, causou grandes danos ambientais na região, acarretando a morte de inúmeras aves silvestres e graves danos à saúde das comunidades indígenas próximas. Segundo os documentos do processo, as águas provenientes dos arrozais da fazenda deságuam justamente no igarapé que banha a Aldeia Jauari.

O procurador regional dos Direitos do Cidadão, Eduardo André Lopes Pinto, determinou a realização de perícia por técnicos da Superintendência Estadual do Ibama (RR) para apurar o lançamento de resíduos tóxicos no igarapé Jauari, com vistas a dimensionar os danos ambientais causados à fauna, flora e aos recursos hídricos da Terra Indígena. O Procurador determinou ainda ao Centro de Pesquisa Agroflorestal de Roraima (CPAF) que envie técnicos à fazenda para emitir relatório sobre a utilização de agrotóxicos no local e sua ade-

quação às exigências legais. *(Fernando Mathias Baptista, Últimas Notícias/ISA, 23/04/99)*

STJ LIBERA TRÂNSITO DE NÃO-ÍNDIOS

Decisão tomada ontem pelo ministro Aldir Passarinho, do STJ, permite que o homem branco transite pela área indígena Raposa/Serra do Sol, localizada em Roraima e disputada por índios, garimpeiros e mineradoras. A Portaria nº 820, assinada pelo ministro da Justiça Renan Calheiros, impedia que os habitantes que não fossem descendentes dos grupos indígenas Ingarikó, Makuxi, Wapixana e Taurepang transitassem pela reserva. O CIR rejeita a mudança e sustenta que a demarcação em ilhas vai acirrar os conflitos que acontecem na área. De acordo com Jerônimo Pereira Da Silva, coordenador do CIR, nove índios foram assassinados desde 1988 na região. Pressionado por políticos e por representantes indígenas, Calheiros tenta agradar os dois lados, enquanto aguarda o julgamento da Justiça. *(A Crítica, 09/07/99)*

ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS PEDEM AUDIÊNCIA COM NOVO MINISTRO

Antes de qualquer político ou do governo tentar o primeiro contato para falar sobre demarcação de terras com o novo ministro da Justiça, José Carlos Dias, as lideranças indígenas anteciparam-se e já se articulam para tentar sensibilizá-lo sobre a questão indígena. As organizações que defendem a demarcação de terras indígenas em área única – e que querem a retirada de todos os não-índios de dentro das reservas – pediram ontem uma audiência com o José Carlos Dias para o dia 10 de agosto. *(Folha de Boa Vista, 22/07/99)*

REPRESENTANTE BRITÂNICO VISITA RAPOSA

O secretário do Ministério das Relações Exteriores da Inglaterra, Paul Taylor, visitou ontem a TI Raposa/Serra do Sol para conhecer a área demarcada, mas ainda não homologada pelo presidente da República. Na véspera da viagem, Taylor manteve audiência com o governador Neudo Campos. O governo cedeu um helicóptero para levar o viajante, junto com o secretário da Embaixada Inglesa no Brasil, John Pearson. No encontro, o inglês quis saber sobre o posicionamento do governo do estado com relação aos problemas existentes nas reservas. *(Folha de Boa Vista, 17/08/99)*

ESTADO PERDE MAIS UMA NA JUSTIÇA

A procuradora regional da República, Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, emitiu parecer contrário ao mandato de segurança impetrado pelo Governo do Estado de Roraima contra a homologação da TI Raposa/Serra do Sol. "Nenhuma prova veio aos autos no sentido de evidenciar a titularidade, por parte do governo do Estado, das terras que constituem a TI Raposa/Serra do Sol, o que induz a ausência de direito subjetivo próprio", argumentou a procuradora. Segundo o parecer de Deborah Duprat, desde 1934 as constituições brasileiras garantem aos índios a posse das terras ocupadas por eles tradicionalmente, o que, segundo ela, anula os títulos de propriedades de todos os não-índios que ocupam a área. *(Folha de Boa Vista, 04/10/99)*

CIR DEBATE PROJETOS ECONÔMICOS...

O grande desafio para os índios depois da demarcação está sendo a criação de projetos de desenvolvimento. Várias idéias estão sendo discutidas entre as comunidades, que prevêem a participação dos governos e de outras entidades. Há projetos envolvendo pecuária, agricultura e ecoturismo na reserva. Depois do incêndio de 1997, que foi acompanhado de uma grande seca, a Comunidade Européia doou recursos para as comunidades indígenas implantarem sistemas de canalização e poços artesianos nas aldeias afetadas. A idéia agora é aproveitar o sistema para desenvolver uma agricultura irrigada. Os primeiros produtos seriam melancia e melão.

Segundo o CIR, na área da Raposa/Serra do Sol há 15 mil cabeças de gado que pertencem aos índios e este rebanho tende a crescer, com a compra de mais reses. Sobre o ecoturismo, o CIR considera que a atividade não será desenvolvida tão cedo. "Precisamos formar as pessoas para que elas entendam como vai funcionar o turismo na reserva", falou José Adalberto Silva, vice coordenador do CIR. "Estamos buscando alternativas para que os índios não venham a encher a periferia de Boa Vista", completou. *(Folha de Boa Vista, 16/12/98)*

... E APRESENTA PROPOSTA DE "PROGRAMA REGIONAL"

O CIR entregou à presidência da Funai, no dia 8 de fevereiro, uma proposta para a formulação de um programa regional a ser aplicado em Raposa/Serra do Sol. A proposta havia sido apresentada e aprovada pelos tuxauas da entidade em Assembléia Geral, realizada na aldeia do Pium, região do Taiano (cerca de 100 km de Boa Vista) e encerrada no dia 4.

Esta proposta, de caráter preliminar, elege sete áreas a serem contempladas na formulação do programa: ordenamento e regularização fundiária; monitoramento, fiscalização e controle dos territórios indígenas; zoneamento ecológico-econômico participativo; projetos comunitários; capacitação técnica e administrativa para os índios; relações com órgãos governamentais e, por fim, cultura - mais especificamente, a criação de um centro cultural indígena em Boa Vista.

Os resultados iniciais da implementação dos dois Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) no Estado também foram discutidos, com a presença do representante da Funasa em Roraima. Estão em operação dois DSEIs no estado: um cobre a TI Yanomami e o outro as demais terras indígenas mais concentradas na região leste de Roraima. *(ISA, 09/02/00)*

GOVERNO FECHA ESCOLAS SE HOMOLOGAÇÃO SAIR

O governador Neudo Campos está ameaçando fechar 138 escolas indígenas dentro da TI Raposa/Serra do Sol caso esta seja homologada em área única, como querem os povos Makuxi, Wapixana, Ingarikó, Taurepang e Patamona que a habitam. A informação foi repassada pelo CIR em nota divulgada em 18 de fevereiro. Neudo Campos formalizou a ameaça em reunião com representantes indígenas das organizações Sodiur e Arikon, aliadas do governo, que defendem o retalhamento da terra indígena.

Segundo a nota do CIR, a reunião ocorreu em 17 de fevereiro no Palácio Hélio Campos, sede do governo estadual, e teve como objetivo elaborar uma pauta de reivindicações a ser levada por coordenadores da Arikon e Sodiur ao presidente da Funai, Carlos Frederico Marés. Embora se trate de explícita retaliação à possível homologação da Terra Indígena, Neudo Campos argumentou que, com o ato, a terra passaria s ser patrimônio da União, o que impediria a ação estadual. "O argumento é improcedente. Na TI São Marcos, homologada desde 1991, há escolas e professores do estado que atuam sem impedimento legal. A ameaça de Campos tem a intenção de pressionar os líderes da Arikon e Sodiur a agirem contra a homologação da área única", esclarece a nota do CIR. *(Últimas Notícias/ISA, 18/02/00)*

ÍNDIOS LIGADOS AO GOVERNADOR DE RR EM BRASÍLIA

Um grupo de 15 índios ligados às organizações Arikon, Sodiur e Alicidi montou um protesto

MARCO A. GONÇALVES/ISA 2000

ao lado do prédio do Ministério da Justiça, em Brasília. Contrários à homologação da TI Raposa/Serra do Sol em uma área contínua, os índios disseram estar esperando para serem recebidos pelo ministro da Justiça, José Carlos Dias, a quem pretendem reivindicar não apenas o parcelamento da área em questão como também a destituição do administrador da Funai em Boa Vista, Walter Blos, e do presidente da Funai, Carlos Frederico Marés. Repetindo um dos bordões do governador Neudo Campos, afirmam que a homologação "inviabilizará o desenvolvimento do estado".

No gramado em qoe estão acampados, na Esplanada dos Ministérios, os índios fincaram uma seqüência de dez faixas em tecido, onde estão inscritas frases contra a homologação,

FORA PRESIDENTE DA FUNAI, CARLOS MARES E O SEU HOMEM DE CONFIANÇA WALTER BROSS EM RORAIMA.

NÃO ACEITAMOS ZOOLÓGICOS DE ÍNDIOS, SOMOS HUMANOS, RACIONAL E SOCIAL EM RORAIMA - AREA CONTINUA NÃO NA RAPOSA SERRA DO SOL.

contra a Igreja Católica e a Funai. Lauro Jorge Barbosa, vereador do município de Uiramutã e presidente da Sodior, disse qoe a audiência estava marcada para hoje, às 17 horas. Na audiência com o ministro deverão estar presentes oma liderança indígena e vários parlamentares de Roraima, entre os quais o presidente da CPI da Funai, deputado Alceste Almeida (PMDB). (ISA, 05/04/00)

DEU NA VEJA

(Veja, 19/04/00)

Reserva de branco

O governo federal estuda a criação de uma reserva indígena de 16 000 quilômetros quadrados na área de Raposa-Serra do Sol, no nordeste do Estado de Roraima. Como já há 85 000 quilômetros quadrados comprometidos com os índios, quase metade do Estado estará reservada aos povos indígenas, que equivalem a 7% da população local. Somadas as áreas de uso exclusivo do Exército, as reservas ecológicas e as regiões inabitáveis, vai sobrar pouco para quem não é índio. O mapa mostra como o Estado está dividido

	Área (em quilômetros)	Parcela em relação ao total
Total	225 116	
Reservas indígenas*	- 100 965	45%
Reservas ecológicas	- 13 169	6%
Áreas do Exército	- 2 747	1%
Áreas alagadas	- 13 394	6%
Áreas montanhosas	- 5 943	2%
Sobram	88 898	40%

* Inclui área de Raposa-Serra do Sol já reivindicada pela Funai

POLICIAIS TORTURAM MAKUXI

O CIR divulgoo, no último dia 26, que o índio Makuxi José Maria dos Santos, conbecido por Moacir, 45, morador da aldeia Maloquinha, na TI Raposa/Serra do Sol, foi espancado na delegacia da vila Surumo, que fica próxima à aldeia, no dia 13 de jolho. Segundo relato da vítima, dois policiais militares, conhecidos por Leilton e Cabo Clóvis, o abordaram às três da tarde do dia 13, quando retornava para sua aldeia, após comprar mantimentos em Surumu. Segundo Moacir, os policiais militares queriam informações sobre roubo de gado na região, não acreditaram quando o Makuxi disse não ter conhecimento do rouho e o levaram para a delegacia "onde ele teria que dizer onde estava o gado".

Segundo o informe do CIR, na delegacia Moacir foi humilhado e brutalmente espancado com socos e pontapés para confessar om suposto crime e sobmetido a sessões de tortura na delegacia de Pacaraima, para onde foi transferido. Às nove da manhã do dia seguinte, sem ter se alimentado e com diversas hemorragias, Moacir foi conduzido por agentes da Funai para Boa Vista, capital do estado. Conforme diagnóstico do médico de plantão, o indígena deo entrada com politraumatismo em conseqüência de espancamento. Pai de oito filhos, Moacir saio às 11h30 da manhã do dia 26 da Unidade de Saúde, ainda apresentando problemas clínicos, entre eles amnésia e sordez parcial, ocasionada pela ruptura do tímpano do ouvido direito, conseqüência da agressão qoe sofreo.

O CIR comunicou o crime à Funai, Ministério Público e PF. No período em que esteve internado as investigações não avançaram, pois o indígena não tinha condições físicas e psicológicas de falar sobre o ocorrido. A comunidade Maloqoinba teme por novas agressões, pois os dois policiais continoam no destacamento de Surumu. Desde janeiro de 99, o policial Leilton responde inquérito por abuso de autoridade contra indígenas, porém nonca foi ponido. *(ISA, 31/07/00)*

CAMPANHA CONTRA HOMOLOGAÇÃO

A elite roraimense parece ter ensandecido de vez face à iminente homologação da demarcação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol. Desde o início do ano, quando começaram a circular os primeiros rumores de que a Presidência da República assinaria o decreto que homologa a demarcação dos 1.678.800 ha da área, parlamentares, fazendeiros e o próprio governo de Roraima patrocinam uma escalada de hostilidades contra os índios e seus aliados - especialmente a Diocese de Roraima, a Funai e algumas ONGs.

A animosidade alcançou seu ponto máximo no início de março, quando duas missionárias católicas, acompanhadas de alguns índios, foram interceptadas em uma ponte sobre o rio Ereu, a caminho de uma comunidade indígena. Os protagonistas da emboscada, cerca de 30 pessoas, entre as quais fazendeiros da região, retiraram sob impropérios todos de dentro de uma caminhonete D-20 e a lançaram no rio. Os emboscados foram obrigados a caminhar até a comunidade Cajueiro, distante 30 km da ponte.

Embora o incidente não tenha ocorrido dentro de Raposa/Serra do Sol, ele compõe uma coleção de atos intimidatórios, não raramente violentos, que espocam em vários pontos do estado. Segundo o Conselho Indígena de Roraima (CIR), episódio semelhante havia ocorrido dois dias antes, desta vez envolvendo uma tropa de 90 policiais militares fortemente armados, que montaram uma barreira na comunidade Urucuri, dentro de Raposa. Na ocasião, os policiais abordavam e hostilizavam os índios, afirmando que pretendiam prender líderes do CIR, inclusive seu coordenador geral, Jerônimo Pereira da Silva. Semanas antes, o próprio governador Neudo Campos (PPB) havia ameaçado fechar todas as 138 escolas indígenas que mantém dentro da área indígena caso o Executivo federal homologasse sua demarcação de acordo com a proposta da Funai.

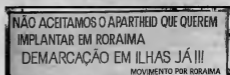
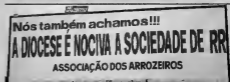
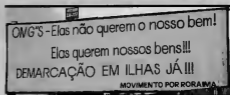
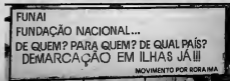
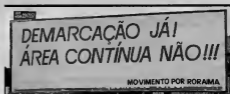
CAMPANHA NACIONAL

O ambiente hostil fomentado pela elite de Roraima não é novo e não se restringe à sua zona rural. Hoje, ressoa em outdoors espalhados pela capital do Estado, Boa Vista, e por Brasília, em jornais controlados por políticos locais e pronunciamentos feitos nos plenários da Assembléia Legislativa e até do Congresso Nacional. Trata-se de uma campanha, que inclui também a colaboração de algumas dezenas de índios cujas demandas, suspeita-se, são financiadas por Campos e por fazendeiros locais. Reunidos em torno das organizações Sociedade dos Índios Unidos de Roraima (Sodiur) e Associação dos Povos Indígenas dos Rios Quinô e Cotingo (Arikon), esses índios têm o papel de forjar uma base indígena contra a homologação da Raposa/Serra do Sol. Curiosamente, reivindicam menos terras para os índios e mais para fazendeiros.

Segundo informações do CIR, em meados de fevereiro, essas "lideranças", após uma audiência com o governador Neudo Campos, invadiram a sede da Administração Regional da Funai em Boa Vista para forçar uma conversa com o presidente do órgão, Carlos Frederico Marés. Um dos protagonistas, o índio José Novais (da Sodiur), agradeceu publicamente ao governador os alimentos e o transporte fornecidos para a ocupação. Marés esteve no local, conversou com os índios e disse-lhes que a definição sobre os limites da área seguiria o que manda a Constituição. Por incrível que pareça, sua resposta motivou um pronunciamento do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL) no plenário do Senado, numa vazia sexta-feira, 3 de março. Mozarildo, um dos líderes da campanha contra a homologação da Raposa, considerou a resposta um acinte aos índios, passando a condenar o presidente da Funai por seus vínculos pregressos com a sociedade civil organizada (as ONGs).

Na semana seguinte, outro parlamentar roraimense, desta vez o deputado Francisco Rodrigues (PFL), tomou o microfone do plenário da Câmara para denunciar o complô para internacionalizar a Amazônia. Como prova de sua tese, Rodrigues leu parte de um documento assinado por um Movimento de Solidariedade Ibero-Americana, intitulado "A ecoditadura anglo-americana". O texto acusa a existência de "uma ofensiva internacional das ONGs vinculadas à Casa de Windsor", cujo propósito seria impor "uma ordem malthusiana" sobre a Amazônia para mantê-la despovoada e impedir seu desenvolvimento. Em seguida, o documento estabelece nexos entre a internacionalização da região e um acordo internacional assinado pelo presidente Fernando Henrique (especificamente, a adesão à campanha do WWF para garantir 10% da Amazônia protegida) bem como as nomeações de profissionais com histórico de vida vinculado ao movimento social para cargos nos ministérios do Meio Ambiente e Justiça. Carlos Frederico Marés é citado como ex-presidente do ISA, "uma das ONGs mais ativas na campanha contra as hidrovias brasileiras".

Menos hostil que o discurso do deputado Francisco Rodrigues, as dezenas de outdoors espalhados por Boa Vista – e que, inclusive, migraram para algumas avenidas de Brasília – clamam contra o que a Assembléia Legislativa de Roraima, que assina a mensagem, considera "demarcações injustas". O recado é dirigido diretamente ao presidente Fernando Henrique, cujo chefe da Casa Civil, ministro Pedro Parente, tem sido constantemente visitado por parlamentares do estado desde o início do ano. O último lance da campanha contra a demarcação de terras indígenas ocorreu em abril, quando um vídeo institucional, assinado pela Assembléia Legislativa, foi veiculado em emissoras de TV em horário nobre. (Marco Antonio Gonçalves, Parabólicas/ISA, abr/00)

CARLO ZACQUINI - 2000

JUIZ NOMEIA COMISSÃO PARA LAUDO

O juiz federal do fórum de Boa Vista, Helder Girão Barreto, nomeou, no 21 de julho, uma comissão formada por cinco membros, todos professores universitários, para analisar e emitir laudo técnico-científico sobre a demarcação da TI Raposa/Serra do Sol. A decisão do juiz refere-se à Ação Popular impetrada pelos advogados Silvino Lopes da Silva, Alcides da Conceição Lima Filho e Luiz Hitler Britto de Lucena (falecido), contra a Portaria 820/98, do Ministério da Justiça, que demarcou a TI de forma contínua.

A Ação Popular, interposta no dia 8 de janeiro de 1999, pede a suspensão dos efeitos da Portaria 820/98, do Ministério da Justiça, assinada pelo então ministro Renan Calheiros, com base no argumento de que a demarcação de Raposa/Serra do Sol, em área contínua de 1,6 milhões de ha, atende a interesses de potências estrangeiras que pretendem internacionalizar a Amazônia, e para isso, estariam usando ONGS e a Funai.

Os advogados da União e Funai, solicitaram que us autores fossem ouvidos e pediram o fim da Ação, argumentando que contra um ato administrativo não caberia Ação Popular. Porém, o juiz alegou que "o ato administrativo sob crivo produz efeitos concretos e é passível do crivo judicial".

A atitude de Girão preocupa as comunidades indígenas que habitam a Raposa/Serra do Sol, pois, a Ação Popular que parecia fadada ao esquecimento, é ressuscitada no momento em que organização indígenas e não-Indígenas cobram a homologação pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Um Mandado de Segurança com pedido Liminar, contra a Portaria 820/98, impetrado pelo Estado de Roraima, obteve Liminar Parcial do Superior Tribunal de Justiça, "inviabilizando" a homologação da terra dos Makuxi, Mapixana, Ingarikó e Taurepang. *(CIR, jul/00)*

REJEITADO PROJETO QUE SUSTA DEMARCAÇÃO

Em sessão realizada hoje pela manhã, a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal aprovou por unanimidade parecer do senador Tião Viana (PT-AC) que rejeita o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 106, de autoria do senador Mozarildo Cavalcante (PFL-RR), que susta os efeitos da Portaria nº 820, de 11 de dezembro de 1998, que declara a posse permanente indígena sobre os 1,6 milhão de ha da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol.

Apresentado ano passado, o PDL do senador por Roraima argumenta que o Artigo 49 da Constituição Federal legitima o Congresso Nacional para "sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa". Segundo sua justificativa, com a declaração da posse indígena sobre a área, "o Estado (de Roraima) vê suas possibilidades de progresso seriamente comprometidas, uma vez que está impossibilitado de incluir quase metade de seu território em qualquer projeto de desenvolvimento". Mozarildo cita especificamente "inúmeras fazendas produtivas (sic) lá estabelecidas há dezenas de anos", que teriam sido prejudicadas pela decisão.

O argumento do senador Mozarildo Cavalcanti, essencialmente político, foi contestado pelo parecer do senador acreano Tião Viana, que, além de reconhecer a legitimidade do Executivo federal para determinar a demarcação de terras indígenas no país, lembra que a Constituição é clara em relação à posse e ao usufruto exclusivo indígena sobre as terras que tradicionalmente ocupam, segundo preceitos expressos em seu Artigo 231. "Percebe-se claramente que a amplitude dos direitos conferidos aos índios (pela Constituição em vigor) não oferece ensejo à possibilidade de restrições decorrentes dos fatos referidos na justificativa da proposição em exame", argumenta o senador do PT, rejeitando o projeto "em virtude de apresentar vícios insanáveis de inconstitucionalidade". *(Marco Antonio Gonçalves/ISA, 13/09/00)*

GERAL

SEIS MIL ÍNDIOS NAS ESCOLAS DE RORAIMA

Cerca de 6 mil crianças indígenas estão matriculadas em escolas de educação indígena espalhadas pelo estado de Roraima. Até o fim do ano passado, eram 129 escolas atendendo aos índios. Este ano as comunidades indígenas de Bonfim e Boa Vista receberam mais dez escolas, sendo oito novas e duas reativadas. Dos 364 professores contratados, 309 são índios e 55 não-índios, com cursos de qualificação oferecidos durante o ano.

Com a criação do primeiro magistério indígena do país, implantado no estado em 94, foi possível atender os professores de todas as tribos da região. As escolas indígenas primárias adotam a cartilha "Aprendendo com a Natureza" para ensinar aos alunos indígenas a Língua Portuguesa. O livro e o caderno de exercícios foram editados em 89 e elaborados por 15 professores indígenas Makuxi e Wapixana e por cinco técnicos da Secretaria de Educação do Estado. *(O Diário - Boa Vista, 16/04/96)*

DOM APPARECIDO ASSUME DIOCESE

A Santa Sé nomeou o presidente do Cimi, dom Apparecido José Dias, bispo de Roraima em substituição a dom Aldo Mongiano, que esteve à frente da Diocese do estado nos últimos 20 anos. Roraima é conhecido internacionalmente pela violência praticada contra os índios, que contam com uma população superior a 30 mil pessoas. Dom Apparecido tem 64 anos e tornou-se bispo de Registro, interior de São Paulo, em 1975. Para dom Aldo, "o fato de a Santa Sé ter indicado dom Apparecido é uma prova do compromisso que a Igreja tem com os povos indígenas de Roraima, cuja Diocese enfrenta problemas graves". Ele lembra que, quando assumiu a Diocese predominava entre os índios uma desesperança, tal a situação de exploração e pressão que enfrentavam. Junto aos índios, a Diocese mantém atendimento na área de saúde, com a manutenção, há 30 anos, de um hospital e dois grandes postos, além de 80 menores, espalhados nas aldeias. Também realiza trabalhos nas áreas de educação, jurídica e autosustentação, através de vários projetos. *(O Liberal, 29/06/96)*

CIR TENTA IMPEDIR ELEIÇÕES

Índios das TIs Raposa/Serra do Sol e São Marcos ameaçam impedir as primeiras eleições municipais de Uiramutã e Pacaraima, emancipados no fim de 1995. As duas vilas de garimpeiros, que se transformaram em sedes dos dois municípios, ficam dentro das respectivas áreas indígenas. Os índios se reuniram no último dia 16, em Boa Vista, capital do estado, e advertiram que haverá derramamento de sangue se as eleições não forem suspensas. "Decidimos que não vai ter eleição, com ou sem liminar da Justiça. Ficamos 20 anos tentando resolver o problema pacificamente. Agora chegou o momento de decidir, nem que seja pela força", disse ontem em Brasília o índio Makuxi José Adalberto, vice presidente do CIR. *(O Globo, 21/09/96)*

TROPAS PARA GARANTIR O PLEITO

Temendo conflitos durante a eleição nos municípios de Uiramutã e Pacaraima, tropas do Exército e da PF foram deslocadas para essas áreas a fim de garantir a normalidade das votações. Cansados de esperar por uma decisão do ministro da Justiça, Nelson Jobim, os índios resolveram mobilizar e realizar a demarcação da área Raposa/Serra do Sol por conta própria e, com isso, impedir a emancipação da vila de Uiramutã. *(OESP, 03/10/96)*

AÇÃO NO STF CONTRA CRIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Há dois dias das eleições municipais, o procurador geral da República, Geraldo Brindeiro, resolveu atender aos apelos das comunidades indígenas de Roraima e de ONGs, protocolando no STF uma ação de inconstitucionalidade contra a instalação dos municípios de Uiramutã e Pacaraima, localizados dentro de terras indígenas. A construção de prédios públicos dentro das reservas caracteriza invasão, pelo estado, de áreas pertencentes à União. O procurador baseou sua ação no art. 231 da Constituição Federal, que expressa claramente que as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são propriedade da União, para usufruto exclusivo das comunidades indígenas que nela habitam. *(Folha de Boa Vista, 08/10/96)*

ÍNDIOS IMPEDEM POSSE DE VEREADORES E PREFEITOS

Índios Makuxi e Wapixana iniciaram a autodemarcação das áreas indígenas de Roraima e protestaram contra a criação dos dois novos municípios, recém-emancipados. As eleições não chegaram a ser prejudicadas, mas os índios já ocuparam os terrenos destinados às sedes da prefeitura e Câmara Municipal de Uiramutã, dentro da área Raposa/Serra do Sol. Com isso, a posse dos prefeitos e vereadores está impedida. O ministro da Justiça, Nelson Jobim, e o presidente da Funai, Júlio Gaiger, devem chegar amanhã à área.
Os índios Makuxi e Wapixana participam ativamente da vida política da região e sempre fizeram questão de votar e ter seus próprios candidatos. O município de Alto Alegre, a noroeste de Roraima, elegeu o tuxaua Pereira como novo prefeito. A eleição para os dois municípios foi garantida por um mandado de segurança impetrado pelo governo do estado. Dois dias antes da eleição, os índios ergueram duas malocas nos terrenos destinados às sedes da prefeitura e da Câmara Municipal de Uiramutã, interrompendo as obras dos prédios. A PM foi chamada ao local e apreendeu algumas armas de fogo e uma caminhonete D-20, de propriedade da Diocese de Roraima. O carro estava dando apoio aos índios, carregando estacas para a demarcação. *(A Crítica, 09/10/96)*

UIRAMUTÃ PLANEJA HIDRELÉTRICA DENTRO DA TI

Técnicos do Ministério das Minas e Energia visitaram ontem a sede do município de Uiramutã para fazer os últimos levantamentos do projeto executivo da Micro Central Hidrelétrica que a CER construirá no local. Os recursos para a obra (R$ 275 mil) foram aprovados pelo ministério, faltando apenas a conclusão do projeto executivo para sua liberação. Segundo o presidente da CER, engenheiro Augusto Iglesias Ferreira, o projeto deverá estar pronto no início do próximo mês. "Em março o dinheiro já estará na CER", garante.
A usina será construída na igarapé do Paiuá, mais precisamente na Cachoeira do Inferno, a cinco km da sede do município. Suas obras incluem uma barragem de três metros de altura para manter o nível mínimo das águas do reservatório, casas de força onde serão instalados uma turbina de 100 KW, equipamentos eletrônicos e um grupo gerador, além de uma subestação de 150 KVA, que energizará a rede de alta tensão. Essa rede terá cinco km de extensão e fará a ligação entre a usina e a sede de Uiramutã. Atualmente o suprimento de energia elétrica na localidade é feito por uma usina terméletrica que só fica ligada 14 horas por dia. *(O Diário - Boa Vista, 21/02/97)*

MAIS USINAS

O DNAEE, do Ministério das Minas e Energia, publicou despachos sobre a implantação de 44 usinas termelétricas pela CER em municípios de Roraima, todas com potência inferior a 500 kW. O documento informa que duas das usinas deverão ser instaladas em Pacaraima (TI São Marcos) e três em Uiramutã (TI Raposa/Serra do Sol). *(DOU, 22/09/97)*

ADVOGADO E ADMINISTRADOR DA FUNAI EM LITÍGIO

O advogado da Funai Wilson Précoma, acusou o atual administrador da Funai, Walter Nicanor Blos, de responsabilidade pela utilização indevida de combustível e desvio de diárias pagas aos servidores. Em nota de esclarecimento publicada em jornais de Boa Vista, Blos declarou-se articulado às associações indígenas CIR e Apir, cujas diretorias confirmam total confiança no trabalho executado pela Administração da Funai local. As duas organizações manifestaram, ao presidente da Funai, indignação com as denúncias, que consideram improcedentes. Uma comissão de sindicância nomeada pela presidência do órgão deverá apurar as alegações do advogado. *(Brasil Norte, 01/10/98)*

GOVERNO PROPÕE CRIAÇÃO DE "SECRETARIA DO ÍNDIO"

Promessa de campanha do governador Neudo Campos (PPB), a criação da Secretaria do Índio aguarda parecer da consultoria jurídica da Assembléia Legislativa para entrar em pauta de votação. A nova secretaria tem por finalidade promover a integração das entidades que atuam em defesa da causa indígena, como a Funai, CIR e Apir, no sentido de definirem prioridades e as etapas de planejamento das ações para a melhoria da qualidade de vida das populações indígenas.
O orçamento da Secretaria do Índio previsto para o ano que vem é de R$1,8 milhão. Só com a folha de pagamento do pessoal, a nova secretaria deve desembolsar R$ 46 mil mensais. O projeto prevê a contratação de 53 funcionários, dos quais 17 cargos de chefia, a compra de três veículos, móveis e utensílios. Consultado a respeito do novo projeto do governo do estado, o vice coordenador do CIR , José Adalberto rebateu : "É mais um cabide de emprego". Para ele, se o governo estivesse interessado realmente em cumprir as promessas da nova secretaria, bastava estruturar o DAI. Adalberto acredita que a proposta do governo é muito mais política do que administrativa. *(Folha de Boa Vista e Diário, 11/11/98)*

ÍNDIOS EXPULSAM ADVOGADO, QUE RECORRE À JUSTIÇA...

Expulso da Funai por índios liderados pelo CIR e Apir, o advogado da Funai, Wilson Préeoma, afirmou que vai entrar com um mandato de segurança na Justiça Federal para continuar trabalhando no órgão. O administrador da Funai em Boa Vista, Walter Blos, continua a afirmar que a decisão dos índios é válida, porque foram eles que indicaram o advogado para trabalhar no órgão indigenista. Segundo Blos, somente a Presidência da Funai pode decidir a situação de Précoma, inclusive se ele vai ser redistribuído para outro setor. O coordenador do CIR, Jerônimo Pereira da Silva, disse que a entidade pediu a substituição do advogado e deixou a critério da Funai o nome de quem deverá ocupar o cargo. *(Folha de Boa Vista, 06/11/98)*

... E REASSUME PROCURADORIA DA FUNAI

Por decisão do juiz Helder Girão, o procurador da Funai, Wilson Précoma reassumiu a função da qual havia sido afastado. Précoma foi impedido de trabalhar pelos índios, que invadiram sua sala no escritório do órgão indigenista oficial e ficaram vigiando o local para impedir que o advogado retornasse. *(Brasil Norte, 28/11/98)*

OAB PEDE AFASTAMENTO DE CHEFIAS DA FUNAI E FUNASA...

Em ofício encaminhado aos ministérios da Justiça e da Saúde, a seccional da OAB de Roraima, através do conselho federal da entidade, pediu o afastamento do administrador da Funai, Walter Blos, e do diretor da Funasa em Roraima, Hiran Gonçalves. Encaminhado há um mês, o pedido ainda não recebeu resposta. Os pedidos foram motivados pelas denúncias feitas contra eles pelo procurador jurídico da Funai, Wilson Précoma, que os acusa de envolvimento na morte de 40 índios, no desvio de combustível e no uso indevido de viaturas das duas instituições em campanha política. *(ISA, a partir de Diário de Boa Vista, 02/12/98)*

... E MANIFESTA APOIO PÚBLICO A PRÉCOMA

Em nota veiculada na imprensa local, a seção de Roraima da OAB oficializou seu apoio às denúncias do advogado da Funai, Wilson Précoma. Em sua defesa, a OAB Roraima denuncia que o advogado está sofrendo retaliações e ameaças dos dirigentes da Funai e da Funasa de Roraima. Précoma vem acusando os órgãos federais de negligência funcional, responsabilizando-os por óbitos nas comunidades indígenas. *(Folha de Boa Vista, 20/12/98)*

G7 FINANCIA DEMARCAÇÕES EM RORAIMA

O governo brasileiro está disponibilizando verbas do Projeto Integrado de Proteção às Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal Brasileira (PPTAL) - financiado pelo Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, dos sete países mais ricos do mundo (PPG7) -, para demarcar sete novas áreas indígenas que estão em processo de reconhecimento, a maioria nas regiões de Alto Alegre e Serra da Lua. Três dessas terras já foram identificadas recentemente pela Funai: Boqueirão, Jacamim e Muriru. As demais foram identificadas ao longo dos últimos dez anos, mas estão em processo de reestudo para aumentar o tamanho das áreas: Barata/Livramento, Taba Lascada, Moscou e Wai-Wai. Essas áreas indígenas são menores e estão espalhadas em várias regiões do estado de Roraima. *(Folha de Boa Vista, 29/12/98)*

POLÍTICOS ESTADUAIS E BISPO EM CONFLITO

Deputados estaduais rebateram ontem as críticas do bispo de Roraima, dom Apparecido Dias, de que os políticos do estado desrespeitam as leis. A presidente em exercício da Assembléia Legislativa, Rosa Rodrigues, e o deputado Gelb Pereira disseram que o bispo se excedeu. Eles acusaram a Igreja Católica de subliminarmente incitar os índios à segregação social. A parlamentar entende que a Igreja cumpre seu papel em defender as comunidades indígenas com base em preceitos que acredita corretos. Mas, afirma que o radicalismo discrimina outros segmentos que também precisam de apoio e são tão carentes quanto os índios. "Acho que a Igreja deve cuidar das almas de índios e não índios, sem discriminação".

O prefeito de Boa Vista e ex-governador Ottomar Pinto (PTB) reagiu às críticas de dom Apparecido afirmando que "o meu pastor não está trilhando o caminho da justiça cristã". Ottomar Pinto assentou, em 1980, várias famílias de agricultores dentro da TI São Marcos, no Samã, quando a área já estava em processo de demarcação pela Funai. Um dos assentados foi o japonês Masahiro Sotodate, que hoje se nega a sair da área e enfrenta protesto dos índios do Samã. *(Folha de Boa Vista, 08 e 13/07/99)*

FUNAI EXONERA ADMINISTRADOR REGIONAL...

O presidente da Funai, Márcio Lacerda, exonerou Walter Blós do cargo de administrador regional da Funai em Roraima. O vice coordenador do CIR, José Adalberto, disse que as lideranças indígenas estão indignadas com a decisão. Segundo ele, o Conselho já encaminhou ofício ao presidente da Funai solicitando informações sobre as razões do afastamento.

A saída de Walter Blós da administração regional da Funai não está ligada apenas à decisão administrativa por aplicação ou não da política indigenista. A presença de Blos e sua defesa da consolidação das demarcações de terras no estado incomoda a elite política de Roraima, que pressionaram Brasília para destituí-lo. No mês passado, Walter Blos criticou o ministro da Justiça, Renan Calheiros, por conta da demora na homologação da TI Raposa/Serra do Sol. *(ISA, a partir de Folha de Boa Vista, 13/07/99)*

... E LIDERANÇAS EXIGEM PRESENÇA DE PRESIDENTE

A exoneração do administrador da Funai, Walter Blós, está sendo discutida por cerca de 60 lideranças indígenas que estão reunidas, desde ontem à tarde, na Missão Católica do Surumu. Segundo o vice coordenador do CIR, José Adalberto, os índios estão esperando a resposta do ofício encaminhado ao presidente da Funai, Márcio Lacerda, no qual solicitam que ele venha a Roraima esclarecer detalhadamente a saída de Blós. *(Folha Boa Vista, 15/07/99)*

ESTADO VAI CONTESTAR NOVAS TIS

O governador Neudo Campos (PPB) vai nomear hoje uma comissão parar contestar, desde o início, três novos processos de criação de áreas indígenas no estado. Essa comissão será presidida pelo procurador geral de Justiça do Estado, Luciano Alves de Queiroz, com a participação de representantes dos municípios de São Luiz do Anauá, São João Baliza, Caroebe, Caracaraí e Bonfim. O estado não concorda com as pretensões já anunciadas pela Funai de demarcar as terras dos índios Wai-Wai (ampliada de de 330 mil para 405 mil ha), Trombetas-Mapuera (interditada desde 1987, com 2 milhões de ha) e Muriru, com 5.520 ha. Essas áreas envolvem parte desses municípios, por isso os prefeitos vão participar da comissão. *(ISA, a partir de Folha de Boa Vista, 23/07/99)*

CPI DA FUNAI EM RORAIMA

Uma comitiva de sete deputados que compõem a CPI que investiga os procedimentos para a demarcação de terras indígenas e a atuação de ONGs conveniadas com a Funai embarca hoje para Boa Vista. O roteiro aprovado pela CPI informa que amanhã a comitiva parlamentar se deslocará para a TI Raposa/Serra do Sol, cuja demarcação está obstruída por força das pressões que o governo e a bancada roraimense exercem sobre o Executivo federal. Em Raposa/Serra do Sol, os deputados deverão visitar a aldeia Maturuca e, em seguida, sobrevoar as plantações de arroz de não-índios instaladas na região do rio Surumu, dentro de terras indígenas. Daí, a comitiva seguirá para as aldeias Cantão e Malacacheta. Para o dia 11, está agendada audiência pública na Assembléia Legislativa de Boa Vista, e no último dia de permanência no estado (dia 12), uma visita à Terra Indígena Yanomami - mais especificamente, à base militar de Surucucus e, em seguida à aldeia Demini.

A visita a Roraima tem o objetivo de produzir evidências de que as terras indígenas e as unidades de conservação inviabilizam o desenvolvimento econômico do estado, tese brandida recorrentemente pelos parlamentares do estado. A visita às plantações irrigadas de arroz situadas dentro de Raposa/Serra do Sol tem estreita relação com essa estratégia. As duas fazendas produtoras de arroz irrigado listadas no roteiro de visitas da CPI são de propriedade de Paulo César Quartiero e Luiz Afonso Faccio, que lideraram as manifestações contrárias à assinatura da portaria ministerial que determinou a demarcação da Raposa/Serra do Sol, em janeiro. Seus cultivos foram implantados com incentivos fiscais do estado e recursos do Banco

do Brasil - que nunca foram pagos, gerando um escandaloso desfalque aos cofres da casa bancária - dentro dos limites da área indígena, ignorando o processo de demarcação conduzido pela Funai à época. *(Marco Antonio Gonçalves/ISA, 09/09/99)*

CPI É AGUARDADA POR 2,5 MIL ÍNDIOS

O CIR divulgou nota informando que 2.500 índios estarão amanhã recepcionando os parlamentares da CPI na aldeia Maturuca, coração da Raposa/Serra do Sol". "O CIR articula uma das maiores mobilizações indígenas já ocorridas em Roraima com a finalidade de questionar os parlamentares sobre a verdadeira intenção da CPI", informa a nota, que afirma que a CPI em questão "foi criada para atrapalhar a demarcação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol". "Ao invés de se preocuparem com o cumprimento da lei, que determinava a demarcação de todas as terras indígenas até 1993, os deputados, principalmente de Roraima, usam a CPI como moeda de barganha política", afirma na nota o coordenador do CIR, Jerônimo Pereira da Silva. O CIR anuncia que planeja aproveitar a presença dos parlamentares em Roraima para mostrar que "a maioria absoluta dos índios querem a demarcação integral da Raposa Serra do Sol, contradizendo o discurso do governo estadual e da bancada parlamentar, que usam algumas comunidades para afirmar que os índios preferem uma demarcação em blocos ou ilhas". *(Marco Antonio Gonçalves/ISA, 09/09/99)*

CPI MUDA ROTEIRO E IRRITA ÍNDIOS

A CPI da Funai decidiu, na última hora, alterar o roteiro previamente divulgado, transferindo para o final do dia a visita programada para a aldeia Maturuca. Em vez disso, a comitiva preferiu visitar posseiros e vilas de garimpos ilegalmente instalados dentro da TI Raposa/Serra do Sol. O CIR divulgou nota repudiando a decisão dos parlamentares: "os deputados visitaram comunidades indígenas que são manipuladas pelo governo e se opõem à demarcação integral de sua própria terra". De acordo com a nota, a comitiva da CPI só chegou a Maturuca às 16h30, quando muitas lideranças indígenas já haviam deixado o local por acreditar que não haveria reunião. "Àquelas horas os tuxauas sabiam que não haveria mais tempo para uma discussão séria e adequada sobre os assuntos da CPI", alega o documento.

Segundo o CIR, a atitude da CPI não causou surpresa, já que os parlamentares de Roraima que a integram são contrários aos direitos dos índios e apoiam os invasores de Raposa/Serra do Sol. "O que nos surpreendeu e preocupou foi a presença do presidente da Funai, Márcio Lacerda, e do administrador local da Funai, Dismar Mesquita (substituto de Walter Blos), que acompanhavam a comitiva da CPI". A nota do CIR acusa o presidente da Funai de "conivência" com os propósitos da CPI e que prova disso é o relator da Comissão, deputado Antônio Feijão (então no PSDB-AP), ter divulgado na visita ao estado que terá audiência com Márcio Lacerda para tratar da anulação do processo de demarcação da TI Raposa/Serra do Sol. *(ISA, a partir de nota do CIR de 13/09/99)*

CIRO GOMES DEFENDE REVISÃO DE ÁREAS JÁ DEMARCADAS

O vice-presidente do PPS, Ciro Gomes, virtual candidato à Presidência da República por seu partido, disse ontem em entrevista coletiva que o ecoturismo e a agricultura podem ser grandes alternativas para desenvolver Roraima. Ele também defendeu a soberania da Amazônia e a revisão das terras indígenas já demarcadas e homologadas na região. Afirmou que em Roraima há uma província mineral e extrativista de madeira importante, solos propícios à agricultura mecanizada e de alta produtividade. Mesmo sem dominar a temática indígena local, o ex-governador do Ceará fez algumas considerações. "A contradição básica é que o mero extrativismo predatório não cabe; porém, o ambientalismo radical ou a idéia de proteção ao índio, que faz uma província mineral inteira coincidir com as fronteiras, me parece bastante estranha", analisou. *(Folha de Boa Vista, 16/09/99)*

WALTER BLÓS REASSUME FUNAI

Empossado no último dia 11 de novembro, o novo presidente da Funai, Carlos Frederico Marés, nomeou Walter Blós para administrar o órgão indigenista em Roraima, em substituição a Dismar Mesquista, à frente do órgão há apenas quatro meses. O nome de Walter Blós, que havia sido exonerado do cargo por ter criticado o ex-ministro Renan Calheiros pela demora na homologação da TI Raposa/Serra do Sol, foi uma indicação do CIR. Sua renomeação foi divulgada no fim de semana passado, durante encontro organizado pela Coiab, em Manaus (AM). *(ISA, a partir de Folha de Boa Vista, 15/12/99)*

DEPUTADOS REAGEM À VOLTA DE BLÓS

Deputados estaduais e federais de Roraima criticaram a nomeação de Walter Blós para a Administração Regional da Funai no estado. O deputado Gelb Pereira (PDT) usou o plenário da Assembléia Legislativa para repudiar a decisão do presidente da Funai, Carlos Frederico Marés. Blós foi nomeado como assessor da presidência da Funai em Roraima, assumindo as funções executivas da Regional Boa Vista até que seja nomeado o titular. Durante o período que esteve afastado do órgão, Blós trabalhou no programa de fiscalização e vigilância da TI São Marcos.

"Há uma orquestração para entregar a Amazônia aos países do G7", disse Gelb Pereira, acreditanto que a volta de Walter Blós teve influência de Márcio Santilli, que atualmente dirige o ISA. Indagado sobre as críticas de vários políticos contra o seu retorno à ADR, Blós disse: "Prefiro não fazer nenhuma declaração contra essas pressões políticas". Segundo ele, a nomeação se deu depois do órgão ter ouvido entidades de apoio aos índios, que têm convicção do trabalho meramente técnico que desenvolve. *(Folha de Boa Vista, 15/12/99)*

ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS

AS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DE RORAIMA

Nos últimos anos, várias organizações indígenas emergiram em meio aos embates políticos travados no lavrado de Roraima. Cada qual tece alianças mais ou menos duradouras com algum(ns) dos segmentos que transitam pela questão indígena no estado, de acordo de suas conveniências conjunturais. Abaixo, o ISA decifra sucintamente esse emaranhado institucional, considerando apenas as organizações que detêm maior protagonismo político na cena regional atual.

***CIR** - O Conselho Indígena de Roraima é a mais conhecida entre as organizações indígenas de RR, tendo a maior e mais regular base de apoio entre as aldeias da TI Raposa/Serra do Sol. Conta com o apoio da Igreja Católica, através da Diocese de Roraima e do Cimi, e de entidades civis desde sua fundação, em 1990. É responsável pela formação de lideranças expressivas, como Nelino Galé, ex-coordenador da entidade, que se tornou vereador em Normandia, município próximo da fronteira leste da TI. Abriga, ainda, outras organizações de segmentos indígenas específicos, como associações de mulheres, de professores indígenas etc. Defende a demarcação da TI Raposa/Serra do Sol em uma área única e contínua, segundo a proposta da Funai encaminhada em 1993.*

***Apir** - A Associação dos Povos Indígenas de Roraima historicamente se opõe ao CIR, embora tenha havido períodos de aproximação entre ambas. Com base e atuação voltadas mais para a TI São Marcos, sua criação ocorreu sob influência de políticos locais, como o ex-governador Otomar Pinio.*

***ATWM** - As iniciais vêem dos nomes Taurepang, Wapixana e Makuxi. Sua fundação foi articulada pelo índio Wapixana Alfredo Silva, ex-Apir. Mantém relações com o governo local e estaria envolvida na formulação de projetos econômicos, financiados pela Embratur, voltados para o etnoturismo no norte da TI Raposa/Serra do Sol, região ocupada pelos Ingarikó.*

***Arikom** - A Associação Regional Indígena do Kinô, Cotingo e Monte Roraima é comandada por Gilberto Makuxi e apóia a demarcação da TI Raposa/Serra do Sol em ilhas, como querem o governo do Estado e as administrações municipais da região, posicionando-se frontalmente contra o CIR. A organização articula um pequeno grupo de índios garimpeiros, aliados de antigos garimpeiros não-índios, contra os novos garimpeiros do estado.*

***Sodiur** - Dirigida pelo evangélico Jonas Marcolino, tuxaua da populosa aldeia do Contão, a Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima organiza a oposição contra a demarcação de uma área contínua com 14 líderes indígenas de Raposa/Serra do Sol. Contam com o apoio do governo local, em especial do prefeito e de vereadores do município de Uiramutã, enclave criado pelo governo do estado, no final de 1995, para conturbar o processo demarcatório da área. Embora minoritários em relação ao CIR, têm base indígena real maior que a das três outras organizações - Apir, ATWM e Arikom. As diferenças de orientação religiosa e de objetivos quanto à demarcação da TI dificultam o entendimento com o CIR. Ainda assim, a Sodiur mantém canais de comunicação com o a entidade católica. No entanto, em função de sua estratégia de benefícios imediatos, a Sodiur têm se proposto a engrossar a posição dos políticos municipais e estaduais de retalhar a área indígena.*

***Alidcir** – Criada com o apoio de políticos e outros não-índios, principalmente de Pacaraima, a Associação para a Integração e o Desenvolvimento das Comunidades Indígenas de Roraima é atualmente coordenada pelo tuxaua Anísio Filho, que habita a TI São Marcos. A entidade representa interesses das comunidades das malocas Sorocaima I, Araí, Bananal, Samã II e têm presença marcante de índios evangélicos. Mantém aliança com todos os segmentos contrários à demarcação da TI Raposa/Serra do Sol em área única, ou seja, o governo de Neudo Campos, a Sodiur e a Arikom. Não se articula com a Apir e a ATWM.* (ISA, mai/97)

Raposa/Serra do Sol.

DIDA SAMPAIO/AE - 2000

CIR E SODIUR TROCAM HOSTILIDADES

Índios ligados ao CIR foram até a maloca do vereador tuxaua Lauro Silva e derrubaram-na, construindo no local uma outra maloca. A Sodiur, da qual faz parte o índio Lauro, reuniu seu pessoal e, em retaliação, derrubou a nova maloca feita pelos índios do CIR. Segundo o presidente da Câmara de Uiramutã, isso vem acontecendo há muito tempo, mas a situação tem piorado desde que o ministro da Justiça, Nelson Jobim, decidiu assinar a proposta de demarcação em uma área contínua – em dezembro. *(O Diário, 10/04/97)*

POLÍTICOS FOMENTAM CONFLITO, ACUSA TUXAUA

O tuxaua da Maloca do Pavão, Nelino Galé, ex-presidente do CIR, garantiu que políticos do recém-criado município de Uiramutã distribuíram armas de fogo e munição aos índios para se digladiarem. Galé não citou os nomes desses políticos. A informação circulou em uma reunião entre o CIR e a Sodiur, realizada dia 12 de abril na sede da Funai. O objetivo da reunião era encontrar uma saída pacífica para os conflitos que se desenrolam na região.

Galé destacou que a conversa serviu para esclarecer que os "parentes" não estão brigando por conta própria, mas sendo incitados por políticos da região. O objetivo desses políticos, segundo Galé, é semear a discórdia entre os índios e desestabilizar a boa convivência na região. "Isso é um serviço eficiente para que a paz não volte a reinar entre os índios e a demarcação fique cada dia mais distante", interpretou. Galé acusa o índio Lauro Barbosa, vereador de Uiramutã e integrante da maloca Flexal, de fazer parte do grupo de índios que destruiu quatro casas (retiros) em malocas localizadas na região deste município. *(O Diário, 15/04/97)*

SEMINÁRIO INDÍGENA TRINACIONAL

Entre os dias 27 e 30 de agosto, representantes do CIR, do Conselho Nacional Índio de Venezuela (Conive) e da Amerindian Peoples Association, da Guiana estiveram reunidos em Boa Vista para o I Seminário Internacional dos Povos Indígenas do Brasil, Venezuela e Guiana. Oitenta lideranças dos três países lançaram uma declaração conjunta propondo soluções para os conflitos regionais decorrentes da exploração dos recursos naturais da região. As lideranças reivindicam a demarcação integral e a desintrusão das terras indígenas, bem como estudos detalhados dos impactos ambientais decorrentes da exploração econômica nelas incidentes. Há preocupação especial em relação aos projetos de desenvolvimento formulados pelos governos para a região. O Calha Norte, o Sipam-Sivam, o Prodessul e o Linhão de Guri estiveram na pauta das discussões. *(ISA, a partir de informe do CIR de 02/09/97)*

CIR BUSCA APOIO EUROPEU CONTRA EFEITOS DA SECA

O CIR encaminhou à Comunidade Européia um projeto que prevê a liberação de R$ 1,6 milhão para a construção de poços artesianos, compra de cestas básicas e sementes para mais de 40 comunidades atingidas pela seca e pelo fogo. Os coordenadores do CIR, Jerônimo Pereira da Silva e José Adalberto, afirmaram que o apelo às entidades internacionais deve-se à omissão dos governos federal e estadual em relação à situação dos índios. Eles têm tentado há vários dias uma audiência com o governador, mas não conseguem.

O CIR chegou à conclusão que a situação dos 22 mil índios que vivem no estado é bastante preocupante por causa da fome e da falta de água. Eles aguardam a liberação de recursos até abril, para iniciar uma operação de socorro. Os índios da reserva de São Marcos estão deixando suas aldeias para fugir da fome, da sede e dos incêndios que assolam a região, como conseqüência da estiagem que já dura seis meses. Praticamente todos os igarapés secaram e os animais domésticos estão morrendo. *(Diário do Nordeste - Fortaleza, 27/03/98)*

LIDERANÇAS DE RORAIMA ELEITAS PARA A COIAB

Euclides Pereira, da maloca do Limão, foi eleito coordenador da Coiab, na última assembléia regional, realizada entre os dias 18 e 22 de maio, em Manaus. A Coiab é uma entidade que congrega 56 organizações indígenas da região Norte. Da Assembléia, participaram mais de 150 lideranças, sendo sete de Roraima. Para secretário da organização foi eleito outro índio do estado, o professor Jadir, da maloca Boqueirão. Os dois membros da coordenação terão que morar em Manaus, onde fica a sede da Coiab, por um período de três anos. *(Anna Yekaré Nossa Notícia/CIR, 05/98)*

COORDENADOR DO CIR É REELEITO

Jerônimo Pereira foi reeleito coordenador do Conselho Indígena de Roraima, e deverá permanecer no cargo por mais quatro anos. Participaram da votação todos os indígenas maiores de 14 anos, registrando-se um total de 4.124 votos. A vice-coordenação da entidade deverá ficar com o segundo candidato mais votado, Desmano Souza. A oficialização dos cargos dar-se-á em fevereiro próximo. Nos seus dois anos de atuação, Jerônimo se destacou na defesa da demarcação das terras indígenas do estado, no fortalecimento das equipes de agentes indígenas de saúde, trabalho realizado em parceria com a Funasa e em desenvolver projetos no setor da educação. *(Diário, 01/12/98)*

ONG INVESTE EM INFRA-ESTRUTURA PARA OS ÍNDIOS

Cinco comunidades indígenas são assistidas por uma ONG italiana. Depois de prestada assistência às comunidades indígenas atingidas pelo incêndio, a Centro Regional de Intervenção para a Cooperação (Cric) está investindo R$ 67 mil na instalação de infra-estrutura para melhorar a qualidade da água consumida nas comunidades de Uiramutã, Serra da Moça, Flexauzinho e Lilás, que serão beneficiadas com a implantação de sistemas para o tratamento de água. As comunidades receberão reservatórios, cata-ventos ou bombas, e encanamento por gravidade. "Este projeto vai auxiliar as comunidades no cultivo de pequenas culturas e na criação de gado", afirmou o coordenador do CIR, Jerônimo Silva. As obras do Uiramutã já se iniciaram, e devem estar concluídas em dois meses. *(Folha de Boa Vista, 01/12/98)*

ARTICULAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

Lideranças indígenas da Venezuela e da República da Guiana – países que têm fronteira com o Brasil -, estão se articulando com organizações indígenas brasileiras para elaborar estratégias para enfrentar problemas comuns das suas comunidades, principalmente com relação à demarcação de terras. A política de demarcação é um dos principais pontos que as organizações devem discutir. Afinal, o Brasil é o único país que garante constitucionalmente um capítulo aos índios, o qual dá direito às populações de reservas demarcadas e o seu usufruto. *(Folha de Boa Vista, 15/07/99)*

MULHERES REALIZAM ENCONTRO

Pela primeira vez na história da organização indígena no estado, as mulheres indígenas decidiram que não querem mais ser apenas cozinheiras ou cuidar de meninos. A partir de amanhã, elas participam na maloca Três Corações,

município de Amajari, da 1ª Assembléia de Mulheres Indígenas de Roraima, com 200 participantes entre delegadas e convidadas. O coordenador do CIR, Jerônimo Pereira da Silva, destaca que as mulheres têm importância fundamental na conscientização dos jovens sobre os seus direitos e contra o consumo de bebidas alcoólicas. "A organização delas fortalece o trabalho do CIR, nós vamos trabalhar em conjunto, ouvindo as sugestões e críticas que elas têm", garantiu. *(Folha de Boa Vista, 28/11/99)*

SAÚDE

CRIANÇAS MAKUXI MORREM EM HOSPITAL DE BOA VISTA

Uma criança Makuxi de oito meses está entre as cerca de dez crianças mortas na Hospital Materno-Infantil Nossa Senhora de Nazaré por infecções contraídas devido às péssimas condições de higiene no setor de pediatria. A índia Makuxi Cleonice Servino velava desesperada na capela do hospital o corpo de sua filha Rosiane, que morreu no última dia 31 de outubro. Sem falar bem o português, Cleonice pedia sua filha de volta, entre soluços. Foi a terceira criança índia a morrer nas últimas 72 horas na maternidade. Segundo o médico Alberto Volponi, a criança já chegou em coma ao hospital. Mas a explicação não consolou a mãe. "É culpa dos brancos, é culpa dos brancos", dizia. *(Correio Braziliense, 02/11/96)*

DISTRITOS SANITÁRIOS MELHORAM ATENDIMENTO...

As entidades participantes do III Encontro Estadual de Agentes Indígenas de Saúde de Roraima divulgaram um manifesto solicitando o reconhecimento do DSEI do Leste do estado como forma mais adequada de organizar os serviços de saúde na região. Assinado pelos representantes do CIR, Apir, Coiab, Foirn, CGTSM e Civaja, solicita ainda participação no Núcleo Interinstitucional de Saúde Indígena de Roraima para programar a execução das ações de saúde voltadas às comunidades indígenas.
Segundo informa o Boletim da Saúde, editado pelo CIR, o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos agentes indígenas de saúde da área Leste e a contratação dos mesmos pelo governo federal são as metas de longo prazo do CIR para a área de saúde. No III Encontro, os participantes avaliaram as conquistas e os pontos negativos do trabalho dos agentes indígenas nos últimos anos.
A ação dos agentes indígenas de saúde formados nos cursos realizados nos últimos anos tem sido decisiva para a redução dos casos de malária no Distrito Sanitário do Leste de RR, afirma o Boletim da Saúde. Em 95, a malária atingiu aproximadamente três mil indígenas daquela região, enquanto em 96 estima-se o número de casos em torno de 1,5 mil. O único óbito registrado nos relatórios dos agentes de saúde e de uma pessoa da Guiana, país que faz fronteira com Roraima. Os números foram apresentados aos participantes do Encontro, realizado entre os dias 28 de janeiro e 3 de fevereiro na missão do Surumu. O evento foi organizado pelo CIR. *(Boletim da Saúde. 02/03/97)*

... E DESAGRADAM DEPUTADOS

O presidente da Assembléia Legislativa de Roraima, deputado Édio Lopes, viajou ontem para Brasília para entregar a autoridades federais, documento assinado pelos 24 deputados estaduais de Roraima repudiando a entrega dos serviços de saúde indígena à instituições não-governamentais. "O Governo Federal abre mão de um de seus principais deveres constitucionais em favor de ONGs que não representam os interesses da sociedade brasileira", afirma um trecho do documento. *(ISA, a partir de Folha de Boa Vista, 11/08/99)*

CIR TREINA EQUIPE DE SAÚDE...

O CIR vai realizar, durante toda esta semana, um treinamento introdutório sobre a realidade indígena no estado. O curso vem sendo ministrado no Aipana Plaza Hotel pela antropóloga Lêda Leitão Martins. O treinamento vem contando com a participação de aproximadamente 60 pessoas que foram contratadas pelo CIR, através de convênio com a Funasa, para prestarem atendimento às comunidades do Distrito Sanitário Indígena do Leste. A intenção do treinamento, segundo o coordenador médico do projeto, Paulo Daniel, é que todos os profissionais contratados, seja das áreas de saúde ou administração, tenham conhecimento sobre a realidade social, econômica e política dos povos indígenas, e, baseado em conceitos antropológicos, compreendam suas culturas. *(Folha de Boa Vista, 10/11/99)*

... PARA ASSUMIR SAÚDE EM 2000

O CIR deu início ontem a mais uma oficina de trabalho com as coordenações dos 25 pólos-base do Distrito Sanitário Leste (DSL). O objetivo do encontro é realizar o planejamento das ações de trabalho a serem desenvolvidas no ano 2000 pela entidade indígena através do convênio com a Funasa. O encontro faz parte da etapa de capacitação de pessoal que o CIR precisa desenvolver até janeiro do próximo ano, quando passa a se responsabilizar pela execução dos trabalhos de saúde na área do DSL, conforme informações do coordenador de Comunicação do CIR, André Vasconcelos. *(Folha de Boa Vista, 24/11/99)*

CONVÊNIO CIR-FUNASA ESTRUTURA DISTRITO SANITÁRIO

O Distrito Sanitário Indígena do Leste de Roraima (DSL), criado pela Portaria nº 110/99 da Funasa, abrange uma populaçãn de 23.173 habitantes, distribuída em nove regiões administrativas, 28 pólos-base e 204 aldeias indígenas, das etnias Makuxi, Wapixana, Taurepang, Ingarikó, Patamona e Wai-Wai. Nas regiões administrativas (Serras, Surumu, Baixo Cotingo, Raposa, São Marcos, Amajari, Taiano, Serra da Lua e Wai-Wai) estão instalados os Conselhos Locais de Saúde, responsáveis pelo controle social no local. Desde o início de 2000, está organizado o Conselho Distrital de Saúde, composto por 28 membros dos quais metade são representantes indígenas.
Um convênio estabelecido entre o CIR e a Funasa criou o Projeto de Atenção Básica à Saúde Indígena, que tem como objetivo possibilitar a estruturação efetiva do DSL, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação de Saúde Indígena da Funasa. A implantação e execução parcial do projeto teve seu início em outubro de 1999, tendo entrado em execução plena em janeiro de 2000. Entretanto, o repasse das verbas pela Funasa não vem sendo feito da maneira pactuada, determinando a alteração de algumas metas estabelecidas no início do projeto.
As atividades desenvolvidas no âmbito do projeto abrangem as seguintes áreas de atuação: atenção básica à saúde; recursos humanos; formaçãn de agentes indígenas de saúde; infra-estrutura e equipamentos; operações e logística, medicamentos básicos; vigilância epidemiológica; medicina tradicional indígena e mobilização comunitária e o controle social. Passados seus seis primeiros meses, os resultados do convênio CIR-Funasa têm sido avaliado de forma positiva nas reuniões dos conselhos locais e distrital de saúde, sendo considerado um avanço importante na organização da saúde indígena no país. *(ISA, a partir de relatório do CIR, jun/00)*

LINHÃO DE GURI/ TI SÃO MARCOS

LINHA DE TRANSMISSÃO CORTARÁ TIS

A rede de transmissão que vai trazer energia da Venezuela para Boa Vista atravessará territórios indígenas aqui e no país vizinho. Isso, se não for tratado com antecedência, pode encontrar resistência e resultar, inclusive, em atraso na execução do projeto. Por aqui, índios com clara tendência governista, se reúnem no próximo dia 4 na Câmara Municipal para tratar de vários assuntos, entre os quais, a linha de transmissão de Guri. Esses índios querem iniciar desde agora as negociações sobre o assunto. *(Folha de Boa Vista, 27/02/97)*

MINISTÉRIO AUTORIZA IMPLANTAÇÃO DA LINHA

Através da Portaria 121, de 9 de abril de 1997, o diretor do DNAEE, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia, autorizou a Eletronorte a "implantar a linha de transmissão denominada Interligação Elétrica Brasil-Venezuela, em 230 kV, com início no ponto de conexão com o sistema de transmissão da Venezuela, localizado na fronteira entre o Brasil e a Venezuela, e término na subestação Boa Vista, localizados, respectivamente, nos municípios de Pacaraima e Boa Vista". A portaria fixa o prazo de seis meses para a apresentação ao DNAEE pela Eletronorte do projeto básico do empreendimento. O início das obras está "condicionado ao projeto básico e ao atendimento das demais exigências legais, inclusive às relativas ao meio ambiente", informa a portaria. *(DOU, 10/04/97)*

ACORDO PREVÊ 20 ANOS DE FORNECIMENTO

A Interligação Energética Brasil-Venezuela será o primeiro sistema de transmissão binacional a que o Brasil adere. Num projeto semelhante, o Brasil construiu junto com o Paraguai a Usina de Itaipu, na fronteira com o Paraguai. Através dessa interconexão, o complexo hidrelétrico de Guri será ligado a Boa Vista numa extensão total de 685 km. Em território venezuelano, a linha terá 400 km transportando energia em 400 kV entre as subestações Macaguá e Las Claritas, onde passa para a tensão de 230 kV até Santa Elena de Uairén, na fronteira. No lado brasileiro a linha terá 200 km de extensão, com tensão de 230 kV. *(Folha de Boa Vista, 11/04/97)*

PEMÓN PARALISAM OBRAS

Em reação contra a instalação de linhas de transmissão elétrica em suas terras, na semana passada, um grupo de índios Pemón (Taurepang) decidiu paralisar os trabalhos que ocorriam perto das aldeias de San Rafael Kamoiran e San Francisco de Yuruani, no estado de Bolívar. Os índios exigem das empresas Edelca e Inparques (Instituto de Parques da Venezuela) maiores esclarecimentos sobre o projeto bem como serem permanentemente consultados. Entidades de apoio, como o World Resources Institute, têm solicitado ao governo venezuelano maiores informações sobre a passagem dos fios de alta-tensão por parques e terras ocupadas por índios.
Não é só a idéia de ter linhas de alta tensão sobre suas cabeças e torres metálicas em seus quintais que incomoda os Pemón. Teme-se que a passagem dos fios favoreçam empresas de mineração interessadas em explorar suas áreas de ocupação tradicional. *(ISA, a partir de Environment News Service de 06/02/97)*

ÍNDIOS DEFINEM CONTRAPARTIDAS PARA PASSAGEM DO LINHÃO

Em reunião ocorrida nos dias 18 e 19 de outubro, na maloca Boca da Mata, as lideranças indígenas da região de São Marcos, juntamente com a Funai e as organizações indígenas CIR, Apir e ATWM, definiram as contrapartidas referentes à passagem do Linhão de Guri pelas áreas indígenas São Marcos e Ponta da Serra. As demandas colocadas na reunião são as seguintes: a) recuperar todas as áreas degradadas em função da construção e instalação das torres e linhas de transmissão; b) indenizar os bens individuais dos índios que por ventura sejam atingidos pelas obras do empreendimento e de veículos utilizados no serviço de construção e instalação das linhas de transmissão; c) indenizar, em nome das comunidades indígenas, a massa florística existente na faixa de segurança (40 metros) calculada por uma comissão de avaliação composta por representantes da Eletronorte, Funai e comunidades indígenas; d) desintrusar, junto com os órgãos do governo federal, o MPF e Governo do Estado de Roraima, toda a TI São Marcos e Ponta da Serra com base no levantamento fundiário realizado pela Funai em setembro de 1994 e definir a situação fundiária da área urbana do município de Pacaraima; e) financiar, durante o período de construção da linha, um sistema de vigilância das terras indígenas São Marcos e Ponta da Serra, visando impedir novas invasões ou o retorno de invasores, que após a conclusão da obra ficará sob responsabilidade da Funai e das comunidades indígenas. *(ISA, a partir de informe do CIR de 24/10/97)*

ELETRONORTE SELA COMPROMISSO COM OS ÍNDIOS

A Apir, a Eletronorte e a Funai assinaram, na semana passada, o termo de compromisso decorrente das negociações para a instalação de uma linha de transmissão elétrica dentro da TI São Marcos, localizada no norte do estado. O linhão Santa Elena-Boa Vista, de 230 kV, compõe a interligação elétrica Brasil-Venezuela, parte de um acordo assinado entre os governos dos dois países, pelo qual o Brasil comprará energia produzida no país vizinho.
Com a definição do trajeto do linhão - que percorrerá 63,2 mil metros dentro da TI São Marcos -, os índios reivindicaram a abertura de negociações com a Eletronorte, concessionária de serviços públicos de energia elétrica na região Norte do país. Vários encontros, inclusive entre indígenas dos dois países, chegaram a ocorrer. Em dezembro de 1997, uma reunião entre tuxauas estabeleceu as contrapartidas para a passagem do linhão.
A indenização a ser paga aos invasores, acertada entre índios e Eletronorte, foi fixada em R$ 3,5 milhões. Para o sistema de vigilância a ser implementado na terra indígena, serão destinados outros R$ 250 mil. Os estudos topográficos que antecedem a instalação das torres de transmissão já foram concluídos. A Eletronorte informou, em dezembro, ter recebido do Ibama a licença prévia para iniciar as obras de interligação Elétrica Brasil-Venezuela. *(DOU, 18/12/97, e ISA, 24/04/98)*

SERVIDOR AMEAÇADO POR CAUSA DAS INDENIZAÇÕES

O administrador regional da Funai em Boa Vista, Walter Blós, denunciou ontem que um dos membros da comissão de pagamento das indenizações dos fazendeiros está sendo ameaçado de morte por telefone. Ontem, ele encaminhou ofício à PF pedindo garantia de vida aos servidores e proteção ao trabalho da comissão. Nos telefonemas, uma voz não identificada teria dito ao funcionário que "preparasse o caixão" porque a saída dos fazendeiros da reserva São Marcos estaria "acabando com o estado". O administrador garantiu que, apesar das ameaças, as indenizações continuariam a ser pagas e os fazendeiros retirados da reserva.
Até julho, a Funai gastou R$ 1 milhão no pagamento das indenizações de 38 benfeitorias de fazendeiros e posseiros da reserva São Marcos. Hoje, a estatal depositou a segunda parcela, no

ÍNDIOS E ELETRONORTE FECHAM ACORDO EM RORAIMA

No dia 18 de abril, a Associação dos Povos Indígenas de Roraima (APIR) assinou termo de compromisso com as Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte) autorizando a implantação da Interligação Elétrica Brasil-Venezuela dentro da Terra Indígena (TI) São Marcos, localizada no lavrado de Roraima, onde vivem os índios Macuxi, Wapixana e Taurepáng. Em troca, mais de cem posseiros, entre pequenos agricultores e criadores de gado, serão retirados da TI, que está demarcada e homologada por decreto presidencial desde 1991. Pelo acordo, a Eletronorte se compromete a pagar pelas benfeitorias existentes nas posses.

Destinada a abastecer Boa Vista, capital do estado, a linha de transmissão energética, em 230 kV, terá início no ponto de conexão com o sistema de transmissão da Venezuela, localizado na fronteira entre os dois países, no município de Pacaraima, e término na subestação Boa Vista. Pacaraima, município recentemente criado pelo governo estadual, tem sua sede dentro da área São Marcos. A extensão total do linhão - que seguirá o trajeto da BR-174, rodovia que liga Manaus (AM) à Venezuela - será de 211 km. Ambos, rodovia e linhão, incidem sobre aproximadamente 65 km da TI.

NEGOCIAÇÕES

As negociações entre lideranças indígenas e a Eletronorte para a passagem do linhão iniciaram-se em 29 de maio de 97, ocasião em que o projeto foi apresentado e foram distribuídos materiais informativos com as especificações técnicas da obra. Os índios souberam ainda que seria necessária a realização de estudos topográficos na área para a definição final do traçado da linha. Uma semana após esta reunião, os tuxauas de São Marcos enviaram correspondência à Eletronorte autorizando o levantamento topográfico e solicitando a realização de estudos de impacto ambiental e a formação de uma comissão - composta pelo Ministério Público, Ibama, Funai, Governo do Estado, organizações de apoio e organizações indígenas - para acompanhar os trabalhos. Encerrados em fins de julho, os trabalhos topográficos procuraram manter o traçado da linha o mais afastado possível das construções indígenas. Para os índios, o principal problema refere-se a uma faixa de terras com 40 metros de largura que deverá ser imobilizada pela construção da linha - a "faixa de servidão". Foi, ainda, recomendado aos índios não construir residências dentro de uma distância inferior a 100 metros desde o traçado. Outro problema diz respeito ao desmatamento em uma região de serras, onde o terreno é sensível a erosões, o que afetaria os mananciais de água de algumas aldeias.

Com os trabalhos topográficos finalizados, os índios solicitaram estudos adicionais e, em outubro, surgiu a primeira proposta assinada pelos tuxauas, condicionando a construção do linhão aos seguintes pontos: a) recuperação das áreas degradadas pela construção de torres; b) indenização dos bens individuais indígenas danificados; c) indenização da massa florística existente na faixa de servidão; d) participação da Eletronorte nas providências para promover a desintrusão da TI e na definição da área urbana de Pacaraima; e) financiamento para as indenizações das benfeitorias das fazendas existentes dentro da TI, depositando o valor total estimado a partir de levantamento fundiário da Funai em uma conta especial antes do início dos trabalhos; f) financiamento, durante a construção da linha, de um sistema de vigilância da área.

Com a Funai endossando a posição dos índios, a Eletronorte propôs formar uma comissão de reestudo do levantamento fundiário existente para verificar a situação atual das posses, além de eventuais novas invasões. Após reavaliar 95 posses, esta comissão estipulou o valor de R$ 3.359.532,00 para o pagamento de todas as indenizações. O acordo assinado entre os índios e a Eletronorte incorporou todas as propostas anteriormente apresentadas pelos tuxauas, fixou em R$ 3.500 000,00 o valor para o pagamento das indenizações e em R$ 250.000,00 os recursos para a implantação de um sistema de vigilância para a área. Estes recursos serão depositados em conta especial, a ser movimentada conjuntamente pela Eletronorte, Funai e APIR. Após o depósito da primeira parcela, a Eletronorte poderá iniciar a obra dentro da TI.

PERSPECTIVAS

Os índios avaliam que, com a Eletronorte concordando em financiar as benfeitorias das fazendas e promover a desintrusão da área, são eles que acabarão pagando pela saída dos invasores. Muitos tuxauas afirmam que se o governo e a Funai os tivesse retirado antes, as compensações pela construção da linha iriam diretamente para os índios. Mesmo apreensivos quanto às conseqüências advindas da construção de uma linha de energia tão próxima de suas aldeias, o pragmatismo demonstrado pelos índios deve-se à situação atual em São Marcos: o crescimento demográfico nas aldeias e a permanente chegada de famílias de outras áreas indígenas do lavrado são apontados como fatores que em breve poderão acarretar problemas sérios de espaço, com agravante de que a principal perspectiva de desenvolvimento em voga entre as aldeias é o crescimento de seu rebanho de gado.

Castigada pelo recente incêndio que assolou Roraima, São Marcos tem na definição da situação do município de Pacaraima uma questão que permanecerá após a saída das fazendas. Como muitos tuxauas apontaram, este problema foi temporariamente deixado de lado em função das negociações com a Eletronorte. A prefeitura local, recentemente instalada, criou uma Secretaria de Assuntos Indígenas e um Conselho de Tuxauas, buscando aproximação com algumas lideranças para viabilizar o novo município. Paralelamente, correm na Justiça duas ações, movidas pela Funai e pelo Ministério Público Federal, para que sua sede deixe os limites da TI. Não há, entre as aldeias, um consenso sobre o caso. Mesmo as mais afetadas, que se beneficiam de serviços de saúde e educação disponibilizados na vila, preocupam-se com sua expansão e com o afluxo crescente de novos moradores. (Geraldo Andrello, Parabólicas/ISA, n° 40, jun/98)

valor de R$ 1 milhão, somando R$ 2 milhões dos R$ 3,5 milhões destinados a financiar a retirada dos fazendeiros e posseiros da reserva. A liberação da última parcela, no valor de R$ 1,5 milhões, foi solicitada pela Funai, e está por contrato condicionada à saída de 50% dos invasores. A comissão da Funai julgou que 62 proprietários de benfeitorias seriam de boa-fé, e teriam direito a indenização. Foram consideradas de má-fé 25 propriedades, sendo que nove delas entraram com recurso administrativo pedindo o reconhecimento ao direito de indenização. *(ISA, a partir de Folha de Boa Vista, 28/07 e 05/08/98)*

ÍNDIOS REIVINDICAM DIREITOS SOBRE TERRA NA VENEZUELA

Cerca de 800 índios da etnia Pemón, habitantes de Imataca e da Gran Sabana, fizeram uma manifestação na semana passada na fronteira do Brasil para impedir o andamento das obras do linhão de Guri dentro de suas terras. A principal estrada de acesso ao Brasil foi bloqueada pelos indígenas. O protesto foi iniciado dia 5 de agosto, quando as autoridades celebraram oficialmente os 500 anos de descobrimento da Venezuela. É a primeira vez que o governo da Venezuela mostrou-se disposto a ouvir as reclamações dos índios. A constituição venezuelana não esclarece sobre os direitos dos índios à terra. Os índios Pemón alegam que a construção do linhão de Guri onde habitam, no Parque Nacional de Canaima e Serra Imataca, está destruindo florestas. "Este projeto está afetando 15 mil indígenas que vivem em 30 comunidades Pemón, Kariña, Akawaio e Arawako", afirma a Federação Indígena do Estado de Bolívar. *(Folha de Boa Vista, 11/8/98)*

CIR PEDE SUSPENSÃO DAS OBRAS

O CIR encaminhou carta ao presidente da Venezuela, Rafael Caldera, e a várias autoridades do primeiro escalão do governo do país,

pedindo a paralisação nas obras das linhas de transmissão de Guri dentro de terras indígenas. No documento, o CIR solidariza-se com os índios Pemón, das áreas da Serra de Imataca e Gran Sabana, que estão protestando contra as obras e pedindo reconhecimento dos seus direitos sobre a terra. "Repudiamos a forma autoritária que a Edelca (estatal energética da Venezuela) está executando o projeto do linhão de Guri", afirma a carta assinada pelo coordenador do CIR, Jerônimo da Silva. As lideranças do CIR argumentam que a Venezuela assinou o tratado da OIT, pelo qual se compromete a garantir a propriedade coletiva e individual dos territórios indígenas tradicionalmente ocupados por eles. *(Folha de Boa Vista, 12/08/98)*

APARATO MILITAR CONTRA PROTESTO INDÍGENA

O governo da Venezuela decidiu jogar duro contra o bloqueio montado por índios, desde a última semana de julho, na rodovia El Dorado, ligação com o Brasil, perto da fronteira entre os dois países. Segundo informações de Serena Winona Warner, da entidade Amazon Watch, 50 policiais da guarda nacional venezuelana, acompanhados de um carro de artilharia, teriam se deslocado para a região do protesto no último dia 12 de agosto e desfeito o bloqueio. *(Últimas Notícias/ISA, 14/08/98)*

ESTRADA É LIBERADA

A rodovia Pan-americana, que liga Santa Elena de Uairén (na fronteira com o Brasil) às grandes cidades da Venezuela, foi desbloqueada pelos índios venezuelanos. O ato foi um gesto conciliador, objetivando facilitar a reunião que os índios teriam com ministros do governo. Os povos indígenas da Venezuela querem que o governo daquele país paralise imediatamente a construção do linhão de Guri, argumentando a quebra de equilíbrio ecológico causado pelas obras. Lideranças das etnias Akawaio, Arawako, Kariña e Pemón estavam realizando bloqueios na rodovia Pan-americana, como forma de chamar atenção das autoridades. Os índios querem que o governo da Venezuela reconheça legalmente suas terras, criando a reserva indígena no estado Bolívar, fronteira com o Brasil. O reconhecimento beneficiaria mais de 315 mil indígenas venezuelanos. *(Diário de Boa Vista, 19/08/98)*

NO BRASIL, ÍNDIOS DERRUBAM REDE ELÉTRICA

Através do jornal Brasil Norte, a CER (estatal energética de Roraima) denunciou que índios da TI Raposa/Serra do Sol, "estimulados pelo CIR e pela Funai", cortaram quatro km de fios e derrubaram postes nos 43 km de rede elétrica entre Contão e Surumu, utilizando-se para isso de uma serra elétrica. Segundo o jornal, o presidente da empresa suspeita que "o ato de vandalismo tenha sido motivado por razões políticas", e acusa o senador Romero Jucá, adversário político do grupo do governador Neudo Campos, de ser um dos mandantes do crime.

A CER acusa a Funai e o CIR de agirem na calada da noite, tentando impedir a continuidade das obras, que alegam ter provocado grande impacto ambiental na região. O ato de vandalismo, segundo o CER, trouxe sérios prejuízos financeiros para a empresa. A Polícia Militar de Pacaraima e de Surumu foi acionada para evitar novos ataques. A CER está preparando medidas judiciais para punir os responsáveis pelo crime. *(ISA, a partir de Brasil Norte, 03/09/98)*

FUNAI QUER SAÍDA IMEDIATA DE POSSEIROS

A Procuradoria Jurídica da Funai vai entrar com ação de reintegração de posse com pedido de liminar para retirar todos os fazendeiros que ainda não saíram da reserva indígena de São Marcos. A procuradora jAlda Carvalho disse que a ação está finalizada. Na mesma ação, a Funai vai fazer depósito judicial das benfeitorias dos fazendeiros que se negaram a receber as indenizações.

Até a presente data, das 58 propriedades consideradas de boa-fé, foram pagas indenizações a 47 delas. Alda Carvalho negou que tenha incitado os índios a agirem com violência, invadindo as fazendas dos que se recusavam a sair da reserva. "Não é minha função", enfatizou. "Tenho conduzido o processo dentro da maior legalidade", afirmou a procuradora. "Os índios roraimenses são totalmente pacíficos, mas a paciência deles têm limite. Os índios são os donos das terras e a palavra deles tem validade e é definitiva. O dinheiro que está sendo pago nas indenizações também é deles". *(Folha de Boa Vista 30/10/98)*

PROTESTO INDÍGENA NA VENEZUELA

Dezenas de índios Pemón e Akawayo do sul da Venezuela concentraram-se ontem na capital venezuelana para protestar diante a embaixada do Brasil contra a construção de um linhão de transmissão de energia elétrica em seus territórios. Vestidos com trajes coloridos tradicionais e pintados para guerra, os representantes indígenas entregaram uma carta ao embaixador do Brasil em Caracas, pedindo que seja abandonado o projeto de construção da rede entre o sul da Venezuela e o norte do Brasil. "Os povos indígenas de Gran Sabana, Selva de Imataca, Rio Pareágua, localizados no estado de Bolívar, ante as agressões cometidas contra as comunidades indígenas, pedem ao Brasil e à Venezuela para cancelarem o protocolo de construção que tem por finalidade o desenvolvimento da indústria mineira, turística e florestal da Selva de Imataca e de Gran Sabana, terras ancestrais dos povos Pemón e Akawayo", diz a carta. Os índios consideram que a construção da rede "despoja nossos povos de seus territórios e que o desenvolvimento industrial terá um alto custo em matéria ambiental, causando o desaparecimento de nossa cultura". *(O Liberal, 04/11/98)*

INTRUSOS SE DIZEM PRESSIONADOS PELA FUNAI...

Lideranças da Associação de Produtores Rurais de Pacaraima (APRP) fizeram uma representação ao Ministério Público Federal contra a Funai, denunciando que estão sendo pressionados a assinar documentos de indenização das benfeitorias de suas fazendas e abandonarem a reserva de São Marcos.

Eles também procuraram a Comissão dos Direitos Humanos da OAB pedindo ajuda no sentido de que lhes sejam pagos valores justos nas indenizações. Estão denunciando também estar "sofrendo pressões psicológicas por parte de funcionários da Funai e Eletronorte". O presidente da APRP, por exemplo, disse que suas benfeitorias foram depreciadas em até 40% do seu valor, e que a Funai estaria "economizando" para sobrar dinheiro das indenizações. *(Folha de Boa Vista, 05/11/98)*

... E OAB QUER INTERVENÇÃO

A OAB quer pedir intervenção na Funai com base num procedimento investigatório feito pela sua Comissão de Direitos Humanos, a respeito do tratamento que os produtores rurais e pecuaristas com propriedade dentro da reserva indígena de São Marcos vêm recebendo pelo órgão indigenista no estado. O presidente da Comissão, Silvino Lopes, disse que os produtores estão sendo coagidos e ameaçados a receberem indenizações das benfeitorias de suas propriedades bem abaixo dos valores reais. "A Funai não está dando segurança de ampla defesa a essas pessoas", afirmou ele. A Funai é acusada de incitar os índios a invadirem fazendas e roubar gado. Depoimentos tomados de um índio afirmam que estes estão sendo orientados a ocuparem áreas próximas das fazendas para construírem casas. *(Folha de Boa Vista, 13/11/98)*

FUNAI VAI À JUSTIÇA CONTRA RENITENTES

A advogada da Funai, Alda Carvalho, vai entrar com a ação de reintegração de posse contra os 14 fazendeiros da reserva São Marcos, no município de Pacaraima, que se negam a deixar a área. Eles não concordam com o valor das indenizações oferecidas pela Funai. Das 66 fazendas que foram consideradas de boa fé, 52 já estão desocupadas e 36 delas (13 sítios e 23 fazendas) já foram ocupadas pelos índios. Segundo Galdino Pereira de Sousa, secretário da Apir, os lotes estariam tomados de mato e algumas benfeitorias estavam completamente deterioradas. "Mas mesmo assim, em alguns sítios e fazendas, já estamos plantando e criando animais", garantiu. *(Folha de Boa Vista 30/11 e 09/12/98)*

PRESIDENTE DA VENEZUELA DESCUMPRE PROMESSA

Perto de completar cem dias como presidente da Venezuela, Hugo Chávez Frías suscitou queixas públicas de organizações indígenas de seu país ao declarar que o projeto de interconexão energética entre a Venezuela e o Brasil, o chamado linhão de Guri, seria retomado. Indignada com a notícia, a Federação Indígena do Estado Bolívar protestou através de nota divulgada em abril, afirmando que o novo presidente descumpre, com a decisão, suas promessas de campanha. A nota informa ainda que a Corporação Venezuelana de Guayana, estatal que executa o projeto, anunciou o reinício das obras ainda para abril. *(Marco Antonio Gonçalves, Parabólicas/ISA, mai-jun/99)*

CERCO A FAZENDEIRO TEIMOSO

Um grupo de 200 índios Makuxi, Taurepang e Wapixana mantêm desde ontem um cerco à fazenda de Massachiro Satodati. No interior da propriedade, além de Massachiro, estão 30 seguranças armados. Os índios também fizeram como reféns dois agentes federais e uma equipe de reportagem da TV Roraima, que tentou furar o bloqueio. O fazendeiro se nega a sair da área demarcada de São Marcos, conforme determinação da Funai. Massachiro discorda do valor proposto como indenização por suas benfeitorias. Os índios interditaram a única estrada que dá acesso à fazenda e impedem que qualquer pessoa se aproxime. *(O Estado do Paraná, 02/07/99)*

JUIZ MANDA RETIRAR ÍNDIOS DA REGIÃO

A PF de Roraima cumpriu na manhã de ontem a decisão do juiz federal Hélder Girão Barreto, que mandou retirar todos os índios que não pertencem à comunidade do Samã II. Ele entendeu que a ocupação era um ato de pressão para forçar a Justiça a decidir favoravelmente aos indígenas. José João Pereira, advogado do japonês Massachiro Sotodate, alvo principal da manifestação e cuja retirada tornou-se "uma questão de honra" para as lideranças do CIR, Apir e TWM, disse que a decisão do juiz Hélder Girão Barreto foi sensata. *(Folha de Boa Vista, 15/07/99)*

PF PRENDE INDIGENISTA DA ELETRONORTE

Indignado com a prisão do indigenista da Eletronorte José Porfírio Carvalho, 54, pela PF em Roraima, o deputado Mário Frota (PSDB), enviou um fax ao Ministério da Justiça exigindo sua libertação. Carvalho foi acusado de insuflar os índios contra o fazendeiro Massachiro Sotodate, cuja propriedade está sitiada há duas semanas por 200 índios. *(A Crítica, 16/07/99)*

INTRUSOS DIZEM QUE ACEITAM SAIR DO SAMÃ

Após três horas de audiência, os produtores rurais que ocupam a região do Samã II, na TI São Marcos, entraram em acordo na audiência realizada ontem na Justiça Federal, presidida pelo juiz Helder Girão Barreto. Eles vão aceitar a indenização proposta inicialmente pela Funai e deixar a região num prazo de 60 dias. Dos três produtores que haviam entrado na Justiça tentando o direito de posse da terra, dois fizeram acordo e um ficou para ser decidido hoje. O juiz determinou que produtores e índios mantenham convivência pacífica, até que conclua o prazo de saída da reserva. *(Folha de Boa Vista, 22/07/99)*

AÇÃO PARA RETIRAR NÃO-ÍNDIOS

O MPF e a Funai entraram com ação civil pública na Justiça Federal para retirar de dentro da reserva São Marcos todos os não-índios. Esta ação considera aqueles que ainda permanecem na reserva como proprietários de má fé, ou seja, que construíram alguma propriedade ou compraram de terceiros após a demarcação da reserva, em 1992. Eles deverão sair sem direito a indenização. No levantamento feito pela Funai, essas propriedades não têm direito a indenização porque foram ocupadas após a demarcação da reserva. Se no prazo de 15 dias não recorrerem, automaticamente na audiência do dia 22 e 29 perderão suas propriedades. *(Folha de Boa Vista, 03/09/99)*

ITAMAR MIRANDA/AE - 1996

José Porfírio de Carvalho.

NOVA MOBILIZAÇÃO NA VENEZUELA

As comunidades indígenas venezuelanas estão sabotando as obras de uma linha de transmissão de energia elétrica entre o Estado de Bolívar (ao sul da Venezuela) e Boa Vista, capital de Roraima. Armados de paus, não permitem a continuação das obras no trecho de 80 quilômetros do Parque Nacional Gran Sabana. Em troca, exigem do governo a concessão de títulos de posse definitiva de terra. Apoiados por organizações ambientalistas não-governamentais da Venezuela e de outros países, os indígenas chegaram a derrubar na semana passada quatro torres de energia. A estatal Edelca, encarregada das obras em território venezuelano, calcula que os prejuízos já somam US$ 160 mil. O boicote indígena, segundo um analista de Caracas, compromete o último prazo acertado com o Brasil para o término da obra, em junho de 2000. *(Gazeta Mercantil, 18/10/99)*

O LINHÃO E A DESINTRUSÃO DA TERRA INDÍGENA SÃO MARCOS

Em 1997, a Eletronorte foi autorizada pelo governo federal a construir uma linha de transmissão de energia ligando Boa Vista ao complexo hidrelétrico de Guri, na Venezuela, com traçado que possivelmente atravessaria a TI São Marcos. Desde então, a equipe de Assessoria Indigenista da Eletronorte realiza contatos com as comunidade indígenas que a habitam, de modo a desencadear um processo de negociação que compense os índios pela passagem da linha de transmissão energética.

Ao mesmo tempo em que os contatos eram mantidos com as comunidades indígenas, reuniões foram agendadas e realizadas com a Funai e com entidades oficiais e não-governamentais, incluindo as entidades que acompanham ou participam das ações de apoio às comunidades indígenas. Buscávamos a melhor forma de discutir o assunto e, se autorizado pelas comunidades indígenas, fazer com que a construção da linha de transmissão fosse feita com o menor impacto ambiental possível.

Inicialmente, as comunidades indígenas autorizaram a Eletronorte a realizar os estudos topográficos do traçado da linha, para que fosse possível avaliar o impacto que a construção lhes causaria. Os estudos foram realizados com a participação de representantes destas comunidades, e resultou no atual traçado, evitando-se que a linha fosse construída atingindo as TIs Araçá e Ponta da Serra. Os estudos também apontaram a possibilidade de contornar a área São Marcos.

Entretanto, após quase um ano de negociações, as comunidades indígenas de São Marcos apresentaram uma proposta, através da Funai, onde colocaram como condição para permitirem a instalação da linha de transmissão a desintrusão da Terra Indígena. Tal desintrusão consistia na retirada de todos os invasores dos limites de São Marcos, incluindo ainda ações de vigilância durante um ano, visando o acompanhamento da saída dos invasores indenizados e a prevenção de novas invasões. Esta proposta também incluía cuidados ambientais na fase da construção, a recuperação das áreas degradadas pelas obras, indenização pela massa florística abatida e pelos bens individuais de cada índio atingido.

Esta proposta foi aceita pela Funai e pela Eletronorte no dia 31 março, com confirmação pelas comunidades indígenas no dia 18 de abril de 1998. Antes desta data , a Eletronorte e a Funai, realizaram um levantamento das invasões existentes, fazendo uma reavaliação dos estudos realizados em 1994 pelo órgão indigenista oficial, quanto ao valor das benfeitorias a serem indenizadas. Este valor foi estimado em R$ 3,5 milhões e no Termo de Compromisso firmado entre Eletronorte e Funai com as comunidades indígenas ficou estabelecido que se os valores fossem maiores do que o estimado a estatal energética os complementaria. E, caso houvesse alguma sobra deste valor, esta pertenceria às comunidades indígenas da TI São Marcos.

INDENIZAÇÕES

O processo foi iniciado quando a Eletronorte depositou a primeira parcela do valor total da indenização a ser paga. No início, a Funai demorou em assumir o processo de desintrusão, forçando os índios a tomarem a iniciativa de contatarem os invasores tentando a negociação. Os invasores, por sua vez, assustaram-se com a iniciativa dos índios, e, até por preconceito, recusaram-se a negociar diretamente com eles, mesmo com a interveniência da Funai. Iniciou-se um movimento de protesto dos invasores , sob alegação de que os valores a serem pagos eram inferiores ao que eles achavam válidos para suas benfeitorias. A direção da Funai interviu no processo, avaliando inicialmente quem dos invasores era de boa ou de má-fé e, em seguida, enviou uma comissão para iniciar os pagamentos das indenizações.

Iniciado o processo de pagamento, os invasores foram comparecendo um a um. Até maio de 1999 haviam sido pagos 57 invasões – num total de R$ 2.334.457,79 - faltando a pagar oito invasores (12 invasões) considerados de boa-fé e 14 de má-fé. De acordo com o levantamento realizado em maio de 1999, 24 invasões das levantadas pela comissão de avaliação já estavam abandonadas. Diante da recusa dos invasores restantes em receber a indenização e sair da terra indígena, foi solicitado à Funai e ao Ministério Público que se tomassem providências judiciais para sua desintrusão definitiva.

Na ação que a Funai e o Ministério Público moveram contra os invasores foram resgatadas invasões já abandonadas havia muito tempo, reabilitando queixas dos invasores, mesmos os de má-fé, acerca de sua permanência na terra indígena e dos valores a receber. Este fato criou uma situação de apreensão junto à comunidade indígena que passou a desacreditar nas ações de desintrusão em curso. Os invasores por sua vez, passaram a confiar que não mais sairiam da São Marcos, hostilizando os índios e aumentando as áreas já indevidamente ocupadas. O episódio do Samã refletiu exatamente isto, quando um dos invasores, aumentando sua invasão, destruiu a roça do tuxaua Feliciano Makuxi, gerando uma revolta na comunidade que culminou na ação policial para expulsar os índios da sua própria terra.

Este fato foi marcante no processo de desintrusão, pois desencadeou o reinício da retirada dos invasores. Através de "audiências de justificação prévia", em juízo, foram sendo realizados "acordos" para a saída dos invasores. Nestes acordos, já foram retirados mais 20 invasores (27 invasões), restando a sair 16 deles (17 invasões). O valor pago até 25 de agosto de 2000 foi de R$ 3.384.331,43, referentes a 69 invasores (84 invasões). Em função da reinclusão de invasores que já haviam abandonado a São Marcos e dos "acordos" celebrados em juízo, o valor pago ultrapassou os R$ 3,5 milhões inicialmente previstos.

PARTICIPAÇÃO INDÍGENA

O sistema de fiscalização da retirada dos invasores conta desde seu início com a participação ativa de representantes das comunidades indígenas, que se revezam periodicamente na composição das equipes de fiscalização junto com os agentes ambientais contratados pela Eletronorte, em parceria direta com representantes da Funai. O prazo previsto de um ano para o funcionamento do Programa de Vigilância foi prorrogado até dezembro de 2000.

Atendendo reivindicações das comunidades indígenas da TI São Marcos, a Eletronorte, aprovou aditivo ao Termo de Compromisso firmado em 31 de março de 1998, alocando recursos para o custeio da aquisição de um ônibus e um caminhão que servirão para apoio a todas as comunidades indígenas da TI São Marcos, visando suprir as necessidades geradas pela ação dos órgãos públicos locais que, em represália à retirada dos invasores da área, negam transporte às comunidades indígenas.

Complementando as ações de apoio às comunidades indígenas da TI São Marcos, no início do segundo trimestre de 2000 está programada a instalação, no Posto Surumu, de uma oficina para produção de mudas de essências florestais da região e de espécies frutíferas. Tais mudas serão distribuídas às comunidades indígenas que se interessarem em participar desta atividade. Foi proposto ainda a instalação, no mesmo posto, de um local apropriado para acolher exposição da cultura material dos índios de São Marcos. Estas propostas foram elaboradas e serão desenvolvidas com a participação das comunidades indígenas.

No processo de construção da linha de transmissão - que ocorreu paralelamente à desintrusão -, as comunidades indígenas da TI São Marcos participaram ativamente das equipes de fiscalização e acompanhamento ambiental, tendo a oportunidade de intervir várias vezes no processo, evitando maiores danos ambientais na construção e instalação da linha de transmissão. A construção da linha está praticamente concluída, faltando ajustes no processo construtivo e a recuperação de algumas áreas degradadas.

A demora em concluir o processo de desintrusão deve-se, primeiro, ao setor jurídico da Funai, que tudo fez para protelar as ações, só ingressando em juízo um ano depois de iniciado o processo indenizatório, quando os índios já protestavam e ameaçavam retomar à força algumas fazendas dos invasores. E, segundo, ao sistema judiciário local que, desrespeitando acórdãos do STF, insiste em "acordos" com os invasores, quando poderia decidir liminarmente pela saída deles. Mesmo assim, com todas as dificuldades enfrentadas, o processo de desintrusão continua e se espera que até o final do ano esteja concluída. (Porfírio Carvalho, ago/00)

WAPIXANA

FUNAI QUER ANULAR PATENTE

A Funai quer anular a patente de uma substância com poder anticoncepcional que utiliza conhecimento tradicional dos índios Wapixana. A patente foi registrada no Reino Unido pelo químico britânico Conrad Gorinsky. "Vamos tentar anular a patente ou assegurar uma retribuição financeira aos Wapixana", disse Júlio Gaiger, presidente da Funai. A Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada por 144 países, prevê que, em caso de produtos obtidos a partir de conhecimentos tradicionais, parte dos *royalties* seja destinado à comunidade que detém a informação.

Gorinsky é o primeiro pesquisador a escrever na patente que a substância registrada, chamada de rupununine, em referência ao rio Rupunini, faz parte do conhecimento de um grupo indígena que vive no Brasil. Os Wapixana vivem em Roraima e na Guiana. Normalmente, os cientistas usam informações retiradas de grupos indígenas, mas não admitem isso. Dizem que chegaram à nova droga por meio de pesquisas. O rupununine é uma substância obtida a partir da semente do bibiri (*Ocotea rodioei*), usada pelos Wapixana como anticoncepcional. Na patente, Gorinsky prevê outros dois usos para a substância: inibidor de pequenos tumores e controlador do vírus da Aids. *(FSP, 02/06/97)*

INCÊNDIO

SEM ÁGUA E ALIMENTOS, ÍNDIOS ESTÃO EM APUROS

Os meios de sobrevivência tradicionais da população indígena do estado, estimada 30 mil índios (aproximadamente 12,5% da população), foram afetados tanto pela seca quanto pelo fogo. No último dia 31, um dia após a chegada da chuva, o CIR uma organização indígena que representa etnias que habitam a região do lavrado (savanas) - informou que 1.114 famílias indígenas foram atingidas, perdendo casas, pastagens e roçados. No total, 2,2 mil ha de roças foram devastados. Jerônimo Pereira da Silva, coordenador geral da entidade, disse que muitas das comunidades indígenas que habitam as serras e o lavrado roraimense já haviam perdido suas roças antes dos incêndios.

Céticos em relação à eficiência do socorro governamental, os tuxauas do CIR decidiram deflagrar uma campanha internacional para arrecadar provisões e fundos para todas as comunidades atingidas. No dia 17 de março, encaminharam um pedido de ajuda formal à Comunidade Européia. A Echo 3, escritório humanitário da CE, aguarda um orçamento definitivo a ser encaminhado pelo CIR para deflagrar o socorro. No final do mesmo mês, os índios tinham uma expectativa positiva em relação ao pedido. O CIR pretende, paralelamente, perfurar poços artesianos e instalar canalização para distribuir a água entre as famílias indígenas. A entidade acredita ser preciso implementar um programa emergencial que dê conta de atender as populações até setembro, período da colheita. A expectativa dos índios, diz Jerônimo, é poder plantar suas roças nos meses de abril e maio. *(Marco Antonio Gonçalves, Parabólicas/ISA, abr/98)*

BR-174 DEVERÁ LEVAR MAIS FOGO A RORAIMA

Os projetos oficiais de colonização instalados próximos da floresta foram apontados por especialistas como um dos componentes do megaincêndio que devastou quase 15% da paisagem roraimense nos últimos cinco meses. De acordo com o ecólogo Reinaldo Barbosa, do Inpa, o baixo nível tecnológico adotado pelos colonos em relação ao manejo agrícola da terra - ou seja, as queimadas - somado à estiagem intensa e aos ventos alísios proporcionou o acidente.

Com a pavimentação da BR-174 e a chegada de novos migrantes, a escala no uso do fogo deverá crescer de forma vertiginosa. A pressão sobre os recursos naturais (madeira, por exemplo) e sobre os limites da floresta, a oeste, decerto aumentarão. Cenas da mata em chamas, como se viu no último mês de março, podem vir a se tornar uma rotina anual, criando, ao lado da estação chuvosa, uma "estação de fogo" na região.

Pelo menos cinco áreas indígenas estão diretamente afetadas pelo asfaltamento da BR-174. No ponta norte da estrada, já há notícias de atropelamentos de índios da TI São Marcos, onde vivem os Taurepang, Makuxi e Wapixana. Ainda em Roraima, cresce a preocupação dos Yanomami em relação à pressão sobre a fronteira leste de sua área. Já os Waimiri-Atroari, calejados com suas experiências passadas, já se precaveram: elaboraram um sofisticado plano de monitoramento dos 125 km que cruzam sua área tradicional, no Amazonas. O plano, que obteve R$ 3 milhões de recursos governamentais, está em curso e conta com agentes motorizados distribuídos ao longo da rodovia . Hoje, cerca de 300 veículos cruzam diariamente a área Waimiri-Atroari. Com o asfaltamento total do trecho roraimense, sabe-se lá por quanto esse número poderá ser multiplicado. *(Marco Antonio Gonçalves/ISA, abr/98)*

CHUVA CHEGA APÓS "PAJELANÇA" KAYAPÓ

Depois de seis meses de estiagem, choveu em Roraima, e a chuva foi comemorada pela população e pelos dois mil homens, entre bombeiros e técnicos do Brasil, da Venezuela e da Argentina, que lutaram contra o fogo. Coincidência ou não, Kukryti e Myt-í, pajés Txucarramãe, anteciparam para anteontem à noite o ritual previsto para ontem, para pedir chuva ao deus da chuva e do trovão Bep-Kororotí.

Os pajés foram levados de avião pela Funai para Boa Vista, onde celebraram a dança ritual, com pedaços de cipó e água jogada aos céus, para depois anunciar tranqüilamente que dentro de poucas horas iria chover. E muito. E foi assim.

O pajé Myt-í limitou-se a dizer, no seu idioma nativo: "Estou feliz por ter ajudado a acabar com o sofrimento do povo Yanomami e dos brancos de Roraima, mas não estou surpreso porque para mim não havia dúvida do poder de Kororoti. Só estou espantado com a surpresa de vocês." *(Correio Braziliense, Diário do Grande ABC, JT, OESP, 03/04/98)*

SOLIDARIEDADE DE ENTIDADES INGLESAS...

O CIR divulgou, no último dia 15 de abril, informe sobre os andamentos da campanha de solidariedade aos povos indígenas atingidos pela seca e pelos incêndios que devastaram o estado de Roraima entre o final do ano passado e o último mês de março. Segundo o informe, as primeiras entidades a contribuírem para a campanha foram a Oxfam, com R$ 136 mil, e a Christian Aid, com R$ 107 mil. Ambas entidades estão sediadas na Inglaterra. Esses recursos serão utilizados para a compra de mantimentos no mercado local, para compor cestas básicas. A composição da cesta deverá variar de acordo com o tamanho de cada família indígena. Serão priorizadas, de acordo com o informe, as comunidades mais prejudicadas, como as localizadas na região das Serras, no Taiano e no Amajari. *(Últimas Notícias/ISA, 24/04/98)*

... E DA UNIÃO EUROPÉIA

Representantes do CIR, da CCPY, da União Européia e de quatro entidades de apoio européias estiveram reunidas, entre os dias 20 e 23 de maio, para acertar o repasse de R$ 1,2 milhão às comunidades indígenas afetadas pela seca e pelo incêndio que devastou cerca de 15% do estado de Roraima. Os recursos foram levantados pelas ONGs France Liberté (França), Oxfam

JOSÉ PAULO LACERDA/AE - 1998

Pajés kayapó comemoram, em Boa Vista, a chuva que veio após a pajelança.

(Inglaterra), Movimondo (Itália) e Médicos Sem Fronteira (Holanda) junto ao Echo, o Departamento Humanitário da Comunidade Européia. De acordo com o antropólogo Bruce Albert, representante da France Liberté, os fundns doados pela Oxfam e pela Movimondo (cerca de R$ 360 mil cada) serão aplicados em programas a serem desenvolvidos nas áreas indígenas situadas no lavrado roraimense. Esses programas incluem ajuda alimentar e distribuição de sementes às famílias indígenas, além da perfuração de poços artesianos e irrigação de cultivos nas aldeias assoladas pelo fogo e pela seca. O CIR, que já havia recebido cerca de R$ 280 mil em doações de outras fontes, será a entidade responsável pelo gerenciamento dos recursos e pela implementação dns projetos na região do lavrado.
Outros R$ 360, doados pela France Liberté e gerenciados pela CCPY, serão utilizados para financiar a compra de medicamentos e equipamentos médicos para a farmácia central da Funasa, em Boa Vista, capital do estado - que

FOGO E LAMA NO NORTE DO BRASIL

Com as chuvas recentes que caíram sobre Roraima, o fogaréu inédito que consumiu algo em torno de 20% do seu território começa a se apagar. Ainda há focos não dimensionados no nordeste do estado e na Guiana, mas é provável que as chuvas não tardarão muito mais, encerrando a estiagem mais forte de que se tem memória, mais que a de 82, talvez comparável à outra que penalizou o norte do Brasil em meados dos anos 40.
A estiagem já configurava uma situação de calamidade antes da generalização do fogo. Começou em agosto, dois meses antes do normal. Na virada do ano, rios importantes, como o Mucajaí, o Surumu e o Tacutu já estavam reduzidos a filetes de água ou seqüências de poças de águas quentes, onde se concentraram a polulção dos garimpos, peixes mortos e focos de reprodução de mosquitos, inclusive o transmissor da malária. Secaram as fontes perenes de água utilizadas pelo gado da região do lavrado e também muitos igarapés da região de floresta.

CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS GLOBAIS, REGIONAIS E LOCAIS

Sobre as causas da forte estiagem, há hipóteses diferentes, eventualmente não excludentes. A mais alardeada pela mídia atribui ao El Niño a responsabilidade por ela. Difícil rechaçá-la, já que esse moleque anda mesmo embananando o clima de várias regiões do planeta. Já o Lutzemberger reafirma sua hipótese de que o desmatamento desenfreado de outras regiões da Amazônia, como o sul do Pará, norte de Mato Grosso e Rondônia, está quebrando as ondas de evaporação e precipitação pluviométrica que caracterizam o clima da região.
A prática das queimadas é usual na região do lavrado de Roraima. São savanas que naturalmente se ressecam nos períodos de estiagem, adquirindo alto grau de combustão, e são queimadas pelos índios e lavradores como alternativa rudimentar para a limpeza de pastos e áreas de plantio. Numa forte estiagem, como a que agora parece findar, ainda mais se alavancado pelo vento, perdeu-se o controle do fogo em muitas pequenas queimadas que foram se somando e engolindo cercas, roças e casas. De qualquer forma, e apesar das demandas de recomposição da frágil estrutura produtiva dessa região, não se considera desastroso, ali, o impacto ambiental do fogaréu.
O dado mais chocante do episódio refere-se às regiões de florestas situadas a oeste e ao sul do estado, especialmente as áreas de transição do lavrado para a floresta, que arderam como nunca. No caso, os fatores climáticos podem não ser os principais vilões da história. Ocorre em Roraima um processo selvagem de colonização. Políticos irresponsáveis promovem migrações desordenadas para Roraima, de contigentes populacionais miseráveis, oriundos principalmente do Maranhão, e que lá chegando passam a constituir clientelas dependentes desses políticos.
Assim, o mesmo processo que originou a praga garimpeira em Roraima vem sendo recentemente aplicado a assentamentos rurais de colonização, que se concentram nas regiões de floresta, desmatando os entornos de terras indígenas e de unidades de conservação ambiental. Não raro, esses colonos desmatam a floresta, alimentando madeireiros locais, e depois não conseguem permanecer nos seus lotes, que acabam sendo vendidos a fazendeiros.
Atualmente, esse processo está agravado por disputas políticas. Os três principais grupos políticos locais lotearam os órgãos com competências na questão fundiária. A Superintendência do Incra foi entregue ao grupo de Otomar Pinto, atual prefeito de Boa Vista, cuja esposa, senadora, é candidata ao governo do Estado nas eleições desse ano. Outros cargos de confiança na Superintendência foram entregues ao grupo do senador Romero Jucá, cuja esposa, ex-prefeita, também é candidata ao governo. O Iteraima, órgão fundiário estadual, é dominado pelo atual governador, Neudo Campos, candidato à reeleição. Todos disputam para ver quem assenta, a qualquer preço, mais gente nas áreas de floresta.
Vale registrar que Roraima não tem demanda de terra, embora sejam inúmeros os conflitos por terra engendrados pela estratégia caótica de ocupação do estado. São menos de 300 mil habitantes para um território quatro vezes maior que o da Paraíba, a maioria dos quais concentrados na capital. Mesmo desconsiderando os 40 mil índios que detêm direitos ainda não inteiramente reconhecidos sobre 55% do território, têm-se ali uma das menores densidades demográficas do Brasil e do mundo. Mesmo assim, uma das poucas unanimidades entre os políticos locais é a oposição à demarcação das terras indígenas e o concorrido estímulo às migrações desordenadas.
A abertura de estradas vicinais, a ação dos madeireiros e a proliferação dos assentamentos de colonização nas áreas de florestas provocam a

atende os distritos sanitários do Oeste, onde estão os índios Yanomami, e do Leste, onde vivem as etnias Makuxi, Wapixana, Ingarikó, Taurepang e Patamona. Os R$ 120 mil restantes, doados pela Médicos Sem Fronteiras, se destinarão a contratar profissionais de saúde para dar apoio aos postos da Funasa situados dentro da TI Yanomami. *(Marco Antonio Gonçalves/ISA, 27/05/98)*

ELEIÇÕES

LÍDERES MAKUXI CONCORREM À ASSEMBLÉIA

Com aproximadamente dez mil eleitores indígenas (5,8% do total), Roraima terá dois candidatos indígenas nas eleições de 4 de outubro: Nelino Galé, atualmente vereador em Uiramutã, e José Adalberto Silva, índio Makuxi, membro ativo do CIR, uma entidade indígena independente. Ambos concorrem pelo PT à uma vaga na Assembléia Legislativa. *(ISA, 08/09/98)*

COMITÊ DE APOIO AO ÍNDIO...

A coligação "Compromisso com Roraima", da candidata Teresa Jucá (PSDB), inaugurou ontem o Comitê de Apoio ao Índio de Roraima, com a presença de comunidades indígenas de todo o estado. Durante a inauguração do Comitê, foram apresentados o programa de governo do PSDB e as propostas de atuação desse partido no Senado .O candidato ao senado, Getúlio Cruz, defendeu na ocasião a inclusão do índio nos diversos programas governamentais de desenvolvimento do estado. "Juntas, as comunidades indígenas de Roraima detêm 40% do território do Estado e representam 12% da nossa população. Essa realidade não pode deixar de ser observada pelo homem branco que quer trabalhar com o desenvolvimento econômico do estado", comentou. *(Folha de Boa Vista, 05 e 06/09/98)*

... É UM PALANQUE VAZIO

O Comitê de Apoio ao Índio, inaugurado pela candidata Teresa Jucá, continua fechado e sem nenhuma serventia para as comunidades indígenas do estado. O prédio só serviu de palco para uma festa, onde não faltaram promessas. A criação do Comitê foi a forma encontrada pela candidata de reverter uma situação criada por seu marido, Romero Jucá, quando presidiu a Funai, considerada uma das piores administra-

perda gradativa de umidade, principalmente nas bordas da floresta, viabilizando a introdução do fogo onde antes isso não ocorria. Esse fenômeno já havia sido estudado pelo Ipam em outras regiões da Amazônia, tradicionalmente mais afetadas pela exploração seletiva de madeira, e agora se confirma também em Roraima. Mais ainda, antecipa a possibilidade de que outros megaincêndios venham a ocorrer em outras partes da Amazônia com o início da seca no hemisfério sul, a partir do próximo mês.

POLÍTICOS LOCAIS DISPUTAM CONTROLE SOBRE RECURSOS EMERGENCIAIS

Os fatores climáticos se associam à irresponsabilidade política para explicar o fogo que calcina as florestas de Roraima. Mas os fatores políticos, infelizmente, não podem ser apagados pela chuva. Os mesmos interesses que potencializam a estiagem e o fogo lutam agora para controlar os recursos emergenciais destinados a minimizar os efeitos da catástrofe.

Na verdade, essa disputa já estava enunciada nos primeiros momentos do incêndio. O governador Neudo Campos saiu falando que o fogo já havia consumido 25% do estado, num chute superestimado para superestimar recursos emergenciais. Pisando em Brasília, advertido pelos comparsas federais, reduziu a estimativa para 3%, pretendendo evitar um escândalo internacional. Estimou milhares de cabeças de gado torradas, mas quem queimou mesmo foram os jabotis e outras espécies que não dispõem de mobilidade suficiente para fugir do fogo. Enquanto isso, seus adversários o acusavam de omissão e buscavam em Brasília canalizar recursos através dos órgãos cujas representações em Roraima são por eles controladas. No auge do fogaréu, o senador Jucá chegou a ser cogitado para o Ministério do Meio Ambiente.

XENOFOBIA MILITAR DIFICULTA AJUDA EXTERNA

Em Brasília, a confusão política também é total. Outro incêndio, o da reforma ministerial, impediu que o governo federal visualizasse o estrago em Roraima, até que o fogaréu literal tomasse as páginas do New York Times e as imagens da CNN. Começou, então, a pirotecnia política federal. Na capital, o ministro do Meio Ambiente, que era para ser mas acabou não sendo substituído, foi eclipsado, sendo entregue à Secretaria de Políticas Regionais, vinculada ao Ministério do Planejamento, e à qual está subordinado o Departamento de Defesa Civil, a coordenação dos esforços emergenciais relativos à situação de Roraima. Foi essa mesma Secretaria que, ainda no final do ano passado, loteou indevidamente, segundo critérios político-eleitorais, os recursos disponíveis para enfrentar as conseqüências, no Brasil, do fenômeno El Niño. No estado, a coordenação operacional foi delegada ao comando local do Exército. Enquanto o fogo avançava, a tônica das discussões entre os órgãos federais era se o Brasil deveria ou não aceitar ajuda internacional. Para os militares, não. O fogo é nosso e qualquer ajuda externa caracteriza um atentado à soberania nacional.

ÍNDIOS PEDEM APOIO PARA PROJETO PRÓPRIO

Apesar de tanta esquizofrenia, e até por conta dela, os índios de Roraima, escaldados, prevendo a apropriação eleitoreira e "nacionalisteira" dos recursos oficiais, elaboraram e orçaram o seu próprio projeto, centrado nas providências emergenciais requeridas especificamente pelas comunidades indígenas, e se mandaram para Brasília para contatarem autoridades e organismos internacionais, em busca de recursos que pudessem ser destinados a eles e administrados por eles próprios, com chances, portanto, de se safarem da fisiologia eleitoreira reinante. Tiveram boa receptividade entre instituições de cooperação internacional e ouviram do secretário de Políticas Regionais que o xenofobismo militar não atrapalhará a chancela da burocracia federal ao repasse de recursos externos para o atendimento das reivindicações indígenas. Vamos ver.

Espera-se, ainda, que o fim do fogo não relegue a catástrofe ao esquecimento. As primeiras chuvas já rebaixaram as manchetes nas primeiras páginas, antes mesmo que fosse superada a polêmica sobre a extensão do incêndio. Outras tragédias, como a que assola os sem-terra do sul do Pará, já se interpõem à atenção da opinião pública. É tudo o que o lamaçal da politicalha local deseja. Que ninguém de fora monitore a esbórnia eleitoral com os recursos emergenciais, para que fiquem asseguradas as condições objetivas para a ocorrência de novos desastres sociais e ambientais. E que ninguém se engane, pois a floresta queimada ainda dará lugar a novas frentes de colonização, reproduzindo a saga trágica que constitui a história de Roraima. (Márcio Santilli/ISA, 02/04/98)

ções do órgão. Jucá foi praticamente expulso da presidência, depois que lideranças indígenas do Pará denunciaram sua participação em esquemas de corrupção. O Comitê agora criado é uma forma de mudar essa imagem. Segundo representantes do CIR, trata-se de mais uma manobra eleitoreira: "No dia da inauguração, eles mandaram ônibus, fizeram promessas, mas tudo não passou de uma enganação", denuncia Clóvis Ambrósio, do CIR. *(Brasil Norte, 17/09/98)*

ALIADO DO GOVERNO FAZ DENÚNCIAS

Um grande esquema de desvio de verbas e de combustível da Funai para as campanhas de Teresa Jucá, do candidato Simeão e outros foi denunciado pelo presidente da Comissão Permanente de Licitação (CPL), Cassiano Makuxi. As denúncias foram encaminhadas para o ministro de Justiça, Renan Calheiros, e para o presidente da Funai em Brasília. "O senador Romero Jucá é quem controla a Funai. O administador tem apoio do senador e por isso ele está sucateando o órgão, em detrimento das comunidades indígenas", afirmou Cassiano Makuxi.

Outra denúncia de Cassiano dá conta do desvio de verbas das diárias liberadas para alguns funcionários. O administrador Walter Blós foi denunciado por também estar desviando verba da Funai. Em nota publicada na imprensa, a Funai repudiou a denúncia, considerando-a "um ataque de órgãos de imprensa ligados claramente à correntes políticas do Estado". *(Brasil Norte, 18 e 23/09/98)*

ÍNDIOS PODEM DEFINIR SUCESSÃO ESTADUAL

O futuro governador de Roraima poderá ser definido pelo voto dos cerca de sete mil eleitores indígenas do estado, cerca de 4% de todo seu eleitorado. Com 48.612 votos (47,49%) obtidos no primeiro turno, o governador Neudo Campos pode ter sua reeleição comprometida, caso as comunidades indígenas confirmem sua preferência pela candidata do PSDB, Teresa Jucá - que conseguiu 39,90% dos votos (57.864 votos) na ocasião.

A recomendação das entidades indígenas para que votassem em Teresa Jucá na primeiro turno das eleições estaduais gerou medidas extremas por parte dos partidários de Campos. Nos dias que se seguiram à votação, ocorreram denúncias de irregularidades, envolvendo o encurralamento de índios antes da votação, a distribuição de brindes e bebidas alcoólicas e o transporte ilegal de eleitores indígenas em caminhões promocionais de partidos aliados do governo.

A fim de combater o aliciamento de votos indígenas na votação do segundo turno, no próximo dia 25, Roraima terá uma ação federal envolvendo a PF de Boa Vista, funcionários da Funai de Brasília e até um helicóptero para conduzir as urnas. A iniciativa foi proposta no último dia 16 de outubro, durante uma reunião entre o presidente da Funai, Sullivan Silvestre, representantes do TRE e Ministério Público Federal, membros da Apir e do CIR.

A intenção é formar uma equipe para fiscalizar o transporte dos índios de suas malocas para os postos de votação e controlar o assédio de cabos eleitorais e bocas-de-urna. Segundo o coordenador da operação, Paulo Roberto de Azevedo Jr., "a medida visa garantir aos índios o usufruto de seu direito constitucional de voto". Denúncias encaminhadas à Apir afirmam que nas malocas do Boqueirão e Boca da Mata, onde residem respectivamente 160 e 400 índios, foram verificadas ações coercitivas sobre os eleitores. *(Luciana de Cerqueira/ ISA, 19/10/98)*

ADALBERTO E NELINO NÃO SE ELEGEM

Adalberto Makuxi e Nelino Galé, candidatos indígenas que concorreram à Assembléia Legislativa de Roraima, no último dia 4 de outubro, pelo Partido dos Trabalhadores não se elegeram. De acordo com o CIR, Adalberto Makuxi obteve apenas 319 votos, e Nelino Galé recebeu parcos 205 votos. *(ISA, 19/10/98)*

GADO POR VOTO

O procurador da Funai, Wilson Précoma, declarou ter provas de que o senador Romero Jucá entregou gado para as comunidades indígenas em troca de voto para a candidata ao governo, Teresa Jucá, mulher do senador. Segundo Précoma, nos dias 2 e 3 de outubro, antes do primeiro turno, Jucá, acompanhado de outro funcionário da Funai, entregou 400 matrizes de rezes reprodutoras nas malocas Raposa I, II e III, Guariba I e II. *(Brasil Norte, 20/10/98)*

ELEIÇÃO EM RORAIMA É "JOGO PESADO"

O TSE aprovou o uso de tropas do Exército para garantir a lisura das eleições em Roraima, onde dois candidatos - Neudo Campos (PPB) e Teresa Jucá (PSDB) - disputam o segundo turno em meio a uma onda de denúncias de aliciamento de eleitores e compra de votos. O Ministério da Justiça e a Administração da Funai acompanharam uma operação para impedir o aliciamento de votos dos sete mil índios votantes em Roraima. Cinquenta agentes da PF e cem funcionários da Funai estiveram percorrendo cerca de 280 malocas em todo o estado para coibir a compra de votos, como aconteceu no primeiro turno.

Cinco índios da comunidade Wapixana de Moscou foram a Boa Vista denunciar achacamento cometido pelo candidato do PSL, Berinho Bantin, da coligação do governador Neudo Campos (PPB). O tuxaua Wapixana Raimundo da Silva afirmou que Bantin deu motosserras e uma máquina de fazer farinha à comunidade indígena na véspera do primeiro turno. Como recebeu apenas 21 dos 180 votos da comunidade, mandou capangas tomarem o maquinário. Segundo o superintendente da Funai, Paulo Roberto Ferreira "como a diferença entre os candidatos é muito pequena, os sete mil votos dos índios podem decidir a eleição. Está havendo uma corrida dos candidatos às áreas indígenas com promessas de doação de equipamentos, bebidas, comidas e até dinheiro. O jogo aqui é bastante pesado". *(O Globo e Diário de Boa Vista, 20/10, e O País, 21/10/98)*

2.2. RORAIMA MATA

MICHEL PELLANDERS

Yanomami

2.2. RORAIMA MATA

VENEZUELA

GUIANA

RORAIMA

AMAZONAS

Flona de RORAIMA

Flona do AMAZONAS

Esec de MARACÁ

RAPOSA SERRA DO SOL

SÃO MARCOS

NORMANDIA

BONFIM

ALTO ALEGRE

BOA VISTA

MUCAJAÍ

JACAMIM

Esec de CARACARAÍ

CARACARAÍ

WAI-WAI

Parna SERRA DA MOCIDADE

585

425

340

131

CUCUÍ

SANTA ISABEL DO RIO NEGRO

BARCELOS

JAPURÁ

Esec de ANAVILHANAS

NOVO AIRÃO

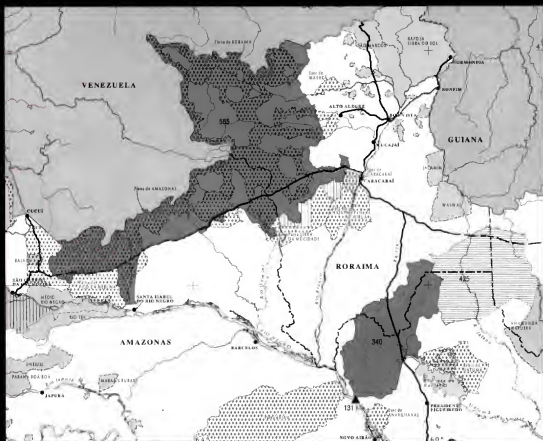
PRESIDENTE FIGUEIREDO

Rio Demini

Rio Branco

Rio Negro

64°

60°

limite interestadual

rodovia implantada

rodovia planejada

capital de Estado

cidade

Unidade de Conservação federal

Área militar

TERRAS INDÍGENAS

reconhecida oficialmente mais de 2.585.000 ha

reconhecida oficialmente menos de 2.100 ha

interditada

apresentada em outro capítulo

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/2000

40 0 40 80 Km

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
131	Ilhe Jacaré Xipaca	Satere-Mawe	0	Em Identificação/Revisão Em redefiniçao (Funai 95) Reservada/SPI (Funai 84).	2 044	Airão	AM	Calha Norte.
425	Trombetas/Mapuera	Wai Wai Karafawyana	284 Dias Jr: 98	Em Identificação/Interditada Port.Funai nPP/3633 de 06/11/87 interdita área p/ estudos e definição da área (DOU, 01/12/87) Port.Funai n 981 de 18/9/00 cria GT p/estudos e identificaçao. (DOU, 20/09/00)		Urucara Faro Oriximiná S.João da Baliza Nhamundá	AM PA PA RR AM	Calha Norte, faixa de fronteira. Requerimento e alvará de pesquisa
340	Waimiri-Atroari	Waimiri Atroari Karafawyana Piriutiti Isol.	798 Carvalho. 99	Homologada Reg. CRI Dec. 97837 de 16 6 89 homologa a demarcação administrativa. Ficam excluidas faixa de dominio da BR 174 e inundação de Balbina. Reg. CRI de Pres. Figueiredo Matr. 459, liv. 2-RG, fl. 225 em 17/4/89; Novo Airão Matr. 755, Liv. 2-B, fl. 368 em 17/8/89; S Luiz Caracaraí Matr. 211, Liv. B-3RG, fl. 8 em 2/2/89, S João da Baliza Matr. 212, Liv. 8-3/RG, fl. 8 em 3/2/89 Reg. SPU Cert. 292 de 22/11/88 Dec. s/n de 28/07/94 que retifica os limites da área do Exército, Gleba Rio Pardo, deixando de incidir em 21 408 ha na TI (DOU, 29/07/94).	2.585.911	S Luiz Novo Airão Pres. Figueiredo Moura	RR AM AM AM	Calha Norte. Requerimento e alvará de pesquisa mineral. Parte da AI inundada pela UHE Balbina Rodovia BR-174 corta a área. Estrada da Paranapanema corta a área /RR de Jatapú planejada Isolados
585	Yanomami	Yanomami Yekuana	11.386 FNS: 99	Homologada. Reg. CRI Dec s/n de 25/05/92 homologa a demarcação (DOU, 26/05/92). Port. Funai 939 de 28/09/93 constitui equipe tecnica p/ levantamento fundiário da TI na localidade do Rio Acara/município de Barcelos/AM (DOU, 30/09/93). Reg. CRI de S. G da Cachoeira (73.932 ha) Matr. 1 209, Liv. 2/7, fl. 43 em 10/10/92. Sta Izab do R. Negro (1.575 072 ha) Matr. 102, Liv. 2-B, fl. 37/49 em 16/11/92; Barcelos (2.223.302 ha) Matr. 296 Liv 2-A1, fl 113 em 15/09/92; Boa Vista (1.562 718 ha) Matr. 12.687, Liv.2/RG, fl. 01/08 em 24/06/92; Alto Alegre (1.942 082 ha) Matr. 12 086, Liv. 2-RG, fl. 01/02 em 24/6/92; Caracarai (838.328 ha) Matr. 2.185, Liv. R HRG, fl 68 em 16/2/93; Mucajaí (1.449.541 ha) Matr. 562, Liv 2-B, fl 252/253 em 1/10/93. Oficio ao SPU 113 a 114 de 11/08/93	9 664 975	Alto Alegre Boa Vista Caracaraí Barcelos S. Gab. da cachoeira Sta. Isabel r. Negro Mucajaí	RR RR RR AM AM AM RR	Calha Norte. Faixa da fronteira. Requerimento e alvará de pesquisa mineral. Hidrelétrica planejada Rodovia BR-210 corta a area. Incidência de aproximadamente 459 633 ha do PN Pico da Neblina. Incidência total das Flonas de Roraima e Amazonas. E do Parque Estadual Serra do Araça em 1.522,002 ha. Isolados

Amazônia, Yanomami e os Equívocos

Jarbas Passarinho | Ex-ministro da Justiça

EX-MINISTRO DA JUSTIÇA REAFIRMA A DEMARCAÇÃO DA TERRA YANOMAMI

A Revista do Clube Militar freqüentemente publica artigos contrários a demarcações de terras indígenas, sobretudo a Yanomami. Os equívocos dos críticos são flagrantes. A demarcação em linha contínua, como acabou sendo feita em novembro de 1991, fora proposta ainda no Governo do general João Figueiredo, sendo seu ministro o saudoso coronel Mário Andreazza, a quem estava subordinada a Funai. A área interditada, de 9 milhões de ha, foi re-

Maloca yanomami, próxima ao rio Demini.

ANTONIO RIBEIRO - 1990

ITAMAR MIRANDA/AE - 1997

duzida para 8,2 milhões pela Portaria 160, de 13 de setembro de 1988, assinada por quatro ministros, inclusive o chefe do Gabinete Militar no Governo do presidente José Sarney. A portaria resultou de estudo de uma comissão criada pelo presidente e da qual faziam parte militares.

Um ano depois, porém, nova portaria acaba com a demarcação contínua e reduz a Terra Yanomami a pouco mais de 2 milhões de ha, um enclave cercado de florestas nacionais. Imediatamente, procuradores da República entraram, em outubro de 1989, com uma medida cautelar para fazer valer a portaria anterior. A liminar foi concedida pelo juiz da 7ª Vara Federal. O Governo limitou-se a dizer que a ação dos procuradores era de natureza política. O magistrado sentenciou ordenando a demarcação contínua, em setembro de 1990, e determinou a retirada dos garimpos da área interditada. Dois dias depois de eu assumir o Ministério da Justiça, o presidente da Funai, um militar nomeado pelo meu antecessor, requereu em 17 de outubro de 1990 o cumprimento da sentença judicial.

EQUÍVOCOS

Os críticos nada sabem desse antecedente. Cometem equívocos clamorosos. Argumentam que não foi ouvido o Conselho de Defesa. Ora, a atribuição constitucional do Conselho (Artigo 91) é propor critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso. Nada tem o Conselho com demarcação de terra, mas com utilização dela, e isso foi desde logo preservado na portaria de 1991. Outros reclamam que se ignorou o Congresso Nacional. Se lessem o artigo 231 da Constituição, veriam que só no caso do aproveitamento dos recursos hídricos e da pesquisa e lavra de minérios nas terras indígenas é obrigatória a autorização do Congresso. Indesculpável o erro, deplorável a crítica infundada e reiterada.

Os que ignoram mesmo superficialmente a antropologia chegam ao absurdo de dizer que os índios Yanomami não existem, que se trata de uma farsa! Talvez porque não hajam contatato tribo com o nome Yanomami. Geneticistas e lingüistas constataram que os Yanomami existem há mais de mil anos. O centro de dispersão situava-se nas serras do Imeri e de Parima, hoje fronteira com a Venezuela. Documentos históricos datados de 1787 provam que a migração iniciou-se no século XIX, do que decorre a existência de quatro ramos dos Yanomami: Sanumã, Yanan, Yanomai e Yanoman.

INVERDADES GERAM INTRIGA

Além do erro crasso, afirmam que ao demarcar-se a terra, foi ela chamada de Nação Yanomami, abrindo possibilidade do desmembramento do território pátrio. Em nenhum documento oficial ou oficioso isso ocorreu. É falsidade grave, porque induz os leitores da revista – e não milhares de militares – a acreditar no reconhecimento da existência de um território yanomami soberano, uma nação indígena dentro da nação brasileira. Intriga perversa, que se seguiu a uma inverdade publicada de que numa "reunião da ONU", em Bruxelas, em 1993, teria havido a decisão de que as terras indígenas seriam reconhecidas como nações independentes.

O ministério das Relações Exteriores, em resposta a um requerimento de informação do senador Epitácio Cafeteira, de maio de 1996, afirmou não ter havido reunião da ONU em Bruxelas, mas de um grupo *ad hoc* e que nenhuma resolução existia. Mesmo os

menos informados sabem que resolução é atribuição da Assembléia Geral da ONU, que se reúne em Nova York.

A um novo requerimento, este de autoria do senador Luiz Otávio, de junho de 1999, o ministro Lampreia reafirma categoricamente que não existe possibilidade de aprovação de um texto internacional que atinja a soberania nacional em relação às terras indígenas. É um bom recado para as ONGs que pretendem nações indígenas soberanas. Isso nada obstante, a intriga continua a ser veiculada.

A EXTENSÃO DA TERRA E A CONSTITUIÇÃO

Finalmente, a crítica incide na extensão da área demarcada, de fato grande, mas não se trata de plano de colonização, em que é comum destinar cem hectares *per capita.* Os nove milhões de ha resultaram de ser a área tradicional e permanentemente ocupada pelos Yanomami desde tempos imemoriais e, de acordo com a Constituição (art. 231, parágrafo 1°), imprescindíveis à sobrevivência e à reprodução física e cultural dos índios. De resto, a Constituição (art. 20) reza que as terras indígenas são bens da União e não dos índios, como supõem críticos desavisados.

Há razões, essas sim, para preocupação com a nossa soberania sobre a Amazônia, mas não as equivocadas que li na *Revista do Clube Militar*. *(Artigo originalmente publicado em O Globo, Caderno "Opinião", 1 de fevereiro de 2000, p. 7)*

YANOMAMI NÃO QUEREM ESTRADA PARA MATURACÁ

Vinte e cinco lideranças Yanomami das comunidades Maturacá, Nazaré, Inambu e Maia, no Amazonas, representadas pela Ayrca (Associação Yanomami do Rio Cauburis e afluentes), divulgaram carta aberta no primeiro dia da V Assembléia Geral da Foirn (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), posicionando-se contra a construção do ramal rodoviário que o Exército planeja construir ligando o km 115 da BR-307 (São Gabriel da Cachoeira-Cucuí) até a aldeia Maturacá, junto da qual está instalado um pelotão de fronteira. Cópias da carta foram entregues em mãos ao presidente da Funai, Glênio Alvarez, e aos comandantes do Exército na região.

Os signatários Yanomami alegam que a estrada traria transtornos e não benefícios, pois facilitaria a invasão de estranhos, sobretudo garimpeiros e turistas, com impactos culturais e sanitários negativos, além de prejudicar os locais de caça e pesca. Também perguntam quem manteria a nova estrada, uma vez que a BR-307 "está praticamente abandonada".

Questionamentos sobre o custo-benefício dessas estradas merecem, de fato, atenção. Os 204 km da BR-307 consumiram dez anos de trabalho do Batalhão de Engenharia e Construção (1972/82), custam R$800 mil por ano de manutenção e ficam parcialmente intransitáveis durante o período das chuvas, entre abril e outubro. Estimativas referentes ao ramal para Maturacá indicam dez anos de obras, custo de R$11 milhões e mais R$500 mil/ ano para manutenção.

A decisão sobre a estrada pode estar próxima. Um dos comandantes do Exército na região que recebeu a carta, Major Ebling, afirmou que a obra ainda é uma "possibilidade em estudo" e que nada será executado sem o consentimento da comunidade Yanomami de Maturacá. Estudo de impacto ambiental da estrada está em andamento, a pedido do Instituto Militar de Engenharia (IME). Seus resultados devem ser submetidos a uma audiência pública ainda este ano.

Para convencer os Yanomami das vantagens da estrada, o Exército tem oferecido uma série de benefícios de infra-estrutura: poços artesianos, pontes ligando comunidades, veículos utilitários, assistência médica, entre outros. Com os recursos crescentes do Calha Norte, projeto reforçado com a "crise colombiana", pode-se supor que o Exército terá cacife para cumprir as promessas. Na carta, os Yanomami dizem que estão interessados nos benefícios, mas desde que não venham em troca da estrada. (ISA, com base em Carta Aberta apresentada na V Assembléia da Foirn, 24/10/00)

Foi Genocídio!

Luciano Mariz Maia | Procurador Regional da República na 1ª Região

O STJ, EM DECISÃO HISTÓRICA, FAZ O ACERTO DE CONTAS COM A SOCIEDADE DEMOCRÁTICA E O ESTADO DE DIREITO NO CASO DO "MASSACRE YANOMAMI DE HAXIMU"

Agosto de 1993. Como uma bomba, explode a notícia de que uma comunidade de índios yanomami, habitante de Haximu, teria sido destruída. O número inicial das pessoas tidas como mortas correspondia ao número de habitantes daquela comunidade, cerca de 69. O fato motivou a ida do ministro da Justiça, do procurador geral da República e de toda a imprensa nacional e internacional ao palco dos acontecimentos, floresta amazônica, divisa com a Venezuela.

A Polícia Federal foi logo instruída para atuar, sendo os trabalhos desenvolvidos pelos delegados Sidney Veras, em seguida substituído por Raimundo Cutrim. De outra parte, o procurador geral, atendendo sugestões do procurador Aurélio Rios, designou três procuradores para atuar no caso: Franklin Rodrigues, que já atuava em Roraima; Carlos Frederico Santos, lotado em Manaus e conhecedor das questões em Roraima e Luciano Mariz Maia, da Paraíba, que já tinha atuado em Roraima e realizava pesquisas com a temática indígena.

Foram denunciados e condenados Pedro Emiliano Garcia, também conhecido pela alcunha de Pedro Prancheta, garimpeiro; Eliézio Monteiro Neril, também conhecido pelo nome de Eliézer; Juvenal Silva, também conhecido pela alcunha de Cururupu, garimpeiro; Francisco Alves Rodrigues - o Chico Ceará; João Pereira de Morais - o João Neto. Foram absolvidos Waldinéia Silva Almeida, também conhecida pelo nome de Ouriçada; e Wilson Alves dos Santos, conhecido pelo codinome de Neguinho. Outros garimpeiros participantes da *chacina de Haximu*, conhecidos apenas por seus apelidos ou codinomes, ou alguns nomes completos, mas ausente a identificação foram Goiano Doido, Goiano Cabeludo, Caporal, Carequinha, Paraná Aloprado, Ceará Perdido, Goiano Boiadeiro, Silva, Japão, Maranhão Uriçado, Adriano, Barbacena, Sozinho, Luiz Rocha, Parazinho, Pedão, Boroca. Não foram denunciados por falta de informação sobre suas identidades civis.

O JULGAMENTO DE 1996

Em 19 de dezembro de 1996, o juiz federal em Roraima, Itagiba Catta Preta, reconheceu que o genocídio era delito distinto do homicídio, por ser crime contra a etnia, cuja competência é do juiz singular, e não o tribunal do júri popular. Assim, proferiu julgamento, considerando procedente em parte a denúncia, sendo condenados Juvenal Silva (Cururupu), Francisco Alves Rodrigues (Chico Ceará), João Pereira de Moraes (João Neto), Eliézio Monteiro Néri (Eliézer), e Pedro Emiliano Garcia (Pedro Prancheta) pelo crime de genocídio, com penas de 19 anos e 6 meses aos primeiros, e 20 anos e 6 meses a este último. Os réus foram absolvidos de outros crimes. Houve recurso tanto dos réus quanto do Ministério Público. Deste, para obter condenação por outros delitos. Daqueles, para obter a absolvição, ou a nulidade do julgamento, por entenderem que, tendo havido mortes, a competência seria do Tribunal do Júri.

NO TRF

Perante o Tribunal Regional Federal, houve uma reviravolta. O TRF, examinando a Apelação Criminal 1997.01.00.017140-0 RR, decidiu, por maioria, anular a sentença proferida pelo juiz Itagiba Catta Preta, por entender que, tendo havido morte, a competência para julgar seria do Tribunal do Júri, e não do juiz singular. Esclarecendo seu pronunciamento, o Tribunal confirmou que houve genocídio. Mas tal delito fora praticado mediante a morte intencional de membros do grupo yanomami de Haximu, se equiparando, para fins de atribuição da competência para julgar, ao delito de homicídio. O julgamento ocorreu em 30 de junho de 1998, e o juiz Tourinho Neto, que havia preparado um voto estudado e profundo, de mais de cem laudas, foi vencido, sendo que a tese vitoriosa foi apresen-

tada com inacreditável poder de síntese, em apenas uma lauda! O argumento vencedor resumiu-se, na prática, em sustentar que houve genocídio, mas o genocídio foi cometido com a morte de membros do grupo. E, se houve morte, foi crime intencional contra a vida. Se foi crime doloso contra a vida, a competência seria do júri.

O RECURSO DO MPF

O Ministério Público Federal não se conformou com esse pronunciamento. Foi muitíssimo importante obter do TRF o reconhecimento de que houvera a prática de genocídio. Mas havia a necessidade de se modificar o entendimento de que genocídio equivalia a crime doloso contra a vida. Era necessário fazer reconhecer que o genocídio tinha como objeto (ou valor) protegido a etnia, que é o conjunto das vidas humanas, que formam uma realidade distinta e além das existências individuais dos membros do grupo.

Em 12 de setembro de 2000 veio o novo pronunciamento, agora do STJ. O caso foi registrado como RESP 222653-RR, sendo relator o ministro Jorge Scartezzini. A 5ª Turma desse Tribunal, em julgamento unânime, decidiu que no genocídio o bem jurídico protegido é a etnia. Genocídio é crime contra a etnia. Portanto, a competência para julgar o delito é do juiz singular, e não do Tribunal do Júri. Reformou a decisão do TRF da 1ª Região e restaurou a sentença condenatória do juiz de Roraima. Os garimpeiros continuarão condenados e presos. Mas o TRF da 1ª Região deve examinar o mérito das apelações. Ou seja, deve examinar se, em tendo havido genocídio, como já admitido e proclamado, os garimpeiros apontados como culpados efetivamente praticaram os atos que lhes foram atribuídos.

DECISÃO PARADIGMÁTICA

Ainda assim, a decisão da 5ª Turma do STJ é paradigmática, e um importantíssimo precedente. Acolhendo o entendimento de que o genocídio é crime contra uma etnia, o tribunal não apenas faz respeitar o grupo enquanto tal, como também, na prática, planta a semente da esperança de que crimes cometidos contra índios não fiquem impunes, já que o tribunal do júri é formado por homens e mulheres da sociedade envolvente, majoritária, a qual ordinariamente absorve o preconceito e a discriminação contrários à Justiça, e absolve garimpeiros, fazendeiros, madeireiros e outros integrantes de grupos econômicos e sociais, que avançam contra os bens e as pessoas de índios e suas comunidades.

Foi genocídio. O acerto de contas com a sociedade democrática e o Estado de Direito chegou. Os mortos morreram. Os vivos, muito vivos, não ficarão impunes. Esta é a lição de luta e esperança, que a decisão do Superior Tribunal de Justiça nos devolve. Para o futuro, os dados e informações aqui apresentados poderão ajudar no processamento e condenação de responsáveis por outras agressões e outros ataques a povos indígenas. *(setembro, 2000)*

MAURILO CLARETO/AE - 1993

Novidades na Gestão da Saúde Yanomami

KOPOMANI YANOMAMI · 1974

ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS ASSUMEM GRANDE PARTE DO TRABALHO DE ASSISTÊNCIA E DIVULGAM SUAS PRIMEIRAS INICIATIVAS E RESULTADOS

Com a reorganização do Distrito Sanitário Yanomami (DSY), entre meados e fins de 1999, o atendimento à saúde desses índios passou a ser realizado através do regime de parcerias e convênios. De um lado, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), de outro, agências não-governamentais atuando em diferentes regiões da TI Yanomami. Assim, no âmbito do DSY, a responsabilidade pela assistência aos Yanomami ficou dividida entre diversas instituições. Dentre elas, a que responde pelo maior contingente populacional é a Urihi Saúde Yanomami, conforme se pode averiguar no quadro abaixo:

DSY – POPULAÇÃO ASSISTIDA, POR INSTITUIÇÃO

FUNASA	721	6%
IDS	1.750	14,5%
MDM	340	2,8%
MEVA	506	4,2%
MNTB	827	6,9%
SECOYA/ ISMA	1 081	9%
URIHI	6.811	56,6%
Total	**12.036**	**100%**

Fontes: DSY/Funasa (mar/00) e Urihi (jun/00)

Nota: O número de Yanomami atendidos pela Secoya é, conforme a própria entidade, um pouco superior ao aqui apresentado: 1156 (ver adiante).

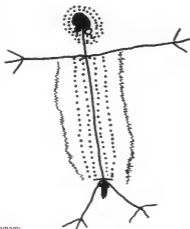
URIHI SAÚDE YANOMAMI (RORAIMA E AMAZONAS)

A Urihi é uma nova ONG criada em 1999 por membros da Comissão Pró-Yanomami (CCPY), associação de apoio aos Yanomami que acumulava experiência no atendimento à saúde desses índios desde 1991 em três regiões (Demini, Toototobi e Parawau). Nas negociações com a Funasa envolvendo a celebração de um novo convênio ampliado, foi decidida a criação desta nova ONG, voltada especificamente para o setor de saúde. A Urihi firmou com a Funasa, em setembro de 1999, um convênio previsto para durar, numa primeira etapa, 15 meses. Iniciada em 12 de dezembro de 1999, a assistência da Urihi cobre 12 regiões da TI Yanomami: as três onde a CCPY já atuava, além de Surucucu, Aratha u, Hakoma, Xitei, Parafuri, Homoxi, Auaris, Catrimani e Ajarani.

Atendimento a 6.811 Yanomami

Uma das primeiras iniciativas da Urihi foi refazer os censos nominais das comunidades a serem assistidas. Já se sabia que elas correspondiam à maior parte da população yanomami. Mas os levantamentos disponíveis, repassados pela Funasa, estavam desatualizados e traziam sérias distorções quanto aos nomes, sexo e relações de parentesco, além de errôneas designações das malocas. Diversas comunidades sequer dispunham de censo.

Para contornar esses problemas, a Urihi organizou um novo levantamento demográfico. O trabalho tem sido conduzido durante as visitas regulares das equipes de saúde, com o auxílio de intérpretes yanomami, além da colaboração voluntária e pontual de um antropólogo e um sertanista na região de Surucucu. As coordenadas geográficas das malocas e dos principais acidentes geográficos foram plotadas, na perspectiva de se elaborar um mapa da área que venha a apoiar as ações no setor da saúde.

DESENHO DE HUKO YANOMAMI 1974

Homem Yanomami.

Resultados apenas iniciais desse levantamento – referindo-se às comunidades das quais já existiam censos prévios e incluindo os óbitos e nascimentos de 1999 que ainda não dispunham de registro de ocorrência junto ao DSY/ Funasa - indicam uma população assistida 11% maior do que aquela que se conhecia, ou seja, 6.811 Yanomami, dispersos por 136 comunidades.

Para garantir o desenvolvimento das atividades em todas as aldeias, as regiões de maior contingente populacional - Auaris, Sururucu e Xitei - foram divididas em sub-regiões, com postos de atendimento minimamente equipados (farmácia, radiofonia e equipe fixa).

J. F. RAZON/SURVIVAL FRANÇA

Vacinação no posto Parawau, Amazonas.

A Urihi toma como sua principal meta garantir assistência primária permanente a toda essa população, que, em anos anteriores, vinha apresentando indicadores de saúde preocupantes. A adequação da infra-estrutura dos postos de atendimento na TI e o estímulo à participação dos Yanomami na organização do Conselho do DSY são outros dos objetivos, que ainda incluem a promoção da educação em saúde.

São 194 profissionais na equipe, entre médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, um agente indígena de saúde, microscopistas, laboratoristas, odontólogos, técnicos de controle de endemias, administradores, equipe de apoio técnico e logístico, antropólogo e educadores, 161 dos quais com atribuições predominantemente nas aldeias yanomami. Nos cursos voltados ao treinamento técnico da equipe, um aspecto importante é a inclusão de noções básicas sobre a vida social e a cultura yanomami.

POPULAÇÃO YANOMAMI ASSISTIDA P/ URIHI – 1º SEM./2000

Regiões/Sub-Regiões		Pop.	Nº. de Comunidades
Ajarani		81	01
Aratha u		227	02
Auaris	Katimani (214)	1.677	31
	Momoibu (110)		
	Saula (164)		
	Onkopiu (124)		
	Posto/Auaris (426)		
	Passarão (150)		
	Sigaima (189)		
	Katarrinha (212)		
	Alamotau-tuu (88)		
Parawau		287	10
Catrimani		510	12
Demini		112	01
Hakoma		307	04
Homoxi		460	03
Parafuri		398	10
Surucucu	Posto/Pirisi (578)	1.598	35
	Okomo u (423)		
	Yauratha (146)		
	Moxahi (451)		
Toototobi		301	06
Xitei	Posto/Watatas (443)	853	21
	Simoko (229)		
	Yopopekë (181)		
Total		**6.811**	**36**

Fonte: Urihi (jun/00)

Seis meses após implantar seu programa, a Urihi já divulga resultados importantes, como as reduções no coeficiente de mortalidade e na incidência da malária e a capacitação de indivíduos Yanomami para o trabalho na área da úde.

Mortalidade e malária caem pela metade

O inédito contingente de profissionais de saúde treinados atuando no campo e a assistência ininterrupta em todas as áreas desde o começo deste ano possibilitaram a realização de um diagnóstico da situação de saúde dos Yanomami. Os números apresentados a seguir referem-se, sempre, ao período que vai de janeiro a junho de 2000.

Foram notificados 32 óbitos entre os Yanomami assistidos pela Urihi, determinando um Coeficiente de Mortalidade Geral (CMG) de 4,7% no semestre. Se forem mantidos no segundo semestre, tais números levarão o CMG de 2000 a 9.4 (em mil), ou seja, 52,5% menor que a média deste coeficiente entre 1991 e 1999 (CMG médio = 19.8) Essa redução é ainda mais significativa lembrando-se que é possível que muitos óbitos ocorridos entre os Yanomami até 1999 não tenham sido contabilizados, em virtude da baixa cobertura na assistência anteriormente oferecida.

Quanto à natalidade, houve aumento. Foram registrados 158 nascimentos, o que permite projetar para o ano de 2000 um Coeficiente de Natalidade Geral (CNG) de 46,4 (em mil) Esse número é quase 40% maior que a média registrada em todo o DSY entre 1991 e 1999 (CNG médio de 33,4).

Ainda que os dados de natalidade e de mortalidade gerais sejam relativos a apenas seis meses, caso se mantenha a tendência atual, pode-se esperar, já para o ano de 2000, uma significativa melhora destes indicadores, diretamente relacionados com a qualidade da assistência e com a qualidade de vida.

A dificuldade ou impossibilidade de acesso aos postos de saúde na floresta contribui para que a mortalidade entre algumas comunidades ainda seja bastante elevada. As doenças responsáveis pela metade dos óbitos de causa conhecida foram malária e pneumonia, cada uma provocando 25% das mortes. Entretanto, no que se refere à malária, é importante frisar que sua incidência diminuiu em 51%. A falciparum, o tipo mais grave da doença, que pode inclusive provocar a morte, sofreu redução ainda mais expressiva, caindo de 310 casos em janeiro para 52 em junho, em queda de 83%. Além disso, o crescimento de 126% no total de lâminas de pesquisa de malária realizadas (29.961) significou uma considerável melhora da capacidade de diagnóstico da doença.

Outros aspectos do atendimento

Diversas doenças foram responsáveis pelos 13.210 atendimentos registrados. Porém, grande parte desses deveu-se às infecções respiratórias agudas e à malária: 31 e 20% respectivamente.

Em todo o DSY, conheceram-se 14 novos casos de tuberculose, sendo oito destes oriundos das áreas assistidas pela Urihi. Em 1999, haviam sido diagnosticados 57 novos casos de tuberculose. *(Fonte: Casa de Cura - Boa Vista, agosto/2000)*

As atividades como vacinação, busca ativa de malária, controle de vetores, tratamento em massa para verminoses a cada três meses, tratamento de oncocercose, visitas do odontólogo, vigilância epidemiológica e treinamentos dos profissionais estão sendo desenvolvidas conforme o programado. Entretanto, seu real impacto na situação de saúde dos Yanomami só poderá ser avaliado ao final do ano de 2000.

As remoções para investigação diagnóstica ou tratamento especializado para a Casa do Índio e Casa de Cura de Boa Vista (RR) somaram 146 casos desde o início da assistência da Urihi, demonstrando uma tendência de queda com o passar dos meses.

A falta de atendimento regular na Venezuela tem levado muitos Yanomami de lá a buscarem assistência nos postos de saúde mantidos próximos à fronteira. Somente no período considerado, foram examinadas 529 lâminas dessa população e os atendimentos chegaram a 259. Cento e nove casos de malária foram diagnosticados e tratados. Em geral, os Yanomami da Venezuela apresentam, ainda, um grave quadro de desnutrição.

Investimentos na infra-estrutura

Por residirem em áreas muito afastadas dos postos de saúde que existem atualmente, cerca de dois mil Yanomami das regiões assistidas pela Urihi só podem ser visitados de helicóptero, uma vez por mês, durante cerca de uma semana. A maioria dessas comunidades está a mais de dois dias de caminhada do posto mais próximo e, para muitas, não há qualquer caminho possível. Para contornar essa dificuldade, estão sendo construídas novas pistas de pouso e postos de saúde. Com isso, pretende-se que a assistência torne-se não apenas melhor (permanente e efetiva), mas também mais barata, já que será possível, num primeiro momento, reduzir ao mínimo o custoso uso do helicóptero (cerca de R$ 1.500,00/hora de vôo) no transporte das equipes e no abastecimento e, em seguida, eliminá-lo completamente.

Capacitação e Manual Terapêutico

Com o objetivo de que os próprios Yanomami realizem certas tarefas fundamentais do trabalho de assistência à saúde, a Urihi mantém, em Boa Vista, um Centro de Capacitação. Há cursos voltados para a formação de microscopistas e agentes de combates ao vetor da malária (guardas de endemia), além de outros, sobre as maneiras como se trata a doença. Microscopistas yanomami já existem oito, aprovados nas provas realizadas pela Funasa, e, até o final de 2000, a previsão é formar outros tantos. Guardas de endemia formados são seis, e número igual está participando do curso para o tratamento da malária. Todos esses Yanomami já estão ajudando no combate à malária nos locais onde vivem, e a meta, no futuro, é formar pelo menos um agente de saúde em cada comunidade.

Outro trabalho desenvolvido foi a publicação do *Manual Terapêutico*, organizado pelos médicos da Urihi. O Manual contém informações detalhadas sobre as dosagens dos principais medicamentos utilizados nas doenças mais comuns entre as popu-

lações indígenas da Amazônia, e pode ser adquirido gratuitamente na sede da entidade, em Boa Vista. *(Fonte: Boletins da Urihi nº1 a 4)*

SECOYA (AMAZONAS)

Os Yanomami do rio Marauiá e médio Demini no Amazonas são atendidos pela Serviços e Cooperação com o Povo Yanomami - Secoya, em colaboração com a Missão Salesiana. Sediada em Barcelos (AM), a Secoya foi oficialmente criada em 1997. Entretanto, seus membros fundadores, apoiados por instituições filantrópicas européias, atuam na região desde 1991, tanto no setor da saúde como na educação.

O convênio entre Funasa e Secoya, valendo por um ano e com possível extensão por mais quatro, foi assinado em novembro de 1999. Prevê a cobertura e o financiamento do atendimento à saúde aos 1156 Yanomami que moram em nove localidades: oito aldeias da bacia do rio Marauiá, município de Santa Isabel do Rio Negro (AM) e a Maloca Ajuricaba, no rio Demini, município de Barcelos. O trabalho de assistência conta com "Casas de Saúde Yanomami" situadas nesses dois municípios amazonenses.

O maior obstáculo ao atendimento na área é o isolamento: a viagem entre Barcelos e as comunidades mais distantes pode durar até cinco dias; e o rádio é o único meio de comunicação disponível entre Barcelos, a representação regional da Funai e as localidades yanomami atendidas pela Secoya.

Desde o início das atividades financiadas pelo convênio com a Funasa, a Secoya vem dando continuidade ao trabalho que já realizava na região, com iniciativas para controlar a malária, a tuberculose e outras doenças (como a oncocercose), a promoção da cobertura vacinal, a formação de agentes yanomami de saúde e o apoio à participação dos Yanomami na gestão do DSY, no que se refere tanto à sua auto-organização como ao seu assento no Conselho Distrital, que se reúne em Boa Vista (RR) Visando essa participação, são realizadas reuniões nas diversas comunidades da área, envolvendo lideranças, pajés e os 15 agentes de saúde yanomami, que, embora ainda em treinamento, já estão atuando.

Além de contratar 26 profissionais, a instituição tem-se dedicado à adequação e ampliação da infra-estrutura já existente na área, adquirindo equipamentos médicos, odontológicos, logísticos e administrativos e investindo na construção e reforma de diversos postos de saúde. *(Fonte: relatório da Secoya, abr/00)*

IDS (AMAZONAS)

Para o atendimento às regiões da TI Yanomami drenadas pelos rios Cauaburis e Padauiri, no estado do Amazonas, a Funasa firmou convênio com o Instituto pelo Desenvolvimento Sanitário em Meio Tropical - IDS em novembro de 1999. Desde então, o IDS, sediado em São Gabriel da Cachoeira (AM), passou a realizar um trabalho que procura contemplar diversos aspectos: tanto investimentos de infra-estrutura, ações preventivas (incluindo a saúde bucal) e de vigilância epidemiológica, aumento da cobertura vacinal na faixa etária entre zero e dez, combate às principais endemias (como a malária e a tuberculose) e à desnutrição, quanto iniciativas relacionadas à formação de agentes indígenas de saúde, à educação sanitária da população, ao treinamento da equipe de campo e à avaliação dos impactos dos próprios serviços de atendimento.

Há postos de saúde equipados com sistema de radiofonia e meios de remoção fluvial em todas as aldeias do rio Cauaburis. Em cada uma, trabalham dois agentes indígenas de saúde. Nas comunidades do rio Padauiri, o IDS adotou práticas e medidas que possam propiciar uma identificação confiável do perfil sanitário da população, tendo, ainda, dado os primeiros passos para a formação dos agentes indígenas, com avaliações dos contextos sociais visando o recrutamento das pessoas mais indicadas para a função.

Além dos agentes indígenas e do pessoal administrativo, a equipe do IDS reúne uma enfermeira - responsável pela coordenação, rotina e realização da vacinação -, auxiliares de enfermagem que compõem as equipes volantes e duas antropólogas: uma, de campo, permanece na área seis meses por ano; a outra, especialista em antropologia da saúde, presta assessoria ao projeto. Um dos princípios de atuação da equipe é deixar-se sensibilizar pela cultura indígena, dedicando-se a identificar os sintomas que os Yanomami associam às doenças mais comuns e a adequar a rede de saúde local à organização sócio-política do grupo.

O processo associativo na região, onde surgiu a primeira organização indígena yanomami, a Associação dos Yanomami do Rio Cauaburis e seus Afluentes (Ayrca) -, também é objeto de atenção. O IDS investe na ampliação das capacidades de autogestão dos membros da Ayrca e no fortalecimento da colaboração e entrosamento entre ela e a Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (Foirn) Esse trabalho de capacitação objetiva, ainda, melhorar a compreensão, por parte dos Yanomami, das várias etapas e processos que envolvem a relação entre as ONGs e as comunidades no âmbito do Distrito Sanitário.

A colaboração do IDS com organizações indígenas vai além dos laços com a Ayrca e a Foirn, estendendo-se às relações que mantém com a Associação dos Agentes de Saúde Indígenas do Alto Rio Negro (AAISARN) Outras parcerias incluem o Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpa), na definição de protocolos de enfrentamento da malária e da tuberculose, e duas instituições nas quais são internados os pacientes yanomami: o Hospital de Guarnição Militar e a Casa do Índio, ambos instalados em São Gabriel da Cachoeira. *(Fonte: relatório do IDS, set/00) (Equipe de Redação, setembro, 2000)*

Escolas Yanomami

Equipe de redação, a partir de relatório de Marcos W. Oliveira

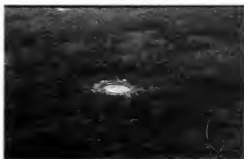
Coordenador do Projeto de Educação da CCPY

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTERCULTURAL DA CCPY VALORIZA LÍNGUA INDÍGENA E QUER HABILITAR OS YANOMAMI A LIDAR COM AS QUESTÕES TRAZIDAS PELO CONTATO COM OS "BRANCOS"

No Brasil, a educação escolar voltada aos Yanomami é desenvolvida por instituições com diferentes características: laicas ou religiosas, órgãos públicos ou ONGs. Um levantamento promovido pela Funasa, em fevereiro de 1999, apontou nove dessas instituições: Comissão Pró-Yanomami (CCPY), Diocese de Roraima, Missão Evangélica da Amazônia (Meva), Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB), Missão Salesiana, Associação Serviços e Cooperação com o Povo Yanomami (Secoya) e três Secretarias de Educação – as dos estados de Amazonas e Roraima e a do município de São Gabriel da Cachoeira (AM)

LÍNGUA PORTUGUESA OU INDÍGENA?

As escolas com público Yanomami podem ser divididas em duas regiões. A primeira corresponde às parcelas mais a oeste e sudoeste da TI Yanomami, no estado do Amazonas. Não se sabe o número certo de escolas dessa região, mas a esmagadora maioria dos seus alunos (380 pessoas, ou seja, 9,9% da população da região) é alfabetizada *em língua portuguesa* (363 indivíduos), seja por professores da Missão Salesiana ou das secretarias de educação do Amazonas e de São Gabriel da Cachoeira.

Na segunda região - porção roraimense da TI Yanomami e trecho mais a nordeste de sua porção amazonense - há 31 escolas. A Meva mantém uma escola sozinha e outra em parceria com a Secretaria de Educação deRoraima. A MNTB, três escolas. A Diocese de RR, 14 e a CCPY, 12. Apesar das diferentes instituições que as sustentam, todas essas 31 escolas promovem alfabetização *em língua indígena*. Elas totalizam 228 alfabetizados (3,2% da população que vive na região).

MARCOS OLIVEIRA

No que se refere às escolas mantidas pela CCPY, é importante frisar que elas fazem parte de um projeto maior, chamado Programa de Educação Intercultural (PEI), que investe sistematicamente na formação de professores yanomami.

O PROGRAMA DA CCPY

Baseado nos princípios da especificidade, diferenciação, interculturalidade e bilingüismo, o PEI teve início em julho de 1995. Assume, como seu principal objetivo, habilitar os Yanomami a lidarem com as políticas, atividades e ações dos "brancos" que interferem na vida deles. Atualmente, o PEI envolve cerca de 720 Yanomami, nas regiões do Demini, Toototobi e Parawau. O programa inclui atividades letivas nas escolas situadas na área indígena e cursos de formação de professores yanomami, realizados no Centro de Treinamento da CCPY, em Boa Vista (RR).

Currículo específico

A interdisciplinaridade e a alfabetização em língua materna são as principais marcas do processo educativo desenvolvido. Português e matemática não são as únicas disciplinas ministradas pelo PEI. Geografia, história, saúde, educação ambiental e cidadania – conceitos, Estatuto dos Povos Indígenas e Projeto de Lei nº 1610 sobre mineração em áreas indígenas – constituem sua grade curricular.

J. P. RAZON/SURVIVAL FRANÇA · 1998

Davi Kopenawa, Bruce Albert e professores yanomami do Demini produzindo material didático.

O português é ensinado como segunda língua. A responsabilidade de dar prosseguimento futuro ao processo educativo intercultural ficará com os professores yanomami que estão sendo formados.

Resultados parciais

Nos cinco anos de existência do PEI, 91 jovens foram alfabetizados e houve sete cursos voltados para a formação dos professores yanomami, incluindo cursos intensivos de língua portuguesa e atividades de imersão na "cultura dos brancos", tais como visitas a bibliotecas, prefeitura, aterro sanitário público, cadeia pública, cemitérios, Eletronorte, transmissoras de televisão e de rádio. A temática *metodologias de alfabetização* também vem sendo incluída nesses cursos.

Quem participa?

Cinco professores não-índios, um coordenador e um antropólogo, Bruce Albert (convênio IRD–ISA), formam a equipe da CCPY. O quadro de consultores externos do PEI conta com a participação de Marta Azevedo (assessoria educacional), Maria Cristina Troncarelli (assessoria pedagógica), Eduardo Sebastiani (matemática) e Henri Ramirez (lingüística).

Aproximadamente 55 alunos constituíram a primeira turma, composta por jovens a partir de dez anos, do Demini, em 1996. Quatro jovens do Toototobi e um do Parawau foram enviados ao programa, por decisão de uma assembléia dos mais velhos. Em 1997, esses cinco jovens tornaram-se os primeiros professores Yanomami formados pelo PEI. Atualmente, são 19. Os microcopistas yanomami do programa de saúde promovido pela Urihi freqüentam também os cursos intensivos de português oferecidos pelo PEI.

Expansão do PEI

Temas candentes da política indigenista brasileira, como o novo Estatuto dos Povos Indígenas e a questão da mineração em terras indígenas, requerem dos Yanomami uma urgente preparação para enfrentá-los.

Para atingir este objetivo, a coordenação do PEI está elaborando material didático em língua *yanomae* (Yanomami oriental), adaptado à realidade indígena, que está sendo distribuído nas aldeias. São cadernos de alfabetização, matemática, etnohistória, geogra-

PROJETO AGROFLORESTAL YANOMAMI (DEMINI E TOOTOTOBI)

O crescente processo de sedentarização das comunidades, o aumento da população e a tendência de fixação em localidades próximas aos postos de saúde são causas conhecidas da transformação do estilo de vida do povo Yanomami. Com elas, vem, também, o risco de uma escassez crescente de alimentos. Para enfrentar essa situação, a CCPY elaborou o Projeto Agroflorestal Yanomami (PAY), iniciativa de cunho ambiental localizada em sete aldeias das regiões de Demini e Tootobi. O projeto foi aprovado pelo PD/A do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) em 1998, mas pôde iniciar suas atividades, efetivamente, apenas em abril de 2000.

Em três anos, o PAY pretende promover o cultivo de pomares nas aldeias, bem como o intercâmbio de experiências do gênero entre os Yanomami e outras etnias. Também está prevista a elaboração de um manual agroflorestal yanomami.

Até o momento, foram realizadas buscas de tecnologias relevantes e material genético selecionado em Manaus (no Inpa e Fazenda Aruanã), Fortaleza (Embrapa e Agroindústria Tropical) e Boa Vista (Embrapa, Inpa e viveiros particulares) O coordenador do projeto é o engenheiro agrônomo Ari Weiduschat, que realiza visitas à área a cada três meses e, em Boa Vista, promove estudos sobre as sementes e a melhor forma de cultivo de diferentes plantas.

Mudas de castanheira do Brasil, pupunha, açaí, graviola, goiaba, acerola, cupuaçu, caju, entre outras espécies, foram adquiridas, transportadas e, já na área indígena, replantadas em embalagens especiais para período de adaptação. O objetivo é plantar essas espécies em definitivo nas roças, para que se somem às bananeiras e mamoeiros já existentes nelas. O pomar de cada aldeia, chamado de "módulo agroflorestal", terá, assim, cerca de 110 espécies, em área de aproximadamente 500 m².

A integração entre o PAY e o programa de educação, também promovido pela CCPY, tem gerado uma boa receptividade dos membros de outras comunidades, o que leva a crer que a expansão do projeto agroflorestal será bem-vinda em outras regiões da TI Yanomami. Seu principal viés é aproveitar a experiência dos mais velhos e, com o envolvimento dos jovens, introduzir novas tecnologias, usando as escolas como espaço principal desse processo.

O PAY envolve recursos da ordem de aproximadamente U$ 230,000.00, dos quais a CCPY participa com U$ 43.000.00, como contrapartida. (Fonte: Boletim Yanomami, CCPY, Brasília, nº 3, mai/00)

fia, educação em saúde, cadernos de leitura, etc. Além desses materiais, alunos do programa estão produzindo jornais para cada região. O entusiasmo e a vontade de aprender coisas novas já demonstradas pelos Yanomami no desenvolvimento do PEI tornam promissoras as iniciativas voltadas para a expansão do programa que, assim, pôde começar a ser implementado numa quarta região da TI Yanomami: Homoxi em meados de 2000.

Apoios

No início de suas atividades, o PEI contou com o apoio do Unicef. O Earth Love Fund (da Grã-Bretanha) também já apoiou o projeto no passado. A partir de 1998, passou a receber financiamentos das ONGs norueguesas Fundação Rainforest e OD. Em 1999, contou com o apoio da Survival International e do MEC. Para o ano 2000, os recursos assim obtidos pelo PEI são da ordem de U$ 215.000. *(setembro, 2000)*

YANOMAMI/TERRA

REVISÃO É INCONSTITUCIONAL, DIZ JOBIM

"A revisão da Terra Yanomami está fora de cogitação", disse o ministro da Justiça, Nelson Jobim, na Câmara dos Deputados. O decreto legislativo, proposto pelo deputado Jair Bolsonaro (PPB-RJ), para tornar sem efeito o decreto que homologou a reserva é inconstitucional, argumentou o ministro, não há nenhuma possibilidade de ser levado adiante. Bolsonaro alega que a terra indígena está localizada na faixa de fronteira e Jobim diz que não há nenhuma incompatibilidade nisso, pois ambas as terras são da União.
Jobim participou da audiência pública das comissões do Meio Ambiente e Minorias, Defesa Nacional e Direitos Humanos. Na reunião, foi lida uma carta do líder yanomami Davi Kopenawa, denunciando a invasão das terras de sua tribo por três mil garimpeiros. *(JB e Diário Catarinense, 20/06/96)*

TERRA YANOMAMI E SOBERANIA NACIONAL: POLÊMICA

O ex-ministro da Justiça Jarbas Passarinho, responsável pela oficialização da demarcação da TI Yanomami, e o diplomata aposentado Joaquim de Almeida Serra envolveram-se, entre junho e julho de 1996, em polêmica divulgada na imprensa brasileira. O tema da polêmica: a Terra Yanomami é ou não uma ameaça à soberania nacional?
Almeida Serra defendeu a inconstitucionalidade da demarcação da TI Yanomami, considerando-a crime de "lesa-pátria". A posição de Passarinho foi de denúncia da leviandade e do alarmismo das considerações de seu interlocutor, já que fundadas numa inexistente declaração da ONU de que as terras indígenas, a partir de 1996, seriam consideradas independentes do Estado brasileiro. O ex-ministro aproveitou para reconstituir e defender o processo de demarcação da TI em questão, utilizando argumentos que voltariam a aparecer no seu artigo de 2000 (*Amazônia, Yanomami e os equívocos*, reproduzido no presente capítulo). *(ISA, a partir de O Globo, 27/06 e 02/07 e Tribuna da Imprensa, 10/07/96)*

AÇÃO JUDICIAL CONTRA TI...

De autoria da Confederação dos Integrantes e Beneficiários das Forças Armadas e Auxiliares (Confamil), a Ação Direta de Inconstitucionalidade sustenta que a criação da reserva deveria ter passado por votação no Congresso Nacional. A Confamil argumenta que o artigo 49 da Constituição Federal estabelece que é da "competência exclusiva do Congresso Nacional aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a 2.500 ha". Na verdade, a Confamil está confundindo concessão de terras com terras indígenas, que são direitos originários dos índios garantidos no artigo 231 na Constituição.
Na ação entregue ao STF, a Confamil demonstra que está temerosa com a possibilidade de a reserva se tornar um país independente do Brasil após a promulgação da Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, da ONU.
A entidade diz ser legítima para apresentar a ação porque entre seus objetivos sociais está o de desempenhar o papel de "sentinela da pátria". *(GM, 06/10/97)*

... É ARQUIVADA

O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF) mandou arquivar, ontem, a Ação Direta de Inconstitucionalidade movida contra o decreto presidencial e a portaria do Ministério da Justiça que destinavam terras das Forças Armadas para a Reserva Indígena Yanomami. O ministro considerou que a autora da ação, a Confederação dos Integrantes e Beneficiários das Forças Armadas e Auxiliares (Confamil), não tem legitimidade para propor a Ação, por não ser uma confederação sindical nem por ter sido criada de acordo com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). *(GM, 14/10/97)*

PROJETO "RESERVA DA BIOSFERA"

"O Amazonas é o último grande território do mundo intacto e temos que preservá-lo", afirmou o belga André Kerremans, administrador do projeto Reserva da Biosfera Alto Orinoco-Casiquiare, que acolhe a zona protetora da maior floresta tropical-úmida do mundo. O lar da etnia Yanomami na Venezuela – com 83.830 km², em plena selva amazônica – foi declarado reserva da biosfera. Garantir a proteção dos índios e a conservação ambiental é uma tarefa que está nas mãos da UE e do governo venezuelano, apoiados por um programa de oito milhões de Ecus. "Queremos preservar este imenso território e ajudar os indígenas a melhorar seu nível de vida, preservar sua cultura e identidade, mas também se integrar à vida moderna no ritmo que decidirem", disse Kerremans. A Reserva acolhe além dos Yanomami, os Ye'kuana (cerca de 1.500 indivíduos). *(Diário do Nordeste, 20/01/98)*

YANOMAMI/GARIMPO

FUNAI LEVANTA PRESENÇA DE GARIMPEIROS

A Assessoria de Comunicação da Funai informou que o órgão está fazendo um levantamento da presença garimpeira na TI Yanomami, para determinar uma operação de retirada com a ajuda da PF, no mês de fevereiro. Nos últimos três meses a Funai não realizou qualquer operação de retirada dos garimpeiros em Roraima. *(A Crítica, 21/01/96)*

INVASÃO GARIMPEIRA CONTINUA, DENUNCIA DAVI

"Caros amigos.
Escrevo esta carta para dizer que nós Yanomami mandamos a nossa mensagem para vocês.
Nós Yanomami estamos muito preocupados porque a nossa área Yanomami está sendo invadida de novo pelos garimpeiros. É por isso que nós Yanomami estamos informando que os garimpeiros estão no meio do rio Catrimani e no alto Catrimani. Eles estão também ao redor de Xitcia, Homoxi, Papiú e Parafuri. No momento há 35 pistas de pouso ilegais em área Yanomami e o número de garimpeiros chega a 3.000 no Brasil e 4.000 na Venezuela.
Nós Yanomami queremos ajuda de vocês para divulgar estas notícias sobre a invasão dos garimpeiros. Pedimos que esta denúncia seja transmitida para vários países da Europa e nos Estados Unidos para que eles tomem conhecimento do que está ocorrendo de novo na área Yanomami. Pedimos que as organizações destes países, que apoiam a questão indígena enviem cartas ao presidente do Brasil pedindo que ele libere verbas para a operação de retirada dos garimpeiros para que acabe com urgência a invasão da área Yanomami.
Caso os garimpeiros não sejam retirados logo, as doenças voltarão aumentar de novo." *(Davi Kopenawa Yanomami, 05/06/96)*

PF DIZ QUE FALTAM RECURSOS PARA AGIR

A superintendente da PF em Roraima, Sueli Golrisch, adverte: a falta de pessoas e de dinheiro para o processo de fiscalização das reservas indígenas do Estado está facilitando as invasões de garimpeiros na região, sobretudo nas terra de domínio dos Yanomami. Ela considera exagerado, porém, o número divulgado pelo líder Yanomami Davi Kopenawa de existirem três mil garimpeiros no Brasil e quatro mil na Venezuela. "Caso esses sete mil garimpeiros realmente estivessem na reserva indígena, já teríamos senti-

do o efeito deles na economia do Estado. Pelo menos de 15 em 15 dias teriam que vir à cidade comprar alimentos e combustível, o que estimularia o comércio, cujas vendas estão em baixa, mas que há garimpeiros nas terras indígenas, não há a menor dúvida", disse Sueli Golrisch. *(Correio Braziliense, 22/06/96)*

ONGS RECORREM A FHC PARA RETIRADA DE GARIMPEIROS

Duas entidades internacionais, a Survival International e a World Rainforest Movement, enviaram carta ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

A Survival diz em sua carta "estar alarmada com o aumento da violência na área indígena, pois os garimpeiros estão entregando armas aos índios e os incitando à violência entre grupos." A mensagem do presidente da WRM reforça a preocupação da Survival. A entidade pede um sistema de vigilância permanente na área e lembra, ainda, que o governo brasileiro se comprometeu a retirar os garimpeiros que voltaram a invadir a reserva depois da visita de uma comissão de direitos humanos da OEA, em dezembro de 1995, à área Yanomami.

A coordenadora da CCPY, Claudia Andujar, pediu, no dia 2 de agosto, ao porta-voz da Presidência da República, Sergio Amaral, que intercedesse junto ao presidente Fernando Henrique para liberação de R$ 6 milhões destinados à retirada de garimpeiros da área dos Yanomami. *(JB, 30/07 e 03/08/96)*

MISSIONÁRIOS SÃO MAIS NOCIVOS QUE GARIMPEIROS, DIZ PF

Para a PF, os missionários estrangeiros, contra os quais a Funai não faz nada, são mais "perigosos" do que os garimpeiros.

A superintendente da PF em Roraima, Sueli Goerisch, considera o garimpo "um problema, mas é o terceiro ou quarto item em prioridade". Para ela, os números da Funai sobre a invasão da reserva estão superestimados.

"A Funai tem que deixar de balela e começar a trabalhar. O maior problema são essas entidades que entram para catequizar os índios", diz Goerisch.

Segundo o administrador da Funai em Boa Vista, são 19 missionários estrangeiros que trabalham na área Yanomami: 13 americanos, três portugueses, um alemão, um argentino e um queniano. Os missionários trabalham nas áreas de educação, saúde e religião. "Eles tentam catequizar os índios mas não conseguem. Eu sou contra esse trabalho, mas eles chegam aqui com a autorização do Itamaraty. O que eu vou fazer?" disse Tavares. *(FSP, 18/08/96)*

GOVERNO PREPARA "OPERAÇÃO YANOMAMI"

A maior e mais importante operação militar do governo Fernando Henrique Cardoso, a ser realizada nos quase dez milhões de ha da reserva Yanomami, deverá envolver mais de cinco mil militares do Exército e da Aeronáutica, além de tropas das Forças Armadas da Venezuela - com o objetivo de expulsar os três mil garimpeiros brasileiros e venezuelanos - cuja ação predatória vem destruindo rios e florestas, além de ameaçar com doenças os quase dez mil Yanomami que vivem na reserva. A operação vai incluir a participação da PF, Funai, Ibama e DNPM e do Ministério das Relações Exteriores. A Operação Yanomami ainda está no papel, à espera da boa vontade de um único homem: o ministro do Planejamento, Antonio Kandir. Dele depende a liberação dos R$ 6 milhões necessários. *(O Globo, 27/10/96)*

CONFLITO MATA TRÊS YANOMAMI E UM GARIMPEIRO

Um conflito na reserva dos Yanomami resultou na morte de três índios da aldeia do Jericó e de um garimpeiro brasileiro. A denúncia foi feita pelo antropólogo goiano Marcos Lazarin em carta ao diretor da CCPY, Carlos Zacquini.

Na carta, o antropólogo, que faz uma pesquisa na reserva indígena para uma tese acadêmica, conta que o conflito ocorreu no início do mês numa festa perto do rio Paragua, na parte da reserva localizada na Venezuela. Segundo Lazarin, o tiroteio que resultou nas mortes foi provocado pelo consumo elevado de álcool por índios e garimpeiros. O índio Pedro Yanomami teria atirado em um garimpeiro identificado na carta do antropólogo como Gaúcho, começando o confronto. *(O Globo, 11/12/96)*

CONFLITOS COM MORTES CONTINUAM

Em dezembro, três Xiriana (sub-grupo Yanomami) e um garimpeiro morreram na Venezuela, perto da fronteira brasileira.

No final de dezembro, em Homoxi, um Korematheri foi morto a tiros por homens do Tireytheri, com balas que, segundo informaram, teriam sido adquiridas da polícia venezuelana. *(Update/CCPY, fev/97)*

RECURSOS PARA DESINTRUSÃO NÃO CHEGAM

Dos 2,4 milhões que a Funai enviou para Boa Vista para dar início à limpeza que tiraria os garimpeiros da terra dos Yanomami, apenas R$ 400 mil chegaram ao destino. *(Danusa Leão/ JB, 23/03/97)*

PISTAS CLANDESTINAS SÃO FOCOS DE DOENÇAS

Técnicos da Funasa garantem que a invasão garimpeira dificulta o trabalho de combate e controle de doenças endêmicas. Somente do lado roraimense da reserva, ao norte, há pelo menos 24 pistas clandestinas espalhadas desde a divisa com o Amazonas até a fronteira com a Venezuela, ao extremo noroeste do Estado.

Edgar Dias Magalhães, coordenador do Distrito Sanitário Yanomami, disse que as pistas clandestinas preocupam porque essas localidades são focos de infecção e reinfecção de doenças infecto-contagiosas, principalmente a malária. Edgar diz que a Funasa tem mantido a doença estável, mas seu controle fica difícil, porque não existe um trabalho de combate à malária do lado venezuelano.

Na área há 23 postos de saúde, dos quais 15 são mantidos pela Funasa em conjunto com a Funai. Os demais são mantidos por várias ONGs. *(Folha de Boa Vista, 14/05/97)*

DAVI VIAJA PARA DENUNCIAR

O líder yanomami, Davi Kopenawa, denunciou que a atividade garimpeira na reserva indígena foi retomada há alguns meses. Ele declarou estar se preparando para percorrer os países do primeiro mundo, no próximo mês, para denunciar aos ambientalistas estrangeiros a invasão do território do seu povo, considerado o mais primitivo do planeta. Kopenawa informou que garimpos estão sendo reativados nas regiões do rio Paapiú, Alto Catrimani, Alto Uraricuera, Parima e Alto Apiaú. "Nesses locais os garimpeiros estão recuperando as pistas de pouso e até levando mantimentos e maquinário", afirmou. *(A Crítica, 29/08/97)*

"OPERAÇÃO YANOMAMI" COMEÇA...

O governo federal retomou o combate à invasão de garimpeiros da Área Yanomami, em Roraima. A Operação Yanomami está sendo realizada em conjunto pela Funai, Polícia Federal, Ibama, Exército e Aeronáutica e terá um custo de R$ 1,7 milhão. No último fim de semana, foi destruída a pista clandestina de Surucucus, a noroeste do estado. De acordo com o presidente da Funai, Sulivan Silvestre, mais 30 pistas devem ser dinamitadas e todos os homens envolvidos têm ordem para prender garimpeiros, caçadores ilegais, posseiros e grileiros. Segundo ele, os que forem presos a partir de agora vão responder a processo civil e criminal e terão produtos como avião, ouro e equipamentos apreendidos e levados para um depósito judicial. Silvestre quer contar também com

a ajuda dos próprios índios que, conhecedores da mata, podem mostrar onde estão os predadores. Na viagem que fará na próxima semana à Inglaterra, o presidente Fernando Henrique Cardoso vai levar o resultado da operação surpresa na reserva dos índios Yanomami. A operação, programada há dois anos, vai ser a resposta que o presidente dará às ONGs que reivindicam mais atenção do governo em relação aos índios. Há mais de cinco anos o governo não realizava uma operação dessa natureza na Reserva Indígena Yanomami, considerada a maior do país e com tamanho equivalente ao de Portugal e da Bélgica, e onde vivem mais de nove mil índios. *(O Popular, 12/11 e OESP, 24/11/97)*

... INCLUINDO FISCALIZAÇÃO A VÔOS CLANDESTINOS...

O presidente da Funai, Sulivan Silvestre, vai pedir à direção do Departamento de Aviação Civil que aumente a fiscalização sobre os vôos clandestinos em direção à área da reserva dos Yanomami, a 200 km de Boa Vista (RO) A medida faz parte da segunda etapa da operação de retirada de garimpeiros da região, que começou no dia 5 de novembro do ano passado. *(FSP, 05/01/98)*

... E DESATIVAÇÃO DE POSTO DE COMBUSTÍVEL

Posto clandestino de combustível na vila de Entre Rios, região de Caroebe, foi desativado e lacrado ontem pela Polícia Federal e pelo coordenador da Operação Yanomami da Funai, Paulo Roberto. Nas contas de Paulo, o Eldorado Auto Posto vendia em média cinco mil litros de gasolina para aviação por mês, o suficiente para garantir a ida e vinda de uma aeronave tipo Cessna 206, monomotor, 27 vezes na área Yanomami, transportando cerca de cinco garimpeiros por cada vôo. *(Brasil Norte, 09/01/98)*

OPERAÇÃO QUER COMPLETAR RETIRADA DE GARIMPEIROS...

Restam 800 a mil garimpeiros para serem retirados da área Yanomami, segundo previsões da Funai. Foram retirados 682, dos quais 542 haviam sido indiciados pela Polícia Federal. A próxima etapa do trabalho consiste em evitar o retorno dos garimpeiros para a reserva. "Sabemos que há atividade garimpeira no rio Caoaborí e Pico da Neblina, onde esperamos encontrar de cem a 150 garimpeiros", afirmou Paulo Roberto, coordenador da operação pela Funai. As atividades da segunda etapa serão realizadas principalmente em Boa Vista. "Faremos a fiscalização permanente das distribuidoras de combustível para aviação (Shell e Petrobrás), e das pistas próximas da capital", informou o funcionário. Serão recadastradas todas as aeronaves do Estado, inclusive as de uso agrícola, para que sejam localizadas aeronaves clandestinas. *(Folha de Boa Vista, 09/01/98)*

... PARA CHEGAR À SUA ETAPA CONCLUSIVA

Acompanhado da coordenação da Operação Yanomami e jornalistas, o presidente da Funai esteve na área indígena para anunciar a fase conclusiva da ação que tenta manter a comunidade livre da ação predatória dos garimpeiros. Uma das formas de evacuar a área por completo, anunciada pelo coordenador da operação, é o ponto principal do Plano de Defesa da Área Yanomami, cuja minuta será apresentada hoje à imprensa, com o controle rigoroso da venda de combustíveis e da atuação de aeronaves no Estado e a entrada de alimentos. *(Brasil Norte, 14/01/98)*

DAVI AVALIA OPERAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL

"Operações já aconteceram muitas, o que espero é que os garimpeiros não voltem para a nossa terra," declara o líder Yanomami, Davi Kopenawa, ao falar do encerramento de mais uma operação de retirada dos garimpeiros da reserva indígena. O líder yanomami diz que o maior mal levado pelos brancos são as doenças, em especial a malária, que mata de forma assustadora os Yanomami. Os piores anos para os Yanomami, segundo Davi foram "a partir de 1986, até 89/90, quando milhares de garimpeiros estavam em cada pedaço da nossa terra". Davi falou dos estragos provocados ao meio ambiente pelos garimpeiros: desmatamento, empoçamento de água, queimadas e lembra que a maioria absoluta dos garimpeiros não é de Roraima, e sim de outros Estados. "São pessoas que não possuem empregos ou outra forma de sobreviver em seus Estados", afirma Davi. *(Brasil Norte, 15/01/98)*

RELATOR DEFENDE MINERAÇÃO

Um projeto do senador Romero Jucá (PFL-RR) estabelece mineração em áreas indígenas com o consentimento das comunidades atingidas. Ao anunciar os resultados da operação Yanomami, o presidente da Funai, Sulivan Silvestre, disse que essa área não deve ser atingida pelo projeto Jucá. "O nível de aculturação dos Yanomami não permite". Relator do projeto de Romero Jucá na Câmara, o deputado Elton Ronhelt (PFL-RR), vice-líder do governo, disse que a Funai não será ouvida a respeito. "A anuência para o ingresso das mineradoras será dada pelos yanomami aculturados que sabem falar o português e querem a melhoria de suas tribos", disse ele. A Procuradoria da República em Roraima constatou que "segmentos políticos do Estado" incentivaram a invasão da área indígena em outubro, quando o projeto do senador foi aprovado por unanimidade no Senado. Um jornal local chegou a anunciar em manchete que o garimpo estava liberado na área yanomami. Um programa da Rádio Difusora, do governo estadual, foi suspenso pela Justiça por incentivar a reação dos garimpeiros contra a Polícia Federal. *(O Estado de Minas, 15/01/98)*

RETORNO DE SOBREVIVENTES A HAXIMU CAUSA PREOCUPAÇÃO

Cerca de 70 índios Yanomami, sobreviventes do massacre da aldeia de Haximu, de agosto de 1993, retornaram há dois meses à antiga aldeia, localizada na Venezuela, próxima da fronteira com Roraima. Entidades de defesa dos direitos humanos do Brasil e da Venezuela temem uma nova tragédia na área, porque o governo venezuelano não presta assistência aos 16 mil Yanomami que vivem em seu território e não combate a invasão de garimpeiros brasileiros. Os Yanomami caminharam 70 km floresta para voltar para Haximu. Abandonaram a aldeia de Toototobi, em Roraima, onde haviam se refugiado após o massacre de 16 índios. "Eles estavam com saudades e foram estimulados por garimpeiros em troca de armas e mantimentos", disse Davi Kopenawa, funcionário da Funai e chefe do posto indígena na aldeia de Demini. Em troca de armas e mantimentos, os índios concordaram com a construção de uma pista clandestina perto da antiga aldeia e estariam trabalhando para os garimpeiros, disse Davi. "A Venezuela tem uma política diferente com relação aos índios, mas participa de reuniões com o governo brasileiro para combater a garimpagem", disse o embaixador da Venezuela no Brasil, Nilos Alcalay. *(A Crítica, 21/01/98)*

JUSTIÇA PUNE GARIMPEIRO POR INVASÃO

O Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região (Brasília), em decisão publicada no Diário da Justiça do dia 17 de agosto de 1998, não aceitou o pedido de soltura encaminhado pelo garimpeiro Nelson Lindermann, preso por invadir a TI Yanomami, localizada no oeste do estado de Roraima. O Tribunal entendeu que a prisão de Lindermann foi justa e correta já que a legislação federal proíbe a extração de minérios dentro de terras indígenas. *(ISA, 21/08/98)*

ALIMENTO POR OURO

Há cerca de dois anos, o Yanomami Cesário Barcelos, de 47 anos, descobriu uma "mina de ouro" no meio da Floresta Amazônica. Desde então, toda semana ele reúne o filho, Florentino, e outras dez pessoas para uma caminhada de quatro dias carregando – em vez de pás e apetrechos para mineração – espingardas calibre 16 e munição. Na volta à comunidade de Maturacá, que faz parte de uma reserva yanomami no Parque Nacional do Pico da Neblina, o grupo traz pelo menos 45 gramas de ouro em pó puro. Na realidade, a mina do índio é um acampamento de 30 garimpeiros no alto do pico, que trocam alimentos por ouro. *(O Globo, 29/11/98)*

DANOS AMBIENTAIS DO GARIMPO SERÃO INVESTIGADOS

A Procuradoria da República do Estado de Roraima instaurou, através de portaria publicada no Diário da Justiça de 17 de dezembro de 1998, procedimento administrativo com o intuito de investigar a ocorrência de danos ambientais na TI Yanomami, em razão de prática ilegal de garimpagem.

Este procedimento foi deflagrado pelo procurador da República Eduardo André Lopes Pinto, em razão das denúncias relatadas pela Operação Yanomami/98, que constatou a ocorrência da atividade clandestina. O procurador solicitou à Funai que proceda a visita técnica, juntamente com membros do Ministério Público Federal, nas áreas afetadas, para realizar laudo técnico de avaliação de impacto ambiental causado pelo desmatamento que o garimpo clandestino vem causando na região, para fins de futura indenização aos Yanomami. *(ISA, 07/01/99)*

YANOMAMI PRENDEM E ENTREGAM GARIMPEIROS À FUNAI

Os Yanomami da região do Paapiú, a cerca de uma hora de vôo da capital de Roraima, Boa Vista, tomaram uma decisão inédita na tarde de ontem: expulsar os garimpeiros que ocupam ilegalmente o igarapé do Caveira. Armados de arco, flechas, facões e espingardas, 50 índios detiveram quatro pessoas que ocupavam a área de forma ilegal. Os Yanomami prenderam os garimpeiros Eliotério Bispo Araújo, Manoel de Jesus Leda Ferreira, Francisco das Chagas Silva e João Carlos Barros. Eles foram levados para a comunidade de Paapiú e entregues aos agentes da Funai, que os levaram até a Polícia Federal. *(OESP, 19/02/99)*

"PISTA NÃO É DA FUNAI", DIZ ASSESSOR

A pista que vem sendo utilizada para apoio à garimpagem ilegal e ao abastecimento de aeronaves com droga que é levada para o Caribe e a Europa, na reserva indígena Yanomami, é clandestina e não é controlada pela Funai, segundo garantiu ontem a assessoria do órgão. O assessor de imprensa Alan Suassuna manteve contato com a reportagem de *O Diário* para esclarecer alguns pontos da matéria dando conta de que traficantes estariam se utilizando de pistas da Funai para abastecer as aeronaves. Na realidade, disse Suassuna, a pista que a Funai suspeita que esteja sendo utilizada é a antiga pista de Quincas Bonfim, que fica a 600 metros da Venezuela. *(O Diário, 15/05/99)*

YANOMAMI MATAM QUATRO GARIMPEIROS

Yanomami da Maloca do Homoxi mataram quatro garimpeiros que trabalhavam próximo à aldeia deles. Depois disso, saquearam armas e munições dos mineiros, conforme informações transmitidas através do serviço de radiofonia à Funai, que pediu apoio à Polícia Federal. O dia exato do fato será confirmado hoje com o retorno do administrador regional substituto da Funai, Dismar Freitas Mesquita. Ontem pela manhã, ele viajou para a Reserva Yanomami, com previsão de voltar no fim da tarde, o que não aconteceu. Mesquita saiu com destino a outra maloca mas deveria passar em Homoxi para verificar o que estava acontecendo. Foi de lá que o chefe do posto, Edson, comunicou que os índios também estavam usando as armas saqueadas dos garimpeiros para ameaçar os funcionários da Funai que trabalham na mesma maloca. *(Folha de Boa Vista, 08/10/99)*

CRESCIMENTO DO GARIMPO EM SURUCUCU É PREOCUPANTE

Na TI Yanomami, a presença de garimpeiros nas regiões de Surucucu, Parafuri e Xiriana vem tendo, desde o final de 1999, um aumento preocupante. Nessas três regiões, há cerca de mil garimpeiros em ação. Em Surucucu, a leste da serra Parima, entre as bacias dos rios Parima, Melo Nunes e Mucajaí, vivem cerca de 1750 Yanomami do sub-grupo Yanomae (falantes do yanomami oriental) A região começou a sofrer com a invasão garimpeira ainda na década de 80, depois que o projeto Radam divulgou a existência de jazidas minerais por lá (1975)

Os problemas trazidos pelo garimpo são vários, incidindo nos planos social, cultural, ambiental e sanitário. Prostituição e relações sexuais não protegidas põem em risco a saúde dos Yanomami, com o aparecimento de doenças sexualmente transmissíveis. A presença garimpeira e as degradações ambientais decorrentes favorecem, também, o aumento inevitável dos casos de malária.

Tensões e conflitos entre garimpeiros e Yanomami podem, a qualquer momento, resultar em mortes de ambos os lados. As relações entre as comunidades sofrem abalos com a simples presença do garimpo, já que há aldeias que a ela se opõem e outras que a apóiam e dela obtêm privilégios. A posse de armas de fogo e de farta munição, obtidas pelos Yanomami junto aos garimperios, vem aumentar a tensão nas relações entre as comunidades. Um exemplo de hostilidade interna motivada pela presença do garimpo ocorreu entre as aldeias Yauratha e Koni u (20 km a nordeste do posto de Surucucu), resultando na morte de dois índios.

Nessa última comunidade, o garimpo retornou com força desde fevereiro de 2000. Ele é operado através de uma pista de operação a cerca de uma hora de caminhada da aldeia de Wathë u (a menos de 15 km do 4º Pelotão Especial de Fronteira do Exército Brasileiro e do posto da Funai) Essa pista abastece, pelo menos, três balsas, que trabalham no rio Melo Nunes. No Parafuri, o garimpo está situado a uma hora de caminhada do posto da Funai e é abastecido através de avião monomotor. A pista de pouso utilizada é a "Majestade" - N 03° 16.738/ W 63° 42.645. *(ISA, a partir de informações de Moisés Ramalho, antropólogo da Urihi, ago/00)*

GARIMPO GERA VIOLÊNCIA EM PARAFURI

A atividade ilegal de garimpo no Parafuri, região da TI Yanomami, está causando a morte dos índios por homicídio, além de colocar em risco a vida dos profissionais da Urihi. A denúncia está presente em ofício que a própria Urihi, entidade que presta assistência à saúde naquela área, encaminhou ao presidente da Funai.

No documento, acompanhado de relatos dos mais recentes acontecimentos, a Urihi diagnostica, ao longo do primeiro semestre deste ano, "uma escalada crescente de violência entre os Yanomami, incitada pelos garimpeiros que fornecem armas e munição para grupos rivais". Os Yanomami "que reagem ao garimpo estão sendo paulatinamente assassinados, o que tem gerado entre os seus parentes a intenção de vingança contra esses garimpeiros", continua o texto. Apenas em 2000, já teriam sido assassinados quatro Yanomami.

Prevendo o risco de "um iminente conflito de grandes proporções", a Urihi solicita ao órgão

indigenista "providências urgentes" para a solução dos problemas que cercam a presença de garimpeiros em Parafuri. *(ISA, a partir do ofício Urihi 340, 04/09/00)*

MINISTÉRIO PÚBLICO QUER QUE PF INVESTIGUE NOVA INVASÃO

O Ministério Público Federal de Boa Vista, Roraima, pediu ontem à Polícia Federal que investigue uma nova invasão de garimpeiros na área indígena yanomami. Os garimpeiros estariam aliciando índios com presentes e armas de fogo, que acabaram sendo usadas em cinco assassinatos de Yanomami cometidos pelos próprios índios, só nesse ano, segundo relatórios encaminhados à presidência da Funai em Brasília e ao procurador da República Felipe Bretanha pela Administração Regional de Boa Vista e pelo Núcleo Interinstitucional de Saúde Indígena (Nisi) Os Yanomami contaram no Nisi que também mataram um garimpeiro a tiros e enterraram o corpo numa roça perto da maloca de Coniuteri. As denúncias são de que haja entre mil e quatro mil garimpeiros na área. "Há denúncias de que os garimpeiros estão tentando jogar índios contra índios. Essa é uma prática comum dos garimpeiros, para agirem com mais liberdade", disse o presidente da Funai, Glênio da Costa Alvarez.
Os relatórios encaminhados pelo Nisi ao procurador Felipe Bretanha e à Funai informam que uma visita à maloca de Iaurata constatou que todos os Yanomami da comunidade, cerca de cem, estavam nos garimpos, situados a uma hora de caminhada da mata. Da maloca, segundo o relatório, é possível ouvir o ruído dos motores das dragas em funcionamento dia e noite. Os índios vão aos acampamentos para trabalhar na extração do ouro ou "simplesmente ficam acampados próximos aos garimpeiros, com o objetivo de receber alimentação ou algum presente". *(O Globo, 21/09/00)*

YANOMAMI/SAÚDE

GARIMPO AUMENTA TAXA DE DOENÇAS E MORTES

O número de mortes por doenças entre os Yanomami poderá se tornar incontrolável se persistir o atraso na liberação de 6 milhões solicitados pela Funai para desintrusar a área. Em menos de um mês, segundo relatório da Funasa, 13 índios morreram com malária e doenças respiratórias em aldeias próximas dos garimpos. O antropólogo Edgar de Magalhães, da Funasa, que vem tentando manter um acompanhamento da saúde e das condições gerais desses índios, garante que a presença de garimpeiros, mesmo durante o inverno chuvoso que castiga o extremo-norte da Amazônia, é bastante acentuada. Edgar diz que o aumento da presença garimpeira está provocando o recrudescimento de doenças consideradas mortais para os frágeis índios da região. Aumentaram os casos de malária e doenças respiratórias e só nestes primeiros seis meses, morreram 60 índios . Para a Funai, 47 foram por doenças e os demais por causas violentas. *(O Liberal, 18/07/96)*

EPIDEMIA DE MALÁRIA ATINGE OS YANOMAMI NA VENEZUELA

Uma epidemia de malária que afeta o Alto Orinoco, no Estado venezuelano do Amazonas, fronteiriço com o Brasil, está provocando a morte de Yanomami, denunciou o bispo de Puerto Ayacucho, Angel Divasson. O alerta da epidemia foi lançado no mês passado em um posto de saúde em território brasileiro. O diretor de Epidemiologia do Ministério da Saúde da Venezuela, Francisco Araoz, disse que uma comissão de médicos e agentes da Guarda Nacional transferiu-se para região para atender os índios. *(A Crítica, 10/11/96)*

FALTA VERBA PARA O DISTRITO

No dia 31 de janeiro de 1997, o coordenador do DSY, da Funasa, enviou memorando ao coordenador regional informando que após dois meses sem receber pagamento, duas empresas de aluguel de aeronaves suspenderam seus serviços. "Para evitar ter que paralisar os serviços diretos a uma população indígena em real risco de extinção", como medida emergencial, a CCPY e a Medecins du Monde "emprestaram" à Funasa um total de 35 horas de vôo, a serem repostas. Sem verba, o fornecimento de medicamentos e alimentos está abaixo do normal e está se tornando impossível continuar a trabalhar na área Yanomami, mantendo dez postos, atendendo emergências e transportando pessoas por via aérea para tratamento, nessa situação "insustentável, humilhante e estressante". Foram solicitadas medidas urgentes para solucionar a situação.
Na região do Parafuri, numa comunidade "protegida" por garimpeiros, 18 a 30 índios estão com a cepa falciparum da malária que, sem tratamento, pode levar à morte. *(Update/CCPY, fev/97)*

DOENÇA PODE CHEGAR ÀS CIDADES

A oncocercose, doença que provoca lesões da pele e pode causar cegueira, está saindo da reserva Yanomami e pode chegar aos centros urbanos levada por garimpeiros. Até recentemente, a doença era restrita aos Yanomami, no Brasil e Venezuela.
Pesquisa recente com 2.828 índios de várias aldeias revelou que 25,3% estavam infectados. Na aldeia de Xitei, 97% dos índios tinham o vetor.
A doença é provocada pelo agente *Onckocerca volvolus* e transmitida por um tipo de mosquito, o borrachudo "simulídio", encontrado em todo o país. Com a invasão das reservas pelos garimpeiros, a doença estaria ameaçando cidades do Norte e Centro Oeste. *(FSP, 25/02/97)*

DEBILITAÇÃO FÍSICA IMPRESSIONA JORNALISTAS

Jornalistas da grande imprensa que visitaram a aldeia yanomami de Surucucus (RR) ficaram impressionados com a debilitação física dos índios e o seu estado visível de fome e doença. *(A Crítica, 06/08/97)*

SERVIDORES DA FUNASA ATENDEM APENAS NA CIDADE...

Os bebês Yanomami estão morrendo porque a Funasa em Roraima não consegue obrigar seus servidores a trabalhar na selva. Médicos e auxiliares de enfermagem contratados para cuidar de dez mil Yanomami se recusam a ir a campo tratar as doenças do branco que são fatais para os índios, como malária. Ficam em Boa Vista, esperando a chegada dos casos mais graves em um hospital batizado de Casa do Índio. A estimativa oficial é de que tenham morrido, em 1997, entre 30 e 35 bebês nas áreas yanomami sob responsabilidade da Fundação. Entre 8% e 10% das crianças que nascem nas aldeias morrem antes de completar um ano de vida.
Dos sete médicos contratados para se revezar nos 15 pólos-base da Fundação, não há pediatras e apenas um está realmente trabalhando na selva com os Yanomami. Aliás, uma: a médica Maria Aparecida da Silva, autora de um amplo dossiê a respeito do descaso com a área yanomami. No nível médio, a situação também é ruim. Dos 41 auxiliares de enfermagem que deveriam ser designados para os postos, somente 13 aceitaram o desafio. Dos 21 enfermeiros, apenas cinco viajam regularmente para o território yanomami. *(Correio Braziliense, 18/01/98)*

... E SÃO AMEAÇADOS DE DEMISSÃO

O presidente da Funasa, Januário Montoni, irá demitir os servidores que se recusarem a trabalhar nas aldeias da reserva indígena

Yanomami, em Roraima. O aumento da mortalidade infantil entre os índios mais primitivos das Américas – 46 bebês, com menos de um ano, morreram em 1997 – fez com que Montoni promovesse, em Brasília, um encontro com o coordenador regional da Funasa em Roraima, Hiran Manuel Dias, e o chefe do Distrito Sanitário Yanomami, Edgard Magalhães. O presidente da Funasa deu um ultimato aos seus dois subordinados para que retomem os trabalhos dentro da área indígena imediatamente. A Funasa conta com cem servidores com contrato temporário em Roraima e outros 149 funcionários concursados. Todos, sem exceção, ao serem contratados, foram cientificados de que teriam que trabalhar na área indígena – que tem 9,4 milhões de ha – enfrentando dificuldades logísticas e doenças endêmicas da região, como malária e oncocercose (que provoca cegueira). *(Correio Braziliense, 07/02/98)*

NOTÍCIA DE SURTO DE MALÁRIA MOBILIZA MINISTÉRIO DA SAÚDE...

O Ministério da Saúde (MS) anunciou ontem medidas emergenciais para conter a malária que ataca os índios da reserva Yanomami, no Amazonas. Coordenador do programa Farmácia Básica, Platão Fischer, disse que o ministério envia hoje 7.500 comprimidos de Mefloquina – medicamento usado para combater a doença – para as três aldeias de Santa Isabel do Rio Negro. Os medicamentos serão transportados para o local em uma aeronave da Força Aérea Brasileira, com duas equipes da Funasa. Segundo Fischer, o ministério foi surpreendido com a denúncia veiculada pelo Jornal Nacional, da Rede Globo. De acordo com a reportagem, oito índios morreram de malária e 32 casos da doença foram registrados. Sem exercer atividades devido à doença, os índios estão passando fome e os remédios estão acabando.

A contaminação dos Yanomami pela malária antecipou a segunda etapa do programa Farmácia Básica, iniciado pelos municípios com até 21 mil habitantes, no final de 1987. O Ministério da Saúde estava examinando a extensão das remessas de medicamentos para regiões carentes, como área indígena e assentamento. As três aldeias de Santa Isabel do Rio Negro vão receber três kits com 40 medicamentos diferentes. *(A Crítica, 05/03/98)*

... E FUNAI

Um técnico da Funai segue hoje para o município de Santa Isabel do Rio Negro (a 628 km de Manaus) para averiguar a denúncia de que os índios yanomami fixados em três aldeias ao longo do rio Mamirauá estariam sendo vítimas de um surto de malária. A notícia de que a malária já matou oito índios e de que três casos da doença já haviam sido registrados naquela área sem que as autoridades de saúde tomassem providências foi divulgada no Jornal Nacional, da Rede Globo. O administrador da Funai em Manaus, Benedito Hangel, 43, garantiu ontem que o órgão não tinha conhecimento da situação. Hangel negou, ainda, que a Funai esteja ausente daquela área há três anos, como foi divulgado na reportagem. De acordo com o administrador, o primeiro posto da Funai (mostrado pelo Jornal Nacional) apenas foi transferido para uma área mais no interior da reserva, chamada de maloca Kona. "Os Yanomami são nômades e às vezes é preciso transferir os postos para acompanhá-los", explicou. *(A Crítica, 07/03/98)*

YANOMAMI DA VENEZUELA BUSCAM ATENDIMENTO NO BRASIL

Yanomami da Venezuela estão se dirigindo ao Brasil em busca de socorro médico. A informação é do serviço de saúde da Administração Executiva Regional da Funai em Boa Vista. As informações dão conta de que o inchaço populacional, a forte estiagem e as queimadas que destruíram as roças dos índios, deixaram escassos os alimentos, provocando forte destruição entre os Yanomami. Por ser a região bastante fria, e estando os índios debilitados, aumentaram os problemas respiratórios, que provocaram também mortes entre os índios, principalmente, entre aqueles vindos da Venezuela. *(Jornal de Brasília, 30/09/98)*

EM 1998, 45 MORTES ATÉ SETEMBRO

Em Roraima, de janeiro a setembro de 1998, morreram 45 Yanomami em Auaris, sendo 13 de malária, 17 de broncopneumonia e 15 por diarréia, desnutrição e causas desconhecidas. Nenhum Yanomami morreu por tuberculose. As mortes por broncopneumonia foram causadas por um surto de gripe que atingiu a capital do estado, Boa vista, entre junho e agosto. *(O Popular, 05/10/98)*

PROCURADOR DA FUNAI DENUNCIA DESVIO DE RECURSOS

O procurador da Funai, Wilson Précoma, denunciou que os índios de Roraima foram abandonados pela Funasa, que teria utilizado para outros fins uma verba de R$ 500 mil destinada à prevenção de doenças que atingem a população indígena. Visitas às aldeias teriam sido suspensas, o que vem causando mortes entre os Yanomami. O diretor do sub-distrito sanitário em Roraima, Ivan Soares Faria, nega a denúncia e afirma que os servidores da instituição estão em campo. Faria atribui as mortes de 43 Yanomami ao contágio de um vírus da gripe, que teria sido levado da Casa de Cura de Rondônia para a aldeia pelos índios. O Correio apurou, no entanto, que dos 69 servidores concursados para trabalhar na área Yanomami, somente 19 aceitaram viajar para as aldeias. *(Correio Braziliense, 08/10/98)*

"CEGUEIRA DO RIO"

A Organização Mundial da Saúde (OMS) comemorou recentemente o sucesso de seu programa de erradicação da chamada cegueira do rio, doença parasitária crônica, conhecida oficialmente como oncocercose, e um dos grandes problemas de saúde pública na África Ocidental, onde 60% da população estava infectada e 10% cega. No Brasil, há ocorrência de oncorcercose nos estados do Amazonas e de Roraima, especialmente na área dos Yanomami, na fronteira com a Venezuela. O primeiro caso conhecido foi o da filha de missionários que trabalhavam em 1967 em Roraima. Vinte anos depois, a Funasa assumiu a coordenação do programa de controle da doença, já endêmica no Parque Indígena Yanomami. Entre 1993 e 1996, em Surucucu, Tucuxim, Homoxi e Xitei, mais de 80% da população indígena estava contaminada. O tratamento foi iniciado, mas esbarra na dificuldade de acesso à área e grande mobilidade dos Yanomami. *(JB, 04/03/99)*

MANUAL ETNOLINGÜÍSTICO AJUDA A ENTENDER E TRATAR

Com a finalidade de facilitar a compreensão das doenças e o atendimento médico da população indígena dos Yanomami, o Museu Paraense Emílio Goeldi editou o livro "Saúde Yanomami – Um Manual Etnolingüístico", de Bruce Albert e Gale Goodwin Gomez. *(FSP, 04/04/99)*

MUDANÇAS PREOCUPAM SERVIDORES

Dados da Funasa indicam que a disseminação de doenças está sem controle nas aldeias Yanomami. Entre 1991 e 1998, morreram 1.211 Yanomami. Os 30 mil Yanomami e as outras etnias de Roraima e Amazonas estão desde o início do mês com o atendimento prejudicado. O presidente da Associação dos Trabalhadores na Saúde Indígena de Roraima, Mateus Gomes da Silva, disse que o governo está "privatizando

SAÚDE YANOMAMI: SITUAÇÃO CRÍTICA EM 1998

Segundo a Associação dos Trabalhadores em Saúde Indígena, de Roraima, os Yanomami estão sucumbindo às doenças trazidas pelos garimpeiros e operários que ocuparam suas terras desde o início da década de 70 quando da construção da Rodovia Perimetral Norte, seguida da 'corrida ao ouro' nos anos 80. O forte impacto epidemiológico, aliado à baixa resistência imunológica destas populações para certas doenças, fez diminuir a população em algumas regiões em 22%, como no Vale do Ajarani e em 50% na região do rio Catrimani.

MALÁRIA

A malária está dentre as doenças mais constantes. Somente do lado brasileiro, onde há registros, foram notificados 27.443 casos nos últimos sete anos, o que corresponde a praticamente metade do número de habitantes. Somente nos primeiros meses de 1998 registrou-se um total de 4.152 casos de malária, indicando um aumento de 93,6% em relação ao primeiro semestre do ano anterior.

PNEUMONIA/IRA

A constante presença de não-índios em seu território e o retorno de pacientes que estiveram internados na cidade de Boa Vista para tratamento de diversas doenças têm introduzido sistematicamente as infecções respiratórias agudas (IRA), comprometendo profundamente suas atividades de subsistência. A cada epidemia de gripe, cerca de 15% dos casos evoluem com complicações bacterianas, principalmente a pneumonia, com alto índice de mortalidade quando não há tratamento médico disponível. Apenas no primeiro semestre de 1998 foram registrados 30 óbitos por pneumonia.

OUTRAS DOENÇAS

As diarréias e a desidratação representam outro grave problema de saúde para os Yanomami. De 1991 até 97, foram registrados 20.388 casos, ou seja, uma média anual de 2.912 casos. No primeiro semestre de 1998 foram 2.088 casos, superando a faixa do esperado para apenas um semestre em 43,4%.

Desde 1991, a média do Coeficiente de Incidência Anual de tuberculose foi de 584 (em cem mil habitantes) A média nacional deste coeficiente é de 50, o que significa que o risco dos Yanomami desenvolverem a tuberculose é quase 12 vezes superior ao da população brasileira em geral. Outras doenças responsáveis por grande número de atendimentos nos últimos anos são as verminoses, as afecções dermatológicas (micoses, infecções e escabiose), as infecções urinárias, as conjuntivites, as odontalgias e os ferimentos e traumatismos.

MORTES

O total de óbitos registrados de 1991 a 1998 (primeiro semestre) foi de 1.211, assim distribuídos: causa desconhecida (35,1%); malária (23,4%), IRA (13,2%); violência (4,5%); causas neonatais (2,6%); diarréias (2%); acidente ofídico (1,8%); tuberculose (1,5%) O desconhecimento da causa de tantos óbitos deve-se, em grande parte dos casos, à ausência de profissional de saúde.

A média anual do Coeficiente de Mortalidade Geral nos últimos sete anos foi de 1.440 (número de óbitos em cem mil habitantes) A média deste coeficiente no Brasil é de 600 óbitos em cem mil habitantes, ou seja, o risco de morrer para os Yanomami é quase 2,5 vezes maior. Se levarmos em consideração que não existe assistência aos Yanomami do lado venezuelano, bem como em parte da Reserva no lado brasileiro, como as regiões do Xiriana, do Padauaris, de Aracaçá e parcos atendimentos em Tukixim, Olomai, Xicoi e Sigaima, a ausência de notificações pode indicar uma situação ainda mais crítica.

POLÍTICA DE SAÚDE

Existe uma indefinição legal sobre a responsabilidade institucional da saúde indígena no país, onde as atividades de assistência primária são responsabilidade da Funai e atividades de controle de endemias, imunização, educação em saúde, desenvolvimento comunitário e treinamento de agentes indígenas são obrigações da Funasa. Em Roraima, há choques de ações entre servidores dos dois órgãos, perpetuando uma disputa pela responsabilidade e, ao mesmo tempo, impedindo uma maior integração interinstitucional. Hoje, oito instituições (seis não-governamentais) se ocupam da Área Yanomami, das quais o Distrito Sanitário Yanomami (DSY), parte integrante da Funasa, tem o papel mais importante, cuidando de 13 dos 24 "pólos-base" de atendimento. (ISA, 23/11/98)

e internacionalizando" o atendimento à saúde dos índios ao transferir os serviços nas aldeias para ONGs. *(Correio Braziliense, 25/07/99)*

FUNAI CULPA FUNASA

O chefe do Departamento de Saúde da Funai, Oswaldo Cid, ingressou com uma representação na Procuradoria Geral da República responsabilizando a Funasa pelo alto índice de mortes e doenças entre os índios yanomami, em Roraima. Relatório do Serviço de Epidemiologia da Funasa, em Roraima, revelou que apenas 20,6% dos Yanomami que morreram ao ano passado receberam algum tipo de assistência médica. No ofício enviado à Procuradoria, o médico informa o percentual de índios que morreram sem assistência médica e diz que o alto índice de doenças respiratórias entre os Yanomami é decorrência da "não presença dos médicos dentro da aldeia como era previsto". *(A Gazeta, 28/07/99)*

SURTO DE TUBERCULOSE

A Funasa perdeu o controle da tuberculose na reserva Yanomami. Só em Boa Vista, na Casa de Cura Hekura Yano, são 52 indígenas com a doença, dos quais 42 Yanomami. A situação vem se agravando desde 1991. Na maloca Sikói, na região de Auaris, há aproximadamente 30 pessoas doentes e deste total 17 estão com tuberculose. O índice tolerável de tuberculose pelo Ministério da Saúde é de 53 casos para cem mil pessoas. Em Sikói, mais de 50% da população está contaminada. Conforme o levantamento feito pelo DSY, já foram registrados até o mês passado 129 casos da doença. Como não se registra a doença como causa mortis, outros casos podem ter ocorrido. *(Folha de Boa Vista, 04/10/99)*

ONG ASSUME SAÚDE YANOMAMI

Mais de 60 profissionais de saúde contratados pela Urihi Saúde Yanomami participam desde ontem de um curso no hotel Itamaraty, com duração de três semanas. Essas pessoas estão recebendo treinamento sobre as principais doenças encontradas na área Yanomami e noções básicas etnográficas yanomami. Este é mais um curso preparatório da Urihi, que, a partir do dia 15 de dezembro, vai assumir a execução dos trabalhos da saúde indígena do Distrito Sanitário Yanomami (DSY) A Urihi é uma organização voltada especificamente para o trabalho de saúde yanomami. Foi criada pela CCPY, que já desenvolvia trabalhos em três áreas indígenas, conforme informações de um dos coordenadores da organização, Cláudio Esteves de Oliveira. Ele disse que o convênio com a Funasa para o trabalho no DSY foi assinado entre a Funasa e a Urihi e não com a CCPY. Disse ainda que, até o momento, a organização só recebeu cerca de R$ 2,5 milhões da Funasa do total de R$ 7,2 milhões do convênio. *(Folha de Boa Vista, 24/11/99)*

YANOMAMI/INCÊNDIO

Em fevereiro de 1998, um incêndio atingiu parcela significativa do Estado de Roraima, abarcando terras indígenas e não-indígenas. A situação foi contornada apenas em abril do mesmo ano. Durante esse período, o incêndio mereceu ampla cobertura da imprensa nacional. Abaixo, seguem um depoimento de Davi Kopenawa Yanomami sobre o evento e uma seleção de manchetes e matérias jornaíísticas mostrando a seqüência dos acontecimentos mais diretamente relacionados aos Yanomami (mais sobre o incêndio no capítulo Roraima – Serra e Lavrado, neste volume)

OS PÉS DO SOL PISARAM A FLORESTA

A seca e o fogo não chegaram sem motivo. Omamari, o espírito do sol, pousou seus pés sobre a floresta. Foi por isso que começou esse calor. Seus pés desceram sobre a terra, pisaram as águas, as praias dos rios, as colinas e as montanhas. Assim que os pés de Omamari se aproximaram do topo da floresta, tudo começou a secar. Os fazendeiros, os colonos e os outros brancos que moram ao redor da nossa terra não sabem nada sobre o espírito do sol. Eles acenderam fogos por toda parte. Foi assim que a floresta começou a queimar, porque a terra, as árvores e as folhas já estavam todas secas.

Nós, habitantes da Serra do Vento, já conhecemos estas coisas. Mas nem todos os Yanomami sabem. Em muitas casas, também acenderam fogo nas suas roças. Mas o chão da floresta estava coberto de folhas secas que começaram a queimar. O fogo passou para as ervas secas, para os troncos de árvores mortas. As brasas voaram por toda parte com o vento. Quando vi isso, fiquei muito preocupado. Pensei que os brancos, mas também os Yanomami, foram muito esquecidos.

A fumaça aumentou pouco a pouco e, de repente, ela estava cobrindo toda a floresta. Primeiro, ela subiu ao céu e, depois, baixou sobre nós. Então, lembrei-me dos antigos e fiquei pensando que, nos tempos primevos, toda a floresta já havia queimado assim. Pensei que poderia recomeçar. Assim, pus-me a cheirar o pó da casca da árvore yãkõanahi *para fazer dançar meus espíritos* xapiripë. *Queria que eles descessem para afastar esta fumaça para longe de nós. Os anciãos da aldeia não me disseram para fazer isso; comecei sozinho, para tentar.*

Meus espíritos tentaram soprar seu vento para afastar a fumaça. Mas não conseguiram. Ela já tinha aumentado demais e estava cobrindo toda a floresta. Os fogos estavam em toda parte ao redor de nós: na floresta, nos campos e até em torno da cidade dos brancos. Então, meu sogro e outros xamãs da nossa aldeia se juntaram a mim para trabalhar. O fogo e a fumaça aumentavam sem parar. Faltavam, ainda, os xamãs das outras aldeias Yanomami também atacar esta fumaça, como a gente.

Onde moramos, perto da Serra do Vento, o fogo também começou na roça. Mas logo ele começou a subir na montanha. Então, mandamos todos nossos espíritos para flechar este fogo e jogar água sobre ele. Assim, ele começou a parar de andar. Se não fosse isso, a floresta teria queimado inteira. Na roça, fomos nós que apagamos o fogo, batendo nele. Nós também ficamos muito preocupados por causa da fumaça. Sabemos que, na montanha, os në waripë, *seres maléficos da floresta, cultivam suas plantas de feitiçaria. Eles secam estas plantas e as sopram sobre os humanos com suas zarabatanas. É assim que eles nos mandam doenças. Quando o fogo começou a subir na Serra do Vento, nós pensamos que essas plantas iriam queimar e que sua fumaça iria deslanchar uma epidemia que poderia matar todos nós. As nuvens de fumaça sobre nós ficaram tão baixas e lamacentas que quase afogamos. Não dava mais para enxergar a floresta, os olhos ardiam, o peito ficava seco, a gente tossia sem parar. Não dava mais para respirar.*

Por isso, com meu sogro e os outros xamãs da aldeia, trabalhamos muito durante esse tempo. Chamamos a chuva. E nossos espíritos jogaram água sobre as chamas. Eles sopraram seu vento para afastar a fumaça, para jogá-la para longe de nós. Assim, aos pouco, ela acabou sumindo da floresta. Mas acho que ela fica escondida no mundo embaixo da terra e, mais tarde, ela poderá voltar.

Foi assim que a floresta já queimou no começo dos tempos. Sabemos isso porque ouvimos as palavras dos antigos. Por isso achamos que a floresta iria queimar-se toda novamente. Já sabíamos. Aconteceu há muito tempo, lá pelo alto Rio Parima, nas serras. Era o tempo de Omama, que criou os Yanomami. Foi ele que apagou as chamas batendo no fogo. Por isso não chegou até as terras baixas. As savanas que existem nas terras altas da nossa floresta, que chamamos purusi, são os rastros e o caminho desse fogo antigo. São como as terras nuas ao redor da cidade, que os Brancos chamam de lavrado. Não existem sem razão. A floresta já queimou assim, e as árvores nunca cresceram de novo. Foi assim que os pés do sol já desceram sobre a floresta nos tempos primevos. Quando eles ficam no alto do céu, o calor da seca não é muito forte. Mas, quando eles pisam sobre a floresta, as árvores secam e tudo se queima. Os peixes e os jacarés morrem. A caça e os humanos sofrem de sede. Foi o que aconteceu, de novo. (Davi Kopenawa Yanomami, maloca Watoriki, set/98. Depoimento recolhido e traduzido por Bruce Albert, IRD)

Davi Kopenawa e família.

ITAMAR MIRANDA/AE - 1997

INCÊNDIO CONSOME 2 MIL HA DA TI

A área está localizada na reserva dos Yanomami, próxima à aldeia de Catrimani. "Todas as áreas estão afetadas pela seca e pelo fogo; os índios Macuxi estão sem água e o gado deles está morrendo", afirmou Walter Blos, administrador da Funai. O Ibama afirma que os incêndios são criminosos: os fazendeiros e os colonos que praticam as queimadas perderam o controle do fogo nas áreas de pastagem e plantio e os incêndios estão se alastrando para as áreas de mata virgem. Só a chuva pode controlar a situação. O Ibama afirma ainda não ter condições para apagar os incêndios. Desde janeiro, 14 municípios do estado estão em estado de calamidade pública. *(OESP, 05/03/98)*

FOGO JÁ DEIXA ILHADAS ALDEIAS INDÍGENAS *(FSP, 19/03/98)*

FHC LIBERA R$ 2 MI CONTRA FOGO. ÍNDIOS AMEAÇADOS *(JT, 20/03/98)*

GOVERNO INICIA COMBATE A INCÊNDIO. FOGO SÓ SERÁ DEBELADO EM 15 DIAS *(Jornal de Brasília, 21/03/98)*

MAIS DE 450 BOMBEIROS DO BRASIL, ARGENTINA E VENEZUELA INTEGRAM O GRUPO QUE DÁ COMBATE AO FOGO *(O Popular, 23/03/98)*

INCÊNDIO EM RORAIMA AINDA ESTÁ FORA DE CONTROLE. HELICÓPTEROS CEDIDOS PELA ARGENTINA ENTRAM EM OPERAÇÃO E APAGAM FOCOS EM ÁREAS INACESSÍVEIS POR TERRA. FOGO AMEAÇA OS YANOMAMI. *(O Globo, 23/03/98)*

IMPRENSA ESTRANGEIRA TEME POR YANOMAMI. JORNAIS DE LISBOA ACUSAM GOVERNO BRASILEIRO DE OMISSÃO DIANTE DO INCÊNDIO *(O Globo, 23/03/98)*

INCÊNDIOS NAS SELVAS DE RR SE AMPLIAM E AFETAM OS YANOMAMI. BOMBEIROS USAM TÉCNICAS DE TRINCHEIRAS PARA EVITAR A PROPAGAÇÃO DO FOGO *(Tribuna da Imprensa, 24/03/98)*

FOGO EM RR AMEAÇA QUASE SEIS MIL ÍNDIOS. PRESIDENTE DO IBAMA DIZ QUE INCÊNDIO JÁ ALCANÇOU 25% DA SUPERFÍCIE DO ESTADO, MAS SÓ QUEIMOU TOTALMENTE DE 3% A 4% *(O Globo, 24/03/98)*

ONU VAI AJUDAR A COMBATER FOGO EM RR. AMBIENTALISTAS CRITICAM DEMORA DO GOVERNO BRASILEIRO EM ACEITAR AJUDA OFERECIDA PELO ÓRGÃO HÁ 3 MESES *(FSP, 25/03/98)*

DESCONTROLE FAZ BOMBEIROS PRIORIZAR VIDAS. COORDENADOR DO COMBATE AO FOGO EM RR DIZ QUE É IMPOSSÍVEL APAGAR TODOS OS FOCOS NO ESTADO *(OESP, 25/03/98)*

FOGO AMEAÇA ALDEIAS YANOMAMI. LEVANTAMENTO DO INPE ESTIMA QUE ENTRE 13% E 17% DO TERRITÓRIO DE RR FOI QUEIMADO *(Zero Hora, 25/03/98)*

GOVERNADOR AGRADECE APOIO ARGENTINO. VENEZUELA, ALEMANHA E G7 TAMBÉM PRESTAM AUXÍLIO *(OESP, 26/03/98)*

Aldeia yanomami queimada.

JOSÉ PAULO LACERDA/AE - 1998

JOGO DE EMPURRA ALIMENTA INCÊNDIO EM RR. ÓRGÃOS FEDERAIS TROCAVAM COMUNICADOS ENQUANTO FOGO ATINGIA A MATA. FUNAI APONTA OMISSÃO PROPOSITAL DO ESTADO. IBAMA ALERTOU PARA FOGO HÁ DOIS MESES *(FSP, 27/03/98)*

BIRD OFERECE US$ 5 MILHÕES PARA COMBATE AO FOGO. ATÉ AGORA O GOVERNO LIBEROU R$ 2 MILHÕES PARA RR CONTROLAR INCÊNDIOS. EMBRAPA PODE ENVIAR TÉCNICOS E EQUIPAMENTOS. INPE AVALIA DANOS CAUSADOS NA COBERTURA VEGETAL. REGENERAÇÃO DE FLORESTAS LEVARÁ DÉCADAS, DIZEM ESPECIALISTAS *(OESP, 27/03/98)*

LUIZ INÁCIO DA SILVA, CANDIDATO À PRESIDÊNCIA PELO PT, VAI A RR E FAZ PLANALTO REAGIR. ESTADO É DE POUCOS VOTOS, MAS ESTRATÉGICO, PORQUE ATRAI O INTERESSE DE OUTROS GOVERNOS E DE ONGS *(OESP, 27/03/98)*

FUMAÇA ISOLA BOA VISTA E INCÊNDIO AVANÇA PELO SUL DE RORAIMA. A COORDENAÇÃO DE COMBATE AO FOGO IDENTIFICOU ONTEM CINCO FOCOS, QUE PODEM SE ESPALHAR RAPIDAMENTE. GOVERNO DA GUIANA DECRETA ESTADO DE EMERGÊNCIA. CNBB COMEÇA CAMPANHA PARA AJUDAR VÍTIMAS DE INCÊNDIO *(Diário de Cuiabá, 28/03/98)*

PERITOS DA ONU CHEGAM A RR. FOGO JÁ ATINGE UMA ÁREA DE 36 MILHÕES DE HECTARES. EXÉRCITO DESCOBRE NOVAS QUEIMADAS NA REGIÃO *(Diário Catarinense, 31/03/98)*

PAPA FAZ DOAÇÃO AOS YANOMAMI

O jornal italiano *El Corriere* impressionou o papa João Paulo II ao informar que o governo brasileiro não socorreu os índios Yanomami após o megaincêndio de Roraima, liberando ajuda apenas para os fazendeiros. O papa doou imediatamente US$ 11 mil de seu próprio bolso e anunciou que o Vaticano vai destinar outros US$ 25 mil para serem investidos em alimentos e saúde nas aldeias Yanomami. *(A Crítica, 20/05/98)*

DOAÇÕES DA UNIÃO EUROPÉIA

Representantes do Conselho Indígena de Roraima (CIR), da Comissão Pró-Yanomami, da União Européia e de quatro entidades de apoio européias estiveram reunidos, entre os dias 20 e 23 de maio, para acertar o repasse de R$ 1,2 milhão às comunidades indígenas afetadas pela seca e pelo incêndio que devastou cerca de 15% do estado de Roraima. Os recursos foram levantados pelas ONGs France Liberté, Oxfam (Inglaterra), Movimondo (Itália) e Médicos Sem Fronteira (Holanda) junto ao Echo, o Departamento Humanitário da Comunidade Européia. *(ISA, 27/05/98)*

YANOMAMI/GERAL

LIVRO "A FARSA YANOMAMI" REVOLTA PROFESSORES INDÍGENAS

A indicação do livro "A farsa Yanomami" para a rede pública de Roraima causou indignação dos líderes e entidades indígenas reunidos em Manaus para o X Encontro de Professores Indígenas do Amazonas.

O livro foi escrito pelo coronel de reserva Carlos Alberto Lima Menna Barreto e publicado pela Biblioteca do Exército Editora, no RJ, em 1995. São 211 páginas divididas em 26 capítulos, todas marcadas pela insatisfação com as demarcações de terras para os índios e com a crescente atuação das ONGs, que estariam agindo em prol da internacionalização da Amazônia. Num dos capítulos, "A Ianomanização dos índios", o autor declara que os Yanomami não existiam e sugere que a imprensa "fez uma fantasia" da situação de forma errônea.

Gaúcho de Porto Alegre, o coronel Menna Barreto morreu no Rio de Janeiro em 1995. Pertencia a uma tradicional família de militares. Cursou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e Escola Superior de Guerra. Exerceu o cargo de Secretário de Segurança de RR a convite da Presidência da República. *(A Crítica, 02/08/97)*

CCPY GANHA PRÊMIO DO GOVERNO FHC

A CCPY ganhou prêmio do Ministério da Justiça, em reconhecimento ao trabalho em defesa do povo Yanomami em Roraima. A ONG ficou em segundo lugar na categoria Organizações Não-Governamentais em concurso promovido pelo Programa Nacional de Direitos Humanos. Como contribuição simbólica, a Comissão vai receber a quantia de 25 mil reais. A ONG ainda não decidiu sobre o investimento do dinheiro. Ferrenho crítico da CCPY, o governo faz o primeiro reconhecimento público, em função do serviço que a ONG tem desenvolvido, há 15 anos, na luta pela garantia à terra aos Yanomami, além de manter programas de educação e saúde na área. *(Folha de Boa Vista, 13 e 14/12/97)*

DAVI EM CONFERÊNCIA SOBRE OS "500 ANOS"

O discurso da diferença marcou a abertura da segunda etapa do ciclo de conferências "Brasil 500 anos – experiência e destino", promovido pela Funarte e o Ministério da Cultura. Convidado para a primeira palestra do bloco "A outra margem do Ocidente", que pretende discutir, até novembro, os frutos do encontro entre europeus e índios, o yanomami Davi Kopenawa começou a apresentação em sua própria língua. A distância entre o português e o yanomami, porém, foi apenas uma das muitas diferenças exibidas pelo xamã ao público no auditório do Palácio Gustavo Capanema. *(O Globo, 14/09/98)*

Lins é o único yanomami-soldado servindo no pelotão do exército em Maturacá. Freqüentemente, por determinação do comandante, posa da "soldado-yanomami" para os visitantes.

VENEZUELA NEGOCIA CONHECIMENTOS TRADICIONAIS

O governo da Venezuela firmou, em janeiro de 1999, contrato com a Universidade de Zurique, Suíça, concedendo-lhe o direito de acessar os recursos genéticos, inclusive os "componentes intangíveis", manejados pelos Yanomami. O acordo foi assinado dias antes de Rafael Caldera entregar a presidência da República a Hugo Chávez Frias, empossado em fevereiro. Pactuados sob sigilo, os termos do contrato vieram parcialmente a público em 26 de janeiro, através de reportagem publicada no *El Nacional*, diário de maior circulação no país.

Júlio César Centeno, especialista em florestas e professor da Universidade dos Andes (Mérida), informou ao ISA que o acordo foi selado pelo Ministério do Meio Ambiente venezuelano com a cumplicidade da Direção de Assuntos Indígenas do Ministério da Educação; o *El Nacional* cita o Herbário e a Escola de Antropologia da Universidade Central da Venezuela como avalistas do contrato. Segundo Centeno, pelos termos anunciados, a Universidade de Zurique terá direito sobre 80% dos ganhos e benefícios - inclusive comerciais - decorrentes da exploração das informações genéticas obtidas entre os Yanomami. "O ministério se conforma com 20% dos ganhos das patentes e comercialização do que ali se encontrar", avalia. *(Parabólicas – ISA, mar/99)*

TURISMO NO PICO DA NEBLINA INCLUI ALDEIAS YANOMAMI

Há turistas visitando periodicamente as aldeias Yanomami. Entre dezembro de 99 e maio de 2000, pelo menos seis turmas (formadas por norte-americanos, japoneses, coreanos, italianos, israelenses e brasileiros de SP e MG) estiveram por lá. A maior parte, levada por guias turísticos, foi autorizada pelo Ibama a visitar o Pico da Neblina, passando, no caminho, pelas aldeias.

O Ibama, que cobra taxa dos visitantes, alega que tem competência para autorizar, unilateralmente, o acesso ao local, já que se trata de Parque Nacional. A Funai local autorizou a entrada de dois norte-americanos, que trocaram roupas usadas pela chance de fotografar os Yanomami.

DIVISÃO DOS GANHOS

De modo geral, os Yanomami se dizem a favor do turismo, desde que os ganhos sejam repartidos. Um Yanomami serviu, ele mesmo, como guia a turista italiano. Em troca, recebeu gasolina para o motor do barco de seu pai, chefe da aldeia de Maturacá. A comunidade de Nazaré ganhou bote e motor por permitir que um grupo de coreanos levados pelo Ibama fizesse uma filmagem.

NUS PARA FOTOS

Os guias negociam o acesso às aldeias explorando as disputas entre os chefes yanomami. Na comunidade de Nazaré, um guia pediu que os Yanomami ficassem nus para serem fotografados pelos visitantes. O fato causou desconforto entre a comunidade, que não quer mais a presença de turistas. Apesar disso, um Yanomami de Ariabu, guarda-campo assalariado pela Comara, sempre passa por Nazaré com garimpeiros e turistas, pernoitando na casa de sua irmã. (ISA, jun/00)

CALENDÁRIO TRAZ DESENHOS E DEPOIMENTOS

A editora DBA e a CCPY lançaram, em 11 de dezembro de 1999, o calendário "Rastros Yanomami 2000". Os desenhos, com pincel atômico, e os textos-depoimentos - tudo de autoria de indivíduos Yanomami - referem-se a aspectos mítico-cosmológicos deste povo, bem como a preocupações recentes, como as epidemias de malária e tuberculose introduzidas pelos "civilizados". Parte da venda dos dois mil exemplares que compõem a tiragem do calendário será revertida para os Yanomami, através da CCPY.

O desenho para o mês de janeiro é assinado por Davi Yanomami. Retrata a sobrenatural "floresta nova", que, conforme a visão do autor, encontra-se sob a proteção do criador Omama, mas que, um dia, será ofertada ao homem para substituir a que está suja. *(ISA, a partir FSP, 09/12/99)*

AYRCA: UMA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI NO AMAZONAS

A Associação Yanomami do Rio Cauaburis (Ayrca) está ligada às aldeias Maiá, Ariabu e Maturacá, situadas em torno da Missão Salesiana instalada na região. Fundada em dezembro de 1998, a Associação vem tentando se recuperar de um início de existência turbulento, marcado por graves conflitos internos. Sua fundação é controversa. Júlio Góes reivindica a autoria, mas é acusado por muitos de ter usado a criação de uma associação para obter bens em benefício próprio, através de projetos.

MUDANÇA DE PRESIDENTE

O primeiro presidente da Associação, Pedro Renato, foi deposto em fevereiro de 2000. Junto com ele, saiu de cena o arquivo de documentos da Ayrca, que foi queimado. Renato foi acusado de usar os recursos repassados pela Foirn (cerca de 800 reais) em benefício próprio, sem prestar contas. Além disso, teria contraído dívida não paga com a comunidade de Ariabu, causando conflito com o tuxaua local, que é seu sogro. Com a deposição de Renato, assumiu o vice, Valdir Góes, filho de Daniel Góes, o tuxaua de Maturacá. Na assembléia de final de fevereiro de 2000, Valdir foi efetivado e a vice-presidência ocupada por Florisa, filha de Júlio Góes.

FONTE DE RECURSOS

Um convênio recente entre IDS e Foirn permitiu o repasse de R$ 4 mil à Ayrca, prevendo a aquisição de equipamentos, a construção de uma sede da entidade na aldeia de Maturacá e a realização de uma oficina de capacitação organizacional, a ser oferecida por alunos da Universidade do Amazonas.

DESCONFIANÇA E RESISTÊNCIA

A AYRCA tem sido usada como canal para o envio de ofícios a autoridades, com demandas pontuais e denúncias. Mas sua principal missão, que seria colocar no mercado o cipó, farinha, piabas, laranja e artesanato produzidos pelos Yanomami, sofre resistência das comunidades, que, por participarem pouco do processo de escoamento da produção, desconfiam da mediação feita pela Associação.

Para os chefes, é difícil evitar a impressão de que concentram os benefícios econômicos dos projetos. No momento, nas comunidades da região do rio Cauaburis, 17 das 23 funções remuneradas são ocupadas por pessoas designadas como periomi (chefes e parentes de chefes), que se diferenciam dos demais membros da sociedade yanomami, chamados de kasiteri. Também é conhecido o fato de os chefes possuírem sítios, perto de onde os salesianos estão instalados.

NOVA DIRETORIA

Entre 27 e 29 de junho de 2000, na Missão Salesiana de Maturacá/Ariabu, ocorreu a III Assembléia Geral da Ayrca. Uma nova diretoria foi eleita: com 103 votos, Valdir Góes foi escolhido para continuar na presidência; Armindo (de Ariabu), que recebeu 130 votos, será o vice; Arnaldo (105 votos, tesoureiro) e Renato (109 votos, secretário) completam a equipe.

Além da eleição, estiveram em pauta assuntos como o curso de capacitação de lideranças, realizado com o apoio da Foirn e do IDS, as situações da educação escolar e da saúde, a relação das comunidades com a Funai, a Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira e o Pelotão do Exército instalado na região, bem como os problemas da bebida alcoólica e da prostituição das jovens yanomami. Estiveram presentes lideranças yanomami, representantes da Foirn, IDS, Missão Salesiana, Funai, Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira e Exército. A data da próxima assembléia ficou acertada para 15 de agosto de 2001. (ISA, jun/00)

LIVRO DENUNCIA PESQUISADORES...

Antes mesmo de ser lançado, um livro está sacudindo a tribo antropológica norte-americana. "Darkness in El Dorado" (Trevas no Eldorado), do jornalista Patrick Tierney, tem tudo para virar best seller também no Brasil: Yanomami, eugenia, abuso sexual e genocídio. Todo mundo fala dele, mas ninguém ainda leu. Melhor dizendo, pouca gente leu a obra (que traz o vendável subtítulo "Como Cientistas e Jornalistas Devastaram a Amazônia"). Um capítulo sairá na próxima revista "The New Yorker". O alvo central das denúncias é Napoleon Chagnon, antropólogo da Universidade da Califórnia em Santa Barbara que pesquisou os Yanomami da Venezuela na década de 60. Seu livro "O Povo Feroz" (1968) foi, durante anos, obra de referência sobre a etnia. Ele é acusado de encenar conflitos entre aldeias Yanomami, para documentar sua tese de que se trata de um povo cronicamente propenso para a guerra. A encenação teria depois degenerado em matança real. Segundo Tierney, Chagnon teria também participado de experimentos conduzidos com os índios da Venezuela por James Neel, geneticista da Universidade de Michigan. Neel utilizou uma vacina anti-sarampo sobre a qual pesa a suspeita de ter desencadeado uma epidemia que matou dezenas, talvez centenas de Yanomami.

Na Internet - Nos EUA como no Brasil, circulam vários e-mails sobre o caso. Um deles foi escrito por dois antropólogos citados no livro, Terence Turner, da Universidade Cornell, e Leslie Sponsel, da Universidade do Havaí, dos poucos que de fato leram "Darkness in El Dorado". A correspondência, originalmente destinada à presidência da Associação Antropológica Americana (AAA), alertava para o conteúdo explosivo do livro."Escrevemos para informar sobre um escândalo iminente que vai afetar a profissão antropológica americana como um todo aos olhos do público e despertar indignação intensa e chamados à ação entre os membros da associação", diz o e-mail. "Por sua escala, ramificações, pura criminalidade e corrupção, não tem paralelo na história da antropologia."A AAA publicou nota oficial, que pode ser lida na Internet(www.ameranthassn.org/press/eldorado.htm): "Até que haja uma discussão e uma revisão completa e imparcial das questões levantadas pelo livro, seria injusto externar um julgamento sobre as acusações específicas contra indivíduos que ele contém", afirma.

O que diz Chagnon - O caso chegou a uma publicação dirigida a acadêmicos norte-americanos, "The Chronicle of Higher Education". Procurado por ela, Napoleon Chagnon disse que não se pronunciaria. No entanto, um e-mail seu com uma espécie de pedido de socorro acadêmico também caiu na rede. Chagnon afirma, na mensagem a um colega da Universidade da Califórnia: "Preciso de todos os aliados que puder reunir, nesta altura". Informa que está constituindo um advogado especializado em processos de calúnia e difamação e negociando com a revista "The New Yorker" a publicação de sua versão na mesma edição em que sairá o texto de Tierney.Nem mesmo os inimigos de Chagnon saem ilesos de "Darkness in El Dorado". Por exemplo, o antropólogo francês Jacques Lizot, que viveu 30 anos entre Yanomami venezuelanos e sobre eles escreveu "O Círculo dos Fogos" (lançado no Brasil pela editora Martins Fontes). Segundo Tierney, Lizot não teria apenas escrito sobre a liberdade sexual entre índios, mas também usufruído dela. *(Marcelo Leite, FSP, 23/09/00)*

... E CIENTISTA GAÚCHO DEFENDE COLEGA ACUSADO

Para o geneticista gaúcho Francisco Salzano, que trabalhou com James Neel por quase 50 anos, o livro de Patrick Tierney é um "caso de polícia". "Ele é um exemplo do extremo a que uma pessoa pode chegar para alcançar a fama", disse o cientista em congresso de genética em ¡guas de Lindóia (SP). Salzano era colega e amigo pessoal de Neel. Os dois começaram a colaborar em 1957. A parceria só se desfez com a morte do americano, no começo deste ano. O geneticista gaúcho homenageou Neel em sua palestra de abertura do 46º Congresso Nacional de Genética. "Ele foi um exemplo não só de cooperação científica, mas também de dignidade humana."Segundo ele, as afirmações de Tierney sobre a conduta de Neel em relação aos Yanomami são uma fantasia."O estudo foi publicado no "American Journal of Epidemiology", uma das revistas mais sérias do mundo", afirmou Salzano. "Se a vacina fosse letal, a revista seria a primeira a condená-la". Salzano disse que a vacina foi testada em populações do mundo inteiro e que todos os efeitos foram acompanhados minuciosamente pela equipe de Neel. "Se houve genocídio, onde estão os mor-tos?", pergunta. O geneticista gaúcho disse ter tomado conhecimento da polêmica por meio de Napoleon Chagnon, que teria afirmado que pretende processar Tierney. *(Cláudio Ângelo, FSP, 23/09/00)*

YANOMAMI.COM

Em setembro, a CCPY tomou conhecimento da apropriação do domínio na Internet do título "Yanomami.com". Ao pesquisar a possibilidade de registrar o endereço eletrônico para o povo Yanomami, deparou-se com a informação de que o título já pertencia a uma empresa dos Estados Unidos, especializada em domínios na Internet. Além de ter os direitos de usá-lo, a empresa pode vendê-lo. O valor estabelecido é de US$ 25 mil, segundo informou a diretora da empresa, Mercedes Mèier.

Davi Kopenawa, líder do povo Yanomami, informado do fato, escreveu-lhe a seguinte carta, que já está a caminho dos EUA:

"Demini, 19 de setembro de 2000

Senhora Mercedes Mèier,

Eu, Davi Yanomami, estou mandando este comunicado para senhora da sociedade não indígena, para senhora da sociedade norte-americana, porque descobrimos na Internet que vocês estão usando o nome do povo Yanomami, sem nos conhecer, nas nossas aldeias. A senhora não é da nossa confiança. Nós não conhecemos a senhora. Eu quero que a senhora pare de usar o nome dos Yanomami. A senhora não pediu autorização, antes de usar o nosso nome, o nome dos Yanomami.

Eu, Davi Yanomami, fiquei revoltado por causa do nome do meu povo, que está sendo usado na capa do papel e depois vão produzir pra vender por US$ 25.000 (vinte e cinco mil dólares americanos). O nome dos Yanomami não é pra negociar. Yanomami é nome de um povo muito antigo. Nós queremos que a senhora respeite o nome dos Yanomami. Não queremos arranjar outra briga. Já temos briga no Brasil. Então, esta é minha palavra a sociedade não indígena : respeitar e entender. Davi Kopenawa Yanomami." *(Boletim da CCPY, Edição nº 7, out/00)*

WAIMIRI-ATROARI

CASAL ALEMÃO SURPREENDIDO...

Um casal de alemães, o jornalista Rainer Vollner e sua companheira, Irmgard, foram abordados por índios Waimiri-Atroari enquanto cruzavam a área de mesmo nome. Eles pretendiam escrever reportagens para o Parlamento Alemão sobre as condições de vida dos moradores da região. O casal havia saído de Manaus no dia 4, a bordo do barco Noel, com mais cinco pessoas - tripulação mais o guia Peter Hoestmann, também alemão - e, quando chegaram ao rio Curiuau, que corta a área Waimiri-Atroari, já à noite, foram abordados por um barco da Funai com pessoal armado.

Segundo Vollner, um dos tripulantes, que se identificou como diretor do posto da Funai na área, exigiu que Hoestmann e o comandante do barco o seguissem até o posto, numa embarcação da própria Funai. Quando chegaram ao lo-

cal onde seria o posto, esperaram por 20 minutos até que três índios armados chegaram junto com o funcionário do órgão. Em seguida, foram levados a uma maloca próxima do posto, onde sofreram ameaças do chefe indígena. Cerca de uma hora depois, segundo Hoestmann, o barco com o casal de alemães atracou no porto. "Nós fomos obrigados a descer e, com as pontas das flechas, os índios nos agrediram. Até o guia teve sua orelha perfurada pela ponta das flechas", informou Vollner. Confundidos com turistas, os "visitantes" tiveram todos os seus pertences jogados no rio pelos índios - roupas, dinheiro, passaportes, máquina fotográfica e combustíveis. O prejuízo foi calculado em R$ 20 mil. Ao final, foram reconduzidos para fora da área de barco. *(A Crítica, 11/07/96)*

... E FUNAI TEM QUE CONTORNAR CRISE DIPLOMÁTICA

A presidência da Funai está tentando fazer com que o caso ocorrido com o casal de alemães dentro da TI Waimiri-Atroari não vire um incidente diplomático. Em Manaus, um técnico do Programa Waimiri-Atroari (PWA), mantido pela Eletronorte, afirmou que considera que o grupo invadiu a área dos Waimiri-Atroari. Segundo ele, é impossível que tenha ocorrido um engano na rota de navegação do grupo, já que os limites da reserva estão bem sinalizados.
Segundo Raimundo Cerejo, funcionário da Funai que acompanha o processo, a presidência da Funai recebeu uma carta da direção regional (em Manaus) comunicando o problema e aguardando as providências que dependerão do relatório dos técnicos que foram enviados à reserva. "Mas é importante salientar que o artigo 231 da Constituição determina que alguém só pode entrar numa área indígena com a autorização dos índios e da Funai, e o alemães não fizeram isso", disse. De acordo com o coordenador interino de Educação e Documentação do PWA, as pessoas que os índios não conhecem e que entram na reserva sem sua autorização prévia são encarados como invasores "em função do passado marcado por massacres e lutas pela terra". *(JB, 11/07 e A Crítica, 12/07/96)*

VISITA DO PRESIDENTE TCHECO

O presidente da República Tcheca, Vaclav Havel, aproveitou sua visita ao Brasil para visitar os índios Waimiri-Atroari. Havel trocou presentes com Tomás Temberre, líder indígena. O presidente deu uma espada de prata e ganhou um arco com três flechas *(FSP, 19/09/96)*

REGIONAIS ACUSAM WAIMIRI-ATROARI DE MONOPOLIZAR IGARAPÉ

Os presidentes das comunidades de Padre Calleri, Nova Jerusalém e Boa Esperança, localizadas na rodovia BR-174, denunciaram ontem que os Waimiri-Atroari estão impedindo que pesquem no igarapé Água Branca. A denúncia foi feita através de um abaixo-assinado entregue à administração da Funai em Manaus e ao PWA. De acordo com o presidente da comunidade Padre Calleri, Evandro de Freitas, os índios construíram um cercado que impede as famílias de pescarem, uma das atividades que garante o sustento das comunidades. Freitas diz não ter conhecimento de que ali seja terra dos índios. "Sempre pescamos ali e nunca tivemos problemas", observa. Segundo Freitas, um pescador de 71 anos foi saqueado pelos Waimiri-Atroari ao tentar pescar na área, tendo-lhe sido tirados um motor de popa, uma canoa, anzóis e linha de pesca. Em Presidente Figueiredo, a Funai disse aos denunciantes que nada poderia ser feito. *(A Crítica, 11/03/97)*

JÓIA A PARTIR DE BRACELETE

A designer de jóias carioca Teresa Xavier, única brasileira que está entre os 25 vencedores do Diamonds International Awards 1998, criou um bracelete que combina palha trançada pelos Waimiri-Atroari e 57 diamantes. O bracelete é originalmente utilizado pelos índios como um amuleto contra o mau-olhado. *(OESP, 18/01/98)*

COMPRADORES DA ELETRONORTE HERDARÃO PROGRAMA

O grupo que adquirir o Sistema Manaus de Geração de Energia vai herdar uma série de compromissos sociais e ecológicos firmados pela Eletronorte na região. Entre eles, o de garantir a permanência na área e prestar assistência permanente à população Waimiri-Atroari, cuja existência estava ameaçada em 1981.
Os índios já chegaram a ser pouco mais de 250 pessoas. Com a ajuda da empresa estatal, hoje são mais de 700 pessoas vivendo na região. A preocupação com os Waimiri-Atroari por parte da Eletronorte vem desde a formação do lago no rio Uatumã, que inundou parte considerável do território Waimiri. Um convênio firmado com a Funai estabeleceu uma cota anual de R$ 800 mil, com a qual são adquiridos equipamentos, roupas, remédios e outros objetos de uso individual e coletivo.
A Eletronorte também firmou convênios com vários órgãos governamentais de meio ambiente, que garantiram a preservação de espécies importantes de quelônios e mamíferos aquáticos (tartarugas, botos, ariranhas, lontras peixes-bois e outros). A região está sendo usada como universidade de biodiversidade por diversas escolas do país. *(JB, 30/03/98)*

LIVRO NEGA CULPA DOS WAIMIRI NO MASSACRE DE 1968...

Foi lançado o livro Massacre *(Editora Loyola, 239 páginas)*, do padre Silvano Sabattini, missionário da Congregação dos Consolata, presidente da Comissão Pró-Índio da Prelazia de Roraima. A obra parte da recusa do missionário em aceitar a versão oficial dada ao massacre de uma expedição comandada pelo sacerdote João Calleri, que seguira de Manaus para a área dos índios Waimiri-Atroari, num trecho da rodovia BR-174.
Padre Calleri viajou em outubro de 1968 acompanhado de sete homens e duas mulheres, com a missão de pacificar os índios e permitir a construção da estrada, que foi inaugurada em novembro. Os expedicionários acabaram mortos a tiros e flechadas, às margens do rio Abonari, hoje município de Presidente Figueiredo (AM). Os Waimiri-Atroari foram apontados como os responsáveis pelas mortes.
Trinta anos depois, o livro de Sabatini apresenta os resultados de suas investigações, que chegaram a reunir 200 horas de entrevistas e cem quilos de documentos. De acordo com elas, a equipe de Calleri foi vítima de uma emboscada preparada pelos brancos, envolvendo o pastor protestante Claudio Leawitt, do Movimento de Evangelização da Amazônia (Meva), um coronel inglês a serviço na Guiana, Willian Thompson, que seria ligado à CIA, e um mateiro que participava da expedição, único sobrevivente. Tanto a Meva como a CIA estariam interessadas na extração de minérios na região, e consideravam incômoda a presença de Calleri na área Waimiri-Atroari. *(Isto É, 09/12/98)*

... MAS CACIQUE ASSUME PARTICIPAÇÃO

O cacique Mário Paruwé, de 48 anos, quebrou o silêncio: relatou como, ainda adolescente, participou com mais 59 índios, do massacre de 12 pessoas da expedição do padre italiano Giovanini Calleri, em 1968. Na versão oficial, o padre irritou os índios ao pegar de volta presentes que havia oferecido. Paruwé desmente: "O padre chegou atirando e depois quis nos amansar e catequizar, mas não aceitamos". Ele não revelou como ocorreram as mortes. Paruwé esclareceu ainda os motivos que levaram seu

povo a matar o respeitado sertanista Gilberto Pinto Figueiredo, em 1974. O sertanista foi para a aldeia tentar diluir as tensões criadas pela abertura da estrada "e foi confundido com um inimigo", disse. "Com a chegada da estrada, veio muito bandido com metralhadora e muitas casas foram destruídas". *(OESP, 19/04/99)*

PROJETO COLHE RESULTADOS

Iniciado há dez anos, o Projeto Waimiri-Atroari (PWA) desenvolve ações integradas de saúde, educação, proteção ambiental e apoio à produção no sul de Roraima e no norte do Amazonas. Seu objetivo é melhorar a qualidade de vida dos índios e equilibrar as relações econômicas e culturais dos Waimiri-Atroari com a população civilizada. Os resultados do PWA já são mensuráveis na área de saúde: em dez anos a população dos Waimiri-Atroari aumentou de 374 para 780 pessoas, um crescimento populacional de 7% ao ano. O Programa mantém 12 postos de saúde para o atendimento primário nas aldeias, e providencia a remoção para hospitais em cidades vizinhas quando necessário. O mesmo ocorre nos serviços odontológicos. Na área de educação, conseguiu alfabetizar 40% da comunidade com a participação de 26 professores indígenas e 8 não-índios. O PWA é coordenado pelo indigenista Porfírio Carvalho. *(O Liberal, 28/10/98)*

ESCOLA FORTALECE RESISTÊNCIA

Na fronteira dos Estados do Amazonas e de Roraima, os índios Waimiri-Atroari cantam e dançam como num tempo experimentado por seus antepassados, há mais de um século. Vivendo num território privilegiado por riquezas naturais, alvo de invasões, eles passaram por sucessivos massacres e de um total de cerca de seis mil, no século 19, ficaram 350, em 1974. O sangue derramado ao longo das aldeias fez brotar um sentimento forte, que tem na educação o maior alicerce. Hoje, a população é de 823 índios, dos quais 500 são crianças vivendo em 17 aldeias, onde em todas há escolas. Nelas, recebem as lições que servem para fortalecer e garantir a vida. "Aprendemos a fazer o roçado, de onde tiramos alimento, e outras coisas que usamos quando temos que tratar com os brancos", afirma Renato Maika, estudante há mais de 11 anos e agora preparando-se para assumir o posto de professor. No total, são 28 professores na área. Na escola, construída seguindo o padrão tradicional da arquitetura utilizada nas malocas, Maika aprendeu primeiro a língua materna, as lendas, as tradições, o melhor jeito de fazer roçado de mandioca. O

LUZIVALDO QUEIRÓZ/AC

Waimiri-Atroari em atividades do Projeto de Educação.

conhecimento não ficou limitado a isso. No conteúdo escolar, entraram disciplinas novas e fundamentais para o resgate da cidadania do seu povo. São elas: língua portuguesa, etno-matemática, biologia e até computação. *(A Crítica, 05/12/99)*

ASFALTAMENTO DA BR-174

PLANO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Os Waimiri-Atroari querem o repasse antecipado de R$ 3,9 milhões para permitir o asfaltamento dos 125 km da rodovia BR-174 (Manaus-Boa Vista) que corta sua reserva. O valor será aplicado no Plano de Preservação Ambiental e Vigilância, por um período de dez anos e faz parte de um acordo assinado, em outubro do ano passado, entre os governos do AM e RR, ministérios dos Transportes e da Justiça, a Funai e representante dos índios. Até hoje, os recursos não foram repassados porque dependem da aprovação do Congresso Nacional, que ainda não votou o orçamento de 96. Os repasses estaduais - o governo do AM deve contribuir com R$ 500 mil - só sairão junto com os recursos federais, segundo adiantou a assessoria de imprensa do Estado.

Segundo o coordenador do PWA, Porfírio Carvalho, os índios querem o repasse integral e antecipado, embora os recursos devam ser aplicados por um período de dez anos. Com esse dinheiro, eles querem ampliar o sistema de vigilância, aumentando o número de bases e veículos de fiscalização ao longo da estrada e implantar um sistema de radar para evitar possíveis invasões da área, afirma Porfírio. O custo anual desse plano é de R$ 390 mil e sua execução e manutenção ficarão a cargo do PWA, órgão de gerenciamento terceirizado, mantido pela Eletronorte em convênio com a Funai.

A obra de recuperação da BR-174 está parada há três meses no trecho que passa dentro da reserva Waimiri-Atroari desde o rio Abonari, no município de Presidente Figueiredo (AM), até o rio Jundiá (RR). Em condições precárias, pela BR-174 trafegam cerca de 70 veículos por dia, cortando os 2,58 milhões ha da reserva habitada por 687 índios. Com sua recuperação, esse tráfego vai aumentar substancialmente, provocando o receio dos índios de que voltem a ocorrer invasões na área, depredações do meio ambiente, escassez de caça e poluição dos rios. Hoje, o sistema de fiscalização consiste em três pontos de vigilância, colocados estrategicamente

POR TRÁS DE UMA INAUGURAÇÃO DE ESTRADA

Em 5 de abril de 1998, a área indígena Waimiri-Atroari foi invadida por cerca de dois mil caras pálidas, alguns proeminentes, como os governadores do Amazonas, Amazonino Mendes, e de Roraima, Neudo Campos. Os temíveis Waimiri-Atroari, no entanto, não lançaram mão de flechas ou balas para receber os intrusos: tratava-se apenas da inauguração oficial da parte amazonense da rodovia BR-174, obra que, na visão das elites políticas da região, deverá ajudar a redimir economicamente os estados do Amazonas e de Roraima.

Nos últimos três anos, um esforço titânico para pavimentá-la vem sendo feito pelos dois governos estaduais com o apoio do governo federal. Apenas a porção amazonense da obra de pavimentação está efetivamente concluída. Em Roraima, o trecho compreendido entre a fronteira com a área Waimiri-Atroari e Boa Vista, a capital, permanece uma larga picada de terra, que se torna intransitável durante a estação chuvosa.

"DESENVOLVIMENTO" E POVOS INDÍGENAS

Um dos eixos de "desenvolvimento" implantado pelos militares na metade final da década de 70, a BR-174 percorre de sul a norte o estado do Amazonas, cortando ao meio a TI Waimiri-Atroari. Ao cruzar a fronteira com Roraima, sobe em direção à Venezuela, percorrendo outras áreas indígenas.

Na realidade, pelo menos cinco áreas indígenas estão diretamente afetadas pelo asfaltamento da BR-174. Na ponta norte da estrada, já há notícias de atropelamentos de índios da TI São Marcos, onde vivem os Taurepang, Macuxi e Wapixana. Ainda em Roraima, cresce a preocupação dos Yanomami em relação à pressão sobre a fronteira leste de sua área. Já os Waimiri-Atroari, calejados com suas experiências passadas, já se precaveram: elaboraram um sofisticado plano de monitoramento dos 125 km que cruzam sua área tradicional, no Amazonas, e conseguiram mais de R$ 3 milhões de recursos governamentais para financiá-lo. O plano, em curso, conta com agentes motorizados distribuídos ao longo da rodovia. Hoje, cerca de 300 veículos cruzam diariamente a área Waimiri-Atroari. Com o asfaltamento total do trecho roraimense, sabe-se lá por quanto esse número poderá ser multiplicado.

INTERESSES VENEZUELANOS

Interessados em aproximar-se do Mercosul, a obra interessa também aos vizinhos venezuelanos, que têm apoiado política e financeiramente o projeto. A BR-174 é apenas parte de um acordo binacional entre os dois países, assinado em abril de 1997: prevê, também, a instalação de uma linha de transmissão de energia elétrica que deverá percorrer o mesmo trajeto da rodovia. Entretanto, a pavimentação da estrada deverá favorecer a entrada de um grande contingente de migrantes vindos tanto das periferias de Manaus quanto de outras regiões do país. Com isso, a pressão sobre os recursos naturais e sobre as fronteiras de áreas indígenas e de unidades de conservação situadas na área de influência do rodovia deverá intensificar-se.

RISCOS AMBIENTAIS

É o que já vem ocorrendo em relação à Reserva Biológica de Uatumã, situada na margem direita da represa de Balbina, em Presidente Figueiredo (AM). Região de belezas naturais indescritíveis, a reserva tem se transformado em alvo de invasões e de um turismo inconseqüente. Há rumores de que a prefeitura local, interessada em estimular a ocupação irregular da área teria financiado a abertura de vicinais desde a BR-174 em direção à reserva. Quanto à Roraima, a pavimentação da estrada, ainda que não totalmente concluída, deverá favorecer as políticas governamentais de estímulo à ocupação das franjas da floresta amazônica.

É FOGO...

Os projetos oficiais de colonização instalados próximos da floresta foi apontado por especialistas como um dos componentes do megaincêndio que devastou quase 15% da paisagem roraimense nos últimos cinco meses. De acordo com o ecólogo Reinaldo Barbosa, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), o baixo nível tecnológico adotado pelos colonos em relação ao manejo agrícola da terra - ou seja, as queimadas - somado à estiagem intensa e aos ventos alísios, proporcionou o acidente.

Com a pavimentação da BR-174 e a chegada de novos migrantes, a escala no uso do fogo deverá crescer de forma vertiginosa. A pressão sobre os recursos naturais (madeira, por exemplo) e sobre os limites da floresta, a oeste, decerto aumentarão. Cenas da mata em chamas, como se viu no último mês de março, podem vir a se tornar uma rotina anual, criando, ao lado da estação chuvosa, uma "estação de fogo" na região. (Marco Antonio Gonçalves/ISA, 08/04/98)

O Traçado da BR-174

no início, centro e fim do trecho da estrada que está dentro da reserva. Além disso, um veículo circula durante todo o dia para não deixar que os usuários da estrada desçam e provoquem alguma reação dos índios. Os veículos pequenos só podem circular no período das 6 h às 18 h e, durante a noite, só é permitida a passagem de ônibus com passageiros. "Essas medidas foram tomadas porque os índios caçam à noite e a passagem de veículos afugenta os animais. Quando a estrada estiver em seu uso pleno, esse controle não será mais possível e esse ponto terá que ser bem negociado", diz Porfírio Carvalho. *(A Crítica, 26/01/96)*

GOVERNADOR DO AMAZONAS FAZ PROPOSTA

As lideranças indígenas das 14 aldeias Waimiri-Atroari vão discutir, a partir de amanhã, a proposta do governo do estado do AM de pagar R$ 1,6 milhão correspondente à pavimentação dos 55 km da rodovia BR-174 que passam pela terra indígena, antes de atingir o estado de Roraima. Porfírio Carvalho e Marcílio de Souza Cavalcante, coordenadores do PWA, viajam neste final de semana para a TI onde vão expor às lideranças a intenção do governo de assumir as despesas com a pavimentação e asfaltamento do trecho entre os quilômetros 210 e 251, onde está localizada a reserva dos Waimiri. *(A Crítica, 12/04/96)*

FALTA DE DINHEIRO

O 6° Batalhão de Engenharia e Construção (BEC) e o governo de RR anunciaram que enquanto não for resolvida a questão da pavimentação da estrada eles permanecerão fazendo apenas a manutenção do trecho que corta a TI Waimiri-Atroari. Quanto ao pagamento dos R$ 3,7 milhões aos índios para garantir a implantação do plano de vigilância e proteção da área, segundo o diretor do DER, José Eufrânio, não ficou acertado quem pagará e nem quando. O asfaltamento dos 70 km da rodovia situados na parte roraimense da área dos Waimiri-Atroari continuará temporariamente indefinido. Ele explicou que, pela escassez de recursos, a pavimentação do trecho não é prioridade, dependendo, inclusive, de um empréstimo feito pelo governo federal junto à Confederación Andina de Fomento - CAF, da qual faz parte a Venezuela. *(O Diário de Roraima, 13/04/96)*

GOVERNO DO AM CHEGA A ACORDO...

O governo do AM acaba de dar sinal verde para o 6° BEC iniciar o asfaltamento da BR-174, nos cerca de 50 km que cortam a TI Waimiri-Atroari, no lado amazonense. O convênio para o asfaltamento já foi assinado entre o Ministério do Exército e o Governo do Estado do Amazonas. O trabalho está orçado em R$ 7 milhões e representantes do governo e do ministério prevêem o início dos trabalhos para o fim de julho e início de agosto. *(O Diário de Roraima, 13/06/96)*

... E ENTREGA CHEQUE PARA REPRESENTANTE

O governador Amazonino Mendes fez ontem a entrega do cheque de R$ 1,7 milhão ao representante dos Waimiri-Atroari, Mário Parwé, como contrapartida para o asfaltamento do trecho amazonense da BR-174 que corta a área indígena. O encontro ocorreu na sede do governo, em Manaus, e Parwé, depois de ouvir do governador que a indenização deveria ter sido paga pelo governo federal, perguntou "se o dinheiro seria logo depositado". Amazonino garantiu que estava pagando adiantado por dez anos de proteção ambiental da área indígena.
A assinatura do termo de compromisso estabelece a liberação de 44% do valor total do Plano de Proteção Ambiental e Vigilância da TI Waimiri-Atroari. Pelo termo assinado, o governo vai prestar apoio na execução do monitoramento, vigilância sanitária, instalação de lixeiras e sensoriamento remoto da área por onde passa a estrada. É de responsabilidade do governo, ainda, a recuperação de áreas degradadas pela construção da BR-174 e de áreas afetadas pelas obras de asfaltamento entre os rios Abonari e Alalaú.
O gerente do Projeto Waimiri-Atroari, Marcílio Cavalcante, acrescentou que além dos chamados impactos imediatos devem ser levados em conta os que podem ser provocados com a passagem de um número grande de pessoas e carros pelo local, particularmente nos cuidados com doenças infecto-contagiosas. Nesse caso, um trabalho de vigilância sanitária, com avaliação periódica da presença de insetos em cursos d'água, deverá ser feito. Além de secretários estaduais, à solenidade estava presente o presidente da Funai, Júlio Gaiger. *(A Crítica, 25/07/96)*

DNER NEGOCIA COM IBAMA

O diretor-geral do DNER, Maurício Hasenclever Borges, fará uma inspeção nas obras de pavimentação da BR-174, que corta a reserva. A programação inclui uma visita à TI Waimiri-Atroari. O DNER está negociando com o Ibama licença para a execução de um plano de sustentabilidade ambiental, vigilância e proteção da reserva. A obra, orçada globalmente em US$ 170 milhões, será financiada, em parte, com recursos da CAF, organismo do qual a Venezuela é um dos principais membros. *(A Crítica, 25/02/97)*

EMPRÉSTIMO INTERNACIONAL

O governo brasileiro assina no próximo dia 15 de março, em Caracas, com a CAF, o acordo financeiro que autoriza o empréstimo de US$ 150 milhões para a pavimentação da BR-174. O último procedimento técnico para a liberação foi cumprido no dia 26, quando as obras foram inspecionadas por técnicos do Ministério dos Transportes e pelo DNER. "A CAF não liberaria os recursos pretendidos se não soubesse qual a verdadeira situação da rodovia", explica o diretor-geral do DNER, Maurício Hasenclever.
A intenção do Ministério dos Transportes é começar imediatamente os trabalhos de pavimentação da BR-174 a partir do estado de RR até a fronteira entre Brasil e Venezuela. De acordo com o presidente da Companhia de Desenvolvimento do Amazonas, Gilberto Jucá, com a liberação do financiamento junto à CAF o governo do AM vai ser ressarcido pela União em R$ 30 milhões. "A execução das obras levou o governo amazonense a desembolsar R$ 55 milhões. Desse total, R$ 40 milhões foram aplicados na recuperação e pavimentação de aproximadamente 245 km da rodovia e os outros R$ 15 milhões na construção de pontes", informa. Embora a BR-174 faça parte do "Programa Brasil em Ação", a iniciativa de pavimentar a rodovia partiu do governador Amazonino Mendes. Hoje, o único trecho que ainda não foi totalmente pavimentado no lado do AM encontra-se dentro da TI Waimiri-Atroari. *(Amazonas em Tempo, 28/02/97)*

RR E DNER COMPLETAM CUSTEIO DO PLANO AMBIENTAL

É de R$ 2.126.445, 39 o valor do custeio das ações do Plano Ambiental e de Vigilância para a TI Waimiri-Atroari. O acordo foi assinado ontem pelo governador de RR, Neudo Campos, o diretor do DER, Robin Rivero, com o líder indígena Mário Parwé e o assessor do PWA, José Porfírio Carvalho. *(Folha de Boa Vista, 09 e 10/08/97)*

TRÁFEGO É FISCALIZADO

Os Waimiri-Atroari contam com duas Toyotas, duas motocicletas e fiscais florestais vigiando a extensão da BR-174 que corta a reserva. Os índios têm auxiliado os caminhoneiros que apresentam problemas mecânicos. *(A Crítica, 15/01/98)*

TRECHO AMAZONENSE DA BR-174 É INAUGURADO

Depois de driblarem a campanha das entidades ambientalistas e indigenistas, os governos de Roraima e do Amazonas celebraram a pavimentação dos 988 km da rodovia BR-174. O governador Amazonino Mendes inaugurou 255 km da estrada que passa pelo estado do Amazonas, com a presença de políticos, empresários e representantes indígenas dos Wamiri-Atroari, cuja reserva é atravessada pela estrada.
A estrada passa a ser um corredor de exportação para a Zona Franca de Manaus. "Saímos enfim do isolamento", diz o governador. Faltam apenas 54 km para a finalização do percurso até Santa Elena do Uairém, na Venezuela. *(Tribuna do Norte, 08/04/98)*

BRASIL E VENEZUELA INAUGURAM BR-174 INCOMPLETA

Apesar de inacabada, as obras de pavimentação da BR-174 (Manaus-Boa Vista/Caracas) foram inauguradas em clima de fervor cívico. O presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que a obra concretizava o "sonho boliviano", uma referência ao herói Simón Bolivar. O presidente da Venezuela, Raphael Caldera, afirmou que a estrada abre caminho para o projeto de integração da América Latina. A pavimentação da rodovia permite a viagem por terra desde o litoral atlântico até o Caribe. Neste percurso, a estrada passa por 44 km que incidem com a reserva indígena Waimiri-Atroari. Do lado venezuelano, a rodovia permite acesso a Caracas, capital venezuelana, com 12 horas de viagem. Os últimos 60 km, boa parte dentro da reserva, foram concluídos em outubro passado. Grupos de apoio à política federal, criticando a ação da Funai e do Cimi compareceram à cerimônia de inauguração da rodovia. *(A Crítica 24/11/98)*

MINA DE PITINGA

RELATÓRIO APONTA RADIOATIVIDADE

Um relatório elaborado pela CNEN e um ofício da extinta Secretaria do Meio Ambiente do AM indicam que Pitinga, a maior mina de cassiterita do mundo, pode esconder um depósito de tório radioativo. Os documentos foram enviados em um envelope sem o nome do remetente e endereço ao gabinete do vice-presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara, deputado Antonio Feijão (PSDB-AP), que vai pedir à comissão que investigue a possível radioatividade da mina. *(O Liberal, 16/05/96)*

ESTRADA EXPÕE CONFLITO...

"Se não pagar, não passa". Com esse ultimato, os índios Waimiri-Atroari fecharam ontem a estrada que dá acesso à maior mina de cassiterita do mundo, pertencente à Paranapanema. O minério extraído de Pitinga responde por dois terços do abastecimento da empresa, que produz anualmente 15 mil toneladas de estanho. O minério é escoado por uma estrada vicinal que corta 45 km da reserva até atingir a BR-174, que liga Manaus (AM) a Boa Vista (RR).
A decisão dos índios foi tomada após uma frustrada tentativa de negociação com os novos controladores da Paranapanema sobre o pagamento de uma taxa para utilizar a estrada. "Temos com a Funai um contrato de licença para passagem pela reserva e um acordo de doação à fundação dos Waimiri-Atroari, pelo qual pagamos R$ 16 mil por mês, mais carros, equipamentos e atendimento médico no hospital de Pitinga. Da Eletronorte, eles recebem outros R$ 70 mil mensais", afirma Ricardo Dequesch, diretor da Paranapanema.
Com a troca do controle acionário da empresa, que pertencia à família Lacombe, passando aos fundos de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, os índios quiseram a revisão do acordo. "Eles pediram um valor cinco vezes maior e nós achamos que era muito. Nossa proposta era uma quantia equivalente aos juros do valor de R$ 1,6 milhão pagos de uma só vez pelo governo federal por outra estrada que corta a reserva. Daria cerca de R$ 20 mil por mês", diz Dequesch.
Para os índios, a contabilidade é muito mais simples. Eles querem o equivalente a um caminhão carregado de minério por mês, o que daria cerca de R$ 78 mil. Da mina saem, mensalmente, cerca de 200 caminhões. "Eles estão pedindo 0,5% do valor do minério extraído, bem menos que os 2% normalmeote exigidos das mineradores pelos proprietários da terra onde atuam", afirma Porfírio Carvalho, indigenista do projeto de apoio aos índios Waimiri-Atroari.
Para Carvalho, os fundos de pensão erraram ao comprar uma empresa que tinha pendências jurídicas em relação à sua principal mina. Os Waimiri-Atroari reclamam a área de 526,8 mil ha ocupada pela Paranapanema, que fazia parte das terras imemoriais desse povo indígena, segundo garantias da própria Constituição. No entanto, na demarcação, a área ficou de fora. As reclamações dos índios vêm desde os anos 80 e, para Porfírio Carvalho, os fundos deveriam ter se informado a respeito.
O diretor da Paranapanema acha que há exagero em tudo isso. "Já estive com os índios e eles estão aculturados", afirma Dequesch. A empresa não pensa em retirar seus 2,5 mil empregados e respectivos familiares da área. Os índios deram prazo de três dias para os empregados deixarem a mina, usando a estrada. A empresa, no entanto, pode usar seu campo de pouso. A alternativa da empresa para não usar a estrada seria construir uma outra estrada ou tirar minério por balsas, que desceriam quatro horas pelo rio Pitinga até o lago da barragem de Balbina. Mas isso não garantiria que a relação com seus vizinhos fosse resolvida. *(JB, 08/10/96)*

Os Waimiri durante bloqueio da estrada.

ITAMAR MIRANDA/AE - 1996

... E AÇÕES DA EMPRESA NA BOLSA DE SP SOFREM BAIXA

As ações preferenciais da mineradora Paranapanema caíram 2,79% ontem, a terceira maior baixa entre as ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. Depois do anúncio dos problemas com os índios Waimiri-Atroari, as ações da empresa já começaram o pregão com um preço 2,1% mais baixo. As ações preferenciais abriram o pregão valendo R$ 7 e depois só caíram. *(JB, 08/10/96)*

PARA WAIMIRI, ESTRADA FECHADA É QUESTÃO DE DEFESA TERRITORIAL

Os índios Waimiri-Atroari continuam ocupando a estrada da Mineração Taboca - pertencente à holding Paranapanema - que dá acesso à mina de Pitinga. Somente crianças e mulheres passam. Segundo os próprios índios, o que importa neste momento não é o dinheiro, mas a segurança da área. Eles tiveram acesso aos documentos da Funai e descobriram várias irregularidades nos acordos firmados com a mineradora, na década de 80. "Fomos enganados pela Funai", denuncia o líder indígena Mário Parwé, afirmando que o acordo para a exploração da mina de Pitinga subtraiu-lhes 526,8 mil ha. Se eles não quiserem pagar o que queremos, o problema é deles", disse Parwé, irritado. "Vai ser melhor para nós, que não precisaremos mais gastar dinheiro fiscalizando a estrada e nem os prejuízos que nos causaram. Eles só não vão poder sair com mais nada daqui", sentenciou. O que mais preocupa as lideranças Waimiri-Atroari são as declarações dos representantes da empresa de que, em quatro anos, não haverá mais o que explorar na área.

O gerente do PWA, Marcílio Cavalcante, dá razão aos índios, afirmando que, apesar da empresa explorar a mina desde o início dos anos 80, somente em 1995 começou a pagar aos índios R$ 16 mil pelo uso da estrada. Outro membro do projeto, o indigenista Porfírio Carvalho, também defende a idéia de que os índios estão iniciando um processo de revisão das áreas demarcadas no passado. Para ele, trata-se de um processo sem volta. *(A Crítica, 09/10/96)*

NOVELA DA ESTRADA COMEÇOU EM 1982

A instalação da estrada vicinal usada para escoar a produção da jazida de cassiterita denominada Pitinga - que corta a TI Waimiri-Atroari -, foi autorizada pela Funai no dia 9 de julho de 1982, no governo do general João Figueiredo. Na ocasião, a Funai cobrou uma indenização da mineradora pela concessão, autorizando, ainda, a instalação de dois postos de vigilância dentro da área, onde a empresa manteria guardas armados. Por conta dos interesses da Paranapanema na jazida, o então presidente da República assinou o Decreto 86.630, em novembro de 1981, revogando encaminhamentos anteriores que reconheciam a área como de ocupação indígena. Foi através desse decreto que a área sofreu uma redução de 526,8 mil ha, exatamente na região onde está hoje a mina de Pitinga. *(ISA, out/96)*

AÇÃO JULGADA DESDE 1987

Em 1987, o indigenista Porfírio Carvalho ingressou com uma ação na Justiça pedindo a anulação do contrato com a empresa Timbó Indústria e Mineração, uma das primeiras a trabalhar com o Grupo Paranapanema. Segundo Carvalho, a área que hoje é tida como de propriedade da mineradora seria, na realidade, dos índios. A ação está sendo julgada, mas o MPF já conseguiu, segundo ele, a anulação do contrato entre o Grupo Paranapanema e a Funai, em 1994. Para o indigenista, a luta dos Waimiri-Atroari é justa e marca a retomada das terras que consideram como indígena, mais de 500 mil ha. "Enquanto eles não apresentarem uma proposta decente aos índios, os Waimiri vão continuar fechando a estrada, em um processo que já está se tornando irreversível". *(A Crítica, 10/10/96)*

OCUPAÇÃO DO POSTO DE SEGURANÇA

Um grupo com cerca de cem Waimiri-Atroari, fortemente armados, invadiu ontem o posto de segurança da mina de Pitinga, no município de Presidente Figueiredo. A ação indígena é uma radicalização da posição que vinham mantendo desde o último dia 6, quando bloquearam a estrada que liga a mina à BR-174.

O diretor da Divisão de Estanho do Grupo Paranapanema, Ricardo Dequech, não quis falar nos prejuízos econômicos da empresa com o fechamento da estrada. "O maior problema que estamos enfrentando agora é o das famílias que estão se sentindo acuadas, sem liberdade para sair ou entrar na vila", disse. Se não houver acordo com os índios, Dequech está pensando até na possibilidade de construir uma nova estrada fora da reserva dos Waimiri-Atroari. "Nós não podemos ficar como reféns dos índios", declarou. *(O Diário de Roraima e A Crítica, 10/10/96)*

FUNAI QUER LIBERAÇÃO DA ESTRADA...

A Funai está pressionando seus funcionários ligados ao PWA a tirarem os índios da estrada que dá acesso à mina de Pitinga, ameaçando-os de demissão. O presidente da Funai, Júlio Gaiger, entrou em contato com o gerente do PWA, Marcílio Cavalcante, e com o indigenista Porfírio Carvalho, pedindo que os dois tentassem convencer os índios a liberar a passagem para a mineradora. Os dois se recusaram a atender ao pedido numa conversa não muito amigável. *(A Crítica, 10/10/96)*

... ENVIA EMISSÁRIO PARA TENTAR RESOLVER CRISE...

O chefe do Departamento de Patrimônio e Meio Ambiente da Funai, Wagner Pereira Sena, chegou a Manaus para tentar reabrir as negociações entre o Grupo Paranapanema e os índios Waimiri-Atroari. Ontem, ele se encontrou com representantes do grupo em Manaus e hoje segue para a área indígena para ouvir as reivindicações dos índios, "a parte mais prejudicada" no impasse, segundo ele. *(A Crítica, 11/10/96)*

... MAS WAIMIRI CONTINUAM INSATISFEITOS

Os Waimiri-Atroari ameaçam, agora, derrubar uma ponte da estrada vicinal que liga a mina à BR-174. Insatisfeitos por não terem suas exigências atendidas, eles estão dispostos a isolar de vez Pitinga. De nada adiantou a visita do emissário da Funai de Brasília, Wagner Sena. No escuro da mata, rodeado pelos índios e acompanhado de representantes do PWA, Sena não conseguiu iniciar as conversações efetivamente. Sempre que fazia uma colocação, o negociador era interrompido por gritos e expressões em língua indígena.

Ele ainda propôs que os índios aceitassem o valor proposto pela mineradora até uma próxima negociação. A situação piorou: acuado, Wagner deixou a reserva prometendo aos Waimiri-Atroari que conversaria novamente com a Paranapanema. O mediador da Funai ainda tentou marcar uma nova conversa com os índios em outro lugar. "Escritório de índio é na mata", ouviu como resposta das lideranças Waimiri-Atroari. *(A Crítica, 12/10/96)*

WAIMIRI QUEREM DEFENDER SUA VIDA, DIZ INDIGENISTA

"Nós queremos a Paranapanema longe de nossa terra e vamos permanecer lá quanto tempo precisar", disse o índio José Maria Warakaxi que, ontem, participou de uma palestra na Uni-

versidade do Amazonas, sobre o conflito com a empresa Paranapanema. Segundo Porfírio Carvalho, eles aguardam a resposta da empresa em relação à proposta de pagamento de um carro de minério para cada 200 que cruzem a estrada.
O indigenista do PWA diz que, na verdade, os índios não querem dinheiro, mas defender sua vida, fortalecer-se por estarem preocupados com o buraco de mais de dez mil ha que a mineradora abriu em suas terras. "Os índios sabem que a empresa se estabeleceu de forma ilegal quando, em 1981, o governo federal extinguiu a reserva Waimiri-Atroari, pelo Decreto 86.630/81, sob justificativa de que ali não havia índios", explicou o indigenista. "Basta visitar a área para ver o estrago, que parece resultado de uma bomba atômica", disse Carvalho.
Segundo Porfírio Carvalho, "o Exército não pode ser acionado para proteger uma empresa particular, ainda mais na situação da Paranapanema". Ele afirmou ainda que a empresa não tem licenciamento e nunca pagou multas estabelecidas por órgãos como Ibama e Ipaam. Outra denúncia de Carvalho é quanto à possibilidade de que esteja havendo contaminação de carnes e frangos transportados para Manaus nos mesmos carros que levam os minérios. Quanto a isso, o problema já foi levado à Procuradoria Geral da República, na capital. *(A Crítica, 16/10/96)*

EM APOIO, COIAB E CIMI VÃO À PROCURADORIA

Representantes da Coiab e do Cimi estiveram ontem com o procurador chefe da Procuradoria da República no AM, Carlos Frederico, apoiando o movimento dos índios Waimiri-Atroari contra a Mineração Taboca. No encontro, eles lembraram das agressões provocadas pela mineradora no meio ambiente indígena, como a poluição do rio Alalaú. Para o procurador, a comprovação de que o Grupo Paranapanema deve chegar a um acordo com os índios é o fato de já vir pagando um imposto irrisório sobre a utilização da vicinal localizada nas terras Waimiri-Atroari.
Os índios estão estudando a proposta da mineradora de pagar somente 0,5% sobre a produção pelo uso da estrada. Um cálculo apresentado pela mineradora afirma que esse índice representa R$ 24 mil mensais. Segundo o gerente geral da mineradora, a primeira proposta dos índios "está fora da realidade", referindo-se aos R$ 78 mil exigidos pelos índios. Com a ocupação da estrada, a empresa tem utilizado avião para o transporte de funcionários e de materiais utilizados na extração de cassiterita. *(A Crítica, 16/10/96)*

PARANAPANEMA ACEITA NEGOCIAR COM PWA

Duas semanas após o início do plantão Waimiri-Atroari, à beira da estrada que dá acesso à mina de Pitinga, as negociações com o Grupo Paranapanema recomeçam. "Os índios estão insatisfeitos. Querem apressar uma solução", comentou por telefone o gerente geral da Mineração Taboca, em Pitinga, Aroldo Garcia, após uma reunião com os gerentes do PWA. A reunião aconteceu na estrada, mas para ser realizada foi preciso atender a uma condição da Paranapanema: que os índios ficassem de fora da conversa. O assunto está sendo tratado entre a empresa, dirigentes do PWA e um membro da Funai.
No último dia 16 de outubro, o PWA apresentou uma proposta reivindicando, além do equivalente a 0,5% da produção, como fora oferecido pela empresa anteriormente, mais um valor fixo de R$ 40 mil por mês. Dois dias depois, o gerente geral da Mineração Taboca apresentou como resposta o pagamento de R$ 10 mil fixos mais os 0,5% sobre a produção. No final da tarde, veio a resposta de que os índios baixaram para R$ 30 mil a proposta, mas, em compensação, querem para si o posto da Funai, hoje de posse da empresa, além dos 0,5% sobre a produção de cassiterita. "Precisamos avaliar com calma, inclusive vendo aspectos jurídicos, porque esse prédio está em área da empresa", disse o gerente da Taboca. *(A Crítica, 20/10/96)*

PARANAPANEMA JÁ FALA EM PREJUÍZOS

A Paranapanema começou a admitir que poderá ter prejuízo caso a estrada de acesso à mina de Pitinga não seja liberada dentro de dez dias. Por enquanto, a interdição da estrada não afetou o trabalho de transformação da cassiterita em estanho, que é feito em São Paulo. Dirigentes da Paranapanema reuniram-se ontem com o governador Amazonino Mendes a portas fechadas. A mineradora teria ido buscar o apoio do governador para intermediar a negociação com os índios, versão que não foi confirmada pelo secretário de Comunicação do Estado, Ronaldo Tiradentes. Já o gerente da Mineração Taboca, Aroldo Garcia, disse que no encontro foram tratadas questões relacionadas à empresa que prestou serviço ao Estado na pavimentação da BR-174.
À noite, os índios foram informados sobre uma nova proposta encaminhada pela mineradora. Dessa vez, foi oferecido o pagamento de R$ 15 mil mais 0,5% da produção extraída da mina de Pitinga. Segundo o gerente do PWA, os índios rejeitaram mais uma vez. Esta é a terceira proposta da Paranapanema rejeitada pelos índios em 15 dias. Diante de mais uma negativa dos Waimiri-Atroari, a mineradora encaminhou aos órgãos ambientais projeto para a construção de uma outra estrada, de 82 km, para escoar a produção.
O projeto da estrada está sendo avaliado pelos órgãos ambientais em regime de urgência, a fim de que as obras sejam iniciadas o mais breve possível. A área onde a empresa pretende abrir a estrada pertence ao Estado e, caso venha a ser construída, será considerada de uso público, segundo informou o presidente da Ipaam, Vicente Nogueira. Pelo projeto, a via terá 72 km e percorrerá uma área situada entre a reserva Waimiri-Atroari e a reserva biológica do Uatumã, ligando Pitinga até o km 191 da BR-174. Além dos 72 km de estrada, os veículos terão que percorrer aproximadamente dez km de balsa sobre o rio Uatumã. *(A Crítica, 22 e 26/10; 01/11/96)*

ACORDO PROVISÓRIO

O PWA confirmou ontem o fechamento de um acordo entre os índios Waimiri-Atroari e a mineradora Paranapanema para a liberação da estrada que dá acesso à mina de Pitinga. O acordo prevê que a empresa pagará R$ 50 mil mensais de *royalties*, um valor três vezes maior do que era pago há um mês aos índios. O acordo será assinado hoje, às 12 horas, na guarita da Paranapanema, onde os índios estão acampados. A validade do acordo é de um ano, período em que a Paranapanema espera já ter construído uma estrada fora da reserva indígena. *(Correio Braziliense, 07/11/96)*

AUDIÊNCIA PÚBLICA EXPÕE RISCOS DE NOVA ESTRADA...

A primeira audiência pública convocada pelo Ipaam para a construção de uma nova estrada pela mineradora Paranapanema começou tensa, com a presença de 20 índios Waimiri-Atroari munidos de arcos e flechas com pontas de ferro e 30 policiais também armados. Técnicos do PWA acharam o clima preocupante e convenceram os índios a voltar para a área indígena. Os índios querem impedir a construção da estrada, pois alegam que seu traçado corta a área dos índios isolados Piritiü.
Durante a audiência, chegou-se à conclusão de que, além da licença do órgão estadual (Ipaam), o novo empreendimento da Paranapanema também terá que passar pelo parecer técnico do Ibama, que, ontem mesmo, extra-oficialmente, se manifestou contra a construção da estrada. De acordo com a Resolução 13 do Conama, todo e qualquer empreendimento que passe a uma distância de no mínimo dez km de unidades de conservação precisa de licenciamento do órgão

federal. Pelo traçado proposto pela empresa, ela está a menos de dois km da Reserva Biológica de Uatumã. Segundo ele, o rio Pitinguinha, que atravessa parte da reserva, já está sendo poluído pelos detritos da cassiterita retirada pela mineradora.

Segundo o coordenador do Grupo de Unidades de Conservação do Ibama, Ângelo Lima, os impactos previstos são incalculáveis. O principal problema está na possibilidade de haver assentamento de famílias ao longo da estrada. "É evidente que a construção de uma estrada traz impactos ambientais claros. É uma visão purista dizer que pode haver controle quando sabemos que a migração de famílias é facilitada com a construção de qualquer estrada", enfatizou Lima. A mesma ressalva foi feita pelo representante da empresa de consultoria Ecojus, responsável pelo Rima, Roberto Vieira. Mesmo explicando ser desastrosa a colonização na área, ele acredita ser possível haver a proibição de assentamentos.

O principal argumento que o Grupo Paranapanema levou ontem para a audiência pública refere-se às potencialidades da mina de Pitinga, que produz hoje cerca de 50% da cassiterita do mundo. Com a construção da nova estrada, orçada em R$ 1 milhão, segundo o gerente da Mineração Taboca, Aroldo Garcia, a expectativa da empresa é de que os investimentos sejam crescentes na mina do Pitinga, como a exploração do estanho contido na rocha sã (dura), além dos projetos para aproveitamento econômico de nióbio e tântalo, minerais também encontrados na área. "Se hoje já causamos perturbação aos índios, esta preocupação deverá ser ainda maior nos próximo anos", disse, ameaçadoramente. "A redução de uma estrada alternativa reduziria esses impactos", concluiu. *(A Crítica, 28/02/97)*

... E WAIMIRI CRITICAM OBRA

Os Waimiri-Atroari presentes à audiência pública em Presidente Figueiredo reclamaram da poluição provocada pela mineradora, da falta de respeito com os índios ainda não contatados que vivem entre a TI Waimiri-Atroari e a Reserva Biológica de Uatumã, por onde passaria a estrada. Eles também voltaram a reivindicar a extensão de terra suprimida por um decreto presidencial e cedida à mineradora. O indigenista Porfírio Carvalho disse que "não há indenização no mundo que pague os prejuízos causados pela mineração".

Questões levantadas pelos representantes do Ministério Público faziam referência à necessidade de aprofundamento do Rima. Para o promotor do Meio Ambiente, Roger Oliveira, é preciso haver um estudo prévio para se confirmar a existência de índios isolados e prever o impacto a ser causado sobre a aldeia Uariné, situada próximo do traçado da estrada. *(A Crítica, 28/02/97)*

GERENTE DE MINERADORA DEFENDE A NOVA ESTRADA

O gerente da Mineração Taboca, Aroldo Garcia, voltou a falar sobre a expectativa de crescimento dos investimentos na mina de Pitinga. A Paranapanema já teria, inclusive, grupos interessados em investir mais de US$ 100 milhões nos próximos três anos, e que poderiam ser estendidos por mais de 20 anos, na produção de estanho. A Paranapanema diz que sem os investimentos, a extração de minérios pode acabar nos próximos três anos. "Ninguém investirá em Pitinga se não houver confiabilidade de escoamento da produção e livre acesso à mina, hoje subjugado à vontade dos dirigentes do PWA", disse Garcia.

Garcia reforçou a afirmação de que o licenciamento para a construção de uma nova estrada, que contorne os limites da TI Waimiri-Atroari, seria a solução ideal para os problemas entre os índios e a mineradora. Segundo ele, nos levantamentos topográficos para a nova estrada foram feitas picadas na mata e sobrevôo da região e nenhum sinal de índio foi constatado. "Se não conseguirmos mais uma via de escoamento estaremos praticamente inviabilizando os outros projetos", disse. Para o AM e o município de Presidente Figueiredo, a mina de Pitinga contribui com a geração de impostos na ordem de aproximadamente R$ 5 milhões por ano. A previsão para o ano 2000 é de que esse valor pode ser duplicado. *(A Crítica, 02/03/97)*

WAIMIRI ACUSADOS DE CONSTRUIR MALOCA FORA DA TI

A empresa Mineração Taboca denunciou ontem que os índios Waimiri-Atroari estão construindo uma maloca fora da reserva, em ritmo acelerado, próximo do local onde está projetado a nova estrada para o escoamento da produção da mina de Pitinga. Apresentando fotos do local, realizadas durante um sobrevôo, o diretor da empresa, Ricardo Dequech, encaminhou o fato ao presidente da Funai, em Brasília, e ao Ministério Público em Presidente Figueiredo.

O gerente do PWA, Marcílio Cavalcante, rebateu as acusações da empresa de que os índios invadiram a área para tumultuar a construção da estrada. Segundo ele, nessa área há uma grande plantação de bananas além de outros roçados plantados há mais de dois anos. "Depois, não se constrói uma maloca em apenas cinco meses", disse. Segundo Cavalcante, os índios estão construindo ali a aldeia Uariné. "Antes de erguer a maloca, os índios começaram a plantar mandioca, batata, banana e outros alimentos. Após um período de dois anos, quando começar a colheita, eles começam a construir a maloca", explicou. "É isso que está acontecendo, muito antes da Taboca querer a estrada naquela área", garante. As plantações seriam, assim, a maior prova de que a área é ocupada pelos Waimiri-Atroari. *(A Crítica, 04/03/97)*

IBAMA VETA NOVA ESTRADA

O Ibama negou autorização à Mineração Taboca para o desmatamento de 146 ha destinados à construção de uma estrada de acesso entre a Vila de Pitinga e a rodovia BR-174. Até ontem, a decisão não havia chegado oficialmente ao conhecimento da direção da empresa, mas o gerente Aroldo Garcia adiantou que a liberação do empreendimento deve vir do Ipaam.

Para tomar a decisão, o superintendente do Ibama no AM, Hamilton Casara, levou em consideração os estudos da Coordenação de Proteção a Grupos Indígenas Isolados da Funai, que apontam sinais de índios na área requisitada pela empresa para a construção da estrada. Esses estudos foram iniciados em 1994 e, através de um ofício, a Funai recomenda que sem a conclusão dos estudos é "desaconselhável qualquer intervenção na área em questão".

Outro argumento apresentado pelo Ibama é que a nova estrada traria "danos expressivos à fauna e flora locais", tanto no período de sua abertura quanto no de sua operação. Ainda segundo o Ibama, a construção da estrada afetaria a integridade da Reserva Biológica de Uatumã ao facilitar a invasão da área por posseiros. *(A Crítica, 19/04/97)*

RADIOATIVIDADE IMPEDE EXPANSÃO DA MINERAÇÃO NO PITINGA

A Cia. Taboca, controladora da mina de cassiterita do Pitinga (AM), considerada a maior do mundo, teve temporariamente congelado, por razões ambientais, o seu principal plano de expansão: produzir uma liga composta de ferro, nióbio e tântalo, destinada a uso industrial. O composto mineral produz rejeito radioativo, com risco de contaminação ambiental e dos operários que trabalham em Pitinga. *(A Crítica, 31/03/99)*

PWA EXPLICA RESTRIÇÃO DE TRÂNSITO NOTURNO NA BR-174

O Ministério da Justiça pediu à Funai explicações sobre o fechamento da BR-174 no período noturno e sobre a fixação de pilares de sinalização no trecho da rodovia que atravessa a TI Waimiri-Atroari. O pedido de informação do ministério foi motivado pelo questionamento feito pelo deputado federal Francisco Rodrigues (PFL/RR). A Funai repassou a consulta ao Programa Waimiri Atroari (PWA), mantido por um convênio Funai/Eletronorte. Como resposta, o PWA enviou a seguinte carta ao presidente do órgão indigenista, Glênio da Costa Alvarez:

"A resposta a esta consulta passa primeiro no retrospecto histórico recente daquela região, que foi palco de conflitos armados quando os Waimiri Atroari principal povo habitante naquela área sofreu o maior revés já registrado da história contemporânea do relacionamento entre a sociedade brasileira e os povos indígenas.

Como sabe V. Senhoria a construção da rodovia BR-174 – Manaus-Caracaraí (inicialmente) mais tarde Manaus-Boa Vista sofreu várias paralisações em função de que os índios Waimiri Atroari não aceitavam a referida rodovia atravessando ao meio o seu território tradicional, demonstrando sua posição com represálias aos invasores construtores, que por sua vez recorreram a força militar para conseguirem concluir a referida obra.

Muita vidas foram sacrificadas levando aquele povo quase ao extermínio. Os que sobreviveram guardam muito vivo em suas memórias os episódios dantescos da força que "garantiu" a implantação da rodovia.

O trecho da estrada que cruza a Terra Indígena Waimiri Atroari é de uma extensão de 125 quilômetros em mata densa e fica situada entre 6 aldeias, que se comunicam entre si, gerando um intercâmbio muito grande entre a população indígena daquela região.

A estrada seccionou o ecossistema da região interrompendo territórios de várias espécies animais, como macacos, antas, etc., e outros membros importantes do ciclo de vida animal daquela área.

A circulação de índios entre uma aldeia e outra e seus sítios de coletas e de caça tornou-se extremamente perigosa, em virtude da circulação de veículos na estrada mesmo durante o dia e em alta velocidade, por não estarem habituados a presença de veículos em seus caminhos, que é uma ameaça constante a suas vidas e principalmente a das crianças. Em outras terras indígenas que já tem estradas implantadas, há registro de alto índice de acidentes fatais com perdas de vidas de muitos índios.

Após a construção da BR-174 em 1974, o Exército Brasileiro temendo represália dos índios aos transeuntes da rodovia, e por saber que os Waimiri Atroari sempre foram contrários a sua instalação dentro de suas terras, só permitia, e isto, SOMENTE DURANTE O DIA, a circulação de veículos em forma de comboio guiados por viaturas do Exército que seguiam em frente e na retaguarda dos veículos.

À noite o Exército fechava as barreiras instaladas no locais conhecidos como Abonari e Jundiá, (ao sul e ao norte da Terra Indígena Waimiri Atroari e fora) não permitindo a circulação de qualquer veículo.

Mais tarde o Exército aboliu o sistema de comboio durante o dia, mas manteve as barreiras durante a noite a partir das 18,00 e abertura as 06,00 da manhã.

Esta medida era justificada pelo Exército como forma de proteger os transeuntes, de possíveis problemas com os Waimiri Atroari, pois temia-se que devido a mata densa dos 125 quilômetros e a estrada muito ruim poderia ocorrer acidentes e os transeuntes entrarem em conflito com os próprios índios. Esta posição do Exército - fechar a estrada para uso de veículos durante a noite - durou até a conclusão da pavimentação asfáltica da referida rodovia.

Com a saída dos acampamentos do Exercito, tanto no Abonari como Jundiá, a tarefa de fiscalizar a área e de fixar restrições na circulação foi passada para o Programa de Proteção Ambiental – PPA – Programa Waimiri Atroari, organismo criado em função de convênio assinado entre a Funai/Comunidade Waimiri Atroari/Governos Estaduais do Amazonas e de Roraima.

A restrição de circulação de veículos durante o período de 18,30 às 05,30 da manhã ficou estabelecido por decisão dos Waimiri Atroari, que temem a liberação da circulação de veículos no período noturno como um grande risco a segurança deles. Temem que a violência existente tanto na cidade de Manaus, distante apenas 200 quilômetros e de Boa Vista, quando chacinas nos bairros são cometidas, cheguem até eles.

E esta preocupação também se fundamenta no passado recente, quando aldeias inteiras foram dizimadas por ação dos construtores da referida rodovia. E nada, e nada mesmo pode garantir aos Waimiri Atroari, que novamente não sejam vítimas de ações criminosas de transeuntes da rodovia, principalmente se esta circulação se der durante o período noturno.

Este temor tem fundamento.

Pelo lado ambiental, a circulação indiscriminada de veículos no período noturno, aumentará o atropelamento de animais, que já atinge números significativos com prejuízos a fauna e conseqüentemente ao estoque de alimentos dos Waimiri Atroari. independentemente de atropelamentos, como sabemos, a maioria dos animais da floresta têm hábitos noturnos, quando saem de suas tocas e seus ninhos durante a noite, para se reproduzirem e caçarem, completando o ciclo biológico da vida. A circulação sem restrição de veículos quebrará em escala maior estes ciclos, podendo comprometer todo o processo da vida animal da região que é bastante representativo.

Por outro lado, pela situação ainda conflituosa, embora sob controle, dos Waimiri Atroari com os construtores da referida rodovia (e aí inclui todos os não índios) a liberação poderá causar reações de represália dos Waimiri Atroari com os transeuntes, e certamente com irreparáveis prejuízos à vida humana.

Portanto a circulação restrita do trecho da referida rodovia – quando durante o período de 18,30 às 05,30 da manhã só circulam veículos como ônibus de passageiros, carga perecível e emergências – é uma medida que visa a proteção dos Waimiri Atroari, dos transeuntes, e de todo o meio ambiente daquele trecho da rodovia BR-174, que se encontra encravada dentro da Terra Indígena.

Quanto a fixação de" pilares " nas proximidades da rodovia BR-174, se trata de uma cerca de proteção a Terra Indígena visando evitar o acesso de transeuntes a locais como igarapés, floresta e sítios utilizados para coletas de frutos e essências vegetais pelos índios.

Foi necessário a implantação em alguns trechos da estrada estas cercas, devido ao fluxo de invasores que procuravam depredar e roubar recursos naturais da Terra indígena, cujo usufruto é exclusivamente dos Waimiri Atroari, como prevê a Constituição Federal e o Estatuto do Índio (Lei 6001/73).

Para complementar, informamos que o Programa Waimiri Atroari – Convênio Eletronorte-Funai, mantém vigilância constante no trecho da estrada dentro da Terra Indígena Waimiri Atroari, visando também a proteção dos índios e dos recursos naturais existentes naquela parte da exuberante floresta amazônica.

Quanto a fixação de "pilares" na Terra Indígena São Marcos, a beira da BR-174, se trata também de uma cerca de extensão de 300 metros que protege importante manancial d'água de igarapé formador do rio Surumu, área de preservação permanente e pertencente ao patrimônio de Recursos Naturais da Terra Indígena. São Marcos, de uso exclusivo dos índios como lhes garante a Constituição Federal e o Estatuto do Índio.

A medida que as comunidades indígenas tomaram em erguer os ditos "pilares" - a cerca, foi para proteger e garantir o ecossistema local que vinha sendo depredado criminosamente por banhistas vindos da cidade de Pacaraima e Boa Vista.

É portanto uma medida que merece apoio dos três poderes da República – Executivo, Legislativo e Judiciário e das instituições privadas ambientalistas nacionais e internacionais, pois além de ser uma medida legal ajuda a proteger o patrimônio hídrico e ambiental daquela região, beneficiando não só as comunidades indígenas ali habitantes como também toda a humanidade.

Anexo fotos da sinalização ambiental da BR-174 nos limites da Terra Indígena Waimiri Atroari.

É a nossa informação."

Assina a carta, datada de 17/07/2000, Marcílio de Sousa Cavalcante, gerente do PWA. (ISA, out/00)

WAI-WAI

CPRM ANUNCIA JAZIDA...

Uma mina de ouro com elevado grau de pureza foi descoberta na selva amazônica, a sudeste de RR, na divisa com o PA e AM. A informação foi divulgada pela Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais (CPRM), que cadastrou a jazida em nome de cooperativas de garimpeiros de RR. A jazida está localizada na província mineral do Jatapu, à margem do rio Anauá, onde só é possível chegar de avião. Para extrair o ouro, os garimpeiros usam monomotores que partem de uma base montada na cidadezinha de São João da Baliza, a cem km do local. Embora a região seja habitada pelos Wai-Wai, os depósitos estão fora da área indígena, segundo João Orestes dos Santos, diretor da CPRM. *(JB, 03/06/96)*

... MAS LOGO DESMENTE

O superintendente regional da CPRM, Fernando Pereira de Carvalho, chegou ontem a Boa Vista e, em entrevista coletiva concedida na Assembléia Legislativa do Estado, negou a informação da existência de uma jazida de ouro ao sul de RR. O geólogo João Orestes dos Santos, que concedeu a entrevista que gerou a polêmica, informou ter havido um mal-entendido. Orestes disse que não afirmou nada sobre a descoberta da jazida.
Durante reunião na Assembléia, os deputados presentes - Mecias de Jesus, Berinho Bantin e Almir Sá - manifestaram preocupação com o ocorrido. Segundo Mecias de Jesus, que é da região sul, a notícia fez com que 300 garimpeiros corressem para a área, que só não foi invadida por que a BR-174 estava interditada. *(O Diário de Roraima, 15/06 e Folha de Boa Vista, 15 e 17/06/96)*

DENÚNCIA CONTRA CANDIDATO DERROTADO

O candidato derrotado, por apenas um voto, à prefeitura de São Luiz de Anauá, João "Rico" Nunes, está sendo acusado de ter feito ameaças de morte e incendiado malocas de índios Wai-Wai. Os denunciantes, o tuxaua Paulo Wai-Wai e outros dois índios, disseram ainda que João Rico, como é conhecido, tomou uma canoa e um motor de popa doado aos índios em troca de votos. A pedido do procurador da República em RR, Osório Barbosa Sobrinho, será aberto um inquérito policial para investigar o caso. O advogado do político derrotado, Alcir da Rocha, disse estranhar a acusação, considerando-a uma bobagem. *(Folha de Boa Vista, 17/10/96)*

RELATÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO É PUBLICADO

A Funai identificou a TI Wai-Wai, nos municípios de Caracaraí, Caroebe, São João da Baliza, São Luís do Anauá, no estado de Roraima, com a superfície de 405.000 ha, perímetro de 309 km, referente aos grupos indígenas Wai-Wai, Mawayána, Xeréu e outros, todos da língua Karib. A população foi calculada em 110 indivíduos em 1998. *(DOU, 27/04/99)*

DEPUTADO CRITICA

O deputado estadual Mecias de Jesus (PSL) diz que o relatório de identificação e delimitação da pretendida TI Wai-Wai, feito pela Funai, está cheio de mentiras. O relatório citado foi feito pelo antropólogo Noraldino Vieira Cruvinel. "Ele é mais um dos que estão contribuindo para a entrega da Amazônia para as nações ricas", disse Mecias. O relatório estima que a área ocupada pelos Wai-Wai é de 405 mil ha, que podem no futuro se transformar em mais uma reserva indígena em Roraima. O deputado chama a atenção para as inverdades contidas no relatório, como a referência à inexistência de população não-índia na área antes de 1980. Tal afirmação levará centenas de famílias que moram na área pretendida a serem classificadas pela Funai como "ocupantes de má fé". "Em 1984, a região já era habitada por centenas de posseiros", afirma Mecias. *(Folha de Boa Vista, 16/08/99)*

GOVERNO CONTESTA

A Procuradoria de Justiça de Roraima protocolou na Funai a contestação, em caráter provisório, contra o processo de demarcação da TI Wai-Wai, que envolve terras de vários municípios no sul de Roraima. O procurador de Justiça do Estado, Luciano Alves Queiroz, denuncia que existe "uma usual estratégia da Funai em usar empregados subalternos, no sentido de reunir micro-regiões de Roraima, sacrificando áreas devolutas estaduais e posses de não-índios, para formar grandes áreas indígenas."
Queiroz diz concordar com a necessidade de se demarcar terras na área em questão, mas não aceita a extensão pretendida. Defende o desdobramento em áreas menores, tanto para os Wai-Wai, como para os Mawauyana, Xeréu e outros. Segundo ele, "a atuação da Funai cumpre exigências de poderosos grupos internacionais, fazendo surgir ocupações supra-nacionais ou a neutralização da soberania nacional na extremidade norte do país. Os funcionários da Funai unem grupos indígenas diferentes, em cultura, usos e costumes, numa demonstração que não estão preocupados com os valores maiores das etnias e sim em satisfazer as pressões estrangeiras pela demarcação de terras indígenas a qualquer preço".
No caso da TI Wai-Wai, Queiroz diz que é clara a orquestração da Funai em promover "esbulhos possessórios" contra dezenas de famílias assentadas pelo Incra. Em tempos remotos planejou-se a ocupação da região e que apenas em alguns trechos havia a proximidade com comunidades indígenas, mesmo assim sem o registro dos conflitos. O documento também acusa a Funai de infiltrar especialistas em migrações temporárias dos índios, para forçar um quadro irreal, onde supostos conflitos seriam justificativas de demarcações. A Funai é acusada de ter aumentado abusivamente a área pretendida, que era calculada em 1983/86 em 330 mil ha. A contestação do Estado cita uma lista de 68 famílias na TI Wai-Wai, contra 21 moradores não-índios relacionados no relatório da Funai. *(Folha de Boa Vista, 18/08/99)*

MILITAR É ACUSADO DE DESRESPEITO POR TUXAUAS

Três tuxauas da etnia Wai-Wai, acompanhados do procurador da Funai em Roraima, Wilson Précoma, estiveram ontem na Folha para repudiar matéria publicada em 26/08/99. Dizem que as afirmações feitas por Alnuf Bantel (oficial da reserva da Aeronáutica) quanto à origem deles são inverídicas. Os Wai-Wai reivindicam o aumento da reserva e dizem que as declarações desrespeitam a identidade étnica dos Wai-Wai.
Na época, Arnulf Bantel teria participado da Operação Mapuera, que consistia em criar estrutura de apoio para missões religiosas americanas posteriormente instaladas na região. Na década de 60, os missionários teriam atraído Wai-Wai residentes na Guiana e Suriname, para o território brasileiro.
Naquele período, segundo Bantel, índios da aldeia Ganashen eram hostilizados por aqueles da aldeia Tiriós. Para evitar os conflitos interétnicos os evangélicos atraíram os índios para a região do rio Anauá, onde vivem hoje.
Os tuxauas dizem que a versão de Bantel é equivocada. Afirmam que os índios sempre habitaram aquelas terras. Explicam que antes da colonização pelo homem branco, seu povo era formado por oito pólos na região que chamam de "way-way yelton komo" (terra dos Wai-Wai e outros), hoje pertencente a República da Guyana, Suriname e Brasil. Com a divisão política destes países, o povo deles foi separado. Mesmo assim, nunca deixou de ocupar as antigas aldeias. *(Folha de Boa Vista, 13/10/99)*

3. AMAPÁ NORTE DO PARÁ

MICHEL PELLANDERS

Waiãpi

3. AMAPÁ NORTE DO PARÁ

limite interestadual

rodovia implantada

rodovia planejada

ferrovia

capital de Estado

cidade

Unidade de Conservação federal

TERRAS INDÍGENAS

reconhecidas oficialmente mais de 40.000 ha

reconhecida oficialmente menos de 7.000 ha

em identificação ou a identificar

apresentada em outro capítulo

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/2000

50 0 50 100 Km

AMAPÁ/NORTE DO PARÁ
Terras Indígenas
Instituto Socioambiental - Dezembro de 2000

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
106	Galibi	Karipuna do Amapá Galibi	188 Funai 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 87.844 de 1982 homologa a demarcação (DOU, 22/11/82). Reg. SPU PA-71 em 12/12/83 Reg. CRI Matr 01, Liv 02, fl. 01 em 10/10/83	6.689	Oiapoque	AP	Calha Norte. Faixa de fronteira. Requerimento de pesquisa mineral. Rodovia planejada AP-310 planejada
152	Juminá	Galibi Marworno Karipuna do Amapá	129 Funai 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. s/n de 21/05/92 homologa a demarcação administrative (DDU, 22/5/92). Reg. CRI Metr. 17, Liv 2 fl. 17 em 15/09/92. Reg. SPU Cert. 02 em 20/03/95.	41.601	Oiapoque	AP	Calha Norte. Faixa de fronteira. Requerimento de pesquisa mineral. Rodovia planejada AP-220 planejada
218	Nhamundá-Mapuera	Xereu Karafawyana Katuena Katuena Mawayena Hixkariana Kaxuyana Wai Wai	2.376 Funai 00	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 98063 de 17/08/89 homologa a demarcação (DOU, 18/08/89). Reg. CRI de Nhamundá (191.520 ha) Matr. 556 Liv. 2-C, fl. 176. Reg. CRI de Faro (322.000 ha), Matr. 1.030 Liv. 2-A, fl. 230 em 15/06/90, Reg. CRI Oriximiná (536.000 ha) Matr. 1029, Liv. 2-A, fl. 229 em 15/06/90. Reg. SPU Cert. 11 de 21/09/90.	1.049.520	Oriximiná Faro Nhamundá	PA PA AM	Calha Norte. Requerimento e alvará de pesquisa mineral. Hidrelétricas planejadas: Carona, Nhamundá e Cachoeira Porteira
272	Rio Paru D'este	Wayana Aparai	134 Funai 99	Homologada. Reg. CRI. Decreto s/n de 03/11/97 homologa a demarcação (DOU, 04/11/97). Reg. CRI em Monte Alegre Mat. 4.548, Liv. 2-R, fl. 50 em 03/04/98. Reg. CRI em Alenquer Matr. 28556, Liv. 2-J, fl. 166 em 03/06/98	1.195.785	Monte Alegre Alenquer Almeirim	PA PA PA	Calha Norte. Faixa de fronteira. Requerimento de pesquisa mineral/ Garimpo não indígena
323	Parque Tumucumaque	Tiriyó Wayana Aparai Kaxuyana Akurio (Isolados)	1.340 Fajardo: 99	Homologada. Reg. CRI. Dec. s/n de 03/11/97 homologa a demarcação (DOU, 04/11/97). Reg. CRI em Laranjal do Jari Matr. 13, Liv.2-A, fl. 19 em 21/11/97. Reg. CRI em Alenquer Matr. 2.854, Liv. 2-J, em 03/06/98. Reg CRI em Óbidos Matr. R1-2100, Liv. 2/RG, fl. 2100 em 18/11/97. Reg. CRI em Oriximina Matr. R1/338, Liv 2-G, fl. 185 em 21/07/98	3.071.067	Óbidos Laranjal do Jari Oriximiná Alenquer Almeirim	PA AP PA PA PA	Calha Norte. Faixa de fronteira. Requerimento e alvará de pesquisa mineral/Garimpo não-indígena. Isolados Akurio. Hidrelétrica planejada. Rodovias planejadas. BR-163 e BR-210
324	Uaçá I e II	Galibi Marworno Palikur Karipuna do Amapá	3.665 Funai 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. N.290 de 29/10/91 Homologa a demarcaçao (DOU, 30/10/91). Reg. CRI Matr. N. 16, Liv. 2, fl. 16 em 06/03/92. Reg. SPU Cert. 01 em 17/02/95	470.164	Oiapoque	AP	Calha Norte. Faixa de fronteira. Requerimento de pesquisa mineral/ Garimpo indígena. Rodovia BR-156/ 3 corta a área. Rodovia planejada AP-230. O Parque Nac. Cabo Orange Incide aproximadamente 66 853 ha na TI
339	Waiãpi	Waiãpi	525 Gallois, 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto de 23/05/96 homologa a demarcação (DOU, 24/05/96). Reg. CRI em Amapari Matr. 001, Liv. 2-RG, fl. 01 em 31/03/97. Reg. CRI em Laranjal do Jari Matr. 004, Liv. 2-A, fl. 006 em 20/12/96. Reg. SPU Cert. s/n em 25/04/97	607.000	Laranjal do Jari Amapari	AP AP	Calha Norte. Faixa de fronteira. Requerimento e alvará de pesquisa mineral/Garimpo indígena e não -indígena. Perimetral Norte corta a área. Rodovia planejada AP-160.
581	Waiãpi do Alto Amapari	Waiãpi (isolados)	0	A identificar. (Gallois: 90)	0	Macapá Mazagão	AP AP	Isolados
515	Waiãpi do Alto Rio Ipitinga	Waiãpi (isolados)	0	A identificar. (Oliveira 83)	0	Almeirim	PA	Calha Norte. Faixa de fronteira. Isolados
379	Zo'é	Zo'é Ingarune (isolados)	178 Funai, 98	Identificada/Aprovada/Funai. Sujeita a contestação. Port. Funai 309 de 97 cria GT p/ estudos e identificação. Despacho do pres. da Funai, aprovando o estudo de identificação (DOU, 03/12/99).	624.000	Óbidos Alenquer	PA PA	Calha Norte. Faixa de fronteira. Isolados. Hidrelétricas planejadas, Armazém, Paciência, Mel, Carapanã.

Parque Indígena de Tumucumaque: Novos Parceiros, Novos Desafios

Maria Denise Fajardo Pereira

Doutoranda em Antropologia Social na USP e pesquisadora do Núcleo de História Indígena

DEPOIS DA HOMOLOGAÇÃO DA DEMARCAÇÃO, OS QUATRO POVOS INDÍGENAS QUE VIVEM NO PARQUE TÊM ACESSO A MEIOS DE COMUNICAÇÃO E CONTAM COM NOVAS OPORTUNIDADES DE CONTATO

A homologação do Parque Indígena do Tumucumaque representou uma conquista de fundamental importância para os Wayana, Aparai, Tiriyó e Kaxuyana. Entretanto, o decreto que homologava a respectiva demarcação, publicado em 4 de novembro de 1997, no Diário Oficial da União (DOU) de nº 213, só não foi amplamente festejado pelo simples, mas nem por isso menos grave, fato de que nele não constava o direito de posse permanente aos Tiriyó e Kaxuyana.

Revoltados e sem saber direito a quem reclamar, esses povos exigiram a presença de autoridades da Força Aérea Brasileira (FAB), instituição que há quatro décadas presta apoio logístico ao Parque, e do administrador regional da Funai (Fundação Nacional do Índio) de Macapá, responsável pela jurisdição do Parque, sob a ameaça de incendiar a pista do destacamento de fronteira que a FAB mantém nas imediações da Missão Tiriyó. O mal-estar apenas foi resolvido quando as autoridades chamadas se fizeram presentes, e sob a promessa do administrador regional da Funai, de que tudo se resolveria com um simples telefonema para a Funai de Brasília. O decreto permaneceu intacto por três anos. Até que, finalmente, a correção foi declarada no DOU, em 27 de julho de 2000.

BASES DA POLÍTICA INDIGENISTA NA REGIÃO

O caso descrito acima aponta o forte vínculo, na região, entre os índios, a FAB e a Funai. É importante lembrar que a política indigenista estabelecida na região a partir da década de 60 foi, inicialmente, idealizada nos moldes dos chamados "trinômios" Missão/FAB/Índios. Nesse contexto, a instalação de duas bases de apoio, uma no curso médio do rio Paru de Leste e outra no Alto Paru de Oeste, desencadeou um processo de centralização da população indígena da região, que teve seu auge no início dos anos 70, com uma paisagem de praticamente dois núcleos populacionais concentrados nas sedes das missões, sendo uma protestante, no rio Paru de Leste, e outra católica, no Paru de Oeste. Ao longo dos anos, porém, os índios voltaram, gradualmente, a retomar seus antigos locais de moradia, bem como a criar novos lugares, principalmente próximos aos dois centros locais, que dispõem de pista de pouso, sistema de radiocomunicação, enfermaria, escola e entreposto de comércio de bens de consumo básicos (como sal, açúcar, panos, munição e outros), buscando assim, conciliar a opção por morar em grupos menores com o desejo de acesso fácil aos centros locais, onde se encontra assistência, comunicação, transporte aéreo e possibilidades de obtenção de dinheiro via emprego remunerado e/ou venda de artesanato.

Na faixa leste do Parque, o Summer Institute of Linguistics (SIL) se fez presente entre os Wayana e Aparai, a partir de 1963, através do casal Kohen, que assumiu, além da evangelização, praticamente toda demanda de assistência a esses grupos, até a chegada da FAB, em 1970, e da Funai, em 1973. De 1977 ao início dos anos 80, o casal de missionários do SIL retirou-se da área e, em seu retorno, restringiu suas ações à evangelização e ao ensino escolar, passando a manter visitas esporádicas para acompanhamento e orientação dos pastores indígenas por eles formados e de uma nova missionária que passa a residir na base da Missão, localizada na aldeia Apalaí, onde se concentra o Posto da Funai, a pista de pouso e a maioria da população indígena do rio Paru de Leste.

Na faixa oeste, de população predominantemente tiriyó e kaxuyana, entre os anos 60 e 80, a assistência foi dividida entre a FAB e a Missão Franciscana, da Província de Santo Antônio/PE. Somente a partir dos anos 80, a Funai passou a ter atuação direta na região, prestando auxílio complementar de pessoal na parte de enferma-

gem e odontologia. Também na década de 80, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) assumiu as vacinações que, até então, eram realizadas pelo Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas (Susa) e por equipes do Instituto Evandro Chagas e do Instituto E. Barreto, de Belém.

A ação dos missionários católicos entre os Tiriyó e Kaxuyana, desde seu início, nos anos 60, caracterizou-se por aliar o trabalho catequético à organização da assistência sanitária e educacional, bem como ao desenvolvimento de um programa de capacitação dos índios para formas de trabalho não-indígenas, como criação e comércio de gado, plantio de arroz, feijão e frutas de outras regiões, e também de capacitação na área de carpintaria, mecânica e olaria. Esse modelo funcionou de forma contínua durante três décadas, até que no início dos anos 90 sensíveis mudanças começaram a ocorrer. A morte de um missionário que desempenhava um papel importante no êxito da Missão, frei Cirillo Haas, não é unicamente responsável pelas mudanças advindas, mas, de qualquer forma, marca o início de um novo período na faixa oeste do Parque.

Durante a chamada "Fase Missionária" no Tumucumaque, que é possível circunscrever ao período que vai de 1960 a 1990, os índios estiveram oficialmente sob jurisdição da Delegacia Regional da Funai de Belém. Em 1990, com apoio financeiro do projeto Calha Norte, foi construído um novo ponto de apoio, em uma nova sede regional da Funai, não mais em Belém, e sim em Macapá (AP), em razão da melhor localização desta cidade, para efeitos de apoio logístico ao Parque.

De fato, com esta mudança, a Funai assumiu uma presença que até então não tinha, mas, por falta de recursos próprios, seu apoio adquiriu um caráter complementar à assistência prestada pelos missionários e militares instalados no Parque. Em 1994 surgiu uma nova fonte de apoio, o Governo do Estado do Amapá que, na gestão de João Alberto Capiberibe, iniciou uma série de convênios, principalmente nas áreas de saúde, educação e transporte. A princípio, esses convênios foram estabelecidos com a Funai de Macapá. Em seguida, essa nova fonte motivou o surgimento da Associação dos Povos Indígenas do Parque de Tumucumaque (Apitu), para onde foram transferidos os convênios do governo do Estado.

O PARQUE INDÍGENA DO TUMUCUMAQUE

A Terra Indígena Parque de Tumucumaque, homologada em 1997, localiza-se ao norte do Pará e noroeste do Amapá, na região em que o Brasil faz fronteira com o Suriname. Compartilham desta terra os índios Aparai, Kaxuyana, Tiriyó e Wayana, todos falantes de línguas caribe.

O Parque de Tumucumaque, com 3.071.067 ha, é atravessado longitudinalmente por duas bacias fluviais: uma, que tem por rios principais o Paru de Oeste e o Marapi; e a outra, o Paru de Leste e o Citaré. Atualmente, os grupos indígenas que habitam o Parque constituem basicamente dois conjuntos populacionais, localizados em cada uma destas bacias. Os Tiriyó da bacia Paru de Oeste/Marapi, juntamente com os Kaxuyana, distribuem-se em torno do médio e alto curso desses rios e perfazem em torno de 850 pessoas. Na bacia Paru de Leste/Citaré, cerca de 75 índios Tiriyó encontram-se predominantemente na cabeceira, enquanto os Wayana e Aparai, perfazendo em torno de 415 indivíduos, habitam seu médio curso. No total, estima-se, para o Parque, uma população de, aproximadamente, 1340 pessoas. (set/00)

Reunidos na sede da Apitu, índios discutem o projeto de fiscalização do Tumucumaque.

LUIS DONISETE B. GRUPIONI - 1998

O QUE MUDOU NA ÚLTIMA DÉCADA?

É no bojo de tais mudanças que os índios do Tumucumaque moveram-se na última década. Na prática, viu-se o surgimento de novos interlocutores indígenas, munidos de novas estratégias de relacionamento com os segmentos da sociedade envolvente que passaram a atuar no Parque, com programas de intervenção, tanto voltados para as áreas de saúde e educação, quanto para busca de alternativas econômicas e defesa territorial. Os mais velhos continuam sendo consultados e tendo suas opiniões respeitadas. As comunidades locais são mais requisitadas a participar e se envolver, mas a complexidade dos assuntos e a barreira da língua acabam por limitar aos poucos bons falantes do português o domínio dos novos assuntos.

Nesse contexto, temos uma conjuntura sem precedentes no Parque. De um lado, verificamos um conjunto de agências intervindo nos variados setores da vida indígena, via-de-regra sem articulação entre os diferentes programas implementados. De outro, encontramos os índios em pleno processo de construção de representações sobre um universo de novas informações, novos atores e novos estilos de intervenção que lhes chegam, a todo momento, direta ou indiretamente.

Quem conheceu o Tumucumaque, no início dos anos 90, certamente pôde verificar que em ambas a faixas do Parque, os índios encontravam-se, em maior ou menor grau, localizados em torno das duas aldeias-sede de cada uma das Missões atuantes na área e vivendo um cotidiano em que os afazeres domésticos e rituais eram organizados de acordo com as atividades e demandas promovidas pelos missionários. Na faixa oeste do Parque, por exemplo, com o apoio logístico da Aeronáutica, a Missão Franciscana encarregava-se de assistir a população local em praticamente todos os setores. Para tanto, contava com uma ampla infra-estrutura de instalações e equipamentos, cuja manutenção e usufruto dependia do trabalho indígena, remunerado pelos missionários, garantindo uma fonte alternativa de dinheiro, além da venda de artesanato e/ou produtos nativos a visitantes esporádicos. Também na faixa leste do Parque, porém com uma infra-estrutura mais simples, algumas rotinas se consolidaram com a presença direta dos missionários do SIL, durante os anos 60 e 70, e esporádica, nos anos 80.

Entretanto, ao longo da década de 90, o apoio logístico da FAB, que antes era diversificado, foi diminuindo, restringindo-se, praticamente, ao transporte aéreo, e evidenciando um desgaste no modelo de cooperação baseado no "trinômio". Aliado a isso, o esgotamento de algumas fontes estrangeiras de apoio financeiro, uma série de descompassos de expectativas entre os índios e os missionários, no que se refere aos programas de "educação para o trabalho" implantados e, sobretudo, a ação de novos agentes, principalmente da Funai e do Governo do Estado do Amapá, contribuiu para um descentramento dos índios em relação às Missões e para uma diversificação em suas fontes de assistência e recursos.

Atualmente, na faixa oeste, a Missão Franciscana continua presente, mantendo sua infra-estrutura de apoio e o trabalho catequético. Na faixa leste, outras missões protestantes se fazem indiretamente presentes, através de alguns dos próprios índios da região e arredores que assumiram o papel de "pastores indígenas". Mas, paralelamente, assiste-se ao surgimento de uma nova fase no Parque,

LUÍS DONISETE B. GRUPIONI - 1996

Tiriyó na Missão.

não mais pautada predominantemente por um indigenismo de base missionária, mas por ações coordenadas pela Funai e, sobretudo, pelo Governo do Estado do Amapá.

A AIDS E OS DESCOMPASSOS DA ASSISTÊNCIA

Apesar de conviver com programas de assistência implantados pelos missionários e militares e deles usufruir, os povos do Tumucumaque permaneciam pouco conhecidos e praticamente ausentes do cenário em que o movimento indígena se organizou e conquistou uma série de direitos. É bem provável que virassem o século no mesmo anonimato com que passaram por ele, não fosse a chegada da Aids entre os Tiriyó. Tal fato levou o Tumucumaque aos principais noticiosos nacionais e a algumas agências internacionais de notícias *(ver box)*.

Passado o enorme susto, em março de 1997, causado por um resultado alarmante de 12 soropositivos num universo de 432 amostras, pairam muitas dúvidas entre os profissionais que acompanharam o caso, e sobretudo entre os próprios Tiriyó, tendo em vista que os desdobramentos da presença do vírus da Aids na região não foram tão rápidos e trágicos como se previu no calor das primeiras notícias. De um modo geral, o susto parece ter alertado o Ministério da Saúde para a gravidade da questão, principalmente em populações indígenas e em zonas de fronteira. Na prática, porém, o episódio da Aids entre os Tiriyó trouxe à tona a enorme dificuldade de articulação interinstitucional existente entre a Administração Regional (ADR) da Funai de Macapá e demais órgãos, governamentais ou não, que se proponham a desenvolver ações, seja nas áreas básicas de assistência, seja em programas econômicos, educacionais ou ligados à defesa territorial.

Foi justamente em razão de tal dificuldade, que a CN-DST/Aids se viu impedida de concretizar o programa de ações preventivas, planejado durante o "Seminário de Prevenção das DSTs e Aids para os Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará", realizado em Macapá, no mês de agosto de 1997, com a participação de representantes indígenas e representantes de órgãos envolvidos com a assistência aos povos da região, como Funai, Funasa, Governo do Estado, Centro de Trabalho Indigenista e Missão Franciscana. Na ocasião, em concordância com todos os representantes presentes, foi constituída a "Comissão Estadual de Prevenção às DSTs e Aids", que a partir de então ficaria responsável pelo acompanhamento das ações programadas.

Na mesma época em que a CN-DST/Aids tentava implementar o referido programa de ações preventivas, bem como instituir a Comissão Estadual de acompanhamento, a Secretaria de Saúde do Amapá cortava um importante convênio de contratação de agentes indígenas gerenciado pela Funai local, em decorrência da constatação de que o emprego dos recursos estava incidindo mais na contratação de pessoal não-indígena para trabalhar em Macapá do que na contratação de agentes indígenas para trabalhar nas próprias comunidades, como firmava o convênio.

Sem entender direito por que, de um dia para outro, seus agentes de saúde ficariam sem remuneração, as comunidades indígenas foram informadas pelos servidores da Funai de Macapá, de que se tratava de uma maneira encontrada pelo Governo do Estado de repreender a Funai por esta ser contra o trabalho do CTI, organização não-governamental que, segundo acusações daquela Administração, promoveria atividades de garimpo clandestino nas terras dos Waiãpi *(ver artigo de Angela Schwengber neste capítulo)*. Em decorrência desses acontecimentos e desse tipo de pensamento, os Tiriyó e Kaxuyana passam a endossar os boicotes da Funai local aos trabalhos de quem quer que seja que, segundo aquela ADR, estivesse a favor do CTI e contra a linha de ação do então administrador da Funai local. Foi assim que uma agente indígena de saúde da comunidade tiriyó e kaxuyana desistiu, às vésperas da viagem, de participar de um Encontro de Saúde Indígena em Manaus, em agosto de 1997, pois iria acompanhada da consultora da CN-DST/Aids no Amapá, enfermeira Dulcimar del Castillo, a qual, segundo a Funai, seria ligada ao CTI.

Em relação aos desdobramentos da Comissão Estadual de Prevenção e Controle das DSTs e Aids, a Funai e Funasa do Amapá foram convocadas duas vezes para participar de sua instauração, mas não compareceram, alegando que a assistência à saúde indígena não era de competência estadual. De qualquer forma, como havia sido definido com os representantes da Funai, Funasa, Programa Estadual de DST/Aids e representantes indígenas presentes no Seminário de agosto uma agenda de ações para os sete meses seguintes, em setembro de 1997 foi encaminhada uma equipe multiprofissional responsável pela elaboração de material informativo sobre DSTs e Aids nas línguas tiriyó e kaxuyana. De Macapá, essa equipe deveria seguir para a Missão Tiriyó onde seriam realizados os trabalhos junto à comunidade indígena. O então administrador regional da Funai, ao receber a equipe, disse que não tinha conhecimento daquele trabalho, o que causou espanto e surpresa em seus integrantes, tendo em vista que os servidores da área de saúde da Funai local participaram da elaboração da programação das ações de prevenção onde essa atividade se incluía. O administrador esclareceu então que não queria o ingresso da enfermeira Dulcimar del Castillo, alegando a cada momento um motivo diferente, ou seja, sem nenhum motivo concreto que explicasse o real prejuízo que uma enfermeira com larga experiência no trabalho de saúde indígena poderia causar à comunidade tiriyó e kaxuyana. Deste modo, uma equipe de profissionais contratados pela CN-DST/Aids foi forçosamente desarticulada, o dinheiro investido em passagens e diárias foi perdido, e os Tiriyó e Kaxuyana ficaram sem o material informativo com o qual passariam a contar a partir daquele trabalho.

Em relação a esse episódio, nem a ADR de Macapá, nem o Departamento de Saúde da Funai/Brasília, enviaram qualquer justificativa formal sobre o acontecido, embora essa justificativa tenha sido solicitada através de ofício enviado pelo então coordenador da CN-DST/Aids. No ano seguinte, em abril de 1998, depois de sete meses sem que nenhuma ação relativa ao acompanhamento e controle

OS TIRIYÓ E O SUSTO DA AIDS

Em 1995, ocorreu o primeiro registro de Aids entre os Tiriyó. Tratava-se de uma mulher jovem que, em janeiro de 1996, viria a óbito. Em julho daquele ano, um novo caso, entre a mesma etnia, era confirmado pelo Dr. Isamu Barros Kanzaki, da Universidade Federal do Amapá, que, após ter encaminhado para a Universidade de Berkeley um lote de 350 amostras de sangue colhidas entre os Tiriyó e Kaxuyana, a serem testadas para o vírus HTLV, foi informado de que havia sido casualmente descoberta, em uma amostra, a presença do vírus HIV. Cabe ressaltar que esta pesquisa do Dr. Kanzaki foi realizada apenas com a anuência da ADR da Funai de Macapá, sem autorização da Funai de Brasília, e ainda, que as 350 amostras foram colhidas e encaminhadas para fora do país sem o conhecimento do Conselho Nacional de Saúde, conforme as "Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos".

De qualquer forma, com esta constatação de mais um caso de HIV+ na população tiriyó, a Funai de Macapá incumbe o Dr. Kanzaki de realizar um inquérito sorológico específico para HIV. Em agosto de 1996, sem comunicar a Coordenação Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde e, mais uma vez, sem que o Conselho Nacional de Saúde tomasse conhecimento, foram colhidas 432 amostras. Esta iniciativa da Funai de Macapá esbarrou, porém, em um problema operacional: o Hemocentro do Amapá (Hemoap), além de não ter a atribuição de realizar testagem para HIV na população em geral, conforme as "Normas Técnicas para Coleta, Processamento e Transfusão de Sangue, Componentes e Derivados", não dispunha de kits suficientes para testar as 432 alíquotas e o sangue teve de ficar armazenado à espera de alguma providência.

Diante da notória inoperância das instituições amapaenses no acompanhamento deste caso, bem como no trabalho de diagnóstico e prevenção das DSTs e Aids entre populações indígenas, a procuradoria Geral da República no Amapá denunciou o problema junto ao Ministério da Saúde, no final do ano de 1996, solicitando que este interviesse e assumisse o controle da situação.

Com esse alerta, o Ministério da Saúde enviou um grupo técnico a Macapá para avaliar as necessidades das instituições locais de saúde e tomou a providência emergencial de encaminhar para o Instituto de Saúde em Brasília o lote das 432 alíquotas de soro que se encontrava depositado no Hemoap por três meses.

De posse de resultados alarmantes (12 HIV positivos em um total de 432 amostras), a CN-DST/Aids enviou, no início de 1997 para Macapá e Missão Tiriyó uma equipe – composta de cinco médicos, uma antropóloga, duas enfermeiras e um administrador hospitalar – responsável por comunicar à comunidade indígena Tiriyó e Kaxuyana os resultados da testagem das alíquotas, de identificar os soropositivos e estabelecer estratégias de acompanhamento, bem como de investigar casos de DSTs para tratá-los por abordagem sindrômica e iniciar um trabalho preventivo e educativo entre aquela população indígena.

Por ocasião da entrega à comunidade indígena dos tão esperados resultados da sorologia realizada em agosto do ano anterior, as lideranças pediram que os resultados fossem comunicados individualmente e que, sob hipótese alguma, fossem divulgados para fora das aldeias, sob o argumento de que tinham desconfianças quanto à veracidade dos resultados apresentados, tendo em vista que já fazia quase um ano que o sangue havia sido colhido e que desde então não haviam tido mais notícias do andamento dos mesmos. Manifestaram, ainda, seu desejo de que fosse urgentemente encaminhada uma nova coleta. Em decorrência desta insegurança, por parte da comunidade, quanto aos resultados, e do pedido de um novo inquérito sorológico, que desta vez cobrisse toda população de cerca de 760 pessoas, a equipe do Ministério da Saúde decidiu não divulgar os resultados, nem mesmo para a Funai local, pois eles não poderiam ser considerados oficiais. De fato, após a nova testagem solicitada, dos 12 casos positivos, apenas um foi confirmado. De qualquer forma, essa decisão de manter sigilo quanto aos 12 nomes causou uma das primeiras indisposições da Funai do Amapá para com a CN-DST/Aids.

Cabia ainda a essa equipe realizar um diagnóstico situacional da assistência médica aos índios, em geral, sob jurisdição da AER da Funai de Macapá, e aos Tiriyó e Kaxuyana, em particular, tanto em Macapá quanto na Missão Tiriyó.

Este diagnóstico, publicado no "Relatório de Viagem à Terra Indígena do Tumucumaque – Março/97", visava detectar as reais condições de assistência à saúde indígena por parte das instituições locais responsáveis, para que, com base nesta realidade, fosse possível à CN-DST/Aids traçar um plano de melhoria das condições de acompanhamento e prevenção das doenças sexualmente transmissíveis entre as populações indígenas do Amapá e norte do Pará.

Diante de tal incumbência e do conteúdo do referido relatório, que assinalava, dentre outros graves problemas, a má qualidade da assistência à saúde prestada aos índios e a falta de profissionais capacitados – para citar apenas um exemplo, na época o cargo de Chefe da Assistência daquela AER era ocupado pelo motorista do órgão – a Funai de Macapá mostrou-se contrariada com as atribuições da equipe e, desde então, passou a protagonizar um esforço, tanto de denegrir a imagem dos integrantes do grupo, quanto de boicotar suas ações. (set/00)

das DSTs e Aids tenha sido feita, a consultora da CN-DST/Aids no Amapá reuniu-se com as instituições locais para retomar o trabalho de saúde na comunidade indígena tiriyó e kaxuyana, com a devida autorização da Funai/BSB. Eis que desta feita, a ADR local considerou que tal autorização não era suficiente, apesar de, em setembro do ano anterior, ter alegado que era de fundamental importância para seu ingresso na área. O administrador disse que precisava consultar a comunidade. Para tanto, fretou uma aeronave e foi pessoalmente reunir-se com as lideranças para discutir o assunto. Em resposta a essa consulta, a comunidade encaminhou um rádio para a ADR de Macapá, dizendo que, tanto a consultora da CN-DST/Aids, quanto o restante da equipe enviada pelo Ministério da Saúde eram considerados "persona non grata" pela comunidade.

Consultados sobre o conteúdo deste rádio, três lideranças que se encontravam em Macapá para participar da Semana do Índio em nenhum momento confirmaram que mantinham a posição quanto à consultora Dulcimar del Castillo e ao restante da equipe. Durante o Encontro de Saúde, realizado naquela semana, quando nova-

mente questionados sobre o rádio, disseram, em público, diante de uma câmera de vídeo que o problema todo surgiu porque o pessoal da Funai disse para eles que Dulcimar teria ligações com o CTI e que o CTI não era bom porque garimpava em área indígena.

Posteriormente, esclareceram o ocorrido em entrevista gravada dizendo o seguinte: "(...) O que fizeram com a Dulce, fizeram assim, mas foi obrigado a dizer, mas não é que isso saiu do coração dos caciques ou do coração da comunidade. Isso saiu de outra boca e entrou na outra boca, para outra boca dizer da Dulce que não é para vir a enfermeira. (...) Agora as coisas estão paradas, nem a Funai, nem o Ministério (da Saúde) vai dar continuidade ao trabalho do DST e Aids". De fato, no lugar das ações interrompidas, não foram implementadas outras que as substituíssem, de modo que, em decorrência disso, tanto os Tiriyó e Kaxuyana quanto os demais grupos indígenas da região continuaram sem atenção neste assunto e, assim, altamente vulneráveis a uma epidemia de Aids.

A FUNAI LOCAL E A CAMPANHA CONTRA O CTI

Um forte indício do caráter problemático da ADR da Funai de Macapá tem sido dado pela alta rotatividade de seus administradores: em dez anos de existência, passaram por ali não menos de sete. E uma constante, ao longo desses anos, tem sido a sistemática oposição aos programas de apoio nas áreas de saúde, educação e alternativas econômicas, que CTI implantou entre os Waiãpi do Amapá.

A certa altura, todo e qualquer órgão do governo federal e estadual que realizasse convênios ou quaisquer ações conjuntas com o CTI, entre os Waiãpi, passava, automaticamente, a ter suas ações boicotadas nas demais áreas sob jurisdição da Funai de Macapá. Com estes agravantes, chegou-se a uma situação de paralisia e impasse, em que a Funai local, consumida pelos conflitos com o CTI, por um lado, não conseguia atender satisfatoriamente às demandas de assistência aos índios sob sua jurisdição e, por outro lado, impedia que outras agências o fizessem, sob o argumento de vínculo direto ou indireto, destas com o CTI, deixando os índios à mercê desses conflitos.

Com efeito, principalmente nos últimos cinco anos, foram vários os profissionais que se viram impedidos de exercer seu ofício de assistência e assessoria às comunidades indígenas do Amapá e norte do Pará, para não falar dos pesquisadores que passaram por Macapá, sem pisar nas áreas indígenas, por serem alunos de Dominique Gallois, na Universidade de São Paulo (USP), num flagrante empenho de cerceamento à pesquisa lingüística e antropológica na região.

Os índios do Parque, por sua vez, cada vez mais alertados sobre supostas ameaças que estariam rondando a Funai local, sobre o perigo de que esta fosse vencida por forças que a criticam porque querem acabar com ela, e temerosos de ficar sem a Casa do Índio que, na época, lhes hospedava em Macapá, compreensivelmente, não fizeram senão defendê-la a todo custo, seguindo todas as suas orientações para garantirem seu apoio.

Assim, em outubro de 1997, alguns representantes indígenas do Tumucumaque foram convidados a participar da inauguração da nova Casa do Índio em Macapá e, naquela cerimônia, tiveram a oportunidade de conhecer o então presidente da Funai, Sulivan Silvestre, cujo discurso lhes conquistou. Para deixar os índios do Tumucumaque mais contentes, anunciou que sua terra encontrava-se prestes a ser homologada pelo presidente da República e que, quando isso acontecesse, chamaria dois representantes para participarem, em Brasília, da cerimônia. Assim, os representantes indígenas voltaram para suas aldeias encantados com o poder e carisma do presidente da Funai e passaram a se considerar, a partir de então, seus protegidos e defensores.

NOVO GOLPE DA CAMPANHA DIFAMATÓRIA

Em julho de 2000, os índios do Tumucumaque se viram diante de um novo dilema, dessa vez por conta da contratação, pelo Projeto Integrado de Proteção das Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), da assessoria antropológica de Dominique Gallois, para coordenar uma equipe encarregada de realizar um levantamento etnoecológico no Parque. Ao serem consultadas a respeito da entrada da equipe na área, as comunidades locais responderam que não aceitariam a entrada do CTI no Tumucumaque, evidenciando o quanto associam Dominique Gallois ao CTI e o quanto desconhecem que é por sua competência profissional comprovada em outras assessorias já prestadas ao PPTAL que ela foi convidada a desenvolver o referido trabalho. Num dos rádios-resposta, curiosamente, pode-se ler o seguinte: "Comunicamos a vossa senhoria que nós lideranças do Parque Indígena de Tumucumaque não aceitamos o ingresso do pessoal do CTI. Informamos que nos reunimos para dizer que nunca vamos aceitar. Lideranças e comunidades desta área." *(Rádio n. 032/Apalaí, 10/07/00)*

Ao que tudo indica, mesmo que a Funai de Macapá cesse sua campanha difamatória, ainda levará um tempo até que os índios do Parque consigam se desvencilhar da imagem fantasmagórica cultivada anos a fio em torno do CTI. Este processo parece guardar semelhança com um outro que remonta à virada do século XIX, quando a população indígena da região, de quem descendem os atuais habitantes do Parque, temia entrar em contato com os brancos. Tal receio, na época, era incitado pelos negros refugiados das Guianas, os *mekoro*, parceiros com quem trocavam produtos nativos por industrializados, e por quem eram influenciados a temer e evitar qualquer contato com brancos, viessem estes da Costa Atlântica ou do Sul.

Conforme alardeavam os *mekoro*, os brancos só estavam interessados em matar os índios e roubar suas terras. Sob tais ameaças, ficava assegurado o monopólio dos negros no comércio que mantinham com a população indígena da região. Os descendentes dessa população foram superando, no decorrer deste século, seus

Achefö Tiriyó, cacique da aldeia Pedra da Onça, no rio Paru do Oeste.

LUÍS DONISETE B. GRUPIONI - 1998

Yonaré Tiriyó, cacique da aldeia Paruaka, uma das principais lideranças tiriyó.

receios em relação aos *pananakiri* (brancos do Norte) e aos *karaiwa* (brancos do Sul). Aos poucos, suas relações externas, antes restritas ao comércio com os negros, foram se ampliando e os próprios índios foram criando estratégias para se relacionar com os diferentes tipos de brancos com quem entravam em contato, fossem eles missionários, militares, funcionários do governo, pesquisadores ou aventureiros.

Num contexto completamente diferente e por motivos outros que aqueles que levaram os índios do Tumucumaque, há um século, a temer os brancos; nessa última década, o pessoal da Funai de Macapá, que os Tiriyó chamam de *funaiton*, vem, de certa forma, exercendo papel semelhante ao que um dia os *mekoro* exerceram na vida daqueles grupos indígenas: o de querer monopolizá-los, procurando isolá-los sob a alegação de que os outros são perigosos e prejudiciais.

Nos últimos anos, não se diz mais aos índios do Tumucumaque que eles devem temer os brancos em geral, mas sim, que eles devem evitar certas categorias específicas de brancos: os pesquisadores, principalmente os da USP, os integrantes do CTI e todos aqueles que, de uma forma ou de outra, estejam incumbidos de realizar ações emergenciais específicas, paralelas ou complementares ao trabalho da Funai.

NOVOS PARCEIROS, NOVOS DESAFIOS

A região do Tumucumaque continua, nos dias de hoje, isolada e de difícil acesso, mas há mais oferta de transporte aéreo, mais comunicação interna e externa, via novos aparelhos de radiofonia instalados em um maior número de aldeias, mais motores de popa transitando e mais aldeias espalhadas ao longo dos rios, mais dinheiro circulando e mais bens de consumo industrializados entrando no Parque. Na paisagem das aldeias principais destaca-se a proliferação das parabólicas; na vida diária, destaca-se uma nova distribuição dos afazeres entre as atividades domésticas e as atividades promovidas pelas diferentes agências que atualmente desenvolvem programas na área. Nas três pistas de pouso revezam-se, entre idas e vindas, novas equipes de agentes, ora encarregadas da saúde, ora da educação, ora de questões fundiárias.

Através destes agentes, os índios do Parque tiveram acesso ao novo tipo de política pública que emergiu em decorrência dos direitos constitucionais conquistados pelo movimento indígena em finais dos anos 80. Ecos dessa nova concepção chegaram aos índios sob a forma de novos juízos sobre a política de "aculturação dirigida" com a qual estavam familiarizados até então. A respeito da política anterior ouvia-se que era de caráter paternalista e promotora da dependência indígena e a esses termos seguiam-se muitos pontos de interrogação. Entender o que era paternalismo tornou-se um dos primeiros desafios para que os índios do Parque pudessem compreender o motivo das transformações no tipo de relação que os novos agentes se dispunham a estabelecer. Desafio que não está vencido, mas que se atualiza a todo momento em que os índios se defrontam com agentes que não se apresentam como "pais", agentes que não baseiam sua relação em trocas de favores, que não esperam dos índios, subserviência, e que por isso, investem em sua participação livre e autônoma nos trabalhos desenvolvidos em suas terras. Na medida em que este novo modelo de relação com a sociedade envolvente, baseia-se em novas expectativas de ambas as partes, muitas vezes o medo e a dúvida parecem desconcertar os índios, e é nesses momentos que os representantes do modelo baseado na tutela e dependência encontram terreno para reagir.

Influenciados por transformações e questionamentos em torno do estilo de intervenção desenvolvido nos tempos do "trinômio", os missionários da faixa oeste entregaram para os índios, em meados dos anos 90, a administração da loja da Missão e dos retiros de gado, incluindo a comercialização interna e externa da carne. As escolas do Parque, bem como a formação e remuneração dos professores indígenas, foram assumidas pelo Núcleo de Educação In-

dígena do Estado do Amapá. A assistência à saúde, bem como a contratação de médicos e enfermeiros, e ainda a capacitação e remuneração de agentes indígenas de saúde, com a Medida Provisória de nº 1.911-8 de 29 de julho de 1999, foi assumida pela Funasa, através do Distrito Sanitário local.

Há quem diga que, nesta virada de século, os índios do Tumucumaque estão se "modernizando", entrando na "era da globalização", "integrando-se" ao sistema da sociedade envolvente. Juízos de valor à parte, dir-se-ia, no mínimo, que os índios do Tumucumaque vêm percebendo que o futuro de suas relações com a sociedade envolvente encontra-se, mais do que nunca, em suas próprias mãos. Este aprendizado vem sendo difícil e tortuoso, entretanto os erros e acertos na condução da Associação dos Povos Indígenas do Parque do Tumucumaque, bem como com o processo de demarcação do Parque, que foi concluído em 1997, mas que exige um envolvimento contínuo no que se refere à vigilância territorial, vem sendo de fundamental importância para sua maior desenvoltura nesse novo contexto, em que se valoriza não mais a condição da tutela dos povos indígenas, mas a sua crescente autonomia e autodeterminação. ***(setembro, 2000)***

Zo'é Rompem o "Isolamento" e Enfrentam a Demarcação de seu Território

Equipe de redação

A partir do "Relatório de Identificação da Terra Indígena Zo'é", de Dominique Tilkin Gallois e Nadja Havt Bindá, out/98, e do DOU, 29/11/99

OS ÍNDIOS DO CUMINAPANEMA INTERAGEM COM NOVOS ATORES PARA CONVERTER SUA ÁREA DE OCUPAÇÃO TRADICIONAL EM "TERRA INDÍGENA" DEMARCADA

Entre 1996 e 1998, as antropólogas Dominique Tilkin Gallois e Nadja Havt Bindá, do Núcleo de História Indígena da USP, enfrentaram um grande desafio: coordenar o Grupo de Trabalho (GT) designado pela Funai (Portaria nº 309/PRES/97) para a identificação e delimitação da terra dos Zo'é, grupo monolíngüe contatado pelo órgão indigenista em 1987.

Essa tarefa exigiu um esforço de tradução das concepções nativas acerca do território, o que pressupunha um conhecimento razoável da língua zo'é. Conhecimento que só pôde ser adquirido com muitos anos de pesquisa de campo. Tal é, sem dúvida, o caso de Dominique Gallois, que faz pesquisa entre os Zo'é desde 1989, além de conhecer profundamente outra população de língua tupi-guarani, os Waiãpi do Amapá, com quem trabalha desde 1977.

Como discutir com os Zo'é a importância de delimitar uma porção de terra situada entre os rios Erepecuru e Cuminapanema – no caso, estipulada em uma superfície de 624 mil ha e um perímetro de 463 km – tornou-se então a grande meta perseguida pelas antropólogas. Nesse sentido, o esforço do GT centrou-se na elaboração, com a participação dos índios, de uma nova noção de "limite" adequada à sua realidade sociocultural.

DOMINIQUE GALLOIS

Do lado de fora...

ISOLADOS?

Ainda que a Funai continue a defini-los insistentemente como "índios isolados", a experiência de delimitação de sua terra implicou um movimento inevitável de interlocução com a sociedade envolvente. Ao se verem sob a necessidade de demarcar uma terra sob critérios constitucionais, os Zo'é tiveram também de se ver como "índios", o que representou para eles uma grande novidade.

Em 1987, os Zo'é se apresentaram à base dos missionários protestantes da Missão Novas Tribos, depois de cinco anos de tentativas para estabelecer contato. Em 1989, a Funai iniciou atividades de assistência na área, começaram a chegar pesquisadores, além de levas de cinedocumentaristas, jornalistas e fotógrafos interessados em divulgar a imagem dos índios "isolados".

Apesar do rebuliço em torno dessa "descoberta", muitos são os indícios de que os Zo'é travam contatos esporádicos com não-índios há pelo menos 80 anos. Isso significa dizer que a novidade para eles não tem sido exatamente o contato com outras populações, mas a compreensão e o aprendizado de categorias estranhas ao seu universo cultural.

TERRITORIALIDADE

Até 1998, a área de ocupação Zo'é estava contida na Terra Indígena (TI) do Cuminapanema/Urucuiana, de 2.059.700 ha, interditada desde 1987 e que incluía regiões ocupadas por remanescentes do quilombo do Erepecuru. O esforço de identificação e delimitação de uma área propriamente Zo'é passou, entre outros fatores, pela garantia da contigüidade de limites entre áreas de ambas populações.

Como garantem as antropólogas que elaboraram o "Relatório de Identificação da TI Zo'é" (1998) para esse povo, limites não são concebidos como marcadores fixos, e sim em termos de relações sociais, cuja efetivação no espaço se dá de maneira móvel. Nesse sentido, os limites para a demarcação representam também limites nas relações entre índios e não-índios, entre áreas de floresta (a dos índios) e áreas desmatadas (pelos não-índios).

Desde 1994, os Zo'é contam com um alto crescimento populacional devido, entre outras coisas, à permanência do posto da Funai e aos serviços de assistência à saúde. Hoje, eles totalizam 185 pessoas, distribuídas em seis assentamentos. Segundo Gallois e Bindá, o aumento demográfico foi conscientemente planejado pelos índios, que têm aliado essa estratégia à expansão territorial e ao movimento de recuperação de zonas desativadas desde os anos 80. Isso aponta a continuidade de formas de organização social e padrões próprios de divisão de unidades locais.

Segundo as autoras, a territorialidade Zo'é consiste em "como esta comunidade pensa a prática de gestão de seu espaço", o que implica a "descrição dos padrões de organização social e política que determinam um modo tradicional de ocupação do espaço". Assim, a concepção de território para esses índios não se limita a critérios puramente espaciais, antes deve ser buscada no mapeamento de uma vasta rede de relações intercomunitárias.

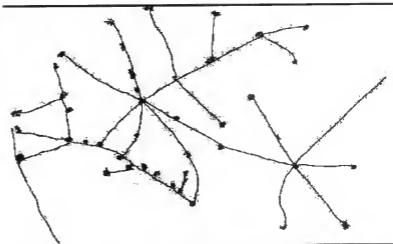
O processo de territorialização para os Zo'é é o resultado da maneira como eles se organizam e regulam o acesso ao espaço e seus recursos. O grupo local regula o acesso aos recursos ambientais, apropriando-se de determinadas áreas. A referência principal não é a habitação, mas a roça, que são classificadas como ativas (*kiatu*) ou não ativas (*taperet*). O grupo local não é definido pela ocupação propriamente dita de um espaço, mas pela história de um lugar. Lugar não no sentido de localização, mas de "modo de vida", "bem viver", noções que podem ser traduzidas em um primeiro momento pelo termo nativo – *koba*. O *koba* de um indivíduo é seu local de origem e de destino após a morte.

O PROCESSO DE DELIMITAÇÃO

Os limites das áreas necessárias para a "reprodução física e cultural" dos índios, como consta nos preceitos do Artigo 231 da Constituição Nacional, foram reconhecidos pelo presidente da Funai, Carlos Frederico Marés de Souza Filho em 29 de novembro de 1999.

... do posto da Funai.

DOMINIQUE GALLOIS

Mapa desenhado pela família de Sowari, indicando aldeias, acampamentos e percursos na porção norte e leste da área. Fonte: Relatório de Identificação da Terra Indígena Zo'é.

Ire'hui elaborando um mapa.

DOMINIQUE GALLOIS - 1996

DOMINIQUE GALLOIS

Concentrados junto aos postos de assistência.

DOMINIQUE GALLOIS

No Relatório de Identificação, eles foram descritos da seguinte maneira: "Partindo da cabeceira do igarapé da Raia Branca, afluente do Erepecuru, segue-se o curso deste até o rio. O limite prossegue subindo o Erepecuru até o Igarapé da Batata, tomando o rumo da sua cabeceira até o divisor de águas entre o Erepecuru e o Kiã're. O limite leste acompanha o curso do Kiã're e, depois, do Cuminapanema. Aproximadamente sete km a jusante da confluência Cuminapanema com o Tarari uhu, deve-se tomar rumo sudoeste até alcançar o curso do primeiro igarapé com direção W-E, imediatamente ao Sul da pista da Missão. Seguindo esse igarapé até sua cabeceira, chega-se à cordilheira onde estão as cabeceiras do Raia Branca".

O estudo do caráter tradicional da ocupação zo'é revelou que este não reside no tempo de ocupação, mas em um princípio baseado na própria organização do grupo. Nesse sentido, seria equivocado seguir com a distinção entre "terras habitadas em caráter permanente" e "terras utilizadas para atividades produtivas". Justificou-se, no "Relatório", a inclusão de áreas de entorno, que compreendem território para a caça, mananciais e cursos de águas, uma vez que são imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao "bem-estar do grupo" e à sua "reprodução física e cultural" – para voltar a falar em termos constitucionais.

A proposta de delimitação exigiu, ainda, que o acesso a essas áreas fosse restrito aos Zo'é, de maneira a assegurar a continuidade da ocupação tradicional diante do crescimento da população. Reside nessa exigência a possibilidade de fato de essa terra ser controlada pelos índios, condição essencial para garantir a efetividade do processo de regularização fundiária da terra.

O FUTURO DOS ZO'É NA "TERRA INDÍGENA"

Segundo as antropólogas, a identificação da Terra Indígena Zo'é pela Funai deve ser vista apenas como um começo e, para o sucesso dessa iniciativa, deve ser configurada uma política de assistência capaz de atender às necessidades urgentes dos índios. Em primeiro lugar, é preciso reavaliar as intervenções de tipo "protecionista", que insistem na idéia de um isolamento absoluto. Mais que proteger e isolar, cabe à política de assistência promover a participação dos índios no processo de demarcação física e de gerenciamento ambiental de sua terra, que ainda está por vir.

Faz-se necessário atribuir aos índios a capacidade de ter acesso ao mundo exterior, o que implica o reconhecimento de um processo de abertura. Não é possível, todavia, que isso se dê de maneira tranqüila sem o acompanhamento de profissionais, sejam eles antropólogos e indigenistas, a quem cabe a missão de garantir sua adequação ao ritmo e às categorias de entendimento próprias à cultura Zo'é. Gallois e Bindá reconhecem nesse processo uma passagem inevitável para um segundo nível de contato com os brancos, o que as faz pensar nas perspectivas desses índios para sair do "isolamento". Não há como negligenciar a grande curiosidade que os Zo'é demonstram em relação ao mundo dos brancos e o seu esforço para formular explicações para as diferenças que saltam aos seus olhos.

Em um quadro de contato como este, a política de assistência deve estar pautada na construção de canais de comunicação entre a sociedade indígena e seu entorno e na capacitação da população para essa comunicação, o que implica um esforço de tradução cultural. Essa questão invade, inclusive, o caso da assistência à saúde. Devem ser garantidos aos Zo'é assistência médica contínua, cobertura vacinal e atendimento odontológico periódico. Todavia, serviços como esses não serão o bastante se os agentes de saúde não adequarem o seu trabalho à forma e aos ritmos de ocupação territorial do grupo. ***(abril, 2000)***

Waiãpi e CTI: Uma Parceria Ameaçada

Angela Maria Schwengber

Ex-assessora do Programa Waiãpi, do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), em 1998 e 1999, para o acompanhamento de questões jurídicas

COALISÃO DE INTERESSES LOCAIS MOVE CAMPANHA DIFAMATÓRIA CONTRA OS PROJETOS DE PARCERIA ENTRE OS WAIÃPI DO AMAPARI E A ONG CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA

"Nós estamos lutando naquele caminho mesmo. Para nós, não tem dois caminhos. (...) Não vamos estragar nossa terra. Fomos nós Waiãpi que discutimos o projeto, todos os chefes, e criamos o (projeto do) PD/A. Sabemos que vocês, autoridades, são nossos amigos, mas não estão entendendo o nosso Projeto, é preciso esclarecer para vocês.

O PD/A é para despoluir a nossa terra, mas não é só isso. É também para tirar ouro, para manter as nossas coisas. Vocês não viram ainda o nosso trabalho e, por isso, não podem prender o nosso Projeto." (Waiwai, chefe da aldeia Mariry, 1998)

"Homem branco só fala de garimpo, garimpo, garimpo! Não é isso não! Branco fala que índio vai virar garimpeiro. Índio não vai virar garimpeiro. Garimpeiro é quem estraga terra. Será que homem branco vai cuidar da terra de índio? Não! (...) Por isso, índio precisa aprender a trabalhar sozinho. Para se virar sozinho sem precisar pedir dinheiro ao branco. É isso que nós queremos (...)." (Kasiripinã, presidente do Apina em 1998)

A parceria entre os Waiãpi do Amapari e o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) tem sido, desde 1993, alvo de boicotes e de campanhas difamatórias. Desde o início da década de 1990, com o apoio da antropóloga Dominique Tilkin Gallois, o CTI desenvolve um programa com múltiplas ações, cujo objetivo é contribuir para o fortalecimento da autogestão e do desenvolvimento sociocultural deste povo, atendendo às suas demandas e garantindo a sua participação permanente. Atualmente, os Waiãpi totalizam 525 pessoas, distribuídas em 24 assentamentos, com postos de assistência em cinco aldeias-base. A parceria com o CTI atende a todos os grupos locais da área (ver *box*).

ATUAL PARCERIA ENTRE OS WAIÃPI E O CTI

A assessoria que o CTI presta diretamente aos índios têm um caráter predominantemente educativo. Teve como meta inicial a regularização fundiária e demarcação física da TI Waiãpi, concluída em 1996, com apoio da Funai e da GTZ. O Programa de Educação, iniciado em 1992, tem como meta a capacitação de jovens para o controle das escolas e enfermarias de suas aldeias, bem como a formação de adultos e jovens na gestão de programas e de suas relações com agências externas. Os trabalhos contam com o apoio da RFN/Operação OD, do NEI/AP e do MEC. O Programa de Saúde Waiãpi/PSW, iniciado em 1996 com apoio da Secretaria de Saúde do Governo do Estado do Amapá (GEA) foi transferido em 1997 para a gestão do Conselho das Aldeias/Apina. Desde 1999, as intervenções nessa área passaram à responsabilidade do DSEI/AP. Outro conjunto de intervenções, voltadas ao controle territorial, à recuperação ambiental e ao desenvolvimento de alternativas produtivas fomentam a participação indígena e o fortalecimento de suas iniciativas para a fiscalização dos limites. O Programa de Vigilância, realizado com apoio do PPTAL/Funai está sendo retomado desde o final de 1999, após uma interrupção de dois anos, em função da suspensão do convênio com a Funai (ver abaixo). O Apina, registrado em 1996, vem se fortalecendo gradualmente como uma instância de articulação entre aldeias e de representação externa. É com o Apina que o CTI tem estabelecido suas parcerias atuais. (ago/00)

De 1993 a 1996, a campanha de boicote à parceria entre os Waiãpi e o CTI foi protagonizada por garimpeiros apoiados por Antônio Feijão (geólogo, ex-presidente da União dos Garimpeiros do Amapá e hoje deputado federal) e Socorro Pelaes (então prefeita do município de Amapari/AP). Estes articularam uma série de denúncias e boatos falsos contra o CTI para tentar impedir a demarcação da TI Waiãpi, já que isso tornaria ilegal e significaria mais um bloqueio às invasões garimpeiras, constantes naquela área. O tom das falsas denúncias era de que o CTI escravizava os índios e apropriava-se do ouro garimpado por eles. Mas estas foram desmentidas veementemente pelos próprios índios.

A TI Waiãpi foi demarcada e homologada em maio de 1996. Foi sobre o projeto de "Recuperação de Áreas Degradadas por Garimpo", programado para o início de 1997, que sobreveio a segunda parte da campanha difamatória (ver *box*).

O PONTO DE RUPTURA

A saga recente do povo Waiãpi, permeada de conflitos com segmentos políticos e religiosos e grupos econômicos ligados ao garimpo, encontrou o ponto de ruptura quando resolveram eles mesmos explorar e usufruir dessa riqueza em escala comunitária, o que lhes permitiria maior apropriação de recursos para a sua autonomia e autogestão. Direito exclusivo garantido pelo artigo 44 do Estatuto do Índio, essa iniciativa seria viabilizada através da execução do projeto do PD/A, de autoria do Apina e do CTI. Este conjugava uma série de fatores e, dando certo, criaria um precedente que esvaziaria o discurso e a concepção assistencialista – razão de ser da estrutura atual da Funai e da forma de atuar de algumas instituições religiosas como a Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB). Trata-se de um discurso potente que, travestido sob o signo de "proteção", desarma resistências e é capaz de aglutinar vários grupos que não querem e nem podem admitir a emancipação dos povos indígenas, pois isso comprometeria a sua própria existência corporativa.

O pesadelo expresso na campanha, que desde 1993 tentava difamar e inviabilizar a construção dos programas waiãpi, ganhou proporções incomensuráveis a partir de 1996. O ápice foi em agosto de 1997, quando uma Ação Civil Pública (ACP) – hoje reconhecida pela própria justiça como se ressentindo de "acentuados aspectos políticos, sociais, econômicos e até ideológicos" e como "sendo muito estranha, já que se contrapõe aos interesses dos próprios índios..." (ver *decisão do juiz federal do Amapá, João Bosco Costa Soares da Silva, proferida no dia 28 de abril de 1999, publicada neste mesmo capítulo*) – proibiu por um lapso de tempo a continuidade das parcerias entre os Waiãpi e o CTI, sob alegação de que eram nocivas para os índios e que acobertavam interesses econômicos sobre o ouro indígena. Sugeria que o CTI atuava clandestinamente entre este povo, desconsiderando os convênios, acompanhamento e financiamento pactuados com o governo federal através da Funai, Ministério do Meio Ambiente (MMA) e outros órgãos.

A GUERRA DOS PAPÉIS

A segunda parte da campanha, guerra dos papéis, como batizaram os índios o conflito jurídico instaurado acerca de seus programas, foi desencadeada, a partir de 1996, pelo então procurador da República em Macapá, dr. João Bosco Araújo Fontes Júnior. Este, recém chegado à cidade, fundamentou-se em informações parciais e obviamente tendenciosas repassadas pelos funcionários da Administração Regional (ADR) da Funai em Macapá – uma burocracia ressentida e falida, que via seu papel assistencialista min-

O PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DA TI WAIÃPI DEGRADADAS POR GARIMPO

Para ampliar o plano de recuperação nas áreas degradadas pelos garimpeiros invasores, o CTI, juntamente com o Apina, idealizou esse projeto, cujos procedimentos contavam com os resultados e experiências consolidadas em iniciativas anteriores dos Waiãpi no sentido de diversificar e adequar suas atividades extrativistas ao controle territorial e à recuperação ambiental. Aprovado em 1996 no quadro dos Projetos Demonstrativos/Amazônia - PD/A, do Ministério do Meio Ambiente, sua implantação, a ser realizada ao longo de 24 meses, foi suspensa na seqüência da campanha deflagrada contra o CTI e o Apina. Uma decisão judicial recente foi favorável à execução desse projeto, que aguarda ainda consolidação.

O alvo inicial do projeto é a recuperação ambiental de trechos da bacia do igarapé Aimã, no coração da TI Waiãpi, intensamente ocupada pelos índios. A execução do projeto deve garantir a participação intensa de equipes indígenas de diversos grupos locais e a continuidade do controle que estes exercem sobre os recursos naturais de seu território. O trabalho a ser realizado, em caráter piloto, para a despoluição do igarapé Aimã, poderá futuramente ser adequado para a recuperação de outras zonas degradadas (sul e leste da TI), num formato de auto-gestão pela comunidade indígena. A capacitação dos Waiãpi para a gestão dos recursos resultantes da produção secundária de ouro aluvionar e sua comercialização deve se dar na forma de investimentos capazes de atender demandas coletivas, sob supervisão do Apina. A diversificação concomitante das atividades extrativistas e agro-florestais deve se dar num formato capaz de atender, a longo prazo, as demandas específicas das aldeias, tanto em termos de auto-subsistência quanto de produção para comercialização.

Tecnicamente, no que se refere à questão ambiental, enquadrada por procedimentos de geologia e mineração, o projeto visa trabalhar em uma área degradada por garimpo através de procedimento garimpeiro tecnicamente adequado para desenvolver metodologia e treinamento concomitante com a recuperação da área. O método inclui desmonte hidráulico, sucção de polpa e concentração gravítica. Um protótipo inicial poderá sofrer adequações durante o desenrolar dos trabalhos. Pretende-se lavar o rejeito e o cascalho remanescente, recuperando o máximo possível de ouro e mercúrio, refazendo-se a topografia para revegetação orientada.

Em resumo, trata-se de consolidar uma nova orientação na atividade garimpeira realizada por estes índios há muitos anos – e evitar a multiplicação de pequenos garimpos explorados familiarmente, que serão reconduzidos num trabalho coletivo de escala de despoluição de uma área degradada, com produção secundária de ouro –, articulando esta atividade ao seu atual esforço na implantação de plantios agroflorestais nas picadas da demarcação (consórcios de cupuaçú e pupunha, com viveiros familiares e central). É justamente pela sua escala não-familiar que essas atividades produtivas serão capazes de fortalecer a experiência de gestão autônoma, principal expectativa dos Waiãpi. (ago/00)

guar diante da autonomia que vinha sendo conquistada pelos índios – por missionários da MNTB – que responsabilizavam o CTI por sua expulsão, no final de 1995, da área indígena (responsabilidade exclusiva da Funai) – e por quatro Waiãpi do grupo local Wiririry/Ytuwasu (assistidos até 1995 pela MNTB) que traziam divergências históricas com as demais aldeias.

Vale notar que, como desdobramento dessa intervenção equivocada do procurador e sobretudo em função da aliança entre políticos locais, a MNTB e a ADR da Funai em Macapá, esta facção indígena recebeu desses agentes o apoio necessário para formalizar a cisão com relação aos demais Waiãpi, registrando em 1998, a Associação dos Povos Indígenas do Triângulo do Amapari (Apiwata). Os líderes que representam esta facção (composta de 15% da população da área) vinham, há alguns anos, se contrapondo às ações de controle territorial realizadas pelo Apina em parceria com o CTI. Por esses motivos, os líderes da Apiwata vêm contribuindo com a referida campanha de difamação, proferindo várias acusações infundadas contra o CTI e contra a antropóloga Dominique Gallois, que geraram inquéritos e processos, em fase conclusão por falta de provas.

Questionado pelos seus pares do Ministério Público Federal, especialmente os membros da Sexta Câmara, o procurador de Macapá não hesitou em nenhum momento nos seus passos. Em março de 1996, abriu um dossiê sobre as atividades do CTI na área indígena. Em setembro, instaurou um processo administrativo interno visando apurar possíveis irregularidades em relação à atuação do CTI. Em novembro, suspendeu da tramitação e aprovação final do projeto PD/A, intervindo diretamente no MMA em Brasília. Em dezembro, promoveu o inquérito civil público para apurar a legalidade das atividades do CTI na área Waiãpi. Em seguida, solicitou uma equipe técnica, composta por um funcionário da ADR Funai local, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) e do Ibama, para averiguação *in loco* da implantação do PD/A (que nunca foi iniciado por determinação do próprio procurador). O relatório foi capcioso, desfocando o objeto solicitado e inventando maliciosamente a existência de uma pista de pouso onde era uma roça, o que resultou numa multa do Ibama (que, aliás, não acompanhou a equipe) ao CTI. Em agosto de 1997, o procurador abriu uma Ação Civil Pública (ACP), com pedido de liminar contra a Funai, o MMA e o CTI para proibir a implantação do PD/A e determinar a retirada definitiva dos integrantes desta ONG da área waiãpi, alegando a "nocividade de sua presença para os índios". Antes mesmo de instaurar a ACP, o procurador havia requerido também a abertura de inquérito policial contra Dominique Gallois, por crime de difamação, que virou processo, do qual a ré foi absolvida no início de 2000.

Em 29 de agosto de 1997, o juiz federal Marcelo Dolzany da Costa, na época atuando em Macapá, acatou o pedido de liminar do procurador sem ouvir as partes contrárias, sem verificar *in loco* as acusações proferidas e entendendo preliminarmente ser, de fato e de direito, ilegal o garimpo pelos índios em suas próprias terras. Esta questão tornou-se o ponto nevrálgico de todo o processo.

Durante essa guerra de papéis, os chefes waiãpi, individualmente e através do Apina, encaminharam inúmeros documentos, escreveram cartas para o procurador, para a Funai e para outras autoridades, muitas delas jamais respondidas. Fizeram duas caravanas à Brasília (1997 e 1998) reunindo representantes de todas as aldeias Waiãpi e buscando ser ouvidos e considerados pelos órgãos federais competentes. Apresentaram-se voluntariamente e fizeram declarações públicas, pedindo para ser ouvidos pelo procurador, que simplesmente ignorou-os em todos os seus procedimentos. Essa postura foi assumida também pelas demais autoridades, em especial pela ADR Funai e pela imprensa. Em virtude disso, os índios apresentaram uma Representação ao Corregedor do MPF, impugnando a tutela exercida e pedindo o afastamento do procurador de qualquer procedimento legal que envolvesse a defesa de seu povo. Impetraram, também, um Mandado de Segurança com pedido de liminar contra a decisão liminar do juiz Marcelo Dolzany. Além disso, pediram para ingressar como parte ativa na ACP, na condição de réus junto aos seus parceiros, na expectativa de poder ser ouvidos diretamente sobre a contenda.

O CTI, solicitado a prestar esclarecimentos, encaminhou tudo o que lhe foi requerido, no entanto, viu suas razões serem recortadas, descontextualizadas e interpretadas ao sabor da lógica acusatória incorporada pelo autor da ACP. Como medida de defesa, o CTI encaminhou documentos esclarecendo o juiz sobre os reais interesses da comunidade waiãpi no que se refere aos trabalhos realizados em parceria, corrigindo dados falaciosos contidos na ACP. Propôs um Agravo de Instrumento no Tribunal Federal da 1ª Região em Brasília, com pedido de efeito devolutivo e suspensivo, para fazer cessar de imediato os efeitos da medida liminar, sobre o qual o Tribunal silenciou, assim como não se pronunciou sobre o Mandado de Segurança dos Waiãpi. Apresentou uma Contestação diante da ACP, pedindo sua extinção.

Em agosto de 1998, após inspeção judicial na área, o mesmo juiz que havia proibido a continuidade das parcerias reviu parcialmente sua decisão e reconheceu a importância dessas para o bem-estar dos índios, ordenando a retomada de todas as ações, em exceção do "Projeto PD/A", sobre o qual a contenda continua. Entretanto, o deputado Antônio Feijão, onipresente e contumaz opositor dos interesses waiãpi, criou focos de boicote na Câmara Federal, na imprensa e em órgãos públicos federais no Amapá, que resistem até mesmo à decisões judiciais. Tal foi o caso dos funcionários da ADR da Funai, que conturbaram e impediram, até outubro de 1999, a plena retomada das parcerias. Partiu deles a iniciativa de acionar a Polícia Federal para retirar da área à força os técnicos do CTI, logo após a primeira decisão liminar da ACP. Os Waiãpi denunciaram inúmeras vezes esses funcionários, exigindo o seu remanejamento.

O deputado Feijão foi também autor de inquéritos policiais, em tramitação, contra Dominique Gallois. Autos desses inquéritos revelam assessoria direta da MNTB e da Apiwata na fundamentação de acusações, como prática ilegal de garimpagem, uso abusivo de imagem indígena e manipulação de lideranças indígenas. Acusações veementemente desmentidas pelos Waiãpi, vale lembrar.

Um bloqueio paralelo (porém fundamental) veio da Funai nacional, cujos sucessivos presidentes, omitiram-se em anular a portaria interna de 15 de agosto de 1997 que havia suspendido os convênios que viabilizavam as ações do CTI na área Waiãpi. Esta portaria foi uma decisão da então presidente substituta do órgão, que assumiu o cargo em caráter provisório, até que o novo presidente fosse nomeado. Somente em agosto de 1999 a referida portaria foi revogada.

Contribuição incomensurável aos boicotes contra os direitos indígenas, foi dada por órgãos da imprensa local, que se tornaram especialistas em manipular informações, deturpar sentidos e plantar boatos falsos que raríssimas vezes incluem os depoimentos dos próprios Waiãpi ou de membros do CTI sobre as contendas.

CONTINUIDADE

Contudo, o CTI, os Waiãpi, seus programas e seus parceiros continuam a receber apoio e reconhecimento da importância das suas iniciativas de órgãos como o Ministério Público Federal/Sexta Câmara, o PPTAL, o MMA, a Sociedade de Cooperação Técnica (GTZ), o MEC. Além de alguns funcionários da Funai, de inúmeras organizações indígenas e indigenistas do país, de governos e de ONGs de vários países e de políticos comprometidos com um desenvolvimento pautado em princípios democráticos e na garantia dos direitos humanos.

É importante destacar, na seqüência dos fatos da guerra dos papéis, a substituição do juiz federal e do representante do MPF em Macapá. Ambos têm se empenhado para reverter a condução do caso, atuando em conformidade com a Sexta Câmara e promovendo uma nova interpretação dos autos do processo. O novo juiz deliberou ser o garimpo em terras indígenas feito pelos próprios índios, atividade legal e constitucionalmente amparada. Além disso, criticando a postura da Funai, ele determinou imediata retomada de todos os programas e convênios.

O órgão indigenista, inconformado com tal decisão – o que chega a ser absurdo, já que lhe favorecia na medida em que ele própria é réu na ACP – , impetrou um Agravo de Instrumento no Tribunal Federal em Brasília, obtendo uma liminar para novamente impedir a realização do projeto. Esse instrumento foi rebatido pelo CTI e pelo MPF/Macapá. Em janeiro de 2000, o então presidente da Funai, Carlos Frederico Marés, solicitou a retirada do referido Agravo apresentado pela gestão anterior.

A ACP ainda não teve seu desfecho final. Permanece ainda em fase pericial, aguardando novos desdobramentos. Trata-se de um labirinto que parece revelar a saída para, em seguida, embrenhar em novas e confusas veredas. Enquanto isso, os Waiãpi seguem sua saga em busca da sua terra sem males. *(agosto, 2000)*

GERAL

MINISTRO DA EDUCAÇÃO COBRA APOIO DA FUNAI

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, enviou correspondência para o presidente da Funai, Sulivan Silvestre, cobrando apoio do órgão na implementação de programas educacionais desenvolvidos nas áreas indígenas do Amapá. Três programas estão em curso no Amapá: o projeto Turé de formação em magistério indígena, o programa de formação de professores Waiãpi e o programa de capacitação dos professores Tiriyó e Kaxuyana, todos avaliados e recomendados pelo Comitê de Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Esses programas, que contam com apoio financeiro do MEC, estão sendo realizados em articulação com o Núcleo de Educação Indígena da Secretaria de Estado da Educação do Amapá, Universidade de São Paulo e Centro de Trabalho Indigenista.
No ofício encaminhado à Funai, o ministro afirmou: "Estas instituições vêm enfrentando vários problemas no seu relacionamento com a atual administração da ADR Funai de Macapá, que tem criado dificuldades para o estabelecimento de parcerias que visem a oferta de programas de educação escolar indígena de acordo com a política traçada por este Ministério. Tais dificuldades dizem respeito à não colaboração de chefes de postos indígenas com as equipes educacionais, não parceria da ADR de Macapá na implantação dos programas apoiados por este Ministério e constrangimentos para o ingresso de profissionais nas áreas indígenas". *(Luís Donisete Grupioni, ago/98)*

UNICEF DÁ PRÊMIO AO AMAPÁ POR APOIO AOS POVOS INDÍGENAS

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) escolheu o estado do Amapá para receber o prêmio "Txai", em reconhecimento ao apoio das autoridades locais às crianças, mulheres e às comunidades indígenas da região. Em Kaxináwa, Txai quer dizer amigo ou companheiro. Segundo a coordenadora da Unicef para a região da Amazônia, Vilma Alves Cabral, "o Amapá vem fazendo um trabalho exemplar, através de programas governamentais que priorizam e reconhecem a importância étnica, social, cultural e política das diferentes culturas, povos e tradições do Brasil".
Entre os programas em andamento, destaca-se o apoio às parteiras tradicionais e a assistência social por meio de projetos educacionais bilíngües (em português e nas línguas indígenas locais). Os programas enfatizam o respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento auto-sustentável. Segundo a representante da Unicef, "o prêmio é um estímulo para que o Amapá continue no caminho certo". *(A Crítica, 05/09/98 e Extra-RJ, 06/09/98)*

PARQUE DO TUMUCUMAQUE/GERAL

APARAI E TIRIYÓ FAZEM ESTÁGIO NO HOSPITAL DA AERONÁUTICA

Três monitores de saúde indígena de aldeias Apalai e Tiriyó foram levados pela Funai para realizar um estágio no hospital da Aeronáutica de Belém. O programa, que objetiva fazer os índios "aprenderem medicina dos brancos", foi apresentado como uma alternativa de "superação" dos conhecimentos tradicionais dos xamãs: "O nosso pajé só fazia enganar a gente, dando leite do mato, uma ervas que não curavam nada. Por isso que eu quero aprender para ajudar meu povo a se curar das doenças", afirma o índio Kapixaba Apalai. Os monitores estão aprendendo cuidados básicos em situação de emergência, vão fazer aprendizado laboratorial e por fim vão entrar no setor de internação. Os três índios, que falam pouco o português, passam o dia no hospital, onde fazem refeições. Eles estão alojados na Casa do Índio, em Icoaraci. *(O Liberal, 06/09/98)*

PPTAL APOIA ABERTURA DE NOVAS ALDEIAS

A Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque (PIT) apresentou ao PPTAL/Funai um projeto de financiamento para apoiar a abertura de cinco novas aldeias Tiriyó e um Aparai. O projeto aprovado pelo PPTAL, em caráter emergencial, integra um projeto de fiscalização e monitoramento das fronteiras do PIT, recentemente demarcado, que será financiado pelo PPTAL durante o ano 2000. Foram adquiridos instrumentos de trabalho, ferramentas e combustível que permitiram o deslocamento dos índios até as novas aldeias, o desmatamento e a abertura de roças. Na faixa oeste do PIT, onde moram os Tiriyó e Kaxuyana, receberam materiais de apoio as famílias envolvidas na abertura das aldeias Yawa, Aiki, Pedra da Onça, Boca do Marapi e Rio dos Gêmeos. Na TI Paru d'Este, contínua ao PIT, onde vivem os Wayana e Aparai, o PPTAL apoiou a abertura da aldeia Parapará. *(Luís Donisete Grupioni, dez/99)*

PARQUE DO TUMUCUMAQUE/TIRIYÓ/ KAXUYANA

USP PROMOVE CURSO PARA PROFESSORES INDÍGENAS

De 11 a 29 de novembro, oito professores indígenas Tiriyó e Kaxuyana, que lecionam nas escolas indígenas localizadas no Parque do Tumucumaque, participaram de um curso de capacitação promovido pelo Grupo de Educação Indígena (Mari) e pelo Núcleo de História Indígena e do Indigenismo, ambos da USP, que conta com apoio financeiro do MEC. O curso, realizado na escola São Francisco, na Missão Tiriyós, foi centrado na discussão de novas práticas pedagógicas e de organização escolar, bem como se deu início à preparação de materiais didáticos específicos para as escolas. O curso é a primeira atividade do projeto "Resgatando a escola junto com os Tiriyó e Kaxuyana: formação de professores indígenas e melhoria nas condições de ensino", elaborado pela USP a pedido da comunidade indígena.
Ao término do curso, os professores Tiriyó e Kaxuyana prepararam correspondência ao ministro da Educação solicitando apoio à sua formação e informações sobre o funcionamento da TV Escola. *(Luís Donisete Grupioni, nov/97)*

LIVRO DE LEITURA

Na abertura da mostra de filmes "Os Brasis Indígenas", no Espaço Unibanco de Cinema (SP), foi lançado o livro de leitura "História do Peixe-Tesoura" de autoria dos alunos da escola Tiriyó Tuxawa Awiri, da aldeia de Cuxaré. O livro, escrito em português e em Tiriyó, narra uma história tradicional do grupo e será utilizado nas escolas tiriyó do Parque do Tumucumaque. Segundo a antropóloga Denise Grupioni, uma das organizadoras do livro, este é o primeiro produto do projeto "Resgatando a escola junto com os Tiriyó e Kaxuyana", que vem sendo desenvolvido pela USP na área indígena. *(ISA, 05/00)*

PARQUE DO TUMUCUMAQUE/ WAYANA/APARAI

ACERVO RESGATA TRADIÇÃO

Em meados do ano de 1950, o jovem indigenista alemão Manfred Rauschert, da cidade de Bonn, visitou as aldeias dos Aparai e Wayana pela

primeira vez e ficou encantado com o modo de vida daqueles índios. Com a ajuda do marechal Rondon, iniciou um programa de pesquisas e uma longa convivência com os índios. Manfred viveu quase 30 anos entre eles, de 1951 a 1979, chegando a dar nome a aldeia Bonna, dos Aparai, como homenagem a sua terra natal. Durante esse período, formou uma coleção de gravações com músicas e relatos da história e da cultura oral do grupo, que estão sendo digitalizadas e incorporadas ao International Institute for Tradicional Music, de Berlim, e ao Laboratório de Imagem e Som em Antropologia da USP.

Centro de documentação - Em 1995, Manfred, que está com quase 70 anos e vive aposentado em Bonn, de onde sai apenas para dar conferências em universidades da Europa sobre sua experiência amazônica, iniciou um novo projeto: utilizar seu acervo para resgatar a tradição cultural dos Aparai e criar um Centro de Documentação das Tradições Orais da Amazônia.

Com a ajuda do antropólogo paulista Tiago de Oliveira Pinto, que dirige o Instituto Cultural Brasileiro na Alemanha, Manfred montou o projeto, cuja primeira etapa começou a ser executada esta semana com a instalação, em Macapá, da aparelhagem básica de arquivo sonoro doada por uma entidade alemã. Nesta etapa, que terá duração de seis meses, Manfred e os índios farão a seleção das narrativas míticas e históricas para transcrição e tradução, enquanto Tiago de Oliveira cuidará da instalação do arquivo e da utilização da aparelhagem técnica.

O projeto tem duração prevista de quatro anos. Eles vão trabalhar com um universo de 1.800 índios Aparai e Wayana, que possuem 12 formas diferentes de escrita, mas aprenderão um sistema único pelo qual serão elaborados livros e cartilhas utilizados nas escolas indígenas. "Eu acho que não teremos dificuldades, porque vamos trabalhar com aqueles índios novos que estão interessados e já sabem ler e escrever", explicou Manfred. *(Folha do Amapá, 30/03 a 05/04/96)*

FUNAI EXPULSA PESQUISADORA

A Funai de Macapá vem criando inúmeras dificuldades para a realização de pesquisas antropológicas e lingüísticas entre os grupos indígenas do Amapá e norte do Pará. O alvo principal são os pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), que há mais de cinco anos desenvolvem um amplo programa de pesquisa na região. Além de dificultar seu ingresso em área, os funcionário disseminam mentiras entre os índios, a fim de denegrir a imagem dos pesquisadores e da instituição a que pertencem. Em geral, as "fofocas" divulgadas aos índios levantam suspeitas sobre os objetivos de seus trabalhos. A última vítima foi a lingüista brasileira Eliane Camargo, pesquisadora do Centre d'Etudes des Langues Indigènes d'Amérique (Celia/CNRS) e professora visitante da USP.

No dia 24 de junho de 98, Eliane foi retirada pela Funai do Parque Indígena do Tumucumaque, no extremo norte do Pará, onde estava há dois dias dando continuidade a uma pesquisa lingüística entre os Wayana, iniciada em 1993. O procurador Regional dos Direitos do Cidadão no Estado do Pará do Ministério Público Federal, Ubiratan Cazetta, colheu um depoimento da pesquisadora, para análise das providências cabíveis. A Funai de Brasília informou que sua autorização havia sido assinada no dia 4 de agosto, após ter recebido um ofício da ADR Macapá. *(Últimas Notícias/ISA, 14/08/98)*

EQUIPE VAI A ALMEIRIM SOCORRER OS APALAÍ

Uma equipe mista do Governo do Estado, integrada por membros da Defesa Civil e Corpo de Bombeiros, Força Aérea Brasileira e Prefeitura Municipal de Almeirim foi mobilizada às pressas ontem para socorrer cerca de cem famílias de indígenas da tribo Apalaí, da aldeia Bona, no alto rio Paru, no Parque Indígena de Tumucumaque, município de Almeirim, que estavam passando fome depois que suas roças foram totalmente destruídas pela forte enchente que assolou aquela região norte do Estado. Segundo o major BM Paulo Gerson Novaes de Almeida, coordenador adjunto da Defesa Civil estadual, a mobilização de ajuda para salvar os cerca de 500 índios envolveu cerca de 30 pessoas entre médicos, enfermeiros, assessores do governo e membros do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil, que seguiram ontem em três aeronaves – uma do Governo do Estado, uma da FAB e uma terceira fretada pela Defesa Civil – para Monte Dourado, e de lá para a aldeia Bona, onde foram distribuídas cem cestas básicas com alimentos e equipamentos para que os índios possam abrir roçados em terras mais elevadas. *(O Liberal, 01/06/00)*

OIAPOQUE

GALIBI GANHA PREFEITURA DE OIAPOQUE

O primeiro índio a assumir uma prefeitura na Amazônia, João Neves (PSB), vai ter que fazer muita pajelança para invocar a paz e conseguir governar o município de Oiapoque (AP). Neves foi eleito pela maioria dos votos, mas não obteve a unanimidade. Não vai ser fácil.

Neves admite que sofreu muita discriminação durante a campanha. "Os brancos diziam que se recusavam a ser governados por um índios", contou Neves. "Ele ganhou as eleições por causa dos índios, que são minoria. O povo civilizado votou no meu candidato" afirmou, ontem de Macapá, a atual prefeita tucana Maria Bezerra. Além das dificuldades que terá com a população branca, que desconfia da sua capacidade de administração, Neves vai ter que enfrentar uma dura oposição na Câmara dos Vereadores. O novo prefeito terá apoio de apenas quatro dos nove vereadores eleitos. "Vou tentar mostrar aos brancos que não vou governar só para os índios", disse Neves, otimista. Prova disso é a composição de seu secretariado, metade branco e metade índio.

Acusações e ameaças - Mal foi eleito, Neves já assume num clima de inimizade com a prefeita. Ele jura que está sendo ameaçado de morte e acusa Maria Bezerra pelas ameaças: "Ela disse que eu até poderia me eleger, mas que não tomaria posse. Além disso, ela afirmou que está guardando três balas de revólver: uma para mim, outra para o meu vice, o João Dorismar, e a terceira para o governador do estado, João Capiberibe", contou Neves. *(Correio Braziliense, 09/10/96)*

SEDE DA FUNAI É OCUPADA

Cerca de 120 índios dos grupos Karipuna, Palikur e Galibi invadiram a sede da Funai em Oiapoque, protestando contra a nomeação do novo administrador regional, Evandro Bezerra Ribeiro. Os índios afirmam que só irão desocupar a sede da Funai quando Jairo Bezerra Ribeiro, irmão do funcionário nomeado, for recolocado no cargo. Segundo o cacique Mário dos Santos Caripuna, Jairo foi escolhido e indicado pelos índios das sete etnias que habitam no estado "O Jairo tem a confiança dos índios", disse Caripuna. Já Evandro foi nomeado pelo senador amapaense Gilvan Borges (PMDB). "O presidente da Funai curvou-se diante da influência política do senador, assinando uma nomeação que para os índios não vale nada", afirmou o cacique. *(OESP, 23/04/98)*

ÍNDIOS DERRUBAM AFILHADO DE SENADOR

Os Karipuna, Galibi e Marwono que vivem nas aldeias do município de Oiapoque (AP), conseguiram vencer em Brasília uma "guerra" contra o senador amapaense Gilvan Borges (PMDB). Eles fizeram o presidente da Funai, Sulivan Silvestre, revogar a portaria de nomeação de Evandro Ribeiro, indicado pelo senador. No lugar de Ribeiro, os índios indicaram para

ocupar o cargo o cacique Mário Karipuna, que tem o apoio dos índios. Para forçar a direção da Funai a anular sua decisão, os índios invadiram e vinham ocupando há 30 dias a sede do órgão em Oiapoque, ameaçando incendiá-lo, além de queimar e destruir uma ponte na BR-156, rodovia federal que corta as reservas indígenas. O índio Fernando Karipuna disse que as aldeias estão em festa com a decisão da Funai: "Viramos a mesa porque não tinha graça um político se meter em assuntos de índios. O senador manda no Congresso, mas na Funai quem manda somos nós", resumiu Fernando. *(Jornal de Brasília, 08/05/98)*

DE CANOA NO RIO RENO

Quatro índios das etnias Karipuna e Galibi-Marworno, do município de Oiapoque, (AP) roubaram a festa no Heine Spekatakel, em Dusseldorf, na Alemanha. Sob o olhar incrédulo de seguranças e bombeiros, os quatro índios desceram o rio Reno numa frágil canoa Karipuna, cavada em tronco de árvore, medindo seis metros de comprimento e pesando 240 quilos, feita na aldeia Espírito Santo, no Oiapoque.
Para chegar em Dusseldorf, a canoa seguiu de caminhão até Macapá, foi de balsa até Belém e de avião de carga até a Alemanha. Depois da exibição, foi doada para a prefeitura local. *(Diário de Pernambuco, 14/07/98)*

ÍNDIOS REIVINDICAM ASSISTÊNCIA

Os representantes indígenas das tribos Karipuna e Palikur, que atuam no município de Oiapoque, estiveram com o governador João Alberto Capiberibe reivindicando a regularização dos convênios de saúde e educação firmados com a Prefeitura de Oiapoque. O atraso nos repasses tem causado grande revolta entre os índios, que entraram em conflito com o prefeito João Neves. Os índios reivindicaram ao governador a permanência de 29 agentes de saúde e monitores na área de educação, além de maiores recursos para a merenda escolar. Esses problemas têm sido causados pelo atraso no repasse de dinheiro por parte da prefeitura. *(O Liberal, 06/07/99)*

PREFEITO GALIBI É AFASTADO POR IMPROBIDADE

Considerado um exemplo da convivência pacífica entre brancos e índios, o prefeito de Oiapoque, no Amapá, João Neves (PSB), da etnia Galibi e da aldeia Cumarumã, foi afastado do cargo pela Justiça por acusações de improbidade administrativa. De acordo com o Ministério Público Estadual, Neves, de 37 anos, utili-

ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE

Em maio de 1992, os Palikur, Karipuna, Galibi-Marworno e Galibi- Kaliña criaram, em assembléia geral, a Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (Apio). A congregação de várias etnias em uma única associação política se deu em decorrência da luta conjunta pela demarcação das terras indígenas travada no final da década de 70 e nos primeiros anos da década de 80, e principalmente em função das intensas relações, mantidas ao longo da história, entre as sociedades indígenas da região.
Logo que foi instituída, a Apio possuía um caráter reivindicatório, pois sua atuação estava limitada à representação política frente aos não-índios. Em 1996, iniciou-se uma transformação radical na atuação e no papel da Apio na região. Isso se deu com a eleição em 1994 (e reeleição em 1998) de um governo que priorizou as ações descentralizadas, tornando fundamental a participação direta das comunidades tradicionais do Amapá, o que incluiu as populações indígenas do Estado.
O governo do estado passou a financiar projetos em todas as áreas sociais, ficando a cargo da Apio estabelecer as prioridades, gerenciar os projetos e contratar mão-de-obra seja para a construção de uma escola, seja para cursos de formação de professores. Em 1996, a Apio era presidida pelo Galibi-Marworno João Neves. Neste mesmo ano, ele foi eleito prefeito do Oiapoque com a maioria absoluta dos votos da área indígena, que representam cerca de 30% do total de votos do município. Isto se deu, em grande parte, graças ao bom desempenho que teve à frente da Associação.
Com a saída de João Neves, a presidência da Apio foi assumida interinamente por Vitória Santos dos Santos. Era a segunda mulher a presidir a Associação, que teve como primeira presidente Estela dos Santos Oliveira. Ambas são filhas de um líder Karipuna que foi muito influente na região, o "finado Coco".
Vitória tem 52 anos, três filhos e é formada em odontologia pela Universidade Federal do Pará. De 91 a 95, teve consultório particular em Oiapoque. Pouco antes de assumir a presidência da Apio, dava consultas na área indígena, através de um dos convênios entre Apio e governo do Estado. Sua gestão tem sido extremamente eficiente e aprovada pelas diferentes etnias. Foi eleita presidente por três vezes, e na última o mandato foi ampliado de um ano para dois.
Para ter uma idéia do volume de trabalho realizado em parceria com o governo do estado do Amapá, em cinco anos, a Apio construiu 14 escolas, cinco centros comunitários, 13 alojamentos para professores não índios, um alojamento para índios em trânsito em Oiapoque. Reformou e ampliou a Casa de Saúde do Índio em Oiapoque, adquiriu 17 aparelhos de radiofonia, um carro para a Casa de Saúde do Índio, um caminhão com capacidade de transportar até 12 toneladas da produção agrícola das aldeias para o Oiapoque. E ainda, gerenciou o projeto de formação de professores Palikur, tendo como parceiros o MEC e a Unicef.
Nesse momento, a Apio está se preparando para administrar, em parceria com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), um grande convênio assinado com o Ministério da Saúde, que prevê a contratação de recursos humanos, a aquisição de medicamentos para suprir toda a demanda da área, alimentação para a Casa de Saúde do Índio, a construção e reforma das enfermarias, combustível para deslocamento terrestre e fluvial, frete de aeronaves para emergências, passagens aéreas e terrestres, entre outras coisas.
A duração do convênio é de apenas um ano. E, para garantir sua renovação, não pode haver falha na execução. Para Vitória , "vai ser um trabalho muito grande e a gente vai ter que mostrar que tem condição de administrar o que é nosso". A Apio, sob a administração de Vitória, cumpre exemplarmente o papel de uma prefeitura voltada aos índios. Certamente a influência política dessa associação tem contribuído muito para a afirmação dos Povos Indígenas do Oiapoque. (Antionka Capiberibe, out/00)

ANTIONKA CAPIBERIBE

Mesa diretora da Apio, eleita em janeiro de 1997.

zou irregularmente R$ 350 mil repassados pelo Ministério da Integração Regional. A eleição do prefeito-índio teve repercussão internacional. Ele chegou a ser recebido pelo presidente francês Jacques Chirac e pela ex-primeira dama Danielle Mitterrand, em um encontro de povos ameríndios realizado em Paris. Primeiro prefeito índio do Brasil, João Neves foi eleito em 1996 com 1.713 votos, 47% do eleitorado. Para sua posse foram convidadas, entre outras autoridades, o presidente Fernando Henrique Cardoso, e o presidente do Conselho Regional da Guiana Francesa, George Effort. Em 1996, Oiapoque tinha cerca de mil eleitores indígenas. *(JB, 20/06/00)*

WAIÃPI

COMEMORAM DEMARCAÇÃO

Com a participação do governador João Alberto Capiberibe e de representantes dos governos brasileiro e alemão, os Waiãpi comemoraram no dia 10 de março, a conclusão dos trabalhos de demarcação física de seu território. Participaram, ainda, da comemoração na aldeia Aramirã, a 300 km de Macapá, o índio Davi Kopenawa e Geraldo Yanomami, o diretor da Sociedade de Cooperação Técnica (GTZ), Hans Kruger e a diretora de Assuntos Fundiários da Funai, Isa Maria Pacheco.

O processo de demarcação dos 573 mil hectares ocupados pelos Waiãpi começou em 1993, quando o banco estatal alemão (KfW) se ofereceu para financiar o processo demarcatório. Um acordo entre a GTZ, ligada ao governo alemão, a Funai e o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) possibilitou que os próprios Waiãpi participassem da demarcação. O trabalho exigiu que eles aprendessem a guiar e consertar veículos motorizados, reconhecessem mapas e operassem sistemas de radiofonia. "Essa demarcação só deu certo porque os índios estavam envolvidos no processo desde o começo. Houve um trabalho de capacitação que foi decisivo", explica o técnico indigenista do CTI, Pedro Dias Corrêa. Os Waiãpi aproveitaram o trabalho de abrir picadas para plantar mudas nativas, como o cupuaçu, bacuri e pupunha, nos limites de sua área. O plantio teve dupla finalidade: além de estimular a visita dos índios aos limites, haverá produção de frutas que poderão ser comercializadas. Os limites da área serão, ainda, fiscalizados através de imagens de satélite.

Com a demarcação da área waiãpi, os 5.261 índios que habitam as quatro reservas indígenas existentes no Amapá vivem uma estabilidade de causar inveja aos "parentes" de outros Estados. No Amapá, todas as áreas já estão demarcadas e três delas já foram homologadas: Uaçá, com 470.000 ha; Juminã, com 24.000 ha e Galibi com 6.689 ha). Faltam homologar apenas os 573.000 ha dos Waiãpi. *(O Liberal, 14/03 e Folha do Amapá, 16 a 22/03/96)*

MISSIONÁRIOS EXPULSOS DA ÁREA

Missionários da Missão Novas Tribos do Brasil, que há 12 anos prestam assistência às várias aldeias waiãpi, tiveram que deixar a área por determinação da Funai, para quem o Evangelho desvirtuaria a cultura indígena. *(JT, 27/03/96)*

GOVERNO HOMOLOGA TERRA WAIÃPI

O presidente Fernando Henrique Cardoso está tratando de limpar a área com os ativistas dos direitos humanos europeus, defensores da causa indígena, antes de para Paris, iniciando visita oficial de três dias à França. O Diário Oficial publicou 11 decretos de homologação de áreas indígenas no país, com destaque para a área Waiãpi, com 607 mil ha, no Estado do Amapá. A reserva Waiãpi foi demarcada com recursos liberados pelo Governo da Alemanha dentro do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPTAL). Com a homologação da área Waiãpi, o Amapá passa a ser o primeiro Estado da Federação a ter todas as suas reservas indígenas demarcadas e homologadas. *(Folha do Amapá, 25 a 31/05/96)*

SANGUE E PLANTAS WAIÃPI SÃO ENVIADOS AO EXTERIOR

Um professor da Universidade Federal do Amapá (Unifap), de nome Luiz Kanzaki, confirmou que há algum tempo vem coletando sangue de índios Waiãpi e, por intermédio de alguns deles, teve acesso a plantas com potencialidades terapêuticas. Segundo o professor, amostras tanto do sangue dos índios quanto das espécies vegetais foram enviadas para laboratórios dos EUA e do México. Segundo Kanzaki, com as amostras sangüíneas sua pesquisa pretende detectar o vírus HTLV, causador de doenças neurodegenerativas e de câncer. A partir das pesquisas laboratoriais, disse, pode-se chegar a algum fármaco que combata esses males. Quanto às plantas, elas seriam pesquisadas para se saber se sua eficácia é meramente simbólica ou se é possível identificar algum princípio ativo que tenha valor terapêutico e, portanto, comercial. O caso, aparentemente, não suscita suspeitas em relação às intenções científicas do professor da Unifap. Mas, na falta de legislação interna que trate do assunto, escancara a possibilidade de que os índios tenham permitido o acesso à informação tradicional sem garantias de que virão a ser recompensados por isso. O professor informou que sugeriu à Funai de Macapá - que irregularmente autorizou a pesquisa - um acerto para que eventuais ganhos decorrentes de sua pesquisa revertesse para os índios. Como não houve resposta até o momento, não há como resguardar, caso um produto venha a ser patenteado a partir das amostras sangüíneas ou vegetais, uma participação dos Waiãpi nos ganhos. Há, ainda, dúvidas de que os índios tenham exata consciência do uso que está sendo feito de seu sangue e de suas plantas. Sabe-se, no entanto, que sem eles essa eventual descoberta dificilmente ocorreria. *(Marco A. Gonçalves, Parabólicas, set/96)*

SUSTO COM INVASÃO DA PF

Os índios Waiãpi decidiram, ontem, encaminhar uma carta ao ministro da Justiça, Íris Rezende, pedindo o retorno do CTI para a área. Waiwai, Kumaré, Kasiripinã, presidente do Conselho das tribos Waiãpi (Apina), e os índios Aikyry e Seki reclamam da ação da Polícia Federal, que segunda-feira (11) enviou agentes até a reserva, para cumprir a determinação da Funai.

Eles contam que a chegada da PF na reserva assustou os índios. Muitos teriam corrido para o mato para se esconder. As crianças e os idosos ficaram em desespero e houve muito choro.

Segundo Kasiripinã, eles vieram a Macapá e foram os próprios índios que levaram para a reserva a médica Maria Ferreira Bitencourt e cinco auxiliares da área de saúde, todos integrantes do CTI. No entanto, o substituto do chefe de posto da Funai, Moisés, não permitiu a entrada da equipe na reserva e acionou a PF.

Segundo os índios, eles já estão cansados dessa questão em que pessoas que nada têm a ver com as questões indígenas querem a retirada do CTI da reserva. Ele afirma que a Funai não está respeitando a vontade dos caciques e do povo Waiãpi. "Enfermeiro do CTI trabalha melhor que enfermeiro da Funai", afirma Kasiripinã. "Nós levamos o CTI porque mandamos na nossa aldeia e não a Funai", completou. *(Jornal do Amapá, 14/08/97)*

CARTA DE KASIRIPINÃ WAIÃPI ENVIADA AO MINISTRO DA JUSTIÇA

"Ao ministro da Justiça:

A Funai não pode ficar contra o CTI. Funai e CTI têm de trabalhar direito. O CTI trabalha bem, mas a Funai de Macapá atrapalha muito. A Funai não pode fazer conflito com Centro de Traba-

lho Indigenista. Não estamos dizendo que a Funai vai acabar. Funai não é bom e isso não pode acontecer. É que nós estamos lutando para ver se a Funai entende a nossa opinião. Não queremos, mas a Funai fala para nós que nós Waiãpi fomos manipulados pelo CTI, não é isso. Quando nós fazemos a carta com as palavras dos caciques, administrador da Funai não acredita. Ele diz que é o CTI que escreve as palavras dos caciques em português.
Nós sabemos tirar a nossa idéia para passar para os outros. Sabemos escrever em português. Nós queremos a volta do CTI para nossa aldeia e para a área.
Levamos enfermeiros do CTI para nossas aldeias, mas a Funai mandou a polícia federal para a nossa área buscar os enfermeiros do CTI que foram levados pelos Waiãpi. A Polícia Federal levou armas para nossa área sem avisar os Waiãpi. Isso não pode acontecer.
A Funai não respeita caciques waiãpi. Nós respeitamos as autoridades, só autoridade que não respeita cacique Waiãpi". *(Kasiripinã Waiãpi, Jornal do Dia, 14/08/97)*

UNICEF E GOVERNO PROMOVEM "APROXIMAÇÃO ÉTNICA"

As 300 crianças que vivem no município de Serra do Navio, a 300 km de Macapá, estão sendo protagonistas de uma nova experiência de convivência. Meninos e meninas indígenas e filhos de pequenos agricultores que habitam no entorno das aldeias waiãpi compartilham conhecimentos mútuos sobre diferenças culturais. Através do intercâmbio de conhecimentos, eles têm contato com formas diferenciadas de vida. A prática é fruto de uma parceria entre o Unicef (Fundo das Nações Unidas) e o Governo do Estado do Amapá, através do Núcleo de Educação o Indígena da Secretaria Estadual de Educação. O projeto Mirakatu está sendo desenvolvido há um ano. Consiste num conjunto de atividades de professores-índios e não-índios das vilas de Riozinho, Tucano I e Tucano II. O projeto Mirakatu financiou o registro audiovisual do dia-a-dia na aldeia, realizado pelos Waiãpi. A comunidade recebeu verba da Unicef e do governo do estado par adquirir os equipamentos de filmagem. Maru, o cineasta Waiãpi que participou do projeto comenta: "Hoje podemos mostrar ao homem branco e a seus filhos o que é ser índio. Antes o branco era nosso inimigo. Queria nossa terra para caçar e pescar. Hoje estamos mais unidos. Ele (o branco) vai nos ajudar a defender nosso mato". *(Diário Catarinense, 21/06/98)*

JUSTIÇA FEDERAL RECONHECE DIREITO DOS WAIÃPI DE EXPLORAR OURO

O juiz federal do Amapá, João Bosco Costa Soares da Silva, proferiu, no último dia 28 de abril, uma histórica decisão para a questão do usufruto indígena sobre os recursos mineráveis garimpáveis em seu território. Segundo a decisão, o juiz ordena a retomada integral do Projeto de Recuperação e Despoluição de Áreas Degradadas por Garimpo, formulado pelos índios Waiãpi com a assessoria do Centro de Trabalho Indigenista, uma entidade não-governamental de São Paulo. *(Últimas Notícias/ISA, 30/04/99)*

VÍRUS RADIOATIVO

Através de pesquisas, o cientista da Universidade Federal do Amapá (Unifap), Luiz Kanzaque, descobriu o aparecimento de um vírus detectado anteriormente em pessoas que lidam diariamente com radiação. Kanzaque realiza diversas pesquisas na Amazônia, sendo titular de uma cadeira na área de Enfermagem, na Unifap, e ficou surpreso com o desenvolvimento do vírus nos índios, já que só tinha encontrado tal anomalia em operadores de raio-X, entre outros da área de saúde que lidam com radiação. Kanzaque não pôde continuar as pesquisas e lamenta que algumas informações passadas anteriormente à imprensa tenham sido deturpadas a partir de sua descoberta.
O chefe do 16° Distrito do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM/AP), Armindo Pinto, informa que apesar dos índios estarem localizados a montante no rio Amapari (nascente), das minas de manganês, em Serra do Navio, a área que habitam possui uma das maiores riquezas da Amazônia de minérios como thorianita, molibdênio, zircônio, entre outros que possuem naturalmente radiação, criando um "background" com essas características e que pode muito bem ter atingido o grupo indígena, necessitando que haja uma pesquisa maior sobre o assunto, aproveitando as informações que o professor e pesquisador da Unifap já possui ou investindo na própria pesquisa dele, a fim de ajudar a perpetuação dos índios Waiãpi. *(O Liberal, 23/06/99)*

BACTÉRIA FAZ VÍTIMAS

Somente no mês passado, cinco crianças Waiãpi, no Amapá, morreram em menos de 24 horas, contaminadas pela bactéria *Escherichia coli*. Um relatório confidencial da Funai mostra que a falta de saneamento está comprometendo a saúde dos índios, pois a bactéria se propagou pela água e foi transmitida por leite materno. Outras 15 crianças infectadas estão internadas em hospitais da região. Morreram em junho as crianças Suka, Supe, Kinan, Ika e Parini Waiãpi, todas na faixa de um a 12 meses de idade. No início de julho, a própria Funai admitiu que uma "bactéria desconhecida" estava atingindo a área Waiãpi, onde vivem 670 índios. No relatório, a Administração Regional (ADR) da Funai em Macapá informou Brasília sobre o que chamou de "fatos desagradáveis".
O documento dizia que os Waiãpi foram surpreendidos por uma "espécie de gripe, seguida de forte vômito, diarréia e febre", que se alastrou entre as crianças de até um ano. As crianças passaram a morrer em 24 horas, após constatada a doença. O relatório denunciou a inexistência de serviço de saúde indígena no Estado. "Nossa administração não conta atualmente com nenhum médico em seu quadro de profissionais", descreve o documento. De acordo com a ADR da Funai, a área Waiãpi é de difícil acesso. A Funai de Macapá solicitou, no dia 7, R$ 10 mil ao Departamento de Saúde do órgão em Brasília para levar uma equipe de técnicos de saúde à aldeia. O dinheiro era para pagar diárias de viagem, medicamentos, combustível e locação de veículos. No dia 13, a ADR enviou outro memorando a Brasília, informando que até aquele momento não fora providenciado o "apoio". A Funai no Estado buscou parcerias com o governo estadual e com um laboratório local, o que tornou possível a visita e o preparo de um diagnóstico. *(OESP, 21/07/99)*

FACÇÃO DENUNCIA ANTROPÓLOGA...

Dominique Gallois, a coordenadora da ONG conhecida como CTI (Centro de Trabalho Indigenista), está sendo acusada de insuflar os indígenas contra os membros da CPI da Funai, instalada pela Câmara Federal, para apurar entre outras coisas a atuação da Funai, o papel das ONGs nas aldeias, a biopirataria, os aspectos que direcionam a política de ocupação das terras indígenas e etc. Os membros da CPI vão reunir e realizar trabalhos de investigação em algumas aldeias amapaenses no próximo dia 8 de outubro.
A acusação parte de alguns índios contrários à proposta feita pela antropóloga, durante reuniões realizadas, recentemente, nas aldeias Waiãpi. Segundo o cacique da aldeia Manilha, Tzako Waiãpi, Dominique Gallois teria recomendado aos índios, inclusive, a prática da agressão física, principalmente contra o relator da CPI, deputado federal Antônio Feijão *(PSDB/AP)*. *(O Liberal, 14/09/99)*

... MAS O CONSELHO DAS ALDEIAS REBATE

O Conselho das Aldeias Waiãpi (Apina), enviou carta ao *Liberal Amapá*, rebatendo a matéria publicada no dia 14 deste mês, onde Caubi Amazonas de Sousa, vice-presidente da Apiwata, outra associação do povo Waiãpi, denuncia que a antropóloga Dominique Gallois estaria incitando os índios para receber com hostilidade os membros da CPI da Funai, que devem chegar ao Amapá no próximo dia 8 de outubro. De acordo com a carta, o povo Waiãpi é formado por 520 pessoas, com duas associações, a Apina e a Apiwata, que representa 15% da população Waiãpi. O documento revela que a maioria dos caciques participou da reunião na aldeia Aramirã, e em nenhum momento Dominique Gallois falou em agressão aos parlamentares. "Caubi Waiãpi não está falando a verdade. Ele não participou da reunião e nem conversou com a Dominique. Ela o convidou para participar da reunião, mas ele não foi. Então, inventou tudo o que saiu no jornal", diz a carta da Apina. A carta diz ainda, que Dominique apóia todas as comunidades. "Se ela não apoiasse toda comunidade Waiãpi, não teriam funcionado bem os cursos que ela ministrou para todos os Waiãpi. O curso não existe só este ano, já existe há vários anos. Nós Waiãpi é que estamos pedindo para ela continuar trabalhando com os projetos do CTI. Em 1996, o CTI trabalhou com saúde em todas as aldeias porque nós pedimos à Dominique". *(O Liberal, 24/09/99)*

FUNAI AUTORIZA INGRESSO DO CTI

A Funai, através de Portaria nº 663, autoriza o ingresso das equipes técnicas do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) na área Waiãpi e o restabelecimento dos convênios e parcerias nos projetos de saúde, educação e vigilância. *(DOU, 08/11/99)*

CPI DA FUNAI EM MACAPÁ

A CPI que apura as ações da Funai faz hoje, às 16 horas, em Macapá, audiência pública na Assembléia Legislativa onde tomará depoimentos da antropóloga belga Dominique Gallois, do ex-procurador da República no Amapá, João Bosco Araújo Fontes Júnior, do funcionário da Funai Dilson Marinho e do pastor Silas, líder da Missão Novas Tribos.

De acordo com o Ministério Público Federal, o CTI (Centro de Trabalho Indigenista), ONG a qual Dominique pertence, promovia a exploração de ouro ilegalmente na reserva indígena waiãpi. Tal exploração estaria camuflada sob um projeto de recuperação de áreas degradadas pela atividade garimpeira.

Ontem, a CPI esteve na reserva Waiãpi, região do município de Amapari, ouvindo os líderes indígenas. Amanhã os deputados estarão no município de Oiapoque onde tomarão depoimentos dos índios Galibi da aldeia do Manga. Além do presidente da Comissão, deputado Alcertes Almeida (PMDB-RR) e do relator, Antônio Feijão (PSDB-AP), também acompanha os trabalhos do deputado Josué Bengtson (PTB-PA) que preside a Comissão da Amazônia na Câmara e os membros efetivos dr. Rosinha (PT-PR), Raimundo Santos (PFL-PA), Pedro Wilson (PT-SP), Vanessa Grazioti (PC do B-AM) e Almir Sá (PTB-RR). *(ISA, 23/11/99)*

ZO'É

PF RETIRA ESTRANGEIROS DA ALDEIA

Um casal de estrangeiros foi retirado, na tarde de ontem, de uma aldeia Zo'é, no rio Cuminapanema, onde haviam entrado sem autorização da Funai. Eles foram conduzidos para a delegacia da Polícia Federal em Santarém, onde continuavam, à noite, sendo interrogados pela delegada Maria das Graças Malheiros, para saber qual o motivo da visita àquele grupo indígena. Josef Alfons Monia Houben, belga, médico, e Odina Grosso, italiana, enfermeira, vinham tentando entrar na área indígena há mais de um mês, mas não obtiveram o aval da Funai. Sem autorização oficial, eles foram até lá com um guia brasileiro.

Segundo informações obtidas no aeroporto de Santarém, eles fretaram um monomotor, através do piloto Walter Mouzinho, e foram levados até uma pista do garimpo do Tadeu, pelo piloto "Alemão", local próximo a aldeia dos Zo'é. De lá, com auxílio de mateiros, que vivem no garimpo, os aventureiros se embrenharam nas matas numa viagem que durou sete dias até a aldeia. Lá, porém, foram denunciados pelo funcionário da Funai à Polícia Federal.

O depoimento deles na PF se prolongou noite adentro e deverá continuar por todo o dia de hoje, não tendo sido esclarecido ainda a razão da viagem aos Zo'é. Os dois deverão ser deportados do país, pois tinham o visto de turistas e não poderiam ter empreendido a viagem à área indígena.

Segundo informações extra-oficiais, o episódio abriu o precedente para que a PF peça a interdição da pista do garimpo Tadeu, por ameaçar o isolamento dos índios. *(O Liberal, 14/08/96)*

LIMINAR PROÍBE VOLTA DA MNTB

No último dia 8 de agosto, a articulação em favor do retorno dos missionários da Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB) sofreu um revés. Em Brasília, o juiz Francisco Neves da Cunha, da 16ª Vara federal, concedeu liminar proibindo a entrada da MNTB na área Zo'é, atendendo ao pedido do procurador Felício Júnior, de Marabá. Os missionários vinham fazendo incursões à terra indígena, a fim de restabelecer uma base de evangelização desativada há sete anos. Eles foram retirados pela Funai, depois de constatados evidentes prejuízos ao modo de vida e à saúde desses índios.

A reentrada da missão na Terra Indígena Zo'é vem sendo articulada com parlamentares federais e interesses minerários, em especial, com o deputado federal Antônio Feijão. *(Últimas Notícias/ISA, 10/08/98)*

PORTARIA DA FUNAI PROÍBE ACESSO

O presidente da Funai, Sulivan Silvestre Oliveira, assinou uma portaria proibindo por um ano, a partir de 1º de setembro, o ingresso de pessoas, a qualquer título, na TI Cuminapanema, no estado do Pará, onde vivem os índios Zo'é. As autorizações já concedidas perdem a validade a partir da data estabelecida. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União, no último dia 17 de agosto.

De acordo com o texto da portaria, a proibição não se aplica apenas às "Forças Armadas, policiais e equipes de saúde, no cumprimento de suas funções institucionais, cujo ingresso, locomoção e permanência na Terra Indígena Cuminapanema deverá ser antecipadamente acordada e acompanhada por funcionários da Funai". A Equipe do Posto Indígena de Contato Cuminapanema, do Departamento de Índios Isolados da Funai, é que fará cumprir a proibição e a exceção determinada pela portaria. *(Últimas Notícias/ISA, 20/08/98)*

ESTRANGEIROS PAGAM PARA VER

Os Zo'é viraram atração para equipes de televisão da Europa e EUA, que estariam pagando até US$ 200 mil para filmá-los. A autorização para a tomada das imagens foi dada dias antes que a direção da Funai decretasse a proibição de acesso às aldeias Zo'é. *(O Liberal, 24/08/98)*

4. SOLIMÕES

JUSSARA GRUBER

Ticuna

Terras Indígenas
Instituto Socioambiental - Dezembro de 2000

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
715	Acapuri de Cima	Kocama	101 GT/Funai: 98	Delimitada. Port. do ministro da Justiça 287 de 13/04/2000 declara de posse permanente indígena (DOU, 17/04/00).	19.400	Fonte Boa	AM	Sem localização.
496	Barreira da Missão	Keixana Miranha Witoto Issé Kambeba Ticuna	480 Funai: 95	Homologada. Reg. CRI. Dec. 303 de 29/10/91 homologa demarcação (DOU, 30/10/91). Reg. CRI Matr. 2178, Liv. 2 I, fl. 230 verso em 20/11/91. Dominial Indígena.	1.772	Tefé	AM	Calha Norte.
52	Betânia	Ticuna	3 486 CGTT: 98	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decr. s/n de 03/07/95 homologa a demarcação aprovada pela Funai (DOU, 04/07/95). Reg CRI de Sto. Antonio do Içá Matr.107, Liv. 2-B, fl. 107 de 10/10/95. Reg. SPU. Cert. 002 em 19/03/96.	122.769	Sto. Antonio do Içá	AM	Calha Norte.
56	Bom Intento	Ticuna	256 CGTT: 98	Homologada. Reg. CRI. Dec. do pres. F.H. Cardoso de 05/01/96 homologa a demarcação (DOU, 08/01/96). Reg CRI em Benjamim Constant, Matr. 586, Liv. 2-3, fl. 8V em 12/01/96	1.693	Benjamin Constant	AM	Calha Norte. Faixa de fronteira.
	Cajuhiri Atravessado	Miranha	0	Em identificação. Port. Funai 420 de 29/05/00 cria GT p/ estudos de identificação da TI (DOU, 31/05/00).	0			
720	Cuiu-Cuiú	Miranha	367 Priscila Faulhaber: 95	Delimitada. Port. Ministro da Justiça 817 de 11/12/98 declara de posse permanente indígena (DOU, 14/12/98)	36.310	Maraã	AM	
747	Espirito Santo	Kocama	121 Parecer/Funai: 97	Delimitada. Port. do ministro da Justiça 560 de 7/10/99 declara de posse permanente indígena. (DOU, 08/10/99)	35.000	Jutaí	AM	
96	Estrela da Paz	Ticuna	383 Debora Lima: 98	Homologada. Reg. CRI. Dec. s/n de 03/07/95 homologa a demarcação aprovada pela Funai (DOU, 04/07/95). Reg. CRI em Jutaí Matr. 252, Liv. 2/RG, fl. 52 em 25/08/95.	12.876	Jutaí	AM	
97	Evaré I	Ticuna Kocama	13.023 Funai: 95	Homologada. Reg. CRI. Dec. do pres. F.H. Cardoso de 05/01/96 homologa a demarcação (DOU, 08/01/96). Port. pres. da Funai de 27/06/96 designa Ana Suely Arruda C. Cabral etnolinguista para estudos visando a identific. Étnica de comunidade da localidade de Sapotal, no munic. de Tabatinga (DOU, 02/07/96). Despacho do M. da Justiça concordando que as terras Ticuna e Kokama sejam separadas desde que não excedam a área de 548.177 ha (DOU, 26/03/97). Reg. CRI em S. Paulo de Olivença Matr. 541, Liv 2-C-I, fl. 61 em 20/08/96; em Tabatinga Matr. 242, Liv. 2-B, fl. 97 em 01/03/96; em Sto Antonio do Içá Matr. 138, Liv. 2-B, fl.138 em 15/04/96.	548.177	S. Paulo de Olivença Tabatinga	AM AM	Calha Norte. Na fronteira. Rodovia planejada BR-307. A área do Exército Gleba Tacana incide totalmente na TI.
98	Evaré II	Ticuna	2.200 Funai: 95	Homologada. Reg. CRI E SPU. Dec. do pres. F.H.Cardoso, de 05/01/96 homologa a demarcação administrativa. (DOU, 08/01/96). Reg. CRI em S. Paulo de Olivença Matr. 542, Liv. 2C-1, fl. 62 em 20/06/96. Reg SPU Cert. s/n em 16/02/97.	176.205	S. Paulo de Olivença	AM	Faixa de fronteira.
126	Igarapé Grande	Kambeba	27 Funai: 00	Em Identificação/Revisão. Demarcada SPI (Funai: 90). Planta de delimitação de 07/01/83. Port. Funai 745 de 18/08/94 cria GT p/ identificação da área (DOU, 22/08/94). Port. 134 de 11/03/99 cria GT p/ identificação da TI (DOU, 15/03/99).	400	Alvarães	AM	
403	Ilha do Camaleão	Ticuna	0	Homologada. Reg. CRI E SPU. Dec. s/n de 03/07/95 homologa a demarcação (DOU, 04/07/95). Reg. CRI em Anamã Matr. 01, Liv. 1-RG, fl. 01V em 30/09/96. Reg. SPU Cert. s/n em 02/04/97.	236	Anamã	AM	Calha Norte.
146	Jaquiri	Kambeba	55 Lid. Indígenas: 98	Homologada. Reg. CRI e SPU. SPU Cert. 001 em homologa a demarcação (DOU 30/10/91). Reg. CRI de Maraã Matr. 081, Liv. 2-A, fl. 77 em 27/11/91. Reg. SPU Cert. 002 em 20/11/95.	1.820	Maraã	AM	Calha Norte.
176	Kokama	Kambeba Kocama	140 Funai: 89	Em Identificação/Revisão. Planta de delimitação 06/01/83.	930	Tefé	AM	Calha Norte.
184	Lago Beruri	Ticuna	120 Funai: 94	Homologada. Reg. CRI E SPU. Dec. s/n de 03/07/95 homologa demarcação aprovada pela Funai (DOU, 04/07/95). Reg. CRI de Beruri Matr. 79, Liv. 2/RG, fl. 41 em 22/09/95. Reg. SPU Cert. 001 em 11/03/96	4.080	Beruri	AM	Calha Norte.
169	Lauro Sodré	Ticuna	694 CGTT: 98	Em Identificação/Revisão. Planta de delimitação e 03/06/82. Port. Funai 1.692/E de 23/08/84 p/ proposta de identificação e delimitação. Port. 22 de 18/01/00 cria GT p/ estudos de identificação (DOU, 20/01/00).	9.600	Benjamin Constant	AM	Faixa de fronteira. Rodovia planejada BR-230. Requerimento de pesquisa mineral.

Terras Indígenas (Continuação)
Instituto Socioambiental - Dezembro de 2000

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
192	Macarrao	Ticuna	404 Lid. Indígenas: 98	Homologada. Reg. CRI. Dec. 280 de 29/10/91 homologa demarcação administrativa (DOU, 30/10/91). Reg. CRI Jutaí Matr. 62, Liv. 2, fl. 62 em 25/11/91. Ofício ao SPU 158 DAF em 11/08/93	44.267	Jutaí	AM	
1307	Maparí	Kaixana	0	Em Identificação. Port. Funai 743 de 13/08/97 cria GT p/ identificação da TI (DOU, 14/08/97).	0	Japurá	AM	
569	Maraã/Urubaxi	Kanamari	165 Parecer/Funai: 93	Homologada. Dec. s/n de 11/12/98 homologa a demarcação (DOU, 14/12/98).	94.405	Maraa	AM	
	Marajta	Ticuna	137 CGTT; 98	Em Identificação. Port. Funai 579 de 09/06/98. Cria GT p/ estudos de identificação (DOU, 12/06/98).	0	Amaturá	AM	Sem localização.
200	Marajaí	Mayoruna	203 Lid. Indígenas: 98	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 288 de 29/10/91 homologa a demarcação (DOU, 30/10/91). Reg. CRI Alvarães Matr. 001, Liv. 2-A, fl. 32 em 05/12/91. Reg. SPU Cert. 005 em 14/05/97.	1.196	Alvarães	AM	
	Matintin	Ticuna	234 CGTT: 98	Em Identificação. Port. Funai 579 de 9/6/98 cria GT p/ estudos de identificação da TI (DOU, 12/06/98).	0	S. Antonio do Içá	AM	.
210	Méria	Karapanã Mura Witoto Miranha Issé	45 Lid. Indígenas: 98	Homologada. Reg. CRI E SPU. Dec. s/n de 04/10/93 homologa a demarcação (DOU, 05/10/93). Reg. CRI de Alvarães Matr. 018, Liv. 2-A, fl. 018 em 10/11/93. Reg. SPU. Cert.11 em 27/11/95	585	Alvarães	AM	
212	Miratu	Karapanã Mura Miranha Issé Witoto	350 Barbosa: 85	Homologada. Reg. CRI. Dec. 390 de 24/12/91 homologa demarcação (DOU, 26/12/91). Reg. CRI de Uarini Matr. 2.183, Liv. 2-I, fl. 208 em 14/01/92. Of. ao SPU 156 de 11/08/93.	13.199	Uarini	AM	Calha Norte
711	Nova Esperança do Rio Jandiatuba	Ticuna	180 Parecer:98	Identificada/Aprovada/Funai. Sujeita a Contestação. Port. Funai 579 de 09/6/98 cria GT p/identificação (DOU, 12/06/98). Despacho do presidente da Funai aprovando a área (DOU, 09/05/00)	19.900	S. Paulo de Olivença	AM	Faixa de Fronteira
469	Paraná do Paricá	Kanamari	60 Lid. Indígenas: 98	Homologada. Dec. s/n de 08/09/98 homologa a demarcação (DOU, 09/09/98)	7.866	Maraã	AM	Calha Norte.
	Porto Praia	Ticuna	282 CGTT: 98	Em Identificação. Port. Funai 745 de 16/08/94 cria GT p/ identificação da área (DOU, 22/08/94). Port. Funai 134 de 11/03/99 cria GT p/ identificação da TI (DOU, 15/03/99).	0	Uarini	AM	Incide na Estação Ecológica Estadual Mamirauá
	Riozinho	Ticuna Kulina	0	A Identificar. (Funai: 93)	0	Jutaí	AM	
714	São José	Ticuna	0	Em Identificação. Port. Funai para identificação da área. Até o dia 18/07/94 o relatório não tinha sido entregue.	0	Manacapuru	AM	
709	São Sebastião	Kaixana	224 GT/Funai: 97	Identificada/Aprovada/Funai. Sujeita a Contestação. Port. Funai 743 de 11/08/97 cria GT para identificar a TI. Despacho do presidente da Funai n.4 aprova estudos de identificação da TI (DOU, 17/02/00).	57.700	Tonantins	AM	
286	São Leopoldo	Ticuna	824 CGTT: 98	Homologada. Reg. CRI. Dec. s/n de 12/08/93 homologa a demarcação da Funai (DOU, 13/08/93). Reg. CRI de Benjamim Constant Matr. 401, Liv. 2-B, fl. 164 em 26/05/89. CT ao SPU em 28/04/88.	69.270	Benjamin Constant	AM	Calha Norte. Faixa de fronteira. Rodovia planejada BR 230 Requerimento de pesquisa mineral
312	Tikuna de Santo Antonio	Ticuna	1.586 CGTT: 98	Homologada. Reg. CRI. Dec. 311 de 29/10/91 homologa demarcação (DOU, 30/10/91).Reg. CRI de Benjamin Constant Matr. 546, Liv. 2-2, fl. 109 em 18/06/95	1.065	Benjamin Constant	AM	Calha Norte. Faixa de fronteira. Rodovia planejada BR-230
313	Tikuna Feijoal	Ticuna	2711 CGTT: 98	Homologada. Reg. CRI. Dec. do pres. FH Cardoso de 05/01/96 homologa a demarcação administrativa (DOU, 08/01/96). Reg CRI de Benjamin Constant,Mat. n. 585, Liv. 2-3, fl.08V em 06/11/95	40.948	S. Paulo de Olivença	AM	Calha Norte. Faixa de fronteira. Requerimento de pesquisa mineral.
311	Tikuna Porto Espiritual	Ticuna	160 Funai:87	Homologada. Reg. CRI E SPU. Dec. do pres. FH. Cardoso de 05/01/96 homologa a demarcação administrativa. (DOU, 08/01/96). Reg CRI em Benjamim Constant Matr. 587, Liv. 2-3, fl 09 em 29/01/96 .Reg. SPU Cert 008 em 22/04/96.	2.839	Benjamin Constant	AM	Calha Norte. Faixa de fronteira.
326	Tukuna Umariaçu	Ticuna	4.300 Funai/PPTAL: 98	Homologada. Dec. s/n. de 11/12/98 homologa a demarcação (DOU, 14/12/98)	4.854	Tabatinga	AM	Calha Norte. Faixa de fronteira. Rodovia planejada BR-307

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
	Tupa-Supé	Ticuna	32 CGTT 98	Em Identificação. Port. Funai 745 de 18/08/94 cria GT para identificação de area (DOU, 22/08/94). Port. Funai 134 de 11/03/99 cria GT p/identificação da TI (DOU, 15/03/99)	0	Alvarães	AM	
325	Uati-Paraná	Ticuna	480 CGTT: 98	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 284 de 29/10/91 homologa a demarcação (DOU, 30/10/91). Reg. CRI de Fonte Boa Matr. 743, Liv. 2-RG, fl. 001/005 em 03/05/93. Reg. SPU Cert. 007 em 22/11/95.	127.199	Fonte Boa	AM	Calha Norte.
337	Vui-Uata-In	Ticuna	1.452 CGTT: 98	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. s/n de 03/07/95 homologa a demarcação aprovada pela Funai (DOU, 04/07/95). Reg. CRI em Amaturá Matr. 534, Liv. 2C-1, fl. 54 em 02/05/96. Reg. SPU Cert. 002 em 21/01/98	121.198	Amaturá	AM	Calha Norte. Faixa de fronteira.

Os Ticuna diante da Degradação Ambiental

Fábio Vaz Ribeiro de Almeida — Antropólogo da Universidade do Amazonas/ Musau Amazônico e assessor do CGTT desde 1992

Regina M. de Carvalho Erthal — Antropóloga pesquisadora, trabalha com os Ticuna desde 1989

OS CAMINHOS DA QUALIDADE DE VIDA PASSAM PELA DEMARCAÇÃO DA TERRA E PELA AUTODETERMINAÇÃO

Após um longo período de lutas pelo reconhecimento oficial de suas terras, desde o final da década de 70, impulsionado pela participação de suas lideranças mais tradicionais no acompanhamento de todas as suas etapas, resultado de sua união estratégica em torno de um objetivo maior de proteção territorial, os Ticuna do Alto Solimões (AM) têm atualmente grande parte, aproximadamemte 90%, de seu território demarcado. Prossegue a luta pela finalização desse processo.

O processo histórico de ocupação do território ticuna que gerou, em situações históricas específicas, a dissolução de malocas tradicionais e deslocamentos populacionais significativos para a beira do rio Solimões, desembocou, com mais intensidade a partir da década de 70, na formação de grandes aldeamentos, alguns com uma população que já chega a mais de quatro mil indivíduos. Esta "urbanização" crescente não tem sido acompanhada de uma infraestrutura imprescindível à viabilização da reunião de um número significativo de pessoas ocupando um espaço comum, com utilização intensiva dos recursos naturais, já sendo visível um processo de degradação ambiental, com problemas urgentes de coleta e localização de dejetos, tratamento e distribuição de água. Ou seja, questões de saneamento básico em geral.

Os Ticuna começaram a ter, no decorrer das duas últimas décadas, uma percepção cada vez mais clara das conseqüências das mudanças de um padrão tradicional de ocupação do território que, junto a fatores externos e incontroláveis, tem determinado um

Crianças ticuna às margens do rio Solimões, em Tabatinga.

RICARDO BELIEL

processo de degradação ambiental que atinge de forma imediata suas reservas de alimentos e a provisão de água potável afetando, de maneira incisiva, seu bem estar e suas condições de saúde. Acostumados a manter uma relação com seus diferentes ecossistemas, enquanto provedores inesgotáveis dos bens necessários à sua reprodução no sentido mais amplo, os Ticuna têm percebido a importância de pensar nos novos elementos que passaram a interferir no estabelecimento futuro de planos de manejo de seus recursos naturais: aumento populacional ao longo do rio Solimões, pesca predatória nos lagos invadidos periodicamente por brancos, pesca de exportação praticada também de forma predatória com conseqüente escassez alimentar para algumas comunidades, exploração exacerbada de produtos da floresta sem correspondente plano de manejo, intrusão de madeireiros e garimpeiros, poluição ambiental, mudança nos padrões de morbi-mortalidade da população, etc.

O processo de vinculação de pescadores índios ao sistema de pesca dominado pelos atravessadores colombianos tem se intensificado proporcionalmente à destruição ambiental no Solimões, igarapés e lagos, com uma já evidente escassez do pescado. O esquema de cooptação dos pescadores indígenas se baseia em um processo de endividamento muito próximo àquele já experimentado pelos Ticuna frente ao barracão da borracha. Os atravessadores financiam o início da atividade, fornecendo barco, motor, malhadeira, combustível, e o pescador fica comprometido por essa dívida inicial a aceitar o preço estabelecido pelo comerciante para o produto do seu trabalho.

A intensificação do esgotamento dos estoques nas áreas mais exploradas tem levado os pescadores a invadir áreas de pesca e reserva de comunidades menores, ou ainda lagos tidos como de preservação do estoque pesqueiro. Esse processo vem acirrando disputas entre comunidades que acionam códigos diversos de acusação, na tentativa de controle de seus próprios estoques, seja com um discurso preservacionista e de apoio a vias tradicionais de manutenção da integridade do território, seja reivindicando tais reservas para exploração em proveito próprio, associados a agentes econômicos externos. O discurso preservacionista veiculado pelas lideranças do Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT), vem encontrando cada vez menos eco nas gerações mais novas, e mesmo entre alguns capitães cooptados por uma política municipal de troca de "favores" (cargos, pequenas obras, barco, motor, etc.) que percebem a exploração das riquezas do seu território como uma via de acesso rápida a uma economia monetarizada e uma alternativa de sustento.

Também no que diz respeito aos seus recursos florestais, os Ticuna têm sido assediados por propostas de exploração que, por trás de projetos com um discurso preservacionista e de sustentabilidade, escondem empresas que vêm atuando de forma predatória em outras áreas da Amazônia.

Após um período de união incondicional das diferentes facções ticuna em torno da luta pela demarcação de seus territórios, a demonstração da possibilidade de se criar alternativas efetivas de sustento, principalmente para as gerações mais novas, bombardeadas de modo intenso pela grande circulação de brancos em seu território, pela proximidade com sedes municipais e/ou pequenas cidades, e ainda pelo apelo ao consumo que lhes chega via televisões e rádios, pode significar um novo ponto de referência e de união em torno de uma apropriação produtiva, independente e sustentada, do território.

Nesse sentido, o CGTT tem atuado de modo a estabelecer as parcerias que favoreçam a criação de condições propícias à execução de projetos que se tornem a base para a implementação de uma política de desenvolvimento econômico sustentado para a região. As diversas parcerias estabelecidas pelo CGTT têm caminhado no sentido de definir linhas de pesquisa nas áreas de desenvolvimento, saúde, educação; implementando projetos pilotos que servem como multiplicadores de experiências e, ainda, na perspectiva de constituir quadros de dirigentes e gerenciadores capacitados cada vez mais para assumirem as responsabilidades de formulação e implementação de propostas que reflitam as reais necessidades da população ticuna como um todo.

PROJETOS E PARCEIROS

Desde o final da década de 80 e início dos anos 90, os Ticuna vêm implementando, cada vez de modo mais eficiente, um projeto de autogestão que se tornou mais completo com a expansão da atuação do CGTT que, de órgão fiscalizador e definidor de políticas, adquire personalidade jurídica própria a partir de 1997, e passa a ter o papel de formulador e gerenciador de projetos nas áreas de desenvolvimento, saúde e educação.

Na área da saúde, a formação de quadros qualificados pela organização indígena e sua ampliação durante os duros anos (década de 90) de disputas entre Funai (Fundação Nacional do Índio) e FNS (Fundação Nacional da Saúde) pelo controle das ações de saúde junto às populações indígenas no Brasil, transformou os Agentes Indígenas de Saúde (AIS) na base do atual Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Solimões, para o qual a Prelazia do Alto Solimões foi chamada a assumir a coordenação (1999), a partir de uma convocação e apoio dos Ticuna ao pe. Joseney Lira do Nascimento.

O processo de demarcação desencadeou, paralelamente, uma discussão crítica sobre as propostas de "projetos econômicos" e/ou "comunitários" implementadas até então pela Funai, frutificando na parceria com o Fundo Mundial para a Natureza/WWF-USA para a realização do "Projeto de Etnodesenvolvimento: Fauna e Flora Ticuna" (1993/94) que propunha um aprofundado levantamento dos diferentes ecossistemas encontrados nas áreas Ticuna e suas potencialidades de desenvolvimento. Mesmo com poucos recursos, o Projeto desenvolveu ainda atividades de qualificação de quadros para a construção e manejo de açudes, através de aulas práticas e teóricas, com especial atenção para a discussão da necessidade de um viés participativo e de proteção ambiental.

Nesta mesma linha, foi implementado o projeto "Universo Ticuna: território, saúde e meio ambiente", coordenado pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira, envolvendo o Museu Nacional/UFRJ, o Museu Goeldi, o Museu Amazônico/UA e a Fiocruz (Fundação Instituto Oswaldo Cruz) para estudar as representações indígenas expressas em seus discursos e práticas cotidianas sobre o território, os processos de saúde/doença e em propostas de desenvolvimento econômico.

Esse Projeto, que desenvolveu atividades de 1996 a 1999, gerou produtos com um perfil acadêmico mais destacado (tese, dissertação, monografias, artigos, livros, seminário internacional etc.), podendo ainda ter o seu resultado apropriado de modo mais imediato pelas comunidades no sentido de preservação de seu território ou de seu patrimônio cultural na forma do "Atlas das Terras Ticuna", do "Catálogo Digital do Acervo Museológico de Peças Ticuna-Museu Nacional" ou do vídeo "Uma Assembléia Ticuna". Há outros em que, predominantemente, encontra-se o desenvolvimento de metodologias e tecnologias a partir dos sistemas de manejo tradicionais bem sucedidos (pequenos açudes, manejo consorciado de capoeira etc.) e ainda produtos definidos a partir das dinâmicas internas da sociedade ticuna e da necessidade de uma

O DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DO ALTO SOLIMÕES (DSEI–AS)

O longo período de disputas entre a FNS e Funai pelo controle das ações de saúde junto às populações indígenas no Brasil, iniciado em 1991, foi certamente ocupado por níveis diversos de debates para uma definição clara de um modelo de assistência e de práticas sanitárias que superasse uma vinculação direta às demandas espontâneas e/ou emergenciais. Acompanhando esse processo, a capacitação de AIS foi realizada de modo extensivo por diferentes instituições de ensino, pesquisa, ONGs nacionais e internacionais, organizações missionárias etc, obtendo apoio de diferentes organizações indígenas já existentes ou estimulando a sua formação. No Alto Solimões, instituições como Médicos sem Fronteira, Projeto Rasi/UA, Fiocruz e Esai/FNS capacitaram, de maneira descontínua e assistemática, em torno de 160 AIS, fornecendo no mais das vezes uma supervisão pífia para suas atuações.

A exigência de controle social e participação das populações indígenas para a implantação dos DSEIs desencadeou reuniões convocadas pela Cosai/Esai/FNS que referendaram diretrizes de implantação e definições territoriais dos Distritos (Reunião de discussão do processo de implantação dos DSEIs do Estado do Amazonas – Manaus, 15 a 19 de março de 1999).

Em junho de 1999, as organizações indígenas foram convocadas a Brasília pela direção do Deope/Cosai para a discussão de parcerias para implantação dos DSEIs. Na reunião, viram-se os Ticuna face às opções propostas de assumirem a gestão do Distrito do Alto Solimões ou indicarem uma instituição que o fizesse. De maneira conjunta, os representantes das organizações de saúde do povo Ticuna (OASPT e OSPTAS) optaram pela realização de uma consulta às suas bases e assessorias, já que não haviam sido comunicados com antecedência da pauta da reunião. Essa reunião foi convocada em detrimento da Oficina de Trabalho de Implantação do DSEI-AS, marcada originalmente para o período de 5 a 15 de maio de 1999 (Projeto Rasi/UA), com o objetivo de ampliar o conhecimento dos participantes (indígenas, gerentes e gestores locais de saúde) sobre o conceito de DSEI. A Oficina acabou sendo realizada em julho de 1999, sob a égide da necessidade de uma decisão por parte das organizações indígenas de saúde de assumir ou apontar um gerente para o Distrito. Em reunião com a presença da Pastoral Indigenista/AS, assessoria e lideranças do CGTT e Organizações Indígenas de Saúde, a OSPTAS se mostrou tentada a assumir a gerência do distrito sendo desestimulada pela própria contingência de já ter coordenado sem sucesso um projeto patrocinado pela DST-AIDS e se tornado inadimplente no processo de prestação de contas. A OASPT e lideranças do CGTT argumentaram contra outras possibilidades que já vinham sendo aventadas (Batalhão de Fronteira do Exército), e optaram pela indicação da Pastoral Indigenista, na pessoa do pe. Joseney Lira do Nascimento, para o cargo de coordenador do DSEI-AS. Consultada a Diocese do Alto Solimões e ponderadas as orientações contrárias do Cimi, o pe. Joseney aceitou o convite dos Ticuna e o DSEI-AS foi implantado em novembro de 1999, com uma equipe que ainda se estrutura para a execução de um projeto de um ano.

A contingência de ter que gerenciar as ações de saúde em um território composto por seis municípios, com uma das maiores populações indígenas em território brasileiro, atendendo a indígenas em 120 aldeias espalhadas pela beira do Solimões e igarapés, tem imposto ao DSEI-AS a imensa tarefa de organização de uma infra-estrutura capaz de sustentar a atuação de profissionais de saúde e AIS.

Nesse contexto, foi selecionada e contratada uma equipe de médicos, odontólogos, enfermeiros, bioquímico, laboratoristas e auxiliares de enfermagem que foram preparados para atuar na área do Alto Solimões através do I Curso de Formação da Equipe de Saúde do DSEI-AS (8 a 26 de novembro de 1999). Também essa equipe está sendo testada e ajustada no sentido da realização de uma assistência que se propõe integral.

Os AIS, hoje 204, formam a base da assistência à saúde no Alto Solimões e tiveram o seu primeiro Curso de Formação realizado em fevereiro de 2000. Do mesmo modo que a estrutura operacional, a definição de cargos e contratação de pessoal (exclusão do antropólogo da equipe permanente), os cursos de capacitação para profissionais de saúde e AIS, as listagens de medicamentos, etc., têm sido elaborados pela equipe da Cosai de Brasília, com poucas chances (e tempo) de adequação pelo DSEI.

Assoberbados com a tarefa de proporcionar uma infra-estrutura inexistente na imensa área a cobrir, o núcleo de coordenação e gerência do DSEI-AS tem tido poucas chances de instrumentalizar as lideranças locais e tradicionais para o seu importante papel de fiscalizador do sistema. Assim, indígenas com maior domínio dos códigos da sociedade nacional (vereadores, chefes de posto, capitães, agentes de saúde etc.), têm dominado a cena da saúde no DSEI-AS com o perigo da utilização dos canais de expressão das necessidades das comunidades (Conselhos Locais e Distritais) – principalmente nos períodos de eleições municipais - para o modelo já assimilado do fazer político branco.

diretriz de capacitação diversificada de suas lideranças (reuniões e assembléias do CGTT, encontros de lideranças femininas, cursos diversos etc.).

O Atlas das Terras Ticuna (Museu Nacional/Finep/PPG-7/CGTT, nov. 1998) responde à necessidade da população ticuna de controlar o seu território e os processos oficiais de seu reconhecimento pelas instâncias competentes do Estado nacional. O Atlas é composto por uma listagem de todas as terras Ticuna e por um conjunto de fichas com mapa, dados básicos (município, população e situação atual), descrição da situação jurídica, breve histórico, descrição de problemas que afetam o uso e ocupação da terra e uma lista de documentos.

O trabalho de identificação dos modos tradicionais do uso dos recursos naturais contribuiu para uma percepção crescente de que estes são extremamente bem sucedidos. Um projeto de desenvolvimento sustentado seria basicamente uma versão contemporânea dos modelos de manejo tradicionais, respeitadas as suas formas tradicionais de organização e definição de papéis sociais. A experiência acumulada com a construção de açudes nas comunidades ticuna e, ainda, a avaliação técnica das possibilidades de seu consorciamento com o ambiente de capoeira, passaram a indicar a adequação de pequenos açudes de interceptação e estocagem de peixe, vinculados ao controle de um grupo vicinal, podendo se multiplicar no próprio curso do igarapé. As atividades de construção de açudes foram implementadas durante o período de 1998/99 nas comunidades de Porto Cordeirinho e Filadélfia, atingindo as lideranças do município de Benjamin Constant, e ainda na comunidade de Otawari, atingindo lideranças das áreas do Évare I e II. A construção dos açudes foi desenvolvida junto com cursos teóricos, fazendo interagir as novas tecnologias com os saberes tradicionais locais.

Todas as atividades realizadas nas comunidades tiveram por base as demandas dos Ticuna, definidas a partir das Assembléias Gerais do CGTT (pelos menos uma a cada ano), onde são discutidos os problemas das comunidades, permitindo neste processo o aparecimento de organizações setoriais em torno de questões específicas apoiadas pelo CGTT: Associação das Mulheres Indígenas Ticuna (Amit – criada em 1998), Organização dos Agentes de Saúde do Povo Ticuna (OASPT – criada em 1998), Associação dos Estudantes do Povo Ticuna do Alto Solimões (AEPTAS – criada em 1999).

O amadurecimento de uma longa história de busca de caminhos próprios implementada pelos Ticuna, além de mudanças sensíveis nas linhas de financiamentos para projetos em áreas indígenas realizadas por organizações governamentais e ONGs, têm indicado a necessidade da formação de quadros indígenas competentes para lidar com uma nova conjuntura que aponta para as comunidades indígenas como parceiras privilegiadas, com o controle de todas as fases de realização dos projetos: elaboração de propostas, gerenciamento de recursos, divulgação e reprodução de experiências.

RETOMADA DO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO DAS TIS TICUNA

A Funai está dando seqüência ao processo de identificação e delimitação de cinco das últimas terras que restam demarcar para os Ticuna. São elas: Matintim, Nova Esperança do Jandiatuba, Maraitá, São Francisco do Canimari e Lauro Sodré. Com a participação do antropólogo Fabio Vaz Ribeiro de Almeida, as quatro primeiras já tiveram relatório apresentado à Divisão de Identificação do órgão competente. No momento, o responsável pelo relatório final, o antropólogo Noraldino Cruvinel, faz pequenos ajustes para a publicação no Diário Oficial. A última dessas cinco terras, Lauro Sodré, é também a mais antiga delas. Seu conflituoso processo de regularização, devido à existência de uma fazenda formada na década de 70 através da ação de pistoleiros e da destruição de dezenas de capoeiras dos Ticuna dali, tem no momento o que acreditamos ser o seu final, com a indicação pela Funai/PPTAL dos antropólogos Regina Maria de Carvalho Erthal e Fabio Vaz Ribeiro de Almeida para a realização desta identificação. O Grupo de Trabalho esteve em campo entre os meses de janeiro e março de 2000 e aponta que as divergências dentro da própria comunidade assim como as resistências do fazendeiro já estão superadas.

O CGTT, em carta de dezembro último à presidência da Funai, aponta a existência de duas áreas onde os Ticuna habitam e ainda sem providências do órgão: são elas Porto Redenção, no município de São Paulo de Olivença, e Porto Niterói, em Amaturá.

Com a atenção voltada para essas necessidades, foram realizados os seguintes cursos: "Noções de Informática para jovens ticuna" (1998 – Museu Magüta); "Curso de recuperação dos rádios de comunicação" (1998 – Museu Magüta); "Curso básico de Informática para índios ticuna" (1999 - Laboratório de Informática/UA/Manaus); "Formação Política" (1999 – Manaus); "Curso de planejamento participativo e elaboração de projetos" (1999 – Museu Magüta); "Curso para conservação de acervo e administração do Museu Magüta" (2000 – Museu Nacional/Museu do Índio – Rio de Janeiro).

Os jovens estudantes ticuna (rapazes e moças) que colaboram com a administração do Museu Magüta, através de um sistema de estágio e preparados pelos Cursos de Informática, estão produzindo o Jornal Magüta, jornal eletrônico (distribuído via e-mail) com notícias das atividades do CGTT e suas organizações afiliadas, do Museu, assim como os problemas e iniciativas da coletividade.

NOVO COMPROMISSO, NOVO DESAFIO

Todo esse processo tem se refletido em uma maior capacidade das lideranças do CGTT na escolha de projetos de desenvolvimento adequados aos seus diversos ecossistemas.

Nesse sentido, uma nova parceria está sendo iniciada com o "Projeto de Etnodesenvolvimento e Formação de Gestores Ticuna". Apresentado em 1999 pelo CGTT ao Subprograma Projetos Demonstrativos PDA/MMA, ele recebeu financiamento de US$270.000 e foi aprovado para o período de junho de 2000 a maio de 2002, com atividades programadas em quatro subprojetos: (1) Construção de viveiros e piscicultura; (2) O açaí e a vigilância das fronteiras; (3) Plantio do tucum e a exploração integrada da capoeira ticuna; (4) Formação de gestores ticuna. Dentro deste Projeto, a proposta de formação de gestores indígenas é vista como fator primordial para o seu sucesso, assim como no sentido da criação de condições internas de avaliação de outras propostas vindas do setor privado ou do próprio governo. A criação de condições para a autogestão deve gerar uma maior capacidade de captação de recursos junto a agências financiadoras a nível nacional e internacional. Esse posicionamento desloca as comunidades de uma relação paternalista com os órgãos governamentais de assistência, privilegiando as necessidades concretas de desenvolvimento das potencialidades econômicas de seu território, dentro de modelos que gerem qualidade de vida para todos e garantam o sustento das atuais e futuras gerações.

A necessidade do CGTT de contar com quadros capacitados para gerenciar seus projetos, tem colocado desafios e resultados algumas vezes na especialização em tarefas específicas. É evidente também que tais quadros só são possíveis de serem formados entre aqueles indígenas que têm algum domínio dos códigos da sociedade nacional brasileira. O domínio da língua portuguesa, por exemplo, é condição indispensável para que o indivíduo saiba lidar com as demandas de tais projetos, daí muitas vezes serem recrutados junto ao grupo de professores que já tem uma experiência de atuação.

Muitas vezes, os indígenas mais capacitados para lidar com a elaboração de projetos (fazer licitações e prestação de contas, relatórios etc.) têm sido aqueles mais afastados das tradições do grupo que buscam representar. O domínio que têm do instrumental necessário à coordenação das atividades de projetos é, às vezes, apreendido como uma qualidade individual, deixando de pesar o investimento neles realizado pelas organizações, fazendo com que se comportem como verdadeiros "mediadores" entre a sociedade nacional e as comunidades indígenas.

Quando, dentro da organização indígena, tais "mediadores" são instados a colocar de lado seus interesses particulares em benefício de objetivos comuns, desencadeia-se freqüentemente um quadro de lutas internas, com cisões que podem levar à criação de novas organizações financiadas e em sintonia com interesses antiindígenas, geralmente vinculados aos poderes locais. Como dominam melhor a comunicação para fora do grupo em questão, lhes dão crédito os burocratas do governo, jornalistas e a sociedade como um todo, por conseqüência. Muitas vezes, também a chegada de financiamentos (não importando as fontes) tem servido de atrativo para alinhamentos ocasionais a organizações engajadas em lutas setoriais (saúde, educação etc.). Nota-se, principalmente em períodos eleitorais, a necessidade de alguns indígenas de formatar uma imagem de liderança eficiente para as suas "bases eleitorais" através de passagens rápidas pelas organizações, mas com utilização intensa de recursos, conquistando pequenos favores (muitas vezes função da atuação principal da organização em que se engajam) em troca dos votos certeiros do eleitorado carente de atenção. Essa tem sido, entre os Ticuna, a tônica do processo político de algumas organizações.

Um outro problema ligado à capacitação necessária dos indígenas para o gerenciamento de projetos de desenvolvimento é que, mesmo quando tais "mediadores" estão envolvidos em um projeto que não é individual, mas coletivo, para executar as tarefas que lhes cabem são obrigados a se afastarem de suas terras e de suas "bases", para usar uma terminologia utilizada pelo próprio movimento indígena. Normalmente vão morar nas cidades próximas, onde dispõem da infra-estrutura necessária.

A construção de um projeto de autonomia indígena entre os Ticuna pressupõe, portanto, um duplo desafio para o CGTT: capacitar jovens administradores sem que percam seus referenciais de identidade e lealdade ao grupo do qual fazem parte e mantê-los sob a autoridade das lideranças tradicionais que, em última instância, são definidas pelas estratégias de alianças internas ao grupo. É essa a estratégia que tem sido adotada pela principal organização Ticuna em parceria com os estudantes, professores bilíngües, AIS e mulheres. *(julho, 2000)*

A Educação e a Arte Ticuna

Jussara Gomes Gruber

Coordenadora pedagógica do Projeto de Educação Ticuna e assessora da OGPTB

"ANTES DO CURSO EU NÃO SABIA VÁRIAS COISAS QUE FAZEM FALTA PARA VIVER NO MUNDO DE HOJE. O CURSO VEIO ABRIR MEUS OLHOS PARA CONHECER, POR EXEMPLO, COMO PREVENIR AS DOENÇAS, QUAIS OS DIREITOS QUE TEMOS NA NOSSA EDUCAÇÃO, NA DEFESA DA NOSSA TERRA. TODOS ESSES CONHECIMENTOS EU LEVO PARA MINHA SALA DE AULA. ESTOU MELHORANDO MEU JEITO DE ENSINAR E ABRINDO OS OLHOS DOS MEUS ALUNOS" *(PROF. RAIMUNDO PINTO BITENCOURT)*

Quando se aproxima o tempo do curso, os professores ticuna começam a subir o rio Solimões viajando nos "navios-motores" que semanalmente partem de Manaus para Tabatinga, nos barcos das comunidades, das prefeituras ou em suas próprias canoas. As viagens podem durar dois, três dias. Carregando sacolas com rede, mosquiteiro, prato, copo, caderno, dicionário, roupas e outros pertences pessoais, aos poucos os professores vão chegando à aldeia de Filadélfia, perto da fronteira com o Peru, no município de Benjamin Constant. Nesta aldeia está a escola *Torü Nguepataü*, a "nossa casa de estudos", oficialmente Centro de Formação de Professores Ticuna. É aí que os professores amarram suas redes para estudar durante 30 ou 40 dias, duas vezes ao ano, no período das férias.

O grupo é numeroso. São 220 professores que trabalham com mais de seis mil alunos, em 93 escolas distribuídas nos municípios onde se concentram a maior parte da população ticuna: Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá e Santo Antônio do Içá.

O Curso de Formação de Professores Ticuna, promovido e administrado pela Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngües (OGPTB), está na sua 13ª etapa, já com um total de 3.640 horas de aulas ministradas. Em 1997, 212 professores concluíram a carga-horária relativa ao nível de 1º Grau, e receberam os certificados expedidos pela própria OGPTB, autorizada pela Resolução nº 51/97 do Conselho Estadual de Educação/AM. Encontra-se em processo de legalização nesse Conselho o nível de 2º Grau, cuja carga-horária deverá estar completa no ano 2001.

O Curso deu origem a outras ações que, no seu conjunto, formam o Projeto Educação Ticuna. Com o objetivo mais amplo de construção de uma nova escola, essas ações se organizam em programas específicos que se articulam entre si e com as atividades do Curso, voltando-se, basicamente, para a formação do professor, preparação de materiais didáticos e organização da proposta pedagógica da escola. Temos assim os programas de educação ambiental, de arte e cultura, de saúde, de capacitação de supervisores índios e preparação de currículo.

A equipe de assessores do Projeto é formada por 28 profissionais - entre responsáveis pelas diferentes disciplinas e colaboradores - que procedem de várias universidades e outras instituições de ensino.

Uma outra equipe é composta por um grupo de assessores ticuna, alguns bastante idosos, que participam do Curso e das atividades dos diversos programas. Através de suas histórias, relatos, depoimentos, os professores têm aprofundado seus conhecimentos sobre a mitologia, a língua, a música, os rituais, a natureza, a medicina, os valores, a ética e outros tantos saberes e experiências acumulados por essas pessoas. As informações, registradas em fitas de audio e vídeo, passam a compor os materiais didáticos, mas sobretudo constituem importante suporte para reflexões e decisões a respeito dos vários aspectos - culturais, sociais, históricos, éticos, entre outros - que servem de base para a estruturação da escola ticuna.

SAÚDE NA ESCOLA

Como as doenças se transmitem? O que fazer para evitá-las? Como melhorar a saúde da comunidade? Quais as relações entre saúde e meio ambiente? Como funciona meu corpo? Como posso cuidar melhor dos meus dentes? Estas e outras perguntas transformaram-se nos temas do Programa Saúde na Escola, que começou a se

estruturar em julho de 1997 no encontro organizado para discutir e preparar um projeto sobre prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e Aids. O encontro teve a participação de 22 professores e 14 agentes de saúde ticuna, com assessoria de uma equipe de profissionais da área de saúde e educação: Marcos Pellegrini, da Coordenação Nacional de DST e AIDS (Ministério da Saúde), Marlúcia Garrido, responsável pela Coordenação Regional de DST e AIDS-AM, Elorides Brito (Susam), Celina Cadena (Coiab), Marcelo Luiz Gonçalves (DIP-Hospital Universitário/UFRJ).

O projeto "Prevenção das DST/Aids nas Escolas Ticuna" foi aprovado pelo Ministério da Saúde e passou a integrar o currículo do Curso de Formação de Professores, como parte da disciplina de Ciências e como tema de outras disciplinas. Foi desenvolvido em duas fases, nos meses de janeiro e julho de 1998, num total de 130 horas. Ao lado dos conteúdos relativos às doenças sexualmente transmissíveis e a Aids, os alunos do curso tiveram noções de biologia e estudaram outros temas, como vacinação, diarréia, malária, tuberculose, hanseníase. As aulas foram ministradas pelos médicos Sandra Chaves, Marcelo Luiz Gonçalves, Alberto Ramos, Mônica Merçon Almeida, Marcos Pellegrini, Rodrigo Batista e pela enfermeira Elorides Brito. A equipe assessora e os professores prepararam uma cartilha sobre prevenção de doenças e o cartaz: "Vamos evitar a aids".

No mesmo período foi iniciado um trabalho de saúde bucal, com assessoria da dentista Maria Aparecida Guerra, que vem enfatizando a importância de prevenir as doenças bucais para manter a saúde geral. Nas escolas, a escovação começou a fazer parte da rotina diária, sendo distribuídas, em dois momentos, um total de 14 mil escovas e creme dental para os alunos. Encontra-se em fase de preparação uma cartilha sobre os cuidados básicos com os dentes, elaborada pelos professores, sob a orientação da dentista.

Em janeiro de 2000, o Programa Saúde na Escola trouxe para o Curso outro assunto importante: a saúde dos olhos. Face às inúmeras queixas de problemas de visão apresentadas pelos professores, 187 docentes foram examinados por dois oftalmologistas contratados pela OGPTB, chegando-se a resultados bastante preocupantes: 119 casos de pterígeo, 64 casos de pinguécula e 82 casos de erros refracionais corrigíveis por óculos, além de casos, em menor número, de catarata, maculopatia e glaucoma. Os médicos, André Portes e Arlindo Portes, também ministraram aulas para os professores cursistas, ensinando técnicas simples de medir a acuidade visual dos aluoos, informando sobre as doenças mais comuns que atingem os olhos e os procedimentos preventivos.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ngiã nüna ta daugü i torü naane, que significa "vamos cuidar da nossa terra", é o título da cartilha de educação ambiental, dirigida a crianças e jovens das escolas ticuna, que está sendo preparada por um grupo de professores, com assessoria da antropóloga e bióloga Deborah de Magalhães Lima. O objetivo da cartilha é abordar os problemas ambientais da região, propor soluções e promover a criação de uma consciência ecológica, mostrando a necessidade de conservar a natureza e valorizar o conhecimento ambiental dos Ticuna. "Embora não possam agir sozinhos contra a invasão de suas terras, a discussão da problemática ambiental dentro das organizações indígenas é um passo para a formulação de demandas ambientais dirigidas aos órgãos competentes. A conscientização dos problemas ambientais nas escolas representa uma contribuição para a solução desta problemática. Não substitui a ação organizada das lideranças atuais, mas contribui para a formação de lideranças futuras, além de promover a conservação de valores e conhecimentos sobre o meio ambiente que correm o risco de desaparecer", conforme a assessora em seu último relatório.

JUSSARA GRUBER

Professores ticuna no Curso de DST e AIDS.

CONSTRUINDO A ESCOLA TICUNA

Este programa foi tomando corpo a partir de um encontro destinado à capacitação de um grupo de 18 professores ticuna para atuarem como supervisores. No encontro, foram discutidas diversas questões que fazem parte da vida da escola, iniciando-se pelo estudo da legislação e outros documentos referentes à educação escolar indígena. As diferentes atividades tiveram a orientação das professoras Carlota Novaes, Carolina Pacini e Lucila Belfort. Entre os meses de abril e junho de 2000 os supervisores visitaram 91 escolas.

Além do acompanhamento e orientação dos professores em sala de aula, integram o Programa outras ações que fazem parte do processo de construção da nova escola ticuna, como a preparação e implantação do currículo de 1ª a 4ª séries e a produção e aplicação de materiais didáticos específicos - que orientam o professor no desenvolvimento do currículo. Também são vistos assuntos como: funcionamento e administração da escola, relações da escola com a comunidade, responsabilidades dos órgãos governamentais e atuação das prefeituras locais.

Quanto à produção de materiais didáticos, destacam-se aqui alguns dos livros que estão em fase de preparação pelos professores ticuna, sob a orientação dos consultores das diferentes disciplinas: Livro de Geografia (com assessoria de Márcia Spyer de Resende); Dicionário Ticuna (assessoria de Marília Facó Soares); Livro de Matemática (assessoria de Roseli de Alvarenga Corrêa); Livro de Alfabetização (assessoria de Carlota Novaes, Sirlene Bendazzoli, Cássia Marconi da Silva e Maristela Gusmão).

UMA OUTRA ARTE TICUNA

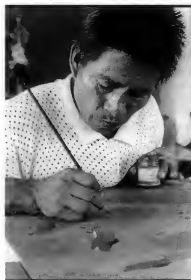
"Através dos desenhos as pessoas podem olhar o que existe na nossa cultura; tudo o que temos na nossa imaginação, na floresta, no que os velhos contam. Os desenhos são feitos pelas mãos dos artistas ticuna; eles mostram a capacidade que temos de fazer um trabalho como qualquer outro artista, usando tintas e outros materiais. Como um livro, os desenhos podem viajar e serem vistos por muitas pessoas, e essas pessoas podem valorizar a nossa cultura e o nosso conhecimento".
(Prof. Reinaldo Otaviano do Carmo)

Os Ticuna, de modo geral, demonstram um excepcional talento e sensibilidade para a arte. Essa particularidade se apresenta de maneira muito rica e imaginativa principalmente nas suas produções materiais e na música. Tais aptidões não poderiam deixar de ser estimuladas e valorizadas num projeto de formação de educadores. Por isso, um dos aspectos que marcam o Projeto Educação Ticuna é o espaço destinado às expressões artísticas. A arte é tratada como uma área específica do conhecimento e também como um meio para desenvolver potencialidades - percepção, criação, reflexão, observação e outras - fundamentais à construção de ou-

JUSSARA GRUBER

Oficinas de arte: elaborando ilustrações para o "Livro das Árvores"...

... e para o Calendário Burti.

Hilda Tomás do Carmo com o desenho que representa a "Festa da Moça-Nova"...

Xisto Batista Muratú preparando pintura para a Mostra do Redescobrimento.

... contada pelo seu pai, Adolfo Tomás.

tros conhecimentos. A música, a poesia, o teatro e as artes visuais têm estado presentes em cada disciplina, em cada momento do Curso de Formação de Professores. Além disso, em oficinas especiais, os professores têm acesso a novos materiais e técnicas, como xilogravura, pintura com guache, aquarela e tantas outras.

O trabalho também se estende às tintas naturais, buscando novas possibilidades de uso, na escola, da vasta gama de pigmentos de origem vegetal e mineral que os Ticuna conhecem. Através de pesquisas desenvolvidas nas disciplinas de Química e Arte, com orientação de Lilavate I, Romanelli e Suzana Gruber, os professores ticuna vêm redimensionando o valor de seus materiais e técnicas tradicionais, assim como descobrindo e adotando outros empregos e soluções plásticas.

A partir de março de 1999, foi iniciado um outro tipo de trabalho com arte, envolvendo um grupo de professores que demonstravam maior interesse e talento para o desenho e a pintura. As primeiras oficinas destinaram-se à elaboração de ilustrações para um livro sobre os peixes e à produção de um conjunto de pinturas que seriam selecionadas para o Calendário Burti 2000. Utilizando materiais como tintas e papéis de boa qualidade, os artistas ticuna a cada dia aperfeiçoavam mais seus trabalhos, tornando-se mais exigentes e meticulosos quanto à técnica, composição, distribuição das cores, acabamento. A orientação de Jussara Gruber se deu no sentido de abrir espaço para que pudessem aprimorar sua capacidade crítica, aguçar o olhar e descobrir as nuanças de seu próprio estilo, em suma, estabelecer uma sintonia mais apurada com todos os aspectos que envolvem a experiência estética.

Mesmo havendo um grupo mais constante, as oficinas estão abertas à participação de quem quiser pintar. A idéia é que esses encontros de arte sirvam de incentivo para muitos e que os artistas que formam essa vanguarda sejam os mestres de outros tantos, constituindo-se referência e orientação para crianças e jovens.

As obras produzidas nas oficinas têm participado de exposições, como a Mostra do Redescobrimento, no Parque Ibirapuera (São Paulo) nos meses de abril a setembro de 2000, e uma mostra sobre arte indígena brasileira, apresentada na Galeria Cândido Portinari, na Embaixada do Brasil em Roma.

Por ocasião do lançamento do Calendário Burti, em dezembro de 1999, seis integrantes do grupo viajaram a São Paulo, onde tiveram oportunidade de visitar o Memorial da América Latina e a Pinacoteca de São Paulo.

"A FLORESTA É A COBERTA DA TERRA"

Esta frase abre poeticamente *O Livro das Árvores*. Elaborado pelos alunos do Curso de Professores Ticuna, com a orientação de Jussara Gruber, *O Livro das Árvores* tem percorrido os mais diferentes e insuspeitados caminhos. Além de seu uso no Curso e nas escolas ticuna para o desenvolvimento de inúmeras atividades - nas áreas de Ciências, Matemática, Ecologia, Língua Portuguesa, Arte, Geografia -, o livro vem sendo adotado em diversas escolas indígenas do país e também nas escolas dos não-índios. Tem participado de feiras de livros nacionais e internacionais, e integrado o acervo de inúmeras bibliotecas do Brasil e de outros países.

Em 1977, a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil selecionou *O Livro das Árvores* para receber os prêmios, instituídos por ela, de "Melhor Livro Informativo" e "Melhor Projeto Editorial".

O livro também fez parte do *kit* de materiais didáticos preparado em 1998 pela Secretaria de Educação Fundamental/MEC para ser distribuído, junto com o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, a todas as escolas indígenas do país.

Mais adiante, em 1999, esse livro veio compor uma coleção de 110 obras de literatura infantil, que o Ministério da Educação adquiriu com recursos do Fundo Nacional para Desenvolvimento da Educação (FNDE) para ser entregue a 36 mil escolas públicas.

Os recursos obtidos com a venda de *O Livro das Árvores* têm servido para financiar ações da OGPTB e de seu projeto de educação, complementando gastos referentes à organização e realização do Curso, possibilitando reformas no Centro de Formação, pagamento de pessoal, aquisição de livros e outros materiais utilizados no

JUSSARA GRUBER

Oficina de Xilogravura.

Projeto. Até o momento, foram distribuídos 2.783 exemplares do livro para 93 escolas ticuna, numa média de 25 a 30 livros por escola.

"Nós fizemos O Livro das Árvores para nossos alunos entenderem melhor por que devemos conservar o território, os animais, as plantas, a cultura. E também para os outros povos conhecerem como é a floresta, como é a riqueza da terra do povo Ticuna.

O Livro das Árvores ajudará a floresta a viver em paz.

Esta semente que nós plantamos no Livro das Árvores vai dar frutos para todos no futuro" (Prof. João Clemente Gaspar)

LIVRO AJUDA A CONSTRUIR BIBLIOTECA

Cerca de 80% dos recursos financeiros necessários à construção do prédio onde foi instalada a *Biblioteca Utchara* vieram da venda do *Livro das Árvores*. A complementação desses recursos a OGPTB obteve junto à Fundação Nacional do Índio (Funai), que também apoiou a aquisição do mobiliário.

A *Biblioteca Utchara* - que na língua ticuna significa "uirapuru" - faz parte de um conjunto de salas destinadas às atividades da OGPTB. Funcionando como um anexo do Centro de Formação de Professores Ticuna, na aldeia de Filadélfia, essas salas servem para ministrar aulas, realizar oficinas de arte, exposições, encontros, reuniões. Nos intervalos dos cursos, a sala central é utilizada como sala de leitura.

A primeira fase da construção do prédio foi inaugurada em janeiro de 2000, com a presença de Carlos Frederico Marés, então presidente da Funai, em visita aos professores ticuna que participavam da 12ª etapa do Curso. A fase final foi inaugurada em fevereiro, pelo capitão da aldeia de Filadélfia.

A Biblioteca possui uma acervo de mais de 2 mil livros, e, num período de dois meses de funcionamento, já recebeu 1.450 alunos procedentes de quatro escolas ticuna situadas nas vizinhanças, bem como de escolas de não-índios, inclusive da cidade de Benjamin Constant. *(junho, 2000)*

JUSSARA GRUBER – JAN/00

Carlos Frederico Marés, então presidente da Funai, em visita aos professores ticuna.

OFICINA DE PAPEL ARTESANAL E EXPOSIÇÃO EM BRASÍLIA

Em junho de 1997 o artista japonês Naoaki Sakamoto realizou uma oficina de dez dias na aldeia de São Leopoldo, para desenvolver técnicas de manufatura de papel. Trabalhando junto com alunos da escola e o professor ticuna Raimundo Leopardo Ferreira, Naoaki realizou pesquisas sobre materiais disponíveis na natureza e sobre instrumentos de trabalho de fácil obtenção, procurando associar as técnicas tradicionais ticuna de preparação do tururi e a técnica japonesa washi. Das pesquisas resultou um papel que é possível fabricar utilizando apenas os galhos das árvores de onde os Ticuna retiram a entrecasca (tururi) - utilizada na confecção de máscaras e painéis - , sem, no entanto, precisar abatê-las.

Os trabalhos produzidos na oficina foram expostos, no mês seguinte, na Sala Rubem Valentim do Espaço Cultural 508, em Brasília.

Tais eventos foram organizados e financiados pelo Projeto 1+1 Intercâmbio Brasil-Japão e desenvolvidos em conjunto com a OGPTB.

VIAGEM AO JAPÃO

Como continuidade da oficina em São Leopoldo, Raimundo Leopardo Ferreira foi convidado pelo Projeto 1+1 para aperfeiçoar as técnicas de confecção de papel artesanal no atelier do artista Naoaki Sakamoto, na cidade de Niigata, onde esteve durante o mês de setembro de 1997.

Paralelamente, esse Projeto organizou uma exposição de esculturas e outros objetos de arte ticuna na sede da Embaixada do Brasil em Tóquio. Na abertura da exposição, Raimundo Leopardo proferiu uma palestra sobre os Ticuna e suas produções artísticas.

INTERCÂMBIO COM ESCOLAS DA ÁUSTRIA

Alunos de escolas austríacas começam a ter contato com a vida das crianças ticuna através do intercâmbio de informações por cartas e desenhos. Esse projeto, coordenado pela Rainforest Foundation da Áustria, vem angariando recursos para o Projeto Educação Ticuna e doações de materiais para as escolas. Em agosto de 1999, Carlos Macedo e Eva Junga, responsáveis pelo projeto na Rainforest, junto com um grupo de voluntários austríacos, viajaram aos Ticuna para conhecer os professores e suas escolas.

MÚSICA TICUNA

No dia 5 de outubro de 1999, os professores Ondino Casemiro e Hilda Tomás do Carmo abriram o 3º Seminário do Programa Crer para Ver, no Teatro São Pedro, em São Paulo, apresentando canções tradicionais ticuna. Esse Seminário foi promovido pela Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, que apoia o Curso de Formação de Professores Ticuna.

CULTURA TICUNA NA ITÁLIA

Em novembro de 1999, Constantino Ramos Lopes e as professoras Adélia Luis Bitencourt e Hilda Tomás do Carmo viajaram à Roma, atendendo a um convite da Associazione Voci della Terra para realizar palestras sobre o Projeto Educação Ticuna e ministrar aulas para alunos de diversas escolas de nível elementar e médio sobre a cultura ticuna.

Na mesma oportunidade foi lançado o livro Le Scuole della Foresta, que apresenta os projetos de educação e cultura desenvolvidos pela OGPTB e Comissão Pró-Índio do Acre, e também o trabalho com tecelagem kaxinawá do Projeto Jibóia-AC. Ministérios e outras instituições italianas patrocinaram essa publicação, organizada por Eva Kosloskt (da Associazione Voci della Terra).

GERAL

TICUNA DE ONDE?

O cadastramento de estrangeiros no Alto Solimões (AM) já começa a preocupar autoridades eclesiásticas da região. Os religiosos questionam o critério que será adotado para cadastrar a população indígena - principalmente os Ticuna, que circulam de uma aldeia a outra, entre Brasil, Peru e Colômbia, e não sabem a que país exatamente pertencem. *(A Crítica, 27/01/96)*

ÍNDIOS SE CANDIDATAM

Oito índios Ticuna anunciaram que serão candidatos a vereador nas próximas eleições. Quatro vão concorrer em Tabatinga, dois em Benjamin Constant, um em Santo Antônio do Içá e outro em São Paulo de Olivença. *(A Crítica, 14/04/96)*

ENVOLVIMENTO COM A POLÍTICA LOCAL

Os índios começam a despertar o interesse de políticos no interior da Amazônia. Com o aumento dos eleitores indígenas, eles são cada vez mais procurados por candidatos em busca de votos. Apesar do contato muito antigo, até hoje, todos os Ticuna falam a língua nativa quando conversam entre si. Somente no município de Tabatinga, residem cerca de 10 mil Ticuna, segundo a prefeitura local. A densidade populacional somada ao processo de urbanização desse povo revelou que eles são um bom filão eleitoral a ser explorado.
A legislação não os obriga a votar, mas a prática política descobriu que o voto indígena pode garantir mandatos. Os próprios índios começam a engrossar a lista de candidatos a cargos eletivos. Feijoal, o maior colégio eleitoral de Benjamin Constant, elegeu como vice-prefeito do município o Ticuna Edir. Ele ficou seis meses sem receber seus vencimentos e sem saber qual era a sua tarefa. Nas últimas eleições, os Ticuna elegeram 14 vereadores, segundo dados da Diocese do Alto Solimões. *(A Crítica, 19/04/96)*

BISPO DEFENDE DECRETO 1.775...

O bispo do Alto Solimões, D. Alcimar Magalhães, declarou em entrevista ser a favor do Decreto 1.775. "Se esse decreto tivesse sido colocado antes não teríamos as amarguras vividas entre índios e não-índios. Na demarcação das áreas, nem os índios nem os não-índios foram consultados. Foi uma visão unilateral de Brasília, tendo como base limites traçados em 1964; de lá para cá, o modo de vida dos índios mudou", declarou o bispo. Em sua opinião, a demarcação da TI Umariaçu foi um "crime" por abarcar parte da cidade de Benjamin Constant. "É um crime, porque isola, garante uma autonomia a pessoas que estão vivendo à maneira de civilizados com uma legislação de índios", afirmou. O bispo não poupou também o Cimi de suas críticas. Para ele, a entidade não entende nada dos índios da região. "Eles vêm com a mentalidade de não buscar a verdade. Já a trazem pronta, empacotada, com lacinho, e quem não disser amém às suas teses é de direita", afirmou. Irmão de um poderoso madeireiro da região, dom Alcimar Magalhães diz que o setor está falido na região. "Eu ouvi pessoas me acusando de ser madeireiro, de ver os índios sobre a perspectiva do branco. Isto é besteira!", afirmou. *(A Crítica, 05/05/96)*

... E É CONVIDADO PELO GOVERNADOR PARA RECOMENDAR "PROJETOS"

O bispo da Diocese do Solimões, dom Alcimar Magalhães, foi convidado pelo governador do estado, Amazonino Mendes, para fazer um levantamento das vocações econômicas da região. Acusado de ser ligado ao setor madeireiro, dom Alcimar aceitou o convite. O levantamento deverá subsidiar "ações governamentais de desenvolvimento" para a região, que abrange os municípios de Tocantins, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga, Benjamin Constant e Amaturá. A área tem forte presença de comunidades indígenas Ticuna.
Dom Alcimar disse que está disposto a colaborar para que as populações do Solimões tenham melhores perspectivas de vida. Como representante da Igreja Católica, o bispo ressalta que pretende contribuir no campo da reflexão, com ações evangelizadoras. Ele cita, por exemplo, a área de educação onde a Igreja já vem atuando e deverá ampliar o espaço pedagógico. Dom Alcimar declarou que o trabalho com os prefeitos da região já apresenta resultados nos setores de saúde e educação, citando o convênio firmado com a Escola Agrícola Federal. Já está acertada a criação de um hospital em São Paulo de Olivença.
A participação da Igreja e do bispo Alcimar Magalhães no projeto de desenvolvimento da região do Solimões, chamado de Terceiro Ciclo, não está agradando ao Cimi. Segundo Egon Dionísio, coordenador da entidade, o quadro da região é desolador com as populações indígenas, desassistidas por falta de políticas dos governos estadual e federal. Para o Cimi, o Terceiro Ciclo não responde satisfatoriamente às necessidades dos povos indígenas: é uma ação imediatista e eleitoreira, que não apresenta propostas consistentes para a população regional. *(ISA, a partir de A Crítica, 10/01/97)*

PROTEÇÃO DOS LAGOS

Índios e representantes de comunidades ribeirinhas do vale do Javari, no Alto Solimões, querem que o Ibama realize um trabalho efetivo para proteger os lagos da região. Esta foi a principal solicitação feita durante um encontro inédito, que reuniu lideranças indígenas e ribeirinhos.
Segundo eles, os lagos vêm constantemente sendo invadidos por pessoas inescrupulosas, vindas de diversos municípios, que utilizam práticas predatórias de pesca, prejudicando o ecossistema local e a sobrevivência de grupos indígenas e de comunidades ribeirinhas. Participaram do encontro organizações não-governamentais, a FNS, o Ibama, o Cimi e a Coiab, além de 40 representantes de ribeirinhos e 20 lideranças indígenas. Segundo representantes indígenas, o Ibama se dispôs a realizar um levantamento de todos os lagos da região e implantar um sistema de manejo para a proteção das espécies durante a época de reprodução. O Instituto também vai formar agentes fiscalizadores para protegerem os lagos e encaminharem as pessoas responsáveis pela pesca predatória ao Ibama. "Esse encontro foi algo inédito, principalmente naquela região, onde já ocorreram diversos massacres de índios e assassinatos de ribeirinhos por causa da madeira ou da terra", comentou Darcy Marubo, coordenador da Coiah. *(A Crítica, 21/04/98)*

ARTE EM CALENDÁRIO

Colocar os índios como sujeito, e não como objeto da obra. Esta foi a idéia que originou o Calendário Burti 2000, ilustrado com pinturas do povo Ticuna, lançado no dia 23 de novembro de 1999, no Jockey Club de São Paulo. "Por ocasião da celebração dos 500 anos, era quase uma obrigação abrir esse espaço para dar a palavra ao índio", afirma Alex Chacon, responsável pela concepção, design e produção do calendário. Ricas em cores, as pinturas retratam a natureza e mitos de sua cultura, floresta, animais, rituais e histórias contadas pelos velhos. As obras resultaram de oficinas orientadas pela educadora Jussara Gruber, que há 22 anos realiza atividades com os ticunas. Todas as imagens foram trabalhadas com material apropriado – papéis especiais, tinta guache, ecoline e aquarela – e são acompanhadas por um breve texto descritivo dos autores, em português, ticuna e inglês. Entre os trabalhos escolhidos estão os de sete índios que participaram do Projeto Educação Indígena, iniciado em 1993, promovido pela Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngües, que tem por objetivo possibilitar que os professores ticuna concluam o segundo grau e conduzam a educação do grupo.

Apoiada por um fundo ligado à ONU, Jussara Gruber criou uma escola destinada à formação de professores ticuna entre os nativos. Seu trabalho gerou ótimos resultados. Há dois anos, parte da produção de seus formandos foi publicada no Livro das Árvores, sobre a flora da região. Os trabalhos divulgados no Calendário Burti surpreendem pela beleza e pela técnica apurada, que em alguns casos lembram movimentos pictóricos europeus: "Esse tipo de traço nasceu de minha observação das folhas do mato", explica o índio Nhaimatücii. *(Gazeta Mercantil, 17/11 e Veja 01/12/99)*

AMPLIAÇÃO DE AEROPORTO

Surgiu uma possibilidade de entendimento entre os índios ticunas e a Comissão para Construção de Aeroportos na Região Amazônica (Comara), em Tabatinga, para a ampliação do aeroporto na fronteira com a Colômbia. Os índios concordam em ceder parte da área, desde que sejam indenizados por isso. A obra é considerada vital em termos de segurança, já que Tabatinga é um dos pontos mais estratégicos na Amazônia. *(A Crítica, 04/12/99)*

POR QUE DEMORAM AS DEMARCAÇÕES?

Os índios ticunas aproveitaram a passagem do novo presidente da Funai, Márcio Lacerda, por Manaus no fim de semana, para saber o por que da demora da demarcação das suas terras no Alto Solimões. Existem 12 áreas em processo de demarcação, mas seis outras sequer foram ainda homologadas. Estão assim, mais vulneráveis ao avanço das frentes de expansão dos brancos. *(A Crítica, 15/12/99)*

CHACINA DO CAPACETE

IMPUNIDADE

"No dia 28 de março de 1988, às 12 horas de dia aconteceu uma grande tristeza para o povoTicuna, até hojes nós não esquecemos, essa massacre é dia doloroso para o povo Ticuna. Que 20 homens civilizados mataram 14 pessoas adultos e também crianças que pularam no Rio Solimões perto ao Benjamin Constant, não escaparam, mais foram morto e o corpo jogado no Rio Solimões, escaparam aquele que correram para dentro do mato.

Agora em 99 completou 11 anos do massacre do Ticuna e os culpados não ainda foram punidos, será que não haverá mais jugamento nem prissão para esses assassinos. Em 98, Conselho Geral da Tribo Ticuna, com outro entidade não governamentais tiveram audiência com Dr. Sérgio Lauria Ferreira, da procuradoria Geral da República do Estado do Amazonas.

Garantio para Conselheiro Geral da Tribo Ticuna Senhor Pedro Inácio Pinheiro, que os criminosos vão ficar preso em mês de Agosto adiante, mais tarde até agora não houve nada de prisão. Um do assassino Valderei Nascimento Penha, agora ele é prefessor, dando aula no município de Benjamin Constant, AM. Um do assassino que matou mais Ticuna no meio do Rio Solimões, que pertence ao Rio Amazonas. Agora esta rindo da nossa cara do indio Ticuna porque nunca ficaram preso, não tem cadeia nem jugamento para eles. Desde 1500 nunca houve que matador dos indios ficaram preso ou condenado, dentro de 500 anos, será que nós indios não temos valor perante a Lei Constituição, quando um branco mataram durante um ano já tem jugamento do réu. Onde estão advogado dos índios que ganha nome dos indios, principalmente advogado contratado pela Funail. Esse advogado, não são advogado dos indios, o advogado do chefe do gabinete o branco que trabalhou na Funai, para dizer a verdade não defende os indios, mas só defende os brancos que estão no função da Funai". *(Jornal Magüta, CGTT, 1999)*

ALGUMAS PRISÕES

"No dia 7 de maio de 1999, o policia federal prenderam 6 pessoas que assassinaram os indios Ticuna em 28 de março de 1988 na boca do Igarapé Capacete, ficou preso o mandante que o senhor Oscar Castelo Branco, e Vandeley Penha do Nascimento que matou mais indios Ticuna no meio do rio Amazonas, faltam 3 assassino que foram escondido. Nós do Conselho Geral da Tribo Ticuna – CGTT, queremos julgamento dos assassino mais breve possivel, pedimos das instituição cobrando da Procuradoria Geral da República do Estado do Amazonas. Organização FOCCITT, manifestou que um absurdo que assassinou os Ticuna ficaram preso já passou 11 anos, os Ticuna não pensam mais isso para pessoal ficar preso. É acusado antropólogo, principalmente Dr. João Pacheco de Oliveira Filho, que mandar prender os assassino. Isso que ocorreu no dentro da Prefeitura de Benjamin Constant, onde funciona FOCCITT, também ouve na dentro da Câmara Municipal de Benjamin Constant, AM. Mas isso é mentira. Foi depois do primeiro número do nosso jornal eletrônico que os assinano foi preso." *(Jornal Magüta, CGTT, 1999)*

PROCESSO CONTRA OS RESPONSÁVEIS

"Seis dos assassinos que mataram homens, mulheres e crianças Ticuna e desde 1988 estavam soltos, foram presos. Depois disso, o mandante do crime, Oscar Castelo Branco, pediu prisão domiciliar para o juiz porque já está muito velho. Outros oito indiciados não conseguiram ser achados pela Polícia Federal, mas alguns deles nós Ticuna já sahemo onde estão. Quando fomos até a Polícia Federal em Tabatinga para pedir para cumprirem o mandato de prisão dois oito últimos fugitivos, eles sempre dizem que não tem pessoal e barco para cumprir a lei". *(Jornal Magüta, CGTT, out/99)*

NARCOTRÁFICO

ALCOOLISMO E DESNUTRIÇÃO

Se entre a população ribeirinha de Coari, Tefé, Jutaí, Fonte Boa, Uarini e Alvarães o drama é o consumo de drogas injetáveis, nas aldeias indígenas do Solimões ele se traduz no alcoolismo e na desnutrição infantil. "Todas as tribos têm suas vendinhas com bebidas alcoólicas, sobretudo cachaça. Todos bebem, das crianças aos velhos. O controle é muito difícil", alerta o professor José Paravidino, da equipe da UFF. As áreas são habitadas sobretudo por índios Ticuna em comunidades que já cresceram o suficiente para abrigarem problemas de saúde pública. "É um festival de doenças: hepatite, malária, cólera, tuberculose e hanseníase. As crianças são castigadas pelas verminoses, doenças de pele e desnutrição", diagnosticou Paravidino. "O álcool cria nas aldeias uma cadeia de problemas, como a diminuição da capacidade de trabalho, o acirramento dos conflitos internos e a prática do suicídio", disse a professora Fátima Guedes.

Nas áreas ticuna visitadas pelos pesquisadores da UFF, a expedição constatou um quadro de ausência de serviços de saúde bem mais grave que o encontrado nas cidades ribeirinhas. *(JB, 24/03/96)*

PF DIZ QUE TRÁFICO ALICIA ÍNDIOS

Os indios do Alto Solimões podem estar sendo aliciados pelo narcotráfico. Quem adverte é o superintendente da PF no Amazonas, Mauro Spósito. Segundo disse, os índios formam uma mão-de-obra muito barata, são relativamente dóceis e teoricamente podem plantar a coca em suas próprias terras demarcadas, onde estranhos são proibidos de entrar. Pelos dados que dispõe, Spósito diz que já existem plantações

de coca em território brasileiro, no Alto Solimões. Os indícios de laboratórios de refino de cocaína em municípios como Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia do Norte são muito fortes. Em Tabatinga, circulam informações de que índios já são utilizados para guardar a droga. No final do ano passado, surgiram pistas de uma grande plantação dentro de reserva indígena no rio Japurá. Segundo o administrador da Funai em Manaus, Raimundo Catarino Serejo, Exército e PF vasculharam a reserva mas não encontraram o plantio. *(A Crítica, 14/04/96)*

GOVERNADOR QUER ENTREGAR ÁREA À UNIÃO

A situação no Alto Solimões é tão crítica que o governador do Amazonas, Amazonino Mendes (PMDB), quer entregar a área para o governo federal, transformando-a em território da União. Segundo ele, o Estado não tem condições de fazer os investimentos para conter o avanço do narcotráfico que, no seu entender, se deve à falta de perspectivas econômicas para a população local. *(FSP, 21/11/99)*

GARIMPO

INVASÃO GARIMPEIRA EM TERRAS TICUNA

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) confirmou ontem a presença de garimpeiros no rio Bóia, afluente do rio Jutaí, entre os municípios de Amaturá e Jutaí. A atividade clandestina está sendo feita na reserva extrativista do rio Jutaí, em área dos índios Ticuna, há mais de dois meses. Até agora nem o DNPM nem a PF realizou qualquer operação para retirada dos garimpeiros da área. Segundo o diretor do DNPM, Fernando Burgos, o departamento e a PF estão impedidos de agir pela falta de recursos. O diretor disse que sem a liberação da verba destinada à proteção e defesa das áreas indígenas, não tem como reprimir a ação dos garimpeiros. Uma fonte da PF confirmou a invasão.

Por conta da falta de dinheiro, há informações de que já ocorreram vários conflitos entre índios e garimpeiros na região do rio Bóia. A invasão teria o apoio do prefeito do município de Jutaí, Francisco de Souza Moura, e dos comerciantes que estariam dando "autorização" para o funcionamento dos garimpos. A maioria da população local apóia os garimpos, já que passou a ganhar dinheiro depois da chegada das dragas e balsas. "Eles estão movimentando a economia do município, antes restrita aos empregos gerados pela prefeitura", contou um comerciante de Jutaí. A situação de conflito entre índios e garimpeiros, segundo o diretor do DNPM, não deverá durar muito mais tempo, pois trata-se de um bolsão de ouro, tipo aluvião, que fica na superfície dos leitos dos rios e que acaba rapidamente.

A presença dos garimpeiros nos rios Boia e Jutaí é uma grande ameaça aos índios Ticuna, que para defender suas terras são obrigados a partir para o confronto, na maioria das vezes em desvantagem. Segundo a Coiab, a falta de proteção das áreas propicia a invasão e a situação piora com a omissão da PF. A Coiab informa que alguns grupos de garimpeiros estão tentando negociar a entrada nas reservas. *(A Crítica, 23/02/96)*

GARIMPEIROS NEGAM INVASÃO

A PF já está na região do rio Bóia com 15 agentes fazendo o levantamento da presença de garimpeiros e possíveis irregularidades na extração de ouro no local. A confirmação foi dada ontem pelo superintendente da PF, Mauro Spósito, que deu prazo até o dia 5 de março para o fim da operação. Spósito não confirmou se os garimpeiros invadiram as áreas indígenas. Ontem, o presidente da Coogam, Francisco Barrozo dos Santos, confirmou a presença de cerca de mil garimpeiros nos rios Bóia, Mutum e Jutaí, com 59 dragas e 45 balsas, sem autorização do DNPM. Ele afirmou que a cooperativa está seguindo todos os trâmites legais para regularizar a atividade - existem, segundo Barrozo, sete processos no DNPM pedindo autorização para a exploração mineral na área. Barrozo disse ainda que os garimpeiros não irão resistir a uma eventual operação de retirada feita pela PF. Ele esteve na Funai para explicar ao coordenador as atividades dos garimpeiros na região. *(A Crítica, 24/02/96)*

OPERAÇÃO VAI RETIRAR GARIMPEIROS DA REGIÃO

O superintendente da PF, Mauro Spósito, viajou ontem para a região do rio Bóia para acompanhar a operação de levantamento das atividades de mineração que estão sendo feitas na área. Ele vai comandar a retirada dos garimpeiros, caso fique confirmada a invasão da área dos índios Ticuna e a ilegalidade da exploração de ouro. O DNPM deverá acompanhar a operação da PF. O diretor do órgão, Fernando Burgos, confirmou que os garimpeiros têm seis ou sete requerimentos de permissão de lavra junto ao DNPM, mas que a autorização não foi concedida porque é necessário um licenciamento ambiental junto ao IMA, que não foi ainda concedido. Burgos acredita que a cooperativa não conseguirá este documento antes do prazo estabelecido pela PF para o fim da operação e dá como certa a retirada dos garimpeiros da área. *(A Crítica, 27/02/96)*

SUICÍDIOS

AUMENTA ÍNDICE ENTRE OS TICUNA

Espalhados ao longo da região do Alto e Médio Solimões, os cerca de 30 mil Ticuna vivem as conseqüências e dilemas da integração. Em 15 meses, de setembro de 94 a dezembro de 95, foram registrados 11 casos de suicídios entre eles. Raimundo Cerejo, ex-administrador da Funai, disse que os suicídios sempre ocorreram entre os Ticuna, porém não há registros de tantos casos em tão pouco tempo. Antropólogos do órgão devem iniciar, nos próximos dias, um estudo sobre a questão. *(A Crítica, 19/04/96)*

MAIS DEZ CASOS

Levantamento parcial feito pela Funai registrou, em 1999, dez casos de suicídio entre os índios ticunas, que habitam a região do Alto Solimões, no Amazonas, próximo da fronteira com o Peru e a Colômbia. A população ticuna no lado brasileiro da floresta amazônica (há ticunas também no Peru e na Colômbia) é de 32 mil índios. O levantamento da Funai só abrangeu 80% da população: cerca de 25 mil índios. O número real de mortes por suicídio nas tribos, segundo a Funai, pode ser ainda maior. Dos dez casos constatados pela Funai, oito foram por enforcamento e dois por ingestão de timbó – veneno extraído da raiz de uma planta, que leva à morte por asfixia. Sete dos dez suicidas eram homens, com predominância de jovens. A antropóloga Regina Erthal, pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que estudou o suicídio entre os ticunas de 90 a 97, diz que as causas aparentes dos suicídios podem ser conflitos entre clãs e até problemas como a depredação ambiental. *(FSP, 07/12/99)*

MUSEU MAGÜTA

FECHAMENTO CAUSA POLÊMICA

Um grupo de índios Ticuna do Alto Solimões aproveitou a oportunidade criada pelo seminário realizado na exposição *Memória da Amazônia*, para denunciar o fechamento do Museu Magüta, um espaço organizado pela própria comunidade indígena no início dos anos 90. O fechamento do Museu conta com a participação do cacique Pedro Inácio, que os índios

consideram ter perdido a liderança. Na briga das lideranças, eles fundaram várias entidades, como o Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT) e a Associação Geral das Tribos Ticuna (ACGTT). O cacique é acusado de ter enriquecido ilicitamente, ficando com recursos obtidos pela comunidade Ticuna. As lideranças Ticuna reclamam também que o cacique pratica arbitrariedades. As denúncias dos Ticuna foram encabeçadas pelo índio Aldemício Bastos. Segundo o antropólogo João Pacheco de Oliveira, presente ao encontro, a ACGTT representa os interesses de uma minoria ligada ao homem branco, além disso, quem está por trás do conflito vive mais em Manaus do que na região do Solimões. *(A Notícia, 31/05/97)*

EQUIPE QUESTIONA DECISÃO

"Prezados Senhores,
Ficamos surpresos com a ordem (...) de fechar o Museu Magüta e dispensar seus funcionários. Paulo Roberto Abreu Bruno, tesoureiro do Magüta - Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões (CDPAS), ordenou a Constantino Ramos Lopes, funcionário do Museu, que entregasse as chaves do Museu no dia 17 de maio a Nino Fernandes, primeiro secretário do Magüta–CDPAS, e que fossem encerradas as atividades. Quando Constantino alegou que o Museu estava funcionando, que a Biblioteca recebia muitos alunos e não podia parar e que portanto, não seria justo fechá-lo, Paulo disse que então não efetuaria o pagamento a Constantino dos salários atrasados desde junho de 1995. (...).
Sobre essa situação absurda e autoritária, temos vários pontos a considerar.
O Magüta-CDPAS possui um Estatuto, onde consta (...) " o prazo de duração do Centro será indeterminado, até que haja explícita manifestação contrária de parte de seus membros fundadores ou da Direção, ratificada por maioria absoluta dos associados, expressa em Assembléia Geral". (...)
Considerando-se que não foi convocada uma Assembléia Geral para a resolução dos problemas administrativos e financeiros do Magüta-CDPAS, a leitura que se faz é que essa resolução partiu de algumas pessoas e não da maioria dos associados, tampouco da Comissão Indígena e da totalidade dos membros da Diretoria. Não aconteceu, ao menos, uma reunião especial com todos os membros da Diretoria, já que o 2º Secretário, Adércio Custódio, não tinha conhecimento de tais decisões.
Desse forma, foi uma decisão arbitrária e desrespeitosa, sem consultar os funcionários ticuna do Museu, Jaime Custódio Manuel e Constantino Ramos Lopes, e sua assessora, Jussara Gomes Gruber, sobre as possibilidades que teria de continuar funcionando. Não houve, também, nenhum interesse em averiguar de que maneira o Museu está conseguindo meios para continuar suas ações, nem mesmo uma preocupação com os compromissos já assumidos pelo Museu e sua equipe técnica quanto a sua programação de trabalho para os próximos meses e anos, bem como quanto às expectativas de outras pessoas envolvidas no trabalho. De outro lado, a Biblioteca do Museu vem atendendo cerca de 40 alunos por dia e professores da cidade que só tem nessa biblioteca os livros necessários a seus estudos e pesquisas.
Cabe salientar que o Museu, como todos sabem, recebe diariamente visitantes, turistas e pesquisadores, e principalmente alunos das escolas de Benjamin Constant. (...) Este programa tem o objetivo de aproximar as gerações mais jovens da cultura e da história dos Ticuna, para que sejam desfeitas as idéias preconceituosas e discriminatórias em relação aos índios. Nesse sentido, o Museu tem sido um importante instrumento de transformação, possibilitando o estabelecimento de relações mais equilibradas entre índios e brancos na região. Entre abril e maio, visitaram o Museu mais de mil alunos, fato que indica o sucesso desse programa.
É preciso salientar também que o Museu já assumiu vários compromissos com outras instituições do país e do estrangeiro, para a realização de exposições, palestras e outras atividades da cultura ticuna (...)
Visto a situação de isolamento, buscamos a parceria e o apoio de outras instituições, museus e pessoas (do país e de outros países), que direta ou indiretamente colaboraram para a sobrevivência do Museu e para a sua divulgação. Não podemos esquecer que o Museu Magüta foi destacado em 1995 pelo Comitê Brasileiro do Icom (Conselho Internacional de Museus), e com o Prêmio Rodrigo Mello Franco de Andrade. Naturalmente que, o Museu sendo fechado, deveremos prestar esclarecimentos às instituições que destacaram o Museu e aos seus colaboradores, parceiros e simpatizantes. Isso colocaria o Museu, o Magüta-CDPAS e as equipes de trabalho numa situação constrangedora, prevendo-se, logicamente, repercussões negativas também para o povo Ticuna. Solicitamos, portanto, maiores esclarecimentos sobre essa questão, caso contrário nos sentiremos na obrigação e no direito de tomar outras providências. Atenciosamente, Jussara Gomes Gruber, Constantino Ramos Lopes e Jaime Custódio Manuel, Equipe do Museu Magüta". *(Excertos da carta dirigida aos membros da Diretoria do CDPAS, 16/05/96)*

CENTRO MAGÜTA RESPONDE

"O Centro Magüta não está fechando as portas ou encerrando suas muitas linhas de atividade. Também não admite a hipótese de desfazer-se de sua sede. Jamais existiu também qualquer intenção da parte de sua diretoria de vir a fechar ou desestruturar o Museu e a Biblioteca. Isso não significa, contudo, que o Centro Magüta não esteja atravessando graves dificuldades financeiras e que precise mudar o seu perfil institucional de modo a ajustar-se às atuais necessidades e aos critérios e prioridades das agências financiadoras. Cabe aqui alguns esclarecimentos (...) Pressionado por fatos relativos a luta pela demarcação de suas terras e por assistência diferenciada no campo da educação e saúde, o Magüta foi progressivamente expandindo o número de pessoas a quem remunerava direta e regularmente.
Em uma reunião do Conselho Indígena ocorrida em finais de 1993, logo após a conclusão da demarcação física de seis principais áreas Ticuna, foi apresentado um balanço e discutida extensamente entre as lideranças essa situação. Até mesmo sem incluir os gastos com qualquer projeto específico ou atuação nas aldeias, a simples manutenção do Centro com a folha de pagamento e taxas (luz, telefone, etc.) totalizava cerca de 70 mil dólares por ano! Com o término de projetos de apoio institucional (Oxfam em 1992 e Icco em 1994) tornar-se-ia inteiramente impossível embutir os custos de manutenção dessa infraestrutura em projetos específicos. (...)
O Museu, como a Biblioteca são, sem sombra de dúvidas, atividades meritórias e importantes, previstas desde os primeiros projetos institucionais do Magüta. Mas é importante notar que o público alvo do Museu são os visitantes estrangeiros e que a biblioteca é uma iniciativa de interesse municipal, pois atende a demanda dos estudantes brancos de Benjamin Constant. Hoje, depois de muita luta pelos seus direitos à terra, no qual o Magüta teve um papel fundamental, quando em um feito inédito, conseguiu junto ao governo da Áustria os recursos necessários para realizar a demarcação física de seis das mais importantes áreas dos Ticuna, as demandas prioritárias dos índios são projetos de saúde e de desenvolvimento sustentado, que precisam ser realizados nas aldeias e com a ampla participação comunitária. Sem projetos econômicos o território Ticuna – demarcado depois de muita luta – vai ser devastado por atividades empresariais que buscam lucro fácil e tentam obter alguma cumplicidade de algumas lideranças indígenas. A saúde Ticuna não pode ser pensada apenas como contratação e reciclagem de agentes indígenas, mas precisa incluir saneamento básico a ser executado nas

próprias aldeias e rediscutir o espaço ocupado por esses agentes na vida comunitária. Esses, durante a epidemia de cólera que atingiu a região do Alto Solimões, tiveram um papel importantíssimo, conseguindo a partir de cursos de treinamento de combate ao cólera, realizados pelo Magüta com a ajuda dos Médicos sem Fronteira, evitar que a população Ticuna sofresse grave revés. Para suprir essas demandas dos próprios índios, se o escritório do Centro Magüta não é um belo e sugestivo cartão postal, constitui-se em um verdadeiro símbolo político para os Ticuna que deve ser preservado" *(João Pacheco de Oliveira, antropólogo sócio-fundador e presidente do Centro Magüta [1986-1992] e atual Vice-Presidente [1992-])*

MUSEU MAGÜTA

"O Museu Magüta é o patrimônio do CDPAS, em 1997, os lideranças fecbaram Museu porque tudos funcionário entraram na justiça do trabalho para receber seu indenização.
Em 4 de novembro de 1997, a diretória do Magüta Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões resolve tomar as providências necessárias à extinção desta entidade, para tanta em comprimento, também, do seu estatuto, transfere seu patrimônio para o Conselho Geral da Tribo Ticuna – CGTT, entidade civil sem fins lucrativos, que ficou com o patrimônio.
Que são responsavel Museu Magüta é CGTT, AMIT e OASPT, que são responsaveis do Museu Magüta não mais Centro Documentação de Pesquisa do Alto Solimões, que já fui extinto o CGC, tudos os Assessores e Assessora não-índio foram afastado, hoje em dia o próprio índios que ficam dia em dias.
Causa disso em 1997 um da Assessora criar maior problema com índio principalmente com entidade CGTT, no dia da abertura ela queria levar tudo peça do Museu, ela só conseguiu leva para casa dela os livros da biblioteca do Museu.
Agora próprio índio recoperam tudos peças tem 321 peças que esta no exposição, e 180 peças esta no dentro deposito. Em ano de 1998, os turista visitou Museu Magüta 1.908 turista de vários país como da América e Europa, que visitou Museu Magüta que localizado em cidade de Benjamin Constant Amazonas Brasil. E vai recuperar mais ainda o Museu o ajuda do entidade Fundação Vitae que aprovou projeto para Museu Magüta." *(Jornal Magüta, CGTT, 1999)*

EDUCAÇÃO

MEC DEFENDE MANUTENÇÃO DE PROFESSORES

A manutenção dos professores indígenas no AM será defendida pelo MEC no Encontro Regional de Educação Indígena, que acontece de 4 e 5 de março, na Escola Ticuna, em Benjamin Constant. A posição se opõe à substituição que está sendo requisitada pelos prefeitos recém-empossados em cinco municípios do Alto Solimões, que preferem professores concursados e formalmente habilitados. *(A Crítica, 02/03/97)*

CONCURSO DIFERENCIADO

A determinação da Procuradoria Regional do Trabalho para que as prefeituras dos municípios amazonenses regularizem, até o mês de abril, a situação de servidores contratados sem concurso público preocupa a OGPTB. Desta forma, os cerca de 200 índios que atuam como professores nas TIs do Alto Solimões, contratados pelas prefeituras, terão que se submeter a concurso público se quiserem continuar na função. A quase totalidade desses professores indígenas, no entanto, não possui habilitação formal para o magistério nem o nível de escolaridade exigido para o concurso.
No início do ano, a Procuradoria enviou notificação recomendatória às prefeituras, dando prazo de 120 dias para a anulação de contratos irregulares e realização de concurso público "de acordo com a conveniência da administração".
A OGPTB se adiantou aos prefeitos e vai discutir o assunto durante o I Encontro Regional de Educação Indígena – a Escola Ticuna, que começa hoje na aldeia Filadélfia, em Benjamin Constant. "Vamos propor que a prova a ser aplicada aos professores Ticuna seja específica, levando em consideração a língua, a cultura e a história dos Ticuna", disse Jussara Gomes, da OGPTB. Os índios temem que os professores Ticuna sejam substituídos por professores brancos. "Isso seria extremamente danoso do ponto de vista cultural. É preciso lutar pelo direito constitucional de ter escolas especiais que garantam formação diferenciada", argumentou Jussara. Cerca de 85% dos professores Ticuna têm vínculo empregatício com as prefeituras e apenas 15% são funcionários da Funai. *(A Crítica, 04/03/97)*

MEC APÓIA PROPOSTA

"Quero cumprimentar a OGPTB pela preocupação com a qualidade da educação indígena. Espero que esse processo de formação possa continuar e que professores tenham condições de exercer este importante magistério", escreveu Ruth Cardoso, esposa do presidente FHC, ao saudar o I Encontro Regional de Educação Indígena. A ocasião deve opor índios e prefeitos dos municípios em torno da questão da contratação de professores concursados. Com orientação de manter os professores Ticuna à frente de suas turmas, o MEC enviou ao encontro o coordenador de Educação Indígena, Caio Valério Oliveira. Sua missão é derrubar o argumento dos prefeitos de que a saída para a contratação dos indígenas é a realização de um concurso tradicional, como fazem os que pleiteiam uma vaga no magistério local.
"Fazer um concurso nos padrões tradicionais para os índios é o mesmo que excluí-los", disse Oliveira. Só para se ter uma idéia do que isso representaria, dos 31 mil habitantes de Tabatinga, dez mil são Ticuna. Lembra que todos têm um curso fornecido pela OGPTB, com apoio do MEC e outras instituições, que os habilita para o ensino de primeiro grau. Com a presença da Funai, de líderes Ticuna e dos secretários de Educação municipais, ficou acertado que será estudado um concurso diferenciado para os índios. *(O Dia-RJ, 18/03/97)*

INTERCÂMBIO NIPO-AMAZÔNICO

O artista plástico japonês Naoaki Sakamoto, especialista em papel artesanal, viajou meio mundo para ensinar os índios Ticuna a importância da conservação dos costumes artesanais. Durante oito dias, Sakamoto dormiu em rede, tomou banho de rio, comeu peixe assado e conduziu uma oficina, apresentando aos índios uma tradição oriental milenar na fabricação de papel, o *washi*. Os Ticuna extraem do tururi – árvore comum da região amazônica – papel artesanal usado na confecção de máscaras ornamentos e vestimentas típicas das festividades. A entrecasca da árvore, que leva em média sete anos para crescer, fornece uma película fina com a qual os Ticuna fabricam um papel resistente e utilitário. Para fazer os adereços, os Ticuna pintam o papel com pigmentos vegetais. Sakamoto veio mostrar aos índios que a mesma técnica de produção pode ser realizada com árvores mais novas e de diferentes espécies: "Isso diminuiria o tempo de produção do papel e preservaria a mata", completa o artista. Sakamoto, que conhece e estuda outras relações de culturas primitivas com a natureza, considera a experiência amazônica única: "Não encontraria nada tão autêntico", revela. O papel dos Ticuna é também uma forma de expressão artística própria, que corre o risco de ser esquecida pelos próprios índios. O encontro, organizado e orientado pelo Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões, em Benjamim Constant, e pela arquiteta brasileira Mayumi Ito, constatou a dissolução do costume no dia-a-dia das aldeias

Ticuna. Segunda a arquiteta, o tururí é usado hoje exclusivamente nas festas. Algo semelhante aconteceu no Japão com o *washi*, o papel japonês, que se tornou uma tradição quase extinta. *(CB, 02/07/97)*

MOSTRA EXPÕE PEÇAS ARTESANAIS

A Mostra Arte Indígena Ticuna expôs na Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), máscaras rituais, esculturas em madeira muipiranga, redes de tucum, colares de tucumã e pinturas em tecido de casca de árvore com tintas naturais. Através dessas peças de cultura material, pode-se conhecer a história do povo Ticuna, uma das maiores populações indígenas do Brasil, que reúne hoje 26 mil índios. Uma das peças mais importantes da mostra é o *Livro das Árvores*, que se compõe de desenhos, e é utilizado nas escolas indígenas como método de alfabetização dos Ticuna. *(O Globo e JB, 08 e 12/11/97)*

O "LIVRO DAS ÁRVORES"

Por dez anos mais de 200 Ticuna usaram guache e canetas coloridas para retratar a floresta amazônica. O resultado está em "O Livro das Árvores", que além dos desenhos, também traz textos sobre as relações dos índios com a mata. O trabalho é resultado de uma longa convivência com a floresta amazônica, e seus autores: 230 índios Ticuna que habitam a região do Alto Solimões. Juntos, integram a Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngües. A entidade, que bancou a edição do livro, sobrevive principalmente de recursos oriundos do MEC e do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), um dos braços da ONU. A orientação do projeto foi da professora Jussara Gruber.

A publicação contêm também uma intenção política de manter os madereiros longe da Amazônia. Fora os motivos de ordem material – é da selva que os índios tiram a base de sua subsistência, há também argumentos de natureza simbólica. Toda a lógica social e religiosa dos Ticuna se apoia em mitos que vêm da floresta. Ao esmiuçá-los, o livro desnuda um universo fascinante. *(FSP, 29/12/97)*

CRIANÇAS DE VIENA

A professora Franziska Cesal organiza uma rede de correspondências entre crianças austríacas, estudantes do primeiro ano de uma escola básica de Viena, e os índios Ticuna. O objetivo da correspondência é a doação de material didático e levantar recursos para essa população indígena. O projeto foi organizado pela Rainforest Foundation, que ajuda a proteger as florestas e seus povos, e inclui troca de fotografias, uma exposição, venda de livros sobre índios brasileiros e a apresentação de um ritual com músicas religiosas dos índios. *(Jornal de Brasília, 25/06/98)*

ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS

COMUNICADO AOS ANTROPÓLOGOS

"Prezados Senhores,

Nós, caciques, professores, agentes de saúde, lideranças religiosas Ticuna, vereadores Ticuna e povo em geral, reunidos na 1ª Assembléia Geral da Federação das Organizaçoes e dos Caciques e Comunidades Indígenas da Tribo Ticuna (FOCCITT), na Comunidade Indígena Ticuna Novo Paraíso, mun. de São Paulo de Olivença, nos dias 22, 23, 24 e 25 de junho de 1998, decidimos que:

Todos os antropólogos que faziam pesquisas sobre conhecimentos milenares e tradicionais nas comunidades indígenas Ticuna do Alto Solimões Amazonas, ficam expressamente proibidos pelos caciques e lideranças das comunidades presentes nesta assembléia os seus livre acessos e de continuarem suas pesquisas, uma vez que as comunidades Ticuna nunca tiveram retornos positivos dos materiais produzidos. Ficam também proibidos de promoverem eventos culturais com assuntos específicos da Cultura Milenar Ticuna sem a prévia autorização e participação de representantes designados pela FOCCITT;

Sem mais o que deliberarmos e decidirmos para o presente momento nesta área, subscrevemo-nos em abaixo assinado". *(Comunidade Indígena Ticuna Novo Paraíso, da FOCCITT, 25/06/98)*

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES

"Foi fundado no dia 19 de fevereiro de1998, que primeira vez as mulheres índias Ticuna organizou para melhorar a nossa razão e a nossa realidade no futuro.

Quando CGTT, fazer reunião nós mulheres também reuniram com mulheres, na mesma aldeia com vários comunidades, principalmente com mulheres dos cacique ou escolhido pelos mulheres da comunidades.

Nós mulheres organizamos não só os homem que pricipalmente o cacique que luta para nosso direito como a demarcação da terra, educação e saúde, nós também tem capacidade de lutar como os homens, nossa luta é valorizar a nossa cultura e a língua materna. Hoje nós tem 180 mulheres ligado com Amit, que acreditando que na verdade nós vamos valorizar e defender os direitos das mulheres, preservar a natureza reproduzir a matéria-prima para que assim conseguir preservar nossa áreas.

Durante a reunião que aconteceu no dia 8 de Março de 1999, no dia Internacional da Mulher, decidimos que nosso trabalho é para fazer plantio de tucum e urucúm. O tucum serve para elaboração da artesanato, e urucúm para obter o cororau comecializar o mercado regional tudo essa trabalho nós já fizemos nós já plantamos. Agora nós vamos plantar para fazer viveiro para criação de peixe, tudo essa nosso trabalho e administrado por coordenadora da Amit Carmem Tamaia e Hilda Pinto Felix vice-coordenadora. Nosso entidade não tem ainda estatuto já tenho rascunho, nós estamos esperando reunião Geral da CGTT, prá nós reunimos junto também com mulheres porque nós não temos finaceira própria para fazer nosso reunião. Queremos apoio do outro entidade como agência finaciadora." *(Jornal Magüta, CGTT, 1999)*

ASSEMBLÉIA GERAL DO CGTT

"A Assembléia da CGTT, realizada nos dias 14 as 16 de outubro de 1999, na aldeia Nova Esperança no município de São Paulo de Olivença, onde estavam presente 68 capitães, 47 membros da AMIT, 48 Agente de Saúde e 12 professores, discussão da reunião demarcação da terra, invasão da área, saúde e educação. Os capitães discutiram, que maneira a comunidade indígena pode alcançar alternativa econômica, já que nunca tiveram apoio da prefeitura e do governo do estado.

A área Eware II, que invadido pesqueiro são finaciados por empresas colombianas. Os Cocama, que estão na área dos Ticuna, eles que convida os colombianos para morar na dentro da comunidade da Cocama e tirar peixe.

Todos pescadores são financiado por ele incluiria o equipamento de pesca, arrastão, combústivel e até motores como resultado da pesca predatório os indígenas sentem que a alimentação está ameaçada, causa do Cocama por isso que eles contestaram nossa área Eware I que esta preso na justiça desde dia 10 de julho de 1996, pelo Decreto 1775/96. Todo esse colombiano que esta comunidade Cocama fugido na Colômbia devem ser mafioso, principalmente que mora na comunidade Bananal, no município de Tabatinga. Eles mandam pescadores para invadir os lagos dos Ticuna.

Area de Santo Antonio, demarcada e homologada e registrado no cartório da cidade, onde localizam 03 aldeia Porto Cordeirinho e Filadélfia e Bom Caminho sempre esta invadida pela Policia Militar da cidade. A organização FOCCITT autoriza a entrada da policia para os Ticuna fi-

car preso quando acontece qualquer problema interno na comunidade. Nós estamos sabendo onde Terra demarcada não é permitido a entrada do qualquer policia para prender os índios." *(Jornal Magüta, CGTT, out/99)*

SAÚDE

SUSPEITA DE CÓLERA PÕE ALDEIA EM ALERTA

Um provável caso de cólera na aldeia Belém do Solimões, coloca os três mil moradores do local em situação de apreensão. Segundo o presidente do Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT), Nino Fernandes, trata-se de um adulto Ticuna doente: "Não temos informações sobre a idade dele. Sabemos que começou a passar muito mal na madrugada de ontem". O presidente de Conselho disse que estão em alerta porque a aldeia já foi atingida por uma epidemia em 1995, com várias mortes. O cólera é uma doença infecciosa contagiosa, que pode manifestar-se sob a forma epidêmica. "A proliferação fica mais fácil com o hábito dos índios de viverem em comunidades e pela proximidade com o rio". Nino informou que o índio atingido pela doença está recebendo cuidados na aldeia, e disse que espera medicamentos da Fundação Nacional de Saúde. O coordenador da FNS em Manaus disse não haver confirmação da doença, mas ainda assim o posto vai enviar os medicamentos para suprir toda a aldeia. *(A Crítica, 29/08/98)*

CACIQUES VÃO RECEBER TREINAMENTO DE SAÚDE

Cento e quatro caciques Tikuna da região do Alto Solimões estarão participando de um treinamento sobre políticas para a saúde durante setembro, no município de Benjamin Constant. O trabalho vai ser realizado por equipes da Universidade do Amazonas e pela Equipe de Saúde Indígena (Esai) da FNS.

O objetivo do programa é tornar os caciques agentes de saúde capacitados para o controle social das doenças. Os agentes de saúde serão capacitados para lidar com doenças como a malária, infecções pulmonares, diarréias. Será também realizada uma Assembléia dos Agentes Indígenas de Saúde. Os técnicos da Esai se juntarão à equipe que se deslocou para o Alto Solimões para realizar exames nas localidades de Belém do Solimões e Feijoal, para a identificação de casos de cólera e diarréia. *(A Crítica, 08/09/98)*

DOENÇAS INTESTINAIS MATAM NOVE

Uma epidemia de diarréia se abateu sobre comunidades ticuna do alto Solimões, no extremo oeste do Amazonas, matando entre setembro e o dia 22 de outubro nove indivíduos. A informação, obtida pelo jornal *A Crítica*, de Manaus (AM), afirma que um hospital militar de Tabatinga registrou este ano 2,6 mil casos de pessoas afetadas por diarréia aguda, ocasionada pela ação de uma bactéria intestinal chamada *Escherichia coli*. Crianças com até cinco anos de idade são as maiores vítimas.

De acordo com médicos citados pela reportagem, o contágio pela enterobactéria é provocado através do consumo de água contaminada pelas fezes de doentes. Análises feitas na água consumida pela população indígena da região de São Belém do Solimões atestaram que os igarapés estão contaminados. A reportagem afirma que a assistência prestada pela Fundação Nacional de Saúde (FNS) e pela Funai é deficiente.

Os dois órgãos apontam a dificuldade de locomoção como razão para a falta de controle sobre a epidemia. A Funai, especialmente, afirma não ter recursos materiais e financeiros para custear a ida de equipes até as áreas onde estão os doentes. "Os cortes (no orçamento) se acumulam há muito tempo. Desde agosto deste ano estamos sem um centavo", queixou-se o administrador em Tabatinga, Walmir Torres, ao jornal.

A redução no orçamento da Funai foi determinada no início de setembro, quando o governo federal anunciou as primeiras medidas para ajustar o déficit público e enfrentar a crise financeira internacional. A FNS afirma que os antibióticos até agora aplicados nos doentes não têm surtido efeito. Segundo a coordenadora Marília Rocha, citada pela reportagem, os medicamentos adequados – antibióticos da chamada terceira geração – não são usados pela Fundação. Como trata-se de remédio injetável, a FNS alega que seria necessário manter enfermagens na região. "Não temos condições", afirmou ao jornal. Enquanto isso, a própria FNS registrou, nas últimas 52 semanas, 171 casos de pessoas atingidas por diarréias, 111 dos quais crianças com até cinco anos de idade, entre os Ticuna do alto Solimões. *(Últimas Notícias/ISA, 23/10/98)*

ÁGUA CHEGA APÓS QUATRO ANOS

Depois de quatro anos de espera, finalmente a FNS iniciou a ligação de dois mil metros de rede de abastecimento com água de poço os 2,8 mil moradores da Comunidade de Belém do Solimões, que consumiam as águas sujas do rio Solimões, sem nenhum tipo de tratamento. O administrador regional da FNS visitou algumas comunidades indígenas do Alto Solimões e anunciou a interligação da rede para 250 ligações domiciliares e 20 torneiras públicas em Belém do Solimões, e a compra de geradores para fazer funcionar o poço da comunidade de Vendaval. As duas comunidades foram as mais atingidas pelo surto de diarréia, com nove mortes. "Nas demais, não há condições de se cavar o poço, estamos aplicando o tratamento da água de superfície", disse o administrador. O projeto contou com a participação da Prefeitura de Tabatinga. *(A Crítica, 27/10/98)*

NOVA ORGANIZAÇÃO É CRIADA

"Em dezembro de 1998, na reunião do CGTT, na aldeia de Belém do Solimões/AM, os 42 monitores de saúde antigo, desistiram da Organização de Saúde do Povo Ticuna do Alto Solimões – OSPTAS, causa do autoritaria que é responsavel da organização, e os agentes de saúde ficam abandonados, mais a organização na aldeia não tem assembléia.

Na comunidade tendo muita doença como malária e colerá, parece o agente de saúde não tem responsavel, para caminha documento para FUNAI e FNS, para conseguir os remédio, realmente esta abandoanado. Causa disso os antigo agente de saúde criaram uma nova organização, que é Organização da Agente Saúde do Povo Ticuna – OASPT." *(Jornal Magüta, CGTT, 1999)*

CÓLERA

"O Conselho Geral da Tribo Ticuna – CGTT denuncia a morte de um índio Ticuna - Nelson Zaguri, mas conhecido como Arigó, com idade aproximada de 50 anos, ocorrida na madrugada do dia 09 de abril, na aldeia Ticuna de Cajari I, área indígena Évare I, município de Tabatinga. Segundo o Agente de Saúde Alfredo Ticuna, o doente tinha cólera, vindo a falecer por falta de remédio no posto e pela falta de combustível e barco para. Foi pedido socorro, mas quando a Funai chegou já era tarde. Este agente de Saúde foi formado pelos Médicos Sem Fronteiras em 1991, ocasião em que o cólera só não se alastrou graças ao trabalho dos agentes de saúde do povo Ticuna.

Pela sua experiência do agente de saúde com a doença, o CGTT alerta as autoridade para que tomem providências imediatas, pois como se sabe um caso de cólera nunca vem só, pede também que as autoridades sanitárias levem a sério essa suspeita (porque se ela existe é porque não há material disponível para colcta de material). Quando alguém morre de cólera no Sul do Brasil, como está acontecendo no Paraná, o caso vira notícia nacional e as providências são tomada imediatamente. Em 95 morreram vitimados

pelo cólera mais de 07 ticunas em Belém do Solimões, nesta aldeia moram mais de 3.000 m índio e é considerada uma área de cólera. A FNS fez um projeto para tratamento de água que estaria pronto para o final daquele ano e até o momento não apareceu uma gota d'água tratada e o dinheiro sumiu. O CGTT cobra das autoridades sanitárias um trabalho sério e não os desvios do dinheiro da saúde como está ocorrendo com a FNS." *(Jornal Magüta, CGTT, 1999)*

ASSEMBLÉIA DISCUTE FALTA DE ASSISTÊNCIA

"No mês de dezembro de 1998 o Conselho Geral da Tribo Ticuna – CGTT, fez Assembléia Geral da CGTT na aldeia Belém do Solimões no município de Tabatinga, onde discutiam vários problema do índio Ticuna como: Demarcação da Terra, Saúde e Educação. Nessa reunião esta a presente 42 agente de Saúde na aldeias que está tendo muita doença na aldeia como málaria, cólera e outra doença.
Que organização OSPTAS não dá de conta de tudos Agente de Saúde indígenas Ticuna, que estão esquecido na sua comunidade, falta contato do próprio coordenador da OSPTAS. No mês de outubro e novembro de 1998 vai ser primeiro curso com Agente de Saúde com FNS e OASPT no Universidade do Amazonas em Benjamin Constant, AM.
No mês de abril de 1999, esta aconteceu vários casos de doença grave na comunidade Ticuna como o cólera e málaria falciparum outra doença, como na comunidade de Vendaval no município de São Paulo de Olivença, que aconteceu 4 pessoas morreram com (málaria falciparum). Tudo por falta de assistência.
Como esta acontecendo tem algum comunidades Ticuna que durante 3 anos nunca foram vacinada, por essa motivo que nós da Agente de Saúde criamos outro Organização de Saúde junto nosso organização maior CGTT. Nós temos 106 aldeias com total de 32.457 habitante, nem essa metade desta população nunca foram atendido nunca tiveram Assembléia de Saúde." *(Jornal Magüta, CGTT, 1999)*

TICUNA/TI EVARÉ I

KOKAMA CONTESTAM TI

Índios Kokama contestaram a demarcação da TI Évare I, dos Ticuna. É a terceira contestação de terras indígenas encaminhada à Funai desde que o decreto 1.775 foi instituído, em 8 de janeiro, pelo ministro da Justiça, Nelson Jobim. Para o presidente da Funai, Márcio Santilli, a contestação dos Kokama envolve "uma polêmica antropológica", pois eles não se identificavam como índios e hoje são caboclos que vivem com moradores ribeirinhos do rio Solimões.
O secretário-executivo do Cimi, Roberto Liegott, diz que há 30 anos os Kokama voltaram a se definir como índios, depois de terem perdido a identidade em contato com os seringueiros da região. A agente pastoral Socorro Cardoso, da Prelazia do Alto Solimões, confirmou que os Kokama vivem com ribeirinhos no povoado de Sapotal, a 50 km de Tabatinga, na fronteira com a Colômbia. *(FSP, 20/02/96)*

COMUNIDADE QUER ÁREA EXCLUSIVA

O coordenadora da Comissão de Apoio aos Índios Cocama (Coiama), Regina Silva, afirmou que o Decreto 1.775 beneficia os grupos pouco conhecidos da Amazônia. "Com o novo decreto, vários grupos indígenas devem pedir que sejam reconhecidos porque há uma falsa idéia de que na região só existem os Yanomami e os Ticuna", declarou. A Coiama é a entidade que encaminhou contestação à Funai em relação à demarcação da TI Évare I. A entidade reivindica a criação de uma área exclusiva para os Kokama, com 4,8 mil ha, menos de 1% da área Ticuna em questão. Na contestação, o coordenador-geral da Coiama, Francisco Guerra Samias, afirma que "esse local é habitado pela comunidade indígena Kokama e não pelos índios Ticuna, como está no decreto de 5 de janeiro, que homologa a demarcação da Évare I". *(FSP, 22/02/96)*

TICUNA FICAM SURPRESOS

O secretário do CGTT, Nino Fernandes, disse em Benjamin Constant (AM) que desconhece a contestação encaminhada pela Coiama. "Não sabemos quem é essa instituição, nem sabemos o que querem os Kokama, porque não enviaram nada, nenhuma carta, a nós da CGTT". A Coiama é uma instituição recente, desconhecida dos Ticuna, da Coiab, do Cimi e das ADRs da Funai em Tabatinga e Manaus. O vice-coordenador do Cimi, Francisco Loebens, suspeita que se esteja criando uma situação de conflito na Évare I. "Parece estranho que apareça esta contestação, pois não se sabe de conflitos entre os Kocama e os Ticuna", disse. O coordenador da Coiab, Sebastião Machineri, afirmou que o Decreto 1.775 não pode ser usado como pretexto para indispôr índios contra índios. *(A Crítica, 23/02/96)*

COIAMA RESPONDE À FUNAI...

"O presidente da Funai, Márcio Santilli, disse que somos caboclos; agora gostaria que ele respondesse essas perguntas: por que a própria Funai fez questão de desconhecer os nossos costumes, tradições e cultura e chegou até a nos incentivar a passar como Ticuna para que Évare I fosse demarcada apenas para os Ticuna? Como nós somos caboclos se a própria Funai em seu relatório sobre tribos indígenas no Amazonas nos relaciona como povo indígena? Se somos caboclos, por que então a Funai nos deu registro indígena, que temos em mãos? Por que a Funai só se preocupa em demarcar terra dos Ticuna quando existem várias outras tribos no Alto Solimões?
O presidente da Funai não sabe de nada nem conhece os problemas indígenas do Brasil. Se ele quer realmente saber se somos índios ou caboclos, que venha à nossa aldeia em Sapotal e lhe mostraremos. Sabemos muito bem que os culpados disso tudo não são os Ticuna, mas é a Funai. Se não tivermos resposta sou capaz de juntar todos os Kocama existentes no Alto Solimões e trazer aqui na Funai em Manaus para morar na própria Funai e com recursos financeiros da própria Funai, e aí, sr. Márcio Santilli, provaremos se somos índios ou caboclos." *(Francisco Guerra Samias, cacique Kocama, coordenador-geral da Coiama, FSP, 23/02/96)*

... E DESCARTA CONFLITO COM OS TICUNA

A Coiama enviou duas cartas ao jornal *A Crítica* descartando a ocorrência de conflitos com os índios Ticuna por causa de terras. As cartas informam que a criação da entidade, feita depois de assembléia-geral realizada em 21 de maio de 1995, foi comunicada à Funai e tem como objetivo preservar a língua, costumes, tradições e cultura deste povo. De acordo com a Coiama, os Kocama habitam a região de Sapotal há mais de um século e o decreto 1.775 é para eles o único instrumento legal para contestar o equívoco da Funai – no caso, a demarcação da TI Évare I com a área reclamada pelos Kocama dentro. Assinadas pelo coordenador da entidade, Francisco Samias, e pela vice-coordenadora, Regina Silva, as cartas afirmam que estranham as declarações da Funai e de outras entidades que alegam desconhecer a Coiama. *(A Crítica, 01/03/96)*

MINISTRO ACATA PEDIDO

O ministro da Justiça, Nelson Jobim, assinou em 25 de março de 1997 o Despacho nº 14, que trata da contestação apresentanda pelos Kokama à demarcação da TI Évare I. Segundo o despacho, uma demarcação exclusiva para os Kokama poderá ser feita "desde que as áreas separadamente destinadas aos índios Kokama e aos índios Ticuna não excedam a área que já lhes foi reconhecida, em conjunto, pela Portaria Declaratória do ministro da Justiça nº 00526, de 11 de outubro de 1991, publicada no DOU de 14 de outubro do mesmo ano". *(DOU, 26/03/97)*

5. JAVARI

RICARDO BELIEL – 1996

Koruba

Terras Indígenas
Instituto Socioambiental - Dezembro de 2000

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
187	Lameirão	Mayoruna (Matses)	0	Em Identificação/ Revisão. Identificada pelo GT do Javari Port. 1.848/ 28/03/85. Port. Funai 174 de 10/03/95 p/ identificar e delimitar a área (DOU, 03/03/95).	48.500 E de	Atalaia do Norte	AM	Na fronteira. Boa parte dos Matses que viviam nesta área, transferiram-se para a TI Vale do Javari
333	Vale do Javari	Matses (Mayoruna) Marubo Matis Korubo Kanamari Kulina Pano Maya Tsohom Djapa Isol. do Jandiatuba Isol. do Alto Jutaí Isol do São José Isol do Quixito	3.961 Civaja: 00	Delimitada Em Demarcação. Port. do ministro da Justiça 818 de 11/12/98 declara de posse permanente (DOU, 14/12/98). Extrato de contrato 35/99 entre Funai e Setag, vigência 22/12/99 a 21/12/00. Valor R$ 1.179.810,00 (DOU, 24/12/99).	8.519.800	Jutaí Benjamin Constant S. Paulo de Olivença Atalaia do Norte	AM AM AM AM	Na fronteira. Requerimento e alvará de pesquisa mineral. Isolados. Rodovia planejada BR-307
1365	Vale do Javari Gleba Itaquaí	Isolados	0	Com Restrição de Uso. Port. do pres. da Funai 954 de 11/10/99 estabeleca restrição de uso pelo prazo de um ano (DOU, 14/10/99).	7.200	Benjamim Constant	AM	Gleba que ficou fora da delimitação da TI Vale do Javari. índios isolados.

A Demarcação Finalmente Chega ao Vale do Javari

Sílvio Cavuscens

Sociólogo e indigenista, assessor dos povos do Vale do Javari desde 1984. Contribuíram Clovis Rufino Reis, Jorge Marubo e André Mayoruna, coordenadores do Civaja (Conselho Indígena do Vale do Javari)

A TI VALE DO JAVARI, RECONHECIDA EM 1998, COMEÇOU A SER DEMARCADA EM 2000. A REGIÃO É CENÁRIO COMPLETO DE UMA FRONTEIRA REMOTA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA: ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS E NÃO-GOVERNAMENTAIS, FUNAI, IBAMA, POLÍCIA FEDERAL, FRENTE DE CONTATO COM ÍNDIOS ISOLADOS, MADEIREIROS, PESCADORES, CAÇADORES E NARCOTRAFICANTES

Banhados pelas águas do rio Javari, na fronteira do Brasil com o Peru, os municípios de Benjamin Constant e Atalaia do Norte são palco do extrativismo que marcou a relação com o floresta amazônica desde os primórdios da colonização. Por lá, a convivência entre índios e não-índios continua sendo uma luta pela conquista e garantia de espaços socioculturais e econômicos específicos.

O Vale do Javari é habitado pelos povos Marubo, Matsés, Matís, Kanamari, Kulina, além de pelo menos sete grupos indígenas isolados do contato com a população regional (ver *box*). Os índios da região vêm sofrendo todo tipo de interferência no seu modo de vida e cultura, além de terem sido caçados e massacrados. Um exemplo é a chacina comprovada de três índios Korubo isolados em novembro de 1989, caso ainda impune.

A inércia do *status quo* começou a ser sacudida na primeira metade da década passada por um conjunto de fatores diretamente relacionados à demarcação da Terra Indígena (TI) do Vale do Javari.

PROCESSO DE DEMARCAÇÃO

O processo em torno da demarcação da TI Vale do Javari vem se estendendo há vários anos, sendo objeto de uma Portaria de Interdição da Funai Nº 1749/85 e de levantamentos antropológicos realizados em 1980, 1985, 1995/96, que apontam para a demarcação de uma área contínua, abarcando o conjunto da população indígena dessa região. A lentidão do processo de demarcação motivou, em 1985, uma campanha nacional e internacional, lançada por organizações não-governamentais no intuito de sensibilizar as autoridades competentes.

O último trabalho de campo para a reidentificação e delimitação dessa TI, incluindo os levantamentos antropológico (referente à população indígena) e fundiário (sobre a população ribeirinha), foi coordenado pela antropólogo Walter Coutinho, da Funai, no decorrer do ano de 1995.

O processo de demarcação do Vale do Javari ficou, então, paralisado, em função da injustificada demora na entrega do relatório final, que só foi recebido pela Comissão Técnica do Projeto de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL) em junho de 1998. Tal demora dificultou ainda mais a situação tensa na região em virtude da apreensão de madeira pelo Ibama em 1996, sobre a qual falaremos a seguir.

Com a proposta técnica pronta, o então presidente da Funai, Sulivan Sivestre, assinou a portaria, dando início ao processo administrativo e legal da demarcação no dia 22 de maio de 1998. A publicação do resumo da proposta no Diário Oficial da União (29/05/1998) e no Diário Oficial do Amazonas (08/06/1998) deu início à fase contestatória (conforme o art. 2°, § 7° do Decreto n° 1.775/96), durante a qual apenas quatro contestações foram apresentadas. Dessa forma, em dezembro de 1998, a portaria de delimitação (Portaria Declaratória) foi assinada pelo ministro da Justiça, iniciando uma nova fase deste longo processo demarcatório.

O PPTAL aprovou, ainda, um Projeto de Preparação do Acompanhamento e Consolidação da Demarcação Física da Terra Indígena Javari, viabilizando a melhoria de estrutura para o Conselho Indígena do Vale do Javari (Civaja), a mobilização das comunidades em torno da demarcação e a divulgação de todo esse processo. Os recursos para a demarcação física no campo foram liberados pelo PPTAL em 1999.

Tumi Matis, conselheiro do Civaja, em viagem de articulação.

SILVIO CAVUSCENS - 1998

A MADEIRA E A CONJUNTURA REGIONAL

Em maio de 1996, o Ibama, com o apoio das Forças Armadas e da Polícia Federal, iniciou uma grande operação para apreensão da madeira extraída ilegalmente da área indígena. Bloqueando os pontos de escoamento da madeira na foz dos principais rios da região, a operação apreendeu, em 60 dias, 21 mil m³ do produto, que seriam exportados para os Estados Unidos, Europa e sudeste da Ásia.

Os empresários da madeira reagiram, contestando na Justiça Federal o ato do superintendente regional do Ibama que determinou a apreensão. Em 17 de junho de 1996, a Associação dos Madeireiros do Alto Solimões entrou com uma ação de Mandado de Segurança Coletivo, na qual a atividade madeireira foi apresentada como solução para erradicar a pobreza e a marginalização, além de contribuir para a redução das desigualdades social. Na ação, alegou-se, ainda, que a madeira apreendida teria sido retirada de terras particulares e não, indígenas (Processo nº 96.0002342-5).

O juiz que analisou a ação considerou que os impetrantes exploravam madeira em desacordo com as leis pertinente (art. 19 do Código Florestal e Decreto nº 1.282/940), que eles haviam tentado burlar a fiscalização, camuflando a madeira, e que grande parte do produto apreendido fôra furtado de terras indígenas. O parecer emitido pela Justiça Federal negou, portanto, o pedido de Mandado. Entretanto, por falta de recursos humanos e mesmo financeiros para vigilância das balsas com a madeira apreendida, a Justiça nomeou os próprios madeireiros como seus fieis depositários. Como já era de se esperar, o produto desapareceu rapidamente. Após beneficiamento nas serrarias do Vale do Javari, a madeira foi comercializada nas principais cidades da região e também no Peru.

O corte de madeira na região não cessou após esse evento. A madeira continua sendo extraída, principalmente na região do rio Jaquirana. O que acabou acontecendo foi a intensificação do contrabando de madeira para o Peru (cidade de Iquitos), através do reboque em barcos com bandeira peruana, que não são objeto de qualquer fiscalização.

Na conjuntura dessa região de fronteira internacional, um outro fato importante vindo do Peru deve ser assinalado. As melhores terras firmes da margem esquerda do baixo e médio curso do Javari estão justamente no Peru. Em várias comunidades lá situadas, a partir de 1996, colonos peruanos vêm sendo assentados. O assentamento envolve mais de cinco mil pessoas, todas da seita religiosa "Israelita", que preconiza melhores condições de vida para os favelados das cidades peruanas, através da estruturação de comunidades que tenham na agricultura a sua principal fonte de subsistência. Tal seita incorpora, ainda, objetivos políticos. Busca promover mudanças sociais radicais no Peru, tendo, inclusive, já assumido a direção de algumas prefeituras da Amazônia peruana. A produção agrícola dessas comunidades é significativa, provocando mudanças na dinâmica comercial das cidades brasileiras da região e, em algumas ocasiões, a baixa do preço dos produtos agrícolas.

ORGANIZAÇÃO INDÍGENA

A luta pela demarcação da área contínua foi o mais forte motor da formação do Civaja. Fundado em 1991 - e oficialmente legalizado em 1994 -, o Civaja tem por objetivo articular os povos e comunidades indígenas na defesa de seus direitos, seja no que se refere à terra, seja em busca de melhorias na situação da educação e saúde, bem como de novas alternativas econômicas.

Mesmo impulsionado por jovens lideranças, principalmente do povo Marubo, o trabalho do Civaja é acompanhado pelas lideranças tradicionais, que participam, conversam e discutem os problemas nas assembléias. Entre tais líderes, João Tuxauá, maior liderança Marubo, que nunca deixou de acreditar nesse movi-

mento, procurando estimular, proteger e orientar a coordenação do Civaja. João veio a falecer em 1998, sendo sua morte longamente chorada por ter sido o tuxaua que possibilitou a própria sobrevivência dos Marubo quando, décadas atrás, este povo foi atingido por epidemias que mataram muitos de seus integrantes.

Ao longo dos anos, o Civaja consegui estruturar-se. Possui uma sede na cidade de Atalaia do Norte, 13 voadeiras com motores de popa, um motor de centro, um flutuante e uma rede de radiofonia que atinge todas aldeias do Javari.

O processo organizacional do Civaja vem sendo apoiado pela entidade suíça Terra dos Homens. Um dos aspectos mais interessantes do programa de fortalecimento institucional do Civaja refere-se à orientação para que a problemática do Javari seja abordada de forma global. Em maio de 1997, por exemplo, o Civaja e a Pastoral Indigenista da Diocese do Alto Solimões firmaram parceria para desenvolver um projeto integrado junto às populações indígenas e ribeirinhas do Vale do Javari. O objetivo é realizar um processo progressivo de capacitação de recursos humanos, definindo ações nos setores da saúde, educação e alternativas econômicas. As soluções procuradas visam atender às necessidades específicas de cada grupo social, o que, no caso dos povos indígenas, ainda inclui a integridade étnica e territorial.

A FUNAI NO JAVARI

Mudanças constantes de administrador na Funai local e influências políticas municipais e estaduais na condução do órgão têm motivado insatisfação por parte dos índios, que invadiram sua sede em junho de 1995 e em outubro de 1997. Nessa última ocasião, houve nova mudança de administrador. Indicado pelas lideranças indígenas, chegou ao cargo o sr. Gilmar Jóias de Figueiredo Costa Pinto, que melhorou nitidamente a qualidade da presença da Funai na área, ainda que sua atuação venha sendo dificultada por falta de recursos financeiros e, principalmente, pela indefinição quanto ao seu atual papel na relação com os índios, reflexo da grave problemática estrutural por que passa o órgão indigenista. Assim sendo, a equipe da Funai local é composta de 17 funcionários, que são obrigados a passar a maior parte do seu tempo na cidade de Atalaia do Norte, sem condições de deslocamento e permanência em área.

A divisão das responsabilidades da saúde integral ao índio entre a Funai, encarregada da parte curativa, e a Funasa, responsável pela prevenção, fez com que, nos últimos anos, a assistência de saúde fosse realizada de modo pontual, atendendo situações emergenciais. As campanhas de vacinação são representativas desse período. Realizadas de helicóptero, atendem a uma parcela reduzida da população. Às vezes, passam-se meses entre uma campanha e outra.

SAÚDE

Na área da saúde, é inegável a importância da presença de organizações não-governamentais no Vale do Javari. Além do próprio Civaja e da Pastoral Indigenista da Diocese do Alto Solimões, já aludidos, deve-se destacar a contribuição da Médicos Sem Fronteira (MSF).

A MSF atua diretamente no Javari desde 1994, em resposta a uma solicitação oficial do Civaja para que realizasse a assistência básica às comunidades, tratando das principais doenças (IRA, malária e DST), e cursos de formação. A MSF assumiu, ainda, a construção da Casa de Saúde Indígena de Atalaia do Norte, concluída em 1998.

Em 1996, aconteceu um surto de coqueluche nas áreas do Ituí e Curuçá, ocasionando dois óbitos em crianças de menos de 1 ano. No decorrer de 1997, graves problemas de saúde atingiram a população indígena do Javari, sendo que no período de fevereiro a maio de 1997, sete pessoas (5 crianças e 2 adultos) morreram, em função, principalmente, de novo surto de coqueluche que, desta vez, atingiu todas as aldeias.

O processo de formação dos Agentes Indígenas de Saúde (AIS) foi iniciado em 1994, visando solucionar, nas próprias comunidades, os problemas de saúde, principalmente a alta taxa de incidência de malária. Entre 1996 e 1998, outros AIS foram treinados, mas com elevado grau de desistência. Em outubro de 1997, a Funasa realizou um Seminário de Agentes Indígenas de Saúde do Vale do Javari. Com a participação da Funai e das entidades que atuam na área, o objetivo foi elaborar propostas para os treinamentos dos AIS. Em 1998, cinco AIS foram integrados ao Programa de Agentes Comunitário de Saúde (PACS) da Secretaria Municipal de Saúde de Atalaia do Norte.

Em novembro de 1998, aconteceu a I Assembléia dos AIS do Javari, que contou com a presença de 28 AIS, além de representantes das entidades e da Funasa. A ocasião foi importante para uma definição mais clara do trabalho de saúde na região, principalmente no tocante à prevenção e ao papel dos AIS. Também nessa ocasião, foi criado o Setor de Saúde do Civaja, com o papel de preparar-se para assumir o trabalho da MSF, dada a perspectiva da saída da entidade da região.

Em agosto de 1999, no bojo do processo de reestruturação do atendimento à saúde indígena no Brasil, o Civaja resolveu firmar convênio com a Funasa para implantar e gerir o Distrito Sanitário Especial Indígena do Javari. A equipe do Distrito é composta por dois médicos, dois enfermeiros, 18 auxiliares de enfermagem e 48 agentes indígenas de saúde, além das equipes administrativa e de logística.

Essa nova forma de relação com o governo federal representa um desafio evidente para as lideranças indígenas, a quem cabe, agora, executar as ações, desenvolvendo sua capacidade gerencial e administrativa sem, contudo, perder sua autonomia política, isto é, mantendo-se organizadas em torno da realização daquelas suas prioridades que extrapolam o setor da saúde.

A POPULAÇÃO DA TI VALE DO JAVARI

O último levantamento populacional no Javari foi realizado entre o final de 1999 e o começo de 2000 pela equipe de saúde contratada pelo Civaja, no contexto do Distrito Sanitário Especial Indígena do Javari. O levantamento cobriu todas as aldeias dos povos contatados, somando uma população de 2.711 pessoas. Acrescentando-se a esse número as melhores estimativas conhecidas em relação aos índios "isolados", a população do Javari totalizaria 3.961 pessoas.

Etnia	1980	1985	1995/96	1999/2000
Kanamari	433	473	576	548
Marubo	460	594	795	1.043
Matsés	255	367	494	829
Matís	138	109	176	239
Kulina Pano	25	10	20	
Kulina (Arawa)	25	38		52 (1)
Sub-total (contatados)	**1336**	**1591**	**2061**	**2711**
"Isolados" Korubo	(200)	300	250	250 (2)
"Isolados" do Alto Jutaí	(?)	200	150	150 (2)
"Isolados" do Jandiatuba	(?)	300	300	300 (2)
"Isolados" Maya	(150)	200	150	150 (2)
"Isolados" Tsobon-djapa	(32)	100	100	100 (2)
"Isolados" Marubo	–	–	–	(100) (3)
"Isolados" Matsés	–	–	–	(200) (3)
Total (estimativa)		**2.373**	**3.027**	**3.961**

Notas

(1) As populações Kulina da família lingüística Pano e Arawá foram computadas conjuntamente.

(2) Estimativas em relação a grupos "isolados" que não são nem Matsés nem Marubo foram retomadas do levantamento de 1995/96

(3) Estimativas em relação aos Matsés e Marubo "isolados" foram obtidas pelo Civaja, a partir de informações levantadas em campo ao longo dos últimos anos

CRESCIMENTO POPULACIONAL

Analisando os dados referentes ao aumento populacional ao longo dos últimos anos, é possível fazer algumas constatações. Elas tomam como base os dados mais confiáveis, levantados em 1985, 1995/96 e 1999/2000, e referem-se exclusivamente aos Kanamari, Matís e aos Marubo e Matsés contatados:

- *Houve um aumento populacional de 30,34% em 10 anos (1985 a 1995). É importante notar que esse período caracterizou-se por uma situação de desassistência quase total, com a ocorrência de várias epidemias de forte impacto letal (entre elas, a de malária, em 1994, que provocou a morte de 30 pessoas).*
- *Num período de tempo de apenas 5 anos (1995 a 1999), a taxa de crescimento populacional se elevou para 32,25 %. É significativo o fato de essa taxa referir-se a um período de mudança no campo do atendimento à saúde, durante o qual ocorreram ações surgidas da articulação do Civaja com a MSF e a Pastoral Indigenista.*

MUDANÇAS

Aconteceram algumas mudanças em relação à localização das aldeias. Há vários anos, o Civaja vinha discutindo a situação dos Matsés do seringal do Lameirão, lá localizados desde 1978 e divididos em quatro comunidades distintas, todas fora da área contínua do Javari. Tal iniciativa possibilitou, finalmente, a transferência de pelo menos parte dos Matsés para a região do rio Curuçá, dentro dos limites da área delimitada, mais rica e com menos interferência da sociedade não-indígena regional. Em 1998, os Matís construíram uma nova aldeia no igarapé Aurélio, por causa das dificuldades de coleta do veneno utilizado com a zarabatana, e da escassez de caça.

Dentre as mudanças constatadas, a mais preocupante é o êxodo de famílias indígenas, principalmente Marubo, para a cidade de Atalaia do Norte. Os índios nessa cidade chegam a atingir um número superior a cem pessoas. O fenômeno deve-se aos seguintes fatores:

- *A permanência prolongada de índios que são funcionários da Funai, principalmente Marubo e Matsés, na cidade de Atalaia do Norte atrai o deslocamento de seus familiares;*
- *A sede do Civaja na cidade também provoca deslocamentos como esses, por parte, principalmente, de jovens interessados em arranjar trabalho, estudar ou simplesmente passear.*

Tal situação tem provocado preocupações das lideranças tradicionais, que discutiram longamente o assunto na última assembléia de lideranças, procurando meios de evitar a saída, principalmente dos jovens, para a cidade.

EDUCAÇÃO ESCOLAR

A situação educacional na região do Vale do Javari pouco evoluiu ao longo dos últimos anos. A Missão Novas Tribos do Brasil, presente no Alto Ituí desde 1955, pouco priorizou o processo educacional. Contudo, estendeu sua presença no Maronal (Alto Rio Curuçá) a partir de 1995, colocando ali dois professores. Além disso, a própria comunidade nomeou uma professora marubo para alfabetização na língua materna.

A partir de 1997, a Secretaria Municipal de Educação de Atalaia do Norte, através do Programa Pró-rural, contratou 13 professores não-indígenas para atuarem nas aldeias. Esse fato trouxe alguns problemas, em função da inadequação dos métodos de ensino, no que se refere ao universo cultural e ao ensino bilíngüe e intercultural, além da curta permanência dos professores na área. Alguns jovens encontram-se na 2ª série, mas a maioria está na 1ª.

O Civaja realizou, entre 1995 e 1996, uma primeira tentativa de viabilizar o ensino fundamental de jovens indígenas em Atalaia do Norte, mas a proposta fracassou, principalmente por causa das interferências causadas pela vida da cidade. Desde então, o Civaja tem priorizado a educação escolar nas aldeias.

Em outubro de 1998, o Civaja firmou um convênio com a Associação de Assessoria a Saúde e Educação do Vale do Javari (Asasevaja), para atuação, principalmente, no campo da educação. O convênio prevê a manutenção de um "Centro de Educação e Formação Indígena do Vale do Javari ", a ser construído na região do médio rio Curuça, próximo à confluência com o rio Pardo. Com uma equipe de 8 pessoas, a Asasevaja, coordenada pelo pastor Salvador, orienta-se pelos princípios da Missão Novas Tribos do Brasil. Os alunos permanecem na fase da alfabetização. Não há classificação do grau de escolaridade.

DA MADEIRA AO NARCOTRÁFICO

Cansados de esperar pelas autoridades e preocupados com a relação conflituosa com os não-índios, o Civaja e a Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) promoveram, em abril de 1998, o I Encontro de Índios e Ribeirinhos do Javari. Reuniram-se, na região do rio Itaquaí, lideranças indígenas, representantes de comunidades ribeirinhas, entidades e instituições governamentais. O objetivo era reduzir as tensões existentes entre índios e ribeirinhos, em função da proibição de estes últimos penetrarem na área indígena para realizar qualquer tipo de extrativismo dos recursos naturais, notadamente da madeira. O encontro resultou na possibilidade de uma articulação mais próxima entre o Civaja e as comunidades ribeirinhas, na busca de soluções para os seus respectivos problemas.

No primeiro semestre de 1998, o Civaja, com a assessoria do Centro de Trabalhos Amazônicos (CTA), também realizou um levantamento sócio-econômico de algumas comunidades indígenas e ribeirinhas localizadas no baixo curso dos rios Javari e Itaquaí, do qual resultou um relatório com algumas propostas em termos de alternativas econômicas, enfocando, principalmente, a criação de peixes, a construção de olarias e a fabricação de canoas. Todas as comunidades visitadas apresentaram falta de infra-estrutura e equipamentos para beneficiamento e escoamento de sua produção.

A principal preocupação é que o maior controle sobre a exploração madeireira tem forçado a população ribeirinha a procurar meios de vida nas cidades do Alto Solimões, envolvendo-se, inclusive, com o narcotráfico. Esta é uma atividade que está em nítido processo de intensificação em toda a região, como havia sido assinalado em 1996 pelo próprio presidente da Associação dos Madeireiros do Alto Solimões: "sem madeira em Benjamim Constant e Atalaia do Norte, as nossas serrarias não funcionam, restando-nos apenas fazer uma coisa para sair desta situação: o narcotráfico, pois ninguém vai morrer de fome!" *(Jornal A Crítica, 12/05/96)*.

Em julho de 1998, uma operação organizada pela Polícia Federal foi realizada para explodir uma pista de pouso clandestina localizada na região do médio Curuça. Meses depois, indígenas observaram novamente a presença disfarçada de traficantes nessa mesma região, sem que a Polícia Federal nada fizesse, alegando falta de recursos financeiros. Em 1999, um Matsés foi baleado no ombro por traficantes, por ter descoberto as suas atividades ilegais. O índio teve de ser deslocado para Manaus, onde permaneceu vários meses em tratamento.

ÍNDIOS "ISOLADOS"

O Vale do Javari se caracteriza por representar o habitat natural de vários povos indígenas ainda isolados do contato com a sociedade nacional. A insistência em querer estabelecer o contato com os índios "isolados" respaldou-se, inicialmente, na política integracionista do órgão tutor em décadas passadas. No Javari, essa política provocou grandes interferências na vida dos povos indígenas. As frentes de atração, instaladas para manter o contato com grupos "isolados", atraíram, em torno dos postos, populações indígenas já contatadas. Quando a Funai obteve êxito no contato, as conseqüências não deixaram de ser trágicas, como no caso dos Matís, contatados em 1978, que perderam praticamente dois terços de sua população nos dois primeiros anos após o contato.

As tragédias envolvidas no contato com os "isolados" do Javari devem-se, em larga medida, à incapacidade da Funai em coibir, ao longo dos últimos anos, a penetração de madeireiros, pescadores e caçadores nas terras dos povos indígenas do Vale do Javari, apesar da Portaria de Interdição da Presidência da Funai de 1985.

O CONTATO COM OS KORUBO

Entre os "isolados", o povo Korubo, habitante tradicional das terras banhadas pelos rios Ituí e Itaquaí e, mais recentemente, da região do rio Quixito, merece uma atenção particular, pela peculiaridade de sua história de resistência e da trágica luta para garantir a preservação de seu território tradicional e de sua própria vida. Toda essa história caracteriza um povo aguerrido, em constante fuga, alvo direto da ação das frentes de penetração econômica da região.

O processo desencadeado pela Funai, ao longo dos 25 últimos anos, na tentativa de contatar os Korubo favoreceu, sem dúvida, maior hostilidade da população regional em relação ao órgão indigenista e aos povos indígenas. Esse processo traz à tona uma série de dúvidas a respeito tanto da própria necessidade de estabelecer o contato quanto dos métodos empregados para este fim.

Enquanto a equipe da Funai mantém um esquema de segurança tal que integrantes da frente de atração devem permanecer "ostensivamente armados", os Korubo realizam visitas regulares à comunidade ribeirinha do Ladário, localizada na margem esquerda do Itaquaí, abaixo da frente de atração. Os Korubo permanecem longas horas no Ladário, chegando até a brincar de bola com seus

moradores. A cada visita, pedem roupas, panelas, terçados etc. Os ribeirinhos já presentearam vários cachorros aos índios. Os Korubo gostaram e levaram os "presentes" para sua maloca. Em dezembro de 1999, alguns moradores do Ladário estavam à procura de mais dez cachorrinhos, para atender a pedido dos Korubo.

É necessário interrogar-se em relação às implicações da demonstração de força dos funcionários da frente de contato, para este grupo Korubo que vem mantendo contatos regulares com a população da comunidade ribeirinha do Ladário. As informações levantadas nas comunidades próximas à frente de contato dão conta de que os Korubo não gostam dos homens que compõem esta equipe e não querem ir para lá. Os Korubo teriam contraído malária (provavelmente, já antes do trabalho da frente), gripe, tosse e desenvolvido problemas de pele, em função do uso das roupas dadas pelos não-índios. Alguns dos Korubo apresentavam, ainda, feridas e marcas de chumbo no corpo. Tudo isso num contexto de contato em que não houve qualquer trabalho preventivo de saúde junto à população ribeirinha.

Em várias ocasiões, o modo isolado com que age a frente de contato, sem qualquer interação com as autoridades locais, com as entidades e organizações indígenas que atuam na região e mesmo com a Administração Regional da Funai de Atalaia do Norte tem sido objeto de questionamentos. A maneira de trabalhar da frente de contato motivou o Civaja a encaminhar, no dia 13 de março de 1997, um documento ao então presidente da Funai, Julio Gaiger, em que se oferecia para apoiar e articular esforços com este órgão.

Entre agosto de 1996 e fevereiro de 2000, foram registrados diversos eventos em que políticos e Justiça locais, madeireiros, caçadores e pescadores agiram contra a interdição da região habitada pelos Korubo, entrando em conflito, às vezes violento, com a frente de contato. São manifestações dos interesses escusos de políticos locais e dos poderes econômicos remanescentes do extrativismo pressionando a equipe da frente de contato. Entretanto, a atuação isolada desta última contribui para acentuar a gravidade da situação, gerando o aumento dos preconceitos contra os índios e tensões suplementares desnecessárias. Daí a importância da articulação da frente de contato com a Civaja e outros atores da região.

A atual realidade dos Korubo torna necessária uma reflexão mais acurada em relação à política do órgão tutor para os índios isolados. É preciso definir estratégias capazes de responder aos problemas ocasionados pelo contato indiscriminado destes com a população regional. Essas estratégias têm de ser pensadas mais a longo prazo, permitindo a construção de uma relação entre equipes de contato e índios que venha, de fato, proporcionar a estes últimos a segurança, a proteção e o bem estar necessários, isto é, a garantia de sua integridade física e de sua sobrevivência como povo. *(julho, 2000)*

Korubo: o Último Contato?

Philippe Erikson

Antropólogo da Universidade de Paris X-Nanterre, faz pesquisa na região do Javari desde 1984
Tradução de Renato Sztutman

O FUTURO INCERTO DOS TEMIDOS *CACETEIROS*

Para o melhor ou para o pior, esta que era sem dúvida a última "grande etnia" não contatada do Brasil parece estar normalizando suas relações com o mundo exterior. Após cerca de 30 anos de hostilidades com a sociedade brasileira, os Korubo, ou pelo menos uma fração deles, aceitaram a proposta de paz do mais renomado sertanista da Funai, Sydney Possuelo. As tentativas precedentes haviam sido breves e tensas. Mas, no fim de outubro de 1996, acompanhado de quatro intérpretes da etnia Matís vizinha, de uma equipe de funcionários seletos e alguns representantes da mídia, Possuelo conseguiu passar cinco dias em companhia dos Korubo. Cinco dias que certamente marcaram uma reviravolta decisiva na história da bacia do Javari.

Desde o fim dos anos 60, não houve um ano sequer em que não se ouviu falar dos Korubo. Nas pequenas cidades de Benjamin Constant e de Atalaia do Norte (3.600 hab.), que contam com uma média de um ou dois incidentes por ano, raros são aqueles que não têm mortes para chorar ou alguma história para contar. Mais de 30 pessoas que se aventuraram ilicitamente em território Korubo encontraram a morte. Haveria, sem dúvida, mais vítimas ainda se esses índios, localmente designados como caceteiros, se valessem, além dos tacapes que lhes conferiram fama, de arcos e lanças.

No que diz respeito às vítimas do lado Korubo, não há evidência de qualquer estimativa confiável. Os matadores de ameríndios raramente deixam transparecer seus crimes, sobretudo na presença de estrangeiros. Não há dúvida, entretanto, que são os Korubo as principais vítimas dessa guerra contida, conduzida contra os ex-

RICARDO BELIEL - 1996

Sidney Possuelo e um guia matís que serviu de intérprete no primeiro contato pacífico com os Korubo.

ploradores armados que se aventuram ilegalmente nas suas terras para caçar, pescar ou extrair madeira.

Nesse lugar, onde se ouve rumores sobre alianças entre narcotraficantes e índios, são muitos os testemunhos que denunciam as mutilações dos Korubo, cadáveres que flutuam nos rios ou que jazem nas praias. Um funcionário da Funai, atualmente em posto entre os Matís, estima que a população korubo está nitidamente em declínio. Sem dúvida, seria necessário rever os números, que oscilam em torno de 300, estimados alguns anos atrás por especialistas.

Os Korubo suportaram muitas provações. Tudo leva a crer que eles chegaram ao ápice de uma grave crise no momento do contato de Possuelo com um segmento de sua população. Na esperança de melhorar uma situação repleta de tensões (externas e talvez também internas) que se tornava insustentável, um pequeno grupo entre eles teve de deixar o território, localizado entre o Itaquaí e o Ituí, ocupado pelo menos desde o início do século XX. Foi essa fração de 17 pessoas que Possuelo primeiro contatou.

Em termos táticos, a escolha era prudente. Ao atravessar o Ituí, os Korubo se instalavam em território inimigo (ocupado em particular por índios não contatados), distanciavam-se de seus lugares conhecidos de caça, expunham-se, em suma, a sérios sofrimentos, para não falar do trauma que a decisão de migrar provocou. Em tais condições, eles não recusaram, por muito tempo, os manufaturados que, espalhados pela floresta de modo a atrair sua atenção, serviam como oferendas de paz.

Possuelo, que chegou à região em maio de 1996, não precisou de mais de seis meses para atingir os seus fins, diferentemente das tentativas de contato tragicamente fracassadas em meados dos anos 70.

Há alguns anos, a tensão aumentava na região, tanto na cidade como na floresta. Em Atalaia do Norte, houve notícias da dinamitagem de casas comunais e de expedições armadas destinadas a resolver de uma vez por todas o problema korubo. Num tal contexto, a Funai não teve outra opção senão contatar os Korubo. Idealmente, mais valeria deixar os Korubo em paz e regulamentar de maneira estrita o acesso ao seu território. Mas deixou-se que o conflito viesse à tona – os jogos econômicos eram muito importantes e a situação por demais explosiva. Apesar dos riscos evidentes que ele comportava, esse contato representava talvez uma das últimas chances de sobrevivência para os Korubo.

AO VIVO E *ON LINE*

Uma das características mais notáveis da operação conduzida por Possuelo foi, sem dúvida, o considerável desenvolvimento dos meios de comunicação que a acompanharam. Para levar a cabo esse empreendimento, foi gasto muito dinheiro, sobretudo devido ao emprego de meios técnicos sofisticados. Graças a eles, a *National Geographic* pôde acompanhar, ao vivo e *on line*, o desenrolar das operações. Diante de uma tal mediatização com todo esse aparato, e a conseqüente globalização das imagens, torna-se preocupante que estas últimas venham a alimentar ainda mais as tolices habituais sobre os "índios nus recém-saídos da idade da pedra". Apesar da prudência de Possuelo, ainda é difícil escapar desse cenário.

Nessas condições, é útil lembrar que os Korubo já haviam experimentado seguidos contatos com seringueiros na primeira metade do século XX. Alguns de meus informantes matís, que falam praticamente a mesma língua que os seus vizinhos Korubo e que só foram oficialmente contatados no fim dos anos 70, contam, por exemplo, que seus antepassados possuíam dois "patrões" (Mai e Benjamin) com os quais se comunicavam por meio de um intérprete de nome revelador (Korubon Anton) e que se apresentava como o fabricante das ferramentas que fornecia aos índios.

Quanto à nudez e à privação material desses índios sem arcos que são os Korubo, pode-se postular, do ponto de vista da etnografia regional, que não se trata de um arcaísmo, mas das conseqüências de uma situação política na qual os adversários privilegiados passaram a ser os Brancos, em lugar de outros ameríndios da mesma família lingüística. A privação e, particularmente, o abandono dos ornamentos são, nessa parte do mundo, características da interação com esses estrangeiros "radicais", os Brancos.

PERIGOS DO PÓS-CONTATO

O aspecto mais alarmante de toda essa situação diz respeito ao estado de saúde dos Korubo. O mínimo que se pode dizer é que a infra-estrutura médica da frente de contato não está à altura do resto dos equipamentos então disponíveis. Tudo leva a crer que um eventual surto de gripe, nada improvável, teria conseqüências desastrosas para a sobrevivência dessa população.

A longo prazo, é possível que a "pacificação" resulte na invasão massiva de suas terras ou, ao menos, na intensificação do contato com os brancos. Não causaria espanto se as famílias de não-índios que recentemente fugiram das margens do Ituí devido à ameaça Korubo para lá voltassem, de modo a escapar da miséria da comunidade fundada nas proximidades de Atalaia, num lugar chamado Santa Cruz (comunidade significativamente apelidada de "Contrabanda"). Seria surpreendente, todavia, que as referidas famílias tivessem essa idéia por si sós.

Paradoxalmente, na medida em que os Korubo vivem mais perto de Atalaia que outras etnias da região, contatadas há décadas, pode-se dizer que a atitude dos primeiros colocou em xeque a segurança que havia nos territórios indígenas situados mais a montante, particularmente o dos Matís e dos Marubo. O advento do "perigo Korubo" pode resultar numa pressão acirrada dos habitantes da região sobre as terras indígenas; e, talvez, num retorno das companhias petrolíferas, impedidas durante muitos anos de se instalarem ali devido à hostilidade indígena.

Infelizmente, uma vez estabilizado o contato, os "Korubo vestidos" e, por parte da mídia, perdido o entusiasmo típico da atmosfera dos "primeiros contatos", será cada vez mais difícil sensibilizar o público quanto aos verdadeiros problemas, que não deixarão de existir e ecoar.

TRÊS ANOS DEPOIS

Os parágrafos acima são uma versão para o português de artigo publicado em francês em 1997 (revista *Ethnies*). Depois disso, a situação na frente de contato evidentemente evoluiu. Uma certa normalização das relações parece ter sido conquistada desde então, depois de algumas crises, dentre as quais a mais dramática culminou na morte do sertanista Sobral Magalhães, assassinado por um Korubo em 22/09/1997. Muitas hipóteses circulam, e, sem dúvida, jamais saberemos qual foi exatamente o mal-entendido que motivou a tragédia. Depois de mais de um ano de visitas, regulares e aparentemente amigáveis, um funcionário pagou com a própria vida por uma desatenção nas suas relações com os Korubo. Temia-se que as tentativas de aproximação fossem comprometidas e, de fato, os índios deixaram passar muitos meses antes de voltar a visitar o posto. Mas voltaram, fazendo, segundo os Matís, como se nada tivesse acontecido. O retorno foi motivado, em particular, pela busca de auxílio médico. Naquele período, a doença os havia atingido (malária, entre outras), matando algumas crianças.

Um segundo drama veio à tona dois anos depois. Quando se banhava bem em frente ao posto flutuante que serve de base para a equipe de Sydney Possuelo, no mesmo local em que Sobral teve seu crânio esfacelado, uma menina Korubo desapareceu em pleno dia, levada para o fundo da água por algum animal, certamente uma anaconda. Como os Korubo poderiam atribuir esse novo infortúnio às represálias sobrenaturais dos brancos, julgou-se prudente afastar o sanitarista responsável, pois suas atividades, de tipo "xamânico", indicavam-no como possível culpado. O antigo titular do posto retomou suas funções.

Desde então, tudo voltou à ordem, e a situação parece cada vez mais serena. Em março de 2000, o grau de confiança atingiu um nível elevado, suficiente para se autorizar os Matís a partirem para a caça junto com os Korubo e desacompanhados de qualquer não-índio. Os Matís do Posto realmente aprenderam a conhecer os Korubo, de quem sabiam pouquíssimas coisas quando os encontrei em setembro de 1998. Embora questões lingüísticas não comprometessem a comunicação, as trocas de informação entre eles eram relativamente limitadas. Isso se deve, em parte, ao nervosismo inerente à situação de contato, mas talvez seja necessário apontar um certo sentimento de *"superioridade paternalista"* por parte dos Matís. Aqueles que interroguei consideravam, unanimemente, os Korubo como adolescentes, de quem tudo, a começar pela baixa qualidade de seu artesanato, indicava falta de experiência. Hoje, se sabe que o pequeno grupo contatado por Sydney Possuelo separou-se do resto da etnia depois de um conflito em torno de uma mulher, mas ainda restam muitas incertezas quanto à história mais geral da etnia.

A POPULAÇÃO REGIONAL

Se o clima melhorou no que diz respeito às relações entre os Korubo e os membros da equipe de Possuelo, as relações da última com a população regional, ao contrário, parecem degradadas. A fiscalização exercida pela Funai na região de confluência do Ituí com o Itacoaí funciona bem, à noite e de dia, impedindo praticamente toda e qualquer penetração por via fluvial. Os habitantes do vilarejo de Ladário (a jusante do posto flutuante da Funai) bem que tentaram contornar o obstáculo a pé, abrindo algumas trilhas na floresta. No entanto, essa tática rendeu poucos resultados. Os Korubo, na companhia de alguns Matís, espalharam armadilhas sobre as trilhas em questão para defender seu território. Dois invasores foram feridos, e a população regional, já muito frustrada, começou a desesperar-se. A pressão subiu a tal ponto que, em fevereiro de 2000, cerca de 300 habitantes de Benjamin Constant, armados com fuzis e coquetéis molotov, retornaram à confluência, determinados a pressionar o pessoal da base ou mesmo causar transtornos. Não houve vítimas, mas foi necessária a intervenção de helicópteros e da Polícia Federal para restabelecer a calma.

JOSENEY LIRA - 1998

E O FUTURO?

Ainda é cedo demais para se propor um balanço, mesmo que provisório, sobre a situação. O que o futuro reserva para os Korubo é imprevisível e a vigilância se impõe. O pequeno grupo contatado em 1996, 22 pessoas, hoje não passa de 17. Nesse meio-tempo, houve um nascimento e seis mortes, dentre as quais a de um adulto, por causa desconhecida. O grupo principal, sempre sem contato, teria sido avistado pelos Marubo do lado do Coari, a montante das zonas geralmente freqüentadas por eles. Se a informação vier a se confirmar, é mais uma prova de que os Korubo não estiveram implicados em novos conflitos desde aquele em que Sobral encontrou a morte.

O futuro dos arredios da bacia do Javari depende hoje de uma vontade política bastante forte para assegurar a proteção de seu território. Materialmente, um financiamento da União Européia, vigente desde outubro de 1999, permitiu a Possuelo suprir as necessidades do posto que impede o acesso ao território Korubo. Além disso, o processo legal de demarcação das terras, em questão há muito tempo, parece, enfim, em vias de se concretizar. Um projeto inicial previa a interdição da ocupação de uma margem apenas do Itaquaí, o que poderia resultar na abertura para todos os tipos de invasões. Depois de muitas discussões, o projeto definitivo inclui, doravante, as duas margens do rio, oferecendo garantias suficientes. Se é necessário estar muito atento à maneira pela qual as coisas evoluem, há que se indicar, da mesma forma, um mínimo de otimismo. Depois de 30 anos de conflito, não é tão cedo para tanto. *(maio, 2000)*

GERAL

COMISSÃO DA CÂMARA DISCUTE TRABALHO ESCRAVO NO JAVARI, ...

A audiência pública realizada ontem (8/5/96) pela Comissão de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, motivada pelas denúncias contidas na reportagem "A Amazônia dos Esquecidos", exibida no *Globo Repórter* sobre a ação do narcotráfico, o contrabando de madeiras nobres e pescados, trabalho escravo no Vale do Javari, na fronteira com o Peru e a Colômbia, deixou claro que a região é um garimpo genético, onde recursos naturais são depredados à vontade. E, como ocorre com todo garimpo, deixa cada vez mais pobre a população local e, assim que acaba a atividade no local, deixa destruição e miséria.
O superintendente do Ibama no AM, Hamilton Cesara, denunciou a "garimpagem" da floresta assim como o pesquisador da Universidade do Amazonas, Frederico Arruda, denunciou a garimpagem genética, sobre a biodiversidade local. Mauro Spósito, da PF do estado, confirmou a maior área de plantação de coca na fronteira e o administrador da Funai em Atalaia do Norte, na mesma região, disse que os invasores das terras indígenas da região estão chegando cada vez mais perto das aldeias de índios isolados, colocando em risco a própria sobrevivência dessas populações.
Todo o material apresentado na Comissão será transformado num dossiê que deverá ser enviado ao Ministério Público Federal.
Na audiência da Câmara dos Deputados, o repórter da Rede Globo denunciou a ligação de políticos da região com o narcotráfico, com o contrabando de recursos naturais e com o trabalho escravo. Para o repórter, o problema social do Vale do Javari é mais grave do que os crimes denunciados no programa, que nasceu de uma conversa dele com Frederico Arruda, professor e pesquisador da Universidade do Amazonas. Segundo ele, no Vale do Javari, os extratores de madeira fazem o trabalho e ainda ficam devendo para os empresários. "O trabalho escravo é generalizado na região", disse o repórter. Para ele, não adianta o governo proibir a retirada de madeira sem dar alternativas econômicas para a região. *(A Crítica, 09/05/96)*

... TRÁFICO QUE EMPREGA ÍNDIOS, ...

O superintendente da PF no AM, Mauro Spósito, informou aos deputados federais da Comissão de Defesa Nacional que a situação de total falta de fiscalização na fronteira do Brasil com o Peru e Colômbia já dura 30 anos. "É uma fronteira por demais permeável", disse. A PF só tem três agentes para a região. Segundo Spósito, a faixa de fronteira concentra a maior produção mundial de folhas de coca. Só na fronteira do Vale do Javari, estão mais de 200 mil ha de plantios nos lados colombiano e peruano. Para ele, a falta de oportunidade econômica para as populações amazonenses nestas áreas obriga índios e caboclos a procurar trabalho junto aos narcotraficantes. A mão-de-obra indígena, disse, é usada para a primeira etapa da produção da chamada pasta-base que, depois de ir a laboratórios clandestinos, é transformada em cocaína pura. *(A Crítica, 09/05/96)*

... LABORATÓRIOS QUE SAQUEIAM RECURSOS GENÉTICOS...

O professor da Universidade do Amazonas, Frederico Arruda, denunciou aos deputados da Comissão de Defesa Nacional que laboratórios nacionais e estrangeiros, em cooperação, estão contrabandeando recursos genéticos da biodiversidade do Vale do Javari. Para provar sua declaração, o pesquisador mostrou cópias de publicações internacionais mostrando a cooperação entre tais laboratórios. Na publicação *Washington Insit*, ele mostrou informações de que, em 1994, foram enviados para fora 15 mil extratos vegetais e que a previsão para 1995 era de que esse número alcançasse 20 mil. Ele informou ainda sobre um convênio entre a Johnsoo & Johnson e a Faculdade de Bioquímica de Ribeirão Preto (SP), de 1973. O convênio tem cláusulas que proíbem a divulgação de segredos de pesquisa de medicamentos e impõem todas as vantagens e benefícios das descobertas ao laboratório americano.
Frederico Arruda também informou que um outro laboratório estrangeiro já teve acesso à uma secreção extraída de uma rã amazôoica que serve para o tratamento de derrames cerebrais. Para ele, os indígenas que descobriram a substância não ganharam nada em troca. "Não há respeito à propriedade intelectual dos índios", declarou. No final da exposição, Arruda denunciou o roubo de peças arqueológicas em Faro (PA), um dos sítios arqueológicos mais importantes do muodo. Para ele, a fronteira amazônica não passa por um processo de ioternacionalização, mas de "desnacionalização". *(A Crítica, 09/05/96)*

... E EMPRESAS QUE CONTRABANDEIAM MADEIRAS NOBRES

Ainda na Comissão de Defesa Nacional, o superintendente do Ibama, Hamilton Casara, disse que está ocorrendo uma "garimpagem de madeiras nobres na última reserva florestal do Brasil". Para explicar a denúocia, Casara disse que as empresas madeireiras são itinerantes, como o garimpo. Quando acaba o que estão procurando, seguem e se instalam em outras regiões, tudo com uso de baixa tecnologia e descumprimento da legislação. Segundo ele, há 11 serrarias do lado brasileiro da fronteira e outras tantas do lado peruano. A madeira extraída é contrabandeada, "em milhares de toneladas", bem como animais silvestres, pescados ou vivos. Casara disse que o Ibama no AM tem apenas 163 servidores para cuidar de 1,5 milbão de km². *(A Crítica, 09/05/96)*

OPERAÇÃO DO IBAMA APREENDE MADEIRA IRREGULAR...

Em uma semana de fiscalização oos rios do Vale do Javari, a 800 km de Manaus, o Ibama já apreendeu 4 mil toras ou 5 mil metros cúbicos de cedro. As madeiras foram tiradas ilegalmente

Soldados do Exército brasilairo tomam conta da madeira apreendida na área indígena do rio Ituí e Itaquaí.

RICARDO BELIEL - NOV/96

de uma área interditada pela Funai devido à existência de um grupo Korubo isolado. A operação começou no dia 10 de maio e tem a participação do Exército, da PF e do governo do AM. Pontos de escoamento da madeira foram bloqueados - rios Itacoaí, Ituí e Javari - pelos homens da operação. Balsas carregadas com toras foram interceptadas, mas ninguém foi preso ou pagou multa. As toras seguiriam pelo rio Solimões até as fábricas de Manaus.

"Estamos fazendo perícia no local para descobrir qual é a madeireira responsável pela extração ilegal e comercialização", afirmou Hamilton Casara, do Ibama amazonense. A Associação dos Madeireiros do Alto Solimões (Amas) afirmou que a madeira foi retirada de áreas particulares. "Os donos das propriedades possuem títulos definitivos que garantem a regulamentação da posse da terra", disse o presidente da entidade, Túlio Albuquerque, que é contra a operação. "O Ibama está favorecendo o direcionamento da mão-de-obra para o narcotráfico". Casara retrucou a afirmação, dizendo que "concordar com a exploração predatória seria concordar com um alto prejuízo à sociedade". *(OESP, 15/05/96)*

... E MADEIREIROS RECLAMAM DE DESEMPREGO

O chefe do DEII da Funai, sertanista Sidney Possuelo, considerou como "jogo de pressão" das madeireiras a denúncia de que 60 mil trabalhadores no Alto Solimões estão sem emprego em conseqüência da apreensão de madeiras em toras pelo Ibama. Para o indigenista, a reação dos madeireiros acontece sempre que uma ação de fiscalização é realizada sobre a saída ilegal de madeiras da região e do Vale do Javari. Ele lembra que o Vale do Javari sempre pediu uma maior atenção do governo através dos órgãos públicos, como o Ibama, a Funai e a PF. Possuelo denuncia que a madeira cruza o Solimões, chega a Manaus (AM) e sai do país por Belém (PA). "Alguns carregamentos de madeira brasileira são feitos com notas fiscais de empresas peruanas", declarou. Possuelo está na região comandando a frente de atração dos Korubo. *(A Crítica, 16/05/96)*

NOVA APREENSÃO DE MADEIRA...

Fiscais do Ibama e da PF fizeram nova apreensão de madeira - cerca de 1.150 metros cúbicos - que estavam camuflados nos igarapés do Pau Branco e Extremão, afluentes do rio Quixito, Vale do Javari, município de Atalaia do Norte (AM). Com a ajudou de um mateiro, os fiscais conseguiram chegar ao local, depois de bloquearem a entrada do rio Quixito com três barcos. O Exército ajuda na operação, que esteve próxima de trocar tiros com madeireiros do local. Na operação, a PF constatou ainda trabalho escravo na extração de madeira nos municípios de Atalaia do Norte e Benjamin Constant. Nesses locais, os empresários pagam os trabalhadores apenas com rancho (comida), roupas e armas por uma permanência de dez meses na mata. Segundo os fiscais do Ibama, todas as madeireiras da região atuam sem projetos de manejo ou qualquer tipo de regularização. A população está dividida em relação à operação: alguns parecem indignados com a ostentação dos madeireiros, que exibem mansões, carros do ano e possantes voadeiras. Ao mesmo tempo, as cidades estão à míngua. "Até hoje não se entende para onde vai todo esse dinheiro (da madeira)", diz um funcionário público sob condição de anonimato.

A apreensão do barco que transportava o lote de madeiras foi contestada por políticos locais, como vereador Valério Ramos, de Benjamin Constant. Eles afirmam que a medida é arbitrária, já que a atribuição pertence à Capitania dos Portos. Hoje, uma comissão de vereadores de Benjamin Constaot deve impetrar um mandado de segurança contra o Ibama por suposto abuso de poder. *(A Crítica, 22/05/96)*

... GERA AMEAÇAS DE MADEIREIROS E POLÍTICOS

Parte da madeira apreendida nos rios Pau Branco e Extremão pertence ao madeireiro José Siqueira Filho, de 74 anos, que explora a atividade há mais de 50 anos. Cearense do interior do estado, ele alertou que está disposto a reunir 200 homens armados para lutar contra a operação que classifica como "o tiro de misericórdia" na economia de dois municípios dependentes da comercialização de madeira. "Estou arruinado, mas sou capaz de gastar o último cartucho da minha espingarda para trocar tiros contra as metralhadoras dos federais e militares", disse. O barco apreendido pelo Ibama pertence a Azanir José Graça. Graça disse que o Ibama está usando seu barco na operação indevidamente. Um servidor do órgão confirmou a informação, mas negou que haja empecilho legal no uso.

Em Benjamin Constant e Atalaia do Norte, a notícia de que toda a madeira apreendida será leiloada provocou indignação em políticos e empresários. Estes pretendem mobilizar a população em uma passeata contra a operação federal. É visível a estagnação econômica da região, a queda no comércio e a paralisação das serrarias com a falta de matéria-prima. Das seis grandes serrarias, cinco estão paradas. O desemprego é crescente. *(A Crítica, 22/05/96)*

RECORDE DE APREENSÕES

A apreensão de 3.565 toras de madeiras nobres no Vale do Javari bateu todos os recordes estatísticos do Ibama nos últimos anos. A informação foi dada pela assessoria de comunicação do órgão, em Brasília, que afirma ainda que esse montante significa quase a metade da madeira em toras apreendida em todos os estados desde janeiro. Os números colocam o estado do AM em primeiro lugar, como recordista de apreensões.

O Ibama continua fiscalizando e apreendendo madeiras sem origem e vai apresentar nos próximos dias as informações necessárias à Justiça Federal sobre os cerca de 8 mil metros cúbicos apreendidos. A informação foi dada pelo superintendente substituto do Ibama no AM, José Ricardo Araújo Lima, e do procurador do órgão, Paulo Figueiras. Eles explicaram ainda que a liminar concedida pelo juiz federal da 1ª Vara, Marcos Augusto de Sousa, suspendendo o leilão das toras, não favorece os madeireiros, cujo objetivo era recuperar a madeira apreendida e interromper a fiscalização. O Ibama informou ainda que a chefe substituta da Funai local, Sílvia Regina Tafuri, confirma em documento que a madeira foi retirada dos rios Ituí e Itaquaí, na reserva Vale do Javari. *(A Crítica, 23 e 24/05/96)*

RUSSOS PRESOS NA TI SÃO DEPORTADOS

A PF deportou dois cidadãos de nacionalidade russa que foram encontrados e presos no interior da TI Vale do Javali no dia 18, numa operação conjunta com o Departamento de Índios Isolados da Funai. De acordo com informações da Funai, os dois russos Vladmir Zeverev e Anatoli Khijniak, ao serem abordados pela equipe do Departamento e pelos agentes da PF, se identificaram como sendo arquiteto e geógrafo. Contaram que vieram ao Brasil para conhecer populações indígenas, atraídos por reportagens feitas pela televisão do país deles e por imagens na rede mundial de computadores (Internet). *(A Crítica, 23/03/99)*

TRÁFICO USA ÍNDIOS, DIZ SECRETÁRIO ANTIDROGAS

Índios da região dos rios Javari e Japurá, no Amazonas, estão sendo usados para transportar insumos químicos do Brasil para laboratórios de refino de cocaína na Colômbia. A informação é do secretário nacional Antidrogas, Walter Maierovitch, que participa em Tabatinga (AM) de um encontro com autoridades brasileiras e colombianas. Maierovitch disse que os traficantes usam os índios para trazer insumos do Acre pelo rio Javari, passando pelos rios

JOÃO PINDUCA RODRIGUES

Sidney Possuelo, da Funai, discute com os pescadores em Atalaia do Norte.

Solimões e Japurá, até entrar na Colômbia pelo rio Caquetá. A rota alternativa é pelo rio Içá, que muda de nome para Putomayo ao entrar em território colombiano, disse Maierovitch, por telefone. *(JB, 28/05/99)*

POLÍTICOS ACUSADOS DE PROTEGER PESCADORES

O vereador de Atalaia do Norte, Edmar Chagas da Silva (PMDB), e o ex-vice prefeito do município, Marcos Monteiro da Silva, são acusados de raptarem ontem três presos que estavam sendo encaminhados para a PF de Tabatinga por invasão da TI Vale do Javari. Com os invasores – Raimundo Alves de Andrade, Laurimar Lopes Alves e José Alves Lopes – foram apreendidos 400 quilos de peixe liso, tracajá abatido, material de pesca, armas e canoas. A prisão dos invasores da TI foi feita por uma equipe de fiscalização da Funai e policiais militares de Tabatinga. A área já está delimitada, aguardando demarcação, mas vem sendo invadida constantemente por madeireiros, pescadores e caçadores. *(A Crítica, 15/07/99)*

PESCADORES DEVOLVEM CANOAS E REDES...

Os pescadores de Benjamim Constant e Atalaia do Norte cumpriram sua parte no acordo que evitou uma "guerra" com funcionários da Funai, comandados por Sidney Possuelo, e com o delegado-chefe do Departamento de Projetos Especiais da Superintendência da Polícia Federal no Amazonas, Mauro Spósito. "No dia dez, como prometemos, fomos a Tabatinga e entregamos todo o material dos pescadores que estava retido no posto da Funai", contou o presidente da Colônia de Pescadores Z-3 de Benjamim Constant, João Vieira.

Além da devolução do material, o delegado Spósito se comprometeu a agendar uma audiência pública de dois representantes dos pescadores com o procurador Geral da República, Geraldo Brindeiro. *(A Crítica, 16/02/00)*

... MAS VOLTAM A INVADIR TI

Inconformados por não poderem pescar nos rios Itaquaí e Ituí, localizados na reserva indígena Vale do Javari, os pescadores de Benjamim Constant e Atalaia do Norte planejam desafiar a vigilância da Funai e entrar na reserva em busca de peixe. Uma reunião ratificou a posição dos ribeirinhos de entrar ilegalmente na região, a exemplo do que ocorreu em janeiro, quando queimaram o posto da Funai local. "Dessa vez, o objetivo é somente pescar", sustenta João Vieira da Silva, presidente da Colônia de Pescadores Z-3, completando: "Queremos um acordo que nos permita transitar em parte da reserva", disse Vieira. *(A Crítica, 11/07/00)*

SAÚDE

REGIÃO DO ITUÍ SOFRE SURTO DE MALÁRIA...

Cinco dos cerca de 200 índios doentes de malária tipo falciparum morreram na comunidade de Massapê, no rio Ituí, município de Atalaia do Norte. A falciparum é letal e mata em menos de uma semana pessoas que nunca contraíram a doença, caso não haja tratamento adequado. A informação foi dada pelo índio Clóvis Marubo, do Civaja. Até agora, a equipe da Funasa só conseguiu levar atendimento à comunidade de Massapê, onde existe o foco. As demais localidades continuam com o atendimento descoberto. Um trabalhador do rio Quixito, comunidade de Cachoeira, disse que há mais de um ano a Funasa não aparecia no local para fazer atendimento. Sem dinheiro e remédios, a Prefeitura de Atalaia do Norte está sem condições de ajudar a Fundação. "Aqui nesse fim de mundo, só podemos contar com a ajuda de Deus", disse um morador local, vítima de malária.

O coordenador da Funasa, Horácio Augusto de Almeida, reconheceu que estão ocorrendo muitos casos de malária na região do Solimões e Vale do Javari. De acordo com a fundação, há registros de 112 casos só no Vale, do tipo vivax e falciparum. Horácio afirma que a situação está controlada e que há cinco equipes da Funasa em ação na região. O coordenador do órgão informa que a situação mais complicada é na comunidade de Massapê, onde uma equipe esteve durante este mês atendendo à população infectada e fazendo borrifações contra o mosquito transmissor. *(A Crítica, 23 e 24/05/96)*

... E RECEBE SOCORRO DE ONG

Profissionais da Médicos Sem Fronteiras (MSF), ONG que atua em regiões carentes do mundo, estão no Vale do Javari, prestando assistência às comunidades indígenas locais. A entidade está tentando controlar o surto de malária que só neste ano atingiu 168 índios. A MSF preparou 13 microscopistas indígenas e deixou às comunidades sete microscópios e sete motores "rabetas" para servir de apoio ao trabalho de diagnóstico da malária e para o transporte dos agentes de saúde e doentes da área. *(A Crítica, 01/06/96)*

TERRA/DEMARCAÇÃO

PORTARIA RESTRINGE INGRESSO NA TI VALE DO JAVARI...

Através de Portaria nº 810, de 25 de setembro de 1996, o presidente da Funai, Júlio Gaiger, baseado no reconhecimento do direito dos índios às terras que ocupam, independente da demarcação, estabelece a restrição ao direito de ingresso, locomoção e permanência de pessoas estranhas aos quadros da Funai, por três anos, no perímetro da TI, descrito pela Portaria nº 1.849/E de 8 de abril de 1985 que interditou a área. Somente poderão ingressar e locomover-se na área, por tempo determinado, pessoas autorizadas pelo Departamento de Índios Isolados da Funai. A restrição não se aplica às Forças Armadas e policiais, no exercício de suas funções constitucionais, cujas entradas e deslocamentos deverão ser acompanhados por funcionários da Funai. *(DOU, 30/09/96)*

... FUNAI APROVA TERRA DOIS ANOS DEPOIS...

O presidente da Funai, Sulivan Silvestre, aprovou no último dia 26 de maio as conclusões do relatório de identificação e delimitação da TI Vale do Javari, com 8.457.000 ha. Na área, situada no estado do Amazonas, fronteira com o Peru, vivem grupos Kanamari, Korubo (este, recentemente contatado pela órgão indigenista federal), Kulina, Marubo, Matis, Mayoruna, além de outros ainda isolados. Com a aprovação do relatório, publicado no DOU no dia 29 de maio, abre-se o período de 90 dias para o encaminhamento de contestações à Funai, com base no Decreto 1.775/96. *(ISA, 03/06/98)*

... E MINISTRO A DECLARA DE POSSE PERMANENTE

Através da Portaria nº 818 de11/12/98, o ministro da Justiça Renan Calheiros declara de ocupação permanente indígena a TI Vale do Javari, com 8.519.800 ha de superfície e 2.068 km de perímetro, localizada nos municípios de

PROGRAMA INVESTE NA PROTEÇÃO DA TI VALE DO JAVARI

Parceria entre Funai e Centro de Trabalho Indigenista prevê continuidade das ações envolvendo "índios isolados" e defesa da TI como um todo.

Reconhecida e interditada pela Funai em 1985, a Terra Indígena (TI) Vale do Javari nunca foi objeto de uma estratégia de proteção e fiscalização por parte do governo brasileiro. As retiradas ilegals de madeira e de outros produtos eram feitas abertamente, com o envolvimento da própria população indígena, aliciada pelos invasores. Tal estado de coisas só começou a mudar em 1996, quando a Funai, por iniciativa e sob a coordenação de seu Departamento de Índios Isolados (DEII), estabeleceu a Frente de Proteção Etno-Ambiental do Vale do Javari.

A base de operações dessa Frente foi instalada na confluência dos rios Itaquaí e Ituí, limite setentrional da TI e região por onde costumam perambular membros da etnia isolada Korubo. O apoio do Ibama e da Polícia Federal às atividades de fiscalização permitiu a realização de apreensões de carregamentos de madeira, peles e carne de animais silvestres e pescados extraídos ilegalmente da TI interditada, bem como o indiciamento dos infratores.

Em 1997, a equipe da Frente decidiu estabelecer contato com um grupo de 21 Korubo que começou a perambular fora dos limites da TI. O objetivo era garantir a sobrevivência do grupo, que se aproximava perigosamente dos vilarejos ribeirinhos. Hoje, esses Korubo mantêm relações pacíficas com os funcionários da Frente, de quem recebem eventual assistência de saúde, principalmente para o tratamento de malária.

O PROGRAMA DE PROTEÇÃO ETNO-AMBIENTAL DO VALE DO JAVARI

Visando reforçar essa política de proteção e fiscalização, o DEII e o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) estabeleceram, em 1997, uma parceria para executar o Programa de Proteção Etno-Ambiental do Vale do Javari. O Programa, com duração prevista de 36 meses, teve apoio aprovado pela Agência de Cooperação Espanhola (AECI) em março de 1999, e pela Comissão Européia (CE) em outubro do mesmo ano.

Seu objetivo global é a preservação da Terra Indígena Vale do Javari, visando o bem estar dos povos indígenas que ali vivem e seus recursos naturais, principalmente os pequenos grupos isolados sob constante ameaça. Atendendo à filosofia de trabalho do DEII, o projeto não busca estabelecer o contato com os grupos indígenas isolados, a não ser em situações extremas, quando isto se revelar como a única alternativa viável para lhes garantir a sobrevivência física.

Trata-se de estabelecer um conjunto de ações de proteção visando propiciar-lhes condições de segurança para uma vida livre e autônoma – e, quiçá, para recompor seu contingente populacional e seu modo de vida tradicional. Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- *Consolidar as estratégias de proteção física da TI Vale do Javari;*
- *Mapear as dimensões das áreas de domínio dos povos indígenas isolados;*
- *Conhecer em detalhes a dinâmica de ocupação destes povos, sem a necessidade de estabelecer o contato;*
- *Estabelecer e executar um Plano de Atendimento à saúde aos grupos recém-contatados (Matis e Korubo);*
- *Melhorar o conhecimento sobre as populações indígenas e a utilização que fazem dos recursos naturais para o estabelecimento conjunto de alternativas econômicas para os povos com longo tempo de contato;*
- *Implementar um programa de sensibilização e de educação ambiental junto a população regional habitante do entorno da TI;*
- *Promover intercâmbio com outras iniciativas de proteção etno-ambiental na Amazônia;*
- *Apoiar as atividades do Conselho Indígena do Vale do Javari (Civaja) visando orientar e capacitar seus dirigentes para as ações de proteção e vigilância da TI.*

Visando atingir estes objetivos, o Programa propôs-se executar as seguintes atividades/ações:

- *Reforçar a estrutura de fiscalização e vigilância da base estabelecida na confluência Ituí-Itaquaí, aumentando seu efetivo técnico-operacional e sofisticando sua rede de comunicação com a base logística de Tabatinga;*
- *Estabelecer novas bases de controle (Postos de Vigilância) em pontos estratégicos da TI (confluência dos rios Itaquaí-Quixito e Jutaizinho-Jandiatuba) e implementar as ações de fiscalização;*
- *Estabelecer um sistema cartográfico georeferenciado para o monitoramento da TI;*
- *Realizar sobrevôos periódicos para detectar invasões e mapear as malocas de grupos isolados;*
- *Implementar expedições terrestres sistemáticas para identificação de sinais da presença de grupos isolados em determinados pontos da TI;*
- *Estabelecer um banco de dados para delimitação da área de perambulação dos grupos isolados e para o conhecimento da sua dinâmica de ocupação;*
- *Implementar ações de saúde junto aos Matis e Korubo já contatados através de um barco equipado para esta finalidade;*
- *Organizar um kit audiovisual itinerante para divulgação das ações do projeto junto à população não-indígena;*
- *Implementar seminários e reuniões de trabalho nas aldeias dos povos já contatados, com apoio do Civaja, buscando o envolvimento mais efetivo desta população nas ações de proteção e vigilância.* (Trechos de folder do Centro de Trabalho Indigenista)

Atalaia do Norte, Benjamim Constant, Jutaí e São Paulo de Olivença, no Amazonas. A portaria determina a demarcação administrativa da área. *(DOU, 14/12/98)*

FUNAI RESTRINGE ACESSO À REGIÃO DE "ISOLADOS"

A Funai, através da Portaria nº 964, estabelece restrição ao acesso na TI Vale do Javari – Gleba Itaquaí, localizada no município de Benjamim Constant, cuja extensão é de 7.200 ha e 74 km de perímetro. Esta terra constava da Portaria nº 810, de setembro de 1996, que restringiu o ingresso à TI Vale do Javari, mas ficou fora do perímetro da TI quando foi declarada de posse permanente. Devido à existência de índios isolados, nesse perímetro, a Funai restringe a entrada, locomoção e permanência de pessoas estranbas aos seus quadros, pelo período de um ano. *(DOU, 14/10/99)*

CONTRATO PARA DEMARCAÇÃO DA TI

A empresa Setag Serviços Técnicos Ltda. venceu a licitação para demarcar a TI. A vigência do contrato assinado entre Funai e empresa é de um ano a partir de 22/12/99. O custo é de R$ 1.179.810,00. *(DOU, 24/12/99)*

CIVAJA

ÍNDIOS APÓIAM AÇÃO CONTRA MADEIREIROS

O Civaja divulgou documento manifestando preocupação em relação à exploração de madeiras na TI do Vale do Javari. O coordenador da entidade, Clóvis Rufino Marubo, declarou que "a extração de madeira vem gerando uma grande invasão em nossas terras, o que resulta em conflitos entre o branco e os índios, principalmente os isolados (os Korubo), que correm o risco de extinção se a atividade continuar". Um retrospecto apresentado da invasão das terras indígenas cita várias etnias que foram extintas em conseqüência do contato com os brancos.
O documento divulgado pelo Civaja ressalta que a atividade madeireira não traz nenhum benefício à população local, pois esta é realizada com trabalho semi-escravo. "A exploração vem sendo feita na área indígena que atualmente está interditada pelo Ministério da Justiça; além disso, a madeira é explorada e exportada ilegalmente, o que vem caracterizando o contrabando que traz grandes prejuízos ao país". De acordo com o Civaja, os madeireiros pertencem à classe política local, inclusive à família do bispo Alcimar Magalhães, que incita a população a apoiar a atividade com a promessa de doar madeiras para a construção de casas. Nas cidades de Atalaia do Norte e Benjamin Constant circula a notícia de que o juiz federal que concedeu liminar aos madeireiros é filho de um deles. O documento alerta ainda para o contrabando de pescado para a Colômbia. *(A Crítica, 26/05/96)*

ÍNDIOS E RIBEIRINHOS DISCUTEM EXPLORAÇÃO SUSTENTADA

Índios e ribeirinhos da Amazônia estão juntos, pela primeira vez, discutindo o desenvolvimento da região e a exploração sustentada dos recursos naturais. O encontro inédito acontece desde ontem, num hotel a 25 quilômetros do município de Atalaia do Norte – a cerca de mil km de Manaus. O coordenador do Civaja, Clóvis Marubo, acredita que a discussão é a única saída para que índios e ribeirinhos vivam em harmonia. Segundo ele, os brancos são muitas vezes insuflados por madeireiros para ficar contra a demarcação das terras indígenas. O encontro termina, na segunda-feira, com a organização de um documento. O texto irá definir propostas para que o governo apoie a parceria entre os grupos. Participam da reunião representantes da Funai, do Ministério da Saúde, da Pastoral Indigenista do Alto Solimões e ainda do Cimi. *(Jornal da Tarde, 18/04/98)*

LIDERANÇAS INDÍGENAS CONTRA A CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO ALTO SOLIMÕES

"As lideranças indígenas do Vale do Javari e Solimões, reunidas na III Assembléia Geral do Civaja, na Aldeia São Sebastião, rio Curuçá, município de Atalaia do Norte, entre os dias 10 e 13 de março de 1997, vêm a público manifestar-se contrárias a proposta de criação do Território Federal do Alto Solimões apresentada pelo Deputado Euler Ribeiro.
Este projeto tem a pretensão de melhorar a vida da população, criar mais empregos, trazer gente de fora para ocupar nossas terras consideradas "vazios demográficos". Além de propor a segurança na área de fronteira.
Nossa memória é viva, não esquecemos que o autor do projeto, Deputado Euler Ribeiro, muitas vezes se posicionou contrário aos interesses dos povos indígenas. Na nossa região, ele apoia as empresas madeireiras jogando a população regional contra os nossos povos. Ele tampouco conhece a nossa realidade nem a vida e o sofrimento dos ribeirinhos. Ele afirma estar preocupado com a nossa situação. Ele está tão preocupado que não fez nada nem quando era secretário de saúde do Estado.
Como poderíamos aceitar essa proposta sem desconfiança, uma vez que vai beneficiar apenas os políticos desacreditados e os donos das empresas madeireiras atualmente falidas? Como sempre, os índios, os ribeirinhos, enfim os trabalhadores da região, vão ficar esquecidos.
O governo vai gastar muito dinheiro com a criação do Território Federal, tendo que estruturar uma nova administração complexa cujos cargos serão assumidos por gente de fora.
A gente sabe que quando Roraima e Rondônia passaram a ser Territórios Federais, muita gente veio de outros lugares para ocupar a terra, criando muitos conflitos com a população regional e os povos indígenas que ali moravam.
Sabemos que o mesmo acontecerá aqui, já que as terras indígenas representam mais de 60% do total da superfície do território do Alto Solimões. As nossas terras serão invadidas e os nossos povos sofrerão de novo muitas violências e desrespeito.
Principalmente os grupos indígenas isolados encontram-se ameaçados devido à sua fragilidade no contato com a sociedade regional.
Sabemos que as empresas madeireiras querem o Território Federal para poder conseguir mais apoio e recursos financeiros a fim de reiniciar a extração da madeira de lei, sem quaisquer preocupações para os índios ou para os trabalhadores madeireiros que vêm explorando ao longo das últimas décadas.
A única verdade contida no projeto do Deputado Euler Ribeiro é que o povo está sofrendo, passando fome, sem assistência de saúde e sem escolas. Mas isto acontece principalmente pelo desinteresse de políticos ou de burocratas que, como ele, estão mais interessados em defender a política dos governantes e poderosos.
É preciso mudar a situação dramática de nossos povos, assim como dos pobres da cidade e detodos aqueles que vivem esquecidos nas margens dos rios.
Acreditamos que para melhorar, a única solução é oferecer mais recursos e condições de trabalho para as instituições locais, tais como: prefeituras, entidades da sociedade civil, organizações indígenas. Recursos devem ser repassados para região, mas não para serem gastos com mais administração, mais burocracia, como ocorre na proposta da criação dos Territórios Federais. Além disto faz-se necessário criar mecanismos sérios de fiscalização desses recursos. Exigimos também a demarcação de nossas terras como única forma de garantir a nossa sobrevivência em respeito à própria Constituição de 1988. Poderemos assim viver em paz na nossa Terra, trabalhando e garantindo o nosso futuro, contribuindo efetivamente com o desenvolvimento dessa região, resguardando inclusive melhor do que ninguém as fronteiras deste País. Aldeia São Sebastião, 13/03/1997".

Policiais de Dinandro (polícia antinarcótico do Peru) investigam com os Matsés da comunidade Santa Rosa, Quebrada Chobas, informações sobre a existência de pista de pouso clandestina.

RICARDO BELIEL - ABR/99

CIVAJA BUSCA PROJETOS DE ALTERNATIVAS ECONÔMICAS

As comunidades indígenas do Vale do Javari, na região do Alto Solimões, querem quebrar a dependência econômica da indústria da pesca e da madeira. O Civaja estuda a elaboração de projetos agroextrativistas para buscar financiamento, através do programa de Projetos Demonstrativos (PDA), patrocinado pelo PPG-7. Submetidos, durante décadas, ao trabalho semi-escravo que abastecia a indústria madeireira, os índios das tribos Kanamari, Marubo, Matís e Mayuruna começam a discutir alternativas econômicas capazes de romper com a dependência do capital estrangeiro. Jorge Oliveira Duarte, do Civaja, contesta a acusação dos madeireiros de Benjamin Constant de que os índios estejam favorecendo a ação de narcotraficantes na região. Segundo ele, os madeireiros "espalham o boato" para interromper o processo de demarcação das terras indígenas na região. Cerca de 90% do território de Atalaia do Norte, onde está localizado o Vale do Javari, é composto por área indígena em aproximadamente 8.400.000 ha. *(A Crítica, 04/08/98)*

"FANTÁSTICO" DENUNCIA NARCOTRAFICANTES E CIVAJA TEME REPRESÁLIAS

Através de carta à Funai, os coordenadores do Civaja denunciam os riscos que correm após denúncias divulgadas pelo programa de televisão "Fantástico", da Rede Globo:

"Nós, coordenadores do Civaja, vimos através desta informar que a missão realizada pela PF no dia 6 a 16 de julho 1998, no rio Curuçá, com objetivo de localizar pistas clandestinas de narcotráfico na área que foi divulgada no Fantástico no dia 19 de julho de 1998, apareceram pessoas que estavam acompanhando a tripulação do barco de propriedade do Civaja, sendo todos eles indígenas, como entrevistados Darci Marubo e Waldez, funcionário do DII da Funai no Javari. O descobrimento de saída de tráfico de drogas no afluente do rio Pardo e igarapé Todos Santos, nesta operação da PF, trouxe hoje um clima muito tenso para os índios das comunidades indígenas Marubo, Mayoruna e Kanamari, mais próximos daquela região. Tememos que os narcotraficantes entrem em conflito com os índios. E também, os índios foram entrevistados pelo Fantástico, e nós do Civaja, diante deste fato, estamos ameaçados e acusados como informantes para a PF. Com isso, índios em trânsito no referido rio Curuçá e rio Pardo, principalmente rio Javari que é fronteira do Brasil com o Peru e território dos povos do Vale doJavari, estamos com dificuldades de poder transitar para vender nossas produções na cidade e nem podemos remover doentes, dificultando assim o nosso acesso com parentes e comunidades indígenas no Vale do Javari, e a nossa comunicação radiofônica é interferida por pessoas que não se ideotificam. Sendo que nossa vida está em risco...

Além disso, os empresários madeireiros de Benjamim Constant querem denegrir a imagem da Funai e lançam notas no jornal dizendo que a Fundação pode ter facilitado narcotraficantes, culpando a entidade Médicos Sem Fronteiras e índios que estão envolvidos com o narcotráfico na região. Isso é tumultuar para impedir a demarcação da Vale do Javari... Queremos também que crie um posto de vigilância definitiva na entrada do rio Curuçá para controlar não somente o narcotráfico, mas também a entrada e saída de pescadores e caçadores que tiram também a caça a pesca, alevinos e filhotes de tartaruga, que estão ameaçados...

Nós do Civaja, queremos ajudar muito para que a demarcação de nossa terra seja agilizada logo depois do final do prazo de contestação que termina no final de agosto de 1998. Queremos apoiar a demarcação de nossas terras, dizendo onde devem ser colocadas as placas junto com a Funai, e a equipe de demarcação de nossas terras..." *(O Mensageiro, set-out/98)*

Reprodução da fita de vídeo do primeiro contato com os índios Korubo.

ITAMAR MIRANDA/AE

"ISOLADOS"/KORUBO

EXPEDIÇÃO DE CONTATO VIA SATÉLITE

A National Geographic começa a exibir esta semana, direto da Amazônia brasileira, todos os passos de uma expedição da Funai que tentará fazer contato com os índios Korubo. A aventura, chefiada pelo indigenista Sidney Possuelo, parte de Tabatinga, junto à fronteira com a Colômbia e prossegue por barco e a pé através da mata. Os relatos e imagens serão transmitidos via satélite. *(Isto É, 28/08/96)*

FRENTE DA FUNAI AVANÇA...

Oito sertanistas caminham há dois dias pela mata fechada da reserva do Vale do Javari, na divisa com Colômbia e Peru, com a missão de entrar em contato com os índios Korubo e salvá-los do perigoso assédio dos madeireiros. As malocas dos índios são de difícil acesso: a mata tem de ser aberta a facão e a água, nos igarapés, chega na cintura dos funcionários da Funai. Sidney Possuelo explica que só resolveu retomar os trabalhos da frente de contato com os Korubo por temer que os índios sejam exterminados pelos madeireiros. A base da nova frente de atração foi montada num barco que está ancorado no rio Ituí para evitar ataque dos Korubo, que não sabem nadar e têm medo de água. Em 1972, a Funai pagou caro por ter montado o acampamento na margem esquerda do rio Itaquaí. Furiosos com a presença dos sertanistas em suas terras, os índios incendiaram o acampamento, matando o servidor Moisés Santana e um trabalhador braçal. Para Possuelo, a revolta dos Korubo é resultado dos massacres que eles sofreram dos madeireiros e moradores da região. *(O Globo, 13/10/96)*

... E CONSEGUE CONTATO AMISTOSO

Após anos de tentativas frustradas, o sertanista Sidney Possuelo, da Funai, conseguiu atrair neste final de semana o principal grupo de índios isolados do Vale do Javari. Os Korubo recolheram os presentes típicos desses encontros: panelas de alumínio, facas e machados. O contato foi amistoso e a equipe da Funai, com 16 integrantes, chegou até a maloca dos Korubo para retribuir a visita que os indígenas haviam feito semana passada ao acampamento da frente. Agora, Possuelo e sua equipe estão tratando de consolidar o contato, eliminando o risco de uma reação imprevisível dos Korubos, perto de 150 índios, ainda que estatísticas vagas avaliem que eles podem ser uma população entre 200 e 2 mil índios. Para efetivar o contato com os índios, Possuelo ficará pelo menos três anos no Vale do Javari. *(OESP, 17/10/96 e O Globo, 18/10/96)*

PRESSÕES DE MADEIREIROS CONTRA VIGILÂNCIA

O clima entre madeireiros e indigenistas no Vale do Javari voltou a ficar tenso no fim da tarde de ontem, quando um grupo de jagunços invadiu as terras da tribo arredia Korubo e ameaçou matar um por um os funcionários da Funai que mantêm vigilância na entrada da área, na foz do rio Itaquaí. A informação foi confirmada ontem pelo comandante do 8º Batalhão de Infantaria da Selva, coronel José Antônio Braga. Segundo a nota, várias ameaças de morte foram dirigidas aos indigenistas, a de ontem teria sido a mais grave. O administrador regional da Funai, Benedito Rangel, disse que não há ainda confirmação oficial da origem das ameaças. "Podem ser contrabandistas, madeireiros ou até mesmo narcotraficantes", revelou. O comandante militar de Tabatinga, porém, garante que as ameaças são fruto do confronto entre "uma força que quer madeira e outra força que quer preservar a etnia indígena". *(JB, 14/12/96)*

FUNAI AUTORIZA A RETIRADA DE TORAS JÁ DERRUBADAS

A Funai permitiu a entrada de madeireiros no Vale do Javari, na área dos índios Korubo. A autorização foi concedida para a retirada de um carregamento de madeira deixado para trás,

RICARDO BELIEL - ABR/99

FUTEBOL ANTI-DOPPING

Os quase mil km cortados pelo rio Javari, marcando a fronteira entre Brasil e Peru, fazem parte de uma das regiões mais isoladas do mundo. Segundo as polícias brasileira e peruana, os índios Matsé/Mayoruna, que habitam a região, são usados por traficantes peruanos para transportar grandes carregamentos de cocaína, ou produtos químicos, até as pistas de pouso clandestinas abertas na selva.

Durante uma operação da PF brasileira, em abril de 1999, para investigar a presença de traficantes na área indígena, um grupo de policiais foi à aldeia 31, onde vivem 312 mayoruna, em busca de informações. O agente Amauri Bezerra Lima, trêmulo de malária, contraída durante os 20 dias da viagem, foi recebido pelos desconfiados caciques no interior de uma grande maloca. Alertou para os riscos do envolvimento com traficantes, ofereceu medicamentos, e tentou apurar novas informações. Os índios ouviram em silêncio, apoiados em lanças e flechas, até que um jovem entrou pela pequena porta anunciando que havia encontrado uma bola de futebol no barco dos visitantes. Foi o suficiente para quebrar a formalidade da reunião. O cacique Antônio tomou a palavra e imediatamente desafiou o grupo de policiais para uma partida de futebol no centro da aldeia. Para Amauri e seu grupo era o equivalente a fumar o "cachimbo da paz".

Para os moradores da aldeia 31 seria a segunda oportunidade de participar de um jogo de futebol contra um time estrangeiro. A primeira foi quando seus parentes matsé, que vivem do outro lado do rio, em território peruano, levaram a primeira bola e os ensinaram a dar os primeiros chutes. Desde então estavam esperando a oportunidade para encontrar um novo adversário. Temíveis como guerreiros no passado, os mayoruna, não admitem perder. Enquanto os policiais deixaram suas armas no barco, improvisando um uniforme para jogar, os índios, concentrados em frente à maloca do cacique Antonio, pintaram-se e foram para o campo segurando suas flechas como para uma "guerra".

O campo de terra rapidamente foi transformado em pântano com a chuva que caiu durante a partida. A bola impregnada de lama, assim como todos os jogadores, muitas vezes era irreconhecível em meio a confusão de pernas e corpos caídos, na tentativa de fazer um gol. Os quarenta minutos de "guerra" entre policiais e índios resultou em um empate de três gols. Exaustos com o calor, e pelos efeitos da malária, resolveram decidir suas diferenças numa cobrança de pênaltis. Desistiram depois de várias tentativas sem sucesso. Ao final índios e policiais olharam-se, não mais como adversários, mas como vítimas de um sacrifício. Acabaram no rio tomando banho, como num vestiário de um grande estádio. Se em campo não conseguiram uma vitória, os policiais certamente conquistaram a confiança da tribo mayoruna. Sabem que nas próximas investigações uma bola de couro será mais eficiente do que temíveis metralhadoras (Ricardo Beliel, revista VSD, edição 1144, jun/99)

após a área ter sido interditada para assegurar a sobrevivência dos Korubo e favorecer a ação da frente de atração liderada pelo indigenista Sidney Possuelo. *(A Crítica, 14/01/97)*

SERTANISTA É MORTO POR KORUBO

Os índios Korubos, que após vários anos de isolamento entraram em contato no ano passado com uma expedição chefiada pelo sertanista Sidney Possuelo, mataram ontem (22/08/97) o auxiliar de sertanista Raimundo Batista Magalhães, conhecido como Sobral. A Funai ainda não tem detalhes sobre o ataque dos índios, que vivem no vale do Rio Javari. Nos últimos 20 anos, os Korubo, conhecidos como índios caceteiros por utilizarem bordunas como arma, já haviam matado sete servidores da Funai e dois funcionários da Petrobrás. *(JB, 23/08/97)*

PF INVESTIGA MORTE

A Superintendência da PF no Amazonas vai abrir inquérito para investigar a morte do funcionário da Funai, Raimundo Batista Magalhães, na TI Vale do Javari. Para a Funai, a causa do ataque seria uma reação a brigas, disputas e conflitos acumulados nos últimos anos. "Esses índios vêm sendo assassinados, massacrados, explorados, roubados pelos brancos há anos", disse Possuelo. Na região, há ribeirinhos que extraem madeira, caçam, invadem a área indígena. "Já ocorreram dezenas de mortes dos dois lados." No posto trabalhavam dez funcionários. Apenas Magalhães e mais dois eram efetivos. Os outros são contratados temporários. Três estão afastados, doentes de malária. *(A Crítica, 26/08/97)*

FRENTE DARÁ PROTEÇÃO AOS "ISOLADOS"

A Funai, através da Portaria nº 1.071, determinou que a proteção aos grupos indígenas isolados seja exercida pela Frente de Contato Vale do Javari/DEII (Departamento de Índios Isolados/Funai). A proteção ambiental da TI Vale do Javari também fica sob a responsabilidade da frente de contato. *(DOU, 02/12/98)*

DEU NO NEW YORK TIMES: A ÚLTIMA BATALHA TRIBAL

Em matéria de dez páginas publicada na revista de domingo do New York Times, Diana Jean Schemo relata a expedição de Sydney Possuelo no seu primeiro contato com os índios isolados Korubo.

Ilustrada por grandes fotos coloridas de Nicolas Reynard, mapas apontam para uma região onde, segundo a autora, "índios nus ainda vivem no ritmo da floresta, assim como há centenas de anos; comendo o que ela provê".

Na reportagem, Schemo questiona se esses índios isolados devem ser expostos ao mundo moderno. *(New York Times, 31/10/99)*

6. JURUÁ JUTAÍ PURUS

HEINER HEINE

Kulina

JURUÁ/JUTAÍ/PURUS
Terras Indígenas
Instituto Socioambiental - Dezembro de 2000

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
391	Acimã	Apurinã	40 Funai: 99	Homologada. Reg. CRI Dec. s/n de 03/11/97 homologa a TI. Reg. CRI Matr. na comarca de Lábrea RI 1963, Liv. 2-H, fl. 25 em 15/12/97. Of. 033 abre processo no SPU em 19/01/98	40.686	Lábrea	AM	PMACI.
353	Água Preta/Inari	Apurinã	165 Funai: 95	Homologada. Dec. s/n de 03/11/97 homologa a demarcação (DOU, 04/11/97)	139.763	Pauini	AM	PMACI
357	Alto Sepatini (Terra dos Macacos)	Apurinã	86 Funai: 99	Homologada. Reg. CRI Dec. s/n de 05/01/96 homologa a demarcação (DOU, 08/01/96). Reg. CRI Matr. R1-1962, Liv. 2-H, fl. 24 em 15/12/97.	26.095	Lábrea	AM	PMACI
20	Apurinã BR 317 km 124	Apurinã	162 Funai/R. Branco: 93	Homologada. Reg. CRI Dec. 251 de 29/10/91 homologa a demarcação administrativa (DOU, 30/10/91). Reg. CRI Boca do Acre (8.900 ha) Matr. 1758, Liv. 2, fl. 79 em 09/12/91, Lábrea (33.297 ha), Matr. 1642, Liv. 2F, fl. 386 em 28/11/91. Proc. SPU Of. 131 em 11/08/93	42.198	Boca do Acre Lábrea	AM AM	PMACI. Faixa de fronteira. Requerimento de pesquisa mineral. Rodovia BR-317 corta a área.
21	Apurinã do Ig. São João	Apurinã	58 Relat. GT: 98	Identificada/Aprovada/Funai. Sujeita a Contestação. Port. Funai 226/98 cria GT p/estudos e identificação da TI. Despacho do pres. da Funai aprova o relatório da identificação. (DOU, 03/12/99).	18.270	Tapauá	AM	Rodovia estadual no limite.
22	Apurinã do Ig. Tauamirim	Apurinã	74 Funai Manaus: 00	Homologada. Reg. CRI e SPU Dec. 253 de 29/10/91 homologa demarcação (DOU, 30/10/91). Reg. CRI de Tapauá Matr. RI-613, Liv. 2-D, fl. 15 em 31/05/90. Reg. SPU Cert. 006 em 16/04/96.	96.456	Tapauá	AM	Rodovia estadual corta a área. Faz limite com a Reserva Biológica do Abufari.
	Arama/Inauini	Isolados	0	A Identificar (Heck: 86)	0		Pauini	AM Isolados.
392	Banawa/Rio Piranhas	Banawa Yafi	215 Funai: 99	Delimitada. Port. Min. 260 de 28/05/92 declara de posse permanente (DOU, 29/05/92). Port. da Funai 86 de 12/02/99 cria GT para revisão de limites da TI (DOU, 19/02/99)	79.680	Tapauá	AM	PMACI
55	Boca do Acre	Apurinã	121 Funai: 99	Homologada. Reg. CRI Dec. 263 de 29/10./91 homologa a demarcação (DOU, 30/10/91), exclui área de servidão da BR 317. Reg. CRI Boca do Acre (8.772 ha) Matr. 1.718, Liv. 2-GD, fl. 30, 21/12/90. Reg. CRI em Lábrea (17.512 ha), Matr. 1.508, Liv 2-F, fl. 209 em 02/05/89. Proc. SPU Cert. 092 Suaf em 11/04/89	26.240	Lábrea Boca do Acre	AM AM	PMACI. Faixa de fronteira. Rodovia BR-317 corta a área
62	Cacau do Tarauacá	Kulina	230 Funai: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. n.272 de 29/10/91 homologa a demarcação (DOU, 30/10/91). Reg. CRI em Envira, Matr. R-1-171, Liv. 2-A, fl. 171 em 22/10/91. Reg. SPU Cert. 015 em 15/08/97.	28.367	Envira	AM	
67	Caititu	Apurinã Paumari Jamamadi	220 Funai: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU Dec. 282 de 29/10/91 homologa demarcação (DOU, 30/10/91). Reg. CRI Matr. 1503 Liv. 2-F, fl.192/195 em 31/03/89. Reg. SPU 173-AM em 29/07/88.	308.062	Lábrea	AM	PMACI.
516	Camadeni	Deni	65 Parecer/Funai: 91	Homologada Dec. s/n de 03/11/97 homologa a demarcação (DOU, 04/11/97) .	150.930	Pauini	AM	PMACI.
69	Camicuã	Apurinã	265 Funai: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU Dec. 361 de 24/12/91 homologa demarcação (DOU, 26/12/91). Reg. CRI Matr. 1766, Liv. 2-G, fl. 87/88 em 22/01/92. Reg. SPU Cert. 10 em 24/11/95	58.519	Boca do Acre	AM	PMACI.
405	Catipari/Mamoriá	Apurinã	120 Funai: 99	Homologada Dec. s/n de 03/11/97 homologa a TI (DOU, 04/11/97)	115.044	Pauini	AM	PMACI
91	Deni	Deni Kulina	672 Funai Manaus: 00	Em Identificação/Revisão. Port. 1813/E de 07/01/85 p/ identificação e levantamento fundiário. Contratação de consultoria técnica para realização do trabalho da identificação e delimitação (DOU, 14/06/95). Port. 1.028 de 06/11/98 cria GT p/estudos, levantamento e identificação da TI (DOU, 12/11/98). Port. Funai 126 de 01/03/99 cria GT p/estudos de levantamento e identificação. (DOU, 03/03/99).	998.400	Tapauá Itamarati	AM AM	
719	Fortaleza do Patauá	Apurinã	31 Funai: 99	Delimitada Portaria Ministerial 408 de 12/08/99 declara de posse permanente. (DOU, 13/08/99)	760	Manacapuru	AM	
387	Guajahã	Apurinã	135 Funai: 99	Homologada Dec. s/n de 11/12/98 homologa a demarcação (DOU, 14/12/98).	5.036	Pauini	AM	PMACI

JURUÁ/JUTAÍ/PURUS
Terras Indígenas (Continuação)
Instituto Socioambiental - Dezembro de 2000

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
445	Hi-Merimã	Marimã	0	Com Restrição de Uso. Port. pres. de Funai 553 de 15/07/96 estabelece restrição ao direito de ingresso, locomoção e permanência de pessoas estranhas aos quadros da Funai por 2 anos. (DOU, 26/07/96). Port. pres. Funai 786 de 28/07/98 prorroga a restrição ao uso da área por mais 2 anos (DOU, 30/07/98). Port. Funai 86 cria GT p/ estudo e levantamento de identificação da TI (DOU, 19/02/99).	365 000	Camarua Tapauá	AM AM	Isolados.
393	Igarapé Capanã	Jamamadi	40 Funai: 99	Homologada. Reg. CRI. Dec. s/n em 03/11/97 homologa a demarcação (DOU, 04/11/97). Reg. CRI em Boca do Acre Matr. 2.030, Liv. 2-H, fl. 75/76 em 29/12/97.	122.555	Boca do Acre	AM	PMACI. Requerimento de pesquisa mineral.
	Igarapé Carioca	Apurinã	0	Em Identificação. Proc. 1574/92 cria GT p/ identificação da área.	0	Manacapuru	AM	Sem localização
539	Inauini/Teuini	Jamamadi	107 Funai/R. Branco: 93	Homologada. Reg. CRI. Dec. s/n de 03/11/97 homologa demarcação (DOU, 04/11/97). Reg. CRI em Boca do Acre Matr. 2.029, Liv. 2-H, fl. 74 em 29/12/97	468.996	Boca do Acre Pauini	AM AM	PMACI. Flona Alto Purus incide parcialmente (67 863 ha aproximadamente) e a Flona Mapiá-Inauini incide aproxim. 1.812 ha.
409	Jacareúba/Katawixi	Katawixi Isol. do Jacareúba	0	A Identificar. Port. Funai/PP/272 de 10/02/87 p/ identificação e levantamento das necessidades dos índios isolados.	0	Canutama	AM	PMACI. Isolados
415	Jarawara/ Jamamadi/ Kanamanti	Jarawara Kanamanti Jamamadi	400 Funai: 99	Homologada. Dec. s/n de 14/04/98 homologa a demarcação (DOU, 15/04/98). Port. 1.011 de 04/11/98 cria Comissão Técnica p/efetuar pagto de indenização p/ benfeitorias consideradas de boa-fé (DOU, 12/11/98).	390.233	Lábrea	AM	PMACI
151	Jatuarana	Apurinã	65 Funai: 96	Homologada. Dec. 273 de 29/10/91 homologa a demarcação (DOU, 30/10/91).	5.251	Manacapuru	AM	Calha Norte.
421	Juma	Juma	6 Funai: 97	Delimitada. Port. do ministro da Justiça n. 282 de 30/07/93 declara de posse permanente. Port. Funai 26 de 18/01/99 cria GT p/realizar diagnostico antropologico junto ao grupo Juma. GT (DOU, 19/01/99).	38.700	Canutama	AM	
153	Juruá	Kulina	0	Em Identificação/Revisão. Port. Funai 1.463/E de 25/11/82 declara de posse permanente dos indígenas.	30.687	Juruá	AM	Faz limite com a Flona de Tefe
160	Kanamari do Rio Juruá	Kanamari	496 Neves/Labiak: 84	Homologada. Dec. s/n de 03/11/97. Resolução 74 de 14/10/99 revoga a resolução 45 de 01/04/97. É considera p/ efeitos da indenização as benfeitorias de boa-fé, dos ocupantes não-índios cadastrados no levant. Fundiário realizado p/ GT instituído p/ Port. 1.17/99 de 23/11/84 (DOU, 18/10/99). Port. Funai 1.055 de 04/11/99 cria Comissão Técnica p/ assinar escritura pública de reconhecimento de domínio em favor da União que será firmada no ato do pagto aos ocupantes de títulos de domínio (DOU, 10/11/99).	596 433	Eirunepe Itamarati Pauini	AM AM AM	
169	Kaxarari	Kaxarari	190 Funai/R. Branco: 93	Homologada. Reg. CRI. Dec. de 13/08/92 homologa a demarcação administrativa (DOU, 14/08/92). Reg. CRI de Lábrea (97.204 ha) Matr. 1 441, Liv. 2-F, fl. 113/114 em 13/07/88. Reg. CRI Porto Velho (48 647 ha) Matr. 4.909 Liv. 2-RG, fl. 001 de 23/12/88. Proc. SPU CT 150 Suaf em 10/06/88	145.889	Porto Velho Lábrea	AM RO	PMACI. Planafloro. Faixa de fronteira. Requerimento de pesquisa mineral
181	Kulina do Medio Juruá	Kulina	920 Funai: 99	Homologada. Dec. s/n de 11/12/98 homologa a demarcação (DOU, 14/12/98). Port. Funai 578 de 19/07/99 cria GT para atualizar levantamento fundiário (DOU, 21/07/99).	730.142	Ipixuna Eirunepe Envira	AM AM AM	
433	Kulina do Médio Jutaí	Kulina	30 Funai Manaus: 00	Em Identificação. Port. Funai/PP/1682 de 31/10/86 p/ levantamento da área.	0	Jutaí	AM	
708	Kumaru do Lago Uala	Kulina	280 GT/Funai: 95	Em Identificação. Port. Funai 745 de 18/08/94 cria GT p/ identificação da área (DOU, 22/08/94).	80.000	Juruá	AM	.
1144	Merimã	Isolados	0	Com restrição de Uso. Port. Funai 1.071 de 22/11/98 restringe direito de ingresso, locomoção e permanência na TI por 2 anos, por ser habitat de índios isolados (DOU, 28/11/98). Port. Funai 85 cria GT p/ estudos e levantamento da identificação (DOU, 19/02/99).	87.966	Tapauá	AM	Isolados

Terras Indígenas (Continuação)
Instituto Socioambiental - Dezembro de 2000

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
28	Mawetek	Kanamari	207 Relat. GT: 95	Delimitada Port. ministro da Justiça 559 de 07/10/99 declara de posse permanente indígena (DOU, 08/10/99).	118.000	Eirunepé	AM	Sem localização.
503	Paumari do Cuniuá	Katukina Paumari	53 Funai: 99	Homologada. Reg. CRI. Dec. s/n de 03/11/97 homologa a demarcação (DOU, 04/11/97). Reg. CRI em Tapauá Matr. 1.755, Liv. 2-E, fl. 45 em 31/12/97	42.828	Tapauá	AM	
30	Paumari do Lago Manissuã	Paumari	86 GT de Identif.: 96	Delimitada Port. do ministro da Justiça 295 de 13/04/00 declara de posse permanente indígena (DOU, 17/04/00)	22.713	Tapauá	AM	
472	Paumari do Lago Marahã	Paumari Apurinã	561 GT de Identif.: 98	Identificada/Aprovada/Funai. Sujeita a contestação. Port. Funai 1128 de 07/11/97 cria GT p/reestudar a TI, homologada com 79.141 ha por decreto de 08/09/98. Despacho do pres. da Funai aprova o relatório de estudos e identificação (DOU, 20/08/99).	118.000	Lábrea	AM	PMACI. Rodovia planejada BR-317.
382	Paumari do Lago Paricá	Apurinã Paumari Katukina	60 Funai: 99	Homologada. Dec. s/n de 08/09/98 homologa a demarcação (DOU, 09/09/98).	15.792	Tapauá	AM	
487	Paumari do Rio Ituxi	Paumari	46 Funai/R. Branco: 93	Homologada. Dec. s/n de 11/12/98 homologa a demarcação (DOU, 14/12/98). Port. 1.158 de 16/12/99 constitui Comissão Técnica para pagto. das indenizações de benfeitorias de boa-fé (DOU, 23/12/99).	7.572	Lábrea	AM	PMACI
23	Peneri/Tacaquiri	Apurinã	700 Funai: 97	Homologada. Dec. s/n de 03/11/97 homologa a demarcação (DOU, 04/11/97). Port. 1.336 constitui Comissão Técnica para pagto. das indenizações de benfeitorias de boa-fé (DOU, 18/12/97).	189.870	Pauini	AM	PMACI.
264	Rio Biá	Katukina	400 Funai: 99	Homologada. Reg. CRI. Dec. s/n de 03/11/97 homologa a demarcação (DOU, 04/11/97). Reg. CRI em Carauari Matr. 1.233, Liv. 2-E, fl. 248 em 12/01/98	1.185.791	Jutaí Carauari	AM AM	Rodovia planejada BR-230. Requerimento de pesquisa mineral
500	São Pedro/Sepatini	Apurinã	45 Funai: 91	Homologada. Reg. CRI. Dec. s/n de 03/11/97 homologa a demarcação (DOU, 04/11/97). Reg. CRI em Lábrea Matr. R-1954, Liv. 2-H, fl. 26 em 15/12/97	27.644	Lábrea	AM	PMACI.
202	Seruini/Marienê	Apurinã	230 Funai: 96	Delimitada. Demarcação Física. Port. do ministro da Justiça 813 de 10/12/98 declara de posse permanente (DOU, 11/12/98).	144.971	Pauini Lábrea	AM AM	PMACI. A área do Exército Gleba 25 de Setembro incide aproxim. 19.502 ha na TI
	Tapauá	Paumari Katukina	0	A Identificar. Funai: 93	0	Canutama	AM	Sem localização.
309	Terra Vermelha	Apurinã	45 Funai: 96	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 274 de 29/10/91 homologa a demarcação administrativa (DOU, 30/10/91). Reg. CRI Beruri Matr. 27, Liv. 2 R6, fl. 15 verso em 13/04/92. Reg. SPU Cert. 004 em 13/05/97	6.928	Beruri	AM	
510	Tumiã	Apurinã	45 Funai/R. Branco: 93	Homologada. Reg. CRI. Dec. s/n de 03/11/97 homologa a demarcação (DOU, 04/11/97). Reg. CRI em Lábrea Matr. R1-1965, Liv. 2-H, fl. 27 em 15/12/97.	124.357	Lábrea Lábrea	AM	PMACI.
351	Zuruahã	Zuruahã	135 Funai: 96	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec.266 de 29/10/91 homologa demarcação (DOU, 30/10/91). Reg.CRI Matr. RI/164, Liv. 2-B, fl. 17 em 13/06/90. Reg. SPU Cert. 004 em 12/04/95	239.070	Tapauá	AM	

Juma: a Tragédia de um Povo

Edmundo Antonio Peggion | Antropólogo, UFMT

AOS CINCO SOBREVIVENTES DE HOJE NÃO RESTA NEM A ESCOLHA DE ONDE MORAR

Os Juma tornaram-se conhecidos pelas ações trágicas impetradas contra eles. São vários os registros em que constam ataques e tentativas de extermínio. Na década de 60, lutavam para impedir o avanço da exploração em suas terras, enquanto os invasores buscavam acabar com toda sua população. Em 1964, aconteceu o maior dos massacres, no igarapé da Onça. Desse episódio sobreviveram apenas sete.

Esses sobreviventes permaneceram em suas terras, já sem representar qualquer perigo aos invasores responsáveis pela tentativa de extermínio. No final da década de 70 e início de 80, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) denunciou o massacre de 1964 através do jornal *Porantim*, caracterizando o fato como genocídio. Entretanto, ao que tudo indica, o assunto caiu no esquecimento.

HISTÓRICO DOS JUMA E DOS CONFLITOS

Os Juma, um povo de filiação lingüística Tupi-Guarani, habitam hoje a região do rio Açuã, próximo à cidade de Lábrea, ao sul do estado do Amazonas. A Terra Indígena Juma, localizada no município de Canutama-AM, tem 38.700 ha de extensão e foi declarada de posse permanente indígena através da Portaria nº 282 em julho de 1993. Os Juma pertencem a um grupo de povos denominados Kagwahiva, que migrou como um todo, de acordo com os registros históricos, da região do Alto Tapajós para as proximidades do rio Madeira. Nesse processo, ocorreram fragmentações e hoje os grupos Kagwahiva localizam-se numa ampla área, com vários grupos habitando o médio e alto rio Madeira e os Juma no Purus. Esses grupos têm em comum um complexo sistema de metades exogâmicas que recebem o nome de dois pássaros: Mutum e Taravé.

No Purus, os primeiros registros da área já apontavam os Juma como habitantes daquela região. Com o início da ocupação efetiva do local por não-índios, começaram as guerras contra os povos que lá residiam. Em meados do século XIX, buscava-se a interligação dessa bacia fluvial com o rio Madeira numa tentativa de evitar o seu trecho encachoeirado. É nesse momento que surgiram as referências mais pontuais acerca das populações indígenas que ali habitavam, vegetação e clima locais.

As principais referências desse período são de Manoel Urbano da Encarnação, que navegou pelo Purus em 1861, João Martins da Silva Coutinho, em 1862 e William Clandless, em 1864. São informações que dão conta também da possibilidade de ocupação efetiva por não-índios da região do Purus, que até então, em meados do século XIX, era ocupada basicamente pela população indígena .

Alguns acontecimentos desse período estabeleceram uma ação determinada em relação aos Juma. Em 1869, eles atacaram e mataram um casal que vivia na região, provocando o envio de tropas policiais ao local, a fim de evitar a interrupção do extrativismo. Tal fato ocorreu devido à imprudência de um homem que atirou contra um grupo indígena que lhe acenou amistosamente.

Os conflitos com as populações indígenas começaram a acirrar-se na segunda metade do século XIX, quando levas migratórias foram chegando gradativamente do Nordeste do Brasil para trabalhar no extrativismo. Esse acontecimento está diretamente relacionado com a crescente utilização da borracha pelas indústrias dos Estados Unidos e da Europa, que atingiu seu ápice por volta de 1910.

Padecendo perseguições contínuas, os Juma tentavam a todo custo manter seu território e integridade. Em novembro de 1959, eles atacaram um casal no igarapé Trufary, gerando uma grande revolta na população de Canutama. Entretanto, tal ataque foi resultado de uma invasão anterior de regionais a uma aldeia indígena. Após tomarem conhecimento do fato, a população local organizou-se em um pequeno exército, armado de espingardas e rifles com a clara intenção de exterminar toda a população Juma. Esse evento só não ocorreu devido à intervenção do delegado de polícia local, que demoveu o grupo de seu intento. Em um momento anterior, um grupo de regionais já havia invadido uma aldeia Juma, destruindo-a por completo.

Em 1993, Karé, um componente do grupo, de 35 anos, foi atacado e morto por uma onça. Os Juma reduziram-se, então, a seis indivíduos – um casal de velhos, um homem e suas três filhas -, que ficaram recebendo assistência esporádica da Funai através da Administração Regional (ADR) de Rio Branco, que possui em Lábrea um posto indígena da Frente de Contato Rio Purus, ligada ao Departamento de Índios Isolados da Funai.

No início dos anos 90, tentou-se o casamento das meninas Juma com homens Parintintin e Uru-eu-wau-wau. Contudo, todas as tentativas realizadas nessa época foram frustradas. Recentemente, como todos estavam com a saúde abalada, resolveram mudar-se para as proximidades da estrada que liga Lábrea a Humaitá. Nesse local, ficaram acompanhados de pescadores que transitavam pelo Purus. Esses, aproveitando-se da fragilidade do grupo, seduziam as jovens Juma, levando-as consigo para suas viagens através do rio (*Boletim de Ocorrência de Lábrea lavrado em 31/07/98*).

OS TEMPOS RECENTES

No ano de 1998, a Funai de Brasília começou a negociar a contratação de um antropólogo para propor uma solução alternativa ao povo, pensando em casamentos com indivíduos de organização social semelhante, uma vez que já não havia mais possibilidades matrimoniais internas. Ao mesmo tempo, a ADR de Porto Velho retirou os Juma de sua terra, transferindo-os para a Casa do Índio. Tentava-se, então, solucionar um outro problema: a falta de mulheres entre os Uru-eu-wau-wau da aldeia do Alto Jamary, em Rondônia.

Essa transferência, realizada à revelia dos representantes da Funai, tanto de Lábrea quanto de Brasília, acarretou no falecimento do casal de velhos, ocorrido no Alto Jamary e comunicado 20 dias após aos representantes das organizações indígenas e não-governamentais. Os falecimentos de Itevi, no dia 23 de dezembro de 1998, e de seu marido, no dia 13 de janeiro de 1999, (*Memo 003/98-PIV Alto Jamary/ADR PVH e Nota de serviço PIV Alto Jamary respectivamente*) denotam que a transferência dos Juma foi uma resolução desastrosa para esse povo.

OS IMPASSES CRIADOS

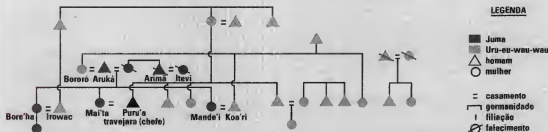
Hoje, os Juma estão reduzidos a cinco indivíduos – um pai, suas três filhas e uma neta. Tanto o pai quanto as filhas estão casados com os Uru-eu-wau-wau e vivem atualmente o impasse de voltar para suas terras ou de abandoná-la e viver na aldeia do Alto Jamary.

Aruká, o pai das meninas, recebeu uma mulher, Boropó, mas essa tem se recusado a permanecer muito tempo junto ao marido. Além disso, por já ter sido casada com seu tio materno, Boropó tornou-se alvo de uma crise interna nos Uru-eu-wau-wau. A ameaça de levarem-na para viver na TI Juma fez eclodir uma disputa pela permanência da mesma na aldeia do Alto Jamary.

Esse fator, associado à saída dos três principais caçadores, agora casados com as mulheres Juma, nos leva a considerar que a crise com relação ao povo Juma provocou um problema junto aos Uru-eu-wau-wau. Se os Uru-eu-wau-wau forem viver na Terra Juma, a aldeia Alto Jamary entrará em crise, e se os Juma forem viver junto aos Uru-eu-wau-wau, poderão desaparecer e a referida Terra Juma não será nem mesmo demarcada. No futuro, caso os filhos desses casamentos não sejam considerados Uru-eu-wau-wau, poderão reivindicar suas terras, que possivelmente estarão tomadas por invasores e destruídas suas unidades de recurso. (*abril, 2000*)

JOÃO PINDUCA RODRIGUES/A CRÍTICA - 1999

A juma Mandeí, filha de Aruká, e seu marido uru-eu-wau-wau Kowarivuru.

OS SOBREVIVENTES JUMA NO UNIVERSO DA ALDEIA URU-EU-WAU-WAU

O Isolamento dos Hi-Merimã

Luciene Pohl

Antropóloga consultora na Funai/Manaus

A EXISTÊNCIA DOS HI-MERIMÃ, ISOLADOS NO MÉDIO RIO PIRANHA, É CONFIRMADA POR MEIO DE RELATOS DE VIZINHOS. ENQUANTO ISSO, FRENTES DE EXPLORAÇÃO AMEAÇAM SEU FUTURO

Os Hi-Merimã, depois de terem sido considerados uma das grandes populações do rio Purus, com aproximadamente mil indivíduos em 1943, são, atualmente, um povo isolado. Vivem na bacia do rio Piranha situada entre os rios Juruá e Purus, sul do estado do Amazonas. Os Hi-Merimã também foram chamados de Maimã, Merimã e Marimã.

As notícias sobre eles são escassas e esporádicas. Segundo os dados levantados em campo, os encontros dos Hi-Merimã com seus vizinhos dizem mais sobre situações de confrontos e desentendimentos do que contatos pacíficos.

Estabelecer uma cronologia dos confrontos é tarefa bastante difícil. Entretanto, há pistas de que eles coincidam com épocas distintas de exploração econômica, tais como extração da sorva, da seringa e, atualmente, da madeira.

Pela condição de isolamento dos Hi-Merimã, só é possível traçar um perfil desse povo através dos relatos das comunidades vizinhas.

LUCIENE POHL - 1999

Jarawara, moradores da TI no limite leste da Terra Hi-Merimã.

JAMAMADI, OS VIZINHOS DO LESTE

Índios da família lingüística Arawá, que vivem na Terra Indígena (TI) Jamamadi/Jarawara/Kanamati, no limite leste da TI Hi-Merimã, dizem que vê-los é como procurar caça. Silenciosa e fortuitamente podem ser encontrados na mata, desaparecendo em seguida ao perceberem estar sendo observados.

Entre as histórias dos Jamamadi, consta que os Hi-Merimã procuraram estabelecer contato com eles. Mas houve pouco entendimento acerca dos verdadeiros objetivos, tanto de um lado quanto de outro, resultando na morte de vários Hi-Merimã.

Por meio dos relatos dos Jamamadi, é possível perceber uma constante necessidade de estabelecer diferenças entre os dois povos. Para eles, os Hi-Merimã são aqueles índios "brabos", que vivem na mata e têm costumes estranhos ao "bem viver" jamamadi. Esta relação torna-se clara quando os Jamamadi mostram os sinais deixados na área de caça, muitas vezes coincidente entre eles e os Hi-Merimã.

Acerca dos Jamamadi, relata Ehnrenreich, em expedição pelo rio Purus no ano de 1888: "Cada família tem o seu domínio de caça delimitado por marcos divisórios determinados. Para este fim,

usam-se tufos de pelos de animais (de capivara, aguti, macacos, espinhos de Cercolabes prehensilis, etc.), entalados em paus rachados que se levantam, de distância em distância, à beira do caminho que conduz da aldeia ao mato".

O mesmo tipo de delimitação do território de caça é atribuído aos Hi-Merimã. No entanto, a diferença está em possuir ou não um terçado ou facão amolado para cortar o marco e deixar algum resto de animal. Para efeito demonstrativo, os Jamamadi apontam para um crânio e um fêmur de macaco fincados em um pau, por eles cortado com o terçado e deixado no caminho e algumas penas de mutum, também fincadas no pau, que denotam a presença Hi-Merimã.

Cestos para transporte de alimentos coletados, deixados na mata pelos Hi-Merimã, também são bastante parecidos com os confeccionados pelos Jamamadi. Todaviam, apresentam diferenças, como a ausência de uma alça, conforme apontado pelo informante Jamamadi.

Durante uma caminhada de três dias com os Jamamadi, dentro da TI Jamamadi/Jarawara/Kanamati, foi encontrado um local rico em vestígios dos Hi-Merimã. Lá, os Jamamadi explicam como os Hi-Merimã fazem a retirada de veneno usado na zarabatana e demais flechas: "Eles usam veneno, prá mim ele pegou pé do veneno, subiu, derrubou, desceu, bateu o cipó, taí o veneno que usa prá caçar. Bate, bate, bate com pé, ferve e mistura com água o veneno no funil e coloca na flecha. Tá tudo tirado, tá aí. Eles fazem flecha de arumã. Eles têm panaco, parece que ele faz a casca do jutaí para fazer vinho daí fica com pilão e coloca vara assim. Tem batata, cará de comer, na nossa língua é taia, tipo cará, dá no mato mesmo, uma batata mesmo que o cará, ele acha come. Tem jamú, a batata que dá na terra, grande, batata dos índios mesmo, ele rala, rala, espreme, tira goma, tira massa que ninguém num come, e a goma come com jutaí, carne. Massa não come, ele deixa. Papai parece que comeu esse, eu já não comi assim, papai quando anda assim no mato conta, por isso eu tô lembrando bem".

Há alguma regularidade nos vestígios deixados pelos Hi-Merimã. No verão, época de seca, eles deixam diversas marcas na região de extração de copaíba dos Jamamadi. "A gente topa e dá prá ver bem aí, rastro novo, quebrado novo, fogo dele aceso, tudo assim. De inverno eles vão se embora, passando longe, foi prá outro canto, casa dele, maloca dele. Longe. Ninguém não viu maloca dele porque é longe, não é perto não...". *(Relato de Toitinha durante os trabalhos de campo, na identificação e delimitação da TI Hi-Merimã, março-abril, 1999)*

BANAWÁ: HABITANTES DO MÉDIO PIRANHA

Índios também pertencentes à família lingüística Arawá encontraram os Hi-Merimã e dizem ter compreendido parcialmente sua língua. Mas houve entraves quando um "patrão" não-índio, para o qual os Banawá trabalhavam, tentou usufruir da mão-de-obra himerimã. Segundo relata Bidu, Banawá, que era muito jovem na época: "o nome de um era Sussu, ele não quis ficar aqui, ficou parece que uma semana trabalhando aqui e quis voltar para a terra dele mesmo".

De um encontro mais antigo entre esses dois povos, há informações sobre uma festa em uma aldeia. Os Banawá contam que as casas eram como aquelas da roça deles, de chão batido e sem parede, e não existia nenhuma maloca grande. Relatam que além de usarem somente tanga, ou amarrar o pênis, furavam o lábio inferior e introduziam um adorno de pau.

SOROWAHA OU ZURUAHÃ, OS VIZINHOS DO OESTE

Índios também falantes de uma língua da família Arawá e que vivem na Terra Indígena Zuruahã, que limita a oeste com a TI Hi-Merimã. Nos relatos dos Sorowaha, há várias histórias de hostilidades entre eles e os Hi-Merimã. Entre as quais:

"O pai da Jaxiri estava flechando peixe num lago perto do igarapé Pretão, onde atualmente tem a casa do Gamoni. Ele estava na margem do lago observando os peixes e bem na sua frente havia um morro. Ele estava meio agachado, olhando para o lago, quando ouviu um barulho (tipo um assobio para chamar a atenção). Olhou para o alto do morro e avistou alguns Maimã, estes apontaram flechas em sua direção e ele ficou só olhando, pois não sabia o que estava acontecendo. Os Maimã atiraram as flechas e acertaram uma flecha em cada clavícula. Ele saiu correndo, os Maimã o seguiram e acertaram mais uma flecha no ombro (entre o peito e o braço), sendo que ainda continuou correndo e caiu com a quarta flechada que o atingiu no saco escrotal quando tentava passar por cima de uma árvore que estava no caminho. Morreu ali mesmo.

Outro Sorowaha o encontrou, retornou para casa e comunicou aos outros. Todos os homens sorowaha pegaram suas flechas e arcos e saíram para buscar o morto. Não encontraram nenhum Maimã no local, pegaram o corpo e transportaram para casa, onde o colocaram em sua rede. Passou a noite.

No outro dia, de manhã bem cedo, saiu um Sorowaha para caçar e viu os rastros dos Maimã no roçado. Tinham vindo à noite roubar raízes de konaha (timbó). O Sorowaha voltou para casa e contou o que tinha visto. Novamente os Sorowaha se armaram e saíram à procura dos Maimã.

Não muito longe, avistaram os Maimã sentados em um pau, conversando. Os Sorowaha se aproximaram devagar e sem fazer barulho. Com a aproximação, os Maimã perceberam e saíram correndo, ficando a esposa de um Maimã mais atrás. Os Sorowaha a flecharam. Ela morreu e os Sorowaha continuaram flechando-a. Encheram o corpo dela de flechas". *(Estas informações não estão publicadas e foram cedidas por João Dal Poz. Encontram-se em Mitos e Histórias dos Sorowaha, narrados a Jonia Fank e Edinéia Porta da Equipe do Projeto Zuruaha, em colaboração com João Dal Poz e Mário Lúcio Silva, OPAN e Cimi Lábrea/Cuiabá. 1996)*

UMA VIZINHA DO SUL

Dona Inês é uma seringueira habitante do limite sul da Terra Indígena que já teve várias facas de seringa, facões e machados desaparecidos na estrada de seringa. Segundo ela, os índios têm um modo bastante peculiar de viver: " Pra fazer bóia eles fazem o fogo acolá, um fogo maior e aí faz um girau. Daí bota um negócio pra comer em cima, pra assar, a gente vê as varas. Aí pronto, eles andam fazendo assim. Às vezes, quando passava a chuva, eles pegavam jarina e botavam assim, escorando no pau, acho que era pra esperar passar a chuva, umas palhinhas escorada assim, não é nem pra dormir, pra passar a chuva. Eles pegam a palha, botam em cima da outra e amarram no pau."

Esta senhora afirma que nunca existiu índio nas proximidades de sua colocação, mas ao ser indagada sobre os vestígios atuais diz: "Agora nós ficamos cabreiro, né. Porque o índio é que nem onça, ele acostuma mas não amansa. É que nem eu tenho dito para os meus meninos, o brabo mesmo que nunca tem contato com ninguém um dia, dois, três, quatro anos fazendo sinal para eles e nada... Quatro anos é que eles foram atacar, mataram o pai dele! Mas não são estes índios daí, são de outro rio. Por isso eu digo para eles, às vezes, né? A gente nunca sabe".

A "NOVA" FRENTE DE EXPLORAÇÃO

Durante os trabalhos de campo de identificação e delimitação da TI Hi-Merimã, em 1999, jangadas com aproximadamente cem toras de madeira foram encontradas sendo rebocadas no barco de ribeirinhos residentes nas imediações do rio Piranha. A madeira transportada estava sendo retirada de dentro da TI já interditada, cujos limites são amplamente conhecidos pela pequena população local.

A extração de madeira tem sido a nova forma encontrada pela população da região para garantir seu sustento, além de motivo de constantes embates entre políticos influentes que defendem os interesses dos grandes madeireiros em oposição a técnicos ambientalistas.

Tal forma de extrativismo reproduz velhas práticas de clientelismo e aviamento que têm início com o ribeirinho passando pelos "patrões" regionais até as indústrias madeireiras exportadoras do Amazonas. Invade territórios pouco explorados, desrespeitando os direitos originários de povos que lá estão.

A abundância ainda encontrada na região certamente está com os dias contados. Na medida em que os recursos utilizados pela indústria madeireira vão se esgotando em locais mais freqüentados, os ribeirinhos avançam, percorrendo territórios preservados. Assim sendo, qual seria o futuro daqueles que têm no isolamento a sua alternativa de vida? *(abril, 2000)*

MADEIRA

MADEIREIROS EXPERIMENTAM NOVA ESPÉCIE

Madeireiros do Vale do Juruá garantem ter encontrado uma espécie com iguais ou melhores vantagens econômicas que o mogno: a árvore tarumã da várzea *(vitex cymosa bert ex spreng)*, que, de tão dura e resistente, é chamada por muitos caboclos de árvore-de-aço. Ela vem sendo explorada experimentalmente pela indústria madeireira do AM e os primeiros resultados são animadores. Não apresenta falhas internas, tem período curto de secagem e permite aproveitamento comercial em torno de 90% por causa do tronco uniforme.

A população dessa espécie é tão grande nas margens do rio Juruá, segundo o madeireiro George Valério, 42 anos, que seriam necessárias várias décadas de corte sistemático para esgotar os seus estoques nativos. "Tenho a impressão que podemos ter em nas mãos a nossa galinha dos ovos de ouro", atesta o madeireiro Orivan Antônio Lopes, 52 anos, um dos principais exportadores do Vale do Purus. "É uma forma de tirar a pressão sobre outras árvores, como o mogno, a cerejeira e a sumaúma", diz, com a experiência de quem corta madeira na região há 40 anos. *(A Crítica, 08/04/97)*

APURINÃ

FUNAI AVALIA BENFEITORIAS

A Comissão de Sindicância da Funai, instituída para avaliar as benfeitorias construídas por ocupantes não-índios em áreas consideradas indígenas, fez publicar duas resoluções sobre a questão. Na resolução 37, de 13 de novembro de 1996, a comissão decidiu aprovar o parecer que considera de boa fé as benfeitorias construídas por 20 ocupantes não indígenas dentro da TI Água Preta/ Inari. Já a resolução 38, do mesmo dia, aprova o parecer que considera de má fé as benfeitorias levantadas por Francisco das Chagas Venâncio, ocupante do Seringal Catipari, e de boa fé benfeitorias construídas pelos demais ocupantes não-índios na TI Catipari Mamoriá. As resoluções decorrem da realização da demarcação destas duas áreas. *(ISA, a partir de DOU, 19/11/96)*

NEGADAS CONTESTAÇÕES DA TI SERUINI-MARIENÊ

O Ministério da Justiça julgou improcedente a contestação da área indígena Seruini-Marienê por parte da empresa Agropastoril Novo Horizonte. A empresa, valendo-se do decreto 1.775/96, questionou a delimitação da área, mas não foi capaz de produzir prova capaz de contestar os laudos antropológicos que asseguram ser a área de ocupação tradicional dos Apurinã. *(DOU, 08/04/97)*

ÍNDIO É ASSASSINADO POR COMERCIANTE

O assassinato do índio Reginaldo Apurinã, ocorrido no último dia 18, no município de Lábrea (AM), deixou a aldeia Japiim em clima de revolta. "Os índios estão tensos e querem providências da Justiça para punir o assassino", afirmou ontem o coordenador da OPIMP, Moacir Apurinã, que esteve em Manaus para pedir ao Ministério Público o acompanhamento do processo.

Reginaldo foi morto com 13 tiros pelo atravessador de produtos agrícolas Antônio Jesus Rodrigues dos Santos, que está preso em Lábrea. O crime aconteceu depois de um desentendimento entre os dois em relação ao pagamento de um carregamento de castanha vendida pelo índio. Segundo Moacir, a relação entre índios e brancos tem sido conflituosa na área Ele espera levar do Ministério Público a garantia de que o processo contra o assassino não sofra interferência políticas. *(A Crítica, 25/04/97)*

JUSTIÇA SUSPENDE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO À AGROPECUÁRIA

O juiz da 16ª Vara Federal em Brasília, Francisco Neves da Cunha, suspendeu o pagamento de indenização à empresa Agropastoril Novo Horizonte, que possui títulos incidentes sobre a Terra Indígena Seruini/Marienê, habitada pelos índios Apurinã, no Amazonas. O ex-ministro da Justiça Nelson Jobim havia determinado à Funai que indenizasse a Agropastoril pela "posse e domínio" sobre as terras indígenas, além da indenização por benfeitorias de boa-fé. Em decisão liminar (datada de 27 de novembro de 1997), o juiz proibiu o presidente da Funai de efetuar o pagamento da indenização pelos títulos dominiais incidentes sobre as terras indígenas, por considerá-la inconstitucional e lesiva ao patrimônio pú-blico. *(Últimas Notícias – ISA, 13/03/98)*

MJ DÁ POSSE DE TI SERUINI/ MARIENÊ AOS APURINÃ

O Ministério da Justiça considerou a proposta apresentada pela Funai, objetivando a definição de limite da Terra Indígena Seruini/Marienê, e concluiu por declarar a TI como sendo de posse permanente dos índios, através da Portaria nº 813. *(DOU, 11/12/98)*

TI FORTALEZA DO PATAUÁ DECLARADA DE POSSE PERMANENTE

A Funai aprovou as conclusões do Resumo do Relatório de Identificação da Terra Indígena Fortaleza do Patauá, de ocupação tradicional do grupo Apurinã, com superfície de 760 hectares e 11 km de perímetro. Após seis meses da aprovação, o Ministério da Justiça a declarou posse permanente dos índios Apurinã através da portaria nº 408. A Terra Indígena está localizada no município de Manacapuru, AM. *(DOU, 04/02 e 13/08/99)*

APURINÃ ESTÁ PRESO INJUSTAMENTE

O promotor de Justiça João Lúcio de Almeida Ferreira disse que se houve algum erro no processo que levou à prisão do índio Apurinã Geraldo Florentino de Souza, 38, condenado a 12 anos por crime de homicídio, não foi do Poder Judiciário. A afirmação deve-se ao fato de que o índio foi condenado pelo Tribunal do Júri Popular de Boca do Acre. Geraldo está preso há três anos, como autor do assassinato do agricultor Raimundo João Abreu Souza, no município de Boca do Acre (a 1.038 quilômetros de Manaus). Após três meses da condenação, Almerindo José da Silva Filho, 24, se apresentou à polícia confessando o crime. O índio está preso na Penitenciária Desembargador Raimundo Vidal Pessoa e Almerindo vive livremente em Boca do Acre. *(A Crítica, 16/03/99)*

REUNIÃO SIGILOSA DISCUTE COMBATE AO TRÁFICO

Termina hoje, em Tabatinga (AM), fronteira com a Colômbia, um encontro sigiloso entre autoridades brasileiras e colombianas para tratar do combate ao tráfico de drogas, controle de fronteiras e impacto ambiental. Segundo o secretário nacional Antidrogas, Walter Maierovitch, que coordena o evento, a localização de laboratórios de refino de pasta-base de coca nas margens está contaminando rios da região com resíduos de insumos químicos usados no processo. Entre os resíduos lançados estão ácido sulfúrico, tiner, ácido clorídrico, acetona, petróleo, uréia e cimento. A partir da análise das águas pode ser possível até chegar à localização dos laboratórios. Segundo o secretário, os Rios Juruá e Içá, brasileiros, são portas de entrada para a coca, que é refinada em laboratórios ao longo dos Rios Caqueta e Putomayo, ambos na Colômbia.

Conforme Maierovitch, índios vêm sendo usados no transporte da coca por causa do conhecimento que têm de rios e igarapés. Como além do problema policial do tráfico há questões ambientais e sociais em jogo, a comissão brasileira em Tabatinga conta com agentes da Funai, do Ibama e da Secretaria de Ação Social, além da Receita e da Polícia Federal.
Maierovitch disse que os traficantes usam os índios para trazer insumos do Acre pelo rio Javari, passando pelos rios Solimões e Japurá, até entrar na Colômbia pelo rio Caquetá. A rota alternativa é pelo Rio Içá, que muda de nome para Putomayo ao entrar em território colombiano. "É nas margens dos rios Caquetá e Putomayo que ficam os principais laboratórios de refino dos cartéis colombianos", disse ele por telefone. *(OESP e JB, 28/05/99)*

APURINÃ GANHA LIBERDADE E PROCESSO VAI SER REVISTO

O índio apurinã Geraldo Florentino de Souza, 38, foi libertado ontem. Ele estava preso há mais de três anos na penitenciária agrícola Anísio Jobim, na BR-174. Ele agora vai aguardar em liberdade a revisão do processo que o condenou a 12 anos de prisão. *(A Crítica, 01/06/99)*

APURINÃ SOFRE NOVA CILADA

As suspeitas de que o índio apurinã Geraldo Florentino não teria paz, mesmo após ganhar liberdade no rumoroso processo em que foi condenado por crime que não cometeu, confirmaram-se ontem. Em telefonema aos advogados do Instituto dos Direitos Civis do Amazonas, ele informou que teria sido vítima de uma nova cilada preparada por fazendeiros e está preso na Delegacia de Boca do Acre, por ordem do juiz local. Os advogados de Florentino seguem hoje para Boca do Acre, onde vão se inteirar dos fatos e se possível, pedir o relaxamento da prisão. *(A Crítica, 03/07/99)*

APROVADA A TI APURINÃ DO IGARAPÉ SÃO JOÃO

A Funai, no despacho nº 73, aprovou as conclusões do Resumo do Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Apurinã do Igarapé São João. A terra é de ocupação do grupo Apurinã, tem superfície de 18.270 hectares e 87 km de perímetro e está localizada no município de Tapauá, estado do Amazonas. Esse relatório trata-se de um reestudo, pois o relatório anterior não incluiu, na delimitação da terra, lagos, igarapés e outras áreas imprescindíveis para a sua reprodução física e cultural. *(DOU, 03/12/99)*

DENI

POPULAÇÃO DECRESCE 20% EM QUATRO ANOS

Um povo marcado para morrer. Assim indigenistas e entidades de defesa dos direitos indígenas definem a situação dos índios Deni que, em conseqüência das doenças trazidas pelo homem branco e da falta de assistência da Funai, estão morrendo de tuberculose, pneumonia, malária e anemia. Dossiê do Setor de Saúde do Cimi mostra um quadro aterrador: 15% da população Deni está com tuberculose e 40% com anemia crônica. Em seis aldeias situadas às margens do rio Xeruã, houve um decréscimo de 20% nos últimos quatro anos.
"Com uma população de 500 pessoas espalhadas por pequenas aldeias entre a margem esquerda do rio Xeruã e as regiões centrais dos rios Cuniá, Mamoriá, Teutini e seus afluentes no oeste do Amazonas, o povo Deni é uma nação em extinção, em conseqüência dos constantes surtos de malária, sarampo e tuberculose trazidos pelos branco invasor", alerta Nicole Freris, médica do Cimi. A equipe do Cimi manteve contato com 271 índios Deni e confirmou que o processo se acelerou. Um exemplo da tragédia: de março de 1995 a abril desse ano, nasceram dez bebês, mas sete morreram de malária e pneumonia. *(O Globo, 12/05/96)*

ESTUDO CONFIRMA QUEDA NA EXPECTATIVA DE VIDA

A expectativa de vida dos índios caiu de 48,2 anos para 42,6 anos entre 1993 e 1995, de acordo com estudo realizado por Rômulo Moura, do Instituto de Medicina Tropical (IMT), de Manaus. Um exemplo da ineficiência do atendimento dispensado à saúde indígena, apontado no relatório do IMT, está localizado na capital amazonense. Apesar de ser considerado o principal posto de atendimento médico e triagem de índios de toda a Amazônia, a Casa do Índio de Manaus convive com superlotação e com a falta de isolamento daqueles que têm doenças contagiosas.
Em junho desde ano (1996), uma equipe de reportagem da Folha de S. Paulo encontrou na comunidade Deni 120 índios doentes e seus parentes acomodados em alojamentos adaptados como centro de internação para pacientes com tuberculose, fogo-selvagem, malária, catapora e outras enfermidades. A superpopulação e a falta de isolamento resultam "da falta de vagas na rede pública de saúde", esclareceu o administrador regional da Funai de Manaus, Benedito Rangel de Morais. *(Tupari, out/96)*

DESANIMADOS COM O FUTURO

Com grande parte de sua população acometida por alguma doença, os índios Deni estavam se recusando a procriar por não verem perspectivas melhores para seus filhos. A situação ficou tão grave que órgãos ligados aos direitos indígenas chegaram a pensar que este seria o fim da nação Deni. No mês de março, em carta encaminhada aos principais órgãos de saúde, vários índios fizeram um apelo desesperador. "Nosso povo continua morrendo, morre mais que nasce. Precisamos de ajuda". A carta foi assinada por 12 índios que temiam ver acontecer entre seu povo o mesmo que ocorreu no final da década de 1970, quando 85 índios Deni morreram vitimados pela tuberculose.
Segundo o coordenador regional do Cimi, Miguel Feeney, hoje a situação ainda é difícil, mas está melhor. A entidade mantém contatos permanentes com os Deni e está desenvolvendo um trabalho na tentativa de reestabelecê-los não só fisicamente mas também psicologicamente. Entre os trabalhos articulados pelo Cimi, está o projeto de uma reserva extrativista de borracha para os índios, em parceria com o Ibama, na comunidade da Mandioca.
Trabalho escravo - Um relatório de viagem sobre os índios Deni, o Cimi denuncia a existência de trabalho escravo entre os indígenas na extração de madeira de sua própria terra. "O velho patrão dos Deni, Raimundo Lopes, continua explorando a área como se nada tivesse mudado nessas últimas décadas. No primeiro semestre desse ano, o igarapé Rezemá ficou engarrafado com toras do senhor Lopes, enquanto os Deni ficaram devendo ao patrão. A exploração de madeira continua até a cabeceira do rio Xeruã. Contudo, os maiores beneficiados dessa devastação florestal são o prefeito do município de Itamarati e Valdemar Moraes, dono de uma serraria em Carauari (AM)", diz o relatório. *(A Crítica, 08/12/96)*

ESTADO RECONHECE EPIDEMIA

Cerca de 39 dos 291 índios Deni, na região do rio Juruá, centro-oeste do AM, estão contaminados pelo bacilo de Kock, que produz a tuberculose. Segundo Nicolas Freris, médica do Cimi, a situação é gravíssima na região devido à falta de assistência médica. O superintendente estadual de Saúde, Risonildo Almeida, disse que certamente o número de índios deni contaminados é muito maior do que se pode imaginar, chegando a atingir mais da metade da população. Para ele, o principal problema enfrentado pelo estado para diminuir o índice da doença é a falta de interação entre o Programa de Controle de Tuberculose e a Susam.

Caçador deni sopra um huhurid. Aldeia Kumari.

"O programa deve atuar mais próximo da superintendência, para que se possa tomar conhecimento de como está realmente a situação da população no estado", disse. Segundo a coordenadora estadual do programa, Fátima Praia, o AM ocupa há quatro anos o segundo lugar de incidência de tuberculose no Brasil, perdendo apenas para o Rio de Janeiro. O programa aponta como um dos fatores do alto índice de tuberculose no estado a falta de uma política agrícola para o interior, o que causa êxodo rural, fazendo a população se concentrar na periferia da capital, Manaus, vivendo em condições subumanas. *(A Crítica, 15/11/96)*

LÍDERES PEDEM AJUDA A ONGS

O projeto de apoio à autodemarcação elaborado pelo Cimi, Opan e Greenpeace nasceu a partir de um pedido das próprias lideranças indígenas durante visita das entidades à região em maio de 1999. "Os Deni querem a terra demarcada. Esse é o primeiro passo para garantir a continuidade de suas formas tradicionais de vida", afirma o representante do Cimi, Miguel Aparício.

A iniciativa terá uma duração prevista de seis meses e seus objetivos principais são mapear a realidade socioeconômica e de saúde dos Deni e treiná-los no uso de equipamentos úteis ao processo demarcatório. "Faremos oficinas de trabalho para introduzir o uso de GPS (equipamento de localização via satélite), por exemplo", assinala o responsável no Greenpeace pela implementação do projeto, Nilo D'Ávila. "Assim, os próprios Deni poderão trabalhar na definição dos limites do seu território".

Sete caciques das quatro aldeias Deni do Vale do Cuniuá (AM) estiveram presentes ao encontro com os ativistas do Greenpeace. O coordenador geral do Programa para a Demarcação das Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL) e representante da Funai, Artur Ribeiro Mendes, também participou. Em maio, o Greenpeace vai se reunir com as lideranças das aldeias do rio Xeruã para dar continuidade ao projeto. *(A Crítica, 22/04/00)*

"ISOLADOS"

FUNAI RESTRINGE ATIVIDADES EM ÁREA DE "ISOLADOS"

A Funai publicou, em julho e novembro, duas portarias estabelecendo restrições ao direito de ingresso, locomoção e permanência de pessoas estranhas em áreas localizadas no município de Tapuá (AM), região do rio Purus, onde há evidências da presença de índios isolados. A restrição tem validade de dois anos, a partir da data de publicação no DOU, e abre exceção de ingresso nessas áreas somente para pessoas autorizadas pelo Departamento de Índios Isolados da Funai.

A primeira portaria é a de nº 553, assinada em 15 de julho de 1996 e publicada no DOU no dia 26 do mesmo mês, e afeta uma área de 365 mil ha onde há indício da existência de índios Hi-Merimã. A segunda portaria, de número 1.071, foi assinada em 22 de novembro de 1996 e publicada no dia 28 seguinte, estabelecendo uma área de 87.966, contígua à primeira, onde há evidências de circulação de índio Marimã. A publicação dessas portarias é o primeiro passo para o reconhecimento dos direitos desses grupos sobre as terras que ocupam. *(ISA, nov/97)*

FUNAI PRORROGA RESTRIÇÃO

Em portaria de nº 786, a Funai resolveu prorrogar a restrição de ingresso, locomoção e permanência na Terra Indígena Hi-Merimã. A decisão considerou o prazo anterior insuficiente para o objetivo de proceder a identificação e delimitação da terra indígena à luz do Decreto 1.1775/96. *(DOU, 30/07/98)*

JUMA

MORRE MAIS UM JUMA

Os Juma - povo indígena instalado num afluente do rio Purus, cujo futuro é incerto face à impossibilidade de reproduzirem-se, perdeu mais um membro, uma mulher idosa, morta recentemente. Agora, são apenas seis índios, sendo um casal de velhos, um homem de meia-idade e três mulheres jovens. Diante disso, há quem especule sobre a possibilidade de recorrer à engenharia genética para garantir a perpetuação dos Juma. Por algum moralismo que não se entende, a Funai tem afastado sistemati-

camente essa possibilidade. A única boa notícia recente para os Juma é que suas terras devem ser demarcadas em breve. *(ISA, a partir de A Crítica, 15/11/96)*

REMOÇÃO ILEGAL E MORTE DE REMANESCENTES

O Cimi e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) encaminharam representação à Procuradoria da República do Estado do Amazonas solicitando providências e denunciando a Funai pela remoção ilegal e morte de dois índios Juma, uma das menores comunidades indígenas do país. Até setembro do ano passado, os Juma, sobreviventes de um violento massacre ocorrido em 1964, somavam seis pessoas sob o risco de extinção. Em outubro o administrador regional da Funai em Porto Velho, Sady Beavalti, sem o conhecimento dos funcionários do órgão que acompanham a comunidade, autorizou a remoção dos índios para a Casa do Índio (sob alegação de estarem doentes), e em seguida para a terra indígena Uru-eu-wau-wau, em Rondônia, com o objetivo de promover casamentos interétnicos. Durante a estada nesta área, dois idosos do grupo vieram a falecer, sem que tenham sido explicadas as causas.

Na representação ao Ministério Público, as entidades destacam trechos de memorando do chefe da frente de contato da Funai no Rio Purus, Rielli Franciscato, responsável pelo acompanhamento dos Juma que sequer sabia da saída dos índios de sua terra. No documento dirigido ao órgão em Brasília, Franciscato é taxativo em afirmar que não havia motivo que justificasse a transferência, ocorrida, segundo ele, sem a concordância da comunidade. Ele demonstra preocupação quanto ao estado de saúde do grupo no contato com a Casa do Índio. Para Franciscato, a morte dos idosos está relacionada a fatores psicológicos originados com a transferência abrupta. *(Informe do Cimi nº 352, 18/03/99)*

KAXARARI

CONSTRUTORA É ACUSADA DE INVADIR TERRA INDÍGENA

A Associação das Comunidades Indígenas Kaxarari, do Acre, entrou com representação criminal junto à Procuradoria da República contra a construtora Mendes Júnior, do ex-senador pelo Amapá, Henrique Almeida, responsabilizando a empresa por danos morais, materiais e ambientais às comunidades. Segundo a representação entregue esta semana ao procurador da República Luiz Francisco Fernandes de Souza, durante o asfaltamento da BR-364, em plena vigência do Pmaci, a Mendes Júnior invadiu as terras dos índios Kaxarari "saqueando enorme quantidade de pedra-granito", segundo o documento, e construiu um ramal que interliga a BR-364 à área da pedreira passando pelas terras indígenas.

A construtora é acusada de ter construído uma barragem represando as nascentes do rio Azul, principal manancial que abastece as comunidades Kaxarari, formando um lago que transformou-se em criadouro do mosquito anofelino, gerando um grande surto de malária e hepatite na região. O surto matou 12 índios, inclusive dois velhos líderes do grupo. A Mendes Júnior é acusada ainda de ter usado dinamite para exploração de uma pedreira, espantando a caça e contaminando as águas do rio Azul; de ter destruído cinco hectares de floresta primária e inundado uma área de seringueiras, castanheiras, madeiras de lei e ervas medicinais; ter facilitado a entrada de pessoas estranhas, como madeireiros e comerciantes na área indígena, promovendo desagregação sociocultural e econômica entre os Kaxarari. *(Folha do Amapá, 25 a 31/05/96)*

KULINA

DEMARCAÇÃO SOB CLIMA DE TERROR

Os índios Kulina denunciaram ontem em Manaus a morosidade com que está sendo tratado pelo polícia o incêndio ocorrido na sede da UNI-AC no município de Eirunepé. Segundo o tesoureiro da entidade, Tóia Machineri, o incêndio ocorrido dia 22 de abril faz parte das intimidações feitas por políticos com a intenção de paralisar os serviços de demarcação da TI Kulina do Médio Juruá.

A denúncia foi encaminhada à Procuradoria da República no Acre, no dia 5 de maio. Ao delegado de polícia de Eirunepé, Francisco Valdir de Alencar, a UNI fez solicitação para que, após as deligências policiais, a entidade tivesse como justificar a perda dos equipamentos de demarcação (um teodolito e dois rádiotransmissores) e alimentação estocada para a equipe de trabalho junto a entidade financiadora do projeto, a ONG Pão Para o Mundo, com sede na Alemanha. "Até agora não recebemos nenhuma informação sobre o resultado do laudo feito pelo Corpo de Bombeiros", disse o índio.

A situação entre índios e fazendeiros da região é tensa desde o desenvolvimento dos trabalhos de demarcação das terras, realizado em convênio com a Funai. Telefonemas anônimos ameaçadores têm sido feitos às lideranças indígenas e nenhuma providência foi adotada pela autoridade policial do município. Tóia disse também que a demarcação das terras indígenas fere interesses do narcotráfico da região. Ele explica que o trabalho estabelece pontos geodésicos para a área, o que facilitará um controle maior do Exército sobre a região. Há, ainda, a cobiça sobre a madeira (mogno) a caça e os recursos pesqueiros dos índios Kulina, revela Tóia. *(A Crítica, 12/05/96)*

DEMARCAÇÃO NO MÉDIO JURUÁ PODE GANHAR PRÊMIO

Nos últimos seis anos, um grupo de cinco pessoas conseguiu resistir aos interesses dos exploradores de madeira da Amazônia, lutando pela demarcação das terras dos índios Kulina, no Médio Juruá, próximo ao município de Eirunepé (AM). A perseverança e a seriedade do trabalho valeram o reconhecimento do Programa de Gestão Pública e Cidadania da FGV e da Fundação Ford, que selecionaram a iniciativa da UNI-AC como uma das 20 finalistas para as premiações desse ano. Criado em 1991, o projeto conseguiu, quatro anos mais tarde, iniciar concretamente o trabalho de demarcação de 770 mil ha de terra. Segundo Francisco Avelino Batista, responsável pelo projeto, foram gastos US$ 600 mil nos trabalhos demarcatórios *(JB, 28/09/97)*

MALÁRIA MATA NO JURUÁ

A Fundação Nacional de Saúde (FNS) anunciou ontem que enviará uma equipe do município de Fonte Boa (a 680 quilômetros de Manaus) para a região do Cumaru do Lago Uala, na localidade de Caiatú, no baixo Juruá, no Amazonas, a fim de combater a epidemia de malária que já matou duas crianças índias, da etnia culina, da aldeia Pau-Pixuna, no último fim de semana.

A FNS não informou a data do deslocamento da equipe mas os funcionários do setor do índio do órgão adiantaram que os agentes de saúde estarão viajando o mais breve possível para a localidade onde farão o diagnóstico, tratamento e controle de vetores. Até o dia 10 desse mês, segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em Manaus, dos 132 habitantes da aldeia Pau-Pixuna, 36 índios estavam com malária *vivax*, dez com a do tipo *falciparum*, a forma mais grave, e três apresentaram a malária mista (*falciparum* e *vivax*). Três crianças culina estão internadas em estado grave no hospital de Tefé, com malária *falciparum*. As duas que morreram no sábado tinham menos de um ano de idade.

O membro da coordenação regional do Cimi, padre Egon Heck, disse que o surto de malária não é surpresa para os índios. "O problema é que vem se agravando". Heck disse que o trabalho de prevenção contra a malária não vem sen-

do feito pelos órgãos competentes – FNS e Funai. O padre explicou que a Pastoral Indigenista de Tefé, cujos integrantes vivem nas aldeias, mostraram à FNS que a situação estava piorando e que havia a necessidade de se adotar medidas urgentes para combater a doença entre os índios.

Funai responsabiliza a FNS – O administrador da Funai em Manaus, Benedito Rangel de Morais, disse que a responsabilidade de controlar doenças como a malária nas comunidades indígenas é da Fundação Nacional de Saúde. Segundo ele, o decreto federal número 1.141, de 19 de maio de 1994, determina que a FNS exerça esse controle. "A Funai é responsável pela parte assistencial mas o controle das doenças endêmicas como a malária é de responsabilidade da FNS", disse. *(A Crítica, 17/06/98)*

AMEAÇA DE CONFLITO NO JURUÁ

A construção de benfeitorias dentro da área indígena Kulina, do Médio Juruá, no município de Eirunepé em uma comunidade de moradores não indígenas, pode resultar em conflito. A denúncia foi feita pela Operação Amazônia Nativa (Opan) e Conselho de Missão entre Índios (Comin). Representantes das duas entidades dizem que a inauguração de uma escola deve acontecer na segunda quinzena de março com a presença do governador Amazonino Mendes.

Segundo as entidades, em janeiro do ano passado o Ministério Público, atendendo à solicitação feita por elas e pelos próprios indígenas, impediu a entrada de representantes do município de Eirunepé e do governo do estado. Para os índios, a visita naquela ocasião teria como finalidade fortalecer os moradores dentro da área. Em dezembro foram abertas clareiras dentro da área indígena para possibilitar pouso de helicóptero, mas por pressão dos nativos, novamente a visita foi descartada.

Há fortes preparativos de uma viagem nesse mês para inaugurar tanto as escolas Kulina como a terceira escola dos não-indígenas, que tem como finalidade fortalecer a presença deles dentro da área, denunciam a Opan e Comin. A terra indígena, habitada pelo povo Kulina, foi homologada em 11 de dezembro passado e, para que seja concluída a regularização, é necessária a retirada de todos os ocupantes não-índios. Esta fase está em andamento. *(A Crítica, 17/03/99)*

ÁREA EIRUNEPÉ GANHA ESCOLAS

O prefeito de Eirunepé, Dissica Valério Tomáz, inaugurou no último final de semana três escolas, três postos de saúde e três geradores de energia em comunidades ribeirinhas do município, localizadas no rio Eiru, Médio Juruá. As benfeitorias, realizadas na área indígena Kulina, foram recebidas com satisfação pelos moradores do local. As escolas e os postos de saúde foram inaugurados nas comunidades de São Francisco do Alto Eiru, Estirão e São José, respectivamente situados a cerca de 80, 50 e 30 quilômetros da sede do município.

Os professores das escolas rurais foram treinados pela Secretaria Municipal de Educação (Semec), e nas aldeias as aulas serão ministradas em português e na língua kulina. Os professores das escolas indígenas serão dois índios. Na escola de São Francisco do Alto Eiru foram matriculados 22 adultos e 39 crianças. E nos estabelecimentos indígenas há cerca de 50 matriculados, entre crianças e adultos. O início das aulas está previsto para maio. *(A Crítica, 25/03/99)*

PAUMARI

FUNAI APROVA AS TIS DO LAGO MANISSUÃ E DO LAGO MARAHÃ

A Funai, através do despacho de nº 40, decidiu aprovar as conclusões do Resumo do Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Paumari do Lago Manissuã. A terra está localizada no município de Tapauá, AM, e possui superfície e perímetro aprovados de 22.713 hectares e 116 km respectivamente. Durante os trabalhos de demarcação física da área, os Paumari descobriram que os castanhais e lagos utilizados pelo grupo, de forma tradicional, estavam fora das áreas demarcadas. Diante disso, a Funai reconheceu a necessidade de proceder a revisão de limites da área, constituindo um Grupo de Trabalho com a finalidade de realizar os estudos e levantamentos necessários.

Além disso, também aprovou o Resumo do Relatório de Identificação da Terra Indígena Paumari do Lago Marahã, de ocupação dos grupos Paumari e Apurinã, com superfície e perímetro aprovados de 116.000 hectares e 230 km respectivamente, localizada no município de Lábrea, AM. *(DOU, 20/08/99)*

MINISTRO DECLARA DE POSSE PERMANENTE A TI DO LAGO MANISSUÃ

O Ministério da Justiça declarou, através da portaria 295, de posse permanente dos índios Paumari a TI Paumari do Lago Manissuã, com superfície aproximada de 22.713 há e perímetro aproximado de 116 km. Esta terra está localizada no município de Tapauá, AM e é de ocupação tradicional dos Paumari. *(DOU, 17/04/00)*

KANAMARI

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DECLARA POSSE DA TI MAWETEK

O Ministério da Justiça, tendo em vista o decreto 1.796, declarou a Terra Indígena Mawetek como sendo de posso permanente dos índios. A portaria que declara a posse, de nº 558, considerou os termos do despacho da Funai nº 18, que aprovou o relatório de identificação e o fato de que não houve contestação da caracterização indígena da terra, conforme o prazo de contestação estabelecido no decreto 1.775/96. *(DOU, 08/10/1999)*

7. TAPAJÓS MADEIRA

Sateré-mawé

Terras Indígenas

Instituto Socioambiental - Dezembro de 2000

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
13	Andirá-Marau	Sateré-Mawé	7 134 Funai Parintins 00	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec 93069 de 06/08/86 homologa a demarcação. Reg. CRI de Parintins (30.994 ha) Matr. 1.888, Liv.2 G, fl. 141 em 10/02/87;Barreirinha (143.044 ha) Matr 266, Liv 2-B, fl. 89 em 16/02/87; Aveiros (115.253 ha) Matr 3.060, Liv 2-G, fl 29 em 26/02/87; Itaituba (350.615 ha) Matr. 3.059, Liv. 2-G, fl. 28 em 26/02/87. Reg. SPU PA-07 em 07/05/87 e SPU RR Cert 160, fl. 359 em 01/05/87.	788 528	Itaituba Barreirinha Parintins Aveiro Maués	PA AM AM PA AM	Requerimento de pesquisa mineral. Incidência de Aprox. 90.328 ha do P. Nacional da Amazônia. Rodovia planejada PA-265.
1384	Apipica	Mura	68 GT/Funai 98	Identificada/Aprovada/Funai Desp. do Presidente da Funai aprova a TI (DOU, 26/04/00)		Careiro da Varzea	AM	
1336	Ariramba	Mura	73 Parecer/Funai 96	Delimitada. Port. do ministro da Justiça 827 de 11/12/98 declara de posse permanente. (DOU, 14/12/98).	10 762	Manicoré	AM	
53	Boa Vista	Mura	54 Funai Manaus 00	Identificada/Aprovada/Funai. Sujeita a contestação Despacho do presidente da Funai 21 de 21/12/99 aprova as conclusões do relatório de estudos e identificação (DOU, 24/12/99).	300	Careiro	AM	
	Cecaia do Piquiá	Mura	0	Em Identificação. Port 388 de 31/05/96 constitui GT p/astudos antropologicos de identificação e/ou revisão de limites (DOU, 04/06/96).	0	Manicorá	AM	
74	Capivara	Mura	154 Funai: 99	Em Identificação/Reservada/SPI. Port 1816/E de 08.01.85 p/identificação, definiçao de limites e lev. Fundiário. Planta de delimitação em 11/04/85.	650	Autazes	AM	
	Capoeira Grande	Mura	0	Em Identificação. Port. 388 de 31/05/96 cria GT p/ estudos antropológicos de identificação e/ou revisão de limites (DOU, 04/06/96).	0	Manicoré	AM	
83	Coatá-Laranjal	Munduruku Sateré-Mawé	1768 GT/ Funai: 97	Delimitada. Port. do ministro da Justiça 561 de 07/10/99 declarando de posse permanente (DOU, 08/10/99).	1.121.300	Borba	AM	Rodovia planejada AM-080
	Colônia São João	Mura	0	Em Identificação. Port. 388 de 31/05/96 cria GT para estudos antropológicos de identificação e/ou revisão de limites (DOU, 04/06/96).	0	Manicoré		
88	Cuia	Mura	77 Funai Manaus: 00	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec 309 de 29/10/91 homologa a demarcaçao (DOU, 30/10/91). Reg. CRI Autazes Matr 531, Liv 2 B, fl. 191 em 26/02/92. Reg. SPU Cert. 010 em 03/06/97.	1.322	Autazes	AM	Rodovia AM-465 corta a área.
89	Cunha	Mura	0	Em Identificação/Reservada/SPI. Port. 1.816 de 08/01/85 p/ identificação de limites e levantamento fundiário.	78	Borba	AM	
	Cunha Sapucaia	Mura	300 Funai Manaus: 00	Em Identificação. Port. Funai 1.039 de 04/11/99 cria GT p/ estudos e identificação na TI (DOU, 09/11/99).	0	Borba		
1159	Diahui	Djahoi	30 Edmundo Peggion 97	Identificada/Aprovada/Funai Port. Funai 742 de 01/09/99 cria GT p/ realizar estudos e levantamentos de identificação da TI (DOU, 03/09/99.) Desp. Funai. aprova TI (DOU, 26/04/00)	47.600	Manicoré Humaitá	AM	
1370	Fortaleza do Castanho	Mura	75 GT/ Funai 97	Identificada/Aprovada/Funai. Sujeita a contestação Port. 053 de 16/01/97 cria GT p/identificação da TI Despacho do presidente da Funai n. 2 de 21/01/00 aprova conclusões do estudo de identificação (DOU, 25/01/00).	2.800	Careiro		
107	Gavião	Mura	77 Funai Manaus: 00	Homologada. Reg. CRI. Dec. 306 de 29/10/91 homologa a demarcação (DOU, 30/10/91). Reg. CRI em Grajau Matr. 8.390, Liv.2-RG, fl. 01 em 04/05/97.	8.611	Careiro	AM	
111	Guapenu	Mura	320 Funai Manaus: 00	Em Identificação/Reservada/SPI. Portaria 1816 de 8/1/85 cria GT p/ identificação de limites e levantamento fundiário. Planta de delimitação de 13/04/83	2.450	Autazes	AM	
	Igarapé Acurau	Mura	0	Em Identificação. Port. 388 de 31/05/96 cria GT para realizar estudos antropológicos de identificação e/ou revisão de limites (DOU, 04/06/96).	0	Manicore		
	Igarape Joari	Apurinã	24 Funai Manaus: 00	Em Identificação. Port. Cria GT p/ identificar a área	0	Beruri		
	Inajazinho	Mura	0	Em Identificação. Port. 388 de 31/05/96 cria GT p/ realizar estudos antropológicos de identificação e/ou revisão de limites (DOU, 04/06/96).	0	Manicoré		

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
134	Ipixuna	Parintintim	54 P. Kawahib 99	Homologada. Dec. s/n de 03/11/97 homologa a demarcação (DOU, 04/11/97)	215.362	Humaitá	AM	Polonoroeste. Requerimento de pesquisa mineral.
136	Itaitinga	Mura	25 Funai Manaus: 00	Delimitada. Em Demarcação.	160	Autazes	AM	
				Port. Minist da Justiça 307 de 16/08/93 declara de posse permanente (DOU,17/08/93). Contrato entre Funai e Consulnort Engenharia de Precisão Ltda. p/demarcação topográfica da TI, no valor de 7 800,00 Vigência de um ano a partir de 31/01/00 (DDU, 17/02/00).				
	Jutai do Igapó Açu	Mura	101 Funai Manaus 00	Em Identificação. Port Funai 1.039 cria GT p/ estudos e Identificação da TI (DOU, 9/11/99).	0	Borba		
519	Kayabi	Kayabi Apiaká Munduruku	387 Funai Itaituba: 00	Identificada/Aprovada/Funai. Sujeita a contestação Despacho do presidentes da Funai 28 de 23/06/99 aprova o relatório de estudos e identif. da TI. (DDU, 25/06/99).		1.408.000		Jacareacanga Apiacás
183	Lago Aiapoá	Mura	420 Funai: 94	Homologada. Reg CRI e SPU Dec.s/n de 12/08/93 homologa a demarcação (DOU, 13/08/93). Reg CRI de Beruri Matr. 075, Liv. 2-RG, fl. 40V de 09/12/94 Reg. SPU Cert. 001 em 17/11/95.	24.866	Beruri Anori	AM AM	
1120	Lago Capanã	Mura	28 Parecer/ Funai: 96	Delimitada. Port Ministerial 816 de 11/12/98. Declara de posse permanente indígena (DOU, 14/12/98)	6.290	Manicoré		
1135	Lago Jauari	Mura	145 Parecer/ Funai: 96	Delimitada. Port. do Ministro da Justiça 824 de 11/12/98 declara de posse permanante (DDU, 14/12/98)	15.180	Manicoré		
1343	Miguel/Josefa	Mura	258 Rel. Ident. 98	Delimitada. Port. Ministerial 345 de 14/07/99 declara da posse permanente (DOU, 15/07/99). Contrato Funai e Asserplan, Engenharia e Consult. p/ demarcar a TI. (DDU, 28/01/00).	1.100	Autazes		
214	Mundurucu	Munduruku	5075 Parecer/Funai: 95	Delimitada. Port. Ministro da Justiça 823 de 11/12/98 declara de posse permanente dos índios (DOU, 14/12/98).	2.340 360	Jacareacanga	PA	Requerimento e alvará de pesquisa mineral. Garimpo indígena e não indígena. Hidrelétrica planejada (B. S Manoel). Rodovia planejada BR-080 Hidrovia planejada.
	Muratuba	Mura	45 Funai Manaus: 00	Em Identificação. Consta na relação da Funai como terra em identificação.	0			
215	Murutinga	Mura	316 Funai: 94	Em Identificaçao/Reservada/SPI Port 1.816/E de 08/01/85 p/ identificação e definição de limites	1.270	Autazes	AM	
217	Natal/Felicidade	Mura	97 Funai: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 296 de 29/10/91 homologa a demarcação (DDU, 30/10/91) Reg. CRI Autazes Matr 533, Liv. 2B, fl. 191 em 25/02/92 Reg. SPU Cert. 012 em 16/06/97.	313	Autazes	AM	Dec. de homologação juntou as áreas Natal e Felicidade Reservadas/SPI.
223	Nove de Janeiro	Parintintim	80 Funai Porto Velho: 00	Homologada Dec. s/n de 03/11/97 homologa a demarcação (DOU, 04/11/97).	228 777	Humaitá	AM	Rodovia BR-230 no limite
	Onça	Mura	0	Em Identificação/Reservada/SPI Em revisão pela Funai	413	Borba	AM	
	Onça II	Mura	0	Em Identificação. Port. 388 de 31/05/96 cria GT p/ realizar estudos antropológicos de identificação e/ou revisão de limites (ODU, 04/06/96).	0	Manicoré	AM	
	Pacovão	Mura	34 Funai Manaus: 00	Em Identificação. Port. 1.039 de 4/11/99 cria GT p/ estudos e identificação da TI (DOU, 9/11/99)	0	Borba	AM	
227	Padre	Mura	54 Funai: 96	Identificada/Aprovada/Funai. Sujeita a contestação. Despacho do presidente da Funai aprova as conclusões dos estudos de identific. da TI (DDU, 24/12/99).	762	Autazes	AM	
	Pantaleão	Mura	0	Em Identificação Consta na lista da Funai p/ identificar anos 94 e 95	0	Autazes	AM	
234	Paracuhuba	Mura	87 Funai: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 310 de 29/10/91 homologa demarcação administrativa (DDU, 30/10/91) Reg. CRI Autazes Matr. 530, Liv. 2-B, fl. 191 (25/02/92). Reg. SPU. Cert. 011 em 06/05/97	927	Autazes	AM	

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)		Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
1131	Paraná do Arauato	Mura	103	Parecer/ Funai: 98	Delimitada. Port. ministro da Justiça 290 de 13/04/00 declara de possa permanente indígena (DOU, 17/04/00).	5 900	Itacoatiara	AM	
	Paraná do Mequira	Mura	0		Em Identificação Port 389 de 31/05/96 cria GT p/ realizar astudos antropológicos de identificação e/ou revisão de limites (DOU, 04/06/96)	0	Itacoatiara	AM	
466	Parauari	Isol. do Parauari	0		A Identificar. (Lino O. Neves: 86)	0	Maués Aximim	AM AM	Isolados. Garimpo não indígena.
1365	Pataué	Mura	47	Parecer/ Funai. 98	Identificada/Aprovada/Funai. Oaspacho do Pres. da Funai aprova a TI (DOU, 26/04/00)	619	Autazes	AM	
	Pinatuba	Mura	458	Parecer/ Funai. 96	Delimitada. Port ministro da Justiça 821 de 11/12/98 declara de posse permanente indígena (DOU, 14/12/98).	29 900	Manicoré	AM	
245	Pirahã	Mura Pirahã	360	Funai Porto Velho: 00	Homologada. Dec s/n de 03/11/97 homologa a demarcação (DOU, 04/11/97)	346 910	Humaitá Manicoré	AM AM	Rodovia BR-230 no limite.
	Praia do Índio	Munduruku	65	Funai Itaituba: 00	Demarcada pelo Incra. Lote demarcado pelo Incra em 1986, Projeto Fundiário Cachimbo Lote 739, Gleba Arraia (Funai/Belem).	28	Itaituba	PA	
	Praia do Mangue	Munduruku	115	Funai Itaituba: 00	Demarcade pelo Incra. Lote demarcado pelo Incra, Projeto Fundiario Cachimbo, Lota 738, Glaba Arreia (Funai/Belém)	30	Itaituba	PA	
260	Recreio/ S. Félix	Mura	139	Funai: 94	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 295 de 29/10/91 homologa demarcação. (DOU, 30/10/91). Reg. CRI Autazes Matr. 532, Liv. 2 B, fl. 191 em 25/02/92. Reg. SPU Cert. 006 em 22/11/95.	251	Autazes	AM	
1363	Rio Jumas	Mura	44	GT Ident.: 97	Delimitada. Port ministerial 289 da 17/04/00 daclara de posse permanente (DOU, 17/04/00).	8.862	Careiro	AM	
1128	Rio Manicoré	Mura	52	Parecer/ Funai: 98	Delimitada. Port ministro de Justiça 819 de 11/12/98 declara de posse permanente (DOU, 14/12/98).	19 300	Manicore	AM	
1133	Rio Urubu	Mura	374	Paracer/ Funai: 98	Delimitada. Port. do ministro da Justiça 294 de 13/04/00 declara da posse parmanenta (DOU, 17/04/00)	27 500	Itacoatiara		
278	Sai Cinza	Munduruku	1.022	Funai Itaituba: 00	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 393 de 24/12/91 homologa demarcação (DOU, 26/12/91). Reg. CRI Matr. 4155, Liv. 2, fl. 275 em 10/01/90. Reg. SPU PA-06, Liv. 2, fl. 510/511 28/03/89.	125 552	Itaituba	PA	Requerimento de pesquisa mineral. Garimpo indígena. Rodovia BR-230 no limite.
	Selsal	Mura	0		Em Identificação Port. 388 de 31/05/96 cria GT p/ realizer estudos antropologicos de identificação e/ou revisão de limitas (DOU, 04/06/96)	0	Manicoré	AM	
289	São Pedro	Mura	47	Funai: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec s/n de 05/01/96 homologa a demarcação (DOU, 08/01/96). Reg. CRI de Autazes Matr. 314, Liv. 2-A, fl. 314 em 14/12/87. Reg. SPU Cert.175, Liv. 380 em 29/07/88.	726	Autazes	AM	
756	Sepoti	Tenharim	65	GT Ident.: 98	Delimitada. Port. do ministro da Justiça 296 de 13/04/00 declara de posse permanente (DDU, 17/04/00).	247.859	Humaitá Manicoré	AM AM	
843	Tabocal	Mura	15	GT/ Funai: 97	Identificada/Aprovada/Funai. Sujeita a contestação. Port. Funai 053 de 17/01/97 cria GT p/ estudos e identificação da TI. Despacho do pres da Funai 71 de 28/11/99 aprovando o relatório de identificação (DDU, 03/12/99).	907	Careiro	AM	
129	Tenharim do Igarapé Preto	Tenharim	60	Funai Porto Velho. 00	Delimitada Port. Ministro da Justiça 559 de 07/10/99 declara de posse permanente (DDU, 08/10/99).	88.240	Manicore	AM	Requerimento e alvará de pesquisa mineral. Estrada da mineradora no limite da área.
307	Tenharim/ Marmelos	Tenharim	460	Funai Porto Velho: 00	Homologada. Reg. CRI. Dec. do pres. F.H. Cardoso da 05/01/96 homologa a demarcação (DOU, 08/01/96). Reg. CRI de Manicore (257.662 ha) Matr. 1 295, Liv.2-4, fl. 264 am 31/01/96; am Humaitá Matr. 2 458, Liv. 2-I, fl. 178 am 19/03/96	497.521	Humaitá Manicoré	AM AM	Raquerimento de pasquisa mineral. Garimpo indígena. Rodovia BR-230 corta a área.
317	Torá	Torá Apurinã	103	GT Ident.: 96	Delimitada Port. do ministro da Justiça 293 de 13/04/00 declara de posse permanente indígena (DOU, 17/04/00)	50.600	Manicoré Humaitá	AM AM	Alvará da pesquisa mineral

Terras Indígenas (Continuação)
Instituto Socioambiental - Dezembro de 2000

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
318	Tracajá	Mura	0	Em Identificação/Reservada/SPI Port. 1.816 de 08/01/85 p/identificação, definição de limites e levantamento fundiário.	690	Autazes	AM	
319	Trincheira	Mura	169 Funai, 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 91.143 de 20/08/86 declara de posse permenente (DOU, 21/08/86). Reg. CRI de Autazes Matr. 288, Liv. 2-A, fl. 313 em 14/12/87. Reg. SPU AM-174 em 29/07/89.	1.624	Autazes	AM	

Os Mura Lutam para Recuperar suas Terras

Marta Amoroso | Antropóloga/ISA, especialista em história Mura

ATINGIDOS PELO INTENSO CONTATO COM OS BRANCOS DESDE O SÉCULO XVIII E POR UMA POLÍTICA INDIGENISTA QUE LOTEOU E REDUZIU SUAS TERRAS, OS MURA TENTAM RECUPERAR PARTE DELAS NA REGIÃO DO MADEIRA

Os últimos anos foram decisivos para a população Mura, habitante tradicional do rio Madeira, no Amazonas. Em agosto de 1990, os Mura do município da Autazes, AM, criaram o Conselho Indígena Mura (CIM), primeira e mais importante organização não-governamental da etnia. Mais recentemente uma antiga reivindicação da etnia - a demarcação das suas terras -, conduzida pelos coordenadores do CIM, teve enfim repercussão nas esferas federais. Em 1996 a Funai deu início à identificação e delimitação das Terras Indígenas Mura, criando cinco grupos de trabalho encarregados de verificar a situação da população mura nos municípios de Itacoatiara, Careiro, Borba, Autazes e Manicoré, todos no estado do Amazonas.

Contatados no século XVIII pela missão jesuíta, que visava se assentar às margens do rio Madeira e pelo sistema colonial do Grão-Pará, os Mura registram longa convivência com a sociedade nacional, história marcada pela escravidão no período colonial e o trabalho semi-escravo para patrões que monopolizavam o extrativismo da castanha-do-pará na área indígena.

O processo de demarcação das terras mura é igualmente antigo. Em 1917 o Governo do Estado do Amazonas, através da lei nº 941, de 16 de outubro, autorizou a concessão de lotes de terra à população indígena do estado. O ato legal moveu o extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI), a demarcar lotes destinados aos Mura nos municípios de Manicoré, Careiro, Itacoatiara e Borba. Parte significativa das terras Mura que permaneceram ocupadas, conservam esses marcos de madeira do SPI, atestando direitos muito antigos à terra.

A demarcação realizada pelo SPI seguia um modelo da política indigenista da época, de distribuição de pequenos lotes de terra aos índios, com o objetivo de liberar o restante da área para a ocupação e exploração pela população regional. Tal política condenou os Mura a viver nesses lotes que pontilham o vasto território original de circulação da etnia, identificado anteriormente com a bacia do rio Madeira.

Assim, se a política de terras do SPI de um lado garantiu a presença Mura em um território tradicional, ela foi a principal responsável por situações de evasão e conflito, que marcam a história da etnia neste século. Parte considerável da população mura migrou para as cidades - Manaus, Borba e Autazes, principalmente - onde vivem em bairros exclusivamente Mura. A população que permaneceu nas aldeias, por sua vez, teve que lutar contra ameaças de arrendamento de seus castanhais, em contratos efetuados pelo SPI, órgão de tutela da época.

ELIANE PEQUENO · 1996

Wanderley Guedes Farias, Antonio Guedes dos Reis, Maria e Raimundo, seu filho. TI Pinatuba.

IDENTIDADE MURA

O processo de delimitação e demarcação da Terra Indígena Cunhã-Sapucaia expõe, de um lado, traços da identidade mura e de outro, os dilemas de identidade de uma população indígena

AS TERRAS MURA

O trabalho de identificação e demarcação das Terras Mura está sendo financiado pelo Programa Piloto para Proteção de Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), através do Projeto Integrado de Proteção das Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL). Apresentamos abaixo a situação dos trabalhos de identificação e delimitação das Terras Indígenas Mura, segundo os diferentes estágios de reconhecimento oficial.

TERRAS DEMARCADAS E HOMOLOGADAS (ANTERIORES AO PPTAL)

Terra Indígena	Município/UF
Cuia	Autazes, AM
Natal/Felicidade	Autazes, AM
Recreio/São Félix	Autazes, AM
São Pedro	Autazes, AM
Trincheira	Autazes, AM

TERRAS DECLARADAS DE POSSE PERMANENTE

Terra Indígena	Município/UF
Itaitinga	Autazes, AM
Miguel/Josefa	Autazes, AM
Rio Manicoré	Manicoré, AM
Ariramba	Manicoré, AM, que compreende as seguintes áreas: Área Ariramba; Área Igarapé dos Mura e Área Mura do Baetas
Lago Capanã Palmeira e Área Guariba	Manicoré, AM, que compreende a Área
Pinatuba	Manicoré, AM
Lago Jauari	Manicoré, AM
Rio Urubu	Itacoatiara, AM
Paraná do Arauató	Itacoatiara, AM
Rio Jumas	Careiro, AM

TERRAS COM ESTUDOS DE IDENTIFICAÇÃO APROVADOS PELA FUNAI, *publicados no Diário Oficial, a fim de cumprir o prazo de 90 dias, para contestações de interessados. Encontram-se ainda sem portaria do ministro da Justiça:*

• **Terra Indígena Tabocal** *(município de Careiro, AM)*
Superfície e perímetro aprovados: 907 ha e 17 km, respectivamente. População: 15 pessoas (em 1997). Despacho do presidente da Funai nº 71, publicado no DOU em 03/12/99.

• **Terra Indígena Boa Vista** *(município de Careiro da Várzea, AM)*
Esta terra foi homologada no dia 11/12/98, com 133 ha. Teve seus limites revistos. Superfície e perímetro aprovados: 300 ha e 21 km, respectivamente. População: 38 pessoas (em 1998). Despacho do presidente da Funai nº 86, publicado no DOU em 24/12/99.

• **Terra Indígena Fortaleza do Castanho** *(município de Careiro, AM)*
Superfície e perímetros aprovados: 2.800 ha e 31 km, respectivamente; População: 75 pessoas (em 1997). Despacho do presidente da Funai nº 2, publicado no DOU em 25/01/00.

• **Terra Indígena Padre** *(município de Autazes, AM)*
Esta terra foi homologada no dia 23/05/96, com 391 ha. Teve seus limites revistos. Superfície e perímetros aprovados: 782 ha e 13 km, respectivamente. População: 22 pessoas (em 1998). Despacho do presidente da Funai nº 87, publicado no DOU em 24/12/99.

TERRAS EM PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO
(segundo informações do DAF/Funai):

• **Terra Indígena Capivara** *(município de Autazes, AM)*
Com uma população de 154 habitantes (1997) e 827 ha, encontra-se em fase de estudo, aguardando o relatório do GT PP 315/PRES/97.

• **Terra Indígena Guapenu** *(município de Autazes, AM)*
Superfície de 3.498 ha e população de 285 habitantes (1997). Aguarda resultados do relatório do GT PP315/PRES/97.

• **Terra Indígena Jauary** *(município de Autazes, AM)*
Superfície de 3.559 ha e população de 112 habitantes (1997). Aguarda resultados do relatório do GT PP315/PRES/97.

• **Terra Indígena Lago do Limão** *(município de Autazes, AM)*
Superfície de 4.183 ha e 49 habitantes (1997). Aguarda resultados do relatório do GT PP315/PRES/97.

• **Terra Indígena Muratuba** *(município de Autazes, AM)*
Superfície de 954 ha e população de 31 habitantes (1997). Aguarda resultados do relatório do GT PP315/PRES/97.

• **Terra Indígena Murutinga** *(município de Autazes, AM)*
Superfície de 572 ha e população de 572 habitantes (1997). Aguarda resultados do relatório do GT PP315/PRES/97.

• **Terra Indígena Pantaleão** *(município de Autazes, AM)*
Com uma população de 300 pessoas (1997), aguarda estudos.

• **Terra Indígena de Patauá** *(município de Autazes, AM)*
Superfície de 619 ha e população de 47 habitantes (1998). Aguarda resultados do relatório do GT 969/PRE/98.

• **Terra Indígena Ponciano** *(município de Autazes, AM)*
Superfície de 1.540 ha e 15 habitantes (1997). Aguarda relatório do GT PP315/PRES/97.

• **Terra Indígena Arary** *(município de Borba, AM)*
Superfície de 40.750 ha e população de 221 habitantes (1997). Aguarda relatório do GT PP053/PRES/97.

• **Terra Indígena Cunhã-Sapucaia** *(município de Borba, AM)*
Superfície de 452.180 ha, 409.665 km de perímetro e uma população aproximada de 587 habitantes. Aguarda o relatório do GT PP1039/PRES/99. Reúne as localidades de Jutaí do Igapó Açu, Pacovão, Cunhã, Sapucaia, Igarapé Açu, Boca do Tupanã, Capana do Aracu, citadas na documentação histórica da Funai.

• **Terra Indígena Setemã** *(municípios de Borba e Nova Aripuanã, AM)*
Superfície de 18.900 ha e 77 habitantes (1997). Aguarda resultados do relatório GT PP053/PRES/97.

• **Terra Indígena Marinheiro** *(município de Careiro, AM)*
Superfície de 3.500 ha e população de 73 habitantes (1997). Aguarda resultados do Relatório GT PP053/PRES/97.

• **Terra Indígena Apipica** *(município de Careiro, AM)*
Superfície de 650 ha e 68 Habitantes (1998). Aguarda relatório GT PP969/PRES/98.

(Marta Amoroso/ISA - março, 2000)

Mura, T. I. Jauary, Município de Autazes.

cujo itinerário foi marcado pelo contato muito antigo e traumático com a sociedade nacional. Os Mura dessa região convivem há meio século com moradores não-índios, estabelecidos por vezes em aldeias próximas, que passam, com a proposta de demarcação, a compor a Terra Indígena de Cunhã-Sapucaia. Tal situação é exemplar para se apreender como os Mura constróem sua identidade étnica.

Quando em 1997 foram iniciados os trabalhos de identificação e delimitação das Terras Indígenas Mura do rio Igapó-Açu, levantamento do qual resultou uma proposta de demarcação de três terras indígenas – Igapó-Açu, Pantaleão e Cunha-Sapucaia – duas outras comunidades vizinhas apareciam como sendo ocupadas por não-índios. Os moradores da aldeia do Forno, no rio Igapó-Açu e da Comunidade Boa Sorte, na boca do rio Tupana, distinguiam-se da população Mura, e eram também classificados como não-índios pelos Mura.

Em 1999 foi iniciado o Grupo de Trabalho Borba II, a partir de uma solicitação das lideranças mura de revisão da proposta de 1997 e da sugestão da criação de uma área contínua, englobando as três terras indígenas descritas anteriormente. Nesta segunda proposta, as aldeias do Forno e Boa Sorte passavam a ser incluídas na TI Cunhã-Sapucaia. A justificativa das lideranças mura para a inclusão, baseava-se nas relações interétnicas mantidas pelos índios com os moradores das duas aldeias, relações em alguns casos muito antigas, mas que agora eram oficializadas pelas lideranças indígenas e dos não-índios, ambas as partes interessadas na inclusão dos não-índios na Terra Indígena. Os emblemas da aproximação eram os casamentos interéticos celebrados entre os Mura

PANTALEÃO: A TERRA INDÍGENA "ENGOLIDA" PELA CIDADE

Tal como outras áreas mura, o processo de identificação e delimitação da TI Pantaleão data do início do século, época de atuação do SPI. Situada à margem direita do Paraná Madeirinha, afluente da margem esquerda do rio Madeira, a TI Pantaleão foi sendo gradativamente invadida nas duas últimas décadas por loteamentos de novos bairros que foram englobando parte de sua área. O processo levou os Mura a reivindicarem, a partir de 1986, junto à Prefeitura de Autazes, a indenização pelo esbulho de suas terras. Das quarenta e cinco famílias nucleares indígenas visitadas pelo SPI nas primeiras décadas do século, restavam na década de 1980 somente 14, distribuídas em pequenos lotes espalhados de maneira irregular ao longo da área. Após os primeiros conflitos entre índios e não-índios, a Prefeitura de Autazes iniciou estudos para a avaliação da área ocupada, com o intuito de indenizar os indígenas ou realizar permutas com os mesmos. Em 1989, um levantamento populacional realizado pelas lideranças indígenas apontava nove famílias remanescentes, somando um total de 70 índios. Na ocasião, as indenizações foram calculadas pela Prefeitura, mas no ano seguinte, alegando falta de recursos, a Prefeitura recuou, informando que os Mura seriam expulsos da área e suas moradias seriam derrubadas.

Em 1991, a Funai e a Prefeitura de Autazes (administração do prefeito José Inácio Siqueira) firmaram acordo pelo qual seriam entregues aos Mura uma gleba contendo 100 lotes de terra, com saneamento básico, uma Casa de Apoio aos Índios, escola e posto médico. Do acordo, somente o posto médico e a Casa de Apoio foram entregues aos índios, nada mais foi cumprido pela Prefeitura.

As reivindicações dos Mura de Autazes, uma população calculada hoje em 748 pessoas, passou a se concentrar em dois pontos: a demarcação contínua das áreas Pantaleão e Mutirão e o cumprimento do acordo de 1991, firmado com a prefeitura local.

Em 1997, a Funai criou um grupo de trabalho (Portaria nº 315/PRES/97), que realizou levantamento de campo visando determinar as áreas urbanas e rurais ocupadas pelos Mura dentro da sede do município. Novo grupo de trabalho da Funai está sendo programado para o ano 2000, com o objetivo de reexaminar a situação das terras dos Mura em Autazes. O objetivo destes trabalhos de identificação e delimitação da TI Pantaleão, ainda em fase de finalização, é garantir à população mura condições de sustentabilidade, como áreas de cultivo próximas ao local do assentamento. (Equipe de edição, a partir de entrevistas com Maurício dos Santos e Manuel Garcia, CIM/Autazes e levantamento realizado por Eliane S. S. Pequeno, antropóloga/Funai, fev/2000).

das aldeias de Sapucaia e Pantaleão e os moradores da aldeia do Forno, como também os pactos de colaboração na fiscalização e aproveitamento comercial da área do rio Tupana estabelecidos com as lideranças de Boa Sorte. O caráter oficial dessa aliança pode ser notado, por exemplo, no esforço dos Mura em trazer o vigário da paróquia de Borba, que visita anualmente as aldeias, para, excepcionalmente, celebrar o casamento de um índio mura com uma moradora da aldeia do Forno. Os não-índios do Forno, por sua vez, passaram a reivindicar identidade indígena Munduruku, no que foram apoiados por uma ONG de Borba, encarregada de providenciar documentos de identidade "de índio".

Do ponto de vista dos Mura, este processo de inclusão de indivíduos e grupos familiares inteiros no interior da etnia segue um padrão que pode ser identificado na história genealógica das famílias. Foi também descrito pela documentação colonial relativa a esta população. Documentos da época da redução dos Mura (1785) fazem menção ao processo de "murificação" praticado pela etnia, que se caracterizava exatamente pela incorporação de índios de outras etnias, além de ciganos e negros foragidos, aos grupos mura seminômades. Lembremos que por ocasião da "redução voluntária" do século XVIII, a liderança que mediou as negociações entre os Mura e as autoridades coloniais era um índio manao, criado desde pequeno pelos Mura.

"CABOCLO LEGÍTIMO"

É uma categoria nativa presente na maioria dos depoimentos dos Mura, utilizada para indicar uma condição indígena particular, a do índio "misturado". Por *caboclo* o Mura alude ao componente biológico, o sangue indígena, ainda que misturado em casamentos com migrantes nordestinos ou imigrantes peruanos ou bolivianos; por ***legítimo*** sinaliza o que pertence a uma determinada área geográfica: caboclo legítimo do Matupiri, do Paraná do Madeirinha. Não é mais *índio* legítimo, porque viveu o processo civilizatório em todos os seus terríveis matizes no período colonial, assim como foi alvo das políticas públicas do século XX, do SPI à Funai. O Mura, ao falar em caboclo legítimo, reafirma a consciência do processo histórico vivido pelo grupo étnico. Nas palavras de Manuel Tiago, 80 anos, liderança mura de Sapucaia: "Mas o que foi afinal o SPI? Não foi feito para civilizar o índio?"

A identidade indígena dos moradores das aldeias de Cunhã-Sapucaia tende a se fortalecer no processo de demarcação das terras indígenas. Em contato com a sociedade regional os Mura se vêm, no entanto, freqüentemente questionados se seriam realmente índios. Diante destes dilemas, a população aldeã tem dado respostas por vezes burocráticas, como a de solicitar documentos de identidade emitidos pela Funai, onde junto ao nome e sobrenome, assinam "Mura". Os censos e levantamentos populacionais da terra indígena seriam outros recursos igualmente cartoriais que a população indígena lança mão para reafirmar sua condição étnica e confirmar opções individuais. O "se assinar como índio" em áreas que apresentam moradores não-índios ou indivíduos com uma identidade titubeante, funcionaria como uma atualização necessária, tanto para uso interno da comunidade, como para prestar satisfação aos órgãos indigenistas e entidades indígenas.

Pouco mais de uma dezena de famílias de não-índios deverá abandonar Cunhã-Sapucaia. Algumas delas habitam a região há tanto tempo quanto os moradores mais antigos da aldeia do Forno ou da Boa Sorte. A argumentação dos Mura para que estes moradores abandonem a área, baseia-se no fato dessas famílias evitarem por todos os meios se somarem à população indígena e, no entanto, se beneficiarem da exploração dos recursos econômicos da terra.

No perímetro proposto para a delimitação da TI Cunhã-Sapucaia estão inseridos quatro lotes regularizados pelo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Deles, apenas um pertence a uma moradora não índia que deverá abandonar a área. Os outros três pertencem aos Mura da localidade Boa União, aldeia do Jutaí do Igapó Açu, que buscaram na titulação da terra garantias para permanecerem no Igapó Açu. Confirmada a demarcação da TI, os Mura de Boa União perderão seus títulos de terra. A participação desses indivíduos nos trabalhos preliminares de identificação, a atuação de alguns deles como professores e lideranças indígenas junto à população local, indicam que é a defesa da Terra Indígena de Cunhã-Sapucaia, e não a posse de pequenos lotes individuais, que deverá de maneira geral mobilizar os esforços dos Mura daqui para frente. *(fevereiro, 2000)*

ELIANE PEQUENO 1996

Casa de Raul, com os demais habitantes da aldeia Boa União (22 moradores), TI Pinatuba.

Waraná: o Legítimo Guaraná dos Sateré-Mawé

Maurício Fraboni | Socioeconomista da Acopiama

DESCOBRIDORES DAS VIRTUDES FITOTERÁPICAS DO GUARANÁ, OS SATERÉ-MAWÉ, POR VIVEREM NO ÚNICO BANCO GENÉTICO DA PLANTA NO MUNDO, DEVEM CONQUISTAR UM VALOR DIFERENCIAL NO MERCADO INTERNACIONAL

O Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM) assumiu, em uma assembléia realizada em janeiro 1998, com a unanimidade dos presentes, um ambicioso desafio: fazer do Projeto Guaraná, iniciado experimentalmente pela coordenação do Conselho três anos antes, o motor econômico para uma verdadeira autogestão das 70 aldeias localizadas na TI Andirá-Marau, que possui 800 mil hectares, habitada por 7 mil pessoas e situada na fronteira entre o Amazonas e Pará.

A perspectiva dessa autogestão é uma realidade que é conhecida pelos tuxáuas por "Sateré-Mawé éco ga'apypiat waraná mimotypoot sése", o que pode ser traduzido como "as terras sagradas à natureza e à cultura do guaraná do povo Sateré-Mawé". Essa idéia pode ser interpretada como uma estratégia para manter, reconstruir e fortalecer um espaço antrópico caracterizado por uma economia suave que visa proteger o único banco genético do guaraná existente no mundo.

O PROJETO

Consiste em vender o guaraná produzido na área por um preço diferencial no mercado internacional, baseando-se no fato de que se trata de um produto biológico, nativo e inimitável. Através de um rigoroso esquema de composição de preço, os recursos gerados com essa venda visam unicamente o interesse geral dos Sateré-Mawé a longo prazo. Simplificando esse esquema, aproximadamente um terço dos recursos gerados é destinado aos cultivadores, um terço ao Conselho - para os gastos correntes e tutela do interesse coletivo da comunidade - e um terço para a transformação, comercialização, consultoria, promoção, monitoramento de impacto, controle de qualidade e pesquisa e desenvolvimento do projeto.

Com esse esquema, apesar de muito rigoroso, fica difícil para o CGTSM, conseguir defender, pelo menos em grande parte, as finalidades de longo prazo devido às pressões do gasto corrente e à redistribuição caótica dos recursos obtidos (pois as necessidades de cada família são em geral, grandes e urgentes), é a tarefa mais árdua e heróica que o projeto impõe.

A TRADIÇÃO: UM COMPROMISSO

Os Sateré-Mawé conservaram, das terras ancestrais, o coração da área de eleição do guaraná, "as terras altas". Eles, no que chamamos de nível "empírico", são os descobridores das virtudes fitoterápicas do guaraná,. São os guardiões de formas ritualizadas de produção (coleta e transplante das mudas espontâneas da floresta, cuidados especiais na torrefação em forno de barro, ao fogo de lenha aromática, etc.) e de seu consumo (relacionamento mítico-mágico com a personificação da planta, laço entre as "belas palavras" que a bebida de "çapó" de guaraná inspira nas reuniões políticas, o efeito de coerência e harmonia na organização social comunitária, etc.)

A tudo isso, precisa-se acrescentar o compromisso que o Conselho Tribal assume frente ao consumidor final de salvaguardar e, onde for necessário, resgatar e recuperar os recursos naturais e o ecossistema, assim como a identidade e o patrimônio cultural tribal - conjunto que, frente à consciência social moderna, aparece como valioso patrimônio da humanidade. Além disso, o Conselho se compromete a garantir equidade e transparência na repartição da renda.

O MERCADO

O pressuposto fundamental, então, é que o guaraná dos Sateré-Mawé pode vir a ser reconhecido no mercado internacional com um valor diferencial no plano qualitativo, assim como no plano

ético (produto que internaliza custos ecológicos e sociais, assim como valores culturais e sociais), qualidades que podem ser transferidas ao preço final. A oferta no mercado internacional de produtos que tenham, autenticamente, um conjunto de características equivalentes às do guaraná dos Sateré-Mawé é extremadamente mais baixa do que a demanda potencial e a procura que existe nesse sentido.

Não é por acaso que a importadora francesa Guayapi Tropical, responsável há alguns anos por ter conseguido o reconhecimento legal na França do guaraná como integrador alimentar, deixou de comprar guaraná em pó a US$ 10 por quilo para comprá-lo dos Sateré-Mawé ao preço único de US$ 41,4/kg, fixado pelo Conselho Tribal. Ou que a Cooperativa Terzo Mondo (CTM), importadora italiana pela rede da European Fair Trade Association, considere a colaboração com o CGTSM um projeto estratégico, a ponto de estar disposta a ir além das facilidades especiais, em nome do "comércio justo", chegando a pagar 100% do produto antecipadamente, cada vez que o CGTSM o solicita, expondo-se assim a riscos que qualquer operador consideraria altíssimos, mas permitindo dessa maneira que o projeto se desenvolva com ausência total de capital de giro!

Isto não acontece por acaso. Todavia, se a experiência dos Sateré-Mawé parece singular, não é devido tanto à especial e profunda identificação entre os Sateré-Mawé e o guaraná, pois existem produtos já conhecidos que teriam um potencial econômico comparável nas áreas indígenas da Amazônia. É também devido ao comportamento do CGTSM, baseado na idéia mestra que a autonomia política, reivindicada pelas comunidades indígenas, por um reconhecimento, antes de mais nada, jurídico e legislativo, se constrói de fato sobre a autonomia das escolhas econômicas. Consequentemente, baseando-se na experiência que esta última se constrói, por sua vez, sobre a credibilidade da organização tribal frente à comunidade de referência assim como frente aos parceiros da sociedade envolvente.

Em última análise, se o CGTSM desde 1995 (ano dos primeiros 20 kg de pó exportados) até hoje conseguiu manter o preço e multiplicar cada ano a exportação (a colheita de 1999 é de 3,3 toneladas de pó), é porque, apesar da inércia ou das resistências ativas do sistema, consegue manter sua credibilidade frente aos consumidores finais e às famílias de produtores.

OUTRAS ATIVIDADES

Para entender o que está mudando e o que se procura mudar entre os Sateré-Mawé, destacamos as principais dinâmicas introduzidas.

O caminho dos Antigos para um futuro comum

O novo estatuto, aprovado na Assembléia de 1998, que reunifica a tribo depois de sete anos de divisão entre o Andirá e o Marau, aponta a visão de um futuro possível e restitui dignidade à autoridade tradicional dos tuxáuas, esmagada durante decênios pelo sistema dos capitães criado pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Essa unificação nasce pela necessidade de garantir o funcionamento do Conselho como associação econômica, em primeiro lugar, com o fim de chegar à comercialização internacional direta.

Uma economia local integrada

A estratégia do Conselho em comprar o guaraná diretamente dos produtores, a um preço quatro vezes maior que o do mercado, não é suficiente para acabar com a exploração dos atravessadores pois eles, em resposta, inflacionam os preços dos produtos por eles comercializados. Por outro lado, o dinheiro poderia contribuir para monetarizar as relações entre "parentes", minando as formas tradicionais da reciprocidade e do mutirão. Por isso, se faz necessária a compra coletiva de mercadoria na cidade, o que permite ao CGTSM não somente derrubar os preços para ao mesmo tempo drenar o dinheiro, mas também privilegiar, por exemplo, a compra da produção autônoma das costureiras Sateré-Mawé que vivem em Manaus, favorecendo a manutenção dos laços étnicos, e começar um processo suave de reorientação do consumo em direção a produtos ecologicamente sustentáveis e apropriados.

O saber artesanal nos fornos de barro

O incentivo à volta do uso dos fornos de barro no lugar de fornos de ferro (caso os primeiros tenham sido abandonados) na torrefa-ção do guaraná, é fruto do compromisso de garantir a qualidade organolética do produto. Esse incentivo começa a se traduzir numa renascença geral do artesanato tradicional de utensílios de cozinha feitos de barro, patrimônio cultural que corria o risco de se perder.

Pioneiras na coleta diferenciada do lixo

A coleta diferenciada do lixo (pilhas e plástico), financiada pelo CGTSM e realizada pela Amism (Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé), essencial ao controle sanitário e na prevenção da poluição ambiental, surgiu para evitar a possibilidade de contaminação dos guaranazais; estimular a prevenção da degradação do meio ambiente e criar a oportunidade de abrir o baixo Andirá às formas de 'turismo responsável' (selecionado). Esta forma de turismo, planejada com a colaboração da Associação Comunitária Aspac de Silves, permitiria ao consumidor conhecer o guaraná e quem cuida dele.

Cuidar das abelhas nativas

A instalação racional de colmeias para criação de abelhas nativas é uma forma de contribuir para a melhoria da saúde na área fornecendo mel, pólen e própolis para consumo próprio e, também, para incrementar a produtividade dos guaranazais com a polinização. Esta produção de mel da florada do guaraná, com certeza, poderá ter acesso a nichos de mercado privilegiados. Mas esta atividade traz à luz a existência do triste costume de extração predatória, com a finalidade exclusiva de venda barata de mel para os atravessadores. A criação de abelhas pretende acabar com isso e ao mesmo tempo com o estresse cultural: a abelha ocupa importante posição na mitologia Sateré-Mawé e, portanto, merece respeito. Além disso, esta atividade contribui para o incremento da produção de frutas e ao retorno da caça.

Saldar a dívida com o pau-rosa

O projeto de manejo sustentável do pau-rosa nativo e de consórcio para uma destilaria de óleo essencial, obtido com métodos de extração pioneiros, que evitem o abatimento das árvores, é feito em colaboração com a Avive (Associação Comunitária de Mulheres de Silves). O seu objetivo é acabar com 40 anos de exploração predatória de um dos últimos estoques existentes dessa árvore em vias de extinção, exploração essa hoje fora da legalidade, da qual o homem indígena participou, através do clássico esquema do "aviamento". O projeto é um dos compromissos assumidos unilateralmente pelo CGTSM (com solene referência à co-participação, através da Coica, via Coiab, à Aliança do Clima) de salvaguardar o patrimônio florestal na área de difusão do guaraná nativo.

Entrar 'em consórcio' com o desenvolvimento regional

Está em processo de construção um consórcio, para produção de xarope de guaraná, entre o CGTSM, o Centro de Treinamento Rural de Urucará (a outra organização de produtores, caboclos, que veicula guaraná na rede de pontos de venda do comércio justo") e a Agrorisa (a empresa familiar que em troca de serviço transforma em pó e comercializa o guaraná do CGTSM). A produção do xarope é uma necessidade para valorizar economicamente o casquilho da semente - subproduto da transformação em pó - e é também, na realidade, um promissor instrumento de integração não subalterna na sociedade nacional. Cabe salientar que, ambos os casos - guaraná em pó e xarope - são projetos de consórcios abertos. A razão disso é política, no sentido alto e nobre da palavra: o Conselho quer reverter de vez o olhar sobre a sociedade indígena, não mais como um empecilho, mas sim como pólo de desenvolvimento local; e não apenas beneficiária passiva de assistência, mas sim responsável e cuidadosa dos interesses gerais.

As galinhas, o manejo florestal e o artesanato, e...

O financiamento, por parte do CGTSM, do projeto de criação de galinha caipira, organizado pela Amism, nasce para eliminar a importação de alimentos na área. Desdobra-se, logicamente, na substituição de ração industrializada por ração autoproduzida, utilizando plantas nativas, objeto de manejo. Essa ação não vai só servir para garantir, sem custo monetário, ração de alta qualidade às galinhas, sem introduzir poluição biológica na área (antibióticos etc.), mas também para começar a legitimar plenamente a reivindicação da Coiab frente ao Ibama, de liberação da exportação de artesanato tradicional indígena. Trata-se de garantir a conservação das mesmas plantas cujas sementes vão compor objetos de artesanato e cujas flores, fora da época de florada do guaraná, garantiriam alimento às abelhas!

VINCENT CARELLI - 1995

O preparo do çapó de guaraná.

ENFIM, A AUTONOMIA QUE CHEGA LONGE

É preciso sublinhar que o Projeto Guaraná nasceu, cresceu e se desdobra de forma totalmente autofinanciada. No sentido forte: até toda a atividade de assistência técnica ao Projeto na sua forma geral, realizada pela Acopiama - Associação de Consultoria e Pesquisa Indianista da Amazônia, é financiada pelo guaraná. A Acopiama não teria meios para funcionar em outros projetos da Coiab em andamento, assim como com outras organizações indígenas, se não fosse pelos Sateré-Mawé. Pequeno passo, talvez, de um longo e difícil caminho que levará um dia as comunidades indígenas até a liberdade de toda tutela! *(março, 2000)*

Conflitos e Demandas nas Terras Indígenas do Médio Rio Madeira

Edmundo Antonio Peggion

Antropólogo,
Universidade Federal de Mato Grosso

RECONHECIMENTO E REGULARIZAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS REVELA TENSÕES NUMA REGIÃO IGNORADA PELA IMPRENSA E PELAS AUTORIDADES FEDERAIS

Na região do Médio Madeira, vivem os grupos indígenas que se autodenominam Kagwahiva. São eles o Tenharim, Jahói, Parintintin, Torá (Txapakura), Apurinã (Aruák), Pirahã (Mura) e Mura (Mura). As reivindicações mais fortes começaram com os Tenharim do rio Marmelos, em 1994. Eles pediam a revisão de suas terras, já homologadas em 1996 (ver *Povos Indígenas no Brasil – 1991/1995, pág. 370*). Apesar disso, essa é uma das terras que ainda não foi reconsiderada. Até meados dos anos 90, estavam identificadas as Terras Parintintin, Pirahã e Tenharim do rio Marmelos.

Em 1997, começaram as identificações de terras indígenas na região através do Projeto Integrado de Proteção às Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), com o reestudo da Terra Indígena Tenharim do Igarapé Preto. Posteriormente se seguiram, em 1998, a identificação das TIs Tenharim do Rio Sepoti, Torá e, em 2000, está em curso a identificação da Terra Indígena Jahói. As terras Mura também estão sendo definidas através do PPTAL.

Embora a situação caminhe para uma melhora, algumas questões prementes têm se colocado para estes povos. Em alguns casos existe o conflito entre os índios e regionais, tais como assentados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e fazendeiros. Existem também conflitos entre grupos indígenas que disputam o mesmo espaço territorial. Além disso, a pressão externa tem levado as populações indígenas a explorarem intensivamente seus territórios e, em alguns casos, tem ocorrido mortes por conflitos gerados pela exploração dos recursos naturais.

RISCOS DE EXTRAÇÃO DE MADEIRA NO IGARAPÉ SEPOTI

Em meados desse século, os Tenharim trabalhavam na extração de produtos vegetais, como seringa e caucho, e viviam relativamente isolados da população regional. Suas relações eram intermediadas por comerciantes, que traziam bens manufaturados para trocar pelos produtos vegetais. Com o passar dos tempos, os vínculos com esses comerciantes se estreitaram, e alguns indivíduos Tenharim estabeleceram com eles alianças de casamento.

Parte do grupo continuou a viver acima das cachoeiras do rio Marmelos, mais próximos das cabeceiras, mas dois desses comerciantes, casados com mulheres tenharim, resolveram descer o rio, indo se estabelecer no rio Sepoti, um afluente do Marmelos. Neste local, fundaram aldeias e a população cresceu. Os descendentes casaram-se com mulheres da aldeia que permaneceu rio acima, localizada hoje na Transamazônica, mas continuaram a viver no Sepoti. O rio Marmelos, abaixo das cachoeiras até sua foz, foi ocupado por muitos núcleos habitados pela população regional, que subia o rio a partir de Auxiliadora, uma pequena vila pertencente ao município de Manicoré. Com a morte de uma mulher tenharim por falta de assistência, o grupo decidiu transferir-se para uma localidade mais próxima de Auxiliadora, fundando uma aldeia no rio Marmelos denominada Estirão Grande. Entretanto, nunca abandonou o rio Sepoti, de onde retirava todos os produtos necessários à sobrevivência do grupo.

A Terra Indígena Sepoti foi identificada recentemente e levou-se em consideração o fato de os índios transitarem por duas áreas. A Terra Indígena Sepoti possui, assim, duas glebas - Sepoti e Estirão Grande. Atualmente, os Tenharim do rio Sepoti têm vivido da caça, da pesca, da produção de farinha para consumo e comercialização e, principalmente, da coleta da castanha. As atividades econômicas desse povo são vinculadas ao sistema de aviamento da região. Assim, toda a produção é entregue aos regatões que circulam pelo rio Marmelos, em troca de produtos manufaturados. O maior pro-

blema atualmente é que alguns regatões estão convencendo os índios a retirarem madeira de suas terras. O acordo sempre envolve produtos manufaturados ou a construção de casas para os Tenharim em suas aldeias. Como em geral esses acordos são feitos com alguns indivíduos e não com o grupo como um todo, têm gerado conflitos internos que podem resultar na fragmentação dos Tenharim que, no Sepoti, já são poucos.

CRISE NO IGARAPÉ PRETO: CONSEQÜÊNCIAS DA HIDROVIA

A situação dos Tenharim do Igarapé Preto complicou-se após a regularização de suas terras. A identificação propriamente foi realizada em 1984, mas na época deixou fora parte do território tradicional ocupado por uma empresa de mineração. Com a reivindicação indígena, em 1997, realizou-se o reestudo da área com a inclusão da sede abandonada da mineração contemplando o pedido dos índios. Entretanto, nesse período, havia o incentivo ao plantio de grãos que seriam escoados pela hidrovia, que passa pelo rio Madeira. Pelo fato de as terras estarem localizadas em uma região de amplos campos, todo o seu entorno foi tomado por invasores que, imediatamente, derrubaram o cerrado e plantaram arroz, com o objetivo de, posteriormente, plantarem soja. A tranqüilidade que até então vigorava deu lugar a um tenso trânsito de máquinas e caminhões pela estrada – conhecida como rodovia do Estanho – além da construção de silos para conservação de sementes e o surgimento de pequenos vilarejos. Os invasores aguardavam apenas a definição dos limites para romper e ocupar qualquer espaço que não fosse terra indígena. Existe inclusive a possibilidade de ter ocorrido aliciamento de alguns índios para não definir um limite muito amplo e preservar os campos para os produtores rurais. Até recentemente essas terras recebiam o incentivo do Incra de Humaitá que cedia um título provisório sem qualquer validade legal.

Com a implementação da produção no local, alguns índios passaram a trabalhar para os fazendeiros. Além disso, esses começaram a incentivar a transferência da população para a Terra Indígena Tenharim do rio Marmelos, que fica nas proximidades.

Mais uma vez os Tenharim do Igarapé Preto padecem uma situação crítica. Na década de 40, quando dos primeiros contatos, ficaram fragmentados pelo trabalho no seringal, obedecendo a um patrão. Quando a extração de seringa já não era mais prioridade, iniciou-se a mineração, com a invasão de levas de garimpeiros no território indígena. Posteriormente, chegaram as empresas de mineração instalando-se na terra indígena e levando a população a um estado de prisão dentro do próprio território. Para que os índios não extraíssem artesanalmente a cassiterita, a empresa fornecia comida diariamente aos índios, colocados em uma aldeia construída pela empresa.

A desagregação social atingiu níveis altíssimos, com alcoolismo e prostituição. Alguns Tenharim trabalhavam para a mineração em pesquisas de prospecção, já não realizando suas atividades tradicionais. A caça fugiu para as serras, região do território de acesso praticamente impossível. O assoreamento do igarapé Preto e seus afluentes dizimou a pesca e tornou os cursos de água impossíveis de serem navegados, em alguns trechos a água atinge no máximo 10 centímetros. Passado esse momento crítico, com a conquista da regularização fundiária, novamente os Tenharim do Igarapé Preto são vítimas de agentes que querem, a qualquer custo, ocupar as suas terras. Atualmente, grande parte do território está circundada por fazendas, que já destruíram a mata nativa para o plantio de sementes. Os Tenharim têm resistido e tentam garantir que seu território não seja invadido ou afetado pela monocultura que toma conta da região.

TENHARIM DO RIO MARMELOS AINDA ESPERAM REVISÃO TERRITORIAL

Atualmente, a Terra Indígena Tenharim do rio Marmelos possui uma área de 497.521 ha e localiza-se entre os municípios de Humaitá e Manicoré, no estado do Amazonas. Os atuais limites não contemplam todos os locais fundamentais para a reprodução física e cultural do grupo. Um destes é uma área de caça e pesca que fica ao norte, em terras devolutas que são periodicamente invadidas por pescadores e caçadores. O outro localiza-se nas proximidades de um assentamento do Incra e é uma região de grande conflito. Aí encontram-se, segundo os Tenharim, roças e cemitérios antigos.

Uma das características dos povos Kagwahiva é o faccionalismo que faz com que, na medida em que a população cresça, novas aldeias sejam fundadas. Em 1994, era uma única, com várias subdivisões internas e atualmente, além dessa grande aldeia, existem mais duas, em diferentes locais do território. A expansão pode propiciar um melhor controle dos limites, mas também um uso mais intensivo dos recursos naturais. A Associação criada pelos Tenharim – Apiten – tem, muito provavelmente, pensado nesses termos, pois busca alternativas não destrutivas como a comercialização de castanha e não cogita, pelo menos até o momento, a extração de madeira.

TORÁ: CONFLITO COM OS APURINÃ CONTINUA SEM SOLUÇÃO

Os Torá vivem hoje na região do rio Marmelos, afluente do rio Madeira, no estado do Amazonas. A população, em torno de 51 pessoas, vive em núcleos constituídos por uma ou duas famílias. No interior da área existem três aldeias: Fortaleza, Três Barracos e São João.

No caso da Terra Torá, muitas disputas aconteceram e em todas elas, a população manteve-se resistente, construindo assim, uma noção de respeito pela área pretendida que perpassa índios e regionais. Apesar disso, muitos indivíduos torá foram residir em cidades como Humaitá e Manicoré e hoje, com a possibilidade de demarcação da área, pretendem voltar.

O maior problema atualmente para os Torá é a presença, em suas terras, dos Apurinã. Essa situação gerou-se a partir da transferência desses para a Terra Torá, após um conflito ocorrido nas proximidades da terra dos Pirahã, onde até então viviam.

Os Apurinã possuem um histórico de desterro. Descendentes de dois casais, transferidos na década de 20 pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) do rio Purus, para ajudar no contato com os Parintintin, o grupo expandiu-se através do casamento com diversos grupos da região – Tenharim, Pirahã, Parintintin -, e também com regionais. Em artigo publicado pelo *Aconteceu Especial 18*, Cartagenes & Lobato relatam que os Torá pediam a ampliação do território e uma discussão para resolver o litígio com os Apurinã.

Em 1998, realizou-se o estudo de ampliação da área, incorporando as aldeias e castanhais reivindicados pelos Torá. Entretanto, dada a complexidade da situação, foi proposto que houvesse uma discussão pontual e exclusiva com relação à permanência dos Apurinã em terras Torá. O conflito permanece até hoje, com o agravante de que os Apurinã têm retirado intensivamente madeira e cipó titica do território. Embora reconheçam serem as terras pertencentes aos Torá, os Apurinã afirmam que farão negociação apenas com a presença da Funai, que foi quem os levou para as atuais terras que ocupam.

GARANTIA DAS TERRAS E ALTERNATIVAS ECONÔMICAS

Os povos habitantes da região do curso médio do rio Madeira têm conseguido seus direitos no que tange aos limites territoriais. Entretanto, cada vez mais torna-se necessária a busca de garantias de sobrevivência que se assente nos limites definidos. A riqueza dos recursos naturais requer soluções criativas no sentido de preservar o ambiente ao mesmo tempo em que a população cresce.

Os Jahói, por exemplo, viviam até recentemente junto aos Tenharim do rio Marmelos. O crescimento populacional, tanto Tenharim quanto Jahói, fez com que o segundo buscasse ocupar seu território tradicional, abandonado devido ao quase desaparecimento desse povo. Entretanto, agora a questão está muito mais complexa, com uma fazenda no local pretendido pelos índios. Essas circunstâncias fazem da luta Jahói algo muito mais árduo. Além da derrubada de parte da mata nativa, o indivíduo que se diz proprietário, quando soube do interesse indígena, montou uma serraria no interior das terras. Houve, inclusive, um atentado contra as lideranças jahói, até agora não esclarecido.

Os Parintintin que vivem próximos da Transamazônica, por sua vez, têm entrado em conflito com regionais que disputam o uso de

A SITUAÇÃO DAS TERRAS

TI TENHARIM DO IGARAPÉ PRETO É DE POSSE PERMANENTE INDÍGENA

O presidente da Funai aprovou o relatório de reestudo e identificação da TI Tenharim do Igarapé Preto e o ministro da Justiça José Carlos Dias assinou a Portaria nº 559, no dia 7 de outubro de 1999, declarando a terra de posse permanente indígena. A TI Tenharim, com superfície e perímetro aproximados de 88.240 hectares e 174 km, respectivamente, localizada no município de Manicoré/AM., deverá ser demarcada pela Funai.

A TI Tenharim já havia sido declarada de posse permanente indígena, com 79.500 ha, pela Portaria Interministerial nº 535, de 21 de novembro de 1989. A população Tenharim é de 43 habitantes. (DOU 14/04/99, 08/10/99)

TI SEPOTI É APROVADA E CONFIRMADA PELO MINISTRO DA JUSTIÇA

O despacho do presidente da Funai nº 44, aprovou relatório de estudos e identificação da TI Sepoti para os índios Tenharim, com a superfície de 247.859 ha e 239 km de perímetro, nos municípios de Manicoré e Humaitá, AM. Engloba a Gleba Estirão Grande com 274 ha no município de Humaitá, e a Gleba Rio Sepoti com 247.585 ha no município de Manicoré. A população da TI era de 65 Tenharim em 1998.

Segundo o relatório do GT, "... a terra não possui qualquer tipo invasão por não-índios . Durante a estadia do GT em Manicoré para levantamento fundiário, apresentou-se um indivíduo, Valdenor C. da Costa, se dizendo proprietário de parte do Sepoti. É um grande proprietário em Manicoré e antigo regatão. Apresentou quatro escrituras lavradas no Cartório do 2º Ofício, argumentando que isso caracteriza parte do rio Sepoti como sua propriedade. Os Tenharim disseram conhecê-lo como um dos indivíduos que mandou funcionários retirar castanha do rio Sepoti, e que em algumas ocasiões haviam sido expulsos.

Na cidade de Manicoré, o GT realizou um levantamento exaustivo nos cartórios, e antes mesmo do aparecimento de Valdenor, o cartório já havia emitido certidão negativa, caracterizando a inexistência de ocupantes não-índios no rio Sepoti. As escrituras lavradas em cartório não são títulos de propriedade efetivos, mas escrituras de compra e venda que não foram levadas em consideração nem mesmo pelo cartório que as emitiu".

José Carlos Dias, ministro da Justiça, assinou portaria nº 296, em 13 de abril de 2000, declarando de posse permanente indígena aos índios Tenharim, a área aprovada pela Funai. (DOU, 25/08/99 e 17/04/2000)

TI TORÁ É DECLARADA DE POSSE PERMANENTE INDÍGENA

Através do Despacho nº 45, o presidente da Funai aprovou os estudos e identificação da TI com 50.600 ha e 113 km de perímetro, nos municípios de Manicoré e Humaitá. A população era de 55 pessoas quando o GT esteve na área. Através da Portaria nº 293, de 13 de abril de 2000, o ministro da Justiça, José Carlos Dias, declara de posse permanente indígena a TI Torá. (DOU, 25/08/99 e 17/04/00)

um lago, que fica na divisa de suas terras. Para os regionais está fora da área, enquanto para os índios está dentro.

Os Pirahã, nesse momento, padecem de constantes invasões de sua área. Regatões têm aliciado alguns índios para explorar castanha, madeira e cipó no território. Recolhem o que podem carregar e na saída entregam cachaça e até mesmo álcool puro para os índios. Disso resulta que muitas mortes ocorrem, seja por conflitos internos ou pelo consumo excessivo do álcool.

Recentemente, os Tenharim do rio Marmelos apreenderam um caminhão que retirava areia ilegalmente dentro do território indígena. Após muitas negociações, aceitaram trocar o caminhão por um carro menor, deixando claro que não permitirão invasões.

Todavia, em todas as Terras Indígenas da região, percebe-se que é premente a busca de alternativas econômicas que não sejam predatórias. Nas áreas localizadas na foz do rio Marmelos e adjacências, mais afastadas dos centros urbanos – caso das Terras Torá, Mura, Pirahã, Sepoti e alguns grupos Parintintin, a pesca turística e predatória tem reduzido drasticamente os peixes do rio. A falta das referidas alternativas econômicas e a presença dos regatões têm estimulado a exploração intensiva dos recursos naturais. Segundo os próprios índios, é cada vez mais difícil encontrar cipó e madeira considerada de qualidade. No igarapé Preto não se sabe até quando os índios resistirão às pressões para explorar novamente a cassiterita e para plantar soja em suas terras.

Apesar dos problemas, percebe-se que todos os povos da região estão cientes de que é preciso buscar segurança e auto-suficiência. Todos eles possuem representantes participando de cursos de formação de professores e agentes de saúde oferecidos por entidades da sociedade civil que atuam na região. Ao mesmo tempo, estão buscando participar de fóruns locais e nacionais que decidem sobre essas categorias, e consequentemente sobre as questões políticas que envolvem os povos indígenas. Professores têm sido contratados pelas prefeituras e agentes de saúde fazem seus estágios nos hospitais, sendo considerados excelentes profissionais. Já é um começo.

Atualmente, as assembléias desses povos não se reduzem a encaminhar as questões que dizem respeito a cada um deles. São, cada vez mais, amplos fóruns que congregam representantes de todos os grupos acima referidos e que buscam soluções também para problemas coletivos. Assim, esperam estabelecer uma frente muito mais forte para os inevitáveis embates políticos. *(agosto, 1999)*

MUNDURUKU

MUNDURUKU PREPARAM-SE PARA CONFLITO COM GARIMPEIROS

Oitocentos guerreiros pintados para combate e portando armas de fogo reagem contra a invasão de 40 garimpeiros da reserva Munduruku, localizada às margens do Tapajós. O administrador da Funai, Walter Tertulino, diz estar sendo "pressionado pelos índios". Segundo ele, os guerreiros "vão massacrar" os garimpeiros, que são em menor número.
No dia 02 de janeiro, ele viajou até o posto indígena Sai Cinza e negociou com os índios o adiamento do ataque até o próximo dia 27. Pressionado pelos índios, Tertulino vem tentando, sem sucesso, fazer contato com a presidência da Funai/ Brasília.
De acordo com o administrador, o garimpeiro Luiz Barbudo, que se intitula "dono" do garimpo Boa Esperança, na terra dos Munduruku, informou de forma bastante indelicada que reconduziria seus homens e maquinário à área, que já havia sido desocupada no último mês de dezembro. *(O Liberal, 07/02/96)*

JUIZ SUSPENDE ATIVIDADE GARIMPEIRA NA TI

O juiz federal substituto João Luis Nogueira Matias determinou a suspensão imediata da atividade de exploração de garimpo desenvolvida na área conhecida por Nova Esperança, às margens do igarapé Massaranduba, município de Jacareacanga, e estabeleceu multa diária de R$ 10 mil pelo descumprimento da ordem de suspensão da atividade e de R$ 1.000,00 pelo descumprimento da ordem de desocupação. Matias fixou os prazos máximos de 15 dias para a retirada de todas as pessoas que lá trabalham, e de 60 dias para a retirada de todo o maquinário lá existente, de propriedade de Luiz Rodrigues da Silva.
Segundo o juiz, em sua sentença, a permanência dos garimpeiros nas áreas tradicionalmente ocupadas pelos índios acarreta fundado receio de dano irreparável aos silvícolas. A decisão é resultado de uma Ação Civil Pública proposta pelo MPF. *(O Liberal, 11/03/97)*

MINISTÉRIO PÚBLICO INICIA AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO GARIMPO

O MPF iniciou a avaliação pericial dos danos ambientais causados pela ocupação do garimpo Nova Esperança, de propriedade do garimpeiro Luiz Rodrigues da Silva, instalado na área indígena Munduruku. O levantamento servirá de base para o pagamento da indenização para a recuperação ambiental da área destruída pelo garimpo. Em recente inspeção da área pelo Procurador da República, foi confirmada uma grande devastação ambiental e enormes prejuízos causados pela exploração da área. O objetivo agora, segundo Pontes, é o ressarcimento desse prejuízo. O garimpo, recentemente desocupado, já se encontra sob a guarda dos índios. *(O Liberal, 30/06/97)*

VICE-PREFEITO DE JACAREACANGA É MUNDURUKU

Isaías Krixi foi eleito vice-prefeito do município de Jacareacanga, a sudoeste do Pará. Isaías é uma das principais lideranças Munduruku e é o coordenador da Associação Pusuru, que congrega 86 aldeias distribuídas pela reserva Mundurucânia. O prefeito será o empresário do setor de combustível, Eduardo Azevedo, que concorreu pelo Partido Socialista Cristão e obteve apoio maciço da comunidade indígena.
Jacareacanga foi emancipada politicamente em 1991. Nas eleições de 1992, Raulien Queiroz, funcionário da Funai, foi eleito prefeito e dois Munduruku foram eleitos vereadores: Roberto Krixi e Hans Amâncio Kabá. Na eleição deste ano, os dois foram novamente reeleitos. *(CPI-SP, nov/96)*

RODO-HIDROVIA DO TAPAJÓS

RODO-HIDROVIA PREOCUPA

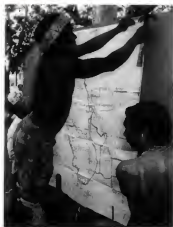
A Cooperativa do Desenvolvimento, Produção e Consumo do Sudoeste do Pará Ltda. (Codesup) anunciou uma rodovia de 480 km, dos quais 180 km já concluídos, que vai unir Alta Floresta em Mato Grosso e Jacareacanga, no Pará. A rodovia atravessa a reserva dos Munduruku. No panfleto de propaganda, distribuído pela Codesup, está anunciado um ambicioso projeto de colonização que inclui 938 áreas de 2.500 ha, 6.000 lotes de 500 ha, 26 agrovilas, 2 cidades e 2 reservas agroecológicas e ambientais.
Ao tomar conhecimento do projeto, o Conselho Indígena Munduruku do Alto Tapajós (Cimat) divulgou o seguinte apelo: "Nós, índios Munduruku, denunciamos para as entidades de apoio à causa indígena e para as autoridades governamentais que, sem saber, recebemos um mapa da Codesup, com sede em alta Floresta - MT. Lendo este mapa ficamos muito assustados porque esta estrada vem de Alta Floresta cortando toda a nossa reserva e vem outra estrada bem do Centro-Oeste, é a BR-163 ou Rodovia do Ouro. Nunca tivemos informações da Codesup que esta estrada ia passar no meio de nossa área; só agora estamos sabendo sobre estas estradas quando descobrimos este mapa pronto. Que benefício esta estrada vai trazer para o povo Munduruku? Missão Cururu, 06.10.96". *(Mensageiro, jan/fev/97)*

... MINISTÉRIO PÚBLICO É ACIONADO

O projeto da rodo-hidrovia do Tapajós, proposta pela Codesup, levou as lideranças indígenas Munduruku a recorrerem à Procuradoria da República, em Santarém. O projeto prevê uma rodovia ligando Alta Floresta (MT) a Jacareacanga (PA) e a utilização do rio Tapajós como hidrovia, até Santarém. Segundo dados, dos 480 quilômetros dessa rodovia, 182 km já foram concluídos pela Codesup.
Segundo as lideranças Munduruku, o projeto desconsidera o fato de se tratar de uma terra indígena: a rodovia atravessa a reserva Munduruku, onde habitam mais de 7 mil índios, distribuídos em 87 aldeias.
As lideranças denunciaram também que até agora não houve cumprimento da determinação da Justiça Federal para o fim da exploração de um garimpo situado dentro da reserva indígena Munduruku. O proprietário do garimpo, Luís Barbudo permanece na área fazendo exploração de ouro. *(O Liberal, 28/04/97)*

ENCONTRO AVALIA IMPACTO DA RODO-HIDROVIA

Nos dias 24 e 25 de maio, a aldeia da Missão do Cururu foi sede da reunião das lideranças Munduruku com os diretores da Codesup e autoridades públicas. O encontro teve o objetivo de discutir o projeto de construção da rodo-hidrovia do Tapajós. Estiveram presentes o procurador da República, Felício Pontes Junior, a promotora estadual, Leane Chermont, a antropóloga Ângela Baptista, do Ministério Público Federal e Teresinha Vieira, do Cimi. Da Codesup estavam Herles de Matos, Marcelo Jeanpierre, Israel Milanês e Ênio Finimundi.
Na exposição introdutória realizada pela Codesup, foi ressaltado que o projeto não irá afetar nenhuma reserva indígena existente na região. Foi revelado ainda que cerca de 62 quilômetros da rodovia já foram feitos através da implantação de projetos agropecuários. O projeto contaria já com o Estudos de Impacto Ambiental e com o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) produzidos pela Sectam e Ibama.
Isaías Crixí, vice-prefeito do Município de Jacareacanga, afirmou que os Munduruku es-

CELIVALDO CARNEIRO/O LIBERAL - MAI/97

Dispostos a combater o projeto, os índios vêem intromissão na Área.

tão unânimes no pensamento que estão ameaçados pela execução do projeto: "Tanto faz passar fora ou dentro da reserva, vamos ser prejudicados. Queremos o desenvolvimento do município sem prejuízo para ninguém", enfatizou Isaías. "Não aceitamos a estrada, o benefício é só para o branco." *(O Liberal, 30/05/97)*

EIA/RIMA APONTA RISCOS TEMPORÁRIOS DA RODO-HIDROVIA

O EIA/Rima da Hidrovia do Tapajós apresentado em audiência pública em Itaituba foi classificado de superficial por Graça Azevedo da Silva, da promotoria do Meio Ambiente e Walter Azevedo, da Funai. Estiveram presentes na audiência autoridades municipais, estaduais e federais, além de índios Munduruku. O principal questionamento dos relatórios apresentados diz respeito à omissão no Rima do trecho entre os municípios de Jacareacanga e Teles Pires, assim como a correlação entre a hidrovia e o projeto de construção da rodovia entre Alta Floresta e Jacareacanga, que afetaria a área indígena Munduruku. *(O Liberal, 17/06/97)*

MPF EXIGE O EMBARGO DA TELES PIRES/TAPAJÓS

O MPF, através das Procuradorias da República de Santarém e Mato Grosso ajuizaram a ação civil pública com pedido de antecipação de tutela para impedir a implantação da hidrovia Teles Pires/Tapajós, até autorização do Congresso Nacional. A ação pretende proteger direitos de posse e usufruto dos índios Munduruku, já que, segundo os autores da ação, as obras da hidrovia ferem frontalmente direitos constitucionais assegurados às comunidades indígenas, à posse permanente sobre suas terras tradicionais e o usufruto exclusivo das riquezas naturais nela existente. O aproveitamento dos recursos hídricos de terras indígenas só pode ser efetivado mediante autorização do Congresso Nacional, depois de ouvidas as comunidades indígenas afetadas.

O Ministério Público alerta para a desconsideração no EIA/Rima da hidrovia Teles Pires/Tapajós da existência de duas terras indígenas Munduruku - Praia do Mangue e do Índio, localizadas próximas da cidade de Itaituba, no trecho Santarém/Jacareacanga da hidrovia.

O embargo da rodovia Teles Pires/Tapajós foi antecedido de outras ações administrativas que objetivaram apurar denúncias dos índios Munduruku sobre a construção de uma estrada clandestina que liga Alta Floresta (MT) a Jacareacanga (PA). O projeto da rodovia, avalizado pela Codesup, com sede em Alta Floresta, já tem construídos 182 quilômetros de estrada. O DNER informou que a única rodovia cujo traçado passava na Reserva Florestal de Munduruku, a BR-080, foi totalmente abandonado e excluído do Plano Rodoviário de Viação. *(O Liberal, 13/10/97)*

JUSTIÇA SUSPENDE OBRAS DA HIDROVIA

A Justiça suspendeu obras da Hidrovia Tapajós. A decisão do embargo imediato das obras de dragagem foi decidida pelo juiz federal Edson Messias de Almeida. Tais obras, estimadas em R$ 140 milhões, afetam a reserva indígena Munduruku e provocarão a destruição de mais de cem cachoeiras no estado do Pará, alagando dezenas de praias ao longo do rio Tapajós.

Os procuradores da República responsáveis pela ação civil pública que deu início ao processo consideram que a hidrovia irá prejudicar as comunidades locais: "As populações afetadas pelas obras não terão benefício algum e o Estado do Pará que sofrerá o impacto ambiental, também não terá benefícios", afirma o procurador Felício Pontes Jr., autor da ação. "Os únicos beneficiários dessa hidrovia são os empresários produtores de grãos no Estado do Mato Grosso."

O juiz estipulou uma multa diária de R$ 10 mil e determinou que a construção da hidrovia passe pela avaliação do Congresso Nacional, uma vez que envolve a questão de direito dos povos indígenas. *(Jornal da Tarde, 24/10/97)*

TI MUNDURUKU

FUNAI APROVA ESTUDOS...

O presidente da Funai assinou despacho aprovando os resultados dos estudos de identificação da TI Mundurukú com 2.362.000 ha de superfície e 1.030 km de perímetro, localizada no município de Jacareacanga/PA. (Erroneamente a Funai publicou como se ainda fosse o município de Itaituba/PA). *(DOU, 04/03/98)*

... QUE ERA ANTIGA REIVINDICAÇÃO

A presença de garimpeiros, das madeireiras e de invasores de terras são os principais problemas que ameaçam os Munduruku. Eles decorrem, segundo o cacique Isaías Crixi, da falta de demarcação da reserva: "Eu não sei o que a Funai está esperando para fazer isso", diz ele. A luta pela demarcação da reserva dos Munduruku dura mais de 50 anos. Em 1945, através do decreto 305, o governo do Pará reservou aos Munduruku uma área de 510 mil hectares Em junho de 1975 novo relatório da Funai indicava uma área ocupada inferior àquela prevista pelo decreto 305. Insatisfeitos com os trabalho do GT da Funai, os Munduruku expulsaram os técnicos e rejeitaram a delimitação, alegando que o relatório não previa áreas de caça e coleta, e que aldeias indígenas estavam fora dos limites da área.

Em 1977 a reserva voltou a ser demarcada, sem trabalho de identificação antropológica. Sua superfície foi ampliada para 948 mil hectares, mas algumas aldeias ainda permaneciam fora dos limites.

Novo GT da Funai foi criado em 1987, com objetivo de identificar e delimitar a área Munduruku. Foi proposta a ampliação da área para 1,9 milhões de hectares. A proposta foi mais uma vez rejeitada pelas lideranças Munduruku, que alegavam que as cabeceiras dos igarapés Watienti, Daidi e Cururu haviam ficado fora da área.

Ainda uma última ação demarcatória foi efetivada em 1993, através do Decreto 22. A Funai enviou à região uma nova equipe, coordenada pela antropóloga Patrícia de Mendonça Rodrigues, com o objetivo de "identificar e delimitar a área de aldeias tradicionais e oascentes não compreendidas quando do estudo feito em 87". Na área de ampliação, foi denunciada a existência de um garimpo no igarapé Massaranduba, de propriedade de Luís Barbudo, que havia sido montado depois da interdição de 1990. Após ter sido desativado este garimpo de Nova Esperança, a Funai encontrou a Mineração Rio Tinto, subsidiária da empresa

DIVM, em outro local, conhecido por Barro Vermelho, no rio das Tropas. Outras evidências de ação de garimpeiros na reserva Munduruku foram identificadas recentemente pela Funai oa região sudeste da área. *(O Liberal, 22/3/98)*

TERRA DISPUTADA

Publicado o Resumo do Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Munduruku no dia 4 de março de 1998, a Prefeitura Municipal de Jacareacanga apresentou a primeira contestação ao documento, no que se refere à área conhecida como "Bico das Tropas". A Prefeitura alega que a área entre o rio das Tropas e o igarapé dos Mutum está registrada sob administração do Incra, sendo explorada há mais de 30 anos por atividades garimpeiras, com a presença de mais de 2.000 moradores que estariam se dedicando à pecuária e à agricultura. Os Munduruku alegam que os moradores desta área não passam de 200 agricultores instalados na Reserva Florestal de Mundurukânia. O rio das Tropas, chamado na língua munduruku de Jurupari, é onde se localizam grandes seringais, castanhais e outros recursos florestais utilizados pelos índios. *(Carta do CIMAT e da Associação Indígena Pusuru, publicada no O Mensageiro, set/out/98)*

CONTESTAÇÃO

Três contestações se seguiram à publicação do Relatório de Identificação da TI Munduruku. No dia 15 de junho, a Prefeitura de Jacareacanga, através de seus advogados e procuradores, entrou com um pedido de impugnação/anulação do referido relatório, sob o argumento que a T.I. Munduruku está localizada no município de Jacareacanga, e não Itaituba, como consta no Relatório da Funai. A Prefeitura argumenta ainda em favor da população não-índia moradora do município de Jacareacanga, que reside nos limites da área proposta para ampliação da TI. A contestação apresentada diz respeito à área conhecida como "Bico das Tropas", localizada entre o rio das Tropas e o Igarapé Mutum, que está registrada sob administração do Incra.

Em agosto a TI Munduruku sofreu nova contestação, desta vez encaminhada pelo EMFA à Funai. A solicitação de revisão dizia respeito agora aos limites sul/sudeste da TI Munduruku, que incidiam sobre a base da Serra do Cachimbo, onde a Aeronáutica mantém uma Base de Testes. A contestação foi acolhida pela Funai, que passou a partir dessa data a considerar a superfície da TI Munduruku aprovada de 2.340.360 ha.

Outras duas contestações foram encaminhadas à Justiça em dezembro, por Luiz Rodrigues da Silva e João Ivan Bezerra de Almeida. Juntamente com a contestação da Prefeitura Municipal de Jacareacanga, tais contestações foram consideradas improcedentes pelo Ministro da Justiça, que considerou que as alegações não tinham "força jurídica para descaracterizar a natureza indígena das terras em questão". *(Despacho do Ministro da Justiça, DOU, 11/12/98)*

TI COATÁ LARANJAL

FUNAI APROVA REESTUDO DA TERRA INDÍGENA

O presidente da Funai, Otacílio Antunes, publicou Despacho nº 17, de 23 de abril de 1999, aprovando o relatório de reidentificação da TI Coatá Laranjal, dos Munduruku, com a superfície de 1.121.300 ha e 552 km de perímetro, no município de Borba/AM, que antes fora identificada e delimitada pela Funai com 805.000 de extensão. *(DOU, 27/04/99)*

E O MINISTRO DA JUSTIÇA DECLARA DE POSSE PERMANENTE

Através da Portaria nº 561 assinada pelo ministro da Justiça, José Carlos Dias, foi declarada a TI Coatá-Laranjal de posse permanente dos índios Munduruku e Sateré- Mawé, confimando a extensão aprovada pela Funai. *(DOU, 08/10/99)*

FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS

MORADORES DE TAKUARA QUEREM RECONHECIMENTO COMO MUNDURUKU

As famílias da comunidade de Takuara, localizada na margem direita do rio Tapajós, município de Belterra, e inserida na área da Flona do Tapajós, solicitaram da Funai o reconhecimento de sua origem indígena Munduruku ou Tupinambarana. São aproximadamente 130 pessoas que vivem em terras de seus ancestrais, de quem herdaram os traços culturais.

A Funai determinou a execução de um estudo antropológico para confirmar a veracidade desta descoberta. "É um fato muito significativo, pois são famílias que durante mais de 70 anos não se diziam mais indígenas", afirmou o padre sociólogo frei Florêncio Vaz, que vem dando apoio neste processo de reconhecimento. Segundo ele, nessa situação estão muitas outras comunidades vizinhas, no rio Tapajós e Arapiuns. A solicitação deste reconhecimento foi feita por Raimundo Cruz, em atendimento a uma das últimas manifestações de desejo de seu pai, Laurelino Floriano Cruz, 88 anos, antes de sua morte, no ano de 1997. "Seu Laurelino" era muito conhecido na região por seus trabalhos de curandeiro. Ele garantia terem sido seus pais indígenas, de quem havia herdado os conhecimentos de pajelança. *(Últimas Notícias/ISA, 06/01/99, a partir de O Liberal, 17/12/98)*

MORADORES DA FLONA QUEREM TÍTULO DE TERRA

As 21 comunidades localizadas na Flona do Tapajós, (incluindo a comunidade de Takuara), discutiram com autoridades federais a questão do impasse na titulação das terras em que vivem. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, são cerca de 5 mil moradores. Estiveram presentes no encontro representantes da Procuradoria da República, a Delegacia do Patrimônio da União e a coordenação executiva da Flona, que discutiram durante todo o dia com o Grupo Gestor da Flona.

Firmou-se mais uma vez que não será permitida a entrada das madeireiras para a execução do Projeto ITTO, enquanto não houver uma solução definitiva com relação ao documento de concessão e aos limites para as comunidades. Segundo os moradores, a falta de documentos do Ibama pode vir a significar no futuro total desrespeito de áreas comunitárias por parte das madeireiras. *(ISA, a partir de O Liberal, 17/12/98)*

"MISSA INDÍGENA" É REALIZADA EM TAKUARA

Em vez de vinho na Eucaristia tarubá e caxará (bebidas fermentadas feitas a partir de mandioca); no lugar da evocação dos santos e mártires da Igreja Católica, a recordação e proteção dos deuses e espíritos da floresta. Essa foi a tônica da missa indígena realizada na região oeste do Pará e que teve como palco a Comunidade de Takuara (município de Belterra), distante cerca de 100 km de Santarém, cujos moradores são descendentes dos antigos índios Munduruku. A celebração teve seu ponto alto no último domingo, 11, quando foi erguido um altar às margens do rio Tapajós e, em meio a cantos em nheengatu (língua do tronco tupi), bebidas e rituais indígenas, o padre Ademar Ribeiro (nativo da região) consagrou a cerimônia com a tradicional liturgia da Igreja Católica.

Membros de ONGs nacionais, como o GCI (Grupo de Consciência Indígena), GDA (Grupo de Defesa da Amazônia), do Conselho Nacional de Seringueiros, e até uma ONG finlandesa estive-

CELIVALDO CARNEIRO/O LIBERAL - ABR/99

Pe. Ademar, membro da comunidade, durante celebração da missa que reiterou uma antiga reivindicação: o reconhecimento da identidade indígena.

ram participando da cerimônia. Dezenas de moradores das comunidades vizinhas a Takuara, como Pinhel e Suruacá, onde igualmente é desenvolvido trabalho de reafirmação da identidade indígena, também participaram do ritual. Além de muito peixe, carne, frutas, os nativos prepararam cerca de 250 litros de tarubá e caxará, servidos aos presentes.

O ritual começou no sábado à tarde quando moradores do local organizaram uma assembléia e expuseram a todos a luta que travam há anos para que sejam reconhecidos como povo indígena, e a partir de então, a Funai deu início à demarcação de suas terras. "A solidariedade de todos vocês que aqui estão presentes pela primeira vez é fundamental para nós, para a nossa luta", declarou Eurico Floriano Cruz, o Eurico Caboclo, 59 anos, filho mais velho do "seu" Laurelino, líder da comunidade falecido no ano passado e que começou o processo de resgate da cultura indígena em Takuara.

À noite, ao redor de uma fogueira, e com a participação do padre Ademar foram entoados cantos indígenas, invocando-se a presença dos espíritos dos rios e da floresta. Enquanto a batida surda dos tambores marcava o compasso das danças, era feita a defumação do espaço onde se realizava a cerimônia, com cascas de várias árvores da floresta, tidas como sagradas e responsáveis para afastar os maus espíritos.

Logo em seguida foram apresentadas danças típicas daquele povo indígena, como o do Gambá, e outras nações silvícolas, como a Dança dos Andirás – com o tarubá e o caxará sendo servido à vontade a todos os presentes até a madrugada de domingo. Às 8h30 do dia seguinte, o ritual recomeçou, sendo formado um grande círculo pelos nativos em redor do altar colocado a poucos metros das águas do rio Tapajós. "Essa aproximação e respeito para com a natureza é fundamental na espiritualidade dos povos indígenas da floresta", comentou Florêncio Vaz. Por mais de duas horas, a tradicional liturgia da Igreja Católica foi celebrada em meio a diversas manifestações indígenas. Na leitura do Evangelho, por exemplo, a Bíblia foi levantada aos céus por uma nativa, numa atitude de respeito e devoção. Tupã, deus indígena, e a Poraquê encantada também foram respeitosamente mencionadas no ritual. A nação Munduruku foi lembrada através de um depoimento, em fita gravada, dado pelo seu Laurelino meses antes de morrer.

A celebração da fé cristã de modo mais próximo aos costumes de cada povo é iniciativa da própria Igreja. As liturgias afro têm sido o exemplo mais visível desta prática. "A missa simboliza um novo tempo de relacionamento entre Igreja e os povos nativos", disse o frei Florêncio Vaz, um dos maiores incentivadores do evento. "Foi também a forma encontrada pela Comunidade de Takuara de dizer quem é, e que quer ser reconhecida como povo indígena". Esse reconhecimento, segundo ele, é fundamental para que a Funai dê início ao processo de demarcação das terras indígenas. Essa solicitação foi feita à Funai, mas só depois de estudos antropológicos realizados por técnicos do órgão é que poderá ou não ser expedido o reconhecimento. *(Celivaldo Carneiro, O Liberal, 18/04/99)*

MURA

IDENTIFICAÇÃO DAS TERRAS

O trabalho de estudos e identificação das terras habitadas pelos Mura, no município de Autazes foi iniciado. Segundo informa a antropóloga Ana Flávia Moreira Santos, os Mura estão distribuídos em Borba, Autazes, Careiro, Manicoré e Itacoatiara. O trabalho mais recente sobre a demarcação de suas terras de que se tem conhecimento remonta ao SPI.

A antropóloga Marta Amoroso, que está fazendo o relatório sobre a situação dos Mura no município de Borba, adianta que em relação a indicadores passados, a população Mura apresenta alta taxa de crescimento, sendo que a perspectiva é de que as condições das comunidades melhorem após a demarcação das terras. Nesse trabalho de identificação e delimitação uma equipe composta de antropólogos, engenheiros agrônomos, agrimensores, biólogos, comandantes de barcos ribeirinhos, canoeiros estão percorrendo áreas extensas, no interior da floresta, guiados por satélites e antigos mapas, para estabelecer os parâmetros atuais.

Os tempos são outros para os Mura, uma etnia que acumula três séculos de contato com a sociedade nacional, e uma história marcada pelo preconceito e discriminação. *(A Crítica, 06/04/97)*

AGILIDADE NAS DEMARCAÇÕES

Para 1999 foi previsto a demarcação de seis terras indígenas do povo Mura, quatro no município de Manicoré e duas no município de Autazes. Entretanto as demarcações não aconteceram, gerando insatisfação entre as comunidades que há muito tempo lutam para que a situação fundiária seja solucionada.

O coordenador geral do CIM, Maurício dos Santos, explica que o projeto já foi aprovado pelo PPTAL. "Mas a demarcação depende de uma viagem preparatória que deve ser feita por um grupo de técnicos e assessores do PPTAL, Funai e representantes indígenas, e nós estamos esperando o contato com o PPTAL para definir a data". *(Jornal da Coiab, dez/99)*

A SAÚDE VAI MAL

É grave a situação de saúde da população mura do rio Igapó Açú. Os Mura viveram nos últimos meses o pesadelo da maior epidemia de malária registrada em sua história, que atingiu 100% da população aldeada, resultando em três casos de morte no último ano. A dramática situação espelha o abandono dos Mura pela Funai, que só em meados dos anos 1990, no contexto

das demarcações, teve algum contato com essa população, da qual o órgão de tutela desconhecia até então o censo e a localização exata.
A notícia de um programa de atendimento de saúde aos Mura, a ser implantado até o final do ano 2000 pela Fundação Nacional da Saúde (Funasa) é, nesse sentido, alvissareira. A Funasa vem operando na área por meio do Sub-Distrito Sanitário de Borba, ligado ao Distrito Sanitário de Manaus. O programa prevê o treinamento e manutenção nas aldeias de agentes de saúde indígenas e mini-postos de saúde, equipados com medicamentos básicos, sistema de radiofonia e meios de transporte para os primeiros socorros aos doentes, com condições também de encaminhar os casos mais graves para atendimento hospitalar na cidade. Em Nova Olinda estará locada uma equipe médica volante, composta de um médico, um dentista, dois enfermeiros e três auxiliares de enfermagem, encarregada de ministrar atendimento médico e odontológico à população mura e munduruku da região. O repasse das verbas do Ministério da Saúde para os Sub-Distritos de Borba e Nova Olinda, para o atendimento dos Mura e Munduruku, se dará por intermédio da Coiab.
Resta saber se os recursos vão de fato chegar até os Mura, ou irão se esgotar no atendimento da população munduruku, politicamente melhor organizada, e cujas aldeias localizam-se mais próximas da sedes dos distritos sanitários. *(Marta Amoroso/ISA, jan/00).*

MURA-PIRAHÃ

MALÁRIA AMEAÇA

A equipe do Cimi-Norte I informou que a malária está ameaçando o povo Mura-Pirahã que vive ao longo do rio Maici, no município de Humaitá. Os Mura-Pirahã contam com uma população de 148 pessoas, que vivem de forma nômade, deslocando-se pela região em pelo menos cinco agrupamentos.
Até o momento foram detectados 41 casos de malária, sendo 24 de tipo falciparum e 17 do tipo vivax. "Tem muita malária nas regiões, sobretudo nos rios Marmelo, Manicoré, Uruapiara e Maici", alertou o indigenista João Wanderley Theisen. Ele disse que já foi solicitado à FNS borrificação a fim de reduzir o número de casos. *(Porantim, mar/97)*

SATERÉ-MAWÉ

CANDIDATOS SÃO INDICADOS POR CONSELHO TRIBAL

Os índios Sateré-Mawé conscientizaram-se de que precisavam ter representantes próprios nas Câmaras de Maués, Barreirinha e Parintins, onde estão suas terras. Eles contam hoje com uma população de cerca de 6.000 pessoas distribuídas em 57 aldeias, numa área de 800 mil ha entre estes três municípios. No rio Marau, os Sateré são 1.050 eleitores que votam em Maués e no Andirá são 800, que votam em Barreirinha. Em 1992, elegeram o primeiro vereador índio em Barreirinha, Messias Pereira Batista (PPB), 31 anos, filho do tuxaua Lúcio Batista, da Aldeia Araticu, no rio Andirá. Messias foi reeleito com 238 votos. "Os Sateré-Mawé mostraram que estão organizados politicamente, pois outro índio conhecido por Geremias também teve 248 votos. Ele só não se elegeu porque o seu partido, o PL, não coligou com ninguém", explica Lúcio Ferreira Menezes, 46 anos, Sateré-Mawé, administrador da Funai em Parintins.
Lúcio Menezes assumiu a administração de Parintins no ano passado. Para ele, tanto o cargo de administrador que ocupa hoje quanto o mandato de vereador de Messias em Barreirinha, não foram conquistas pessoais, mas resultado de uma ação de todos os índios e da orientação política do Conselho Geral da Tribo Sateré Mawé (CGTSM), criado em 1987 para organizar, orientar e decidir tudo sobre a vida dos Sateré-Mawé. "Os Sateré vêm se organizando politicamente, explica Lúcio, e essa organização passa pelo CGTSM. Foi em janeiro de 92, quando os índios se reuniram em Assembléia Geral e aclamaram o Messias para ser candidato a vereador pelos Sateré por Barreirinha. A primeira experiência de Messias foi em 88 quando foi criada a Coaib e ele foi eleito coordenador". *(A Crítica, 20/10/96)*

PREFEITO BUSCA APOIO PARA ESTRADA QUE CORTARÁ ÁREA INDÍGENA

O prefeito de Maués, Carlos Esteves, informou ontem que vai procurar os líderes Sateré-Mawé para tentar assegurar um acesso rodoviário desse município com Manaus. A rodovia ajudaria a fortalecer a cultura do guaraná e seria projetada como uma espécie de ramal da "Estrada da Várzea" e teria o mínimo impacto ambiental possível às terras indígenas, segundo diz. *(A Crítica, 05/02/97)*

VETO À PESQUISA DA PETROBRÁS

Os Sateré-Mawé rejeitaram uma proposta da Petrobrás para permitir a realização da pesquisa de petróleo em suas terras, na região de Mamuru, localizada entre os municípios de Juriti (PA) e Barreirinha (AM), no Médio Amazonas. Os responsáveis pela pesquisa sísmica da Petrobrás explicaram que as lideranças indígenas opuseram-se às pesquisas por acharem que haveria muita gente de fora circulando na área. Segundo a Petrobrás, ao tomarem tal decisão, os índios perderam a oportunidade de ganhar um bom dinheiro, caso fosse constatada existência de petróleo em sua reserva. A primeira reunião com as lideranças dos Sateré-Mauwé aconteceu no dia 16 de junho último, e foi acompanhada pelo chefe de posto da Funai de Parintins, que é um Sateré-Mawé.
A decisão oposta ao interesse da estatal foi motivada pela experiência ruim que os Sateré-Mawé tiveram há alguns anos, com a multinacional francesa Elf-Equitaine, que, por conta e risco da Funai, realizou prospecção nas terras dos Sateré-Mawé, causando danos ambientais. Processada pelos índios, a multinacional francesa foi obrigada a pagar indenização por danos ao meio ambiente e ao seu patrimônio cultural e material. A ação judicial, denominada Interdito Proibitório, foi conduzida pelos advogados Dalmo de Almeida Dalari e Edson de Oliveira. Os advogados relembram que na ocasião, a presença do cacique Juruna na audiência final foi decisiva para que a multinacional assumisse o pagamento integral das indenizações. Juruna ameaçou ir à França denunciar o que a empresa havia feito na terra dos Sateré-Mawé, e que não queria pagar a indenização.
A prospecção desastrosa na terra dos Sateré-Mawé foi resultado da política de abertura promovida pelo governo Geisel, e da forma como a pesquisa de petróleo foi negociada entre Funai, Petrobrás e Elf-Equitaine. Segundo os advogados, na ocasião a Funai não tinha condições morais de defender os índios, o que obrigou que os próprios índios contratassem com seus recursos os dois advogados. *(A Crítica, 26/7/98)*

ECO-ANDIRÁ INVESTE CONTRA A TI ANDIRÁ-MARAÚ

O Ipaam (Instituto Ambiental do Amazonas) declarou que nenhum agricultor será expulso da área de 70 mil hectares reivindicada pela Eco-Andirá Brasil-Holanda. Os produtores estão há mais de 20 anos na terra, e sua atividade é considerada essencial para o abastecimento das cidades mais próximas.

DISTRITO DE SAÚDE INDÍGENA DE PARINTINS

Em dezembro de 1999, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) estabeleceu uma parceria com a Ameríndia Cooperação para a execução das ações de atenção à saúde e formação de recursos humanos dentro do processo de implantação do Distrito de Saúde Especial Indígena de Parintins. Esse distrito abrange os povos Sateré-Mawé, Hixkaryana, Wai Wai e os Zoé, nos municípios de Nhamundá, Oriximiná (no Pará) e Maués, Barreirinha e Parintins (no Amazonas) com uma população total de 9000 pessoas distribuídas em 90 aldeias.

As ações compreendidas pelo convênio visam a formação, acompanhamento e supervisão continuada dos Agentes Indígenas de Saúde (AIS) locados nas aldeias indígenas, a atenção básica à saúde em campo, a consolidação de uma rede integrada e estratificada de saúde, com complexidade crescente e articulada com a rede do SUS, o equipamento e organização de redes de transporte e de comunicação, a consolidação de um sistema de informação para uma vigilância em saúde adequada à realidade e a implantação e funcionamento de instâncias (Conselhos Locais e Distrital) destinadas a garantir o controle social sobre as políticas de saúde.

Para que o objetivo fosse alcançado, foi feita a contratação de enfermeiros e auxiliares de enfermagem, destinados a pontos fixos de ação (Casa de Saúde Indígena e algumas aldeias indígenas de alta densidade populacional), equipes multidisciplinares (médico-enfermeiro) para visitar periodicamente as aldeias e 97 AIS. Também foi contratada uma equipe de administração, finanças e logística para operar na sede.

A EXPERIÊNCIA DA ONG AMERÍNDIA COM OS SATERÉ-MAWÉ

A mais de dez anos, a Ameríndia Cooperação, organização não-governamental espanhola (Catalunha), trabalha junto ao povo indígena Sateré-Mawé atendendo às solicitações das suas lideranças indígenas referentes à saúde nas aldeias. Desde 1992, tem seus recursos financiados por diversas instituições públicas e privadas espanholas. Esse montante é destinado à implantação de um projeto de saúde, que visa, entre outros, a formação de Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e o fornecimento de equipamento clínico primário, transportes náuticos, radiofonias e a operacionalização integrada de todas as ações. Todas os projetos são articuladas às Organizações Indígenas Sateré-Mawé.

Entre suas metas, além de inserir a comunidade Sateré-Mawé no processo de assistência à saúde, acrescenta-se o apoio às escolas e professores indígenas, à consolidação da Organização das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé, às ações para auto-sustento alimentar e o suporte às organizações indígenas de base no processo de autogestão.

Alcançadas essas metas em 1997, além de ter dado continuidade até 1999 ao projeto original financiado desde Espanha, a Amerindia assinou um convênio com o Ministério de Saúde - Programa DST/AIDS, por indicação das Organizações Indígenas, para desenvolver atividades de prevenção a essas doenças e educação para saúde.

Ainda nesse mesmo ano, a ONG espanhola assinou convênio com a Funai para dar assistência à saúde nas aldeias Sateré-Mawé dos rios Andirá/Aicurapá e Marau/Urupadí, assim como Hexkaryanas do rio Nhamundá. Esse acordo expirou em julho de 1999, tendo consolidado o processo de regionalização operacional da área Sateré-Mawé.

A REGIONALIZAÇÃO DA ÁREA SATERÉ-MAWÉ

A regionalização começou a ser feita 1995 junto à coordenação da Organização dos Agentes Indígenas Sateré-Mawé (Oasism) e às lideranças tanto do Marau quanto do Andirá. Ela esteve baseada em critérios geográficos e antropológicos e resultou em nove sub-regiões operacionais, cada uma com um pólo base equipado (radiofonia/placa solar, transporte náutico, balança pediátrica, etc.) onde, desde então, acontecem todas as ações de saúde de assistência nas aldeias, consultas assistidas por radiofonia, e referências/contra-referências depacientes entre as aldeias e a cidade. Os Agentes Indígenas de Saúde locados nesses pólos base foram formados para as ações (supervisados a distância ou acompanhados em serviço pelo equipe técnico) desse modelo operacional.

DST E AIDS

Através do Projeto Murubi de Prevenção de DST e AIDS financiado pelo Ministério da Saúde, foram capacitados, ao todo, 98 AIS. A capacitação desses agentes teve como objetivo ensiná-los reconhecer o quadro clínico das DST e AIDS e pautar os procedimentos e o diagnóstico delas, assim como ensiná-los a informar a população Sateré-Mawé mais vulnerável essas doenças, sensibilizando-a para as medidas preventivas. Em seis meses, foram realizado 17 encontros com a população que atingiram a audiência de 3694 pessoas.

SAÚDE BUCAL

Foram formados nove agentes indígenas de saúde bucal locados nos pólos base.

O primeiro diagnóstico de saúde bucal foi realizado por um cirurgião dentista nas aldeias do Marau em 1994. Em 1997, ele se realizou nas aldeias do Andirá.

O processo de formação desses agentes se deu em três etapas. A última foi feita através de uma parceria com a Universidade de Brasília (UnB). Foi reativado o programa de aplicação de flúor e educação para a saúde. Em parceria com a Funai, aconteceu o programa de assistência odontológica em campo.

OUTRAS ATIVIDADES

A Amerindia proporcionou e apoiou a formação de AIS como multiplicadores nas ações de educação para saúde; implementou um programa de controle de saúde infantil; realizou um curso de ensino de 1º grau para um grupo de 30 AIS; apoiou e financiou ações da Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé (Amism) e discutiu e fixou estratégias de ação para combater a fome na região, o pior agravo à saúde entre os Sateré-Mawé.
(Dra. Cristina Alvarez/Amerindia Cooperação)

A Funai denunciou ontem formalmente às entidades ambientalistas o presidente da Câmara Municipal de Barreirinha, vereador Claubert Pereira Lopes, como testa de ferro da madeireira Eco-Brasil-Holanda Andirá, responsável pela contratação de equipes de mateiros que estão extraindo vastos estoques de madeira da reserva indígena Sateré-Mawé. *(A Crítica, 26 e 31/03/99)*

MADEIRA É APREENDIDA PRÓXIMA À TERRA INDÍGENA

Fiscais do Ibama apreenderam 3 mil peças de madeira, entre cedro, açariquara, maçaranduba e piquiá, extraídas ilegalmente em área limite com a reserva indígena dos Sateré-Maué, no rio Andirá, município de Barreirinha/AM. Parte da madeira estava submersa nos rios Ariaú, Tigre, Urumatuba e Mirana, numa estratégia de camuflagem usada para driblar a fiscalização. Os extratores surpreendidos no local disseram que a madeira fora encomendada pelo vereador Claubert Lopes, de Barreirinha, intermediário da empresa Eco Brasil Holanda Andirá, e seria utilizada nas instalações da empresa na Barreira do Andirá., onde está sendo implantado o projeto de enriquecimento florestal. A empresa holandesa não tem licença para desenvolver suas atividades, tendo sido embargada pelo Ipaam.

A Funai denunciou ainda que poderia estar havendo invasão da reserva indígena, o que levou os fiscais a uma operação conjunta, com militares e índios Sateré-Mawé, durante dez dias. Ainda que a reserva não tenha sido atingida, os índios ficaram em alerta. O administrador da Funai em Parintins, o índio Sateré-Maué Lúcio Menezes, foi que recebeu as denúncias de que 10 mil toras de acariquara já foram derruba-

das. Menezes alertou para o fato que deve haver ainda madeira escondida na mata. "Nós queremos ter certeza que não estão explorando a terra dos índios", disse Menezes. *(A Crítica, 18/04/99)*

LÍDERES DENUNCIAM ADMINISTRADOR DA FUNAI

Lideranças das nações indígenas Sateré-Mawé e Hixkariana, localizadas nos municípios de Andirá e Maraú e Nhamundá no Baixo Amazonas estão exigindo a destituição do administrador da Funai do município de Parintins, Lúcio Ferreira Menezes. O administrador é acusado de descaso com a população indígena. O coordenador geral da tribo Sateré-Maué, Obadis Batista Garcia, que diz representar os 6 mil índios que vivem em Parintins, afirma que a vida das populações indígenas está insustentável. Lúcio é denunciado como traidor da causa indígena por usar recursos da Funai em benefício próprio e de seus parentes.

Menezes, em entrevista, afirmou que as dificuldades enfrentadas pela administração da Funai em Parintins são resultado do corte de verbas do Governo Federal. Questionou também a liderança do grupo que o denunciou. "Isso é briga pelo poder e eu lamento porque sou Sateré. Eles são meus parentes, mas como não faço parte de nenhum dos três grupos políticos existentes, estão querendo me derrubar", conclui Menezes. *(A Crítica, 27/07/99)*

FUNAI EXONERA ADMINISTRADOR...

Acusado de introduzir maconha entre os índios Sateré-Maué, o indigenista José Victor Santana foi exonerado no dia de agosto de 1999 do cargo de administrador provisório da Funai em Parintins.

Santana havia sido nomeado pelo presidente do órgão Márcio Lacerda para substituir Lúcio Ferreira Menezes. Victor Santana considerou absurda a acusação: "Fiquei surpreso duplamente. Primeiro por ter sido indicado pelas próprias lideranças indígenas em assembléia para assumir o cargo, e depois por ter sido exonerado em razão de acusações sem provas, sobre fatos que teriam ocorrido há 15 anos", disse. O indigenista também questiona a representatividade de lideranças que teriam invadido a administração da Funai em Parintins, revoltados com a sua indicação. Para Santana o grupo é ligado à família do ex-administrador, Menezes, e tem interesses pessoais no cargo. *(A Crítica, 07/08/99)*

... MAS VOLTA ATRÁS

Em dois dias de negociações entre os índios Sateré-Mawé, Hixkariana e o administrador da Funai em Manaus, Benedito Rangel de Moraes, indicado pela presidência da Funai para resolver o impasse criado na regional, prevaleceu a decisão das lideranças indígenas que exigiram a permanência de Santana no cargo de administrador da regional de Parintins. *(A Crítica, 13/08/99)*

OPERÁRIOS DA PETROBRÁS PERTO DA TI CAUSAM PREOCUPAÇÃO

A presença de máquinas e equipamentos de prospecção de petróleo na região do rio Mamuru, no limite da TI Andirá Marau, deixou em estado de alerta os índios da área, que temem a invasão da reserva pela empresa contratada da Petrobrás. Os índios levaram suas preocupações ao administrador Victor Santana, que divulgou por meio de emissoras de rádio da cidade um comunicado chamando o responsável pela empresa a prestar esclarecimentos sobre os limites da área de atuação. "Não queremos atrapalhar a Petrobrás, mas temos que preservar a reserva", disse Santana.

A Petrobrás vem realizando pesquisas no rio Mamuru há alguns anos e, nos últimos quatro meses, cerca de cem trabalhadores estão preparando a região para a instalação da sonda de perfuração. A base da empresa está localizada próximo à comunidade de Samaúma, perto da fronteira do Amazonas com o estado do Pará. *(A Crítica, 09/09/99)*

LIDERANÇAS DENUNCIAM MANOBRAS PARA MUDANÇA DO ADMINISTRADOR

Cinco representantes do Conselho Geral das Tribos Sateré-Mawé e Hixkariana (CGTSMH) protocolaram no dia 18 de novembro de 1999 uma carta denúncia à Procuradoria Geral da República revelando uma tentativa de golpe na comunidade indígena de Ponto Alegre.

Algumas lideranças indígenas estariam tentando nomear João Canarinho como tuxaua geral da tribo para forçar a saída do atual administrador regional da Funai em Parintins, Vítor Santana. O objetivo do golpe seria abrir caminho para o retorno do antigo administrador, Lúcio Menezes.

De acordo com o coordenador geral dos professores sateré-mawé, Lico Lopes da Paz, os índios se reuniram na última segunda-feira na comunidade de Ponto Alegre. Eles teriam convocado os tuxauas da tribo para apoiarem o golpe, mas estes se recusaram a comparecer na reunião, "Mesmo assim, João Canarinho se auto-indicou como liderança maior da nação Sateré-Mawé do rio Andirá" comentou Lico.

Segundo Zeila da Silva Vieira, que faz parte do Conselho das Mulheres Sateré-Mawé, a tribo não concorda com o retorno de Lucio Menezes ao comando da Funai em Parintins. "Ele passou quatro anos no cargo e não fez nada pelas comunidades indígenas da região."

Os representantes indígenas informaram que o procurador geral Sérgio Lauria deu parecer favorável à carta denúncia e determinou que fosse instaurado um inquérito para apurar os fatos. "A Polícia Federal deverá ser acionada para investigar o caso de tentativa de golpe. Temos que acabar com essa prática de luta pelo poder dentro da Funai pela qual apenas algumas pessoas se beneficiam colocando as lideranças indígenas em conflito. Enquanto a maioria dosíndios continuam sem assistência médica e educação". lamentou Lico Paz. *(A Crítica, 20/11/99)*

PROJETO DE ESTRADA REVOLTA LIDERANÇAS INDÍGENAS

As lideranças indígenas dos Sateré-Mawé estão em clima de revolta. O motivo é o projeto de construção de uma estrada que passará bem no meio da reserva indígena, já homologada, de 788.528 ha. Além de não terem sido consultados, os índios dizem que a estrada representará o extermínio dos Sateré-Mawé.

A estrada, de acordo com os líderes indígenas, é "um sonho" do prefeito Carlos Esteves, que pretende ligar Maués à cidade paraense de Itaituba. "Isso vai ser a destruição total do nosso povo. Pode vir muita coisa ruim por essa estrada, como violência, estupro, bebedeira", avalia o coordenador geral da tribo Sateré-Mawé do rio Marau, Francisco Alencar.

O receio dos índios não é à toa. Eles não entendem que tipo de desenvolvimento pode vir da cidade de Itaituba, que vive problemas sociais sérios com a decadência do garimpo.

Os Sateré-Mawé temem ainda que os projetos de desenvolvimento, como a exportação de guaraná para a Alemanha, que eles estão criando, possa vir abaixo com uma única estrada. "Todo o nosso trabalho e cuidado para preservar o meio ambiente pode se acabar", reforça o coordenador. *(A Crítica, 10/06/00)*

GUARANÁ VAI PARA A EUROPA

Os Sateré-Mawé, que vivem no Amazonas, conseguiram uma produção recorde de guaraná na safra 2000: dez toneladas. São cinco toneladas

acima do estimado. Essa safra foi negociada com a organização européia Comércio para o Terceiro Mundo (CTM), da Itália, que apóia projetos comunitários de produção sustentada. O Projeto Guaraná, como é conhecido pelas comunidades indígenas, foi criado há seis anos, mas só nesse ano conseguiu atingir a meta estipulada para a exportação. O objetivo inicial do CGTSM era exportar, para a Europa, quatro toneladas de guaraná. Até agora, essa meta não havia sido alcançada, em função da baixa produção.
Para estimular o plantio, a entidade fez um trabalho de conscientização junto às comunidades, estimulando os produtores para que reservassem áreas maiores para a plantação de guaraná. Obadias Garcia afirma que o resultado foi uma surpresa, até mesmo para os dirigentes da CGTSM, que não esperavam um retorno tão imediato. "Durante três anos consecutivos, não tínhamos conseguido cumprir o contrato com o CTM", diz. "Esse ano, quando fui comprar o guaraná nas comunidades, me surpreendi com a produção, muito além da expectativa. Isso prova que o projeto vem dando certo."
O quilo do guaraná é exportado a US$ 32. Desse valor, US$ 8 são destinados para o desenvolvimento de pesquisas que resultem na melhoria da qualidade do produto e, também, em análises de mercado. O restante é revertido para as comunidades e investido na ampliação de terrenos de plantio, no estímulo e na manutenção das atividades do CGTSM. *(Gazeta Mercantil, 26/07/00)*

SATERÉ-MAWÉ EM MANAUS

CONFLITO EM DISPUTA DE TERRA URBANA

Um grupo de Sateré-Mawé residente em Manaus, vestiu-se com trajes e pinturas adequados a uma ocasião de guerra e foram à 4ª. delegacia de polícia. Pacificamente prestaram queixa contra o proprietário do terreno que eles invadiram, entre os conjuntos Hiléia e Santos Dumont. São ao todo 15 famílias, contando cerca de 40 pessoas. Eles moram em habitações improvisadas e sobrevivem do artesanato que fabricam no local.
O administrador da Funai, Raimundo Serejo, disse que o órgão estava acompanhando o caso, mas ainda não sabia dos detalhes sobre a situação dos índios. "A Funai não tem como argüir pelos índios, porque se trata de uma área urbana, fora de nossa competência", explica.
Segundo a líder das mulheres Sateré, Zenilda da Silva Vilacio, o pretenso proprietário, Carlos Alberto Souza Burlamaqui, chegou a ameaçar os índios com revólver. Carlos Alberto, ao tomar conhecimento da denúncia, disse que tudo não passava de um mal-entendido e que nunca ameaçara os índios. Ele mostrou os documentos de sua casa, comprovando que mora no local há 15 anos e que se trata de duas áreas diferentes: "Eu só vou fazer um muro para dividir melhor o meu terreno, não vou nem tocar neles", afirmou.
Na audiência que ocorreu ontem, o delegado proibiu qualquer ato das partes envolvidas, como corte de plantas ou qualquer construção, até que os órgãos competentes que trabalham com as terras urbanas definam a quem pertencem as terras. *(A Crítica, 16/01/96)*

SATERÉ CONQUISTAM ÁREA EM LITÍGIO NA CIDADE

As 15 famílias de Sateré-Mawé poderão permanecer na área verde entre os conjuntos residenciais Santos Dumont e Hiléia, onde moram há quinze anos. A garantia foi dada pelo presidente da Empresa Municipal de Urbanização (Urbam), Waldilson Cruz, que visitou ontem o local após uma audiência das lideranças Sateré-Mawé com o prefeito em exercício, Bosco Saraiva.
Os líderes Sateré-Mawé pintaram o corpo, colocaram colares, cocar, arcos e flechas e outros adornos, para tornar público e defender o direito à moradia. "Nós só queremos ficar em paz", disse uma das líderes Sateré, Zelinda Freitas, referindo-se ao conflito pela propriedade da área onde moram. O prefeito encaminhou o caso para ser decidido pela Urbam, após a audiência com os índios.
O presidente da Urbam embargou a construção do muro pretendido por Carlos Alberto Burlamaqui e disse que as famílias serão preservados no local. Ele explicou que o terreno faz parte da área verde dos conjuntos Hiléia e Santos Dumont, e como se tratava de terras de domínio do município, não valeria a apresentação de documentos de propriedade do terreno por particulares: "A área foi tomada por invasão, tanto de índios e brancos em terras públicas, mas que já tiveram aceitação inclusive da Prefeitura", disse citando como exemplo algumas obras públicas no local. *(A Crítica, 18/01/96)*

SAÚDE AMEAÇADA

Os Sateré-Mawé que ocupam uma área verde na zona oeste de Manaus voltaram à Urbam para tentar resolver mais um problema que está importunando as 15 famílias que moram no local. Dessa vez é uma fossa sanitária que está sendo construída por uma moradora branca, Fátima Carvalho. Segundo a líder da "tribo urbana", Zelinda Freitas, o buraco onde a fossa está sendo construída não tem profundidade suficiente para garantir a segurança da comunidade: "Não mede mais que quatro metros e quando a chuva cair pode encher a tal ponto de escorrer para dentro de nossas casas. As crianças aqui já estão doentes, com diarréia, vômitos e febre e com essa fossa espalhando mau cheiro, a situação pode piorar", afirmou. Ela conta que a obra está causando conflito entre os próprios índios, pois a vizinha branca está pagando aos Sateré para dar continuidade ao serviço: "Até nossa matriarca, Tereza Farias, está a favor dela", completou.
O grupo foi recebido pelo presidente da Urbam que embargou a obra e prometeu ir ao local hoje. Ele orientou Fátima Carvalho a fazer o encanamento até o igarapé onde os dejetos devem ser despejados. *(A Crítica, 08/02/96)*

GRUPO QUE SE APRESENTA NO HOTEL ARIAÚ TOWER DENUNCIA MAUS TRATOS

Quinze índios Sateré-Mawé abandonaram ontem as vizinhanças do Hotel Ariaú Tower, de propriedade de Ritta Bernardino, localizado a 55 quilômetros de Manaus, na margem direita do rio Negro, onde ocupavam uma colônia. Pintados para a guerra, os Sateré fizeram uma manifestação em frente ao Hotel Mônaco, do mesmo proprietário. Revoltados com o não cumprimento de acordo firmado com o empresário, os Sateré alegam que na ocasião que se transferiram para as proximidades do hotel, o empresário garantiu fornecimento de rancho e medicamentos para as três famílias que moravam na área. Os índios participavam de atividades dirigidas aos turistas do hotel. Na comunidade indígena, localizada a 20 minutos da sede do hotel, os índios apresentavam rituais dos Sateré-Mawé, como a dança da tucandeira, utilizada como rito de passagem da criança Sateré para a idade adulta. No ritual, as crianças cantam e dançam durante uma semana com a mão enfiada em luvas, recheadas com formigas tucandeiras.
A prisão de um índio, acusado injustamente de roubar uma bateria do hotel, motivou a revolta. Os índios querem dinheiro para retornar ao bairro de Redenção, zona Centro-Oeste da Manaus, de onde foram retirados. *(A Crítica, 24/09/97)*

A VIDA NA CIDADE

Uma média de 500 índios Sateré-Mawé vive hoje na cidade de Manaus, ocupando dois conjuntos habitacionais: Santos Dumont e Hiléia.

Originários da Reserva Andirá Marau, onde a etnia soma um número total de 4.000 índios, os Sateré-Mawé migraram para a cidade há 25 anos. Segundo Korum Bené, tuxaua dos Sateré, as famílias de Manaus mantém-se com a venda de artesanato para a Funai e para turistas. As artesãs Sateré formaram a Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé (AMISM), entidade responsável pela venda do artesanato. O grupo vive em dificuldades na periferia de Manaus. A procura da escola é um dos principais motivos da migração para a cidade. *(A Crítica, 24/09/97)*

A VENDA DO ARTESANATO

A Feira de Artesanato regional da Praça Tenreiro Aranha, Centro de Manaus, é o local de venda de artesanato dos Sateré-Mawé que moram na cidade. Zeila da Silva Vieira foi a primeira pessoa da aldeia a migrar para a cidade, há 22 anos. Zeila visita todos os anos a aldeia Ponta Alegre, no município de Barreirinha, onde nasceu, e de lá traz material para confeccionar o artesanato, cuja venda é a base de sustentação de seus parentes. Segundo informações da índia Sateré-Mawé, o grupo que vive em Manaus mantém na cidade o uso da língua nativa, indo à aldeia para participar das festas. *(A Crítica, 19/07/98)*.

KAIABI

FUNAI APROVA PROPOSTA DE REESTUDO E AMPLIAÇÃO DA TI KAYABI

Foi publicado em 23 de junho de 1999 os resultados do Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Kayabi, localizada nos municípios de Apiacás (MT) e Jacareacanga (PA), com a superfície aproximada de 1408.000 ha e 900 km de perímetro. Essa terra inclui a TI Caiabi homologada em 1982 com 117.246 ba e a TI Cayabi Gleba Sul com 52.500 ha, interditada em 1990. A população Kayabi, Munduruku e Apiaká dessa área é de 297 habitantes. *(DOU, 25/06/99)*

MAIS UMA HIDROVIA NO CAMINHO DOS ÍNDIOS

Comissão Pró-Hidrovia Teles Pires-Tapajós protesta contra redefinição dos limites da TI Kayabi.

Sojicultores do Mato Grosso abriram nova frente de conflito com populações indígenas da Amazônia. A Comissão Pró-Hidrovia Teles Pires-Tapajós, do Rotary International de Alta Floresta (MT), encaminhou carta-protesto ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, solicitando que o governo não aprove a ampliação da Terra Indígena Cayabi, situada na região dos municípios e Jacareacanga e Apiacás (sul do PA e norte do MT respectivamente).

A informação foi repassada pelo Instituto Centro de Vida (ICV), de Cuiabá (MT). Segundo o ICV, a comissão alega que "a ampliação da reserva vai inviabilizar a implantação da hidrovia por atingir o ponto considerado ideal para o acesso rodoviário ao porto fluvial da hidrovia, no município de Apiacás".

A redefinição dos limites da Terra Indígena Cayabi é reivindicação antiga dos índios kayabi e munduruku que a habitam. Por conta de décadas de exploração garimpeira, os rios que correm pela área indígena se encontram muito degradados, inviabilizando os usos tradicionais que as famílias indígenas deles fazem.

Pelo estudo da Funai - assinado pelo antropólogo Edison Netto Lasmar, da Divisão de Assuntos Fundiários do órgão indigenista, e publicado no Diário Oficial da União em 25 de junho passado -, as nascentes do rio Curuzinho e de seus afluentes passariam a fazer parte da área a ser demarcada, de modo a garantir a sobrevivência física e cultural dos índios. Segundo informa o ICV, outras áreas foram incluídas nesta proposta para evitar possíveis invasões de garimpeiros e nova contaminação dos rios por mercúrio.

A publicação do despacho da Funai abriu um período de 90 dias para que os interesses contrariados se manifestassem. Ao fim desse período, se as contestações forem consideradas improcedentes, o ministro da Justiça José Carlos Dias deverá assinar portaria aprovando os novos limites e determinando à Funai a realização da demarcação física da área.

AMAZÔNIA PARA A SOJA

A exemplo da hidrovia Araguaia-Tocantins, a Teles Pires-Tapajós é projeto de interesse dos plantadores de grãos do Mato Grosso, que assim viabilizariam o escoamento de sua produção para o exterior. Entretanto, segundo informa o ICV, a hidrovia não está no programa "Avança Brasil", o que de certa maneira desincumbe o governo federal de defendê-la. O ICV informa que a Comissão Pró-Hidrovia argumenta que os impactos ambientais e sociais trazidos pela hidrovia em operação serão baixos, mas que para o seu funcionamento pleno está prevista a construção de um dique em uma cachoeira.

Em seu boletim, o ICV considera "grave" o fato de os grandes produtores de grãos estarem querendo utilizar as margens dos rios para plantar soja. "O Grupo Maggi, maior produtor de soja no Brasil está financiando pesadamente pesquisas de cultivares adequadas para diferentes regiões da Amazônia. As pesquisas vêm sendo realizadas com a Fundação Mato Grosso e Empresa Brasileira de Agropecuária (Embrapa) em sete pólos da região", informa a organização não governamental. (Últimas Notícias/ISA, 16/11/99)

8. SUDESTE DO PARÁ

MICHEL PELLANDERS

Xikrin do Cateté

8. SUDESTE DO PARÁ

PARÁ
MARANHÃO
TOCANTINS
MT
ALTAMIRA
SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PORTO DE MOZ
SANTARÉM
TUCURUÍ
TOMÉ-AÇU
PARAGOMINAS
MARABÁ
SÃO FÉLIX DO XINGU
TUCUMÃ
XINGUARA
REDENÇÃO
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
SANTANA DO ARAGUAIA
VILA RICA
SÃO JOSÉ DO XINGU
GUARANTÃ
PEIXOTO AZEVEDO
COLÍDER
CACHIMBO
IMPERATRIZ
GRAJAÚ
CAROLINA
BALSAS
ALTO PARNAÍBA
TOCANTINÓPOLIS
PALMAS
BACABAL
RIO AMAZONAS
BR-230
BR-010
BR-222
BR-158
BR-153
BELÉM-BRASÍLIA
FERRONORTE
ALTO TURIAÇU
CARU
KRAOLÂNDIA
APINAYÉS
CARAJÁS
TAPIRAPÉ AQUIRI
26
29
164
35
43
18
235
60
90
380
423
295
51
173
453
813
75
491
578
320
11
505
516
123
352

limite interestadual
rodovia implantada
estrada de ferro
cidade
Unidade de Conservação federal
Área militar

TERRAS INDÍGENAS

reconhecidas oficialmente mais de 22 000 ha
reconhecida oficialmente menos de 8 000 ha ou sem perímetro conhecido
em identificação ou a identificar
apresentada em outro capítulo

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/2000

50 0 50 100 Km

Ref. mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)		Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
6	Alto Rio Guamá	Kreje Keapor Guajá Tembé Munduruku	922	Funai: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. s/n de 04/10/93 homologa a demarcação (DOU, 05/10/93). Reg. CRI Nova Esp. do Piriá Urubu . Comarca de Vizeu Matr 1.518, Liv. 2-E, 18 em 13/09/94: Santa Luzia do Pará Com. de Ourem Matr 5.410, Liv. 2-L. fl. 79 em 14/09/94. Paragominas Matr. 4.849, Liv. 2-P, fl. 189 em 17/10/94. Reg. SPU Cert. 07 de 29/07/94. Port. 1 141 de 10/12/99 constitui CT p/pagto das indenizações. das benfeitorias de boa-fé (DOU, 16/12/99)	279 897	Paragominas N. Esperança do Piriá Santa Luzia do Pará	PA PA PA	Requerimento e alvará de pesquisa mineral. Rodovia planejada PA-108.
10	Amanayés	Amanaye	200	Funai Marabá: 00	Em Identificação/Reservada/SPI. Dec. Estadual n. 306 de 21/03/45 (DOE 27/03/45) com a extensão de 261.000 ha. Port. 640 de 19/06/98 cria GT p/ identificar a TI (DOU, 22/06/98).	261.000	Rondon do Pará	PA	
11	Anambé	Anambé	132	Funai Marabá: 00	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 380 de 24/12/91 homologa demarcação (DOU, 26/12/91). Reg. CRI Moju, Matr. 4.024, Liv. AT, fl. 124 verso em 20/03/92. Reg. SPU Cert. 09 em 05/08/94.	7.882	Moju	PA	
193	Mãe Maria	Gavião Parkatejê	414	Funai Marabá: 00	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 93.148 de 20/08/86 homologa a demarcação (DOU, 21/08/86). Reg. CRI Matr. 6587, Liv. 2-Z, fl. 01 em 17/07/85. Reg. SPU PA 04 Liv. 2, fl. 484/485 em 08/09/86	62 488	B. Jesus do Tocantins	PA	Carajás. Requerimento e alvará de pesquisa mineral. Rodovia PA-222, ferrovia. Linha de transmissão cortam a área. Hidrelétrica planejada (Marabá)
236	Parakanã	Parakanã	498	Funai Marabá: 00	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 248 de 29/10/91 homologa demarcação (DOU, 30/10/91). Reg. CRI de Itupiranga Com. de Marabá Matr. 9 681, Liv. 2-AM, fl. 1V/02 em 29/05/87; Jacudanga Com. de Jacundá Matr. 004, Liv. 2-A, fl. 002. Reg. SPU 02 em 27/10/87	351.697	Itupiranga Jacundá Tucuruí	PA PA PA	Carajás. Requerimento e alvará de pesquisa mineral. Transferidos da TI Pucuruí inundada pelo lago de Tucuruí. Rodovia BR-230 no limite.
423	Rio Tapirapé/Tuere	Isol. do Rio Tapirapé	0		A Identificar (Coord. Índios Isolados: 88)	0	Sen. José Porfírio	PA	Isolados
295	Sororó	Surui Aikewara	289	Funai Marabá: 00	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 88 648/83 homologa a demarcação. Reg. CRI de S. João do Araguaia, Com. Marabá Matr. 4 857, Liv. 2 RG, fl. 01 de 07/03/89. Reg. SPU Cert. 05 em 07/03/89. Port. 1.038 de 04/11/99 cria GT p/realizar novos estudos da TI. (DOU, 9/11/99)	26 258	S. Domingos Araguaia	PA	Carajás. Requerimento de pesquisa mineral. Os índios vão entrar com ação para ampliação da TI para incluir a área do polígono dos castanhais.
306	Tembé	Turiwara	60	Funai Belém: 98	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 389 de 24/12/91 homologa demarcação (DOU, 26/12/91). Reg. CRI Matr. 2 970, Liv. 2 em 29/01/92. Reg. SPU Cert. 03 em 15/06/94.	1 075	Tome Açú	PA	Rodovias planejadas PA-108 e PA-252.
320	Trocara	Asurini do Tocantins	302	Funai Marabá: 00	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 87.845 de 22/11/82 homologa a demarcação (DOU, 24/11/82) Reg. CRI em Baião Matr. 1 066, Liv. 2-F, fl. 292 em 22/09/83. Reg. CRI Tucuruí Matr. 3092, Liv 2-N, fl. 269 em 24/05/90. Dominial Indígena (doação de 14.0480 ha) Reg. SPU/PA Cert. 72 em 12/12/83	21 722	Tucuruí	PA	Carajás. Requerimento de pesquisa mineral. Rodovia PA-156 corta a área.
585	Turé-Mariquita	Tembé	40	Funai Belém: 98	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 304 de 29/10/91 homologa demarcação (DOU, 30/10/91). Reg. CRI Matr. 2.964, Liv. RG 2-I em 16/12/91. Reg. SPU Cert. 01 em 21/05/94.	147	Tome Açú	PA	
80	Xikrin do Cateté	Kayapó Xikrin do Cateté	859	Vieira Filho: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 384 de 24/12/91 homologa demarcação (DOU, 26/12/91). Reg. CRI Matr. 98, Liv. 2 RG, fl. 98 em 17/08/92 na Comarca de Parauapebas. Reg. SPU Cert. 02 em 21/06/94	439.151	Parauapebas	PA	Carajás. Requerimento e alvará de pesquisa mineral. Garimpo não-indígena intermitente. Hidrelétrica planejada (Itacaiúnas I). Isolados.

Ref Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)		Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
18	Apyterewa	Parakanã	248	Funai Altamira: 99	Delimitada. Port. Min. 267 de 28/05/92 declara de posse permanente (DOU, 29/05/92). Port. Funai 710 de 30/08./96 cria GT p/ estudos e levantamentos complementares na TI (DOU, 03/09/96).	980.000	Altamira S. Felix do Xingu	PA PA	Carajás. Requerimento e alvará de pesquisa mineral. Garimpo não-indígena intermitente. Hidrelétrica planejada (Ipixuna)
29	Arara	Arara	143	Funai Altamira: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 399 de 24/12/91 homologa demarcação (DOU, 26/12/91). Reg. CRI Altamira (206.862 ha) Matr. 21.084, Liv. 2 ACC, fl. 255 em 15/07/92. Reg. CRI Uruará Matr. 103, Liv. 2-A, fl. 103 em 06/02/96. Reg. SPU Cert. 04 de 22/06/94.	274.010	Altamira Medicilândia Uruará	PA PA PA	Requerimento e alvará de pesquisa mineral. Hidrelétrica planejada (Babaquara). Rodovia BR-230 no limite. Os Arara que viviam na TI Arara II, interditada em 04/01/83, foram contatados e transferidos para a TI Arara.
35	Araweté/Ig. Ipixuna	Araweté	289	Funai Altamira: 00	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. do pres. F. H. Cardoso do dia 05/01/96 homologa a demarcação administrativa (DOU, 08/01/96). Reg. CRI de S. Félix do Xingu, Comarca de S. Félix do Xingu (175 126 ha) Matr. 1.486, Liv. 2-H, fl. 76 em 09/02/96. Reg. CRI de Senador José Porfírio Matr. 522, Liv. 2-C, fl. 29 em 09/02/9. Reg. CRI Altamira Matr. 22.357, Liv. 2-AAO, fl. 220 em 04/03/96. Reg. SPU Cert. s/n em 20/05/97.	940.900	Altamira S. Félix do Xingu Se. José Porfírio	PA PA PA	Requerimento de pesquisa mineral. Hidrelétrica planejada (Babaquara).
1359	Badjonkore	Kayapó Kuben Kran Ken	82	GT/Funai: 98	Identificada/Aprovada/Funai. Sujeita a Contestação. Port. Funai 125, cria GT p/ estudos a identificação da TI. Despacho do pres. da Funai aprova estudos de identificação (DOU, 14/04/99).	222.000	S. Félix do Xingu Cumaru do Norte		
51	Baú	Kayapó Mekragnoti	128	Nair Tanaka. 94	Delimitada. Port. do ministro da Justiça 826 de 11/12/98 declara de posse permanente dos índios (DOU, 14/12/98).	1.850.000	Altamira	PA	Requerimento e alvará de pesquisa mineral. Garimpo não indígena. A área do Exército Gleba Limão incide aproximadamente 6.775 ha na TI. E a Flona de Altamira incide na TI em 1.061 há
26	Cachoeira Seca do Iriri	Arara	57	Funai Altamira: 99	Delimitada. Port. Min. 26 de 22/01/93 declara de posse permanente indígena (DOU, 25/01/93) Port. Funai 428 de 27/04/94 designa antropologo p/estudos antropológicos conclusivos (DOU, 06/05/94).	760.000	Rurópolis Altamira Uruará	PA PA PA	Requerimento de pesquisa mineral. Hidrelétricas planejadas (Babaquara e Iriri). Lei Municipal 338/92 de 25/2/92 cria Distrito Porto Bannach dentro de TI.
75	Capoto/Jarina	Kayapó Metuktire	577	EPM: 87	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. s/n de 25/1/91 homologa demarcação administ. (DDU, 28/1/91). Reg. CRI Luciara Matr. 6.162, Liv. 2, fl. 01/02 em 16/04/86 e Reg. CRI de Colider Matr. 1.790, Liv.2 em 7/07/87. Reg. SPU Cert. s/n em 18/05/87.	634.915	Colider	MT	Requerimento de pesquisa mineral. Hidrelétrica planejada. Rodovia BR-080 no limite. Prodeagro.
90	Curuá	Xipaia-Kuruaia	91	Funai Altamira: 99	Delimitada. Port. minist. 550 de 16/11/92 declara de posse permanente (DDU, 17/11/92).	19.450	Altamira	PA	Requerimento e alvará de pesquisa mineral. Hidrelétrica planejada (Iriri). Garimpo indígena
164	Kararaô	Kararaô	28	Funai Altamira: 98	Homologada. Decr. s/n de 14/04/98 homologa a demarcação (DOU, 15/04/98). Resolução da Com. de Sindicância da Funai lista os ocupantes de boa fé da TI p/efeito de indenização de benfeitorias (DOU, 17/11/99). Port. 1.160 cria CT p/realizar pagto das benfeitorias (DDU, 23/12/99).	330.837	Altamira	PA	Requerimento de pesquisa mineral. Hidrelétrica planejada (Babaquara). Rodovia planejada PA-167.
173	Kayapó	Kuben Kran Ken Kikretum Gorotire Kokraimoro Moikarakô A'Ukre	2866	Funasa: 98	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 316 de 29/10/91 homologa demarcação (DOU, 30/10/91). Reg. CRI Matr. 18 807, Liv. 2-AAD, fl.129 em 21/12/87. Reg. SPU Cert. 3 em 27/10/87.	3.284.005	S. Félix do Xingu	PA	Requerimento e alvará de pesquisa mineral. Garimpo não-indígena. Reserva Garimpeira do Cumaru. Hidrelétrica planejade.
175	Koatinemo	Asurini do Xingu	91	Funai Altamira: 99	Homologada. Reg. CRI. Dec. S/N de 05/01/96 homologa a demarcação (DOU, 08/01/96). Reg. CRI em Altamira Matr. 22.341, Liv. 2-AAD, fl. 197 em 05/02/96.	387.304	Altamira	PA	Requerimento de pesquisa mineral. Hidrelétrica planejada (Babaquara). Isolado. Antes Identificada com 286.600 há.
453	Menkragnoti	Kayapó Mekragnoti Kayapó (isolados)	657	Nair Tanaka: 94	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. s/n de 19/08/93 homologa a demarcação (DOU, 20/08/93). Reg. CRI de S. Félix do Xingu (1.432.481 ha) Matr. 1.209, Liv. 2-F, fl. 195 em 26/8/95; de Altamira (3.336.390 ha) Matr. 22.341, Liv. 2-AAQ, fl. 197 em 9/2/96; de Peixoto Azevedo (128.305 ha) Liv. 2-RG, fl. 01V em 27/09/93: do Matupá, Comarca de Peixoto Azevedo (17.078 ha) Matr. 1.742, Liv. 2-RG, fl. 01 em 12/12/93. Reg. SPU MT 26 em 03/05/94. Reg. SPU-PA 05 em 05/07/94.	4.914.255	Altamira S. Félix do Xingu	PA PA	Requerimento e alvará de pesquisa mineral. Isolados Mengra Mrari

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
813	Panará	Penerá	202 ISA: 00	Delimitada. Em damarcação Port do Ministro da Justiça n. 667 de 01/11/96 declere de posse permanente indígena (DOU, 04/11/96) Funai taz contrato p/ demarcação física com Três irmãos Engenharia e Planejamento Imobiliário Ltda. Valor R$ 148.925,70, vigência um ano a partir de 06/03/98 (DOU, 16/03/98) Foi republicado o mesmo contrato em 13/04/98	495.000	Guarantã do Norte Altamira	MT PA	Prodaagro, requerimento e alvarás de pesquisa mineral
232	Paquiçamba	Juruna	35 Funai Altamira: 98	Homologada. Reg. CRI a SPU Dec. 388 de 24/12/91 homologa demercação (DOU, 26/12/91). Reg. CRI Matr. 103, Liv. 2 A, fl. 108 em 12/11/90. Reg. SPU Cert. 10 em 05/08/94	4.348	Se. Jose Porfirio	PA	Requerimanto de pesquisa mineral Hidrelétrica planejada (Belo Monte).
	Pu'ro- Baixo Rio Curuá	Kayapó Pu'ro (isolados)	0	A Identificar	0	Altamira	PA	Isolados
491	Rio Merure	Kayapó Pituiaro (isolados)	0	A Identificar (Verswijvar, I. P: 86)	0	Altamira	PA	Isolados.
578	Rio Liberdade	Isolados	0	A Identificar Coordenadoria de Indios Isolados da Funai: 89	0	Luciara Vila Rica	MT MT	Prodeagro. Isolados
43	Trincheira/Bacajá	Asurini do Xingu Araweté Parakanã Kararaô Xikrin do Bacajá	382 Funai Altamira: 99	Homologada. Reg. CRI. Dec. s/n de 03/10/96 homologa a demarcação (DOU, 04/10/96) Reg. CRI em Senador J. Porfírio Matr. 535, Liv. 2-C, fl. 42. Reg. CRI em Altamira 22 552, Liv. 2-AAQ, fl. 167 em 02/04/976. Reg. CRI em Pacajá 1.075, Liv. 2-I, fl. 142 em 04/05/98. Reg. CRI S. Félix do Xingu, área I, Matr. 1.742, Liv. 2-I, fl. 141 em 04/05/98. Reg. CRI S. Felix do Xingu, area II, Matr. 1.743, Liv. 2-I, fl. 142 em 04/05/98. Resolução 85 de 11/2/00 considera de boa-fé o ocupante não-índio José F. da Conceição (DOU, 14/02/00).	1.650.939	Sa. José Porfirio S. Félix do Xingu Pacajá	PA PA PA	Carajás. Requerimento e alvará de pesquisa mineral. Garimpo não-indígena. Hidrelétrica planejada Rodovia planajada PA-158 isolados. Inclue a AI Bacajá identificada e demarcada fisicamente com 19.2128 ha em 1980
380	Xipaia	Xipaia-Kuruaia	67 Funai Altamira: 99	Em Identificação. Port. 974 da 15/10/99 cria GT p/ estudos de identificação da TI (DOU, 18/10/99).	0	Altamira	PA	Hidrelétrica planejada.

Os Panará Consolidam o Retorno

Equipe de redação

DE VOLTA ÀS CABECEIRAS DO IRIRI, DEPOIS DE 20 ANOS NO PARQUE DO XINGU, OS PANARÁ CONSOLIDAM NOVA ALDEIA E CONSEGUEM DUAS GRANDES VITÓRIAS: A DEMARCAÇÃO E UMA DECISÃO INÉDITA DA JUSTIÇA FEDERAL QUE OBRIGA O ESTADO A INDENIZÁ-LOS PELAS MORTES OCORRIDAS APÓS O CONTATO, NA DÉCADA DE 70. O MAIOR DESAFIO AGORA É ENFRENTAR AS INVASÕES DAS MADEIREIRAS QUE PREDAM A REGIÃO

As conquistas dos Panará (Krenhacãrore) nos últimos cinco anos marcaram a história do indigenismo brasileiro. Os "gigantes" Panará, que hoje contam com uma população de cerca de 200 habitantes na aldeia Nansepotite (bacia do rio Peixoto de Azevedo, norte do Mato Grosso), ofereceram um exemplo de resistência e força de vontade na luta pelos seus direitos e pelo seu território tradicional, para o qual retornaram, a partir de 1994, depois de um longo exílio no Parque Indígena do Xingu (PIX).

Ao contato forçado com os brancos, consumado pela Funai em 1973, quando a rodovia Cuiabá-Santarém já havia cortado seu território tradicional, seguiu-se o abandono. Vieram as doenças, as mortes, a transferência para o Xingu e a humilhação do exílio. No início dos anos 90, esse quadro começou a ser revertido com a decisão dos Panará em reaver seu território tradicional, a qual contou com o apoio dedicado do Instituto Socioambiental (ISA), além de outras organizações governamentais e não-governamentais.

O RETORNO CONSUMADO

Em 1995, um grupo de 50 Panará deixou o PIX para fundar a nova aldeia nas cabeceiras do rio Iriri. Depois de um ano e meio de muito trabalho para construir casas e botar as roças, aconteceu a volta dos demais. O segundo grupo, composto de 130 pessoas, chegou a Nansepotite em março de 1997, concluindo o retorno, da mesma forma que, em 1995, a Funai colocou um avião à disposição para fazer o trajeto do posto Araruna até a aldeia nova e prestou serviços básicos de assistência à saúde, quando em 1999 essa atividade tornou-se responsabilidade da Fundação Nacional da Saúde (Funasa).

Entre 1995 e 2000 ocorreram poucos conflitos fundiários na Terra Panará, se comparada com outros casos do mesmo contexto regional. Antes do retorno dos Panará, a área – terra da União – era ocupada por grileiros, pequenos fazendeiros e um grupo de pessoas articuladas em torno da Cooperativa do Vale do Rio Ipiranga. No final de 1998, esses ocupantes deixaram a região espontaneamente, sem sucesso em seus pleitos judiciais contestatórios e conformados com o reconhecimento oficial da Terra Panará, fazendo cessar os conflitos se faziam notar no período anterior.

O PESADELO DAS MADEIREIRAS

Apesar da calmaria relativa em relação aos conflitos com os fazendeiros, o problema da extração de mogno na Terra Panará é responsável por boa parte dos distúrbios causados a essa população nos últimos anos. Até hoje, os Panará têm se mostrado bastante hostis em relação aos madeireiros, interrompendo, em vários momentos, as invasões. Nesse ponto, diferem significativamente de seus vizinhos Kayapó, que muitas vezes se aliam a essas empresas, facilitando a progressão do modelo ilegal e predatório de exploração florestal.

Em setembro de 1996, os Panará encontraram, a duas horas de caminhada a nordeste da aldeia, um caminhão, dois tratores e um estoque de toras de mogno. Furiosos, quebraram os tratores e botaram os peões para correr. Esses disseram trabalhar a mando do sr. Fernando Munhoz Garcia, mais conhecido na região como "Fernandão", responsável pelo assentamento ilegal de pessoas em lotes incidentes nas terras indígenas em troca de mogno e outros

serviços. Indignado com a invasão, Aké, chefe panará, esbravejou: "se não houver ação imediata, os Panará matarão os invasores que encontrarem na nossa área".

Um sobrevôo realizado pela Funai, na mesma época, revelou que se tratava de uma exploração já bastante antiga, que saía da posse de Fernando Munhoz Garcia, atravessando o rio Ipiranga e envolvendo uma extensa rede de áreas. Nesse momento, o ISA solicitou ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) que realizasse uma expedição para apreender madeira e máquinas, apresentando à Funai a urgência da demarcação.

Em outubro de 1997, um novo sobrevôo promovido pelo ISA e acompanhado pela Administração Regional da Funai de Colíder, identificou estradas clandestinas, construídas pela empresa madeireira Marcon, de Osmar Ferreira, sediada em Castelo dos Sonhos (PA). Foram avistadas, nas terras Kayapó e Panará, esplanadas abertas com grande quantidade de madeira sendo escoada em caminhões. O agravante era o fato de que o empresário – especialista em abrir e fechar empresas para burlar a fiscalização e a aplicação de multas – havia recebido licença do Ibama para um plano de manejo de uma área de 6 mil ha, no ano de 1994, um pouco antes da identificação oficial da Terra Panará. Esta área de exploração passou a ser totalmente incidente na Terra Indígena (TI) Panará, sem que o Ibama revisse a licença. Além do mais, a madeireira de fato utilizava o plano para "esquentar" um enorme volume de madeira retirada de uma área de mais de 60 mil ha. Informado, o Ibama cancelou imediatamente a licença e prometeu uma operação de fiscalização.

Descobriu-se, então, que a empresa era acobertada pelos Kayapó da aldeia Kubenkranken, que mantinham estradas que ligavam a porção sudoeste da TI Mekragnoti com a parte norte da TI Panará, contígua. Assim, grande parte da madeira extraída da TI Panará era levada até uma esplanada denominada Maria Bonita, na TI Mekragnoti, base de operação dos madeireiros. O Ibama localizou e apreendeu 600 toras de mogno nessa região, encaminhando-as para a Justiça Federal, onde aguardam leilão.

DEMARCAÇÃO EM BOA HORA

Em 1998, a demarcação física da Terra Indígena Panará (identificada pela Funai em 94 e declarada pelo Ministério da Justiça, através da Portaria 667 de 1 de novembro de 1996, publicada no Diário Oficial da União de 4 de novembro de 1996), com extensão de 488 mil ha, foi financiada por um convênio entre o Projeto de Desenvolvimento Agroflorestal de Mato Grosso (Prodeagro)

ANDRÉ VILLAS BÔAS - 1999

Aldeia Panará de Nansepotite, no Iriri.

e a Funai. No entanto, a empresa contratada para realizar essa tarefa, Três Irmãos, de Cuiabá (MT), não possuía qualificação técnica para assumir um projeto dessa envergadura e acabou deixando problemas para serem resolvidos pela Funai, como a imprecisão da implantação dos pontos geodésicos, de picadas e de marcos intermediários e a colocação de placas sem respeitar as normas técnicas, entre outras coisas. Isso exigiu do órgão indigenista a elaboração de um programa especial de vistoria capaz de corrigir as falhas deixadas pela ineficiência do trabalho de demarcação. Enquanto são reparadas essas falhas, os Panará aguardam com ansiedade a homologação, que deve ocorrer ainda em 2000.

André Villas Bôas, coordenador do Programa Xingu do ISA, demonstra confiança quanto ao processo de consolidação da demarcação da Terra Indígena Panará: "a retomada pelos Panará das suas terras foi totalmente absorvida pelo contexto regional. As pessoas não questionam mais a demarcação, apenas solicitam indenizações para a Funai. A questão da demarcação está praticamente resolvida", afirma.

DE DENTRO PARA FORA

Desde 1996, os Panará crescem, com altas taxas de incremento demográfico, algo que coincide com a revitalização de suas práticas culturais, como a realização, cada vez mais freqüente, de festas e rituais. Uma vez distantes do contexto multiétnico do Parque Indígena do Xingu, os Panará passaram a experimentar novas formas de afirmação étnica. Se antes sua participação política se dava na condição de minoria subordinada à hegemonia de outros grupos étnicos, na terra recém-retomada e demarcada, cabem a eles todas as esferas de decisão política e gestão comunitária. "Hoje, o exercício político dos Panará é a sua autogestão. No PIX, a relação com os brancos e com a Funai era mediada por vários grupos. Eles estavam numa condição de minoridade. Ao se mudar, é a vez de eles gerirem as relações com o mundo de fora, com a Funai, com o ISA, com os madeireiros, com os fazendeiros", explica André Villas Bôas. A condução política da comunidade voltou, depois de muitos anos, a ser exercida nos moldes da estrutura política tradicional

Desde o primeiro momento de reocupação, o ISA se encarregou de prestar serviços de assistência, como saneamento básico, formação de pomar e a continuidade do curso de formação de professores indígenas, tal como realizado no PIX. André Villas Bôas entende que o período de readaptação dos Panará é fundamental e deve abrir espaço, no futuro, para projetos de alternativas econômicas. "Os Panará estão muito mobilizados para consolidar suas condições básicas de subsistência, construindo novas casas e roças. Chegaram agora a um patamar que os permite considerar novas

ANDRÉ VILLAS BÔAS - 1999

Na nova aldeia, os Panará retomam suas práticas culturais.

questões para gerar renda, além da comercialização de artesanato, e enfrentar o gerenciamento do patrimônio natural das terras às quais têm direito de usufruto exclusivo", acrescenta.

NOVOS DESAFIOS

Em 14 de setembro de 2000, os Panará saíram vitoriosos pela ação indenizatória movida por advogados do ISA, a pedido deles, contra a União e a Funai pelos danos materiais e morais causados pelo contato, promovido a partir de 1973, por conta da construção da Rodovia Cuiabá-Santarém. A 3ª Turma do Tribunal Regional Federal de Brasília condenou ambas a pagar 4 mil salários mínimos corrigidos (cerca de R$ 1 milhão) aos índios, o que consiste em um fato inédito, de repercussão na história do indigenismo. Pela primeira vez, uma população indígena é ressarcida pelo "pouco caso" da parte da União e do órgão indigenista.

Essa decisão tem um aspecto simbólico importante para os Panará. Além disso, os recursos financeiros que virão, ainda que demorem, poderão ser aplicados em projetos que revertam para a sustentabilidade futura do grupo.

Outro problema em aberto é a proteção e a fiscalização da área demarcada. Para tanto, foi instalado um posto de vigilância da Funai na região do rio Ipiranga, norte da área, equipado com sistema de rádio. A porção norte e leste da TI Panará, limite da TI Mekragnoti, apresenta dificuldades para a fiscalização, uma vez que os Kayapó da aldeia Kubenkókre continuam compactuando com a exploração madeireira na região. Dão cobertura à entrada ilegal das empresas e controlam as estradas que unem as duas áreas.

Tal realidade significa prejuízos imediatos ao patrimônio da TI Panará e riscos virtuais, sobretudo no que diz respeito à possibilidade de "sedução" pelas benesses temporárias da exploração predatória de madeira. Na região, a pressão para que essa alternativa vigore é grande e, para piorar a situação, a própria Funai se mostra muitas vezes conivente com a atitude dos Kayapó.

Entre os Panará, no entanto, a experiência dos últimos cinco anos tem dado sinais positivos. Em lugar de ceder à dura realidade que cerca a sua terra, os Panará têm recobrado forças para entrar em um processo de luta para reaver os seus direitos e, assim, abrir caminho para sua autodeterminação. *(setembro, 2000)*

ORLANDO BRITO

Teseia Panará (à esquerda), em Brasília, no dia em que o TRF deu ganho de causa aos Panará em ação movida pelos advogados do ISA (abaixo, à esquerda). Acima, o volumoso processo Panará chega ao TRF, no dia do julgamento.

Para Entender o Polêmico Projeto de Exploração Madeireira na TI Xikrin do Cateté

Isabelle Vidal Giannini | Antropóloga, assessora dos Xikrin do Cateté

APESAR DOS PRECONCEITOS, DA RESISTÊNCIA DO INDIGENISMO OFICIAL E DA DIFÍCIL RELAÇÃO COM O MERCADO, OS XIKRIN DO CATETÉ INSISTEM NA PROPOSTA PIONEIRA DE MANEJO SUSTENTÁVEL DE MADEIRA E CORTE DE PRIMEIRA PARCELA É INICIADO

São mais de dez anos de trabalhos para a implantação de um Plano de Manejo Socioambiental na Terra Indígena (TI) Xikrin do Cateté, envolvendo uma equipe de técnicos do Instituto Socioambiental (ISA) e a comunidade indígena, além de eventuais serviços de terceiros. O "Projeto Xikrin" visa o manejo, exploração e comercialização de recursos madeireiros e não-madeireiros, de forma sustentável, maximizando a participação e gestão indígena. Pressupõe um complexo processo de articulações interinstitucionais, especialmente com órgãos oficiais, além da capacidade de interlocução permanente, por parte da equipe do ISA, com a comunidade indígena. (sobre a região onde está a TI Cateté, ver box).

O projeto tem como prioridade a consolidação e o gerenciamento do plano de manejo sustentável dos recursos naturais, gestão territorial integrada, geração de renda com a comercialização de dois produtos (madeira e castanha-do-pará), capacitação administrativa de quadros da organização indígena local (Associação Bep-Nói) e a gestão participativa e transparente, por essa Associação, dos recursos financeiros gerados pelos projetos econômicos.

Com o tempo, os trabalhos desenvolvidos foram tendo uma compreensão crescente tanto por parte da comunidade como do próprio ISA. Juntos, conseguiram avançar na percepção dos passos necessários para se realizar uma exploração com planejamento, dos pontos-de-vista técnico, político, jurídico e administrativo. Os Xikrin participam ativamente dos inventários florestais, do zoneamento, do censo para aproveitamento de madeira, da busca de financiamento, do planejamento, das atividades extrativistas, das discussões sobre definições de áreas de subsistência, das discussões políticas e jurídicas que envolvem a gestão dos seus recursos naturais.

Sem dúvida, podemos afirmar que houve uma apropriação conceitual e política dos sub-projetos "comercialização da castanha-do-pará" e "comercialização de madeira" pelos índios Xikrin do Cateté. A execução e implementação da proposta de manejo florestal transformou-se, com o passar do tempo, em infinitas "negociações" financeiras, políticas administrativas e comerciais.

Ao longo de nosso trabalho, percebemos, entretanto, algumas dificuldades. O projeto de castanha é uma atividade que está próxima ao que em geral se conceitua como permitido, ao passo que o projeto de manejo florestal mexe com os preconceitos e, por ser inovador, também com a estrutura das instituições que não estão prontas ou não possuem elementos de análise capazes de dar conta da proposta. O projeto exige um posicionamento (e não a omissão) das diferentes instituições envolvidas.

Por outro lado, o acesso ao mercado não é simples: o comprador de madeira, por exemplo, não está interessado em participar da construção de um empreendimento florestal indígena; ele não é um parceiro, quer um produto de boa qualidade, sem questionamentos políticos ou legais e com o carimbo da certificação florestal internacional (FSC).

Também devemos considerar que a competição entre um empreendimento florestal comunitário e empresas madeireiras é desigual, pois estas já participam do mercado com linhas de crédito específicas para investimento e capital de giro. O mercado financeiro não tem experiência em operar com linhas de crédito que estejam fora de suas regras tradicionais, como no caso de uma comunidade indígena. O que se observa é que financiadores e comerciantes têm suas exigências e imposições, criando barreiras e distanciando-se da lógica de um projeto de desenvolvimento sustentável em construção. Salta aos olhos a reação não apenas do órgão indigenista oficial, a Funai, mas também a das outras instituições financiadoras, que vêem neste órgão o aval ou a garantia que o sistema exige.

ALTA TAXA DE DESMATAMENTO NA REGIÃO

A região que rodeia a reserva Xikrin, envolvendo os municípios de Tucumã, Xinguara e Paraupebas, apresenta uma alta taxa de desmatamento. Após a construção das estradas que cortam a região, na década de 70, ocorreu um ciclo de extração de madeiras nobres, especialmente mogno e cedro. Esta extração se deu de forma desordenada, provocando grandes prejuízos à cobertura florestal. Em anos seguintes, estas áreas sofreram ação de grandes incêndios, que completaram o desmatamento da floresta para a implantação de pastagens.

Atualmente toda esta região encontra-se em situação econômica bastante crítica, visto que a maioria das serrarias fecharam suas portas, e restam apenas grandes extensões de pastagens de baixa qualidade. A principal atividade na região é a pecuária, que gera um pequeno número de empregos. Outra atividade que ainda apresenta alguma importância na região é a atividade madeireira, embora com peso muito inferior que cinco ou dez anos atrás. Outras atividades de importância na geração de empregos são o comércio, os serviços e as empresas públicas.

Uma exceção a este quadro é a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que tem uma grande base montada para exploração de minérios de ferro, ouro e manganês na região, o Projeto Carajás. Este projeto está localizado no município de Paraupebas, porém se estende até o limite leste da área Xikrin. Esta empresa gera um razoável número de empregos e outros benefícios para o município e região.

Apesar de tudo e cada vez mais, os Xikrin se empenham, somam esforços e se mobilizam para o sucesso das atividades envolvendo a castanha e a madeira. Eles mostram clareza na percepção das negociações políticas e das dificuldades colocadas pelos órgãos oficiais e financiadores no reconhecimento de seus direitos de se organizar, de explorar de forma planejada os recursos naturais de seu território e de realizar parcerias de sua escolha. No plano simbólico, a percepção xikrin desses processos pode ser "lida" num dos rituais que realizaram durante o período de implantação do "Projeto" (ver box).

Os avanços e as dificuldades enfrentadas pelo Projeto Xikrin podem ser acompanhados a partir de relatos e considerações sobre suas duas atividades principais: as que envolvem a castanha-do-pará e o manejo da madeira.

A CASTANHA DOS XIKRIN

Entre os Xikrin, a exploração da castanha tem um forte significado social. No início da década de 50, a ala "progressista" dos índios Xikrin do Cateté – que habitam próximo às cabeceiras do afluente do rio Itacaiúnas, região rica em castanhais – desejou o contato com os brancos e acreditava que dele adviriam transformações vantajosas para o grupo. Estes índios, a essa época dispersos em grupos, trabalhavam para os "arrendatários de castanhais" num sistema de eterno endividamento. Aos poucos, porém, foram tomando consciência dos efeitos negativos e da espoliação advinda deste contato. Em 1954, todos os grupos Xikrin (menos os do rio Pacajá, os Xikrin do Bacajá) começaram, paulatinamente, a retornar ao rio Cateté, constituindo uma aldeia comum.

Até 1962, o contato entre os castanheiros e os Xikrin era esporádico e ocasional. Logo, porém, a aldeia, bem localizada, transformou-se em pousada (hotel e bordel) e posto de comércio. Em seguida, os Xikrin iniciaram um processo de resistência a esses fatos. Após a criação do posto da Funai, em 1973, os Xikrin viveram novas experiências com o extrativismo da castanha-do-pará. Em 1975, sob orientação e tutela da Funai, os Xikrin "fizeram a castanha" e não ganharam nada devido ao baixo preço obtido. Na safra de 1977, com a ajuda do chefe de posto, Fred Spati, conseguiram, pela primeira vez e devido à alta dos preços, uma compensação financeira.

Para os Xikrin, a extração da castanha é uma atividade-meio e não uma atividade-fim. Faz com que os eles saiam da vida sedentária da aldeia, organizem-se para o trabalho (seja através de grupos de parentesco ou grupos de categoria de idade), coletem matéria-prima, cacem e pesquem em cantos de difícil acesso, retomem contato com seus rios, corredeiras e cachoeiras, reconheçam seu território, suas trilhas tradicionais, inclusive dentro das áreas de posse da Companhia Vale do Rio Doce e da Flona Aquiri/Tapirapé e, finalmente, possibilita, entre tantas outras coisas aqui não enumeradas, a transmissão deste saber aos mais novos e inexperientes. Isto é extremamente importante para os Xikrin, e acreditamos que foi neste sentido que eles se dirigiram ao ISA para conseguir apoio à retomada das atividades de extrativismo da castanha-do-Pará, que têm um lugar destacado na história do seu contato com os brancos.

Nas nossas conversas com os índios, ficou claro que esse apoio deveria considerar a importância da mobilização social descrita acima e, também, promover a difícil tarefa da sustentabilidade ambiental e econômica dessa atividade. Para isso, seriam necessários: (1) planejamento anual dos castanhais explorados, seguindo critérios quantitativos levantados em inventários prévios, (2) verticalização do projeto e (3) comercialização mais justa para os Xikrin.

No final de 1993, solicitamos à Sociedade para o Desenvolvimento Tecno-Ecológico (Ecotec) um estudo para implantação de projeto de processamento descentralizado de castanha-do-pará na TI Xikrin do Cateté. Este estudo foi elaborado com os dados obtidos no levantamento e análise do potencial dos castanhais na TI, realizado durante o ano de 1993, por um engenheiro florestal, com a participação e conhecimento dos índios Xikrin. Nesse mesmo ano, quatro representantes Xikrin visitaram o projeto de beneficiamento da castanha-do-pará dos seringueiros da Reserva Extrativista de Xapuri (AC). A partir desses estudos e da vontade dos Xikrin em desenvolver o mesmo projeto, elaboramos um pedido de financiamento ao PD/A. Montamos, em 1996, duas mini-usinas e, após ter fechado o planejamento para o treinamento dos Xikrin no processo de beneficiamento da castanha, a pessoa contatada faleceu e não conseguimos substituí-la a tempo nessa tarefa.

O RITUAL SETE DE SETEMBRO

Sete de setembro de 1996, um ritual especial na aldeia dos índios Xikrin do Cateté. Logo ao amanhecer, todos, índios e seus convidados, dirigiram-se ao centro da aldeia cuja disposição das casas forma um círculo. Dois mastros, duas bandeiras, uma do Brasil outra da Funai. Jovens rapazes posicionados em fileiras entoaram o hino nacional, enquanto dois professores indígenas hasteavam as bandeiras. Ao término, o índio pastor leu um parágrafo da bíblia escrita na língua Kayapó. Aplausos. Homens, mulheres e crianças das aldeias Dudjê-kô e Putkarot estavam participando.

O líder Karangré gesticulava, trocava idéias com os mais velhos, explicava a coreografia. Movimentação, um rápido olhar ao meu redor. No ngobe, espaço físico situado no centro da aldeia e local de reunião do Conselho dos homens para o desempenho das funções sociais e políticas, estava o velho chefe cerimonial Bemoti, simbolizando em seu traje de terno e gravata verde, o poder de Brasília. Atrás dele, contrastando, o velho Kenpoti ostentava uma coifa tradicional de penas brancas de gavião. Os homens das categorias de idade mebegnêt (homens maduros ou velhos) e mekramti (homens com mais de quatro filhos) dividiam-se entre aqueles que personificavam, através de coletes, a Polícia Federal, o Ibama e a Funai, personagens da fronteira próxima ao mundo vivido pelos índios Xikrin. Os rapazes, companheiros da categoria de idade menoronu (jovens iniciados e que dormem na casa dos homens), formaram duas filas paralelas, uma das filas vestia o uniforme azul do time de futebol da aldeia Djudje-Kô e a outra o uniforme vermelho do time de futebol da aldeia Putkarot.

Começa a dança. Os rapazes vêm caminhando em direção à Casa dos Homens e realizando uma coreografia baseada em exercício de treinamento de futebol. Há uns três meses passara por ali o antropólogo Fernando Vianna, ex-jogador profissional de futebol que tinha, a pedido dos Xikrin, treinado, ensinado e desenvolvido com eles exercícios de educação física. Aqueles exercícios ganharam um movimento especial transformando-se numa dança ritual.

Ao chegarem em frente à Casa dos Homens, os dois primeiros da fila, para se tornarem homens verdadeiramente fortes, têm suas coxas escarificadas com dente de aruanã pelos mais velhos, passam para o final da fila, refazem a mesma dança e retornam para que outros dois sejam escarificados, e assim vão até que todos o tenham sido. Entre os Xikrin, os rapazes são submetidos a uma grande variedade de provas iniciatórias: a briga contra um ninho de marimbondos, que simboliza uma aldeia inimiga, corridas e escarificações nas pernas para aumentar a agilidade, duelos com espadas pesadas ou jogos competitivos.

Descanso, mudança de ato, troca de vestimenta. Os Xikrin ostentam cocares de penas de arara, japu, gavião real, colares de itã, braçadeiras, bandoleiras de algodão. Várias meninas estão sendo ornamentadas, penugens de papagaio no corpo e de urubu-rei na cabeça; trazem a face pintada de urucum e a pintura feita de carvão e resina de árvore lhes é aplicada na parte superior da cabeça. O cabelo ao modelo Xikrin está raspado e a pintura que lhe é aplicada afasta as almas dos mortos. Passamos para o ato do ritual de nominação feminina Bekwoi.

Receber um nome faz parte de um longo processo de socialização do indivíduo. No decorrer de sua vida, uma pessoa acumula inúmeros nomes, transmitidos pela categoria de nominadores e que inclui várias posições genealógicas. Os nomes além de relacionarem os homens entre si através dos ancestrais, relacionam-nos com os diferentes domínios cósmico, sejam eles dos animais, dos vegetais, dos espíritos ou de outras etnias.

Escarificação dos "jovens futebolistas" aos olhos de velhos com coletes da PF: incorporação de elementos do mundo dos brancos na gramática ritual dos Xikrin do Cateté.

ISABELLE V. GIANNINI - 1996

Fim do ritual, os pais das nominadas oferecem a todos os participantes beiju de peixe, caça assada no forno de pedra, banana, batata doce, café, fanta e coca-cola.

Mas o ritual não é somente feito do momento "da festa" mas também da aquisição da matéria prima necessária para que o indivíduo, através de sua roupagem, se transforme, se impregne da essência do outro e some em seu próprio corpo o eu e o outro.

Para este ritual, os Xikrin levaram pelo menos três anos perseguindo os seus objetivos. Conseguiram as bandeiras, negociaram pacientemente os coletes com agentes do Ibama e da Polícia Federal (em Marabá), me convenceram a escolher e comprar um terno e uma gravata (em Brasília), e o Fernando para a confecção de uniformes para dois times de futebol. As camisetas com o bordado da Associação Bep-Nói foram feitas em Parauapebas com verba própria. Conseguiram as calças pretas e as camisas branquinhas com o pastor evangélico em São Félix do Xingu. Tudo foi pensado, as negociações eram feitas de forma a que eles adquirissem as coisas das pessoas chaves, não serve qualquer colete mas sim os autênticos, dados pelos agentes do Ibama e da PF, não serve qualquer terno mas sim um comprado em Brasília, na época em que eles foram solicitar apoio do presidente da Funai e do Ibama, dos ministros da Justiça e Meio Ambiente, e assim por diante. As coisas devem "possuir" a identidade das pessoas, elas dão conta da diversidade e do espaço geográfico que elas ocupam. Ao falar de cada uma delas, existe um longo discurso a respeito das negociações e de suas conquistas.

O Ritual é um campo privilegiado para a análise de questões como processo de conhecimento, tradição, inovação, interpretação, compreensão e a expressão do modo Xikrin de vivenciar, pensar sua participação em um mundo ampliado e em constante e rápida transformação. O ritual é a expressão sintética de conceitos e verdades fundamentais para os Xikrin e a visão que eles têm de si mesmo, de sua sociedade e do seu universo. Os aspectos essenciais são transmitidos de modo claro, explícito, ordenado, mostrando que os Xikrin estão conscientemente em comando de seu mundo. (I.V.G., originalmente publicado na revista Poematropic, Belém: UFPA, nº 2, jul-dez/98)

Mesmo assim, os Xikrin se organizaram e realizaram a coleta e comercialização da castanha com casca. Na safra de 1997, houve uma mobilização quase que total da comunidade, envolvendo (1) os aspectos de divisão das áreas de coleta em função das diversas categorias de idade e lideranças xikrin; (2) transporte e (3) comercialização, feita basicamente pelos índios, na cidade de Marabá. No final daquele ano, visando a safra seguinte, enquanto os índios se mobilizavam para a limpeza dos rios Cateté, Aquiri, Bekware e Cinzento com o objetivo de facilitar o transporte fluvial da castanha (a comunidade adquiriu uma embarcação com maior capacidade de carga), o ISA entrou em contato com dois comunitários do Conselho Nacional de Seringueiros, pertencentes à Cooperativa de Produtores de Xapuri, com a finalidade de realizarem, na aldeia do Cateté, o treinamento dos Xikrin para o beneficiamento da castanha. Segundo os Xikrin, essa atividade, realizada durante os meses de janeiro e fevereiro de 1998, foi um sucesso, pois, além de envolver os homens na extração, mobilizou, na etapa de beneficiamento, todas as mulheres da aldeia.

Nas safras de 97 e 98, de modo semelhante ao que ocorrera na primeira safra proveitosa para os Xikrin (1977), o mais importante foi o fato de eles terem varado e vasculhado lugares que lhes pertencem desde sempre.

Durante os anos de 1999 e 2000, com a finalização do projeto de financiamento do PD/A, não houve, por parte do ISA, continuidade na capacitação para o beneficiamento e no apoio à comercialização da castanha. Porém, os Xikrin não deixaram de realizar essa atividade. A safra de 1999 não foi boa; o preço, muito abaixo do esperado. Por outro lado, durante o período de janeiro a março de 2000, os Xikrin colheram e comercializaram um total de 1.458,3 hectolitros de castanha obtendo um lucro de R$ 61.248,60 (cotação do dólar em 17 de janeiro de 2000: 1U$= R$1,80). Foi uma das melhores safras dos últimos anos.

Tendo em vista a importância da atividade para os Xikrin, a CVRD solicitou que o ISA formulasse, para os próximos três anos, uma proposta de continuidade na capacitação e no acompanhamento da extração, beneficiamento e comercialização da castanha-do-pará.

MANEJO DE MADEIRA

Os Xikrin são pioneiros na experiência com manejo florestal de recursos madeireiros e isso é resultado de um longo trabalho: dez anos de diálogos, intervenções, ação jurídica – impetrada pelo Núcleo de Direitos Indígenas (hoje integrado ao ISA) – para proibir a exploração de madeira por terceiros, pesquisa na área florestal, zoneamento da TI, pareceres jurídicos, influência na proposta de novo Estatuto das Sociedades Indígenas, criação da associação indígena e, por fim, a elaboração de um estudo multidisciplinar sobre a viabilidade econômica e a sustentabilidade ecológica e social do empreendimento.

Munidos desse estudo, pudemos expor e discutir com especialistas de diferentes áreas e representantes xikrin as diversas alternativas de produção de madeira: (1) comercialização bruta ou beneficiada; (2) exploração própria ou terceirizada, (3) comercialização no mercado brasileiro ou exportação; (4) parcerias na exploração, processamento e comercialização; (5) formas de gestão e administração do projeto pelos Xikrin. As decisões tomadas a partir dessa discussão serviram de base para a elaboração do documento "Business Plan: Timber Operations on the Indigenous Territory of the Xikrins of Cateté", plano de negócios cujas diretrizes estão sendo seguidas desde março de 1997.

A partir da posição tomada pelos Xikrin, que desconsideraram a possibilidade, a curto prazo, de verticalização do empreendimento madeireiro, em favor da participação direta da comunidade apenas nas atividades florestais, de gerenciamento e fiscalização do projeto, o estudo de viabilidade apontou para a necessidade de parceria local na exploração, processamento e comercialização da madeira. As negociações para a comercialização da madeira tiveram início em 1996, com a visita do consultor Igor Mousasticoshvily às empresas madeireiras da Europa, prosseguindo com a visita à área Xikrin de um representante da empresa holandesa Van den Berg BV. Na terceira fase, a empresa enviou seu diretor comercial para verificar as condições de compra/venda de madeira oriunda do manejo xikrin.

A DUREZA DA MADEIRA

No segundo semestre de 1997, retrocessos nos apoios da Funai e do Ibama ao projeto paralisaram as negociações. Com a mudança na presidência da Funai havida naquele momento, seu Departamento de Patrimônio Indígena (DPI) fez campanha interna ao órgão contra a execução do projeto, questionando a seriedade do ISA e induzindo o novo presidente a duvidar da legalidade da proposta. Em outubro de 1997, com o objetivo de analisar o "Plano de Manejo Florestal da Terra Xikrin do Cateté", foi criado um Grupo de Trabalho (GT) dentro da Funai, que acabou por ordenar, sem emissão de documento oficial, a paralisação das atividades.

A equipe do ISA passou a responder a inúmeros questionamentos. Esses, a princípio, tinham um caráter de esclarecimento técnico. Com o passar do tempo, entretanto, a morosidade e ineficiência do GT em emitir um parecer final demonstrou ter como objetivo a inviabilização e a suspensão do projeto. Nesse contexto, os compradores de madeira holandeses se abstiveram de qualquer compromisso enquanto a situação legal perante os órgãos competentes não se definisse.

O plano de negócios elaborado apontava, por sua vez, para a necessidade de um pré-investimento para o projeto. Assim, no início do ano de 1997, iniciamos um diálogo com a CVRD e o Banco Mundial para o financiamento desse investimento a fundo perdido. Acreditávamos que, ainda no final do primeiro semestre de 97, teríamos fechado todas as negociações e assinado contrato para a execução das atividades na área de gerenciamento – programa de manejo, treinamento para exploração em baixo impacto, pesquisa do mogno, certificação e marketing. Contudo, as negociações fo-

ram extremamente difíceis e burocráticas, estendendo-se até o início do ano de 1998. Com a criação do GT pela Funai, a CVRD, por precaução, recuou e passou a solicitar uma garantia dos órgãos governamentais na aprovação do contrato ISA/CVRD.

No início de outubro de 1997, os líderes jovens da comunidade do Cateté, Karangré e Bepkaroti, encaminharam ao presidente da Funai uma carta solicitando a presença do mesmo na aldeia, com a finalidade de discutirem o projeto. Nunca houve resposta ou presença de um representante do órgão indigenista na área. Num ato de desrespeito, a Funai simplesmente ignorou a organização dos índios xikrin. Infelizmente, essa atitude do órgão e seu não posicionamento levou ao confronto entre os Xikrin e ele. Advertidos pelo ISA sobre o impasse da situação e cansados de tanta conversa, os índios, no início de 98, deslocaram-se para Carajás e solicitaram, novamente, a presença do presidente da Funai. E ele não compareceu. Através de uma forte mobilização política, que culminou na paralisação da rodovia que liga Parauapebas à mina de Carajás, os Xikrin conquistaram o apoio formal c por escrito do presidente da Funai.

ÚLTIMOS ACERTOS

O empreendimento do manejo de madeira está baseado em parceria entre duas instituições. Uma é a Associação Bep-Nói, que tem a responsabilidade das operações relacionadas aos inventários florestais, extração e monitoramento ambiental. A outra é uma empresa madeireira com experiência em beneficiamento, comercialização local e credenciada para exportação. Nenhuma serraria na região tem experiência com certificação florestal e práticas de "bom manejo", o que, de fato, restringe as possibilidades de consolidação de parceria, do necessário treinamento em exploração de baixo impacto, assim como um investimento a curto e médio prazo na serraria, voltado à agregação de valor aos produtos e a uma maneira de trabalhar que aumente o aproveitamento dos resíduos. Mesmo assim, ao longo dos últimos três anos, conseguimos definir a empresa parceira no beneficiamento e comercialização da madeira, discutir e amadurecer interesses comuns de longo prazo, bem como possibilidades de uma certificação da cadeia de custódia.

Durante 1999, o empreendimento florestal Xikrin, comparado aos dois anos anteriores, parece ter dado um salto qualitativo no que se refere à sua implantação. Para a colheita da primeira safra de madeira, foi assinado um termo de acordo de empréstimo de capital de giro entre a CVRD e a Associação Bep-Nói, com a intervenção do ISA. Acordos para a contratação dos serviços de certificação e pesquisa do mogno e treinamento em exploração de baixo impacto foram firmados, diretamente pelo ISA, com as instituições Smartwood, Embrapa e Fundação Floresta Tropical (FFT), respectivamente. Nesse mesmo ano, o empreendimento florestal Xikrin ainda conseguiu aprovação de financiamento, por mais três anos, através do Programa Iniciativas Promissoras do Ministério do Meio Ambiente – Pró-Manejo.

Os Xikrin ainda não colheram o fruto de dez anos de trabalho. Podemos dizer que, em 1999, o único fator limitante para a execução da exploração de madeira na área de manejo foi a falta de manutenção da estrada. Por motivos alheios à nossa vontade, ou seja, devido à contratação indevida, por um processo de licitação elaborado pela CVRD (em que vence o menor preço), de uma empresa pouco capacitada para a execução dos serviços, a estrada não teve condições de trânsito.

A decisão de iniciarmos a exploração somente no ano 2000 causou uma enorme decepção àqueles que percebem o empreendimento florestal como um instrumento de autonomia financeira e contra as ações ilegais de madeireiros na Terra Indígena. Os Xikrin queriam explorar a qualquer preço. Segundo eles, já tínhamos trabalhado muito e aplicado muitos recursos financeiros neste projeto para desistirmos. Porém, chegamos a um consenso: dar mais um crédito aos que estão trabalhando seriamente para o seu sucesso. *(abril, 2000)*

ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

No "verão" de 2000, os Xikrin puderam finalmente realizar a exploração madeireira no âmbito do plano de manejo. Após a experiência fracassada de 1999, e em vista das pressões dos índios, a CVRD destinou verba necessária para a manutenção da estrada ligando a área de manejo até o município de Tucumã. Com a estrada aberta, as atividades de manejo ganharam ritmo e sistematicidade, tendo sido possível explorar a área piloto de 1.400 ha, aprovada pelo Ibama desde 1995, e realizar inventários florestais em unidades de exploração a serem trabalhadas nos próximos anos. Graças a isso, os Xikrin recobraram confiança na concretização de um projeto iniciado há tantos anos.

Em agosto, a associação dos Xikrin, Bep-Nói, assinou contrato com a empresa Brumila Norte Industrial Madeireira Ltda., de Marabá, para que esta realize as atividades de serragem de toras, secagem em estufa da madeira serrada, embalagem e comercialização da madeira proveniente da primeira colheita do manejo na área do Cateté.

Em setembro, realizou-se o corte da madeira na área prevista, totalizando, neste primeiro ano do empreendimento, 1000 m³. Por ocasião do corte, os Xikrin receberam a visita de técnicos do Ibama, que verificaram as atividades e emitiram parecer favorável ao manejo, permitindo que o órgão em Belém expedisse as autorizações de transporte de produto florestal. De posse das autorizações, e com a madeira cortada, restava aos Xikrin apenas transportar as toras até a cidade de Tucumã, onde serão serradas e comercializadas pela empresa Brumila, para tornarem real um novo padrão de empreendimento florestal na região do sul do Pará.

Apesar de um atraso imprevisto nas obras de abertura da estrada e das chuvas que começaram a cair na região, os Xikrin iniciaram o transporte da madeira no dia 14 de outubro. Até o final do mês haviam transportado cerca de 300m³ de mogno.

Os Xikrin ainda não sabem o que fazer com os recursos obtidos da primeira colheita de seu plano de manejo florestal. Decidiram, no entanto, festejar com um grande ritual essa importante conquista. A festa ocorreu no dia 25 de outubro na aldeia Cateté, e contou com a presença dos ministros da Justiça, do Meio Ambiente, dos presidentes da Funai e do Ibama.

Os índios sentiram-se muito satisfeitos com a visita das autoridades e cobraram deles maior apoio para que seu projeto de manejo tenha continuidade, e para que outros povos indígenas que enfrentam o problema da extração ilegal de madeira em suas terras possam um dia celebrar também uma "festa da madeira". (Cesar Gordon, antropólogo, assessor do Projeto Xikrin, out/00)

Acompanhamento e fiscalização: o líder Bepdjara Xikrin fiscaliza o trabalho de um motosserrista. Os Xikrin acompanharam de perto e com muito interesse todas as atividades do plano de manejo. Sua participação ativa e, em muitos momentos, enérgica, foi fundamental para concretizar a primeira safra de madeira.

PEDRO MARTINELLI - OUT/00

Xikrin dançam em volta de um caminhão carregado de toras de mogno estacionado no centro da aldeia do Cateté, em importante momento da "Festa da Madeira" (Pin kadjy metoro), realizada em 25/10/2000, para comemorar o primeiro ano da colheita de madeira. A cena expressa ritualmente a apropriação simbólica de todo o processo envolvido no plano de manejo.

Como a TI Apyterewa Caiu no Limbo Burocrático

Carlos Fausto

Antropólogo do Museu Nacional/UFRJ

DECRETO 1.775 E DESPACHO 17, HERANÇAS JURÍDICAS DO EX-MINISTRO JOBIM, FAVORECERAM INTERESSES PARTICULARES E AINDA IMPEDEM REGULARIZAÇÃO DA TERRA DOS PARAKANÃ

Mais de um ano após a assinatura do Decreto 1.775, que modificou o procedimento para a demarcação das Terras Indígenas no Brasil, é preciso fazer um balanço de seu significado. Na época, o decreto foi vendido à sociedade como uma necessidade, digamos, técnica. Matéria etérea, a qual só os doutores da lei podiam ter acesso, e que era neutra do ponto de vista político. O então ministro Jobim apresentava-o como um instrumento de modernização e racionalização, cujo intuito era sanear, jurídica e administrativamente, o processo demarcatório. Em tom didático, o jurista explicava à sociedade o caráter inelutável de tal medida. Diante desse saber luminar, os antropólogos, presos a uma visão tão romântica quanto falsa, deveriam se curvar, deixando espaço para o predomínio da razão. O embate assim se apresentava, e o tom didático do ministro correspondia ao do missionário benevolente, civilizador do gentio.

Ao fim do processo, ou da primeira parte dele, o que vemos? Aquilo que se apresentava como um movimento de racionalização interverteu-se em seu contrário. Se é possível caracterizar o processo por uma expressão, esta deveria ser "modernização clientelista". Sob o verniz iluminista escondia-se – e isto a sociedade civil jamais ignorou – uma transferência de poder, que permite ao ministro da Justiça e ao Governo como um todo atender às demandas de grupos políticos e interesses privados locais. A tese sobre a necessidade de universalizar as regras constitucionais, das quais as terras indígenas teriam sido incorretamente excluídas, converteu-se na prática em mais um instrumento clientelista.

Essa conversão do universal em particular parece endêmica aos projetos brasileiros de modernização, pois eles tendem a ignorar as relações de poder preexistentes. A regra é aplicada como se a sociedade fosse um agregado de indivíduos abstratos, igualmente livres em sua capacidade de escolha.

No caso das terras indígenas, a Constituição de 1988 ao consagrar o direito originário dos índios às suas terras, a sociedade brasileira contemporânea reconhece que o país não foi simplesmente "descoberto" e "povoado", mas conquistado e reocupado. A regra estabelece uma diferença para contrabalançar uma desigualdade: aquela entre sociedade envolvente (e seus agentes) e povos nativos. O Decreto 1.775, ao contrário, introduz uma igualdade formal para reforçar uma desigualdade de fato. O discurso constitucionalista que legitimava o decreto interverte-se, assim, em um instrumento anticonstitucional, solapando os princípios ético-políticos que fundamentam o art. 231.

O DESPACHO DE JOBIM

Essa constatação é feita por alguém que acompanhou de perto o processo e foi, inclusive, um de seus agentes. Como "especialista" em um dos grupos remetidos ao limbo (os Apyterewa-Parakanã), fui chamado a intervir mais de uma vez, e acabei coordenando um grupo técnico, que realizou estudos complementares sobre a área, por determinação do Ministério da Justiça. Junto com o Ministério Público Federal, elaboramos um projeto para viabilizar a demarcação da área, que foi discutido com os Parakanã, com representantes de ONGs, com membros da Igreja e levado ao Poder Executivo. O ex-ministro Jobim, contudo, preferiu ignorar nossa proposta, deixando claro que, em seu entendimento, o decreto era uma espécie de carta branca conferida ao titular da pasta da Justiça. E ele, de fato, fez uso dessa prerrogativa que atribuíra a si mesmo, por meio de um despacho publicado no DOU em 8 de abril de 1997 (Despacho 17), pouco antes de assumir uma vaga no Supremo Tribunal Federal.

No documento, embora acate nosso relatório técnico no que tange à improcedência das contestações e à conformidade do estudo de delimitação original com a Constituição Federal, afirma que, ain-

da nesse caso, não se estaria impedido de fazer "ajustes, ditados pelo interesse público". Assim, determina a alteração dos limites da TI Apyterewa-Parakanã, que deverá levar a sua redução em um total de, aproximadamente, 160 mil ha, redução qualificada no despacho como "insignificante". O mais surpreendente, contudo, é o reconhecimento de uma área, de quase 40 mil ha, titulada em nome da Exportadora Perachi. Contrariando dois laudos antropológicos anteriores, o ministro decreta em sua onisciência que a "gleba em questão [...] não é habitada pelos índios, não é utilizada pelos mesmos em atividade produtiva, não se mostra imprescindível à preservação de seus recursos ambientais, nem necessária a sua reprodução física e cultural. E o que é mais importante, não se revestia desses requisitos constitucionais quando o título dominial foi expedido pelo Poder Público [...]".

Não me cabe aqui desmentir tal afirmação. Todos os dados necessários para esse fim encontram-se no relatório técnico que o grupo responsável pelos estudos complementares sobre a TI Apyterewa entregou à Funai em 1996. No mais, se o ministro admite que a delimitação original está em acordo com a Constituição Federal, como é possível que parte do território não o esteja? O todo está conforme, mas parte não está? (Em outros tempos, a antropologia explicaria tal proposição por meio da noção de pensamento pré-lógico...). Os problemas com a decisão, porém, não param por aí. Em primeiro lugar, salta aos olhos a desigualdade de tratamento dado à Perachi e aos Parakanã. Para que os últimos tivessem suas terras reconhecidas, exigiram-se dois estudos técnicos detalhados; para que a Perachi conseguisse anulá-los, bastou-lhe apresentar alguns documentos. Ora, não se pode ignorar que a maioria dos títulos na Amazônia, com suas respectivas cadeias dominiais, devem ser vistos *a priori* com cautela. Não se pode afirmar, nem infirmar nada sobre eles, antes que sejam objeto de investigação, principalmente quando incidem sobre território indígena em uma extensão tão grande. Tomar decisões com base apenas em títulos ostentados é, no mínimo, ingenuidade. Em segundo lugar, o fato de não ser *tida* como indígena na época da titulação original, não altera em nada o caráter da área. O reconhecimento administrativo das terras indígenas é um ato secundário, pois o direito originário dos índios sobre suas terras precede a esse reconhecimento. Isto está claramente expresso no art. 231 da Constituição Federal de 1988, que não é senão a consolidação de um entendimento que veio se sedimentando ao longo dos últimos trinta anos.

Por último, é preciso inserir o despacho nas condições sociais e políticas reais. A Perachi é uma grande madeireira com sede em Belém, que invadiu os territórios dos Parakanã, Xikrin e Araweté, explorando ilegalmente mogno na região de 1986 até hoje. Foi autuada e multada pelo Ibama, processada pelo Núcleo de Direitos Indígenas e, por diversas vezes, saqueada em ataques dos Parakanã. Devastou cinco mil ha de floresta virgem no centro do território indígena para formação de pastagens, e construiu mais de cem km de estrada, rasgando a mata, para escoar a madeira até a cidade de Tucumã. Como é possível, então, que uma empresa que cometeu toda sorte de ilegalidades, possa ter direitos reconhecidos sobre uma terra que invadiu e espoliou? Qual a concepção de "interesse público" que pode ditar tal decisão? Por que a União abriria mão de terras de seu domínio e posse indígena em prol de uma empresa privada, que reconhecidamente infringiu a legislação?

É preciso qualificar devidamente o fato: trata-se de um ato violento de expropriação legitimado por um discurso jurídico e pela autoridade de quadros estatais. O Governo, ao invés de cumprir sua função reguladora, equilibrando e disciplinando as relações de poder na sociedade, utiliza o direito para promover poderosos interesses particulares. É preciso colocar essa violência em primeiro plano. O grande erro na discussão sobre o Decreto 1.775 foi aceitar os termos do problema: ao se fazer abstração da realidade socioeconômica sobre a qual se aplicaria, admitiram-se os efeitos perversos que ele veio a ter. O fato de o despacho sobre a TI Apyterewa-Parakanã, assim como outros em seu gênero, ferir os princípios constitucionais, não deve nos surpreender, pois tais princípios fundam-se em percepções ético-políticas diversas daquelas que estão na origem do Decreto 1.775.

Caberá certamente ao MPF mover uma ação visando revogar as decisões do ex-ministro. Cabe a nós antropólogos, porém, muito mais. Cabe-nos recolocar os termos da discussão: enquanto profissionais, não podemos aceitar que um ministro, qualquer que seja ele, atribua-se um conhecimento que ele não detém; enquanto cidadãos comprometidos com uma verdadeira democratização da sociedade brasileira, devemos resgatar o conteúdo ético que inspira o art. 231 da Constituição Federal; enquanto especialistas do particular, devemos duvidar de discursos que, em nome de uma racionalidade universal, imputam-nos o atraso, para em seguida promovê-lo. *(Originalmente publicado no Boletim da ABA, out/97)*

TRÊS ANOS DEPOIS

Em tempo: como se poderia esperar, a TI Apyterewa caiu no limbo burocrático, de onde não mais saiu. Em 1998, a Funai pediu ao Ministério da Justiça (MJ) reconsideração do Despacho 17, mas este foi reconfirmado em julho de 1999 pelo consultor jurídico do MJ. Desde então, nada mais foi feito. O MPF deverá propor uma ação contra o decreto, que viola o art. 231 da Constituição por reconhecer títulos de propriedade em terra indígena (isto para não falar da cadeia dominial fantasma desses títulos). Contudo, se pouco ou nada foi feito para regularizar a situação da TI Apyterewa neste período, muito se fez localmente em termos de irregularidade: há um crescente envolvimento de jovens parakanã com madeireiros, há trabalho escravo em fazendas implantadas dentro da área, os lotes dos colonos assentados pelo Incra estão sendo revendidos e o narcotráfico está em franca operação na região. Enfim, um cenário que sintetiza bem os 500 anos de colonização. *(setembro, 2000)*

GERAL

EMPREITEIRO SE DIZ DONO DE ÁREAS DA UNIÃO...

O governo do PA duvida da legalidade da documentação das terras que foram compradas pelo empresário Cecílio do Rego Almeida, dono da empreiteira CR Almeida, uma das maiores do país. A documentação foi apresentada por Almeida para justificar a instalação de um grande projeto no sul do Estado, que, segundo o empresário, será ecológico. Almeida diz que a primeira atividade econômica do projeto será a pesquisa de espécies farmacológicas. Ao mesmo tempo, ele adverte que não tolerará invasores em suas terras e promete enfrentá-los com jagunços armados.

Aproveitando a Lei de Patentes, recentemente aprovada pelo Senado, a CR Almeida trará técnicos da Universidade de Xangai, na China, para estudar a biodiversidade da região. O governo do PA não rebeceu qualquer especificação sobre o projeto. Há cerca de 15 dias, Cecílio do Rego Almeida – que foi indiciado pela PF por envolvimento com o esquema de extorsão do ex-tesoureiro de Fernando Collor, Paulo César Farias, e apontado como um dos maiores beneficiários da máfia do Orçamento – esteve com o governador Almir Gabriel, fazendo uma exposição verbal de seus planos. "Na ocasião, pedimos para verificar a documentação dos 4,7 milhões de ha que ele disse já ter comprado, mas até agora não recebemos nada", disse o presidente do Iterpa, Ronaldo Barata. "Particularmente, desconfio da autenticidade dessa titulação e considero preocupante a existência de uma propriedade desse tamanho nas mãos de uma pessoa", concluiu.

No fim de março, em Curitiba, o empresário informou que já tinha comprado, com recursos próprios, 50 mil km² (aproximadamente 5 milhões de ha) e que pretendia adquirir outros 40 mil km² para completar a área prevista do projeto. A área, que equivale ao estado de SC, fica às margens do rio Iriri, se projetando em direção à rodovia Cuiabá-Santarém. Almeida disse que a preservação da floresta é ponto fundamental no projeto e que pretende, ainda, desenvolver programas de ecoturismo. *(O Globo, 09/04/96)*

... APROPRIA-SE DE ÁREAS INDÍGENAS...

A revista Veja afirma que Cecílio Almeida comprou uma fazenda podre, com "uma aldeia indígena" dentro da área. Na verdade, duas áreas indígenas já delimitadas pela Funai (Baú e Curuá) e uma em vias de ser identificada (Curuá-Iriri) estão contidas na pseudo-propriedade de Cecílio Almeida. "Por meio de um levantamento cartorial, expediente adotado por qualquer cidadão normal que vá adquirir uma propriedade, os técnicos (do Iterpa) descobriram que a fazenda não tem registro. "Ela não existe", sentenciou o diretor jurídico do Iterpa, Carlos Lamarão. A revista informa que "há 12 anos, um sujeito chamado Umbelino José de Oliveira Filho forjou em cartório uma escritura da área, com base num levantamento fundiário feito pelo Incra. Como os antigos donos, Oliveira aplicou um truque e declarou-se dono do lugar. Cecílio Almeida foi avisado de que as terras são irregulares. Mesmo assim, foi em frente e assinou o contrato". *(ISA, a partir de Veja, 24/04/96)*

... E ENTRA EM CONFRONTO COM INTERPA

O jornal O Liberal publicou, em 6 de outubro de 1996, entrevista de uma página e meia, sem fotos, onde o jornalista Evandro de Oliveira Bastos, assessor do projeto de uso múltiplo da empreiteira CR Almeida em Altamira, afirma que a ação judicial interposta pelo Iterpa "é um festival de desinformação e exibição de burrice explícita". Em defesa do mega-latifúndio, o assessor acusou o presidente do Iterpa, Ronaldo Barata, e o consultor jurídico da instituição de tentativa de extorsão, alegando que a ação judicial foi provocada pela própria CR Almeida a fim de afastar a pressão dos "chantagistas" e trazer o caso para o terreno da Justiça. O Iterpa pediu a anulação do registro da área, com 4,7 milhões de ha, no último dia 30 de agosto em ação encaminhada pelo juiz da 1ª Vara da Comarca de Marabá, José Torquato.

O assessor de imprensa de Cecílio do Rego Almeida desmente a informação, contida na ação judicial, de que o Iterpa havia prevenido o empresário para que ele não comprasse as terras. Segundo ele, quem procurou o empresário foi um casal que negociava terras na região e consultou o órgão sobre glebas "que somavam mais de 12 milhões de ha". Oliveira afirmou que esse casal repassou a Cecílio Almeida, "depois de um minucioso estudo de documentos do cartório de Registro de Imóveis de Altamira" a área de 4,7 milhões de ha" que o empreiteiro diz ser sua propriedade.

O assessor da CR Almeida disse que tem "convicção radical" de que o Iterpa sabe existirem no estado cerca de 55 mil títulos falsos de propriedade de terras rurais. "Se o Iterpa existe há 30 anos e não fez nada para corrigir essa anomalia, é claro que se tornou no mínimo conivente com ela. Não é possível que entre os produtores rurais do PA existam 55 mil grileiros. Isso justificaria imediatamente uma CPI, até para obrigar o órgão a agir como é seu dever", disse. Oliveira disse ainda que o Iterpa escolheu seu patrão como bode expiatório, e que as terras apresentadas pela Rondon Agropecuária (empresa do grupo CR Almeida) na região de Altamira "há mais de 70 anos são de domínio privado". *(ISA, a partir de O Liberal, 06/10/96)*

FRAUDES FUNDIÁRIAS CONTINUAM

O Iterpa ingressou na Justiça de Altamira, o maior município do estado, com mais duas ações de nulidade e cancelamento de registro imobiliário de terras que teriam sido adquiridas de forma irregular por se tratar de áreas de domínio público. As duas ações envolvem quase dois milhões de ha. Segundo o procurador do Estado e diretor jurídico do Iterpa, Carlos Lamarão, "uma onda de fraudes fundiárias vem assolando nos últimos tempos o estado do PA, tentando transferir enormes extensões de terras públicas para particulares".

Uma das ações é contra o Seringal Yucatan, numa área de 1,6 milhão de ha, pertencente às empresas Agropecuária Fazenda Urubu, de Brasília, e à Kramm Assessoria e Engenharia, de Cuiabá. A outra é contra o seringal Monte Alegre, de 330 mil ha. Em relação ao Seringal Yucatan, o Iterpa afirma que não há nenhum título na origem da inscrição do imóvel no registro de propriedades. Apenas contratos de arrendamentos para exploração de castanhais e seringueiras pertencentes ao patrimônio público estadual, que não geram direitos de propriedade ou mesmo de posse e não podem ser transferidos a terceiros. *(Gazeta Mercantil, 22/10/96)*

GOVERNO QUER RETOMAR PROJETO DE HIDRELÉTRICA

O governo deverá licitar em 1999 a concessão para a construção de um dos mais polêmicos empreendimentos hidrelétricos do país: a UHE Cararaô, rebatizada de Belo Monte, projetada para ser construída no rio Xingu, cujo lago deverá inundar parte da reserva Kayapó. A construção ficará a cargo da iniciativa privada. A índia Kayapó Tuíra tornou-se, em 1989, um emblema da resistência dos índios e dos ecologistas à construção da hidrelétrica depois de esfregar a lâmina de seu terçado no rosto de José Antônio Muniz Lopes, então diretor de Planejamento da Eletronorte. A reação contrária ao projeto levou o Bird a cancelar o financiamento ao projeto.

De acordo com o projeto original da Eletronorte, Belo Monte deverá custar cerca de US$

7 bilhões, estimativas de 1989. Para Ildo Sauer, professor do IEE/USP, os investimentos necessários à construção da usina poderão atingir US$ 20 milhões. O EIA da hidrelétrica, elaborado pela Eletronorte em 1988, detalha que a usina deverá contar com 20 máquinas geradoras, com 560 MW de potência cada, somando uma capacidade total de 11 mil MW. Mas deverá proporcionar uma geração de energia firme de somente 4,67 mil MW, devido à drástica redução do nível do rio Xingu durante a seca. O lago deverá ocupar 1,22 mil km informou Célio Bergman, também da IEE.
De acordo com os estudos da Eletronorte, o volume de água do lago (14,6 bilhões de m³) deverá inundar a parte mais baixa da cidade de Altamira, afetando mil famílias da zona urbana e 375 da zona rural. A expectativa é de que sejam alagados também 35 km da BR-230, além de 228 de estradas vicinais. Ficarão ainda sob as águas mil² de ecossistema florestal natural. Sauer afirma que a usina não é economicamente viável, já que a energia firme gerada será inferior a 50% da capacidade instalada. A UHE Belo Monte será o primeiro projeto de geração hidráulica prevista para a região amazônica a ser licitado para a iniciativa privada. *(Gazeta Mercantil, 31/03/97)* (ver capítulo *Desenvolvimento Regional/UHE*)

RAONI BUSCA NA EUROPA APOIO PARA CRIAR INSTITUTO...

O cacique kayapó Raoni começa hoje, em Paris, um novo giro pela Europa – o outro foi em 89, ao lado de Sting – para arrecadar recursos para criar dois complexos, um médico-educacional e outro de pesquisas científicas, na reserva da tribo, no Xingu. Raoni apareceu ontem no programa de tevê de maior audiência da França, o Vivement Dimanche, onde falou sobre o perigo de destruição da Amazônia. No dia 9, o índio será recebido pelo presidente francês Jacques Chirac e ainda segue para Bélgica, Suíça e República Tcheca. *(OESP, 01/05/00)*.

... GOVERNO FRANCÊS GOSTA DO PROJETO...

Ao receber o cacique Raoni, o presidente da França, Jacques Chirac, deverá confirmar o apoio do país ao projeto para a criação de um instituto destinado a assegurar o ecodesenvolvimento da reserva dos índios Kayapó no Xingu. Para fundar o instituto, que receberá seu próprio nome, Raoni espera arrecadar US$ 3 milhões com a campanha que ele está empreendendo nesse sentido em países europeus. *(OESP, 07/05/00)*

F. PERIER - 2000

Raoni é recebido pelo presidente francês, Jacques Chirac, em Paris.

... E ENCOMENDA ESTUDO DE VIABILIDADE

Predisposto a apoiar a criação do Instituto Raoni, o governo francês, através da ONG de pesquisa Gret (Paris), constituiu uma equipe multidisciplinar para avaliar a viabilidade do empreendimento. Quatro consultores, das áreas da sócio-economia, antropologia, saúde e infra-estrutura, foram encarregados de realizar estudos sobre os aspectos técnicos, institucionais, econômicos, sociais, culturais e financeiros envolvidos no projeto.
Entre julho e setembro últimos, a equipe reuniu informações sobre experiências anteriores importantes envolvendo organizações indígenas e esteve na região onde Raoni quer instalar o Instituto. No momento, os consultores estão redigindo as conclusões do estudo de viabilidade. A idéia inicial, de Raoni e demais lideranças kayapó, é construir a sede da entidade no sudeste da TI Mekragnoti, próximo ao rio Liberdade. As atividades da instituição abarcariam mais de 1400 Kayapó, de sete aldeias: Piaraçu, Metyktire e Capoto, na TI Capoto/ Jarina; Baú, na TI de mesmo nome; Kubenkokre e Pukanu, na TI Mekragnoti; e Kokraimoro, na TI Kayapó. A proposta das lideranças kayapó é um Instituto que atue, principalmente, nos setores da defesa e garantia das terras, saúde, educação e alternativas econômicas.
No assunto "terra", projetam-se ações para garantir a regularização da TI Baú, a demarcação de uma nova área (Bytikrengri, na região do Rio Liberdade) e a vigilância das TIs já existentes. No que se refere à saúde, almejam-se a melhoria da infra-estrutura básica dentro e fora das áreas indígenas, a viabilização de um sistema de transporte que assegure a transferência dos doentes para os hospitais da região e investimentos na formação de agentes indígenas de saúde. Quanto à educação, duas são as principais preocupações: a continuidade da transmissão do saber tradicional e da cultura aos mais jovens e a formação destes visando tanto a conclusão do segundo grau no sistema escolar formal quanto a aquisição de habilidades profissionais para a gestão de projetos, organizações e das relações de contato com os não-índios. O Instituto deveria, ainda, identificar e colocar em prática projetos de alternativas econômicas à exploração florestal, tais como a agricultura e a venda de artesanato. *(ISA, mai/00)*

COOPERATIVA INDÍGENA INAUGURA HOTEL

Montar um hotel de selva na Amazônia é um negocio lucrativo ao ponto de atrair o interesse das próprias comunidades indígenas. Em uma ilha do rio Xingu distante cem quilômetros do município de Altamira, a oeste do estado do Pará, a Cooperativa Mista de Produtores e Extrativistas (Campealta), formada por 1,2 mil índios de nove tribos acaba de inaugurar o Hotel Tataquara. Com um investimento de R$ 70 mil, financiados com recursos de fundações e ONGs internacionais, a pousada foi a alternati-

va para gerar renda sem grandes impactos para o ambiente.
Além de instalações ecologicamente corretas, abastecidas por energia solar e com sistemas de tratamento de efluentes, o hotel também colabora de forma indireta para a preservação da floresta. Os lucros da exploração turística serão utilizados para reforçar a fiscalização nas terras indígenas da região, vítimas de constantes invasões de madeireiras e garimpeiros.
Com 15 quartos distribuídos em duas cabanas de madeira e palha e equipados com duas camas, banheiro e telas de proteção contra mosquitos, o Tataquara tem como público-alvo os turistas estrangeiros. Nos cinco ha da ilha, os visitantes poderão percorrer trilhas abertas em meio à mata virgem, passear por rios e saborear frutas regionais colhidas na hora nas plantações existentes próximas ao hotel. Outra atração, ainda em construção, é uma maloca onde ficarão expostas para venda peças de artesanato indígena.
A região é rodeada por aldeias indígenas – a mais próxima fica a apenas 40 minutos de lancha – mas a visitação a esses locais é proibida pela própria administração do hotel, que é contrária à banalização da cultura indígena comum em estabelecimentos deste tipo. Isto não significa que os hóspedes deixarão de ter contato com as etnias que povoam as reservas no Xingu. Os guias para os passeios nas trilhas, por exemplo, são da etnia Wai-Wai. À noite, os visitantes poderão ouvir histórias e lendas contadas por índios.
Entre as entidades financiadoras do empreendimento detaca-se a Fundação Body Shop, da Inglaterra, responsável por 50% dos investimentos. Operadoras de turismo da Suécia e da Inglaterra já começaram a vender pacotes para o Tataquara. Aprovados pela cooperativa, os pacotes prevêem grupos com um máximo de seis pessoas e tempo mínimo de permanência de três dias. Os hóspedes do Tataquara passam primeiro por Altamira e, depois, seguem para o hotel, em viagem de três horas subindo as águas escuras do rio Xingu. *(Gazeta Mercantil, 04/07/00)*

EXPLORAÇÃO DE MADEIRA

LÍDER KAIAPÓ VAI A ENCONTRO MADEIREIRO

Os índios Kayapó, considerados um dos grupos indígenas que historicamente têm várias contribuições a dar para a exploração racional dos recursos naturais da região, resolveram assumir de vez a exploração da imensa reserva madeireira existente em suas terras. Para isso, enviaram esta semana a Belém um de seus mais conhecidos e polêmicos líderes, Paulinho Paiakan, da aldeia A'Ukre. Ele vai acompanhar, a convite dos organizadores, os debates do III Congresso Internacional de Compensado e Madeira Tropical e conhecer o que existe de mais moderno em equipamentos e serviços que estão sendo oferecidos pela II Feira de Máquinas e Produtos do Setor Madeireiro.
"Vim aqui para aprender, aproveitar essa oportunidade para ver a tecnologia que estão usando na exploração de madeira, como estão fazendo o reflorestamento, o manejo sustentado, a comercialização. Quero saber como o índio pode trabalhar na floresta sem destruir", afirma Paulinho Paiakan. É sua primeira aparição pública depois do processo que respondeu na Justiça, acusado de estupro.
Paulinho Paiakan não vê nenhuma contradição entre a antiga imagem de defensor da ecologia e sua posição atual em favor da exploração da madeira na reserva Kayapó. "As pessoas falam em ecologia, em preservar tudo. Elas vão viver de quê, então? Elas têm que produzir. O que querem é que o índio preserve pro gringo, que vai viver melhor e não ajuda o índio. E nós, vamos continuar sofrendo?", pergunta Paiakan. "Nos últimos 500 anos o homem branco só fez destruir a natureza e agora está querendo convencer o índio de que ele tem que preservar o que ainda resta". *(Gazeta Mercantil, 05/11/97)*

CONTRABANDO DE MOGNO LEVA U$300 MI POR ANO

Entidades ambientalistas, empresas madeireiras e o Ibama estimam que cerca de US$ 300 milhões são apurados anualmente com a extração clandestina de mogno em áreas indígenas. As populações indígenas envolvidas diretamente em tais negócios clandestinos dos madeireiros são os que menos lucram com a operação. Os Kayapó, Xikrin, Arara e Assurini que permitem o corte de uma árvore de mogno recebem por volta de R$ 50,00. Depois de cortada em toras, a mesma árvore chega a alcançar R$ 2,1 mil no mercado internacional.
Em novembro de 1998, os fiscais do Ibama constataram irregularidades em 12 madeireiras da região. Nenhuma delas conseguiu comprovar a origem do mogno estocado em seus pátios. Em Redenção, os fiscais localizaram 15 mil m^3 de mogno escondido próximo de uma aldeia Kayapó. Os fiscais do Ibama encontraram também nas madeireiras planos de manejo falsificado, o que levou a presidência do Instituto à certeza que o mogno fora retirado de terra indígena.
Acusando a Funai de não oferecer alternativas econômicas para os Kayapó, o cacique Megaron, que ocupa o cargo de chefe do posto Indígena da Funai em Colider (MT) justifica a aproximação dos índios aos madeireiros. "Se a Funai nada faz pelo índio, ele não vai viver de vento. Precisa comer, vestir, comprar remédio", diz Megaron. Reconhece, no entanto, que os índios são enganados pelos madereiros. "Já estive várias vezes reunido com meus irmãos caciques mostrando o problema. Acho que eles devem cobrar dos madeireiros um preço melhor para continuar permitindo o corte do mogno nas reservas", acrescentou. *(O Liberal 08/11/98)*

ESQUEMA "ESQUENTA" MADEIRA ILEGAL

A Operação Mogno, desencadeada pelo Ibama, em conjunto com a Funai e a PF, produziu um relatório que mostra o esquema montado para "esquentar" mogno retirado ilegalmente de terras indígenas no Pará e uma relação de madeireiras envolvidas.
Entre as madeireiras autuadas estão pelo menos duas (Exportadora Peracchi Ltda. e Indústria Paraense de Madeiras-Ipama) que, em dezembro de 1992, assinaram declaração da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará (Aimex) garantindo aos compradores internacionais que não comercializariam madeira de terras indígenas. No documento, averbado em cartório por cada um dos 20 signatários, a Aimex se comprometia a realizar a autofiscalização e excluir da entidade as empresas que exercessem essa atividade ilegal.
A Operação Mogno, durante ação realizada na Terra Indígena Mekranotire, em agosto de 1998, apreendeu farta documentação utilizada para "esquentar" a madeira. Foram 21 Autorizações de Transporte de Produtos Florestais (ATPF), preenchidas como se o mogno fosse originário do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) 3138/94 da Madeireira Universal, cujo projeto localiza-se ao lado da área Mekranotire, e, como destinatário, a Madeireira Marcon Ltda., localizada na cidade de Castelo dos Sonhos (PA).
As toras de mogno apreendidas no interior da Reserva ostentavam numeração seqüencial e a marca "L", que identificava o seu extrator. Toras com essa mesma marcação e seqüência numérica foram localizadas no pátio da Madeireira Marcon e foram também apreendidas.
Com essas informações, o Ibama passou a fiscalizar as madeireiras de São Félix do Xingu, Tucumã e Redenção (no Pará), identificadas como as principais receptoras da madeira. Foi confirmado que os projetos foram superdimensionados, ou seja, não existe volume de mogno na quantia alegada. A diferença é enxertada com a madeira das reservas indígenas, legalizadas

através dos documentos e créditos florestais concedidos pelo Ibama. A Instrução Normativa que paralisa a exploração do mogno nessa região continua em vigor. *(Parabólicas/ISA, nov/98)*

KAYAPÓ/GERAL

BOICOTE ÀS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Cerca de 3 mil índios Kayapó de várias áreas do sul do PA decidiram boicotar as eleições municipais deste ano, embora estejam aptos a votar. Só em Redenção, cerca de 1,2 mil índios eleitores não compareceram às urnas e as principais lideranças, entre elas Kube-Í e Paiakan, não se empenharam em deslocar a comunidade para a cidade, alegando dificuldades financeiras. A decisão dos índios é uma represália ao atual prefeito de Redenção, Wagner Fontes, considerado inimigo dos Kayapó. Embora inimputáveis, os Kayapó têm o direito de votar por terem sido alistados na época em que Redenção foi fundada. Como a cidade precisava de um número mínimo de eleitores para ter Câmara Municipal, os índios foram convidados a participar do pleito sem, no entanto, ter qualquer representante da comunidade entre os candidatos. *(O Popular, 04/10/96)*

CONVÊNIO COM BODY SHOP

A Funai, na condição de representante oficial dos índios Kayapó, e a Body Shop Internacional PLC, empresa inglesa, assinaram um convênio no dia 1 de agosto de 1997. O objetivo do acordo é o treinamento dos índios Kayapó das aldeias de A-Ukre e Pucany para o autogerenciamento do contrato de venda de óleo de castanha-do-pará com a Body Shop. O valor do convênio, iniciado-se em agosto de 1997, com duração de 8 meses, foi de R$ 60.460,00. *(DOU, 28/08/97)*

GOVERNO E KAYAPÓ ASSINAM ACORDO CONTRA MADEIRA ILEGAL

Um acordo inédito, celebrado entre o governo federal e lideranças Kayapó, assinado no último dia 3 de fevereiro, pretende pôr fim à exploração predatória de mogno dentro de áreas indígenas do sul do Pará. Tanto os índios como a Funai e o Ibama se comprometem a conjugar esforços "visando a proteção e o uso racional dos recursos naturais existentes nas terras indígenas Kayapó". Tais esforços concentram-se especificamente sobre a exploração madeireira nas áreas Kayapó. O acordo ocorre pouco mais de três meses depois de o Ibama declarar moratória na exploração e comercialização do mogno no sul do Pará.

DIDA SAMPAIO/AE

Os Kayapó com o ministro do Meio Ambiente, Sarney Fº, em Brasília: acordo para barrar a exploração madeireira.

O acordo, assinado por 18 Kayapó, pelo ministros do Meio Ambiente (Sarney Filho) e da Justiça (Renan Calheiros) e pelos presidentes da Funai (Otacílio Antunes, interino) e do Ibama (Eduardo Martins, demissionário), suspende qualquer negociação entre índios e madeireiros. Ao mesmo tempo, a madeira já abatida e que ainda permanece dentro das terras Kayapó terá seu valor avaliado e será comercializada com autorização do Ibama. Os recursos obtidos serão depositados em conta especial administrada pela Funai e utilizados em projetos sustentáveis nas comunidades Kayapó.

Os órgãos federais se comprometem a trocar informações e a cooperar tecnicamente entre si para executar as ações previstas no documento. Cabe-lhes, ainda, dar andamento à implementação de planos de manejo florestal nas áreas Kayapó, a treinar equipes indígenas para classificar e medir madeira e capacitá-los para a fiscalização das terras indígenas. O prazo de vigência do acordo é de dois anos, a contar de sua publicação no DOU. *(Últimas Notícias/ISA, 04/02/99)*

KAYAPÓ/SAÚDE

AIDS ASSUSTA GOROTIRE

Um primeiro caso de Aids entre os Kayapó na aldeia de Gorotire, município de Redenção, colocou em alerta a comunidade indígena e a Funai. O índio Berê Kaiapó, de 18 anos, foi contaminado pelo vírus HIV e já apresenta sintomas da doença. O cacique Tapiê, chefe do Posto indígena da Funai no município confirmou que este é o único caso entre os 3.500 Kaiapó da região: "Eu não sei nem o que dizer numa hora dessas, mas isso deixa a gente com medo", disse o cacique. Ele comentou que o médico Gerson Buena Filho, diretor do Hospital Indígena de Redenção, já pediu à Funai em Brasília medidas urgentes para evitar pânico entre os índios. Segundo o médico, o Ministério da Saúde deve mandar uma equipe médica e especialistas para fazer um estudo da situação de todas as aldeias Kayapó. Um trabalho preventivo deve ser feito imediatamente. Berê está tomando o coquetel de medicamentos para eliminar o HIV e reforçando sua alimentação. Ele já teve várias infecções oportunistas, que têm atacado seus pulmões. Fez tratamento para pneumonia e depois para tuberculose. O jovem Kayapó pode ter contraído a moléstia após ter mantido relações sexuais com uma prostituta de Serra Pelada, em Curionópolis. *(O Liberal, 28/08/98)*

TUBERCULOSE

A tuberculose começa a atingir os índios do sul e sudeste do Pará, principalmente os Kayapó, que já apresentam cerca de 39 doentes em tratamento no hospital de Redenção. O hospital está sem medicamentos e sem condições de tratar os doentes. A Funai de Redenção deve mais de R$ 40 mil para fornecedores, e alega não

ter dinheiro para comprar medicamentos para os índios. A verba repassada de Brasília serve somente para pagar os funcionários do órgão no município.

O alto grau de incidência da doença, no entanto, preocupa os técnicos da Funai. Nas aldeias, a desnutrição é grande e as precárias condições de higiene facilitam o contágio da doença. O médico Luís Rogério Miranda afirma haver risco de contágio entre os Kayapó e informa que os agentes de saúde estão "tentando rastrear as pessoas que podem ser expostas à doença. Esposas, filhos, irmãos dos doentes são comunicados, para que se possa fazer o exame de prevenção.

O maior problema, segundo o médico, é a resistência dos índios a fazer tratamento completo. Embora a tuberculose tenha cura, muitos índios abandonam o tratamento assim que começam a sentir melhoras em seu estado geral. Deixar de tomar os medicamentos, no entanto, é um grande erro, e pode mesmo ser fatal. Quando interrompido o tratamento, o bacilo transmissor da tuberculose torna-se resistente ao remédio, e isso aumenta o perigo de contaminação.

Além da tuberculose, as doenças sexualmente transmissíveis, inclusive a Aids, também preocupam as autoridades sanitárias. Entre os Kayapó, já foram detectados dois casos de Aids. Um programa de prevenção ao vírus transmissor da Aids será implantado até julho deste ano nas comunidades indígenas do Pará, sobretudo nas aldeias kayapó. A estratégia da Funai e do Ministério da Saúde será instalar laboratórios nos postos de saúde nos municípios próximos às aldeias e em hospitais, para atender somente os índios. *(O Liberal, 25/03/99)*

SEDE DA FUNASA É INVADIDA

Cem índios Kayapó ocupam desde domingo a sede da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em Redenção, no sul do Pará. Eles exigem remédios, melhor atendimento médico e melhorias físicas nos postos de saúde de suas cinco aldeias em São Félix do Xingu, e dizem que só deixarão o prédio quando a direção da Funasa em Brasília der uma resposta positiva. Os índios mantiveram uma antropóloga da Funai e três funcionários da Funasa como reféns até anteontem. No início do ano, o governo destinou R$ 2,8 milhões para os postos da área e três parcelas de R$ 500 mil foram liberados. "O que mais deixa os índios revoltados é que não se sabe como esse dinheiro foi usado", disse o cacique Tokran Kaiapó, administrador da Funai em Redenção. *(OESP, 06/09/00)*

TI KAYAPÓ/GERAL

INDENIZAÇÃO A FAZENDEIROS É JULGADA IMPROCEDENTE

O juiz Urbano Leal Berquó julgou improcedente uma ação ordinária para indenização, proposta por Waldir Martins de Moraes e Geraldo Lucas, contra a União, o Incra e a Funai. Ou autores pretendiam receber reparação pecuniária pela área de 13 mil ha, denominada Fazenda Paraíso do Norte, que foi agregada às terras Kayapó. Em julho de 1981, os autores da ação haviam comprado a fazenda de Antonio Alcazas Martin. Em outubro de 1991, um decreto federal homologou a demarcação da TI Kayapó, incorporando terras da fazenda.

Na sentença, o magistrado afirmou que, pela documentação arrolada, prova-se que a área em questão já fazia parte da reserva. Além disso, "os proprietários, por serem pessoas esclarecidas, com formação superior, não se pode supor que adquiriram fazenda limítrofe com antiga reserva indígena sem saber o risco que corriam". Ainda segundo o juiz, "se a ocupação tivesse se dado de boa-fé, ou seja, se os autores não tivessem conhecimento ou não pudessem prever a eiva existente quando da aquisição da propriedade, poderia ser arbitrada indenização", salienta o juiz federal. *(O Popular - Goiânia, 21/04/96)*

KAYAPÓ CONTRA PRESIDENTE DA CÂMARA

Guerreiros Kayapó, em número de 75, ocuparam as ruas de Cumaru do Norte, a 150 km de Redenção (PA), para garantir a realização de uma sessão extraordinária na Câmara Municipal convocada para votar o pedido de afastamento do presidente, vereador Divino Lourival Vieira da Cunha, conhecido por "Divino Dentista". Para evitar o que já aconteceu no dia 21, quando a sessão teve quebra-quebra e tiros, o comando do Batalhão Araguaia enviou à Redenção um contingente de oito policiais militares. Além dos índios e dos correligionários do vereador, há um terceiro grupo envolvido na disputa, formado por homens que teriam sido contratados pelo prefeito Ronaldo Aquino Bonfim e que estariam armados. O presidente da Câmara está sendo acusado por crimes administrativos e falta de decoro parlamentar. Dos nove vereadores, apenas dois apóiam Divino Dentista. A presença dos Kayapó foi convocada pelo vereador Tapiêt, interessado na cassação do presidente da Câmara. *(O Liberal, 24/08/96)*

VENDA FRAUDULENTA DA TI...

A reserva indígena kaiapó, de 2,459 milhões de ha, em São Félix do Xingu, foi vendida a uma empresa norte-americana por R$ 1 milhão. Dentro da área, localizada entre os rios Xingu e Fresco, estão cinco aldeias, onde vivem cerca de 2.500 índios. A área foi demarcada e homologada pela Funai em 1991, mas entrou no negócio como se nunca tivesse existido. A escritura pública de compra e venda foi lavrada no dia 9 de setembro do ano passado, enquanto o registro foi feito no dia 10 de fevereiro deste ano. No lugar da terra dos índios, o que aparece no registro de imóveis e na escritura do Cartório de Notas de São Félix do Xingu são as fazendas Carapanã e Santa Margarida, com 3,176 milhões de ha, supostamente de propriedade do agricultor paraense Jovelino Nunes Batista. Nessa área toda cabe o Estado de Alagoas inteiro e mais seis cidades do tamanho de Belém. Mesmo existindo informações da Funai e do Incra, em Brasília, suficientes para impedir qualquer negócio, a transação foi realizada. E, pior, até agora não foi cancelada. Levantamento feito nos arquivos do Incra de Belém e Marabá revelou não existir qualquer título de posse emitido sobre uma área de terra desse tamanho em todo o Pará.

Paraíso da grilagem – A facilidade existente para "esquentar" um registro ou escritura de imóvel em São Félix do Xingu transformaram o município no paraíso da grilagem de terras no sul do Pará. Há cinco anos, levantamento feito pelo Incra e pelo Iterpa na região constatou que a maioria dos registros expedidos pelo cartório de Notas e do Único Ofício daquela cidade eram falsos. Apesar dessa constatação, nenhuma providência foi tomada pelo Tribunal de Justiça para sanar as irregularidades ou punir os responsáveis. Com a omissão do Poder Judiciário e a inércia do Incra para proteger as terras da União Federal na região, a situação no município chegou ao fundo do poço. *(O Liberal, 19/12/99)*

... DEVE SER ANULADA

O procurador da República e dos Direitos do Cidadão no Pará, Ubiratan Cazetta, determinou ontem a abertura de procedimento interno para requisitar do cartório de Notas e do Único Ofício de São Félix do Xingu, no sul do Estado, a apresentação de todos os documentos relativos à transação que envolveu a venda de 3.176.000 ha de terras à empresa norte-americana Worldwide Ecological Handling Timber Corporation Limitada. Dentro da área, negociada pelo procurador do agricultor paraense Jovelino Nunes Batista, o engenheiro químico

gaúcho Amir Santos Jobim, estão 2.459.000 ha da reserva indígena Kaiapó. A venda foi efetuada em setembro do ano passado, mas o registro do imóvel no cartório daquele município ocorreu em fevereiro de 99.

O cacique Ireô Kayapó não gostou de ficar sabendo que a reserva de seu povo foi negociada com uma empresa estrangeira: "O que eu quero é saber quem é que vai ter a coragem de entrar nas nossas aldeias e tomar posse. Os índios não vão deixar. Vai ter guerra no Xingu". A voz do cacique no telefone da Funai de Redenção, no sul do Pará, é de alguém muito nervoso. Uma funcionária do órgão pede o telefone e anuncia que os índios já se comunicaram com todas as aldeias de São Félix, contando a novidade. *(O Liberal, 21/12/99)*

KAYAPÓ A'UKRE

PAIAKAN QUER EXPLORAÇÃO SUSTENTÁVEL DE MOGNO...

Paulinho Paiakan está empenhado em conseguir um financiamento do Bird para um projeto de replantio de mogno para exploração sustentável. No projeto, o replantio começaria pela área da aldeia A'Ukre, da qual Paiakan é líder, e se espalharia por toda a reserva Kayapó. *(O Liberal, 18/06/96)*

... MAS É ACUSADO DE NEGOCIAR COM MADEIREIROS

O delegado Adolfo Machado, da PF de Marabá (PA), pediu ao ministro da Justiça, Nelson Jobim, providências urgentes contra empresas madeireiras que estão extraindo e vendendo ilegalmente mogno das AIs Kayapó e Apiterewa (ver *TI Apyterewa*), na região de São Félix do Xingu. Os índios, segundo denúncia feita por empregados das madeireiras à PF, teriam autorizado a invasão pelas empresas, e, em troca, estariam recebendo gordas comissões pela venda da madeira. Um dos acusados de receber dinheiro das madeireiras é o cacique Paulinho Paiakan, premiado na Europa e EUA como defensor da floresta amazônica.

"Não é querer defender o cacique Paiakan, mas ele é quem tem menos culpa pelo que está acontecendo na reserva dos índios", argumentou Machado, que acusa as empresas madeireiras de derrubar indiscriminadamente a floresta, interessadas apenas no lucro. "Quanto aos índios, eles estão sendo aliciados pelas madeireiras para permitir a derrubada do mogno", disse o delegado. Em Belém, a chefe substituta da Divisão Fundiária da Funai, Edna Miranda, endossou as palavras do delegado da PF, acrescentando que os índios mais jovens andam nos aviões das empresas e "são levados para farras em boates de São Félix do Xingu". A falta de recursos, tanto da PF como da Funai, tem dificultado a realização de um trabalho permanente contra a retirada de mogno das terras indígenas. "Nós estamos iguais, compartilhando as mesmas carências", explicou Machado. Ele anunciou que no próximo dia 17, agentes da PF e técnicos da Funai estarão nas duas reservas para "botar um freio na devastação do mogno". *(Diário do Nordeste, 15/01/97)*

PINKEITI, UMA EXPERIÊNCIA EM PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Em 1992, a pedido da comunidade da aldeia A'Ukre, a Fundação David Suzuky do Canadá e a Conservation International do Brasil montaram uma estação de pesquisa científica com o objetivo de estudar a mata da região e, desta forma, auxiliar a comunidade na busca de alternativas de uso sustentável de recursos florestais. Na ocasião, foi estabelecida uma área de 10 mil ha, onde a comunidade se propôs a não caçar e não retirar madeira. Criou-se, assim, o Projeto Pinkeiti.

Nessa base de pesquisas, estudantes do Brasil e do exterior têm desenvolvido pesquisas científicas sobre espécies de grande relevância ecológica ou econômica. Dentre as espécies estudadas figuram o mogno, a castanheira, palmeiras de grande porte e espécies animais como cutias e jabutis.

A base de pesquisas do Pinkeiti está localizada a cerca de 20 km da aldeia A'Ukre. O acesso à aldeia é feito através de avião, a partir da cidade de Redenção, localizada a aproximadamente 200 km a leste. Da aldeia, o acesso à base é feito de barco, pelo rio Riozinho, afluente de segunda ordem do rio Xingu. A base de pesquisas conta com acampamento, placas solares, barco, motor de popa e cozinheiro.

Localizada no alto da bacia do Xingu, acima de muitas corredeiras e cachoeiras, a área permaneceu preservada, entre outras coisas, graças às dificuldades de navegação nos rios da região. A vegetação predominante é de floresta aberta mista. Destaca-se a extrema heterogeneidade de suas fisionomias, com castanhais cujo dossel chega a 30 metros de altura, florestas de cipós, matas de palmeiras e enclaves de cerrado e de campos rupestres, quando ocorrem afloramentos rochosos. Deve ser mencionado que espécies de grande porte, mesmo aquelas mais propensas à extinção devido a atividades antrópicas, vivem em altas densidades na Reserva.

A rara combinação de uma área imensa de ecossistemas prístinos de grande valor biológico, baixíssimas densidades populacionais e o costume kayapó de patrulhar e defender seu território faz dessa Reserva uma área particularmente promissora para a conservação de biodiversidade e ideal para o investimento de recursos de conservação.

Os objetivos do Projeto Pinkeiti foram formulados a partir do reconhecimento da importância dessa Reserva para a conservação da floresta amazônica, da necessidade de se direcionarem esforços para sua conservação e da falta de conhecimento ecológico básico sobre a região. O projeto apoia-se no princípio de que esforços efetivos de conservação nessa Reserva devem ser articulados em cooperação com a comunidade indígena, e que a preservação de seus ecossistemas depende do bem estar dessa comunidade, bem como da manutenção de sua integridade cultural. Resumidamente, seus objetivos são:

- *Servir de canal de comunicação entre as comunidades indígenas e o mundo exterior. Para a conservação a longo prazo dessa área, é importante que a sociedade brasileira e a comunidade internacional tenham consciência da importância de sua conservação e mantenham-se informadas sobre seus problemas e as ameaças que possam vir a sofrer.*
- *Realizar pesquisa básica de qualidade naquela que é uma das últimas áreas prístinas do cinturão seco da Amazônia Oriental. Apesar de ser uma área de alta importância ecológica, por estar no encontro da mata amazônica e dos cerrados, até o momento são poucos os trabalhos já realizados no local.*
- *Ser um centro de treinamento de profissionais da área de conservação de biodiversidade. É incentivada a realização de trabalhos de pós-graduação de estudantes de universidades brasileiras e estrangeiras.*
- *Pesquisar a ecologia de espécies florestais de importância econômica, relevantes para desenvolver planos de exploração sustentável que possam ser aplicados não apenas na AI Kayapó, mas também em outras regiões da Amazônia.*
- *Implantar projetos de exploração dos recursos naturais da Reserva que ajudem as comunidades indígenas a obter renda suficiente para atender às suas necessidades sem depredar tais recursos ou comprometer os processos normais de regeneração da floresta madura. Tais projetos variam desde a implantação de um programa de exploração sustentável de mogno à visitação da reserva por pequenos grupos de turistas.*
- *Canalizar para a Reserva recursos de diversas fontes, como de empresas ou ONGs brasileiras e internacionais, para a implantação de projetos que venham a melhorar a qualidade de vida de suas comunidades.* (Claudia Baider, Adriano Jerozolimski e Rodolfo Salm, mai/00)

CASO PAIAKAN

CONDENADO A SEIS ANOS POR ESTUPRO...

O cacique Kayapó Paulinho Paiakan e sua mulher Irekran foram condenados pelo Tribunal de Justiça do Pará no processo em que são acusados de atentado violento ao pudor contra a professora primária Sílvia Letícia, em 1992.
O cacique foi considerado "aculturado" pela 2ª Câmara Criminal e condenado a seis anos de cadeia na Penitenciária Fernando Guilhon. Irekran, considerada parcialmente imputável por estar se adaptando à sociedade branca, foi condenada a cumprir pena igual em regime semi-aberto, na aldeia de A'Ukre. O processo correu por seis anos na Justiça. Esta é a primeira vez que a imputabilidade de Paiakan é derrubada pela Justiça. No fim dos anos 80, ele foi processado como o cacique Kubeí e o antropólogo americano Darrel Posey, acusados pelo Ministério da Justiça de denegrir a imagem do Brasil nos EUA, por terem denunciado em Washington o descaso do governo com a questão indígena. O processo previa a expulsão dos três do Brasil. Apesar de absurda, o que livrou os caciques da punição foi o fato de serem tutelados pela Funai. A defesa dos Kayapó deverá ser acionada em 15 dias, quando os advogados devem recorrer, evitando a prisão de Paiakan. *(JB, 23/12/98)*

... E ALDEIA A'UKRE SE MOBILIZA EM SUA DEFESA

Reunidos em assembléia permanente, os Kayapó da aldeia A'Ukre advertiram que não deixarão nenhum oficial de Justiça ou policial entrar na aldeia para prender o cacique Paiakan. Comerciantes e autoridades de Redenção, no sul do Pará, temem distúrbios na cidade, provocados pelos índios. Os Kayapó exercem grande influência na vida econômica e social do município. Paiakan voltou a criticar a decisão da Justiça, afirmando que "os juizes dos brancos são muito complicados". Ele disse que bebeu muito no dia do estupro, mas acusou sua mulher, Irekran, pelas agressões físicas e sexuais contra Sílvia Letícia.
O presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB o advogado José Carlos Castro, foi acionado por Paiakan para defendê-lo na fase de recursos do processo em que foi condenado, em segunda instância, a seis anos de reclusão numa penitenciária estadual. "Sou inocente. Não violentei a Sílvia Letícia. Quem fez isso foi a minha mulher, por ciúmes". Castro é o mesmo advogado que o defendeu em outros processos. Castro estava defendendo Paiakan também neste caso envolvendo a professora Letícia, mas se retirou quando a própria Funai sugeriu que a defesa de Paiakan utilizasse um intérprete para traduzir os depoimentos de Paiakan, reforçando a tese que o cacique não era aculturado. "Eu não podia aceitar isso", disse o advogado, "pois todos sabem que Paiakan fala perfeitamente o português, tem consciência das leis do país e vive como um homem branco quando está na cidade". Castro confirma que no caso de Irekran,há de fato dificuldade de comunicação, já que ela não fala o português. O advogado vai entrar com um recurso junto ao STF argumentando a incompetência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará para julgar Paiakan e Irekran. *(O Liberal, 24/12/98)*

ANTONIO GAUDÊNCIO/FOLHA IMAGEM

Paiakan a Irekran, na sessão do júri na Câmara Municipal de Redenção (PA) que os absolveu, em 1994, por falta de provas.

DECISÃO DO STF IMPEDE PRISÃO

Argumentando que os acusados sofreram cerceamento de defesa em julgamento por estupro da professora, o presidente do STF, Celso de Mello, concedeu ontem liminar que impede a prisão do cacique Paulinho Paiakan. A liminar suspende a expedição de mando de prisão contra Paiakan e sua mulher.
Celso de Mello aceitou os argumentos dos advogados de Paiakan de que ele e sua mulher sofreram cerceamento de defesa porque só tiveram direito a um advogado de defesa nomeado pela Justiça em Redenção. Em 1994, eles foram julgados e absolvidos pelo juiz local, apesar de um ter acusado o outro do crime.
O casal permanecerá em liberdade, de acordo com a liminar, até o julgamento pelo STF do pedido de anulação do processo judicial, apresentado pelos advogados Luís Francisco Carvalho Filho e Maurício Araújo. "A nomeação de um só defensor técnico para acusados que apresentem teses conflitantes compromete o direito de defesa e frustra a eficácia do princípio constitucional no qual ele tem assento, gerando em conseqüência, irremissível (inevitável) nulidade processual", afirma o presidente do STF. *(FSP, 27/01/99)*

PEDIDO DE HABEAS CORPUS É NEGADO PELO STF

A primeira turma do STF negou ontem pedido de habeas corpus em favor do líder kayapó Paulinho Paiakan, condenado pela Justiça do Pará a seis anos de prisão pelo estupro de uma estudante na cidade de Redenção, em 1992. O julgamento derrubou liminar concedida em janeiro pelo então presidente do STF, Celso de Mello, que impedia a prisão do índio. Um dos advogados de Paiakan, Luís Francisco Carvalho Filho, afirmou que está estudando outras medidas jurídicas para tentar impedir a prisão. Segundo ele, "o STF negou a Paiakan a condição de índio. Essa decisão equivale a uma sentença de morte, já que ele não conseguirá sobreviver em uma prisão". *(FSP, 17/12/99)*

JUSTIÇA NEGA TERCEIRO PEDIDO DE HABEAS CORPUS

Junho de 1992: o Brasil estava repleto de políticos e ambientalistas do mundo todo reunidos para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92, sediada no Rio de Janeiro. Na mesma data, Paulinho Paiakan, um Kaiapó que vinha tendo sua imagem veiculada na mídia internacional como ícone indígena do ecologismo, acaba servindo de mote para outra espécie de campanha, que visava questionar movimentos ambientalistas e de defesa dos direitos indígenas. Sob o título de "O Selvagem", uma matéria na revista Veja relata que Paiakan teria estuprado uma jovem "branca", de 18 anos, na cidade de Redenção (PA). Posteriormente, grande parte das cenas de violência descritas na reportagem foram desmentidas por laudos periciais. Na ocasião, ambientalistas e antropólogos presentes na Eco 92 saíram em defesa de Paiakan.

Pouco antes, a imagem do índio esteve estampada na capa de outra revista e por razões bem diversas: Paiakan foi apontado como "The man who would save the world" ("o homem que poderia salvar o mundo") no encarte dominical do jornal norte-americano The Washington Post, por sua atuação em busca de um modelo ecologicamente equilibrado na exploração dos recursos florestais da Amazônia.

A partir de então, uma intrincada rede de versões, controvérsias e troca de advogados marcaram o processo que culminou na condenação de Benkaroty Kaiapó, ou Paulinho Paiakan, em dezembro de 1998, a seis anos de prisão em regime integralmente fechado. Os advogados Luís Francisco de Carvalho Filho e Maurício de Carvalho Araújo foram então convidados a entrar no caso e detectaram uma série de nulidades que, em seu parecer, invalidariam o julgamento.

No último dia 22 de agosto, os advogados tiveram seu terceiro pedido de habeas corpus negado. Carvalho Filho acredita que essas derrotas devem-se ao preconceito que existe contra a figura de Paiakan e, de maneira mais ampla, contra índios que enfrentam situações de conflito em seus estados. Nesses tribunais, Paiakan é considerado "branco", já que fala português, dirige automóvel e é eleitor. "Mas esses fatores não apagam sua herança cultural. Ele está sendo tratado como se fosse um tataraneto de um índio que mora em São Paulo e é banqueiro", afirma.

Nos pedidos de habeas corpus, eles não entram no mérito da culpabilidade de Paiakan, mas das nulidades que caracterizaram seu julgamento. "O objetivo é anular o processo para que ele seja julgado com um mínimo de 'civilidade' jurídica", diz Carvalho Filho.

Em novembro de 94, Paiakan e Irekran tinham sido absolvidos da acusação de estupro e atentado violento ao pudor, pela ausência de provas materiais. Ficou provado que Irekran agrediu a jovem, mas, por ser indígena, ela foi considerada inimputável. Porém, o Ministério Público recorreu e o Tribunal de Justiça do Pará condenou Paiakan a seis anos de prisão em regime integralmente fechado, por ser "aculturado".

Até agora, o mandato de prisão não foi cumprido. Atualmente, Paiakan está em A'Ukre e recusa-se a sair da TI, onde já cumpriu dois anos e meio da pena de seis anos. Seus advogados pretendem entrar com um novo, e último, pedido de habeas corpus perante o Supremo Tribunal Federal. (Valéria Macedo, ISA, set/00)

KAYAPÓ KIKRETUM

OCUPANTES DE ILHA NO RIO FRESCO SÃO EXPULSOS

Índios Kayapó Kikretum invadiram e saquearam uma ilha localizada entre as duas margens do rio Fresco, a 80 Km de Tucumã, no dia 22. A denúncia foi feita por telefone, ontem, de Tucumã – para onde fugiu a família de Edvaldo Castro de Abreu – por seu genro, Francisco Ferreira de Almeida. Ele disse que na hora do ataque estavam no local Edvaldo e sua família, que ocupam a ilha há sete anos.

A invasão começou com a chegada de uma voadeira "lotada de índios" sob o comando do Capitão Niti (filho do ex-líder Tutu Pombo), cujo objetivo aparente era caçar. Logo depois, apareceu um outro grupo de índios exigindo que Edvaldo deixasse a ilha. Armados de cartucheiras e armas de repetição, os índios começaram a matar porcos e galinhas, encostando a arma numa criança de sete anos. No domingo, dia 24, os índios voltaram. Segundo Francisco Ferreira, os prejuízos foram, então, totais: eles jogaram no rio o que não puderam levar, apossando-se de 66 sacas de arroz, quatro carros de milho, todas as roupas, dois sacos de feijão, três sacos de castanha e 40 dúzias de ovos. Sessenta e seis porcos foram mortos pelos índios, segundo Francisco.

A família de Francisco, que mora no lado do rio oposto às terras dos índios, fugiu só com a roupa do corpo na lancha de um comprador de castanha conhecido como Gordo. O denunciante acha que, com o fim da extração de ouro e madeira em suas terras, os índios ficaram na miséria e desesperados. Em Tucumã, a família despejada pelos índios recorreu à polícia, mas foi informada que deveria procurar a promotora da cidade, que remeteria o caso à Funai. *(ISA, a partir de O Liberal, 27/03/96)*

PF DESATIVA GARIMPOS

Garimpeiros que extraíam ouro da reserva Kayapó, nas proximidades de Tucumã, começaram a ser retirados pela PF que pretende desativar nove garimpos irregulares da região. A operação foi comandada pela delegada Silvana Borges, e contou com o apoio de um helicóptero e de um grupo de elite do Comando de Operações Táticas Especiais da PF. Houve tiros para o alto, mas a retirada foi pacífica. Esta não é a primeira vez que os garimpeiros são expulsos da área. Em fevereiro de 1994, a Justiça Federal havia mandado a retirada de cerca de cem mil garimpeiros nos garimpos Santídio, Cumaruzinho, Batéia 1 e 2, Mutum, Filomeno, Rio Branco, São Francisco e Nhanquim, a maioria próximos das aldeias Gorotire e Kriketum. *(O Liberal, 28/03/96)*

KAYAPÓ KOKRAIMORO

FLAGRADO CONTRATO ILEGAL ENTRE ÍNDIOS E MADEIREIROS

Uma frente da operação de desarmamento do governo federal, estabelecida em São Félix do Xingu, descobriu a ligação de algumas madeireiras com a extração ilegal de madeira de reservas indígenas. Numa serraria, os policiais federais descobriram um contrato com os índios Kayapó Kokraimoro, que previa o pagamento de R$45,00 por metro cúbico de mogno, que pode ser exportado por cerca de R$800,00. A operação federal envolve 610 homens, sendo 300 do Exército, 200 da PF, 80 da Polícia Militar e 30 da Polícia Civil. *(Gazeta Mercantil, 15/04/97)*

KAYAPÓ KUBENKANKREN

FUNAI QUER FAMÍLIA FORA DE FAZENDA

A Funai deu prazo de até 1° de fevereiro para que o cacique Kayapó Pangrá, da aldeia Kubenkankren, desocupe a fazenda Fortaleza, localizada no município de São Félix do Xingu. A fazenda tem 32 mil ha, e foi invadida há mais de três anos por Pangrá, sua mulher e filhos. O dono da fazenda, Aloísio Viana, acusa o caci-

que de ter assassinado um de seus empregados, o vaqueiro Sabino, posto fogo em uma caminhonete e destruído benfeitorias, além de um equipamento de rádio amador. Viana afirma também que havia 4.500 cabeças de gado na fazenda, e agora só restam 3.100. *(CB, 28/01/98)*

CONFLITO NA FAZENDA FORTALEZA

O fazendeiro Aloísio Viana acusou o líder kayapó Paulinho Paiakan de querer tomar "na marra" suas terras para facilitar a venda ilegal de mogno para as madeireiras dos municípios de Redenção e São Félix do Xingu. A denúncia foi feita à Polícia Federal de Marabá, sul do Pará. Os Kayapó impediram o empresário de entrar com 15 homens armados na fazenda Fortaleza, que o fazendeiro diz ser sua. O confronto foi evitado por meio de intervenção da Polícia Federal e da Funai. Segundo a Funai, a fazenda em questão está dentro da reserva indígena. O cacique Paulinho Paiakan tomou conhecimento das acusações feitas por Viana, mas limitou-se a dizer que o denunciante não tem moral para falar mal dos índios. "Ele é invasor das nossas terras". *(A Tarde, 16/02/98)*

TI BADJÔNKÔRE É RECONHECIDA

Em abril de 1999 a Funai publicou os resultados do Relatório de Identificação e Delimitação da TI Badjônkôre, dos Kayapó Mebengrokrê (Kubenkrankêng), localizada nos municípios de São Félix do Xingu e Cumarú do Norte, estado do Pará. O processo de reconhecimento da terra foi iniciado pela reivindicação dos índios de uma faixa territorial, localizada na região sul do estado do Pará, que liga a TI Kayapó em sua porção sul/sudeste até alcançar os limites norte-nordeste da TI Capoto/Jarina, situada no estado do Mato Grosso, ocupada pelos Metuktíre (ou Txukahamãe). A TI Badjônkôre tem uma superfície de 222.000 ha e 293 Km de perímetro. A Fazenda Fortaleza está dentro do perímetro da terra Badjônkôre. *(DOU 14/04/99)*

KAYAPÓ MEKRAGNOTI

ADMINISTRADOR DA FUNAI É RETIDO

Indignados com a postura radical do novo administrador de Redenção, João Melo, os Kayapó da aldeia Pukanu atraíram o servidor para uma cilada e o fizeram refém na reserva. João Melo está retido na reserva desde ontem, 11 de fevereiro, juntamente com um delegado da PF e outros dois servidores. Lideranças indígenas devem se reunir hoje em Pukanu para discutir decisões de João Melo consideradas prejudiciais aos Kayapó, informou Ruth Kayapó, porta-voz dos índios.

O estopim da bomba Kayapó foi a morte de um ancião da aldeia Gorotire que, vitimado por malária, não recebeu assistência médica. As lideranças de Gorotire haviam pedido um avião para trasladar o doente até um hospital em Redenção. Mas João Melo não autorizou o frete da aeronave. Moirumu Kayapó, o mais velho índio da aldeia, morreu e o administrador não autorizou a compra de um caixão para sepultar seu corpo. João Melo teria também desautorizado que uma criança que quebrou o braço fosse transportada até Redenção de avião. Segundo o líder João Pangrá-Kayapó, os Kayapó vão pedir a destituição do administrador ao presidente da Funai, Márcio Santilli. *(O Liberal, 12/02/96)*

REIVINDICAÇÕES

O Conselho dos Caciques Kayapó reúne-se hoje na aldeia Pukanu, onde permanecem como reféns o administrador da Funai mais dois funcionários do órgão e o delegado da PF, Íris João. Os reféns circulam livremente pela aldeia, mas sempre acompanhados por guerreiros Kayapó. O aeroporto de Redenção teve um dia agitado, com muitos pousos e decolagens de aeronaves que conduzem grupos Kayapó para Pukanu. Os índios apresentaram uma pauta de reivindicações: o afastamento imediato de João Melo da direção da ADR Redenção, e a revogação da liminar federal que proíbe a exploração de ouro e madeira dentro das terras Kayapó. "Antes desse documento, nosso povo não dependia do governo", disse um dos líderes da aldeia Pukatôty. Ele afirmou que a Funai não dá conta de resolver os problemas dos índios e que só a liberação do garimpo e do comércio de madeira pode reverter a situação. Em Redenção, a sede da Funai permaneceu fechada ontem, com um aviso "fechado por falta de pagamento", colocada provavelmente pelos comerciantes da cidade. *(O Liberal, 13/02/96)*

JORNALISTAS TAMBÉM VIRAM REFÉNS...

Cinco jornalistas que cobriam os acontecimentos na aldeia Pukanu, TI Menkragnoti, foram tomados como reféns por dez horas pelos índios Kayapó. Os cinco homens foram surpreendidos na pista de vôo da reserva e impedidos de sair. No fim da tarde, o presidente da Funai, Márcio Santilli, entrou em contato com a aldeia propondo aos índios o transporte de todos os reféns até Brasília. A proposta foi rejeitada pelos índios, que aceitaram ir a Brasília para negociar desde que os reféns permanecessem em Pukanu. A Funai não aceitou a proposta dos Kayapó e o impasse continua.

O líder Davi Kayapó disse que forem necessários dez anos para que a liminar federal seja revogada, esse é o tempo que os reféns vão ficar retidos na aldeia. Ontem, a pista de pouso do Pukanu amanheceu interditada com troncos de madeira e tambores de óleo. Segundo as lideranças, isso foi feito para impedir qualquer tentativa de resgate dos reféns. No final da tarde, a pista foi liberada para que as equipes jornalísticas pudessem deixar a área. *(O Globo, 15/02/96)*

... E FUNAI LIBERA RECURSOS, SOLICITANDO FIM DO CATIVEIRO

A presidência da Funai autorizou ontem a liberação de R$ 1,4 milhão para saldar as dívidas contraídas pelos índios em Redenção. Em mensagem enviada aos índios, Márcio Santilli solicitou a soltura de João Melo para que ele assine a documentação necessária à liberação dos recursos. Mas isso não foi suficiente para que os índios decidissem por fim ao cativeiro. Eles insistem na suspensão da liminar federal que proíbe a comercialização de mogno e da entrada de garimpeiros em suas terras.

O presidente da Funai, Márcio Santilli, informou ontem aos Kayapó que o dinheiro obtido com o leilão da madeira ilegalmente retirada da área – apreendida em uma operação da PF com o Ibama –, está sob responsabilidade da Justiça Federal. Segundo Santilli, os recursos serão liberados para financiar projetos de longo prazo. Ontem mesmo a Funai solicitou que parte do dinheiro seja destinado à aquisição de um imóvel em Redenção e de equipamentos necessários ao processamento de castanha, produto exportado pela aldeia A'Ukre, de Paiakan. *(O Liberal, 16/02/96)*

MPF PROÍBE COMÉRCIO DE LOTES DENTRO DA TI

O MPF moveu ação contra a Interpa e compradores de lotes que ficam na TI Menkragnoti. O juiz federal da 3ª Vara, em despacho ainda interlocutório, já proibiu que esses lotes sejam transferidos, estabelecendo uma multa diária de cem reais a quem desobedecer. O juiz argumenta que essa área indígena já está demarcada e, mesmo que não estivesse, ela é reconhecida como terra de índios desde lei de 1950. A tutela antecipada que a procuradoria da República requeria tem o saudável objetivo de preservá-la da exploração econômica e de evitar mais um conflito fundiário que nos envergonharia. *(O Liberal, 28/06/96)*

ADEUS, BEPGOGOTI

Em 16 de novembro último, o líder Megaron Txucarramãe anunciou a morte do cacique Bepgogoti, respeitado guerreiro Kayapó. Bepgogoti morreu no dia 10 de novembro, tinha quase cem anos e acumulava um vasto conhecimento da história e das tradições de seu povo. "Lamentamos muito o falecimento do nosso cacique, pois coube a ele defender os nossos direitos, lutando ao lado de Raoni e do cantor inglês Sting para demarcar nossas terras. Admiramos muito este homem que, infelizmente, a doença envelheceu e levou para longe de nós", escreveu Megaron.

Segundo ele, Bepgogoti foi um valente guerreiro Kayapó: lutou contra os Krenakore (os Panará) e contra facções dissidentes do seu próprio grupo. "Antes de morrer, pediu três vezes aos seus filhos e netos que evitassem brigas e cisões", explicou Megaron. "Só queria paz para os índios".

Antes de perder Bepgogoti, os Kayapó viram desaparecer também dois outros guerreiros lendários – Kretire e Kremoro. Com a morte de Bepgogoti, agora, as músicas e os rituais mais tradicionais do povo Kayapó correm o risco de se calar para sempre.

Em fins do século passado, um grupo de 200 dissidentes se separou dos Gorotire, a comunidade Kayapó de mais de dois mil índios que vive às margens do Riozinho, no Pará. Autodenominado Mekragnoti, ele se dirigiu a sudoeste, atravessou o rio Xingu e se instalou num descampado. Logo, deu as boas-vindas à primeira criança ali nascida – um menino que se chamou Bepgogoti.

A história de Bepgogoti sempre foi peculiar. Órfão desde cedo, foi adotado por um influente membro da comunidade, que, anos depois, teve outro filho, Ropni, hoje líder de umas das comunidades Mekragnoti.

Durante a infância, Bepgogoti foi treinado pelo cacique ancião Karanhi para assumir a liderança dos Mekragnoti. Quase diariamente, ia visitar o velho sábio para aprender as canções que todo líder deve saber, os mitos do seu povo, sua história, práticas e táticas de guerra. Assim, à medida que crescia, Bepgogoti reforçava o sentimento de ter nascido para se tornar um bravo guerreiro, louvado pela sua coragem em desafiar e vencer os vizinhos Krenakore.

No final dos anos 40, novos líderes emergiram entre os Mekragnoti: Kretire e Kremoro acabaram insurgindo a comunidade e dividindo-a em duas facções inimigas. Um terceiro grupo optou por se manter neutro, sob a liderança de Bepgogoti. O ano de 1953 marcou as primeiras tentativas de contato dos Villas-Boas na área do Parque do Xingu. As relações entre as duas facções estavam deterioradas a ponto de Kretire ter decidido instalar nova aldeia entre os rios Iriri e Curuá. O líder Kremoro e seu grupo, por sua vez, passaram a ser conhecidos por Txucarramãe, nome dado pelos índios Juruna aos Kayapó. Com a morte da esposa, Bepgogoti se aliou a Kretire. A comunidade ficou isolada até meados dos anos 60, quando missionários e representantes da Funai tentaram uma aproximação. Anos depois, nova cisão: Kretire e seu grupo se separaram de Bepgogoti, que permaneceu às margens do Iriri com cerca de 150 índios. Kretire, por sua vez, voltou para o Xingu. Durante mais de 15 anos, a sabedoria e a força moral de Bepgogoti aplacaram confrontos entre os membros do grupo. Assim, ele ganhou fama e novos adeptos, entre eles, numerosos vizinhos Kayapó que migraram para a comunidade dispostos a segui-lo. Em 1980, esse grupo já somava 300 índios.

O prestígio de Bepgogoti conquistou novas fronteiras. Muito procurado pela mídia, recusava-se a abandonar sua aldeia para atender convites. Corre a história de que ele sentava num tronco de árvore e, por rádio, conseguia acalmar facções inimigas e líderes insurgentes distantes mais de 200 km. Mesmo velho e doente, continuou participando dos rituais indígenas e treinando novos líderes. Sua morte representa uma grande perda para os Kayapó: Bepgogoti era o mais velho líder Kayapó Mekragnoti vivo e um dos últimos guerreiros tradicionais. Será lembrado pela sua eloquência, sabedoria e senso de humor. (Gustaaf Verswijver, antropólogo do Royal Museum of Central Africa, Bélgica, nov/96)

KAYAPÓ TOMAM SERVIDORES FEDERAIS COMO REFÉNS ...

Os índios Kayapó da aldeia Puicararanca, em São Félix do Xingu, no sul do Pará, mantêm como reféns desde a manhã de ontem 40 agentes da Polícia Federal de Brasília e de Marabá e fiscais do Ibama. O grupo foi surpreendido e cercado pelos Kayapó, que estavam armados de espingardas e facões, quando fiscalizava a extração ilegal de mogno na reserva, que tem 2,4 milhões de ha

A ação dos índios ocorreu no mesmo dia em que a PF anunciou o início da Operação Xingu, para expulsar vários madeireiros que atuam na reserva. A entrada de estranhos na área é proibida desde o ano passado pelos índios. Até mesmo policiais teriam de pedir autorização aos caciques para ingressar no local.

Para negociar a libertação dos reféns, os Kayapó exigem a presença de representantes do Ministério Público Federal e da Funai. O chefe de posto da Funai em Redenção, cacique Tokran Kayapó, disse que não tinha informações sobre a situação dos reféns. "A única coisa que eu sei é que meu povo ficou muito nervoso com esse pessoal entrando na reserva sem qualquer aviso", disse. *(OESP, 27/09/00)*

... EXIGEM DINHEIRO PARA LIBERTÁ-LOS...

Os índios Kayapó exigem que o governo federal envie o dinheiro arrecadado com um leilão de mogno extraído ilegalmente de suas terras em 1996 para libertar os 40 reféns. "O Ibama ficou com o dinheiro e não deu nenhuma satisfação aos índios, que agora estão cobrando", disse o administrador do posto da Funai em Redenção, cacique Tokran Kaiapó. Ele disse que os reféns estão sendo bem tratados e desmentiu informações sobre supostos maus-tratos.

Em Brasília, as assessorias da Funai, do Ibama e da PF negaram que seus funcionários estejam como reféns dos índios. Não é essa a mensagem que os Kayapó têm passado por rádio para Tokran em Redenção. "O pessoal está proibido de sair e é por isso que eu e o Megaron (chefe do Posto da Funai em Colíder/ MT) vamos para lá", disse o cacique. Ele desconversou quando perguntado se os índios continuam negociando a venda de mogno para madeireiras de Redenção e São Félix do Xingu: "Desconheço o problema e nunca soube disso". *(Diário do Grande ABC, 28/09/00)*

... E CASO CHEGA AO FIM, SEM DINHEIRO NEM APREENSÃO DE MADEIRA

Os 40 agentes do governo que estiveram retidos pelos índios Kayapó dentro de uma esplanada aberta por madeireiros nas margens do rio Xingu, distante 120 km de São Félix do Xingu, no sul do Pará, puderam retornar ontem para a base da operação, no aeroporto desta cidade. A bordo de dois helicópteros Puma da FAB, o pessoal do Ibama, Polícia Federal e Funai, integrantes da operação destinada a combater a exploração ilegal de mogno em território indígena, deixou a reserva sem poder completar seu trabalho: a apreensão de cerca de 2,5 mil m^3 da madeira tida como uma das mais nobres.

Impedidos pelos índios de procederem a medição e retenção das toras, sob a alegação de que se tratava de produto de sua propriedade, os fiscais do Ibama tiveram de abortar a operação nas terras indígenas. Os índios alegam que a madeira está sendo extraída de seu território e que não cabe aos brancos interferir.

Embora no território kayapó parecesse haver unanimidade sobre essa postura, outros líderes da mesma tribo reunidos ontem à tarde pela Funai disseram o que o governo queria ouvir. Com o cacique Megaron como porta-voz, a re-

pressão às atividades ilegais das madeireiras na região foi defendida sob o argumento de que os índios sempre conseguiram sobreviver sem explorar comercialmente os recursos naturais. A principal queixa dos caciques é que o governo apreende a madeira retirada das terras indígenas e leva a mercadoria a leilão pela Justiça, sem que seus verdadeiros donos, os índios, recebam parte desse dinheiro. "Se esses recursos retornassem para os índios de alguma forma, a situação seria diferente", ponderou Megaron. *(JB, 29/09/00)*

KAYAPÓ MEKRAGNOTI/ TI BAÚ

DECRETO 1.775 LEVA A REESTUDO DA TI

Encerrado o prazo de 30 dias estabelecido pelo Decreto 1.775 para que o ministro da Justiça, Nelson Jobim, decidisse sobre as demarcações que foram objeto de contestações, o Diário Oficial de 10 de junho publicou os pareceres sobre as terras contestadas, determinando que a Funai realize novas diligências a respeito. Entre as oito áreas que ficaram na peneira do 1.775, está a TI Baú, dos Kayapó. A TI Baú é parte de um polígono de terras contínuas, onde há posseiros e garimpeiros. Não se sabe se sua inclusão entre as oito áreas passíveis de novos estudos poderá redundar em redução de seus limites. *(ISA, jul/96)*

DEPUTADO PROTESTA CONTRA DEMARCAÇÃO

O deputado Asdrúbal Bentes (PMDB-PA) declarou que a questão indígena no PA assume tamanha gravidade que "nos preocupa sobremaneira, no sentido de mais cedo ou mais tarde termos a repetição de um conflito de proporções maiores ou mais graves do que o de Eldorado de Carajás". Notório militante anti-indígena, o deputado disse que "é preciso relembrar que, antes da atual Constituição, índios e não-índios conviviam em harmonia e paz naquela área (no caso, a AI Baú). Na nova Constituição dedicamos um Capítulo ao índio, a fim de preservar seus direitos e sua cultura e garantir as condições absolutamente indispensáveis à sua sobrevivência".
Para o parlamentar, "a Funai, exorbitando de suas atribuições, ampliou desmesuradamente as prerrogativas que a legislação lhe outorgou para, distorcendo a verdade dos fatos, aumentar as áreas indígenas, impossibilitando que os setores produtivos dispusessem de terras para trabalhar". Asdrúbal Bentes considera que meras portarias da Funai têm, hoje, mais força que a própria Constituição. Para o deputado, na região da TI Baú, o Incra, por força de um decreto de desapropriação, assentou milhares de famílias, titulou as terras e a região prosperou. *(ISA, a partir de O Liberal, 24/01/97)*

JOBIM AVISA QUE DECISÃO ESTÁ PRÓXIMA...

Em visita a cidades do interior do Pará, Nelson Jobim garantiu que irá decidir os destinos da TI Baú ainda antes da Semana Santa. Jobim disse não haver necessidade de fazer uma visita à área, conforme estava programado, alegando já ter examinado todos os elementos necessários à sua decisão. Ele vai se reunir com sua assessoria jurídica para encerrar a análise da questão e tomar sua decisão, que "deverá estar dentro da conveniência, da necessidade e obedecendo a Constituição". *(O Liberal, 24/03/97)*

... E MANDA REDUZIR PORÇÃO OESTE DA TI

No dia 8 de abril, pouco antes de deixar o Ministério da Justiça para ocupar uma vaga no STF, Nelson Jobim assinou despachos sobre as TIs cujas demarcações foram obstruídas pelo Decreto 1.775. Em relação à TI Baú, o ministro alega, no despacho número 18, que as contestações apresentadas pela prefeitura de Novo Progresso e por mineradoras com pedidos de lavra incidentes na área dos Kayapó não são procedentes do ponto de vista jurídico. No entanto, o ministro considerou que, apesar da conformidade da proposta antropológica que gerou a atual proposta de limites da área, há necessidade de se promover "ajustes ditados pelo interesse público em preservar núcleos de colonização não-indígenas já consolidados ou em resguardar situações jurídicas estabelecidas sob a égide do próprio Poder Público, sempre que tais adequações não afetem substancialmente a integridade da área indígena". Recomendando que "se busque conciliação eqüidosa entre os interesses das comunidades indígenas e das não-indígenas", Jobim questiona o indigenato sobre as terras situadas a oeste do rio Curuá. "Essa parte oeste não fora incluída em nenhuma das propostas anteriores de identificação e delimitação", escreve em seu despacho, determinando que seja "restabelecida a fronteira oeste original, constante das delimitações anteriores", o que deve reduzir a TI Baú em 350 mil ha. *(DOU, 08/04/97)*

KAYAPÓ DEFENDEM-SE DE INVASÕES E EXIGEM DEMARCAÇÃO

Pintados para a guerra e dispostos a não permitir a invasão de suas terras por garimpeiros, cerca de 280 índios Kayapó da reserva do Baú, município de Altamira, mantiveram por vários dias dois reféns e dois aviões da Funai. Os funcionários realizavam inspeção da área, próxima ao município de Novo Progresso (PA) quando foram detidos pelos índios. Os seqüestrados eram Lindolfo Ferreira, funcionário da mineradora Tamim, e Luiz Carlos Sampaio, que é funcionário da Funai na região. Os Kayapó exigem que seja feita a demarcação da área indígena, que ao longo dos anos vem sendo invadida por mineradores. *(JB, 21/07/98)*

TENSÃO

Os 120 índios Kayapó da TI Baú estão na iminência de um confronto armado com fazendeiros, moradores e pequenos produtores rurais da região. O motivo é a ampliação da reserva, conforme portaria de 14 de dezembro de 98, assinada pelo ministro da Justiça, Renan Calheiros, que aumenta de 890 mil ha para 1,8 milhão de ha a área indígena. *(A Crítica, 15/01/99)*

KAYAPÓ FAZEM 15 TURISTAS REFÉNS...,

Cerca de 50 índios guerreiros da etnia Kaiapó mantêm 15 turistas como reféns na aldeia Baú no município Novo Progresso (sul do Pará). Dos 15 reféos, dez são de Avaré (SP) e cinco, de Novo Progresso.
Segundo o administrador da Funai de Colider (MT), Megaron Txucarramãe, os turistas invadiram a terra dos índios pelo rio Curuá, quando iniciavam uma pescaria no local. Os índios estavam fazendo uma inspeção de rotina no território quando encontraram o grupo.
Para libertar os turistas, os Kaiapó exigem a presença da Polícia Federal, Funai e imprensa no local. Eles reivindicam a demarcação da área indígena Baú, que tem cerca de 1.850 ha.
"Há 20 anos eles querem a demarcação, mas nada aconteceu. Os Kaiapó estão cansados", disse Megaron. Um funcionário da Funai já está no local e agentes da PF devem seguir hoje para a aldeia. Apesar de estarem pintados para a guerra, Megaron garante que não houve violência física contra ninguém do grupo. O administrador lembra, no entanto, que algumas pessoas de Novo Progresso estariam ameaçando tirar os pescadores do local à força. *(FSP, 01/08/00)*

... MINISTRO MANDA DEMARCAR TI...

O ministro da Justiça, José Gregori, determinou à Funai, em 3 de agosto de 2000, a imediata demarcação administrativa da TI Baú, que fica entre os municípios de Altamira e Novo Progresso, no sul do Pará, onde cerca de 50 índios Kaiapó mantêm 15 turistas como reféns, há sete dias. A decisão de Gregori foi anunciada após reunião com o presidente da Funai, Glênio da Costa Alvarez. A área kaiapó, com superfície aproximada de 1.850.000 ha e perímetro de cerca de 770 km, será demarcada com base na Portaria 645/91, do então ministro Jarbas Passarinho. Na gestão de Nélson Jobim no Ministério da Justiça, o tamanho da TI foi reduzido em 400 mil ha. Ao assumir o posto, Reoan Calheiros revogou a portaria de Jobim e a área voltou ao tamanho original. O município de Novo Progresso (PA) obteve no Superior Tribunal de Justiça (STJ) liminar suspendendo os efeitos da portaria de Calheiros. Por conta da decisão, o Ministério da Justiça se valerá da portaria de Passarinho para resolver o impasse das terras dos Kaiapó. Essa era a principal reivindicação dos líderes da tribo. *(OESP, 04/08/00)*

... E REFÉNS SÃO LIBERTADOS

Os índios Kaiapó da Reserva Baú libertaram ontem os 16 turistas e pescadores esportivos que foram mantidos reféns durante sete dias em uma clareira a dez km da margem esquerda do Rio Curuá. Os barcos e duas caminhonetes pertencentes aos pescadores foram devolvidos pelos índios.

A libertação do grupo só foi possível depois que o chefe do posto da Funai em Colider (MT), cacique Megaron Txucarramãe, leu pelo rádio de comunicação com a aldeia o documento assinado pelo ministro da Justiça, José Gregori, determinando à direção da Funai a demarcação imediata da reserva.

"Eu tive de ler e repetir várias vezes o documento para que os índios acreditassem", contou Megaron, que viajou pela manhã para a aldeia levando a cópia da portaria assinada pelo ministro. *(OESP, 05/08/00)*

PF QUER IMPEDIR REAÇÃO DE FAZENDEIROS À DEMARCAÇÃO

O superintendente da Polícia Federal no Pará, Geraldo Araújo, colocou seus agentes em estado de alerta para entrar em ação a qualquer momento e impedir uma reação armada de fazendeiros e madeireiros de Novo Progresso contra a demarcação da TI Baú, da tribo kaiapó. Na área a ser demarcada existem 250 fazendas

Líderes kayapó do Baú negociam com a PF a liberação dos reféns.

RAIMUNDO PACÓ/O LIBERAL

e cerca de duas famílias. O trabalho de demarcação, determinado pelo ministro José Gregori, deve começar nos próximos dias. Araújo acredita em soluções negociadas para o problema. Uma delas seria indenizar os fazendeiros pelas benfeitorias.

O clima de tensão domina o município de Novo Progresso desde o último dia 4, depois que os índios Kaiapó libertaram 16 turistas e pescadores esportivos, que mantiveram como reféns durante setes dias em uma clareira a dez km da margem esquerda do rio Curuá. A área, segundo os índios, é parte integrante da Reserva Baú. Para os fazendeiros, a demarcação será desastrosa. Eles temem perder os 600 mil ha da área onde vivem há mais de dez anos. A Funai afirma que os 600 mil ha são parte integrante dos 1.850.000 ha da área total da reserva. "Eu não acredito que o ministro da Justiça, o Ministério Público Federal, a Funai e a Polícia Federal queiram transformar a nossa região em palco de conflitos", argumentou o prefeito Juscelino Rodrigues.

O fazendeiro José Sebold, bastante irritado, disse à reportagem que não irá entregar suas terras para os índios: "se é para começar toda uma vida em outro lugar, prefiro morrer aqui. E vou morrer lutando. Até matar, pelo meu direito, eu mato". O diretor do Sindicato dos Produtores Rurais de Novo Progresso, Agamenon Menezes, é taxativo: "nem à força o governo vai tomar o que conquistamos com muito suor e trabalho". *(O Liberal, 08/08/00)*

"FAZENDEIROS QUEREM O MOGNO", DIZ PROCURADOR

O procurador da República em Belém, Felício Pontes Júnior, afirmou que a exploração de

CONFLITO DE TERRAS

512 famílias criam gado e produzem arroz, milho e feijão em área reivindicada por índios

PARÁ
Belém
AM
1.200 km
Rio Curuá
Novo Progresso
Aldeia caiapó

Área onde vivem os caiapós – 1,2 milhão de hectares
Área em litígio ocupada por pequenos produtores – 600 mil hectares
Total da reserva reclamada pelos índios – 1,8 milhão de hectares

REVISTA ÉPOCA - 14/08/00

mogno, madeira de maior cotação no mercado internacional, é o verdadeiro motivo da resistência de fazendeiros e madeireiros à demarcação da TI Baú.

"Ninguém tem título de terra do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na área e todos são invasores", disse Felício. O assentamento do Incra mais próximo – a gleba Curuá, onde estão os projetos Nova Fronteira e Santa Júlia – está a cerca de 200 km do local do conflito, a oeste da reserva Baú. *(Tribuna da Imprensa, 10/08/00)*

FAZENDEIROS FORJARAM ESCRITURA DE TERRAS

A Diretora da Divisão de Cadastro do Incra em Belém, Maria Santana Tavares da Silveira, informou que os fazendeiros que ocupam a re-

serva Baú deram entrada, há cinco anos, em um requerimento no órgão pedindo a vistoria na área. Eles solicitaram uma declaração do Incra informando a existência do processo. "Os fazendeiros não sabiam se o processo seria aprovado, indeferido ou devolvido. O objetivo era apenas obter a declaração."
Com o documento em mãos, os fazendeiros foram ao cartório de um município do Estado de Mato Grosso, conseguindo transformar a declaração do Incra em escritura pública de terras. "O que eles fizeram foi uma ilegalidade". E foi por causa disso que o Incra proibiu qualquer chefe de unidade do órgão de expedir certidão ou declaração sobre processo que esteja tramitando. "Em Novo Progresso está cheio desses documentos de cartório sem nenhum valor legal", disse Maria Santana. *(Tribuna da Imprensa, 10/08/00)*

DEMARCAÇÃO É SUSPENSA...

O ministro José Augusto Delgado, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), concedeu liminar determinando que o Ministério da Justiça se abstenha de qualquer ato que resulte na demarcação da fração de terras situadas a oeste da área indígena Baú, no município de Novo Progresso, e na retirada dos trabalhadores rurais que ali residem.
A demarcação da área Baú – onde vivem aproximadamente 2 mil famílias não-índias – foi determinada pelo despacho 060, do ministro da Justiça José Gregori. Com a concessão da liminar, o Ministério pode proceder à demarcação, mas deverá deixar de fora os 400 mil ha da parte oeste. Publicado no DOU de 4 de agosto de 2000, o decreto de Gregori inclui na área da reserva Baú as terras localizadas a oeste.
O advogado da Prefeitura de Novo Progresso, Asdrúbal Bentes, alega que o ex-ministro da Justiça, Nelson Jobim, descaracterizou como área indígena a parte oeste da reserva Baú e que Gregori incluiu novamente, sem que houvesse qualquer laudo ou fato novo que justificasse a decisão. "O decreto do ministro deveria provar que a área satisfaz os requisitos constitucionais", diz Bentes.
A reserva Baú possui uma população de 1.300 índios da etnia Kayapó. A ação da Prefeitura de Novo Progressso tem uma explicação econômica: a parte oeste é a mais produtiva do município, com tremendo potencial, principalmente para a exploração do ecoturismo.
O julgamento do mérito pode demorar alguns meses. Antes disso, o ministro José Gregori vai ter um prazo para prestar as informações, em seguida se manifesta o Ministério Público Federal e só então sai a decisão final. *(O Liberal, 23/08/00)*

... E VAI A DEBATE NA CÂMARA FEDERAL

A Comissão da Amazônia da Câmara vai requisitar do Ministério da Justiça relatórios e laudos antropológicos da reserva indígena Baú, onde, no início do mês, um grupo de Kayapó seqüestrou 16 pescadores de São Paulo e do Pará. Além disso, a comissão também exigirá do governo a imediata demarcação da área de 1,85 milhão de ha.
A decisão foi tomada dia 23 de agosoto, em encontro da comissão que reuniu índios, fazendeiros e funcionários da Funai para discutir o conflito na Reserva Baú. Os deputados temem novos confrontos entre índios e brancos caso a demarcação da área não seja concretizada.
Na ocasião, o prefeito de Novo Progresso, Juscelino Alves Rodrigues (PSDB), acusou a Funai de ter estimulado os Kayapó a seqüestrar os pescadores. Segundo ele, o seqüestro dos pescadores foi "um teatro bem feito pela Funai para que o governo cedesse a suas pressões pela demarcação das terras". Rodrigues afirmou não ser contrário à demarcação, mas propôs que a reserva comece a ser delimitada a cinco km da margem do Rio Curuá. A medida, segundo ele, evitaria atingir as áreas ocupadas por fazendeiros que hoje estão dentro dos limites da reserva.
O presidente interino da Funai, Dinarte Nobre de Madeiro, negou que o seqüestro dos pescadores tenha sido estimulado por funcionários do órgão. Ele acredita que o governo dará uma solução rápida para o caso da Reserva Baú. Madeiro e o diretor de Assuntos Fundiários da Funai, Paulo Roberto Soares, explicaram aos deputados que a área onde fica a reserva Baú vem sendo utilizada historicamente pelos índios e que a presença de não-índios é recente. *(OESP e O Liberal, 24/08/00)*

KAYAPÓ METUKTIRE

MORTE DE UMORO GERA CRISE ENTRE METUKTIRE E KAMAYURÁ...,

A morte de Umoro, de 30 anos, filho do líder Raoni, gerou uma crise entre os índios que vivem na região do Xingu. Umoro tinha epilepsia e fora acusado de ter matado dois índios de sua aldeia, na TI Capoto-Jarina, há quase dois anos. Por isso, Raoni mandou que ele fosse morar no PIX, a cerca de 500 km de sua área de origem. No último dia 16 de janeiro, Umoro foi encontrado morto em um rio próximo à Base Jacaré, no Parque do Xingu. Há duas versões para a morte de Umoro. Raoni e Megaron falam em feitiçaria e homicídio. No entanto, um índio Kamayurá chamado Kotok, filho do pajé Tacumã, afirma que Umoro saiu sozinho para pescar, teve um ataque epilético e morreu afogado.
Com a cabeça raspada em sinal de luto, Raoni afirma ter motivos para suspeitar de assassinato. Primeiro, porque os Kamayurá não avisaram sobre a morte de seu filho. "Por que os Kamayurá não tentaram encontrar o corpo de Umoro?", pergunta Raoni. Megaron levanta outra suspeita. Segundo ele, havia um golpe profundo no rosto de Umoro. "Parecia uma flechada ou bala", disse. Na época da morte de Umoro, Raoni teve que apaziguar os Kayapó, que estavam em pé de guerra. No mês de maio, Raoni vai fazer uma pajelança no local onde o corpo de seu filho foi encontrado para descobrir sua *causa mortis*. "Os pajés vão fumar e se descobrirem que a morte foi provocada, vai haver vingança", diz Megaron. *(FSP, 07/04/96)*

... FUNAI DECIDE EXUMAR CORPO...

A Funai do MT decidiu exumar o corpo de Umoro, filho de Raoni, para fazer autópsia. A Funai acha que só assim porá fim às dúvidas do cacique sobre a morte e afastará o risco de uma guerra entre as tribos do Xingu. *(FSP, 09/04/96)*

... E MEGARON EXPLICA SUAS SUSPEITAS

"Nós, os Kayapó do MT e do Xingu, vimos muita gente que os Kamayurá mataram. Cacique Takumã, Kanato, Aritana e Kotok mandaram matar muita gente. Agora, eles mandaram matar Umoro sem nenhum motivo. [...] É verdade a história que Umoro matou duas pessoas. Só que ele fez isso sem saber o que estava fazendo, por causa do cigarro que o pajé deu para ele quando estava com crise de epilepsia. Ele piorou e não reconhecia as pessoas. Achava que estava matando bicho. Quando voltou ao normal, ficou muito triste. Raoni achou que Takumã ia curar ele com raízes. Por isso, deixou Umoro sob a responsabilidade dos Kamayurá. Takumã, Kanato e Sapain são grandes feiticeiros. Eles já devem estar fazendo feitiço para os Kayapó. Por isso, as pessoas têm que saber quem são essas pessoas. Takumã está com medo e fica falando que os Kayapó vão matar todo mundo no Xingu. Kayapó não vai fazer guerra contra ninguém. Raoni vai ao local da morte de Umoro para fazer pajelança. O espírito de Umoro é que vai falar como e por que ele morreu. Como têm três Kamayurá envolvidos na morte, ele vai falar us nomes. Takumã não pode envolver outras tribos. Eles não podem dizer que não sabem porque Takumã é grande pajé e grande feiticeiro". *(Megaron Txucarramãe, FSP, 03/05/96)*

PAJÉS VÃO A RORAIMA FAZER RITUAL DA CHUVA...

Dois pajés Kayapó viajaram de Mato Grosso para fazer o ritual da chuva na reserva dos índios Yanomami, em Roraima. A reserva foi atingida pelo megaincêndio, que chegou a afetar 25% da área do estado. A meteorologia informou na ocasião não haver perspectiva de chuva ao norte de Roraima. Os pajés escolheram fazer o ritual da chuva na aldeia do Demini, porque lá existem montanhas, consideradas fontes de energia.

Os Kayapó saíram de Colíder, um povoado de Mato Grosso na divisa com o Pará, situada a cinco horas de avião de Boas Vista. "Por questão de fraternidade, os Kayapó querem ajudar os Yanomami com esse ritual que eles conhecem para invocar a chuva", disse Marcus Vinícius da Silva, coordenador da Funai de Boa Vista. Com nove milhões de ha, a reserva Yanomami fica próxima de Apiaú, principal foco do incêndio. *(JB, 27/03/98)*

... E EXIGEM RECONHECIMENTO POR SERVIÇOS PRESTADOS

Os pajés Kayapó que estiveram em Roraima por ocasião do megaincêndio, encaminharam um ofício à Presidência da Funai. Nele, consideram-se os verdadeiros responsáveis pelas chuvas que acabaram com o flagelo que queimou parte das matas de Roraima no início do ano. No documento, assinado por Megaron Txukarramãe e dirigido ao então presidente da Fundação, Sulivan Silvestre de Oliveira, os dois pajés metyktire, Kukrit e Mantii, exigem um avião Sêneca e mais R$ 500 mil para a sua manutenção, como forma de reconhecimento pelos serviços prestados à nação. Essa seria, segundo os Kayapó, a melhor maneira do Brasil retribuir o bem que eles fizeram ao país, ao apagar o incêndio. Na mensagem, as lideranças Kayapó fazem menção a recursos do Governo Federal e do Banco Mundial que teriam sido mandados para Roraima com essa finalidade, e que não tiveram tempo de ser utilizados, "porque nossos Wajanga apagaram o fogo", escreve Megaron. Um dado empírico a seu favor parece confirmar suas palavras: foi só os índios começarem a dançar para que a chuva desabasse dos céus. O presidente da Funai arquivou o ofício de Megaron. *(Época, 13/07/98)*

MORRE KRUMARE METUKTIRE

Um dos grandes guerreiros dos Kayapó Metuktire, Krumare foi protagonista da luta de seu povo na reconquista de suas terras tradicionais. Com cerca de 80 anos, Krumare morreu em conseqüência de problemas respiratórios, no início de junho de 1998, na aldeia Cachoeira/Metuktire, localizada na TI Capoto/Jarina, região de Colíder (MT).

Krumare fez parte da história de resistência dos índios Kayapó às arbitrariedades trazidas pelo contato com os brancos. À época do contato com os Metuktire - que durante muito tempo foram chamados de Txukahamãe ("gente sem arco"), denominação que lhes deram os Juruna (Yudja) -, na década de 50, Orlando e Cláudio Villas-Bôas convenceram uma parte do povo Metuktire, liderada por Raoni (Ropni), a construir uma aldeia no local denominado Kretire, localizado ao sul da rodovia BR-080, dentro dos limites previstos pelo governo para o PIX.

Outra parte dos Metuktire, liderada pelos velhos Krumare e Kremoro (este, falecido em dezembro de 95), não concordou com o deslocamento para a região ao sul da estrada, preocupados em assegurar a posse de seu território tradicional, ao norte, ameaçado pela abertura da BR-080. À época, era intenção do governo federal que a área coberta pelo Parque Indígena do Xingu não ultrapassasse a BR-080. Krumare e Kremoro continuaram habitando a aldeia Jarina e a região denominada de Pium, próxima à cachoeira von Martius, recusando-se a abandonar seu território rico em florestas, campos, caça, mel, frutas, remédios e onde estão localizadas muitas aldeias antigas. Esta estratégia foi importante para que obtivessem, na década de 80, a demarcação desta região, bem como do Capoto, local sagrado para os Metuktire.

Krumare e outros velhos Metuktire participaram ativamente da luta pela demarcação do Jarina, em 1977, quando a terra estava invadida por fazendeiros. Em 1979, conseguiram recuperar a área ocupada pela fazenda Agropexin e, em 1984, empreenderam uma nova luta pela demarcação do Capoto e de 15 km na margem da estrada BR-080. Em 91, obtiveram definitivamente o reconhecimento oficial sobre esta parte de seu território tradicional, quando foi assinada a homologação da Terra Indígena Capoto-Jarina, com 634.915 ha. *(Maria Cristina Troncarelli/ISA, 02/07/98)*

EXPLOSIVO CAI DE AVIÃO E PROVOCA INCÊNDIO

Um avião deixou cair, na manhã de 15 de outubro, um objeto explosivo nas terras indígenas de Capoto/Jarina, no município de Peixoto de Azevedo (601 km ao norte de Cuiabá). A explosão não deixou feridos. O objeto caiu em uma área onde estão localizadas duas aldeias, com aproximadamente 500 indígenas. A explosão ocasionou um incêndio florestal, que durou quatro dias. Tanto o avião quanto o objeto não foram identificados pelo índio da aldeia Capoto, que estava caçando próximo ao local onde começou o incêndio e denunciou o caso. A informação é do chefe da Funai em Colíder, Megaron Txucarramãe. Na tarde de ontem, ele informou, através de fax enviado ao jornal A Gazeta, que um fato semelhante aconteceu na aldeia Kayapó, no estado do Pará. *(A Gazeta, 27/10/99)*

KAYAPÓ KARARAÔ

DOIS BRANCOS MORTOS EM CONFLITO

Um conflito entre um grupo de dez índios Kayapó Kararaô e oito pescadores, no rio Iriri, a cem km de Altamira (PA), deixou pelo menos dois mortos. O confronto ocorreu quando um barco de pescadores navegava a cerca de três km de uma aldeia Kayapó. Segundo Ademar Soares de Almeida, um dos seis sobreviventes brancos, um grupo de índios armados atacou o barco. "Eles vieram de barco, mandaram encostar e pegaram uma tarrafa e uma espingarda nossa", disse Ademar. Um dos pescadores reagiu e os índios começaram a atirar, contou. Ontem, depois de passarem três dias a pé pela mata, os sobreviventes prestaram depoimento à polícia de Altamira. Segundo o delegado Rodolfo Gonçalves, o corpo de um dos mortos não foi encontrado.

O ataque dos Kayapó provocou revolta entre os moradores de Altamira, que ameaçaram pôr fogo na sede local da Funai e no posto de atendimento médico dos índios. Houve, ainda, ameaça de linchamento de funcionários da Funai. Os índios receberam ordens para não sair da área de forma alguma, para evitar novos confrontos com os brancos. A Funai informou também que vai mandar seu Departamento Jurídico acompanhar as investigações da polícia sobre incidente. *(OESP, 11/01/96)*

PESCADORES NO MÉDIO IRIRI

Durante o ano de 1998, as invasões de pescadores voltaram a ser o maior problema na TI Kararaô. A avaliação está no Relatório de Vigilância e Proteção das Terras Indígenas/1998, de autoria da Administração Executiva Regional da Funai de Altamira.

Nas TIs do médio Iriri (além de Kararaô, a Arara), o problema não é novo. Vem desde a década de 80, quando, com o esgotamento do potencial pesqueiro nas regiões próximas a Altamira, os pescadores passaram a rumar rio acima. Depois do violento conflito de 1996, entre os Kayapó de Kararaô e pescadores, hou-

TI KARARAÔ: BREVE HISTÓRICO

O processo de reconhecimento da TI Kararaô remonta à década de 1970, quando da construção da Transamazônica (BR-230), através do estabelecimento dos trabalhos da "Frente de Atração de Índios Arredios" ao longo do percurso da referida rodovia. Naquele período, foram contatados os seguintes grupos: Kararaô, Assurini, Parakanã, Arara e Araweté, todos habitantes do rio Xingu e seus afluentes, na região dos municípios de Altamira, Senador José Porfírio, São Félix e Parcajá, todos no estado do Pará.

Os Kararaô foram, então, submetidos à lógica da política pública da época: foram adensados junto aos Postos Indígenas da Funai, por meio da farta distribuição de brindes e objetos industrializados. A Reserva Indígena Kararaô foi criada pelo Decreto nº 69.914, de 13 de julho de 1971, com 2.727 km² (272.700 ha) e uma população estimada em 80 pessoas. Em 1974, o presidente da Funai informou, através de ofício, que a Reserva, por motivos surgidos na área, não seria demarcada até posterior deliberação. Na ocasião, o grupo Kararaô havia sido transferido para as TI do Bacajá, apesar da resistência dos índios à mudança. A população já estava reduzida a 23 pessoas, o que, para a Funai, justificava a remoção compulsória. Um técnico da Fundação chegou a argumentar que, por estar constituído apenas por uma família, o grupo estava arriscado ao incesto. Este episódio, profundamente equivocado e de fundo etnocêntrico, marcou a história dos Kararaô.

Em 1979, o antropólogo Gustaff Verswijer encaminhou ao órgão indigenista uma carta denunciando as condições a que os Kararaô estavam sendo submetidos com as tentativas de remoção da população para outra terra indígena.

Em 1988, a Funai de Belém informou a existência de um garimpo de "ametista" na Grota da Areia Branca, além da presença de famílias de não-índios localizadas nas margens do rio Xingu. Naquele mesmo ano, foram realizados pela Funai os primeiros trabalhos de demarcação dos limites da TI Kararaô. No ano seguinte, o levantamento fundiário realizado pela Funai identificou "oito famílias de ocupantes não-índios, alguns com mais de 15 anos na área." (4ª Suer/DFU/Funai/Belém). Ainda na mesma época, foi criada a Gleba Mossoró, terra de uso especial do Exército, (Decreto nº 95.859, de 1988), que incidia sobre a Reserva Indígena Kararaô. A gleba era utilizada para fins de exercício militar. Em 1993, começaram a aparecer, na imprensa, as primeira denúncias de que o Exército, através do Comando 51º BIS, estaria envolvido com a exploração ilegal de mogno na Gleba Mossoró. O escândalo, comprovado pelo Ibama em 25 de outubro de 1994, envolvia o comando do 51º BIS e da Brigada da 23ª Brigada de Infantaria da Selva, o ex-vereador Manoel Mansour de Jesus Abucater e a madeireira Banach.

Em 1994, o presidente da República Itamar Franco, através do Decreto de 28 de julho, restituiu 57.941 ha aos Kararaô, que estavam sendo objeto das invasões do Exército. Em 1996, a TI Kararaô foi encaminhada para demarcação, com recursos do PPTAL. A demarcação foi realizada pela firma Martop no ano seguinte. (Eduardo Vieira Barnes, "Retrato de uma visita a oito Terras Indígenas na Amazônia Legal", PPTAL/PP-G7, 97/98)

ve um breve período de trégua, marcado por debates públicos entre as entidades envolvidas no assunto e demais interessados. Agora, os invasores retomaram suas investidas.

Para terem acesso a locais de boa pescaria no interior de áreas indígenas, fornecem produtos como bebida alcoólica e, mais recentemente, maconha aos índios. Em troca desses produtos, há informações de que os pescadores também estão recebendo mulheres indígenas. *(ISA, a partir de Relatório da Funai/Altamira, jan/99)*

KAYAPÓ XIKRIN DO BACAJÁ

PREFEITO DENUNCIA ATAQUES DOS ÍNDIOS

Índios Xikrin do Bacajá estão atacando colonos da gleba sudoeste, no município de São Félix do Xingu. A denúncia foi feita pelo prefeito de Tucumã, Laudi Witeck, segundo informações do senador Ademir Andrade (PSB-PA), Ontem, o senador enviou um ofício ao ministro da Justiça, Nelsoo Jobim, e ao presideote da Funai, Júlio Gaiger, pedindo providências para a solução do conflito. De acordo com Ademir Andrade, os índios têm saqueado e incendiado residências e agredido os colonos. Segundo Witeck, os ataques indígenas estão relacionados com a exploração madeireira na gleba. *(O Liberal, 09/08/96)*

POSSEIROS SÃO RETIRADOS DA TI

Foi iniciada a retirada de 400 posseiros da TI de Trincheira, município de Seoador José Porfírio, depois que a Justiça concedeu liminar de reintegração de posse aos Kayapó. De acordo com o procurador da República, Ubiratan Caseta, a decisão de agir contra invasores de terras indígenas é apenas a primeira de uma série de providências que serão tomadas agora para proteger os 14 mil índios que vivem no Pará.

Os posseiros encontravam-se assentados na área há dois anos. Caseta anuociou que a próxima operação policial será contra invasores das reservas dos Tembé, que vivem em 300 mil ha oo município de Capitão Poço. Lá os posseiros resistem à idéia de sair da reserva, alegando que moram, plantam e caçam há mais de 20 anos naquela região. *(CB, 27/04/98)*

TENSÃO ENTRE ÍNDIOS E COLONOS AGRAVA-SE

Colonos e os Xikrin estiveram na eminência de um confronto diante dos impasses oo processo de reassentamento das 450 famílias de posseiros que ocupavam anteriormente a área indígena. "Não se pode condicionar a liberação das verbas do projeto de assentamento das 450 famílias à solução da avaliação da Fazenda Flor da Mata", afirmava o procurador Federal dos Direitos do Cidadão, Wagner Gonçalves, a respeito da tensão existente na área do Bacajá. Os colooos ameaçavam retomar à área indígena caso o impasse não se resolva. Em outubro o procurador da República Ubiratan Caseta encaminhou um ofício ao superintendente regional do Incra, onde expressava sua apreensão. Segundo ele, a retirada dos trabalhadores da área indígena foi uma operação custosa, difícil e que seu sucesso se deveu ao trabalho integrado de diversos segmentos da sociedade e da administração pública. Para evitar a tensão social, diz o documento, seria necessário que se adotasse efetivamente um conjunto de medidas que inclui liberação de créditos à produção, fornecimento de infra-estrutura básica, fornecimento regular de cestas básicas, enquanto são providenciadas novas plantações de subsistência.

A Fazenda Flor da Mata, para oode foram conduzidos os posseiros, foi desapropriada pelo governo federal para utilização na reforma agrária, após a fiscalização do Ministério do Trabalho e Polícia Federal terem constatado que 222 homens, mulheres e crianças viviam em condições de trabalho escravo, impedidos de sair do local por seguranças armados. *(Gazeta do Povo 16/11 e O Liberal 18/12/98)*

XIKRIN PROTESTAM CONTRA MUDANÇAS NA POLÍTICA DE SAÚDE

Primeiro foram os índios Tembés e Kaapor. Agora, são os Xikrin da aldeia Bacajá, em Altamira, oo sudoeste do Estado, que estão protestando contra a entrega, pelo governo federal, da assistência médica das nove tribos da região à Funasa. Os Xikrin preferem que o

atendimento médico, vacinas, primeiros socorros e transferência de doentes retorne à Funai. A Funasa assumiu a tarefa há dois meses, mas parece que não está dando conta do serviço. O DSEI da FNS em Altamira, para desespero dos Xikrin, é o único no Brasil ainda sem diretor.

TRINCHEIRA-BACAJÁ: RETORNOS E MUDANÇAS

No início de 1999, as duas aldeias da área indígena Trincheira-Bacajá estavam recompondo-se. Sua população estava novamente reunida na aldeia do Bacajá, depois de ter ensaiado, dois anos antes, uma cisão, quando uma fração acompanhou o chefe Onça (Bep-Tok) e construiu uma aldeia próxima ao igarapé Carapanã, a jusante, na outra margem do rio. A aldeia do Trincheira havia sido abandonada um pouco antes do tentativa de cisão, seus membros tendo-se dispersado com suas famílias por outras aldeias Kayapó, como Baú e Pukanu.

Eles decidiram, no entanto, retornar à fartura que lhes oferecia a área do Trincheira-Bacajá, já que nas aldeias nas quais moravam a caça e a pesca eram limitadas. Venderam todo o gado que criavam (uma das características da aldeia Trincheira é a criação de gado e a monocultura em algumas roças, como o arroz), pretendendo comprar novas cabeças e retomar a produção agrícola. São incertos os motivos do êxodo, mas vale lembrar que as relações entre as duas aldeias nem sempre são fáceis (já viveram numa aldeia única e a situação do formação de duas aldeias data de meados do década de 1980). Embora algumas famílias dividam-se até hoje entre as duas aldeias, elas mantêm, às vezes mais agudamente, projetos e estratégias políticas diversos. A venda de madeira, por exemplo, é um tema recorrente para disputas.

RETOMANDO TERRAS INVADIDAS

Os Xikrin disseram ter retomado uma fazendo construída em sua área. Essa informação me surpreendeu – de fato, quando retornei a Altamira, constatei que essa conquista não era conhecido por lá. A fazenda ficaria próxima à aldeia, além do margem oposta do rio, na direção do Igarapé Carapanã. Eles chegaram a me convidar a ir visitá-la, mas, por diversas razões, não conseguimos arranjar essa visita. Pelo que dizem, a fazendo já teria uma parte desmatada e preparada para a criação de gado. Para isso, contam com a colaboração do Trincheira, que, como já foi dito, tem experiência com pecuária. Porém, para viabilizar esse projeto, eles pareciam planejar recorrer a uma negociação com madeireiros, já que necessitam de capital para a compra do gado e querem contratar alguém para permanecer na sede do fazenda cuidando das reses.

A retomada de terras invadidas havia sido realizada por eles alguns anos antes, na fronteira sul da Área, que foi ocupada por um grupo de posseiros. Os Xikrin foram pessoalmente expulsar os posseiros e relembravam seu susto e medo. Há rumores de que esses teriam comprado lotes em área indígena de um político em Tucumã. Eles já haviam aberto roças e os Xikrin aproveitavam expedições para se certificar da retirada dos posseiros para colher de suas roças arroz, milho e abóboras (das quais eles utilizaram as sementes para plantar em suas próprias roças), demonstrando curiosidade por outros produtos, que porém não foram aproveitados, como o tomate. Nessas expedições, reviviam um período de nomadismo, algumas famílias acampando em roças subseqüentes, colhendo seus produtos, em parte consumidos lá mesmo, em parte preparados para serem levados à aldeia, e caçando, com bons resultados, já que essa região é menos explorada pelos caçadores.

ENTRE GARIMPEIROS E MADEIREIROS

Alguns comentários informam também sobre a situação do garimpo do Manelão, na fronteira da área, que tem um histórico de relações amistosas com os índios, os quais, por muito tempo, receberam uma espécie de indenização pela exploração do ouro. Os Xikrin vão freqüentemente visitar o garimpo e avaliar seu funcionamento, permanecendo algum tempo por lá. No ano passado, estavam surpresos com o esvaziamento do garimpo em área que já reuniu milhares de pessoas. Uma das razões para isso, acreditam, seria a disputa pelo controle do garimpo, o que leva a violências. Quanto à exploração ilegal de madeira, não havia notícias de sua retomada durante essa visita. Porém, março não é uma boa época para sabê-lo, já que a retirada é realizada na época do seca e a busca das árvores para marcação tem início por volta de abril. Não se conseguiu dar um fim à exploração ilegal de madeira, apesar de alguns esforços do Funai e de tentativas de fazer flagrantes com a Polícia Federal. Em 1997, porém, o trabalho dos tratores, em várias frentes, já podia ser ouvido da aldeia, o que mostra claramente o quanto eles estão se aproximando. Como acontece com freqüência, os índios quase nada recebem em troca da madeira retirada de seu território e estão sempre devendo. Mas eles não estão ainda plenamente convencidos das conseqüências que isso pode trazer ao ecossistema, embora tenham percebido de algum modo a exploração que sofrem e tentem, agora, melhor controlar a situação, mandando grupos de homens fazer medições e acompanhar o trabalho dos madeireiros.

Essa atividade trouxe, em 1999, um problema imprevisto. Descobriu-se que um casal de professores que lecionava na escola desde 1995, contratados pela Secretaria do Estado de Educação (Seduc) e recém-concursados como professores indígenas, estavam envolvidos com madeireiros e deles recebiam pagamentos. Logo após a descoberta, ambos foram retirados da área e substituídos. No entanto, por serem contratados pela Seduc, tudo o que a Funai pode garantir é que eles não permaneçam nessa área. Um problema assustador, que vem se somar às dificuldades de estabelecimento de uma escola na área do Bacajá – a falta de conhecimento da língua, de professores qualificados para exercer a educação indígena e tantos outros.

MISSIONÁRIOS PROTESTANTES

Os Xikrin do Bacajá permaneceram todo esse tempo sem maiores contatos com missionários, embora alguns deles visitem com certa freqüência a aldeia dos Xikrin do Cateté, onde há índios praticantes do protestantismo. Desde que um jovem do Cateté se estabeleceu no Bacajá, lá casando e iniciando pregações que por muito tempo permaneceram sem grande apelo, começaram as visitas dos missionários. Quem visita as aldeias é Trapp, missionário do SIL que tem décadas de convívio e trabalho evangelizador entre os Kayapó e que muito impressionou os índios por ser um velho "de cabelos brancos" que fala a língua kayapó "como um Kayapó".

Os protestantes têm levado quatro jovens a um sítio em São Félix do Xingu, onde são alfabetizados e iniciados no Novo Testamento, voltando para a aldeia com um exemplar traduzido para o kayapó. Os missionários fornecem, também, uma enorme quantidade de fitas gravadas com cânticos religiosos na língua indígena, que podem ser ouvidas na maior parte das casas. Essa é uma estratégia de entrada especialmente bem sucedida, já que grande parte da aldeia não é alfabetizada. Assim, eles fornecem acesso à religião por meio das fitas e dos cânticos e ainda têm um grande apelo aos jovens que são levados para "cursos" (como eles mesmo os chamam, em português) em que aprendem a ler e escrever.

Essa situação deu nova vida aos cultos protestantes realizados na aldeia, aumentando o número de pastores, que se revezam na pregação aos domingos no centro da aldeia. Esses cultos tiveram grande freqüência no período em que estive lá, especialmente dos jovens, que ouvem em silêncio a leitura do Novo Testamento e juntam-se ao coro quando entoados os cânticos.

Quando o jovem pastor vindo do Cateté passou a morar na aldeia, houve, aparentemente, uma grande curiosidade quanto à religião protestante. Por muitos anos, só se ouvia ele e um outro jovem que morou por algum tempo no Trincheira entoar cânticos baixinho e em casa, sem chamar a atenção dos outros. Resta saber, agora, quanto tempo essa retomada religiosa vai durar, embora não se deva esquecer que ela acontece, dessa vez, em outros moldes, com um maior número de jovens evangelizados e com os "cursos", que eles tanto têm valorizado. Por outro lado, essa situação nos diz que devemos empreender esforçar para viabilizar e redefinir a educação escolar no Bacajá, já que essa é uma das portas de entrada dos missionários protestantes. (Clarice Cohn, abr/00)

Nem a FNS, nem a prefeitura de Altamira, responsável pelo convênio de municipalização do atendimento nas aldeias, tomaram até hoje qualquer medida para regularizar a situação. *(O Liberal, 29/10/99)*

KAYAPÓ XIKRIN DO CATETÉ

COMISSÃO ACOMPANHARÁ PROJETO DE MANEJO FLORESTAL

Funai e Ibama assinaram a Portaria 574, de 17 de abril de 1996, constituindo uma Comissão de Avaliação e Auditoria, com a finalidade de assessorar as presidências dos dois órgãos no acompanhamento da execução do Plano de Manejo Florestal da TI Xikrin do Cateté. O plano em questão resultou dos trabalhos coordenados pela antropóloga ISAbelle Vidal Giannini, do ISA, em conjunto com a Associação Bep-Nói de Defesa do Povo Xikrin do Cateté, e foi eocaminhado aos ministérios da Justiça e do Meio Ambiente em junho de 95. A comissão será integrada por um representante do Ibama, Funai, Imazon e ABA. *(ISA, a partir de DOU, 18/04/96)*

JORNALISTAS BRITÂNICOS RASTREIAM RAPINA DE MOGNO NA TI

Jornalistas britânicos, fazendo se passar por coosultores de uma indústria madeireira, ingressaram em áreas de corte de mogno, próximo de Tucumã, e, utilizando um GPS, conseguiram estabelecer que o desmatamento acontecia dentro das terras dos índios Xikrin do Cateté. A reportagem foi ao ar na série "Dispatches", exibido no Channel Four, afirmando que é "escandaloso" o tráfico de madeiras nobres, que continua afetando a vida de índios e violando acordos internacionais.

A Aimex, entidade que congrega empresas madeireiras da Amazônia, assinou, há três anos, um acordo com seus sócios britânicos pelo qual se comprometem a não comercializar mogno de áreas protegidas, como as reservas indígenas. Mas o programa mostrou que a madeira cortada ilegalmente nas terras indígenas por pequenas empresas é posteriormente adquirida por empresas maiores, filiadas à Aimex. A madeira é exportada para a Grã-Bretanha.

A reportagem do programa seguiu a rota dos troncos de mogno extraídos de uma área indígena até uma serraria local, de onde, com documentação falsa, foram enviados a uma empresa filiada à Aimex. Uma empresa dinamarquesa, depois de tomar conhecimento da origem do mogno que havia adquirido, afirmou que suspenderia a importação de madeiras dessa serraria a fim de que ocorresse uma investigação. Os repórteres britânicos mostraram as provas ao Ibama, que se negou a confiscar a madeira. "Se querem atuar como espiões, que o façam em seu próprio país", teria dito um funcionário do Ibama aos repórteres. *(A Crítica, 16/06/96)*

PROJETO DE MANEJO FLORESTAL OBTÉM FINANCIAMENTO...

A CVRD vai destinar 400 mil dólares de recursos do Japanese Trust Fund, captados através do Bird, para um programa de uso sustentável de recursos florestais da área indígena Xikrin do Cateté, situada no município de Parauapebas, no estado do Pará. A coordenação desse projeto, inédito no país, será feita pelo ISA, que possui um convênio de cooperação com a Associação Bép-Nói, criada pelos Xikrin em 1995 para defender seus direitos e interesses.

A cerimônia de assinatura do contrato será dia 4 de fevereiro, às 9h30, na sede do Banco Mundial, em Brasília. O evento, do qual participarão os líderes xikrin Karangré, Bepkaroti, Bebdjare, Katendjô, Bep-Djô e Kropidjô, deve contar com a presença dos ministros do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Gustavo Krause, e da Justiça, Íris Resende, e dos presidentes da Funai, Sulivan Silvestre, e do Ibama, Eduardo Martins. O contrato prevê recursos para as atividades de gerenciamento do ISA e o financiamento de duas frentes de trabalho silmultâneas: a elaboração do Programa de Manejo Sustentável dos Recursos Florestais da Terra Indígena Xikrin do Cateté, em uma área de 40 mil ha (9% do território Xikrin), e o trcinamento das equipes que farão, nos próximos meses, a exploração sustentável de uma área piloto de 1.400 ha, já aprovada pelo Ibama e pela Funai.

Serão destinados recursos também para os procedimentos de certificação dos produtos florestais da área piloto, em conformidade com os princípios e critérios do Conselho Florestal Mundial (FSC) e ISO 14.001, além de apoio financeiro a pesquisadores da Embrapa, que farão nessa área o primeiro estudo sistemático da regeneração do mogno em território brasileiro.

A parceria dos Xikrin com o ISA tem mais de cinco anos e envolve apoio técnico e jurídico à comunidade *(Ver artigo de Isabelle Vidal Giannini neste capítulo)*. Entre os parceiros do projeto, estão ainda o Programa Norueguês para Povos Indígenas – Fafo, a Fundação Ford, o Imaflora, o PDA/MMA/Banco Mundial, a Rainforest International, a Icco e a Escola Superior de Agricultura Luís Queiroz (Esalq/USP). *(Últimas Notícias/ISA, 02/02/98)*

... E XIKRIN DENUNCIAM OPOSIÇÃO DA FUNAI

Índios correm o risco de perder recursos doados pelo governo japonês, com intermediação do Bird e da CVRD, para a realização do primeiro plano de manejo florestal sustentável em terras indígenas do Brasil, devido à burocracia da Funai. Em entrevista coletiva à imprensa no dia 19 de

DIDA SAMPAIO/AE

Karangré Xikrin assina o convênio com a CVRD, na presença do ministro do Meio Ambiente Gustavo Krause e do secretário executivo do ISA, João Paulo Capobianco, em Brasília.

março, os líderes da comunidade indígena Xikrin do Cateté denunciaram a oposição da Funai ao projeto. Segundo os índios, a Funai está tentando inviabilizar um projeto de manejo sustentável, de baixo impacto ambiental, enquanto se omite em relação à inteosa venda ilegal de mogno em áreas indígenas vizinhas no Pará.

Em 20 de fevereiro, não tendo ocorrido a manifestação da Funai e já estando atrasado o cronograma de execução das atividades previstas no contrato, o ISA enviou correspoodência ao presidente da Funai solicitando a sua manifestação. Em resposta, o presidente convidou reprentantes do ISA para uma reunião, realizada em 4 de março, para informar a posição da Funai. O presidente da Funai abriu a reunião com um pronunciamento favorável ao projeto, mas dela retirou-se em função de compromisso no Ministério da Justiça, solicitando que os representantes do ISA discutissem com os técnicos do Departamento de Patrimônio Indígena aspectos do contrato, até o seu retorno para finalização da reunião. Na ausência do presidente, esses técnicos apresentaram um documento que não faz referência ao contrato, mas afirma, entre muitas outras impropriedades, que qualquer plano de manejo de recursos madeireiros em terra indígena é ilegal.

Ou seja, dois anos após a aprovação do Plano de Manejo por portaria conjunta proposta, subscrita e juridicamente fundamentada pelo próprio presidente da Funai, técnicos do órgão pretendem impedir a sua execução com base em uma interpretação ridícula e restritiva da legislação vigente. Segundo eles, o Código Florestal, oo seu artigo 3, que inclui as florestas existentes em terras indígenas como áreas de preservação permanente vedaria a possibilidade de manejo florestal nessas áreas. No entanto, o parágrafo primeiro desse mesmo artigo estabelece que o corte (raso!) de madeira nessas áreas pode ocorrer mediante autorização do Poder Público em determinadas situações, inclusive para reflorestamento. Alegam os referidos técnicos que não coostando do referido parágrafo a expressão plano de manejo, que sequer estava tecnicamente consagrada à época da promulgação do Código Florestal, este seria ilegal. Ou seja, no entendimento deles, pode-se fazer corte raso da floresta mesmo sem benefício dos índios, mas manejo sustentável pelos próprios índios não se pode. Com essa distorção da legislação, gente da própria Funai pretende violar o direito do usufruto exclusivo do índios sobre as riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes oas suas terras, reconhecido pela Constituição brasileira.

Após a reunião, e não tendo podido retornar a ela, o presidente da Funai contatou o ISA por telefone para informar que a posição apresentada pelos técnicos não estava aprovada pela Fuoai e que o ISA receberia ainda naquela semana o posicionamento formal da Funai em relação ao contrato com a CVRD. No entanto, até hoje, já transcorridos 45 dias da assinatura do contrato, esse posiciooamento não foi apresentado. Ao mesmo tempo, chegou aos índios, através de funcionários da Funai, a informação de que o Plano de Manejo será suspenso.

Considerando a absurda situação presente, a comunidade indígeoa Xikrin do Cateté pretende deslocar-se para a Vila de Carajás e solicitar a presença do presidente da Funai, Sulivan Silvestre de Oliveira, para apreseotar a posição definitiva da Funai em relação ao Plano de Manejo, bem como as providências que pretende tomar para assegurar as condições de vida dos índios e a proteção das suas terras frente à pressão das madeireiras que deverão voltar a invadi-las com o próximo final do período das chovas na região amazônica. *(ISA, 19/03/98)*

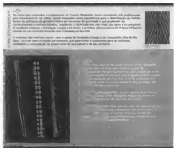
RODOVIA É BLOQUEADA PARA GARANTIR PROJETO

Cerca de 180 Xikrin do Cateté bloquearam, em 25 de março de 1998, a rodovia que liga Parauapebas à área mineral de Carajás e tomaram dois funcionários da Funai como reféns. Os índios exigiam a presença do presidente da Funai para oegociar a aprovação imediata do contrato que viabilizaria o Plano de Manejo Florestal em suas terras. Durante o bloqueio, houve conflito com seguranças da CVRD.

A estrada só foi liberada depois que o presidente da Funai enviou carta ao cacique Karangré, um dos líderes da comunidade, garantindo que não haveria oposição ao Plaoo de Manejo proposto pela Associação Bép-Nói, que representa os índios, e outra carta, endereçada à Vale do Rio Doce, manifestando-se favorável ao "Contrato de Prestação de Serviços" firmado entre a CVRD e o ISA, para a realização do projeto. Os Xikrin conseguiram, ainda, marcar uma reunião, em Brasília, para dia 27, entre o presidente da Funai e dez líderes da comunidade, para resolver definitivamente os impasses em relação ao Plano de Manejo. *(Últimas Notícias/ISA, 26/03/98)*

PROJETO *NHIOPOKTI* VALORIZA GRAFISMO XIKRIN

As mulheres Xikrin do Cateté escolheram Nhiopokti, a mulher-estrela, figura da mãe provedora em sua mitologia, para dar oome a um projeto de grafismo, atividade eminentemente feminina nesta sociedade. Originalmeote, o grafismo xikrin é utilizado na piotura corporal. Destina-se a "vestir" os corpos das próprias mulheres, dos homens e das crianças, para que todos estes possam se apresentar de forma adequada na comunidade.

Patrocinado pela Fundação Carajás e pela CVRD, o projeto consiste na aplicação do grafismo em produtos de qualidade voltados para a comercialização, mantendo-se fidelidade aos desenhos, cores e proporções originais. O objetivo é múltiplo: divulgar para o público não-indígena a arte gráfica xikrin e estimular esta atividade feminina permanente, gerando renda e autonomia para as mulheres, além de auxiliar os Xikrin do Cateté na preservação de sua cultura e de seu território. *(ISA, jun/00)*

Folder do Projeto.

ISABELLE V GIANNINI

Irekura participa de oficina do projeto.

PANARÁ (OU KRENAKARORE)

PANARÁ DENUNCIAM EXTRAÇÃO ILEGAL DE MADEIRA

No dia 6 de outubro de 1996, o chefe do Posto Indígena Nansepotiti, Osanam Panará, informou ao ISA, através do rádio, que alguns Panará haviam saído numa expedição para localizar e enfrentar invasores na TI Panará. Ele solicitou que o fato fosse comunicado a Megaron, administrador da ADR de Colíder.

Uma equipe do ISA deslocou-se para as redondezas da aldeia, no sentido nordeste, área na qual os Panará informaram que, no início do mês, escutaram barulho de maquinaria pesada trabalhando. Àquela altura, os Panará decidiram verificar o que estava acontecendo. Saíram da aldeia e encontraram uma estrada aberta pelos madeireiros. Seguindo pela estrada, encontraram dois tratores e um caminhão, com oito a dez homens e várias toras de mogno estocadas. Ao perceberem a aproximação dos índios, os homens fugiram no caminhão. Os Panará seguiram o caminhão e chegaram ao acampamento dos madeireiros, onde prenderam um trabalhador, Renato, que os informou que estavam trabalhando a mando do sr. Fernando Munhoz Garcia, vulgo Fernandão, pública e notoriamente conhecido na região como grileiro. Os Panará prenderam duas armas e alguns utensílios, expulsaram os peões, destruíram o acampamento e os dois tratores.

Visita ao invasor - No dia 10 de setembro, Megaron, o chefe Akè e um intérprete foram até a posse de Fernandão e exigiram a retirada dos peões e a interrupção da extração de madeira. Fernandão propôs um acordo, oferecendo-se para pagar pela retirada da madeira já derrubada e pela continuidade da extração. Akè rejeitou a proposta e insistiu que a extração parasse, alertando que os Panará estavam dispostos a matar os invasores, se estes continuassem adentrando a área.

A equipe do ISA realizou um sobrevôo na região e constatou a existência de uma vasta rede de estradas e ramais, de talvez cem km de extensão, saindo da posse do Fernandão, atravessando a área Panará, dando no rio Iriri e atravessando o rio Ipiranga. Tudo indica que a exploração, que é antiga e de larga escala, se alastra pela área Mekragnôti, contígua à área Panará. *(André Villas Bôas e Stephan Schwartzman, ISA, 11/09/96)*

GOVERNO DEVOLVE TERRA AOS PANARÁ...

O ministro da Justiça, Nelson Jobim, acaba de assinar a Portaria nº, de 1 de novembro de 1996, que declara de posse permanente dos índios Panará a faixa de terra de cerca de 495 mil ha localizada entre os municípios de Guarantã do Norte e Altamira, nos estados de Mato Grosso e Pará. A decisão de Jobim consagra os esforços da comunidade indígena conhecida como Krenakarore, que, durante mais de duas décadas, lutou para reaver seu território tradicional, ao ser transferida para o Parque do Xingu. A saga dos Panará, cuja lenda foi fartamente explorada pela mídia, começou nos anos 70, quando eles experimentaram os frutos do contato com o homem branco. Depois de cultivar séculos de isolamento, com a BR163, seu território tradicional foi rasgado pelo asfalto. Conheceram então a doença, a prostituição, a morte, quase o extermínio. Transferidos para o Parque do Xingu, os "índios gigantes", como foram apelidados, iniciaram verdadeira cruzada para voltar para casa. *(ISA, 05/11/96)*

... QUE RETORNAM AO SEU TERRITÓRIO TRADICIONAL...

Depois de um quarto de século e pela primeira vez na história do país, um grupo indígena recupera suas terras: os Panará estão de volta ao seu território tradicional, de onde foram retirados em 1975. Foram nove vôos para levar 57 crianças e 40 adultos transportados para a nova aldeia, de nome Nacypotire.

Eles são os últimos a mudar para a nova aldeia, erguida por um grupo que ao longo dos últimos dois anos construiu casas, plantou roças e abriu uma pista de pouso para receber a tribo toda. Os Panará são agora 178 índios e se sentem fortes para comandar o próprio destino.

A viagem dos últimos 97 índios, que voltaram no fim de semana, foi feita de avião, em nove vôos de pouco mais de uma hora, em que cerca de dez pessoas por vez se apertavam com todos os seus pertences: panelas, armas, remos, utensílios os mais diversos, roupas e bichos de estimação.

A pista de pouso divide a nova aldeia. A oeste estão as casas dos índios. Do outro lado, apenas duas edificações usadas pelos brancos: a casa do funcionário da Funai e o posto, que abriga uma farmácia e um rádio com o qual os índios se comunicam com o resto do mundo. A fartura da nova aldeia impressiona e se diferencia do PIX, de onde vieram. *(JT, 23/03/97)*

... E EXIGEM DEMARCAÇÃO

Mais de 20 Panará saquearam duas fazendas e geradores de energia elétrica do município de Guaratã, MT. As propriedades estão localizadas no interior da reserva Panará, que tem mais de 50 mil ha. Os Panará exigem a imediata demarcação de suas terras. A Funai, a Polícia Federal e o Incra constataram em outubro de 1997 a presença de madeireiros fazendo exploração ilegal de madeira na reserva Panará, fato que havia sido denunciado por MegaronTxukaramãe. Segundo Megaron, quem está causando o conflito são dois fazendeiros, conhecidos com o nome de Fernandão e Paulinho. Assim que souberam que a área havia sido delimitada para ser demarcada para os índios, os fazendeiros iniciaram a exploração ilegal da madeira

Através da Portaria nº 667, de 1º de novembro de 1996, o presidente Fernando Henrique Cardoso delimitou a reserva Panará, medindo 484 ha. *(A Gazeta, 22/10/97)*

DEMORA NA DEMARCAÇÃO CAUSA CONFLITOS

A demora da demarcação física das terras Panará tem causado conflitos no município de Guarantã. Armados com escopetas calibre 12 e revólveres, 50 índios Panará invadiram as fazendas localizadas em sua reserva. Na fazenda Ipiranga, os índios mataram animais domésticos, envenenaram poços artesianos e jogaram no lixo alimentos estocados. A mesma prática teria sido adotada nas fazendas Santa Luzia, Chapadão e Bela Guarantã. Além de dez cabeças de gado, os índios teriam quebrado um gerador de energia, roubado ferramentas, colchões, fogões e aterrorizado os funcionários das fazendas. Megaron, administrador local da Funai, afirma que, de fato, apenas duas fazendas foram visitadas pelos índios, e que os Panará não têm intenção de matar ninguém. "Eles só querem botar para correr os madeireiros, que estão acabando com tudo na reserva", diz Megaron.

Segundo os dirigentes do Incra em Mato Grosso, as terras onde estão localizadas as fazendas invadidas pelos índios são terras da União. Segundo o dirigente do Incra, os fazendeiros podem estar assentados na região desde 1983, entretanto, existe uma lei federal que delimita como sendo terra da União as áreas que estejam próximas das estradas federais. Por outro lado, o Incra já fez a descrição da área e constatou que a chamada Gleba Iriri, região onde estão localizadas as fazendas e que faz confrontação com a Reserva Panará, pertence à União. Resta agora ao Incra fazer a arrecadação da área e indenizar as benfeitorias existentes nas fazen-

das. Não há interesse por parte do órgão de assentar colonos na referida gleba: "É uma região muito distante de grandes centros, e um assentamento sairia muito caro ao Incra", informa o superintendente. *(Diário de Cuiabá, 23/10/97)*

JUIZ CONDENA GOVERNO A INDENIZAR OS PANARÁ

Numa decisão histórica, a Justiça condenou pela primeira vez o Governo a reparar o genocídio de índios. Os Panarás ou Kreen-akarore, de Mato Grosso, também conhecidos como índios gigantes, vão receber indenização de quatro mil salários-mínimos por terem sido dizimados por doenças com gripe e diarréia entre 1973 e 1975 – quando o Governo promoveu uma aproximação apressada e descuidada com a tribo para construir, em sua reserva, a BR-163, que liga Cuiabá a Santarém (PA). Na ocasião, morreram 175 índios e os 79 sobreviventes foram transferidos pela Funai para o Parque Indígena do Xingu, onde nunca se adaptaram.
A sentença favorável aos índios foi dada pelo juiz da 7ª Vara Federal de Brasília, Novély Vilanova da Silva Reis. Além da indenização por danos morais, a União foi condenada a pagar pensão mensal de dois salários-mínimos para a família de cada índio morto na ocasião, com correção monetária e juros. A ação foi movida em 1995 com a ajuda do Instituto Socioambiental, uma organização não-governamental de defesa dos índios, e agora deve ser estendida para outras tribos indígenas dizimadas no contato com os brancos. *(O Globo, 11/11/97)*

EVENTO NO SESC HOMENAGEIA POVO PANARÁ

A tribo dos Panará recuperou o orgulho de viver e de lutar e está de volta em casa, depois de quase ter desaparecido do mapa.
O fato auspicioso, já celebrado em Nacypotire, a nova aldeia nas cabeceiras do Rio Iriri, agora será comemorado com uma programação cultural no Sesc Pompéia, em São Paulo, entre os dias 6 e 7 de abril, antecipando a Semana do Índio. Essa história será contada, com a presença dos Panará, na programação cultural que o Instituto Socioambiental estará realizando em parceria com o Sesc São Paulo e a produtora e gravadora Pau-Brasil.
Fará parte do evento uma homenagem póstuma a Cláudio Villas Bôas, sertanista que chefiou a expedição da Funai que consumou o contato com os Panará. *(Últimas Notícias/ISA, 20/12/98)*

COM A ESTAÇÃO SECA, VOLTAM OS MADEIREIROS

Os Panará terão que resistir ao jogo de sedução dos madeireiros que, com o início da estação seca na Amazônia, voltam a cobiçar suas florestas. Determinados a abrir as portas da TI para retirar as toras de mogno derrubadas ano passado, os madeireiros e seus agentes procuram minar a resistência dos índios através de encontros "casuais" na cidade de Guarantã – onde os índios costumam fazer suas compras – e visitas inesperadas às aldeias. André Villas Bôas, indigenista do ISA que acompanhou a luta desses índios, afirma que uma das táticas dos madeireiros é ir envolvendo os Panará em dívidas na cidade, de forma a se transformarem em credores dos índios. A amortização dessa "dívida" virá obviamente sob a forma de madeira de lei, extraída das matas situadas dentro da área indígena.
André Villas Bôas informa que, diante do assédio madeireiro, a comunidade está dividida. Influenciados pelas práticas dos Kayapó, alguns Panará mais pragmáticos repetem o argumento dos madeireiros: em vez de deixar a madeira apodrecer, porque não vendê-las aos brancos? Outros resistem, mas teme-se que a abertura da área para a simples retirada das toras desencadeie um processo sem volta.
A experiência mostra que, uma vez urdidas as relações de comércio entre índios e madeireiros, mesmo entre apenas alguns indivíduos, estas tendem a se perpetuar – ainda que flagrantemente ilegais. Ele considera a situação dos Panará como "de difícil solução". "Nesse conflito, a atuação da Funai e, principalmente, a do Ibama, será fundamental para promover o desmonte da estrutura de exploração ilegal dos madeireiros, agora, com o auxílio da nova Lei de Crimes Ambientais", afirma. *(Últimas Notícias/ISA, 18/06/98)*

MARLUI MIRANDA VISITA OS PANARÁ

Em dezembro de 1999, a cantora e pesquisadora musical Marlui Miranda esteve na aldeia panará, atendendo a convite feito em 1998, quando os Panará estiveram em São Paulo para o lançamento de um livro e de uma exposição (*ver acima*). A visita foi marcada por um intenso intercâmbio musical, que abriu a perspectiva de um trabalho futuro de registro e divulgação do patrimônio musical panará. *(André Villas Bôas/ISA, jan/00)*

UNIÃO E FUNAI CONDENADOS A INDENIZAR POVO PANARÁ

Em decisão inédita, a 3ª Turma do Tribunal Regional Federal de Brasília condenou hoje, por unanimidade, a União e a Funai a pagar uma indenização de 4 mil salários mínimos corrigidos (cerca de R$ 1 milhão) ao povo indígena Panará pelos danos materiais e morais provocados pelo trágico contato promovido a partir de fevereiro de 1973, por conta da construção da rodovia Cuiabá-Santarém. A decisão confirma sentença proferida em outubro de 1997 pelo juiz Novely Vilanova da Silva Reis, da 7ª Vara da Justiça Federal em Brasília.
A ação indenizatória foi movida e acompanhada pelos advogados do ISA. Participaram do julgamento os juízes Saulo José Casali Bahia (relator), Antonio Ezequiel e Eustáquio Silveira. O Ministério Público foi representado pela procuradora Deborah Duprat.
Esta é a primeira e única decisão do Judiciário brasileiro a reconhecer a responsabilidade do Estado com relação à sua política para os índios. "A decisão é histórica, pois possibilita, por um lado, às populações que se sentirem violentadas pelo Estado, reclamarem seus direitos e, por outro lado, põe em alerta as políticas públicas desrespeitosas às populações indígenas", afirmou o advogado Carlos Frederico Marés, que representou o povo Panará durante o julgamento. Cinco representantes do povo Panará acompanharam o julgamento. *(Marco Antonio Gonçalves/ISA, 14/09/00)*

PARAKANÃ/TI APYTEREWA

CPT QUER REDUÇÃO DA TI

A CPT de Tucumã (PA), ligada à Igreja Católica, solicitou a redução da TI Apyterewa em cerca de 40% de sua extensão original em cartas enviadas a Raul Jungmann, ministro de Política Fundiária, e a Júlio Gaiger, presidente da Funai. As cartas, datadas de 27/06/96, foram assinadas ainda pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucumã, a Associação Comercial e a Associação Ruralista locais, além de um vereador do município. A redução atenderia aos interesse dos posseiros que foram assentados na área, e também da Madeireira Peraechi, que detém títulos de propriedade (outros) incidentes sobre a mesma. A CPT reivindica ainda a retirada dos garimpeiros, que também ocupam ilegalmente a área, e a recuperação da estrada Morada do Sol, aberta pelas madeireiras quando iniciaram a extração predatória de mogno na região. O bispo de Altamira, d. Erwin Krautler, a cuja jurisdição Tucumã pertence, não chegou a tomar conhecimento do documento, que condena.
A TI Apyterewa é uma das oito áreas que têm seus processos demarcatórios sujeitos a novas

diligências por parte da Funai. Tudo indica que seus limites serão modificados a sudeste, subtraindo uma fração da área para o projeto de assentamento de posseiros, em trecho desmatado por invasões anteriores. Delimitada por portaria ministerial de 1992, até hoje a área não teve sua demarcação física concluída. Na época, havia empresas madeireiras e um foco de garimpo instalados dentro dos limites da área. Posteriormente, estas madeireiras, associadas a grileiros de Tucumã, passaram a incentivar a invasão da área, vendendo lotes ilegalmente, pagos com o comércio da madeira de lei retirada dos próprios lotes. O objetivo era esse mesmo: criar um problema social de difícil solução para inviabilizar a demarcação da área. Consta que, na sua extremidade sudeste, há hoje mais de três mil famílias instaladas. As manifestações que vêm ocorrendo não expressam qualquer preocupação com uma solução razoável para os índios e para a preservação do meio ambiente, voltando-se para uma lógica de loteamento de grande parte da terra indígena. O que espanta é que movimentos de caráter popular, como a CPT, atuem como se fizessem parte da violenta elite local. *(Parabólicas/ISA, jul/96)*

COLONOS RECLAMAM SOLUÇÃO PARA A ÁREA

Os representantes das associações agrícolas de São Félix do Xingu estão requerendo à Funai a urgente demarcação da TI Apyterewa. Eles argumentam que o Ministério da Justiça já admitiu, através da imprensa, ter ocorrido um erro de avaliação por parte dos técnicos da Funai no processo de demarcação, o que obrigará a uma revisão da área. Os colonos, preocupados com a morosidade na solução do problema, dizem que há inquietação na área. "Vendo o tempo passar sem que se vislumbre uma solução, podem esses colonos tomar medidas drásticas no intuito de manter os seus direitos", argumenta o presidente da Associação dos Produtores Rurais do Vale do Cedro. "Lembramos em tempo que na região da gleba São Francisco e da gleba São José estão localizados assentamentos do Incra, portanto, merecedores de atenção", diz ele. *(O Liberal, 23/07/96)*

ERRO CAUSOU AUMENTO DA TI, DIZ GAIGER

Reafirmando a disposição da Funai em reduzir a AI Apyterewa, o presidente do órgão, Júlio Gaiger disse que um erro de plotagem dos marcos cartográficos causou o aumento nos limites da terra em questão. Segundo Júlio Gaiger, isso teria ocorrido pelo fato da plotagem ter sido feita por um avião "cujos instrumentos não acusavam a velocidade efetiva da aeronave, causando um erro para mais". Com isso, a identificação feita e encaminhada pela Funai teria englobado "uma área que não é indígena". "O GT que está em campo agora tem por finalidade exatamente tentar recolocar os limites cartográficos em consonância com o laudo antropológico", explicou Gaiger. Segundo informação do repórter do jornal, a ADR Altamira teria enviado um documento à presidência do órgão, recomendando que a área fosse diminuída para evitar a possibilidade de confronto. *(ISA, a partir de O Liberal, 27/09/96)*

GT CONSIDERA CONTESTAÇÕES DA TI IMPROCEDENTES

Através da portaria 710, assinada em 30/08/96, o presidente da Funai, Júlio Gaiger, constituiu um GT para realizar estudos e levantamentos complementares visando a demarcação da TI Apyterewa, em conformidade com as determinações do Decreto 1.775. Sob coordenação do antropólogo Carlos Fausto, do Museu Nacional do RJ, o grupo contou com a participação de técnicos do Iterpa, Incra, Funai e MPEG e produziu informações adicionais sobre a situação da TI, reunidas em relatório encaminhado ao presidente da Funai em outubro de 96.

As contestações - Segundo informa este relatório, seis contestações foram apresentadas à Funai, solicitando a revisão dos limites da TI Apyterewa: além de algumas pessoas físicas, o Governo do Estado do Pará, a Prefeitura Municipal de Tucumã, a Exportadora Peracchi, do setor madeireiro, e a Associação dos Agricultores Rurais do Vale da Água Suja discordam da atual proposta para a demarcação da área. O GT afirma que as contestações sugerem ter havido "uma ampliação indevida da área, que passou a englobar 'propriedades' e posses particulares, bem como áreas de jurisdição estadual". Os argumentos dos contrários afirmam que a demarcação da TI significou uma ampliação dos limites da área de 2.668 km² para 9.811,77 km².

Argumentos falhos - Pelo relatório do GT, esse argumento não procede por confundir a interdição da área, feita em 1987, com a delimitação, baseada em laudo antropológico, que identifica a área de ocupação tradicional do grupo indígena, publicada em 1992. Ainda segundo este relatório, há equívocos quanto ao entendimento jurídico da questão, em especial da aplicação do art. 231 da Constituição, já que o reconhecimento oficial das terras indígenas (a chamada "demarcação") "é um ato secundário, pois o direito originário dos índios sobre suas terras a precede e não se extingue com este reconhecimento", explica. "Qualquer pleito de revisão de limites da TI Apyterewa só seria procedente se demonstrasse com provas definitivas que a área em questão não é território indígena e, em conseqüência disso, que seu reconhecimento pela União apresenta vícios de origem", diz o documento.

Região é dos Parakanã - Entre suas conclusões, o GT afirma que a análise do material documental sobre a ocupação não-indígena do divisor de águas Xingu-Bacajá – reclamada pelos contestadores – atesta que esta ocupação ocorreu após transferência forçada dos índios pela Funai, entre 1983 e 84. Livre da presença indígena, empresas madeireiras, posseiros e colonos, com a colaboração ilegal do Incra, passaram a ocupar a região originalmente dos índios Parakanã, conforme atestam levantamentos antropológicos e, inclusive, depoimentos de alguns dos contestadores. Diante disso, o GT responsabiliza a Funai, o Incra e a União pela situação de caos fundiário instalado sobre a parte reclamada da TI Apyterewa, e recomenda "declarar improcedente as contestações para revisão parcial de limites da TI Apyterewa". *(ISA, a partir de Relatório do GT para estudos complementares sobre a TI Apyterewa, out/96)*

SEM DEMARCAÇÃO, AUMENTA ASSÉDIO DE GARIMPEIROS

Garimpeiros do igarapé São José, que corta as terras Parakanã, estão cooptando índios para conseguir garimpar ouro na região. Os índios têm contato recente com os brancos e, por isso, estariam muito suscetíveis às doenças trazidas pelo contato. Durante a permanência dos técnicos do Cimi nas aldeias, eles atenderam 286 casos de doenças entre os índios. Malária, diarréia, verminoses, micoses e otites foram os males mais freqüentes. Não havia medicamentos suficientes no posto da Funai para atender a todos os doentes. Pelo menos 30% da AI Apyterewa já foi invadida por garimpeiros, fazendeiros, posseiros e colonos ávidos pelo mogno ainda existente na área. *(O Liberal, 12/01/97)*

IBAMA E FUNAI REALIZAM AÇÃO CONTRA MADEIREIROS

A Funai e o Ibama, com o apoio do Cimi e do Ministério Público, realizaram uma operação, nos dias 24 e 25 de fevereiro de 1997, para coibir a extração de mogno na TI Apyterewa. A operação ocorre um mês depois dos madeireiros terem enviado um grupo de índios Parakanã à ADR Funai em Altamira com o objetivo de obter a anuência do órgão para a continuidade da exploração. A operação foi autorizada pelo Ibama de Brasília depois de sucessivas denúncias encaminhadas pelo administrador de

MADEIREIRAS ASSUMEM CONTROLE DA TI

Por dez anos, os Apyterewa-Parakanã, grupo indígena do PA (Altamira), resistiram à pressão das madeireiras para que vendessem o mogno de suas terras. Não obstante, durante dez anos grandes madeireiras, como Perachi, Maginco e Impar, roubaram milhares de metros cúbicos de madeira de lei da TI, graças à inoperância e à "omissão participante" de órgãos públicos federais. Cerca de 15% do território indígena encontram-se, hoje, invadidos por garimpeiros, fazendeiros e colonos que adentraram aquelas terras na esteira da exploração madeireira. A própria Perachi rasgou a floresta, abrindo 5 mil ha de pastagens contínuas no centro do território Parakanã. Por dez anos, os Apyterewa-Parakanã atacaram, expulsaram, saquearam os invasores. Em vão. As autoridades públicas não demonstraram qualquer interesse em cumprir suas obrigações constitucionais: omitiram-se e, em alguns momentos, colaboraram ativamente para que a invasão se consumasse. Há cerca de dois meses, vem-se denunciando ao Ministério da Justiça que a situação na região chegara a um ponto crítico. Levados por madeireiros para São Félix do Xingu, jovens apyterewa foram convencidos a abrir a porção do território ainda não atingida pela exploração de madeira. A ADR de Altamira envidou todos os esforços para reverter a situação, mas não encontrou qualquer apoio por parte da diretoria do órgão. O avanço foi consumado apesar das denúncias encaminhadas ao presidente da Funai, dr. Júlio Gaiger, e ao presidente do Ibama, dr. Eduardo Martins. Os madeireiros acabam de tomar conta da TI Apyterewa, descarregando grande quantidade de mercadorias trazidas em aeronaves e balsas. Os funcionários da Funai foram retirados da área por falta de segurança. A extração se iniciou no mês de novembro, coordenada por Evandro Moreira Peres, que representa uma madeireira de São Félix do Xingu. O mogno estava sendo puxado até a margem do rio Xingu, de onde seria escoado em balsas para São Félix e vendido. Não temos ainda informações sobre a empresa para a qual o sr. Evandro trabalha, mas é provável o envolvimento de algum grupo de médio ou grande porte, pois a escassez de mogno na região e a moratória no corte vem obrigando estes grupos a se utilizarem de expedientes variados para manterem suas atividades.
Consolida-se, assim, um novo estágio no processo de expoliação e destruição do meio ambiente naquela área, em plena moratória do corte de mogno. A ineficiência e incapacidade do governo federal em garantir a preservação e integridade do território indígena é patente. Sua recorrência leva a concluir que estamos diante de uma "omissão planejada", que se arrasta há dez anos, e que serve, sem dúvida, aos propósitos daqueles que desejam enriquecer às custas do patrimônio indígena e nacional, através da exploração irracional e devastadora do meio ambiente. Talvez, a Funai agisse com maior honestidade se entregasse, de uma vez por todas, e não a conta -gotas, a administração das terras indígenas a um consórcio de madeireiras e mineradoras. Pois se não é esse seu intento, bem que está parecendo. (Carlos Fausto, dez/96)

Altamira, Benigno Pessoas Marques, ao Departamento de Patrimônio Indígena da Funai, na capital federal. Segundo Benigno, todos os comunicados ao Departamento sobre a rapina promovida pelos madeireiros na área Parakanã ficaram sem resposta.
Segundo o relatório da operação, a ação ocorreu num momento favorável, quando um grupo de índios Parakanã esteve em Altamira solicitando a intervenção da Funai para interromper as atividades dos madeireiros na área. Dois dias antes da operação, a ADR de Altamira recebeu ainda a informação de que os próprios índios haviam apreendido madeiras, máquinas e dez pessoas que ocupavam uma balsa na área. Ainda de acordo com o relatório, os madeireiros aprisionados foram soltos por um grupo de índios cooptados pelos invasores algumas horas antes da chegada de um dos dois aviões mobilizados para a ação. Na ocasião, foram encontradas na aldeia Xingu cerca de 70 toras de mogno na beira do rio, já preparadas para serem rebocadas pela balsa.
Segundo informações obtidas pelos membros da operação, a madeira havia sido extraída a mando do senhor Leonardo, de Evandro Moreira Peres e Crezu Fadu Magalhães, e estaria sendo negociada com a empresa madeireira Ouro Verde, situada próxima ao aeroporto da cidade de São Félix do Xingu, com intermediação de Wagner Bernardes de Freitas. No dia 25 de fevereiro, a equipe da operação multou o intermediador. O relatório da operação na TI Apyterewa recomenda que seja: decretada a prisão dos madeireiros identificados pelos índios bem como de todos os moradores de São Félix, estes pelos crimes de roubo, receptação, dano ao patrimônio público, formação de quadrilha e ameaça a índios e funcionários da Funai; anulada a autorização de funcionamento da Madeireira Ouro Verde; levantado o impacto ambiental causado pela extração madeireira na área indígena; avaliado o potencial de aproveitamento sustentável dos recursos naturais existentes na reserva, com o apoio de institutos de pesquisa; e agilizado o processo de leilão da madeira apreendida. *(ISA, a partir do Relatório da Operação na TI Apyterewa, fev/97)*

JOBIM PROPÕE REDUÇÃO DA TI

Antes de deixar o Ministério da Justiça para ocupar vaga no STF, Nelson Jobim assinou o Despacho nº 17, que trata das contestações e do reencaminhamento da demarcação da TI Apyterewa. Pelo despacho, Jobim considerou improcedentes as alegações apresentadas pelos contestadores – prefeitura de Tucumã, Exportadora Peracchi, Agrivas e duas pessoas físicas. No entanto, o Despacho acata proposta de redução da parte sudeste da área, apresentada pela ADR Funai/Altamira, como meio para mitigar conflitos entre os Parakanã e fazendeiros, posseiros e outros ocupantes não-indígenas. Para justificar essa redução, Jobim alega que o laudo antropológico não caracteriza essa área como indígena segundo os preceitos constitucionais.
Mesmo afirmando que a alegação da Exportadora Peracchi não procede, Jobim considerou que os 39,2 mil ha reclamados pela madeireira não ficaram caracterizados como de uso indígena e que, por isso, deverão ser excluídos da TI. Ficam também excluídas "as estradas e vias públicas que atravessam a área indígena, bem como suas respectivas áreas de domínio público" além do curso do rio Xingu, sem prejuízo da autonomia indígena sobre suas ilhas, ficando "assegurada a livre circulação de pessoas, veículos e embarcações pelas vias aludidas". O despacho determina à Funai que refaça a linha divisória sudeste. *(ISA, a partir de DOU, 08/04/97)*

MPF QUER FIM DE LEILÕES DE MADEIRAS

O fim dos leilões de madeira na região e a aplicação de ações contra os madeireiros responsáveis pela extração ilegal em áreas indígenas são as medidas imediatas que serão solicitadas pelo MPF à Justiça, na tentativa de coibir a extração de madeiras em terras habitadas por povos indígenas. Estas decisões são os primeiros resultados da audiência pública, promovida pela Procuradoria da República em Santarém para discutir sobre a extração ilegal de madeira, principalmente mogno, na reserva Apyterewa, habitada pelos índios Parakanã.
"De imediato, vamos fazer a apreensão desta madeira e sua reversão para o patrimônio da União. Ou seja, não haverá mais a possibilidade de leilões de madeira na região, visto que todos estavam servindo apenas para esquentar madeiras extraídas ilegalmente", disse o procurador Felício Fontes Júnior. Segundo ele, o dinheiro das ações de indenização será reser-

vado à Funai, em prol dos índios afetados, como forma de ressarcir os prejuízos causados a eles.

O debate - A audiência pública reuniu várias autoridades na sala de audiência da Justiça Federal no último dia 24. Estiveram presentes procuradores federais e representantes da Funai, Ibama, Cimi, PF, Receita Federal, OAB e outros órgãos envolvidos na discussão dos problemas dos Parakanã. Benigno Pessoa Marques, administrador regional da Funai em Altamira, fez um relato do problema desses índios com os madeireiros, o que culminou com uma ação conjunta, proposta no último mês de fevereiro, pela Funai, Ministério Público, Ibama, Polícia Civil e Cimi depois da apreensão de 71 toras e 120 pranchas de mogno e cedro, além de motosserras e do maquinário usado na exploração da reserva Apyterewa.

Aberta a audiência, o debate girou basicamente em torno do desaparelhamento dos órgãos federais na região, o que dificulta o combate à exploração e ao comércio ilegal de madeiras na Amazônia. O próprio MPF reconheceu sua omissão em cuidar da defesa dos interesses indígenas. Os índios foram muito criticados pela participação de algumas lideranças na venda de madeira. A representante do Cimi disse que os índios não têm a verdadeira noção do comércio, e que a venda de madeira simplesmente representa para eles remédios, roupas e alimentos, suprindo parte de suas carências. A audiência serviu ainda para a identificação dos responsáveis pela exploração ilegal de madeiras na TI Apyterewa para o devido processamento criminal. *(O Liberal, 29/04/97)*

MADEIREIROS CONTINUAM EM AÇÃO

Dentre os problema das invasões de TIs situadas na região de Altamira, o caso mais grave é o da TI Apyterewa. A conclusão é do Relatório de Vigilância e Proteção das Terras Indígenas/1998, de autoria da Administração Executiva Regional da Funai de Altamira.

De acordo com o relatório, toda a extensão de Apiterewa está tomada por madeireiros, que freqüentam a aldeia e fornecem bebidas alcoólicas, armas e outras mercadorias aos índios. Alguns desses são coniventes com a presença dos invasores. Os pedidos de prisões preventivas de nove desses madeireiros, por parte da Procuradoria Regional da Republica de Marabá, não foram suficientes para alterar a situação. No final de 1998, servidores do Ibama e Polícia Federal estiveram na região, com a "Operação Macauã", e decretaram a proibição da exploração, transporte e comercialização do mogno. A quase totalidade do mogno comercializado na região de Tucumã, São Félix do Xingu e Marabá é oriundo das TIs Apyterewa e Trincheira/Bacajá. *(ISA, a partir de Relatório da Funai/Altamira, jan/99)*

FAZENDA DENTRO DA TI USAVA TRABALHO ESCRAVO

Virou confirmação a desconfiança de fiscais do Ministério do Trabalho e agentes da Polícia Federal que estiveram no sul do Pará há 15 dias, libertando trabalhadores que viviam em regime de escravidão na fazenda Maciel II, em São Félix do Xingu: a fazenda está dentro da reserva dos índios Parakanã e não poderá servir para a reforma agrária.

Na reserva, de 900 mil ha, vivem menos de cem índios. Quem descobriu a situação de ilegalidade da fazenda foram técnicos do Incra de Marabá. Não há qualquer registro nos arquivos do órgão sobre a fazenda, que possui cerca de 13 mil ha.

Há cerca de 15 dias, na Maciel II, fiscais do Ministério do Trabalho e agentes da Polícia Federal libertaram 182 trabalhadores que viviam em regime de escravidão. Os peões não tinham carteira assinada, viviam em condições subumanas, deviam mais em comida ao dono da fazenda do que tinham a receber de salário e eram ameaçados de morte caso tentassem deixar o local.

O delegado Hélio Kristian, da Polícia Federal, já notificou os fazendeiros Jeová Pimentel e Haroldo Passarinho, supostos donos da Maciel II, para depor na sede da PF em Belém. *(Últimas Notícias/ISA, 13/04/99)*

AÇÃO DE MADEIREIROS REQUER PLANO EMERGENCIAL

Informações recentes dão conta de que os madeireiros continuam com seus acampamentos montados a cerca de 500 metros da aldeia Apyterewa, uma das duas que existem na TI. Alguns Parakanã estão trabalhando para os madeireiros, recebendo 10 reais por cada tora retirada, e ameaçam os funcionários que estão no posto, caso estes passem informações para a Administração em Altamira. Os índios teriam "autorizado" os madeireiros - embora não tenham competência para tal - a realizar a extração também no território dos Araweté, ao norte de suas terras. O responsável direto pelo trabalho de campo dos madeireiros é Ângelo Lopes Pereira, que tem mandado de prisão expedido pela Justiça de Marabá e está foragido há quase um ano.

Em conseqüência do quadro dramático, que já perdura há muitos anos, a Administração da Funai/Altamira prepara um Plano Emergencial de Fiscalização para a área. Considerando que o vazamento de informações prejudicou ações anteriores, a Funai de Altamira mantém detalhes do plano em sigilo. Calcula, entretanto, que a operação, com duração de 15 dias e custo previsto de cerca de R$ 27 mil, envolva 12 agentes federais e um delegado, além de técnicos do próprio órgão indigenista. A Administração Regional da Funai espera que a equipe tenha autonomia de ação e determinação em prender todos as pessoas envolvidas, inclusive índios adolescentes e ribeirinhos da região que vêm colaborando com os madeireiros e manifestando oposição aos servidores do órgão. *(ISA, a partir de relatório da Funai/Altamira, mar/00)*

PRESO PROCURADOR DE GRILEIRO QUE VENDEU PARTE DA TI

A Polícia Federal de Foz de Iguaçu/ PR prendeu no dia 5 de agosto de 2000 Marinho Gomes Figueiredo, um dos procuradores de Carlos Medeiros, apontado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo governo paraense como o maior grileiro de terras do país. Marinho foi preso ao tentar vender a pecuaristas do Paraná a fazenda São Sebastião, supostamente de sua propriedade, localizada dentro da TI Apyterewa, dos índios Parakanã, em S. Félix do Xingu, sul do Pará.

O procurador da República em Foz do Iguaçu, Alexandre Porciúncula, vai pedir ainda hoje a prisão preventiva de Marinho. Só depois é que o acusado será enviado a Belém. O empresário paranaense Aparecido Silva disse ao delegado ter lido em um jornal do sul do país que Marinho andava vendendo terras públicas e desfez um negócio quase fechado com o acusado.

O juiz substituto Francisco Alexandre Ribeiro, da Vara Única Federal de Marabá, decretou no mês passado a indisponibilidade da fazenda São Sebastião, de 4.356 ha, por diversas irregularidades, inclusive falsificação de documentos. A empresa Samaúma Agropecuária Ltda, de Marinho, teria comprado a fazenda do "fantasma" Carlos Medeiros, que responde a 21 processos no Ministério Publico Federal do Pará. Mas em depoimento ontem em Foz de Iguaçu, Marinho Figueiredo afirmou que não conhece Carlos Medeiros.

A fraude dessa negociação ficou escancarada depois que os técnicos do Incra, Antônio Carlos Santa Brígida e Julineide do Socorro Cordeiro de Oliveira, comprovaram que a área foi superposta à TI Apyterewa. A ação civil pública contra Marinho para tornar a fazenda indisponível foi impetrada pelos procuradores da República, Sidney Pessoa Madruga, Felício Pontes Júnior, e pela subprocuradora do Ibama na Estado, Creonor Santos Aragão.

Tentando safar-se da prisão em Foz do Iguaçu, Marinho exibiu documentos do TJE do Pará assinados pela juíza Rosa Portugal, reconhecendo a área como de Carlos Medeiros. Ele também mostrou certidão assinada pelo ex-diretor de cadastro da Superintendência do Incra em Belém, André Luiz Banhos, afirmando que a área lhe foi vendida por Medeiros. André não tem competência para assinar o documento, pois o município de S. Félix do Xingu é subordinado à Superintendência do Incra de Marabá, que é autônoma.

Ocupantes não-índios serão multados - Na sentença do juiz, ele determina que os réus se abstenham de ocupar o imóvel lote 6 da gleba São Sebastião. Ele fixou em R$ 10 mil por dia de multa a ser paga pelos acusados no caso de descumprimento da decisão. Ribeiro também determinou a suspensão dos efeitos do plano de manejo florestal sustentado de número 8712/93, aprovado pela Superintendência do Ibama. A "ajuda" do Ibama permite que os supostos donos do imóvel retirem madeira da gleba para comercializá-la.

Toda a ilegalidade na transação com a TI contou com a participação do cartório de S. Félix do Xingu, que expediu o registro da área em nome de Carlos Medeiros. O cartório já foi notificado do decreto de indisponiblidade da fazenda. Foi esse mesmo cartório que registrou em nome da empresa norte-americana Worldwide Ecological Timber Corporation uma área de 3,1 milhões de ha pertencente à União e onde vivem cinco grupos de índios Kaiapó. *(O Liberal, 06/08/00)*

ARARA/ TI CACHOEIRA SECA

MICHEL PELLANDERS

ROUBO DE MADEIRA

O roubo de madeira nas terras dos índios Araras, com a possível conivência de funcionários da Funai e do Ibama, foi denunciado pelo deputado federal Valdir Ganzer (PT-PA) aos Ministérios do Meio Ambiente e da Justiça e à Procuradoria Geral da República. O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, informou que já enviou para o local uma equipe destinada a apurar os fatos. Segundo Sarney, a Polícia Federal também mandou um grupo de agentes para a área. A denúncia foi encaminhada ao deputado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Pará (Fetagri). Segundo o ofício do presidente da Fetagri, Aírton Faleiro, a terra dos índios Arara, na localidade de Cachoeira Seca, município de Altamira, vem sendo alvo de roubo sistemático de madeira. *(O Liberal, 17/04/99)*

OPERAÇÃO SURPREENDE MADEIREIROS NA TI

Funai e Ibama, em vistoria conjunta realizada em março e abril de 1999, localizaram extratores de madeira atuando na região do igarapé Dois Irmãos, dentro da TI Cachoeira Seca. Foram destruídos três acampamentos que serviam de apoio ao trabalho irregular e apreendidas 214 toras de mogno e cedro. O principal envolvido é José Guilherme Rodrigues dos Santos, que prestou depoimento na Delegacia de Polícia de Altamira.

A indefinição dos limites físicos da terra indígena, ainda não demarcada, foi apresentada pelos envolvidos como pretexto para sua atuação. Todos os depoimentos prestados por pessoas envolvidas no caso estão de posse do Ibama de Brasília. A madeira apreendida será levada para Altamira, em aguardo à decisão judicial.

De acordo com a Funai de Altamira, incursões fluviais de não-índios no interior da TI Cachoeira Seca são favorecidas pela existência da "Transiriri", estrada de 92 km, aberta pela Madeireira Bannach em meados da década de 80, que corta a TI de norte a sul, até a margem esquerda do rio Iriri. No período de seca, ela permite acesso mais rápido, desde Altamira, ao trecho do Iriri que se encontra dentro da TI. *(ISA, a partir de relatório da Funai/Altamira, abr/99)*

ARARA PRENDEM INVASORES QUE ABRIAM ESTRADA

Oito trabalhadores que estavam a cerca de três quilômetros da aldeia Iriri, na TI Cachoeira Seca, foram presos pelos Arara e encaminhados aos funcionários da Funai em 20 de maio de 1999. José Lopes de Brito, citado em recente denúncia de invasão de madeireiros na TI Arara, apresentou-se como empreiteiro responsável pelos trabalhadores e justificou a presença da equipe na TI Cachoeira por conta de serviços de abertura de picada visando uma futura estrada ligando a rodovia Transamazônica à margem esquerda do rio Iriri. Segundo Brito, os serviços foram contratados pelo prefeito-interventor de Rurópolis/PA, Averaldo Pereira Lima, e pelo empresário do ramo madeireiro Sérgio Rigone, de Paragominas/PA. As informações de Brito foram reunidas num Termo de Declarações colhido na Delegacia de Polícia Civil de Santarém.

Segundo a Funai de Altamira, os trabalhadores, que estiveram presos entre 21 e 26 de maio de 1999 por força de um mandado de prisão preventiva, foram soltos, mas serão indiciados criminalmente. O prefeito e o empresário mencionados como contratantes do serviço foram notificados e deverão prestar esclarecimentos em Santarém/PA. *(ISA, a partir de informações da Funai/Altamira, mai/99)*

MORTE DE ARARA LEVA PESCADORES À PRISÃO

A morte do índio Karaya Arara, da aldeia Iriri (TI Cachoeira Seca), notificada em 15 de maio, é mais uma grave conseqüência da atividade pesqueira não-regulamentada na região. A apuração do caso pela Polícia Federal levou ao indiciamento de quatro pescadores como suspeitos de homicídio. Frisan da Costa Nunes Filho, o "Costa", Vicente Xavier Pereira da Silva, o "Biel", Elenilson Santos da Silva e Antônio Reginaldo da Silva tiveram sua prisão preventiva declarada e encontram-se detidos na Delegacia de Polícia de Altamira desde 27 de maio. Os pescadores presos estão dentre os mais de 40 que já figuravam em outro inquérito, na Polícia Federal de Santarém.

De acordo com relatório da Funai de Altamira sobre o caso, o esgotamento do potencial pesqueiro nas proximidades da cidade de Altamira leva os pescadores a se acercarem das terras indígenas, utilizando técnicas (geleiras, redes, sistema de arrastão e mesmo desrespeitando os períodos de desova) que prejudicam a obtenção da alimentação diária das famílias indígenas. No mesmo dia em que recebeu a notícia da morte de Karaya, a Funai foi informada de outro incidente: uma embarcação conduzida pelo chefe do Posto Iriri, Afonso Alves da Cruz, na qual também estavam funcionários do Cimi, foi perseguida por pescadores e alvejada por vários disparos de arma de fogo.

Desencontros – Houve alguns desencontros nas informações sobre como Karaya teria morrido. A comunicação inicial do fato, através de radiograma do Posto Indígena Iriri, indicou o afogamento como causa da morte. Conforme a perícia realizada pela PF, a morte decorreu de fortes golpes na região craniana, seguidos de hemorragia interna. No dia 26, o sertanista Sidney Possuelo informou à Funai de Altamira que o responsável pelo Posto Iriri lhe dissera

que Karaya havia morrido em decorrência de enforcamento. Em relatório sobre o caso Karaya, a Funai de Altamira aponta "postura completamente incorreta, negligente e de desrespeito pela administração" da parte do chefe do Posto Iriri, que, durante o transcorrer dos acontecimentos, utilizava-se do rádio para comunicar-se com o Cimi e o DSEI, mas não com a sede regional do órgão indigenista. *(ISA, a partir de Relatório da Funai/Altamira, 30/05/00)*

ARARA/TI ARARA

PESCADORES VOLTAM A INVADIR TI

Nas TIs do médio Iriri, a invasão de pescadores é um problema que vem desde a década de 80, quando o esgotamento do potencial pesqueiro nas regiões próximas a Altamira começou a fazer com que eles rumassem rio acima. Em 1996, um conflito entre os Kayapó de Kararaô e pescadores resultou na morte de dois destes e na fuga de outros sete. Agora, após um período de trégua marcado por debates públicos entre as entidades envolvidas no assunto e demais interessados, os invasores retomaram suas investidas. Para terem acesso a locais de boa pescaria no interior de áreas indígenas, fornecem produtos como bebida alcoólica e, mais recentemente, maconha aos índios. Em troca desses produtos, há informações de que os pescadores também estão recebendo mulheres indígenas. Em acréscimo, especificamente na TI Arara, a Justiça regional concedeu liminar a um colono instalado no interior do território indígena, permitindo que ele permanecesse por lá, o que leva a imaginar que novas invasões por parte de colonos possam acontecer. *(ISA, a partir de Relatório da Funai/Altamira, fev/99)*

MADEIREIRO EM TI É AMPARADO POR LIMINAR...

Irregularidades referentes à exploração de madeira no interior da TI Arara foram denunciadas pela ADR/Funai de Altamira. A denúncia, que consta de ofício encaminhado à procuradoria da República de Belém em 01/08/99, cita Constante Trzeciak e a madeireira Comabil (Indústria e Comércio de Madeiras Biancardi Ltda) como responsáveis pela atividade. Liminar judicial concedida pelo juiz Daniel Paes Ribeiro, da 4ª Vara Federal, a Trzeciak garante sua presença na região. Mas, em visita à área, servidores da Funai constataram que não existem madeiras nas terras consideradas pela liminar como sendo "de propriedade do senhor Trzeciak" e que o produto de sua exploração, escoado para o "seu lote", é oriundo de outros locais, que ficam dentro da TI. *(ISA, a partir de informações da Funai de Altamira, ago/99)*

... TEM PRISÃO DECRETADA...

O juiz Evaldo de Oliveira Fernandes Filho, da Justiça Federal em Santarém decretou ontem a prisão preventiva do madeireiro Constante Trzeciak, que está sendo procurado em toda a região da rodovia Transamazônica por agentes da Polícia Federal. Trzeciak foi acusado de invadir e retirar ilegalmente mogno da aldeia Laranjal, dos índios Arara, no km 75 da rodovia Transamazônica, no município de Medicilândia. Os Arara estão revoltados com a invasão de suas terras. Um grupo deles saiu da aldeia para queimar barracos e roças no km 90, ameaçando entrar em guerra armada contra madeireiros e colonos que se negam a sair da área. *(O Liberal, 28/10 e A Crítica, 06/11/99)*

... MAS CONTINUA AGINDO

O mandado de prisão preventiva do madeireiro Constante Trzeciak ainda não foi cumprido. A Funai de Altamira já tomou conhecimento de que o madeireiro pretende continuar com a exploração na TI Arara. A Polícia Federal alega que ele está foragido. Porém, na região, é de conhecimento público que Trzeciak se encontra em suas terras, no km 80 da Transamazônica. *(ISA, a partir de informação da Funai/Altamira, ago/00)*

ASSURINI DO TROCARÁ

ÍNDIOS FECHAM RODOVIA ...,

Armados com flechas e espingardas, cerca de 400 índios Assurini, da aldeia Trocará, estão bloqueando a Rodovia Transcametá (PA-156), na altura do km 20, entre os municípios de Tucuruí e Cametá. Eles exigem que o governo do Estado cumpra um acordo firmado há cinco anos, ainda na gestão do governador Jáder Barbalho (PMDB). Segundo o cacique Francisco Assurini, este é um acordo amplo e que tomou muitos meses de discussão até ser acertado entre a tribo e o governo do estado do Pará. Entre os diversos benefícios a que os índios teriam direito, estão a proteção do Estado contra qualquer invasão da reserva indígena por fazendeiros e madeireiros, além da construção de escolas, postos de saúde e recuperação da rodovia, hoje praticamente intrafegável devido aos atoleiros. *(CB, 22/04/99)*

... PREOCUPAM AUTORIDADES...

O procurador da República Ubiratan Cazetta, o secretário estadual de Transportes, Haroldo Bezerra, e o presidente da Ação Social, Ronaldo Barata, estarão hoje na aldeia dos Assurini, em Tucurí, para negociar o fim do bloqueio da rodovia Transcametá. Em Brasília, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) também se manifestou sobre o assunto. Ele enviou, no final da tarde de ontem, fax para o ministro da Justiça, Renan Calheiros, para o presidente da Funai, Márcio Lacerda, e para o governador do Pará, Almir Gabriel, solicitando providências urgentes para a desobstrução da PA-156. *(O Liberal, 23/04/99)*

... E OBTÊM PROMESSA DE ATENDIMENTO A REIVINDICAÇÕES

Teve um final feliz a interdição da rodovia Transcametá pelos Assurini. Os índios, após exaustivas negociações, liberaram a rodovia. Um acordo, intermediado pelo procurador da República no Pará, Ubiratan Cazetta, Funai e organizações não-governamentais ligadas à causa indígena permitirá o atendimento das reivindicações dos Assurini pelo governo do Estado. O governo prometeu recuperar 20 km da rodovia, que passam por dentro da reserva indígena, construir uma ponte sobre o igarapé Tracoazinho, que dá acesso à aldeia, cavar poço artesiano para fornecer água aos índios. O trecho da estrada também será cercado com arame farpado nas duas margens, para evitar invasões de madeireiros e caçadores. Os Assurini ainda receberão motosserras, terão suas casas pintadas pelo governo e outras benfeitorias. *(O Liberal, 25/04/99)*

GAVIÃO PARKATEJÊ

INVASORES NA TI

Dezoito agricultores sem-terra foram presos por cerca de 30 índios Gavião Parkatejê enquanto derrubavam árvores, preparando alguns alqueires dentro da reserva para o plantio de verão, segundo o delegado Adolfo Machado, chefe da PF de Marabá, a quem os índios entregaram os presos. A invasão foi articulada por um membro do MST de São Geraldo do Araguaia, segundo informações da PF, em conluio com madeireiros da região, que teriam financiado a invasão. Segundo Machado, além de terras indígenas, o MST estaria invadindo pequenas propriedades e intimidando seus proprietários com tiros e ameaças. *(O Liberal, 30/05/96)*

PAVIMENTAÇÃO DA BR-222 FICA PRONTA

O governo do estado do Pará concluiu a obra de pavimentação da BR-222, com 221 km de extensão, que liga Marabá a Dom Eliseu. A rodovia foi implantada há 32 anos, no governo de Jarbas Passarinho, e desde então vem operando com tráfego intenso de 1.200 veículos diários, volume que deverá ser aumentado significativamente com a pavimentação. A obra ficou paralisada de dezembro de 1997 a abril deste ano, por força do embargo promovido pelo MPF, relativo a questões socioambientais, dada a proximidade da reserva indígena. A Procuradoria da República pediu a implementação de medidas para minimizar o impacto da rodovia na reserva indígena. A Secretaria de Estado de Transportes do Pará (Setran) elaborou um Plano de Controle Ambiental, que constou na construção de duas passagens sob pontes, próximas à entrada da aldeia, via para pedestres em trechos possíveis da rodovia. O acesso à aldeia, de 800 metros, foi pavimentado, e pórticos estão sendo afixados, indicando o trecho da estrada que coincide com a TI Mãe Maria. Também foram instalados redutores de velocidade para evitar atropelamentos na entrada de acesso à aldeia e na área de caça, no Km 25. *(O Liberal 20/10/98)*

LAUDO ANTROPOLÓGICO AVALIA IMPACTO DA BR-222

Em novembro de 1998, a procuradoria da República em Marabá suspendeu as obras de pavimentação da BR-222, que vinham sendo realizadas pela Secretaria de Estado de Transportes do Pará (Setran), e encomendou um laudo antropológico que avaliasse o impacto do empreendimento sobre a vida da Comunidade Gavião Parkatêjê. A elaboração do diagnóstico destinava-se a suprir a ausência do EIA-Rima, não realizado na época em que a pavimentação da rodovia obteve licenciamento. Os Gavião convivem com a rodovia e com os transtornos acarretados pela mesma há mais de 30 anos.

A ação judicial que suspendeu as obras teve origem num documento encaminhado pelos Gavião à Procuradoria da República de Marabá em janeiro de 1998, no qual os primeiros reivindicavam indenização pela construção da rodovia na TI Mãe Maria, no trecho compreendido entre os rios Flexeira e Jacundá.

O laudo partiu de um estudo retroativo, que avaliou o impacto da rodovia a partir de 1967. Desde então, nada foi feito para resguardar os direitos dos Gavião. Diz o relatório que, durante 30 anos, os Gavião têm assistido ao aumento crescente do tráfego na rodovia, que hoje comporta um pesado fluxo de veículos, inclusive de transporte de carga e coletivos de linha regular. Em nenhum momento o governo do estado do Pará negociou a passagem da rodovia pela reserva indígena. Os Gavião, assim, esperam ansiosos a indenização devida. Entendem que a existência da rodovia cortando a área indígena é irreversível, e constitui hoje uma importante via de comunicação, tanto para os índios, como para os habitantes da região. A estrada garante a rápida ligação da comunidade indígena com os centros mais próximos; auxilia nos casos de urgências médicas e no escoamento da produção de castanha-do-pará e dos frutos regionais. A BR-222, no entanto, produziu grande degradação na TI Mãe Maria, com o corte de 22 km na floresta nativa dos Gavião, o que se estendeu por mais de 100 m de largura. O governo do estado foi responsável pelos sucessivos desma-tamentos executados na TI Mãe Maria. Os Gavião relatam que, na época da construção da estrada, "...o trator passou derrubando mata, tudinho, tudinho, dava pena! Era muito jaboti esmagado, madeira de mogno, tal de maracatiara, cedro ...Morreu muito bicho, madeira apodreceu, foi chuva, foi sol, nem fizeram nada ..."

O relatório antropológico argumenta que a produção da castanha-do-pará foi reduzida em mais de 70% nestes últimos 30 anos, o que significa que os Gavião deixaram de ganhar anualmente o correspondente a 2.000 hectolitros de castanha. A experiência da comercialização autônoma da castanha, conduzida pelos Gavião nos anos 70, é lembrada para ilustrar possibilidades, apontadas pelos próprios índios, de se ter um maior controle sobre a comercialização deste produto. A experiência, que contou com a assessoria da antropóloga Iara Ferraz, revertia um quadro no qual os funcionários da Funai desviavam parte do lucro obtido com a venda da castanha. O relatório antropológico aponta, assim, para a viabilidade de um programa de desenvolvimento autônomo da reserva indígena, baseado na coleta e comercialização da castanha e também dos frutos nativos, como o cupuaçu. *(Trechos do laudo de Jane Felipe Beltrão, nov/98)*

SURUÍ AIKEWARA

IMPACTO DA BR-153 É AVALIADO

Em dezembro de 1998, foi concluído o laudo antropológico sobre o impacto da pavimentação da BR-153 na Área Indígena Sororó, localizada no município de São Domingos do Araguaia. O estudo, solicitado pela Procuradoria da República de Marabá, visou corrigir a irregularidade de não se haver realizado o EIA-Rima para o licenciamento das obras de construção e pavimentação da rodovia.

A Procuradoria suspendeu, em dezembro de 1997, as obras de pavimentação da rodovia, que vinham sendo realizadas pela Setran, argumentando que as obras eram irregulares, já que afetavam uma comunidade indígena. Após as negociações entre o estado do Pará e as lideranças indígenas, a Setran comprometeu-se a aceitar os termos do laudo antropológico para evitar o retardamento das obras.

Os Suruí convivem há 26 anos com a rodovia e com os transtornos sociais acarretados pela mesma. Em 1971, o trecho da rodovia Transamazônica que vai de Porto da Balsa (ou Porto Jarbas Passarinho) a Marabá foi liberado. Para além do Pará, abria-se uma via de comunicação com a Belém-Brasília, que ia de Tocantinópolis a Estreito. Apesar de acanhadas, as ligações sustentaram, desde sua abertura, um pesado fluxo de veículos, especialmente transporte de carga e coletivos regulares. Por ocasião das obras, São Domingos do Araguaia serviu de acampamento para os 200 empregados da empresa responsável pelo empreendimento (Engeplan). Hoje, o canteiro de obras produz movimento semelhante na sede do município. Sobre as mudança na década de 1970, os Suruí lembram: "... Essa aí, a BR-153, eles (o Exército) fizeram de primeiro no facão. Daí, à tarde, tinha as máquinas que chamam moto, moto de serra. Derrubava as árvores. Depois, tinha outra máquina, que deixava pronto. Foi assim que eles passaram aqui. Mas eles nunca diziam nada para ninguém. Vinham derrubando tudinho, daqui no São Geraldo. Depois que a gente prendeu as máquinas, que eles fizeram o desmatamento, é que eles fizeram essa estradinha da aldeia. Para a gente, faz de conta que é dinheiro, naquele tempo não sabia de nada".

O laudo antropológico apresentou as reivindicações dos Suruí relativas à presença da da BR-153 na TI e encaminhou o pedido de indenização requerido pela Comunidade Indígena Surui Aikewara ao Governo do Estado do Pará, em função da abertura e pavimentação da estrada. As reivindicações levam em conta que o alargamento e pavimentação da estrada intensificará o trânsito de veículos na rodovia; que a intensificação do tráfego acarretará aumento de perigos e de ruídos; que o uso da rodovia pelos Suruí é intenso; que o gado criado por esses índios é forçado a atravessar a estrada para chegar até a aldeia; que o trânsito na BR-153, após a pavimentação, facilitará a entrada e saída de estranhos na área indígena, que, assim, estará sob ameaça de invasão e ocupação, bem

como de roubo de castanha-do-pará, cupuaçu e animais silvestres; que acidentes e atropelamentos multiplicaram-se após a pavimentação da rodovia. *(Trechos do laudo de Jane Felipe Beltrão, dez/98)*

TEMBÉ/ TI TURÉ-MARIQUITA

MINERADORA INICIA ATIVIDADES...

Primeira empresa a explorar o imenso potencial da terceira maior jazida de caulim do mundo, a Pará Pigmentos S/A será inaugurada em 11 de outubro de 1996. A empresa já fez seu primeiro embarque – cinco mil toneladas de caulim "coating" -, destinado ao porto de Antuérpia, Bélgica. Mas ainda há uma pendência da Pará Pigmentos com a Funai e a Associação Indígena Tembé de Tomé-Açu (Aitta), que prevê ressarcimento aos índios pela passagem de um mineroduto de 180 km por dentro da TI. Caso o assunto não seja resolvido, os índios ameaçam adotar represálias. A Pará Pigmentos é uma associação da Caulim da Amazônia S/A (Grupo Caemi), com a CVRD, a Mitsubishi Corporation e a International Finance Corporation (IFC), agência financeira do Bird. *(Gazeta Mercantil, 04 a 06/10/96)*

... E RESPONSABILIZA-SE POR "PROGRAMA TEMBÉ"

Com a presença do presidente da Funai, Júlio Gaiger, a empresa Pará Pigmentos assinou o termo de compromisso 01/96 com o órgão indigenista federal, se comprometendo a realizar programas de apoio à comunidade Tembé de Tomé-Açu, situada na área de influência do projeto de exploração de caulim da empresa. A empresa se obriga, assim, a executar ações de proteção à comunidade indígena num prazo de cinco anos, como contrapartida pelo desmatamento e pela poluição de alguns igarapés que correm dentro da terra Tembé. O valor a ser aplicado nesse período, segundo o acordo, é de R$ 669 mil.

O Programa Tembé, como ficou nomeado, prevê apoio à implantação de produção auto-sustentável, educação, saúde e nutrição. Além de ter que pagar parte dos salários de dois professores e dois monitores de saúde, a empresa se compromete ainda a financiar recursos humanos para a proteção ambiental da área, melhorias nas condições de saneamento básico e maquinários para a produção agrícola da comunidade. Os índios contribuirão com a mão-de-obra necessária à execução do projeto. As negociações para o Programa vinham desde 1992. Diante da morosidade do processo, Lúcio Tembé disse que "índio não quer papel, índio quer trator". *(O Liberal, 09/11/96)*

PROGRAMA TRAZ PRIMEIRAS MELHORIAS

A Pará Pigmentos começou a executar os projetos do Programa Tembé, conforme compromisso assinado com a Funai. Em dezembro, um trator foi entregue à comunidade indígena junto com 15 lotes de terra. Amostras de sangue e fezes foram coletadas de cerca de cem índios e enviadas à UFPA para checar se houve contaminação da comunidade pelo resíduos químicos lançados pela empresa nas águas da TI. Há casos de diarréias entre os índios, que já estariam sendo medicados, segundo a Funai. Pomares comunitários, com cupuaçu, bacuri e outros frutos já estão sendo cultivados. *(O Liberal, 21/02/97)*

TEMBÉ/ TI ALTO RIO GUAMÁ

OCUPANTES DA TI FAZEM ÍNDIOS DE REFÉNS

Moradores de Vila Livramento, instalada dentro da TI Alto Rio Guamá, mantêm 77 índios Tembé, Kaapor e Timbira como reféns desde o dia 29 de maio. Alguns jornais informam que esse número alcançaria 80 índios e que, além deles, quatro funcionários da Funai também são mantidos em cativeiro pelos colonos. A medida foi tomada depois que um grupo de índios saqueou uma casa comercial da vila, ameaçando seus moradores e matando seus animais. Centenas de outros moradores da região chegaram à Vila Livramento para engrossar o movimento dos não-índios, que ocupam irregularmente terras dentro da TI Alto Rio Guamá. Equipes da PM e da PF também estão no local. A confusão aumentou com a chegada de políticos e candidatos da região, que se aproveitam da oportunidade para insuflar os não-índios contra os índios, dificultando as negociações.

Ontem, Funai e líderes dos moradores iniciaram negociações para por fim à confusão, mas as propostas encaminhadas aos colonos foram rejeitadas. "Nós queremos que o governo resolva em definitivo o problema que temos há anos com os índios. Não somos vagabundos, somos trabalhadores", afirmava um dos líderes. Fatigados e assustados, os índios estão sendo mantidos em um barracão junto com os servidores da Funai. No início da noite, o delegado da PF manteve contato com o governador Almir Gabriel, que, ao aceitar receber os colonos, enviou um ônibus para buscá-los. *(ISA, a partir de FSP e O Liberal, 31/05/96)*

PAULO AMORIM/O LIBERAL - 1996

Livramento (PA): Tembé reféns de posseiros.

ÍNDIOS DEIXAM O CATIVEIRO...

Depois de 48 horas, os cerca de 80 índios mantidos como reféns por colonos de Vila Livramento foram libertados e retornaram imediatamente para suas aldeias. Três funcionários da Funai permaneceram detidos no lugar dos índios até que o Ibama, o Incra e a Funai assumam várias reivindicações dos colonos. "O governo federal é o responsável pelo problema entre colonos e índios, já que vem adiando há décadas uma solução para a questão", afirma o documento. Uma reunião está sendo marcada entre as partes, na sede da Funai em Belém. O documento exige que os índios se comprometam a não mais irem até Vila Livramento, indenização pelas perdas provocadas pelo episódio e a agilização das medidas necessárias para que os colonos possam obter a posse da terra. *(O Liberal, 01/06/96)*

... E PROMETEM VINGANÇA

Tembé estão prometendo vingança contra os moradores de Vila Livramento. "Quem entrar na nossa terra vai morrer, seja pequeno, grande, homem ou mulher", disse o índio Ednaldo Tembé. Todos estão reunidos há alguns dias para discutir o que fazer contra a ocupação da reserva. Em coletiva dada à imprensa, o porta-voz dos Tembé, Valdeci, disse que esperam que o governo federal tome providências para desintrusar as terras. Mas que, se nada for feito, novos conflitos poderão surgir. *(O Liberal, 03/06/96)*

PREFEITO INCENTIVA NOVAS INVASÕES

O acordo fechado entre entidades do governo, índios e colonos para pacificar os conflitos na TI Alto Rio Guamá está por um fio. O vereador Antônio Nildo, do município de Nova Esperança do Piriá, próximo da TI, denunciou à chefe da Divisão Fundiária da Funai, em Belém, Regina Célia Fonseca Silva, que o prefeito Ademar Barros continua incentivando os colonos da região a invadir a reserva. Segundo o vereador, o prefeito estaria afirmando que um advogado, Delmiro Santos, conseguiria a redução da área indígena com base no Decreto 1.775, que introduz o princípio do contraditório no processo de demarcação. O Decreto 1.775, no entanto, é inócuo em relação à TI Alto Rio Guamá, já que a mesma foi demarcada e tem registro definitivo no SPU.
(O Liberal, 14/06/96)

MADEIRA E MACONHA

Os 1.200 Tembé que vivem na reserva do Alto Rio Guamá convivem com mil famílias de brancos em suas terras. Estes invasores foram estimulados a se assentar em terras indígenas pelos poderes municipais, em troca de votos. O total descaso da Funai com a situação dos Tembé foi denunciado em agosto, em Belém, por lideranças, que acusaram a presença de grandes e pequenos madeireiros há mais de 30 anos, explorando a reserva florestal dos índios. "Essa é a maior causa da revolta dos índios, fomos à Justiça, mas ninguém teve força para fazer valer nossos direitos", afirmou Muti Tembé. Cerca de mil toras de madeira, apreendidas em junho na área Tembé pelo Ibama, segundo o cacique, sumiram do órgão.
As queixas dos índios foram ouvidas pela Procuradoria da República, em Belém. O procurador Ubiratan Cascta explicou aos índios o andamento das ações para retirar os invasores, mas os Tembé entendem que tudo só será resolvido através de uma ação conjunta da Funai, Polícia Federal, Ibama, Incra e Polícia Militar.
Os Tembé informaram que a omissão das autoridades tem garantido sucesso a uma indústria promissora levada pelos colonos invasores na área Tembé: a produção de maconha. *(O Liberal 16/08/98)*

ARAWETÉ

CATAPORA MATA 4

Um recém-nascido, um de 38 e dois araweté maiores de 60 anos, da aldeia Ipixuna, morreram de catapora nos últimos 15 dias, em Altamira, sudoeste do Pará. Um surto da doença atingiu os Araweté e deixou outros 16 índios internados no Hospital Municipal de Altamira. Uma equipe médica da Fundação Nacional da Saúde (Funasa) já está no Ipixuna e disse que no momento a situação está sob controle. Segundo a chefe do Distrito Sanitário Especial Indígena de Altamira, Maria Thereza Fialho, o grande problema dos Araweté é a desnutrição. O rio onde eles costumavam pescar está seco e os índios têm se alimentado basicamente do que plantam. "Eles só comem carboidratos, passam o dia mascando milho batido no pilão. Estavam muito fracos", disse. Thereza contou que desde que souberam do surto, há quinze dias, uma equipe médica (com um médico, um laboratorista, duas enfermeiras, dois auxiliares de enfermagem e uma cozinheira) está no local. Ela contou também que tem mandado alimentos para lá. "Com o reforço alimentar, a médica de lá me garantiu que a resistência dos índios já melhorou e os afetados pela doença estão se recuperando", disse Thereza. O coordenador da Funai na região, Roberto Benigno que esteve na aldeia até 19h de sexta-feira (3) confirmou as informações de Thereza. *(Carolina Chagas, Último Segundo/IG, 04/11/00)*

ÍNDIOS ESTÃO ASSUSTADOS

Um avião da prefeitura de Altamira (sudoeste do Pará) já fez dez viagens nos últimos 15 dias para a aldeia Ipixuna, dos Araweté. De avião, foram transferidos os 16 índios infectados por catapora para o hospital municipal da cidade. O coordenador da Funai na região, Roberto Benigno disse que os índios estão assustados com a doença, mas que a equipe médica já controlou a situação. "Ontem, ainda tive de convencer um jovem a deixar a mãe ser transferida para o hospital. Eles têm medo de mandar os parentes para o hospital", disse Benigno. Chefe do Distrito Sanitário Especial Indígena de Altamira, Maria Thereza Fialho, disse que a situação nas tribos vizinhas dos Araweté (Paracanã, Arara e Xicrim do Bacajá) é bem melhor. "Eles até tiveram contato com o vírus da catapora, mas estão mais fortes e bem alimentados e não adoeceram", disse. Thereza contou ainda que a vacina da catapora é restrita à rede pública de São Paulo, mas que pediu às autoridades federais doses para prevenir novos surtos na tribo. "Na situação atual, de nada adiantaria a vacina, mas espero que o governo se sensibilize com o quadro atual e faça a compra", disse. *(C. Chagas, Último Segundo/IG, 04/11/00)*

"MALOCAS, ALIMENTAÇÃO PRECÁRIA E FALTA DE HIGIENE"

O surto de catapora que atingiu índios Araweté pode contaminar todos os 280 índios da aldeia Ipixuna (PA), mas a perspectiva é a de que não ocorram novas mortes por causa da doença, informou ao Último Segundo o médico Ubiratan Pedrosa Moreira, Coordenador de Saúde Indígena da Funasa, órgão do Ministério da Saúde. A proliferação da doença se deu porque os índios vivem em malocas coletivas - cada uma com 40 a 50 índios - e isso propicia a contaminação. "A transmissão viral numa situação dessas é como um rastilho de pólvora", disse o médico Ubiratan Moreira. "A catapora é uma doença boba, mas os índios têm baixa imunidade e são rapidamente contaminados", disse o médico, informando que a causa das mortes não é propriamente a catapora, mas a infecção nas bolhas que se transformam em feridas ou mesmo a desidratação.

Segundo o médico, a situação na aldeia Ipixuna favorece a doença porque os índios têm alimentação deficiente e higiene precária. A equipe médica está fornecendo alimentos como arroz, feijão, mandioca e a limpeza das bolhas com permanganato das feridas o que evita a infecção. Os casos mais graves foram tratados com antibióticos. *(C. Lôbo, Ultimo Segundo/IG, 04/11/00)*

FUNAI E ANTROPÓLOGO NÃO ACREDITAM EM DESNUTRIÇÃO

Nerci Caetano Ventura, diretor de assistência de administração da Funai (órgão do Ministério da Justiça) na região de Altamira, sudoeste do Pará, afirma que a dieta dos índios Araweté é equilibrada. A subnutrição foi apontada pela Funasa - órgão do Ministério da Saúde responsável pela saúde dos índios - como uma das causas da morte de cinco indígenas infectados por um surto de catapora na aldeia. Caetano garante que os Araweté comem proteína, mesmo em época de pouca chuva. "Eles comem carne de jabuti, de veado e alguns peixes que ficam no que resta de água do igarapé, além da farinha de mandioca, do milho e outros vegetais", afirma. Eduardo Viveiros de Castro, antropólogo que estudou quatro gerações de Araweté e ficou quinze anos em contato com a aldeia, avisa que eles são muito melhor alimentados que o brasileiro médio. "Não é todo mundo que pode comer carne, peixe e milho", disse, destacando também que, na época de seca, a pesca fica facilitada porque os peixes se concentram nas lagoas formadas no fundo do leito do rio. "Parece ao menos estranho que os Araweté estivessem subnutridos. A não ser que os médicos da Funasa tenham chegado quando os homens da tribo já estavam doentes e sem caçar há dias", disse.

O surto de varicela foi detectado também em outras tribos, como os Arara, Xicrim e Paracanã. Mas até então nenhum índio havia falecido. O antropólogo Viveiros de Castro explica que os Xicrim tiveram contato com os brancos há mais tempo que os Araweté e já estavam melhor imunizados. "O primeiro contato oficial dos Araweté foi em 1976. Nesse mesmo ano, eles perderam quase metade da população por causa de uma epidemia de gripe e de conjuntivite levada por um membro da expedição branca", diz. A partir de então, foram registradas repetidas epidemias, principalmente de gripe, que dizimaram várias gerações. Mas nunca foi visto um caso de catapora entre eles. Há alguns anos, os Araweté conseguiram crescer até os 270 atuais índios da aldeia, mesmo número de antes do contato."Acho surpreendente essa nova epidemia, já que a situação parecia estabilizada", afirma o antropólogo. *(Ana Paula Chinelli, Ultimo Segundo/IG, 06/11/00)*

POLÊMICA MÉDICA SOBRE A VACINA

Dois técnicos do Programa Nacional de Imunização, que é ligado ao Ministério da Saúde, chegam nesta terça-feira aos Araweté. De acordo com a coordenadora do Programa Nacional de Imunização, Maria de Lurdes Maia, além dos técnicos, 300 doses de vacina contra varicela já deixaram o Rio de Janeiro, e também devem chegar hoje à tribo. A tribo receberá também 400 doses de imunoglobulina específica contra catapora, que é um anticorpo que pode ser aplicado em indivíduos que já foram contaminados, e nos quais a vacina não teria mais eficácia.

O infectologista da Universidade Federal de São Paulo, Arary da Cruz Tiriba, compara o uso de vacinas num momento de epidemia a uma corrida de fórmula 1. "O vírus que sai na frente vence a competição. Diferente da vacinação infantil feita conforme o calendário médico, numa epidemia, a competição entre o vírus injetado e o vírus selvagem depende das proporções que a doença atingiu. A vacina poderia gerar até novas cataporas mais leves que a convencional", afirma o médico. Como 22 dos 280 membros da aldeia Araweté já foram hospitalizados, ele não vê mais possibilidade de prevenir a expansão da doença com a vacina, devido ao caráter explosivo da catapora. Segundo Tiriba, se 10% estão hospitalizados, a cadeia de transmissão está em curso e será improvável atuar preventivamente. A melhor ação, neste caso, seria o isolamento dos que ainda não foram contaminados.

O Ministério da Saúde, por meio do Comitê Técnico de Assessoria para Imunizações definiu há três meses que todas as tribos indígenas com surto da doença devem ter toda sua população vacinada gratuitamente. A vacina deve ser aplicada em regime de urgência nos cinco primeiros dias após a notificação da doença. A FUNASA estará realizando, pela primeira vez no país, uma intensa vacinação de índios contra a varicela, conhecida popularmente por catapora. A medida foi tomada para conter a evolução da doença em nove comunidades indígenas da região de Altamira (PA).

Além de vacinar os índios que não contraíram a catapora, o diretor nacional de Saúde Indígena da FUNASA, Ubiratan Pedrosa, determinou a aplicação de imunoglobulina nos índios que mantiveram contato prolongado com os doentes. Para tanto, a FUNASA solicitou ao sistema de saúde pública de Belém (PA) e de Brasília (DF) o envio, para o DSEI de Altamira, das doses de vacina contra a catapora e de imunoglobulina necessárias à proteção imunológica de todas as aldeias indígenas suscetíveis à doença. Outra atitude imediata do diretor de Saúde Indígena da FUNASA, que está em Altamira (localizada a 800 km da capital paraense), foi encaminhar para as aldeias mais infectadas uma equipe de profissionais de saúde que iniciaram hoje o levantamento epidemiológico da doença no oeste do Pará." *(Carina Martins & Heloisa Ribeiro Ultimo Segundo/IG, 07/11/00)*

QUEM VAI SEGURAR O RESCALDO DA CRISE?

"A fase difícil já passou e a situação agora está sob controle". Este foi o diagnóstico de Benigno Marques, administrador da Funai em Altamira e ex-chefe de posto na Terra Indígena Araweté do Igarapé Ipixuna, no sudoeste do Pará, onde habitam cerca de 280 índios, dos quais pelo menos 218 foram acometidos pelo surto de varicela - doença de origem virótica popularmente conhecida como catapora - nos últimos 20 dias, segundo dados da Funasa. A doença provocou a morte de um recém-nascido e quatro adultos, causando ainda a internação de 22 Araweté.

A situação, contudo, ainda está longe de ser resolvida. Restam cinco araweté internados no hospital municipal e cerca de 30 na Casa do Índio de Altamira. De acordo com Benigno Marques, a catapora também alastrou-se em outras aldeias da região (Bacajá, Asurini do Koatinemo e Arara). No momento, no Ipixuna, cerca de 25 araweté ainda estão contaminados pela doença.

Ontem, uma equipe de sanitaristas do Instituto Evandro Chagas, de Belém, colheu amostras de sangue de índios no local, vacinou os não contaminados e aplicou medicamento para aumentar a resistência dos doentes. Além disso, há uma equipe de dois médicos e alguns paramédicos da Secretaria Municipal de Saúde prestando assistência no local.

A Funasa comprometeu-se a vacinar todos os membros das 12 aldeias da região até, no máximo, a próxima terça-feira. Além disso, todo os Araweté receberam doses de imunoglobulina, substância que contém o anticorpo da catapora e impede sua manifestação.

Apurando responsabilidades - Para apurar as mortes dos cinco índios, será aberto um inquérito policial e outro administrativo. O diretor da Funasa, Ubiratã Pedrosa, esteve ontem em Altamira, onde se reuniu com dois Procuradores da República e assumiu a responsabilidade pelo ocorrido. Segundo testemunhou Tarcísio Feitosa da Silva, do Cimi, o chefe do DSEI local não teve a mesma postura e entrou em atrito com os Procuradores, que também

prometeram apurar a aplicação dos recursos concedidos pela Funasa no convênio com a Prefeitura. De acordo com Benigno Marques, o impacto do surto de catapora nos Araweté foi mais drástico pela ineficiência do convênio da Funasa com a Prefeitura de Altamira, que contratou profissionais sem experiência, os quais permitiram que índios doentes retornassem às comunidades e contaminassem os demais. De acordo com Tarcísio Feitosa da Silva, a epidemia teve início em julho passado, quando um Araweté teve catapora e retornou ao Ipixuna levando a doença. No caso dos Araweté, diz Benigno, há o agravante de que eles sempre tiveram "baixa resistência", desde o tempo dos primeiros contatos, quando boa parte morreu contaminada por uma epidemia de conjuntivite. O funcionário da Funai também rejeitou todas as justificativas para o surto dadas pelos representantes locais da Funasa, como subnutrição pelo final da estação seca, falta de higiene e número de pessoas por residência coletiva.

Na mesma direção, Tarcísio Feitosa aponta a má aplicação dos recursos do convênio da Funasa pela Prefeitura, dando exemplos como a compra de gabinetes dentários que ficam na cidade, enquanto na aldeia o dentista trata os Araweté em um banquinho; disse ainda que as instalações do posto de saúde no Ipixuna, construído com verba do convênio, são absolutamente inapropriadas, de modo que "não dá nem pra atar uma rede!".

Na avaliação de Beto Ricardo, antropólogo e pesquisador do ISA que esteve com os Araweté no início da década de 90, de agora em diante, espera-se que, além do Ministério Público Federal apurar as responsabilidades, o Ministério da Saúde deve garantir a erradicação da doença na região. Em razão dos poucos recursos que sobraram do convênio com a prefeitura nesse final de exercício, é preciso a liberação de verbas extras para instalar um posto de saúde adequado no Ipixuna e assegurar uma equipe médica especializada de plantão em Altamira, com plenas condições de se deslocar para as aldeias, caso haja novos casos da doença, até o final do surto. O pior já passou, mas é preciso que o governo responsabilize-se pelo rescaldo da crise. *(Valéria Macedo, Notícias Socioambientais/ISA, 09/11/00)*

CIMI DIZ QUE SINAIS DE EPIDEMIA NÃO FORAM NOTIFICADOS

A equipe do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) de Altamira (PA), reafirmou a versão de que a chegada da catapora na aldeia Ipixuna, em julho, é mais um caso de epidemia não notificada pelos auxiliares de enfermagem das aldeias no momento em que o primeiro caso ocorre.

"Os índios gostam de vir à cidade fazer supermercado, pegar a aposentadoria, visitar parentes e, na Casa do Índio, misturam-se às pessoas que ainda não foram completamente curadas", explica Marcos Antonio Reis, membro da equipe do Cimi/Altamira. Segundo ele, os auxiliares de enfermagem nunca removem os índios no momento em que identificam os primeiros sintomas de uma possível epidemia.

Uma araweté portadora de catapora morreu ontem com complicações generalizadas, por perda de resistência e, segundo membros do Cimi, por ter desenvolvido também a tuberculose.

O Cimi de Altamira diz estar atento para a situação das 12 aldeias do Oeste paraense. "Quando os índios deixam a aldeia e vêm ficar internados num espaço desconhecido, freqüente-mente entram em depressão e resistem a tomar os medicamentos. Tanto que o estado de saúde dos três Araweté ainda internados é grave", revela Marcos Antonio Reis, da equipe do Cimi/ Altamira.

Todas as seis mortes até o momento foram entre os Araweté: uma criança recém-nascida e cinco adultos (Iripubai-hi, Ararinha-hi, Mitanhi e seu genro e, ontem, Tiai-hi), mas o Cimi garante que o vírus ressurgiu em Tucamã, Cajueiro, Koatinemo, Apiterewa, Xingu e Bacajá. *(Heloisa Ribeiro, Último Segundo/IG, 13/11/00)*

FUNASA E CIMI DIVERGEM SOBRE APLICAÇÃO DE RECURSOS

Entre janeiro e novembro deste ano foram investidos R$ 1 milhão e 300 mil reais na área de saúde indígena para as 12 tribos do Oeste do Pará, mas membros da equipe do Cimi de Altamira entendem que há pelo menos três casos concretos sobre a má utilização desses recursos.

Primeiro, a Funasa em convênio com o distrito de Altamira optou pela construção de três "gabinetes odontológicos" na cidade, já que lá vivem 800 indígenas que acabam por transformar Altamira na "maior aldeia da região". Assim, o convênio entre a Funasa e a Secretaria de Saúde para construir os postos odontológicos teve como prioridade o público indígena da cidade. "No entanto, brancos e índios formam filas diariamente nesses locais e, na prática, a prioridade não funciona", revela Marcos Antonio Reis, do Cimi.

"Não é verdade, só depois que concluímos que a demanda indígena não era alta, decidimos atender a população branca. E já estamos discutindo uma escala de horários em que só os índios serão atendidos", explica a representante da Funasa no local.

A construção de poços d'água em três aldeias do Oeste paraense é outra situação denunciada pelo Cimi: houve desperdício de verbas, já que os poços foram perfurados em locais onde a água não é potável, primeira condição para um bom controle sanitário.

A Funasa rebate: "os três poços não deram água de boa qualidade, mas o sistema de infra-estrutura sanitária está começando a ser construído este ano. O Cimi está pegando casos isolados para criar confusão, antes dos investimentos públicos não havia nem enfermeiros nas tribos".

Para Reis, "se a administração do distrito usasse a verba que paga o salário de alguns funcionários e contratasse um engenheiro para estudar os melhores locais para instalação dos poços, evitaria desperdício, beneficiando diretamente os índios. Há funcionários ganhando R$ 3 mil reais por mês na Secretaria de Saúde, sem nenhuma formação superior", denuncia Reis.

A Funasa lembra que os recursos são aplicados prioritariamente na compra de medicamentos, pagamento das equipes médicas (um médico, um enfermeiro e um auxiliar de enfermagem, cada) e leitos hospitalares. *(Heloisa Ribeiro, Último Segundo/IG, 14/11/00)*

OITAVA MORTE

Mais uma Araweté morreu em conseqüência da catapora. Desta vez foi Kamadin-hi, 62, que morreu no Hospital Universitário Barros Barreto, em Belém, onde estava usando respiradores artificiais, por conta de uma infecção pulmonar derivada, segundo o médico Carlos Barreto. Outro Araweté está internado no mesmo hospital. *(A Crítica, 22/11/00)*

9. NORDESTE

CLÁUDIO LIMA/JORNAL O POVO – 1997

Payakú

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
39	Atikum	Atikum	2.743 Funasa: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. de 05/01/96 do pres. F.H. Cardoso, homologa a demarcação administrativa (DOU, 08/01/96). Reg. CRI de Carnaubeira Penha, Comarca de Floresta Matr. 1.099, Liv 2-I, fl. 26 em 18/01/96. Reg. SPU Cert. 005 em 27/08/98.	16.290	Carnaubeira da Penha	PE	Rodovia PE-423 corta a área.
769	Barra	Kiriri Atikum	32 Funai: 93	Adquirida p/ assentamento dem. Adquiridos pela Funai em 1986 aproximadamente 62 ha, parte da Fazenda Passagem. Foram demarcados em 1991 apenas 37 ha. Área ocupada pelo grupo Kiriri apenas p/atividades agrícolas. (Peti, 93). Port. Funai 445 de 08/05/98 determina o deslocamento de funcionários da Procuradoria Geral da Funai p/ impetrar ações judiciais e proceder atos administrativos visando solucionar questões fundiárias relativas à TI Kiriri de Passagem (DOU, 11/05/98)	37	Barra	BA	
400	Brejo do Burgo	Pankararé	827 Funai: 96	Delimitada. Em demarcação. Port. Min. 265 de 28/05/92 declara de posse permanente (DOU, 29/05/92). Extrato de contrato entre Funai e Tropocart x Topografia e Engenharia p/ demarcação da TI (DOU, 30/12/99). Vigência 16/12/99 a 15/12/2000. Valor R$ 68.297,80	17.700	Nova Glória	BA	Hidrelétrica construída (Itaparica) e planejada (Moxotó e Xingó). Projeto de reassentamento de jusante.
65	Caiçara/ Ilha de São Pedro	Xokó	310 Funai: 96	Homologada. Reg. CRI. Dec 401 de 24/12/91 homologa demarcação (DOU, 26/12/91). Esse ato uniu a AI Caiçara à Ilha de S. Pedro que tem 97 ha. Reg. CRI de Porto de Folha Matr. 4.685, Liv. 2-U. fl. 14 em 31/08/92. Doação av. 3.211 em 19/08/85. Port. Funai 35 de 21/01/99 prorroga p/18 dias prazo do art.4 da Port.1.137 de 04/01/99 referente ao pgto de indenização de benfeitorias de boa-fé (DOU, 25/01/99). Port. 161 cria CT p/pagto de indeniz. das benf. de boa-fé (DOU, 23/12/99).	4.316	Porto da Folha	SE	Hidrelétrica planejada (Pão de Açúcar - Chesf). A Ilha de São Pedro foi doada pelo governo de Sergipe à União para uso da Funai em 1980. Reg. CRI Matr. 1211, Liv. 2F, fl. 211 em 17/12/79.
1355	Córrego João Pereira	Tremembé	336 GT/Funai: 99	Em Identificação. Port. 10 de 13/01/99 cria GT p/ identificação da TI (DOU, 15/01/99).	3.140	Itarema	CE	
729	Entre Serras	Pankararu	0	Em Identificação. Port. Funai 178 de 29/03/99 cria GT p/ conclusão dos trabalhos de levantamento fundiário (DOU, 30/03/99).	0	Tacaratu	PE	
100	Fazenda Canto	Xukuru-Kariri	1.300 Funai: 96	Dominial Indígena. Reg. CRI Reg. Cartório 20a. da GT p/conclusão dos trabalhos de levantamento fundiário (DOU, 30/03/99).	372	Palmeira dos Índios	AL	Ferrovia RFFSA corta a área.
104	Fulni-ô	Fulni-ô	2.930 Funai: 99	Dominial Indígena. Área correspondente a 427 lotes de 30 ha cada, distribuídos entre as famílias em 1926.	11.506	Itaíba Águas Belas	PE PE	Rodovias BR-423, PE-300 e PE-244 cortam a área.
121	Ibotirama	Tuxá	513 Funasa: 99	Homologada. Dec. 379 de 24/12/91 homologa demarcação (DOU, 26/12/91). Caracterizada como de domínio indígena. Port. Funai 406 de 09/06/99 delega competência ao administrador da ADR de Paulo Afonso/BA para representar a Funai na escritura e doação a ser celebrada entre a Chesf e a União Federal dos imóveis: Fazendas Morrinhos e Outeiro e de outras áreas de terras integrantes da TI (DOU, 11/06/99).	2.019	Ibotirama	BA	Parte da comunidade transferida da TI Rodelas, segundo acordo Chesf/ Funai sobre inundação da área, para áreas adquiridas das faz. Morrinhos e Outeiros pela Chesf.
546	Jacaré de São Domingos	Potiguara	592 Funai João Pessoa: 00	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. s/n de 01/10/93 homologa a demarcação (DOU, 04/10/93). Reg. CRI de Baía da Traição Comarca Rio Tinto Matr. 1.325, Liv. 2G/RG fl. 225 em 17/11/93. Reg. SPU Cert. 01 em 03/01/95.	5.032	Rio Tinto	PB	
418	Jiripancó	Jiripancó	1500 Funasa: 99	Em Identificação. Port. Funai 1.285 de 25/08/92 cria GT p/identificar a área. Chegou a ser identificada com 1.110 ha e 14 km de perímetro. Port. Funai 743 de 10/07/98 cria GT p/estudo de identificação da TI (DOU, 14/07/98).	0	Pariconha	AL	
157	Kambiwá	Kambiwá	1.578 Funasa: 99	Homologada. Decreto s/n de 11/12/98 homologa a demarcação (DOU, 14/12/98).	31.495	Floresta de Inajá Ibimirim	PE PE	Rodovia BR-110 corta a área.
550	Kantaruré	Kantaruré	244 Funai: 98	Delimitada. Em Dem. Port. Min. 245 de 30/03/98 declara de posse permanente indígena (DOU, 31/03/98). Extrato de contrato 31/99 entre Funai e Meridional Consultoria Projetos e Construções Ltda. p/ demarcação da TI. Vigência 16/12/99 a 15/12/2000. Valor R$ 23.894,16 (DOU, 30/12/99)	1.811	Nova Glória	BA	Hidrelétrica construída (Itaparica).
162	Kapinawá	Kapinawá	956 Funasa: 99	Homologada. Dec. s/n de 11/12/98 homologa a demarcação (DOU, 14/12/98). Resolução 87 de 11/2/00 considera de boa-fé 13 ocupantes não índios (DOU, 14/2/00).	12.403	Ibimirim Tupanatinga Buíque	PE PE PE	

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
375	Karapotó	Karapotó	796 Funasa: 99	Delimitada. Dec. de 11/8/92 declara de interesse social p/ fim de desapropriação de particulares p/ servir de habitat aos índios Karapotó, passando a integrar a RI (DOU, 12/8/92). Port. Funai 687 de 28/07/97 cria GT p/ realizar levantam. das benfeitorias implanta des no limite da área (DOU, 30/07/97).	1.810	S. Sebastião	AL	
428	Kariri	Kariri	0	A Identificar. Consta do Plano de Metas da Funai, 87.	0			
166	Kariri-Xocó	Kariri-Xokó	1.433 Funasa: 99	Homologada. Dec. s/n de 04/10/93 homologa a demarcação (DOU, 05/10/93). Port. Funai 744 de 10/07/98 cria GT p/ reestudar a TI (DOU, 14/07/98). Port. Funai 317 cria GT p/ reestudo de identificação da TI (DOU, 13/05/99).	699	Porto Real do Colégio	AL	Rodovia BR-101 e ferrovia RFFSA no limite
174	Kiriri	Kiriri	1.346 Funasa: 98	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 98828 de 15/01/90 homologa a demarcação como Colônia Indígena (DOU, 16/01/90). Reg. CRI Matr. 2969, Liv. 2-M, fl. 83 em 22/03/90. Reg. SPU Cert. 28 em 14/06/96. Port Funai 85 de 05/03/96 cria GT p/ estudos e levantam/ do uso do solo para os Kiriri. Instalação de 8 marcos geodésicos. Port. Funai 449 de 13/6/96 envia funcionário p/pgto das benfeitorias de boa-fé definidas p/Resolução de 16/5/96, implantadas pelos não-índios. Delega competência ao mesmo p/ assinar em favor da União, escritura pública de reconhecimento de domínio que será levrada p/ ocupantes não-índios, detentores de domínios incidentes na AI. (DOU, 19/06/96). Realiz. Levantam Cadastral das pessoas que requerem o reconhecim de ocupação de boa-fé por não terem sido incluídas na relação de pagto das benfeitorias (DOU, 01/01/98)	12.300	Ribeira do Pombal Quijingue	BA BA	Port. Funai de 30/12/97 cria GT p/ constatar a veracidade das alegações das ocupações na TI. Port. Funai 284 cria GT p/ efetuar pagamento das benfeitorias implantadas por ocupantes não-índios na TI, considerados de boa-fé p/Comissão Permanente de Sindicância (DOU, 06/04/98). Port. Funai 269 de 23/04/99 constitui a Com. Técnica p/dar continuidade ao pagtos de indenização (DOU, 27/04/99). Port. Funai 543 cria CT p/ dar continuidade ao pagtos (DOU, 09/07/99)
760	Lagoa da Encantada	Paiaku	220 Funai João Pessoa: 00	Com Restrição de Uso. Port. Funai 6 de 07/01/99 estabelece restrição ao direito de ingresso, locomoção e permanência de pessoas estranhas aos quadros da Funai pelo período de 6 meses, para fins de estudos e reconhecimento da TI (DOU, 02/02/99). Port. 38 de 31/01/00 determina deslocamento de técnicos p/ complementar os estudos de Identificação (DOU, 02/02/00)	1.075	Aquiraz		
204	Massacará	Kaimbé	634 Funasa: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 395 de 24/12/91 homologa demarcação (DOU 26/12/91). Reg. CRI de Euclides da Cunha Matr. 2813, Liv. 2-H, fl. 577 em 23/12/88. Reg. SPU Cert. 006 em 16/10/98. Port. Funai 449 de 13/06/96 envia funcionário p/reavaliar as benfeitorias cadastradas no levantam. Fundiario da AI (DOU, 19/06/96).	8.020	Euclides da Cunha	BA	
205	Mata da Cafurna	Xukuru-Kariri	455 Funai: 94	Dominial Indígena. Reg. CRI. Port. 959/E de 16/07/81. Reg. CRI de Palmeira dos Índios Matr. 3149, Liv. 2-N, fl. 117 em 23/02/81.	117	Palmeira dos Índios	AL	
551	Muriti	Kaimbé	0	A Identificar. (Sampaio: 89)	0	Euclides da Cunha	BA	
222	Nova Rodelas (área urbana)	Tuxá	409 Funasa: 99	Adquirida p/assentamento. Área adquirida pela Chesf p/reassentamento dos Tuxá atingidos pela UHE de Itaparica (Funai, 90). Port. 1.096 de 24/10/97 cria GT p/ proceder eleição de nova área para a comunidade indígena Tuxá de Rodelas (DOU, 14/11/97).	104	Rodelas	BA	Parte da comunidade transferida da TI Rodelas, segundo acordo Chesf/Funai sobre inundação da área. Rodovia BA-210 no limite
553	Olho D'Água do Meio	Tingui Boto	0	A Identificar. (Sampaio: 89)	0	Feira Grande	AL	
555	Pambu	Truká	0	A Identificar. (Sampaio: 89)	0	Curaçá	BA	Área de inundação de hidrelétrica planejada (UHE do Ibó)
230	Pankararé	Pankararé	200 Sampaio: 89	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. s/nde 05/01/96 homologa demarcação (DOU, 08/01/96). Reg. CRI Comarca de Glória Matr. 5.886, Liv. 2 AB-RG, fl. 44 em 16/01/96. Reg. SPU Cert. 31 em 14/06/96. Port. Funai 291 cria CT p/ pagto de benfeitoria de boa-fé (DOU, 02/05/00).	29.597	Glória	BA	
231	Pankararu	Pankararu	4.146 Funasa: 99	Homologada. Reg. CRI. Dec. 94603 de 14/07/87 homologa a demarcação reduzindo a área de acordo com Parecer/GTI 165/87. Reg. CRI de Petrolândia (8.051 ha) Matr. 1.557, Liv.2-I, fl. 91 em 18/09/89. Reg. CRI de Taracatu (49 ha) Matr. 666, Liv. 2-F, fl. 09 em 12/10/89. Proc. SPU 10225/87-42.	8.100	Petrolândia Tacaratu	PE PE	Hidrelétrica construída (Itaparica). Rodovia PE-345 corta a área.
751	Pitoguary	Pitaguari	871 GT/Funai: 99	Identificada/Aprovada/Funai. Sujeita à Contestações. Despacho do pres da Funai aprova os estudos de identificação da TI. (DOU 05/07/2000)	1.735	Maracanau	CE	

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
252	Potiguara	Potiguara	5.901 Funai João Pessoa: 00	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec 267 de 29/10/91 homologa demarcação administrativa (DOU, 30/10/91). Reg. CRI de Rio Tinto, Comarca Rio Tinto Matr. 900, Liv. 2-F, fl. 69 em10/06/87. Reg CRI da Baia da Traição, Comarca Rio Tinto Matr 901, Liv. 2-F, fl. 69 em 10/06/87. Reg SPU Cert 002 em 07/02/95	21.238	Baia da Traição Rio Tinto	PB PB	Rodovia PB-041 corta a área. Faixa costeira.
	Potiguara da Monte-Mor	Potiguara	1 082 Funai João Pessoa: 00	Em Identificação/Revisão. Despacho do ministro da Justiça Renan Calheiros acata os argumentos dos contestantes e desaprova a identificação e delimitação da TI na forma da proposta da Funai (5.300 ha) Determine que a Funai proceda novos estudos e que seja arquivado o presente processo por não atender ao disposto no parágrafo 1 do art. 231 da Constituição Federal (DOU, 15/07/99). Port. Funai 933 de 06/10/99 designa antropólogo p/ estudos de identif. da TI (DOU, 09/10/99) Port Funai 13 de 07/01/00 designa antropólogo p/ levantam. de campo p/identificação da TI (DOU, 12/01/00). Port. Funai 250 p/complementar as ativ. da Port 13. (DDU, 17/04/00).	5.300	Rio Tinto Marcação Baia da Traição	PB PB PB	
557	Guixabá	Xukuru-Kariri	65 Sampaio: 89	Adquirida p/ assentamento. Adquirida pela Funai, de posseiro, p/ remoção do grupo familiar dos Satiro vindos da Fazenda Canto	20	Glória	BA	Hidreletricas construídas (Itaparica e Moxotó)
558	Riacho do Bento	Tuxá	708 Funai: 94	Adquirida p/assentamento. Adquirida pela Chesf, porém ainda sob sua posse, nos termos do acordo Chesf/Funai, ref. Transferência dos Tuxa da area inundada p/ UHE de Itaparica (Sampaio, 89)	4.032	Rodelas	BA	Hidrelétrica construida (Itaparica) e planejada (Ibó). Rodovia BA-210 corta a área.
560	Sitio Cajazeiras	Xukuru-Kariri	0 Sampaio: 89	A identificar (Sampaio: 89)	0	Igaci	AL	
761	Tabajara	Tabajara do Caará	0	A Identificar. (Cimi: 93)	0	Viçosa	CE	
301	Tapeba	Tapeba	2.491 Funasa: 99	Delimitada. Port. Ministerial 967 de 24/09/97 declarou de posse indigena (DOU, 25/09/97)	4 658	Caucaia	CE	Faixa costeira. Rodovia BR-222 no limite.
314	Tingui-Botó	Tingui Botó	288 Funasa: 99	Dominial Indigena. Reg. CRI. Port. 817/N/83. Reg. CRI Arapiraca Matr. R3-308 e R3-532, Liv. 2-B, fl. 8V e 232V em 04/09/84. Reg. CRI G. Ponciano Matr. 2144, Liv. 2-I, fl. 142 em 15/03/89. Comprada.	122	Feira Grande	AL	
561	Tocas	Kalmbé Kiriri	0 Sampaio: 89	A Identificar. (Sampaio: 89)	0	Euclides da Cunha	BA	
509	Tremembé de Almofala	Tremembé	1.175 Funai João Pessoa: 00	Em Identificaçao/Revisão. Port. Funai 1.366 de 04/09/92. Despacho do pres da Funai 37 (DDU, 08/07/93). Sub judice.	4 900	Itarema	CE	Faixa costeira.
221	Truká	Truka	1.333 Funasa: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. s/n. de 05/01/96, homologa a demarcação (DOU. 08/01/96) (DOU. 03/09/96). Reg CRI em Cabrobo Matr. 3.820, Liv 2-U, fl 04 em 16/01/96 Reg. SPU Cert. 002 em 20/05/96. Port. Funai 939 de 14/10/98 delega competência ao administrador da ADR/Recife p/ assinar escritura pública de reconhecimento de dominio em favor da União que sera firmada entre o IPA e a Funai, tendo como objetod gleba da terra localizada na Ilha de N.S. de Assunção, destinada à posse e usufruto exclusivo da comunidade Truká (DOU, 15/10/98). Port. Funai 1.143 cria GT p/pagto das benfeitorias de boa-fé (DOU, 16/12/99). Port. Funai 65 de 27/01/99 cria GT p/ novos estudos e levantamentos da identificação da TI (DOU, 29/01/99). Port. Funai 562 de 28/06/00 cria Com. Técnica p/ pagto das indenizações (DOU, 29/06/00).	1.592	Cabrobó	PE	Hidreletrica de Itaparica. Área de inundação de hidrelétrica planejada (Ibó). Port. Funai cria GT p/levantam. fundiário no imóvel de interesse do Instituto da Pesquisa Agropecuária de Pernambuco (IPA) ocupado p/comunidade Truká com vistas a entendimento entre a empresa e a Funai, face a medida liminar de 11/01/96 do juiz da 8a. Vara Petrolina/PE objeto de reintegração de posse contra a comunidade Truká. E levantam. fundiário no lote do imóvel rural Favela (23,54 ha) de interesse de Ezilda Cavalcanti Vasconcelos, localiz. na Ilha da N.S. da Assunção
563	Tuxá de Inajá/ Fazenda Funil	Tuxá	0 Sampaio: 89	Adquirida p/ assentamento. Adquirida pela Chesf p/ reassentamento dos Tuxá atingidos pela UHE de Itaparica. (Sampaio,89)	0	Inajá	PE	
335	Vargem Alegre	Pankaru	84 Funasa: 99	Homologada. Reg. CRI. Dec. 247 de 29/10/91 homologa a demarcação como reserva indigena (DOU, 30/10/91). Reg. CRI Bom Jesus da Lapa, Matr. 8 205, Liv. RG 2 E, fl. 153 em 11/12/91	981	Serra do Ramalho	BA	
341	Wassu-Cocal	Wassu	1.447 Funasa: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 392 de 24/12/91 homologa demarcação (DOU 26/12/91). Reg. CRI Matr. 855, Liv. 2-G, fl. 65 em 22/05/89. Reg. SPU Cert. 042 em 08/06/88	2 758	Joaquim Gomes	AL	Rodovia BR 101 corta a área.

Terras Indígenas (Continuação)
Instituto Socioambiental - Dezembro de 2000

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
348	Xucuru	Xukuru	6.363 Funasa 99	Delimitada. Demarcação Física. Port. Min. 259 de 28/05/92 declara de posse permanente (DOU, 29/05/92). Demarcada em 1995/96. Despacho do pres. da Funai - em atendimento à decisão pela 1a. Seção do STJ em 28/05/97 nos autos do Mandado de Segurança impetrado contra o Despacho 32 09/07/96 do Min. da Justiça, comunica a abertura do prazo de 90 dias p/que os interessados relacionados n/Portaria possam manifestar-se, apresentando à Funai razões instruídas c/todas as provas pertinentes (DOU, 13/04/99). Port. Funai 193 de 30/03/00 Cria GT p/atualização do levantam. fundiário, cartorial e dos valores das benfeitorias de boa-fé (DOU, 03/04/00).	26.980	Pesqueira	PE	
564	Xukuru-Kariri	Xukuru-Kariri	0	Em Identificação. Port. Funai 0461 cria GT p/ identificação da AI. Engloba as TIs dominiais já demarcadas: Fazenda Canto e Mata da Cafurna, respectivamente com 372 ha e 117 ha. Perfazendo um total de 13.020 ha, a 40 km de perímetro. Port. Funai 636 de 16/07/97 e 689 de 28/07/97 cria GT p/ identificar e delimitar a TI (DOU 21 e 30/07/97). Port. de 18/11/97 n.1.187 altera prazo do GT p/realiz. levantam. fundiário (DOU, 21/11/97). Port. Funai 271 de 27/03/98 cria GT p/complementar o levantamento fundiário (DOU, 31/03/98).	0	Palmeira dos Índios	AL	

De Ignorados a Reconhecidos: a "Virada" dos Povos Indígenas no Ceará

Sylvia Porto Alegre

Professora aposentada da Universidade Federal do Ceará, doutora em Antropologia pela USP

NAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS, OS ÍNDIOS DO CEARÁ SAÍRAM DO ANONIMATO

Entre os acontecimentos mais marcantes na situação atual dos povos indígenas situados no Ceará, destaca-se o reconhecimento jurídico pelo Estado brasileiro das terras pertencentes a quatro grupos étnicos: os Tremembé, os Tapeba, os Pitaguarí e os Paiakú/Jenipapo-Kanindé. De 1985 a 1999, a Funai identificou e delimitou as Terras Indígenas habitadas por esses grupos e agora programa a identificação das terras de outros quatro: os Kanindé, os Potiguara, os Tabajara e os Kalabaça.

O que está acontecendo surpreende porque, nesse curto espaço de tempo, passou-se do total desconhecimento da presença indígena no estado para a constatação de que ali existe uma população de aproximadamente seis mil índios, distribuída em cerca de dez municípios. Os Tremembé habitam o município de Itarema, no litoral noroeste cearense, e ocupam duas áreas: Almofala e Córrego João Pereira. Os Tapeba e os Pitaguarí vivem em terras próximas a Fortaleza, respectivamente nos municípios de Caucaia e Maracanaú/Pacatuba. Os Paiakú/Jenipapo-Kanindé habitam a Lagoa da Encantada, no município litorâneo de Aquiraz, a leste do estado. Os demais grupos localizam-se no interior, nas serras e nos sertões dos municípios de Aratuba e Canindé (Kanindé), Monsenhor Tabosa (Potiguara, Tabajara) e Poranga (Kalabaça).

Os povos indígenas no Ceará percorreram um longo caminho, que vai do suposto "desaparecimento" étnico para a conquista de um lugar distinto, tanto em relação à sociedade nacional como na distribuição geral dos povos indígenas no Brasil. Até 15 anos atrás, o Ceará constava nos registros oficiais e antropológicos como um estado onde não existiam índios. Estes permaneceram no anonimato por mais de cem anos. Durante o Império, foram dados por extintos pelo governo da província. O antigo Serviço de Proteção (SPI) ao Índio ignorou-os e a Funai só tomou conhecimento de sua existência a partir de 1985/86, quando os Tapeba procuraram o órgão indigenista para pedir a regularização de suas terras, logo seguidos pelos Tremembé.

A atual reversão de perspectiva é decorrente de um processo de auto-afirmação levada a cabo pelos índios e centrado, sobretudo, na conquista dos direitos territoriais. Inicialmente foram tomadas iniciativas isoladas, em que os grupos receberam apoio da igreja católica e de missionários para encaminhar suas demandas. Aos poucos eles estabeleceram relações com os movimentos indígenas que atuam no plano regional e nacional e passaram a se organizar em defesa de seus interesses, ganhando experiência e interagindo com as várias agências e organizações, tanto oficiais como não-governamentais, com quem hoje mantêm contato ativo.

AUTONOMIA INTERNA, INTERFACE DO ESQUECIMENTO

Em muitos aspectos, os grupos étnicos identificados no Ceará encontram-se em situação semelhante a de outros povos indígenas situados no nordeste do país. Há, no entanto, certas especificidades que merecem ser destacadas.

No campo da ação indigenista, a relação de tutela e subordinação ao Estado brasileiro é estranha a esses grupos, cujo convívio com a sociedade nacional se deu praticamente sem mediações oficiais até bem recentemente. A ausência de vínculos de dependência é uma decorrência histórica da não implantação do SPI e da presença fraca e tardia da Funai na região. A atuação do órgão indigenista limita-se a questões de terra e é exercida a distância, pois não conta com representação local. As Terras Indígenas no Ceará estão subordinadas à Administração Regional (ADR) de João Pessoa, na Paraíba. Há apenas um posto indígena em todo o estado, instalado na TI Tapeba de Caucaia, mas inoperante. No conjunto, pode-se dizer que os índios continuam, em grande medida, "entregues à sua própria sorte". Na prática, são obrigados a enfrentar quase sozinhos seus problemas, apesar da participação constante

de alguns agentes de apoio. Por outro lado, a não interferência dos órgãos indigenistas deixou-lhes uma margem de autonomia interna de grande significado, no que se refere às formas de organização social e à capacidade de controle que conseguiram exercer sobre o espaço habitado.

No plano interno, o que se constata são grupos em que há uma rede de relações de parentesco que é responsável pela coesão grupal e manutenção do vínculo coletivo com a terra. Os censos demográficos e as genealogias que fizemos junto aos Paiakú/Jenipapo-Kanindé, Pitaguarí e Tremembé, bem como estudos realizados por outros pesquisadores, mostram algumas características em comum: há um relativo fechamento dos grupos; as unidades domésticas são identificadas pela descendência familiar e pela procedência comum; as famílias nucleares compõem parentelas extensas e o casamento se dá, preferencialmente, entre primos e primas ou entre tios e sobrinhas. A baixa taxa de mobilidade para fora da localidade onde nasceram e foram criados, combinada à pequena incidência de uniões com não-indígenas, torna freqüente o uso de expressões como "aqui é tudo uma família só" ou "a gente costuma casar na família", para qualificar os núcleos locais mais tradicionais e coesos. É também comum o emprego de classificadores "índios velhos", "troncos" e "raízes" para nomear os antepassados, designar a origem indígena e enfatizar a continuidade dos grupos de descendência, cujas gerações mais jovens costumam ser descritas como "ramos" e "brolhos".

A forma de ocupação da terra é um fator inseparável da unidade grupal. Na maior parte dos grupos estudados, a distribuição das moradias, a fixação de novos domicílios, a localização das roças, a utilização de recursos naturais, os mutirões de ajuda mútua e as diversas atividades em que a família aparece como unidade de produção e consumo dependem do uso comunal do espaço habitado e das condições de auto-sustentação. O espaço é vital porque a organização social se realiza nele e também porque é no espaço que se expressa o simbolismo, a cognição, a transmissão de conhecimentos, a cosmologia... Muitas festas seguem o calendário anual das colheitas, há uma farmacopéia tradicional cuja eficácia depende de práticas rituais integradas ao ecossistema circundante, as narrativas orais estão repletas de seres que habitam as matas e lagoas e assim por diante. A terra representa um elo de ligação com os antepassados, cuja memória está associada à ocupação espacial, seus limites e marcos físicos e sua variação no tempo.

As terras reivindicadas para demarcação correspondem a parcelas dos mesmos espaços em que as etnias identificadas estão fixadas há pelo menos 300 anos. São terras oriundas de aldeamentos missionários coloniais e da doação de sesmarias feitas aos índios da região no século XVIII. Algumas dessas "terras de aldeias" foram regularizadas em nome dos índios que as habitavam, no decorrer do século XIX. Outras continuaram de posse indígena seguindo arranjos fundiários específicos que não podem ser abordados nos limites deste artigo, mas que são de fundamental importância para entender a permanência de longo termo no mesmo local. Deve-se ressalvar que a manutenção dos antigos domínios foi assegurada apenas em parte e de modo relativo, devido a invasões por não-indígenas ocorridas em todas as áreas, em períodos diversos. Porém não houve deslocamentos populacionais coletivos forçados. Nenhum dos grupos em questão teve que abandonar totalmente suas terras nem foi desalojado ou transferido em bloco. Não se coloca no Ceará o problema de restabelecer territórios indígenas perdidos, mas apenas o de reconhecer os existentes, retirando da área os ocupantes indevidos.

ORGANIZAÇÃO INDÍGENA E AUTO-ESTIMA

O movimento de organização indígena no Ceará passou por dois momentos. Iniciado em meados da década de 1980, nos primeiros anos limitou-se a ações tímidas e isoladas por parte dos índios, assessorados pela Arquidiocese de Fortaleza, pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e por missionários católicos. Aos poucos, formaram-se as primeiras lideranças e ampliou-se o leque de interlocutores. Buscou-se apoio junto a antropólogos, juristas, parlamentares, sindicalistas, ambientalistas, jornalistas e outros setores profissionais receptivos às questões indígenas, dentro do estado e em outras áreas do país. Foram criadas as primeiras associações indígenas, que hoje são cinco: Conselho Indígena Tremembé de Almofala (Cita); Associação das Comunidades dos Índios Tapeba (Acit); Conselho Indígena Pitaguarí (Coipy); Conselho Indígena de Crateus e Conselho Indígena Kanindé de Aratuba (Cincra).

Num segundo momento, os grupos organizaram-se no plano estadual para enfrentar, em conjunto, a forte pressão dos interesses regionais contrários à demarcação das terras. Em 1993, lançaram a Campanha pela Demarcação das Terras Indígenas no Ceará. Instalados na movimentada Praça José de Alencar, no centro de Fortaleza, os grupos ali permaneceram durante quatro dias em uma ação conjunta visando obter o reconhecimento oficial e sensibilizar a população para seus problemas. Desde então, o movimento passou a enfatizar a diversidade étnica e a ressaltar as práticas da cultura tradicional, adotando e manipulando publicamente signos de alteridade como o uso de adornos, indumentárias e objetos de índio, exibindo danças e cânticos, vendendo artesanato etc. Apropriaram-se da linguagem "que os brancos entendem" a respeito de quem são os índios e tornaram-se mais incisivos ao dirigirem-se às autoridades e à sociedade nacional.

Entre 1994 e 1999 foram realizadas cinco Assembléias Indígenas no estado. O primeiro encontro deu-se no município de Poranga, onde vivem os Kalabaça. O segundo em Maracanaú, nas terras dos Pitaguarí; o terceiro na lagoa da Encantada, dos Paiakú/Jenipapo-Kanindé; o quarto em Caucaia, entre os Tapeba e o quinto em Almofala dos Tremembé. A partir dos encontros anuais, cada grupo passou a incorporar, à sua maneira e de modo diferenciado, as idéias de união adotadas por setores do movimento indígena nacional e a noção de que os índios são um só povo. Propagadas pelas lideranças e representantes, as propostas do movimento indígena foram assimiladas pelos grupos que assumem uma participação

política mais ativa mas não se pode dizer que tenham chegado às esferas mais íntimas da vida quotidiana de todos eles. Alguns grupos mantêm-se tradicionalmente arredios a tudo que diz respeito ao contato externo, permanecendo distantes desses processos, em suas terras, das quais raramente se afastam.

Um elemento novo e comum a todos, de grande significado nas mudanças ocorridas, está se dando no plano da auto-estima. Um aspecto a ser destacado é que os acontecimentos dos quais participam têm obrigado os índios a efetuar novas formulações do mundo e de si mesmos. Os efeitos se fazem sentir tanto na prática interna dos grupos como nas relações que estes estabelecem com a sociedade mais ampla. Para além das reivindicações formuladas, o que está em jogo é uma reversão mais profunda nas experiências de vida desses povos. A convicção que demonstram ter de seus direitos, de quem são e do lugar que desejam ocupar no Brasil contemporâneo são fatores que não podiam ser entrevistos num passado recente, nem pelos observadores externos e nem mesmo por eles próprios. Em que pese a demora e os entraves que enfrentam no atendimento das reivindicações, suas ações mostram a abertura de novas perspectivas na consciência étnica, nem sempre fáceis de acompanhar e, inclusive, perceber.

NOVAS BASES DE INTERLOCUÇÃO

Nos últimos anos foram intensificadas as reivindicações junto à Funai, à Justiça Federal e outras esferas de poder estadual e regional. Pede-se, inclusive, a instalação de uma Administração Regional da Funai no Ceará para atender as necessidades da população indígena. Há gestões junto à Secretaria de Educação Básica do Estado para implementar a formação de professores indígenas e criar escolas diferenciadas nas áreas. A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) está implantando um Distrito Sanitário Especial Indígena em Fortaleza, programa a ser ampliado para todo o estado. Tais iniciativas são ainda incipientes e não permitem que se possa fazer uma avaliação de seus resultados. A impressão que se tem é de que estão sendo pensadas dentro dos novos parâmetros que norteiam a ação indigenista mais atualizada e crítica, mas é cedo para dizer até que ponto será respeitada a autonomia e a diversidade étnica dos diferentes grupos em presença, sem a imposição de modelos rígidos e a cargo de pessoas mal preparadas.

No contexto da situação atual das terras, cabe destacar a atuação do Ministério Público Federal e da Procuradoria da União no estado do Ceará, cujas intervenções prudentes e eficazes têm sido pau-

Pitaguarí.

MAURI MELO/JORNAL O POVO – 1996

Cacique Paquena, Paiakú/Jenipapo-Kanindé.

CLÁUDIO LIMA/JORNAL O POVO – 1997

tadas pelo princípio constitucional de que os direitos dos índios sobre suas terras de ocupação tradicional independem de demarcações e devem ser assegurados pelos poderes da República. Essa postura encontra respaldo na legislação referente aos espaços ambientais protegidos e unidades de preservação, especialmente o Decreto nº 24, de 4 de fevereiro de 1991, que regula a obrigação do Estado de proteger ambientalmente as terras indígenas e seu contorno, para manter as condições ecológicas necessárias à sobrevivência física e cultural das populações indígenas.

No momento, o Ministério Público move uma Ação Civil Pública (Processo nº 95.003114-0 contra a União Federal e outros) para proteção do patrimônio público e resguardo do meio ambiente da TI Tremembé, onde o ex-prefeito de Itarema e outros ocupantes cercaram lagoas na localidade da Batedeira, provocando queimadas e outras agressões ao meio ambiente e ameaçando as famílias Tremembé ali residentes. A área foi interditada por meio de liminar concedida nos autos da ação, em meio a forte tensão social gerada na área.

Outra Ação Civil Pública (nº 006/98) foi movida pelo mesmo órgão e pela Funai em defesa da TI Lagoa da Encantada, habitada pelos Paiakú/Jenipapo-Kanindé, contra a empresa M. Dias Branco S.A. Comércio e Indústria e outros interessados do setor imobiliário, responsáveis por desmatamentos e início de loteamentos na área. Trata-se de um grupo empresarial que planeja construir um complexo turístico-hoteleiro no município de Aquiraz, intitulado *Aquiraz Resort*, com incidência na TI. As invasões foram sustadas e seus responsáveis retirados liminarmente da área. Notificado nos autos da ação, o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Coema) aprovou a concessão de licença de instalação do empreendimento turístico, porém com o condicionante de que o projeto deverá ter sua área readequada aos contornos da TI Lagoa da Encantada, entre outras medidas de resguardo ambiental a serem tomadas.

QUANDO "EXISTIR" ESTÁ CONDICIONADO A "SER RECONHECIDO"

Durante encontro que reuniu cerca de 50 representantes dos povos indígenas do estado, realizado em Fortaleza entre 5 e 9 de julho de 1999, os índios encaminharam uma carta de reivindicações à Funai e outras instituições em que afirmam: "Nós somos indígenas, mas não somos acreditados, reconhecidos. Se não somos reconhecidos, nossa terra também não consegue ser livre, demarcada".

A questão da legitimidade legal consiste, de fato, no principal obstáculo ao reconhecimento pleno dos grupos étnicos no Ceará. É certo que os índios conseguiram romper o silêncio secular que os cercava. Mas, nas esferas do poder local e das elites dominantes, não se livraram do rótulo depreciativo de remanescentes, descendentes de segunda categoria dos índios puros do passado. Em terras alencarinas, povoadas de lendas de *iracemas* e *bárbaros tapuias*, os estereótipos ainda têm livre trânsito no senso comum, sob a ótica romântica e pessimista do índio "vítima sacrificial" da história. Muitos os vêem como se fossem resíduos extemporâneos de uma identidade perdida, quando não farsantes. São freqüentemente desqualificados com o tratamento de "caboclos", termo ofensivo nos sertões cearenses, onde é acionado para denotar um desprezo geralmente seguido de violências e abusos, praticados contra os índios desde os tempos coloniais.

Nas esferas jurídico-administrativas, a contestação da existência histórica dos índios e a recusa ao reconhecimento da identidade são argumentos usados pelos atuais ocupantes e interessados em se apossar das terras indígenas como principal estratégia para bloquear o andamento dos processos de demarcação, impedindo inclusive a realização de perícias antropológicas. Os Tapeba aguardaram 11 anos até que a Portaria nº 967, de 24 de setembro de 1997, declarando a TI Tapeba como território tradicional indígena fosse assinada pelo ministro da Justiça. Logo em seguida, a Prefeitura Municipal de Caucaia impetrou um mandado de segurança no Superior Tribunal de Justiça contestando a portaria declaratória, alegando vício de procedimento. O mandado foi acatado e a portaria anulada. Os Tremembé enfrentam na Justiça vários processos a respeito de uma ação movida pela empresa Ducoco Agrícola S.A., instalada na área, suspendendo a demarcação da TI, alegando que ali não existem índios, mas somente pessoas que hoje se prestam a fantasiar-se de índios.

Romper com uma correlação de forças secularmente desfavorável e profundamente desigual não é tarefa fácil. Desconsiderados em sua identidade e menosprezados em muitas circunstâncias do trato diário, a transição para índios sujeitos de direito é a condição necessária para, como dizem, serem acreditados. Porém, esta é a face pública da situação concreta de grupos que continuam a existir porque foram capazes de valer-se da capacidade que demonstram ter, em seu sistema organizatório, de se relacionar com os "brancos" e de controlar o espaço habitado, insistindo em permanecer nele e preservando as bases internas de sua unidade.

O problema da legitimação perante à sociedade nacional não pode ser confundido com a afirmação dos índios frente si próprios e à coletividade a que pertencem. Se nos voltamos agora para outras dimensões de suas realidades como a autonomia, o parentesco, as formas de ocupação do território, é porque percebemos que essas são as instâncias que os índios tomam como relevantes de sua condição. Significa dizer que as características que mantiveram e continuam a manter vivos os grupos étnicos no Ceará são semelhantes às de muitos outros povos, nas mais diversas regiões do país. Vistas desta perspectiva, as viradas da identidade deixam de ser um enigma, por mais que elas nos surpreendam e desafiem nossa compreensão e por mais que os interesses antiindígenas insistam em negar-lhes a existência. *(maio, 1999)*

Os Potiguara de Monte-Mor e a Luta pelo Reconhecimento de seu Território

Sidnei Peres

Antropólogo e professor da Universidade Federal Fluminense

OS POTIGUARA PERMANECERAM NO MESMO TERRITÓRIO DESDE A CHEGADA DOS PORTUGUESES NO BRASIL. IRONICAMENTE, A TI POTIGUARA DE MONTE-MOR FOI A ÚNICA QUE TEVE ACOLHIDA CONTESTAÇÕES DOS OCUPANTES NÃO-ÍNDIOS POR PARTE DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA QUE, UTILIZANDO-SE DOS RECURSOS DO DECRETO 1775, ALEGARAM PRECEDÊNCIA NA OCUPAÇÃO DAQUELAS TERRAS

A luta dos Potiguara pela retomada das terras que lhes foram usurpadas desde o início da colonização obteve, em 1983, seus primeiros resultados, com a declaração de posse permanente dos 21.238 ha da TI Potiguara. Nesse primeiro ato de reconhecimento oficial, entretanto, as terras do antigo aldeamento e Vila de Monte-Mor foram excluídas, resultando em algo muito distante dos 34.320 ha reivindicados pelos índios. Em 1988, foi possível mais um avanço, com a identificação de mais 4.500 ha, correspondentes à área da TI Jacaré de São Domingos, ainda que uma parcela considerável da população indígena da Paraíba continuasse sem o reconhecimento de seu território tradicional.

Em 1993, algumas lideranças de Jaraguá e Vila Monte-Mor solicitaram à Funai novos estudos visando a identificação e delimitação das suas terras, trabalho realizado em 1995 sob a coordenação da antropóloga Maria de Fátima Campelo Brito, da Funai/Recife. A área identificada abrangia então 5.300 ha, nos quais estavam incluídos os assentamentos indígenas de Lagoa Grande, Nova Brasília e Jaraguá, assim como a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres. Ficaram fora dos limites da TI a cidade de Marcação (sede do município de mesmo nome, criado em 1994), a Vila Regina e a Vila Monte-Mor. Apesar da presença indígena nestas localidades, os Potiguara concordaram em excluí-las, após argumentação de Maria de Fátima Brito de que isto poderia dificultar a demarcação. Aproximadamente 90% da área identificada está ocupada com plantações de cana que suprem as usinas da região.

CONTESTAÇÕES

Aprovado o relatório de identificação em 1997 e enviado seu resultado à Prefeitura do Rio Tinto, foram apresentadas as contestações (por Rio Vermelho Agropastoril Mercantil S/A, Luismar Melo, Emílio Celso Cavalcanti de Morais, Paulo Fernando Cavalcanti de Morais e espólio de Arthur Herman Lundgren). Inicialmente consideradas improcedentes pela Funai, em meados de 1999 elas foram acatadas pelo ministro da Justiça, Renan Calheiros, que propôs a desaprovação da identificação, o arquivamento do processo e o retorno dos autos à Funai, para proceder a novos estudos que excluíssem as propriedades dos contestantes.

Os Potiguara de Monte-Mor recorreram então ao Ministério Público, através da Procuradoria-Geral da República na Paraíba, e impetraram uma ação civil pública contra a União e os contestantes, na qual o referido despacho ministerial foi refutado e a Funai foi intimada a providenciar novos estudos de identificação que não excluíssem a área pretendida pelos contestantes. Acatando tal determinação judicial, o presidente da Fundação, Marcos Lacerda, designou em outubro de 1999 o antropólogo Sidnei Peres para realizar os novos estudos de identificação, executados em janeiro e abril de 2000. Houve então um acréscimo de 600 ha em relação à extensão proposta na primeira identificação, referente à redução do perímetro que fora reservado para a expansão da cidade de Marcação e à correção do vão existente entre as TI Potiguara e Potiguara de Monte-Mor. Ambas as alterações foram reivindicadas pelos índios por tratarem-se de terras consideradas essenciais ao desenvolvimento das suas atividades agrícolas.

A VILA E A SANTA

Em 1866, o encarregado da medição das terras dos patrimônios indígenas da Paraíba concluiu a demarcação do perímetro da Sesmaria de Monte-Mor, delimitando os lotes de 165 índios e dos arrendatários, estes nominalmente relacionados. Apresentou também o quadro da aldeia de Monte-Mor com 75 posses para índios,

não distribuídas. A antiga Sesmaria de Monte-Mor foi loteada e foram distribuídos títulos a várias famílias potiguara, sendo que os terrenos demarcados não poderiam ser vendidos, devido à condição jurídica de órfãos, dos Potiguara.

As primeiras décadas do século XX foram marcadas pela gradativa perda desses títulos pelos índios. Os Potiguara eram forçados a vender suas terras, cedendo espaço para a atuação da Companhia de Tecidos Rio Tinto. Aos índios restava a alternativa de se empregarem como operários da fábrica, passando a morar em casas alugadas pela Companhia. As casas antigas, feitas de taipa e cobertas com palha, foram demolidas. Também na Vila Monte-Mor, onde foi construída uma segunda fábrica, os índios foram expulsos e tiveram as suas casas de palha incendiadas. Dupla violência: física e simbólica.

Tais arbitrariedades ficaram gravadas na lembrança dos mais velhos e são transmitidas através das gerações, nas conversas cotidianas, constituindo hoje uma parte importante do acervo de histórias através das quais a identidade étnica é formulada. Os Potiguara referem-se à época da Companhia de Tecidos Rio Tinto como o *Tempo da Amorosa*. Frederico Lundgren, tratado como coronel pelos índios, impunha um regime de medo e terror implementado pelos vigias da empresa para assegurar a manutenção da ordem.

Outros dois referenciais das narrativas indígenas sobre o passado são a Vila Monte-Mor e a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres. Os índios contam que uma imagem de Nossa Senhora dos Prazeres foi encontrada *num toco de podagem*. Chamaram os padres e pediram para que fosse construída uma igreja para a santa naquele local. Sempre que era transferida para a Igreja de São Pedro e São Paulo, em Mamanguape, a imagem retornava milagrosamente para a igreja da Vila Monte-Mor. É muito expressiva a insistência dos Potiguara em manter a igreja dentro da área indígena identificada em 1995. A ela está também associada o símbolo máximo da indianidade nordestina, o Toré. Assim como ocorre nas festas dedicadas aos padroeiros das outras aldeias, a festa de Nossa Senhora dos Prazeres é um momento de celebração da identidade étnica. Enquanto os Potiguara de Jaraguá participam da festa de Nossa Senhora dos Prazeres, na Vila Monte-Mor, os de Lagoa Grande e Nova Brasília participam da festa de São Miguel na Vila São Miguel.

TEMPO DAS USINAS: DEGRADAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO VALE DO MAMANGUAPE

Os Potiguara da antiga Sesmaria de Monte-Mor - ou Preguiça - estão distribuídos em três comunidades: Jaraguá, Lagoa Grande e Nova Brasília, localizadas nos municípios de Rio Tinto, Baía da Traição e Marcação. A população indígena abrange aproximadamente dois terços da população total destes povoados, incluindo-se as famílias formadas por casamentos interétnicos. Na Vila Monte-Mor moram 48 famílias indígenas e na cidade de Marcação, mais de 30. Os não-índios casados com índios correspondem a 16% da população não-indígena. A população total eqüivale a 1.269 pessoas e 271 famílias.

A agricultura potiguara é itinerante e extensiva, caracterizada pela alternância entre curtos períodos de cultivo e longos períodos de pousio ("descanso") da terra. Todavia, o poder de coerção exercido pelos seguranças particulares dos canaviais tenta impor um domínio absoluto - a partir de um suposto e questionável direito de propriedade - sobre imensas porções de terra e inviabiliza toda uma lógica produtiva baseada num regime de rotação de terras e na força de trabalho familiar; que exige uma extensão territorial bem maior do que aquelas nas quais estão situadas as casas indígenas. À ocupação predatória implantada pelos usineiros, baseada no emprego de fertilizantes e na exploração intensiva do solo, contrapõe-se um tipo de agricultura tradicional, alicerçada no uso sustentável dos recursos fundiários.

Os índios são proibidos de arrancarem qualquer "pedaço de pau" ou levantarem roçados em áreas anteriormente ocupadas por canaviais. São constantes as ameaças de morte, destruição de casas e prisões arbitrárias cometidas pelos vigias das usinas e fazendas contra os índios. Também lhes é vedado o acesso a insumos estratégicos à subsistência, como os *garranchos* (madeira) remanescentes das queimadas, empreendidas após o corte da cana, que são vendidos às padarias ou - transformados em carvão - para outros estabelecimentos comerciais em Rio Tinto e Marcação.

As queimadas efetuadas pelos plantadores de cana, por sua vez, são prejudiciais não somente para o meio ambiente. Como não é feito o aceiro, o fogo alastra-se pelos tabuleiros, capoeiras e matas porventura existentes nos arredores. Fonte de recursos essenciais como a madeira para a construção das casas e a lenha para fazer carvão, o mato é uma área de uso comum do solo e cenário de reprodução das relações de parentesco e vizinhança.

O rio Mamanguape é outra fonte fundamental de recursos naturais para os Potiguara de Monte-Mor e marca o limite sul da Terra Indígena. O seu estuário é o segundo em extensão no estado da Paraíba, englobando uma área de manguezal estimada em seis mil ha, área ainda bastante preservada, apesar do desmatamento provocado pelas plantações de cana implantadas nos anos 80. Este complexo ecológico abrange aproximadamente 16.400 ha e tornou-se Área de Proteção Ambiental (APA) em 1993. Os pescadores e catadores indígenas apontam o impacto dos canaviais sobre os manguezais - como o derramamento da *calda da cana* no estuário do Mamanguape - como a principal causa da recente mortandade de caranguejos e peixes. Contrapõem a este tempo de carência, no qual só conseguem pegar uma ou duas cordas de caranguejo, um outro de fartura, quando a sua produção era de 20 a 25 cordas. Esta atividade era suficiente para sustentar a família, o mangue era uma fonte de renda que supria as necessidades de alimentação, vestuário e educação do grupo doméstico.

Os Potiguara se empregam como assalariados nos canaviais, tipo de atividade que é sazonal, ou seja, intercalada por períodos de desemprego. Além disso, a disponibilidade desta alternativa econômica depende da negação da identidade indígena, principalmente no contexto atual, no qual se travam as lutas pela reconquista do

território tradicional. De maneira geral, o quadro das atividades assalariadas não é animador para o trabalhador indígena. Pessoas com idade superior a 35 anos dificilmente encontram um lugar neste mercado de trabalho. Concluídas as atividades nas plantações de cana, após um período de quatro a sete meses desde o início da safra, há uma maior concentração de esforços na *roça* e na *maré*. Depois do corte, se o *cabra for bom*, pode ser transferido para outros serviços: *limpa de cana, adubação, aguação do veneno, matar os mato que vem das canas.* Mesmo arriscando a própria saúde neste contato com agrotóxicos, muitos consideram isto melhor do que ficar desempregado. Assim, os índios com mais de 35 anos dedicam-se a *roça* ou ao *mangue,* os filhos com idade superior aos 18 anos, muitos deles casados, empregam-se nos canaviais. Alguns, quando a necessidade e os *gatos* obrigam, levam os filhos pequenos para ajudar a aumentar um pouco mais os parcos rendimentos obtidos nesta atividade econômica.

O recrutamento da mão de obra se dá através de contratos formais, nos quais se garante os direitos trabalhistas correspondentes, e por meio de compromissos informais, através do *gato*. Estas duas condições definem quem é *fichado* e quem é *clandestino*. O empreiteiro em Rio Tinto atua dentro da legalidade, ficando para o *gato* a tarefa de formar uma equipe de *clandestinos* como possibilidade alternativa ou complementar de suprimento dos "braços" necessários à economia canavieira. Como o pagamento é por produção, homens e mulheres levam seus filhos pequenos para ajudar na consecução da tarefa encomendada. Nos anos 80, quando os canaviais foram implantados, até o início dos anos 90, era comum a utilização de mão de obra *clandestina* e infantil. Geralmente as crianças eram exploradas no corte da cana, mas os adolescentes acima de 15 anos que já suportavam o peso da bomba de agrotóxico podiam ir para o *veneno, aguar o mato*. Muitos indígenas (na faixa dos 18 a 35 anos) que foram *fichados* recentemente já têm uma longa história, que para alguns começou quando tinham quatro ou cinco anos, como *clandestinos*. Mas mesmo os que trabalham com carteira assinada não deixam de ter problemas para receber os seus direitos (fundo de garantia, décimo terceiro, férias, PIS, etc.), recorrendo ao advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Rio Tinto para não serem lesados pelo empregador. *(julho, 2000)*

Brinquedo Tremembé
Fonte: A tradição por trás da criança - Cartilha do povo Tremembé. Josélio Mendes Silva, Ivo Souza, Maria Virgínia Monteiro. Fortaleza: Seduc, 1998

GERAL

ÍNDIOS DO CE DISCUTEM LUTA PELA TERRA

Representantes das comunidades indígenas Tapeba, Tremembé, Pitaguary e Jenipapo-Canindé estarão reunidos de 21 a 23 deste mês, na área indígena de Capuã, em Caucaia, para avaliar os trabalhos durante o ano de 1997, planejar as atividades para este ano e definir as prioridades do Movimento Indígena Regional.
O encontro é promovido pela Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoinme) que também fará visitas nos próximos dias 19 e 20 às áreas dos índios Tapebas, Pitagnarís e Genipapo-Canindés. Segundo Maninha Xucuru Kariri, da Apoinme, a bandeira de luta dos povos indígenas continua sendo a terra. Em Caucaia, os Tapebas ainda aguardam que a Funai em João Pessoa (PB) – à qual o Ceará está subordinado administrativamente – providencie a demarcação física dos 4.658 ha de terras pertencentes à tribo. *(O Povo, 15/01/98)*

ÍNDIOS DA BA RECLAMAM DO DESCASO COM A SAÚDE

Reunidos sob as algarobeiras da Baixa das Pedras, na aldeia Kantaruré, na véspera do Dia do Índio, os caciques José Sátiro (Xukuru-Kariri), Manoel Coelho e João Olenário (Kantaruré) trocaram considerações sobre a situação dos povos indígenas do norte da Bahia. Afinados num mesmo discurso, eles concordam que um dos maiores problemas do momento é a falta de visibilidade do uso dos recursos destinados aos índios por parte da representação regional da Funai, em Paulo Afonso. "... o dinheiro chega e vai embora sem o índio saber para onde", disse José Sátiro.
Preocupado com a situação, o cacique Zezinho, como é conhecido, considera que a solução está na volta dos recursos destinados à saúde indígena para a Funai. Hoje, a verba é administrada pela Fundação Nacional de Saúde - FNS, órgão que os índios repudiam em razão da total desassistência a questões essenciais, como tratamento de água e saneamento básico. Zezinho faz parte do Conselho de Saúde Indígena, mas até hoje não sabe para onde foram R$ 450 mil anunciados pela Fundação em 96, numa reunião em Paulo Afonso. Disposto a brigar pela causa, ele anunciou que só irá na próxima reunião, no mês de maio, para levar a proposta de retirada dos recursos da FNS. *(A Tarde, 22/04/98)*

MAIS DE 20 MIL ÍNDIOS DE PE SOFREM COM ESTIAGEM

Dos 23 mil índios de Pernambuco, quarto estado em população indígena, 21 mil estão no sertão e sofrem os efeitos da seca. Eles são das etnias Atikum, Fulni-ô, Pankararu, Xukuru, Kapinawá, Truká, Tuxá e Kambiwá.
A AI Atikum, em Floresta (PE), de onde saíram as famílias que hoje vivem em MS, está entre as áreas consideradas pela Funai como mais atingidas pela seca neste ano. O administrador regional da Funai em PE, José Osório Galvão de Oliveira, disse que há oito meses o governo federal distribui cestas básicas na aldeia, mas em número insuficiente. Parte da aldeia vem sendo atendida com carros-pipa, mas em condições precárias. Há casos de anemia e verminoses entre os 2.744 índios da área, segundo Oliveira. A área Atikum fica na região conhecida como "Polígono da Maconha", considerada a maior produtora da droga no país. *(FSP e A Tarde, 29/06/98)*

ÍNDIOS DO CE QUEREM ESCRITÓRIO DA FUNAI

Representantes dos povos indígenas do estado, que estiveram reunidos de 5 a 9 de julho, participando do Curso de Formação de Lideranças Indígenas no Ceará, elaboraram uma carta de reivindicações a ser entregue às autoridades estaduais e federais. Entre as reivindicações está a criação, por parte da Funai, de uma Administração Regional no Ceará, que atenda as necessidades da população indígena local. Segundo eles, com uma representação local da Funai, poderia ser agilizada a demarcação das terras indígenas. As reivindicações envolvem ainda a importância de garantir a identidade e diversidade étnica, a organização e recuperação da cultura desses povos e a necessidade de uma política nova para os povos indígenas no Nordeste, em especial no Ceará. *(O Povo, 10/07/99)*

ÍNDIOS E RIBEIRINHOS CONTRA A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

"Nós, representantes dos povos Truká, Tumbalalá e ribeirinhos queremos manifestar nossa opinião de repúdio a respeito da Transposição do Rio São Francisco, uma vez que seremos diretamente afetados pela obra.
Para nós a Transposição vem trazendo prejuízos irreparáveis com a degradação da natureza, a extinção da mata nativa nas margens do rio, o fim da agricultura de várzea e o assoreamento do leito do Rio.
A escassez da pesca e da caça é outro problema que nos preocupa profundamente. Este projeto, pensado sem ouvir as comunidades indígenas e ribeirinhas, dificultará a sobrevivência dos povos que dependem do Rio.
O Rio São Francisco já passa por graves problemas. Com a construção da Hidrelétrica de Sobradinho, na Bahia, o nível do Rio foi drasticamente reduzido em 70%. A vegetação nativa acabou, começaram problemas de erosão, a pesca foi praticamente extinta.
Com o atual nível de água, a transposição poderá reduzi-lo em mais 70%, segundo informações do engenheiro de Israel que foi a Ilha de Assunção, Cabrobó (PE), para fazer as sondagens de solo. Isto significa que o rio ficara com apenas 30% do nível para baixo do ponto de captação da transposição.
Já tivemos notícia do exemplo negativo sobre a transposição do Rio Nilo, no Egito, que trouxe todos esses problemas que colocamos aqui e outros mais. Foram destruídos monumentos históricos, estátuas, memoriais e templos religiosos dos povos que habitavam a região.
Outra preocupação que não podemos esquecer é que uma obra deste porte aumentará, na região, os problemas como a prostituição, o uso e comércio ilegal de entorpecentes como a maconha, a cocaína e outras drogas que tentamos com esforço eliminar.
Diante disso, reivindicamos que este processo seja paralisado e que efetivamente seja rediscutido, desta vez, envolvendo as comunidades indígenas e ribeirinhas afetadas que ali habitam". *(Representantes dos Povos Truká, Tumbalalá e Ribeirinhos, Brasília, 28/10/99)*

ATIKUM (PE)

FAMÍLIAS FOGEM DA SECA E VÃO PARA MS

Doze famílias Atikum, entre 60 a 80 pessoas, fugiram da seca no sertão pernambucano para trabalhar a 3.400 km da aldeia natal como hóspedes do povo Terena no Mato Grosso do Sul. Os Atikum, logo batizados de "terra seca" pelos Terena, começaram a chegar na TI Nioaque, a 185 km de Campo Grande, há cerca de 13 anos.
O primeiro do grupo a deixar a aldeia no município de Floresta (PE) foi Aliano José Vicente. Ele ficou sabendo, vagamente, que um primo tinha ido para "o sul" tentar um "lugar mais chovedouro". Primeiro Vicente trabalhou como bóia-fria no Paraná, mas não gostou e voltou a Pernambuco, onde trabalhou na terra da Serra de Umã por mais três anos. Não conseguindo vencer a seca, partiu para o MS para conhecer a AI Nioaque, hoje com 3.029 ha e 1.112 índios Terena.

Vicente conversou com as lideranças e pediu um lugar para ficar. Os Terena discutiram o assunto em assembléia e o autorizaram a se instalar na área, um mês depois. Aos poucos, chegaram os 11 filhos e a mulher de Vicente. Aos nordestinos, foi destinado um canto da aldeia Água Branca, que passou a ser chamado aldeia Cachoeirinha. Sobre a sua nova situação, resume: "A terra aqui é muito fraca, mas é melhor do que a melhor terra de lá". *(FSP e A Tarde, 29/06/98)*

DENÚNCIA DE NARCOTRÁFICO

A subprocuradora-geral da República Maria Eliane Menezes de Farias, coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (responsável pelas comunidades indígenas e minorias), comunicou ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, a ocorrência de tráfico na área indígena Atikum-Umã, situada no município de Carnaubeira da Penha, Pernambuco. Em vista do comunicado, Geraldo Brindeiro solicitou ao ministro da Justiça que seja feita operação emergencial para a eliminação do narcotráfico na área. *(Ofício da Procuradoria Geral da República nº 294, 02/07/99)*

FULNI-Ô (PE)

POVO MANTÉM TRADIÇÕES

Durante nove meses, do fim de maio ao fim de fevereiro, os Fulni-ô vivem como brancos pobres num aglomerado de cerca de 800 casas, como se fosse um bairro anexo à cidade de Águas Belas, PE. Os outros três meses passam totalmente isolados no Ouricuri, lugar que consideram sagrado, onde realizam rituais secretos, aos quais os brancos jamais tiveram acesso. O Ouricuri dista cinco km da aldeia. Eles são os únicos a falar uma língua indígena no Nordeste.

Quando não estão participando do ritual do Ouricuri, os Fulni-ô sobrevivem dedicando-se ao artesanato, ao arrendamento de parte de suas terras para os brancos e à agricultura de subsistência, principalmente o feijão, que é plantado num território de 11.500 ha, metade agricultável e o restante rocha e solo impróprio para o plantio.

Em 1929, o território ocupado pelos Fulni-ô foi dividido em lotes de 30 ha, mas, com o crescimento das famílias os lotes são insuficientes para garantir seu sustento. São cerca de 800 famílias, cada uma dona de, no máximo, 6,5 ha. Como há famílias com até dez adultos, aos poucos a agricultura é substituída por trabalho na cidade. Uma parte dos Fulni-ô faz artesanato, fabricando vassouras (média de 3.500 por semana), tapetes, chapéus e esteiras de palha de ouricuri; outra parte planta milho e feijão; 42 são funcionários da Funai, ganhando, em média, 650 reais por mês. *(Jornal do Commércio, 02/02/97)*

OCUPAÇÃO DO CEMITÉRIO EM ÁGUAS BELAS...

Aproximadamente cem índios Fulni-ô ocupam desde ontem o cemitério de Águas Belas. A interdição é feita por uma cerca de arame fincada na frente do cemitério e reforçada por um grupo de índios armados com flechas e facões, impedindo, entre outras coisas, a realização de enterros. Eles reivindicam que a prefeitura pague um arrendamento pelo uso do terreno, pertencente à AI Fulni-ô, no valor de R$ 11.900,00 por ano. Segundo o administrador regional da Funai, Otávio Uchôa, a cobrança - caso seja comprovada - é ilegal.

Os índios também interditaram a torre que serve à central telefônica e ao sistema repetidor de televisão, mas concordaram em desocupar. O agente da Delegacia de Águas Belas, Carlos Sampaio Brito, disse que a prefeitura provou que a área não pertence aos Fulni-ô e eles atenderam à polícia, desocupando a estação de telecomunicações da cidade.

Além do cemitério, o matadouro, a feira de gado e um mercado, todos pertencentes à prefeitura, funcionam em terras dos índios. A Funai entrará com ação de reintegração de posse dos terrenos e o prefeito terá de construir outro cemitério. *(Diário Popular e Diário de Pernambuco, 08/05/97)*

... TERMINA DOIS DIAS DEPOIS

Depois de manterem o cemitério municipal interditado por dois dias, os Fulni-ô decidiram liberar os portões de acesso. Isso ocorreu depois que um grupo de índios foi recebido pelo diretor financeiro do município, Adalberto Lopes, e pela secretária de Ação Social e primeira-dama, Elayne Jhonatas. Os Fulni-ô foram acompanhados de um representante do Incra e de dois agentes da PF. O prefeito não estava na cidade. De acordo com Adalberto Lopes, a prefeitura não está se negando a pagar o arrendamento, apenas quer que o valor seja revisto. "O prefeito espera um respaldo jurídico para que, mais tarde, o Tribunal de Contas não venha a questionar este valor, uma vez que os índios não podem assinar um recibo", esclarece. Ele disse ainda que o prefeito Clodoaldo Bezerra (PTB) tinha ido ao Recife negociar com o Incra uma forma legal de remuneração. Localizado por telefone, Clodoaldo confirmou: "Legalmente, o índio é considerado de menor e não posso ficar descoberto. Se houver um respaldo jurídico, a prefeitura tem o maior interesse em saldar essa dívida".

Durante a negociação, encerrada no início da tarde de ontem, os Fulni-ô decidiram reduzir o valor para R$ 8.480,00, o mesmo pago pela administração anterior. O pagamento deverá ser feito dentro do prazo de 30 dias. "Este é o menor preço que podemos cobrar. E se não for pago, voltaremos a fechar o cemitério", afirmou Jair.

O chefe de posto da Funai no município, Arnaldo Pereira, disse considerar o arrendamento ilícito. Esteve presente apenas para acompanhar as negociações. Segundo ele, "o Departamento Jurídico da Funai entrará com um pedido de reintegração de posse e não mais permitirá os arrendamentos". *(Diário de Pernambuco, 09/05/98)*

FAZENDA EM ÁGUAS BELAS É OCUPADA

Cerca de cem Fulni-ô ocuparam a Fazenda Peró, em Águas Belas (PE). Os homens, mulheres e crianças acampados na fazenda reivindicam a incorporação da propriedade às terras indígenas demarcadas na localidade. Segundo a Superintendência da Funai em Recife, a fazenda não está entre as áreas do corredor de terras indígenas em Águas Belas.

O interesse dos índios pela área se deve à sua proximidade ao local onde os Fulni-ô realizam o ritual secreto do Ouricuri. "Os índios dizem que a fazenda fica numa área alta e algumas pessoas estariam atrapalhando ou bisbilhotando o ritual", explicou Estela Pernes, administradora regional da Funai. A fazenda foi avaliada em R$ 167.446,00 pelos técnicos da Fundação, e o proprietário já teria demonstrado interesse pela venda da área. *(Correio Brasiliense, 04/10/98)*

KAMBIWÁ (PE)

FUNAI NEGA IDENTIDADE DE FAMÍLIAS INVASORAS

A Funai não reconhece como índios Kambiwá 15 famílias que vêm ocupando uma área do projeto de irrigação Maria Tereza, em Petrolina, PE. Segundo o diretor da Fundação, em Pernambuco, José Osório de Oliveira, não há registro de saída de pessoas daquela aldeia, distribuída em 27.100 ha dos municípios de Inajá, Ibimirim e Floresta, nos últimos oito meses.

De acordo com José Osório, um dos primeiros a chegar às terras irrigadas do Maria Tereza se identificando como Kambiwá é, na verdade, um

ex-funcionário da Funai, Aldeído Claudino de Araújo. "Há cerca de dois anos ele entrou no Programa de Demissão Voluntária do Governo Federal", disse. A Funai não sabe a procedência das demais pessoas que estão em Petrolina. "Desconheço de onde são essas famílias. É até negativo para os Kambiwá ter o seu nome relacionado com invasões de terra", afirmou José Osório. *(Jornal do Commércio, 14/08/98)*

GRUPO AMEAÇA INVADIR RESERVA BIOLÓGICA

Remanescentes dos índios Pipipã (grupo integrado aos Kambiwá) ameaçam ocupar a Reserva Biológica de Serra Negra. Eles se reuniram anteontem numa comunidade rural, nas imediações da reserva pertencente à União, para discutirem o que chamam de "ocupação indevida da área por fazendeiros, que pertence históricamente aos índios Pipipã", além de decidirem sobre estratégias a serem utilizadas para a recuperação da área que inclui a própria Reserva Biológica.

A intenção das 194 famílias, distribuídas em cinco comunidades, e representadas pela Associação Pau Ferro Grande dos Índios, sediados a 12 km da reserva, é ocupar de imediato os 1.100 ha da Rebio e permanecer por tempo indeterminado para forçar o Ministério da Justiça e a Funai a tomarem uma posição quanto a um abaixo assinado encaminhado por eles em abril de 99. No documento, os índios solicitam a demarcação da área, baseada, segundo eles, em documentos que comprovam a ocupação histórica das terras por seus ancestrais.

"Esta é a forma que encontramos para chamar a atenção para um problema que algumas autoridades insistem em ignorar", disse Genildo Pipipã, um dos líderes. Segundo ele, o grupo se tornou dissidente dos Kambiwá há um ano e meio, por razões culturais e políticas. Ele garante que seus ancestrais já ocupavam a área em 1802, quando uma missão dos Capuchinhos chegou à região." *(Jornal do Commércio, 12/10/99)*

KANTARURÉ (BA)

MINISTRO DECLARA TERRA

Os Kantaruré, descendentes de populações indígenas que habitavam originalmente o trecho médio do rio São Francisco, conquistaram a posse definitiva de uma área com 1.695 ha no município de Nova Glória (BA). A conquista é resultado da Portaria nº 245, de 30/03/98, assinada pelo ministro da Justiça, Íris Rezende, determinando a demarcação da TI. A Portaria foi publicada no DOU do dia 31/03/98.

Essa decisão deve pôr fim à intranqüilidade dos Kantaruré, que aguardavam a portaria ministerial desde 13/05/97, quando o presidente da Funai assinou despacho aprovando os limites propostos pelo "Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Kantaruré", de autoria dos antropólogos José Augusto Laranjeiras Sampaio e Sheila dos Santos Brasileiro, publicado no DOU em 16/05/97. Mesmo sem ter sido contestada durante o processo, a TI Kantaruré demorou quase um ano para ser declarada pelo ministro. *(ISA, 02/04/98, a partir do DOU, 16/05/97 e 31/03/98)*

KARAPOTÓ (AL)

LINHA DE TRANSMISSÃO PASSA DENTRO DE ÁREA INDÍGENA

A comunidade indígena Karapotó firmou um termo de compromisso com a Companhia Energética de Alagoas (Ceal) permitindo a passagem de uma linha de transmissão de 69 KV ligando os municípios de Penedão e Arapiraca. A linha passa dentro da área indígena. O acordo, que prevê a proteção da comunidade aos impactos advindos da implantação e manutenção da linha, foi assinado pelo presidente da Ceal, Newton Silva, pelo cacique Juarez de Souza, pelo pajé Antonio José Filho e pelo presidente da Funai, Julio Geiger. *(DOU, 28/11/96)*

COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO PARA IMPEDIR DESPEJO

Cerca de 50 índios Karapotó ocuparam a sede da Funai, ontem pela manhã, para cobrar o cumprimento da indenização da Fazenda Taboada, em São Sebastião. Eles reclamam que viverão tensos, sob ameaças de despejo, enquanto a terra não for indenizada.

Apesar de a área ter sido desapropriada por decreto, em 1992, o valor depositado pela União para indenizar os quase 30 proprietários foi considerado, pela Justiça Federal, inferior ao preço da terra, incluindo as benfeitorias. A União destinou, na época, apenas R$ 560 mil, quando as terras valem hoje cerca de R$ 2,7 milhões. Por falta de pagamento, o processo foi extinto, mas o governo recorreu para evitar a expulsão dos índios da área.

Dos 1.810 hectares ocupados pelos índios, 1.100 pertencem a um único proprietário, Luiz Coutinho, que ingressou, este ano, na Justiça Federal, com ação de reintegração de posse. Apesar de dispor de R$ 1.169 mil para pagar ao proprietário, a União precisa desistir do agravo impetrado para disponibilizar os R$ 560 mil do processo extinto (que corre na 5ª região em Recife), para integrar o valor determinado neste processo.

Líderes indígenas se reuniram à tarde, na Procuradoria Geral da República, com o procurador dos Direitos do Cidadão, Delson Lyra, representantes da Funai, Advogacia da União e Cimi. O procurador deixou claro haver necessidade de entendimento para que o pagamento seja efetuado e a posse da terra passe a ser dos índios. "O entrave burocrático precisa ser sanado para que o pagamento seja feito. Caso contrário, o juiz pode julgar que a terra pertence ao proprietário, expulsando os índios daquela área. A União dispõe de recursos para indenizar também os outros proprietários, cujos valores são menores do que os de Luiz Coutinho", argumentou. *(Gazeta de Alagoas e O Jornal (AL), 27/09/97)*

KIRIRI (BA)

CONFLITO VOLTA A MIRANDELA

O conflito entre brancos e índios Kiriri ameaça recrudescer. Nove meses depois da desocupação do povoado, cerca de 70 das 180 famílias de posseiros que deixaram o lugar após mais de um século de ocupação, ameaçam invadir as terras que antes lhes pertenciam porque o governo federal não indenizou olarias, roças e residências e nem desapropriou as fazendas Bananeira e Mata do Couro, onde deveriam estar reassentados. Eles afirmam que passam sérias dificuldades, e que está passando da hora de plantar milho, feijão e mandioca, e garantem que entrarão na reserva Kiriri.

Os índios também vivem o mesmo dilema. Estão em alerta em Mirandela, argumentando que não podem sair para trabalhar nas roças por causa da ameaça da invasão. Em Mirandela moram hoje em torno de mil índios Kiriri, entre homens, mulheres e crianças. "Não podemos deixar nossas mulheres e filhos expostos diante da ameaça de invasão", afirma o cacique Lázaro. *(A Tarde, 18/04/96)*

POSSEIROS INVADEM RESERVA EM MIRANDELA...

Mais de cem ex-moradores de Mirandela desembarcaram de carros e caminhões procedentes de Banzaé e Ribeira do Pontal, ocuparam terras e se instalaram numa casa situada em área de reserva, a menos de um quilômetro do povoado, garantindo que só sairão quando o governo pagar as indenizações deles e passar as terras do reassentamento, como prometeu desde agosto do ano passado, quando entregaram suas propriedades aos Kiriri.

O cacique Lázaro e os três conselheiros da tribo não estavam no momento. Tinham ido à sede da Funai em Paulo Afonso, mas os índios prometiam resistir a qualquer tentativa de ocupação. "Aqui eles não entram", avisaram. Os posseiros demonstravam disposição de não arredar o pé: "Ou o governo decide a questão ou vamos marchar para Mirandela", garantiram. A casa-sede da antiga fazenda do ex-prefeito de Pombal, Edval Calazans, estava trancada e já sob domínio dos índios, mas os posseiros abriram as portas e garantiram que vão ficar lá. "Está chegando o inverno, é hora de plantar. Há mais de um ano que não plantamos nada por causa dessa confusão, não pagaram nossas indenizações e não podemos ficar à mercê da sorte. Muitos estão passando dificuldades", afirmou José Souza Dantas, que tinha uma casa e uma roça e direito à indenização de R$ 17 mil, "uma ninharia de dinheiro", mas que até agora não recebeu um único centavo.
A possibilidade de novos conflitos é admitida pelos posseiros. "Não é assim que o governo quer?", assinalou Celso Geraldo Dantas, 60 anos, nascido e criado em Mirandela, lembrando que "ninguém quer briga", mas diante da situação atual estão sendo forçados a tomar esta atitude. *(A Tarde, 19/04/96)*

... E SÃO EXPULSOS

Um grupo de 200 Kiriri expulsou os 40 moradores que haviam reocupado o povoado de Gado Velhaco, entre Mirandela e Banzaê, nas proximidades de Ribeira do Pombal. A ocupação dividiu as duas facções locais indígenas: os de Cantagalo não concordaram com a ocupação.
Não houve conflitos durante a ação. Os caciques explicaram que só querem reaver suas terras e que não querem guerra. Mesmo assim, as entradas da cidade estão bloqueadas pelos índios e os posseiros acampados há alguns quilômetros de suas antigas casas.
Acusações de ambas as partes: este é o clima na região de Banzaê. A Funai acusa a prefeitura de abandonar Mirandela (povoado tomado pelos índios no ano passado). A prefeitura acusa a Funai de proteger o cacique Lázaro. Os Kiriri de Mirandela dizem que os de Cantagalo abandonaram as origens. Estes reagem à altura: dizem que o pessoal do Lázaro quer tudo e que "somos índios também". Os Kiriri de Mirandela e os índios de Cantagalo, na verdade duas facções da mesmo tribo que se separaram por divergências ideológicas, juram que não querem briga. Mas estão armados com flechas e paus para "o caso de ser necessário brigar". Os de Cantagalo afirmam que os Kiriri invadiram terras de seu território. Isto porque quatro famílias de índios que moravam em Gado Velhaco tiveram que abandonar suas casas com os posseiros. "Nós não expulsamos eles", diz o índio Bonifácio, um dos líderes da invasão. "Não respeitam nosso povo", diz o cacique Manuel, de Cantagalo.
Na região, os de Cantagalo são tidos como mais pacíficos. O cacique Manoel diz que a área tem limites naturais que não podem ser ultrapassados ao bel-prazer da outra facção e se mostra disposto a enfrentar a outra tribo. Ao mesmo tempo dizem que não querem guerra.
Depois de duas noites na estrada, finalmente os índios permitiram que parte dos posseiros entrasse em Gado Velhaco para apanhar seus pertences. A prefeitura de Banzaê alojou algumas famílias (muitos não arredam o pé do acampamento à beira da estrada) no centro de abastecimento da cidade. *(Jornal de Brasília, 16/07 e A Tarde, 18/07/96)*

MORTE PODE ACIRRAR CONFLITO

A situação continua tensa na reserva indígena de Mirandela, onde, em consequência de um conflito entre membros da tribo Kiriri, foi assassinado o índio Saturnino Bertolino de Jesus, de 72 anos, e feridos gravemente outros três. O prefeito de Banzaê, José Leal, teme que a qualquer momento estoure um conflito maior na região envolvendo as duas facções Kiriri. O incidente, explicou o prefeito, aconteceu em Lagoa Grande, depois que seguidores do cacique Lázaro atearam fogo em casas onde vivem índios Kiriri da facção de Manoel. Em represália, esses índios acabaram ateando fogo em casas de seus rivais, gerando o conflito. *(A Tarde, 17/12/96)*

LAGOA GRANDE TEME EMBOSCADA

O medo ronda as famílias da aldeia de Lagoa Grande, a maior da tribo dos Kiriri de Cantagalo, lideradas pelo cacique Manoel Cristóvão Batista. Com medo de emboscadas dos irmãos de Mirandela, os índios evitam sair à noite e só andam em grupos. As casas mais distantes do núcleo principal da aldeia foram abandonadas, depois que várias delas foram incendiadas na semana passada por um grupo de mais de 30 Kiriri de Mirandela. A casa de João Jesus dos Reis foi invadida pelos índios vindos de Mirandela. João foi morto, crivado de balas ao tentar escapar do fogo. Seu sogro, José Amor Francisco dos Santos, conseguiu escapar, fingindo em meio ao milharal. Da casa, restaram apenas algumas paredes queimadas. Todo o milho e feijão que estava secando foi queimado. Do outro lado, outra casa foi destruída, mas a família, que morava no local, escapou. Na aldeia, várias outras casas foram atacadas pelos índios de Mirandela. *(A Tarde, 22/12/96)*

ÍNDIOS OCUPAM CASAS DE PAU FERRO

Índios da tribo Kiriri ocuparam, ontem, todas as casas do povoado de Pau Ferro, em Banzaê. O povoado tinha 90 casas ainda habitadas por brancos que aguardavam indenização da Funai. Os índios deram um prazo de 24 horas para que as famílias de posseiros deixassem a reserva. Não houve violência, apesar de nenhum policial federal ou militar ter ido ao local.
O líder Lázaro viajou a Paulo Afonso para comunicar à Funai a expulsão dos brancos do povoado. Os moradores foram abrigados em casas de parentes e amigos, num local próximo denominado Queimada Grande. A prefeita de Banzaê, Jailma Dantas, informou que está providenciando abrigo para 117 famílias sem moradia. A decisão de expulsar os posseiros foi tomada após o índio Osana ter sido baleado por um grupo de brancos na semana passada.
As famílias expulsas pelos Kiriri terão que aguardar o próximo repasse de verbas do Ministério da Justiça para receberem as indenizações pelos imóveis ocupados. Segundo o administrador interino da Funai na região, Aurino Januário da Silva, o Ministério ainda deve um repasse de R$ 70 mil, referente ao orçamento do ano passado. "Além disso, só recebemos cerca de R$ 500 mil este ano, o que é insuficiente para indenizar todas as famílias que ocupam a reserva dos Kiriri", disse. *(Tribuna da Bahia e A Tarde, 16/09/97)*

POSSEIROS OCUPAM FAZENDA MURITI

Cerca de 200 famílias de não-índios reocuparam ontem, pela terceira vez, a Fazenda Muriti, que tem uma área de 6.340 ha, no município de Tucano. Essa é uma das cinco fazendas já listadas pelo Incra, com indicação do Fórum de Entidades que apoiam os Não-Índios Expulsos das Terras dos Kiriri, onde deverão ser reassentadas 326 famílias de não-índios.
O diretor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia (Fetag), entidade que coordena o Fórum, explica que o presidente do Incra reconheceu dificuldades de ordem técnica para atender à demanda, ou seja, reassentar as 2,8 mil famílias de não-índios que somam 8 mil pessoas, mas garantiu que dará prioridade à questão.

De maneira geral, os sem-terra não se conformam com o fato de o governo federal ter garantido o direito dos índios em detrimento deles, o que consideram uma discriminação.
A juíza de Tucano, Newcy Gidi, já concedeu a reintegração de posse da Fazenda Muriti e pediu reforço policial ao Batalhão da PM de Alagoinhas para desocupar a propriedade, mas a ordem judicial ainda não foi cumprida. Os próprios donos querem a desapropriação, desde que o Incra pague um preço justo. Os sem-terra afirmam que não pretendem resistir à ação policial, mas ameaçam acampar na sede do Incra ou em frente ao batalhão, caso sejam expulsos. *(Tribuna da Bahia, 23/09 e A Tarde, 25/09/97)*

CONFLITO ENTRE FACÇÕES GERA MORTE

Um confronto entre os Kiriri resultou em um morto e vários feridos. Armados com carabinas e rifles, cerca de 180 índios liderados pelo cacique Lázaro tentaram invadir as terras do cacique Manoel, no povoado de Marcação, onde moram parte das 180 famílias desta facção Kiriri, que só utilizam arcos e flechas. Na luta para impedir a invasão, o índio Antônio de Jesus Santos morreu baleado e o conselheiro Elias Jesus da Hora foi baleado no peito.
Segundo o advogado da Diocese de Paulo Afonso, Jairo Monteiru, outros índios ficaram feridos, mas com menor gravidade. A Diocese aguarda com urgência uma intervenção na área das polícias Federal e Militar, para evitar que ocorram mais mortes, pois existia a ameaça de uma nova tentativa de invasão. Ainda segundo o advogado, a intenção do cacique Lázaro, que lidera 110 famílias alojadas nos povoados de Mirandela, Pau Ferro e Gado Velhaco, é se apropriar das benfeitorias realizadas por brancos nas terras do cacique Manuel, que compreende os povoados de Araçá, Segredo, Marcação e Monte". *(A Tarde, 11/02/98)*

MAIS DE MIL PESSOAS SÃO EXPULSAS

A presença de policiais federais, militares e tropas do Exército na área não inibiu a invasão ontem de mais quatro povoados do município de Banzaê, totalizando 260 casas ocupadas e a expulsão de mais 1.100 muradores. Cerca de 2.500 pessoas de nove povoados já foram expulsas pelos índios nos últimos cinco dias, segundo a PM de Banzaê.
Sem alternativa, os moradores estão deixando suas casas e levando o que podem. Alguns estão destruindo as casas para utilizar tijolos e madeiras. "Estou começando minha vida agora", disse o agricultor Oswaldo Chaves do Nascimento, com 62 anos. Elenilda Silva Moraes, com 19 anos, conta: "os índios queriam ocupar a minha casa imediatamente e só deu tempo de carregar o fogão.
O coronel da PM Aloysio Campos Filho disse ontem que os índios não serão retirados das áreas invadidas. "O governo federal já demarcou a área há 16 anos e agora tem de cumprir a promessa de pagar as indenizações aos antigos moradores", disse. *(FSP, 26/03/98)*

GOVERNO ESTUDA INTERVENÇÃO EM BANZAÊ

Os procuradores da República Robério Nunes dos Anjos Filho e Geisa de Assis Rodrigues solicitaram à PGR intervenção federal no município de Banzaê. O porta-voz da Presidência da República, embaixador Sérgio Amaral, afirmou, ontem, em Brasília, que o presidente FHC poderá determinar a intervenção federal em Banzaê. A decisão depende da conclusão das vistorias realizadas na região pelos funcionários da Funai. Segundo ele, o ataque dos Kiriri aos povoados de Banzaê foi o principal assunto da conversa que ocorreu ontem entre FHC e o presidente da CNBB, cardeal dom Lucas Moreira Neves.
Encontram-se ocupados pelos índios os povoados de Marcação, Baixa Nova, Baixa da Cangalha, Baixa do Joá, Segredo, Pau Ferro e Araçás, além de Mirandela e Gado Velhaco, os primeiros a serem tomados pelos Kiriri. Se o clima é absolutamente normal e tranqüilo nesses últimos, em Araçás e Marcação, apesar da aparente calma, tem-se a impressão de que pode estourar uma guerra a qualquer momento. Araçás virou a base do cacique Manoel (que faz uma linha mais pacifista e defende o pagamento das indenizações dos posseiros antes da ocupação dos povoados). Marcação é onde o cacique Lázaro (que cansou de esperar as providências e vem tentando expulsar os brancos "na raça") montou seu "quartel general". Marcação é o pomo da discórdia entre os dois caciques. *(FSP e A Tarde, 27/03/98)*

CACIQUES ACEITAM TRÉGUA

Os caciques Lázaro e Manoel chegaram a um acordo com a Funai, no final da tarde de ontem, e decidiram por uma trégua até o dia 15 de abril. Até lá as duas facções Kiriri não vão promover a retomada de novas áreas ocupadas pelos colonos nem vão entrar em conflito. Manoel aceitou o acordo com Lázaro conquanto este desocupe o povoado de Marcação. Ele diz que seu grupo chegou primeiro ao povoado e aceita negociar, desde que os rivais não queiram impor o comando.
Pelo acordo firmado na reunião no Fórum de Ribeira do Pombal, os índios não vão devolver as áreas reocupadas nos últimos dias e os colonos terão que permanecer onde estão. O prazo dado pelos índios é considerado apertado para que a Funai consiga os R$ 6 milhões necessários para resolver o problema. O dinheiro só pode ser obtido via medida provisória assinada pelo presidente ou por suplementação orçamentária votada pelo Congresso Nacional. A Funai anunciou a liberação de uma verba emergencial de R$ 2 milhões para iniciar a indenização dos não-índios. *(FSP e A Tarde, 29/03/98)*

PANKARARÉ (BA)

FUNAI SUSPENDE DEMARCAÇÃO

O administrador regional da Funai em Paulo Afonso, Sivaldo Barbosa Moreira, recebeu determinação do presidente do órgão, Julio Marcos Germany Geiger, para suspender, até segunda ordem, os trabalhos de demarcação da Área Pankararé, no município de Glória. Estes serviços estavam sendo executados pelo Instituto de Terras de Alagoas (Iteral) e foram interrompidos em decorrência da reação de posseiros ali instalados há muitos anos.
Eles invocaram o acordo celebrado, em 1985, com os índios para evitar que mais de 17.700 ha fossem incorporados no território Pankararé. O administrador regional da Funai chegou a pedir a presença de agentes da PF para garantir a continuidade dos trabalhos de demarcação, mas os posseiros reagiram e tiveram o apoio da Igreja, através do bispo Dom Mário Zanetta. Na próxima semana, o administrador Moreira irá a Brasília levando o relatório sobre a pendência. Os posseiros, mesmo com o afastamento da PF, dos funcionários do Iteral e da própria Funai, continuam em estado de alerta até que o governo federal descarte a nova demarcação de terras em favor de um grupo de índios dissidentes. *(A Tarde, 12/05/96)*

MP INVESTIGA DESMATAMENTO NO BREJO DO BURGO

A Promotoria de Justiça da Comarca de Glória instaurou inquérito civil para apurar responsabilidades no desmatamento ocorrido na localidade do Brejo do Burgo, onde vive a tribo Pankararé. A representante do Ministério Publico, Isabel Adelaida de Melo Andrade, informou que já foi solicitada ao Ibama uma vistoria para comprovar o impacto ambiental que atinge a Reserva Ecológica do Raso da Catarina. O desmatamento é uma prática que está devastando a

fauna e a flora da caatinga. A promotora vai intensificar as ações na Justiça em defesa do ambiente. Providências da mesma natureza deverão ser adotadas para preservar áreas de caatinga nos municípios de Jeremoabo, Santa Brígida e Pedro Alexandre.
No caso do Brejo du Burgu, os danos ambientais foram causados pelos índios. Perante a promotoria, eles alegaram que, em nenhum momento, foram advertidos por funcionários da Funai e do Ibama quanto às consequências do desmatameoto ou sobre as proibições contidas na legislação do meio ambiente. A promotora Isabel Adelaide não escondeu o seu descontentamento com a omissão dos dois órgãos federais, que mantêm postos na região. Tanto a Funai quanto o Ibama estão na mira da promotora, que vai apurar todas as denúncias sobre agressões à fauna e à flora no Raso da Catarina e instaurar os inquéritos necessários para apuração de responsabilidades. *(A Tarde, 27/07/97)*

PANKARARU (PE)

FUNAI É PRESSIONADA À INDENIZAÇÃO

Cerca de 80 funcionários da Funai, em Recife, foram mantidos como reféns, durante o dia de ontem, por 42 Pankararu. Os índios também bloquearam, com kombis, a avenida João de Barros, onde se localiza a sede do órgão, provocando confusão e engarrafamento de trânsitu. Pintaram-se com barro branco, em sinal de luta, e dançaram o toré.
Os funcionários, inclusive o administrador regional da Funai em PE, foram liberados depois de sete horas. Os índios querem a liberação de R$ 298 mil para indenizarem 33 das 460 famílias que ocupam uma área indígena de 8.100 ha em Petrolândia, no sertão, a 430 km de Recife. A área foi demarcada e os posseiros esperam ser reassentados, pelo Incra, em outro local. Do total, 33 famílias preferem receber as indenizações em dinheiro para abandonar a área dos Pankararu.
Depois de muita negociação, os índios deram um prazo até o dia 27 para a Funai resolver o problema. "Se a resposta não for positiva, mais de 60 Pankararu vão a Brasília", prometeu o líder dos índios, Gustavo Pankararu. *(Diário do Commércio e Diário de Pernambuco, 22/02/97)*

NOVAS AMEAÇAS

Os índios Pankararu de Petrolândia (PE) ameaçam deixar seis estados do NE sem energia elétrica, caso 483 famílias de posseiros não sejam retiradas da área indígena nos próximos 60 dias. Os índios planejam derrubar torres de transmissão da hidrelétrica de Paulo Afonso que atravessam a aldeia Brejo dos Padres e pretendem agir de surpresa. "Vamos ter de deixar a sociedade descontente para conquistar o que é nosso", comenta o presidente da Associação Indígena Pankararu, Frederico Marcionilo de Barros Pankararu. "Os Krikati do Maranhão derrubaram só duas torres e resolveram o problema deles", compara.
Amanhã faz dez anos que a demarcação das suas terras foi homologada pelo presidente José Sarney, mas até hoje nenhum posseiro deixou a área. *(Jornal da Tarde e OESP, 13/07/97)*

POSSEIROS RECEBEM INDENIZAÇÕES

Os posseiros que ocupam 38% das áreas indígenas dos Pankararu, nas cidades de Tacaratu, Petrolândia e Jatobá, estão procurando a Funai, no Recife, com a proposta de abandonar as terras em troca de indenizações. O dinheiro já foi entregue para 30 posseiros, de um total de 483 existentes. Outros 128 prucuraram a Fundação. O coordenador da Comissão de Pagameoto da Funai, Petrônio Machado, informou que o pagamento já chegou a R$ 258.434,05 e 255 ha foram liberados para os índios. De acordo com o coordenador, os posseiros, em geral, têm outro meio de vida, além das terras, e por isso estão procurando as indenizações. Um total de 60% dos posseiros reside em suas propriedades. *(Diário de Pernambuco, 15 e 16/08/97)*

NEGOCIAÇÕES COM A CHESF

Os Pankararu e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) estão negociando a assinatura de um convênio para autorizar a permanência da Linha de Transmissão de Energia Elétrica Paulo Afonso/Milagres 230 KV, Circuito I, II e III na TI Pankararu e o pagamento de indenização à comunidade indígena. A linha elétrica da Chesf foi implantada respectivamente nos anos de 1964, 1972 e 1978, atravessando uma área com 9,3 km de extensão e 100 m de largura no interior da T I sem que a mencionada empresa tenha cumprido o devido pagamento de indenização aos índius. Primeiramente as partes estão buscandu estabelecer um valor indenizatório em comum acordo. Caso não cheguem a um consenso, ambas estão de acordu que a empresa retirará a linha elétrica daquela terra. *(Paulo Pankararu, Brasília, 08/06/00)*

PANKARARU (SP)

MIGRAÇÃO PARA FAVELA EM SÃO PAULO

Quase um quarto dos 6,5 mil Pankararu, de Pernambuco, está vivendo em quatro favelas de São Paulo. A maior parte (aproximadamente 500) dos que migraram mora no Real Parque, Zona Sul, e outros 700 se espalharam pelas favelas do Parque Santa Madalena, Zona Leste, Paraisópolis e Grajaú, Zona Sul. O grupo Pankararu, da família Tupinambá, situa-se entre os maiores que ainda sobreviveram no país e se concentra na aldeia Brejo dos Padres, uma área demarcada de 8,1 mil m² entre os municípios de Petrolândia e Tacaratu, no sul de Pernambuco, divisa com Bahia e Alagoas.
Expulsos do local, também ocupado por posseiros, os Pankararu começaram a migrar para São Paulo a partir da década de 50. O fluxo continua intenso nos dias atuais. Diariamente, de dois a três índios, em média, desembarcam na Capital, em busca de trabalho. "Fomos sendo empurrados para o pé da serra na aldeia, onde não há terra boa para o plantio", explica Frederico Marcionilo Barros, presidente da Associação SOS Pankararu.
Segundo ele, a qualificação dos índios que vivem em São Paulo só se iniciou há um ano. Atualmente, 80% deles possuem documento de identidade da Funai, que garante seus direitos em território nacional. "Tivemos que brigar quase dois anos para conseguir isso", conta Frederico, que está em São Paulo há 30 anos.
Os índios que chegam à capital de São Paulo se transformam em mão-de-obra barata. A maioria dos homens trabalha na área da construção civil e as mulheres como empregadas domésticas.
Apesar de estarem migrando para São Paulo há mais de 30 anos, a Associação SOS Pankararu só foi criada em 1994. Foi a forma encontrada por eles para lutar contra o preconceito e u desemprego. Hoje, a comunidade se reúne em uma creche ao lado da favela do Real Parque todo segundo domingo de cada mês para discutir seus problemas e tentar encontrar soluções. A SOS Pankararu foi também a responsável pela atual qualificação dos índios, que proporcionou a eles uma identidade. *(Diário Popular, 09/09/96)*

CINGAPURA É REJEITADO

É com desgosto que os Pankararu, que vivem em favelas na Capital, aguardam o Projeto Cingapura. Pelo menos 80 das mais de 100 famílias que moram na favela do Real Parque, Zona Sul, já estão em alojamentos, mas afirmam que foram enganadas e que não desejam os aparta-

mentos, onde ficarão isoladas e sem espaço para manter o pouco da cultura que ainda preservam. Os que ainda estão nos barracos, temem o dia em que serão obrigados a deixar a favela e morar nos alojamentos, separados de amigos e parentes. *(Diário Popular, 15/12/96)*

FUNAI NÃO ATUA COM DESALDEADOS

Os mais de 900 índios da Favela Real Parque não recebem assistência da Funai, como as cestas básicas que o órgão costuma enviar aos aldeados, ou atendimento de saúde. "Não está claro para a Funai como assistir índios desaldeados", disse o diretor de Assistência da Funai, em Brasília, Ronaldo Lima de Oliveira. Segundo ele, falta estrutura material para pensar no problema da favela. "A prioridade são os índios aldeados e, mesmo assim, há poucos recursos para atendê-los", argumenta. "Existe um vácuo nessa história toda porque não sabemos até onde vai a responsabilidade da Funai e onde começa a do Ministério da Saúde". *(OESP, 13/07/97)*

PAYAKÚ (CE)

FUNAI RESTRINGE INGRESSO NA TI LAGOA DA ENCANTADA

Através da Portaria nº 6, a Funai estabelece restrição a direito de ingresso, locomoção e permanência de pessoas estranhas aos quadros da Funai, por seis meses, nos limites da Terra Indígena Lagoa da Encantada. Esta terra está localizada no município de Aquiraz, estado do Ceará. A portaria veta a exploração de qualquer recurso natural na área, mas permite a continuidade de atividades pastoris e de manutenção de infraestrutura. A restrição tem duração de seis meses para realização de estudos e reconhecimento da terra indígena. *(DOU, 02/02/99)*

TÉCNICOS ENVIADOS PARA COMPLEMENTAR ESTUDOS

A Portaria da Funai nº 38, de 31/01/2000, determina o deslocamento de técnicos para a terra Lagoa da Encantada com a finalidade de complementar estudos. *(DOU, 02/02/00)*

PAYAKÚ, JENIPAPO-KANINDÉ OU CABELUDOS DA ENCANTADA?

O nome Payakú designa uma etnia numerosa que, no século XVI, habitava toda a faixa sublitorânea dos atuais estados do RN e CE. Hoje, os Payakú ainda vivem na mesma região. Habitam a Lagoa da Encantada, no município cearense de Aquirás. Sua população, que em 1982 era de 96 pessoas, hoje chega a 180. O nome Payakú permaneceu na memória dos mais velhos e dos líderes do grupo mas, até o final da década de 1980, os índios costumavam atender apenas pela alcunha de "cabeludos da Encantada", modo como eram chamados por seus vizinhos não-indígenas. A denominação Jenipapo-Kanindé, até então desconhecida por eles, foi-lhes indevidamente aplicada com base em pesquisas históricas pouco aprofundadas, confundindo-os com antigos povos vizinhos, quando o grupo começou a participar dos movimentos indígenas. (Maria Sylvia Porto Alegre, jul/98)

Pankararu: a luta para preservar a cultura, apesar de desterrados em São Paulo.

MARCOS ISSA/ARGOS 1996

PITAGUARÍ (CE)

DEMARCAÇÃO E RESPEITO

Os Pitaguari foram ao balneário improvisado às margens do açude Santo Antonio do Pitaguari para pedir aos visitantes apoio na luta pela demarcação de terra e mais respeito. Embora tenham construído o reservatório dentro do seu território, eles sofrem discriminação e preconceito de quem visita o açude. "Isso aqui é nosso, do povo Pitaguari, mas as pessoas estão nos maltratando, ameaçando.

A manifestação, que fechou as celebrações do Dia do Índio, foi marcada por protesto. Do cacique Daniel às mulheres da tribo, todos se queixaram dos maus tratos praticados pelos moradores de Maracanaú e Fortaleza que, semanalmente, visitam o açude. O protesto não objetivou afugentar os visitantes, mas sensibilizá-los para a necessidade de uma convivência mais harmônica. De acordo com o indigenista Carlos Alencar Ratts, o preconceito e a discriminação enfrentada pelos índios vêm da desinformação. Segundo ele, muitos banhistas sequer sabem que o açude pertence, de fato, aos Pitaguari: "Os índios vivem numa situação de miséria porque vivem aqui nesta terra e não têm direito a ela". *(Diário do Nordeste, 22/04/96)*

POTIGUARA (PB)

ÍNDIOS TENTAM INVADIR CADEIA

Cerca de 100 Potiguara, da aldeia Jacaré de São Domingos, em Rio Tinto (53 km ao norte de João Pessoa), tentaram invadir ontem à tarde a cadeia da cidade para libertar 12 índios presos. Os índios são acusados de cortar árvores de uma reserva de Mata Atlântica supervisionada pelo Ibama. Segundo a polícia e o Ibama, as árvores seriam vendidas em serrarias de João Pessoa ou transformadas em carvão.
Eles foram autuados em flagrante. O delegado de Rio Tinto, Walter Cunha, disse que, durante a tentativa de invasão da cadeia, houve um início de confronto com os 35 policiais militares, requisitados para reforçar a segurança no local. Não houve feridos. Segundo Cunha, os índios recuaram, "porque a PM está armada com metralhadoras". Os índios prometeram só deixar o local após a liberação dos 12 índios. *(A Crítica, 18/01/96)*

PROCURADORIA INSTAURA INQUÉRITO

O Ministério Público Federal, por meio do procurador da República na Paraíba, Antônio Edílio de Magalhães Teixeira, instaurou Inquérito Civil Público visando apurar conflitos envolvendo a TI Potiguara, no município de Rio Tinto, onde fica situada a aldeia Jaraguá.
Foi constatada *in loco* a construção de um loteamento, onde já foi feito desmatamento, posteamento, divisão e venda de lotes. Foi também verificada a existência de construções de casas de alvenaria dentro da TI, o que está sendo feito em desacordo com a vontade da população indígena. O inquérito também considera que a Funai não concluiu até hoje o processo demarcatório que teve início há dois anos, o que contribui para ferir os direitos indígenas sobre a área tradicionalmente ocupada pelos Potiguara. *(ISA, a partir do Diário da Justiça, 16/06/97)*

FUNAI APROVA RELATÓRIO

O presidente da Funai, Júlio Marcos Germany Gaiger, aprovou o relatório circunstanciado de identificação e delimitação da TI Potiguara de Monte-Mor, de ocupação do povo Potiguara, com superfície e perímetro aprovados de 5.300 ha e 65 km respectivamente, localizada no município de Rio Tinto (PB). O Resumo do relatório, de autoria dos antropólogos Luiz Fernando Machado de Souza e Walter Alves Coutinho Junior, foi publicado no DOU. *(DOU, 11/06/97)*

AIDS FAZ UMA VÍTIMA

Neste ano foi registrado um caso de Aids na aldeia Potiguara, em Baía da Traição. Clarice Rocha Pires de Sá, chefe do Núcleo de Controle de DST e Aids, disse que "por não ter noção dos sintomas da doença, o índio infectado pelo HIV foi tratado à base de rezas e raízes, portanto já foi encontrado bastante debilitado morrendo neste mesmo ano", esclareceu.
Para tentar evitar casos casos semelhantes a FNS, Funai e Secretaria de Saúde do Estado, estão trabalhando em parceria. Nos meses de julho e agosto foram realizados treinamentos com agentes comunitários e professores que atendem na área indígena da Baía da Traição. *(Correio da Paraíba, 15/09/98)*

PREFEITO É POTIGUARA

O prefeito do município de Baía da Traição, o índio Potiguara Marcos Antônio dos Santos, está tentando cobrar dos candidatos a governador e a presidente da República, propostas visando a melhoria das condições de vida das comunidades indígenas. *(Correio da Paraíba, 21/09/98)*

COMUNIDADE DECIDE FAZER AUTODEMARCAÇÃO

O jornal *Correio da Paraíba* de 1° de junho informou que os Potiguara da aldeia Jaraguá, cansados de esperar por uma decisão da Funai, resolveram realizar a demarcação de 5,3 mil ha de terras por conta própria. As terras reivindicadas pelos índios ficam no município de Monte-mor e foram objeto de um relatório de delimitação aprovado pela presidência da Funai em junho de 97.

JUSTIÇA CONCEDE LIMINAR QUE BENEFICIA POTIGUARA

O juiz federal da 1ª Vara da Seção da Paraíba acatou pedido de liminar que evita a retirada das propriedades particulares dos estudos antropológicos que visam a demarcação de terras indígenas ocupadas pelos Potiguara de Monte-Mor, no estado da Paraíba. A liminar foi encaminhada pelo Ministério Público Federal em função de despacho do ex-ministro da Justiça, Renan Calheiros, excluindo as propriedades particulares dos estudos, o que diminuiria a extensão ou até inviabilizaria a Terra Indígena.
O juiz fundamentou sua decisão na farta documentação e na verossimilhança das alegações de dano irreparável ou de difícil reparação de população indígena alegadas pelo Ministério Público na ação civil pública proposta.
Essa decisão judicial decorre da ação ordinária proposta pelos procuradores da República Antônio Edílio Magalhães Teixeira e Marcelo Alves Dias Souza. No teor da ação entenderam que o Ministério da Justiça, extrapolando o âmbito de suas atribuições previstas no Decreto 1775/96, acolheu novas impugnações de proprietários de terras situadas na área indígena. De fato, as impugnações já tinham sido apreciadas pela Funai, que é o órgão competente para apreciá-las, e rejeitadas, uma vez que as pretensões dos contestantes não foram suficientes para descaracterizar as terras indígenas.
Segundo os representantes do Ministério Público, há registro da ocupação dos Potiguara em solo paraibano no ano de 1519, no mapa Terra Brasilis, publicado em Lisboa. Desde a colonização, a tribo dos Potiguara vem sendo lesada pelo poder público e por particulares que desenvolvem atividades econômicas da região. A situação desta comunidade indígena agravou-se com a ocupação no início deste século pela família Lundgren, que empreendeu na região uma fábrica de tecidos. O empresário Frederico Lundgren, com o tempo, foi estendendo suas atividades industriais de Rio Tinto para os lados do Rio Preguiça, onde fica a aldeia Monte-Mor. Por conta dos empreendimentos industriais, muitas casas foram construídas para dar vazão ao contingente de trabalhadores que vinham para trabalhar na companhia de tecidos. Os títulos de propriedade para as áreas de ocupação industrial foram adquiridos à base da extorsão conjunta das autoridades locais e dos corretores de imóveis da região. No ano de 1980, a família Lundgren transferiu as suas propriedades para as empresas Rio Vermelho Agropastoril S/A e Destilaria Miriri S/A.
A Constituição Federal, em seu artigo 231, captu e §§1º, 2º e 4º estabelece que são reconhecidos aos indígenas os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar os seus bens. Tratando-se de um direito originário pelo indigenato, prescindem as populações indígenas de títulos de propriedade como normalmente se faz com as posses conquistadas. Além disso, não é admissível qualquer título de posse ou propriedade que venha a contestar terra de ocupação indígena (art. 236, §6º, CF). Acrescenta-se ainda as práticas ilegais imbuídas de extrema violência que propiciaram a constituição das propriedades dos impugnantes deste procedimento de demarcação indígena.
Por estas práticas ilegais de apropriação de terras indígenas e pelo notório abuso de poder do Ministério de Justiça, que extrapolou seu âmbito de competência previsto no Decreto 1775/96, é que o Ministério Público propôs esta ação contra a União e os particulares envolvidos (Rio Vermelho Agropastoril S/A, Destilaria Miriri S/A, Luismar Mello, Emílio Cavalcante de Morais e o Espólio de Artur Herman Lundgren). Felizmente, o juiz federal concedeu a tutela antecipada, faltando agora a decisão final do processo. (Daniel Strauss/ISA, 09/09/99)

Segundo o ISA apurou, o relatório que estabelece os limites das terras reivindicadas pelos Potiguara foi contestado oficialmente junto à Funai por três interessados – os herdeiros da família Lundgren e dois usineiros do setor sucroalcooleiro, que alegam serem proprietários das áreas. Entretanto, todas as contestações foram rejeitadas pela Funai.
O documento seguiu para o Ministério da Justiça, para que fosse declarada a posse indígena sobre a área e determinada sua demarcação. Desde então, nenhuma decisão foi tomada. "A terra é nossa, e já que temos direito, não vamos esperar mais e nós mesmos vamos fazer a demarcação", declarou ao jornal o líder potiguara José Vicente.
A reportagem registra que são 80 as famílias dos Potiguara da aldeia Jaraguá, vivendo em situação de extrema pobreza. A demarcação das terras, segundo José Vicente, representaria um novo começo para a comunidade indígena. Segundo disse ao jornal, depois da demarcação os Potiguara planejam fundar uma associação para ajudar na solução de seus problemas. *(ISA, 08/06/99)*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA ACEITA CONTESTAÇÕES

O ex-ministro da Justiça, Renan Calheiros, antes de deixar o cargo, assinou despacho, dia 14 de julho, aceitando contestações à demarcação da TI Potiguara de Monte-Mor, localizada nos município de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição, no estado da Paraíba, com base no Decreto 1.775/96. A determinação, publicada no DOU de 15 de julho (seção 1, página 2), manda a Funai arquivar o processo e proceder novos estudos com vistas à identificação e delimitação da área remanescente, excluídas as terras dos contestantes. *(ISA, 20/07/99)*

FUNAI DETERMINA NOVOS ESTUDOS

Através da Portaria nº 250, de 13/04/2000, o diretor de Assuntos Fundiários da Funai, Roque Barros Laraia, enviou um antropólogo e um engenheiro agrimensor para os estudos de reidentificação da TI Potiguara de Monte-Mor. *(DOU, 17/04/00)*

CASAS DE VERANEIO SERÃO DESOCUPADAS

O juiz Petrúcio Ferreira, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, concedeu liminar substitutiva em Agravo de Instrumento interposto contra decisão denegatória de liminar em Ação Civil Pública do Ministério Público Federal em favor da comunidade indígena Potiguara. Com a liminar, todas as casas de veraneio construídas e ocupadas na Praia do Coqueirinho, no Município de Baía Traição, devem ser imediatamente desocupadas e lacradas. São mais de 70 casas construídas e utilizadas na área indígena e os invasores são pessoas da alta sociedade paraibana. *(Antônio Edílio Magalhães Teixeira, procurador da República, 22/05/00)*

TABEPA (CE)

TERRA INDÍGENA É INVADIDA

Cerca de 100 pessoas invadiram uma área pertencente aos índios Tapeba, localizada às margens do km 8 da BR-222. Os invasores se apossaram de aproximadamente cinco hectares. A terra já foi toda dividida. Até queimadas já foram feitas com o objetivo de limpar o terreno.
De acordo com o advogado da Pastoral Indigenista da Arquidiocese de Fortaleza, Aécio Aguiar da Ponte, a ação foi promovida pelo candidato a prefeito de Caucaia pelo PSDB, José Gerardo Arruda. A família dele se diz dona do terreno. Mas desde julho de 1993, data da publicação no Diário Oficial da União, a área pertence oficialmente à tribo dos Tapebas. Inconformada, a família entrou com um recurso na Justiça, pedindo a reintegração de posse, mas perdeu na primeira tentativa. Em novembro do ano passado, a juíza Germana de Oliveira Morais, da 8ª Vara, expediu liminar garantindo o direito dos índios. Até mesmo a ação impetrada junto ao Ministério da Justiça, contestando a identificação da área como sendo indígena, foi considerada improcedente. O ministro Nelson Jobim ainda deu um prazo de 120 dias para que os ocupantes peçam indenização por benfeitorias.
A área total do território dos Tapeba é de 4.658 ha. Nela vivem hoje 500 famílias. "Nós moramos lá há várias gerações. Desde os nossos antepassados", afirma o índio Dourado Tapeba. Ele revela, ainda, que José Geraldo já é conhecido na cidade por fazer doações de terras alheias: "Toda vez que ele se candidata, tem essa mania de doar terra que não é dele". *(Diário de Fortaleza, 01/08/96)*

ARTESANATO E AGRICULTURA SUBSTITUEM CARANGUEJO

A captura do caranguejo como fonte de renda da comunidade dos índios Tapeba está com seus dias contados. Na área, às margens do rio Ceará, onde praticamente 44 famílias vivem da pesca e da agricultura, o caranguejo não é mais o único "ganha-pão" dos índios. Com a poluição do rio Ceará e o desaparecimento do caranguejo, os índios preferem viver da venda do artesanato e da pesca do camarão.
Segundo o líder Francisco Rodrigues Teixeira, o cacique Alberto, faz tempo que o rio Ceará já não abastece a comunidade. "Quem comer um peixe deste rio está arriscado a morrer". Por causa disso, a opção de sobrevivência passou a ser o artesanato e a agricultura. As mulheres fazem colares, anéis, pulseiras, cocares e porangas que são vendidas geralmente aos alunos que vêm em excursão conhecer a comunidade indígena dos Tapebas. *(Diário do Nordeste, 01/04/97)*

PARA PREFEITO, TI IMPEDE CRESCIMENTO DE CAUCAIA

"A área da reserva indígena impede o município de crescer e cria um problema social para quase 30 mil famílias". A opinião é do prefeito de Caucaia, José Gerardo Arruda, para quem existe no município somente cerca de 60 a 70 índios Tapeba. O prefeito diz que a delimitação pela Funai de 4.658 ha de reserva dos Tapeba pode trazer um confronto entre os índios e as famílias que ocupam as terras há mais de 50 anos. "Nessa faixa de terra existem hoje casas, igrejas, empresas e indústrias. Muitas pessoas têm escritura e chegaram ao local antes da delimitação", disse ele. *(Diário do Nordeste, 19/04/97)*

INFECÇÃO RESPIRATÓRIA MATA CRIANÇAS

Desde o início do ano até hoje, já morreram oito crianças Tapeba, em Caucaia. Os óbitos foram provocados, em sua maioria, por infecções respiratórias. A informação é da índia Francineide Pereira da Silva. As doenças são agravadas por quadros de subnutrição e falta de saneamento. A poluição do rio Ceará, o contato com o lixo provocado pelas enchentes e a falta de água potável, tornam os menores muito vulneráveis às doenças. *(Diário do Nordeste, 20/04/97)*

MINISTRO DECLARA TI TAPEBA DE POSSE PERMANENTE

O ministro da Justiça, Íris Rezende, julgando improcedentes as contestações opostas à identificação e delimitação da terra indígena localizada no Município de Caucaia (CE), declara de posse permanente dos índios a Terra Indígena Tapeba, com superfície aproximada de 4.658 ha e perímetro também aproximado de 77,5 km. Caberá à Funai promover a demarcação administrativa da TI assim declarada, para posterior homologação pelo presidente da República. *(DOU, 25/09/97)*

PREFEITURA CONSTRÓI ESTRADA DENTRO DA TI

A construção da estrada Via de Integração, que irá ligar o distrito de Jurema ao centro de Caucaia, vem gerando polêmica. De acordo com informações do chefe de posto da Funai, Francisco Araújo Magalhães, um trecho próximo à BR-020 passará dentro da TI dos Tapeba. Ele informou que a prefeitura de Caucaia iniciou a construção sob a ordem de um mandato de segurança impetrado pelo MJ, que está julgando o processo de demarcação da área. "Porém, o processo ainda não foi julgado. Enquanto isso não acontece, a União, Estado e Município devem preservar o direito dos Tapebas", ressaltou. *(Diário do Nordeste, 24/07/98)*

PF PRENDE EQUIPE DA PREFEITURA DE CAUCAIA

Seis caminhões, uma pá mecânica e um trator esteira foram apreendidos ontem pela Delegacia Fazendária da PF e 13 homens foram presos, autuados em flagrante por crime de devastação, invasão de terras indígenas e extração de minérios sem autorização do Ibama. Eles estavam retirando ilegalmente areia da área dos Tapeba. Dos seis caminhões apreendidos, cinco pertencem à Prefeitura de Caucaia – todos novos, de chapa branca e com a inscrição lateral: "uso exclusivo em serviço". Dos 13 presos, seis são motoristas, dois operadores de máquinas e cinco ajudantes. *(Diário do Nordeste, 19/09/98)*

PÉ DE GUERRA

Os conflitos de terra podem agravar-se na Lagoa dos Tapeba, em Caucaia. Um posseiro, que já tem uma cerâmica e uma pedreira no local, tentou cercar uma área maior, chegando a pegar parte da Lagoa dos Tapeba. Foi a segunda vez que os índios flagraram a tentativa de invasão. É da lagoa que os índios tiram a sua subsistência. *(Diário de Fortaleza, 05/03/99)*

TINGUI-BOTÓ (AL)

AMEAÇA DE INVASÃO DA FUNAI

Uma comissão de índios Tingui-Botó, de Feira Grande, se reuniu com o delegado substituto da Funai-AL, José Heleno de Souza, para reivindicar a liberação imediata de R$ 35 mil para a comunidade. Eles e mais cinco comunidades indígenas de Alagoas querem que os recursos enviados pela Funai de Brasília para os Wassu, no total de R$ 204 mil, só sejam liberados depois que todas as comunidades indígenas recebam ajuda financeira. O cacique José Saraiva Irmão disse que a decisão da Funai de só liberar dinheiro para os Wassu criou um mal-estar entre as comunidades indígenas de AL. Ele afirmou que a intenção dos índios não é brigar com os Wassu, mas exigir que a Funai dispeose o mesmo tratamento para todas as comunidades. *(Gazeta de Alagoas, 23/08/97)*

COMUNIDADE QUER ALISTAMENTO EM FRENTES DE TRABALHO

Um grupo de índios Tingui-Botó, do município de Feira Grande, sertão alagoano, esteve ontem na sede da Funai-AL, reivindicando ao administrador do órgão, Luiz Gonzaga, intermediação para serem incluídos nas frentes de trabalho que o governo federal está formando nas cidades atingidas pela seca. Segundo o cacique Saraiva, as frentes de trabalho estão excluindo a comunidade indígena. "Isso não está certo. Índio também está passando necessidade e precisa produzir para ganhar dinheiro e ter como sustentar a família", disse o cacique.

Os índios também reclamaram por ainda não terem recebido uma resposta sobre as reivindicações protocoladas pessoalmente, na sede da Funai em Brasília e no Ministério da Justiça. "Nesse documento, entregue no dia 14 de maio por um grupo de pajés e caciques, pedimos ampliação das nossas terras, de 120 ha para mil, já que somos 260 pessoas e precisamos, além de plantar, de espaço suficiente para os nossos rituais. Pedimos também recursos para construção de uma casa de farinha, motor para irrigação e o conserto da barragem", ressaltou Saraiva. *(Gazeta de Alagoas, 04/08/98)*

TREMEMBÉ (CE)

JUSTIÇA NEGA TERRA

No último dia 23 de setembro, a juíza federal da 3ª Vara, Germana de Oliveira Moraes, apresentou sua sentença do processo de demarcação das terras dos Tremembé no distrito de Almofala (Itarema). A juíza, em sua decisão, afirma que não há ocupação tradicional na área, contrariando um relatório da Funai de 1993, que registra a existência dos Tremembé oesta área desde o descobrimento do país e sua resistência no local até os dias atuais, delimitando, assim, uma área indígena de 4.900 ha. A juíza considerou a perícia antropológica desnecessária e reconheceu a validade dos títulos centenários de certas propriedades particulares oo espaço em questão. Mais uma vez, a lei esbarra na cerca. "Todo continente brasileiro poderia vir a ser discriminado na via administrativa, para atribuição da sua posse aos índios, sob o argumento de que foram eles, no passado, os seus ocupantes", justifica-se Germana Moraes. Joyciane Bezerra de Menezes, professora do Curso de Direito na Universidade de Fortaleza (Unifor) e uma das advogadas dos Tremembé, acredita que a decisão judicial foi precipitada e entrou na última sexta-feira 6, com uma apelação. "Nesses casos de litígio a sentença deve ser

CELSO BRANDÃO

Tingui-Botó, à esquerda o cacique Saraiva.

por objeto pericial, mas a juíza atropelou tudo isso. Essa questão do direito dos índios à terra é muito delicada. O Artigo 231 da Constituição entende que o direito de propriedade nasce com os índios, mas dá uma conceituação vaga do ponto de vista jurídico. Somente um antropólogo, através de uma rigorosa pesquisa, pode definir o indigenato" explica ela. O estudo antropológico, segundo Joyciane Bezerra, pode invalidar os títulos de propriedade em terras reconhecidas como indígenas. "O título não prova nada. O Supremo Tribunal Federal pode anulá-los, como o fez em situação semelhante em Minas Gerais, no processo de demarcação de terra dos índios Krenak", afirma, acrescentando que a expulsão involuntária não cessa o direito de posse dos primeiros habitantes. *(O Povo, 09/11/96)*

MINISTÉRIO PÚBLICO E PF TENTAM CONTER INVASÕES

A demarcação da terra indígena Tremembé invade um vasto território de interesses. A não delimitação dessa área vem provocando invasões e conflitos. Os 4.900 ha que se estendem da beira da Praia à Passagem Rosa, onde habitam os Tremembé, são disputados por moradores da região, ex-administrador do Município e até mesmo pela Prefeitura. Além da ameaça de perder boa parte da área, a tribo assiste a destruição do meio ambiente. *(O Povo, 08/04/97)*

DENÚNCIA CONTRA A DUCOCO

O Conselho Indígena Tremembé de Almofala (Cita) denuncia que a empresa Ducoco Agrícola S/A está querendo vender a área em litígio com os índios. A empresa é proprietária da Fazenda São Gabriel, mas cercou irregularmente toda a área em volta, que compreende as terras indígenas nas localidades Córrego Preto, Varjota e Tapera, onde antigamente moravam famílias Tremembé que foram expulsas do local. *(Diário do Nordeste - Fortaleza, 11/05/98)*

TRF POSSIBILITA RETOMADA DA DEMARCAÇÃO

O Tribunal Regional Federal (TRF) da 5ª Região deu provimento ao recurso interposto pela Comunidade Indígena Tremembé, juntamente com a Funai e a União, com o objetivo de dar prosseguimento ao processo de demarcação da TI Tremembé.
Os juízes José Castro Meira (relator), José Maria de Lucena e Ubaldo Ataíde Cavalcante, da 1ª Turma do TRF, reformaram a sentença dada pela juíza Germana Moraes, que havia reconhecido a propriedade da terra reivindicada pelos índios como sendo da Ducoco Agropecuária S/A, autora da ação.
Assim, o processo de demarcação dos 4.900 ha identificados como terra indígena deverá ter prosseguimento, com a realização de perícia antropológica na área, que tem como objetivo comprovar de forma clara a posse imemorial e o direito da Comunidade Indígena Tremembé sobre a área em litígio. *(Fernando Baptista/ ISA, 26/03/99)*

"COMO É QUE A DRA. JUÍZA PODE DIZER QUE ESTA TERRA NÃO É NOSSA, DOS ÍNDIOS TREMEMBÉ?"

Nós, Tremembé da Varjota/Tapera, da Área Indígena de Almofala, em Itarema, estamos muito preocupados com a decisão da Dra. Juíza Processo nº 93.0021901-4 - Ação Discriminatória, da Empresa Ducoco Agrícola S/A, contra a Funai, a União Federal e outros. A sentença está datada de 23 de setembro passado e agora está sendo feita a comunicação para as partes interessadas, inclusive a Comunidade Indígena Tremembé de Almofala Sobre essa sentença nós temos a dizer que:
Nossos pais sempre nos contaram os limites da nossa terra que era conhecida como a "Terra do Aldeamento". (...) Marciano Correia nasceu em 1901 e, nessa ocasião, o local era conhecido por Taperinha. A mata começava desde a beira-praia. (...) Se vivia mais da caça, da coleta de frutas e da pesca no mar, no rio e nas lagoas. No ano de 1895, mais ou menos, as dunas cobriram uma boa parte das matas e da praia. Até a igrejinha da Almofala foi encoberta por essa duna. A barra do rio Aracati-Mirim foi entupida e o rio secou. Nesse tempo a agricultura era pouca. Era uma fartura de caça e de peixe. Nossos avós e nossos pais viviam livres, sem sujeição de ninguém. Eram conhecidos na vizinhança e em toda região por índios Tremembé. Nas grandes secas eles faziam plantações dentro das lagoas, para sobreviver. Nossa cultura era o Torém, a Aranha e a Bulieira. Principalmente no tempo do caju que é o tempo próprio do nosso ritual. Sempre nossos avós e nossos pais eram convidados para a dança do Torém. Nos anos 70, uma empresa de coco comprou as terras do Aquino e da Miranda, a Fazenda São Gabriel, que é nossa vizinha. Ela quis comprar a Taperinha, mas o Aquino não vendia. Primeiro, eles que viessem se entender com as famílias moradoras da Tapera, para ver o que nós diziamos. (...) Mas ninguém veio se entender conosco. (...) E começaram a cercar o terreno.
Depois de terminada a cerca, foi que chamaram os moradores para uma conversa. E essa conversa foi para pagar as indenizações das nossas plantações. Era um agrado e nós tínhamos que desocupar a terra que é nossa, dos nossos antepassados. Nós nos juntamos e fomos atrás dos nossos direitos. Procuramos o vigário de Itarema, Pe. Aristides Sales. Não conseguimos nada. E perdemos nossas terras, nossas plantações, nossas criações, nossas casas. Uma parte de nós saiu da terra, do local que vivia, mas não saímos da nossa terra. A firma teve que deixar uma nesga de terra, 18 ha, para 47 famílias, que ainda hoje residem nesse mesmo local.
Ao todo só na Taperinha nós éramos umas 80 famílias dos Tremembé e a parte que saiu foram: sete famílias para morar no Mineiro, uma terra ali, na mesma região, e ainda hoje estão lá; umas 20 foram para a Batedeira, que é terra do Aldeamento e ainda hoje estão lá e para o Urubu, do outro lado do rio, foram seis famílias.
Das famílias do Córrego Preto, três foram expulsas: (...) Nós da Varjota, enfrentamos a Firma, resistimos durante quatro anos. Nossa terra foi cercada, nossas plantas foram destruídas. Mas não saímos das nossas moradias.
Procuramos orientação e encontramos apoio na Diocese de Itapipoca. Demos entrada no pedido de usucapião coletivo na Justiça do Acarau. Nós quisemos lutar pela nossa terra como índio, mas não encontramos o caminho para fazer isso. No Ceará tinham os Tapeba, começando a se organizar mas não se sabia de resultado favorável e nós tínhamos pressa de segurar nosso terreno.
O Doutor Juiz do Acarau, depois de ouvir nossas testemunhas, reconheceu nosso direito e nossa posse, conforme o Processo 943/84. Nossas testemunhas confirmaram que essa terra é a Terra do Aldeamento e que nós nunca tivemos patrão. Nós podemos dar provas destas verdades porque a maioria das pessoas que moravam nesse terreno ainda existem, estão vivas, conhecem esta história. Estão boa parte ainda na Tapera, que eles chamam de Vila Ducoco. Estão vivendo uma parte na redondeza (os que foram expulsos e não resistiram) e nós da Varjota e do Córrego Preto continua lá no mesmo lugar.
(...) Como é que a Dra. Juíza pode dizer que esta terra não é tradicionalmente ocupada por nós, índios Tremembé, se nunca deixamos de morar lá e se algumas famílias só saíram por sujeição, porque foram expulsas e amedrontadas e não puderam suportar o sofrimento?
Como ela pode dizer que nós não ocupamos a nossa terra, que não tem tradição de presença dos Tremembé nesse terreno, se a nossa terra foi invadida pela empresa Ducoco e que de lá foi expulsa 80 famílias Tremembé, só da Tapera? E mais três famílias do Córrego Preto?
(...) Nós também temos uma certidão que foi feita pelo Cartório do Acarau de 50 anos para trás. Onde é que tem essa prova de que durante 100 anos nunca viveu os Tremembé nesse terreno que hoje está localizada a firma Ducoco? (...) (Conselho Indígena Tremembé de Almofala, 20/10/96, assinado por 12 lideranças Tremembé e editado pelo ISA)

TRUKÁ (PE)

AÇÃO PODE DECIDIR LITÍGIO DE TERRAS

Uma ação judicial movida há 46 anos e que ainda não foi julgada pode decidir o litígio de terras entre os índios Truká e não-índios que vivem na ilha de Assunção, em Cabrobó, sertão do São Francisco. De acordo com o procurador Uairandyr Tenório de Oliveira, que representa o Ministério Público Federal em Petrolina, a localização de uma ação de nulidade de venda impetrada na Justiça em 1950 pelo SPI é a prova que os Truká buscam para comprovar juridicamente a venda ilegal de parte de suas terras em 1915.

O responsável pelo ato ilícito seria o então bispo de Pesqueira que vendeu parte da ilha a João Parente de Sá e Antonio André Cavalcante, entre outros: "É um registro importante, histórico, que pode comprovar o direito indígena às terras de Assunção", explica Uairandyr de Oliveira. De acordo com o procurador da República, os índios ocupam a ilha desde o século XVII. Neste século, as invasões provocaram sucessivas perdas do território indígena, que de 6.000 ha (área total da ilha) foi reduzido a apenas 1.650 ha, através do decreto de 1984, demarcado dez anos depois. Algumas das cerca de mil famílias Truká deixaram a reserva nos últimos anos e moram nos municípios de Petrolina e Santa Maria da Boa Vista.

Cansados de depender da Funai para defender seus interesses, aproximadamente 300 índios invadiram e ocuparam, em setembro, áreas fora da reserva, no extremo oposto de Assunção. A ocupação indígena já rendeu à 8ª Vara da Justiça Federal, em Petrolina, três ações de reintegração de posse, com pedido de liminar, em apenas 5 meses. O juiz Rogério de Meneses Fialho Moreira, deferiu os pedidos de liminar, em favor do Instituto de Pesquisas Agronômicas de Pernambuco (IPA), que mantém uma estação de pesquisas na ilha, além de fazendeiros. No documento, Meneses lembra que a reserva indígena, reconhecida pela Funai, se limita aos 1.650 ha e que os Truká não comprovaram a posse efetiva da área ocupada durante a invasão. Rogério Meneses explica, também, que a liminar é provisória e que a ação ainda não foi julgada em caráter definitivo, se encontrando em fase de instrução (recolhimento de provas).

Apesar da tramitação da ação judicial, o procurador Uairandyr de Oliveira aposta e luta pelo entendimento entre as partes, que garanta tanto o direito histórico dos índios como o direito dos posseiros, fazendeiros e IPA. As 170 famílias de posseiros que moram na ilha de Assunção, área em litígio reivindicada pelos índios Truká, estão inseguras em relação ao futuro. Eles temem perder suas casas e o acesso à terra da qual tiram o sustento caso os índios a reconquistem na Justiça. *(Diário de Pernambuco, 01 e 05/03/96)*

COMUNIDADE REIVINDICA POSSE DA ILHA

A Ilha de Assunção, formada pelo rio São Francisco, no município de Cabrobó, no sertão, é o novo ponto de disputa fundiária em PE e a partir de hoje poderá virar campo de confronto entre os índios Truká e a polícia, caso a Justiça Federal, com sede em Petrolina, determine a reintegração de posse de 50 ha de terras ao IPA, que é vinculado à Secretaria da Agricultura do Estado.

O alerta foi feito ontem pelo administrador do posto da Funai na cidade de Arcoverde, João Ferreira. Ele está convivendo diretamente com 50 representantes da tribo Truká, que há três dias invadiram a representação indigenista no Sertão de Moxotó. Os índios fizeram a ocupação para pressionar a Funai a garantir a posse deles em quatro mil ha da Ilha de Assunção, e reivindicar o controle de uma estação experimental que o IPA deixou nas terras da tribo.

Segundo o administrador da Funai em Arcoverde, esta última questão é mais delicada. Ele disse que a Justiça reconheceu o direito do IPA reaver a estação e prometeu determinar a posse ainda hoje. Para João Ferreira, "se isso acontecer, as consequências são imprevisíveis, porque o cacique Ulisses Mendes prometeu reagir à determinação judicial".

Ferreira disse que entrou em contato com o IPA, ontem, informando da disposição dos índios, mas não recebeu nenhuma resposta. Segundo ele, os Truká não querem tomar a propriedade do Estado. Pedem apenas o direito de explorar a estação em regime de comodato. Isso permitiria que eles plantassem lavoura de subsistência e usassem um secador e uma despolpadeira no beneficiamento de arroz que cultivam na área.

Com relação às reivindicações que os índios fazem à Funai, o administrador disse que elas já estão tramitando em Brasília. Além da posse dos quatro mil ha, os Truká pedem financiamento bancário para investir em melhorias na ilha. *(Diário de Pernambuco, 05/03/97)*

DOIS REFÉNS EM CABROBÓ

Índios Truká tomaram dois reféns anteontem, na reserva, na Ilha de Assunção, em Cabrobó. Estão com eles um funcionário da Funai e um do Incra. Os índios querem a retomada do levantamento que estava sendo feito para ampliar as terras da reserva. Eles fecharam a ponte que liga a ilha a Cabrobó e ameaçaram derrubar uma torre de alta tensão que leva energia ao projeto de reassentamento Pedra Branca, em Curaçá, na Bahia, caso o trabalho não continue. O levantamento foi suspenso há duas semanas porque a Funai-PE não dispõe dos R$ 10 mil necessários para sua conclusão. O dinheiro é para o pagamento de diárias dos funcionários envolvidos, de despesas com combustível e barqueiros, além de diárias de policiais federais. Eles dão proteção à equipe, pois a área integra o Polígono da Maconha. A reserva abriga cerca de dois mil índios e ocupa 2.150 dos 6.200 ha da Ilha de Assunção. Os índios reivindicam mais 1.900 ha, ocupados por 37 posseiros. *(O Liberal, 07/05/99)*

NARCOTRÁFICO ATRAPALHA LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

O narcotráfico é o grande empecilho para a conclusão do levantamento fundiário das terras dos índios Truká, em Cabrobó. Segundo o delegado de Cabrobó, Vamberto de Souza, os traficantes não têm interesse na desapropriação das terras do arquipélago, onde vivem mais de dois mil índios e cerca de 37 posseiros, e onde, há 20 dias, a Polícia Federal queimou 20 mil pés de maconha. O líder da rebelião dos Truká, Ailson Truká, confirma a presença de traficantes nas ilhas e diz que, além de ameaçar os funcionários da Funai e Incra que realizam o levantamento fundiário, os traficantes já atiraram contra índios e contam com o apoio de diversos posseiros. Ontem, os Truká que comandam a rebelião, entraram em acordo com a administradora regional substituta da Funai, Estela Parnes, e liberaram os agrônomos Alexandre Didier e Marcos Florentino Ferraz, que estavam como reféns do grupo há dois dias. Os índios também prometeram moderar o protesto, até a retomada do levantamento. *(Diário de Pernambuco, 08/05/99)*

TUXÁ (BA)

SEDE DA CHESF É OCUPADA

Inconformados porque a Chesf até hoje não implantou o projeto de irrigação em suas terras, prometido há 11 anos, 164 índios Tuxá ocuparam na madrugada de ontem a sede da empresa em Salvador. "Só sairemos daqui quando estiver tudo resolvido", diz Adelino dos Santos, um dos líderes da tribo, que promete: "se não atenderem a gente, vou mandar buscar o restante". *(A Tarde, 06/05/97)*

MP DENUNCIA ACORDO ENTRE CHESF E FUNAI

O procurador da República na BA, Robério dos Anjos, denunciou, no início deste mês, que o governo brasileiro tenta mais um acordo lesivo aos povos indígenas para privilegiar sua meta de privatizações. A Chesf é acusada pela Procuradoria de "cooptar financeiramente" os Tuxá, de Ibotirama (BA), com o apoio da Funai, pelo termo assinado entre as duas estatais que propõe a troca do projeto de reassentamento das 167 famílias Tuxá por indenização em dinheiro.
Transferidos de seu território tradicional desde 1986, por força da construção da usina de Itaparica, os Tuxá ainda aguardam seu reassentamento em outra área, além de obras de engenharia e assistência técnica que permitissem aos índios retomar suas atividades de agricultura e pecuária. Atualmente, sobrevivem com o pagamento, pela Chesf, de uma verba de manutenção temporária no valor de R$ 226,00 mensais. A Procuradoria denuncia também que os índios estão sendo pressionados a aceitar a proposta, e que a indenização em dinheiro representa mais uma ameaça à integridade cultural do povo Tuxá, podendo ser suspensa por ação judicial. *(Correio Brasiliense, 03/08/98 e Porantim, ago/98)*

CHESF SE COMPROMETE COM REASSENTAMENTO

Os Tuxá, após uma longa reunião realizada ontem, obtiveram a promessa da Cia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) de que uma área de 6.698 ha será adquirida no município de Rodelas para o reassentamento de 150 famílias. Segundo o procurador regional dos Direitos Humanos da Procuradoria da República, Robério Nunes Filho, que acompanhou toda a reunião juntamente com técnicos da Associação Nacional de Ação Indigenista da Bahia (Anai), técnicos da Chesf comprometeram-se a estar em Rodelas no próximo dia 18, quando deverá ter início o processo de aquisição da terra. Ficou ainda acordado que as terras não negociáveis serão desapropriadas através do decreto federal. Apesar do acordo de ontem, os Tuxá temem que, com a proximidade da privatização da Chesf, o negócio não se concretize. Por enquanto, a decisão do procurador de acionar judicialmente a Chesf e a Funai foi adiada até a concretização do reassentamento. Segundo o presidente da Anai-BA, Marco Messeder, as desapropriações para a construção do Lago de Itaparica atingiram 7.200 famílias, sendo 90 da tribo Tuxá que hoje, devido ao crescimento demográfico, já são 150. *(A Tarde, 12/01/99)*

MP PREPARA...

O procurador da República Robério Nunes dos Anjos deverá entrar nos próximos dias com ação judicial contra a Chesf por descumprimento de convênio para reassentamento dos Tuxá, após a construção da Barragem de Itaparica, um problema que se arrasta desde 1988. Mais grave que isso, segundo denúncias de lideranças indígenas, foi a ação desagregadora fomentada pelo Grupo Executivo para Conclusão do Projeto de Assentamento da População da Usina da Hidrelétrica de Itaparica (Gerp), ligado à Presidência da República.
Os Tuxá moravam no município de Rodelas e tinham como principal fonte de subsistência a agricultura desenvolvida na Ilha da Viúva, no rio São Francisco, de onde retiravam grande variedade de frutas e legumes, além de plantar arroz, feijão e milho, cujo excedente era vendido nas feiras locais. Com a inundação, as 90 famílias da tribo se dividiram, indo parte para Ibotirama e o restante permanecendo na área do novo município de Rodelas. *(A Tarde, 12/06/99)*

... E ENTRA COM AÇÃO CIVIL PÚBLICA CONTRA A CHESF

O Ministério Público Federal ingressa na data de hoje, na Justiça Federal de Salvador, com uma Ação Civil Pública com pedido de liminar contra a Chesf e a União Federal, na defesa de direitos dos índios Tuxá, que perderam suas terras tradicionais quando do enchimento da Barragem de Itaparica, situada na fronteira dos estados da Bahia e Pernambuco, em 1986. *(Assessoria de Imprensa, 30/06/99)*

XUKURU (PE)

TI RECEBE ENXURRADA DE CONTESTAÇÕES

Os Xukuru, índios que lutaram na Guerra do Paraguai e que perderam suas terras, sua língua e até características físicas - são hoje os mais atingidos pelo Decreto 1.775, que permite a contestação das terras indígenas no país. Contra os Xukuru deram entrada na Funai, 271 contestações de suas terras, 26.980 ha demarcados em 1991, no município de Pesqueira/PE.
Da área demarcada, os Xukuru dominam efetivamente apenas 4.296 ha, onde cultivam basicamente banana, goiaba e tomate. Todo resto é ocupado por fazendeiros, a maioria pecuaristas. Até 08/04, prazo final para pedir revisão das áreas, o Sindicato Rural de Pesqueira promete ampliar o número de contestações. Essa região do agreste pernambucano, com clima semi-árido e faixas férteis de terra na serra de Ororuba, é o berço da família do vice-presidente da República, Marco Maciel. O atual prefeito, o pediatra Evandro Maciel Chacon (PFL), é primo do segundo mandatário do país.
A Prefeitura de Pesqueira entrou na Funai questionando a área Xukuru. "Quero evitar o conflito. Ambos os lados têm armas. Sou um mediador, por isso fiz a contestação. Não são só os índios que gostam de terra. Os brancos também gostam e têm vocação. Os índios querem terra demais", afirma o prefeito. Ele argumenta que sete mananciais que abastecem Pesqueira de água estão na área indígena.
Entre os fazendeiros, há outros parentes de Maciel requerendo a posse das terras. Para eles, não há índios em Pesqueira hoje. "Eles têm título de eleitor, carteira de motorista, aposentadoria. Todo tipo de documento, eles têm. Menos os documentos de terras", diz o fazendeiro Hamilton Didier. Segundo ele, muitos brancos viraram índios para terem acesso à terra. "Eles estão estudando o dialeto, para dizerem que são índios. Eu dou minha fazenda para você, se você achar algum índio lá". Os fazendeiros questionam, na verdade, se descendentes de Xukuru podem ser considerados índios do jeito que vivem atualmente. Para eles, são pseudo-índios.
Isa Maria Pacheco, antropóloga da Funai, diz que o órgão não usa língua e traços físicos como critério para definir um povo indígena, devido ao grau de miscigenação de várias tribos no Nordeste. "No Nordeste, são poucos os grupos que mantiveram sua língua, como os Fulni-ô". Segundo ela, a demarcação seguiu um laudo antropológico. "Acontece que ninguém se conforma em perder terras para índios. Mas é nossa obrigação reconhecer esses povos", afirma. *(FSP, 07/04/96)*

FAZENDEIRO É PRESO POR ASSASSINAR PROCURADOR DA FUNAI

O fazendeiro Theopompo de Siqueira Brito Sobrinho, 39, acusado de assassinar Geraldo Rolim Mota Filho, procurador da Funai e presidente do PSB de Pesqueira, foi preso pela PF. Ele era procurado desde maio de 1995. Rolim foi morto com um tiro de revólver calibre 38. Siqueira teria assassinado Rolim a mando de fazendeiros descontentes com as demarcações de terras dos Xukuru em Pesqueira. Segundo a polícia, em depoimento, o fazendeiro confessou o crime, mas negou que tenha sido por questões de terra e sim por desavenças pessoais. *(FSP, 07/04/96)*

"TRAÍDOS" PELO RÁDIO

Entre as contestações apresentadas contra a área Xukuru, pelo menos 30 são de Xukuru, segundo o cacique Chicão. Os índios contestaram suas próprias terras levados por uma propaganda enganosa de uma rádio local que os convidou a aparecer no Sindicato Rural de Pesqueira com a "papelada" para que suas terras fossem regulamentadas.

Quem dá este depoimento é Manoel José da Cruz, 64 anos, um dos que contestaram a área de dez ha na aldeia chamada de Caetano. Sem saber ler nem escrever, ele afirma que foi ao Sindicato, "para ajeitar a papelada e ficar em dia com o documento". Seu primo, Alexandre José da Cruz, 76 anos, também foi levado pela mesma propaganda e parou na porta do Sindicato. "Não contestei nada. Fiz isso enganado", argumenta.

As declarações dos dois índios são contestadas pelo presidente do Sindicato Rural de Pesqueira, Fernando Queiroz: "Desconheço esta propaganda e os que compareceram ao Sindicato foram proprietários de terras, que têm suas escrituras e pagam imposto territorial. Não me consta que sejam índios". *(Diário de Pernambuco, 14/04/96)*

TI É RETIRADA DA LISTA DE HOMOLOGAÇÃO

A terra dos Xukuru, que já está demarcada fisicamente, estava listada com as outras 22 TIs encaminhadas no último dia 03 de novembro ao presidente FHC para assinatura dos decretos de homologação, e foi retirada na última hora. O motivo foi uma decisão do STJ, impedindo a homologação da demarcação daquela terra, bem como a retirada dos ocupantes ilegais. A decisão do STJ foi dada no âmbito de uma Ação Judicial, chamada de Mandato de Segurança, de autoria de Gileno de Carli.

A decisão é preocupante, pois representa um perigoso precedente. Agora, é necessário que o governo federal se empenhe em obter a modificação da decisão contrária aos Xukuru. É preciso que o presidente FHC determine à Advocacia Geral da União que recorra dessa decisão, pedindo sua anulação. Está claro que a decisão foi obtida graças às pressões feitas por políticos do estado de PE, já que a terra Xukuru foi campeã de contestações, na aplicação do contraditório retroativo, pelo Decreto 1.775/96 - foram ao todo 272 contestações. *(ISA, 20/11/97)*

TRIBO DEFENDE CACIQUE CHICÃO DE CALÚNIAS

Os Xukuru realizaram, ontem, um protesto em apoio ao cacique Chicão e mais 12 índios, acusados de serem responsáveis por sete crimes ocorridos na cidade. Chicão também é acusado de ameaçar os índios nas eleições municipais de 96, obrigando-os a votar no candidato a vereador Antônio Pereira (PSB), também Xukuru. O protesto ocorreu na aldeia São José, em frente ao posto da Funai, e contou com a presença do prefeito de Pesqueira, Eutrópio Monteiro (PSDB), vereadores, dirigentes do PSB e cerca de 400 índios. Além de solicitar apoio às autoridades, os Xukuru dançaram o Toré, recorrendo a Tupã para livrá-los desta chama de calúnias. Ao final do protesto, foram redigidos documentos pelos chefes das 23 aldeias e um abaixo assinado, que serão entregues à Funai, Ministério da Justiça, governo do Estado e outras instituições, até mesmo do exterior.

As acusações ao cacique Chicão foram feitas através de uma carta sem assinatura, mas com o timbre da Comissão de Justiça e Paz do município, datada de setembro, que foi enviada ao Ministério da Justiça e de lá seguiu para a Funai. A carta afirma que "o cacique Chicão criou um grupo de 12 pessoas, o qual chama de comissão, que decide todas as ações, inclusive até quem deve morrer e executar as mortes". O pároco de Pesqueira, pe. Agenor, não soube justificar como a carta partiu do município, já que a Comissão de Justiça e Paz é ligada à Igreja Católica.

O cacique apontou os fazendeiros instalados no interior da reserva, políticos da cidade e até índios traidores como autores das denúncias. Segundo ele, a intenção é emperrar o processo de demarcação das terras, sujando a imagem dos Xukuru. O processo vinha em ritmo normal de tramitação, até o surgimento da tal carta de acusações. *(Diário de Pernambuco, 28/11/97)*

LÍDER É ASSASSINADO EM PERNAMBUCO

Francisco de Assis Araújo, Chicão Xukuru, foi assassinado na manhã do último dia 20 com quatro tiros quando saía de casa, no município de Pesqueira (PE). A informação foi divulgada pelo *Jornal do Brasil*.

Segundo o jornal, Chicão Xukuru era presidente da Associação dos Povos Indígenas do Nordeste e estava à frente de um movimento que visava a homologação da TI Xukuru. Apesar de fisicamente demarcada, a homologação está obstruída por uma decisão do Superior Tribunal de Justiça, dada no âmbito de uma ação judicial ajuizada por Gileno de Carli. *(ISA, 21/05/98)*

CHICÃO É ENTERRADO EM GRUTA NA MATA

Uma multidão estimada em três mil pessoas acompanhou, ontem, o enterro do cacique Chicão. Logo nas primeiras horas da manhã, já era grande o movimento de carros, caminhões e ônibus nas vias de acesso à aldeia Pedra D'Água, transportando índios de diversas etnias, simpatizantes da causa indígena e outros interessados em participar da cerimônia. As etnias Pankararu, Truká, Fulni-ô e Kapinawá, de PE, Potiguara, da PB, Xokó, de SE e Xukuru-Kariri e Karapotó, de AL, enviaram representantes.

O pajé Xukuru, Pedro Rodrigues Bispo, deu início ao ritual de pajelança às oito horas da manhã. Quarenta índios de diversas etnias, trajando o totá (traje típico), ajoelharam-se diante do caixão, chorando ao som grave e triste das flautas de bambu nativo. Um grupo de católicos do Movimento de Renovação Carismática que entoava cânticos foi silenciado por algumas índias. "Parem com isso e respeitem nosso cacique. Ele deve ser enterrado como índio e não como branco", gritava Tania de Souza, pedindo silêncio para o ritual da pajalança. Dançando o toré e tocando as maracás, os índios depositaram o caixão na cova. A viúva Zenilda Maria de Araújo balbuciava, com emoção: "acode teu filho, mãe natureza. Faz justiça pelo sangue derramado".

Estão correndo em paralelo os inquéritos civil e federal, até que seja confirmado se o crime está ou não vinculado à questão da luta pela demarcação das terras indígenas, condição para que o processo siga na esfera federal. A Polícia Civil já registrou o depoimento de 12 pessoas. *(Jornal do Commércio e Diário de Pernambuco, 23/05/98)*

ENTREVISTA COM CHICÃO

Chicão, que saiu de Pesqueira em 1975 para trabalhar em São Paulo, viajou o país como trabalhador da construção civil. Tendo um dia voltado a PE para tratamento médico, descobriu que estava com leucemia. Restava-lhe pouco tempo de vida, avisaram os médicos.

Numa entrevista concedida ao Centro de Cultura Luiz Freire, de PE, revelou que a doença o levou a fazer uma promessa a Tamaim, Nossa Senhora das Montanhas. "A promessa que eu fiz era que eu ia trabalhar para meus parentes até a hora de morrer, enquanto eu tivesse vida". Um mês e pouco depois, estava curado. Era hora de cumprir o prometido. E não foi fácil, desde o início. A comunidade Xukuru sobrevivia em apenas 6 ha de terra, pertencentes ao posto da Funai. Abaixo, alguns trechos da entrevista:

"Há uns dez anos, os encantados na pajelança falaram que tinha uma pessoa para ser uma liderança na área. Aí, disse para o pajé que era eu."

"Aí, conversando com um missionário, ele começou a explicar aos pouquinhos o valor que o índio tem, o direito que o índio tem e a obrigação que o governo tem para com os índios".

"Comecei a me interessar pela demarcação de terra porque, até então, eu achava que o trabalho da gente de cobrar a terra era irregular, era fora da lei". (Sem Fronteiras, nº 236, out/98)

MULHERES INVADEM A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Na semana passada, cerca de 40 mulheres invadiram as dependências da Secretaria de Educação de Pesqueira para cobrar o pagamento de salários atrasados em cinco meses. Elas são leigas, mas responsáveis pela educação de 1040 estudantes de 30 escolas da comunidade Xukuru. As outras professoras vêm recebendo regularmente, mas elas não, porque o MEC não havia repassado a verba respectiva. *(Jornal do Commércio, 27/06/98)*

PROTESTO EM RECIFE

Um grupo de 98 índios Xukuru de Pesqueira protestou, ontem, em frente à Assembléia Legislativa contra o atraso na conclusão dos inquéritos que investigam o assassinato do líder Chicão. "Os inquéritos estão atrasados pelo menos dois meses. Não conseguimos informações precisas sobre o andamento dos processos na Justiça, nem a posse de nossa terra. Ainda sofremos constantes ameaças", relatou José de Santa, um dos líderes da tribo. A cerimônia na Assembléia serviu para a entrega de um dossiê. Em seguida, os índios saíram em passeata no Centro de Recife, passando pelo Palácio das Princesas, em direção ao Ministério Público. *(Jornal do Commércio, 06/09 e Diário de Pernambuco, 11/09/98)*

GARANTIA DE VIDA

Os índios Xucuru Marcos Luidson de Araújo, 23, filho do cacique Chicão, e José Barbosa dos Santos, 52, usando pinturas de guerra, em companhia da viúva de Chicão, Zenilda Maria de Araújo, 48, foram pedir, ontem, garantia de vida ao governador Jarbas Vasconcelos. Eles também estiveram na OAB denunciando que os assassinos do cacique vêm fazendo ameaças de morte à viúva e às lideranças Xucuru. "Eles pensavam que com a morte do meu marido a luta pelas terras terminaria", disse Zenilda. *(Jornal do Commércio, 02/06/99)*

XUKURU-KARIRI (AL)

DISPUTA PELA TERRA

Pequenos proprietários rurais de Palmeira dos Índios (AL) alertam a Funai para a possibilidade de conflitos armados com índios da aldeia Xukuru-Kariri na região, caso o governo federal autorize a desapropriação de mais de 500 propriedades para a reserva indígena.

João Belo de Almeida, dono de terras na região, informa que os cerca de cinco mil proprietários estão dispostos a impedir o acesso dos índios às terras cultivadas, mesmo que para isso tenham que promover matança. Revoltado, Belo garante que os proprietários estão nas terras há mais de 150 anos e que não estão dispostos a sair de lá. "Por que a Funai não procura terras que não estejam sendo cultivadas? São cerca de 200 índios contra cinco mil proprietários e não vamos perder nossos direitos", advertiu.

Em cumprimento à Portaria 689/97 da presidência da Funai, a representação do órgão em Alagoas está concluindo o levantamento fundiário da região, que deve ser enviado a Brasília até o final deste ano, para ser analisado. "Já realizamos o levantamento antropológico e agora três equipes estão fazendo o fundiário", explica o administrador regional da Funai, Paulo Fernando da Silva. Ele garantiu que, se forem obrigados a desocupar as terras, os proprietários terão todos os direitos assegurados pelo governo, receberão indenizações dos valores das benfeitorias e deverão ser assentados em outras áreas. *(O Jornal - AL, 14/10/97)*

TIROTEIO MARCA ENTERRO DE PAJÉ

Índios Xukuru-Kariri da Fazenda do Canto trocaram tiros ontem, no fim da tarde, durante a cerimônia fúnebre do pajé Miguel Celestino da Silva. O índio Dorgival Ricardo da Silva tentou matar Manoel Celestino, ex-cacique e sobrinho do pajé sepultado. Manoel revidou os tiros, causando pânico e revolta nos familiares do pajé.

Segundo os índios, Dorgival Ricardo há dois anos esfaqueou o filho do pajé Miguel Celestino e foi condenado pela Justiça a prestar serviços na Fundação de Amparo ao Menor, doar uma cesta básica por mês aos idosos necessitados e entregar R$ 300,00 ao pajé para despesas com medicamentos de seu filho agredido. Mas não vem cumprindo a determinação da Justiça. Os índios pretendem cobrar da Funai providências para expulsar Dorgival da aldeia.

Mana Xukuru explicou que atualmente existem conflitos internos entre os Xukuru-Kariri e que a tribo dividiu-se em três comunidades, com lideranças diferentes. "Estamos tentando trabalhar esses conflitos em nossa tribo, mas é difícil conseguir resultados vivendo como favelados", declarou Mana. *(Gazeta de Alagoas, 29/07/98)*

WASSU (AL)

PEDÁGIO NA BR-101

Índios Wassu interditaram ontem, das 7 às 17 horas, um trecho da BR-101, que liga AL a PE, na altura do município Joaquim Gomes, onde fica a aldeia, a 80 km de Maceió. Eles cobram R$ 1,00 de pedágio por cada veículo que passa pelo trecho interditado. O cacique Severino Antonio da Silva disse que as 364 famílias Wassu estão passando fome e o pedágio é uma forma de arrecadar dinheiro para comprar comida. O protesto deve durar 15 dias, até que o governo federal libere R$ 680 mil para financiar a agricultura de subsistência na aldeia. Se o financiamento não for liberado, o pedágio será reiniciado no fim de agosto, por mais 15 dias.

O protesto ocorreu pacificamente. Armados de foices e vestidos a caráter, os índios paravam os carros, pediam ajuda e anotavam as placas dos veículos que não contribuíam. Quem queria contribuir, era liberado. Para o cacique Severino, a receptividade das pessoas superou as expectativas e, na primeira hora de pedágio, arrecadaram R$ 80,00. "A contribuição é importante, mas o principal objetivo do pedágio é chamar a atenção do governo federal para a situação da tribo", disse o cacique. *(Diário de Pernambuco, 30/07 e O Liberal - Belém, 01/08/97)*

CRISE EM AL PREJUDICA O CRÉDITO DOS ÍNDIOS

Além dos funcionários públicos civis e militares e do comércio de Maceió, que quase quebrou, a crise administrativa em AL fez vítimas também os índios Wassu, que deixaram de receber R$ 680 mil porque o governo estadual, devido à inadimplência, perdeu o crédito junto à União.

O dinheiro deveria ter sido liberado em 95, mas como o governo Suruagy perdeu o controle sobre as contas públicas, o financiamento foi retido. "Não tenho nada a ver com isso. Se o governo do Estado foi irresponsável, problema dele. Cobrem dele", reagiu o cacique José Severino. *(Gazeta de Alagoas, 17/08/97)*

10. ACRE

DEDÉ MAIA

Ashaninka

Terras Indígenas
Instituto Socioambiental - Dezembro de 2000

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
7	Alto Rio Purus	Kaxinawá Jaminawa Kulina	1691 CPI/AC. 99*	Homologada. Reg.CRI Dec de 05/01.96 homologa a demarcação (DOU, 08/01/96) Reg CRI na Comarca de Manuel Urbano Matr. N. 2.061 Liv 2-RG, fl 130 em 17/01/96 Reg CRI de Sena Madureira Matr. 2.062, Livro 2-RG, fl 131 em 17/01/96	263.129	Manuel Urbano Sta Rosa do Purus	AC AC	PMACI. Faixa de fronteira.
354	Alto Tarauacá	Isolados	0	Identificada/Aprovada/Funai.Sujeita a Contestação Port.Funai cria GT p/ estudos e identif. da TI. Despacho do pres da Funai aprova estudos de identific. (DOU, 20/04/00)	142.600	Feijo Foz do Jordão	AC AC	Faixa de fronteira. Isolados.
32	Arara Igarapé Humaitá	Arara Shawanaua	200 CPI/AC.99	Em Identificação/Revisão. Port. Funai PP/2.747 de 31/07/87 interdita a TI. Os índios reivindicaram ampliação. Port.Funai n.31 de 26/01/00 cria GTp/ estudos e identificação da TI (DOU, 28/02/00)	27.700	Porto Walter	AC	Faixa de fronteira.
373	Cabeceira do Rio Acre	Jaminawa	123 CPI/AC. 99	Homologada. Decreto s/n de 14/04/98 homologa a demarcação (DOU, 15/04/98)	78.512	Assis Brasil		PMACI. Na fronteira. Isolados na cabeceira do rio Acre.
70	Campinas Katukina	Katukina Pano	318 Lima, 98	Homologada. Reg CRI.. Dec. S/n de 12/08/93 homologa a demarcação (DOU, 13/008/93) Reg. CRI de Ipixuna (6.762 há) Matr 76 Liv.2-A fl. 76 em 25/07/95 Reg CRI de Tarauacá (25.861 há) Mat.758, Liv. 2-B fl 03 em 12/01/95. OF 373 ao SPU/DAF em 26/11/93	32 683	Ipixuna Tarauacá	AM AC	Faixa de fronteira. Rodovia BR-364 corta a área.
125	Igarapé do Caucho	Kaxinawa	310 CPI/AC. 99	Homologada. Reg CRI e SPU. Dec. 278 de 29/10/91 homologa demarcação (DOU, 30/10/91) Reg. CRI de Tarauacá Mat. 583 Liv 2-C, fl 119 em 12/12/91	12.318	Tarauacá	AC	Faixa de fronteira.
1134	Jaminawa/Envira	Kulina 40 Ashaninka 52	92 CPI: 99	Delimitada. Port. Do Ministro da Justiça n. 288 de 13/04/00 declara de posse permanente indígena (DOU. 17/04/00)	82.000	Feijó	AC	Faixa de fronteira.
143	Jaminawa do Igarapé Preto	Jaminawa	160 CPI/AC: 99	Homologada. Decreto s/n de 11/12/98 homologa a demarcação (DOU, 14/12/98)	25.651	Rodrigues Alves	AC	Faixa de fronteira
144	Jaminawa Arara do Rio Bagé	Jaminawa Arara Shawanaua	165 CPI/AC: 99	Homologada. Decreto s/n de 11/12/98 homologa a demarcação (DOU, 11/12/98) Port.Funai n. 864 de 12/08/99 cria CT p/efetuar pagtos de indenização por benfeitorias consideradas de boa-fé (DOU, 16/08/99)	26.926	Mal Taumaturgo	AC	Faixa de fronteira. Faz limite com a Res. Extrat. Alto Juruá.
746	Kampa do Igarapé Primavera	Ashaninka	21 Funai: 94	Delimitada. Em Demarcação Port. Min. n. 454 de 25/06/98 declara de posse permanente indígena (DOU, 26/06/98). Contrato Funai e Asserplan – Engenharia e Consult. p/ demarcar a TI. Valor R$ 243.892,60 . Vigência a partir da 24/01/00 (DOU, 28/01/00). Resolução n. 92 da Comissão de Sindicância de 16/05/00 considera de boa fé os 6 ocupantes da TI (DOU, 18/05/00).	21.800	Tarauacá		Faixa de Fronteira.
156	Kampa do Rio Amônea	Ashaninka	318 Kitaka Mendes: 98	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. s/n. de 23/11/92 homologa a demarcação (DOU, 24/11/92). Reg. CRI de Marechal Taumaturgo Matr. 3.764, Liv. 2L/RG, fl. 202 em 29/12/92. Reg. SPU Cert. 008, 23/11/95	87.205	Mal. Taumaturgo	AC	Faixa de fronteira. Faz limite com o PN da Serra do Divisor.
159	Kampa Isolados do Rio Envira	Ashaninka	230 CPI/AC: 99	Homologada. Decreto s/n de 11/12/98 homologa a demarcação (DOU, 14/12/98)	232.795	Feijó	AC	Faixa de fronteira. Isolados Amauaka.
188	Katukina/Kaxinawa	Kaxinawa Katukina Shanenawa	536 CPI/AC: 99	Homologada. Reg. CRI Dec. 283 de 29/10/91 homologa demarcação (DOU, 30/10/91) Reg. CRI de Feijó Matr. 430 Liv. 2-C, fl. 93 EM 04/10/89 Reg. CRI Envira Mat n R-1-223, Liv 2, fl. 223 em 06/05/97	23.474	Envira Feijó	AM AC	Parcialm/ na faixa de fronteira
84	Kaxinawa da Colônia Vinte e Sete	Kaxinawa	95 CPI/AC. 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec n 288 de 29/10/91 homologa demarcação. (DOU, 30/10/91. Reg. CRI. de Feijó Matr. 321, Liv. 2- B 141 em 04/09/85. Reg. SPU Cert. 005 em 15/04/96	105	Tarauacá	AC	Faixa de fronteira. Dois lotes demarcados em projeto de colonização do Incra.
1332	Kaxinawa do Baixo Jordão	Kaxinawa	203 CPI/AC: 99	Delimitada. Em Demarcação Port. do ministro da Justiça n. 825 de 11/12/98 declara de posse permanente dos índios (DOU, 14/12/98). Contrato Funai e Asserplan Engenharia e Cons. p/ demarcar a TI. Vigência a partir de 24/01/00 (DOU, 28/01/00). Resolução da Comissão da Sindicância n. 91 de 16/05/00 considera de boa fé 7 ocupantes da TI (DOU, 18/05/00).	7.700	Jordão	AC	Faixa de fronteira.

Terras Indígenas (Continuação)
Instituto Socioambiental - Dezembro de 2000

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
170	Kaxinawa do Rio Humaitá	Kaxinawa/Ashaninka	255 CPI/AC: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 279 de 29/10/ homologa demarcação (DOU, 30/10/91). Reg. CRI Matr. 313, Liv. 2-B, fl. 252 em 08/10/86. Reg. SPU/RR-54 em 23/09/87.	127.383	Feijó	AC	Faixa de fronteira.
171	Kaxinawa do Rio Jordão	Kaxinawa	920 CPI/AC: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 255 de 29/10/91 homologa demarcação (DOU, 30/10/91) Reg. CRI de Tarauacá Matr. 392, Liv. 2-B, fl. 219 em 04/07/88. Reg. SPU/AC-55 em 28/04/88.	87.293	Foz do Jordão	AC	Faixa de fronteira.
172	Kaxinawa Nova Olinda	Kaxinawa	150 CPI/AC: 99	Homologada. Reg. CRI. Dec. 294 de 29/10/91 homologa demarcação (DOU, 30/10/91) Reg. CRI de Feijó Matr. 439, Liv. 2-C, fl. 105V em 01/08/90. Proc. SPU CT 091 SUAF em 30/04/90.	27.533	Feijó	AC	Faixa de fronteira.
362	Kaxinawa Praia do Carapanã	Kaxinawa	246 CPI/AC: 99	Delimitada. Em Demarcação. Port. min. 455 de 25/06/98 declara de posse permanente (DOU, 26/06/98). Contrato Funai e Asserplan Engenharia e Consul. p/demarcar a TI. Vigência de um ano a partir de 2/01/00 (DOU, 28/01/00).	61.307	Tarauacá	AC	Sem localização.
431	Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu	Ashaninka Kaxinawa	425 CPI/AC: 99	Delimitada. Em Demarcação. Portaria do Min. da Justiça n. 600 de 02/10/96 declara de posse permanente indígena. Contrato Funai a Asserplan Engenharia e Consultoria p/ demarcar a TI. Vigência de um ano a partir de 24/01/00. (DOU, 28/01/00)	23.840	Mal. Taumaturgo		Na fronteira
180	Kulina do Igarapé do Pau	Kulina	98 CPI/AC: 99	Delimitada. Em Demarcação. Portaria Min. da Justiça n. 308 de 16/08/93 declara de posse permanente indígena (DOU, 17/08/93) Contrato Funai e Portico Engenharia Ltda p/ demarcação topográfica da TI. Valor R$ 88 916,00. Prazo um ano a partir de 01/03/00 (DOU, 15/03/00).	44.050	Feijó	AC	Faixa de fronteira.
182	Kulina do Rio Envira	Kulina	235 CPI/AC: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 280 de 29/10/91 homologa demarcação (DOU, 30/10/91). Reg. CRI de Feijó Matr. 405, Liv. 2-C em 04/08/88. Reg. SPU Cert. 013 em 11/12/96.	84.365	Feijó	AC	Faixa da fronteira/Isolados
195	Mamoadate	Machineri 459 Jaminawa 117	576 CPI/AC: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 254 de 29/10/91 homologa demarcação (DOU, 30/10/91) Reg. CRI de Sena Madureira Matr. 1.518, Liv. 2-E, fl. 148 em 09/04/87. Reg. CRI Brasiléia Matr. 946 Liv. 2-C fl 167 em 08/10/87. Reg. SPU/RR 357 em 01/05/87.	313.647	Sena Madureira Assis Brasil	AC AC	PMACI. Na fronteira/Isolados na cabeceira do rio Iaco. Faz limite com a Estação Ecológica Rio Acre.
224	Nukini	Nukini	425 CPI/AC: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 400 de 24/12/91 homologa demarcação (DOU, 26/12/91). Reg. CRI de Mâncio Lima Matr. 3.620, Liv. 2-L, fl. 49 em 15/01/92. Reg. SPU Cert. s/n. em 12/05/97.	27.263	Mâncio Lima	AC	Faixa da fronteira. Requerimento de pesquisa mineral. Faz limite com o PN Serra do Divisor.
253	Poyanawa	Poyanawa	403 CPI/AC: 99	Delimitada. Em Demarcação. Port. Min. da Justiça n. 67 de 02/03/93 declara de posse permanente (DOU, 03/03/93). Contrato Funai e Asserplan. Engenharia e Consultoria Ltda. p/ demarcar a TI. Valor R$ 24.047,93. Vigência 1 ano a partir de 24.01.00 (DOU, 28/01/00).	20.081	Mâncio Lima	AC	Faixa de fronteira.
269	Rio Gregório	Katukina Pano Yawanawa	480 Dayerg: 98	Homologada. Reg. CRI. Dec. 261 de 29/10/91 homologa demarcação administrativa (DOU, 30/10/91). Reg. CRI de Tarauacá Matr. 320, Liv. 2-B fl. 142 em 03/09/85. Proc. SPU CT 346 em 23/11/87.	92.859	Tarauacá	AC	Faixa de fronteira.
1386	Seringal Independência	Kaxinawá	138 CPI/AC: 99	A Identificar. Terra adquirida pelos índios.	Jordão	AC		
517	Xinane	Isol. do ig. Xinane Isol. do ig. Tabocal	0 CPI/AC: 99	A Identificar/Interditada. Port. Funai/PP/3.785 de 13/11/87 interdita a área para estudos e definição. (DOU, 01/12/87).	175.000	Feijó		Faixa de fronteira/Isolados.

* CPI/AC: 99 = Terri Valle de Aquino e Marcelo Piedrafita Iglesias.

Yaminawa de Assis Brasil.

OSCAR CALAVIA

A Hora e a Vez dos Índios no Governo da Floresta

Marcelo Piedrafita Iglesias
***Txai* Terri Valle de Aquino**

Antropólogos que trabalham com os índios no Acre há muitos anos

UM BALANÇO DA SITUAÇÃO ATUAL DAS TERRAS E POPULAÇÕES INDÍGENAS DO ACRE COM RECOMENDAÇÕES PARA VIABILIZAR A "FLORESTANIA" E A SUSTENTABILIDADE DAS TERRAS INDÍGENAS

A população indígena acreana, atualmente estimada em pouco mais de 9.300 pessoas, constitui 1,4% da população do estado. É formada por 12 diferentes povos falantes de línguas Pano, Aruak e Arawá. Essa estimativa, no entanto, não inclui os integrantes de diferentes grupos "isolados", que perambulam ao longo de toda a fronteira internacional com o Peru.

Nos últimos 25 anos, foram reconhecidas pelo governo federal 28 terras indígenas no Acre. Situadas em 11 dos 22 municípios acreanos, essas terras abrangem hoje 2.167.046 ha ou 14,3% da superfície do estado. Desse total, 17 terras, que representam 71,3% da extensão das terras indígenas existentes no estado, tiveram suas demarcações físicas homologadas por decretos presidenciais. Dessas, 13 têm concluído seu processo de regularização fundiária, estando registradas em cartório de imóveis e cadastradas na Secretaria de Patrimônio da União (SPU). As outras quatro foram registradas, mas aguardam cadastro na SPU. Seis terras já foram declaradas por portarias ministeriais. Duas outras se encontram identificadas, a partir de estudos feitos por grupos técnicos instituídos pela presidência da Funai na segunda metade dos anos 90. Já reconhecidas de alguma forma pelo órgão indigenista oficial, falta identificar e delimitar três terras no estado.

Em 1997, o PPTAL realizou sua primeira ação no estado, com a demarcação física da Terra Indígena (TI) Cabeceira do Rio Acre.

GOVERNO DA FLORESTA

Em outubro de 1998, uma grande novidade marcou a política acreana: a eleição do engenheiro florestal Jorge Viana, do Partido dos Trabalhadores (PT), para ocupar o executivo estadual no período 1999-2002. Nessa nova conjuntura, inaugurada pela ascensão ao poder de um governo preocupado com a floresta e as populações tradicionais que ali vivem, tornou-se possível sonhar com a elaboração e implementação de um conjunto de políticas públicas que venha fortalecer e aprofundar os trabalhos iniciados nas duas últimas décadas pelas comunidades indígenas, suas lideranças e organizações de representação política e pelas entidades não governamentais de apoio aos índios.

As iniciativas do Governo da Floresta, nome com o qual foi batizada a nova administração estadual, devem apoiar o avanço dos processos de regularização das terras indígenas do Acre, dando condições para a vigilância de seus limites, o uso sustentado de suas riquezas e a preservação da floresta. Devem também viabilizar a continuação dos processos de formação de professores bilíngües, agentes de saúde e agroflorestais e outros recursos humanos locais. Em linhas gerais, essas iniciativas precisam, portanto, garantir a melhoria da qualidade de vida das populações indígenas, no tocante à cidadania, educação, saúde, alternativas econômicas, transporte e comunicação.

RENATO A. GAVAZZI - OUT/99

Manoel Shane Kaxinawa e Josias Mana Pereira Kaxinawa: participantes do II Curso de Agentes Agroflorestais Kaxinawa, TI Seringal Independência.

No Vale do Alto Juruá, onde estão concentrados 74% dos índios acreanos e 89% de suas terras, apesar de também prevista no Plano Operativo Anual (POA) do PPTAL para 1997, a retomada das demarcações acabou acontecendo no ano seguinte, tendo como alvo as terras Jaminawa-Arara do Rio Bagé, Jaminawa do Igarapé Preto e Kampa e "Isolados" do Rio Envira, identificadas desde meados da década de 80. Essa última foi a única terra a ser contestada no estado, sem sucesso, com base na sistemática de regularização de terras indígenas introduzida pelo Decreto 1.775/96. A indenização das benfeitorias de boa-fé das famílias de ocupantes que viviam nas duas primeiras terras foi feita pela Funai, em 1999, com recursos da contrapartida do governo brasileiro.

O POA do PPTAL para 1999 previa a demarcação de seis terras indígenas em cinco municípios do Vale do Juruá acreano, a saber: Poyanawa, Kaxinawá da Praia do Carapanã, Kampa do Igarapé Primavera, Kaxinawá do Baixo Rio Jordão, Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu e Kulina do Igarapé do Pau. Na primeira, o PPTAL, o PNUD e a Associação Agro-Extrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga (AAPBI) assinaram contrato de prestação de serviços para implementar o "Subprojeto de Acompanhamento e de Consolidação da Demarcação Física da Terra Indígena Poyanawa". Nas demais, o PPTAL disponibilizou recursos para que as comunidades façam o acompanhamento dos trabalhados da empresa durante a demarcação suas terras.

Apenas em dezembro de 1999, contudo, a Funai logrou encerrar o processo licitatório para a contratação da empresa, a Asserplan - Engenharia e Consultoria Ltda., que demarcará as primeiras cinco terras, trabalho que teve início em fevereiro de 2000. A demarcação da terra Kulina, a cargo da Pórtico, tem início previsto para abril. No segundo semestre está prevista a indenização das benfeitorias das famílias de seringueiros que ainda vivem em três destas terras: a Kampa do Igarapé Primavera e as Kaxinawá do Carapanã e do Baixo Rio Jordão.

Nos próximos anos, a Funai, com recursos do PPTAL, pretende concluir a demarcação e regularização de outras quatro terras, situadas em três municípios do Alto Juruá: Jaminauá-Envira e Xinane, em Feijó; Alto Tarauacá, em Jordão; e Arara do Igarapé Humaitá, em Porto Walter. Embora constasse como prioridade no POA do PPTAL desde 1998, os estudos para a reidentificação dessa última foram iniciados pelo grupo técnico instituído pela Portaria nº 031/Pres, de 26 de janeiro de 2000.

Em futuras listas de prioridades do PPTAL, é importante a inclusão da identificação da TI Kaxinawá do Seringal Curralinho, situada em Feijó, de forma a garantir os direitos das famílias indígenas que ali moram há décadas que nos últimos anos têm sido alvo de ameaças e violências por parte de pretensos proprietários e da polícia militar local. Demandas neste sentido têm sido feitas desde 1988 pelas lideranças Kaxinawá, com apoio da Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira (Opire) e da própria Administração Executiva Regional da Funai de Rio Branco (AER-RBR). A tradicionalidade da ocupação dos seringais que incidem na área reivindicada pelos Kaxinawá justificam a constituição de um grupo técnico para proceder com os estudos necessários ao início do reconhecimento oficial desta terra, conforme a sistemática prevista no Decreto 1.775/96.

O Governo da Floresta deve procurar participar e influenciar os rumos do planejamento e da implementação deste conjunto de ações previstas pelo PPTAL para o Acre, através de parcerias e iniciativas conjuntas com a Secretaria Técnica do Projeto, a presidência e a DAF (Diretoria de Assuntos Fundiários) da Funai, em Brasília, e a AER-RBR.

NOVAS TERRAS INDÍGENAS

Outro desafio presente é o de encontrar formas legais para o reconhecimento oficial de novas terras de pretensão indígena que surgiram nos últimos anos e não se enquadram no atual procedimento administrativo de regularização, regulamentado pelo mencionado decreto. Neste contexto, há hoje demandas para a criação de duas novas terras indígenas no Acre, a saber: Kaxinawá do Seringal Independência, no Município de Jordão, e Jaminawa do Rio Caeté, no Município de Sena Madureira.

A primeira é constituída por dois seringais nativos, Independência e Altamira, com extensão de 14.750 ha, adquiridos pela Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão (ASKARJ) com recursos do Prêmio de Direitos Humanos da Reebok, recebido por seu presidente, Siã Kaxinawá, em 1993. Em março do ano seguinte, grupo técnico instituído pela Portaria nº 1.204/93 visitou estes seringais e realizou os estudos que embasaram o relatório de identificação e delimitação, entregue à DAF em novembro de 1995.

Nos últimos cinco anos, a ASKARJ e as lideranças Kaxinawá têm reivindicado o reconhecimento oficial desses dois seringais como "terra dominial indígena", conforme previsto na Lei 6.001/73. Esta demanda recebeu pareceres favoráveis do Departamento de Identificação e Delimitação, da DAF. No entanto, dois pareceres da Procuradoria Geral do órgão indigenista, emitidos em 1996 e 1997, por considerar que os seringais não constituem terra tradicionalmente ocupada pelos Kaxinawá, levantaram obstáculos legais à criação dessa terra indígena. Em dezembro de 1999, a nova diretoria da DAF determinou que a administração da Funai de Rio Branco assessore o presidente da ASKARJ no registro em cartório destes dois seringais em nome do povo Kaxinawá, de forma a abrir alternativas efetivas para seu reconhecimento como terra dominial. Cabe ressaltar que a TI Kaxinawá do Seringal Independência consta, desde 1996, de todas as listagens de terras elaboradas pela DAF e pelo PPTAL.

A segunda terra, situada no seringal Boa Vista, no rio Caeté, em Sena Madureira/AC, é para onde, em 1997, a Administração da Funai local levou várias famílias Jaminawa que mendigavam nas ruas de Rio Branco. Na época, esta foi a alternativa encontrada para tentar dar a essas famílias meios mais dignos de vida e atender às recorrentes cobranças feitas pelo Ministério Público Federal, por diferentes órgãos do governo estadual, pela imprensa e

parte da sociedade acreana, que exigiram a imediata retirada dos Jaminawa das ruas da capital.

O atual governo do estado pode dar a sua contribuição, estabelecendo parcerias com a Funai, o movimento indígena e a ASKARJ, para promover processos participativos de demarcação física dos limites dessas duas terras e a indenização das benfeitorias de boa fé dos posseiros que ali ainda vivem. A criação destes fatos políticos pode justificar o deslanchar dos processos de reconhecimento oficial e de regularização dessas duas terras.

Estas são formas concretas de marcar a participação do Governo da Floresta nas conquistas territoriais protagonizadas, nos últimos 25 anos, pelas populações indígenas no estado. Se houver vontade política para participar destes processos, através de convênios e outras formas de parceria, o governo estadual poderá assegurar recursos federais e/ou da cooperação internacional para garantir a regularização fundiária dessas duas terras de pretensão indígena.

"ISOLADOS"

Ao longo da fronteira internacional Brasil-Peru e de suas proximidades, um conjunto de oito terras indígenas contíguas, já reconhecidas pelo governo federal, constitui território de moradia e perambulação de índios "isolados", conhecidos regionalmente como "brabos". Nas últimas décadas, assim como tem acontecido desde a implantação dos seringais nos altos rios acreanos no início deste século, freqüentes têm sido os conflitos, inclusive com inúmeros casos de morte, envolvendo, de um lado, os "isolados" e, de outro, índios Kaxinawá, Ashaninka, Kulina, Manchineri e seringueiros acreanos.

Em 1988, na foz do igarapé Xinane, na TI Kampa e "Isolados" do Rio Envira, foi instalada a Frente de Contato Envira (FCE), desde então coordenada pelo sertanista José Carlos dos Reis Meirelles Jr. Apesar da crônica carência de pessoal qualificado e de recursos financeiros, a FCE tem desenvolvido, nos últimos 12 anos, importante trabalho de vigilância e proteção de parte desta terra e de outras que, no Vale do Alto Juruá, constituem territórios tradicionais de vários grupos "isolados".

"Isolados" do rio Tarauacá

No alto rio Tarauacá, situado no município de Jordão, uma mulher e sua filha foram mortas pelos "isolados" no seringal São Paulo em 1996. No ano seguinte, o seringueiro Domingos Neves foi morto a flechadas no seringal Alegria, no rio Douro, afluente da margem direita do Tarauacá, a pouco mais de um dia de viagem da sede municipal. O acirramento dos conflitos, as ameaças de represálias por parte dos seringueiros e a ampla divulgação dada aos acontecimentos na imprensa de Rio Branco motivaram, em março de 1998, a ida à região do chefe do Departamento de Índios Isolados (DII) da Funai, Sydney Possuelo. Em companhia do sertanista Meirelles, foi realizado sobrevôo de quase 20 horas nas cabeceiras dos rios Envira, Tarauacá, Humaitá e Jordão. Avistaram várias malocas e roçados dos "isolados", estimando sua população em cerca de 200 índios. No ano seguinte, após incursões por terra realizadas nas cabeceiras destes rios, o experiente sertanista Meirelles avaliou esta população em aproximadamente 600 índios.

Atendendo recomendação dos chefes do DII e da FCE, a presidência da Funai promulgou a Portaria nº 476 de 21 de maio de 1998, restabelecendo, pelo prazo de três anos, a "restrição ao direito de ingresso, locomoção e permanência de pessoas estranhas aos qua-

ANTONIO MILENA/ABRIL IMAGENS - MAI/98

Vista aérea da malocas de "isolados" não identificados na região do rio Envira, divisa do Brasil com o Peru.

dros da Funai" na área proposta para o reconhecimento da TI Alto Tarauacá. Na referida portaria foi feito um significativo acréscimo da extensão desta terra, que passou a ter superfície de 132.500 ha e perímetro de 259 km, contra 52.000 ha e 150 km, respectivamente, que constavam na Portaria nº 3.764 de 13 de novembro de 1987, que interditara a área para "fins de estudo e definição".

Em seguida, a presidência da Funai constituiu grupo técnico (GT) pela Portaria nº 483 de 22 de maio de 1998, para proceder com a identificação e delimitação dessa TI. Os integrantes do GT estiveram em campo nos meses de junho e julho deste ano, percorrendo a pé o rio Douro, de sua foz às cabeceiras, todo o alto curso do rio Tarauacá, de suas cabeceiras até a foz do Douro e o alto rio Murú, visitando todos os seringais incidentes na TI, bem como as colocações então ocupadas e outras que haviam sido recentemente desocupadas por seringueiros regionais, devido aos constantes ataques e saques promovidos por índios "isolados". Foram, então, preenchidos os laudos de vistoria e avaliação de benfeitorias das 53 famílias de seringueiros acreanos, que ocupavam colocações de vários seringais do rio Douro e do alto Tarauacá.

No final de 1998, a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria Geral da República encaminhou ofício à diretoria da DAF, solicitando informações a respeito das providências já adotadas para a conclusão dos estudos de identificação e delimitação dessa terra indígena. Em maio do ano seguinte, a Procuradoria da República no Estado do Acre enviou ofício à presidência da Funai, recomendando que o órgão atuasse com urgência para evitar o agravamento dos conflitos e problemas sociais, já em curso na região, e tornasse disponíveis os recursos para a indenização das 53 famílias de ocupantes não-índios. Muitas destas, com medo de novos conflitos e mortes, haviam abandonado suas colocações e rumado para a sede do Jordão ou para a cidade de Tarauacá. Das 401 pessoas cadastradas em meados de 1998, apenas 174 continuavam morando ali um ano depois.

O relatório de identificação e delimitação da TI Alto Tarauacá foi entregue à DAF, em janeiro de 2000, pelo antropólogo Antônio Pereira Neto, coordenador do GT e atual administrador regional da Funai de Rio Branco. Esta terra, com extensão de 142.600 ha e perímetro de 239 km, é a primeira a ser destinada exclusivamente a grupos "isolados". Está circundada pelas Terras Kaxinawá do Rio Jordão, Kampa e Isolados do Rio Envira e Kaxinawá do Rio Humaitá e, ainda, pela fronteira internacional com o Peru.

"Isolados" do rio Envira

Em maio de 1998, durante os trabalhos de demarcação física da TI Kampa e Isolados do Rio Envira, no município de Feijó, e logo após o sobrevôo realizado por sobre suas malocas, os "isolados" atacaram a sede da FCE e queimaram todas as suas instalações. Os funcionários da empresa de topografia e da FCE, junto com índios Kampa que os acompanhavam na abertura das picadas, tiveram de ser resgatados por um helicóptero do Exército, após terem sido cercados por índios "isolados".

"Isolados" do rio Iaco

Em outubro de 1999, mais de 300 índios, segundo estimativa do sertanista Meirelles, apareceram pouco acima da base da Frente. Nus, pintados e armados com arcos e flechas, assistiram pacificamente a fuga dos integrantes da FCE. Nada roubaram, apenas mataram os cachorros e as criações domésticas. Em reconhecimento feito dias depois, foram localizados cerca de 45 tapiris que tinham servido como locais de acampamento para famílias extensas inteiras, homens, mulheres e crianças. Segundo informações prestadas posteriormente pelo sertanista da Funai, trata-se de índios "isolados", conhecidos como Masko, que habitam território peruano e perambulam entre a margem direita do alto rio Purus e as cabeceiras do rio Iaco e do igarapé Abismo, adentrando, no verão, a TI Mamoadate para pescar e coletar ovos de tracajá e tartaruga.

"Isolados" do rio Humaitá

No sobrevôo realizado pelos sertanistas da Funai, em fevereiro de 1998, nas cabeceiras do rio Humaitá foram localizadas três malocas de índios "isolados". No ano seguinte, estes índios invadiram e roubaram diversos instrumentos de trabalho na aldeia São Luiz, situada na TI Kaxinawá do Rio Humaitá.

"Isolados" do Xinane

A TI Xinane, com extensão estimada em 175.000 ha, situada na margem direita do rio Envira, no Município de Feijó, também destinada a grupos "isolados", foi interditada em 1987 para "fins de estudo e definição". Desde então, nenhuma providência foi tomada pela Funai para a realização dos estudos de identificação e delimitação, agora prevista no POA do PPTAL para o ano 2000. É importante que o governo estadual faça gestões junto à Secretaria Técnica do projeto e diretoria da DAF para garantir o reconhecimento oficial e a regularização desta terra, processo no qual a FCE poderá prestar relevantes serviços.

Tendo em vista o peso que a existência dos índios "isolados" joga na questão dos limites internacionais com o Peru, bem como a importância da manutenção de suas terras, áreas de perambulação e formas tradicionais de vida, é desejável que o governo do estado estabeleça parceria com o órgão indigenista oficial, visando fortalecer as atividades da FCE, dotando-a de infra-estrutura necessária e de maiores recursos humanos e financeiros.

PAVIMENTAÇÃO DA BR-364

Ficou clara a disposição inicial do atual governo de considerar os índios e suas organizações legítimos atores para participar das discussões sobre o licenciamento e a pavimentação desta rodovia, bem como de incorporar suas demandas ao planejamento e execução de ações preocupadas em conciliar o desenvolvimento do estado, a proteção do meio ambiente e a melhoria da vida de todos os acreanos do Alto Juruá. Provas disso foi a realização da audiência pública na cidade de Cruzeiro do Sul, em julho de 1999, e a formação de uma comissão interinstitucional para acompanhar a revisão do EIA/RIMA anterior, elaborado, três anos antes, no governo de Orleir Cameli. As reuniões que se seguiram, contando

com a participação ativa da Procuradoria da República no Estado do Acre, resultaram na elaboração e aprovação da minuta do "Termo de Referência para a Revisão do EIA/RIMA Relativo à Pavimentação e Operação da BR-364/Componente Indígena". Os trabalhos de revisão estão sob a coordenação da Fundação de Tecnologia do Estado do Acre (Funtac).

DISTRITOS SANITÁRIOS ESPECIAIS INDÍGENAS

Na saúde também ganharam contorno canais institucionalizados, envolvendo o Ministério da Saúde, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e a União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (UNI), visando a estruturação e implementação de dois Distritos Sanitários Especiais Indígenas no Acre. O primeiro, com sede na capital Rio Branco, tem área de abrangência nos municípios acreanos do Vale do Acre e Alto Purus, contemplando ainda os municípios de Boca do Acre e Pauini, no Amazonas; o segundo, com sede na cidade de Cruzeiro do Sul, abrange os oito municípios do Alto Juruá acreano. Convênio assinado com a Funasa, em setembro de 1999, garantiu à UNI, pelo prazo de três anos, o papel de gestora do processo de criação e gerenciamento dos dois distritos sanitários.

Os próximos anos serão marcados pelo enorme desafio de viabilizar a implantação desses dois distritos, através do estabelecimento de formas concretas de parceria entre as comunidades, o movimento indígena, os órgãos governamentais das esferas federal, estadual e municipais e as entidades não-governamentais de apoio.

Apesar da existência de um fórum institucionalizado para o encaminhamento inicial das questões relativas à saúde indígena, neste primeiro momento sob atribuição direta da Funasa e da UNI, é fundamental que o Governo da Floresta participe desse processo, através da garantia de bom atendimento aos pacientes índios nos hospitais dos municípios, da regularização e construção dos postos de saúde e, ainda, do apoio a processos continuados de capacitação dos agentes de saúde e outros recursos humanos locais.

DESAFIOS DA "FLORESTANIA"

A "florestania" deve ser garantida às populações indígenas e de seringueiros e agricultores. Programas de documentação são cada vez mais necessários nas aldeias e seringais. Importante desafio tem sido o de adequar à realidade dessas populações e da floresta as linhas gerais do Projeto Cidadão, valiosa iniciativa reconhecida em 1998 com o Prêmio de Gestão Pública e Cidadania, da Fundação Getúlio Vargas. Por outro lado, devem ser viabilizados os arranjos institucionais que permitam o pagamento das aposentadorias rurais nas sedes municipais mais próximas, garantindo, assim, maior oxigenação das economias locais e melhores condições de vida e saúde para os velhinhos e suas famílias. Hoje, estas aposentadorias representam importante componente da renda de muitas famílias indígenas do estado.

TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES

Estes são vetores cruciais para garantir maior autonomia às populações indígenas, contribuindo nas ações de vigilância e na busca de melhores formas de inserção nas economias municipais. A comunicação, por sua vez, é veículo fundamental para o estreitamento das relações entre as comunidades, o movimento indígena regional e as entidades de apoio que assessoram programas de educação, saúde e iniciativas econômicas nas terras indígenas.

O Governo da Floresta deve priorizar ações que fortaleçam ou implantem sistemas coletivos de transporte nas aldeias, através da compra de embarcações motorizadas e veículos terrestres, bem como da reforma de barcos e equipamentos já existentes, aliadas à formação de recursos humanos locais em cursos básicos de mecânica. Por outro lado, é primordial a oferta de serviços fluviais públicos de transporte de passageiros e da produção, que liguem com periodicidade regular as aldeias, seringais e sedes de municípios menores às principais sedes municipais.

Há hoje no estado duas redes de radiofonia gerenciadas por organizações indígenas, a da UNI e a da ASKARJ, implantadas com recursos do PPTAL/KfW e da Comunidade Econômica Européia, através de parcerias com o Programa Amazônia, de Amigos da Terra.

É importante alargar a área de abrangência destas duas redes, de maneira a possibilitar a ágil circulação de informações entre as aldeias, as sedes municipais e a capital do estado, mobilizando lideranças locais, o movimento indígena e as organizações oficiais e não governamentais de apoio.

A instalação de equipamentos de radiofonia em terras indígenas, ainda não ligadas a essas redes, é iniciativa louvável, que deve vir junto com ações que garantam assistência técnica aos rádios já existentes, através de parcerias com a UNI e a ASKARJ.

A instalação de redes internas em terras indígenas maiores, onde há aldeias espalhadas por diferentes partes do território, é uma estratégia a ser também contemplada, de maneira a potencializar mobilizações locais com vistas à vigilância territorial, atividades econômicas, reuniões, saúde, educação e representação política.

PRODUÇÃO E SUSTENTAÇÃO

Na esfera da produção, devem ser priorizadas programas e linhas de ação que, por um lado, potencializem as atividades econômicas tradicionalmente desenvolvidas pelas populações indígenas e, por outro, abram novas alternativas para o uso sustentável da floresta e de relacionamento com diferentes nichos de mercado.

Em reunião organizada pela Secretaria de Estado de Produção (Sepro) em agosto de 1999, lideranças indígenas de várias regiões apresentaram suas reivindicações a respeito das necessidades mais urgentes para apoiar as atividades produtivas já em curso em suas aldeias. A Sepro, então, elaborou o "Programa Emergencial de Desenvolvimento de Comunidades Indígenas para 1999", visando fortalecer as atividades agrícolas e de pesca, bem como

melhorar os sistemas de transporte, escoamento e armazenamento. Sua execução está prevista para o primeiro semestre de 2000, através de convênio já assinado entre esta Secretaria e a UNI.

Apesar da importância dessa primeira iniciativa do governo Jorge Viana, parece conveniente tornar mais cotidianos os canais de diálogo entre o poder executivo, as lideranças e as organizações do movimento indígena, com vistas ao delineamento de programas e ações que abram novas alternativas, a médio prazo, para incentivar a produção e garantir a sustentação nas terras indígenas, tendo em vista a profunda crise instalada na economia da borracha há quase uma década.

ARTESANATO

O artesanato é outra importante fonte de renda para muitas populações e famílias indígenas, desempenhando importante papel na economia das mulheres. Essa produção cultural deve ser incentivada em suas várias formas, de maneira a fortalecer o resgate e a perpetuação de conhecimentos tradicionais, abrir novas alternativas de mercado e contribuir para sua divulgação no estado, no país e no exterior.

A exemplo do que já aconteceu no passado, principalmente entre os Kaxinawá dos rios Jordão e Breu, é interessante apoiar a realização de oficinas de treinamento nas aldeias, visando o repasse de conhecimento às novas gerações, a melhoria da qualidade das peças de artesanato e o aumento de sua produção. Faz parte também possibilitar o intercâmbio entre mestras artesãs de um mesmo povo, moradoras de terras distintas, que ficarão responsáveis pela realização de oficinas e trabalhos com mulheres de outras aldeias.

Na capital Rio Branco, é preciso estruturar centros de referência para a exposição e venda de artesanato das várias etnias do Acre e do sul do Amazonas e organizar exposições periódicas com produtores de todo o estado. É necessário, ainda, patrocinar a participação de artesãs e artesãos em eventos comerciais e de divulgação realizados em outros estados, bem como viabilizar a edição e divulgação de catálogos do artesanato para abertura de mercados e para aproveitamento nas escolas indígenas e da rede pública.

BORRACHA

A maior parte das terras indígenas da região do Alto Juruá é composta por seringais nativos. A seringa historicamente constituiu o principal recurso florestal manejado pelas populações que ali habitam. Além dos aspectos econômicos, a manutenção do extrativismo da borracha continua sendo de fundamental importância, pois joga importante papel na preservação da biodiversidade das florestas de seus territórios. A extração do látex não causa degradação ambiental, pois pressupõe a existência da floresta para sua realização. Por outro lado, a ocupação das colocações de centro nos seringais contribui para a garantia dos limites das terras indígenas, evitando invasões promovidas por madeireiros, caçadores e pescadores profissionais.

É primordial, portanto, que os governos estadual e federal continuem implementando políticas de preço e de garantia de mercado para a borracha oriunda dos seringais amazônicos e acreanos, de forma a assegurar condições mais dignas de vida na floresta para as populações de índios e de seringueiros, agricultores e ribeirinhos.

Parte dos recursos do subsídio estadual para a borracha deve ser direcionada para as populações indígenas, através do cadastro de suas associações nos programas abertos a partir da aprovação da Lei Chico Mendes. Em 2000, a Secretaria Executiva de Floresta e Extrativismo deve realizar novos encontros regionais e municipais para avaliar o primeiro ano de funcionamento desta lei, os mecanismos do subsídio e o desempenho das associações cadastradas no ano anterior, dentre as quais três são indígenas: a ASKARJ, a Associação Comunitária Shanenawa de Morada Nova e a Associação Arara do Riozinho Cruzeiro do Vale.

Nessa mesma direção, deve ser facilitado o acesso das associações indígenas às linhas de financiamento do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo (Prodex). É importante evitar a repetição de obstáculos burocráticos resultantes de exigências específicas feitas pelo Banco da Amazônia S.A. (Basa) para a aprovação dos recursos para as associações indígenas, a saber, a emissão pela presidência da Funai de carta de anuência avalizando o empréstimo. No caso da ASKARJ, esse procedimento causou três anos de demora entre o primeiro pedido feito ao Basa e a liberação do financiamento para a produção de couro vegetal, acontecida em meados de 1999.

As linhas de financiamento para o extrativismo da borracha devem contemplar condições especiais para o custeio da safra, a reabertura das estradas e a compra de novos utensílios e instrumentos de trabalho, dando real incentivo para que as famílias de índios e seringueiros voltem às colocações para retomar o corte de seringa.

Apoio deve ser dado à introdução e difusão de técnicas alternativas de beneficiamento do látex, de maneira a propiciar a melhoria da qualidade da borracha produzida, o aumento do seu preço de venda e a abertura de novos mercados para sua comercialização. É importante, nesse sentido, acompanhar as experiências em curso no estado para a produção de couro vegetal, da folha defumada líquida e do granulado escuro brasileiro, tocadas através de parcerias entre associações e cooperativas de índios e de seringueiros, órgãos federais, centros de pesquisa e empresas.

De forma mais geral, é importante ter no horizonte planos para a reativação das usinas de beneficiamento de borracha nas cidades de Cruzeiro do Sul e Tarauacá, locais que canalizavam a maior parte da produção do Vale do Alto Juruá, onde está situada boa parte das terras indígenas. *(abril, 2000)*

Os Ashaninka do Rio Amônia no Rumo da Sustentabilidade

Margarete Kitaka Mendes

Antropóloga que trabalha há muitos anos com os Ashaninka. Colaboraram Francisco Piyãko da Associação Ashaninka do rio Amônia e Fabio Fernandes Dias, da Tawaya

TERRA DEMARCADA E AÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL CONTRA INVASORES, PERMITEM AOS ASHANINKA COMBINAR SUAS ATIVIDADES ECONÔMICAS COM O USO CONTROLADO DOS RECURSOS NATURAIS, PRESERVANDO SUA CULTURA E SEU TERRITÓRIO

A Área Ashaninka do rio Amônia, demarcada e homologada desde novembro de 1992, tem sido objeto de invasões feitas por caçadores profissionais que chegam a saquear cerca de 500 quilos de carne por vez; animais como anta, veado, queixada e porquinho constituem seus alvos preferidos. Esta carne é vendida em Marechal Thaumaturgo, com ciência e conivência das autoridades municipais. Em alguns casos, os caçadores são também madeireiros, que acompanhados por seus empregados, fazem acampamentos no centro da mata para realizar um duplo saque: caça e madeira.

Até meados de 1999, era comum ver caçadores-madeireiros entrarem na área indígena pelo rio Amônia sob o pretexto de ir para o Peru, onde há uma aldeia Ashaninka chamada Sawawo, situada nas proximidades da fronteira. Sabe-se que muitas vezes isso ocorria de fato, pois grande parte da carne de caça que conseguiam era trocada com cachaça, ou seja, os Ashaninka do Sawawo caçavam para eles e eram pagos com cachaça. Entretanto, não satisfeitos com o que conseguiam do outro lado da fronteira, invadiam a Terra Indígena do Rio Amônia, entrando em seus igarapés para caçar. Os Ashaninka encontraram, várias vezes, acampamentos de caça dentro de seu território.

Os Ashaninka, preocupados com essa situação de conflito que arrastava-se há anos, diziam que, se nenhuma providência fosse tomada pelas autoridades competentes, "... esses conflitos poderiam acabar em morte...". Havia um clima de forte tensão, resultado das invasões e saques sistemáticos às terras Ashaninka, que aconteciam diante dos olhos das autoridades locais, que, em alguns casos, negociavam carne com os caçadores. Em agosto do corrente, resolveram ir até Rio Branco para encaminhar uma denúncia ao Ministério Público, que mobilizou rapidamente a Polícia Federal para ir até o município de Marechal Thaumaturgo apurar os fatos. Eduardo Gomes foi intimado pela Polícia Federal (PF), que apreendeu suas duas espingardas de caça. Foi aberto um processo contra ele.

Cerca de três meses depois da ação da PF ter controlado o problema das invasões no rio Amônia, em novembro de 99, um grupo de caçadores invadiu a Área Ashaninka, usando o rio Arara como via de acesso. Ao serem abordados por Manitsi, um Ashaninka morador do Arara, que alertou-os sobre a proibição de caçar por tratar-se de área indígena, os caçadores o ameaçaram e seguiram viagem rio acima. A Associação Ashaninka deu queixa junto às autoridades na Vila Thaumaturgo, que, como é de praxe, nada fizeram. Resolveram ligar para o administrador da Funai em Rio Branco e pedir providências e ele respondeu que a Administração Regional não tinha como mobilizar-se rapidamente para fazer um flagrante, porque não dispunha de recursos financeiros e humanos naquele momento e que era preciso a Funai organizar-se, com antecedência, para uma ação conjunta com a PF, a fim de fazer um flagrante em uma outra oportunidade.

Outra cena muito comum no Amônia, que podia ser vista até meados de 1999, era a de caçadores descerem o rio com canoas de mogno novas, feitas dentro da Área Ashaninka e alegarem terem sido feitas no Peru. Eles passavam muito tempo no alto Amônia e sabe-se que parte desse tempo era passado dentro da reserva indígena. Além dos saques de madeira e carne, os caçadores promoviam a discórdia e a rivalidade entre os Ashaninka do Sawawo e os Ashaninka da porção brasileira do Amônia, causando sérios conflitos entre as duas aldeias; logo que os caçadores deixaram de entrar em território Ashaninka, as boas relações entre elas foram restabelecidas.

DEMARCAÇÃO: MARCO NA MUDANÇA DAS RELAÇÕES COM OS BRANCOS

A história das invasões é muito antiga e sempre caracterizada por confrontos, conflitos e ameaças que foram cavando um fosso nas relações entre índios e brancos no rio Amônia. Tendo em vista este contexto, a demarcação e homologação das terras Ashaninka, ocorridas em 1992, foram um marco na história dessas relações. A partir daí, empenhados em defender seu território já regulamentado, resolveram reunir-se para controlar tudo o que ocorria dentro dos limites da reserva. Nessa época, habitavam há vários anos a parte mais próxima à fronteira com o Peru, porque queriam ficar longe da maior concentração de posseiros brancos, localizada rio abaixo que, por sua vez, constituía a porção mais complicada da área em termos de exploração de caça e madeira, levada a cabo tanto por posseiros como por caçadores profissionais e madeireiros da Vila Thaumaturgo, atualmente sede do município de Marechal Thaumaturgo.

Mesmo após a demarcação, as invasões continuaram e, para inibi-las, os Ashaninka decidiram construir uma casa na entrada da área que seria ocupada por uma família, em regime de revezamento semanal; assim haveria controle permanente das invasões, sem que os Ashaninka precisassem mudar seu local de morada. A experiência não deu certo. Um ou dois homens não eram suficientes para fazer com que os caçadores e madeireiros, em maior número, respeitassem os limites da reserva. Acabava acontecendo o oposto, ou seja, eles não só invadiam como humilhavam e ameaçavam a família que ali estava. O fracasso dessa tentativa fez com que Antônio Piyãko, seguido de algumas famílias, resolvesse mudar-se para a entrada da área. A idéia era ocupar um dos limites da área, no caso o do rio Amônia, principal via de entrada dos exploradores de caça e madeira, para fazer frente às invasões.

Em 1994, foi feito um grande roçado no local escolhido para a nova aldeia, que seria usado no período de construção das casas e de abertura dos roçados. A mudança, de fato, só foi concretizada em meados de 95, pois antes disso os homens iam trabalhar em grupo na abertura dos novos roçados e passavam de uma a duas semanas fora, enquanto as mulheres ficavam na aldeia. Outras vezes iam com a família, passavam um tempo e retornavam à aldeia. Os anos de 1995 e 1996 foram marcados por essa mudança, que deu-se de forma lenta e gradativa. Atualmente, os Ashaninka estão instalados na entrada da Área Indígena, em uma grande aldeia composta por 72 famílias (conforme informação da Associação Ashaninka do Rio Amônia - Apiwtxa). Do total dos grupos domésticos que estavam espalhados pelas margens do Amônia antes da mudança, apenas dois não se mudaram para a nova aldeia, localizada há cerca de três horas de barco rio abaixo, tendo como referência a aldeia antiga.

Em função dos trabalhos com a mudança de aldeia, a cooperativa enfrentou um período de crise, o que aos olhos dos Ashaninka é visto com naturalidade, como um produto da situação. Segundo eles, a mudança de aldeia, cujo processo durou dois anos, foi realizada totalmente com recursos da cooperativa Ashaninka. E, para eles, crise não significa apenas a cooperativa estar desabastecida, mas também estar em um lugar novo, onde é preciso localizar os recursos vegetais e animais necessários. "Era preciso pensar onde estavam as caças, onde estavam as palheiras, onde estavam os paus que usamos na construção das casas ... era preciso estudar o novo terreno para saber como usar..." (Francisco Piyãko, 1999).

A COOPERATIVA

O ano seguinte ao da mudança, 1997, foi de desafios: a cooperativa estava no zero pois, o que havia nela tinha sido consumido em 1995 e 1996, quando os Ashaninka estavam fazendo suas casas e roçados. A coleta de sementes de espécies nativas, atividade na qual trabalhavam desde 1994, teve que ser interrompida após a aprovação, em 1997, de um decreto estadual que proibiu a comercialização de sementes para fora do estado. Dentro do Acre não havia demanda de sementes de espécies nativas e, assim, essa proibição decretou a falência da atividade. "... foram anos importantes para nós, porque percebemos que podíamos viver só com o que temos em nossa terra e o que sabemos sobre a mata. Se as fábricas que produzem mercadorias acabassem, nós conseguiríamos viver bem da mesma maneira. Esse tempo foi muito bom porque nós pudemos ter essa certeza; e tivemos também a certeza que nossa cultura está muito viva, e um povo só pode continuar vivendo como sempre viveu, sem as coisas do branco, se ele sente sua cultura viva na sua vida diária..." (Francisco Piyãko, 1999).

Foi nesse contexto de transição que convidaram o presidente da Funai Júlio Geiger para participar da festa que comemorou, em junho de 1997, o quinto aniversário da demarcação física da Área, ocorrida em junho de 1992, data comemorada todos os anos. A idéia dos Ashaninka era mostrar a ele um pouco de sua cultura, falar sobre a mudança da aldeia, sobre seus problemas e projetos e, principalmente, sobre o que entendiam por apoio e respeito a um povo indígena. O presidente, segundo os Ashaninka, parece ter ficado muito impressionado com tudo o que viu e ouviu, mas sua visita não teve desdobramentos mais concretos, tais como envio de equipe médica ou apoio a projetos na área econômica.

Diante do quadro de dificuldades, reuniram-se para pensar em uma alternativa e resolveram que cada família daria uma galinha para a cooperativa. Conseguiram juntar 50 galinhas que foram vendidas em Thaumaturgo. Com o dinheiro, compraram sabão, sal, terçados e munição para a cooperativa, que recebeu o pagamento em artesanato. "... A nossa experiência também mostrou como um povo organizado consegue partir do zero, como partimos depois desses anos, para suprir novamente todas as necessidades que adotamos dos brancos" (Francisco Piyãko, 1999).

No entanto, era necessário ter outra atividade, que ao lado da comercialização do artesanato, conseguisse manter a cooperativa. Foi nesse momento que os Ashaninka iniciaram o trabalho de coleta de castanhas de murmuru (palmeira: *Astrocaryum* sp.), atividade a qual dedicam-se até hoje.

FÁBIO FERNANDES/AE

Benke Pianko na ESALQ, em Piracicaba.

CASTANHA DE MURMURU E SEMENTES

O murmuru é vendido na cidade de Cruzeiro do Sul, para a Tawaya, uma empresa que trabalha com fabricação de gorduras vegetais de produtos extrativistas e com produção de sabonetes artesanais. Cabe ressaltar que a Tawaya, criada em 1996, com sede em Cruzeiro do Sul, nasceu como conseqüência de um processo de pesquisa e levantamento de produtos florestais, levada a cabo pelos Ashaninka em parceria com a ONG Núcleo de Cultura Indígena, (sediada em SP), no período 1992 a 1995. A palavra "Tawaya" é o nome Ashaninka do igarapé Amoninha (afluente do rio Amônia), na desembocadura do qual desenrolaram-se as pesquisas sobre produtos florestais.

Além das castanhas de murmuru, atualmente um produto também trabalhado por mais de 500 produtores (não indígenas) espalhados ao longo do rio Juruá na região de Cruzeiro do Sul, os Ashaninka conseguiram produzir e comercializar sementes de mais de dez espécies nativas (entre elas, mogno e cedro), em 1994 e 1995, conforme citado anteriormente. A capacitação técnica para essa atividade, assim como a parte comercial, deu-se através de parceria com o Ipef (Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais), sediado na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), Piracicaba–SP. Pretendem retornar a esta atividade no ano 2000, através de novas pesquisas e de enquadramento na legislação estadual vigente.

A partir de 1999, a Apiwtxa e Tawaya vêm mantendo intenso contato a fim de lançarem no mercado um sabonete, criado a partir das gorduras vegetais extrativas produzidas pela Tawaya e de essências exclusivas dos Ashaninka.

CIPÓ

Uma nova atividade foi iniciada em 1999: a extração de um cipó chamado na região de "espera-aí", também conhecido como "unha-de-gato" (*Uncaria tomentosa*), utilizado na indústria de fitoterápicos. Os Ashaninka extraíram cerca de 20 toneladas do cipó, encomendadas pela empresa Biosapiens que mantém compradores na cidade de Cruzeiro do Sul. Os Ashaninka não sabem se vão continuar com essa atividade porque, além de problemas com armazenagem e transporte, estão preocupados com as conseqüências que poderá trazer para o meio ambiente. Existem experiências de plantio de unha-de-gato em algumas áreas do alto Juruá, iniciadas em 1999, mas que ainda não têm resultados que indiquem sua viabilidade para repor o estoque natural de forma sustentável.

Os problemas com secagem, armazenamento e transporte, segundo os Ashaninka, inviabilizam atividades como extração de unha-de-gato e coleta de castanhas de murmuru. A secagem adequada de castanhas de murmuru e de unha-de-gato diminui bastante o peso desses produtos, tornando o transporte mais viável, além de ser imprescindível para sua conservação. Ela pode ser obtida através da utilização de secadores com telhado móvel ou fixo, que permite a operação durante a época de chuvas. A armazenagem de produtos muito volumosos, como é o caso, necessita de um local amplo e com as condições adequadas às exigências de cada um, pois tanto o murmuru como o cipó não podem ficar expostos à umidade depois de secos.

Para transportar esses produtos, utilizam um barco para cinco toneladas, que por sua pequena capacidade torna-se anti-econômico, uma vez que são necessárias, no mínimo, quatro viagens a Cruzeiro do Sul para levar 20 toneladas de murmuru ou de cipó. A Associação Ashaninka dispõe de um batelão de 15 toneladas que poderia ser utilizado não fosse o estado precário em que se encontra - está parado há cerca de seis anos, por falta de recursos para fazer uma reforma, cujos custos estariam, atualmente, na casa dos R$ 10.000,00. Os Ashaninka esperam que o convênio assinado entre a UNI e o governo do estado, durante a VI Flora que aconteceu de 17 a 21 de outubro de 1999 em Rio Branco, garanta recursos para solucionar seus problemas de infra estrutura. As secretarias do governo estadual reuniram-se, nessa ocasião, com representantes de associações de seringueiros e agricultores, representantes da UNI-Norte, representantes de associações indígenas e representantes de várias ONGs, para discutir o uso dos recursos naturais não-madeireiros. O governo do estado, através desse convênio, estará repassando R$ 430.000,00 para incentivar a produção nas comunidades indígenas. A infra-estrutura criada servirá não só para trabalhar com castanhas de murmuru e casca de unha-de-gato, como com sementes de espécies nativas.

NOVAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

No próximo ano, os Ashaninka pretendem ampliar o seu quadro de atividades econômicas por meio do projeto Capacitação em Métodos de Manejo e Preservação de Abelhas Melíponas, já aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente. O projeto terá duração de um ano e custará R$ 32.222,40. Trata-se de uma atividade econô-

Ashaninka, em visita à fábrica da Tawaya, em Cruzeiro do Sul (AC), acompanham o processo de beneficiamento do murmuru.

FABIO F DIAS

mica voltada para consumo interno, com vistas à comercialização caso haja produção de excedente.

Outro projeto previsto para ser iniciado no ano 2000, ainda em fase de elaboração, a cargo de técnicos da Funai, tem como objetivo principal a formação de agentes agroflorestais indígenas que deverão fazer uma espécie de monitoramento do uso dos recursos naturais. Eles atuarão dentro de suas aldeias de origem, partindo dos conhecimentos do grupo sobre os modos de usar o meio ambiente. Haverá visitas entre aldeias de diferentes grupos indígenas da região, para troca de experiências. Os Ashaninka pretendem também, dentro desse projeto, criar uma alternativa alimentar para a merenda escolar que é oferecida pelo município (leite, açúcar, macarrão, feijão, óleo, arroz, enlatados e biscoitos), fazendo grandes plantações de banana, abacaxi, mamão, caju, maracujá, batata, inhame, etc., assim como preparar, com o apoio técnico de especialistas em criação de peixes, um lago próximo à aldeia, para fornecer peixes. Está prevista ainda a criação de uma base para a Apiwtxa, em Cruzeiro do Sul e a organização de cursos de treinamento de pessoal na área de administração. Este projeto, que terá duração de 3 anos, foi resultado de uma iniciativa conjunta Associação Ashaninka-Funai.

Ainda nos horizontes do ano 2000, estão dois outros projetos já aprovados pelo Ministério do Meio Ambiente, um deles é para realizar a gravação de um CD de músicas Ashaninka. Previsto para iniciar em janeiro, o trabalho terá duração de seis meses e um custo de R$ 72.721,95. O outro projeto tem como objetivo a realização de um vídeo sobre os Ashaninka do rio Amônia. O projeto será desenvolvido em seis meses e custará R$ 46.420,00.

Está entre os planos da Apiwtxa para 2000 investir em projetos que visem não só a divulgação da cultura, mas também o fortalecimento interno dela. Na visão dos Ashaninka, uma das primeiras e a mais importante iniciativa da Apiwtxa nesta direção foi a criação do projeto Iyotãtsi ou o da Escola Tradicional, como também é chamado, que visa transmitir os conhecimentos das pessoas mais velhas da aldeia para os jovens, no sentido de fortalecer a cultura e de garantir sua continuidade. As aulas serão sobre temas diversos, tais como música, técnicas de confecção de artefatos, histórias dos antigos. Para os Ashaninka, a escola será aberta a quem se interessar e, para os brancos, o ingresso será restrito aos convidados. A Universidade Federal do Acre apoiará o projeto durante o período de implantação, que acontecerá em janeiro e fevereiro de 2000, e enviará estagiários escolhidos dentro dos cursos de graduação em engenharia florestal, letras, antropologia e pedagogia, para acompanhar todo o trabalho. O objetivo desse acompanhamento é divulgar o Projeto Escola Tradicional entre os outros grupos indígenas do Acre. A escola tradicional funcionará em duas casas, que serão construídas para esta finalidade, sendo uma para os homens e outra para as mulheres. As aulas também fornecerão dados para elaboração de material de leitura em língua Ashaninka, para o programa de alfabetização bilíngüe, desenvolvido a partir de 92. ***(dezembro, 2000)***

BR-364: no Caminho dos Katukina

Edilene Coffaci de Lima

Professora do Departamento de Antropologia da UFPR e doutoranda em Antropologia Social na USP. Pesquisa os Katukina do rio Campinas desde 1991

A BR-364, QUE LIGA RIO BRANCO A CRUZEIRO DO SUL, CORTA A TI CAMPINAS POR 18 KM, LEVANTANDO POEIRA E INCERTEZAS

O traçado completo da BR-364 perfaz mais de três mil quilômetros, passando por seis estados: São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Acre. A sua porção norte é a conhecida "saída para o Pacífico", originalmente idealizada nos governos militares - embora hoje se pense em outras "saídas para o Pacífico" pelo próprio Acre (via BR-307, próximo a Assis Brasil), pelo Mato Grosso (a partir de Cáceres) e por Mato Grosso do Sul (a partir de Corumbá). Mal afamado internacionalmente devido aos desastres socioambientais nos trechos já concluídos entre Cuiabá e Rio Branco, o plano de estender a pavimentação da BR-364 até a fronteira com o Peru esteve durante muito tempo engavetado por falta de apoio financeiro para o empreendimento.

A data de abertura da BR-364 no Acre, em 1972, coincide com a fundação da aldeia katukina do rio Campinas, que hoje se distribui em pequenos agrupamentos residenciais às suas margens. No início da década de 70, os Katukina trabalharam na construção da rodovia, tentando contornar a crise que àquela época já tornava difícil a permanência nos seringais. Nesse período, várias famílias deslocaram-se dos dois seringais em que trabalhavam, nos rios Gregório (onde ainda hoje se localiza uma outra aldeia katukina) e Liberdade, em busca de emprego nas atividades preliminares de desmatamento que estavam a cargo do 7° Batalhão de Engenharia e Construção (BEC). Após a conclusão do desmatamento, os Katukina obtiveram "autorização" do 7° BEC para permanecer nos arredores da estrada, numa área próxima ao rio Campinas, a cerca de que 55 km de Cruzeiro do Sul. A esperança que nutriam era de que a proximidade de um centro urbano lhes facilitaria a comercialização dos produtos que viessem a produzir e o acesso aos produtos industrializados de que necessitavam.

Até o início da década de 1980, a maior parte dos Katukina que permaneceu próxima ao rio Campinas não morava às margens da rodovia, mas no interior da mata, onde se localizavam as estradas de seringa em que trabalhavam. As margens da rodovia só eram freqüentadas quando tinham de ir à cidade para atendimento médico ou para negociar seus produtos com o patrão que os empregava. Entretanto, com a queda crescente do preço da borracha, pouco a pouco os Katukina começaram a transferir suas casas para as margens da rodovia, passando a dedicar-se mais intensivamente ao plantio agrícola.

Em meados da mesma década, quando iniciaram-se no Acre os processos de demarcação das terras indígenas, os Katukina viram reconhecido o direito de ali permanecerem e romperam em definitivo os vínculos que os ligavam aos patrões seringalistas. A partir de então, a agricultura passou a ser a sua atividade econômica predominante, aproximando-os cada vez mais da rodovia. No começo de 1990, quase todos os Katukina tinham já construído suas casas próximas às margens da rodovia. É importante notar que o mesmo processo de aproximação com a via de transporte para o

EDILENE COFFACI DE LIMA - MAI/98

Pintura facial, TI Katukina do Rio Campinas.

EDILENE COFFACI DE LIMA - 1997

BR-364 atravessa a TI Katukina do Rio Campinas.

escoamento da produção ocorreu com os Katukina que permaneceram no rio Gregório. À medida que abandonavam a atividade extrativista e incrementavam a produção agrícola, concentravam-se cada vez mais às margens do rio.

Passados mais de vinte anos da abertura da BR-364, o trânsito no trecho que corta a Terra Indígena Katukina do Rio Campinas era possível, e de forma precária, apenas no período de estiagem. Entre novembro e abril, as chuvas impediam a passagem de qualquer veículo. Esse quadro começou a se alterar a partir de 1995, com o início do asfaltamento do trecho Rodrigues Alves-Tarauacá, que abrange a terra dos Katukina.

A princípio, o governo do estado do Acre, que tinha à frente Orleir Cameli (1995-1998), desprezou os impactos socioambientais que a estrada poderia causar, tanto aos índios quanto às demais populações da região. Ao invés do EIA/Rima, (Estudo e Relatório de Impacto Ambiental) providenciou um Raias (Relatório de Ausência de Impacto Ambiental Significativo) para dar início ao asfaltamento da rodovia. Em 1996, ante o embargo impetrado pelo Ibama, o governo do estado contratou às pressas a empresa STCP Engenharia de Projetos Ltda. para formalmente cumprir a exigência do EIA/Rima referente ao trecho Rodrigues Alves-Tarauacá. Em pouco tempo realizaram-se as audiências públicas em Cruzeiro do Sul e Tarauacá, sob forte pressão dos políticos locais que alardeavam que os partidos de oposição e as organizações não-governamentais eram contra o desenvolvimento da região, conseguindo assim esvaziar completamente o debate. Transformadas em palanque político, as audiências públicas foram insuficientes para garantir a apreciação cuidadosa de um EIA/Rima repleto de pontos questionáveis.

ERROS, INCONSISTÊNCIAS, OMISSÕES

A parte do EIA/Rima referente às populações indígenas afetadas pelo asfaltamento da BR-364 chama a atenção pela fragilidade das informações e pela falta de análise dos impactos decorrentes da pavimentação da rodovia. Os comentários a seguir coincidem em grande parte com o parecer elaborado pelo chefe do Departamento de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente (DPI) da Funai, Wagner Pereira Sena, intitulado Análise do EIA/Rima referente à BR-364, de novembro de 1996. Até 1998, esse parecer foi ignorado na condução dos procedimentos relativos às populações indígenas afetadas pelo asfaltam ento da BR-364.

1. O primeiro aspecto que chama a atenção na leitura do tópico referente às populações indígenas, de autoria do antropólogo da Funai Antônio Pereira Neto, é o contraste entre o volume de dados históricos e a exiguidade de informações atualizadas sobre as populações indígenas do alto Juruá. O autor discorreu sobre a ocupação da América, a pré-história da Amazônia, os séculos anteriores (XVI ao XVIII) ao início da colonização e sobre a própria colonização. Tais informações não são desprezíveis ou dispensáveis. Entretanto, se o principal objetivo de um EIA/Rima é estabelecer alternativas para planejar o futuro, os dados sobre a história não devem ofuscar informações sobre a atualidade. É a partir do presente, afinal, que se deverão estabelecer as medidas mitigadoras previstas.

2. Embora conste que dezesseis terras indígenas estão na área de abrangência da BR-364, há informações específicas apenas sobre três delas: a área onde estão os chamados índios "isolados", a Terra Indígena Katukina do Rio Campinas (cortada pela rodovia) e a Terra Indígena Kaxinawá da Colônia 27 (localizada a cinco quilômetros de distância).

3. A escassez de informações atualizadas sobre as populações indígenas do alto Juruá, em particular sobre aquelas estabelecidas na área de influência direta da rodovia - os Katukina do Rio Campinas e os Kaxinawá da Colônia 27 -, pode ser atribuída ao pouco tempo que o autor do componente indígena do EIA/Rima passou entre os índios. Em ambas, nas aldeias o antropólogo esteve apenas dia 23 de junho de 1996 entre os Katukina e em 17 de julho do mesmo ano, entre os Kaxinawá. Além disso, embora tenha reco-

nhecido que outras 14 terras indígenas serão afetadas, o antropólogo da Funai não as visitou.

4. Como não poderia deixar de ser, isso se reflete no conteúdo do EIA/Rima. Na parte relativa à Terra Indígena Katukina do Rio Campinas, o texto se limita a um conjunto de citações histórico-culturais extraídas do único trabalho antropológico até agora dedicado aos Katukina, de minha autoria. No mais, em poucas linhas, limitou-se a dizer o nome da liderança katukina naquela data, que havia uma escola, uma enfermaria. Nada foi exposto sobre a maneira como a estrada afeta os Katukina no presente e como poderá afetar no futuro.

5. A parte referente à Terra Indígena Kaxinawá da Colônia 27 apresenta os mesmos problemas. Novamente, há um amontoado de citações histórico-culturais sobre os Kaxinawá (retiradas dos trabalhos de Terri Valle de Aquino e Marcelo Piedrafita Iglesias) e umas poucas linhas sobre a situação atual e a interferência da rodovia na organização sociocultural do grupo em questão.

6. No capítulo 9 - "Medidas Mitigadoras e Programas" - não há quaisquer referências às populações indígenas do Vale do Juruá, direta ou indiretamente afetadas pela pavimentação da BR-364.

7. No capítulo 11 - "Conclusões e Recomendações" - destaco a seguinte afirmação: "A BR-364 corta a Reserva Indígena Campinas, demarcada, e passa perto da Colônia Vinte e Sete. A primeira foi instalada neste local após a construção da estrada e a segunda foi identificada após a instalação de um projeto de colonização no local". Da maneira como foi redigido, o texto parece sugerir (ou, por falta de maiores esclarecimentos, induz a concluir) que a rodovia precede a presença dos dois grupos indígenas nas duas áreas citadas. Nada mais enganoso: as próprias informações históricas sobre o alto Juruá, tão abundantemente citadas no relatório, demonstram que os rios Gregório, Liberdade e Tarauacá estavam povoados por populações indígenas pelo menos desde o século XVIII. A afirmação, inclusive, contradiz uma outra que consta no próprio EIA/Rima: a de que os Katukina trabalharam nas obras que deram origem à atual BR-364, no início da década de 1970.

Não se pode ignorar que a localização contemporânea das populações indígenas no alto Juruá é resultado de processos históricos, sobretudo dos eventos que sucederam a exploração da borracha nativa a partir do final do século passado. A ocupação da região por colonizadores, que invadiram as terras habitadas pelos índios, forçou-os a se transferir para novas terras. Da forma como foi redigida, a afirmação destacada acima parece imputar à vontade dos índios o fato de hoje se encontrarem às margens ou nas proximidades de uma rodovia, ignorando que os processos históricos até agora não lhes proporcionaram melhores alternativas.

Além disso, não cabe ao EIA/Rima estabelecer "quem chegou primeiro", já que se trata de duas terras indígenas reconhecidas pela Funai. Ao contrário, deveria ao menos considerar que estar às margens (caso dos Katukina) ou nas proximidades (caso dos Kaxinawá) de uma rodovia que fica intransitável a maior parte do ano é bastante diferente do que estar às margens ou nas proximidades de uma rodovia pavimentada, com fluxo contínuo e permanente de veículos.

8. Um último problema do EIA/Rima diz respeito à definição do que se entende por áreas de influência direta e indireta da BR-364 (Rodrigues Alves - Tarauacá). Na "Introdução", consta que os Planos de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas I e II (PMACI I e II) foram considerados fundamentais pela equipe que elaborou com o estudo, e que devem mesmo ser compreendidos como um apêndice dele. Entretanto, ressalta nesse ponto uma forte incongruência de acordo com o que foi estabelecido pelo Diagnóstico Geoambiental e Socioeconômico. Devem ser consideradas área de influência da BR-364 (trecho Rio Branco - Cruzeiro do Sul) pelos PMACI I e II, para efeitos do estabelecimento de medidas mitigadoras, as áreas compreendidas pelo Alto e Médio rio Juruá e Vale do Javari. No EIA/Rima, porém, as áreas de influência direta e indireta da rodovia coincidem com a fronteira política, deixando de fora as populações indígenas do Vale do Javari e do médio rio Juruá, no estado do Amazonas. É como se os impactos do asfaltamento da rodovia se limitassem apenas ao norte do Acre, cessando subitamente onde principia a fronteira do Amazonas.

DESDOBRAMENTOS

Em setembro de 1997, o asfaltamento da rodovia chegou a três quilômetros da fronteira oeste da Terra Indígena Katukina do Rio Campinas. Vendo dia-a-dia a aproximação do asfalto, sem qualquer atendimento a seus próprios interesses, os Katukina decidiram procurar os Ministérios Públicos Estadual e Federal com o intuito de intervir na discussão e reivindicar alternativas que pudessem minorar os transtornos que a proximidade do asfaltamento já estava lhes trazendo. Em 1998, após dois anos do início da terraplanagem e asfaltamento da BR-364, uma comitiva de quatro lideranças katukina foi a Rio Branco com o objetivo de entregar um documento, no qual alertava sobre os problemas que a construção da estrada vinha causando no cotidiano da aldeia e pedia a anulação do EIA/Rima. Uma série de problemas de saúde, invasões de caçadores, agressões, roubos e até a tentativa de rapto de uma criança levou os Katukina a duvidarem de que a estrada, como pretendia o então governo, beneficiaria todos os moradores do vale do Juruá.

Apoiados por organizações indígenas e indigenistas sediadas em Rio Branco, as lideranças katukina mobilizaram os Ministérios Públicos Estadual e Federal. No dia 26 de maio de 1998, foi realizada uma reunião na Procuradoria da República, com a presença dos órgãos estaduais e federais envolvidos na execução da obra e na defesa dos interesses indígenas: Departamento de Estradas e Rodagem do Acre (Deracre), Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC), Ibama e Funai. Ali, questionaram o componente indígena do EIA/Rima e solicitaram sua anulação.

Fato é que entre junho de 1997 e dezembro de 1998 nenhuma medida foi encaminhada pelo governo estadual. Os diversos ór-

gãos estaduais envolvidos no processo de licenciamento jamais se entenderam sobre suas respectivas atribuições. Da reunião na Procuradoria da República, resultou uma nova reunião convocada pelo IMAC em 9 de junho de 1998, com o objetivo de finalmente regulamentar o funcionamento da Comissão prevista no licenciamento da obra - cujo prazo de vencimento encerrava-se naquele mesmo mês. Essa Comissão deveria estabelecer critérios de aplicação de um percentual do valor total da obra para minorar impactos socioambientais negativos que o asfaltamento da rodovia poderia causar. Sem conseguir produzir qualquer resultado efetivo nesse sentido, o IMAC repassou ao Deracre a coordenação do processo. Esse órgão, por sua vez, não deu nenhum novo encaminhamento para a criação da Comissão. Algo bastante compreensível, dado que a própria construção da rodovia havia sido interrompida em virtude da suspensão do repasse de recursos federais, num momento em que proliferavam as suspeitas de corrupção em torno do executivo estadual.

MUDANÇA DE GOVERNO

No início de 1999, já na gestão do governador Jorge Viana, os Katukina solicitaram ao IMAC a retomada das discussões envolvendo o asfaltamento da rodovia. O diretor de Controle Ambiental do IMAC, Jairon Santos do Nascimento, visitou os Katukina do Rio Campinas e, juntos, estabeleceram que seria realizada uma audiência pública, na qual seria discutida a antiga reivindicação de anulação do componente indígena do EIA/Rima. A audiência pública foi realizada em Cruzeiro do Sul, em 3 de julho de 1999, com a participação de órgãos do governo estadual, dos próprios Katukina e de representantes de outras populações indígenas e seringueiras da região.

Das discussões, foram retiradas quatro propostas gerais: (i) o compromisso do governo do estado do Acre de elaboração de uma política para as terras indígenas, com a participação direta das comunidades e de outras instituições indígenas e indigenistas, contemplando as especificidades de cada comunidade e em especial daquelas diretamente afetadas pela pavimentação da BR-364; (ii) a revisão do EIA/Rima da BR-364 no trecho Rodrigues Alves a Tarauacá, contemplando os impactos socioambientais diretos e indiretos nas terras indígenas da área de influência da estrada; (iii) a formação de uma Comissão Interinstitucional para acompanhar a revisão do EIA/Rima e a execução da obra, bem como a implementação das medidas mitigadoras, com a participação direta dos representantes indígenas; (iv) a elaboração do EIA/Rima do trecho Sena Madureira-Tarauacá, obedecendo um termo de referência específico para o componente indígena.

Na mesma audiência pública, o governo do estado se comprometeu a atender reivindicações feitas pelos Katukina (sinalização e redutores de velocidade ao longo do trecho em que rodovia atravessa a terra indígena do rio Campinas, atendimento à saúde, instalação de radiofonia para situações emergenciais), que não se confundem com as quatro propostas acima, pois visam minorar os impactos negativos que desde o início do asfaltamento se fizeram sentir em suas terras.

A Comissão Interinstitucional, criada na audiência pública, logo iniciou suas atividades. No final de agosto de 1999 foi aprovado o Termo de Referência que deverá orientar a equipe responsável pela revisão do componente indígena do EIA/Rima referente ao trecho entre Rodrigues Alves e Tarauacá. Esse Termo de Referência prevê, entre outras coisas, a identificação de todos os grupos e terras indígenas localizados na área de influência da rodovia, o levantamento demográfico dessas populações e a descrição de como utilizam os recursos naturais, a análise da vulnerabilidade das terras e grupos indígenas a partir da pavimentação e operação da estrada, o estabelecimento de prognósticos dos efeitos das obras e de alternativas de desvio da rodovia nos trechos em que há sobreposição com territórios indígenas e a proposição de medidas mitigadoras com soluções de curto, médio e longo prazos. Ao governo do Acre foi estabelecido o prazo de 90 dias, a contar de janeiro de 2000, para a apresentação do novo EIA/Rima. Contudo, até o momento o estudo sobre os impactos da pavimentação da BR-364 não foi encaminhado. Há um impasse entre os representantes do governo estadual, do Ministério Público e das organizações indígenas e indigenistas quanto à definição do número de terras e populações indígenas que devem ser incluídas no novo estudo.

O processo de negociação e discussão entre os Katukina, as demais populações indígenas do vale do Juruá e o atual governo do estado do Acre está ainda em curso. A todos os envolvidos, em especial ao governo do Acre, cabe o desafio de fazer com que os compromissos assumidos sejam cumpridos. Esse esforço, com certeza, contribuiria ao menos parcialmente para desfazer a má fama que a BR-364 acumulou ao longo de sua história. E, mais importante, poderia dissipar as dúvidas que pairam sobre o futuro dos Katukina como uma espessa nuvem de poeira. *(março, 2000)*

IOSU GALLARETA

A "Florestania" Acreana Contagia

Nietta Lindenberg Monte

Pedagoga, coordenadora do projeto de educação indígena da CPI/Acre

O PROJETO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA "UMA EXPERIÊNCIA DE AUTORIA", DESENVOLVIDO PELA CPI/ACRE DESDE 1983, VIRA REFERÊNCIA NACIONAL

Desde sua origem, o enfoque institucional e pedagógico particular do projeto Uma Experiência de Autoria, em especial o referente aos cursos anuais de formação e ao cotidiano das escolas nas aldeias, tem sido o principal ponto de discussão nos currículos das Escolas da Floresta, que correspondem a primeira parte do Ensino Fundamental e do Magistério Indígena em nível médio. Esse enfoque foi sendo construído em diálogos e confrontos com o currículo da educação básica, comum em todo o território nacional. Esforços permanentes foram feitos por assessores não índios e professores indígenas para o registro e a sistematização escrita desses currículos em construção. Uma primeira proposta curricular destinada às escolas indígenas do estado do Acre e sudoeste do Amazonas foi sistematizada pela equipe da Comissão Pró-Índio/AC dez anos depois de já estar em funcionamento, tendo sido apresentada e aprovada com entusiasmo pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) em 1993.

SEGUNDA FASE

Entre 1995 e 1998, desencadeia-se uma segunda fase do processo de negociação institucional, política e pedagógica do projeto acreano, tendo como objeto mais uma vez o currículo. Novo texto foi formulado como desenho curricular - o Magistério Indígena Bilíngüe e Intercultural - destinado a uma categoria profissional até então ausente nas páginas da educação e nos documentos curriculares do estado e do país. Esta proposta foi formulada durante quase dois anos de trabalho, apresentada pela CPI/AC à Secretaria Estadual de Ensino (SEE) em 1996, analisada e aprovada pelo CEE em 1998. O propósito desse projeto não foi, como é mais comum, o de planificar, em novos parâmetros, uma ação educativa a ser iniciada num futuro próximo ou longínquo. Mas tratou-se de elaborar, em uma intensa ação de pesquisa, um documento-memória que sistematizou 15 anos de trabalho continuado com a formação de professores índios, buscando uma proposta curricular e pedagógica coerente e conexa, com sua dimensão histórica resguardada. Para tal, recorreu-se à recuperação de outros e muitos textos, escritos por um grupo eclético de assessores, consultores e professores índios durante o trajeto de cerca de 6000 horas aula já experimentadas nos cursos de formação da entidade. A finalidade era o reconhecimento do trabalho de formação do magistério indígena do estado e da categoria profissional do professor indígena e dos direitos daí derivados. Desta forma, os 120 professores indígenas do Acre e sudoeste do Amazonas já em serviço, que completam entre uma e duas décadas de atuação, podem ser reconhecidos como professores bilíngües dentro de uma categoria especial do magistério que é a de professor indígena. Passam a poder receber seu título de magistério em nível médio, ao finalizarem os cursos oferecidos pela entidade CPI/AC. Eles passam a ter direito a um plano de carreira na profissão, saindo da sua costumeira e errônea identificação com o professor leigo do meio rural.

CENTRO DE FORMAÇÃO DOS POVOS DA FLORESTA

No ano de 1997, uma nova e importante conquista política e institucional é experimentada. O Centro de Formação dos Povos da Floresta é reconhecido como Escola de Formação de Professores pela Secretaria Estadual de Educação e um decreto governamental autoriza seu funcionamento. Trata-se de uma área rural de 26 ha, de posse da entidade desde 1994, cuja função é servir de espaço pedagógico para a formação de jovens de várias etnias como professores, agentes de saúde e agentes agroflorestais, que vem sendo formados pelos programas de educação, saúde e meio ambiente da CPI/AC. O Centro é registrado na Coordenadoria de Registro e Inspeção Escolar (Corines) como a primeira Escola de Professores Indígenas do estado (e do país).

Participentes do II Curso de Formação de Agentes Agroflorestais Kaxinawa, TI Seringal Independência.

A escola, no Centro de Formação dos Povos da Floresta, constituiu-se como um espaço educacional e curricular novo para a formação de agentes multiplicadores indígenas, devido à sua natureza demonstrativa para o manejo dos recursos agroflorestais. Lá, vários sistemas agroflorestais vêm sendo implantados e manejados pelos estudantes indígenas nos cursos, como parte de seus processos de formação e capacitação. O centro possui também um sistema de piscicultura onde são criados peixes nativos da Amazônia, consorciado com sistemas agroflorestais e suinocultura. Também são experimentadas, em seu espaço de mata primária preservada e de passagem recuperada por sistemas agroflorestais, algumas técnicas de manejo de floresta, como por exemplo, o manejo de palha para cobertura de casa e a reciclagem de madeira para a confecção de móveis artísticos e esculturas.

Assim, a partir de uma dimensão socioambiental cada vez mais presente nas ações de educação, utiliza-se a Escola como área demonstrativa e modelo pedagógico, incluindo-se noções teórico-práticas de gestão ambiental nos currículos. Dá-se ênfase em temas como os sistemas agroflorestais, o enriquecimento e recuperação de capoeiras e áreas degradadas, as técnicas de construção de viveiros e de manejo de palha, o plantio e manejo das espécies frutíferas, da horta orgânica, a reciclagem de madeira desperdiçada dos roçados para a confecção de bancos e esculturas, piscicultura em açude, etc.

Nesse sentido, os cursos realizados na Escola de Professores Indígenas vêm permitindo a reflexão e o diálogo entre as diversas culturas presentes, tomando como base os conhecimentos indí-

Escola Indígena na TI Kaxinawa da Praia do Carapanã.

RENATO A. GAVAZZI - OUT/99

NIETTA LINDENBERG MONTE - FEV/00

Prof. Noberto Tene Kaxinawá durante atividades no XX Curso de Formação, fevereiro de 2000.

genas sobre o meio ambiente e sua gestão, interpretando-se esses conhecimentos por meio de novas linguagens como a escrita, o desenho e o vídeo. É também um momento de acesso a outros conhecimentos de outros povos (conhecimentos oriundos das demais etnias presentes nos cursos e das informações contemporâneas reunidas pelos assessores para a discussão destes temas), de forma a ampliar a capacidade destes agentes pensarem e buscarem estratégias coletivas para a resolução dos problemas ambientais de sua comunidade.

REFERENCIAL CURRICULAR PARA ESCOLAS INDÍGENAS

O alcance dessas idéias e práticas desenvolvidas pela CPI/AC chegou em seu vôo mais ousado a influenciar o âmbito federal, na formulação dos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental, atendendo a especificidade já definida por lei em relação às sociedades indígenas. Uma forte demanda social proveniente do número crescente de escolas e professores indígenas intensificou a discussão sobre os currículos escolares e de magistério indígena, com a necessidade de regulamentar, nos estados, os processos educativos particulares e comuns dos alunos e professores das escolas indígenas.

Entre 1997 e 1998, parte da equipe responsável pela elaboração e execução da proposta curricular da Comissão Pró-Índio do Acre passou a experimentar a difícil condição de coordenação técnica da elaboração de novos referenciais curriculares para as escolas indígenas. Era a primeira vez na história do Brasil que o Ministério de Educação (MEC) - através de sua Coordenadoria Geral de Apoio as Escolas Indígenas e do seu Comitê Nacional de Educação Escolar Indígena - fornecia diretrizes e subsídios detalhados às práticas pedagógicas e curriculares das escolas indígenas em todo território nacional. Mais que isso, era a primeira vez que organizações não- governamentais eram chamadas a coordenar, em nível nacional, documentos dessa natureza. Em consonância com os modelo das reformas educacionais contemporâneas, elegeu-se a discussão curricular como eixo para promover as mudanças teóricas e práticas no campo da educação.

Algumas das mais significativas experiências atuais em educação escolar indígena saíram da quase clandestinidade alternativa e tornaram-se o fundamento dos textos oficiais com a orientação pedagógica aos sistemas de ensino, como é o caso do trabalho realizado pela Comissão Pró-Índio do Acre, e pelas outras entidades da sociedade civil que participaram, mais ou menos ativamente, da elaboração do documento. Também os professores indígenas e algumas de suas organizações escreveram suas colaborações para o RCNE/I e tiveram suas idéias e sugestões incorporadas no documento, como autores do texto central dos pareceres ou dos destaques laterais que passaram a cumprir uma importante função política e educacional no texto.

A EDUCAÇÃO INDÍGENA NA PAUTA DO GOVERNO DA FLORESTA

O Acre é considerado um "estado de ponta" na educação indígena, mas padeceu, até muito recentemente, de uma situação de acefalia e negligência por parte dos órgãos públicos encarregados dos serviços essenciais aos povos da floresta, que são os ribeirinhos, seringueiros/extrativistas e indígenas.

Constata-se, num breve diagnóstico, a ausência de uma ação pública específica, coordenada e contínua, por parte do estado e de seus municípios com relação a esta parcela de sua população. Nenhuma das três esferas responsáveis, a federal, o estado e seus municípios, de forma independente ou coordenada, tinham estabelecido metas claras com relação à assistência educacional dos índios do Acre, levados em conta os direitos adquiridos aos processos próprios de aprendizagem e ao uso da língua materna.

Até o ano de 1999, foram as entidades indigenistas de atuação local, como a CPI/AC, as que agiram no sentido de implementar uma ação educacional diferenciada para populações indígenas. Garantiram a formação ou a capacitação de professores, as viagens de supervisão ou assessoria nas aldeias e escolas indígenas, a elaboração de proposta curricular e materiais didáticos bilíngües

Por outro lado, existem hoje no estado um grande número de escolas pertencentes à rede municipal, contrariando tendência dos anos anteriores, quando as escolas indígenas existentes pertenciam à esfera estadual através de convênio firmado pela Comissão Pró-Índio do Acre com a Secretaria Estadual de Educação e a Funai. As escolas indígenas municipais atualmente existentes, vêm sendo a conseqüência de uma política descoordenada e irresponsável de muitos desses jovens municípios com relação à educação escolar indígena, promovendo-se a contratação de professores pelas prefeituras, por critérios nem sempre legítimos. Tais professores indígenas, de forma geral, não vêm recebendo formação para a educação diferenciada, nem materiais didático específicos para o desenvolvimento de um currículo bilíngüe e intercultural, conforme garante a legislação atual, nem a assessoria de pessoal especializado nas suas escolas.

No final de 1999, o Governo da Floresta, sob a batuta política da Frente Popular, convocou a consultoria da CPI/AC para colaborar o projeto de uma nova política estadual a ser desenvolvida durante e após a instalação do atual modelo de desenvolvimento para o Acre. O plano de ação foi elaborado em outubro de 1999 pela equipe de educação e se funda em alguns dos consensos construídos pelas entidades, órgãos indigenistas e organizações indígenas do estado, ao apresentarem sua proposta ao novo Governo. Pediu-se atenção à educação escolar indígena como modalidade específica das ações destinadas ao ensino fundamental e à formação de professores da rede pública, entendendo-a como parte integrante de uma política pública mais ampla para a "florestania".

A meta a ser privilegiada como vetor da ação educacional coordenada pelo estado é a continuidade e ampliação da formação específica em magistério indígena desenvolvida até aqui pela CPI/AC. O público, são os professores índios atualmente em serviço, ainda em sua maioria leigos. Os municípios perdem assim gradualmente a autonomia na execução dessas políticas locais e passam a trabalhar em regime de parceria, através de convênios com o estado. Os professores indígenas - hoje em número crescente nas terras indígenas do estado e fronteiras, cerca de 120 - devem completar seus estudos de educação básica, de forma integrada à sua formação diferenciada como profissionais indígenas, assim como devem prosseguir em seus estudos de 3º grau. A proposta é que, até meados do ano 2000, esses professores formados em nível médio, com apoio da CPI/AC e da Secretaria de Educação, possam adquirir a licenciatura plena, de forma a poderem propiciar a escola indígena de 5ª a 8ª série a seus parentes nas aldeias também numa modalidade diferenciada.

Por outro lado, deve ser destinada atenção especial nessa política à capacitação dos técnicos de secretarias de educação municipais e estadual e demais setores envolvidos com a educação indígena por meio de seminários e trabalhos integrados com as equipes das entidades de apoio, organizações de professores indígenas e universidade. Sem esses processos paralelos de capacitação dos novos atores institucionais, todo esforço até agora realizado no sentido de uma nova experiência educacional e curricular para os povos indígenas estará seriamente ameaçado, apontando-nos a possibilidade de mergulharmos de forma irreversível no modelo integracionista concebido e praticado desde o Descobrimento. *(abril, 2000)*

ASHANINKA

CAMELI É ACUSADO DE ROUBO DE MADEIRA

O procurador da República no Acre, Luís Francisco Fernandes de Souza, deu entrada na Justiça Federal com uma Ação Civil Pública de indenização contra o governador Orleir Cameli que pode chegar a R$ 10 milhões. O governador é acusado da retirada ilegal de 2,7 mil m³ de cedro (Cedrela fissilis) e mogno (Swietenia macrophylla) da TI Ashaninka do rio Amônia, na fronteira com o Peru, em 1981, 1985 e 1987. Segundo o procurador, a abertura de estradas, a expulsão da fauna e a destruição da bio-diversidade causaram enormes danos morais e ambientais durante a retirada seletiva da madeira. Cameli já responde a três inquéritos no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e a processo de impeachment na Assembléia Legislativa.
A maioria da madeira foi apreendida pelo Ibama e Funai e deveria ter sido leiloada. Cameli evitou isso e, retornando furtivamente dois anos depois, fez novas derrubadas e conduziu a madeira para o lago Flora, intransitável durante a seca amazônica, onde possui uma serraria. "Não há outra alternativa senão cobrar a indenização pelos danos causados a um povo secular em terras indígenas cuja propriedade é da União", afirma o procurador. O mogno é a espécie florestal mais atingida pela ação predatória das madeireiras na Amazônia e figura na lista oficial de espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção.
"A cobiça dos madeireiros por mogno transcende os escrúpulos de respeitar as leis ambientais e as áreas indígenas", afirma o procurador. Ainda que se refira a valores de metros de mogno e cedro, o MPF requer condenação a pedido ilíquido, devendo os valores serem objeto de liquidação por arbitramento. À soma acrescenta juros de mora de 1% ao mês, sendo que são juros compostos, até a data de pagamento. No direito, o único caso de aplicação de juros compostos referem-se a indenização de vítimas de delito.
Além de Orleir Cameli, o MPF pede a condenação do empresário Abrahão Candido da Silva e da Marmud Cameli e Cia. Ltda., empresa da família do governador. Os três poderão ter que arcar com todos os custos e despesas para a elaboração e execução de plano de recomposição ambiental, danos ambientais, inclusive reflorestamento da área desmatada e desassoreamento dos rios e igarapés, inclusive reflorestamento da área indígena Kampa. Os danos ambientais dependeriam de perícia. *(Altino Machado, 02/04/96)*

LÍDER ASHANINKA REBATE DENÚNCIAS DE BIOPIRATARIA

Os trechos da entrevista do antropólogo Marcelo Piedrafita Iglesias com Moisés Pinhanta, presidente da Apiwtxa publicados na coluna Papo de Índio, da *Gazeta do Acre*, relatam as denúncias de biopirataria de recursos genéticos da floresta, veiculadas na imprensa local acreana. Elas colocaram em suspeita as atividades da Apiwtxa com as sementes nativas da TI do Amônia.
Moisés esteve em Rio Branco a procura de notícias da Procuradoria da República no Acre sobre o andamento da "Ação Civil Pública de Indenização por Atos Ilícitos" que corre na Justiça Federal desde março de 96. Elas relatam a retirada de madeira e a destruição feitas há mais de dez anos pela empresa Marmude Cameli na TI do Amônia. Além da empresa, os réus são Orleir Cameli e Abrahão Cândido.
Durante a estadia de Moisés na cidade, chegaram do Juruá os deputados da Comissão de Sindicância que, na Assembléia Legislativa, investigam as atividades de Selva Viva, com os quais Moisés já havia conversado na cidade de Cruzeiro do Sul. Com surpresa e tristeza, vimos surgirem denúncias nos jornais e no tele-jornalismo locais levantando suspeitas sobre o trabalho de valor que os Ashaninka desenvolvem há vários anos juntos com aliados verdadeiros. Foram denúncias novamente centradas em acusações de biopirataria de recursos genéticos das florestas acreanas, nesse caso, sementes nativas da terra dos Ashaninka.
Durante a entrevista, Moisés falou sobre a organização indígena e suas atividades. Ele disse que a utilização de sementes no artesanato faz parte da tradição Ashaninka. "Nosso artesanato tradicional é todo feito de sementes. Há pouco tempo, depois de cinco anos de pesquisa que nós mesmos fizemos em nossa comunidade, conseguimos um canal para comercializar sementes nativas em nossa área. Para isso não sabíamos se precisávamos ter autorização do Ibama, da Funai, ou de algum outro órgão competente. Estou em Rio Branco para legalizar nossas atividades e levar um documento para nossa comunidade, para continuar trabalhando em paz. O Ibama informou que, mesmo sem autorização, os Ashaninka têm todo direito de comercializar nossas sementes dentro do Acre. No CTA, tive informações de que há anos existe um programa nacional para a venda de sementes nativas, com apoio do Ministério do Meio Ambiente. Os Ashaninka são o povo das sementes, das pinturas, das tintas e das plantas perfumosas. Durante muitos anos trabalhamos também com as madeiras de lei. Conhecemos as ciências delas", disse ele.

FRANCISCO DA COSTA/FUNARTE/CNFCP

Moisés Pianko Ashaninka.

A partir de 1992, através do Centro de Pesquisa Indígena, coordenado por Ailton Krenak, surgiu a oportunidade dos Ashaninka iniciarem uma pesquisa com as sementes de madeiras nativas. O trabalho de pesquisa foi acompanhado de perto pelo físico Fábio Teles.
Questionado sobre o tipo de pesquisa e teste que vêm sendo desenvolvido há cinco anos pelos Ashaninka, Moisés disse que "nestes cinco anos foram pesquisados cerca de cem produtos diferentes: sementes, óleos de copaíba, por exemplo, cocos, de aricuri, de jaci. A gente também estava pensando em tirar óleos essenciais de plantas aromáticas. Isso não foi para frente porque a máquina que a gente levou para a nossa área era muito pequena. Os testes foram feitos em laboratórios da Universidade Estadual de Campinas, com o Lauro Barata".
Moisés informou ainda que a Apiwtxa (que em Ashaninka quer dizer "organização", "união") nasceu da necessidade da comunidade lutar pelo direito à terra. O presidente da associação falou ainda da importância da convivência dos índios com a antropóloga Margarete Mendes, tanto na estruturação da organização indígena, quanto na defesa da área.
Questionado sobre a situação atual da terra ashaninka, Moisés informou que depois da saída dos posseiros, os índios viram que quase não havia mais caça, e a pesca estava reduzida. Os Ashaninka fizeram uma reunião, onde ficou decidido que passariam dois anos sem caçar. "Com muito sofrimento passamos dois anos sem caçar na mata bruta. Depois de dois anos, começou a aparecer muita caça grande: por-

quinho, veado, queixada, anta. Depois reservamos áreas do nosso território para os bichos ficarem sem nenhum contato. Deixamos as matas lá, descansando, só para os animais. Decidimos caçar só para outros cantos, e sempre mudar o lugar das caçadas. Com isso vimos resultados muito grandes. Hoje temos abundância de caça em nossa área". *(Gazeta do Acre, 31/05/98)*

CAMELI PODE SER CONDENADO A INDENIZAR

O ex-governador do Acre Orleir Cameli poderá ser condenado a pagar R$ 15,6 milhões de indenização aos índios Ashaninka da TI Kampa do Amônia, no município de Marechal Thaumaturgo/AC. A empresa do ex-governador, a Marmude Cameli, é acusada de retirar ilegalmente 3,8 mil metros cúbicos de mogno e cedro-rosa da reserva no início da década de 80.

O procurador da República, Luiz Francisco de Souza, autor da ação, explicou que o pedido de indenização é referente a danos morais (R$ 3,6 milhões) e materiais (R$ 12 milhões) sofridos pelos índios por causa da exploração da floresta. O processo iniciado em 1996 está em sua fase final. Falta ao Juiz da 1ª Vara Federal do Acre ouvir apenas mais três testemunhas, José Meirelles, Terry Vale de Aquino e Marco Antônio do Espirito, antes de dar a sentença. Eles são funcionários da Funai e, segundo o advogado, constataram a ação da madeireira. Em sua defesa, Cameli alega que desconhecia que a região era uma área indígena. *(O Globo, 25/06/99)*

ÍNDIOS "ISOLADOS"

ÍNDIOS MATAM MENINA E SAQUEIAM SERINGUEIROS

Índios arredios mataram a flechadas a garota Aldeniza de Oliveira Rocha, de 13 anos, e feriram gravemente a mãe dela, Maria das Dores de Oliveira Rocha, de 47, que está internada no Pronto Socorro de Rio Branco. O ataque aconteceu na tarde do dia 28 de maio, no seringal São Pedro, na cabeceira do Rio Tarauacá, na fronteira com o Peru. Nos últimos 15 anos, ao longo de toda a extensão da fronteira entre os dois países, têm ocorrido conflitos armados envolvendo, de um lado, índios das tribos Kaxinawá, Kampa, Kulina, Jaminawá e Manchineri e seringueiros do alto Rio Tarauacá e, de outro, integrantes de populações indígenas sem contato com o mundo dos seringais, conhecidos regionalmente como "brabos".

O antropólogo da CPI/AC, Marcelo Piedrafita Iglesias, disse que os confrontos violentos acontecem com freqüência nos meses de verão (junho a setembro) resultando sempre em mortes e ferimentos.

Em suas andanças pelas cabeceiras desses rios, os "brabos" observam a rotina das famílias nos seringais, identificando casas que possam ser mais facilmente saqueadas. Dessa forma, aprendem também a utilizar armas de fogo, cartuchos e munição. Em seus ataques, roubam instrumentos de trabalho, utensílios, alimentos, roupas e armas. Para os "brabos", alguns desses bens possibilitam transformações significativas nas formas tradicionais de levar a cabo suas atividades agrícolas, a caça e a pesca. Já para os Kaxinawá e seringueiros regionais, esses saques implicam em um sofrido recomeço de vida, devido às dificuldades para tornar a adquirir seus pertences.

Segundo Marcelo Iglesias, a secularidade dos conflitos armados entre os "brabos", Kaxinawá e seringueiros ao longo da fronteira Brasil-Peru resultou na redefinição das formas de ocupação da terra indígena. Isso vem provocando intensos processos migratórios de grupos familiares Kaxinawá para seringais situados fora dos limites da terra já regularizada. *(JB, 05/06/96)*

FUNAI INVESTIGA ATAQUE

O administrador da Funai em Rio Branco, no Acre, Erasmo Belucci, afirmou ontem que em quatro dias terá o resultado das primeiras investigações sobre o assassinato da menina Aldeniza de Oliveira Rocha, morta no dia 28 com uma flechada no pulmão. A mão de Aldeniza, também flechada, sobreviveu ao ataque dos índios. Erasmo Belucci disse que as primeiras informações que chegaram à Funai é de que seriam índios peruanos da tribo Jaminawá que teriam invadido o território brasileiro. Os Jaminawá quase não têm contato com as populações das cidades de fronteiras do Acre. A Funai também enviou um advogado a Rio Branco para gravar o depoimento da mãe de Aldeniza, que viu o ataque dos índios. A missão que vai investigar o ataque irá ao local onde a garota levou a flechada no pulmão, chamado Seringal São Paulo, na localidade de Tabocal, a cerca de 600 km da capital Rio Branco, perto da fronteira com o Peru. *(A Gazeta, 06/06/96)*

GRUPO INDÍGENA CERCA SERINGUEIROS EM JORDÃO

Um grupo de índios de origem desconhecida cercou o seringal Alegria, no município do Jordão, fronteira com o Peru. Mais de 70 famílias estavam no local, onde os índios mataram a flechada o seringueiro Domingos Neves de Souza. Os moradores ficaram à espera de resgate: "O clima é de guerra no acampamento Alegria", informou a dona do seringal através de rádio. A Funai enviou ontem três funcionários para a região. Há cerca de dez anos o indigenista José Carlos dos Reis Meirelles tenta manter contatos com um grupo de índios hostis, mas sem obter êxito. Todos os anos, nessa época, índios atacam seringueiros da região. *(OESP, 12/09/97)*

DENUNCIADA A CAMPANHA CONTRA OS "ISOLADOS"

"Nos últimos meses, tem-se discutido muito acerca dos índios "isolados" devido ao ataque que fizeram no Seringal Alegria, matando Domingos Neves (dia 8 de setembro de 1997), morador daquela localidade. Lamentamos profundamente o fato e queremos nos solidarizar com a sua família, principalmente mulher e filhos.

Existe no entanto, algumas questões que estão sendo discutidas que precisam ser melhor analisadas. Em primeiro lugar, os índios "isolados" perambulam há muito tempo nas cabeceiras do rio Humaitá, Alto Envira e cabeceira do Igarapé Xinane, nos municípios de Jordão e Feijó. (...)

Nos últimos dias, a imprensa local vem divulgando denúncias do prefeito do Município de Jordão, sobre uma possível ligação desse grupo de "isolados" com o narcotráfico e o grupo guerrilheiro Sendero Luminoso, que estes estariam usando os índios para expulsar os seringueiros da área. (...) Há informação de que agentes da Polícia Federal, disfarçados, vão invadir o município de Jordão para apurar os fatos. Achamos improvável qualquer relação entre traficantes e os "isolados" pelas próprias características desses índios, que não mantém contato com outros grupos indígenas e muito menos com brancos. (...) No entanto, se for confirmada a ida da Polícia Federal à região, atentamos para o fato de que deva integrar essa equipe um indigenista da Funai com experiência em situação de contato, a fim de assegurar a integridade física dos índios e seringueiros daquela localidade. (...)

Tememos que a opinião pública, juntamente com as comunidades seringueiras daquela região, além de instituições públicas, estejam induzidas a promover possíveis represálias aos índios "isolados", ou que os poderes instituídos venham a realizar algumas expedições punitivas sob o pretexto de vinculação dos índios "isolados" ao narcotráfico e a guerrilheiros peruanos. É preciso que os fatos sejam definitivamente esclarecidos e saber discernir fato de boato para evitar novas tragédias." (UNI/AC e Sul do Amazonas, 31/10/97; Porantim, out/97)

ATAQUES NA FRONTEIRA COM O PERU

O jornal Tribuna do Norte noticiou que um grupo de índios arredios, provavelmente do Peru, voltou a atacar seringueiros e agricultores do Seringal Alegria, no rio Jordão. Não se sabe ao certo o número de vítimas desse ataque dos índios, que teriam sido instigados por narcotraficantes que atuam na região andina. Os agricultores estão pretendendo enfrentar os índios. O ataque foi denunciado pelo vice-prefeito de Jordão, que esteve em Rio Branco para pedir apoio para a Funai, na defesa dos agricultores. Os ataques ao seringal Alegria acontecem há dois anos. Além dos seringueiros, os índios também atacaram os Kaxinawá. Admite-se que os índios estejam sendo orientados por narcotraficantes atuando na divisa do Acre-Peru. *(Tribuna do Norte, 26/01/98)*

POSSUELO VAI TENTAR CONTATO NO JORDÃO

O coordenador do Departamento de Índios Isolados da Funai, Sidney Possuelo, realizou uma expedição aos seringais do Jordão, onde os seringueiros têm sido vítimas de ataques de índios arredios.
Segundo Possuelo, existem hoje quatro grupos de índios arredios, na região do rio Jordão, onde, principalmente nas cabeceiras dos rios, há uma luta histórica entre brancos e índios, da qual não escaparam nem mesmo os funcionários da Funai. Também participou da expedição o sertanista José Carlos dos Reis Meirelles, que trabalha há 17 anos na região. Na opinião dos sertanistas, os índios só atacaram porque foram instigados pelos seringueiros. *(Diário do Nordeste, 05/03/98; A Crítica, 06/03/98)*

FUNAI RETOMA ATIVIDADES EM REGIÃO DE "ISOLADOS", NO ACRE

O indigenista José Carlos Meirelles, chefe da frente de contato do Rio Envira, no Acre, informou que sua equipe está retornando à base instalada na confluência do igarapé Xinane (também chamado Cachoeira Progresso) com o rio Envira, de onde foi retirado por uma operação envolvendo o Comando Militar da Amazônia depois de um ataque de índios "isolados". De acordo com Meirelles, o retorno da Funai ao local é fundamental para impedir a entrada de intrusos e recuperar as boas relações que vinham sendo mantidas entre as várias etnias da região e sua equipe.
Meirelles, que há dez anos vive e trabalha próximo do Alto Rio Envira, considera que a atitude dos índios "isolados" - que, nos últimos meses, atacaram moradores de um seringal situado próximo ao rio Jordão e, em seguida, incendiaram um acampamento da equipe que demarcava a linha seca norte da Terra Indígena Kampa do Rio Envira - foi uma reação normal a uma mobilização estranha na região. "Se sentiram ameaçados, com a barulheira e a quantidade de pessoas", explica. O retorno da equipe deverá provocar novas hostilidades, prevê Meirelles. "Mas não tem problema, pois estamos acostumados a tomar flechada".
O sertanista considera que o ataque sofrido por sua equipe e os técnicos da Serplan, empresa contratada pela Funai para executar os trabalhos demarcatórios, poderia ser evitado. Segundo Meirelles, a demarcação desse limite é totalmente dispensável, já que se situa entre duas terras indígenas contíguas - a própria TI Kampa do Rio Envira e a TI Kaxinawá do Rio Jordão. "Os próprios índios conhecem as áreas de caça e roça dos outros índios", afirma. A decisão, agora, é de não retomar os trabalhos de demarcação do limite entre áreas e recuperar a situação de respeito mútuo que vigorava antes do confronto, ocorrido na primeira semana de junho.
Apesar de as informações sobre os grupos indígenas "isolados" da região ainda estarem no nível das especulações, sobrevôos realizados nos últimos meses permitiram identificar a localização de suas malocas. Segundo Meirelles, elas estão espalhadas por uma extensa área, que inclue terras indígenas já demarcadas e a TI Alto Tarauacá, interditada por portaria da Funai (de 21/05/98) para garantir proteção aos "isolados" e os trabalhos da frente de contato. Uma segunda portaria, publicada um dia depois, criou um grupo de trabalho incumbido de definir os limites da terra indígena e realizar levantamento fundiário, inclusive vistoriar as benfeitorias. Meirelles diz que muitas famílias de não-índios moradores de seringais localizados na área ainda não demarcada, local de perambulação desses índios têm deixado a região temendo ataques.
O sertanista afirma que não se sabe ao certo quantos índios são, tampouco se compõem apenas uma etnia. Mas, em função do tamanho das roças e da quantidade de malocas avistadas nos sobrevôos, ele acredita tratar-se de um dos grupos "isolados" mais numerosos da Amazônia, algo em torno de 200 índios. "Devem ser Pano", diz, referindo-se à uma das famílias lingüísticas faladas na região. Sua convicção vem de informações obtidas por uma índia, sequestrada há 50 anos por um caçador, que vive entre os brancos. *(Últimas Notícias/ISA, 26/06/98)*

NOVO ATAQUE LEVA FUNAI A RETIRAR SERINGUEIROS

O *Jornal de Brasília* informou que a Funai retirou em caráter de urgência 180 famílias de seringueiros que habitam a região do Alto Rio Feijó, no Acre. A retirada foi promovida por causa de um novo ataque de índios arredios, ocorrido no último dia 15 de maio, em três lugares diferentes. Segundo informa o jornal, os seringueiros conseguiram escapar ilesos do ataque e foram indenizados pela Funai por ter que deixar a região. *(Últimas Notícias/ISA, 26/05/99)*

"ISOLADOS" ATACAM ASHANINKA DO ENVIRA

Um grupo de índios não contatados, do Peru, atacou indígenas em área de seringais do Acre. Os "índios brabos", como os arredios são conhecidos na região, atacaram e destruíram casas dos índios da aldeia Karijoh, dos Ashaninka, no rio Envira. A área fica a fronteira com o Peru. Todos os anos, nessa época, os índios da região, incluindo os "aculturados", fazem ataques. O caso está sendo investigado pela PF. Uma equipe da Funai deve embarcar hoje para a região. O aviso foi dado pelo sertanista José Carlos Meirelles, através do rádio à Funai de Rio Branco. *(A Crítica, 15/07/99)*

VISITA INESPERADA NA FRENTE DE CONTATO DO RIO ENVIRA

Mais de um centena de índios de um grupo "isolado" assediou a base da frente de contato da Funai do alto rio Envira, no Acre, no último dia 23 de outubro, por volta do meio-dia. A informação, prestada por Antonio Alcione Oliveira, integrante da equipe da frente na região e confirmada por antropólogos que trabalham no Acre, lança luz sobre informações publicadas na imprensa semana passada - que não informavam claramente quando e como ocorreu a aparição dos índios na região.
Segundo relatos dos antropólogos Terri Aquino e Marcelo Piedrafita, os índios permitiram a fuga da equipe do órgão indigenista federal. No entanto, todos abandonaram a base, deixando para trás mantimentos e criações domésticas. Alcione Oliveira informou que os índios levaram comida, eliminaram cachorros, gatos e galinhas, mas não levaram roupas e outros utensílios da equipe da Funai, chefiada pelo sertanista José Carlos Meirelles, a frente de contato está na região há cerca de dez anos. Marcelo Piedrafita e Terri Aquino afirmam que suspeita-se que os índios pertençam a um grupo chamado Masko. No entanto, há indícios de que pelo menos três

etnias diferentes transitem pela região. Podem ser mais. Esses grupos perambulam entre o rio Iaco e o Envira e possivelmente têm suas aldeias no Peru. *(ISA, 25/01/00)*

SAÚDE

TUBERCULOSE E CÂNCER ALASTRAM-SE ENTRE OS JAMINAWA E KULINA

Onze índios das tribos Jaminawa e Kulina estão internados na Casa do Índio, em Rio Branco, com tuberculose. A direção da instituição informou que a doença está se alastrando nas aldeias indígenas do Acre. No ano passado, dois índios morreram de tuberculose quando estavam em tratamento. O câncer é outra doença que vem se alastrando entre os dois grupos. No ano passado a Casa do Índio registrou 18 casos, o que representa 25% de incidência da doença sobre a população. *(OESP, 13/09/96)*

CÓLERA ALASTRA-SE SOBRE AS ALDEIAS DO ACRE

Três índios Shanenawa, da Aldeia Morada do Sol, estão infectados pelo vibrião colérico. Dois deles estão internados no Hospital de Feijó. Em Santa Rosa do Purus quatro crianças morreram de uma doença misteriosa, suspeita-se também que seja cólera. As mortes foram confirmadas pelo Coordenador da Organização dos pólos Indígenas do Rio Envira, Mário Kaxinawa. Os casos de cólera entre os índios foram confirmados pela UNI, que recebeu um comunicado alertando que outras aldeias do Juruá estão ameaçadas pela cólera. Dirigentes da UNI na região do Juruá temem que a doença se alastre em outras aldeias. Recentemente um surto de tuberculose, coqueluche e hepatite, atingiu os índios da região, deixando-os debilitados. "Se a cólera chegar às outras aldeias, vai ser um caos", admite Carlos Brandão, da UNI. A UNI pedirá à Fundação Nacional de Saúde (FNS), para desenvolver ações de combate à cólera entre os índios. *(Diário do Nordeste e OESP, 05/01/98)*

DOENÇA CAUSA PÂNICO NO AC

Uma estranha doença está causando pânico entre os moradores de Manoel Urbano, 220 km de Rio branco. Três pessoas morreram em menos de 48 horas, entre elas dois índios Kulina, com febre e dores pelo corpo. O município tem apenas dois médicos, que realizaram exame de sangue nas vítimas, mas não conseguiram identificar a doença. Setores da saúde do estado não descartam a hipótese de ser um arbovírus. *(A Gazeta - Vitória, ES 08/04/98)*

CÓLERA JÁ MATOU OITO KAXINAWÁ

Sobe para oito o número de indivíduos Kaxinawa mortos por uma epidemia de cólera nas aldeias Bondoso e Boa Esperança, no município do Jordão. O número de internados no único hospital da cidade aumenta também entre os brancos. *(Jornal de Brasília, 16/10/98)*

FIRMADO CONVÊNIO ENTRE FUNAI E CPI/ACRE

O convênio teve por objetivo cooperação mútua na prestação de serviços de assistência à saúde em áreas indígenas, pelo prazo de 14 meses, a partir de 2 de janeiro de 1998. *(DOU, 06/03/98)*

AGENTES INDÍGENAS DE SAÚDE

Capacitar índios como agentes de saúde nas áreas de higiene e saúde ambiental, em parceria com ONGs, é a estratégia da FNS com objetivo de evitar mortes e doenças entre os povos indígenas do estado do Acre. Os índios das próprias aldeias atuam como agentes de saúde, sendo orientados sobre os cuidados necessários para diminuir a incidência de doenças causadas pela ingestão de água imprópria para consumo e por intoxicação alimentar. A CPI/Acre assinou convênio com a Fundação, para capacitar 40 agentes de saúde indígena entre os Kulina, Kaxináwa, Jaminawá e Manchineri. O convênio no valor de R$ 108 mil, previsto para vigorar até julho de 1999, beneficiará mais de 3.800 indígenas. A atuação dos agentes de saúde pode ajudar a evitar mortes e internações hospitalares como as ocorridas entre os Kaxináwa. *(Jornal de Brasília, 31/10/98)*

YAWANAWA

PARCERIA PARA PROMOVER SEU FORTALECIMENTO

Através da Organização de Agricultores Extrativistas Yawanawa do Rio Gregrório (OAEYRG), instrumento de representação política, os Yawanawa lutam pelo seu bem estar visando defender seu território, tradição e cultura. A Organização é um meio de obter apoios e recursos para a diversificação das sua atividades produtivas e para a melhoria de seus programas de educação e saúde.

Através de parcerias de trabalhos com diferentes organismos, a OAEYRG possui uma grande infra-estrutura na aldeia de Nova Esperança, com sistemas de eletrificação rural com energia solar, posto de saúde equipado, escola com professores bilingües e maquinaria de beneficiamento de sementes.

Um exemplo desse trabalho é a parceria feita entre o povo e a indústria de cosmético americana Aveda desde 1993. Os Yawanawa plantam árvores de urucum, cujas plantas fornecem uma pigmentação natural que é por eles utilizada como corante para a pele e para seus manufaturados. A Aveda, por sua vez, a utiliza como corante para seus produtos. Segundo a empresa, a venda desse produto contribui para a independência econômica dos Yawanawa.

Para o povo, seu pioneirismo na busca de soluções para seu bem estar aliadas ao fortalecimento de sua identidade cultural pode vir a revelar novos modelos de desenvolvimento para comunidades Mariri na Amazônia. *(ISA, jun/00)*

MARIRI YAWANAWA

Saiti Munuti - Mariri Yawanawá, coleção de cantos cerimoniais lançada em CD pelo Nawa Institute (EUA), em abril de 1999. (www.agamanana.com)

11. RONDÔNIA

MICHEL PELLANDERS - 1989

Suruí

Ref Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, date)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
27	Arara do Rio Branco	Arara do Beiradão	160 Santos: 87	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 24/12/91 homologa a demarcação. (DOU, 26/12/91). Reg. CRI de Aripuanã Matr. 54 317, Liv. 2-IS, fl. 191 em 01/04/97. Reg SPU Cert. 011 em 26/02/98	114 842	Aripuanã	MT	Prodeagro. Requerimento e alvará de pesquisa mineral. Isolados.
38	Pq. Aripuanã	Cinta Larga	360 Funai: 89	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 98.417 de 20/11/89 homologa a demarcação. Reg. CRI Juina (936.200 ha), Matr. 31 351, Liv. 2-DH, fl. 160, em 05.11.87 Reg. CRI Vilhena (671.500 ha), Matr. 4146, Liv. 2-RG, fl. 01, em 21.11.88. Reg. SPU MT s/n em 06.11.87 e RO-101/389 em 29.07.88	1 603 246	Ariquemes	RO MT	Prodeagro. Requerimento e alvara de pesquisa mineral. Hidrelétrica planejada. Rodovia MT 319 no limite. Isolados.
37	Aripuanã	Cinta Larga	132 Cimi- RO: 95	Homologada. Reg. CRI e SPU Dec. 375 de 24/12/91 homologa demarcação (ODU 26/12/91). Reg CRI Juina/Cuiabá, Matr. 46.633, Liv. 2-GS, fl. 159 Verso, em 22/01/92 e Reg. CRI Aripuanã/ Cuiabá, Matr. 46.634, Liv. 46.634, Liv. 2/GS, fl. 160 em 22/01/92. Reg SPU Cert. 12 em 25/01/94.	750.649	Juina Aripuanã	MT MT	Prodeagro. Requerimento e alvará de pesquisa mineral. Garimpo não-indígena. Hidrelétrica planejada. Rodovia planejada BR-174.
127	Igarapé Lage	Pakaá Nova (Wari)	235 ADR/G. Mirim: 96	Homologada. Reg. CRI e SPU Dec. 86.347 de 09/09/81 homologa a demarcação administrativa. (DOU, 10/09/81). Reg. CRI Guajará-Mirim Matr. 2059, Liv. 2-I, fl. 265 de 23/09/81. Reg. SPU AM/RO-68 em 08/10/81.	107.321	Guajará Mirim	RO	PMACI. Planafloro. Faixa de fronteira. Requerimento de pesquisa mineral.
128	Igarapé Lourdes	Arara Karo Gavião	556 Funasa: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU Dec. 88609 de 09.08.83 homologa a demarcação (DOU, 11/08/83). Reg. CRI Matr. 5339, Liv. 2-R, fl. 259 em 18/01/84. Reg. SPU DG-RO-90/293 em 18/12/86.	185.534	Ji-Paraná	RO	Planafloro. Requerimento pesquisa mineral. Hidrelétrica planejada inundará aldeias Arara e Gavião (Ji Paraná). Res. Biológica do Jaru incide aproxim. 7.242 ha na TI.
397	Igarapé Omerê	Kanoe Akuntsu	11 Marcelo Santos: 98	Com Restrição de Uso. Em Identificação Port. do pres. da Funai 551 de 15/07/98 estabelece restrição ao direito de ingresso, locomoção e permanência de pessoas estranhas aos quadros da Funai no prazo de 1 ano. As restrições não se aplicam às Forças Armadas e policiais no cumprimento de suas funções, c/ acompanhamento de funcionários da Funai (DOU, 26/07/96). Port. Funai 9 de 13/01/99 cria GT p/ estudos e levantam. da ident. da TI (DOU, 15/01/99)	51.100	Corumbiara	RO	Planafloro. Faixa de fronteira. Isolados.
130	Igarapé Ribeirão	Pakaá Nova	187 ADR/G. Mirim: 96	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 86 347 de 09/09/81 homologa a demarcação (DOU, 10/09/81). Reg. CRI de Guajará-Mirim Matr. 2060, Liv. 2-I, fl. 266 de 23/09/81. Reg. SPU AM/RO-69 em 08/10/81.	47.863	Guajará Mirim	RO	PMACI. Planafloro. Faixa de fronteira. Requerimento de pesquisa mineral.
165	Karipuna	Karitiana Karipuna	20 Funai Porto Velho: 2000	Homologada. Dec. s/n de 08/09/98 homologa a demarcação (DOU, 09/09/98).	152.930	Nova Mamoré Porto Velho	RO RO	PMACI. Planafloro. Faixa de fronteira. Requerimento de pesquisa mineral. Isolados.
427	Karipuna II/ Jaci-Paraná	Isolados	0	A Identificar. (Cimi-RO: 86)	0	Guajará Mirim		Planafloro. Faixa de fronteira. Isolados.
167	Karitiana	Karitiana	220 Funai: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 93.068 de 06/08/86 homologa a demarcação administrativa (DOU, 07/08/86). Reg. CRI Matr. 2877, Liv. 1-A, fl. 01 em 02/12/87. Reg. SPU RR/95 em 23/09/87.	89.682	Porto Velho	RO	PMACI. Planafloro. Faixa de fronteira. Requerimento de pesquisa mineral. Rodovia planej. RO 010. Incidência de aproximadamente 35.385 ha da Flona Bom Futuro.
1356	Kwazá do Rio São Pedro	Kwazá Aikana	18 Parecer/Funai: 97	Identificada/Aprovada/Funai. Sujeita a Contestação. Port. Funai 917 de 30/09/97 cria GT p/identificação da TI. Despacho do pres. da Funai 3 de 28/01/99 aprova as conclusões do GT e determina a publicação do DOE – RO e afixar na sede do município (DOU, 01/02/99).	16.408	Parecis		Planafloro. Faixa de Fronteira
366	Massaco	Isolados	0	Homologada. Decreto s/n de 11/12/98 homologa a demarcação (DOU, 14/12/98)	421.895	Costa Marques Alta Floresta D'Oeste		Planafloro. Faixa de fronteira. Isolados. Incide 81,33% na Rebio Guaporé, com sobreposição de 410.624 ha.
228	Pacaás Novas	Pakaá Nova (Wari)	868 ADR/G. Mirim: 96	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 256 de 29/10/91 homologa demarcação (DOU, 30/10/91). Reg. CRI Matr. 4.046, Liv. T, fl. 80 em 03/04/92. Reg. SPU Cert. 004 em 21/11/95	279.906	Guajará Mirim	RO	Planafloro. Faixa de fronteira.
476	Piripicura	Isolados	0	A Identificar. (Coordenadoria de Índios Isolados/Funai)	0	Aripuanã		Prodeagro. Isolados.
	Posto Fiscal	Macurap	0	A Identificar. (Funai: 89)	0	Costa Marques		Planaforo. Sem localização.

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
265	Rio Branco	Macurap Arikapu/ Kanoe Columbiara/ Aruá Jaboti/ Tuperi	320 Funai: 94	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 93.074 de 06/08/86 homologa a demarcação (DOU, 07/08/86). Reg. CRI Matr. 366Liv. 2-B, fl. 167/168 em 10/11/86. Reg. SPU RR 94/361 em 23/09/87.	236,137	Costa Marques	RO	Planafloro. Faixa da fronteira. Requerimento de pesquisa mineral.
486	Rio Candeias	Isolados	0	A Identificar. (Ieonel: 88)	0	Porto Velho		Planafloro. Isolados.
270	Rio Guaporé	Ajuru/ Aikana/ Aruá/ Uari/ Kanoe/ Macurap/ Maquém/ Jaboti/ Tupari/ Arikapu	407 AOR/G. Mirim: 98	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. de 23/05/96 homologa a demarcação (DOU, 24/05/96). Reg. CRI em Guajará-Mirim Matr. 4.759, Liv. 2-Z, fl. 001 em 20/06/96. Reg. SPU Cert. s/n em 27/05/97.	115.788	Guajará Mirim	RO	Planafloro. Faixa de fronteira.
209	Rio Mequens	Sakirabiap Macurap	137 Funasa: 95	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto de 23/05/96 homologa a demarcação (DOU, 24/05/96). Reg. CRI em Alta Floresta do Oeste Matr. 3.285, Liv. 2-rg, fl. 01/v em 12/07/96. Reg SPU s/n em 26/05/97.	107.553	Colorado do Oeste Cerejeira	RO RO	Planafloro. Faixa da fronteira.
	Rio Muqui	Isolados	0	Com Restrição de Uso. Em Identificação. Port. do pres. da Funai 552 de 15/07/98 estabelece restrição de ingresso, 15/07/96 estabelece restrição estranhas aos quadros da Funai na área descrita, pelo prazo de 2 anos, com exceção das Forças Armadas e policiais no cumprimento de suas funções, acompanhados por funcionários da Funai (DOU, 26/07/96). Port. Funai 785 de 28/07/98 prorroga a restrição de uso por mais 2 anos (DOU, 30/07/98). Port. da Funai 9 de 13/01/99 cria GT p/estudos e identificação da TI (DOU, 15/01/99).	55.000	Urupá Alvorada D'Oeste		Planafloro. Faixa de fronteira. Isolados.
271	Rio Negro/Ocaia	Pakaá Nova(Wari)	444 AOR/G. Mirim: 96	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. N. 86.347 de 09/09/81 homologa a demarcação (DOU, 10/09/81). Reg. SPU RO-67 em 08.10.81. Reg. CRI Matr. 2058, Liv. 2-I, fl. 264 em 23.09.81.	104.064	Guajará Mirim	RO	Planafloro. Faixa de fronteira. Requerimento de pesquisa mineral. Rodovia planejada RO-370
275	Roosevelt	Cinta Larga	306 Cimi-RO: 95	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 262 de 29/10/91 homologa demarcação (DOU, 30/10/91). Reg. CRI de Aripuanã/Cuiabá (86.410 ha), Matr. 46.635, Liv. 2 GS, fl. 161 em 22/01/92. Reg.SPU MT Cert. 13 em 25/01/94. Reg. CRI Pimenta Bueno (6.320 ha), Matr. 2.816, Liv. 2 RG, fl. 01 em 24/01/92. Reg. CRI de Espigão do Oeste (138.096 ha) Matr. 1.480, Liv. 2 RG, fl 01 em 15/01/92. Reg. SPU Cert. 13 em 25/01/94.	230.826	Aripuanã Espigão D'Oeste	MT RO	Prodeagro. Requerimento e alvará da pesquisa mineral. Rodovia planej. RO-387.
277	Sagarana	Pakaá Nova(Wari)	234 AOR/G. Mirim: 96	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. de 23/05/96 homologa a demarcação (DOU, 24/05/96). Reg. CRI em Guajará-Mirim Matr. 4.757, Liv. 2-X, fl. 198 em 07/06/96. Reg. SPU Cert. s/n em 23/05/97.	18.120	Guajará Mirim	RO	Planafloro. Faixa de fronteira.
293	Serra Morena	Cinta Larga	145 I.Hargreaves: 93	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 98.824 de 15/01/90 homologa a demarcação (DOU, 16/01/90). Reg. CRI Matr. 41.255, Liv. 2-FD, fl. 11 em 08.03.90. Reg. SPU MT 001 em 11.03.90.	147.836	Juína	MT	Prodeagro. Hidrelétrica em construção. Requerimento e alvará de pesquisa mineral.
294	Sete de Setembro	Suruí Paiter	605 Cimi-RO: 95	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 88.867 de 17/10/83 homologa a demarcação (DOU, 18/10/83). Reg. CRI Cacoal (100.466 ha) Matr. 544, Liv. 2-C, fl. 144 em 18.1.84. Reg. CRI Aripuanã (147.401 ha) Matr. 24.215, Liv. 2-CC, em 11/04/86. Reg. SPU-RO-91 em 18.12.86. Reg. SPU MT 587 em 18/12/86.	247.870	Aripuanã Cacoal	MT RO	Prodeagro. Requerimento e alvará de pesquisa mineral.
322	Tubarão/Latundê	Aikaná Nambikwara Sabanê Nambikwara Latundê Kwazá	168 Funai: 95	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 259 de 29/10/91 homologa demarcação (DOU, 30/10/91). Reg. CRI Vilhena, Matr. 5299, Liv. 2 RG, fl. 01 em 02/12/91. Reg. SPU Cert. 005 em 21/11/95.	116.613	Vilhena	RO	Planafloro. Faixa da fronteira. Requerimento e alvará de pesquisa mineral. Hidrelétrica planejada. Rodovia RO-391 corta a área.
329	Uru-Eu-Wau-Wau	Uru-Eu-Wau-Wau Amondawa Urupa In	159 Funasa: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 275 de 29/10/91 homologa demarcação e revoga Dec. 98.894 de 30/1/90 (DOU, 30/10/91). Reg. CRI Jaru Matr. 1.571, Liv. 2-H, fl. 172 em 30/01/87, Ouro Preto do Oeste Matr. 1.892, Liv. 2-J, fl. 111 em 09/03/87; Presid. Médici Matr. 2.231, Liv. 2-L, fl. 312 em 23/02/87; Porto Velho Matr. 2.903, Liv. 1-A, fl. 001 em 23/03/87, Guajará Mirim Matr. 3.304, Liv. 2 P, fl. 119 em 20/03/87, Costa Marques Matr. 422, Liv. 2-C, fl. 24 em 27/02/87. Falta Ariquemes com 15.303 ha para registro. Reg. SPU-RO 131 em 14/09/88	1.867.117	Ouro Preto D'Oeste Pres. Médici Jaru Costa Marques S. Miguel do Guaporé Vila Nova do Mamoré Porto Velho Ariquemes Alvorada D'Oeste Guajará Mirim	RO RO RO RO RO RO RO RO RO RO	Planafloro. PMACI. Faixa de fronteira. Requerimento e alvará de pesquisa mineral. Garimpo não-indígena. Rodovia BR-429 no limite. O PN de Pacaás Novos está totalmente dentro da TI. Isolados.
350	Zoró	Zoró	400 Funai Porto Velho: 00	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 265 de 29/10/91 homologa a demarcação (DOU, 30/10/91). Reg. CRI em Aripuanã Matr. 31.352, Liv. 2-DH, fl. 161 em 05/11/87. Reg. SPU Cert. s/n em 06/11/87.	355.789	Aripuanã	MT	Prodeagro. Requerimento e alvará de pesquisa mineral. Estrada construída por fazendeiros corta a área.

Saúde Indígena em Rondônia na Década de 90

Carlos E. A. Coimbra Jr. — Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro

Ricardo V. Santos — Departamento de Antropologia, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro

Ana Lúcia Escobar — Centro de Estudos em Saúde do Índio de Rondônia, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho

O COMPLEXO QUADRO DE SAÚDE DOS POVOS INDÍGENAS SITUADOS EM RONDÔNIA ESTÁ DIRETAMENTE RELACIONADO A MUDANÇAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E AMBIENTAIS QUE SE DERAM NA REGIÃO AO LONGO DAS ÚLTIMAS DÉCADAS

As alterações atreladas à expansão de frentes demográficas e econômicas exerceram significativas influências sobre os determinantes e os perfis de saúde indígena. A participação de diferentes grupos indígenas na economia regional, notadamente aqueles sob influência direta da BR-364, ocasionou profundas mudanças sociais e ambientais, com graves repercussões sobre a saúde. Um dos casos melhor estudados é aquele dos Suruí. O envolvimento do grupo com o cultivo de café e, posteriormente, com a venda de madeira extraída de suas terras, ocasionou o colapso do sistema tradicional de subsistência, que se apoiava na agricultura (principalmente do milho e da mandioca), caça e coleta de produtos silvestres, como a castanha e inúmeros frutos. A falta de alimentos fez-se refletir imediatamente sobre as crianças. No final dos anos 80 e início dos 90, um inquérito nutricional revelou que cerca de 45% das crianças Suruí apresentavam baixa estatura para a idade. Além disso, cerca de 71% estavam anêmicas. Um segundo inquérito realizado entre os Tupí-Mondé não somente confirmou os resultados anteriormente obtidos para os Suruí, como também revelou a existência de desnutrição energético-proteica nas crianças gavião e zoró da ordem de, respectivamente, 38 e 64%. Infelizmente, não são disponíveis dados resultantes de outros estudos nutricionais realizados entre grupos indígenas de Rondônia, apesar do amplo reconhecimento entre os profissionais de saúde que atuam na região de que a desnutrição está na base dos principais problemas de saúde.

TUBERCULOSE

Entre as doenças infecciosas mais presentes no perfil de morbi-mortalidade indígena em Rondônia, destacam-se a tuberculose e a malária. Historicamente, a tuberculose atuou como importante fator de depopulação, atingindo a grande maioria dos grupos indígenas da região. Há algumas situações particularmente dramáticas e que foram melhor registradas, como as epidemias que grassaram entre os Suruí e entre os Wari' (=Pakaánova) no período imediatamente após o contato, que para ambos ocorreu no final dos anos 50 e nos anos 60.

Apesar de esforços no sentido de controlar a tuberculose, somente nos quatro primeiros anos da década de 90 foram registrados pela Secretaria da Saúde de Rondônia 329 casos novos em indígenas. Desses, 30% ocorreram em crianças com menos de 15 anos de idade. Aproximadamente 10% do total de casos de tuberculose foram verificados em indígenas, cujo contigente demográfico não alcança 1% da população total do estado. O fato de apenas 39% dos casos terem sido confirmados bacteriologicamente revela importantes lacunas nos serviços de saúde destinado ao atendimento desses povos.

A questão da tuberculose é agravada por sua freqüente associação com a paracoccidioidomicose, micose sistêmica endêmica na Amazônia e que, por uma série de razões, tem sido subnotificada. Desde o diagnóstico desses primeiros casos – entre os Suruí, no final dos anos 80 – dezenas de novos casos têm sido detectados, principalmente em grupos localizados ao longo do eixo da BR-364. Apesar dos grupos mais atingidos parecerem ser os Suruí e os Cinta Larga, a infecção já foi detectada entre os Gavião e Zoró e certamente está presente em toda a região (FORJAZ, Marly H. et al., 1999). Devido às dificuldades encontradas para o seu efetivo diagnóstico (tanto micológico quanto sorológico) no estado, os

casos de paracoccidioidomicose tendem a ser diagnosticados tardiamente, comumente sendo confundidos com tuberculose, colocando em risco a vida de indivíduos que, não raro, chegam a se submeter à quimioterapia antituberculose desnecessariamente.

MALÁRIA

A importância da malária no delineamento do perfil epidemiológico não surpreende, dada a relevância da endemia para o estado e para a Amazônia como um todo. Infelizmente, não se dispõem de bases de dados confiáveis sobre malária que cubram a totalidade das áreas indígenas do estado e que sejam passíveis de desmembramento segundo aldeia ou área indígena. É possível que a distribuição da malária seja bastante desigual, ligada a fatores ambientais e sócio-econômicos que operam localmente. Um olhar sobre as estatísticas geradas na Casa do Índio de Guajará Mirim, destinadas ao atendimento dos Pakaánova e demais grupos da bacia do rio Guaporé, revela que durante a primeira metade da década de 90 cerca de 40% dos atendimentos nesta unidade de saúde foram ocasionados pela malária. Durante o mesmo período, 12% das internações na Casa do Índio de Porto Velho foram devido ao mesmo motivo. Dentre as áreas indígenas mais afetadas, sobressaem as terras habitadas pelos Pakaánova. Assim, os índices parasitários anuais (IPA) registrados nas áreas indígenas Lage, Ribeirão e Tanajura no meio da década ultrapassaram 300 por mil habitantes, revelando tratar-se de região de altíssimo risco para transmissão da infecção. Outro dado importante é que, em algumas áreas, cerca de 45% dos casos são devido ao *Plasmodium falciparum*, por conseguinte capaz de ocasionar formas graves da doença. Por mais que parciais, esses dados apontam para o peso exercido pela malária no delineamento da morbidade na população indígena de Rondônia.

OUTRAS DOENÇAS

Dentre outras doenças infecto-parasitárias de importância na região, destacam-se as parasitoses intestinais. Vários levantamentos foram realizados entre os Pakaánova, Karitiána e diversos grupos Tupí-Mondé, todos chamando atenção para as elevadas prevalências de infecção pelos helmintos mais comuns (Ascaris lumbricoides, Trichuris trichiura, Strongyloides stercoralis e ancilostomídeos), afetando principalmente as crianças (FERRARI, José O. et al., 1992). Somados à malária, à diarréia e à má alimentação, os parasitas intestinais exercem importante influência sobre os perfis de saúde, sendo bem conhecidas suas associações com a desnutrição energético-proteica e com a anemia. É importante salientar que estes estudos epidemiológicos também revelaram prevalências variáveis de infecção por protozoários intestinais como Giardia lamblia e ameba (Entamoeba hystolitica), ambas espécies responsáveis por quadros de diarréia e disenteria.

Doenças de pele são bastante comuns, em particular as piodermites (impetigo e furúnculos) e a escabiose. Tais afecções causam grande desconforto e estão intimamente associadas a condições de saneamento e de habitação.

As hepatites constituem uma importante causa de morbidade e mortalidade. Inquérito realizado entre os Tupí-Mondé evidenciou que mais da metade da população apresentava marcadores sorológicos para a hepatite B. Ainda que não existam estudos epidemiológicos abrangentes sobre as hepatites em grupos indígenas no estado, a situação parece ser particularmente preocupante entre os Pakáanova. Têm sido freqüentes os encaminhamentos de casos graves da região do Guaporé para atendimento na rede hospitalar de Porto Velho, onde foram confirmados diagnósticos de hepatite B e D.

O peso das doenças infecciosas e parasitárias na morbidade é confirmado através da análise de dados epidemiológicos secundários coligidos nas casas-do-índio de Porto Velho, Guajará-Mirim, Riozinho/Cacoal e Vilhena. No período de 1990-94, as principais causas de internação foram as infecções respiratórias agudas (20-25%) e as gastro-intestinais (10-38%), que afetavam principalmente crianças.

Uma dimensão do processo saúde/doença muito pouco conhecida no Brasil de um modo geral diz respeito à emergência das chamadas doenças crônicas não-transmissíveis, como obesidade, hipertensão arterial, diabetes mellitus, entre outras. A ocorrência de tais doenças está estreitamente associada a modificações nos padrões de subsistência, dieta e atividade física, entre outros fatores. Uma vez que tais mudanças são comuns, há de se atentar para o surgimento de casos. Alterações no perfil epidemiológico de populações humanas, com o crescente peso das doenças crônicas, requerem importantes reestruturações nos serviços de assistência à saúde. Em geral, os serviços de saúde destinados aos povos indígenas encontram-se pouco capacitados para lidar com a emergência de doenças crônicas.

Um claro exemplo das inter-relações entre mudanças sócio-econômicas e ambientais e suas influências sobre o perfil epidemiológico, com o surgimento de casos de doenças crônicas, é o dos Suruí. Inquérito antropométrico enfocando adultos mostrou que aqueles indivíduos que já não estavam diretamente envolvidos em atividades de subsistência, em decorrência apresentando maior consumo de alimentos industrializados e menores níveis de atividade física, apresentavam médias de peso bastante mais elevadas que a população em geral. As diferenças alcançavam 7,6 kg entre as mulheres e 5,7 kg entre os homens. Esses dados são preocupantes, uma vez que sobrepeso e obesidade são fatores de risco associados ao surgimento de um amplo leque de doenças crônicas

Entre os Suruí, há registros de casos de litíase biliar ("cálculo de vesícula"), comum em indivíduos obesos. Infelizmente, a ausência de dados epidemiológicos de uma maneira geral não permite conclusões quanto à situação de outros grupos.

Durante os anos 90, os serviços de saúde destinados ao atendimento das populações indígenas de Rondônia, geridos pela Funai, baseavam-se numa atuação eminentemente curativa e, em larga medida, eram centralizados em casas-do-índio localizadas em Vilhena, Riozinho/Cacoal, Ji-Paraná, Porto Velho e Guajará-Mirim.

Como em outras regiões do país, tal sistema esteve longe de lograr sucesso tanto do ponto de vista curativo como preventivo. A partir de setembro de 1999, com a implantação do processo de distritalização dos serviços de saúde indígena, houve a transferência das atribuições da Funai para a Funasa. Em Rondônia, a responsabilidade pela prestação de serviços de saúde foi repassada da esfera federal através de convênios firmados entre a Funasa e duas ONGs (Cunpir – Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia e Paca – Proteção Ambiental Cacoalense), que vêm realizando a contratação de profissionais e o treinamento de agentes indígenas de saúde. Uma vez que essa configuração é bastante recente, inclusive com a implantação dos distritos em curso, ainda não é possível avaliar os impactos sobre os indicadores de saúde. *(agosto, 2000)*

MICHEL PELLANDERS 1989

Caminhões "toreiros" na aldeia Suruí.

Os "Isolados" de Rondônia

Marcelo dos Santos

Coordenador da
FC Guaporé/Funai

ALÉM DO ÚNICO SOBREVIVENTE DO TANARU, EXISTEM MAIS TRÊS GRUPOS DE ÍNDIOS "ISOLADOS" EM RONDÔNIA CONFIRMADOS PELA FRENTE DE CONTATO GUAPORÉ E TRÊS A CONFIRMAR

"ISOLADOS" NA TI MASSACO

A Terra Indígena (TI) Massaco, homologada em 1998, acolhe um grupo indígena nômade, provavelmente falante Tupi, da família Tupi-Guarani. Desde 1992, quando foram retirados os grileiros do seu interior, o grupo não tinha maiores problemas, a não ser tentativas frustradas de grileiros e madeireiros, todas abortadas diante da fiscalização da Frente de Contato Guaporé (FC) Guaporé. No entanto, em janeiro de 2000, madeireiros de Alta Floresta do Oeste, incentivados por um latifundiário vizinho da TI, cruzaram o igarapé Sete Galhos, divisor das áreas, e retiraram aproximadamente 50 árvores de madeira "branca" na sua margem esquerda, no interior da TI Massaco. Além do roubo das madeiras, os criminosos arrancaram o marco divisório da Funai e derrubaram a placa demarcatória. Foi investigada, registrada a autoria do crime e medida a madeira retirada. As informações foram encaminhadas à Justiça Federal e solicitada a abertura de inquérito para a punição dos responsáveis.

Tivemos problemas também com os índios aculturados da TI Rio Branco, envolvidos com a comercialização da madeira daquela TI nos limites da TI Massaco. Fomos obrigados a esclarecer a eles e, principalmente, aos madeireiros, que não podemos permitir que atravessem o rio Colorado na sua desenfreada avidez extrativista; que respeitassem o direito dos outros índios preservando sua área de ocupação. Lamentamos a complacência dos funcionários da Funai que permitem a exploração descontrolada e destruidora dos madeireiros naquela Unidade de Conservação, em área sob sua responsabilidade.

A FC Guaporé expedicionou no interior da TI Massaco, em agosto do ano passado, para fiscalizar as possíveis invasões não detectadas nas vistorias do entorno e também para monitorar a ocupação da região pelos "isolados". Foram 120 km de caminhadas, desde o igarapé Sete Galhos, passando pela Serra da Tartaruga, nas nascentes e médio rio São Simão, nos campos centrais e nas bordas da Serra da Bundinha. Felizmente constatamos que eles se sentem o suficientemente livres da pressão dos vizinhos não-índios, inclusive voltando a ocupar regiões onde antes era difícil de encontrar seus vestígios. Seus vestígios, deixados nos campos centrais da área indígena, estão cobertos por trilhas profundas e seus acampamentos são facilmente encontrados por todos os lados. A equipe viu sinais de fumaça de suas fogueiras durante esta caminhada. Não foi encontrado qualquer sinal da presença de invasores na região percorrida.

"ISOLADOS" DA TI URU-EU-WAU-WAU

As equipes da FC Guaporé confirmaram a presença de dois povos "isolados" no interior desta TI.

A nordeste, no extremo da área, vive um pequeno grupo de Tupi-Kawahiv, apesar da grande pressão da sociedade envolvente na região. Nestes dois últimos anos, detectou-se várias tentativas de invasão de grileiros, abortadas pela equipe. No entanto, os palmiteiros, agindo rapidamente, têm causado danos nas matas da margem direita do rio Norte-Sul, divisor daquela Unidade de Conservação. Em junho de 99, data da última visita da Frente na região, coletamos detalhes destes invasores, inclusive de madeireiros que vem agindo mais ao sul, na área próxima às cidades de Seringueiras e São Francisco. Registramos as imagens e depoimentos, encaminhando as informações para a Justiça Federal, solicitando a punição dos responsáveis. Estes índios, apesar de toda esta movimentação, continuam irreverentes, pois constantemente visitam as roças dos vizinhos, pequenos agricultores moradores da margem esquerda, a poucos metros da BR-429. A questão da

ocupação territorial deste grupo passa pela avaliação da Divisão Fundiária da Fundação Nacional do Índio (Funai), sobre a necessidade de estender a área de ocupação para fora dos limites da terra já homologada, criando uma pequena faixa contígua a esta, região usada regularmente por estes "isolados".

Outro grupo, maior, com provavelmente dezenas de indivíduos, ocupa uma área mais ao sul dessa TI. A equipe da Funai tem procedido a várias e longas expedições nesta região, conseguindo assim obter valiosas informações sobre sua área de ocupação, que se estende por toda área sudeste. Encontraram-se vestígios nas duas margens do rio Cautário, no seu médio e alto cursos. Ocupam o alto e as bordas da Serra dos Uopianes, e a lateral das serras do São João e Desengano, na margem esquerda do rio São João do Branco. Além dos vales dos afluentes do Cautário, os rios São João do Branco e Tiradentes. Essa região abrange uma área de aproximadamente 200 mil ha. Falta apenas vistoriar o sul da serra da Cotia, na área limitante com a Reserva Extrativista do Cautário e as TIs Ricardo Franco e Sagarana, região que não abrange a TI Uru-Eu-Wau-Wau.

A equipe da FC Guaporé expedicionou ainda em outros pontos da TI Uru-Eu-Wau-Wau, nas encostas sul e sudeste da Serra dos Pacaas Novas, acompanhando os afluentes do rio Pacaas Novas, os rios Ouro Preto e seu tributário igarapé do Bicho e também o rio Água Branca. Em uma longa expedição, agora em março de 2000, foram colhidas informações que apontam para a possibilidade de confirmação da existência de um terceiro grupo de "isolados" no alto da serra, região conhecida como Serra do Tracuá.

"ISOLADOS" DO RIO CANDEIAS

A informação sobre a existência deste grupo motivou uma expedição, em meados de 1998. A equipe caminhou 90 km na margem direita deste rio, porém sem resultados concretos. Não foram encontrados vestígios de ocupação indígena na região vistoriada. Porém, ainda falta uma grande área a ser pesquisada. É uma região que está sendo alvo de grande pressão colonizadora com posseiros, madeireiros e grileiros vindos das cidades de Buritis e Alto Paraíso.

"ISOLADOS" DO RIO JACUNDÁ

Esta região ainda não foi pesquisada pela equipe da Funai, por falta de pessoal e infra-estrutura para executá-la. Além do que, as informações são muito inconsistentes e a área a ser pesquisada muito extensa.

"ISOLADO" DO TANARU

Esse índio vive a situação mais violenta e injusta entre as existentes neste estado. Seu povo desapareceu devido à violência e à ganância dos pecuaristas que ocupam a região sul de Rondônia há duas décadas. A diferença em relação aos outros grupos contatados é que este não tem possibilidade de sobreviver como etnia diferenciada, uma vez que é o único sobrevivente. Há quatro anos, a equipe da Funai vem monitorando a movimentação deste índio. É um homem de aproximadamente 35 anos, absolutamente só.

A situação deste sobrevivente continua praticamente inalterada. A última expedição da FC Guaporé à área interditada foi em janeiro último, quando foram colhidas informações sobre o seu deslocamento. A palhoça que havíamos encontrado em construção no final de 99, como sempre, foi abandonada em função da nossa proximidade. No entanto, ele nos surpreendeu quando pegou o machado e o facão que deixamos, o que foi uma novidade. Mas manteve o mesmo padrão de comportamento, abandonando a casa onde estava acampado, próxima ao local onde foram deixados os brindes, mudando para local ignorado. Certamente um lugar próximo pois, nos últimos 14 deslocamentos, nunca se distanciou mais do que quatro quilômetros da última palhoça abandonada.

A situação fundiária também continua inalterada, ou seja, a área está interditada pela Justiça Federal, cuja decisão liminar expira em outubro próximo. Neste aspecto temos um agravante: a impossibilidade de se estabelecer um diálogo com este índio até a data citada é uma realidade palpável. O trabalho de aproximação tem sido complexo e demorado, constantemente dependendo da colaboração de terceiros, podendo se prolongar além do previsto. Fica cada vez mais difícil sensibilizarmos o Judiciário neste sentido. Há enorme pressão política para que a questão seja solucionada, principalmente de políticos regionais. Representantes do Poder Legislativo têm procurado a presidência da Funai tentando acelerar nosso trabalho.

Sabemos que é um trabalho extremamente delicado estabelecer um contato com este índio, pois ele continua se negando sistematicamente a aceitar esta possibilidade. Em 1999, nossa última tentativa, flechou o cinegrafista Vincent Carelli, no momento em que este tentava registar o encontro. Fica evidente esta disposição, quando ele abandona seus acampamentos sempre que nos aproximamos.

Há ainda uma discussão ética importante a ser levantada. Independente das motivações que norteiam nossa proposta, quer seja a de possibilitar a este índio uma outra perspectiva de vida menos traumática, menos solitária, onde ele possa voltar a se relacionar socialmente com outros índios, inclusive com uma etnia culturalmente próxima e no mesmo estágio de aculturação, ainda assim teremos que levar até as últimas conseqüências o seu direito de se manter nesta condição, se este for definitivamente seu desejo.

No entanto, ainda nos restam outras alternativas. A de mobilizarmos os "Akunt'su" para nos auxiliar nessa tentativa, pois eles se encaixam nos parâmetros colocados acima, ou a de levar representantes de outras etnias da região com a mesma finalidade. O único procedimento que descartamos é o do uso de violência física para este fim. Não podemos repetir os erros dos nossos antepassados que "peavam" os índios para satisfazer interesses outros, principalmente para ficar com suas terras, que é exatamente o motivo das pressões que temos sofrido, o da liberalização da terra onde ele se refugia para seus algozes, exatamente aqueles que envenenaram e exterminaram a tiros seu povo, deixando-o só. *(março, 2000)*

GERAL

PROTESTO CONTRA FALTA DE ASSISTÊNCIA

Ontem pela manhã, lideranças indígenas ocuparam a sede da Funai em Porto Velho para reivindicar melhorias, principalmente no atendimento à saúde. Eles denunciaram que na semana passada morreu um índio com catapora, por falta de assistência dos médicos da Funai. Os índios representantes das aldeias Karitiana, Parintintins, Tenharis e Kassupá, pintados e com flechas na mão, reclamaram também ao coordenador da Funai, Sadi Olívio Biavat, a falta de alimentação dos doentes que estão na Casa do Índio.

Durante reunião com o coordenador da Funai, os índios entregaram um documento contendo suas reivindicações e fizeram uma proposta para que a Fundação adquira uma Casa de Trânsito, para os índios acompanharem os parentes doentes, ficando a alimentação por conta dos índios. A proposta foi aceita pelo coordenador que na ocasião pediu que as lideranças levassem os índios que não estão doentes para as aldeias. *(Alto Madeira - Porto Velho, 16/07/96)*

SANGUE SURUÍ E KARITIANA DISPONÍVEL POR CATÁLOGO

A feira paralela ao Congresso da Associação Norte-Americana de Antropólogos Físicos, realizada em Carolina do Norte, em abril, apresentou um *stand* que chamava a atenção. Era de uma empresa especializada na venda de culturas de tecido humano estabelecidas a partir de células sanguíneas. Muito atenciosa, a recepcionista informava que o acervo de "diversidade humana" havia sido composto com material coletado em 15 diferentes populações. Seu catálogo pode ser acessado até via computador. Ela também explicava que a empresa não teria fins lucrativos e que estaria interessada em expandir seu banco de culturas. Entre as opções disponíveis encontra-se material de dois grupos indígenas da Amazônia brasileira: os Karitiana e os Suruí, de RO.

A genética das populações indígenas amazônicas está entre as mais bem estudadas do mundo. Até recentemente, as pesquisas baseavam-se sobretudo na análise da freqüência de marcadores sanguíneos. Delas não se esperava tirar produtos comercializáveis. Seus resultados eram eminentemente acadêmicos. Mas os tempos mudaram. Os avanços técnicos permitiram aos geneticistas mudar o enfoque de suas análises, que agora residem cada vez mais no estudo do próprio material genético, o chamado DNA. As análises genéticas contemporâneas permitem identificar genes que podem vir a ser patenteados em certos países e obter lucros de milhões de dólares. Claro que a identificação de um gene de valor comercial é menos regra que exceção. Mas as exceções podem valer muito. Um artigo recente da revista *Nature* (02/05/96) menciona que no ano passado foi vendido nos Estados Unidos o direito de exploração comercial de um gene relacionado com a obesidade por U$ 70 milhões.

"Não se deve embriagar com um discurso xenófobo e atribuir a possibilidade de exploração econômica de recursos genéticos humanos somente a pesquisas conduzidas por estrangeiros. Um laboratório nacional - e existe tecnologia para tanto - pode "descobrir" e vir a patentear um gene de interesse econômico."

O artigo já citado descreve o seguinte cenário hipotético: "Um grupo de indivíduos concorda em prover amostras de sangue para pesquisadores. Na ocasião, os termos do contrato são informais. Os índios aceitam algum material biomédico e ajuda na construção da escola local. Três anos depois, os direitos para exploração do material genético identificado a partir das amostras são vendidos pelos pesquisadores para uma grande companhia farmacêutica por, digamos, U$ 20 milhões".

Esperamos que a discussão acerca da ética e dos desdobramentos da pesquisa biomédica e genética entre as populações indígenas amadureça no Brasil, para não sermos apanhados de surpresa. Tal debate é essencial para que não se chegue a soluções extremadas como, por exemplo, a paralisação de investigações biomédicas, o que se observa em certos países. *(Ricardo V. Santos e Carlos Coimbra Jr., A Crítica, 05/09/96)*

DESMATAMENTO EM RONDÔNIA AUMENTA 20,6%

A área total desmatada em Rondônia aumentou 20,6% nos últimos dois anos, segundo estudo da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam) daquela unidade da federação. Até o ano 94, 4.267.228 ha tinham sido desmatados. No final do ano passado, a área com floresta destruída já alcançava 5.149.386 ha, equivalentes a 21,6% do território total de Rondônia. *(FSP, 30/11/97)*

HIDRELÉTRICA COLOCA EM RISCO ÁREA INDÍGENA

"A Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia (Cunpir), juntamente com o cacique Brasilino Tupari, do Povo Indígena Tupari, da TI Rio Branco, vem tornar pública, mais uma vez, a situação calamitosa das comunidades que vivem dentro da referida área indígena e que dependem exclusivamente das águas do rio Branco, no município de Alta Floresta do Oeste.

Segundo a Cunpir, no mês de agosto de 1998, o povo Tupari encaminhou, juntamente com o chefe de posto da Funai da área, um documento e um vídeo para a Funai de Porto Velho, denunciando a situação calamitosa em que se encontram as comunidades indígenas, em virtude do desvio das águas do rio Branco para o rio Colorado. Segundo o documento, o desvio das águas está sendo feito pela empresa Cassol para abastecer uma hidrelétrica da mesma empresa, no rio Colorado." *(Notícias do Fórum, set/99)*

"ISOLADOS"

FUNAI RESTRINGE INGRESSO NA ÁREA

O presidente da Funai, Júlio Gaiger, em 15 de julho de 1996, assinou duas portarias de restrição de ingresso em áreas com índios isolados. A Portaria nº 551 estabelece a restrição ao direito de ingresso, locomoção ou permanência de pessoas estranhas aos quadros da Funai, pelo prazo de um ano, na área denominada, para fins de controle administrativo, Terra Indígena Rio Omerê, no município de Corumbiara (RO). A mesma portaria estabelece as mesmas restrições pelo prazo de dois anos na área denominada, para fins de controle administrativo, Terra Indígena Rio Muqui, localizada nos municípios de Alvorada D'Oeste e Urupá (RO). *(DOU, 26/07/96)*

CAÇA AOS ÍNDIOS EM RONDÔNIA

A Justiça Federal de Rondônia determinou a interdição por 90 dias da reserva florestal da fazenda Modelo, localizada no município de Chupinguaia, no Sul do Estado. Seu proprietário, Hércules Gouveia Dalafini, é acusado de mandar afugentar à bala um grupo de índios isolados cuja aldeia se localizava em suas terras. Segundo testemunhas que não podem ser identificadas, Dalafini também está sendo culpado de ter ordenado que fossem mascarados todos os vestígios de ocupação indígena existentes no local. A agressão com armas de fogo consta do relatório encaminhado pelo chefe da Frente de Contato Guaporé da Funai, indigenista Marcelo dos Santos, ao procurador da República em Porto Velho, Francisco Marinho, que pediu abertura de inquérito policial.

Esta não é a primeira vez que índios isolados são atacados em Rondônia. Nos últimos dez anos, têm sido submetidos a um sistemático

extermínio por parte de pecuaristas cujo respaldo consiste em ter suas propriedades tituladas pelo Incra, uma prática que tem caracterizado toda a região da gleba Corumbiara.
No documento dirigido ao Ministério Público Federal, o indigenista relata que Dalafini inicialmente "não permitiu o ingresso da Funai na fazenda, e depois quis condicioná-lo ao acompanhamento de funcionários". Afirma também ter constatado que o fazendeiro "determinou que fosse derrubada a mata onde sabia da existência de uma maloca indígena ocupada". Esta derrubada, explicou, foi "efetuada fora de época", levantando suspeitas quanto à intenção de afastar os índios.
Vários depoimentos confirmam que o fazendeiro contratou um empreiteiro para realizar o desmatamento em janeiro, época de chuvas na região. Segundo relatos de testemunhas, o empreiteiro entrou na aldeia atirando, desmanchou e queimou a maloca, destruiu e consumiu a roça de milho e de abóbora. Três índios, nus e cabeludos, foram perseguidos por toda a extensão das matas da propriedade.
"Como V. Excia. pode verificar, estamos novamente diante de uma situação-limite,onde os índios isolados vêm sendo alvo de todo tipo de violência por parte daqueles que, na sua ganância infinita por terra, se esquecem dos mais elementares direitos constitucionais", disse Santos. Ele também denunciou que Dalafini tentou recorrer à PM para "apreender o material de trabalho da Funai".
A Funai desmascarou as intenções do proprietário da Fazenda Modelo em 13 de outubro depois que a passagem de um trator de esteira para apagar os vestígios da ocupação indígena acabou poupando os restos de uma roça de milho e mamão, bem como sinais de uma maloca mais antiga.
Em 1984, madeireiros em atividade na fazenda Yvitica comunicaram à Funai que haviam topado com índios que dispararam flechas contra os tratores. Em 1985, na mesma fazenda foram identificadas pequenas roças e malocas de um grupo isolado e composto de cerca de 25 índios. Naquele ano, Santos descobriu e denunciou evidências de um possível massacre de índios na fazenda pertencente a Junqueira Vilela. Segundo ele, cápsulas de balas e um trator de esteira para "concluir o serviço" marcavam o cenário da destruição. O caso não mereceu sequer a abertura de inquérito para apurar os fatos.
Em abril de 1986, a Funai interditou uma área de 60 mil ha por nove meses, período em que os pecuaristas continuaram derrubando matas, dificultando as buscas da Funai. Ao constatar, porém, que os índios não se encontravam mais naquele momento na fazenda Ivipitã, a Funai suspendeu as buscas e a interdição da área. Santos prosseguiu com suas investigações. Visitou várias vezes a região, colecionando referências aos índios por parte de trabalhadores locais. A partir de 1994 , na condição de chefe da equipe do Departamento de Índios Isolados em Rondônia, passou a sistematizar as buscas.
Resultado: em 3 de outubro do ano passado, a Funai localizou os primeiros dois índios Kanoê no igarapé Omerê, não distante das fazendas São Sebastião de Antenor Duarte e Olga de Alceu Feldman, nas vizinhanças da fazenda Modelo.
Acionada pelo Ministério Público, a Justiça Federal em Porto Velho já havia garantido um mandado de busca nas fazendas para as equipes da Funai. Expediu, então, liminar interditando uma área de 50 mil ha para proteger esses índios. O mês de outubro consolidou o contato com os Kanoê e outros sete índios da família Tupari. A interdição judicial foi ratificada pelo Executivo através da Funai.
Em maio último, o cinegrafista Vincent Carelli, que acompanha o caso há dez anos, colheu junto aos Tupari depoimento que confirmava a ocorrência de um ataque a bala, durante o qual foram mortos dez índios. Integrantes da comunidade apresentam sinais visíveis de perturbação psicológica.
Levantamentos da Funai dão conta de que, na margem esquerda do Omerê, os Kanoê já foram expulsos pelo menos duas vezes de terras do fazendeiro Almir Lando, relator da CPI da Comissão do Orçamento. As provas descobertas nas fazendas Modelo e Bagatoli levam a crer que se trate de um terceiro grupo indígena com características distintas dos demais: eles cavam buracos fundos no meio de suas malocas – que, presume-se, sirvam de refúgio – e marcam as árvores em volta de suas aldeias.
A descoberta dos dois primeiros grupos, no final do ano passado, e a interdição de parte de algumas fazendas da região levaram Dalafini a tentar mascarar os vestígios da presença indígena em sua fazenda. Os três índios que viviam no local encontram-se foragidos desde julho nas matas. Testemunhas que presenciaram o ataque não podem depor pois sofreriam represálias. Recentemente, o presidente FHC reconheceu, por ocasião do lançamento do Plano Nacional de Direitos Humanos, que a atual legislação federal não prevê um programa especial de proteção nestes casos. *(Parabólicas - ISA, out/96)*

MANTIDA INTERDIÇÃO DE ÁREA NO RIO OMERÊ

O TRF da 1ª Região, em Brasília, negou por unanimidade o recurso ajuizado por fazendeiros - liderados por Celso José Andreazza - que solici-

AZULPRESS - 1995
MARCOS MENDES/AE 1995

taram a anulação da liminar concedida pelo juiz federal de RO, que interditava uma área de 51.100 ha nos vales do rio Omerê e Corumbiara. A interdição se destinava a garantir os trabalhos de atração e proteção, promovidos pela Funai, dos índios "isolados" que habitam a região. Com a decisão do TRF, publicada no Diário da Justiça, seção 2, no dia 13 de abril, está garantida a continuidade da ação do órgão indigenista na área interditada.

Os índios da região se tornaram alvo de uma faxina étnica promovida pelos fazendeiros, que temem que os trabalhos de interdição levem à declaração dessas áreas, que consideram de sua propriedade, como de ocupação tradicional indígena. A ação que resultou na concessão da liminar em favor da interdição foi proposta pelo Ministério Público Federal. A relatoria do caso no TRF ficou a cargo da juíza Eliana Calmon. *(ISA, 30/04/98)*

IMAGEM DO ÚLTIMO SOBREVIVENTE DE UM POVO DESCONHECIDO

No dia 3 de agosto, a equipe de Índios Isolados da Funai em Rondônia cercou, durante seis horas, um índio "isolado" acuado em sua casa, na fazenda Socel, Gleba Corumbiara, no sul de Rondônia. De tribo desconhecida, ele é o último sobrevivente do seu povo e reage negativamente às tentativas de aproximação. Muito assustado, ele tentou flechar este cinegrafista, que conseguiu captar algumas imagens por entre as palhas da sua casa. Há dois anos, a equipe da Funai vem monitorando a movimentação deste índio que foi expulso a tiros da fazenda Modelo, na mesma Gleba, em janeiro de 1996. Desde então, ele já fez 13 novas moradas. Toda vez que a Funai o localiza, ele se muda e constrói uma nova "casa" nas proximidades. O fato dele reagir de forma agressiva às tentativas de contato e recusar qualquer presente deixado pela Frente, como alimentos e ferramentas, mostra que ele foi diversas vezes vítima de agressões, inclusive com alimentos envenenados. *(Vincent Carelli, Últimas Notícias – ISA, 01/09/98)*

O "isolado" do Tanuru em imagem de vídeo colhida por Vincent Carelli, em 1998.

RESTRIÇÃO DE INGRESSO É PRORROGADA

O presidente da Funai, Sulivan Silvestre Oliveira, assina Portaria nº 785, de 28 de julho de 1998, prorrogando por mais dois anos a restrição ao direito de ingresso, locomoção e permanência de pessoas estranhas aos quadros da Funai na área denominada Terra Indígena do Rio Muqui localizada nos municípios de Alvorada D'Oeste e Urupá (RO). *(DOU, 30/07/98)*

ÍNDIOS CONTATADOS DO OMERÊ

Os Canoe e "Akunt'su", etnias distintas que vivem no vale do rio Omerê, continuam no lento processo de adaptação à nova realidade do contato, iniciada em setembro de 1995. Os principais acontecimentos, infelizmente, dizem respeito à depopulação no período. Os dois óbitos ocorridos desde então não foram causados por problemas relacionados a doenças adquiridas ou fruto da violência dos fazendeiros, tão comum nestas condições, mas de fatores que fugiram ao controle assistencial. Os quatros Canoe da época do contato, continuam numericamente iguais, porém tivemos uma morte e um nascimento no período. A morte ocorreu em meados de 98, fruto de um desentendimento entre as duas etnias, quando os "Akunt'su" mataram a índia Waimoró Canoe após uma briga na aldeia dos primeiros. Os "Akunt'su" também tiveram um óbito, em janeiro de 2000 porém, desta vez, a causa foi uma fatalidade. Durante uma tempestade noturna, uma grande árvore caiu em cima da casa da família do índio Babá "Akunt'su", matando sua filha mais nova e ferindo-o. Quanto à questão da regularização da posse da terra, continua aguardando que os técnicos da Funai entreguem seus relatórios para definição da área de ocupação destes índios e a justificativa antropológica da proposta. Estes relatórios estão em fase de elaboração há 12 meses.

Neste período, tivemos vários problemas de desrespeito à decisão judicial de proibição de alteração antrópica, quando fazendeiros, ignorando-a, promoveram a exploração de madeira sem autorização. As fazendas Patuá e Convento derrubaram, transportaram e comercializaram madeira ilegalmente. Respondem judicialmente por esta iniciativa, inclusive pelo desaparecimento, na fazenda Convento, da madeira apreendida e com depositário fiel. *(Marcelo dos Santos/FC Guaporé, mar/00)*

ARARA

DNPM OUTORGA ALVARÁS DENTRO DA TI...

Apesar de ainda não ter sido aprovada a lei que regulamenta a mineração em terras indígenas, o DNPM outorgou seis alvarás de pesquisa de ouro na TI Arara do Rio Branco, no município de Aripuanã (MT), cuja demarcação foi homologada pelo presidente Fernando Henrique em dezembro de 1996. Três dos alvarás saíram em nome da Mineração Tanagra e três para a Mineração Itajobi. Dois destes alvarás incidem totalmente dentro da TI, e quatro parcialmente. *(Parabólicas - ISA, mar/97)*

... MAS VOLTA ATRÁS

Os seis alvarás de pesquisa mineral que o DNPM outorgou, incidentes na TI Arara do Rio Branco em Aripuanã (MT), em dezembro de 1996, foram revogados. O ISA encaminhou carta ao órgão, indicando a irregularidade dos alvarás. *(Parabólicas - ISA, abr/97)*

FUNAI TENTA EVITAR CONFRONTOS

Dentre as áreas que enfrentam sérios problemas com a invasão dos brancos provocando doenças epidemiológicas, destaca-se a TI Arara do Rio Branco, localizada no município de Aripuanã (MT). No local, vivem atualmente mais de 70 índios Arara, e há mais cerca de 80 índios que estão distribuídos por várias áreas indígenas da região e periferia dos municípios de Aripuanã e Porto Velho.

Nos últimos meses, equipes da Funai de MT e RO estão realizando diligências no local para evitar confrontos entre madeireiros e índios. Além disso, os problemas de invasão e retirada de madeira e posse de terra são constantes. A Polícia já sabe que o líder dos invasores da área chama-se Luiz de Almeida. As principais frentes clandestinas de extração de madeira situam-se nos limites leste e oeste da região. *(A Gazeta, 28/07/97)*

CINTA-LARGA

PRESSÃO PARA PAGAMENTO DE DÍVIDA

Os Cinta Larga estão em guerra com a Centrais Elétricas Matogrossenses S/A (Cemat), no município de Juína, 710 km distante de Cuiabá. No último sábado, dia 26, os Cinta Larga invadiram as dependências da usina hidrelétrica de Juína, localizada no rio Aripuanã e construída dentro da reserva indígena Cinta Larga. Inaugurada em 1993, a usina está localizada a 20 km da aldeia. Revoltados, 60 índios controlam todo o movimento no interior da usina hidrelétrica. Eles reivindicam o pagamento de R$ 108 mil referentes aos *royalties* devidos durante 27 meses, fruto de um acordo feito ainda em 93 entre índios e a direção da empresa estatal.
O cacique Roberto Carlos, que comanda a operação, afirmou que aguardará o pagamento dos royalties até as 17 hs de hoje. Vencido o prazo a usina será totalmente desligada pelos índios. Dois técnicos da Cemat permanecem dento da usina mantendo a produção de energia consumida por 20 mil habitantes do município. Durante a ocupação os índios permitem somente a troca de técnicos para sua manutenção.
Há um clima de revolta e preocupação na população diante da possibilidade de um blecaute total. O fato levou a única emissora de rádio local, a Rádio Educadora de Juína, a manter um plantão permanente comandado pelo radialista Salmo Silva para acompanhar o conflito e tentar tranqüilizar a população. *(O Liberal, 31/01/96)*

ACORDO PÕE FIM À AMEAÇA

O governo do Estado vai passar a indenizar os Cinta Larga pelo uso da área onde funciona a Usina de Juína. A indenização acaba com um problema que vem se arrastando desde a conclusão da hidrelétrica, envolvendo principalmente ameaças dos índios de paralisar a usina.
Com a construção da usina, a represa formada na localidade de Serra Morena, onde residem os Cinta Larga, absorveu grande parte da área agricultável e da reserva florestal da aldeia. A partir daí, os índios começaram a exigir um espécie de "aluguel" pela área inundada e pela região ocupada pela hidrelétrica.
A Cemat, que administra a hidrelétrica, repassou à Funai R$ 60 mil. O dinheiro, que será usado pelos índios para a compra de duas caminhonetes, é parte do aluguel da área, que os Cinta Larga alegam que a empresa se comprometeu em pagar nos últimos anos.
Segundo o coordenador de Assuntos Indígenas do Mato Grosso (Caiemt), Ademir Gudrin, nos próximos 12 meses, a Cemat vai repassar aos Cinta Larga mais R$ 48 mil (em 12 parcelas de R$ 4 mil), de um total de R$ 108 mil atrasados. Além desse dinheiro, a Cemat se compromete a repassar mensalmente à Funai outros R$ 4 mil, à título de *royalties*, pelo uso das terras em Serra Morena, durante o período de funcionamento da hidrelétrica. A primeira remessa desse dinheiro será repassada no próximo dia 5.
De acordo com Ademir Gudrin, a indenização aos índios acaba com um período de irregularidades patrocinado, principalmente pelo governo anterior, nas relações com os Cinta Larga. Ele afirmou que desde a construção da usina, três acordos (em 85, 91 e 93) foram assinados com a Funai para que os índios recebessem pela utilização da área onde está localizada a hidrelétrica. *(O Estado do Mato Grosso, 01/02/96)*

LÍDER INDÍGENA DENUNCIA ROUBO DE MADEIRA

O líder Cinta Larga, Oita Mina, acusa o candidato a prefeito de Juína/MT, pelo PSDB, Osmar Queiroz, e outros madeireiros, entre eles Vanderlei Francisco Gomes, conhecido como "Mineiro", de retirar madeira da TI. A denúncia foi feita ao chefe do Núcleo de Apoio da Funai no município, Antônio Carlos Ferreira de Aquino, em maio, mas até boje nenhuma providência foi tomada.
Conforme Aquino, o município de Juína pertence à jurisdição de Cacoal (RO), e por esse motivo a regional da Funai em Mato Grosso não tem autonomia para investigar o caso. Em virtude da demora, a denúncia chegou ao gabinete do deputado Gilney Viana, que pediu providências ao Ibama. Conforme o deputado, se ele não receber resposta oficial do órgão, encaminhará denúncia ao Ministério Público Federal.
No depoimento que prestou ao funcionário da Funai, o líder Oita Mina alega que o setor madeireiro do município sobrevive da retirada de madeira da reserva e que os índios perderam o controle da situação. Agora, segundo o índio, os membros da tribo estão proibidos de transitar pela área e desenvolver atividades de rotina, como caça e pesca, e que os madeireiros andam "fortemente armados".
Ontem, por telefone, o administrador da Funai em Cacoal, Augusto Silva, confirmou que recebeu a denúncia, mas que ainda não visitou o local do conflito por falta de recursos. Augusto disse que bá 15 dias sobrevoou a área, acompanhado de funcionários da Funai de Brasília. Ele disse que pôde observar caminhões carregados de toras deixando a TI, além de 11 balsas no rio Aripuanã. *(A Gazeta Cuiabá, 09/08/00)*

MADEIREIRO DIZ QUE COMPRA A MADEIRA

Osmar Queiroz, o candidato tucano a prefeito de Juína, citado na denúncia do líder indígena como um dos madeireiros que extrai madeira da TI, admite ser proprietário de uma madeireira de grande porte no município. Ele nega que a empresa participe da extração, mas afirma que pode comprar a produção da reserva. "Eu compro madeira e não pergunto de onde vem", diz.
Conforme Queiroz, o mesmo índio que o denunciou teria alegado ter sido usado para fazer a denúncia. Queiroz prometeu enviar um fax do novo documento assinado pelo índio para a redação da Gazeta até as 21 horas, o que não ocorreu.
O candidato argumenta que 63% do município é reserva indígena, 10% cerrado arenoso e os 27% restantes atendem a 60 mil habitantes e que o problema da extração ilegal de madeira é dos órgãos fiscalizadores, e não dos madeireiros. *(A Gazeta - Cuiabá, 09/08/00)*

KWAZÁ

ÍNDIOS REDESCOBERTOS

Os Kwazá ou Koaiá, índios que moram junto ao rio São Pedro, no sul de Rondônia, foram dados como extintos em publicações científicas dos anos 90. Entretanto, cerca de 25 membros da etnia ainda moram espalhados pela região, altamente ameaçados pela pressão de madeireiros e fazendeiros locais.
A primeira menção aos Kwazá deu-se num livro do Marechal Rondon de 1916.
Quando, no final da década de 30, o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss visitou o sul de Rondônia, encontrou um jovem Kwazá entre os Kepkiriwat. Poucos anos depois, uma expedição mineralógica visitou o estado e encontrou os Kwazá no mesmo local onde vivem hoje. O grupo foi reconhecido pelo SPI em 1942, mas daí seguiu-se um longo silêncio de mais de 40 anos sobre a sua existência.
Em 1984, quando o lingüista americano Harvey Carlson visitou a Área Indígena Tubarão-Latundê, onde vivem índios Aikana e Latundê, encontrou alguns Kwazá, sobreviventes de uma série de epidemias. A maioria deles mora lá até hoje.
Desde os anos 40, eles combinam a plantação da roça com a caça e a extração da seringa. Não têm área demarcada, mas até recentemente não tinham problemas com a posse da terra e sempre conviveram em paz com os seringueiros brancos.
Uns poucos Kwazá continuam vivendo na alta floresta da região de São Pedro, sua terra de

origem, a 60 km da AI Tubarão-Latundê. Eles são os únicos índios da região, que tem solo roxo e grande diversidade de flora e fauna, além de grandes seringais que produzem uma borracha de qualidade superior. Entretanto, nos últimos anos, muito mogno tem sido roubado por madeireiros, seguidos por fazendeiros que derrubam a floresta para fazer pastos, com a ajuda de uma deputada estadual.

Os fazendeiros são bastante violentos e seus pistoleiros ameaçam regularmente os moradores que não querem assinar termos de desistência de suas terras em troca de pequenos valores, entre R$ 300 e R$ 3 mil por pessoa. Quase todos os seringueiros brancos que moravam nesta região desde os anos 40 já assinaram termos de desistência e foram para a cidade de Pimenta Bueno. Os índios, por enquanto, dizem que preferem morrer em suas terras a mudar para a cidade ou para outra região.

Eles sofrem muito por estarem perdendo a floresta, os seringais e a caça. Por causa da violência, vivem em constante estado de tensão. Não podem sair da região em grupo porque existe a possibilidade de não poderem mais voltar ou de encontrarem suas moradias e roças destruídas pelos fazendeiros. Os índios já diminuíram sua atividade agrícola por causa da incerteza de que todo trabalho envolvido não será em vão, se, no próximo ano, os fazendeiros tomarem posse de suas terras.

Perguntando para uma velha Kwazá por que ela não fez como os brancos, aceitando o dinheiro dos fazendeiros e fugindo para outro lugar, ela me respondeu: "Se eu tivesse que fazer isto, já tinha feito anos atrás, mas não posso. Aqui é o meu lugar, aqui morreram todos os meus parentes e eu quero ficar aqui até morrer também. Eu não tenho medo de morrer".

Até agora, os Kwazá da região do São Pedro sempre exploraram as suas terras originais de uma maneira que mantém e protege a floresta e as águas. Essa situação está gravemente ameaçada pela cobiça e a violência dos fazendeiros e madeireiros invasores.

Hoje, a vida dos últimos moradores tradicionais da região está em sério perigo e só a proteção efetiva, pelas próprias leis brasileiras que existem para este fim, pode diminuir este risco. O reconhecimento e a demarcação da terra original dos Kwazá é de altíssima urgência. *(Hein van der Voort, Parabólicas - ISA, abr/97)*

HEIN VAN DER VOORT - 1996

Towenwe fazendo chicha de milho. Wari Kwaza e seu neto Paikere. TI Tubarão-Latundê.

Kwaba, moradora da região do igarapé São Pedro.

SERINGUEIROS E ÍNDIOS AMEAÇADOS

Foragidos em Pimenta Bueno, seringueiros que exploram oito mil hectares junto com 26 índios que vivem na reserva São Pedro, estão sendo ameaçados de morte e pressionados por jagunços de madeireiros para saírem da área que ocupam desde a década de 50, segundo denúncia do coordenador do Cimi em RO, Volmir Bovaresco.

Os 26 índios dos grupos Aikanã e Kwazá que vivem no Seringal foram despejados três vezes pela Justiça e conseguiram retornar à terra. A situação foi denunciada ao ministro da Justiça. De acordo com Volmir, os índios enfrentaram o primeiro conflito em 1940, quando grande parte da comunidade foi dizimada em conseqüência de epidemias, ataques diretos e expulsões. Os sobreviventes viveram em harmonia com os seringueiros até 1975, quando as terras foram adquiridas pela família Zillo, através do Incra. Volmir questiona a atitude do Incra, que "alienou terras, sem que qualquer das exigências em termos de benfeitorias fossem cumpridas".

Segundo o coordenador do Cimi, representantes do Ibama, Sedam e PF estiveram na área no final do ano para frear a retirada ilegal de madeiras nobres, que estaria sendo executada sob as ordens de José Siqueira. Apesar da visita dos técnicos, o desmatamento continua. Existe uma grande extensão de mato bloqueado, e diversos corredores por onde foram retiradas enormes quantidades de mogno e cerejeira. *(Diário da Amazônia - Porto Velho, 21/06/96)*

KWAZÁ E AIKANÃ DEFENDEM SUAS TERRAS

"A comunidade Kwazá e Aikanã, ocupantes das terras as margens do rio São Pedro, expulsaram no dia 8 de setembro de 1998 um grupo de invasores que haviam penetrado em suas ter-

ras sem permissão e de posse de trator esteira, o qual estava abrindo carreador para o caminhão que vinha atrás para retirar toras, bem como um Toyota e diversos utensílios utilizados por toreiros da região.
Os mesmos iam derrubando as árvores de seringa, uma das principais atividades fontes de renda da comunidade, ameaçando dessa forma, a integridade física dos mesmos, além é claro de causar danos à principal via de acesso até a aldeia.
Um dos principais envolvidos foi identificado por senhor Florindo, empreiteiro de fazendeiro e possuidor de uma serraria em Espigão Doeste. O Sr. Florindo apresentou alguns papéis dizendo ser licença do Ibama. Porém, o mesmo foi indagado pelo líder Kwazá ao apresentar-lhe o croqui da área e o número da portaria do GT-Kwazá/Funai-DF.
Dessa forma, o empreiteiro retirou-se com os maquinários e trabalhadores, dizendo que levaria o caso ao conhecimento do seu patrão e afirmou já ter cortado e esplanado toras em mais oito lugares em um trecho de 1.800 ha, conhecido como lote 86, próximo à aldeia.
Ao tomarem conhecimento disso, o grupo se dividiu e alguns foram para cidade denunciar o fato à Funai, enquanto outros retornaram à aldeia para dar segurança aos demais. O caso foi comunicado a Funai-ADR-Cacoal no dia 10 de setembro de 1998." *(Informativo da Cunpir nº 2, ago/98)*

FUNAI APROVA RELATÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO

A Funai aprovou as conclusões do relatório de estudos, identificação e delimitação da Terra Indígena Kwazá do Rio São Pedro, de autoria do antropólogo Luiz Fernando Machado de Souza. A TI, localizada no município de Parecis/RO, tem a superfície de 16.400 ha e 56 km de perímetro, e é ocupada tradicionalmente pelos Kwazá e Aikanã. *(DOU, 01/02/99)*

URU-EU-WAU-WAU

COMISSÃO FAZ CAMPANHA EM FAVOR DA TI

A Comissão Indígena do Fórum das ONGs e Movimentos Sociais de RO lançou, na semana passada, uma campanha pela preservação da TI Uru-Eu-Wau-Wau. A área vem sendo invadida desde a sua criação, no início da década de 80. Na época, o Incra implantou, ilegalmente, um assentamento para mais de 60 agricultores no local, desconsiderando a existência de um decreto de interdição da Reserva.
Segundo a comissão, a reserva está invadida no Alto Jaru, onde se encontram mais de mil pessoas; no Rio Cautário, onde há indícios de presença de garimpeiros e madeireiros em Terra Roxa, na Serra da Onça e na Linha 623, além de outros pontos. Também se encontra invadida uma área da reserva que coincide com o Parque Nacional do Paacas Novos.
Na AI Uru-Eu-Wau-Wau nascem os rios Jaci-Paraná, Cautário, Candeias, Jamari, Urupá, Jaru, Muqui, Pacaas Novos e Ouro Preto, que são os formadores das três principais bacias hidrográficas de RO: Madeira, Mamoré e Guaporé. Com uma biodiversidade bastante rica, a reserva é um refúgio para inúmeras espécies de animais, iocluindo aquelas consideradas vulneráveis e ameaçadas de extinção. *(Alto Madeira - Porto Velho, 14 e 15/01/96)*

FAZENDEIROS IMPEDEM REAVIVENTAÇÃO DE MARCOS

Uma equipe de trabalho contratada pela Funai para fazer a reaviventação dos marcos 25 e 26 da RI Uru-Eu-Wau-Wau, nas proximidades de Alvorada do Oeste, foi impedida de realizar a tarefa por um grupo formado pelos fazendeiros conhecidos por Bené e Hélio Sartório, que se dizem proprietários de terras dentro da Reserva. Os fazendeiros estavam acompanhados pelo advogado Carlos Frederico de Souza Cruz. A informação, divulgada pelo Cimi, foi prestada pelo técnico em agrimensura, José Carlos, que fazia parte da turma de trabalho e confirmada pelo chefe do Serviço de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente, Luiz Carlos Marrone.
José Carlos conta que os trabalhos foram paralisados porque os fazendeiros entregaram uma cópia de um documento que teria sido rubricado por um funcionário da Funai, tornando ciente de que estava proibida a reaviventação. Segundo Marrone, os fazendeiros haviam sido avisados com antecedência sobre os trabalhos e concordaram com a situação. Já é a segunda vez que os fazendeiros impedem a reaviventação da área e o caso será encaminhado para a Justiça Federal, com o testemunho do delegado da PF, Sílvio César Castilho, que acompanhou as conversas preliminares realizadas entre os fazendeiros e funcionários da Funai. *(Alto Madeira - Porto Velho, 17/01/96)*

ASSOCIAÇÃO COMPROVA INVASÃO

A equipe dos índios "isolados" da Associação de Defesa Etnoambieote Kanindé realizou recentemente uma visita de dois meses (novembro e dezembro) na área do Parque Nacioοal dos Pakaas Novas e constatou "in loco" a iovasão realizada por um grileiro nas proximidades da Linha 4, próxima ao município de Alvorada do Oeste. O local coincide com uma parte da área da TI Uru-Eu-Wau-Wau e abriga os índios isolados, estando, portanto, sob responsabilidade do Ibama e da Funai, que já foram comunicados há dois meses sobre as invasões, assim como o MP, afirma Neidi Bandeira, coordenadora da entidade Kanindé.
"Conhecido por Jeová, o invasor está instalado no local há cerca de um ano e cultivou roça de milho, mandioca, gergelim e abóbora na área", diz Neidi. A invasão foi documentada por uma equipe da BBC de Londres e testemunhada pelos índios Uru-Eu-Wau-Wau, Purei e Waipá, que acompanharam o trabalho da equipe Kaniodé.
A equipe constatou também indícios de invasão na Serra da Onça, "onde foram realizadas retiradas de palmitos (uma prática que não é utilizada pelos índios) e encontrados instrumentos de trabalho usados por garimpeiros", denuncia Neidi Bandeira. *(Alto Madeira - Porto Velho, 17/01/96)*

POLÍCIA FLORESTAL APREENDE MADEIRA

Uma equipe da Polícia Florestal apreendeu 334 m³ de madeira, 11 motosserras, quatro tratores e 20 caminhões na TI Uru-Eu-Wau-Wau. O trabalho da PF foi realizado numa área que compreende os municípios de Alvorada, Urupá, Jaru, Tarilândia, Jorge Teixeira, Terra Boa e São Miguel do Guaporé.
Segundo a Polícia Florestal, o trabalho de derrubada e transporte da madeira estava sendo executado sem autorização do órgão competente e em local de preservação permanente. Os infratores presos com o material foram encaminhados à delegacia de polícia para as providências. *(Alto Madeira - Porto Velho, 05/06/96)*

ALDEIAS CARENTES E INVADIDAS

A falta de remédios, alimentos, atendimento médico e o isolamento são os principais problemas enfrentados pelos Uru-Eu-Wau-Wau, sem o mínimo de infra-estrutura, higiene e assistência da Funai. Esse foi o quadro desesperador encontrado por uma expedição da FNS realizada nos dias 26 e 27 de setembro, na região rural do município de Jaru. Foram visitadas as aldeias Alto Jaru e Jamari. Além dos problemas de saúde, constatou-se que os índios enfrentam constantes ameaças de madeireiros e caçadores que invadem suas terras. *(Diário da Amazônia, 06/10/96)*

ACORDO PARA RETIRADA DE INVASORES

Conforme os termos de um acordo firmado no dia 25 de fevereiro de 1997 entre representantes do governo de RO, Banco Mundial, Fórum das ONGs, lideranças indígenas e as entidades Kanindé e Cunpir, o Governo do Estado se comprometeu a retirar os invasores da área até o dia 30 de abril. Segundo o acordo, ficou acertada "uma operação (em conjunto com as Polícias Federal e Florestal e o Ibama) de notificação dos invasores da TI Uru-EuWau-Wau, para que os mesmos deixem aquela área imediatamente. Após 15 dias da notificação, a mesma equipe retornará à região para verificar a saída dos invasores e a conseqüente retirada dos remanescentes, ficando a Funai comprometida em retirar todos os invasores até o dia 30 de abril de1997". Diante os compromissos assumidos na referida reunião, foi determinada a prorrogação do Planafloro pelo Banco Mundial em RO.

Porém, segundo denúncia da Funai encaminhada à Cunpir e divulgada pelo coordenador do Cimi em RO, Volmir Bovaresco, o Governo já atrasou por mais de 20 dias o pagamento de diárias que teriam que ser repassadas para a Funai para que fosse iniciado o trabalho de levantamento. *(Diário da Amazônia, 19/04/97)*

CONTINUAM AS INVASÕES

Representantes da Kanindé, juntamente com técnicos da Funai e da Polícia Federal, realizaram nos dias 4 e 5 de maio um sobrevôo na TI Uru-Eu-Wau-Wau e no Parque Nacional do Pacáas Novos, com o objetivo de checar denúncias e verificar focos de furto de madeira, garimpo e invasão por grileiros, para auxiliar a fiscalização por terra. A equipe que realizou o sobrevôo constatou que as denúncias de furto de madeira na TI Uru-Eu-Wau-Wau procedem. Segundo eles, o número de estradas de madeireiros dentro da reserva é enorme. Além disso, grande volume de madeiras já foi furtado desde o início do ano, através dos referidos focos de exploração ilegal. *(Notícias do Fórum, 06/07/98)*

ROUBO DE MOGNO MOBILIZA ORGANIZAÇÕES

A Cunpir, a ONG Kanindé e os movimentos sociais que atuam no estado registraram denúncia na Procuradoria Geral da República pedindo providências, em regime de urgência, contra o roubo de mogno na TI Uru-Eu-Wau-Wau e no Parque Nacional dos Pacaá Novas, localizados no município de São Miguel de Guaporé, próximo ao rio Jurupari, na Serra Uopiones. Uma equipe técnica da entidade Kanindé, responsável pelo levantamento de danos ambientais no estado, comprovou a extração ilegal da madeira em Unidades de Preservação Permanente. *(JB e Diário Popular, 16/01/99)*

SEM-TERRA INVADEM A TI

Agora são os colonos – e não mais garimpeiros e madeireiros – que invadem a TI Uru-Eu-Uau-Uau. O objetivo seria fazer a reforma agrária na marra, já que as terras nesses estado estão quase todas loteadas. Segundo o delegado da Polícia Federal, Anilton Roberto Turíbio, já existem 200 famílias de sem-terra naquela área. *(A Crítica, 25/03/99)*

ZORÓ

IBAMA APREENDE MADEIRA

O Ibama fez esta semana, em RO, uma batida na AI Zoró. Os fiscais apreenderam 21 m³ de madeiras nobres. O material estava a caminho de serrarias nas cidades vizinhas. *(O Globo, 07/11/97)*

VERBA DO LEILÃO DE MADEIRA

Nos dias 20 e 21 de outubro, índios Zoró, Gavião e Arara ocuparam a sede da Funai em Ji-Paraná (RO) para exigir esclarecimento sobre o paradeiro de cerca de 500 mil reais que, segundo eles, foram obtidos pelo leilão da venda da madeira apreendida em abril passado na área indígena Zoró. Esses recursos, segundo informaram as lideranças, seriam investidos na área assistencial e na compra de uma camioneta para o transporte de doentes. A manifestação foi pacífica, mas alguns funcionários sentiram-se ofendidos e ameaçaram chamar a polícia. *(Porantim, out/98)*

CATÁLOGO DE ARTESANATO

Os Zoró de Aripuanã (MT) apresentam no CD ROM "Seu povo, sua arte" o catálogo de seu artesanato. Produzido em 1999, ele expõe 90 imagens que apresentam um pouco da cultura do povo e sua gente.

Em 1995, os Zoró criaram a Associação Indígena Pangyjej do Povo Zoró e através dela buscam resgatar sua cultura, sobretudo a cultura

DIVULGAÇÃO

material, como uma das mais importantes alternativas para o desenvolvimento auto-sustentado de sua comunidade.A Pangyjej realiza o catálogo de arte Zoró como parte do projeto de fortalecimento institucional e de apoio ao escoamento da produção artesanal, desenvolvido com a comunidade Zoró através do Programa de Apoio às Iniciativas Comunitárias (Paic) – Planafloro.
Para adquirir os produtos do povo, em Brasília, entrar em contato com Associação Indígena Pangyjej do Povo Zoró pelo telefone (xx) 61 421-2331. Em São Paulo, o telefone de acesso é (xx) 11 283-2102 e no Rio de Janeiro (xx) 21 286-2097.

ORGANIZAÇÃO INDÍGENA

COOPERATIVA INDÍGENA

O Sebrae-RO deu apoio para a instalação da Cooperativa de Trabalho dos Artesões Indígenas de Rondônia Ltda, de nome Coop'Art'Indígena. A eleição e posse da diretoria aconteceu no auditório do Sebrae-RO. As comunidades envolvidas na sociedade são: Arikapu, Makurap, Tupari, Paacas-Novas, Karitiana, Jabuti, Aikanã, Surui, Apurinã, Aruá, Zoró, Uru-Wu-Wau-Wau, Arara, Gavião, Cinta-Larga e Nambikwara.
Com a Cooperativa, os índios de RO buscam nova alternativa de renda para sustentar as aldeias que atualmente dependem das ONGs. Para conquistar o mercado consumidor, os índios irão produzir os artesanatos com qualidade padrão. *(O Regional - Ji-Paraná, 22-28/01/97)*

TREINAMENTO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS

Começou ontem, no Iteron, em Porto Velho, o treinamento para elaboração de projetos para comunidades indígenas que serão apresentados no Ministério do Meio Ambiente, no subprograma Projetos Demonstrativos (PD/A). O evento está sendo promovido pela Cunpir, Fórum das ONGs de RO e o GTA/RO. De acordo com Almir Suruí, os projetos visam buscar a sustentabilidade da comunidade no que se refere a alternativas econômicas, como sistemas agroflorestais, manejo sustentado, com ações demonstrativas de desenvolvimento combinado com a preservação do meio ambiente.
O PD/A é parte do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. Ricardo Verdum, técnico do MMA, está ministrando o treinamento para explicar como funciona o PD/A, qual a documentação necessária para apresentação dos projetos, assim como as orientações para entender e preencher os formulários e ter acesso aos recursos do MMA. "Vamos trabalhar com os projetos de acordo com a demanda da comunidade. O curso também é uma forma de capacitar as pessoas para elaboração de projetos, não só do MMA, mas de qualquer outro órgão", finalizou Verdum. *(Alto Madeira - Porto Velho, 29/04/97)*

CURSO DE CAPACITAÇÃO E PLANEJAMENTO

A Proteção Ambiental Cacoalense (Paca) estará realizando no período de 02 a 18 de agosto, em Cacoal, a 4ª Etapa do Curso de Capacitação em Gerenciamento e Planejamento Participativo para lideranças indígenas de Rondônia, norte do Mato Grosso e sul do Amazonas com o objetivo de capacitar lideranças indígenas para melhor gerenciarem suas organizações. *(Notícias do Fórum, 06/07/98)*

ASSEMBLÉIA DA CUNPIR

"A Cunpir, criada em 1994, congrega cerca de 42 povos indígenas contactados, e defende os direitos dos povos indígenas que ainda não têm contato com a sociedade nacional.
No mês de Outubro/98, entre os dias 22 a 24, a Cunpir realizou na cidade de Ji-Paraná – RO, na sede da Associação do Povo Zoró, sob a Coordenação de Humberto Panderewup Zoró, a VI Assembléia Geral Extraordinária. Esse evento, contou com a participação de cerca de 80 lideranças de quase todos os povos indígenas membros da Cunpir durante a Assembléia foi realizado um estudo avaliativo do PAIC – Programa de Apoio às Iniciativas Comunitárias, quanto à participação das comunidades; envolvimento na execução, administração, entre outros. Foi realizada também a reforma no Estatuto da Cunpir; criou-se os Coordenadores Regionais de Base para apoiar a Coordenação Executiva; Aprovou-se um Regimento Interno da Cunpir para deixar claro qual a responsabilidade de cada um que compõe a coordenação executiva, regional de base, funcionários, entre outros. No final foi feita a eleição para a nova coordenação, sendo eleito para coordenador-geral, Antenor de Assis Karitiana; Vice-Coordenador, Humberto Panderewup Zoró; Secretário, Valmir Parintintin e Tesoureira, Débora Oro Naó, primeira mulher a fazer parte da coordenação da Cunpir desde sua criação, inclusive obteve unanimidade na votação." *(Informativo da Cunpir, nov/98 a ago/99)*

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

"Durante a Assembléia, as mulheres presentes realizaram o primeiro encontro de articulação de mulheres indígenas, sob a assessoria de uma liderança indígena feminina da UNI/ Acre e escolheram duas representantes para participar do MAMA – Movimento Articulado das Mulheres da Amazônia, Débora Oro Naó e Marilena Karitiana, as quais participaram também do 1º Encontro Internacional das Mulheres da Amazônia que foi realizado em Dezembro em Rio Branco no Acre.
Para a realização dessa assembléia, recebemos apoio do WWF Brasil e do Cese, além da colaboração de pessoas do Cimi, da Associação do Povo Zoró e da Pastoral Indigenista de Ji-Paraná". *(Informativo da Cunpir, nov/98 a ago/99)*

CARTA DE SOLIDARIEDADE AO POVO ZORÓ

"Nós, Povos e Organizações Indígenas de RO, Norte do MT e Sul do AM, representando cerca de sete mil pessoas, distribuídas em torno de 28 áreas indígenas, reunidos na Associação do Povo Zoró Pangyjeje, localizada no município de Ji-Paraná, quando da realização da VI Assembléia Extraordinária da Cunpir, a qual iniciou no dia 22 e terminará no dia 24 do corrente mês, estamos acompanhando aqui nesta cidade o Movimento do Povo Indígena Zoró em defesa de interesses que os atingem diretamente.
Porém, os interesses por eles defendidos, tais como atendimento à saúde, projeto de auto-sustentação, entre outros, são os mesmos que nossas comunidades estão enfrentando a todo momento nas diversas regiões deste Estado e fora dele.
A situação crítica pela qual a Funai está passando, que já perdura há vários anos, tem refletido direta e drasticamente em nossas aldeias. O índice de doenças tem aumentado assustadoramente, gerado pela desassistência dos órgãos responsáveis.
Frente ao exposto, queremos reafirmar que este movimento é legítimo, pois representa os anseios das nossas comunidades, e nos solidarizamos com os mesmos, pois juntos lutamos pela nossa Autonomia.
Sendo assim, assinamos o documento em solidariedade aos nossos parentes e estamos dispostos a somar força, se preciso for. A carta é assinada por quase 50 lideranças." *(Porantim, out/98)*

LIDERANÇAS CONTRA ADMINISTRADOR...

Lideranças indígenas de Porto Velho, Cacoal, Vilhena e Ji-Paraná protestaram no Ministério Público Federal, no dia 14 de outubro, contra a renomeação do ex-funcionário da Funai, Osni Ferreira, para Administração Regional do órgão no estado. Na ocasião, foi entregue um documento com 40 assinaturas ao procurador, Francisco Marinho. No documento, os índios repudiam a nomeação de Osni Ferreira, que foi afastado pela própria Funai da administração do órgão em Cacoal "por ter agido durante o exercício do cargo contra os direitos e interesses dos povos indígenas, bem como está respondendo a três processos judiciais, um deles encaminhado pela Funai". *(Notícias do Fórum, out/99)*

... QUE OUTROS QUEREM NO CARGO

O presidente da Funai, Carlos Frederico Marés Filho, poderá decretar intervenção na Administração Regional de Porto Velho, em Rondônia, ocupada por cerca de 150 índios de diversas tribos. Eles exigem o retorno do funcionário Osni Ferreira, demitido do cargo em novembro. Ferreira é funcionário da Funai e foi afastado da administração do órgão sob a acusação de envolvimento com garimpeiros e madeireiros que atuam ilegalmente nas áreas indígenas. Ontem a direção da Funai em Brasília mandou o indigenista Izanoel Sodré a Rondônia para negociar a desocupação da ADR. O índio Alberto Gavião, da tribo Gavião, um dos líderes da ocupação, disse que as tribos só desocuparão o prédio quando o presidente da Funai reconduzir Osni ao cargo. "Se Osni não voltar, não tem conversa com ninguém", avisou.

O presidente da Cunpir, Antenor Kariana, disse que o pedido de retorno de Osni Ferreira à administração da Funai faz parte de uma "jogada política" para beneficiar Osni e seu filho. Segundo Karitiana, os dois estariam distribuindo dinheiro e comida e fornecendo transporte aos índios para garantir o retorno de Osni à direção do órgão em Porto Velho. Karitiana disse ter recebido abaixo-assinados de diversas tribos de Rondônia, que não aceitam ter Osni como administrador regional. Ele afirmou que a maioria dos manifestantes que estão na capital são da tribo Cinta Larga, de Cacoal. *(O Liberal e Jornal do Commércio, 09/12/99)*

PROJETOS DE APOIO ÀS INICIATIVAS COMUNITÁRIAS

"Após diversas reuniões e intensas negociações, até que enfim, conseguimos com muita pressão, uma proposta favorável do governo do estado com relação aos PAICs – Projetos de Apoio às Iniciativas Comunitárias.

Ficou acertado que, estará disponível para os 14 projetos indígenas que já estavam em andamento, cerca de R$ 500 mil, recurso este que havia sobrado na conta do estado no ano passado.

Já os nove projetos indígenas novos, receberão suas parcelas do montante de R$ 2.600 mil restante na prorrogação do Planafloro junto ao Banco Mundial. Portanto, para receber as parcelas dos projetos paralisados, é necessário que a associação esteja em dia." *(Informativo da Cunpir, set-dez/99)*

DISTRITO SANITÁRIO

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

"Para melhor desenvolver esse trabalho, foi dividido o estado de Rondônia em dois distritos: o de Vilhena, atendendo de Cacoal até Comodoro/MT, e o de Porto Velho atendendo de Ji-Paraná até Humaitá/AM.

Foram feitas várias reuniões com a participação de dezenas de lideranças indígenas, onde se discutiu a implantação desses distritos e seu funcionamento. Nem tudo saiu conforme a vontade dos povos indígenas. A idéia de Brasília predominou, segundo eles era por causa de grana. Nossa proposta era que fossem criados pelo menos três distritos em nossa região, mas, infelizmente nossa opinião não saiu do papel.

O distrito de Vilhena, a contratação de pessoal de campo (equipe médica familiar e apoio), contratação e capacitação de Agente de Saúde Indígena (AIS), ficou a cargo da entidade Paca de Cacoal.

Já o distrito de Porto Velho, envolvendo os pólos de Humaitá, Guajará-Mirim, Jaru, Ji-Paraná e Alta Floresta, a Cunpir assumiu a contratação das equipes médica familiar, contratação e capacitação de AIS, haja vista que ninguém melhor do que a Cunpir para assumir esse processo, pois nosso Planejamento Estratégico visa garantir melhores condições de saúde para os povos indígenas e assumir a responsabilidade mostrar nosso compromisso com nossos parentes.

Tanto a Cunpir como a Paca assumiram esse compromisso em função de que os órgãos federais não podem fazer contratação de pessoal, conforme a lei. Por isso, colocamos a Cunpir como responsável, já que existem recursos para contratar pessoal para a administração do projeto, dando-nos segurança. Esse convênio é federal, com a Funasa, e já previsto para três anos e ser prorrogado caso dêem certo os trabalhos.

A partir de setembro/99 começará o trabalho, e é nos Conselhos Locais de Saúde e no Conselho Distrital, que todas as lideranças indígenas deverão participar para exigir sempre mais e melhor dos serviços das equipes médicas familiar. Esses projetos, nos dois distritos só darão certo, se as comunidades acompanharem de perto os trabalhos e fiscalizarem. Juntos faremos um amanhã melhor para nossas futuras gerações." *(Informativo da Cunpir, nov/98 a ago/99)*

CONSELHO DA CUNPIR DISCUTE DISTRITO

"Estiveram reunidos em Ji-Paraná, no dia 07 e 08 de outubro, cerca de 60 pessoas, entre elas 20 Conselheiros da Cunpir.

Na noite do dia 07 realizou-se uma festa tradicional do Povo Zoró no teatro municipal, com a presença de lideranças indígenas e estudantes.

No dia 08 iniciamos os trabalhos apresentando os resultados das discussões e encaminhamentos dos distritos sanitários. Representantes da Funasa esclareceram como será os trabalhos de saúde e quem assumiu: Cunpir o distrito de Porto Velho e Paca o de Vilhena.

Destacou-se também que estas duas entidades só vão fazer contratação, montar infra-estrutura necessária e fazer capacitação. A responsabilidade da saúde indígena é da Funasa; essas entidades só serão parceiras.

Os conselheiros também avaliaram os trabalhos da coordenação e aprovaram, embora recomendaram que fosse feita uma avaliação com mais tempo e que não houvesse briga. "Todos são importantes e precisam trabalhar em conjunto para não comprometer a Cunpir.

Após esta breve avaliação, os coordenadores se reuniram em Porto Velho e repensaram a forma de trabalhar, pois as demandas são grandes e pouco tempo tem sobrado para avaliar internamente., mas todos se comprometeram em discutir mais as questões em conjunto." *(Informativo da Cunpir, set-dez/99)*

CONVÊNIO

"Representantes da Cunpir e da Paca, assinaram no mês de dezembro, junto à Funasa, um convênio para agilizar as atividades de atendimento à saúde indígena. A Cunpir ficou responsável pelo DSEI de Porto Velho, que atinge os povos : Tenharim, Diahoy, Parintintin, Pirahã, Mura, Karipuna, Karitiana, Oro Naó, Oro Eo, Oro Bom, Oro Waram, Oro Dao, Oro Wari, Jabuti, Macurap, Canoé, Tupari, Amondawa, Uru-Eu-Wau-Wau, Arara, Gavião e Zoró.

Já a Paca, assumiu o DSEI de Cacoal, atendendo os povos: Sakirabiat, Suruí, Cinta Larga, Apurinã, Kwazá, Latundê, Aikanã, Nambiquara, Sabanê, Katuaulú, Alantesu, Mamaindê, entre outros.
Tanto a Cunpir quanto a Paca, se responsabilizaram no convênio com três eixos:
a) contratar o pessoal para compor as equipes médicas da família, e os agentes indígenas de saúde; b) viabilizar a infra-estrutura básica para o funcionamento dos pólos; c) capacitação dos AIS, dos agentes de saúde bucal e de agentes sanitaristas.
O coordenador da Cunpir, Antenor Karitiana, ressaltou que todos os esforços têm um objetivo único: "melhorar a qualidade de vida de nossos povos. Por isso, nessa importante tarefa, temos o desafio de ser executores, posição por poucas ONBGs encarada até o presente momento, mas seguros de que não perderemos nossa visão crítica deste processo". *(Notícias do Fórum de RO, jan-fev/00)*

CURSOS DE CAPACITAÇÃO

"Dando continuidade às informações do convênio que a Cunpir assinou com a Funasa, temos a informar que, durante o mês de janeiro, estiveram em curso, todo o pessoal da equipe médica da família, os quais irão atender os 5 pólos do Distrito Sanitário de Porto Velho.
Os médicos, odontóloga, enfermeiras, auxiliares de enfermagem, gerência técnica e coordenação, passaram cerca de 20 dias se preparando para ir à campo.
Na mesma época, a Cunpir foi adquirindo os veículos Toyota, móveis de escritório, medicamentos entre outros, para equipar os pólos, de responsabilidade da Funasa.
Tão logo concluíram o curso, os técnicos foram para seus locais de trabalho e começaram a fazer visitas nas áreas indígenas, iniciando o atendimento às famílias.
Os 65 agentes indígenas de saúde que estão sendo contratados, irão passar por um curso de capacitação/adequação ao convênio. O curso iniciará no dia 20 de março, com duração de aproximadamente 30 dias.
É isso aí! Em parceria com a Funasa, estamos revertendo o quadro de abandono que se encontravam nossas comunidades no tocante à saúde. Os desafios são muitos, mas com firmeza e clareza nas responsabilidades de cada um no processo, vamos em frente.
Cada um de vocês das comunidades devem nos ajudar, fiscalizando os trabalhos desse pessoal contratado. Eles são prestadores de serviços da Funasa, contratados pela Cunpir. Ajudem eles a melhorar o atendimento, informando-os sob algum problema na aldeia. Não vamos só jogar pedra, vamos também participar, o orientar e ajudar a ter um atendimento a saúde indígena de qualidade.
No Distrito de Vilhena, a Paca assumiu os trabalhos de coordenação, e nossos parentes dessa região também podem colaborar com todos os prestadores de serviços dos pólos do Distrito de Vilhena.
Não se esqueçam! Conversar com quem está errando e ajudá-la a procurar acertar é o melhor remédio; fofocas só atrapalham." *(Informativo da Cunpir, jan-mar/00)*

PLANAFLORO

EX-GOVERNADOR TERÁ QUE EXPLICAR DESTINO DE RECURSOS

O ex-governador de RO, Oswaldo Piana Filho, e os ex-secretários do projeto Agropecuário e Florestal, José Lacerda Mello, e do Planejamento, Willian José Cury, vão ter que apresentar alegações de defesa ou recolher aos cofres da União U$ 1.530.129,50, referentes a recursos de empréstimos do Bird para o Planafloro.
A decisão foi tomada pelo TCU a partir de um relatório de inspeção realizada entre fevereiro e outubro de 1994. A equipe de inspeção constatou que as metas de desembolso acordadas com o Bird não foram atingidas, "o que evidenciaria a incapacidade das gerências do projeto".
A equipe fez um levantamento *in loco* em órgãos que deveriam ter recebido verbas do empréstimo do Bird, como a Ceplac, a Funai e o Ibama, e constatou que o dinheiro não foi recebido. De acordo com um quadro apresentado pelo ex-governador, o Ibama teria recebido U$ 494.187,41, a Funai U$ 542.100,46 e a Ceplac U$ 493,904,63. Caso os responsáveis não consigam explicar onde foi parar todo esse dinheiro, terão que devolvê-lo em moeda nacional, de forma atualizada monetariamente e com os acréscimos dos encargos legais. *(A Crítica, 27/06/96)*

BIRD ANUNCIA MUDANÇAS

O Bird anunciou ontem a reestruturação do Planafloro. A nova estrutura, decidida nos últimos meses em entendimentos com os governos federal e estadual e entidades da sociedade civil, pretende simplificar e descentralizar a administração do projeto e aumentar a um nível sem precedentes a participação das organizações representativas das comunidades locais na gerência de seus vários componentes. Os detalhes do novo formato estão sendo negociados por uma comissão constituída por representantes dos governos federal e estadual e do Fórum das ONGs de RO. *(OESP, 07/08/96)*

CUNPIR AVALIA PROPOSTAS JUNTO AO BIRD

Com o objetivo de avaliar propostas, além de discutir a liberação de recursos para atender os povos indígenas através do Programa de Iniciativa Comunitária (Paics), representantes da Cunpir estiveram reunidos na última terça-feira, em Porto Velho, com representantes do Banco Mundial e governo do Estado de RO. Na ocasião, as lideranças indígenas também discutiram o Planafloro.
Segundo Almir Suruí, coordenador da Cunpir, um dos objetivos do encontro era avaliar algumas falhas existentes no Planafloro, além de discutir as propostas que serão implantadas pelo projeto Paics. As lideranças pediram aos representantes do Banco Mundial uma maior liberação dos recursos para manter os trabalhos na área de saúde, com mais agilidade na liberação das verbas. As lideranças também solicitaram aos representantes do Banco Mundial a realização de um convênio para que os índios possam receber recursos via Planafloro para viajar e participar de reuniões fora do Estado. *(Alto Madeira - Porto Velho, 10/10/96)*

CIMI DENUNCIA NÃO CUMPRIMENTO DE ACORDOS

Diante da falta de fiscalização nas reservas indígenas em RO, o Cimi denunciou nesta semana ao Painel de Inspeção do Bird e a outras entidades não-governamentais, que as atividades acordadas como emergenciais para situações que envolvem as áreas Uru-Eu-Wau-Wau, Karipuna, Mequens, como pré-condições inadiáveis para a eventual extensão e formulação do Planafloro, não estão sendo cumpridas pelos órgãos governamentais.
"É injustificável que as seguintes situações permaneçam, sem fiscalização, desintrusão, assentamento, constituindo isto uma ameaça à sobrevivência física e cultural dos povos", disse o coordenador do Cimi, Volmir Bavaresco, lembrando que uma das condições para renovação do Planafloro foi a desintrusão imediata das áreas indígenas. "Entre as ilegalidades, citamos a da retirada da madeira das áreas indígenas e o corte do mogno sem que os órgãos encarregados da fiscalização tomem as necessárias providências. As poucas ações de fiscalização realizadas são ineficazes, pois acontecem em épocas inoportunas, sempre favorecendo os invasores e madeireiros", enfatizou Bavaresco.
Diante da inadimplência do Planafloro com todos os órgãos conveniados, o coordenador do Cimi garantiu que irá acionar os segmentos interessados a pressionarem os representantes do Banco Mundial, para que fatos dessa natureza

não mais aconteçam nas áreas indígenas. *(Alto Madeira - Porto Velho, 21/12/96)*

KANINDÉ E CUNPIR APRESENTAM DENÚNCIAS AO BIRD

A entidade Kanindé, que compõe o Fórum das ONGs de RO, enviou correspondência, no final do ano passado, ao representante do Bird no Brasil, Denis Mahar, denunciando o governo do Estado pelo não cumprimento de compromissos firmados com o banco, pela impunidade aos infratores e pela omissão dos órgãos fiscalizadores quanto ao meio-ambiente e as áreas indígenas.

A Cunpir também mandou correspondência ao mesmo representante do Bird, reforçando a situação por que passam as nações indígenas Uru-Eu-Wau-Wau

e Nambikwara. Almir Suruí, coordenador-geral da Cunpir, defende a necessidade urgente das entidades nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos se manifestarem em defesa desses povos. *(Alto Madeira - Porto Velho, 18/01/97)*

GOVERNO FECHA ACORDO COM COMUNIDADES INDÍGENAS

O governo estadual fechou mais um acordo com as comunidades indígenas, quando assumiu o compromisso de repassar recursos à Funai para a demarcação da reserva Massaco e a intermediar ações junto ao Incra e a outros órgãos que forem necessários à desintrusão de áreas indígenas, entre elas a reserva dos Mequéns e a dos Uru-Eu-Wau-Wau.

O acordo, conduzido pelo coordenador técnico do Planafloro, Pedro Beber, contou com o aval das duas maiores autoridades do Bird no Brasil, Denis Mahar, representante do Bird no País e Francesco Vita, oficial de Projetos para a América Latina e Caribe, além do representante do Ministério do Planejamento, Manoel Rêgo, do secretário adjunto do Planejamento, Henri Boeiro e do administrador regional da Funai em Porto Velho, Charles Frazão.

A comunidade indígena foi representada pelo coordenador da Cunpir, Almir Suruí, pelos caciques Tataré e Pio Nachoça, dos Cinta-Larga e outras lideranças Karitiana, Zoró, Paaka-Nova, Tenharin, Kassupá e Aikanã. Representantes de ONGS ligadas aos indígenas também participaram da reunião, realizada no auditório do Planafloro. *(Alto Madeira - Porto Velho, 27/02/97)*

PLANEJAMENTO GARANTE REPASSE DE R$ 21 MILHÕES

O ministro do Planejamento e Orçamento, Antônio Kandir, autorizou a alocação de mais de R$ 21 milhões, ainda este ano, para o Planafloro. A contratação foi firmada em termo aditivo ao convênio original entre o Ministério do Planejamento e o governo estadual de RO. O prazo de vigência do convênio foi prorrogado para 31 de maio de 1998.

Com esses recursos, o Planafloro passa a contar com R$ 22,5 milhões para investimentos em 1997. Desses, R$ 3,5 milhões são recursos da União, R$ 17,6 milhões são originários do Bird e o restante constitui a contrapartida local.

As ações previstas consistem em zoneamento econômico-ecológico; gerenciamento, proteção e controle de áreas indígenas; apoio à produção agrícola. *(Alto Madeira - Porto Velho, 04/04/97)*

12 OESTE DO MATO GROSSO

VINCENT CARELLI

Enawenê-Nawê

12. OESTE DO MATO GROSSO

Ref Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
16	Apiaká-Kayabi	Munduruku Apiaká Kayabi	85 Funase: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 394 de 24/12/91 homologa demarcação (DOU, 26/12/91). Reg. CRI Matr. 3428, Liv 2-RG, fl. 1V/2 em 9/08/88. Reg. SPU 19 em 24/11/88.	109 245	Juara	MT	Prodeagro. Requerimento e alvará de pesquisa mineral. Exclui-se área da UHF planejada Salto do Rio dos Peixes com mais 300 ha (Dec. 85869/81). Isolados.
73	Capitão Marcos/ Uirapuru	Paraci	0	Em Identificação/Revisão Port. Funai 1 762 de 19/11/86 cria GT para identificação da área.	480	V Bela Stma Trindade	MT	Prodeagro. Faixa de fronteira. Rodovia BR-364 no limite.
	Chiquitano	Chiquitano	0	Em Identificação. Port. Funai 57 de 09/02/00 cria GT p/ finaliz. do levantamento sobre aspectos sociais, históricos, demográficos e fundiários, bem como p/ a elaboração de um Plano de Desenv. dos Povos Indígenas – PDPI referente às comunidades Chiquitano (DOU, 10/02/00). Port. Funai 251 de 13/04/00, idem acima (DOU, 27/04/00).	0	Cáceres		Prodeagro
279	Enawenê Nawê	Enawenê Nawê	320 OPAN 00	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. s/ n de 03/10/96 homologa a demarcação (DOU, 04/10/96). Reg. CRI emJuina Matr. 53 945, Liv.2-IO, fl. 21/V em 18/11/96. Reg. CRI em Comodoro Matr. 11.188, Liv.2-RG, fl. 01/V em 22/11/96. Reg. em Campo Novo Parecis Matr. 15.135, Liv. 2-R G, fl. 001 em 19/03/98. Reg. SPU Cert. 094 em 03/07/98.	742 088	Juina Campo Novo Parecis Comodoro	MT MT MT	Prodeagro. Requerimento e alvará de pesquisa mineral. A Estação Ecológica Iquê está totalmente dentro da TI.
262	Erikpatsa	Rikbaktsa	690 Arruda Vieira: 93	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 398 de 24/12/91 homologa demarcação administrativa (DOU, 26/12/91). Reg. CRI Matr. 17609, Liv. 2, fl. 01 em 22/02/85. Reg. SPU Cert s/n em 18/11/87.	79 935	Brasnorte	MT	Prodeagro. Requerimento de pesquisa mineral.
93	Escondido	Rikbaktsa	40 Funase: 99	Homologada. Dec. s/n de 08/09/98 homologa a demarcação (DOU, 09/09/98)	168 938	Cotriguaçu	MT	Prodeagro. Requerimento e alvará de pesquisa mineral. Hidrelétrica planejada Santo Augusto. Isolados.
94	Est. Parecis	Pareci	42 Parecer/Funai: 94	Delimitada. Port. Minist. 666 de 01/11/96 declara de posse permanente (DOU, 04/11/96). Port. 527 de 21/06/2000 cria GT p/ levantamentos complementares de identificação (DOU, 23/06/00).	3 620	Diamantino Nova Marilândia	MT MT	Prodeagro. Alvará de pesquisa mineral. Rodovia no limite.
95	Estivadinho	Pareci	26 Funai Cuiabá: 2000	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. s/n de 12/08/93 homologa a demarcação (DOU, 13/08/93). Reg. CRI Matr. 10 512, Liv 2-RG, fl. 001 em 20/09/93. Reg. SPU Cert. 62 em 19/10/94.	2.032	Tangará da Serra	MT	Prodeagro. Alvará de pesquisa mineral.
103	Figueiras	Paraci	13 Funai Cuiabá: 2000	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. s/n de 03/07/95 homologa a demarcação (DOU, 04/07/95). Reg. CRI em Barra do Bugres Matr. 16 986, Liv. 2 RG, fl. 01 de 13/11/95. Reg. SPU Cert. 005 em 13/03/96.	9.858	Barra do Bugre	MT	Prodeagro. Faixa de fronteira. Requerimento e alvará de pesquisa mineral.
396	Igarapé Muriru e Pacutinga	Yakarawakta (isolados)	0	A identificar. (MIA: 86)	0	Aripuanã		Prodeagro. Isolados.
135	Irantxe	Iranxe	217 Funai Cuiabá: 2000	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 98827 de 15/01/90 ratifica e homologa a demarcação (DOU, 16/01/90). Reg. CRI de Diamantino Matr. 21.561, Liv. 2, Fl. 01V/2 em 04/08/87. Reg. SPU Cert. 002 em 23/04/90.	45.555	Diamantino	MT	Prodeagro. Rodovia MT-170 no limite.
145	Japuira	Rikbaktsa	0	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 386 de 24/12/91 homologa demarcação (DOU, 26/12/91). Reg. CRI de Diamantino Matr. 25 230, Liv. 2-CC, fl. 176 em 12/03/89. Reg. SPU. Cert. 030 em 06/06/94	152.509	S. Jose do Rio Claro	MT	Prodeagro. Requerimento e alvará de pesquisa mineral. Hidrelétrica planejada (Juruena).
420	Juininha	Pareci	85 Funai Cuiabá: 2000	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. s/n de 04/10/93 homologa a demarcação (DOU, 05/10/93). Reg. CRI de Pontes e Lacerda Matr. 8.783 de 27/10/93. Reg. SPU Cert. 27 de 03/05/94.	70 537	Pontes e Lacerda		Prodeagro. Faixa de fronteira. Rodovia BR-364 no limite.
567	Lagoa dos Brincos	Nambikwara Nagarotê	0	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. do pres. F.H. Cardoso de 05/01/96 homologa a demarcação (DOU, 08/01/96). Reg. CRI comarca Pontes e Lacerda Matr. 10.833, Liv. 2 RG, fl .01 em 18/01/96. Cert. 003 em 13/03/96.	1 845	V Bela Stma. Trindade		Prodeagro. Faixa de fronteira. Requerimento de pesquisa mineral.
208	Menku	Myky	78 Funai Cuiabá: 2000	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 94 013 de 11/02/87 homologa a demarcação. Reg. CRI de Diamantino Matr. IC 21.183, Liv. 2, fl. 1 em 22/04/87. Reg. SPU Cert. s/n em 26.08.87.	47.094	Diamantino	MT	Prodeagro. Requerimento e alvará de pesquisa mineral.
216	Nambiquara	Nambikwara (Sawentesu) Nambikwara Wakalitesu Nambikwara Halotesu Nambikwara Kithaulu	220 Funai: 98	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. N. 98 814 de 10/01/90 homologa a demarcação (DOU, 11/01/90). Reg. CRI Matr. 1517, Liv 02, fl. 1V em 10/04/87. Reg. SPU Matr. s/n em 28/10/87.	1 011 961	Pontes e Lacerda Comodoro	MT MT	Prodeagro. Faixa de fronteira. Requerimento e alvará de pesquisa mineral. Rodovia BR-364 no limite. Hidrelétrica planejada dentro da área (12 de outubro).

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
237	Pareci	Pareci	647 Funai Cuiabá 2000	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec.N.287 de 29/10/91 Homologa demarcação (DOU 30/10/91) Reg CRI Metr.5.014 Liv.2, fl. 1V/4V/5 em 20/02/87. Reg.SPU Cert. S/N. em 18/05/87	563.586	Tangara da Serra	MT	Prodeagro. Faixa de fronteira. Alvará de pesquisa mineral. Rodovia BR-364 no limite
474	Pequizal	Nambikwara (Alantesu) Nambikwara Enhitaunsu	0	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec do pres. F.H Cardoso de 05/01/96 homologa a demarcação (DOU, 08/01/96). Reg. CRI Matr. 10.834, Liv 2 RG, fl 01 em 10/01/96. Reg. SPU Cert. 004 em 13/03/96.	9.888	V. Bela Stma. Trindade	MT	Prodeagro. Faixa de fronteira. Requerimento de pesquisa mineral.
	Picina	Nambikwara	0	Em Identificação. Port. Funai de 23/08/95 cria GT p/ estudos de identificação e delimitação a para levantamentos fundiários a vistorias detalhadas de benfeitorias de não-índios nos limites a serem identificados (DOU, 24/08/95).	0	Pontes e Lacerde		
248	Pirineus de Souza	Nambikwara Manduka Nambikwara Mamaindê Nambikwara Sabanê Nambikwara Tawandé Nambikwara Idalamara Nambikwara Ilaklore	126 Funai 96	Homologada. Reg. CRI e SPU Dec 89.579 de 24/04/84 homologa a demarcação (DOU, 24/04/84). Reg. no cartório de V. Bela Santíssima Trindade, Matr 16.52. RG 2-L-3, fl. 280 em 06/08/84. Reg SPU/MT Cert. 15 de 16/05/85	28.212	V. Bela Stma.Trindade	MT	Prodeagro. Faixa da fronteira. Requerimento de pesquisa mineral. Hidrelétrica planejada dentro da área (12 de outubro).
484	Rio Bararati e Maracanã	Isol. do Bararati	0	A Identificar. Consta no Plano da Metas da Funai: 87	0	Sucurundi Apuí		Isolados
268	Rio Formoso	Paraci	121 Funai Cuiabá: 00	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 391 de 24/12/91 homologa demarcação (DOU, 26/12/91). Reg. CRI Matr. 5970, Liv. 2 RG, fl. S 1V/2 em 03/10/88 Reg. SPU MT-025 em 12/12/88	19.749	Tangará da Serra	MT	Prodeagro. Requerimanto de pesquisa mineral.
494	Rio Ximan/ Rio Matrinxã	Apiaká Isolados	0	A Identificar (MIA: 86)	0	Juara		Prodeagro. Isolados.
290	Sararé	Nambikwara (Sayulikisu) Nambikwara Qualitsu Nambikwara Katitawlu Nambikwara Uaihlatisu Nambikwara Kalunhwasu	70 Funai 98	Homologada. Reg. CRI e SPU Dec. 91209 de 29.04.85 (DOU, 30/04/85) homologa a demarcação. Reg. CRI Matr. 4.220, Liv. 2, fl. 1 em 19/08/85. Reg. SPU MT s/n em 26/08/87.	67.420	Mirassol D'Oeste	MT	Prodeagro. Faixa de fronteira. Requerimento e alvará de pesquisa mineral.
571	Taihantesu	Nambikwara Wasusu	0	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto de 23/05/96 homologa a demarcação (DOU, 24/05/96). Reg. CRI 11.300, Liv. 2-RG, fl. 01 em 13/02/97. Reg. SPU Cert. 70 em 30/10/97	5.372	Comodoro		Prodeagro. Faixa de fronteira. Requerimanto de pesquisa mineral.
315	Tirecatinga	Nambikwara (Sawentesu) Nambikwara Halotesu Nambikwara Wakalitesu	137 Funai: 96	Homologada. Reg. CRI e SPU Dec. 291 de 29/10/91 homologa demarcação (DOU, 30/10/91). Reg. CRI Diamantino Matr. 17.608, Liv.2, fl. 01V em 22/02/85. Reg. SPU Cert. s/n em 22/10/87.	130.575	Campo Novo Parecis	MT	Prodeagro.
327	Umutina	Terena Umutina Pareci Nambikwara Kayabi Iranxe	294 Funasa: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 98144 de 14.09.89 homologa a demarcação (DOU, 15.09.89). Reg. CRI Matr. 4021, Liv. 3-D, fl. 270 em 22.04.60. Reg. CRI de Barra dos Bugres Matr. 15.916, Liv. 2-RG, fl. 001 em 28/02/92. Reg. SPU Cert. 002 em 30/01/95.	28.120	Barra do Bugre Alto Paraguai	MT MT	Prodeagro. Requerimento de pesquisa mineral.
331	Utiariti	Paraci	359 Funai Cuiaba: 00	Homologada. Reg. CRI e SPU Dec. 261 de 29/10/91 homologa demarcação (DOU, 30/10/91). Reg. CRI Matr. 17.607, Liv. 2, fl. 01/02 em 22/02/85. Reg. SPU Cert. s/n em 22/10/87	412.304	Campo Novo Parecis	MT	Prodeagro. Requerimento de pesquisa mineral.
332	Vale do Guaporé	Nambikwara (Hahaintesu) Nambikwara Hoskokosu Nambikwara Waikisu Nambikwara Erihitaunsu Nambikwara Wasusu Nambikwara Mamaindê Nambikwara Alantesu Nambikwara Alakatesu Nambikwara Negarotê	445 Funai: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 91210 de 29/04/85 (DOU, 30/04/85) homologa a demarcação. Reg. CRI de V. Bela da Santíssima Trindade Matr. 2.568, Liv. 02, fl. 1/3V/4 em 07/06/88. Reg. SPU Cert. s/n de 27/10/87.	242.593	V. Bela Stma. Trindade	MT	Prodeagro. Faixa de fronteira. Requerimento e alvará de pesquisa mineral. Rodovia BR-364 corta a área.

Os Chiquitano na Rota do Gasoduto Bolívia-Brasil

Joana Aparecida Fernandes Silva | Antropóloga, Universidade Federal de Mato Grosso

A FUNAI RECONHECE A PRESENÇA DOS CHIQUITANO NO ESTADO DO MATO GROSSO

Os Chiquitano são um povo indígena que reside em Mato Grosso (MT), na fronteira do Brasil com a Bolívia. A pesquisa sobre eles foi iniciada em fins de 1998 com o objetivo de localizar populações indígenas ao longo do gasoduto Bolívia-Brasil. A linha do gasoduto praticamente acompanha a estrada rodoviária que liga Cuiabá a San Matias, na Bolívia, perfazendo mais ou menos cem quilômetros de dutos a serem instalados sob a terra. Este trabalho foi acompanhado por dois técnicos da Funai, Juscelino Mello e José Eduardo Ribeiro da Costa, e o levantamento histórico do grupo Chiquitano foi realizado por Leni Caselli Anzai. Desta sondagem inicial, resultou um relatório intitulado "Relatório da viagem de campo realizada para a identificação de Chiquitanos na área de influência do Gasoduto Brasil-Bolívia (ramal Mato Grosso), no trecho Cáceres-San Matias". O relatório geral sobre os impactos ambientais da construção do gasoduto foi apresentado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Atualmente está sendo proposto um Projeto de Desenvolvimento para Povos Indígenas (PDPI) como parte das medidas mitigadoras desses impactos. Neste projeto, foi indicada como prioridade a composição de grupos de estudo para a demarcação de terras para os Chiquitano.

O que é conhecido genericamente como povo Chiquitano é resultado de um processo histórico que remonta aos séculos XVI e XVII, quando um conjunto de povos foi aldeado pelos jesuítas na Missão de Chiquitos na Bolívia. O que chamaremos aqui de complexo Chiquitano é um composto de povos remanescentes de vários grupos que foram identificados por Crequi-Monfort como Samucos, Paikoneka, Saraveka, Otuke, Kuruminaka, Kuravé, Koraveka, Tapiis, Korokaneka, Manacica e Paunaka, entre outros.

A maioria dos Chiquitano, cerca de 40 mil, mora na Bolívia e, em conjunto com os que vivem no Brasil, forma um complexo cultural para o qual a fronteira internacional, em termos políticos, apenas recentemente faz sentido. Os Chiquitano brasileiros estão sendo pressionados pela população da região, pois são reconhecidos como bolivianos e/ou bugres.

HISTÓRIA

Os Chiquitano estão presentes na historiografia mato-grossense desde a fundação de Vila Maria do Paraguai, em 1778, hoje a cidade de Cáceres, um forte militar que servia de anteparo aos ataques dos espanhóis. Luiz de Albuquerque, na ata de fundação de Vila Maria, refere-se a "cerca de 60 índios castelhanos de ambos os sexos que havera três meses desertaram da missão de São João de Chiquitos" *(NDIHR, microficha 273 – AHU)*. Desde então, há uma farta documentação em arquivos e os Chiquitano são freqüentemente citados como trabalhadores muito procurados por fazendeiros e, em virtude de terem trabalhado com os jesuítas, eram vistos como mais aptos ao trabalho do que os índios "brasileiros". Badarioti (1898), um padre que os conheceu, deixou o seguinte relato:

"Ao penetrarmos no vasto terreiro, a nossa primeira occupação consistio, a nosso pezar na pacificação da cachorrada que travara luta desesperada. A algazarra infernal atrahiu das choupanas muitas pessoas, velhos, mulheres e crianças de physionomia um tanto estranha para mim: eram índios Chiquitanos mansos provenientes da Bolívia e empregados como colonos pelo Dr. Marcellino Prado, um dos homens mais beneméritos do Estado...

Foi para a Bolívia e lá contratou colonos entre a tribo mansa e christã dos Chiquitos. D'esta mesma raça são quasi todos os camaradas do Sr. Marcellino empregados na extração da borracha e da poaya assim como da cultura da canna que moida por pujante engenho produz alli assucar e aguardente.

...São bons agricultores, sóbrios, laboriosos e intelligentes... Fallam uma língua própria e entendem o Guarany. Os mais

próximos aos civilizados, os chefes especialmente, fallam regularmente a lingua castelhana, idioma oficial da Bolivia, e foi por meio desta lingua que eu tratei com os Chiquitos do Affonso." (in: Exploração no Norte de Matto Grosso Região do Alto Paraguay e Planalto dos Parecis Apontamentos de Historia Natural, Etnographia, Geographia e Impressões. Escola Typ. Salesiana. S.Paulo, 1898).

No início do século XX, há referências precisas e seguras sobre eles no Brasil. Entre elas: "Album Graphico", 1914; "Na Rondônia Ocidental" de Major Frederico Rondon, 1936; "Uma Igreja na Fronteira" de Maximo Biènnes, 1987. Nelas, os Chiquitano são citados como o povo mais numeroso da fronteira. Mais recentemente, em 1995, Denise Maldi, na "Vistoria na Fazenda Nacional de Casalvasco", apontou a presença de Chiquitano nessa região fronteiriça e os identificou através de atribuição externa de identidade pelos moradores da região visitada.

Nos dias de hoje pode-se estimar em 26 o número de estabelecimentos chiquitano em território nacional e uma diversidade de situações vividas por este povo: há algumas comunidades pequenas, com um padrão entre cinco e oito famílias que vivem na beira da estrada que liga Cáceres a San Matias; há comunidades maiores, com número variado de dez a 30 famílias, cujas terras foram loteadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e tidas como "assentamentos"; há aqueles agrupamentos que vivem nos destacamentos militares da fronteira do Brasil, com cerca de 30 a 40 famílias nucleares e que são considerados "permissionários" do Exército brasileiro, isto é, têm "permissão" para viverem e plantarem nestas terras; e, há ainda algumas famílias que vivem em fazendas, sob o aparente beneplácito de algum fazendeiro.

A NEGAÇÃO DA CIDADANIA

O que eles guardam em comum, apesar de toda diversidade de situações, é a pecha de serem *bolivianos e bugres*. Esta denominações são nefastas e negadoras da cidadania e dos direitos. Mais do que isto, estão ligadas às atividades fora da lei e fora do plano da cultura. Explicando melhor, na região entre Cáceres e Bolívia, há uma ativa ação de quadrilhas de ladrões de caminhões, de maquinários de fazendas e de traficantes de drogas, cuja ação os destacamentos militares não conseguem conter. Genericamente, estas quadrilhas são vistas pela população regional como *bolivianos* e são objeto de temor e repulsa. Por outro lado, *bugre* é atributo de perversidade, de preguiça, indolência e falta de caráter, uma vez que pelos relatos de moradores regionais, foram freqüentes os conflitos com índios em função da ocupação pelas fazendas.

Imigrantes, estrangeiros, bugres. Neste quadro, esta população nega sua identidade, não gosta de falar de suas origens e "índio" é sempre o vizinho, conforme foi possível observar durante uma viagem de campo. O mesmo que Denise Maldi havia observado em 1995.

JOANA A. FERNANDES SILVA

Chiquitano.

CÁCERES, A CIDADE DA FRONTEIRA OESTE

A região onde atualmente estão situados os Chiquitano, ou seja, as bordas de Mato Grosso, em uma área que vai de Cáceres à fronteira da Bolívia e se estende até o município de Vila Bela, onde há vários fortes e destacamentos militares, foi tradicionalmente uma região estratégica para a soberania territorial brasileira. Como Denise M. Meirelles demonstrou em seu livro "Os Guardiões da Fronteira" (1989), a presença militar foi uma constante e sempre teve como objetivo defender uma fronteira com uma pequena densidade populacional e que era ocupada por grupos indígenas que, provavelmente, transitavam livremente entre a Bolívia e o Brasil.

O outro aspecto significativo desta fronteira, e que persiste nos dias atuais, é a pequena densidade populacional com a ausência de maiores aglomerados urbanos. Na recente política de ocupação do estado de Mato Grosso, privilegiou-se o norte, que atraiu um contingente expressivo de sulistas que migrou em busca de oportunidades de obter terras para várias atividades, vender madeira, garimpar, plantar soja e criar gado, principalmente. A política do estado e a abertura da BR-364 propiciaram o surgimento de inúmeras cidades nesta região. Provavelmente por este motivo, a região fronteiriça permaneceu mais desabitada. O que foi possí-

vel observar em trabalho de campo é que há uma população tradicional, moradora desde as primeiras décadas deste século, com uma predominância, em termos de biotipos, de feições muito indígenas.

No município de Vila Bela, a primeira capital de Mato Grosso, onde predomina uma população de negros que aí vivem desde o período escravista, há também a presença expressiva dos Chiquitano que estão parte dispersos trabalhando em fazendas, parte vivendo em torno dos destacamentos militares do município ou em um bairro da periferia desta cidade. A região em que estão os Chiquitano está ocupada por grandes fazendas onde impera a pecuária extensiva, provavelmente desde o século XIX, mas de acordo com os relatos locais, a partir de meados deste século e mais intensamente a partir de 1970, com os incentivos governamentais para a ocupação do vale do rio Guaporé.

OS ÍNDIOS NA PERIFERIA DA CIDADE

Observou-se uma teia de relacionamentos entre os moradores de Limão e de outras localidades onde vivem os Chiquitano, cujo centro de referência parte das cidades de Cáceres, principalmente, e de Porto Espiridião e Vila Bela. Em Cáceres há uma população indígena que pode ser observada principalmente em bairros periféricos, cuja presença ainda está a espera de estudos mais sistemáticos. Esta cidade é uma espécie de capital do mundo indígena desta região de fronteira.

A partir desta periferia urbana, entrevistando moradores, foi possível iniciar um estudo da história dos Chiquitano que vivem em território nacional. Os primeiros relatos levavam para um mesmo lugar: a fazenda de Descalvados. Esta fazenda, de capital internacional, foi uma importante empresa exportadora de caldo de carne para a Europa, no século XIX. Em Descalvados, a mão-de-obra indígena foi amplamente utilizada e provavelmente esta fazenda foi uma grande responsável pelo desaparecimento dos Bororo ocidentais e pela dizimação de outros povos indígenas, tais como os Guató e mesmo os Chiquitano brasileiros. Quase todos os entrevistados mais velhos estiveram envolvidos com a fazenda, diretamente como trabalhadores ou transportando gêneros, gado ou couro produzidos para Cuiabá ou Cáceres.

Descalvados parece ter se constituído em um coração que pulsava nesta fronteira e que era alimentado pelo sangue indígena. Muitos casamentos interétnicos ocorreram aí, e muitos casais foram, após a decadência da fazenda, viver em Cáceres ou em outros locais.

Uma das modalidades de ocupação fundiária, entre os Chiquitano, são os chamados "assentamentos do Incra". O que é chamado genericamente por este nome trata-se do resultado de um processo de expropriação do restante das terras em que viviam os Chiquitano até a década de 70. Quando o Incra instalou sua sede em Cáceres, os fazendeiros foram chamados a regularizar suas propriedades. O proprietário então era questionado sobre o tamanho de suas terras e o que ele determinasse era regulamentado e legalizado. Já as áreas ocupadas pelas roças e casas dos Chiquitano determinavam o tamanho dos "lotes" a serem legalizados, em geral, de dez a 20 ha, ou menores. Uma análise rápida deste processo de "legalização" das terras fronteiriças aponta para uma exclusão violenta dos moradores de áreas rurais do município de Cáceres na década de 70.

Como resultado deste processo de fragmentação das terras, as famílias remanescentes ficaram fragilizadas, porque um modelo de ocupação comunal explodiu em pequenos módulos com títulos familiares, encravados às vezes nas grandes propriedades sacramentadas pelo órgão do governo. Em Roça Velha, uma comunidade de cerca de oito famílias, quatro irmãos de uma entrevistada haviam vendido seus "lotes do Incra" ao fazendeiro que havia insistido muito "porque eles estavam atrapalhando". Os lugares buscados por esses Chiquitano, ou Bororo, ou Guató expropriados, foram principalmente as cidades de Cáceres e de Porto Espiridião.

Neste pequeno pedaço de mundo, é possível perceber com detalhes os motivos do êxodo rural brasileiro na década de 70, bem como é possível perceber a tragédia familiar e pessoal dos expulsos do campo. *(julho, 2000)*

GERAL

MADEIREIROS AMEAÇAM FUNAI

Madeireiros continuam espalhando terror nas áreas indígenas do norte do MT e sul de RO. Anteontem à noite, a Funai e a PF prenderam três caminhões que estavam extraindo madeira na área Wasusu, de índios Nambikwara, a 15 km de Vilhena (MT). Na operação, a Funai contou apenas com dois policiais federais, já que as polícias militares de MT e RO e o Ibama têm se negado a participar da retirada ou fiscalização dos madeireiros.
Por trás desse crime de omissão que vem se arrastando há anos, madeireiros de Vilhena, Comodoro, Pontes e Lacerda, mantêm total controle junto aos índios para que possam facilitar a retirada de madeira em troca de veículos, televisão, antena parabólica, etc. Há indícios de que até carros roubados estejam sendo comercializados em troca de madeira. *(Diário da Amazônia - Porto Velho, 01/05/96)*

FISCALIZAÇÃO DO ENTORNO DAS TIS

O recém-criado Comitê Interinstitucional de Fiscalização Ambiental e de Entornos de Terras Indígenas (Cifa) começa este mês a capacitação de técnicos de órgãos federais e estaduais em várias regiões do estado. Esse comitê, criado pelo decreto governamental 1.626, de 20 de agosto, tem a finalidade de promover ações conjuntas com menos burocracia na área ambiental.
O Cifa já tem em caixa R$ 1,6 milhões, liberados pelo Banco Mundial para aplicar este ano no treinamento de pessoal. A estrutura humana e material do Cifa é a mesma disponível hoje nos órgãos governamentais e não-governamentais que o compõem. A diferença, explicou Dailor Luis Romio, diretor-técnico da Fundação Estadual de Meio Ambiente (Fema) e coordenador do Comitê, é que estará disponível num mesmo órgão, podendo ser requisitada e aplicada de maneira mais ágil. Compõem o Cifa órgãos como: Fema, Ibama, Polícia Florestal, Militar, Federal, Empaer, Funai, Indea, Caiemt, Justiça Volante Ambiental (Juvam), Formad, Ministério Público e diversas ONGs, sob coordenação da Fema.
O Comitê terá orçamento próprio - a previsão para o ano que vem é de R$ 6,8 milhões - e autonomia para adotar medidas preventivas e de repressão. Será executado experimentalmente até dezembro de 98 com o Prodeagro. Para facilitar as ações, o Cifa dividiu o estado em cinco bacias: Rio Araguaia, Guaporé/Juruena, Teles Pires Xingu, Paraguai e Aripuanã.
Participação do índios - Segundo o coordenador do Cifa, os índios também atuarão como fiscais. Eles vão participar de cursos rápidos sobre a legislação que trata das reservas e entornos das terras indígenas. No ano que vem o Comitê deve elaborar uma cartilha com leis básicas sobre meio ambiente, incluindo pesca, queimada, mineração, desmatamento, mata ciliar e áreas indígenas. *(Diário de Cuiabá, 06/10/97)*

FINANCIAMENTO DE PROJETOS EM DISCUSSÃO

Um dos itens mais importantes do Programa de Desenvolvimento Agro-industrial (Prodeagro), ora em execução no estado do MT, sem dúvida alguma é o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário (Padic). Criado no começo deste ano, por recomendação do Banco Mundial, financiador do Prodeagro, o Padic tem como principal meta atender a projetos de iniciativa comunitária.
Para discutir a finalidade e até mesmo o significado do Programa, líderes indígenas, representantes do governo e de ONGs, estiveram reunidos, durante três dias na Chapada dos Guimarães. Como ponto alto desse encontro, destaca-se a idéia de se aproveitar parte de um montante de cerca de R$ 40 milhões desse subprograma do Prodeagro para financiar projetos em áreas indígenas.
O Padic está aberto para financiar projetos que vão ao encontro de algumas das principais necessidades vividas pelas comunidades indígenas mato-grossenses, como a criação de pequenos animais, cultivo de plantas tradicionais e artesanato. *(Diário de Cuiabá, 08/11/97)*

SEMINÁRIO SOBRE DISTRITOS SANITÁRIOS INDÍGENAS

Foi realizado em Cuiabá, no período de 12 a 16 de abril, o seminário para implantação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, assessorado pelos representantes do Ministério da Saúde. Muitos povos indígenas não estavam presentes, como os da região de Juína, onde só os Rikbaktsa enviaram representantes. E muitos também não haviam participado das discussões que aconteceram em 1997 sobre os Distritos. A falta de participação pôde ser percebida na fala dos índios: "Dr. Ubiratan, por que não foram nas aldeias fazer reunião com os índios? Falar dessa proposta?" (Megaron – liderança Kaiapó). Apesar de todo o atropelamento, foram desenhados alguns distritos, considerando o aspecto geográfico. *(Pagagaru, Informe do Cimi/MT, mar-abr/1999)*

ÍNDIOS COBRAM O GOVERNO

Os representantes de 20 povos indígenas do Mato Grosso entregaram ao governador Dante de Oliveira uma carta cobrando uma definição para a política indigenista do estado. O documento foi elaborado no II Encontro dos Povos Indígenas, realizado nos dias 19 e 20, e propõe o restabelecimento e o efetivo controle da Coordenadoria de Assuntos Indígenas (Caiemt) sob a direção do índio Lúcio Paiva Flores Terena, indicado por unanimidade no encontro.
O documento propõe ainda a criação do Fórum das Associações, Organizações e Conselhos Indígenas para mediar e estabelecer estratégias de relações sociais e políticas. As lideranças indígenas dos 35 povos indígenas do Mato Grosso que vivem em 52 reservas, totalizando uma população de 21 mil índios, cobram uma atuação maior da Funai e do Governo do Estado onde eles possam participar diretamente das decisões da Caiemt, criada em 1987.
Dante de Oliveira garantiu que vai analisar o documento, buscando resolver o problema da Caiemt. De imediato, o governador propôs a criação do Conselho Indigenista Estadual: "Desde o início do meu governo eu apoio a política indígena. É por isso que eu estimulei o fortalecimento das comunidades indígenas como o Projeto Tucum, Xamã e Padic", disse o governador. *(A Gazeta 22/01/99)*

ENAWENÊ-NAWÊ

DEZ ANOS DEPOIS, MORTE DE JESUÍTA AINDA É MISTÉRIO

O processo que apura a morte do missionário jesuíta Vicente Cañas Costa, cujo corpo foi encontrado na AI Salumã, hoje Enawenê-Nawê, entra agora numa fase decisiva. Os próximos depoimentos poderão significar a diferença entre a elucidação do crime e a confirmação do caso como um dos grandes enigmas da crônica policial do estado.
Com dez anos, a morte do jesuíta permanece cercada de pontos de interrogação. Após três perícias em seus restos mortais, a polícia pôde afirmar que a morte foi de natureza violenta, com indícios de luta. As dúvidas favorecem a defesa dos quatro réus - um fazendeiro, um delegado de polícia aposentado, um lavrador e um agrimensor. No processo, há depoimentos de amigos e colegas do missionário afirmando que ele estava vivendo sob ameaças de morte. Essas ameaças estariam vinculadas à sua luta pela demarcação da terra dos índios Enawenê-Nawê, situada perto de Comodoro, Juína e Campo Novo dos Parecis. *(ISA, a partir de Diário de Cuiabá, 13/04/97)*

MISSIONÁRIO SE DIZIA AMEAÇADO

Meses antes de morrer, o missionário jesuíta Vicente Cañas temia pela sua vida. Da última vez que esteve em Cuiabá, em fevereiro, manteve contato com diversos amigos e missionários e revelou que estava sendo ameaçado por causa de sua luta pela demarcação da AI Salumã, atualmente chamada de Enawenê-Nawê. O padre jesuíta José Tencate lembra-se que Cañas, com quem falou longamente na ocasião, mencionou várias vezes que uma pessoa o estava perseguindo em Cuiabá, oferecendo com insistência uma carona até a aldeia. Cañas acabara de retornar de Brasília, onde fora tratar da demarcação do território junto à Funai. "Ele tinha receio de voltar à área", diz o padre Tencate.
O coordenador estadual da Opan, Ivar Busatto, também conversou em fevereiro com Cañas. Segundo ele, Cañas deixou um diário pessoal, mas sem identificar a origem das ameaças que acusava. O coordenador estadual do Cimi, Sebastião Carlos Moreira, não tem dúvidas que o jesuíta foi morto por causa de sua luta pela demarcação. "Todos os depoimentos dos amigos que tiveram contato com ele, quando da última viagem à Cuiabá, mencionam que ele estava temeroso", resume Moreira, que estava na equipe que encontrou o corpo do missionário, em 16 de maio de 1987. *(Diário de Cuiabá, 13/04/97)*

ESTRADA AMEAÇA ENAWENÊ-NAWÊ

Uma estrada de 50 quilômetros, construída há dois meses na floresta dentro da AI Enawenê-Nawê, poderá colocar em risco a sobrevivência desse povo do MT, composto por cerca de 300 índios semi-isolados, que não falam português. Além da construção da estrada, que entupiu nascentes e devastou área de vegetação nativa, fazendeiros da região deram de presente aos índios cestas básicas, provocando alguns casos de complicações intestinais. *(O Globo, 16/08/98)*

MAGGI DEFENDE-SE DE ACUSAÇÕES

O presidente do grupo Maggi, Blairo Maggi, negou ontem qualquer responsabilidade sua ou do grupo empresarial que lidera na abertura de uma estrada dentro da AI Enawenê-Nawê, na região de Sapezal, conforme denúncia do deputado federal Gilney Viana (PT). Blairo afirmou que a iniciativa de abrir estradas não pertence ao seu segmento econômico, mas sim às prefeituras da região. Segundo Blairo, a prefeitura de Sapezal assume a responsabilidade pela construção apenas de um trecho de aproximadamente 150 km de estrada, até a divisa com a área da reserva Enawenê-Nawê, mas sem invadi-la. O pai de Blairo, André Maggi, é prefeito de Sapezal. *(O Globo, 16/08/98)*

FAZENDEIRO ASSUME PARTE DA RESPONSABILIDADE

O fazendeiro Camilo Carlos Obici assume parte da responsabilidade pela construção da estrada que corta a reserva Enawenê-Nawê. Ele afirmou que não construiu a estrada, mas que mandou limpá-la para facilitar o trânsito de veículos. "Limpei a estrada há 60 dias. Mas não construí a estrada, ela já existia. Temos 40 mil produtores que precisam de estrada", disse o fazendeiro, que tem propriedades na divisa da terra indígena. Porém, segundo representantes

O POVO ENAWENÊ-NAWÊ

Os Enawenê-Nawê são um povo monolíngüe, falantes de uma língua aruak. Esta população habita uma região de transição entre o cerrado e a floresta equatorial, ocupando atualmente uma área de aproximadamente 740 mil ha, localizada no vale do rio Juruena, formador do rio Tapajós, na porção noroeste do estado de Mato Grosso, Brasil. Neste território, que abrange partes dos municípios de Juína, Comodoro, Campo Novo dos Parecis e Sapezal, predomina uma vegetação variada, com regiões de cerrado, de floresta tropical e de contato entre esses dois tipos. O clima define duas estações muito bem marcadas, uma chuvosa, durante os meses de outubro a março, e outra seca, entre abril e setembro.
Neste território, os Enawenê-Nawê se concentram em uma única aldeia, atualmente localizada à margem esquerda do rio Iquê. No entanto, durante o ciclo anual, esta população desenvolve um grande conjunto de atividades produtivas e cerimoniais, ocupando os mais diferentes pontos de seu território. Além dos produtos agrícolas, a dieta Enawenê-Nawê é fundamentalmente composta de peixes, frutos silvestres, mel e insetos comestíveis, coletados durante expedições que percorrem, várias vezes por ano, todas as partes de seu território. Ao contrário da grande maioria dos povos indígenas da Amazônia, os Enawenê-Nawê não caçam e não tomam água in natura.
Os Enawenê-Nawê se dividem em nove clãs (yãkwa). Os clãs são compostos por legiões de espíritos subterrâneos e celestes, além de seres humanos, todos associados a conjuntos de flautas cerimoniais. Além de corresponderem a unidades de troca matrimonial, os clãs desempenham funções econômicas e rituais igualmente básicas. Nas casas, a população se organiza em grupos domésticos, que são constituídos da união de grupos familiares, de tal maneira que os homens, uma vez casados, passam a morar com seus sogros.
Os indivíduos de um clã se concebem como "anfitriões" (harikare), oferecedores de mingau e sal durante os rituais. Segundo o esquema cosmo-lógico nativo, os Enawenê-Nawê habitam o patamar intermediário do universo, entre o mundo dos espíritos celestes e o mundo dos espíritos subterrâneos. A manutenção da vida social depende diretamente da realização de uma seqüência muito complexa de ritos dedicados a esses espíritos.

PROJETOS E PARCERIAS

A Opan vem apoiando os Enawenê-Nawê através de um projeto amplo com o objetivo de promover ações indigenistas nas áreas de saúde, educação, economia e defesa do território. O trabalho indigenista junto aos Enawenê-Nawê tem início em 1974, quando os jesuítas Vicente Cañas e Thomaz de Aquino Lisboa, da Missão Anchieta (MIA) e os índios Ogudubá e Tapema, do povo Rikbaktsa, e Roberto Nambikwara fizeram os primeiros contatos amistosos com os Enawenê-Nawê. Nos primeiros quatro anos de trabalho, a atuação de Vicente Cañas, com a parceria da Opan, se caracterizou por uma rotina de visitas aos Enawenê-Nawê com os objetivos de prevenir possíveis doenças infecto-contagiosas, iniciar estudos para dar início à regularização fundiária do território, além de acumular conhecimentos lingüísticos e culturais sobre esse povo. A partir de 1978, membros da Opan passaram a atuar também de forma permanente na área, dando prosseguimento aos trabalhos de saúde preventiva e às providências para a demarcação e defesa territorial. Com o assassinato de Vicente Cañas em 1987, por agentes interessados na exploração comercial das terras Enawenê-Nawê, a Missão Anchieta se retira da área e a Opan passa a se responsabilizar pela continuidade do projeto indigenista.
Para a defesa do território, a Opan desenvolve, junto com os Enawenê-Nawê, um programa de fiscalização dos limites do território e o monitoramento do entorno. O estudo descritivo da língua falada pelos Enawenê-Nawê permitiu iniciar, em 1995, um processo de alfabetização na língua nativa, que tem como marca diferencial, não ser acompanhado da criação de um espaço escolar definido. Mais recentemente, por solicitação expressa dos Enawenê-Nawê, e levando-se em conta o processo de intensificação do contato, foi iniciado o ensino da língua portuguesa e de aritmética, além do trabalho sistemático de discussão sobre aspectos políticos, econômicos e epidemiológicos da região e do País. No campo da economia, buscou-se ampliar a produção interna, através do plantio de castanheiras e da introdução de outros cultivares. Em parceria com o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), e sob a direção da antropóloga Virgínia Valadão, a Opan viabilizou a realização do vídeo Yãkwa, o banquete dos espíritos. (Márcio F. Silva e Pedro Henrique Passos, Opan, jul/00)

AS AMEAÇAS AOS ENAWENÊ-NAWÊ

No primeiro semestre de 1998, uma estrada clandestina, supostamente aberta para o escoamento da produção de soja do município de Sapezal, cortou a terra indígena numa extensão de aproximadamente 50 km. A porção invadida do território Enawenê-Nawê faz divisa com a fazenda "Gleba São Camilo" onde a estrada tem seu início e várias evidências sugerem que sua obra tivera apoio da Prefeitura da cidade de Sapezal. A Operação Amazônia Nativa (Opan), juntamente com o Cimi e o Formad, fizeram a denúncia e a Procuradoria Geral da República em Mato Grosso interditou a execução das obras. O Ministério Público Federal condenou o proprietário da fazenda por danos ambientais, mas a prefeitura de Sapezal não foi investigada. Com os já conhecidos métodos de aliciamento, os responsáveis por este crime agrediram não apenas o povo Enawenê-Nawê mas também o meio ambiente e até mesmo as leis brasileiras, uma vez que essas terras estão demarcadas, homologadas e registradas no Patrimônio da União.

RESISTÊNCIA AO GARIMPO

As práticas econômicas desenvolvidas no entorno da TI Enawenê-Nawê incluem a atividade madeireira, as grandes queimadas para a formação de pastagens, o garimpo e a agroindústria da soja. Muito freqüentemente, essas frentes predatórias de expansão invadem o território desse povo, uma das últimas áreas preservadas da região norte de Mato Grosso. Tais invasões, além dos danos ambientais, têm sido responsáveis pela proliferação de doenças infecciosas e graves transtornos à vida social dos Enawenê-Nawê. A degradação das áreas limítrofes ao território, como a poluição das cabeceiras dos rios e o uso abusivo de agrotóxicos, afetam diretamente as atividades produtivas deste povo. No entanto, os Enawenê-Nawê, com o apoio da Opan, têm procurado manter sua terra preservada através de um programa de fiscalização. Tal atividade é feita sempre Enawenê-Nawê da Opan, por representantes do povo Enawenê-Nawê e um indigenista da Opan, de forma sistemática nas áreas limítrofes do território indígena, seja nos limites naturais ou linhas secas mas especialmente nas regiões mais ameaçadas de invasão. Os Enawenê-Nawê são exímios conhecedores de seu território. A atividade de fiscalização, permite um constante exercício de discussão, conscientização da importância da preservação e da defesa da terra. Nesse sentido, a rotatividade (sempre definida por eles) dos grupos dos homens nas viagens têm garantido a participação ampla dos Enawenê-Nawê neste processo. Porém, as invasões de garimpo tem sido cada vez mais freqüentes. Só no ano de 1999 foram oito. Ocorreram ameaças de morte e o perigo de um conflito mais amplo é sempre iminente. (Pedro Henrique Passos, Opan, jul/00)

do Cimi e da Operação Amazônia Nativa (Opan), a estrada não existia há dois meses.

Camilo Obici também assumiu a iniciativa de dar de presente aos índios sete barcos de aço e sete motores de popa. Mas o fazendeiro evita falar em troca de favores para que os índios não reagissem à construção da estrada. "Muitos índios tinham dor de dente e não conseguiam chegar à cidade, por isso doei sete barcos e sete motores", disse. O fazendeiro afirma que os índios o procuraram pedindo ajuda para problemas de saúde. Segundo as afirmações do Cimi e da Opan, ocorreu justamente o contrário. Durante o tempo que os Enawenê-Nawê ficaram isolados do contato com os regionais, não sofriam com os problemas de saúde atuais, e a aldeia chegou a triplicar sua população em 14 anos. *(O Globo, 16/08/98)*

INCÊNDIO ATINGE ÁREA INDÍGENA

Um início de incêndio foi detectado ontem na AI Enawenê-Nawê, onde vivem 300 índios. O Ibama ainda não sabe dizer qual a proporção do incêndio e nenhum grupo de combate ao fogo está na reserva.

Ivar Busatto, da coordenação da Opan que atua na região, informou que os focos são em áreas de pastagens e não colocam as aldeias em perigo por enquanto. Por isso, nenhum tipo de operação de emergência foi montado. "Há três dias não temos informação dos Enawenê, mas se houvesse alguma situação de risco já saberíamos". *(FSP, 09/09/98)*

INPE COMPROVA OCUPAÇÃO DE TERRA

A expansão das fronteiras agrícolas e áreas de pastagens na Chapada dos Parecis, no MT, está provocando um processo acelerado de ocupação da reserva indígena dos Enawenê-Nawê, ao norte do estado. Apesar de ser contornada pela rodovia federal BR-364, a invasão da reserva tem sido facilitada pela abertura de estradas vicinais.

O alerta foi feito por pesquisadores do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) a partir do recente estudo "As reservas indígenas e fronteiras agrícolas na Chapada dos Parecis: uma análise temporal por imagens de satélite". Coordenado pelo geólogo da Divisão de Sensoriamento Remoto do Inpe, Paulo Roberto Martini, e pela geógrafa Íris Souza, o estudo mostra que os limites da reserva indígena vêm sendo invadidos desde 1984 a partir da rodovia estadual MT-319 e de suas vicinais no trecho noroeste.

O mapeamento da reserva, feito a partir de imagens do satélite Landsat e cartas topográficas do IBGE, mostram que o desmatamento de áreas perteocentes aos Enawenê-Nawê saltou de 668 ha em 1984 para 8 mil em 1997. Segundo Martini, os padrões de ocupação são típicos de atividade agropecuária e de pequenas propriedades agrícolas, com fortes características de exploração. Os indícios da exploração aparecem com a extração de madeira, garimpo, poluição das cabeceiras dos rios com agrotóxico e lixo.

VINCENT CARELLI

Enewenê-Nawê no ritual Yãkwa: trenqüilidade emeeçede pele estrede.

Ameaças - O ritmo da ocupação de áreas na reserva dos Enawenê-Nawê, com 568 mil ha, já ameaça a preservação da cultura e da natividade dos cerca de 300 índios que ali vivem. "A questão do meio ambiente é outro ponto que nos preocupa muito, em função de já termos observado, por imagens de satélite, que alguns rios desta reserva, especialmente o Juruena, estão sendo afetados por agrotóxicos, utilizados na cultura da soja", diz o pesquisador. As glebas de soja são desenvolvidas sobre solos arenosos, facilitando a disseminação dos resíduos químicos da cultura para os mananciais hídricos, principalmente no período das chuvas. O desenvolvimento da pecuária na região, segundo Martini, é outro agravante de degradação da terra. "O sul do Parecis é uma região de terreno acidentado. Quando se tira a vegetação natural, o solo perde a qualidade e tende a desenvolver um processo erosivo irreversível, num prazo de dois a três anos", disse.
O estudo sobre a ocupação desta região pelo Inpe, segundo Paulo Martini, foi motivado pelo interesse em conhecer mais a fundo como se dava a distribuição espacial da cultura da soja. *(Gazeta Mercantil, 20/11/98)*

INVASÃO DE GARIMPEIROS

Garimpeiros invadiram quatro vezes a reserva indígena Enawenê-Nawê em menos de seis meses, segundo representantes da aldeia que estiveram em Cuiabá ontem para reuniões com representantes da Funai e do Ibama. Eles estão reivindicando a instalação de um posto fiscal na reserva para evitar novas invasões. Como as entidades alegam falta de verba, a proposta é uma fiscalização em parceria. Segundo o indigenista Pedro Henrique Passos, da ONG Opan, a preocupação maior é evitar um conflito entre índios e garimpeiros. "Eles estão cansados, e alguns pensam em atacar os garimpeiros à flechada, mesmo sabendo do risco que correm", explica. Desde 1973, quando foi descoberta, até hoje, já houve 11 mortos em conflitos na aldeia. A sociedade Enawenê-Nawê tem cerca de 300 representantes apenas, e vem sendo mantida em relativo isolamento. Como não comem carne de caça, o garimpo se torna uma ameaça também à saúde dos índios, que podem contrair doenças em função da pesca em águas poluídas. *(A Gazeta, 30/09/99)*

GUATÓ

A REDESCOBERTA DOS GUATÓ DO BAIXO SÃO LOURENÇO

A Fundação Nacional do Índio retomou os estudos de identificação de um núcleo Guató, localizado na região da confluência dos Rios Cuiabá e São Lourenço, tendo sido instada por índios Bororo da Terra Indígena Perigara, que também vivem naquelas proximidades. O grupo é composto por 85 índios, a maioria habitando uma localidade denominada São Benedito, às margens do rio São Lourenço.
Face a situação de posse precária de seu território, a Funai solicitou e obteve da Justiça Federal de Mato Grosso a interdição de uma área de 5.358 há, através de uma ação possessória de interdito proibitório contra os proprietários das fazendas inseridas neste perímetro.
História - Max Schmidt, durante sua expedição entre 1900 e 1901 reconheceu três grupos locais distintos entre os Guató: os do alto Paraguai, os das lagoas Guaíba e Uberaba e os do baixo São Lourenço.
A historiografia dos Guató não oferece dúvidas quanto a esta extensa área que outrora ocupavam, onde as famílias encontravam-se dispersas em pequenos aldeamentos familiares. Foram descritos desde o século XVI por diversos viajantes. Domingo Martinez de Irala (1543), Francis Castelnau (1846), Hercules Florence (1825 a 1829), João Augusto Caldas (1887), Henry Bolland (1901) e, mais recentemente, Frederico Rondon (1938) mencionaram os Guató, localizando-os nos rios médio Paraguai e Cuiabá, onde edificavam suas moradias em monchões ou aterrados construídos pelos próprios índios, às margens dos rios ou baías do Pantanal e onde faziam seus roçados e seus cemitérios.
A partir de meados deste século, segue-se um silêncio histórico sobre os Guató, sendo eles considerados um povo extinto. Até que no início dos anos 70, missionários da equipe indigenista de Corumbá identificaram alguns remanescentes Guató vivendo naquela cidade. Através deles são localizados outros, habitando ainda em seus territórios tradicionais, muitos destes praticantes de sua língua materna.
A luta pelo território - A redescoberta dos Guató dá início a uma luta pela recuperação do seu território, especialmente da Ilha Insua ou Bela Vista do Norte, situada nas baías Guaíba e Uberaba, na região próxima a Corumbá-MS, a qual passou a ser objeto de estudos desde meados dos anos 70, os quais resultaram na identificação e delimitação da Terra Indígena Guató, hoje devidamente demarcada. Ocorre que estes estudos identificaram a existência de vários outros núcleos familiares Guató, situados em diversas localidades no interior do Pantanal. Porém, pretendia-se que a demarcação da Ilha Insua servisse de atrativo a estes grupos, reunindo-os em um só local. Isso não ocorreu como, de fato, não era de se esperar, já que historicamente se tem conhecimento de que uma das principais características dos Guató e elemento de fundamental importância na sua relação com o ambiente do Pantanal é a dispersão em pequenos núcleos. A demarcação da Ilha Iosua deixou novamente esquecida a maior parte dos Guató.
Os Guató estão à espera da consolidação das ações governamentais que propiciem os estudos de identificação fundiária que levem à demarcação definitiva da Terra Indígena Baía dos Guató, garantia da sua sobrevivência enquanto grupo étnico distinto. *(Jorge Luis de Paula, Anna Maria Ribeiro F. M. Costa, ago/00)*

IRANTXE

OS IRANTXE FORA DO TERRITÓRIO TRADICIONAL

A atual Terra Indígena Irantxe faz parte do município de Brasnorte, cuja população é de 9.272 pessoas. As principais atividades econômicas do entorno da área indígena são o extrativismo vegetal e a industrialização de espécies de madeira de lei. Na produção agrícola destacam-se as culturas de soja, arroz, milho e algodão, em geral plantadas em grande escala e como monoculturas. Existem culturas perenes e de subsistência e a criação de gado de corte. A concentração de grandes estabelecimentos é muito forte.
O território tradicional dos Irantxe localiza-se ao norte do paralelo 13, entre a margem esquerda do rio Sangue e direita do rio Cravari, no atual município de Brasnorte, MT.
Os Irantxe autodenominam-se Manôki e falam uma língua considerada isolada, sem proximidades com outras línguas indígenas do Brasil. Hoje, com uma população de 250 pessoas, estão divididos em seis aldeias: Paredão (60), Recanto do Alípio (12), Perdiz (26), Asa Branca (24), Cravari (119) e Treze de Maio (9).
Os contatos iniciais dos Irantxe com as frentes de expansão ocorreram no final do século passado e início deste quando seu território foi alcançado pela frente de extrativismo da borracha. Os relatos e as referências históricas informam sobre contatos pacíficos, massacres e epidemias que dizimaram boa parte da população Manôki nas primeiras décadas deste século. Na década de 40 e 50 foram atraídos para um posto do SPI (Serviço de Proteção aos Índios),

Tolosa, fundado para atender os Irantxe e os Paresi que viviam na região das cabeceiras do rio Cravarí. A Missão dos Jesuítas de Utiariti (60 km da área atual) também ofereceu acolhida aos Irantxe, sobretudo aos jovens e no início da década de 50 já se encontravam na Missão boa parte deles.

Deve-se destacar também que foi na década de 50 que ocorreram violentos ataques contra os Irantxe provocados pelos vizinhos inimigos Tapayuna e Rikbaktsa. Principalmente por esta razão, os remanescentes (menos de 60 pessoas), exceto duas famílias, deslocaram-se para a missão do Utiariti, permanecendo lá durante as décadas de 60 e 70 (1948-1968). O contingente maior de homens que de mulheres e o casamento com mulheres de outros povos, notadamente Paresi, Rikbaktsa, Kayabi, Cinta-Larga e outros, acarretou um aumento populacional dos Irantxe. Por outro lado, esta miscigenação trouxe também dificuldades na manutenção da cultura, sobretudo a língua.

Na década de 70, os Irantxe deixaram Utiariti e localizaram-se na atual TI Irantxe, 45.555 ha, decretada em 1968. Localizada entre os córregos Paredão e Grande, afluentes da margem esquerda do Cravarí, fora, portanto do território tradicional. A razão disso está no fato de que, ao delimitarem uma área para ser decretada pela Funai (1966/67), os jesuítas de Utiariti não discutiram amplamente o assunto com todos os Irantxe e simplesmente aceitaram a indicação do Capitão José, que indicou uma pequena área no meio do cerrado à margem esquerda do Cravarí. Não era possível prever, naquele momento, que em poucos anos toda a região seria ocupado pela agricultura monoculturista. Além disso, nesta época, os temidos inimigos dos Irantxe, os Tapayuna, moradores da margem direita dos rios Sangue e Arinos, continuavam sendo uma ameaça permanente.

Os Myky - Em 1971, um pequeno grupo Manôki de 23 pessoas foi contatado por uma equipe coordenada pelos jesuítas de Utiariti nas cabeceiras do córrego Escondido, afluente do rio Papagaio. Para lá transferiram-se alguns Irantxe, constituíram famílias e a atual população daqueles Manôki, conhecidos como Myky, é de 76 pessoas. Os Myky estão localizados em terra própria (50 mil ha) a 50 km da cidade de Brasnorte. Os Myky representam, ainda hoje, importante referência cultural para os Manôki do Cravarí.

Para os Irantxe, a perda e o fato de não poderem usufruir de seu território tradicional tem sido de tristes lembranças, de muitas saudades, dor e de empobrecimento econômico dado que a área atual, na avaliação dos próprios índios, é incomparavelmente inferior e fraca para produzir as culturas agrícolas tradicionais, além de ser pobre de caça e pesca. Além disso, cada detalhe do território tradicional tem múltiplos sentidos para o grupo que, permanentemente, através daqueles que detêm a memória histórica e cultural, são evocados, recriando e atualizando o sentido de pertencimento da nacionalidade Manôki entre as novas gerações.

O povo Irantxe mantêm a roça tradicional, lavouras plantadas em áreas de mata, geralmente matas ciliares. A mata é derrubada e depois de seca é queimada, acontecendo em seguida o plantio dos gêneros alimentícios. Porém, existe um certo "conflito" de gerações na comunidade Irantxe: os mais velhos que acham que devem continuar com o sistema tradicional de plantio (roças tradicionais) e os mais novos que acreditam que só existe viabilidade nos plantios mecanizados nas áreas de cerrado. Isto deve-se também ao fato que os jovens trabalham como "peões" nas fazendas vizinhas no entorno da área indígena.

Nas roças tradicionais são cultivados milho fofo, milho duro, arroz, batata doce, mandioca mansa e brava, amendoim, feijão fava, cará e araruta (dois tipos cada), banana e cana. Os solos das roças tradicionais são, em geral, pobres, não suportando plantios por mais de dois anos seguidos. Isto faz com que a cada ano novas áreas sejam abertas. Não são utilizados adubos, corretivos ou defensivos nas roças tradicionais. Além das roças tradicionais, os índios caçam e pescam e criam porcos e galinhas.

A agricultura não é suficiente para o sustento do povo. As rendas adicionais provêm das aposentadorias, da mão-de-obra temporária nas fazendas, da venda de artesanato e de produtos como farinha e mel. *(Ivar Busatto, Opan, jul/00)*

MYKY

POPULAÇÃO CRESCE DESDE O CONTATO

Povo contatado no início da década de 70 por uma equipe de índios e jesuítas, entre os quais o missionário Vicente Cañas Costa – assassinado em 1987 –,os Myky não enfrentaram redução de sua população. Na época do contato, eles somavam 22, remanescentes de um massacre de Iranxe ocorrido por volta de 1910 na aldeia Tapuru. Habitantes de matas, são tidos como parentes diretos dos Iranxe, que habitam o cerrado. O grupo vive, hoje, numa área com 47 mil ha, em Brasnorte (MT), e soma 67 indivíduos.

A irmã da Congregação do Sagrado Coração de Jesus, Elisabeth Rondon Amarante, vive desde 1979 entre esses índios. Segundo Elisabeth, um dos maiores desafios para eles é encontrar formas de sustentação. A pesca e a caça estão escassas. No rio Papagaio, os peixes estão sumindo ano a ano, conforme diz o líder Ianáxi. A demarcação das terras, feita de forma rápida para evitar prejuízos à tribo, acabou deixando de fora muitas áreas que os índios reconhecem como suas. "Eles dizem que hoje está tudo muito apertadinho", diz Elisabeth.

Outra preocupação é com a saúde. A aldeia registra casos de gripe, pneumonia, bronquite e verminoses, que já provocaram a morte de quatro crianças. O Cimi está viabilizando a vinda de mais dois profissionais de saúde. O contato com a sociedade envolvente e, inclusive, com outras tribos que ostentam o uso de bens não-indígenas, não impede que os Myky pratiquem suas manifestações culturais, como o jogo "ajãi" e o canto "yetá". *(Diário de Cuiabá, 13/04/97)*

PARECI/GERAL

EMAS SERÃO REINTRODUZIDAS EM ALDEIAS

O Zoológico da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e a Opan estão reproduzindo emas em cativeiro, em regime de confinamento e semi-confinamento, para reintroduzi-las nas aldeias Pareci Salto da Mulher e Seringal. O projeto "Reprodução e Reintrodução da Ema Rhea na Reserva Pareci" teve início em abril de 1996 e será transformado em monografia de conclusão de curso da estudante Artema de Lima, do curso de Biologia da UFMT. A primeira tentativa de reintrodução será feita possivelmente em junho. Nas aldeias, as aves ficarão em áreas de aproximadamente 20 ha. O projeto previa a construção de cercas de tela na área, mas a falta de recursos deve forçar a soltura dos animais em campo aberto. "Como elas ficarão em área aberta, a tendência é que se agrupem nos bandos existentes na região", disse o orientador do projeto, o biólogo João Batista de Pinho, também diretor do Zôo. *(Diário de Cuiabá, 02/03/97)*

OPAN APONTA PROBLEMAS FUNDIÁRIOS

A Organização Amazônia Nativa (Opan) está concluindo um levantamento socioeconômico dos índios Pareci, que deverá ser divulgado em junho. Em outra pesquisa sobre o impacto causado pela ocupação dos entornos das reservas, a Opan apurou o nível de envenenamento dos rios e dos animais das reservas por agrotóxicos. Há ainda o risco de invasão das terras indígenas por não-índios. Segundo Nelson Secchi, coordenador da Opan, os índios perderam parte do seu potencial de caça e de agricultura.

"Com isso, eles acabam virando bóias-frias dos fazendeiros ou arrendando suas terras como alternativa econômica". Secchi adverte que a prática do arrendamento pode agravar a situação dos índios, já que as técnicas agrícolas empregadas nesses espaços provocam grandes desmatamentos e o uso de agrotóxicos. *(Diário de Cuiabá, 02 e 03/03/97)*

PRODUTORES E ÍNDIOS DISCUTEM PARCERIA AGRÍCOLA

A comunidade indígena Pareci e produtores rurais da região Médio Norte do estado poderão firmar um acordo que permite o aproveitamento de terras indígenas. A possibilidade foi levantada durante audiência pública sobre a viabilização de uma parceria para uso agrícola das terras indígenas. Cerca de 400 índios estiveram presentes ao encontro, que reuniu ainda empresários, MPF, os prefeitos de Campo Novo dos Parecis, Sapezal e Barra do Bugre, além do presidente da Funai, Júlio Gaiger.

Segundo o índio José Zezokerkai, a iniciativa de manter o diálogo sobre um acordo com os produtores de soja da região partiu da própria comunidade indígena. "Estamos em situação ruim. Temos falta de apoio na saúde, na educação e sem alimentos", disse o índio Pareci. Uma das empresas interessadas na parceria é a Agrofel, que comercializa insumos, sementes e máquinas agrícolas, e que chegou a acenar com R$ 12 milhões em investimentos na região. A área visada pelos produtores está localizada na Chapada dos Parecis, entre Tangará da Serra e Campo Novo, e está coberta por vegetação de cerrado. No contrato de parceria, os índios receberiam um percentual sobre os ganhos da produção. Enquanto cedem suas terras para cultivo, os empresários se responsabilizariam pela obtenção de financiamentos, insumos, maquinário e mão-de-obra, que incluiria os índios, proporcionando a eles o aprendizado de técnicas agrícolas.

Segundo o índio Daniel Cabixi, o acordo poderá permitir a integração social dos índios a partir de sua inserção na economia regional. *(Diário de Cuiabá, 13/05/97)*

ESTRADA ILEGAL DENTRO DA TI UTIARITI

Responsável pelo escoamento da produção agrícola do Médio Norte, a rodovia estadual MT-235, chamada de Nova Fronteira, existe ilegalmente desde 1984, quando os índios da TI Utiariti aprovaram a construção. "Mas ela continua sendo uma obra ilegal porque foi feita em terras indígenas, que são bens da União, sem atender ao relevante interesse público", explicou ontem o procurador Roberto Cavalcanti. Uma recomendação do MPF foi enviada ao presidente da Halitinã, associação Pareci com sede em Tangará da Serra, sugerindo a cobrança de pedágio na via como forma de angariar fundos para a viabilização da infra-estrutura que os índios necessitam. A prefeitura de Campo Novo do Parecis foi condenada a pagar uma multa diária, em 1991, depois de abrir a estrada dentro de área indígena com a suposta participação de um funcionário da Funai. Em outubro de 96, uma ponte sobre o rio Verde foi construída pela prefeitura e junto a ela foi aberta uma estrada vicinal para encurtar em 34 km o trajeto entre Campo Novo e Sapezal. *(Diário de Cuiabá, 28/09/97)*

EMPRESAS ACUSADAS DE IRREGULARIDADES

As duas empresas de Tangará da Serra – Cooperativa Agropecuária Mista do Vale do Seputuba e Comércio de Produtos Agrícolas Ferrarin Ltda. (Agrofel) – continuam interessadas na parceria com os índios Pareci, apesar do parecer contrário da Procuradoria da República em MT. Ambas, assim como a prefeitura de Campo Novo dos Parecis, respondem a inquéritos policiais, o que poderá impedi-las de oficializar a parceria.

A cooperativa foi denunciada por irregularidades tributárias e financeiras. Foi acusada de manter um "caixa dois", de ter débitos fiscais e emitir cheques sem fundos. A Agrofel foi indiciado no ano passado por danos nas terras indígenas, quando abriu uma pequena estrada no cerrado da reserva. Segundo o diretor da cooperativa, Pedro Riquetto, as denúncias contra a empresa não procedem e, em breve, o inquérito criminal deverá ser arquivado por falta de evidência de irregularidades. *(Diário de Cuiabá, 30/09/97)*

REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DA PARCERIA É SUSPENSA

A parceria entre produtores de soja e a comunidade indígena Pareci está suspensa, pelo menos até a aprovação do projeto de Lei 260/90 pelo Congresso. Com isso, está cancelada a reunião entre os pretensos parceiros, a Funai e o MPF, marcada para os dias 4 e 5 de outubro, em Campo Novo dos Parecis. Segundo o procurador da República, Roberto Cavalcanti, há ainda um longo caminho a ser percorrido até que se possa viabilizar o projeto de parceria econômica em terras indígenas, devido à falta de uma legislação adequada, de estudos antropológicos e de impacto ambiental. *(Diário de Cuiabá, 01/10/97)*

PARCERIA PODE SER ARTIFÍCIO PARA LEGALIZAR ESTRADA

O procurador da República em MT, Roberto Cavalcanti, denunciou a formação de um *lobby* composto por fazendeiros e prefeitos, mobilizados para construir uma estrada que pode prejudicar 1,4 mil índios na região da Chapada dos Parecis (MT). A denúncia foi feita à Funai e ao Ministério da Justiça. O traçado da estrada MT-235, que liga as cidades de Campo Novo dos Parecis a Comodoro, corta uma área indígena. De acordo com o procurador, a estrada esbarra no Artigo 231 da Constituição Federal. "Lobbies de fazendeiros e prefeitos da região querem transformar a MT-235 em estrada federal", disse o procurador. Desta forma, a via poderia ser considerada legal. Com a MT-235 em operação haverá uma circulação de 1,5 mil caminhões por dia. Para o antropólogo da Procuradoria, Marco Paulo Fróes Schettino, a estrada colocaria em risco todas as comunidades indígenas da região. "A estrada ameaça os animais que os índios caçam para viver, expõem os indígenas à prostituição, alcoolismo e invasões do território", disse Schettino.

O prefeito de Campo Novo dos Parecis defende a construção da estrada e admite o *lobby*. "Nós estamos nos mobilizando porque a estrada vai ser essencial no escoamento da produção de soja da região", diz. Em sua opinião, a estrada não vai prejudicar os índios. "Só vai ajudá-los, trazendo desenvolvimento à área", afirma. *(Jornal da Tarde, 09/10/97)*

CENSO CONSTATA CRESCIMENTO ACELERADO DA POPULAÇÃO

Um censo realizado recentemente pela Opan sobre a situação dos índios Pareci aponta um aumento da população da ordem de 30% nos últimos dez anos. Segundo Andrea Jakubszko, que participou da análise dos dados, esse crescimento populacional está possivelmente associado a uma relativa estabilidade provocada pela demarcação e homologação da terra dos Pareci. "Hoje eles deixaram de ser nômades e têm sua área demarcada, apesar dela não corresponder a um terço da área que o povo dispunha no passado", frisou.

Durante a realização deste censo, foram entrevistados 1.010 Pareci, mas a Opan acredita que os números deste povo no MT chegue a 1.100. Eles ocupam o Chapadão dos Parecis, na região de Brasnorte, Juína e Juara. A realização deste primeiro censo aprofundado da Opan tem como meta principal levantar dados para a implantação e desenvolvimento de projetos em

várias áreas de atendimento aos índios. *(Folha do Estado, 20/10/97)*

ÍNDIOS E PREFEITOS CHEGAM A ACORDO

Ficou confirmada a cobrança de pedágio na estrada Nova Fronteira, que liga a MT-170 aos municípios de Sapezal, Campos de Júlio e Comodoro (MT). A decisão foi tomada em uma reunião em Sapezal, entre representantes dos índios Pareci, a Procuradoria da República, os prefeitos de Sapezal, Campo Novo e Tangará da Serra, representantes da Funai e o suplente de senador, Bairo Maggi.
Ficou definido que o valor do pedágio será de R$ 5 para todos os veículos. O acordo terá validade de seis meses e vai entrar em vigor a partir de janeiro do próximo ano, podendo ser renovado caso haja concordância entre as partes. Os índios querem a cobrança de pedágio até mesmo das boiadas que passam pela Nova Fronteira, sendo R$ 0,10 por animal. A idéia acabou sendo excluída do acordo.
A cobrança será feita em um posto precariamente construído nas proximidades de Salto da Mulher e será administrado pela Associação Halitinã, pela Funai e pelas prefeituras. A distribuição dos recursos arrecadados terá 60% destinados para os índios e 40% para um fundo de manutenção da estrada administrado pelas prefeituras. Funai e MPF farão a fiscalização. As prefeituras darão ainda, como contrapartida, sementes e máquinas para o preparo das lavouras indígenas.
Entre índios - Os índios Nambikwara reclamaram o direito de ter participação nos ganhos destinados aos Pareci. Para os primeiros, a estrada passa em um área que também lhes pertence. Os Pareci discordaram da reivindicação, sustentando que a estrada cruza apenas suas terras. Os motoristas presentes protestaram contra a instituição do pedágio, mas acabaram aceitando depois da ameaça, por parte do procurador Roberto Cavalcante, de fechar a Nova Fronteira. *(Diário de Cuiabá, 09/11/97)*

PARECI/ TI ESTAÇÃO PARECIS

MINISTRO DETERMINA DEMARCAÇÃO

O ministro da Justiça, Nelson Jobim, assinou no dia 01 de novembro de 1996 a Portaria nº 666, que declara como de posse permanente dos índios Pareci a TI Estação Parecis, com superfície aproximada de 3.620 ha. A portaria determina à Funai promover a demarcação da área em questão. *(DOU, 04/11/96)*

GRILAGEM E LOTEAMENTO DA TI

Confinados em uma área de 40 ha, os Pareci da TI Estação Parecis ainda não sabem como recuperar o usufruto da terra - conforme determina recente portaria ministerial -, loteada e grilada por fazendas de soja. Djair Zoromorá, 59 anos, principal liderança Pareci na área, afirma que o fazendeiro Geraldo Cosme de Freitas é o principal responsável pela grilagem das terras na Estação Parecis. Da década de 70 para cá, segundo Djair, os fazendeiros entraram com seus tratores e não pararam mais de abrir o cerrado. "A caça que garantia alimentação da aldeia já não existe mais", comenta, ressaltando que os invasores tiveram a ousadia de queimar os marcos fixados pelo Marechal Rondon no começo do século, que demarcavam a terra dos Pareci. *(Diário de Cuiabá, 02 e 03/03/97)*

ÍNDIOS AMEAÇAM DERRUBAR REDE DE ENERGIA

Índios Pareci da Estação Parecis estão ameaçando derrubar a rede de energia elétrica que passa dentro da reserva, caso os fazendeiros não desocupem a área em litígio. Ontem, eles encaminharam ofício ao ministro da Justiça, Iris Resende, reclamando a demarcação da área de 2.600 ha. No ofício, assinado pela líder indígena, Dejair Zoromorá, os índios denunciam que a área está sofrendo todo o tipo de interferência de fazendeiros que ocupam a reserva com lavouras de soja e pecuária. Caso o Ministério da Justiça não tome nenhuma providência, os índios prometem destruir toda a rede de energia elétrica que passa sobre a reserva. *(Diário de Cuiabá, 14/01/98)*

ECOLOGISTAS REIVINDICAM DEMARCAÇÃO

A Associação Diamantinense de Ecologia (ADE) encaminhou um documento ontem ao ministro da Justiça, Iris Resende, reivindicando providências sobre a demarcação da AI Estação Parecis. No documento, o presidente da ADE, Manoel Messias Alves, afirma que os índios não conseguem mais conviver com os abusos dos fazendeiros dentro da reserva.
A entidade também vai solicitar ao Cifa um laudo técnico com as características ambientais da reserva. O laudo também deverá apontar se há processo de degradação ambiental provocado pelas fazendas que cultivam lavouras de soja e pecuária dentro da área indígena. Messias espera que os fiscais da Cifa verifiquem se os fazendeiros possuem licença do Ibama para o cultivo da soja. "Caso haja alguma irregularidade ambiental, os fazendeiros serão autuados". *(Diário de Cuiabá, 15/01/98)*

MINISTRO DA JUSTIÇA ANULA PORTARIA

Uma área indígena do MT em vias de ter sua demarcação consolidada terá seu processo refeito por conta de uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), tomada em dezembro de 97. No último dia 17 de fevereiro, o Diário Oficial da União publicou a Portaria nº 67, assinada pelo ministro da Justiça Renan Calheiros cinco dias antes, anulando os efeitos da Portaria nº 666, de novembro de 96, que determinava a demarcação da TI Estação Parecis, localizada na região de Diamantino (MT).
A anulação é cunseqüência do julgamento feito pelo STJ de um mandado de segurança impetrado pelo fazendeiro Adelino Simões de Carvalho Filho e outros interessados, com base no que determina o Decreto nº 1.775, que regulamenta o processo de demarcação de terras indígenas no Brasil. O ISA não teve acesso à decisão dos ministros do STJ. Chama a atenção o fato do Executivo não ter recorrido da decisão.
Desde a implementação do Decreto nº 1775, em janeiro de 96, essa é a primeira vez que um ministro retrocede no processo de demarcação por conta de uma decisão judicial. Embora o julgamento do mérito do mandado tenha ocorrido em dezembro de 97, sua publicação no Diário da Justiça só ocorreu em maio de 98 - ou seja, desde então a portaria ministerial que reconheceu a posse indígena sobre a terra identificada pela Funai e determinou sua demarcação está invalidada. Entretanto, só este mês o ministro Renan Calheiros formalizou a anulação.
Como conseqüência desse ato, a assessoria jurídica do ISA avalia que a Funai terá que constituir novo grupo de trabalho visando a reidentificação da área. Se os estudos desse grupo forem aprovados pela Funai - e tal aprovação publicada no Diário Oficial -, estará dado o prazo de 90 dias para que interesses contrariados se manifestem contra o processo. *(Marco Gonçalves, Últimas Notícias/ISA, 22/02/99)*

NAMBIKWARA/ GERAL

PRODUTORES E ÍNDIOS TENTAM SE ENTENDER

Pela primeira vez, pequenos produtores e índios Nambikwara do Vale do Guaporé discutiram

formas de desenvolver atividades no entorno das áreas indígenas da região e uma possível cooperação na preservação dos territórios. A reunião ocorreu no último dia 31 de janeiro em Pontes e Lacerda, como parte de um projeto do Instituto Trópicos em parceria com a Fema e com recursos do Prodeagro.
O encontro contou com a presença de 45 entidades e órgãos públicos, incluindo sindicatos rurais e associações de produtores da região. Dois índios Nambikwara, um chefe de posto indígena e o líder Lourenço Nambikwara participaram da reunião. Segundo o consultor do Pnud e membro do Instituto Trópicos, Villi Fritz Seilert, o encontro proporcionou de forma inédita a possibilidade de produtores e índios discutirem problemas comuns. Segundo Seilert, os índios impressionaram os presentes, explicando as peculiaridades de sua relação com a natureza e com as riquezas naturais. *(Diário de Cuiabá, 04/02/97)*

NAMBIKWARA/ TI PEQUIZAL

POSSEIROS DESOCUPAM ÁREA

Os cerca de 30 posseiros que invadiram a AI Pequizal, em Nova Lacerda, a deixaram pacificamente. Ocupando a área desde 1994, os invasores, a maioria ex-garimpeiros, estavam prestes a ser expulsos da área pelas Polícias Federal, Militar e pelo Cifa, numa operação de desintrusão prevista para acontecer até o final deste mês.
Os invasores haviam levantado barracos de lona e sapé e retirado madeira nobre como mogno, cedrinho, guarapira e aroeira. A Funai divulgou os nomes dos grileiros Paulinho Taxista, Raimundo Nonato, José Antônio, Eli dos Reis, Israel Pinheiro e José Luiz, que comandavam a invasão e prometiam terra e pagavam diárias aos peões para retirar a madeira e o palmito nativo da região.
Os índios e os invasores já haviam entrado em choque. Para evitar o retorno dos posseiros, a exemplo do que acontece na reserva Sararé, a Funai está propondo à Polícia Militar e ao Cifa a montagem de uma barreira na ponte sobre o Rio Novo, para impedir a retirada de madeira e palmito.
A Funai e a Fema vão fazer um levantamento na área para calcular a degradação ambiental na reserva e a quantidade de madeira retirada. *(A Gazeta, 14/04/98)*

FUNAI NEGA VIOLÊNCIA CONTRA POSSEIROS

Invadida desde o ano passado por posseiros da região, a AI Pequizal somente foi retomada pelos Nambikwara do ramo Alantesu no início do mês, quando o procurador da Funai, César Augusto Lima Nascimento, visitou a região para efetivar a retirada dos invasores.
"Ficou claramente constatado que os posseiros não pretendiam se fixar na área em busca de produção agrícola, mas eram pessoas colocadas em pontos estratégicos para esgotar o potencial madeireiro dentro da reserva", afirmou o procurador, que comparou a divisão da área a um queijo suíço. Relacionando o caso de Pequizal com o caso Zoró, César Augusto analisa que a intenção dos madeireiros era criar um fato social para fixar os posseiros na região e então impedir a retomada da área pelos índios. *(Diário de Cuiabá, 08/05/98)*

POSSEIROS SERÃO REASSENTADOS

A Funai também participou da discussão ontem no Incra sobre o destino de 13 famílias de posseiros expulsas no mês passado da reserva Pequizal. O prefeito de Nova Lacerda, Marcos Moreno de Assis (PMDB), compareceu à reunião para cobrar do Incra a solução de todo o problema fundiário da região que, segundo ele, tem cerca de mil famílias sem-terra.
Segundo o superintendente do Incra, Clóvis Figueiredo Cardoso, serão reservados 25 lotes na área Novo Rio, em fase de avaliação, para os posseiros expulsos da reserva. O procurador da Funai, César Augusto Lima do Nascimento, afirma que a solução do problema fundiário da região vai torná-la economicamente ativa, evitando que a AI seja cobiçada. O procurador afirma que a reserva sofreu com a ação de madeireiros. *(A Gazeta, 03/06/98)*

NAMBIKWARA/ TI PIRINEUS DE SOUZA

FUNAI COORDENA PROJETOS DE APICULTURA E PISCICULTURA

A aldeia Aroeira, de índios Nambikwara, está sendo palco de vários projetos desenvolvidos pelo programa Padic, do Bird, com o apoio da Prefeitura de Comodoro e coordenado pela Funai através do Posto Indígena da aldeia.
O projeto de apicultura é destinado primeiramente à retirada de mel para consumo próprio. São duas retiradas de mel por ano, sendo que a última delas foi de 50 litros do produto. O apiário Europa produz mel puro, de primeira qualidade, e é manejado pelos próprios índios, com supervisão da Funai.
Outros projetos são desenvolvidos na aldeia, como a piscicultura e a agricultura básica para auto-sustento. Com a piscicultura, os índios já se alimentam de tilápias e tambaquis.
Associações - A aldeia Aroeira criou uma associação para organizar projetos e obter recursos financeiros que estão chegando através do Padic. Outras aldeias estão seguindo o exemplo e criando suas associações. O índio Balotessu, ou Orivaldo Nambikwara, presidente da associação indígena de sua aldeia, defende a preservação da cultura do seu povo, mas acredita que também pode - e deve - viver melhor usufruindo da tecnologia dos brancos, especialmente a empregada na agricultura. "Temos 1.938.000 ha de reserva que deve ser preservada. E através da terra temos que tirar nosso sustento. A apicultura e a piscicultura são dois bons exemplos do que pode ser feito", afirmou o líder indígena. *(Diário de Cuiabá, 19/01/98)*

NAMBIKWARA/ TI SARARÉ

ONGS PEDEM SUSPENSÃO DE REPASSES AO PRODEAGRO

Uma comissão formada basicamente por representantes de entidades não-governamentais está pedindo a suspensão dos repasses para o Programa de Desenvolvimento Agro-Ambiental de Mato Grosso (Prodeagro) por parte do Bird até que o governo federal tome medidas urgentes para retirar garimpeiros e madeireiros das AIs Sararé e Vale do Guaporé, ambas no MT. As áreas, onde encontram-se atualmente entre 800 e 1,2 mil garimpeiros, são habitadas pelos índios Nambikwara e estão, inclusive, oficialmente demarcadas e homologadas desde 1985. A presença de garimpeiros e madeireiros tem provocado o assoreamento do rio Água Suja e a depredação das matas das quais se servem os índios.*(Diário de Cuiabá, 08/06/96)*

COOPERATIVA GARIMPEIRA REIVINDICA ÁREA

O representante da Cooperativa dos Produtores de Ouro Ltda., do município de Pontes e Lacerda (MT), Jaime Valadares, 37 anos, conhecido como Magrão, negou ontem que uma extensa área da AI Sararé tenha sido destruída pela ação do garimpo. No último sábado, agentes da PF e funcionários da Funai desobstruíram

a reserva, onde cerca de dois mil garimpeiros atuavam há oito meses. A desocupação foi pacífica. Segundo Magrão, apenas dez alqueires da área indígena "foram trabalhados". "Estávamos a 150 km de distância deles (dos índios Nambikwara), sem qualquer possibilidade de conflito. Queremos esclarecer que somos conscientes de que estávamos num local impróprio, por se tratar de uma reserva. Mas só a ocupamos por força da situação", disse o líder garimpeiro. Há três anos, um grupo de garimpeiros foi retirado da AI Sararé com a promessa do governo estadual de que teriam uma área para trabalhar. Como a promessa não foi cumprida, surgiu a cooperativa, que hoje conta com 1,2 mil associados e que tem como propósito legalizar a atividade na região. "Queremos trabalhar em áreas determinadas e dentro das normas ambientais, inclusive com a orientação dos órgãos competentes, orientação essa que nunca tivemos", declarou Magrão. *(Diário de Cuiabá, 20/06/96)*

GOVERNOS TROCAM ACUSAÇÕES

Enquanto os índios Nambikwara passam momentos difíceis nas mãos de madeireiros e garimpeiros, os órgãos federais e estaduais incumbidos de dar proteção à AI Sararé trocam acusações. Segundo o coordenador de monitoramento e controle ambiental da Fema, Célio Nogueira Cunha, após a retirada dos invasores - ocorrido numa operação realizada entre os dias 12 e 18 de junho - a responsabilidade de manter a ordem e a fiscalização na reserva cabe aos órgão federais, no caso, PF, Ibama e Funai. Mas, sem fiscalização, os intrusos retornaram sem empecilhos. "A obrigação da Fema é fazer o monitoramento do entorno da reserva. Não nos cabe entrar em áreas federais, a não ser acompanhados de funcionários de órgãos federais", disse o coordenador da Fema. "No caso de outra operação integrada, estamos dispostos a colaborar", declarou.

Do outro lado, o administrador regional da Funai disse que, depois da operação de junho, a Polícia Florestal do Estado ficou incumbida de montar um acampamento na área para controlar a região e evitar novas invasões. Após a retirada, os garimpeiros estiveram em Cuiabá para reivindicar uma área própria para garimpo ao governador do estado, Dante de Oliveira. Como nem o posto de vigilância da polícia estadual e nem a reserva garimpeira foram providenciados, os invasores começaram o retorno à área cerca de um mês após a operação de retirada. *(Diário de Cuiabá, 26/09/96)*

INVASORES MANTÊM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

Uma equipe de técnicos da Funai de Cuiabá e Vilhena, acompanhada pelo consultor do Pnud-Prodeagro, Villi Fritz Seilert, em visita à AI Sararé, constatou o grau de organização e de controle dos acessos à área mantidos pelos garimpeiros, madeireiros e fazendeiros da região. As informações constam de um relatório preparado pela equipe depois de cinco dias de permanência na região. Segundo o documento, ao longo de toda a viagem foi possível verificar a existência de um sistema de radiocomunicação entre o interior e o exterior da reserva bem como a existência de informantes motorizados. Guaritas de apoio e de vigilância garantem o abastecimento dos invasores com remédios, prostitutas, equipamentos e combustíveis. Em alguns pontos do interior da área está sendo cobrado "pedágio" em favor dos proprietários das terras situadas no entorno da AI Sararé. *(ISA, a partir do Ofício 0311-Funai, 30/10/96)*

MADEIREIROS ARMAM TOCAIA PARA OS ÍNDIOS

Madeireiros que atuam ilegalmente dentro da AI Sararé emboscaram um grupo de índios Nambikwara no fim de semana, ferindo homens, mulheres e crianças. Uma equipe da PF e de médicos da Funai devem chegar hoje à região, onde o clima é de pânico. A Funai atribui a ação dos madeireiros à notícia de que o governo federal vai intervir na área para retirá-los junto com oito mil garimpeiros. Os índios foram tocaiados pelos madeireiros na estrada que dá acesso a uma das aldeias Nambikwara. Os agressores obstruíram a estrada com troncos de madeira e atacaram os índios tão logo estes desceram do veículo que os transportava. "Os madeireiros ainda foram à aldeia e espancaram índios, não poupando mulheres e crianças", afirmou o superintendente da Funai no MT, Ademir Grutin. *(Jornal do Brasil, 19/11/96)*

FUNAI LEVANTA DETALHES DA EMBOSCADA

Uma equipe mobilizada pela Funai do MT, composta por indigenistas, dois médicos e dois repórteres de TV, se deslocou até a AI Sararé a fim de avaliar a situação na área e realizar exames de corpo de delito nos índios tocaiados por madeireiros no dia 15 de novembro. A viagem ocorreu entre os dias 19 e 20 de novembro. Segundo informações contidas no relatório de viagem da equipe, além de espancarem 15 índios adultos, incluindo mulheres, os agressores raptaram duas crianças, uma com um ano e outra com três meses de vida, por cinco horas. Um alojamento indígena, uma enfermaria e uma escola localizados na aldeia foram arrombados e saqueados pelos invasores. Segundo informações do chefe do Núcleo de Apoio em Vilhena, indigenista Ernani Cunha, foram roubados armas, motosserras, munição e dois veículos Toyota que os próprios madeireiros haviam cedido aos índios como contrapartida pela extração de madeira do interior da AI.

Pelo relato dos índios, as agressões duraram quase que todo o dia. Muitos foram amarrados com cordas de sisal e agredidos com socos, pontapés e coronhadas e submetidos a humilhações, em especial o líder indígena conhecido como Américo. Parte de seu lábio inferior foi dilacerado por uma coronhada. Segundo informações fornecidas à equipe, um madeireiro conhecido como Geraldo Carreiro, acompanhado de um de seus filhos, estava à frente dos agressores, cerca de dez homens. Duas outras pessoas, Almir e Glênio, filhos de um dentista de Pontes e Lacerda, também participaram das agressões aos Nambikwara. Os relatos de índios e de servidores da AI citam também o envolvimento de ex-funcionários da Funai, afastados de suas funções por conivência com a atividade madeireira ilegal dentro da área Nambikwara. Estes estariam se fazendo passar por funcionários da ativa, aproveitando a situação para negociar com os madeireiros o esbulho dos recursos naturais da área. O relatório da equipe de viagem vai compor o inquérito instaurado pela PF de MT para apurar o episódio. *(ISA, a partir do Relatório de Viagem à TI Sararé, da Funai, 19/11/96)*

AÇÃO PÚBLICA PERTO DA EXTINÇÃO

Uma ação civil pública movida em 1993 pela Procuradoria da República em MT está enfrentando dificuldades para localizar os 31 acusados pelo roubo de madeira na AI Sararé. Apenas 16 réus foram intimados até agora, o que faz o procurador da República, Pedro Taques, até pensar em desistir de dar continuidade ao processo. "Estamos inclinados a procurar uma outra estrutura jurídica, mesmo porque a ação civil já atingiu muitos objetivos", adiantou o procurador. A ação conseguiu, em novembro de 93, obter uma liminar favorável, do juiz Alexandre Laranjeiras, que possibilitou uma grande operação de retirada dos invasores. Outro resultado foi o cancelamento dos contratos feitos entre madeireiros e o índios, intermediados pela Associação Civil Rayoraak dos Povos Indígenas, de Comodoro. Segundo os procuradores, a entidade estava promovendo a venda ilegal de madeira, facilitando a entrada dos madeireiros, estimulando o confronto entre índi-

os e a fiscalização da área, organizando milícias armadas dentro da reserva e funcionando à margem da legalidade jurídica e fiscal. *(Diário de Cuiabá, 21/11/96)*

JUIZ ACUSA UNIÃO PELO CONFLITO

O juiz da 1ª Vara Federal, Alexandre Jorge Fontes Laranjeira, responsabilizou em um despacho, expedido no último dia 27, o governo federal pelo abandono dos índios Nambikwara da AI Sararé. Segundo o juiz, o exercício do poder de polícia na terra indígena compete à União Federal, mas vem sendo "inexplicavelmente relegado ao mais absoluto desprezo". O despacho do juiz é o mais recente movimento na ação civil pública aberta em 1993 pela Procuradoria da República para a retirada dos invasores e a apuração do roubo de madeira nobre na reserva. No dia 20, o procurador José Pedro Taques requisitou no processo a notificação do ministro da Justiça, Nelson Jobim, para que forneça meios à PF para fazer a desintrusão da área. A PF alega falta de recursos humanos e financeiros para cumprir a tarefa. O procurador tentava fazer valer os efeitos da liminar expedida em novembro de 1995 pelo juiz federal, que provocou uma grande operação de retirada dos invasores no mês seguinte do mesmo ano. Para o procurador, os órgãos envolvidos estão desgastados. "A Funai denuncia, o Parque Federal (Ministério Público) requer, o juízo determina, a PF faz a desintrusão, os invasores retornam", resumiu. Em seu despacho, o juiz Alexandre Laranjeira adverte que os responsáveis pelos órgãos federais podem ser responsabilizados civil e penalmente pela situação da área indígena. *(Diário de Cuiabá, 03/12/96)*

ENTIDADES PEDEM APOIO DO CONGRESSO

Representantes de quatro organizações não-governamentais (Opan, Cimi, GTME e Instituto Trópicos) reuniram-se ontem com o deputado federal Gilney Viana (PT-MT) para formar uma comissão parlamentar encarregada de inspecionar a situação da AI Sararé. O deputado, que é presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e Minorias do Congresso Nacional, informou que vai procurar os ministros Nelson Jobim, da Justiça, e Gustavo Krause, do Meio Ambiente e da Amazônia, além do chefe do escritório do Bird em Brasília para relatar a situação.

Ameaças de morte - Duas pessoas envolvidas na defesa dos direitos dos índios Nambikwara receberam ameaças por telefone neste final de semana, em Cuiabá. Um deles é o assessor do administrador da Funai na cidade, Ariovaldo dos Santos, conhecedor profundo dos problemas da AI Sararé. Segundo seu depoimento, um telefonema na madrugada de sábado lhe disse que estava marcado para morrer no dia seguinte. Ariovaldo procurou a polícia e denunciou a ameaça de morte. O outro ameaçado foi o indigenista Sebastião Carlos Moreira, coordenador do Cimi, que teve que ouvir impropérios pelo telefone. *(Diário de Cuiabá, 03/12/96)*

GEÓLOGOS AVALIAM DANOS DO GARIMPO

Dois geólogos do DNPM estão na reserva Sararé para autuar os proprietários de equipamentos de mineração. Os equipamentos só serão apreendidos a partir de amanhã caso estejam ainda em atividade dentro da área indígena. O geólogo Jocy Gonçalo de Miranda disse que os garimpeiros que forem encontrados nessa situação devem ser processados judicialmente. Os técnicos do DNPM, que participaram da segunda incursão dos agentes federais na área, constataram os estragos deixados pela atividade garimpeira. Segundo eles, os estragos são tão profundos que um programa de recuperação ambiental torna-se inviável financeiramente. A estimativa dos técnicos é que a região demore entre 30 e 40 anos para se recuperar naturalmente. *(Diário de Cuiabá, 14/01/97)*

APENAS UM MÊS DEPOIS, GARIMPEIROS RETORNAM

Garimpeiros voltaram a invadir a AI Sararé, segundo denúncia de funcionários da Funai, que encontraram, no dia 28 de fevereiro, 40 homens com motores e dragas trabalhando no garimpo Ferrugem X, ao norte da área dos Nambikwara. Dois dias antes, a Funai havia detido outros quatro homens e apreendido um caminhão e um trator no garimpo Tio Chico. O administrador regional da Funai em Cuiabá, Ademir Gudrin, informou que uma mini-operação de desintrusão da área, com o apoio da PF, será realizada em breve. *(Diário de Cuiabá, 02/03/97)*

GOVERNADOR PROPÕE GARIMPO...

O governador Dante de Oliveira determinou ontem que três secretários de estado mobilizem-se para acelerar a implantação de um garimpo de ouro no entorno da AI Sararé, atendendo à reivindicação dos garimpeiros. Às 9h de hoje, o secretário de Meio Ambiente e presidente da Fema, Frederico Müller, e o secretário de Indústria, Comércio e Mineração, Aldo Romani, reúnem-se com representantes da Cooperativa dos Produtores de Ouro de Pontes e Lacerda para discutir quais medidas poderão ser adotadas para evitar a degradação do entorno e o apoio técnico a ser prestado pelo governo. Em outra reunião programada para hoje, o secretário da Casa Civil, Antero Paes de Barros e o deputado José Lacerda (PMDB-MT) discutirão a possibilidade de um acordo com o proprietário da Fazenda Florêncio Bonito, Zigomar Ferreira Franco, onde se localiza a área reivindicada para a instalação do garimpo. *(Diário de Cuiabá, 05/03/97)*

... FUNAI E ONGS PROTESTAM...

A Funai, juntamente com entidades de apoio aos índios, protestaram contra o projeto de instalação de uma área garimpeira, conhecida como Gleba Papagaio, há três quilômetros do limite da AI Sararé. O administrador regional Ademir Gudrin disse que tem dúvidas sobre a capacidade dos garimpeiros cumprirem leis de preservação ambiental. "A própria Fema sabe que eles deixaram de cumprir muitos compromissos anteriormente assumidos", afirma. Ontem, foi realizada a primeira reunião entre técnicos, secretários de governo e o prefeito de Pontes e Lacerda para elaborar os estudos de um projeto-piloto. Após a aprovação do projeto, elaborado a partir de um plano proposto pelo DNPM, a área garimpeira deverá estar funcionando em dois meses. A cooperativa garimpeira de Pontes e Lacerda conseguiu autorização de lavra para 500 ha. *(A Gazeta e Diário de Cuiabá, 06/03/97)*

... E PROCURADORIA DECLARA-SE CONTRA

Os procuradores da República no MT, Roberto Cavalcanti e Pedro Taques, declararam-se contrários à abertura de um garimpo de ouro a apenas três km da AI Sararé. O projeto foi autorizado pelo governador Dante de Oliveira na semana passada. O presidente da Funai, Júlio Gaiger, presente para um encontro com procuradores em Cuiabá, preferiu não comentar a possibilidade de ser instalado um garimpo no entorno da área indígena. "Só comento quando a decisão for oficial", disse.

O procurador Roberto Cavalcanti ameaçou adotar procedimentos jurídicos contra o governo estadual caso persista a hipótese de haver danos ambientais no entorno da terra dos Nambikwara. Ele argumentou que uma provável ação contra o governo representaria um desgaste político não só local como internacional, já que a liberação da área indígena é uma das cláusulas para assinatura do Prodeagro. Já

EM TRÊS MESES, GARIMPEIROS LEVANTAM UMA CIDADE DENTRO DA TI

O jornal Diário de Cuiabá publicou, entre os dias 1 e 3 de dezembro de 1996, uma série de reportagens especiais sobre a situação de índios e garimpeiros dentro da AI Sararé. Abaixo, transcrevemos o texto principal da reportagem e, em seguida, extraímos os melhores momentos da série.

Uma cidade de lona, com mercearias, bordéis, farmácias e até casas de bingo está encravada na reserva Sararé, a 540 km de Cuiabá, capital do MT. Pelo menos seis mil garimpeiros - de um total estimado em oito mil para toda a área indígena - , montaram um núcleo com cerca de 500 barracos e cem pontos de comércio, num local da mata distante quatro km da aldeia onde vivem os Nambikwara. A notícia da existência de ouro na terra indígena já alcançou o Pará, Tocantins e Roraima. Centenas de moradores de Peixoto de Azevedo (MT) e de outras cidades do norte, onde o ouro ficou escasso, também descobriram em Sararé uma nova fonte de renda, transformando-o no maior garimpo do estado e num dos maiores do país.

A produção de ouro na reserva é controversa, mas o movimento é contínuo nas 15 lojas de compra e venda do minério em Pontes e Lacerda. Por R$ 10, qualquer pessoa é levada em caminhões ou até de táxi até a pequena "cidade", a "currutela", como se diz na gíria garimpeira, que está a 62 km de Pontes e Lacerda, dos quais 17 são asfaltados. Em menos de três meses, o que era um núcleo com cerca de 500 garimpeiros sofreu uma fantástica explosão demográfica. As frentes de trabalho em pontos inacessíveis, envolvendo centenas de homens, exigiram a instalação de casas de comércio. O deslocamento até a cidade é quase impossível em dias de chuva intensa.

Com o comércio, vieram as boates e suas prostitutas, que já somam 80 apenas no garimpo Ferrugem IV, enquanto pelo menos uma outra centena de garotas de programa se espalha em diferentes áreas de extração, como Tio Chico, Curimã, Ferrugem I, II e III, todos dentro da área dos índios Nambikwara. Segundo os próprios garimpeiros, existem seis boates, três farmácias, dois açougues, seis mercearias, cinco lanchonetes (uma vendendo pizza) e outras cinco casas de bingo, além de mecânicas, pontos de venda de peças e óleo diesel e até uma manicure. O custo de vida passa dos 100% e o ouro é moeda corrente. Uma tambor de óleo, comercializado por R$ 75 na cidade, sai por R$ 125 no Ferrugem. A cerveja ou refrigerante custa R$ 2.

A saúde é precária, com um surto de malária que faz quatro doentes, em média, por dia. Há dois meses foram registrados 105 casos num só fim de semana. A única fonte de água limpa fica a cerca de três km da currutela, onde os garimpeiros também tomam banho. A vida noturna atrai todos os trabalhadores que durante o dia ficam espalhados nas grotas. Uma das atrações é o bingo. Numa dessas casas, o prêmio da última sexta-feira era um veículo Gol ano 1989. O presidente da Cooperativa dos Produtores de Ouro de Pontes e Lacerda, Jaime Valadares, o Magrão, admite que a situação fugiu ao controle, mas culpa o governo estadual e federal, que não tomaram providências para evitar a invasão e, ao mesmo tempo, deixaram de encampar um projeto de exploração garimpeira em outra área. (Rubens Valente, Diário de Cuiabá, 01/12/96)

o procurador Pedro Taques disse que a abertura de um garimpo distante apenas três km da área não soluciona o problema, configurando um mero paliativo. *(Diário de Cuiabá, 12/03/97)*

TUDO COMO ANTES

Menos de dez dias depois da última mini-operação de desintrusão feita pela PF de Cáceres, cerca de 200 garimpeiros retornaram para o garimpo Ferrugem X, instalado dentro da AI Sararé. As duas barreiras montadas pela PM para vigiar o acesso à reserva devem ser desativadas, já que não há recursos para sua manutenção. "Há um forte boato na cidade (Pontes e Lacerda) de que os garimpeiros vão promover uma invasão em massa, aproveitando o feriado da Semana Santa", informou o educador Darci Secchi, da Opan.

Uma equipe com seis pessoas, da PM, Ibama e Funai, chegou a entrar no garimpo no início da noite de anteontem e constatou o retorno dos garimpeiros. A notícia já foi passada da ADR Funai para a Superintendência da PF na capital. A Coordenadoria de Assuntos Indígenas do governo estadual informou que uma equipe da PF pode estar a caminho da região para efetuar uma nova operação de desintrusão. Segundo fontes do governo estadual, o problema para obter recursos para a manutenção das barreiras policiais nos acessos à reserva é burocrático, já que o Prodeagro teria solicitado um novo plano de custos após a finalização da Operação Sararé II. Esse plano estaria, há 15 dias, parado na Casa Civil do governo. *(Diário de Cuiabá, 20/03/97)*

GARIMPEIROS PROCURAM DIÁLOGO COM O BIRD

Aproveitando a presença de uma missão do Bird no estado para avaliar o Prodeagro, uma caravana de garimpeiros oriunda de Pontes de Lacerda chegou à Cuiabá para tentar obter uma audiência com o governador Dante de Oliveira e entregar um documento ao chefe da missão, Francesco Vita, sobre a situação na AI Sararé. A reunião com o governador não aconteceu, mas o documento foi entregue a Vita. Além disso, os representantes dos garimpeiros denunciaram agressões praticadas por funcionários da Funai e da polícia estadual contra homens que trabalhavam em garimpos na área Sararé.

Problema permanente - O chefe da missão do Bird presente em Cuiabá encontrou-se ontem com representantes do Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad), constituído por entidades não-governamentais. Há menos de um mês, o Formad suspendeu sua participação nas discussões de

JOSÉ LUIZ MEDEIROS - JAN/97

Policiais federais em ação para retirada de garimpeiros.

replanejamento do Prodeagro, alegando que as questões relacionadas à AI Sararé estavam indefinidas. O fórum levou para o encontro um documento com sugestões para defender as áreas indígenas do Estado e para resolver problemas dessas comunidades relacionados à educação, atividades econômicas e saúde. Constam do documento propostas para solucionar o problema dos garimpeiros desalojados das grotas abertas dentro de Sararé. Sem soluções para esses trabalhadores o risco de invasão da área seria permanente, segundo o secretário geral do Formad, Inácio Verner. O retorno do Formad às discussões do Prodeagro depende do encaminhamento das propostas apresentadas ao Bird. *(Diário de Cuiabá, 23/04/97)*

MISSÃO DO BIRD CONSTATA AGRESSÕES À ÁREA

Na visita que fez à AI Sararé, a missão do Bird constatou o que há muito se sabia: degradação ambiental, temor entre os índios e insistência de atividades nos garimpos. No "Ajuda Memória", documento assinado pelo governo do estado e pelo Bird, a missão faz observações agudas com relação à situação da área dos índios Nambikwara. Num trecho, o documento diz ter sido verificada grande extensão de terras degradadas ao longo dos rios Água Suja e Sararé. Mais adiante, os membros da missão revelam o sentimento de medo dos índios, agora confinados a apenas um pedaço da área ao contrário do que faziam antes, quando se espalhavam ao longo da reserva. As atividades de pesca, colheita e caça sofreram alterações em virtude das invasões e o aliciamento feito por comerciantes e garimpeiros causando dependência de produtos industrializados entre os índios.
Outra constatação presente no documento é a insistência, por parte de grupos de garimpeiros, em invadir a área. Existem, ainda, indícios de que madeireiros estejam agindo no interior da reserva, preparando a retirada de toras derrubadas durante a ocupação do ano passado. Apesar das barreiras montadas pela PM em dois pontos estratégicos de acesso à área, ainda existem outras estradas que podem estar permitindo a entrada em Sararé. As observações da missão do Bird determinam a criação do Programa de Ação Sararé, cujo esboço o governo deverá apresentar ao banco até 15 de junho. O Bird exige que a proposta especifique as ações, quais os órgãos envolvidos, os prazos e metas específicas, discriminando datas e custos previstos. *(Diário de Cuiabá, 01/06/97)*

ÍNDIO É BALEADO

A Funai requisitou esta semana a presença da PF na AI Sararé, onde no último dia quatro um índio foi baleado por um grupo de garimpeiros. Segundo Ariovaldo Santos, da Funai de Cuiabá, o homem que atirou no índio Domingos, com uma espingarda calibre 12, já foi identificado pelos índios e pela PF. Domingos, atingido a queima roupa, foi hospitalizado mas passa bem. *(Diário de Cuiabá, 13/08/97)*

GARIMPEIROS SÃO PRESOS PELA PF

Três garimpeiros foram presos e dois foram indiciados criminalmente pela PF no dia 18 de setembro, na AI Sararé. Osvaldo Gonçalves Souza, José Garcia de Araújo Souza e José Martins dos Reis foram autuados em flagrante quando extraíam ouro em uma mina do garimpo Ferrugem X com uma draga de alto poder de destruição. O garimpeiro José Martins reagiu à prisão e entrou em luta com um agente, levando uma coronhada na cabeça. Além da draga, a PF apreendeu 18 gramas de ouro e duas peles de veado em poder dos garimpeiros. Eles foram enquadrados por extração ilegal de minérios e entregues à Cadeia Pública de Cárceres na tarde de ontem, e podem pegar de um a três anos de reclusão.
A PF também indiciou criminalmente o caminhoneiro Felinto Nogueira da Silva e Laudemiro Veloso dos Santos. O caminhoneiro auxiliava de forma indireta a extração na reserva, pois fazia o transporte dos garimpeiros e ainda fornecia mercadorias e combustível para a manutenção das dragas. Laudemiro construiu um barracão na entrada da reserva que servia como ponto de apoio dos garimpeiros, onde camuflava algumas dragas e fornecia mercadorias aos invasores. Os indiciados foram ouvidos na delegacia de PF e liberados em seguida. *(A Gazeta, 20/09/97)*

NOVO ADMINISTRADOR QUER PÔR INTRUSOS NA CADEIA

"Todos os intrusos encontrados dentro da reserva serão autuados e presos", garantiu ontem o novo administrador regional da Funai, Idevar Sardinha, referindo-se à retirada de oito garimpeiros de dentro da reserva indígena Sararé no início desta semana. Sardinha disse que a ação de vigilância da área é dificultada pela existência de inúmeras trilhas e entradas que conduzem os invasores para dentro da área. Segundo ele, é difícil montar barreiras em todos os locais. Segundo o administrador, no momento há dois postos da PM localizados nos extremos norte e sul da reserva. Além disso, dentro da área existem postos móveis da Funai, que se deslocam para os pontos onde há ameaça de invasão. "A presença dos fiscais e dos policiais irá continuar até que os garimpeiros desistam de invadir a área", afirmou. *(Diário de Cuiabá, 27/09/97)*

"GARIMPO-MODELO" SERVE DE PRETEXTO PARA OTIMISMO EXAGERADO

A empresa de mineração Santa Elina doou ao governo do estado uma área de dez mil ha na Gleba Galera, Vale do Guaporé, entre os municípios de Pontes e Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade, a 500 km de Cuiabá. No local serão assentados 800 garimpeiros, o que, segundo o presidente da Cooperativa de Produtores de Ouro de Pontes e Lacerda, Jaime Valadares, deverá acabar de vez com os conflitos na AI Sararé. A expectativa é compartilhada pelo secretário da Indústria e Comércio do estado, Aldo Romani.
Técnicos e geólogos da secretaria e do DNPM estão há dois meses no local realizando estudos de lavra para levantar a ocorrência de minério de ouro e planejar o monitoramento ambiental da área. Feito isto, o projeto será apresentado à Fema, submetendo o estudo de impacto ambiental à sua aprovação. A idéia é implantar na Gleba Galera um garimpo-modelo para todo o país, onde só deverão atuar trabalhadores filiados à cooperativa. *(A Gazeta, Cuiabá, 28/09/97)*

OITO GARIMPEIROS SÃO PRESOS

A Funai mudou de estratégia em relação aos invasores da AI Sararé. Agora, aqueles que são presos em flagrante na área estão sendo entregues à PF para autuação criminal por atividade ilegal em área indígena e degradação do meio ambiente. Até o momento, oito homens foram autuados e continuam presos em Cáceres e Vila Bela da Santíssima Trindade por determinação da Justiça. O garimpeiro preso, além de perder todos os equipamentos, poderá pegar até três anos de prisão. Segundo Ariovaldo Santos, chefe de posto na AI Sararé, a medida foi adotada porque falharam todos os acordos firmados anteriormente com os garimpeiros. *(Diário de Cuiabá, 07/10/97)*

GARIMPEIROS E DRAGAS SÃO RETIRADOS

A AI Sararé continua sendo alvo da cobiça de garimpeiros da região. No final de semana prolongado, equipes do Cifa, Funai e PF desativaram cerca de 60 pares de máquinas que trabalha-

vam na exploração de ouro. Sete garimpeiros podem ter sido presos.
Para o coordenador do Cifa, Daylor Romio, a operação foi a maior desde a desintrusão de janeiro de 1997, quando pelo menos seis mil pessoas foram retiradas de dez garimpos na área. "A equipe teve bastante dificuldade", disse ele ontem. "Havia muita gente e máquinas trabalhando". Informações da assessoria de imprensa da Fema, a quem o Cifa é ligado, dão conta de que a retirada não foi pacífica. *(Diário de Cuiabá, 07/05/98)*

RIKBAKTSA

MANUAL SOBRE DST/AIDS SERÁ DISTRIBUÍDO

Desde 1996, os índios Rikbaktsa do MT têm aprendido a utilizar o preservativo em suas "escapadinhas" nas cidades dos brancos. O resultado pode ser avaliado em números: apenas seis casos de doenças sexualmente transmissíveis no último ano e nenhum registro de Aids. Os já prevenidos Rikbaktsa vão ganhar mais um aliado na luta contra as doenças provocadas pelo sexo inseguro: um manual em sua própria língua, ensinando como driblar a Aids, a gonorréia, a sífilis e todas as outras enfermidades relacionadas ao *bori-bori* (sexo). O manual será distribuído para índios que trabalham como agentes de saúde junto às comunidades. Será a primeira de uma série de publicações planejadas pelos técnicos do Programa Nacional de DST-Aids do Ministério da Saúde em língua indígena. *(Correio Brasiliense, 08/02/98)*

EM BUSCA DE APOIO

"Este foi o primeiro passo" afirmou Nelson Mutzie Canoeiro, membro da Associação Indígena Rikbaktsa (Asirik), que está em Cuiabá desde o dia 13 de fevereiro para a entrega à Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (Seplan) do projeto de manejo florestal e beneficiamento de palmito da associação. Se aprovado, o projeto deve receber recursos do Bird por meio do Padic. A idéia é unir o desenvolvimento auto-sustentado à preservação cultural e ambiental de duas áreas Rikbaktsa de 228.384 ha e que constantemente sofreram pressão das frentes de exploração de recursos florestais do noroeste do estado, na região de Juína. *(Diário de Cuiabá, 19/02/98)*

UMUTINA

FISCAIS SÃO FEITOS REFÉNS

Nove fiscais da Fema, do Ibama e da ONG Sadep foram mantidos como reféns por índios Umutina por cerca de 20 horas, em Barra dos Bugres, 200 Km a noroeste de Cuiabá. Entre os reféns, estava o chefe de fiscalização da Fema, José Benedito de Jesus. Os reféns só foram liberados à noite, após a Funai intermediar acordo entre índios e órgãos de fiscalização ambiental. A reação dos índios foi motivada por uma fiscalização que Fema, Ibama e Sadep realizava na aldeia, a fim de inibir a pesca e a comercialização de peixes. Os índios querem liberdade para pescar em qualquer época do ano, mesmo na piracema, que termina no final do mês. Segundo a Funai de Tangará da Serra, os fiscais não tinham nenhuma autorização para entrar na AI e por isso foram retidos. A Fema, porém, afirma que os fiscais foram detidos num trecho da MT-234.
Pelo acordo firmado, a Fema se responsabilizou por consertar um caminhão dos índios e de ajudá-los a comercializar diretamente o pescado em Cuiabá. Em contrapartida, os Umutina estão proibidos de vender peixe para atravessadores.
Atravessadores - Nos últimos dias, Fema e Polícia Florestal intensificaram a fiscalização do pescado irregular e chegaram a apreender dois carregamentos, num total de 1,6 toneladas de peixe, originários de Barra do Bugre. A Polícia Florestal descobriu que os dois carregamentos pertenciam a Florindo Tadeu Favaro, que se encontra foragido. Essa apreensão levou a Fema à aldeia dos Umutina, que estariam vendendo peixe para Favaro. O pescado era comprado por R$ 0,80 a R$ 1,00 o quilo e, posteriormente, comercializado a R$ 8,00 o quilo. Além de negociar com os índios, Favaro teria lhes doado dois motores de popa. *(Diário de Cuiabá, 19/02/98)*

"ISOLADOS"

FUNAI REINICIA BUSCAS

Uma equipe da Funai retomou as atividades, nesta semana, para tentar contato com índios "isolados", além de duas confirmações de índios ainda não cadastrados. "Há mais tribos ainda desconhecidas, nas matas de Mato Grosso" disse o coordenador da Frente de Contato da Funai, Assis Brasil.
Um dos dois contatos da equipe da Funai são dois índios, tio e sobrinho, encontrados nas imediações do rio Branco, afluente do rio Roosevelt, em Aripuanã. Em 1998, a Funai viu pela última vez, os sobreviventes de uma tribo nômade, ainda não identificada. O primeiro contato aconteceu em 1989. "Na década de 80 ainda tinha mulheres e crianças no grupo deles, mas não sabemos porque todos morreram", comentou o indigenista. Ele disse que os dois índios são parentes distantes de outra tribo das proximidades. Com o auxílio de um intérprete, puderam entender, com dificuldades, um pouco da história dos dois índios solitários.
A Funai também encontrou, no ano passado, quatro malocas abandonadas no distrito de Colniza (município de Aripuanã), próximo à divisa de Mato Grosso com Rondônia. Duas delas estavam deterioradas pelo tempo mas, nas outras, havia indícios de que uma tribo desconhecida esteve no local, três meses antes. Francisco acredita que três famílias moravam nas malocas. A maior delas era dividida em duas, situação típica de famílias dividindo o mesmo espaço. "São tribos nômades, morando em uma mata que ainda é fechada. Mas Aripuanã está cheia de madeireiras que logo vão tirar a paz daquele povo", comentou. *(A Gazeta - Cuiabá, 15/02/00)*

13. PARQUE INDÍGENA DO XINGU

RICARDO BELIEL

Kamayurá

Ref Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
1164	Batovi	Waurá	0	Homologada Dec. s/n de 08/09/98 homologa a demarcação (DOU, 09/09/98)	5.159	Paranatinga	MT	Requerimento de pesquisa mineral.
1165	Wawi	Suyá	0	Homologada. Dec. s/n de 08/09/98 homologa a demarcação (DOU, 09/09/98). Port. Funai 915 de 04/09/98 cria GT p/ complementar levantamento fundiário realizado pela Funai/Incra (DOU, 09/09/98)	150.329	Querência	MT	
346	Parque do Xingu	Aweti 106 Kayabi 747 Waurá 270 Kuikuro 394 Ikpeng 281 Yudja 201 Yawalapiti 208 Trumai 92 Suyá 273 Matipu 98 Mehinako 183 Kamayurá 316 Kalapalo 362 Nahukwá 92 PI Leonardo 37 Canarana 45	3705 Unifesp 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. s/n de 25/01/91 homologa a demarcação (DOU, 26/01/91). Reg. CRI de Juna Matr. 31.351, Liv. 2-DH, fl. 160V em 06/11/87; de Canarana Matr. 3.293, Liv.2-B, fl. 001 em 22/07/87; de Sinop Matr. 3.864, Liv 2, fl. 01 em 27/07/87. de S. Félix do Araguaia Matr. 7.401, Liv 2, fl. 001 em 21/09/87; de Luciara Matr. 7.402, Liv 2, fl. 001 em 21/09/87; e Paranatinga Matr. 31.350, Liv 2-DH, fl. 159V em 05/11/87. Reg. SPU MT Cert. s/n em 18/05/87. Port. Funai 214 de 04/04/00 designa antropólogo p/realizar estudos preliminares de identificação da área reivindicada pelos índios Kaiabi no limite noroeste do Parque (DOU, 06/04/00)	2.642.003	S. Félix do Araguaia Marcelândia União do Sul Canarana Paranatinga Feliz Natal Gaúcha do Norte São José do Xingu Nova Ubiratã	MT MT MT MT MT MT MT MT MT	Prodeagro. Requerimento de pesquisa mineral. Hidrelétrica planejada. Rodovia BR-080 no limite. Isolados.

Equipe de edição, a partir de entrevista com André Villas Bôas

Coordenador do Programa Parque do Xingu/ISA

O FUTURO DO PARQUE INDÍGENA DO XINGU ESTÁ AMEAÇADO PELA OCUPAÇÃO PREDATÓRIA DO ENTORNO E O CRESCIMENTO DE POVOS QUE MANTÊM MODO DE VIDA TRADICIONAL. A SUSTENTABILIDADE DA REGIÃO DO XINGU DEPENDE DE ESFORÇOS DURADOUROS E ARTICULADOS ENTRE ÍNDIOS E NÃO-ÍNDIOS

São vários os desafios para se obter a sustentabilidade do Parque Indígena do Xingu (PIX). Alguns desses têm suas raízes no histórico de constituição de uma Terra Indígena bastante diversificada internamente - tanto do ponto de vista sociocultural como ecológico - em cujo entorno o processo de ocupação vem se dando de modo perigosamente desordenado. Por outro lado, há os desafios que surgem do próprio fato dessas sociedades indígenas terem hoje de se adaptar em situação de confinamento geográfico.

A esse quadro, acrescenta-se ainda uma significativa alteração na política de gestão do Parque. Aquele Estado mediador, provedor, paternalista que atuou no PIX desde sua criação, em 1961, abre mão, cada vez mais, de muitas de suas responsabilidades históricas. Assim, os índios estão tendo que fazer algo com que nunca precisaram preocupar-se: organizar-se politicamente para gerir os assuntos que surgem de sua inevitável articulação com o mundo exterior ao Parque.

UM ABRAÇO INCÔMODO

A parte substancial da área que compõe o PIX foi demarcada oficialmente em 1961. Os índios tiveram participação limitada nesse processo, que acabou deixando de fora do perímetro do Parque parcelas importantes dos territórios tradicionais de algumas etnias. As cabeceiras dos principais formadores e afluentes do rio Xingu também foram excluídas dos limites oficiais do PIX. Assim, a calha desse rio, ao largo da qual os índios estão basicamente assentados, transformou-se numa espécie de "ralo" ambiental da região, na medida em que seus formadores recolhem e levam para o PIX os resíduos do que acontece fora dele.

Foi somente na década de 80 que os índios começaram a perceber as conseqüências do adensamento da ocupação da região. No início da década de 90, fizeram-se sentir impactos mais contundentes – como desmatamento ilegal em áreas de mata ciliar, assoreamento e mudança na coloração dos rios e dificuldade crescente na pesca com flecha em determinados rios.

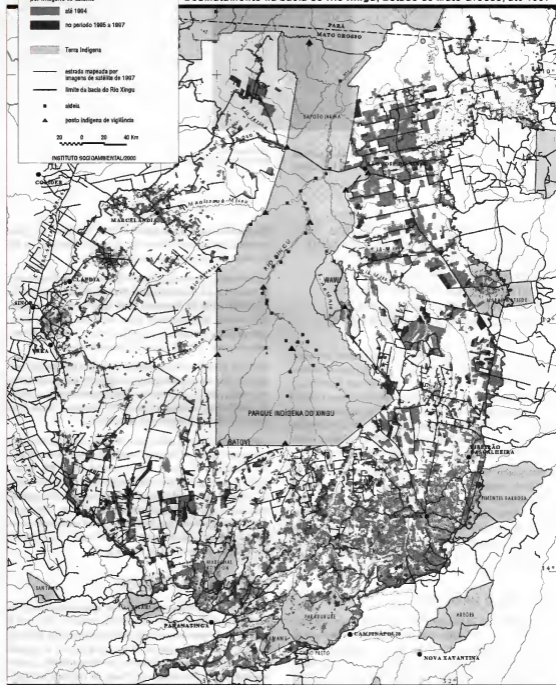
Em 1998, as queimadas em fazendas pecuárias localizadas a nordeste do Parque ameaçaram atingi-lo, o que provocou a mobilização dos órgãos públicos responsáveis. Também nessa época, o avanço das madeireiras instaladas a oeste do PIX começou a chegar perto dos limites físicos definidos pela demarcação.

Assim, os índios do PIX estão diante de sinais concretos de perigo, mais graves do que as primeiras invasões de pescadores e caçadores, ainda na década de 80. Entre os moradores do PIX, fortaleceu-se a percepção de que está a caminho um incômodo "abraço": o Parque vem sendo cercado pelo processo de ocupação de seu entorno e já se evidencia como uma "ilha" de florestas na região do Xingu. Dessa percepção decorre um conjunto de ações que vem definir a questão ambiental como um dos principais focos de preocupação no PIX da década de 90.

ENFRENTANDO A AMEAÇA

Esse contexto motivou os índios a buscar apoio para o esboço de um projeto de fiscalização ostensiva dos limites do PIX, com o objetivo de proteger as áreas que propiciam um acesso direto ao Parque. Com assessoria do ISA para articular os apoios institucionais necessários e definir o conceito de trabalho, paulatinamente, uma infra-estrutura de Postos de Vigilância foi sendo criada, algumas vezes com a participação da Funai.

CABECEIRAS DO RIO XINGU

Desmatamento na bacia do Rio Xingu, Estado de Mato Grosso, até 1997

PEDRO MARTINELLI - 1999

O manejo de baixo impacto dos recursos naturais por parte das sociedades indígenas está transformando o Parque em um oásis de floresta dentro do contexto regional.

PEDRO MARTINELLI - 1999

O desmatamento das fazendas avança em direção aos limites do Parque, afetando as cabeceiras dos formadores do rio Xingu e comprometendo sua sustentabilidade futura.

Hoje, existem dez postos localizados na intersecção dos principais rios com os limites do PIX e no ponto em que a BR-080 margeia esses limites. A questão da fiscalização é presença certa na agenda dos assuntos políticos do Parque, sendo discutida tanto em encontros de lideranças e assembléias da Atix (Associação Terra Indígena Xingu) como na interlocução com a Funai e os órgãos ambientais federal (Ibama) e estadual (Fundação Estadual do Meio Ambiente - Fema). No entanto, o sistema de postos, por si só, tem se mostrado insuficiente para enfrentar as situações criadas pelo entorno e vem sendo complementado por outras ações, desenvolvidas no âmbito do *Projeto Fronteiras* (ver box *A proteção do entorno do Parque*).

Ao longo da década de 90, a preocupação dos índios com as ameaças externas resultou, ainda, num conjunto significativo de novos pleitos territoriais. Dois deles, atendidos, redundaram nas Terras Indígenas Wawi e Batovi. Por serem contíguas ao PIX, sua criação representa, na prática, um aumento da área por ele coberta. Outros três pleitos continuam em andamento na Funai (ver box *Reivindicações por terras*).

POLÍTICA *"PARA FORA"* DO PIX

Se processos que ocorrem fora do PIX afetam diretamente seu interior, a sustentabilidade do Parque não depende apenas das atitudes dos índios e dos não-índios que, como a equipe do ISA, atuam dentro dele. Ou seja, é preciso desenvolver maneiras de fazer política *para fora* do Parque, identificando possíveis aliados e buscando sensibilizar os órgãos públicos pertinentes.

O primeiro passo nesse sentido é desenvolver a campanha *SOS Rio Xingu*. Seu objetivo imediato é sensibilizar o público em geral para o que vem acontecendo na região do Xingu, tendo em vista que não se trata de problemas que afetam exclusivamente os índios. Estamos diante de um caso em que a relação entre a defesa da biodiversidade da Amazônia - uma das principais pautas da agenda política contemporânea - e a defesa da sociodiversidade, que diz respeito diretamente aos índios, é muito clara.

O *Seminário de Avaliação da Biodiversidade da Amazônia Brasileira*, realizado em Macapá em setembro de 1999, apontou vári-

A REGIÃO DO ENTORNO DO PIX

Considera-se "entorno do PIX" a região do estado de Mato Grosso que se estende ao redor dos principais formadores do rio Xingu, desde as suas cabeceiras. No interior dessa região é preciso notar a existência de processos de ocupação com características diversas.

Correndo paralelas ao rio Xingu, duas grandes rotas rodoviárias funcionam como eixos de ocupação: a oeste do PIX, a Cuiabá-Santarém (BR-163); a leste, a BR-158. Uma classificação inicial das sub-regiões do entorno do PIX, por perfis de ocupação, é a seguinte.

Sub-região 1:

- *Localização: no eixo da BR-158, a sul e sudeste do Parque.*
- *Principais municípios: Canarana, Querência, Água Boa, parte de Paranatinga, Gaúcha do Norte.*
- *Atividade econômica predominante: de caráter misto - pecuária e agricultura (principalmente soja).*
- *Ocupação: ligada a projetos de colonização - tanto privados, na forma de cooperativas, como promovidos pelo governo - e marcada pelo fluxo migratório de sulistas.*

Sub-região 2:

- *Localização: no eixo da BR-158, a nordeste do Parque.*
- *Principais municípios: São Félix do Xingu e São José do Xingu.*
- *Atividade econômica predominante: pecuária.*
- *Ocupação: projetos pecuários com incentivos fiscais a partir da abertura da BR-080.*
- *Outras características: atualmente, é um dos principais polos pecuários do Mato Grosso.*

Sub-região 3:

- *Localização: no eixo da Cuiabá-Santarém, ao sul e sudoeste do Parque.*
- *Principais municípios: parte de Paranatinga, Sorriso, Vera, etc.*
- *Atividade econômica predominante: monocultura (soja principalmente).*
- *Ocupação: a partir do final da década de 80, foi-se constituindo como um dos principais pólos da monocultura produtora de grãos de Mato Grosso, ganhando projeção no mercado nacional.*
- *Outras características: no âmbito do Projeto Avança Brasil, do governo federal, está projetada a construção de uma estrada, no sentido oeste-leste, ligando essa sub-região ao corredor bidroviário Rio das Mortes-Araguaia-Tocantins.*

Sub-região 4:

- *Localização: no eixo da Cuiabá-Santarém, a oeste e noroeste do Parque.*
- *Principais municípios: Sinop, Cláudia, União do Sul, Marcelândia, Peixoto de Azevedo.*
- *Atividade econômica predominante: extração de madeira.*
- *Ocupação: na época da criação da Cuiabá-Santarém, ligada à mineração (na bacia do Teles Pires) e a grandes projetos de pecuária (estimulados por incentivos fiscais). A decadência da pecuária e da atividade minerária levou a um deslocamento em direção à região do Xingu e a um forte investimento na extração de madeira. Em 1993, um censo indicou a existência de aproximadamente 700 serrarias entre Sinop e Marcelândia.*
- *Outras características: pólo madeireiro muito forte, que trabalha com cinco ou seis espécies arbóreas. Executa corte selecionado, esgarçando a floresta em busca das espécies de seu interesse. Progride geograficamente em função da exaustão de sua matéria-prima. Vem seguindo um trajeto sul-norte que acompanha o curso da Cuiabá-Santarém, começando a adentrar o estado do Pará. Há um ou dois anos, também vem se acercando do limite oeste do PIX.*

as regiões do rio Xingu como áreas críticas e concluiu que a defesa do rio é fundamental para a conservação da biodiversidade da Amazônia, sendo que parte da diversidade biológica existente nessa região está associada à ocupação indígena milenar na bacia do Xingu. Como exemplo, há o caso das áreas de terra preta verificadas dentro do PIX e no seu entorno. Embora ainda pouco estudadas, já se sabe que essas áreas são de origem antrópica e algumas de suas características ambientais devem-se à antiga presença de aldeamentos indígenas.

Do ponto de vista político, a importância dos índios na região do Xingu é inquestionável. Sua expressão na área da bacia do rio, que vai do Mato Grosso ao Pará, é muito grande. São 27 etnias, distribuídas por 26 terras indígenas, que correspondem a 38,5% da área da bacia. Todos esses aspectos são levados em conta quando se pensa a campanha *SOS Rio Xingu* articulada a um objetivo maior: a discussão de políticas públicas para disciplinar o processo de ocupação em torno das cabeceiras dos principais formadores do Xingu e minorar o impacto ambiental sobre o Parque e o próprio rio que é uma forte referência na problemática do futuro da Amazônia. Com esse objetivo em mente, a simples denúncia do processo predatório na região é insuficiente, se não vier acompanhada de dados que apurem e mostrem, mais precisamente, o que vem por lá ocorrendo e o que se pode disso esperar. Para tanto, foi iniciado pelo ISA um *Diagnóstico Socioambiental da Região dos Formadores do Rio Xingu*. Seu objetivo é a abertura de uma interlocução ampla e qualificada a respeito de políticas públicas para o modelo de desenvolvimento da região do rio Xingu. Como disciplinar esse modelo? Como fazer com que ele, em primeiro lugar, cumpra a legislação existente e, depois, também possa ir além dessa legislação que nem sempre cumpre as exigências da sustentabilidade socioambiental?

Apesar de algumas novidades positivas nesse sentido - como a perspectiva de criação do ICMS ecológico no Mato Grosso e certos programas dos governos estadual e federal -, a região do Xingu ainda é pautada pela mentalidade que *desenvolvimento* é sinônimo de derrubada da mata, monocultura, criação de gado etc. O tempo de se iniciar uma discussão efetiva a respeito do modelo de desenvolvimento regional já se está exaurindo.

A PROTEÇÃO DO ENTORNO DO PARQUE

A proteção do PIX contra o processo de ocupação predatória de seu entorno tem reunido diversas iniciativas: dos índios, da Funai e do Ibama, do governo de Mato Grosso e de ONGs. As discussões visando a montagem de um sistema de Postos de Vigilância foram a primeira delas.

Há no Instituto Socioambiental um projeto, denominado Fronteiras, voltado ao desenvolvimento de um modelo de fiscalização que viabilize condições para os índios defenderem suas terras face a um contexto regional adverso, que pressiona seus recursos naturais de múltiplas formas, assolando o PIX, real ou potencialmente, ao longo de cerca de 900 km de perímetro. Notando que as tradicionais formas indígenas de organização para o controle territorial não prevêem e não podem dar conta de processos de tamanha envergadura e complexidade, o Projeto entende que a fiscalização do Parque por parte dos índios depende de apoio e infra-estrutura adequados. Entende-se, ademais, que a montagem do sistema de Postos de Vigilância, embora importante, é insuficiente quanto à tarefa de instrumentalizar os índios para o enfrentamento dos problemas que vêm do entorno. As linhas de ação adotadas nesse sentido são as seguintes:

Monitoramento do entorno *- Atualização, a cada três anos, do mapeamento da dinâmica de desmatamentos, através de fotos de satélite, e da identificação in loco de novos vetores de ocupação no entorno do PIX.*

Reaviventação das picadas *- Realização periódica, por parte dos índios, de limpeza e manutenção das picadas, placas e marcos que estabelecem os limites físicos do PIX. Esse trabalho permite que os índios acompanhem de perto o que acontece nas fronteiras do Parque e mobiliza as comunidades para as discussões acerca das ameaças externas.*

Articulação política *- A operacionalidade do sistema de vigilância do PIX requer que os índios mantenham canais de interlocução e reivindicação junto aos órgãos públicos responsáveis pela normatização e fiscalização da ocupação do entorno do Parque que são, inclusive, quem detém o poder de polícia. O Projeto vem, por isso, fomentando a aproximação dos índios em relação à Funai e ao Ibama, instrumentalizando-os para esse debate. Frutos desse trabalho são o convênio assinado entre a Atix e a Funai no final da década de 90 e a aproximação do governo de Mato Grosso em relação ao PIX.*

Estipulando o repasse anual de verbas, da Funai para a Atix, com a finalidade de manter a infra-estrutura dos Postos de Vigilância, esse convênio foi um passo inédito do indigenismo brasileiro. Embora as organizações indígenas tenham começado a despontar no Brasil já na década de 80, esse foi o primeiro convênio que a Funai assinou com uma entidade de representação dos índios. Representou o consentimento oficial para que os índios passassem a realizar e a gerir um trabalho que, tradicionalmente, sempre fora de responsabilidade do Estado: a vigilância de seu território.

Capacitação dos Chefes de Postos *- Trata-se de um trabalho de cunho pedagógico, que procura oferecer aos Chefes de Posto subsídios necessários para o exercício dessa função (técnicas, conhecimentos etc.).*

Mapeamento e cadastro dos "vizinhos" *- Há quatro anos vem sendo montado um banco de dados georreferenciados de todos os fazendeiros cujas propriedades fazem fronteira com o PIX, incluindo nome, endereço e telefone. Sabe-se que todo o perímetro do Parque está delimitado por grandes propriedades. A meta é o estabelecimento de uma convivência pacífica e permeada por princípios éticos entre os índios e seus vizinhos. É um pacto que pode tornar as fazendas uma espécie de "escudo protetor" contra a depredação do Parque, diminuindo, com isso, a necessidade de um esforço de fiscalização através de Postos de Vigilância.*

A DUPLA QUESTÃO DA SUSTENTABILIDADE DO PIX

Do ponto de vista dos habitantes do PIX, a questão da sustentabilidade de seu futuro é dupla. De um lado, há necessidade de se fomentar uma mobilização ampla, envolvendo índios e não-índios, para disciplinar a ocupação do entorno. De outro, há a própria sustentabilidade interna do Parque, sobretudo no que se refere ao uso dos seus recursos.

Até hoje, os índios do PIX não se aliaram com os interesses econômicos predatórios. O Parque é uma área preservada comparada com o que ocorre fora de suas fronteiras. No entanto, sua gestão depara-se com alguns problemas que, embora numa escala muito menor que os assuntos do entorno, já começam a preocupar, sobretudo o desmatamento e a poluição.

Tradicionalmente, as etnias indígenas que habitam o PIX eram populações pequenas, que viviam segundo os padrões do seminomadismo, numa região abundante em recursos naturais. Os próprios deslocamentos que empreendiam permitiam a regeneração dos recursos exauridos e o encontro permanente de novas áreas com abundância de espécies necessárias à economia tradicional. O impacto sobre o meio ambiente não significava, portanto, um obstáculo à reprodução de suas condições de vida. Este panorama, entretanto, não é mais assim. Ele coloca algumas questões novas, que vêm acrescentar-se aos desafios ocasionados pela ocupação do entorno do PIX, e que são, até certo ponto, similares às questões de sustentabilidade das cidades.

ETERNOS GUARDIÃES DA FLORESTA?

Por maior que seja o PIX, pode-se admitir que sua população, que já não pode ser considerada pequena, vive, então, confinada neste território. Chega a quase quatro mil habitantes, com uma taxa de crescimento de cerca de 3% ao ano. A vida nas aldeias segue um padrão de progressivo sedentarismo, em contraposição ao tradicional seminomadismo. O entorno predatório, que tolhe o fluxo de fontes de proteína animal para o interior do Parque (caça, peixes etc.), encarrega-se de completar um quadro onde a reprodução dos recursos naturais passa a ser problemática, com tendência a agravar-se.

A palha de inajá, por exemplo, usada na construção das habitações indígenas, já é rara em algumas aldeias. Nas condições atuais, o manejo tradicional de quelônios dificulta a reprodução desses animais. O uso descontrolado do fogo também exaure recursos naturais. O mesmo vale para o comércio exterior de artesanato, que estimula o uso de determinadas espécies numa escala maior do que quando a produção de objetos da cultura material voltava-se, exclusivamente, para o uso e trocas internos.

Toda essa situação não permite mais adiar o diálogo que nossa sociedade demorou a iniciar com os índios do PIX. Quanto tempo levou para nos darmos conta dos limites para a reprodução de determinados recursos naturais? Quantos não se extinguiram até que surgisse a consciência da necessidade de se tomar alguma atitude para que outros não continuassem a ser extintos? É claro que a entrada dos índios nessa discussão vem acompanhada de

REIVINDICAÇÕES POR TERRAS

O processo de mobilização das etnias do Xingu para enfrentar as ameaças que lhes chegam do entorno inclui um conjunto significativo de novos pleitos territoriais, que começaram a tomar corpo na década de 90. Essa movimentação iniciou-se com os Suyá e os Waurá.

Terras Indígenas Wawi e Batovi *- No caso Suyá, houve um forte componente ambiental, pois foi a poluição das águas que chegam à sua aldeia que os impulsionou ao pleito (ver os antecedentes dessa reivindicação no Povos Indígenas no Brasil – 1991/ 1995). Sabedores de que lhes seria impossível obter o controle sobre o rio Suiá-Missu, já que ele se estende para muito além do Parque, os Suyá concentraram sua reivindicação no igarapé Wawi. Esse é um rio pequeno, cujas cabeceiras estão dentro do território do PIX e que corre próximo aos seus limites originais. O que houve, então, foi uma espécie de "acerto de conta", por parte dos Suyá: de que, com a inclusão desse rio em suas terras, seria possível assegurar o controle sobre, pelo menos, toda uma sub-bacia. E assim fizeram. A terra Suyá (TI Wawi) foi demarcada, o mesmo ocorrendo em relação à reivindicação dos Waurá (TI Batovi). Ambas foram homologadas em 1998.*

Panará voltam "para casa" *- Outros grupos foram fazendo contas similares, visando recuperar o que fosse possível de seus territórios tradicionais. Foi esse o sentido do processo de saída do PIX dos Panará, que retomaram uma área próxima ao Rio Iriri. (ver o detalhamento desse caso no Povos Indígenas no Brasil – 1991/ 1995). Retornando paulatinamente a sua terra de origem, em 1997 todos os Panará já haviam saído do Parque do Xingu.*

Kaiabi, Kalapalo e fronteira sudeste *- Pleitos Kaiabi, Kalapalo e uma reivindicação coletiva relativa à fronteira sudeste do Parque, estão atualmente em curso na Funai. No caso Kaiabi, a perda e degradação da região de onde são originários (bacia do rio Teles Pires) motivou uma reivindicação compensatória incidindo sobre a faixa de terra que está entre o limite oeste do PIX e a BR-080. Os Kalapalo, por sua vez, verificaram que a fronteira sul do Parque, na região do rio Kuluene, não abarcava uma região com grande incidência de pequizais, da qual eles tradicionalmente se serviam. Passaram então, a pleitear a inclusão de pelo menos uma parte dessa área no perímetro do PIX.*

Em acréscimo, o processo de reativação das picadas (ver box A proteção contra o entorno) conduziu os índios à percepção de que parte da fronteira sudeste do PIX tinha sido demarcada de forma muito complicada. Esse trecho da demarcação original, tentou acompanhar o tortuoso percurso do rio, resultando numa linha, de aproximados 250 km, em ziguezague. Tentando reavivar esse limite, os índios deram-se conta de que a tarefa era impraticável, pois os ziguezagues impedem que se siga o eixo da picada. Surgiu daí uma reivindicação coletiva das etnias do Parque: que essa faixa de 250 km fosse transformada numa linha reta, para que eles pudessem ter uma orientação clara dos limites físicos do sudeste do PIX.

ANDRÉ VILLAS BÔAS - NOV/98

"O futuro do Xingu depende de nós".

ECONOMIA, ECOLOGIA E CULTURA

As lideranças e comunidades envolvidas nos projetos de sustentabilidade propostos pela Associação Terra Indígena Xingu com seus parceiros não-indígenas estão preocupadas em compreender as interrelações entre as variáveis ambiental, econômica e cultural aplicadas à realidade do Parque, e o que isso tem a ver com suas relações com a sociedade não-indígena. Até recentemente, não havia no Parque do Xingu ações direcionadas a possibilitar um maior entendimento do porquê das ações dirigidas a soluções econômicas propostas pelos não-índios. O modelo assistencial da Funai nunca propiciou este tipo de reflexão, e a participação de ONGs em trabalhos alternativos aos oferecidos pela política indigenista costumam ser vistos, pelas comunidades, como a solução rápida para a substituição da tutela, cada vez mais agonizante também no Parque. Foi com base nessa situação que, em 1999, o Programa Parque do Xingu/ISA, articulando seus projetos de Alternativas Econômicas e de Formação de Professores Indígenas, iniciou a proposta educativa denominada Economia, Ecologia e Cultura.

Trata-se de cursos modulares junto a aldeias suyá, kaiabi e juruna envolvendo as interfaces entre economia indígena, economia de mercado, meio ambiente e cultura. A filosofia pedagógica é procurar construir junto com os índios e partindo do referencial próprio de cada povo, um processo comparativo de análise das lógicas econômicas ocidental e indígena, dando ênfase aos significados de produto, às relações de troca/venda e às atividades produtivas de subsistência e de mercado.

No primeiro módulo se constróem os conceitos de produto e de economia, investigam-se as relações entre produtos indígenas e não-indígenas e estuda-se, dos pontos-de-vista histórico e atual, o ciclo obtenção da matéria-prima/produção/distribuição. O segundo módulo discute os modelos econômicos indígenas, de cada povo, e não-indígenas (principalmente, o modelo de consumo e acumulação que caracteriza o sistema capitalista), abordando as relações comerciais e as atividades econômicas predominantes dentro e fora do PIX. Também são levantados os produtos mais vendidos pelos povos do PIX aos não-índios. O módulo três investe no mapeamento dos ambientes e dos recursos naturais mais utilizados para os produtos indígenas e discute a sustentabilidade ambiental das matérias-primas em relação à manutenção do ritmo atual e de um possível aumento da atividade comercial para o mercado externo. O quarto módulo sintetiza os temas tratados, apontando os desafios para o futuro das economias indígena e não-indígena e as perspectivas para a sustentabilidade do PIX.

Com os resultados obtidos até o momento, estão sendo elaborados livros didáticos sobre o assunto, contendo textos, ilustrações e comentários/reflexões produzidos pelos participantes durante os cursos. (Geraldo M. Silva e equipe do Programa Parque do Xingu)

A "CIÊNCIA DA ROÇA": RECURSOS GENÉTICOS E RESGATE CULTURAL

Os índios Kaiabi sempre tiveram uma tradição agrícola muito forte, o que se expressa, entre outras evidências, na diversidade genética das plantas cultivadas em suas roças. No entanto, dada a situação histórica do grupo - que envolveu, há cerca de 40 anos, a transferência da maioria de sua população da região do rio Teles Pires para o PIX - e o relaxamento de alguns hábitos alimentares, lideranças deste povo manifestaram uma grande preocupação com a possibilidade de perda do seu patrimônio de agrodiversidade. Como o Projeto de Alternativas Econômicas/ ISA - Atix já havia iniciado, em 1996, um diagnóstico da situação dos recursos genéticos da roça Kaiabi, foi proposto, em 1998, que o ISA apoiasse a promoção de estratégias conjuntas com lideranças, visando o resgate e a disseminação de materiais propagativos (mudas e sementes) tradicionais entre aldeias.

O assunto "ciência da roça" passou a ser tratado como um desdobramento temático do programa educativo Economia, Ecologia e Cultura, seguindo sua estrutura modular. Contudo, apesar de também estar voltado para a produção de material didático, há maior ênfase em aspectos práticos, com a participação de um público ampliado de adultos, jovens e crianças de ambos os sexos. O trabalho recebeu maior intensidade na aldeia Kwaruja, onde residia Prepori Kaiabi (falecido em abril de 2000), pois foi ele o grande responsável pelo transporte e disseminação de mudas e sementes do rio Teles Pires para o Xingu, ainda na década de 50. Mais tarde, na década de 1960, o grupo do "Capitão" Temeoni trouxe para o Xingu mais alguns materiais genéticos do Rio dos Peixes, distribuídos a partir da atual aldeia Capivara.

Até o momento, foram trabalhados aspectos míticos da origem das plantas cultivadas, a cartografia histórica de sua chegada ao Xingu, e completada uma listagem incluindo 15 espécies e cerca de 100 variedades cultivadas, com descrições das plantas e de seus usos. O trabalho vem abordando ainda a dinâmica de uso agrícola da paisagem, onde se destacam as Terras Pretas de origem antrópica.

A listagem de plantas e variedades (ainda sujeita a correções) foi reproduzida e distribuída para todas as aldeias Kaiabi do Xingu, além de ter sido remetida à TI Apiaka-Kaiabi (no rio dos Peixes, MT) e à aldeia Cururuzinho, na TI Kaiabi-Gleba sul (no Pará). A partir da listagem, estão em curso levantamentos de tudo o que foi plantado na última safra (1999/2000), nas roças de cada aldeia. Quando completada esta tarefa, teremos um panorama completo da disponibilidade de recursos genéticos da roça Kaiabi, com indicações precisas do que foi perdido, do que está ameaçado e do que está em situação estável. Em paralelo, já se iniciaram debates entre lideranças e nas principais aldeias sobre as estratégias passíveis de serem implemen-tadas para viabilizar trocas de materiais propagativos entre aldeias e para a recuperação de alguns hábitos alimentares derivados da rica culinária desse povo. Esta experiência inicial motivou, também, a revisão de informações acumuladas sobre a agricultura de outros povos do Xingu, apontando para a possibilidade de desenvolvimento de trabalhos similares a esse. (Geraldo M. Silva e equipe do Programa Parque do Xingu)

particularidades importantes. Na sociedade ocidental, a relação do homem com a natureza e com os recursos naturais tem tantos níveis de mediação que se perde a noção da origem dos mesmos. Neste sentido, a posição dos índios, que dependem da natureza mais diretamente e controlam essa relação com maior facilidade, é comparativamente favorável. Por outro lado, dadas suas próprias condições tradicionais de existência, muitos índios – principalmente as gerações mais velhas - têm dificuldade em operar com a noção de finitude, isto é, em aderir à idéia de que se não mudarem sua estratégia de manejo dos recursos naturais, alguns desses podem, simplesmente, deixar de existir.

Numa interlocução qualificada com os índios sobre esse assunto, o discurso do "vai acabar", isoladamente, não surte o efeito desejado. É preciso partir do próprio universo indígena – e não custa lembrar que, nesses e em outros aspectos, as culturas indígenas presentes no PIX variam enormemente entre si -, tentando entender quais recursos naturais são usados, as estratégias indígenas de classificação e manejo, a intensidade do uso dos mesmos etc.

Evidentemente, o impacto ambiental das atividades econômicas dos habitantes do PIX corre em ritmo muito menor do que os processos verificados no seu entorno. Entretanto, precisa ser lançado o alerta de que os índios não são os eternos guardiães do meio ambiente, e de que, em outra escala, o PIX já começa a enfrentar problemas parecidos com os que são próprios à sociedade ocidental,. Mais do que isso: essa questão precisa ser enfrentada no âmbito das políticas públicas, para que as terras indígenas possam ter sua sustentabilidade futura assegurada. *(junho, 2000)*

Distrito Sanitário e Saúde no PIX

Douglas Rodrigues — Médico sanitarista e coordenador do Projeto Xingu da Unidade de Saúde e Meio Ambiente da Unifesp

Sofia Mendonça — Mestre em Antropologia e médica sanitarista da Unidade de Saúde e Meio Ambiente da Unifesp

INVESTINDO NA FORMAÇÃO APROPRIADA DE AGENTES INDÍGENAS DE SAÚDE, O NOVO MODELO TENTA SUPERAR O TRADICIONAL ASSISTENCIALISMO DA FUNAI

A atuação da Funai no Parque Indígena do Xingu (PIX), na área da saúde, sempre se caracterizou pelo assistencialismo, descontinuidade e centralização das ações na assistência médica ou na enfermagem - em detrimento de ações de promoção da saúde, de formação de recursos humanos e de investimentos na qualidade de vida, além de alternativas de sustentabilidade, melhoria das condições ambientais e de saneamento básico.

Nos últimos anos, o enfraquecimento da Funai transformou a assistência à saúde na principal justificativa para a obtenção de recursos financeiros, na maioria das vezes utilizados para diversos fins como a manutenção dos Postos Indígenas, o apoio a deslocamentos de lideranças, a manutenção e doação de equipamentos (barcos, motores de popa, aparelhos de radiofonia) e distribuição de combustível para diferentes finalidades. A assistência à saúde tornou-se, assim, moeda de troca entre o órgão indigenista e lideranças indígenas.

A CONSTRUÇÃO DO DISTRITO DO XINGU

A proposta de organizar os serviços de saúde na forma de um distrito sanitário não é nova no Xingu. A discussão sobre a organização dos serviços de saúde no PIX teve início em 1990, conduzida por profissionais da Unifesp/Escola Paulista de Medicina e envolvendo inicialmente os Agentes Indígenas de Saúde e algumas lideranças locais. A manutenção de um programa regular de formação dos Agentes Indígenas de Saúde, o trabalho desenvolvido pela equipe de saúde e as reuniões do Conselho de Lideranças da Atix propiciaram a criação de contextos que facilitaram a participação das comunidades na discussão de seus problemas de saúde. Ao mesmo tempo, possibilitaram maior articulação interinstitucional com envolvimento da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Funai, Secretaria de Estado da Saúde de Mato Grosso (SES/MT) e Secretarias Municipais de Saúde (SMS) de alguns municípios do entorno do PIX, configurando um quadro mais favorável à organização da atenção à saúde em âmbito regional.

O processo de construção do Distrito Sanitário Especial Indígena do Xingu (DSEI/Xingu) se caracteriza pela mudança das práticas sanitárias, referenciadas num novo paradigma, centrado na vigilância à saúde.

O FUNCIONAMENTO DO DSEI/XINGU

O DSEI/Xingu iniciou oficialmente suas atividades em 12 de agosto de 1999, por meio de um convênio estabelecido entre a Funasa e a Unifesp. Pelos termos do convênio, a Unifesp é responsável pela execução das ações de atenção básica desde as aldeias até os serviços de referência do SUS regional. Cabe à Funasa o repasse dos recursos financeiros, o monitoramento e acompanhamento das ações e o controle de doenças endêmicas como malária e dengue. À Funai compete acompanhar as ações de saúde e desenvolver as atividades de sua competência relacionadas à vigilância do território, demarcação de novas áreas, desenvolvimento de projetos de alternativas econômicas, manutenção dos Postos Indígenas, apoio às lideranças e apoio a índios em trânsito, entre outras.

O Distrito busca uma abordagem integral da atenção à saúde, levando em consideração todos os determinantes do processo saúde-doença: socioculturais, políticos, ambientais e biológicos.

A organização dos serviços de saúde tem como princípios a eqüidade, acessibilidade, hierarquização e descentralização. O *território da saúde* foi dividido em três áreas de abrangência, a cada uma correspondendo um pólo-base: Leonardo, Pavuru e Diauarum. A cada pólo-base estão referidas uma série de localidades e uma população adstrita. Cada pólo-base conta com uma equipe multiprofissional de saúde, formada por médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e agentes indígenas de saúde.

O primeiro atendimento se dá no espaço territorial das aldeias, de forma contínua. Consiste em ações assistenciais básicas, de promoção da saúde e de saneamento, de responsabilidade dos agentes de saúde e professores indígenas, com o apoio e participação da equipe da área de abrangência correspondente. Quando não é possível solucionar o problema na própria aldeia, os doentes são encaminhados para Unidades Básicas de Saúde (UBS) localizadas nos pólos-base (sedes das áreas de abrangência). Essas UBS estão sendo estruturadas para oferecer maior poder resolutivo.

A construção da articulação do DSEI/Xingu com o SUS regional tem sido um grande desafio: de um lado, a precariedade dos serviços públicos de saúde disponíveis que ainda estão se estruturando na região; de outro, a dificuldade de romper com a estrutura centralizadora e paralela da saúde indígena mantida pela Funai durante décadas. Os serviços de saúde de Canarana e Água Boa têm constituído a primeira referência de atendimento fora do Parque. Os doentes que necessitam serviços de maior complexidade são encaminhados a Brasília ou São Paulo, dependendo da situação. A sede do DSEI/Xingu fica em Canarana/MT. Foi montada uma Casa de Saúde do Índio com a função de receber, alojar e acompanhar os doentes do PIX encaminhados para atendimento na rede do SUS. A Casa comporta 24 pessoas entre doentes e acompanhantes. Funciona com plantão de enfermagem 24 horas/dia e visitas médicas diárias.

SAÚDE NO XINGU (dados e análises)

A população do PIX, segundo o último censo da Unifesp/EPM, totaliza 3.705 pessoas, considerando os 14 povos indígenas que compõe o Parque e algumas famílias que estão morando em Canarana . Com relação ao impacto das ações de saúde desenvolvidas pelo DSEI/Xingu, ainda é prematuro precisar. No entanto, como a implantação dessa forma de organização dos Serviços de Saúde no âmbito do Parque tem se realizado de forma processual há alguns anos, já é possível fazer algumas análises.

POPULAÇÃO TOTAL NO DSEI XINGU, 1999

Área de Abrangência	*População 1998*	*População 1999*	*Nascimentos*	*Óbitos*	*Crescimento Natural*
Leonardo	*1956*	*2004*	*77*	*15*	*2.45%*
Pavurú	*480*	*496*	*17*	*0*	*1.18%*
Diauarum	*1164*	*1205*	*41*	*8*	*3.52%*
Total	***3600***	***3705***	***115***	***23***	***2.92%***

DO QUE ADOECEM OS ÍNDIOS DO XINGU?

Verificamos que as infecções respiratórias agudas (IRA), as doenças diarréicas, doenças de pele e a malária, são os problemas de saúde mais freqüentes, revelando um quadro semelhante ao da população brasileira em geral. Trata-se de doenças simples, que em sua maioria podem ser resolvidas com medidas de atenção primária à saúde.

PRINCIPAIS DOENÇAS EM 1999

Doença	*% de ocorrência*
Infecções respiratórias agudas	*34,9%*
Doenças diarréicas	*20,5%*
Malária	*11%*
Doenças de pele	*5%*

DO QUE MORREM OS ÍNDIOS DO XINGU?

Os dados disponíveis revelam que a mortalidade por doenças transmissíveis, evitáveis pela atenção primária à saúde, diminuiu, se considerarmos as causas de óbitos em anos anteriores. Outros agravos têm tido um impacto maior na mortalidade, como os acidentes, neoplasias, síndromes congênitas e outras. Podemos atribuir ao trabalho das equipes locais de saúde, principalmente dos agentes indígenas, a melhor qualidade da atenção à saúde daquela população.

PRINCIPAIS INDICADORES DE SAÚDE

A análise dos indicadores de saúde deve ser realizada a partir de uma série histórica, além da abordagem comparativa em relação aos dados do país e do estado de Mato Grosso, devendo ser interpretados a partir de vários aspectos. Os Coeficientes de Mortalidade Geral e Infantil, por exemplo, diminuíram sensivelmente nas últimas décadas, tendo se estabilizado nos últimos anos. Pode-se afirmar que um menor número de pessoas morreu por problemas relacionados à atenção primária. No ano de 1999, morreram menos crianças por problemas evitáveis e, ao mesmo tempo, começaram a ser registrados os casos de natimortos e infanticídios que antes não eram computados.

Indicador	*Brasil 1997*	*Mato Grosso 1997*	*Xingu 1999*
Coeficiente Bruto de Natalidade (por 1.000 hab)	*21,7*	*24,5*	*37,85*
Coeficiente de Mortalidade Geral (por 1.000 hab)	*7,1*	*5,4*	*6,17*
Coeficiente de Mortalidade Infantil (por 1.000 nascidos vivos)	*37,4*	*28,6*	*35,46*
Taxa de crescimento natural	*1,4%*	*2,0%*	*2,62%*
Taxa de Incidência de malária (por 10.000 hab)	*29,1*	*59,0*	*190,82*
Taxa de incidência de dengue (por 100.000 hab)	*16,0*	*15,6*	*5,98*
Taxa de Incidência de varicela (por 1.000 hab)			*58,56*
Taxa de incidência de tuberculose (por 100 000 hab)	*5,2*	*5,6*	*404,0*

ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO NO PIX

Amrebe, kubenkryt boi ket kam, me kuni awa meikumre, meprire, menire, meabatoit, mekuni..." ("Faz tempo, quando o homem branco não chegou ainda, todos nós tínhamos os dentes bons, crianças, mulheres, adultos, todos nós...")

Assim, em 1979, os mais velhos Metyktire começaram a me contar sobre seu povo, seus dentes e o que aconteceu com eles após o contato com a sociedade envolvente. O aparecimento da cárie dental, assim como o da tuberculose e muitas outras doenças contagiosas, é sempre associado por eles ao início do contato com pessoas de nossa sociedade.

A cárie dental é uma doença infecto-contagiosa causada por dois tipos de microorganismos, o Streptococcus Mutans *e o* Lactobacilus. *A intensa destruição causada por esses agentes infecciosos nos dentes dos povos indígenas provavelmente deve-se ao fato de terem sido contaminados e não possuírem resistência (anticorpos) contra essas bactérias. A introdução do açúcar da cana e seus derivados veio piorar essa infestação.*

Os problemas de cárie dental existem nas aldeias indígenas do Brasil inteiro e variam de intensidade devido a alguns fatores: maior ou menor consumo de açúcar de cana e seus derivados; o fato de os índios terem adquirido ou não o costume da higiene bucal; o seu acesso ou não a materiais de higiene dental; e, por fim, terem atendimento dentário constante ou não. Além dos Metyktire, que já não vivem no PIX, tenho atendido, desde 1979, os povos do próprio PIX.

Os índios não têm, em suas tradições, maneiras de limpar bem os dentes, removendo as placas bacterianas causadoras da cárie dental e de gengivite. Também não têm acesso fácil e constante e nem recursos para adquirirem fios, escovas e cremes dentais na medida necessária para o controle da cárie dental. Desde 1990, a Colgate do Brasil vem dando uma contribuição fundamental nesse sentido, fornecendo fios, escovas e creme dental à população em idade escolar do PIX. Essa ajuda tem possibilitado reverter, em grande parte dos jovens, a alta incidência da cárie. Entre as pessoas em idade escolar, removo poucos dentes e faço muitas restaurações com amálgama de prata, curativos em cáries mais profundas com hidróxido de cálcio coberto com IRM, assim como aplicações de flúor tópico e orientações práticas sobre higiene com fios, escovas e creme dental. O hábito de usar o fio dental e em seguida escovar os dentes de maneira correta, a meu ver, tem sido o fator mais importante no controle da incidência da cárie dental.

AGENTES INDÍGENAS DE SAÚDE BUCAL

Acredito que o controle da cárie se fará cada vez melhor, pois os agentes indígenas de saúde bucal estão trabalhando em suas próprias aldeias e aldeias próximas, orientando sobre práticas de higiene bucal, valores dos alimentos e do tratamento dos dentes, além de aplicarem com regularidade flúor tópico nas crianças e jovens e fazerem curativos com IRM com instrumentos manuais de dentística. Iniciei o treinamento desses agentes indígenas de saúde bucal em 1984, com Tariwaki Suyá, no Posto Indígena Diauarum. Em 1987, apresentaram-se Weteme Suyá e Dukarê Yudjá, que começaram o treinamento em suas respectivas aldeias. A partir de 1991, participando dos cursos anuais de treinamento de agentes indígenas de saúde e de saúde bucal da Escola Paulista de Medicina em área, foram aperfeiçoando-se.

PEDRO MARTINELLI – 1999

Em 1992, Aramut e Inamurap Kayabi, mais Gaindoberi Suyá, substituindo sua irmã Tariwaki, que se tornou pajé, vieram reforçar o quadro de agentes indígenas de saúde bucal. Em 1997, Penewô Ikpeng e Autulu Waurá iniciaram seu treinamento e atendimento às comunidades da região do Pavuru.

Geralmente, para um trabalho não-tradicional, os indivíduos são indicados pela própria comunidade. No caso dos agentes de saúde bucal, eles não são escolhidos; eles mesmos se apresentam, já que "não é qualquer pessoa que se dispõe a lidar na boca dos outros", como eles mesmos dizem. São todos eles pessoas cuidadosas no atendimento, compreensivas quanto à dificuldade de serem logo aceitas por toda a comunidade, pois é um trabalho delicado. E quem não receia um tratamento de dentes? Os agentes indígenas de saúde bucal têm apresentado um bom desempenho. Suas dúvidas são respondidas durante o período em que atendemos juntos ou durante a concentração nos cursos de saúde.

INTEGRAÇÃO COM A ESCOLA

Esses agentes de saúde bucal auxiliam os professores indígenas locais em suas aulas de prevenção de doenças e ensinam, nas escolas, como se deve escovar os dentes de maneira certa.

Entretanto, por questões culturais, muitas aldeias ainda não possuem agentes de saúde bucal. Nesses casos, os próprios professores indígenas são orientados, durante seus cursos de formação, a como ensinar seus alunos sobre a prevenção da cárie dental e práticas de higiene bucal. Não é um trabalho fácil, pois conceitos de microorganismos, transmissão e contaminação são ainda abstratos para culturas acostumadas ao concreto da observação direta. Mas a prática e a constância da higiene dos dentes, através dos resultados obtidos, os têm convencido de sua importância. (Eduardo Mattos Biral, dentista da Funasa, atende os índios do PIX há 20 anos, abr/00)

A SUSTENTABILIDADE DO MODELO PROPOSTO

A garantia de sustentabilidade da atenção à Saúde Indígena passa necessariamente pelo entendimento de que a rede de DSEIs em estruturação deve se configurar na forma de um sub-sistema do SUS, com recursos específicos alocados para a saúde indígena. A gestão federal do sub-sistema é necessária à medida que dá diretrizes, acompanha e avalia a sua operacionalização e deve ser vista como um facilitador no processo de consolidação do SUS regional.

No plano local do sistema, o maior esforço está concentrado em:

1. Estruturar a equipe multiprofissional, mantendo-a capacitada e motivada para o trabalho em campo, o que passa por investimentos em treinamento e salários adequados;

2. Normas e rotinas para o controle dos principais agravos: a profissionalização dos Agentes Indígenas de Saúde com o horizonte de substituir gradativamente os profissionais de saúde não-índios;

3. Estruturar o controle social na forma do Conselho Distrital de Saúde, investindo na capacitação dos conselheiros indígenas e garantindo no orçamento do DSEI os recursos necessários para reuniões periódicas;

4. Articular as ações de saúde com outras em andamento, como vigilância e fiscalização, produção de artesanato e outros bens, educação, proteção do meio ambiente, desenvolvimento de associações locais, etc.;

5. Estabelecer submetidos os índios do PIX.

Do ponto de vista da articulação com o SUS está sendo priorizada:

1. A articulação e estabelecimento de parcerias com os gestores municipais;

2. Articulação com o gestor estadual;

3. Participação do DSEI em iniciativas que visam melhorar o SUS regional como os Consórcios Intermunicipais de Saúde;

4. Participação de usuários indígenas nos Conselhos Municipais e no Conselho Estadual de Saúde.

Um aspecto importante é a instalação de mecanismos, pelo gestor federal do SUS, que facilitem a interlocução do DSEI com os gestores locais, com o gestor estadual e com a rede hospitalar e ambulatorial conveniada como: fator de incentivo hospitalar já aprovado, e ainda não implementado, quotas de AIH específicas para os DSEI e incentivos aos municípios que ofereçam serviços especializados de forma eficiente configurando referências para o DSEI/Xingu (laboratórios, ambulatórios especializados etc.).

A implantação do DSEI/Xingu representa uma forma nova de lidar com a atenção à saúde, que valoriza as ações de impacto coletivo, de promoção da saúde, de capacitação de recursos humanos locais. As novidades têm sido incorporada aos poucos pelas lideranças indígenas, que ainda não vêem com clareza a divisão de atribuições entre a Funasa e Funai. Essa dificuldade de entender os diferentes papéis é reflexo da inconsistência e fragilidade com que vem sendo conduzida a política indigenista oficial como um todo no país. *(março, 2000)*

Formação de Professores Indígenas no PIX

Maria Cristina Troncarelli

Coordenadora do Projeto de Formação de Professores Indígenas do Parque do Xingu/ISA

O DESAFIO DE FORMAR PROFESSORES DE 14 POVOS DIFERENTES

Durante os primeiros anos do processo de formação de professores do Parque do Xingu, iniciado em 1994, havia por parte das lideranças e das comunidades, uma grande resistência em relação ao trabalho dos professores indígenas. Com o desenvolvimento do projeto, essa visão foi se modificando, embora ainda existam hoje duas aldeias, Yawalapiti e Ypawu (Kamayurá) que defendem, como ideal, a contratação de professores não-índios para lecionarem na escola do posto, julgando os participantes do curso incapacitados para o desenvolvimento das aulas nas escolas. As lideranças dessas duas aldeias argumentam que a escola na aldeia é um fator de desestruturação da cultura. Esse mesmo pensamento se aplica à formação de agentes de saúde indígenas, somando-se a uma expectativa de que estas duas aldeias continuem sendo atendidas pela unidade básica de saúde do posto, onde atuam profissionais de saúde índios e não-índios.

No Alto Xingu, há forte expectativa de algumas lideranças que a escola ensine o português, considerando o estudo da língua indígena no espaço escolar como menos prioritário. Nessas comunidades, onde ainda existem fortes mecanismos de manutenção das suas tradições culturais, não há consenso sobre a proposta de uma escola diferenciada que contemple o estudo da língua e dos conhecimentos indígenas. A expectativa vai no sentido de formar pessoas que saibam lidar com os não-índios, agentes de contato que saibam falar bem o português, ou seja, uma idéia de escola primeiro voltada para os jovens e não necessariamente para as crianças.

As lideranças da região do Baixo Xingu demonstram uma expectativa diferente de escola, não apenas como meio de aprendizagem do "mundo do não-índio" mas, também, como um espaço de valorização da língua e dos conhecimentos indígenas.

DIFERENTES REALIDADES SOCIOCULTURAIS

Tais expectativas refletem essas diferenças dos povos no Parque. Os Kaiabi tiveram uma história de contato diferente da dos povos do Alto Xingu e, em relação a estes últimos, apresentam maior domínio do português. Em razão disso, os Kaiabi preocupam-se mais com a língua indígena, o que não é o caso dos povos do Alto, que não sentem suas línguas ameaçadas.

Na organização da Atix, os Kaiabi, Suyá e Yudjá são protagonistas, desenvolvendo o projeto "Kumaná", de revitalização cultural, no contexto do qual implantam-se nas aldeias as chamadas "escolas de cultura", local onde os mais velhos ensinam a fazer artesanato e contam histórias. Os professores têm participado intensamente das atividades de preparação de artesanato e têm procurado os velhos para realizarem pesquisas sobre a história e os conhecimentos tradicionais, aproximando, assim, essas "duas escolas".

O aspecto dinâmico das expectativas em relação às escolas pôde ser percebido, com maior clareza, em maio de 1999, quando o grupo de professores se fez presente na 5ª Assembléia da Atix. O tom político da apresentação dos professores, exibindo os mapas e o Diagnóstico Ambiental dos Recursos Hídricos da Bacia do Rio Xingu, despertou nas lideranças uma visão mais ampla sobre o trabalho dos professores e, possivelmente, sobre o papel da escola como um veículo de conscientização. Os professores também pediram o apoio das lideranças para colaborar no controle do lixo dentro do PIX, esclarecendo, principalmente, sobre a gravidade da contaminação provocada pelas pilhas usadas nas lanternas e rádios-gravadores. Esse tema tem sido muito enfatizado pelos professores na escola, embora ainda não tenha sido completamente assumido pelas lideranças como importante.

As mesmas lideranças do Alto Xingu, que antes defendiam a atuação de professores não-índios, mudaram a ênfase de seu discurso, aconselhando os professores a atentar para a importância de seu papel como modelo de referência para os alunos na comunidade.

PAULO JARES/ABRIL IMAGENS – 1999

Vista aérea do Posto Diauarum.

PAULO JARES/ABRIL IMAGENS – 1999

Escola Indígena do Posto Diauarum, PIX.

Essas lideranças começam a perceber as mudanças de interesse dos jovens, e que a escola não tem sido, necessariamente, um fator incentivador de tais mudanças. O fluxo de pessoas que saem do Parque para Canarana e outros municípios está aumentado, o que vem provocando alteração de comportamento dos mais jovens. A manifestação mais evidente dessas mudanças é a imitação do corte do cabelo e do modo de vestir dos não-índios, mas, principalmente, a difusão de antenas parabólicas para o uso da televisão, cada vez mais freqüentes no cenário das aldeias. Essas alterações têm, de certa forma, abalado a imagem de "índio-puro", sempre associada aos povos do Alto Xingu, e por eles mesmos assumida como auto-imagem. Diante disso, as lideranças começaram a ver na figura do professor um possível aliado no sentido de combater essas atitudes, esperando que a sua conduta seja exemplar do ponto de vista cultural.

Mairawe Kaiabi, presidente da Atix em sua fala durante a 5ª Assembléia, desmistificou a imagem da escola como o principal fator de desestruturação da cultura no PIX. Apontou que, além da escola, os índios estão adotando cada vez mais objetos e costumes dos não-índios, como o uso de roupas, motores de popa, a língua portuguesa, televisão, gravador etc. Ele apontou, também, a interferência do dinheiro, que existe desde que alguns índios passaram a ser funcionários contratados da Funai, e questionou os professores, indagando sobre a responsabilidade de uso adequado do salário. Falou, ainda, sobre o consumo crescente de bebidas alcoólicas, o que começa a se configurar como um grave problema entre os povos do PIX.

Até a realização dessa Assembléia, temos percebido uma multiplicidade de visões e expectativas sobre as escolas no Par-

que, que vêm se dando num processo dinâmico. Sobre a sistematicidade das aulas, por exemplo, enquanto nas aldeias Kaiabi existe uma cobrança por parte dos pais de alunos de um funcionamento contínuo e sistemático da escola, nas outras comunidades, principalmente no Alto Xingu, não existe essa preocupação. A escola funciona somente nos intervalos do ciclo de festas, treinamento de luta e atividades agrícolas.

No contexto da política interna xinguana, somente agora os professores começam a despontar enquanto grupo. Um grupo que ainda não tem muito prestígio, mas que vem conquistando um espaço de discussão sobre a educação escolar nas assembléias de lideranças. Assim, a participação dos professores nas assembléias de lideranças tem sido extremamente positiva para que os educadores e lideranças indígenas tenham consciência de que o trabalho educacional está inserido no contexto maior da política xinguana de gerenciamento e defesa do território. *(maio, 2000)*

O Projeto de Formação de Professores Indígenas do Parque Indígena do Xingu desenvolve a formação de 55 professores das 14 etnias que lá habitam: Kuikuro, Kalapalo, Matipu, Nahukwá, Mehinaku, Waurá, Aweti, Kamayurá, Trumai, Ikpeng, Yawalapiti, Suyá, Kaiabi e Yudja. Participam, também, dois professores Panará e dois professores Kaiabi da TI Kaiabi. Ao todo, esses professores lecionam em 28 escolas. Com apoio de diversas instituições, o ISA é responsável por seu planejamento e execução.

Escola Kalapalo.

CLAUDIO LOPES DE JESUS - 1998

GESTÃO TERRITORIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL ORIENTAM A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS

O PIX acompanha um movimento já recorrente entre os diferentes povos indígenas no Brasil: a formação de jovens professores índios para atuarem em suas aldeias. Tendo em vista que o que o conjunto das 14 etnias que ali residem tem em comum é o cada vez mais ameaçador problema trazido pela ocupação irracional do entorno do PIX, o projeto de formação de professores focaliza a gestão territorial, com ênfase na educação ambiental como tema transversal para o tratamento de todas as matérias abordadas no curso de magistério indígena. Alia-se a isso a realidade irreversível da sedentarização das comunidades, ou seja, a imposição de limites fixos para a utilização política, social e ecológica do território delimitado como terra indígena. Cada vez mais as escolas têm o papel de contribuir para a conscientização e mobilização das comunidades, visando a melhoria da qualidade de vida dos moradores das aldeias que se localizam sobretudo ao longo do rio Xingu, que corta o Parque de sul a norte. O impasse a ser superado pelas populações xinguanas, com apoio da sociedade brasileira, é também proteger as nascentes dos formadores do rio Xingu que estão todas fora dos limites do Parque, provocando o assoreamento e a contaminação destes rios.

Os cursos de formação de professores do PIX trabalham a relação entre ecologia, economia e cultura, discutindo e avaliando as relações econômicas tradicionais e as mudanças decorrentes do contato, a economia do entorno, as formas tradicionais de manejo e aquelas desenvolvidas por outras sociedades, o ecossistema e os impactos ambientais nessas regiões bem como em outras do Brasil e do planeta.

Associações Indígenas no PIX

André Villas Bôas

Coordenador do Programa
Parque do Xingu/ISA

A EXEMPLO DO QUE VEM OCORRENDO NO BRASIL, OS POVOS INDÍGENAS DO PARQUE INDÍGENA DO XINGU RECORREM AO ASSOCIATIVISMO COMO ALTERNATIVA PARA A GESTÃO DIRETA DOS SEUS INTERESSES

Se observarmos a trajetória de outros povos indígenas, podemos concluir que a iniciativa de criarem suas associações está ligada a uma projeção – nem sempre realizada - de que elas servem como caminhos que dão acesso a recursos para solucionar toda sorte de demandas das comunidades e assim suprir as faltas do Estado tutor, aquele que já foi provedor da assistência e dos recursos materiais para boa parte das sociedades indígenas a partir do seu processo de contato com a sociedade nacional. No caso do PIX, já é conhecido que este tipo de relação foi razoavelmente resguardada até bem recentemente.

Ao mesmo tempo, a iniciativa de formar associações significa a tentativa dos índios de conquistar autonomia na gestão dos interesses comunitários que têm interface com o mundo institucional, público e privado, da sociedade nacional.

Nos últimos anos, foram criadas no PIX cinco associações e, ao que parece, este número deve aumentar (vide quadro abaixo).

Nome da Associação	Etnia	Local
Mavutsinim	Kamaiurá	Ipavu
Waurá	Waurá	Waurá
Jacuí	Kalapalo	Tanguro
Planeta Nativo	Várias/Alto Xingu	Várias
Terra Indígena Xingu – Atix	Várias	PI Diauarum e Canarana

As associações, de um modo geral, são dotadas de uma estrutura administrativa que não existe nas formas tradicionais de organização política das sociedades indígenas. A assimilação e gestão de um modelo associativista com feições burocráticas colidem com a política tradicional, pois pressupõem o domínio da língua portuguesa, de operações matemáticas, de legislação e de relações interinstitucionais que regem o universo das entidades de direito privado. Consequentemente, uma associação indígena nem sempre consegue conciliar a política tradicional da aldeia, geralmente controlada pelos mais velhos, com a gestão política dos assuntos que têm interface com a sociedade nacional, o que via de regra vem sendo monopolizado por indivíduos mais jovens. São eles quem dominam os novos conhecimentos indispensáveis na administração dessa interface.

Nesse contexto, as associações que até hoje surgiram no PIX distinguem-se entre aquelas que atendem a interesses locais de aldeias, como é o caso das associações Mavutsinim, Waurá e Jacuí e aquelas quem têm um caráter interlocal, como é o caso da Associação Terra Indígena do Xingu (Atix) e Planeta Nativo. Essa última, criada no primeiro semestre do ano 2000 por um conjunto de pessoas do Alto Xingu, por enquanto se concretizou apenas "no papel". Seus fundadores projetam para ela a função de intermediar e gerir os direitos autorais e de imagem - principalmente das etnias do Alto Xingu. Isso depende de um processo complexo de legitimação política que ainda não foi consolidado.

A ATIX

A Associação surgiu em 1994 com uma proposta de atuação interlocal, abrangendo a totalidade das 14 etnias que residem no PIX e buscando trabalhar com temas gerais como revitalização cultural, proteção e fiscalização, educação, saúde e comércio de produtos indígenas. Apesar da diretoria e seus quadros estarem somente sob controle das etnias Kaiabi, Suyá e Juruna (Yudjá), a Atix realizou esforços políticos para viabilizar um Conselho Político representativo de todas as etnias do Parque.

POR QUE EXISTE A FUNAI E A ATIX?

Mairawê Kaiabi, presidente da Atix.

[Sobre a experiência de dirigir uma associação indígena] - Com relação a dirigir uma associação indígena...não é costume de índio, tudo isso vem da idéia de branco. Não é que o índio não tem essa idéia, ele tem uma organização bem mais diferente, bem mais simples. Bem mais clara no entender do índio, que é uma denominação interna, uma aldeia, uma coisa assim de um líder, é mais a prática, sei lá. Ele organiza, ele tem o povo dentro da aldeia e tudo, só que isso no exemplo da associação, ele começa a ter duas coisas.

Primeiro, passa a ter esse conhecimento de branco, de como é que organiza, como tem que lidar com o povo indígena e como ele tem que levar isso para fora também, para poder contar com a civilização lá fora. Então, o povo é muito difícil, é difícil as autoridades de fora compreenderem isso. Também porque eu diria que eu estou entendendo a dificuldade que a gente passa não só de conversar, é uma coisa que já aconteceu com muitas autoridades de fora. É que ele já vê muita coisa ruim da parte do índio, ele acha que é tudo igual... Que índio está pedindo por pedir mesmo, e não vai fazer aquilo, então muita coisa você é barrado. Você quer falar ou fazer alguma coisa séria, ele vai pensar duas ou três vezes para atender você.

É assim em alguns lugares, principalmente com os prefeitos, que as vezes nem atendem... Pode estar pedindo um carro, um avião, ou vai para dar uma bordunada. Então essas coisas já vem na cabeça deles, não sabe que a gente está se preparando para conversar com as pessoas, até mesmo dar uma aula para ele... Ou até mesmo levar uma mensagem importante para ele, para o trabalho dele. Tem um história importante que eu sempre lembro, sobre a prefeitura de Marcelândia (MT). O prefeito ficou dizendo para o pessoal da aldeia Sobradinho (Kaiabi): "Eu vou ajudar vocês, eu vou fazer uma balsa para vocês, vou botar lancha." Aí passou o tempo, dois ou três anos o índio cansou... Aí a gente ajudou... Para nós dava a impressão de que ele estava sabendo daquilo pela primeira vez: "mas como que é? Aonde é que está?" Nesses três anos que passaram, ele nunca perguntou para o índio onde ele morava, qual era o município dele... Diz ele que naquele dia que ele ficou sabendo "Onde é que está? a aldeia dele está aqui no município de outra prefeitura, aí eu não posso ajudar."

Por isso que eu acho que é difícil dirigir a associação. É muito mais difícil quando você está começando, no caso da Associação Terra Indígena, é muito mais difícil para nós da comunidade do Xingu. Quando se criou a associação, foi uma coisa assim. A associação pode ajudar você a fazer algumas coisas, mas nunca tirar e dar para você, é diferente. Quando o índio fala que quer ir para uma cidade mas não tem transporte ou não consegue se comunicar com a pessoa , então isso não aparece, era bom para ele se você pegasse um motor, um barco e dissesse: "toma aí para você", mas ele não sabe que tendo um transporte, tendo uma comunicação com quem você quer falar também é uma ajuda. Juntar lideranças para uma reunião, também é uma coisa importante, são coisas que no Xingu (eles) estão começando a entender um pouquinho. "Vocês vão tratar de um assunto e fica tudo para uma pessoa só fazer." Quem é essa pessoa só? A mesma coisa (a equipe da diretoria)... Aí você vai trabalhar, você tem também essa dificuldade de passar as informações para essa liderança, para a comunidade, até entender o que significa uma associação, qual era a finalidade do trabalho dela. Ainda tem que conscientizar o povo, explicar o que significa uma associação, como ela funciona.

E tem outra complicação ainda, por que ela não está ligada a um órgão do governo? Porque existe a FUNAI e outra associação? Aí você tem que explicar porque está separado, porque é uma associação indígena ... Tudo isso parece que não é nada, mas para a comunidade é muito difícil. Então o nosso trabalho de dirigir uma associação é difícil, eu acho que tem que ser difícil mesmo porque o trabalho tem que ser sério, tem que ser claro e tem que ser compreendido de uma maneira clara ... Senão você não faz nada. É isso. (Mairawê Kaiabi, mai/00)

A proposta de se alcançar uma larga abrangência política dentro do PIX é ousada, considerando-se as diferenças culturais, sociais e políticas existentes entre as etnias que compõem o chamado complexo cultural do Alto Xingu e as etnias do Médio e Baixo Xingu, onde a Atix está instalada. Mesmo considerando a ampla representação do seu conselho, a projeção da Atix para fora do Parque, como uma organização geral dos grupos que lá residem, sofre algumas contestações. A participação das etnias do Alto Xingu, que vêm recusando sistematicamente ocupar os espaços orgânicos dos quadros de direção da Associação, não tem ido além do Conselho. No entanto, isso não elimina a possibilidade de surgirem outras organizações indígenas mais centradas nos grupos alto xinguanos. Uma possibilidade que acomodaria as diferenças políticas existentes entre o Alto e o Baixo/Médio Xingu é que essas novas organizações trabalhassem de forma associada à Atix.

Mesmo assim, a Atix está se consolidando e ganhando reconhecimento político na medida em que vem desenvolvendo projetos - com resultados - que abrangem todo o Parque. São eles o de proteção e fiscalização das fronteiras (feito em parceria com Funai e ISA); o de construção de escolas e pagamento de professores (em parceria com Seduc-MT) e o de manutenção do sistema de transportes.

PARCERIAS E CAPACITAÇÃO

A sustentabilidade de uma associação com o perfil amplo da Atix requer parcerias que apoiem o seu funcionamento, pelo menos parcialmente. As associações locais de aldeias, cuja estrutura é pequena, geralmente localizadas dentro do próprio espaço político delimitado pela comunidade, permitem um arranjo de gestão que não exige, necessariamente, dedicação exclusiva de seus membros. Uma organização como a Atix, por seu lado, incorpora nos seus quadros pessoas de diferentes etnias, sua sede não se localiza em uma aldeia mas no Posto Indígena Diauarum, com uma sub-sede na cidade de Canarana (MT) e gerencia um conjunto diversificado de projetos. Este quadro exige, sem dúvida, dedicação exclusiva da maioria dos seus membros, os quais, além do mais, têm de estabelecer residência junto à sede da Associação. Daí a dificuldade de se garantir o funcionamento de uma associação dessa natureza sem um apoio institucional. Em tese, os recursos provenientes da administração de projetos deveriam assegurar este tipo de apoio, o que nem sempre é viável. Neste sentido, é importante apontar que o apoio institucional que a Atix recebe da Rainforest Foundation da Noruega vem permitindo uma estabilidade importante para seu funcionamento.

Um outro aspecto importante para a sustentação das associações é a questão da capacitação dos seus membros para gerirem adequadamente os aspectos administrativos, financeiros e de relações externas. Nesse sentido, a Atix tem buscado, com a assessoria do ISA, um intenso e contínuo esforço de capacitação de sua equipe. Desde 1995 vem promovendo e participando de diversos cursos como os de mecânica (em parceria com o Senai-PA), de computação para a diretoria, de auto-escola e elaboração, administração e contabilidade de projetos.

No contexto do Parque, onde a administração da Funai está, desde 1985, sob controle dos índios, o crescimento da Atix significa, de certa forma, uma nova alternativa de gestão que vai revelando as contradições de um processo no qual os índios foram alçados à condição de condutores das ações do Estado, sem que lhes tivessem sido dadas as condições adequadas para desempenhar esse papel com autonomia. *(maio, 2000)*

Novos Rumos para a Arte Indígena do Parque do Xingu

Equipa de edição a partir de texto de Simone Ferreira de Athayde

Bióloga, integrante do Programa Parque do Xingu/ISA

SIMONE ATHAYDE/ISA – 1999

A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E A ORGANIZAÇÃO DO COMÉRCIO ORIENTAM A PRODUÇÃO DE ARTESANATO NO XINGU

Na perspectiva de assessorar os índios na busca de alternativas para a geração de renda, o ISA, através de um projeto voltado especificamente para a prospecção de soluções neste sentido, identificou na produção de objetos da cultura material um potencial promissor. O "artesanato do Xingu", como já é conhecido e difundido, se ajustado a procedimentos mais adequados de produção e comercialização em relação ao que vem sendo feito hoje, permite conciliar preservação cultural com conservação ambiental, uso sustentável da biodiversidade, benefício econômico, autonomia social e organização política. São esses pressupostos que têm fundamentado o trabalho de apoio à estruturação, organização e comercialização de artesanato dos povos Kaiabi, Yudjá e Suyá por intermédio da Associação Terra Indígena Xingu (Atix), com a perspectiva de estender a experiência a outros povos do Parque que mostrarem interesse.

COMERCIALIZAÇÃO E NICHOS DE MERCADO

Além das iniciativas familiares, "informais", que, mal ou bem, são a mais segura e estável fonte de recursos das famílias do Parque do Xingu, a Atix assumiu o desafio de intermediar essas transações com as comunidades Kaiabi, Yudjá e Suyá. Até o momento, ela está mantendo relações comerciais principalmente com duas lojas especializadas e um distribuidor de S. Paulo. Nas cidades de São Félix do Araguaia, Barra do Garça, Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Cuiabá foram pesquisadas os nichos de mercado de artesanato indígena, com a perspectiva de estendê-la na região de entorno do Parque e em grandes centros urbanos e serem traçadas estratégias de relacionamento da Atix com o mercado especializado em artesanato indígena no Brasil.

MATÉRIAS-PRIMAS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A identificação e pesquisa sobre sustentabilidade ambiental das matérias-primas utilizadas na confecção dos principais produtos comercializados é componente indispensável desta iniciativa. Já foi realizado um levantamento botânico e faunístico das espécies utilizadas pelos povos Kaiabi e Yudja, com indicação de recursos mais explorados ou cuja densidade no Parque é baixa, merecendo trabalhos específicos de inventário para o manejo. Destacam-se o arumã (*Ischnosiphon* sp), usado pelos Kaiabi para a confecção de peneiras, as espécies de árvores utilizadas para a confecção de bancos e outros utensílios de madeira, algumas palmeiras como o tucum (*Astrocaryum aculeatum*) e o inajá (*Maximiliana maripa*), usadas na confecção de adornos e bordunas. Quanto à fauna, é preocupante o impacto exercido sobre as aves para a confecção da arte plumária.

ASSESSORIA E CAPACITAÇÃO

Conseqüentemente, um dos eixos de trabalho pressupõe cursos aplicados de português, matemática, finanças e comércio, e discussões sobre sustentabilidade, manejo e conservação dos recursos naturais envolvidos na produção de artesanato. Esse trabalho vem associado à implementação do sistema de registro e controle da entrada/ saída de produtos da área indígena, visitas às aldeias produtoras, viagens experimentais para venda em São Paulo, preparação e encaminhamento de encomendas de lojas especializadas, contabilidade e pagamento às comunidades produtoras. Foi criado um grupo de trabalho específico com representantes da Atix com a função de prestarem contas às comunidades em cada aldeia, participarem de eventos de capacitação e ajudar a explicar o trabalho da Atix nas aldeias. São ao todo 14 representantes Kaiabi, Yudja e Suyá de um conjunto de dez aldeias.

REVITALIZAÇÃO CULTURAL

Desde 1996, a Atix, com apoio da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), vem desenvolvendo o Projeto Kumaná, que consiste em criar e manter, nas principais aldeias do norte do PIX, "escolas de cultura". Os espaços assim denominados têm por objetivo aproximar velhos e jovens, para que esses últimos aprendam técnicas de confecção de itens de cultura material e participem da organização das festas tradicionais. Para fortalecer o Projeto Kumaná, as aldeias Kaiabi, Suyá e Yudja destinam desde 1997 parte de sua produção de artesanato à Atix, para que ela comercialize os produtos e retorne os recursos financeiros às comunidades. Paralelamente, é feito um trabalho de pesquisa e documentação fotográfica dos artefatos Kaiabi, Yudja e Suyá, existentes em museus etnográficos brasileiros. O retorno para as aldeias vem na forma de livros didáticos, o que acaba envolvendo os professores indígenas, alunos e comunidade.

Espera-se, com essas iniciativas, que a comercialização de itens da cultura material xinguana passem a agregar às peças, além do seu inegável valor cultural, outros componentes que lhes retire o caráter de mero "artesanato", que se confunde com a massa de produtos artesanais vendidos de forma aleatória e informal e, conseqüentemente, por preços mais baixos. *(abril, 2000)*

A ATIX E O COMÉRCIO DE ARTESANATO

Antes da fundação da Associação Terra Indígena do Xingu (Atix), a venda de artesanato e produtos da roça estava muito desorganizada para vender para os brancos.

Quando se pensou em fundar uma associação, foi para que com isso pudéssemos organizar todos os trabalhos principais executados no Parque Indígena do Xingu.

Depois de dois anos de existência da Atix, nós diretores, junto com o conselho político indígena, iniciamos uma discussão sobre tabelas de preço de artesanato e produto da roça. E foi elaborada a tabela e pessoas do conselho que estavam presentes levaram a tabela para suas aldeias para poder passar ao conhecimento de suas comunidades.

Logo após a elaboração das tabelas, algumas comunidades começaram a mandar artesanatos para a sede da Atix, para colocar a venda, e alguns brancos que passavam pelo Parque começaram a comprar.

Vendo o aumento de artesanato enviado para a sede da Atix, tomamos providência imediata para pôr nossa gente em prática, para registrar todos os materiais recebidos, separando os objetos de cada pessoa com código, registrar a saída e registrar dinheiro das comunidades e particulares.

Hoje, quase todas as comunidades do baixo Xingu vendem seu artesanato pelo preço da tabela, para os consumidores e lojas. Quando recebemos ligações de pessoas interessadas em artesanato, informamos a essas pessoas que a Atix fornece tabelas e que, através dela, podem fazer encomenda dos materiais preferidos.

Para melhorar o trabalho de comércio de artesanato na Atix, necessitamos muito da assessoria de alguns funcionários do ISA, para preparar a nossa gente para registrar, fazer código, como conversar com os interessados na compra, entender melhor porcentagem.

Para a Atix ter mais pessoas para trabalhar, foi preciso buscar parceria de representantes da diversas comunidades, para explicar comércio, porcentagem, qualidade de produtos e organizar mais ainda o trabalho. (Makupá Kaiabi – diretor executivo/Atix)

Os Kaiabi Viajam ao Centro do Mundo

Klinton Senra — Antropólogo/Museu Nacional
Geraldo Mosimann da Silva — Agrônomo/ISA
Simone Athayde — Bióloga/ISA

A TRANSFERÊNCIA PARA O PARQUE DO XINGU FOI REVIVIDA. PELO CAMINHO, LEMBRANÇAS DA PERDA TERRITORIAL E O CONSOLO PELA PRESERVAÇÃO CULTURAL

Os Kaiabi, grupo Tupi-Guarani, cuja maioria da população (cerca de 700 pessoas) habita atualmente a região norte do Parque Indígena do Xingu (PIX), realizaram uma viagem histórica à sua área ancestral, de onde foram transferidos há cerca de quarenta anos. Antes da transferência, os Kaiabi ocupavam cerca de três milhões de hectares no noroeste do Mato Grosso, entre os rios Arinos, dos Peixes (*Tatuy*) e Teles Pires (*Wyrasing'y*).

Desde as primeiras décadas do século XX, os Kaiabi começaram a sentir os efeitos da penetração de grupos de seringueiros em seu território. A partir da década de 40 houve um recrudescimento na atividade destes seringueiros e também de posseiros na região, e os índios passaram a ser sistematicamente aliciados para trabalhar nos seringais. Na década seguinte, quase toda a região foi retalhada em glebas e alienada pelo governo do estado do Mato Grosso para fins de colonização sem levar em conta as populações indígenas que lá habitavam. Nesta época chegou à região a Expedição Roncador-Xingu, comandada pelos irmãos Villas-Bôas, que apresentou aos Kaiabi a proposta de mudança para o PIX. A realidade vivida pelos Kaiabi nos postos do então Serviço de Proteção ao Índio e seringais e, posteriormente, a ocupação efetiva de suas terras, foram os principais fatores que os levaram a aceitar a proposta de transferência para o Parque. Os irmãos Villas-Bôas viam nisso a melhor alternativa para o processo de destribalização e marginalização vivido então pelo grupo. Embora aqueles que aceitaram a mudança tenham encontrado condições muito menos conflituosas no Xingu, ela deixou marcas profundas, dividiu os Kaiabi e significou a abdicação da quase totalidade de seu antigo território. Um pequeno grupo Kaiabi resistiu à mudança e permaneceu no rio dos Peixes, afluente do rio Arinos. Em 1991 parte da área foi reconhecida oficialmente como Reserva Indígena Apiaká – Kaiabi, com 109.245 ha. A demarcação desta área, entretanto, deixou de fora a parte central do antigo território do grupo onde localizavam-se as principais aldeias e áreas de caça, pesca e coleta de materiais fundamentais para a sua reprodução cultural. Foi para este local, núcleo de origem dos Kaiabi segundo seu mito de criação do mundo, e que ainda preserva parte da paisagem tradicional, que um grupo de índios retornou, em outubro de 99, em uma viagem a seu passado ao mesmo tempo recente e longínquo.

EM BUSCA DE BARRO

A idéia da viagem para o território tradicional surgiu com um projeto de revitalização cultural dos Kaiabi. Na perspectiva de retomarem a arte da cerâmica, praticamente abandonada desde a década de 60, a viagem foi concebida para coletar um tipo de barro especial, conhecido como *Tujuk* e também para realizar observações etnológicas, arqueológicas e ecológicas na região do rio dos Peixes, nos municípios de Juara e Tabaporã, no Mato Grosso.

No Xingu há quase quarenta anos, os Kaiabi mais velhos ainda sentem falta da área ancestral e se angustiam por terem perdido o seu território. Para eles, sua antiga terra é melhor em vários aspectos. A floresta é mais diversificada, com vários tipos de plantas e animais que não são encontrados no Xingu e que são importantes cultural e economicamente para os Kaiabi. A castanha-do-pará, três tipos de arumã (para fazer as peneiras), o taquari (usado para flechas), a siriva (madeira usada em bordunas e arcos), e a ararinha-vermelha, foram perdas irreparáveis ocasionadas pela transferência. A terra, por sua vez, era mais apropriada para o plantio, mais fértil e adequada à rica agricultura praticada pelo grupo.

À medida que a expedição avançava rio acima e adentrava cada vez mais no coração do antigo território, os Kaiabi iam rememorando episódios de quando lá moravam e apontando a localização de

suas antigas aldeias e outros sítios de importância vital para eles. O quadro que viram deixou-os chocados: profundas alterações na paisagem, a eliminação de matas ciliares em vertentes íngremes, a retirada de madeira e a abertura intensiva de pastagens em fazendas localizadas em boa parte do que já foram suas terras, além da poluição do rio. Talvez tantas mudanças tenham sido a razão de não terem localizado a lagoa onde ocorre o barro *tujuk*. Os anciões não conseguiram lembrar do local e a procura por barco no rio *Ypokotewu'u* (Macaco, em português) mostrou-se infrutífera. E o panorama desolador imbuiu os índios de uma maior determinação na tentativa de recuperar pelo menos parte deste território que ainda não se encontra totalmente degradado. Agora, mobilizam-se para que as leis dos brancos reconheçam os seus direitos imemoriais, ampliando a área atual a eles destinada, a fim de que sejam incluídos os antigos sítios de caça, coleta e moradia, além de locais considerados sagrados em alguns dos quais estão enterrados seus antepassados.

A viagem ao "centro do mundo" foi extremamente frutífera porque serviu para os Kaiabi refletirem sobre as conseqüências da separação. As mais evidentes são as mudanças culturais. Na área do Rio dos Peixes, pelo contato mais intenso com a sociedade não-índia, as pessoas quase não falam mais a língua Kaiabi, mas sim o português. A dieta mudou bastante, com a incorporação de alimentos como arroz, feijão, macarrão, biscoitos, café e açúcar. Do mesmo modo, vários itens que compõem a cultura material Kaiabi deixaram praticamente de ser confeccionados pelo grupo que permaneceu na área ancestral. Portanto, o sentimento de perda, sentido pelos velhos, vem diluir-se na constatação que os que ficaram no Xingu tiveram melhores condições para manter a tradição cultural. A língua nativa é majoritariamente utilizada assim como preservada boa parte da dieta tradicional. Paradoxalmente, portanto, se existem restrições na disponibilidade de matérias primas para preservarem a diversidade da sua cultura material, os Kaiabi do PIX estão cientes de que o empenho canalizado para a revitalização cultural é o melhor caminho para um encontro com as lembranças daquilo que ficou no território ancestral. *(fevereiro, 2000)*

Maloca do velho capitão Temeoni, alto Rio dos Peixes.

GEORG GRÜNBERG - 1965

GERAL

KUARUP E ECOTURISMO

O Kuarup, maior festa sócio-religiosa dos povos indígenas do Parque do Xingu, poderá tornar-se um produto comercial para atrair turistas brasileiros e estrangeiros. A proposta partiu de algumas lideranças do Xingu, como os Kamayurá, e está sendo discutida pelo grupo técnico criado pelos ministérios do Meio Ambiente e da Indústria e do Comércio, que estuda alternativas para o ecoturismo na região amazônica. Os pacotes turísticos incluiriam, também, outras festas típicas das outras etnias presentes no parque.

Para os técnicos governamentais, a exploração turística da cultura do Xingu é viável. Contudo, o problema está na falta de consenso entre as tribos. Os Kuikuro, que realizaram o Kuarup no último domingo, não quiseram abrir a festa para o branco, por acharem que isto tiraria o seu aspecto sagrado de homenagem aos mortos. "O turismo no Xingu é uma coisa meio complicada e deve ser discutido com muita cautela, para não ferir a cultura e a sensibilidade dos índios. No aspecto financeiro, como forma de garantir a subsistência das tribos, é uma alternativa interessante, mas é preciso muito cuidado para não afetar o lado cultural, que deve ser preservado" afirma Ademir Gudrin, coordenador da Caimert, para quem a decisão deve ser apenas dos índios, sem interferência da Funai e do Governo. Os técnicos ministeriais, a Funai e o governo do MT somente aprovarão a proposta indígena se houver a garantia de que a presença do branco nas festas não trará interferências culturais ao índio. *(A Gazeta - ES, 04/09/96)*

MORRE CLÁUDIO VILLAS-BÔAS

Um infarto fulminante matou ontem aos 82 anos o indigenista Cláudio Villas-Bôas. Ele era o segundo dos três irmãos Villas-Bôas, que ganharam renome mundial por terem estabelecido o primeiro contato do homem branco com os povos indígenas do Xingu, na região do Mato Grosso. O irmão Orlando, de 84 anos, acompanhou, sereno, o velório e o enterro de Cláudio, no fim da tarde, no cemitério Morumbi, na zona sul de São Paulo. Orlando lamentou ter que concluir sozinho o último livro que estava escrevendo em parceria com o irmão: "Atos de pajé". Afirmou que vai ter que se esforçar para recuperar o conteúdo das conversas que teve com Cláudio nas últimas semanas para poder concluir o livro. Segundo Orlando, a atividade dos pajés era um dos temas que mais mereceram a reflexão e os estudos de Cláudio. "Acho que esse vai ser também o meu último livro". Segundo Orlando, ele e Cláudio formavam uma dupla perfeita. "Claudio era o homem das idéias, da inspiração, a alma de todos os nossos livros. Eu, o agitador, o falante, o executor, que punha os projetos no papel." *(FSP, 02/03/98)*

CAMINHADA PARA SALVAR O XINGU CHEGA A CANARANA

Cerca de 80 índios de pelo menos oito etnias diferentes do Parque do Xingu saudaram na última sexta-feira, em Canarana, os participantes da caminhada SalvXingu, em prol do rio e suas nascentes. Centenas de pessoas do município também participaram da recepção. O governador Dante de Oliveira fez uma saudação especial, em, comemoração ao Dia Internacional do Meio Ambiente. Essa foi a penúltima parada dos caminhantes depois de 62 dias de estrada desde Brasília. Eles ainda vão percorrer mais 120 km até o rio 7 de Setembro, um dos principais afluentes do rio Xingu, ponto final da caminhada. Os índios do Alto Xingu saudaram os participantes da caminhada e o governador Dante de Oliveira pelo Dia do Meio Ambiente. Eles cantaram e dançaram ritos tribais do Alto Xingu *(A Gazeta, 07/06/98)*

CLÁUDIO VILLAS-BÔAS HOMENAGEADOS NO KUARUP

Cláudio Villas-Bôas foi um dos homenageados nas cerimônias do Kuarup realizadas entre os meses de julho e agosto de 1998. Os chefes indígenas Pataku (Aweti) e Sarirurá (Yawalapiti), o guerreiro Maricá (Kamayurá) e Álvaro Villas-Bôas, irmão de Cláudio falecido em 1996, foram outros homenageados. O Kuarup para Cláu-

ED FERREIRA/AE - 1998

Orlando Villas-Bôas retorna ao PIX, após 14 anos, para participar do Kuarup.

PEDRO MARTINELLI - 1986

Cláudio Villas-Bôas duranta a expedição da contato com os Panará.

dio e Álvaro ocorreu na aldeia Kamayurá e foi acompanhado por familiares dos indigenistas mortos, destacando-se a marcante presença de Orlando, o único dos irmãos Villas-Bôas ainda vivo (Leonardo, o quarto irmão, morreu em 1961 e dá nome ao Posto Indígena localizado ao sul do PIX), e por autoridades como o ministro da Justiça, Renan Calheiros, e o presidente da Funai, Sulivan Silvestre Oliveira. O evento foi tema de diversas reportagens, publicadas por diferentes órgãos da imprensa nacional *(ISA, a partir de O Globo, 11/07; A Crítica, 24/07; OESP, 27/07; Correio Brasiliense, 28/07; Gazeta de Alagoas, 02/08; Diário de Cuiabá, 02/08; Revista de Domingo/JB, 02/08; Revista Época, 03/08; O Popular, 05/08; Revista IstoÉ, 05/08/98)*

NOS BASTIDORES DO KWARUP

Estava na aldeia Kamayurá nos dias do Kwarup dos Villas-Bôas, amplamente noticiado pela mídia. Cheguei acompanhando os Kuikuro, um dos povos convidados para a festa intertribal, na qual uma das tribos é, agora, a dos brancos (os "caraíba"). Como costuma acontecer hoje no Alto Xingu, na época da seca, foi um fim de semana com muitos caraíbas. As grandes festas são um programa organizado e divulgado via fax pela sede administrativa do Parque do Xingu, na Funai de Brasília. É turismo, que de ecológico só tem o frisson de um weekend de luxo entre nativos, e marketing institucional (da Funai, da "boa" política indigenista do governo). Não só isso.

Há 16 anos não voltava à aldeia Kuikuro. Encontrei muitas crianças. "Precisamos crescer, a aldeia tem que ficar grande", diz o chefe, expressando uma estratégia de sobrevivência afirmativa num entorno cada vez mais assustador. Encontrei os velhos mais velhos, tentando contar estórias e histórias aos jovens em momentos raros de encontro. O futebol ocupa as tardes e o entusiasmo cotidiano; a televisão preenche parte das noites, roubando o tempo das conversas familiares. Muito esforço é aplicado na busca de meios para se ter o dinheiro necessário à satisfação de novas necessidades - algumas não tão novas, já que datam da chegada dos primeiros utensílios trazidos pelos brancos, há pelo menos um século.

A TUTELA A GRANEL DA FUNAI É CADA VEZ MENOS GENEROSA

Precisam de combustível, pilhas, sabão, material de pesca, facas, machados, pano, roupas etc., e vão à luta para consegui-los. Têm barcos e geradores, gravadores, televisão e vídeo. Gravam suas músicas e rituais, assistem a vídeos etnográficos e viajam pelo mundo. Procuram decifrar os noticiários televisivos para entender o que está lá fora. Para apreender o que os cerca e ameaça, formulam perguntas, procuram respostas. A escola, os cursos de formação de professores indígenas, as viagens urbanas. Bom é experimentar tudo.

Os alto-xinguanos continuam amansando os brancos, como sempre fizeram, elaborando finas estratégias de conquista simbólica e prática, daqueles que se consideram os conquistadores, nós. As redes de amizade e de troca se ampliam para além das fronteiras do Parque, de Canarana a New York. Abrem suas fronteiras, atraem, seduzem, pacificam, digerem os brancos que convidam para suas festas. E sabem muito bem quem convidar: autoridades, políticos, mídia, instituições, empresários, pesquisadores - personagens, hoje, sem mistério. A política alto-xinguana é complexa, sutil, com articulações cujo entendimento na maioria das vezes escapa aos "de fora".

OS ÍNDIOS PAGAM UM PREÇO CARO NESSE CAMINHO

Entre a construção de uma autodeterminação, sem modelos e referências, e a impossibilidade de viver sem a proteção do Estado. Proteção ou assistência capenga, fragmentada, incompetente. No Alto Xingu, protegido, entram turistas, curiosos, "amigos" dos índios, jornalistas, sem controle, só na base do "toma lá da cá" (o controle só se destina aos pesquisadores). Foi o que aconteceu no Kwarup dos Villas-Bôas. Em um cenário que lembrava o circo de Buffalo Bill, uma aldeia preparada para turistas, abrigava um ritual clip, vacas brancas perambulando (herança dos militares e de projetos estapafúrdios da Funai, já que os alto-xinguanos não comem carne de animais terrestres e não têm vocação para fazendeiros), a belíssima lagoa de Ipavu suja de excrementos bovinos e humanos, estes deslizando de precários "banheiros" para os turistas que se alojam no "hotel", malocão construído a pouca distância das águas.

Um Búfalo da FAB vomitou dezenas de jornalistas e fotógrafos, que invadiram a aldeia com suas câmaras e microfones, canhões e rifles apontados a poucos centímetros da cara de homens, mulheres e crianças, numa espécie de caça. Pela primeira vez vi crianças empurradas pelos pais, esmolando trocas humilhantes. Os repórteres ou atiravam (fotos, palavras), ou eram tomados pela excitação da troca: bugingangas ou roupa usada, ou dinheiro, por cocares, cerâmicas, bancos... E havia as autoridades, um ministro (da Justiça), um ex-ministro em campanha eleitoral (Iris Rezende) e o presidente da Funai, com mulheres e cortejo de funcionários.

Na pista de pouso, uma fila de aviões. De vez em quando um decolava, outro chegava, levantando nuvens de poeira. Ministros e presidente apareceram no sábado e reapareceram no domingo: não quiseram dormir na aldeia mas sim na sede da fazenda de Iris Rezende - um churrasco, bebidas, o conforto -, desprezando os anfitriões indígenas. Aviões para cá e para lá, até para buscar gelo. No malocão de turistas, uma tropa caraíba se trancava para as refeições, surreais: queijos, presunto, frutas, refrigerantes, banquetes com carne de paca. Os índios espiavam, excluídos, com fome e desejo, brancos gordos mastigando entre comidas em excesso, esses "selvagens cerebrais", como disse um antropólogo, seres medíocres, amorais, violentos, mas capazes de produzir um mundo inesgotável de objetos fantásticos. Os índios refletem sobre o dilema: como consumir tudo isso sem sermos consumidos?

OS ALTO-XINGUANOS RECEBERAM EMOCIONADOS ORLANDO VILLAS-BÔAS

Continuam chamando-o de pai, rememoraram com ele e através dele uma época e os temores do presente. Serviu para pensar uma história. Orlando e seu grupo foram os mais discretos, apesar da movimentação nervosa da equipe de filmagem do projeto "500 anos, o Brasil dos Villas-Bôas", competindo com a tropa da mídia numa arena de canibalismo visual. Nos dias que se seguiram à festa, saboreamos também o preço amargo da conquista alto-xinguana. De volta à aldeia, doenças vieram uma atrás da outra: gripe, infecções intestinais, crises respiratórias. A precariedade do atendimento de saúde, dentro e fora do Parque, voltou a gerar angústia e perplexidade. Uma manhã acordamos sem sol, no meio da estação sem nuvens. Continuamos a entrever um brilho pálido em todos os dias que se seguiram, até a minha partida. Outra novidade para mim. A fumaça das queimadas mato-grossenses invade o Parque em toda a sua extensão. Dizem os índios que será assim até final de outubro, pelo menos. Não há mais um metro de mata para além das fronteiras do Parque; as fazendas, e um perímetro de fogo, o circundam. Tragédia anunciada, outra Roraima.

No dia 4 de agosto, saindo do Xingu, percorrendo a estrada que liga o Kuluene a Canarana, olhava estarrecida uma paisagem lunar, mais de 100 quilômetros de desmatamento, deserto, o que resta de incêndios devoradores, pasto e pasto, bois vagando, não uma lavoura ou plantio. Atravessamos algumas dezenas de quilômetros de devastação: as fazendas de Iris Rezende e de seu irmão, convivas hipócritas da festa do outro lado do mundo. (Bruna Franchetto, lingüista e antropóloga, professora do Museu Nacional/ UFRJ, ago/98).

MEL CERTIFICADO

A apicultura no PIX vem se consolidando como uma alternativa econômica viável, capaz de ser manejada facilmente pelas comunidades indígenas.

A busca de alternativas econômicas sustentáveis do ponto de vista cultural, social e ambiental é, hoje, uma das questões estratégicas para o futuro das sociedades indígenas. Como resolver a questão da geração de renda no plano familiar indígena para atender suas necessidades de insumos e bens, cujo acesso nem sempre é possível através de suas práticas tradicionais de subsistência? A dificuldade desses povos de interagirem com o mercado e acessarem de forma autônoma bens básicos foi, em vários casos, historicamente manipulada por práticas de controle político e clientelismo por parte de agências de contato com essas sociedades. Foi neste cenário que também se assistiu à submissão de comunidades diante de interesses econômicos predatórios sobre recursos naturais existentes nos seus territórios.

Em terras indígenas, por outro lado, empreendimentos econômicos podem "aprisionar" sua população a uma lógica empresarial perversa, onde o tempo de gestão do empreendimento concorre de forma negativa com atividades rituais importantes para afirmação da identidade étnica ou mesmo com a própria atividade tradicional de subsistência.

Neste contexto, a apicultura racional vem se configurando como uma atividade de baixo impacto, conciliável com atividades tradicionais pelo pouco tempo que demanda para ser manejada. Além disso, a extração de mel silvestre para consumo é uma prática tradicional das sociedades indígenas, mesmo considerando a mudança do extrativismo para a apicultura racional, onde a lógica é o manejo do enxame e não somente a coleta do mel. Isso implica na introdução e manuseio de um conjunto de equipamentos e na adequação das condições de produção e beneficiamento, de forma atender as exigências da vigilância sanitária e do Ministério da Agricultura para obtenção do SIF.

Do ponto de vista econômico, o mercado de mel é bastante promissor. O Brasil consome hoje aproximadamente 80.000 toneladas/ano sendo que a produção interna atende somente 48% desta demanda, o restante é importado. No caso dos índios, o fato de em geral as terras indígenas serem extensas e não desenvolverem atividades que se utilizam de agrotóxicos, evitando dessa forma o contato do enxame com substâncias químicas dentro e fora dos seus limites, possibilita a certificação orgânica do mel, que é rara, agregando valor ao produto e abrindo a possibilidade de se acessar mercados internacionais, dependendo da escala de produção.

A atividade de apicultura racional no PIX iniciou-se em 1996 como um projeto piloto, dentro de um conjunto de outras iniciativas voltadas a identificar alternativas econômicas viáveis às comunidades xinguanas. O crescimento e organização da produção do mel no Xingu está respaldada em cursos anuais de capacitação, atualização e acompanhamento técnico periódico nas aldeias. Após quatro anos de projeto, existem hoje 42 apicultores e 84 colméias – 48 em produção – em 20 aldeias na região do médio e baixo Xingu. A expectativa de produção de mel no Parque para o ano 2000 está no patamar dos 800 kilos/ano; esta quantidade já está sendo totalmente comercializada no mercado interno do Parque e nas cidades da região, ao preço de R$ 7,00 o kilo. Espera-se para o próximo ano dobrar a produção, o que implicará em articular uma nova estratégia de venda que contemple grandes centros urbanos e novos parceiros comerciais. No caso do PIX, a produção racional não eliminou a coleta extrativista de mel que continua sendo praticada para consumo doméstico e comércio interno. Outros subprodutos do mel também estão sendo considerados na estratégia futura de produção, sobretudo o extrato de própolis que já está sendo introduzido nas práticas de cura do Distrito de Saúde do Xingu.

Os apiários das aldeias são subsidiados pelo projeto até alcançarem seis colméias. A partir daí, a sua ampliação se dá de forma compartilhada entre recursos da aldeia proveniente da própria produção de mel e do projeto, até o apiário alcançar 10 colméias. Deste patamar, cada aldeia assume integralmente a responsabilidade pelas despesas de ampliação e manutenção do seu apiário. Para respaldar o fluxo de materiais apícolas dentro do Parque e a comercialização da produção, os índios produtores estão consolidando uma estrutura cooperativista, vinculada a associação local (Atix). A efetividade deste modelo ainda terá que ser avaliada no médio prazo.

A apicultura talvez não resolva todas as necessidades econômicas das comunidades indígenas mas pode contribuir de forma permanente na economia familiar, gerando renda e uma maior autonomia econômica. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento do processo de produção e comercialização do mel tem tido um forte caráter pedagógico no sentido de permitir aos índios entenderem, de forma participativa, a lógica e os mecanismos que regem um empreendimento que interage comercialmente com o mercado, criando condições para gerirem outras iniciativas complementares, se assim o desejarem. (André Villas Bôas e Wemerson Ballester, jun/2000)

MEL DO XINGU GANHA CERTIFICADO PARA EXPORTAÇÃO

Quatro etnias do PIX estão conquistando o status de potenciais exportadores de mel. Elas acabam de obter o Serviço de Inspeção Federal (SIF) do Ministério da Agricultura, o que, na prática, é a senha para comercialização de produtos de origem animal entre estados e países.

O projeto de apicultura vem sendo desenvolvido há quatro anos na aldeia Rikô, dos índios Suyá, com o apoio da ONG Instituto Socioambiental (ISA) e da Associação Paulista de Apicultores (Apacame). A idéia é encontrar uma alternativa econômica que utilize os recursos naturais com a visão preservacionista indígena, o que certamente servirá de apelo para atrair consumidores em busca de alimentos saudáveis.

A qualidade do mel foi atestada e aprovada pelo médico veterinário da Delegacia Regional de Agricultura, Altair de Oliveira Cunha, responsável pela certificação da indústria. "O produto é muito bom sob todos os aspectos; tudo está dentro dos padrões exigidos por lei. Fiquei impressionado com a seriedade com que o projeto está sendo tratado", atesta. *(Gazeta Mercantil – MT, 05/05/00)*

WEMERSON BALLESTER 1996

O mel produzido já abastece o mercado interno e as cidades da região.

ENTORNO

ÍNDIOS CONHECEM SISTEMA QUE MONITORA QUEIMADAS

Lideranças do Parque Indígena do Xingu foram ontem a Fema, em Cuiabá, para conhecer o sistema de geo-processamento, que monitora, por fotos de satélite, focos de queimada e áreas desmatadas. Os índios afirmam que estão sofrendo com a ação do homem no entorno do Parque, com as queimadas, desmatamentos, assoreamento e poluição dos rios.
Segundo os índios o Parque ainda está intacto, mas o entorno dele está sendo prejudicado pela ação de madeireiros, garimpeiros e fazendeiros. O entorno do Parque compreende oito municípios e muitas fazendas. As áreas mais críticas são os municípios de São José do Xingu, ao norte da reserva e o Rio Ronuro, a sudoeste, prejudicadas com desmatamento, queimadas e pesca predatória. *(Diário de Cuiabá, 19/07/96)*

FUNAI, FEMA E ÍNDIOS FAZEM SOBREVÔO PARA CHECAR LIMITES DO PARQUE

O Parque Indígena do Xingu foi sobrevoado nos últimos dias por técnicos da Fundação Estadual do Meio Ambiente e da Funai, a pedido dos próprios índios, para se verificar as denúncias de desmatamento, invasões e abertura de estradas dentro do parque. Este sobrevôo mostrou também aos índios, que acompanharam os técnicos, os reais limites do PIX, atualmente pressionados pelas frentes de expansão das fazendas que existem em seu entorno.
Segundo o consultor jurídico para assuntos indígenas do PNUD, Luís Fernando Lemos dos Santos, que participou do sobrevôo, esse levantamento foi feito porque os índios constataram que estava havendo mudanças nas delimitações da área do Parque.
A partir deste levantamento, por meio do qual foram determinadas as coordenadas geográficas dos pontos suspeitos de invasão, desmatamento e destruição, a Fema irá mapear e estudar, em conjunto com a Funai, as ações a serem tomadas no sentido de fiscalização e autuação. *(Diário de Cuiabá, 27/08/96)*

FOGO PERTO DO PIX MOBILIZA GOVERNO...

A região de São José do Xingu, ao norte do estado do Mato Grosso, entrou ontem em "alerta vermelho" devido ao risco eminente de incêndio florestal. O fogo, hoje localizado em pastagens, avança em direção às florestas do PIX e dá mostras de estar sem controle.
Por portaria, o Ibama proibiu que 28 municípios de Mato Grosso realizem queimadas – entre eles os que fazem limites com o Parque do Xingu e com o Parque Nacional do Araguaia. Hoje, às 13 h, 40 bombeiros do DF seguem num avião Hércules, da Força Aérea, para a área próxima ao Xingu. *(FSP, 01/09/98)*

... E MINISTRO ASSUME COMPROMISSOS NO PARQUE

Em 03/09/98, o ministro da Justiça, Renan Calheiros, esteve no PIX, onde reuniu-se com lideranças locais. Através da imprensa, Calheiros relatou o encontro e anunciou três providências: a ampliação do efetivo da brigada indígena de combate a incêndios, de 20 para 100 homens, que serão equipados com abafadores, bombas costais, máscaras, vestuário adequado, ferramentas em geral, a um custo direto estimado de R$ 20 mil; a liberação de R$ 100 mil, destinados a ações preventivas na área de saúde, a fim de evitar incidência de doença respiratória entre os habitantes do parque; o compromisso de levar à próxima reunião do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Consema), do qual é membro, a proposta de instalação de uma faixa de proteção de, no mínimo, 10 km em torno do parque, dentro da qual as queimadas serão proibidas. *(JT, 04/09 e Diário do Grande ABC, 13/09/98)*

ÍNDIOS DETÊM PESCADORES...

Oito ou dez pessoas, não se sabe ao certo, estão sendo mantidas como reféns pelos índios Kayabi, da aldeia Dijamaru, no Parque do Xingu, próximo à sede municipal de União do Sul.
Índio do Brasil Rocha, agente ambiental da Fema, disse que os índios exigem a presença dos presidentes nacional do Ibama e Funai, do prefeito de União do Sul e do presidente da Fema para negociar a soltura dos reféns. O agente foi informado de que um dos presos caçava jacarés com arma de fogo no momento em que foi preso pelos índios. Outro fato já confirmado é que os reféns estavam em três barcos e carregavam material de pesca completo e algumas armas, o que é proibido em terras indígenas.
O número de pescadores presos pelos Kayabi ainda é incerto, mas sabe-se que o presidente da câmara dos vereadores de União do Sul, Luiz Verner, estava entre eles. Outros nomes já confirmados são o do médico Adão, do município de Cláudia, os madeireiros Wilson e Mareo Guti, o menor Leandro Bastos, filho do vereador Sérgio Bastos, de Cláudia, e o também menor Fábio Dal'Maso. O repórter Wilson Duarte, da TV Capital, afiliada da TV Gazeta em Sinop, que está no local, informou que os reféns estão sendo bem tratados, mas os familiares dos pescadores estão apreensivos.
O coordenador nacional de comunicação da Funai, Roberto Lustosa, disse que os primeiros contatos do órgão com os pescadores presos dão conta de que eles entraram em terras indígenas por engano. Segundo Lustosa, a Funai já enviou à área de conflito o chefe do PIX, índio Inaculá Rodiart, para negociar a libertação dos presos. *(A Gazeta/Cuiabá, 04/11/98)*

... EXIGEM FISCALIZAÇÃO...

Para liberar os reféns, os Kayabi estão exigindo fiscalização fixa no rio Arraia, afluente do Xingu, que dá acesso à reserva onde vivem. Querem também que lhes sejam doados barcos e veículos para que eles próprios tenham condições objetivas de impedir a entrada de invasores. O presidente da Funai, Sulivan Silvestre, avisa que só começa a negociar quando os índios liberarem dois menores, que estão entre os reféns, como informa o coordenador nacional de Comunicação da Funai, Roberto Lustosa. Mas Silvestre já sinalizou positivamente. Disse que vai instalar posto de fiscalização no local exigido pelos índios. *(A Gazeta/Cuiabá, 05/11/98)*

... LIBERTAM REFÉNS...

Os índios do PIX, libertaram ontem (08/11/98) os pescadores que estavam sendo mantidos como reféns. Os índios concordaram em liberar os reféns em troca da promessa da presença no parque do presidente da Funai. Eles denunciam que a região vem sendo invadida por pescadores amadores e profissionais e caçadores de animais silvestres.
A garantia da viagem de Silvestre ao parque foi feita pela Funai, por escrito, no Sábado, e enviada ao posto indígena Diauarum, onde estavam os reféns e líderes indígenas. Um avião da Funai levou os reféns de Diauarum para Sinop de onde retornariam para as cidades de Cláudia e União do Sul, onde moram. *(FSP, 09/11/98)*

... E OBTÊM APOIO PARA FISCALIZAR O PARQUE...

Os próprios índios do PIX vão fazer a fiscalização da área, que vem sofrendo invasões de pescadores e caçadores. Em reunião no último fim de semana no posto indígena Diauarum com as principais lideranças da reserva, o presidente da Funai, Sulivan Silvestre, assinou documento se comprometendo a repassar recursos diretamente para a ATIX, criada e formada por membros das 14 etnias que vivem no Parque *(FSP, 16/11/98)*

... ALÉM DE PROMESSA DE CRIAÇÃO DE APA

O governo do Mato Grosso e o Ibama vão estudar a criação de um área de proteção ambiental para evitar a invasão do Parque Indígena do Xingu e a poluição das cabeceiras dos rios que cortam o parque. A medida faz parte do acordo feito entre os índios que vivem ao norte da área reservada e o presidente da Funai, Sulivan Silvestre. Com o acordo, a Funai espera acabar com os conflitos na área entre índios e comunidade que habita a área próxima ao parque indígena *(Diário Popular, 17/11/98)*

FUNAI ALTERA SISTEMA DE VIGILÂNCIA

O presidente da Funai, Sulivan Silvestre Oliveira, assinou as Portaria nº 1.051 a 1.057, de 19/11/98. A primeira delas cria o SPIMA (Serviço de Proteção ao Patrimônio Indígena e Meio Ambiente) como parte integrante da estrutura da ADR/ Xingu, a fim de que controle operacionalmente os Postos de Vigilância do PIX. As demais Portarias de mesma data extinguem um antigo Posto de Vigilância do PIX e criam seis outros, com o propósito de fiscalizar e controlar as fronteiras do Parque *(DOU, 20/11/98)*

A REVISTA *VEJA* RELATA VIDA NO PIX E DESTACA PREDAÇÃO AMBIENTAL EM SEU ENTORNO

O PIX foi tema de matéria de capa da edição de 30/06/99 da revista *Veja*. Intitulada *"Guardiães do Verde"*, a matéria relatou diversos aspectos da situação passada e presente do Parque, destacando a ação ameaçadora de pecuaristas e madeireiras em seu entorno. *(ISA)*

CAMPANHA PARA SALVAR AS NASCENTES DO RIO XINGU

Diante das ameaça para o futuro do Parque e do Rio Xingu, o ISA vem contatando outras entidades, governos e pessoas interessadas em lançar uma campanha, "SOS RIO XINGU", visando mobilizar a opinião pública e criar as condições para que os poderes públicos tomem iniciativas concretas para reverter este abraço de morte e assumam responsabilidades com o Xingu e o seu futuro.

Quando o ISA procurou as lideranças indígenas do Parque para perguntar o que achavam da idéia dessa campanha, os índios responderam: "Nós já estamos fazendo a nossa parte e gostaríamos que os brancos fizessem a sua". É isso: o futuro do Xingu depende de nós, da capacidade da nossa sociedade de se indignar e reagir à devastação crescente das nascentes do Xingu. *(ISA, 28/06/99)*

EDUCAÇÃO

LÍDERES INDÍGENAS PARTICIPAM DE ENCONTRO EM CANARANA

Líderes indígenas dos 14 povos que vivem hoje no Parque Indígena do Xingu viajaram à Canarana para um encontro com o secretário de Estado da Educação, Fausto Faria, prefeitos e secretários municipais de Educação dos municípios do médio norte e norte do Mato Grosso. Os índios estão preocupados em manter e melhorar o sistema de ensino que existe hoje nas aldeias do Xingu, financiado pelo governo do Estado, através do Prodeagro, e pelo ISA, de São Paulo ligada à Fundação Rainforest, criada pelo roqueiro Sting, com sede em Nova Iorque. Caciques e professores-índios apresentaram uma lista de reivindicações para sensibilizar as prefeituras e para que elas entrem como parceiras deste programa, que contempla 28 unidades escolares implantadas no parque.

Os índios querem a criação legal das escolas, que não são reconhecidas pelo Ministério da Educação. *(Folha do Estado, 25/06/97)*

PARCERIA ISA/ATIX VENCE PRÊMIO ITAÚ-UNICEF

A parceria estabelecida entre ISA (Instituto Socioambiental) e a Atix (Associação Terra Indígena Xingu) venceu o Prêmio Itaú-Unicef 1999 na categoria "Formação Continuada de Professores e Educadores e/ou Produção de Material de Apoio" com o projeto "Formação de Professores Indígenas no Parque Indígena do Xingu para o Magistério". O principal objetivo do projeto é tornar as escolas indígenas um instrumento de diálogo entre as comunidades locais, assegurando a preservação e a revitalização das culturas ali presentes.

KAMAJURA JEMO'ETAP

GEOGRAFIA INDÍGENA

MEC/SEF/ISA/RFI

Quatro dos dez livros didáticos elaborados pelos professores indígenas e equipe do ISA para as escolas do Xingu, impressos com recursos da Coordenação de Apoio às Escolas Indígenas do Ministério da Educação e do Programa Norueguês para Povos Indígenas.

Esse projeto faz parte de um esforço para o fortalecimento culturas desses povos" diz Marina Kahn, secretária executiva adjunta do ISA.
O Prêmio Itaú-Unicef 1999 - Educação e Participação foi dado a projetos que concorriam em três categorias: Ações Complementares à Escola, Mobilização pela Educação e Formação Continuada de Professores e Educadores e ou Produção de Materiais. No total foram inscritos 732 trabalhos de ONGs em todo o país. O melhor projeto em cada uma das três categorias ganhou o prêmio de R$ 40 mil cada, e o melhor programa entre todos os concorrentes, R$ 60 mil. O dinheiro deverá ser aplicado na continuidade dos trabalhos. *(FSP, 04/11 e O Dia, 23/10/99)*

REGULARIZAÇÃO DO CURSO DE MAGISTÉRIO E DAS ESCOLAS DO PIX

A Proposta Curricular do Curso de Magistério formulada pela equipe do ISA foi aprovada pelo Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso (CEE-MT) em abril de 1998, garantindo que os cursistas pudessem habilitar-se, no ensino médio, para então lecionar nos dois primeiros ciclos, equivalentes às quatro primeiras séries do ensino fundamental. Nessa ocasião, previa-se a conclusão do Curso de Formação em 1999. Reavaliações posteriores mostraram à equipe a necessidade de prolongar o Curso por mais dois anos, cujo término, portanto, está previsto para 2001.
Em 1999, foi redigida carta ao CEE-MT solicitando a continuidade do curso de magistério até 2.001. O CEE autorizou o funcionamento até 2.003, o que dependerá da obtenção de recursos financeiros. *(Maria Cristina Troncarelli, ISA, mai/00)*

ESTADUALIZAÇÃO E MUNICIPALIZAÇÃO DAS ESCOLAS

Em maio de 1998, realizou-se a 3ª Assembléia da Atix, reunindo a maioria das lideranças do Parque e o grupo de professores. Nessa ocasião foram discutidas as propostas de municipalização ou estadualização das escolas. Decidiu-se pela estadualização de 21 escolas. Nove continuaram municipalizadas, ligadas a três municípios (Querência, Gaúcha do Norte e Feliz Natal). Para as escolas estadualizadas, foram escolhidos três diretores entre os professores índios, que se responsabilizavam por tarefas como compra de materiais, prestação de contas à Seduc-MT, recebimento e distribuição às escolas de recursos para a merenda e articulação entre o grupo de professores. Os diretores indígenas redigiram o pedido de autorização de funcionamento das escolas ao CEE-MT, que foi aprovado. *(Maria Cristina Troncarelli, ISA, mai/00)*

DIFICULDADES E CONTRADIÇÕES

O processo de regularização das escolas do Parque do Xingu vem se dando entre muitas contradições e dificuldades: há diferenças salariais entre os municípios e o Estado; o apoio material das prefeituras vem ocorrendo sem que se leve em conta a especificidade das escolas indígenas (como nos casos de fornecimento de merenda escolar à base de sal, açúcar, biscoitos, carnes enlatadas etc ou do envio de carteiras escolares individualizadas, do tipo "apoio de braço"); há interferências de algumas secretarias municipais do ponto de vista pedagógico (não aceitação dos diários dos professores da forma como vêm sendo trabalhado no Projeto, orientação para o não uso da língua indígena etc.). Para viabilizar o pagamento dos professores a Seduc-MT realizou um convênio com a Atix, que ficou responsável por receber os recursos e realizar o pagamento dos professores. No entanto, foram constantes os atrasos de pagamento, sendo que, somente no ano 2000, foi paga a última parcela de 1998 e as cinco parcelas referentes a 1999. Outro convênio da SEDUC-MT com a Atix para construção de escolas, estabelecido em 1998, só liberou os recursos no ano 2000. Esses atrasos têm causado bastante desânimo nos professores indígenas, que, no entanto, não têm deixado de lecionar.
Lembramos que o Parque do Xingu está fragmentado sob jurisdição de 10 municípios do estado do Mato Grosso, o que nos leva a compreender as potenciais dificuldades de se manter uma unidade nas práticas educacionais para o Parque como um todo. Por outro lado, a morosidade já demonstrada pelo estado de Mato Grosso nos leva a pensar se esse é um bom rumo para o atendimento das escolas.
A Resolução nº 03 do Conselho Nacional de Educação de 10/11/99 deu o prazo de dois anos para as comunidades definirem se querem permanecer ligadas às secretarias municipais ou estaduais de educação. Esse será um dos temas a ser levado para discussão nas assembléias da ATIX. Fica uma pergunta: seguindo o exemplo dos Distritos Especiais de Saúde Indígena, seria isso uma saída para que as políticas públicas de educação indígena ficassem menos reféns de interesses locais, regionais ou nacionais que nem sempre conversam entre si? O caso do Parque do Xingu nos estimula a refletir sobre isso. (Maria Cristina Troncarelli, ISA, mai/00)

TERRAS

AS TIS WAWI E BATOVI SÃO DECLARADAS PELO MINISTRO DA JUSTIÇA...

Os índios do Parque Indígena do Xingu estão em festa. Nesse final de semana, centenas deles reuniram-se na aldeia kamayurá, na região central da reserva, para o ritual iamaricumã – festejos em que a mulher é a figura central – e para verem de perto o ministro da Justiça, Iris Rezende, assinar duas portarias que aumentam suas terras em 155 mil ha. As parcelas anexadas – localizadas nas adjacências do parque, nos municípios de Paranatinga e Querência (MT) – vão garantir a proteção da bacia do Igarapé Santo Antônio, de sítios sagrados dos índios e de pequizais, cujos frutos são fundamentais no cotidiano dos grupos. Eles aproveitam desde a castanha do pequi até o óleo, usados para pinturas e como repelente.
A apropriação efetiva das terras Batovi, com superfície aproximada de 5.130 ha, e Wawi, de 149.900 ha, tradicionalmente ocupadas pelos Suyá e Wará – duas das 14 etnias que vivem no parque – depende ainda de outras providências. A Funai encaminhará agora a demarcação e indenização das benfeitorias de cinco fazendas instaladas no local, num valor de R$ 5 milhões. "Não se preocupem. A terra é de vocês e a indenização é problema do Ministério da Justiça", tranqüilizou Iris Rezende. *(O Popular, 29/09/97)*

... E HOMOLOGADAS PELO PRESIDENTE

O presidente da República Fernando Henrique Cardoso assinou dois decretos no dia 08/09/98, homologando a demarcação administrativa das Terras Indígenas Wawi e Batovi. *(DOU, 09/09/98)*

FUNAI CRIA GT PARA IDENTIFICAR TERRA

O presidente da Funai, Sulivan Silvestre Oliveira, assinou a Portaria n∞ 1.032, de 10/11/98, criando um grupo técnico para promover os estudos preliminares para a definição da área a ser reservada à comunidade Kayabi do rio Xingu/MT. A Portaria determina o prazo de 15 dias para os trabalhos de campo e 30 dias para a entrega do relatório. *(DOU, 16/11/98)*

ATIX REIVINDICA TERRAS

Desde 1997, a Atix vem encaminhando à Funai reivindicações formais de terras localizadas junto ao PIX. Solicitações dessa natureza foram entregues aos sucessivos presidentes do órgão oficial em 03/10/97, 13/11/98, 21/05/99 e 18/11/99.

As reivindicações incidem sobre três regiões: a que se localiza entre a BR-080 e o limite oeste do PIX (terra reivindicada pelos Kayabi, como reparação parcial pela ocupação e degradação, por parte de não-índios, de seu território tradicional na região dos rios Tatuy e Teles Pires - MT); o limite sudeste do PIX, que precisa de correções em sua demarcação física físicas para que possa ser fiscalizado pelos índios; e a região de encontro dos rios Sete de Setembro e Kuluene, ao sul do PIX (reivindicada pelos Kalapalo, Matipu e Nahukwá como território tradicional). A reivindicação de uma quarta região, compreendida pelos rios Suiá-Missu, Auaiá-Missu e Preto, a nordeste do PIX, anteriormente encaminhada, foi abandonada pela Atix. *(ISA, a partir de documento da Atix, 18/11/99)*

SAÚDE

ÍNDIOS REIVINDICAM MELHORES CONDIÇÕES DE SAÚDE

Comissão formada por representantes de 17 etnias indígenas do Parque do Xingu está pedindo melhores condições de saúde, mais educação e mais facilidade na liberação de verbas do Programa de Apoio a Iniciativas Comunitárias (Padic).

A reivindicação referente à retomada do curso de formação de auxiliar indígena de saúde já foi atendida.

O curso está sendo ministrado pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Alunos de várias tribos do PIX participam do 1º Curso de Auxiliares de Enfermagem Indígenas, que tem duração de dois anos e foi dividido em quatro módulos. "Os alunos ficam um mês na escola, tendo aulas teóricas e outros quatro meses em suas tribos, aplicando o que aprenderam", diz a médica sanitarista Sofia Mendonça, da Unifesp. Participam índios das tribos Kayabi, Ikpeng , Waurá, Yudjá, Nahukwá, Kamayurá. *(Diário de Cuiabá, 09/06 e Época, 24/08/98)*

REUNIÃO DISCUTE DISTRITOS DE SAÚDE

Líderes de indígenas do PIX, estiveram ontem na Unifesp para reclamar das autoridades federais uma ação direta do Sistema Único de Saúde (SUS) em territórios indígenas. "A discussão da saúde dos índios não está na agenda do Governo. Queremos que o Ministério assuma responsabilidades. O índio é uma questão federal", afirmou a coordenadora dos trabalhos da Unifesp no Xingu, Sofia Beatriz de Mendonça. No encontro das lideranças, que contou com o indigenista Orlando Villas-Bôas, o representante da tribo Yawalapiti, Pirakumã, disse que os pajés não conseguem lidar com os males levados pelos brancos e cobrou recursos. "Só médicos brancos conhecem doenças dos brancos. Pajés resolvem males do espírito, não os da cidade", frisou Pirakumã.

O Ministro da Saúde, José Serra, convidado para o encontro, não compareceu. A representante da Fundação Nacional de Saúde, Stella Pedreira, disse que o projeto de contemplação dos povos indígenas pelo SUS, com a criação de distritos de saúde, tem sido estudada, mas precisa de um período de ajuste para adequar as ações do sistema. "A vinculação do SUS aos distritos é consenso das autoridades", disse ela, sem falar em prazos para a implementação. *(O Globo, 25/11/98)*

KAMAYURÁ

SAPAIM CRIA "DISQUE-PAJÉ"...

Dez anos depois de ganhar notoriedade internacional com a pajelança para limpar o corpo do ornitólogo Augusto Ruschi do veneno de um sapo, o pajé Sapaim volta a usar a medicina índia para curar os males dos brancos. Se o problema é mau-olhado, nervosismo, vícios ou simplesmente uma dor-de-cotovelo, a solução poder estar no "Disque-Pajé", o mais novo serviço de consultas via telefone, que surgiu em Brasília, a mais mística das cidades brasileiras, e que tem à frente o pajé Kamayurá.

Sapaim marca consultas por telefone, mas atende seus clientes a domicílio. Mesmo sem ter o prefixo 900, obrigatório para este tipo de serviço, o telefone de Sapaim não para de tocar depois de o pajé ter colocado um anúncio num dos jornais do Distrito Federal oferecendo seus trabalhos como espiritualista indígena. As consultas do "Disque-Pajé", apelido dado pelos freqüentadores da pensão da dona Nega, onde Sapaim mora com a mulher e os quatro filhos, custam R$ 80,00. Ele garante que os resultados são satisfatórios. Com o dinheiro, Sapaim pretende pagar os estudos dos filhos, para que um dia voltem à aldeia formados. *(JB, 28/04 e OESP, 11/09/96)*

PAJÉ ALERTA QUE TRADIÇÕES PERDEM ESPAÇO PARA A TV

O pajé Takumã, da etnia Kamayurá, está preocupado com a chegada à sua aldeia de um poderoso invasor: a televisão. "Antes, eu sentava no meio da aldeia para falar do nosso passado, da nossa tradição, e ficava cercado de crianças e jovens, prestando atenção. Agora, quando ligam a televisão, todo mundo sai correndo e me deixa falando sozinho...", queixa-se Tacumã. *(A Gazeta, 27/09/99)*

KUIKURO

EXPOSIÇÃO DE ARTESANATO E CULTURA EM SÃO PAULO

A necessidade de sobreviver fez com que os índios da tribo Kuikuro, do Alto Xingu, decidissem, pela primeira vez, expor em São Paulo o que têm de mais precioso: o artesanato e a cultura. Em abril, quando se comemora o mês do índio, pelo menos 10 deles, sendo que a maioria nunca deixou a aldeia, estarão fazendo exposição em Juquitiba, Grande São Paulo. A exposição acontecerá na *Ete Tuatainhu Sogoko*, que em português quer dizer Toca da Raposa, um espaço de quatro mil alqueires de Mata

ORLANDO BRITO/ABRIL IMAGENS - 1996

Sapaim, espiritualista indígena em Brasília.

Atlântica, a 65 km da Capital. No local, foram montadas ocas para que os índios possam habitar durante o período que em ficarem expondo na cidade.

Durante a mostra, os índios farão apresentação de música e dança. Além dos objetos que serão vendidos, outros estarão em exposição, como a flauta que só pode ser tocada pelos homens, as máscaras utilizadas em diferentes festas e até mesmo o Ankue, um objeto sagrado dos pajés que é usado para afastar os maus espíritos. Os índios deverão trazer em torno de 500 peças com preços que variam de R$ 7,00 a R$ 300,00, valor dos bancos confeccionados com madeira nativa. *(Diário Popular, 03/03/98)*

ASSOCIAÇÃO KUARUP RECEBE EMBAIXADOR ALEMÃO

Enquanto o cerrado e as florestas da fronteira do PIX ardiam em chamas, e os madeireiros avançavam na reserva nas proximidades do Rio Batovi, o embaixador alemão no Brasil, Claus Duisberg, visitava a aldeia Yawalapiti em um Kuarup (homenagem aos mortos) para o guerreiro Sariruá e outros. Convidado por Aritana, na coordenação da Associação Kuarup, espécie de ONG, da cidade de Canarana, todas as "portas" das malocas estavam abertas para ele. Duisberg se manteve cauteloso e disse que não faria nenhuma declaração de natureza ambiental, "tudo que eu disser aqui pode ter peso oficial e não gostaria que isso acontecesse", ressaltou.

Aritana, por sua vez, disse que não pediu nada de excepcional para o embaixador, mas que seria muito bem-vindo um poço artesiano na sua aldeia. "Não somente na minha, mas em todas as do Xingu, porque a água é fundamental para nós", salientou. *(A Tarde, 02/09/98)*

KAIABI

PREPORI FAZ SUA ÚLTIMA VIAGEM

O pajé kaiabi, reconhecido como um grande líder por todos os povos do PIX, morreu no dia 12 de abril deste ano 2000.

O pajé pode viajar em sonho a qualquer parte, mesmo para junto dos Mait, os grandes pajés do Ywak, o céu Kayabi. Ele é o elo de ligação entre o sobrenatural e os homens. . Um percorredor e criador de mundos. Recentemente os Kayabi viram um grande percorredor de mundos realizar a mais longa, mas não a derradeira viagem. Prepori foi um criador de mundos, em muitos sentidos, não só espirituais. Mistura de xamã e líder político, ele é uma síntese da história do grupo nas últimas 5 décadas.

Prepori viveu em todos os mundos. Nasceu no Wyrasingy (rio Teles Pires), núcleo do território ancestral Kayabi. Sua história inicial é um tanto obscura. Sabe-se que os pais se separaram e que viveu no rio Arinos e no posto Pedro Dantas, onde passou a juventude. De lá se embrenhou mais no mundo dos brancos. Foi para Rosário e daí para Cuiabá. De volta a suas terras trabalhou para a Inspetoria do SPI e para os seringueiros que ocupavam passo a passo o território de seu grupo. Como um xamã conheceu o melhor e o pior desses mundos e viu a doença que abarcava seu povo. No Teles Pires entrou em contato com os irmãos Villas Bôas, líderes da expedição Roncador-Xingu que percorria os sertões de Mato Grosso nas décadas de 40 e 50. Junto com eles foi o principal responsável pela transferência dos Kayabi para o Parque do Xingu, no que à época foi considerada a única alternativa para a sobrevivência física e cultural do grupo.

No Parque do Xingu continuou a percorrer e a viver os mundos. O mundo mítico dos seres sobrenaturais Kayabi, tornando-se pouco a pouco um grande e respeitado pajé, e o mundo político dos homens, colaborando na organização do Parque, consolidando a transferência dos Kayabi e trabalhando junto com os Villas Bôas na atração e "pacificação" de grupos indígenas como os Ikpeng, Arara e Panará. Nos últimos anos de vida seus discursos eram uma fantástica mistura de eventos, personagens históricos e mitologia interconectados em meio a uma cultura em constante transformação. Algumas vezes acusado de aculturador e outras de conservador, na verdade talvez ele soubesse que os homens não "possuem" uma cultura, eles "vivem" uma cultura

Os Kayabi provêm do nascente e para lá voltam ao morrer. Lá, no Ywak, eles estão todos reunidos, caçando e pescando. A via-láctea é um caminho. A estrada dos pajés. Mas é preciso precaver-se contra a onça (Orion e outras estrelas ao sul desta constelação) para não ser devorado. Caso isto ocorra o pajé morre aqui na terra e vira ele também um Mait. Agora Prepori encontrou seu destino inevitável e está descansando nos galhos da Ka'asiryp, uma árvore muito grande que existia antigamente e que agora está no Ywak. (Klinton Senra, jul/00)

Prepori Kaiabi, em primeiro plano, durante a vigília pela aprovação dos direitos dos índios na Constituição Federal. Brasília, 1988.

14. GOIÁS TOCANTINS MARANHÃO

MICHEL PELLANDERS

Krahô

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
8	Alto Turiaçu	Guajá Urubu Kaapor Tembé	596 Funai S. Luís: 00	Homologada. Reg. CRI e SPU Dec. 88.002/82 homologa demarcação. Reg. CRI de Turiaçu Matr. 1.708, Liv. 2-H, fl. 146 em 11/3/88 Reg. CRI de Carutapera Matr. 154, Liv. 2, fl. 001 em 4/3/88; de Godofredo Viana Matr. 161 Liv. 2 A, fl. 162 em 7/3/88; de Cândido Mendes Matr. 210, Liv. 2-C, fl. 16 em 7/3/88; de Monção Matr. 487, Liv. 2-D, fl. 41 em 28/3/83. Reg. SPU Cert. 162 de 22/04/83. Port. 747 de 15/08/97 cria GT p/levantamento fundiário (DOU, 20/08/97).	530.524	Carutapera Cândido Mendes Turiaçu Monção	MA MA MA MA	Carajás. Garimpo não-indígena Título e requerimento de pesquisa mineral.
17	Apinayé	Apinayé	980 Funasa: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. s/n de 03/11/97 homologa a TI (DOU, 04/11/97). Reg. CRI Tocantinópolis Matr. 957, Liv. 2-C, fl. 653 em 07/11/86. Reg. CRI Itaguatins Matr. 390, Liv. 2-B-2, fl. 131 em 17/03/98. Reg. CRI Maurilândia Matr. 14, Liv. 2/RG, fl. 14 em 26/11/97. Reg. SPU Cert. TO 02 em 27/06/89	141.904	Tocantinópolis Itaguatins Maurilândia	TO TO TO	Carajás. Alvará de pesquisa mineral. Rodovia BR-230 corta a área. UHE planejada. Santo Antônio.
25	Parque Araguaia	Tapirapé Ava-Canoeiro Karajá Javae	2.217 André Toral: 00	Homologada. Reg. CRI Dec. s/n de 14/04/98 homologa a demarcação. Fica excluida deste Decreto a superfície de 68 ha, 29 ares e 79 centiares, declarados sob intervenção p/o Aeródromo da Sta. Isabel do Morro pelo Dec. 80.038 de 28/07/77 (DOU, 15/04/98). Reg. CRI em Formoso do Araguaia Matr. 4.2875, Liv. 2-AA, fl. 141 em 17/06/98.	1.358.499	Formoso do Araguaia Lagoa de Confusão Pium	TO TO TO	Requerimento de pesquisa mineral Duas rodovias intermitentes cortam a área.
34	Araribóia	Guajajara Guajá	4.174 Funai: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 98852 de 22/01/90 homologa a demarcação como Colônia Indígena (DOU 23/01/90). Reg. CRI de Amarante do Maranhão Matr. 1476, Liv. 2I, fl. 11 em 19.06.90. Reg. SPU Cert. s/n em 12/12/96	413.288	Sta. Luzia Amarante do Maranhão Grajaú	MA MA MA	Carajás. Requerimento de pesquisa mineral. Rodovia MA-122 corta a área. Isolados Guajá.
41	Avá-Canoeiro	Avá-Canoeiro	6 Toral: 00 Estimativa de aproximadamente 10 isolados.	Delimitada. Port. Ministerial 598 de 02/10/96 declara de posse permanente indígena (DOU, 04/10/96). Decreto Legislativo 103 de 1996 autoriza a realização do aproveitamento hidrelétrico do rio Tocantins e seus afluentes no estado de Goiás. A concessionária deve creditar mensalmente ao grupo indígena o equivalente a 2% do valor a ser distribuído a título de *royalties* (DOU, 25/10/97). Portarias do presidente da Funai 913/94 e 836/97 criam GT p/ realização de levantamento fundiário. A Comissão de Sindicância considera p/ indenização as benfeitorias consideradas de boa fé (DOU, 12/06/98). Port. 1.099 de 26/11/99 cria Comissão Técnica p/ pagto. de indenização aos ocupantes de boa-fé (DOU, 30/11/99).	38.000	Minaçu Cavalcante	GO GO	Hidrelétrica em construção. Serra da Mesa. Isolados
42	Awá	Guajá	198 Funai: 99	Delimitada. Port. Min. 373 de 27/07/92 declara de posse permanente (DOU 29/07/92). Port. 731 de 8/08/97 cria GT p/ levantamento fundiário dos ocupates não-índios (DOU, 14/08/97). Port. Funai 1.261 de 26/11/97 cria GT p/ estudos e levantamento do território de ocupação e uso p/ redefinição da delimitação de TI Awa estabelecida p/ Port. 373/MJ, e p/ expedicionar na região da Serra de Tiracambu (Ig. Seco) Rebio do Gurupi, p/ localizar e contatar os grupos Awa isolados que encontram-se sob ameaça de desaparecimento físico (DOU, 28/11/97). Port. 125 de 01/03/99 cria GT p/readequação dos limites da TI Awa nos termos apresentados p/GT da Port. 200 de 03/03/98. Despesas com o GT e deslocamentos por conta do Projeto Demat (DOU, 03/03/99)	118.000	Carutapera Bom Jardim Ze Doca	MA MA MA	Carajás. Requerimento de pesquisa mineral. Isolados.
	Awá-Guajá	Guajá	0	A Identificar (Funai: 89)	0	Bom Jardim	MA	Isolados.
44	Bacurizinho	Guajajara	1.976 Funai: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 88.600/83 de Homologação. Reg. SPU MA-165 fl. S 266V/288V em 29/02/84. Reg. CRI de Grajaú Matr. 3426, Liv. 2-Q, fl. 07 em 27/01/84. Reg. SPU Cert. 165 de 29/02/84. Portaria Funai 873 de 9/08/95 cria GT p/ estudos de adequação de limites da TI (DOU, 25/08/95)	82.432	Grajaú	MA	Carajás. Requerimento de pesquisa mineral.
372	Barreira do Campo	Karajá	0	A Identificar (Toral: 80)	0	Conceição do Araguaia	PA	
71	Cana Brava	Guajajara	4.817 Funai B. do Corda: 00	Homologada. Reg. CRI e SPU Dec. 246 de 29/10/91 homologa a demarcação (DOU 30/10/91). Reg. CRI Barra do Corda Matr. 13.091, Liv. 2AV, fl. 6 em 26/11/91. Reg. SPU Cert. s/n em 19/12/96.	137.329	Barra do Corda	MA	Carajás. Requerimento de pesquisa mineral. Linha de transmissão. Rodovia MA-226 corta a área.
76	Carretão I	Tapuia Xavante	95 Funai: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU Dec. 98826 de 15/01/90 homologa a demarcação como Colônia Indígena (DOU, 16/01/90). Reg. CRI Goiás, Rubiataba e Nova América. Reg. SPU GO 332 em 01/10/91	1.666	Nova América Rubiataba	GO GO	Rodovia GO-156 corta a área.

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
77	Carretão II	Tapuia Xavante	0	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 98825 de 15/01/90 de homologação. Reg. CRI Matr. 738, Liv. 2C, fl. 35 em 04/06/90. Reg. SPU GO-303 em 18/09/90	77	Nova America	GO	Rodovia GO-156 corta a área.
79	Caru	Guajajara Guajá	141 Funai Sao Luís: 00	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 87843 de 22/11/82 homologa a demarcação. Reg. CRI de Bom Jardim Matr. 70, Liv. 2-A, fl. 73 em 28/03/83. Reg. SPU MA-161 em 22/04/83.	172.667	Bom Jardim	MA	Carajás. Requerimento de pesquisa mineral. Isolados Guajá.
105	Funil	Xerente	190 Funai: 94	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 269 de 29/10/91 homologa demarcação (DOU, 30/10/91). Reg. CRI Matr. 1.070, Liv. 2 D, fl. 25 em 06/01/92. Reg. SPU GO 430 em 04/01/94.	15.703	Tocantinia	TO	Requerimento de pesquisa mineral. UHE planejada: Lajeado. Rodovias GO-134 e GO-370 cortam a área.
108	Geralda Toco Preto	Guajajara Kokuiregatejê	118 Funai: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. s/n de 18/05/94 homologa a demarcação (DOU, 17/05/94). Reg. CRI de Grajau Matr. 6.350, Liv. 2 AH, fl. 66 em 22/01/96. Reg. SPU Cert. s/ n em 12/12/95	18.506	Grajaú	MA	Carajás.
109	Governador	Guajajara Gavião Pukobye Tabajara	729 Funai Imperatriz: 00	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 88001/82 homologa a demarcação. Reg. CRI de Grajaú Matr. 376, Liv. 2-D, fl. 85 em 28/03/83. Reg. SPU MA-159 de 22/04/83.	41.644	Amarante do Maranhão	MA	Carajás. Estrada municipal corta a área.
384	Guajá	Guajá	0	A Identificar. Port. 1921/E de 09/08/85 p/ identificação e levantamento ocupacional.	0	Sta. Luzia	MA	Carajás. Isolados.
59	Inawebohona	Javaé	97 GT-Funai: 98	Identificada/ Aprovada/ Funai. Sujeita a contestação. Port. Funai 941 de 05/10/98 cria GT p/ estudos e identificação da TI. Despacho do pres. de Funai n. 72 de 26/11/99 aprova as conclusões do relatório (DOU, 03/12/99).	376.545	Pium Lagoa da Confusão	TO TO	Rodovia Transaraguaia, intermitente, corta a área. Incide totalmente no PN do Araguaia.
161	Kanela	Kanela Rankokamekra	1.387 Funai Barra do Corda: 00	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 87.960 de 21/12/82 homologa a demarcação (DOU, 22/12/82). Reg. CRI Barra do Corda Matr. R 7438, Liv. 2-AC, fl. 08 em 23/03/83. Reg. SPU MA 160 em 12/04/83.	125.212	Barra do Corda	MA	Carajás
428	Karajá de Aruanã I	Karajá	78 Funasa: 99	Delimitada. Em Demarcação. Port. do ministro da Justiça n. 298 de 17/05/96 declara de posse permanente (DOU, 21/05/96). Port. Funai 282 de 03/04/98 cria GT p/ reestudos da identificação e delimitação da TI (DOU, 08/04/98).	14	Aruanã	GO	
833	Karajá de Aruanã II	Karajá	0	Homologada. Dec. s/n de 08/09/98 homologa a demarcação (DOU, 09/09/98).	893	Cocalinho	MT	
834	Karajá de Aruanã III	Karajá	0	Delimitada. Em Demarcação. Port. do min. da Justiça N. 310 de 17/05/96 declara de posse permanente dos Indios (DOU, 21/05/96). Port. da Funai n. 282 de 03/04/98 cria GT p/ realiz. reestudo da identificação e delimitação da TI (DOU, 06/04/98)	705	Aruanã	GO	
163	Karajá Santana do Araguaia	Karajá	74 Funai: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 397 de 24/12/91 homologa demarcação (DOU, 26/12/91). Reg. CRI Matr. R 826, Liv. 2-D, fl. 01 em 10/03/88. Reg. SPU PA 01 em 08/03/89. Resolução 35 de 11/09/96 da Comissão de Sindicância criada pela Port. 165 de 20/02/89, reconhece de boa-fé as benfeitorias implantadas na TI p/ocupante Pedro B.Carmo.	1.485	Sta. Maria Barreiras	PA	
177	Kraôlandia	Krahô	1.790 Funasa: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 99062 de 07/03/90 homologa a demarcação (DOU, 08/03/90). Reg. CRI Goiatins Matr. R 1.377, Liv. 2-F, fl. 269 em 19/03/92. Reg. CRI de Itacajá Matr. 2.150, Liv. 2-F, fl. 100V em 19/03/92. SPU TO-29 em 1990	302.533	Goiatins Itacajá	TO TO	Hidrelétrica planejada: Carolina.
179	Krikati	Krikati	620 Funai Imperatriz: 00	Delimitada. Port. Min. 328 de 07/07/92 declara de posse permanente e revoga a Port. Min. 258 de 28/5/92 (DOU, 08/07/92). Port. Interm. 445 de 10/07/96 cria GT com Funai/MME/M Assuntos Fundiarios p/ implementar desocupação não índia e a demarcação da TI, reassentamento dos não-índios e discussão dos limites (DOU, 11/07/96). Port. 8748 de 05/09/96 cria GT p/ estudos e levantamentos complementares sobre a TI (DOU, 09/09/96). Resolução da Comissão Técnica reconhece p/ efeito de indenização, as benfeitorias derivadas de ocupação de boa-fé implantadas por não-índios cadastrados no levantamento fundiario (DOU, 22/12/97). Port. 511 cria GT p/prosseguir levantamento fundiário dos ocupantes (DOU, 28/05/98). Port. 588 de 12/06/98 determina o deslocamento de funcionários para prosseguir com os pagtos. das indenizações aos ocupantes não-índios considerados de boa-fé (DOU, 17/06/98). Despacho do Ministro da Justiça 49 de 14/07/99 determina redução da TI (DOU, 15/07/99).	146.000	Montes Altos Sítio Novo Amarante do Maranhão	MA MA MA	Carajás. Requerimento e alvará de pesquisa mineral. Linha de Transmissão. Rodovia MA-280 corta a área.

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
436	Lago Grande	Karajá	0	A Identificar. (Total: 80)	0	S. Félix do Araguaia	GO	Prodeagro.
185	Lagoa Comprida	Guajajara	477 Funai Barra do Corda: 00	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 313 de 29/10/91 homologa a demarcação (DOU, 30/10/91). Reg. CRI Barra do Corda Matr. R 13.092, Liv. 2-AV, fl. 09 em 26/11/92. Reg. SPU Cert. s/n em 19/12/96	13.198	Barra do Corda	MA	Carajás. Requerimento de pesquisa mineral.
349	Maramanduba	Karajá	0	Em Identificação/Revisão. Área da antiga aldeia Karajá hoje cercada pela cidade (Toral, 90). Port. 162 de 17/03/00 cria GT p/ estudos e identificação da TI (DOU, 22/03/00).	26	Sta. Maria Barreira	PA	
447	Mata Corá	Karajá	0	A Identificar (Toral: 80)	0			
213	Morro Branco	Guajajara	110 Funai São Luís: 00	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 88.610 de 09/08/83 homologa a demarcação administrativa (DOU, 11/08/83). Reg. CRI de Grajaú Matr. 3427, Liv. 2-0, fl. 08 em 27/01/84. Reg. SPU MS-164 em 29/02/84	49	Grajaú	MA	Carajás.
	Noroeste MG	Avá-Canoeiro	0	A Identificar (Total: 86)	0	Buritis Arinos Unaí	MG MG MG	Isolados.
463	P. Luís Alves	Javaé Karajá	0	A Identificar. (Total: 80)	0	São Miguel	GO	
251	Porquinhos	Kanela Apaniekra	458 Funai Barra do Corda: 00	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 88.599 de 09/08/83 homologa a demarcação. Reg. CRI Barra do Corda Matr. 8081, Liv. RO2-AE, fl. 66 de 10/ Reg. SPU Cert. 290 em 18/05/84	79.520	Barra do Corda	MA	Carajás.
273	Rio Pindaré	Guajajara	585 Funai São Luís: 00	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 87.846/83 homologa a demarcação. Reg. CRI Matr. 71, Liv. RO2-A, fl. S.74 de 28/03/83 Reg. SPU Cert. 05 em 22/04/83	15.002	Bom Jardim	MA	Carajás. Rodovia BR-316 corta a área.
274	Rodeador	Guajajara	83 Funai: 99	Homologada. Reg. CRI. Dec. 88813 de 04/10/83 homologa a demarcação. Reg. CRI Matr. R.7.994, Liv. 2-AD, fl. 277 em 26/01/84. Dominial Indígena.	2.319	Barra do Corda	MA	
284	São Domingos	Karajá	122 Funai: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 383 de 24/12/91 homologa demarcação administrativa (DOU, 26/12/91). Reg. CRI Matr. R 1953, Liv. 1460, fl. 156 em 11/05/88. Reg. SPU Cert. 012 em 26/02/98.	5.705	Luciara no limite	MT	Prodeagro. Requerimento de pesquisa mineral. Rodovia MT-100
302	Tapirapé/Karajá	Tapirapé Karajá	467 Funai: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 88194 de 23.03.83 homologa a demarcação. Reg. CRI de S. Félix do Araguaia Matr. R.3.440, Liv. 2 em 16.07.84. Reg. SPU MT Cert. s/n em 08.07.87.	66.166	Sta. Terezinha Luciara Comodoro	MT MT MT	Prodeagro. Requerimento de pesquisa mineral
724	Urubu Branco	Tapirapé	272 Funasa: 99	Homologada. Decr. s/n de 08/09/98 homologa a demarcação (DOU, 09/09/98). Portaria Funai 1.086 cria GT p/ realizar levantamento fundiário (DOU, 09/12/98). Resolução 89 de 17/03/00 da Comissão de Sindicância considera de boa-fé as benfeitorias de não-índios cadastradas em levantamento fundiário (DOU, 21/03/00).	167.533	Sta. Terezinha Confresa Porto Alegre do Norte	MT MT MT	Prodeagro. Requerimento e alvara de pesquisa mineral.
330	Urucu-Juruá	Guajajara	485 Funai São Luís: 00	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 382 de 24/12/91 homologa demarcação (DOU, 26/12/91). Reg. CRI de Grajaú Matr. 5.664, Liv. 2-AG, fl. 126 em 17/02/92. Reg. SPU s/n em 19/12/96	12.697	Grajaú	MA	Carajás. Requerimento de pesquisa mineral.
343	Xambioá	Karajá do Norte Guarani M'bya	185 Funasa: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decr. s/n de 03/11/97 homologa a demarcação (DOU 04/11/97). Reg. CRI Matr. 221, Liv. 2/RG em 10/03/98. Reg. SPU Cert. GO-460 em 05/05/98.	3.326	Araguaína	TO	Requerimento de pesquisa mineral.
345	Xerente	Xerente	1.624 Funasa: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 97.838 de 16/06/89 homologa demarcação (DOU, 19/06/89). Reg. CRI Matr. R601, Liv. 2-A, fl. 154 em 26/09/85. Reg. SPU GO-278 em 03/11/87.	167.542	Tocantínia	TO	Requerimento de pesquisa mineral. Hidrelétrica em construção. Rodovia TO-134 corta a área.

A Organização Timbira e a "Rede Frutos do Cerrado"

Jaime G. Siqueira Jr. | Antropólogo do Centro de Trabalho Indigenista (CTI)

PROJETO DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA POLPA DE FRUTOS NATIVOS DO CERRADO EXPERIMENTA ALTERNATIVAS ECONÔMICAS VIÁVEIS PARA AS COMUNIDADES TIMBIRA NO MARANHÃO E TOCANTINS E SEUS VIZINHOS REGIONAIS

A associação indígena Vyty-Cati surgiu praticamente junto com a implantação do Projeto Frutos do Cerrado no Maranhão e Tocantins, que envolve também diversas organizações de não-índios. São oito cooperativas e três associações agroextrativistas de pequenos produtores, uma associação indígena representando cinco povos Timbira e duas entidades de assessoria – Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru), localizados em treze municípios do sul do Maranhão e norte do Tocantins.

As atividades estão basicamente direcionadas aos aspectos de fortalecimento das organizações envolvidas, geração de renda, preservação e conservação da biodiversidade do cerrado e sustentabilidade econômica a partir do aproveitamento dos seus recursos naturais.

Os frutos nativos coletados – caju, juçara, bacuri, buriti, cajá e outros - são beneficiados na forma de polpa congelada e embalados sob a marca FrutaSã, de propriedade dos índios e uso da Rede Frutos do Cerrado para comercialização no mercado consumidor. Este beneficiamento ocorre numa unidade de processamento localizada em Carolina (MA), mas estão sendo criadas pequenas novas unidades em outros municípios, descentralizando a produ-

Krahô, da aldeia Nove, coleta juçara.
Unidade de beneficiamento em Carolina.
Produtores rurais, parceiros dos índios no Projeto.

HENNY MILTENBURG/FUNDAÇÃO DOEN

ção e aproveitando uma quantidade maior de frutos. Está prevista uma nova unidade de beneficiamento em Carolina, viabilizando uma maior escala de produção de polpas, com a incorporação de novos profissionais encarregados da administração da "fábrica" e de capacitar e familiarizar os Timbira para a gestão desse processo.

Além das atividades de coleta de frutas, que ocorrem no período de setembro a fevereiro, cada organização estruturou viveiros de mudas para trabalhar o plantio de espécies nativas, adensando áreas já produtivas e recuperando áreas desmatadas.

A população envolvida também participa de cursos de formação e capacitação nas áreas de agrosilvicultura, gerenciamento e administração, contabilidade, legislação ambiental, etc.

Um dos aspectos importantes do trabalho refere-se ao tipo de manejo que se pretende difundir junto aos produtores índios e não-índios vinculados ao Projeto Frutos do Cerrado. Estão sendo estimuladas a implantação de culturas permanentes consorciadas com as culturas temporárias, viabilizando as chamadas "capoeiras melhoradas", áreas de roça que poderão se transformar em pomares e bosques, mediante os devidos tratos culturais.

Mais do que frutíferas, a idéia é trabalhar com várias espécies para dar suporte aos sistemas agroflorestais que estão sendo implantados em unidades demonstrativas nas aldeias associadas à Vyty-Cati. É possível demonstrar a viabilidade desse sistema, em contraposição às grandes monoculturas e ao uso de agrotóxicos. Nesses sistemas deverão ser levados em conta a importância de vários aspectos: a dinâmica da sucessão natural, o tempo e o extrato que as plantas ocupam, o adensamento de plantas, o sombreamento, as podas para "rejuvenescimento", consórcios adequados, o aumento de massa orgânica, uso de adubação verde e de controles fitosanitários.

A região tem sofrido as conseqüências de um modelo de desenvolvimento predatório e extremamente prejudicial ao meio ambiente. Desde o Projeto Carajás até o plantio das monoculturas da soja e do eucalipto, o cerrado tem sido sistematicamente destruído, pondo em risco sua biodiversidade e suas populações tradicionais.

ALTERNATIVAS

O Projeto Frutos do Cerrado tem colocado alternativas importantes para os Timbira e também para seus aliados não-índios. O resultado dessa parceria será a maior proteção do entorno das áreas indígenas integrantes da Vyty-Cati, na medida em que se consolidarem alternativas econômicas viáveis para seus vizinhos não-índios, que não precisariam mais então se desfazer de suas terras em favor de fazendeiros da soja ou empresas de celulose. Está

ANTECEDENTES

Para entendermos o atual estágio de organização dos povos Timbira, devemos lembrar, antes de mais nada, dos antecedentes do trabalho do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) na região do sul do Maranhão e norte do Tocantins, nos últimos 20 anos. Seja através da ação indigenista, ou assessoria direta e pesquisa, o CTI de uma forma ou de outra sempre estimulou um maior intercâmbio entre os grupos Timbira. Esse processo foi uma peça fundamental para o início da organização Timbira, incentivando a criação de suas primeiras associações representativas. A pioneira foi a associação Mãkraré, das atuais aldeias Krahô do Rio Vermelho, Bacuri e Nova, fundada em 1982.

A partir da discussão com os mesmos Krahô e ampliação desse trabalho para as outras comunidades Timbira, surgiu a necessidade de criação de uma associação que refletisse de alguma forma a diversidade dos grupos envolvidos nos processos reivindicatórios naquela região, na verdade uma macroárea pan-Timbira, com intenso trânsito e intercâmbio cultural. A Associação Vyty-Cati das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins foi criada então englobando dez aldeias pertencentes a cinco povos: Krahô e Apinajé no Tocantins; Krikati, Gavião-Pykobjê e Canela-Apãnjekra no Maranhão.

Estes povos partilham uma mesma língua – com variações dialetais – e um mesmo sistema sociocultural e dez de suas aldeias estão organizadas em torno da Associação Vyty-Cati. Esta entidade, fundada em 1993 e formalizada em 1994, está estruturada da seguinte forma: a Assembléia Geral é formada pelos chefes das aldeias associadas que indicam uma Diretoria Executiva, cujos cargos são distribuídos por consenso. As assembléias gerais são realizadas regularmente e é o lugar e momento privilegiado para a discussão do plano estratégico da entidade. Os diretores são os responsáveis pela execução das atividades e se revezam na sede para a administração. Há ainda a figura dos "estagiários", que são jovens indígenas escolhidos por cada uma das dez comunidades associadas e que permanecem (em duplas) por 15 dias na sede da entidade em Carolina, revezando-se em várias atividades, no escritório e também na fábrica.

A Vyty-Cati tem gerenciado projetos na área ambiental e de etnodesenvolvimento apoiados pelo GEF/PPP (Programa de Pequenos Projetos do Fundo Mundial para o Meio Ambiente) e PPG7 (PDA, fomentado pelo Ministério do Meio Ambiente) em parceria com o CTI. Possui sede própria em Carolina (MA), onde também o CTI possui um centro de formação, em uma área rural com sete hectares nas vizinhanças da cidade.

Depois da criação da Vyty-Cati, inúmeras outras associações foram surgindo: Associação Gavião, envolvendo as aldeias do Governador, Rubeácea e Riachinho – sendo que depois cada aldeia criou sua própria associação; Associação Pemp Kahôc, dos Krikati – seguida depois por outras associações específicas de mulheres e alunos; Associação Krinhdurê, dos Apinajé; Associação Apãnjekra, dos Canela da aldeia Porquinhos. A Vyty-Cati, por sua vez, passou a se constituir então como uma espécie de federação de associações dos povos Timbira, da qual não participam ainda apenas os Gavião-Parketejê e os Canela-Ramkokamekra. Deve-se destacar ainda o crescimento da organização do grupo de professores Timbira, que compõe atualmente um departamento específico dentro da Vyty-Cati e é assessorado pelo CTI. Além dos projetos ambientais e de geração de renda, o CTI mantém há oito anos um projeto de formação e capacitação de professores indígenas e de produção de material didático com apoio da Rainforest da Noruega e do MEC.

claro que um projeto global para os Timbira não deve ser um projeto exclusivamente étnico, mas ter um caráter regional e intercultural.

Outro aspecto relativamente inédito nesse processo, além da articulação intergrupos Timbira e interétnica num plano macrorregional, refere-se obviamente ao destaque do cerrado como ambiente que abriga uma sociobiodiversidade riquíssima, mas que carece de aliados para a sua defesa e preservação, sendo considerado em geral como um bioma menor, cuja principal utilidade seria mesmo a de ser uma das últimas fronteiras agrícolas do país. Mosaico de variados ecossistemas, o cerrado é um dos biomas brasileiros com maior número de espécies comestíveis e frutíferas. São brejos, matas de galeria, chapadas, carrascos, veredas, que fazem do cerrado brasileiro a mais rica savana do planeta.

O aproveitamento sustentável e o beneficiamento de produtos extrativos do cerrado poderá propiciar não somente a maior preservação desse ambiente, como viabilizar a auto-sustentação econômica de suas populações tradicionais. Mais do que isso, todas as atividades envolvidas com o plantio de culturas permanentes, coleta de frutas e manejo do cerrado resultarão também num processo de maior controle territorial por parte dos índios, tendo em vista uma valorização dos recursos naturais disponíveis e suas estratégias de uso.

DESAFIOS

O que está em jogo portanto é a definição de uma estratégia de desenvolvimento, ou etnodesenvolvimento pelos grupos Timbira. Além das questões de produção e comercialização, outros aspectos fazem parte das preocupações e atividades da Vyty-Cati, como a educação e a saúde. Em função de sua própria dimensão, a Vyty-Cati encontra dificuldades enormes em relação à gestão e administração dessas várias demandas e projetos das diversas aldeias associadas. Faltam agentes mais qualificados para acompanhar esse processo, o que coloca a urgência na capacitação e formação de quadros para uma melhor gestão das inúmeras atividades de uma associação/federação indígena. A Vyty-Cati não está distante de alcançar verdadeiramente sua autogestão, mas desafios importantes precisam ser superados. Para tanto, será necessária uma convivência maior entre os diferentes grupos que compõem a associação, pois as especificidades culturais determinam uma forma organizacional própria e diferenciada, porém muitas vezes difícil de conciliar com as rotinas e tarefas cotidianas de uma associação. Portanto, também é preciso dominar melhor um campo de ação bem conhecido dos cupen (não-índios), da administração e planejamento de atividades associativistas/cooperativistas, de projetos, recursos, orçamentos, etc.

A Vyty-Cati possui sustentabilidade social e política, pois tem ampla base social, passando por um processo inclusive de crescimento e expansão, com a incorporação de novas aldeias associadas. É preciso traduzir isso em suporte organizacional e autonomia na gestão dos projetos de desenvolvimento. O Frutos do Cerrado é um desses projetos, cuja sustentabilidade econômica é fundamental – seu sucesso e conseqüente geração de renda possibilitará que a Vyty-Cati invista as sobras do seu empreendimento agroindustrial em outros projetos de caráter social. Não depender mais de recursos externos e nem da Funai para desenvolver seus projetos é um sonho dos Timbira, que pode estar cada vez mais próximo. *(maio, 2000)*

QUAIS SÃO OS POVOS "TIMBIRA"

NO MARANHÃO

Os Pykobjê ou Gavião, com uma população de 488 pessoas, estão distribuídos em três aldeias (Governador, Riacbinbo e Rubeácea) e são atendidos pela AER da Funai de Imperatriz. Na área estão instalados dois postos de assistência desse órgão, o PIN Governador, que se responsabiliza pelas aldeias do Governador e Riacbinbo, e o PIN Rubeácea, que atende a aldeia de mesmo nome. Seu território (AI Governador) localiza-se nas proximidades da cidade de Amarante.

Os Krikati, com 534 índios, são atendidos pela Administração Regional de Araguaína (TO) - AER-Funai. Até 1995 estavam vinculados à Administração Regional de Imperatriz (MA), entretanto, por desavenças com essa Administração devido ao que consideravam seu pouco empenbo em relação à demarcação de seu território, conseguiram a transferência administrativa para Araguaína. A AI Krikati localiza-se nas proximidades da cidade de Montes Altos (MA).

Os Canela do Ponto (Ramcôcamekra, com uma população de 1.344 índios, distribuídos em duas aldeias na AI Kanela) e de Porquinbos (Apãnjêkra, 432 índios, numa única aldeian na TI Porquinbos) estão localizados no Maranbão e são "atendidos" pela Funai-AER de Barra do Corda. Essa cidade é a mais próxima das duas AIs - localizada a 62 km da AI Kanela e 78 km da AI Porquinbos.

NO TOCANTINS

Os Krabô (AI Kraolândia) estão distribuídos em nove aldeias: Pedra Branca, Pedra Furada, Manuel Alves, Santa Cruz, Cachoeira, Furna, Rio Vermelbo, Bacuri e Aldeia Nova, e em quatro núcleos residenciais isolados: Lagoinba, Serra Grande, Riozinbo e Morro do Boi. A população atual é de 1423 índios. As aldeias do Rio Vermelbo e Nova estão próximas da cidade de Goiatins e as demais de Itacajá, ambas no norte do estado. A AER da Funai em Araguaína mantém junto aos Krabô quatro postos de assistência (PIN). Entretanto a assistência prestada às aldeias é precária. Aliada às dificuldades crônicas da Funai, existem sérias dificuldade de acesso à maioria das aldeias.

Os Apinajé, segundo censo da Funai (ADR/Araguaína1997), têm uma população de 1025 índios. Os dois Postos Indígenas mantidos pela Funai nesta área (Apinajé e São José) estão jurisdicionados à ADR de Araguaína (TO). O PIN São José atende à aldeia do mesmo nome (a maior aldeia Apinajé e sede do PIN), além das aldeias Patizal e Cocalinbo. Estas aldeias estão situadas a leste da área indígena. Um cbefe de posto da FUNAI coordena os trabalbos de assistência nestas três aldeias. O PIN Apinajé atende as aldeias de Mariazinba (sede), Riacbinbo, Bonito e Botica, todas situadas à oeste da área. A AI Apinajé localiza-se próxima à cidade de Tocantinópolis (TO). (maio, 2000)

A Não Regularização da Terra Krikati: Até Quando?

Maria Elisa Ladeira

Antropóloga do Centro de Trabalho Indigenista (CTI)

DEPOIS DE UMA LONGA LUTA PELA DEMARCAÇÃO DE SUAS TERRAS, OS KRIKATI CONTINUAM A PRESSIONAR A FUNAI PARA RETIRAR OS OCUPANTES NÃO-ÍNDIOS DA ÁREA E QUEREM O DECRETO PRESIDENCIAL DE HOMOLOGAÇÃO

Os Krikati fazem parte da nação timbira, que ocupava tradicionalmente uma grande extensão de terra situada nos cerrados do norte do Tocantins e sul do Maranhão, regiões que foram gradativamente colonizadas a partir do início do século XIX por frentes agropastoris.

Em 1915, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) tentou, sem êxito, transferir os Krikati e os Pykobjê (outro grupo Timbira) para a região de Barra do Corda, no Maranhão. Quando o indigenista e etnógrafo Curt Nimuendaju visitou os Krikati, em 1929, pouco depois da tentativa frustrada de transferência, encontrou-os dispersos em todas as direções. Muitos haviam se estabelecido com os Pykopjê, algumas famílias foram para a região do ribeirão Arraia (motivo de disputa com os fazendeiros locais até hoje) e outras para as águas do rio Pindaré. Nimuendaju chegou a dar como certa a extinção dos Krikati como grupo autônomo.

Somente por volta de 1935, os Krikati conseguiram reunir-se novamente, na aldeia "Taboquinha". Em função da tuberculose que começara a grassar nesta aldeia, muitas acusações de feitiçaria surgiram e esta aldeia cindiu-se em várias outras (Baixa Funda, Cabeceira das Cabras, São José e Batéia).

Em 1962, o prefeito de Montes Altos, Jocino Gomes, pressionado pelos fazendeiros locais, convocou uma reunião na Prefeitura com representantes de todas as aldeias e os fazendeiros, visando acertar um acordo pacífico que estabelecesse que os fazendeiros doassem uma cabeça de gado por mês para os índios, e estes, em troca, não matariam mais o gado e se comprometeriam a residir em uma única aldeia, de modo a facilitar a "fiscalização" do acordo.

Para estimular a fusão das aldeias dispersas, o pároco local, frei Aristides, instalou na aldeia São José uma escola e várias famílias acabaram mudando para lá. A intenção desse acordo era "liberar" partes do território para os fazendeiros invasores. Para reforçar ainda mais essa idéia, a Funai estabeleceria seu posto de assistência nessa aldeia em 1977. Mas mesmo assim, em 1979, os Krikati continuavam a habitar quatro pontos distintos de seu território. Somente em 1983, todas as famílias dispersas acabaram por se congregar na aldeia São José onde permanecem até os dias de hoje.

O PROCESSO DEMARCATÓRIO

Os estudos que delimitaram a Área Indígena Krikati em 146 mil hectares, em julho de 1992, não foram feitos somente pela Funai, mas por um perito nomeado pelo juiz federal da 2ª Vara de São Luís – que reconheceu sua validade jurídica ao indeferir o pleito de muitos fazendeiros de Montes Altos, que entraram em juízo em 1981 para tentar o reconhecimento legal de seus títulos de propriedade incidentes na área pleiteada pelos Krikati. *(ver Aconteceu Povos Indígenas 1991/1995)*

Após a assinatura do decreto que delimitava a área, os Krikati pensaram que poderiam viver finalmente em paz – depois de pelo menos 15 anos de elaboração de propostas pela Funai e de um processo judicial movido por fazendeiros locais para impedir a demarcação do território para seu usufruto. Contudo, reduzidos a uma única aldeia, por força da invasão de seu território e da situação de tensão subseqüente, os Krikati enfrentaram graves problemas em relação à devastação de seu território, como a escassez de água, de caça e de frutas silvestres.

Até hoje, a Funai, alegando problemas técnicos, não encaminhou o processo para a homologação da demarcação, concluída em 1997. Enquanto isso, os invasores, que ainda não foram todos retirados do território e que contam com o beneplácito do Governo do estado, aproveitam o "clima de tensão" para explorar as matas

ainda remanescentes dentro da área demarcada, não só para tirar madeira como antes, mas também para a instalação de carvoarias.

UM LONGO PROCESSO

A delimitação da Área Indígena Krikati obedeceu a todos os preceitos administrativos necessários e foi realizada de acordo com a legislação em vigor. O período de 1992 a 1997 foi marcado pelas várias tentativas por parte da Funai para a demarcação da área – entre elas, a contratação, em 1993, da Divisão Geográfica do Exército Brasileiro que, depois de quatro meses na região, desistiu do trabalho devido à pressão política e aos atos de violência dos fazendeiros locais.

Em dezembro de 1994, deu-se início novamente aos trabalhos demarcatórios, praticamente 29 meses após a edição da portaria de delimitação. A firma particular contratada para fazer a demarcação física, apesar do empenho de alguns indigenistas da Funai, não resistiu à pressão política, às intimidações e aos atos de violência das elites locais, desistindo, também, do trabalho.

A pressão política foi tanta que, em 9 de julho de 1996, o então ministro da Justiça, Nelson Jobim, assinou o Despacho nº 20 que determinava novas diligências à Funai para "complementação dos dados e informações concernentes à referida área indígena". A diligência seguiu o rito do Decreto nº 1.775. Esse decreto, editado em janeiro de 1996, alterou os procedimentos demarcatórios das terras indígenas, instituindo o direito do contraditório (possibilidade de contestação por interessados) nesses procedimentos. As áreas já delimitadas através de portarias ministeriais e não demarcadas até a assinatura do novo decreto foram submetidas aos novos procedimentos.

Assim, a Funai instituiu, em 1996, um novo grupo de trabalho (GT), por meio da Portaria 748, "para complementação dos dados e informações concernentes à referida área indígena". A diligência procedida pelo GT da Funai, elaborada pelo antropólogo Marco Paulo Fróes Schettino, reiterou a mesma proposta de 1992.

REAÇÃO KRIKATI

Em fevereiro de 1997, os Krikati, cansados de esperar pela ação governamental, acabaram por colocar fogo em uma torre de alta tensão da Eletronorte situada no interior da área. Em decorrência deste episódio, houve uma pressão da Eletronorte e do governo do Maranhão para que se resolvesse a questão da demarcação. A Procuradoria Geral da República, por solicitação do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e dos próprios índios, entrou com um mandato contra a Funai que a obrigava a demarcar fisicamente a área delimitada pela Portaria Ministerial 328 de julho de 1992.

A Área Krikati foi dividida em sete módulos para possibilitar a demarcação física. Foi discutido, no âmbito do Departamento de Terras da Funai em Brasília e da Secretaria de Ação Social do Maranhão, um plano estratégico para a solução da "questão Krikati". A proposta era que, ao terminar a demarcação dos limites de um dado módulo, fosse efetivado o pagamento das indenizações dos ocupantes não-índios da área, garantindo assim a extrusão de cada área do módulo. Um processo pensado para ser concluído, em princípio, caso não faltassem recursos para a extrusão, ao longo de dois anos.

As posições governamentais foram ambíguas. O discurso público era o da demarcação, mas efetivamente havia toda uma pressão para que os Krikati concordassem em reduzir a área delimitada, abrindo mão da região do ribeirão Arraias. As condições para a demarcação física eram precárias, e essa somente se efetivava devido ao empenho dos Krikati que receberam apoio dos Apinajé e de funcionários da Funai local.

A. BAETA/O ESTADO DO MARANHÃO - 1997

Krikati: pressões para conseguir a demarcação.

As equipes se deslocaram a campo, mas os índios não se conformavam em interromper a demarcação após a conclusão dos trabalhos no primeiro módulo e ficar aguardando recursos para a sua extrusão. Reunidos, com o apoio dos Apinajé e dos funcionários locais da Funai, continuaram a demarcação sem o apoio de Brasília.

Em novembro de 1998, a Funai e o estado do Maranhão alegaram na Procuradoria da República em Brasília a necessidade de se fazer ajustes na demarcação física que, realizada em condições precárias, apresentaria problemas. Um novo mapa foi traçado, deixando de fora a região do Arraias e modificando o limite sudoeste. Por meio de práticas do tempo dos coronéis, esta alteração de aproximadamente 30 mil hectares, estava sendo acertada nos gabinetes em Brasília. Desconhecendo estes acertos, o presidente da Associação Vyty-Cati dos Povos Timbira do Maranhão e Tocantins, José Torino Krikati, visitou a Procuradoria da República em Brasília, reiterando a solicitação de intervenção para obrigar a Funai a pedir a homologação da área já demarcada fisicamente em 1997. Nesta ocasião, foi informado por técnicos da própria Procuradoria dos "ajustes" da Funai e de pronto interveio, exigindo que a reunião de aprovação deste novo mapa fosse realizada não no gabinete da Funai em Brasília, mas na aldeia, e que a Procuradoria convidasse a antropóloga do CTI responsável pela delimitação.

Esta reunião, que aconteceu em novembro de 1998, contou com a presença do então presidente da Funai, Sulivan Silvestre, que chegou à aldeia de helicóptero, protegido por seguranças e acompanhado do secretário de Ação Social do Maranhão. Foi uma demonstração de força dos Krikati que rechaçaram qualquer proposta de diminuição de área.

No dia 15 de julho de 1999 foi publicado no Diário Oficial o Despacho nº 49, um dos últimos atos do ministro da Justiça Renan Calheiros, julgando improcedentes as contestações e determinando um prazo de 120 dias aos interessados em eventuais indenizações. Contudo, alegando que "ajustes ditados pelo interesse público em preservar núcleos de colonização não indígena já consolidados, e ou em resguardar situações jurídicas estabelecidas sob a égide do próprio Poder Público, sempre que tais adequações não afetem, substancialmente, a integridade da área indígena, em conformidade aos pressupostos elencados no art/.231 parágrafo 1º da Carta Política", determinou a redefinição da linha divisória oeste da TI Krikati, reduzindo a Área em aproximadamente 20 mil ha.

ULTIMATO PARA A FUNAI

Os índios se mobilizaram e, com o apoio do CTI, procuraram o Ministério Público para tentar uma audiência com o novo ministro da Justiça, José Carlos Dias. A audiência não foi concedida, mas os Krikati foram até Brasília, em uma comitiva de mais de 30 representantes, onde foram recebidos pelo assessor do ministro e pelo presidente da Funai.

Em 21 de setembro, o Ministério Público Federal promoveu uma Ação Cível Pública contra a União e contra a Funai, objetivando a nulidade do ato administrativo do ministro da Justiça. Consta no texto do documento: "Com efeito, está fora dos contornos do poder discricionário do administrador reduzir terra indígena materialmente delimitada com amparo em elementos constitucionalmente definidos".

No momento, os Krikati continuam pressionando a Funai para o pagamento das indenizações para a retirada dos invasores. Constantes conflitos têm envolvido os Krikati e alguns fazendeiros têm sistematicamente derrubado o pouco que sobrou das áreas de mata dentro da Área Indígena.

Parece que as elites responsáveis não aprenderam com as experiências passadas. Esqueceram rapidamente o episódio de 1997 em que os Krikati derrubaram duas torres de transmissão da Eletronorte. Os Krikati estão dando novamente um ultimato em relação à desintrusão de suas terras. Estão impacientes e irritados com a falta de atitude do Estado brasileiro. *(maio, 2000)*

HIDRELÉTRICA LAJEADO

ESTUDOS SOBRE UHE DE LAJEADO ESTÃO PERTO DO FIM

Até dezembro de 97, a Companhia Energética de Brasília deverá concluir os estudos de viabilidade técnica de construção da Usina de Lajeado-Montante, no médio Tocantins, próximo de Palmas (TO). A UHE, que terá capacidade para gerar 1.020 megawatts, deverá afetar a TI Funil, dos índios Xerente. *(Correio Braziliense, 22/09/96)*

GOVERNO AUTORIZA LICITAÇÃO...

O ministro de Minas e Energia autoriza, através da portaria nº 256, o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee) a promover a licitação destinada à outorga da concessão para exploração do aproveitamento hidrelétrico de Lajeado, no médio rio Tocantins. *(DOU, 18/08/97)*

... E DOIS CONSÓRCIOS ENTRAM EM DISPUTA

Dois consórcios já entraram em campo para disputar a licitação da usina de Lajeado, no rio Tocantins, a primeira hidrelétrica de grande porte a ser totalmente construída pela iniciativa privada. A UHE Lajeado, incluída no Programa Nacional de Desestatização desde junho, reforçará o suprimento de energia para a Região Centro-Oeste. De acordo com os técnicos do Ministério de Minas e Energia, a sua geração será suficiente para atender à demanda de 2,5 milhões de residências. O edital prevê o início de operação da usina de Lajeado no ano de 2.003.

O interesse de Lajeado é grande, por parte do setor empresarial, devido às vantagens da hidrelétrica, que será interligada aos sistemas Sul/Sudeste/Centro-Oeste e Norte/Nordeste por meio de uma subestação que será construída na cidade de Miracema, no estado de Tocantins. *(Gazeta Mercantil, 18/08/97)*

HIDROVIA ARAGUAIA-TOCANTINS

KARAJÁ E TAPIRAPÉ UNEM-SE A XAVANTE CONTRA HIDROVIA...

Em junho de 1997, as comunidade indígenas Xavante das aldeias de Areões e Pimentel Barbosa acionaram a Justiça para paralisar as obras de implantação da hidrovia Araguaia-Tocantins-Rio das Mortes, cujos 2.230 quilômetros atravessam cinco estados brasileiros (Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Pará e Maranhão), 34 áreas indígenas e dez áreas de preservação.

Em dezembro passado, o TRF acatou a liminar concedida pela Justiça Federal de Mato Grosso que condicionou qualquer obra na hidrovia à aprovação do projeto pelo Congresso Nacional e do Estudo de Impacto Ambiental pelo Ibama. Agora, passados oito meses da entrada em juízo dos Xavante, caciques Karajá e Tapirapé de aldeias próximas a São Félix do Araguaia pediram em carta aberta enviada ao Diário o apoio da população municipal e estadual na preservação do rio Araguaia e de suas culturas. Na carta, a principal reclamação dos Karajá e Tapirapé é com relação aos prováveis impactos ambientais que as obras poderão causar às aldeias envolvidas pelo projeto da hidrovia. Além disso, a preocupação com a mudança na vida cultural dessas etnias também é argumento para que os caciques afirmem não querer a hidrovia. *(Diário de Cuiabá, 17/02/98)*

... E SE ORGANIZAM PARA PROTESTAR...

Órgãos públicos ligados ao meio ambiente e ao índio, MPF, presidente da República e Congresso Nacional começaram a receber nesta semana o mais organizado e abrangente protesto indígena contra a hidrovia Araguaia-Tocantins, orçada em aproximadamente R$ 220 milhões. Um documento elaborado por representantes de oito etnias na semana passada em São Félix do Araguaia, resume a insatisfação e o medo dos índios em relação ao projeto de constru-

TRANSFORMAÇÃO DO TOCANTINS EM LAGO PREOCUPA POPULAÇÃO

A implementação da Usina Hidrelétrica "Luiz Eduardo Magalhães" (UHE Lajeado) é resultado de estudos do potencial hídrico do rio Tocantins iniciados em 1972. Em 16 de dezembro de 1997, foi assinado em Palmas, o contrato de concessão da construção e exploração dessa usina. O lançamento da pedra fundamental ocorreu em 3 de julho de 1998. A obra deverá estar concluída em maio de 2001, quando terá início a formação do lago.

A construção da UHE-Lajeado faz parte do plano de desenvolvimento integrado ao sistema energético de Tucuruí (PA) e Serra da Mesa (GO). Estão previstas a construção de mais seis usinas hidrelétricas no Rio Tocantins. São elas: UHE – Cana Brava, Peixe, Ipueiras, Lajeado, Tupiratins e Serra Quebrada, sendo que Serra da Mesa e Tucuruí já estão concluídas. A construção destas usinas transformará o Rio Tocantins em um grande "lago". Tudo isto feito em nome do "progresso", produção de energia para o processamento de metais pesados para a exportação e manutenção do crescimento dos grandes centros.

A UHE-Lajeado é a primeira hidrelétrica brasileira privada, construída com auxílio financeiro público, erguida com total desrespeito à população atingida: índios Xerente, ribeirinhos e camadas pobres de Palmas, Porto Nacional e região. Terá uma receita de R$170 milhões por ano. Da energia produzida, 20% ficará no estado de Tocantins e o restante irá para o mercado nacional através do sistema Norte-Nordeste, Centro-Oeste e Sul-Sudeste. A obra está orçada em R$ 1,2 bilhões. A concessão para exploração da energia em Lajeado é de 35 anos. Em oito anos, o valor da obra será resgatado. O lago corresponderá uma área de 630 Km², com uma extensão de 173 Km. A renovação da água do lago acontecerá em 24 dias. A profundidade média será de três metros. O enchimento do lago começará em maio de 2001 e será completo em dezembro do mesmo ano. Os municípios que serão atingidos pelo lago – Miracema, Lajeado, Palmas, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré e Ipueiras – totalizam um contingente de aproximadamente três mil famílias atingidas, na área rural, urbana e os Xerente.

O consórcio é composto pela Celtins (Companhia Energética do Tocantins), CEB (Companhia Elétrica de Brasília), EDP de Portugal, CPEE (Companhia Paulista de Energia) e EEVP (Empresa de Eletricidade do Vale do Paranapanema). O gerenciamento do consórcio fica a cargo da Investco, que ficará com o valor de 1% de participação, sendo que o restante assim distribuído: Celtins (9,9%), CEB (19,8%), EDP de Portugal (24,75%), CPEE (13,86%), EEVP (30,69%).

Com tudo isso, 60% do mercado consumidor de energia elétrica já se encontra sob a tutela de empresas privatizadas. O que implica na entrada da iniciativa privada nas atividades de geração. As atividades de distribuição de energia elétrica, particularmente no estado do Tocantins, já tinham como características uma empresa pertencente a um grupo privado, o Grupo Rede, no qual, a Celtins, faz parte, caracterizando assim, o uso do dinheiro público nesse empreendimento, dito privado.

Diante do exposto, estamos preocupados com a transformação do rio Tocantins em um grande lago. Pois o rio, tem um significado de vida, onde as comunidades ribeirinhas têm sua economia, proveniente das plantações nas vazantes. Os pescadores, os oleiros também terão suas atividades extintas. Para os índios Xerente, o rio é a mãe que sustenta seus costumes, ritos, tradição e toda sua cultura. O peixe e a caça que são fontes de alimentação deste povo, se extinguirão com os impactos desta obra. (Fórum Estadual de Lutas por Terra, Trabalho e Cidadania, 19/08/99)

CARTA DE REPÚDIO DAS LIDERANÇAS INDÍGENAS E RIBEIRINHAS AOS IMPACTOS DOS PROJETOS DA HIDROVIA ARAGUAIA-TOCANTINS E HIDRELÉTRICAS

Nós, lideranças e caciques representantes dos povos Apinajé, Xerente, Karajá, Javaé, Tapirapé e Krahô, atingidos pelos Projetos da Hidrovia Araguaia-Tocantins, pela Construção de Hidroelétricas, a exemplo de Lajeado, e outras que estão planejadas como Serra Quebrada, Peixe, Ipueiras e demais, estivemos reunidos em Luziânia-GO, em 18 de outubro de 1999, para discutir os impactos ambientais, sociais e culturais, que causará às comunidades indígenas, bem como aos ribeirinhos e camponeses. Os rios Araguaia e Tocantins formam uma das maiores bacias de água potável do nosso país. Caso esses empreendimentos venham a ser executados, ocorrerá a poluição das águas, afetando diretamente todo o ecossistema da região, com isso comprometendo a sobrevivência de milhares de famílias que dependem diretamente desses rios.

A HIDROVIA ARAGUAIA-TOCANTINS

Além de atingir os povos indígenas e ribeirinhos aqui presentes, atingirá os povos: Gavião, Avá-Canoeiro, Gavião/Parkatejê, Parakanã, Aikewar/Surui, Assurini e Xikrin. Serão afetadas também as unidades de conservação Parque Nacional do Araguaia, Reserva Extrativista Extremo Norte do Tocantins, Reserva Estadual do Lajeado(TO), Reserva Extrativista Ciriaco, Reserva Extrativista Mata Grande (MA), Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri, Reserva Biológica do Tapirapé, Área de Proteção Ambiental Igarapé Gelado (PA), Parque Estadual Serra Azul, Área de Proteção Ambiental Estadual Serra Azul (MT).

O principal objetivo deste empreendimento é implementar a navegação comercial nos rios Araguaia, Tocantins e das Mortes, para transportar adubos, combustíveis, safras de grãos das regiões Centro-Oeste e Norte do País. Sabemos que estes rios não são navegáveis para grandes barcaças, para torná-los navegáveis será necessário dinamitar todo o leito dos rios, dragar, o que provoca a morte dos rios, dos peixes, dos animais que deles dependem. É um projeto que traz a morte de milhares de famílias, entre elas 35 comunidades indígenas, que dependem exclusivamente destes, para nós o rio é fonte de vida. Estamos preocupados com a ameaça de construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins. Os impactos na fauna e na flora podem causar vários problemas para nossa sobrevivência. Os rios e os lagos são donos de vários tipos de seres que servem ao povo Karajá como festas e como alimentos, e também os rios e lagos são donos das nossas histórias e mitos. Por isso a destruição do rio não vai acabar apenas com nossos alimentos, vai também acabar com nossa cultura. Será um genocídio para o povo Karajá. Nós somos contra a construção desta Hidrovia porque é um genocídio para nós pois são 500 anos de resistência, luta e violência que estamos enfrentando.

UHE DE LAJEADO

Outros grandes projetos que põem em risco a nossa sobrevivência, são as hidrelétricas. Já estamos sofrendo com a construção da barragem de Lajeado. São milhares de famílias e comunidades Xerente afetadas. A barragem está sendo construída e as medidas compensatórias não estão sendo cumpridas pela Investco, empresa responsável pelo empreendimento, segundo determina os Projetos Básicos Ambientais (PBAs). Denunciamos os seguintes fatos:

1. A hidrelétrica de Lajeado está trazendo para o povo Xerente: doenças, prostituição, fome, bebedeiras e causando desrespeito à nossa cultura e aumento da violência na nossa terra. A Investco não cumpre com suas promessas. O diagnóstico etnoambiental deveria ser feito antes do início das obras. Até hoje não foi apresentado para a comunidade. Exigimos que os programas de agricultura, saúde e educação sejam permanentes, pois a hidrelétrica terá exploração de 35 anos. Não aceitamos ficar com os impactos, que ameaça a continuidade do povo Xerente. A Investco viola os direitos econômicos e alimentares, ao se apropriar dos meios de produção da população atingida, uma vez que as terras são adquiridas a preços irrisórios, e ainda se nega cumprir o que esta proposto no PBA referente ao reassentamento rural coletivo, o qual propõem reestruturar a comunidade e o meio de produção da mesma, em lotes produtivos que variam de 32 ha a 100 ha.

2. A empresa não considera o meio de produção das vilas tais como: Vila Graciosa, onde a maioria da população sobrevive da agricultura, ou são proprietários rurais, ou como já aconteceu com a população de Lajeadinho, que foi forçada a ir para área urbana.

3. A Investco vem coagindo e induzindo as populações atingidas (urbana e rural), a vender suas propriedades a preços abaixo do custo de implantação em outro local, mantendo as mesmas condições de sobrevivência. Uma vez que as terras mais férteis (vazantes e ilhas), vão ser todas inundadas pela barragem.

4. Hoje, após várias discussões, reuniões, seminários e audiências, desde do início da licitação da construção da UHE-Lajeado, as famílias aguardam respostas concretas e pleiteiam a efetivação das proposta que constam nos PBAs, a exemplo de reassentamento coletivo em lotes produtivos; estudo do lençol freático dos municípios de Palmas, Porto Nacional, e das comunidades de Pinheirópoles e São Francisco.

5. A Investco, no momento de cadastrar a população atingida, cadastrou aproximadamente 70% da população e o restante consideraram como proprietários não encontrados. Como as terras não tem títulos definitivos, isto dificulta o reconhecimento dos atingidos.

6. A Investco, mesmo antes de concluir o EIA/Rima, contratou uma empresa chamada Agropastoril Lajeado, e esta que usou de ameaças e má-fé para adquirir as terras da população atingida pagando preços baixíssimos somente pelas terras, forçando os proprietários a continuarem nas terras como arrendatários os quais hoje estão sem saber para onde ir. As terras já foram vendidas e o dinheiro já não existe.

7. A Associação Comunitária da União dos Chacareiros de Palmas (ACUP), pleiteia junto a este órgão a efetivação do reassentamento coletivo em lotes produtivos conforme o qual constam 41 famílias de pequenos agricultores. A construção de grandes barragens no rio Tocantins, como as usinas de Tucuruí, no Pará e Serra da Mesa, em Goiás, têm ocasionado sérios impactos sobre a fauna, a flora e a população. São ribeirinhos, indígenas, camponeses, lavradores, gente que depende exclusivamente do rio que tem sua vida ameaçada.

UHE DE SERRA QUEBRADA

O projeto da construção da usina de Serra Quebrada no rio Tocantins, que inundará mais de 5% do total da área do povo Apinajé, coloca em risco a sobrevivência de nossos filhos e do futuro de nossa nação e da nossa terra que já é pequena para nós. Nós povos Apinajé temos o rio como fonte do índio, pois a nossa cultura é a mãe terra, é o rio, é a natureza, são os animais. Não aceitamos esta barragem. Iremos lutar até morrer para que nossos filhos possam viver em paz. Não aceitamos a barragem de Serra Quebrada. Nossa vontade deve ser respeitada.

Nós, povos Karajá-Javaé, ainda sofremos com a falta da demarcação de nossa terra. Estudos realizados em 1988, comprovam a ocupação tradicional da área Indígena Boto Velho (Inawebohana) – Ilha do Bananal, pelo Povo Karajá – Javaé, o qual foi protocolado na Funai no início do ano de 1999. Estamos muito preocupados com a lentidão pela qual está se dando esse processo. Exigimos a imediata demarcação da nossa terra num prazo máximo de 30 (trinta) dias, pois estamos sofrendo diversas pressões externas por parte do Ibama e dos fazendeiros. (Povos Indígenas Apinajé, Krahô, Xerente, Karajá, Karajá-Javaé e Tapirapé, ribeirinhos das margens dos Rios Tocantins e Araguaia, Luziânia-GO, 21/10/99)

ção de um canal intermodal de 2.516 quilômetros entre a região leste de Mato Grosso e o oceano. O protesto saiu após três dias de discussão entre representantes das comunidades banhadas pelos rios das Mortes, Araguaia, Tocantins e seus afluentes. Apinajé, Javaé, Xavante, Xerente, Tapirapé, Krikati, Krahô e Karajá participaram do encontro, organizado pelo Cimi. *(A Gazeta, 18/03/99)*

... MAS MINISTÉRIO PLANEJA EXPLOSÕES EM RIOS

O Ministério dos Transportes já pediu autorização ao Ibama para fazer explosões experimentais nos rios Araguaia e das Mortes, segundo o chefe do Departamento de Licenciamento Ambiental do Ibama, Rodney Ritter. As explosões, ainda não autorizadas, seriam necessárias para o ministério "verificar as repercussões (da explosão) no rio", conforme Ritter. O pedido do ministério mostra que os estudos relativos à obra ainda não estão concluídos, embora o EIA já tenha sido entregue ao Ibama. O maior número de intervenções ocorrerá num trecho de 279 Km no Araguaia onde há diques naturais. O estudo prevê que "a maior parte desses diques exige a aplicação de energia de explosão para remoção das rochas". As detonações, continua o estudo, matarão muitos peixes e destruirão locais de procriação. A dragagem (retirada de areia e lodo do leito do rio) deve ser ainda mais impactante. O estudo diz que ela pode provocar "alteração e degradação da paisagem local, erosão nas margens, assoreamento e aprofundamento de canais e desaparecimento de bancos de areia e ilhas naturais". *(JB, 22/08/99)*

ANTROPÓLOGOS APONTAM FRAUDE NO ESTUDO AMBIENTAL...

Um grupo de antropólogos de São Paulo está denunciando que houve "fraude intelectual" no EIA/Rima que o governo federal contratou para liberar a implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins. O estudo original dos antropólogos era composto de três volumes e tem conclusões que podem ser entendidas como uma condenação à obra. Já prevendo possíveis "edições" do material, os antropólogos tomaram o cuidado de protocolar uma cópia oficial na 6ª Câmara da Procuradoria da República em Brasília, além de entregar outra aos índios Xavante da região do Rio das Mortes, que estão indignados com a obra e não pensaram duas vezes ao incendiar 30 placas de sinalizações colocadas inadvertidamente no Rio das Mortes, e seqüestrar uma barcaça de carga que trafegava pela região sem autorização. *(JB, 22/08/99)*

... PF DE MATO GROSSO INSTAURA INQUÉRITO...

A superintendência regional da Polícia Federal em Mato Grosso instaurou inquérito policial para apurar o possível crime de falsidade ideológica cometido pelos diretores das Companhia Docas do Pará, que, no EIA/Rima apresentado ao Ibama, desconsiderou os aspectos negativos da hidrovia Tocantins-Araguaia sobre comunidades indígenas, diagnosticados por um grupo de antropólogos.
O estudo a respeito dos impactos sobre comunidades indígenas é apenas um dos componentes do EIA/Rima apresentado pela Ahitar ao Ibama. O primeiro, elaborado em 1996, havia sido recusado. Um dos pontos suprimidos pela Ahitar no estudo mostra o temor das comunidades e os possíveis impactos sociais causados pela construção de portos a menos de 15 Km das aldeias. Essa informação, expressa no segundo volume do estudo, foi ignorada pela Ahitar. *(A Gazeta, 30/09/99)*

... E O LICENCIAMENTO É SUSPENSO

A Justiça federal de Goiás e Mato Grosso suspendeu na noite de segunda-feira as audiências públicas e o processo de licenciamento da Hidrovia Araguaia-Tocantins, que seriam realizados pelo Ibama. A hidrovia é uma das obras prioritárias do Programa Avança Brasil, do governo federal. A justiça considerou que a avaliação ambiental do projeto foi alterada, o que poderá causar sérios danos à fauna, flora, comunidades ribeirinhas, além de 11 grupos indígenas distribuídos em 26 áreas.
A execução dessa obra está produzindo uma grande polêmica entre o MPF, a Justiça e o governo federal. A Procuradoria da República no Tocantins alega que os laudos antropológicos feitos para integrar os EIA/Rima foram alterados. "Os documentos demonstram que os laudos feitos por antropólogos e biólogos foram falsificados", assinala em sua sentença o juiz federal de Mato Grosso, César Augusto Bearsi. *(OESP, 27/10/99)*

PARQUE INDÍGENA DO ARAGUAIA

PRESIDENTE HOMOLOGA TERRA INDÍGENA

O presidente da República homologou a demarcação administrativa da TI Parque do Araguaia localizada nos municípios de Formoso do Araguaia, Pium e Lagoa da Confusão, Estado do Tocantins. Esta terra é destinada à posse permanente dos grupos indígenas Ava-Canoeiro, Javaé, Karajá e Tapirapé. "Ficam excluídos do decreto a superfície de 88 ha, 29 ares e 79 centiares, declarados sob intervenção do aeródromo de Santa Isabel do Morro, pelo decreto nº 80.038 de 28/07/77". *(DOU, 15/04/98)*

FOGO ESTÁ CONSUMINDO 10% DO PARQUE DO ARAGUAIA

A destruição causada pelo fogo na Ilha do Bananal já é tamanha que, depois de sobrevoar o local, na tarde de ontem, os técnicos do Ibama desistiram de enviar uma força-tarefa para combater o fogo no local. Menos de 25 homens lutam para controlar o incêndio que já consumiu 60% da reserva, onde vivem 1700 índios, e pelo menos 10% da área do parque. Ao todo são oito funcionários do Ibama e 15 da Funai. *(JT, 29/08/98)*

DESOCUPAÇÃO DO PARQUE

As atividades agropecuárias de 210 fazendeiros na Ilha do Bananal podem estar com os dias contados. O Ministério Público no Tocantins ajuizou, no dia 28 de julho, uma ação civil pública junto à Vara da Seção Judiciária daquele estado, com pedido liminar, para a retirada dos pecuaristas e para a extrusão do gado do Parque Indígena do Araguaia. Com medida liminar de antecipação de tutela específica, o Ministério, em ação anterior, já conseguiu retirar dois fazendeiros do mesmo local. A presença dos pecuaristas na Ilha se dá exclusivamente no Parque Indígena, já tendo sido desocupado todo o Parque Nacional que neste momento está tendo o seu Plano de Manejo sendo implantado. *(Porantim, ago/99)*

DESCONTROLE DO FOGO

Os focos do incêndio que destrói a ilha do Bananal, no rio Araguaia, em Tocantins, há pelo menos 20 dias, voltaram a sair do controle dos 30 homens do Ibama
A suspensão de autorizações para queimadas no norte de Mato Grosso irá prejudicar pelo menos 50 fazendeiros e 300 agricultores assentados que haviam recebido autorização do Ibama para derrubar a floresta e queimá-la. O secretário do Meio Ambiente de Mato Grosso, Frederico Muller, disse que "houve um erro de avaliação, tanto do Estado quanto do Ibama." Fazendeiros procuraram ontem o chefe-substituto do Ibama em Alta Floresta, Waldir Cruz, para reclamar contra a suspensão das autorizações de queimadas determinada pelo governo federal na última sexta-feira. *(FSP, 03/09/98)*

EXÉRCITO ASSUME COMBATE A INCÊNDIO

O Exército vai assumir hoje o comando das operações de combate ao incêndio, iniciado há um mês, na Mata do Mamão, na Ilha do Bananal. A entrada dos militares na ação para tentar debelar o fogo foi determinada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. A presença do Exército nesse tipo de missão está prevista no Programa de Prevenção e Controle às Queimadas e aos Incêndios Florestais no Arco do Desflorestamento (Proarco). *(Diário Comércio & Indústria, 23/09/98)*

PF INVESTIGA A ORIGEM DO FOGO NA ILHA DO BANANAL

A Polícia Federal já está investigando as causas do incêndio na Ilha do Bananal, principalmente na região da Mata do Mamão. O trabalho de investigação foi iniciado no final da semana passada. A confirmação foi feita ontem, em Palmas, pelo superintendente da PF, delegado João Fonseca Coelho. Sem antecipar maiores detalhes da operação, ele informou que a investigação, e posterior abertura de inquérito, foi solicitada na semana passada pela Procuradoria da República no Tocantins. Tal solicitação foi motivada por denúncias de que o incêndio tenha origem criminosa, sendo realizado pelas populações tradicionais da Ilha. As denúncias são de que o fogo teria sido encomendado pelos fazendeiros que mantêm gado na área. Entraram para o rol dos suspeitos, os posseiros e os índios, sem, no entanto, nada ficar provado até o momento.
O administrador da Funai em Gurupi, Edson Beiriz, descartou totalmente a participação dos índios no incêndio "e um absurdo que as pessoas fiquem acusando os índios. Eles só passam naquele local eventualmente, quando vão pescar. Muita gente mora dentro da Ilha, mas parece ser mais fácil acusá-los", rebate. *(Jornal do Tocantins, 14/10/98)*

IBAMA VAI APURAR MORTE DE PEIXES NA ILHA DO BANANAL

Uma equipe composta por três fiscais do Ibama sai hoje (09/11/98) de Palmas para apurar a denúncia sobre a mortandade de peixes que vem ocorrendo na área da reserva indígena, na Ilha do Bananal. No dia 06/11, o órgão recebeu dois ofícios sobre o assunto, um da Funai e outro sigiloso, acerca do assunto. Segundo informações da Superintendência do Ibama-Tocantins, o ofício de caráter sigiloso, denuncia que uma companhia de produção agropecuária do Projeto Rio Formoso, seria a responsável pelas barragens de areia que estão sendo feitas no rio Javaé, o que conseqüentemente causa a baixa no nível de água dos lagos, resultando na morte dos peixes.
A denúncia sobre a mortandade dos peixes foi comunicada oficialmente ao Ibama-TO e ao Ministério Público na última sexta-feira, através da Funai, por se tratar de um problema ocorrido dentro da reserva indígena, na Ilha do Bananal. Na ocasião, o órgão, com a ajuda dos índios, procedeu o salvamento de cerca de 400 peixes Pirarucu (Pirosca), transferindo-os para locais onde a água se encontra em maior abundância. *(Jornal do Tocantins, 10/11/98)*

JAVAÉ

ÍNDIOS JAVAÉ CRIAM CONSELHO

Caciques, vice-caciques e outros líderes de seis das oito aldeias Javaé da Ilha do Bananal criaram, durante assembléia realizada na Aldeia São João, o Conselho das Organizações Indígenas do Povo Javaé da Ilha do Bananal, a Conjaba. O objetivo é dispor de uma instância de maior representatividade para os Javaé e, com isso, buscar soluções para problemas comuns a todas as comunidades. A partir da assembléia do dia 11 de abril, as decisões em nome do povo serão sempre tomadas nas reuniões do Conjaba. Durante a assembléia, os líderes deixaram claro que o cacique Idjarrui Karajá não possui legitimidade para representar os Javaé perante os governo federal, estadual ou municipal, ou ainda junto à imprensa, sem a prévia consulta e autorização do referido Conselho. *(Porantim, mai/99)*

FUNAI APROVA A TI INÃWÉBOHONA...

O presidente da Funai, Carlos Marés, aprovou os estudos de identificação da TI Inãwébohona, de ocupação tradicional dos Javaé, Karajá e Avá-Canoeiro, com superfície e perímetro aprovados de 376.545 hectares e 400 km respectivamente, localizada nos municípios de Pium e Lagoa da Confusão, estado de Tocantins. Determinou a publicação, no DOU e no Diário Oficial do Estado de Tocantins, do Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo, Mapa e despacho, e que os mesmos sejam fixados nas sedes das prefeituras municipais onde se localiza a área. *(DOU, 26/11/99)*

... E RELATÓRIO CONSOLIDA PROPOSTA

A proposta da TI Inãwébohona corresponde às terras ocupadas ininterruptamente desde o século XVIII pelos Javaé da parte centro e norte na Ilha do Bananal. Garante também uma zona de refúgio suficiente para um grupo Avá-Canoeiro que recusa o contato e permanece no interior e arredores da mata do Mamão. A TI Inãwébohona, ademais, faz parte do território tradicionalmente explorado por diversas outras comunidades Javaé da TI do Parque do Araguaia, e os Karajá da TI Santana do Araguaia e de Largo Grande também utilizam-se de áreas no interior da TI Inãwébohona para pesca, caça e coleta.
A TI Inãwébohona, conforme identificada e delimitada pelo presente relatório corresponde à terra tradicionalmente ocupada por grupos indígenas em caráter permanente e segundo seus usos, costumes e tradições. O território da TI Inãwébohona foi identificado e delimitado obedecendo-se a todos os requisitos da Constituição Federal para ser reconhecido como terra indígena. Suas terras são (a) habitadas em caráter permanente, (b) utilizadas em atividades produtivas; (c) imprescindíveis à preservação ambiental; (d) necessárias à reprodução física e cultural da comunidade indígena.
A presença dos Javaé nas áreas reivindicadas é amplamente relatada em documentados oficiais do SPI e Funai, em notícias saídas da imprensa, na bibliografia especializada de autoria de etnógrafos e antropólogos brasileiros e estrangeiros. A TI Inãwébohona, ademais, apresenta provas irrefutáveis de ocupação passada e atual pelos Javaé e Karajá: grande número de sítios arqueológicos, restos de plantações, capoeiras, áreas derrubadas, cemitérios, locais de pesca etc. Na tentativa de buscar uma acomodação com seus vizinhos regionais da margem leste do rio Javaés e o Ibama, os Javaé, para o dimensionamento da TI Inãwébohona, como vimos, abriram mão de importantes parcelas de seu território tradicional. Ficaram de fora da presente proposta os territórios das aldeias habitadas até a década de 1970 próximas do rio Loroti, das aldeias próximas à foz do Riozinho do Ezequiel, as estabelecidas também na margem leste do rio Javaés e a ponta setentrional da Ilha do Bananal, ao norte da TI Inãwébohona.
A TI Inãwébohona, conforme mapa e memorial descrito a seguir, garante o chão sobre o qual os Javaé construíram sua história e sua maneira de ser. Seus territórios se constituem no fundamento de sua religião e visão do mundo. A garantia legal das terras que ocupam é seu direito e sua implementação necessária por ser a única medida capaz de pôr fim a conflitos com

ATÉ QUE ENFIM!

Em 1959, um decreto presidencial criou o Parque Nacional do Araguaia (PNA), ligado ao Departamento de Parques do Ministério da Agricultura, abrangendo a totalidade da Ilha do Bananal, no Tocantins, limite com Mato Grosso. A Ilha era então ocupada por 2.500 índios e quatro postos indígenas. A situação, absurda, foi ratificada por diversos decretos posteriores celebrados entre Funai e IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (posteriormente Ibama) em 1971, 1973 e 1980. Todos esses documentos tentavam impor limites entre o Parque Nacional do Araguaia e o Parque Indígena do Araguaia estabelecido em 1971.

Negociavam sobre o inegociável. Ou seja, davam e recebiam terra indígena sem conhecimento dos Javaé, Karajá e Avá-Canoeiro que vivem secularmente no local. Nunca houve uma identificação honesta da área que antecedesse esses malfadados decretos. Todos os limites estabelecidos para o PNA fracassaram pois sempre uma aldeia javaé ou karajá ficava no seu interior (existem mais de 70 locais de aldeamento da ponta norte à sul da Ilha). A situação permanecia a mesma desde 1959: fiscais armados do IBDF e, posteriormente, Ibama procuravam impedir que índios fizessem roças, construíssem casas, vendessem peixe ou vivessem nas terras ocupadas há mais de 700 anos e que haviam sido irregularmente atribuídas ao PNA.

Nessa sucessão de enganos, e como resultado do decreto de 1980, os habitantes da aldeia javaé de Boto Velho passaram a ser pressionados por fiscais para que abandonassem o local, como antes havia ocorrido na aldeia karajá de Macaúba.

Era a truculência de uma agência de governo na afirmação de um direito inexistente. Depois de quase vinte anos de solicitações dos Javaé de Boto Velho, sua justa reivindicação foi atendida com a apresentação do relatório de identificação e da proposta de demarcação.

A TI proposta abrange um solo repleto de sítios arqueológicos e plenamente ocupado pelos índios nos dias de hoje. Não há contestação possível. São campinas extensas e lagos misteriosos num dos locais mais bonitos do Brasil. Falta retirar cerca de três dezenas de invasores que acompanham o gado que põem para pastar na Ilha.

Comemorando a vitória do reconhecimento de sua proposta, expressa no relatório, os Javaé de Boto Velho realizaram recentemente a festa da Casa Grande. Convidaram todos os espíritos dos que já viveram no local e dos muitos seres fantásticos do interior da Ilha para comemorarem a alegria de viver na terra que é deles mais que nunca (André Toral, abril/2000)

os atuais invasores e o Ibama, que já duram mais de duas décadas. *(trechos da conclusão do resumo do relatório de Identificação e Delimitação da TI Inãwébohona, elaborado por André Amaral de Toral e Noraldino Vieira Cruvinel, DOU, 03/12/99).*

AVÁ-CANOEIRO

GOVERNO FAZ PEDIDO AO CONGRESSO PARA INUNDAR ÁREA AVÁ

O presidente FHC enviou mensagem ao Congresso Nacional pedindo autorização para a estatal de energia Furnas inundar 3,1 mil ha da TI Avá-Canoeiro, o que corresponde a cerca de 10% das terras dos Avá. É o primeiro pedido oficial do governo para construir uma UHE em terras indígenas desde a promulgação da Constituição, em 1988. A inundação será causada pelo fechamento das comportas da UHE Serra da Mesa, no norte de GO prevista para setembro. Em maio de 1997 devem começar a funcionar as primeiras turbinas.

O pedido presidencial conta com um estudo favorável do Instituto de Pesquisas Antropológicas do Rio de Janeiro. Os quatro grupos isolados de Avá-Canoeiro, ainda sem contato oficial, não vivem na área a ser inundada, informa o estudo. "O fundamental é que Furnas está comprometida com a reunificação do povo Avá-Canoeiro", diz Mércio Gomes, diretor do instituto favorável à medida. Segundo ele, na área há apenas seis índios. *(FSP, 05/03/96)*

FURNAS INVESTIRÁ US$ 2 MILHÕES NA TRANSFERÊNCIA

Dentro de cinco meses, os últimos seis índios de uma nação que já reuniu nas matas do Centro-Oeste brasileiro mais de duas mil pessoas, serão obrigados a abandonar sua reserva às margens do rio Tocantins. O rio vai secar. Em outubro, serão fechadas as comportas da UHE de Serra da Mesa, obra que Furnas Centrais Elétricas toca há dez anos. Além de secar a principal fonte de vida dos Avá-Canoeiro, o lago que será formado vai engolir mais 10% dos 38 mil ha da reserva. Furnas vai indenizar os remanescentes indígenas, segundo projeto negociado com a Funai, que estabelece até mesmo a construção da nova aldeia, que vai custar pouco mais de US$ 2 milhões. Além da nova aldeia que será erguida a 15 km da localidade atual, o dinheiro de Furnas será empregado na demarcação da reserva, sua regularização fundiária, em saúde e educação e na atração dos presumíveis Avá isolados. *(O Popular, Goiânia, 15/04/96)*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA RECUSA CONTESTAÇÕES

O Ministério da Justiça deve publicar nas próximas semanas a portaria declaratória que reconhece oficialmente a TI Avá-Canoeiro. A informação foi passada por Noraldino Cruvinel, da Diretoria de Assuntos Fundiários da Funai , que explicou ser a portaria um dos passos finais do processo de reconhecimento oficial da reserva. A portaria será conseqüência de outra decisão do ministério, que há 15 dias negou as contestações que envolviam a área com base no decreto 1775. As contestações rejeitadas foram apresentadas pelas prefeituras de Minaçu e Colinas do Sul, ambos em GO. Sobre a inundação de 10% da reserva, a Funai informou que essa perda dará reposta por áreas anexas às terras Avá. "Para efeito de preservação, o objetivo é adquirir terras junto às cabeceiras dos principais cursos d'água que cortam o local", disse Cruvinel. *(O Popular, 27/07/96)*

FUNAI TRANSFERE FAMÍLIA AVÁ...

Para evitar que os seis remanescentes Avá Canoeiro sejam atingidos por enfermidades devido ao secamento do rio Tocantins, acima da UHE de Serra da Mesa, a Funai acaba de transferir a residência do grupo para outro local dentro da reserva. A nova moradia fica a cinco km da atual e foi escolhida em conjunto com os índios. *(O Popular, 26/09/96)*

... MAS JUSTIÇA EMBARGA REPRESAMENTO

No dia 28/09 o juiz federal Marcelo Dolzany da Costa, da 1ª Vara do Estado de Tocantins, concedeu liminar suspendendo o fechamento das comportas da usina. A liminar atendeu à medida cautelar impetrada pelos procuradores Mário Lúcio Freitas e Rosângelo Posahl Batista, do MPF, e pelo promotor de Justiça José Maria da Silva Júnior, do Ministério Público de TO. A ação cautelar aponta irregularidades no RIMA e a ausência de autorização por parte do Congresso Nacional. Furnas, segundo o informe, está pedindo que o juiz reconsidere sua decisão. *(Informe SOS Avá-Canoeiro de 10/10/96)*

JUIZ MANTÉM EMBARGO A REPRESAMENTO

O juiz federal Marcelo Dolzany da Costa manteve a liminar que embarga a abertura das comportas da UHE de Serra da Mesa. Na decisão, proferida no último dia 15 de outubro, os procuradores exigem autorização do Congresso para a obra, licenciamento do Ibama apoiado em EIA/Rima e depósito em juízo de recursos para as agências ambientais de GO e TO, correspondente à "previsão mínima para a execução dos projetos ambientais". No mesmo dia, a Câmara dos Deputados, através do decreto legislativo 308/96, deu o sinal verde para a abertura das comportas mesmo sem EIA/Rima.

Ambientalistas protestam, afirmando que a hidrelétrica está ferindo o habitat de uma belíssima região de cerrado e pode selar o fim dos índios Avá-Canoeiro. Os executivos da Nacional Energética - do grupo Nacional, da família Magalhães Pinto, cujos negócios estão sob intervenção do Banco Central –, parceiros da Furnas na obra, protestam. "Já gastamos R$ 105 milhões apenas para preservar o meio ambiente. Os índios foram transferidos para casas na própria região e estão muito bem instalados", segundo um dos executivos, que afirma não ser necessária a aprovação do Congresso, já que a obra foi iniciada três anos antes da Constituição de 88. *(JB, 17/10/96 e informe SOS Avá-Canoeiro, 21/10/96)*

SENADO APROVA INUNDAÇÃO

O Senado aprovou ontem, por votação simbólica, permissão para que seja inundada parte da área no rio Tocantins onde está sendo construída a UHE Serra da Mesa. Foi a primeira vez que o Congresso foi consultado sobre a inundação de uma terra indígena no país. Como salvaguarda para os interesses indígenas, o decreto legislativo 103/96, do Senado, estabelece a obrigação da concessionária (Furnas e Nacional Energética) de cumprir um acordo, celebrado em 1992, com a Funai. Pelo acordo, as empresas se comprometem a ressarcir os índios com uma porção de terra com a mesma extensão da área inundada (3,1 mil ha). Além disso, 2% do valor dos royalties aos municípios alagados deverá ser destinado aos índios. *(ISA, a partir de Gazeta Mercantil, 25/10/96)*

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO IRÁ POR ÁGUA ABAIXO

Parte da história arqueológica do país será inundada pelo lago da UHE de Serra da Mesa. Serão engolidos pelas águas 91 sítios arqueológicos pré-históricos e outros 203 posteriores ao ano de 1500. A usina está em fase de construção e seu lago vai cobrir pelo menos 1,2 mil espécies vegetais já catalogadas, além de reservas mal-avaliadas de ouro, nióbio, estanho, chumbo, zinco e manganês. Um paradoxo: essas descobertas ocorreram após os estudos sobre os impactos da obra, financiados pela Furnas e Nacional Energética.

O fechamento das comportas também vai praticamente anular a correnteza de 43 km do rio Tocantins por 18 meses e afetar a vida de centenas de animais, alguns em vias de extinção, como a onça-pintada e o tamanduá-bandeira. A inundação da área Avá-Canoeiro continua embargada, em função de liminar concedida no dia 15 de outubro. As empresas terão que depositar R$ 16.142 milhões para programas ambientais nos municípios afetados. *(FSP, 27/10/96)*

LIMINAR É CASSADA

No último dia 24 de outubro, a liminar que proibia o fechamento do reservatório da UHE de Serra da Mesa foi cassada por instância superior da Justiça Federal em Brasília, que observou prejuízos econômicos de até US$ 500 milhões a serem provocados à sociedade pela interrupção da obra, o que determinaria um atraso de até um ano no cronograma do projeto. Imediatamente, Furnas fechou as comportas para o represamento das águas, a fim de evitar uma nova ofensiva do MPF. A medida sofreu um atraso de 25 dias. *(Gazeta Mercantil, 05/11/96)*

VIGILÂNCIA É RETOMADA

A reserva dos índios Avá-Canoeiro voltou a ser vigiada por uma equipe do Batalhão Florestal desde o início deste mês de dezembro. O indigenista Walter Sanchez considera que a volta do policiamento vai inibir a ação dos invasores, que vinham causando intensiva depredação dos recursos naturais da TI. Para proteger eficientemente a área, no entanto, ele considera ser necessário mais policiais.

Os índios Avá continuam aguardando a reposição de 3 mil ha como compensação pela inundação de parte da reserva pelo lago da UHE de Serra da Mesa. A porção a ser adquirida, segundo Sanchez, situa-se no único lugar que realmente atende aos interesses dos índios, nas cabeceiras do rio Pirapitinga, que corta a reserva. Apesar desta área estar nos planos de várias mineradoras, estas terras são fundamentais para garantir água potável e qualidade de vida aos índios, disse o indigenista. *(O Popular, 04/12/96)*

FUNAI E PM ASSINAM CONVÊNIO DE VIGILÂNCIA...

O presidente da Funai, Júlio Gaiger, e a PM de GO assinaram o convênio 010/96, com o objetivo de garantir a vigilância da TI Avá-Canoeiro através de uma ação conjunta. O convênio, no valor de R$ 54 mil, tem validade de um ano. *(DOU, 17/01/97)*

... MAS GARIMPEIROS INVADEM ÁREA

Centenas de garimpeiros invadiram nas últimas semanas a reserva Avá-Canoeiro para extrair ilegalmente ouro do rio Tocantins. Além da poluição das águas com mercúrio, os garimpeiros abriram clareiras na mata para levantar seus acampamentos. A denúncia foi feita pelo chefe da Funai Walter Sanchez, que na última semana realizou inspeções na área acompanhado por uma equipe do Batalhão da Polícia Florestal. Dezenas de garimpeiros foram detidos e tiveram seus instrumentos de trabalho apreendidos pelos policiais, bem como armas, munição e cachaça. *(O Popular, 25/01/97)*

PROCURADORA QUER INTERROMPER FORMAÇÃO DO LAGO

Depois da confirmação de que centenas de garimpeiros estão invadindo a reserva Avá-Canoeiro, a procuradora Rosângela Pofahl Batista solicitou informações à Funai para preparar novos pedidos judicial e administrativo de cassação do licenciamento de operação da UHE de Serra da Mesa. Como Furnas não cumpriu até o momento vários pontos do convênio firmado com a Funai, representante do MPF acredita que a licença será suspensa. *(O Popular, 28/01/97)*

GARIMPEIROS DESAPARECEM

As centenas de garimpeiros que invadiram no mês passado a reserva dos índios Avá-Canoeiro suspenderam suas atividades, depois de várias inspeções realizadas na área pelo Batalhão da Polícia Florestal e pela Femago. A informação é do chefe local da Funai, Walter Sanchez. Segundo ele, apesar da situação ter se normalizado, o problema não está resolvido em definitivo. "Ainda é possível encontrar vestígios dos invasores, que em muitos casos estão trabalhando à noite, como provam as várias casinhas de lampião encontradas ali", relata. *(O Popular, 07/02/97)*

MINISTRO DECLARA TI AVÁ CANOEIRO DE POSSE PERMANENTE

O ministro da Justiça Nelson Jobim declarou, através da Portaria 598, a TI Avá-Canoeiro de posse permanente do grupo indígena homólogo, com superfície aproximada de 38 mil ha. A portaria determina também que Funai promoverá a demarcação administrativa da terra indígena para posterior homologação pelo Presidente da República. *(DOU, 20/02/97)*

NOVAS EVIDÊNCIAS DE GRUPO ARREDIO

O relato de um posseiro do município de Campos Belos, que afirma ter entrado em contato com um grupo de índios que estaria percorrendo a região, é a mais recente pista da Funai para um desejado encontro com novos integrantes dos Avá-Canoeiro. A busca de pistas e as tentativas de encontar outros grupos Avá-Canoeiro são tarefas que vêm sendo executadas pela Funai desde 1983, através de uma frente de contato. Nesse período, os trabalhos renderam pouco, devido tanto às dificuldades geográficas quanto à imprecisão das informações obtidas. Há cerca de um mês, dez mateiros que integravam a frente foram demitidos por motivos de divergências e brigas internas, o que paralisou temporariamente os trabalhos. Agora, uma nova frente está sendo formada em Minaçu para reiniciar as buscas.
De acordo com o funcionário da Funai, Elimilton Alencar, há de fato um pontilhado de pistas sobre os índios na região, o que o faz acreditar na existência de outros Avá. "A dificuldade é separar as informações verdadeiras das fantasias", diz. Os trabalhos da frente vão se estender até o ano 2000 e, até lá, será percorrida uma área de 15 mil km quadrados entre GO e TO. Nessas regiões, posseiros, fazendeiros e habitantes da comunidade Kalunga (de negros remanescentes de quilombos) já estão avisados para o caso de encontrarem novas evidências da presença indígena. Além do testemunho do posseiro, que chegou a oferecer mandioca para um grupo de sete homens e duas mulheres, há outras pistas. Entre elas, estão um cachimbo de argila e taboca, um rancho de palha provisório e até cocos quebrados. Tudo, depois de analisado, foi considerado como sendo obras de índios Avá. Se estes existirem mesmo e forem contatados, a intenção é levá-los para a reserva de Minaçu. *(O Popular, 18/04/97)*

POSSUELO COMANDA FRENTE DE ATRAÇÃO

O chefe do Departamento de Índios Isolados da Funai, Sidney Possuelo, entrou na madrugada de ontem com uma equipe de sertanistas nas matas do extremo norte de GO, uma semana após um fazendeiro ter comunicado um encontro com grupo de índios arredios. A informação reforça as evidências de que existem pelo menos quatro grupos de Avá-Canoeiro que permanecem isolados e se movimentam numa região que vai desde o noroeste de MG até o sul do TO. O risco de extinção desses grupos motivou a expedição. *(O Dia, S.Paulo, 07/05/97)*

ANTROPÓLOGOS TENTAM EVITAR FIM DOS AVÁ

Um futuro casamento entre as crianças dos dois grupos remanescentes da nação Avá-Canoeiro é a esperança de antropólogos, de historiadores e de indigenistas de salvar a nação do extermínio. Para tornar essa hipótese mais provável, entretanto, é preciso que os dois grupos se relacionem entre si. Começou ontem – e prossegue até o fim da semana – mais uma tentativa de facilitar essa aproximação. O grupo que vive na Ilha do Bananal está em visita ao grupo goiano, que vive na reserva de Minaçu.
A transferência do grupo do Araguaia para a reserva de Minaçu também é apontada como a melhor solução para os Avá-Canoeiros que vivem na aldeia Javaé da Ilha do Bananal. Eles foram transferidos para lá à força. Como os Javaé eram seus inimigos históricos, não houve entrosamento e os Avá passaram a sofrer discriminação. *(O Popular, 13/07/99)*

GARIMPO VOLTA A AMEAÇAR ÁREA INDÍGENA

A presença de garimpeiros nas proximidades da reserva dos Avá-canoeiros, perto da Usina de Serra da Mesa, em Minaçu, volta a chamar a atenção um ano depois de centenas deles terem invadido a reserva e retirados em seguida por força policial. Onze balsas de dragagem e um equipamento chamado de chupadeira estão na área conhecida como porto do Rubão, a cerca de 35 quilômetros à jusante (abaixo) da barragem da Usina – uma área localizada próxima do limite das terras indígenas. Muitos vieram de fora, mas a cada dia o garimpo envolve várias das 60 famílias de posseiros que ainda persistem na reserva por falta de indenização.
Existe uma controvérsia sobre a legalidade ou não do trabalho dos garimpeiros a jusante da barragem de Serra da Mesa. Em maio do ano passado houve a liberação de licenças provisórias que, entretanto, só permitiam a extração manual e nunca a exploração mecânica pelas dragas em balsas, como vem ocorrendo. Sob o ponto de vista ambiental, a Cooperativa dos Garimpeiros de Crixás (criada em 84 e que está atuando por ali desde que as comportas da Usina de Serra da Mesa foram fechadas, em outubro de 96) só precisou apresentar a certidão de lavra garimpeira, expedida pelo DNPM, e um plano de controle ambiental (PCA), já que foram levados em conta o Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) feitos para a Usina de Canabrava, ligada ao circuito de águas de Serra da Mesa, mas ainda não construída. Clarismino Pereira Júnior (presidente da Femago) disse que, pelo fato de os garimpeiros terem entrado em atividade sem obedecer os quesitos da licença prévia e sem a licença de operação vai determinar o fechamento dos garimpos.
Nos finais de semana o lago de Serra da Mesa, no trecho próximo de Uruaçu, se transforma numa grande opção de lazer e um verdadeiro paraíso para a pesca predatória. Junto com canoas, lanchas e jet skis, redes e garrafas aparecem e são espalhados em pontos diferentes do imenso lago de 1.784 quilômetros quadrados entre Uruaçu, Minaçu e o município de Colinas do Sul. As notícias que movimentam os pescadores falam de cardumes de piaus, barbados, curvinas, pintados, tucunarés e até jaús. A maioria utiliza molinetes e caniços comuns para disfarçar, mas a pesca predatória cresceu tanto que chamou a atenção até do secretário de Saúde da cidade, Ernani Machado, temeroso do comprometimento à piscosidade do lago. Ele percorreu trechos das margens para fiscalizar o comércio ambulante em balsas que, com raras exceções, joga dejetos dentro do lago. Machado ficou surpreso com as informações passadas pelos canoeiros e pescadores amadores a respeito da pesca predatória. *(O Popular, 02/02/98)*

APINAYÉ

APINAYÉ FAZEM FUNCIONÁRIOS DE CONSTRUTORA COMO REFÉNS

Índios Apinayé mantém como reféns, 18 funcionários da Construtora Egesa, que faziam levantamento topográfico na reserva indígena para construção de trecho da BR-230, a Transamazônica. A terra Apinayé fica no município de Tocantinópolis norte doTocantins. Além do grupo, foram apreendidos equipamentos e um veículo.
Ainda ontem, dia 5/06/97, o procurador da República noTocantins, Mario Lucio Avelar,

acompanhado de uma antropóloga e do administrador regional da FUNAI, chegaram ao local para dar início às negociações. Os índios alegam que a empreiteira desrespeitou um acordo feito em Brasília entre FUNAI, a Procuradoria da República e Egesa.

Pelo acordo ficou acertado que as obras decorrentes da estrada na terra Apinayé, estariam suspensas até que fosse apresentado um relatório de impacto ambiental. Pelo projeto atual, a estrada vai cortar 25 km da TI Apinayé. Como a empresa não apresentou o relatório, a Procuradoria pediu o seu embargo para o Ibama.

Os Apinayé querem aproveitar a situação, para resolver outras pendências, como a retirada de posseiros de suas reserva que se arrasta desde 1985, quando foi demarcada. Os posseiros aguardam ser transferidos pelo Incra para outra área ou serem indenizados.

Os Apinayé vivem da caça, pesca, extração de coco de babaçu e coleta de folhas de jaborandi e favas d'antas parta a indústria de cosméticos. *(OESP, 06/06/97)*

KARAJÁ DE ARUANÃ

PORTARIAS DETERMINAM DEMARCAÇÃO DAS TIS ARUANÃ I, II E III

O ministro da Justiça, Nelson Jobim, assinou as Portarias 298, 310 e 311, que declaram como de posse permanente indígena as áreas Aruanã I (11 ha), Aruanã III (769 ha) e Aruanã II (586 ha), respectivamente, situadas na fronteira entre MT e GO. A assinatura das portarias, que ainda determinam a demarcação das áreas, ocorreu no dia 17 de maio. A demarcação de Aruanã I deve criar transtornos para índios e Funai, já que está localizada dentro da área urbana da cidade turística de mesmo nome. *(ISA, a partir de DOU, 21/05/96 e O Popular, 22/05/96)*

COMUNIDADE PRESSIONA FUNAI PARA INICIAR DEMARCAÇÃO

Os índios Karajá vão ocupar por tempo indeterminado a área total de suas reservas, localizadas no perímetro urbano de Aruanã. A decisão, de acordo com Albertino Karajá, visa pressionar a Funai a demarcar a área de 11 ha que, apesar de oficialmente reconhecido pelo governo como de posse indígena, ainda não está demarcada. "Queremos apressar o trabalho da Funai".

A Funai foi comunicada da decisão na semana passada pelos próprios índios. Com isso, uma equipe será designada para acompanhar a movimentação em Aruanã. Além dos Karajá, índios de outras comunidades que disputam os Jogos dos Povos Indígenas em Goiânia, serão convidados a participar da ocupação. De acordo com Albertino, nada justifica a comunidade Karajá de Aruanã viver apertada quando tem terras suficientes para seu conforto. "A demarcação significa uma nova realidade para nós. É não só a garantia de moradia e segurança como também um espaço para nossa cultura e nossos costumes", explica. *(O Popular, 17/10/96)*

DIVULGAÇÃO/O POPULAR

TI Aruanã I, dos Karajá, localizada dentro da área urbana da cidade de Aruanã.

COMERCIANTE SE REBELA CONTRA MEDIDA

A retomada dos 18 lotes da reserva Karajá ocupados por particulares promete ser uma longa disputa. Um dos sinais disso foi demonstrado ontem de manhã, quando uma das cinco placas afixadas pela Funai foi arrancada. As placas sinalizam a área que foi delimitada como sendo terra Karajá. Os índios pretendem ocupar de imediato pelo menos quatro dos lotes que estão vagos na avenida que margeia o rio Araguaia, em Aruanã.

O comerciante Washington Machado Araújo, que ocupa um lote dentro da área, não pensou duas vezes e deitou abaixo uma das placas do Ministério da Justiça interditando a área. "Não recebi nenhuma notificação", justificou. Assim que tomou conhecimento do fato, uma equipe do Departamento de Assuntos Fundiários, deslocada de Brasília para acompanhar a ocupação dos índios, notificou o comerciante e recolocou a placa. Proprietário da Guarda-Barcos Empreendimentos, o comerciante ainda tentou argumentar que têm registro em cartório da área que ocupa.

Quando soube que a intenção dos Karajá era erguer sete cabanas na área que abrange os lotes, ele disse que não vai aceitar. Ele ainda mostrou uma maquete do que viria a ser um complexo turístico paralelo ao Guarda-Barcos. "Um hotel quatro estrelas vai ser erguido aqui ao lado, onde puseram a placa", disse, afirmando que "muita água vai rolar" até a demarcação da reserva e o pagamento das benfeitorias. *(O Popular, 22/10/96)*

CONSTRUÇÃO DE CASAS KARAJÁ CONTINUA

Está em fase final a construção de cinco casas dentro da reserva Aruanã I, na área em que os índios reocuparam no último mês de outubro. Os recursos para edificação de outras sete casas já estão assegurados e as obras serão iniciadas nos próximos dias. Além disso, os índios querem reabrir um cemitério indígena sobre o qual estão ocupações de particulares. Os recursos para a construção das casas foram obtidos pela Diretoria de Assuntos Fundiários da Funai, somando R$ 21 mil. *(O Popular, 25/12/96)*

FUNAI FAZ CONTRATO PARA INICIAR DEMARCAÇÃO FÍSICA

A representante do MPF, Rosângela Pofahl, esteve na semana passada em Aruanã para ver de perto a situação da área, cujos trabalhos de demarcação física devem ser iniciados em breve. No último dia 26 de março, foi publicado o contrato 047/96, pelo qual a Funai compra os serviços da Fundação Universidade de Brasília e da Finatec, empresa de empreendimentos científicos e tecnológicos, para realizar as medições necessárias para a demarcação física das TIs. O valor do contrato é de R$ 50 mil.
Segundo a procuradora, há quatro mansões construídas dentro da área a ser demarcada, mas os proprietários já aceitaram deixar os imóveis, recebendo indenização pelas benfeitorias. *(O Popular, 28/03/97)*

BARCOS ACELERAM CORROSÃO DE BARRANCOS

O geógrafo Marcos Martins Borges, 34 anos, realizou estudos do processo de assoreamento do Araguaia, defendeu tese de mestrado na Universidade Americana de Wyoming e concluiu que o avanço da areia sobre as águas é um processo natural, em virtude da composição dos solos. Mas suas pesquisas apontaram que há dois grandes vilões na história. O desmatamento e as erosões nas nascentes estão acelerando o assoreamento do rio. Outra conclusão do geógrafo foi que a navegação freoética de embarcações de toda espécie na temporada contribui para o desbarranqueamento do Araguaia. A composição arenosa do terreno do Vale do Araguaia não resiste com à intervenção dos barramentos de pedra e de concreto existentes no Porto de Aruanã. A pequena faixa de proteção do barranco onde está localizada a aldeia Karajá foi levada pelas águas. Exposto ao movimento do canal, o barranco vai sendo carcomido pelo tempo e precisa de urgente reconstrução. O prefeito de Aruanã, Edenésio Nunes, afirma que já encaminhou a Brasília pedido de verbas para realizar a obra de engenharia. *(O Popular, 18/07/98)*

KRAHÔ

EMBRAPA DEVOLVE SEMENTES NATIVAS

Representantes do povo Krahô receberam ontem (12/05/96) das mãos do presidente da Embrapa, Alberto Duque Portugal, e da Funai, Júlio Gaiger, sementes nativas de milho que tinham sido coletadas na aldeia há 20 anos. A Funai e a Embrapa assinaram um convênio que vai permitir a identificação e o aproveitamento dos recursos genéticos da fauna e da flora em terras indígenas brasileiras *(veja capítulo Política Indigenista)*. Os próprios Krahô acabaram com as variedades naturais cultivadas há séculos por antepassados, iludidos pela produtividade alcançada com variedades híbridas desenvolvidas em laboratório, cultivadas pelos fazendeiros da região e vendidas em lojas de produtos agrícolas.
"Os índios sofreram uma enorme decepção com as sementes híbridas. Porém, não tinham a menor idéia de como recuperar as sementes antigas, até que nos encontraram a partir de uma indicação da Funai", disse o pesquisador Antonio Carlos Guedes da Cenargen/Embrapa. Vários grupos que aderiram ao uso de espécies híbridas, manipuladas em laboratório, viveram a insólita situação de ter uma safra de milho nas mãos inútil para suas necessidades. "Só aí os índios perceberam o quanto tinham sido iludidos, já que não conseguiam comer o milho, muito duro para o consumo sem processamento", explica Guedes.
Outro problema que pode ser resolvido é o da adoção da monocultura por diversos grupos indígenas, já que a Embrapa deve fornecer ainda sementes de abóbora, feijão e algodão nativos que também foram banidos das aldeias. "Podemos fornecer um material limpo, que não oferece risco de introduzir uma doença no meio agrícola e também não apresenta resíduos de pesticida", disse. Ele informou também que os índios terão a orientação de agrônomos para reativarem o cultivo de espécies rústicas. As sementes nativas foram preservadas no Banco de Germoplasma da Embrapa. As variedades nativas são espécies selvagens domesticadas pelos índios nos últimos séculos. *(O Globo e Jornal de Brasília, 13/05/96)*

PROJETO INDÍGENA É DESTAQUE NA FGV

Um projeto feito em parceria entre entidades e índios ganhou prêmio de destaque da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Desenvolvido pela Embrapa e a Funai, visa permitir a identificação e aproveitamento de material genético existente em comunidades indígenas. O projeto, que envolveu os índios Krahô, foi premiado pela FGV, como destaque no Ciclo de Premiação de 1998 – concorrendo com mais de 600 participantes do país.
Com o título de "Recuperação da agricultura tradicional indígena e seus valores culturais", o projeto apresentado pela coordenação das aldeias foi destacado por introduzir uma mudança qualitativa em relação a práticas anteriores, com impacto sobre a qualidade de vida.
Trata-se de uma coleta de sementes que visa evitar a erosão genética de espécies na área indígena – que corresponde a uma área de 3.200 quilômetros quadrados no estado de Tocantins, demarcada em 1951 pelo governo.
Com a coleta de sementes, a intenção é uma utilização futura no melhoramento genético das espécies, na busca de diversificação das cultu-

Krahô recebem da Embrapa, em Brasília, sementes de milho nativo coletadas de suas aldeias há 20 anos.

JUCA VARELA/FOLHA IMAGEM - 1996

ras nas roças, hoje ameaçadas pela monocultura do arroz. Segundo a Embrapa, hoje os índios vivem a dependência de sementes híbridas e não mais se utilizam de antigos costumes tradicionais para realizar suas atividades. *(A Gazeta, 04/05/99)*

KRIKATI

ÍNDIOS AMEAÇAM PÔR TORRE NO CHÃO...

Índios guajajara e krikati deram prazo até hoje para que seja iniciada a demarcação da TI Krikati. Caso os trabalhos não ocorram, os índios prometem destruir, com torre e tudo, a linha de transmissão de Tucuruí que abastece os municípios maranhenses de Montes Altos, Grajaú, Amarante e Sítio Novo. Os índios estão há mais de dez dias sitiados dentro da reserva, proibidos pelos brancos de circularem no município de Montes Altos. A administração municipal é acusada pelos índios de incitar os moradores ao conflito. A PF – que há cinco anos, numa operação desastrada na área, ficou refém dos índios – evita entrar nas terras krikati. A proibição de ir até a cidade está deixando a comunidade indígena sem alimentos e medicamentos. Em carta enviada ao presidente da Funai, Júlio Gaiger, e à governadora do Maranhão, Roseana Sarney, os índios pedem a presença de interlocutores para discutir e agilizar a demarcação da área. Roseana, a exemplo de todo o clã Sarney, se opõe veementemente à demarcação dos 146 mil ha delimitados por portaria ministerial em 1992. "Nós não estamos brincando; já temos fogueira embaixo da rede elétrica. Queremos uma reunião com vocês na aldeia Krikati até dia sete ou oito de fevereiro", escreveram os índios. *(ISA, a partir de Jornal de Brasília, 09/02/97)*

... E A DERRUBAM

Contrariando a expectativa da Funai, os índios Krikati derrubaram e incendiaram ontem duas torres de sustentação de linhas de alta tensão da Eletronorte que ficam dentro da AI Krikati. Segundo a Eletronorte, a derrubada afetou os serviços de duas linhas de transmissão de energia elétrica de 500 quilowatts do sistema hidrelétrico de Tucuruí. *(FSP, 11/02/97)*

GOVERNO INICIA NEGOCIAÇÕES...

A Funai e os índios krikati estão negociando uma solução para os problemas da comunidade indígena. Até ontem, o impasse persistia. Os índios mantêm a interdição da área onde as torres de transmissão foram derrubadas, sem permitir o acesso de técnicos da Eletronorte. Só vão desocupar a área mediante um acordo que garanta a demarcação imediata da TI e a retirada dos invasores. *(ISA, a partir de A Tribuna, Santos, 14/02/97)*

PREJUÍZOS

A Eletronorte está computando prejuízos de R$ 482 mil em conseqüência da queda das duas torres de transmissão derrubadas pelos índios Krikati. Segundo a estatal, o abastecimento de São Luís está sendo feito pela energia comprada da Bahia. O fornecimento de energia para a maior siderúrgica da região, a Alumar, está interrompido. Moradores da cidade de Montes Altos, próximo da AI Krikati, estão armados e entrincheirados para impedir a chegada dos índios que estariam indo para o local. *(Jornal do Commércio, RJ, 14/02/97)*

COMISSÃO GOVERNAMENTAL VIRA REFÉM DOS KRIKATI

Os índios Krikati tomaram ontem como reféns a comissão do governo estadual, federal e agentes da PF que negociava a liberação das torres de transmissão incendiadas há alguns dias. Estão entre os reféns Cícero Gomes, da ADR Imperatriz, Cláudio Romero e Áureo Faleiros, também da Funai. Os índios exigem negociar diretamente com o ministro da Justiça, Nelson Jobim, e com a direção nacional da Funai. Oficialmente, a Funai informou que a situação estava sob controle e que uma reunião, em Brasília, selaria o acordo para a demarcação da AI Krikati. As negociações, que estavam ocorrendo em Imperatriz passaram para a aldeia São José, por exigência do líder Krikati João Piauí. Quantos os interlocutores chegaram na aldeia, foram presos.

A governadora do MA, Roseana Sarney, pediu ao presidente em exercício, Marcos Maciel, o envio de tropas federais para garantir a segurança das torres de transmissão. Ela acusa ainda a Funai de não cumprir o compromisso de indenizar os fazendeiros que ocupam parte da AI Krikati. A proposta de desapropriação das terras, no entanto, é recusada pelos fazendeiros, que ameaçam expulsar sob balas os técnicos da Funai que tentarem demarcar a área. "Se começarem a demarcação, vai ter sangue", disse Antônio Gomes, líder dos fazendeiros e comandante de uma milícia armada que impede a entrada dos índios no município de Montes Altos. *(OESP e O Globo, 15/02/97)*

NOVA PROMESSA PÕE FIM AO CATIVEIRO

Um telefonema do presidente da República interino, Marco Maciel, determinando à Funai e ao Incra a imediata demarcação das terras Krikati, pôs fim ao impasse de quatro dias nas negociações entre uma comissão do governo e os índios. A Funai alega que, agora, a demarcação só depende de uma autorização do Ministério da Justiça. Os índios exigem também que a Eletronorte complemente o valor da indenização já paga aos índios para a passagem das linhas de transmissão de energia elétrica por suas terras. Depois do anúncio do Governo Federal, os índios libertaram a comissão que estava refém dos índios. *(JT, 16/02/97)*

ÍNDIOS LIBERAM UMA DAS TORRES

Os Krikati liberaram apenas uma das torres incendiadas há uma semana em protesto pela não demarcação de suas terras. A outra torre só será liberada para reparos depois que o governo iniciar o cumprimento do acordo e começar a demarcar a AI. *(A Tribuna, Santos, 17/02/97)*

O cacique Paini, de cocar, ao lado de uma das torres derrubadas na TI Krikati.

A. BAÉTA/AE - 1997

FUNAI ASSINA ACORDO PARA FINANCIAR DEMARCAÇÃO

O presidente da Funai, Júlio Gaiger, assinou ontem em Brasília o acordo para demarcar a AI Krikati, com 146 mil ha. O trabalho foi dividido em seis módulos e sua primeira etapa deve custar R$ 580 mil. A decisão foi tomado em reunião com o líder João Piauí e representantes da Funai, Eletronorte, CVRD e Bird. A Vale se comprometeu a financiar R$ 176 mil, enquanto o restante deverá sair da Funai e de verbas do Bird.

A PF vai abrir inquérito para apurar a derrubada das duas torres de transmissão. A PF suspeita que os índios foram influenciados por pessoas do Cimi e poderá responsabilizar criminalmente pessoas da entidade se ficar provado que houve transgressão da lei. *(OESP, 20/02/97)*

MORADORES FAZEM PROTESTO

Moradores de Montes Altos bloquearam anteontem à noite a rodovia estadual MA-280 em protesto contra a demarcação da AI Krikati. Dois carros da Eletronorte, que faziam a recuperação das torres derrubadas pelos índios no último dia 10, foram depredados pelos manifestantes na entrada da cidade. Em entrevista à TV Mirante, o fazendeiro João Albuquerque, participante do bloqueio, declarou que "enquanto se falar em 146 mil ha, vai haver confronto direto". Um levantamento do Governo Federal, de 1992, constatou que existem dentro da AI Krikati 589 posses particulares, com 1.191 famílias. *(A Crítica, Manaus, 01/03/97)*

PF VAI AO LOCAL E POSSEIROS NÃO ACEITAM INDENIZAÇÃO

O Ministério da Justiça enviou ontem a Montes Altos 40 policiais federais para conter os ânimos de índios e posseiros, ambos prometendo confronto armado. O clima piorou na região depois que dois índios Krikati foram baleados em represália pela presença de técnicos da Funai. Os índios baleados foram operados e não correm risco de vida.

O governo federal quer pagar R$ 2 milhões aos 9 mil moradores do povoado conhecido como Quiosque para que eles saiam da AI Krikati. A proposta foi considerada ridícula e os posseiros continuam dispostos a impedir o início dos trabalhos de demarcação física da área. Os policiais militares do MA, que ajudavam na manutenção da ordem no local, foram obrigados a abandonar a operação por falta de alimentação. *(OESP e Correio Braziliense, 06 e 07/03/97)*

PF INDICIA POLÍTICOS LOCAIS

Oito políticos da região de Montes Altos foram indiciados em um inquérito da PF, acusados de insuflar a população local contra a demarcação da TI Krikati. Os políticos da região, cujos nomes não foram revelados, são acusados de manipular moradores da região para que eles não aceitem a demarcação dos 146 mil ha da área Krikati, prevista para começar amanhã. Segundo a delegada da PF em Imperatriz, Silvana Helena Vieira Borges, que preside o inquérito, alguns dos indiciados já foram ouvidos. *(A Crítica, 13/03/97)*

FUNAI ANUNCIA DATA PARA INICIAR DEMARCAÇÃO

A demarcação da TI Krikati deve começar na próxima segunda-feira, dia 17 de março, segundo a Funai. O órgão informou que a primeira parte da demarcação vai abranger uma área de 15 mil ha onde moram 60 famílias de não-índios, perto de Sítio Novo. *(Folha da Tarde, 16/03/97)*

KRIKATI FAZEM SAQUES EM PROTESTO

Cerca de 200 índios Krikatis estão promovendo saques e roubos, apreendendo motosserras e matando animais de fazendas em Lajeado Novo . Os índios reivindicam a saída de fazendeiros de suas terras já demarcada pela Funai no ano passado. Os posseiros esperam indenização da Funai para sair da área – cerca de 40 já foram indenizados.

Segundo a Funai de Araguaína, R$ 240 mil já foram usados para indenizar cerca de 40 famílias do "Módulo D" – primeiro dos seis módulos em que foi dividida a reserva indígena que abrange quatro municípios. A Funai espera a liberação de mais R$ 600 mil para concluir a indenização desse módulo. Nos outros ainda vai ser feito um levantamento e cadastramento dos posseiros. Silva previu entre R$ 7 milhões e R$ 8 milhões o valor total das indenizações. *(A Crítica, 10/04/98)*

TAPIRAPÉ

ÍNDIOS PEDEM RETIRADA DE POSSEIROS DA TI

Cinco meses após a criação da reserva Urubu Branco, posseiros e fazendeiros ainda ocupam grande parte do território indígena. Dois caciques Tapirapé estiveram ontem em Cuiabá para reivindicar do superintendente do Incra no estado, Elarmin Miranda, que localize uma nova área para assentar esses trabalhadores rurais. Ontem, acompanhados pelo assessor da Funai em Cuiabá, Luís Fernando Lemos dos Santos, os caciques Domingos e Valdomiro estiveram em audiência com o superintendente do Incra. Miranda anunciou que vai realizar uma reunião com representantes dos posseiros, diretores da Fetagri e sindicatos de trabalhadores rurais da região. Segundo ele, as 103 famílias serão transferidas assim que for localizada uma nova área para assentamento, logo após a colheita deste ano. Miranda disse que achar uma fazenda não será difícil, já que "a maioria na região é improdutiva". Além dos posseiros, há ainda na área Urubu Branco quatro fazendas, que vêm fazendo queimadas e desmatamentos. Segundo o cacique Domingos, os fazendeiros têm "plantado capim e levantado cerca" dentro do território indígena. *(Diário de Cuiabá, 05/03/97)*

TAPUYA

COMISSÃO TAPUYA VAI À BRASÍLIA

Uma comissão de índios Tapuya vai à Brasília na próxima semana exigir que a Funai libere com urgência a verba destinada à indenização de sete famílias que há vários anos invadiram suas terras, nos municípios de Nova América e Ribiataba, centro-oeste de GO. O dinheiro, cerca de R$ 80 mil, existe, conforme declarou recentemente o presidente da Funai, Júlio Gaiger, ao líder José Borges, mas ainda não está à disposição. Por isso, os Tapuya querem apressar o desembolso, pois temem que o atraso acabe inviabilizando a saída dos invasores, com quem têm conflitos constantes. Com a retirada dos não-índios, os índios pretendem avançar a agricultura e a criação de gado na área. A comissão vai exigir também o repasse imediato de sementes para formação de lavouras. *(O Popular, 25/11/86)*

XERENTE

FUNAI ACUSA GOVERNADOR DE CONSPIRAÇÃO

Através de anúncio pago publicado na imprensa de Goiás, o administrador da Funai em Gurupi, Edson Beiriz, acusou o governador do estado de Tocantins de cooptar índios Xerente a fim de reforçar um movimento para destituí-lo da chefia da ADR. Pelo anúncio, o governador teria pago passagens e hospedagem para um grupo de índios irem até Brasília pedir sua cabeça para o presidente do órgão indigenista.

O administrador afirma que o alicimento de índios Xerente está provocando faccioonalismos e complicando a situação política nas aldeias. "Preocupa-nos o risco de iminente conflito interno, com conseqüências imprevisíveis, dado que a população Xerente sequer sabia dos verdadeiros objetivos da articulação e desaprovam totalmente a iniciativa isolada de alguns de seus líderes". O anúncio, entretanto, não explica por quais razões o governador estaria perseguindo o administrador da Funai em Gurupi. *(ISA, a partir de O Popular, 07/05/96)*

JUIZ INTERDITA ESTRADA QUE CORTA TI XERENTE

O Governo do Tocantins vai recorrer da decisão do juiz federal Marcelo Dolzany da Costa, que deu sentença interditando as obras da estrada que liga Palmas a Tocantínia e da ponte sobre o Rio do Sono, por estarem dentro da reserva Xerente. O recurso será protocolado no Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, em Brasília, segundo informou no último dia 25, o procurador Geral do Estado, José Renard de Melo Pereira, que ainda aguardava a publicação da sentença no Diário da Justiça. *(Jornal do Tocantins, 21 a 28/11/96)*

GOVERNO DESPREZA EMBARGO

Mesmo embargada, continua a todo vapor a construção da estrada Palmas-Tocantínia. A obra desmatará 40 mil ha da RI Xerente, em TO. A denúncia foi feita, ontem, pelos chefes de 12 aldeias locais. *(O Globo, 31/01/97)*

CERCO AOS XERENTE

Os índios Xerente contrários aos acordos feitos pelo governo do estado com lideranças da própria comunidade, denunciam que um novo projeto do governo de TO, junto com empresas japonesas, está promovendo um desmatando em larga escala na área. Trata-se do Proceder (Projeto de Desenvolvimento do Cerrado III), que pretende ocupar 40 mil ha de cerrado com plantio de soja destinado ao mercado externo. "Nós sabemos que para esse plantio usa muito remédio que vai contaminar a terra e a água, trazendo muitas doenças. Derrubarão todas as árvores, isso vai diminuir as chuvas, secar os rios, sumir os peixes e desaparecer a pouca caça que ainda existe", explicam os índios. "Se não bastasse tudo isso, construíram outra estrada de dois km dentro de nossa terra sem a nossa autorização. Essa estrada é para transportar o calcário para o projeto". Os índios reclamam que, com as estradas, a movimentação de não-índios na área levado doenças, alcoolismo e prostituição aos índios. *(Mensageiro, 01/01/97)*

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EMBARGA ESTRADA

Devido à falta de licenciamento ambiental para a construção da rodovia TO-010, que liga Palmas a Tocantínia através da Terra Indígeoa Xerente, a Procuradoria lavrou termo de embargo da obra. *(Ofício do IBAMA nº 135/97 à Procuradoria da República em Tocantins, 11/06/97)*

POLÍCIA INVESTIGA CASOS DE INCÊNDIOS CRIMINOSOS

Um incêndio criminoso foi ateado na madrugada de ontem sobre as pontes dos córregos Jacó e Funil, próximos a Tocantínia, a 80 km de Palmas. Segundo informações do 2º sargento da PM, Valdecy Moraes Lopes, comandante do destacamento da cidade, o incêndio foi caracterizado como criminoso por ter sido levantado de forma intencional, usando pneus, óleo diesel e estopa. Lopes informou que o incêndio deve ter sido iniciado por volta de 1 hora. A polícia chegou ao local às 2 horas, mas os responsáveis já haviam desaparecido. *(Jornal do Tocantins, 12/04/98)*

FUNAI GARANTE QUE XERENTE NÃO INCENDIARAM PONTE

"O incêndio das pontes não foi ateado pelos índios, a Funai garante", foi o que afirmou o administrador executivo regional da Funai Edson Beiriz, na manhã de ontem, sobre o incêndio criminoso nas pontes sobre os córregos Jacó e Funil, na TO-010, ocorridos na madrugada do último sábado, dia 11. Falando sobre as suspeitas levantadas contra os índios, por parte da Polícia Militar, Beiriz disse considerá-las infundadas e explicou que se os índios tivessem tomado esta atitude não teriam se escondido no mato. Beiriz esclareceu que o embargo da rodovia foi solicitado pelos índios daquela comunidade Xerente, os quais se sentiam invadidos, "solicitação que a Procuradoria Geral da República entendeu como legítima", frisou. Segundo ele, ao dia passam em média 200 carros sobre aquelas pontes e os índios se sentem prejudicados. Mesmo assim, o administrador da Funai garante que os Xerente não são contra o progresso da região, o que eles solicitam é sossego dentro da sua área. *(Jornal do Tocantins, 15/04/98)*

XERENTE FAZEM PEDIDOS AO PRESIDENTE DA FUNAI

Começa a clarear o horizonte para as reivindicações dos Xerente. Eles receberam ontem a visita do presidente da Funai, Sulivan Silvestre, que veio ao encontro das lideranças de 30 aldeias contidas na reserva de Tocantínia. No posto indígena nº 5, estavam reunidos, além dos caciques, mais mil índios. O presidente da Funai foi recebido pelo cacique Reinaldo Sapkaco, da aldeia do Funil. O líder fez a Silvestre as primeiras reivindicações. Disse o chefe índio que "a estrada aberta, que liga a Capital a Tocantínia, margeia sua tribo. A quantidade de carros que passam pelo local também é grande e nossas crianças passam de um lado para o outro toda hora. O rio fica ali perto. Eles sempre vão pescar e qualquer hora vai acontecer um acidente. Além disso, a estrada passa perto do cemitério, nosso local sagrado", reclama. *(Jornal do Tocantins, 22/05/98)*

FUNAI TEME CONFRONTO EM TOCANTÍNIA

A administração da Funai em Gurupi, em ofício ao Procurador Regional da República em Brasília, externa o seu temor de que os índios interditem a estrada TO-010, que cruza a TI Xerente em 23 km, interrompendo o acesso a Tocantínia. Os índios denunciam a morosidade da justiça na decisão da situação da estrada que vem lhes trazendo prejuízos. A Funai acredita que a ação de interdição da estrada por parte dos índios provocaria confrontos imprevisíveis com a população branca que reside em Tocantínia. *(do ofício nº 082, da ADR da Funai em Gurupi para a Procuradoria Regional da República em Brasília, 09/07/98)*

GOVERNADOR INVESTE NA DIVISÃO DOS XERENTE

Um conflito de sérias proporções pode ocorrer entre as comunidades indígenas Xerente, no estado do Tocantins. O governador do estado, Siqueira Campos, investe na divisão interna dos Xerente. Em 1996, algumas lideranças descontentes com a interferência do poder público estadual denunciaram publicamente as práticas antiéticas do governador entre elas o estímulo à criação de novas aldeias na área, de 12 para 30, acarretando na divisão interna entre as comunidades. Se antes esta ação causou transtornos, agora poderá causar enfrentamento entre os próprios índios. Por trás da divisão interna do povo existem interesses dos setores governamentais e de empresas privadas que a todo custo tentam manobrar e manipular as comunidades indígenas para realização de projetos econômicos (hidrelétricas, ecoturismo, estradas) que podem agredir e degradar o patrimônio físico e a cultura do povo indígena. *(FAOR [Fórum da Amazônia Oriental] em Foco, 26/04/99)*

TI ALTO TURIAÇU

CARTA DOS POVOS INDÍGENAS DO GURUPI

"Nós, representantes das Sociedades Indígenas Tembé, Kaapor e Timbira, habitantes das Terras Indígenas Alto Turiaçú e Alto Rio Guamá, localizadas na região do Pará e Maranhão, formando um bloco de terras com 818 mil ha, separados pelo rio Gurupi, contando com uma população de cerca de 2.500 índios, distribuídos por 43 aldeias.

Estamos com nosso território invadido por representantes de diversos interesses econômicos (posseiros, madeireiros, fazendeiros, extratores de essências florestais, empresas nacionais e internacionais).

Durante os últimos 5 anos, temos tentado desenvolver um processo de resistência e lutas para recuperar nossas terras, estamos necessitando da ajuda para elaborar um programa que possa propiciar a recuperação, desintrusão, defesa e preservação do nosso território, de maneira que possamos desenvolver nossas comunidades, garantindo o futuro das novas gerações.

Sabemos que estamos enfrentando forças poderosas que querem impedir esse processo, continuando com a extração e o comércio ilegal de madeira e produtos da floresta, provocando a devastação e destruição ambiental.

Buscamos mobilizar instituições e pessoas comprometidas com a causa indígena e ambiental para contribuir com idéias e sugestões para a formulação e execução de um programa global, que atenda a curto, médio e longo prazo o enfrentamento dos problemas que nos atingem.

As premissas básicas desse programa serão a execução de planos e projetos visando a organização e conscientização das sociedades indígenas habitantes da área no controle territorial, planejamento nos campos da saúde, educação e atividades produtivas, sempre em ações integradas, buscando a otimização na utilização dos recursos naturais, promovendo o desenvolvimento que garanta a subsistência dos grupos, sem degradar e destruir as florestas.

Esperamos no mais breve espaço de tempo receber sua resposta a esse nosso apelo, tendo a certeza de que a sua contribuição será muito valiosa para a formulação desse programa." *(Povos Indígenas do Gurupi, 13/02/98)*

MADEIREIROS DEVASTAM TI

A Associação dos Índios do Gurupi está denunciando a devastação por madeireiros da TI Alto Turiaçu, situada entre os estados do Pará e do Maranhão. Em documento entregue à governadora maranhense Roseana Sarney e ao ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, os índios lembram que a área é alvo de invasão de madeireiros há pelo menos 12 anos. No início de julho, os índios da aldeia Araçatiwa prenderam quatro pessoas que retiravam ilegalmente madeira da área e incendiaram um caminhão. *(Tribuna da Imprensa, 02/08/99)*

KAAPOR VÃO AOS EUA DENUNCIAR INVASÃO DE TERRA

Três caciques da tribo Urubu-kaapor, representando 1.300 índios que vivem na divisa do Pará com o Maranhão, embarcaram para os EUA onde vão denunciar, no Museu do Índio Americano, em Washington, e na ONU, em Nova Iorque, a invasão de suas terras por fazendeiros e madeireiros e o descaso das autoridades brasileiras quanto à demarcação dos 530 mil ha de suas terras. Os Kaapor também vão anunciar a intenção de expulsar a bala os invasores. A viagem dos índios é paga por instituições de defesa dos povos indígenas da América do Sul sediadas nos EUA e conta com o apoio da ONU. "É a nossa ultima tentativa de chamar a atenção da opinião pública brasileira e estrangeira para os problemas que estamos enfrentando", afirma o cacique Petrônio. *(A Gazeta - Cuiabá, 24/08/00)*

GUAJÁ

FUNAI DETERMINA REESTUDO DA ÁREA

Ao invés de executar a demarcação da TI Awá, a Funai decidiu constituir um "GT para realizar novos estudos e levantamentos do território de ocupação e uso dos índios Guajá, para redefinição da delimitação da TI Awá, estabelecida pela Portaria nº 373, de 27 de junho de 1992". Na mesma Portaria (nº 1.261, de 26/11/97), a presidência da Funai determina ao GT "localizar e contatar índios Guajá isolados, que encontram sob ameaça de desaparecimento físico". O prazo para execução das determinações é de 30 dias, contados a partir da data do deslocamento, e outros 15 dias para a entrega dos relatórios de campo. *(ISA, a partir do DOU, 28/11/97)*

FUNAI CONTATA GRUPO ISOLADO

Um homem, uma mulher e duas crianças foram contatados no final da semana passada por sertanistas da Funai. O pequeno grupo, que deve ser de uma mesma família, pertence à tribo Guajá e foi localizado na região de Igarapé Seco, no Maranhão. Há dois anos, fazendeiros da região chegaram a ter contatos com os quatro índios, que foram expulsos à tiros de uma área próxima à Serra da Desordem. Segundo o chefe do Departamento de Índios Isolados da Funai, Sidney Possuelo, a identificação dos quatro índios foi possível porque o contato foi feito próximo a outro grupo Guajá. Os quatro falam o tupi-guarani como outros 192 Guajá localizados anteriormente pela Funai. Hoje, além da frente instalada no Maranhão, a Funai mantém outras nove frentes de atrações em vários estados. Mas a possibilidade de haver novas tribos arredias no Nordeste é remota. *(A Crítica, 16/12/97)*

PRIMEIRO CULTIVO

Pela primeira vez depois de mais de 20 anos contato com não-índios, os Guajá da TI Caru fizeram sozinhos sua roça de arroz. Com isso, o único grupo indígena brasileiro que até encontrar o homem branco não conhecia a agricultura deu um sinal forte de assimilação de uma nova cultura. A modificação, para alguns, é parte de um processo histórico. Para outros, a chance de salvar a etnia da extinção.

"Eles estão em um período de transição do nomadismo para o sedentarismo", diz Renildo Matos dos Santos, chefe do serviço de apoio da Funai em Santa Inês.

Merakedjia (Guajá) com macaco prego na cabeça.

ROBSON FERNANDJES/AE 2000

Os Guajá sempre foram caçadores e coletores. Longe dos não-índios, circulavam pelas matas, em grupos que podiam incluir de 5 a 30 pessoas, em busca de animais, frutos e peixes.
Os primeiros Guajá chegaram ao posto Awá em 1980. Todo ano viam os funcionários da Funai pegando pá, enxada, foice e sementes para plantar. Nos primeiros dez anos, participavam do trabalho esporadicamente, segundo José Damasceno da Silva, chefe do posto. "Na maior parte do tempo apenas observavam, eles viam as melancias e não tocavam nelas, não queriam. Também não faziam farinha de mandioca e não gostavam de comer", conta ele. *(OESP, 20/02/00)*

A ESPERA

Os antropólogos estimam que em 1900, os Guajá somavam aproximadamente 600 pessoas. Nos anos 30 chegaram a quase mil. Foi nesse período que aconteceu uma grande seca no Nordeste, lavradores oriundos de todas as parte aliaram-se a ricos latifundiários e fazendeiros e provocaram um verdadeiro massacre aos índios. Foi uma guerra silenciosa. Mais da metade da população foi morta por armas modernas. Hoje, calcula-se que eles somam no máximo 300, contando os que ainda estão embrenhados na mata fechada.
Outro ataque aos Guajá veio com a construção da ferrovia Carajás, que corta mais de 800 km de floresta. Na início da construção, 1982, eles bloquearam a construção, mas num acordo com a CVRD, que recebeu do Banco Mundial recursos para demarcar a área, os índios pensaram que o problema havia sido resolvido. Hoje, a terra não está demarcada e o apito do trem afugentou os animais que sumiram mata adentro. Por enquanto estão passivos, observando a destruição implacável de seu habitat." *(Correio da Paraíba - João Pessoa, 28/05/00)*

SURVIVAL EXIGE DE FHC DEMARCAÇÃO DE TERRA

"Exmo Sr. Fernando Henrique Cardoso
Estamos escrevendo para expressar nossa crescente preocupação com o futuro dos índios Awá (Guajá) no Estado do Maranhão. Existem alguns grupos não contatados na TI Awá, vivendo sob extrema ameaça por parte dos colonos., fazendeiros e madeireiros que têm invadido sua área nas últimas décadas. De acordo com testemunhas Awá, que sobreviveram a massacres, e funcionários da Funai, dezenas de Awá não contatados têm sido atacados e em alguns casos assassinados nos últimos 20 anos.
Nós estamos consternados que sucessivos governos no Brasil, o Bird e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) tenham falhado em implementar ações para demarcar a TI Awá até então.
A Survival apresentou este caso à Comissão dos Direitos Humanos da ONU em 1993 e recebeu como resposta do governo brasileiro a informação de que a referida área seria demarcada logo. Isso não aconteceu e os Awá continuam sendo submetidos a graves violações de seus direitos humanos. Estudos da Funai recomendam a demarcação de 247 mil ha como TI Awá. É fundamental que essa área seja reconhecida como contínua às Áreas Indígenas Caru e Alto Turiaçú, onde os Awá também vivem. Se a Área Indígena for reduzida, implicará que os índios serão forçados a viver em ilhas. Cercados por todos os lados por fazendeiros e colonos, o que tudo indica, aumentará a possibilidade de invasão de suas terras e crimes violentos contra eles." *(Survival para Povos Indígenas, 31/07/00)*

BRIGA NA JUSTIÇA ATRASA DEMARCAÇÃO

Durante cinco anos o Banco Mundial manteve uma conta com dinheiro à disposição para a demarcação de 118 mil ha destinados aos Guajá, no Maranhão. Mas o prazo para utilização do empréstimo acabou no último 30 de junho, sem que fosse aplicado devido a ações na Justiça de fazendeiros que reivindicam parte da área.
Segundo Daniel Gross, antropólogo do Bird para trabalhos do banco, no Brasil, durante cinco anos, as condições financeiras para a demarcação da TI Awá estiveram prontas. "o dinheiro seria suficiente para toda a área. Isso é muito importante para o Bird por causa de nossa política de proteção aos índios, sobretudo os Guajá, por causa da vulnerabilidade e doenças infecciosas. Fizemos várias gestões com autoridades brasileiras para agilizar o processo", afirma ele.
Não havia valor fixo à disposição da Funai. O antropólogo explica que a demarcação da TI Awá estava incluída em empréstimos de US$ 50 milhões de um convênio feito com a CVRD para projetos ambientais e indígenas em estados onde tem empreendimentos. Segundo ele, a empresa utilizou US$ 36 milhões , mas a maioria dos projetos de redução de impactos no Maranhão foi executada com recursos próprios.
A demarcação pode estar próxima. Peritos indicados pela Justiça Federal foram analisar a situação fundiária da área Awá. Os técnicos vão definir se as terras reivindicadas por fazendeiros estariam sobrepostas à terra indígena. O diretor substituto de Assuntos Fundiários da Funai em Brasília, Reinaldo Florindo, diz que o processo para demarcação está no Ministério da Justiça. *(CB, 02/09/00)*

GUAJAJARA/GERAL

OCUPAÇÃO DA SEDE DA FUNAI EM APOIO A ADMINISTRADOR

Duzentos índios Guajajara invadiram ontem a sede da Funai em São Luís (MA). O protesto foi feito em apoio ao índio José Arão, demitido da administração regional por desvio de verbas. A Funai anunciou que está estudando a possibilidade de extinguir a sede administrativa de São Luís. As negociações entre índios e a Funai encontram-se paralisadas. *(O Liberal, 06/12 e Folha da Tarde, 10/12/96)*

CULTIVO DE MACONHA É PROBLEMA PARA A FUNAI

Comprar maconha no município de Barra do Corda não é uma tarefa difícil. A erva cultivada nas aldeias Guajajara é comercializada normalmente pelos índios com traficantes de várias partes do MA e de outros estados. O cigarro de maconha chega a ser vendido por R$ 1,00 cada. Os traficantes aproveitam as necessidades dos índios e levam objetos como rádios, bicicletas e armas de fogo para trocar pela droga.
Apesar de ser proibido por lei o cultivo, comercialização e o consumo, a maconha é produzida em grande escala por índios Guajajara de algumas aldeias. Em 1992, a PF prendeu o traficante Brás de Carvalho, no Povoado da Pedra, com 809 quilos da droga, pronta para entrega. No depoimento, Brás confessou que a droga havia sido adquirida com os Guajajara.
A PM montou duas barreiras fixas na entrada e saída de Barra do Corda e este trabalho de vigilância vem mostrando bons resultados. Vários traficantes foram presos em ônibus e veículos particulares, mas os traficantes "da pesada", como são chamados pelos policiais, sabem como furar o bloqueio. A Funai está preocupada com o envolvimento dos índios no tráfico e esta semana foi iniciada uma campanha de conscientização nas aldeias. O objetivo é mostrar aos índios a gravidade do problema e orientá-lo para produzir, ao invés da erva, o arroz, milho e mandioca. A Funai afirma que não vai proteger índios que se envolverem com o tráfico. *(O Imparcial, 20/09/97)*

"BOCA DE FUMO"

A ADR de Imperatriz continua sua campanha de combate ao tráfico de maconha, inclusive dentro da Casa do Índio, considerada uma boca de fumo - local de comercialização e consumo de maconha. O tráfico no local, feito por alguns índios, tem inibido a presença dos funcio-

nários do órgão, que se sentem inseguros, e atrapalhado o tratamento de outros indígenas. Além de chamar a atenção das autoridades, a Funai tem procurado conscientizar os índios a deixarem de vender maconha. Uma das maneiras adotadas pelo órgão é deixar os índios sem assistência. O resultado da medida é que o local se tornou um depósito de lixo e os índios doentes começam a passar por dificuldades. Mesmo assim, o tráfico continua. Recentemente, a diretoria executiva da Funai enviou documento a várias autoridades, entre eles o procurador-geral da República no estado, Nicolao Dino, denunciando a situação e pedindo apoio para que todos os veículos que entram e saem do município, transportando índios, sejam revistados. *(O Estado do Maranhão, 26/09/97)*

ACUSADOS DE TRÁFICO SÃO INTERROGADOS

Os três índios Guajajara presos sob acusação de tráfico de maconha há um mês tiveram o primeiro contato com a Justiça na semana passada, quando foram interrogados pelo juiz da Comarca de João Lisboa, José Frederico dos Santos Marinho. Os três são apontados pelos próprios índios como os cabeças do tráfico de maconha dentro da Casa do Índio. Os três Guajajara foram assistidos por um advogado da Funai.

Os índios, que foram presos em flagrante na barreira da PM na saída de João Lisboa com mais de um quilo de maconha, estão recolhidos no Centro de Custódia de Presos da Justiça, aguardando julgamento. A direção local da Funai espera que com essas prisões os demais índios se inibam e deixem de comercializar maconha em Imperatriz. *(O Estado do Maranhão, 22/10/97)*

SEM-TERRA EXPULSAM ÍNDIOS DE FAZENDA NO PA

Quinze famílias de índios Guajajara, do Maranhão, foram expulsos por agricultores sem-terra que há um ano invadiram e ocupam a Fazenda Bamerindus, em Eldorado dos Carajás, no sul do Pará. Os índios moravam há dois meses na parte sul da fazenda, de 59 mil ha, e estavam construindo sua aldeia na área de reserva florestal da propriedade. Em Marabá, funcionários da Polícia Federal e da Funai não sabiam da presença dos Guajajara dentro da fazenda. Um técnico da Funai disse que os índios provavelmente pertencem a algum grupo de nômades que não estão mais dispostos a morar na tribo, em Barra do Corda (MA), distante cerca de 450 km da fazenda Bamerindus. "Eles foram se sentar no maior barril de pólvora do sul do Pará", comentou um agente da PF.

A saída foi pacífica, segundo o líder dos índios, Antonio Guajajara, mas eles não tinham o que comer nem um lugar para ficar e avisaram que, se o Incra não arrumar outro local, retornarão à fazenda para enfrentar os sem-terra. Segundo o líder guajajara, "a fazenda é grande e dá para todo mundo". "Eles ainda não viram índios brigando pra valer e precisam aprender um pouco para nos respeitar", disse o líder guajajara. Ele acusa o MST de se apropriar da área como se fosse sua. *(Hoje em Dia, 27/07/98)*

GUAJAJARA OCUPAM FUNAI

Índios Guajajara ocuparam ontem à tarde o escritório da Funai em São Luís, para cobrar o pagamento de salários de professores na construção de postos artesianos. Os índios alegam que a má qualidade da água nas aldeias vem provocando verminoses e mortes. Os Guajajara querem também a construção de escolas e material escolar para seus filhos. Os índios prometem ficar na Funai até que seja resolvido o problema. *(JB, 11/11/98)*

FUNAI REVELA SITUAÇÃO DRAMÁTICA DOS KANELA E GUAJAJARA

Um relatório preparado por técnicos da Funai mostra que os índios Kanela e Guajajara, do Maranhão, não dispõem de condições sanitárias adequadas. Muitos indígenas estão bebendo água de lamaçais e de poços com fezes em volta, revela o documento. As doenças infecciosas e parasitárias entre os índios já correspondem a 66% dos atendimentos ambulatoriais da região. Os técnicos da Funai visitaram 11 aldeias indígenas, entre 21 de junho e 3 de julho, para realizar inicialmente uma supervisão sobre o abastecimento de água. A situação encontrada levou os técnicos a sugerir que a Fundação decrete "estado de emergência" em seis aldeias. Entre os casos mais graves está a aldeia Santa Maria, onde o açude está totalmente seco. No açude próximo, usado pelos índios, o que os funcionários da Funai viram foi uma água barrenta, quase acabando, com fezes de animais em volta. O relatório diz que a situação do abastecimento é "urgente" e que "os casos de doenças diarréicas são bastante elevados".

Na aldeia Itaquatara, os índios dispõem de um poço de água salobra, que seca a partir de agosto. O córrego mais próximo fica fora da reserva indígena, a 15 km de distância. Na aldeia Coquinho, há fotos de índios buscando água em brejos com água suja. O relatório diz que, durante a visita, foi constatado que uma empreiteira estava dando início ao poço tubular, mas ressalta que "essa empreiteira é a mesma que iniciou as obras de abastecimento em outras aldeias" e que "não concluiu os trabalhos". *(O Popular, 15/07/99)*

GUAJAJARA/ TI ARARIBÓIA

INCÊNDIO CASTIGA TERRA INDÍGENA

Um incêndio de vastas proporções consumiu boa parte da floresta pré-amazônica da TI Araribóia, nos municípios de Arame e Amarante, no Maranhão. Segundo informações dos índios Guajajara da aldeia Juçaral, que vivem perto da área atingida, o fogo teve início há cerca de um mês e vem deixando um rastro de destruição ao longo de 15 km. Os prejuízos são visíveis: roças queimadas, plantações destruídas, caça afugentada. Os índios afirmam que logo que perceberam a gravidade do incêndio, avisaram a equipe do Ibama de Imperatriz, a 150 km da aldeia. Em vão. Os próprios agricultores tentaram avisar o Ibama de Imperatriz, mas nenhuma providência foi tomada. A TI Araribóia, com 345 mil ha, é demarcada, homologada e registrada. Abriga cerca de 150 aldeias Guajajara e pelo menos dois grupos de cerca de 40 índios Guajá, nômades e sem contato. *(Porantim, set/98)*

PF INCINERA MACONHA EM ALDEIA INDÍGENA

A Polícia Federal incinerou anteontem 1,5 tonelada de maconha na reserva dos índios Guajajara, no município de Arame, a 515 km de São Luís. Na TI Araribóia, a polícia prendeu em flagrante 11 traficantes e localizou 16 mil pés de maconha, 30 quilos de sementes e mais de 200 quilos da droga pronta para o consumo. A Operação Araribóia foi iniciada no dia 19, após uma série de denúncias recebidas pela Polícia Federal de que traficantes estariam utilizando as aldeias indígenas para o plantio e comércio de maconha. Durante uma semana, 15 policiais fecharam o cerco aos traficantes nos municípios de Arame, Grajaú e Amarante. "Os traficantes estão usando agora as aldeias indígenas, porque sabem que fica mais difícil o acesso da polícia", explica Sidney Lemos, superintendente da PF no Maranhão. Segundo ele, os traficantes estão passando a viver com as índias, para receber o apoio da aldeia no tráfico. O administrador da Funai em Imperatriz, Elder Lunardi, disse que o índio não trafica, está apenas sendo usado pelos traficantes. "Em alguns casos, o índio pode até envolver-se com tráfico, mas é influenciado", diz Lunardi. *(OESP, 27/07/99)*

GUAJAJARA/ TI CANABRAVA

BLOQUEIO DA BR-226 EXIGINDO ASFALTAMENTO

Os índios Guajajara da região de Grajaú (MA) interditaram a BR-226, estrada que liga o município à capital São Luís. Os índios estariam, ainda, mantendo um grupo de não-índios como reféns. Eles reivindicam o asfaltamento do trecho da rodovia que passa por Grajaú. Para a direção da Funai, a ação dos índios tem o apoio de políticos locais. "Os políticos estão usando os índios para pressionar o governo federal", acusou a chefe do gabinete da presidência da Funai, Rosângela Gonçalves Carvalho.

A prefeita de Grajaú, Lenice Arruda, decretou ontem feriado municipal para intensificar a participação popular na interdição desta e de outra estrada, a MA-006. A BR-226 está com o trânsito obstruído desde quinta-feira, dia 17, quando os Guajajara colocaram troncos e outros objetos na pista e tomaram como reféns cerca de 50 pessoas de um ônibus e de veículos que por lá passavam. Os índios ameaçaram queimar o sistema de alta tensão que abastece mais de um terço do estado. A MA-006 foi bloqueada ontem pela população.

A PM mantém em alerta dois batalhões sediados em Barra do Corda e em Santa Inês. O secretário de governo do estado, João Alberto, disse que não negociará sob pressão. Um grupo de técnicos do governo deve encaminhar uma proposta para acabar com o bloqueio da BR-226. O governo promete apoiar uma emenda da bancada federal maranhense garantindo recursos para a pavimentação da estrada. A decisão foi tomada ontem em uma reunião entre a governadora Roseana Sarney, e os secretários-executivos do Ministério da Justiça, Milton Seligman, e dos Transportes, José Luiz Portella. *(OESP, 22/10/96)*

COMITIVA GOVERNAMENTAL VIAJA À ÁREA

Uma equipe do governo federal chegou ontem a Grajaú para negociar com os índios Guajajara a libertação de 130 reféns mantidos na aldeia Coquinho. Os índios reivindicam o asfaltamento da rodovia BR-226, que corta a TI Cana Brava, para soltar os reféns. Ao mesmo tempo, moradores de Grajaú mantêm bloqueados todos os acessos à cidade pelo segundo dia consecutivo em protesto pela má conservação das estradas.

A equipe do governo federal, composta por um representante da Funai, Elízio Bizzio, pelo diretor executivo do DNER, Maciste Granha, pelo indigenista e assessor da secretaria-executiva do Ministério da Justiça, Benjamin Sitsu, e por dois agentes da PF, chegou à aldeia na tarde de ontem para negociar com os líderes Guajajara. Antes, eles se reuniram com os moradores que integram o movimento pelo asfaltamento das estradas BR-226 e MA-006. Segundo o representante do Ministério dos Transportes, a comitiva pretende apaziguar os ânimos dos Guajajara com a promessa de que o asfaltamento da BR-226 entrará no orçamento federal do próximo ano. *(O Estado de Minas, 23/10/96)*

PROPOSTA PÕE FIM AO PROTESTO

O clima em Grajaú é de festa desde ontem à tarde, quando o líder Marciano Guajajara concordou em desbloquear a BR-226, aceitando a proposta feita pela comissão do governo de recuperar a rodovia e asfaltá-la em 1997. A comissão assegurou ainda que as máquinas estarão trabalhando na estrada neste mês. Os índios Guajajara libertaram as pessoas que eram mantidas como reféns em protesto pelo mau estado da rodovia. O Ministério dos Transportes vai investir R$ 1 milhão na conservação do trecho da BR-226, situado entre Barra dos Corda e Porto Franco. *(OESP, 24/10/96)*

FACCIONALISMO EM GRAJAÚ

Os índios Guajajara de Cana Brava derrubaram anteontem duas torres da Eletronorte porque se sentem "abandonados pela Funai", segundo explicação do índio Antônio Mariano, que comandou a sabotagem. Ele disse que a Funai nada faz para resolver a luta que os Guajajara da Cana Brava travam contra os Guajajara da aldeia Urucu-Juruá, liderada pelo líder Marciano Clemente. No mês passado, uma briga entre as duas facções resultou nas mortes de Floriano e Antônio Mariano Filho. O líder Antônio Mariano acusa a Funai de nada ter feito para prender os criminosos que mataram seu filho.

A derrubada das torres de transmissão pelos Guajajara ocorre no momento em que a Eletronorte tenta reestabelecer o fornecimento de energia interrompido pela ação de índios Krikati, também do MA. Segundo o secretário de Ação Solidária do Estado, César Viana, a governadora Roseana Sarney ficou irritada com o novo protesto, um dia depois de os Krikati terem libertado seus reféns e retomado as negociações com o governo. Ao ser informada do novo protesto, a governadora voltou a solicitar ao presidente FHC o envio de tropas do Exército ao estado. *(O Globo, 18/02 e OESP, 19/02/97)*

BR-226, QUE CORTA TI, SERÁ ASFALTADA

As obras de asfaltamento de 23 km da BR-226, que cortam uma reserva indígena Guajajara, no Maranhão, serão concluídas até o fim de setembro. O trecho da rodovia tem 118 km e fica entre os municípios de Barra do Corda e Grajaú. Na próxima etapa da obra, será asfaltado o trecho da BR-226 que vai de Grajaú a Porto Franco. As obras foram reiniciadas no mês de maio, depois que o governo do Maranhão firmou um acordo com a Funai, suspendendo uma ação judicial que impedia a continuidade das obras. *(Meio Norte, 03/07/99)*

ÍNDIOS SÃO ACUSADOS DE ASSASSINATO

Três índios Guajajara, da região oeste do Maranhão, confessaram na Polícia Federal, em São Luís, o linchamento de um comerciante e um vendedor na rodovia BR-226, entre os municípios de Grajaú e Barra do Corda, no Maranhão. No final de semana, uma equipe da Funai esteve na aldeia Cabeça da Onça (520 km de São Luís) para tentar convencer os índios a se entregar. Os três assumiram a autoria do crime e foram com os representantes da Fundação se apresentar à PF, em São Luís, onde estão presos. Líderes de 48 aldeias da reserva Guajajara, onde fica a Cabeça da Onça, tinham armado uma operação para buscar os acusados e apresentá-los à Justiça, mas a ação não foi necessária. Índios da aldeia assassinaram a tiros e facadas o comerciante Magno Augusto Araújo, de 30 anos, e o vendedor Geová Alves Palma, de 36 anos.

O superintendente da PF no Maranhão, Sidney Lemos, disse que já foi aberto um inquérito para apurar o caso. "Ouvimos versão dos índios, mas tudo precisa ser averiguado, inclusive a idade de cada um (eles não possuem registro civil)", disse Lemos. A Funai informou que vai pedir à Justiça a guarda dos três índios. *(FSP, 04/11/99)*

15. LESTE DO MATO GROSSO

MUSEU PLINIO AYROSA/USP

Bororo

15. LESTE DO MATO GROSSO

LESTE DO MATO GROSSO
Terras Indígenas
Instituto Socioambiental - Dezembro de 2000

Ref Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
36	Areões	Xavante	759 ADR/B do Garça 96	Homologada, Reg CRI e SPU Dec. s/n de 03/10/96 homologa a demarcação (DOU, 04/10/96). Reg CRI de Água Boa Matr 3.562, Liv 2/RG, fl. 001/V em 18/10/96. Reg SPU Cert 71 em 30/10/97	218.515	Água Boa	MT	Prodeagro. Requerimento e alvará de pesquisa mineral. Rodovia BR-158 no limite. Hidrelétrica planejada (Noidore).
579	Areões I	Xavante	0	Em identificação/Interditada. Port. Funai 1004 de 10/10/90 interdita a área que ficou fora da Port 2.104/72 (DOU, 18/10/90). Está em reestudo.	24.450	Água Boa	MT	Prodeagro. Hidrelétrica planejada (Noidore).
835	Areões II	Xavante	0	Em Identificação/Interditada. Port. Funai 1.004 de 10/10/90 interdita a área que ficou fora da Port. 1 104/72 (DOU, 18/10/90)	16.650	Água Boa	MT	Prodeagro. Acréscimo à área Areões. Hidrelétrica planejada (Noidore).
45	Bakairi	Bakairi	618 Taukane 99	Homologada. Reg. CRI e SPU Dec 293 de 29/10/91 homologa demarcação (DOU 30/10/91). Reg CRI Matr 29.146, Liv. 2-CU, fl. 59V/60 em 08/04/87. Reg SPU Cert. s/n em 18/05/87	61.405	Paranatinga	MT	Prodeagro. Requerimento de pesquisa mineral.
723	Chão Preto	Xavante	0	Delimitada. Port. do Min. da Justiça 453 de 25/06/98 declara de posse permanente (DOU, 26/06/98)	8.080	Campinápolis	MT	Prodeagro. Requerimento e alvará de pesquisa mineral.
150	Jarudore	Bororo	0	Reservada/SPI. Reg CRI e SPU. Reservada/SPI, Dec. estadual 684/1.945. Reg. CRI Matr 3.547, Liv. 3-C, fl. 162, em 10/11/87. Reg SPU em 18/05/87	4.706	Poxoréu Rondonópolis	MT MT	Prodeagro. Rodovia MT-3838 corta a área. Tem uma cidade dentro da TI com colegio, casas de comércio que atendem milhares de moradores, os Bororo que viviam nesta area aos poucos foram sendo expulsos pelos invasores não-índios .
589	Maraiwatsede	Xavante	0	Homologada Dec. s/n de 11/12/98 homologa a demarcação (DOU, 14/12/98).	165.241	Alto da Boa Vista	MT	Prodeagro.
201	Marechal Rondon	Xavante	376 ADR/B. do Garça 96	Homologada. Reg. CRI e SPU Dec. s/n de 03/10/96 homologa a demarcação (DOU, 04/10/96). Reg. CRI em Paranatinga Matr 3 810, Liv 2-Z, fl. 193 em 16/12/96. Reg. SPU Cert 72 em 30/10/97.	98.500	Paranatinga	MT	Prodeagro. Requerimento de pesquisa mineral.
211	Merure	Bororo	389 M.Salesiana. 97	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 94014 de 11.02.87 homologa a demarcação. Reg CRI em B. do Garças Matr 42 359, fl. 92.359 em 28/03/96. Reg. CRI em Gal. Carneiro Matr .42 358, fl 42 358 em 28/03/96. Reg. SPU Cert. s/n de 06/11/87.	82 301	Barra do Garças Gen. Gomes Carneiro	MT MT	Prodeagro. Rodovia BR-070 corta a área
233	Parabubure	Xavante	3.354 Funai: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 306 de 29/10/91 homologa demarcação (DOU, 30/10/91). Reg. CRI Matr. 4791, Liv. 2, fl. 01V/02 em 11/07/88. Reg. SPU Matr. s/n em 26/08/87. Port. 891 de 31/08/98 cria GT p/ complementação de trabalho de ident. das etapas 2 e 3 (limites sul e leste da TI) (DOU, 02/09/98) Port Funai n.1086 de 19/10/00 cria GT p/novos estudos de identificação das áreas II, III, IV e V (DOU 20/10/00)	224 447	Água Boa Campinápolis	MT MT	Prodeagro. Requerimento e alvará de pesquisa mineral
240	Perigara	Bororo	96 Funai: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU Dec. 385 de 24/12/91 homologa demarcação administrativa (DOU, 26/12/91). Reg. CRI Barão de Melgaço Matr. 46.357, Liv. 2-RG, fl. 1 em 17/02/92. Reg. SPU Cert. 16 em 02/02/94.	10.740	Barão do Melgaço	MT	Prodeagro
243	Pimentel Barbosa	Xavante	1.667 Funai. 99	Homologada. Reg. CRI e SPU Dec. 93 147 de 20/08/86 homologa a demarcação administrativa. Reg. CRI Agua Boa Matr. 4.134, Liv 2-RG, fl. 01 em 05/05/94. Reg. CRI de Canarana Matr. 4 135, Liv. 2-RG, fl. 01 em 05/05/94. Reg. SPU Cert. 35 em 17/06/94	328.966	Agua Boa Canarana	MT MT	Prodeagro. Rodovia BR-158 no limite
280	Sangradouro/ Volta Grande	Bororo Xavante	972 Funai/ Fiocruz 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 249 de 29/10/91 homologa demarcação (DDU, 30/10/91). Reg. CRI Gen. Carneiro (37.990 ha), Matr. 40.152 em 31/08/93. Reg. CRI Poxoréu (50 650 ha), Liv. 2AG/RG, fl. 93 em 21/09/93. Reg. CRI Novo S. Joaquim/B. do Garça (11.640 ha) Matr. 40.151 em 05/01/88. Reg. SPU Cert. 024 em 19/09/96.	100.280	Gen. Gomes Carneiro Poxoréu Novo São Joaquim	MT MT MT	Prodeagro. Rodovia BR-070 no limite
283	Santana	Bakairi	260 Taukane 99	Homologada. Reg. CRI e SPU Dec. 98143 de 14/9/89 homologa demarcação (DDU, 15/9/89). Reg. CRI Matr. 11 421, Liv. 2/RG, fl. 1V/2 em 08/04/91. Reg. SPU Cert. 006 de 26/6/91	35 471	Nobres	MT	Prodeagro
286	São Marcos (Xavante)	Xavante	1.813 ADR/B. do Garça 96	Reservado. Reg. CRI e SPU. Dec. 76215 de 05.09.75 (DOU, 08.09.75) fixa os limites definitivos. Reg. CRI Matr 34 112, Liv. 2-RG em 27/04/89. Reg. SPU Cert. 31 em 10/06/94	188 478	Barra do Garças	MT	Prodeagro. Rodovia MT-312 corta a area. A área do Exército Gleba Matrinxã incide totalmente na TI

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
299	Tadarimana	Bororo	173 F. Rondonópolis: 97	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 300 de 29/10/91 homologa demarcação (DOU, 30/10/91). Reg. CRI Rondonopólis Matr. 41.509, Liv. 2- RG, em 06/12/91. Reg. SPU Cert. s/n em 18/05/87.	9.785	Rondonópolis	MT	Prodeagro.
308	Teresa Cristina	Bororo	320 F. Rondonópolis: 97	Delimitada. Port. do Min. da Justiça 299 de 17/05/96 declara de posse permanente (DOU, 21/05/96). Reg. CRI em Sto. Antonio Leverger Matr. 10542, Liv. 3-RG, fl. 02 em 09/03/67. Resolução 86 de 11/2/00 considera de boa-fé o ocupante não-índio Licínio Hilmar de O. Arantes (DOU, 14/02/00).	34.149	Rondonópolis Sto. A. Leverger	MT MT	Prodeagro. Influência de ferrovia planejada Ferronorte.
1361	Terena/Fazenda Campo Novo	Terena	52 Funai: 99	Com Restrição de Uso. Port. Funai n. 423 de 16/06/99 considerando o termo de compromisso estabelecido entre os índios, a Funai e o dono da fazenda, estabelece restrição de uso da fazenda por 8 meses (DOU, 18/06/99) Port. Funai n. 451 de 23/06/99 cria GT p/ levantamento fundiário a avaliação do imóvel Fazenda Campo Novo (DOU, 25/06/99).	2.484	Rondonópolis	MT	
1310	Ubawawe	Xavante	0	Delimitada. Port. min. 456 de 25/06/98 declara de posse permanente (DOU, 26/06/98)	52.234	Novo São Joaquim	MT	Requerimento de pesquisa mineral.

Os Xavante na Cena Pública

Laura Graham

Antropóloga, autora de estudos sobre os Xavante, professora da Universidade de Iowa (EUA).
Tradução de Clarice Cohn

NA GRANDE MÍDIA, OS XAVANTE APARECEM COMO ÍNDIOS BRIGUENTOS, QUE COBRAM ASSISTÊNCIA DA FUNAI DE MODO VIOLENTO. MAS UM CONJUNTO DE AÇÕES CRIATIVAS DE NOVAS LIDERANÇAS VEM ROMPER COM ESSE ESTEREÓTIPO

Desde que a famosa "Marcha para o Oeste", do Estado Novo, dirigiu o foco de sua atuação à "pacificação" dos "bravos" e hostis Xavante, esse grupo tem sido bastante proeminente na mídia brasileira. Os Xavante gozam de um amplo reconhecimento popular. Se alguém citar o nome de um ou dois grupos indígenas, há uma grande chance de que "Xavante" esteja entre eles. No entanto, esses índios, que eram antes conhecidos por sua valentia e espírito nobre, são hoje geralmente retratados como beligerantes.

Por meio da cobertura regular de suas interações com a Funai, os Xavante conquistaram duplamente a fama de párias sociais e de uma cruz para a Funai. Uma rápida olhada nas manchetes dos jornais dos últimos anos ilustra o tom deste retrato veiculado na grande imprensa: "Xavantes armados invadem Funai" *(CB, 23/10/96)*, "Xavantes retém presidente da Funai" *(JB, 23/10/96)*, "Xavantes invadem sede da Funai e colocam presidente para correr" *(Diário de Cuiabá, 23/10/96)*, "Xavantes fazem reféns na Funai" *(JB, 18/3/98)*.

Por mais de vinte anos a mídia tem descrito, ainda, a assertividade dos Xavante frente à Funai e chamado a atenção para as enormes despesas que os índios dão (às custas do contribuinte) durante suas estadias em Brasília e em outras cidades brasileiras.

MIOPIA JORNALÍSTICA

A cobertura míope direciona a atenção popular para uma única dimensão da realidade social xavante e para as atividades de um único segmento de sua sociedade, alguns líderes masculinos. Tais reportagens oferecem pouca contextualização histórica e social para a compreensão de por que os Xavante têm essa relação tão singular com a Funai, por que suas demandas são feitas desse modo, e por que os líderes viajam tão freqüentemente para os domínios de Brasília. Ela deixa passar a situação desesperadora de muitas comunidades e os problemas significativos que todos os Xavante contemporâneos enfrentam, assim como os fatores que motivam os líderes a exercer tamanha pressão junto à Funai. Além disso, esse tipo de cobertura cria a impressão de que os Xavante são um povo homogêneo, cujos líderes interagem - todos eles - com o órgão indigenista de modo agressivo e folgado. A imprensa ignora os diversos modos que alguns líderes e algumas comunidades estão buscando para melhorar sua situação e superar as imagens negativas que se formaram sobre os Xavante.

Líderes vão a Brasília perfazendo um caminho de volta: dirigem-se ao órgão do governo que tem sido seu patrono problemático desde o contato (primeiro, o SPI - Serviço de Proteção ao Índio e, agora, a Funai). Eles vão em busca de ajuda, ou com a esperança de mudar alguns aspectos da administração, em seu favor. Eles aprenderam ao longo dos anos que a Funai é uma entidade que, se suficientemente pressionada, vai responder, de um modo ou de outro, a suas demandas. Mesmo que a resposta tome a forma de um "suplemento" simbólico, um líder pode ao menos levar comida e roupas para distribuir quando retornar à comunidade.

SAÚDE AMEAÇADA

Por trás do bombardeio dos líderes xavante em Brasília estão as necessidades críticas de muitas comunidades. Por exemplo: o atendimento à saúde é precário em muitas das comunidades, e virtualmente inexistente em algumas. Embora os Xavante estejam vivenciando um processo de recuperação populacional com taxas de natalidade elevadas, estudos indicam taxas de mortalidade que são bastante maiores que a média nacional.

Xavante são presença cotidiana na sede da Funai em Brasília. Na foto ao lado, enfrentam policiais federais para libertar índios presos por invadirem a sede do órgão indigenista (1997). Abaixo, retiram à força do gabinete Otacílio Antunes, diretor assistente do órgão (1998).

JEFFERSON RUDY/FOLHA IMAGEM ABR/97

WILSON PEDROSA/AE

Luciene Guimarães de Souza e Ricardo Ventura Santos, estudiosos da demografia xavante, calcularam a taxa de mortalidade infantil (TMI) em Sangradouro/Volta Grande, no período 1993-1997, em 87,1 por mil. Esse número está significativamente acima da média nacional (37,5 por mil em 1996) e bastante acima daquela do miserável Nordeste (60,4 por mil em 1996). Nancy Flowers estimou a TMI de Pimentel Barbosa, no período 1972-1990, em 70,8 por mil, também acima da nacional.

Os Xavante têm uma proporção extremamente alta de mortalidade infantil. De acordo com o estudo de Sangradouro, "55,2% das mortes aconteceram antes de um ano de vida, e 84,2% nos primeiros quatro anos. Quanto à mortalidade proporcional por idade no Brasil, para o ano de 1996, 8,3% dos óbitos ocorreram em crianças menores de 1 ano". Os autores notam que essa alta taxa de mortalidade nos primeiros anos de vida significa que apenas 86% das crianças alcançam os 10 anos de idade.

Em muitos casos, a causa de morte é resultado de doenças curáveis, más condições sanitárias que poderiam ser melhoradas com medidas básicas de saúde pública, ou água poluída. Doenças gastrointestinais (gastroenterites) e infecção respiratória são a causa de uma significativa porção de mortes infantis. Em algumas comunidades, o lixo e os excrementos humanos alcançam a água que é consumida por seus membros. Agrotóxicos provenientes das fazendas ao redor também contaminam as fontes de água.

NOVIDADES PERNICIOSAS

O acúmulo de lixo e materiais fecais nas proximidades da aldeia e a contaminação das fontes de água trazem, hoje, sérios riscos de saúde pública às comunidades xavante. Em parte, esses problemas são resultado da mudança do seminomadismo para o sedentarismo. Mudando a localização de suas aldeias freqüentemente no seu passado seminômade, o hábito de depositar o lixo perto das casas não apresentava um risco sério de saúde para os Xavante, como agora. Além disso, o acúmulo do lixo é agravado pela introdução de materiais que não decompõem rapidamente, como acontece com o lixo orgânico tradicional. As aldeias contemporâneas estão cheias de produtos plásticos e tóxicos tais como pilhas.

Mudanças dramáticas na dieta, que são resultado do sedentarismo e de planos de desenvolvimento da Funai, também levaram à desnutrição e seus conseqüentes problemas de saúde. Um recente estudo nutricional, conduzido em Sangradouro por M. S. Leite, concluiu que as crianças até a idade de 10 anos têm uma freqüência de desnutrição proteico-energética de 22% e de anemia de 74%.

Os Xavante consomem agora muito arroz cultivado, ao invés de produtos tradicionais mais nutritivos, que incluíam tubérculos, raízes e castanhas. O "Projeto Xavante" da Funai, que mecanizou o cultivo de arroz para todas as reservas xavante nas décadas de 1970 e 80, criou uma dependência quase exclusiva ao arroz como

BETO RICARDO/ISA

Xavante também são presença constante na mídia, promovendo demonstrações culturais públicas. Os da aldeia Idzô'uhu apresentaram cantos e danças tradicionais, no evento denominado "Warapuc", na PUC de SP (abril/97), foto abaixo. Outro grupo participou da programação de abertura da Mostra do Redescobrimento do Brasil, no Parque do Ibirapuera, em São Paulo (abril/00).

MABEL FERES/AE - 1997

a comida de base. Carne e peixe, as principais fontes de proteína são hoje escassas na maioria das áreas Xavante.

INCIDÊNCIA DE DOENÇAS

Diabete

As mudanças na dieta também se manifestam na alarmante incidência de diabete. Essa é uma doença nova para os Xavante e não foram ainda realizados estudos sistemáticos sobre ela. Em anos recentes, um número significativo de mortes ocorreram como conseqüência dessa doença. O líder xavante e ex-deputado federal Mário Juruna sofre de um caso complicado de diabete e está seriamente debilitado. A diabete é agravada pelo gosto recém-adquirido pelo açúcar, outra novidade na dieta, e, em algumas áreas, pelo álcool, particularmente em comunidades como Areões, que se localizam próximas a cidades brasileiras.

Fogo selvagem

O fogo selvagem (pênfigo foliáceo) é outra doença muito notada. Um estudo preliminar, realizado por Carlos Coimbra e Ricardo Ventura Santos em Pimentel Barbosa, indicou que 3,1% da população está infectada. Os autores notam que esse número é extremamente elevado mas, devido à falta de estudos, é difícil saber como ele se compara a outras populações. Eles acrescentam que a forma do pênfigo encontrada entre os Xavante não difere clinicamente da encontrada em outras populações indígenas. O tratamento dessa doença é demorado.

Tuberculose

A tuberculose é outra doença que ameaça as comunidades xavante. A de Pimentel Barbosa tem uma alarmante taxa de 20%. Com atenção médica apropriada, essa doença pode ser contida. Como o pênfigo, ela requer acompanhamento médico constante e um tratamento persistente, aspectos de atenção à saúde que infelizmente faltam à maioria das comunidades xavante.

Quando os líderes pedem caminhões ou Toyotas - demandas que se tornaram sua marca registrada -, eles o fazem em razão das necessidades extremamente agudas, particularmente a de prover atendimento básico de saúde para suas comunidades. Na ausência de atendentes de saúde treinados nas comunidades ou próximos a elas, os Xavante freqüentemente precisam viajar centenas de quilômetros para receber atenção médica. Às vezes, precisam viajar essa mesma distância para conseguir os remédios prescritos. É imperativo, numa emergência, ter ao alcance alguma forma de transporte. O transporte é, porém, sempre precário e constantemente não disponível. Demandas por veículos podem parecer aberrações para aqueles que não conhecem as condições em que os Xavante vivem, mas, para eles, meios viáveis de transporte são essenciais para sobreviver.

FAZENDEIROS E HIDROVIA

Em acréscimo aos problemas de saúde, as ameaças às terras persistem em muitas áreas. Em 1998, a fazenda que faz fronteira com a TI Sangradouro derrubou mais de 200 hectares de cerrado no interior da reserva e plantou arroz. Na mesma área, fazendeiros vizinhos obrigaram os líderes xavante a assinar contratos de "colaboração" que eles não entenderam plenamente. Os contratos possibilitaram aos fazendeiros derrubar o cerrado para plantar arroz em terra indígena, permitindo aos Xavante plantar apenas uma pequena porcentagem. De acordo com esse contrato, a quantidade que eles poderiam plantar variava de ano a ano *(Ver website da Associação Xavante Warã, indicado abaixo)*.

Uma das ameaças mais sérias às áreas xavante é aquela posta pela proposta da Hidrovia Araguaia-Tocantins. Esse projeto, que promoveria navegação industrial em cursos de água que são normalmente inavegáveis, possibilitaria a navegação no rio das Mortes, que faz fronteira com duas das maiores reservas xavante, TI Areões e TI Pimentel Barbosa. Se implantado, o projeto iria destruir a vida no rio das Mortes e corromper a vida nas comunidades xavante. Ele causaria danos ambientais no sistema fluvial, poluiria suas águas, alteraria as várzeas e destruiria fontes alimentares com as quais os Xavante contam hoje, tais como peixes, ovos de tartaruga e veados. O aumento do trânsito fluvial e o influxo de pessoas que inevitavelmente acompanhariam o projeto significariam mais invasão ilegal nas terras xavante, maior exposição à prostituição, ao alcoolismo, a doenças (especialmente as sexualmente transmissíveis) e a exacerbação de tensões sociais na área. Eles incrementariam, também, o potencial de malária, que já é um problema sério em Areões.

Dentre as populações locais que seriam afetadas pela hidrovia, os Xavante estão entre os que mais se manifestam contrariamente ao projeto. Índios de Pimentel Barbosa iniciaram uma campanha contra a hidrovia. Eles viajaram para Brasília para se encontrar com representantes da Funai e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), entre outros. Para tornar sua posição pública, contataram jornalistas e divulgaram inúmeras declarações e manifestos. Como parte de sua campanha, eles se encontraram também com outros povos indígenas que seriam, num esforço para aumentar a consciência destes sobre a ameaça que o projeto traz a seus modos de vida. Indignados com a descoberta de notícias que indicavam que o trabalho iria começar, com instalações ao longo das fronteiras fluviais de sua reserva, sem que eles fossem notificados, os Xavante de Pimentel Barbosa, em 1997, iniciaram uma ação legal contra o projeto, representados pelo setor jurídico do Instituto Socioambiental (ISA). Eles tiveram sucesso na obtenção de uma ordem judicial federal proibindo o trabalho na hidrovia. Essa foi a primeira ação jurídica movida contra o projeto.

NOVOS MODOS DE INTERAÇÃO COM OS BRANCOS

As ações dos Xavante de Pimentel Barbosa em relação à proposta da hidrovia são ilustrativas dos novos modos de interação com a sociedade dominante que novas lideranças têm desenvolvido em anos recentes. Embora a imprensa escrita continue a focar a atenção naqueles líderes que persistem nas antigas maneiras de molestar a Funai, líderes novos estão criando ligações com os mais diversos segmentos da sociedade nacional e internacional, em particular ONGs que são capazes de oferecer apoio para suas causas e projetos. Tendo como base uma nova legislação que permite financiamentos internacionais independentes da Funai, os Xavante começaram a implementar associações autônomas. Elas têm proliferado nos últimos anos; quase toda comunidade xavante tem sua própria associação e está buscando colaboração com entidades que não são ligadas à Funai.

As comunidades e associações estão desenvolvendo entusiasticamente projetos inovadores para a melhoria das condições nas comunidades. A de Idzô'uhu, em Sangradouro, iniciou um projeto de apicultura nativa que os membros da comunidade vêem como um reforço e revalidamento de conhecimentos tradicionais e práticas alimentares. Eles também percebem esse trabalho como uma oportunidade de passar sua experiência para outros. Um livro bilíngüe (xavante/português) direcionado a crianças, descrevendo a história dessa comunidade, foi recentemente lançado *(Lucas Ruri'õ e Helena Stilene de Biase, Daró Idzô' uhu Watsu'u - A história da aldeia Abelhinha, São Paulo, Master Book, 2000)*.

Outro projeto inovador é o referente ao manejo de fauna, que as comunidades da TI Pimentel Barbosa elaboraram em colaboração com o World Wildlife Fund, apostando na consolidação futura de um modelo sustentável de caça *(Ver texto de Franz Leeuwenberg neste capítulo)*.

DIVULGAÇÃO CULTURAL

As associações e comunidades xavante também estão trabalhando de maneira intensiva para difundir informações sobre seu modo de vida e as dificuldades que eles enfrentam atualmente, assim como conquistar o respeito pela sua cultura. Desde o contato, grupos xavante viajam para cidades brasileiras a fim de participar de eventos em que falam aos brasileiros sobre suas tradições e lhes ensinam o respeito pelo seu modo de vida. Recentemente, eles têm intensificado sua participação em tais atividades, e um número cada vez maior de pessoas tem aprendido sobre a cultura xavante em espaços públicos.

Além de realizar e conduzir seminários em escolas ou outros ambientes educacionais, especialmente em eventos na época do Dia do Índio, em abril, alguns Xavante têm conseguido aparecer em eventos de bastante visibilidade, nos quais eles alcançam grandes audiências. Por exemplo, os Xavante de Pimentel Barbosa coreografaram cantos, danças e outros elementos rituais numa performance fascinante intitulada Itsari.

Promovida pelo Sesc de São Paulo, ela foi apresentada por três noites no Parque da Independência, no Ipiranga, em 1997 e, no ano seguinte, reeditada no Palácio do Catete/Museu da República (Rio de Janeiro), junto à abertura da exposição do museu sobre os 50 anos de seu contato. Em colaboração com o Núcleo de Cultura Indígena (NCI), que também participou da produção de Itsari e da exposição, a comunidade produziu um documentário em vídeo (A'uwe Uptabi: o povo verdadeiro, São Paulo, Itsari Criação e Produção, 1999). Além desse vídeo, que foi agraciado, em 1999, com os prêmios "Paz e Cultura", da Unesco e "Jangada", da Organização Internacional de Cinema Católico, os Xavante e o NCI lançaram um livro de mitos e narrativas históricas xavante (Serebu'rã, Hipru, Rupawe, Serezabdi e Sere'iminami Xavante – Wamrêmé Za'ra, nossa palavra: mito e história do povo Xavante, São Paulo, Editora SENAC, 1998). Juntos, esses projetos constituem o "Projeto Xavante 50 anos de contato". Em 1994, a comunidade de Pimentel Barbosa já havia lançado um CD com sua música, que foi amplamente distribuído no Brasil e no exterior *(Etenhiritipá, Núcleo de Cultura Indígena, 1994)*.

NOVAS MÍDIAS

Outros Xavante estão explorando novos campos e experimentando a mídia eletrônica para alcançar audiências novas e maiores. Jesus Xavante e seu pai Domingos Xavante, da comunidade de Dom Bosco da TI Sangradouro, desenvolveram um CD-Rom inovador (A'uwe Uptabi, Índio verdadeiro: a cultura Xavante nos 500 anos do Brasil, Presidente Prudente, 2000), divulgado no Vitrine, programa sobre mídia da TV Cultura (São Paulo), em duas ocasiões (23/12/1999 e 23/02/2000).

Outro grupo, a Associação Xavante Warã, é pioneiro na entrada dos Xavante na Internet (http://imaginario.com.br.questoes/xavante). O site informa sobre a destruição ambiental no seu cerrado nativo e sobre ameaças a suas terras. Ele oferece, também, informações sobre os modos xavante de vida e de preservação do meio ambiente. A Associação Warã, juntamente com o indigenista Guilherme Carrano, organizou um vídeo sobre a aldeia (Projeto Idzô'ubu, Barra do Garças, 1999). Esses mesmos Xavante estão, ainda, produzindo um CD-Rom, que esperam lançar comercialmente no futuro.

Vários Xavante estão trabalhado em colaboração com o projeto "Vídeo nas Aldeias", do CTI. Até o início de 2000, os cinegrafistas xavantes produziram três vídeos: "Tem que ser curioso", de Caime Waiassé (Pimentel Barbosa), "Heparì Idub'rada", de Divino Tserewahú (Sangradouro) e Estevão Tutu Nunes (CTI) e "Wapté Mnhõnõ: Iniciação do jovem Xavante", que é uma colaboração envolvendo quatro Xavante (Bartolomeu Patira, Caime Waiassé, Divino Tserewahú e Jorge Protodi), um índio de outra etnia (Winti Suyá), além de Estevão Tutu Nunes e Vincent Carelli, do CTI. Esses vídeos foram apresentados em diversos festivais de filmes no Brasil e no exterior. Wapté Mnhõnõ foi premiado no 3º Festival do Filme Documentário e Etnográfico (Fórum de Antropologia, Cinema e Vídeo, Belo Horizonte, 1999) e na 6ª Mostra Internacional do filme Etnografico (Troféu Jangada e Prêmio Manuel Diégues Júnior, Rio de Janeiro, 1999).

Esses exemplos ilustram os modos inovadores e impressionantes que os Xavante criaram a partir de seus estilos antigos de lidar com o mundo de fora. É impossível pensar hoje os Xavante simplesmente em termos de suas relações obstinadas com a Funai. Eles estão buscando novas parcerias e novos meios de interação. Talvez o mais interessante sejam os modos criativos com os quais eles estão ganhando domínio de recursos como livros e performances, assim como das mais avançadas tecnologias, como CD-Roms, a Internet e vídeos, para retratarem a si mesmos, seu modo de vida e as mudanças que eles enfrentam de maneira cada vez mais corajosa e ativa. *(abril, 2000)*

Caçando a Sustentabilidade

Frans Leeuwenberg

Analista ecológico. Desde 1990, estuda o manejo da fauna silvestre junto aos Xavante e outros povos indígenas

PESQUISA CIENTÍFICA APLICADA A UM PLANO DE MANEJO DE CAÇA CONTA COM A PARTICIPAÇÃO DOS XAVANTE DE PIMENTEL BARBOSA PARA ENFRENTAR OS SINAIS DE EXAUSTÃO DE UMA FONTE TRADICIONAL DE ALIMENTOS E RITUAIS

Das terras indígenas no Brasil, provavelmente apenas 1/3 apresenta superfície que vai de razoável a bom tamanho para manutenção da subsistência de suas populações pelo uso dos recursos naturais. No entanto, nem todas elas convivem, de forma sustentável, com os recursos naturais, esgotando-os, muitas vezes, de forma irreversível. Com suas terras degradadas e sua fauna superexplorada, diversos grupos indígenas enfrentam, hoje, sérios problemas em suas áreas: a fauna cinegética vem diminuindo drasticamente; caçadores ilegais invadem suas terras; o território diminui cada vez mais, seja por invasões descontroladas seja por ações do próprio governo; o crescimento do desmatamento no entorno da reserva ou mesmo no seu interior vem crescendo de forma assustadora.

FRANS LEEUWENBERG

Caçador xavante.

A caça é um elemento crucial para a sobrevivência das culturas indígenas, não se limitando à subsistência, mas certamente também contribuindo para as cerimônias e a vida espiritual. A grande vantagem dos índios é que apresentam, tradicionalmente, um bom conhecimento da biologia dos animais de seu interesse. São muito observadores e, por tal motivo, entendem mais facilmente os mecanismos da natureza. Pesquisa aplicada de manejo de fauna com grupos indígenas é essencial, mas deve disponibilizar as conclusões de forma acessível para a própria comunidade (isto é, a linguagem deve ser direcionada à comunidade-foco e não ao meio acadêmico ou executivo) e acompanhar e orientar a comunidade na implantação do plano de manejo de caça.

INICIATIVA PIONEIRA

Pimentel Barbosa é uma das seis Terras Indígenas xavante do Mato Grosso. Com 329.000 hectares, constitui-se na maior área contínua intacta do Cerrado. Embora o tamanho da reserva seja grande o suficiente para sustentar a caça de subsistência, os Xavante que lá vivem observaram, na década de oitenta, uma grave queda na fauna de caça. Tendo sua própria associação (Associação Xavante Pimentel Barbosa), eles procuraram, através do Centro de Pesquisa Indígena (CPI), apoio técnico para recuperar a fauna de caça da reserva. Assim nasceu o pioneiro estudo "Pesquisa Etno-zoológica e Manejo de Fauna Cinegética na Reserva Indígena Xavante Rio das Mortes, Mato Grosso, Brasil".

As experiências obtidas durante a pesquisa aplicada com os Xavante podem servir como modelo para outras comunidades, não apenas no Cerrado mas também na Floresta Amazônica e na Mata Atlântica.

PESQUISA PILOTO

A pesquisa em campo foi iniciada em 1991, com apoio do Fundo Mundial para a Natureza (WWF-Brasil). O primeiro levantamento foi sobre a cultura xavante, a história da ocupação do seu territó-

A grande caçada realizada por ocasião de um casamento.

rio e os costumes de caça. Foi necessário conhecer todos os tipos de caçadas, acompanhar as expedições de caça e entender a importância de cada espécie para a vida cultural e espiritual da comunidade. Descobriu-se logo que diversos aspectos da caça tinham se modificado após o contato de 1946:

- as caçadas familiares - zömori - quase não foram praticadas mais (nestas caçadas, os jovens, homens e mulheres recebiam ensinamentos sobre os detalhes de caça, pesca e coleta de materiais naturais e medicinais);

- a reserva foi delimitada, ficando muito menor que o espaço originalmente existente;

- por volta de 80% do entorno da reserva foram desmatados para dar lugar a pastos, e 10% do seu interior foram fortemente degradados;

- os índios deixaram de ser seminômades, tornando-se sedentários, parando totalmente com seus movimentos migratórios;

- armas de fogo, principalmente o rifle 22, foram introduzidas.

Com apoio da comunidade e, mais diretamente, de três alunos/assistentes de campo, foram feitas, durante três anos consecutivos, coletas de dados sobre todas as caçadas, incluindo a coleta de mandíbulas dos principais animais - anta, veados, tamanduás e porcos do mato. Após um ano, já ficava claro que o maior problema era a superexploração em áreas próximas às aldeias, num raio entre 20-25 km. O diálogo com o Warã (Conselho dos homens) resultou num Plano de Manejo Preliminar em 1992: numa área próxima à aldeia, com 65.000 hectares, não foram realizadas caçadas durante 18 meses. Também se concluiu que o gado não deveria permanecer nas áreas de vegetação nativa, evitando, assim, competição e perturbação de animais silvestres como cervo, queixada e veado-campeiro. A experiência deste refúgio preliminar de 1992 foi positiva, e os caçadores notaram um aumento de algumas espécies quando voltaram a caçar no local.

O PLANO DE MANEJO

Em 1997, através de discussões entre os tradicionais grupos de idade xavante, os próprios caçadores fizeram um novo Plano de Manejo, mais amplo que o anterior. Os caçadores entenderam que seu impacto sobre a fauna desequilibrava diversas espécies, como veado-campeiro, cervo, anta e tamanduá-bandeira. Por meio da coleta de mandíbulas, foi possível visualizar a estrutura etária de cada espécie caçada, indicando quais espécies apresentavam estrutura desequilibrada (falta de animais mais velhos, com um número insuficiente alcançando a idade reprodutiva). Os caçadores xavante chegaram, juntamente com o executor do projeto, às seguintes medidas:

- indicação de três refúgios de grande porte, numa área total de 95.000 ha;

- aumento de fiscalização nas fronteiras e constante eomunicação entre as aldeias;

- início das pescarias dois meses mais cedo, para diminuir a pressão de caça.

No final de 1997, foi feito um acordo com o WWF-Brasil em relação ao plano de manejo das três maiores aldeias, para que se tivesse garantia de acompanhamento e apoio na implantação do plano. Ele irá durar até o ano 2001, quando as comunidades irão procurar um novo acordo, para mais cinco anos.

Com esse plano, será possível, no futuro, a reintrodução de um sistema de rodízio de uso de terras para caça. Nos refúgios, que devem durar pelo menos três anos seguidos, a fauna impactada pela caça intensiva poderá se recuperar, dando bastante possibilidade para os sub-adultos chegarem à idade adulta reprodutiva.

GARANTIA DA BIODIVERSIDADE

Na maioria das Áreas Indígenas, existem graves problemas referentes à preservação da caça e da pesca e à manutenção da subsis-

FRANS LEEUWENBERG

Os mais velhos continuam valorizando a tradição, como o hábito de consumir carne de caça

tência para toda a comunidade com estas fontes de recursos naturais. Os problemas variam muito de uma região para outra, indo desde o desaparecimento do queixada, até a diminuição do veado-mateiro, veado-campeiro, macaco-preto e barrigudo, araras, papagaios e mutum. Existem diversos fatores que podem causar o declínio destes animais, mas os mais graves são:

• venda e comercialização de animais vivos ou seus produtos, como carne, couro e penas;

• caça ilegal por parte de moradores vizinhos ou destinada à comercialização nas cidades próximas;

• desmatamento e fragmentação do habitat, isolando os animais em pequenos grupos sem possibilidades de contato entre eles;

• excesso de caça pelos próprios índios, causando um forte declínio nas populações de caça, o que pode acarretar sua extinção.

Pesquisa aplicada com a fauna silvestre em Áreas Indígenas é viável, mas deve durar pouco tempo e envolver fortemente o entendimento dos próprios índios sobre a flora e fauna local. A pesquisa deve ser simplificada, usando dados indicadores sobre o bem-estar de cada espécie: deve-se levantar a quantidade caçada e sua localidade, o sexo dos animais abatidos e, por fim, proceder a uma coleta de mandíbulas, para reconstruir a estrutura de idade. É importante um bom levantamento histórico sobre a caça na região, obtendo-se, assim, suficientes dados para discutir com os caçadores indígenas o impacto da caça e possibilidades de manejo. A exigência de dados mais científicos, como dados sobre a densidade por quilômetro, não tem viabilidade técnica, causa uma grande perda de tempo e desgaste desnecessário, não sendo absorvida pelos índios.

Parte dos índios e antigos moradores das savanas e florestas ainda possui reservas de terra razoáveis ou, no mínimo, suficientes em tamanho para poder viver da caça e pesca, mas quase todas essas áreas estão com problemas de escassez da fauna. Isto significa que a caça de subsistência existe, mas não está sendo explorada de forma sustentável. Com a união dos índios entre si (e de outras comunidades, como seringueiros, por exemplo) e com apoio das autoridades locais e regionais ou mesmo dos vizinhos, é possível eliminar a caça e comercialização ilegal da fauna.

A caça de subsistência não será causa de extinção de espécies, desde que as comunidades que a pratiquem não estejam em crescimento populacional excessivo e que haja controle do comércio e desmatamento ilegais. O manejo da fauna cinegética é indispensável para as comunidades indígenas que ainda dependem diretamente da caça de subsistência para a sua sobrevivência.

Muitas áreas com problemas podem ainda recuperar essa situação. Com a organização interna da reserva e alguma colaboração externa, os próprios índios podem reverter a degradação da caça e sua conseqüiente perda cultural.

O manejo em Áreas Indígenas pode ter um papel crucial na conservação da biodiversidade. As instituições atuais deveriam começar a reconhecer a importância das Terras Indígenas para a complementação da conservação de recursos naturais e da biodiversidade e apoiar iniciativas (como a dos Xavante) de recuperação destes recursos que, utilizados de forma sustentável, poderão ter nas Terras Indígenas os únicos refúgios de suas regiões. ***(novembro, 1999)***

BORORO/JARUDORE

TERRA TOTALMENTE OCUPADA POR NÃO-ÍNDIOS

A TI Jarudore, com 4706 hectares, apesar de reeonhecida como área indígena criada por decreto-lei estadual de 1945, com título definitivo expedido em 1951 pelo governo estadual, encontra-se totalmente ocupada por não-índios. *(Diário de Cuiabá, 08/12/96)*

LÍDER DENUNCIA VENDA DE TERRAS

O índio Bororo José Luiz Quiareware, cacique da aldeia Jarudore, convocou a imprensa para denunciar irregularidades no processo de regulamentação das terras de sua tribo. Segundo ele, representantes indígenas, ONGs e a própria Funai estariam apoiando a permuta e venda ilegal de terras para fazendeiros da região.

Ele afirma que suas terras durante anos foram invadidas por brancos, culminando com a expulsão e abandono por parte dos remanescentes Bororo. Hoje, a área está totalmente ocupada por posseiros, transformando-se num distrito do município de Poxoréu. A questão está na Justiça há vários anos, mas ainda não teve solução. Enquanto isso, os remanescentes estão espalhados por outras aldeias bororos ou, como o próprio cacique, vivem na periferia das cidades.

Segundo Quiareware, a área atravessa processo judicial desde 1980, quando a própria Funai, com o argumento de facilitar a desapropriação dos posseiros que invadiam as terras, pediu a saída dos Bororo remanescentes. O cacique argumenta que, no decorrer dos anos, desde quando o Marechal Cândido Rondon repassou 100 mil ha de terras na região, os Bororo vêm perdendo partes da área. "Nosso território, que começou com 100 mil ha, foi reduzido para 6 mil e finalizou com 4.706", para justificar que nem dos 4 mil hectares estão podendo usufruir.

Segundo denuncia o cacique, os fazendeiros estão indo atrás dos Bororo que vivem na área Tereza Cristina, na aldeia Córrego Grande, para negociar a área do Jarudore. O cacique diz ainda que o representante do Cimi, Mário Bordignon, conhecido como mestre Mário, teria conhecimento das negociações, defendendo interesses da Missão Salesiana, que pretende construir um colégio na área Jarudore. De acordo com o filho de Quiareware, Agnaldo Timóteo Comaecureu, em nenhum momento do processo de negociação, o cacique, que é representante dos Bororo, foi convocado.

A técnica da Procuradoria, a antropóloga Jacira Monteiro de Assis Bulhões, anotou todas as queixas do cacique e informa que as denúncias serão investigadas *(Folha do Estado, 13/01/99)*.

BORORO/PERIGARA

PROJETO DE ECOTURISMO

Os índios Bororo da aldeia Perigara, no município Barão de Melgaço, a 128 Km de Cuiabá, poderão integrar o corredor do ecoturismo. A proposta, que está sendo discutida entre os silvícolas, Funai e MPF, é que a reserva possa ser visitada por turistas interessados em adquirir artesanato, mel e conhecer a cultura indígena, como uma opção a mais de lazer no roteiro do corredor do turismo sem agressão ao meio ambiente, que começa (ou termina) em Foz do Iguaçu (PR), passando por MS, MT, AM e PA.

O aval das lideranças indígenas da aldeia, onde moram 82 índios, foi dado numa reunião que contou com a presença do administrador regional da Funai, Idevar José Sardinha, e do técnico em agricultura e pecuária da autarquia, Edmilson Vargas Franco. Nos próximos dias, será agendada uma nova reunião com membros do MPF, antropólogos e indigenistas, para fechar a proposta.

A idéia é apresentar um projeto ao Programa de Apoio às Iniciativas Comunitárias (Padic), para obter recursos que possam ser aplicados em obras de infra-estrutura para receber os turistas e outros objetos. O pontapé inicial para viabilizar os recursos junto ao Padic foi dado com a criação da Associação Iturakurireu Tadaw Boe Eno Bororo no dia 20 de julho. *(A Gazeta, 23/09/98)*

BORORO/TADARIMANA

INDENIZAÇÃO POR TORRES DA ELETRONORTE

Embora desativadas, as torres da Eletronorte construídas em 1973 na AI Tandarimana continuam ocupando seus 4,2 Km de extensão. Para reivindicar a indenização a que teriam direito pela construção indevida na área indígena, os Bororo de Tadarimana não estão permitindo a retirada dos equipamentos.

Há três anos, os Bororo começaram a participar de reuniões com a presidência da Funai em busca de acordo com a Eletronorte. Em novembro do ano passado, a partir de uma reunião em Brasília, os Bororo receberam a promessa da Funai de que seria instituído um grupo de trabalho responsável pelo levantamento dos impactos ambientais causados pela instalação das torres. "As informações que tenho são de que o grupo não foi criado ainda por falta de recursos para deslocar a equipe para a área", observou o chefe do Núcleo de Apoio Local da Funai em Rondonópolis, Denivaldo Roberto da Rocha.

Os Bororo aguardam o levantamento de impactos ambientais para saberem o valor da indenização a que têm direito. Depois, conforme sugestão do procurador da República Roberto Cavalcanti, irão pensar em projetos alternativos de melhoria de vida, para reverter a indenização em financiamentos para os projetos. *(Diário de Cuiabá, 14/05/98)*

BORORO/TEREZA CRISTINA

FERRONORTE AFETARÁ ÁREA

A construção da Ferronorte, empreendimento do megaempresário Olacyr de Moraes, que deverá ligar São Paulo a Mato Grosso, poderá provocar o aumento de doenças, alcoolismo e prostituição entre os índios Bororo, especialmente na Área Indígena Tereza Cristina, município de Santo Antonio do Leverger. Conforme o projeto, a ferrovia deverá passar a cerca de cem metros do limite do território.

Segundo o missionário Mário Bordignon, que há 11 anos convive com os Bororo, se o projeto for executado, os problemas deverão começar já durante as obras: "Está prevista uma ponte de 300 m sobre o Rio São Lourenço e para a sua construção deverá ser montado um acampamento de uns mil operários. Isso traria de volta toda a problemática do alcoolismo e da prostituição".

O salesiano Mário Bordignon disse que o Cimi fez uma proposta para desvio de um trecho da estrada de ferro, em reuniões com a Funai, Ministério Público e Ferronorte, em Brasília. Ele salientou que a previsão é que "passem dez trens por dia na ferrovia, afugentando a caça" e que os vagões trarão agrotóxicos do Sul, ameaçando o meio ambiente. "E se o trem descarrilhar?", pergunta.

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) realizado pelo antropólogo Paulo Serpa deixa claro os prejuízos aos índios. Ele formulou o EIA para a empresa consultora Tetraplan, contratada pela Ferronorte. O documento deve ser encaminhado à Fundação Estadual de Meio Ambiente. (Fema).

O secretário do Meio Ambiente, Frederico Muller, afirmou que quando o EIA chegar à Fema será realizada uma audiência pública em Mato Grosso para discutir o assunto. Mas ainda não há data marcada.

Segundo o EIA, as obras das pontes e da ferrovia vão seccionar áreas de perambulação dos Bororo de Tereza Cristina. Paulo Serpa enfatiza que o traçado da ferrovia está muito próximo às aldeias Córrego Grande e Piebaga. Mas, segundo ele, outras áreas Bororo "poderão vir a ser afetadas, considerando-se basicamente a rede de relações intertribais desenvolvida entre as aldeias Bororo da bacia do São Lourenço". Ele avalia que o impacto seria "altamente negativo para os índios, dada a própria situação em que se encontram: prática de alcoolismo e prostituição".
Segundo o diagnóstico ambiental, a concentração de peões deverá atrair "mascates para venda de produtos e serviços", agravando ainda mais a situação. Salienta ainda que a ferrovia deverá colaborar com o aumento do fluxo de turistas, que já freqüentam fazendas da região em temporadas de pesca. *(Folha do Estado, 17/01/96)*

ÍNDIOS INTERDITAM ESTRADA REIVINDICANDO ENERGIA ELÉTRICA PROMETIDA...

Cerca de 400 Bororo da aldeia Piebaga, na região do Alto Pantanal, há 80 km de Rondonópolis, decidiram interditar a estrada de acesso a duas fazendas da região e permanecem no leito da referida estrada a espera das autoridades para negociar. Segundo informações, a interdição da estrada às fazendas Taiamã e Santa Edvirgens aconteceu porque há algum tempo fazendeiros e índios entraram em um acordo para que fosse implantanda a rede de eletrificação rural na localidade. No acordo firmado entre ambas as partes teria ficado definido que a rede passaria por dentro da reserva indígena e chegaria até as fazendas, beneficiando a todos. No entanto, segundo os índios, apenas as fazendas foram beneficiadas com a implantação da rede de energia elétrica enquanto a aldeia foi ludibriada. Sentindo-se enganados, os índios decidiram protestar e impedir a passagem de qualquer veículo ou pessoas rumo as fazendas. "Eles estão no local, armados e preparados para uma guerra, se for o caso", disse um homem que veio da fazenda Taiamã e não quis se identificar.
A estrada ocupada pelos índios é o principal meio de acesso às fazendas da região e com a sua ocupação a situação está ficando difícil. O chefe do Posto da Funai em Rondonópolis, Denivaldo Rocha, se deslocou para a área de conflito para tentar encontrar uma solução viável. Ele deverá retornar para Rondonópolis trazendo alguma medida capaz de acalmar os ânimos e fazer com que índios e fazendeiros voltem a viver pacificamente na região. *(Diário de Cuiabá, 08/08/96)*

... E MANTÊM PROTESTO, SENTINDO-SE ENGANADOS

Os Bororo da aldeia Piebaga continuam irredutíveis em seu propósito de defender aquilo que eles acham ser direito deles, especialmente as melhorias no setor de infra-estrutura da aldeia. Segundo técnicos da Funai, os Bororo concordaram com a passagem de uma rede de energia dentro de suas terras para a eletrificação das fazendas Taimã e Santa Edvirges, desde que a aldeia fosse beneficiada com a eletrificação. Passados dois anos, só as fazendas usufruem do benefício. Revoltados por se sentirem enganados, eles bloquearam o tráfego nas estradas que dão acesso às fazendas.
"Aqui ninguém entra e ninguém sai", disse o cacique da aldeia Piebaga, afirmando que ficarão no local o tempo necessário para que suas reivindicações sejam atendidas. Dizem que só voltam a liberar a estrada depois que conversarem com os fazendeiros e obter deles a garantia de que a terra indígena também será beneficiada e a aldeia eletrificada. *(Diário de Cuiabá, 10/08/96)*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA RECONHECE TI

Depois de aproximadamente 30 anos de briga judicial entre fazendeiros e a Funai pela posse de 8.319 ha, no sul do município de Santo Antonio de Leverger (entrada do Pantanal), o Ministério da Justiça reconheceu a área como Terra Indígena. Através da Portaria 299/96, o ministro da Justiça, Nelson Jobim, definiu o novo limite da TI Tereza Cristina, onde vivem os Bororo, ampliando de 25.830 ha para 34.149 ha, num perímetro de aproximadamente 143 km. Um dos três latifundiários é o deputado estadual Moisés Feltrin (PFL), que mantinha demarcada sob seu domínio uma área de 1,3 mil ha incorporados junto à sua fazenda Sol Poente. Além de Feltrin, Licínio Guimarães e José Pinto - que é pai de Raul Pinto, ex-líder da União Democrática Ruralista (UDR) e ex-vereador em Rondonópolis (89-92) - tinham demarcado terras dos Bororo para eles próprios. Guimarães invadiu 3.319 ha que formam a fazenda que denominou de Santa Maria de Ibitinga. José Pinto, que perdeu na Justiça pela quarta vez, demarcou junto a uma de suas propriedades 3,7 mil ha da reserva indígena. Essas áreas invadidas somam juntas 8.319 ha, que passam agora a pertencer aos Bororo que vivem na TI Tereza Cristina, região que congrega também a aldeia Piebaga, onde vive uma comunidade de 82 índios.
"Estamos aguardando agora liberação de recursos para a Funai fazer uma nova demarcação da área", informou ontem Denivaldo Roberto da Rocha, administrador da Funai na região Sul. Segundo ele, o órgão vai fazer uma reavaliação das benfeitorias existentes na fazenda Santa Maria para fazer indenização. Como a outra reserva que havia sido incorporada para José Pinto não sofreu nenhuma transformação, já está sob domínio dos índios. Já a fazenda Sol Poente, de Moisés Feltrin, ainda continua sub encaminhamento ao Departamento Fundiário da Funai em Brasília, para reavaliar as benfeitorias. *(A Gazeta, 26/08/96)*

CONTESTAÇÃO DE TERRA LEVA AUTORIDADES ATÉ A ÁREA

O presidente da Funai, Sulivan Silvestre, e o procurador da República em MT, Roberto Cavalcanti, visitam hoje a TI Tereza Cristina, dos índios Bororo. Parte da reserva está sendo contestada por um fazendeiro vizinho, João Rodrigues, que teria cerca de 500 ha da fazenda Salto do Poente em área que integra a reserva Bororo.
A contestação de Rodrigues se respalda no Decreto 1775, do então ministro da Justiça Nélson Jobim, que, em nome do chamado "princípio do contraditório", garante à outra parte (no caso, o fazendeiro) ser ouvida quando da demarcação de áreas indígenas.
"Vamos ouvir a comunidade para depois decidirmos que medidas tomar. Vou aberto, sem posição preconcebida", disse, ontem, de Brasília, Roberto Cavalcanti. A assessoria de Silvestre disse que ele também deve se encontrar com o fazendeiro João Rodrigues. *(Diário de Cuiabá, 04/11/97)*

ONGS DENUNCIAM ACORDO IRREGULAR

Documento assinado por oito ONGs informa que o diretor regional da Funai, Idevar Sardinha, tentou um acordo entre índios Bororo da TI Tereza Cristina e o fazendeiro João Rodrigues Gimenez, pelo qual este cederia benfeitorias à aldeia Córrego Grande em troca da certidão negativa de presença indígena em uma área de 1300 hectares.
O documento com a denúncia foi encaminhado para o procurador da República em MT, Roberto Cavalcanti. Segundo o documento, a proposta de acordo teria sido feita durante reunião na aldeia Córrego Grande, no início do mês, que contou com a presença do presidente da Funai, Sulivan Silvestre, do diretor regional Sardinha, do procurador da República em MT, Roberto Cavalcanti, e de um representante da missão salesiana, além dos próprios índios.
Sulivan Silvestre confirma a intenção da diretoria regional em se fazer o acordo. "A proposta

foi feita, mas recusada de pronto por mim", disse Silvestre. "Nem foi levada para a reunião na aldeia". Sardinha refuta a acusação de que teria proposto a certidão negativa, mas confirma o desejo de fazer um ajuste entre as duas partes. "Não tenho competência para expedir certidão negativa", disse. "Queria fazer um termo de ajuste para acabar com a situação de conflito".

João Rodrigues Gimenez é proprietário de fazenda vizinha à reserva e estaria questionando judicialmente uma parte da terra dos Bororo. O fazendeiro conseguiu no STJ anular uma segunda demarcação da reserva Bororo, feita por técnicos da Funai. "A decisão está correta", disse Sulivan Silvestre. "Não pode haver uma segunda demarcação da área sem que a primeira tenha sido anulada". *(Diário de Cuiabá, 21/11/97)*

TERENA/RONDONÓPOLIS

INCRA PROMETE ASSENTAR OS QUE VIVEM NA PERIFERIA DE RONDONÓPOLIS

Os Terena conseguiram, dia 02/06, do superintendente do Incra, Clóvis Figueiredo Cardoso, a promessa de uma área em Rondonópolis, para o assentamento de 62 índios que vivem hoje na periferia do município. A promessa foi feita em reunião, da qual participaram três membros da etnia e representantes da Funai, inclusive o assessor da presidência do órgão, Marcos Terena. Os índios já haviam conseguido uma audiência com o presidente da Funai no dia 20/05.

Os Terena em Rondonópolis reivindicaram uma área de 8.391 ha, conhecida como Fazenda Rio Vermelho, de propriedade de um empresário de Três Lagoas. Outra alternativa seria a área Jarudore, que está sendo disputada na justiça pelos Bororo e foi invadida por posseiros. Segundo Milton Rondon, líder do grupo de Rondonópolis, "Bororo já tem muita terra. Eles poderiam nos passar a área do Jarudore". Milton sugere que o Incra faça a desapropriação da fazenda Rio Vermelho e transfira os posseiros do Jarudore para lá.

Segundo o administrador regional da Funai, Idevar José Sardinha, o assentamento não será feito no modelo tradicional, com a divisão da terra em lotes, mas a posse será coletiva.

Os Terena que hoje vivem na periferia de Rondonópolis deixaram a localidade de origem, a reserva indígena Buriti, no município de Dois Irmãos, devido à superpopulação. Cerca de 500 famílias, no início da década de 80, dividiam uma área de 2900 ha. Hoje, já são 800 famílias, dividindo a mesma área. Segundo Milton Rondon, que lidera o grupo de Rondonópolis, "se todos os Terena fossem morar na aldeia, ficaríamos apertados como sardinhas". Ele denuncia que a falta de terra tem levado vários índios à condição de miséria. "Até mulheres e adolescentes se transformaram em bóias-frias nas fazendas da região para poder sobreviver". Vindos para o MT, os Terena arrendaram até 1990 uma área de 400 ha conhecida como Fazenda Velha, ao lado da aldeia Tadarimana, dos Bororo. A partir de 1988, começaram os conflitos entre os dois grupos, quando expandiam suas lavouras para dentro da reserva Bororo. Estes pediram, então, a retirada dos Terena, que foram migrando para a periferia de Rondonópolis. *(A Gazeta, 03/06/98)*

OCUPAÇÃO DA FAZENDA CAMPO NOVO...

Cerca de 90 famílias da comunidade indígena Terena ocuparam, anteontem, a fazenda Campo novo, no município de Rondonópolis, pertencente ao empresário e ex-vereador Raul Pinto. Eles prometem interditar o trecho da rodovia BR-364, na saída para Cuiabá, até sexta-feira. O protesto é pela falta de atenção do governo federal com a questão da comunidade, que vive há mais de duas décadas na periferia de Rondonópolis e luta pela reconquista de sua terra. Essa é a segunda vez que os Terena realizam protestos em busca do direito à terra. A primeira manifestação aconteceu em dezembro do ano passado, quando as famílias interditaram a rodovia BR-163, na divisa entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, por dois dias. A intenção era chamar a atenção do governo federal para os problemas de comunidade, expulsa na sua terra de origem (MS) pelo progresso. *(Folha do Estado, 25/02/99)*

... PROPRIETÁRIO QUER NEGOCIAR COM A FUNAI

O ex-vereador e pecuarista Raul Pinto, proprietário da fazenda Campo Novo, em Rondonópolis, suspendeu os efeitos da liminar de reintegração de posse, para amenizar o clima de tensão e facilitar a negociação da área com a Funai. Pela decisão judicial, os índios deveriam desocupar a área amanhã, 17 de junho. Pinto explicou que, antes da invasão, os índios estiveram visitando a área em companhia do administrador regional da Funai, Idevar Sardinha. Depois, o presidente nacional do órgão, Márcio Lacerda, também realizou uma visita "in loco". Segundo ele, a Funai demonstrou interesse pela aquisição da área. Para tanto contará com ajuda do Incra, que deve iniciar hoje uma vistoria técnica. Pinto garante que a área é produtiva e detém várias benfeitorias, como 20 mil árvores plantadas, 2 mil ha de pastagem, energia elétrica, telefone, cerraria e curral. *(A Gazeta, 16/06/99)*

FUNAI DETERMINA RESTRIÇÃO DE INGRESSO

A Funai, em Portaria nº 423, determina a restrição ao direito de ingresso, locomoção e permanência de pessoas estranhas aos quadros da Funai, por oito meses, na Terra Indígena Terena/Fazenda Campo Novo, localizada no município de Rondonópolis. E através da Portaria de 23/06 criou um grupo técnico para realizar o levantamento fundiário e a avaliação da Fazenda Campo Novo. *(DOU, 18/06 e 25/06/99)*

TERENA COBRAM POSIÇÃO DO INCRA...

A superintendência do Incra em Mato Grosso recebeu ontem uma comitiva da comunidade Terena. Os índios, preparados para guerra, vieram cobrar posição do órgão sobre os trabalhos de avaliação em uma área (Fazenda Campo Novo), passível de desapropriação. Apesar do clima de guerra, a reunião com o superintendente do órgão, advogado Clóvis Cardoso, acompanhada pelos deputados Gilney Viana e Serys Slhessarenko, transcorreu tranqüila. A decisão de desapropriar a área dependerá, após a avaliação, de Brasília. O governo federal terá que decidir sobre a desapropriação, ou seja, entre n Incra e a Funai, qual órgão se encarregará de comandar o processo de assentamento da comunidade terena. *(Folha do Estado, 24/08/99)*

... E BLOQUEIAM ESTRADA

Aproximadamente 70 índios Terena bloquearam a BR-364, no km 212, próximo a Rondonópolis. Os índios reivindicavam o assentamento da tribo, em uma região a 10 km de Rondonópolis. Durante o bloqueio, eles pediram ajuda financeira aos motoristas. A Polícia Rodoviária Federal informou que a Funai foi avisada do fato desde terça feira, quando os índios bloquearam a rodovia, para logo em seguida se retirarem. Mas, de acordo com o Inspetor Chefe da PRF, Ivan silva Dias, até as 17h25, a Funai não havia comparecido ao local. *(A Gazeta, 28/10/99)*

XAVANTE/GERAL

AUMENTO DEMOGRÁFICO E AMPLIAÇÃO DAS ÁREAS

A população de índios Xavante, espalhada em seis áreas a leste de MT, está aumentando consideravelmente. As estatísticas, que apontavam

para cerca de 2 mil habitantes na década de 60, indicam hoje mais de 9 mil índios. Por conta deste crescimento, a comunidade que já esteve ameaçada de desaparecimento enfrenta agora problemas de falta de espaço para sobreviver e conservar suas tradições.
Além da área para fazer as roças de banana, milho e mandioca, os Xavante dependem de espaço para fazer a coleta (atividade de onde sempre tiraram a maior parte de sua subsistência) e, principalmente, para a caça. É por meio da caça que se coloca em xeque a resistência física, a rapidez, a agilidade e a astúcia, virtudes prezadas socialmente. O aumento da população e a derrubada da vegetação em torno da reserva estão diminuindo o número de animais na área.
São cerca de um milhão de hectares em um território fragmentado entre as reservas de São Marcos, Sangradouro, Marechal Rondon, Pimentel Barbosa, Areões e Parabubure. *(Diário de Cuiabá, 01/06/97)*

ASSOCIAÇÃO XAVANTE É CONTRA A HIDROVIA

"Nossa vida depende do Rio, e também a de mais seis etnias indígenas – como os Karajá, Xerente, Apinajé – e muitos brancos.
Nós, Xavante, não somos contra o progresso ou desenvolvimento, mas eles devem acontecer sem arriscar a vida do rio; por que não asfaltar a BR-058, que fica muito mais barato e soluciona o problema do transporte?
Um rio arenoso não sustenta grandes embarcações, causa erosão dos barrancos e danos no meio ambiente.
As dragagens perturbam e matam os alimentos dos peixes, as tartarugas, bagres e muitos outros animais que vivem e/ou dependem do rio.
A Hidrovia vai beneficiar muito poucas pessoas, e os mais pobres vão continuar pobres.
Queremos, e também querem muitos pecuaristas, caminhoneiros e cidadãos da região, a finalização dos 300 quilômetros de asfalto da BR-058, não há necessidade da Hidrovia.
Muitos brancos ficarão desempregados com a Hidrovia, sem bom funcionamento da BR-058.
Serão transportados agrotóxicos pelos rios ... SEGURO? ... SEM PERIGO??
Não existem estudos sérios sobre as alternativas de transporte para esta área.
Precisamos da vida do rio para nós, nossos filhos, netos, bisnetos. Temos que respeitar as forças e a produção da natureza.
E você? Será mesmo que não precisa dele para os seus filhos, seus netos, seus bisnetos?
Não basta só vestir esta camisa! É preciso acreditar nela !!"
(Declaração da Associação Xavante Pimentel Barbosa, em acompanhamento a uma camiseta vendida para divulgar sua posição contrária à Hidrovia Tocantins-Araguaia - agosto/98)

XAVANTE/HIDROVIA

LIMINAR SUSPENDE OBRAS

Os Xavante de Pimentel Barbosa e de Areões conseguiram suspender, pelo menos provisoriamente, o início de qualquer obra de implantação da hidrovia Araguaia-Tocantins, no trecho entre o município de Nova Xavantina (MT) e a desembocadura do Rio das Mortes. A suspensão foi determinada pela Justiça Federal do MT, que concedeu anteontem uma liminar para a Companhia Docas do Pará, responsável pela obra.
A liminar determina a suspensão imediata de qualquer tipo de obra, como, por exemplo, a fixação de placas e de bóias de sinalização, e também a navegação na hidrovia. Jeferson Schneider, juiz substituto da 2ª Vara da Justiça Federal do MT, alegou que existem riscos de conflitos na região, caso sejam realizados embarques de soja. "Os índios estão dispostos a recorrer à violência para impedir a navegação às margens de suas reservas", afirmou. O juiz estabeleceu uma multa diária de R$ 100 mil em caso de descumprimento da ordem judicial.
As comunidades Xavante das reservas de Areões e Pimentel Barbosa, estão sendo representadas pelo ISA, que moveu uma ação ordinária contra a companhia paraense, o Ibama e a União.
Na ação, que motivou a liminar, os advogados do ISA argumentam que as obras na hidrovia estão sendo iniciadas sem licença ambiental – o Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) ainda não estão concluídos – e sem autorização do Congresso Nacional. Segundo a assessora jurídica do ISA, Juliana Santilli, a Constituição exige essa autorização para qualquer obra de aproveitamento de recursos hídricos em áreas indígenas. "A hidrovia é uma obra de enorme impacto social e ambiental", afirmou a assessora. "E nada pode ser feito sem estudos e consultas às comunidades indígenas" (ver *capítulo Projetos de Desenvolvimento Regional*). *(Gazeta Mercantil, 19/06/97)*

JUIZ SUSPENDE AUDIÊNCIA

O juiz Cesar Augusto Bearsi, da 3ª Vara da Justiça Federal em Mato Grosso, suspendeu as audiências públicas que iriam debater o EIA/Rima (Estudo e Relatório de Impacto Ambiental) que licenciaria a construção da hidrovia Araguaia-Tocantins.
O pedido de nulidade do EIA/Rima e de suspensão da licença de construção da hidrovia foi feito Fernando Mathias Baptista, advogado do Instituto Socioambiental. Baptista apresentou documentos que apontam os impactos ambientais da obra. "Os antropólogos e biólogos não só levantaram os impactos como apresentaram medidas que os amenizariam, entretanto nem isso apareceu no EIA/Rima oficial", reclamou Baptista.
Representando no processo as comunidades dos Xavante de Areões e Pimentel Barbosa, que ficam entre os municípios de Ribeirão Cascalheira e Canarana, às margens do Rio da Mortes, Baptista citou os prejuízos da construção da hidrovia no local, como o assoreamento e poluição do rio, matança e extinção de peixes, além da pressão que os índios sofreriam com a invasão do homem branco.
Bearsi alegou que "os laudos feitos pelos antropólogos e biólogos para compor o estudo foram falsificados pela supressão de partes importantes, exata e sintomaticamente aquelas em que tais profissionais faziam restrições ao projeto". Ele ainda completa que "não se pode basear uma obra desse vulto em uma farsa, muito menos dar reconhecimento ao público de tais laudas em audiência aberta, levando todos a crer que é real e sério, quando na verdade foi alterado". *(Diário de Cuiabá, 27/10/99)*

XAVANTE/AREÕES

FAZENDEIROS RESPONSABILIZAM ÍNDIOS POR QUEIMADAS

A quantidade de fazendas queimadas no município de Água Boa, 715 Km a leste de Cuiabá, está colocando fazendeiros em pé de guerra com os índios Xavante, apontados como os responsáveis pelo fogo. O motivo seria uma tradicional forma de caça dos índios. A técnica consiste em colocar fogo na mata, cercando os animais para que estes fujam por um única ponto, onde são esperados.
O administrador regional da Funai em Nova Xavantina, Thomaz Volney de Almeida, tem recebido reclamações de fazendeiros desde o início do mês passado. Em três visitas a fazendas supostamente queimadas por causa dos índios, o serviço de patrimônio indígena e meio ambiente da Funai não conseguiu provas que incriminassem os índios. "Os fazendeiros podem estar culpando os índios para fugir da multa do Ibama, já que muitos colocam fogo na pastagem, o que é proibido", disse. *(Diário de Cuiabá, 05/09/98)*

FAZENDEIROS DE ÁGUA BOA TEMEM INVASÃO

Fazendeiros do município de Água Branca temem que um grupo de índios xavantes invadam as propriedades para queimar e caçar. Os fazendeiros enviaram um fax ao coordenador do Prevfogo, Romildo Gonçalves, pedindo providências. De acordo com os fazendeiros, os índios estão acampados na divisa das fazendas Maracaju e Potrillo, no km 80 da rodovia municipal. Gonçalves diz que recebe denúncias desse tipo desde 97 e explica que é tradição das tribos queimar a reserva para caçar. *(A Gazeta, 27/08/99)*

XAVANTE/ MARÃIWATSEDE

MINISTRO DA JUSTIÇA TRANQÜILIZA POSSEIROS

O ministro da Justiça, Nélson Jobim, tranqüilizou ontem as mil famílias de posseiros que ocupam terras da gleba Suiá-Missú, MT, sobre a ameaça de despejo imediato da área, transformada em terra indígena e alvo de pressões internacionais para que seja logo demarcada aos índios Xavante, deslocados dali há 30 anos. A garantia foi repassada através de seu chefe de gabinete, José Gregori, em audiência com o senador Carlos Bezerra e a deputada federal Tete Bezerra, do PMDB/MT, que estavam acompanhados do prefeito de Alto da Boa Vista, Aldecides Milhomen, e um grupo de posseiros liderados por Sinair Batista Silva e Profírio Ananias Paes.

O senador Carlos Bezerra aproveitou a ocasião para informar sobre a inexistência, naquela região, de qualquer outra área similar (a sua tem 168 mil ha de terras) com capacidade de assentamento destas mil famílias (cerca de 5 mil pessoas) e que pudesse vir a ser desapropriada pelo Incra para transferir os posseiros, como chegou a ser informado pelo governo. A deputada Tete Bezerra informou que a gleba se transformou numa pequena cidade contando com telefonia, serviços públicos, cartórios e secções eleitorais.

Gregori ressaltou que a comunidade deve ficar tranqüila porque não existe nenhuma determinação para o desalojamento dos atuais ocupantes da área. Informou, ainda, que o Ministro deverá chamar em breve uma reunião com todas as partes envolvidas. *(Folha do Estado, 30/08/96)*

PROCESSO DEMARCATÓRIO ESQUENTA POLÍTICA REGIONAL

Às vésperas das eleições municipais, o governo federal faz verdadeiros malabarismos para resolver, de maneira satisfatória para todos os interessados, o caso da fazenda Suiá-Missú, ou, como dizem 700 Xavante, área indígena Marãiwatsede, de 168 mil ha, no município de Alto da Boa Vista, Vale do Araguaia, MT. Desde julho, o ministro da Justiça, Nelson Jobim, vem prometendo regularizar a área até o final do ano. Posseiros e índios estão em clima de tensão, alimentado por políticos tradicionais em busca de votos. A intervenção da PF ou do Exército não está descartada, se houver resistência na desocupação, já determinada por ordem judicial, informa Áureo Faleiros, diretor de Assuntos Fundiários da Funai. A Funai está fazendo um cadastramento das ocupações da fazenda para determinar quais foram feitas de boa-fé e quais tiveram fins especulativos. "Muita gente entrou na Suiá depois do reconhecimento da área indígena, e temos fotos de satélite, feitas ao longo dos anos, para comprovar", afirma Faleiros.

O clima na região é de confronto. Dom Pedro Casaldáliga informa que foi ameaçado de morte por defender os direitos dos índios. Fazendeiros, como Romão Flores, um dos homens mais ricos de Porto Alegre do Norte, no vale do Araguaia, posicionaram-se a favor dos posseiros. Os políticos tradicionais faturam votos com a promessa de defender a Suiá-Missú contra os índios. E os que se dizem progressistas, em geral preferem calar sobre o assunto, para não perder eleitores.

A Igreja Católica, representada pelo bispo Casaldáliga, o MST, e o PT, na voz do deputado matogrossense, Gilney Viana, também marcam posição. Afirmam defender o direito dos trabalhadores à terra, e as ocupações de latifúndios improdutivos, mas jamais sobre área indígena. *(A Crítica, 22/09/1996)*

AÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO GARANTE DEMARCAÇÃO

Depois de uma longa batalha, o MPF conseguiu a demarcação da Fazenda Suiá-Missu, no município de Alto da boa Vista. Na ação ajuizada pelo procurador geral da República em MT, Roberto Cavalcanti, solicitando a desapropriação da área, a Justiça concedeu liminar favorável no início deste ano. Provavelmente, no próximo mês, os índios da nação Xavante devam ocupar o local após a publicação do decreto.

Além das representações já formuladas, o MPF está fazendo um levantamento completo de todos os problemas ocorridos nessa reserva e em outras do MT, com base em documentos apresentados pela Funai, ONGs, Cimi e Opan. *(A Gazeta, 28/07/97)*

POSSEIROS REVOLTADOS...,

Posseiros da gleba Suiá-Missu, no município de Alto da Boa Vista, se revoltaram esta semana com a presença de uma comissão da Funai na região. Segundo o presidente do sindicato dos posseiros, Dagmar Faleiros, a comissão estava acompanhada de caciques xavantes e queria dar início ao processo de criação da TI Xavante Marãiwatsede.

A comissão estava em São Felix do Araguaia quando a notícia se espalhou na região e chegou ao conhecimento dos posseiros, que ficaram revoltados. Eles não concordam com a presença da Funai nesta negociação e alegam que o órgão pode prejudicar os posseiros que estão na área há sete anos.

Dagmar Faleiros alega que os brancos chegaram primeiro e deram início à construção de uma agrovila denominada Nova Suiá. "Tem mais de mil famílias no local", relatou. Segundo o sindicalista, a gleba conta com escola, delegacia, posto de gasolina e até um pequeno comércio em função do número de pessoas que migrou para o local. "Nós queremos o assentamento e pedimos ao Ministério da Justiça uma vistoria imparcial", defendeu. *(A Gazeta, 15/05/98)*

... BLOQUEIAM A BR-158...

Posseiros da gleba Suiá-Missu interditaram ontem a BR-158, no trecho conhecido como Posto da Mata. Segundo informações da delegacia de Polícia de Alto Boa Vista, cerca de 300 posseiros iniciaram a interdição na manhã de ontem. Eles querem impedir que a Funai e o Incra iniciem o levantamento ocupacional e cadastral das famílias de não-índios que vivem na área indígena Marãiwatsede. A rodovia é a única via de acesso à região sul do Estado e o acesso a dezenas de cidades daquela região está interditado.

Uma equipe de Brasília, composta de técnicos da Funai e do Incra, chegou na última terça-feira em São Félix do Araguaia para fazer o levantamento e concluí-lo em 90 dias, cumprindo determinação da Justiça Federal. Embora os técnicos do Instituto de Terras de MT (Intermat) também façam parte da equipe, até ontem não haviam chegado à região.

O cadastramento dos posseiros visa o levantamento do número de famílias que poderão ser beneficiadas com o programa de reforma agrária. Ninguém sabe informar ao certo o número de posseiros e fazendeiros que ocupam a AI Marãiwatsede. Funcionários da prefeitura de Alto Boa Vista dizem que são mais de 2 mil. Já a

Funai acredita que não passam de 700 posseiros, através de levantamento preliminar em estudo de fotos-satélite da região. *(A Gazeta, 14/09/98)*

... E AGUARDAM DECISÃO JUDICIAL FAZENDO AMEAÇAS

Os posseiros da gleba Suiá Missu, que liberaram a BR-158 no domingo, após conseguirem prazo para agilizarem uma tentativa judicial, ameaçam realizar novo bloqueio. O advogado dos posseiros, Luis Caetano Francisco, e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alto Boa Vista, Dagmar de Oliveira Faleiros, aguardam a decisão do juiz Julier Sebastião da Silva de autorizar ou não a perícia na área, somente até hoje. "Caso o juiz não dê nenhuma posição, nós vamos para a gleba amanhã pela manhã, porque precisamos nos reunir com os posseiros para decidir o que fazer", disse Faleiros. "Não vamos permitir a entrada de ninguém na área. Caso seja necessário, vamos fechar novamente a BR-158, a MT-242 e a MT-08C e haverá derramamento de sangue", informou o sindicalista.
O advogado explicou como está a situação da área. Segundo ele, correm dois processos na Justiça. Um é de ação declaratória de nulidade da Portaria 363/93 que declara a área como posse imemorial indígena. "Esse processo é dos posseiros contra a Funai e a União". O outro é uma Ação Civil Pública movida pelo MPF que visa reconhecer como válida a Portaria 363/93 e a conseqüente retirada dos posseiros da área. "Esse segundo é o processo da Funai contra os posseiros", disse o advogado. Ainda segundo o advogado, a Funai quer cumprir uma liminar de 1995, do juiz Alexandre Fontes Laranjeira, que determina a saída dos posseiros desde que já esteja determinada úma nova área para eles. "Em primeiro lugar, ainda não foi determinada uma nova área para os posseiros. Em segundo, para cumprir uma liminar, é necessário um mandado de segurança e um oficial da justiça. A Funai não tinha nada disso para entrar na área", informa o advogado. *(A Gazeta, 17/09/98)*

POSSEIROS CEDEM E EQUIPE DA FUNAI AVALIA MARÃIWATSEDE

Posseiros da antiga fazenda Suiá-Missu cedem e permitem os trabalhos de uma equipe de 23 técnicos da Funai, do Incra e do Instituto de Terras de MT (Intermat), que já está na área fazendo o levantamento fundiário, para dar andamento ao processo de reintegração de posse das terras dos Xavante. O trabalho está sendo acompanhado pela PF e terá de ser concluído em 60 dias. Os posseiros acabaram cedendo diante da determinação judicial, da força policial e da promessa de reassentamento em terras semelhantes à reserva indígena. *(A Gazeta, 27/09/98)*

FUNAI CRIA GT PARA GARANTIR RETORNO A MARÃIWATSEDE

A Funai, em Portaria nº 643, constituiu Grupo de Trabalho com a finalidade de promover o retorno à terra de origem – Terra Indígena Marãiwatsede – das comunidades Xavante da aldeia Água Branca/TI Pimentel Barbosa, aldeia Hu'uhi/TI São Marcos e aldeia São Felipe/TI Parabubure. O GT deverá planejar e executar as ações necessárias para o retorno em seis meses. *(DOU, 06/08/99)*

XAVANTE/SÃO MARCOS

CRIADA A ASSOCIAÇÃO TSERE'OMORÃTE

Para lutar pela ampliação da área e pelas melhorias das condições de vida dentro da aldeia, os Xavante de São Marcos criaram a Associação Tsere'Omorãte para representá-los, sem a necessidade de interlocutores, junto aos órgãos oficiais. Entre os planos da Associação está a elaboração de projetos a serem financiados pelo Programa de Apoio direto às Iniciativas Comunitárias (Padic), do Prodeagro.
Os Xavante também estão buscando parcerias com a UFMT, cujo reitor, Fernando Nogueira, liderou uma equipe de professores e alunos em visita na semana passada à aldeia de São Marcos, a convite do cacique Aniceto. UFMT e Xavante estudam a possibilidade de implementar ações nas áreas de saúde, produção de alimentos e educação, esta última com a liberação do vestibular regular para os índios interessados no curso superior *(Diário de Cuiabá, 01/06/97)*

XAVANTE/SANGRADOURO-VOLTA GRANDE

NOVA ALDEIA BUSCA ROMPER COM PATERNALISMO DA FUNAI

Os Xavante de Sangradouro criaram uma aldeia auto-sustentável para resgatar os costumes dos antepassados e a própria autonomia, livrando-se, assim, do domínio da Funai. A aldeia Idzô Uhu (aldeia das Abelhas) irá dedicar-se à produção de mel e à agricultura, somando antigas práticas e tecnologia moderna.
Cerca de 100 índios, na maioria jovens, já moram na aldeia e se alimentam do que plantam; vendem também artesanato e começam a produzir mel. O ideal é não depender de ninguém e reafirmar seus valores, para ter contato com o branco sem ser massacrado.
"A Funai não deixa os índios dialogarem com a sociedade dos brancos, mas nós sabemos que é preciso fazer uma troca cultural com eles", diz o índio Hipãridi Dzutsi'wa Top'tiro, elaborador do projeto. Hipãridi mora em São Paulo, onde dá aulas de dança e cultura xavante. Ele viaja todo mês à aldeia para orientar as novas gerações sobre a realidade dos índios no Brasil.
Os Xavante contam com um projeto que já dura seis anos para orientar os jovens que querem estudar fora da aldeia sobre os perigos e benefícios da sociedade dos brancos. A Associação Arte e Cultura Idzô'uhu realiza estudos sobre a estrutura social dos brancos e dos índios e conta com o auxílio de professores, estudantes e profissionais liberais.
Se o projeto da Associação e da comunidade auto-sustentável der certo, será implantado em outras aldeias: "Vamos readquirir nossos hábitos, não queremos mais consumir alimentos que não podemos produzir. Plantaremos mandioca, milho e banana, mas continuaremos nos relacionando com a sociedade envolvente. *(A Crítica, 26/01 e Jornal do Commércio, 26/01/97)*

FAZENDA SANGRADOURO É A MAIOR PROPRIEDADE RURAL DA IGREJA NO PAÍS

O padre italiano Sandro Giancola, da Ordem dos Salesianos, administra a Fazenda Sangradouro, com 1400 cabeças de gado, 18 vacas leiteiras e lavouras de arroz, milho e mandioca. A produção se destina aos 1100 índios Xavante e Bororo que vivem em quatro aldeias nos 11.210 ha da propriedade, a maior da Igreja no país.
O padre Giancola também dirige a Escola Indígena São José e um posto de saúde. Desde o início do ano, 41 Xavante e um Bororo - os primeiros a concluir os três anos de um curso de formação de professores - substituíram os professores brancos na Escola Indígena e lecionam português, matemática, história, geografia e educação religiosa para 300 índios das quatro aldeias de Sangradouro e em mais 70 aldeias da região.
Este ano, os salesianos também passaram a ministrar um curso de enfermagem e em 1998 começam a preparar os técnicos agrícolas. Até o ano 2000, os missionários pretendem criar um curso de pedagogia, com a ajuda dos professores da Universidade Católica Dom Bosco, de Campo Grande (MS).

Para o bispo de Barra do Garças, a Fazenda Sangradouro é descartada para a reforma agrária. Tanto é que não está incluída na lista de propriedades que a igreja destina para esse fim. Anos atrás, a Funai pensou em incorporar a fazenda à reserva dos Xavante e retirar os salesianos. Mas os próprios índios não quiseram abrir mão da ajuda. *(O Globo, 01/06 e Diário de Cuiabá, 08/06/97)*

ASSOCIAÇÃO XAVANTE LANÇA CAMPANHA "SALVE O CERRADO"

Com o intuito de salvar o cerrado brasileiro, a Associação Xavante Warã, ligada à aldeia Idzô'uhu (ou Abelhinha), da Terra Indígena Sangradouro/Volta Grande, lançou campanha nacional em prol de uma política de conservação do cerrado, que apresenta somente 20% de sua área original preservada. Por ser considerado local de produção de grãos para exportação, a Lei 49.141 autoriza o desmatamento de 80% do cerrado para plantio. A Associação acusa o uso ilegal do restante. Em Sangradouro, 1.400 ha já foram desmatados. A denúncia inclui sob seu foco processos de arrendamento de terras indígenas/ "parcerias" entre fazendeiros da região e algumas das aldeias da área de Sangradouro. *(ISA, dez/1999)*

TSÕ'REBTÕNÃ RÓ HÃ SALVE O CERRADO

Nós Xavantes sabemos a importância que tem o cerrado e toda a vida que ele guarda.
Sabemos que sem o cerrado não há cultura Xavante, nenhum futuro para nós. Hoje, em volta do nosso território, no qual ainda sobrevive uma ilha de cerrado intacto, estão inúmeras fazendas de soja, algodão e arroz, cidades, estradas e quase nada do cerrado original.
E como se isso não bastasse, fazendeiros gananciosos estão iludindo alguns caciques Xavantes com propostas de "parcerias", e desmatando dentro das nossas terras para plantar arroz e soja, ilegalmente. Já foram desmatados 1.400 hectares de cerrado na Terra Indígena Sangradouro, (conforme provam as imagens do satélite TM Landsat 225/71 de 17/06/99). Por este motivo a Associação Xavante Warã, em nome da aldeia Idzô'uhu, lança esta campanha.

O RÓ

O Xavante depende do cerrado e o cerrado depende do Xavante. Os animais dependem do cerrado e o cerrado depende dos animais. Os animais dependem do Xavante e o Xavante depende dos animais. Isso é o Ró. Ró significa tudo para os caçadores Xavante: o cerrado, os animais, os frutos, as flores, as ervas, o rio e tudo mais. Nós queremos preservar o Ró. Através do Ró garantiremos o futuro das novas gerações: a comida, os casamentos, os rituais e a força de ser Xavante. Se estiver tudo bem com Ró continuaremos a ser Xavantes. O caçador anda no Ró e aprende a amá-lo. As mulheres aprendem a amá-lo porque o casamento depende do Ró e porque também andam lá para pegar as frutas.
Antigamente o Ró era assim: havia a aldeia, envolta a roça, envolta as frutas, envolta a caça junto com os espíritos, envolta mais caça e mais caça sempre junto com os espíritos. Os espíritos ajudavam a descobrir os segredos que o Ró escondia: onde estava a força do caçador, onde estava a caça, onde tinha cobra e outros segredos. Os caçadores iam pegar a caça mais longe da aldeia, assim os animais fugiam em direção a aldeia. Depois os caçadores iam em outro lugar longe da aldeia. Assim os filhotes iam crescendo sempre e esqueciam a tragédia da caçada. Mais longe que isto só estavam o céu e a outra aldeia onde moram os mortos. Mas hoje os rapazes não estão aprendendo a amar o Ró, nunca andaram, caçaram, nem sabem cuidar dele, querem plantar arroz e soja. Hoje as novas gerações querem comprar comida de fora, esqueceram que a comida vem do Ró, não da cidade. As mulheres Xavante continuam a amar o Ró, sabem que só se ele existir poderão se casar e casar seus filhos e filhas. (Texto de Adão Top'tiro, curandeiro, e Thiago Tsereisu, cacique Idzô'uhu. Traduzido por Hiparidi D. Top' tiro)

XAVANTE/PARABUBURE-CHÃO PRETO-UBAWAWE

CONFLITO VIOLENTO COM MADEIREIROS ...

Um conflito entre Xavante e madeireiros que atuam em suas reservas, deixou três mortos e dois feridos durante o Carnaval, na região de Campinápolis (MT). Um dos feridos, o índio João Weredê, funcionário da Funai, atuava como monitor na reserva Xavante de Santo André. O clima é tenso na região.
O conflito começou na última sexta-feira, quando índios das aldeias Santo André, Santa Luzia e Nova Luzia detectaram a presença de madeireiros dentro da reserva. Eles tentaram abordar os madeireiros, quando foram atacados por cães. Os índios reagiram e houve troca de tiros. João Weredê foi ferido no peito, sendo transferido para um hospital de Gioânia (GO). Durante o tiroteio com os Xavante, o madeireiro Simão José Parreira morreu e seu irmão Vilmar José Parreira ficou gravemente ferido com tiros e flechadas disparadas pelos índios.
Na segunda feira, os índios foram até a sede do município de Campinápolis, localizaram familiares do madeireiro morto e atacaram com flechas, bordunas e facões, deixando um saldo de mais dois mortos: Amélio Ribeiro da Silva e Otacílio José de Carvalho. Os madeireiros revidaram e ocorreu um segundo confronto, que deixou mais um ferido, não identificado.
O ataque agravou a tensão em Campinápolis. Índios de outras aldeias da região e até mesmo de Barra do Garças (MT) estão se deslocando para a área de conflito, muitos deles em busca de informações, assustados com o acirramento do conflito com os brancos. *(Jornal da Tarde, 21/02/96)*

... LEVA A POLÍCIA FEDERAL A PARABUBURE

Vinte e cinco agentes da PF, a pedido da Funai, foram enviados ontem à TI Parabubure para investigar os conflitos entre os Xavante da região e exploradores de madeira, ocorridos nos últimos dias. Os agentes vão abrir um inquérito

para apurar o motivo do incidente e descobrir qual dos dois lados tomou a iniciativa no confronto. Apesar da intervenção, o superintendente interino da PF no estado, delegado José Nilton Nóbrega, voltou a reiterar ontem que não há clima tenso no município de Capinápolis. "Pelo menos por enquanto a situação está totalmente sob controle na região", garantiu Nóbrega. *(O Estado de Mato Grosso, 24/02/96)*

PERSPECTIVA DE AMPLIAÇÃO DE PARABUBURE ACIRRA ÂNIMOS NA REGIÃO

Um novo conflito entre Xavante e brancos poderá eclodir a qualquer momento na região do Médio Araguaia, nos municípios de Campinápolis, Água Boa, Novo São Joaquim e Paranatinga devido a possibilidade de criação de uma nova reserva indígena na região. Segundo o presidente do Sindicato Rural de Campinápolis, Silval Moreira da Cunha, o clima ficou tenso depois que uma comissão de técnicos da Funai de Brasília estiveram na região fazendo o levantamento de terras que poderão ser usadas na criação de novas reservas, conforme a Portaria 2.101/95. De acordo com Silval Moreira, neste levantamento, toda a área territorial do município de Campinápolis seria absorvida pela nova reserva, que beneficiaria os Xavante.

O clima em Campinápolis é tenso depois da divulgação do levantamento e a possibilidade da cidade ser transformada em terra indígena dos Xavante. Os moradores ameaçam partir para a violência para evitar que a Funai concretize o seu projeto. O prefeito de Campinápolis, Flávio Ferreira Lima, acompanhado por uma comissão de produtores rurais, viajou na manhã de ontem com destino a Brasília na tentativa de se reunir com o ministro da Justiça e achar uma solução. Acompanhado por outra comissão, o prefeito eleito da cidade, Sebastião da Costa, está em Cuiabá para uma audiência com o governador Dante de Oliveira para tratar sobre o assunto. *(Diário de Cuiabá, 22/10/96)*

NÃO-ÍNDIOS ORGANIZAM-SE CONTRA AMPLIAÇÃO...

O governo de Mato Grosso e uma comissão de autoridades e empresários da região de Campinápolis aguardam a decisão do Ministério da Justiça para discutir a proposta de ampliação da aldeia xavante Parabubure. A comissão, formada por prefeitos, vereadores, fazendeiros, governo e toda a bancada federal de Mato Grosso, vai se reunir com o Ministro da Justiça, Nelson Jobim no dia 29 de outubro de 1996, às dez horas.

Os produtores rurais da região de Campinápolis aguardam com expectativa o encontro com o ministro da Justiça.

O secretário-chefe da Casa Civil, Antero Paes de Barros, disse que o governo do Estado do Mato Grosso é contra a ampliação da reserva Parabubure e vai "fazer o que for possível" para evitá-la. Sempre defendemos os direitos indígenas, mas nesse caso muitas famílias de produtores rurais serão prejudicadas", afirmou. *(Diário de Cuiabá, 23 e 25/10 e Folha do Estado, 25/10/1996)*

... E RETORNAM DECEPCIONADOS DE ENCONTRO COM MINISTRO DA JUSTIÇA

Os produtores rurais de Campinápolis retornaram decepcionados do encontro que tiveram com o Ministro interino da Justiça, Milton Caligma, e com o presidente da Funai, Júlio Gaiger. Nem mesmo a presença do vice-governador do Estado do Mato Grosso, senadores, deputados e prefeitos das cidades que poderão ser prejudicados com a ampliação da reserva sensibilizou o ministro. Este prometeu estudar o caso, enquanto o presidente da Funai deixou a entender que a Portaria que prevê a ampliação da área dos Xavante será cumprida com a simples desapropriação das benfeitorias dos produtores, que perante a Constituição não teriam qualquer garantia com o processo de titulação do estado no caso da ampliação da reserva. *(Diário de Cuiabá, 31/10/1996)*

FUNAI APROVA TIS CHÃO PRETO E UBAWAWE CONTÍGUAS A PARABUBURE...

A Funai publicou, no Diário Oficial do Estado, a aprovação dos estudos de identificação de duas novas terras indígenas em MT. A Ubawawe (Ponte Grande) localiza-se no município de Novo São Joaquim, beneficiando as aldeias Novo Paraíso, Água Limpa e Aldeinha, onde moram quase 400 índios tem superfície de 51.900 ha e perímetro de 120 km e é contígua à TI Parabubure.

A segunda área delimitada está no município de Campinápolis e recebe o nome da única aldeia beneficiada: Chão Preto. Com 8.060 ha de superfície e 52 km de perímetro, a área demarcada beneficia 391 habitantes.

Tanto Chão Preto quanto Ubawawe fazem parte das reivindicações dos Xavante desde 1979, quando foi criada a TI Parabubure. A demarcação de 1979 desagradou os Xavante, pois não incluiu vários hectares ocupados por eles. Essas demarcações devem colocar um ponto final nas ações de posseiros. Conforme o chefe do Patrimônio da Funai em Nova Xavantina, Luiz Barbosa Luz, as áreas sofreram invasões e brancos mantiveram posses no local. *(A Gazeta, 02/10 e DOU, 04/09/97)*

... E MINISTRO AS DECLARA POSSE PERMANENTE

O ministro da Justiça, Renan Calheiros, declarou de posse permanente do grupo indígena xavante as Terras Indígenas Chão Preto (superfície aproximada de 8.060 hectares, perímetro aproximado de 52 km, no município de Campinápolis/ MT) e Ubawawe com superfície de 51.900 ha e 120 km de perímetro, no município de Novo São Joaquim/MT. *(DOU, 26/06/98)*

CONFRONTO VIOLENTO ENTRE GRUPOS XAVANTE EM CAMPINÁPOLIS

Um violento confronto entre índios xavantes do Araguaia, dia 5 de agosto, praticamente paralisou a cidade de Nova Xavantina, a 650 km de Cuiabá. A briga aconteceu no município de Campinápolis, mas tumultuou a cidade de Nova Xavantina, para onde os índios feridos foram levados. Vários comerciantes não hesitaram em fechar as portas dos seus estabelecimentos com medo de que houvesse novo confronto entre os índios. De acordo com a Polícia Militar, que acompanhou à distância todo o impasse, o desentendimento ocorreu entre os índios das aldeias Parabubu e Palmares. A briga teria sido por causa de um motor de trator, com os índios preferindo tirar a diferença no braço. Duas vítimas saíram gravemente feridas nesse confronto e foram encaminhadas para o Hospital Nova Brasília: Olívio Xavante e Messias Xavante. Posteriormente uma dessas vítimas foi transferida para Brasília. *(A Gazeta, 07/08/99)*

XAVANTE INVADEM PRÉDIO DA POLÍCIA EM CAMPINÁPOLIS

Cerca de 200 índios xavante pintados para guerra cercaram e invadiram ontem pela manhã o destacamento da Polícia Militar de Campinápolis. Nervosos e armados com arcos e flechas, eles renderam e ameaçaram matar os cinco policiais da cidade e o prefeito, Sebastião Antônio da Costa, que também estava no prédio da PM, na hora do cerco. Os xavante estavam revoltados porque no sábado o mecânico Nilson de Souza Neto atropelou um índio da tribo e não prestou socorro. Nilson fugiu logo após o atropelamento abandonando a vítima. Os xavante roubaram a motocicleta do mecânico e exigiam reparações. Depois de mais de cinco

horas de tensa negociação entre representantes da Funai e a da prefeitura os índios desocuparam o prédio da Polícia Militar. Para se retirarem, eles fizeram um acordo que prevê a entrega de cestas básicas e uma vaca pela prefeitura. Mas não devolveram a motocicleta do mecânico. *(O Liberal, 16/12/99).*

XAVANTE/PIMENTEL BARBOSA

ROCKEIROS DO "SEPULTURA" GRAVAM COM XAVANTE

O sexto disco do Sepultura, "Roots", é surpreendente sob todos os aspectos. Tem todo o peso que identifica a banda, mas vem com molho percussivo, que dá um caráter inovador ao ambiente de pouca criatividade no panorama do rock atual. O tema central deste primeiro trabalho conceitual do grupo é o resgate das raízes. A identidade da banda, o estilo ultrapesado e agressivo, só foi reforçado. A combinação explosiva de experimentalismo e pesquisa musical mescla Carlinhos Brown e os cantos dos índios Xavante ao peso habitual do Sepultura. "Itsári" – raízes, em xavante – traz um dos rituais de cura da tribo para o século 21. Gravada na aldeia de Pimentel Barbosa, a música é a simbiose perfeita deste encontro multi-contracultural. O resultado é uma troca de informações de fina sensibilidade, muito diferente dos já ensaiados encontros entre o pop e o folclórico. A poesia do canto xavante foi preservada em "Itsári" e o Sepultura, sabiamente, não submeteu a cultura indígena a seu catecismo heavy metal. *(Trechos de artigo de Célia Almuderna, FSP, 25/02/96)*

VELHOS CONTAM SUA VERSÃO DA "PACIFICAÇÃO"

Um grupo de idosos Xavante decidiu contar fora da aldeia porque aceitaram a aproximação com os brancos. Os índios contestam a versão oficial pela qual os brancos "amansaram" o povo mais arredio do cerrado, em Canarana, MT, no fim da década de 40. Os líderes da aldeia Pimentel Barbosa, todos com mais de 70 anos, acreditam que foram eles que pacificaram os agressores, permitindo o contato numa tática desesperada de conhecer o inimigo para não desaparecer.
Esse relato dos Xavante será apresentado em documentário, livro em língua nativa e numa exposição de desenhos e fotografias sobre a história, com lançamento programado para abril, em São Paulo. O material está em fase de finalização no Núcleo de Cultura Indígena, em São Paulo. O filme é dirigido por Belisário Franca e Angela M. Pappiani e tem Sylvestre Campe como diretor de fotografia. Cristina M.S.Flória é produtora-executiva do projeto e prevê também uma instalação do artista plástico Siron Franco e a edição de um CD-ROM. O evento marca o cinqüentenário do contato e deve ocorrer no Parque da Independência, zona Sul. *(ISA, 1997)*

EVENTO NO RIO DE JANEIRO

O Palácio do Catete transformou-se em uma república Xavante no fim de semana. No sábado, diante de uma platéia de cerca de 400 espectadores, os Xavante da aldeia de Pimentel Barbosa, em Xavantina (MT), apresentaram cantos e danças tradicionais, incluindo a dança da corrida de toras de buriti, a dança da furação de orelha e aquelas ligadas ao ritual de caça.
Foi ali naquele local que, há 44 anos, Getúlio Vargas recebeu uma delegação de índios, oficializando o contato dos Xavante com os brancos. O velho Sereburã lembra do primeiro contato de sertanistas com os índios. "A gente achava que eram cachorros grandes", recorda-se.
O espetáculo Isari: Canto e dança tradicional Xavante integrou o evento multimídia que animou o Museu da República durante o final da semana, com mostra de filmes, apresentação de livros e lançamento de CDs, produzidos pela comunidade indígena. Imperdível é a apresentação do videodocumentário A'uwê Uptabi: Povo verdadeiro, com narração de Milton Nascimento e a bela música de Túlio Mourão, que conta a história traumática do contato do ponto de vista dos Xavante. *(JB, 11/09/98)*

SAÚDE/EDUCAÇÃO

FORMAÇÃO DE AUXILIARES DE ENFERMAGEM INDÍGENAS...

Cento e vinte índios serão capacitados para atuar como auxiliares de enfermagem em aldeias de cinco regiões do Mato Grosso, beneficiando 31 etnias. A profissionalização dos agentes indígenas de saúde está prevista para começar em agosto e deve durar até dezembro/98.
Conforme a consultora de saúde indígena da Secretaria Estadual de Saúde e coordenadora do programa, Mercedes Setem, o objetivo do projeto é formar e capacitar agentes que permaneçam nas aldeias, dando assistência à comunidade. O enfoque da capacitação será a prevenção de doenças e a própria comunidade escolherá os profissionais. Para Mercedes, a capacitação dos índios para atuar nos postos, vai aumentar a qualidade do atendimento, já que os funcionários da Funai permanecem pouco tempo nas aldeias. "Dentro das aldeias, eles podem fazer o diagnóstico precoce", destaca.
Teve início ontem a capacitação pedagógica dos professores e instrutores que irão ministrar e supervisionar a formação dos índios. Ao final do curso, que terá duração de 80 horas, 15 profissionais de saúde e um antropólogo vão elaborar a grade curricular. A responsabilidade da capacitação dos índios está a cargo da Escola Técnica de Saúde e conta com o apoio da Secretaria Estadual de Saúde, Funai e Prodeagro, que viabilizará os recursos. *(A Gazeta, 01/07/97)*

... CONTINUA COMO "PROJETO XAMÃ"

O projeto Xamã é um programa de formação de auxiliares de enfermagem indígenas e teve início em janeiro passado com cursos em São Félix do Araguaia, Tangará da Serra, Nova Xavantina/ Barra do Garças e Rondonópolis. O projeto prevê a formação de 126 auxiliares de enfermagem, atendendo a 31 etnias, em 15 meses, a um custo de R$ 1,4 milhão.
Além da esperança de melhorar as condições de vida nas aldeias, uma das expectativas dos índios participantes do projeto Xamã é o reconhecimento do curso. Algo que pode encontrar barreiras por parte do Conselho Regional de Enfermagem, que exige o 1º grau para o curso de auxiliar de enfermagem. Mercedes Séten, coordenadora do Programa de Saúde Indígena da Secretaria Estadual de Saúde, acredita que esse problema será superado e que o índio auxiliar de enfermagem será reconhecido em todo país. "O projeto, além de buscar a profissionalização dos agentes de saúde, visa o reconhecimento e a sua inserção no SUS", afirmou Mercedes. *(Diário de Cuiabá, 22/02/98).*

PROJETO DE EDUCAÇÃO E PREVENÇÃO DE DST/AIDS

O Centro Etno-ecológico do Vale do Araguaia (Celva) está desenvolvendo juntos aos índios o projeto de "Educação e Prevenção de DST/Aids para Xavante e Bororo". A cooperação da ONG está sendo viabilizada pelo Programa Nacional de DST/Aids, da Secretaria de Assistência à Saúde, do Ministério da Saúde, dentro do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (Pnud).
O projeto visa levar informações aos homens e mulheres índias e, principalmente, aqueles que vão estudar nas cidades, sobre os riscos de contágios das "novas doenças" e as formas de proteção. Como recurso didático estão sendo preparados alguns livros sobre DST e Aids, nas lín-

guas Xavante e Bororo, além de um pequeno documentário em VHS também nas línguas indígenas.
O trabalho está, inicialmente, voltado para as cerca de 20 aldeias dos municípios de General Carneiro, Paranatinga e Barra do Garças. Há perspectiva de se expandir, apresentando o material didático que está sendo preparado para as outras áreas Bororo e Xavante de Rondonópolis, Nova Xavantina e Água Boa, totalizando cerca de 80 aldeias, ou 50% da população indígena de MT. *(Diário de Cuiabá, 02/11/97)*

PROJETO TUCUM ALFABETIZA EM 15 MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO

A modesta acomodação esconde a eficiência e a importância de um modelo inédito de aprendizagem indígeana: O Projeto Tucum, pelo qual as crianças da aldeia estudam com professores igualmente índios e, mais do que isso, com conteúdo diferenciado do modelo tradicional – valorizando a culturado povo.
O currículo do Tucum subverte o tradicional método de aprendizagem logo de início. Os pequenos estudantes aprendem desde o primeiro dia de aula, o português e a língua do povo. No caso da aldeia Córrego Grande, o bororo. "O projeto é fundamental em três princípios: língua, terra e cultura", diz uma das coordenadoras, a professora Maria Luzenira Braz. O projeto é gerado a partir da observação, da pesquisa e da vivência com a realidade da aldeia. "É o ajuste de nossa ciência com o conhecimento deles", diz a mesma professora.
O Projeto Tucum está sendo desenvolvido desde 1996 em 15 municípios do Estado. Os cursos de capacitação acontecem em quatro polos: Tangará da Serra, Água Boa, General Carneiro e Paranatinga.
Os índios e professores se reunem a cada seis meses nesses polos a fim de fazer a reciclagem e desenvolver projetos para serem aplicados nas aldeias. O Tucum , cuja meta é atingir 4,5 mil índios, é desenvolvido em parceria com o Estado, prefeituras, Funai e Ongs. Os recursos são do programa de Desenvolvimento Agroambiental (Prodeagro). *(Diário de Cuiabá, 09/11/97)*

EDUCADORA BAKAIRI EXPÕE SUAS IDÉIAS

A prática dos professores índios nas salas de aula das aldeias precisa ser pensada para a realidade de cada povo e não reproduzir a escola da cidade. A discussão foi levantada pela educadora da etnia bakairi Darlene Taukane, primeira indígena brasileira a conquistar o título de mestre pela Universidade Federal de Mato Grosso, dentro da conferência sobre a "Participação dos Professores na Construção dos Projetos dos Povos Indígenas", na Conferência Ameríndia de Educação, organizado pelo Conselho de Educação Escolar Indígena de MT, que teve representantes de pelo menos dez países, com a presença de 500 professores indígenas de 50 etnias diferentes.
A Conferência se encerra com a leitura do documento "Carta de Cuiabá", contendo as propostas tiradas no encontro. *(Diário de Cuiabá, 17 e 21/11/97)*

ENSINO SUPERIOR PARA ÍNDIOS EM DISCUSSÃO

Começa a ganhar corpo o projeto de instalação da Universidade Indígena de Mato Grosso. Terminou ontem (20/02) a primeira rodada de discussões sobre o modelo a ser adotado para o ensino superior dos índios, algo inédito no país.
O encontro aconteceu durante dois dias no auditório da Secretaria Estadual de Educação (Seduc) e reuniu entidades educacionais ligadas à causa indígena, como Fundação Nacional do Índio (Funai), Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Universidade Estadual do Mato Grosso (Unemat), Coordenação de Assuntos Indígenas do Estado de Mato Grosso (Caiemt) e representantes de aldeias.
A universidade indígena foi criada pelo governador Dante de Oliveira, em decreto assinado durante a abertura da Conferência Ameríndia e do Congresso de Professores Indígenas, realizados simultaneamente em Cuiabá, em 1997. A intenção do governo do Estado é que os professores índios passem a freqüentar a faculdade. Graduado, o novo professor vai continuar dando aulas nas aldeias, só que para séries mais avançadas, como de 5ª a 8ª série e até 2º grau.
"A intenção é que nossa interferência na educação deles seja cada vez menor", afirmou o professor de geologia da UFMT, Aquiles Lazarotto, que faz parte do comitê que estuda a implantação do novo modelo educacional. *(Diário de Cuiabá, 21/02/98)*

16. LESTE

MÁRCIO FERREIRA

Maxakali

Terras Indígenas
Instituto Socioambiental - Dezembro de 2000

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
1	Águas Belas	Pataxó	100 Anai: 98	Homologada. Dec. s/n de 08/09/98 homologa a demarcação (DOU, 09/09/98). Resolução 77 de 11/11/99 lista os ocupantes de boa-fé p/ serem indenizados (DOU, 17/11/99).	1.189	Prado	BA	Faixa costeira.
	Aldeia Velha	Pataxó	199 Anai: 98	Em Identificação. Port. Funai 314 de 08/04/98 cria GT para estudos e identificação da TI (DOU, 13/04/98)	0	Porto Seguro	BA	Faixa costeira
49	Barra Velha	Pataxó	1.683 Anai: 98	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 396 de 24/12/91 homologa demarcação (DOU, 26/12/91). Reg. CRI Porto Seguro Matr. 14.548, Liv 2-RG em 03/02/92. Reg. SPU Cert. 060 em 27/09/96. Contrato c/Opa Engenharia e Topografia Ltda p/ redemarcar a TI. Valor 16.714,40. Vigência de um ano a partir de 9/2/98 (DOU, 16/02/98). Port. Funai 685 de 18/8/99 cria GT p/revisão de limites (DOU, 20/09/99). Port. 104 cria GT p/rever limites (DOU, 25/02/00).	8.627	Porto Seguro	BA	Faixa costeira. PN de Monte Pascoal.
66	Caieiras Velha	Guarani M'Bya Tupiniquim	870 Rocha Freire: 97	Homologada. Dec. s/n de 11/12/98 amplia a superfície da terra indígena que teve a demarcação homologada p/ Decreto 88.926 de 17/10/83 (DOU, 14/12/98)	2.997	Aracruz	ES	Estrada municipal corta a área.
65	Comboios	Tupiniquim	287 Rocha Freire: 97	Homologada. Dec. s/n de 11/12/98 amplia a superfície da terra indígena que teve a demarcação homologada p/ Decreto 88.601 de 9/8/83 (DOU, 14/12/98). Resolução de Com. de Sindicância da Funai n. 79 de 11/11/99 lista os ocupantes de boa-fé p/ serem indenizados p/ benfeitorias e os de má-fé (DOU, 17/11/99).	2.983	Aracruz	ES	
86	Coroa Vermelha	Pataxó	1.546 Anai: 98	Homologada. Dec. de 09/07/98 homologa a demarcação. A TI tem sobreposição da área delimitada p/ Decreto 1.874 de 22/04/96 denominada Museu Aberto do Descobrimento, corresponde à primeira descrição geográfica do Brasil (DOU, 10/07/98). Resolução 73 da Comissão de Sindicância considera de boa-fé as as benfeitorias dos ocupantes não-índios na TI, desde que tenham ocorrido antes do decreto de homologação e que estejam de acordo com o Código Florestal e leis disciplinadoras do uso da Mata Atlântica, as que estão situadas em terras da Marinha e outros itens (DOU, 16/06/98). Port. 1.142 de 10/12/99 cria CT p/ continuar pagto das indenizações (DOU, 16/12/99). Port. Funai 424 de 16/06/99 constitui CT p/complementar o levantamento fundiário e o pagamento das indenizações (DOU, 18/06/99)	1.493	Sta. Cruz Cabrália	BA	Faixa costeira. Rodovia BR 367 no limite.
1357	Corumbauzinho	Pataxó	120 Anai: 98	Com Restrição de Uso. Port. Funai 92 de 19/02/99 restringe direito de ingresso, locomoção e permanência de pessoas fora do quadro da Funai por 6 meses, para fins de estudo e reconhecimento da TI (DOU, 23/02/99). Port. Funai 685 de 18/08/99 cria GT p/identific. da TI (DOU, 20/09/99). Port. Funai 104 de 24/02/00 cria GT p/ estudos de identificação da TI (DOU, 25/02/00).	1.145	Prado		
552	Fazenda Bahiana (Nova Vida)	Pataxó Hã Hã Hãe	250 Anai: 98	Homologada. Dec. s/n do presidente em 11/12/98 homologa a demarcação (DOU, 14/12/98).	304	Camamu		
101	Fazenda Guarani	Pataxó Krenak	194 Funasa: 97	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 270 de 29/10/91 homologa demarcação como reserva indígena (DOU, 30/10/91). Reg. CRI Matr. 18.813, Liv. 1-D, fl. 69 em 13/05/74. Reg. CRI de Carmesia Comarca de Ferros Matr. 1.911, Liv. 2-J, fl. 58 em 04/06/93. Reg. CRI Carmesia Matr. 2.169, Liv. 2-L, fl. 143 em 24/06/97. Reg. CRI em Senhora do Porto Matr. 10.770, Liv. 2/RG, fl. 01 em 14/08/97. Reg. SPU Cert. 001 em 12/02/98.	3.270	Carmesia Dores de Guanhaes Senhora do Porto	MG MG MG	
132	Imbiriba	Pataxó	99 Anai: 98	Registrada. Port. Funai 1974/E de 14/11/85 p/ identificação e levantamento fundiário. Reg. CRI de Porto Seguro (113 ha) Matr. 14.834, Liv. 2-RG, em 30/07/92. Port. Funai 314 de 08/04/98 cria GT p/readequar os limites (DOU, 13/04/98).	398	Porto Seguro	BA	Faixa costeira
	Kaxixó	Kaxixó	0	A Identificar	0	Martinho de Campos	MG	
176	Krenak	Krenak	115 Funasa: 97	Reservada/SPI. Reg. CRI e SPU. Demarcada em 1942 com 3.983 ha. Port. 1584/E de 14/11/83 p/ levantamento de situação fundiária. No dia 14/10/93 o STF deu reintegração de posse aos Krenak da totalidade da TI. Reg. CRI em Resplendor Matr. 11.559, Liv. 3 M, fl. 130V em 23/05/39. Reg. SPU Cert. 220-MG em 20/03/40. Contrato Funai e Reta Topografia p/ demarcar a TI. Valor R$ 26.112,42 (DOU, 25/01/00)	3.983	Resplendor	MG	

Terras Indígenas (Continuação)
Instituto Socioambiental - Dezembro de 2000

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
208	Mata Medonha	Pataxó	143 Anai 98	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. de 23/05/96 homologa a demarcação administrativa (DOU, 24/05/96). Reg. CRI em Sta Cruz da Cabrália Matr 16.365, Liv. 2-RG, fl. 01 em 16/02/97. Reg. SPU Cert. 051 em 29/08/97. Contrato c/Opa Engenharia e Topografia Ltda. p/ redermarcar a TI. Valor 7.385,00, vigência de um ano a partir de 09/02/98 (DOU, 16/02/98).	549	Sta. Cruz Cabrália	BA	
707	Maxakali/Unificação	Maxakali	895 Funasa 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. s/n homologa a demarcação (DOU, 04/10/96). Reg. CRI em Bertópolis Matr. 3.427, Liv. 2-K, em 17/10/96. Reg. SPU Cert. 002 em 27/12/96. Resolução 62 de 05/03/98 considera p/ efeito de indenização as benfeitorias da ocupação de boa-fé edificadas p/ não-índios cadastrados no levantamento fundiario (DOU, 06/03/98).	5.305	Bertopolis	MG	Área que unifica a TI Maxakali/ aldeia Água Boa e a TI Maxakali/ aldeia Velha Pradinho.
554	Olivença	Geren Tupiniquim	0	A Identificar (Sampaio: 89)	0	Ilhéus	BA	
235	Paraguassu/Caramuru	Pataxo Hã Hã Hãe	1 800 Anai 98	Reservada/SPI. Demarcada em 1937. Port. 1480/E de 25/01/83 p/ levantamento fundiário. Sub-judice. Em redefinição. Medição do Interba em 89 = 54000 ha.Port. Funai 1.098 de 26/11/99 cria Grupo Técnico p/ levantamento das benfeitorias na Fazenda Milagrosa incidente na TI (DOU, 30/11/99). Resolução da Com. De Sindicência considera de boa-fé o ocupante Alberto G. Pereira (DOU, 06/01/00). Port. Funai 452 de 02/06/00 cria GT p/ levantamento das benfeitorias das fazendas dentro da TI, cujos ocupantes não-índios formalizaram pedido junto à presidência da Funai (DOU, 06/06/00)	36.000	Itaju do Colônia Pau Brasil Camacã	BA BA BA	Rodovias BA-120 e BA-667 cortam a área.
239	Pau-Brasil	Tupiniquim	229 Rocha Freire: 97	Homologada. Dec. s/n de 11/12/98 amplia a superfície da TI que teve sua demarcação homologada pelo Decreto 88.672 de 05/09/83 (DOU, 14/12/98).	1.579	Aracruz	ES	Rodovia ES-124 no limite
261	Riachão/ Luiza do Vale	Xakriabá	3 Funai: 89	Dominiel Indígena. Reg. CRI Port. 1907/E de 19 07.85 (p/ demarcação) Redemarcada. Reg. CRI de Rio Pardo de Minas Matr 922, Liv. 2A em 19/02/79.	9 709	Rio Pardo	MG	
552	Trevo do Parque	Pataxó	71 Anai: 98	A Identificar.	0	Itamaraju	BA	Rodovias BR-101 e BR-498 no limite.
342	Xakriabá	Xakriabá	5.438 Funasa: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 94608 de 14/07/87 homologa a demarcação Reg. CRI Matr. 10.043, Liv. 2-BD, fl. 69 em 18 02 88. Reg. SPU Cert. 001 em 21/05/96.	46.415	Itacarambi	MG	Estrada municipal corta a área. Barragem da Codevasf.
1140	Xakriabá Rancharia	Xakriabá	528 GT/Funai 96	Delimitada Port. do ministro da Justiça 291 de 13/04/00 declara posse permanente (DOU, 17/04/00).	6 660	S. João das Missões		

Pataxó: Retomadas na Rota do Quinto Centenário

José Augusto Laranjeiras Sampaio | Antropólogo, ANAÍ/BA

A OCASIÃO DOS 500 ANOS DE "DESCOBRIMENTO DO BRASIL" DEU AOS PATAXÓ UMA OPORTUNIDADE ÚNICA DE ATACAR SEUS MUITOS PROBLEMAS FUNDIÁRIOS, LONGAMENTE ENGAVETADOS

Quando o governo federal implantou, em 1961, o Parque Nacional de Monte Pascoal, certamente não imaginou que aquelas centenas de "caboclos" que pretendeu indenizar, e que viviam na isolada povoação de Barra Velha, no interior do novo Parque, iriam se tornar, em menos de duas gerações, o povo indígena mais numeroso da Bahia, um dos mais numerosos do Nordeste, capaz de retomar, quase quatro décadas depois, o seu território, esbulhado com a implantação do Parque, questionando a própria constitucionalidade dessa unidade de conservação ilegitimamente implantada sobre território de tradicional ocupação do povo Pataxó.

Os episódios dos anos imediatamente precedentes ao quinto centenário do "Descobrimento do Brasil", em abril de 2000, se dariam no contexto de relativamente alta evidência na mídia e atenções governamentais dirigidas aos Pataxó, em função da sua presença - e da presença de graves impasses fundiários envolvendo-os - na própria cena histórica do descobrimento e, mais exatamente, nos seus dois principais cenários, o Monte Pascoal e a Coroa Vermelha. De fato, esses dois emblemáticos cenários históricos e, também, Terras Indígenas (TIs), formaram, ao lado da Reserva Caramuru-Paraguaçu, o trio angular das disputas e das conquistas fundiárias dos Pataxó nos últimos anos, estas últimas iniciadas em 1982 (ver box).

Com efeito, seria a própria deflagração do alarde governamental em torno das comemorações do ano 2000 que daria aos Pataxó o sinal para que desencadeassem, de uma vez por todas, uma verdadeira campanha organizada pela recuperação de suas terras, e que se iniciaria, previsivelmente, pelo cenário mais óbvio do quinto centenário: a Coroa Vermelha.

COROA VERMELHA E CARAMURU

Já em 1994, à falta de idéias próprias, o governo federal, através do Ministério da Cultura, demonstrara estar decidido a apoiar o projeto do chamado Museu Aberto do Descobrimento (Made), um conjunto de intervenções paisagísticas, arquitetônicas e fundiárias espalhadas por toda a "costa do descobrimento", de sentidos e interesses duvidosos, mas muito bem apresentadas em rica publicação ilustrada patrocinada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Carro-chefe do Made, o Memorial do Encontro deveria ser implantado, evidentemente, na Coroa Vermelha, e o seu projeto já descrevia, com certo detalhe, a localização de quatro grandes construções, inclusive um centro comercial, exatamente sobre o que era, então, o centro da aldeia pataxó.

Na verdade, àquela altura, 1995, os Pataxó da Coroa Vermelha estavam, mais do que nunca, sufocados pelo comércio não-indígena intrusado na área, e isto se somaria à ameaça do Museu para fazer com que a comunidade passasse a investir, resolutamente, na regularização da sua terra, vindo a obter da Funai, em agosto daquele ano, a criação do Grupo Técnico (GT) para este fim. Antes, porém, que o Grupo apresentasse o seu relatório, o governo estadual promulgaria, em janeiro de 1996, decreto de desapropriação de toda a área em que se implantaria o Memorial e que incluía nada menos que a totalidade das habitações indígenas!

Concluído o relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Coroa Vermelha em abril de 1996, passou-se à batalha política nos corredores dos altos escalões governamentais em que o principal lance foi, certamente, o pleito formalmente encaminhado pelo Governador do Estado, Paulo Souto, ao Ministro da Justiça, Nelson Jobim, para que a "Gleba A" da Terra Indígena, isto é, aquela situada junto à praia e atingida pelo decreto desapropriatório, fosse simplesmente reduzida em mais de 60% dos seus 77 ha, excluindo da TI a ser demarcada toda a área de

A MARCHA DAS RETOMADAS TERRITORIAIS PATAXÓ

Com a criação do Parque Nacional de Monte Pascoal, em 1961, impedidos pela guarda florestal de plantar em suas próprias terras, os Pataxó de Barra Velha e arredores se dispersariam, nos anos 60, por todo o Extremo Sul da Bahia, fazendo biscates, trabalhando em fazendas e, na década seguinte, reconcentrando-se em novas povoações indígenas - a principal delas, Coroa Vermelha, local da chegada da frota de Cabral em 1500 e da Primeira Missa no Brasil, onde, à falta de terras, poderiam os índios viver da venda de artesanato, aproveitando o crescente fluxo de turistas para a região.

Nas mesmas décadas, outros índios no sul da Bahia, o conjunto de cinco povos reunidos, na década de 30, na reserva Caramuru-Paraguaçu - que se tornaria conhecido pela denominação do último bando indígena ainda isolado, à época, em todo o Nordeste: Pataxó Hãhãhãe - vivia o período mais dramático de expulsão de suas terras por fazendeiros de cacau e gado, dispersando-se não apenas pela região mas por todo o País.

No início da década de 70, a Fundação Nacional do Índio (Funai) finalmente implantaria um Posto Indígena em Barra Velha, negociando com o então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) um precário acordo para que os Pataxó pudessem plantar nas capoeiras do Parque. A presença da assistência oficial na região do Monte Pascoal, abandonada, há anos, na área Caramuru-Paraguaçu, e a possibilidade de comercializar artesanato na Coroa Vermelha atrairiam, para junto dos seus parentes, muitos dos desgarrados Hãhãhãe, propiciando intercasamentos e uma forte aliança entre os dois povos expropriados de suas terras. Vinte anos depois, já nos anos 90, essa aliança se consolidaria no Conselho de Caciques Pataxó - hoje reunindo representantes de 18 aldeias, antigas e novas - e na seqüência de retomadas de terras que marcaria a história do povo Pataxó na segunda metade daquela década.

Ainda em 1980, a Funai aprofundaria o seu "acordo de gaveta" com o IBDF, demarcando, para os Pataxó do Monte Pascoal, uma estreita faixa de 8.600 ha, ao longo do limite norte do Parque e superposta a este. Essa demarcação propiciou o surgimento de duas novas aldeias, que reuniriam parte da população indígena dispersada, mas ficou muito longe de minimamente remediar o impasse gerado pela criação de um Parque Nacional sobre Terra Indígena. Ao contrário, os prepostos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Minerais (Ibama) responsáveis pela gestão do Parque passariam, ainda mais, a hostilizar os Pataxó, contando com a omissão da Funai em encarar de frente o problema questionando diretamente a legitimidade do Parque e requerendo a sua extinção.

Em 1982, partindo de suas bases junto aos parentes do extremo sul, os Hãhãhãe fariam a primeira das grandes retomadas de sua história, reocupando os pouco mais de mil ha da Fazenda São Lucas, um dos 400 imóveis intrusados nos 54 mil ha de sua Reserva. Vencida, em caráter liminar, a batalha judicial para que aí permanecessem, teve início a já longa demanda junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que sejam anulados os títulos de propriedade que os governadores Roberto Santos e Antônio Carlos Magalhães concederam, de 1977 a 1981, aos invasores.

A demanda judicial e a magnitude dos interesses econômicos e políticos envolvidos na questão Caramuru-Paraguaçu fazem com que o clima de tensão e de violência na área, nas duas últimas décadas, alcance níveis sem precedentes no País, com o resultado de nada menos que 14 assassinatos de índios, todos impunes.

No extremo sul, durante a década de 80, as tentativas de regularização de pequenas áreas de ocupação pataxó fora do Monte Pascoal, inclusive a Coroa Vermelha, esbarraram sempre em restrições do "grupão" interministerial que, à época, antes da Constituição de 1988, deliberava sobre tais processos. Com isto, teve impulso uma desenfreada invasão da TI Coroa Vermelha, sobretudo por empresas imobiliárias, interessadas na valorizadíssima faixa de terra em sítio histórico e junto a uma das mais agradáveis praias de todo o litoral da Bahia.

Na mesma época, a TI Águas Belas, única área de ocupação pataxó ao sul do Monte Pascoal com processo de regularização - embora também paralisado -, foi simplesmente tomada, em 50% de sua extensão, por um assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra - (Três Irmãos), que desapropriará o suposto "proprietário improdutivo" do local.

Tal era o quadro ao se iniciar a década de 90 e, ainda em 1992, já sob a vigência de nova legislação fundiária indigenista, mais uma tentativa de identificação e delimitação da TI Coroa Vermelha esbarraria em fortes pressões políticas e na idéia, que a todo custo se tentava impor à comunidade indígena, de que seria impossível demarcar, ali, uma TI, removendo as centenas de ocupantes não-índios, e que melhor seria aceitar a tentadora proposta da Prefeitura e das imobiliárias, avalizada pela Funai regional, de estas concederem às famílias pataxó pequenos lotes individuais regularizados.

Em 1992, famílias pataxó ainda dispersas pelo extremo sul se reuniriam na povoação do Arraial d'Ajuda, próxima à cidade de Porto Seguro, para formar a Associação dos Pataxó-Sem-Terra. No ano seguinte, a Associação se reuniria na localidade próxima que denominam Aldeia Velha, um antigo assentamento indígena, da qual algumas daquelas famílias haviam sido expulsas nas décadas de 60 e 70. A reunião deliberou que permanecessem no local, onde começaram a abrir roças, configurando o que seria a primeira "retomada" de terras promovida pelos Pataxó do Extremo Sul. A ocupação durou poucas semanas naquele ano de 1993: uma liminar de reintegração de posse em favor do fazendeiro ocupante da área foi rapidamente acolhida pelo juiz local. A Funai enviou técnicos à área que atestaram a legitimidade do pleito indígena sobre as terras mas o relatório competente sequer saiu das gavetas da Administração Regional do órgão em Eunápolis.

Ao final do mesmo ano, foi a vez dos Pataxó Hãhãhãe darem o seu basta aos dez anos de imobilidade do processo da sua terra no STF, reocupando cinco fazendas vizinhas à São Lucas, onde viviam confinados em um território de águas insalubres, ao lado de ribeirões cristalinos nas propriedades vizinhas. Aqui a reação policial se fez ainda mais prontamente, capitaneada pelo proprietário de uma das fazendas ocupadas, a Paraíso, Marcos Vinicius Guimarães, expulsando os índios em menos de 48 horas e antes do julgamento em liminar da ação de manutenção de posse ingressada pelos Hãhãhãe na Justiça Federal em Ilhéus.

Parece que os ensaios de 1993 tiveram o sentido de preparar os Pataxó para as ações mais articuladas que empreenderiam a partir de 1995, após a criação do Conselho de Caciques, e, destacadamente, após o assassinato do Hãhãhãe Galdino em Brasília em 1997.

moradia e, o que é pior, de comércio, dos Pataxó, no local da Primeira Missa, fonte de mais de 80% da renda da comunidade!

Enquanto isso, o então presidente da Funai, Júlio Gaiger, protelava a definição de aprovação do relatório de identificação da TI, possivelmente à espera de deliberação superior. Neste contexto, se tornaria decisiva a atuação do MPF que, através da Procuradoria da República na Bahia, entregaria a Gaiger, a 7 de novembro de 1996, uma recomendação legal, com prazo de 30 dias, determinando que o órgão adotasse as devidas providências para regularização da área com base no relatório em questão.

O despacho de aprovação do relatório, encaminhando o processo ao Ministério da Justiça (MJ), seria publicado em Diário Oficial já em 17 de janeiro de 1997 e este foi, provavelmente, o momento em que se definiu a mudança da estratégia oficial: contraditar a legitimidade da Terra Indígena e tentar expulsar daí os índios, diretamente sob os holofotes do Quinto Centenário, traria ao governo, certamente, um ônus político nada compensador, além de ensejar demandas judiciais que tomariam um tempo difícil de prever mas que, decerto, inviabilizaria qualquer possibilidade de intervenção na área até o ano 2000; melhor seria tentar mesmo construir o memorial sobre terra indígena, negociando-o com a comunidade detentora do usufruto exclusivo sobre ela.

Se esta solução pareceu decerto a mais sensata ao Ministério da Cultura e à Comissão Interministerial encarregada das comemorações, custou-lhes, contudo, a parceria do Governo da Bahia que, impossibilitado de explorar comercialmente os onerosos equipamentos previstos (centro comercial, museu, restaurantes etc.), simplesmente desinteressou-se do empreendimento que, sem os recursos do Prodetur e da iniciativa privada que seriam alocados ou agenciados pelo Estado, permaneceria indefinido ao longo, praticamente, dos anos de 1997 e 1998.

Naquele início de 1997, porém, as atenções aos Pataxó seriam tragicamente deslocadas para os Hãhãhãe e para Brasília.

Em 1993, os Hãhãhãe haviam ingressado com uma ação de manutenção de posse de sua TI, Caramuru-Paraguaçu (ver box). Negada em primeira instância, esta seria, em seguida, julgada favoravelmente pelo TRF de Brasília, em dezembro de 1996. Àquela altura, porém, não era mais possível executar uma manutenção de posse sobre área da qual (vide box), os índios haviam sido expulsos logo em seguida à ocupação. Seria necessário converter a manutenção em reintegração de posse, e foi para pleitear isto junto à Funai e à Procuradoria da República que cinco líderes Pataxó, inclusive Galdino, foram a Brasília em abril de 1997, quando este foi covardemente assassinado, na madrugada seguinte às comemorações do Dia do Índio em um episódio que, por suas circunstâncias, alcançaria a justa dimensão de clamor nacional.

O enterro de Galdino em sua aldeia, na presença da imprensa e de autoridades civis e eclesiásticas, daria aos Hãhãhãe o ensejo para empreender, de imediato, a reocupação das fazendas em questão. A posse Pataxó sobre estas seria, sob protestos dos fazendeiros e de políticos do município de Pau Brasil, enfim respaldada por decisão judicial no mês de outubro seguinte.

No mesmo outubro, as atenções voltariam a concentrar-se em Coroa Vermelha: apesar de expirado, já há alguns meses, o prazo para o contraditório, sem que nenhuma contestação se interpusesse ao processo, o MJ não dava sinais de que iria determinar, de pronto, a demarcação da TI, preferindo investir em conversações entre a Funai e a Comissão Interministerial do Quinto Centenário na busca de alguma fórmula legal ou acordo que garantisse, antecipadamente, ao governo, a construção do memorial sobre a TI. Enquanto isto, a iminência de regularização da TI incitou os seus ocupantes não-índios a investirem freneticamente na implantação de novas benfeitorias, na expectativa de vir a receber indenizações por elas. Este fato, mais a protelação da devida providência ministerial, fizeram, compreensivelmente, com que crescessem, em muito, na Coroa, as tensões entre os Pataxó e os ocupantes não-indígenas.

Para cúmulo de tal situação, nos primeiros dias do dito mês de outubro, o pretenso ocupante da maior área incidente sobre a gleba B da TI - uma preciosa mata com mais de 800 ha -, a imobiliária Góes-Cohabita, começou a desmatar rapidamente a área. Foi a gota d'água para que os índios da Coroa Vermelha mobilizassem, como os Hãhãhãe haviam feito no enterro de Galdino, Pataxó de todas as aldeias, a imprensa e instituições indigenistas e ambientalistas, em apoio à sua pronta retomada da área e apreensão dos tratores. O episódio forneceu, também, o fato político de que os Pataxó precisavam para pressionar ainda mais o MJ pela edição da portaria declaratória da TI, publicada, enfim, a 8 de outubro, e que determinou a sua demarcação.

A Mata da Jaqueira, denominação que os Pataxó dão, desde então, a essa área, é hoje administrada pela Associação Pataxó de Ecoturismo que aí desenvolve um projeto pioneiro que articula exploração do turismo, educação e preservação ambiental e o que os Pataxó costumam chamar de resgate cultural.

ENFRENTANDO PENDÊNCIAS FUNDIÁRIAS

Ao ensejo da realização da demarcação física da Coroa Vermelha, iniciada ainda no final de 1997 e completada em 1998, a Funai resolveu também aviventar os limites da pequena TI Mata Medonha, a única área pataxó plenamente regularizada até então, e, finalmente, também demarcar a Terra Indígena Águas Belas, o que implicava enfrentar o fato de estar ela intrusada por um assentamento do Incra, ocupado por dezenas de famílias ligadas ao Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). (ver box)

Era já bastante evidente, no campo indigenista regional naquele início de 1998, que todas as muitas pendências fundiárias dos Pataxó, muitas delas postergadas por décadas, teriam que ser, de algum modo, enfrentadas nos dois anos seguintes. Mais que isto. Para os próprios Pataxó, havia se tornado claro, após as duas bem sucedidas retomadas de 1997, no Caramuru e na Coroa Vermelha, que era chegada a hora de atacar decididamente tais questões, e com uma estratégia que as duas experiências haviam revelado ser

ROBERTO CASTRO/AE - ABR/97

O líder pataxó Gerson de Souza Melo, em reunião com a Procuradoria do Estado da Bahia, em Salvador.

muito eficaz: a ação conjunta de Pataxó de todas as aldeias atacando um caso de cada vez, com ênfase nas retomadas, imediatamente seguidas de ações judiciais de manutenção de posse e de recurso ao Ministério Público para os pareceres e recomendações legais que fundamentassem os pleitos territoriais em jogo e impulsionassem a Funai a deflagrar ou retomar os processos administrativos de regularização das terras.

Isto posto, a próxima reunião semestral do Conselho de Caciques – eles haviam se reunido improvisadamente no enterro de Galdino e para a retomada na mata da Coroa Vermelha - seria marcada para março de 1998 em Aldeia Velha, mesma localidade ocupada sem sucesso cinco anos antes, durante a reunião da Associação dos Pataxó Sem-Terra (ver box). Efetuada a retomada, o detentor da posse da área recorreu de imediato a uma ação de reintegração de posse, medida bem sucedida em 1993, obtendo, agora, do juiz de Porto Seguro, um despacho favorável ainda mais imediato, em menos de 24 horas. Desta vez, porém, os Pataxó também agiram rápido e antes que fosse executada a reintegração o fórum de Porto Seguro recebeu, da Justiça Federal em Salvador, o comunicado do acolhimento de ação do MPF argüindo a incompetência do foro da Justiça comum para apreciar a matéria, que envolve interesse fundiário indígena. Logo em seguida, já em abril, a Funai criaria o GT para a identificação e delimitação de mais essa terra pataxó, e também para estudos de redefinição de limites de outro pequeno território indígena com processo fundiário até então encalhado, o de Imbiriba, também em Porto Seguro. Dois anos depois, cerca de 40 famílias indígenas têm consolidada a ocupação dos cerca de dois mil ha da Aldeia Velha, tendo, em 1999, daí removido seus últimos ocupantes não-índios.

Demarcadas as TIs Coroa Vermelha e Águas Belas e em andamento os estudos de campo de Aldeia Velha e Imbiriba, bem como o levantamento, para fins de indenização, dos ocupantes não-índios na Coroa, a Funai aproveitaria a grande movimentação de técnicos de sua Diretoria de Assuntos Fundiários pela região para empreender uma série de reuniões com o Incra e o MST para discutir a relocação dos assentados intrusados em Águas Belas. Tais negociações, contudo, se anunciavam longas, dado o volume dos equipamentos e créditos já investidos pelo Incra na área e à burocracia envolvida na desapropriação de outra área para a realocação. Cientes disto, os Pataxó de Águas Belas decidiram não esperar e ocuparam, em junho de 1998, sem qualquer resistência dos assentados, o "projeto" Três Irmãos, apressando a realocação, pelo Incra, dos seus ocupantes.

As experiências das reuniões com o MST e da retomada em Águas Belas ensinaram aos Pataxó que o movimento de trabalhadores rurais adotava, como uma diretriz política de caráter geral, abster-se de confrontos diretos com população indígena. Este dado ajudaria os líderes pataxó a definir o próximo passo de suas ações.

A recém-demarcada Águas Belas é separada do limite sul do Parque Nacional de Monte Pascoal por uma faixa de cerca de uma légua de terra onde está situada outra pequena aldeia pataxó, a do Corumbauzinho, imprensada entre fazendas que foram, nas últimas décadas, avançando sobre a TI - não regularizada nem assistida pela Funai -, e, também, por um outro projeto do Incra com assentados do MST, o de Corumbau, constituído de modo semelhante ao intrusado em Águas Belas - ou seja, por desapropriação de suposto Proprietário improdutivo -, com a significativa diferença de que, neste caso, não havia qualquer processo de regularização das terras do Corumbauzinho em curso na Funai.

A assembléia seguinte do Conselho de Caciques foi marcada para agosto de 1998 na aldeia do Corumbauzinho e, como no caso anterior (em Aldeia Velha), encerrou-se com a deliberação pela realização de mais uma retomada.

A ocupação do assentamento do Corumbau se fez, conforme previsto, sem resistência dos assentados que, inclusive, não chegaram a ser forçados pelos Pataxó a deixar o local. Houve, contudo, nos dias seguintes, veementes protestos da direção regional do MST e

do Incra. Neste caso, a ausência de um processo formal de regularização da TI fez com que o órgão fundiário não hesitasse em ingressar, de imediato, com uma ação de reintegração de posse junto à Justiça Federal e, aqui, mais uma vez, revelou-se fundamental a atuação judicial dos Pataxó, secundados pela Procuradoria da República e pela própria Funai, que lograram obter, da autoridade judicial e do Incra, o compromisso de aguardar o pronunciamento formal do órgão indigenista quanto à situação jurídica da TI, comprometendo-se este a criar, para tanto, o competente GT de identificação e delimitação, o que, contudo, só seria feito um ano após a ocupação do assentamento, em agosto de 1999.

AS OBRAS DO MEMORIAL

Também no segundo semestre de 1998, o governo federal iniciaria, de maneira um pouco mais sistemática, o processo de discussão com a comunidade da Coroa Vermelha tendo em vista as obras de implantação do Memorial. Ficaria claro, desde logo, que as condições básicas para qualquer intervenção na área seriam a completa remoção de todos os seus ocupantes não-índios - àquela altura, em número de estabelecimentos já superior a três centenas - e que todos os equipamentos a serem implantados seriam, na forma do disposto pela Constituição, de usufruto exclusivo da comunidade indígena.

Isto posto, seria feito, nos meses iniciais de 1999, o Estudo de Impacto Ambiental do projeto, que serviria, ainda que informalmente, para sepultar em definitivo o natimorto projeto do Made. Embora esse trabalho não tenha sido jamais apresentado, discutido e aprovado publicamente na forma da Lei, ao se concluir uma sua primeira versão, em abril de 1999 e a um ano do Quinto Centenário, o governo federal transferiu a responsabilidade das obras para o Ministério do Esporte e Turismo e definiu-se, por fim, a estrutura básica do projeto: o Memorial teria um centro de artesanato indígena, com cerca de 70 pequenas lojas, e um museu indígena, além de farto tratamento paisagístico consubstanciado, fundamentalmente, em um extenso calçadão. Estavam descartadas a aldeia em estilo xinguano, o monumento que seria construído sobre os recifes no meio da enseada e o Museu do Descobrimento. O centro comercial destinado a comerciantes não-índios seria construído nas proximidades, mas, evidentemente, fora da TI.

Restariam, porém, muitos pontos indefinidos e polêmicos, que assim permaneceriam até a conclusão parcial das obras (mas não inauguração formal), em abril do ano 2000: os responsáveis pelo projeto desejavam remover todas as mais de 70 habitações indígenas incidentes ou vizinhas a sua área de implantação, o que não era acatado por parte significativa da comunidade; não havia previsão de quaisquer outros equipamentos, além do centro de artesanato, passíveis de gerar renda para as famílias indígenas, em especial equipamentos para o comércio de alimentos ao longo da extensa faixa de seis km de praia da TI; não se definiu que tratamento dar ao marco da cruz, signo emblemático do local; e, sobretudo, não se previa nenhum beneficiamento para as péssimas condições de habitação, saúde e saneamento da aldeia Pataxó da Coroa Vermelha.

Superadas ou atropeladas as muitas exigências burocráticas do processo de cadastramento e indenização das ocupações de não-índios, sua remoção seria iniciada, e logo completada, em outubro de 1999, seguida, de imediato, pelas esteiras de terraplenagem dos tratores a serviço do Ministério do Turismo.

A partir deste momento e até o 22 de abril de 2000, tudo se fez, na Coroa Vermelha, mediante livre e direta pressão de prepostos do Ministério e da Conder - o órgão estadual encarregado da execução das obras - sobre a comunidade pataxó e seus líderes. Na tarde de 21 de abril de 2000, procuradores da República ainda aguardavam, na escola da comunidade, a presença de representantes do governo federal e estadual que deveriam vir assinar um termo de ajustamento de conduta definindo os seus compromissos para com a comunidade indígena, inclusive a apresentação e discussão do estudo de impacto para autorização das obras, que já estavam prontas ...

Ao final, apenas oito famílias indígenas resistiram em suas moradias no local do Memorial. As demais receberam indenizações para abandonar suas ocupações, cujo montante variou não de acordo com o valor das benfeitorias das famílias indígenas, mas com a sua capacidade em resistir até a última hora para deixar o local. As famílias indígenas removidas ficariam por meses albergadas em algumas das ocupações não demolidas ou apenas parcialmente demolidas dentre as deixadas pelos não-índios até que precárias casas lhes fossem construídas em outro local da aldeia.

MONTE PASCOAL

Voltando, porém, ao contexto das retomadas, ao se encerrar o ano de 1998 com o saldo de três novas ocupações consolidadas – embora pendentes, em dois casos (Aldeia Velha e Corumbauzinho), de processos administrativos de regularização e de ações judiciais no foro federal -, estava claro para os Pataxó que as circunstâncias dos sucessos obtidos até então e da ocasião dos últimos 12 meses antes do Quinto Centenário prenunciavam, inapelavelmente, a oportunidade de uma abordagem direta sobre o coração do seu tradicional território: o Parque Nacional de Monte Pascoal.

E foi certamente pensando numa tal abordagem que a próxima assembléia do Conselho de Caciques foi agendada para abril de 1999, na aldeia de Boca da Mata, no interior da TI Barra Velha, a mais próxima da estratégica sede administrativa do Ibama no Parque.

Não seria, porém, ainda desta vez. Observadora atenta da cena pataxó, a diretora do Parque, Cármen Florêncio, providenciou para que a assembléia de caciques fosse fortemente vigiada por policiais federais, com o uso, inclusive, de helicópteros. Os Pataxó, evidentemente, não tentaram nada e manifestaram o seu estranhamento diante de tamanho empenho em vigiá-los por parte de um órgão que, sabidamente, não vinha exercendo nenhuma vigilância efetiva sobre os muitos agressores reais do Parque, madeireiros e caçadores.

O estardalhaço de abril serviu, contudo, para que se criasse, de uma parte, no Ministério do Meio Ambiente, a consciência de que

não bastava hostilizar os Pataxó pela imprensa ou com aparatos policiais, estratégia preferencial do Ibama regional nos 40 anos de existência do Parque; era necessário investir em medidas efetivas, políticas e econômicas, para a promoção de uma convivência possível entre os índios e o Parque.

De outra parte, para os Pataxó, tornou-se claro o fato de que, neste caso, não seria eficaz simplesmente arremeter em mais uma retomada. Era preciso calçar melhor as bases formais de legitimidade de seu pleito junto às esferas públicas competentes.

A 14 de junho seguinte, a Procuradoria da República em Ilhéus dirigiria uma recomendação legal à Funai tratando, nos termos de sua ementa, de "terras tradicionalmente ocupadas por índios pataxó (...) intrusadas pelo Parque Nacional de Monte Pascoal (...). Restrição às atividades produtivas dos Pataxó (...). Prejuízos incalculáveis para direitos e interesses indígenas, com impossibilidade do exercício pleno do usufruto dos recursos naturais. Afronta a dispositivos constitucionais. Imperiosa necessidade de solução imediata (...)"; concluindo por recomendar que o órgão indigenista "promova em regime de urgência, os estudos de identificação e delimitação da TI Barra Velha, para fins de revisão dos seus atuais limites".

A assembléia do Conselho de Caciques do mês de agosto seguinte seria novamente marcada para a aldeia da Boca da Mata e o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama aproveitariam o ensejo para levar até os líderes pataxó a equipe de consultores encarregada de discutir e elaborar propostas de investimentos para a sua auto-sustentação. A assembléia recebeu os consultores, trazidos pela própria diretora do Parque, nos dias 16 e 18, este o último dia de reunião na Boca da Mata.

No mesmo 18 de agosto, o então presidente da Funai, Márcio Lacerda, assinou portaria criando GT para os estudos de identificação e delimitação da TI Corumbauzinho - acordados com o Incra e a Justiça Federal após a retomada da área um ano antes - e para redefinição de limites da TI Barra Velha, conforme determinado pelo Ministério Público Federal.

PATAXÓ E AMBIENTALISTAS

A madrugada de 19 de agosto despontou com a sede do Parque cercada por mais de 300 Pataxó; guerreiros, mulheres, velhos e crianças; e com um bem montado posto de vigilância pataxó instalado no cume do Monte Pascoal.

Os dias imediatamente seguintes foram marcados por manifestações - entre perplexas e desencontradas - de organizações ambientalistas, como a Rede de ONGs da Mata Atlântica, que chegaram a propor a desapropriação de terras para os Pataxó nas cercanias do Parque, idéia prontamente acolhida pelo ministro da Reforma Agrária, Raul Jungman. Os próprios Pataxó se encarregariam de esclarecer que não estavam lutando por uma terra; estavam lutando por sua terra e, de modo muito especial, por sua mata, aquela em que os seus antepassados viveram e estão enterrados.

O primeiro encontro dos caciques Pataxó na terra recém-retomada, a 27 de agosto, emitiu comunicado em que sintetiza, em três pontos, suas disposições:

"1. Os Caciques reafirmam que as terras tradicionalmente ocupadas e reivindicadas são inegociáveis.

2. Fica também o compromisso de que a terra Pataxó do Monte Pascoal é de plena preservação, não tendo nenhuma possibilidade de desmate ou degradação ambiental de sua floresta, ao contrário, devemos iniciar a recuperação das nossas aldeias em volta do Monte Pascoal.

3. Pretendemos envolver todos os órgãos responsáveis, entidades ambientalistas interessadas em nossas propostas, indigenistas e setores do governo verdadeiramente dispostos a nos ajudar, na preservação do meio ambiente e na auto-sustentação do povo Pataxó."

Com efeito, nos meses seguintes, até o final do ano, os Pataxó fariam mais ações de identificação e expulsão de madeireiros e caçadores clandestinos no Parque que o Ibama - que contava, até então, com três funcionários na área - nos cinco anos anteriores.

A ação de reintegração de posse ingressada pelo Ibama foi despachada favoravelmente, em liminar, pela Justiça Federal de Ilhéus, mas o Ministério do Meio Ambiente optaria pela suspensão de sua problemática execução, preferindo investir na continuidade de conversações com o Ministério da Justiça e o MPF enquanto o GT da Funai desenvolvia, lentamente, dada a falta de recursos e a habitual burocracia, os seus estudos para reconstituição dos limites do tradicional território de ocupação pataxó no Monte Pascoal.

NOVA RETOMADA EM CARAMURU

O final de 1999 ainda assistiria a mais uma retomada dos Pataxó Hãhãhãe sobre fazendas intrusadas na Reserva Indígena Caramuru-Paraguaçu, a 16 de novembro. Desta vez a ação foi marcada por graves tensões em decorrência da morte, em circunstâncias pouco esclarecidas, de dois policiais de uma tropa que invadiu a reserva na calada da noite do dia 17, acomodada na carroceria de caminhão alugado e dirigido por particular. Ao encontrarem a primeira barreira de troncos e pneus colocada pelos índios, dois soldados foram designados para descer e removê-la, ouvindo-se, em seguida, estampidos à distância, o que motivou a ordem para a manobra de retorno do caminhão, demoradamente realizada na estrada estreita e lamacenta, enquanto os policiais, da carroceria, atiravam a esmo na escuridão. Só ao chegarem de volta à cidade de Pau Brasil, lembraram-se dos dois colegas que haviam descido, e que seriam encontrados mortos na manhã seguinte. Os índios, é claro, foram veementemente acusados pela Polícia pelos assassinatos. O inquérito policial nada apurou e restou a inevitável suspeita de que as mortes possam ter sido causadas pela própria fuzilaria policial...

O clima de tensão daí decorrente seria, contudo, amenizado pela pronta intervenção do então presidente da Funai, Carlos Marés,

ANTÔNIO GAUDÉRIO/FOLHA IMAGEM - NOV/99

O cacique Nailton Muniz durante reunião com a Funai, em Pau-Brasil (BA).

que, imediatamente, determinou os levantamentos de benfeitorias para indenização dos que até então ocupavam as 14 fazendas retomadas. Apesar da resistência de líderes políticos municipais que não desejam, de modo algum, ver os Pataxó Hãhãhãe avançarem em suas retomadas, a oportunidade das indenizações acaba não sendo vista como um mau negócio por arruinados fazendeiros de cacau. Além disto, as vitórias judiciais obtidas pelos Hãhãhãe em 1996 e 1997 criam jurisprudência favorável para que venham a obter decisões judiciais favoráveis em ações de manutenção de posse das áreas que venham a retomar no interior de sua reserva.

IMPASSES CONTINUAM

Paralelamente a isto, a passagem de Carlos Marés pela Presidência da Funai foi também marcada por uma competente instrução final no processo de anulação de títulos junto ao STJ, que não tem mais porque protelar uma decisão favorável aos Pataxó.

No ano do assim considerado Quinto Centenário do Brasil, os processos fundiários das terras indígenas dos Pataxó são ainda marcados por graves impasses políticos, administrativos e judiciais mas, nos últimos cinco anos, em função sobretudo das retomadas, puseram-se em marcha, ainda que lenta, muitos dos processos longamente encalhados, com a significativa regularização final da TI Coroa Vermelha, com o aumento considerável da quantidade de ha sob controle direto dos índios, com a reversão bastante favorável do resultado prático das ações de ocupação dos Pataxó Hãhãhãe sobre a Reserva Caramuru-Paraguaçu, libertando-os, em parte, das delongas do processo judicial no STJ e, enfim, com o necessário reconhecimento por todos de que, passado mais de um ano da sua retomada, o Parque do Monte Pascoal nunca esteve em tão boas mãos. *(outubro, 2000)*

KRENAK

STF MANDA RETIRAR POSSEIROS DA TI...

As 60 famílias de posseiros que ocupam a TI Krenak, em Resplendor, serão retiradas a qualquer momento por determinação do juiz da 3ª Vara Cível de Justiça Federal, Antônio de Paula Oliveira. A PF foi acionada para promover a retirada e há a iminência de conflito com colonos que não pretendem abandonar as propriedades. Em Brasília, o procurador da Funai, Gerardo Fonseca, informou que através de uma Ação Cível Originária, o STF determinou a retirada dos posseiros. A resolução será cumprida por MG através da Justiça de Resplendor. *(Hoje em Dia, 28/11/96)*

... E FUNAI ALEGA FALTA DE RECURSOS

A retirada dos posseiros que ocupam a TI Krenak, determinada pelo STF, foi adiada devido a falta de verbas da Funai para realizar a operação. O diretor executivo da Funai, Wilton Madson Andrada, está guardando o envio de recursos pelo Ministério da Justiça, que deverá chegar hoje ou nos próximos três dias. Enquanto isso, Funai e PF estão elaborando estratégias para o cumprimento da determinação do STF e a operação não deverá passar da próxima semana. *(Hoje em Dia, 29/11/96)*

DECISÃO É IRREVERSÍVEL...

A chegada da Funai acompanhada de delegados da PF em Resplendor deixou o ambiente tenso. Nas próximas horas, eles devem iniciar a retirada das famílias de colonos. A operação de retirada está a cargo da delegacia regional da PF em Governador Valadares e do juiz da Comarca de Resplendor, Marcelo Pereira da Silva. Deve ser pedido o reforço da PM de Valadares. Ontem à tarde, o presidente da Cooperativa Agropecuária de Resplendor, Josias Nico, disse que a chegada da Funai e PF aumentou muito a tensão na área. A decisão do STF deixa os colonos desesperados e deve provocar um caos social e econômico em Resplendor. O município tem 17 mil habitantes e fica no Vale do Rio Doce. Os colonos alegam não ter para onde ir e não podem mais recorrer da decisão. *(O Estado de Minas, 04/12/96)*

... MAS POSSEIROS PERMANECEM NA ÁREA

O administrador executivo da Funai em Governador Valadares, Wilton Mdson Andrada, disse ontem que cerca de cem índios vivem hoje nos 3,9 ha da TI Krenak. Porém, Krenak espalhados pelo País virão para a área destinada a eles pela Justiça. Apesar de não ter havido conflito entre as partes, a situação é bastante delicada. Em Resplendor, o clima é de apreensão. A Cooperativa Agropecuária, que recebe a produção de carne e de leite de cerca de 30 produtores da área, prevê uma queda assustadora na produção. *(O Estado de Minas, 04/12/96)*

PLANOS PARA O FUTURO

Cerca de 20 famílias Krenak que vivem em 60 ha, aguardam há anos a decisão da Justiça quanto à posse da terra. Esperaram tanto que ainda duvidam da decisão do STF e tentam manter a tranquilidade enquanto esperam a saída dos produtores rurais. Com a posse da terra, a intenção é trazer de volta para o Vale do Rio Doce índios Krenak que deixaram a região quando houve a ocupação pelos posseiros. A regional de Governador Valadares não tem o número exato de índios deste povo que estão espalhados pelo Brasil. Mas na área os índios enumeram alguns parentes e contabilizam cerca de

LEONARDO MORAIS/ESTADO DE MINAS

Jovens Krenak da aldeia Vanuíre, próxima ao município da Bauru (SP), tentam manter suas tradições longe de suas terras tradicionais.

220 pessoas nas aldeias próximas de Marília, Bauru e Araçatuba, no estado de SP, e na Fazenda Guarany, em Carmésia. *(O Estado de Minas, 04/12/96)*

STF SUSPENDE DESOCUPAÇÃO

O STF suspendeu ontem a desocupação da TI Kenak até o exame da admissão de um pedido de ambargo proposto pelos produtores rurais que vivem na área. A resposta veio através de um despacho enviado por fax para Resplendor, assinado pelo ministro Sepúlveda Pertence, presidente do STF. *(Hoje em Dia, 14/12/96)*

FUNAI RECORRE

A Funai vai contestar na Justiça a permanência das famílias de posseiros que ocupam a TI Krenak. No dia 13 de dezembro, o STF suspendeu os efeitos de uma outra decisão do órgão, que determinava a desocupação imediata da área a partir da publicação da ordem. O STF voltou de sua decisão e deu um novo prazo até o exame da admissão dos referidos embargos. Os advogados da Funai em Brasília já entraram com recurso junto ao STF, mas devido ao recesso a decisão deverá ser divulgada apenas em fevereiro. *(Hoje em Dia, 21/12/96)*

NOVA DECISÃO REAFIRMA POSSE INDÍGENA

Nova decisão do STF determinou a desocupação imediata da área Krenak pelos ocupantes não-indígenas. Os produtores rurais que lideravam movimento de resistência à desocupação da área garantem que o caso está encerrado e que vão deixar a área pacificamente. *(O Estado de Minas, 13/03/97)*

POLÍCIA FEDERAL DISCUTE OPERAÇÃO

O primeiro dia da operação da PF de retirada das famílias de produtores rurais da área Krenak, que deve durar de sete a dez dias, contrariou os prognósticos de que haverá conflito. A ação policial ficou restrita à reintegração de posse de uma área de 48 alqueires ocupada pelo prefeito de Conselheiro Pena, Balbino de Lacerda (PMDB), o "Vaisman". O político não apareceu. Apenas a família do caseiro e 300 cabeças de gado esperavam pelos 21 agentes federais, quatro oficiais de Justiça e seis peritos, além do procurador da Funai, Humberto Gomes. Em um almoço entre a prefeitura de Resplendor, representantes da Procuradoria do Estado e dos índios ficou acertado que os Krenak cederão, por seis meses – tempo que o Incra pede para reassentar os despejados –, uma área da reserva para o assentamento provisório das 27 famílias consideradas pobres. *(Hoje em Dia, 29/04/97)*

ACORDO PROPOSTO DESAGRADA A TODOS

O acordo firmado pelas autoridades com os índios Krenak para a permanência provisória das famílias de colonos consideradas miseráveis não agradou a nenhuma das partes. Para os produtores, a proposta é uma humilhação. Do lado dos índios, suspeita-se que o aceite dos líderes tenha sido obtido sob pressão dos interlocutores - o procurador-chefe da República em Minas, Hildemburgo Chateaubriand Filho, pelo procurador regional dos Direitos do Cidadão, Álvaro Ricardo de Souza Cruz, pelo superintendente da PF, Agílio Monteiro e pelo administrador da Funai, Wilton Madson Andrada. A imprensa foi mantida longe das negociações.

O procurador da Funai, advogado Umberto Gomes Serafim, disse ter ficado surpreso com a mudança de posição dos índios, que aceitaram separar uma área para os produtores mais necessitados. Por outro lado, os colonos estão insatisfeitos. "Ninguém vai se sujeitar a ficar acampado em lona porque a terra é nossa. Não somos invasores, somos trabalhadores que estão sendo roubados e humilhados", disse Lídia Corrêa, filha de um dos agricultores. A oficial de Justiça responsável, Hilda Bicalho, disse que duvida da eficácia da proposta. *(Hoje em Dia, 30/04/97)*

DESOCUPAÇÃO É FEITA SEM VIOLÊNCIA

Terminou em 6 de maio de 1997 a retirada das 87 famílias que ocupavam as terras indígenas Krenak. Ao contrário do que previam moradores e autoridades municipais, não houve conflitos entre fazendeiros, índios e policiais federais. A Polícia Militar de Resplendor, que foi reforçada e manteve plantões, só foi acionada para atuar como "batedores" na saída da manada de gado dos posseiros ao longo da BR-259 e estradas da região. O delegado da Polícia Federal de Governador Valadares apresentará em 7 de maio o balanço da operação, que começou em 28 de abril. Com a devolução dos quatro mil ha aos Krenak, deverá ser colocado em prática um programa para que a comunidade indígena possa retomar seu desenvolvimento socioeconômico e cultural, através do incentivo à pecuária, agricultura e recuperação ambiental, já que, segundo denúncias, suas terras estão completamente degradadas. *(Hoje em Dia, 07/05/97)*

PRODUTORES RURAIS QUEREM INDENIZAÇÃO

As 87 famílias de produtores rurais que ocupavam os quatro mil ha da reserva Krenak – devolvida aos índios por decisão do STF, vão entrar na Justiça com pedido de indenização pelas terras perdidas e pelas benfeitorias feitas no local. A ação será movida pela OAB e pelo Sindicato Rural de Resplendor, tomando como base jurídica o fato das famílias expulsas terem títulos de proprietários das terras fornecidos pelo Governo do Estado, os quais não foram considerados pela decisão do STF, embora não se saiba o valor total da indenização que será pedida pela área. Hélio Silva Salgueiro, advogado das famílias, acredita que todas elas têm direito à indenização, pois, segundo ele, "as famílias não compraram nada dos índios ou da União. Quem titulou os produtores foi o Estado." *(Hoje em Dia, 08/05/97)*

FESTIVAL

Dezesseis índios Krenak de Resplendor participaram do festival de música étnica "IBM World BH Music", que aconteceu de 5 a 11 de dezembro 1998 no teatro Alterosa, em Belo Horizonte. A participação dos Krenak apresentando uma dança religiosa, realizada nas aldeias como forma de agradecimento e invocação dos deuses, é um chamamento para um megashow que será realizado em abril de 99 em prol dos índios mineiros e em especial para o Projeto Etnodesenvolvimento do Povo Maxakali elaborado para erradicar o alcoolismo nas aldeias. Esse festival já foi realizado também na Europa e reúne grupos nacionais e internacionais. Artistas nacionais participam do show gratuitamente e a verba arrecadada será distribuída entre as cinco aldeias de Minas. *(Hoje em Dia, 16/11/98)*

INCÊNDIO DESTRÓI 70% DE RESERVA

Um incêndio destruiu, até a tarde de ontem, cerca de 70% da reserva dos Krenak. Segundo a Polícia Florestal, o fogo foi causado provavelmente por uma queimada ilegal e atingiu uma área de cinco mil ha de mata, afetando também oito propriedades rurais da região. Na tarde de ontem, quatro policiais florestais e quatro homens do Corpo de Bombeiros tentavam combater o incêndio, fazendo aceiros – trilhas para isolar os focos – e utilizando abafadores. *(OESP, 02/10/99)*

MAXAKALI

CLIMA DE TENSÃO E CONFLITOS

A iminente regularização da área Maxakali está transformando a região em campo de guerra. A situação vem se deteriorando a cada dia, com os índios sendo vítimas de emboscadas e armadilhas. Onze fazendeiros ocupam uma faixa intermediária entre as áreas Maxakali/Pradinho e Água Boa e se garantem em títulos oficiais que lhes asseguram a permanência na área. Estes documentos teriam sido fornecidos pela Ruralminas e pelo governo do estado, contrariando a Portaria 317 de 18 de agosto de 1993, do Ministério da Justiça, que assegura a posse aos Maxakali. Ao realizarem o levantamento fundiário desta região, os relatores concluíram que a titulação executada pelo estado é ilegal.
A reportagem deste jornal esteve na aldeia e comprovou que a regularização das terras e a garantia de sua posse é uma questão de sobrevivência para os índios Maxakali. Através da Campanha Internacional pela Regularização do Território Maxakali, entidade de apoio aos índios tentam sensibilizar a opinião pública para que o governo federal oficialize a imediata regularização da área indígena e a retirada dos fazendeiros. A campanha foi lançada pelo Cimi-Leste, Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva e Juventude Católica Austríaca (DKA). *(Hoje em Dia, 10/03/96)*

JUSTIÇA NÃO CONSEGUE PEGAR ACUSADO

Um mês depois dos índios Maxakali terem sido agredidos e expulsos de Batinga, os responsáveis não foram punidos nem mesmo encontrados. Apesar de ter sido visto na cidade de Machacalis (MG), o principal acusado, conhecido como Nego Capixaba, é considerado fugitivo pela Justiça local e pela PF. Na comarca de Águas Formosas (MG), o juiz e o promotor garantem que o atentado será apurado com rigor. "Ele não está fugido, mas teme a ação da PF, que dizem ser violenta", argumenta o advogado do fazendeiro.
Em Águas Formosas, o juiz Orlando Aragão Neto já pediu o desarmamento dos moradores da área pela PF. Segundo ele, os policiais federais estão trabalhando e a operação desarmamento está em andamento. "Os índios indicaram 15 nomes entre fazendeiros, vaqueiros e pistoleiros que possuem armamento ostensivo. A PF mantém estes nomes em sigilo", disse. O juiz também confirma que Nego Capixaba está desaparecido e que há indícios de que um de seus homens atiraram nos índios. Ele informou que o inquérito será enviado à Justiça Federal de BH e o procurador da República oferecerá denúncia como peça inicial acusatória. *(O Estado de Minas, 23/03/96)*

GOVERNADOR PROMETE INTERCEDER PELA HOMOLOGAÇÃO

O governador Eduardo Azeredo se comprometeu a interceder junto a Presidência da República para que seja efetivada a homologação da TI Maxakali, em Bertópolis. "O governador pediu estudos ao Emater sobre locais para transferência dos fazendeiros que ocupam a região", assegurou o secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Eduardo Barbosa. Dezoito representantes de povos indígenas do estado participaram de uma audiência com o governador pela passagem do Dia do Índio. Ontem, também foi publicado o decreto que institui a Comissão Estadual de Assuntos Indígenas, que terá representantes de sete secretarias de estado, da Funai, de entidades de apoio e dos próprios índios, por meio do Conselho dos Povos Indígenas. Na próxima semana será aprovado o calendário de reuniões. O governador recebeu ainda um abaixo-assinado com 45 mil assinaturas em favor da regulamentação das terras Maxakali, o documento final do Seminário de Políticas Públicas Indigenista, realizado dias antes na Assembléia Legislativa, que reivindica ações na área agrícola, saúde e infra-estrutura, e um pedido de apoio para revogar o Decreto 1.775. *(Hoje em Dia, 20/04/96)*

ÍNDIO MORRE EM TEÓFILO OTONI

O índio Antônio Fabrício Maxakali, da aldeia Pradinho, foi encontrado morto no início da semana em frente ao hospital São Lucas, em Teófilo Otoni. Acredita-se que ele tenha morrido em função de coma alcoólico. Este é o terceiro caso nos últimos anos de morte de índios por causa do consumo exagerado de bebidas alcoólicas. É comum encontrar índios Maxakali alcoolizados na cidade. O advogado da regional da Funai em Governador Valadares, Humberto Gomes Serafim, pede para que a população de Teófilo Otoni não dê dinheiro, bebidas e nem esmolas para os índios. *(O Estado de Minas, 02/08/96)*

PRESIDENTE HOMOLOGA TI

O presidente FHC assinou, no dia 2 de outubro de 1996, decreto que homologa a demarcação administrativa da TI Maxakali, com extensão de 5.305 ha. Com o decreto, os Maxakali conquistam antiga reivindicação de obter uma área unificada. Em Governador Valadares, a Funai aguarda apenas a remessa dos documento para fazer a escritura da propriedade em cartório e o registro no SPU. As reclamações dos fazendeiros contra a demarcação foram consideradas improcedentes pelo ministro da Justiça, Nelson Jobim. *(DOU, 04/10 e Hoje em Dia, 12/10/96)*

FAZENDEIROS PERMANECEM EM ÁREA HOMOLOGADA

A comunidade Maxakali divulgou a Carta dos Índios Maxakali às autoridades, entidade de apoio e comunidades denunciando que, apesar da homologação assinada pelo presidente da República em outubro de 96, os fazendeiros continuam ilegalmente dentro das terras já consideradas de posse indígena exclusiva. O documento reclama ainda falta de assistência à saúde, prejudicada pela ausência de um veículo para o transporte dos doentes, e pede o apoio das entidades para que a situação seja resolvida. *(ISA, a partir da Carta dos índios Maxakali, de 11/03/97)*

GRITO DE GUERRA PELAS TERRAS

Os caciques que participam em Belo Horizonte da Semana dos Povos Indígenas deram, ontem, o seu grito de guerra. Se não houver uma definição urgente por parte da Funai quanto à demarcação das terras do povo Maxakali, no Vale do Mucuri, será usada a força bruta. E eles não vão estar sozinhos. Além da adesão dos demais grupos mineiros – Krenak, Xakriabá, Kaxixó (Alto São Francisco), Pataxó e Pankararú (Vale do Jequitinhonha) os Maxakali contam com o apoio de tribos da Bahia e de outros estados brasileiros. Dia 14 de abril à tarde, cerca de 30 índios, acompanhados por membros do Cimi, fizeram um ritual-manifesto no Parque Municipal de Belo Horizonte, preparando sua participação na audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa que ocorreu na manhã do dia 15 de abril. *(O Estado de Minas, 15/04/98)*

ADVOGADA QUESTIONA PARECER DA FUNAI

Anália Rodrigues, uma das advogadas dos fazendeiros questiona se as terras pertencem mesmo aos índios e alega que os fazendeiros tem títulos da terra e são proprietários da área há mais de cem anos. Para provar isso ela garante ter uma testemunha com 75 anos e que sempre morou na vizinhança e que conhece todos os fazendeiros da área. *(Hoje em Dia, 15/04/98)*

TAXA DE MORTALIDADE CRESCE

O aumento da mortalidade entre os índios Maxakali das aldeias Água Boa e Pradinho levou um gruo de deputados estaduais e federais a visitar, no dia 18 de junho, as duas aldeias. A preocupação é grande com o aumento do número de mortalidade entre os 850 índios da tribo. De dezembro de 1997 a maio de 1998, já foram contabilizados 12 óbitos, sendo dez mortes de crianças e duas de idosos. A visita dos deputados à área indígena foi solicitada pelos próprios Maxakali à Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e da Câmara Federal, na ocasião das atividades do Dia do Índio. Os Maxakali entregaram aos deputados na aldeia um documento com as principais reivindicações para melhorar as condições de vida na área. As mortes ocorridas nos últimos meses, em conseqüência também de uma alimentação deficiente, são a principal preocupação entre os Makacali. As condições de carência na aldeia levam principalmente as crianças aos hospitais da região, vítimas de desidratação, desnutrição e diarréia. Além dos problemas das doenças entre os índios, a Comissão foi ver de perto também a questão do alcoolismo, um problema histórico que já provocou diversas mortes. Atualmente eles já não bebem mais a cachaça, ingerem álcool puro e acetona, que são mais fáceis de adquirir. A comissão foi verificar ainda a questão fundiária, já que os Maxakali estão próximos da conquista de suas terras de volta. *(O Estado de Minas, 19/06/98)*

JUSTIÇA FEDERAL DETERMINA A REINTEGRAÇÃO DE POSSE

A juíza Sílvia Petry, da 16ª Vara Federal, em Minas, determinou a reintegração de posse, em favor da comunidade indígena Maxakali, de 1.864 ha, cuja demarcação foi homologada pelo presidente da República em 1996. Embora regularizada oficialmente, inclusive registrada em cartório e no Serviço do Patrimônio da União, a área permanece invadida por 14 fazendeiros, segundo informações do jornal Estado de Minas. Os invasores argumentam possuir títulos de posse distribuídos pela Ruralminas – o instituto de terras de Minas Gerais. Segundo informou o jornal, a sentença publicada no Diário Oficial concede 30 dias para o cumprimento da decisão. Para tanto, a PF já foi notificada.

A atual TI Maxakali resulta da unificação das terras indígenas Água Boa e Pradinho, localizadas no Vale do Mucuri, região de Bertópolis (MG). Entre ambas, havia um corredor de 1.864 ha, reivindicados pelos índios, mas ocupados pelas fazendas beneficiadas pelos títulos da Ruralminas. Em 93, o então ministro da Justiça, com os resultados do levantamento dos limites das áreas na mão, preparados por um grupo de trabalho da Funai, declarou a posse indígena sobre elas, incluindo a porção ocupada pelos fazendeiros.

A demarcação foi realizada unificando toda a área, que acabou homologada e registrada sob o nome oficial de TI Maxakali, com 5.305 ha. Embora todos os procedimentos para o reconhecimento oficial tenham sido concluídos, os fazendeiros permaneceram ocupando o "corredor". A Procuradoria da República em Minas solicitou, então, a reintegração de posse, atendida agora pela juíza Sílvia Petry. Vivem na área proximadamente 900 índios. *(Últimas Notícias/ISA, 10/02/99)*

FAZENDEIROS NÃO VÃO À REUNIÃO COM FEDERAIS

Os fazendeiros que ocupam a área indígena Maxacali, em Bertópolis, no Vale do Mucuri, não participarão da reunião com a PF marcada para hoje. A informação foi passada à Prefeitura Municipal pelo vice-prefeito Ilmar Figueiredo Sena (PPB), filho de um dos fazendeiros que ocupam a área de 1.952 ha pertencentes aos Maxacali, em nome dos demais.

"Independente de sermos recebidos, vamos conversar com cada um deles nem que seja em casa. Eles vão ter que sair. Ou pelo convencimento, ou pela forma compulsória", avisou o delegado de Assuntos Fazendários da PF em Belo Horizonte, Hélbio Dias Leite.

O encontro deveria contecer na fazenda de Arlindo Sena, um dos fazendeiros na área do conflito. "Se a PF vier, não encontrará os fazendeiros", informou o secretário de Administração e Fazenda de Bertópolis, Lauro Alves Jardim, que também avisou que os fazendeiros querem a reunião com a PF seja diada para março, sem contudo explicar porquê. *(Hoje em Dia, 23/02/99)*

NOVA DECISÃO PROFERIDA PELO TRF

O juiz José Cândido Ribeiro, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, cencedeu uma dilatação do prázo para a desocupação da TI Maxakali, em Minas Gerais. A decisão, proferida em atenção a um recurso de fazendeiros que ocupam ilegalmente 1.864 ha dentro da área, transfere a data-limite para a desocupação de 5 de maio para 20 de junho. Esta é a terceira vez, nos últimos meses, que a Justiça modifica o prazo final para a saída dos intrusos da TI Maxakali. A informação foi passada pelo advogado da Funai em Governador Valadares (MG), Humberto Gomes Serafim.

A decisão do TRF, anunciada em 3 de maio, fez com que alguns dos fazendeiros que já estavam promovendo a retirada de seus bens de dentro da área indígena recuassem. Segundo Humberto Serafim, Wilton Andrada, administrador da Funai em Governador Valadares, está na área para discutir com os índios a nova situação. Dias antes desta determinação judicial, Wilton havia

BETO MAGALHÃES – 1999

Os Maxakali: à espera da desocupação de suas terras.

declarado que dois técnicos do órgão indigenista faziam o levantamento das benfeitorias de boa-fé instaladas na faixa ocupada pelos fazendeiros, confiante de que o prazo de 5 de maio seria mantido. Segundo ele, a Funai dispõe de R$ 462 mil em caixa para indenizá-los. O advogado não soube informar se a Funai recorrerá da nova decisão. *(Últimas Notícias/ISA, 07/05/99)*

UNIVERSIDADE ASSINA CONVÊNIO PARA REFLORESTAR A TI

A Universidade Federal de Lavras (Ufla) assinou um convênio com o Cimi para desenvolver um trabalho de reflorestamento da TI Maxakali, em três municípios do Vale do Mucuri, no Leste de Minas. O projeto faz parte do programa Universidade Solidária regional, cujo convênio com a coordenação nacional será assinado, em Belo Horizonte, na sede da OAB. Juntamente com a Ufla, outras universidades mineiras também participam da solenidade, se conveniando ao programa para o desenvolvimento de projetos. *(O Estado de Minas, 21/09/99)*

XAKRIABÁ

GT PARA ESTUDAR TI XAKRIABÁ RANCHARIA

O presidente da Funai, Júlio Gaiger, assinou a portaria nº 1.012, de 11/11/96, criando um GT para realizar estudos antropológicos de identificação e delimitação para a TI Xakriabá Rancharia, em MG. O grupo será coordenado por Marco Paulo Fróes Schettino, da Funai. *(DOU, 13/11/96)*

ÍNDIOS ABANDONAM RESERVA E TORNAM-SE BÓIAS-FRIAS

Índios Xakriabá estão se tornando bóias-frias e cortando cana em SP e MT, deixando a reserva indígena no norte de Minas entregue apenas aos velhos, crianças e mulheres. A denúncia foi feita pelo Cimi em encontro iniciado ontem em Januária, com a participação de povos indígenas de MG, BA e ES. A fome e a miséria são as principais causas do êxodo destes remanescentes que, sem opção de sobrevivência, preferem cortar cana-de-açúcar em outra região e até escondem a sua condição de índio para evitar discriminação. A miséria na área Xakriabá tem trazido grandes reflexos na formação da comunidade, pois das 22 aldeias que a integram, apenas quatro estão produzindo, com as outras mantendo apenas a cultura de subsistência de mandioca e milho, apesar de haver um projeto agrícola implantado há três anos pela Escola Agrotécnica Federal de Januária. "A grande solução é buscar tecnologias de baixo custo que eles possam controlar. Não basta ter equipamentos de irrigação para apenas uma aldeia e as outras ficarem de fora", diz o coordenador do projeto, Roberto Camilo Morais. *(Hoje em Dia, 27/03/96)*

PROBLEMAS NÃO FALTAM

A desolação da paisagem da TI Xakriabá contrasta com as duas antenas parabólicas próximas do posto da Funai. Uma delas serve ao chefe de posto do órgão. Outra leva uma imagem perfeita à televisão colorida do cacique Manoel Gomes de Oliveira, o Rodrigo, candidato a vice-prefeito em São João das Missões nas próximas eleições. Próximo ao posto é possível ver bovinos transportados por índios fortes. Apesar de negado pela Funai, o êxodo dos Xakriabá existe e é lastimado pelos índios. "O Xakriabá gosta de trabalhar e aqui não tem como. Sai muita gente por conta disto. Só da região, este ano, já saíram aproximadamente 80 pessoas", diz Rodrigo. Esse número é contestado pelo padre Pedro Mettler, do Cimi. "Acredito que em 1995 foram embora mais de 500 índios", avisa. Os índios se dividem quando têm que apontar qual o maior problema da reserva. Alguns acreditam que a falta de água pode se agravar a cada ano e que a solução é furar poços artesianos. Outros acreditam que a saúde vem em primeiro lugar e os jovens pedem escolas e transporte escolar. Joana Bispo de Souza, 66, diz que a escola não funciona há mais de quatro meses, sem professores. Ela conta, ainda, que as estradas estão ruins, que nem mesmo a ambulância da Funai chega lá. Para Rosênio Gomes de Oliveira, 76, o problema maior é a assistência médica. O cacique Rodrigo explica que, até pouco tempo atrás, os índios eram atendidos por um médico de Manga (MG), que ia à área todas as quartas-feiras. A Funai garante que esta assistência será substituída pela de estudantes que fazem parte do convênio da escola de Medicina de Uberaba. O posto da Funai tem um hospital equipado, construído há quatro anos, mas fechado por falta de recursos. Segundo o órgão, em agosto devem chegar os médicos residentes, a assistente social e os odontólogos. *(O Estado de Minas, 25/06/96)*

POSSEIRO É CONDENADO A 20 ANOS

Depois de 20 horas de julgamento, o ex-posseiro Venâncio Nunes Macedo foi condenado a 20 anos de prisão, acusado de ter integrado a quadrilha responsável pelo assassinato de três índios da reserva Xacriabá. A reserva Xacriabá passava pelo processo de regulamentação fundiária e os conflitos pela posse da terra motivaram a chacina. O chefe do bando, Francisco de Assis Amaro, foi condenado a 29 anos de prisão, mas já solicitou o benefício de cumprimento da pena em liberdade. *(O Estado de Minas, 09/11/97)*

AMBULATÓRIO PRONTO NÃO ATENDE ALDEIA

Totalmente equipado, com estrutura para atendimento médico de fazer inveja a grandes cidades brasileiras, o ambulatório construído em dezembro de 1991 e inaugurado dois anos depois, dentro da reserva Xacriabá, nunca funcionou. Segundo o Cimi os índios são obrigados a procurar assistência médica no município de Manga ou em São João das Missões. O ambulatório foi construído pela Secretaria de Estado de Saúde, com recursos do Banco Mundial, mas seu gerenciamento é de responsabilidade do Ministério da Saúde, através da (Funasa) e Funai, que alegam falta de verba e de recursos humanos. O médico Geraldo Rezende, da equipe de saúde do índio da Funasa, culpou o Governo Federal' pelo problema. "O Governo proibiu contratações da Funasa e na Funai. Sem médicos não há como ativar o ambulatório", justifica. Além disso o baixo salário pago a profissionais da saúde, para atuarem em áreas inóspitas, gera a dificuldade em conseguir pessoal qualificado para trabalhar nos postos de saúde nas áreas indígenas. *(O Estado de Minas, 16/02/98)*

FUNAI APROVA ESTUDOS

A TI Xakriabá Rancharia, com uma população de 518 Xakriabá, tem a superfície e perímetros aprovados de 6.660 ha e 36 km, e localiza-se no município de São João das Missões, Minas Gerais. *(DOU, 25/06/99)*

FALTA DE ÁGUA

Aproximadamente 150 remanescentes indígenas da tribo Xacriabá estão trabalhando como bóias-frias em canaviais e cafezais de São Paulo, Mato Grosso, Sul e Triângulo Mineiro para fugir da fome e por falta de assistência da Funai. A maioria das aldeias está sem água até mesmo para consumo humano. A denúncia foi feita ontem por Manoel Gomes de Oliveira, o cacique Rodrigo, que é também vice-prefeito de São João das Missões. O cacique Rodrigues acrescenta que a Funai sempre deu assistência direta aos Xacriabá, mas diante da mudança na economia nacional, muita coisa mudou. Segundo

ele, até mesmo o atendimento médico aos remanescentes foi transferido para a Funasa, saindo da coordenação da Funai. Nesta fase de transição, a prefeitura é quem envia um médico, uma vez por semana, para atender os doentes da reserva indígena, no posto de saúde local.
Cacique critica ampliação - A ampliação da área demarcada da reserva indígena Xacriabá, com a anexação do distrito de Rancharia, desagradou o cacique Rodrigo. Ele considera a medida insatisfatória e alega que ficará difícil qualquer relacionamento devido à distância. Ele lembra que durante a emancipação do município de São João das Missões e da demarcação da área da reserva, apesar de muitos remanescentes morarem em Rancharia, não houve qualquer interesse em participar. *(Hoje em Dia, 13/08/99)*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DECLARA POSSE

O Ministério da Justiça, em Portaria nº 291, declarou de posse permanente dos Xakriaba, a TI Xakriaba Rancharia. A terra tem superfície aproximada de 6.660 ha de perímetro e 36 km. A portaria determina também que a Funai promoverá a demarcação administrativa da TI, para posterior homologação pelo presidente da República. *(DOU, 17/09/00)*

KAXIXÓ

QUEREM RECONHECIMENTO

A luta dos Kaxixó pelo reconhecimento como povo indígena ganha aliados. Uma equipe de antropólogos e sociólogos ligados ao Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (Cedesfes), de Contagem, e a Anaí, de Salvador, entregaram um estudo histórico-antropológico sobre os Kaxixó à Procuradoria Geral da República em Minas Gerais. A pesquisa foi feita ao longo de 1998, e desmente estudo elaborado pela Funai em 1993. A técnica pericial da Procuradoria da República, antropóloga Ana Flávia Moreira Santos, está a frente das investigações. *(Hoje em Dia, 30/01/99)*

IDENTIDADE INDÍGENA

A Procuradoria da República em Minas Gerais está concluindo um laudo antropológico que irá sustentar que cerca de mil Kaxixó, que vivem entre os municípios de Martinho Campos e Pompeu, são índios. Pode parecer estranha a necessidade de um laudo técnico para afirmar que uma determinada população seja indígena. A investigação da Procuradoria no entanto busca esclarecer estudo anterior, no qual a Funai negou aos Kaxixó identidade indígena. "Para não ferir interesses particulares, a Funai evita reconhecer novas etnias em Minas", afirma Álvaro Ricardo Souza Cruz, Procurador-Chefe da República em Minas Gerais. "Muitos políticos que têm terras na região e são contrários ao reconhecimento dos Kaxixó pressionaram a Funai", sustenta Cruz.
Na década de 1980 a Funai enviou uma antropóloga à terra dos Kaxixó, que permaneceu três dias com o grupo, concluindo por fim que não eram índios. Se a investigação da Procuradoria confirmar a identidade indígena dos Kaxixó, terá início a luta pela desintrusão (retirada dos fazendeiros das terras). *(Estado de Minas, 06/04/99)*

PATAXÓ/ COROA VERMELHA

QUINHENTOS ANOS DEPOIS

Uma comissão binacional (Brasil-Portugal) trabalha para a criação do Museu Aberto do Descobrimento (Made), com o intuito de comemorar o quinto centenário da chegada dos portugueses nas terras hoje brasileiras. A Comissão Binacional para o Quinto Centenário do Descobrimento é presidida pelo vice-presidente da República Marco Maciel, e o projeto envolve a Secretaria da Cultura e Turismo da BA, a Funai, o Ibama, Iphan, o MEC e o MMA e as prefeituras de Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália e Prado, todas na BA. *(A Tarde, 14/01/96)*

GOVERNO BAIANO PODE SER DENUNCIADO À ONU

Os índios Pataxó ameaçam denunciar o governo da Bahia à ONU por violar direitos de minorias étnicas. Os índios estão revoltados com a aprovação da Lei 10.684/95 pela Assembléia Legislativa, que permite ao governo a desapropriação de terras que ocupam há séculos, no Sítio Histórico de Coroa Vermelha, em Santa Cruz de Cabrália. A área encontra-se em processo de demarcação pela Funai, porém isso não impediu o governo baiano de apressar a votação da matéria, mesmo sabendo que o projeto é ilegal por ferir o Art. 231 da Constituição, que assegura a permanência dos índios em Coroa Vermelha. A afirmação é do Cimi. O governo da BA pretende implantar nas terras uma série de programas voltadas para o lazer e o turismo, sendo o principal o Museu Aberto do Descobrimento, que conta com suporte financeiro do BID. O investimento totaliza US$ 100 milhões a serem empregados no Projeto de Desenvolvimento e Turismo para o Nordeste (Prodetur), cuja primeira etapa contempla Cabrália e Porto Seguro, com asfaltamento de estradas, redes de esgoto e ampliação do aeroporto de Porto Seguro. Para os Pataxó, o projeto vai expulsá-los de Coroa Vermelha. "O governo não considera a presença histórica do nosso povo na região de Porto Seguro e agora quer grilar nossas terras para investir em turismo, desabafou o índio João Antônio da Silva. As lideranças Pataxó devem se reunir neste fim de semana para analisar as medidas a serem tomadas contra o governo estadual. Deverão formalizar denúncia à Procuradoria Geral da República, assim como a entidades de direitos humanos e, muito provavelmente, à ONU. Acreditam que, apelando à ONU, submeterão o Executivo estadual a um constrangimento internacional que poderá forçá-lo a desistir da desapropriação. *(A Tarde, 16/01/96)*

PROTESTOS

Mais de 300 índios Pataxó participaram de um protesto que parou o trânsito por mais de uma hora nas ruas do centro de Porto Seguro. A manifestação foi organizada em defesa da demarcação da terras Pataxó e de seus direitos constitucionais. Os índios, vindos das áreas Barra Velha, Coroa Vermelha, Mata Medonha e outras da região, protestaram contra o Decreto 1.775, que permite a contestação de interesses contrariados no âmbito da demarcação de terras indígenas. A Anaí-BA denunciou na ocasião o projeto Museu Aberto do Descobrimento que, de acordo com a entidade, pretende desapropriar parte da área tradicional de ocupação dos índios Pataxó. Foi anunciada nova manifestação no dia 22 de abril, quando o presidente FHC visitará Porto Seguro. *(A Tarde, 02/04/96)*

SOLENIDADE DE GALA

O presidente FHC assina hoje, às 10h30, decreto que delimita uma área de 1,2 mil km² para o Museu Aberto do Descobrimento. A área do Museu, cuja sede funcionará na Casa de Câmara e Cadeia de Porto Seguro abriga o Monte Pascoal, uma reserva de Mata Atlântica, 52 km de praias quase intocadas e 25 mil habitantes, dos quais 1,8 mil são índios Pataxó. *(OESP e A Tarde, 22/04/96)*

MANIFESTAÇÃO IRRITA POLÍTICOS

O presidente FHC perdeu o bom humor ao ser fortemente vaiado por índios, sem-terra e estudantes na solenidade de lançamento do Museu Aberto do Descobrimento, em Porto Seguro. O

senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) tentou defender FHC, mas também se irritou com as vaias. A cerimônia de assinatura do decreto que cria o Museu teve seu cronograma completamente alterado por causa do barulho provocado pelos manifestantes. Gustavo Krause, ministro do Meio Ambiente, suspendeu parte dos discursos programados e pediu para que a cantora Gal Costa cantasse para acabar com o protesto. Nem Gal foi poupada: foi chamada de "mercenária" pelos manifestantes. *(Tribuna da Imprensa, 23/04/96)*

PROCURADORES OUVEM QUEIXAS

O MPF realizou vistoria em Porto Seguro e Coroa Vermelha, para averiguar denúncia de agressão ao meio ambiente, privatização e ocupação de praias e outras áreas da União. Os procuradores Robério Nunes dos Anjos Filho e Dirley da Cunha Júnior foram até os locais das denúncias, acompanhados pelos responsáveis do Ibama, Iphan, Funai, MP estadual, representantes das prefeituras de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália e de entidades civis. Entre diversas irregularidades - a maioria relacionada à construção de pequenos comércios fora dos padrões legais e de assédio sobre a fauna e a flora sem autorização dos órgãos responsáveis - está um grande parque aquático, a ser inaugurado em breve, que não apresentou EIA/Rima para funcionar em Arraial D'Ajuda. Os índios aproveitaram a presença da comissão para reclamar do Made. "O Made não tem a mínima consideração à cultura Pataxó ". Os Pataxó demonstraram ansiedade quanto ao local para onde serão transferidos. *(A Tarde, 02/07/96)*

FUNAI ENCAMINHA DEMARCAÇÃO PARA MINISTRO

O presidente da Funai, Júlio Gaiger, assinou o Despacho nº 4 de 15 de janeiro de 1997, que aprova o relatório de identificação de delimitação da TI Coroa Vermelha, encaminhando-a para análise do ministro da Justiça. A área encaminhada tem 1.492 ha de superfície, 26 km de perímetro e está situada em Santa Cruz de Cabrália, conforme proposta do GT. *(DOU, 17/01/97)*

EMPRESA DEVASTA ÁREA

Uma extensa área da reserva indígena no extremo sul da Bahia está sendo desmatada pela empresa Góes Cohabita Empreendimentos, como apurou o Cimi, a partir de denúncias de dois índios Pataxó da Aldeia de Coroa Vermelha. Cerca de 200 índios Pataxó da Aldeia de Coroa Vermelha ocuparam a área, que alegam estar em processo de demarcação, montando mais de 90 barracas. O impasse, segundo as lideranças Pataxó, se deu pelas ações criminosas da Góes Cohabita, que está desmatando áreas de Mata Atlântica da reserva indígena. O diretor da Góes Cohabita argumentou que a área não é indígena, e pertence à companhia há mais de 24 anos. *(A Tarde, 9 e 10/10/97)*

COROA VERMELHA É DOS PATAXÓ

Os Pataxó receberam a boa notícia no acampamento montado na mata, nas terras reclamadas pela Góes Cohabita, onde foi lida a mensagem da Portaria 1042 assinada pelo ministro da Justiça, Iris Resende. "Fica declarada de posse permanente dos índios a TI Coroa Vermelha, com superfície aproximada de 1.492 ha", declara a portaria. Os índios dançaram o toré de madrugada. "Eu me senti como se estivesse no ar, flutuando, quase não acreditei. Os Pataxó estão contentes", disse Nengo, presidente do Conselho de Caciques das 12 aldeias Pataxó e vice-cacique da Aldeia de Coroa Vermelha.
A portaria do ministro oficializa a permanência dos Pataxó na área de 1420 ha de mata do extremo norte de Porto Seguro, limite com Santa Cruz Cabrália, e de outros 72 ha em Coroa Vermelha, já em Cabrália, no local que se diz ter sido celebrada a primeira missa no Brasil. A decisão governamental autoriza também a demarcação, dando aos índios a vitória sobre terras ultravalorizadas pela concorrência imobiliária.
Apesar da portaria, a Cohabita não perdeu as esperanças de reaver a posse de 800 dos 1420 ha da Gleba B da reserva. A empresa pretendia construir na região a Universidade do Descobrimento, voltada para o estudo da biodiversidade da Mata Atlântica. *(A Tarde, 09/10/97)*

POPULAÇÃO LANÇA MANIFESTO

O futuro dos brancos que residem e têm comércio em Coroa Vermelha continua incerto. No dia 15 de abril foi lançado o " Manifesto da Coroa Vermelha", lamentando a falta de informação a respeito da demarcação da reserva indígena e o processo de desintrusão. Foi também fundado o Movimento de Defesa da Coroa Vermelha, para tentar articular as 200 famílias de moradores que serão atingidos pela demarcação. Os Pataxó já deixaram claro que não pretendem deixar brancos morando na reserva indígena, porém, não pretendem criar situação de conflito: "Temos uma boa convivência com os brancos que moram em Coroa Vermelha, e não queremos briga, mas tem que se encontrar uma solução para eles fora da reserva", ressalto o vice cacique Nengo. A Funai ainda não divulgou informações sobre as indenizações das benfeitorias . *(A Tarde, 21/04/98)*

DECRETO GARANTE POSSE

Coroa Vermelha é TI Pataxó. O ministro da Justiça, Renan Calheiros entregou ao cacique Carajá o decreto de homologação assinado pelo presidente da República, garantindo a posse permanente dos 1.492 ha de área aos índios Pataxó. Após 27 anos de luta pela terra, a comitiva indígena recebeu a comitiva oficial com grande festa, que registrou a presença de mil pessoas, além do presidente da Funai, Sulivan Silvestre de Oliveira, também o presidente da Comissão Nacional pelas Comemorações do V Centenário do Brasil e os caciques Kayapó Raoni e Megaron. Durante a solenidade, Renan Calheiros garantiu aos não-índios que estes serão reassentados e receberão as indenizações pelas benfeitorias. *(A Tarde, 26/06/98)*

A FESTA DA HOMOLOGAÇÃO

Cercados de pompas e gafes oficiais, os índios Pataxó da TI Coroa Vermelha receberam, no último dia 25 de junho, o presidente da Funai, Sulivan Silvestre, e o ministro da Justiça, Renan Calheiros, para a entrega do documento que homologa a demarcação de sua área tradicional. Entretanto, o ministro esqueceu de levar o documento, um decreto presidencial que só veio a ser assinado por Fernando Henrique Cardoso no dia 9 de julho, sendo publicado no DOU no dia seguinte. Pior é que, no dia 2, o DOU havia republicado a portaria ministerial, assinada pelo ministro anterior (Íris Rezende) em outubro de 1997, no lugar do decreto.
O equívoco, apesar de não macular a conquista dos índios Pataxó – que, em outra ocasião, haviam sido confundidos pelo governo federal com os Pataxó Hã-Hã-Hãe, etnia do índio Galdino de Jesus, morto num ponto de ônibus de Brasília em abril de 1997 – traz uma indagação: o que teria no papel entregue aos índios?
Os planos para a área incluem a construção de um centro de convenções dentro da TI, para uso de terceiros. A pressão imobiliária em torno da área recém homologada é também crescente, já que Coroa Vermelha situa-se numa das regiões que, mesmo sem as obras do Museu do Descobrimento, atrai milhares de turistas para suas praias. Apesar de há anos terem no comércio de artesanato uma fonte de renda relevante, os índios enfrentam a resistência dos agentes públicos e privados interessados em investir no complexo comemorativo aos 500 anos, que não querem envolvê-los nos ganhos decorrentes dos negócios futuros na região.

Com as terras oficialmente reconhecidas, o que vai sobrar para os índios nessa história ainda é uma incógnita. *(Últimas Notícias/ISA, 14/07/98)*

INVASÃO EM ASSENTAMENTO DO MST

Os índios Pataxó ocuparam o assentamento Corumbau, no município de Prado. Vinte e cinco famílias de colonos que ocupavam o assentamento foram expulsas de suas glebas, indo se refugiar na agrovila de Corumbau, onde moram cerca de 500 pessoas. Os 50 Pataxós da Aldeia de Corumbazinho entraram no assentamento, mataram animais, destruíram plantações e exigiram que as pessoas desocupassem a área. Os Pataxó pretendem agora expulsar da agrovila as 95 famílias de agricultores assentados pelo Incra, para o que devem contar com a ajuda de Pataxós de outras áreas do estado. O MST alega que já foram gastos em benfeitorias mais de R$ 500 mil no assentamento, que possui eletrificação, posto médico e escola. *(A Crítica, 15/08/98)*

BRASIL 500 ANOS: VEXAME À VISTA

Faltando pouco mais de 400 dias para se cravar no calendário os 500 anos do primeiro contato entre índios e europeus em solo brasileiro, o sítio do descobrimento se tornou terreno para intrigas políticas e divergências ideológicas. O pomo da discórdia tem nome: Museu Aberto do Descobrimento, o Made, projeto concebido há cinco anos por um grupo de intelectuais, com o apoio inicial de empresários paulistas, que - nas palavras de seu preceptor maior, Roberto Costa Pinho - pretendia preservar a geografia descrita por Pero Vaz de Caminha. A julgar pelo que vem ocorrendo na área, os resultados são um tanto adversos: há crescente pressão sobre a paisagem por parte de projetos imobiliários, com suas óbvias conseqüências - intervenções desastradas sobre áreas de interesse histórico e arqueológico, desmatamentos, privatização de áreas cenicamente privilegiadas, etc.

Aos poucos - Sem articulação suficiente com a academia ou a sociedade civil, Roberto Pinho perdeu a guarda do projeto, assumida pelo Ministério da Cultura (Minc). Nessa passagem, há lances de bastidnres mal-explicados. Entre 22 abril de 96, quando o presidente Fernando Henrique visitou Porto Seguro para marcar a decretação oficial dos limites do museu aberto, e os primeiros meses deste ano, não havia sinais visíveis de que o projeto seja objeto de interesse especial do ministro da Cultura, Francisco Weffort, conforme declarou ao ISA seu assessor, o embaixador Wladimir Murtinho. Muitos chegaram a crer que o Made havia ruído.

Ainda que haja evidente descompasso entre o que ambiciona o projeto e o tempo que falta para a efeméride dos 500 anos (apenas um ano e quatro meses), algumas iniciativas preliminares começaram a ser tocadas nos últimos quatro meses. Dentro do Iphan, um grupo de trabalho formou-se para propor um programa de revitalização de monumentos e edifícios históricos do sítio. Uma das intervenções mais polêmicas do projeto - o Memorial do Encontro, a ser instalado dentro da TI Coroa Vermelha, dos índios Pataxó - já tem os termos de referência para seu estudo de impacto ambiental definidos. Em setembro, o governo federal anunciou a criação de dois Parques Nacionais: o do Pau-Brasil, com 9.206 ha situados em Porto Seguro, e o do Descobrimento, com 20.857 ha, em Prado. Este último, por estar fora dos limites definidos em decreto presidencial e próximo ao Parque Nacional do Monte Pascoal, deverá ser anexado à área do Made, segundo informou o embaixador Murtinho.

No mesmo mês, o Minc e seus parceiros no projeto - o Ministério do Meio Ambiente e a Universidade de Brasília -, organizaram um seminário em Porto Seguro para, aparentemente, atender às demandas de ONGs e outros interessados por informações sobre a nova fase. "Foi um rolo cnmpressor; esperávamos discutir o Made, mas não houve informação e sem informação não há como discutir", resume o professor Pedro Agostinho a sensação que ficou para muitos dos presentes. O Movimento de Defesa de Porto Seguro, dias depois do evento, soltou um libelo no qual enumera 13 questões que ficaram sem respostas, apesar dos três dias do seminário. "Porque, dois anos e meio após a criação do Made pelo presidente da República, o governo resolve promover um seminário sobre o Made?", perguntaram. E ainda: "Esta demora não indica que o V Centenário chegou a um impasse?". A resposta, convicta, vem do embaixador Wladimir Murtinho: "Aos poucos, as pessoas vão se acostumar com a idéia do Made". *(Marco Antonio Gonçalves, Parabólicas/ISA, nov/98)*

MANIFESTO DE PORTO SEGURO, COROA VERMELHA E MONTE PASCOAL

"Nós, lideranças indígenas de todo o país, nos reunimos em Porto Seguro, região da Bahia, onde iniciaram nossos anos de sofrimento e extermínio dos nossos povos. Durante os dias 22 a 24 de setembro, estivemos refletindo e olhando com dor e esperança esse meio milênio de invasão, violência e genocídio, onde tombaram milhões de nossos pais, avós e lideranças que nos custaram muito e centenas de povos foram varridos dessa terra.

Viemos aqui para lembrar nossos mortos, invocar nossos deuses e dar nosso apoio ao povo Pataxó que nos recebeu com muita alegria, e em especial com eles abraçar o Território Indígena do Monte Pascoal que sempre foi e sempre será território dos Pataxó e de todos os índios do Brasil. Assim como foi o marco primeiro da invasão das nossas terras, será daqui para frente o símbolo da retomada, demarcação e garantia de todas as terras indígenas em nosso país. Aqui começamos a celebração de uma nova história, a construção de um Brasil melhor, o sonho de milhões de nossos povos vivos ou mortos.

Nesses dias, analisamos a situação das nossas terras. Constatamos que enquanto o governo se prepara para fazer festas, a maior parte dos nossos povos continuam com as terras invadidas ou negadas. Chegaram a prever e planejar o fim de nossa gente e tomar definitivamente todas as nossas terras antes do ano 2000. Parece que, na prática e através de leis e outras iniciativas, muitos políticos e governantes continuam trabalhando para esse fim. Mas nós já dissemos: chega de genocídio, de invasão e roubo de nossas terras, chega de falsidade e promessas. Assumimos a decisão de chegar até abril do ano 2000 com todas as nossas terras demarcadas. Livres de invasões, onde, finalmente, poderemos viver em paz e com alegria, conforme nossa cultura, organização e projetos de vida. Esperamos contar com o apoio da sociedade brasileira, em especial de todos aqueles que conosco sofreram nesses 500, como os negros, caboclos, ribeirinhos e todos os pobres e excluídos, com os quais queremos construir esse Brasil melhor para todos.

Aos governantes queremos lembrar os vários prazos que estabeleceram em lei para demarcar e garantir todas as nossas terras e não cumpriram. Perguntamos: é isso que querem comemorar?

Há muito tempo lutamos pela aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas. Agora exigimos que isto aconteça o mais rápido possível, até o final deste ano. Queremos que todos os países que participaram desses cinco séculos de genocídio dos nossos povos reparem esses crimes, retratando-se publicamente e apoiando nossas reivindicações e direitos.

Viemos a Porto Seguro plantar um marco que seja seguro para o nosso futuro. Viemos a Coroa Vermelha celebrar com todos os nossos antepassados e deuses a esperança e certeza de que continuaremos vivendo com dignidade e liberdade conforme nossos sonhos. Viemos ao Monte Pascoal levar nossa força aos Pataxó e com eles olhar para o mar confiantes que é aqui que vamos enxergar não apenas o oceano mas as terras demarcadas e livres de invasões. Bahia, litoral do início da invasão e da reconquista, 24 de setembro de 1999".

ACORDO COM TRABALHADORES

Representantes do MST da Bahia e o cacique pataxó João Brás fizeram um acordo, afastando o risco de conflito na zona rural do Prado. Os índios reivindicam as terras do assentamento Corumbau, ocupada por colonos há 11 anos. O MST aguarda para sair a decisão do Incra sobre novo local para o assentamento das famílias. O cacique João Brás informou que os índios permitirão que as famílias de colonos colham o que plantaram de maneira comunitária. *(DCI, 02/06/99)*

PATAXÓ EXPULSAM' FAMÍLIAS EM ARRAIAL D'AJUDA

O fazendeiro Eduardo Augusto Vargens e três famílias de trabalhadores da Fazenda Santo Amaro foram expulsos de suas casas pelos índios Pataxó. Eles reivindicam a demarcação da área, a que chamam de Aldeia Velha, há mais de sete anos. Os pataxó consideram os três mil ha da fazenda, delimitados pelo rio Buranhém e pela estrada Arraial d'Ajuda-Trancoso, terra de ocupação tradicional indígena. Os índios interditaram o acesso ao local, apreenderam alguns animais e pedem a intervenção da Funai. A briga pela posse da Fazenda Santo Amaro é antiga. Em 1993 os Pataxó tentaram a retomada, mas foram expulsos pela justiça estadual. Em 1998, ocuparam novamente a área e a Funai nomeou um Grupo de Trabalho, que fez o levantamento para determinar a posse. Durante este período, os índios, o fazendeiro e os trabalhadores da área conviveram na mesma área, esperando o desfecho da questão. *(A Tarde, 27/10/99)*

PATAXÓ/ BARREIRA VELHA

PLANO QUER "BOTAR ÍNDIOS NA LINHA"

Numa parceria entre o Ministério do Meio Ambiente, Ibama e o Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá), o Parque Nacional de Monte Pascoal começa a ser beneficiado pelo Plano de Ação Emergencial, que visa a sua revitalização e busca soluções para alguns problemas registrados na área. É preciso garantir a proteção da mata remanescente, que abriga grande biodiversidade, protegendo espécies da flora e da faina encontrados nos seus vários ecossistemas: floresta ombrófila densa, campos restingas, várzeas e manguezais. Esse trabalho começou a ser feito no final de 1996 pelo Gambá e, segundo seu coordenador, Renato Cunha, englobou a realização de dez atividades incluídas no Plano de Ação Emergencial, tendo contado ainda com o apoio de uma outras ONG ambientalista da região, O Centro de Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia. O plano prevê: a) a recuperação de dez km da via de acesso ao interior do parque, que estava obstruída em vários pontos, o que dificulta a fiscalização do Ibama e ações de combate a incêndios; b) criação e impressão de cartazes para divulgação permanente do parque, com fotos e informações sobre sua importância histórica e ecológica; c) encontro com lideranças Pataxó, que se reuniram em Itamaraju com técnicos do Ibama, Funai, Gambá, Cimi, Anaí-BA, Cespedes e outras entidades, com o objetivo de harmonizar a relação dos índios com o parque, de onde tiram madeira para fazer artesanato, sua principalmente atividade econômica. *(A Tarde, 21/03/97)*

PATAXÓ OCUPAM PARQUE DO MONTE PASCOAL

"Vamos celebrar os 500 anos em nossa terra, receberemos os nossos parentes de todo o Brasil aqui, no Monte Pascoal". O aviso foi feito à autoridades pelo Conselho de Caciques Pataxó após cerca de 300 indígenas terem tomado ontem o Parque Nacional do Monte Pascoal. Inconformados com as limitações territoriais existentes na região de Porto Seguro, representantes dos povos Pataxó decidiram ampliar ou "recuperar" seu território tradicional que, entre outras áreas, compreende parte das aldeias boca da Mata, Barra Velha, Corumbauzinho, Meio da Mata e Águas Belas, situadas ao redor do parque. *(A Tarde, 20/08/99)*

FUNAI PROPÕE CO-GESTÃO...

Representantes dos Pataxó, que desde quinta-feira ocupam o Parque Nacional do Monte Pascoal, no extremo sul do estado, deverão responder hoje à contraproposta apresentada pela direção da Funai, que inclui a co-gestão da área do parque e de terras indígenas localizadas em seu entorno. O diretor para Assuntos Fundiários do órgão, Áureo Faleiro, disse ter oferecido um projeto agrícola, além de treinamento (pelo Ibama) de 40 líderes como guias turísticos e na área de fiscalização e controle do parque. *(A Tarde, 24/08/99)*

... MAS DECIDEM MANTER OCUPAÇÃO

Os cerca de 400 índios que ocupam o Parque Nacional de Monte Pascoal, desde a semana passada, pretendem continuar no local, ao contrário do que tem sido noticiado pela imprensa nos últimos dias. A informação consta de nota divulgada, ontem, via fax, por Naílton Muniz Pataxó, presidente do Conselho de Caciques do Sul e Extremo Sul da Bahia e pelo coordenador na Bahia da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste (Apoinme), Minas Gerais e Espírito Santo), Joel Braz Pataxó. No documento eles dizem que "a pressão" do administrador regional da Funai, em Eunápolis, e do diretor fundiário, Áureo Faleiros, "é uma violência e um desrespeito para com os índois por julgar que não somos capazes de ter a nossa opinião e capacidade de decisão". *(A Tarde, 26/08/99)*

PROTEÇÃO MUNDIAL PODE SE INVIABILIZAR

A ocupação do Parque de Monte Pascoal, na Bahia, por índios pataxó e a intensa depredação promovida por madeireiros na floresta de cerca de 14 mil ha de mata atlântica, podem inviabilizar a transformação da área em patrimônio natural da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). O alerta foi dado ontem na capital baiana pelo representante da entidade no Brasil, Jorge Wertbein. O pedido para proteção mundial do parque, feito pelo governo brasileiro, será analisado na próxima reunião anual da Unesco, marcada para novembro em Marrakesh, no Marrocos. A decretação era dada como certa porque a entidade queria homenagear o Brasil que completa 500 anos em 2000. O Monte Pascoal é um marco do Descobrimento e tem preservadas árvores nativas da mata atlântica. No entanto, o projeto esbarra nos problemas do parque, invadido há 15 dias por cerca de 300 índios pataxó que reivindicam o controle da área. *(OESP, 27/08/99)*

MINISTRO DIZ QUE PODE SOLUCIONAR

O ministro de Política Fundiário, Raul Jungmann, disse que seu ministério poderia ajudar a solucionar o impasse criado com a ocupação do Parque Nacional de Monte Pascoal, no sul da Bahia, promovida pelos índios Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe no último dia 19 de agosto. Ao receber em seu gabinete ontem (26 de agosto) o coordenador do Programa Brasil Socioambiental do ISA, Márcio Santilli, e a assessora de políticas públicas do programa, Adriana Ramos, o ministro declarou estar disposto, se solicitado pelo Ministério do Meio Ambiente, a promover a desapropriação de propriedades improdutivas existentes no entorno do Parque, para facilitar a solução do conflito. A declaração de Raul Jungmann reforça a tese defendida em nota divulgada à opinião pública

pela Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA), no último dia 20 de agosto. Na nota, a RMA sugere que o governo federal promova um levantamento sobre as condições do entorno do Parque Nacional de Monte Pascoal, de modo a identificar áreas que tenham cobertura florestal significativa, ou que sejam de ocupação tradicional indígena, com o objetivo de definir um conjunto de desapropriações que possam assegurar a ampliação tanto da unidade de conservação quanto das terras indígenas que lhe são próximas. *(ISA, 27/08/99)*

GOVERNADOR PREVÊ PROBLEMA NA OCUPAÇÃO

O governador da Bahia, César Borges, não está nada satisfeito com a atuação do governo federal sobre o impasse criado com a invasão de índios pataxó no Parque de Monte Pascoal, no extremo sul do Estado. Ele sobrevoou a região, ontem, colheu novas informações e voltou para Salvador convencido de que o problema ganhará grandes proporções se o governo não tomar providências logo. Em Brasília, as autoridades da Funai e do Ibama ainda persistem no impasse. *(OESP, 03/09/99)*

DESOCUPAÇÃO E GRUPO TÉCNICO

As cem famílias da tribo Pataxó, que haviam ocupado a sede da administração regional da Funai em Eunápolis, já deixaram as instalações do órgão, depois de negociarem com o administrador do órgão, João Vianei Pinheiro. Os pataxó, das aldeias de Barra Velha, Boca da Mata, Águas Belas, Corumbauzinho e Trevo do Parque, ocuparam a Funai na segunda-feira, exigindo o cumprimento de um acordo mantido há 90 dias, quando ocuparam o Monte Pascoal. Um dos principais pontos desse acordo é a volta do Grupo Técnico, encarregado de realizar estudo das áreas que abrangem os municípios de Itabela, Porto Seguro e Prado, para dar início ao processo demarcatório do Parque Nacional de Monte Pascoal e das terras dos pataxó, no Sítio Histórico do Descobrimento. *(A Tarde, 12/11/99)*

PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

JUIZ CONCEDE LIMINAR

O juiz federal Fernando Costa Tourinho Neto concedeu ontem liminar favorável à reintegração de posse dos índios Pataxó Hã-Hã-Hãe, em uma área de 778 ha no sul da BA, ocupada por cinco fazendeiros. Pelo despacho do juiz, os índios podem se utilizar das terras com exclusividade até o julgamento do mérito da questão. O conflito entre índios e fazendeiros foi um dos motivos que levou o índio Galdino Jesus dos Santos até Brasília, onde morreu. *(JB, 02/05/97)*

MAIS UMA FAZENDA

Um grupo de índios Pataxó Hã-Hã-Hãe tomou posse ontem da Fazenda Nova Ida 1, no município de Pau Brasil e fez reféns quatro membros da família Couto, que reivindicava a posse das terras. Esta é a última das cinco fazendas que ainda não havia sido ocupada. Os bens da família do fazendeiro foram colocados em uma caminhão da Funai que fez o transporte até o centro do município. No caminho, o veículo foi interceptado por um grupo de fazendeiros liderados por Marcus Vinícius Gaspar Guimarães, dono da Fazenda Paraíso, a primeira a ser ocupada, e Hildes Couto, um dos donos da Nova Vida 1. A equipe da Funai e PF foi ameaçada e o conflito só foi contido com a chegada da PM. De acordo com a PM local, fazendeiros contrários à posse indígena da área bloquearam as entradas da cidade de Pau Brasil, queimaram pneus e incitaram a população a invadir a fazenda e retirar os Pataxó. A polícia pediu reforço ao pelotão de Itabuna (BA). *(FSP e OESP, 07/05/97)*

PATAXÓ RECUPERAM TERRAS INVADIDAS

A morte de Galdino ajudou a tribo Pataxó a resolver um problema antigo: os índios retomaram 5 mil ha ocupados por fazendeiros. Os Pataxó Hã-hã-hãe de Pau Brasil já conseguiram recuperar 5 mil ha de suas terras invadidas por fazendeiros, processo que foi apressado pela trágica morte de Galdino. Hoje os Pataxó da Bahia admitem abrir mão de parte de uma área para que os fazendeiros deixem a reserva e termine a briga judicial que vem desde 1932. Galdino foi morto justamente durante uma das idas do grupo à Brasília, para tentar resolver o problema de sua tribo. Os índios já ocuparam cinco fazendas, e o presidente da Funai, Sulivan Silvestre de Oliveira já adiantou os trabalhos periciais para apressar a nova demarcação. *(A Crítica, 04/01/98)*

JUSTIÇA DECIDE A SITUAÇÃO EM PAU BRASIL

A Justiça Federal realizou em Ilhéus uma audiência pública com o Comitê de Apoio aos índios Pataxó Hã-hã-hãe, para analisar a limiar que garantiu a manutenção de posse dos Pataxó em 788 ha de uma fazenda no município de Pau Brasil. A área, com 109 ha, é objeto de uma disputa que já dura 15 anos. As terras em questão integram a Reserva Pataxó Catarina-Paraguaçu-Caramuru, no sul da Bahia, demarcada pelo governo federal em 1937, com 54.370 ha. Os conflitos se agravaram a partir de 1982, quando fazendeiros, com o apoio da Polícia Federal, se apossaram da área. Em 1993, os Pataxó tentaram, sem resultados, retomar as terras, que foram finalmente reocupadas pacificamente pelos índios em abril de 1997, dias antes do assassinato de Galdino, em Brasília. Desde então, os índios permanecem na fazenda, por decisão judicial, e com apoio da Polícia Federal. *(A Tarde, 29/03/98)*

ESTERILIZAÇÃO DE ÍNDIAS

Os 62 índios Pataxó hã-hã-hãe da Aldeia de Bahetá, parentes de Galdino Jesus dos Santos,

A retomada da Fazenda Nova Ida, no sul da Bahia

ED FERREIRA/AE - 1997

estão ameaçados. Uma geração de Pataxós foi esterilizada, já que todas as mulheres da aldeia em idade fértil sofreram laqueadura de trompas durante a campanha eleitoral de 94, sem autorização da Funai. A denúncia foi feita por líderes Pataxó à ONU e à Funai, que já pediu ao Ministério Público a abertura de inquérito civil e criminal para apurar as responsabilidades. Na aldeia Bahetá não há nenhuma mulher grávida. A aldeia tem 62 habitantes, sendo que as dez mulheres em idade produtiva não podem mais ter filhos. Os Pataxó afirmam que as cirurgias de laqueadura de trompas foram patrocinadas pelo médico e deputado federal Roland Lavigne (PFL/BA), na época, dono do hospital da região, com verba do SUS, em troca de votos. "Os políticos estão fazendo isso para acabar com a nação indígena, assim como os fazendeiros fizeram com as nossas florestas, acusa o cacique da aldeia, Alcides Francisco Filho, o Piba.
Lavigne nega ter feito as laqueaduras. O nome do médico já esteve envolvido em outros escândalos. Os índios vivem em uma pequena gleba de terra de um alqueire de terra seca, improdutivos e sem alimentos. O rio Colônia, que passa na aldeia, foi represado pelos fazendeiros, e hoje chega na aldeia sem água e peixes suficientes. Os índios passam fome e sobrevivem da cesta básica fornecida pelo governo. Ainda assim, depois das primeiras cirurgias, as mulheres mostravam arrependimento de terem se submetido às cirurgias: "Eu me arrependo porque ainda poderia aumentar minha família de índios. Hoje, olho para minha aldeia e vejo a se acabando", lamenta Maria José Filha, com 40 anos e seis filhos. *(O Globo, 30/08/98)*

DIREITO DE POSSE

No dia 23 de outubro último, o juiz da Vara Federal de Ilhéus, Antonio Ezequiel da Silva, decidiu em primeira instância que os índios Pataxó Hã-Hã-Hãe terão direito de posse às fazendas Paraíso, Bom Jesus, São Sebastião, Nova Vida I e II, com mais de 800 ha. A decisão em primeira instância não impede que os fazendeiros da área entrem com recurso em instância superior, mas é de grande importância para os Pataxó, pois expressa o reconhecimento, pela Justiça, de que as propriedades estão dentro de área indígena. Os Pataxó Hã-Hã-Hãe pleiteiam na Justiça a retomada dos 36 mil ha a que tem direito pela Lei 1.916/26, promulgada na época do SPI, que lhes garantia a posse dessa terra. *(Últimas Notícias /ISA, a partir dos jornais A Tarde e Gazeta do Povo de 28/10/98)*

REDE DE ENTIDADES PROCURA OS RESPONSÁVEIS

Uma rede de entidades e instituições está empenhada em identificar os responsáveis pela esterilização de 54 índias da aldeia de Bahetá, dos Pataxó Hã-hã-hãe. Investigam o caso o Cimi, Procuradoria da República, Polícia Federal, Comissão de Direitos Humanos da Câmara e o Conselho Regional de Medicina da Bahia
Entre as lideranças indígenas surge a idéia que as cirurgias para esterilização estariam ligadas a uma campanha dos fazendeiros pela imediata apropriação das terras dos Pataxó. *(FSP, 23/05/99)*

ÍNDIOS MATAM DOIS PMS NA BAHIA...

Dois soldados da Polícia Militar da Bahia morreram na madrugada de ontem em um conflito com índios das tribos pataxó e pataxó hã hã hãe que ocuparam 14 fazendas da reserva Caramuru-Catarina-Paraguassu, em Pau Brasil, na Bahia, na terça-feira passada. Os índios reivindicam a posse de 56 mil ha de terras que foram demarcadas em 1926. A polícia de Itabuna – cidade a 469 km de Salvador – informou que Neusmar Barreto, 26 e Jonivaldo Bastista da Silva, 21, foram mortos a tiros em uma emboscada.
O ministro da Justiça, José Carlos Dias, determinou ontem que o presidente da Funai, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, viajasse para Pau Brasil, no sul da Bahia, onde ocorreu o conflito envolvendo a Polícia Militar e os índios pataxó e pataxó hã-hã-hães.
"A área foi demarcada pela União nos anos 30, mas depois os pataxó foram violentamente retirados do local e agrupados em uma fazenda no interior de Minas", afirma o presidente da Funai, em nota distribuída pelo Ministério da Justiça. Ainda segundo a nota do Ministério da Justiça, após dez anos os índios voltaram para a área demarcada, o que originou várias ações na Justiça e sucessivos conflitos entre os índios e os fazendeiros da região. *(FSP, 19/11/99)*

... E SÃO EXPULSOS

O presidente da Funai, Carlos Frederico Marés, que já havia deixado Pau Brasil após participar das negociações para solucionar o conflito na reserva indígena Caramuru-Catarina Paraguassu, retornou à região, segundo informações prestadas pelo deputado federal Haroldo Lima (PC do B). O retorno do presidente da Funai foi determinado por Brasília, após receber informações da ação da Polícia Militar baiana, que invadiu a área de litígio, expulsando os índios das áreas invadidas. Horas depois da partida do presidente da Funai e da procuradora da República, Rachel Dodge, os 350 homens da PM entraram na área e ocuparam a maioria das fazendas que os Pataxó haviam tomado dos fazendeiros no início da semana. O vice-presidente do Sindicato Rural de Pau Brasil, Marcos Guimarães, negou que os agricultores tenham firmado um acordo e por meio do qual seriam indenizados pela devolução das terras aos índios Pataxó Hã-Hã-Hãe para pôr fim aos conflitos que já resultaram na morte de dois policiais militares. Os colonos exigem a retirada total dos 1.200 índios das 14 fazendas ocupadas no município de Pau Brasil, a 550 km de Salvador, como condição básica para negociar uma proposta de paz para a região. Guimarães estranhou as declarações do delegado da Polícia Federal, Rubem Paturi, que anunciou o fim da disputa com a suposta aceitação da proposta de paz por parte dos colonos. *(A Tarde e A Gazeta, 21/11/99)*

PROJETO PARA RESGATE DA AUTO-ESTIMA

Uma pesquisa que está sendo realizada pela Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão da UFBA sobre os índios Pataxós deverá contribuir para aumentar entre aquela nação indígena a auto-estima, facilitada pelo maior conhecimento de sua história. A afirmação é do professor Aristóteles Barcelos Neto, que desenvolve o projeto que custará R$ 100 mil e levará dois anos para ser concluído, mostrando as mudanças ocorridas com os Pataxó, especialmente entre os séculos XIX e XX, período que, embora rico em manifestações socioculturais da tribo, foi esquecido. O projeto, que exigirá pesquisas exaustivas em museus e fundações brasileiras e da Alemanha, será desenvolvido em três etapas, explica o professor Aristóteles Barcelos. "Primeiro estudaremos os aspectos museológicos, depois a etno-história e, por fim, a antropologia-social", afirma, lembrando que, no plano museológico, o mais importante é o resgate do maior número possível de peças que identifiquem melhor a cultura material dos Pataxó, que vivem no sul da Bahia, no período que vai do século XIX à década de 30. *(A Tarde, 30/11/99)*

FUNAI ACUSADA DE EVITAR ACORDO EM PAU BRASIL

Proprietários de fazendas que foram ocupadas, no último dia 16, por índios Pataxó Hã-Hã-Hãe, promoveram um protesto no centro de Itabuna. Portanto diversas faixas, os fazendeiros acusavam a Funai e as lideranças indígenas de promoverem desordem e dificuldades de sobrevivência para os produtores rurais de Pau Brasil.

O protesto aconteceu momentos depois de fracassar uma reunião para buscar um acordo entre as partes envolvidas e que teria sido convocado pela Funai, que não mandou nenhum representante. A reunião teria a mediação do comandante de Polícia do Interior, coronel Aloysio Campos, que está em Pau Brasil desde o início do conflito, onde preside o Inquérito Policial Militar (IPM), que investiga a morte de dois policiais militares, emboscados na entrada da Reserva Pataxó, na noite do último dia 17. *(A Tarde, 01/12/99)*

ÔNIBUS É APEDREJADO

Quatro índios Pataxó Hã-hã-hãe ficaram feridos no apedrejamento do ônibus que transportava 85 alunos-índios do Centro Educacional Maria Santana, no centro de Paul Brasil, para as aldeias da reserva. O novo incidente envolvendo índios, que aconteceu uma semana depois de uma Kombi da Funai ter sido incendiada, próximo à mesma escola, aumentando de novo a tensão entre índios e fazendeiros deixando em pânico os ocupantes do ônibus, que teve quatro vidros do lado esquerdo quebrados e ficou com várias marcas de pedradas na lataria. O motorista do ônibus contou que as pedradas vieram do alto de um barranco e seis delas entraram, ferindo os índios nas pernas, costelas e pescoço. Arisvaldo Oliveira disse que o incidente aconteceu logo após o ônibus ter entrado na estrada que liga Pau Brasil a Itaju do Colônia, que dá acesso à reserva indígena. "Se eu tivesse perdido o controle do veículo, teria caído numa ribanceira e matado tudo mundo" – disse o motorista.

Segundo funcionários da Funai, a nova provocação contra os índios aconteceu porque não havia uma viatura da PM escoltando o ônibus. Eles disseram que depois do incêndio da Kombi, o Comando de Policiamento do Interior prometeu colocar uma viatura de escolta dos veículos que transportam alunos-índios. *(A Tarde, 10/12/99)*

PRISÃO DE CACIQUE É RETALIAÇÃO

A prisão do cacique Gerson, da reserva Pataxó Hã-Hã-Hãe, foi interpretada ontem, por parlamentares, como retaliação. Ele fez um duro discurso contra o governo do estado, culpando o governador César Borges pelo clima de terror imposto pela Polícia Militar aos índios em Pau Brasil. Do Rio, onde fazia uma palestra na Escola Superior de Guerra, o deputado federal Haroldo Lima (PC do B) protestou contra a prisão e considerou ilegal o encarceramento do índio numa cela comum da Polícia Civil. Segundo ele, o motivo da prisão só foi "providenciado" e divulgado duas horas depois da detenção do cacique. "Foi utilizado um pedido de prisão preventiva arquivado desde 1994", contou o parlamentar. *(A Tarde, 16/12/99)*

PM PRENDE 13 PATAXÓ NA BAHIA

A Polícia Militar de Pau Brasil (BA) prendeu ontem, dia 19 de novembro, 13 índios Pataxó que teriam participado do abate de quatro bois que estavam em uma fazenda invadida, fazendo crescer o clima de tensão na região – onde dois soldados haviam sido mortos no dia 18 de novembro último.

"Antes de matar os bois, pedimos autorização para o proprietário da fazenda", disse o líder indígena Gerson de Souza Melo.

A procuradora da república Raquel Dodge disse que as prisões foram ilegais. " Pela Constituição, os índios somente podem ser presos pela Polícia Federal. Aqui, eles foram presos pela PM e colocados em uma delegacia civil".

Em Maceió, contudo, o ministro da Justiça, José Carlos Dias, informou que a ação da PM foi legal. *(FSP, 20/11/99)*

O CASO GALDINO

No dia 20 de abril de 1997, enquanto ainda repercutia nos meios políticos e na mídia as manifestações do MST em Brasília, o País foi surpreendido pela notícia da morte do índio Pataxó Hã Hã Hãe Galdino Jesus dos Santos, queimado vivo por um punhado de adolescentes de classe média alta que havia invadido a noite brasiliense em busca de diversão. Galdino dormia em um ponto de ônibus, há duas quadras da Funai, na avenida W3 Sul, uma das mais movimentadas da cidade. Soube-se depois que o crime havia sido um "engano", uma brincadeira, como declarou mais tarde um dos acusados. Galdino fora confundido com um morador de rua pelos adolescentes (afinal, ele não usava um cocar) que, no melhor estilo Beavis & Butthead (personagens de desenhos animados da TV americana que praticam perversidades como se fossem apenas travessuras juvenis), pretendiam inocular alguma emoção àquela madrugada de domingo, imolando miseráveis. O assassinato do Pataxó causou comoção: dezenas de perplexos editoriais foram publicados na imprensa nacional. FHC, no dia de sua chegada ao Canadá, quebrou o protocolo para condenar o ocorrido junto à imprensa; os problemas fundiários dos Pataxó viraram assunto nacional, com o presidente da Funai tendo que coadjuvar a ocupação de uma das fazendas instaladas na área Pataxó etc. Outra ironia dessa história é que um dos acusados é filho do juiz federal Novély da Silva Reis, autor de uma liminar que, em 1989, promoveu a desintrusão dos garimpeiros invasores da Terra Yanomami.

Galdino Jesus dos Santos foi queimado vivo por um grupo de cinco rapazes. Ele dormia em um ponto de ônibus, por volta das 5h30, quando os jovens desceram de um carro e jogaram um líquido inflamável (solvente de tinta) sobre seu corpo, ateando fogo em seguida. Com a quase totalidade do corpo queimado, suas chances de sobrevivência eram muito remotas, segundo os médicos que o atenderam. Ele só não tinha queimaduras na sola dos pés e no alto da cabeça. Os acusados - Max Rogério Alves, 20 anos, Eron Chaves Oliveira, 19 anos, Antônio Novély Villanova, 19 anos, Tomás Oliveira de Almeida, 18 anos, e o menor G.N.A.J. - foram presos pela manhã com a ajuda de uma testemunha que anotou a placa do carro.

Galdino morreu às 2h da madrugada de 21 de abril no Hospital Regional da Asa Norte, onde estava internado. Em 22 de abril, o corpo de

CARLOS MOURA/CB – AGO/97

A família de Galdino.

PAULO DE ARAUJO/CB - ABR/97

Brasília: Pataxó e sem-terra protestam contra o assassinato de Galdino.

Galdino foi levado hoje para Ilhéus (BA) e transportado até a área indígena, no município de Pau Brasil (BA). Cerca de 800 sem-terra se juntaram a um grupo de 30 índios num protesto no centro de Brasília contra o crime. Com flores nas mãos, os manifestantes foram saudados com buzinadas. O governador Cristóvão Buarque decretou luto oficial por três dias.

Entidades civis inglesas reagiram indignadas ao incidente que provocou a morte de Galdino. A Survival International declarou-se, em nota oficial distribuída em 21 de abril, "horrorizada por este último ultraje". Outras entidades, como a Anistia Internacional e a Christian Aid, aproveitaram a ocasião para lembrar a impunidade que cerca os crimes cometidos contra índios no Brasil, os problemas atuais em Raposa/Serra do Sol e o Decreto 1.775.

A Funai fez de tudo para impedir o velório de Galdino no Memorial dos Povos Indígenas, em Brasília. Familiares e pessoas do Cimi ficaram sabendo no IML que "a Funai tinha marcado a saída do corpo para às 6h da manhã o velório". O medo da Funai era de que "o velório se transformasse em um ato político", mas ele ocorreu, com falas indignadas de várias lideranças e cantos fúnebres.

Em 23 de abril, os índios Pataxó Hã-Hã-Hãe ocuparam, sem ordem judicial, cinco fazendas instaladas dentro da reserva Caramuru-Paraguassu. Uma decisão do Tribunal Regional Federal de Brasília, em dezembro, autorizou a entrada dos índios nas áreas, que somam 708 ha. O presidente da Funai, Júlio Gaiger, foi "convidado", sem ter outra escolha, a permanecer na aldeia desde a noite de terça-feira. Representando a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, o deputado Alcides Modesto (PT-BA) também foi retido pelos índios que viam na presença de autoridades uma chance de solucionar a ocupação de suas terras por fazendeiros. Diante da decisão dos índios de retomarem as fazendas, os dois "convidados" foram levados juntos e acompanhados pela imprensa. A entrada nas fazendas não encontrou resistências e os próprios índios decidiram que seria feito um inventário dos bens para evitar possíveis acusações de furto. *(ISA, a partir de reportagens do OESP, FSP e CB, de 20 a 24/04/00)*

TUPINIQUIM E GUARANI

ÍNDIOS PEDEM AGILIDADE NA DEMARCAÇÃO

Centenas de índios Tupiniquim e Guarani, de Aracruz (ES), fizeram ontem um ato público, na Procuradoria Geral da República. Eles querem que o governo federal agilize a demarcação das terras indígenas no estado. No último dia 25, eles entregaram ao procurador da República, Elthon Jbersel, um relatório, já aprovado pelo Incra, contendo os dados das terras que seriam demarcadas no Estado. Na proposta de ampliação da área demarcada, que totaliza 14.270 ha, os índios reivindicam a unificação das aldeias de Caieiras Velhas e Pau Brasil. "Conheci o território do ES e era todo de mata. Agora, a mata está prejudicada, principalmente pela plantação de eucalipto pela Aracruz Celulose. Queremos ter terra para plantar e pescar", disse o líder de Caieiras Velhas, José Luiz. Ele lembrou que o relatório da Funai, aprovado pelos índios, sobre o levantamento fundiário da área está pronto desde dezembro. Agora só falta ser publicado no Diário Oficial", disse. *(A Gazeta, 28/05/96)*

CULTIVO DE MEXILHÕES

Os índios Tupiniquim da aldeia Caieiras Velha, do ES, foram tema de reportagem da revista Globo Rural, especializada em temas relacionados à produção rural. A reportagem enfoco particularmente um projeto de cultivo de mexilhões, implantado com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Sebrae). Segundo a revista, o projeto começou a ser implantado em 1994 pelos técnicos do Centro de Tecnologia em Agricultura, empresa privada fundada por estudantes formados pela Ufes, mediante convênio envolvendo, além da Sebrae, a Federação de Agricultura do ES e a Prefeitura Municipal de Aracruz. No início, o cultivo de mexilhão reuniu um pequeno grupo de cinco índios, sendo um representante de cada família, chegou a ter 30 participantes e hoje está com dez. A idéia, no futuro, é multiplicar o parque de criação até atingir 1,5 mil cordas, de forma a ter uma safra contínua durante todo o ano. A primeira safra, informa a reportagem, de 600 quilos brutos (com cascas) foi toda vendida. os mariscos foram pré-cozidos, acondicionados em *freezer* na unidade de beneficiamento construída pela prefeitura de Aracruz na própria aldeia. *(Revista Globo Rural, 01/97)*

ALDEIAS DE ARACRUZ GARANTEM AUTO-SUSTENTAÇÃO

Um programa envolvendo a Emater/ES e o Núcleo Institucional de Saúde Indígena (Nisi) está colaborando para garantir a auto-sustentação

Jonas do Rosário, líder tupiniquim da aldeia de Irajá, TI Caieiras Valha.

CARLOS AUGUSTO FREIRE - 1994

da população indígena das aldeias de Aracruz. A Emater orienta os índios sobre a prática da agricultura e o resultado é que, apenas no ano passado, eles colheram 97,7 toneladas de milho e feijão numa área plantada de 91,5 ha. O projeto conta com a parceria da Prefeitura de Aracruz, secretarias de Estado da Agricultura e da Justiça e Cidadania, Funai e Aracruz Celulose. Segundo o secretário de Agricultura de Aracruz, 70% da produção está senso vendida no comércio local. *(A Gazeta, 13/01/97)*

GUARANI E TUPINIQUIM NA PORTA DO REI...

Dois índios brasileiros, com o corpo pintadn de sinais de guerra, realizaram uma manifestação dia 22 de maio no Palácio Real de Oslo para protestar contra um cunhado do rei Haroldo V, dono de terras no Brasil que os índios consideram parte de seu território.

O rei não estava no palácio, mas a manifestação atraiu a atenção das pessoas. Os dois índios atravessaram metade do mundo para acusar o milionário norueguês, Erling Lorentzen, casado com a princesa Ragnhild, irmã de Haroldo V, de roubar suas terras. Lorentzern é fundador e presidente de uma das maiores fábricas de celulose do mundo, a Aracruz, que controla vastas terras no Brasil.

"Estamos aqui para conquistar o apoio dos noruegueses" afirmou o líder guarani Mauricio da Silva Gonçalves, segundo o jornal local Dagladet. *(Diário Popular, 23/05/97)*

... PEDEM AJUDA EUROPÉIA

O cacique Tupiniquim da tribo de Caieiras Velhas, José Luiz Ramos e o representante da tribn dos Guarani, Maurício da Silva Gonçalves, ambos da região de Aracruz, foram recepcionados por aproximadamente cem índios no Aeroporto de Vitória. Ramos e Gonçalves passaram 12 dias em viagem à Noruega e Inglaterra. Desde 1993, os índios reivindicam a ampliação de seus 4.500 ha de terra demarcada em mais 13.579 ha. Segundo Gonçalves, a ampliação é indispensável para a sobrevivência dos índios. Vivem hoje na região 1.497 índios, divididos em três aldeias, sendo duas Guarani. Na Noruega, os índios tiveram encontros com representantes do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério do Comércio, além de deputados, representantes da igreja e ONGs.

O Banco da Noruega é acionista do grupo Lorentzen, que possui 20% das ações da Aracruz Celulose. A luta pela demarcação da terra foi discutida com entidades da Noruega como forma de denunciar a luta travada em Aracruz e conseguir apoio. *(A Gazeta, 03/06/97)*

CARTA DA COMISSÃO TUPINIQUIM E GUARANI AO MINISTRO ÍRIS REZENDE

"Senhor ministro da Justiça,

A Comissão Tupinikin e Guarani, após avaliar o vosso despacho de 06/03/98 determinando a ampliação de nossas terras em apenas 2.571 ha, vem manifestar sua profunda indignação e revolta com esta decisão pelos seguintes motivos:

1. A decisão não leva em consideração, ou melhor joga na lata de lixo, as conclusões dos estudos realizados nos últimos quatro anos pela Funai, que reconhecem o direito e a nccessidade de termos nossas terras ampliadas em mais 13.579 ha (não são 14.590 ha como está no despacho)

2. Do mesmo modo, o Relatório Final do Grupo Técnico que fez a complementação dos trabalhos, o qual foi entregue ao senhor no último dia 2 de março, confirma as conclusões anteriores, mas foi usado indevidamente para negar a ampliação pretendida. O mais estranho é que o despacho faz uma citação (3º parágrafo) que não existe no Relatório Final.

3. A decisão é um desrespeito aos nossos direitos e à própria Constituição Federal, que no art. 231 reconhece aos índios os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Em vosso despacho é rejeitada uma das condições para a definição das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios - as utilizadas para suas atividades produtivas - por se tratarem de terras ocupadas por eucalíptos. No entanto, em despacho anterior (04/08/97) e neste, o senhor acolhc "as conclusões expedidas pelo Órgão Indigenista, rcconhecendo a legitimidade do direito dos índios à posse permanente das terras que tradicionalmente ocupam, rejeitando, nesse particular, as contestações oferecidas". Além disso, o Relatório Final do Grupo Técnico conclui, reafirmando estudos anteriores, pela "total exiquibilidade das terras identificadas quanto ao seu potencial econômico e ao seu aproveitamento pelos Tupinikin e Guarani".

4. As citações que o senhor faz do relatório apresentado pelo Grupo Técnico no ano de 1979 não são verdadeiras. Sempre reivindicamos as terras que nos pertencem e que foram invadidas pela Aracruz Celulose. A área proposta para a demarcação em 1979 foi a que conseguimos recuperar naquele momento de conflito com a empresa. A Funai não realizou nenhum estudo para reconhecer o nosso direito e a proposta de área foi feita pelo Grupo Técnico em apenas 10 dias de trabalho.

5. A decisão não reconhece os nossos direitos, mas atende perfeitamente aos interesses da Aracruz Celulose. No dia 18/02/98 a empresa nos propôs um acordo, oferecendo uma ampliação de terras exatamente igual a que consta no vosso despacho. Só podemos concluir que o Ministro baseou-se, não nos estudos realizados pela Funai, mas nos interesses da Aracruz Celulose.

6. A nossa indignação é grande também porque a vossa decisão nega a ampliação da área de Comboios, condenando esta comunidade indígena a continuar vivendo em uma área onde 95% da sua superfície são constituídos por areia e imprópria para atividades produtivas.

7. Por tudo isso, somos obrigados a rejeitar esta decisão e anunciar que faremos a auto-demarcação dos 13.579 ha para retomar a posse das terras que tradicionalmente nos pertencem. E esperamos que o presidente da Funai cumpra com o compromisso assumido no "Termo de Acordo" de 24/01/98 de nos apoiar e nos dar proteção" *(Caieiras Velhas, 06/03/98, Comissão Tupinikin e Guarani)*

FUNAI CERCEIA ALIANÇAS

A mobilização desencadeada no último dia 11 de março por índios Tupiniquim e Guarani, com o apoio de cerca de 80 trabalhadores rurais sem terra, com vistas à autodemarcação de três áreas indígenas no Espírito Santo, não apenas fustigou os limites de uma área que a poderosa Aracruz Celulose considera sua. Criou, também, embaraços para a diplomacia brasileira e evidenciou a tendência da atual administração indigenista de não reconhecer aos índios o direito de se articular politicamente.

A ocupação de áreas florestadas com eucalipto pela Aracruz ocorreu depois que o ministro da Justiça, Íris Rezende, não aceitou a ampliação das terras indígenas Comboios, Caieiras Velha e Pau Brasil, conforme um estudo preparado pela Funai em 1996. Demarcadas em 1983, as três áreas totalizavam 4.492 ha, espaço considerado muito exíguo pelos índios para o desenvolvimento de suas atividades tradicionais. Atendendo à solicitação indígena, a Funai compôs um grupo de trabalho para reestudar os limites das áreas. Os novos estudos resultaram numa proposta de ampliação de 13.579 ha, satisfazendo a expectativa dos índios. No entanto, a proposta subtraia terras que a Aracruz Celulose considera sua propriedade. De acordo com a Comissão Tupiniquim e Guarani, o ministro vetou esta ampliação atendendo às pressões da empresa.

Indignados com as portarias do ministro, que aprovou ampliação de apenas 2.569 ha, os índios, apoiados pelo Cimi e pelo MST, ocuparam as áreas reivindicadas, iniciando os trabalhos de autodemarcação. A ação dos índios ocorreu no mesmo período em que os executivos da Aracruz preparavam-se para receber o rei

Gustavo, da Suécia, acompanhado de uma comitiva de empresários. A visita acabou sendo cancelada por recomendação da Polícia Federal. Constrangida pelo fato, a Funai reagiu com fúria à ocupação, exigindo que os ocupantes deixassem a área antes de iniciar qualquer negociação. Diante da recusa dos índios, o presidente da Funai, Sulivan Silvestre, condenou a aliança entre índios, sem terra e outros movimentos sociais, acusando-os de prejudicar "a autenticidade da causa". A imprensa anunciou que, depois de uma rodada de negociações entre uma comissão indígena, a Funai e o MPF, os índios aceitaram reduzir a ampliação para cerca de 7 mil ha, desde que obtivessem apoio para a implementação de atividades produtivas na área. Informada da proposta, a Aracruz ofereceu 3,5 milhões de reais para que os índios deixassem a área.
Sem acordo, a Funai e a PF resolveram escancarar o apoio aos interesses da Aracruz. No dia 18, o holandês Winfridus Overbeeck, assessor do Cimi, e quatro sindicalistas foram detidos pela PF numa barreira montada na entrada da Aracruz. No dia seguinte, o presidente da Funai baixou portaria proibindo "o acesso de qualquer pessoa nas terras indígenas Tupiniquim e Guarani, exceto servidores da Funai". Overbeeck sofreu ameaças de deportação, mas conseguiu habeas corpus para permanecer no País. O ministro Íris Rezende recusou indelicadamente pedido do governador do Espírito Santo, Vitor Buaiz, para que retirasse a PF da área. "Temos visto sem terra e outros segmentos misturados com os índios a defender o aumento da reserva", alegou Rezende, recusando aos índios a possibilidade de tecerem suas próprias alianças políticas. *(Últimas Notícias/ ISA, 26/03/98)*

PF ABRE INQUÉRITO E INDICIA MISSIONÁRIO

O missionário holandês Winfridus Overbeek foi indiciado pela PF, 24 horas após a Justiça Federal ter dado liminar garantindo ao engenheiro ambiental o direito de permanecer no Brasil. A PF vê indícios de conduta irregular e interferência em assuntos internos do País em atividade política nas atividades do missionário junto à reserva indígena de Aracruz. *(A Gazeta, 27/03/98)*

IMPRENSA DIVULGA ACORDO ENTRE ÍNDIOS E ARACRUZ...

O conflito pela posse de 13.579 ha de terras entre índios Tupiniquim e Guarani e a poderosa Aracruz Papel e Celulose acabou em acordo. Segundo o jornal, os índios vão ceder a área - situada no Espírito Santo, e sobre a qual a empresa mantém florestas de eucalipto - para uso da Aracruz pelo período de 20 anos. Em troca, receberão R$ 11,4 milhões para investir em projetos de interesse da comunidade. Expirado o período do acordo, a terra será devolvida aos índios. *(Últimas Notícias/ISA, 08/04/98)*

AMPLIAÇÃO DA TERRA É POUCA

Ao contrário do que foi anunciado na imprensa, o acordo celebrado entre os Tupiniquim e os Guarani do Espírito Santo e a Aracruz Celulose não garante a posse dos 18.070 ha de terra reivindicados pelos índios e identificados pela Funai em dezembro 1996 (Despacho nº 41, de 27 de dezembro de 1998). Na prática, o acordo, assinado no dia 2 de abril em uma reunião em Brasília, acaba por excluir cerca de 11 mil ha de terras indígenas. Em troca, os índios receberão R$ 11,4 milhões, além de outros benefícios, pelo prazo de 20 anos. O acordo foi selado com a intermediação do presidente da Funai, Sulivan Silvestre, e com a interveniência de representantes do MPF. É a primeira vez que o MPF subscreve um acordo desta natureza.
Ainda segundo o acordo, os índios ficam obrigados a reconhecer os limites declarados pelas Portarias 193 e 195, assinadas pelo ex-ministro da Justiça Íris Rezende em 6 de março de 1998 (cláusula 10). As portarias em questão contrariam a proposta de limites encaminhada pela Funai em 1996, que, atendendo à reivindicação indígena, ampliava as áreas Caieiras Velha, Pau Brasil e Comboios de 4.492 para 18.070 ha. Entretanto, os índios tiveram essa expectativa frustrada pelo ministro Íris Rezende, que nas portarias declarou uma ampliação total para as três áreas de apenas 2.569 ha. Na ocasião, os índios acusaram o ministro de acatar os limites propostos pela Aracruz.
Revoltados com a decisão, os Tupiniquim e os Guarani, apoiados por membros do Movimentos dos Sem-Terra, ocuparam parte do território reivindicado, onde a Aracruz tem plantações de eucalipto. A ocupação dos índios e seus aliados desencadeou uma operação de guerra mobilizada por órgãos federais para promover a defesa do patrimônio da empresa de papel e celulose. Durante as negociações, o presidente da Funai insistiu veementemente para que os índios aceitassem a área declarada pelo ministro Rezende. Diante da negativa, os índios foram levados à Brasília, onde - de acordo com a denúncia do Cimi – foram isolados de seus aliados da sociedade civil organizada e acabaram por aceitar o acordo que lhes subtrai os cerca de 11 mil ha. *(ISA, 06/05/98)*

"ÍNDIOS RETOMAM TRADIÇÃO E ENTRAM NO CONSUMO"

O comércio da cidade de Aracruz (ES), comemorou boas vendas no mês passado, quando índios Tupiniquim e Guarani gastaram nas lojas da cidade quase 600 mil reais, parte em dinheiro que receberam do acordo feito com Aracruz Celulose para colocar fim a disputas de terras. Cada uma das 277 famílias indígenas recebeu R$ 2 mil. Elas tiveram, no comércio, o mesmo comportamento dos consumidores comuns quando embolsam um dinheiro extra: compraram televisores, fogões, geladeiras e bicicletas. À primeira vista pode parecer que os índios tenham realizado um ritual de consumo irresponsável. Mas é que não se pode analisar a questão dos índios de Aracruz apenas pelas aparências. O visual do cacique José Sizenando, por exemplo, não difere do modo de vestir de qualquer jovem senhor brasileiro na faixa do 40 anos, de cabelos bem aparados, óculos de aro fino, camiseta de boa qualidade e sapatos do tipo mocassim. De índio, nessa aparência, só a cor morena avermelhada da pele e os cabelos pretos. Sizenando tem um jeito fino e educado, o ar urbano de quem teve de abandonar a aldeia de Caieiras Velha para sobreviver com ajudante de pedreiro nas construções civis de Vitória, a 80 km de distância mas sendo atualmente funcionário público, trabalhando como motorista de ambulância na Prefeitura de Aracruz.
Só quando precisa afirmar a sua condição de indígena é que Sizenando troca as roupas modernas pelas que eram utilizadas por seus ancestrais tupininquim. E essa foi a principal luta desses remanescentes da raça no norte do Espírito Santo, ou seja, a de se fazerem reconhecer como índios, o que só conseguiram com muito esforço e a ajuda de antropólogos da Funai. Os avós do cacique, por exemplo, proibiam que ele adotasse modos de índios e recusavam-se a lhe ensinar a língua tupiniquim, alegando as represálias sofridas, no passado, no contato com os homens brancos.
José foi um dos Tupiniquim que, em 1979, tiveram de aprender novamente a vestir as indumentárias indígenas, a pintar as cores de guerra no rosto e – utilizando-se de cocar tanga e borduna – sair para reivindicar parte das terras que julgavam lhes pertencer, agora cheias dos eucaliptos do projeto de reflorestamento da Aracruz Celulose. A maior dificuldade era o preconceito, já que os índios eram acusados de ser caboclos oportunistas...
...Foram necessários quase 20 anos, a partir dos primeiros confrontos, para que os índios e a Aracruz chegassem a um acordo final sobre as reservas. E o interessante é que não restaram maiores ressentimentos entre as partes. A

Aracruz, nas palavras do seu diretor de Meio Ambiente e Relações Corporativas, Carlos Roxo, só tem elogios para o que classifica como comportamento equilibrado dos índios durante as negociações. O cacique Sizenando também acha que a culpa maior foi dos governos – municipal, estadual e federal -, que consideravam a terra onde moravam os índios como devolutas...

...O acordo de ajustamento de conduta sobre terras que os índio disputavam com a empresa reflorestadora e produtora de celulose foi assinado no dia 02 de abril. O contrato, no valor de R$ 11,4 milhões, será pago ao longo de 20 anos, em duas parcelas anuais correspondentes a 5% do custo total. No início do mês de julho a Araracruz depositou R$ 1,2 milhão na conta da Associação Indígena Tupiniquim-Guarani, que destinou R$ 600 mil para famílias cadastradas pela Funai.

Esse dinheiro foi resultado de um contrato aditivo ao acordo original, que prevê destinar os R$11,4 milhões a programas de auto- sustentação das comunidades indígenas, a serem feitos basicamente em projetos de agricultura. Ocorreu, então, durante os acertos com a Aracruz Celulose, que as comunidades indígenas entenderam que haveria um pagamento em dinheiro e não apenas o destinado ao fomento dos programas. Combinou-se o pagameoto de uma parte diretamente. Quando os recursos chegaram à Associação, houve um esforço conjunto dos representantes da Funai e dos Funcionários do Banco do Brasil no sentindo de que os índios colocassem o dinheiro em cadernetas de poupança, o que não foi possível, até porque muitos deles não tinham documentos que permitissem a abertura das contas, mas principalmente porque a maioria já fizera planos para usá-lo.

Atualmente as comunidades das aldeias estão em plena efervescência. Os líderes como Sizenando e Ervaldo, reúnem-se com técnicos do governo para detalhar o projeto econômico de auto-sustentação das aldeias. As terra da aldeia de Pau-Brasil estão sendo gradeadas para receber os primeiros plantios, de café, feijão, milho e cana-de-açucar e pastagens para a criação de gado. Não haverá divisão das terras e o uso será coletivo, como manda a tradição indígena e tipo de organização social que os Tupuniquim e Guarani querem preservar.

Todas as decisões sobre o uso dos recursos terão que passar obrigatoriamente não pelos conselhos tribais, como também serem fiscalizados pelos demais representantes da comunidade genérica do município de Aracruz, dentre os quais representantes das igrejas. O termo de ajustamento firmados pelos índios com a Aracruz, com interveniência da Funai e da Procuradoria Geral da República, no Espírito Santo, impõe sanções aos nativos e à empresa de celulose, no caso de descumprimento de qualquer das suas cláusulas.

Em suma, os índio não podem invadir novas áreas e a Aracruz tem que cumprir com os desembolsos financeiros. O cachimbo da paz será fumado por 20 anos.

Além da recuperação ecooômica, os índio querem resgatar a sua identidade cultural. Sizenando e Everaldo sonham em recuperar a língua tupiniquim e imaginam poder fazer isso através de pesquisa com a ajuda da Igreja Católica, em busca de gramáticas da línguas nativa que possam ter sido compiladas por padres, principalmente os jesuítas... *(Trechos do artigo de Sérgio Gomes, Gazeta Mercantil 25/08/98)*

ARACRUZ FAZ PROPOSTA COMERCIAL...

A empresa Aracruz Celulose iniciou contatos comerciais com os índios Tupiniquim e Guarani da reserva de Aracruz, visando incluí-los nos programas de fomento florestal desenvolvido na região. Quarenta índios visitaram as propriedades que mantém contrato com a indústria de celulose, e conheceram a proposta apresentada pela empresa, que está interessada em comprar eucalipto plantado na área de 1.700 ha que foi demarcada em favor da comunidade indígena. O programa de fomento florestal da Aracruz Celulose envolve uma área de 15.700 ha. Os produtores envolvidos no processo recebem da Aracruz assistência técnica e treinamento especializado. Estima-se que os índios poderão obter uma receita de venda em toroo de R$ 7 milhões por safra, no período de sete anos. Os índios saíram animados da reunião e preteodem levar a proposta para os outros caciques das aldeias " para que as responsabilidades sejam devidamente assumidas", concluiu Ervaldo Santana, presidente da Associação Indígena Tupiniquim. As lideranças indígenas pretendem pesquisar os preços oferecidos no mercado e comparar com a proposta formulada pela Aracruz. A Aracruz propõe pagar R$ 4,90 por m² de eucalipto, desenvolvendo toda a operação de plantio, corte e transporte. Se as tarefas forem executadas pelos índios, o preço sobe para R$ 12,30. *(A Gazeta, 31/08/98)*

... E FECHA ACORDO

A Associação dos índios Tupiniquim e Guarani e a empresa Aracruz Celulose assinaram, no último dia 12 de maio, dois contratos de compra e venda de madeira de eucalipto oriunda de plantios nas TIs Caieiras Velha e Pau Brasil, ambas situadas no ES. O anúncio do acordo foi ooticiado pelo jornal A Gazeta, de Vitória, capital do Estado, no último dia 13.

Segundo informa a reportagem, os contratos foram firmados na presença do presidente da Funai, o órgão indigenista federal, Márcio Lacerda. O acerto prevê que os índios se responsabilizam pelo corte de 250 mil árvores de eucalipto dois anos após o plantio e um milhão de árvores nos dois anos seguintes. Em troca da cessão das terras para o cultivo e da mão-de-obra, os índios receberão R$ 5 milhões.

Segundo informou ao jornal capixaba o líder José Sizenando, da aldeia Caieiras Velha, o primeiro contrato - referente às 250 mil árvores - renderá R$ 1 milhão aos índios e o segundo, referente à colheita de um milhão de eucaliptos, renderá R$ 4 milhões brutos. Segundo informou Sizenando ao jornal, as comunidades Tupiniquim e Guarani da região de Aracruz já desenvolvem projetos agrícolas financiados pela empresa, uma das maiores do setor de papel e celulose no Brasil. *(Marco Antonio Gonçalves, Últimas Notícias/ISA, 20/05/99)*

MANIFESTAÇÃO REÚNE 500 ÍNDIOS EM ARACRUZ

Cerca de 500 índios da aldeias de Aracruz promoveram, ontem, uma manifestação de protesto em frente ao portão principal da indústria Aracruz Celulose. O movimento, organizado pela Comissão Tupiniquim e Guarani, visa a pressionar a empresa a rever o acordo assinado no dia 2 de abril de 1998, que prevê o repasse de R$ 11,7 milhões às comunidades indígenas no prazo de 20 anos. Eles cobram, eotre outras reivindicações, o direito de tirar proveito dos juros financeiros gerados pela totalidade dos recursos, que são liberados semestralmente. A resposta da empresa foi taxativa: não renegocia o acordo. *(A Gazeta, 12/11/99)*

ÁREA AMEAÇADA DE POLUIÇÃO É OCUPADA

A Associação Indígeoa Guarani e Tupiniquim de Aracruz encaminhou dia 7 de agosto de 2000, à Procuradoria Geral da República um ofício requerendo que o órgão acione a Funai visando dar início aos procedimentos administrativos para a demarcação e anexação à terra indígena de uma área de 50,57 ha, pertencentes à Prefeitura desse município.

A iniciativa foi tomada durante a reunião realizada na área ocupada pelos índios desde 2 de agosto último, em Santa Cruz. Participaram da discussão, além dos caciques da aldeias da região, representantes do Ministério Público Federal e o deputado estadual Claudio Vereza (PT), membro da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa.

O encontro, que durou 50 minutos, atraiu sindicalistas, ambientalistas e lideranças comunitárias, que manifestaram apoio aos índios. Participaram da reunião caciques, subcaciques e líderes indígenas das aldeias guarani de Três Palmeiras e Boa Esperança e das aldeias tupiniquim de Caieiras Velha, Pau Brasil e Irajá. O motivo de ocupação da área da Prefeitura e da empresa Thotam Mineradora Ltda., segundo explicaram os representantes indígenas: é que a região, localizada entre o rio Piraquê-açu e a TI Caieiras Velha, é uma área indígena e de preservação ambiental, não pode ser utilizada da forma como a empresa pretende, isto é, na secagem dos sedimentos marinhos a serem extraídos na foz rio Piraquê-açu. *(A Gazeta, 08/08/00)*

LÍDER QUASE ELEITO

Por falta de apenas oito votos, o cacique tupiniquim José Sizendando, do PSDB, perdeu uma vaga na Câmara Municipal de Aracruz, no interior do Espítito Santo. Ele obteve 506 votos e o último vereador se elegeu com 513. Seria mais um ponto para a administração da Funai em Governador Valadares, responsável pelos indígenas mineiros e capixabas. *(Hoje em Dia, 15/10/00)*

GERAL

PROFESSORES INDÍGENAS

Um grupo de 66 índios de quatro etnias de Minas Gerais – Xacriabá, Maxakali, Pataxó e Krenak -, cumpre diariamente a missão de educar crianças pertencentes a essas quatro tribos. Eles fazem parte do Programa de Educação Escolar Indígena do Estado e estão passando por um processo de capacitação pedagógica. O Projeto que envolve a Universidade Federal de Minas Gerais e a Secretaria da Educação do estado acontece desde 1996. *(FSP, 14/10/98)*

GUARDA RURAL INDÍGENA SOB INVESTIGAÇÃO

As histórias de violência e crimes que rondam a Guarda Rural Indígena (Grin), que recrutou e militarizou 87 índios de cinco nações, entre 1969 e 1972, terão que ser recontadas. O deputado federal Nilmário Miranda (PT/MG), membro da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, encaminha hoje um requerimento ao Ministério da Justiça, pedindo a localização de todas as informações e documentos relativos à Grin. Existem denúncias de casos de violência e desrespeito contra os índios e até mesmo de índios militarizados contra outros índios. *(Hoje em Dia, 21/10/98)*

ASSISTÊNCIA MÉDICA

Os caciques das seis aldeias indígenas concentradas neste município estarão reunidos hoje, em Caieiras Velha, com representantes de várias entidades públicas e privadas do Estado. A iniciativa visa a estabelecer parcerias e definir ações de trabalho relacionadas à assistência, prevenção e o controle de doenças entre os índios. Estas atividades, desde o final de agosto último, deixaram de ser de competência da Funai, passando, agora, a ser executadas pelo Ministério da Saúde, através da Funasa. Conforme informou a Assessoria de Comunicação da Coordenação Regional da Funasa no Espírito Santo, o atendimento unificado tem o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento dos povos indígenas. A nova política de atenção à saúde destes povos passa pela criação de 33 DSEI's em todo o País; pela formação de quatro mil agentes indígenas de Saúde e 200 equipes de Saúde da Família; criação e construção de postos de Saúde e pela formação da rede de hospitais de referência. *(A Gazeta, 17/09/99)*

ALDEIAS FESTEJAM FORMATURA

As aldeias mineiras estarão em festa, hoje. Às 15 horas, acontece no Campus da Secretaria de Estado da Educação, em Belo Horizonte, a solenidade de formatura de 66 índios, os primeiros de Minas Gerais a receberem diplomas que os credenciam a ensinar do pré à 4ª série. Eles participaram, por quatro anos, do Curso de Professores Indígenas realizado no Parque Estadual do Rio Doce, em Marliéria, no Vale do Aço, de janeiro a julho, dando continuidade aos trabalhos nas aldeias, com disciplinas voltadas para cada cultura indígena. Dos 66 índios-professores, 45 são Xacriabá, da aldeia de São João das Missões, no norte de Minas; dez da aldeia Maxacali, em Bertópolis, no Vale do Mucuri, seis da aldeia Pataxó, de Carmésia, no Vale do Aço, e cinco da aldeia Krenak, de Resplendor, no Vale do Rio Doce. O povo indígena Maxacali, dividido entre as aldeias Água Boa e Pradinho, participou com cinco representantes de cada uma delas.

O curso é reconhecido pelo MEC. Todos os professores estão contratados pelo Estado desde 1997. Segundo a coordenadora, eles associaram os estudos ao trabalho nas 35 escolas estaduais existentes nas aldeias, recebendo R$ 300,00 por mês do Estado, através do projeto Criação e Implantação de Escolas Indígenas de Minas Gerais. *(Hoje em Dia, 16/12/99)*

CERIMÔNIA AO PÉ DA MONTANHA

Em sua segunda edição, o Festival de Dança e Cultura Indígena cresceu e promete transformar a Serra do Cipó num grande terreiro cerimonial durante cinco dias e noites. A festa será aberta, com representantes das nações krenak, maxakali, pataxó, xakriabá, kaxinawá terena e guarani, além de uma delegação da tribo japonesa ainu. Ontem de manhã, a festa foi detalhada pelo organizador do evento, Ailton Krenak, dirigente do Núcleo de Cultura Indígena. Ao lado do secretário de Estado da Cultura Ângelo Oswaldo, Krenak enfatizou a importância do conjunto de cerimônias conhecida como *moitará* e o fato de poder compartilhar sua alegria com os amigos de outras culturas, em particular as crianças. *(O Estado de Minas, 23/09/99)*

17. MATO GROSSO DO SUL

J. R. RIPPER

Guarani-Kaiowá

17. MATO GROSSO DO SUL

MT
GO
BOLÍVIA
MATO GROSSO DO SUL
SP
PARAGUAI
PR
Parna PANTANAL MATOGROSSENSE
RIO VERDE
CORUMBÁ
MIRANDA
AQUIDAUANA
CAMPO GRANDE
TRÊS LAGOAS
BRASILÂNDIA
PORTO MURTINHO
DOURADOS
PONTA PORÃ
AMAMBAI
PRESIDENTE PRUDENTE
LONDRINA
CAMPO MOURÃO
TERRA ROXA
Represa de Ilha Solteira
Represa de Capivara
Ilha das Sete Quedas
Rio Paraná
Rio Paraguai
Rio Miranda
Rio Verde
Rio Tietê
Rio Paranapanema
Ivinhema
ICATU
VANUÍRE
ROD. RAPOSO TAVARES
BR-163
BR-262
BR-267
BR-364
BR-376
52°
24°

- - - limite interestadual
— rodovia implantada
◉ capital de Estado
• cidade
Unidade de Conservação federal

TERRAS INDÍGENAS

reconhecida oficialmente
▲ reconhecida oficialmente (área não representável nesta escala)
▲ em identificação ou a identificar
□ apresentada em outro capítulo (área não representável nesta escala)

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/2000

40 0 40 80 Km

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)		Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
352	Água Limpa	Terena	80	Mangolin 93	Em Identificação. Port. Funai 948 de 08/10/99 cria GT p/estudos e identificação da TI (DDU, 27/10/99).	0	Rochedo	MS	Sem localização.
3	Aldeia Campestre	Guarani Kaiowá	236	PKG(*): 98	Reservada. Demarcada. Área doada pela prefeitura, demarcada em 1991 Os Indios reivindicam a TI Cerro Marangatu, na qual esta encravada Campestre, vila do município de Antonio João. (Cimi/MS, 1997)	9	Antonio João	MS	Faixa de fronteira.
4	Aldeia Limão Verde	Guarani Kaiowa	390	Mangolin 93	Reservada/SPI. Reg. CRI. Dec. Est. 835 de 14/11/28 cria RI com 900 ha. Port 1688/E de 16/08/84 p/ ident. e redef. Reg. CRI Matr. 274, Liv. 3, fl. 54 em 09/08/65.	660	Amambai	MS	Faixa de fronteira.
5	Aldeinha	Terena	328	Mangolin 93	Em Identificação/Revisão. Port. Funai 1.688/E de 16/08/84 p/ identificação e redefinição da área. Demarcada em 1982.	4	Anastácio	MS	
9	Amambai	Guarani Ñandeva Guarani Kaiowá	4.465	PKG. 98	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 277 de 29/10/91 homologa demarcação (DDU, 30/10/91). Reg. CRI Matr. 1081, Liv. 3, fl. 191 em 25/03/66. Tit.definitivo em 12/80. Reg. SPU Cert. 03 em 06/01/94.	2 429	Amambai	MS	Faixa de fronteira.
60	Buriti	Terena	1.783	Funai. 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 301 de 29/10/91 homologa demarcação administrativa (DDU, 30/10/91). Reg. CRI de Sidrolândia Matr. 4 561, Liv. 2/RG, Liv. 01 em 22/01/93. Reg. CRI de Dois Irmãos Buriti, Comarca de Aquideuana Matr. 9 258, Liv. 2, fl. 01 em 07/10/92. Reg. SPU Cert. 05 em 12/01/94. Port. Funai 946 de 07/10/99 cria GT p/ levantamento fundiário com vistas a reestudo da TI (DOU, 11/10/99).	2 090	Dois Irmãos Buriti Sidrolândia	MS MS	
572	Buritizinho	Terena	320	Funai. 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. de 23/05/96 homologa a demarcação administrativa (DDU, 24/05/96). Reg. CRI em Sidrolândia Matr. 1 800, Liv. 2-RG, fl. 01 em 10/06/96. Reg. SPU Cert. 001 em 20/01/97.	10	Sidrolândia	MS	
61	Caarapó	Guarani Ñandeva	2.886	PKG: 98	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 250 de 29/10/91 homologa demarcação administrativa. (DOU, 30/10/91). Reg. CRI Matr. 28 904, Liv. 3-AP, fl. 123 em 08/06/65. Título definitivo em 01/04/40. Reg. CRI Comarca de Caarapó Matr. 594, não tem livro. fl. 0042 em 17/12/91 Reg. SPU Cert. 04 em 11/01/94.	3 594	Caarapó	MS	Faixa de fronteira.
63	Cachoeirinha	Terena	3.500	Mangolin: 93	Reservada/SPI. Em Revisão. Port. 1688/E de 16/08/84 p/ identificação e redefinição de área. Aviventada: 85. Port. 946 de 07/10/99 cria GT para realização de levantamento fundiario c/ vistas à redefinição dos limites da TI (DDU, 11/10/99).	2.644	Miranda	MS	
374	Camba	Kamba	0		A Identificar (Cimi: 79). Consta do Plano de Metas da Funai. 87	0	Corumbá	MS	Faixa de fronteira.
82	Cerrito	Guarani Ñandeva Guarani Kaiowá	186	PKG. 98	Homologada. Reg. SPU Dec. s/n de 21/05/92 homologa a demarcação administrativa (DOU, 22/05/92). Reg. SPU Cert. 07 de 13/01/94.	2.040	Eldorado	MS	Faixa de fronteira.
377	Cerro Marangatu	Guarani Kaiowá	0		Em Identificação. Port. Funai 199 de 09/04/99 cria GT para identificar a TI (DOU, 15/04/99).	0	Antonio João	MS	
92	Dourados	Guarani Ñandeva Terena Guarani Kaiowá	6 758	PKG: 98	Reservada/SPI. Reg. CRI. Dec. 401 de 03/09/17 cria a reserva indígena Título definitivo de 26/12/64. Reg. CRI Matr. 31.675, Liv. 3-AS, fl. 61 em 25/02/86. Reg. CRI Dourados Matr. 3.539, Liv. 3-AS, fl. 61 em 03/06/71.	3.475	Dourados	MS	Faixa de fronteira.
110	Guaimbé	Guarani Kaiowá	256	PKG: 98	Homologada. Reg. CRI e SPU Dec. 89580 de 24/04/84 homologa a demarcação da RI. Reg. CRI Matr. 15.813, Liv. 2 em 28/05/84. Reg. SPU MS-374 de 07/11/84.	717	Ponta Porã	MS	Faixa de fronteira
390	Guasuti	Guarani Kaiowá	164	PKG: 98	Homologada. Reg. SPU. Dec. s/n de 21/05/92 homologa a demarcação administrativa (DDU, 22/05/92). Reg. SPU Cert. 06 de 12/01/94.	930	Aral Moreira	MS	Faixa de fronteira.
118	Guató	Guató	382	Funai: 99	Delimitada. Port. do ministro da Justiça 309 de 17/05/96 declara de posse permanente indígena (DDU, 21/05/96). Port. Funai 324 cria GT p/ realizar reconhecimento na TI Guató, c/ objetivo de equacionar os procedimentos indispensáveis à execução dos trabalhos de demarcação (DOU, 18/02/98).	10 900	Corumbá	MS	Na fronteira. Area afeta ao uso do Exército e arrendada a um fazendeiro de Cuiabá.

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)		Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
141	Jaguapiré	Guarani Kaiowá	429	PKG 98	Homologada. Dec. s/n de 23/11/92 homologa a demarcação (DOU, 24/11/92).	2.349	Tacuru	MS	Faixa de fronteira. Área identificada com 2.089 ha.
450	Jaguari	Guarani Kaiowá Guarani Ñandava	150	Funai: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. s/n de 21/05/92 homologa a demarcação (DOU, 22/05/92). Reg. CRI de Amambai Matr. 12.571, Liv. 2-RG, fl. 01V em 09/06/92. Reg. SPU Cert. 08 em 17/01/94.	405	Amambai	MS	Faixa de fronteira.
497	Jarara	Guarani Kaiowá Guarani Ñandeva	249	PKG: 98	Homologada. Dec. s/n de 12/08/93 homologa a demarcação (DOU, 13/08/93).	479	Juti	MS	Faixa de fronteira.
154	Kadiwéu	Terena Chamacoco Kadiwéu	1.592	Pechincha, M.T.. 98	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 89578 de 24/04/84 homologa a demarcação. Reg. Cartório de Porto Murtinho Matr. 1/1154, Liv. 2, fl. 01 em 22/05/84. Reg. SPU MS Cert. 52 em 06/11/84.	538.536	Porto Murtinho	MS	Faixa de fronteira.
186	Lalima	Terena	1.137	Funai: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. de 23/05/98 homologa a demarcação administrativa (DOU, 24/05/96). Reg. CRI em Miranda Matr. 6.849, Liv. 2-R, fl. 137 em 02/07/96. Reg. SPU Cert. 002 em 21/01/97. Port. 948 de 08/10/99 cria GT p/ reestudos da TI (DOU, 27/10/99.	3.000	Miranda	MS	
	Lima Campo	Guarani Kaiowá	0		Em Identificação. Port. Funai 199 de 09/04/99 cria GT p/ identificar a TI (DOU, 15/04/99).	0	Ponta Porã	MS	
191	Limão Verde	Terena	675	PKG 98	Delimitada. Port. Min. da Justiça 526 de 21/07/98 declara de posse permanente indígena (DOU, 23/07/98). Portaria da Funai 1.085 de 04/12/98 cria Grupo Técnico p/ complementação do levant. fundiário (DOU, 09/12/98). Port. 193 de 07/04/99 envia antropólogo a TI com a finalidade de acompanhar os trabalhos de perícia, determinados p/Juízo da 4a. Vara da Justiça Federal do MS (DOU, 08/04/99). Port. 200 de 09/04/99 cria GT p/ revisão e atualização do levant. fundiário realizado p/ Funai e Terrasul, na TI (DOU, 13/04/99). Resolução 83 de 04/01/00 considera de boa-fé uma relação de ocupantes na TI (DOU, 05/01/00).	4.886	Aquidauana	MS	
219	Nioaque	Terena	1.980	Mangolin 93	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 307 de 29/10/91 homologa demarcação (DOU, 30/10/91). Reg. CRI Matr. 881, Liv. 2-RG, fl. 001 em 21/11/91. Reg. SPU Cert. 09 em 18/01/94.	3.029	Nioaque	MS	Faixa de fronteira.
461	Ofaie-Xavante	Ofaié-Xavante	58	Funasa. 99	Delimitada. Port. Min. 264 de 28/05/92 declara de posse permanente (DOU, 29/05/92).	1.937	Brasilândia	MS	
229	Panambi	Guarani Kaiowá	551	PKG: 98	Reservada/SPI. Em Revisão. Decreto presidencial de 1951. Redemarcada em 1984	2.037	Dourados	MS	Faixa de fronteira.
467	Panambizinho	Guarani Kaiowá	253	PKG. 98	Delimitada. Em Demarcação. Port. do Min. da Justiça 1.560 de 13/12/95 declara de posse permanente indígena. A AI situada na faixa de fronteira submete-se ao disposto no art. 20, parágrafo 2 da Constituição (DOU, 14/12/95). Contrato c/Reta-Rede de Topografia Ltda. p/ demarcação. Valor 13.250,00 assinado em 16/12/97. Vigência 1 ano a partir da assinatura (DOU, 29/12/97.) Port. Funai 131 cria GT p/ atualizar levantamento fundiário e cartorial (DOU, 02/03/00).	1.240	Douradina	MS	Faixa de fronteira.
242	Pilade Rebuá	Terena	1.391	Funai: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 299 de 29/10/91 homologa demarcação administrativa (DOU, 30/10/91). Reg. CRI de Miranda Matr. 6.139, Liv. 2-P, fl. 57/58 em 18/03/92. Reg. SPU Cert. 02 em 23/12/93. Port. 41 de 25/01/99 designa os servidores Alceu Cotia e Gilberto Alves da Costa da AER Campo Grande p/ juntos com a comunidade Terena da Aldeia Passarinho, na TI Pilade Rebuá, realizarem estudos e levantam. p/ eleição de área com vistas a sua posterior aquisição (DOU, 28/01/99). Port. Funai 1.104 de 29/11/99 delega competência ao administrador ADR/ Funai em Campo Grande p/ representar a Funai na lavratura da Escritura Pública de Doação da área de 100 ha a ser adquirida a União Federal, representada pelo procurador da Fazenda Nacional no Estado de MS, p/ usufruto da comunidade da Aldeia Passarinho/ PIN Palade Rebuá (DOU,03/12/99).	208	Miranda	MS	
246	Pirajuí	Guarani Ñandeva	1.879	PKG: 98	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 93.067 de 06/08/86 homologa a demarcação (DOU, 07/08/86). Reg. CRI de Sete Quedas Matr. 683, Liv. 2-RG, fl. 01/02 em 30/09/91. Reg. SPU MS 001 em 10/03/92 no limite	2.118	Sete Quedas	MS	Faixa de fronteira. Rodovia MS-465

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)		Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
247	Pirakua	Guarani Kaiowá	270	PKG, 98	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. de 13/08/92 homologa a demarcação administrative (DOU, 14/08/92). Reg. CRI de Bela Vista Matr. 8 624, Liv. 2-RG, Liv. 01V em 22/04/93. Reg. SPU Cert. 01 em 23/12/93.	2.384	Bela Vista	MS	Faixa de fronteira.
142	Porto Lindo	Guarani Ñandeva	1.859	PKG: 98	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 302 de 29/10/91 homologa demarcação administrativa (DOU, 30/10/91). Título definitivo em 27/03/40. Reg. CRI de Mundo Novo Matr. 3 210, Liv. 2-RG, fl. 01 em 12/07/93 Reg. SPU Cert. 01 em 04/01/94	1 649	Mundo Novo	MS	Faixa de fronteira.
726	Potrero Guaçu	Guarani Ñandeva	620	Rel. Identif. 98	Delimitada. Port. do ministro da Justiça 298 de 13/04/00 declara de posse permanente indígena (DOU, 17/04/00).	4 025	Paranhos	MS	
257	Rancho Jacaré	Guarani Kaiowá	505	PKG 98	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 89422 de 08/0/.84 homologa a demarcação. Reg. SPU Cert. 058 Reg. MS-375 em 17/12/84. Reg. CRI Matr. 15.814, Liv. 02, fl. 1V/2 em 28/05/84. Reg. SPU MS 375 em 17/12/84.	778	Ponta Porã	MS	Faixa de fronteira.
291	Sassoró	Guarani Kaiowá Guarani Ñandeva	1.351	PKG 98	Reservada/SPI. Reg. CRI. Dec. 835 de 14/11/28 cria RI. Título definitivo em 28/03/40. Última demarcação em 22/09/71-SPI. Reg. CRI Matr. 271, Liv. 3. fl. 53 em 07/06/65	1.923	Ponta Porã	MS	Faixa de fronteira.
449	Sete Cerros	Guarani Kaiowá Guarani Ñandeva	230	Mangolin: 93	Homologada. Dec. s/n de 01/10/93 homologa a demarcação administrativa (DOU, 04/10/93). Port. Funai 627 cria GT p/ realizar estudos e levantamentos complementares (DOU, 09/08/96)	8 584	Cel. Sapucaia	MS	Faixa de fronteira.
199	Sucuriy	Guarani Kaiowá	84	PKG: 98	Homologada. Dec. s/n de 14/04/98 homologa a demarcação da TI (DOU, 15/04/98).	535	Maracaju	MS	Faixa de fronteira.
300	Takueraty/Yvykuarusu	Guarani Kaiowá	360	Funai: 99	Homologada. Dec. s/n de 01/10/93 homologa a demarcação administrative (DOU, 04/10/93).	2.609	Paranhos	MS	Faixa de fronteira.
303	Taquaperi	Guarani Kaiowá	1 600	PKG: 98	Reservada/SPI. Reg. CRI. Dec. n. 835 da 14 11 28 cria RI. Demarcação 1930 reduz a área, confirmada no título definitivo de 28/03/40. Reg. CRI Matr. 272 Liv 3-Fl 53 07 06.65	1 886	Amambai	MS	Faixa de fronteira.
	Taquara	Guarani Kaiowá	0		Em identificação. Port. do pres.da Funai n. 1.176 de 23/12/99 cria GT p/estudos de identificação. (DOU, 24/12/99)	0	Juti	MS	
305	Taunay/Ipegue	Terena	4 601	Funai: 99	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 276 de 29/10/91 homologa demarcação administrativa (DOU, 30/10/91). Reg. CRI Matr. 9.730, Liv. 2 RG, fl. 01 em 21/01/92. Reg. SPU Cert. 02 em 05/01/94. Port. 946 de 07/10/99 cria GT para levantamento fundiário preliminar com vistas ao reestudo dos limites (DOU, 11/10/99).	6 461	Aquidauana	MS	

(*)PKG: Programa Kaiowa Guarani
Colegiado do Programa de Apoio à Educação Escolar Kaiowa Guarani
UCDB/UFMS/Diocese de Dourados
"Censo Escolar Kaiowa Guarani no MS"

A "Entrada" no *Tekoha*

Rubem Thomaz de Almeida

Antropólogo. Trabalha com os Guarani desde 1973

OS KAIOWÁ E ÑANDEVA BUSCAM ATRAVÉS DAS "ENTRADAS" EM SUAS TERRAS TRADICIONAIS, TRANSFORMADAS EM FAZENDAS, A CONTINUIDADE DO MODO DE SER GUARANI

Até a década de 1970, os Ñandeva e Kaiowá contemporâneos reagiam frente à invasão de seu território "escondendo-se" nas matas existentes. A partir daí, mudanças substanciais ocorreram traduzindo-se em articulações das comunidades para garantir espaços territoriais. O ano de 1977 pode ser considerado um marco, quando o problema fundiário foi apresentado em um *aty guasu* (assembléia geral, grande reunião) promovido, então, pelo Projeto Kaiowá-Ñandeva.

A despeito dos governos militares que inibiam movimentos sociais, os Kaiowá e Ñandeva passaram a estabelecer alianças e estratégias para suas conquistas territoriais. Estas alianças cresceram e se tornaram um "movimento" organizado. Já no início dos anos 80, os índios obtiveram êxitos parciais com a manutenção de três comunidades nas terras tradicionalmente ocupadas, apesar dos esforços dos fazendeiros para expulsá-las. Essa "resistência" provocou reação veemente dos poderes locais. Com receio de perderem terras, as fazendas que abrigavam famílias indígenas passaram a expulsá-las. Estes "índios de fazenda" eram considerados como "desaldeados" pela Funai, que se sentia desobrigada a dar-lhes atendimento e, junto com fazendeiros, atuava para que ocupassem os oito Postos Indígenas reservados pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) no início do século XX. Considerava-se que Kaiowá e Ñandeva do Mato Grosso do Sul (MS) "não necessitavam" de terras.

O fortalecimento das articulações dos Ñandeva e Kaiowá provocou avanços significativos na última década, materializados na formação, pela Funai, de Grupos Técnicos (GT) de Identificação de Terras Indígenas. Os laudos antropológicos decorrentes destes GTs contribuíram para ampliar o conhecimento sobre as concepções de espaço guarani, o que veio a reforçar a argumentação sobre seus direitos à terra, e hoje, não deixam dúvidas sobre a legitimidade das suas reivindicações.

Tais conquistas não revelam, contudo, mudanças substanciais no procedimento do Estado frente ao problema fundiário destes indígenas. A constituição dos GTs decorre fundamentalmente da intensa mobilização dos índios que têm forçado o organismo indigenista oficial a realizar intervenções, invariavelmente em caráter "emergencial". De 1977 para cá, as demandas por terras Kaiowá e Ñandeva resultaram no reconhecimento de 24 "novas" áreas, atualmente em diferentes estágios do longo processo de regularização. Dados fidedignos disponíveis revelam que há pelo menos mais duas dezenas de grupos macrofamiliares predispostos a retomar a seus antigos *tekoha*, que se tornaram fazendas.

Apesar de apregoada, a reestruturação do Estado na questão indígena parece distante – ao menos para os Kaiowá e Ñandeva. De um lado, porque esta reestruturação é pensada, de modo geral, tendo como referencial povos indígenas amazônicos; de outro porque, embora tenham sido considerados prioritários nas intervenções da Funai pelos últimos presidentes, isto efetivamente não se materializou em ações concretas, mas apenas de caráter emergencial.

Acrescente-se a isso a situação da Administração Regional (ADR) da Funai de Amambai, que atende com exclusividade os Kaiowá e Ñandeva, esvaziada do seu poder de intervenção e atendimento às demandas indígenas, enquanto em outras ADRs do mesmo estado criam-se unidades administrativas e cargos burocráticos (como o Núcleo de Dourados), que não atendem necessidades reais mas correspondem a procedimentos clientelistas de cooptação de lideranças indígenas característicos dos últimos anos na região.

Nesse contexto, os Guarani do MS passaram a encaminhar as suas próprias soluções para o problema da terra.

O DIREITO À AUTO-ORGANIZAÇÃO

O processo de recuperação de terras exigiu esforços organizacionais das comunidades. Os Guarani não se articularam, contudo, em "organizações indígenas" constituídas nos moldes formais associativos previsto na lei civil brasileira. Mantiveram uma organização de fato, os seus *aty guasu*, que têm funcionado, na questão fundiária, como espaços privilegiados de discussão e decisões, apoiando as comunidades que reivindicam terras. Suas estratégias foram estabelecidas com base na "tradição de conhecimento" e fundamentada em mecanismos próprios de poderes internos de decisão e representação.

Não há um coletivo guarani preocupado na formação de uma "organização indígena" nos moldes sugeridos por agências de cooperação internacional ou oficiais – voltados principalmente para o financiamento de intervenções – e que segue modelos da "sociedade moderna", globalizante, que tende a eliminar a diversidade. É difícil acreditar que uma organização estabelecida segundo moldes ocidentais venha a funcionar com os Ñandeva e Kaiowá do MS para a questão fundiária, a menos que se formalizem estruturas de organização e poderes verificados nos procedimentos dos *aty guasu*.

Nesse sentido, a Constituição de 1988 reconheceu às comunidades indígenas o direito às suas próprias formas de organização, legitimando e regularizando seus modelos. Deve-se então considerar, sobretudo em escala local ou regional, as formas, procedimentos e especificidades étnicas de articulação.

TERRAS PERMANENTEMENTE OCUPADAS

Apesar da ampla proteção dada pela Constituição de 1988 às "terras indígenas" e de suas considerações sobre os espaços geográficos onde os índios devem exercer poderes com base em seu próprio modo de conceber o mundo, a aplicação dos dispositivos constitucionais e a implementação da sua demarcação está em mãos de governos (Cf. Marés, 1999). Freqüentemente, os interesse contrários aos índios interpretam essa competência estatal como prerrogativa para definir quais os limites da terra indígena.

No caso do MS, as dificuldades inicialmente apontadas para a adequação do conceito de "terras permanentemente ocupadas" devem ser consideradas, como têm demonstrado os trabalhos de identificação, um falso problema.

Para entender a questão deve-se considerar o sentimento do Ñandeva e do Kaiowá de "pertencimento" à terra, compreendida não como propriedade, mas como elemento natural do qual os indígenas são parte integrante: onde nasceram, onde estão enterrados seus antepassados, onde viverão seus descendentes. Isto embasa a noção do "lugar onde realizamos nosso modo de ser", ou *tekoha*.

Nestes termos, a noção de "terra permanentemente ocupada" não deve fundamentar-se nas situações atuais cuja realidade encontra-se transfigurada. Na absoluta maioria dos casos conhecidos, circunstâncias específicas impossibilitaram a permanência física da comunidade em suas terras, impedida à força de continuar a ocupá-las. A noção de "pertencimento" está, porém, invariavelmente na mente dos indivíduos guarani, o que torna legítimo afirmar que uma determinada comunidade ocupa de forma permanente a terra que reivindica.

Guarani-Kaiowá, aldeia de Paraguasu, em Paranhos.

J R RIPPER 1995

O MOVIMENTO DOS GUARANI E O MOVIMENTO DOS SEM TERRA

Merecem destaque duas ponderações acerca de como os regionais concebem o movimento por terra dos Ñandeva e Kaiowá. A primeira delas reflete-se na imprensa, que funciona como porta-voz dos adversários dos índios e que tem contribuído em muito para acirrar ânimos na já complexa situação interétnica associada ao tema fundiário. Em sua luta por terras, os indígenas aparecem, na imprensa regional, como "risco à soberania nacional", pretendendo criar uma "reserva internacional indígena" na linha de fronteira com o objetivo de estabelecer um "corredor controlado" com o que "dominariam" as bacias dos rios Apa e Paraguai, resultando num Estado independente e "estrategicamente instalado" nas proximidades de Campo Grande e Assunção. Tais considerações não têm fundamento, decorrem de um profundo desconhecimento de causa e são convenientes aos interesses não indígenas.

O problema, assim colocado, desqualifica, perante o imaginário regional as reivindicações Kaiowá e Ñandeva, descaracterizando-as e permitindo que se subestime a capacidade de organização dos índios.

Um outro aspecto diz respeito à confusão ou associação que se faz da luta dos índios ao movimento camponês dos Sem Terra, o que é também um equívoco e não contribui para solucionar problemas.

É verdade que o Movimento dos Sem Terra (MST) deixou mais transparente o problema fundiário, não só no MS como em todo o país, o que teria "auxiliado" as iniciativas guarani. As "entradas" (ver abaixo) dos índios em terras que eram suas e se tornaram fazendas não são mais vistas, como nos anos 70/80, como uma "excrescência". Mas daí a atribuir ao MST a existência do movimento dos índios é um equívoco. Como se viu, esse movimento se inclui num contexto bem mais amplo.

Além disso, a aproximação do movimento indígena guarani ao movimento de camponeses Sem Terra sugere uma concepção anacrônica que coloca estes grupos sociais diferenciados no mesmo patamar de "situação de classe". Não bastasse as especificidades culturais e de conceitos próprios sobre espaço, as reivindicações Guarani por terra precedem a existência do MST. Os Guarani pautam-se por outro viés quando realizam suas "entradas" – que os fazendeiros chamam de "invasões". Na verdade, a única semelhança entre os dois movimentos – afora a necessidade legítima por terras – é a de que não parecem apresentar possibilidades de volta.

FAZENDAS

Indiscutivelmente, a Constituição de 1988, os movimentos nacionais por direitos humanos, as recentes preocupações com o meio ambiente e, como dito, o próprio MST, criaram condições favoráveis e facilitaram a movimentação dos indígenas no MS.

Tais transformações contextuais estariam, com efeito, condicionando o procedimento dos fazendeiros, opositores históricos dos Guarani. Observa-se que, diferentemente de momentos anteriores, já não há a mesma facilidade na obtenção de liminares de reintegração de posse face às "entradas". Mesmo quando elas são concedidas, as forças públicas (Polícia Militar, Polícia Federal) relutam em cumpri-las, tornando mais difícil a rápida retirada dos índios "invasores". Em abril de 2000, Ñande Ru Marangatu, Jatayvary e Takuara, terras guarani identificadas em 1999, estavam nesta situação sem perspectivas de variação.

J R RIPPER 1997

Aldeia de Sucury, em Maracajú.

Esta "situação interétnica" tem permitido ou impulsionado o diálogo com fazendeiros mais esclarecidos, que reconhecem a existência do problema e revelam-se, talvez compulsoriamente, mais sensíveis à realidade regional, marcando evidentes diferenças de procedimento de um passado recente quando vigoravam somente interesses de capital. Este diálogo não soluciona problemas, mas evita beligerâncias e possibilita eventuais soluções alternativas. No Marangatu, os índios têm recebido lenha, água, escola, cestas básicas e outros benefícios promovidos, surpreendentemente, por um fazendeiro que também é prefeito do município.

Os produtores rurais alegam que no passado o Estado incentivou a ocupação e legitimou, com títulos, o direito à propriedade. Hoje determina que as mesmas terras são indígenas. Consideram também que cabe ao Estado grande parcela de responsabilidade frente à situação criada na região e reivindicam que suas perdas econômicas devem ser recompensadas. Reconhecem que houve expulsões violentas de índios e má fé na ocupação de suas terras, principalmente em anos mais recentes. Mas afirmam que isto não se deu em todos os casos e reivindicam analises detalhadas de cada caso e a aplicação de procedimentos compatíveis. Não se deve perder de vista que poderes locais têm suas redes de relações em esferas federais capazes de obstruir processos administrativos e jurídicos, inibindo a regularização definitiva de terras indígenas. O problema deve ser encarado à luz da legislação atual, do conhecimento que se tem dos Kaiowá e Ñandeva em sua organização e concepção espacial, bem como os entraves históricos provocados pela política indigenista oficial. Dada a dimensão dos problemas, contudo, parece ser necessário a busca de alternativas e, nesse sentido, cabe ao Estado procurá-las. Ou fazer valer, efetivamente, seu poder para aplicar as leis referentes às terras indígenas.

AS "ENTRADAS"

O termo "entrar" (*jaike* = entramos; *jaha jaike* = vamos entrar) é o termo utilizado pelos Kaiowá e Ñandeva quando se referem ao movimento de adentrar terras que consideram suas e que se tornaram fazendas. Pretende substituir os termos "invasões", utilizado por fazendeiros, e "ocupação", "reocupação" ou "retomada", utilizados por aliados dos índios. Foram dezenas as "entradas" nas últimas duas décadas, com expulsões (reintegração de posse) e retornos sistemáticos.

Apesar de surgirem aos olhos de muitos como forma de pressionar a Funai para regularizar suas terras, o que em parte é verdadeiro, há também outros motivos, próprios aos Guarani, que os impulsionam a "entrar" em terras que consideram suas. Para a maioria dos casos, as "entradas" objetivam diminuir tensões entre grupos familiares compulsoriamente assentados, nos últimos 90 anos, nas reservas (Postos Indígenas) do SPI em atendimento à "política de aldeamento", que era de reunir índios considerados equivocadamente "dispersos" ou "desaldeados" (famílias que se recusaram a abandonar suas terras que as frentes de expansão tornaram espaços privados). Só muito recentemente a Funai reconheceu que estes índios estavam em terras de ocupação tradicional, e que sua política havia provocado alta densidade demográfica e situações de insustentáveis conflitos naquelas reservas. Além dos conflitos familiares gerados pela convivência forçada de grupos que voluntariamente jamais se relacionariam, há dificuldades à própria sobrevivência, já que o espaço para a realização plena da vida econômica se reduz drasticamente.

As "entradas" deverão prosseguir. Sua interrupção só ocorreria na hipótese do Estado demonstrar sua disposição em enfrentar, efetivamente, o problema, o que exigiria discussões com as partes, um acurado planejamento seqüencial para as identificações e a continuidade do processo de regularização definitiva das terras.

Parece que dificilmente se chegará nisso. O caso da comunidade de Kokue'i, forçada a abandonar suas terras pela Funai regional em 1998, é um indicador disso. Desta vez, porém, não foram ordens de Brasília ou de uma política ali originada, mas foi uma expulsão gerada em arranjos e gestões de funcionários locais com fazendeiros, favorecendo francamente estes últimos.

Tomando-se em conta os vigorosos processos vividos pelas comunidades Kaiowá e Ñandeva do MS para a recuperação de suas terras das últimas duas décadas, seria temerário afirmar que estes indígenas estariam a caminho da "destruição" ou desagragação como etnia. *(maio, 2000)*

Parceria Pecuária em Terra Indígena: a Novidade Kadiwéu

Equipe de redação/colaboração de Alain Moreau

Advogado, foi diretor do Banco da Bahia e é atualmente parceiro dos Kadiwéu no projeto piloto de pecuária

O PROJETO PILOTO DE PARCERIA PECUÁRIA ENTRE FAZENDEIROS E ÍNDIOS É UMA PROPOSTA DE SUSTENTABILIDADE QUE TEM QUE DRIBLAR A MÁ VONTADE DOS FAZENDEIROS E A PARTICIPAÇÃO REDUZIDA DO ÓRGÃO INDIGENISTA

O projeto piloto de parceria pecuária assinado entre índios Kadiwéu e o advogado paulista Alain Moreau está colhendo seus frutos no estado de Mato Grosso do Sul. O contrato padrão, que tem como inspiração as experiências com os Crow, do estado norte-americano de Montana, estima que os índios cuidem do gado em fazendas localizadas em sua reserva, no Pantanal.

Trata-se de uma atividade inédita em áreas indígenas do país. O rateio da produção se dá da seguinte forma: a cada ano, os Kadiwéu ficam com a metade dos bezerros que nascem e têm a possibilidade de formar rebanho próprio. O parceiro pecuarista garante assistência técnica e fiscaliza o trabalho. O parceiro Kadiwéu recebe, como adiantamento da sua participação, o valor mensal de R$ 240,00 para a subsistência de sua família.

Nos dias de hoje, cinco parcerias estão em pleno andamento e mais três em fase de preparação. A primeira delas, aliás, já conta com cinco anos de implementação. Moreau acredita na viabilidade desta iniciativa que poderá interessar aos criadores da região e ajudar os Kadiwéu a alcançar independência econômica sem perder a posse e a gestão econômica de seu território.

A Reserva Indígena Kadiwéu possui 538 mil ha, dos quais aproximadamente 170 mil estão em litígio no Supremo Tribunal Federal, desde a demarcação concluída em 1984. Em 1957, numa ação organizada, 19 fazendeiros, em menos de dois meses, colocaram na Reserva 15 mil cabeças de gado, formando um núcleo de aproximadamente 100 fazendas que perdura até hoje. Em 1961, após inúmeras pressões e negociações e, apesar das queixas dos índios e do protesto do antropólogo Eduardo Galvão, os fazendeiros invasores celebraram os primeiros contratos de arrendamento com o SPI.

Esses arrendamentos foram sendo renovados, inclusive pela Funai que aplicava, embora sem verdadeiro fundamento nem amparo legal, a faculdade prevista no parágrafo 3º do art. 62 do Estatuto do Índio, e prometia reverter para a comunidade 50% da receita obtida pelos arrendatários.

As fazendas, embora equipadas com cercas, currais e moradias, contribuíram consideravelmente para a degradação ambiental. Calcula-se que o rebanho adulto tenha atingido entre 50 e 60 mil cabeças, nos aproximadamente 350 mil ha disponíveis arrendados. As queimadas indiscriminadas resultaram na proliferação de uma planta urticácea conhecida como assa-peixe ou cambará guaçu, que acabou reduzindo a área útil de capim nativo (basicamente o capim mimoso) a menos da metade do que havia antes.

REFORMA CONSTITUCIONAL

Com a vigência da Constituição de 1988, tornou-se definitivamente clara a ilegalidade dos arrendamentos, e a Funai, imediatamente, suspendeu a renovação e iniciou os despejos. Dava-se início a um período transitório em que os pecuaristas, através de sua Associação, a Acrivan, continuaram a arrendar terras dos índios, também representados por uma associação, a Acirk.

Foi nesse momento que se começou a trabalhar com mais intensidade no Projeto de Parceria Pecuária. No entanto, o projeto encontrava resistências, sobretudo de ordem legal e doutrinária. Visto que a nova Constituição proibia qualquer forma de ocupação, posse e domínio em terras indígenas, qualquer atividade de parceria poderia ser vista como uma forma de infringir a lei.

Vários juristas deram pareceres sobre a questão, entre eles se destacou o do prof. Roberto Santos, em 3 de novembro de 1992. Ele demonstrou que, segundo o Código Civil, a parceria pecuária consiste na entrega de um rebanho pelo parceiro outorgante ao dono,

possuidor, arrendatário ou, como no caso em questão, usufrutuário da terra. Desde que a presença ocasional do parceiro outorgante se limitasse às funções de fiscalização e de assistência técnica, que ele não firmasse residência, e ainda que as sedes das fazendas passassem a ser ocupadas pelos próprios índios outorgados e por seus familiares, não se infringiria quaisquer dos dispositivos constitucionais.

Restava, entretanto, a implementação. Havia a possibilidade de inscrever a Funai como produtora rural. Mas, a Funai não detém a posse, tampouco possui o usufruto das fazendas. Ela apenas representa a União, que, por sua vez, exerce o domínio das terras indígenas de forma especial. Não lhe é permitido aliená-la ou onerá-la e muito menos explorá-la, seja em proveito próprio, seja em proveito dos índios. O correto, aliás, seria a inscrição do próprio índio como parceiro outorgado.

Vencidas as demoradas objeções, inclusive ingerências e pressões políticas junto à presidência da Funai, foi realizada a primeira inscrição, como produtor rural, do índio Antônio Marcelino, junto à Secretaria da Fazenda de Mato Grosso do Sul, no dia 21/06/95, sob nº 28.606.394-8. Que se saiba, foi a primeira inscrição, no Brasil, de um indígena como produtor rural.

OBSTÁCULOS À IMPLANTAÇÃO

A implantação do projeto contou ainda com três problemas não previstos.

O primeiro era o estado em que se encontravam as benfeitorias: a maior parte dos antigos arrendatários, prevendo seu despejo, não fizeram a manutenção, tampouco a limpeza nas proximidades das cercas, o que inutilizou grande parte dos mourões e arames por ocasião das queimadas.

O segundo, que surgiu logo após as primeiras partilhas de bezerros, foi a geração de consumismo por parte dos índios devido sobretudo à presença de pequenos negociantes que perambulavam pela Reserva. Embora a manutenção básica das famílias dos índios parceiros estivesse assegurada por um adiantamento mensal no valor equivalente a dois salários mínimos, os pequenos negociantes da região conseguiram levar muitos bezerros em troca de objetos perfeitamente dispensáveis. A Funai não ajudou no controle da saída desses animais da Reserva, nem mesmo na conferência das notas fiscais, como lhe foi insistentemente solicitado, pelo simples motivo da ausência, que virou regra, do Chefe de Posto e de seu substituto eventual, o enfermeiro.

Um terceiro problema, objeto de crítica no projeto de parceria, é a questão do ensino. Deixando as aldeias para viver nas fazendas, as crianças perderiam o acesso fácil às escolas. É fato que o ensino nunca valorizou a língua materna Kadiwéu e que o seu nível nunca foi satisfatório, como se notava por ocasião de eventuais transferências às cidades vizinhas ou a Campo Grande, quando o aluno, por preconceito ou por critérios objetivos, era rebaixado em várias séries.

A solução do problema do ensino está hoje nas mãos das autoridades municipais, como no caso da cidade de Porto Murtinho. A prefeita, do Partido dos Trabalhadores (PT), está começando a implantar um programa de ensino bicultural e bilíngüe em todas as aldeias da Reserva e pretende prolongar ao menos na aldeia Bodoquena o ensino até a 8ª série. Desta forma, será mais fácil proporcionar ensino aos filhos dos parceiros que, no período letivo, poderão ficar na casa de parentes de diversas aldeias.

RESULTADOS E LIMITES

O projeto piloto de parceria pecuária teve como finalidade a aquisição de experiência e a criação de um modelo para a celebração de novos contratos com relação às aproximadamente 90 fazendas restantes da Reserva.

Os despejos formais estão sendo ultimados. Muitas fazendas foram abandonadas, mas não são fiscalizadas pela Funai e passam a ser objeto de assédio junto aos índios para ocupação informal. Outras voltaram a ser ocupadas pelos antigos arrendatários despejados ou por terceiros.

A Funai ainda não se definiu por um modelo único de contrato de parceria pecuária, embora dentro do que é legal haja margem para negociação. Além disso, tudo depende do estado em que se encontra cada fazenda. A Funai esteve propensa, por exemplo, a admitir que as fazendas fossem administradas por um capataz do pecuarista outorgante. Ora, a presença de um homem de confiança do outorgante não deixa de constituir uma ocupação. Poderia ser tolerada no início da parceria, jamais, porém, por todo o prazo do contrato e de suas possíveis renovações.

A Funai ainda esteve propensa a admitir que os outorgantes gozassem de um regime especial, junto à Secretaria da Fazenda de Mato Grosso do Sul, que lhes permitisse serem inscritos como produtores rurais nas fazendas onde se exercesse a parceria. O motivo invocado seria permitir maior segurança ou controle ao outorgante sobre o rebanho, objeto da parceria. Entretanto, esse controle pode ser feito com a mesma segurança tendo em vista a assinatura de ambos, outorgante e outorgado, nas notas fiscais.

As conseqüências disso seriam o controle exclusivo, por parte do capataz, da emissão de notas fiscais e o desinteresse do índio quanto ao seu trabalho na fazenda, o que significa sua exclusão do processo produtivo. Da parceria nada sobraria além de um arrendamento pago com um percentual da produção, sem fornecer ao índio ou à Funai os elementos para controlar a produção efetiva. De certa forma, seria a volta à primeira fase dos arrendamentos, no início dos anos 60, quando o pagamento ao SPI era feito em bezerros, o que permitiu à Funai formar, aos poucos, um rebanho de cerca de 3,5 mil cabeças.

A QUESTÃO DA ASSISTÊNCIA

Dos oito contratos de parceria já celebrados no Projeto Piloto, cinco foram implementados e três estão em fase de implementação. Mas só os quatro primeiros contratos contam com a assistência

Kadiwéu recolhe o gado na fazenda Ximbuva que faz parte do Projeto.

Mário Costa e Alain Moreau.

formal da Funai prevista no art. 8º do Estatuto do Índio. O quinto, por sua vez, produziu bons resultados. Da mesma forma que o sexto e o sétimo (o oitavo ainda não foi firmado), este teve nova redação. Com efeito, partiu-se do princípio de que a parceria pecuária em terra indígena só faz sentido se levar, ainda que progressivamente, à constituição de um rebanho próprio do índio, algo que lhe permita dispensar por completo a presença do parceiro outorgante. Este é o horizonte desejado para o projeto, ainda que para alcançá-lo seja necessário esperar mais 15 ou 20 anos.

Talvez por causa desse componente não previsto no modelo da Funai, mas indispensável para que o índio não fique indefinidamente na dependência do parceiro outorgante, tenha havido, nos últimos três contratos, tamanha resistência por parte deste órgão.

A assistência da Funai, no sentido amplo, não deveria se limitar à celebração dos contratos. Cabe a ela: 1) estender a área de controle para a movimentação do gado na entrada e na saída da Reserva, para que os parceiros não sejam ludibriados; 2) controlar as declarações anuais do produtor, verificando assim a formação efetiva dos rebanhos próprios dos índios; 3) avaliar periodicamente a efetiva capacitação dos índios outorgados e a sua real participação no processo produtivo, de modo a evitar qualquer retorno a alguma modalidade de arrendamento disfarçado.

A assistência da Funai deveria, por último, se estender ao atendimento dos interesses das famílias menos favorecidas da Reserva e dos jovens que estivessem chegando à idade adulta. Tal investimento numa política de assistência esclarecida abriria novos caminhos para a implementação de um projeto que traz boas soluções não apenas para a ocupação Kadiwéu de seu território no Mato Grosso do Sul, mas sobretudo para o seu usufruto exclusivo através da gestão pelos índios de suas fazendas. *(junho, 2000)*

DESAFIO É PROVAR VIABILIDADE DO PROJETO-PILOTO

Provar a viabilidade econômica da parceria com os Kadiwéu para criação de gado é o desafio que o advogado Alain Moreau está enfrentando. "Meu interesse principal é a iniciação econômica dos Kadiwéu e vou provar que isso é possível." Ele não revela o valor do investimento e limita-se a falar que sua perspectiva é a de ganhar dinheiro.

Em 1974, Moreau obteve do então presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira, sinal verde para tocar um projeto de desenvolvimento comunitário com os Kadiwéu. A principal área da Reserva, contestada na Justiça, tem 55 mil ha e fica ao sul da margem do Niutaca. Pecuaristas que obtiveram títulos do Condomínio do Nabileque acabaram ocupando parte da reserva Kadiwéu. O que também contribuiu para a confusão fundiária da região foi a empresa S/A Fomento Argentino Sud Americano. Ela comprou 760 mil ha no começo dos anos 20, mas os perdeu dez anos depois porque não pagou os impostos ao Estado. Essa área ao norte do rio Niutaca foi desmembrada e vendida em leilão no fim da década de 30.

O levantamento topográfico feito pelo Exército, que definiu a área da reserva Kadiwéu em 538 mil ha, foi homologado no governo Figueiredo (1979-1984). Foram feitas inscrições no Cartório de Registro de Imóveis de Porto Murtinho e no Serviço de Patrimônio da União.

Depois dessas providências, quatro ações judiciais contestaram parte dessa demarcação. O imbróglio jurídico é gigantesco e espera um julgamento no STF desde abril de 1987. O processo tem 21 volumes e envolve os interesses de dez empresas, quatro espólios e 198 pessoas. O relator designado para o caso é o ministro Celso de Mello.

BONS E MAUS RESULTADOS

Mário – seu nome na língua Kadiwéu é Nikênigui – é o responsável pela fazenda Ximbuva, de 4.760 ha, a 54 km cidade de Bodoquena. Ele mora com sua família (20 pessoas) em uma modesta casa de madeira, sem água encanada nem luz elétrica, e cuida de 320 cabeças. Na última partilha, ficou com 43 bezerros. Antes da parceria, Mário vivia na aldeia com sua família, sem renda nenhuma. Há dois anos, tinha chegado ao fim o arrendamento da fazenda para um pecuarista, o que significava R$ 420 por mês. Na parceria com Moreau, sua renda líquida mensal aumentou para R$ 760 e ele ainda tem a oportunidade de formar um rebanho próprio.

O exemplo de produtividade e eficiência que Moreau obteve na parceria com Mário não significa que tudo vai bem. Adaílton da Silva (Honikotôbodi, em Kadiwéu) é, há dois anos, o parceiro da fazenda Panela, de 1.080 ha. Na última partilha, Adaílton ficou com apenas 12 cabeças. Ele mora provisoriamente na aldeia Bodoquena, a 6 km da fazenda, porque um temporal destelhou sua casa. "Não digo que é uma fazenda, é um rancho; falta água e a casa, que já era ruim, foi destruída em um vendaval." Mesmo reclamando, ele reconhece que sua vida melhorou com a parceria. "Preciso de uma casa para viver com minha mulher e meus dois filhos na fazenda."

***Pioneiro** - Antonio Marcelino, conhecido por Toninho – em Kadiwéu é Libaléteu –, foi o pioneiro na assinatura, em julho de 95, do contrato de parceria, mas, como Adaílton, enfrenta dificuldades. Hoje, seu rebanho é de apenas 14 cabeças, mas cuida de 138 que pertencem a Moreau. Ele mora na fazenda São Salvador, de 4.634 ha, a mais isolada da reserva Kadiwéu, a 180 km de Bodoquena. Mas a explicação pode estar no seus hábitos consumistas, criticados até pelo cacique Liberdito Rocha: "Índio não precisa de motor a diesel e antena parabólica."*

Em 1994, Toninho chegou na São Salvador, às margens do rio Niutaca, com suas 80 cabeças de gado. Seis dos oito filhos já tinham nascido e ele enfrentava ameaças de um pecuarista que arrendava essas terras. Com muita coragem, ele decidiu morar na casinha de madeira feita na década de 50, quando ocorreram as primeiras invasões nas áreas indígenas daquela região.

Outro exemplo de bom desempenho é a fazenda Pouso Alto, de Osvaldo Vicente. Egowá, como é chamado entre os Kadiwéu, tem 46 anos, nove filhos e dois netos. Ele e sua família cuidam de 180 cabeças em 2.400 ha. No segundo ano de parceria (1998), sua produção foi de 76 bezerros. Antes do contrato que assinou com Moreau, Osvaldo tinha uma pequena roça com milho, mandioca e feijão, além de algumas cabeças de gado.

L. C. LEITE/AE

Osvaldo Vicente, na Fazenda Pouso Alto.

***Partilha** - Muito desconfiado da inusitada visita dos jornalistas do "O Estado de São Paulo", Osvaldo não respondeu algumas perguntas. Talvez ainda esteja chateado com seus 15 bezerros que as onças-pardas mataram ultimamente. Ou, então, preocupado com a difícil*

manutenção dos quase 30 km de cerca da fazenda, essenciais para cuidar bem do gado. Na última partilha Osvaldo ficou com 15 fêmeas e 6 bezerros. Seu rebanho já é de 30 cabeças.

Não são apenas homens os parceiros de Moreau. Sandra da Silva (Nadaty, em Kadiwéu), tem 31 anos e cuida do gado há dois na fazenda Sertaneja, de 2.880 ha. Recebeu 15 fêmeas na última partilha. "Minha vida melhorou muito com a parceria." Se precisar, ela monta e também lida com o gado, ajudada por Rubens (Kadiwéu) e Vicente (Terena).

Sandra morou seis anos em Campo Grande, onde fazia peças de cerâmica, mas não ganhava o bastante para sustentar-se. Atualmente, é obrigada a morar na aldeia porque não há água suficiente na Sertaneja. "Preciso de um açude, um poço para abastecer a casa e mais cercas internas para as invernadas." Sandra tem dois filhos, Adeílson, de 11 anos, e Lucas, de 1, e espera que eles sigam seu exemplo. "Acho importante que meus filhos aprendam a trabalhar com o gado."

OUTRAS VOCAÇÕES PODEM SER EXPLORADAS

O antropólogo Jaime Garcia Siqueira Júnior conhece intimamente a cultura dos Kadiwéu e reconhece que a pecuária é uma das vocações desse povo. "Acho fundamental os índios terem atividades econômicas que permitam independência financeira", diz. Mas ele recomenda que o rico artesanato, a criação de cavalos, a agricultura, o extrativismo e até o ecoturismo também recebam a mesma atenção que a criação de gado.

O antropólogo ressalta que esses índios são os únicos da América do Sul que criam e montam cavalos, paixão que nasceu nos primeiros contatos com os espanhóis que desbravaram o continente subindo os rios Paraná e Paraguai no século 16. A literatura conta que os primeiros cavalos teriam sido roubados dos espanhóis, e até hoje os Kadiwéu incluem a montaria e as corridas em suas festas.

Os padrões estéticos dos Kadiwéu são "riquíssimos", na visão do antropólogo, e podem ser apreciados por meio das peças de cerâmica que as mulheres produzem. "Alguns rituais ainda preservam a estratificação social entre nobres, guerreiros e cativos", explica Siqueira. Essa estratificação estaria, segundo ele, entre as razões de algumas famílias não terem direito a fazendas na Reserva de 538 mil ha em MS.

CACIQUE RECONHECE QUE A VIDA DOS ÍNDIOS MELHOROU

O líder dos Kadiwéu, cacique Liberdito Rocha (ou Niwápio, como é conhecido na língua do seu povo) diz que a vida dos índios que assinaram contratos de parceria para a criação de gado melhorou.

Cacique Liberdito Rocha.

L. C. LEITE/AE

Ele quer ajuda para que projetos como esse sejam estendidos às outras pessoas. "As famílias que não têm fazendas vivem mal na aldeia, sem perspectiva", lamenta.

O administrador regional da Funai em Campo Grande, Lísio Lili, também aprova as parcerias para criação de gado na reserva Kadiwéu. "Ainda estamos aprendendo sobre a parceria, mas achamos que é uma novidade sobre a ocupação de uma área indígena. A princípio, parece positiva."

A reserva Kadiwéu está na parte mais alta do Pantanal e discute-se até mesmo o fim do ciclo do gado na região. O fato de não estar nas áreas inundáveis significa que a Reserva deve ser muito preservada.

LÍDER PROMETE QUE FAMÍLIAS DA ALDEIA VÃO RECEBER FAZENDAS

O presidente da Associação da Comunidade Indígena da Reserva Kadiwéu (Acirk), Ambrósio da Silva, promete que nenhuma família do seu povo ficará sem terra. A reserva dos Kadiwéu tem uma área de 538 mil ha, segundo a demarcação homologada durante o governo Figueiredo. Apesar de a população ser de pouco mais de 2 mil pessoas, muitas famílias não têm fazendas e ficam sem a opção da criação de gado ou outra atividade. "Nossa idéia é criar módulos mínimos de 2 mil ha, porque esse é o limite economicamente viável no Pantanal", diz Ambrósio.

Os sem-terra Kadiwéu vivem, em sua maioria, na Aldeia Bodoquena e trabalham em pequenas roças. Criam pouco gado e também vendem peças de artesanato. Nas outras quatro aldeias da Reserva (São João, Tomázia, Campina e Barro Preto), vivem cerca de 300 índios. (Trechos extraídos da reportagem de Arnaldo Galvão, OESP, 23/01/00)

TRABALHO INDÍGENA

SEM CARTEIRA DE TRABALHO

A recusa dos índios em assinar carteira de trabalho e contribuir com a Previdência Social está "emperrando" as negociações em torno do trabalho indígena nas usinas e destilarias do Mato Grosso do Sul. Atualmente, de acordo com o levantamento feito pela Comissão de Fiscalização das Condições de Trabalho nas Destilarias e Carvoarias, 2.400 índios trabalham no corte de cana no Estado. Conforme a Funai, esses trabalhadores recebem um adiantamento de R$ 100,00 e ganham até R$ 300,00 no final do contrato de trabalho, que dura até 60 dias. O valor final depende da produção de cada um. Com a assinatura da carteira de trabalho, alguns índios, principalmente os Guarani-Kaiowa, temem perder os "privilégios" dados pelos empregadores, como o transporte e o adiantamento. Por outro lado, alguns indígenas também têm consciência dos prejuízos ao trabalharem sem registro. *(Diário da Serra, 17/06/97)*

FUNAI TERÁ QUE EMITIR DOCUMENTOS PARA OS ÍNDIOS

A Funai e a DRT (Delegacia Regional do Trabalho) vão percorrer as aldeias indígenas – da região Sul do Estado – para emitir a Carteira de Trabalho e Previdência Social para os "índios que trabalham no corte de cana-de-açúcar nas destilarias de álcool. A medida é inédita no País e decorre de um acordo entre duas destilarias – localizadas em Maracaju e Rio Brilhante – e o Ministério Público do Trabalho, que move ação civil pública contra estas empresas. A Funai terá que cuidar da emissão de carteira de identidade e certidão de nascimento para os índios. Foi fixado um prazo de seis meses para cumprimento das medidas, durante este período a ação contra as destilarias será suspensa. Não há um número preciso, mas pelo menos quatro mil índios são, ou já foram, empregados em uma das oito destilarias de álcool que existem em Mato Grosso do Sul. O vínculo empregatício dos índios com as empresas se resume a um contrato, que a própria Funai, agora proibida de fazê-lo, intermediava. Existe também a figura do cabeçante, geralmente o líder da aldeia, que reúne os índios. Estes não fazem a contribuição previdenciária. *(Correio do Estado, 08/07/97)*

REUNIÃO DISCUTE CONTRATAÇÃO

Depois de várias disputas internas pelo controle do poder da Reserva Indígena de Dourados, nos últimos meses, a situação voltou a ficar sob controle nas duas aldeias, e para discutir vários assuntos de interesse das nações Guarani e Kaiowá, os 20 caciques que compõem o conselho dessas tribos se reúnem hoje na Aldeia Bororó. Uma novidade que os índios vão discutir na reunião de hoje é a criação de uma cooperativa na aldeia, que trataria da contratação de mão-de-obra indígena, uma forma de controlar o trabalho dos índios fora e dentro da aldeia. *(Correio do Estado, 11/03/98)*

FORMAÇÃO DE COOPERATIVA INDÍGENA É INVESTIGADA

A Procuradoria Regional do Trabalho vai instaurar hoje inquérito civil público para investigar a proposta de formação de cooperativas de mão-de-obra indígena para trabalhar nas usinas de cana-de-açúcar do Estado. No prazo de 180 dias deverá estar concluído. O objetivo será anular qualquer tentativa de contratação por este método, que já está sendo discutido pelos usineiros e lideranças indígenas. Também o órgão está propondo a adoção do contrato de equipe, que pode beneficiar cerca de 4,5 mil índios. Em seu conteúdo ficarão garantidos os direitos trabalhistas (FGTS, proporcionalidade do 13° salário e de férias) com o respeito às tradições dos povos indígenas. Sem a utilização deste contrato, o trabalho indígena continua infringindo as leis trabalhistas, ressalta Luiz Antônio Camargo Melo, procurador Regional do Trabalho. Ele explicou que a cooperativa não pode ser adotada por continuar existindo a subordinação, pessoalidade e pagamento de salário no trabalho realizado pelos índios nas usinas. Estes preceitos representam vínculo empregatício, que deve ser registrado na carteira de trabalho. *(Correio do Estado, 17/03/98)*

AUDIÊNCIA DISCUTE TRABALHO INDÍGENA

A Procuradoria do Trabalho vai realizar hoje, em Dourados, audiência com representantes das destilarias MR – de Maracaju – e Passatempo – de Rio Brilhante – para discutir as formas de contratação dos indígenas para trabalharem nas lavouras de cana-de-açúcar. O órgão discutirá a adoção do contrato por equipe, que garante o respeito às leis trabalhistas e respeita as tradições culturais dos índios. Uma das conquistas da procuradoria para eliminar a exploração do trabalhador é o compromisso assinado com a Cooperribas – de Ribas do Rio Pardo –, na qual ela está proibida de fornecer mão-de-obra às carvoarias. O termo, firmado no dia 18 de fevereiro deste ano, é a solução para ação civil pública aberta pelo órgão. *(Correio do Estado, 03/04/98)*

EMPRESAS TEMEM CONTRATAR ÍNDIOS

As sete usinas de álcool do Estado estão se recusando a contratar a mão-de-obra indígena, por medo de fiscalização trabalhista. As empresas ameaçam buscar empregados na Bahia. O problema ocorre em função da demora da Procuradoria do Trabalho, para resolver sobre a forma de contrato dos índios. Três mil índios, que deveriam estar nas lavouras desde o início do mês, podem ficar desempregados. A Procuradoria exige a contratação mediante carteira

J R RIPPER 1998

Kaiowá no corte de cana em usina de Naviraí (MS).

assinada, conforme estabelece o Código da Legislação Trabalhista. Ontem, cerca de 370 índios estiveram na Capital, cobrando uma definição do Ministério Público. Para diferenciar da "Lei dos Brancos", a Procuradoria criou um modelo de contrato, que garante direitos trabalhistas aos índios. De acordo com o procurador Emerson Marim Chaves, o objetivo é o reconhecimento do vínculo de emprego como forma de proteção ao índio. Através do novo modelo de contrato, os índios terão direito ao benefício do 13º proporcional, férias, atendimento médico no local de trabalho, horas extras, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, aposentadorias, entre outros previstos pela Lei Trabalhista. *(Correio do Estado, 28/04/98)*

TERENA TEMEM PERDER BENEFÍCIO ESPECIAL

Os índios terenas temem perder o direito à aposentadoria especial (por idade) com o registro na carteira de trabalho. Amanhã, um grupo de representantes indígenas vai discutir o assunto com o procurador do trabalho, Emerson Marim Chaves. A decisão foi tomada na semana passada durante encontro na aldeia Bananal. De acordo com o terena Lisio Lili, administrador regional da Funai em Campo Grande, eles vão solicitar à Procuradoria do Trabalho que aguarde uma legislação específica para depois definir o assunto. Desde o início da polêmica do registro de trabalho dos índios, as usinas de álcool e cana-de-açúcar deixaram de contratar mão-de-obra indígena. Por isso, o desemprego é alto na região de Aquidauana, Miranda, Nioaque e Dois Irmãos do Buriti. A Funai estima que aproximadamente três mil estão desempregados. *(Correio do Estado, 01/12/98)*

GUARANI/SUICÍDIOS

MULHERES DÃO ULTIMATO À FUNAI

Vinte índias Guarani Kaiowá da AI Dourados firmaram um pacto dramático: elas ameaçam se matar caso a Funai não afaste definitivamente o capitão Atanásio Cabreira, encarregado de administrar a área. Atanásio, que ocupa o cargo há seis meses, é acusado de levar índias à força para uma cadeia dentro da aldeia Jaguapiru e de estuprá-las com a ajuda de 13 comparsas. Além disso, ele estaria escravizando crianças, torturando desafetos e permitindo ilegalmente, mediante pagamento de comissão, a venda de cachaça nas aldeias, inclusive para crianças.

Desesperado com o ultimato das índias, o cacique Narciso Daniel viajou por cinco dias até Brasília e chegou a chorar ao denunciar ontem as violências do administrador à Comissão de Direitos Humanos da Câmara. "Elas disseram: vamos beber pinga e botar a corda no pescoço. Não quero mais suicídios na tribo, não vou deixar mais nenhum Kaiowá morrer na mão de branco. Viajamos com sacrifício e só voltaremos com uma solução", disse o líder Guarani Kaiowá. As índias aguardam apenas o retorno da comissão indígena que está em Brasília para cumprir a palavra. Preocupado o procurador-geral da República em Campo Grande, Luís Carlos Stefani, se antecipou à Funai determinando o afastamento do capitão Atanásio. *(O Globo, 08/03/96)*

CRESCE SUSPEITA DE ASSASSINATOS...

O MPF no MS enviou ontem um representante para investigar denúncias de que os índios Guarani Kaiowá não estariam se suicidando e sim sendo mortos na reserva Dourados. A informação foi confirmada pelo procurador-geral da República Luiz de Lima Stefanini. Ele afirmou ter determinado ao procurador Paulo Tadeu Gomes da Silva que investigasse a denúncia feita por uma antropóloga de Dourados.

Segundo o coordenador jurídico do Ministério Público, Blal Yassine Dalloul, um dossiê baseado em três anos de trabalho foi apresentado pela antropóloga. De acordo com Dalloul, que não tem o nome da profissional, o dossiê investigou laudos policiais, posições em que os corpos foram encontrados e local das mortes. "Foi um trabalho solitário, mas não sei dizer quem teria interesse em matar os índios. Somente o procurador Tadeu Gomes poderá falar", disse. Tadeu Gomes deveria ontem ter ouvido quatro testemunhas que apontariam os assassinos.

Dos 56 casos de suicídios notificados no ano passado, 19 aconteceram na AI Dourados, e 44 morreram enforcados. Este ano, dez índios se suicidaram, segundo a Funai. *(A Crítica, 17/05/96)*

... E A PF COMEÇA A INVESTIGAR

A PF está investigando denúncia de que alguns dos casos de suicídios de índios Guarani Kaiowá moradores da AI Dourados seriam, na verdade, assassinatos. A denúncia foi feita pela antropóloga Roseli Aparecida Arruda, da Universidade Estadual do MS. De acordo com o procurador da República Paulo Tadeu Gomes, "alguns casos são gritantes: mata-se e forja-se o suicídio". Segundo o delegado da PF em Dourados, Lázaro Moreira da Silva, quatro testemunhas já foram ouvidas desde o último dia 16. "Estamos investigando seis casos considerados os mais estranhos. Há evidências de que houve simulações de mortes, mas isso não retira a realidade de que os Guarani se suicidam", disse. Ambos preferem não dizer quem são os suspeitos de ter cometido os assassinatos, mas o dossiê feito pela antropóloga diz que o Conselho Indígena – espécie de polícia da aldeia formada por 15 índios que auxiliam o capitão (líder indígena) – seria o responsável pelas mortes. O delegado disse que o caso mais estranho é de uma menor que disse ter matado um índio encontrado enforcado. "Ela pode estar tentando assumir o crime de alguém", disse. *(FSP, 18/05/96)*

ALGUMAS SUSPEITAS SÃO COMPROVADAS

O delegado da PF Lázaro Moreira da Silva afirmou ontem que pelo menos dois casos que eram tidos como suicídio foram de fato homicídios. A conclusão reforça a tese da antropóloga Roseli Arruda. O caso de Ramão Gomes da Silva, de 32 anos, é um deles. Ele foi encontrado pendurado pelo pescoço numa árvore dentro da aldeia Bororó (AI Dourados) no dia 16/11/95. Um ferimento na nuca da vítima levantou a suspeita de assassinato, reforçada pela localização de uma enxada manchada de sangue a poucos metros do local do suposto suicídio.

Moreira disse que o crime foi atribuído a uma índia de 13 anos que, ao ser ouvida pela Polícia Civil, não confirmou nem desmentiu a autoria do crime. "Ela contou uma história confusa e depois disse que cometeria suicídio ao sair da delegacia", afirmou. O delegado disse ainda que os índios se calam diante das autoridades e o assunto acaba resultando no encerramento do inquérito por falta de testemunhas. Porém, acusou o Conselho formado pelos índios de ser violento e de andarem armados. Segundo ele, o cacique Luciano Haroldo desarmou quatro deles e levou as armas para a PF. "São quatro revólveres de fabricação argentina, cada um com dez tiros", disse. *(JT, 23/05/96)*

AS DENÚNCIAS FORAM ENCAMINHADAS AO MINISTRO...

O Ministério da Justiça recebe hoje denúncia de que entre 190 casos de suicídio ocorridos entre os Guarani haveria falsificações de cenas de homicídio, propositalmente forjadas por fazendeiros interessados nas terras indígenas. A informação consta de um dossiê com 1,2 mil páginas, com fotos e depoimentos tomados em delegacias e na Justiça. O documento é assinado pela antropóloga Roseli Arruda e será encaminhado ao ministro da Justiça, Nelson Jobim, pela Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos.

"O documento traz denúncias gravíssimas, mostrando que as cenas dos crimes podem ter sido mexidas. Vamos solicitar que o ministro da Justiça nomeie um perito para exumar as ossadas dos 190 índios e checar as denúncias de Roseli de que tudo seria forjado", afirma Oscar Vilhena Vieira, consultor jurídico da Comissão Teotônio Vilela. *(JT, 18/07/96)*

... E A ANTROPÓLOGA SOFRE AMEAÇAS

A Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos pediu ontem ao ministro da Justiça, Nelson Jobim, que dê garantias de vida à antropóloga Roseli Arruda, que vem sendo ameaçada de morte desde que denunciou suposta farsa nos dados oficiais relativos aos suicídios entre os Guarani Kaiowá. A comissão pediu ainda que nomeie o médico-legista Nelson Massini para exumar os corpos dos índios sob suspeita de terem sido assassinados. *(JT, 19/07/96)*

ÍNDIA GUARANI TAMBÉM FALA EM ASSASSINATOS...

Uma nova versão sobre a morte de índios Guarani foi contada pela índia Edna Machu'y. Ela convenceu a PF a abrir investigação para apurar se as mortes dos Guarani foram mesmo suicídio ou assassinato. Segundo o Cimi, 175 índios Guarani morreram sob suspeita de suicídio desde 1993, incluindo aí as 17 mortes desse ano.

Edna é professora de História na tribo e filha de um pajé Guarani assassinado. Na semana passada, ela repetiu a história para a professora Vera Tostes, diretora do Museu Histórico Nacional. "Ela é uma pessoa preparada, e me disse que em alguns corpos foram constatadas lesões corporais". Um outro trabalho, da antropóloga Roseli Arruda, que trabalha na AI Dourados, também reforça a versão da índia Guarani. Se assim for, certamente vai se tratar de matança patrocinada por fazendeiros locais que, há anos, disputam as terras com os Guarani. *(JB, 13/05/97)*

... MAS PF CONSIDERA O CASO ENCERRADO

Um dossiê, de março de 97, assinado pelo delegado federal Lásaro Moreira da Silva, levou a PF a considerar o caso encerrado. O laudo afirma que "todos os suicídios ocorridos na reserva indígena de Dourados foram investigados pela Polícia Civil, que instaurou inquérito e realizou perícias técnicas, comprovando-se o cometimento de suicídio pelos sinais característicos e pela ausência de vestígios de lesões ou de força externa". A Funai respondeu às acusações remetendo ao juiz João Astolfi, por ordem do presidente FHC, uma explicação assinada pelo seu presidente, Júlio Gaiger. Ele informa que afastou o administrador regional de MS, Virgílio Clemente da Silva, para apurar "sua possível participação na questão relaciooada à exploração de mão-de-obra indígena por empresas" e revela que a Funai está apurando as denúncias de Roseli Arruda. *(JT, 05/08/97)*

NOVOS CASOS DE HOMICÍDIOS SÃO CONFIRMADOS

Os procuradores analisaram três das mortes suspeitas e concluíram que, de fato, foram homicídios. Segundo a investigação, os falsos suicidas costumam ser Guarani do sexo masculino, com idade entre 16 e 21 anos, fase da vida em que ganhariam o direito a um pedaço de terra. Os suicídios não passariam de assassinatos em brigas pela terra. Os matadores pertenceriam ao Conselho Indígena, instituição criada pelos próprios índios, que faz o papel da polícia dentro da Reserva. Um dos casos é o do Kaiowá Aguimar Peixoto, morto no ano passado. Quando foi visto com vida pela última vez, era arrastado para fora da aldeia por integrantes do Conselho e gritava por socorro. Apareceu dias depois, "enforcado" em um galho fino. Na semana passada, a Justiça Federal decretou a prisão preventiva do suposto mandante, o chefe da aldeia, Ramão Machado da Silva. O cacique, um índio Terena que responde a processos por grilagem de terra e arregimentação de trabalho escravo, é acusado de agir como ditador e não tolerar dissidências. Ramão foi preso na quinta-feira e seus correligionários, em represália, fizeram prisioneiros cinco índios Kaiowá, dizendo que só os libertariam quando o cacique fosse solto. *(Veja, 27/05/98)*

GUARANI/POLÍCIA INDÍGENA

TORTURA E MORTE

Um grupo de seis índios Guarani Kaiowá da aldeia Taquapiri, município de Coronel Sampaio, está sendo apontado como responsável pela tortura e morte de Quintino Batista, de 74 anos, da mesma etnia.

A vítima foi amarrada a uma árvore e espancada a pauladas por 10 horas, segundo o delegado Roberto Duarte Faria, que conduz o inquérito. O delegado não sabe dizer o que motivou o crime mas, segundo testemunhas, Batista teria despertado a raiva de Osvaldo Batista, um dos principais acusados, ao fugir com sua mãe. Para a polícia, Osvaldo liderou a execução. *(JB, 09/01/98)*

LÍDERES SE REBELAM

Líderes Guarani Kaiowá estão se rebelando contra o poder da "polícia indígena" e dos "capitães" que as comandam, na TI Dourados. Uma comissão de caciques prestou depoimento em dezembro na Procuradoria da República, em Brasília, denunciando as milícias como responsáveis por arbitrariedades, espancamentos e até homicídios, montando a cena do crime para parecer suicídio.

O presidente da Funai, Sulivan Silvestre, requisitou à PF de Dourados abertura de inquérito e uma operação de desarmamento e prisão de índios por porte ilegal de arma. Em documento assinado em agosto entre os dois lados do conflito, os índios haviam decidido extinguir a função de "capitão", acusada de ser "fruto do regime militar" e caracterizada "pelo autoritarismo e crueldade". Mas o acordo não entrou em prática.

As duas aldeias que formam a TI Dourados, Jaguapiru e Bororó, são ocupadas por Guarani Kaiowá e por uma minoria Terena. Estes, geralmente estão em melhor situação financeira, pois detêm técnicas de agricultura e domínio da língua portuguesa.

Baseado em depoimentos de índios, o procurador da República Paulo Thadeu Gomes da Silva pediu, no último dia 3 de abril, a decretação da prisão preventiva de um dos "capitães", o Terena Ramão Machado. Ele é acusado de tentativa de homicídio, ameaça e vilipêndio aos costumes indígenas.

Segundo o capitão Ramão, a ronda dos "policiais" ocorre sempre de dia, por ser perigoso sair à noite. A milícia é formada por 12 índios, voluntários, que recebem ressarcimento quando há uma ocorrência e eles têm de deixar outro emprego. O capitão mandou confeccionar coletes e carteiras de identificação. Em sua carteira, Machado anotou a função: "chefe administrativo da aldeia". *(FSP, 26/04/98)*

DELEGADO NÃO CONSEGUE INDICIAR

O delegado da Polícia Civil de Ponta Porã, Roberto Faria, disse que não deverá indiciar ninguém no inquérito que apura o assassinato do Kaiowá Quintino Batista, de 74 anos. O crime é atribuído pelos parentes à milícia indígena da aldeia Taquapiri, em Coronel Sapucaia (MS), na fronteira com o Paraguai.

Batista foi assassinado por espancamento em 4 de janeiro na frente de pelo menos 20 índios da aldeia Guassuty, em Aral Moreira (MS), segundo seu filho, Dorival Batista. Após o crime, por dois dias, a família aguardou a presença de policiais na aldeia para que vissem o estado em que ficou o corpo.

Segundo o delegado, não há dúvidas de que a polícia indígena foi a responsável pela morte, mas contradições nos depoimentos das testemunhas o impedem de saber os reais autores do crime. "Minha impressão é que os acusados não se importam com o trabalho da Polícia Civil. Sempre haverá a possibilidade de saírem impunes, porque a Funai pode requisitá-los, ainda que condenados pela Justiça, e eles não cumprem a pena", disse o delegado. *(FSP, 26/04/98)*

RAMÃO É PRESO E SEU GRUPO FAZ REFÉNS...

Mais de mil índios de várias aldeias da AI Dourados estão revoltados com a prisão do presidente do Conselho das Aldeias, o Terena Ramão Machado, ocorrida no dia 20 de maio.
Os índios bloquearam a Rodovia MS-156, que atravessa a Reserva, com tratores e troncos de árvores e prenderam cinco caciques que teriam formulado denúncias contra Ramão, resultando na prisão do líder decretada pela juíza federal Janete Lima Miguel. Os líderes da revolta afirmam que os reféns ficarão detidos até que Ramão seja libertado.
Os reféns, Neves Gamberia, Davi Pachecuri, Bonifácio Martins, da aldeia Jaguapiru, e Roberto Arce Isnard e Sebastião Arce Isnard, da aldeia Bororó, no final do ano passado, entregaram um documento ao presidente da Funai culpando Ramão por vários crimes, como tráfico de drogas, homicídios, venda de bebidas alcoólicas, entre outros. Essas denúncias fizeram que a Procuradoria Geral da República em Campo Grande solicitasse a instauração de inquérito para apurar as acusações. Concluído o inquérito pela PF, o promotor da Justiça Federal, Paulo Tadeu Gomes da Silva, solicitou a prisão preventiva de Ramão.
Segundo o promotor, Ramão é acusado por enquanto de causar lesões corporais em índios, tentar matar a índia Terena Priscila de Souza e por vilipêndio aos costumes indígenas, mas poderá responder por crimes mais pesados na medida em que as denúncias forem confirmadas. *(DCI, 22/05/98)*

... LIBERTADOS TRÊS DIAS DEPOIS

Os índios que protestavam contra a prisão do capitão Ramão Machado, decidiram libertar na noite de sábado os cinco reféns. Também concordaram em liberar a rodovia MS-156, que mantinham bloqueada desde quarta-feira.
A decisão foi tomada durante negociação com representantes da Funai, que prometeram agir judicialmente para tentar a libertação de Ramão. O órgão pretende recorrer da decisão da juíza da Justiça Federal de Dourados, Janete Lima Miguel, que indeferiu pedido de revogação da prisão preventiva, por ela mesma decretada.
Para encerrar a manifestação, os índios vinham exigindo a imediata libertação do seu líder, mas acabaram aceitando a intermediação da equipe da Funai, que prometeu transferir o índio Davi Bachicuri da aldeia Bororó, de Rondonópolis (MT), considerado o principal articulador do grupo de oposição, para sua Reserva original. Davi foi transferido na madrugada de ontem. *(O Liberal, 25/05/98)*

GUARANI/TI DOURADOS

ELEIÇÃO PARA CACIQUE

Programada para o próximo dia 28, a eleição para cacique da aldeia Jaguapiru, na TI Dourados, não poderá ter a participação de eleitores brancos que casaram ou estejam vivendo com índias dentro da aldeia. O candidato Ramão Machado justifica a exclusão argumentando que a comunidade os considera de outra nacionalidade. Machado, 56 anos, já foi cacique três vezes. Ele disputa novo mandato de quatro anos juntamente com Getúlio de Oliveira, 56, e Renato de Souza, 48 anos, todos antigos caciques. Machado é o candidato mais cotado para vencer o pleito, segundo pesquisas feitas na aldeia. Não existe nada escrito antes da votação. Tudo é combinado entre os candidatos. São 2,5 mil índios aptos a votar. Para acompanhar o processo foram destacados 20 agentes da PF e um delegado. Machado promete mais rigor contra os arruaceiros e alcoólatras da aldeia. Oliveira defende a prisão dos comerciantes que vendem cachaça para os índios. Já Souza prega a tradição e quer reforçar o ensino do guarani, negligenciado pelas novas gerações. *(OESP, 19/07/97)*

TUBERCULOSE MATA 27

Um surto de tuberculose, que nos últimos 15 meses contaminou 372 índios e matou 27, poderá em dez anos dizimar os 6.400 índios da AI de Dourados. O alerta foi feito pelo Cimi, que acusa a Funai de não prestar assistência aos índios contaminados. Segundo Itaci Pastore, do escritório regional do Cimi em Dourados, o descaso da Funai, que não toma medidas para evitar que a doença prolifere, explica o fato de a tuberculose já ter sido detectada na maioria das 22 aldeias do Sul do Estado, onde vivem cerca de 20 mil Guarani. Só este ano, o Hospital Porta da Esperança já atendeu 176 índios contaminados, dos quais 17 morreram. Segundo o diretor clínico do Hospital, Franklin A. Sayão, o agravante é que pelo menos 40% têm de 10 a 16 anos. A subnutrição e o alcoolismo, comuns entre os índios da região, facilitam a disseminação da doença. *(O Globo, 28/09/97)*

COMERCIALIZAÇÃO DE JENIPAPO

O Projeto Aveda/Kaiowá reúne índios da TI Dourados e a empresa americana Aveda num contrato que prevê a venda de jenipapo plantado na área e o compromisso da empresa em realizar benefícios sociais para a comunidade. A primeira etapa do projeto acaba de ser completada, com o plantio de árvores na aldeia e a construção de 96 casas, das 100 inicialmente projetadas.
Em carta ao presidente da Funai, solicitando o encaminhamento do processo legal para a comercialização de jenipapo, May Waddington, da Aveda, coloca: "Localizamos inúmeros problemas decorrentes principalmente da superpopulação, da mistura de etnias (umas prevalecendo sobre outras), da desestruturação política, e da proximidade com uma cidade rica e hostil. Acredito que os antropólogos que apontam para a necessidade urgente de resolver a questão de terras dos Guarani estão corretos em sua avaliação, e que nenhum trabalho venha a dar certo com este povo, se não vier a ser atendida esta reivindicação". *(ISA, a partir de correspondência da Aveda, 20/09/97)*

TUBERCULOSE E MISÉRIA

A tuberculose está fora de controle nas aldeias de Mato Grosso do Sul. Cerca de 7% dos seis mil índios da Reserva Indígena de Dourados, localizada ao Sul do Estado, podem estar com a doença. Nos centros urbanos, a incidência não passa de 0,8% dos moradores. A doença também atinge cada vez mais crianças, parte delas com menos de um ano. Nos últimos 18 meses, 28 índios abandonaram o tratamento contra a tuberculose, voltando para suas aldeias e transmitindo a doença a outras pessoa da família. No ano passado, 186 índios foram internados, mas somente 69 se curaram. Grande parte dos índios da Reserva vive em barracos de lona, como se a aldeia deles fosse uma favela próxima à cidade. As casas são distantes e cercadas por terra à espera do plantio. Falta água potável, pois o açude está contaminado. As estradas de aldeia são precárias e, sem ter condições de cultivar, os índios arrendam os hectares que possuem, relata o vice-capitão (vice-líder) da Aldeia Bororó, Assunção de Oliveira Castro, 46 anos. A miséria está relacionada com o alto índice de tuberculose. *(Correio do Estado, 22/09/97)*

ÍNDIOS PROCURAM COMIDA EM LIXÕES

A melhoria na qualidade de vida das famílias indígenas d Reserva de Dourados ainda está longe de se tornar realidade, por falta de apoio da Funai e de outros órgãos públicos. Nos lixões e em depósitos de entulho é comum índios serem vistos, especialmente mulheres e crianças, procurando objetos e restos de alimentos para reaproveitamento. O nível de pobreza é alto entre a maioria das famílias da reserva, principalmente, entre os caiuás, que possuem pequenos lotes onde plantam apenas o essencial para viver, como milho, mandioca, batata-doce e abóbora. Pelas ruas de Dourados, os índios pedem pedaços de pão e restos de comida, que completam a dieta deles. *(Correio do Estado, 29/10/97)*

CASAL ALCOOLIZADO MATA A PRÓPRIA FILHA

Uma menina de dois meses foi assassinada pelos pais, os índios Guarani Kaiowá Hélio de Souza, 24 anos, e Marilza da Silva, 21 anos, anteontem numa fazenda de Dourados. Os pais estavam bêbados e jogaram a criança contra o chão várias vezes porque ela chorava. A delegada Sônia Maria Damasceno informou que o casal fugiu levando outra filha de um ano e meio. *(JB, 06/12/97)*

PAGAMENTO E JOGO DO BRASIL

Ontem, 10 de junho, os cerca de 1.300 índios das aldeias Bororó e Jaguapiru que trabalham em quatro destilarias de álcool receberam seus pagamentos por 55 dias de trabalho longe de casa. Circularam nas duas aldeias que compõem a AI Dourados perto de R$ 200 mil, conforme estima o "cabeçante" Diomar Peixoto. O "cabeçante" é o encarregado de arregimentar índios para o corte de cana-de-açúcar nas usinas.

A folga de ontem coincidiu com o jogo da seleção brasileira na Copa e acaba no próximo sábado, quando os índios canavieiros deixam as aldeias para mais 55 dias de trabalho no campo. "Vamos comemorar muito hoje à noite, aqui mesmo na área", disse Peixoto. O pagamento, feito em dinheiro nas casas dos 12 "cabeçantes" da área, ocorreu no primeiro tempo da partida e deu algum movimento às estradinhas de terra que cortam a área, quase deserta com o jogo da seleção. *(FSP, 11/06/98)*

GUARANI/CERRO MARANGATU

OCUPAÇÃO DA FAZENDA FRONTEIRA

Os Kaiowá ocuparam no dia 22 de dezembro de 1999, a Fazenda Fronteira, no município de Antônio João, MS. Essa fazenda, que tem aproximadamente 4.000 ha, é parte da terra de 15.000 ha que os Kaiowá consideram deles e que lhes foi usurpada há anos. Os velhos caciques e pajés Kaiowá sempre pregaram ao seu povo que a região onde está o Cerro Marangatu (uma montanha) é o marco referencial desse grupo de 250 Kaiowá que a ocupou. *(DCI, 15/01/00)*

GUARANI/TI JAGUAPIRÉ

ÍNDIOS REOCUPAM ÁREA INVADIDA

Um grupo de 230 índios Guarani Kaiowá reocupou, no último dia 11, cerca de 712 ha da Fazenda São José, localizada no município de Tacuru (MS). Somente ontem a ocupação foi anunciada pelos índios e confirmada pelo administrador regional da Funai, Virgílio Clemente da Silva. Segundo Marta Guarani, presidente da Associação Kaguateca, os índios estão armados e pretendem não sair mais do local. Marta distribuiu um comunicado às autoridades federais e estaduais alertando sobre a disposição de matar ou morrer diante de qualquer tentativa de desocupação da área, que desde 1992 está homologada como terra indígena.

A líder Guarani explicou ainda que, desde a homologação, o fazendeiro Otávio Leite Junqueira de Morais mantém na Justiça a reivindicação de posse sobre os 712 ha. Cansados de esperar por uma decisão, os índios resolveram retomar as terras de seus antepassados. Segundo o administrador da Funai, o fazendeiro já entrou com ação de reintegração de posse na Justiça, o que aumentou a possibilidade de confronto. Entretanto, ele acredita em uma saída pacífica, que manteria os índios na área. Clemente lembrou que situação semelhante ocorreu na Fazenda São Miguel Arcanjo em março desde ano, quando a Justiça Federal resolveu não despejar os índios. *(O Estado do Paraná, 15/08/96)*

PT QUER PERMANÊNCIA DOS ÍNDIOS NA ÁREA

Inspirados pela revogação da decisão judicial que despejaria os Guarani Kaiowá da TI Jarara, o Setor de Assuntos Indígenas do PT decidiu intervir em favor dos índios que reocuparam parte da TI Jaguapiré. Em mensagens distribuída aos sindicatos e entidades de apoio aos índios, o Diretório Nacional do partido solicita que sejam enviadas manifestações diretamente ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ao ministro da Justiça, Nelson Jobim, e ao presidente da Funai, Júlio Gaiger, pedindo a permanência dos índios na área. *(ISA, a partir de Carta do PT de 19/08/96)*

J. R. RIPPER 1994

TI Jaguapiré, em Tacurú.

STF SUSPENDE ORDEM DE DESPEJO...

O ministro Celso de Mello, do STF, suspendeu o despejo de 200 índios Guarani Kaiowá que ocupam uma área reivindicada por fazendeiros, no município de Tacuru. A decisão impede que a Justiça do MS retire os índios da área, onde foi demarcada a AI Jaguapiré. O fazendeiro Octávio Junqueira de Moraes havia obtido uma liminar na Comarca de Iguatemi, determinando o despejo dos índios do que considera sua propriedade.

O STF vai ainda decidir de quem é a propriedade, se da União ou dos fazendeiros. Como o processo está na Justiça Federal, os advogados do ISA, da Funai e o MPF entraram com uma medida cautelar, solicitando a permanência dos índios no local até o julgamento final do STF. A Justiça do MS havia dado a posse ao fazendeiro, mas o MPF recorreu ao STJ. No STF também está sendo julgada a ação proposta por outro fazendeiro, José Fuentes Romero. Recentemente, a Funai rejeitou as contestações apresentadas pelos fazendeiros, que alegavam não terem tido a oportunidade de questionar a demarcação da área. *(Correio do Estado, 08/11/96)*

... E ANULA DECISÕES DA JUSTIÇA ESTADUAL

Na tarde de ontem a 1ª Turma do STF, por votação unânime, julgou favorável o recurso extraordinário de autoria da Comunidade Indígena Jaguapiré, Funai, MPF e Advocacia Geral da União, anulando as decisões da Justiça Estadual do MS que beneficiavam o fazendeiro Octávio Junqueira Leite de Moraes. A disputa versa sobre a AI Jaguapiré, de 2.349 ha, que foi demarcada e homologada em 1992, apesar da resistência de jagunços contratados pelo fazendeiro que, mais de uma vez, tentaram impedir os trabalhos da Funai.

Em junho de 1992, o fazendeiro Octávio Junqueira, que se diz dono das terras ocupadas pelos índios, conseguiu na Justiça Estadual do MS, comarca de Iguatemi, uma decisão em favor de sua manutenção na posse da área, corroborada posteriormente pelo Tribunal de Justiça de Campo Grande. Essas decisões foram dadas, apesar dos apelos dos índios, do MPF e da União para que o caso fosse julgado pela Justiça Federal, conforme determina a Constituição de 88, sem falar nas inúmeras falhas do processo (perícia feita por engenheiro e não por antropólogo). A Justiça local nunca deu ouvidos aos argumentos, afirmando que se tratava de invasão de uma propriedade privada por índios e que, portanto, não havia direitos indígenas a serem considerados.

A Comunidade de Jaguapiré, representada pelos advogados do ISA, ainda nos idos do Núcleo de Direitos Indígenas, no ano de 1992, recorreu dessas decisões. Em 1994, o seu recurso extraordinário chegou ao STF, visando exatamente anular as decisões da Justiça Estadual do MS por incompetência absoluta para julgar a questão. A decisão do STF, encabeçada pelo voto do ministro Celso de Mello, relator do processo, acata integralmente o pedido dos índios, anulando as decisões da Justiça Estadual e determinando a remessa do processo à Justiça Federal. Além de fazer justiça aos Guarani de Jaguapiré, a decisão do Supremo é da maior relevância porque consolida jurisprudência neste assunto, sinalizando claramente para os juízes e desembargadores do MS no sentido de que não podem mais continuar a desrespeitar os direitos indígenas como costumavam fazer. *(Assessoria Jurídica do ISA, 11/12/96)*

GUARANI/TI JARARA

OCUPAÇÃO DE FAZENDA EM JUTI

Os índios Guarani liberaram ontem as duas colheitadeiras retidas desde o último dia 23, quando ocorreu a ocupação da fazenda São Miguel Arcanjo, em Juti. Os índios não estavam permitindo ao arrendatário da área, José Adolar de Castro Filho, a colheita de 120 ha de milho. A liberação ocorreu mediante acordo feito entre os índios Guarani Kaiowá e a juíza Margarida Weiler. Ela havia determinado, no último dia 26, por meio de uma liminar, a garantia da colheita. Segundo Virgílio Clemente, administrador regional da Funai em Amambaí (MS), o milho começará a ser colhido no dia 10/04. *(A Crítica, 28/03/96)*

JUIZ PEDE DESPEJO DA COMUNIDADE...

Cerca de 250 índios Guarani Kaiowá ameaçam cometer suicídio coletivo se forem despejados da fazenda São Miguel Arcanjo, área Jarara, em Juti. O despejo foi determinado pelo juiz Theotônio Costa, do TRF de São Paulo, atendendo a um pedido de reintegração de posse do fazendeiro Miguel Subtil de Oliveira, que se considera dono da área. A decisão judicial tem dez dias para ser cumprida. Em bilhete enviado ao Cimi, no dia 23/03, o líder dos Guarani advertiu que o grupo cometerá suicídio coletivo. Os índios esperam há mais de um ano por uma decisão sobre a terra, já demarcada e homologada em nome da comunidade indígena, depois de deixarem a periferia do município de Juti para ocupar a área. Ontem, os índios reiteraram a ameaça.

A liminar concedida pelo juiz de São Paulo contraria outra decisão tomada em março pelo juiz Jean Marcos Ferreira, da 2ª Vara Federal de Campo Grande. Depois de tomar conhecimento da tensa situação na área, ele decidiu indeferir o pedido de reintegração de posse do fazendeiro. No despacho, o juiz Jean Marcos Ferreira escreveu que os índios estavam "jogados à própria sorte", e não poderiam mais viver "debaixo de lonas plásticas, à beira da estrada, sem qualquer assistência". *(O Globo, 10/05/96)*

... E AMEAÇA DE SUICÍDIO PERMANECE

Permanece insolúvel a situação dos Guarani Kaiowá da AI Jarara. Os índios mantêm a ameaça de suicídio coletivo diante da decisão judicial expedida há dez dias, que determina a desocupação da área, cujo prazo se encerra hoje. O fazendeiro Miguel Subtil se valeu de um decreto do ministro Nelson Jobim – o Decreto 1.775 – que permitia aos proprietários de terras demarcadas pela Funai contestar as demarcações até março. "Desta vez a situação é muito grave porque existe um estado de guerra entre os índios", disse o administrador da Funai, Virgílio Clemente da Silva. "Já houve tentativas para que eles deixassem a área pacificamente, como um mandado de segurança da Procuradoria-Geral da República em MS para a suspensão do despejo", informou. Segundo o Cimi, dezenas de entidades de defesa dos direitos humanos e indígenas estão enviando mensagens ao TRF da 3ª Região solicitando a desconsideração da ordem de despejo. Os manifestos observam que a decisão judicial foi tomada por um único membro do tribunal. *(OESP, 22/05/96)*

JUIZ RETROCEDE E ÍNDIOS PERMANECEM

O juiz Theotônio Costa, do TRF de São Paulo, revogou no último dia 22/05 o despacho que autorizava o despejo dos Guarani Kaiowá da AI Jarara. A decisão atendeu à solicitação da procuradora da República, Sílvia Luedemann, para que a decisão fosse suspensa por razões humanitárias. A procuradora atendeu o apelo da Capoib, do Cimi, da CPI-SP e do PT de São Paulo. A decisão do tribunal é válida até o julgamento do mérito da ação de agravo de instrumento impetrada no TRF pelo fazendeiro Miguel Subtil de Oliveira. A data do julgamento ainda não está marcada.

A aldeia Jarara foi retomada pelos índios Guarani Kaiowá no dia 22 de março. É a terceira vez que eles tentam voltar à sua terra para fugir da

miséria em que vivem as 247 famílias, há anos, na periferia do município de Juti. Representantes dos índios têm reunião marcada para a próxima semana com o juiz Theotônio Costa e com a 1ª Turma Civil do TRF, que vai julgar o mérito do agravo de instrumento. *(O Liberal, 26/05/96)*

ONDA DE SUICÍDIOS

Uma onda de suicídios está se alastrando pela AI Jarara. Os Kaiowá estão enviando cartas, assinadas com suas impressões digitais, em que ameaçam cometer suicídio coletivo caso o governo não intervenha nas fazendas em que dizem estar sendo escravizados. Vivem hoje 50 mil indígenas no MS, dos quais entre 3 a 4 mil devem estar trabalhando em fazendas ou usinas em condições degradantes. Segundo a Funai, de 1986 até hoje 195 índios cometeram suicídio na região.

O ministro da Justiça, Nelson Jobim, recebeu esta semana um carta da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, em que é relatado o seguinte: "Com esse panorama, muitos dos Kaiowá estão optando por abandonar as reservas". Estima-se que 4 mil deles vivam hoje na periferia das cidades e às margens das rodovias, sobrevivendo miseravelmente do artesanato e de trabalhos eventuais como bóias-frias. *(JT, 19/06/96)*

COMISSÃO PEDIRÁ RETIRADA DOS FAZENDEIROS

Um documento da Comissão de Direitos Humanos da OAB chegará às mãos do ministro da Justiça, Nelson Jobim, do presidente da Funai, Júlio Gaiger, e do procurador-geral de Justiça, Geraldo Brindeiro. Trata-se de um pedido sem meios-termos para que as autoridades retirem fazendeiros da reserva Jarara, onde vivem índios Guarani Kaiowá. *(JB, 16/12/96)*

GUARANI/TI LIMA CAMPO

OCUPAÇÃO E AMEAÇA DE SUICÍDIO

Um grupo de 50 índios Guarani Kaiowá insiste em permanecer na Fazenda Paraná, de 188 ha, localizada em Ponta Porã. Eles ocuparam a propriedade segunda-feira passada, quando obrigaram três famílias que residiam e trabalhavam no local a abandonarem suas casas.

Os índios estavam acampados embaixo de uma ponte que passa sobre o Rio Dourados, na BR-463, há quase dois meses. Eles foram para lá após deixarem suas casas na reserva de Dourados, alegando estarem sendo ameaçados de morte pelo cacique Ramão Machado.

Essas afirmações não são confirmadas pela Funai. Ontem, a direção regional do órgão se reuniu com agentes da PF na tentativa de resolver a questão. Porém, os índios disseram que só deixam a fazenda mortos, ressaltando que estão dispostos a cometer suicídio coletivo. *(A Tarde, 26/08/98)*

ANTIGO TERRITÓRIO

Desde a noite de 23/08, um grupo de aproximadamente 100 Guarani Kaiowá ocupam pacificamente 188 ha da TI Lima Campo, no MS. Os Kaiowá lutam pela demarcação desta terra, situada entre os municípios de Ponta Porã e Dourados, invadidas por várias fazendas. Antes desta retomada, o grupo havia deixado a AI Dourados em final de julho e estava acampado, em precárias condições, às margens da BR que liga os dois municípios.

Por diversas vezes a Funai registrou em seus relatórios a intenção de identificar esta área, estando como prioridade para o ano de 1998. Segundo os índios, nessa região haviam três aldeias: Campo Limpo, Rancho Kana e Manga Ysyty. Em 1993, 24 Kaiowá foram expulsos de uma das fazendas, de posse de Isaltino Barbosa. A administração regional do órgão em Amambaí, reconhece que os índios estavam radicados há trinta anos na aldeia Lima Campo. *(Mensageiro, set-out/98)*

FAZENDEIROS PROTESTAM CONTRA INVASÃO...

Um grupo de 80 fazendeiros foi expulso da BR-463 por dezenas de índios armados com lanças, arcos e flechas. Os produtores realizavam um protesto, ontem pela manhã, bloqueando a estrada entre Dourados e Ponta Porã. O movimento dos produtores é contra as sucessivas invasões de fazendas por índios. A última ocorreu anteontem na Fazenda El Shadai, com 271 ha, em Ponta Porã. Uma equipe da Polícia Rodoviária foi até a fazenda negociar. Os policiais foram recebidos com flechadas e pedradas pelos índios, deixando o local às pressas. De volta para a BR-463, os patrulheiros prenderam os caciques Carlito de Oliveira e Renato de Souza, que estavam perto da rodovia. As prisões foram presenciadas por alguns índios, que avisaram os demais. Armados com lanças, arco e flecha, 60 indígenas passaram a agredir os fazendeiros, que foram obrigados a sair da estrada. Não houve feridos. *(OESP, 08/10/99)*

... E SÃO EXPULSOS PELOS GUARANI

Dezenas de índios Guarani Kaiowá armados com lanças, arcos e flechas, expulsaram um grupo de fazendeiros que protestava na BR-463, entre as cidades de Dourados e Ponta Porã, no extremo sul de Mato Grosso do Sul. Os fazendeiros bloquearam a estrada com carros e tratores em protesto contra as sucessivas invasões de fazendas na região, feita pelos índios. *(DCI, 09/10/99)*

GUARANI/TI PANAMBI

AGRICULTORES RESISTEM À DEMARCAÇÃO

O presidente da Federação de Agricultura do Estado do MS, José Armando Amado, acusa a existência de irregularidades nas demarcações de terras indígenas no estado." O governo distribui terras sem critérios aos índios e esquece totalmente do produtor agrícola. Estas desapropriações são um total abuso", diz indignado Armando Amado.

O drama dos agricultores de Panambi, segundo ele, começou depois que, em 13/12/95, com uma única portaria, o ministro da Justiça Nelson Jobim criou uma Reserva indígena no local. "Estão tirando terras produtivas de trabalhadores para simplesmente colocar índios em uma área que nunca foi indígena", disse. Criada na década de 40, a vila Panambi nasceu do programa de reforma agrária do governo Getúlio Vargas. Com a demarcação, Amado acredita que a Funai está tentando agradar a organismos internacionais. "É o único argumento possível para retirar trabalhadores de suas terras e jogá-los na rua", afirma o líder dos agricultores.

Segundo o colono Dionésio Marques Rosa, seis produtores vigiam diariamente a colônia para impedir a invasão indígena. *(Jornal do Commércio, 13/12/96)*

GUARANI/TI PANAMBIZINHO

AGROPECUÁRIA ANUNCIA CONTESTAÇÃO

O advogado da empresa Agropecuária Sattin S/A, José Goulart Quirino, anunciou que na próxima semana será apresentada à Funai uma contestação à demarcação da TI Panambizinho, onde fica a Colônia Agrícola de mesmo nome. O anúncio foi feito na mesma ocasião em que a empresa encaminhou outra contestação, desta vez contra a TI Sete Cerros, situada também no

MS. As contestações seguem o ritual previsto pelo Decreto 1.775, recém editado pelo ministro da Justiça, Nelson Jobim, que permite que interesses contrariados com a demarcação de terras indígenas apresentem seus argumentos ao loogo do processo.
O advogado informou aioda que a empresa Sattin contestará a ampliação da área, de 60 para 1,24 mil ha, que consta na portaria assinada em dezembro de 95 pelo ministro da Justiça. Segundo o advogado, 36 famílias foram atingidas pela ampliação. Ele afirmou ainda que a medida do ministro tem trazido intranqüilidade para todos os proprietários de terras que ocupam cerca de 300 mil ha perto dessas áreas. *(Jornal do Commércio, 13/01/96)*

JUSTIÇA QUER NOVA PERÍCIA

A Justiça Federal do MS determinou, no último dia 15, nova perícia oa área Panambizinho. O pedido foi feito por advogados que representam 38 famílias que serão desapropriadas caso a área seja demarcada com 1,24 mil ha. A alegação dos advogados cootra a demarcação segundo a portaria do ministro da Justiça é de que a área não é de ocupação tradicional e permanente dos índios, como alega a Funai. *(Jornal do Commércio, 27/01/96)*

FAZENDEIROS AMEAÇAM PEGAR EM ARMAS

"Vai haver derramamento de sangue e o ministro da Justiça será o responsável pelo que acontecer. Estamos dispostos a morrer para não entregar oossas terras para esses bugres", advertiu Dionésio Marques da Rosa, um dos moradores inconformados com a demarcação dos 1,24 mil ha da AI Panambizinho. A demarcação foi determinada pelo ministro da Justiça através da Portaria 1560, publicada em dezembro de 95. Com isso, foram considerados nulos os títulos de posse emitidos pelo ex-presidente Getúlio Vargas a 38 parceleiros na década de 50.
Os fazendeiros têm prazo de 120 dias para contestar a decisão do ministro, mas se a decisão lhes for desfavorável eles afirmam que vão resistir. "Ninguém está pensando em se armar, mas se for preciso vamos mootar uma fortaleza aqui", declarou Dionésio. Atualmeote, os índios Guarani Kaiowá vivem confinados em uma área miserável de 60 ha, que contrasta com a riqueza dos campos de soja cultivados pelos brancos. *(A Gazeta, 27/07/96)*

ÍNDIOS PRENDEM TRÊS FUNCIONÁRIOS DO GOVERNO...

Os índios Guarani Kaiowá da Aldeia Panambizinho, localizada a 20 km de Dourados, prenderam três funcionários do cerimonial do governo do Estado, em protesto pelo cancelamento da visita que o ministro da Justiça, José Carlos Dias, faria ootem ao local.
A visita teria como objetivo resolver um conflito que já dura quatro anos entre os índios e produtores rurais do distrito de Panambi pela posse de uma área de 1.180 ha. *(OESP, 24/08/99)*

... MAS ELES SÃO LOGO LIBERTADOS

Os Guarani Kaiowá libertaram ontem à noite os funciooários do cerimonial do governo do Estado que eram mantidos como reféns. A decisão foi tomada depois de o ministro da Justiça, José Carlos Dias, ter informado que irá à Al-

REBECA KRITSCH/AE - 1998

O cacique Paulito Aquino, com o cajado, e sua família.

Cacique Lauro Conciança, com sua mulher, Dorícia Pedro.

deia Panambizinho no dia 2 de setembro, para tentar resolver o conflito de terra entre índios e 38 produtores rurais brancos, que estão em uma área de 1.180 ha, declarada terra indígena. *(OESP, 25/08/99)*

CINCO JOVENS TENTAM SUICÍDIO E TRÊS MORREM

Cinco índios da aldeia Panambizinho, situada a 25 km, ingeriram na quarta-feira pinga misturada com os herbicidas Novacron e Secante. Morreram Sivone Aquino, de 15 anos, Sulmara Arce, de 12, e Valdelen Juca Pedro, de 20. Eles chegaram com vida ao Hospital da Missão Evangélica Kaiowá, em Dourados. Os jovens foram enterrados ontem. Luciene Arce, de 15 anos, está internada em estado de coma e um índio não identificado recebeu tratamento e foi liberado. Segundo o chefe do núcleo da Funai em Dourados, Wilson Matos, os cinco jovens indígenas resolveram envenenar-se juntos. Este ano, quatro suicídios foram cometidos na mesma aldeia e Matos atribui as mortes ao clima de tensão que predomina no local, em razão da falta de espaço. O ambiente tenso foi confirmado pelo chefe do posto indígena de Panambizinho, Alexandre Croner de Abreu. *(OESP, 10/09/99)*

CONFLITO ENTRE ÍNDIOS E COLONOS VEM À TONA

A qualquer momento, pode estourar um conflito pela posse da terra em MS entre índios e colonos, assentados no local há décadas. Hoje termina o prazo dado pelos Guarani Kaiowá da aldeia Panambizinho para que o governo lhes entregue uma área da qual foram retirados na década de 30, e eles ameaçam com invasão. O confronto pode envolver todas as comunidades indígenas do município – que abriga três aldeias, com mais de 9.000 índios. Na aldeia Panambizinho, vivem cerca de 270 índios, que moram espremidos em dois lotes de 30 ha, cercados por propriedades que compõem a produtiva Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Eles reivindicam mais de 1.180 ha.

Diante do aumento no número de suicídios na aldeia, os índios decidiram no encontro que, se nada fosse feito, realizariam o que chamam de "autodemarcação". Essa operação, já arquitetada entre as lideranças indígenas de MS, consiste na ocupação da área por cerca de 5 mil índios. A data ainda não foi definida. A Polícia Federal informou que está alerta. *(FSP, 05/12/99)*

GUARANI/TI POTRERO-GUAÇU

GUARANI INVADEM E REIVINDICAM TERRAS...

Dezenas de índios Guarani Kaiowá estão invadindo pequenas fazendas em Paranhos, divisa com o Paraguai. Há dois anos, eles reivindicam a área Potrero-Guaçu, de 2 mil ha. Em novembro, a Funai fez a medição e constatou que quase 4 mil ha pertencem aos Guarani.

Os índios consideram a região uma "tekoha", algo como "lugar onde se desenvolve o modo de ser" Guarani. No último dia 19 de abril, Dia do Índio, os Guarani começaram as ocupações, tendo realizado antes um ritual religioso de três dias.

A região foi ocupada pelos brancos, a partir de 1870, quando terminou a Guerra do Paraguai e o governo federal começou o "Projeto Rápido", doando glebas de 40 a 50 ha para famílias brasileiras ou de imigrantes, na divisa com o Paraguai, garantindo a ocupação imediata da fronteira. Há quase 50 anos, os índios viviam na região chamada Taguaperi, onde estão ocorrendo as invasões, vivendo da erva-mate vendida para a Companhia Mate Laranjeira. Alguns caciques afirmam que muitas famílias indígenas se consideravam escravas da empresa, sendo obrigadas a cumprir cotas de erva-mate. Os Guarani foram transferidos da região de Taguaperi para a localidade Pirajuí, no início dos anos 70, dentro de uma controvertida política de aldeamento da Funai, auxiliada por missionários alemães.

O prefeito de Paranhos, Heliomar Klabunde (PSDB), disse que o clima é de guerra. Os índios chegam em grupos de 50 a 100 homens, armados com flechas, bordunas e lanças e expulsam as famílias de suas casas. Quem resiste, acaba ficando preso em casa. O administrador regional da Funai, José Milton Bueno, esteve terça-feira no local e resolveu montar uma estratégia para negociar pacificamente com os invasores, pois qualquer aproximação de policiais pode colocar em risco a vida das famílias.

O coordenador do Cimi em MS, Nereu Schneider, recebeu na última sexta-feira uma carta das lideranças da aldeia Pirajuí. Segundo a carta, subscrita por 50 índios, os Guarani estão dispostos "a sair todos mortos" da área invadida. Segundo o antropólogo Rubem Thomas de Almeida, que integra a comissão da Funai que deve assegurar a devolução da área para os índios, a ocupação das terras de Taguaperi não pode, tecnicamente, ser caracterizada como "invasão", pois a área pertence realmente aos Guarani. "A burocracia e lentidão da Funai são os responsáveis pela ocupação da área, liderada por três índios idosos: Genaro Benitez, Francisco Duran e Santiago Morales", diz Almeida, que esteve na região na semana passada. O antropólogo diz que tentou convencer os índios a esperar um pouco mais pela decisão final da Funai, mas eles preferiram a invasão. A razão disso é que, como a Funai havia acenado com uma solução rápida, eles não plantaram roças e abateram todos os porcos e galinhas à espera da mudança. *(FSP, 23/04/98)*

... MAS NEGOCIAÇÃO FRACASSA

Fracassou a primeira tentativa de negociar a saída dos índios Guarani Kaiowá das fazendas ocupadas no município de Paranhos. O prefei-

CRONOLOGIA DO CONFLITO

O início *- O decreto 494 torna a área na fronteira entre Brasil e Paraguai patrimônio da União.*
Anos 50/60 *- Intensifica-se a ocupação da área pelos colonos brancos.*
1961 *- O governo de Mato Grosso expede título de propriedade da área para a prefeitura de Amambai.*
1968 *- Instala-se missão evangélica alemã, que presta assistência aos índios.*
Início dos anos 70 *- O Incra, a Funai e a missão evangélica instam os índios a transferir-se para a aldeia Pirajuí.*
1978 *- O Incra pede a anulação do título de Amambai, a área é devolvida para a União e destinada a loteamento para 148 famílias de posseiros, no chamado Projeto Rápido.*
1988 *- O município de Paranhos consegue a emancipação.*
1995 *- A Funai promete para os índios que querem ir para a área, chamada de Potrero Guaçu, a identificação da terra indígena, mas não cumpre.*
1997 *- Os índios que se dizem originários de Potrero Guaçu deixam de cultivar a terra em Pirajuí, esperando a transferência para a nova área.*
25/11/97 *- A Funai constitui grupo técnico, composto de um antropólogo, uma engenheira florestal, um agrônomo, uma engenheira agrimensora e dois técnicos em agropecuária, para identificar e delimitar a terra indígena Potrero Guaçu.*
19/04/98 *- No Dia do Índio, cerca de 40 famílias de índios invadem a área. Logo são seguidas por outras 80.*
23/04/98 *- O laudo conclui que os 4.025 ha – divididos em 31 propriedades pequenas e médias e atingindo outras três fazendas grandes – foram habitados pelos índios há três décadas e recomenda que eles "possam, no menor tempo possível, voltar para a área reivindicada".* (OESP, 17/05/98)

to da cidade, Heliomar Klabunde (PSDB), e o delegado regional da Funai, José Milton Bueno, se reuniram com as lideranças indígenas em Campo Grande, mas não houve acordo.
Segundo Klabunde, já são 21 as fazendas ocupadas. O delegado da Funai garante que está tudo sob controle, mas o prefeito diz o contrário, lembrando que todo o rebanho leiteiro, em torno de duas mil cabeças, está dentro da área em conflito e retido pelos índios. "Quem tentou tirar o gado da fazenda teve que correr para não levar flechada", afirmou Klabunde. José Bueno mandou relatório para a Funai, em Brasília, e espera orientações sobre a maneira de agir. *(Diário de Cuiabá, 25/04/98)*

COLONOS TENTAM ACORDO

O procurador da República em MS, Paulo Taden Gomes da Silva, realizou na segunda-feira uma audiência pública com representantes da Funai, do Incra e da Prefeitura de Paranhos e com os 35 colonos cujas terras foram reconhecidas como área permanente de posse indígena. Quatro lotes, num total de 300 ha, estão ocupados por 126 famílias de índios Guarani. O procurador espera que se chegue a um acordo até o início da próxima semana.
As quatro famílias cujas terras estão ocupadas pelos índios moram em Paranhos. Segundo o procurador, quase todos os colonos –senão todos – têm casa em Paranhos. Além das 35 famílias, há três proprietários maiores na área ocupada: Edmundo Aguiar Ribeiro, cuja Fazenda Ouro Verde tem 1.540 ha; a Construtora Muralha, com 842 ha e a Agropecuarista Jatobá, com 471. Uma vez concluída a desapropriação, os fazendeiros têm direito ao pagamento em dinheiro por todas as benfeitorias e em Títulos da Dívida Agrária (TDA) pelas terras.
Com relação aos colonos, a saída procurada é assentá-los em outra área, em lotes de 20 ha. A resistência maior parte dos que adquiriram lotes com até 100 ha. Mesmo assim, o procurador garantiu que o clima geral é de cooperação. Segundo Gomes da Silva, o que acontece nesses casos, normalmente, é que o Executivo declara a terra como de posse dos índios e a União não presta assistência aos colonos desapropriados. *(OESP, 13/05/98)*

LAUDO RECOMENDA DEVOLUÇÃO DA TERRA

O laudo técnico da Funai, com 150 páginas, assinado pelo antropólogo Rubem Thomaz de Almeida, coordenador de uma equipe de seis técnicos, atesta que uma parte dos Guarani-Ñandeva viveu em Potrero-Guaçu e recomenda que a terra seja devolvida. Para chegar a esta conclusão, "foram utilizados dados da arqueologia, da etno-história, da antropologia e da etnologia", sustenta Rubem. "Reforça este argumento o fato de que junto aos colonos não indígenas de toda a região é voz corrente e unânime que naquele lugar específico sempre viveram estes Guarani".
Ninguém afirma que os índios estiveram fixados lá nas últimas décadas. Simona Tavares da Silva, de 80 anos, garante que essa área tem sido de brancos desde que era menina. Outros moradores mais velhos, Flaviano Tavares da Silva, Zilá Benitez, Wenceslau Gomes, disseram o mesmo: índios passavam de vez em quando, pegavam algo das plantações, mas não moravam lá.
O prefeito de Paranhos, Heliomar Klabunde (PSDB), está revoltado com o governo federal. "Daqui a pouco vamos virar um município de aldeias de índios", protesta Klabunde. *(OESP, 17/05/98)*

FUNAI APROVA RELATÓRIO DE DELIMITAÇÃO

O presidente da Funai, Sulivan Silvestre de Oliveira, assinou o Despacho nº 50, de 24/06/98, aprovando o relatório circunstanciado de identificação e delimitação da TI Potrero-Guaçu, de ocupação do grupo tribal Guarani-Ñandeva, com superfície e perímetro de 4.025 ha e 28 km respectivamente, localizada no município de Paranhos. O citado relatório é de autoria do antropólogo Rubem Thomaz de Almeida. *(ISA, a partir do DOU, 27/07/98)*

PF PRENDE ACUSADOS DE INVADIR DE ALDEIA

A Polícia Federal prendeu anteontem cinco homens acusados de invadir a aldeia Potrero-Guaçu e atear fogo em 25 ocas de índios Guarani-Kaiowá, em Paranhos. Pelo menos cinco crianças ficaram feridas durante o ataque. Existe a suspeita de que índias possam ter sido estupradas, segundo a Polícia Federal. Cerca de 50 homens armados, de acordo com a Funai, entraram atirando com a intenção de expulsar os índios do local, na madrugada de sexta-feira. Cápsulas de projéteis de diversos calibres foram encontradas na aldeia dos índios Guarani-Kaiowá pela polícia.
Ninguém foi ferido a tiros, mas quatro índias teriam sido estupradas, de acordo com o coordenador do núcleo da Funai em Dourados, Wilson Matos, que esteve averiguando a situação na aldeia, onde vivem cerca de 280 pessoas. A Funai acusa visitantes e fazendeiros da região, que disputam a área com os índios Guarani-Kaiowá, de serem os responsáveis pela invasão e destruição de parte da aldeia. *(FSP, 16/01/00)*

MINISTÉRIO DECLARA POSSE PERMANENTE

Julgando improcedente as contestações opostas à identificação e delimitação da TI, ministério resolve declarar posse permanente do grupo indígena Kaiowá a TI Potrero-Guaçu, com superfície aproximada de 4.025 ha e perímetro aproximado de 28 km. A Funai promoverá a demarcação administrativa da TI para posterior homologação pelo presidente da República, nos termos do art. 19, par. 1º, da Lei nº 6.001/73 e do art. 5º do Decreto nº 1775/96. *(DOU, 17/04/00)*

GUARANI/TI SETE CERROS

RÁPIDO NO GATILHO

A Agropecuária Sattin S/A apresentou, ontem, no Palácio do Planalto, a primeira contestação oficial contra a demarcação de áreas indígenas, quatro dias após a publicação do Decreto 1.775 pelo ministro da Justiça, Nelson Jobim. A empresa quer que seja revista a demarcação da área Sete Cerros, onde vivem índios Guarani Kaiowá, e pede a anulação do decreto presidencial que a homologou, em 1993. A empresa alega que a demarcação não respeitou os títulos adquiridos do governo estadual em 1929.
O advogado da empresa agropecuária, José Goulart Quirino, anunciou que na próxima semana será apresentada uma segunda contestação, desta vez referente à AI Panambizinho. O porta-voz da Presidência da República, embaixador Sérgio Amaral, disse ontem que o governo considera que as áreas já homologadas pelo presidente são atos jurídicos perfeitos, que não podem ser revistos.
O advogado da Sattin afirmou que a situação ficou tensa no MS após a visita do ministro Nelson Jobim e do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, a áreas indígenas da região. Ele disse que em Sete Cerros os índios, com a ajuda da Funai, teriam desalojado cerca de 70 empregados da fazenda. *(Jornal do Commércio, 13/01/96)*

GUARANI/TI SUCURIY (MARACAJU)

FAZENDEIROS DESPEJAM GUARANI...

Os índios Guarani Kaiowá da TI Sucuriy divulgaram denúncia afirmando que fazendeiros da região, com o apoio da polícia militar e civil,

J. R. RIPPER - 1977

Aldeia de Sucury.

... MAS LIMINAR PODE DESPEJÁ-LOS, MAIS UMA VEZ

Um grupo de 77 Guarani Kaiowá promete resistir até a morte à operação de despejo determinada pelo juiz Roberto Haddad, do TRF, da 3ª Região (São Paulo). O prazo concedido pela Justiça Federal para que os índios desocupassem a área terminou na última segunda-feira (dia 22) e o fazendeiro Sebastião Alves Marcondes ingressou anteontem com um novo requerimento para a execução do despejo.

O advogado do Cimi, Maucir Pauletti, esteve na região e disse ontem que os índios estão com os corpos pintados e têm algumas armas de fogo e 40 litros de gasolina. A promessa de resistência suicida dos Guarani Kaiowá de Sucuriy está expressa em cartas enviadas ao juiz Roberto Haddad, ao juiz da 1ª Vara Federal de Justiça Federal de Campo Grande, Jean Marcos Ferreira, e à própria presidência da Funai. "Senhor juiz: se o senhor der a liminar contra os índios, mande junto os caixões para cada um de nós porque não vamos sair daqui vivos. Autorize também a vinda de uma máquina escavadeira para nos enterrar", escreveram os índios na primeira.

O juiz Jean Marcos Ferreira está sendo acionado pelo fazendeiro para cumprir a decisão de uma instância superior, no caso, o TRF da 3ª Região, mas avisou que só no próximo dia 29/04 vai tomar uma decisão sobre o caso. Em 03/03 último, Ferreira concedeu liminar numa ação civil pública movida pelo MPF de Campo Grande que pleiteava a posse da terra para os Guarani Kaiowá. O fazendeiro Sebastião Marcondes recorreu ao TRF, conseguindo, em 11 de março, a derrubada da liminar que favorecia os índios pelo juiz Roberto Haddad. Graças a essa decisão, Marcondes apresentou requerimento a Ferreira, solicitando o cumprimento do despejo. Os procuradores da República já apresentaram recurso contra a decisão de Haddad, que precisa ser julgado por uma câmara de juízes do TRF de São Paulo. *(O Globo, 26/04/97)*

PRESIDENTE HOMOLOGA TI

O presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, homologa a demarcação administrativa promovida pela Funai da TI Sucuriy, destinada à posse permanente do grupo indígena Kaiowá, com superfície de 535 ha e perímetro de 10 km. *(DOU, 14/04/98)*

GUARANI/TI TAQUARA

OCUPAÇÃO DE ÁREA...

Com ferramentas agrícolas, arcos, flechas e até espingardas, cerca de 150 índios Guarani Kaiowá invadiram a fazenda Brasília do Sul, de 9 mil ha, em Caarapó, a 280 km de Campo Grande. Os invasores tomaram a propriedade, então ocupada por apenas duas famílias de colonos, e pediram que as pessoas abandonassem o local, alegando que a área é terra indígena. Segundo a Funai de Amambai, a invasão não terá solução breve, já que existem até mesmo cemitérios indígenas na área, o que confirma as alegações dos índios. *(OESP, 29/04/99)*

... E PROMESSA DE RESISTIR

Os cerca de 150 índios Guarani Kaiowá que invadiram a fazenda Brasília do Sul, em Caarapó, enviaram carta ao presidente Fernando Henrique Cardoso e à Funai dizendo que vão resistir na área e estão "prontos para enfrentar qualquer briga". *(FSP, 02/05/99)*

FUNAI DE DOURADOS É OCUPADA

Quarenta líderes Guarani Kaiowá ocupam o núcleo da Funai de Dourados. Eles expulsaram os coordenadores da Funai Elias de Oliveira e Antonio Ferreira, acusados de uma série de irregularidades no núcleo, principalmente desvio de verbas destinadas ao fomento da agricultura indígena.

Eles querem mais terras e reivindicam a demarcação, urgente, da fazenda Taquara, no município de Caarapó, ocupada desde abril por 200 índios. Também reclamam da assistência aos índios mais necessitados. Os líderes apontam a demora na entrega de cestas básicas e no socorro médico. E pedem providências contra o comércio de drogas como maconha e cocaína, além de bebidas alcoólicas, na maioria das aldeias. *(O Liberal, 08/07/99)*

GUARANI/GERAL

FAZENDEIRO VAI A JULGAMENTO PELA MORTE DE LÍDER INDÍGENA...

O Tribunal do Júri de Ponta Porã, começou a julgar ontem, 08/06, o fazendeiro Líbero Monteiro de Lima, acusado de ser o mandante do assassinato do líder indígena Guarani Marçal de Souza, morto em novembro de 1983. Líbero foi absolvido por seis votos a um, no primeiro julgamento, realizado no dia 29/03/93. O Ministério Público recorreu da decisão e o Tribunal de Justiça de MS anulou o julgamento e determinou que o réu fosse submetido a novo júri popular.

O julgamento, presidido pela juíza Dileta Terezinha Souza Thomaz, segundo as previsões, deverá se estender até a noite do dia 09. Na assistência de acusação atuam o advogado e deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) e o advogado da Funai, Marcos Souza Freitas. Cerca de 100 homens das Polícias Federal, Militar e Civil fazem a proteção no local. Aproximadamente 150 índios das tribos da região de Amambai, inclusive 18 caciques pintados para a guerra, acompanham o julgamento. *(Jornal de Brasília, 03 e 09/06/98)*

... E É ABSOLVIDO

O Tribunal do Júri de Ponta Porã, na divisa entre MS e o Paraguai, absolveu na noite de ontem, por 5 votos a 2, o fazendeiro Líbero Monteiro de Lima da acusação de ser o mandante do assassinato do líder Guarani Marçal de Souza, ocorrido em novembro de 1983. Os jurados acataram a tese da defesa de negativa da autoria.

A Promotoria Pública anunciou, depois do julgamento, que vai avaliar o caso para decidir se formalizará recurso contra a decisão. *(OESP, 09/06/98)*

CARTILHA EM GUARANI PARA PREVENÇÃO DA AIDS

Um grupo de 13 índios Guarani-Kaiowá do MS escreveu, na língua indígena, duas cartilhas sobre prevenção à AIDS e DST. Os livretos, com ilustrações também feitas pelos índios, começam a ser distribuídos quarta-feira na AI Dourados. As cartilhas foram elaboradas com orientação de professores da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). "Nossa nação não pode ser destruída por essa doença. Já são 500 anos de resistência", escreveram os índios.

A AIDS já chegou às aldeias indígenas do MS. Recentemente, ocorreu um caso entre os Guarani Kaiowá e, desde 1984, a Secretaria de Saúde já havia registrado três doentes entre outras tribos do estado. A prostituição e a exploração sexual de índias em bares e boates, como ocorre na periferia da reserva indígena de Caarapó, favorecem a incidência das doenças.

As cartilhas foram escritas na língua Guarani – ensinada nas escolas indígenas – mas vêm com tradução para o português em cada página. Foram produzidos dois tipos de cartilhas. A menor, com 11 páginas, é direcionada às famílias. A outra, com 34 páginas, foi elaborada para os mais jovens, que freqüentam boates, sendo destinada também aos índios empregados nas destilarias de álcool e no corte de cana.

A primeira fase do projeto, que conta com a participação do Ministério da Saúde, está sendo desenvolvida nas aldeias de Dourados, Amambaí e Caarapó, onde vivem 13 mil dos 25 mil Guarani Kaiowá do MS. *(A Crítica, 27/08/98)*

PROCURADORIA INVESTIGA TRABALHO INDÍGENA

A Procuradoria-Geral da República, em Presidente Prudente, iniciou uma investigação para apurar as condições em que centenas de índios Kaiowá, da TI Amambai, estão sendo contratados para trabalhar na região. Os índios, sem registro de trabalho, participam do corte e plantio de cana-de-açúcar da Destilaria Santa Fany, de Regente Feijó, na região da Alta Sorocabana, em São Paulo. Um dos homens morreu e a Polícia Civil pretende indiciar a empresa por omissão de socorro. A causa da morte ainda não foi esclarecida. *(OESP, 13/12/99)*

GRUPO INTERINSTITUCIONAL FARÁ IDENTIFICAÇÃO DAS TERRAS

A Funai instalou um grupo de trabalho para a identificação das terras Guarani Kaiowá. O grupo, formado por representantes do município, do Estado, historiadores e antropólogos, vai percorrer 25 mil ha em busca de vestígios de ancestrais dos índios Guarani Kaiowá.

Segundo a Federação de Agricultura de MS, dezenas de índios Guarani do Paraguai estão chegando ao município de Antônio João, reivindicando a demarcação das terras. Desconsiderando a fronteira entre os países, os Kaiowá do Paraguai e do Brasil reivindicam uma nova área de 25 mil ha. *(OESP, 18/01/99)*

FAZENDEIROS CONTRA O GRUPO DE TRABALHO

Os produtores rurais de Mato Grosso do Sul decidiram impedir que a Funai identifique e regularize áreas indígenas. Integrantes do Grupo de Trabalho Permanente da Funai, criado pela Portaria 384 de 07/07/99, foram proibidos de entrar nas fazendas. O objetivo desse grupo é identificar e regularizar as terras consideradas indígenas em todo o estado.

A decisão foi adotada em reunião realizada, ontem, na cidade de Miranda, no Pantanal, com a participação de representantes do Movimento Direito e Proteção do Campo.

A Funai propõe a expansão das terras indígenas tomando por base estudos antropológicos, garantindo que envolvem mais de 50 propriedades rurais localizadas nos municípios de Aquidauana, Miranda, Dois Irmãos do Buriti, Rochedo, Sidrolândia, Caarapó, Dourados, Ponta Porã, Antonio João e Paranhos. *(OESP, 21/01/00)*

GUATÓ

TURISMO AMEAÇA "CANOEIROS DO PANTANAL"

O turismo de pesca, altamente estimulado por agências de Corumbá, transformou-se em grave preocupação para o povo Guató. A terra onde vivem fica numa área de preservação ambiental, rica em caça e pesca, e está sendo alvo de pescadores profissionais e turistas que invadem os alagados e comprometem a manutenção da fonte básica de alimentos e, consequentemente, a integridade física e cultural desse povo. Em março, vários barcos de pesca foram apreendidos nas lagoas próximas à Ilha Ínsua. Os índios garantem que não vão permitir a pesca predatória. Há, portanto, riscos de conflitos na área.

Os Guató tiveram sua terra identificada pela Funai, sob a coordenação do antropólogo Paulo Alves Cardoso, em 1985, e, em 1992, o MJ declarou de posse permanente indígena para efeitos de demarcação toda a Ilha Ínsua, que totaliza 12.716 ha. Embora tenham garantido a posse de 10.900 ha, conforme Portaria nº 309/96, do MJ, os Guató não conseguiram ainda que a Funai promovesse a demarcação das terras. Não há delimitação, fiscalização ou marcos que impeçam a entrada de invasores.

Até bem pouco tempo, o projeto da Hidrovia do Rio Paraguai constituía-se em outra séria ameaça à comunidade Guató. Os índios chegaram a participar de discussões sobre as possíveis conseqüências da efetivação da hidrovia, um projeto que tornaria navegável o rio Paraguai para grandes embarcações, desde Corumbá até a Argentina, passando pelo Paraguai. O embargo da hidrovia deixa o povo Guató mais tranqüilo.

Entretanto, outro projeto articulado pelos governos do MT e MS põe esse povo em alerta.

É o "Projeto Pantanal", financiado pelo Bird. Seus idealizadores asseguram tratar-se de projeto de desenvolvimento do Pantanal e de sua gente, incluindo aí as comunidades indígenas. O governo pretende dotar as diversas comunidades pantaneiras de infra-estrutura básica e saneamento para implementar o "turismo ecológico" na região. *(Porantim, abr/98)*

NO PANTANAL, HÁ MIL ANOS

Um teste laboratorial feito nos Estados Unidos em restos de cerâmica e alimentos encontrados no morro de Caracará, em Poconé (MT), revelou que os índios Guató habitavam o Pantanal desde antes o século 11.

O arqueólogo Jorge Eremites de Oliveira, do Centro Universitário Federal de MS em Dourados (Ceud), que participou do recolhimento dos restos junto com pesquisadores americanos, disse que a datação, feita por carbono 14, é a mais antiga em relação aos Guató.

Para Eremites, o antropólogo Darcy Ribeiro errou ao considerar os Guató extintos porque não realizou pesquisas de campo, confiando só em dados do antigo SPI. O erro, segundo ele, provocou "enorme e terrível impacto negativo sobre os Guató, porque o Estado oficializou-os como extintos e omitiu-se de qualquer ação que pudesse beneficiá-los".

Só em 1976 a irmã salesiana Ada Gambarotto "reencontrou" os índios, de uma maneira prosaica. Ela comprava artesanato indígena em Corumbá quando reparou em uma peça cuja cultura desconhecia. Quis saber quem a tinha feito e recebeu o endereço da que seria identificada como uma Guató morando num bairro pobre da cidade. A índia lhe apresentou outros membros da etnia. *(FSP, 31/08/99)*

KADIWÉU

GRAFISMO NA ALEMANHA

Um grupo de seis índias Kadiwéu do MS é convidado de honra na reinauguração de uma parte do bairro Hellersdorf, na antiga Berlim Oriental. As índias são as responsáveis pelos grafismos dos azulejos dos prédios com 3.200 apartamentos no bairro, que foi reformado segundo projeto do Escritório Brasil de Arquitetura, de São Paulo, dos arquitetos Marcelo Ferraz e Francisco Fanucci.

As seis índias, além de conhecer o resultado do seu trabalho em Berlim, também inauguram uma exposição com seus trabalhos no Instituto Cultural Brasil-Alemanha de Berlim. A mostra reúne ainda obras do Museu de Antropologia de Berlim, onde já existe uma pequena coleção de objetos Kadiwéu.

"Começamos a pesquisar estampas já feitas pelos Kadiwéu, que são conhecidos como os primeiros artistas gráficos brasileiros, mas depois optamos por fazer um concurso, para ter desenhos novos", diz Francisco Fanucci. "Mandamos para a aldeia de Bodoquena um lote de papel cortado no tamanho já estabelecido, as instruções sobre as cores e canetas hidrográficas. Noventa e três índias, de 15 a 92 anos de idade, realizaram três propostas cada uma", conta Fanucci. As índias receberam pelos desenhos a quantia de U$ 13.000. *(Época, 15/06 e OESP, 16/06/98)*

Nota: Amostras dos grafismos utilizados nos azulejos estão na barra do Aconteceu.

OFAIÉ-XAVANTE

PREVISÃO PARA TRANSFERÊNCIA

Está prevista para até o final de setembro a transferência dos Ofaié-Xavante para uma área de 484 ha adquirida pela Cesp, no município de Brasilândia, antes que a área onde atualmente vive a comunidade seja inundada pelo reservatório de Porto Primavera. Além dos índios, técnicos da Funai e da diretoria de Meio Ambiente da Companhia discutiram a finalização das obras de infra-estrutura e os projetos de agrossilvicultura que estão sendo realizados no local. *(DCI, 06/09/96)*

DEMORA

Os Ofaié-Xavante ainda aguardam a transferência para a nova área de 484 ha que lhes foi destinada pela Cesp. A doação da área faz parte de um acordo entre os governos de São Paulo e do Mato Grosso do Sul e visa compensar a comunidade indígena – que era dada como extinta até a década 70 – pela perda da área atual, que será inundada pela UHE de Porto Primavera, no rio Paraná. Depois de perder suas áreas para fazendeiros, os Ofaié trabalharam como bóias-frias e foram até explorados como trabalhadores escravos na região. Eles reivindicam, entretanto, uma área de 1.937 ha, mesmo tamanho da área atual. *(O Dia, 07/03/97)*

ENFIM, ASSENTAMENTO É OFICIALIZADO

A Cesp e a Funai oficializaram hoje o assentamento dos índios Ofaié-Xavante em uma área de 448 ha, entre os municípios de Brasilândia e Santa Rita do Pardo. *(FT, 10/03/97)*

SEIS TRANSFERÊNCIAS EM DEZ ANOS

A construção da UHE de Porto Primavera, na divisa de SP com MS, está provocando um desastre ambiental e social na região do rio Paraná e seus afluentes, segundo denúncias de promotores da Justiça e de ONGs. A um ano da formação do lago, que será o terceiro maior do país, com área de 220 mil ha, os peixes estão mais escassos, trechos de matas nativas apodrecem sob as águas e animais ilhados estão morrendo. "Mas o maior dano é o social. Centenas de pessoas tiveram suas vidas comprometidas com a construção das obras", disse o secretário de Estado de Meio Ambiente de MS, Celso Martins. No total, foram mais de 4 mil famílias afetadas pela obra, que já dura 17 anos.

Por problemas com as desapropriações, o grupo de índios Ofaié-Xavante atingido pela construção da barragem já foi transferido seis vezes nos últimos dez anos. Há quatro meses, as 14 famílias Ofaié e mais nove índios Guarani Kaiowá agregados ao grupo foram reassentados pela Cesp numa área de 484 ha. A aldeia onde moravam, na barranca do rio Paraná, ficará inundada em 1998 pelo lago da hidrelétrica.

Luzinete de Moraes, branca casada com o Ofaié Severino, disse que a proximidade com Brasilândia (MS) – a apenas sete km – propiciou o aumento de casos de alcoolismo na aldeia. A mulher do líder Ataíde, Zenaide Benita, relatou que os índios "compram pinga, bebem muito". Segundo Luzinete, eles trabalham em plantações de café e brachiara (capim). Além de construir 15 casas, posto de saúde, escola, caixa d'água e centro comunitário, a Cesp comprometeu-se a doar cestas básicas aos índios por dois anos. A escola, com professora da prefeitura de Brasilândia, atende 12 alunos de 7 a 18 anos e 13 adultos. *(FSP, 04/08/97)*

ONDA DE LIMINARES CERCA UHE

O promotor designado pelo Ministério Público do MS para acompanhar a construção da hidrelétrica Porto Primavera, Edival Goulart Quirino, já obteve dez liminares e sete sentenças em primeira instância impedindo o funcionamento da usina, em 22 ações civis públicas. Todas as liminares condicionam a autorização de operação a ser concedida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento ao cumprimento, pela Cesp, das medidas compensatórias e de redução dos impactos ambientais e sociais. Quirino estuda abrir mais 14 ações contra a Cesp.

As ações se dividem em quatro grupos: desmatamento planejado antes da inundação, criação

de unidades de conservação, reposição de mata ciliar de 500 metros ao longo do rio Paraná e compensação dos impactos sociais. Em Três Lagoas, o promotor Adão Levoratto já ingressou com quatro ações contra a Cesp. O promotor de Presidente Epitácio (SP), Felício Silva, disse que neste mês o Ministério Público paulista realizará um simpósio para decidir o que será feito contra a Cesp. As primeiras três turbinas da UHE Porto Primavera devem entrar em operação no segundo semestre de 1998, com a produção de 300 MW/h. Outras 11 turbinas deverão ser ativadas até 2001 quando, em plena potência, Porto Primavera produziria 1,8 mil MW/h. *(FSP, 04/08/97)*

ÍNDIOS SONHAM RECONQUISTAR ÁREA ANCESTRAL

A esperança dos Ofaié de reconquistar suas terras é renovada com o apoio do Cimi. Não é conforto que eles desejam. Eles querem viver como índios e o local onde hoje se encontram não oferece condições de sobrevivência por falta do essencial: rios para pescar e animais para caçar.

Os Ofaié só conseguiram conquistar o direito de lutar por terras depois de terem que passar pelo constrangimento de provar que são índios. Para a Funai, essa tribo não existia mais. Foi outra dura batalha que os Ofaié tiveram que superar. E não foi fácil vencê-la. Para provar sua existência, foram submetidos a um rigoroso critério de indianidade: o idioma e os costumes. A comparação de uma foto de 1942 de um pesquisador alemão Erich Freundt com outra de 1986 do antropólogo Carlos Alberto Dutra – que pesquisa a vida dos Ofaié-Xavante – foi fundamental para comprovar a sobrevivência da etnia. A pesquisa consistiu em avaliar a semelhança do tipo de construção das casas nos dois períodos.

Outras pesquisas ajudaram na comprovação da permanência dos Ofaié-Xavante, como os mapas organizados pelo indigenista João Américo Peret – que localizou esses índios, em 1617, na região onde hoje está Brasilândia – e Curt Nimuendaju, que identificou essa tribo na região do rio Brilhante, num mapa de próprio punho feito em 1913. Em Rio Brilhante, o povo Ofaié era tão numeroso que levou o governador do estado, Estevão Alves Corrêa, a editar o Decreto 683, em 27/11/24, reservando uma área para esses índios, que na época eram chamados de Xavante pela população local. Trinta e seis anos depois, o decreto foi revogado por outro governador, Fernando Corrêa da Costa. Passaram, então, a migrar em direção a outros grupos espalhados pelo estado. O maior deles ficava na aldeia Boa Esperança, em Brasilândia. É esta a área que os sobreviventes sonham reconquistar. *(Correio do Estado, 25/08/97)*

TERENA/GASODUTO BRASIL-BOLÍVIA

LÍDERES NEGOCIAM BENEFÍCIOS

Lideranças Terena das áreas situadas no MS estão reivindicando mudanças nas negociações feitas entre a comunidade e a comissão técnica do Gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol). Reunidos em Campo Grande, os líderes querem que todas as áreas Terena sejam beneficiadas pelos programas da Gasbol. A definição das aldeias beneficiadas, segundo a proposta da Petrobrás, seria fixada em função de sua distância em relação à passagem dos dutos. "Nós, Terena, formamos uma unidade étnica e temos redes de interação e reciprocidade que não é em função da distância entre as aldeias. Um programa só para algumas aldeias irá trazer conflitos, brigas e discórdias que nós caciques não queremos", argumentam os líderes num documento de duas páginas com propostas de mudanças entregue à comissão da Gasbol.

Além de estender os benefícios de qualquer programa socioeconômico implementado pelo Gasbol a todas as aldeias Terena, o documento propõe, em linhas gerais, que seja elaborado um plano de esclarecimento aos índios sobre as obras; a formação de uma comissão composta por índios, Funai, MPF e ONGs; prioridade para o uso de mão-de-obra indígena para as obras de construção do gasoduto e a realização de um seminário em Miranda sobre o empreendimento. O documento tem a assinatura de seis líderes indígenas de seis aldeias Terena do MS. *(ISA, a partir do Documento das Lideranças Indígenas das Aldeias Terena afetadas pelo Gasbol, 19/08/97)*

PETROBRÁS ENTRA EM CENA

Engenheiros da Petrobrás foram à reserva dos Terena negociar a construção do gasoduto Brasil-Bolívia, cujos dutos passarão pela aldeia. Os índios concordam com a obra, mas pediram à Petrobrás que lhes dê treinamento porque querem trabalhar na construção. *(Diário de Pernambuco, 04/10/97)*

GASODUTO RENDE INDENIZAÇÃO

Inaugurado em janeiro, o gasoduto Bolívia-Brasil, uma tubulação de 3 mil km de extensão, está atingindo uma centena de cidades do Brasil e da Bolívia. Uma cláusula do Banco Mundial, um dos financiadores do projeto, garante uma indenização aos índios Terena cujas terras serão atingidas pela construção do gasoduto. As comunidades indígenas receberão US$ 1,1 milhão para compensar eventuais danos ambientais. Prefeituras como as de Anastácio e Corumbá, ambas em Mato Grosso do Sul, também receberam indenizações pelo impacto ambiental causado. O dinheiro deve ser aplicado na construção de casas, poços artesianos e na compra de gado. *(Época, 11/01/99)*

TERENA/TI BURITI

REFÉNS SÃO LIBERTADOS APÓS PROMESSA DA FUNAI

Os Terena libertaram dois funcionários da Funai depois de receberem do presidente do órgão a promessas de demarcação de suas terras em MT. O presidente da Funai, Carlos Frederico Marés, prometeu analisar a questão da demarcação das terras da tribo. São 2.300 índios Terena que vivem em pouco mais de dois mil ha na Aldeia Água Boa, localizada no distrito Buriti, município de Sidrolândia. Eles querem que a Funai demarque as terras consideradas propriedade de seus antepassados, que somam 18 mil ha.

Essa área está dividida em pequenas fazendas de produtores brancos, que as legalizaram nos órgãos competentes, apesar de haver um levantamento das terras indígenas do município. Os índios contavam com a Funai para contestar a legalização. *(OESP e O Liberal, 27/03/00)*

FUNAI ACUMULA MULTAS POR INVASÕES

A ADR da Funai de Campo Grande deve R$ 36 mil em multas pela invasão de três fazendas pelos Terena em Sidrolândia. A pena, imposta pela Justiça Federal, aumenta R$ 3 mil por dia (R$ 1.000 por fazenda). Os índios dizem que a área era de seus ancestrais. O administrados regional da Funai, Lísio Lili, disse que entrou com recurso pedindo anulação da decisão e adiantou que o órgão não tem dinheiro para pagar. "Se tivermos que pagar essa multa, vamos ter que pedir dinheiro à Funai, em Brasília". Os cerca de 400 índios alegaram que não cumpririam o mandado porque os seus líderes estavam viajando para Brasília. *(FSP, 08/06/00)*

ÍNDIOS TOMAM SEDE DA FUNAI

Armados de arcos e flecha, 80 Terena invadiram a delegacia regional da Funai e tomaram como refém o antropólogo Edson Lasmar, coordenador do levantamento fundiário de áreas reivindicadas pela tribo, que vive na reserva Buriti.

Eles disseram que só desocuparão o prédio quando a Funai designar outro coordenador.
Os Terena alegam que os 2.090 ha oode vivem são insuficientes para os 2.400 índios da reserva, que se distribuem em cinco aldeias: Córrego do Meio, Água Azul, Recanto, Buriti e Aldeinha Tereré. Joel de Oliveira, que responde pela administração da Funai em Campo Grande, disse que transmitiu a exigêocia dos Terena à direção do órgão em Brasília. Segundo Oliveira, o presidente em exercício da Funai, Dinarte Nobre, concordou, por telefone, em tirar o antropólogo da coordenação do levantamento das terras exigidas pelos índios, mas até agora não indicou substituto. *(Jornal do Brasil, 23/08/00)*

ÍNDIOS DESOCUPAM FUNAI

Os 80 índios Terena que invadiram a sede a ADR da Funai em Campo Grande desocuparam o local após permaneceram mais de 50 horas no órgão, que teve de suspender o expediente. O grupo voltou para a aldeia Buriti, situada em Sidrolândia.
Os índios querem que a área indígena seja de 18 mil ha, maior que os 10 mil defeodidos pelo antropólogo encarregado da demarcação das terras, Edson Lasmar.
A reivindicação de terra é feita há 70 anos. "Somos iguais à natureza. Nascemos e morremos oo mesmo lugar", argumeota Benício Jorge. "Se continuar assim, sem haver demarcação, possivelmente pereceremos", advertiu Benício, líder tereoa. *(FSP, JB e OESP, 24/08/00)*

SAUL SCHRAMM/FOLHA DO POVO - MAR/00

Os Terena com seus dois reféns.

TERENA/TI LIMÃO VERDE

FUNAI APROVA RELATÓRIO DE DELIMITAÇÃO

O presidente em exercício da Funai, Otacílio Antunes, aprovou o relatório circuostanciado de identificação e delimitação da TI Limão Verde, de autoria do antropólogo Alceu Cotia Mariz, que reconhece a referida TI como de ocupação dos Terena, com superfície e perímetro aprovados de 4.886 ha e 28 km respectivameote, no município de Aquidauana. *(DOU, 24/12/97)*

MINISTRO DECLARA POSSE

O ministro da Justiça, Renan Calheiros, em Portaria o° 526 de 21/07/98, julgando improcedentes as contestações opostas à sua identificação e delimitação, declara de posse permanente do grupo indígena Terena, a TI Limão Verde, segundo a ideotificação da Funai. *(DOU, 23/07/98)*

18. SUL

KATHI TANAMAHA/AE 1998

Guarani

18. SUL

- - - limite interestadual
—— rodovia implantada
◉ capital de Estado
• cidade

TERRAS INDÍGENAS
(áreas não representáveis nesta escala)

▲ reconhecida oficialmente
▲ em identificação ou a identificar
□ apresentada em outro capítulo

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/2000

60 0 60 120 Km

MS
MG
SP
RJ
PR
SC
RS
PARAGUAI
URUGUAI
ATLÂNTICO
UBERLÂNDIA
UBERABA
BELO HORIZONTE
CAMPO GRANDE
TRÊS LAGOAS
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
RIBEIRÃO PRETO
PRESIDENTE PRUDENTE
BAURU
JUIZ DE FORA
DOURADOS
CAMPINAS
RIO DE JANEIRO
LONDRINA
SÃO PAULO
SANTOS
CAMPO MOURÃO
TERRA ROXA
CASCAVEL
PONTA GROSSA
CURITIBA
GUARAPUAVA
JOINVILE
BLUMENAU
FLORIANÓPOLIS
LAJES
ERECHIM
SANTA ROSA
PASSO FUNDO
CAXIAS DO SUL
SANTA MARIA
PORTO ALEGRE
BAJÉ
PELOTAS
Lagoa dos Patos
Lagoa Mangueira
Ilha Comprida
Ilha de Cananéia
Ilha do Mel
Ilha de São Francisco
Ilha de Santa Catarina
Ilha das Sete Quedas
Repr. Água Vermelha
Represa de Ilha Solteira
Rio Grande
Represa de Peixoto
Represa de Furnas
Represa de Capivara

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)		Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
19	Apucarana	Kaingang	690	C Halm: 95	Reservada/SPI. Reg. CRI Doação - Título definitivo em 28/12/53. Reg. CRI de Londrina Matr. 8485, Liv 3-K em 19/09/55 Aviventada: 85	5.574	Londrina	PR	
33	Araribá	Guarani Ñandeva Terena	436	Funai Bauru: 98	Homologada. Reg. CRI Dec. 308 de 29/10/91 homologa demarcação (DOU, 30/10/91). Reg. CRI em Avai Matr n. 64 634, Liv.2-RG, fl. 001 em 22/08/97.	1.930	Avai	SP	Farrovia Feposa corta a área
40	Avá Guarani/Ocoí	Guarani Ñandeva	454	Funai Guarapuava: 00	Dominial Indígena. Reg. CRI Port. 441/77. Planta de demarcação de 31/07/82. Doada Pela Itaipu Binacional. Reg. CRI Matr. 8 689, Liv 02, fl. 01 em 26/07/85.	251	S. Miguel do Iguaçu	PR	Faixa de fronteira. Transf. de TI Ocoi (1500 ha) inundada p/ lago de Itaipu. Rodovia BR-277 corta a área.
46	Barão de Antonina I (gleba I)	Guarani Ñandeva Kaingang	460	C Helm: 95	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 285 de 29/10/91 homologa demarcação (DOU, 30/10/91). Reg. CRI da S. Jerônimo da Serra Matr. 5.661, Liv. 2-RG, fl. 01 em 29/07/92. Reg. SPU Cart. 32 de 24/06/77. Reg. SPU s/n em 31/07/98	3.751	S. Jerônimo da Serra	PR	
50	Barragem	Guarani M'bya	502	Funai Bauru: 98	Homologada. Reg. CRI. Dec. 94223 de 14.04.87 declara da ocupação e homologa a demarcação (DOU, 15/04/87). Reg. CRI Metr. 204/607, Liv. 2-RG, fl. 1/2 em 23/09/87. Proc SPU 23917/87-39	26	São Paulo	SP	Estrada municipal corta a área.
	Boa Vista (Sul)	Kaingang	0		Em Identificação. Port. Funai 91 de 19/02/99 cria Grupo Técnico p/ realizar estudos a levantam. de identificação e delimitação. (DOU, 23/02/99). Extrato de contrato de serviços antropológicos p/ estudos de identificação (DOU, 29/12/99)	0	Laranjeiras do Sul	PR	
54	Boa Vista do Sertão do Pró-Mirim	Guarani M'bya	53	Funai: 94	Homologada. Reg. CRI. Dec. 94220 de 14/04/87 declara de ocupação e homologa a demarcação (DOU, 15.04.87). Reg. CRI Metr. 23078, Liv 2, fl. 1V em 16/09/87. Proc. SPU 392/88-51.	908	Ubatuba	SP	
360	Borboleta	Kaingang	400	Funai: 98	Em Identificação. Port. Funai de 18/12/95 cria GT p/ identificação da área (DOU, 19/12/95).	0	Espumoso	RS	
752	Brusque	Guarani	0		A Identificar. (Funai: 93)	0	Brusque	SC	
64	Cacique Doble	Guarani Ñandeva Kaingang Guarani M'bya	569	Funai PFundo: 93	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. de 27/03/91 homologa demarcação (DOU, 28/03/91). Reg. CRI de Cacique Double Matr. 875, Liv 2/RG, fl. 01/02 em05/06/91. Reg. SPU Cert. s/n de 29/12/94.	4.426	Cacique Doble	RS	
548	Cantagalo	Guarani M'bya	159	GT/Funai: 99	Em Identificação/Revisão Dec. Municipal 018/88 desapropria p/fins de garantia de assentamento das famílias indígenas. Port. Funai 11 de 13/01/99 cria GT p/ identificação da TI (DOU, 15/01/99)	286	Viamão	RS	
730	Capivari	Guarani M'bya	15	Identif. 93	Delimitada. Port. ministerial 407 de 12/08/99 declara de posse permanente (DOU, 13/08/99)	40	Palmares do Sul	RS	
78	Carreteiro	Kaingang	167	Funai/P. Fundo: 93	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. s/n de 27/03/91 homologa demarcação (DOU, 28/03/91).Reg. CRI de Tapajara Matr. 8.412, Liv 2/RG, fl. 01/V em 16/05/91. Reg. SPU Cart. s/n de 29/12/94.	602	Água Santa	RS	
	Corveta I e II	Guarani M'bya	15	Funai/ Curitiba: 98	Em Identificação. Port. Funai 641 de 19/06/98 cria GT p/ estudos e levantamento com vistas à eleição e identificação (DOU, 25/06/98)	0			
	Espinheiro	Guarani	0		A Identificar (Funai: 93)	0	Itajaí	SC	
99	Faxinal	Guarani Kaingang	472	Funai Guarapuava: 00	Homologada. Reg. CRI Dec. 252 de 29/10/91 homologa demarcação Dec. 252 de 29/10/91 homologa de 05/09/59. Reg. CRI Cândido de Abreu Matr. 4.250, Liv. 2, fl. 01 V/2 em 09/04/92. Dominial Indígena	2.043	Cândido de Abreu	PR	
	Garuva	Guarani M'bya	0		Em Identificação. Port. Funai 641 de 19/06/98 cria GT p/ estudos e levantamentos com vista à eleição a identificação (DOU, 25/06/98)	0	Garuva		
	Guaíba	Guarani M'bya	20	Funasa: 92	A Identificar (Funasa: 92)	0	Guaíba	RS	
2	Guarani Araponga	Guarani M'bya	7	Funai: 94	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/07/95 homologa a demarcação (DOU, 04/07/95). Reg. CRI em Parati Matr. 1 881, Liv 2-A, fl. 2466 em 08/03/96. Reg. SPU Cert. 12 em 16/04/96.	213	Parati	RJ	

Terras Indígenas (Continuação)
Instituto Socioambiental - Dezembro de 2000

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
112	Guerani Barra do Ouro	Guarani M'bya	49 Identif. Funai: 93	Delimitada. Em Demarcação Port. do ministro da Justiça 499 de 10/07/98 declara de posse permanente. Despacho 14, o ministro da Justiça indefere a contestação da TI pela Cia Zaffari de Supermercados. acolhendo a manifestação da Funai ratificada pela Consultoria Jurídica. (DOU, 13/07/98). Extrato de contrato entre Funai e LGO Topografia Ltda. p/ demarcação da TI. Vigência 16/12/99 a 15/12/00 Valor R$ 72.580,00 (DOU, 27/12/99).	2.285	Maquiné S. Antonio da Patrulha Riozinho	RS RS RS	
736	Guarani de Águas Brancas	Guarani M'bya	39 Freire (Funai): 94	Delimitada. Port. do ministro da Justiça Nelson Jobim 104 de 13/02/96 declara de posse permanente (DOU, 14/02/96)	230	Arambaré		
745	Guarani do Aguapeu	Guarani M'bya	56 Funai Bauru: 98	Homologada. Decreto s/n de 08/09/98 homologa a demarcação (DOU, 09/09/98). Port. 30 de 26/01/00 cria GT p/ atualizar leventam. Fundiário realizado em 1992 (DOU, 28/01/00).	4.372	Mongaguá		
113	Guarani do Bracui	Guarani M'bya	208 Parecer/Funai: 94	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. s/n de 03/07/95 homologa a demarcação aprovada pela Funai (DOU, 04/07/95). Reg. CRI de Angra dos Reis Matr. 13.309, Liv. 2-BE, fl. 258 em 14/09/95. Reg. SPU Cert. 020 em 15/09/97.	2.127	Angra dos Reis	RJ	
114	Guarani do Krukutu	Guarani M'bya	82 Funai Bauru: 98	Homologada. Reg. CRI. Dec. 94222 de 14/04/87 declara de ocupação e homologa a demarcação (DOU, 15/04/87). Reg. CRI Matr. 204808, Liv. 2, fl. 01 23.09.87. Proc. SPU 3929/88-46.	26	São Paulo	SP	
115	Guarani do Ribeirão Silveira	Guarani M'bya	240 Funai: 94	Homologada. Reg. CRI. Dec. 94568 de 08/07/87 declara de ocupação e homologa a demarcação. Reg. CRI de Santos Matr. 29.460, Liv. 02, fl. 001 em 04/02/88. Em S. Sebastião Matr. 26.184, Liv. 02, fl. 001 em 15/09/87. Proc. SPU 3933/88 13	948	Santos S. Sebastião	SP SP	
116	Guarani Votouro	Guarani Ñandeva	56 Funai P.Fundo: 93	Homologada. Decreto s/n do presidente de 11/12/98 homologando a demarcação (DOU, 14/12/98).	717	S. Valentim	RS	Faixa de fronteira.
117	Guarita	Guarani M'bya Kaingang Guarani Ñandeva	3.760 Funai P. Fundo: 93	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. s/n de 04/04/91 homologa demarcação (DOU, 05/04/91). Reg. CRI Matr. 10.539, Liv.2 RG, fl. 01/V, 04/V em 16/05/91. Reg. SPU Cert. s/n em 29/12/94.Contrato com Apoio Serviços de Engenharia Ltda. p/demarcação de área; valor 44.600,00; vigência um ano a partir da assinatura em 30/12/97 (DOU, 06/01/98.)	23.406	Ten. Portela Miraguai Redentora	RS RS RS	Faixa de fronteira. Rodovia corta a área.
	Ibicuí	Guarani M'bya	0	A Identificar. (Funasa: 92)	0	Itaqui	RS	
120	Ibirama-La Klano	Guarani Ñandeva Xokleng Guarani M'bya Kaingang	1.500 GT/ Funai: 98	Identificada/Aprovada/Funai. Sujeita a Contestação. Port. Funai 923 de 02/10/97 cria GT p/ reestudo da área. Os estudos são completados p/ GT da Port. 583 de 20/06/98. Despacho do pres. da Funai aprovando os estudos e a proposta de superfície da TI e determinando publicação no DOE de SC a fixação nas sedes dos municípios afetados (DOU, 11/11/99).	37.108	Ibirama Itaiópolis	SC SC	Parcialmente inundada por represa do DNOS.
124	Icatu	Kaingang Terena	104 Funai Bauru: 98	Homologada. Dec. 314 de 29/10/91 homologa demarcação administrativa (DOU, 30/10/91). Título definitivo em 1919.	301	Braúna	SP	
402	Ilha da Cotinga	Guarani M'bya	165 Funai Curitiba: 98	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. s/n de 16/05/94 homologa a demarcação administrativa (DOU, 17/05/94). Reg. CRI em Paranagua Matr. 48041/2, Liv. 1 em 28/06/94. Reg. SPU Cert. 10 em 02/08/94. Port. Funai cria GT p/fazer o levantamento fundiário dos ocupantes não índios (DOU, 06/04/98.)	1.701	Paranaguá	PR	
133	Inhacorá	Kaingang	622 Funai P.Fundo: 93	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. s/n de 27/03/91 homologa demarcação (DOU, 28/03/91). Reg. CRI em Santo Augusto Matr. 13.800, Liv.2/RG, fl. 001V/002 em 13/05/91. Reg. SPU Cert. s/n em 29/12/94.	2.843	Sto. Augusto	RS	Faixa de fronteira
734	Irapuã	Guarani M'bya	0	Em Identificação Port. Funai 1136 de 12/11/93 cria GT para identificar a área. Port. Funai 11 de 13/01/99 cria GT p/ Identific. da TI (DOU, 15/01/99)	0	Caçapava do Sul	RS	
814	Itaoca	Guarani Ñandeva Guarani M'bya	199 Funai Bauru: 98	Delimitada. Port. do ministro da Justiça 292 de 13/04/00 declara de posse permanente (DOU, 17/04/00).	533	Mongaguá	SP	

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
137	Itariri (Serra do Itatins)	Guarani Ñandeva	63 Funai Curitiba: 98	Homologada. Reg. CRI. Dec. 94225 de 14/04/87 declara de ocupação e homologa a demarcação (DOU, 15/04/87). Reg. CRI Matr. 142028, Liv. 2, fl. 01 09/09/87. Proc. SPU 3931/86-98.	1 212	Itariri	SP	
138	Ivaí	Kaingang Guarani Ñandeva	1.026 Funai Guarapuava. 00	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 377 de 24/12/91 homologa demarcação administrativa (DOU, 26/12/91). Reg. CRI em Pitanga Comarca de Laranjeiras do Sul (3.652 ha), Matr. 17 489, Liv. 2 RG, fl. 1, em 07/02/92. Reg. CRI de Manoel Ribas Comarca de Ivaiporã (3.654 ha) Matr. 25 752, s/Liv., fl. 01. Reg. SPU Cert. 10 em 02/08/94	7 306	Pitanga	PR	
	Jaguarazinho	Guarani M'bya	0	A Identificar (Funai: 93)	0	S. Francisco de Assis	RS	
147	Jaraguá	Guarani M'bya	51 Funai Bauru: 98	Homologada. Reg. CRI. Dec. 94221 de 14/04/87. declara de ocupação e homologa a demarcação (DOU, 15/04/87). Reg. CRI Matr. 92210 a 92211, Liv. 2, fl. 1/2 em 27/11/87. Proc. SPU 3936/88	2	São Paulo	SP	Estrada do Jaraguá corta a área
	Kaingang da Aldeia Condá	Kaingang	299 Funai Chapecó: 00	Em Identificação. Port. do pres. da Funai 761 cria GT p/ eleição de área p/a comunidade Kaingang da Aldeia Condá (DOU, 23/07/98). Port. pres. Funai 464 de 02/06/00 cria GT p/ levantam. fundiário e socioeconômico, documental e cartorial da gleba de terra eleita p/ GT da Port. 761/98, procedendo avaliação de benfeitorias e da terra nua, visando a constituição da Reserva Indígena Condá. Determina que o grupo inicie as atividades p/ glebas prioritárias indicadas p/ comunidade ind. e pelos aspectos de contiguidade com as áreas já ocupadas pelos índios (DOU, 06/06/00).	0	Chapecó	SC	
155	Kaingang de Iraí	Kaingang	334 Funai P. Fundo: 93	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. s/n de 04/10/93 homologa a demarcação administrativa (DOU,- 05/10/93). Reg. CRI de Iraí Matr. 5 594, Liv. 2-RG, s/fl. em 22/03/94. Reg. SPU Cert. s/n em 05/04/94.	280	Iraí	RS	Faixa de fronteira. Rodovia RS-386 no limite
186	Laranjinha	Kaingang Guarani Ñandeva	303 Funai Curitiba: 98	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. s/n de 03/10/96 homologa a demarcação (DOU, 04/10/96). Reg. CRI em Sta Amélia Matr. 8 610, Liv. RG, fl. 01 em 01/04/97. Reg. CRI em Abatia Matr. 7 335, Liv. 2-RG, em 16/01/97. Reg. SPU Cert. s/n em 13/07/98	284	Sta. Amélia	PR	
190	Ligeiro	Kaingang	1.023 Funai P. Fundo: 93	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. de 27/03/91 homologa demarcação administrativa (DOU, 28/03/91). Reg. CRI de Tapejara Matr. 8.413, Liv. 2/RG, fl. 01V em16/05/91. Reg. SPU Cert. s/n em 29/12/94	4 565	Tapejara	RS	Linha de transmissão. Hidrelétrica planejada (Machadinho). Rodovia RS-475 corta a área.
197	Mangueirinha	Guarani M'bya Kaingang	1.898 Funai Guarapuava: 00	Dominial Indígena. Reg. CRI. Doação do Barão de Antonina em 1859. Reduzida pelo dec. estadual 64 de 02/03/03. Reduzida em 1949. Pendência judicial no TFR. Reg. CRI de Mangueirinha Comarca de Palmas (7.400 ha) Matr. 13.244, Liv. 3-0, fl. 168/169 em 10/02/61	16.375	Mangueirinha	PR	Faixa de fronteira. Área reduzida por represa da UHE Salto Santiago. Hidrelétrica em construção (Segredo). Duas linhas de alta tensão. Duas rodovias cortam a área.
203	Marrecas	Kaingang	365 Funai Curitiba: 98	Homologada. Reg. CRI. Port. 1.820/3, de 30/01/84 declara domínio pleno da comunidade indígena Kaingang. Reg. CRI de Guarapuava Matr. 16966, Liv. 02/RG, fl. 238 em 01/07/85. Dec. 89495 de 25/03/84 homologa a demarcação. Dominial Indígena.	16 839	Guarapuava Turvo Prudentópolis	PR PR PR	
	Massiambu/Palhoça	Guarani M'bya	55 Funai Curitiba: 98	Em Identificação. No dia 05/06/94 os índios M'bya Guarani foram assentados em área situado no limite do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Os antigos ocupantes da fazenda foram presos porque plantavam maconha na área. Esses índios estavam sem terra, acampados na beira da BR 101 (Aldo Litaiff, 01/07/94). Port. Funai de 06/05/99 cria GT p/junto c/os M'bya Guarani das aldeias Morro dos Cavalos e Massiambu, realizar estudos e levantamento p/eleição de área para aquisição em favor das referidas comunidades (DOU, 10/05/99)	0	Palhoça	SC	
	Mato Grande	Guarani M'bya	0	A Identificar (Anai/RS: 90)	0	Arroio Grande	RS	
744	Mbiguaçu	Guarani	85 GT/Funai: 98	Identificada/Aprovada/Funai. Sujeita a contestação. Port. Funai 922 de 15/09/98 cria GT p/identificação da TI. Despacho do pres. da Funai 38 de 13/08/99 aprova relatório de estudos e identificação da TI e determina publicação no DOU e DOE de SC. (DOU, 20/09/99)	58	Biguaçu	SC	

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
767	Monte Caseros	Kaingang	70 Parecar/Funai: 94	Homologada. Decreto s/n de 11/12/98 homologa a demarcação (DOU, 14/12/98). Resolução da Comissão de Sindicância considera p/efeito de indeniz. as benfeitorias de boa fé de ocupantes listados no levantam. fundiário (DOU, 25/10/99). Port. 1.175 de 24/1299 constitui GT p/pagto das indenizações (DOU, 24/12/99).	1.112	Ibiraiaras Muliterno		
455	Morro dos Cavalos	Guarani M'bya	76 Funai Curitiba: 98	Em Identificação. Port. Funai cria GT p/ identificação. Até o dia 18/07/94 o relatório de identificação não tinha sido entregue. Port. Funai 290 de 06/05/99 cria GT para, junto com os Guarani das aldeias Morro dos Cavalos e Massiambu, realizar os estudos e levantamentos p/ eleição de área para aquisição em favor das referidas comunidades (DOU, 10/05/99)	0	Palhoça	SC	
220	Nonoai	Guarani M'bya Kaingang Guarani Ñandeva	2.600 Funai Chapecó: 00	Reservada/SPI. Em Revisão. Dem. 1913/1949. Dec. Est. 13.795 de 10/07/62, altera limites. Port. 327/P de 26/06/78 para vistoria de benfeitorias. Port. Funai 740 de 13/08/93 cria GT para fazer o levantamento fundiário e avaliação das benfeitorias dos ocupantes da área, e levantam. cartorial (DOU, 26/08/93). Port. 196 cria GT p/ levantam. fundiário dos ocupantes não-índios. (DOU, 13/04/99)	14.910	Nonoai Rodeio Bonito	RS RS	Faixa de fronteira.
156	Nonoai do Rio da Várzea	Kaingang	439 Funai P. Fundo: 99	Delimitada. Em Demarcação. Port. ministro da Justiça 822 de 11/12/98 declara de posse permanente (DOU, 14/12/98). Contrato p/ demarcação entre Funai e LGO Topografia Ltda. Vigência 16/12/999 a 15/12/2000. Valor 33 600,00 reais (DOU, 21/12/99).	16.100	Nonoai Liberato Salzano	RS RS	Faixa de fronteira.
389	Pacheca	Guarani M'bya	10 Freire (Funai): 94	Delimitada. Em Demarcação. Port. do ministro da Justiça 304 de 17/05/96 declara de posse permanente indígena (DOU, 21/05/96). Contrato c/ PGD Engenharia Rural Ltda p/ demarcação. Valor 19 332,72 reais. Vigência 1 ano, a partir da assinatura do contrato em 30/12/97 (DOU, 06/01/98).	1.852	Camacuã	RS	
228	Palmas	Kaingang	660 Funai Chapecó: 00	Em Identificação/Revisão. Port. Funai 522/E de 01/03/79 p/ delimitação de partes da área. Planta de delimitação de 09/02/83. Demarcada em 83. Port. 102 de 21/02/00 cria GT p/ estudos e levantamentos de identific. e revisão da TI (DOU, 24/02/00).	2.944	Abelardo Luz Palmas	SC PR	Estrada municipal corta a área.
771	Parati-Mirim	Guarani M'bya	120 Funai: 98	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. do pres. F.H. Cardoso de 05/01/96 homologa a demarcação administrativa (08/01/96). Reg. CRI em Parati Mirim Matr. 1.882, Liv 2-A, fl. 2.467 em 08/03/96. Reg. SPU Cert. 11 em 16/04/96.	79	Parati	RJ	
	Passo da Estância	Guarani M'bya	25 Funasa: 92	A Identificar. (Funasa: 92)	0	Tapes	RS	
	Passo Grande	Guarani Guarani	0	A Identificar. (Cimi: 93)	0	Tapes	RS	
241	Peruíbe	Guarani Ñandeva	143 Funai Bauru: 98	Homologada. Reg. CRI. Dec. s/n de 16/05/94 homologa a demarcação (DOU, 17/05/94). Matr. 176.125 em 22/06/94.	480	Peruíbe	SP	
	Pessegueiro	Guarani	0	A Identificar. (Cimi: 93)	0	Camacuã	RS	
	Petim	Guarani M'bya	35 Funasa: 92	A Identificar. (Funasa: 92)	0	Tapes	RS	
586	Pinhal	Kaingang	117 Funai Chapecó: 00	Homologada. Decreto s/n de 14/04/98 homologa a demarcação (DOU, 15/04/98).	880	Seara		
244	Pinhalzinho	Guarani Ñandeva	88 Funai Curitiba: 98	Dominial Indígena. Reg. CRI. Port. 1934/E de 27/08/85 para viventação. Reg. CRI Matr. 3655, Liv. 02 em 06/03/86	593	Tomazina	PR	
255	Queimadas	Kaingang	498 Funai Guarapuava: 00	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto de 23/05/96 homologa a demarcação administrativa (DOU, 24/05/96). Reg. CRI em Ortigueira Matr. 4.164, Liv.1-RG, fl. 001 em 19/06/96. Reg. SPU Cert. s/n em 31/07/96	3.077	Ortigueira	PR	
	Rata	Guarani M'bya	0	Em Identificação. Port. 641 de 19/06/98 cria GT p/ estudos e levantamentos com vistas à eleição, identificação e delimitação (DOU, 25/06/98)	0			
583	Rio Araça	Guarani Ñandeva	0	A Identificar. (Anai/RS: 88)	0	Cunhaporã	SC	

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)		Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
263	Rio Areia	Guarani M'bya	79	Paracer/Funai: 95	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n do 14/04/98 altera o Dec. 292 de 29/10/91 que homologou a demarcação. Altera a superfície e os limites da TI que eram de 401 ha (DOU, 15/04/98). Port. 443 de 8/5/98 cria Com. Tec. p/efetuar os pagtos de indeniz. consideradas de boa-fé implantadas p/ ocupantes não-índios (DOU, 14/05/98). Reg. CRI em Inácio Martins Matr. 8.702, fl. 01/02 em 08/03/93. Reg. SPU Cert.15 em 01/01/94.	1.352	Inácio Martins	PR	
	Rio Bonito	Guarani M'bya	0		Em Identificação. Port. Funai 641 de 19/06/98 cria GT p/ estudos e levantamento com vistas à eleição, identificação e delimitação (DOU, 25/06/98).	0			
266	Rio Branco (do Itanhaem)	Guarani M'bya	46	Funai Bauru: 98	Homologada. Reg. CRI. Dec. 94224 de 14/04/87 declara de ocupação e homologa a demarcação (DOU, 15/04/87). Reg. CRI de S. Vicente Matr. 112.580 e 112581, Liv. 2, fl. 001 em 29/02/88 (426 ha) Reg. CRI São Paulo Matr. 204.608, Liv. 2-RG, fl. 01 em 23/09/87 (619 ha). Reg. CRI Itanhaém Matr. 142.027, Liv. 2/RG, fl. 02 em 08/09/87 (1.809 ha). Proc. SPU 03928/88-83.	2.856	Itanhaém S. Vicente São Paulo	SP SP SP	
267	Rio das Cobras	Kaingang Guarani M'bya	2.403	Funai Guarapuava: 00	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 290 de 29/10/91 homologa demarcação administrativa (DOU, 30/10/91). Reg. CRI Matr. 11.604, Liv. 212-AU, fl. 268 em 28/02/84. Reg. SPU Proc. 331, fl. 01 em 08/06/88	18.682	Laranjeiras do Sul Quedas do Iguaçu	PR PR	Faixa de fronteira. Linha de transmissão. Rodovias BR-277 e PR-473 cortam a área.
	Rio do Meio	Guarani M'bya	0		Em Identificação. Port. Funai 641 cria GT p/ estudos e levantamentos com vistas à eleição, identificação e delimitação (DOU, 25/06/98)	0			
	Rio dos Índios	Kaingang	0		Em Identificação. Port. Funai 101 de 23/02/00 cria GT p/ identificação de TI Rio dos Indios e levantam. com vistas à definição fundiária das famílias originárias da TI Borbolata (DOU, 24/02/00)	0	Vicente Dutra	RS	
547	Rio dos Pardos	Xokleng	49	Funai Chapecó: 00	Delimitada. Port MJ 316 de 17/08/93 declara de posse permanente (DOU, 18/08/93). Port. 512 de 27/05/98 cria GT p/atualização do levantam. de benfeitorias de não-índios na TI. (DOU, 28/05/98) Port.n. 90 de 21/02/00 cria GT p/atualizar o levantam.das benfeitorias dos ocupantes (DOU, 24/02/00).	758	Porto União	SC	
	São Miguel	Guarani M'bya	0		A Identificar (Funai: 93)	0	S. Miguel das Missões	RS	
741	Salto Grande do Jacuí	Guarani M'bya	19	Freire (Funai): 94	Homologada. Decreto s/n do presidente do dia 11/12/98 homologa a demarcação (DOU, 14/12/98)	234	Salto do Jacuí	RS	
47	São Jerônimo da Serra	Kaingang Guarani Ñandeva	380	Prof. indígenas: 98	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 286 de 29/10/91 homologa demarcação (DOU, 30/10/91). Reg. CRI da S. Jerônimo da Serra Matr. 5.662, Liv 2-RG, fl. 01 em 29/07/92. Reg. SPU Cert. 32 de 24/08/77.	1.339	S. Jerônimo da Serra	PR	Rodovia PR-090 no limite.
582	Serrinha	Kaingang	440	Funai P.Fundo: 99	Em Identificação/Revisão. Reservada/SPI. Demarcada p/ Governo do Estado em 1911.Em 1962, o SPI transfere a população p/entregar a TI ao Governo do Estado p/ projeto de colonização. Port. Funai cria Com. Técnica p/pagto de indenização de benfeitorias de ocupantes não-índios consideradas de boa-fé (DOU, 25/11/97). Port. Funai cria GT para o mesmo levantamento (DOU, 16/04/98). Resolução75 de 18/10/99 da Comissão de Sindicância considera, p/ efeito de indenização, as benfeitorias de boa-fé listadas pelo levantam. fundiário (DOU, 25/10/99). Port. 992 de 27/10/99 constitui CT p/pagto das indenizações (DOU, 28/10/99). Port. 1.136 de 08/12/99 constitui GT p/ 3a. etapa do levantam. das benfeitorias dos não-índios (DOU, 20/12/99).	11.950	Três Palmeiras Constantina Ronda Alta Engenho Velho	RS RS RS RS	Rodovia RS-502 corta a área. Área reduzida por hidrelétrica Rio Passo Fundo. Um grupo de 58 Kaingang ocupou no dia 4/11/93 as terras próximas ao cemitério indígena de Serrinha, na baixada Santo Antonio, próximo à barragem Passo Fundo, na região de Ronda Alta - para pressionar o governo a devolver suas terras
	Taim	Guarani M'bya	13	Freire (Funai): 94	Em Identificação. Port. Funai 1136 de 12/11/93 cria GT p/identificar a área. Port. Funai 11 de 13/01/99 cria GT p/identificar a TI (DOU, 15/01/99).	0	Rio Grande	RS	
504	Tapes	Guarani M'bya	0		Em Identificação. Port. Funai cria GT p/identificar área. Até o dia 18/07/94 o rel. de identificação não havia sido entregue à Funai.	0	Tapes	RS	

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
1335	Tekoha Anatete	Guarani Ñandeva	149 Funai Guarapuava: 00	Adquirida p/ Assentamento. Dem. A Itaipu Binacional adquiriu a terra para assentar os M'bya que foram atingidos pela UHE de Itaipu (Inf. pessoal de Rubem Thomaz de Almeida, que fez o trabalho de identificação da terra juntamente com os índios)	1.774	Diamante D'Oeste		
310	Tibagy/Mococa	Kaingang	79 Funai: 98	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto de 23/05/96 homologa a demarcação administrativa (DOU, 24/05/96). Reg. CRI em Ortigueira Matr. 4.163, Liv 2-RG, fl. 001 em 19/06/96. Reg. SPU Cert. s/n em 31/07/98.	859	Ortigueira	PR	
316	Toldo Chimbangue	Kaingang	344 Funai Chapecó: 00	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 315 de 29/10/91 homologa demarcação administrativa (DOU, 30/10/91). Reg. CRI de Xapecó Matr. 47.667, Liv. 2-RG, s/fl. em 15/10/93. Reg. SPU Cert. 349 em 30/08/94. Port. Pres. Funai cria GT p/ identificação (DOU, 23/07/98)	988	Chapecó	SC	Faixa de fronteira
1371	Toldo Chimbangue II	Kaingang	350 GT/Funai: 98	Identificada/Aprovada/Funai. Sujeita a contestação. Port. Funai 763 de 20/07/98 cria GT p/estudos e identificação. Despacho do pres. da Funai 6 de 15/02/00 aprova conclusões dos estudos da TI e determina a publicação no DOE de SC e na sede da prefeitura (DOU, 17/02/00).	975	Chapecó	sc	
507	Toldo Imbu	Kaingang	40 Funai Chapecó: 00	Em Identificação. Port. Funai PP/0582/93 de 16/07/93 cria GT p/ fazer levantamento fundiário e avaliação das benfeitorias dos ocupantes não-índios. Esta TI foi reservada por Dec. Estadual 7 de 18/06/1902 fazendo parte da hoje TI Xapecó, c/60 000 ha. Hoje esta última tem 15.623 ha. Port. Funai cria GT p/ identificação da TI (DOU, 23/07/98).	0	Abelardo Luz		Faixa de fronteira.
	Três Forquilhas	Guarani M'bya	12 Funasa: 92	Em Identificação. Port. Funai cria GT p/identificação da área. Até o dia 18/07/94 o rel. não tinha sido entregue à Funai.	0	Torres	RS	
	Uruguaiana	Guarani	0	A Identificar. (Cimi: 93)	0	Uruguaiana	RS	
334	Vanuire	Krenak Kaingang	181 Funai/Bauru: 98	Homologada Reg CRI. Dec. 289 de 29/10/91 homologa demarcação (DOU, 30/10/91). Reg. CRI Matr. 4.104, Liv 3-D, fl. 199 em 17/07/97.	709	Tupã	SP	
1354	Varzinha	Guarani M'bya	64 GT/Funai: 99	Em Identificação. Port. 11 de 13/01/99 cria GT p/ estudos de identif. da TI (DOU, 15/01/99)	772 795	Erebango Maquiné		
743	Ventarra	Kaingang	212 Funai P. Fundo: 93	Homologada. Dec. s/n de 14/04/98 homologa a demarcação (DOU, 15/04/98). Port. Funai 515 cria Com. Tecnica p/ pagamento de indenização p/ benfeitorias consideradas de boa-fé (DOU, 04/06/98).				
335	Votouro	Kaingang	1.009 Funai P. Fundo: 93	Reservada/SPI. Em Demarcação. Demarcada em 1913 com 3953 ha e reduzida pelo governo do estado. Contrato c/Apolo Serviços de Engenharia Ltda. p/ demarcação, valor 21.448,28. Vigência de um ano a partir da assinatura em 30/12/97*.	3 041	S. Valentim	RS	Faixa de fronteira
344	Xapecó	Guarani M'bya Kaingang	3 301 Funai Chapecó: 00	Homologada. Reg. CRI. Dec. 297 de 29/10/91 homologa a demarcação administrativa (DOU, 30/10/91).Reg. CRI Matr. 7.548, Liv. 3-D, fl. 213 em 16/10/65 e Matr. 11.485, Liv. 3-F, fl. 189 em 14/06/71	15 623	Marema Xanxerê	SC SC	Faixa de fronteira

Kaingang Resistem e Lutam pela Terra

Ricardo Cid Fernandes

Doutorando em Antropologia Social
pela Universidade de São Paulo

PARA OS KAINGANG DE HOJE, RECUPERAÇÃO DE TERRAS DEMARCADAS NO COMEÇO DO SÉCULO E REVITALIZAÇÃO CULTURAL CAMINHAM JUNTAS

Nos últimos 20 anos, os Kaingang têm experimentado um processo de recuperação de terras e de revitalização cultural. Apenas em Santa Catarina, duas Terras Indígenas (TIs) foram recuperadas – Toldo Chimbangue e Toldo Pinhal, já demarcadas – e duas outras, Toldo Embu e aldeia Condá, estão em processo de recuperação. Voltaremos a tratar dessas duas últimas mais adiante.

A recuperação de terras e a ênfase atribuída à visibilidade cultural Kaingang devem ser compreendidas como dimensões de uma mesma estratégia. "Natureza", "território" e "cultura", para os Kaingang, constituem uma unidade, uma só realidade. A perda das terras, o desmatamento e a destruição de sua riqueza natural, intensificados a partir dos anos 50, são percebidos pelos Kaingang como um golpe profundo em seu modo de vida, em sua cultura.

Ao longo do processo de recuperação de terras, os Kaingang têm deixado claro que as terras "retomadas", como dizem eles, devem ser acompanhadas de instrumentos de construção de sua sociabilidade. Hoje em dia, a sociabilidade kaingang exige elementos que os distanciam de seu passado tradicional: escola, enfermaria, sementes, equipamentos, veículos. Não obstante tais ingredientes "aculturadores" - diriam alguns –, os Kaingang imprimem marcas de sua tradição tanto nas ações envolvidas no processo de recuperação de terras quanto na forma como se instalam nas terras recuperadas.

Nesse processo, as principais marcas da tradição são o poder reconhecido das lideranças, a centralidade da chefia na constituição dos grupos e o faccionalismo político. A recuperação de terras é um evento que proporciona a ratificação do poder político das chefias atuais: ou bem por articularem a retomada de terras junto às autoridades nacionais, ou bem por reforçarem as divisões faccionalistas gerando grupos de excluídos e, consequentemente, a necessidade de novas terras. Mas é importante frisar que o mesmo evento também propicia a oportunidade de constituição de novas lideranças.

O faccionalismo político - que foi explorado pelos agentes do indigenismo oficial como um mecanismo de desarticulação cultural –, combinado aos conceitos kaingang sobre "natureza", "território" e "sociedade", tem orientado as estratégias kaingang voltadas à recuperação de terras e à reconstrução de sua sociabilidade.

DEMARCAÇÃO, EXPULSÃO E LUTA

São dois séculos de contato entre Kaingang e brancos. Em Carta Régia de 1808, Dom João VI ordenava *"considerar como principiada a guerra contra esses barbaros Índios"*. Durante esse longo período, a "guerra" contra os Kaingang tem implementado estratégias variadas para tratar de um mesmo problema: a presença desses índios nos cobiçados campos e matas do sul do Brasil.

Aos olhos dos colonos que habitam as regiões vizinhas das terras kaingang, estes índios não são mais índios; tampouco seriam brancos, não passando de "uns caboclos". Entretanto, um olhar atento e especializado sobre a realidade kaingang identificará que a forma como vivem e negociam sua presença num território cada vez mais disputado expressa muito claramente padrões tradicionais de sua organização social e visão de mundo.

Grande parte dos Kaingang são bilíngües, falando, além do português, sua língua ("idioma", como dizem) nativa. No plano da organização social, a uxorilocalidade (o homem ir morar na casa da mulher após o casamento) e a patrilinearidade (os filhos pertencerem ao grupo social do pai), revelados pelos observadores dos primeiros anos de contato, mantêm-se como padrões ativos. A divisão da sociedade kaingang em metades exogâmicas dotadas de funções e pinturas rituais específicas continua visível. Mesmo que os mais jovens não utilizem os termos Kamé e Kairu para designar as metades (dizem eles que "isso é coisa dos antigos"), todos sa-

bem se são "riscados" ou "pintados" (uma referência às pinturas rituais dos Kamé e dos Kairu, respectivamente).

Os aspectos tradicionais da dinâmica cultural kaingang oferecem muito mais do que um exemplo de resistência de uma sociedade frente a um massacre programado que já dura quase dois séculos. São estes aspectos da cultura tradicional que constituem as referências-chave para a elaboração e implementação das estratégias kaingang com relação ao seu convívio com os brancos.

Embora os Kaingang venham tendo êxito nos processos de retomada de suas terras, não podemos minimizar os efeitos devastadores e mesmo traumáticos que as expulsões produziram nos Kaingang do presente.

Desde meados do século XIX, porções de terras já haviam sido destinadas aos Kaingang pelos governos provinciais de São Paulo e do Rio Grande do Sul (a província do Paraná foi criada em 1853; até então, o atual território paranaense pertencia à província de São Paulo). Esse foi o período em que surgiram os grandes chefes kaingang, ao mesmo tempo temidos e prestigiados pelos brancos. Temidos pois os Kaingang já haviam demonstrado aos colonizadores seu poder guerreiro e seu profundo conhecimento do território; prestigiados porque, aliados às autoridades provinciais, tiveram participação direta na nacionalização dos campos e matas do sul do Brasil, porção de território contestada pela Argentina em fins do século XIX, durante a chamada "Questão de Palmas".

Nos primeiros anos da República, a colonização intensificou-se, exigindo a ampliação de territórios "etnicamente limpos". A política indigenista nacional buscou, então, confinar os Kaingang em territórios limitados e dispersos. Entre os anos 1902 e 1921, várias terras indígenasi foram demarcadas nos estados do sul do Brasil: a Terra Kaingang do atual Posto Indígena Xapecó (1902), no oeste catarinense; as terras de Mangueirinha e Palmas (1902 e 1909), no sudoeste do Paraná; Monte Caseros, Nonoai, Ligeiro, Ventarra, Carreteiro e Cacique Doble (1911), Serrinha (1912), Guarita e Votouro (1918) e Inhacorá (1921), todas na região noroeste do Rio Grande do Sul.

Invisíveis e excluídos do processo de formação social dos estados do sul do Brasil, os Kaingang viram esses seus territórios legalmente demarcados serem progressivamente invadidos, devastados, vendidos e explorados. Como se não bastasse, tiveram que conviver com a perspectiva oficial, e mesmo acadêmica, do desaparecimento de sua cultura.

Muito se falou a respeito da transformação dos Kaingang em "trabalhadores nacionais", tanto no ambiente das ações governamentais quanto nos discursos acadêmicos. Até a década de 70, os estudos sobre essa sociedade indígena estavam voltados à compreensão dos processos de aculturação ou de integração à sociedade nacional; muitos chegaram a propor que os Kaingang estavam condenados ao desaparecimento, à "dissolução cultural". Ao contrário destas previsões, os Kaingang têm demonstrado que, ao longo destes quase dois séculos de "guerra", eles não apenas sobreviveram, mas aprenderam a negociar sua inserção na sociedade dos "brancos", exigindo seus territórios tradicionais e o reconhecimento de sua identidade étnica.

A "QUESTÃO DE PALMAS"

As fronteiras entre as possessões espanholas e portuguesas na América Platina foram demarcadas pelos Tratados de Madrid (1750) e Santo Ildefonso (1777), estabelecidos como referências os rios Iguaçu e Uruguai. Entretanto, esses rios são paralelos, isto é, não se encontram em ponto algum. Decorreu daí uma imprecisão nos limites territoriais entre Brasil e Argentina.

Em 1881, o governo argentino exigiu a demarcação da fronteira ao longo dos rios Chapecó e Chopin, que ligam os rios Iguaçu e Uruguai. O governo brasileiro defendia que a fronteira seguia os cursos dos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio. A área sobre a qual incidia a disputa entre argentinos e brasileiros, de 30.621 km², era toda ela habitada pelos Kaingang.

A solução para o problema, que ficou conhecido como a "Questão de Palmas", foi determinada pelo presidente dos Estados Unidos Grover Stephen Cleveland. Escolhido como árbitro internacional, Cleveland apresentou, em 6 de fevereiro de 1895, sentença favorável ao Brasil. Um dos pontos da argumentação apresentada pelo governo brasileiro (representado pelo barão de Rio Branco) foi a presença dos Kaingang no território contestado, bem como a ligação entre estes índios e as autoridades provinciais brasileiras.

MEMÓRIA, CULTURA E HISTÓRIA

No dia 15 de abril de 2000, cerca de 120 Kaingang, acampados no centro da cidade de Chapecó (SC), reivindicavam a demarcação das terras do Toldo Embu e da aldeia Condá. Nesta data, pude gravar uma entrevista com o Kaingang Vicente Fokãe, de aproximadamente 80 anos. Ao narrar a expulsão dele e de sua gente do Toldo Embu, esse Kaingang convida-nos a refletir sobre os fundamentos de uma história de sobrevivência cultural cujo final ainda não está escrito.

Para tratar do Embu, para expressar o valor que é atribuído à terra que guarda seus "umbigos" (*"Sou nascido lá. Meu umbigo está no Embu. De muitos índios Kaingang, nossos avós, né?"*), Fokãe integra em sua narrativa elementos que se referem a diversos aspectos da cultura e da história destes índios: entre outros, as relação intercomunitárias e os deslocamentos espaciais, marcados por dinâmicas rituais (ritual do *Kiki*) e de parentesco (relação sogro-genro, uxorilocalidade, patrilinearidade); o vínculo histórico entre os Kaingang que vivem no Brasil e aqueles que estão na província argentina de Missiones; a erva-mate e o pinhão, itens da dieta tradicional kaingang ainda hoje presentes; a utilização de termos da hierarquia militar (como "sargento" e "capitão") para designar seus líderes, surgida na segunda metade do século XIX, quando os chefes kaingang recebiam títulos militares, armamentos e "soldo" para participar das campanhas de ataque aos "índios arredios" (Kaingang não-aldeados), e que ainda é verificada nos dias atuais.

A memória do tempo em que viviam no Embu (*"A terra lá era só índio e mato. Cheia de índio e cheia de mato: palmeira, erva... Tudo era cheio de mato... O pai fazia erva de "carijo", secava no "carijo". Muito pinheiro. Eles vendiam muito é pinhão."*) está tão viva quanto a memória da expulsão. Para eles, estes eventos não estão presos ao passado.

EXPULSÃO DO TOLDO EMBU

O Toldo Embu localiza-se no que é, hoje, a periferia do município de Abelardo Luz, no oeste de Santa Catarina, às margens do rio Chapecó, perto da divisa com o Paraná. A área fazia parte da TI Xapecó, uma das que foram demarcadas no início do século XX, como vimos acima. Quando criada (1902), Xapecó tinha 80 mil ha. Hoje, o "Posto Indígena Xapecó" conta com 15.623 ha.

As drásticas perdas territoriais dos Kaingang são ilustradas pela fala de Vicente Fokãe: *"O Embu emenda com a divisa de Palmas* (nome do município e da área indígena mais próxima do Toldo Embu, situada na divisa atual entre Santa Catarina e Paraná)... *Era tudo uma área só..."*. Observemos o trecho da entrevista em que Fokãe relata a expulsão dos Kaingang que viviam no Toldo Embu:

"Quando eles pegaram mexer na terra era 1948, quando nós estávamos lá. Nós fomos tirar erva e as outras comunidades estavam lá. Nós viemos visitar a mãe velha [avó paterna], *voltamos e, daí, fomos trabalhar no barbaquá* [instalação para a secagem e moagem da erva-mate] *ali nas Antas. Daí que nós não sabíamos de nada. Estava garoando e, de repente, chega caminhão com o pessoal do... do ... Era um homem valente, Wismar Costa Lima.*

Então, 1948, ele levou o caminhão. Não sei se fretou ou se eles compraram. Mas eu acho que eles pagaram. Daí, falou com o que era o sargento, é tipo cacique, né? Eles chamam ele de capitão. Aí, pegaram eles. Mandou se reunir, mas uma parte não quis. Aí, amarraram à força o João Batista, que é irmão do tio Otávio. Foram pegando e foram pinchando dentro do caminhão, amarrado com as mão para trás e os pés amarrados. Aí, vieram eles. Vieram e nós já estávamos no Pinhalzinho [comunidade Kaingang localizada no município de Ipuaçu (SC), pertencente ao Posto Indígena Xapecó. Distante aproximadamente 35 km do Toldo Embu, abrigou muitas famílias vindas do Toldo Embu].

Quando nós soubemos, já descemos, né? Ali, tinha estrada. Daí, não deu para voltar mais. Os outros deixaram tudo que tinha: planta, cria de abelha, mato, "monjoio", criação animal, porco, pato, caixa de abelha, roça, deixaram a roça sem colher, feijão empaiolado, galinhada, tinha tudo, tudo. Aí, um foi olhar lá depois que vieram, que despejaram no posto, preso lá no posto de Campina da Jacutinga [sede do PI Xapecó, a aproximados 50 km do Toldo Embu]. *Daí, outros foram ver as coisas que ficou lá. Já tinha quase que puxado tudo, no paiol e o que tinha lá. Meteram fogo nas casas, queimaram as casas.*

KIMIYE TOMMASINO - 1998

Vicente Fokãe, principal kuiã (rezador) do P.I. Chapecó.

Então, desta parte que eu sei aí é de 1948. Foi transferido. Uma parte daí se extraviaram. E nós não... Esperando... Em 1997, já tinha gente ali, que eles foram trabalhar ali e ficaram ali. Foram trabalhar na cidade. Então, com isso aí que formou este trabalho. 1984 já foi liberado pelos caciques do posto Jacutinga. E como é que não foi devolvido? Isso eu fui perguntar: quem é que tinha comprado terra? Daí que eles foram contando que tinha três que são donos da terra. No mais, é peonada que está morando lá. Essa terra aí, quando eles mediram em 1902, no passo do Chapecó Grande (rio Chapecó), rumo sul, pela estrada de telegráfico, até no passo do Chapecozinho. Esta é a primeira terra que foi demarcada por este decreto."

A reivindicação (as "lutas", como dizem) pela recuperação de terras demonstra que os Kaingang do presente continuam escrevendo sua história. Para tanto, atualizam suas estratégias políticas tradicionais, lembrando às autoridades dos "brancos" acordos e decretos que, para nós, pertencem ao passado.

No dia 11 de maio de 2000, mais de 200 índios kaingang ocuparam a área do Toldo Embu. Neste dia, ao entardecer, alguns agentes da polícia civil de Santa Catarina tentaram convencer os líderes da ocupação de que seria melhor eles reivindicarem outra terra. A resposta de um dos líderes foi muito clara, e sintetiza o modo Kaingang de construir sua sociedade no presente: *"É mais fácil eu chamar mais mil parentes meus para vir para o Toldo do que nós sairmos daqui."*

ALDEIA CONDÁ

Além do Toldo Embu, a entrevista com Vicente Fokãe informa sobre a Aldeia Condá, formada por aproximadamente 200 Kaingang, em sua maioria procedentes da Área Indígena de Nonoai (norte do RS). Saídos de Nonoai devido a conflitos faccionais, esses Kaingang viveram por mais de 17 anos na área urbana de Chapecó, ocupando um quarteirão do bairro mais valorizado da cidade.

A pressão dos moradores de Chapecó, de agentes de organizações não-governamentais e dos próprios Kaingang fez com que a Funai, em 1998, definisse, neste mesmo município, uma terra para assentamento desses índios. Ao longo destes 17 anos, a indiferença dos órgãos indigenistas com esta população foi acompanhada de uma visão etnocêntrica de política, segundo a qual a raiz do problema social representado pelos Kaingang não reside no estrangulamento histórico de suas terras e tradição, mas deve-se à "natureza" guerreira e faccionalista deste povo. Vejamos o que o Kaingang diz a partir de menção à aldeia Condá:

"Na Aldeia Condá tem muitos índios de Nonoai. Eles saíram assim desgostosos da própria Liderança.... Judiou muito... Fazia lavoura comunitária, ele vendia os produtos na cooperativa e não pagava os índios. Ele não repartia. Então, foram, foram até que, para não se matar, eles se espalharam. Daí que deixaram as terras.

O índio pode morar na outra área, não é proibido. Se eu vou para Nonoai, tenho entrada lá. Só que, onde eu moro, tenho que estar trabalhando. Ninguém tira a gente. Sempre disse: ninguém tira. Mas deixar brabo... Então, eu digo: não entre na briga, para

COMO SE ORGANIZAM OS KAINGANG ATUAIS

A grande dispersão geográfica dos cerca de 25 mil Kaingang atuais (28 TIs, nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e as variações dialetais de sua língua (cinco dialetos, segundo a lingüista Ursula Wiesemann) não impedem que estes índios se reconheçam como pertencentes a um mesmo povo. A identidade kaingang ultrapassa as fronteiras de cada terra indígena e de cada região dialetal. Ser Kaingang significa pertencer ao conjunto da sociedade e, portanto, das terras kaingang. Há uma distinção entre "Kaingang" e "não-Kaingang" e outra entre os "não-Kaingang que são índios" (aos quais eles chamam, genericamente, de "parentes") e os "não-Kaingang que são não-índios" (aos quais eles chamam, genericamente, de "brancos").

Essa classificação (Kaingang/"outros índios"/"brancos") não opera apenas num nível formal, constituindo uma categoria da própria sociabilidade desses índios. De fato, os Kaingang viajam muito entre suas terras. Como eles próprios dizem, "o índio pode morar na outra área, não é proibido", palavras reveladoras de que a relação entre os grupos que vivem nas diferentes terras indígenas é condição para a organização da própria sociedade Kaingang.

"ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS"

O surgimento das chamadas "organizações indígenas" é um fenômeno recente entre os Kaingang, consolidado apenas nos anos 90. Para refletir sobre elas, é preciso considerar que estão ligadas às instâncias políticas internas, constituindo-se em desdobramentos da organização social kaingang.

Podemos distinguir três tipos de "organizações indígenas" entre os Kaingang atuais: comunitárias, supracomunitárias (ou, mais precisamente, supra-étnicas, já que reúnem outros povos indígenas aos Kaingang) e aquelas vinculadas ao Estado.

***Comunitárias** - Em quase todas as Áreas (Terras Indígenas) kaingang, há organizações formais chamadas de "Associação da Comunidade Indígena". São cerca de 25, criadas com estímulo da Funai. Teoricamente, essas organizações permitem que os Kaingang se beneficiem de linhas de crédito destinadas a famílias de agricultores, tais como os recursos nacionais para a agricultura familiar, os recursos nacionais da Legião Brasileira de Assistência (LBA) ou os recursos estaduais para o financiamento agrícola.*

Embora a criação de associações comunitárias tenha sido apontada pelos agentes da Funai como a solução para a maioria das reivindicações dos Kaingang, os próprios índios apresentam reclamações. Segundo eles, as associações ficam na dependência dos órgãos de apoio (sejam eles governamentais ou não). "Não podemos pedir financiamento, porque não temos o documento da nossa terra", diz o presidente da Associação da Comunidade Indígena de Palmas, no Paraná. Sem a possibilidade de financiamento e dependendo de programas de apoio externo, as associações sobrevivem como podem: fazendo serviços para os produtores rurais da vizinhança e alugando (quando dispõem) seus equipamentos para os vizinhos (em muitos casos, especialmente no noroeste do Rio Grande do Sul, oeste catarinense e sudoeste do Paraná, as Áreas Kaingang fazem fronteiras com terras destinadas a assentamentos de pequenos agricultores sem-terra).

À frente das associações comunitárias, estão membros da "Liderança". Essas organizações são, portanto, agências sociais ligadas às relações políticas de cada Área. Na maioria das vezes, o presidente da associação comunitária é o Cacique ou outro membro da "Liderança".

***Supracomunitárias** - As organizações supracomunitárias ou supra-étnicas são em número muito reduzido. Atualmente, há duas em atividade: a Apois (Associação dos Povos Indígenas do Sul) e a APBKG (Associação dos Professores Bilíngües Kaingang e Guarani).*

A Apois, fundada em 1997, tem por objetivo a discussão de temas eminentemente políticos e a formação de alianças entre os diversos grupos. Embora essa associação tenha instalado uma sede na cidade de Chapecó (SC), em 1998, seus trabalhos estão parados há algum tempo. Como a Onisul (Organização das Nações Indígenas do Sul), que surgiu no início da década de 90 e perdeu legitimidade em pouco tempo, a Apois está, hoje, bastante esquecida.

De outra parte, a APBKG tem-se mantido em atividade desde o início dos anos 90. Essa permanência talvez se deva aos seus objetivos especificamente relacionados às discussões sobre educação indígena e à produção de materiais didáticos etnicamente específicos. Em parte, a organização desses professores deve-se a iniciativas externas, especialmente das instituições que investem no treinamento e preparação de professores indígenas (como Secretarias Educação e Universidades).

não se incomodar. Eu trabalhei bastante também sobre isto. Não muito. Foram cinco anos. Nós fizemos muita coisa. Só que, aí, entrou a política e foi estragando o nosso trabalho. Tem mais esta também,. Porque só os que são políticos é que têm dinheiro. E o que não é não pega dinheiro para fazer política. É ali o que forma a miséria. Se um cuidar do outro, aí não."

Fokãe, ao seu modo, nos ensina que a história recente dos Kaingang foi marcada pela imposição de limites territoriais, políticos e culturais. Com as palavras desse velho kaingang, aprendemos que estes índios transformaram tais limites em desafios, e que os desafios do presente envolvem a luta pela retomada de sua "terra-cultura-identidade". *(Julho, 2000)*

Conselhos de Caciques *- As organizações políticas vinculadas ao Estado, por sua vez, não se constituem em associações, mas em Conselhos de Caciques. No Paraná, existem dois deles, representando as Áreas do norte e do sul do estado. Santa Catarina e Rio Grande do Sul tem, cada um, apenas um desses conselhos.*

Os temas discutidos nos Conselhos de Caciques refletem a perspectiva do indigenismo oficial: a questão da terra; as prioridades de investimento; a legislação indigenista; os conflitos entre índios e "brancos". Embora as comunidades sempre estejam no centro dos discurso dos caciques, os tais conselhos não são instâncias representativas dos interesses das comunidades. Servem à dupla função de legitimar as políticas públicas com relação aos índios e de institucionalizar o compromisso ético entre os caciques, compromisso esse que preserva a autonomia política de cada Área e mantém viva a dinâmica das expulsões e transferências.

Ao contrário do que ocorre em outras partes do Brasil, as associações kaingang não têm sido financiadas por organizações não-governamentais. As igrejas (católica e também evangélicas) continuam sendo os parceiros mais habituais das iniciativas comunitárias. Por outro lado, as dinâmicas da organização social instituem formas de relacionamento com o Estado e com a sociedade dos "brancos" que independem da atuação das associações. Em cada processo de recuperação de terras, por exemplo, os Kaingang formam uma cadeia de solidariedade e compromisso.

Assim, no caso Kaingang, as chamadas "organizações" não estão renovando a rígida estrutura social faccionalista, tampouco estão redimensionando a inserção destes índios no contexto regional, ainda hoje muito marcado pelo preconceito. Mesmo assim, elas continuam a surgir por todas as Áreas, demonstrando, mais uma vez, que estes índios estão buscando formas de ampliar as estratégias de sua autonomia e autodeterminação.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Na concepção Kaingang, as unidades sociais, políticas e econômicas que compõem sua sociedade são as "Casas", as "Facções", as "Comunidades" (aldeias) e as "Áreas" (Terras Indígenas). As Casas, formadas por famílias extensas, marcadas pelos relacionamentos entre sogros e genros, constituem um eixo gerador de regras, condutas, conflitos e complementaridades sociais. A aliança entre "Chefes de Casas" e a lealdade a eles prestada é a base da estruturação da sociedade, pois são elas que criam as condições para o desenvolvimento de relações políticas de caráter faccionalista.

As Facções são grupos suprafamiliares que ora constituem as comunidades (muitas comunidades são formadas por membros de apenas uma facção), ora estão dispersas. Disputam e influenciam os processo de tomada de decisões, sendo mais visíveis, evidentemente, em contextos de conflito político. O jogo entre as facções legitima, por sua vez, a composição da chefia, ligada ao controle do poder decisório em processos que operam não apenas em comunidades isoladas, mas que envolvem todas as comunidades que compõem uma determinada Terra Indígena.

As comunidades que compõem as Áreas (a maioria das Terras Kaingang são compostas por mais de uma comunidade) estão todas submetidas a um centro de decisões políticas, geralmente localizado na comunidade central, ou, como dizem, "Aldeia da Sede". O que garante a ordem política no interior de uma Área é a distribuição equilibrada de posições de chefia entre membros de grupos faccionais: "Cacique", "Vice-cacique", "Liderança", "(membro da) Polícia" e "Capitão" (uma espécie de chefe de polícia). Uma última instituição política kaingang, menos nítida, é o "Conselho". Ela não está presente em todas as Áreas. Sua atribuição, segundo os próprios Kaingang, é participar das discussões políticas internas. Em algumas Áreas, usa-se o termo "Conselho" no lugar de "Polícia" ou "Liderança".

Os atores políticos kaingangs ou bem pertencem a uma mesma família (é comum que dois irmãos ou tio e sobrinho ocupem, respectivamente, posições de Cacique e Vice), ou bem pertencem a famílias e facções que reconhecem uma aliança com respeito às decisões políticas. Hoje em dia, tais decisões políticas operam em três setores da vida social kaingang, todos eles propícios ao surgimento de contextos faccionalistas: (1) participação (benefício ou exclusão) nos projetos de desenvolvimento, tais como acesso às redes de água e energia elétrica, distribuição de moradias, credenciamento para atuação em projetos econômicos no interior das Áreas; (2) participação nos processos políticos de articulação com o mundo externo, isto é, hostilidades ou fidelidades partidário-eleitorais, proximidade ou distância em relação às autoridades indigenistas no interior das áreas kaingangs e às entidades religiosas de apoio; (3) controle sobre a sociabilidade, marcado por severa repressão aos infratores, os quais ou ficam detidos nas "prisões", ou são expulsos das Áreas. (RCF, jul/00)

As Demarcações Guarani, a Caminho da Terra Sem Mal

Maria Inês Ladeira

Antropóloga do Centro de Trabalho Indigenista (CTI)

OS GUARANI NA MATA ATLÂNTICA E O PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO DE SUAS TERRAS

Na região costeira do Sul e Sudeste do Brasil, entre os estados do Rio Grande do Sul e Espírito Santo, existem, atualmente, 53 aldeias guarani e incontáveis locais de parada provisória. As considerações apresentadas no presente artigo fundamentam-se na dinâmica de ocupação territorial dos Guarani que vivem atualmente nessa região litorânea do Brasil, cuja maioria é constituída pelos Mbya, seguidos dos Nhandeva (estes e os Kaiová compõem os três subgrupos guaranis no Brasil). Entretanto, muitas das situações que serão aqui mencionadas são também vivenciadas pelos Guarani no interior do Brasil, da Argentina e do Paraguai.

Inseridas na Mata Atlântica, ou próximas a ela, preferencialmente em regiões montanhosas (Serra do Mar/SP, Serra da Bocaina/RJ, Serra do Tabuleiro/SC), a maioria das áreas guarani do litoral brasileiro ainda não se encontra regularizada. Somente 13 delas, somando um total de 14.953,89 ha, estão demarcadas e homologadas. No entanto, mesmo essas áreas não estão totalmente livres de outras ocupações e das mais variadas formas de pressão, uma vez que os limites das terras guarani são impostos pela ocupação envolvente.

A aplicação das normas administrativas oficiais para demarcação das Terras Indígenas (TIs) mostra-se ineficaz diante do universo sociocultural guarani e da complexa situação territorial da etnia. Para se sair dos impasses que, via de regra, revertem na paralisação dos processos de regularização fundiária ou no desfecho insatisfatório para os índios e/ou seus confrontantes, é fundamental criar uma política que, considerando as peculiaridades do território e do modo de ocupação guarani, defina procedimentos adequados a garantir-lhes terras, levando em conta a realidade em seu conjunto.

Até o momento, o Estado não definiu as bases de uma política específica para a regularização das terras guarani, a partir dos êxitos e fracassos de suas práticas. As diferentes políticas, experiências e estágios desse processo, nos vários estados da federação que abrangem o território Guarani, contribuem para essa situação.

DIREITO À TERRA

Atualmente, a região costeira, nos trechos cobertos pela Mata Atlântica, é palco de disputas entre latifundiários, pequenos proprietários, posseiros, índios e Unidades de Conservação. Cada um desses agentes conta com direitos constitucionais assegurados, apoios organizados, entendimentos e experiências diversificadas sobre o ambiente, a natureza e o "espaço".

O texto constitucional, em seu artigo nº 231, confere aos índios "os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam", cabendo à União sua proteção e demarcação. Através desse preceito constitucional e de seu modo tradicional de ocupação, incluindo as práticas produtivas, os Guarani vêm conquistando direitos sobre as terras. Por outro lado, por constituírem uma população etnicamente diferenciada e minoritária nos diversos contextos regionais, as pressões por parte da sociedade nacional e as tentativas de controle de suas dinâmicas sociais e territoriais são uma constante.

Apesar da exigüidade das áreas destinadas aos Guarani, não tem sido fácil para eles obter o reconhecimento de suas terras. Os processos judiciais envolvendo as terras guarani começam com o início dos procedimentos para sua regularização. Ainda correm ações judiciais movidas por particulares contra comunidades guaranis (ou vice-versa) de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e, mais para o interior, Mato Grosso do Sul.

Avessos a qualquer tipo de disputa pela terra, os Guarani aceitam a defesa de suas áreas através das disputas judiciais em razão de que estas se constituem num confronto "teórico", intermediado por aliados, do qual participam diversos atores.

A partir da década de 80, quando se tornou inevitável o reconhecimento oficial das áreas ocupadas pelos Guarani no litoral, as con-

REGULARIZAÇÃO DAS ÁREAS GUARANI NO LITORAL

No litoral de São Paulo e Rio de Janeiro, a necessidade de regularização das áreas guarani deu-se em razão da rápida transformação desta região a partir da década de 70, época da construção de estradas e rodovias (principalmente a Rio-Santos), da crescente e desordenada ocupação e especulação imobiliária, da intensificação do turismo e da conseqüente invasão dos espaços ocupados pelos Guarani.

Até os anos 70, as aldeias guaranis situadas no litoral dos demais estados do sudeste e sul praticamente não eram consideradas. Havia apenas uns poucos registros sobre a presença guarani no Espírito Santo e em Parati (RJ) e sobre a aldeia Morro dos Cavalos (SC).

Para a Fundação Nacional do Índio (Funai), as áreas indígenas deveriam ser administradas e controladas pelos Postos Indígenas (PIs). Como os Guarani Mbya não aceitavam tal imposição, a Funai justificava a sua própria omissão.

Em razão do modo de organização da sociedade Guarani, determinado pelas dinâmicas sociais, pela ampla dispersão geográfica de suas aldeias, por sua história secular de contato e pelo comportamento ético-religioso em relação à terra que ocupam e procuram, os Guarani, de um modo geral, eram considerados "nômades e aculturados", o que comprometia os seus direitos enquanto índios.

Na verdade, os Guarani nada pediam; só queriam viver em paz em suas aldeias junto às matas, com autonomia e sem nenhuma forma de controle por parte do governo.

Até meados dos anos 80, as aldeias do litoral não eram reconhecidas pela Funai, nem pelos governos estaduais. As exceções eram as TIs de Peruíbe e de Itariri, ambas no litoral sul de São Paulo, asseguradas por decretos estaduais de 1927 e 1962, e a aldeia de Parati-Mirim, por ato informal do governo do Rio de Janeiro de 1960.

SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO E ESPÍRITO SANTO

Em 1983, o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) encaminhou ao governo paulista um dossiê e um projeto para a regularização fundiária das áreas guarani no estado de São Paulo. Essa iniciativa motivou um convênio entre a Funai e o governo do estado, celebrado em 20 de dezembro 1984, pelo qual cabiam ao último os levantamentos técnicos e a demarcação física das áreas guarani.

Em 1987, as áreas ocupadas pelos Guarani no litoral paulista foram homologadas pela presidência da República. Itariri (Serra dos Itatins), Rio Branco, Crucutu, Morro da Saudade, Jaraguá, Rio Silveira e Boa Vista.

Entre 1992 e 1995, a Funai intensificou os trabalhos de identificação das TIs, promovendo convênios com outras instituições para agilizar os processos. Nesse quadro, através de convênio com o CTI, foram identificadas as três áreas do Rio de Janeiro (Bracuí, Araponga e Parati-Mirim), posteriormente homologadas.

No mesmo período, a Funai deu início ao reconhecimento formal de duas áreas situadas no município paulista de Mongaguá: Aguapeu (que viria a ser homologada em 1998) e Itaoca (cuja portaria ministerial declarando a posse permanente guarani é de abril de 2000). No Espírito Santo, foram realizados os estudos para ampliação das áreas tupiniquins, onde se encontram as aldeias guarani Boa Esperança e Três Palmeiras.

Mais recentemente, foi homologada a área do PI Peruíbe, em São Paulo, com os mesmos limites que haviam sido decretados pelo governo estadual em 1927.

PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL

Em 1990, o CTI apresentou à Funai relatório antropológico e fundiário sobre as aldeias guarani situadas na região lagunar estuarina do Paraná (ilhas Peças, Superagui e Cotinga), apresentando proposta de delimitação da aldeia da Ilha da Cotinga. Em anos posteriores, a Funai concluiu a identificação e homologou essa TI.

No Rio Grande do Sul, entre 1992 e 1995, a Funai identificou as áreas Taim, Pacheca, Águas Brancas, Cantagalo, Capivari, Barra do Ouro e Varzinha, além de Salto Grande do Jacuí, que, embora situada no interior, é importante ponto de passagem para as famílias que se dirigem ao litoral. Cantagalo e Varzinha foram revisadas em 1998. No ano seguinte, foi publicada a portaria ministerial declaratória das TIs Pacheca, Águas Brancas e Capivari; Salto Grande do Jacuí foi homologada.

SANTA CATARINA

Em 1991, o CTI realizou um levantamento das comunidades guaranis no litoral de Santa Catarina. Foram encontradas seis aldeias e seis locais recentemente abandonados. O CTI solicitou à Funai a demarcação de Mbiguaçu, Morro dos Cavalos e Brusque.

Em 1996, integrantes do CTI, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Funai elaboraram relatório sobre as áreas guaranis afetadas pela duplicação da BR-101 (trecho Guaruva/ Palhoça). O relatório, encaminhado ao DNER, apontava 22 locais de ocupação guarani, entre os quais, dez aldeias formadas por famílias Mbya e Nhandeva.

A Funai constituiu, então, em 1998, um Grupo de Trabalho (GT) para eleição, identificação e delimitação das áreas de ocupação guarani na área de influência do trecho catarinense da BR-101 e outro para complementação dos estudos de identificação e delimitação da TI Mbiguaçu (SC). Durante os trabalhos, o GT levantou 15 aldeias ocupadas.

Ainda em 1998, a Funai identificou a aldeia de Massiambu. Em 1999, iniciou novos estudos sobre Morro dos Cavalos e criou GT para eleição de uma área para ser adquirida em favor das comunidades de Morro dos Cavalos e Massiambu, conforme convênio entre a Funai e a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil.

PENDÊNCIAS

Em Santa Catarina, até o momento, somente a área de Mbiguaçu teve o parecer favorável da Funai, publicado no Diário Oficial da União.

Em São Paulo, mais especificamente no município de Mongaguá, as áreas de Aguapeu e Itaoca, apesar de formalmente reconhecidas, abrigam em seu interior (consideradas as duas em conjunto) cerca de 70 posses, que incidem sobre as terras apropriadas para a agricultura.

A Funai pretende formar novos estudos em áreas guaranis no Rio Grande do Sul e também em São Paulo. Tendo em vista a não conclusão de vários procedimentos de regulamentação dessas terras, e diante dos constantes pedidos, por parte das comunidades indígenas, de ampliação de limites de áreas já homologadas, é fundamental uma avaliação para a criação de novas estratégias para o reconhecimento dos direitos dos Guarani sobre a terra.

seqüentes articulações entre diversas instituições para se efetivarem os procedimentos administrativos de regularização das mesmas obrigaram os Guarani a remodelar suas formas de relacionamento, agora muito mais complexas, com os diversos setores da sociedade nacional. Se antes encontravam-se "livres" para determinar as relações de contato circunstanciais, mantendo suas aldeias preservadas de ingerências externas, passaram então a ser alvo de interesses políticos, de sobreposição de programas assistenciais descontínuos, de maiores expressões de solidariedade e também de discriminação. Enfim, demarcação e o reconhecimento de suas áreas põem termo à invisibilidade antes pretendida e afetam o modo de vida anterior.

ACUADOS

No litoral de Santa Catarina, grupos familiares vivem uma organização social nos moldes tradicionais, mantendo relações de reciprocidade com outras aldeias, embora ocupando áreas exíguas: beiras da rodovia BR-101 e de estradas estaduais, terrenos públicos, fundos de terrenos de particulares, interior e proximidades do Parque Estadual Serra do Tabuleiro. Sem matas e terras apropriadas, as atividades de subsistência são quase impraticáveis. Tal condição leva esses grupos familiares a uma constante reordenação de seus espaços e indefinição quanto à fixação. Esta situação, não isolada, reflete a realidade vivida por outras famílias Guarani em outras regiões geográficas, como no complexo lagunar estuarino de Iguape (SP)/Paranaguá (PR), onde, entre 1990 e 2000, foram levantadas pelo CTI 13 aldeias, das quais sete estão hoje ocupadas.

Desse modo, decorridos 17 anos do início do processo de reconhecimento das aldeias Guarani do litoral, observam-se, em algumas regiões, as mesmas dificuldades de se compreender e reconhecer a presença dos Guarani e a necessidade de lhes destinar terras. Além disso, em decorrência do "desenvolvimento", os chamados projetos sociais entram em cena: saneamento e abastecimento de água, usinas nucleares em Angra dos Reis, a duplicação da rodovia BR-101, Gasoduto Bolívia – Brasil, entre outros, e a criação de parques florestais, todos pleiteando o uso dos recursos naturais, sobretudo os hídricos, ou incidindo sobre as terras guaranis ocupadas.

TERRITÓRIO E COSMOLOGIA GUARANI

A preocupação com a definição de limites e cartografias para os territórios indígenas não partiu dessas sociedades. As situações de contato a partir da conquista rompem antigas alianças e hostilidades e, em razão da necessidade de confinar as comunidades indígenas para promover sua própria ocupação expansionista, a sociedade nacional produz a categoria de "terra indígena", associando-a ao significado mais amplo de "território", enquanto um espaço suficiente para o desenvolvimento de todas as relações e vivências definidas pelas tradições e cosmologias. Com relação aos Guarani, a redução do conceito de seu território ao de suas terras é totalmente imprópria.

Os Guarani (Mbya, Kaiova, Nhandeva) conseguiram manter a configuração de um vasto território - que compreende áreas localizadas no Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai – através de inúmeras aldeias aí espalhadas. Entretanto, se não ocupam seu território de forma contígua, este fato deve-se à expansão das sociedades nacionais, e não à perda da relação que mantêm com as terras invadidas. Muito ao contrário, os Guarani conservam uma relação simbólica e prática com o "mundo original". Conscientes da falta de opções, insistem em preservar as pequenas áreas onde foram confinados, e que estão longe de conter os recursos ambientais necessários ao seu bem estar e à sua reprodução física e cultural.

A ocupação Guarani das aldeias e a apreensão de seu território acontece por meio de dinâmicas sociais e políticas e das redes de parentesco que implicam em permanente mobilidade. Tais carac-

JOSÉ MORAES/A TRIBUNA - 1993

Aldeia Rio Branco, Itanhaém (SP).

terísticas se expressam também nos movimentos migratórios, realizados ainda hoje por famílias do subgrupo Mbya. Assim, o conceito de território supera os limites físicos das aldeias e trilhas e está associado a uma noção de mundo que envolve a redefinição constante das relações multiétnicas, o compartilhar e dividir espaços.

Para os Guarani Mbya, em específico, o domínio de um amplo território afirma-se no fato de que suas relações sociais e de reciprocidade não se encerram exclusivamente nem em suas aldeias nem em complexos geográficos contínuos ou próximos. Elas ocorrem no âmbito do "mundo" onde se configura este seu território, envolvendo aldeias situadas em regiões próximas e distantes, e são elas que definem o sentido de ocupação espacial para este grupo.

Os índios Guarani Mbya do litoral procuram fundar suas aldeias com base nos preceitos míticos que fundamentam especialmente a sua relação com a Mata Atlântica, na qual, simbólica e praticamente, condicionam sua sobrevivência. No plano simbólico, consideram que a construção do mundo Mbya pelo "criador" deu-se em alguns pontos do litoral. Esses lugares, procurados ainda hoje pelos Mbya, apresentam, através de elementos da flora e da fauna típicos da Mata Atlântica, de formações rochosas e mesmo de ruínas de edificações antigas, indícios que confirmam essa tradição. Formar aldeias nesses lugares eleitos significa estar mais perto do mundo celestial pois, para muitos, é a partir desses locais que se facilita o acesso a *yvy marãey* (a "terra sem mal"), objetivo histórico perpetuado pelos Guarani através dos seus mitos. *(maio, 2000)*

Bacia do Tibagi Está por um Fio

Marco Antonio Gonçalves | Jornalista do ISA

NA MITOLOGIA KAINGANG, AS CORREDEIRAS DO RIO TIBAGI SÃO COMO UMA SUCURI. SUAS ÁGUAS NERVOSAS "ENGOLEM" QUEM NÃO AS SOUBER DOMAR. PARA OS TECNOCRATAS DA COPEL, AS MESMAS ÁGUAS EMBALAM PLANOS DE TORNAR A ESTATAL ENERGÉTICA DO PARANÁ CADA VEZ MAIS RENTÁVEL

A Companhia Paranaense de Energia (Copel) planeja levantar, nos próximos cinco anos, quatro barragens sobre o Tibagi e gerar mais 970 megawatts (MW) de energia para comercializar com os estados vizinhos. Se o projeto se consumar, por água abaixo irão terras férteis, parte dos últimos remanescentes de Mata Atlântica da região e mais um pouco do modo de vida e das minúsculas terras Kaingang.

O projeto de exploração hidroenergética do rio Tibagi vem dos anos 60 e já foi mais ambicioso. Pelo Plano 2015, da Eletrobrás, seriam sete as barragens erguidas na bacia. Mas em 1994, face à nova realidade dos investimentos públicos em projetos dessa natureza aos protestos contra seus impactos socioambientais, a Copel reavaliou os planos.

Antonio Fonseca dos Santos, gerente da Coordenadoria de Impactos Ambientais da estatal, informa que os novos estudos de viabilidade econômica descartaram as usinas mais próximas da cabeceira do rio Tibagi e alteraram a localização de outras. Tudo para "diminuir a polêmica" em torno do complexo hidrelétrico. Permaneceram as quatro planejadas para operarem mais ao norte do rio, "as mais rentáveis", segundo Fonseca. São elas Jataizinho, Cebolão, São Jerônimo e Mauá. Todas já têm seus estudos e relatórios de impacto ambiental (os EIA-Rima) sob análise do órgão ambiental estadual (o Instituto Ambiental do Paraná, IAP) e do Ibama, primeiro passo para a obtenção da licença prévia - que autoriza licitar as obras. Os parceiros privados também já estão definidos. A polêmica, entretanto, só tem aumentado.

Para expandir sua atuação no mercado de geração de energia, a Copel parece disposta a sacrificar sua boa reputação junto à opinião pública paranaense. Que o diga o biólogo Marcos Ricardo Borschein, um dos pesquisadores responsáveis pelo relatório ambiental da usina de Jataizinho. Depois de pronto e entregue à Copel, seu relatório foi submetido à Juris Ambientis, empresa de consultoria contratada pela estatal para analisar os estudos de campo antes de enviá-los ao IAP. O conteúdo do relatório parece não ter agradado os empreendedores: foi modificado sem a anuência dos autores. Quando Borschein e os outros pesquisadores que o produziram - e que, preventivamente, haviam registrado os originais em cartório antes de entregá-los à Copel - exigiram a devolução do documento para checá-los, descobriram várias adulterações.

"Alguns dos impactos ambientais relacionados foram abrandados e medidas mitigadoras e programas ambientais sugeridos foram simplesmente eliminados do texto", afirma Borschein. Inconformados, os autores exigiram que a íntegra do relatório fosse restaurada antes de ser definitivamente entregue aos órgãos licenciadores. Semanas depois, souberam que outros pesquisadores haviam sido contratados e outros relatórios haviam sido preparados. São estes que estão hoje nas mãos dos técnicos do IAP e da Superintendência do Ibama no Paraná. Diante da manobra, Borschein e os demais autores do relatório fraudado encaminharam duas representações ao Ministério Público - a última, no início de 98 - denunciando o caso.

Pesquisadores das universidades estaduais de Londrina e Maringá, que desde 94 trabalham na bacia do Tibagi, apontam outros vícios nos EIA-Rima preparados para a Copel. Em uma carta-manifesto, divulgada em dezembro de 98, eles acusam a avaliação dos impactos sobre cinco terras indígenas de serem parciais. Um exemplo, citado no manifesto, é que os relatórios não mencionariam cerca de 40 sítios arquelógicos existentes abaixo da linha de inundação nas áreas Barão de Antonina e Apucarana.

REQUIÉM PARA UM RIO

O rio Tibagi se forma a partir de cursos d'água nascidos nas serras do centro-sul do Paraná. Das quatro barragens planejadas pela Copel, duas delas (Cebolão e São Jerônimo) deverão afetar as terras indígenas Barão de Antonina, São Jerônimo, Apucarana, Tibagi e Queimadas, que juntas perfazem 14,6 mil ha. Vivem nelas cerca de 2 mil Kaingang, Guarani Nhandeva e as últimas famílias Xetá.

Embora os procedimentos para licenciamento de hidrelétricas determinam que projetos que afetam terras da União (como é o caso das áreas indígenas) sejam analisados por órgãos federais, a Superintendência do Ibama no Paraná decidiu avaliar todos os EIA-Rima - Jataizinho e Mauá não afetarão diretamente terras da União. Segundo um técnico da Copel, a intervenção do Ibama ocorreu depois de reveladas as fraudes na preparação dos relatórios. O mesmo técnico afirmou que a adulteração das informações pela Juris Ambientis instaurou uma crise dentro da estatal, com técnicos defendendo a tese da inviabilidade do projeto. O engenheiro da Coordenadoria de Impactos Ambientais da Copel, Fonseca dos Santos, disse que tanto o IAP quanto o Ibama decidiram compor um grupo técnico para avaliar os impactos do projeto de forma integrada.

HIDRELÉTRICAS: NEGÓCIO DE IMPACTO

Foi-se o tempo em que, no Brasil, a construção de hidrelétricas resultava de demandas reprimidas por energia. Com a desregulamentação do setor elétrico, tornou-se uma oportunidade para bons e vultosos negócios. Alguns dados da própria Copel permitem afirmar ser este o caso do projeto hidrelétrico para a bacia do rio Tibagi. Hoje, o Paraná é o maior produtor de energia elétrica do país; exporta quase 80% da eletricidade gerada em suas usinas - se forem consideradas aí a geração de Itaipu e de hidrelétricas da Cesp instaladas no rio Paranapanema.

A Copel, que obteve lucro líquido de R$ 403 milhões em 98 (33% acima do resultado do ano anterior), informa em suas diretrizes institucionais que persegue a meta de aumentar sua participação no mercado nacional. Haveria duas formas para se alcançar isto: melhorando a eficiência do sistema de geração ou construindo novas usinas. Ou ambos. "Antes, as estatais de energia elétrica procuravam obter superávits para aprimorar seus serviços. O que move as empresas atualmente é a necessidade de remunerar o capital dos acionistas do empreendimento", esclarece o professor Célio Bermann, do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP.

Caso o projeto supere a fase de licenciamento, os empreendedores terão que desembolsar US$ 790 milhões, segundo estimativas preliminares da estatal, para pôr em operação as quatro hidrelétricas. À Copel caberá cerca de 20% dos investimentos. O restante virá de seus sócios - entre os quais estão a CR Almeida, Intertecne (coligada da Copel), Inepar, S.Teig Participações, Partner Desenvolvimento de Projetos e a norte-americana Global Energy Investors. Gorda em geração e lucrativa, seria mais atraente para um processo de privatização a ser desencadeado nos próximos dois anos. *(Parabólicas nº 49, abr/99)*

OS IMPACTOS GLOBAIS E OS IMPACTOS DIRETOS DA UHE

De acordo com os critérios definidos pelo estudo do Instituto de Pesquisas Antropológicas do Rio de Janeiro (IPARJ) encomendado pela Eletrobrás (outubro/89:16-18), serão impactados pelas barragens do Tibagi também os Guarani das TIs Laranjinha (município de Santa Amélia) e Pinhalzinho (município de Tomazina). Isso porque, utilizando o conceito de impacto global, se o grupo local Guarani de São Jerônimo for impactado, a comunidade guarani como um todo será afetada pelos danos globais do empreendimento. A pesquisa que estamos realizando demonstra que as três áreas guarani constituem uma unidade sociocultural e histórica e estão integrados pelo parentesco e afinidade. No total serão mais de 2.700 índios impactados de sete reservas indígenas.

Os Kaingang da AI Apucaraninha já têm cem alqueires arrendados para a Copel que explora uma usina dentro da terra indígena desde o final da década de 40. Perderam cinco armadilhas de pesca na área alagada. Se somarmos a quantidade de peixes que perderam nesses 50 anos, deve somar algumas toneladas. Recebem uma quantia irrisória de royalties (35 mil ao ano) e pagam o preço de mercado pela energia que consomem. Atualmente reivindicam uma revisão do valor do arrendamento.

A barragem da UHE (Usina Hidro-Elétrica) São Jerônimo fica localizada a três km da sede do Posto Apucaraninha. O canteiro de obras e alojamento de dois mil operários ficará ao lado da aldeia principal dos Kaingang. Só este dado já é argumento suficiente para o seu embargo.

A UHE São Jerônimo ameaça de inundação 350 alqueires das TIs Apucaraninha e Mocóca, sendo que 85% são áreas florestais. Perderão todas as corredeiras onde fazem uma centena de pari, armadilhas de pesca onde coletam, nos meses de inverno, a sua alimentação. A perda das matas significa também a perda dos recursos naturais que elas fornecem para a sua subsistência material e cultural.

Essas quatro barragens alagarão, se construídas, 221,1 km² de terras de dez municípios. Além das terras indígenas, atingirão 461 propriedades rurais e 77 urbanas.

Os Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) e (Relatório de Impacto Ambiental) RIMAs das quatro barragens (Jataizinho, Cebolão, São Jerônimo e Mauá) estão sendo analisados pelo Ibama. Uma empresa de Santa Catarina foi contratada pela Copel para fazer a integração dos quatro estudos porque o IAP e os pesquisadores questionaram a fragmentação dos mesmos e contraria a orientação do Conama. Essa "integração" também está sendo questionada.

Há dez pedidos de audiência pública protocolados no Ibama de Londrina, solicitados por várias entidades da região. Por enquanto não foram agendadas. (Kimiye Tommasino, antropóloga da Universidade Estadual de Maringá, ago/00)

KAINGANG/RS

CONSELHO REÚNE ÍNDIOS E REPRESENTANTES DO GOVERNO

O índio Kaingang Antônio Tomás Pereira, 42 anos, da TI Nonoai, foi eleito presidente do Conselho Estadual do Índio, entidade criada no último mês de agosto. A escolha seguiu-se à aprovação do regimento interno da nova entidade. O conselho tem 18 membros, sendo nove indígenas e nove representantes do governo. Caberá ao grupo discutir os rumos da política indigenista no RS. *(Zero Hora, 30/11/96)*

VEREADORES

A Câmara Municipal de São Valério do Sul (RS) terá, na nova legislatura, três representantes indígenas entre seus 22 vereadores. Um deles, Danilo Jerônimo, índio Kaingang, foi o terceiro mais votado. Ele foi eleito com um programa para melhorar a qualidade dos solos da região. *(Jornal do Commercio, 12/11/96)*

FORMATURA DE PROFESSORES INDÍGENAS

Vinte e dois índios Kaingang, entre eles duas mulheres, receberam ontem seus diplomas do curso de Formação de Professores Indígenas Bilíngües, pelo qual estão aptos a dar aulas em suas comunidades nos estados de RS e SC. A solenidade de formatura ocorreu diante da presença de lideranças indígenas e autoridades estaduais da área de educação na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Autorizado pelo Conselho Estadual de Educação em janeiro de 1994, o curso tem duração de três anos. Funciona como um supletivo de segundo grau. Cerca de 80% do conteúdo é desenvolvido em sala de aula e o restante, nas próprias aldeias. *(Zero Hora, 19/12/96)*

UNIVERSITÁRIOS

Um grupo de dez Kaingang está matriculado em Direito, Enfermagem, Agronomia, História e Pedagogia na Unijuí. Um convênio entre a Universidade e a Funai está possibilitando o acesso dos índios ao ensino superior desde 1992. A Funai encarrega-se do pagamento das mensalidades. Aos índios cabe conquistar a aprovação no vestibular. Recebem, ainda, auxílio do Programa Ecumênico da Obra Diacônica da Alemanha. Os estudantes buscam no ensino superior o conhecimento necessário para defender a cultura e os interesses dos povos indígenas. *(Zero Hora, 18/06/97 e 13/09/98)*

KAINGANG/TERRAS

TERRAS DEMARCADAS E DEPOIS LOTEADAS

A primeira demarcação de um território Kaingang no RS ocorreu em 1856, quando o governo do Estado reservou os aldeamentos de Guarita, de Campo do Meio e de Nonoai para os índios. O maior deles, Nonoai, tinha 420 mil ha, mais de dez vezes a área atual.
As maiores demarcações de terras indígenas no RS ocorreram entre 1911 e 1918. O governo do Estado separou 11 áreas de assentamento, num total de 98 mil ha. Nasceram nessa época as reservas de Ligeiro, Faxinal (Cacique Doble), Caseros, Carreteiro, Nonoai, Ventarra, Inhacorá, Guarita, Serrinha, Votouro e Votouro Guarani.
As reservas indígenas gaúchas diminuíram de tamanho em quatro etapas, quando quatro diferentes governantes gaúchos decidiram realizar projetos de colonização nas terras dos índios. O primeiro foi Cordeiro de Farias, interventor federal, que entre 1941 e 1942 criou reservas florestais. O processo foi incrementado em 1948 por Walter Jobim, que criou o parque florestal de Nonoai dentro de uma área Kaingang e loteou parte dela entre colonos brancos, dando origem à chamada 4ª Seção de Planalto. O governador Ildo Meneghetti mandou colonizar parte da Serrinha, em 1955. Entre 1958 e 1962 foi a vez de Leonel Brizola realizar projetos de colonização, especialmente em Ventarra. *(Zero Hora, 15/09/98)*

HISTÓRICO DE LUTA

No início do seculo, os índios gaúchos eram donos de 98 mil ha de terras. Desde então, perderam mais de 45 mil ha. A retomada do território subtraído começou há duas décadas e não parou mais. Nesse período, os Kaingang recobraram cerca de 20 mil ha, mediante acordos ou confrontos que resultaram em mais de uma dezena de incidentes envolvendo brancos e índios. Estes foram os mais importantes:

- **maio de 1978** - Ocorre a mais violenta batalha já registrada entre índios e brancos no Estado. Liderados pelo cacique Nelson Xangrê, 1,5 mil Kaingang expulsam 3 mil colonos que viviam clandestinamente na reserva indígena de Nonoai. Sete escolas queimadas, um agricultor morto e mais de uma dezena de feridos dos dois lados é o saldo do conflito. Os brancos fogem às pressas e a reserva, de 14910 ha, é retomada pelos índios. Esse exército de 3 mil colonos expulsos forma o embrião do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).
- **fevereiro de 1992** - Mais de mil Kaingang liderados pelo cacique José Orestes do Nascimento, o Zé Lopes, queimam as casas dos guardas florestais e invadem os 16.499 ha do Parque Estadual de Nonoai, uma das maiores áreas de preservação ecológica do Estado. Os índios permanecem lá até hoje, com direito reconhecido pela Justiça.
- **agosto de 1992** - Um grupo de 150 Kaingang invade o aeroporto de Iraí, que era território indígena no início do século. Apesar dos protestos da prefeitura, os índios estão lá até hoje. Em março de 1993, eles seqüestraram durante meia hora o avião do então ministro da Previdência, Antônio Britto, que pousou no aeroporto sem autorização dos índios.
- **setembro de 1996** - quatro agricultores são sequestrados por 30 Kaingang armados e mantidos em cativeiro por quase 24 horas. Os colonos haviam comprado a propriedade que ficava dentro de antigas terras indígenas. Os índios exigem que os brancos paguem 30% sobre a colheita do trigo ou terão a lavoura queimada. Os colonos são libertados pela polícia.
- **junho de 1998** - Índios Kaingang mantêm como reféns quatro funcionários da Funai. Exigem pressa na retomada das terras Serrinha. Os brancos são liberados depois de algumas horas. Em julho, o prefeito de Constantina, Rui Dallagnol, vira refém de outro grupo de Kaingang, que também ocupa uma escola, deixando 200 crianças sem aulas. O prefeito é liberado no mesmo dia e a escola, em três dias. *(Zero Hora, 13 e 16/09/98)*

GOVERNO DO RS REASSENTA AGRICULTORES

O governo do Estado do RS elaborou um programa para reassentar os colonos que receberam lotes em terras indígenas em governos anteriores. Além de garantir os direitos indígenas, tem como meta manter esses produtores rurais no campo, recompondo seus bens, imóveis e terras. O programa de Reassentamento de Agricultores Residentes em Terras Indígenas foi iniciado em 1999, com duração de quatro anos.
Terão direito ao reassentamento todos os agricultores e trabalhadores rurais atingidos pela área considerada legalmente indígena após processo finalizado pela Funai e posteriormente cadastradas pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado e pelo Incra.
Uma comissão formada por esta Secretaria e pelo Instituto está analisando caso a caso para definir quem tem direito a ser reassentado, de acordo com critérios estabelecidos legalmente. Em algumas situações, como de aposentados por idade, invalidez ou doença, o Governo do Estado pagará o título da terra. A Funai paga a benfeitoria de todos aqueles que tem sua ocupação considerada, por ela, "de boa fé".

Ao todo, deverão ser reassentadas 1.400 famílias que situam-se nas TIs Monte Caseros, Ventarra, Serrinha e Quarta Seção Planalto (Nonoai). *(Secretaria da Agricultura e Abastecimento do estado do RS, ago/00)*

KAINGANG/BORBOLETA (RS)

OCUPAÇÃO DE TERRENO EM SALTO DO JACUÍ

Um grupo de cerca de cem índios Kaingang invadiu um terreno da prefeitura de Salto do Jacuí, para reivindicar a demarcação de uma área na região de Espumoso. O grupo armou barracas no local, situado ao lado do prédio da Câmara de Vereadores. Os Kaingang prometem só sair do local quando a Funai publicar no DOU a portaria que cria uma comissão encarregada de efetuar o laudo antropológico e fundiário da área reivindicada, que se situa nos municípios de Salto do Jacuí, Espumoso e Tunas. Conforme o líder do grupo, Abílio Padilha da Silva, residente em Cruz Alta, os verdadeiros donos das terras são cerca de 800 famílias Kaingang espalhadas em diversos municípios do Alto Jacuí e da Região Metropolitana. O processo de expulsão das famílias teria começado no início do século passado. Os Kaingang alegam que, em negociações anteriores, a Funai teria se comprometido a publicar a portaria. "Por dez anos, esperamos em casa que a Funai tomasse medidas para demarcar a área", diz Silva. "Como nada foi feito, resolvemos adotar outras formas de luta". *(Zero Hora, 27/08/97)*

FAMÍLIAS ACAMPADAS TÊM PRAZO PARA DEIXAR O LOCAL

O grupo de 72 famílias Kaingang que há seis meses acampou em uma área pública no centro de Salto de Jacuí para reivindicar terras, tem um prazo até 15 de abril para deixar o local. A situação das famílias acampadas é precária. Elas recebem alimentos da Funai uma vez por mês. A Câmara de Vereadores fornece água potável. As famílias não pretendem sair da área até que a situação seja resolvida. Conforme o antropólogo da Funai Gilmar Basso, integrante do grupo de estudos sobre a procedência das terras, o relatório sobre as investigações será entregue ao presidente da Funai em maio. "Constatamos que a área era tradicionalmente ocupada por grupos indígenas", afirma ele. Os proprietários da área reivindicada ficaram sabendo há pouco tempo que corriam o risco de perder suas terras. No dia 5 de fereveiro, os agricultores começaram a se organizar e formaram uma comissão para acompanhar o processo. Conforme o diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espumoso, Roberto Carlos Iopp, 80% dos ocupantes das terras da área são pequenos produtores rurais. "São cerca de 1,2 mil famílias que moram e produzem no local e que estão sofrendo grande pressão", diz ele. "Não se pode resolver o problema dos índios prejudicando os agricultores". *(Zero Hora, 09/03/98)*

OCUPADA SEDE DA FUNAI EM PASSO FUNDO

Cerca de 50 Kaingang procedentes de Cruz Alta ocuparam pacificamente, por sete horas, ontem, a sede da Funai de Passo Fundo. Eles exigiam a criação de um grupo de trabalho para um estudo antropológico que defina o direito ao assentamento em 48,7 mil ha na região de Espumoso. Um dos líderes dos índios, Abílio da Silva, afirmou que a área pertenceu aos seus antepassados e quer recuperar a posse. Ele contou ainda que em 1995 a Funai chegou a criar um grupo de trabalho para a identificação da área indígena, mas o processo parou. Os Kaingang deixaram o local quando o administrador da Funai, Glênio Alvarez, obteve confirmação de Brasília da liberação de R$ 25 mil para a formação do grupo de trabalho. *(Diário do Nordeste, Zero Hora, Folha de Boa Vista, 06/08/98)*

GRUPO OCUPA TERRA...

Cerca de 1,5 mil descendentes de índios Kaingang ocuparam, no final da noite de ontem, uma área de 48,7 mil ha, distribuída pelos municípios de Espumoso, Campos Borges e Salto do Jacuí, entre as nascentes dos rios Caixões e Jacuizinho, no Planalto Médio. Eles reivindicam o assentamento das famílias na área, denominada Borboleta. A terra reclamada pelos Kaingang hoje é ocupada, na sua maior parte, por agricultores. *(Zero Hora, 15/03/99)*

... E COLONOS REAGEM

Dezenas de produtores rurais que cultivam lavouras e criam gado dentro dos limites da área da Borboleta – de 48,7 mil ha que forma no mapa o desenho de uma borboleta de asas abertas – estiveram reunidos ontem na sede comunitária da Serra dos Engenhos, no município de Espumoso, para discutir providências diante da ameaça de um grupo formado por 230 famílias de descendentes de índios caingangues. Os indígenas montaram acampamento numa fazenda de 234 ha e anunciaram que estão voltando para casa. A área, garantem os kaingangues, pertencia a seus antepassados e retomá la é um direito. *(Zero Hora, 17/03/99)*

ÍNDIOS SERÃO TRANSFERIDOS

Os 800 Kaingang acampados na Fazenda Borboleta, em Espumoso, serão transferidos para uma área arrendada pela Funai no município. A mudança será realizada amanhã e atende a decisão da Justiça, que determinou há duas semanas a reintegração de posse da área ao proprietário da Borboleta. *(Zero Hora, 05/05/99)*

KAINGANG/TI GUARITA (RS)

AGENTES DO IBAMA SÃO SURPREENDIDOS

O chefe do posto do Ibama de Santa Rosa (RS), Lair Ferreira, recebeu ontem da polícia parte dos armamentos retidos por índios da TI Guarita. As armas - duas espingardas e três revólveres - estavam em poder dos índios desde que cinco agentes do Ibama foram mantidos prisioneiros, no último dia 2, durante uma patrulha de fiscalização na TI. O objetivo da patrulha era verificar denúncias de desmatamento e queimadas.
Há suspeitas de que a madeira extraída estaria sendo retirada da área à noite. A equipe chegou ao local no dia primeiro, domingo, onde trabalhou o dia inteiro. Na manhã seguinte, erraram o caminho e foram surpreendidos por cerca de 80 índios, segundo disse um dos agentes. O representante da Funai, Mauro Wagner, negociou a liberação dos agentes pelos índios. Três dias depois do infeliz encontro, a Brigada Militar foi chamada pelo líder Kaingang Valdir André Joaquim, que entregou as armas aos policiais. *(Zero Hora, 07/09/96)*

ARRENDATÁRIOS E MADEIREIROS TERÃO QUE SAIR

Uma das mais longas e sangrentas disputas de terra está chegando ao fim no RS. Embora os Kaingang sejam os donos oficiais da TI Guarita, no Alto Uruguai, há muito tempo arrendatários clandestinos e madeireiros ilegais tomaram conta da área. A Guarita é um pedaço fértil do solo gaúcho: são 23,4 mil ha, do quais 15 mil apropriados para a lavoura mecanizada e o restante coberto por uma exuberante floresta de madeiras nobres. Só nos últimos anos, a luta por essas terras deixou um saldo de 36 mortos - 30 índios e seis brancos - e dezenas de feridos.
Depois de uma longa batalha judicial, a Funai se prepara para retirar os exploradores da área. "Esperamos tirar os últimos arrendatários ilegais até o início do próximo ano", diz o repre-

sentante da Funai, Glênio Alvarez. Dos mais de 500 arrendatários e madeireiros que ocupavam a área, restam em torno de 20. A saída dos brancos de Guarita não significa uma vitória dos índios, mas um novo capítulo na história da comunidade de 3 mil Kaingang. Os arrendatários foram embora e deixaram para os índios uma alta mortalidade infantil, o solo exaurido e as florestas arrasadas.
Em Guarita, a situação se encaminhava para a extinção dos Kaingang. Na época do SPI, até cidades surgiram dentro dos limites da área. Apesar dos índios terem o título de propriedade das terras, eram os brancos que mandavam por meio de um esquema baseado na corrupção dos chefes indígenas. Havia, assim, duas reservas: a Guarita do "cacique" Domingos Ribeiro, de onde os brancos tiravam ilegalmente madeira de lei, e a outra chefiada por Ivo Sales, que vivia do arrendamento clandestino das terras para agricultores. Armados pelos brancos, os caciques travaram várias lutas pelo domínio da área. No início dos anos 90, um movimento entre os jovens Kaingang reunificou a comunidade. Hoje, o líder Valdir Joaquim é vigiado pelos jovens. *(Zero Hora, 04/12/96)*

CACIQUE É PRESO

O cacique da TI Guarita Valdir Joaquim, ficou preso durante dois meses no Presídio Regional de Santo Ângelo, na região das missões, por roubo de armas de fogo e por submeter funcionários do Ibama à situação de constrangimento. Os servidores tinham ido ao local investigar denúncias de extração de madeira e arrendamento de terras. O cacique foi posto em liberdade provisória há 20 dias. Estão em tramitação dez inquéritos apurando irregularidades cometidas em 24 mil ha de Guarita. *(Diário Catarinense, 15/04/97)*

VIROSE MATA DEZ

Uma virose já matou dez índios Kaingang da TI Guarita. As mortes aconteceram desde o final de dezembro até a semana passada. O Secretário de Saúde e do Meio Ambiente, Germano Bonow, foi notificado da situação por meio de um relatório feito pela equipe de médicos que esteve na reserva na semana passada. O relatório alerta que o número de mortos poderá aumentar, pois há vários doentes. O vírus que está matando os Kaingang é do tipo comum, causador de gripe, e a virose só se tornou mortal porque os índios estão desnutridos. *(Zero Hora, 31/01, Jornal de Brasília, A Gazeta, 01/02/98)*

PROJETO É ALTERNATIVA AOS ARRENDAMENTOS

Projeto envolvendo a Procuradoria da República, o Ministério da Agricultura, a Funai, a Emater e a Prefeitura de Tenente Portela começou a ser implantado em caráter experimental em duas aldeias. Em dois complexos de agroindústrias vão funcionar unidades-modelo de beneficiamento de arroz, milho, mandioca, massas, bolachas, pães e doces caseiros para consumo dos próprios índios. Haverá também área para criação coletiva de suínos, bovinos, aves e abelhas. O Kaingang João Batista Claudino admite que ainda há resistência dos índios em participar: "Acham que a forma de trabalho conjunto não é para eles". A morte das crianças por virose e desnutrição, no começo do ano, chegou a ser usada por alguns índios e por não-índios como argumento para sugerir a volta da exploração das áreas indígenas, na forma de arrendamentos, como saída para crise. "Na época dos arrendamentos, não existia índios morrendo de desnutrição", diz o Kaingang Demétrio Sales Ribeiro. A informação não procede. O relatório da Funai sobre a saúde dos índios no Estado em 1995 e 1996 já apontava um déficit nutricional das crianças indígenas 2,5 vezes maior que o das nordestinas. *(Zero Hora, 15/02/98)*

EXTORSÃO CONTRA OS ÍNDIOS

Um esquema de extorsão na TI Guarita supostamente montado por comerciantes do noroeste do Estado começou a ser desbaratado pela Polícia Federal de Santo Ângelo. Desde o início do ano, os policiais investigavam uma fraude que estaria prejudicando índios de reservas no norte do Estado e nas Missões. Na reserva da Guarita há em torno de mil aposentados, que gastam cerca de R$ 130 mil em mercados. O funcionário da Funai de Tenente Portela José Mariano, 36 anos, prefere não citar nomes, mas garante que a extorsão ocorre há muito tempo. *(Zero Hora, 31/01/99)*

KAINGANG/TI INHACORÁ (RS)

SITUAÇÃO DA TI

Foi homologada em 1991 com 2.843 ha. Sua área, originalmente, era de 5.589 ha. Destes, 1.737 ha foram destinados a uma estação experimental agrícola e 3.062 ha para colonos brancos. Atualmente, os índios recuperaram parte da área, mas na Vila Coroados moram mais de mil brancos. Nem a Funai, nem o governo do Estado, cadastraram ou indenizaram os brancos de Vila Coroados. A estação experimental foi ocupada por 642 Kaingang que vivem na região. *(Zero Hora, 13/09/98)*

KAINGANG DE IRAÍ (RS)

PROTESTO CONTRA O DECRETO 1.775

Um grupo de 40 índios Kaingang de Iraí protestou ontem contra o Decreto 1775/96, assinado pelo presidente FHC no dia 8 de janeiro de 1996. O decreto permite que fazendeiros, mineradores e demais interessados em áreas indígenas ingressem com ações judiciais pedindo a posse das terras. "Queremos apoio para ir a Brasília e levar um documento pedindo a revogação deste decreto", disse o cacique Valdemar Tokyffyn. *(Zero Hora, 21/02/96)*

FUNCIONÁRIOS DA FUNAI REFÉNS

Um grupo de Kaingang tomou dois funcionários do escritório da Funai, em Iraí, como reféns. Os índios, comandados pelo cacique Augusto da Silva, exigem a presença de Glenio Alvarez para formalizar denúncia contra o administrador local da Funai, Altair Loureiro de Mello, que teria deixado de dar socorro médico a um integrante daquela comunidade durante o fim de semana. Eles querem ainda o afastamento do chefe do posto. *(Zero Hora, 26/05/99)*

KAINGANG/LIGEIRO (RS)

CONFLITO LEVA 17 ÍNDIOS À CADEIA

O cacique Florindo Lima e outros 16 índios da TI Ligeiro, em Charrua, estão presos desde a madrugada de sábado no Presídio de Passo Fundo, depois de um confronto. O cacique, líderes e a comunidade da reserva participaram de uma briga, e foi necessária a interferência da Polícia Federal, da delegacia regional da Funai de Passo Fundo e da Procuradoria da República para acabar com o impasse. Quatro índios ficaram feridos. O conflito na reserva de Ligeiro começou há algumas semanas. A comunidade se revoltou com o que chamou de arbitrariedade da polícia indígena e do cacique. *(Zero Hora, 12/10/98)*

NOVOS LÍDERES

Representantes da Funai e da Procuradoria da República legitimam, nesta sexta-feira, os novos líderes indígenas na área de Ligeiro. Os re-

presentantes da reserva, indicados pela comunidade depois de um conflito que terminou com a prisão de 17 índios no dia 9 de outubro, serão apresentados oficialmente ao administrador regional da Funai em Passo Fundo, Glênio Alvarez, e ao procurador Juarez Mercante. O cacique é Valdemar Mendonça, oriundo de Ligeiro e atualmente morando na TI de Carreteiro, município de Água Santa. O novo chefe do posto indígena, Paulo Sendeski, assumiu no último dia 13.

As duas facções da comunidade indígena decidiram por não realizar eleição para cacique. Em vez disso, organizaram a liderança, composta por membros que não faziam parte do grupo destituído. *(Zero Hora, 21/10/98)*

KAINGANG/TI MONTE CASEROS (RS)

LIXÃO AFETA SAÚDE

Um depósito de lixo a céu aberto, em Ibiraiaras, na margem da estrada que liga o município a Davi Canabarro, é um foco de problemas para a população, principalmente para a comunidade indígena de Monte Caseiros, a três quilômetros do lixão. Junto ao depósito, corre um riacho que deságua no Rio Carreiro, usado pelos índios para lavar roupas e tomar banho. Três vezes por semana, um caminhão da prefeitura de Ibiraiaras despeja dejetos no local. O cacique Gabriel Claudino conta que a comunidade já entrou em contato com a prefeitura, mas nada foi feito. "O lixo traz muita doença", diz Claudino. A situação, conforme a chefe da seção de saúde da Funai em Passo Fundo, Elenir Coruaia, foi denunciada à Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), que autuou o município em maio. Em seguida, a prefeitura apresentou uma nova área para o depósito do lixo, mas a Fepam exigiu complementação de dados técnicos, que nunca foi apresentada. A prefeitura também foi autuada pelo Ibama em novembro de 1995, com uma multa de R$ 700 por dia, que não foi paga. No último dia 24, o caso foi parar no Ministério Público de Lagoa Vermelha, que tentará um acordo com a prefeitura de Ibiraiaras. *(Zero Hora, 06/12/97)*

KAINGANG/TI NONOAI (RS)

SULLIVAN VISITA ACAMPAMENTO

O novo presidente da Funai, Sullivan Silvestre Oliveira, fez ontem uma pequena visita ao grupo de 35 famílias Kaingang que vive num acampamento sem as mínimas condições de higiene e saneamento básico a poucas quadras do centro de Chapecó – SC. O grupo é dissidente da TI Nonoai-RS. Sullivan foi recebido pelo conselho que administra a aldeia e ao receber um documento com as reivindicações dos índios, prometeu que irão finalmente ser transferidos e assentados numa nova reserva. "É prioridade absoluta resolver esta questão", garantiu. Oliveira autorizou o administrador da Funai da região, Irani Cunha da Silva, a contratar uma equipe de antropólogos para realizar o laudo antropológico para embasar a destinação de uma nova área para o assentamento dos índios. *(A Notícia, 20/09/97)*

TERRA DEMARCADA É REIVINDICADA...

A Funai de Chapecó, em SC, responsável pelas reservas que abrangem os municípios de Nonoai e Planalto, no RS, está enfrentando problemas para realizar os levantamentos na área de 21.198 ha que foi demarcada. Os colonos não permitem que a Funai faça o levantamento das benfeitorias e não querem deixar o local. A área em litígio envolve 17,5 mil ha de terras situados dentro do Parque Florestal. Outros 1,2 mil ha pertencem a Nonoai e 2,5 mil situam-se na área mais polêmica: a 4ª Secção, em Planalto. Essa área em litígio envolve as terras mais produtivas do município. De economia essencialmente agrícola, 70% da produção de Planalto pertence à 4ª Secção. A área indígena original demarcada pelo governo do Estado em 1910 era de 34.908 ha. Nos últimos quatro anos, os Kaingang vêm reivindicando a posse sobre essas áreas, que teriam sido indevidamente retiradas dos índios e tituladas em nome de agricultores que moram e produzem no local desde a década de 60. O Parque Florestal já foi tomado por índios Kaingang e Guarani, que criaram a aldeia Rio da Várzea, atualmente com 250 habitantes. Os índios também ocuparam a localidade de Passo Feio, no Parque Florestal em Planalto. *(Zero Hora, 04/06/98)*

... E RECUPERADA AOS POUCOS

A TI Nonoai ocupa os municípios de Nonoai, Rio dos Índios, Gramado dos Loureiro e Planalto. A área tinha originalmente 34.908 ha. Foi colonizada sucessivas vezes. Em 1978, os índios começaram a retomada da área perdida, expulsando posseiros brancos que ocupavam 14.910 ha. Em 1992, tomaram o Parque Estadual de Nonoai (16.499 ha), que tinha sido transformado em reserva ecológica.

Os 3,2 mil índios da região pretendem retomar 2.199 ha que lhes pertenciam e hoje estão na 4ª Seção do município de Planalto, povoada por centenas de famílias brancas. Ali existem 34 aviários e um posto de resfriamento de leite. A área responde por 70% da economia de Planalto. Nem a Funai, nem o governo do Estado, cadastraram ou indenizaram mil brancos que residem na 4ª Seção do Planalto. *(Zero Hora, 13/09/98)*

ESTRADA RS-324 É BLOQUEADA

Cerca de 600 índios Kaingang interromperam ontem o tráfego no km 20 da RS-324, na reserva indígena de Pinhalzinho, município de Planalto, na região do Alto Uruguai. Eles reivindicam rapidez na desocupação de 16,1 mil ha de terras, localizadas entre os municípios de Planalto e Nonoai, baseados na portaria de demarcação das terras publicada pelo Diário Oficial da União no dia 14 de dezembro do ano passado. A área é atualmente ocupada por 300 famílias de agricultores. Os ndígenas exigem maior rapidez no levantamento das benfeitorias dos agricultores e na desocupação da área. *(Zero Hora, 23/03/99)*

OCUPAÇÃO DESAFIA GOVERNO DO ESTADO

Depois de quase duas horas de conversa com um grupo de índios Kaingang que ocupa há uma semana uma área em Nonoai, o secretário estadual do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, Tarcísio Zimermman, deixou o local com a sensação de que a pendenga entre os indígenas e o ex-prefeito Ademar Dall Asta, que disputam a área de 1,2 mil ha na Justiça há nove anos, pode estourar nas mãos do governo do Estado. Desde que Dall Asta teve assegurado o direito de fazer a colheita da soja plantada no local, o Palácio Piratini está na mira do Poder Judiciário. O governador Olívio Dutra resiste em destacar força policial para garantir a colheita, tentando evitar o conflito e assume, assim, uma posição de desobediência à lei. Resta a esperança de que as partes cedam antes de que seja

ordenada uma intervenção federal no Rio Grande do Sul. *(Zero Hora, 28/04/99)*

DESNUTRIÇÃO MATA CINCO CRIANÇAS

Péssimas condições de higiene, alimentação inadequada e elevadíssimo grau de desnutrição estão levando aos hospitais e à morte crianças de duas aldeias Kaingang de Nonoai, no norte do Estado. Duas meninas estão internadas – uma delas em estado grave – no Hospital Comunitário. No último mês morreram cinco crianças. Segundo o secretário muneipal de Saúde, Valter Calsa, as condições de sobrevivência nos locais são precárias e se agravam com o volume insuficiente de vales-leite distribuídos pelo governo estadual por meio do Programa Estadual do Leite. *(Zero Hora, 21/07/99)*

DESGOVERNO PÚBLICO

A falta de entrosamento entre os poderes públicos municipal, estadual e federal explica os problemas que estão afetando a saúde da comunidade indígena do norte do Estado, principalmente nas aldeias localizadas em Nonoai. A constatação é admitida pelos representantes da prefeitura, do governo do Estado, da Funai e da Funasa. O secretário municipal de Saúde de Nonoai, Valter Calsa, porém, afirma que a quantidade de medicamentos enviados por parte do governo estadual é escassa. Além disso, ele acusa o Estado de não ter levado energia elétrica a uma das aldeias, impedindo assim o funcionamento de bombas para o fornecimento de água. *(Zero Hora, 24/07/99)*

OUTRA OCUPAÇÃO

Cerca de 80 índios Kaingang ocupam a propriedade de 23,5 ha de Celso Luiz Rigo em Planalto, no norte do Estado. Na tarde de ontem, o cacique José Lopes disse que pretende levar ainda mais índios para o local e que a comunidade somente sairá da propriedade se o governo usar a força para fazer a retirada. A invasão, disse Lopes, teria sido provocada pela indignação dos indígenas depois que o prefeito Moacir Zílio (PPB) concedeu entrevista a uma rádio, na qual teria orientado os proprietários de áreas em litígio a não autorizarem a realização do levantamento que vem sendo feito por técnicos da Funai. O promotor público federal Juarez Merante, em Passo Fundo, requisitou a gravação. *(Zero Hora, 13/11/99)*

KAINGANG/RIO DOS ÍNDIOS (RS)

ÍNDIOS EXIGEM TERRAS NO ALTO URUGUAI

Um grupo de cerca de 200 Kaingang – todos carregando mochilas, arcos, flechas, facões e pedaços de pau – chegou na manhã de ontem a Vicente Dutra, no Alto Uruguai. Esse grupo, uma espécie de tropa de choque, se reúne sempre que precisa pressionar as autoridades. O grupo é composto por representantes de reservas gaúchas, catarinenses e paranaenses. Com a intenção de pressionar a Funai a fazer a demarcação de terras, os índios acamparam a cerca de 150 metros do centro da cidade, ameaçando invadir os balneários de águas minerais da região. Segundo os índios, os balneários estariam dentro de uma área de 1,5 mil ha reivindicada há 15 anos pelos Kaingang. A área compreenderia as Termas Minerais Águas do Prado, um empreendimento turístico privado que recebe a cada ano dez mil turistas (o que representa 30% da receita do município). O que está acontecendo em Vicente Dutra não é um fato isolado. Faz parte de uma investida dos Kaingang para retomar as terras do Alto Uruguai que lhes foram expropriadas. Em 1962, o governo do Estado tomou e colonizou 60 mil ha que pertenciam a reservas indígenas. Desse total, os índios conseguiram retomar cerca de 2,5 mil ha. *(Zero Hora, 26 e 27/08/98)*

KAINGANG/TI SERRINHA (RS)

RETORNO À TI

Um grupo de 300 índios Kaingang, oriundos das TIs Nonoai e Votouro ocupou, na madrugada de ontem, uma área próxima à rodovia RS-324, em Ronda Alta, região norte do estado. Os índios argumentam que a área, de 11,9 mil ha lhes pertence desde 1911 e foi arbitrariamente desapropriada pelo governo estadual, em 1962, para o assentamento de 3 mil famílias de pequenos agricultores. Atualmente, vivem na área cerca de 1,5 mil famílias de pequenos agricultores.
Os índios prometem permanecer no local até que a União admita que eles são donos das terras. Segundo um dos líderes do movimento, Dorvalino Forte, são esperados mil outros índios vindos de SC, PR e MS. Caso as providências por parte do governo demorem, os índios prometem interditar a estrada e ocupar as terras onde estão instaladas as famílias de colonos. O administrador da Funai em Chapecó, Ademir Migliavaca, declarou ontem estar aguardando orientações da direção do órgão em Brasília. *(Zero Hora, 07/11/96)*

RS-324 BLOQUEADA POR AGRICULTORES

Cerca de mil agricultores de Ronda Alta bloquearam ontem, por quase duas horas, a RS-324, no acesso à cidade. Os manifestantes integram o grupo de 1,2 mil famílias ameaçadas de terem suas terras desapropriadas pela Funai. Ontem, os colonos formaram uma comissão que buscará uma audiência com o governador Antônio Britto. Os manifestantes realizaram uma Assembléia na localidade de Alto Alegre, e depois seguiram para a RS-324, onde fizeram o bloqueio. Às margens da estrada, estão acampados 280 Kaingang desde novembro de 1996. *(Zero Hora, 02/09/97)*

JUIZ DETERMINA DEMARCAÇÃO

Decisão da Justiça Federal, em sentença assinada pelo juiz Luiz Carlos Servi, em Passo Fundo, determina à Funai a demarcação das terras de Serrinha, que abrange os municípios de Ronda Alta, Constantina, Engenho Velho e Três Palmeiras, num prazo máximo de 30 dias. A decisão foi publicada no Diário Oficial da Justiça Federal do RS no dia 27 de março. "A retomada pode demorar de um a dez anos, mas é inevitável", afirmou o procurador da República Juarez Mercante, do MPF, que ajuizou a ação. O prazo para a demarcação tem o objetivo de acelerar o processo de desocupação. O procurador da União Elmar Luis Kiehel vai recorrer da decisão. Ele entende que a União não pode receber um prazo para resolver uma questão tão delicada.
Os agricultores não contestam a legitimidade das terras dos Kaingang, mas querem ser ressarcidos ou reassentados em outro local. Os colonos estão em Brasília para participar hoje de uma reunião na sede do Incra. O agricultor Olenir Pagotto representa a Comissão dos Agricultores em Áreas Indígenas no encontro e vai discutir o reassentamento dos colonos. *(Zero Hora, 01/04/98)*

SITUAÇÃO DA TERRA

Serrinha ocupa os municípios de Constantina, Engenho Velho, Ronda Alta e Três Palmeiras. A área tinha originalmente 11950 ha. Em 1968, quando já estava reduzida a 1060 ha, foi totalmente colonizada por não-índios. Atualmente, restam mais de 300 índios acampados em barracas ali e 5 mil brancos ocupando suas terras.

Só neste ano foram registrados quatro incidentes entre índios e brancos. Engenho Velho vai perder 52% do seu território se for entregue aos Kaingang. A Funai realizou o levantamento de benfeitorias de 29 propriedades de brancos e 18 já foram pagas. Outros 90 serão cadastrados em breve. O processo é lento, pois são 1,2 mil famílias brancas. O governo ainda não indenizou nenhuma terra. *(Zero Hora, 13/09/98)*

COLONIZADOR FARIA TUDO DE NOVO

João Américo da Silva é um dos poucos de Ronda Alta que conclamam abertamente seus vizinhos a não entregarem suas propriedades aos Kaingang, a menos que recebam muito dinheiro para isso.

Como fiscal da Secretaria Estadual da Agricultura, ele foi um dos responsáveis pelo plano de colonização da área, que resultou na saída dos índios da região. O cacique de Nonoai, Zé Lopes, expulso de Serrinha na década de 60, garante que Américo prendia e maltratava todos os índios que se recusavam a deixar a reserva. Américo nega os maus tratos, mas confirma ter retirado os índios da região, levando-os a Nonoai, e diz que faria tudo de novo. "Índio não planta, trabalha mal a lavoura. Era muita terra para pouco bugre. Havia apenas umas 30 famílias de Kaingang, então loteamos a área para os colonos produzirem", justifica João Américo, convicto. *(Zero Hora, 13/09/98)*

COLONOS E ÍNDIOS FECHAM RS-324...

Agricultores e Kaingang reivindicam a demarcação de terras no norte do Estado. Eles bloquearam ontem a RS-324 entre os municípios de Ronda Alta e Três Palmeiras. Instalados no km 209, cerca de 50 kaingang reivindicam a desapropriação de 11,9 mil ha na Terra Indígena de Serrinha, habitada por agricultores há quase meio século. Perto dali, no km 205, dezenas de colonos protestam contra os governos estadual e federal pela demora do assentamento e do pagamento de indenizações por benfeitorias às 1,2 mil famílias que vivem no local. *(Zero Hora, 06/10/99)*

... E CHEGAM A ACORDO COM A FUNAI

Depois de negociarem durante três dias com o governo federal, em Brasília, representantes dos Kaingang e de agricultores fecharam acordo com a Funai. Com a liberação assegurada de R$ 1,5 milhão para os agricultores que serão reassentados depois das terras serem devolvidas aos indígenas, os manifestantes que permaneciam acampados à margem da RS-324 terminaram ontem a vigília no trecho entre Três Palmeiras e Ronda Alta. *(Zero Hora, 16/10/99)*

KAINGANG/TI VENTARRA (RS)

PLANTIO EM ÁREA REIVINDICADA

Armados de arcos e flechas, mais de cem índios Kaingang ocuparam uma área de 50 ha no interior de Erebango (RS). Os índios, da TI Ventarra, vizinha às terras ocupadas, semearam cevada e depois voltaram para seu acampamento. A propriedade invadida é da Sociedade Getuliense de Amparo ao Menor (Sogeasma). Os Kaingang reivindicam, desde a década de 60, 753 ha na região do Alto Uruguai. Os 50 ha da Sogeasma fazem parte da área que os índios exigem de volta. "Em 1962, o governo estadual distribuiu indevidamente as terras indígenas entre colonos", informou o administrador da Funai em Passo Fundo, Jaci Sbardelotto. A Funai pede, junto ao STF, a anulação do ato do governo gaúcho e a devolução da área. A terra, que foi doada à Sogeasma pelo governo, está arrendada para plantio de soja e trigo, que ajuda no custeio de um orfanato para 21 crianças carentes de Getúlio Vargas (RS). *(Jornal do Commércio, 18/05/96)*

MINISTRO ASSINA PORTARIA DE DEMARCAÇÃO...

O ministro da Justiça, Nelson Jobim, assinou no dia 18 de maio de 1996 a Portaria 314, declarando como de posse permanente dos índios Kaingang os 753 ha da TI Ventarra. A portaria determina, ainda, a demarcação da área. *(DOU, 21/05/96)*

... MAS ELA PODE SER ANULADA

A Funai e o Ministério da Justiça pretendem anular portaria do próprio governo que declarou de posse dos índios Kaingang a TI Ventarra. Por discordar da anulação, a diretora do Departamento de Assuntos Fundiários da Funai, Isa Maria Rogedo Pacheco, foi demitida do cargo ontem. Isa Rogedo trabalhava há 22 anos no órgão e já estava em rota de colisão com Júlio Gaiger, presidente do órgão, por discordar do Decreto 1.775.

Embora Ventarra estivesse na lista de TIs contestáveis, a única contestação amparada pelo decreto chegou fora do prazo de 8 de abril. *(FSP, 25/05/96)*

STF SUSPENDE DEMARCAÇÃO...

O STF concedeu liminar que suspende o processo de demarcação da TI Ventarra, onde vivem cerca de 200 índios Kaingang. O STF alega que está analisando ação civil que determinará o domínio das terras, apesar da portaria do Ministério da Justiça ter determinado sua demarcação. O presidente da Funai disse ontem que recorrerá da decisão, solicitando que a demarcação continue até a votação da ação. "Vamos entrar com pedido de efeito parcial, pelo qual faríamos a demarcação, sem fazer o registro das áreas até a decisão final do Supremo". Além da TI Ventarra, o STF suspendeu também a demarcação da TI Monte Caseros.

Ao conceder as liminares, o ministro do STF, Ilmar Galvão, argumentou que a administração pública não pode alterar a titularidade dos imóveis, esclarecendo que os pretensos proprietários possuem registro imobiliário. "Com efeito, ainda eventualmente que se tratem de títulos nulos, somente por meio de sentença judicial poderão ser desconstituídas as matrículas que lhes correspondem no registro imobiliário", justificou o ministro. *(A Crítica, 16/08/96)*

... MAS VOLTA ATRÁS

Atendendo a uma solicitação da Funai, o ministro do STF, Ilmar Galvão, assinou despacho permitindo que os trabalhos de campo da demarcação da TI Ventarra sejam levados adiante. Os trabalhos estiveram ameaçados pela concessão de uma liminar suspendendo os efeitos da portaria do Ministério da Justiça, que determinou a demarcação da área. Com a decisão, a Funai fica autorizada a dar andamento aos trabalhos sem, no entanto, retirar as famílias de colonos que permanecerem nas terras Kaingang. *(ISA, mar/97)*

CONTRATADA EMPRESA PARA A DEMARCAÇÃO

O presidente da Funai, Júlio Gaiger, assinou o contrato 002/97, pelo qual fica contratada a empresa Laser Sul Informatização Topográfica Ltda. para executar os trabalhos de demarcação topográfica da TI Ventarra. O contrato, no valor de R$ 8.320,00, fixa um prazo de 30 dias para a consecução total dos trabalhos, contados a partir da data de assinatura do contrato, dia 20 de janeiro de 1997. *(DOU, 03/02/97)*

TI É HOMOLOGADA

O presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, assina decreto de 14 de abril de 1998 que homologa a demarcação administrativa da TI Ventarra, com 772 ha, como de posse permanente dos Kaingang. *(DOU, 15/04/98)*

KAINGANG/TI VOTOURO

AGRICULTORES SÃO INDENIZADOS

Os Kaingang eram donos de 3.104 ha e os Guarani de outros 741 ha. A área de 1.650 ha foi retirada dos Kaingang e Guarani em 1960 para assentar colonos. A partir de 1992, os índios passaram a reivindicar a posse. Desde 1993, com o reconhecimentos pela Funai de que a terra é dos índios, os Kaingang começaram a recuperar o território. Hoje, 1.183 índios já ocupam 3.053 ha. A Reserva de Votouro foi escolhida pelo governo para iniciar o processo de indenizações porque vive uma situação única: os agricultores deixaram as terras em 1995 e já tiveram as benfeitorias indenizadas pela Funai, mas aguardavam o pagamento das terras. *(Zero Hora, 25/08/98)*

ROUBO DE APOSENTADORIAS

O comerciante e presidente da Câmara de Vereadores de Faxinalzinho, Avelino Vieira dos Santos, é acusado de reter documentos dos índios da Reserva de Votouro para sacar do banco benefícios de aposentadorias. A polícia apreendeu em um cofre de sua propriedade 27 carteiras de trabalho e os cartões magnéticos com os quais ele sacava o dinheiro. Os documentos eram empenhados pelos índios em troca de alimentos. A prática de reter os documentos dos índios aposentados é um hábito antigo na cidade, considerado pelos comerciantes como uma garantia de pagamento. Para devolver os documentos dos índios, os comerciantes exigem que eles terminem de pagar suas dívidas, mas Santos afirmou que eles "sempre gastam mais que recebem" e por isso os documentos não são liberados. Jorge Sipriano, líder da Reserva de Votouro, conta que as carteiras de trabalho e os cartões magnéticos de mais de cem índios aposentados estão retidas em bares ou armazéns de Faxinalzinho. *(Zero Hora, 25/09/97)*

LIBERADO DINHEIRO PARA INDENIZAÇÕES

O governador Vicente Bogo liberou ontem, em Benjamin Constant do Sul, a terceira etapa de indenizações aos agricultores desalojados da TI Votouro. Serão entregues R$ 300.900,00 para 27 produtores. Esta é a primeira vez que um Estado indeniza agricultores que ocupavam terras indígenas. A quarta e última etapa será efetuada até o final deste mês. Serão beneficiados mais 57 produtores com R$ 410.400,00. *(Zero Hora, 25/09/98)*

KAINGANG/TOLDO CHIMBANGUE (SC)

PARTE DA TI É RECUPERADA

O presidente substituto da Funai, Roque de Barros Laraia, aprovou o relatório de identificação e delimitação da TI Toldo Chimbangue II, com superfície e perímetro aprovados de 975 ha e 17 km respectivamente, no município de Chapecó (SC). A aprovação significa o reconhecimento oficial da ocupação da terra pelos Kaingang, e é o mais recente capítulo de uma longa história de expropriação territorial sofrida por esses índios. Anteriormente, os Kaingang já haviam recuperado uma parte do Toldo Chimbangue. Faltava a outra.

Longa história - Segundo o resumo do relatório publicado no DOU, de autoria da antropóloga do Museu do Índio Maria Elizabeth Brêa Monteiro, o Toldo Chimbangue começou a ser alvo de especulação imobiliária ainda no século XIX. Nas primeiras décadas do século XX, essa terra kaingang já havia sido incluída em programas privados de colonização. Paulatinamente, os índios que ali viviam foram empurrados para porções cada vez mais restritas de território, até que, no início dos anos 70, um colono vendeu os últimos cem hectares que ainda lhes cabia.

Muitas famílias kaingangs foram, então, viver com seus parentes em outras áreas, mas 30 delas permaneceram no Chimbangue, tornando-se agregados em suas próprias terras e vivendo dispersas pela área, em função de contratos de trabalho estabelecidos com os colonos. O quadro de penúria enfrentado pelos índios, assim como as relações tensas estabelecidas com os colonos, obrigaram a Funai a dar início, em 1984, aos trabalhos de identificação e delimitação do Toldo Chimbangue.

Entretanto, após uma série de confrontos entre índios e colonos e de protestos de ambas as partes, os procedimentos administrativos para a demarcação da Área Indígena Toldo Chimbangue acabaram resultando na sua redução pela metade: os 1.817 ha originalmente identificados como "área indiscutivelmente Kaingang" reduziram-se a 988 ha, homologados pelo Decreto nº 315, de 29 de outubro de 1991, do presidente da República.

Assim lesados em parte de seu território tradicional, os Kaingang do Chimbangue vinham reivindicando sua demarcação desde 1993, quando enviaram carta nesse sentido à Procuradoria da República em Santa Catarina. Agora, em 2000, através do reconhecimento da TI Toldo Chimbangue II, dão mais um passo para a retomada integral dessa porção de seu território tradicional, que ainda terá que ser declarada de posse permanente indígena, através de portaria do ministro da Justiça, e depois ser demarcada e homologada. *(ISA, a partir de DOU, 17/02/00)*

KAINGANG/TI TOLDO PINHAL (SC)

AS DIFICULDADES DOS ACAMPADOS

Acampados em barracas plásticas em Nova Teutônia, os índios remoem incertezas. O cacique João Gonçalves Myn tenta evitar a desmotivação das famílias, causada pela espera. Gonçalves, que assumiu o lugar do pai quando este morreu de câncer, em 1995, mora na única casa habitável da tribo. As demais famílias moram mal e comem muito pouco. Vivem de cestas básicas federais, que há quatro meses não recebem mais, e de minguadas ajudas da prefeitura de Seara. As 13 famílias, 120 pessoas, aguardam o desfecho arando com uma junta de bois um solo pedregoso nas cercanias do acampamento, onde pretendem produzir algum milho e feijão para o sustento. Consideram-se discriminados, já que os colonos recusaram matricular seus filhos na escola local por lá estudarem 20 crianças Kaingang. O cacique Gonçalves explica que quando a terra lhes for devolvida, 60 famílias indígenas virão para a área. *(Diário Catarinense, 15/09/96)*

FUNAI REFAZ VISTORIA DA ÁREA

Depois da pressão feita por pequenos proprietários de terras de Toldo do Pinhal, três técnicos da Funai iniciaram o levantamento das propriedades dos agricultores que estão dispostos a sair da área, reivindicada pelos Kaingang. A preocupação principal é verificar as benfeitorias feitas após a vistoria de 1993. Os colonos não aceitam sair do imóvel, recebendo apenas os valores correspondentes à estrutura discriminada em 1993. Chega hoje a Chapecó o advogado da Funai, Derli Cardoso Fiúza, que vai analisar a parte jurídica da questão. Em ofício enviado ao presidente da Funai, Júlio Gaiger, oito colonos pediram a formação de um GT para que seja feita a atualização das benfeitorias e que a Funai busque junto ao Incra a obtenção de terras para os reassentamentos. Por fim, pediram a Gaiger providências para que o Ministério da Fazenda libere os recursos disponíveis para o pagamento aos colonos. *(Diário Catarinense, 18/09/96)*

COLONOS ISOLAM CACIQUE

O cacique João Gonçalves Myn ficou cinco dias preso no acampamento dos Kaingang em Nova Teotônia devido a três barreiras montadas pelos agricultores nas estradas da região. Ontem, ele conseguiu sair de carona para Chapecó em um motocicleta, sem ser reconhecido pelos agricultores. A procuradora da República, Ana Lúcia Hartmann, determinou à PM uma averiguação nas proximidades do Toldo Pinhal. Todas as barreiras foram removidas. *(Diário Catarinense, 24/09/96)*

KAINGANG RECEBEM APOIO...

O cacique Augusto da Silva, representante da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Sul (Apois), do RS, chegou ontem a Chapecó para conhecer a situação dos índios que vivem em Toldo do Pinhal que ficaram por cinco dias impedidos de sair do acampamento por colonos da região. Silva disse que veio apoiar a comunidade indígena e ficará o tempo que for preciso. O representante do Cimi, Alberto Capucci Filho, confirmou que a Procuradoria pediu o apoio da PF para executar o desarmamento de índios e colonos, para evitar um conflito armado. *(Diário Catarinense, 25/09/96)*

... E VÃO ÀS URNAS REVOLTADOS

Os Kaingang de Toldo Pinhal foram às urnas ontem sob um clima de tensão. Eles se revoltaram contra a transferência da seção 72 de dentro da reserva para uma escola localizada a sete km do local. O TRE decidiu pela troca devido à formação de barreiras, há cerca de 15 dias, pelos colonos que disputam as terras com os índios. "Eles pensam que a gente não sabe dos nossos direitos, garantidos pela Constituição", disse o cacique João Gonçalves Myn, na frente do colégio onde vai votar. "Longe do nosso local de votação, numa mesa que tem inclusive proprietários de terras que vivem em confronto com a gente, ficamos expostos à discriminação racial", disse o cacique. Todos os índios que compareceram à votação usaram cocar, arco e flecha. *(Diário Catarinense, 04/10/96)*

FUNCIONÁRIOS DO INCRA E DA FUNAI REFÉNS...

Os índios Kaingang de Toldo Pinhal, que haviam tomado como reféns o coordenador regional do Incra, Euclides Basso, e o administrador da Funai, Ademir Migliavaca, fizeram dois novos reféns ontem. São eles o superintendente do Incra, Ademar Simon, e o funcionário da Funai, João Batista Oselane. Ambos foram presos quando tentavam interceder em favor de Basso e de Migliavaca, prometendo aos índios urgência na solução do problema com as terras da região. Cansados de esperar por uma solução do Poder Público para o impasse em relação às terras do Pinhal, os índios prometeram liberar os dois dirigentes somente com a presença do presidente da Funai ou do Incra. *(Diário Catarinense, 24 e 25/10/96)*

IRINEU DALLA VALLE - OUT/96

No cativeiro, aguardando a abertura de negociações.

... SÃO LIBERADOS APÓS ASSUMIREM COMPROMISSOS

Acabou ontem a prisão dos quatro reféns dos índios Kaingang em Toldo Pinhal. Funai e Incra tiveram que aceitar diversas imposições dos índios para que, depois de quatro dias, os funcionários dos dois órgãos fossem libertados. Incra e Funai se comprometeram a pagar as benfeitorias aos colonos em oito dias, comprar terras para o reassentamento em 17 dias e a "limpar a área" para os índios em 30 dias. Os colonos decidiram, em um encontro ontem pela manhã, não aceitar o reassentamento, exigindo o justo pagamento das benfeitorias. Pelo acordo dos índios com a Funai e o Incra, os colonos receberiam em dinheiro pela estrutura das propriedades e teriam nova terra pelo sistema de reassentamento do Incra. *(Diário Catarinense, 28/10/96)*

COMITIVA VIAJA PARA BRASÍLIA EM BUSCA DE SOLUÇÃO

Três representantes Kaingang de Toldo Pinhal estarão hoje em Brasília para se reunir com o presidente do Incra, Nestor Fetter, e a diretoria executiva. No encontro serão discutidas a prorrogação do prazo dado pelos índios para a saída dos agricultores da reserva indígena e as áreas que o Incra está providenciando para o reassentamento dos agricultores. *(Diário Catarinense, 04/12/96)*

COLONOS COMEÇAM A DEIXAR TI...

O Incra fez, nesta semana, a emissão de posse da Fazenda Indianópolis, em Abelardo Luz, para que os colonos do Toldo Pinhal possam ser reassentados. O imóvel tem 1.796 ha, podendo abrigar todas as 54 famílias, entre proprietários e arrendatários. O administrador regional da Funai disse ontem que 24 das 41 propriedades tiveram suas benfeitorias indenizadas. Doze proprietários ainda não acertaram o recebimento das indenizações. Se não houver uma definição breve, o caso poderá ir para a Justiça. O cacique João Gonçalves Myn confirmou à Funai que alguns colonos já deixaram suas antigas propriedades. *(Diário Catarinense, 23/01/97)*

... E FUNAI CONTRATA EMPRESA PARA EXECUTAR A DEMARCAÇÃO

O presidente da Funai, Júlio Gaiger, assinou no dia 25 de fevereiro de 1997 contrato com a empresa Engefoto Engenharia e Aerolevantamentos S/A com vistas à realização dos trabalhos de campo para demarcação da TI Toldo Pinhal. A empresa terá 36 dias para executar os trabalhos, contados da data da assinatura do contrato. *(DOU, 27/02/97)*

DOIS COLONOS RESISTEM A SAIR DA TI

Ontem o Incra anunciou a liberação de parte da Fazenda Congonhas, em Abelardo Luz, para reassentar os colonos que deixaram o Toldo Pinhal no início deste ano, amedrontados com as pressões indígenas.

Somente dois agricultores não concordam com o acordo proposto pelo Incra. Valdir Giaretta e Carlos Kraft têm grandes áreas de terras e não concordam em receber glebas menores em Abelardo Luz. Giaretta tem mais de 130 ha e teria que trocá-los por aproximadamente 20 ha, na condição de sem-terra. Ou seja, ainda teria que pagar, como assentado, pela terra recebida. *(Diário Catarinense, 24/10/97 e 05/02/98)*

PRESIDENTE HOMOLOGA TI

O presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, assina decreto de 14 de abril de 1998 que homologa a demarcação administrativa da TI Pinhal, com 880 ha, como de posse permanente dos Kaingang. *(DOU, 15/04/98)*

KAINGANG/TI XAPECÓ (SC)

DENÚNCIAS SOBRE EXPLORAÇÃO DE APOSENTADOS

O Diário Catarinense, em caderno especial "Índios do Sul", denunciou a prática de comerciantes da região Oeste de SC, que retêm cerca de 300 cartões magnéticos de aposentados Guarani e Kaingang. Quando ocorre troca de proprietários dos mercados, cada cartão tem um preço: R$ 200,00. Isto faz com que muito índio nem saiba mais com quem está sua senha. O jornal levantou uma lista com o nome de oito comerciantes acusados de explorar os aposentados, entregue à procuradora da República em SC, Analúcia Hartmann. Muita gente nos municípios de Ipuaçú, Entre-Rios, Bom Jesus, Xanxerê e Chapecó tem conhecimento da situação. "A Funai sabe, a Igreja Católica sabe, na cidade todo mundo sabe", conta um Kaingang. *(Diário Catarinense, 15, 16 e 17/04/97)*

CACIQUE É ACUSADO DE PARTICIPAÇÃO

O Diário Catarinense acusa o cacique (eleito pela comunidade) e chefe do Posto Indígena Xapecó, Valdo Correia da Silva, de se beneficiar com as irregularidades cometidas pelos comerciantes da região com as aposentadorias dos índios. Em janeiro de 1994, Valdo e os amigos Gamalher Vieira, José Lenoir Veloso e Avelino Damacena foram denunciados pelo MP. Tinham participado das eleições de forma fraudulenta, em 1992 e 1994. Os quatro indiciados ameaçaram eleitores indígenas com punição de expulsão, transferência compulsória e violência física. A PF esteve na reserva em 18 de novembro de 1994, buscando dados para o inquérito, quando alguns índios comandados por Valdo viraram a viatura. *(Diário Catarinense, 15/04/97)*

DEPUTADO PEDE APURAÇÃO DAS DENÚNCIAS

O deputado federal Milton Mendes (PT/SC) solicitou ontem à Procuradoria Geral da República a imediata instauração de inquérito civil público para investigar a denúncia de que integrantes da TI Xapecó estão sendo vítimas de exploração hedionda por parte de comerciantes locais. O parlamentar pede ainda que sejam adotadas as medidas judiciais cabíveis, visando a responsabilização dos envolvidos. O deputado também ingressou com requerimento solicitando ao ministro da Previdência Social informações sobre os benefícios pagos aos índios do PR, SC e RS. *(Diário Catarinense, 09/05/97)*

PF INDICIA COMERCIANTES

A PF indiciou por crime de estelionato quatro comerciantes dos municípios de Ipuaçu, Entre-Rios e Marema, por exploração de índios aposentados e fraudes na emissão de salários-maternidade. Os irmãos Sadi, Avelino e Gentil Ribeiro Lemos e José Luís Melo de Maio se apropriavam dos cartões magnéticos e senhas dos aposentados, obrigando os indígenas a retirar o salário em alimentos em suas bodegas. A cesta básica continha poucos alimentos e tinha como item obrigatório litros de cachaça.
Hoje e amanhã, deputados da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado estarão em Chapecó onde mantêm encontro com representantes da Funai, Cimi, lideranças indígenas e o bispo de Chapecó, José Gomes. *(Diário Catarinense, 28/05/97)*

RECADASTRAMENTO DE APOSENTADOS

Os índios aposentados da TI Xapecó serão recadastrados a pedido da PF. Solicitação nesse sentido foi encaminhada à Superintendência do INSS em SC pelo delegado Domício Sathler Figueiredo, lotado em Dionísio Cerqueira e responsável pelas investigações que apuram denúncias de irregularidades naquela área indígena. *(Diário Catarinense, 03/07/97)*

INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO SOBRE "CANHADÃO"

A procuradora da República em SC Analúcia Hartmann instaura inquérito civil para apurar a situação da área "Canhadão" situada dentro dos limites da TI Xapecó. A gleba "Canhadão" é ocupada por agricultores que receberam títulos definitivos do Incra em 1974. O inquérito apura também os trabalhos realizados pela Funai e Incra visando a efetiva desocupação da área pelos não-índios. *(ISA, a partir do Diário da Justiça, 19/06/98)*

DIRETOR DE ONG PEDE AÇÃO CONTRA CACIQUE

O diretor da organização não-governamental Documentação Indigenista e Ambiental (DIA), Wagner Antônio de Oliveira, decidiu ontem pedir ações do governo contra o cacique Valdo Correia da Silva, da TI Xapecó. Oliveira alega que foi mantido sob cárcere privado das 15h00 às 18h30 no dia 26 de novembro por não acatar a opinião do cacique sobre a formação de um grupo de trabalho que cuidará de tarefas de saúde básica na região. O diretor do DIA registrou queixa na Delegacia de Ipuaçu, e ontem entregou pedido de ações contra o cacique em diversas entidades, como na Procuradoria Geral da República, na OAB, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, na Funai e na Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça. *(Diário Catarinense, 08/12/98)*

OPERAÇÃO PARA DESARMAMENTO

O presidente da Funai, Márcio Lacerda, confirmou ontem visita a Chapecó para intermediar a operação de desarmamento na reserva indígena Xapecó. O local foi cenário do tiroteio entre a Polícia Militar e um grupo de índios Kaingang, na noite de 23 de março, que resultou na morte do mecânico e descendente indígena Abel Mendes e do índio Juarez Narsizo. *(Diário Catarinense, 08/04/99)*

DISCUSSÃO SOBRE O DISTRITO SANITÁRIO

O Departamento de Operações da Funai analisa a proposta de criação de um distrito especial de Saúde Indígena, em Chapecó. O distrito deverá viabilizar a implantação de um sistema próprio de saúde para as etnias Kaingang, Xokleng, Terena e Krenak de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo. O município de Chapecó foi escolhido como sede por líderes indígenas do Sul e Sudeste do país em seminário promovido pela Funasa em Florianópolis, na semana passada. *(Diário Catarinense, 19/04/99)*

FINANCIAMENTO DO PRONAF

Uma experiência inédita de financiamento para a tribo dos índios Kaingang, de Santa Catarina, vai marcar o início de um programa de autosustentação de povos indígenas no Brasil, o chamado Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) Indígena. As 500 famílias de índios que vivem na região de Chapecó vão receber R$ 400 mil em financiamentos para plantio de soja e milho, em terras que antes eram arrendadas para fazendeiros da região. A parceria para o plantio envolve prefeituras, governo do Paraná, Funai, e Ministério de Política Fundiária. Segundo o chefe do Departamento de Desenvolvimento Comunitário da Funai, Aniceto Weber, a experiência de Chapecó será vital para moldar o projeto que o governo federal quer levar no ano que vem para tribos de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. *(OESP, 19/10/99)*

KAINGANG/ALDEIA CONDÁ (SC)

ÍNDIOS E DONOS DE TERRA TENTAM SOLUÇÃO PACÍFICA

Uma solução pacífica. É tudo o que os índios da aldeia kaingang situada no bairro Palmital e os proprietários rurais do distrito Marechal Bormann para resolver o impasse da demarcação de terras no interior de Chapecó. O processo é desenvolvido por um grupo de antropólogos da Funai coordenado pela pesquisadora Kiymie Tomasino, professora do departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (PR). No relatório, iniciado no dia 6 de agosto, os antropólogos estudam condições gerais na cidade e as raízes dos deslocamentos na região dos índios. *(Diário Catarinense, 28/09/98)*

AUTOMÓVEL DA FUNAI É APREENDIDO

Os índios da Aldeia Condá, que ocupam um terreno particular do bairro Palmital, em Chapecó, apreenderam ontem à tarde um veículo Fiesta, da Funai, para uso da comunidade. De acordo com as lideranças indígenas, a apreensão foi feita como forma de protesto ao não-atendimento de reivindicações feitas à administração do órgão em Chapecó. *(Diário Catarinense, 14/04/99)*

KAINGANG VOLTAM PARA A ZONA RURAL

Os índios Kaingang, da aldeia Condá, estão de endereço novo. Depois de dois anos instalados na zona urbana de Chapecó, em um terreno particular, no bairro Quedas do Palmital, os índios foram deslocados para uma área rural de cem ha, interior do município. A mudança é uma solução paliativa para o problema dos índios, que vivem em condições de miserabilidade. No ano passado duas crianças morreram vítimas da desnutrição. *(Diário Catarinense, 14/07/99)*

KAINGANG/TOLDO EMBU (SC)

OCUPAÇÃO DA ÁREA DE ESCOLA AGRÍCOLA

Os Kaingang de diversas aldeias de SC, RS e Paraná invadiram ontem a área de cultivo agrícola da Escola Técnica Agrícola Municipal de Abelardo Luz para pressionar o governo federal a demarcar 2,4 mil ha no Toldo Embu. A ocupação ocorreu de forma pacífica. De acordo com o Cimi, que presta assistência aos índios, o processo de demarcação da área dura mais de 15 anos.

Os índios que reivindicam as terras afirmam ter sido expulsos do local há 51 anos, com o auxílio de um funcionário do extinto Serviço de Proteção ao Índio, que antecedeu a Funai.

A prefeitura deve entrar na Justiça com um pedido de reintegração de posse. A Procuradoria da Republica de Joaçaba também foi acionada para providenciar a presença da Polícia Federal no local. A Polícia Militar montou barreiras e atua de forma preventiva para evitar conflito entre índios e proprietários de terras. *(Diário Catarinense, 12/05/00)*

GERAL (PR)/ HIDRELÉTRICAS

USINAS PÕEM TIS EM RISCO

Os Kaingang e Guarani Ñandeva, moradores de cinco áreas situadas no norte do Paraná, estiveram reunidos nos dias 9 e 12 de maio de 1998 com representantes do Ministério Público Federal, Funai, Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel) e assessoria do Goveno do Estado para Assuntos Indígenas para discutir os possíveis impactos sobre suas terras provocados pela construção das hidrelétricas de Cebolão e de São Jerônimo, na bacia do rio Tibagi. Propostas pela Copel, as hidrelétricas deverão afetar as TIs São Jerônimo da Serra, Barão de Antonina, Apucarana, Queimadas e Tibagy/ Mococa. *(ISA, 04/06/98)*

CRIADA COMISSÃO PARA AVALIAR IMPACTOS

O engenheiro do Serviço de Meio Ambiente da Superintendência de Engenharia da Copel, Antônio Fonseca dos Santos, esteve ontem à tarde reunido com os vereadores no plenário da Câmara de Vereadores de Londrina para informar sobre o andamento dos projetos de construção das usinas hidrelétricas na bacia do rio Tibagi nas cidades de Jataizinho, São Jerônimo da Serra, Cebolão e Mauá. As usinas devem atingir diretamente as reservas indígenas de Apucaraninha, de São Jerônimo da Serra e Barão de Antonina que terão parte de suas áreas alagadas. Para discutir o assunto, foi formada uma comissão que reúne cinco caciques indígenas, representantes da Funai, Copel e assessorias do governo do estado. Os índios estão estudando o assunto sobre a construção das usinas. *(Gazeta do Povo, 12/02/99)*

LIDERANÇAS DISCUTEM IMPACTOS

As lideranças indígenas de todas as reservas que serão afetadas pelo represamento do rio Tibagi

MANIFESTO EM DEFESA DOS RIOS VIVOS

O estado do Paraná é superavitário em energia elétrica. Mais da metade de sua produção é exportada para outros estados. A sociedade paranaense não pode arcar com os custos sociais e ambientais de obras cujo objetivo é a obtenção de lucro econômico.

Está chegando um ramal do gasoduto da Bolívia e foi encontrado gás natural na região de Pitanga, que permitirão a exploração destas fontes, sem matar um rio que ainda se encontra praticamente intacto.

O Paraná só tem três rios - Tibagi, Ivaí e Piquiri - ainda não impactados por barragens, isto é, temos apenas três rios vivos que constituem patrimônios naturais que devem ser preservados a todo custo, já que, além de ser superavitário, o estado, de imediato, tem a possibilidade de explorar outra fonte de energia elétrica.

A médio prazo, pode-se pesquisar e tornar viável a exploração de outras fontes de energia como a solar e eólica. Nesse sentido, os pesquisadores das universidades podem ser excelentes parceiros do Estado.

Acompanhamos os estudos dos pesquisadores de outras áreas (biologia, química, engenharia) que também apontam os impactos ambientais, à biodiversidade, à contaminação e degradação dos ecossistemas, os quais trarão, seguramente, o comprometimento da qualidade de vida para todas as populações que vivem nos vales do Tibagi. Vários desses pesquisadores já se posicionaram contra as barragens.

Na Europa e Estados Unidos já não se constróem usinas hidrelétricas. Ao contrário, a conduta tem sido recuperar as usinas já existentes e mesmo destruir as não recuperáveis e que apresentam riscos, como pode-se saber pela Declaração de Walker Creek (manifesto da Fundação Rios Vivos - Living Rivers) de 25 de julho de 1998.

Fica aqui registrado que nós não somos contrários ao progresso e ao desenvolvimento da sociedade. Todas as populações, indígenas e não-indígenas, têm o direito de usufruir dos benefícios materiais que a modernidade nos proporciona. Mas somos a favor de alternativas mais democráticas e menos nocivas à qualidade de vida e ao meio ambiente. Queremos os rios vivos para as futuras gerações. (Francisco Silva Noelli, arqueólogo da Universidade Estadual de Maringá; Kimiye Tommasino, antropóloga da Universidade Estadual de Maringá; Lúcio Tadeu Mota, etno-historiador da Universidade Estadual de Maringá, maio/99)

para construção de quatro usinas hidrelétricas, estão se reunindo periodicamente para discutir o impacto que o empreendimento vai causar nas terras da comunidade. O administrador regional da Funai, em Londrina, José Gonçalves, disse que o assunto está sendo debatido pelos próprios índios e com toda a população de todas as comunidades que serão afetadas, mas ainda não está nada decidido. *(O Estado do Paraná, 07/08/99)*

TI APUCARANA PODE PERDER 500 ALQUEIRES

A Usina Hidrelétrica São Jerônimo, projetada pela Copel para ser construída no rio Tibagi entre os municípios de Londrina e São Jerônimo da Serra, inundaria 350 a 500 alqueires da área da TI Apucarana, onde vivem 1.200 índios Kaingang. A reserva tem área total de 2.650 alqueires, dos quais mil são de mata nativa. Os índios estão se levantando contra as obras – que ficariam a três km da sede da comunidade – porque os 500 alqueires que a represa alagaria são justamente de mata nativa, afirma o cacique da aldeia, Juscelino Vergílio, 33 anos. *(Gazeta do Povo, 21/10/99)*

DECISÃO HISTÓRICA: ÍNDIOS DIZEM "NÃO" ÀS HIDRELÉTRICAS

A decisão terá grande repercussão regional, estadual e até nacional: os índios do norte do Paraná disseram "não" às usinas hidrelétricas no rio Tibagi, em reunião da qual participaram os líderes das comunidades de Apucarana, São Jerônimo e Ortigueira, o deputado Luciano Pizzatto (PFL/PR) e representantes da Copel, realizada ontem na área Apucarana. Os índios não quiseram nem ouvir as propostas das empresas interessadas em investir nas usinas e descartaram em definitivo a cessão de terras para a construção da mesmas. Pizzatto tentava conseguir dos índios uma autorização para a construção da Usina de São Jerônimo – uma das quatro programadas para a Bacia do Tibagi –, que além da utilização de terras na área Barão de Antonina (São Jerônimo), iria inundar boa parte da TI Apucarana (Londrina). O projeto dessa forma está definitivamente descartado, já que o aceite dos índios é condição para a construção da obra. " A decisão está tomada e será respeitada. Fiquem tranqüilos, não haverá obra, acabou-se. É assim que vai ser feito", garantia Pizzatto no final do encontro. Da mesma forma, o representante da Copel disse que a decisão tomada será respeitada. O procurador João Akira Omoto disse que o Ministério Público Federal vai fazer valer a posição dos índios. Outras obras programadas para o rio Tibagi, como as Usinas de Cebolão e Mauá, deverão também ser interrompidos, já que atingirão terras indígenas.

"Os brancos já nos mataram com suas armas, doença e a fome e agora querem nos matar com as águas, que é o nosso meio de vida.". A frase do cacique Lourival de Oliveira teve o impacto de uma arma na exposição do deputado Pizzatto, que insistia em defender a continuidade das negociações para a construção das usinas. Lourival, que preside o Conselho Regional Kaingang de Londrina, concluiu: "Na mão de branco meu povo já foi muito enganado. Acho que chega. A comunidade já sofreu tanto, e vai sofrer mais, mas não adianta continuar essa conversa pois nossa gente não acredita em político. Fazemos essa lei agora e daqui a quatro anos o Congresso muda tudo. Nossa decisão está tomada, e não queremos a usina." Segundo o cacique do Apucaraninha, Juscelino Vergílio, a decisão foi tomada em várias reuniões entre os líderes das reservas. *(Gazeta do Povo, 27/05/00)*

KAINGANG/TI APUCARANA (PR)

ÍNDIOS PREFEREM LONDRINA

Diante da disputa entre os municípios de Tamarana, recém criado, e Londrina, pela presença indígena, para se beneficiarem do ICM ecológico para municípios onde se localiza terra indígena, José Bonifácio e Antonio Ribeiro, Kaingang de Apucarana, afirmaram que "o desejo de ficar com Londrina é uma vontade dos mais de mil índios que vivem no Apucaraninha". Segundo Bonifácio, "a gente tem mais apoio com as autoridades de Londrina, além da sede da Funai estar naquela cidade". A bronca mais recente dos Kaingang se refere a uma atitude que teria tomado o prefeito de Tamarana, Edson Siena. "Faz uns quatro meses a gente levou um índio doente para ser tratado no hospital de Tamarana e o prefeito não deixou ele ser tratado e ainda xingou a gente", contaram. "Vocês não querem ficar com Tamarana, mas ficam usando o hospital daqui", teria dito o prefeito segundo relato de Bonifácio. "O índio doente acabou morrendo e isto causou muita tristeza na gente", completou Ribeiro.

Além dos recursos do ICM ecológico que rende mais de R$ 10 mil, a TI tem potencial turístico, com o salto de Apucaraninha que tem mais de cem metros de altura, uma das quedas mais bonitas da região. *(O Estado do Paraná, 16/11/97)*

PARQUE EM LUGAR DE USINA

Uma grande novidade está rondando a TI Apucarana. Os dirigentes da aldeia estão se reunindo periodicamente com especialistas da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e da Universidade Norte do Paraná (Unopar) e querem abrir a reserva para visitação pública nos próximos meses, transformando a parte mais bonita da área em um parque de ecoturismo que atrairia visitantes de toda a região. *(Gazeta do Povo, 21/10/99)*

KAINGANG/TI BARÃO DE ANTONINA (PR)

EX-POSSEIROS TENTAM REOCUPAR TI

Um grupo de posseiros de São Jerônimo da Serra invadiu na tarde do dia 13 a TI Barão de Antonina, onde vivem cerca de 380 índios Kaingang. Os Kaingang adultos, pintados para a guerra, prometem atacar os invasores caso a "justiça dos brancos não resolva" a questão. De acordo com o líder dos índios na área, Luiz Alan, desde dezembro já havia comentários de que posseiros da região estavam com intenção de invadir a área. "Eles foram chegando aos poucos, passando pelas fazendas vizinhas e ontem já vieram com tratores", ressaltou Alan. O líder explicou que em 1985, depois da demarcação da TI, cerca de 130 famílias de posseiros foram despejadas do local e indenizadas pelo governo federal. Apenas 80 metros separam os acampamentos dos invasores e dos índios, que têm impedido o acesso da imprensa ao local. Fonte da prefeitura municipal ressaltou que os invasores não têm nada a ver com o MST "São, na verdade, um misto de pequenos proprietários e ex-posseiros que já ocuparam o local", informou. O grupo pediu apoio à prefeitura e à Igreja local, sem sucesso.

O juiz federal em Londrina, Gilson Luiz Inácio, concedeu reintegração de posse da TI à Funai. A retirada dos invasores contou com a intervenção dos padres de São Jerônimo da Serra e com o auxílio das polícias Federal e Militar. Os invasores alegaram que os índios estavam alugando parte da reserva para fazendeiros da região. Luiz Alan confirmou a informação, dizendo que "isso não justifica a invasão". *(Estado do Paraná, 16/01 e A Tarde, Salvador, 17/01/96)*

SEGUNDA INVASÃO DO ANO FRACASSA...

Um grupo de cerca de cem pessoas invadiu, na noite do último dia 2, a TI Barão de Antonina pela segunda vez no ano. A Justiça Federal determinou ontem a reintegração de posse da TI à Funai, mas os invasores não acataram a decisão. O termo de reintegração de posse, definido pelo juiz da 2ª Vara Federal, foi levado aos posseiros por um oficial de Justiça, por um delegado federal e policiais militares. Os líderes da invasão informaram, entretanto, que permaneceriam na área por pelo menos 48 horas e que tentariam derrubar na Justiça a liminar concedida pelo juiz federal. "Enquanto isso, vamos ficar no que é nosso, e não dos índios", afirmaram. Ao ser informada da resistência à decisão judicial, a juíza Mayra Rocco Steinsack solicitou ao Batalhão da PM de Cornélio Procópio um levantamento para definir qual o efetivo necessário para a retirada dos invasores. Os posseiros afirmam que têm direito à terra, da qual foram retirados em 1985 devido à demarcação da TI. *(O Estado do Paraná, 07/05/96)*

... MAS POSSEIROS NÃO DESISTEM

Pela terceira vez no ano, a TI Barão de Antonina foi invadida por um grupo de moradores do Patrimônio de São João do Pinhal, vizinho à terra dos índios. Segundo o líder indígena Luiz Alan, os Kaingang permanecem no posto da reserva calmos. "Eu não sei até quando será possível evitar um confronto. Nós vamos defender nossas terras, seja na Justiça ou retirando nós mesmos os invasores", declarou. Os invasores disseram que foram retirados da área após uma remarcação que anexou a Gleba do Cedro à TI. Muitas famílias possuem documentos de posse da área. *(O Estado do Paraná, 22 e 24/05/96)*

CASAMENTO COM BRANCOS

Crianças Kaingang da TI Barão de Antonina estão, há três anos, tendo aulas em sua própria língua como recurso para retomar tradições e resistir ao desaparecimento cultural. Outras decisões foram adotadas na TI, a fim de minimizar o impacto da miscigenação. Em outubro de 95, os Kaingang decidiram aprovar normas para dificultar o casamento entre índios e brancos. O cacique Elasmo Rael, 28, explica que o índio ou índia que se unir a brancos terá de abandonar a TI. "Quando vier visitar parentes, sua permanência não poderá ultrapassar 15 dias", disse Rael afirma que a norma pretende desestimular que brancos se casem com índias para utilizar as terras indígenas. João Maria Tapixi Rodrigues, morador da TI, apoia a medida. Filho de mãe Kaingang e pai branco, ele disse que a norma trouxe problemas para sua família, "mas precisamos voltar a ser Kaingang e, se continuarmos misturando a raça, a TI vai acabar". Sua sobrinha, entretanto, afirma que dificilmente se casará com um índio e que mais cedo ou mais tarde, se afastará da aldeia. Na TI Barão de Antonina, o grau de parentesco entre Kaingang é grande e não há opção de casamento para os jovens sem riscos de problemas genéticos na descendência. A saída seria aumentar o intercâmbio com outras reservas Kaingang espalhadas pelo PR, RS e SC. *(FSP, 08/07/96)*

INVASORES RESISTEM

Mesmo passados dois meses desde que foi expedida a reintegração de posse em favor da Funai, parte dos invasores permanece acampados na Gleba do Cedro, dentro da TI. Policiais militares vêm tentando convencer os posseiros a deixarem a área, mas estes dizem que só sairão à força. Dos 120 que inicialmente invadiram a área, apenas 40 lá permanecem. Os que saíram, ocupam uma chácara nas proximidades das terras Kaingang, aguardando o assentamento em vilas rurais que serão instaladas pelo governo do Estado em São Jerônimo da Serra. *(O Estado do Paraná, 11/07/96)*

REFÉNS E BANGUE-BANGUE

Kaingang e posseiros trocaram tiros no último dia 17, quando um grupo de invasores tentou libertar quatro companheiros feitos reféns pelos índios. Ninguém foi ferido, mas o secretário de Segurança do Estado mandou policiais para garantir a tranqüilidade do local enquanto se negocia uma saída pacífica para o caso. Reforçados com índios de outras áreas, os Kaingang disseram que só libertarão os reféns quando os posseiros deixarem a TI. *(OESP, 19/07/96)*

POSSEIROS SÃO LIBERADOS

Após muitas horas de negociação, os quatro reféns que vinham sendo mantidos pelos Kaingang de Barão de Antonina foram libertados ontem à tarde. A libertação ocorreu mediante acordo com o comandante do 18º Batalhão de Cornélio Procópio, que garantiu a colocação de policiais para fazer a segurança da TI. Além disso, os índios demandam o fechamento de uma estrada que corta a TI, um veículo para transportar suas crianças até a escola e o desarmamento dos agricultores da região. A operação de desocupação do local contou com a presença de cem policiais estaduais. O chefe de posto da Funai, Luiz Alan, disse que o policiamento vai permanecer até que os índios consigam recursos do governo estadual para ocupar Gleba do Cedro, uma área de pastagens pretendida pelos posseiros. Os agricultores transferiram-se para uma área próxima, ameaçando os índios com nova invasão. *(O Estado do Paraná e JT, 19/07/96)*

FOGO DESTRÓI PARTE DA TI

Um incêndio, iniciado na madrugada do dia 5, destruiu parte da área de reflorestamento da TI Barão de Antonina. O fogo começou a sete km do núcleo da aldeia e queimou cerca de 20 ha de mata nativa, além de eucaliptos e pinus. Os índios conseguiram controlar as chamas na madrugada de ontem, depois de trabalharem durante todo o dia. Os Kaingang não descartam a possibilidade de que o incêndio tenha sido provocado pelos ex-posseiros da TI, que estão instalados próximos das terras Kaingang. "Nós ficamos com medo de chegar até o local do fogo de noite , já que poderia ter sido provocado pelos posseiros e aí teria confusão na certa", disse Luiz Alan, chefe de posto da Funai em Barão de Antonina. *(O Estado do Paraná, 07/08/96)*

POSSEIROS TENTAM QUARTA INVASÃO DO ANO

A PF de Londrina prendeu, há dois dias, quatro pessoas acusadas de invadir ou incitar invasão da TI Barão de Antonina. Os quatro detidos, entre eles o vice-prefeito eleito de São Jerônimo da Serra, Manoel Rocha Rodrigues, serão ouvidos hoje pelo juiz federal Gilson Luiz Inácio. Segundo o administrador regional da Funai, Juventino Domingos Aco, o vice-prefeito tem uma fazenda na divisa com a área Kaingang e, assim, dava cobertura para os invasores, garantindo-lhes inclusive alimentação. *(O Estado do Paraná, 18/12/96)*

CONSTRUÇÃO DE POSTOS DE VIGILÂNCIA

A TI Barão de Antonina, localizada no município de São Jerônimo da Serra, ganha amanhã três postos de vigilância e fiscalização. Os postos foram construídos em pontos estratégicos da reserva e serão habitados por famílias indígenas, que atuarão como fiscais. *(O Estado do Paraná, 17/04/97)*

POSSEIROS INVADEM TI E AMEAÇAM ÍNDIOS

Um grupo de 11 famílias de posseiros invadiu a TI Barão de Antonina no sábado, montando acampamento perto do local onde o governo

do Estado construiu três casas para os índios. Os índios não reagiram à invasão. O ex-cacique Tapixi, que mora numa das casas, apenas disse aos invasores que a decisão caberia à Justiça. Os agricultores balearam o carro onde estava o índio, que conseguiu se refugiar em casa. Cerca de 20 homens armados cercaram as três casas dos índios, exigindo a presença de Tapixi. Com medo de ser morto, ele escapou pela janela dos fundos e se refugiou na mata. Os agricultores conversaram com os índios e, embora não tenham agredido ninguém, atiraram em todas as direções e queimaram uma das casas, com todos os móveis e utensílios dentro. *(O Estado do Paraná e FSP, 15/07/97)*

PF COLHE DEPOIMENTOS

A PF esteve ontem na TI Barão de Antonina para colher depoimentos das vítimas do ataque de posseiros ocorrido no domingo passado. Os agentes federais também estiveram na área ocupada pelos posseiros para tentar qualificá-los. Segundo o delegado federal Sandro Rodrigues Viana dos Santos, que colheu anteontem o depoimento da principal vítima, o Tapixi, foram identificados dez posseiros como sendo os autores da emboscada. Tapixi, que pode ter seguido para MS para não ser morto, teria dito ao delegado que o grupo de posseiros pode estar sendo financiado pelo vice-prefeito de São Jerônimo da Serra, Manoel Rocha.

O vice-prefeito, cujas terras fazem divisa com a TI, já esteve preso no início do ano por ser considerado o mentor das invasões. De acordo com o cacique Lasmo Rael, uma das vítimas que depôs ontem, as reuniões para tratar de invasões ocorrem na residência de Manoel Rocha. *(O Estado do Paraná, 19/07/97)*

CACIQUE MATA LÍDER DOS POSSEIROS

O cacique da TI Barão de Antonina, Reginaldo Sales Batarse, matou Adenilson da Silva Cruz, o Nego Saruê, líder dos posseiros que freqüentemente invadem as terras indígenas. De acordo com o delegado Ismael Lucas Machado, as informações preliminares são de que o cacique teria sido atacado pelas costas quando trocava o pneu de um carro da Funai, próximo ao distrito de São João do Pinhal. Adenilson e seu cunhado João Rodrigues agrediram o cacique, que conseguiu se desvencilhar e acertou três tiros num dos agressores. Outras quatro pessoas que acompanhavam Nego Saruê conseguiram fugir. Machado diz que seu relato se baseava em depoimentos não-oficiais, colhidos no local da morte, inclusive de duas testemunhas oculares do crime. *(O Globo e O Estado do Paraná, 18/11/97)*

KAINGANG/TI MANGUEIRINHA (PR)

TI MAIS PRESERVADA

Desde outubro de 1995 não ocorreu nenhuma retirada de madeira da TI Mangueirinha, ainda a maior mata natural de Araucária angustifolia do mundo. Com a saída dos posseiros da área e a criação dos postos de fiscalização, numa parceria entre índios e Polícia Florestal, o processo de desmatamento está sendo revertido, afirma o assessor especial para assuntos indígenas do governo do Estado, Edívio Batistelli. A média anual de desmatamento na reserva era de 1.100 ha. Em 1996 foram desmatados apenas cem ha para o feitio de lavoura pelos índios, diz Batistelli. Além disso, as estradas para acesso aos não-índios estão se fechando naturalmente, com o crescimento de mato. E cerca de 80 mil mudas florestais já foram plantadas nas áreas degradadas da TI.

O processo de preservação ambiental na TI Mangueirinha começou com a implantação do Programa Paraná Indígena pelo governo do Estado, através das secretarias do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e da Criança e Assuntos da Família. *(O Estado do Paraná, 23/03/97)*

PATRULHA DA MATA DE ARAUCÁRIA

Doze índios de Mangueirinha integram a Patrulha Indígena e são reconhecidos pelo colete e boné laranja que vestem. Divididos em três grupos, os índios trabalham dia e noite fiscalizando a reserva e orientando quem passa pela região.

O trabalho da Patrulha Indígena e os demais programas implantados da TI nos últimos três anos chamaram a atenção do governo do RS, que enviou um representante seu para Mangueirinha. A área deve servir de modelo para outra, a de Nonoai, localizada na fronteira entre RS e SC.

Além da Patrulha, os índios de Mangueirinha contam ainda com dois centros culturais. Os índios que trabalham nesses programas recebem mensalmente do governo estadual salários que variam entre R$ 150 e R$ 800.

Os quatro portais indígenas colocados na entrada da reserva também chamaram a atenção do governo gaúcho, que pediu cópias dos projetos para a Secretaria do Ambiente do PR. Ao ver os portais e as placas indicativas os viajantes acabam reduzindo a velocidade, evitando mortes por atropelamentos. *(O Estado do Paraná, 26/07/98)*

INCREMENTAÇÃO DA RENDA

As lideranças indígenas de Mangueirinha pensam em aumentar a produção agrícola – hoje utilizada basicamente para consumo familiar – e buscar outras formas de assegurar que as famílias tenham uma razoável renda financeira. "A idéia das lideranças é produzir milho, feijão, batata, mandioca e outros produtos para consumo próprio e venda a terceiros", detalha o índio João Vaz. O chefe de PI, Izaltino Luiz Serpa Silvério, reconhece que os benefícios oferecidos são superiores ao observado fora dos limites da TI, mas, ainda assim, afirma que os índios querem alcançar um bom grau de rentabilidade financeira para também usufruírem dos produtos de alta tecnologia disponíveis para venda nas cidades.

A idéia de Izaltino é, numa parceria com a Prefeitura de Mangueirinha, governo do estado e Funai, construir uma olaria. Assim, além de criar fonte de renda a muitas famílias com a venda dos tijolos, o produto será utilizado para a construção de, pelo menos, uma casa por mês. "Houve uma análise de nosso barro pela Mineropar, que apontou a aprovação", frisa Izaltino. *(A Gazeta do Povo, 17/08/98)*

RODOVIAS BLOQUEADAS I

Centenas de índios Guarani e Kaingang das TIs Mangueirinha e Rio das Cobras, bloquearam ontem duas rodovias do estado em protesto contra as más condições de vida e o corte de verba do governo federal. As estradas foram interditadas com tratores e troncos de árvores no km 476 da BR-277, a 40 quilômetros de Quedas do Iguaçu e no km 470 da BR-373, a 43 km de Pato Branco. *(Gazeta do Povo, 07/01/99)*

RODOVIAS BLOQUEADAS II

Dezenas de caminhoneiros formaram fila na BR-373, na manhã de ontem, no sentido Guarapuava-Pato Branco, na esperança de que os índios kaingangue e guarani desbloqueassem a rodovia. Mas a decisão do cacique Valdir José dos Santos e de outros líderes indígenas, que vieram para a reserva de Mangueirinha apoiar o movimento, é de manter a rodovia, assim como a PR-281, trancadas até a Funai atender seus pedidos. Os índios exigem o pagamento das dívidas da reserva, acumuladas nos últimos três anos, que chega a R$ 70 mil, além de cumprimento de acordos previamente assinados. *(Gazeta do Povo, 13/05/99)*

ÍNDIOS AMEAÇAM EXPLODIR PONTE...

Indignados com a proposta feita pela Funai, os índios da TI Mangueirinha ampliaram o bloqueio na BR-373 e PR-281 para cerca de 15 km adiante, no sentido Pato Branco-Guarapuava, e ameaçam explodir a ponte sobre o Rio Iguaçu. Com isso, o desvio que vinha sendo utilizado pelos motoristas ficou inutilizado e a região está praticamente isolada. Pela área transitam somente ambulâncias, ônibus escolares e veículos das prefeituras próximas. *(Gazeta do Povo, 14/05/99)*

... E RECEBEM VERBAS ATRASADAS

Os índios da TI Mangueirinha devem receber hoje uma verba de R$ 43.600,00 para quitar parte de uma dívida de R$ 70 mil que têm com comércio local. Essa dívida começou há cerca de três anos com gastos em medicamentos, funerária, combustível e oficinas. Em todo o Paraná, as 17 áreas indígenas acumulam dívidas de R$ 310 mil. *(Gazeta do Povo, 25/05/99)*

KAINGANG/TI MARRECAS (PR)

CANDIDATO INDÍGENA À CÂMARA

Os Kaingang da TI Marrecas do Turvo, próximo de Guarapuava, estão se mobilizando para eleger um representante à Câmara Municipal nas próximas eleições. O líder indígena Nelson Glicério é o principal cabo eleitoral do candidato, Pedro Cornélio Seg Seg. "O sistema dos índios é bastante diferente do dos brancos. Ele não vai fazer como os brancos, que prometem e não cumprem nada. Aqui na aldeia, quando o índio fala, tá falado", declara o líder, que não tem dúvidas que os 170 eleitores Kaingang confiarão seus votos ao candidato indígena. Seg Seg é professor indígena há 22 anos e concorre pela segunda vez à Câmara, agora pelo PDT. Os índios calculam que precisarão de cem votos de brancos para elegê-lo. *(O Estado do Paraná, 20/09/96)*

TRE IMPUGNA "URNA INDÍGENA"

O TRE do Paraná decidiu anular os 176 votos depositados na urna da aldeia Marrecas, que garantiram a vitória do candidato do PDT à prefeitura do município de Turvo, José Pereira de Campos, vulgo "Bolacha". A anulação foi uma resposta ao pedido de impugnação protocolado pelo adversário do pedetista, Onézimo Ferreira (PPB), derrotado por 77 votos na eleição do dia 3 de outubro. Segundo o candidato derrotado, a mesária designada pela justiça local, Jardilina Lourenço, encerrou a votação às 15h40, contrariando o que determina a legislação eleitoral, que estabelece o fechamento das urnas às 17 h.

O candidato indígena a vereador, Pedro Cornélio Seg Seg, não conseguiu se eleger. Ele e outros aliados do prefeito do PDT alegam que a impugnação da urna é uma armação política contra "Bolacha". Segundo os pedetistas, o fechamento foi decidido "sem malícia alguma" depois de confirmada a ausência de 18 eleitores indígenas, moradores de aldeias distantes, e de um já falecido. "Era sabido que eles não compareceriam", disse Seg Seg. Um novo pleito foi marcado para o dia 27 de outubro. *(O Estado do Paraná, 16/10/96)*

ÍNDIOS ESPANCAM E PRENDEM DEZ GRILEIROS

Índios Kaingang da TI Marrecas expulsaram um grupo de grileiros que invadiu a área. O assessor para assuntos indígenas do governo do estado, Edívio Battistelli, pediu reforço à Polícia Militar e à Polícia Federal, temendo confrontos. *(Gazeta do Povo, 06/11/98)*

KAINGANG/TI QUEIMADA (PR)

OLARIAS

Os índios Kaingang de Ortigueira (TI Queimada) poderão explorar uma jazida de argila detectada pela mineradora Mineropar, que poderá ser usada na produção de telhas e tijolos. O levantamento geológico indica que a reserva tem matéria-prima suficiente para a instalação de olarias com durabilidade de cem anos. Um projeto em desenvolvimento na Secretaria de Assuntos Indígenas, pretende que a exploração poderá ser feita pelos próprios índios. *(O Estado do Paraná, 07/02/97)*

JUSTIÇA DEVOLVE TERRA

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região, RS, determinou esta semana a reintegração de posse de uma área de 962 ha aos Kaingang da TI Queimada. A medida abre a possibilidade da Funai reivindicar na Justiça uma área de 20.548 há, seis vezes superior ao tamanho da que é ocupada atualmente pelos índios. A Funai diz que os Kaingang têm direito à área desde 1915. Um decreto do governo do Paraná, na época, reconhecia como legítima a ocupação da terra pelos índios.

Na década de 40, a área teve seu tamanho reduzido e uma nova demarcação desconheceu o decreto anterior. A ocupação existente, e a Constituição vigente da época. A Carta Magna de 1937, art.154, garantia aos índios o direito à posse das terras desde que estivessem nelas localizados em caráter permanente.

A disputa envolvendo essas terras é acompanhada pela Funai desde 1981. Na próxima semana, o órgão deverá requerer à Justiça a execução da sentença expedida pelo TRF. *(OESP, 18/03/00)*

KAINGANG/TI ICATU (SP)

FALTA DE RECURSOS ACABA COM ESCOLA E PLANTAÇÕES

Os 98 índios da TI Icatu, entre Kaingang e Terena, não têm muito o que comemorar no Dia do Índio. Neste ano foi fechada a Escola de Primeiro Grau Maria Rosa, onde estudavam 18 crianças índias e houve redução drástica nas verbas destinadas a eles. O ex-cacique Cândido Mariano Elias desabafa: "O nosso Governo cortou 80% dos recursos que vinha aplicando em nossa reserva. Se não plantarmos, como vamos sobreviver? Este ano não tivemos condições de plantar nenhum pé de milho. Para mim, que tenho filhos para sustentar, isto dói". Pela falta de recursos, as plantações de milho, arroz, feijão e mandioca foram paralisadas. A caça e a pesca também ficaram impossíveis de serem feitas, pois as matas foram derrubadas e os rios estão contaminados com agrotóxicos. Hoje, os indígenas trabalham como bóias-frias nas fazendas da região e seus filhos são obrigados a caminhar dez km até Brauna para estudar. Ranulfo Camilo, chefe do Posto da Funai, afirma que os índios estão tentando superar esta limitação criando peixes no açude para usar na alimentação do grupo. *(Diário Popular, 19/04/97)*

GUARANI M'BYA (RS)

PROPOSTA DE DEMARCAÇÃO DE TIS

Durante o ano de 1996, as comunidades Guarani M'Bya do RS discutiram e executaram um trabalho de identificação de terras, no Estado, para serem encaminhadas para a Funai para demarcação. Em 18 de agosto de 1996, foi enviada correspondência à presidência da Funai informando sobre este trabalho feito pelas comunidades e solicitando que a Fundação aguar-

Guarani M'Bya acampados às margens da BR-116, em Barra do Ribeiro.

dasse a finalização dos trabalhos e a produção de um relatório antes de iniciar novas identificações de terras para os M'Bya. Durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 1996, foram realizadas três viagens de reconhecimento, que contaram com a participação de representantes das seguintes comunidades: Pacheca, Canta Galo, Passo da Estância, Passo Grande, Aguapé, Salto Grande do Jacuí e Santa Rosa.

Áreas selecionadas - Foram visitadas e avaliadas 21 localidades no estado. Destas, as comunidades M'Bya selecionaram as seis seguintes: Inhacapetum (município de São Miguel, considerada de ocupação histórica e tradicional); Mata São Lourenço (também em São Miguel); Irapuá (município de Cachoeira do Sul, considerada de ocupação tradicional); Água Grande (município 11 Camaquã); Barra do Ribeiro (município de Barra do Ribeiro); Taim (município de Rio Grande). Além dessas, as comunidades indicaram também a área Ponta da Formiga (município de Guaiba), muito presente na memória histórica do grupo. Essa área não foi visitada pela equipe por proibição da guarda da empresa multinacional Riocell, que se diz proprietária do local.

Relatório - Foi produzido um relatório com os dados sobre as áreas visitadas e pretendidas, do qual consta "Fundamentação Histórica e Antropológica" feita por Ivori Garlet, mestrando em História pela PUC-RS. A comunidade Guarani M'Bya almeja, com essa iniciativa, definir áreas de terras que contemplem suas formas tradicionais de ocupação de um território. O relatório é destinado à Funai para que demarque áreas que venham de encontro às sua necessidades da comunidade. *(ISA, a partir do Relatório "Proposta de Demarcação de Terras Mbya-Guarani do Estado do RS", sem data)*

VÍTIMAS DE ATROPELAMENTO

João Oliveira, índio Guarani M'bya, foi atropelado na semana passada na BR-116 por um motorista não identificado que fugiu sem prestar-lhe socorro. Oliveira pertence a um grupo de 12 famílias Guarani M'bya que estão distribuídas à beira da Rodovia, no trecho entre Barra do Ribeiro e Tapes. Há cerca de três anos, essas famílias, que somam 150 pessoas, se instalaram no acampamento do Passo da Estância, em Barra do Ribeiro e sobrevivem do artesanato vendido à beira da estrada. Já são seis os atropelamentos ocorridos desde 1997. O acidente motivou uma reunião do Fórum Permanente Intermunicipal para a Questão Indígena. Foi produzido um manifesto exigindo agilidade na demarcação e aquisição de áreas suficientes para as comunidades Guarani-M'Bya do Estado. *(Zero Hora, 20/01/98)*

GRUPO PROTESTA NA CAPITAL

Um grupo Guarani-M'Bya foi ontem à Câmara Municipal de Porto Alegre protestar pelo descaso das autoridades em relação aos índios acampados junto à BR-156. Dia 19 de fevereiro houve outro caso de atropelamento, de Alice Timóteo, somando sete atropelamentos de indígenas na rodovia. Em março do ano passado, foi encaminhado à Funai de Brasília um pedido de demarcação de sete áreas para os Guarani-M'Bya. O administrador-regional da Funai no RS, Glenio Alvarez, alega que os Guarani-M'Bya estão na BR-156 porque querem: "se eles quiserem sair da estrada, estamos prontos para levá-los para as terras identificadas". O problema é que as terras indentificadas pela Funai não atendem às necessidades destes grupos, observa o indigenista Ignácio Kunkel, do Projeto Mbyá-Guarani. *(Zero Hora, 27/02/98)*

SEMINÁRIO

Está sendo realizado o Seminário sobre Política de Demarcações de Terras para o Povo Indígena Mbyá-Guarani, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, promovido pela Organização Mbyá-Guarani e pelo Fórum Permanente Intermunicipal para a Questão Indígena. Representantes de diversas comunidades indígenas receberam a boa notícia de que a Funai já escolheu terrenos em território gaúcho para acolhê-los. O Departamento de Identidade e Delimitação de Terra Indígena da Funai elegeu áreas nos municípios de Viamão, Palmares do Sul e Torres, além de um local próximo ao Taim, e pretende concluir as demarcações no segundo semestre deste ano. Durante o Seminário, algumas mercadorias produzidas pelos Guarani-M'Bya estão expostas. Também podem ser vistas no local notícias e fotos publicadas pela imprensa, que mostram as péssimas condições em que vivem os índios na beira de rodovias do Estado. *(Zero Hora, 27/02 e 26/03/98)*

A SAÚDE DEPENDE DA NATUREZA

Os índios do grupo Mbya-Guarani que habitam o RS elaboraram uma cartilha para explicar aos brancos que o povo indígena também tem direito à saúde. Para os guaranis, a saúde depende de uma relação equilibrada dos homens com a natureza. Escrita em guarani e em português, a cartilha intitulada *Discussões sobre a Situação de Saúde dos Mbyá-Guarani no Rio Grande do Sul* tem uma linguagem simples e didática. *(Zero Hora, 30/01/99)*

GUARANI/TI CANTAGALO (RS)

FAMÍLIAS ABANDONAM TI

Dez índios Guarani que viviam na TI Cantagalo deixaram ontem o local em viagem para a TI Cacique Doble, a cerca de 500 km de Porto Alegre. De acordo com o representante da Anaí-RS, Rodrigo Venzon, os índios partiram porque a área é muito pequena e seu solo é improdutivo. A convite de seus parentes de Cacique Doble, os índios abandonaram o local numa Kombi

cedida pela Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social.
No início de janeiro, um outro grupo de 52 índios havia sido transferido de Cantagalo para a TI Votouro, em São Valentim, para fugir da mendicância praticada nas ruas de Porto Alegre. Desta vez, foi o índio Sebastião Gonçalves de Oliveira que, depois de passar três meses na TI Cacique Doble, voltou para buscar o cunhado e os sobrinhos. Outros aproveitaram para segui-los. A TI Cantagalo tem 47 ha e 20 famílias que ainda nela vivem. *(Zero Hora, 01/03/96)*

EXÉRCITO AUXILIA ÍNDIOS

No final da tarde de hoje, 50 homens do Comando Militar do Sul encerram um trabalho de dois dias de limpeza e obras comunitárias na reserva Guarani de Cantagalo. Na manhã de ontem, a primeira atividade foi limpar a reserva. Cataram pedaço por pedaço de lixo, abriram buracos no chão e atearam fogo. "O cacique disse que ficou com vergonha dos brancos virem tirar a sujeira da nossa reserva", comentou o vice-cacique, Teófilo Gonçalves. O lixo não é o único problema da reserva do Cantagalo, onde vivem 27 famílias em situação precária. Falta comida, ferramentas para plantar, roupas e material para construir cabanas mais seguras. O vice-cacique acredita que com algumas sementes e ferramentas para fazer uma horta daria para alimentar sua comunidade. Uma vaca é responsável por fornecer o leite para as 170 pessoas da reserva. "Como não é suficiente para todo mundo, as crianças têm preferência", explicou o vice-cacique. *(Zero Hora, 01/08/98)*

GUARANI/TI SÃO MIGUEL DAS MISSÕES (RS)

A VOLTA PARA A REDUÇÃO JESUÍTICA

Um grupo de 42 índios Guarani chegou às ruínas da redução jesuítica de São Miguel. A maioria do grupo nasceu na Argentina, mas vivia no município gaúcho de Santa Rosa antes de mudar para São Miguel. Em dezembro de 1994 e janeiro de 1995, chegaram os primeiros 16 índios à redução. Desde então, dezenas de grupos passaram por São Miguel, considerado pelos Guarani uma "terra de índio". O grupo atual, no entanto, é o mais numeroso a acampar na cidade, onde chegaram em um caminhão da prefeitura. Com barro, taquara e palha, ergueram habitações em um terreno de 2,8 ha pertencente ao município e protegido pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). A prefeitura providenciou água encanada e a Funai forneceu comida. "Mais que a sobrevivência física, os Guarani precisam de um espaço para a sobrevivência cultural", diz o diretor da 12ª sub-regional do Iphan, Luis Claudio Silva. A presença deles em solo missioneiro está ajudando o Iphan a estudar o artesanato, a construção e a utilização de plantas medicinais. A produção dos Guarani fica à venda para turistas. Ninguém, além dos índios, está autorizado a vender objetos dentro do sítio tombado pelo Iphan. *(Zero Hora, 02/04/97)*

RUMO AO LITORAL NORTE

Um grupo de 38 Guarani decidiu que, se as terras que reivindica no município não forem delimitadas pela Funai, trocará a cidade por uma área de dois mil ha em Barra do Ouro, em Maquiné, Litoral Norte, onde moram outros Guarani. Os Mbya-Guarani cansaram de esperar por uma reserva em São Miguel das Missões. *(Zero Hora, 09/06/99)*

GUARANI (SC)/ ACAMPADOS BR-101

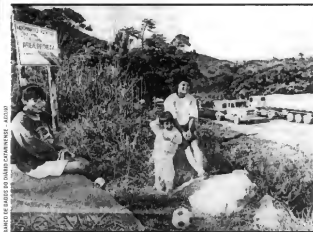
DUPLICAÇÃO DA ESTRADA

DNER, Funai, UFSC e representantes de uma das 16 comunidades dos índios guarani – que vivem no trecho Garuva-Palhoça – discutiram ontem medidas de proteção aos Guarani por causa da duplicação da BR-101. Maria Dorotéa Darella, antropóloga da UFSC, Maria Inês Ladeira, antropóloga do CTI e João Alberto Ferrareze, agrônomo da Funai, elaboraram um Relatório sobre as Áreas e Comunidades Guarani Afetadas pela Obras de Duplicação da BR-101 no Estado de SC. São as seguintes aldeias no trecho Garuva-Palhoça: Mbiguaçu, Guaribuba, Rio do Meio, Espinheirinho, Gravatá, Coqueiros, Corveta I e Corveta II, Rio Bonito, Rio Piraí, Piraí, Reta, Iperoba, Figueira, Garuva.
Do termo de compromisso assinado pela Funai e DNER constam obrigações como a elaboração e implantação de um programa sócio-econômico e ambiental para adaptação das comunidades indígenas. Ao DNER caberá a construção de passarelas ou passagens subterrâneas próximas à aldeia Mbiguaçu e às futuras áreas das comunidades Corveta I e 2, Rio Bonito, Rio do Meio e Garuva. Placas de sinalização estão no termo, mas há preocupação com o texto e as indicações do local para que as aldeias não passem a ser atrações turísticas. Na aldeia Mbiguaçu serão construídas 8 casas e uma casa de artesanato. "Não temos como fugir da realidade. Temos que viver com isso e saber o que será feito de benfeitorias", diz o cacique Milton Moreira Wherá. *(Diário Catarinense, 11 e 16/04/97)*

DNER DISTRIBUI CARTILHA SOBRE OS GUARANI

O DNER e a Administração Regional da Funai começam hoje a distribuir uma cartilha aos operários que trabalham nas obras de duplicação da BR-101. Intitulado "Os Guarani do Litoral de SC e a BR-101", o livreto conta a história deste povo, descreve as leis de proteção aos índios e ainda fornece instruções de como os trabalhadores devem proceder para não invadir as áreas delimitadas. *(Diário Catarinense, 07/08/97)*

BANCO DE DADOS DO DIÁRIO CATARINENSE - AGO/97

Os Guarani à beira da BR-101.

ASSINADO CONVÊNIO ENTRE DNER E FUNAI

Um convênio assinado entre Procuradoria-Geral do DNER e presidência da Funai garante as medidas de proteção aos índios que vivem às margens da BR-101, trecho Palhoça-Garuva, durante o processo de duplicação da estrada. Com o convênio, assinado no dia 28 de agosto e que deve ser publicado hoje no DOU, é facilitada a regularização das áreas dos indígenas que hoje ocupam terras de domínio público ou de particulares.
Cerca de 50 Guarani da localidade de São Miguel serão beneficiados com edificações: serão construídas oito casas dentro da aldeia, uma casa à margem da estrada para venda de artesanato e uma passagem especial para a travessia da rodovia. No período de obras, os índios estão sendo acompanhados pela antropóloga Marcia Rosato, da Funai de Curitiba. *(Diário Catarinense e O Estado, 09/09/97)*

GUARANI (SC)/GASODUTO BRASIL-BOLÍVIA

COMUNIDADE QUER INDENIZAÇÃO

Cerca de 150 índios guarani das aldeias Pindoty, Tarumã, Piraí e Laranjeiras, no norte de Santa Catarina, exigem indenização da Petrobrás por causa da passagem do Gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol) próxima a suas aldeias. Lideranças indígenas e o Cimi no Estado já enviaram um documento ao Banco Mundial, em Brasília, denunciando a situação. Os guarani querem a indenização em terrenos. *(Diário Catarinense, 22/07/99)*

ÍNDIOS GANHAM NOVA RESERVA...

Os índios Guarani ganharam mais uma reserva em Santa Catarina. Foi assinado ontem o contrato da compra de 67 ha em Imaruí, no sul do Estado. A terra foi adquirida pela Petróleo Brasileiro (Petrobrás) e repassada para a União, com a administração da Funai. Membros das tribos dos Mbya-guarani, que foram identificados por indigenistas na Grande Florianópolis em 1993, devem se mudar para o local nos próximos meses. *(Diário Catarinense, 09/10/99)*

... E SE TRANSFEREM PARA IMARUÍ

Famílias de índios Guarani das aldeias dos morros Massiambu e dos Cavalos, em Palhoça, na Grande Florianópolis, começaram ontem a transferência para o interior de Imaruí, no Sul do Estado. As novas terras localizadas na Cachoeira dos Inácios – a 12 km da SC-437 – foram adquiridas pela Petrobrás em função de o território Guarani em Santa Catrina ter sido atingido pela instalação do Gasoduto Bolívia-Brasil. Os 70 ha foram comprados de um particular por R$ 100 mil. No lugar há luz elétrica, uma casa de madeira e dois galpões. Nas proximidades também funciona uma escola. Mais R$ 20 mil contemplados no processo estão sendo destinados para a construção de duas casas na comunidade indígena do Massiambu. Foram os próprios Guarani que elegeram a questão terra como a mais grave em Santa Catarina. Mas a aquisição dos 70 ha não significa que as aldeias localizadas em Palhoça vão desaparecer. "Área conquistada precisa ser preservada", defende a antropóloga Maria Dorotéa Darella, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
Cedo as famílias mostravam-se preparadas para a viagem. Filhos no colo, sacos nas costas, sacolas nas mãos. Elas foram levadas em um ônibus onde estavam também representantes do Cimi. Alguns adultos conheciam o lugar. A maior expectativa estava entre as mulheres e crianças. No caminho, uma parada em um supermercado de Nova Brasília, bairro de Imbituba. "A Funai e a Secretaria da Justiça e da Cidadania não cumpriram com o prometido de mandar alimentos", avisa Litaiff. *(Diário Catarinense, 21/10/99)*

GUARANI/ARAÇAÍ (SC)

OCUPAÇÃO E REIVINDICAÇÃO DE TERRAS

Cerca de 200 Guarani das aldeias de Nonoai-RS e Limeira (município de Entre-Rios/SC) invadiram ontem uma área no município de Saudades, divisa com Pinhalzinho, no oeste. Eles reivindicam a posse de uma área de dois mil alqueires, entre os rios Araçá e Araçaí, que teria pertencido a seus antepassados.
O objetivo é criar no local uma reserva Guarani. "Queremos retomar uma terra que foi nossa", afirma o capitão Sebastião de Oliveira. Um dos índios que participou da ocupação, Maximo Mariano de Moraes, de 77 anos, afirma que sua mãe morou no local e foi obrigada a sair por pressão dos colonos que se instalaram no local. Ernesto Pereira, de 62 anos, também afirma ter morado na região antes do último Guarani ser expulso.
Os Guarani estão montando acampamento numa propriedade de 49 alqueires, onde existe uma serraria, e afirmam que não vão mais sair. *(Diário Catarinense 11/07/00)*

PROPRIETÁRIO AFIRMA QUE TERRA É HERANÇA

Carlos Francisco Zimmer informou que a propriedade de 49 alqueires, ocupada pelos Guarani, foi comprada por seu avô em 1940, da Colonizadora Sul Brasil. "Todas as terras da região foram compradas por esta empresa", disse. Ele ainda não entrou com o pedido de reintegração de posse e espera conversar com os índios. *(Diário Catarinense, 11/07/00)*

FUNAI DEVE PROMOVER DESOCUPAÇÃO

Os Guarani que estão acampados na comunidade de Araçá em Saudades tem 45 dias para deixar o local a partir de ontem. Esta foi a determinação de um acordo promovido pela Justiça Federal, em audiência com a presença do juiz federal substituto Roberto Fernandes Junior, da procuradora da União Iolanda Guindani, do representante da Funai João Batista Oselame, do cacique Pedro Barbosa e dos proprietários da área invadida. A audiência foi marcada a partir de um pedido de reintegração de posse movido pelo proprietário da área, Carlos Zimmer.
Através do acordo, a Funai se compromete a retirar os indígenas dentro de 45 dias, iniciar o Grupo Técnico para elaboração do estudo de identificação da área e evitar que os Guarani invadam outras áreas.
O juiz Roberto Fernandes Júnior coloca no termo de audiência que o descumprimento de qualquer um dos tópicos acordados determinará a retirada coercitiva dos indígenas, a aplicação penal dos responsáveis pelo descumprimento e multa diária de R$ 302 . *(Diário Catarinense, 28/07/00)*

FIM DO PRAZO AUMENTA TENSÃO

Com o final do prazo concedido pela Justiça Federal à Funai, amanhã para retirar os Guarani acampados em Saudades, o clima ficou tenso entre os índios e os moradores da região. O proprietário da área ocupada, Carlos Zimmer, entrou com um pedido de reintegração de posse que resultou na decisão judicial de retirada em 45 dias. Os demais moradores estão apreensivos, pois a reivindicação indígena é de dois mil alqueires na região de Araçá e Araçaí.
Para evitar o conflito, o juiz federal Narciso Leandro Xavier Baez convocou para hoje uma audiência pública com a presença dos caciques Guarani, agricultores, Funai e Ministério Público, tentando um acordo. A procuradora da República Sônia Cristina Niche solicitou à Polícia Federal de Dionísio Cerqueira que controle a situação. *(Diário Catarinense, 08/09/00)*

FUNAI CRIA GT

O Diário Oficial de 14 de setembro, publicou a portaria do presidente da Funai, Glenio Alvarez, nº 928 de 06/09, criando o Grupo de Trabalho para estudos e levantamento de identificação e delimitação da terra indígena Guarani do Araçaí. O GT é coordenado pela antropóloga Kimiye Tommasino, da Universidade Estadual de Londrina, tendo como prazo de 30 dias para os trabalhos de campo e 120 dias para entrega do relatório e respectivo resumo. *(DOU, 14/09/00)*

GUARANI/TI MBIGUAÇU (SC)

CASAS QUASE PRONTAS

Quatro das oito casas que o Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER) está construindo na aldeia de Biguaçu, comunidade Guarani localizada às margens da BR-101 (km 189) no município de Biguaçu, já estão sendo concluídas. Cada casa em alvenaria tem 56 m² de área, com um valor aproximado de R$ 10 mil. Também está em construção uma casa especial destinada ao comércio de artesanato, com a qual a comunidade indígena terá mais um meio de sustento. A construção das casas visa suprir a comunidade de aproximadamente 70 pessoas que, de uma forma ou de outra, será atingida em sua maneira de viver pela duplicação da BR-101. *(Diário Catarinense, 3/11/98)*

FUNAI APROVA ESTUDO DE DELIMITAÇÃO

A Funai, em despacho nº 38, resolve aprovar as conclusões do Resumo do Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Mbiguaçu. Esta TI é de ocupação dos grupos Guarani Nhandéva e Guarani Mbyá e está localizada no município de Biguaçu, Santa Catarina. Sua superfície é de 58 ha e seu perímetro, cinco km. *(DOU, 20/08/99)*

GUARANI/TI MORRO DOS CAVALOS (SC)

REUNIÃO PELO PARQUE DO TABULEIRO

O Conselho Intermunicipal para Implantação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro teve sua primeira reunião de trabalho realizada na tarde de ontem na Câmara de Vereadores de Santo Amaro da Imperatriz. A entidade foi criada durante Seminário realizado em Florianópolis no mês de abril e tem por finalidade discutir e buscar soluções para os principais problemas existentes no Parque.

O cacique da TI Morro dos Cavalos, localizada dentro do Parque, no município de Palhoça, Augusto Silva, participou da reunião do Conselho. "Nós queremos uma área maior para plantar os produtos que precisamos para alimentar nossas famílias", disse. Os Guarani, que estavam acompanhados pela professora Maria Dorothea Darella, da UFSC, reivindicam a regularização de outras áreas dentro do Parque, com nascentes e matas para a formação de suas aldeias. *(Diário Catarinense, 03/07/97)*

GUARANI (PR)

REPOVOAMENTO DO LITORAL

Quinhentos anos depois da chegada dos portugueses ao Brasil, o litoral do Paraná – primeira região do estado onde o europeu se fixou e, por isso, acabou por expulsar os índios – começa novamente a ser repovoado pelos indígenas. Em um processo que se intensificou há cerca de 15 anos, famílias inteiras de guaranis estão migrando de diversas áreas dos países do Cone Sul (Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil) para o litoral do Paraná, região que acreditam ser a "tekohá" (terra boa) de que falavam seus ancestrais. *(Gazeta do Povo, 06/10/99)*

TI AVÁ-GUARANI (OCOÍ) (PR)

QUATORZE ANOS DE CONVERSA MOLE

A ocupação da área florestal Paraná-Porã pelos índios Avá-Guarani está completando seis meses. A área pertence à Itaipu Binacional, que firmou um acordo há três meses se comprometendo a agregar mais terras aos 253 ha localizados em São Miguel do Iguaçu, rejeitados pelos índios. Os Avá-Guarani reivindicam 1.500 ha, área correspondente às que ocupavam antes da transferência devido à formação do reservatório de Itaipu. Mas até agora não há solução para o problema. A comunidade indígena, que luta há 14 anos para conseguir o assentamento definitivo, deverá receber uma resposta até o final do ano, segundo disse a direção da Itaipu. Segundo o líder Avá, Inocêncio da Costa, os índios só sairão da propriedade da Itaipu quando for assinado o convênio de repasse da terra.

A ocupação da floresta de Itaipu foi feita em represália em junho de 95, diante da demora para que as partes envolvidas solucionassem o questão da exigüidade da reserva de Ocoí, para onde os índios haviam sido transferidos. No entanto, parte das famílias que estava na floresta da Itaipu decidiu retornar à Ocoí por causa das baixas temperaturas do local, que chegam a 8ºC. Os índios têm recebido ajuda da Igreja Católica, de estudantes da região e do governo do estado, que anunciou o repasse de cestas básicas à comunidade Avá-Guarani. *(O Estado do Paraná, 15/01/96)*

PRESIDENTE DA ITAIPU PROMETE TERRAS...

O presidente da Itaipu Binacional prometeu aos índios Avá-Guarani a doação de 1,5 mil ha de terras de posse da empresa. A promessa ocorreu em encontro com lideranças dos Avá, ocorrida no dia 13 de março de 1996. Scalco se comprometeu ainda a ceder água potável e arrendamento de sete ha de terra para que os índios possam plantar enquanto os 1,5 mil ha não são liberados. *(Informe do Cimi, 08/04/96)*

... E ANUNCIA COMPRA

A Itaipu Binacional anunciou ontem, oficialmente, a compra de 1.780 ha de terras para reassentar os cerca de 350 índios Avá-Guarani que vivem às margens do Lago de Itaipu e na reserva de Ocoí. O local, comprado por cerca R$ 2,5 milhões, com recusos da hidrelétrica, fica entre os municípios de Diamante do Oeste e Ramilândia, no oeste do Paraná, e é banhado pelos rios São Domingos e São Francisco Falso. Os índios deverão ser transferidos para o local em janeiro de 1997, após a área ser repassada à Funai e integrada ao patrimônio da União.

A Itaipu contratou o antropólogo Rubem Thomas de Almeida para produzir um laudo sobre a situação dos Avá-Guarani e das terras recém-adquiridas. Em várias visitas à nova área, que possui 30% de mata nativa, o antropólogo atestou a adequação do local. Os índios também a aprovaram e estão ansiosos para fixar moradia no novo território. Com a aquisição da área, a hidrelétrica põe fim a um impasse que durava 14 anos. *(O Estado do Paraná e Gazeta Mercantil, 12/12/96)*

MUDANÇA PARA A NOVA ÁREA

Um grupo de 163 Avá-Guarani será remanejado hoje para a nova área comprada pela Itaipu Binacional. A transferência será acompanhada pelo antropólogo Rubem Thomaz de Almeida. Das 32 famílias que serão assentadas, 21 estavam ocupando uma área invadida no Refúgio

Biológico Bela Vista e as outras 11 viviam na Reserva Ocoí. No novo local existem 11 moradias já construídas. A nova área foi escolhida pelos próprios índios. O antropólogo esclarece que apenas verificou se as terras tinham condições de atender às necessidades deles. *(O Estado do Paraná, 18/04/97)*

CONVÊNIO ENTRE FUNAI E ITAIPU

Um convênio entre a Funai e a Itaipu Binacional foi assinado dia 26 de setembro para a implementação do Programa Transitório de Apoio à Comunidade Avá-Guarani do Tekohá Anetete, destinado a apoiar a comunidade Avá-Guarani no seu processo de consolidação da ocupação da nova terra. Assinaram o convênio o presidente da Funai, Sullivan Silvestre Oliveira e os diretores gerais da Itaipu Euclides Girolamo Scalco e Miguel Luciano Jimenez Boggiano. O convênio tem a vigência de três meses, exaurindo-se em dezembro de 1997. *(DOU, 14/10/97)*

ÍNDIO VIRA BÓIA-FRIA PARA SOBREVIVER

Os índios da tribo avá-guarani da reserva do Ocoí, em São Miguel do Iguaçu, estão trabalhando como bóias-frias fora da aldeia para garantir o próprio sustento. Eles afirmam que recebem cestas básicas a cada três meses e a última remessa está atrasada há pelo menos dez dias. Segundo o chefe do posto local da Funai, Imélio Fantin, o atraso no repasse vem acontecendo por falta de transporte. O órgão pediu ajuda da Prefeitura de São Miguel para resolver o problema. *(O Estado do Paraná, 17/11/98)*

GUARANI M'BYA/TI RIO AREIA I E II (PR)

AMPLIADA A ÁREA HOMOLOGADA

O Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, assinou decreto de 14 de abril de 1998 que altera o Decreto nº 292, de 29 de outubro de 1991, que homologou a demarcação administrativa da TI Rio Areia, localizada no Município de Inácio Martins (PR). Com o presente decreto, essa TI que tinha 401 ha, passou a ter superfície de 1.352 ha. *(DOU, 14/04/98)*

GUARANI/TI ILHA DA COTINGA (PR)

ÍNDIOS LIMPAM LITORAL

Trinta famílias Guarani começam a receber uma cesta básica mensalmente pelo trabalho de coleta de lixo no litoral do PR. A entrega será feita nesta terça-feira às famílias indígenas que vivem na Ilha da Cotinga, em Paranaguá, que já iniciaram um mutirão de limpeza na semana passada. A ação faz parte do projeto "Baía Limpa", um dos principais programas da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, que tem como prioridade a educação ambiental com a finalidade de mudar hábitos e comportamentos.
O projeto começou em Guaratuba, envolvendo os pescadores artesanais, estendeu-se a Guaraqueçaba e já está sendo implantado em Paranaguá e Antonina. O "Baía Limpa" para os índios tem a finalidade de incentivar a recuperação da mata nativa da Ilha. Já foi instalado um viveiro para produção de mudas florestais, principalmente de palmito. O IAP já enviou sementes e algumas mudas que deverão ser plantadas nos próximos dias. *(O Estado do Paraná, 26/08/97)*

GUARANI/TI LARANJINHA (PR)

PROJETO DE AUTO-SUSTENTAÇÃO

Os Guarani da TI Laranjinha, localizada no município de Santa Amélia, estão buscando apoio governamental para viabilizar um projeto que pode garantir a subsistência da aldeia. Eles pretendem engarrafar e comercializar a água mineral que jorra no poço artesiano da reserva para gerir recursos em benefício próprio. Segundo Albani Jacinto, vice-presidente da Associação dos Moradores da reserva, já foram realizados exames pelo Instituto de Tecnologia do PR (Tecpar) e foi constatado que a água é alcalino-terrosa cálcica e não tem nenhum indício de contaminação. Ele afirma que o potencial aqüífero do poço artesiano, que foi perfurado em 1992, é surpreendente e seria suficiente para abastecer as cidades próximas de Santa Amélia, Abatiá e Ribeirão do Pinhal, além da própria reserva. Segundo Olívio Jakupé, presidente da Associação de Moradores e professor da escola da aldeia, "queremos que o projeto seja gerido pela própria comunidade indígena e que possamos empregar os próprios índios".
Chefes indígenas do PR estiveram reunidos recentemente, em Curitiba, com o secretário de Indústria e Comércio, Eduardo Sciarra. Entre os assuntos em pauta eles foram reivindicar apoio para buscar alternativas de viabilização do projeto de exploração comercial da água mineral de Laranjinha. *(Gazeta do Povo, 17/08/98)*

GUARANI (SP)/GERAL

PROJETO PRETENDE DETER CORTE DO PALMITO

Um grupo de ecologistas iniciou esta semana a distribuição de cestas básicas às seis aldeias indígenas localizadas no Litoral Sul de SP. Oitenta e oito famílias indígenas de Itanhaém, Peruíbe, Mongaguá, Pedro de Toledo e Itariri receberão as cestas, fornecidas pela Secretaria Estadual de Planejamento sob orientação do Programa Comunidade Solidária. A distribuição está a cargo da ONG Estação Ecológica Guanhãnhã.
A doação pretende inibir o corte de palmito da região litorânea do Estado, comercializado pelos índios a fim de obter recursos para a compra de comida. Além das cestas, um projeto junto à comunidade indígena pretende replantar palmitos nativos e híbridos (pupunha), além de implementar a piscicultura para pesca artesanal. "O índio é o principal ator na luta pela preservação. *(A Tribuna, 28/07/96)*

ROVILSON MANIERI - 1998

Água para abastecer até três municípios.

ASSOCIAÇÃO PEDE APOIO AO GOVERNADOR

A Associação Guarani Awá Nimbonjeredju enviou carta ao governador Mário Covas (SP) solicitando a formação de uma comissão estadual para dar assistência aos índios do litoral sul do estado. O diretor de comunicação da entidade, Toby Itaúna, explica que a associação não quer se limitar a conseguir recursos apenas para Itanhaém (TI Rio Branco). "Nossa proposta envolve todas as aldeias do Litoral Sul e Vale do Ribeira, de Mongaguá à Cananéia", esclarece. "Temos vários projetos para a garantia de nossa sobrevivência, mas a morosidade das entidades que nos atendem fez com que fosse preciso montar a nossa própria associação, cuja liderança é exclusivamente formada por índios", diz a presidente da entidade, a índia Catarina Delfina dos Santos. Os projetos prevêem incentivos à agricultura indígena e à piscicultura. *(A Tribuna, Santos, 03/09/96)*

VENDA DE PALMITO É A ÚNICA OPÇÃO

Os índios das aldeias de Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe enfrentam os mesmos tipos de dificuldades. A maior parte sobrevive da venda de palmito nas feiras livres. Com freqüência, alguns deles são vistos em bares consumindo bebidas alcoólicas. O presidente do Movimento de Defesa da Vida, Condesmar Fernandes de Oliveira, admite que o trabalho desenvolvido por ONGs surtiu muito pouco efeito no Litoral Sul. "Mas, pelo menos tem conseguido evitar problemas ainda maiores, principalmente em relação à demarção das terras das aldeias, uma das batalhas mais duras deste processo". Condesmar é favorável ao trabalho conjunto entre as entidades que prestam serviços nas aldeias, mencionando o Genea, o SOS Bartira, a CPI, além do Movimento de Defesa da Vida, que preside. "Somar esforços é muito mais produtivo do que dividir", afirma, defendendo a troca de idéias e experiências. *(A Tribuna, 19/04/98)*

LANÇAMENTO DE CD

"Devolvam. Devolvam. A nossa terra que vocês tomaram. Para que a gente continue vivendo". Esse verso, de uma tradicional canção dos índios guarani, traduz uma das mensagens que eles pretendem transmitir aos brancos. Ela foi gravada em um CD com 74 canções guarani de quatro aldeias que vivem na cidade de São Paulo, em Ubatuba (SP) e em Angra dos Reis (RJ). O CD integra um projeto de divulgação da língua guarani, o "Memória Viva dos Guaranis", iniciativa do programa Comunidade Solidária em São Paulo. *(FSP, 25/10/98)*

CULTURA GUARANI EM ÁLBUM

Índios de quatro aldeias gravaram vários cânticos tradicionais no CD "Ñande Reko Arandu – Memória Viva Guarani", que será lançado em show, de hoje a domingo, no Sesc Pompéia, em São Paulo. O evento, que inclui números de canto e dança, conta ainda com exposições de fotos; peças de arte confeccionadas em trama de taquara, penas e madeira; 50 desenhos infantis, além de vídeos sobre o cotidiano dos índios guaranis. *(FSP, 19/02/99)*

PROJETO VISA SAÚDE

"Kwirimgwe-Aewe-Te". Essa frase em guarani – que quer dizer "a saúde das crianças melhorou" – é o que mais se ouve entre os índios das aldeias do Morro da Saudade e Krukutu, em Parelheiros, Zona Sul. Vítimas de extrema miséria, 80% das crianças são desnutridas, sendo que 50% apresentam grau grave da doença. Os índices estão muito acima dos registrados nas favelas da Capital, onde a estimativa é de 25% de crianças desnutridas e praticamente inexiste a desnutrição em graus elevados. Apesar do caos, a situação começou a melhorar desde que uma equipe do Instituto da Criança, do Hospital das Clínicas, passou a atender nas tribos, a 60 quilômetros do Centro. O atendimento no Morro da Saudade, onde moram 540 pessoas, e Krukutu, com 105 habitantes, começou há seis meses. É uma parceria entre o Instituto e a Funai. Toda semana, um médico, uma assistente social e uma socióloga ficam quatro horas em cada tribo. *(Diário Popular, 21/03/99)*

GUARANI/TI BARRAGEM (SP)

AVANÇO DA CIDADE ATEMORIZA TI

A favelização característica de zonas periféricas da cidade de São Paulo chegou aos Guarani. O diagnóstico dos médicos que cuidam dos índios da TI Barragem, dentro do perímetro urbano da capital, é típico de pobreza urbana: desnutrição, verminoses, doenças de pele, gripes violentas, pneumonias e índice alto de mortalidade infantil. "A situação desses índios é bem precária por causa da pouca comida e das péssimas condições de higiene na aldeia", diz a enfermeira Selma Carneiro Ferreira, da Unifesp. A proximidade da cidade tornou a medicância alternada com a venda de artesanato e de palmito arrancado na região da Serra do Mar, atividades corriqueiras para enfrentar a precariedade da TI. É comum ver nas feiras dos bairros mais afastados da Zona Sul da cidade mulheres

ITAMAR MIRANDA/AE

Lançamento do CD "Memória Viva Guarani" na aldeia dos Guarani em Morro da Saudade - Parelheiros.

acompanhadas de seus pequenos recolherem os restos alimentares deixados pelos feirantes, ou ainda pedirem comida nas casas mais abastadas. Ao mesmo tempo, os homens se entregam ao alcoolismo. "Não temos mais como caçar e pescar. Qualquer coisa que a gente plante por aqui nunca será suficiente para alimentar tanta gente. Não é a vida que queríamos, mas não temos alternativa", diz o líder José Fernandes Soares, o Guyrapcpó.

Foi por dinheiro que os Guarani de Barragem submeteram-se ao constrangimento de receber até 300 estudantes por fim de semana para conhecer a aldeia e assistir a demonstrações de danças típicas pelas crianças, que recebiam R$ 1,50 por apresentação cada um. *(O Globo, 19/01/97)*

CACIQUE IDEALIZA PROJETOS

O cacique Guarani da aldeia Morro da Saudade, Manuel de Lima, ou Karai Poty, tem vários projetos para preservar a cultura e as tradições de seu povo, que tem 502 índios. A fundação de um museu de objetos tribais na aldeia, a manutenção de festas e rituais dos antepassados e o aprendizado da língua, que todos falam, faz parte desse esforço para evitar a dominação cultural num mundo de brancos. Uma índia está estudando numa escola em Santo Amaro para se tornar professora na aldeia e o irmão do cacique, Joaquim, enfermeiro credenciado pela Funai, atua no atendimento à saúde dos Guarani desta e de outra aldeia, a Krucutu, situada a cinco km.

Segundo Manuel, a aldeia de Parelheiros foi fundada em 1958, mas os Guarani e outros povos sempre circularam pelo local em direção ao Litoral. "Chegou um momento em que os índios perceberam que a vida não poderia ser igual àquela que havia antes da chegada do europeu, em que todos podiam se deslocar para onde quisessem, sem prestar contas a ninguém", conta. *(Diário Popular, 21/03/98)*

VENDA DE PALMITO À FÁBRICA CLANDESTINA

A Polícia Florestal flagrou ontem uma fábrica clandestina de palmitos em Parelbeiros e apreendeu 120 vidros do produto, além do palmito in natura. Além da sujeira e falta de higiene no local, o que mais chamou a atenção dos policiais é que os fornecedores eram os índios da aldeia Morro da Saudade, em Parelheiros. O palmito era vendido diretamente aos consumidores e não para lojas. A Polícia Florestal informou que o lucro da venda era dividido em partes iguais entre o comerciante e o cacique Manoel Lima. *(Diário Popular, 13/08/98)*

GUARANI/TI BOA VISTA DO SERTÃO DO PRÓ-MIRIM (SP)

INICIADA PLANTAÇÃO DE CACAU

Os Guarani da aldeia Boa Vista começaram nesta semana a plantar cacau em sua reserva no Pró-Mirim. O projeto é para o plantio de 25 mil mudas, mas a doação inicial foi de cinco mil. O projeto, que nasceu da necessidade da Fazenda Capricórnio doar o excedente de sua safra de cacau, tem o objetivo de proporcionar uma alternativa de subsistência para os índios. A Prefeitura está fornecendo a supervisão. No projeto também estão incluídas a apicultura e o plantio da palmeira pupunha. A aldeia tem 150 índios e cerca de 20 deles estão envolvidos no projeto. *(Valeparaibano, 09/09/97)*

GUARANI/TI AGUAPEÚ (SP)

MADEIREIROS DESMATAM TI

Uma vistoria feita pela Polícia Florestal, em conjunto com o Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais e entidades ecológicas, constatou sinais de desmatamento e outras irregularidades na TI Guarani de Aguapeú, em Mongaguá. A vistoria foi feita após denúncia feita pelos próprios índios de invasão de posseiros. Foi constatada um desmate de aproximadamente 2,7 mil m². Segundo o coordenador do Grupo Experimental Nandeva, Antônio do Pinho, as denúncias de invasão são antigas. Além disso, os índios pararam com a atividade agrícola de subsistência devido às ameaças dos posseiros. "Eles se apoderavam de todo o plantio que viam pela frente", disse. A TI Guarani de Aguapeú foi delimitada pelo Ministério da Justiça, através da Portaria 411/94, que a declara como de posse permanente e exclusiva dos índios. A Polícia Florestal registrou buletim de ocorrência assinalando que os índios estavam sendo ameaçados de morte pelos posseiros, principalmente o líder David da Silva. *(A Tribuna, 15/05/96)*

OBRAS DA SABESP SOB SUSPEITA

As obras de saneamento básico efetuadas pela Sabesp em Mongaguá estão sendo questionadas pela deputada estadual Maria Lúcia Prandi (PT) e por diversas ONGs. Segundo a parlamentar, há suspeitas de que o esgoto urbano será lançado no Rio Aguapeú, o que prejudicaria a comunidade indígena. Maria Lúcia, juntamente com representantes de seis entidades que denunciaram o problema, estiveram na TI, que fica na margem direita do rio Aguapeú, nos contrafortes da Serra do Mar.

Condesmar Fernandes de Oliveira, membro do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema), se diz preocupado: "é um absurdo que esta obra seja feita dessa forma. Ela deveria ter sido discutida no Consema, junto com a Funai, uma vez que atinge a questão indígena". As entidades SOS Bartira, Sats (Serviço Aéreo e Terrestre de Salvamento e Proteção Ecológica), Movimento em Defesa da Vida, Genea e Movimento Santa Luzia, e representantes da Apeosp de Mongaguá, também estão se mobilizando para impedir danos ambientais no rio. *(A Tribuna, 02/07/97)*

SABESP REBATE

O vice-presidente da Sabesp no Litoral, Oswaldo Aly, rebateu com veemência as suspeitas que vêm sendo levantadas sobre o eventual comprometimento das águas do Rio Aguapeú pelo esgoto que a estatal quer lançar através de uma estação de tratamento. Segundo Aly, na margem esquerda do rio será construída uma Estação de Tratamento Secundário, para onde seguirá todo o esgoto coletado nos bairros próximos à divisa com Praia Grande. Na estação, o esgoto sofrerá vários processos de separação e tratamento dos resíduos sólidos. Aly garantiu ontem que o efluente lançado no leito do rio estará com pelo menos 95% de sua carga orgânica eliminada, valor superior aos 80% exigidos por lei. Além disso, segundo relatório da empresa Sanitech Consultoria e Comércio, encomendado pela Sabesp, o local onde a estatal pretende construir a estação está no ponto do rio abaixo do atracadouro da aldeia, que fica na margem direita do Aguapeú. "Não fossem todas as garantias que a Sabesp está dando, é certo que jamais construiríamos uma estação sem que antes a Secretaria Estadual de Meio Ambiente desse todos os pareceres favoráveis", disse Aly. *(A Tribuna, 06/07/97)*

PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO

Integrantes de 17 famílias indígenas, da Aldeia Guarani do Aguapeú, em Mongaguá, aderiram ao Programa de Alfabetização Indígena (PAI) e estão tendo seu primeiro contato com as letras, por meio do Projeto Integração desenvolvido pelo Departamento de Promoção Social do Município. Contando com uma unidade volante (um ônibus foi transformado em sala de aula),

o programa tem como objetivo principal ensinar os indígenas a ler e a escrever. Conceitos de higiene e saúde também são transmitidos aos alunos. *(A Tribuna, 10/04/99)*

ALFABETIZAÇÃO PROVOCA POLÊMICA

A política já vem invadindo as aldeias indígenas de Mongaguá e dividindo opiniões. O presidente do Diretório do Partido dos Trabalhadores da cidade, Guilherme Coelho de Souza Nascimento, e o tesoureiro do partido, Astrogildo Donner, enviaram um pedido ao procurador da República em Santos, Antonio José Donizete Daloia, para a abertura de inquérito civil público contra a Prefeitura de Mongaguá. Eles questionam a didática implantada no PAI. Para os dirigentes, o PAI está aculturando os índios, inserindo cultura e valores dos homens brancos. Os petistas informam, no ofício enviado ao procurador, que a Administração Municipal não vem tendo cuidados com os preceitos mínimos no trato com as populações indígenas, envolvendo-as em festejos da Páscoa e outras comemorações. *(A Tribuna, 25/07/99)*

GUARANI/TI ITAOCA (SP)

CANDIDATA DÁ SUMIÇO EM DOCUMENTOS DOS ÍNDIOS

Não bastasse as dificuldades estruturais da TI Itaoca, os índios afirmam que uma candidata a vereadora da região esteve na aldeia e apreendeu os documentos de vários índios, com a promessa de devolvê-los próximo ao dia da eleição. Segundo o líder Guarani, Júlio Eusébio Fernandes, uma criança da comunidade que morreu recentemente ficou impossibilitada de ter o corpo liberado pelo Instituto Médico Legal porque os pais estavam sem seus documentos. Júlio Fernandes solicitou à candidata a devolução dos documentos, sem êxito. "Esta candidata se nega a devolver todos os documentos, até o dia da eleição. Gostaria de saber em que lei ela está se baseando para fazer isso e ficar impune", perguntou o líder Guarani. A Funai informou que novos documentos já estão prontos no Cartório Eleitoral da região. "Mas o protocolo de retirada se encontra com essa candidata", disse o representante do órgão. *(A Tribuna, 22/09/96)*

GUARANI/TI JARAGUÁ (SP)

CONSTRUÍDA CASA DE REZA

Os Guarani de Jaraguá, que vivem numa das menores aldeias do país, inauguraram sua casa de reza. Na aldeia vivem 15 famílias em oito casas, totalizando 62 pessoas. A "Opy", ou casa de reza, foi construída por iniciativa de um grupo voluntário de profissionais liberais e estudantes, com o apoio da Associação Comercial (distrital Pirituba) e do Lions Club. A idéia é criar espaços na reserva para o "branco" visitar e conhecer mais sobre a cultura Guarani, transformando o local num ponto turístico auto-sustentável. Também faz parte da reformulação da aldeia a construção de um museu-escola e um centro cultural. Quatro estudantes das Faculdades de Belas Artes e da FAU-USP estão desenvolvendo um projeto para deixar as casas como as originais (feitas de pau-a-pique e sapê), a ser enviado à Funai. Outra parte do projeto de melhorias foi um mutirão organizado entre a comunidade para retirar lixo do terreno. *(Diário Popular, 25/08 e FSP, 06/09/97)*

GUARANI/TI PERUÍBE (SP)

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os índios Guarani da TI Peruíbe estão recebendo apoio da ONG Guanhãnhã para buscar meios de subsistência própria e orientação sobre educação ambiental. A organização apresentou à Funai o projeto Verde Didático, já aplicado em Praia Grande, que era voltada exclusivamente para crianças. A concepção básica foi adaptada para as necessidades da comunidade indígena. Segundo Gilberto Winter, presidente da Guanhãnhã, a idéia fundamental do Verde Didático é despertar para a importância de se preservar o meio ambiente, através da transmissão de noções de botânica e zoologia aliadas à educação ambiental. Aplicado à realidade indígena, o projeto acrescentou um trabalho de piscicultura. O plantio do palmito é frisado por Winter como o mais importante ponto do trabalho. "Esse tipo de plantação sofreu uma grande baixa nos últimos anos pela exploração por índios e brancos", afirma Winter. *(A Tribuna, 09/06/96)*

DISPUTA PELA LIDERANÇA ELEVA OCORRÊNCIAS POLICIAIS

A disputa pela liderança da TI Peruíbe, localizada na zona rural do Município, vem causando dificuldades para a administração regional da Funai. Desde o início do ano já houve três ocorrências policiais registradas na Delegacia do Município, sendo duas delas relacionadas a incêndios em dois barracos de duas famílias. Apesar da gravidade dos incidentes, a situação atual da aldeia se encontra controlada, segundo o chefe regional da Funai, José Maurino Kirstein. Ele pondera que após a eleição do novo cacique, a união em torno do trabalho conjunto foi ampliada. "Ocorreram incidentes, sim. Mas também houve uma ação conjunta de toda a comunidade da aldeia, e isto foi altamente positivo". O índio Amarildo Pacheco Eugênio disse que o atual cacique Davi vem desenvolvendo um trabalho voltado para a comunidade indígena. "Limpamos rios e trechos da aldeia para facilitar o acesso". *(A Tribuna, 27/04/98)*

GUARANI/PIAÇAGUERA (SP)

ALDEIA DIVIDIDA

O impasse criado na semana passada entre os dois grupos de índios rivais da Aldeia Bananal, localizada a 18 km do centro de Peruíbe, ainda está longe de uma solução.

A expulsão do cacique Davi Honório Cardoso e 18 famílias, pelo grupo liderado pelo também cacique João Gomes, tinha como principal ponto de discórdia a posição de Davi em impor a religião evangélica na aldeia.

Na reunião realizada ontem, no Centro de Convenções de Peruíbe, com o cacique Davi Cardoso e seu grupo, o administrador da Funai, Rômulo Siqueira de Sá, disse que no dia 1º de julho, uma equipe de agrimensores do órgão virá para Peruíbe para providenciar a divisão da reserva de 200 alqueires em duas partes, uma ficará sob comando de Davi e a outra sob João Gomes.

Embora estivesse sendo esperada, a procuradora da República, Caroline Maciel da Costa, não esteve na reunião, mas segundo Rômulo, a procuradora disse ao cacique João Gomes, na última visita que fez à aldeia, que vai enviar a Polícia Federal para avaliar o que restou dos três imóveis incendiados, inclusive a igreja evangélica, e vai pedir a punição dos responsáveis pela destruição.

Os índios que acompanhavam Davi Cardoso estavam bastante exaltados e só concordam com

JOÃO VIEIRA JR

O grupo do cacique João Gomes, na aldeia Bananal.

a divisão da terra, se ela tiver critérios igualitários. "Não é justo dividir as terras em duas parte, cem alqueires para cada lado, pois o nosso grupo tem maior número de famílias, enquanto que, do outro, só existe a família de João Gomes", disse o índio Amâncio Samuel. *(A Tribuna, Santos, 01/07/00)*

GRUPO EXPULSO ACEITA A IR PARA A JURÉIA

O grupo liderado pelo cacique Davi Cardoso deverá ser transferido para uma área na região da Juréia. A decisão foi tomada ontem, entre a procuradora Caroline da Maciel da Costa, o administrador regional da Funai, Rômulo de Sá, e o cacique Davi Cardoso, durante reunião realizada na Escola Agroecológica de Peruíbe, onde permanecem alojadas as 18 famílias expulsas. A proposta foi aceita depois que o cacique João Gomes, líder do grupo que dominou a aldeia, ter recusado a proposta inicial da Funai, apresentada oa reunião do Centro de Coovenções de Peruíbe, de dividir a Aldeia Bananal em duas parte iguais.
João Gomes argumentou que tem plantações espalhadas em diversos pontos do aldeiamento e que um convívio amigável com Davi e seu grupo estava totalmente descartado. *(A Tribuna, 01/07/00)*

NOVA ÁREA

Depois de muitas brigas, ameaças de morte e até expulsão da aldeia, o grupo de Davi finalmente conseguiu uma área para ocupar. Agora são 120 pessoas, que agora compõem a Aldeia Piaçaguera, instaladas em um terreno de aproximadamente dois mil alqueires no Bairro da Estância Santa Cruz, em Peruíbe.
A definição caso, porém ainda vai depender de uma ação de bastidores da Funai, mas oenhum integrante da nova aldeia pensa na possibilidade de uma reviravolta no caso.
Um dos pivô da crise do Bananl, o cacique Davi Cardoso, não vai morar na nova aldeia. *(A Tribuna, 24/07/00)*

FUNAI CRIA GRUPO PARA IDENTIFICAÇÃO

Através da Portaria n° 867, o presidente da Funai criou um Grupo Técnico para realizar estudos e levantamentos de identificação e delimitação da Terra Indígena Piaçaguera. O trabalho do antropólogo coordenador do GT e das engenheiras agrimensora e agrônoma tem o prazo de 50 dias para os trabalhos de campo e 30 dias para os técnicos em agropecuária e agrimensura. Após os trabalhos, inicia o prazo de 180 dias para a entrega dos relatórios. *(DOU, 28/08/00)*

MEMBROS DO GT INICIAM TRABALHO

Os técnicos da Funai Carlos Alexandre Barbosa dos Santos (antropólogo) e Sandra Barcelos Coelho (engenheira agrimensora) estiveram ontem no novo aldeiamento, denominado Piaçaguera, situado nas proximidades da divisa entre Itanhaem e Peruíbe, que reúne índios remanescentes das aldeias Bananal e Aldeinha. O objetivo foi fazer um trabalho de reconhecimento da área.
Segundo o antropólogo Carlos dos Santos, o que se pretende é identificar e delimitar a área, criada após recente confronto entre caciques, que dividiu a aldeia Bananal. A visita, conforme explicou, deve-se à descoberta recente de que o local sediava uma antiga aldeia denominada São João Batista.
"Muitos índios lembraram da área e acabaram vindo para o local. Fomos acionados e, após levantamentos de registros históricos, descobrimos que se trata de terras indígenas, afirma Santos.
Os técnicos ainda não conseguiram dimensionar totalmente a área. A iniciativa, que envolverá, inclusive, a análise de documentos de diversos proprietários de terrenos e imóveis da região, deve ser concluída até o final do mês.
"Por enquanto, sabemos apenas que a área compreende os dois lados da Rodovia Padre Manuel da Nóbrega (praia e serra). Estamos delimitando e vendo o que pode ser feito com referência à grande quantidade de pessoas que possuem imóveis dentro dos limites da terra, cujo mapa oficial será feito a partir dessa ação".
Carlos Alexandre disse que os trabalhos serão acompanhados também pelos técnicos do Instituto de Terras do Estado de S. Paulo (Itesp), que deverão chegar no próximo dia 11 de setembro para fazer o levantamento fundiário e conversar com todos os proprietários que estão deotro da área.
"Mas posso adiantar que a maioria dos proprietários, quase 99%, são posseiros e não tem titulação da terra. A Funai deverá fazer um levantamento das benfeitorias realizadas e indenizar os proprietários, que deverão sair do local".
O técnico da Funai fez questão de ressaltar que, para que isso aconteça, será necessário, primeiro, a elaboração de um relatório, que deverá ficar pronto seis meses após as medições.
"Esse relatório será encaminhado ao presidente da Funai, Glenio Alvarez, que por sua vez, o eoviará ao Ministério da Justiça. Se o trabalho for aprovado, o ministro baixará uma portaria, declarando o local como terra indígena. *(A Tribuna, Santos, 02/09/00)*

GUARANI/TI RIO BRANCO (SP)

ABANDONO POR PARTE DO GOVERNO

Os caciques da aldeia Rio Branco informaram que o abandono em que se encontra o local é um retrato do quanto o Governo Federal investiu nestes segmentos. A enfermaria existente não funciooa e alguns poucos medicamentos são utilizados pelos próprios índios sem um acompanhamento médico. Recentemente, a Secretaria de Saúde de Itanhaém reativou a Unidade Ambulatorial Móvel através do Projeto Roda Vida e fez o atendimento médico próximo à entrada da Estrada do Mambu, que é o único acesso para a aldeia. Outro problema é o estado dessa estrada, que se encontra sem asfalto e praticamente impossibilitada de transitar.
Uma associação de índios do município de Itanhaém foi formada em 1996, com o objetivo de canalizar as reivindicações das aldeias junto aos órgãos competentes. Recentemente, uma representante da Assembléia Legislativa foi até o Município ver as condições do local, e, com isso,

enviar uma solicitação à Funai para que seja resolvido o problema. *(A Tribuna, 19/04/97)*

LÍDERES RECLAMAM FALTA DE APOIO

Para os líderes da TI Rio Branco, em Itanhaém, os índios não têm motivos para festejar o Dia do Índio. Arlindo Vicente da Silva, primeiro cacique, explicou que em 97 a aldeia foi visitada por uma deputada estadual e contou com o apoio da Unidade Volante de Saúde da Prefeitura, o que não se repetiu neste ano. Segundo Arlindo, os índios continuam sobrevivendo da venda de palmito nas feiras livres semanais, com dificuldades de locomoção. "Temos que pagar R$ 150,00 para o motorista do caminhão pela viagem da aldeia até o Centro". Segundo ele, a Funai não dá a devida atenção à aldeia. Anísio Tupã Mirim, segundo cacique, explica que os índios só recebem promessas. "Ou, então, iniciativas incompletas, sem continuidade", complementa.

O Cimi de Itanhaém desenvolve um trabalho alternativo na TI Rio Branco, voltado para a subsistência dos índios. Por meio do projeto, os índios plantam e colhem banana nas terras da aldeia e vendem diretamente a comerciantes da Capital. Almir Baldissarelli e Darcy Cicconetti, que coordenam o projeto, conseguiram uma parceria com comerciantes de São Paulo. "Eles compram a banana dos índios, que é transportada da aldeia até os estabelecimentos comerciais". Baldissarelli informou que atualmente, na aldeia, existem 30 índios. "Este número, há alguns meses atrás era maior, cerca de 80. Mas, houve uma migração recente de parte desse contingente para Cananéia". *(A Tribuna, 19/04/98)*

GUARANI/RIBEIRÃO SILVEIRA (SP)

ECOTURISMO

O turismo ecológico está ajudando os índios de Ribeirão Silveira a preservar o meio ambiente e a cultura Guarani. O programa tem autorização da Funai e o preço das excursões são tratados diretamente com o "cacique" Papa Mirim Poty. Os índios recebem no máximo 25 pessoas e as visitas ocorrem nos finais de semana. Com a renda, os índios esperam também valorizar-se como povo. "Queremos fugir do paternalismo; a comunidade tem condições de se manter sozinha" diz o líder Guarani, garantindo que as visitas não trarão problemas culturais para a comunidade.

Um guia indígena coordena a caminhada de uma hora pela mata. Ele pára de repente perto de uma planta e comenta: "Essa faz a dor parar". Sugere que alguém a mastigue e, em minutos, a boca está anestesiada. Um barulho de um galho que balança: "É um macaco", informa o guia. Um pouco à frente chega-se à cachoeira de Tamanduá-Mirim, com uma queda d'água de 50 metros. É possível, ainda, ver aves e outros animais. Os índios só caçam uma vez por semana. "Quando a comunidade sentiu que os animais estavam diminuindo, a decisão foi protegê-los", diz o líder Guarani.

A antropóloga Ariene Porto, da ONG São Sebastião Tem Alma, defende a criação de condições para que os índios possam competir com igualdade no mercado do ecoturismo. "Não dá para aceitar um índio vendendo artesanato na beira da Rio-Santos. O correto é abrigá-lo com seus produtos, como faz o branco. Eles não são inferiores, são diferentes", diz Porto, acreditando que, com os passeios, "os índios conseguirão mais aliados na luta pela preservação de sua cultura e do meio ambiente". *(A Tribuna, 30/06 e OESP, 15/09/96)*

PROJETO DE CULTIVO DE FLORES...

A Prefeitura de São Sebastião está incentivando há um ano os índios Gurani de Ribeirão Silveira, em Boracéia, a plantar a flor da helicônia para revender. Os cinco índios envolvidos no projeto já têm cerca de 40 clientes e cada um fatura cerca de R$ 160,00 mensais. A flor está sendo cultivada em um viveiro próximo da reserva. O projeto foi a forma que a prefeitura e a ONG Guaricanga encontraram como alternativa de subsistência aos índios, diferente do artesanato e da extração do palmito juçara, que está em extinção. *(Valeparaibano, 09/09/97)*

... ATRAI TURISTAS

Os turistas que visitam TI Ribeirão Silveira em busca de artesanato indígena, estão encontrando um novo produto oferecido pelos Guarani que habitam a região. Trata-se da planta conhecida como bananeira de jardim, espécie ameaçada de extinção e que passou a ser cultivada dentro do projeto Pegué-oó-poty, ou Flor do Caeté, em português. O trabalho vem sendo alvo da atenção não só de visitantes, mas também de agrônomos e paisagistas, porque desenvolve e repassa técnicas de cultivo e manejo de helicônias nativas, para produção de flores e mudas, ao mesmo tempo em que inibe o corte predatório do palmito juçara.

A iniciativa privada tem uma importante participação no projeto de presevação dessa espécie nativa. O projeto surgiu da preocupação de um comerciante de São Sebastião, o paisagista Gilberto Fialho, da Flora Salvia, em auxiliar a comunidade indígena na diversificação das atividades econômicas de subsistência. *(A Tribuna, 06/04/97)*

GUARANI M'BYA (RJ)/TI GUARANI DO BRACUÍ

PREOCUPAÇÃO COM A USINA ANGRA 1

Embora não tenham a menor idéia sobre o que é o reator nuclear de Angra 1, nem as conseqüências de um vazamento de radiação, os 401 Guarani M'Bya da aldeia Sapucaí, em Bracuí, confiam apenas em seu deus, Nhanderu, para protegê-los se ocorrer algum problema no "engenho do homem branco". A preocupação dos M'Bya está expressa em um relatório preparado pelo Corpo de Bombeiros a partir de visita à aldeia realizada em outubro por integrantes da corporação e representantes da Defesa Civil, Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambienta (Feema), prefeitura de Angra dos Reis e um engenheiro especialista em desastres naturais da UFRJ. Um dos trechos do documento sintetiza a desilusão dos índios: "Acredita-se na aldeia que, em qualquer emergência que envolva os brancos, os índios seriam esquecidos".

A preocupação dos M'Bya decorre principalmente do fato de que quase todos na aldeia não falam português e das dificuldades de acesso ao local. A área, de 2,1 mil ha na Serra da Bocaina, fica ilhada em dias de chuva. A aldeia ficou fora das três simulações realizadas até hoje para preparar a população para o caso de um acidente nuclear. *(OESP, 14/12/97)*

PLANO DE EMERGÊNCIA DOS BOMBEIROS

O grupo que atualmente habita a TI Bracuí chegou em Angra dos Reis em 1987, vindo do litoral do PR, sob a liderança do cacique Verá Mirim. No início, eram cerca de 200 pessoas que vieram ocupar uma área de 700 ha, delimitada pela Funai. Aos poucos, outras famílias foram chegando e tomando conta do local. "Desde 1982 eles lutam por aquela terra, que só em 1995 foi homologada e registrada em cartório. É um povo que vive procurando uma terra ideal. Todos os Guarani têm essa concepção mitológica de busca de uma terra especial", explica Carlos Augusto Freire, antropólogo do Museu do Índio.

Coube ao 10º Grupamento de Bombeiros Militar o trabalho de conscientização dos índios sobre os riscos e perigos da usina e também so-

DELFIM VIEIRA/AE - 1997

Guarani M'Bya da Aldeia Sapucaí.

bre a necessidade de abandonar suas terras se ocorrer um vazamento em grandes proporções. De 15 em 15 dias, as toyotas do 10º GBM visitam a aldeia e, entre uma ajuda e outra, falam dos perigos da usina nuclear. *(Jornal do Brasil, 04/01/98)*

XETÁ (PR)

FUNAI FORMA GT PARA REAGRUPAMENTO

A Funai, em Portaria nº 984, decide constituir grupo de trabalho destinado ao estudo da viabilidade de reagrupamento dos índios Xetá e seus descendentes, no Estado do Paraná. Os trabalhos serão coordenados pela própria Funai. *(DOU, 22/10/99)*

QUEM SÃO OS XETÁ?

Movido por essa pergunta, o Museu Paranaense, da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, está lançando um CD-ROM. "Quem são os Xetá?"

é resultado de uma vasta pesquisa histórica e antropológica sobre o acervo de imagens fílmicas e fotográficas de Vladimir Kozák sobre esse grupo indígena. A etnia xetá foi contatada na década de 1950, na Serra dos Dourados, PR e viveu então um rápido processo de extinção, motivado por doenças, mortes provocadas, dispersão e transferência de habitat. A instalação de fazendas na região a partir dos anos 50 restringiram seus locais de caça, pesca e coleta. As imagens produzidas sobre o grupo revelam algumas práticas tradicionais relacionadas à cura, ritos e produção de figuras em cera. No CD-ROM, elas protagonizam um complexo de documentos, mapas, dados etnográficos e bibliográficos sobre os xetá. *(Museu Paranaense - Praça Generoso Marques s/nº, Centro, Curitiba/PR)*

XOKLENG

TI IBIRAMA É HOMOLOGADA

O presidente Fernando Henrique Cardoso assinou no dia 16 de fevereiro de 1996, decreto homologando a demarcação da TI Ibirama, com 14.084 ha. *(DOU, 16/02/96)*

VELHO ACORDO "ESQUECIDO"

Uma reunião entre o presidente da Funai, Márcio Santilli, o governador do Estado, Paulo Afonso Vieira, e o secretário de Justiça e Cidadania do Estado, José Manoel Necolini, decidiu pelo atendimento às reivindicações dos índios Xokleng da TI Ibirama. Os índios reclamam do descumprimento de uma carta de intenções assinada pelo governo em 1992, na qual previa-se a construção de uma estrada, uma ponte, várias casas e o fornecimento de energia alétrica para a comunidade indígena. Na época, o acordo foi selado depois dos índios invadirem a Barragem Norte. O governo alega que prometeu as obras, que seriam executadas com verbas federais as quais, no entanto, não foram repassadas.
Segundo o presidente da Funai, o encontro serviu ainda para redefinir as políticas do Estado em relação aos índios. "O objetivo é articular os diferentes órgãos para que o acordo seja cumprido", disse Santilli. Segundo Santilli, a construção da barragem provocnu a inundação da parte mais produtiva da reserva e os índios tiveram que se deslocar para terras mais altas, o que lhes ocasionou uma situação de isolamento e penúria. *(Diário Catarinense, 05/03/96)*

ÍNDIOS PERDEM A PACIÊNCIA...

Cerca de 1,5 índios ameaçam abrir as comportas da Barragem Norte, no município de José Boiteux (SC), caso um representante dos governos estadual ou federal não compareça no local para tratar de um acordo acertado na época de construção da barragem. *(Diário Catarinense, 06/02/97)*

... E ABREM COMPORTAS DA BARRAGEM

Os índios Xokleng que vinham ocupando a Barragem Norte abriram ontem, as comportas da Barragem Norte, liberando cerca de 78 milhões de m^3 de águas do rio Marcílio. Os índios garantem que a barragem continuará aberta até que um representante da Funai ou da Procuradoria-Geral da República procure-os para o entendimento. Os índios reclamam que 300 ha da TI foram alagados, as lavouras destruídas e que 200 índios estão isolados pelas águas da represa. *(Diário Catarinense, 11/02/97)*

GOVERNO PROMETE CUMPRIR O CONVÊNIO

Em reunião, os representantes dos Xokleng ouviram as promessas do diretor da Secretaria de Justiça e Cidadania, Sandoval Barreto, que lhes garantiu que no próximo mês o governo do Estado começará as obras para elevação da ponte do rio Platê, a construção de uma ponte pênsil ligando uma das aldeias à sede e a abertura de duas estradas.
Com a disposição do governo em fazer as obras, o prefeito de Blumenau, Décio Lima (PT), solicitou aos índios que deixem a barragem para que ela possa operar. Os índios prometeram monitorar a barragem conforme a necessidade e só vão deixar o local quando as obras do governo forem concluídas. A procuradora da República em SC, Analúcia Hartmann, lembrou ainda outras pendências do governo do Estado con-

XETÁ: SOBREVIVENTES DO EXTERMÍNIO

Nos dias 30 e 31 de agosto de 1997 realizou-se o "Encontro dos Xetá: Sobreviventes do Extermínio", no Instituto Salette, em Curitiba (PR).

Os Xetá, grupo étnico da família linguística Tupi-Guarani, habitantes originais da região conhecida como Serra dos Dourados, no Noroeste Paranaense, foi o último grupo indígena a entrar em contato com os brancos, entre 1954 e 1956. A partir de então, num período inferior a dez anos, essa sociedade foi tragicamente exterminada e seus sobreviventes, à época crianças e jovens, foram retirados de seu território de origem e "distribuídos" para serem criados por famílias não-índias, em áreas urbanas ou postos indígenas Kaingang e/ou Guarani. Afastados, assim, do convívio uns com os outros, os remanescentes Xetá vivem hoje em diferentes municípios do PR, alguns em áreas indígenas Kaingang, outros em zonas urbanas. Uma delas reside na Grande São Paulo. Pesquisas indicam a existência atual de 12 sobreviventes Xetá, tendo sido localizados 8 deles que, juntamente com seus descendentes, somam um total de 40 pessoas.

Solicitação Xetá *- Durante o processo da pesquisa de mestrado em Antropologia realizada por Carmem Lúcia da Silva (UFSC) "Sobreviventes do Extermínio: um estudo das narrativas e lembranças 'históricas' da extinção da sociedade Xetá", os índios entrevistados foram tomando conhecimento da existência de outros sobreviventes, a eles ligados por laços de parentesco. Estas descobertas foram despertando e acelerando, cada vez mais, o desejo dos remanescentes virem a se conhecer. Sendo assim, considerando a solicitação dos Xetá, o encontro teve como objetivo principal promover a aproximação e o conhecimento entre os remanescentes, atendendo, assim, os seus desejos e expectativas de se conhecerem, conversarem e estabelecerem futuras redes de sociabilidade entre si. Coordenado por Carmen Lucia da Silva, o encontro foi realizado pelo ISA, com o apoio do Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá/UFPR e do Ceju - Centro de Estudos Jurídicos do Curso de Pós-Graduação em Direito/UFPR.*

Participantes *- Participaram do encontro oito remanescentes Xetá, três do sexo feminino: Maria Rosa Padilha (Ã), Maria Rosa Tiguá Brasil, Ana Maria (Tiguá), e cinco do sexo masculino: Tucanambá José Paraná, Kuein Manbaai Nhaguakã, José Luciano da Silva (Tikuein), Rondon Xetá e Tiquein Xetá, todos acompanhados de seus familiares. Também estiveram presentes Aryon Dall'Igna Rodrigues, da UnB, quem realizou pesquisa na língua Xetá nos anos 60, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, presidente do ISA e Fernando Antonio de Carvalho Dantas, mestrando em Direito na UFPR. Durante o encontro, os Xetá puderam se reconhecer, conversar e cantar na própria língua. Assistiram uma apresentação de Aryon D. Rodrigues sobre seu trabalho junto ao grupo e viram o filme "Os Xetá", de José Loureiro Fernandes e Vladimir Kozák, ambos da UFPR. Também tiveram oportunidade de esclarecer dúvidas de natureza jurídica com Carlos Frederico Marés e Fernando A. C. Dantas.*

Resultados *– Como resultado do evento, os Xetá elaboraram um documento, onde solicitam aos diferentes segmentos da sociedade e autoridades competentes o reconhecimento de todos os sobreviventes e seus respectivos descendentes enquanto membros da etnia Xetá. Solicitam, ainda, a atenção do órgão de assistência (Funai) e uma indenização em forma de terra, com casas, para que eles e seus familiares possam habitar e se refazerem das enormes perdas que tiveram ao longo de suas vidas. Ficou estabelecido entre os presentes que a primeira providência a ser tomada, considerando o rol de reivindicações apresentadas, será uma ação de retificação de registro de nome, no registro civil, de cada um dos sobreviventes e seus descendentes, a partir da genealogia levantada pela pesquisas de Carmen Lúcia da Silva.*

"Viver como nosso povo, antes, é impossível; mas tentar recuperar o nosso reconhecimento e respeito, enquanto sobreviventes de um povo exterminado, é nosso direito. Nós, adultos de hoje – crianças e jovens de ontem, irmãos, tios e primos que nos conhecemos aqui neste encontro, depois de quarenta anos separados, não escolhemos nos separar, fomos espalhados". (Sobreviventes Xetá, Curitiba, 31/08/97, ISA, a partir do registro do Encontro Xetá feito por Carmen Lúcia da Silva, 10/97)

MÁRCIA ROSATO - AGO/97

Os sobreviventes, a partir da esquerda: Tiqüein, Tuca, Tikuein, Ã, Tiguá, Tiguá e Kuein.

MÁRCIA ROSATO - AGO/97

Tiguá, com sua filha Indianara, olha foto de sua mãe.

forme as cláusulas do convênio: a construção de casas, a eletrificação da aldeia e uma proposta concreta para o pagamento das indenizações das terras inundadas pela represa. Sandoval Barreto, representante do governador Paulo Afonso no encontro, não soube informar quando o governo vai cumprir as outras cláusulas do convênio. *(Diário Catarinense, 07/03/97)*

ÍNDIOS AMEAÇAM DINAMITAR BARRAGEM

Os Xokleng de Duque de Caxias, que desde 4 de fevereiro ocupam a Barragem Norte, estão fazendo uma ameaça séria. Em reunião na prefeitura de Blumenau, terça-feira, prometeram dinamitar as comportas da obra. Eles garantem que têm dinamite suficiente para provocar a explosão. "Os equipamentos estão abertos", avisaram. Se chover nestes dias, há risco de inundação na cidade de Blumenau e região. Houve uma tentativa de convercer os Xokleng a não partirem para a radicalidade. Há 15 dias, o cacique Aniel Priprá atestou dificuldades para "segurar" o povo. As 50 famílias acampadas às margens da barragem estão sem alimentos. A Funai identificou casos de tuberculose na área. "Eu tenho que pensar na minha gente", disse. *(Diário Catarinense, 18/04/97)*

NOVO ENCONTRO PARA RESOLVER A QUESTÃO

Ontem, ocorreu novo encontro com representantes dos Xokleng para resolver a questão da Barragem Norte. Estiveram presentes os prefeitos de Blumenau, Décio Lima, de José Boiteux, Pedro Gonçalves, e de Vitor Meireles, Aldo Schneider, representantes da Funai de Curitiba, professores da Furb e estudiosos da questão indígena e a procuradora da República em SC, Analúcia Hartmann. O prefeito de Blumenau se encarregou de providenciar a base de apoio para que 50 índios permaneçam acampados no Palácio de SC até que sejam começadas as obras prometidas na reserva. Hartmann vai entrar com uma ação civil pública contra o Estado e a União pedindo o cumprimento do Protocolo de Intenções assinado no final de 1991. *(Diário Catarinense, 29/04/97)*

REUNIÃO COM O GOVERNADOR

Os índios Xokleng que estão acampados na Assembléia Legislativa conseguiram ontem um acordo com o governo do Estado para iniciar algumas obras na TI Ibirama. Eles se reuniram com o governador Paulo Afonso, com a secretária interina de Justiça e Cidadania, Hebe Nogara e com a procuradora da República em SC, Analúcia Hartmann. A procuradora disse que esperava que fossem alcançados resultados mais concretos. *(Diário Catarinense, 15/05/97)*

CARLOS KILIAN/DC - MAI/97

O cacique Aniel Priprá e a secretária interina de Justiça Hebe Nogara.

NOVAS PROMESSAS...

No município de Vitor Meirelles ocorreu nova reunião entre representantes do governo e índios Xokleng. A secretária estadual da Administração, Hebe Nogara, que também responde interinamente pela Secretaria de Justiça, garantiu que as obras de abertura de 12 km de estradas e também a elevação das margens da ponte sobre o Rio Platê devem iniciar dentro de 30 dias, no máximo. No entanto, Nogara informou aos índios que não há como construir as 188 casas que fazem parte do Protocolo de Intenções, porque ele foi assinado pela Secretaria de Desenvolvimento Regional que foi extinta e está em processo de liquidação. Quanto à rede de energia elétrica, a secretária informou que a Celesc concluirá o levantamento até o dia 15.

No final da reunião, o cacique Aniel Priprá enviou um ofício ao governador relatando indignação com a mudança do local da reunião, da cidade de José Boiteaux para Vitor Meirelles. Priprá reclama que os índios, assim como todos os demais convidados para o encontro – representantes da Funai, Secretaria Municipal de Ação Cominitária de Blumenau, Comissão Vida Yanomami/Furb, UFSC, Comin e Cimi, esperaram durante cinco horas a chegada de Hebe Nogara. "Ela passou por José Boiteaux, viu que a maioria das pessoas que participariam do encontro estavam aqui e, mesmo assim, dirigiu-se para Vitor Meirelles e fez a reunião lá, sem a nossa presença. Só pode ter sido uma armação política", lamenta o cacique. *(Diário de Florianópolis, 07/06/97)*

VENDA DE MADEIRA

Enquanto a Funai não se decide sobre a demarcação da área indígena, os Xokleng estão colocando para baixo cargas de madeiras com a ajuda de madeireiros. Os índios dizem que estão dentro de uma área pertencente à reserva e admitem o corte e o transporte ilegal de madeira. "Não temos nota fiscal e por isso vendemos a carga abaixo do preço praticado por outras madeireiras", conta Edu Priprá. A legalização da madeira só vai ocorrer depois que a Justiça determinar a quem pertence os 200 ha em discussão. Celso Berri, de Timbó (SC), reclama a posse da propriedade. Para ele, há um temor das autoridades em tocar na questão. *(A Notícia, 16/09/97)*

ALDEIAS FICAM ILHADAS PELA BARRAGEM

Um grupo de líderes das aldeias Xokleng e Guarani de Ibirama e José Boiteux se reuniu ontem com o prefeito de Blumenau, Décio Lima, para pedir ajuda para os problemas das cheias. No entendimento dos índios, a barragem foi construída para beneficiar Blumenau e, por isso, cabe ao prefeito providenciar ajuda para a comunidade que fica ilhada quando as comportas estão fechadas. Outro grupo de chefes indígenas ainda não voltou de Brasília, onde foi pressionar o governo para a indenização das terras

onde foi construída a barragem. O líder Xokleng Lino Nuc-Nfôonro contou que a situação é caótica na aldeia. Quando as comportas são fechadas, a sujeira trazida pelas águas e falta de manutenção na barragem faz com que ela transborde e inunde as casas. Mais de 40 famílias estão isoladas por causa da invasão das águas. *(Jornal de Santa Catarina, 17/10/97)*

AS IMAGENS DO MASSACRE DE UM POVO

O livro "Os índios Xokleng – memória visual", do antropólogo Sílvio Coelho dos Santos, reúne, em 152 páginas, textos e imagens sobre as práticas genocidas contra este povo indígena.

LIMINAR A FAVOR DAS MADEIREIRAS...

Contrariando a vontade das lideranças e da Funai, os Xokleng, Kaingang e Guarani decidiram não sair da área em litígio, na localidade de Bom Sucesso. A área foi concedida através de liminar do juiz Gilmar Lange, da comarca de Itaiópolis, em favor das madeireiras Mobasa/ Batistella e Terra Nova. O prazo para a PM executar a operação de despejo encerra hoje. O assessor do presidente da Funai, Aniceto Weber, e o administrador regional do órgão em Curitiba, João Gilberto da Silva Nngueira, foram detidos na localidade de Bom Sucesso ao efetuarem o pedido de retirada dos índios. Aniceto foi liberado para negociar com o juiz. Além de pedir a suspensão da operação militar para despejo dos índios, Aniceto expôs a Lange as solicitações do ministro da Justiça, Renan Calheiros, para deixar os índios na área em litígio até a conclusão do trabalho de demarcação que está sendo realizado pela Funai.

Os índios têm como certo o direito à área em litígio e pretendem não sair dos acampamentos. "Nós somos o documento de nossas terras. Eu nasci, cresci e ainda estou sofrendo neste local, e sei muito bem os limites", desabafou o Xokleng Aristides Criri. *(Diário Catarinense, 01/08/98)*

... É SUSPENSA

A suspensão por mais 35 dias das duas liminares de reintegração de posse expedidas pelo juiz Gilmar Lange em favor das madeireiras foi comemorada pelos Xokleng. A proposta de suspensão da liminar foi feita pelo ministro da Justiça, Renan Calheiros, e acatada por todas as partes envolvidas na área em litígio, que se reuniram ontem no jFórum de Itaiópolis. "É o tempo suficiente para o estudo técnico e antropológico comprovar que a área é realmente nossa", disse o cacique-geral da reserva, Aniel Priprá. Durante os próximos 35 dias os Xokleng permanecerão acampados na área em litígio, mas se comprometeram a não retirar pinus dos reflorestamentos e não iovadir as propriedades dos colonos. *(Diário Catarinense, 05/08/98)*

POLICIAIS FICAM REFÉNS

Oito policiais militares foram mantidos ontem como reféns pelos índios Xokleng, na Aldeia do Bugio, no município de José Boiateux. Eles exigiram a presença de representantes da Funai e delegados da Polícia Federal, que chegaram e negociaram o início da demarcação de uma área utilizada para a extração da madeira. Os policiais surpreenderam os índios enquanto derrubavam árvores na localidade de Bom Sucesso. Cerca de 20 Xokleng reagiram e cercaram com tratores e camionetes as estradas que dão acesso ao local, impedindo a saída dos policiais. *(A Crítica, 16/10/98)*

AGRICULTORA É BALEADA

Índios Xokleng balearam na tarde de sábado a agricultora Anastácia Seidl, 52 anos. Os tiros foram disparados de uma espingarda carregada com chumbo e acertaram o pescoço, peito e perna da agricultora. Essa foi mais uma etapa do conflito entre índios e pequenos agricultores da região José Boiateux. Os Xokleng reclamam o direito da terra, ocupada pelos agricultores. Há cerca de um mês, os índios ocuparam as casas dos lavradores para pressionar a Funai a fazer a demarcação de terras da reserva indígena. Eles chegaram a fazer de reféns oito policiais militares recrutados para garantir a calma na região. *(A Gazeta-Vitória, 23/11/98)*

FUNAI VAI DEFINIR ÁREA

Os índios Xokleng da TI Ibirama, que compreende os municípios de Doutor Pedrinho, José Boiteux, Victor Meireles e Itaiópolis, esperam uma definição da Funai de Brasília sobre o estudo antropológico que vai ampliar as terras da reserva. Enquanto aguardam, os indígenas retornaram ao interior da área, não tendo ocorrido conflitos com os colonos brancos das terras a serem integradas à reserva, que possui atualmente 14 mil ha. Os Xokleng querem retomar os 30 mil ha que faziam parte das terras. *(Diário Catarinense, 23/03/99)*

AS CASAS PROMETIDAS

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família está definindo as últimas providências para a conclusão de 134 casas na reserva indígena Duque de Caxias. Até agora, foram investidos R$ 3 milhões. O projeto inclui ainda dez casas de madeira, duas igrejas, duas casas de pároco, um campo de futebol com vestiários e uma escola. As obras começaram em outubro passado e até o início desta semana 110 casas estavam prontas, restando às demais serviços de pintura e acabamentos. A área construída é de 13 mil m². Os recursos provêm da Secretaria de Políticas Regionais, vinculada à Presidência da República, e do governo do Estado. *(Diário Catarinense, 07/05/99)*

REINTEGRAÇÃO DESAGRADA AGRICULTORES

A tentativa de reintegração de posse em favor dos colonos e dos madeireiros da localidade de Bonsucesso, feita por 50 policiais militares, civis e federais, comandados pelo tenente-coronel Roque Herdt, do 13º Batalhão da PM, frustrou as expectativas dos colonos. Eles esperavam voltar para suas propriedades sem a presença de índios na região. A PM permitiu que os índios ficassem acampados em barracas às margens da SC-477, próximo às casas dos colonos, que se recusaram a retornar nessas condições. *(Diário Catarinense, 22/10/99)*

FUNAI APROVA TI IBIRAMA – LA KLÃNÕ...

A Funai, em Despacho de nº 70, decide aprovar as conclusões do Resumo do Relatório de Identificação e Delimitação da TI Ibirama – La Klãnõ. A TI está localizada nos municípios de Doutor Pedrinho, Itaiópolis, José Boiteux e Vitor Meireles, em Santa Catarina. Sua superfície é de 37.108 ha e seu perímetro, 109 km. Esta TI é de ocupação dos grupos Xokleng, Kaingang e Guarani. *(DOU, 11/11/99)*

BANCO DE DADOS DO DIÁRIO CATARINENSE - MAR/99

Xokleng aguardam devolução de parte de suas terras.

... E ESTUDA AMPLIAÇÃO DA ÁREA

O estudo inicial do grupo de trabalho de estudos antropológicos da Funai foi entregue ao Ministério da Justiça, em Brasília, ampliando a reserva indígena dos índios Xokleng dos atuais 14 mil ha para 37 mil ha. As prefeituras de José Boiteux, Doutor Pedrinho, Itaiópolis e Victor Meirelles e o governo do Estado têm um prazo de 90 dias para contestar esta determinação. Nesta região, grupos de indígenas retomaram algumas áreas e os moradores, muitos deles colonos, abandonaram suas propriedades. Recentemente, houve integração de posse por decisão do juiz da Comarca de Itaiópolis. *(Diário Catarinense, 25/11/99)*

CORTE DE MADEIRA É INTERROMPIDO

Quinze índios Xokleng que vinham retirando madeira de uma floresta particular interromperam ontem o corte, por ordem do cacique Lauro Juvei. Paralelamente, a Polícia Militar da cidade de Doutor Pedrinho fez ronda durante o dia em torno da Fazenda Bonsucesso, de cerca de cem ha e pertencente ao grupo Batistella, cujo porta-voz atestou que o furto continuava. O juiz de Itaiópolis Gilmar Lang havia concedido reintegração de posse à companhia, cabendo à PM cumpri-la, se necessária. "Este grupo não tinha minha autorização", resumiu Juvei. O corte de madeira havia iniciado na semana passada, sob a alegação de que a área já estaria sob o domínio indígena, com base num processo que corre no governo federal ampliando a reserva Xokleng de 14 mil ha para 37 mil. Tanto Juvei quanto o administrador da Funai, João Gilberto Nogueira, baseado em Curitiba (PR), rebateram o argumento dos índios, que vinham repassando as cargas para as serrarias a preços abaixo do mercado. *(Diário Catarinense, 15/12/99)*

"AMPLIAÇÃO DA TI AMEAÇA A MATA ATLÂNTICA"

A proposta de ampliação da TI Ibirama poderá levar à conflitos de consequências imprevisíveis, na avaliação da presidente da Apremavi -SC (Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale Itajaí), Miriam Prochnow. A proposta de ampliação inclui duas unidades de conservação (Área de Relevante Interesse Ecológico da Serra da Abelha e a Reserva Estadual de Sassafrás), que estão dentro do domínio da Mata Atlântica. A Apremavi propôs à Funai a suspensão do processo de ampliação e a exclusão das unidades de conservação e das propriedades dos pequenos agricultores dos novos limites da proposta. *(Boletim da Mata Atlântica. Rede de ONGs das Mata Atlântica, jan-fev/00, nº 76)*

CONTESTAÇÃO CONTRA O AUMENTO DA TI

Uma contestação coletiva de 18 volumes e duas individuais, emitidas pelo Estado e por uma entidade ambientalista chegaram até a DAF/Funai, em Brasília, pedindo a reavaliação dos estudos que indicam a ampliação de 14 mil para 37 mil ha da TI Ibirama, em Itaiópolis. A Funai tem até dia 11 de abril para emitir um laudo sobre a contestação. Há também uma denúncia de venda ilegal de madeira. De acordo com o administrador da ADR/Curitiba, os índios admitiram em reunião que retiraram ilegalmente a madeira do local, e prometeram suspender a atividade. *(Diário Catarinense, 24/02/00)*

• **AAA** - Associação Antropológica Americana • **AAISARN** - Associação dos Agentes de Saúde Indígenas do Alto Rio Negro • **AAM** - Associação Amazonense de Municípios • **AAPBI** - Associação Agro-Extrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga • **ABA** - Associação Brasileira de Antropologia •**AC** - Acre • **ACGTT** - Associação Geral das Tribos Ticuna • **ACIBRN** - Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro • **ACIMRN** - Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro • **ACIPK** - Associação das comunidades Indígena de Potira Kapuamo • **Acira** - Associação das Comunidades Indígena do Rio Aiarí • **Acirc** - Associação das Comunidades Indígenas do Rio Negro • **Aciri** - Associação das Comunidades Indígenas do Rio Içana • **Acirk** - Associação da Comunidade Indígena da Reserva Kadiwéu • **Acirne** - Associação das Comunidades Indígenas do Negro • **Aciru** - Associação das Comunidades Indígenas do Rio Uinari • **Acirx** - Associação das Comunidades Indígenas do Rio Xié • **Acit** - Associação das Comunidades dos Índios Tapeba • **Acitrut** - Associação das Comunidades Indígenas de Taracuá do Rio Uaupés • **ACP** - Ação Civil Pública • **Acup** - Associação Comunitária da União dos Chacareiros de Palmas • **ADE** - Associação Diamantinense de Ecologia • **Adin** - Ação Direta de Inconstitucionalidade • **ADR/Funai** - Administração Regional • **Aedi** - Associação dos Educadores Indígenas do Distrito de Iauareté, • **AEPTAS** - Associação dos Estudantes do Povo Ticuna do Alto Solimões • **AER/Funai** - Administração Executiva Regional • **Agrofel** - Cooperativa Agropecuária Mista do Vale do Seputuba e Comércio de Produtos Agrícolas Ferrarin Ltda. • **Ahitar** - Administração da Hidrovia Tocantins Araguaia • **AI** - Área Indígena • **Aibri** - Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Içana • **AIE** - Agentes Indígenas de Entomologia • **AIH** - Autorização de Internação Hospitalar • **AILCTDI** - Associação Indígena da Língua e Cultura Indígena dos Tariano do Distrito de Iauareté • **Aimex** - Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará • **Ainbal** - Associação Indígena de Balaio • **AIS** - Agentes Indígenas de Saúde • **Aispi** - Associação Indígena de Saúde Pública de Iauareté • **Aitta** - Associação Indígena Tembé de Tomé-Açu • **AL** - Alagoas • **ALE** - Assembléia Legislativa do Estado • **Alem** - Associação Lingüística Evangélica Missionário • **AM** - Amazonas • **Amai** - Associação das Mulheres do Assunção do Içana • **Amarn** - Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro • **Amas** - Associação dos Madeireiros do Alto Solimões • **Amidi** - Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Iauareté • **Amism** - Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé • **Amit** - Associação das Mulheres Indígenas Ticuna • **Amitrut** - Associação das Mulheres Indígenas de Taracuá do Uaupés e Tiquié • **Anai** - Associação Nacional de Ação Indigenista da Bahia • **Anas** - Articulação Nacional de Auto-Sustentação • **ANC** - Assembléia Nacional Constituinte • **Aneel** - Agência Nacional de Energia Elétrica • **AP** - Amapá • **APA** - Área de Proteção Ambiental • **Apiarn** - Associação dos Professores Indígenas do Alto Rio Negro • **Apina** - Conselho das Aldeias Waiãpi • **Apir** - Associação dos Povos Indígenas de Roraima • **Apitu** - Associação dos Povos Indígenas do Parque de Tumucumaque • **Apiwata** - Associação dos Povos Indígenas do Triângulo do Amapari • **APMCIESM** - Associação de Pais e Mestres das Comunidades Indígenas da Escola São Miguel • **Apoinme** - Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo • **Apoio** - Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque • **Apois** - Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Sul • **Apremavi** - Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale Itajaí • **APRP** - Associação de Produtores Rurais de Pacaraima • **Arikon** - Associação Regional Indígena do Quinô, Cotingo e Monte Roraima • **Asasevaja** - Associação de Assessoria à Saúde e Educação do Vale do Javari • **Asiba** - Assembléia da Associação Indígena de Barcelos • **Asirik** - Associação Indígena Rikbaktsa • **ASKARJ** - Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão • **Assai/S.G.C** - Associações dos Artesãos Indígenas — São Gabriel da Cachoeira • **Atech** - Fundação Aplicações de Tecnologias Críticas • **Atesg** - Associação dos Trabalhadores de Enfermagem de São Gabriel da Cachoeira • **Atidi** - Associação dos Trabalhadores Indígenas do Distrito de Iauareté • **Atix** - Associação Terra Indígena Xingu • **ATPF** - Autorizações de Transporte de Produtos Florestais • **Atriart** - Associações das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié • **Avive** - Associação Comunitária de Mulheres de Silves • **Ayrca** - Associação dos Yanomami do rio Cauaburis e seus Afluentes • **BA** - Bahia • **Basa** - Banco da Amazônia S.A. • **BEC** - Batalhão de Engenharia e Construção • **BID** - Banco Interamericano de Desenvolvimento • **Bird** - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento • **BIS** - Batalhão de Infantaria de Selva ou Brigada de Infantaria de Selva • **BNDES** - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social • **BSB** - Brasília (DF) • **Cacir** - Concelho de Articulação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas • **Caiemt** - Coordenadoria de Assuntos Indígenas • **Campealta** - Cooperativa Mista de Produtores e Extrativistas • **Capoib** - Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas no Brasil • **CBDL** - Comissão dos Limites • **CCPY** - Comissão Pró-Yanomami • **CCSIVAM** - Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia • **CDB** - Convenção de Diversidade Biológica • **CDC** - Código de Defesa do Consumidor • **CDPAS** - Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões • **CE** - Ceará • **Ceal** - Companhia Energética de Alagoas • **CEB** - Companhia Elétrica de Brasília • **Cebrae** - Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa • **Cedem** - Centro Iauareté de Documentação Etnográfica e Missionária • **Cedesfes** - Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva • **Cedi** - Centro Ecumênico de Documentação e Informação • **CEE** - Conselho Estadual de Educação • **Celia** - Centre d'Etudes des Langues Indigènes d'Amérique • **Celtins** - Companhia Energética do Tocantins • **Celva** - Centro Etno-ecológico do Vale do Araguaia • **Cenargem** - Centro Nacional de Recursos Genéticos • **Cenargem** - Centro Nacional de Recursos Genéticos • **Centru** - Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural • **CER** - Centrais Elétricas de Roraima • **Cercii** - Centro de Estudos e Revitalização da Cultura Indígena de Iauareté • **Cesp** - Companhia Energética de São Paulo • **Ceud** - Centro Universitário Federal de MS em Dourados • **CF** - Constituição Federal • **CGTSMH** - Conselho Geral das Tribos Sateré-Mawé e Hixkariana • **CGTT** - Conselho Geral da Tribo Ticuna • **Chesf** - Companhia Hidroelétrica do São Francisco • **Cifa** - Comitê Interinstitucional de Fiscalização Ambiental e de Entornos de Terras Indígenas • **CII** - Coordenadoria de Índios Isolados • **CIM** - Conselho Indígena Mura • **Cimat** - Conselho Indígena Munduruku do Alto Tapajós (Cimat) • **Cimi** - Conselho Indigenista Missionário • **Cincra** - Conselho Indígena de Crateus e Conselho Indígena Kanindé de Aratuba • **Cipac** - Comunidades Indígenas de Pari-Cachoeira • **CIR** - Conselho Indígena de Roraima • **Cisi/CNS** - Comissão Intersetorial

de Saúde Indígena do Conselho Nacional de Saúde • **Cita** - Conselho Indígena Tremembé de Almofala • **Civaja** - Conselho Indígena do Vale do Javari • **CLT** - Consolidação das Leis Trabalhistas • **CMA** - Comando Militar da Amazônia • **CMG** - Coeficiente de Mortalidade Geral • **CNBB** - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil • **CNE** - Conselho Nacional de Educação • **CNG** - Coeficiente de Natalidade Geral • **CNPq** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Pesquisa • **CNS** - Conselho Nacional de Saúde • **Codesup** - Cooperativa do Desenvolvimento, Produção e Consumo do Sudoeste do Pará Ltda. • **Codevasf** - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco • **Coelba/Incra** - Companhia de Eletricidade da Bahia • **Coema** - Conselho Estadual do Meio Ambiente • **Coiab** - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira • **Coiama** - Comissão de Apoio aos Índios Cocama • **Coica** - Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de las Organizaciones de la Cuenca Amazónica • **Coidi** - Coordenação das Organizações Indígenas do Distrito de Iauareté • **Coipy** - Conselho Indígena Pitaguarí • **Comara** - Construção de de Aeroportos na Região Amazônica • **Comin** - Conselho de Missão entre Índios • **Comvya** - Comissão Vida Yanomami • **Conage** - Coordenação Nacional dos Geólogos • **Confamil** - Confederação dos Integrantes e Beneficiários das Forças Armadas e Auxiliares • **Conive** - Conselho Nacional Índio de Venezuela • **Consema** - Conselho Nacional do Meio Ambiente • **Consu** - Conselho Universitário da Universidade do Amazonas • **Contag** - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura • **Copel** - Companhia Paranaense de Energia Elétrica • **Copiar** - Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena • **Corines** - Coordenadoria de Registro e Inspeção Escolar • **Cosai** - Coordenadoria de Saúde Indígena • **CPAF** - Centro de Pesquisa Agroflorestal de Roraima • **CPEE** - Companhia Paulista de Energia • **CPI** - Comissão Parlamentar de Inquérito • **CPI** - Comissão Pró Índio • **CPL** - Comissão Permanente de Licitação • **CPRM** - Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais • **Crea** - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia • **Cretiart** - Conselho Regional das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié • **Cric** - Centro Regional de Intervenção para a Cooperação • **CRPM** - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais • **CSN** - Conselho de Segurança Nacional • **CTA** - Centro de Trabalhos Amazônicos • **CTI** - Centro de Trabalho Indigenista • **CTM** - Comércio para o Terceiro Mundo • **CTM** - Cooperativa Terzo Mondo • **Cunpir** - Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia • **CUT** - Central Única de Trabalhadores • **CVRD** - Companhia Vale do Rio Doce • **DAF.Funai** - Diretoria de assuntos Fundiários • **DCI** - Diário Comércio e Indústria • **Deope** - Departamento de Operações • **DER** - Departamento de Estradas e Rodagem • **Deracre** - Departamento de Estradas e Rodagem do Acre • **Deref.Ibama** - Departamento de Recursos Florestais • **DF** - Distrito Federal • **DIA** - Documentação Indigenista e Ambiental • **DII** - Departamento de Índios Isolados • **DKA** - Juventude Católica Austríaca • **Dnaee** - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica • **DNER** - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem • **DNPM** - Departamento Nacional de Produção Mineral • **DOE** - Diário Oficial do Estado • **DOU** - Diário Oficial da União • **DPI/Funai** - Departamento de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente • **DRS** - Delegacia Regional de Saúde • **DS** - Delegacia de Saúde • **DSEIs** - Distritos Sanitários Especiais Indígenas • **DSL** - Distrito Sanitário Leste • **DST** - Doenças Sexualmente Transmissíveis • **DSY** - Distrito Sanitário Yanomami e Tiquié • **ECO 92** - Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU-1992 • **Ecotec** - Sociedade para o Desenvolvimento Tecno Ecológico • **Edelca** - Eletrificación del Caroni • **EDP** - Eletricidade de Portugal • **EEVP** - Empresa de Eletricidade do Vale do Paranapanema • **EIA** - Estudo de Impacto Ambienta • **Eletrobrás** - Centrais Elétricas Brasileiras • **Eletronorte** - Central Elétrica do Norte do Brasil • **Emater** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural • **Embrapa** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária • **Empaer** - Empresa Matogrossense de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural • **EPM** - Escola Paulista de Medicina• **ERA** - Executiva Regional da Funai • **ES** - Espírito Santo • **Esai** - Equipe de Saúde Indígena • **Esalq/USP** - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz • **ESG** - Escola Superior de Guerra • **EUA** - Estados Unidos da América • **FAB** - Força Aérea Brasileira • **Fadesp** - Fundação de Auxílio para o Desenvolvimento da Pesquisa • **Farc** - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia • **FAU-USP** - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo • **FC** - Frente de Contato • **FDDI** - Fórum de Debates de Direitos Indígenas • **Feema** - Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente • **Fema** - Fundação Nacional do Meio Ambiente • **Fepam** - Fundação Estadual de Proteção Ambiental • **Fetagri** - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Pará • **FFT** - Fundação Floresta Tropical • **FHC** - Fernando Henrique Cardoso • **Fida** - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola • **Fiesp** - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo • **Finep** - Financiadora de Estudos e Projetos • **Fiocruz** - Fundação Instituto Oswaldo Cruz • **Flona** - Floresta Nacional • **FMI** - Fundo Monetário Nacional • **FMV** - Fundação Mata Virgem • **FNDE** - Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação • **FNMA/MMA** - Fundo Nacional do Meio Ambiente • **FNS** - Fundação Nacional da Saúde • **FOCCITT** - Federação das Organizações e dos Caciques e Comunidades Indígenas da Tribo Ticuna • **Foirn** - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro • **Formad** - Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento • **FPE** - Fundo de Participação dos Estados • **FPM** - Fundo de Participação dos Municípios • **FSC** - Certificação Florestal Internacional • **FSP** - Folha de São Paulo • **FT** - Folha da Tarde • **Funai** - Fundação Nacional do Índio • **Funasa (ex-FNS)** - Fundação Nacional de Saúde • **Funtac** - Fundação de Tecnologia do Estado do Acre • **FVA** - Fundação Vitória Amazônica • **Gambá** - Grupo Ambientalista da Bahia • **GAP** - Grupo de Análise de Projetos • **Gapep** - Grupo de Apoio a Elaboração de Projetos • **Gasbol** - Gasoduto Brasil-Bolívia • **GCI** - Grupo de Consciência Indígena • **GDA** - Grupo de Defesa da Amazônia • **GEA** - Governo do Estado do Amapá • **GEF** - Fundo Mundial para o Meio Ambiente • **Gerpi** - Projeto de Assentamento da População da Usina da Hidrelétrica de Itaparica • **Getec** - Grupo de Estudo e Trabalho em Ecoturismo • **GO** - Goiás • **Grin** - Guarda Rural Indígena • **GT** - Grupo de Trabalho • **GT** - Grupo Técnico • **GTME** - Grupo de Trabalho Missionário Evangélico • **GTZ** - Sociedade Alemã de Cooperação Técnica • **Ha** - hectares • **Hemoap** - Hemocentro do Amapá • **HIV** - Vírus da Imunodeficiência Humana • **IAP** - Instituto Ambiental do Paraná • **Ibama** - Instituto Brasileiro de do meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis • **Ibase** - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas • **IBDF** - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal • **IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística • **ICMS** - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços • **Icom** - Conselho Internacional de Museus • **ICV** - Instituto Centro de Vida • **IDS** - Desenvolvimento Sanitário em Meio Tropical • **IEA** - Instituto de Estudos Avançados • **IF** - Instituto Florestal • **IFC** - International Finance Corporation • **IIZ** - Instituto para a Cooperação Internacional • **Imac** - Instituto de Meio Ambiente do Acre • **IML** - Instituto Médico Legal • **IMT** - Instituto de Medicina Tropical • **Incra** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária • **Indesp** - Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto • **Inep/MEC** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais • **Inpa** - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia • **Inparques** - Instituto de Parques da Venezuela • **Inpe** - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais • **INSS** - Instituto Nacional de Seguro Social • **Intermat** - Instituto de Terras de MT • **IPA** - Instituto de Pesquisas Agronômicas • **Ipaam** - Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas • **Ipam** - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia • **Ipama** - Indústria Paraense de Madeiras • **Ipea** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada • **Ipef** - Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais • **Iphan** - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional • **IPM** - Inquérito Policial Militar • **IRA** - Infecções Respiratórias Agudas • **IRD (ex-ORSTOM)** - Institut Française de Recherche Scientifique pour le Dévélopment en Cooperation • **ISA** - Instituto Socioambiental • **Iser** - Instituto de Estudos da Religião • **Itarema** - Tremembé no distrito de Almofala • **ITC** - Comitê Intertribal • **Iteral** - Instituto de Terras de Alagoas • **Iterma** - Instituto de Terras do Maranhão • **Iterpa** - Instituto de Terras do Pará • **Itresp** - Instituto de Terras do Estado de São Paulo • **JB** - Jornal do Brasil • **JT** - Jornal da Tarde • **Juvam** - Justiça Volante Ambiental • **KfW** - banco estatal alemão • **Km** - quilômetro • **LBA** - Legião Brasileira de Assistência • **LDB** - Lei de Diretrizes e Bases • **LDBEN** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional • **LOC** - Liga Operária Camponesa • **MA** - Maranhão • **Made** - Museu Aberto do Descobrimento • **Mari/USP** - Grupo de Educação Indígena/Universidade de São Paulo • **MEC** - Ministério da Educação e Cultura • **Mérida** - Universidade dos Andes • **Meva** - Movimento de Evangelização da Amazônia • **MG** - Minas Gerais • **MIA** - Missão Anchieta • **MInc** - Ministério da Cultura • **MIS** - Museu da Imagem e do Som • **MJ** - Ministério da Justiça • **MMA** - Ministério do Meio Ambiente • **MNTB** - Missão Novas Tribos do Brasil • **MP** - Medida Provisória • **MPEG** - Museu Paraense Emílio Goeldi • **MPF** - Ministério Público Federal • **MS** - Mato Grosso do Sul • **MS** - Ministério da Saúde • **MSF** - Médicos Sem Fronteira • **MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra • **MT** - Mato Grosso • **NCI** - Núcleo de Cultura Indígena • **NDI** - Núcleo de Direitos Indígenas • **NE** - Nordeste • **NEI** - Núcleo de Educação Indígena • **Nepo/Unicamp** - Núcleo de Estudos da População • **Nisi** - Núcleo Interinstitucional de Saúde Indígena • **NTB** - Novas Tribos do Brasil • **OAB** - Ordem dos Advogados do Brasil • **OAEYRG** - Organização de Agricultores Extrativistas Yawanawa do Rio Gregrório • **Oasism** - Organização dos Agentes Indígenas Sateré-Mawé • **OASPT** - Organização dos Agentes de Saúde do Povo Ticuna • **Ociarn** - Organização das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro • **Ocidai** - Organização das Comunidades Indígenas do Distrito do Assunção do Içana • **OD** - Operação Um Dia de Trabalho • **OEA** - Organização dos Estados Americanos • **OESP** - O Estado de S. Paulo • **OGPTB** - Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngues • **Oibi** - Organização Indígena da bacia do Içana • **OIBV** - Organização Indígena de Bela Vista • **Oicai** - Organização Indígena das Comunidades Curipacos do Alto Içana • **Oici (ex LidI, ex Ucidi)**- Organização Indígena do Centro Iauareté • **OIT** - Organização Internacional do Trabalho • **OMS** - Organização Mundial da Saúde • **ONG** - Organização Não-Governamental • **Oniarp** - Organização das Nações Indígenas do Alto Rio Papurí • **ONIMRP** - Organização das Nações Indígenas do Médio Rio Papuri • **ONU** - Organização das Nações Unidas • **Opan** - Operação Amazônia Nativa (ex-Operação Anchieta) • **Opimp** - Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus • **Opir** - Organização dos Professores Indígenas de Roraima • **Opire** - Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira • **Org.** - Organização • **Oscips** - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público • **OSs** - Organizações Sociais • **PA** - Pará • **Paca** - Proteção Ambiental Cacoalense • **Pacs** - Programa de Agentes Comunitários de Saúde • **Padic/Prodeagro** - Programa de Apoio Direto às Iniciativas Comunitárias • **PAE** - Projeto de Assentamento Extrativista • **PAI** - Programa de Alfabetização Indígena • **Paic/Planafloro** - Programa de Apoio às Iniciativas Comunitárias • **PAY** - Projeto Agroflorestal Yanomami • **PB** - Paraíba • **PC do B** - Partido Comunista do Brasil • **PCE** - Projeto Corredores Ecológicos • **PCH** - Pequena Central Hidrelétrica • **PCN** - Programa Calha Norte • **PDA** - Programa de Projetos Demonstrativos • **PDIs** - Projetos Demonstrativos Indígenas • **PDL** - Projeto de Decreto Legislativo • **PDPI** - Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas • **PDPI** - Projeto de Desenvolvimento para Povos Indígenas • **PDS** - Partido Democrático Social • **PDT** - Partido Democrático Trabalhista • **PE** - Pernambuco • **PEF** - Pelotões Especiais de Fronteira • **PEI** - Programa de Educação Intercultural • **Petrobrás** - Petróleo Brasileiro S.A. • **PF** - Polícia Federal • **PFL** - Partido da Frente Liberal • **PFM** - Fundo de Participação dos Municípios • **PGC** - Projeto Grande Carajás • **PGR** - Procuradoria-Geral da República • **PI** - Posto Indígena • **PIB** - Programa Povos Indígenas no Brasil • **PIN** - Plano de Integração Nacional • **PIT** - Parque Indígena do Tumucumaque • **PIX** - Parque Indígena do Xingu • **PL** - Projeto de Lei • **PL** - Partido Liberal • **Planafloro** - Plano Agropecuário e Floresta de Rondônia • **PM** - Polícia Militar • **PMACI** - Planos de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas • **PMDB** - Partido do Movimento Democrático Brasileiro • **PMFS** - Plano de Manejo Florestal Sustentável • **PMN** - Partido da Mobilização Nacional • **PNE** - Plano Nacional de Educação • **PNMA** - Programa Nacional de Meio Ambiente • **PNPI** - Programa Norueguês para Povos Indígenas • **PNPN** - Parque Nacional do Pico da Neblina • **PNSD** - Programa Nacional da Serra do Divisor • **Pnud** - Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento • **POA** - Plano Operativo Anual • **PP** - Partido Progressista • **PP** - Portaria Presidencial • **PPB** - Partido Progressista Brasileiro • **PPCLIB** - Programa de Pesquisas Científica das Línguas Indígenas Brasileiras • **PP-G7** - Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras – Grupo dos Sete • **PPP/GEF** - Programa de Pequenos Projetos • **PPTAL** - Projeto Integrado de Proteção às Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal Brasileira • **PR** - Paraná • **Proarco** - Programa de Prevenção e Controle às Queimadas e aos Incêndios Florestais no Arco do Desflorestamento • **Probem** - Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia • **Procam/USP** - Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental

• **Prodeagro** - Projeto de Desenvolvimento Agroflorestal de Mato Grosso • **Prodetur** - Projeto de Desenvolvimento e Turismo para o Nordeste • **Prodex** - Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo • **Prolam/USP** - Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo • **Pronaf** - Programa Nacional de Agricultura Familiar • **PS** - Posto de Saúde • **PSB** - Partido Socialista Brasileiro • **PSC** - Partido Social Cristão • **PSDB** - Partido da Social Democracia Brasileira • **PSL** - Partido Social Liberal • **PSW** - Programa de Saúde Waiãpi • **PT** - Partido dos Trabalhadores • **PTB** - Partido Trabalhista Brasileiro • **PUC** - Pontifícia Universidade Católica • **PV** - Partido Verde • **PWA** - Povo Waimiri-Atroari • **PWA** - Programa Waimiri-Atroari • **Raias** - Relatório de Ausência de Impacto Ambiental Significativo • **Rasi** - Rede Autônoma de Saúde Indígena • **RCNEI** - Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas • **RFF** - Rainforest Foundation • **RFFI** - Rainforest Foundation International • **RI** - Reserva Indígena • **Rima** - Relatório de Impacto Ambiental • **Rirn** - Reserva Indígena de Recursos Naturais • **RJ** - Rio de Janeiro • **RMA** - Rede de ONGs da Mata Atlântica • **RO** - Rondônia • **RR** - Roraima • **RS** - Rio Grande do Sul • **Sabesp** - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo • **SAE/Ministério da Aeronáutica** - Secretaria de Assuntos Estratégicos • **SAF** - Sistema Agroflorestal • **SAI** - Serviço de Apoio ao Índio • **Sats** - Serviço Aéreo e Terrestre de Salvamento e Proteção Ecológica • **SBPC** - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência • **SC** - Santa Catarina • **SDB** - Partido da Social Democracia Brasileira • **SDR** - Secretaria de Desenvolvimento Regional • **SDS** - Sociedade para o Desenvolvimento da Saúde Indígena do Rio Negro • **SE** - Sergipe • **Seade** - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados • **Sebrae** - Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa • **SEC** - Secretaria da Cultura • **Secoya** - Serviços e cooperação com o povo Yanomami • **Seduc** - Secretaria Estadual de Educação • **Seec** - Secretaria Estadual da de Educação e Cultura • **Sema** - Secretaria Estadual do Meio Ambiente • **Semec** - Secretaria Municipal de Educação e Cultura • **Senai** - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial • **Seplan** - Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral • **Sepro** - Secretaria de Estado de Produção • **SES** - Secretaria Estadual de Saúde • **Setran** - Secretaria de Estado de Transportes do Pará • **SGC** - São Gabriel da Cachoeira • **SIF** - Serviço de Inspeção Federal • **SIG/ISA** - Sistema de Informação Geográfica do Instituto Socioambiental • **SIL** - Summer Institute of Linguistics, hoje Sociedade Internacional de Lingüística • **Sivan** - Sistema de Vigilância da Amazônia • **SMA** - Secretaria do Meio Ambiente • **SMS** - Secretaria Municipal da Saúde • **SNI** - Serviço Nacional de Informação • **Snuc** - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza • **Sodiur** - Sociedade dos Índios Unidos de Roraima • **Sogeasma** - Sociedade Getuliense de Amparo ao Menor • **Solecit** - Superintendente de Assuntos Indígenas da Secretaria de Solidariedade e Cidadania • **SP** - São Paulo • **SPI** - Serviço de Proteção ao Índio • **Spima** - Serviço de Proteção ao Patrimônio Indígena e Meio Ambiente • **SPU** - Secretaria de Patrimônio da União • **SSL** - Saúde Sem Limites • **STF** - Supremo Tribunal Federal • **STJ** - Superior Tribunal de Justiça • **Suaf/Funai** - Superintendência de Assuntos Fundiários • **Sudam** - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia • **Sudene** - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste • **Suer/Funai** - Superitendência Executiva Regional • **Suframa** - Superintendência da Zona Franca de Manaus • **SUS** - Sistema Único de Saúde • **Susa** - Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas • **Susam** - Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas • **TBG** - Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil • **TCA** - Tratado de Cooperação Amazônica • **TCU** - Tribunal de Contas de União • **TDAs** - Títulos da Dívida Agrária • **TI** - Terra Indígena • **TMI** - Taxa de Mortalidade Infantil • **TO** - Tocantins • **TRF** - Tribunal Regional Federal • **UA** - Universidade do Amazonas • **UBS** - Unidade Básica de Saúde • **UCDB** - Universidade Católica Dom Bosco • **Ucirt** - União das Comunidades Indígenas do Rio Tiquié • **UCs** - Unidades de Conservação • **UDR** - União Democrática Ruralista • **UEL** - Universidade Estadual de Londrina • **Ufac** - União Familiar Cristã • **Ufal** - Universidade Federal de Alagoas • **Ufam** - Universidade federal do Amazonas • **Ufla** - Universidade Federal de Lavras • **UFMT** - Universidade Federal do Mato Grosso • **UFPA** - Universidade Federal do Pará • **UFPR** - Universidade Federal do Paraná • **UFRj** - Universidade Federal do Rio de Janeiro • **UFSC** - Universidade Federal de Santa Catarina • **UHE** - Usina Hidrelétrica • **Umira** - União das Mulheres Indígenas do Rio Ayarí • **UnB** - Universidade de Brasília • **UNE** - União Nacional dos Estudantes • **Unemat** - Universidade Estadual do Mato Grosso • **Unesco** - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura • **Unesp** - Universidade Estadual de São Paulo • **UNI** - União das Nações Indígenas • **Unib** - União das Nações Indígena Baniwa • **Unicamp** - Universidade Estadual de Campinas • **Unicef** - Fundo das Nações Unidas para a Infância • **Unidi** - União das Nações Indígenas do distrito de Iauareté • **Unifap** - Universidade Federal do Amapá • **Unifesp (ex-EPM)** - Universidade Federal de São Paulo • **Unifor** - Universidade de Fortaleza • **Unijuí** - Universidades de Ijuí • **UNIMRP** - União das Indígenas do Médio Papuri • **Unirt** - União das Nações Indígenas do Rio Tiquié • **Unirva** - União das Nações Indígenas do Rio Vaupés Acima • **Unopar** - Universidade Norte do Paraná • **Urbam** - Empresa Municipal de Urbanização • **USP** - Universidade de São Paulo • **VIDC** - Vienna Institute for Development and Cooperation • **WHRC** - Centro de Pesquisa Woods Hole • **WWF** - World Wildlife Foundation (Fundo Mundial para a Natureza).

DIRETÓRIO NACIONAL

(Para o significado das siglas consulte o Sigláro ou o Quadro de Organizações Indígenas do capítulo "Organizações Indígenas")

ACRE

APIWTXA
Rua Afonso Pena, 801
Cruzeiro do Sul-AC – CEP 69980-000
Tel: 68-3223805

ASKARJ
Rua João de Paiva, 665
Bairro Senador Pompeu
Tarauacá-AC – CEP 69900-070
Tel: 68-4621195

CIMI – Regional Amazônia Ocidental
Rua Rio Grande do Sul, 38
Centro - Caixa Postal 274
Rio Branco-AC – CEP 69908-970
Tel: 68-2257495 - Fax: 68-2257579

CPI/AC
Rua Pernambuco, 1025
Rio Branco-AC – CEP 69907-580
Tel: 68-2241426

OAEYRG
Rua Floriano Peixoto, 473
Tarauacá-AC – CEP 69970-000
Tel: 68-4621477
e-mail: oaeyrg@mdnet.com.br

UNI-AC
Rua Amazonas, 158
Aviário
Rio Branco-AC – CEP 69900-390
Tel: 68-2231973 – Fax: 68-2232400

AMAPÁ

APINA
Rua São José, 1570
Centro
Macapá-AP – CEP 68906-270
Tel/Fax: 96-2129146
e-mail: apina@tvsom.com.br

APIO
Rua Onório Silva, s/n
Centro
Oiapoque-AP – CEP 68980-000
Tel/Fax: 96-5211518

APITU
Rua Azarias Neto, s/n
Beira Rio - Centro
Anexo a Casa do Artesão
Macapá-AP – CEP 68900-000
Tel: 96-2125196 – Fax: 96-2224329

CTI-AP
Rua Ernestino Borges, 209
Macapá-AP – CEP 68908-010
Tel: 96-2234406

AMAZONAS

ACIRM
Rua Monsenhor Giordane, 158
Santa Isabel do Rio Negro-AM –
CEP 69740-000
Tel: 92-441-1000

ACOPIAMA
Condomínio Vale do Sol II, apto 204, bloco G-2
Rua Otavio Cabral 550,
Loteamento Jardim Petrópolis
Manaus-AM – CEP 69067-370
Tel: 92-6631128
e-mail: acopiama@manaus.br

AMERÍNDIA
Rua Dr. Pereira Barreto, 608 Maresia
Maués-AM – CEP 69190-000
Tel: 92-5421953
E-mail: amerindia@objetivonet.com.br

ASIBA
Rua Clóvis Gadelha, s/n
São Sebastião – Igarapé Salgado
Barcelos-AM – CEP 69700-000
Tel: 92-7211485 (para contato)

AVIVE
Rua Lourival Cruz, s/n
Silves-AM – CEP 69110-000
Tel: 92-5282161

CGTSM
Travessa Pindorama, 126
São Judas Tadeu
Barreirinha-AM – CEP 69160-000
Representação em Manaus:
Rua 06, 350 – Alvorada II
Manaus-AM – CEP 69042-030
Tel: 92-6575412
e-mail: cgtsm@hotmail.com

CGTT/AMIT/AEPTAS/OASPT
Av. Castelo Branco, 396 Centro
Benjamin Constant-AM – CEP 69630-000
Tel/Fax: 92-4155624
e-mail: cgtt@amazonas.br

CIM/UMM/OASIM/OPIM/OEIM
Rua Raimundo Cavalcante, 793 Centro
Autazes-AM – CEP 69240-000
Tel/Fax: 92-3171600

CIMI – REGIONAL NORTE I
R. Lóris Cordovil, Quadra I, Casa 7
Conjunto de Flôres, Alvorada Caixa Postal 3645
Manaus-AM – CEP 69043010
Tel: 92-2383317 - Fax: 92-2383152
E-mail: cimiam@internext.com.br

CIVAJA
Praça São Sebastião, 100 Centro
Atalaia do Norte-AM – CEP 69650-000
Tel/Fax: 92-4171128
e-mail: civaja@internext.com.br

COIAB
Av. Ayrão, 235
Manaus-AM – CEP 69011-970
Tel: 92-2330548/2327396 – Fax: 92-2330209
e-mail: coiab@ax.ibase.org.br

FOCCIT/OMITTAS/OGEITTAM/OGMICTTAM/OIATTUR
Rua Dautchitape'e, s/n
Comunidade Ticuna Filadélfia
Benjamin Constant-AM – CEP 69630-000
Tel: 92-4155167 (a/c Sec. de Assuntos Indígenas Municipal)
Fax: 92-4155288

FOIRN
Av. Alvaro Maia, 79 – Caixa Postal 31
São Gabriel da Cachoeira-AM – CEP 69750-000
Tel/Fax: 92-4711349

IDS
Caixa Postal 91
São Gabriel da Cachoeira-AM – CEP 69750-000

ISA – SGC
Caixa Postal 21
São Gabriel da Cachoeira-AM – CEP 69750-000
Tel/Fax: 92-471-1156

MAREWA
Caixa Postal 984
Manaus-AM – CEP 69011-970
Tel: 92-2335020

MSF
Rua Franco de Sá, 50 São Francisco
Manaus-AM – CEP 69079-210
Tel: 92-6113583/92-6113120

MUSEU MAGÜTA
Av. Castelo Branco, 396
Benjamin Constant-AM – CEP 69630-000
Tel: 92-4155624

OGPTB
Aldeia Filadélfia
Cx. Postal 0023
Benjamin Constant-AM – CEP 69630-000
Tel/Fax: 92-4155324

SECOYA
Rua Vereador José Basílio, 1 Bairro Nazaré
Barcelos-AM – CEP 69700-000
Tel/Fax: 92-7211222/7211266
Tel: 92-2331464 (Manaus)

UNI Tefé/CIJA/AMIMS/COPIAM
Rua Barão do Rio Branco, 163 Juruá
Tefé-AM – CEP 69470-000
Tel/Fax: 92-3433330
e-mail: unitefe@uol.com.br

UPIMS/CPIMS/CSIMS/MMIMS
A/c Cimi
Rua Sete de Setembro, 662
Nova Olinda-AM – CEP 69230-000
Tel/Fax: 92-7181350 (para contato)

WOMUPE/MOMUPE/TOMUPE
A/c Amerindia [ver endereço acima]

DIRETÓRIO NACIONAL

BAHIA

ANAI/BA
Rua Santa Izabel, nº 5 – 1º andar
Salvador-BA – CEP 40025-110
Tel: 71-3224320 – Fax: 71-3229995
e-mail: anai@e-net.com.br

GAIPA
BR 367 – km 51
Porto Seguro-BA – CEP 45820-000
Tel: 73-2882075

DISTRITO FEDERAL

CAPOIB
SDS Ed. Venâncio III, 1º Andar, sala 107
Brasília-DF – CEP 70393-900
Tel/Fax: 61-3224133

CCPY
SCLN 209 Bloco C Sala 209
Brasília-DF – CEP 70862-530
Tel: 61-3472980 – Fax: 61-3490614

CIMI – Secretariado Nacional
SDS Ed. Venâncio III salas 309 a 314
Brasília - DF - Brasil - CEP 70393-900
Tel: 61-3227582 - Fax: 61-2259401
E-mail: cimi@embratel.net.br

FUNAI
SRTVS Bloco A, Ed. Lex
Brasília-DF 70340-904
Tel: 61-2268211/61-3218884

INESC
Supercenter Venâncio 2000 – Bloco B, 50
Brasília-DF – CEP 70333-970
Tel: 61-2268093/3387247 – Fax: 61-2268042

ISA – BRASÍLIA
SCLN, 210 Bloco C sala 112 Brasília - DF
CEP:70862-530
Fone: (061) 349-5114
Fax: (061) 274-7608
email: isadf@tba.com.br

MPF
6ª Câmara de Coordenação e Revisão dos Direitos das Populações Indígenas e Minorias do MPF
Av. L2 Sul – Q. 603/604, Lote 23
Brasília-DF – CEP 70200-901
Tel: 61-3135135/61-3135277 –
Fax: 61-3135364

SIL
SAI/NO Lote D, Bloco 3
Brasília-DF – CEP 70770-730
Tel: 61-2721200 – Fax: 61-3494909

GOIÁS

UCG/IGPHA – Depto de Antropologia
Primeira Avenida com Rua 240
Goiânia-GO – CEP 74605-010
Tel: 62-2271221 – Fax: 62-2243617

MARANHÃO

CIMI – Regional Maranhão
Rua Virgílio Domingues, 71
Caixa Postal 698
São Luis-MA – CEP 65075-360
Tel./Fax: 98-2272695
E-mail: cimima@elo.com.br

MATO GROSSO

CELVA
Av. Araguaia, 146 Quadra12 Casa 24
Barra do Garças-MT – CEP 78600-000
Tel: 65-8651493

CIMI – Regional Mato Grosso
Rua dos Nambikuara, 32
Santa Helena - Caixa Postal 147
Cuiabá-MT – CEP 78005-970
Tel: 65-6212985 – Fax: 65-6215137

GTME
Caixa Postal 642
Cuiabá-MT – CEP 78005-970
Tel : 65-6531112 – Fax : 65-6536215

OPAN
Av. Ipiranga, 97
Cuiabá-MT – CEP 78005-970
Tel : 65-3222980 – Fax: 65-3224161
Email: opan@ax.apc.org

MATO GROSSO DO SUL

CIMI – Regional Mato Grosso do Sul
Av. Afonso Pena, 1557 Sala 208 Bl.B
Caixa Postal 2129
Campo Grande-MS – CEP 79008-970
Tel/Fax: 67-7845551
E-mail: cimims@zaz.com.br

MINAS GERAIS

CEDEFES
Rua Tiradentes, 2564 – sala 4
Contagem-MG – CEP 32230-020
Tel: 31-33337683

CIMI – Regional Leste
Rua Joaquim Zenir Leite, 605
Belo Horizonte - MG - CEP 30270-420
Telefone: 31- 4811181 - Fax: 31-4829224
E-mail: cimile@inetminas.estaminas.com.br

PARÁ

AGITARGMA
Caixa Postal 05
Av. 29 de Dezembro
Tomé Açu-PA – CEP 68650-000

APITO
A/c Irmã Alice Lansang
Cx. Postal 244 Bairro Cidade Nova
Marabá-PA – CEP 68501-970
Tel: 91-3242202

CIMAT/PUSURU
A/c Isaias Crixi Munduruku
Prefeitura de Jacareacanga
Rua Farncisco Ferreira do Nascimento, 13
São Pedro
Jacareacanga-PA – CEP 68195-000

CIMI – Regional Norte II
São Braz – Caixa Postal 12097
Belém-PA – CEP 66090-970
Tel/Fax: 91-2265408
E-mail: cimipara@amazon.com.br

MPEG
Av. Magalhães Barata, 376
Caixa Postal 399
Belém-PA – CEP 66040-170
Tel: 91-2249233 – Fax: 91-2417384

NAEA/UFPA
Av. Perimetral 1
Campus Universitário, Setor Profissional
Belém-PA – CEP 66075-900
Tel/Fax: 91-2111676/91-2111677

POEMA/UFPA
UFPA – C. Univ. Guama – Setor Profissional
Belém-PA – CEP 66075-900
Tel: 91-2111686

PARANÁ

UFPR – Depto de Antropologia
Rua General Carneiro, 460 – 6º andar
Curitiba-PR – CEP 80060-130
Tel: 41-3220612 ramal 2224 – Fax: 41-2642791

PERNAMBUCO

CIMI – Regional Nordeste
Rua 13 de Maio, 288
Recife - PE - CEP 50100-160
Tel: 81-2313766 – Fax: 81-2224223
E-mail: cimine@hotlink.com.br

CPI/PE
UNICAP, Depto de Sociologia, bloco G, 6º andar
Recife-PE – CEP 50050-900

RIO DE JANEIRO

FIOCRUZ
Rua Leopoldo Bulhões, 1480
Rio de Janeiro-RJ – CEP 21041-210
Tel: 21-5903789 – Fax: 21-2703219

MUSEU DO ÍNDIO/FUNAI
Rua das Palmeiras, 55
Rio de Janeiro-RJ – CEP 22270-070
Tel: 21-2868799/21-2867745 –
Fax: 21-2860845

PETI/MN
Quinta da Boa Vista, s/n
Rio de Janeiro-RJ – CEP 20940-040
Tel: 21-2868799/2867745 – Fax: 21-2860845

RIO GRANDE DO SUL

ABA – Associação Brasileira de Antropologia
Caixa Postal 15086
Porto Alegre-RS – CEP 91501-970
Tel/Fax: 51-3166638
e-mail: aba@ifch.ufrgs.br

COMIN
Rua Amadeo Rossi, 467
São Leopoldo-RS – CEP 93030-220
Tel: 51-5901455 – Fax: 51-5901603

RONDÔNIA

APIA/AAPIIL/PANDEREJ/PANGYJEJ
A/c Funai – SAJIPA
Rua Manoel Franco, 1820
Ji-Paraná-RO – CEP 78963-000
Tel: 69-4235397

CIMI – Regional Rondônia
R. D. Pedro II, 650 - Centro
Caixa Postal 881
Porto Velho-RO – CEP 78900-010
Telefone: 69-2246373 – Fax: 69-2214601
E-mail: cimi-ro@enter-net.com.br

CUNPIR
Rua Alfazema, 181 Cohab Floresta II
Porto Velho-RO – CEP 78900-000
Tel/Fax: 69-2103798
e-mail: cunpir@enter-net.com.br

FÓRUM DE ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS DE RO
Av. Carlos Gomes, 1001
Porto Velho-RO – CEP 78901-200
Tel/Fax: 69-2231116

METAREILÁ
Rua Capitão Rui Luis Teixeira, 1666
Distrito de Riozinho
Cacoal-AM – CEP 78983-000
Tel: 69-4411858

PACA
Linha 6, Lote 9, km 1 – Caixa Postal 43
Cacoal-RO – CEP 78975-000
Tel: 69-4412221

PAMARÉ
Rua Marcos da Luz, 5067
Distrito de Riozinho
Cacoal-AM – CEP 78975-000
Tel: 69-4413169

RORAIMA

APIR
Rua Carlos Nattrodt, 1737 Liberdade
Boa Vista-RR
Tel/Fax: 95-6254068

ARIKOM/ADMIR
Rua Z 2, 1857 Caimbé II
Boa Vista-RR – CEP 69312-020

CCPY
Rua Capitão Bessa, 272
Boa Vista-RR – CEP 69306-620
Tel: 95-2247568 – Fax: 95-2243441

CIR
Av. Sebastião Diniz, 1672 W
Boa Vista-RR – CEP 69303-120
Tel/Fax: 95-2245761

URIHI
Rua Rocha Leal, 717
Boa Vista-RR – CEP 69306-020
Tel: 95-6241636/6241669 – Fax: 95-6241652

SANTA CATARINA

UFSC – Depto de Antropologia
Florianópolis-SC – CEP 88040-900
Tel: 48-2319714 – Fax: 48-2319751

SÃO PAULO

ASSOCIAÇÃO SAÚDE SEM LIMITES
Rua Frei Caneca 1407, sl. 206
São Paulo-SP – CEP 01307-003
Tel/Fax: 11-2831277
E-mail: sslim@originet.com.br

CEIMAN/UNESP
Fac. De Ciências e Letras/Unesp
Caixa Postal 174
Araraquara-SP – CEP 14800-901

CPI/SP
Rua dos Pioheiros, 54 – cj 02
São Paulo-SP – CEP 05422-000
Tel: 11-2806905/2807729

CTI
Rua Fidalga, 548 – sala 13
São Paulo-SP – CEP 05432-000
Tel: 11-38133450 – Fax: 11-38130747

IDETI
Rua da Glória, 474
São Paulo-SP – CEP 01510-000
Tel/Fax: 11-32777850

EPM
Rua Napoleão de Barros, 925
São Paulo-SP
Tel: 11-5725470

IAMA
Rua Afonso Vaz, 454
São Paulo-SP – CEP 05580-001
Tel: 11- 2116724 – Fax: 11-2101338

ISA
Av. Higienópolis, 901
São Paulo-SP – CEP: 01238-001
Tel: 11-38255544 – Fax: 11-38257861
Email: socioambiental@socioambiental.org

MARI
Rua do Anfiteatro, 181 – Conj. Colméia favo 10
São Paulo-SP – CEP 05508-900
Tel: 11-8183569 – Fax: 11-8183156

NHII/USP
Rua do Anfiteatro, 181, Colméia favo 8
Cidade Universitária
São Paulo-SP – CEP 05508-900
Tel: 11-8183301 – Fax: 11-8183156

SERGIPE

CPI/SE
UFSE/Setor de Antropologia, sala 15
Aracaju-SE – CEP 49001-970

TOCANTINS

CIMI – Regional Goiás-Tocantins
ACSV-NE, QI 51 A, Lote 15, Alameda 25 A
Caixa Postal 166
Palmas - TO - CEP 77054-970
Telefone: 63-2243296 – Fax: 63-2243219
E-mail: cimigoto@uol.com.br

FONTES

JORNAIS DIÁRIOS

A Crítica – Manaus - AM
A Gazeta – Cuiabá - MT
A Gazeta – Vitória - ES
A Gazeta Esportiva – São Paulo - SP
A Notícia – Manaus - AM
A Tarde – Salvador - BA
A Tribuna – Santos - SP
Alto Madeira – Porto Velho - RO
Amazonas em Tempo – Manaus - AM
Correio Braziliense – Brasília - DF
Correio da Paraíba – João Pessoa - PB
Correio do Estado – Campo Grande - MS
Correio do Povo – Porto Alegre - RS
Diário Catarinense – Florianópolis - SC
Diário Comércio e Indústria – São Paulo - SP
Diário da Amazônia – Porto Velho - RO
Diário da Justiça – Brasília - DF
Diário de Boa Vista – Boa Vista - RR
Diário de Cuiabá – Cuiabá - MT
Diário de Florianópolis – Florianópolis - SC
Diário de Fortaleza – Fortaleza - CE
Diário de Pernambuco – Recife - PE
Diário do Grande ABC – Santo André - SP
Diário do Nordeste – Fortaleza - CE
Diário Oficial da União – Brasília - DF
Diário Oficial do Amazonas – AM
Diário Popular – Maceió - AL
Extra – Rio de Janeiro - RJ
Folha da Tarde – São Paulo - SP
Folha de Boa Vista – Boa Vista - RR
Folha de Londrina – Londrina - PR
Folha de S. Paulo – São Paulo - SP
Folha de São Gabriel da Cachoeira – São Gabriel da Cachoeira - AM
Folha do Amapá – Macapá - PA
Folha do Estado – Cuiabá - MT
Gazeta de Alagoas – Maceió - AL
Gazeta do Povo – Curitiba - PR
Gazeta Mercantil – São Paulo - SP
Hoje em Dia – Belo Horizonte - MG
Jornal da Tarde – São Paulo - SP
Jornal de Brasília – Brasília - DF
Jornal de Santa Catarina – Blumenau - SC
Jornal do Amapá – Macapá - AP
Jornal do Brasil – Rio de Janeiro - RJ
Jornal do Commercio – Rio de Janeiro - RJ
Jornal do Tocantins – Palmas - TO
New York Times – EUA
O Dia – Rio de Janeiro - RJ
O Dia São Paulo – São Paulo - SP
O Diário – Boa Vista - RR
O Estado – Florianópolis - SC
O Estado de Mato Grosso – Várzea Grande - MT
O Estado de Minas – Belo Horizonte - MG
O Estado de São Paulo – São Paulo - SP
O Estado do Maranhão – São Luís - MA
O Estado do Paraná – Curitiba - PR
O Globo – Rio de Janeiro - RJ
O Imparcial – São Luís - MA
O Jornal – Maceió - AL
O Jornal – Boa Vista - RR
O Liberal – Belém - PA
O Popular – Goiânia - GO
O Povo – Fortaleza - CE
O Regional – Nova Esperança - PR
Tribuna da Bahia – Salvador - BA
Tribuna da Imprensa – Rio de Janeiro - RJ
Tribuna do Norte – Apucarana - PR
Valeparaibano – São José dos Campos - SP
Zero Hora – Porto Alegre - RS

REVISTAS E PERIÓDICOS

Amazônia 21 – Manaus - AM
Boletim Aconteceu (Cedi) – São Paulo - SP
Boletim da Rede de ONG's da Mata Atlântica
Boletim da Saúde
Boletim do Museu Magüta – Benjamim Constant - AM
Boletim Update (CCPY) – São Paulo - SP
Informativo "Projeto de Piscicultura Alto Tiquié" – Cretiart/Foirn
Informativo Cunpir – Porto Velho - RO
Informe do Cimi – Brasília - DF
Informe do Cimi Pagagaru - MT
Informe do CIR – Boa Vista - RR
Jornal da Ciência Hoje/SBPC
Jornal da Funai – Porã'duba - Brasília
Jornal do MEC – Brasília - DF
Jornal do Senado – Brasília - DF
Jornal Magüta – CGTT
Jornal Pessoal – Belém - PA
Jornal Yumaki – AC
Notícias do Fórum – RO
Porantin (Cimi) – Brasília - DF
Revista de Domingo/JB – Rio de Janeiro - RJ
Revista Época – São Paulo - SP
Revista Ethnies – França
Revista Globo Rural
Revista IstoÉ – São Paulo - SP
Revista Sem Fronteiras – São Paulo - SP
Revista Veja – São Paulo - SP

DOCUMENTOS OFICIAIS

Atas
Cláusulas
Decretos
Despachos
Memorandos
Ofícios
Pareceres
Portarias
Processos
Relatório Sentenças

OUTROS DOCUMENTOS

Cartas de comunidades indígenas
Carta dos índios
Declaração e documentos indígenas
Entrevistas
Laudos antropológicos
Mensagens eletrônicas
Relatórios antropológicos

ÍNDICE REMISSIVO DE POVOS

EM QUE CAPÍTULO ENCONTRO INFORMAÇÕES SOBRE O POVO ...?

POVO	CAPÍTULO
Aikaná	**Rondônia**
Ajuru	Rondônia
Akunsu	Rondônia
Amanayé	Sudeste do Pará
Amondawa	Rondônia
Anambé	Sudeste do Pará
Aparai	Amapá/Norte do Pará
Apiaká	Oeste do Mato Grosso
Apinayé	Goiás/Tocantins/Maranhão
Apurinã	Juruá, Jutaí, Purus
Arapaço	Noroeste Amazônico
Arara (Ukarãgmã)	Sudeste do Pará
Arara (Karo)	Rondônia
Arara (Shawanauá)	Acre
Arara do Aripuanã	Rondônia
Araweté	Sudeste do Pará
Arikapu	Rondônia
Arikem	Rondônia
Aruá	Rondônia
Ashaninka	Acre
Asurini do Tocantins	Sudeste do Pará
Asurini do Xingu	Sudeste do Pará
Atikum	Nordeste
Avá-Canoeiro	Goiás/Tocantins/Maranhão
Aweti	Parque Indígena do Xingu
Bakairí	**Leste do Mato Grosso**
Banawa Yafi	Juruá, Jutaí, Purus
Baniwa	Noroeste Amazônico
Bará	Noroeste Amazônico
Barasana	Noroeste Amazônico
Baré	Noroeste Amazônico
Bororo	Leste do Mato Grosso
Cassupá	**Rondônia**
Chamacoco	Mato Grosso do Sul
Chiquitano	Oeste do Mato Grosso
Cinta Larga	Rondônia
Columbiara	Rondônia
Dení	**Juruá, Jutaí, Purus**
Dessano	Noroeste Amazônico
Diahui	Tapajós-Madeira
Enawenê-Nawê	**Oeste do Mato Grosso**
Fulniô	**Nordeste**
Galibi Marworno	**Amapá/Norte do Pará**
Galibi	Amapá/Norte do Pará
Gavião (Digut)	Rondônia
Gavião (Parkatejê)	Sudeste do Pará
Gavião (Pukobiê)	Goiás/Tocantins/Maranhão
Guajá	Goiás/Tocantins/Maranhão
Guajajara	Goiás/Tocantins/Maranhão
Guarani	Sul e Mato Grosso do Sul
Guató	Mato Grosso do Sul
Hixkaryana	**Amapá/Norte do Pará**
Ingarikó	**Roraima Lavrado**
Iranxe	Oeste do Mato Grosso
Jaboti	**Rondônia**
Jamamadi	Juruá, Jutaí, Purus
Jarawara	Juruá, Jutaí, Purus
Javaé	Goiás/Tocantins/Maranhão
Jenipapo-Kanindé	Nordeste
Jiripancó	Nordeste
Juma	Juruá, Jutaí, Purus
Kaapor (Urubu)	**Maranhão**
Kadiweu	Mato Grosso do Sul
Kaimbé	Nordeste
Kaingang	Sul
Kaixana	Solimões
Kalapalo	Parque Indígena do Xingu
Kamayurá	Parque Indígena do Xingu
Kamba	Mato Grosso do Sul
Kambeba	Nordeste
Kambiwá	Nordeste
Kanamanti	Juruá, Jutaí, Purus
Kanamari	Juruá, Jutaí, Purus
Kanela Apaniekra	Goiás/Tocantins/Maranhão
Kanela Rankokamekra	Goiás/Tocantins/Maranhão
Kanoe	Rondônia
Kantaruré	Nordeste
Kapinawá	Nordeste
Karafawyana	Amapá/Norte do Pará
Karajá	Goiás/Tocantins/Maranhão
Karapanã	Noroeste Amazônico
Karapotó	Nordeste
Karipuna	Rondônia
Karipuna do Amapá	Amapá/Norte do Pará
Kariri	Nordeste
Kariri-Xocó	Nordeste
Karitiana	Rondônia
Katuena	Amapá/Norte do Pará
Katukina/Pano	Acre
Katukina	Juruá, Jutaí, Purus
Kaxarari	Juruá, Jutaí, Purus
Kaxinawá	Acre
Kaxixó	Leste
Kaxuyana	Amapá/Norte do Pará
Kayabi	Oeste do Mato Grosso, Parque Indígena do Xingu e Tapajós/Madeira
Kayapó	Sudeste do Pará
Kiriri	Nordeste
Kokama	Solimões
Kokuiregatejê	Goiás/Tocantins/Maranhão
Korubo	Javari
Krahô	Goiás/Tocantins/Maranhão
Kreje	Goiás/Tocantins/Maranhão
Krenak	Leste
Krikati	Goiás/Tocantins/Maranhão
Kubeo	Noroeste Amazônico
Kuikuro	Parque Indígena do Xingu
Kujubim	Rondônia
Kulina/Madihá	Acre e Juruá, Jutaí, Purus
Kulina Pano	Acre
Kuripako	Noroeste Amazônico

ÍNDICE GERAL

TEMAS

Acontece ISA

ÍNDICE GERAL

LEGENDAS E CRÉDITOS DAS IMAGENS

CONTRA-CAPA — **CAPA**

8		9		1	2	3
10	11					
12	13	14		4	5	
15		16		6		7

8. Os Tuyuka de Santa Cruz do Inambu, alto Papuri (AM) apresentam fragmentos de suas tradições no Teatro do SESC Vila Mariana (SP).
Ver pág. 279, Noroeste Amazônico.
MIGUEL CHAVES - ABR/98

9. Fragmento de "A Piracema", desenho feito em guache por João Otaviano do Carmo Filho,Terëücü, índio Ticuna do alto Solimões (AM), durante oficina do Projeto Educação Ticuna (1999) e reproduzido no Calendário "Brasil 500 Anos. Burti 2000. Nós,Ticuna".
Ver pág. 408, Solimões.
JUSSARA GRUBER - 1999

10. Primeiras imagens em vídeo dos Korubo, conhecidos como "índios caceteiros", logo após o contato com funcionários da Funai no norte da TI Javari (AM).
Ver pág. 440, Javari.
ITAMAR MIRANDA/AE - 15/10/96

11. Tesaia Panará na porta do TRF em Brasília, no dia da decisão inédita que deu ganho de causa a uma ação indenizatória pelos danos pós-contato sofridos pelo seu povo, mais conhecido na década de 70 como Kranhekãrora, os "índios gigantes".
Ver pág. 491, Sudeste do Pará.
ORLANDO BRITO - 14/09/00

12. Carta imagem do limite nordeste do Parque Indígena do Xingu, evidencia o desmatamento crescente do entorno. Com base em imagem de satélite do Inpe, em 1997.
Ver pág. 632, Parque Indígena do Xingu.

13. Marco de bronze nas mãos de índio da região do Rio Negro (AM), durante o evento que marcou o início da demarcação das terras indígenas da chamada "Cabeça do Cachorro".
Ver pág. 245, Noroeste Amazônico.
PEDRO MARTINELLI - ABR/97

14. Único sobrevivente de um povo desconhecido resiste ao contato amistoso com os brancos no sul de Rondônia.
Ver pág. 598, Rondônia.
VINCENT CARELLI - IMAGEM EM VÍDEO - AGO/1998

15. Soldados indígenas do V BIS, em São Gabriel da Cachoeira (AM).
Ver pág. 245, Noroeste Amazônico.
PEDRO MARTINELLI - 1998

16. Fac-símile da capa do CD "Memória Viva dos Guarani", gravado por Guarani de quatro aldeias de São Paulo e Rio de Janeiro, lançado no Sesc-Pompéia (SP), em 19/02/99.
Ver pág. 807, Sul.

1. Os Kayapó Xikrin do Cateté (PA) dançam diante de um caminhão de toras de mogno, na saída do primeiro lote de madeira de um projeto de manejo nas suas terras.
Ver pág. 495, Sudeste do Pará.
PEDRO MARTINELLI - OUT/00

2. Índio baniwa do alto rio Içana (AM) coloca etiqueta com a logomarca "Arte Baniwa" num urutu de arumã, cestaria que é comercializada em São Paulo.
Ver pág. 280, Noroeste Amazônico.
PEDRO MARTINELLI - JAN/00

3. Waiãpi (AP) tem nas mãos uma planta medicinal.
MICHEL PELLANDERS

4. Pajé Leonir Tibiriçá, da tribo Xukuru-Kariri, dentro do estúdio móvel de gravação do projeto "Música do Brasil", maloca Mata da Cafurna, Palmeira dos Índios (AL).
ERNESTO BALDAN/ABRIL IMAGENS

5. Jornalistas diante do cacique, durante a visita dos ministros do Meio Ambiente e da Justiça na TI Xikrin do Cateté (PA).
Ver pág. 500, Sudeste do Pará.
PEDRO MARTINELLI - OUT/00

6. Fac-símile da capa de livro didático usado nos cursos de formação de professores no Parque Indígena do Xingu.
Ver pág. 643, Parque Indígena do Xingu.

7. Gildo Terena diante do avanço da PM baiana em Porto Seguro (BA), quando os integrantes da Marcha Indígena foram impedidos de participar do evento oficial que comemorou os 500 anos do Brasil. *Ver pág. 68, 500 Anos.*
LULA MARQUES/FOLHA IMAGEM - ABR/00

INSTITUTO
SOCIOAMBIENTAL

www.socioambiental.org

Acervo
ISA
15 1996
@JEANS
ISBN 85-85994-09-6
9 788585 994099
ÑANDE REKO ARANDU
MEMÓRIA VIVA GUARANI